



realize
Editora

ISBN 978-85-61702-57-1



CONGRESSO INTERNACIONAL
DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE
ESTUDOS DA HOMOCULTURA

IX CINABER

DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E RAÇA: DIÁLOGOS BRASIL-ÁFRICA

Organizadora

LUMA NOGUEIRA DE ANDRADE



REALIZAÇÃO



APOIO INSTITUCIONAL

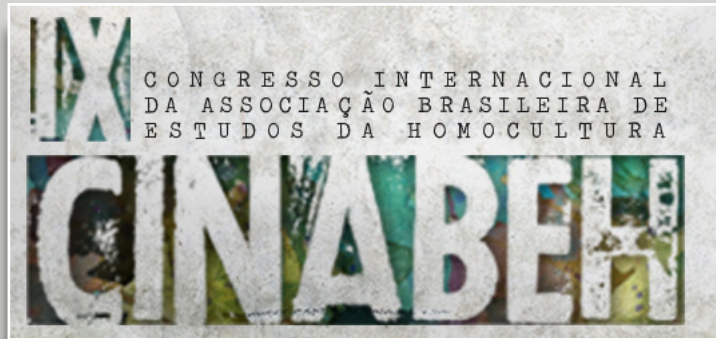


APOIO



ORGANIZAÇÃO





Luma Nogueira de Andrade
(Organização)

Comitê Editorial

Alexsandro Rodrigues

Alfrâncio Ferreira Dias

Amana Rocha Mattos

Anderson Ferrari

Antonio Luciano Morais Melo Filho

Carlos Eduardo De Oliveira Bezerra

Felipe Bruno Martins Fernandes

Gabriel De Oliveira Rodrigues

José Wellington De Oliveira Machado

Luma Nogueira De Andrade

Marcos Lopes De Souza

Marcos Salviano Queiroz

Maria De Fátima Lima Santos

Wilton Garcia Sobrinho



realize
Editora

2019



REALIZE EVENTOS CIENTÍFICOS & EDITORA LTDA.

Rua: Aristίδes Lobo, 331 - São José - Campina Grande-PB | CEP: 58400-384

E-mail: contato@portalrealize.com.br | Telefone: (83) 3322-3222

Sobre o ebook

Design da Capa Realize Editora

Projeto Gráfico e Editoração Jefferson Ricardo Lima Araujo

Ficha catalográfica

Andrade, Luma Nogueira

Diversidade Sexual, gêneros e Raça: Diálogos Brasil-África / Luma Nogueira
Andrade. Realize Editora: Campina Grande-PB, 2019.

1972 f. : il

ISBN: 978-85-61702-57-1

Modo de acesso: <http://www.editorarealize.com.br/>

1. Diversidade Sexual. 2. Gênero. 3. Raça. 4. Brasil. 5. África. I. , . II. Título.

APRESENTAÇÃO

Este E-book é resultado do IX Congresso Internacional da ABEH (IX CINABEH) realizado de 28 a 30 de novembro de 2018 no Centro de Convivência e Instituto de Cultura e Arte (ICA) do Campus do PICI da UFC e no Centro Dragão do Mar de Arte e Cultura de Fortaleza. O evento foi realizado pela Associação Brasileira de Estudos da Homocultura (ABEH) em parceria com a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e a Universidade Federal do Ceará (UFC).

Assumi a coordenação dessas atividades por ter sido eleita presidenta da ABEH em 2016, se tornando a primeira pessoa a se posicionar politicamente enquanto travesti a ocupar este espaço. Durante a gestão construímos essa proposta de pensar o conhecimento de maneira interseccionalizada, aproximando diversidade sexual, gênero e raça. Essa ideia surgiu a partir dos debates na Diretoria e possui relação direta com minha experiência de vida como uma travesti docente e pesquisadora da UNILAB. A minha presença nessa Universidade e a presença dessa Universidade em mim, contribuiu para que surgisse essa integração epistemológica internacional a partir dos países de Língua Portuguesa. A diretoria da ABEH foi desafiada a construir um tema que explicitasse a nossa intenção. Foi assim que nasceu a proposta: “Diversidade Sexual, Gênero e Raça: Diálogos Brasil-África”.

Não se trata apenas de realizar um congresso internacional, o desafio era tocar nas feridas que surgem a partir das violências cometidas contra as pessoas que estão de alguma forma conectadas com este tema. A intenção maior era provocar os pesquisadores e as pesquisadoras para que pudessem pensar de maneira mais ampla, para além das caixinhas, percebendo a intersecção que existe entre nossos estudos e entre as vidas e as mortes que estudamos de maneira separada. Não se trata apenas de falar sobre a violência contra os corpos das pessoas, é preciso pensar na violência epistemológica que as vezes cometemos quando não conseguimos ver as pessoas como sujeitos/as da sua própria história. No mundo da história vivida, ao contrário do mundo criado em parte das nossas histórias escritas, não existe essa separação radical, as diferenças convivem no mesmo espaço e muitas vezes no mesmo corpo, carregando o estigma da violência e do preconceito.

Segundo a ONG Transgender Europe (TGEU) desde 2016 o Brasil é o país que mais mata travestis, transexuais e pessoas não binárias no mundo. Como mostrou uma das reportagens do jornal Estadão de 05 de junho de 2018 a taxa de homicídios de negros no Brasil chega a 40,2, enquanto a de não negros fica em 16 por 100 mil habitantes. Pessoas negras e LGBTIs, brasileiras e estrangeiras, resistem cotidianamente para sobreviver nesta sociedade machista, racista e xenofóbica. Nossas instituições insistem em exterminar (ou capturar) as diferenças como forma de higienizar a humanidade.

Ser negro ou negra LGBTI no Brasil muitas vezes significa passar pelas situações de opressão, discriminação, preconceito e violência que nossa sociedade conservadora produz. Os grupos econômicos, políticos e religiosos, fazem uso do estado, das igrejas e de outras instituições disciplinares e de controle, para negar os direitos e colocar em prática os efeitos nefastos da necropolítica. Ao mesmo tempo que temos lutas e lutos que poderiam ser vistos como algo em comum, caminhamos para uma sociedade cada vez mais segregada, onde negros e LGBTIs neoliberais falam em meritocracia e empreendedorismo de si.

É isso que Mbembe chama de "O devir negro do mundo" em ação, há uma tendência de individualização das conquistas e das derrotas. Mas, ao mesmo tempo há uma flexibilização dos direitos, uma tentativa de destruição das Legislações Trabalhistas e Ambientais, de negação da própria História, os indivíduos não tem passado (ou produzem um passado sem fundamentação histórica). Vivemos em um eterno presentismo, onde o passado e o futuro coletivo são descartáveis, aprendemos a fazer passados e futuros através de memes, como se todas as temporalidades se resumissem as linhas do Twitter, do facebook, do instagran e do whatsapp. Essa não é apenas uma realidade dos novos negros e LGBTs do mundo, é um devir negro ou LGBT do mundo, estamos nos transformando em peças descartáveis com a ilusão de que basta querer para conseguir, como se fosse apenas uma questão de vontade pessoal.

Nesse contexto de pós-verdade não podemos falar nem mesmo das política de identidade, porque tudo é visto como "vitimismo". A expressão "mimimi" se transformou em uma maneira velada (ou não) de mostrar que concorda com as atrocidades da sociedade e que é contra as vítimas, legitimando (muitas vezes de maneira cínica) o chicote dos agressores. Mas, as vezes quem fala que os nossos estudos ou as nossas lutas são apenas "mimimi" e "vitimismo" são os próprios negros e homossexuais, impregnados por essa visão racista e LGBTIfóbica. Chegamos a uma situação que precisamos defender a legitimidade das políticas de identidade e dos movimentos históricos conquistados ao longo do século XX. Mas, essa situação não pode nos impedir de pensar para além das fronteiras da identidade, de encontrar as brechas, as fissuras, de caminhar fora das linhas desses contornos, de perceber os encontros, os choques e as conexões que existem entre esses conjuntos.

Aprendemos a estudar separadamente os coletivos de cada diferença, como se cada pesquisador ou pesquisadora fosse responsável por um grupo, se tornando especialistas nesse ou naquele tema. Precisamos de uma visão mais ampla, capaz de perceber as diferenças, sem esquecer da(re)uniões e das intersecções que fazem parte dessa cartografia. As identidades negras não estão isoladas, elas se cruzam com as identidades LGBTIs e produzem novas geografias, que borram essas fronteiras. Não podemos falar de racismo e de LGBTIfobia sem relacionar com classe, com religiosidade, com origem geográfica, com a ausência de saúde, educação e de empregabilidade, sem AFRONTAR esse momento histórico de avanço das forças conservadoras. Não se trata apenas de um debate sobre o tipo de ciência que queremos, é sobre o tipo de sociedade que desejamos, não podemos aceitar os retrocessos que estão sendo planejados para os negros e as negras LGBTIs do Brasil, das Américas e das Áfricas.

Este e-book tenta expressar um pouco desse sentimento de resistência, com a presença dos saberes de pesquisadores/as que contribuem com produções científicas e que lutam pela superação do racismo, do machismo, da LGBTIfobia e da Afrofobia. Agradeço a todos/as que contribuíram para o sucesso do IX CINABEH. A Diretoria da ABEH, aos pesquisadores/as que disponibilizaram seus textos para esta publicação, a UNILAB, a UFC, a CAPES, oMDH, a SEPPIR, ao Conselho Federal de Psicologia, ao Governo do Estado do Ceará, SEDUC-CE, ao Conselho Nacional de Combate à Discriminação LGBT, a Diretora LGBT Marina Reidel, a Deputada Federal Luiziane Lins, ao Ex Deputado Federal Jean Wyllis, a extinta SECAD/MEC, ao Departamento de AIDS do MS, a UNAIDS e a todos(as) que participaram desse Congresso.

Profa. Dra. Luma Nogueira de Andrade

Presidenta da ABEH na gestão 2017-2018

Sumário

APRESENTAÇÃO	4
“HOTBOYS O SITE MAIS QUENTE DA NET”: CORPORALIDADES E PERFORMANCES MASCULINAS NA PORNOGRAFIA GAY	45
David Francisco de Amorim	
O DISCURSO PROIBITIVO DA DIVERSIDADE E O INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO PARA ALUNXS TRANSEXUAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS	46
Terezinha Richartz	
ESTE CORPO NÃO É MEU: A INFLUÊNCIA DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA	53
Terezinha Richartz	
O BOM CRIOULO: UMA APROXIMAÇÃO DOS PERSONAGENS NEGRXS E OS SEUS PAPEIS NA LITERATURA BRASILEIRA	60
ZIONEL Santana	
TEREZINHA Richartz Santana	
AS DIFICULDADES DO NEGRO NO MERCADO PROFISSIONAL BRASILEIRO	67
José Anselmo da Silva Neto	
Beatriz Lima de Oliveira	
COSMOLOGIAS, SUBJETIVIDADES E PERMANÊNCIAS: QUESTÕES PARA UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA	74
George Feitosa Carvalho	
Alexandre Fleming Câmara Vale	
TECENDO MEMÓRIAS DO FEMPOS: DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “DIVERSIDADE SEXUAL, HOMOFOBIA E DEBATE SOBRE TEORIA QUEER EM CONTEXTOS AFRICANOS: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM”	86
Izzie Madalena Santos Amancio	
Caterina Alessandra Rea	

O DESPERTAR DA LIBERDADE: ENTRELAÇANDO ASPECTOS IDENTITÁRIOS DE GÊNERO E RAÇA DA IRMANDADE DA BOA MORTE DE CACHOEIRA - BA97

Débora Araújo Leal

Dênia Rodrigues Chagas

Alexsandra de Souza Fernandes

Elane Maria de Castro Coutinho

Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

CORPOS-ARQUIVOS OU HOMONARRATIVAS NEGRAS EM SUPORTES PLÁSTICOS E FOTOGRÁFICOS 105

Sem autoria

REPRESENTAÇÕES DE RELAÇÕES SEXUAIS E SOCIAIS ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO NAS CENAS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA/PIAUÍ 106

Michel Justamand

Leandro Colling

Gabriel Frenchiani de Oliveira

Antoniél dos Santos Gomes Filho

Vanessa Belarmino da Silva

TRANSMASCULIDADES, PASSABILIDADE E MANEJO DE DADOS ON-LINE: ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DA DIGITALIZAÇÃO DE SI NO FACEBOOK 120

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira

TRANSRELAÇÕES: A DESESTABILIZAÇÃO DA CISNORMATIVIDADE ANTE RELAÇÕES TRANSCENTRADAS 127

Yuna Vitória Santana da Silva

Theo Brandon Pitanga Gonçalves

“TRAVESTINÃO É BAGUNÇA”: ETNOGRAFIA DA PERFORMANCE IDENTITÁRIA DAS TRAVESTIS NO CONTEXTO URBANO MOSSOROENSE 148

Pedro Henrique Azevedo da Silva Paiva

EXPERIÊNCIA DA TRANSEXUALIDADE PELA ÓTICA DE UM GAROTO TRANS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO ESTADO DO CEARÁ 149

Lorena Kelly Alves Pereira

Rosiléa Agostinha de Araújo

Glauberto da Silva Quirino

“EU FICO MUITO CONFUSA”: (IN)COMPREENSÕES DE GESTORAS/ES ESCOLARES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO	156
---	------------

Émerson Silva Santos

DIÁLOGO, DIVERSIDADE E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NA LUTA PELA PROMOÇÃO DE REFLEXÃO E LEGITIMAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS	163
---	------------

Erinaldo Domingos Alves

Hávila Raquel do Nascimento Gomes Brito

Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

ANCESTRALIDADE FEMININA NA DANÇA DAS ORIXÁS	168
--	------------

Marília Alves Borges De Jesus

DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL	175
--	------------

Máira Bianca Sodré da S. Sarmanho

Roosyelma Priscilla Neves dos Santos

CINE DEBATE – PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - BA	185
--	------------

Lilian Moreira Cruz

MEU CORPO, MEUS “EUS”: O QUE DIZEMOS DE NOSSOS CORPOS QUANDO SOMOS PROVOCADOS?	195
---	------------

José Guilherme de Oliveira Freitas

Angela Maria Venturini

André Luiz dos Santos Barbosa

DIVERSIDADE SEXUAL, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	203
---	------------

Sofia Regina Paiva Ribeiro

A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DIANTE DA VIOLÊNCIA MOTIVADA POR ORIENTAÇÃO SEXUAL E/OU IDENTIDADE DE GÊNERO	216
--	------------

Bruno Robson de Barros Carvalho

Noemi Jessica Macedo Santos Noca

EXPERIÊNCIAS DE PARTO E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE RELATOS DE VIOLÊNCIA NA ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA	217
Mariana da Costa Amorim Vanessa Santana Dalla Déa	
SE ESSE BLOCO FOSSE MEU: DOMÉSTICAS DE LUXO NA TRAMA DE IDENTIDADES FEMININAS NEGRAS E DISPUTAS DE MEMORIA EM JUIZ DE FORA	224
Giovana de Carvalho Castro	
CONTRATOS FLEXÍVEIS NA ECONOMIA SEXUAL DA PRIVACIDADE: O NÃO LUGAR DO SUPERMERCADO NA ZONA SUL DE NATAL-RN	232
Ribamar José de Oliveira Junior Lore Fortes	
DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL	238
Máira Bianca Sodré da S. Sarmanho Roosyelma Priscilla Neves dos Santos	
DIANTE DO REGIME DE NORMALIZAÇÃO, CONFESSO MINHA IDENTIDADE SEXUAL	249
Emerson Granja de Araújo Lacerda	
CORPOLÍTICO NEGRO: PERFORMANCES FEMININAS NEGRAS NA CONTEMPORANEIDADE	256
Maria Claudineide Alves Macêdo Renata Aparecida Felinto dos Santos	
O VESTIDO DE NOIVA COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO FEMININA	272
Tamires Souza Coutinho	
DIGERINDO PRECIADO: FORMULAÇÕES PIROTÉCNICAS SOBRE UMA PUT@ TEORIA	279
Francisco Rivelino Oliveira Nascimento	

BIOPODER, VIDA NUA E O SOFRIMENTO DA DIVERSIDADE: CORPOS ABJETOS ENTRE A EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA	286
Lidiane Gomes dos Santos	
Isaura Caroline Abrantes Silva	
Francisco Francinete Leite Júnior	
A CULTURA GAY, SEGUNDO MICHEL FOUCAULT, COMO ESPELHO PARA NOVAS FORMAS RELACIONAIS ÉTICAS E RESISTENTES NA CONTEMPORANEIDADE.....	293
Antônio Alex Pereira de Sousa	
(PÓS)GOLPE DE 2016 E SUAS INTER(DIÇÕES): ALGUMAS REFLEXÕES (IN)DISCIPLINADAS À LUZ DO PENSAMENTO PÓS(DE)COLONIAL	300
Esmael Alves de Oliveira	
SEXUALIDADES E DIREITOS HUMANOS: DIALOGANDO COM A ÉTICA DA ALTERIDADE	301
Emerson Granja de Araújo Lacerda	
A ARTE E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL - A LUTA POR UM DIREITO EMANCIPATÓRIO E TRANSGRESSOR	308
Paola Cantarini	
JUDITH BUTLER E A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO - UMA CRÍTICA AO MODELO BINÁRIO SEXO/GÊNERO DA TEORIA FEMINISTA DE SIMONE DE BEAUVOIR.....	309
Lindemberg Jackson Sousa de Castro	
REGIMES DE VISIBILIDADE E RETÓRICAS DE EMPODERAMENTO: NOTAS ETNOGRÁFICAS DE UMA PESQUISA COM LIDERANÇAS TRANS	310
Alexandre Fleming Câmara	
ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DOS DIREITOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DAS PESSOAS TRANS AFROINDÍGENAS: ANÁLISES CRÍTICAS ÀS POLÍTICAS DO CORPO A PARTIR DO SITE DA ASSOCIAÇÃO LAMBDA/MOÇAMBIQUE.....	330
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	

**MANIFESTAÇÃO DA RELIGIOSIDADE NO DIREITO E NA FILOSOFIA –
POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS 331**

Paola Cantarini

OUTRAS PONTES: A DIALÓGICA ENTRE TEORIAS FEMINISTAS E TEORIAS DECOLONIAIS 332

Shirlei Santos de Jesus Silva

**ATUAÇÃO DA COMISSÃO DA MULHER ADVOGADA DA OAB-CE SUBSEÇÃO
DE CRATO-CE E O ACESSO A JUSTIÇA 344**

Maria Clara Arraes Peixoto Rocha

Zuleide Fernandes de Queiroz

**PLANEJAMENTO FAMILIAR, AUTONOMIA FEMININA E BIPODER:
ESTUDO CRÍTICO SOBRE A LEI Nº 9.263/12/1996 345**

Maria Clara Arraes Peixoto Rocha

Zuleide Fernandes de Queiroz

**ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO DESENVOLVIDAS NA GESTÃO PÚBLICA A
PESSOAS VÍTIMAS DE LGBTFOBIA NA CIDADE DO RECIFE - PE 352**

Lorena Karla Melo da Silva

**“PELO DIREITO DE (CO)EXISTIR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENFRENTAMENTO
DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DE PERNAMBUCO” 353**

Lorena Karla Melo da Silva

Vivian Matias dos Santos

Dione Cecília da Silva de Lima

EMBARCADAS: CIRCULANDO, ENTRE A CASA E O TRABALHO 362

Geisa Costa Coelho

Wannessa de Nazaré Barbosa de Aguiar

GENERO E SEXUALIDADE, EM BUSCA DO DIREITO UNIVERSAL 377

Samuel do Nascimento Hora

José Borges de Moraes

Geane Maria de Alencar Arrais Borges

Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior

PRIVAÇÃO DA LIBERDADE OU RESTRIÇÃO DE DIREITOS? NOVOS CAMINHOS PARA OS CONDENADOS DE PRATICAR CRIMES COMETIDOS NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA..... 387

Priscila Vieira Ferreira
Lore Fortes (PPGCS/UFRN)

A TERAPIA DE REORIENTAÇÃO SEXUAL COMO INSTRUMENTO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA SEXUALIDADES CONSIDERADAS DISSIDENTES..... 393

Ana Vitória Gandra de Carvalho

A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER E POPULAÇÃO LGBT NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO..... 406

Gustavo Gomes da Silva Marques
Rebecca Mendes Cruz
Suelen Gonçalves Duarte

O SONHO DA COR DO ARCO-ÍRIS: A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS..... 407

José Borges de Moraes
Geane Maria de Alencar Arrais Borges
Samuel do Nascimento Hora

DISSIDÊNCIA DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: O DIREITO DAS PESSOAS LGBTI+ EM CUMPRIMENTO DE PENA EM CELA ESPECIFICA..... 435

Frederico de Freitas Fróis

MAIORIDADE E AUTONOMIA BIOÉTIAS NA POLÍTICA LGBT REALIZADA PELO SUS: INTERSECÇÕES E DESPATOLOGIZAÇÃO DA IDENTIDADE TRANS..... 438

Bianca Silva Oliveira
Leandro Reinaldo da Cunha
Alex William Sanches

A POLÍTICA DE SAÚDE LGBT REALIZADA PELO SUS E OS DIREITOS REPRODUTIVOS DA POPULAÇÃO TRANS NUMA PERSPECTIVA SOLIDARISTA..... 444

Bianca Silva Oliveira
Leandro Reinaldo da Cunha

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: ANÁLISE DO LINCHAMENTO DO BOM JARDIM EM FORTALEZA – CE (2017)	451
Sem autoria	
DISCURSOS, DILDOS E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS GENERIFICADOS E SEXUALIZADOS	458
Elizabeth Sara Lewis	
NARRATIVAS AQUENDADAS: ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO ESTABELECIDAS POR ESTUDANTES TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.	459
Sem autoria	
BAJUBÁ E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO LGBT.	461
Pedro Anácio Camarano	
“ME ENCARA, SE PREPARA QUE EU VOU JOGAR BEM NA SUA CARA”: O (NÃO) POSICIONAMENTO CONTRA A LGBTFOBIA DE ARTISTAS NAS ELEIÇÕES DE 2018, UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA	463
Emmanuel Henrique Souza Rodrigues	
O CINEMA DE FLUXO PERIFÉRICO E DE GÊNERO DE LINN DA QUEBRADA.	464
José Wilson Ricarte Josino	
MENINO AFEMINADO NA ESCOLA RURAL	471
Marcos Andrade Alves dos Santos Daniele Gruska Benevides Prata	
PERCEÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA NUMA ESCOLA INTERIORANA	478
Marcos Andrade Alves dos Santos José Kasio Barbosa da Silva Antônio Jefferson Teixeira Sousa Daniele Gruska Benevides Prata	
RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: COMO CRIANÇAS SE TORNAM MENINAS OU MENINOS?	485
Antônio Jefferson Teixeira Sousa Marcos Andrade Alves dos Santos Daniele Gruska Benevides Prata	

TRAVESTILIDADES NA ZONA RURAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS MODOS DE VIDA DE TRAVESTIS INTERIORANAS.....	493
José Kasio Barbosa da Silva	
Marcos Andrade Alves dos Santos	
Daniele Gruska Benevides Prata	
A CIDADANIA LGBT NAS CANDIDATURAS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL EM 2018.....	500
Cleyton Feitosa Pereira	
TÍTULO: DINÂMICAS INSTITUCIONAIS DE UMA “ETNOGRAFIA CONSULTORA”: ESTRATÉGIAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS PARA CONFORMAÇÃO DE UMA AGENDA DE “SAÚDE LGBT”.....	509
Margareth Cristina de Almeida Gomes	
Vanini Bernardes Costa de Lima	
MOVIMENTO LGBT E ATIVISMO INSTITUCIONAL NO BRASIL.....	510
Émerson Silva Santos	
INTERSETORIALIDADE E CIDADANIA LGBT.....	518
Kamila Cristina da Silva Teixeira	
João Bôsko Hora Góis	
“TRANS – FORMA – AÇÃO”: DILEMAS DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO ACESSO A TRATAMENTOS HORMONAIS NO SUS, EM CRATO – CE.....	525
Geovane Gesteira Sales Torres	
Paulo Junior Alves Pereira	
Maria Laís dos Santos Leite	
O PROTAGONISMO DA POPULAÇÃO LGBT E SEUS DIREITOS NO ACESSO A SAÚDE.....	533
Paloma Fernanda Vieira de Araújo	
Pamela Santos Vieira	
Rodrigo Jacob Moreira de Freitas	
A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: O HISTÓRICO E A PRESENÇA EM INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS.....	534
Caio Benevides Pedra	

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERÇÃO SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL.....	535
Caio Benevides Pedra	
AS “CULTURAS LBGTS” E O ESTADO BRASILEIRO: UMA INCLUSÃO MARGINAL?.....	536
Tony Gigliotti Bezerra	
O ESTREITO ROL DE VEREADORAS ASSUMIDAMENTE LÉSBICAS: UMA ETNOGRAFIA DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES LÉSBICAS NA POLÍTICA BAIANA.....	543
Bárbara Elcimar dos Reis Alves Felipe Bruno Martins Fernandes	
POLÍTICAS INTERNAS DA UFRJ PARA COMBATER O PRECONCEITO COM AS PESSOAS TRANS.....	545
Fernanda Iglesias Webering André Luiz dos Santos Barbosa	
ENTRE CORPOS, PAISAGENS E EMOÇÕES: REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA AMAZÔNIA.....	550
Sem autoria	
ESPOSAS DE MILITARES: CIRCULAÇÃO, SOCIABILIDADE E EMPODERAMENTO.....	551
Geisa Costa Coelho Neila Cabral	
ABRIGO THADEU NASCIMENTO: UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA LGBTQ+.....	552
Tiago Morais de Freitas Luana Mikaely Lira da Silva Francisco Ronnyê Ribeiro de Souza	
SOFRIMENTO, “TRABALHO DO TEMPO” E ELABORAÇÃO DA VIOLÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DE RODAS DE CONVERSA SOBRE RELAÇÕES ABUSIVAS ENTRE PESSOAS LGBT.....	553
João Filipe Cruz	

VICIOUS E BROTHERS & SISTERS : A COMÉDIA E O DRAMA NA MUDIATIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO DO HOMEM GAY	554
Rhayller Peixoto da Costa Souza	
HOMENS TRANS NO CANDOMBLÉ: “VOCÊ NASCEU ASSIM E SEU ORIXÁ RECONHECERÁ VOCÊ ASSIM, PARA SEMPRE”	562
Kaio Souza Lemos	
GÊNERO E RAÇA NO LIVRO A PRINCESA E A COSTUREIRA, DE JANAÍNA LESLÃO	563
Antonio,Germano	
RICO DALASAM E A DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUAL E ÉTNICO-RACIAL NO VIDEOCLIQUE FOGO EM MIM.....	584
Paul Parra Alves de Oliveira	
GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA: INTERFACES IDENTITÁRIAS CONSTRUÍDAS DESDE A TENRA IDADE	595
Cláudia Reis dos Santos	
A QUESTÃO DO ABORTO: MORAL X LIBERDADE SEXUAL FEMININA	603
Suelen Gonçalves Duarte	
Gustavo Gomes Da Silva Marques	
Rebecca Mendes Cruz	
GENETSEX – GÊNERO, ETNICIDADE E SEXUALIDADE: AS VOZES QUE FALAM NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ-BA	604
Lilian Moreira Cruz	
IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL.....	605
Ednalva Rodrigues de Oliveira	
Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araujo	
PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA CAMPANHA “NESSE DIA DOS PAIS, DÊ O BOTICÁRIO”	613
Taina Guerra Chimieski	
Thais Geraldo Oliveira de Aguiar	
Raquel Pereira Quadrado	

LIBERDADE DE GÊNERO: SUBVERTENDO COM O REGIME DE INTELIGIBILIDADE CORPO-GÊNERO-DESEJO	623
Thais Geraldo Oliveira de Aguiar	
Taina Chimieski	
Raquel Pereira Quadrado	
INTERFACES DE EROS ENLUTADO: A CONSTRUÇÃO PERFORMÁTICA DE MEDUSA NA POESIA E NAS ARTES PLÁSTICAS	629
Amanda Ramalho de Freitas Brito	
O MITO E AS METÁFORAS: AVESSOS DE EVA	630
Renata Pimentel	
SEXO, LITERATURA E SOCIEDADE	639
Sem Autoria	
FAZENDO CROCHET: ENCONTROS ERÓTICOS EM CINEMAS NÃO PORNOGRÁFICOS ATRAVÉS DOS CONTOS O MENINO DO GOUVEIA (1914) E LA NARRACIÓN DE LA HISTÓRIA (1959)	648
Helder Thiago Maia	
OS NARRADORES-PERSONAGENS, DRAMATURGOS E ESCRITORES DE MARCELINO FREIRE: UMA LEITURA SOBRE A ESCRITA PERFORMÁTICA NO CONTO “UNIÃO ESTÁVEL” E NO ROMANCE NOSSOS OSSOS	663
Guilherme Augusto da Silva Gomes	
PERCURSO PELO CORPO MASCULINO MERCANTILIZÁVEL	664
Dorinaldo dos Santos Nascimento	
ENTRE A ARTE E A MITOLOGIA: AS HIJRAS	671
Emerson C. Nascimento	
COLETIVO BONECAS PRETAS: ARTE DRAG NA LUTA ANTIRRACISTA	681
David Souza	
A FIGURA DO PROFESSOR EM CLARICE LISPECTOR: MASCULINIDADE, SUBVERSÃO, AUTORITARISMOS	682
Sem Autoria	

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOCENTE: PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	683
Sem Autoria	
ENGENHEIRA, PROFESSORA OU PROFESSORA ENGENHEIRA?	684
Raquel Quirino Gonçalves Lucimara Moreira da Silva	
AS REPRESENTAÇÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PRESENTES NOS DISCURSOS DOCENTES E NO USO DE LIVROS DIDÁTICOS NA SALA DE AULA	691
Marilza De Oliveira Santos	
AS PERCEPÇÕES DOS (AS) LICENCIANDOS (AS) EM ARTE SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	698
Marilza De Oliveira Santos	
DESIGUALDADES DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: AVANÇOS, PERMANÊNCIAS E RETROCESSOS NO SETOR INDUSTRIAL TÊXTIL	705
Mislene Aparecida Gonçalves Rosa	
TRANSGRESSÃO NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO - MULHERES EM PROFISSÕES MASCULINAS	715
Kelly de Souza Resende Raquel Quirino	
VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA DE UM CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA	716
Bruna de Oliveira Gonçalves Raquel Quirino	
TECNOLOGIA E NOVOS PARADIGMAS DO CONHECIMENTO PARA EDUCAÇÃO	722
Lindamir Salete Casagrande Rodrigo Henrique de Jesus Nascimento	

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E OS SABERES DA MULHER NA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO.....	733
Graciela Boschetti Raquel Quirino	
<<<SEM TÍTULO>>>.....	740
UM OLHAR DE DIVISÃO SEXUAL: “MULHERES X CONSTRUÇÃO CIVIL”	741
José Anselmo da Silva Neto Beatriz Lima de Oliveira	
ACEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.....	748
Gissele Quirino Herculano Raquel Quirino	
AS UNIÕES POLIAFETIVAS COMO EXPRESSÃO DO PLURALISMO FAMILIAR.....	759
Glenda Felix Oliveira João Diogenes Ferreira dos Santos	
A ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS E A INEXISTÊNCIA DE UMA LICENÇA- ADOTANTE COMPATÍVEL COM OS NOVOS MODELOS FAMILIARES.....	766
Sem autoria	
FORÇA-DRIBLE-GINGA: ANCESTRALIDADES, AFRICANIDADES E CORPORALIDADES NO ESPORTE NA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DE RAÇA, GÊNERO, CLASSE E SEXUALIDADES	767
Ineildes Calheiro Eduardo David Oliveira	
NOVAS REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE FEMININA NO UNIVERSO DO MARAVILHOSO DE MARINA COLASANTI	774
Nathalia Bezerra da Silva Ferreira Verônica Maria de Araújo Pontes	

CONVENCIONALIZAÇÃO DE PERSONAGENS TRAVESTIS NA LITERATURA BRASILEIRA: CORPO E SUBJETIVIDADE	775
Carlos Eduardo Albuquerque Fernandes	
PARA ALÉM DO MODELO HIERÁRQUICO: UMA ANÁLISE DO CONTO “ADÁGIO”, DE ISMAEL MACHADO	794
Gleidson Wirllen Bezerra Gomes Telma Amaral Gonçalves	
SAÚDE MENTAL E DIVERSIDADE SEXUAL	801
Marco José de Oliveira Duarte	
AFROZINE: UMA PROPOSTA DE ATIVIDADE LITERÁRIA A PARTIR DA PERSPECTIVA AFRODESCENDENTE E DA IDENTIDADE DE GÊNERO	808
Amanda Almeida Alencar de Souza	
CORPOS DIGITAIS NO TINDER: A PREPARAÇÃO PARA AS BUSCAS POR PARCEIROS NO “ONLINE”	824
Fabrício de Sousa Sampaio	
TECNOLOGIA E NOVOS PARADIGMAS DO CONHECIMENTO PARA EDUCAÇÃO	834
Lindamir Salete Casagrande Rodrigo Henrique de Jesus Nascimento Fábio Ronaldo da Silva	
DRAG QUEENS E TRANSMÍDIA: DESLOCAMENTO PARA MÍDIAS DIGITAIS E OUTRAS PLATAFORMAS	874
Ayrton Senna Seraphim do Amaral Andréa Ferraz Fernandez	
REPRESENTAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE GAROTAS ADOLESCENTES NO CINEMA: UMA ANÁLISE SOBRE MENINAS MALVADAS	880
Giullia Vênus Oliveira Santos	

MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: AS INCIDÊNCIAS SOBRE O GÊNERO FEMININO	892
Tatiane Souza da Silva	
Carmem Maria Vieira de Amorim	
Lara Moreira Giló	
Maria Conceição Lopes da Silva	
Anderson Nayan Soares de Freitas	
ANÁLISE DO DISCURSO NO JORNAL JÁ: O ESTUPRO ENQUANTO SUBSTRATO DO PRODUTO JORNALÍSTICO	898
Danilo Silva de Meireles	
Erik Ruan Santana da Silva	
Josenildo Soares Bezerra	
INFLUÊNCIAS NA PRODUÇÃO SIMBÓLICA SOBRE LÉSBICAS NO CINEMA BRASILEIRO	899
Naiade Bianchi	
ENEGRECIDA: ARTVISMO E FEMINISMO NEGRO COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO E INTERVENÇÃO SOCIAL	905
Carolina Araujo de Brito	
A MATERIALIZAÇÃO DO PATRIARCADO E A INVISIBILIDADE DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: UMA ANÁLISE SOBRE O PODER DA MÍDIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA	907
Wesley Pereira Guimarães	
Beatriz Costa Silva	
Ítalo de Brito Nery Vieira	
Natália Dequeixes Muniz	
O PADRÃO XICA DA SILVA NA COMPOSIÇÃO DO PROTAGONISMO NEGRO DA TELENOVELA BRASILEIRA	914
Rhayller Peixoto da Costa Souza	
A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS SORO POSITIVOS NO DISCURSO MIDIÁTICO	923
Fernando Henrique Rodrigues de Lima	

GÊNERO, JUVENTUDES E SEXUALIDADES: ATRAVESSAMENTOS ENTRE A ESCOLA E A FAMÍLIA.....	936
Karine Nascimento Silva Mary Garcia Castro	
O DISCURSO DO FEMINISMO SOB A ÓTICA DAS JOVENS ESTUDANTES DE COLÉGIO ESTADUAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA.....	945
Larissa Silva Alves Adriana Maria de Abreu Barbosa	
OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS PAULISTA E O PROTAGONISMO DE MULHERES EM 2015.....	946
Francieleide Araujo	
LEOLINDA DALTRO (1860 – 1935): PRÁTICAS E DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA, FEMININA E FEMINISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA	954
Teresa Vitória Fernandes Alves Renata Rodrigues Brandão	
PELA IGUALDADE DE GÊNERO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PUBLICAÇÕES DO IMOPEC.....	964
Cícero Joaquim dos Santos Antonio Carlos Dias de Oliveira Maria Enilde da Costa	
GENXES: OFICINAS DE ENSINO DE HISTÓRIA, GÊNERO E SEXUALIDADE.....	965
Cícero Joaquim dos Santos Antônio Carlos Dias de Oliveira Maria Enilde da Costa	
ANÁLISE DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS CLASSE DO DISTRITO FEDERAL.....	974
Maria Dayssy Stphanie Rocha Cerqueira Priscilla Maia de Andrade	

A DINÂMICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E O PENSAMENTO DESCOLONIZADO 990

André Luiz dos Santos Barbosa

Angela Maria Venturini

José Guilherme de Oliveira Freitas

MATERNIDADES LÉSBICAS E BISSEXUAIS (LÉSBI) – PESQUISA E ENSINO COMO PRÁTICAS ESCOLARES DE (RE)EXISTÊNCIA 997

Luciene Celina Cristina Mochi

Ana Rosa Costa Picanço Moreira

BORDANDO VIVÊNCIAS: NOTAS SOBRE BORDADO, ÁLBUNS DE FAMÍLIA E VIDA 1011

Rodrigo Lopes Costa

CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: GÊNERO E SEXUALIDADE NAS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS 1012

Antonio Carlos Dias de Oliveira

Cícero Joaquim dos Santos

POR OUTRAS HISTÓRIAS: NARRATIVAS DE PROFESSORES LGBT 1013

Antonio Carlos Dias de Oliveira

Cícero Joaquim dos Santos

Maria Enilde da Costa

POR UMA PEDAGOGIA QUE LIBERTE TODAS AS CORES: O PROJETO MULHERES INSPIRADORAS E SEU POTENCIAL PARA O ENFOQUE EM DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUAIS 1014

Emmanuel Henrique Souza Rodrigues

A MULHER NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO 1015

Ana Michele da Silva Lima

Scarlett O'hara Costa Carvalho

Lia Machado Fiúza Fialho

MARIA GILVANISE DE OLIVEIRA PONTES: GÊNERO E RESISTÊNCIA DE UMA PROFESSORA DE MATEMÁTICA (1962- 1974)..... 1016

Cristine Brandenburg
Lia Machado Fiuza Fialho
José Rogério Santana

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ESCOLAR..... 1022

Beatriz Lima de Oliveira
José Anselmo da Silva Neto

DIVISÃO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO MÉDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE 1029

Antonia Núbia Oliveira Alves de Souza
Lore Fortes

GÊNERO E SEXUALIDADE: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CONSERVADORISMO NO BRASIL 1035

Alessandro de Oliveira Apolinário
Lore Fortes
Kelvis Nascimento

A EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: REPENSANDO CONCEITOS A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL..... 1056

Alex William Sanches
Leandro Reinaldo da Cunha
Bianca Silva Oliveira

O AMBIENTE ESCOLAR FRENTE ÀS DISCRIMINAÇÕES E À PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNEROS 1063

Jarles Lopes de Medeiros
José Edicarlos Araújo

RELAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO SOBRE O CARIRI CEARENSE..... 1075

Maria Enilde da Costa
Antonio Carlos Dias de Oliveira
Cícero Joaquim dos Santos

“ERA SÓ UMA BRINCADEIRA” UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O IMPACTO DO BULLYING HOMOFÓBICO E DE GÊNERO NA ESCOLA..... 1076

Iara Danielle Ferreira Bandeira
Leyslaine Bandeira Sales

MACHISMO E HOMOFOBIA: ANÁLISE DE PRÁTICAS SEXISTAS NO AMBIENTE ESCOLAR DO ESTADO DO CEARÁ..... 1082

Homero Henrique de Souza
Jarles Lopes de Medeiros

PRÁTICAS PRECONCEITUOSAS E DISCRIMINATÓRIAS DESENVOLVIDAS CONTRA ALUNXS LGBTIS NO COTIDIANO DO COLÉGIO ESTADUAL WALTER ORLANDINI..... 1098

Renan Corrêa
Carlo Jagger Bettini

ANÁLISE DA HOMOFOBIA A PARTIR DO FILME MOONLIGHT..... 1099

Jose Antônio Sepulveda
Marco Antônio Xavier
Daniel Lima

“IDEOLOGIA DE GÊNERO” E O CURRÍCULO: O QUE XS ALUNXS DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ PENSAM-VIVENCIAM SOBRE ISSO..... 1100

Júlio Cezar Pereira Araújo
Fernando Altair Pocahy

“TU QUE VAIS ALFABETIZAR ESSAS CRIANÇAS?”: PROFESSORES HOMENS E AS DISCRIMINAÇÕES FRENTE AO ATO DE ENSINAR..... 1101

Júlio Cezar Pereira Araújo
Fernando Altair Pocahy

DEBATENDO GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: UM DIÁLOGO ABERTO COM PROFESSORES..... 1102

João Paulo Ferraz
Luciana de Abreu Nascimento

DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: AS DIVERSAS PRODUÇÕES COTIDIANAS DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE NA ESCOLA	1109
Luiz Otavio Luz Renan Correa	
A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL COMO RESISTÊNCIA LGBTQIS.....	1111
Fábio Pinheiro Ramos de Souza	
MÃO NA MASSA: OFICINAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM ESCOLAS	1113
István de Oliveira Bacsa	
MULHERES E EDUCAÇÃO NO INICIO DO SÉCULO XX NA OBRA DA ESCRITORA JULIA LOPES DE ALMEIDA	1120
Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa	
PROFESSORAS NEGRAS E SUAS TRAJETÓRIAS NOS EMBATES COTIDIANOS DA FUNABEM/FAETEC.....	1127
Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa José Henrique Soares	
PROFESSORAS NEGRAS E PROFISSIONAIS NEGRAS LIGADAS À EDUCAÇÃO E SUAS TRAJETÓRIAS NOS EMBATES COTIDIANOS DA FUNABEM/FAETEC	1129
Eurídice H MPessoa José Henrique Soares	
“NÃO É IDEOLOGIA, O CERTO DE GÊNERO”: EDUCAÇÃO SEXUAL CONTRA A HOMOFOBIA NA ESCOLA	1134
Elaine de Jesus Souza	
O COTIDIANO ESCOLAR E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES.....	1141
André Luiz dos Santos Barbosa Angela Maria Venturini Fernanda Iglesias Webering	
TRAJETÓRIAS DE ALUNOS TRANS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU NA BAIXADA FLUMINENSE.....	1148
Luciano Marques da Silva	

ENTRANDO PELA PORTA DA FRENTE: HISTÓRIAS INFANTIS DISSIDENTES 1149

Alexandre Nabor França
Sergio Luiz Baptista da Silva

**O SISTEMA EDUCACIONAL E O DESAFIO DA PERMANÊNCIA NA ESCOLA
DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS JOVENS MORADORAS DA ROCINHA, RJ 1155**

Diego da Silva Santos
Sergio Luiz Baptista da Silva

**TRANSEXISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DO ENSINO DE BIOLOGIA:
RESISTÊNCIAS E EXPERIMEN-TORÇÕES 1186**

Sandro Prado Santos

**DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: COMO PENSAM JOVENS
ESTUDANTES DAS REDES PÚBLICAS FEDERAL E ESTADUAL? 1193**

Mayara de Souza Félix
Carlos Eduardo Beda Gomes
Ricardo Cesar Rocha da Costa

**PEDAGOGIAS NÃO EXCLUDENTES: DESINVIBILIZANDO GÊNEROS E SEXUALIDADES
NA EDUCAÇÃO BÁSICA – EEP PROFESSORA MARLY FERREIRA MARTINS 1194**

Lindemberg Jackson Sousa de Castro
Iara Danielle Ferreira Bandeira

ALUNAS TRANS: DISCUTINDO A EQUIDADE NA DIVERSIDADE 1195

Maria Heloísa de Melo Cardoso
Helma de Melo Cardoso

**ME CHAME PELO MEU NOME: RESISTÊNCIAS E VIVÊNCIAS INTERPESSOAIS
ENTRE A POPULAÇÃO LGBT+ 1202**

Gleydson Felipe Duque de Paiva
Wellington Nascimento Esteves

**SER-TÃO MULHER: FEMINISMO E CULTURA POPULAR NO INTERIOR DO
ESTADO DO CEARÁ 1203**

Geovane Gesteira Sales Torres
Paulo Junior Alves Pereira
Ana Larissa Raynara da Silva Domingos
Maria Inês Rodrigues Machado

**TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: OS HOMO SACER DA CONTEMPORANEIDADE E A
ELIMINAÇÃO DAS FORMAS DE VIDA DISSIDENTES 1211**

Flávia Haydeé Almeida Lopes
Luanna Tomaz de Souza

**E QUEM ME SALVARÁ? UMA ANÁLISE ACERCA DAS VIOLÊNCIAS CONTRA GAYS,
TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NOS PRESÍDIOS MASCULINOS. 1219**

Jônatan David Santos Pereira
Nicole Louise Macedo Teles de Ponte
Lorena Lima de Moraes

PNE E BNCC: DISCURSOS HETERONORMATIVOS NO CURRÍCULO ESCOLAR..... 1225

Marlon Silveira da Silva

MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT – 40 ANOS DE ATUAÇÃO..... 1233

Marcio Caetano

HOMOSSEXUALIDADES E LESBIANIDADES: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS 1234

Leandra Sobral Oliveira
Amana Rocha Mattos

**A INVISIBILIDADE DAS MULHERES TRANS NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS
SOBRE FEMINISMO E A LUTA DAS MULHERES 1243**

Ariane Moreira de Senna

**OS CORTES NOS CUS E OS CORPOS (IM)POSSÍVEIS NO PALCO SOTEROPOLITANO
NA DITADURA CIVIL MILITAR. 1258**

Kleber José Fonseca Simões

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA A POPULAÇÃO LGBTQI 1273

Angela Maria Venturini
André Luiz dos Santos Barbosa
José Guilherme de Oliveira Freitas

**BORBOLETA PROFESSORA: A POESIA DE TÂNIA LIMA COMO REPRESENTAÇÃO
SOCIAL DO BRASIL..... 1281**

Karima Bezerra de Almeida

**A (RE) PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA ENGENDRADA DE ESCRITORES NEGROS
SOBRE OS PERSONAGENS NEGROS..... 1282**

Zionel Santana
Terezinha Richartz Santana

**AS REPRESENTAÇÕES DAS PROFISSÕES NO LIVRO DIDÁTICO: VISIBILIDADE E
APAGAMENTO FEMININO NOS ESPAÇOS PRIVADO E PÚBLICO..... 1289**

Maria Regina de Lima Gonçalves Oliveira
Arioaldo Lopes Pereira

**REBUCETEIO LÉSBICO: PRODUÇÃO DE SENTIDOS E TRAJETÓRIAS AFETIVO-SEXUAIS
DE MULHERES LÉSBICAS, BISEXUAIS E MSM 1307**

Juliana Mazza Batista Costa
Sarana Maria de Sousa Santos

**DO DISCURSO PUBLICITÁRIO A INTERPRETAÇÃO DOS SENTIDOS:
UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE LGBTI+ NA PUBLICIDADE 1314**

Erik Ruan Santana da Silva
Danilo Silva de Meireles
Josenildo Soares Bezerra

LINGUAGEM E PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO 1329

Lucas Oliveira de Lacerda

**HISTÓRIA, LUTAS E CONQUISTAS DO GRUPO AFIRMATIVO DE MULHERES
INDEPENDENTES-GAMI DA CIDADE DE NATAL-RN 1330**

José Adailton Sousa dos Santos
Lore Fortes

**RESISTÊNCIAS: TRAJETÓRIAS AFETIVAS E INTERSECCIONAIS DA TRAVESTI E
A AMIGA BICHA PRETA..... 1336**

Rodrigo Márcio Santana dos Santos
Thiffany Odara Lima da Silva

**O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DO RACISMO E DA TRANSFOBIA NAS MULHERES
TRANS NEGRAS: POTENCIALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO 1337**

Lidiane Gomes dos Santos
Francisco Francinete Leite Júnior
Isaura Caroline Abrantes Silva

VISIBILIZANDO A NARRATIVA DA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE MULHERES LÉSBICAS E BISEXUAIS: EFEITOS DA PREVALÊNCIA DA HETERONORMATIVIDADE E NO ESPAÇO-TEMPO DA ESCOLA.....	1343
Vanini Bernardes Costa de Lima Margareth Cristina de Almeida Gomes	
“É MEU DIREITO DE MÃE”: NARRATIVAS DE MULHERES INTEGRANTES DO GRUPO DE MÃES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE FORTALEZA.....	1344
Ingrid Lorena da Silva Leite Ana Larisse Santos Barbosa	
A ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA QUEM DELA NECESSITA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMANDAS LGBT FRENTE ÀS (DES)PROTEÇÕES SOCIAIS	1345
Gleydson Felipe Duque de Paiva Wellington Nascimento Esteves	
A PERSPECTIVA DE UM FUTURO: AUTOETNOGRAFIA DE UMA TRANSEXUAL UNIVERSITÁRIA NO SERTÃO PERNAMBUCANO.....	1346
Rayanna Sophia de Souza Lorena Lima de Moraes Nicole Louise Macedo Teles de Pontes	
LÉSBICAS PROFISSIONAIS DO SEXO: EXPERIÊNCIAS E SEXUALIDADES DISSIDENTES	1347
Juliana Mazza Batista Costa Elaine Magalhaes Costa Fernandez	
POLÍTICA E BIOMONSTRUOSIDADE	1353
Lucas Oliveira de Lacerda	
IMAGENS DO SEXO EM PÚBLICO	1354
Matheus Araujo dos Santos	
NA PELE: AS EXPERIÊNCIAS ORGIÁSTICAS BAREBECKING DE HOMENS SOROPOSITIVOS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS	1355
Gleidson Vieira	
MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E SEXUALIDADES	1356
Neyla Priscila de Araújo Castro	

**O DIA D DOS HOMENS A NÃO ADEÇÃO AO TOQUE RETAL E PREVENÇÃO DO
CÂNCER DE PRÓSTATA E A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO 1357**

Severino Francisco de Souza Leão
Elzomar Mendonça Freire
Karoline Mirapalheta Dias

**HOMEM COM H, AS REPRESENTAÇÕES DA MASCULINIDADE CONTEMPORÂNEA,
UMA ANÁLISE LITERÁRIA..... 1364**

Apolo Vincent Silva de Oliveira

**LGBT+ E COMPORTAMENTO CULTURAL: UMA PERSPECTIVA ATUAL DA
SOCIEDADE BRASILEIRA..... 1375**

Erinaldo Domingos Alves
Hávila Raquel do Nascimento Gomes Brito
Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

**A DINÂMICA DE ATUAÇÃO DOS COLETIVOS LGBT PARA INCLUSÃO DE
MINORIAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS..... 1382**

Danzio Weliton Gomes da Silva

CORPO SANTO, CORPO SUBVERSIVO: A RAINHA POMBAGIRA SETE ENCRUZILHADAS 1411

Jean Souza dos Anjos

**“O QUE SE VÊ PODE NÃO SER. SERÁ?”: A FIGURA DE MÁRIO MIRANDA NO
XANGÔ PERNAMBUCANO 1417**

Nairam Santana da Cunha
Fabiana de Fátima Bruce da Silva

**“EU FICO COM A MINHA FÉ ASSIM COMO TODO MUNDO TEM A SUA FÉ” – GÊNERO
E RELIGIOSIDADE NA AMAZÔNIA EM MEIO A DESCONSTRUÇÕES AO REFERENCIAL
HETERONORMATIVO NO DOCUMENTÁRIO AS FILHAS DA CHIQUITA (2006) 1426**

Amanda Pereira de Carvalho Cruz
Sandra Maria Nascimento Sousa

**ON-LINE / OFF-LINE: RELAÇÃO CORPO E ESPAÇO DE HOMENS QUE BUSCAM PARCEIROS DO
MESMO SEXO NO APP TINDER NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS..... 1434**

Diego Miranda Nunes
Susana Maria Veleda da Silva

SAÚDE LGBT NO ARMÁRIO?	1435
Marco José de Oliveira Duarte Esther Guedes da Silva Oliveira	
SAÚDE MENTAL E DIVERSIDADE SEXUAL	1442
Marco José de Oliveira Duarte	
POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA PARA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL E NA ARGENTINA	1449
Bruna Andrade Irineu Brendhon Andrade Oliveira	
GÊNERO E SEXUALIDADES NO OLHO DO FURACÃO: VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBT E A POÉTICA DE BELCHIOR.	1456
Luíza Carla Cassemiro	
DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT E O SISTEMA DE JUSTIÇA	1471
João Bôsco Hora Góis Kamila Cristina da Silva Teixeira	
POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL	1478
Rosária de Sá da Silva	
UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ: O QUE NOS REVELAM OS ALUNOS QUANTO À EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS?	1494
Rosalva Maria Girão Pereira Nogueira Luís Tomás Domingos	
POLÍTICAS SOCIAIS E QUESTÕES DE GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA CENTRALIDADE NA FAMÍLIA	1503
Francisca Valdeniza Lopes de Souza	
“CUIRIZANDO” A HISTÓRIA: QUANDO CLIO ABRE AS PERNAS E DEIXA SER PENETRADA PELO (CU) QUEER	1509
Cassiano Celestino de Jesus	

“EVASÃO OU EXPULSÃO ESCOLAR?!”: VIOLÊNCIA DE GÊNERO COM JOVEM ESTUDANTE TRANS EM ESCOLA PÚBLICA NO PARÁ	1516
Mayanne Adriane Cardoso de Souza	
Alessandra de Almeida Souza	
“ISSO AQUI, MEU FILHO, É FAMÍLIA? DOIS MACHOS COM UMA CRIANÇA É FAMÍLIA?!”: ATAQUES REACIONÁRIOS AOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL.....	1522
Vinicius Mascarenhas dos Passos	
Marcos Lopes de Souza	
“HOJE EM DIA PRA SER BONITA TEM QUE SER BRANCA, MAGRA E DE CABELO LISINHO”: DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA	1529
Thaís Santos Santana	
Marcos Lopes de Souza	
CARA (MADURO) OU COROA: REFLEXÕES SOBRE HOMOSSEXUALIDADE, GÊNERO, RAÇA E ENVELHECIMENTO NO RIO DE JANEIRO	1536
Alexandre Gaspari	
BISSEXUALIDADE-ENCRUZILHADA: PISTAS PARA INTERROMPER O FLUXO DA OPRESSÃO	1537
Sem Autoria	
TRAJETÓRIA ESCOLAR E PROFISSIONAL DE JOVENS NEGRAS: VIVÊNCIAS E INTERSECÇÕES DE GÊNERO E RAÇA	1538
Andréia Carvalho	
BRANQUITUDE NOS FEMINISMOS: INTERSECCIONANDO GÊNERO E RAÇA NOS PROCESSOS SUBJETIVOS E RACIAIS DE MULHERES BRANCAS.....	1545
Georgja Grube Marcinik	
Amana Rocha Mattos	
FORMAS DE HABITAR TRAUMAS: A CONTRASSEXUALIDADE COMO DISPOSITIVO DE COABITAR O TRAUMA DE UM CORPO BICHA PRETA	1551
Andrey Rodrigues Chagas	

GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A DISCUSSÃO SOBRE AS MULHERES PRESIDIARIAS DO INSTITUTO PENAL FEMININO (IPF)	1558
Yohana Tôres Monteiro	
MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO INEGRAS	1565
Yohana Tôres Monteiro	
Jamille Rodrigues Braga	
Ana Larisse Santos Barbosa	
Rayanne Pires Xavier	
Ingrid Lorena da Silva Leite	
POR TRÁS DA PELE, DOS GÊNEROS E DAS GRADES: A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A ASSISTÊNCIA JURÍDICA E SOCIAL À POPULAÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PICOS	1572
Joicyara Bernardes de Lima Ferreira	
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior	
O SERTÃO, O GÊNERO E A RAÇA - A NECESSIDADE DE RESISTÊNCIAS INTERSECCIONAIS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO.	1579
Francisco Flávio Eufrazio	
Ana Beatriz Bandeira dos Santos	
NAS RUAS DE CAMPO GRANDE-MS: OS (DES)CAMINHOS DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA	1589
Guilherme R. Passamani	
A BRANQUITUDE NO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA”	1590
Amanda Rastrelli	
Bárbara Monnerat.	
GÊNERO, SEXUALIDADES, EDUCAÇÃO E COLONIALIDADE: INTERSECÇÕES POSSÍVEIS?	1599
Rastrelli, Amanda	
Mattos Amana	
JUVENTUDE NEGRA E HIPERSEXUALIZAÇÃO	1609
Pâmela Rafaela Peixoto Barbosa	
Anna Luiza Santos de Oliveira	
Ricardo Cesar Rocha da Costa	

ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS EXPERIÊNCIAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO INTERIOR MARANHENSE 1610

Rosângela de Sousa Veras

PARTICIPAÇÃO MASCULINA EM COLETIVOS FEMINISTAS: A EXPERIÊNCIA DA FRENTE DE MULHERES DO CARIRI (CE). 1618

Roberto Marques

MILITÂNCIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E GAYTRIFICAÇÃO: AS DISPUTAS URBANAS NO CENTRO DE SÃO PAULO 1619

Bruno Puccinelli

COLETIVOS FEMINISTAS E SUAS MOVIMENTAÇÕES NA REDE 1620

Fernanda Deborah Barbosa Lima

O MOVIMENTO FEMINISTA PENSADO PARA ALÉM DO CONCEITO, ALÉM DO SEXO E ALÉM DA SOCIEDADE 1621

Rebecca Mendes Cruz

Gustavo Gomes Da Silva Marques

Suelen Gonçalves Duarte

RETROCEDENDO? BREVE ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E A MINORAÇÃO DOS DIREITOS LGBT 1622

Karine Lima Verde Peixoto

Fábia Geisa Amaral Silva

GÊNERO E SEXUALIDADE: DESAFIOS INTERSECCIONAIS NO CURRÍCULO DE PSICOLOGIA 1629

Cristina Vianna Moreira dos Santos

O SUICÍDIO ENQUANTO FENÔMENO GENDRADO E O IMPEDIMENTO DE EXISTÊNCIAS NÃO-NORMATIVAS 1636

Felipe de Baére

CORPO T E ATENÇÃO PRIMÁRIA – CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS E DEMANDAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO 1643

Sem Autoria

**O USO CONTÍNUO DO ANTIDEPRESSIVO CLONAZEPAM POR MULHERES DA
COMUNIDADE VÁRZEA DA CASA EM SANTO ESTEVÃO-BA: ANÁLISE DOS FATORES
QUÍMICOS E DE GÊNERO 1644**

Débora Araújo Leal

Janete Moura Teixeira

Erinaldo Domingos Alves

Hávila Raquel do Nascimento Gomes Brito

Sofia Vasconcelos Carneiro.

**SAÚDE MENTAL DA MULHER LÉSBICA E DA MULHER BISEXUAL:
INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE 1653**

Isabella Nara Costa Alves

Francineide Marques da C. Santos

**VIVÊNCIAS DE MULHERES NO CONTEXTO DA RUA: CONTRIBUIÇÕES DO
CONCEITO DE GÊNERO PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA 1661**

Mayk Diego Gomes da Glória Machado

Cristina Vianna Moreira dos Santos

**TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE NA TRAJETÓRIA ESCOLAR:
CONFLITOS E PRODUÇÃO IDENTITÁRIA E CORPORAL 1662**

Kueyla de Andrade Bitencourt

João Diógenes Ferreira dos Santos

**(DES)IDENTIFICAÇÃO CRÍTICA OU NOTAS SOBRE UMA ESTÉTICA DAS
MULTIPLICIDADES: MEMÓRIAS DO MATERIALISMO LÉSBICO DE WITTIG
E SUAS INTERPRETAÇÕES QUEER 1676**

Igor Leonardo de Santana Torres

Felipe Bruno Martins Fernandes

**CONTANDO INTIMIDADES, TRANSVIANDO CIDADES: O RELATAR A SI MESMO
E A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA QUEER EM “VIRGINDADE” 1694**

Henrique Rodrigues Marques

PARA NÃO ESQUECER 1695

Rodrigo Lopes Costa

**A INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE À MARGEM DO RIO GRANJEIRO:
INCIDÊNCIAS ENTRE A MEMÓRIA SUBTERRÂNEA E AS PRÁTICAS NÃO
DITAS NA LITERATURA ORAL DO CRATO-CE..... 1696**

Ribamar José de Oliveira Junior
Lore Fortes

**O SINTOMA DO INQUIETANTE DUPLO NA FRONTEIRA DOS DESEJOS EM
A ALMA TROCADA, DE ROSA LOBATO DE FARIA 1702**

Eider Madeiros
Hermano de França Rodrigues

**TRANS(FORMAR) A CIDADANIA: GRUPO QUE ESTIMULA O EMPODERAMENTO E O
PROTAGONISMO LGBTI NO CARIRI CEARENSE 1703**

Ana Paula Macêdo de Albuquerque
Iara Maria de Araújo

CINECLUBE DIVERSIDADE: DEBATENDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA 1708

Ana Beatriz de Almeida Gomes
Victoria Sodrê Santos
Ricardo Cesar Rocha da Costa

NÚCLEO DE GÊNERO STEFHANI BRITO NA ESCOLA 1709

Maria Marilene Banhos Nogueira

**SOBRE A FORMAÇÃO DE UM COLETIVO EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO:
COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS E AÇÕES 1714**

Renata Miranda de Oliveira
João Filipe Cruz

**A ESTÉTICA E A EPISTEMOLOGIA TRANSGÊNERA E NEGRA NA UNIVERSIDADE
BRASILEIRA: EXPERIÊNCIA DE UMA MULHER TRANS, NEGRA, PROFESSORA E
PESQUISADORA NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA 1723**

Sem autor

TRAJETÓRIAS FEMININAS: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO 1725

Maria Aparecida Elias Pereira

**SERVIÇO SOCIAL EM MOVIMENTO: REPENSANDO O FEMINISMO NO
ALTO SERTÃO PARAIBANO..... 1733**

Sem autor

**O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO PARA A CONSTRUÇÃO DE DISCUSSÕES
VOLTADAS A DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO. 1735**

Antonio Marlon Coutinho Barros

**EU SOU MEU PRÓPRIO LAR: DIVERSIDADE DAS MULHERES DA UNIVERSIDADE DA
INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA. 1755**

Silmara Peixoto Moreira

**VIOLÊNCIA, DESCASO E/OU DESCONHECIMENTO: A MULTIPLICIDADE DE
RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E OS/AS OSTOMIZADOS/AS 1763**

Adriana Aparecida de Paula

Simone Becker

**A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A GARANTIA DOS DIREITOS
SOCIO ASSISTENCIAIS PARA POPULAÇÃO LGBT 1770**

Adrianna Figueiredo

**POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA
MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E
DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA
LGBT DE PICOS-PI 1778**

Glauber Bezerra Macedo

Martha Virna de Sousa

José Thiago Bezerra Sobreira

Rayane de Jesus Carvalho

Paulo Fernando Mafra de Souza Junior

**EMXAIBADORXS TODXS – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA CONEXÃO
NACIONAL DE LIDERANÇAS LGBT+ NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS 1791**

Matheus dos Santos Melo

Levi Mota Muniz

**POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT: UM EXERCÍCIO CONSTANTE DE RESISTÊNCIAS E
RESILIÊNCIAS 1792**

Marina Reidel

A IMPLEMENTAÇÃO DAS CÉLULAS DE ARTICULAÇÃO DE IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE SEXUAL NA POLÍTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE. 1793

José Rogers Winchester de Saboia
Renata Marques de Sousa
José Maria Nogueira Neto

A IMPLEMENTAÇÃO DAS CÉLULAS DE ARTICULAÇÃO DE IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE SEXUAL NA POLÍTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE. 1794

José Rogers Winchester de Sabóia, JRWS
José Maria Nogueira Neto, JMNN
Renata Marques de Sousa, RMS

RESGATE HISTÓRICO DO NASCIMENTO DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS NO BRASIL..... 1795

Jovanna Cardoso da Silva
Beatriz Senegal

QUANDO AS ESCOLAS (NÃO) PARAM – DISPOSITIVOS CÊNICOS PARA REPENSAR O GÊNERO A PARTIR DA CRIAÇÃO ARTÍSTICA EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL..... 1801

Levi Mota Muniz
Matheus dos Santos Melo

HÁ VAGA: A CONTRIBUIÇÃO DOS POLICIALESCOS PARA EXCLUSÃO DE TRAVESTIS DO MERCADO DE TRABALHO 1802

João Lucas Santos Memória

PRÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA JUNTO ÀS VIOLAÇÕES E ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DOS DIREITOS ÉTNICO-RACIAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ANÁLISES CRÍTICAS ÀS POLÍTICAS DO CORPO DIS(DO)CENTE DO CURSO DE DIREITO NO VALE DO RIO GUARIBAS - PI 1807

Sibelle de Moura Ferreira
Jéssica Borges Gonçalves Silva
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior
Maria José Rodrigues de Sousa

CRISE DEMOCRÁTICA NO BRASIL E OS DESAFIOS DO ENSINO DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE 1815

Rodrigo Jacob Moreira de Freitas

OLHARES SOBRE GÊNERO, SAÚDE E ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA..... 1824

Rodrigo Jacob Moreira de Freitas

DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA EM PESQUISA-AÇÃO..... 1831

Mariana Ferreira dos Santos Soares

Taynara Torres Pareto

Ricardo Cesar Rocha da Costa

ARTICULANDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR REFLEXIVO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA INFÂNCIA..... 1832

Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araujo

Ednalva Rodrigues de Oliviera

GÊNERO COMO CONTEÚDO INTERDISCIPLINAR: UM RELATO DE PRÁTICA ATRAVÉS DO DOCUMENTÁRIO THE MASK YOU LIVE IN 1850

Leandro Teofilo de Brito

Maria Elizabeth Batista Moura Diniz

COMO ESTAR EU E COMO SER NÓS EM NOSSA RESIDÊNCIA – A FRICÇÃO DE GÊNERO ENTRE ESCOLA, ALUNOS E RESIDENTES A PARTIR DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (CAPES/UFC)..... 1860

Matheus dos Santos Melo

Levi Mota Muniz

EXPERIMENTOS DE COMO FLUIR O GÊNERO – O PERCURSO ARTÍSTICO E IDENTITÁRIO DA NÃO-BINARIEDADE A PARTIR DO COLETIVO DEBANDADA..... 1861

Levi Mota Muniz

Matheus dos Santos Melo

CELEBRAÇÃO, RESISTÊNCIA E PERFORMANCE: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O VOGUING EM BRASÍLIA 1862

Patricia da Silva Moreira Diniz

PERCEPÇÃO DO ATENDIMENTO HOSPITALAR ENTRE MULHERES INDÍGENAS DA COMUNIDADE GAVIÃO 1869

Mariana da Costa Amorim

Luciana de Oliveira Dias

**AS VOZES MASCULINAS NA INFÂNCIA: RE(CONSTRUÇÕES) DO CMEI
CARLOS MARINHO FALCÃO EM FEIRA DE SANTANA- BA 1877**

Ismael Santos Souza
Marcelo Henrique da Silva e Silva
Isaque dos Santos Souza
Débora Araújo Leal.

**MILITÂNCIA LGBT E AS RELAÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE: UM OLHAR
JUNTO A FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLENA NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS 1885**

Jéssica Karoliny de Sousa Santos
Luana Silva Araújo
Maíla Carmem Ferreira Veloso
Marilda da Silva Alves
Mariuva da Silva Oliveira

**HOMOSSEXUALIDADES, JUVENTUDE, RELIGIOSIDADE E (NÃO) ACEITAÇÃO:
LIMITES E POSSIBILIDADES NA CLÍNICA PSICOLÓGICA. 1895**

Marcelle Karoline Guastavino Paixão
Renata Rodrigues Maciel
Leandra Sobral Oliveira

DÍALOGOS PARA ZERO DISCRIMINAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE 1901

Ayune Bezerra Soares
Georgiana Braga-Orillard
Cleiton Euzébio de Lima

A COR DO ARCO-ÍRIS: A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS 1903

José Borges de Moraes
Geane Maria de Alencar Arrais Borges
Samuel do Nascimento Hora
Professor Dr. Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior

**UM RELATO SOBRE O SILÊNCIO DA CLANDESTINIDADE: ABORTO E CRIMINALIZAÇÃO
NO BRASIL 1925**

Fernanda Naiara da Frota Lobato.

TRADUZINDO A ÁFRICA QUEER: AMPLIAÇÃO DO MAPEAMENTO 1927

João Bosco S. da Fonseca

Izzie Madalena S. Amancio

Caterina A. Rea

Carmem Maria Vieira de Amorim

Jaqueline Silva Marques

Luan Lopes

Tatiane Souza da Silva

Myrla Alves de Oliveira

“VOCÊ ESTÁ LOUCA”: O GASLIGHTING E AS DUAS FACES DO PODER NA CONJUGALIDADE ... 1934

Diana Maria da Silva Sousa

MOBILIDADE, SILÊNCIO E MULHER: UMA ANÁLISE DAS SUBNOTIFICAÇÕES DOS CASOS DE ASSÉDIO PRATICADOS DENTRO DO TRANSPORTE COLETIVO DE FORTALEZA/CE..... 1935

Nathalia Martins de Souza

VIVÊNCIAS DAS DRAG QUEENS..... 1938

Samuel Mariano de Vasconcelos

NÃO É SÓ UMA FASE: ANÁLISE SOBRE O APAGAMENTO DAS MULHERES BISEXUAIS. 1939

Sem Autoria

POR UMA ESFERA PÚBLICA LGBT: DE J.HABERMAS A NANCY FRASER..... 1943

Vinícius Barriga dos Santos

MOVIMENTOS FEMINISTAS E AS NORMAS DE GÊNERO VISITADOS POR ANGELA DAVIS E PATRÍCIA GALVÃO 1946

Bianca Araci de Figueiredo

Hylío Laganá Fernandes

ABORTO CRIMINALIZADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS: MULHERES NEGRAS SÃO AS MAIS AFETADAS. 1950

Sem Autoria

A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL: É PELA VIDA DAS MULHERES	1951
Érica Furtado Viana Raysa Raquel Cordeiro Barros	
ESTIGMAS E PRECONCEITOS: TECENDO REFLEXÕES SOBRE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS	1952
Kátia Valéria Nunes de Moraes Neide da Silva Áfio	
ORELHÕES EMOLDURADOS: A EVASÃO ESCOLAR DE TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO	1955
Fábio Pinheiro Ramos de Souza	
“O MEU NOME, TU CONHECE. SOBRENOME: SACANAGEM”: MASCULINIDADES PERFORMÁTICAS NO FUNK DE JERRY SMITH.....	1956
David Francisco de Amorim	
COMUNIDADE LGTB E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL	1957
Hávila Raquel do Nascimento Gomes Brito Erinaldo Domingos Alves Elane Matia de Castro Coutinho Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro	
DIFERENÇA DA DIFERENÇA: IDENTIDADES INTERSECCIONAIS E SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS E BISEXUAIS NEGRAS	1958
Layla Vitorio Peçanha	

“HOTBOYS O SITE MAIS QUENTE DA NET”: CORPORALIDADES E PERFORMANCES MASCULINAS NA PORNOGRAFIA GAY

David Francisco de Amorim¹

Resumo: Nunca se consumiu tanta pornografia como hoje em dia, a pornografia gay ganhou destaque nos últimos tempos onde os corpos negros são mais utilizados. O presente artigo tem como objetivo principal uma análise das imagens e vídeos pornográficos de temática homoerótica presentes no site Hotboys, procurando entender como as questões raciais estão presentes nestes conteúdos e como os corpos negros são constantemente sexualizados e fetichizados tanto pro usuários como produtores do mercado pornô. Fez-se uso de metodologia qualitativa para este trabalho, onde buscamos analisar as imagens do site a partir de teóricos das ciências sociais. Conclui-se portanto que o pornô é um espaço em que os corpos negros são constantemente sexualizados e animalizados a partir do tamanho de seus pênis.

Palavras-chave: Pornografia gay, hotboys, questões raciais.

¹ Graduando – Centro Universitário do Vale do Ipojuca (UNIFAVIP/WYDEN).
E-mail: amorim.david21@outlook.com.

O DISCURSO PROIBITIVO DA DIVERSIDADE E O INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE ESTÁGIO OBRIGATÓRIO PARA ALUNXS TRANSEXUAIS EM ESCOLAS PÚBLICAS E PRIVADAS

Terezinha Richartz¹

Resumo: A escola sempre foi considerada um importante espaço de socialização e, especialmente, de reforço dos “valores sociais”, pois, como instituição social, é responsável por transmitir às novas gerações, de maneira formal, a cultura de um grupo. Além do conteúdo estabelecido por diretrizes governamentais, devem ser sedimentados os valores do grupo. Nesse sentido, a transmissão de conteúdos formais é apenas uma das funções da escola. No Brasil, na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, o contato com educadorxs transexuais é considerado inapropriado por colocar em risco a lógica binária da identidade de gênero. Assim, o objetivo deste artigo é discutir os efeitos – sobre a vida de um transexual estudante de pedagogia – da proibição da abordagem da diversidade sexual no Plano Municipal de Educação de uma cidade do sul de Minas Gerais. A metodologia utilizada é o estudo de caso. Os resultados apontam que o indeferimento do pedido de estágio obrigatório em escolas públicas municipais e escolas particulares acarreta consequências para a vida dx estudante e, sobretudo, para a escola, a qual impede o debate profícuo sobre a importância do respeito à diversidade.

Palavras-chave: ideologia de gênero; transexual; Plano Municipal de Educação; estágio obrigatório.

¹ Doutora em Ciências Sociais. Docente do Programa de Mestrado em Letras –Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR).
E-mail: terezinha@unincor.edu.br

Introdução

Somos seres atravessados pela cultura, então necessariamente temos que enfrentar os problemas advindos dos valores culturais em relação ao transexual. Além da apologia à heteronormatividade no fato social, a legislação também contribui para facilitar ou dificultar a vida. Aqui no Brasil, nos últimos tempos, temos acompanhado a aprovação de legislações contraditórias nas esferas governamentais em relação à diversidade sexual, pois enquanto alguns setores pregam e lutam pelo respeito, outros proíbem e criminalizam a diversidade.

É neste caldo ideológico e paradoxal que o transexual vive. Quando esse sujeito está numa área do conhecimento fortemente genêrica - como é o caso da Pedagogia -, as dificuldades se intensificam. São poucos os profissionais transexuais nessa área, e por isso há uma importância de estudar as agruras de um estudante de pedagogia transexual na luta pela realização do estágio obrigatório para prosseguir no curso.

Da obrigatoriedade do estágio à legislação proibitiva

Neste estudo de caso, a protagonista assume o nome social Luisa e é estudante de Pedagogia. Ela estuda numa instituição de ensino do Sul de Minas Gerais, e procurou realizar o estágio no município de Varginha, pois a instituição em que estuda possui convênios com diversas escolas dessa cidade.

A estudante nasceu com um corpo de homem, mas se sente mulher, e está decidida a mudar a estereotipia corporal por meio de uso de hormônios, afrontando o sistema de regulação social, que prevê que deve ser respeitado o sexo biológico.

Quem nos ajuda a entender a determinação social em relação a coerência entre sexo, gênero e desejo é Butler, que disserta que “gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo.” (2003, p. 38).

A autora vai explicar que a identidade não é dada por ocasião do nascimento, mas é performativamente constituída (BUTLER, 2003, p. 48). A identidade não é biológica, mas depende da performance do sujeito em sociedade, pois não é se justifica afirmar que um bebê é homem ou mulher pela estrutura corporal, ou ainda simplesmente pela genitália do recém-nascido.

Assim a nossa entrevistada em relação à identidade de gênero se define como transexual, e em relação à orientação sexual ela se intitula com “transexual hétero”.

Mas afinal, quem é o sujeito transexual? A identidade de gênero é uma auto-identificação que não necessariamente concorda com o gênero atribuído no nascimento. Dessa forma, as pessoas que vivem um gênero discordante do sexo original são conhecidas como travestis e transexuais, que fazem parte do grupo chamado transgênero. (MODESTO, 2018). Quanto à orientação sexual, encontramos a seguinte definição:

Uma pessoa transexual pode ser bissexual, heterossexual ou homossexual, dependendo do gênero que adota e do gênero com relação ao qual se atrai afetivo - sexualmente, portanto, mulheres transexuais que se atraem por homens são heterossexuais, tal como seus parceiros, homens transexuais que se atraem por mulheres também; já mulheres transexuais que se atraem por outras mulheres são homossexuais, e vice versa. (JESUS, 2012, p. 8)

Além de ser transexual, a estagiária é pobre e negra, interseccionando com outros dilemas identitários que contribuem para dificultar ainda mais os espaços de atuação profissional na sociedade.

A interseccionalidade apresenta uma inseparabilidade estrutural, ou seja, que articula diversas estruturas: nesse caso, a transexualidade, a pobreza e a negritude. A imbricação desses dilemas identitários faz com que a protagonista seja triplamente excluída e, apesar da escolha metodológica ser propor a discutir a questão do gênero, os outros elementos estruturantes não podem ser negados, pois são fundamentais para a compreensão de um problema que transcende o fato de Luisa ser transexual, mas também negra e pobre.

Os indivíduos que negam o sexo biológico e assumem uma identidade de gênero discordante da natureza são considerados abjetos. Mas quem são os sujeitos abjetos? Butler (2003) define os “corpos abjetos” como aqueles que ainda não são sujeitos e que não deveriam existir dentro da matriz cultural heterossexual.

A partir dessa perspectiva, só são sujeitos aqueles que expressam de forma linear a sequência corpo-sexo-gênero-desejo e prática sexual. Só assim, o gendramento aconteceu de forma “adequada”, porque esse indivíduo está de acordo com o que é esperado socialmente.

No transexual, a identidade sexual não está de acordo com o seu sexo biológico. O que define o transexual é que seu corpo é de um sexo, mas seu cérebro e coração é de outro. Por isso que, em relação a orientação sexual, eles podem ser heterossexuais e homossexuais

O Curso de Pedagogia como é um curso que forma professores para trabalhar na Educação Infantil e no Ensino Fundamental I, além de outras habilitações adicionais que podem ser previstas no Projeto Político Pedagógico de cada curso. Dessa forma, a prática pedagógica através do Estágio obrigatório é estabelecida por diversas legislações. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 9.394/96); a Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006, as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura; a Lei N. 11.788, de 25 de setembro de 2008 e, por fim, a Resolução CNE/CP, n. 2, de 01 de julho de 2015. Por ser obrigatório, o estágio passa a ser um direito do discente, que deve estar previsto na matriz curricular do curso.

Apesar da obrigatoriedade legal, a aluna transexual, objeto do estudo, teve problema na realização dessa atividade obrigatória, porque a legislação do município de Varginha proibiu a diversidade de gênero no Plano Municipal de Educação (PME), que tem vigência até 2024. Segundo o PME, **“Não será**

permitida direta ou indiretamente implantar, lecionar e aplicar a ideologia de gênero no âmbito do município... [grifo nosso]”.²

Apesar da proibição municipal, a legislação nacional garante que todos são iguais perante a lei, sem nenhum tipo de distinção. Mesmo assim, até os homens heterossexuais enfrentam dificuldades. Por isso que, em nossa sociedade, existe uma concepção de que cuidar e educar crianças são tarefas eminentemente femininas.

De acordo com o gendramento social, as mulheres possuem características da maternidade, como paciência, amor, dedicação e cuidado, pois educar é uma função que é mais dirigida às mulheres. O fato de considerá-las mais preparadas dificulta a inserção do homem na docência.

A LDB (BRASIL, 1996) não menciona que a profissão de Educação Infantil e Fundamental I tenha que ser exercida exclusivamente por mulheres. Desse modo, não faz referência sobre o gênero do profissional dessa área. Também não há nada que comprove cientificamente que a mulher é biologicamente mais competente para cuidar e ensinar, mas na prática, o homem tem muita dificuldade em trabalhar nesta etapa da vida acadêmica. Quando a pessoa tem corpo de homem, mas deseja ser mulher, as dificuldades são potencializadas.

Apesar de os antigos padrões heteronormativos estarem sendo gradativamente desconstruídos e modificados pelas novas expressões de gênero que são vivenciadas, eles são hegemônicos. Dessa forma, as novas configurações sociais apregoam a liberdade e a diversidade, mas o preconceito e a discriminação ainda permanecem arraigados no comportamento humano. Assim, o respeito e a tolerância com a diversidade sexual precisam percorrer um longo caminho, já que, na prática, o transexual é vítima de preconceito e de desrespeito quanto a sua condição.

A entrevistada relata que se sente incomodada com o “sufixo “O”, usado para marcar o gênero masculino na linguagem. *“Socialmente, tive e tenho que conviver com este sufixo de forma agradável para o bem de todos. Estagiário, aluno, filho, professor, vizinho e entre outros substantivos que permeiam o nosso vocabulário.”* (LUÍZA). Apesar de se intitular mulher, as pessoas continuam se referindo ao sujeito masculino nas falas corriqueiras.

Quando começou o ensino superior, Luísa relata que foi acolhida pela coordenadora do Curso:

logo procurei a coordenadora que não tenho medo algum de falar que me curvo diante dela, pois depois da minha família ela foi a única [...] que me ouviu e mostrou-me o artigo 12. Nunca pedi e nem quero ganja, mas sim oportunidade pela minha formação e não pelo meu gênero ou opção sexual, a mesma me tratou como qualquer universitário ou universitária que sou. (LUÍZA)

A Resolução N. 12 de 16 de janeiro de 2015 a que o discente se refere, regulamenta o devido tratamento por parte das instituições aos travestis e transexuais. Encontra-se nessa resolução o respaldo

2 Disponível em: <<http://www.varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/543-2015/14965-lei-no-6042- aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias>> Acesso em: 20 jun. 2016.

legal para reconhecer a adoção do nome social pelo discente, inclusive garantido o uso dos banheiros, vestiários e demais espaços segregados por gênero, de acordo com a identidade de gênero de cada sujeito (BRASIL, 2015, p. 3).

A entrevistada afirmou que começou a tomar hormônio no início do Curso Superior. Relata que era *“automedicação. E quando dei início ao terceiro período, o meu corpo já estava gritando e as características evidenciando meu consciente e inconsciente e assim estava nascendo Luíza”*.

Para Louro (2001, p. 551), os transgêneros trazerem as *“marcas do corpo”* que tanto incomodam a sociedade, pautada na normatização e nos padrões definidos como aceitáveis.

Caiu a barba e aumentou os seios. Com as mudanças físicas e psicológicas, Luiza encontrou dificuldades no estágio obrigatório.

Conseguir estágio OBRIGATÓRIO é um tanto quanto bem complicado, pois não enquadron os parâmetros dos profissionais que as empresas privadas vendem, então me viro no ensino estadual, pois o municipal nem abre as portas [já que a ideologia de gênero é considerada crime]. O que me incomoda é avaliação do que tenho (gênero e opção sexual) e não o que sou (formação acadêmica). (LUÍZA)

O problema maior aconteceu quando as escolas públicas estaduais entraram em greve. Como as escolas públicas municipais não aceitavam estagiários transgêneros por conta da proibição legal da diversidade de gênero na escola, a discente foi procurar estágio numa instituição de ensino particular, mas também não foi aceita. *“Minha carta de apresentação de estágio foi negada. [...] A data de entrega [do estágio] não foi alterada. Por isso, zerei.”* (LUÍZA).

A aluna foi reprovada na disciplina de estágio porque as escolas públicas estaduais estavam em greve e as particulares não aceitaram a realização do estágio de um transexual, que estagiaria na Educação Infantil ou no Ensino Fundamental I, alegando que isso traria uma influência negativa para as crianças.

A crença prévia de que o comportamento do transexual influencia na conduta das crianças resultou no cerceamento da aprendizagem acadêmica pelo discente que acontece por meio do estágio obrigatório. Na Pedagogia, a experiência prática é imprescindível para a formação do professor, pois é a oportunidade de colocar em prática a teoria discutida nas disciplinas da grade curricular.

Os entraves em relação ao respeito à dignidade da pessoa humana ficam evidenciados quando se à estagiária o direito de se preparar para entrar no mercado de trabalho. O conjunto de barreiras que vão desde a recusa das escolas até o preconceito dos pais dos alunos. A negativa do pedido de estágio evidencia as diferentes formas de humilhação, já que o padrão heteronormativo permeia as relações escolares de forma oculta e despercebida.

A discente que já se sentiu constrangida pela questão de gênero inúmeras vezes. Depois do episódio do estágio, ela assume que *“decidi abandonar a transição e esperar a nomeação em qualquer concurso público para poder me libertar dessa prisão que me cerca”*. (LUÍZA). Ela afirma que quer ter uma profissão para se sustenta, e por isso está fazendo Pedagogia.

Não quero estar nas ruas madrugada a fora vendendo meu corpo e sendo depósito sexual de ninguém e muito menos estar no âmbito da beleza. A educação constrói, irei me construir estou me construindo e ainda certeza que tenho é que a sociedade vai ter que aceitar, sim! Não aceitar meu gênero e minha opção sexual e sim minha formação. Quero que avalie o que sei, minha leitura, minha experiência e não outros pormenores. Sinto que só preciso de uma oportunidade [...]. (LUÍZA)

O corpo de Luiza não coincide com as normas sociais, e ela precisou recuar em relação a mudança do corpo para poder entrar na estrutura social, e só depois assumir publicamente a adequação de gênero. Ela deseja ser avaliada pela competência e não pela condição sexual, mas dentro da estrutura social, a performance do indivíduo em relação ao comportamento é critério para avaliar competência.

Conclusão

O preconceito das escolas em relação ao estagiário transexual é decorrente de categorizações sociais, que consideram estes sujeitos como prejudiciais ou perigosos para o ambiente escolar, já que mostram no concreto que a heteronormatividade é uma falácia. O estereótipo age a partir de uma simplificação grosseira de que todo bebê que nasce com a genitália masculina terá que ser necessariamente um homem. Assim, os responsáveis legais por autorizar o estágio nas escolas carregam as marcas estereotipadas de como deve ser um estagiário, desrespeitando as singularidades que são reais.

Por fim, o indeferimento do pedido de estágio obrigatório em escolas públicas municipais e escolas particulares trouxe como consequência a reprovação da estagiária na disciplina de estágio, obrigando a discente a adiar as mudanças corporais que deseja para um futuro que sucede a licenciatura, além de a escola perder a oportunidade de inserir a diversidade em sala de aula, contribuindo para a construção de mundo mais tolerante, plural e democrático.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de diretrizes e bases da Educação Nacional, Nº 9394/96**. Brasília: MEC, 1996.

BRASIL. **Resolução Nº - 12, de 16 de janeiro de 2015**. 2015. Disponível em: <http://www.lex.com.br/legis_26579652_RESOLUCAO_N_12_DE_16_DE_JANEIRO_DE_2015.aspx>. Acesso em: 20 out. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero– feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos**. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: < https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989>. Acesso em: 26 nov. 2018.

LOURO, Guacira. L. Teoria QUEER: uma Política Pós-identitária para a Educação. **Revista de Estudos Feminista**, Florianópolis, v. 9 n. 2/2001 p. 541-553.

MODESTO, Rubens Gonzaga. **Sobre coragem e resistência : contando a história de Leona, professora e mulher trans**. 2018. 169f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Ouro Preto. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Departamento de Educação. Programa de Pós- Graduação em Educação, 2018.

RICHARTZ, Terezinha. É possível uma escola neutra? Os paradoxos discursivos da ideologia de gênero no Plano Municipal de Educação. **Revista Educação e Linguagem**, Campo Mourão, v. 6, n. 10, 2017.

VARGINHA. **Lei nº 6.042 aprova o plano municipal de educação – PME e dá outras providências**. 2015. Disponível em: <<http://varginha.mg.gov.br/legislacao-municipal/leis/543-2015/14965-lei-no-6042-aprova-o-plano-municipal-de-educacao-pme-e-da-outras-providencias>>. Acesso em: 18 fev. 2017.

ESTE CORPO NÃO É MEU: A INFLUÊNCIA DA HETEROSSEXUALIDADE COMPULSÓRIA

Terezinha Richartz¹

Resumo: A identidade de gênero nem sempre pode ser delineada nas expressões de gênero. Para Butler, a identidade é performativamente constituída, ou seja, a pessoa pode nascer com um corpo biológico, mas seu desejo estar direcionado para algo distinto do que identifica seu gênero. Dessa forma, a performatividade circunscreve o gênero e não o contrário. Para retratar essa identidade, é utilizado o conto “Isaltina Campo Belo”, escrito por Conceição Evaristo, o qual descreve a vida de uma mulher afrodescendente que expressa um desejo diferente daquele que é relacionado ao seu sexo biológico numa sociedade heteronormativa. Assim, o objetivo desta comunicação é discutir os entraves sociais enfrentados pela protagonista, como negra e homossexual, para assumir e expressar seus desejos sem ser tolhida e violentada por aqueles que acreditam na heterossexualidade compulsória. Os relatos encontrados apontam que, somente depois de sair de casa e assumir sua homossexualidade, a protagonista consegue ser feliz, amar e ser amada.

Palavras-chave: Identidade de gênero. Performatividade. Homossexualidade. Heterossexualidade. Literatura.

¹ Doutora em Ciências Sociais. 2 Docente do Programa de Mestrado em Letras –Linguagem, Cultura e Discurso da Universidade Vale do Rio Verde (UNINCOR).
E-mail: terezinha@unincor.edu.br

Introdução

Conceição Evaristo é negra e, neste sentido, o seu discurso representa a perspectiva de quem sofre a exclusão social. Experimentou na pele as agruras de ser mulher, pobre e negra. Portanto, representa, com muita sensibilidade, o sofrimento e as conquistas dessa categoria social. Trata-se de uma literatura escrita de dentro para fora que traz, em si, a memória, o pertencimento e a marca de quem escreve.

O conto “Isaltina Campo Belo” aborda questões que interseccionam raça/etnia e gênero. Além dos problemas rotineiros sofridos pelas mulheres negras, a protagonista vivencia mais um nó de exclusão social porque é lésbica. Evidenciam-se, no texto, os entraves sociais enfrentados pela protagonista, como negra e lésbica. De que forma ela poderá assumir e expressar seus desejos, já que faz parte de identidades subalternizadas?

“Isaltina Campo Belo”: uma identidade em transformação

Conceição Evaristo conta as histórias que ouvia e, muitas delas, representam, também, o que ela vivia. É por este motivo que a escritora afirma que sua escrita é *escrevivência*. Conceição Evaristo chamou de *escrevivência* o método de produção literária que leva em consideração “[...] a escrita de um corpo, de uma condição, de uma experiência negra no Brasil” (EVARISTO, 2007, p. 20).

Ela denuncia, nos seus textos, a condição social dos afrodescendentes. Neste sentido, ressalta-se que a obra da autora referida deve ser estudada, já que a maioria da produção literária é escrita por brancos que, com frequência, reproduzem o discurso do colonizador. Ela olha de dentro e escreve, com uma riqueza de detalhes, como eles são vistos, o que eles sentem, como vivem os negros no Brasil.

Sua escrita parte do ponto de vista dos excluídos. Seus contos problematizam a violência sofrida e a ausência de cidadania, que assinalam a condição da maioria dos afrodescendentes.

Escolhemos, para nossa análise, o conto “Isaltina Campo Belo”. A personagem é uma mulher negra e lésbica. A intersecção entre esses fatos dificulta ainda mais a vida da protagonista. Neste âmbito, em nossa análise, separamos as interseções para depois uni-las.

O conto *Isaltina Campo Belo*, além de trazer elementos para pensar a questão do negro no Brasil, também traz a experiência lésbica, ainda pouco representada no universo literário. Ela amplia o leque de sexualidades possíveis e existentes, fugindo do binarismo imposto pela sociedade. A protagonista afirma que nasceu no corpo “errado”. O desejo sexual não coincide com o sexo biológico. “Desde menina [...] eu me sentia diferente” (EVARISTO, 2016, p. 56).

Segundo Butler, ninguém garante que o “[...] ‘ser’ que se torna mulher seja necessariamente fêmea”. (BUTLER, 2003, p. 27). Pode ser que um corpo de mulher queira ser um corpo de homem. A autora destaca que não há uma identidade de gênero por de trás dos termos que se referem a gênero. A identidade é performativamente constituída (BUTLER, 2003, p. 48). É a performatividade que faz o gênero e não o contrário. Muitas vezes, o desejo está desvinculado do sexo expresso no corpo.

A ordem compulsória que obriga total adequação entre sexo, gênero e desejo faz parte da heteronormatividade. É considerado “natural” que num corpo de mulher exista, de fato, uma mulher. É o que veremos no relato da protagonista. Diz Isaltina Campo Belo: “Eu me sentia menino e me angustiava com o fato de ninguém perceber. Tinham me dado um nome errado, me tratavam de modo errado, me vestiam de maneira errada... Estavam todos enganados” (EVARISTO, 2016, p. 57). E acrescenta: “Eu era um menino. O que mais me intrigava era o fato de minha mãe ser enfermeira e nunca ter percebido o engano que todos cometiam” (EVARISTO, 2016, p. 58).

Mas por que a mãe deveria perceber? Afinal, Isaltina Campo Belo nasceu com o corpo de mulher. Por isso, mesmo que compulsoriamente, era mulher. A mãe também cresceu neste caldo cultural em que a genitália da criança determina a escolha do nome, das roupas, do que pode fazer, de como deve se comportar, do que vai ser. A mãe não percebia que a identidade é uma expressão do sujeito. “Entretanto, a perene certeza de que eu era diferente e a falta de lugar que esse sentimento me causava não me deixavam alheia aos jogos da idade. Brincava, brigava, estudava como qualquer criança do lugar em que nasci e cresci” (EVARISTO, 2016, p. 60).

O binarismo menino/menina organiza a vida das famílias. A preocupação, já antes do nascimento, é saber se se trata de um homem ou uma mulher para poder esperar a criança com toda estrutura gendrada, determinada pelo fato social.

Dentro da herenormatividade, a norma é arbitrária e presumida. Quem nasceu com um corpo de mulher deve gostar de homem. Assim, explica-se toda a insistência da família em querer saber se Isaltina Campo Belo já estava namorando. E, quando começou a demorar para arranjar um companheiro, vieram as cobranças: “O que me confundia era o caminho diferente que os meus desejos e afagos tendiam. E, por isso, acabei de crescer, contida. Amarrava os meus desejos por outras meninas e fugia dos meninos” (EVARISTO, 2016, p. 62).

Ela sentia prazer e desejos de uma forma divergente das normas hegemônicas. Mas, como existia incoerência em relação às normas sociais que sempre cobram coerência entre sexo, gênero e desejo, sufocava o que sentia para não ser tolhida pela heteronormatividade. Assim, “[...] tinha eu meus vinte e dois anos sem nunca ter experimentado uma paixão, um afago, uma ilusão de amor qualquer.” (EVARISTO, 2016, p. 62).

Ela cresceu dentro dessa incoerência interna, já que, socialmente, é como se o corpo fosse a-histórico, com uma verdade substancial sobre a sexualidade e a formação natural dos indivíduos divididos em dois sexos: homem ou mulher. Já o gênero deve se apresentar todos os dias da mesma forma, sem que haja divergência entre essas categorias.

Conforme a reflexão de Butler: “Gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (BUTLER, 2003, p. 38). Destaca-se, assim, que não é o sujeito que tem experiências de mulher e, por isso, é mulher; ao contrário, são experiências do que é ser mulher que constituem os sujeitos mulheres.

A sociedade está preocupada em forçar o indivíduo, através da coerção social que se dá através de todos os artefatos culturais a sua disposição, a seguir as convenções sociais. A felicidade da pessoa deve

ficar em segundo plano. A normalidade não pode ser quebrada com a proposição de novas formas de comportamento. Estrutura reguladora e rígida estabelece uma suposta coerência entre sexo, identidade e desejo. Para Butler, o termo mulher está em processo, está sendo construído. Por isso, não tem uma origem e um fim: “Como uma prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações” (2003, p. 59).

Neste processo de construção a protagonista percebia-se incomodada com o toque corporal entre os casais heterossexuais: “Sobre beijos e afagos dos homens com as mulheres. Lembro-me que fui invadida, por certo sentimento, que nem sei explicar até hoje, uma sensação de fora do lugar” (EVARISTO, 2016, p. 61).

Mas qual era o seu lugar? A personagem não obteve respostas a curto prazo sobre a sensação de insatisfação em relação ao que via e sentia. Assim, muitas pessoas são destruídas por serem “obrigadas” a manter relacionamentos de aparência sem sentir nenhum prazer na relação. A identidade foi sendo construída paulatinamente. O desejo que Isaltina sentia não coincidia com o seu corpo de mulher. Como mulher, deveria sentir atração por um homem. No entanto, na verdade, apaixonou-se por uma mulher.

Apesar de aceitar o corpo de mulher, o desejo não coincidia com o corpo biológico. A identidade de gênero é um constructo social, não existindo, dessa forma, papéis sexuais biologicamente registrados na natureza humana. Assim como gênero, o sexo não é natural: é discursivo, histórico e cultural.

O fato social determina condições para cada vivência humana. Estabelece, por exemplo, com quem, onde e quando uma mulher pode se relacionar. Isaltina Campo Belo já tinha passado da idade estipulada para arrumar um namorado e se casar. Isso se torna motivo de preocupação para a família e de cobranças por todos os que a rodeavam: “Ninguém entendia porque eu não tinha namorado” (EVARISTO, 2016, p. 62).

Quando não se tem namorado (a), cobra-se que se tenha um relacionamento sério. Depois de encontrar o par adequado, a cobrança é em relação ao casamento. Depois das núpcias, a maternidade e paternidade se tornam compulsórias. Casais que optam por não ter filhos são, sistematicamente, cobrados a dar explicações pela negativa em completar a família “perfeita”. A certeza de que todos sentem a mesma coisa é tácita. Por isso que as fases da vida são tão bem demarcadas. Namorar cedo é ruim. Contudo, muito tarde também é indesejado.

Como a jovem não conseguia responder satisfatoriamente as cobranças da família, a solução fora evadir-se: “[...] aos 22 anos achei melhor sair de casa. Fui estudar” (EVARISTO, 2016, p. 63). Na faculdade a pressão continuou. Um colega se encantou por ela. Quando a personagem falou da sua vida até ali, o rapaz disse que iria ajudá-la a ser mulher: “E afirmava com veemência, que tinha certeza de **meu fogo**, pois afinal, eu era uma mulher negra, uma mulher negra [...]” (EVARISTO, 2016, p. 64, grifo nosso).

A diversidade sexual e de gênero interseccionalizadas com as questões raciais ficam evidentes nessa passagem. A sexualização e a sensualização fazem parte do estereótipo da mulher negra e isso fica

estampado na fala machista e preconceituosa do colega, Dentro desse estereótipo, a mulher negra é vista como objeto sexual; é valorizada porque é “boa de cama”. A negra é considerada fogosa, desinibida. É a mulher que seduz, enlouquece os homens com sua exuberante beleza. Mas a valorização da negra é só para a cama. Assim, no enredo, além de desrespeitar a vontade e o desejo da protagonista, ela será vítima de um estupro.

Um dia ele me convidou para uma festa. Nunca poderia imaginar o que me esperava. Ele e mais cinco homens todos desconhecidos. Não bebo. Um guaraná me foi oferecido. Aceitei. Bastou. Cinco homens deflorando a inexperiência e a solidão do meu corpo. Diziam entre eles, que estavam me ensinando a ser mulher. Tenho vergonha e nojo do momento. (EVARISTO, 2016, p. 64)

O verbo ensinar, nesse contexto, nos remete à noção de que todos os artefatos culturais devem ser utilizados para a pessoa aprender a se comportar. Como era considerada fogosa, ao experimentar a relação sexual, mesmo que violenta, iria, segundo essa lógica, “aprender a ser mulher”.

Como consequência dessa relação violenta, a protagonista engravidou. Nasceu a filha Walquiria, que ela amava muito. Em nenhum momento a personagem questionou a maternidade, mas também não a desejou. A filha, fruto de um estupro, acaba dando significado a sua vida. E é através dela que encontra o seu verdadeiro amor. Quando matriculou a filha no jardim de infância, apaixonou-se pela professora da menina:

Eu, até então, encarava o estupro como um castigo merecido, por não me sentir seduzida por homens. Naquele momento, sob o olhar daquela moça, me dei permissão pela primeira vez. Sim, eu podia me encantar por alguém e esse alguém podia ser uma mulher. Eu podia desejar a minha semelhante, tanto quanto outras semelhantes minhas desejam os homens. E foi então que me entendi mulher, igual a todas e diferente de todas que ali estavam. (EVARISTO, 2016, p. 67)

Sentir-se merecedora do castigo por não desejar homem remete à internalização dos valores heteronormativos. O sentimento de culpa faz parte das estruturas patriarcais, que determinam desejos e prazeres. Quem está fora da heteronormatividade tem seus desejos desrespeitados porque são considerados anormais.

A protagonista descobre-se lésbica, já que se sentiu atraída por outra mulher, ampliando as fronteiras identitárias. Essa autopercepção foi decisiva na construção identitária da personagem,

Somente depois de se permitir amar uma igual e de aceitar ser o que é, a protagonista foi feliz. Sentiu-se atraída, entregou-se por inteiro e amou profundamente, sem se importar com as aparências. A autoaceitação foi importante na construção identitária da personagem como lésbica nessa narrativa ficcional, já que o policiamento dos desejos tinha sido a tônica até então.

E, assim, descobriu que não tinha um menino dentro de si, conforme já relatado, mas uma mulher que sentia desejo por outra mulher. É neste momento que se entrega por inteiro: “Só Miríades eu tive.

Só Miríades me teve” (EVARISTO, 2016, p. 67). Por isso que a noção de que a identidade depende da performance é imprescindível. Ela gostou de ser mãe, mas sentia prazer por mulheres. Num mesmo corpo não é contraditório a função biológica estar desconexa do desejo, da atração física.

Conclusão

Os entraves sociais, enfrentados pela protagonista, para assumir e expressar seus desejos podem ser identificados na família, já que esta não foi capaz de perceber que o que ela sentia não era compatível com a heteronormatividade. Cobravam que a filha se relacionasse com rapazes. Tais entraves revelam-se, também, na atitude do colega de escola, que chamou mais alguns rapazes para, através de um estupro, despertar na personagem, a mulher fogosa que, natural e supostamente, seria, apenas pelo fato de ser uma mulher negra.

Toda essa conjuntura familiar e social contribuía para que a protagonista sofresse ainda mais por não ser aceita como era, e, no limite, até porque não tinha clareza do que sentia. Essa confusão de desejos é provocada pelos entraves que os sujeitos que não são heterossexuais enfrentam para poder viver plenamente o que sentem sem cobranças ou estereótipos de várias espécies. O desejo de Isaltina Campo Belo é deslocado porque não coincide com o lugar arbitrariamente imposto pela sociedade. A personagem do conto vai se (des) cobrindo, no decorrer do enredo, apontando para um corpo que, apesar de toda violência que sofreu, vai se transformando: desejos vão sendo identificados, amores sendo descobertos. Ocorre a construção identitária lesboafetiva da personagem num corpo que está em constante metamorfose.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 236 p.

EVARISTO, Conceição. Da representação a auto-representação da mulher negra na literatura brasileira. **Revista Palmares Cultura Afro-brasileira**, Brasília, ano 1, n. 1, p. 57-52, ago. 2005.

EVARISTO, Conceição. Da grafia-desenho da minha mãe, um dos lugares de nascimento de minha escrita. In: ALEXANDRE, Marcos Antônio (Org.). **Representações performáticas brasileiras: teorias, práticas e suas interfaces**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2007.

EVARISTO, Conceição. Isaltina Campo Belo. In: **Insubmissas lágrimas de mulheres**. 2. ed. Rio de Janeiro: Malê, 2016. p. 55-67.

O BOM CRIOULO: UMA APROXIMAÇÃO DOS PERSONAGENS NEGRXS E OS SEUS PAPEIS NA LITERATURA BRASILEIRA

ZIONEL Santana¹
TEREZINHA Richartz Santana²

Resumo: A Emancipação discursiva nos atos de fala dos personagens e escritores negrxs na literatura brasileira. Tal empreendimento nos conduz a percepção que o domínio da linguagem e dos atos de fala, presentes na construção de um discurso, transparece o uso da razão emancipada dos escritores negrxs e ao mesmo tempo em que seja possível encontrar elementos embrionários emancipatórios -, encontrar elementos críticos a uma sociedade retrógrada, conservadora, moralista e anacrônica. Um olhar atento sobre a literatura dos cânones, e a literatura marginal perceberemos a emancipação de forma difusa a partir de conceitos filosóficos críticos. E no segundo momento, uma aproximação dos personagens negrxs e os seus papéis na literatura brasileira. Os conceitos filosóficos servem como ferramenta de uma leitura crítica sobre os textos literários de escritores negrxs sobre os personagens presentes em textos onde o negrx assume diversas representações do imaginário sociocultural. Esses dois momentos revelam as contradições socioculturais e emancipatória. Na literatura dos cânones, o negrx como personagem é reproduzido a partir dos arquétipos engendrado socioculturalmente construídos. Nos atos de fala dos personagens negrxs transparecem a reprodução de Subserviência, tais papéis e atos de fala assumem na sua maioria essa realidade. Na literatura dos cânones e também na literatura marginal. O negrx como escritor e autor não distancia deste arquétipo sociocultural. Pois, se espera que nos atos de fala dos escritores e personagens negrxs tenham em seus atos de fala elementos de emancipação. Análise da obra “O Bom Crioulo” de Adolfo Caminha de certa forma nos fornece elementos embrionários para esse conteúdo reflexivo. São elementos que evidencia as contradições emancipatórios de escritores e personagens negrxs na literatura brasileira.

Palavras-chave: Emancipação. Negrxs. Literatura. Bom Crioulo.

1 Universidade Vale do Rio Verde.
E-mail: zionel@unincor.edu.br.

2 Faculdade Cenequista de Varginha.
E-mail: terezinha@unincor.edu.br

1. Introdução

O conceito de emancipação hegeliana se apresenta em uma dialética da alteridade do reconhecimento no outro, o que nos ressalta o princípio da igualdade. A igualdade passa a constituir nas relações dos indivíduos na sociedade moderna, presente nas manifestações políticas, sociais e culturais, espalhadas pela Europa. De outro modo, a emancipação marxista se apresenta no olhar de Habermas como uma crítica a economia política e aos interesses do capital e dos indivíduos. O modelo adotado de economia política ressalta a perspectiva das diferenças entre os indivíduos, na abordagem da sociedade dividida em classes sociais divergentes, reforçando a ideia de dominação e exclusão. A ideia de emancipação habermasiana apresenta-se como uma terceira via, entre Hegel e Marx, da alteridade e dos interesses egoístas para a ideia de comunicação, isto é, a linguagem e sua estrutura. Assim, a ideia de linguagem passa a ser a mediação emancipatória. Portanto, uma forma de vida libertadora para uma sociedade livre de dominações.

2. Estereótipos negros na literatura

O estado da questão é uma possível aproximação dos personagens negros e a performance de seus papéis na literatura brasileira. O que se coloca sobre suspeita é o limite da reprodução dos estereótipos dos negros na literatura ou a impossibilidade do distanciamento da imagem constituída socialmente pelos escritores brancos sobre o negro.

A literatura de certa forma é um laboratório riquíssimo para tal análise, mas também corremos o risco de cairmos no canto da seria, não perceber a reprodução estereotipada do negro na literatura. Outra hipótese que chama atenção é até que ponto um escritor branco reproduz em seus textos a representação silenciosa dos estereótipos ou que são seus, em uma mistura de sentimentos e criação, perpassando para um segundo plano, a importância dos ambientes socialmente dado.

O escritor na distinção em seus sentimentos expressos em seus personagens negros se confundem com a sociedade, ora reproduzindo suas experiências sociais em relação ao negro, o que parece que tal reprodução ser um copia fiel do coletivo, mas em outra ótica, o escritor poderá está empenhado os seus sentimentos e experiências com uma prática socialmente consolidada.

Bem sabermos que a literatura não tem a pretensão de ser um estudo sociológico de um momento da sociedade como pregoava Antonio Cândido (2000), mas possibilita à luz de uma teoria crítica encontrar elementos que evidencie essas contradições, da solidificação de estereótipos ao grau de preconceitos ou uma alienação de tensões sociais.

A imparcialidade de uma obra sem a presença de estereótipos não significa a sua remissão, a ausência é uma forma silenciosa de exaltar os estereótipos. Essa situação pode ser encontrada em Machado de Assis, que silencia o mulato e o negro (BASTIDE, 1973, p.115), na tentativa de uma construção de uma imagem do negro contrária aquela já negativamente constituída na sociedade. O que parece ser uma justaposição de uma imagem favorável sobre a desfavorável. Essa inversão esconde

uma armadilha sorrateira que amortece a consciência. Fora de uma leitura crítica passa despercebida nos textos literária os elogios e as exaltações das qualidades do negro que no fundo são estereótipos preconceituosos, são valores ambivalentes.

“A força nervosa era nele uma qualidade intrínseca sobrepujando todas as outras qualidades fisiológicas, emprestando-lhe movimentos extraordinários, invencíveis mesmo, de que um acrobatismo imprevisível e raro.” (CAMINHA, 2009, p. 36).

É comum encontrar elogios da força física do negro, em detrimento a baixa capacidade intelectual, a exaltação sexual do negro frente a sua moralidade duvidosa.

A beleza é uma musa para as inspirações dos poetas. É no seu arquétipo, a beleza é platônica, e essencialmente européia. Um país no seu processo de colonização, a miscigenação não é o ideal que se esperava como inspiração para os poetas.

E cada vez mais, a beleza européia ficava distante e rara à medida que a miscigenação avançava no Brasil. Desta forma, o jeito era substituir esse ideal de beleza, mas o processo de substituição ao mesmo tempo negar à miscigenação, e mais ainda, tentam esconder o negro e o Índio como ideal de beleza. É aí, que aparece os elogios disfarçados de estereótipos preconceituosos. A imagem idealizada da mulata e do mulato, se dar à medida que se aproxima do ideal de beleza branca. O mulato está muito mais próximo do ideal de beleza branco do que da beleza negra africana. Encontramos com mais frequência a descrição alegórica do mulato a referência aos traços finos e delicados e com a ausência do cabelo pixaim e a associação da cor da pele da mulata a frutos que levam a pensar na sensualidade, algo para desfrutar, sem nenhuma culpa. E mais ainda, associado ao cheiro sedutor, oposto a sujeira e o cheiro fétido. Sutilmente, reprova a beleza da mulher negra africana, reforçando o estereótipo negativo, além de associar a forma de vestir e mais ainda, não é um objeto de desejo e inspiração poética. Nessa toada o mulato aparece na literatura com o reforma dos estereótipos negativos constituído socialmente. Portanto, entre a mulher negra e a mulher branca, a mulata passa a compensação de um desejo frustrado, pois a mulher branca não está disponível e cada vez mais rara, diferente da mulher negra.

Bom Crioulo ficou extático! A brancura láctea e maciça daquela carne tenra punha-lhe frêmitos no corpo, abalando-o nervosamente de um modo estranho, excitando-o como uma bebida forte, atraindo-o alvoroçando- lhe o coração. Nunca vira formas de homem tão bem torneadas, braços assim, quadris rijos e carnudos como aquele... Faltavam-lhe os seios para que Aleixo fosse uma verdadeira mulher!... [...]. (CAMINHA, 2009, p. 80).

O Bom Crioulo, obra de Adolfo Caminha percebemos a manifestação do engendramento dos estereótipos e os preconceitos socialmente construídos. Na seguinte passagem: “Sua fama de homem valente alargava-se de modo tal que mesmo na província falava-se com prudência no ‘Bom Crioulo’. – Quem é que não o conhecia, meu Deus? Por sinal tinha sido escravo e até nem era feio o diabo do negro.” (CAMINHA, 2009, p. 47).

Nos atos de fala dos personagens e a narrativa do escritor permanece inalterado os estenótipos, reproduzindo no arquétipo coletivo.

O que chama atenção são os elementos argumentativos da nossa hipótese de trabalho, até que ponto o escritor reproduziu os estereótipos preconceituosos em seus personagens e narrativas?

Como escrever sem reproduzir os estereótipos do qual o negro esteve sempre associado ao trabalho servil. Esse é o ideal que o escritor branco não consegue se afastar, conscientemente ou inconscientemente reproduz nos papéis e nos atos de fala em seus textos literários. Os estereótipos não estão ausentes na reprodução literária. “[...], como é que não tinha forças para resistir aos impulsos do sangue? Como é que se compreendia o amor, o desejo da posse animal entre duas pessoas do mesmo sexo, entre dois homens?” (CAMINHA, 2009, p. 51). Os escritores ressaltam a degradação moral do negro à luz dos valores da nobreza européia e evidenciam a sensualidade da mulher negra, do homem negro como se fosse um elogio, são elementos literários que podemos encontrar em demasia no século XIX.

Já no século XIX, evidencia o movimento literário em limpar o estereótipo do negro servil, violento sujo e de moral duvidosa em uma luta de integração do negro à sociedade. Esse movimento ainda reproduz o estereótipo do século passado, novamente a integração se dar pela ascensão do mulato. Eis a questão: qual é o ideal do movimento literário romântico?

Distanciar do ideal europeu? Se sim resta então ao Africano como defesa deste ideal puro de comunidade. O negro enquanto servil obediente e dócil. Mais uma vez o estereótipo da servidão é ressaltado.

Seguia-se o terceiro preso, um latagão de negro, muito alto e corpulento, figura colossal de café, desafiando, com um formidável sistema de músculos, a morbidez patológica de toda uma geração cadente e enervada, e cuja presença ali naquela ocasião, despertava grande interesse e viva curiosidade: era o Amaro, gajeiro da proa – o Bom Crioulo na gíria de bordo. (CAMINHA, 2009, p. 35).

Ora, o que temos no romantismo? O negro é condenado a exaltação do mito da beleza escultural, da força física, próxima a força bruta de um animal enquanto a mulher negra assume o estereótipo da amante acompanhada da imoralidade.

Os escritores não afastam dos preconceitos socialmente reproduzidos e engendrados. Por exemplo, a exaltação do crioulo em substituição do mulato em uma tentativa da ocidentalização do negro e a tentativa fracassada em transformar o negro em uma imagem desassociada do negro africano.

A negação do negro africano na literatura surge na apologia ao crioulo e a mulata, estereótipo que servem de inspiração na literatura, no poema, na arte brasileira. Pois, já sabemos que esses estereótipos são válidos e aceitáveis por aproximar do ideal de beleza europeia. Mais uma vez, uma tentativa do embranquecimento do negro, que vai muito mais além do que os olhos podem identificar. Anulação do negro e seus valores, identidades.

“Não havia osso naquele corpo de gigante: o peito largo e rijo, os braços, o ventre, os quadris, as pernas, formavam um conjunto respeitável de músculos dando a ideia de força física sobre-humana, dominando a maruja, que sorria boquiaberta diante do negro.” (CAMINHA, 2009, p. 44).

A constituição do estereótipo de um negro ruim e um negro bom. O negro bom é uma associação a submissão que recupera a servidão. O negro ruim está associado à rebelião, a insubordinação. Por exemplo, preto, mas nobre. Tal expressão demonstra a passagem do estereótipo para o preconceito.

Quando temos uma apologia ao crioulo nada mais é do que a tentativa da ocidentalização do negro em uma possível transformação do modelo de um negro genuíno brasileiro que não se associe ao negro da África, contraditoriamente, se tem a ilusão em primeiro lugar, negar o negro africano para constituir uma identidade ocidentalizada. Por isso, o crioulo aos poucos vai migrando para o mulato, e passa a ser o tema de inspiração da poesia erótica no Brasil. Entre o crioulo e a mulato é que o crioulo está mais próximo de negro africano e a mulato está mais próximo do branco. Então, o estereótipo passa para a categoria de preconceito, de preto para moreno.

A brancura láctea e maciça daquela carne tenra punha-lhe frêmitos no corpo, abalando-o nervosamente de um modo estranho, excitando-o como uma bebida forte, atraindo-o, alvoroçando-lhe o coração. [...]... Faltavam-lhe os seios para que Aleixo fosse uma mulher!... Que Beleza de pescoço que delícia de ombros, que desespero. (CAMINHA, 2009, p. 80).

O coletivo está solidificado em que a bondade é branca, que o afeto é branco, ora, para receber à bondade e o afeto o negro terá que se submeter a serviência ao branco. Este arcabouço reforça a ideia presente na figura da princesa Isabel, ao assinar a abolição dos escravos. Naturalmente, ganhar o título de “Santa Princesa Isabel” Pelo ato de bondade. Ideia que apregoa na literatura, nos costumes e principalmente na educação das crianças negras desse país. Anulando qualquer possibilidade de um pensamento crítico. A bondade da princesa impossibilitou por anos a manifestação emancipatória da comunidade negra, famílias negras e homens e mulheres negras.

Na associação que a mulher branca é sensual, demonstra subliminar a ideia de um valor como ideal purificado do prazer aceitável. E ao associar a mulher de cor negra/mulata ao erotismo, estabelece ai um preconceito ao erotismo, não é um valor, e muito menos um ideal a ser seguido. Enquanto a sensualidade é aceitável, racional e valorativa. O erotismo é animalesco reprovado como um valor a não ser ensinado e defendido na sociedade. O erotismo associa a ideia da malícia, manha, da safadeza. Se anteriormente referimos ao ideal de inspiração poética na literatura brasileira encontramos esses elementos presentes na literatura. “E o negro sorria orgulhoso, com seus dentes de marfim meio aguçado, como presas de tubarão.” (CAMINHA, 2009, p. 84). Enquanto que o negro é ruim, preguiçoso, traidor, infiel e vaidoso. Isto é, os antivalores. Enquanto o branco é apresentado como valor. Portanto, negro bom é um negro submisso, condição para receber a benevolência do senhor branco. Essa ideia se propagou na sociedade, principalmente sobre os confrontos entre o negro escravo e seu senhor para conquistar a sua liberdade. O negro africano é um estereótipo constituído como feiúra, força física da brutalidade

Conclusão

Na linguagem e sua estrutura, a linguagem como mediação emancipatória. Deveríamos encontrar no personagem Amaro “Bom Crioulo”, mesmo que um escravo fugitivo, desprovido de uma escolaridade, algo comum entre os negros, domínio da linguagem na elaboração de argumentos cognitivos. Em seu discurso, demonstrando as contradições da constituição humana em uma sociedade escravocrata, moralista e anacrônica.

Não há um discurso que demonstre nas falas de Amaro e nem nas narrativas críticas a condição do homem branco, negro. Pelo contrário, sua fala é de reprodução social de dominação e reprodução dos estereótipos. Quando quer ser o dono de Aleixo, em dominá-lo sexualmente como se fosse uma mulher. Oferece proteção pela fragilidade. Assim, não encontramos a consciência da subjugação da mulher, sobre a dominação e a violência que recebem da exploração sexual, o que aparece é uma identificação com o sexo oposto, pelas experiências negativas e transitórias. Na confusão de uma identidade sexual, passam a ser ameaçada pela disputa pelo prazer com Aleixo. A relação de afeto no primeiro momento com Aleixo evolui para o prazer, confundindo o amor e ódio, raiva e ciúmes, até a obsessão. O que o leva a um final trágico, desprovido de um discurso crítico e reconstrutivo de condições de valores, de um modelo de sociedade política.

Referências

AZEVEDO, Thales de. A possibilidade de uma literatura afro-brasileira. In: **Democracia racial**. Petrópolis: Vozes, 1975.

BASTIDE, Roger. **Estudos afro-brasileiros**. São Paulo: Perspectivas, 1973

BROOKSHA W, David. **Raça e cor na literatura brasileira**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1983.

CADERNOS NEGROS, 7. São Paulo, ed. dos Autores, 1984. CAMINHA, Adolfo. **Bom crioulo**. Belo Horizonte: Mazza, 2009.

D'ONOFRIO, Salvatore. Forma e sentido do texto literário. São Paulo: Ática, 1998.

HABERMAS, Jürgen. **Discurso filosófico da modernidade**. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

AS DIFICULDADES DO NEGRO NO MERCADO PROFISSIONAL BRASILEIRO

José Anselmo da Silva Neto¹
Beatriz Lima de Oliveira²

Resumo: Na década 2000, o mercado profissional brasileiro passou por modificações que, mesmo depois da crise financeira de 2008/2009, terminou por melhorar as condições dos trabalhadores de uma maneira geral. Ao examinar a inserção dos negros no mercado de trabalho, este estudo verificou que permanece muito grande a sua desvantagem crônica no campo profissional. Constatou-se que a desigualdade entre negros e não-negros se manifesta na taxa de ocupação, na taxa de desemprego, no rendimento médio, no grau de formalização da ocupação e no grau de vulnerabilidade ocupacional. Aquela desvantagem diminuiu pouco ao longo da década passada. Portanto, existe uma preocupação do governo federal no sentido de eliminar a discriminação racial no campo trabalhista, o tamanho do problema continua muito grande.

Palavras-chave: Mercado profissional, Discriminação do mercado profissional, Negros no mercado de trabalho.

1 Graduando – IFPB.
E-mail: anselmo.neto96@gmail.com.

2 Graduanda – UFPB.
E-mail: blima3509@gmail.com.

Introdução

Desde os séculos passados que a história é a mesma em relação as condições de vida da “população negra” isto apontava uma sequência de problemas ou carências: baixa escolaridade, menor procura de atendimento hospitalar, a média de anos estudados da população negra ocupada com mais de 16 anos era de 5,2 anos, contra 7,6 da população branca. A questão da moradia também era considerada precária, apenas uma pequena parte dos negros moravam em condições consideradas adequadas pelo IBGE (domicílios particulares permanentes com saneamento básico apropriada). Estas condições de vida precária estão relacionadas com uma inserção negativa no mercado de trabalho, que é uma das raízes da enorme desigualdade social no Brasil.

Com as inovações tecnológicas e posteriores transformações sociais e econômicas do Brasil que melhoram muito as condições do mercado de trabalho na década de 2000, mas como nenhuma novidade a população negra não foi devidamente integrada nessas melhorias, ou seja, ela continua ocupando um status marginal, que remete a uma discriminação dissimulada nas relações de trabalho, que é decorrente de uma discriminação sistemática dos negros no trabalho que aconteceu no período escravista e pós-abolição, onde os negros foram marginalizados e submetidos por mão de obra imigrante europeia.

Na década passada, o governo federal tentou procurar corrigir as falhas no mercado profissional, por exemplo, com a instauração da Agenda do Trabalho Decente pelo presidente Lula em 2003. Teve como objetivo o fortalecimento da capacidade do Estado brasileiro para avançar no enfrentamento com as erradicações dos principais problemas estruturais da sociedade e do mercado de trabalho, na qual se destacam a desigualdade racial e de gênero. A visto disso, há também adoção de ações afirmativas cuja finalidade foi diminuir as desigualdades e tentar fazer um nivelamento na população no que diz a respeito do acesso ao emprego e educação.

Do ponto de vista do lugar que ocupam no mercado de trabalho, os negros continuam ocupando uma posição marginal (SILVA, 2004). Muitas foram as melhorias feitas no mercado de trabalho: condições de trabalho mais dignas, diminuição das jornadas injustas, aumento do salário mínimo, aumento do trabalho formal, extensão de benefícios trabalhistas. Essas ações não surtiram muito efeito no que tange à melhor integração do negro no mercado de trabalho, que historicamente ocupa cargos baixos, com baixa remuneração e jornadas de trabalho longas, isso devido ao tipo de trabalho que tiveram que exercer após a abolição da escravidão.

Metodologia

Foram analisados perfis de trabalhadores das 500 maiores empresas do país, cuja metodologia de classificação de cor/raça é a mesma do IBGE, autodeclaração e podemos falar que a quantidade de negros aumenta conforme o nível hierárquico cai, isto está relacionado com uma série de fatores examinados, tais como: o problema racial, diferenças na proporção de desocupados, diferenças nas taxas

de ocupação, diferenças nos rendimentos médios, anos de estudo, jornada de trabalho e diferenças no grau de vulnerabilidade ocupacional em que serão discutidos nos resultados e discussões.

Resultados e Discussões

As desigualdades do ponto de vista racial e étnico e a discriminação persistem mesmo que, em 2009, mais da metade da população (51,2%) entrevistada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) tenha se declarado como de cor “preta” ou “parda” que trataremos aqui como a população negra (DIEESE, 2012).

Quanto as diferenças em relação a proporção de desocupados a taxa de desemprego nas seis maiores regiões metropolitanas do país começou diminuir em abril de 2009 e continuou em queda ao longo de 2009, atingindo quase 7% em dezembro e encerrando o ano com uma taxa média levemente acima de 8% – ainda num patamar superior ao observado em 2008 (7,2%). A desocupação era maior entre a população trabalhadora negra (9,4%) comparativamente à branca (7,3%).

Ao analisar as diferenças nas taxas de ocupação pôde-se notar que para ambas as populações houve um aumento dos ocupados, no total houve um aumento de 21% entre 2009 e 2001, sendo que o aumento maior foi entre as mulheres, 27,4% de aumento contra 17,8% entre os homens. Ao comparar negros e não-negros percebemos claramente que o aumento da ocupação se deu mais entre os negros, 36,4% contra 9,5% entre os não-negros e principalmente entre as mulheres negras, 43,6% contra o aumento de 31,7% entre os homens. A participação dos não-negros diminuiu em relação à dos negros, ou seja, estes de fato estão ocupando mais postos de trabalho em 2009. Ao estreitar mais essa análise, é possível ver que o aumento não foi uniforme no país.

Como já foi dito, os negros tendem a receber menos do que os não-negros, geralmente por ocuparem postos de trabalho cujos pagamentos não são altos. Também há diferenças de renda entre pessoas que ocupam o mesmo cargo, mulheres não-negras, homens e mulheres negras tendem a receber menos que um homem não negro para exercer a mesma função, mesmo tendo o mesmo nível de educação formal.

Em termos raciais, no geral, os brancos receberam 18,3% a mais de rendimentos e os negros conseguiram um aumento maior de 29,8%. Ao discriminar os ambientes urbano e rural vemos com muita clareza que os rendimentos rurais são bem mais baixos do que os urbanos, e também são caracterizados por uma desigualdade social bem maior (Censo, 2010), a diferença entre os rendimentos entre homens e mulheres lá (no campo) foi maior, indo de 56,3% em 2004 para 34,2% em 2009, contra 51,2% para 48,2% no urbano. Em termos raciais o aumento maior dos brancos foi no campo (23,8%) e dos negros foi na cidade (28,9%). A diferença entre brancos e negros ainda é gritante em termos de rendimentos, em 2004 os negros recebiam 53,1% do rendimento médio dos brancos, em 2009 eles passaram a receber 58,3%, essa redução foi observada em 18 das 27 Unidades da Federação (OIT, 2012). A diferença maior é no meio rural, onde os brancos recebiam 71% a mais que os negros, contra os 67% a mais no urbano.

A média de anos de estudos dos ocupados no Brasil é de 8,2 anos, que equivale ao ensino fundamental completo. Uma exceção gritante é o Distrito Federal com 10,3 (OIT, 2012). A baixa escolaridade se mostra como um traço estrutural do mercado de trabalho brasileiro muito preocupante, uma vez que o ensino médio completo (correspondente a 12 anos de estudo) corresponde a um divisor de águas para que trabalhadores e trabalhadoras possam se candidatar e ascender na grande maioria dos empregos formais gerados no país.

Os dados da RAIS do MTE demonstram que, ao longo dos últimos anos, enquanto diminuiu o número de vínculos empregatícios formalizados para os trabalhadores analfabetos ou que possuem até sete anos completos de estudo (ensino fundamental incompleto), cerca de 90,0% dos novos empregos surgidos exigiam pelo menos o ensino médio completo (OIT, 2012, p.88).

A escolaridade dos negros é menor do que a média em todas as regiões do País e sempre menor do que 8 anos, que equivalem a apenas ensino fundamental completo. Os rendimentos-hora de pretos e pardos representavam, respectivamente, 88,9% e 89,1% do rendimento-hora dos trabalhadores brancos e permanecem praticamente inalterados até a população ocupada com mais de 12 anos de estudo, onde podemos perceber claramente que as diferenças são ainda maiores do que entre os trabalhadores com menor nível de instrução. A partir do grupo com Ensino Superior Incompleto ou mais alto, há um aumento muito significativo na diferença de remuneração média entre pretos e brancos, indo de 89,3% para 80,9% e em seguida para 69,8%. Com os pardos a queda vai de 83,7% para 79,8% e, em seguida, para 74,8% (OIT, 2012).

As informações de rendimento médio por grau de instrução e por cor/raça apresentadas na demonstram que os trabalhadores classificados como brancos auferem rendimentos médios superiores em todos os níveis de graus de instrução, em relação aos trabalhadores considerados como pretos e como pardos. No caso dos pretos, a maior disparidade entre os rendimentos ocorre no nível superior completo quando os rendimentos médios dos negros representam 69,83% dos rendimentos dos brancos. Esse fenômeno foi estudado e nomeado pelos norte-americanos de “glass ceiling” (teto de vidro). O “glass ceiling” ocorre quando se atinge um nível médio de sucesso em um trabalho: continua a enxergar um horizonte melhor acima, mas nunca consegue alcançá-lo, isso muitas vezes transparece pela remuneração recebida pelo profissional. Ele possui as qualificações, porém não consegue sua promoção e aumento no rendimento. (TURRA; VENTURI, 1995).

A situação de vulnerabilidade que será discutida aqui leva em consideração a formalização do trabalho, representada entre os assalariados pela carteira de trabalho assinada. Com a melhoria do mercado de trabalho que comentamos no começo deste capítulo a quantidade de trabalhadores com carteira assinada (direitos trabalhistas garantidos) aumentou, auferindo às pessoas inseridas no mercado de trabalho segurança ao trabalhar.

Atualmente no Brasil uma das formas de ocupação mais vulnerável é o trabalho doméstico. O trabalho doméstico é uma ocupação que vale a pena ser ressaltada neste trabalho devida a alta participação

dos negros, principalmente das mulheres negras. Do total dos trabalhadores domésticos brasileiros em 2009, 93% eram mulheres. E do total de mulheres, 61,7% eram negras.

Do total de mulheres ocupadas nos serviços domésticos, 61,7% eram negras e 38,3% não negras. Dentre todos os setores de atividade econômica no país, foi onde se verificou a maior proporção de mulheres negras (DIEESE, 2011 p.17).

Muitas das tarefas realizadas dentro dessa categoria de trabalho estão ainda muito relacionadas aos trabalhos desempenhados por escravos na época do Brasil escravista gera uma desvalorização desse tipo de serviço e um tratamento não profissional por boa parte dos empregadores, podendo gerar situações exploradoras, constrangedoras e até mesmo humilhantes para essa classe de trabalhadores, que, por muitas vezes, desconhecem seus direitos previstos por lei e as mudanças mais recentes.

Entre 1999 e 2009, houve uma queda expressiva do rendimento médio metropolitano, que passou de R\$ 960,00 para R\$ 866,00. Já o rendimento mediano foi de R\$ 600,00, em 2009, indicando a elevada frequência de assalariados sem carteira com rendimento mais baixo e a necessidade de maior rigor da fiscalização trabalhista para inibir práticas ilegais e fazer frente às alterações cíclicas nas condições da oferta e demanda da economia, em detrimento do trabalhador. (DIEESE, 2012, p.170)

Conclusões

O País sempre foi marcado por enorme desigualdade social, que tem origem em uma construção histórica caracterizada pela segmentação da sociedade. Como consequência desse processo, o Brasil reserva papéis e oportunidades sociais diferenciados para os diversos grupos étnicos e raciais que nele vivem. Além disso, a desigualdade entre os sexos intensifica as diferenciações já existentes. As desigualdades do ponto de vista racial e étnico e a discriminação persistem mesmo que, em 2009, mais da metade da população (51,2%) entrevistada na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) tenha se declarado como de cor preta ou parda. Ao longo desse trabalho pudemos ver que a situação dos negros no mercado de trabalho é praticamente sempre inferior à dos não-negros, principalmente em rendimentos, nível de hierarquia dentro de uma empresa, desocupação, trabalho infantil, e outros índices apresentados.

Podemos concluir que ao longo da década passada a diferença entre negros e não-negros no mercado de trabalho diminuiu, a assimetria se tornou um pouco menor, apesar de se manter em todos os aspectos apresentados. Vários fatores contribuíram para isso: o crescimento econômico a partir de 2004, a queda gradual e persistente da taxa de desemprego, a rápida recuperação após a crise financeira, a política de valorização do salário mínimo, o maior rigor na fiscalização do trabalho e a maior formalização do vínculo de emprego. Mas, as diferenças diminuiram não por causa das iniciativas que tinham a redução da assimetria racial como objetivo, mas porque a melhoria do mercado de

trabalho se concentrou nas ocupações de baixa renda. Desta forma, a situação do mercado de trabalho melhorou de forma generalizada, mas principalmente para trabalhadores que saíram da informalidade e que foram diretamente beneficiados pela elevação do salário mínimo legal. Porém, o abismo entre negros e não negros persistiu, indicando a necessidade de redobrar esforços nesse terreno.

O enfrentamento das desigualdades não deve ficar restrito a ações que possam ser implementadas por um núcleo específico da ação pública. O reconhecimento dessas desigualdades e da necessidade de enfrentamento direto, assim como da eliminação do preconceito e da discriminação raciais, pressupõe o reconhecimento de que esse problema percorre os mais diferentes espaços da vida social. Ao mesmo tempo, discutir políticas e instrumentos de combate exige a elaboração de uma estratégia ampla, e de uma grande capacidade de negociação e sensibilização, de modo a integrar objetivos e organismos. Assegurar que a perspectiva racial esteja presente nos processos de planejamento, monitoramento e avaliação das políticas públicas não significa a alteração nos objetivos de políticas; ao contrário, implica em plena realização desses objetivos, na busca de igualdade e de promoção de oportunidades iguais aos diversos grupos sociais e raciais.

Referências

SILVA, W. C. **Oportunidades e barreiras: o negro no contexto social brasileiro e cubano**. São Paulo: USP, 2004. (Dissertação, Mestrado em Ciências Sociais).

DIEESE. **As mulheres no mercado de trabalho brasileiro: informações qualitativas e quantitativas** (As trabalhadoras domésticas e as mulheres dedicadas aos afazeres domésticos nas cidades de São Paulo e Salvador). Secretaria de Políticas para as Mulheres/PR e Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos, abril de 2011.

GUIMARÃES, J. R. S. (coord.) **Perfil do trabalho decente no Brasil: um olhar sobre as Unidades da Federação**. Brasília: OIT, 2012.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Perfil do trabalho decente no Brasil**. Brasília: OIT, 2009

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015. Informe do Diretor Geral. In: **REUNIÃO REGIONAL AMERICANA**, 16., 2006. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: . Acesso em: 30 out. 2011.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. Trabalho decente nas Américas: uma agenda hemisférica, 2006-2015. Informe do Diretor Geral. In: **REUNIÃO REGIONAL AMERICANA**, 16., 2006. Brasília: OIT, 2006. Disponível em: Acesso em: 30 out. 2011.

TURRA, C. ; VENTURI, G. (orgs.) **Racismo cordial**. São Paulo: Folha de São Paulo; Editora Ática, 1995.

COSMOLOGIAS, SUBJETIVIDADES E PERMANÊNCIAS: QUESTÕES PARA UMA ANÁLISE ANTROPOLÓGICA

George Feitosa Carvalho¹
Alexandre Fleming Câmara Vale²

Resumo: O presente trabalho tem como principal eixo de articulação de ordem teórica e metodológica uma análise de um conjunto de corpora de pesquisa, tendo como berço destes dados aquilo que ora chamaremos de etno literatura de terreiro, a análise de Orikis e Itans, bem como notas de pesquisa de campo, coletadas no Ilé Asè Òmó Tifé, situado na cidade de Fortaleza. Para tal, toma-se como partida de nossas reflexões a ótica epistêmica da disciplina antropológica, propondo, assim, uma interface entre as noções e categorias êmicas dos povos tradicionais de terreiros de candomblé no Brasil, e as conceituações de uma literatura antropológica.

Palavras-chave: cosmologias, subjetividades, orikis , itans , terreiro.

1 Mestrando do PPGA – UFC/UNILAB.
E-mail: georgearvalho84@gmail.com

2 Profissão – Professor do Departamento de Ciências Sociais da UFC.
E-mail: acamaravale@gmail.com

1. O encontro entre o Terreiro e a Antropologia.

O presente trabalho tem como principal eixo de articulação de ordem teórica e metodológica uma análise de um conjunto de *corpora* de pesquisa, tendo como berço destes dados aquilo que hora chamaremos de *literatura de terreiro*, a análise de *Orikis* e *Itans*, bem como notas de pesquisa de campo, coletadas no Ilê Asè Òmó Tifé, situado na cidade de Fortaleza. Para tal, toma-se como ponto de partida de nossas reflexões a ótica epistêmica da disciplina antropológica, propondo, assim, uma interface entre as noções e categorias êmicas dos povos tradicionais de terreiros de candomblé no Brasil, e as conceituações de uma literatura antropológica.

Por *literatura de terreiro*, entendo a produção literária efetuada por pessoas pertencentes aos grupos religiosos de matrizes africanas, que, sistematizam de modo escrito o que, geralmente, nas instâncias de convívio, no interior dessas comunidades, aprende-se por meio da *oralidade*. Há de se considerar que este trabalho, ao ser desenvolvido a bem de uma interpelação de ordem científica e acadêmica, faz alusão a esta nomenclatura de modo exteriorizante, isto é: ao se falar em Etno Literatura de Terreiro, adotamos um princípio de classificação metodológica que não corresponde exatamente à episteme das pessoas de candomblé, ou, como se diz no terreiro, “não é do nosso riscado”. Muito antes, ao se referirem a estas publicações, as *Iyás, Babás, Egbomis e Yawos, Ogans e Ekedes*, a exemplo de um terreiro de matriz ketu da cidade de Fortaleza - o Ilê Asè Òmó Tifè, situado no bairro do Jangurussu -, adotam uma dialogicidade baseada no parentesco evocado pela religião: “Ah! o livro de Mãe Stella”, ou, ainda, “os contos de Mãe Beata de Yemanjá”.

O que se pode depreender desta dimensão da reflexividade das pessoas de candomblé sobre as produções supracitadas tange de modo contumaz o entendimento de que as classificações oriundas de análises sistêmicas da antropologia, como quer Clifford (2008, p.36), funciona como uma atividade que esmiúça as experiências etnografadas, a bem de uma “eficaz garantia de uma autoridade etnográfica”.

Uma outra fonte de interesse desta pesquisa repousa nos *Orikis* e *Itans*, respectivamente, versos de evocação espiritual, utilizados a bem dos cultos de Orixás nos candomblés de Matriz Ketu; e narrativas míticas que são contadas e ensinadas geração à geração nos terreiros.

Nesse sentido, podemos mesmo imaginar essas produções como registros organizados em categorias e nomenclaturas próprias dessas comunidades, rompendo – ainda que somente em uma aparência - com uma tradição cultural que privilegia o oral em detrimento do escrito. É que, num terreiro de candomblé de matriz Ketu, por exemplo, é comum discursos que mesclam o português e o yorubá, que afirmam o estatuto-de-verdade da oralidade: “O ofô tem poder”.

Pensar nestes textos produzidos em um *contexto*, no sentido que Roy Wagner (1981) adota para este termo, isto é: uma formulação epistêmica efetuada num continuum de significações de uma comunidade - étnica e religiosa -, impele-me a tomar tais produções como um *corpus* de pesquisa que me oferece dados, frequências, dissidências, permanências e transformações culturais, de um grupo étnico específico, com suas agências e suas demandas próprias, suas elaborações a respeito de si mesmo - o que nos aponta a um caminho de nomeação de experiências pautado numa outra cosmologia que

não aquela que prepondera no Estado brasileiro, a saber, um entendimento judaico cristão da vida e dos viventes - e de sua relação com uma vigência social englobante que, sobremaneira, a exemplo das comunidades tradicionais de terreiro, elegem lócus e persona como alvos por excelência de múltiplas formas de destituições de saberes, que inviabilizam possibilidades de existência, promovendo, assim, um política da morte, empreendida sobre comunidades e/ou povos sob o domínio de soberanias que elegem os que podem viver e os que podem e/ou devem sumir (MBEMBE,2015).

1.1. Das Partes Integrantes: eixos para uma pesquisa.

Dito de outra forma anteriormente, este trabalho visa a aproximação de noções de mundo que circundam as vidas daquelas e daqueles que, quer por meio de técnicas de inserção nos terreiros - identificações sócio políticas ou de cunho espiritual -, quer por meio da iniciação - que, no caso das comunidades de candomblé no Brasil, é denominado "*fazer a cabeça*" ou "*fazer o Santo*"-, tendo em vista algumas temáticas conceituais que a disciplina antropológica elabora para decodificar os processos de significação na experiência de indivíduos.

Desta feita, proponho uma divisão do trabalho a partir de abordagens teóricas e metodológicas, que norteiam estas reflexões a bem da compreensão de como é tecida a Etnoliteratura de Terreiro, e como estas agências das Comunidades Tradicionais de Candomblé podem nos apresentar uma contra-narrativa - frente a um cenário social hegemônico loteado pela violência empreendida contra os povos de terreiro de matrizes africanas -, no que pese sua capacidade de autonegação de experiências.

2. Edward Said e o Terreiro: uma aproximação pela autonegação.

Sobre este processo aludido acima - a autonegação - é lícito evocar os estudos de Edward Said (2007), a respeito das estratégias históricas, sociais, políticas e discursivas que revestem o dito Oriente de valores e nomenclaturas - modelos explicativos de vida -, de noções e valores outros, fincados noutros terreiros culturais. Este processo, tal qual pensado por Said em *Orientalismo* promove um sem-número de estigmatizações, sendo este um recurso que atende a manobras de dominação por parte de um Ocidente que se pensa idêntico e correto a si mesmo:

[...] o Orientalismo não só cria, mas, igualmente mantém; é, mais do que expressa, uma certa *vontade* ou *intenção* de compreender, em alguns casos controlar, manipular e até incorporar o que é um mundo manifestamente diferente (ou alternativo e novo); é sobretudo um discurso que não está absolutamente em relação correspondente direta com o poder político ou natural, mas antes é produzido e existe num intercâmbio desigual com vários tipos de poder [...] (SAID, 2007, p. 41).

Tendo em mente a equação de Said que propõe um Oriente inventado pelo Ocidente, no caso, caso da situação do Candomblé numa arena de existências, pode-se concluir que, para citar apenas no nível

discursivo, manifestações de extremismos religiosos e certos segmentos do Cristianismo empreendem sobre as religiões de Matrizes Africanas uma força de dominação, que viva, muitas vezes, esvaziar a experiência religiosa de mulheres e homens adeptos do Candomblé por meio de ataques multifacetados, a fim de que suas práticas e saberes sejam, pois, ressignificados sob a égide da mitologia cristã.

3. O saber oral e registro escrito: nota sobre invenções da cultura no terreiro.

Tendo em vista o estado-de-coisa apontado acima, podemos inferir uma das possibilidades da razão-de-ser das obras da Etnoliteratura de terreiro estarem, de mais a mais, sendo produzida, com o intuito de registrar em letras imanes o *afô* imaterial, que seja, o cultivo de um pensamento de vida escrito e impresso em livro físico, a serviço de uma tradição pautada na *Oralidade*. Sobre a relação do saber oral e o registro escrito, é Mãe Stella de Azevedo Santos (2007, p. 13) que nos oferece o seguinte contraponto: “não é mais possível a prática da crença nos *Orisà* sem reflexão, estudos e entrosamentos. A tradição somente oral é difícil nos tempos atuais. Até mesmo porque a aquisição da escrita pela humanidade é um ganho, e não uma perda”.

Adotando a fala de Mãe Stella como uma demonstração direta de que, no que tange os processos de formação das subjetividades no terreiro, a escrita em nada ameaça o locus privilegiado das dinâmicas orais de transmissão de conhecimento nos terreiros, podemos pensar tal “advento” em termos de uma intervenção contextualizada na mudança de significados neste imaginário local, se se tomarmos como paradigma as ideias os mecanismos que atualizam a categoria “cultura” para Roy Wagner (2009, p. 115):

[...] O significado é pois produto das relações, e as propriedades significativas de uma definição são resultados do ato de relacionar tanto quanto as de qualquer outro construto expressivo. Mas o significado seria sempre completamente relativo não fosse a mediação a mediação da convenção [...].

Não é sem razão, pois, imaginar a composição escrita das obras que serão foco de nossas análises nesta pesquisa - *O meu Tempo é Agora* (SANTOS, 2007), *Equede, a Mãe de todos* (BRANDÃO, 2016), *Mãe Agripina* (MACHADO, 2011), *Caminhos de Odu* (MIRANDA, 2016) e *Caroço de Dendê* (BEATA DE YEMONJA, 2008) - como uma certa inovação, no ponto de vista da história das comunidades de Terreiro, porém, acionada pelo parâmetro cultural vigente da oralidade, de modo que, no caso do registro escrito, sua significação não extrapole os auto-reconhecimento das comunidades de terreiro em suas práticas, saberes e suas próprias narrativas de si.

4. Do universo das discontinuidades: Esu por todas as partes.

4.1. Esu, Tempo e História.

Conversando com a Iyalorisà Valéria de Logun Edé, numa tarde de funções religiosas no Ilê Asè Òmó Tifé, pude observar como suas estratégias dialógicas não obedecem uma sucessão de fatos arranjados ascendentemente pelo aparato cronológico habitual - fato após fato: conversas entrecortadas, memórias que surgiam e iam sendo contadas de modo desconexos - ainda que aparentemente -, pessoas que intervinham e adicionavam informações que iam sendo rechaçadas ou tinha sua veracidade garantida pela Mãe-de-Santo. De repente, ela dá de ombros e me afirma: “estou no tempo de Esù”, fazendo menção aos seus eflúvios de memória ali recontados. Repentinamente, a Iyalorisà busca em seu quarto um enorme papel contendo impressos uns versos em Yorubá: era o Oriki do Orisà Esù. Ela, então, leu-me os dizeres que seguem aqui traduzidos em português: “Agachado, com sua cabeça, alcança o teto, e, em pé, ele não alcança o telhado. Se ele se zanga, senta-se na pele de uma formiga. Tendo lançado a pedra ontem, mata o pássaro hoje”.

A bem de uma compreensão do que afinal, em termos de uma utilização da categoria “tempo” na disciplina antropológica, face a experiência que ali se revelava, o que significa “estar no tempo de Esù”? A parte qualquer forma de busca pela validação positivista do que vem a ser está sob o domínio do tempo de Esù, o que significa para as pessoas daquele terreiro, a nível de construção de estruturas de significado estruturante de ações concretas (BOURDIEU, 1983) obedecer uma lógica que subverte a temporalidade dita universal pelo entendimento ocidental?

É, com efeito, as discussões de Fabian (2013, p.40) sobre o caráter sagrado e secular do tempo como categoria antropológica que nos permite uma reflexão:

[...] Na tradição judaico-cristã, o Tempo foi concebido como instrumento de uma história sagrada. O tempo era pensado, mas, mais frequentemente celebrado, como uma sequência de eventos específicos que se sucedem a um povo selecionado. Muito tem sido dito sobre o caráter linear dessa concepção, em contraste com as visões pagãs, cíclicas, do Tempo como *éternel retour* [...]

Entender a noção de Tempo tal como proposto por Fabian acima, dá-nos margem para uma crítica para o que ele mesmo enuncia como as “(...) tentativas de secularizar o Tempo judaico-cristão, ao generalizá-lo e universalizá-lo (*ibid*)”. Entender o caráter cíclico do tempo de Esù não pressupondo o tempo de Jeová sobre aquele funciona como ferramenta teórica para acessar numa perspectiva anti colonial o Outro sugerido por Fabian.

Relativizadas as noções de Tempo em relação às narrativas e memórias do terreiro, é possível, então, imaginar como se configura a noção histórica para essa comunidade. Em outros termos, entendendo a relação de Esù com o Tempo como uma organela de inteligibilidade da Memória das pessoas

de terreiro, pode-se, então, acessar, por meio das próprias categorias do povo de terreiro como esses agentes reorganizam seus discursos sobre o *déjà vecu*, como quer Sahlins (1981, p. 7), ao afirmar que:

A história é ordenada culturalmente de diferentes modos nas diversas sociedades, de acordo com os esquemas de significação das coisas. O contrário também é verdadeiro: esquemas culturais são ordenados historicamente, porque, em maior ou menor grau, os significados são reavaliados quando realizados na prática. [...] a cultura é historicamente reproduzida na ação.

Com efeito, é possível a articulação dos conceitos de Fabian, aproximados ao caráter dinâmico e, assim como o Tempo, relativizado, no termos de Sahlins, a bem da compreensão como as instâncias de interação dialógica nos terreiros instaura um entendimento próprio - o Tempo de Esù - para dar sentidos aos seus fatos segundo uma lógica contra hegemônica do paradigma *diacronia/sincronia* (SAHLINS, 1981).

4.2. Castigo e Malandragens: a mulher na casa de Esù

Adiante nas reflexões das categorias suscitadas por Esù, tanto êmicas - em relação ao povo de terreiro -, quanto antropológicas - em relação ao povo da academia -, há de se falar no conto *O samba na casa de Esu*, de Mãe Beata de Yemonja (2008).

A partir dos eventos do texto narrativo em questão, tomamos notícia de uma exegese que versa sobre uma mulher que, por gostar demais de samba, desafia o recato invocado pela “sexta-feira santa”, pois, segundo a personagem: “Hoje eu sambo nem que seja com Exu! Que troço besta acreditar em dia santificado (p.27)”. Deste modo, a narrativa nos dá notícia que, àquele dia, a mulher entrou numa casa fazia ecoar os repiques musicais próprios do samba. Lá, um jovem rapaz a convida para dançar e revela ser ele próprio o Esù. Após a revelação, o homem some em meio à fumaça de uma explosão, deixando a mulher atônita, numa encruzilhada, “falando bobagens”, o que a impossibilitaria de sambar novamente.

Longe de querer entrar no âmbito da discussão sobre a validade cultural de um texto literário como o de Mãe Beata para todo o universo das religiões de matrizes africanas no Brasil, interessa-nos aqui algumas considerações sobre a narrativa e seus personagens: como pensar uma mulher casada, punida por dançar em “dia santificado”, e impedida de vivenciar suas afecções novamente? Para responder tais questões, é preciso mobilizar unidades de análise bastante circunstanciais: quais as organelas de sentido que, a nível desta narrativa, instauram os limites de permissão e interjeição, a partir de um princípio coercitivo? Poderia esta mulher-personagem imaginar suas experiências desvincilhadas dos fatos narrativos: concebida num contexto de casamento ocidental? Isso nos fornece elementos para pensarmos nas políticas e economia de dominação das experiências de mulheres, haja vista que Esù, enquanto unidade ancestral revestida de um estatuto-de-verdade local, surge para punir a iniquidade da “ação transgressora” das personagens no fio narrativo.

Para tanto, pensemos inicialmente no que nos diz Mary Douglas (1976) sobre as estruturas de sentido, que são reivindicadas em sua potência para revestirem o cotidiano das existências de um caráter real incontestado, se pensarmos o momento da narrativa que a personagem feminina irrompe com uma tradição vigente do “dia sacralizado” - organela de sentido geral a ser mantida - como:

[...] rituais de pureza e de impureza dão uma certa unidade à nossa experiência. Longe de serem aberrações que afastam os fiéis do fim da religião, são actos essencialmente religiosos. Por meio deles, as estruturas simbólicas são elaboradas e exibidas à luz do dia. No quadro destas estruturas, os elementos díspares são relacionados e as experiências díspares adquirem sentido (DOUGLAS, 1976, p. 7).

Tomando, deste modo, a visão de mundo que circula a personagem, e lhe delega demandas e expectativas a partir de uma dimensão normativa inescapável de sua experiência, seria não sem motivos imaginarmos como tal experiência adquire significação a prioristicamente, isto é: sendo um personagem masculino a reivindicar a agência sobre si mesmo, seriam acionados os mesmos instrumentos de reparação punitiva e/ou normativa, quer seja o Esù, quer seja a Sexta-feira Santa?

5. Buscando respostas na experiência feminina

Tais indagações surgem quando deparamo-nos com *Equede, a Mãe de Todos*, de Equede Sinhá (2017) intitulada *Senhoras da Voz - A música sacra dos Orixás*, Equede Sinhá nos conta da irrefutabilidade das técnicas de canto para o culto das divindades africanas. Além disso, logo no primeiro parágrafo, deparamo-nos com a Presença Feminino na liderança das transmissões e ensinamentos de *Orin Orisá*:

É de olhos fechados que se canta. É de olhos fechados que se canta para Oxalá, para Ogum, para Obaluaiê e Iemanjá. [...], porque é de olhos fechados que se reza. E, no candomblé, quando a gente canta, a gente tá rezando. Aprendi isso com equede Dudu e mãe Nitinha de Oxum. Eu não quero nunca perder o que aprendi a cantar com elas [...].

Sinhá nos mostra suas bases, suas referências culturais femininas: Equede Dudu e Mãe Nitinha.

A Casa Branca é um terreiro matriarcal, e, como o próprio termo sugere, apresenta a característica matrilinear nos processos sucessórios dos principais cargos de diligência religiosa e social do Ilê Axé. Sobre esta informação, temos, no texto de Equede Sinhá, um conjunto de dados que dão conta da linha sucessória da Casa Branca. Em *Liderança matriarcal*, temos os nomes de todas as mulheres que foram - e o são, no caso de Mãe Tatá (Altamira Cecília dos Santos, Oxum Tomiuá) - Iyalorixás do referido terreiro. Não há, como se pode ali constatar, um momento de liderança efetivamente masculina, muito embora os homens possam ocupar cargos que auxiliam o governo autocrático das Mães-de-Santo.

Com isto, como não pensar num relato vivo de uma experiência de uma comunidade que vê na mulher a sua possibilidade de representação, e tem, em sua liderança, um *contra-poder feminino* que faz face aos projetos de dominação falocêntrica, baseada numa no que “(...) costumamos chamar de

‘economia’ [enquanto um] sistema pelo qual os elementos do mundo natural são transformados em objetos de consumo humano” (RUBIN, 2011, p. 17)?

A respeito das noções de *poder pelo gênero*, no caso da liderança matriarcal das *lyalorixás* da Casa Branca, acionamos dois conceitos depreendidos das discussões feministas contemporâneas: a) uma, diz respeito ao entendimento de gênero, nos termos pensados por Strathern (2006, p.20), tomando como base reflexiva a experiência vivida por mulheres em terreiros de *candomblé*:

Entendo por “gênero” aquelas categorizações de pessoas, artefatos, eventos sequências etc. que as fundamentam em imagens sexuais - nas maneiras pelas as quais a nitidez das características masculinas e femininas torna concretas as idéias das pessoas sobre a natureza das relações sociais [...]. Entender como são vistas [pelas pessoas de terreiro] as relações de gênero não é algo que deva ser separado da compreensão de como se apresenta para eles [e elas] a sociabilidade. Tomar o gênero como um objeto teoricamente distinto requer, portanto, abordar os princípios sobre os quais essas categorizações se baseiam e perguntar sobre sua generalidade através das sociedades dessa região (STRATHERN, 2006, p. 20);

e, b) um entendimento da metodologia do feminismo (HECHT, HIRATA, LABORIE, LE DOARÉ & SENOTIER; 2000, p.151 [tradução nossa]) em relação à categoria *poder*:

[...] o poder é pensado em termos de um exercício de governo e comando. Distinto da força - virtude do homem, manifestação de sua inteligência, o que Spinoza definiu como o único esforço de “perseverança de seu ser”, o poder de um pode, então, se empregado até os limites naturais do outro.

Haja vista as definições acima, como não entender a própria voz de Euede Sinhá, a partir de sua agência discursiva em *A Mãe de Todos*, como uma possibilidade de desnaturalização da força masculina, ao nos dar o relato de que, numa comunidade específica, mulheres negras têm a primazia instituída por uma cosmologia ancestral de ascenderem ao mais alto posto na lógica da hierarquia das *Roças* de *Candomblé*?

6. Idade é posto: a Hierarquia como lógica das relações no *Candomblé*

Em campo, no *Ilé Asè Òmó Tifé*, presenciei e participei de diversos momentos rituais no *Barracão*, lugar da casa designado para festas litúrgicas. À porta, no início das referidas ocasiões, formou-se sempre uma fila, iniciada pela *lyalorisà* - membro mais velho em termos da iniciação ao *Candomblé* -; seguida por mim - que sou *Babalasè* nesta comunidade, isto é, aquele que se encarrega de todos os assuntos religiosos da casa -; as *Ekedjes* - mulheres que possuem autoridades reconhecidas na lógica das relações, porém, diferente de seus dois predecessores, não é passível de transe ritual -; e, respectivamente, *Egbons*, *Yawos* e *Abians* - filhas e filhos-de-santo (*omorisá*) que são passíveis do transe ritual.

A fila, ao adentrar o barracão, perde seu contorno retilíneo, e assume uma configuração circular. Deste modo, a única pessoa que se situa circunstancial e espacialmente a frente em relação à Mãe-de-Santo, grau máximo na lógica da convivialidade no terreiro, esta que obedece uma noção de hierarquia, é o abian, momentaneamente não iniciado nos segredos da religião.

Sobre a hierarquia como possibilidade de explicação dos fenômenos relacionais de indivíduos, Dumont (1978, p.16) define que:

[...] a noção de hierarquia se desentranha por etapas: valores e posição, princípio de gradação dos elementos com relação ao conjunto, e somente a partir do “englobante e englobado”. A hierarquia é decantada e animada ao mesmo tempo por um movimento que é, em verdade, complexo e que não pode ser marcado com toda a nitidez possível.

A despeito das consonâncias que o estudo de castas na Índia pode propor, a partir de uma apreensão de uma noção de estrutura fundante - *englobante* -, encontram-se diferenças em relação aos Terreiros. Aqui, ao trazer esta cena do campo de pesquisa, uma noção de hierarquia do terreiro que, ao contrário daquela analisada por Louis Dumont (1978) no sistema de castas na Índia: sendo esta verticalmente arranjada, baseada em estamentos rígidos e não mutáveis; e, aquela, um continuum cíclico, que, entre seus termos integrantes, circula a possibilidade de mudança crescente entre as categorias que compõem a experiência neste sistema.

7. A proposta fenomenológica no terreiro: da corporeidade como possibilidade de humanidade

Thomas Csordas (2008), colabora de modo pontual com a pesquisa que aqui desenvolvo, à medida que, em boa parte de seus estudos sobre situações de cura simbólica em comunidades carismáticas, propõe algo como uma certa introdução aos estudos fenomenológicos aplicados à cultura. A partir desta proposição, Csordas lança mão de um “modelo retórico”, que atende a propósitos analíticos das categorias, principalmente aquilo que o autor chama de “processos endógenos” em momentos de suspensão da vida ordinária, e numa instância performada pelo signo de um cura, a bem de uma eficácia desta.

Outro ponto das ideias de Csordas em *Corpo/Significado/Cura* (2008) que oferece esteio para um estudo sobre as vivências do feminino, culturalmente inscritas em corpos, em terreiros Ketu, é a noção de experiência religiosa como instituição que nomeia os organismos culturais no mundo. Com esta noção, pode-se, então, perguntar pelas experiências voltadas ao feminino que nomeiam e categorizam não só a questão fenomenológica do corpo, mas, principalmente, os campos semânticos estabelecidos nas relações vivenciadas pelos Ketu de Fortaleza. Neste sentido, surgem questionamentos retóricos das seguintes ordens: a) “O que vem a ser o Feminino corpóreo e imanente nos terreiros?”; b) “Como o Feminino nomeia e organiza as experiências religiosas?”; c) “em que medida essas nomeações da experiência do feminino são válidas e resistem num sistema cultural divergente?”. As respostas poderiam,

então, surgirem a partir de um estudo da “eficácia” do feminino, ou, em outros termos, a partir de uma relação dialética entre campo e reflexão analítica.

Por fim, é, com efeito, o “paradigma da corporeidade” de Csordas que impera como ferramenta teórica que opera, no sentido de entender o corpo na construção de enunciados simbólicos e culturais:

[...] com o reconhecimento de que a diferença não é simplesmente uma cobertura cultural sobre um substrato biológico, nosso argumento vai além da afirmação prosaica de que cultura e biologia determinam mutuamente a experiência da enfermidade, rumo a uma descrição de base fenomenológica tanto da biologia como da cultura. (p. 363).

Neste fluxo, entendemos como o estudo de Csordas acresce o aporte teórico desta pesquisa, ao situar o “paradigma da corporeidade” como um forma de entender especificidades de experiências de corpo no terreiro, ao abordarmos a obra de Mãe Stella (2010, p. 90), sobretudo as instâncias das regências corpóreas das pessoas de candomblé em momentos rituais e não rituais:

[...] Comer de mão para o povo africano é uma constante. Sem contar que aos escravos brasileiros não eram oferecidos talheres para suas refeições. Como a cultura sempre se funde com a religião, corre-se o risco de pensar que comer com as mãos as comidas no Terreiro seja apenas um hábito cultural. Enganado está quem assim pensa. A comida levada à boca com as mãos tem muito mais Æse.

Entende-se, com isso, como a experiência de comer, por exemplo, entra em contato com um todo de significações que atualiza o referido ato, delegando-lhe, assim, uma memória que antecede ao indivíduo que come. A anterioridade desta experiência é uma reverberação de uma instância nominativa que mobiliza unidades de forças reconhecidas em contextos específicos - como, por exemplo, o Æse.

8. Considerações Finais

O presente trabalho buscou efetuar um exercício de aproximação entre mundos: ambos dotados de crenças e epistemologias marcadas por correntes de entendimento que repousam, guardadas as devidas proporções, na constante atualização e mobilização de categorias que privilegiam níveis de compreensão e diálogos entre cosmologias, possibilidades de existências distintas.

Há, por fim, de se falar numa trégua entre as tensões evocadas entre o discurso científico e as formas de atribuir significados de grupos e sociedades que são continuamente tomados como como “outrem” radical àquele que observa e empreende suas análises.

Ao fim deste trabalho, pode-se falar que o esotérico e o exotérico de cada esfera aqui evocada se analisa e reflete sobre agências, acordos, dissidências, rupturas e retomadas. Seria esta apenas mais uma faculdade do que quer se dizer por “se estar vivo ou viva”.

9. Referências

ABU-LUGHOD, L. (2000). "Locating Ethnography". *Ethnography*, 1 (2):261-267. APPADURAI, A. (2004) **Dimensões Culturais da Globalização**. Lisboa: Teorema, 2004.

BEATA DE YEMONJÁ, Mãe. Carço de Dendê: a sabedoria dos terreiros: como Ialorixás e Babalorixás passam seus conhecimentos a seus filhos. 2ª. ed. - Rio de Janeiro: Pallas, 2008. BOURDIEU, P (1983). "**Esboço de uma Teoria da Prática**". In Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, 46-81.

BUTLER, J. (2003). Problemas de Gênero. **Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira .

CARNEIRO DA CUNHA, M. (2009). "'Cultura' e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais". In, **Cultura com aspas**. São Paulo: Cosac & Naify.

CHARAUDEAU, P. Discurso Político. Trad. Fabiana Komesu e Dilson F. Cruz. São Paulo: Contexto, 2008. . Identidade Social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, M. (org.). **O trabalho da tradução**. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p.309-326.

CLIFFORD, J. (1998) "Sobre a Autoridade Etnográfica". In, **A experiência etnográfica. Antropologia e literatura no século XX.**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ

CLIFFORD, J & MARCUS, G (2016). **A escrita da cultura**. Rio de Janeiro: Ed UERJ.

CSORDAS, T. (1988) "Embodiment as a paradigm for Anthropology". *Ethos*: 5-47 (2004). "**Asymptote of the Ineffable. Embodiment, Alterity, and the Theory of Religion**". *Current Anthropology*. 45 (2): 169-185.

DOUGLAS, M. (1976). **Pureza e Perigo**. São Paulo: Perspectiva. [Partes: "Introdução" & Caps. 1, 2, 6].

DUMONT, L. (1978). **Homo Hierarchicus. Le Système des Castes et ses Implications**. Paris: Gallimard. [Partes: "Préface"; "Introduction"; "Postface à l'Édition Tel"]

DUMONT, L. (1985). **O individualismo**. Rio de Janeiro: Rocco.

FABIAN, J. (2013) . O tempo e o outro. **Como a antropologia estabelece seu objeto**. Rio de Janeiro: Editora Vozes [Partes: "O tempo e o Outro Emergente" & "Nosso tempo, o tempo deles e nenhum tempo – A negação da coetaneidade".]

GEERTZ, C. (1973). A Interpretação das Culturas. Rio de Janeiro: LTC. Gilroy, **O Atlântico Negro - Modernidade e Dupla Consciência**. Rio de Janeiro, Editora 34/UCAM - Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2002.

Hecht Jacqueline. Hirata H., Laborie F., Le Doaré H., Senotier D. — **Dictionnaire critique du féminisme**. In: **Population**, 56^e année, n^o5, 2001. pp. 882-885.

MACHADO, Ed. Mãe Agripina – **Iyalorisa nilé Àse Òpó Àfònjá**: Uma História no Candomblé do Brasil. Rio de Janeiro: Metanoia, 2011.

MBEMBE, A. (2003). “Necropolitics”. (2003). Public Culture. 15(1): 11-40. PRANDI, Reginaldo. **Mitologia dos orixás**, São Paulo, Companhia das Letras, 2001.

ROCHA, Agenor Miranda. **Caminhos de Odu**. 2^a. ed. – Rio de Janeiro: Pallas, 1999.

SAID, E. Orientalismo. **O oriente como invenção do ocidente**. São Paulo: Cia das letras. [Partes: “Conhecendo o oriental”; “A geografia imaginativa e suas representações: orientalizando o oriental”; “Projetos”; & “Crise”]

SAHLINS, M. (1981). **Ilhas de História**. Rio de Janeiro, Jorge Zahar. [Partes: “Suplemento à viagem de Cook; ou ‘le calcul sauvage’”; & “Estrutura e História”]

SANTOS, Maria Stella de Azevedo. **Meu tempo é Agora**. 2^a.ed., Salvador : Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 2010.

STRATHERN, M. (1997). “Entre uma melanesianista e uma feminista”. *Cadernos Pagu*. 8(9): 7-49.

STRATHERN, M. (2006). **O Gênero da Dádiva: Problemas com as Mulheres e Problemas com a Sociedade na Melanésia**. Campinas: Editora Unicamp. [Partes: “Prefácio”; “Introdução” — “Estratégias Antropológicas” e “Um Lugar no Debate Feminista”; “Conclusão” — “Dominação” e Comparação”]

_____. (2014) **O efeito etnográfico**. São Paulo: CosacNaify.

WAGNER, R. (1981). **The Invention of Culture**. Chicago: The University of Chicago Press.

TECENDO MEMÓRIAS DO FEMPOS: DESENVOLVIMENTO DO PROJETO “DIVERSIDADE SEXUAL, HOMOFOBIA E DEBATE SOBRE TEORIA QUEER EM CONTEXTOS AFRICANOS: UMA PRIMEIRA ABORDAGEM”

Izzie Madalena Santos Amancio¹
Caterina Alessandra Rea²

Resumo: A centralidade da discussão aqui é evidenciar a experiências do plano de execução de um projeto de iniciação científica, intitulado Diversidade sexual, homofobia e debate sobre teoria queer em contextos africanos: uma primeira abordagem (PIBIC/UNILAB; 01/09/2017-31/08/2018) e para isso é rememorado partes da história de construção do grupo FEMPOS e da UNILAB - Campus dos Malês afim de contextualizar o local de enunciação e escrita. Do ponto de vista teórico, buscamos por meio de ateliês de traduções apreender as primeiras coletâneas de teoria Queer africana. O resultado do projeto foi a publicação do livro de traduções “Traduzindo a África Queer.”

Palavras-chave: FEMPOS, Diversidade Sexual, Estudos Africanos, Estudos Queer, Feminismos.

1 Bacharela em Humanidades – Universidade da Integral Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).
E-mail: izzie.mada@outlook.com.br.

2 Orientadora, Professora do Instituto de Humanidades e Letras – Universidade da Integral Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB).
E-mail: caterina@unilab.edu.br

UNILAB

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira (UNILAB) tem uma perspectiva centrada nas discussões e valorização das culturas africanas e afro-diaspóricas. Este projeto de universidade busca alcançar a produção de conhecimentos a partir da troca de saberes e fazeres culturais, sociais e históricos dos países da integração. Os países da integração no contexto da UNILAB fazem parte da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP).

Em 2010 é sancionada a lei 12.289 que visa a criação da universidade. O primeiro campus é instalado no maciço de Baturité, na cidade de Redenção-CE (ESTATUTO UNILAB, 2017). O motivo desta localização interiorana é que este projeto de universidade se integra ao programa de apoio a planos de reestruturação e expansão das universidades federais – Reuni.

Este projeto de universidade é conquista de anos de luta do movimento negro brasileiro que entende que deve haver uma reconexão entre povos que foram brutalmente separados e tiveram suas histórias apagadas, em nome do processo de colonização, que não teve fim mesmo após a escravidão e tráfico negreiro. De forma ampla, a colonização, o racismo, o machismo, LGBT+fobia, o eurocentrismo e seus desdobramentos interseccionais são perpetuados até os dias de hoje.

A UNILAB é edificada no quadro das disposições da lei 10.639 que visa apresentar um currículo de ensino descolonizado, com o intuito de afirmar culturas e epistemes outras e não somente as hegemônicas, esta que é reproduzida e reafirmada como única ou mais qualificada forma de saber, ser e fazer pelas universidades tradicionais. Entendo que, na UNILAB, o sentido de **Saber** tange a produção do conhecimento por estes corpos da integração e dos saberes populares/tradicionais reconhecidos e valorizados como ciência. **Ser** no sentido de operacionalização da universidade e dos corpos que a ocupam e **Fazer** no que entendo por cultura da integração que não é somente a junção de pessoas de diversas nacionalidades, em um convívio universitário, mas sim, também, o intercâmbio dos saberes e fazeres destes corpos em integração, que se descobrem, se reconhecem ou não e produzem novas formas de fazer ciência. Este novo modelo de universidade reconhece, assim, uma pluralidade de espaços da produção de conhecimento, incluindo lugares e tradições que foram, historicamente, excluídos do saber legítimo e do que é comumente identificado enquanto conhecimento científico. Ementas e componentes curriculares das disciplinas ministradas na UNILAB trazem este esforço permanente de inclusão dos novos sujeitos do conhecimento assim como de novas propostas epistemológicas que poderíamos definir de anti-hegemônicas.

Até o momento dessa escrita, a autárquica pública federal de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação, UNILAB, está localizada em dois estados brasileiros: no Ceará com os campi da Liberdade e Palmares, na cidade de Redenção, em Acarape onde se localiza a reitoria no Campus das Auroras, e na Bahia, com o Campus dos Malês que inicia suas atividades acadêmicas em 16 de março de 2013, com o Polo de Apoio Presencial de Ensino a Distância (EaD). Em 26 de maio de 2014 iniciam as atividades acadêmicas de ensino presencial com os cursos de Bacharelado em Humanidades e

Licenciatura em Letras, na cidade de São Francisco do Conde-BA, município que faz parte no Recôncavo Histórico.

Em 22 de agosto de 2018 o Campus dos Malês se torna Instituto dos Malês após publicação da portaria no Diário Oficial da União.

É neste contexto do campus dos Malês que foi constituído o grupo de Pesquisa e Extensão, Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas/FEMPOS, o primeiro grupo de pesquisa centrado nas discussões sobre gênero, feminismos, dissidência sexual e teorias pós e des-coloniais, sente Campus.

Tecendo memórias do grupo

Neste título, me atrevo a escrever na primeira pessoa do singular, por entender que, o que estará sendo escrito aqui é a partir de um ponto de vista singular.

É possível encontrar maiores respostas sobre o grupo FEMPOS no artigo “O Grupo de Pesquisa Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas/FEMPOS-UNILAB”, publicado na editora Realize, Campina Grande, em 2016. No artigo estudantes e a coordenadora do projeto, abordamos, as perspectivas metodológicas, teóricas e a centralidade das discussões e traçamos as ações/perspectivas/ hipóteses/linhas de pesquisa do grupo com o cadastramento do grupo na CNPq, a partir de 2014, (REA, AMANCIO, 2017). Aqui, será contado os caminhos percorridos para tornar-se um grupo e os projetos e outras realizações do grupo.

A UNILAB do Campus dos Malês em 2014 quando iniciou tinha regime trimestral, apenas em 2015.2 passa a ser semestral. O Grupo FEMPOS surge no primeiro ano dos Malês, quando haviam apenas quatro turmas de BHU e uma turma de L. em Letras, era o segundo trimestre da universidade. As problemáticas de gênero dentro da universidade estavam gritando e queríamos entender porque os impactos dessa integração nas dinâmicas do gênero naquele espaço.

Caroline Lima dos Santos, na época também estudante de Bacharelado em Humanidades, igualmente a **Bruna** Aparecida Thalita Maia, conversando, falaram que estavam tendo aula com a professora **Caterina** Alessandra Rea, feminista, que tinha interesse nas discussões de gênero e sexualidades. **Beatriz** Bastos Borges, também na época aluna do BHU, se interessou, tínhamos agora cinco cabeças. Chamamos a professora e conversamos sobre nossa vontade de aprender com os feminismos e com os estudos das sexualidades.

Tivemos no ano cerca de dois encontros: um para reunir pessoas que desejassem aprofundar as questões feministas e sobre dissidência sexual, foi um convite aberto, chegam para integrar o grupo mais pessoas, **Hallyson** Martins, Porto Seguro-BA, ativista gay, Luciano Guedes, São Francisco do Conde-BA, ativista gay e do candomblé e **Mailson** Barreto, Jacobina-BA. Naquela altura eu não havia transicionado em gênero, considerava que minha dissidência era apenas de sexualidade, era, de qualquer forma, um grupo de mulheres com diversas sexualidades e homens homossexuais. Hoje temos um

maior repertório de gêneros e sexualidades no grupo, abarca as diversas feminilidades e masculinidades no contexto da integração da universidade.

No segundo encontro **Fernanda** Souza, Santo Amaro-BA, ativista lésbica, integrou o grupo. Na criação de um calendário de encontros e leituras, **Caterina** Rea, sugeriu a criação de um componente curricular no que antes chamávamos de Semestre de Férias/Verão, que acontecia entre dezembro à fevereiro, de caráter não obrigatório.

A professora Caterina Rea conseguiu cadastrar o Componente Curricular: Teorias feministas e epistemologias da dominação. Guardo o plano de ensino que foi apresentado:

Plano de ensino

Unidade I: história do feminismo segundo a metáfora das ondas

- 1.1 Breve apanhado histórico
- 1.2 Simone de Beauvoir e o *Segundo Sexo*
- 1.3 Novas categorias teóricas: gênero, patriarcado, dominação masculina
- 1.4 Correntes feministas da segunda onda
- 1.5 Articulação de gênero e classe

Unidade II: a Terceira Onda e suas críticas

- 2.1 A Terceira Onda e sua pluralidade: quem é o novo sujeito do feminismo?
- 2.2 *Black Feminism* norte-americano e noção de interseccionalidade
- 2.3 Feminismos pós-coloniais e transnacionais
- 2.4 Feminismo queer e teoria *queer of Colour*
- 2.5 Pornografia, prostituição, travestilidades: novas estratégias de politização das questões sexuais
- 2.6 Feminismo e crítica da ciência: as epistemologias do ponto de vista

Unidade III: Feminismos no Brasil

- 3.1 Feminismo histórico brasileiro
- 3.2 Feminismo negro brasileiro
- 3.3 Abordagens feministas queer no Brasil
- 3.4 A difícil questão do aborto no Brasil

Foi um curso de 20 horas que iniciou em 09 de dezembro de 2014 e concluiu em 15 de janeiro de 2015. Costuramos no curso a noção de ondas do feminismo para pensar as dinâmicas dos movimentos feministas de forma mais didática, das propostas ao reconhecimento da mulher de direitos dos anos 40 à construção da ferramenta analítica capaz de transformar as bases dos direitos no contexto Europeu, o conceito de Interseccionalidade.

As poucas integrantes foram fazendo parte de outros grupos com análises sociais diferenciadas e o FEMPOS foi se estruturando:

Em 2015 alcançamos o primeiro edital de bolsas do Campus Malês, o título do projeto aprovado com a bolsa UNILAB: "Interseccionalidade, uma categoria útil de análise da dominação: gênero,

orientação sexual, raça e classe no entrecruzamento das relações de poder”. Vínculo de desenvolvimento institucional de 2015 – 2016, tínhamos três planos de trabalho para os quais trabalhamos eu, enquanto bolsista e Thais Lago, Salvador-BA, e Solange Cabral, Bissau, Guiné-Bissau, enquanto voluntárias). Conseguimos na apresentação dos resultados finais do plano de trabalho a Menção Honrosa pela III Semana Universitária (2016) com o trabalho intitulado “Mapeando a interseccionalidade nos estudos de gênero e teoria queer”.

Em 2016 nos inserimos no fluxo contínuo com o projeto “Sexualidades dissidentes, Interseccionalidade e Teoria Queer na África: um primeiro mapeamento” que seguiu o cadastro até 2019. Inicialmente, fui voluntária deste projeto.

Desde a criação do grupo que atividades de extensão eram realizadas, principalmente em relação a palestras, rodas de conversas, mini-cursos, Grupos de Trabalho e participação de ações fora da universidade. Em 2017, o projeto “Aids e Ação: prevenção e luta contra preconceitos e discriminações” é aprovado pela PROEX (Pró-reitoria de Extensão da UNILAB). Participei enquanto voluntária deste projeto e Edneusa Diamantino Cá enquanto bolsista (2017-2019).

Em 2017 foi aprovado pelo PIBIC/UNILAB o projeto “Diversidade sexual, homofobia e debate sobre teoria Queer em contextos africanos: uma primeira abordagem” enquanto resultado do projeto guarda-chuva do fluxo contínuo. Atuei de 2017-2018 enquanto bolsista deste projeto e é até aqui que amplio os contares sobre o FEMPOS.

Projeto de pesquisa

“Diversidade sexual, homofobia e debate sobre teoria Queer em contextos africanos: uma primeira abordagem” (2017-2018), foi um projeto coordenado pela professora Dra. Caterina A. Rea e teve como bolsista a aluna Izzie Madalena Santos Amancio, Bacharela em Humanidades- UNILAB (2016) e cursando a “terminalidade” no curso L. em Pedagogia na UNILAB-Malês. Este título segue os mesmos caminhos de escrita do relatório final de bolsa.

O projeto conduziu um primeiro mapeamento do campo de estudo sobre práticas feministas, diversidade sexual e teoria queer em contextos africanos. Do ponto de vista teórico, nos fundamentamos nas contribuições das primeiras coletâneas de teoria Queer africana, o *Queer African Reader* e *Reclaiming Afrikan*, que reúnem contribuições de estudiosos e militantes de vários países do continente. O maior aporte destas reflexões consiste em romper com a imagem de uma África homogênea, do ponto de vista cultural e das práticas sexuais, colocando contra o muro tanto a representação da África “obsessivamente” homofóbica, perpetuada pelos países ocidentais e pelas agendas LGBT globais, quanto a representação do caráter supostamente não- africano da homossexualidade, disseminada pelos discursos essencialistas e nacionalistas de grupos religiosos locais. É para além destes discursos homogeneizantes e redutores que as construções de sexualidades e identidades de gênero não-hegemônicas proliferam no continente africano. O projeto se situa no campo filosófico e epistemológico, embora, pela temática abordada e pelas categorias propostas, se coloque em um diálogo interdisciplinar com as

Humanidades. No quadro das ações PIBIC, o projeto contribui para consolidar o embasamento teórico na área, implementando oficinas de tradução dos principais textos estudados.

Buscávamos conhecer as principais questões políticas internacionais debatidas pela crítica queer of colour e pela teoria queer africana, que colocam questões de grande atualidade, tais como, o desenvolvimento do neoliberalismo, o imperialismo, as diferentes faces do neocolonialismo, o incremento dos vários nacionalismos, o fenômeno da imigração, o crescimento do racismo e da islamofobia em diversos países ocidentais, os efeitos do terrorismo e da guerra antiterrorista. Assim como nos introduzir nos debates feminista e queer internacional. Trabalhamos com textos em língua estrangeira (inglês), o que nos aproximou com outros autores, com o processo de tradução e compreensão de textos estrangeiros. Acreditamos fortalecer a linha de pesquisa em Estudos de Gênero, Estudos Feministas e sobre Sexualidades Dissidentes e suas interseções com o campo dos Estudos Africanos, através, também, da colaboração com outros Grupos de pesquisa que realizam trabalhos no campo dos Estudos de Gênero e Sexualidades e no campo dos Estudos Africanos e Étnico-raciais.

Para a realização das traduções (onze textos do *Queer African Reader* foram traduzidos) foi montado um pequeno comitê de tradução, composto, além pelas integrantes do projeto, pela professora Clarisse Goulart Paradis (UNILAB), pelo professor Felipe Fernandes (UFBA), pelo professor Thamy Ayouch (Université de Paris VII), por Sérgio Rodrigo Ferreira (UFBA), pela professora Tatiana Ivete Carrascal (UNILAB) e pela professora Ana Carolina Barbosa Pereira (UFBA), o que possibilitou a criação de uma rede de colaboração relativamente ampla.

Durante a vigência do projeto concentramos nossos esforços nas atividades de tradução, análise e revisão de textos em inglês que interseccionam queer theory, gênero e sexualidades no cenário do continente africano e micropolíticas LGBTQI em África, a fim de organizar o livro “Traduzindo a África Queer” publicado logo após o término da bolsa. O livro foi publicado pela Editora Devires de Salvador, em dezembro de 2018.

Tivemos reuniões de traduções semanais, geralmente, nas quartas-feiras ou sextas-feiras, pela manhã. Realizamos os seguintes passos:

- 1** – Selecionamos os textos, a serem lidos e traduzidos, da coletânea *Queer African Reader*, organizada pelas ativistas africanas Sokari Ekine (Nigéria) e Hakima Abbas (Egito). Os textos foram lidos e comentados em diálogos abertos do grupo, durante os encontros presenciais. Maior parte dos textos foram traduzidos com a contribuição de várias/os docentes da UNILAB e da UFBA.
- 2** – Entramos em contato com as autoras cujos textos foram traduzidos pela equipe do projeto, no intuito de pedir a autorização para a publicação da tradução.
- 3** – Reportamos abaixo o plano do livro que consta de onze textos traduzidos e de uma apresentação redigida pela coordenadora do projeto e pela Equipe do Grupo de Pesquisa:
 1. O *Queer African Reader* e sua atualidade para o debate sobre dissidência sexual e teoria queer em uma perspectiva Sul-Sul (Caterina Rea/FEMPOS/UNILAB; Clarisse Goulart Paradis/FEMPOS/UNILAB; Izzie Madalena Santos Amancio/FEMPOS/UNILAB)

2. Sokari Ekine; Hakima Abbas – A proposta do Queer African Reader (trad. Caterina Rea/FEMPOS/UNILAB)
3. David Kato Kisule – Um ensaio (trad. Felipe Fernandes/GIR@/UFBA)
4. Awino Okech – Sobre sororidade e solidariedade: tornando queer os espaços do feminismo africano (trad. Clarisse Goulart Paradis/FEMPOS/UNILAB)
5. Lyn Ossome – Discursos pós-coloniais do ativismo Queer e de classe na África (trad. Caterina Rea/FEMPOS/UNILAB)
6. Ola Osaze – Caster corre para mim (trad. Caterina Rea/FEMPOS/UNILAB)
7. Sibongile Ndashe – A história única da homofobia africana é uma história perigosa para o ativismo LGBTI (trad. Caterina Rea, Izzie Madalena Santos Amancio e Equipe do FEMPOS)
8. Autorexs varixs – Manifesto LGBTI africano/declaração (trad. Thamy Ayouch/Université Denis Diderot, Paris VII)
9. Bernedette Muthien – Queerizando as fronteiras: uma perspectiva ativista Afrikana (trad. Caterina Rea/FEMPOS/UNILAB)
10. Gathoni Blessol – Lutas LGBTI Queer como outras lutas em África (trad. Caterina Rea, Izzie Madalena Santos Amancio e equipe do FEMPOS)
11. Keguro Macharia – O Quênia Queer na lei e na política (trad. Sergio Rodrigo Ferreira GIGA/UFBA)
12. Jessie Kabwila – Olhando para além dos binarismos coloniais: desfazendo o discurso sobre a homossexualidade no Malawi (trad. Tatiana Ivette Carrascal/UNILAB e Carolina Barbosa Pereira, UFBA)

- 4 – Conforme a coordenadora do projeto iria recebendo os textos íamos inserindo no arquivo. Todos foram recebidos.
- 5 – A escolha da editora foi acordada que se daria pela localização e afinidade com a proposta do FEMPOS.

No desenvolvimento do projeto organizamos atividades abertas à comunidade acadêmica da UNILAB, comunidade externa a UNILAB e outras instituições federais. Tivemos uma roda de conversa com a doutoranda e ativista Caroline Betemps, com o tema Feminismos Transnacionais. A roda de conversa contou com aproximadamente trinta pessoas, da UNILAB- Campus dos Malês e alunos da UFRB (Universidade Federal do Recôncavo da Bahia) de variados cursos, geografia, história, artes visuais, pedagogia, filosofia e professores das respectivas universidades. A atividade ocorreu na quadra de esportes, na tarde do dia 27 de novembro de 2017.

Uma palestra com Johanna Monagreda e Larissa Gomes, ambas doutorandas da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), cujo tema foi Feminismo e Instituições Políticas: debates atuais. Ocorreu no dia 05 de fevereiro de 2018, no auditório dos Malês. Organizamos também uma palestra com a pesquisadora francesa Natacha Chetcuti Osorowiz sobre “Vigiar e punir o gênero: qual

é a condição da palavra no mundo carcerário para as mulheres condenadas a longas penas?”, no dia 09/04/2018, das 10:15 às 12:15.

Hávamos previstos no quadro das ações PIBIC a organização de uma Jornada FEMPOS, que foi uma atividade pensada para finalizar o plano de trabalho, no qual foi discutido os resultados alcançados com o projeto. A jornada FEMPOS aconteceu no auditório do campus dos Malês, entre 12H e 17H do dia 29 de agosto (2018), na programação tinham três mesas de discussões: a primeira com as duas organizadoras do livro que traduzidos, a professora Caterina A. Rea e a professora Clarisse Paradis na qual apresentaram a proposta do livro e sua relevância, a segunda mesa foi composta por mim, a bolsista, também organizadora do livro que apresentei os resultados do projeto e portanto, era também falar do livro e a última mesa composta por convidados estudantes da UFBA (Universidade Federal da Bahia), Igor Leonardo, Rodrigo Márcio, Theo Pitanga e Yuna Silva que trouxeram discussões à respeito das diversidades sexuais, homofobias, transfobias e demais intersecções.

Outro resultado importante a ser destacado foi a vinda de dois dos autores do *Queer African Reader* (Awino Okech e Ola Osaze) para o próximo Congresso Internacional da ABEH (Associação Brasileira de Estudos de Homocultura), que se desenvolveu do dia 28 ao dia 30 de novembro, em Fortaleza. O convite feito pela ABEH, através da coordenadora deste projeto, à feminista queniana, Awino Okech, e ao ativista nigeriano, Ola Osazie, testemunha da importância reconhecida, na academia brasileiro e no campo dos estudos sobre gênero e sexualidades, das contribuições que vêm do continente africano. Inserida no GT intitulado “A chegada da Teoria Queer na África” coordenado por Caterina A. Rea apresentei estas experiências descritas com uma carga mais teórica voltada aos textos traduzidos.

Os textos traduzidos trazem à tona uma imagem não homogênea do continente Africano, em que os autores irão apresentar as perspectivas queer a partir de contextos locais. Se a África não é um continente de paraísos LGBT’s, também não podemos enxergá-la, de forma unívoca e uniforme, como um lugar extremamente LGBTfóbico. Ao romper com o silêncio, no que tange a esta produção do *Reader* (2013) que é por si uma insurgência queer africana que reivindica seus contextos de existências, apesar da forte tentativa de silenciar estas existências, principalmente por parte das agendas de ONG’s e internacionais LGBT’s em África, que atuam com uma perspectiva “salvacionista” ocidental. As/os autoras/es do *Queer African Reader* reivindicam suas existências e vividas para as sociedades africanas, enfrentando os discursos tradicionalistas locais que expulsam, criminalizam e tentam invisibilizar as práticas afetivas- sexuais plurais do continente. Traduzir o *Queer African Reader* é ver que ainda se tem uma imagem de África homogeneizada, de um olhar único e estrangeiro voltado à África que deste modo, reduz às práticas e existências do contexto africano (READER, 2013).

Uma das nossas discussões debruçadas no livro traduzido é o modo pelo qual as categorias ocidentais estão sendo impostas à contextos africanos por meio de ONG’s, grupos LGBT’s fora de África que desconhecem, ignoram o que conhecem e não se reconhecem em práticas particulares africanas locais.

Ampliando os olhares, nos deparamos com realidades descritas no *Queer African Reader* de que as pessoas que praticam a dissidência sexuais e que têm identidades de gênero não conformes são consideradas como “estrangeiras”, por parte dos tradicionalistas que não reconhecem suas existências

e práticas de vida. Países africanos e, particularmente, os de colonização britânica, existem legislações que criminalizam e discriminam quem não se conforma com a norma heterossexual. Mas diferente do que a história única LGBT+ na África (NDASH, 2013) desenha existem sim african_s dissidentes, existe movimento, enfrentamento e resistência e o Queer African Reader é o brado de african_s LGBT+. Neste ponto, o produto final do projeto “Diversidade sexual, homofobia e debate sobre teoria Queer em contextos africanos: uma primeira abordagem” o livro de traduções do Queer African Reader, intitulado “Traduzindo a África Queer” é uma possibilidade de conhecer quem são ess_s african_s, conhecer quais suas agendas de luta, de aproximação epistemológica, é possibilitar a luta do READER contra a invisibilidade, para pessoas que leem em português.

Considerações

Atualmente, muitos foram os avanços alcançado pelo FEMPOS, este grupo se tornou um guarda-chuva que abarca outros grupos; temos hoje oito professor_s, dois projetos PIBIC/UNILAB aprovados com bolsa e dois FAPESB/UNILAB, vári_s nov_s alun_s de pesquisa e de extensão trabalhando na compreensão e produção de análises das questões dos gêneros e sexualidades nas diversas áreas do conhecimento. Em 2017 a professora Clarisse Goulard se vincula à UNILAB e é cadastrada enquanto Vice-Coordenadora do Grupo FEMPOS. Estamos desenvolvendo o projeto com bolsa PIBIC/Fapesb com o título Discutindo gênero e sexualidades: traduções e trajetórias queer no eixo sul-sul (2018-2019).

Em nossas produções FEMPOS o conceito de Dissidência Sexual e de Identidade de Gênero para ampliar o olhar sobre essas práticas africanas que daqui, do lado de fora de África, são pouco conhecidas e valorizadas em sua diversidade.

Uma das maiores dificuldades no desenvolvimento do projeto foi devido a precariedade do Campus dos Malês: a inexistência de um ambiente e de uma estrutura básica para produção científica. Aponto, neste parágrafo, que a maior dificuldade é a falta de um ambiente para pesquisadores de iniciação científica, como um laboratório para as/os mesmas/os ou uma sala apropriada com estrutura básica para a realização de pesquisas, reuniões, assim como para guardar livros ou material informático, afim de viabilizar/facilitar o desenvolvimento dos projetos de iniciação científica.

Os ateliers de tradução, é uma proposta pedagógica fantástica para se pensar aprendizado- produção. Por possibilitar o contato com uma língua estrangeira, o inglês, língua que não dominava, mas que com os processos de traduções e a participação de grupo de estudo e aula online de inglês, passei a ter um vocabulário bem maior deste idioma.

Sob orientação da coord. do projeto, participei de todos os processos de construção desde ao contato com as autoras, às traduções, os convites para tradutores que se dispusessem a contribuir com o projeto do livro, questões de direitos autorais e o trabalho de organização e tradução de textos.

Nesta experiência existiu a necessidade de deslocar meus pensamentos à territórios outros com perspectivas que horas se aproximam horas tangenciam das vivenciadas e escritas no Brasil. As traduções do Queer African Reader nos possibilitam compreender melhor os contextos específicos de

África. Na introdução ao QAR, as autoras Sokari Ekine e Hakima Abbas nos revelam que este conceito do Queer, ao pensar a África e ao ser pensado em África, deve passar por um processo de ressignificação, pensando ali a intersecção com a luta contra o neoliberalismo e o neocolonialismo, ou seja, além de remeter para formas de dissidência sexual e de gênero, o termo Queer, também, indica a oposição a outros sistemas de dominação que atingem as populações africanas. A autora aponta também, como o queer pode contribuir para o fortalecimento de identidades locais.

Caterina Rea lembrava de não perder de vista em nossas produções nos objetivos do projeto e no contexto da UNILAB ao qual estamos inseridas. Aos poucos, percebi as contribuições de tais produções para o projeto da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- brasileira, entre elas está o pensar os corpos da integração que compõem a universidade e suas pluralidades e possibilidades de (re) existências, através do rompimento de um olhar generalizador que invisibiliza as práticas homoeróticas.

No dia 10 de dezembro de 2018, pela tarde, Sibongile Ndash, autora do texto que traduzimos no READER visitou a UNILAB-Malês para uma roda de conversa com o tema Movimentos LGBTQI na África, a convite da coord. Caterina Rea . Na ocasião, quis saber dela, ouvir da boca dela “quais os impactos das “ajudas” humanitárias por países estrangeiros e das tentativas de “salvacionismo” por parte das ONGs LGBT+ internacionais em África. A resposta era possível encontrar no livro, na tradução do texto dela. Sentir aquela potência me fez perceber o tão pouco é visibilizado e colocado em pauta e respeitadas as categorias dissidentes de sexualidades e gêneros em contextos de África, nesta direção ela apontou.

Agradecimentos

Após 12 meses de dedicação e muita produção é preciso confessar que isoladamente ninguém produz um trabalho como este. Agradeço imensamente a minha orientadora, **Caterina** Rea, que tem sido uma chave para a expansão dos meus conhecimentos e aprendizados, divide os agradecimentos da minha participação no congresso da ABEH o também bolsista do grupo **João** Bosco, que juntamente com a coord. se empenhou nesta função. Também a **Bruna** Maia que a poucos dias refrescava minha memória sobre o início do FEMPOS. A **Michel** Vincent Sampaio que me emprestou num momento de cansaço seus olhos para ler e comentar este artigo. Agradeço a funcionária pública, **Ivanyele** Costa Silva auxiliar administrativa que recebe as folhas de frequência mensal e os relatórios por sua eficiência, dedicação e respeito. À minha família, com amor. Vida longa ao FEMPOS!

Referências

EKINE, Sokari; ABBAS; Hakima (orgs.). **Queer African Reader**. Dakar/Nairobi/Oxford, Pambuzuka Press, 2013. 454, p.

REA, C.; AMANCIO, Icaro Santos. O Grupo de Pesquisa Pós-colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas/ FEMPOS-UNILAB. **O Grupo de Pesquisa Pós- colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-hegemônicas/FEMPOS-UNILAB**. 1ed.Campina Grande: Realize, 2016, v. , p. 4020-4030.

REA, C.; Clarisse Paradis (Org.) ; Izzie Madalena Santos Amancio (Org.) . **Traduzindo a África Queer**. 1. ed. Salvador: Devires, 2018. 146p.

BRASIL. Constituição (1988). Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. Após discussões no cenário nacional é incluída os diversos aspectos relacionados a cultura indígena do Brasil e passa a vigorar a Lei 11.645 de 20 de janeiro de 2008. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 9 jan. 2003.

UNILAB, Portaria n.º 628, de 22 de agosto de 2018. Extingue o IHL e institui a criação do Instituto de Humanidades e o Instituto de Humanidades e Letras do Campus dos Malês. **Diário Oficial da União**, 24 ago. 2018., Seção I. Disponível em: <http://www.unilab.edu.br/wp-content/uploads/2018/08/DOU-24.08.2018-1.pdf>. Acesso em:27/01/2019.

O DESPERTAR DA LIBERDADE: ENTRELAÇANDO ASPECTOS IDENTITÁRIOS DE GÊNERO E RAÇA DA IRMANDADE DA BOA MORTE DE CACHOEIRA - BA

Débora Araújo Leal¹
Dênia Rodrigues Chagas²
Alexsandra de Souza Fernandes³
Elane Maria de Castro Coutinho⁴
Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro⁵

Resumo: Este estudo é um recorte do trabalho de conclusão do curso de História da Universidade do Estado da Bahia. O objetivo é discorrer sobre a Irmandade da Boa Morte, compreendendo os aspectos de gênero e raça a qual emana o enriquecimento cultural da cidade de Cachoeira, as diversidades e o valor de suas peculiaridades no tocante aos processos de formação de identidade, para a construção de uma cidadania mais crítica e mais participativa, denotando um compromisso com a história da Irmandade, para manter viva a memória de seus antepassados, trazendo aos dias atuais suas contribuições, trazidas nas manifestações pelos ideais e ações manifestadas através do trabalho, arte, política e religião, dentre outras tantas possibilidades de dissipar a cultura dentro da sociedade. Assim pretende-se com este estudo contribuir para manter vivo o processo de enriquecimento cultural da cidade de Cachoeira, as diversidades e o valor de suas peculiaridades no tocante aos processos de formação de identidade, para a construção de uma cidadania mais crítica e mais participativa. Do seu apogeu do período da cana de açúcar Cachoeira ainda conserva algumas tradições, a festa de Nossa Senhora da Boa Morte é uma delas. Participar dessa cerimônia é mergulhar no passado e reviver os tempos do Brasil Colônia, do Império e do país independente, mas ainda escravocrata devido às várias

- 1 Professora da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana-BA e do Instituto de Educação Social e Tecnológico da BA.
E-mail: delleal8@hotmail.com.
- 2 Professora da Faculdade Católica Dom Orione – TO.
E-mail: denia_enf@hotmail.com.
- 3 Professora da Faculdade de Ciências Educacionais Capim Grosso – BA.
E-mail: alexsandrafernandes.psi@gmail.com.
- 4 Professora do Centro Universitário Católica de Quixadá.
E-mail: elanecoutinho@unicatolicaquixada.edu.br.
- 5 Professora do Centro Universitário Católica de Quixadá. Orientadora.
E-mail: stanagila@hotmail.com.

formas de trabalho escravo existentes no país. Sendo assim, percorrer uma paisagem onde a energia dos escravos mortos e torturados ainda ecoa, é desvendar aquele que talvez seja o primeiro movimento feminista negro do país. Analisa-se o processo de identidade e etnia da Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte, a valorização dessas raízes promove a continuidade da história cachoeirense, levando em consideração o elo que liga o passado e o presente. No percurso metodológico lançamos mãos da história oral. A que é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida da história contemporânea, obtida através da interação do pesquisador com um ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão de um grupo, de uma instituição, de um movimento ou da sociedade. Esta religiosidade sincrética é um dos requisitos para a aceitação na Irmandade da Boa Morte. A secular Irmandade da Boa Morte possui aspectos tradicionais que referendam a sua situação de um dos mais relevantes ícones do patrimônio cultural nacional. A tradição, neste estudo, como transmissão „invariável e repetitiva “de elementos e costumes de uma dada sociedade (Hobsbawn, 1997). As próprias irmãs se encarregam de “fiscalizar” e preservar o tradicional em situações tanto dentro, quanto fora da Festa. A invariabilidade que a Irmandade procura é aquela que possibilita a identificação, o pertencimento e reprodução de sua história através da reencenação de seus ritos. Portanto, as irmãs seguem e repetem o que suas antecessoras começaram, assim como, firmam novas parcerias com a modernidade sem a descaracterização de suas dinâmicas. No vestuário, na música, na dança, nas joias e adereços, no cumprimentar das senhoras, no ato de comer com as mãos, no olhar que observa as irmãs de bolsa, nas procissões, no brasão talhado, na dupla-pertença religiosa, o tradicional está presente. Neste sentido, se a pós-modernidade vem produzindo um sujeito sem “identidade unificada” (Hall, 1997), fragmentado, múltiplo, sem essência, o quanto é válido para o Recôncavo baiano uma irmandade de senhoras negras, que cultuam a religiosidade católica e os orixás concomitantemente e fazem desta interface a própria mola propulsora de sua prosperidade, arrancando aplausos de públicos brasileiro e internacional, são merecedoras de admiração de observadores das mais variadas procedências e extrações sociais. Por fim nota-se a intrínseca relação existente presente nas vozes das componentes da IBM com o empoderamento no tocante as discussões atuais de gênero e raça.

Palavras-chave: Irmandade da Boa Morte, Gênero, Raça.

Introdução

A temática apresentada neste estudo, sobre a Irmandade da Boa Morte caracteriza-se pela complexidade, devido à ausência de fontes documentais em vista do referencial sócio histórico e cultural em que se qualificam as narrações das mulheres negras pertencentes a este grupo na cidade de Cachoeira na Bahia. Assim adquirir conhecimentos sobre os tesouros espalhados nas ruas, da pequena cidade baiana detentora de uma das manifestações culturais mais ricas do país foi o ponto de partida para a realização deste estudo.

A aproximação com a Irmandade ocorreu através do contato com algumas mulheres pertencente ao grupo da Boa morte, durante a graduação de pedagogia na disciplina de Antropologia e na abordagem da temática no Projeto de extensão sobre Cinema, Subjetividade, Cultura e Poder, o que despertou a curiosidade de investigar sobre a importância cultural deste grupo na sociedade, pode-se inferir que a riqueza da Irmandade está presente na composição do patrimônio material da Bahia e também do Brasil.

De acordo com Silva (2000):

Carregamos conosco a memória de muitas tramas, o corpo molhado de nossa história, de nossa cultura; a memória às vezes difusa, às vezes nítida, clara, de ruas da infância, da adolescência; a lembrança de algo distante que, de repente, se destaca límpido diante de nós (SILVA, 2000, p.33).

A memória construída socialmente muitas vezes se perde quando não se dá a devida atenção à documentação, os monumentos e aos costumes locais. A preservação da memória sempre foi um desafio para o historiador, portanto, registrá-la é buscar elementos para a construção de uma identidade. Para Le Goff (1994), tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. “O esquecimento e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória construída socialmente.” A memória tem o poder de selecionar segundo os anseios individuais e coletivos do presente, os fatos que devem e podem ser lembrados e ou esquecidos.

Para Le Goff (1994), tornar-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. “O esquecimento e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória construída socialmente.” (LE GOFF, 1994, p. 13).

Para melhor elucidar as temáticas deste estudo, faz-se necessário abordarmos a seguinte problemática: De que maneira ocorreu à ascensão histórica cultural da Irmandade da Boa Morte e qual sua influência na comunidade escolar, especificamente no Colégio Estadual da Cachoeira. Assim este estudo tem por objetivos: Analisar a participação de mulheres negras na formação da Irmandade da Boa Morte; busca-se também observar os aspectos culturais que a Irmandade da Boa Morte -IBM oferece à educação escolar da cidade de Cachoeira.

De acordo com Mussara (2005), de todos os tesouros que preserva espalhados em suas ruas, a pequena cidade baiana de Cachoeira é detentora de uma das manifestações culturais mais ricas do país. A festa de Nossa Senhora da Boa Morte, realizada em quinze de agosto, mais do que uma simples comemoração é um convite para ingressar num mundo onde cultura, tradição, história e magia convivem e se confundem. Situada na região do recôncavo baiano, para Castro (2005), umas das principais importâncias históricas da cidade de Cachoeira advém do seu nascimento ocorrido a partir de um engenho de açúcar, no século XVI, devido a fertilidade do seu solo e ao intenso comércio, foi um dos principais pólos econômicos da Bahia até o século XIX.

Do seu apogeu do período da cana de açúcar Cachoeira ainda conserva algumas tradições, a festa de Nossa Senhora da Boa Morte é uma delas. Participar dessa cerimônia é mergulhar no passado e reviver os tempos do Brasil Colônia, do Império e do país independente, mas ainda escravocrata devido às várias formas de trabalho escravo existentes no país. Sendo assim, percorrer uma paisagem onde a energia dos escravos mortos e torturados ainda ecoa, é desvendar aquele que talvez seja o primeiro movimento feminista negro do país.

De acordo com Castro (2005), a Irmandade da Boa Morte é uma organização de mulheres negras que a sua maneira resistiu e se rebelou contra os sofrimentos impostos pelo regime escravagista, desde a jornada diária de trabalho dezoito horas nas lavouras, aos castigos e mutilações, como o corte dos tendões das fujonas, os açoites em público, os grilhões e brasas em seus rostos, a extração e quebra dos dentes a frio e o corte de orelhas e línguas daqueles considerados mais afoitos, sem falar nos abusos sexuais.

Passados quase dois séculos de sua criação a Irmandade da Boa Morte, ainda é uma confraria católica de mulheres negras e mestiças que representam a ancestralidade dos povos africanos escravizados e libertos. De acordo com Mussara (2005), a festa de Nossa Senhora é realizada desde o início do movimento abolicionista, durante sessenta e oito anos, de a entre a organização da Irmandade (1820) até a decretação da Lei Áurea (1888), A Boa Morte dividia um misto de religiosidade e tensões entre o catolicismo e as religiões de matriz africana. As irmãs faziam um ritual secreto e sem cerimônias católicas. Apenas rezavam suas novenas e faziam o samba de roda uma dança em que as participantes faziam uma grande roda e batiam palmas, depois disso é que celebrava a missa católica.

Ainda hoje a cerimônia preserva seus traços característicos, acima supracitados, marcados pela memória do sofrimento dos escravos para alcançar a liberdade. A festa da Boa Morte é um evento dos mais tradicionais de Cachoeira, que catalisa o turismo internacional. A cidade fica em êxtase com o acontecimento, nela podem ser encontradas pessoas de várias partes do mundo, principalmente negros norte americanos seja em busca de cultura e religiosidade, seja apenas curiosidade, prazer, turismo e divertimento.

De acordo com Reis (1991), o cenário brasileiro, durante os quatro primeiros séculos, foram marcados pela formação das irmandades, tanto negras quanto brancas, pois as mesmas assumiram um relevante papel na construção da identidade nacional. O referido autor traz uma definição mais sintética

a respeito das irmandades que as compreende como “... associações corporativas no interior das quais se teciam solidariedades fundadas nas hierarquias sociais...”. (Reis (1991, p. 51).

Todavia para Reis (1991), há ainda uma divisão clássica sobre tais instituições (irmandades e ordens terceiras). Estas instituições já existiam na Europa desde o século XIII, aproximadamente, e foram introduzidas no Brasil pelos portugueses. Às irmandades e ordens terceiras, cabiam as atividades assistencialistas aos seus associados e não associados, através da caridade, da representação dos desfavorecidos, do assistencialismo médico, da organização e responsabilidade pelos ritos fúnebres, da encomenda de missas, e, além de tudo isto, ainda organizavam grandes Festas.

Nesse sentido, pode-se inferir que a Irmandade de Nossa Senhora da Boa Morte está entre as mais antigas do país, tendo surgido nas primeiras décadas do século XIX, possivelmente por volta de 1820, nas proximidades da Barroquinha, em Salvador (TAVARES, 1964), de onde, anos mais tarde, migrou para Cachoeira, respondendo, atualmente, pelo endereço Rua 13 de Maio. De variada procedência étnica, as exigências para a aceitação na Irmandade da Boa Morte eram o sexo feminino, a idade avançada, a devoção a Nossa Senhora e a ligação com as práticas religiosas africanas.

Metodologia

Para se compreender a singularidade da temática sobre a Irmandade da Boa Morte, adotaram-se as concepções teóricas da metodologia qualitativa por esta permitir uma melhor compreensão da realidade social do objeto em questão através da História Oral. Os diáscursos, as conversas telefônicas, as conferências ou qualquer outro tipo de comunicação humana que pode ser gravada, transcrita e preservada como fonte primária para o uso futuro da comunidade científica pode ser denominada de História Oral.

A história oral é uma metodologia de pesquisa que consiste em realizar entrevistas gravadas com pessoas que podem testemunhar sobre acontecimentos, conjunturas, instituições, modos de vida ou outros aspectos da história contemporânea. Para Meihy (2007),

A memória está empenhada e integrada com o presente, com atitudes, perspectivas e compreensões que mudam. O que é capturado pela História Oral é um segmento da experiência humana, no contexto de um passado lembrado, de um presente dinâmico e de um futuro desconhecido e aberto. (MEIHY 2007, p. 17).

Portanto, a História Oral é um recurso metodológico de coleta baseado no depoimento oral, gravado, obtido através da interação do pesquisador com um ator social ou testemunha de acontecimentos relevantes para a compreensão de um grupo, de uma instituição, de um movimento ou mesmo da sociedade. Para Carr (1985),

...Nenhum documento pode nos dizer mais do que aquilo que o autor pensava – o que ele pensava que havia acontecido, queria que os outros pensassem que ele pensava, ou

mesmo apenas o que ele próprio pensava pensar. Nada disso significa alguma coisa, até que o historiador trabalhe sobre esse material e decifre-o. (CARR 1985, p 85).

Nesse sentido pode-se afirmar que a história oral tem a finalidade de complementar os documentos escritos. E é multirreferencial, pois é interessante para historiadores, antropólogos, cientistas políticos, sociólogos, pedagogos, teóricos da literatura, psicólogos e outros.

Resultados e Discussão

No diálogo com as irmãs fora passado os nomes e a quantidade das mesmas e as respectivas cidades residências do recôncavo baiano c Utilizamos os nomes reais das irmãs de acordo as autorizações estabelecidas com as mesmas no termo de consentimento livre e esclarecido e termo de uso da imagem.

O envolvimento das irmãs com a religiosidade afro-brasileira pode ser facilmente compreendido por quem adentra a sede da Irmandade da Boa Morte e encontra em uma das paredes um quadro com a seguinte (auto) definição: “Organização privativa de mulheres com vínculos étnicos, religiosos e sociais, também unidas por parentescos consanguíneos ou de fé, deixando fluir a maneira afro-brasileira de crer”.

Para a irmã Zelita de 53 anos há relevante presença do Candomblé se dá não somente na organização e hierarquização da Irmandade,

O culto ao Candomblé se dá sobretudo em muitos aspectos relacionados à nossa própria Festa, através da devoção, da ceia e do nosso vestuário. Agora das irmãs responsáveis pela criação da Irmandade da Boa Morte, resta pouca documentação. (Irmã Zelita, jun, 2017).

Há informações no sentido de as primeiras irmãs terem sido africanas alforriadas predominância da nação Ketu (Reis, 1991), que detinham relativa condição financeira e, por tal, logo foram apelidadas de negras do partido alto. De acordo com a juíza perpetua Maria a Irmandade da Boa Morte foi criada por um grupo de senhoras que tinham amealhado algum numerário, que moravam ou se encontravam na Barroquinha e souberam praticar, com destreza, duas religiões tão distantes em seus princípios e práticas. Na fala da juíza é notório que,

Desde a fundação da Irmandade, para ser uma irmã da Boa Morte, devia-se seguir alguns preceitos e pré-requisitos. Assim como no candomblé, a senhoridade é um deles. A candidata à irmã para ser admitida deve ter acima de 40/50 anos, pois, além da experiência já adquirida, já não goza de tantos desejos carnavais que possam “manchar” a sua integridade e bom relacionamento com Nossa Senhora. (Irmã Maria juíza perpétua).

Para Reis (1991, p. 10), já afirmava que “... já velhas, viúvas ou sem nenhum outro interesse material, diria sexual, podem consagrar com maior força sua devoção de irmãs, como um verdadeiro voto casto de religiosidade”. Antigamente, a aceitação de uma nova irmã no quadro da Irmandade se dava

mediante laços de parentesco com uma irmã mais antiga, que a indicava para que passasse pelo estágio de observação conhecida como irmã de bolsa.

Conclusões

Pensar sobre a relevância da Irmandade da Boa Morte para a história local e também de todo o recôncavo baiano requer do historiador um compromisso ético e pedagógico, para com as pessoas que talvez represente o primeiro movimento feminista no país. Neste cenário de dupla pertença religiosa entrelaçada nas ações e nas falas das irmãs, representada através do catolicismo e do candomblé, é uma verdadeira encenação de gênero e raça permeada pela diversidade.

Todavia, a riqueza da IBM não está apenas no seu legado cultural, mas, sobretudo no exemplo de luta e de conquista da liberdade tão requisitada no período da escravidão aos dias atuais. O surgimento da irmandade representa um símbolo de ação de mulheres negras que pregam valores afros descendentes.

Neste cenário, de religiosidade a festa da IBM representa para Cachoeira um patrimônio histórico que recebe em seu berço esplêndido turista de todo Brasil e do mundo. No entrelaçar de vozes as irmãs explicam sabiamente sobre a fundação da IBM e da própria nomenclatura, para elas o “bom morrer” está relacionado com a contemplação aos céus e o encontro com Nossa Senhora.

Nota-se, que o turismo em torno da IBM é muito grande, porém a falta de recursos por parte do Poder Público para investir neste patrimônio, recentemente o casarão está passando por reformas para festa que acontecerá em meados de agosto do corrente ano, estes recursos são provenientes de instituições públicas e privadas e artistas que são solidários a IBM.

Entretanto, pôde-se perceber que tanto a Irmandade da Boa Morte como sua dinâmica aqui investigada carecem de “acompanhamento” profissional que, antes de publicizá-la, pudesse compreendê-la, a fim de melhor situá-la perante suas necessidades e sua relevância sócio-histórico-cultural.

As necessidades da Irmandade secular de mulheres negras de Cachoeira vão além de recursos financeiros. O prestígio da entidade e a repercussão midiática de sua Festa em boa parte do mundo produzem desdobramentos ainda inexplorados e sistematizados academicamente ainda que seja potencial a presença do turismo científico na Festa.

Portanto, as pesquisas realizadas na IBM servem como acervo cultural e documental solicitado pela própria irmandade, os mesmos serão utilizadas como meio de divulgação dos tesouros espalhados na cidade de Cachoeira, adentrar este mundo foi um convite à religiosidade através das trocas de saberes que por vezes extrapolam os muros das universidades.

Ao introduzir a cultura afrodescendente teremos que lidar com a dificuldade de sua amplitude e complexidade, pois a afro-descendência presente em manifestações culturais de diversas regiões do país, por vezes identifica as marcas de base africana. Falar sobre a IBM no ensino de história local implica em vários fatores ente eles: a formação de professores, ou seja, reeducá-los de forma que eles abdicuem à formação de educação eurocêntrica, voltada para a classe dominante, em suas bases.

Referências

CARR, Eduard Hallet. **Que é história?** 4 ed. São Paulo: Terra e Paz, 1985;

HALL, Stuart. **Identidades culturais na pós-modernidade.** Trad. Tomaz Tadeu da Silva, Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 1997;

HOBSBAWM, Eric. RANGER, Terence (orgs.). **A invenção das tradições.** São Paulo: Paz e terra, 1997;

LE GOFF, J. **Memória.** In: Enciclopédia Einaudi, volume I. Porto Alegre, 1994;

MEIHY, José Carlos S. B. & HOLANDA, Fabíola. **História Oral:** como fazer, como pensar. 1.ed. São Paulo: Contexto 2007;

MUSSARA, Fabíola, **Revista Planeta.** Agosto/ 2005;

REIS, João José. **Aprender a raça.** Veja São Paulo, edição especial: 25 anos: reflexões para o futuro, 1991.

TAVARES, Odorico. **Bahia - imagens da terra e do povo.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964;

CORPOS-ARQUIVOS OU HOMONARRATIVAS NEGRAS EM SUPORTES PLÁSTICOS E FOTOGRÁFICOS

Sem autoria

Resumo: Através de narrativas plásticas e fotográficas, o presente trabalho abordará diferentes apropriações e representações do corpo negro na cena gay da Afro-América contemporânea. Busca-se, na potência das mais diversas linguagens empregadas nos trabalhos da revista estadunidense *The Tenth*, incluindo seus Volumes I (2014) e III (2015), e nos ensaios fotográficos da artista Nona Faustine (1977-), exibir narrativas fora da ótica hegemônica e heteronormativa, que durante muito tempo aprisionaram esses novos modos de ver e narrar o negro homossexual estadunidense na clausura das tensões raciais, presentes nos Estados Unidos desde o século XVI, e de conflitos da ordem da sexualidade, algo ainda a ser superado e dialogado dentro da comunidade negra desse mesmo território.

Palavras-chave: *The Tenth Magazine*; Nona Faustine; Homonarrativas em suportes plásticos e fotográficos

REPRESENTAÇÕES DE RELAÇÕES SEXUAIS E SOCIAIS ENTRE PESSOAS DO MESMO SEXO NAS CENAS RUPESTRES DO PARQUE NACIONAL SERRA DA CAPIVARA/PIAUI

Michel Justamand¹

Leandro Colling²

Gabriel Frenchiani de Oliveira³

Antoniél dos Santos Gomes Filho⁴

Vanessa Belarmino da Silva⁵

Resumo: O presente texto objetiva demonstrar a presença de cenas rupestres representando relações de pessoas com o mesmo sexo no Parque Nacional Serra da Capivara no Estado do Piauí. No parque são encontrados alguns recortes temáticos recorrentes nas artes rupestres. Os recortes mais recorrentes são as de cena de caça, coleta, afazeres domésticos, partos, lutas em duplas, conflitos, movimentação, fauna e flora. Além desses, há os da sexualidade humana e, também, no caso, mas específico, os das relações sociais e sexuais entre pessoas com o mesmo sexo e com os sexos diferentes. Em pretéritos trabalhos de campo, detectamos essa temática rupestre, com bastante recorrência, sendo necessário a ampliação dos debates e interpretações em torno de tais cenas. Dentre os resultados obtidos, destaca-se que os grupos ancestrais ocupantes das terras brasileiras representavam relações sociais e sexuais entre pessoas de mesmo sexo, o que nos dá indícios para afirmação que as relações entre pessoas do mesmo sexo já são praticadas desde os mais remotos tempos.

Palavras-chave: Relações sexuais. Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). Pesquisa de campo.

1 Docente da Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

E-mail: micheljustamand@yahoo.com.br

2 Docente da Universidade Federal da Bahia – UFBA.

E-mail: leandro.colling@gmail.com

3 Docente da Secretaria de Educação do Estado do Piauí – SEDUC/PI.

E-mail: gfrechiani@hotmail.com

4 Docente da Faculdade Vale do Salgado – FVS.

E-mail: antoniél.historiacomparada@gmail.com

5 Discente do Curso de Bacharelado em Arqueologia e Preservação Patrimonial na Universidade Federal do Vale do São Francisco – UNIVASF.

E-mail: vanessabela18@hotmail.com

Introdução

Neste artigo apresentamos registros rupestres localizados no Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC) localizado no sudoeste do Estado do Piauí que retratam cenas de relações sociais e sexuais entre pessoas do mesmo sexo. Juntamente com a apresentação das cenas realizamos sua análise.

O PNSC tem sido local de pesquisas e reflexões sobre a presença humana ancestral e suas produções sociais desde os anos 70, do século XX. Tal investimento científico se iniciou com a Missão Francesa, liderada, à época, por Niède Guidon, com apoio de outros investigadores (GUIDON, 1991). Na região, foram, e continuam sendo realizados inúmeros trabalhos arqueológicos, paleontológicos, educacionais e ambientais, entre outros. O Parque recebeu o reconhecimento da comunidade acadêmica graças às pesquisas arqueológicas realizadas, especialmente as artes rupestres (principalmente as pinturas). Essas pesquisas acabaram por colaborar com a elevação do PNSC à categoria de Patrimônio da Humanidade, em 1991, reconhecido pela UNESCO (PESSIS, 2003).

O parque e sua circunvizinhança são ricos em vestígios arqueológicos, de todos os tipos. Já foram encontradas ossadas humanas dos grupos ancestrais, produções cerâmicas antequíssimas e materiais líticos – pedras lascadas. Inclusive esses são os motivos da maior disputa arqueológica dos últimos anos nas Américas, porque apontam para o povoamento em terras *brasílis* muito anterior ao que se poderia supor/imaginar em pesquisas anteriores (ARAÚJO *et al*, 1998; ETCHEVARNE, 1999-2000; ADOVASIO; PAGE, 2011). Independentemente das polêmicas dos materiais líticos encontrados, as pinturas rupestres são os vestígios que mais saltam aos olhos de qualquer visitante/turista/pesquisador, desavisado ou não (MELTZER; ADOVASIO; DILLEHAY 1996; JUSTAMAND; FUNARI; ALÁRCON- JIMÉNEZ, 2018).

No presente texto, usaremos os sinais deixados nas rochas, especificamente as cenas de pinturas rupestres do PNSC. Dentro e fora do parque são encontradas outras formas de arte rupestre, como as gravuras que nós não analisaremos.

A ideia de refletirmos sobre a temática das inúmeras sexualidades apresentadas nas cenas rupestres surgiu durante nossa expedição científica, realizada entre os dias 25 de janeiro e 02 de fevereiro de 2018, no parque. Ali tivemos contato com inúmeras cenas rupestres. Observamos representações de caçadas, lutas, rituais religiosos, relações sociais e os mais variados tipos de relações sexuais.

Durante esses dias, visitamos 51 sítios arqueológicos com pinturas rupestres. Esses locais foram escolhidos previamente e com cuidado, visando a obtenção da experiência interpretativa. Nossa escolha objetiva reunir o maior número possível de cenas sexuais/sociais entre pessoas representadas do mesmo sexo, que são pouco usadas ou inéditas nas publicações acadêmicas.

O ano anterior à ida ao parque foi marcado pela construção do nosso projeto de pesquisa. Michel Justamand e Mário Filho⁶, (condutor credenciado para atuar no parque), mantiveram contato permanente, na busca de locais que pudessem contribuir para a discussão proposta. Isso se tornou necessário

6 Agradecemos o empenho e atenção de Mário Filho guia turístico da Associação de Guias da Capivara, bem como a todos os funcionários da FUMDHAM que possibilitaram o caminhar de nossa expedição.

porque é difícil circular dentro do parque, pois devemos considerar as suas dimensões, acidentes geográficos e perigos iminentes, como animais selvagens, por exemplo. O planejamento se torna fundamental para a pesquisa arqueológica, visto que tempo é algo precioso. Outra questão importante foi a confluência para que todos os envolvidos com a empreitada pudessem estar ali juntos, naquele mesmo período. Partimos para a investigação de campo e formamos uma equipe, que agora é a autora deste texto.

Desdobraremos nossas reflexões a princípio mostrando um pouco dessa temática ancestral em outras partes do mundo e relacionaremos às cenas do Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC, no Piauí.

Refletindo a partir de outros locais do mundo

Em *O prazer sagrado: sexo, mito e política do corpo*, Riane Eisler nos convida a entender melhor como ocorriam as relações sociais/sexuais dos primeiros habitantes do mundo. Nos conduz à origem do sexo em nosso planeta. A guerra entre os sexos é sim evitável. Considera admirável que na arte ancestral as informações inscritas, em rochas, especialmente, tratavam de mostrar o que os grupos humanos consideravam substancial em suas vidas. Nessas artes estavam contidas uma forma de reverência desses ancestrais aos poderes criativos da natureza e a autora sugere que faziam isso por meio das imagens sexuais e/ou de nascimentos (EISLER, 1996). Por isso, talvez, as figuras com conotações voltadas para a sexualidade tinham um papel importante. Pensamos que o mesmo pode ter ocorrido com as cenas rupestres existentes no PNSC (ver figura 01).



Figura 01 – Toca do Caldeirão dos Rodrigues.

Cena da Penetração com amamentação. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

A temática da sexualidade é muito recorrente em inúmeras formas de expressão artística e culturais da humanidade, desde os tempos imemoriais. Como Eisler, Peter Stearns lembra que a arte primitiva tinha forte conteúdo sexual. Partilhamos as suas ideias de que a sexualidade do passado pode contribuir para entendermos e ou explicarmos a do presente (STEARNS, 2010), haja vista a quantidade de cenas voltadas às práticas sexuais encontradas no parque (ver figuras 02 e 03).



Figura 02 – Toca do Baixão do Perna IV.
Cena do sexo grupal. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.



Figura 03 – Toca do Pinga do Boi I.
Cena da representação da penetração de, supostamente, um homem com duas mulheres.
Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

Nossos ancestrais espalhados por todos os continentes do mundo deixaram suas marcas, conhecidos como vestígios arqueológicos. Tais vestígios mostram o entendimento das múltiplas formas de relacionamentos sexuais possíveis. Como a penetração anal masculina, verificada em uma cerâmica peruana, datada de 600 anos depois da era cristã (TAYLOR, 1997). Encontramos algumas cenas similares entre as do parque localizado no Piauí. (Ver figura 04).



Figura 04 – Toca Boqueirão da Pedra Furada.

Cena da penetração/relação sexual entre dois antropomorfos, provavelmente, representações de dois homens.
Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

Encontram-se vestígios da temática sexual, na Austrália, na Nova Caledônia e na Itália (DUBAL, 2017) e na Rússia (MYKHAILOVA, 2017). Parece-nos que era condição *sine qua non* da nossa espécie, desde milhões de anos atrás, **publicar**, deixando marcas nas rochas para a eternidade, suas reflexões e ideias sobre a sexualidade.

Chegando mais próximo geograficamente do parque brasileiro, lembramos de um trabalho de Claudio Blanc. Em seus escritos sobre a história ancestral da sexualidade, descreve uma representação rupestre de um ato sexual entre um antropomorfo e um zoomorfo (BLANC, 2010). Esse desenho rupestre de zoofilia encontramos similares no PNSC (ver figura 05).



Figura 05 – Toca do Caldeirão dos Rodrigues.

Cena da representação de dois homens com um animal, com a, possível, penetração de um animal por um desenho de homem, e a penetração, aparentemente, de duas figuras de sexo masculino. Mostra ainda que uma representação masculina segura o falo de outra. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

Entre os grupos caçadores e coletores, havia a exogamia, ou seja, eles copulavam com pessoas de fora do seu grupo. Ocorriam festas e encontros periódicos entre eles (LINS, 2012). Esses eventos proporcionavam uma série de situações, tais como as ampliações das redes políticas, econômicas, sociais, mas também as sexuais. Representações de muitos antropomorfos juntos e, possivelmente, “comemorando” algo (JUSTAMAND, 2010) são encontradas no PNSC, (ver figura 06).



Figura 06 – Toca da Vereda do Juvenal. Cena da penetração com animais e outras pessoas perto.

Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

No mundo ancestral indo-europeu-asiático, muitas representações de mulheres foram esculpidas de marfim ou de pedra. Essas esculturas se espalharam por toda essa região. Tais representações destacavam traços sexuais da mulher. Há também estatuetas que não tem a configuração clara da sexualidade, deixando a impressão de serem o que hoje nomearíamos como andróginas (ADOVASIO; SOFFER; PAGE, 2009). Os artesãos ancestrais investiam suas qualidades técnicas para produzir essas imagens, tinham seus propósitos, obviamente, tanto na criação das representações de mulheres, quanto nas representações de androginia (ver figuras 07).



Figura 07 – Toca do Pinga do Boi. Cena do Sexo com pessoas do mesmo sexo, provavelmente, representações de duas mulheres. Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

Sobre as produções de pinturas, estatuetas e esculturas, de modo geral, no antigo Egito, por exemplo, suas características de representatividade das mulheres aparecem com sinuosas curvas, demarcando as dimensões de suas nádegas e cinturas com seus seios bem desenvolvidos (DOMÍNGUEZ-RODRIGO, 2011).

Timothy Taylor aponta que as artes rupestres contribuíam para a ampliação da compreensão, reconhecimento e discussão sobre como eram as relações entre as pessoas naquele período histórico. Indica que as representações de vulvas pintadas nas rochas, datadas de mais de 12 mil anos atrás, especialmente nas cavernas europeias, poderiam ter conotações eróticas e ou rituais. Indica a existência de bastões “fállicos”, alguns com representações nítidas de pênis, às vezes mais de um no mesmo objeto. Eram feitos de marfim, em sua maioria. Já a função desses objetos poderia ser de consolo, inserção vaginal, oral, anal, entre outras (TAYLOR, 1997). As inscrições no parque brasileiro apresentam tais conotações sexuais em seus desenhos nas rochas (ver figura 08).



Figura 08 – Toca do Sítio do Meio. Cena de falos eretos e de homens com seus falos um de frente para o outro.
Parque Nacional Serra da Capivara – PI. Acervo dos autores.

Baseados nos vestígios deixados por humanos pretéritos, imaginamos que outras relações sociais/sexuais eram possíveis, diferente do que muitas pessoas pensam. Mas, afinal de contas, o que se idealiza sobre os costumes ancestrais? Se concebe que os nossos parentes mais antigos tinham práticas sexuais que poderiam ser consideradas hoje como conservadoras, ou seja, eles deveriam ter mantido relações somente entre pares de sexos/gêneros diferentes.

O que emana do Parque...

Tendo em vista que no PNSC se encontram catalogados/registrados 946 sítios arqueológicos com pinturas rupestres. Esses locais, a nosso ver, abrangem muito mais do que a catalogação e marcação de tamanho e cores dessas imagens, pensamos que nelas estão contidas histórias a serem reveladas. Histórias que tem importância para se refletir o hoje (GUIDON, 2014 a, 2014 b), inclusive no que tange os processos de escolarização (GOMES FILHO, JUSTAMAND, 2018).

Sabemos que pesquisas anteriores já contemplaram temáticas próximas as que estamos a apresentar nesse texto. Por esse motivo elencamos algumas a seguir...

Gabriela Martin, uma das pesquisadoras mais antigas da FUMDHAM, que tem acompanhado os trabalhos desde os anos 70, do século passado, já abordou a temática do amor. Publicou um dos primeiros trabalhos sobre as pinturas rupestres do parque tratando de amor, violência e solidariedade (MARTIN, 1984).

As pinturas rupestres do PNSC seriam referências no entendimento da sequência de ocupação humana no Nordeste naquela época. Esses humanos deixaram marcas, um tanto decifráveis, nas rochas. Algumas compoendo cenas representativas das ações humanas.

Encontramos nas rochas figuras com cabeças ornadas, lutas sociais e grupais. E muitas vezes, aparecem o sexo, o gênero indicado pelo pênis, para os homens, tanto ereto quanto em descanso e o círculo abaixo das pernas para indicar as vulvas, demarcação, em alguns casos, das mulheres (PROUS, 2006; PESSIS, 2003).

A temática da sexualidade se tornou alvo de debates, mesmo que de forma branda, em poucos manuais e artigos, apesar de sua presença significativa nas inscrições do PNSC. No livro *Comunicar e Educar no território brasileiro: uma relação milenar* foi tratada a questão, especialmente, comparando com as imagens de outras partes do país (JUSTAMAND, 2012).

A investigação sobre a mesma temática teve outros desdobramentos publicados em revistas ou livros. Um deles foi *O Brasil desconhecido: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí*, onde se expôs os gestuais rupestres com cenas de pedofilia, penetração, excitação masculina coletiva e sexo grupal. Outro desdobramento ocorreu com a publicação da temática relacionada aos falos eretos e em grupos (JUSTAMAND, 2010, 2011).

Outros temas que se desdobraram e que ganharam certa visibilidade são as presenças de falos, vulvas e sexo com mulheres grávidas. Esses se tornam alvo de investimentos em pesquisas entre os anos de 2013 e 2015. Tais investimentos foram transformados em novas publicações (JUSTAMAND, 2014a; 2014b; 2015; JUSTAMAND; FUNARI, 2014; 2016; 2017; JUSTAMAND; FUNARI; ALARCÓN-JIMÉNEZ, 2016).

Pessis e Martin publicaram novas reflexões e incluíram entre essas ideias a discussão sobre a importância das artes rupestres para a história da arte brasileira. E em seus escritos atuais, lembram que muitas pinturas rupestres representam o movimento, ou seja, que nas cenas é possível notar o movimentar das reproduções. As autoras, apesar de discordarem das interpretações das imagens rupestres, indicam que há cenas de lutas, caças, muitos animais, danças e sexo. Sugerem que esses inscritos nas rochas, são bem representados e com riqueza de “interpretações” (dizem elas), além de terem uma técnica com traço leve e seguro (MARTIN, 1999; PESSIS; MARTIN, 2014).

Para nós essa “interpretação”, da existência de riqueza interpretativa, é o sinal de que podemos fazer o mesmo. Imaginamos, por exemplo, que ocorreram relações sexuais entre humanos de mesmo sexo, sem terem problemas morais, como os que ainda temos atualmente.

[...] podemos considerar el registro arqueológico como un <<texto>> que hay que ler. Hay limitaciones en la idea según la cual la cultura material puede compararse a um texto y al lenguaje, ya que, como se há ido viendo, la cultura material es también práctica, tecnológica y funcional, y una gran parte de su variabilidad depende de esos factores. Incluso podemos llegar a afirmar, como lo haremos más adelante, que los significados simbólicos extraen, parcialmente, sus significados simbólicos de los significados pragmáticos, por lo que no son, en modo alguno, meros sistemas estructurados de símbolos abstractos (HODDER, 1994, p.137).

Últimas palavras

O nosso posicionamento como autores é o de que o diferencial do presente trabalho foi o de juntarmos as temáticas sociais e ou da sexualidade rupestre, numa mesma exposição e sequência de interpretação e análises. Imaginamos que dessa maneira nossos leitores terão uma ideia, mesmo que ainda um pouco fragmentada, do universo afetivo social e sexual pintado nas rochas do PNSC. Produções que foram ali registradas que podem atingir mais de 10 mil anos (PESSIS; CISNEIROS; MUTZENBERG, 2013). Não sabemos, claro, se as cenas pintadas eram executadas, ou seja, se eles praticavam o que deixaram anotado, pelos grupos humanos ocupantes da região, mas intuímos fortemente que sim!!!

Nesses escritos nos preocupamos em apresentar um aperitivo das cenas rupestres com a temática da sexualidade ou social, do que está à disposição nas rochas do PNSC. Sabemos da existência de muitas outras cenas e temas a serem abordados. Sem esquecer, evidentemente, outros tantos que existem... muitas observações ainda devem ser realizadas junto as marcas registradas nas rochas por nossos parentes ancestrais.

Tomamos como certo que nossos ancestrais ao registrarem práticas sexuais e ou sociais variadas, em suas artes, demonstram que lidavam, ao que nos parece, com muita naturalidade, com os seus corpos e também com os seus afetos, por mais diferentes e diversos que fossem esses desejos e ações sexuais. Mais do que tudo que a sexualidade, em todas as suas variantes, não era reprimida ou escondida, ao que nos faz indicar, pelas cenas, afinal as pinturas rupestres estavam ali para todos verem e todos tinham acesso livre.

Lembramos, finalmente, que os sítios arqueológicos do PNSC costumam ser abertos, não precisando de esforços especiais para realizar as visitas, e são de fácil acesso, então, sugerimos, visitem o parque! Conheçam mais!

Referências

ADOVASIO, J. M. e PAGE, Jake. **Os primeiros americanos**. Em busca do maior mistério da arqueologia. Trad. Renato Bittencourt. Rio de Janeiro: Record, 2011.

ADOVASIO, J. M.; SOFFER, Olga e PAGE, Jake. **Sexo invisível**. O verdadeiro papel da mulher na pré-história. Trad. Hermano de Freitas. Rio de Janeiro: Record, 2009.

ARAÚJO, A.G; PESSIS, A.M. **Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí Brasil**. Fundação do Homem Americano. São Paulo: Typelaser Desenvolvimento Editorial Ltda, 1998.

BLANC, Claudio. **Uma breve história do sexo**. Fatos e curiosidades sobre sexo e sexualidade mais interessantes de todas as eras. São Paulo: Gaia, 2010.

DOMÍNGUEZ-RODRIGO, Manuel. **El origen de la atracción sexual humana**. Madri: Akal, 2011.

DUBAL, Leo. The art of representation of sexual intercourse. **Revista Expression, Sexual imagens in prehistoric and tribal art**, n. 15, março/2017, pp. 14-18.

EISLER, Riane. **O prazer sagrado**. Sexo, mito e política do corpo. Trad. Ana Luiza Dantas Borges. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ETCHEVARNE, Carlos. A ocupação humana do nordeste brasileiro antes da colonização portuguesa. **Revista da USP**, São Paulo, n. 44, pp. 121-141, dez/fev, 1999-2000

GOMES FILHO, Antoniel dos Santos; JUSTAMAND, Michel. Registros rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara-Piauí: breves reflexões sobre a pesquisa antropológica na educação e suas perspectivas interdisciplinares. **Ciência e Sustentabilidade – CeS**, Juazeiro do Norte, v. 4, n. 1, p. 39-56, jan/jun, 2018.

GUIDON, Niède. **Peintures préhistoriques du Brésil: l'art rupestre du Piauí**. Paris: Editions Recherches sur les civilisations, 1991.

GUIDON, Niède. A Fundação Museu Homem Americano e o Parque Nacional Serra da Capivara: um relato sucinto de quatro décadas de pesquisas. In: **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara**. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014 a, vol. A, p.26-44.

GUIDON, Niède. O Pleistoceno Superior e Holoceno Antigo no Parque Nacional Serra da Capivara e seu entorno: as ocupações humanas. In: **Os Biomas e as Sociedades Humanas na Pré-história da região do Parque Nacional Serra da Capivara**. Anne-Marie Pessis, Niède Guidon, Gabriela Martin. São Paulo: A&A Comunicação, 2014 b, vol. II-B, p.444-452.

HODDER, Ian. **Interpretación en Arqueología**: Corrientes actuales. Tradução Maria José Aubert e J.A. Barcelona. Editora Crítica, 1994.

JUSTAMAND, Michel e FUNARI, Pedro Paulo A. Representações da sexualidade e dos falos: nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí muito antes de 1500. **Revista Sodebrás**, vol. 9 - Nº 99 - março/ 2014, pp. 53-56.

JUSTAMAND, Michel e FUNARI, Pedro Paulo A. Representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara, PI, Brasil. **Revista Anuário de Arqueologia**, Rosário, vol. 8, n. 8, 2016, pp. 29-44.

JUSTAMAND, Michel e FUNARI, Pedro Paulo A. Sexual Scenes in Serra da Capivara Rock Art, Brazil. **Revista Expression, Sexual imagens in prehistoric and tribal art**, n. 15, março/2017, pp. 26-35.

JUSTAMAND, Michel. As rochas de livres prazeres. **Revista de História da Biblioteca Nacional**. Rio de Janeiro, Ano 10, n. 199, outubro de 2014a.

JUSTAMAND, Michel. **A mulher rupestre. Representações do feminino nas cenas rupestres de São Raimundo Nonato – PI**. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2014b.

JUSTAMAND, Michel. Corpos em evidência: cenas corpóreas antropomorfas rupestres em São Raimundo Nonato (PI). **Revista Cordis. História**, Corpo e Saúde, n. 7, jul./dez. 2011, pp. 219-245.

JUSTAMAND, Michel. **O Brasil desconhecido**: as pinturas rupestres de São Raimundo Nonato – Piauí. Rio de Janeiro: Achiamé, 2010.

JUSTAMAND, Michel. **Comunicar e Educar no território brasileiro**: uma relação milenar. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2012.

JUSTAMAND, Michel. Representações das genitálias (falos e vulvas) nas pinturas rupestres do Parque Nacional Serra da Capivara (Piauí, Brasil). **ANAIS do XXVI Valcamonica Symposium. Prospects for the prehistoric art research**. 50 years since the founding of Centro Camuno. Capo di Ponte. I Edizione multilingua, ago/set, 2015, pp. 147-152.

JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro Paulo A. e ALÁRCON-JIMÉNEZ, Andrés. Arqueologia, turismo e história e o Parque Nacional Serra da Capivara – PNSC/PI. **Revista Interdisciplinar Encontro das Ciências**, Icó-Ceará, v.1, n.1, pp. 01 – 15, jan/abr., 2018.

JUSTAMAND, Michel; FUNARI, Pedro Paulo A. e ALÁRCON-JIMÉNEZ, Andrés. Arqueologia da Sexualidade. **Representações das genitálias femininas e masculinas nas pinturas rupestres no Parque Nacional Serra da Capivara**. Embu das Artes: Alexa Cultural, 2016.

LINS, Regina Navarro. **O livro do amor**. Vol. 1. Da pré-história à renascença. Rio de Janeiro: Best Seller, 2012.

MARTIN, Gabriela. Amor, Violência e Solidariedade no Testemunho de Arte Rupestre Brasileira. **CLIO Revista do Curso de Mestrado em História da Universidade Federal de Pernambuco**, Recife, n. 6, 1984, p. 27-. 37.

MARTIN, Gabriela. **Pré-História do nordeste do Brasil**. Recife: EdUFPE, 1999. MELTZER, David; ADVOVASIO, James M.; DILLEHAY, Tom D. Uma visão da Toca do Boqueirão da Pedra Furada. In: **Fundamentos - Revista da Fundação do Museu do Homem Americano**. São Raimundo. Vol 1, nº 1, p.347-377, 1996

MYKHAILOVA, Nataliia. Sex as transition between worlds in deer hunting society (mythology and rock art). **Revista Expression, Sexual imagens in prehistoric and tribal art**, n. 15, março/2017, pp. 58-68.

PESSIS, Anne-Marie. Imagens da Pré-história. **Parque Nacional Serra da Capivara. Images de la Préhistoire; Images form the prehistory**. São Raimundo: FUMDHAM/ PETROBRÁS, 2003.

PESSIS, Anne-Marie. **Imagens da Pré-História**. São Raimundo Nonato: FUMDHAM, 2003.

PESSIS, Anne-Marie e MARTIN, Gabriela. Arte pré-histórica do Brasil: da técnica ao objeto. In: BARCINSKI, Fabiana (org.). **Sobre a arte brasileira**. Da pré-história aos anos 1960. São Paulo: Martins Fontes e Edições SESC, 2014.

PESSIS, Anne-Marie; CISNEIROS, Daniela; MUTZENBERG, D. Identidades gráficas na arte rupestre: Parque Nacional Serra da Capivara. In: **Identidades e diversidade cultural: Patrimônio arqueológico e antropológico do Piauí – Brasil e do Alto Ribatejo – Portugal – Coletânea**. Albuquerque, Marleide Lins; Borges, Síría Emerenciana Nepomuceno (orgs.). Teresina: FUNDAC – CEIPHAR/ ITM, 2013, p.19-33.

PROUS, André. **O Brasil antes dos brasileiros**. A pré-história do nosso país. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

STEARNS, Peter N. **História da Sexualidade**. Trad. Renato Marques. São Paulo: Contexto, 2010.

TAYLOR, Timothy. **A pré-história do Sexo**. Quatro milhões de anos de cultura sexual. Trad. Ana Gibson. Rio de Janeiro: Campus, 1997.

TRANSMASCULIDADES, PASSABILIDADE E MANEJO DE DADOS ON-LINE: ALGUMAS QUESTÕES ACERCA DA DIGITALIZAÇÃO DE SI NO FACEBOOK

Sérgio Rodrigo da Silva Ferreira¹

Resumo: Como entendimentos de passabilidade de homens trans atravessam suas práticas de gestão de dados sobre si no Facebook, com suas possibilidades técnicas? Por meio de entrevistas com usuários da plataforma digital, chega-se a um entendimento de passabilidade – de “passar por cisgênero” – em que a consideram importante, por um lado, por questão de segurança, de respeito no convívio social, de desnecessidade de reafirmação, de autoestima e de autoimagem, e por outro, como uma questão de privilégio, enviesada por questões de diferença e ligada ao apagamento da condição trans e às pressões dos padrões estéticos. Os resultados levam a processos de (des)indexação de dados sobre si e gerenciamento de relação on-line para gestão de informação em copropriedade e negociação de limites de privacidade.

Palavras-chave: Passabilidade, Trans, Cultura, Tecnologia Digital, Comunicação On-line.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da UFBA, membro do Grupo de Pesquisa em Gênero, Tecnologias Digitais e Cultura (GIG@) e bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB). E-mail: sergiorodrigosf@gmail.com

Introdução

Este trabalho apresenta parte dos resultados da pesquisa em andamento para a tese de doutorado realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia. A passabilidade, que é a característica de sujeitos transgêneros passarem por sujeitos cisgêneros, trata sobre a habilidade de conseguir apagar marcas do sexo imposto ao nascer e colocar em si características sociais da identidade de sexo ao qual deseja ser reconhecido.

É nesse sentido que a proposta deste artigo é pensar as transmasculinidades em processos de digitalização de si nas redes sociais on-line através de enredamos nos debates teóricos das tecnologias e do gênero. Propomos relacionar o entendimento de si enquanto sujeito generificado de homens trans e sua relação com a tecnologia no processo de escrita de si na ambiência digital e de relacionar-se com o outro nesses espaços. É neste viés que a questão que propomos é: como entendimentos de passabilidade de homens trans atravessam suas práticas de gestão de dados sobre si na plataforma digital do Facebook levando em conta suas possibilidades técnicas? Objetiva-se apresentar os atravessamentos discursivos entre as negociações de se colocar como sujeito on-line possuidor de um gênero e ações de desindexação e gerenciamento de sociabilidades naquele ambiente digital.

O trabalho de coleta de dados consistiu em entrevistas semiestruturadas com 14 homens trans feitas digitalmente e para este artigo procuramos recuperar das falas suas noções de passabilidade e as estratégias digitais de indexação e desindexação de si no relacionamento com o outro por meio do Facebook estabelecendo negociações sociotécnicas de limites no que se refere a ações de diferenciação do público e de publicações sobre suas questões de gênero.

Passabilidade e transmasculinidades

Quando falamos especificamente sobre a questão da passabilidade no espectro das transmasculinidades ela aparece de modo muito próprio tendo em vista os efeitos da hormonização sobre os corpos, notadamente da testosterona, que rapidamente marca um corpo como masculino e garante uma leitura de terceiros do sujeito enquanto homem, inclusive quando confrontamos as maneiras como sujeitos a significam em suas vidas e em relação a si e ao outro e como isso atravessa suas vivências no espaço *online*.

Ao pensar as vivências de passabilidade – o que, de modo geral, nós entendemos como prática performática do gênero (DUQUE, 2017), enquanto um certo platô que uma pessoa trans atinge para ser lida como uma pessoa cisgênera – no contexto das transmasculinidades, Pol Galofre (2014) faz um relato de seus atravessamentos em sua vida ao mostrar a ambivalência dessa característica na sua própria experiência enquanto homem trans, quando ele enfim se dá conta que “passa”.

Galofre revela os processos pessoais da transição e de experimentar o que a passabilidade traz enquanto reflexão de uma masculinidade hegemônica experimentada por um homem trans (branco e europeu):

Aí está. Consegui. Eu passo. O que aconteceu? Eu passo enquanto menino. Que conceito horrível. Não era para ser “eu sou um menino”? Mas que menino? Eu nunca serei um garoto cis, eu sou um garoto trans. E eu amo isso, eu não mudaria isso, é como me sinto melhor. Mas agora eu passo. Eu passo como um garoto cis com tudo o que isso implica (GALOFRE, 2014, online, tradução nossa).

Entres as questões trazidas por Galofre está por um lado a sensação de sentir-se mais seguro ao andar nas ruas e de experimentar os privilégios de ser homem e por outro, o processo de apagamento da sua condição trans, bem como começar a ser lido como um potencial agressor pelas mulheres.

Essa distinta visão da passabilidade para o homem trans apontada por Pol Galofre aparece nas vivências dos homens trans com os quais conversamos. Eles apontam a importância da passabilidade por questão de segurança, por não precisar ficar se afirmando e se explicando enquanto sujeitos trans, e também como um fator de aumento da autoestima justamente por ser lido como aquilo que é, por ser reconhecido em seu gênero e pelo seu corpo tomar forma daquilo que sente ser. João Hugo, 25 anos, fotógrafo, ativista e estudante universitário apontou a questão da segurança como um fator de importância para a passabilidade, bem como que a questão de seu gênero não necessariamente ser tema de discussão:

Para mim a passabilidade é uma questão de segurança. Você não se apresenta “oi, eu sou Sérgio, eu sou cis”, sabe? Quer dizer, eu acho que você é cis, né? Se você for você não se apresenta “oi, eu sou Sérgio, sou cis”. Então eu não preciso me apresentar “oi, eu sou João, sou trans”, sabe? Eu sou João e acabou. E a passabilidade te dá isso, essa possibilidade de você não ficar necessariamente o tempo todo dizendo que você é trans, porque as vezes você pode estar em lugares que podem te colocar em risco de violência

Por outro lado, os homens trans apontam aspectos negativos da passabilidade apontada como uma questão de privilégio a poucos que têm acesso – o que significa condições financeiras para comprar hormônios, fármacos, ter acompanhamento médico, fazer cirurgias e frequentar academias – e também entendida como demanda de pressões estéticas para se encaixar nos padrões da sociedade. Além disso, ela seria enviesada por questões de classe, raça, sexualidade e deficiência:

Enxergo a passabilidade como um privilégio, acima de tudo. Até porque, para conquista-la, uma pessoa trans precisa passar por muitos processos que envolvem acessibilidade e dinheiro. Os custos psicológicos do dia-a-dia para nós, por si só, já são muito caros. Costumo dizer que a gente não transiciona só porque quer, mas porque a gente precisa. É uma questão muito, muito cotidiana de sobrevivência, principalmente durante o começo desse processo, e essas experiências vão gravitar de maneira muito pessoal; entra em questão outras competências como classe social, raça, sexualidade, deficiências, etc. (Joaquim, 23 anos, estudante de Direito).

A passabilidade é associada ainda ao apagamento da condição trans de modo que o sujeito não é mais reconhecido dessa forma o que significaria para a causa trans uma perda:

Por um lado é algo que minimiza todo o sofrimento vivido anteriormente como reflexo do “não lugar”. No meu caso eu era confundido antes da transição. De costas a achavam que era um cara de frente uma mulher. Então pra mim meio que foi um alívio as pessoas passarem enfim a me respeitar e me ler como eu me via. Agora por outro lado existem questões que precisam ser expostas a sociedade. Eu gosto de sempre que possível dizer que sou transexual pras pessoas entenderem que pessoas como eu existem e resistem, que são pessoas normais que comem bebem caga que tem uma vida que precisam de trabalho e tudo mais. E acho que a passabilidade meio que inviabiliza esse rolê (Izah, 26 anos, produtor audiovisual e apresentador).

Abaixo a relação das associações positivas e negativas sobre a passabilidade feita pelos homens trans entrevistados:

ASPECTOS POSITIVOS	ASPECTOS NEGATIVOS
<ul style="list-style-type: none"> • É uma questão de segurança; • Não é precisar se reafirmar e se explicar com frequência enquanto trans; • Aumento da autoestima; • Ter a imagem daquilo que sente ser; • Permitir ser respeitado no gênero que se afirma (inclusive no uso dos pronomes no masculino). 	<ul style="list-style-type: none"> • É uma questão de privilégio daqueles que têm acesso (e dinheiro) a hormônios, fármacos, cirurgiões e academias; • É enviesada por questões de classe, raça, sexualidade e deficiência; • Está ligada ao apagamento da condição trans; • É resultado da pressão para se encaixar em padrões estéticos.

Tabela 1 – Aspectos positivos e negativos associados a passabilidade pelos homens trans entrevistados.

Manejo de dados e gerenciamento de rede de homens trans no Facebook

Enquanto ações de gerência em seus perfis no Facebook como controle de acesso ao conteúdo os entrevistados citaram o ato de bloquear pessoas – geralmente associada ao bloqueio de pessoas que são transfóbicas ou que tem posições políticas e opiniões distintas –, de aceitar ou adicionar perfis na rede social (calcada na decisão de aceitar apenas pessoas conhecidas e na verificação dos perfis antes de adicionar esse s sujeitos), de restringir os acessos aos conteúdos no sentido de manter seus conteúdos apenas para seus amigos, e de postagens públicas expressando a vontade de como quer ser tratado. Além disso, alguns desses homens falam sobre ações de deletar perfis, fotos ou posts:

Deletei meu perfil antigo pq o fb não deixava eu usar nome social. Dai deletei e fiz um novo. E as fotos tbm estavam lá. Queria me livrar logo delas pra não piorar minha disforia (Berilo, 30 anos, nutricionista).

Nas minhas redes sociais, antes de apagar eu salvei algumas fotos e estão até hoje no meu Facebook. Eu gosto de olhar as vezes, lembrar de algumas coisas, eu não tenho como controlar, né?, porque, por exemplo, no Facebook de minha mãe, está lá ativo até hoje (minha mãe encontra todas as fotos que ela pode, antigas). E tem umas fotos minhas lá que eu estou bem menininha, mas eu não tenho muitos problemas com isso não, sabe?, algumas pessoas até me mandam as vezes fotos comigo para comparar, “olha como você está diferente” e isso é legal. Sabe, eu não tive problema com isso não. E na rede social atual eu apaguei sim algumas fotos que eu tirava quando eu era pré-T, mas eu apaguei em um momento de crise de disforia, eu estava muito disfórico, aí eu apaguei tudo (Nico, 20 anos, estudante de publicidade e propaganda).

A seguir a relação das ações de gerenciamento das redes referenciadas pelos sujeitos entrevistados:

AÇÃO	DESCRIÇÃO
Bloquear	Bloqueia pessoas com ações transfóbicas e posições políticas e opiniões distintas.
Aceitar/adicionar	Só aceita/adiciona na sua rede social on-line pessoas conhecidas. Verifica os perfis antes de adicionar (verificando posições e opiniões).
Restringir	Manter o acesso ao conteúdo apenas para amigos (privado). Alguma (pouca) troca de privacidade.
Deletar	Perfis, fotos e posts ou para se livrar de perfis com dados do passado ou por dificuldade de alterar o nome (política do Facebook).
Avisar “publicamente”	Publicação de posts sobre como quer ser tratado e declarando sua condição trans.

Tabela 2 – Ações de gerenciamento do perfil do Facebook dos homens trans entrevistados.

Ao tratar de memória e de tecnologia pensando especificamente a vontade de ter aspectos de sua vida esquecidos ou relevados pelo outro, estamos falando sobre informações que estão em co-propriedade com outros e nesse sentido fora do controle pleno do sujeito. É desse modo que tratamos dos dados sobre si como um processo de indexação e desindexação ao corpo digital dos sujeitos. Os dados digitais são materialidades que dizem coisas sobre o sujeito, algumas que não necessariamente dizem respeito àquilo que expressa sua condição atual. A indexação de conteúdo on-line se torna um problema devido à complexidade (de formatos e tipos) e quantidade dos dados presentes nos ambientes digitais e a necessidade de classificá-los e recuperá-los. É um processo que vai vinculando ao perfil *online* do sujeito uma série de dados, associando pessoas, territórios, imagens em diferentes tempos por critérios que a simbiose máquina/pessoas considera de relevância. Desse modo, desindexar é romper com as ligações entre determinados dados com outros classificados e recuperados pela máquina, sendo que por dado podemos entender também um agente humano.

No caso de sujeitos trans, o direito a desindexação se emparelha com a questão da passabilidade quando o atual sujeito que se apresenta com determinado gênero quer desassociar do seu passado qualquer dado que se refira às experiências de quando vivia com o sexo que lhe foi atribuído ao nascer.

Entretanto, a fronteira borrada entre público e privado e o fato dos usuários deixarem de reconhecer a audiência total de seus dados são preocupações com privacidade que podem servir de obstáculo ao envolvimento de digitalização de si por sujeitos trans.

Enquanto resultado de pesquisa percebemos que nos espaços digitais os homens trans entrevistados vivem plenamente sua transexualidade, tendo assim como principal estratégia de autoproteção na rede a própria constituição dessa rede, ao pensar quem pode estar presente nela e quem pode ter acesso à ela. O principal atributo na escolha das pessoas que podem estar presente na rede é essas aceitem e respeitem a condição trans do usuário e que compactuem de suas ideias e opiniões sobre política e comportamento. Nesse sentido, não há preocupações sobre diferenciação de público, já que este se dá na própria constituição dessa rede por meio de permissões de acesso e exclusões daqueles que não se encaixam no perfil ideal. Nesse sentido, a questão da passabilidade aparece mais como conteúdo desses ambientes do que como estratégia de convivência, relegada, assim, mais a ambientes off-line.

Conclusões

Por meio de conversas com homens trans usuários do Facebook é que se chega a um entendimento de passabilidade no qual alguns consideram importante e positivo atingir um estágio de passabilidade por questão de segurança, por não precisar ficar se reafirmando e se explicando enquanto trans o tempo todo, pelo aumento da autoestima, por ter a imagem daquilo que sente ser e por permitir ser respeitado no gênero que se afirma, inclusive no uso dos pronomes no masculino. Por outro lado, ela é vista também como uma questão de privilégio àqueles que têm acesso (e dinheiro) a hormônios, fármacos, cirurgias, academias. Também é enviesada por questões de classe, raça, sexualidade e deficiência. Além disso, o apagamento da condição trans e a pressão para se encaixar em padrões estéticos também foram apontados como aspectos negativos. Além disso, averiguou-se que como estratégia de gestão de dados a exclusão e a ocultação de fotos, exclusão de postagem por mudança de posicionamento, exclusão de perfil em rede social antes da transição, inclusive porque os sistemas não permitiam troca de nome, evitar ser fotografado, bloquear e excluir pessoas transfóbicas, escrita de texto pedindo respeito e controle de acesso aos conteúdos. Os resultados levam a processos de desindexação de dados dos resultados na busca de redes sociais *online* e negociações na co-gestão dos limites da privacidade na qual procura-se constituir uma rede com pessoas de perfil similar em relação a opiniões e posicionamentos. Assim, temos homens que nos ambientes digitais vivem orgulhosamente sua transexualidade com pessoas que a respeita, onde processos de passabilidade enquanto apagamento desse aspecto de suas vidas não se tornam necessários.

Referências

DUQUE, T. **Gêneros Incríveis**: um estudo sócio-antropológico sobre as experiências de (não) passar por homem e/ou mulher. Campo Grande: Editora UFMS, 2017.

GALOFRE, P. Pasar, ¡qué complicado!. **Pikara Magazine**. 24 mai. 2014. Disponível em <http://www.pikaramagazine.com/2014/05/pasar-que-complicado/>. Acesso 20 nov. 2018.

TRANSRELAÇÕES: A DESESTABILIZAÇÃO DA CISNORMATIVIDADE ANTE RELAÇÕES TRANSCENTRADAS

Yuna Vitória Santana da Silva¹
Theo Brandon Pitanga Gonçalves²

Resumo: Este trabalho tem a finalidade de identificar e refletir sobre os elementos constituintes das relações afetivossexuais cisnormativas, contrastando-as com modelos dissidentes, especificamente a relação entre dois transgêneros, considerando a generificação dos corpos e suas performatividades como centro do debate das violências que atravessam tal experiência. Para tanto, utiliza-se do exercício autoetnográfico de um casal transcetrado. Partindo do princípio de que todas as identidades de gênero são legítimas e de que, portanto, não há razões para marginalizações, teoriza-se sobre os benefícios das relações cisnormativas através dos beneficiados. Assim, o objeto de estudo é o sujeito cisgênero inserido em uma estrutura que designa o parâmetro da ciscentralidade e que por ela se sustenta.

Palavras-chave: Transfobia, cisnormatividade, transcetralidade, gênero.

Abstract: This work has the aim of identifying and reflecting on the constituent elements of the cisnormative sexual-affective relationships, contrasting them with dissident patterns, specifically the relation between two transgenders, considering the genderization of the bodies and their performativities as the center of the debate of the violences which cross such experience. In order to do so, the auto-ethnographic exercise of a transcetrated couple is used. Assuming that all gender identities are legitimate and, therefore, there is no reason for marginalization, it is theorized the benefits of the cisnormative relations through the beneficiaries. Thus, the object of study is the cisgender subject inserted in a structure that designates the parameter of the ciscentrality and that is supported by it.

Key words: Transphobia, cisnormativity, transcetrality, gender.

1 Graduada em Direito – UFBA.
E-mail: cantorayuna@gmail.com

2 Graduando em Ciência da Computação – UFBA.
E-mail: theobrandom@gmail.com

“Referem os autores [Verde e Graziottin, 1997, p.166] que o significado da escolha do parceiro é diferente para o transexual, já que os transexuais masculinos [se referindo a mulheres trans] não podem procriar ou engravidar e os transexuais femininos [se referindo a homens trans] não conseguem penetrar para procriar sua parceira.”

(SOARES E BRUNS, P. 4)

“É potente nossa união, nossa capacidade de procriar ou engravidar, de inverter e desembaralhar, de penetrar e ser penetrado, mas sobretudo de amar e ser amado, pois antes de política, transgressora, desafiadora, celebrada ou combatida, nossa união é afeto, é companhia, é vida. É poesia. Menos que isso não cabe em teoria.”

Yuna Vitória e Theo Brandon

Introdução

A motivação para esta produção sobre relações trans surge, primeiro, da nossa insatisfação com a falta de informação acerca do tema, o que alimenta uma série de comportamentos violentos e preconceitos diversos na comunidade e, segundo, da carência de referencial teórico para a estruturação de trabalhos no âmbito acadêmico que mirem também na macro-relação. Em nossa experiência enquanto um casal constituído por um homem trans e uma mulher trans/travesti, donde tiramos nosso foco, percebemos que algumas premissas e juízos de valor presentes no imaginário popular e reforçados pela mídia e produções acadêmicas definem e justificam os modelos das relações afetivossexuais dos sujeitos, atuando especificamente na gestão da configuração dos casais, gerando violência material e simbólica às dissidências. Há, portanto, uma legitimação e universalização de certo modelo, sendo este cis-hétero-centrado, ou seja, constituído por um homem e uma mulher cisgêneros e heterossexuais. Mesmo modelos que atualmente repensam essa formação, o fazem parcialmente, comumente no âmbito da sexualidade, como homocasais ou lesbocasais, restringindo o campo da discussão sobre a multiplicidade das relações afetivossexuais à homoafetividade ou homoparentalidade. Quando uma pessoa trans entra na lógica de uma relação afetiva, rompe-se aqui o primeiro dilema que coloca a transgeneridade à margem do afeto e do matrimônio, já que as experiências trans são socialmente consideradas enquanto existências marcadas pela satisfação puramente sexual. Essa relação sexual, todavia, é pensada somente na prestação de prazer ao outro, destituindo a pessoa trans do direito ao gozo, sendo ainda esse “Outro” o sujeito cisgênero. Se, pela cisnormatividade, as pessoas trans devem buscar cisgenerificar seus corpos e experiências, representando masculinidades e feminilidades cis, por consequência, seu objeto erótico só poderia ser o corpo cisgênero, naturalizado enquanto belo e desejável à despeito dos corpos abjetos. É dessa reflexão que damos ao corpo status de suma importância na análise das violências que permeiam relações com pessoas trans, sendo elemento que sustenta e ilustra o peso das expectativas, considerando o estigma também no campo cultural e discursivo da leitura social. Por esta razão, ainda sobre a coerção cisnormativa em corpos trans, é minimamente

aceitável ver pessoas transgêneras inscritas em critérios de passabilidade³ tendo relações amorosas com pessoas cisgêneras, ao passo que representam para a sociedade uma aproximação à naturalidade ou mesmo uma estabilidade em detrimento da ocultação da transgeneridade, apesar de eventuais escárnios frutos de transfobia mediante sua explicitação. Estimula-se, portanto, através do dispositivo biomédico, jurídico e midiático, um reajuste a lógicas cisgeneras de ser e estar para corpos considerados indesejáveis e diferentes.

Tendo, ainda, uma pessoa cisgênera na relação, o casal, se assim o for, acaba se enquadrando no senso que coloca a pessoa cis como destino erótico das pessoas trans, minimizando os efeitos de alguns entraves políticos e existenciais, embora não isenta de muitas outras. Pessoas trans que conjecturam relações amorosas devem necessariamente adentrar essa formação, buscando em si emular a estética cisgênera para que possuam o capital erótico da comunidade cis e com ela construam relacionamentos toleráveis. Esse senso vem se desenvolvendo no próprio gueto trans de forma tácita, apesar dos esforços das exc2eções em dignificar outras possibilidades afetivas e problematizar a indução à busca do parceiro-cis-perfeito, o “príncipe encantado e desconstruído”⁴ que dará à mulher trans aquilo que sempre lhe foi negado; respeito. Uma relação entre duas pessoas trans, quer seja heterossexual ou homossexual, no entanto, rompe abruptamente esta lógica, sendo dois corpos trans que se realizam afetivamente e sexualmente. Se, para a sociedade, as pessoas trans buscam se realizar como e com pessoas cisgêneras, ao renegarem esse “destino”, descentralizando o objeto erótico, tornam-se ininteligíveis ao cis-tema⁵, ora como fracassadas em seus objetivos de transição, ora bombardeadas com tentativas de reconfiguração de práticas, pois, para além de incompreensíveis, representam profunda ameaça à cisheteronormatividade. Pelas relações envolvendo duas pessoas trans não serem corretamente compreendidas ou bem vistas, toda a legislação é pensada por e para a única modalidade reconhecida, causando danos em nível individual e estrutural de pessoas que rompem esta lógica. Nosso exercício autoetnográfico flui neste sentido, de identificar o caráter arbitrário desses valores, questioná-los à luz

-
- 3 Passabilidade, em vias gerais, é um termo amplamente utilizado pela comunidade trans para se referir a quanto um transgênero não aparenta sua transgeneridade nas relações interpessoais. A ativista Daniela Andradde, em entrevista ao BuzzFeed Brasil, sintetiza que “é quando a pessoa trans é lida pela sociedade como se fosse cis”. Essa leitura social a qual Daniela se refere se dá pelo gênero auto-identificado e não pelo gênero atribuído no nascimento da pessoa trans, ou seja, por exemplo, é “passável” a mulher trans que “passa” enquanto mulher cis. No seio da comunidade trans a passabilidade é tida quase sempre como símbolo de uma transição de gênero bem sucedida. Daniela, novamente, na mesma entrevista, nos recorda que “passar-se por cis não necessariamente é a intenção de uma pessoa trans”, apontando a dificuldade no acesso aos recursos necessários para se atingir a dita passabilidade e a pressão social que as pessoas trans sofrem para que não pareçam trans, o que acaba transformando a busca pela passabilidade em uma busca por tornar-se invisível aos olhos da transfobia, sem garantias de êxito sempre.
- 4 Não que esse sujeito não exista, mas a busca por alguém com esses critérios em uma sociedade cuja transfobia é estrutural e estruturante acaba se tornando uma jornada carregada de frustrações e sofrimentos, para além de invisibilizar outras possibilidades tão legítimas quanto esta e que acabam sendo reprimidas no processo pela falta de representação enquanto possível, belo, desejável. Não a toa muitas pessoas trans, ao tomarem conhecimento de nossa relação transcêntrica, elogiam e comentam que não sabiam que era possível “esse tipo de coisa”.
- 5 A grafia “cis+tema” vem sendo largamente utilizada em materiais produzidos por pessoas trans para se referir ao sistema normativo de gênero, que é fundamentado por uma perspectiva de naturalização da cisgeneridade.

do corpus convencionalmente chamado de pós-estruturalista, para promover uma ruptura na expectativa que desqualifica outras possibilidades amorosas e as alija de direitos para, por fim, dignificar essas existências e conceber novas políticas. Então, segundo nossas experiências, se nos permite adiantar alguns resultados, tudo isso resulta na exotificação do casal transcrito - foco adotado sem restringir a discussão -, abrindo margem para a investigação e a curiosidade alheia, inclusive e sobretudo a profissional, atraindo quaisquer abordagens para o foro íntimo, desnudando e deslegitimando essas experiências. Representaremos essas situações e representações no decorrer dos relatos.

O que será exposto a seguir, portanto, são exemplos por nós vividos que ilustram e norteiam nossa identificação e crítica ao[s] problema[s], descrito[s] na conclusão e que possui como quesito primordial o fator de ilegitimidade e ilegalidade das transrelações com ênfase na transcentralidade. Salientamos nesta introdução, porém, que este artigo se configura enquanto primeiras impressões e abre o debate para as reflexões iniciais de uma problemática que será melhor explorada em um trabalho mais amplo no futuro, fruto de nossa pesquisa associada a projetos de extensão, onde outros entraves e instâncias serão melhor criticados e com maior flexibilidade de caracteres.

Metodologia

Por autoetnografias trans e antropologias travestis

Se a etnografia já aproximou subjetivamente o sujeito do objeto, em tempos onde a fronteira entre a academia e a comunidade vem se desestabilizando cada vez mais, alguns estudos precisam superar essa dicotomização na medida em que ela própria se fragmenta quando os antigos pesquisados se tornam pesquisadores e falam com propriedade de si. Novos saberes, novas narrativas, novos sujeitos e direitos nos levam, também, a novas vozes e formas de observar e descrever a realidade. É no contexto apresentado de crítica aos fundamentos da Ciência Moderna, para além de reconhecer a impossibilidade de uma análise completamente neutra da realidade humana, mas admitindo ser desejável e potente a utilização de determinados valores e experiências subjetivas na análise cultural, existencial e social, que métodos de pesquisas como a autoetnografia desestabilizam as narrativas universalizantes que, ao colocar “O Outro” como objeto exótico de estudo, desprovido de legitimação moral e prestígio social, contribuíram com a marginalização e a desigualdade material e simbólica desses sujeitos-objeto. Metodologias que borram essas fronteiras e trazem à tona a subjetividade do pesquisador, amplificam e trazem à dimensão científico-acadêmica as autobiografias, por exemplo, através de sua associação ao método etnográfico. A autoetnografia, então, arvora-se do método da etnografia, o estudo de campo, reconhecendo que o auto não se abstém do etnógrafo em suas análises em produções, sendo possível partir de si, de sua própria experiência no mundo, para analisar e refletir questões socioculturais através da interação com outros sujeitos, produzindo novas narrativas e selves. Sendo uma produção que parte do self para compreender os fenômenos, livre de dicotomias tradicionais, inverte o ponto de partida que silenciava experiências dissidentes das normatividades sociais ou as deixava à mercê

do olhar colonizado e cisnormativo, conquanto a figura do pesquisador era a de produção de verdade sobre o objeto sem deixar de lado a objetividade científica. A autoetnografia considera a objetividade, a observação e experimentação, “mas encarando-a como um processo dialético que dê conta também da autoreflexão, da subjetividade, da experiência vivida como também fonte de dados para além das fontes formais”, como propõe KELLER (1996, p.32). Aqui, pesquisador e pesquisado se con-fundem, onde “O Outro” passa de objeto de estudo à agente de sua própria voz, que exercita a autoreflexão ao passo que reflete também sobre “O Mesmo”, outrora sujeitos neutros, sujeitos não marcados, sujeitos universalizados produtores de ciências, pensando assim o todo, o mundo, a[s] vida[s].

Nesse sentido, compreendendo esse trabalho como uma produção cujos autores respondem por grupos minoritários e identitários específicos, admitindo lentes de interseccionalidade e decolonialidade de saberes localizados, ponderando acerca da importância da subjetividade tanto quanto da objetividade como fonte de informação, a autoetnografia foi o método que mais se aproximou das propostas, vivências, leituras e poéticas, como forma de produzir uma “objetividade corporificada” que admite o sujeito cognoscente no processo natural de produção do conhecimento”, à exemplo do legado de (HARAWAY, 1995), sendo, afinal, o corpo generificado a chave para desvendar a forma como as violências de um dispositivo atua nas relações e também na estrutura.

Viviane Vergueiro, no capítulo 2, página 25 de sua dissertação, presumiu e não se equivocou que, sendo mulher trans e se colocando na posição de autoetnógrafa, estaria contribuindo com o avanço de reflexões e perspectivas sobre os assuntos relacionados à transgeneridade, de sua corporalidade à então aclamada identidade de gênero, tendo em vista o engessado cenário das produções ci(s)entíficas que exotificam nossas experiências ou relegam nossas vozes ao não-saber, na pretenciosa dicotomia “produção científica x relatos de vida”; ao fazê-lo, não somente se tornaria referência na perspectiva decolonial naquilo que Letícia Lanz chamará de Estudos Transgêneros, como desbravaria o caminho no qual eu, Maria Léo, Ariane Senna e tantas outras travestis e transexuais trilharíamos na desgastante busca de legitimação de intelectualidades que não se enfraquecem ao reconhecer os marcadores sociais que as localizam - ao contrário, as empoderam e se tornam instrumentos de tensionamentos epistemológicos, tornando-se principal fonte da metodologia aplicada ao tema que interessa a vivências trans no Brasil. As “sensações de incômodo” reveladas por Viviane também se fizeram presentes durante todas as etapas de produção desse artigo, motivando formas outras, contra-hegemônicas, de produção.

“(…) ao elaborar estas ideias de análise de representações, havia uma inevitável percepção de, meramente, estar operando dentro de uma epistemologia que me posicionava ora como ‘pesquisadora’, e portanto em um lugar de distanciamento em relação às minhas vivências trans – uma vez que estereótipos vários excluem qualquer associação entre ‘pessoa trans’ e ‘pesquisadora’ –, ora como ‘campo de estudos’, como o ‘sujeito’ ou ‘objeto’ ou ‘nativo’ diante do olhar, produção de conhecimentos e carreira do pesquisador cisgênero – onde, evidentemente, existimos enquanto ‘relato de vida’ ou ‘triste história’ para sua condescendente humanização. Ambos caminhos, insuficientes para se

refletir adequadamente sobre minha inserção no mundo enquanto uma mulher trans pesquisadora.”

(VERGUEIRO, p.21/22, grifo nosso.)

Os materiais acadêmicos que giram em torno da temática transgênera, sobretudo as etnografias, seara dominada por pesquisadores cisgêneros, não conseguiam estabelecer um diálogo conosco, sujeitos trans que recebem aquelas abordagens de maneira violenta, dada a forma pela qual o olhar distante do pesquisador remodela nossas experiências para então as (des)legitimar. Essas produções nos causavam estranhamentos diversos e, mais que isso, angústias, por ultrapassarem as barreiras da ignorância ou das limitações bibliográficas da época por vincularem colocações problemáticas com pretensa autoridade científica sob a égide de conceitos altamente questionáveis, como uma suposta “travesti antropológica”, montada pelo etnógrafo cisgênero, que não corresponde ou dialoga especificamente com o complexo sujeito travesti representado, uma generalização ou um desdobramento teórico que não precisa atender às expectativas do corpo real e específico que pretende classificar, que não precisa ser entendido enquanto representativo para aqueles corpos e que deve inclusive manter tratamentos no masculino, de acordo com os princípios e valores elencados pela mesma pessoa que descreve, formando a unidade “O Travesti”⁶. E desse abarrotamento de travestis antropológicas, penso, como Viviane, dessas inquietações, em uma inversão, uma antropologia travesti.

“(…) as leituras acadêmicas dialogavam comigo de maneiras estranhas, o que as tornavam complicadas, desinteressantes e de limitado empoderamento político e existencial (VERGUEIRO, p.22.), “as autoetnografias trans, portanto, podem se configurar como parte de um processo decolonial de gênero, recusando-se às limitações epistemológicas dominantes neste ‘campo’ (ibid., p.25.)”

Sendo corpos políticos cujas “vidas corporais não se ausentam de teorização” (Butler, 1993, IX) (tradução nossa), registramos, discutimos, conceituamos e convidamos ao debate a transcentralidade das relações na crítica ao ciscentrismo, ao cissexismo, ao machismo, a misoginia, ao patriarcado e todas as demais opressões que se desenvolvem nas relações cis-hetero-normativas da nossa sociedade, considerando, conforme propõe Viviane Vergueiro (p.48), uma “genealogia transfeminista” que rejeita paradigmas patológicos e busca “desconstruir ideias deterministas e binárias sobre gêneros”, para que então possamos compreender as “complexas interações entre a produção de corpos e gêneros inconformes” no contexto afetivossexual em que esse trabalho se dedica.

6 Ver, por exemplo, abordagens de Helio Silva [Entre o Espelho e a Rua, 1993 / Travesti – A invenção do feminino, 1993].

1. O Mito da Caverna

Há muitos anos atrás, em Junho de 2011, quando ainda não detinha nenhum conhecimento sobre Transgneridade e nem, muito menos, era (re)conhecido enquanto pertencente a tal comunidade, estive na Parada Gay de São Paulo (digo Gay pois, de fato, é como estava e está construída a militância deles e do evento), com uma ex namorada negra, cisgênera e baixinha, e alguns amigos brancos, também cisgêneros. Durante o caminho do evento nós, literalmente, esbarramos em uma amiga, uma mulher cis, branca e lésbica, com a idade na média de nossas amigas, 19 anos, que tinha uma aparência considerada por todos naquele espaço enquanto masculinizada, algo que era reforçado ali nos seus trejeitos, seu relógio preto no pulso direito, sua cueca boxer da Levi's, e seu boné da Ellus ajeitado virado para trás na cabeça, uma bunch, como denominávamos, na época.

Após o inesperado encontro, e os devidos cumprimentos, ela, a bunch, ainda pouco situada de onde se encontrava, disse que estava muito feliz de nos ver ali, avisou de antemão que havia bebido muito e, quase que como uma ré que havia acabado de ser pega em flagrante emendou:

– Fiquei com um travesti!

Após os primeiros e rápidos 3 segundos de silêncio para decifração, minha ex vira sorrindo repetindo o feito na 3ª pessoa do singular recheado de juízo de valor cisnormativo (termo na época desconhecido por nós):

– Eita, ela ficou com um traveco!

Muitos aderiram aquilo que tinha se tornado a “piada” do dia, acrescentando algumas considerações como:

– Se é pra fazer isso, pega logo um Homem!

Eu, sem nunca ter me deparando com tal possibilidade, um pouco agoniado como o ato estava sendo colocado - mas em nenhum momento sem me opor, comecei questionar como aquilo era possível. Naquele momento, já não havia mais vozes, apenas uns murmúrios na multidão que, na minha percepção, não devia passar dos 10 decibéis, enquanto, aparentemente, eu demonstrava ter assimilado a “brincadeira”, por dentro, tentava minimamente propor uma “ligação direta” nos neurônios que, até então, não colaboraram em fazer suas tarefas e mostrar-me algum caminho de entendimento do que houvera. Busquei a mais nova sensação do momento, e perguntei veementemente, ainda intercalando na minha mente entre flashes da possível cena e do momento atual:

– Travesti, tipo travesti?!

– Sim, foi - ela respondeu objetivamente.

Ainda sentindo um certo vazio com a resposta, provoqueei:

– Mas... por quê?

Ela, incerta de como responder com precisão a pergunta encurraladora, fala:

– Ah, sei lá, ela tava passando, me achou bonita, eu também achei ela muito gata, ela me puxou pelo braço, eu gostei dela, virei e a beijei!

Eu acenei como se tivesse compreendido, afinal, já tínhamos chamado a atenção de alguns curiosos que estavam ao redor, e comecei não me sentir mais confortável com a imagem que passara demonstrando interesse no ocorrido. Continuei em ebulição por dentro.

Hoje, percebo que buscava naquelas perguntas entender mais da apresentação da identidade da Travesti do que da sexualidade da minha amiga, ainda que de uma forma que reproduzia tantos pré-conceitos. Esse fato, mesmo que não envolva em seus elementos uma relação Transcetrada, foi o que me permitiu enxergar uma Travesti, antes de tudo enquanto uma forma de existência, pois até então não havia conhecido nenhuma pessoalmente e, por ser de uma família extremamente evangélica e dogmática, nunca havia tido acesso em meu círculo de comunicação (inclusive o virtual), e também enxergá-las como uma possibilidade de afeto, ainda que, até então, apenas para outrem.

Atualmente, vislumbro diversas problemáticas ao longo de minha trajetória. Dentre estas, o fato daquele local, que muitos Homens Trans inclusive se negam ter pertencido - o que não é meu caso, que é a lesbianidade, ter sido um potente colonizador do meu pensamento, principalmente no que tange as limitações corpóreas, que são tantas vezes estabelecidas pela visão ciscêntrica herdada dos ensinamentos dos nossos genitores, progenitores e ciclo social - grande parte reproduzidas até hoje pela comunidade, que ignoram a inserção de outras possibilidades, senão aquelas que apenas atingem suas subjetividades. No entanto, devo reconhecer que, foi nesse ciclo, que tive a possibilidade de ampliar meus horizontes, conhecer a vida para além das paredes da igreja, onde ouvia nos cultos os pastores pregarem a promiscuidade Homossexual como algo eternamente condenável, foi juntamente com a visibilidade lésbica ascendendo, a afirmação das bunches, que pude perceber que ainda não era ali que me cabia, foi primeiro passo que dei para conhecer a transgeneridade, enxergar as sombras tais como são, me (re)descobrir no mundo para que, assim, pudesse sair da minha caverna, para a qual nunca mais voltei.

2 - Ceteris Paribus

Chega um período da transição onde tudo torna-se monótono. Ainda que tenhamos que fazer alguns malabarismos para sustentar a imagem cisgênera, seja por qual for o motivo, grande parte das violências diárias de uma pessoa trans sem “passabilidade cis”, por exemplo, já não nos acomete mais, ao menos ao que tange o caminhar nas ruas, a partir daí, somos só mais uma pessoa qualquer caminhando, não porque o preconceito deixou de existir, obviamente, mas sim porque o sistema do qual nossa visão parte e fazemos as análises são outros. Lembro-me de quando era visto enquanto mulher

cis pela sociedade, certo tempo, e sempre que ia atravessar as ruas grande parte dos carros, principalmente com motoristas homens cis, paravam e me cediam passagem paralelo à alguns flertes. Era uma ocorrência frequente, e que muitas vezes acontecia com a pista livre e o semáforo indicando o verde para o automóvel, verde que tinha sua função ressignificada pelos membros do automóvel que transformavam o cenário em um desfile de moda em pleno trânsito, era de fato como eles enxergavam a pista quando viam meu corpo ali, esperando. Como sempre fui muito pacato, observava a situação, por vezes até dispensando a “cortesia”, mas de nada adiantava, pois eles cravavam o pé no freio e acenavam passagem, com as mãos no queixo, volante, cabeça, sorrindo para o carona, se este tivesse presente, e assim por diante, ali já não importava o fato de eu não querer plateia, o carro só se moveria no fim do desfile. Hoje, dentre muitas outras experiências que noto mudança, esse ato, que aparentemente é simples, mas que se desdobra em um campo imenso conhecido como objetificação da mulher negra (marcadores sociais meu na época), é algo que me mostra muito do que ser visto enquanto homem na sociedade nos privilegia em muitos aspectos, e é na corrida para atravessar a rua com o semáforo à 5 segundos de fechar para os pedestres e quase sendo atropelado pelos motoristas que praticamente não me perceberam-ou ignoraram minha presença na faixa que reflito isso.

Uma das diversas coisas que minha relação com uma mulher trans proporcionou foi a observação de certos fenômenos, como esse, ao vivo e em paralelo com meu conhecimento-vivência do olhar daquele que prevê as ações. Recentemente estava para atravessar com Yuna em uma rua qualquer, o trânsito estava livre, semáforo verde para automóveis, enquanto aguardávamos na faixa nosso momento de atravessar. Avistamos uma Kombi branca a caminho, haviam três rapazes negros dentro, e percebi que estava reduzindo gradativamente a velocidade, olhei pra Yuna, e antevendo as ações peguei em sua mão e com a outra mão fiz sinal para que os rapazes passassem, com a mesma teimosia que havia anos que eu não me deparava, iniciaram o processo de plateia, enquanto eu conduzia Yuna a passagem por trás do veículo, sabendo as intenções envolvidas, a contornar o carro pelo fundo para atravessarmos. Observei umas torsões de boca, uns sussuros sobre ingratidão, seguido do barulho do motor acelerando, Yuna, sem entender nada, perguntou o que tinha acontecido, diante do meu semblante ainda mal-humorado, expliquei minhas experiências antes da transição com o ato, toda objetificação que aquilo envolvia ao expor nossos corpos e que ela tinha sido selecionada e colocada enquanto protagonista de toda a situação desta vez. Após meus esclarecimentos, Yuna compreendeu e disse que não imaginava que esse tipo de coisa que estava ocorrendo costumava se desdobrar assim, e comentou que suas experiências nunca haviam sido reparadas nessa perspectiva.

Fico refletindo o quanto um casal trans realiza de troca de afeto e experiências diante de uma relação transcetrada nesse aspecto, obviamente que demarcando um interesse de observação político-afetiva entre o casal, que tenha o olhar aguçado para determinados fatos, para que não passem despercebidos, nós conseguimos evidenciar, também, com muito mais precisão o nosso privilégio das identidades masculinas em detrimento da feminina, principalmente no que diz respeito as pessoas cis masculinas (ou que emanam tal figura), tal como dito no parágrafo acima onde o sujeito se altera, mas temos a opressão bem estabelecida e definida. Um outro exemplo que me inquieta de maneira

corrosiva e emergem reflexões, é a minha presença na rua com Yuna enquanto o casal que somos. O fato primeiro é que marchei durante 2 anos e 9 meses de hormonioterapia em direção à invisibilidade, sim, a ser mais um dos componentes que permanecem iguais nesse sistema, mais um sujeito não-marcado, algo que teve uma significativa redução dos efeitos diante da presença de uma mulher com passabilidade travesti ao meu lado, ou seja, alguém que evidencia todos os marcadores nas ruas. Dessa vez, não mais sendo visto enquanto mulher cis, negra, lésbica, ou o pedaço de carne desejado, mas sim, como um homem “cis” gay (?), do qual, com certeza, foge dos padrões não somente por estar com uma travesti, obviamente isso não seria uma novidade, mas por acompanhá-la de mãos dadas para todos os lugares. Consigo sentir os olhares sendo direcionados um a um em nossa passagem na rua, e um fenômeno muito interessante é que quando olho para as pessoas, e encaro-as, as mesmas se intimidam, desviam o olhar, coisa que não acontece quando Yuna o faz, é como se eu dividisse um tanto da minha capa da invisibilidade com ela quando estou presente em suas saídas, mas como a mesma é muito pequena, ficam algumas partes pra fora e, por tabela, ela fica mais exposta...

Certa vez, chateados por um momento anterior, Yuna foi na frente andando e eu atrás, passaram duas mulheres por ela a encarando, ela também por não ter sua visão em 100% acabou por não perceber, mas eu que estava alguns passos distantes vi tudo, e o assunto na hora entre as duas moças mudaram, resolvi tomar uma atitude direta e diferente de todas as formas que tinha agido desde então, parei as moças, e as perguntei se conheciam a mulher que tinha passado, apontando pra Yuna, elas disseram que não, eu questionei então porque haviam a encarado por tanto tempo, se elas não tinham noção do quanto isso afeta as pessoas trans que estão na rua, indicando na conversa que o ato era por preconceito e, na hora, ambas recuaram e inventaram algumas desculpas. A do cabelo mais curto falou “não, a gente só tava passando, foi coincidência”, a de aparência mais velha reforçou “menino, eu tenho filho, eu jamais agiria com preconceito com ninguém, eu olhei porque achei ela bonita”, claramente buscando um túnel para escapar do flagrante, enquanto a mais nova me olhava com desdém e chamava a amiga pra ir embora, afinal, como traduzi em seu olhar “Quem ele pensa que é pra defender essa criatura, foi só um olhar.”, então eu as disse: “Quero que reflitam sobre isso, pois isso também é preconceito, e as senhoras não gostariam de que a cada passo todas as pessoas ficassem lhes observando, não é mesmo?! Pra vocês se trata de só mais um olhar, mas vejam ali, agora lá onde ela está passando, todo mundo está emitindo “só mais um olhar” de novo. Enfim, tenham um bom dia.”, e prossegui ciente de que aquilo soou mais como um desabafo de todas as violências diárias que vamos triturando no estômago, mas esperando que pelo menos tivesse feito mais alguém ter consciência nessa vida. Ao me reaproximar de Yuna, ainda um pouco estressado por nossa briga e essas violências diárias, mas aliviado por estarmos ali para nos reconfortar e compreender com plena alteridade tais situações, pensei que não gostaria de deixá-la desprotegida naquele momento suscetível a situações como aquela novamente sozinha, e em toda responsabilidade afetiva que tenho e que ela tem comigo, principalmente por ter consciência do pertencimento de ambos os locais de fala, e segurei sua mão ao prosseguirmos, enquanto eu erguia a cabeça e desviava os olhares do entorno.

Observo que, muitas dessas coisas, apesar de terem suas experiências disponíveis para qualquer tipo de formação de casal, cis ou trans, afro centrado ou não, têm muitas peculiaridades que o lugar de onde o casal vem diz muito das violências que irão reparar que recaí sobre o outro, esses olhares todos que desvio de Yuna hoje, não é um olhar direcionado a uma única pessoa, em uma única situação, é o olhar de estranho que sempre me foi direcionado antes, e que é fadado aos corpos que possui qualquer traço de ligação com as feminilidades, o que muda é apenas o grau que as coisas acontecem, o indivíduo e sua situação, quanto mais feminino e marginal, mais frágil se torna à análise do sistema, quanto ao resto, os olhares, pensamentos, preconceitos, violências, todas as outras coisas permanecem iguais.

Notas de Yuna Vitória:

Era tarde. Precisávamos comprar algo para fazer o almoço e janta. Desde que eu havia pedido demissão do trabalho por não mais suportar a pressão da transfobia institucionalizada, todos os dias vinham sendo assim, sem compras do mês, tínhamos que sair para comprar besteiras baratas no mercado para sobreviver de misturas, solução nem saudável e nem barata a longo prazo, mas a possibilidade emergencial de quem recebia dinheiro recortado em bicos ocasionais.

– Precisamos ir no [supermercado] Dia!

Nos olhamos apreensivos. Estávamos em intervalo da hormonioterapia em prol do sonho de ter um bebê. Nossas leituras sociais já traziam marcas da transgeneridade, mais em mim do que nele, a quem restara a ambiguidade. Nos olhamos e lamentamos o fato de termos que ir. Eu precisaria retocar o xuxu - que crescia em velocidade record por conta das alterações hormonais -, preparar o enchimento do sutiã - pois meus seios já haviam diminuído significativamente - e, a parte certamente mais dolorosa, aquendar a neca - algo que vinha evitando a fazer. Mas quando se mora na favela, lugar já marcado pela violência e descaso, terreno fértil para todo tipo de machismo, misoginia, transfobia, racismo, etc, minimizar características que te tornem alvo de chacota, mesmo que ela seja inevitável de forma geral, é sobrevivência. Peso isso antes de me voluntariar a sair e percebo Theo, também triste, enquanto corpo negro na rua, tendo que ir em meu lugar. Se antes sofria com o binder apertando os peitos, quase dilacerando-os, retirando de seus pulmões o ar, agora, com eles já mais fartos, também por conta das mudanças hormonais, já não há binder que os disfarce, buscando formas alternativas de escondê-los, como o uso de camisas mais folgadas com um casaco ou a mochila na frente a cobrir todo o tórax, “estética” que lhe pode custar a vida, sendo homem negro andando com mochila na rua. Pensando nisso, talvez, tenha optado pelo capote hoje, não queria ser revistado pelos policiais do Batalhão que se localiza a 300 metros de nossa residência, ao lado do presídio. Vejo-o com o capote em plenos 29° de Salvador, cena não incomum, e penso em como nossas vidas são fodidas, no quanto uma simples ida ao mercado para nós se transforma no verdadeiro inferno. Se eu vou, corro o risco de ser espancada simplesmente por ser quem eu sou, se ele vai, pode ser vítima de bandidos que o estranhem, de policiais que o

confundam e, até, diante da visualização de seus seios, violências ainda piores. Ele sai, compra e volta, completamente lavado de suor, relatando as piadinhas que ouviu no caminho por estar agasalhado em pleno verão. E eu lamento que ele tenha escutado isso, lembrando as tantas piadas que ouço de “é homem ou mulher?”, “arrasa, bicha”, “ui, olha como ela anda” e as mais nojentas, como “vem aqui dar uma mamadinha em mim, vem, não é isso que você quer?”, mensagens frequentes e que frequentemente busco esquecer. Apesar disso, deito e durmo com a convicção de que o dia seguinte será meu. E assim o faço. Acordo e vou comprar, passando por todas as situações descritas e já esperadas. Conto que, na pressa, não aqueci direito e que havia desaquecido acidentalmente no caminho de volta, gerando constrangimentos e hipersexualizações - afinal, o homem cis pode se orgulhar de seu volume, nós temos que, não apenas odiá-lo, mas escondê-lo da sociedade, que não merece saber que essa “pouca vergonha” está aparente, mesmo que por baixo de diversas roupas. Não preciso contar o que ocorreu para que ele saiba que a experiência foi triste. E o mesmo olhar eu lanço a ele quando, no dia seguinte, foi ao mercado. Nossas dores eram compartilhadas e diante do amor e cuidado, também compartilhados, pareciam menores. Eu, enquanto mulher trans, que sinto a dor de estar aquecida, por exemplo, consigo entender o quão desconfortável é estar de binder apertando os seios na rua, mesmo sem passar por essa experiência, por mera assimilação. Sei que Theo, também, compreende que estar aquecida na rua por longas horas é desconfortável e causa dores, porque ele também passa por processo semelhante na região de cima. Eu, buscando ter seios cada vez maiores, ele, querendo esconder os seus já grandes. Talvez nos realizemos um no outro, na espera de que em algum momento de nossas vidas as coisas ficarão como têm que ficar, eu com seios e feminina, ele sem seios e masculino, ambos felizes de acordo com suas identidades, mas enquanto esse momento não chega, seguimos nos fortalecendo e nos poupando da árdua e desesperadora tarefa de provar para o outro que aquilo, simples atos de esconder os seios ou o pênis, são mais que isso, formas de negociar para sobreviver. Já não tememos que todas essas dores e necessidade de afirmação seja reduzida a “mimimi”, em discursos genéricos que ouvimos anteriormente de parceiros cisgêneros, dos que nos aceitavam, mas diziam: “pra que tudo isso, é só um peito”, “para com isso, nem dá pra ver, ninguém liga se você tem rola”, aos que não aceitavam e cobravam as aparências: “o peito tá aparecendo, assim eu não saio com você”, “esconde esse pau, não quero que pensem que sou gay”. Enquanto isso, nós, enquanto casal transcêntrico não-operado, apenas nos olhamos e nos compreendemos. Mais que isso, nos fortalecemos e desenvolvemos estratégias de negociação e enfrentamento com o mundo a nossa volta. Mundo que celebra da boca pra fora a diversidade e, *ceteris paribus*, mantém inalteradas todas as outras coisas.

Eu tenho evitado buscar relacionamentos românticos com homens cis heteros pelo simples fato de que usualmente a aceitação e respeito que eles têm por mim estão sempre em relação ao quão ‘bem’ esteja indo minha transição e ao quanto eu ‘passo’ como uma mulher cis. O aspecto central é que vivemos em uma sociedade que demoniza mulheres trans e os homens que nos amam. Por esse motivo, homens que se comprometem conosco ou o fazem às escondidas, ou com a condição de que vivamos sem mencionar nossa vivência trans [live stealth, no inglês] ou que passemos, de maneira que as pessoas não nos incomodem. [. . .] (Ailith, 2015: apud Vergueiro, p. 161)

3 - Generificorpo: A informação social do corpo afetivo transcitrado

É manhã de quarta, acordei cedo para garantir que tudo ocorreria como planejado. O ambulatório transexualizador de alta complexidade do Hospital das Clínicas seria, finalmente e após muita luta dos movimentos sociais em parceria com profissionais de saúde, inaugurado. Há algum tempo um ambulatório de pequena e média complexidade já funcionava dentro dos trâmites legais de atuação segundo a portaria do SUS para atendimento à população transgênera, ali resumida sinteticamente à “travestis e transexuais” - embora diversas pessoas trans que escapam dessas narrativas políticas sejam ali atendidas sem que o sistema se dê conta ou possa refreá-las efetivamente. O CEDAP, no entanto, ainda não tinha uma farmácia para distribuição dos hormônios receitados e tampouco era habilitado para cirurgias entendidas como transexualizadoras - porque só nos transexualizamos quando adentramos esses espaços, paradoxalmente espaços que buscam nos cissexualizar, condizendo mais o título de ambulatório cissexualizador. Como de costume, visando a espetacularização das vidas trans e a promoção de um salvacionismo médico-estatal, diversas emissoras procuraram os responsáveis pelo novo ambulatório para cobrirem o acontecimento, por muitos visto como histórico. Theo e eu, por sermos um casal transcenteadado e, além do mais, ativistas das causas trans conhecidos, fomos os primeiros a ser notificados, primeiro, pela médica endocrinologista responsável pela articulação da mídia com o hospital e logo em seguida pelos próprios repórteres com a finalidade de ajustar algumas questões antes da gravação. Três grandes canais nos procuraram, dentre os quais dois televisivos e um jornalístico-impresso; TV Bahia, Tv Aratu e Jornal A Tarde. Por telefone, foram combinados os horários da entrevista e os termos. Antes, um diálogo sobre autodescoberta, decerto para avaliarem se possuíamos a história que queriam vender, quer dizer, divulgar “para melhorar a qualidade da informação sobre a população trans”, disse a repórter branca formada em uma das faculdades mais onerosas da cidade. A experiência, perturbadora, rendeu uma publicação no Facebook, que destaco:

Hoje foi a inauguração do Ambulatório Transexualizador do Hospital das Clínicas e fui convidada para dar entrevistas para alguns jornais e emissoras de televisão enquanto usuária do serviço no SUS e também enquanto movimento social. Não sei se tudo o que falei irá ao ar, afinal passará pela edição (rs), o resultado vocês poderão conferir à noite no BATV e Aratu Notícias, bem como no Jornal A Tarde. O ruim é que as matérias de tv provavelmente serão exibidas no mesmo horário. Queria pontuar apenas uma questão para vocês aqui do Face, que me incomodou bastante e que é frequente em abordagens sobre transgeneridade na mídia e muitas vezes na academia. "Quando você se reconheceu trans", "com quantos anos você se percebeu mulher", "foi angustiante viver assim" são exemplos de perguntas primeiras em todos os casos em que buscam entrevistas com pessoas trans. Essas mesmas pessoas dizem que o motivo da matéria é levar informação e melhorar a qualidade de vida das pessoas trans. Acontece que essa curiosidade de como nos descobrimos é, na verdade, puramente pessoal e quando muito deveria estar em último plano. Uma vez admitida a minha condição, a minha existência tal como autodeclarada, as violências que atravessam essa vivência, a exclusão social, o ódio que

vem da população cisgênera e políticas de intervenção, isso sim são pautas de quem se importa com pessoas transgêneras, todo o resto é mera curiosidade nada profissional ou sensacionalismo. Pelo menos o repórter da Aratu desligou as câmeras antes de perguntar como eu transava com meu marido e assumiu, depois de pedir licença para fazer a pergunta íntima, que se tratava de curiosidade sem relevância alguma para a matéria e que eu poderia responder apenas se me sentisse confortável. O complicado é que a população trans, por sempre ser retratada nesse lugar narrativo de relatos de experiência, acaba aceitando que apenas isso interessa para o público, descobrir como vivemos, nos hormonizamos e trepamos. Como percebemos que somos doentes mentais (perspectiva patológica biomédica sobre "transexualismo") ou depravadas e infradoras morais (perspectiva do senso comum sobre "travestismo").

Companheiras trans, sempre que te chamarem para falar em qualquer espaço e o tema for centralizado em como você se "descobriu", o que pressupõe que a comunidade cisgênera não se descobre porque não se constrói, simplesmente "é" o que diz ser; duvide, questione, tensione. Nossos processos de identificação e estilização do corpo não são artificialidades comparadas com a suposta naturalidade cis. Não somos bandeiras exóticas criadas para saciar, quando não os desejos sexuais, as curiosidades das pessoas que nos assistem como prestigiam animais no zoológico.

Fora isso, todo o respeito à repórter da Tv Bahia, muito preparada, assim como a simpática fotógrafa do Jornal.

Publicado originalmente no Facebook em 5 de outubro de 2018 18:59

Se me permitem o spoiler, dias depois saíram os vídeos e o resultado aterrorizante podia ser visto por qualquer um que tivesse o mínimo de visão e se dispusesse a contemplar sem relativizações de opressão. Nosso corpo trans, quando não alegorizado, hipersexualizado; seios e genitais de ambos podiam ser vasculhados pelas lentes subjetivas do câmera e nossas narrativas, riquíssimas ao articular vivências com análises críticas do funcionamento estrutural da sociedade em sua normatividade cisgênera e heteropatriarcal, reduzidas ao mito da autodescoberta, aquela narrativa universalizante que centraliza as experiências trans nas primeiras peripécias infantis de experimentação do gênero oposto ao socialmente esperado. mesmo não correspondendo a essa narrativa, possuindo, Theo e eu, formas distintas de termos descoberto e ressignificado nossa transgeneridade, ainda assim não fomos capazes de driblar a capciosa edição dos programas, que selecionaram apenas as falas íntimas a que o sensacionalismo de meio dia interessa. Sobre a indignação, outro desabafo na mesma rede social:

Aqui está a matéria da Aratu sobre a inauguração do nosso segundo ambulatório trans, já que o do CEDAP - SESAB ocorre totalmente adequado aos padrões estabelecidos pela portaria do Ministério da Saúde há alguns anos. Sobre o material a seguir, fica apenas a minha decepção por tantas declarações importantes para a comunidade terem sido cortadas, como o fato dessa conquista ser devida, também, aos movimentos sociais, fala que descentraliza o mérito do âmbito profissional. Ademais, quando recito meu poema "Eu Sou A Diva?", não estou inventando nada quando digo:

"Glitter, palco, holofote, presença em evento inclusivo, microfone sem incentivo, câmera só no decote (...)"

Reparem como o câmera foca meus seios em dado momento. Bizarrice é a forma como somos vistas e retratadas, não nossos corpos e identidades. Estou deixando isso como objeto de crítica e reflexão para vocês, para que possamos tensionar quando virmos condutas como esta e revisar nossas próprias condutas.

Fora isso, até que fiquei bem na TV, né nom?

Um broto verão do lado desse pão!

Que a mídia é descarada, oportunista e não está interessada em nossas vidas, dignidades e potencialidades, mas em traduzir tudo isso a mercadoria, nossa vã malícia já percebera. Topamos participar porque se não o fizéssemos para nos apropriarmos dos meios hegemônicos ao nosso favor e tensioná-los de dentro para fora, outros o fariam de forma despolitizada ou, pior, não fariam, restando apenas a voz universal da medicina a nos definir e nos adequar. Se nas redes sociais eu antecipei e concluí as angústias, narrando o antes e o depois, cabe a este artigo a descrição sucinta do durante, os bastidores que, além de ampliarem nossa compreensão do ocorrido, prestam grande potencial de reflexão acerca da leitura social dos corpos trans em suas representações nos veículos de comunicação e, ainda, sobre como o elemento da transculturalidade opera nessa lógica.

Chegamos pontualmente, os repórteres já estavam lá. Apenas eu daria entrevista, como previamente acordado. Havia explicado a dificuldade de Theo em se expor publicamente, mais por seu desconforto com os seios, agora vastos pelo intervalo dos hormônios, do que por uma suposta timidez - algo que pessoas cisgêneras insistem em não entender. E justamente por isso o coagiram a participar. Eu, como gosto de aparecer ao seu lado, não problematizei. Um dos canais focou bastante em nosso romance.

Precisamos mostrar isso, um homem trans com uma mulher trans, que coisa louca, as pessoas precisam conhecer isso - repórter

Falamos brevemente de como nos conhecemos, mas sempre lembrando da cultura que invisibiliza nossos corpos e não os coloca como possíveis de se relacionarem. O outro canal, porém, mostrou-se mais ousado. Fui recepcionada com a seguinte pergunta:

– Yuna, certo? Qual o seu nome antigo?

– Yuna!

– Ah, sempre foi Yuna?

– Sim, meu nome sempre foi Yuna!

Provoquei, demonstrando que o “nome de verdade” ao qual as pessoas constantemente se referem, buscando o nome de registro, na verdade é aquele pelo qual nos identificamos e passamos a ser socialmente reconhecidas, embora ele não tenha compreendido isso. Gravamos a entrevista, falamos da importância e dos limites de um espaço como aquele. Ao término, câmeras desligadas, o repórter prossegue:

- Agora queria tirar uma dúvida, não relacionada a entrevista! Fiquem tranquilos que isso não vai ao ar!
- Diga! - Falei já com ar de cansada.
- Você é uma mulher trans, ele é um homem trans... - começou a gaguejar - como que fica o sexo de vocês?

Aqui me encontrava diante do desafio de manter a calma para responder com didatismo, sob a pena de ser considerada histérica ou agressiva por parte de quem estava por observar, estereótipos que remodelam o corpo travesti. Parece que somos colocadas sempre nesse lugar, o de ser uma enciclopédia ambulante disposta a desconstruir e instruir todas as pessoas cisgêneras e formar nossos opressores que com muita boa vontade se colocam no lugar de escuta - quando muito. Respirei fundo mais duas vezes antes de responder, tentando disfarçar a preguiça. A vontade era de devolver a invasão à intimidade: Desculpa perguntar, mas como você transa com seus parceiros? Entretanto, a pedagogia do constrangimento poderia ser confundida, novamente, com rispidez, ao menos quando se é um indivíduo estigmatizado, em que toda e qualquer demonstração de resistência é definida enquanto intolerância, revanchismo ou violência, assim como a denúncia de nossas mazelas constantemente é reduzida a vitimismo, formas cotidianas de apagamentos, deslegitimações e invisibilizações.

- Fazemos sexo normalmente. Não há diferença, nossos corpos não são alienígenas!
 - mas não poderia deixar de lado a alfinetada.
 - Não, claro, me perdoe, é que se espera que você curta pênis e ele vagina.
 - É?
 - Pelo menos é o que ocorre com a maioria, não?
 - Não sei, me faltam dados precisos sobre minha população nesse sentido, você tem a fonte?
 - Olha, eu nunca vi isso, sabe? Como que fica? Ele usa prótese em você? Você o penetra?
- Pausa para respirar novamente, dessa vez escapando a discrição.
- Existem várias formas de se fazer sexo, afinal!
 - Ah, entendi! Sim, como não pensei nisso antes! Sexo não é só penetração! (risos) Olha que lindo, não é – falou olhando para o câmera –, o amor vence tudo.
 - No nosso caso o amor não teve muito o que vencer, a não ser a transfobia!
 - Sim, me referia ao fato do sexo ficar em segundo plano quando se tem amor!
 - É possível que fique, afinal, sexo não é tudo, mas em nosso caso o sexo fica em todos os planos, podendo inclusive assumir o primeiro. Eu amo nosso sexo.

Foi então que o silêncio tomou conta da sala.

E nas arestas desse silêncio eu me permito divagar sobre a gritante necessidade cisgênera de evocar um discurso romântico em que o amor se exhibe enquanto elemento heróico a confrontar eternamente um dado obstáculo sexual a ser constantemente superado, com a finalidade de justificar o injustificável.

Narrar-me enquanto mulher-de-pau é, em primeira instância, tentar dar inteligibilidade ao impossível em uma cultura marcada pela naturalização da cisgeneridade que se antagoniza, portanto, à artificialidade da transgeneridade. Igualmente verdadeiro é, então, o processo de afirmação e negociação da identidade do homem-com-buceta. Narrar e, não somente isso, reivindicar essa identidade, percebida subjetivamente, biopsicossocialmente, e materializada de formas plurais nos corpos sexuados, não pode ter sua política confundida com uma espécie de "etnocracia", uma imposição egocêntrica de determinados "selves" para com um outro normatizado, por ser justamente uma ação contrária a esse "etno" dominante que se pretende universal, esse "selve" naturalizado que dita a forma como devemos - nós, sujeitos marginalizados socialmente - ser chamados e como devemos nos chamar e nos reconhecer. A reivindicação de uma figura social divergente da designada compulsoriamente pelo sistema cisnormativo é justamente o contrapoder à etnocracia do sujeito iluminista que decifra, pesquisa, entende e nomeia todos aqueles que não são considerados semelhantes. É, portanto, uma política de afirmação e legitimação de novos "selves", novos "eus" que desafiam a lógica dominante ao produzirem verdades sobre si, tal qual o Sujeito que outrora os designava.

Nesse sentido, se o primeiro obstáculo é pessoal, de criar possibilidades de narrativas que permitem compartilhamento de pertencimentos a um grupo e inteligibilidade, mesmo que entre guetos específicos, diante da possibilidade de relações afetivas entre esse sujeitos incompreensíveis, surge o desafio de justificar a razão pela qual dois corpos que só fazem sentido dentro da lógica cisnormativa da busca pela cisgeneridade podem, à despeito dessa norma tida enquanto lei natural, satisfazerem-se afetivossexualmente, desprezando toda a lógica da busca pelo sujeito cis posto como início e fim de todos os meios. Evidentemente que toda essa falta de lógica dessa união transcetrada só faz sentido para quem parte de pressupostos epistemológicos ciscentrados. Nesse sentido, falar sobre essas experiências através de um outro olhar, uma outra voz narrativa, uma outro método de pesquisa, outras autoridades e saberes localizados, é também parte do processo de dar forma ao irreal, que se inicia nas relações interpessoais (práxis) e ganha força na teoria (léxis), construindo novas percepções do real, como diz Rick Santos.

"(...) creio que pensar, ou escrever, aquilo que ainda não existe, é dar o primeiro passo concreto para tornar realidade o inexistente que habita o mundo das possibilidades."

(Santos, Rick, p. 183)

Assim, narrar as especificidades de um casal transcetrado heterossexual, como o que faço parte, é abrir um leque de possibilidades para discussões impensáveis para uma sociedade cispatriarcal onde símbolos como a maternidade e a paternidade são díspares, bem delimitadas e etanques, que não somente descrevem como prescrevem as funções sociais do macho e da fêmea já transmutados em homem e mulher para tanto. Discutir sobre a possibilidade de uma mulher-de-pau ser mãe consanguínea de uma criança gerada pelo pai, o homem-de-buceta, é tanto ser confuso como quanto confundir o cis-tema, que terá que lidar com a difícil realidade agora incontestável, a verdade encarada enquanto "biológica" do parentesco, ainda que as funções sociais sejam questionáveis. E, já no campo teórico,

abstrato, combater o sociodiscurso que produz o estranhamento naturalizado, pois, como diz Rick em *Poética da Difeença - Um olhar Queer*, “não somente nossos sonhos e ideais, mas também nossos corpos são moldados, maltratados, gozados, mutilados e exilados por recusarem-se a refletir a norma e a reproduzir o padrão da ideologia vigente. p.88”. Estando esse corpo enquanto centralizador de debates, promove-se uma reflexão sobre outras formas de existências que pressupõem a mesma naturalidade - ou artificialidade - das demais experiências cis-hétero-centradas pela ruptura da voz narrativa que produz conhecimento. A discussão, por exemplo, que gira em torno de uma transparentalidade transcetrada, nos envereda para discussões estruturais como a fertilidade dos corpos trans, que não são consideradas durante a “hormonioterapia” assistida por profissionais que legitimam o modelo de transexualidade biomédica, engessada, de corpo esterilizado e que odeia a si próprio; a (falta de) capacitação em gênero para que hospitais e suas equipes multidisciplinares recepcionem e atendam homens que gestam de mães travestis; a figura da mãe associada indistinguívelmente a da pessoa gestante, não permitindo narrativas transparentais em cursos de gestantes, que visam, antes, capacitar mulheres grávidas e seus companheiros cisgêneros; a legalidade da “filiação” levando em consideração as identidades de gênero já retificadas diante do registro de parentesco nas certidões e documentos oficiais da criança; a carência de fármacos e literaturas específicas sobre corpos e reprodução durante a transição; tudo isso nos leva a um debate sobre a institucionalização de uma violência específica, no âmbito da saúde e do direito, que legisla sobre as formas de vida e de “realidade”, onde já não basta ser homem ou mulher, mas cisgêneros ou “de verdade” e que, por ser institucionalizada, não pode ser definida de outra forma senão opressão, apagando nossas experiências do campo das possibilidades, que definem o “real” e inibindo comportamentos através da coerção e/ou coação social.

Opressão é condição concreta-específica, e não palavra ou ideia abstrata que pode ser usada e/ou manipulada para significar qualquer coisa. Opressão são atos produzidos por sujeitos que, ao ocuparem posições privilegiadas, utilizam-se do poder institucionalizado (polícia, doutrinas religiosas, normas sociais do Estado) para regular o com-portamento social e punir aqueles que o subvertem.

(Rick, p.87. Griffó nosso)

Conclusão

A forma como compreendemos e autopercebemos o gênero e a sexualidade nos dá encaminhamentos de como vivê-los [o gênero e a sexualidade] em sociedade, seja dentro ou fora da norma. Entendemos que a exclusão das pessoas trans do campo das afetividades e sexualidades é uma das ferramentas da cisnormatividade, fundamentada em colonialidades do ser, do saber e do poder, ao lado das demais exclusões, como da humanização, dos estudos, da família, do “real ou natural”, retirando dessa população o prestígio social, a inteligibilidade, recortando sua agência.

Dado o exposto, compreende-se que existe uma normatividade que centraliza a experiência cisgênera na busca ao prazer, afeto e constituição de família, em partes pelas identidades cis serem tomadas como mais autênticas e moralizadas do que as identidades trans. Portanto, como desdobramento da condução social, pessoas trans podem limitar [e quase sempre limitam] seus corpos e experiências afetivossexuais porque internalizam a genitalização dos corpos e, conseqüentemente, da sexualidade, direcionando a tração pelo homem ao pênis e a atração pela mulher à vagina, tal como pessoas cisgêneras cisnormativas. Todavia, observa-se que casais transcentrados promovem uma ruptura nessa norma e por isso sofrem violências específicas que precisam de marcação teórica que pensem políticas de intervenção, principalmente no que tange a discussão de uma transparentalidade ou, ainda, uma trans-homo-parentalidade. Ressaltamos que o mal estar causado pelos casais transcentrados existe também nos guetos trans e isso é fruto da cisnormatividade internalizada no movimento, bem como, a demanda de relações transcentradas promovem uma readequação do cis-tema em diversos níveis, sendo por isso pouco discutida, principalmente por deslocar da cisgeneridade a reprodução, resignificando por exemplo a maternidade e a paternidade consanguíneas, desestruturando o campo médico e jurídico no que tange a assistência e reconhecimento legal dessas transparentalidades.

Conclui-se, também, que a indústria farmacêutica não se interessa por corpos trans e por conta disso temos nossas experiências reprodutivas dificultadas por utilizarmos medicamentos que não foram desenvolvidos para nossas demandas e por não termos nossa fertilidade considerada como possível dentro do processo entendido como transexualizador, que legitima apenas a transexualidade nos moldes biomédicos de transgenitalização e castração química. Entende-se que a conduta médica é altamente influenciada pela cisnormatividade, restringendo qualquer modelo de transgeneridade que escape do padrão normatizado pelo discurso biomético, mas sobretudo a casais transcentrados no que diz respeito à reprodução.

Pontuamos que as pessoas e as instituições carecem de informações sobre a transcentralidade e por isso o enfrentamento à transcentrofobia precisa ser debatido nos espaços. Pessoas trans possuem suas existências focalizadas na jornada da autodescoberta do gênero e da forma como esse corpo se satisfaz sexualmente. É sempre esperado que em relações transcentradas o sexo fique em segundo plano, sendo marcada apenas pela romanticidade, pois o senso comum centraliza o prazer sexual em corpos cisgêneros. Casais transcentrados possuem esse olhar hipersexualizador potencializado no corpo do casal. Por isso, o corpo em suas multiplicidades são centrais no debate sobre transfobia aplicada a relações envolvendo pessoas trans.

Referências:

O mito na neutralidade na ciência, disponível em <https://www.researchgate.net/publication/305175357_O_mito_na_neutralidade_na_ciencia>, acessado em 21 de novembro de 2018.

O acorde-Weber: uma análise sobre a identidade teórica de Max Weber The Weber-chord: an analysis of Max Weber theory identity through a musical metaphor José D'Assunção Barros 1 <http://www2.fe.usp.br/~mbarbosa/hlacey1.pdf>

“O dever-ser é coisa do Diabo”? Sobre o problema da neutralidade axiológica em Max Weber 1* SÉRGIO DA MATA2 Universidade Federal de Ouro Preto

SOBRE A NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA DAS CIÊNCIAS A Crítica de Hugh Lacey e o Caso da Economia Nº 44 – Setembro de 2003

A NEUTRALIDADE AXIOLÓGICA EM MAX WEBER À LUZ DO PENSAMENTO HISTÓRICO: CRÍTICA E CONVERGÊNCIA DE UM DEBATE Alan Ricardo Duarte Pereira1 Universidade Gama Filho Goiânia, Goiás, Brasil

O modelo de Hugh Lacey para a análise da relação entre valores e atividade científica, por Mauro Bellesa - publicado 12/03/2014 10:40 - última modificação 04/02/2016 15:52 disponível em <<http://www.iea.usp.br/noticias/entrevista-hugh-lacey>>.

O Mito da Ciência Neutra, disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=VuMn5hD2Lao>> por Dr. Márcio De Luna, acessado em 21 de novembro de 2018.

Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?, Cecilia Maria Bacellar Sardenberg Kant, Bourdieu e o gosto: sobre a origem social da faculdade de julgamento Marcos Rohling* Positivismo e marxismo: o debate sobre a neutralidade científica e a construção do projeto profissional do Serviço Social brasileiro Positivism and Marxism: the debate on scientific neutrality and the construction of the professional project of the Brazilian Social Work Bárbara da Rocha Figueiredo Chagas

VERGUEIRO, Viviane - Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes

SOARES, Milene. Homens parceiros de transexuais: diálogo fenomenológico de vivências afetivo-sexuais. 2012. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto, Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto, 2012. doi:10.11606/D.59.2012.tde-07042013-163453. Acesso em: 2019-01-10.

NENHUM HOMEM MEDIOCRE MERECE SER AMADO POR UMA TRAVESTI, disponível em <<https://transfeminismo.com/nenhum-homem-mediocre-merece-ser-amado-por-uma-travesti/>> por Ana Flor Fernandes Rodrigues, 2017.

Não, não é só 'gosto': É preconceito por William De Lucca, disponível em <<https://medium.com/@delucca/n%C3%A3o-n%C3%A3o-%C3%A9-s%C3%B3-gosto-%C3%A9-preconceito-4f03de0c559e>>, DIAS, Maria Berenice. Manual de Direito das Famílias. 10. Ed. Ver. Atual. E ampl. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

O que é e porque você precisa entender mais sobre passabilidade, por Daniela Andrade, 2017, disponível em <<https://www.buzzfeed.com/br/victornascimento/o-que-e-passabilidade-e-porque-as-pessoas-precisam-saber-mais>>

“TRAVESTI NÃO É BAGUNÇA”: ETNOGRAFIA DA PERFORMANCE IDENTITÁRIA DAS TRAVESTIS NO CONTEXTO URBANO MOSSOROENSE

Pedro Henrique Azevedo da Silva Paiva¹

Resumo: Na realização de uma pesquisa de campo etnográfica com quatro travestis entre julho de 2015 e setembro de 2017, buscamos compreender como se dá a performatização da identidade das travestis no contexto urbano mossoroense. As interpretações partiram de cinco eixos: a politização da identidade ao buscar ressignificar o termo “travesti”, a influência do *pajubá* na produção de uma identidade linguística, a feminilidade construída e reivindicada sistematicamente na manipulação corporal, a diferenciação de orientação sexual e identidade de gênero na afirmação da identidade travesti frente a alteridade, e a expressão corporal *queer* da travestilidade. Tais elementos expressam-se contingencialmente em trajetórias de vida que se elaboram de forma estratégica. Não são partes de um todo funcional-estrutural, e sim mecanismos acionados e até renegados taticamente a partir de um cotidiano conflituoso.

Palavras-chave: Travestis, Performance, Identidade, Corpo, Contexto urbano.

¹ Mestrando do PPGAS/UFRN.
E-mail: phasp3@gmail.com

EXPERIÊNCIA DA TRANSEXUALIDADE PELA ÓTICA DE UM GAROTO TRANS DE UMA ESCOLA ESTADUAL DO ESTADO DO CEARÁ

Lorena Kelly Alves Pereira¹
Rosiléa Agostinha de Araújo²
Glauberto da Silva Quirino³

Resumo: Este artigo é resultado de uma entrevista realizada com um estudante trans no estágio pedagógico do Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O objetivo era verificar de que forma acontece a inserção dos temas gênero e diversidade sexual no cotidiano escolar. Trata-se de um estudo qualitativo que se utilizou da observação participante e entrevistas. Como resultados, observou-se que o estudante trans tinha consciência de que sua experiência identitária é um deslocamento da ordem binária compreendida e imposta pela sociedade. Conclui-se que apesar do empoderamento e da autonomia demonstrados pelo estudante, a escola não dispõe de uma política efetiva de inclusão de pessoas trans, o que reproduz preconceitos.

Palavras-chave: Escola, Experiência, Transexualidade.

Abstract: This article is a result of an interview with a transgender student in the pedagogical stage of the Post-Graduation Program in Agricultural Education of the Federal Rural University of Rio de Janeiro. The goal was to verify how happens the inclusion of gender and sexual diversity issues in everyday school life. It is about a qualitative study which was used from participant observation and interviews. As results, it was observed that the trans student was aware that his identity experience is a displacement of the binary order understood and imposed by society. It concludes that despite the student's empowerment and autonomy, the school does not have an effective policy of inclusion of trans people, which reproduces prejudices.

Keywords: School, Experience, Transexuality.

- 1 Mestranda em Educação Agrícola, com pesquisa sobre diversidade sexual na escola – UFRRJ; Técnica Administrativa do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE.
E-mail: lorenakellyc@gmail.com; lorena.kelly@ifce.edu.br.
- 2 Mestranda em Educação – URCA; Técnica em Assuntos Educacionais do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará- IFCE,
E-mail: leiaagostinha@gmail.com; rosilea.agostinha@ifce.edu.br.
- 3 Doutor. Professor Permanente do Curso de Mestrado Profissional em Educação da Universidade Regional do Cariri – URCA.
E-mail: glauberto.quirino@urca.br.

Introdução

Este trabalho surgiu da experiência de estágio pedagógico realizado no Programa de Pós-Graduação em Educação Agrícola (PPGEA), da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em novembro de 2017, em uma escola profissionalizante do estado do Ceará, a partir do desenvolvimento de um plano de trabalho cuja proposta era suscitar os temas “Gênero e diversidade sexual na escola” e verificar de que forma acontecia a inserção desses temas no cotidiano escolar.

O interesse em trabalhar com esses temas na escola estadual deu-se mediante o fato de não haver, de acordo com informações coletadas informalmente na 18ª CREDE⁴, nenhum projeto, programa ou disciplina específica que abordasse de maneira sistêmica os temas mencionados. Ressalta-se que esse estágio pedagógico desenvolveu-se em dois momentos:

O primeiro foi um período de observação em que adentramos os espaços da escola, conhecemos sua estrutura organizacional, fizemos aproximações com estudantes, professoras/es e funcionárias/os, observamos como o debate sobre gênero e diversidade sexual ocorria, realizamos entrevistas e conversas com os/as estudantes – foco da observação.

O segundo momento caracterizou-se como uma etapa de intervenção, em que consolidamos uma parceria entre o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará (IFCE) *campus* Crato e a Escola Estadual Violeta Arraes, com o objetivo de levar uma turma do ensino médio da escola estadual a participar do III Encontro sobre Diversidade do IFCE *campus* Crato, evento educativo realizado anualmente nessa instituição. Na ocasião, os/as alunos/as foram levados/as a estender as reflexões que já vínhamos trabalhando na escola estadual, uma vez que os temas abordados no evento foram: “Respeito à diversidade” e “Prevenção à violência doméstica”.

Este trabalho surgiu como resultado de uma entrevista em específico realizada com um estudante transexual (trans).

Metodologia

Tratou-se de um estudo qualitativo que se utilizou de entrevista e observação participante. A observação participante é um instrumento de coleta de dados tradicional que “consiste na participação real do conhecimento na vida da comunidade, do grupo ou de uma situação determinada. Nesse caso, o

4 18ª Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE): Quando estávamos no processo de escolha da escola onde proporíamos a realização do estágio pedagógico visitamos a 18ª CREDE, em Crato -CE, com o objetivo de identificar quais os trabalhos que o Estado do Ceará implementava junto à rede estadual no que diz respeito às questões de Gênero e Diversidade Sexual. Para nossa surpresa a pessoa que nos atendeu, ocupante de um cargo relevante dentro daquele órgão público, afirmou não ter conhecimento de nenhum programa, plano ou política educacional implementado pelo Estado do Ceará e complementou, dizendo que o que havia de trabalho realizado nas escolas eram ações pontuais feitas por alguns professores, dentro de algumas determinadas disciplinas.

observador assume, pelo menos até certo ponto, o papel de um membro do grupo” (PRODANOV, 2013, p.104).

A entrevista foi realizada em novembro de 2017, na escola, orientada por um roteiro de perguntas. À época o estudante tinha 16 anos, cursava o 1º ano do curso Áudio e Vídeo. Na ocasião utilizou-se um *smartphone* para gravar a entrevista, a qual teve duração de 21 minutos.

Para a presente análise foram selecionados os principais trechos da entrevista realizada com o estudante trans, trechos esses que revelam a experiência e os desafios pelos quais o estudante passa em seu cotidiano escolar. Consideramos a entrevista um método dialógico em que as/os pesquisadoras/es têm a possibilidade de interagir com o/a entrevistado/a, construindo entendimentos acerca da prática discursiva e a prática social.

Por questões éticas, o nome do interlocutor de nossa pesquisa não será identificado, a fim de que seja preservada a sua identidade. Utilizaremos a expressão “protagonista A” para indicar os discursos oriundos da entrevista realizada com o mesmo.

Resultados e discussão

Verificou-se que quem iniciava o debate sobre esses temas na escola eram as/os estudantes, que se reuniam e se auto-organizavam em movimentos estudantis, a fim de buscarem soluções para os problemas emergenciais daquela realidade escolar.

Constatou-se a presença de protagonismo entre alguns/algumas estudantes, uma vez que estes/estas se destacavam como espécie de lideranças dentro dos grupos. Identificamos pelo menos dois grupos que suscitavam, de alguma maneira, o debate sobre gênero e sexualidade: o *Grêmio Estudantil* e um *Coletivo* de meninas chamado *Violetas*, que se reunia para discutir questões pertinentes aos estudos de gênero.

O *Coletivo Violetas* discutia assuntos como feminismo, sororidade, relações abusivas, gravidez na adolescência. Particularmente, chamou-nos atenção este coletivo pelos temas que as estudantes debatiam e, principalmente, porque era um grupo formado somente por meninas, todavia, por uma questão de “*empatia*”, o garoto trans também participava desse grupo.

No trecho da entrevista, observa-se que o estudante transexual tem consciência de que sua experiência trans é um deslocamento da ordem binária compreendida e imposta pela sociedade heteronormativa:

Eu sempre gostei mais das coisas que são atribuídas aos meninos: jogar bola, andar sem camisa, assistir desenhos que são direcionados mais aos meninos. E acho que foi assim que eu me identifiquei: “ah, eu sou um homem trans, porque o universo masculino me atrai mais”. E aí, dentro do movimento trans, descobri que eu não preciso seguir as coisas que são impostas aos meninos pra ser um menino. Eu posso gostar de rosa e ser um menino, eu posso dançar e ser um menino, posso ter um corpo feminino e ser um menino. Foi a partir disso que eu me assumi como homem trans (PROTAGONISTA A).

Nota-se que a experiência com a transexualidade é, ao mesmo tempo, reveladora das convenções sociais sobre masculinidade e feminilidade e provocadora de reflexões sobre os papéis de gênero historicamente construídos e atribuídos aos corpos femininos e masculinos (BENTO, 2008). Dessa forma:

A transexualidade é uma experiência identitária, caracterizada pelo conflito com as normas de gênero. Essa definição se confronta com a aceita pela medicina e pelas ciências psi que a qualificam como uma “doença mental” e a relaciona ao campo da sexualidade e não ao do gênero. Definir a pessoa transexual como doente é aprisioná-lo, fixá-lo em uma posição existencial que encontra no próprio indivíduo a fonte explicativa para seus conflitos, perspectiva divergente daqueles que a interpretam como uma experiência identitária (BENTO, 2008, p. 18).

No enxerto abaixo se evidencia a existência de um movimento de acolhimento e proteção do estudante trans por parte dos/as colegas de sua turma. No entanto, a maior parte dos/as alunos/as das outras turmas não possui conhecimento de que uma pessoa trans também compartilha daquele mesmo espaço escolar:

Todo mundo da minha sala me respeita. Os outros das outras turmas, tem gente que não sabe, então, por exemplo, quando vai alguém de outra turma na minha sala e diz “ah, e ela?”, quem não sabe se refere a mim como “ela”, aí o pessoal [colegas da própria turma] corrige na hora, dizem: “não é ela, é ele”. E isso é muito bacana. Então eles [os membros das outras turmas] me respeitam (PROTAGONISTA A, grifo nosso).

Durante a entrevista com o garoto trans, quatro assuntos específicos, relacionando orientação sexual, corpo, preconceito e uso de banheiros foram abordados e transcritos, respectivamente:

ORIENTAÇÃO SEXUAL: Eu sou um menino trans hétero, que gosta de meninas [...]

RELAÇÃO COM O CORPO: [...] A única parte do meu corpo que eu me sinto realmente desconfortável são os seios. Eu quero tirar, fazer a mastectomia e deixar o peito lisinho. Mas o resto, a vagina, não incomoda.

PRECONCEITO NA ESCOLA E EM LOCAIS PÚBLICOS: Preconceito aqui na escola eu acredito que só tenha por parte dos “bolsominions”⁵, mas a maioria é só ignorância, não tem conhecimento do tema, então não é nem por querer, é por não saber realmente. Eu nunca sofri preconceito diretamente; pelas costas acho que sim, mas na frente não. Acho que eu sou muito privilegiado disso, de nunca ter sido humilhado, desrespeitado.

5 Expressão popularmente utilizada para se referir aos seguidores e eleitores de Jair Messias Bolsonaro, político internacionalmente conhecido por seu tom agressivo e seus discursos machistas, homofóbicos, racistas e misóginos. Nas eleições de 2018, Bolsonaro eleger-se Presidente do Brasil, aproveitando-se da indignação popular de um povo que clamava por eleições limpas e livres de políticos corruptos. Bolsonaro, então, viu nisso a oportunidade de se colocar como o salvador da pátria, um “mito”, capaz de resolver todos os problemas brasileiros. E, dessa forma, faltando aos debates oficiais, usando as próprias redes sociais para fazer propaganda de seus ideais e amparando-se também na disseminação de *fakenews* (notícias falsas), ele alcançou êxito nas eleições presidenciais.

BANHEIRO DA ESCOLA E BANHEIROS DE OUTROS LOCAIS PÚBLICOS: Na escola, uso um que não era utilizado [aqui, o estudante refere-se ao banheiro destinado a deficientes físicos – ou com necessidades específicas –, que naquela época não era utilizado porque não havia nenhum aluno/a matriculado/a que fizesse uso do banheiro]. Nos locais públicos, eu frequento ainda o banheiro feminino porque eu me sinto desconfortável no masculino, tenho medo de me xingarem, de me baterem, sei lá. Eu nunca sofri preconceito, mas eu tenho muito medo de sofrer. É algo que existe. E eu tenho medo de ser agredido verbalmente, fisicamente. Tenho vergonha também porque é um estranhamento pra eles eu entrar no banheiro masculino, aí eu me sinto desconfortável com os olhares (PROTAGONISTA A, grifo nosso).

O discurso do estudante revela-nos clareza de ideias, firmeza daquilo que se é, que se quer e dos seus desejos, ao mesmo tempo em que apresenta uma consciência política dos seus próprios privilégios, pois vale ressaltar que estamos falando de um garoto trans branco, com acesso à educação e razoáveis condições financeiras.

Além disso, sua consciência política é altruísta em relação àqueles que ferem a sua existência, os que não o enxergam, que lhe têm preconceito ou que o desprezam, sobre essas pessoas: “Preconceito aqui na escola eu acredito que só tenha por parte dos “bolsominions”, mas a maioria é só ignorância, não tem conhecimento do tema, então não é nem por querer, é por não saber realmente” (grifo nosso). Há complacência ao referir-se aos colegas responsáveis por disseminar preconceitos contra ele no ambiente escolar. Sua forma de agir e reagir às situações de conflito demonstra maturidade.

Em relação à orientação sexual, as pessoas têm uma tendência a confundir a transexualidade, pensando que se trata de mais uma orientação sexual quando na verdade não é. De acordo com Bento (2008, p. 19), “a transexualidade é um desdobramento inevitável de uma ordem de gênero que estabelece a inteligibilidade dos gêneros no corpo”, ou seja, o sujeito trans é uma pessoa que rompe com a ordem dos gêneros, subverte a ideia de masculino/feminino, macho/fêmea, homem/mulher e todas as construções sociais que essa noção binária de ser humano provoca na sociedade.

Ao ser perguntado sobre sua orientação sexual, afirmou em um tom pedagógico: “Eu sou um menino trans hétero, que gosta de meninas”. De acordo com Torres (2013, p. 11):

As formas de expressar a sexualidade estão relacionadas com a história de vida das pessoas. Existe, portanto, uma singularidade da experiência sexual, que não pode ser desprezada. Cada pessoa tem o direito de reproduzir e elaborar de modos diferentes a compreensão da sexualidade que desenvolveu durante sua história. Isso pode levá-la a ter variadas maneiras de experimentar a sexualidade, em relação tanto à expressão quanto à prática.

Por essa razão é compreensível que o senso comum confunda transexualidade, que é muito mais um processo identitário e está relacionado de forma mais direta ao campo das questões de gênero,

com orientação sexual, que diz respeito às variadas formas de expressar e vivenciar o desejo e a atração afetivo-sexual por outro indivíduo.

Não estamos defendendo que as questões de gênero não se relacionam com a sexualidade, ao contrário. Mas queremos deixar claro que a transexualidade não é uma orientação sexual, embora seja um processo que perpassa também pelo âmbito da sexualidade. Homens e mulheres transexuais podem vivenciar as variadas possibilidades de orientações sexuais, assim como homens e mulheres cisgêneros⁶.

Conclusão

A realização deste trabalho possibilitou-nos adentrar a realidade cotidiana de uma escola pública do estado do Ceará, e mais especificamente, verificar como ocorre e quais os atores que promovem o debate pró-diversidade na escola. Permitiu-nos também conhecer a transexualidade a partir da ótica de um garoto trans e suas vivências escolares.

Constatou-se que as ações e o debate que havia na escola em torno das questões de gênero e da sexualidade eram promovidos pelos/as estudantes, por meio de organizações estudantis. Cabe ressaltar que as ações realizadas pelos/as estudantes contavam com o apoio da gestão da escola.

De um total de 540 estudantes matriculados em 2017, a escola tinha uma pessoa trans matriculada. É importante destacar que a experiência identitária desse aluno era fato conhecido de todo o corpo docente e do núcleo gestor da escola, porém uma realidade desconhecida para a maior parte dos/as estudantes daquela comunidade escolar, exceto para sua turma.

Ficou evidente que embora a gestão da escola se mostrasse aberta a apoiar iniciativas dos/as estudantes e realizar parcerias com outras instituições no sentido de promover o debate sobre gênero e diversidade sexual, e apesar de haver um trabalho pontual realizado por parte de professores/as que ministravam as disciplinas de sociologia, artes e formação cidadã, observamos que a escola não dispunha de uma política efetiva de inclusão que tratasse de temas como gênero e diversidade sexual, sobretudo no que se refere à inclusão de pessoas transexuais.

Por fim, concluímos ser de fundamental relevância a promoção do debate pró-diversidade nas escolas, objetivando o respeito às diferenças, a compreensão das inúmeras formas de amar, a expressão das identidades de gênero e as incontáveis possibilidades de ser e estar no mundo.

6 Cisgênero – palavra formada pelo prefixo cis, do latim, “ao lado de”, serve para designar o indivíduo que possui a identidade de gênero correspondente ao sexo biológico com o qual nasceu. É o oposto de Transgênero, formada pelo prefixo trans, também do latim, que significa “além de”, a palavra designa o indivíduo cujo sexo biológico não corresponde à sua identidade de gênero.

Referências

BENTO, Berenice Alves de Melo. **O que é transexualidade**. São Paulo: Brasiliense, 2008. PRODANOV, Cleber Crisiano. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico**. 2 ed. Novo Hamburgo: Feevale, 2013.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, Ouro Preto, MG: UFOP, 2013.

“EU FICO MUITO CONFUSA”: (IN)COMPREENSÕES DE GESTORAS/ES ESCOLARES SOBRE DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO

Émerson Silva Santos¹

Resumo: Os estudos de gênero e sexualidade na educação têm evidenciado o quanto esse campo ainda é permeado por processos discriminatórios que comprometem significativamente a efetivação do direito à educação. Nesse sentido, este trabalho, resultado de uma dissertação de mestrado no Programa de Pós Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEduc), apresenta as percepções de gestores/as escolares sobre diversidade sexual e identidade de gênero. Os resultados obtidos evidenciam um conjunto de incompreensões motivadas sobretudo pela ausência de formação continuada e pelo grande volume de atividades da gestão escolar que acaba impossibilitando os/as gestores/as de darem atenção às demandas que não são mensuradas pelos indicadores que avaliam o desempenho das escolas.

Palavras-chave: Gestão Escolar, Diversidade Sexual, Identidade de Gênero.

¹ Doutorando em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande.
E-mail:emersonssantos1@gmail.com

Introdução

Discutir diversidade sexual e identidade de gênero na educação é, antes de tudo, negar a concepção de que a educação e as escolas são instituições neutras e iguais para todos/as. Especialmente quando estamos nos detendo às questões ligadas a educação da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) é necessário “questionar o suposto olhar neutro no qual se baseou à educação até hoje como sendo uma perspectiva heterossexual” (MISKOLCI, 2012, p.14).

As pesquisas em gênero e sexualidade na educação têm questionado essa perspectiva e evidenciado o quão a educação e, sobretudo, as instituições escolares são marcadas por normas padrões de gênero e sexualidade que buscam disciplinar sujeitos, inclusive estabelecendo sanções para àqueles/as que por alguma razão não atendem o padrão instituído.

Ao mesmo tempo em que evidenciam desigualdades e violências motivadas por intolerância à diversidade sexual e à identidade de gênero, as pesquisas em gênero e sexualidade na educação também têm apontado alternativas para superação dessas realidades como a implementação de políticas públicas educacionais que busquem promover o respeito aos direitos humanos nas escolas.

Por outro lado, em grande medida, essas pesquisas partem de análises produzidas a partir de materiais empíricos coletados com estudantes e professores/as, esquecendo que a gestão escolar compreende um lugar importante a ser explorado. É justamente a partir dessa lacuna que realizamos essa investigação.

Nesse contexto, este trabalho tem o objetivo de analisar as principais percepções de gestores/as escolares sobre diversidade sexual e identidade de gênero e é fruto da Dissertação de Mestrado intitulada “(Des)Respeito à Diversidade Sexual e à Identidade de Gênero em Escolas de Caruaru-PE: A questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da Gestão Escolar”², defendida e aprovada em fevereiro de 2018 no âmbito do Programa de Pós Graduação em Educação Contemporânea da Universidade Federal de Pernambuco (PPGEduc/UFPE).

Metodologia

Partindo de uma abordagem qualitativa, o estudo foi delimitado a duas escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, localizadas no município de Caruaru, denominadas de “Escola A” e “Escola B”, com vistas a preservar a identidade das escolas e dos/as participantes da pesquisa. A seleção dessas escolas levou em consideração o modelo de ensino médio ofertado, o número de estudantes e a disponibilidade das próprias gestões escolares aceitarem participar da pesquisa (SANTOS, 2018a).

Optamos pela utilização do Método do Caso Alargado, proposto por Boaventura de Sousa Santos (1983). Esse método procura analisar a complexidade do caso estudado percebendo o que nele há de único sem desprezar a sua relação com uma realidade mais ampliada. A estrutura metodológica

2 A Dissertação foi orientada pela Professora Dra. Allene Lage a qual eu reafirmo minha estima e gratidão.

fornecida por esse método permite ao pesquisador associar as particularidades do seu caso específico ao conjunto de questões que estão presentes na sociedade.

A realização da pesquisa se deu no período de março de 2016 até fevereiro de 2018. Os dados utilizados para realização desse artigo foram coletados através da realização de entrevistas do tipo semi estruturadas com gestoras das duas escolas participantes da pesquisa (aqui denominadas de Gestora A e Gestora B), bem como por meio de uma análise documental dos conteúdos dos cadernos de formação do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar do Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco (PROGEPE). Todo material coletado foi analisado a partir da perspectiva analítica da análise de conteúdo³.

O papel na Gestão Escolar no combate às violências

Dada as suas responsabilidades e atribuições, a gestão escolar ocupa um lugar de destaque na escola. Ela se constitui em:

[...] um meio para a realização das finalidades, princípios, diretrizes e objetivos educacionais orientadores da promoção de ações educacionais com qualidade social, isto é, atendendo bem a toda a população, **respeitando e considerando as diferenças de todos os seus alunos**, promovendo o acesso e a construção do conhecimento a partir de práticas educacionais participativas, que fornecem condições para que o educando possa enfrentar criticamente os desafios de se tornar um cidadão atuante e transformador da realidade sociocultural e econômica vigente, e de dar continuidade permanente aos seus estudos. (LÜCK, 2009, p.23, grifos nossos)

O papel da gestão escolar não limita-se as questões de cunho organizativo da escola, tampouco a mera implementação e reprodução das diretrizes e políticas educacionais numa instituição escolar. Convergingo com o pensamento de Lück (2009), compreendemos que compete a gestão escolar proporcionar as condições ideais para o acesso e permanência, na escola, dos/as discentes de todos os grupos sociais. A escola e a sua gestão, devem respeitar as diferenças de todos/as os/as seus/as alunos/as, além disso, deve atuar de forma a coibir casos de violências e segregações.

Nessa direção, Lück afirma que o/a gestor/a escolar deve ser “orientado por princípios e diretrizes inclusivos, de equidade e respeito à diversidade, de modo que todos os alunos tenham sucesso escolar e se desenvolvam o mais plenamente possível” (LÜCK, 2009, p. 15). A noção de equidade está intimamente relacionada com os conceitos de igualdade e de justiça, pressupõe que os indivíduos devem ser atendidos de acordo com suas necessidades, oferecendo mais a quem mais precisa.

3 Para maiores informações a respeito das estratégias metodológicas utilizadas na realização da pesquisa de mestrado da qual esse artigo é resultado, ver Santos (2018b)

A equidade é representada pelo reconhecimento de que as pessoas e grupos em situações diferenciadas ou desfavoráveis necessitam de atenção e condições especiais, a fim de que possam colocar-se em paridade com seus semelhantes no processo de desenvolvimento (LÜCK, 2013, p. 50).

Compete, então, aos/as gestores/as das escolas buscarem estratégias de atuação junto aos grupos mais vulneráveis, afim de garantir-lhes a convivência em uma cultura escolar que seja inclusiva, acolhedora e que respeite as diferenças. Além disso, os/as gestores/as escolares também devem se manter vigilantes diante dos sinais de violência motivadas por intolerância à diversidade sexual e à identidade de gênero, com vistas a coibir esse tipo de prática nas instituições escolares.

(In)compreensões de Gestoras/es Escolares sobre Diversidade Sexual e Identidade de Gênero na Rede Estadual de Ensino de Pernambuco

A ocupação de cargos da gestão escolar nas escolas da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco é regulamentada pelo Decreto Estadual N° 38103/2012. De acordo com sua ementa, essa normativa tem por objetivo regulamentar os critérios e procedimentos para realização de processo de seleção para função de representação de diretor escolar e diretor adjunto das escolas estaduais, além de dá outras providências relacionadas à gestão escolar (PERNAMBUCO, 2012).

Assim, a partir de 2012, os/as gestores escolares passaram a ser nomeados pelo Governo de Pernambuco, com base nos critérios estabelecidos pelo Decreto N° 38103/2012. O referido Decreto também instituiu o Programa de Formação de Gestores Escolares de Pernambuco (PROGEPE) e determinou que a investidura ao cargo de diretor escolar e diretor adjunto da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, está condicionada à aprovação em três etapas: (i) Processo Seletivo; (ii) Processo Consultivo; (iii) Processo Formativo.

O Processo Seletivo é composto pela realização e conclusão do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar. Para aprovação no Processo Seletivo também é necessário que os/as candidatas/as aos cargos da gestão escolar obtenham aprovação no exame de certificação em conhecimento em gestão escolar. Esse exame é composto por 80 questões e tem por objetivo identificar um conjunto de competências profissionais relacionadas à gestão escolar.

As gestoras das duas escolas participantes da pesquisa nos relataram ter sido aprovadas no Processo Seletivo para ocupação do cargo de gestão escolar, realizando o curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar do PROGEPE. Todavia, afirmaram não ter recebido qualquer formação sobre diversidade sexual ou identidade de gênero. De fato, na análise que realizamos dos 24 cadernos de formação das duas edições do curso, verificamos que nenhum módulo abordou de maneira completa e substancial essas questões.

Tendo esse diagnóstico inicial, durante a entrevista fizemos o seguinte questionamento a Gestora da Escola B:

Entrevistador: O que você entende por diversidade sexual e identidade de gênero?
 Gestora B: Na minha cabeça ainda é um pouco confuso. Porque agora tem muitas coisas novas. Eu não vou dizer a você que eu sei diferenciar uma coisa da outra, não. Porque tem o transformista, não sei. Aí tem a menina que gosta de se vestir de homem mas está (namorando) com o menino. Aí, entendeu?! Na minha cabeça não está muito bem resolvido isso não. Mas respeito muito, porque quem tem que julgar não sou eu. Estou aqui para apoiar, estar junto. Mas na minha cabeça, isso aí... Imagine eu com 50 anos ainda é confuso, imagine na cabeça do adolescente. É meio difícil (Entrevista com a GESTORA B, 27/04/2017 2017).

Por sua vez, quando fizemos o mesmo questionamento a Gestora da Escola A, sua resposta foi a seguinte: “Eu fico muito confusa. Eu acredito que seja a orientação sexual que a pessoa se identifica dentro do meio” (Entrevista com a GESTORA A, 24/04/2017).

Ter uma compreensão básica do que compreendem os conceitos de diversidade sexual e identidade de gênero deveria ser algo essencial para gestores/as escolares, tendo em vista a presença de estudantes LGBT nas escolas, bem como o conjunto de violações e violências que acometem esses/as estudantes diariamente.

Ambas as gestoras também apontaram o grande volume de atividades da gestão escolar como um empecilho para buscarem formações sobre questões que não dominam. De acordo com elas, a gestão escolar é permanentemente demandada por estudantes, pais, professores/as, bem como pela Secretaria de Educação que exige o atendimento de uma série de metas que consomem todo o seu tempo de trabalho.

Para além da gestão escolar, há na escola, uma certa confusão entre orientação sexual e identidade de gênero. Há situações em que estudantes travestis e transexuais solicitam que não sejam tratadas pelo seu nome de registro civil, mas por um “nome social” que corresponde a sua identidade de gênero, no entanto, recorrentemente, essas solicitações são negadas, em alguns casos as gestões escolares alegam que aquele/a estudante não pode utilizar o seu “nome social” na escola, pois não passa de um gay feminizado ou uma lésbica masculinizada. Em muitas escolas, não há o conhecimento da existência ou o entendimento sobre as mulheres e homens transexuais.

Discutindo sobre esta confusão entre orientação sexual e identidade de gênero, Torres afirma:

Quando falamos sobre transexuais, pessoas que desejam mudar o nome, a aparência (realizando ou não cirurgia), para se adequar como homem ou como mulher, falamos de identidade de gênero. Uma pessoa transexual pode ser homossexual, heterossexual ou bissexual, termos que indicam sua orientação sexual. Assim, uma pessoa que nasceu com pênis pode ao longo da vida, se sentir e se perceber como mulher. Ela poderá ou não fazer cirurgia e/ou outros tratamentos para adequação dos genitais. [...] A identidade de gênero não coincide com a orientação do desejo sexual (TORRES, 2013, p. 37).

Ao não ter um entendimento adequado sobre diversidade sexual e identidade de gênero, gestores/as escolares estão mais suscetíveis a negligenciarem denúncias de situações de LGBTfobia na escola e também a praticarem violências LGBTfóbicas contra estudantes e professores (SANTOS, 2018a). A superação das violações motivadas pela intolerância à diversidade sexual e à identidade de gênero requer gestores/as escolares formados/as e comprometidos com o seu enfrentamento. Sem isso, dificilmente outras iniciativas de combate à LGBTfobia na escola conseguirão lograr êxito.

Conclusões

Tendo em vista suas atribuições e responsabilidades, a gestão escolar tem papel importante na construção de um ambiente escolar que desestabilize as desigualdades, supere práticas discriminatórias e reconheça as diferenças como um elemento da diversidade humana. Para isso, é necessário que gestores/as escolares recebam formação adequada e estejam atentos/as ao conjunto de violações praticadas contra estudantes LGBT.

No caso específico da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco, a Secretaria de Educação ainda está alguns passos atrás nas discussões sobre combate à violência no ambiente escolar e perdeu uma grande oportunidade de formar gestores/as escolares comprometidos com a promoção do respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero nas escolas, na medida em que não abordou essa questão nas duas edições do Curso de Aperfeiçoamento em Gestão Escolar do PROGEPE. Esse resultado também aponta para a ausência de comprometimento da Rede Estadual de Ensino de Pernambuco com o enfrentamento das desigualdades e violências no ambiente escolar.

Por fim, a pesquisa realizada também revelou que o conjunto de incompreensões motivadas sobretudo pela ausência de formação continuada e pelo grande volume de atividades da gestão escolar que acaba impossibilitando os/as gestores/as de darem atenção às demandas que não são mensuradas pelos indicadores que avaliam o desempenho das escolas.

Referências

LÜCK, Heloísa. **Dimensões de gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, 2009.

_____. **A gestão participativa na escola**. Editora Vozes Limitada, 2013.

MISKOLCI, Richard. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

PENAMBUCO. **Decreto Nº 38.103, de 25 de abril de 2012**. Regulamenta os critérios e procedimentos para realização de processo de seleção para função de representação de diretor escolar e diretor adjunto das escolas estaduais, e dá outras providências. Diário Oficial de Pernambuco do dia 19 de maio de 2012a

SANTOS, Boaventura de Sousa. Os conflitos urbanos no Recife: o caso do “Skylab”. **Revista crítica de Ciências Sociais**, nº 11, maio, pág. 9-59. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 1983.

SANTOS, Émerson Silva. **(Des)respeito à diversidade sexual e à identidade de gênero em escolas de Caruaru-PE: a questão da LGBTfobia e os enfrentamentos e/ou silenciamentos da gestão escolar**. 192f. Dissertação (Mestrado em Educação Contemporânea) – Universidade Federal de Pernambuco, 2018a.

_____. Percursos metodológicos das pesquisas em educação, gênero e sexualidade: (re)construindo caminhos a partir da bricolagem. **Revista Eletrônica de Interações Sociais**, v.2, n.1, p. 07-23, jan./jun., 2018b.

TORRES, Marco Antonio. **A diversidade sexual na educação e os direitos de cidadania LGBT na escola**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

DIÁLOGO, DIVERSIDADE E GÊNERO: CONTRIBUIÇÕES DA ESCOLA NA LUTA PELA PROMOÇÃO DE REFLEXÃO E LEGITIMAÇÃO DE MOVIMENTOS SOCIAIS

Erinaldo Domingos Alves¹
Hávila Raquel do Nascimento Gomes Brito²
Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro

Resumo: A escola tem papel fundamental na formação do sujeito, pois é um ambiente que traz o contato com a diversidade e estimula o senso crítico. O artigo busca analisar as possibilidades de diálogo entre escola e sociedade, no que diz respeito a condutas que evidenciam a exclusão e violência infligidas a minorias. Buscamos nos basear em referenciais de Vygotsky e Paulo Freire que discutem sobre a importância da escola na construção social do sujeito. Os resultados mostram que há na escola a possibilidade de criar um espaço democrático para essas discussões, sendo os estudantes capazes de refletir e construir no meio social o respeito as diferenças. Conclui-se que desde cedo os educadores podem proporcionar à criança o contato com situações do cotidiano que lhe ensinam a respeitar o “diferente”.

Palavras-chave: Diálogo, movimentos sociais, diversidade, escola, construção social.

1 Graduando em Psicologia – Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica).
E-mail: erinaldoalves987@hotmail.com.

2 Pós-doutoranda em Educação – Universidade do Minho.
E-mail: stanianagila@unicatolicaquixada.edu

Introdução

A escola é um dos nossos primeiros espaços de socialização e de contato com a diversidade no período de desenvolvimento da criança. Sendo assim, juntamente com a família, ela deve ter como um de seus objetivos a formação de cidadãos que sejam capazes de pensar criticamente e agir no mundo e com o outro de forma consciente (BRITO, 2017).

Portanto, podemos considerar que a escola deverá desenvolver atividades em que seja promovido reflexões para o desenvolvimento de uma cidadania consciente. De forma em que seus alunos sejam capacitados não apenas para compreender o mundo e suas complexidades, mas também para transformar a realidade social em que está inserido (SANTOS, 2008).

Para isso, faz-se necessário a abordagem de assuntos que corroborem na formação de pessoas com respeito ao outro e compreensão de mundo como complexo e diverso. Sendo a temática de diversidade no que se refere ao gênero, de suma importância para o estudo de minorias. Entretanto, ainda há bastante tabu e preconceitos envolvidos quando se pensa em tratar dessas temáticas com crianças. Diante disso, este trabalho teve como objetivo analisar as possibilidades de diálogo entre escola e sociedade, no que diz respeito a condutas que evidenciam a exclusão e violência infligidas a minorias.

Metodologia

Este trabalho foi desenvolvido a partir de uma revisão bibliográfica que buscou atender de forma satisfatória a temática e o referencial teórico escolhido. Para isso, foram utilizadas fontes de pesquisa para compreender e relacionar os assuntos que foram visados abordar.

A coleta de informações se deu com base em fontes como artigos, periódicos, cartilhas e livros que tivessem relação com a temática deste artigo, assim, caracterizando-o como uma revisão de literatura. Quanto a análise das informações obtidas o estudo buscou compreendê-las e não quantificá-las, sendo assim, é considerado como qualitativo.

Resultado e discussões

Educação contextualizada

Diversos autores, como por exemplo Vygotsky, afirmam que as características humanas não são inatas, nem são simplesmente produtos do meio externo. Elas são resultados das interações indivíduo e sociedade. Quando o homem transforma o meio na busca de atender suas necessidades básicas, ele transforma-se a si mesmo. Essas transformações se iniciam já na infância. Portanto, vemos que as crianças são capazes de assimilar e refletir sobre questões complexas como a diversidade, e só por meio da interação e da discussões dessas temáticas é que elas serão capazes de compreender e agir no mundo (OLIVEIRA, 1993).

Entretanto, ao nascer as crianças tem apenas funções psicológicas elementares, ou seja aquelas que produzem ações involuntárias, e a partir do aprendizado por meio da cultura, surgem as funções psicológicas superiores, estas que controlam o comportamento, a ação intencional e a liberdade do indivíduo (COELHO; PISONI, 2012).

Esses autores também afirmam que o desenvolvimento do psiquismo humano é sempre mediado pelo outro que indica, delimita e atribui significados à realidade. Assim as crianças vão aos poucos se apropriando dos modos de funcionamento psicológicos, comportamento e cultura. Sendo assim, para que haja a compreensão da criança sobre a diversidade essa temática tem que ser inserida no seu meio, sendo a família e a escola, os principais mediadores.

Avanços e retrocessos na discussões sobre a diversidade na escola

Alguns dos avanços em relação a trazer a discussão sobre diversidade para o ambiente escolar, é em relação a criação de uma secretaria pelo Ministério da Educação (MEC) em 2004, essa secretaria era responsável pela articulação de temas que envolvessem a diversidade dentro da escola. Dessa forma eram trazido temáticas que envolvessem questões de cidadania e diversidade. Apesar da criação dessa secretaria, é possível notar no discurso de professores limitações quando se refere a temas como esse, muitas vezes, a diversidade é resumida a apenas inclusão de alunos com deficiência, portanto, faz-se necessário a compreensão dessa diversidade de forma mais ampla considerando as peculiaridades de cada sujeito, inclusive no que diz respeito ao gênero (GONÇALVES, 2017)

Este mesmo autor afirma que daí vem a importância desses profissionais terem uma formação continuada, já que enquanto professores são mediadores de conhecimentos, e para que os alunos tenham acesso a uma educação inclusiva e diversa, é necessário que esses profissionais tenham suporte para compreender e refletir sobre essas temáticas.

Notando a importância de capacitar esses profissionais, foi desenvolvido um curso de Gênero e Diversidade na Escola (GDE), que corresponde a uma experiência de formação de profissionais da educação que envolvem temas como sexualidade, relações étnico-raciais, gênero e orientação sexual, tal curso é ofertado a distância, colaborando a disseminação e atingindo um maior público. Tal curso teve como propósito colaborar com a formação continuada de diferentes profissionais que atuem na rede pública de ensino, relacionando as três temáticas anteriormente citadas (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2009).

Atualmente, vemos muitos retrocessos em relação a discussão de assuntos considerados “proibidos” pela comunidade cristã. Por meio da tentativa de aprovar uma Lei da Escola sem Partido, vemos a busca pela opressão da discussão de assuntos como diversidade e o respeito as diferenças. Outro retrocesso que podemos constatar agora no início do atual governo, foi a extinção da pasta do MEC que tratava assuntos relacionados a diversidade e inclusão (O POVO, 2019).

Com isso vemos a importância de abordar temas como esse dentro do ambiente escolar, para que possamos criar alunos críticos e conscientes de seu lugar no mundo. Que possam não apenas

compreendê-lo, mas também atuar nele, colaborando assim para o seu envolvimento em questões de minorias e nos movimentos sociais, atuando para a transformação social em que ele vive. Nessa perspectiva, a Pedagogia Libertadora de Freire é um instrumento fundamental no processo de conscientização, que colabora para constituição dos movimentos sociais (STÊNICO, 2017).

Conclusões

Com base nas informações colhidas e analisadas, conclui-se que há na escola a possibilidade de criar um espaço democrático para essas discussões, sendo os estudantes capazes de refletir e construir no meio social o respeito as diferenças. Desde cedo, os educadores podem proporcionar à criança o contato com situações do cotidiano que lhe ensinem a respeitar o “diferente”.

Embora haja muitas tentativas de se criar espaço de diálogo em prol da diversidade, muitos projetos não se sustentam na prática e permanecem antidemocráticos, já que o acesso não é efetivado por todos. Essas mudanças e retrocessos, tornam essa discussão cada vez mais distante, mas sabendo da importância da inserção dessas temáticas dentro desse ambiente de formação, devemos resistir e buscar cada vez mais trazer essa reflexão para o meio social em que vivemos, mobilizando a sociedade, as famílias e os profissionais que atuam no meio educacional.

Referencias

BRITO, Hávila Raquel do Nascimento Gomes; CÂMARA, Cândida Maria Farias; CARNEIRO, Stânia Nágila Vasconcelos. ABORDAGEM DA MORTE NA INFÂNCIA: O QUE OS EDUCADORES TÊM A DIZER?. In: **CONGRESSO NACIONAL DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA**. Anais... São Paulo: Semesp, 2017. Disponível em: <<http://conic-semesp.org.br/anais/files/2017/trabalho-1000024754.pdf>>. Acesso em: 05 out. 2018.

COELHO, Luana; PISONI, Silene. **Vygotsky**: sua teoria e a influência na educação. FACOS, Osório, v. 2, n. 1, p.144-152, ago. 2012. Disponível em: <http://facos.edu.br/publicacoes/revistas/e-ped/agosto_2012/pdf/vygotsky_-_sua_teorica_e_a_influencia_na_educacao.pdf>. Acesso em: 24 de nov 2018

GONÇALVES, Angélica. **Congresso Nacional de Educação**.. Curitiba: Educere, 2017. 22534 p. Disponível em: <http://educere.bruc.com.br/arquivo/pdf2017/27018_13498.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). **Gênero e diversidade na escola**: formação de professoras/es em Gênero, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais. 2009. Disponível em: <http://estatico.cnpq.br/portal/premios/2014/ig/pdf/genero_diversidade_escola_2009.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

OLIVEIRA, Martha Khol de. **Vygotsky**. São Paulo: Scipione, 1993.

O POVO. Brasil, 02 jan. 2019. Disponível em: <<https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2019/01/ministro-de-bolsonaro-acaba-com-secretaria-voltada-para-educacao-de-su.html>>. Acesso em: 14 jan. 2019.

SANTOS, Ivone Aparecida dos. **EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE**: uma prática a ser construída na Educação Básica. 2008. 40 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Universidade Estadual do Norte do Paraná, Cornélio Procópio, 2008. Disponível em: <<http://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/portals/pde/arquivos/2346-6.pdf>>. Acesso em: 05 nov. 2018.

STÊNICO, Joselaine Andréia de Godoy; PAES, Marcela Soares Polato. Paulo Freire e os movimentos sociais: uma análise da conjuntura brasileira. **Educación**, Campus de Rio Claro, v. 26, n. 50, p.47-61, mar. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.org.pe/pdf/educ/v26n50/a03v26n50.pdf>>. Acesso em: 19 out. 2018.

ANCESTRALIDADE FEMININA NA DANÇA DAS ORIXÁS

Marília Alves Borges De Jesus¹

Resumo: Este trabalho estabelece uma relação entre a ancestralidade, feminino, corpo-movimento e educação. Percebendo a importância da ancestralidade na formação da percepção da identidade de cada pessoa, é proposto uma metodologia de saberes construída em conjunto com a comunidade tradicional de matriz africana aplicadas em aulas e oficinas para alunxs do Projeto de Intervenção Pesquisa Ação- PIPA 2018 no Ensino Médio do IFB - Campus Brasília. Além dessa metodologia construída em conjunto com a comunidade esta pesquisa também se apoia no universo mitológico Yorubano (Ketu – Nagô) e utiliza do repertório de movimentos das danças das Orixás femininas (ou de energia feminina: Oyá, Nanã, Iemanjá, Ewa, Oxalá, etc.).

Palavras-chave: Ancestralidade, dança, feminino, metodologia, negra.

¹ Graduanda em Licenciatura em Dança – Instituto Federal De Brasília IFB; Atriz; Dançarina; Interprete Performática; Ajoyer Ajoyer ty Ogum/Oyá.
E-mail: marilia_borges_2008@hotmail.com

Introdução

RAÍZERAS

(Patrícia Diniz e Marília Borges)

Raízero eu sou
 Foi pelo sopro do vento que minha vó me chamou No começo deu medo depois eu disse
 já vou
 E lá na beira do rio
 meus ancestrais me chamaram
 No começo deu medo depois eu fui e me guiaram Percebi que não dá pra fugir
 E um processo de me encontrar
 Pois essa passagem
 tem muito de lá e de cá Pois essa passagem
 tem muito de cá e de lá
 Eu sou menina sou mãe
 sou minha avó e minha bisavó.

O encontro com a ancestralidade é um processo difícil e por vezes até assustador, principalmente quando se fala sobre memória cultural negra, mas a importância de conhecer esse processo é essencial para o desenvolvimento e a percepção da identidade de cada um. Pensando nisso tornou-se extremamente necessário o estudo sobre a ancestralidade como um processo metodológico de autocohecimento, de pertencimento e de resgate da memória social e cultural individual e coletiva.

Por fazer parte de algumas manifestações populares, e com base nas minhas vivências nas favelas e nos terreiros de candomblé, destaco a importância dessa organização cultural para a percepção da esturra da sociedade brasileira, além do encontro com a libertação de estruturas coloniais opressoras como o machismo e o racismo sexismo entre outros.

Entendo a importância essencial da conscientização da ancestralidade negra e indígena para erradicar a discriminação racial tanto conscientizando pessoas negras quanto pessoas brancas, (pois todos temos ascendência comum), também destaco as percepções acerca do machismo aplicada aos homens e assim por diante, pois tais conceitos permeiam a sociedade como um todo independentemente da posição que se ocupe nesta.

A pesquisa que fundamentou toda a aplicação do Projeto de Intervenção Pesquisa Ação- PIPA 2018, iniciou-se no grupo de pesquisa “CORPOGRAFIAS” onde começo a investigar sobre ancestralidade gênero e raça pesquisada no, restava entender qual era a importância destes temas para o desenvolvimento dos alunxs.

O PIPA foi executado com os alunxs no Ensino Médio do IFB - Campus Brasília PIPA surge a partir da importância do desenvolvimento acadêmico de futuros professores da licenciatura em Danças que estejam preparados para aplicar a Lei 11.645,1 de 10 de março de 2008 na educação básica, a partir dos conteúdos da dança. Para Oliveira, (2008):

Metodologia

Sabe-se que a dança é um conjunto organizado de movimentos ritmados do corpo acompanhado por música ou não, através dos elementos como forma, ritmo, espaço, tempo e força. Na dança, o artista (coreógrafo/bailarino) capta as realidades do mundo, através da sua capacidade de observação, análise e imaginação, bem como a partir das suas referências pessoais, condições culturais e de todas as impregnações que o cercam, tornando-se visualmente contempláveis, graças às combinações dos movimentos corporais.(p.2)

A primeira fase do projeto constituiu-se se reuniões para a escolha da bibliografia que seria tida como referência durante todo o processo. As bolsistas e a coordenadora, trouxeram os materiais e em debate, percebemos a importância não só de usar referências pessoais, mas também usar algum material bibliográfico que dialogassem com os estudantes beneficiados pelo programa.

Surgiu então a ideia de unificar os conhecimentos e referências de cada bolsista com os conteúdos do PAS/UNB 2018. Desta forma os alunos além de vivenciar e experimentar aulas teórico/práticas de dança relacionadas as relações ético-raciais e valorização da própria cultura, ancestralidade e identidade, simultaneamente estariam também estudando para esse método de seleção da UNB de uma forma inovadora, sensível, corpóreo motora relacionando- as as relações ético-raciais.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil. (Lei 11.645, 1 de 10 de março de 2008).

Por tanto, organizações africanas recriadas no Brasil como quilombos, terreiros de umbanda e candomblé, escolas de samba, favelas entre outras manifestações populares, constituem a identidade cultural brasileira.

O processo de dar as oficinas aconteceu mediante a pesquisa que já tinha sobre ancestralidade gênero e raça pesquisada no grupo de pesquisa "CORPOGRAFIAS", restava entender qual era a importância destes temas para o desenvolvimento dos estudantes.

Alguns autores e autoras nortearam minha investigação neste repleto universo da ancestralidade, que era entendida não somente como memória individual e coletiva, mas também como história encarnada em descendentes de um povo. Podemos citar Santos, (2008), para melhor compreender esta relação:

O estudo da ancestralidade yoruba, o respeito à memória das comunidades terreiro, o diálogo com suas matrizes míticas, nos fortalece enquanto nação brasileira, ajudando-nos

a compreender melhor a nossa cultura, valorizando as nossas diversidades... A arte da dança, enquanto linguagem da sensível tem nos possibilitado uma vivência rica em conteúdo que norteiam o processo criativo, alvo do trabalho que faço. Escrevo aqui, então, no propósito de compartilhar algumas reflexões, buscando compreender a tradição e as memórias de uma herança cultural, aspectos que conduzem a artista engajada com sua herança cultural e que dialoga com as diversidades, as quais influenciam a cultura com um todo.

Podemos concluir que a ancestralidade pode ser vivenciada de diversas maneiras, pela religiosidade, pela literatura, pela música, pela dança ou qualquer outra manifestação popular e artística que relembre os costumes e tradições de um povo. A dança, portanto, em nosso trabalho, é a linguagem potencializadora para o desenvolvimento dessa percepção ancestral.

Cada bolsista tinha um papel fundamental na execução do projeto. Escolhi algumas obras do PAS que me auxiliaram nessa busca gerando as seguintes temáticas Atividades para o 1º ano: “A ancestral feminina sem medo, perdida no Atlântico Negro” Fonte: “La mujer sin miedo”- Eduardo Galeano, e o documentário: “Atlântico Negro – Na Rota dos Orixás”, dirigido por Renato Barbieri; 2º ano: “Uma carta pra mulher fui/sou” Fonte: “Cartas para angola”- Coraci Ruiz e Julio Matos; 3º ano: “As mortes e os renascimentos ancestrais” Fonte: “No Elevador do Filho de Deus” - Elisa Lucinda, o filme: “Encontro com Milton Santos” - Sílvio Tendle. Após todo o planejamento, fui para a sala de aula com os alunxs.

Para esta pesquisa é relevante destacar o papel do movimento ou gesto, para este processo, não somente o gesto, a ação, mas como também a dança, como potencializadora do processo de resgate de identidade e “caminhada” em reconexão com a ancestralidade.

A dança é o caminho, o movimento é a trajetória para este encontro.” A memória de sua história de seu passado são conteúdo de um continente... como se o corpo fosse o documento, não é à toa que a dança para o negro é um momento de libertação” (ÔRI, 1989. 52 min).

Sendo está então a expressividade de cada indivíduo, não sendo possível clonar ou imitar a dança de alguém, por mais que estes movimentos sejam coreografados, e é pelo movimento autêntico e espontâneo do corpo que as individualidades se tornam visíveis. Ainda citando ÔRI, (1989. 40 min) : “É preciso a imagem para recuperar a identidade, tem que se tornar visível. Porque o rosto de um é o reflexo do outro, o corpo de um é o reflexo pro outro e em cada um o reflexo de todos os corpos”. Oliveira, (2008) resalta a relação dos movimentos coreografados no rituais:

A prática da dança coreografada pode ser interpretada enquanto leitura do espaço ritual das sociedades, nas quais esta se desenvolve. Ao contextualizar os corpos de um grupo social determinado, ou melhor, ao traduzir e incorporar os símbolos significantes de uma sociedade, a dança se apresenta de maneira singular, enquanto objeto susceptível à pesquisa e ao questionamento. (p.3).

O primeiro contato com a minha intervenção foi bem recebido pelas turmas. As mesmas não tinham conhecimento ainda das obras do PAS que seriam utilizado, o que dificultou toda a proposta, mas consegui seguir com o roteiro e mantive a estrutura planejada pelas vivências. Alguns alunos não demonstraram interesse em se movimentar e tiveram muitas críticas quanto às aulas de dança que já tinham experienciado antes. Apesar da resistência, à aula se desenvolveu normalmente e os próprios alunos relatam que a mesma superou as suas expectativas. Outros conseguiram se manter concentrados durante a todas as propostas.

A norma do modelo africêntrico é a natureza. As características normativas desta ciência social baseiam-se na requintada ordem da natureza humana. Por mais vago que isso possa parecer e certamente algo “não científico” na tradição ocidental, é consideravelmente mais consistente com a tradição filosófica, religiosa e simbólica das sociedades humanas mais duradouras (AKBAR. 1980).

Podemos então pensar sobre a importância de se trabalhar a ancestralidade a partir da gestualidade e do repertório de movimentos das Orixás femininas presentes nos rituais de Candomblé a partir de Beatriz Nascimento: “A linguagem do transe é a linguagem da

memória. O homem negro não pode estar liberto enquanto ele não esquecer o cativo, não esquecer no gesto que ele não é mais cativo” (ÔRI, 1989. 52min).

O transe assim como as coreografias estabelecidas pelas danças femininas possibilita uma reconhecem dos estudantes com as próprias ancestralidade femininas em suas famílias a partir de características únicas e primordiais para a sensibilização dos mesmos podemos citar alguns autores que retratam bem em suas obras tais especificidade de cada universo feminino da labás.

A representação social dos orixás especificamente dê de Iansã, tem sido uma forma de identidade e de autoestima para as mulheres negras, tão alijadas de poder. O saber das Iabás cria outras formas de organização da vida e do mundo. A representação do mercado é uma destas formas de resistência ao sistema dominante excludente.(THEODORO, 2010 p.151).

Na nação quetu, a dança de Nanã evoca o que ela representa: água parada, lama, maternidade, ancestralidade, senilidade, colheita, feminilidade. A dança é sóbria, plena de movimentos lentos e compassados, recordando-nos as águas estagnadas e a senioridade da senhora das origens. Nana Baila curvada sobre o ibiri, carrega-o com ambas as mãos a imitar o movimento de alguém que pila grãos ou nina um bebe..(MARTINS, 2008 p.86).

...Oxum apresenta-se como a mãe da água doce. É a “mãe das mães”, símbolo do poder feminino de procriação. Divindade das mais populares em todo panteão afro-brasileiro, é orixá que possui muitos atributos. Oxum representa a grande mãe ancestral que rege a fertilidade das mulheres, não apenas na dimensão da gestação, mas também em termos de abundancia, riqueza e prosperidade. (LIMA, 2008 p.27) .

A coreografia deste orixá das artes, que tem o dom de desaparecer, tornando-se invisível aos desafetos, é rica. É rica variada e bastante peculiar. De todos os passos de dança e gestos executados por Eguão mais característico é aquele no qual ela junta as mãos de forma graciosa (como quem apanha água) e joga o “conteúdo” pra cima, dando-nos a nítida impressão de que está recolhendo com as mãos e atirando para o alto alguma coisa mágica. A coreografia assemelha-se vagamente a dança de lemanjá, em virtude do movimentos preciosos doa braços em harmonia com os passos do bailado. (MARTINS, 2001 p.107).

Conclusão

Os estudantes relataram a importância deste processo para a melhor aprendizagem dos conteúdos do PaS/UnB, que por muitas vezes são difíceis, extensos e complexos, e que abordagens mais multidisciplinares ajudam na absorção do conhecimento de forma mais integrada.

Nos três anos do Ensino Médio Integrado, destacou-se a não familiaridade dos alunos com as danças populares de uma forma generalizada, a importância de se combater o racismo, a necessidade de reconectar-se com a própria cultura e ancestralidade e que tais temas são presentes não só nos conteúdos do PAS como também nas trajetórias pessoais dos alunos e na percepção da própria identidade individual e coletiva.

As narrativas dos estudantes foram essenciais para a análise do trabalho. Todas as oficinas/aulas ministradas tiveram o relato de experiência oral e escrita como avaliação, foram escritas verdadeiras cartas para “ancestrais femininas” como forma de reconhecimento e agradecimento da trajetória e da contextualização histórica individual de cada estudante. Além das cartas foram distribuídos questionários, desenvolvidos pela equipe, e os estudantes também fizeram relatórios destacando a importância de mais projetos desta forma para o enriquecimento do aprendizado.

Os estudantes também destacaram em rodas de conversas e debates, o quanto a dança enquanto forma de conhecimento sensibiliza e aproxima as relações, o que valorizou os processos empáticos de aprendizagem.

Referências

AKBAR, N. The evolution of human psychology for AfricanAmericans/ Manuscrito publicado apresentado na SREB Student Conference, Atlanta.1980.

BISPO, Antonio. Colonizacao, Quilombos-Modos e Significados, Brasília.2015. LIMA,L.F.D. Oxum; A mãe da água doce. Rio de Janeiro. Palas.2008. MARTINS, Cléo. Nanã: a senhora dos primórdios.Rio de Janeiro. Palas.2001. MARTINS, Cléo. Eua a senhora das possibilidades.Rio de Janeiro. Palas.2001.

OLIVEIRA, N. N. Tentando definir a estética negra em dança. **Aspas**, São Paulo, v. 7 n 1, 2017.

OLIVEIRA, N. N. Expressividades corporais autônomas. In: Anais ABRACE Unicamp Campinas.2008.

ÔRI. Direção de Raquel Gerber. Produtora: FCB - Fundação do Cinema Brasileiro, 1989. 1 dvd (100 min), son., color.

SANTOS. I. F. D. Corpo e Ancestralidade; resignificação de uma herança cultural. In: V Congresso Brasileiro de Pesquisa e Pós-graduação em Artes Cênicas, 2010, Belo Horizonte. Memória Abrace Digital, 2010.

THEODORO, Helena. Iansã: a rainha dos ventos e das tempestades. Rio de Janeiro. Palas.2010.

DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL

Máira Bianca Sodré da S. Sarmanho¹
Roosyelma Priscilla Neves dos Santos²

Resumo: A escola não é isenta das manifesta es de ordem heteronormativa, resultando em um processo educacional excludente. Este trabalho irá discutir sobre a questão de gênero e sexualidade na educa o formal na perspectiva de tecer caminhos para o respeito à diversidade sexual. Realizamos revisão bibliográfica, análise qualitativa e quantitativa, aplicamos pesquisa de opinião na Escola Alexandre Zacarias de Assun o, em Belém/PA, com 08 profissionais e 22 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio. Todas/os concordaram com a relevância da discussão deste assunto na escola, pois previne diversas formas de preconceitos e promove o reconhecimento do seu próprio corpo. Logo, analisamos que ao discutir essa temática a escola contribui para construir, sujeitos críticos e solidários.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educa o Formal.

1 Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA) e especializanda em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC).
E-mail: mairabianca11@gmail.com.

2 Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) e especializanda em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC).
E-mail: priscilla_neves03@hotmail.com

1- Introdução

Este artigo visa promover o debate sobre gênero e sexualidade, levando em consideração o papel fundamental que a educação formal adquire, no sentido de, impulsionar o respeito e a valorização da diversidade sexual, bem como, ações que promovam a discussão desses temas, motivando a reflexão individual e coletiva e contribuindo para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso.

Pois, considerando que apesar da relevância que merecem este tema, ele ainda é pouco e debatido no ambiente escolar, entretanto, devemos salientar que a experiência educacional de pessoas LGBT's perpassa por várias formas de violência física e simbólica (agressões físicas e verbais, discriminação, isolamento, negligência, assédio) acontecendo dentro do próprio espaço escolar, perpetradas não só por outros estudantes, como também por gestores e profissionais da educação.

Além, do processo neoconservador instalado no Brasil com posse do presidente eleito em 2018, que nos obriga a discutir sobre a prevenção da vida, da identidade de gênero, da orientação sexual e da desmistificação de fake news com relação as/os LGBT's, como pauta urgente. Bolsonaro impulsiona, como presidente do país, o ódio e o desejo da morte dos integrantes das letrinhas, esse comportamento é inaceitável e vai de encontro com os Direitos Humanos.

Portanto, fazer uma pesquisa de opinião com essa temática na escola foi desafiador justamente por todo processo instalado durante todos esses anos e intensificado com a candidatura do tal presidente, que nos diz existir apenas homens e mulheres heterossexual e somente eles e elas devem se relacionar efetivamente e usufruir todo e qualquer direito, os "demais" são marginalizados pecadores que habitaram o inferno descrito pelos cristãos.

Para realização da pesquisa foi realizado de pesquisas bibliográficas, análise qualitativa e quantitativa e aplicamos pesquisa de opinião acerca da discussão de gênero e sexualidade na educação formal. As entrevistas foram realizadas no mês de Maio de 2018, com 04 (quatro) professoras, 03 (três) professores, 13 (treze) alunas e 06 (seis) alunos do terceiro ano do Ensino Médio, da Escola Alexandre Zacarias de Assunção (EEEM), localizada no bairro do Guamá, na cidade de Belém/PA.

Todos os questionamentos por parte dos/as estudantes, as colocações, as afirmações e o desejo de querer apreender mais sobre o assunto, nos mostrou que o ambiente escolar é um dos instrumentos para superação e prevenção das discriminações contra a diversidade sexual. Os/as estudantes, mesmo sem muitos conhecimentos sobre o assunto, demonstraram que o assunto é importante não só pela prevenção de preconceitos e sim por possibilitar a aceitação de sua sexualidade e do reconhecimento do seu próprio corpo.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: no primeiro item, inicialmente, apresentamos considerações que possibilitem reflexões e explicitações sobre as práticas culturais e sociais, no qual imprime na sociedade a imposição da "heterossexualidade" como a única orientação sexual considerada legítima e saudável, provocando a exclusão de pessoas LGBT's.

Em seguida, discutimos a relevância de uma educação formal em discutir as temáticas de gênero e sexualidade, visto que podem contribuir para a convivência com a diversidade, o respeito, o reconhecimento e a valorização do/a outro/a, e não ter medo daquilo que se apresenta inicialmente como diferente. Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos.

Por fim, nas considerações finais, expomos ideias sintetizadas da análise desenvolvida durante a construção deste trabalho, sobre a relevância das temáticas em questão no campo educacional. Ademais, enfatizamos que são temas que contemplam a resistência, por meio da formação de lutas por direitos e contra formas de violência e de opressão estabelecidas no cotidiano.

2- Uma breve abordagem sobre gênero e sexualidade.

Homens e mulheres foram e são estereotipados/as diariamente, seus comportamentos são controlados pelo o que se diz ser certo e/ou errado socialmente. As regras são claras: aos homens cor azul, para as mulheres o rosa, para os homens o privilégio de brincar com os mais belos carros de corridas, para as mulheres a casinha cor de rosa e a boneca para dá de “mamar”.

Estas regras são construídas desde o nosso nascimento, logo, cada criança aprende o que é ser um menino ou uma menina, ambos ocuparão lugares diferentes na sociedade. Tais regras são construídas através de aprendizagens e práticas, que são repassados por instâncias e espaços sociais como a Igreja, escola, família, mídia e entre outros.

As diferenças construídas entre meninos e meninas perpassam pelo jeito de se vestir, pela relação com o próprio corpo, pela divisão do trabalho, dentre outras, dessa maneira, as crianças aprenderão que há coisas no universo feminino que são proibidas para os homens e vice-versa. Nesse vai e vem de características e significados o que se põem a verificar são construções do que é ser o homem e a mulher, do que podem ou não fazerem por regras não absolutas construídas socialmente.

Deste modo, destaca-se nessa fala a palavra socialmente, pois, esta construção vai muito além do que a biologia diz com exatidão, homens possuem pênis e cromossomos XY, mulheres possuem vagina e cromossomos XX. Pois, a configuração de como nossa sociedade define um homem e uma mulher é socialmente construída, próprio de cada tempo e cada cultura, visto que, ao longo da história as sociedades organizam as distinções e as relações sociais através do gênero.

Mas, o que é gênero? De acordo com Scott (1995), é uma categoria de análise que afirma as distinções sociais entre os sexos (masculino e feminino) ao mesmo tempo em que se estabelece como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, explicitando que não é possível compreendê-los em separado ou ainda compreender a categoria como sinônimo de mulheres.

Partindo da discussão proposta por Scott (1995), gênero pode ser considerado como uma categoria de análise que tem sua “origem” com e nas relações sociais, interligada com outras categorias como: classe, raça, etnia, etc. Para a autora mencionada, “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86).

Segundo Lins (2016, p. 25), “[...] o termo “gênero” se popularizou na década de 1990, mas começou a ser utilizado pela teoria social na década de 1970 como forma de propor novas maneiras de pensar as noções de feminino e masculino, além das explicações biológicas, inserindo-as em relações sociais de poder.”. Ratificando, que as noções de gênero problematizam a ideia de que a biologia do corpo determinaria totalmente o comportamento dos indivíduos.

Por isso, é importante salientar, que as propostas deferidas de acordo com nosso sexo biológico nem sempre são correspondidas, ou muito menos definem a nossa identidade de gênero. Cada pessoa, a partir da sua vivência, potencializará uma relação particular com o universo masculino/feminino e construirá sua própria identidade de gênero.

Jesus (2012) conceitua identidade de gênero como a forma de como as pessoas se sente internamente/externamente para se expressar diante da sociedade, é subjetivo, e pode corresponder ou não com as expectativas sociais, podendo obter modificações externas, como mudanças corporais, maneira de se expressar, de falar e vestir.

Por esse motivo, é relevante pensar, que nem todas as pessoas que nascem com um pênis irá se comportar como “homem” ou se sentir atraído afetiva e sexualmente por mulheres e somente com elas manter relações sexuais, uma vez que, existe uma variedade de seres humanos, no qual demonstram outras combinações entre o corpo, identidade, desejos e práticas sexuais.

Logo, faz-se necessário compreender, a diferença entre identidade de gênero, desejo afetivo e sexual e genitália: 1) Identidade de gênero: É como uma pessoa se vê e como se mostra para o mundo, como pensa, se veste ou age, podendo ser cisgênero³ ou transgênero⁴; 2) Desejo afetivo e sexual: Diz respeito a quem se sente mais atraída afetiva e sexualmente, sendo ela uma pessoa do mesmo gênero, de gênero diferente ou ambos os gêneros; 3) Genitália: se refere ao que pode ser identificado como referencial do corpo da pessoa, neste caso, se a genitália é um pênis, uma vagina ou um genital ambíguo (LINS, 2016, p.69).

Observando essas diferenças se destaca que sexualidade e gênero são dimensões diferentes que agregam a identidade pessoal de cada pessoa.

“[...] Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construídas em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculina e feminina.” (BRASIL, 2009, p. 47).

3 Transgênero é um termo amplo usado para falar de uma diversidade de pessoas cuja as histórias, corpos e formas de se reconhecer podem ser bem diferentes, mas que compartilham o fato de terem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papel de gênero diferente daquele imposto pela sociedade. Fonte: <http://www.recursoshumanos.sp.gov.br>.

4 CISGÊNERO/CIS: são pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído pelos pais, médicos e pela sociedade desde seu nascimento do indivíduo (A HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT. Fonte: http://www.recursoshumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf).

Foucault (1988) discorre, em sua obra “História da Sexualidade: a vontade de saber”, que existiu e ainda existem diversas formas de perceber a sexualidade, isso significa que as formas como vivemos hoje o afeto, as relações e o prazer não são as únicas, nem as primeiras, nem as últimas, o que parece constante e imutável pode estar se transformando radicalmente, desta forma:

“[...] A sexualidade é o nome dado a um “dispositivo histórico”, influenciado pela construção e correlação de fatores: “biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, religiosos e espirituais”, não se ordena obrigatoriamente em função da reprodução” (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Entretanto, sabe-se, conforme, Foucault (1988), que em dada época a sexualidade passou a ser “administrada” sobre o poder do cristianismo, dirigida sobre a ordem de “Deus”, cabendo às pessoas, respeitarem as regras da heteronormatividade⁵, caso ao contrário, elas eram simbolizadas como “pecaminosas”. Arelado a estas questões religiosas, o desenvolvimento do sistema capitalista tornou a heterossexualidade uma ferramenta para gerar lucro, valor e mercadoria⁶, como salienta, Teixeira (2007), o sistema capitalista, objetiva a sexualidade na ordem heteronormativa para multiplicação de mão de obra e reprodução do capital.

A sexualidade vista a partir desta percepção, acaba por provocar a exclusão de pessoas LGBT⁷, as quais não se encaixam, principalmente, nos padrões heteronormativos e que assumem um papel de gênero diferente daquele imposto pela sociedade, gerando, por exemplo, o surgimento de preconceitos e discriminações, como a LGBTfobia⁸. Mas, qual a relação entre gênero e sexualidade com a educação formal?

3- A educação formal frente ao preconceito e a promoção do respeito à diversidade sexual.

A escola sendo uma instituição parte desta sociedade não ficaria isenta das manifestações de ordem heteronormativa proposta por esta sociedade, equivale a um processo educacional muitas vezes, traumática, sobretudo, as pessoas que contrariam mais fortemente as expectativas de comportamento de gênero, fomentando um processo discriminatório e excludente em sua trajetória na educação formal.

5 “Relações sexuais seriam somente entre pessoas dos sexos diferentes e teria certos papéis naturais na vida. [...] considerando como a única orientação sexual normal.” (HEIBORN et. al. 2010).

6 Sobre a discussão de lucro, valor e mercadoria ver *Economia política: uma introdução crítica*, de José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006).

7 LGBT é uma sigla é destinada a Lésbicas (L), Gays (G), Bissexuais (B), Travestis e Transexuais (T). Fonte: <http://www.recursohumanos.sp.gov.br/lgbt/>.

8 LGBTfobia é toda e qualquer forma de preconceito e/ou discriminação que atinge pessoas que descumprem normas heterossexistas que regulam a sexualidade, seja na sua prática sexual, no seu desejo no seu afeto ou no seu comportamento. Fonte: <http://www.pa.gov.br/diversidade/>.

Sobre educação formal, Carrara (2009) explica que é representada principalmente pela educação básica e superior, pois, apresentam normas oficiais, currículos, diplomas etc. No caso deste trabalho a pesquisa teve como foco a educação básica, mais precisamente o ensino médio⁹. É importante ressaltar, que a educação formal é um direito de qualquer cidadão e está descrita na Constituição Federal de 1988, no Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]”.

Todavia, a educação formal brasileira, de acordo de Costa e Rauber (2009) sendo herança da colonização portuguesa, tendo no período colonial a educação como privilégio da elite, advindo do continente europeu, é uma educação formal fomentada dentro da intenção desta mesma elite, sublinha até os dias de hoje por seus valores morais, tendo em sua base os dogmas cristão, relacionado e fortificando-a, como diz Andrade (2012, p. 50), nas famílias tradicionais e no Estado, principalmente, para manutenção da ordem e progresso, provocando, por vez, a segregação de estudantes do ensino formal.

Contudo, as escolas possuem um papel de suma importância no reconhecimento e respeito da diversidade sexual, tornando-se imprescindível a ampliação dos debates sobre gênero e sexualidade na educação formal. Silenciar este debate é contribuir com a permanência da exclusão de LGBT's no ambiente escolar, resultando, assim, no desrespeito à diversidade humana, o que provoca medos, dores, conflitos, violências e vergonhas.

A seguir apresentaremos a pesquisa realizada sobre a discussão de gênero e sexualidade na educação formal. Foi efetuada no mês de Maio de 2018, com 04 (quatro) professoras, 03 (três) professores, 13 (treze) alunas e 06 (seis) alunos do terceiro ano do Ensino Médio, da Escola Alexandre Zacarias de Assunção (EEEM), localizada no bairro do Guamá, na cidade de Belém/PA.

Foi quantificado que todas/os se apresentaram como mulher e homem cis, dentre as/os estudantes apenas 4% responderam ser homossexual, 4% bissexual e 92% heterossexual; dentre as/os professoras/es obtivemos o resultado de 100% heterossexual. 50% das/os professoras/es tinham idade entre 56 a 75 anos, 37% possuíam entre 25 a 55 anos e 13% não responderam. A média de idade entre as/os estudantes foi 80% com 16 a 17 anos, 14% com 18 a 19 anos e 6% não responderam.

Quanto à discussão da temática na escola, perguntamos as/os professoras/es se já abordaram a discussão sobre gênero e sexualidade na sala de aula. Conforme os dados nós observamos que este tema ainda é pouco debatido, pois, como podemos notar que ele foi apresentado em sala de aula somente por 37% dos professores.

Perguntamos, também, se as/os profissionais saberiam agir com uma pessoa transexual dentro da sala de aula e 50% das/os pesquisadas/os responderam saber agir com estudantes transexuais. Ao analisarmos as respostas dos 25% que responderam não saber agir, percebemos que muitas delas foram justificadas que poderiam respeitar “com princípios trazidos de casa sim, mas no contexto escolar não”.

9 Está escrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “CAPÍTULO I (Da composição dos níveis escolares), Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior.”.

Para as/os estudantes fizemos as seguintes perguntas: Você sabe o significado de gênero e sexualidade? Já foi discutido sobre a questão de gênero e sexualidade na sua escola? Você compreende a importância da discussão de gênero e sexualidade na escola? Qual sua opinião sobre o debate de gênero e sexualidade na escola? Esta última pergunta fizemos tanto para as/os estudantes quanto para as/os profissionais. Obtivemos o seguinte resultado¹⁰:

Quanto à pergunta “Você sabe o significado de gênero e sexualidade?” 50% das/dos estudantes responderam que sim e 50% responderam não. Sobre a pergunta “Já foi discutido sobre a questão de gênero e sexualidade na sua escola?” 81% assinalaram que sim e 19% marcaram não, todavia, os 81% responderam que foi discutido sobre doenças sexualmente transmissíveis e a importância do uso da camisinha na relação sexual. Com relação à pergunta “Você compreende a importância da discussão de gênero e sexualidade na escola?” 90% sim e 10% não.

A última pergunta “Qual sua opinião sobre o debate de gênero e sexualidade dentro das escolas” foi feita para as/os estudantes e professores/as tendo diferentes respostas: 34% concordam que “Discutir sobre gênero e sexualidade previne preconceitos”; 13% “Discutir sobre gênero e sexualidade possibilita com que todos se sintam bem com sua sexualidade”; 06% “Discutir sobre gênero e sexualidade possibilita o reconhecimento do seu próprio corpo”; 47% “Discutir sobre gênero e sexualidade é importante”.

Sobre esta última pergunta, 100% das/os profissionais salientaram ser importante a discussão na escola. As diferentes respostas obtidas através dessa pergunta pelas/os estudantes foram muito interessantes, uma vez que, pensam na importância da discussão deste tema tanto pela prevenção de preconceitos e por possibilitar a aceitação de sua sexualidade e do reconhecimento do seu próprio corpo.

Sabe-se que várias pessoas fogem às expectativas da heteronormatividade e vivem sua sexualidade e seu afeto de formas muito diferentes. Lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, pansexuais são algumas possibilidades de vivência e identificação que compõem esse largo espectro de orientações sexuais. Esses sujeitos, cada qual dentro de sua especificidade, lidam com barreiras para o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e segurança. Além disso, enfrentam processos de estigmatização, invisibilidade, discriminação, até mesmo violência.

Consideramos que, uma educação formal que discuta as temáticas de gênero e sexualidade é de grande importância, embora conceitualmente distintas, são categorias articuladas e inter-relacionadas, que podem contribuir para a quebra de tabus que ainda perduram a respeito destas temáticas, no sentido de construir no âmbito escolar, sujeitos críticos e solidários, e, assim, construir caminhos para a luta contra o preconceito.

O espaço pedagógico, na maioria das vezes, possui como visão primordial a transmissão de conteúdos cognitivos, levando em consideração os valores morais e comportamentais. O corpo torna-se objeto de normas disciplinares, de bons costumes e de posturas sociais e culturais, deixando, assim, uma lacuna na orientação sexual. Diante disso, Louro (2007, p.149) traz o seguinte argumento:

¹⁰ Fonte: Dados produzidos pela graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA); Máira Bianca Sodré da S. Sarmanho, mat.: 201705540015.

A educação, compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual. Em qualquer sociedade, os inúmeros artefatos educacionais existentes têm como principal função com/formar os sujeitos moldando-os de acordo com as normas sociais.

Ao identificarmos o cenário de discriminações e preconceitos, vemos na educação formal, as possibilidades para alteração desse processo. As escolas e universidades tornam-se responsáveis, juntamente com estudantes, familiares, comunidades, organizações governamentais e não governamentais, por construir caminhos para a eliminação de preconceitos e de práticas discriminatórias. Para tanto, educar para a valorização da diversidade sexual não é, portanto, tarefa apenas daqueles/as que fazem parte do cotidiano da escola; é responsabilidade de toda a sociedade e do Estado.

Trabalhar com o tema da sexualidade possibilita o contato com as diferenças, pois as pessoas pensam, vivem e reagem de modos diferentes, o que remete à história aos valores de cada um. Aceitar isso modifica de certa forma, o desejo “fantasioso” que todos temos de encontrar a verdade única e absoluta.

Ressalta-se que, é no ambiente escolar que os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, podem exercitar o direito e o respeito à diferença. A escola deve ser elemento promotor na inclusão de todas as pessoas, debatendo, discutindo, planejando e executando estratégias que promovam a cidadania, a criticidade, o respeito, dentre outros. Com efeito, deveria ser prioridade a atenção a todos os sujeitos LGBT's, que muitas vezes tem suas vidas ceifadas pela opressão que lhes é imposto.

Não obstante, para que professores/as e gestores/as realizem efetivamente uma prática significativa na educação formal, é indispensável uma formação continuada, isto é, por meio de cursos, leituras sobre os temas, discussões, palestras e seminários, motivando a reflexão individual e coletiva, para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e violência como um todo contra LGBT, bem como superar os preconceitos arraigados que muitos trazem consigo.

3- Considerações Finais

Diante do exposto, procuramos demonstrar que o fortalecimento dos sujeitos LGBT's é fundamental em uma conjuntura marcada pela ascensão das forças conservadoras, adversas à diversidade sexual e que põem em constante ameaça os direitos anteriormente conquistados, adensando, assim, a reprodução de dogmas, preconceitos e fundamentalismos religiosos que violam a laicidade do Estado e o respeito ao ser humano.

Este artigo foi planejado com a intencionalidade de salientar que, na educação formal os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, podem exercitar o direito e o respeito à diferença. As reflexões que fizemos até aqui e que propomos pretendem expor que ao excluir os debates acerca da diversidade sexual e gênero, legítima as desigualdades e as violências decorrentes delas.

Considerando as inúmeras possibilidades de abordar os temas que envolvem gênero, sexualidade e diversidade sexual, não temos a pretensão de esgotar este debate, nosso objetivo é justamente socializar alguns elementos introdutórios para uma reflexão crítica, tendo como horizonte o combate a todas as formas de violência, bem como sensibilizar, envolver e mobilizar a sociedade frente a esta questão, na perspectiva de resgate dos LGBT's como sujeitos de direitos.

Ao discutir tais questões, buscou-se contribuir com a educação formal em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política.

Sabe-se que as práticas de violência contra a população LGBT avançam nos mais diferentes espaços, pelas ruas, pelas famílias e pelas instituições. São realizadas pelo Estado, mas também por indivíduos no seu cotidiano, das piadas preconceituosas, passando pela violação dos direitos humanos. As formas de humilhação contra os indivíduos LGBT assumem a forma de um tipo de imposição autoritária e conservadora da vida afetivo-sexual.

O resultado disso é a criação de práticas e valores no âmbito da família, da escola, do Estado, dentre outros, no qual imprimir na sociedade a imposição da "heterossexualidade" como a única orientação sexual considerada legítima e saudável. Em vista disso, convidamos educadores/as e a sociedade como um todo, a serem responsáveis a darem respostas para que a realidade de discriminação seja alterada.

Consideramos, portanto, o quanto o país está distante de superar este quadro discriminatório, além das manifestações de violência, temos vivenciado a exacerbação do conservadorismo que ameaça cotidianamente os LGBT's em termos de retrocessos de direitos. Como exemplo deste contexto, salientamos o Estatuto da Família (PL 6583/13), que só reconhece como família a configuração heterossexual formada por um homem e uma mulher. Em virtude disso, esse projeto de lei não reconhece famílias homoafetivas e, conseqüentemente, os direitos delas, como a adoção.

Outro cenário preocupante no campo legislativo tem sido a defesa da chamada "Cura Gay". Trata-se de um Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/2011), no qual busca invalidar a Resolução 1/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que orienta os/as profissionais da área a não tratar pessoas LGBT com o propósito de "cura", bem como proíbe a utilização de mídia para reforçar preconceitos contra eles.

Este cenário evidencia a importância de sensibilizar a população de modo geral para as formas de discriminação, que tem levado muitos LGBT's a abandonarem os estudos por não suportarem o preconceito que sofrem. Destarte, apontamos a urgência de incluir na educação formal, as temáticas aqui abordadas, como forma de superação de preconceitos e enfrentamento da LGBTfobia.

A partir do estudo realizado, esperamos que professoras/es e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem de promotores/as da cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, da equidade de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira.

4- Referências

ANDRADE, L.N. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 02 jun. 2018.

CARRARA, S. Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade. In: MEC/SECAD; SPM; SEPIR; CLAM; BRITISH COUNCIL. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais - Livro de conteúdos. Brasília, 2009.

COSTA, E. B. O.; RAUBER, P. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no brasil. **Revista Jurídica Unigran**. Dourados, v. 11, n. 21, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Gallimard, 1988.

JESUS, J.G. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LINS, Beatriz Accioly. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura. – 1º Ed.- São Paulo: editora Reviravolta, 2016.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, 1995.

CINE DEBATE – PROBLEMATIZAÇÕES SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ - BA

Lilian Moreira Cruz¹

Resumo: O Cine debate é uma ação do projeto de Extensão “Fórum debates: as políticas e reformas educacionais no contexto atual”, da Universidade Estadual de Santa Cruz. O objetivo dessa ação é promover na formação inicial de professores(as) as discussões sobre: Educação Inclusiva, Relações Ético-raciais, Diversidade de Gênero e Sexual. Os debates são fomentados a partir de trechos de filmes, documentários e vídeos. Os resultados apontam a importância de dar vozes aos sujeitos silenciados historicamente na sociedade. Concluímos que a extensão universitária é o lugar de debate para eliminar o preconceito, a discriminação e a segregação. É na formação docente que teremos o espaço para subverter os lugares marcados, privilegiados, que excluem tudo que não se encaixam nos “padrões heteronormativos”.

Palavras-chave: Formação; Inclusão; Universidade.

¹ Mestre em Educação Científica e Formação de Professores – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. Professora assistente – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ.
E-mail: lmcruz@uesc.br / reitoria@uesc.br.

1 Introdução

A universidade é um espaço fecundo para trazer discussões que provocam as pessoas a pensar os processos de exclusões que vivem algumas categorias, dentre elas, o(a) negro(a), o(a) índio, a mulher, o deficiente, a comunidade LGBTQI+ - Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transgêneros e Intersexuais. É lugar de oportunizar, na formação inicial e continuada, questionamentos sobre os processos de desigualdades ainda existentes na sociedade. Neste íterim, o Projeto de Extensão “Fórum de Debates: As Políticas e as Reformas Educacionais no contexto atual”, por meio do Cine Debate, problematiza os discursos tidos como legítimos e dominantes que segregam, oprimem e reforçam as práticas que repudiam tudo que “foge” do padrão hegonormativo. O Cine Debate se constitui uma ação que promove a desconstrução desses paradigmas.

A sociedade passou e ainda passa por longos séculos materializando discursos e práticas que oprimem e demarcam o espaço de pessoas que não se encaixam dentro dos “padrões” tidos como “normais”, como por exemplo, as pessoas que não têm um desenvolvimento intelectual, físico e comportamental esperado. É na formação docente que teremos o espaço para subverter esses lugares marcados, privilegiados, que excluem e marginalizam.

O cenário atual sinaliza que os projetos de extensão devem ter como objetivo melhorar a formação de professores(as). Exige cada vez mais conscientização de todos os envolvidos na melhoria da educação, determinando também novos e diversos sujeitos para atuar, ativa e criticamente, na composição de uma educação inclusiva. É neste cenário complexo que todo projeto desenvolvido na educação deve ser avaliado pelos seus expectadores.

Nessa direção, este artigo apresenta o fruto de uma ação extensionista que visou contribuir com reflexões que possibilitaram o olhar do(a) futuro professor(a) para sua própria formação, no que concerne o conhecimento sobre gênero e sexualidade.

2 O Cine Debate em movimento na UESC: uma política extensionista

O Cine Debate é uma ação do projeto de Extensão Fórum de Debates: As Políticas e as Reformas Educacionais no contexto atual, vinculado ao Departamento de Ciências da Educação (DCIE), da Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC). O objetivo desta ação é promover discussões acerca de temas voltados para as questões que merecem destaques na sociedade hodierna, nos mais diferentes campos: científicos, educacionais, sociais e políticos. A metodologia do Cine Debate é atraente, sedutora e envolvente. Os debates são fomentados a partir de trechos de filmes, documentários e vídeos considerados como expressão artística que trazem temáticas como: Direitos Humanos e Cidadania, Direitos Humanos e Educação, Direitos da Mulher, do(a) Negro(a), do(a) Índio(a), da População LGBTQI+, Educação Inclusiva etc. O Cine ocorre uma vez por mês na UESC, as inscrições são gratuitas e abertas a qualquer interessado(a) pela temática.

O primeiro Cine Debate ocorreu no mês de março de 2018, com a exibição do trecho do filme “Orações para Bobby”. O objetivo foi discutir **Identidade de Gênero e Sexualidade**, a partir do foco central do filme: a Homossexualidade e a Religião. Contou com a participação de alunos(as) e professores(as) da UESC e professores(as) da Educação Básica. As discussões foram calorosas, permeadas de relatos de experiências, de informações, de anúncios e denúncias, enriquecidas pelas contribuições dos mediadores da mesa temática.

O Segundo Cine Debate ocorreu no mês de abril de 2018, com a temática **Fracasso Escolar: dificuldade de aprendizagem ou deficiência intelectual?** A discussão teve como pano de fundo o filme “Como estrela na Terra: toda criança é especial”. O objetivo foi discutir o papel da família e da escola na garantia do sucesso da aprendizagem dos(as) alunos(as). Contou com a participação de professores(as) e gestores(as) da Educação Básica e de profissionais que realizam atendimento educacional especializado nos municípios do entorno da UESC e alunos(as) e professores(as) da própria universidade.

Durante os debates foram relatadas as dificuldades que os profissionais da Educação têm enfrentado no cenário atual para garantir o acesso, a permanência e, conseqüentemente, o sucesso da aprendizagem dos(as) alunos(as). Os discursos apresentados pelos(as) professores(as) da Educação Básica foram voltadas para as dificuldades de aprendizagem dos alunos e, em especial, para a necessidade de ações que promovam o cuidado com a saúde mental dos profissionais, pois estão fadados de cobranças, o que tem resultado em frequentes doenças psicossomáticas. Diante deste relato, no mês de setembro de 2018, o Cine Debate trouxe para a discussão a temática **Saúde Mental dos Profissionais da Educação**.

Em maio de 2018, o tema do Cine Debate foi **Autismo: desafios e possibilidades**, tendo como objetivo central a inclusão de pessoas com deficiências. Teve como debatedores a mãe de uma criança autista e estudiosa da área. Ela apresentou a sua trajetória e a sua luta para ajudar no desenvolvimento do seu filho e os resultados positivos deste investimento. A sua busca pelo conhecimento resultou na publicação de um livro intitulado “SupeAR: conhecendo o TEA- Transtorno do Espectro Autista”. Os outros dois debatedores(as) foram psicólogos(as) especialistas na temática.

No mês de junho, o Cine tratou da temática **Misoginia: Arte Falada e os Direitos Humanos das Mulheres**. A discussão partiu de trechos de músicas que apresentam cunho machista, sexista, misógino, ou seja, o objetivo foi problematizar as músicas brasileiras que agridem a integridade da mulher. O projeto para o mês de agosto abordou o **Racismo**, a partir do documentário “Menino 23”. A intenção foi trazer à tona os processos históricos, culturais e sociais do Racismo no Brasil, bem como refletir as práticas discriminatórias contra o(a) negro(a) que ainda reverbera nos espaços de formação humana, como por exemplo, nas escolas de Educação Básica e nas Instituições de Ensino Superior.

Neste artigo apresentaremos, especificamente, o resultado do Primeiro Cine Debate, que tratou do tema Identidade de Gênero e Sexualidade. A metodologia usada no artigo apresenta uma abordagem qualitativa e se inscreve num campo pós-estruturalista. Esperamos com este estudo contribuir com a

(re)construção de concepções acerca da temática e promover a quebra de paradigmas que segregam e oprimem.

3 Identidade de Gênero e Sexualidade: uma análise a partir do filme Orações para Bobby

O Cine Debate realizado no mês de março trouxe as discussões sobre a Identidade de Gênero e Sexualidade para ser foco de problematização, estudo e pesquisa na universidade. Contou com a participação de 109 pessoas, das mais diversas formações acadêmicas.

O debate evidenciou que as questões de gênero, como também de sexualidade têm permeado os mais variados campos da formação dos sujeitos, provocando discussões calorosas e reflexões para pensarmos a educação na perspectiva da inclusão, uma vez que estudar estas questões requer um olhar direcionado aos aspectos históricos, culturais, sociais e suas contribuições para (des)construção de dispositivos e discursos tidos como “hegemônicos” circulantes na sociedade.

O filme “Orações para Bobby” foi utilizado como ferramenta para provocar a discussão sobre a temática, pois retrata uma realidade de inúmeras famílias, quando um de seus membros se identifica com a identidade homossexual. O filme apresenta a vida de um adolescente que vive o drama de ter a sua identidade sexual questionada pela sua mãe, que passa a obrigá-lo a frequentar cultos religiosos e terapias com o objetivo de “curá-lo”. O discurso religioso entrou em ação e colocou os desejos e as práticas sexuais de Bobby no campo do pecado e da condenação eterna. Quando não suportou mais a pressão familiar o adolescente cometeu suicídio.

Mesmo no século XXI, os sujeitos são cobrados e muitas vezes forçados a assumir uma identidade heterossexual, pois as práticas sexuais tidas como saudáveis e naturais, são aquelas realizadas com pessoas do sexo oposto e com o objetivo de reprodução.

O ser humano não tem identidade sexual ou de gênero fixa, qualquer identidade pessoal é mutável. De acordo Louro (2000) tem “caráter fragmentado, histórico e plural”. Nossa identidade é construída durante toda a vida, podendo sofrer alterações ao longo dela.

A sociedade que demarca as fronteiras entre o universo masculino e o feminino, apresentando a norma de conduta de cada sexo, colocando um em detrimento do outro, reforçando o discurso do homem ideal branco, heterossexual, classe média e cristão. A partir dessa referência, a mulher torna-se o segundo sexo e os homossexuais - os “desviantes” (LOURO, 2000). O filme evidencia que essa forma de produzir desigualdades visa construir identidades fixas e duradouras nos sujeitos, produzindo o gênero e a sexualidade “adequada”, isto é, uma identidade “normal” para ocupar as posições centrais na sociedade, servindo como modelo “padrão” a ser seguido.

Mesmo os sujeitos sendo ativos no processo de construção do seu corpo, não estão livres dos processos de “constrangimentos”, dependendo de suas marcas, de suas “escolhas” e de sua orientação sexual, eles serão excluídos e ou “vítimas” de reformas, através de “normas regulatórias”, práticas sutis que objetivam “corrigir” o comportamento desviante (LOURO, 2008).

Segundo Louro (2008), mesmo depois de a sexualidade ter sido estudada por diferentes campos teóricos, como cientistas, religiosos, psiquiatras, psicanalistas, ela ainda continua sendo algo de vigilância e de controle, designando quem está apto para falar da sexualidade, para defini-la nos “padrões de pureza”, em que é delimitado, o que é ou não permitido. O que podem saber as crianças, os adolescentes, os idosos, os jovens, casados ou não no campo da sexualidade? Segundo Foucault (2012a, p.37):

Ninguém entrará na ordem do discurso se não satisfizer a certas exigências ou se não for, de início, qualificado para fazê-lo. Mais precisamente: nem todas as regiões do discurso são igualmente abertas e penetráveis; algumas são altamente proibidas (diferenciadas e diferenciadas), enquanto outras parecem quase abertas a todos os ventos e postas, sem restrição prévia, à disposição de cada sujeito que fala.

Destarte, surge o questionamento: A Universidade está autorizada a entrar na ordem do discurso sobre gênero e sexualidade? Existem inúmeros entraves para abordar essas discussões nas instituições de ensino superior, entre elas, sair do silenciamento, sair de uma performatividade que há décadas se materializa. Mas, é possível! A universidade é lugar privilegiado para disseminar o conhecimento científico e provocar o debate sobre um discurso emancipatório e libertador, como dizia o saudoso Paulo Freire.

3 Avaliando o Cine Debate na UESC

No desenvolvimento da ação uma questão se impõe: Como avaliar as suas contribuições? Como saber se os objetivos planejados para o Cine Debate estão sendo atingidos? Como direcionar as ações de maneira que problemas sejam sanados e êxitos sejam potencializados? Estes questionamentos nos estabelecem uma visão mais aprofundada da função de um projeto de extensão, permitindo além de avaliarmos, também, valorizarmos sua importância como instrumento de melhoria da formação de pessoas do nosso país.

Uma das ferramentas utilizadas para coletar informações e analisar as contribuições do Cine Debate foi à utilização de uma ficha de avaliação que objetivava também traçar o perfil dos participantes. A ficha constou de três questões, a primeira foi para avaliar a qualidade do evento entre “ótimo, bom, regular, péssimo”; a segunda questão tratou do que mais gostou e a terceira do que menos gostou. Nem todos os participantes devolveram a ficha de avaliação, apenas 39 pessoas, dentre essas, alguns deixaram campo em branco.

A necessidade de debatermos acerca da aceitação dos projetos de extensão para formação continuada é fundamental, pois a situação atual da nossa sociedade é que tece a realidade da nossa educação. O gráfico abaixo aponta que a maioria demonstrou um bom grau de satisfação do evento, bem como a aquisição de novos conhecimentos, o que nos aponta para a acertada escolha do tema e dos debatedores.

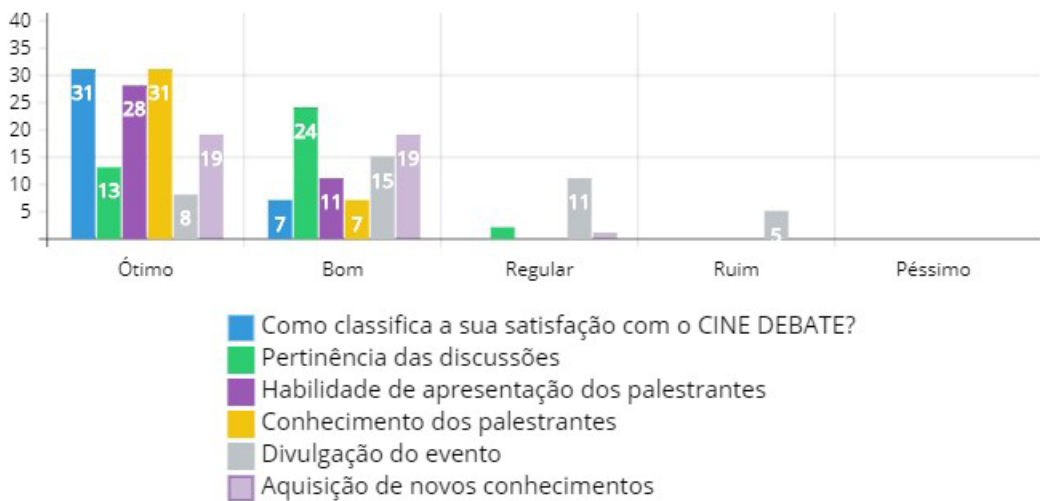


Gráfico 1: Satisfação do evento

Foram selecionadas vinte respostas da seguinte pergunta: Do que mais gostou no Cine debate? Dentre elas, destacamos seis falas que parabenizam a organização, a dinâmica do debate e a escolha do filme:

Participante 1: O que eu mais gostei foi do filme, da organização, recepção e de todos presentes.

Participante 2: Achei incrível que o auditório estava bem cheio. E os convidados da mesa terem sido pessoas com um grande currículo, beneficiam bastante o evento.

Participante 3: O fato de juntar várias pessoas para discutir um assunto tão atual e com um filme tão bom.

Participante 4: O debate sobre gênero e sexualidade. A escolha do filme. Participante 5: Da seleção do filme e da possibilidade de discussão e participação do público.

Participante 6: O filme apresentado foi uma grande inspiração tanto para mim, quanto para os demais.

Essas respostas evidenciam que a metodologia utilizada no Cine Debate foi satisfatória, especialmente, pela escolha do filme e a dinâmica das discussões. A verbalização propiciada por este encontro trouxe à tona o drama de pessoas que se apresentam com uma identidade de gênero e sexual fora dos padrões tidos como “ideais”. Percebemos que o tema discutido possibilitou algumas reflexões no público. As pessoas presentes puderam repensar suas concepções e práticas acerca da temática, em especial, os professores e professoras que se identificaram como docentes da Educação Básica.

Durante as discussões percebemos que existem muitas dúvidas sobre gênero e sexualidade. Entendemos nas perguntas que alguns(algumas) professores(as) esperam por fórmulas mágicas de

como tratar essas questões nas escolas de Educação Básica, esperam prescrições infalíveis de como proceder em qualquer situação, porém o que os debatedores procuraram sistematizar foi algumas perspectivas para que os professores encontrem caminhos atuais que legitimem os direitos humanos.

Algumas respostas trazem a importância da universidade sair do silenciamento quanto à temática em discussão e dar vozes aos sujeitos. Vejamos esses discursos ainda na questão sinalizada do que mais gostou no evento:

Participante 7: Do filme e de como certos assuntos foram abordados e debatidos.

Participante 8: Do filme e de como trouxeram alguns questionamentos do próprio meio LGBT.

Participante 9: Experiências compartilhadas durante debate. O filme é muito bom e relata o sofrimento e aceitação. Participação dos palestrantes.

Participante 10: A pertinência de se trazer ao público universitário a temática LGBT, fazendo isso de um instrumento artístico: o filme Orações para Bobby. Participante 11: As pontuações dos professores na mesa foram fundamentais, juntamente com ... roda de debate, dando espaço para a fala e vivência dos ouvintes.

Participante 12: O fato de pessoas poderem contar suas vivências, como homossexual.

Participante 13: Das oportunidades para debater, das falas em si. Do filme, eu não conhecia e achei muito interessante.

Participante 14: Dar discussões e desabafos do público demonstrando confiança ao outro na exposição pessoal.

Participante 15: Da "ousadia" que por sinal plausível de promover este debate, em abordar a temática LGBT e o conflito que jovens LGBT passam na vida cotidiana.

Nas respostas surgem questões significativas a serem discutidas. Primeiro, a importância de se criar na universidade um espaço de diálogo sobre as questões em estudo e de dar vozes aos silenciados culturalmente. No livro "Vigiar e Punir", Foucault nos chama a atenção sobre o silenciamento que visa disciplinar os corpos, através do controle e vigilância das práticas sexuais. Esse silenciamento tem efeito performativo (FOUCAULT, 2012b).

Os(as) participantes tiveram espaço para explicitar as suas vivências nas famílias e na universidade. A forma que abordaram seus dramas ao se identificar como homossexuais ou lésbicas provocou um clima de solidariedade e ao mesmo tempo de indignação por saber que a sexualidade ainda é alvo de prescrição.

O sexo durante muito tempo foi encarado como "bicho papão", sendo considerado assunto pessoal e particular, restrito exclusivamente aos adultos, partilhada com parceiro do sexo oposto. Essas questões eram abordadas apenas do ponto de vista biológico, com enfoque nas doenças sexualmente transmissíveis, isto é, associada ao perigo.

Em se tratando da importância do conhecimento movimentado no evento, vejamos ainda as respostas da questão do que mais gostou:

Participante 16: Vocês estão de parabéns! Eu gostei de tudo! Esta iniciativa melhorou a reflexão e a importância de adquirir novos conhecimentos e disseminar o respeito e o amor ao outro. Somos todos diferentes! Mais amor, por favor!!

Participante 17: Achei bem exemplificado e de fácil entendimento.

Participante 18: Gostei da iniciativa e da oportunidade de estarmos esclarecendo assuntos que são tão reprimidos pela sociedade.

Participante 19: A acessibilidade de entender através do Cine Debate questões importantes sobre a aceitação da homossexualidade no núcleo familiar. Participante 20: Da temática exposta pelo filme, bem como o fato de SUMA importância da religião e suas diferentes formas de interpretação (alguns tem ideias errôneas e intolerantes, assim melhor falando (...)).

Constatamos de fato, que a temática escolhida conduziu o público participante a refletir sobre a importância desse tipo de evento para formação humana, para melhoria de práticas pedagógicas, permitindo a (des)construção de conceitos e concepções. É evidente também o convite para romper com a inércia no que concerne a estas discussões.

Com estilo contributivo, os debatedores propuseram, através das discussões, uma análise histórica e social sobre o tema em questão. Apontaram que foi a partir do século XIX, segundo Foucault, que houve uma multiplicação sobre os discursos em torno da sexualidade, criando uma norma para o desenvolvimento da sexualidade, sendo válida para crianças e idosos, caracterizando todos os padrões “desviantes”.

Na História da sexualidade, Foucault apresenta algumas unidades de estratégias para o controle da sexualidade. Considerando o século XIX como o período da “repressão”, ele apresenta a primeira estratégia de controle voltada para o comportamento da mulher. O sexo só era permitido depois do casamento com o objetivo de procriação. Era preciso assegurar a “pureza” da mulher, uma vez que o sexo era atrelado ao pecado (FOUCAULT, 1988).

A segunda é caracterizada pela vigilância da sexualidade das crianças, as quais, manifestavam um comportamento esperto e recebiam tratamento, por parte das instituições educativas, religiosas e médicas, surgindo assim outra categoria: a criança masturbadora. Os pedagogos e os médicos combatiam a masturbação infantil como um mal a ser banido (FOUCAULT, 1988).

O sexo no casamento também era controlado, surgindo outra categoria composta por casais que mantinham o controle da natalidade através de formas artificiais. O sexo entre os casais era cheio de regras e recomendações, estando sempre em estreita vigilância através dos discursos, dos questionamentos de suas práticas sexuais. A outra categoria era composta pelos “pervertidos”, representada na maioria das vezes, pelos homossexuais, surgindo dessa forma, uma nova identidade, uma nova espécie, o homossexual (FOUCAULT, 1988).

Vimos que os debatedores problematizaram essas discussões numa perspectiva foucaultiana e realizaram contribuições de grande riqueza quando abordaram a sexualidade como um “dispositivo histórico”, ou seja, uma invenção social, construída e reforçada pelos discursos historicamente construídos.

Os discursos apresentados na ficha de avaliação reforçam a importância da universidade assumir com maior ênfase a problematização de temáticas como gênero e sexualidade. Quanto à questão do que menos gostou, foi sinalizado que o evento deve ser mais divulgado e ser realizado num espaço maior. Também reclamaram do tempo, sob a justificativa de que três horas não são suficientes para tratar de temas tão polêmicos.

4 Algumas Considerações

O valor do Projeto de Extensão Fórum de Debates: As Políticas e as Reformas Educacionais no contexto atual, está exatamente na oportunidade de, por meio do Cine Debate, provocar discussões sobre a Identidade de Gênero e Sexualidade, fomentando momentos de diálogos para analisar as manifestações de práticas excludentes fora e dentro da Universidade. Da análise preliminar dos dados revelados pelas fichas de avaliação, podemos inferir que o Cine Debate vem atingindo os objetivos a que se propôs. No entanto, é necessária ainda uma análise mais aprofundada, inclusive com cruzamento de dados de outros instrumentos antes que possamos fazer afirmações sobre a pertinência de projetos dessa natureza para a formação continuada de pessoas.

Um aspecto, por exemplo, que precisa ser melhor compreendido é a relação que pode ser feita entre a boa avaliação do projeto pelos participantes e, de fato, a sua contribuição para formação. Por enquanto, nos parece que o fato dos temas serem de interesse e os debatedores serem especialistas no assunto, são fatores motivacionais fortes, o suficiente para sustentar a participação no evento, aumentando a cada encontro o número de participantes.

Concluimos que a extensão universitária é de suma importância para construção e movimentação do conhecimento, tanto para a universidade que ganha mais visibilidade, quanto para o aluno e aluna, que aprende muito mais realizando extensão. E, também, para a sociedade que tem a oportunidade de colocar em “xeque” os paradigmas que segregam e oprimem, isto é, que excluem tudo que não se encaixam nos padrões heteronormativos.

5 Referências

FOUCAULT, Michel . **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. 13 ed. Trad. Maria T. da C. Albuquerque e J.A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

_____. **A Ordem do Discurso**: Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em dois de dezembro de 1970. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. 22 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2012a.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramalheto. 40. ed. Petrópolis: Vozes, 2012b.

LOURO, Guacira Lopes (Org.) **Corpo educado**: Pedagogia da sexualidade. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. **Um Corpo Estranho**: Ensaio sobre sexualidade e Teoria Queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2008.

MEU CORPO, MEUS “EUS”: O QUE DIZEMOS DE NOSSOS CORPOS QUANDO SOMOS PROVOCADOS?

José Guilherme de Oliveira Freitas¹
Angela Maria Venturini²
André Luiz dos Santos Barbosa³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo comparar o resultado de uma dinâmica sobre gênero, em aula ministrada em duas turmas compostas por alunos de diferentes cursos de graduação, na Faculdade de Educação da UFRJ. A dinâmica consistia em pedir a dois voluntários (um homem e uma mulher) que se deitassem sobre folhas de papel, para que fossem feitos, pelos colegas, desenhos do contorno de seus corpos. Os cartazes foram colados na parede para que fossem incluídos, por todos os participantes, desenhos, símbolos ou palavras que representassem detalhes da aparência externa e dos órgãos existentes no corpo do homem e da mulher; além de sentimentos humanos. Após esta dinâmica, o debate ocorrido nas turmas em questão apresentou diferenças significativas gerando o desejo de escrever este artigo.

Palavras-chave: corpo, gênero e diversidade sexual.

1 Pós-Doutor em Educação/UFRJ - LaPEADE/NESEI/ FE/UFRJ
E-mail: jguilherm@uol.com.br

2 Doutoranda PPGE/FE/UFRJ - ISERJ/FAETEC/SECTIDS - LaPEADE/NESEI/FE/UFRJ
E-mail: angelamaria.venturini@gmail.com

3 Doutorando PPGE/FE/UFRJ - ISERJ/FAETEC/SECTIDS – LaPEADE/NESEI/ FE/UFRJ
E-mail: andrelsbarbosa@gmail.com

Introdução

Novembro 2017 e Junho de 2018.

Nestes meses em destaque fui convidado, eu, 1º autor deste artigo, a substituir a professora titular da disciplina Psicologia do Desenvolvimento da Aprendizagem na Faculdade de Educação, na UFRJ, para ministrar uma aula com quase três horas de duração sobre questões que envolveriam gênero e diversidade sexual, em um contexto que destacasse alunos, professores, escola.

Essa prática já é recorrente. A cada semestre, recebo este convite e aceito sem pestanejar. Nos dois últimos, convidei Angela e André, participantes do NESEI (Núcleo de Estudos sobre Sexualidades, Diversidades, Identidades e Inclusão)/ LaPEADE, do qual sou coordenador e estarem junto a mim nestas aulas, que são sempre muito interessantes. São eles, os co-autores deste artigo.

As turmas em análise eram compostas por alunos de diversos Cursos de Graduação (Letras, Filosofia, Matemática, Física,...) que comparecem às disciplinas que compõem a parte de Licenciatura, na Faculdade de Educação.

Num primeiro momento, penso em como planejar uma aula para um público tão heterogêneo no que diz respeito aos interesses de formação, tendo em vista haver uma mistura de ciências exatas e humanas. Sendo assim, a princípio, o que me desperta é o interesse de saber o que os alunos pensam sobre gênero e diversidade sexual.

Para tanto, precisaria de um instrumento pedagógico com o qual nós pudéssemos questioná-los de forma a atender a ementa da disciplina e que tornasse a aula interessante para todos os presentes com o cuidado de atingir o objetivo de incentivá-los a falar, expressar seus sentimentos, com naturalidade.

Então, pensei em aplicar a seguinte ferramenta de estudo de grupo intitulada “Dinâmica sobre Gênero”, que consistia nos primeiros instantes, em pedir a dois voluntários (um homem e uma mulher) que se deitassem sobre folhas de papel pardo - levadas por nós devidamente emendadas a fim de que estivessem maiores do que o tamanho das pessoas. Em seguida o homem deveria deitar sobre a folha de papel, e a mulher deveria desenhar o contorno do corpo dele e vice-versa.

Logo após, os cartazes com os contornos são colados na parede para que fossem incluídos, por todos os participantes, desenhos, símbolos ou palavras que representassem detalhes da aparência externa e dos órgãos existentes no corpo do homem e da mulher.

Ao final desta etapa, foram distribuídas filipetas a todos os participantes, com a finalidade de que eles escrevessem alguns sentimentos humanos considerados mais significativos, na forma de uma só palavra ou uma frase curta. As filipetas foram afixadas, pelos próprios participantes, nas partes dos corpos consideradas mais ligadas aos sentimentos indicados.

Dando continuidade à Dinâmica, procuramos sintetizar os resultados das colagens e abrimos um debate com vistas à identificação das expressões do grupo, lançando mão de algumas questões orientadoras:

- Houve mais facilidade para desenhar as partes do corpo masculino ou feminino?

- A inclusão de palavras e desenhos no corpo masculino e feminino foi diferente?
- A localização dos sentimentos seguiu um padrão ou foi muito variada? Foi diferente para a figura do homem e para a figura da mulher?

Estas questões foram disparadoras, porém não engessaram o processo de discussão entre nós e os alunos.

A seguir apresentaremos o que os alunos escreveram sobre os corpos masculino e feminino, nos dois momentos, Novembro 2017 e Junho de 2018.

O Resultado da Dinâmica

No contorno do primeiro corpo masculino, em relação aos atributos físicos, foi acrescentado barba, óculos e pouco cabelo. Vestiram-no com uma camiseta regata, colocaram o umbigo e o pênis, dedos das mãos bem definidos e os pés com tênis, um relógio, pelos nos braços, pernas e axilas, olhos e boca bem delineados, nariz quase imperceptível.

Em relação aos sentimentos que figuraram dentro do corpo anotamos no tórax, gratidão, medo, amor, segurança, força e raiva; no púbis, insegurança; fora do corpo escreveram saudade, alegria, dor, tristeza, teção, serenidade, mágoa.

No contorno do corpo feminino da aula I, foram acrescentados cabelos curtos, olhos e boca bem delineados, nariz pequeno, óculos, orelhas e brincos, seios e vagina, mãos com unhas pintadas e anel em um dos dedos. Umbigo e pelos somente na região pubiana.

Quanto aos sentimentos dentro do corpo assinalaram medo, raiva, gratidão, sensibilidade e insegurança. Fora do corpo: coragem, dor, amor, alegria, teção, carinho, desejo, responsabilidade, saudade, mágoa, força e tristeza.

O corpo masculino desenhado na aula II foi mais detalhado em relação à estética. Os cabelos com corte moderno, espetados para cima, bigode e barba bem definidos, olhos, boca e nariz harmônicos; no tórax a marca de músculos e pelos no peito, músculos abdominais, umbigo, short e coração desenhado no peito e no lugar do pênis, pelos nas axilas e pernas, relógio no pulso, mãos sem a definição dos dedos e sapatos, nos pés. Numa das orelhas, um brinco.

Os sentimentos dentro do corpo foram os seguintes: amor e ódio, respeito e coragem no peito e fome na direção do estômago. Dentro da cabeça, egocentrismo, confusão, empatia e reciprocidade. Fora do corpo: confiança, autoestima, controle, pouca sensibilidade.

Já o corpo feminino desenhado na aula II foi bem expressivo: rosto com detalhes nos cílios, boca e olhos, parecia estar maquiado. Os cabelos com bastante volume e longos, colar no pescoço e brincos nas orelhas; seios definidos com sutiã a mostra e biquíni com coração no lugar da vagina. Tatuagem de leão no ombro, desenho de um bebê na barriga, relógio e pulseira no pulso, unhas pintadas, pelos nas axilas, pés calçados.

No quesito sentimentos pudemos destacar no interior do corpo: metade de mim é amor e a outra metade também; amor, afeto, reciprocidade, força, coragem em letras garrafaís, meu corpo minhas

regras, fome, carinho, gratidão e sobre o bebê a palavra vergonha. Nos cabelos a palavra empoderamento, e na cabeça, baixa autoestima em relação ao corpo, raiva. Fora do corpo: timidez, empatia, resiliência.

Neste primeiro momento de transcrição de tudo que foi visto nos cartazes poderíamos ressaltar o tradicionalismo binário, em que a sexualidade se enquadra e é explicitada sob vertentes biológicas, culturais e simbólicas, a partir das relações do corpo com o meio, que segundo Le Breton (2012a), definem socialmente o que é ser homem e ser mulher em categorias fixas, levando-se em conta a corporalidade, as qualidades e o status que enraízam suas relações com o mundo e suas relações entre si. Segundo ele,

As características físicas e morais, as qualidades atribuídas ao sexo, dependem das escolhas culturais e sociais e não de um gráfico natural que fixaria ao homem e a mulher um destino biológico. A condição do homem e da mulher não se inscreve em seu estado corporal, ela é construída socialmente como escrevia S. de Beauvoir, “não se nasce mulher, torna-se mulher”. O mesmo ocorre ao homem (LE BRETON, 2012a, p.66).

Em outro trabalho, Le Breton (2012b) também afirma que o corpo, a orientação sexual e o gênero não são essências irrevogáveis, ou seja, são construções sociais personalizadas, transitórias e mutáveis nas suas possibilidades. Considera que a definição mais clássica de gênero é aquela utilizada por Joan Scott (1995) como a forma de designar as relações entre os sexos, enfatizando o caráter fundamentalmente social de suas distinções.

Representações e valores tradicionais afetam o corpo, reproduzindo um código ao insistirem nas diferenças, masculino e feminino, com o objetivo de naturalizar as desigualdades, legitimando as modalidades de vínculo social. Transformações dos velhos quadros de pensamento reconhecem o gênero, masculinidade/feminilidade, como uma formação discursiva, instável e em eterna transformação, passando cada vez mais a não ser apresentado em dualidade, mas como uma acumulação de possibilidades dependentes do discurso que o indivíduo tem de si. (LE BRETON, 2012b).

A Discussão da Dinâmica

Neste setor, vamos enfatizar as falas dos alunos, e refletir sobre elas. Para isso agruparemos por semelhanças de pensamentos e faremos nossas considerações.

Num primeiro bloco destacamos as falas que ressaltam a valorização da mulher e a igualdade de gênero.

1. Foi mais fácil retratar a mulher, pois ela tem muitos papéis, o homem faz uma coisa de cada vez.
2. A minha sensação foi de uma superioridade da mulher.

3. Vejo pouca diferença entre o homem e a mulher.
4. A gente não precisa ter tantas diferenças.
5. As mulheres estão ocupando o lugar que merecem.
6. Todos podem desempenhar os mesmo papéis.

Essas falas nos remetem para além dos corpos, vemos o desejo, os sentimentos e ressentimentos, a busca pelo reconhecimento. Nas falas 1 e 2, percebemos uma reivindicação no tocante às múltiplas atividades que a mulher precisa desempenhar, tendo em vista a cultura em que está inserida. Nas falas seguintes observamos um clamor pela igualdade.

Para Le Breton (2012a) a corporeidade, no tocante à sexualidade, seja masculina ou feminina, deve ser vista sob o enfoque plural e diverso, pois como aponta qualidades morais e físicas não são inerentes a atributos corporais, mas inerentes à significação social e a normas de comportamento implicadas.

O próximo grupamento das expressões dos alunos foram as seguintes:

7. Fiquei com pena do homem. O homem tem menos chance, ele sofre muito. Embora tenha o peito sarado, o que o homem pode ser?
8. A mulher pode ser tudo... Botei um brinco no homem, pois fiquei com pena dele... Se nós olharmos a política, nós precisamos resgatar o homem, nós temos a política da mulher, da criança, do idoso; o homem não tem política em favor dele, o homem é forte, não adocece.
9. Qual a necessidade de criar um homem forte? Isso tem que ser substituído, precisa ser mudado.
10. Eu sou feminista e se fala no feminismo estereotipado. Nós acreditamos na igualdade.
11. Quando dizemos que um homem é frágil é em relação com a cultura que existe.

Esse grupo salientou as dificuldades enfrentadas pelo homem na atualidade. Foi destacada a necessidade de se perceber a fragilidade e a sensibilidade do homem como ser humano, e não como super herói, papel desempenhado e cobrado deste por muito tempo.

No terceiro bloco de citações dos alunos e alunas, compilamos as que enfatizam as funções familiares tradicionais e a cobrança sobre aqueles (as) que não cumpriram esses papéis.

12. Ainda existe a divisão de papéis num relacionamento, a mãe tem que orientar a menina quanto à menstruação, ..., e o pai?
13. Desenhei a mulher grávida, pois sou muito ligada a minha mãe e ao meu pai. No amor materno, a força vem da minha mãe, a minha mãe é quem paga as contas, faz tudo em casa.
14. Se o menino pode tudo, a menina quer quebrar o silêncio, o homem tem começado a silenciar, a minha geração é a geração do silêncio.
15. Por que o homem tem a obrigação de ser pai? E a mulher de ser mãe?

16. Mulher ou homem, 36 anos, por que não casou? São pressionados.

17. Bonita, solteira, 36 anos, não tem filhos, é sapatão.

Percebemos nas entrelinhas destas falas, além do tradicional papel do homem e da mulher como pai e mãe, também a cobrança explícita daqueles (as) que fogem do esperado pela sociedade e por isso têm suas orientações sexuais questionadas. Além disso, também notamos que nenhum aluno fez referência à diversidade sexual humana, como possibilidade, nem nos desenhos, nem na verbalização.

Neste contexto, poderíamos inferir que para esse grupo as práticas homossexuais ainda são vistas como não legitimadas, eivada de preconceitos e discriminações, impedindo o reconhecimento da homoafetividade como uma possibilidade.

Bourdieu (2009) aponta que a forma particular de dominação simbólica de que são vítimas os homossexuais, os estigmas, impõem-se através de atos coletivos de categorização, enfatizando as diferenças significativas, de forma negativa. Desta forma há uma negação da sua existência pública, visível, uma forma de opressão que direciona a uma invisibilização da homossexualidade e conseqüentemente dos direitos homoafetivos, vindo à tona apenas quando os grupos reivindicam a sua visibilidade publicamente.

Neste mesmo sentido, Butler (2010) aponta que o tabu da homossexualidade em algumas sociedades, acaba por contribuir com a construção de uma identidade heterossexual idealizada e compulsória, levando a uma falsa estabilização do gênero como entendimento, a partir do interesse de construção e regulação heterossexuais da sexualidade no domínio reprodutor. A coerência das categorias sexo (anatômico), gênero e desejo sexual, afirmadas nos contextos dominantes das sociedades e nas dimensões da corporeidade humana, criam ilusões com o objetivo e o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura da heterossexualidade reprodutora.

No último bloco, foram salientadas questões de cunho religioso e comportamental, como podemos observar a seguir:

18. Religião, comportamentos, determina o papel de cada um na sociedade, o corpo tem que ser assim, esse culto ao corpo para chegar ao corpo ideal.

19. Eu posso usar meu corpo como quiser, para além da religião.

20. Hoje o corpo é identidade, mas também é mercadoria de consumo.

Essas três falas nos fazem pensar na forte influência que a religião tem na identidade dos alunos, no entanto, eles parecem reconhecer que a discriminação, o preconceito e a exclusão presente no discurso religioso, em relação à sexualidade, deve ser problematizado e relativizado ao se abordar o tema.

E para finalizar, nossos questionamentos:

Por que um grupo desenhou o sexo e o outro não?

Por que, embora na mesma faixa etária, um grupo valorizou a estética e o outro nem tanto?

Por que questões de diversidade sexual não foram assinaladas?

Não temos respostas absolutas para tais questionamentos, por se tratar de aulas pontuais, que não nos permitiram maior aproximação com estes alunos. Porém, nos vêm à mente algumas inferências, que foram delineadas no curto espaço de tempo de convívio.

Pensamos que a turma que desenhou as genitálias explicitamente, podem ter tido (ou não) uma abertura maior ao longo de sua vida em relação à sua própria sexualidade, que a valorização da estética poderia ser atribuída aos estratos sociais que cada aluno pertença e o silenciamento em torno da diversidade sexual, devido ao tabu que ainda existe em nossa sociedade.

Referências.

BORDIEU, P. A dominação masculina. 6ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

BUTLER, J. Problemas de Gênero: feminismo e subversão de identidade. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

LE BRETON, D. A sociologia do corpo. 6ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012a.

_____. Individualização do corpo e tecnologias contemporâneas. In: COUTO, E. S.; GOELLNER, S. V. (Org.). O triunfo do corpo: polêmicas contemporâneas. Petrópolis: Vozes, 2012b.

DIVERSIDADE SEXUAL, POLÍTICAS AFIRMATIVAS E EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Sofia Regina Paiva Ribeiro¹

Resumo: Práticas homofóbicas, discriminação e violência ao público LGBT's são comumente constatadas no ambiente escolar, no ensino regular. Dada esta realidade, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem absorvido alunos com históricos de exclusão e marginalização oriundos dessas instituições. No CEJA Donaninha Arruda, em Baturité - Ceará, na sua prática educativa, trabalha-se contra toda forma de preconceito e discriminação no combate à homofobia, ao sexismo, à misoginia e a outras formas de violência dentro e fora da escola. Sendo a educação imprescindível à formação do indivíduo, o Plano Nacional de Educação – PNE (2014-2024) destaca a necessidade da “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”.

Palavras-chaves: Educação de Jovens e Adultos, Práticas educativas, Superação.

Abstract: Homophobic practices, discrimination and violence to LGBT public are commonly found in the school environment, in regular teaching. Given this reality, the Youth and Adult Education (EJA) has engaged students with histories of exclusion and marginalization from these institutions. At CEJA Donaninha Arruda, in Baturité - Ceará, in its educational practice, it works against all prejudice and discrimination forms in the fight against homophobia, sexism, misogyny and other forms of violence inside and outside of school. The National Education Plan (PNE) (2014-2024) emphasizes the need to “overcome educational inequalities, with an emphasis on the promotion of racial, regional, gender and sexual orientation”.

Keywords: Youth and Adult Education, Educational practices, Overcoming.

¹ Secretaria de Educação do Estado do Ceará – SEDUC.
E-mail: sofiarpr@gmail.com

Introdução

A educação é uma ação social, um instrumento de cidadania e formação da identidade do ser humano, um direito garantido pela Constituição Federal (1998). Não obstante sua importância, muitas pessoas encontram-se à margem da escolarização. Nesse contexto, a Educação de Jovens e Adultos (EJA) tem um papel relevante para aqueles que foram impossibilitados de estudar e/ou concluir o ensino básico. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação - LDB, 9394/96 (BRASIL, 1996), em seu artigo 37º § 1º, dispõe:

Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

Para Ribeiro, Joia e Pierro (2001) a EJA tem um valor que transcende a aquisição do conhecimento. O retorno à escola propicia também a formação de cidadãos autônomos e participativos na sociedade, além de favorecer a autoestima, o bem-estar consigo mesmo e com os outros. Por tudo isso, a escola deve ser vislumbrada como um local para a construção de relações interpessoais significativas, de forma pacífica e inclusiva, propiciando situações favoráveis para o crescimento humano de todos os sujeitos envolvidos no processo de ensino e aprendizagem (ALMEIDA, 1999).

Por outro lado, com a pluralidade e as diferenças existentes em qualquer grupo de pessoas, é comum observar que no ambiente escolar os estudantes que se distinguem, no que diz respeito às suas identidades sexuais (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, intersexuais e transgêneros - LGBTs), vivenciam uma marginalização (LOURO; FELIPE; GOELLNER, 2013). Segundo o Relatório da Associação Internacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros e Intersexuais (ILGA), o Brasil está em 1º lugar no ranking mundial de assassinatos de homossexuais. Os assassinatos cresceram 30% entre 2016 e 2017, a maioria das vítimas têm morte causadas por armas de fogo, quando se encontram na rua (SOUTO, 2018)².

Isto posto, busca-se fazer uma reflexão acerca das relações sociais vivenciadas pelo grupo LGBTs a partir do processo de escolarização na EJA, mais precisamente no Centro de Educação de Jovens e Adultos (CEJA) Donaninha Arruda, conhecido como CEJA Baturité. Frente à problemática apresentada, surgiu a seguinte indagação que dá norte à investigação: Quais as estratégias sociais e educacionais que contribuem para a inclusão e escolarização dos alunos da LGBT/EJA?

Nessa perspectiva, fazer um recorte sobre a EJA, a partir da população LGBT, propicia um olhar mais apurado acerca da representação e representatividade desses educandos que, muitas vezes, foram vilipendiados na escola regular e, hoje, buscam a educação de jovens e adultos para desenvolver-se tanto na dimensão intelectual como afetiva e social. Conforme exposto, possibilitar o respeito à diversidade

2 O GLOBO. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/sociedade/assassinatos-de-lgbt-crescem-30-entre-2016-2017-segundo-relatorio-22295785>. Acesso em: 27 nov. 2018.

sexual, através de políticas afirmativas na EJA, possibilita aos educandos, no contexto geral, compreender o papel das hierarquias sexuais e as questões ligadas as estruturas patriarcais de poder. De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos (UNESCO, 2002), “Todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos”.

Em 2015, um estudo realizado no Brasil pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT, 2015)³, publicado em 2016, revelou que 73% dos jovens identificados como LGBT sofreram agressão verbal na escola em virtude da sua orientação sexual, 60% se sentem inseguros no ambiente escolar e 37% apanham ou apanharam na escola.

O modelo heterossexista vivenciado na sociedade contemporânea é fruto de um longo processo histórico-social e cultural que favorece as relações de poder e hierarquias sexuais. A construção das identidades culturais é um processo permanente, articulado por inúmeras instâncias sociais, dentre elas a Escola (FURLANI, 2009).

A escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização. No entanto, abrir espaços para a diversidade, a diferença e para o cruzamento de culturas constitui o grande desafio que está chamada a enfrentar (MOREIRA; CANDAU apud CANDAU, 2013, p. 16).

Assim, diante da heterogeneidade de sua clientela, promover ações e intervenções em prol da construção de uma escola inclusiva favorece o acesso, a permanência e o êxito educacional dos “sujeitos da EJA” sem distinções de gênero, orientação sexual, raça, religião, diversidade geográfica ou de faixa etária.

De acordo com o célebre educador brasileiro, com atuação e reconhecimento internacionais, Paulo Freire (2005), a EJA atende uma diversidade humana bastante diversificada composta por pessoas em situação de vulnerabilidade social; são trabalhadores, subempregados, donas de casa, oprimidos e excluídos. É uma modalidade educacional que representa uma parcela da população que não teve acesso à escolarização ou deixou de frequentar a escola no tempo previsto pela LDB (BRASIL, 1996), que é de 4 a 17 anos. É a partir da diversidade deste campo educativo que se busca analisar as ações, intervenções, propostas curriculares e conteúdo que atendam as especificidades destes sujeitos, mais precisamente o público LGBT. Em consonância com a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural (UNESCO, 2002), deve-se optar por políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos e que possam garantir a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz.

Nesse sentido, as práticas cotidianas nas instituições educacionais configuram-se como um terreno fértil para as discussões em torno de gênero e suas representações e, assim, construir estratégias para romper com as indiferenças, campo da diversidade sexual, e evitar o bullying homofóbico, entre outros.

³ Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Disponível em: <http://www.grupodignidade.org.br/projetos/acao-na-educacao/>

Parafraseando Freire (2011), ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação.

Diante deste cenário, os itinerários metodológicos que nortearam o processo investigativo foram embasados numa concepção qualitativa, tendo como metodologia a pesquisa exploratória e descritiva, através de levantamento bibliográfico e análise *in loco*, com observação participante. As teorizações que ancoram a discussão partem de Louro, Arroyo, Medeiros, Furlani, Freire, dentre outros.

No CEJA Baturité a proposta político pedagógica busca favorecer que o ambiente escolar seja vivenciado como um espaço onde não haja preconceito, discriminação, homofobia (ódio aos homossexuais), sexismo (discriminação fundamentada no sexo), misoginia (ódio/aversão às mulheres), bullying (violência física ou psicológica), e outras formas de violência. Menciona Junqueira (2009) que a homofobia além de uma agressão física, pode ser vista como um fator de restrição para esses cidadãos que têm violados seus direitos mais básicos, tais como o direito à vida, à saúde e à educação.

Metodologia

O estudo contempla os princípios da pesquisa qualitativa, exploratória e descritiva, através de levantamento bibliográfico e análise *in loco*, com observação participante. Nessa abordagem “[...] o objeto não é um dado inerte e neutro; está possuído de significados e relações que os sujeitos concretos criam em suas ações” (CHIZZOTTI, 1991, p. 79).

As teorizações que ancoram a discussão partem de Louro (2000), Arroyo (2005), Medeiros (2005), Furlani (2009), Freire (2011), dentre outros. Para alcançar o objetivo proposto nesta pesquisa, realizou-se uma busca em vários documentos, tais como: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), as Leis de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) e a Declaração Universal dos Direitos Humanos, além de dados coletados nos registros/documentos no CEJA/Baturité: Projeto Político e Pedagógico (PPP), Plano de Ação Anual e Registros Pedagógicos.

Os dados empíricos foram coletados e vivenciados na prática pedagógica, tendo como recorte temporal os meses de fevereiro a outubro de 2018. De acordo com Cervo, Bervian e Silva (2006), a pesquisa exploratória determina os critérios, técnicas e métodos para a composição da pesquisa, favorecendo a formulação das hipóteses.

Resultados e Discussão

O CEJA Donaninha Arruda

O Centro de Educação de Jovens e Adultos Donaninha (CEJA) Arruda é uma Instituição Escolar voltada para a escolarização de alunos que estejam nessas fases da vida. Faz parte Rede Pública Estadual de Ensino, sob a dependência administrativa Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), e está localizado na cidade polo do Maciço de Baturité, com o mesmo homônimo, e atende os trezes

municípios: Acarape, Aracoiaba, Aratuba, Barreira, Baturité, Capistrano, Itapiúna, Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Redenção e Ocara.

Arroyo (2005) destaca que os sujeitos da EJA têm um perfil com rosto, histórias, trajetórias sócio-ético-racial bastante diferenciado. A grande maioria encontra-se em situação de vulnerabilidade social e são oriundos do campo e periferias. Assim, para atender a um público tão diversificado, no CEJA Baturité optou-se por uma metodologia voltada para a prática da andragogia, que é “a arte e a ciência de orientar os adultos a aprender” valorizando a diversidade de saberes e vivências culturais (GIL 2011, p.12).

Os CEJAs se diferenciam das outras escolas “regulares” pelo seu formato de ensino, tempo de funcionamento e estratégias pedagógicas. A escolarização básica é pautada no tripé: formação humana, social, científica. É uma instituição educacional com estrutura flexível; ensino semipresencial; matrícula realizada durante todo o ano letivo; com frequência não rígida, permitindo ao aluno adentrar na escola no horário que lhe for conveniente, e a aprendizagem está fundamentada numa metodologia voltada para a comunicação direta entre docente e discente, valorizando o intercâmbio de experiências, saberes, cooperação e diálogo (REGIMENTO CEJA, 2018).

Hodiernamente, a instituição conta com cerca de 620 alunos matriculados (SIGE, 2018). Dentre esses, encontra-se o público EJA/LGBT que perfaz uma média de 3,5% dos educandos, 21 alunos aproximadamente. Destes, a população T's (Travestis, Transexuais e Transgêneros) é composta por 03 alunos, de acordo os dados do Serviço de Assessoramento Pedagógico - SASP/CEJA, 2018.

Ao matricular-se na EJA, o aluno recebe uma grade curricular e o horário dos professores, ficando ao seu critério a escolha do turno, disciplina e professor que irá atendê-lo. A promoção será resultado do processo de ensino-aprendizagem que deverá apontar para o aproveitamento de no mínimo 70% dos conteúdos estudados. Diante da avaliação insatisfatória, o aluno receberá orientação do professor e atividade suplementar para subsidiar sua aprendizagem. Após um período mínimo de até três dias o discente pode submeter-se a uma nova verificação do conhecimento. Convém esclarecer, caso o aluno se ausente por mais de três meses seguidos será considerado desistente, sairá do sistema de matrícula e ao retornar deve dirigir-se ao SASP para esclarecimentos e autorização de reativação da matrícula.

De acordo com a Lei Nº 9.394/96, o aluno deverá possuir domínio de conteúdo e idade de 15 anos para cursar o ensino fundamental e 18 anos para ingressar no ensino médio. Dependendo do domínio cognitivo, competências e habilidades, o docente pode cursar o Ensino Médio sem ter cursado o Fundamental, através da realização da prova do ENCCEJA, Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos. A participação no ENCCEJA é voluntária, destinada às pessoas que não tiveram oportunidade de concluir seus estudos na idade apropriada. A prova de avaliação de competências, habilidades e saberes adquiridos no processo escolar ou nos processos formativos que se desenvolvem na vida familiar é anual e gratuita.

Convém destacar que as Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA têm como referência a Base Nacional Comum, acrescida de conteúdos curriculares que atendam a diversidade e o conhecimento empírico do educando. Para tanto, busca-se exercitar a empatia, promovendo os direitos humanos, o

acolhimento, a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, bem como suas identidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BRASIL, 2006).

Côncio do papel transformador que tem uma instituição de ensino, no CEJA Baturité o processo de ensino e aprendizagem é pautado no paradoxo heterogeneidade da clientela, individualidade do educando e no fortalecimento de políticas públicas voltadas para o gênero e para a diversidade sexual. Para Nelson Mandela (1919 - 2013), Prêmio Nobel da Paz de 1993, “a educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo”.

A Educação de Jovens e Adultos: Diversidade sexual e política afirmativa

Segundo Arroyo (2005), para muitos jovens e adultos que não tiveram acesso, na infância e na adolescência, ao ensino fundamental, ou dele foram excluídos ou dele se evadiram, a EJA desempenha um trabalho importante, configurando-se como uma nova oportunidade para a escolarização. Por isso, no CEJA Baturité busca-se trabalhar com as boas práticas de políticas inclusivas de recursos humanos, também com foco na diversidade sexual.

De acordo com o Ministério da Educação e Cultura - MEC (2014), a educação inclusiva é uma ação política, cultural, social e pedagógica desencadeada em defesa do direito de todos os estudantes de estarem juntos, aprendendo e participando, sem nenhum tipo de discriminação.

Deste modo, a EJA:

Tem como finalidades e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo que os educandos aprimorem sua consciência crítica, e adotem atitudes éticas e compromisso político, para o desenvolvimento da sua autonomia, visando superar defasagens de escolarização e acesso ao conhecimento escolar (BRASIL, 2006).

Visando a formação humana e o respeito às diferenças, dentre elas a diversidade sexual, optou-se na instituição por uma prática diversificada no processo educacional, através de metodologia inclusiva e interdisciplinar. Para tanto, a pedagogia de projeto destacou-se por tornar os conteúdos mais atrativos, potencializar a interdisciplinaridade, favorecer o desenvolvimento cognitivo, a inclusão e o protagonismo dos alunos (FAZENDA, 1994).

Como exemplo pode-se citar os projetos “Musicalidade”, “Letramento Literário” e “Café com Letras”, que está inserido no calendário letivo. Os trabalhos são realizados há mais de uma década e caracterizam-se como uma culminância artística e cultural das atividades realizadas/desenvolvidas durante o ano letivo, tais como: sarau poético, dança, teatro, artes plásticas, dentre outros. Salienta-se, ainda, que as ações e intervenções seguem os princípios norteadores do método Paulo Freire: autonomia, conscientização, transformação e libertação (FREIRE, 1980).

Para Farias (2010), na educação para jovens e adultos há a necessidade de respeitar o tempo e a disponibilidade de cada grupo ou pessoa para garantir sua permanência e direito à educação. Desta feita, faz-se necessário vivenciar uma política inclusiva de recursos humanos e respeito à pluralidade dos sujeitos, na EJA trabalha-se com e na diversidade (BRASIL, 2008).

Segundo Louro (2000), o público LGBT, no contexto escolar, sofre preconceito e discriminação muito mais do que qualquer outra minoria. Esse grupo são vítimas de homofobia e seus desdobramentos (lesbofobia, bifobia, transfobia). Partindo desta premissa, infere-se que estes sujeitos possuem motivações e ambições diferenciadas de pessoas que pertencem ao padrão heteronormativo, pois buscam, além da formação acadêmico-intelectual, a aceitação e o respeito social e afetivo.

Conforme exposto, os educandos LGBTs buscam a escola como alternativa para dar continuidade aos estudos, pois numa sociedade cada vez mais marcada pela cultura escrita, grafocêntrica, jovens e adultos veem na EJA uma chance de integrar-se à sociedade letrada da qual fazem parte por direito (FERREIRA, 2012). Assim, para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem na EJA, faz-se necessário reconhecer que cada um tem necessidades de aprendizagem diferentes, e isso exige conteúdos, métodos e modalidades de ensino e aprendizagem também diferentes (TORRES, 2001).

Diante do exposto, torna-se importante descrever as etapas que compõem a EJA, no CEJA Baturité: A primeira etapa, EJA I, corresponde às séries iniciais do ensino fundamental I (1º ao 5º ano). Nessa modalidade não há obrigatoriedade de transferência ou documento comprobatório de conclusão do nível anterior (art. 5º e 24, da LDB 9.394/96). Na EJA II, encontram-se os alunos do 6º ao 9º ano, e a EJA III refere-se à etapa referente ao ensino médio (1º ao 3º ano).

Salienta-se que o público LGBT/EJA, na grande maioria, encontra-se no ensino fundamental, alguns em fase de alfabetização. De acordo com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (BRASIL, 2017), no país são mais de 11,8 milhões de analfabetos e a maior concentração está na população acima de 60 anos, principalmente no interior da região Nordeste.

Com base nos dados coletados no CEJA Baturité, as práticas de gestão de recursos humanos solidárias promovem atitudes positivas, pois a compreensão das singularidades dos sujeitos que compõem a EJA, mais precisamente o público EJA/LGBT, propicia a construção de relações recíprocas de respeito às diferenças, aceitação e solidariedade.

A diversidade sexual na EJA: A democratização do acesso ao conhecimento.

As ações pedagógicas na EJA são amparadas por vários marcos legais, dentre eles: o artigo 5º e 205º da Constituição Federal (BRASIL, 1990), que estabelece a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, incluindo, assim, as diferenças quanto a sexo, orientação sexual e identidade de gênero; a Lei de Diretrizes e Base da Educação nº 9.394/96, que no seu Art 3º dá suporte aos direitos LGBT ao afirmar como princípios educacionais a necessidade de igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e o respeito à liberdade e apreço à tolerância (BRASIL, 1996).

Já o Decreto nº 1.904 (BRASIL, 2010), que instituiu o Programa Nacional de Direitos Humanos – PNDH, traz o seguinte texto

Direitos humanos são os direitos fundamentais de todas as pessoas, sejam elas mulheres, negros, homossexuais, índios, idosos, pessoas portadoras de deficiências, populações de fronteiras, estrangeiros e emigrantes, refugiados, portadores de HIV positivo, crianças e adolescentes, policiais, presos, despossuídos e os que têm acesso à riqueza. Todos, enquanto pessoas devem ser respeitados e sua integridade física protegida e assegurada (BRASIL, 1996, p. 3).

Medeiros (2005) e Farias (2010) prelecionam que as desigualdades e exclusão sociais atingem os setores menos privilegiados da sociedade. Deste modo, compreender as necessidades, desejos e metas de cada grupo ou pessoa da EJA possibilita reverter uma história de fracasso, de frustrações e abandono escolar. A educação para jovens e adultos configura-se como espaço de direito para o debate, reflexão e inserção da população excluída da escola devido à discriminação por orientação sexual (ARROYO, 2005).

Ainda de acordo com McLaren (1991) e Bourdieu (2002) a escola não apenas transmite e constrói conhecimento, mas também reproduz padrões, perpetuando valores. Trata-se de um local marcado pela cultura da sociedade em que está inserida. Nesse contexto, no CEJA Baturité, várias ações e intervenções são realizadas com o intuito de propiciar a inclusão e proteção das pessoas vulneráveis a discriminação, dentre elas bifobia, aversão/discriminação contra bissexualidade ou pessoa LGBT. Louro (2000), em seu livro “O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade”, ressalta que todos os processos educativos devem trabalhar a temática, pedagogias de gênero e sexualidade, levando em consideração os princípios éticos e morais da aceitação e o respeito.

As boas práticas de gestão de pessoas, com foco na diversidade por orientação sexual, na escola em análise, buscam realizar as ações contra o preconceito e a discriminação das identidades sexuais fora do padrão heteronormativo e a promoção dos direitos humanos e da cidadania LGBTs. Dentre as experiências inclusivas, no campo da diversidade sexual, pode-se citar: acolhimento aos/às estudantes; trabalhar a temática diversidade sexual na perspectiva do combate à homofobia; comemoração do Dia Internacional contra a Homofobia (17 de maio); socialização da Lei 13.185 (BRASIL, 2015), que combate a intimidação sistemática (Bullying), reconhecimento e legitimação das características individuais, culturais e sociais do discente, além de trabalhar as habilidades intrapessoais e a resiliência, fortalecendo a autoestima/autoimagem do educando(a).

Em consonância com o exposto, o público EJA/LGBT é acolhido e estimulado a participar dos projetos educacionais, são atividades que envolvem teatro, dança, oficinas de voz e violão, artes plásticas e visuais, dentre outros. Para Barbosa (2017), a arte é um instrumento para a identificação cultural e o desenvolvimento do educando, possibilitando expressar quem somos o que sentimos e pensamos.

Dessa forma, salienta-se que o arte-educador tem um papel relevante no processo de ensino e aprendizagem, diante da heteronormatividade vigente na sociedade, da vulnerabilidade, violências e estigmatizações no campo educacional da comunidade LGBT.

As práticas escolares ao se mostrarem indiferentes a identidade homossexual referenciando o modelo dominante de sexualidade, contribui para a continuidade de um processo histórico de desigualdade educacional centrado no acesso e permanência da população LGBT na escola. Levando em consideração que, os indivíduos que não correspondem aos atributos tidos como naturais para as caracterizações atribuídas ao gênero e orientação sexual são costumeiramente alvo de assédio, agressões e preconceitos (El-Dine, 2015).

A EJA deve formar numa dimensão holística e proporcionar o desenvolvimento integral do ser humano (ARROYO, 2005). Salienta-se que o arte-educador trabalha com projetos sociais, participa de grupo de teatro, folclore e artes plásticas, tornando-se uma referência para os educandos daquela escola, mais precisamente o público LGBT, cuja história de vida, geralmente, é pautada em estudo, trabalho, dedicação e superação, atributos que são socializados em palestras motivacionais com os educandos.

Frise-se a importância da Multimeios, a biblioteca interativa, que apresenta um papel relevante nas ações socioculturais, pois envolve a comunidade escolar em laboratórios culturais, oficinas literárias, sarau poético, danças folclóricas, dentre outros. Nas atividades, alunos, ex - alunos e comunidade local são convidados a participarem. Convém salientar que nas referidas atividades há uma participação expressiva do público LGBT, lembrando que são muitas as diversidades presentes entre o público que compõe a EJA, dentre elas: a diversidade etária, étnico-racial, sociocultural e sexual.

Nesse sentido, as proposta pedagógica, as ações didáticas e curriculares que norteiam a rotina escolar da instituição em referência buscam promover, divulgar e estimular o respeito aos direitos humanos contra a discriminação em seus diversos âmbitos, dentre eles a LGBTfobia; proporcionando, assim, igualdade de oportunidades, inclusão e justiça social aos educandos, que são preceitos legais definida pela Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1990).

Tecendo Algumas Considerações

No CEJA Baturité, o processo de ensino e aprendizagem tem como foco uma educação libertadora, pautada nos preceitos de Paulo Freire, que busca uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais diferentes, através da livre circulação das ideias, liberdade de expressão e respeito à orientação sexual e identidade de gênero. Assim, atos como preconceito, discriminação, assédio e violência não são permitidos no ambiente escolar.

Os dados e os relatos sobre a EJA permitem inferir que a práxis educacional tem como premissa propiciar estratégias sociais e educacionais que favorecem a inclusão, escolarização e respeito aos direitos humanos, dentre eles o público EJA/LGBT, formado por pessoas que, na grande maioria, foram/são discriminadas e vítimas de exclusão socioeconômica e cultural. Para tanto, a pedagogia de projetos, as ações interdisciplinares e as atividades didáticas tiveram um papel relevante no processo de ensino e aprendizagem e na formação da autoimagem através da autoestima.

A desconstrução dos rígidos padrões de identidade, gênero e sexualidade por meio de políticas afirmativas, no âmbito da escola em foco, possibilitou dar vez e voz a um público que historicamente vivencia estereótipos negativos e discriminatórios. Nesse contexto, a pluralidade e o respeito às diferenças ganham destaque em projetos interdisciplinares que promovem inter-relação com os mais variados campos de saberes, tais como literatura, artes, sociologia, filosofia, história, dentre outros.

De modo geral, pode-se entender que os dados e os relatos da pesquisa intitulada “Diversidade sexual, políticas afirmativas e educação de jovens e adultos” revela m que o ambiente educacional em observação ainda não está adequadamente preparado para lidar com as diferentes formas e expressões sexuais. No entanto, a promoção de ações afirmativas contra à homofobia, ao sexismo e à misoginia favorece e desperta o respeito à diversidade humana, contribuindo significativamente para evitar a discriminação entre homens e mulheres LGBT. Essa prática atenta e oportuna, conseqüentemente, vem propiciar a formação integral deste indivíduo, através do desenvolvimento da capacidade física, intelectual e moral, permitindo, assim, sua integração individual e social em busca de uma sociedade mais igualitária.

Referências

ALMEIDA, A. R. S. A emoção e o professor: um estudo à luz da teoria de Henri Wallon. Psicologia: Teoria e Pesquisa, v. 13. São Paulo, 1999.

ARROYO, Miguel González. Educação de jovens-adultos: um campo de direitos e de responsabilidade pública. In: SOARES, Leôncio; GIOVANETTI, Maria Amélia G. C.; GOMES, Nilma Lino (orgs.). Diálogos na educação de jovens e adultos. Belo Horizonte: Autêntica, 2005. p. 19- 50.

BARBOSA, Ana Mae. Arte, Educação e Cultura. 2017. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/mre000079.pdf>. Acesso em: 03 no. 2018.

BOURDIEU, P. A escola conservadora: As desigualdades frente à escola e à cultura Gouveia, A. J., Trad.. In Nogueira, M. A. & Catani, A. (Orgs.). *Escritos e Educação*. 2002. p. 39-64. Petrópolis, RJ: Vozes.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: promulgada em 5 de outubro de 1988. Organização do texto: Juarez de Oliveira. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990. 168 p.

_____. Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional. Lei nº9394/96, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.

_____. Plano Nacional de Educação - PNE/Ministério da Educação. Brasília, DF: INEP, 2001.

_____. Ministério da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos. Curitiba. 2006.

_____. MEC. Documento Base Nacional. Desafios da Educação de Jovens e Adultos no Brasil: Sujeitos da Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 20 de mar. de 2008.

_____. Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH). Secretária Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República - Brasília: SEDH/PR, 2010.

_____. Lei Nº 13.185, de 6 de novembro de 2015. Institui o Programa de Combate à Intimidação Sistemática (Bullying). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113185.htm. . Acesso em: 02 nov. 2018

_____. Instituto Brasileiro de Geografia Estatística – IBGE: Censo Demográfico 2010 –Características da População e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; SILVA, R. Metodologia científica. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.

CHIZZOTTI, A. Pesquisa em ciências humanas e sociais. São Paulo: Cortez, 1991

EL-DINE, Laísa Pires Zem. Diversidade sexual na escola e direitos humanos. 2015. Disponível em: <http://www.uneb.br/enlacandosexualidades/files/2015/07/ARTIGO.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2018.

FAZENDA, I. C. A. Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa. Campinas: Papirus, 1994.

FARIAS, Alessandra Fonseca. Identificando os sujeitos da educação de jovens e adultos no município de Presidente Prudente - SP. 2010. Disponível em: http://www2.fct.unesp.br/grupos/gepep/Artigo_Alessandra.pdf. Acesso em: 04 nov. 2019.

FREIRE, Paulo. Conscientização: teoria e prática de libertação: uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. 3ª ed. São Paulo: Moraes, 1980

_____. Pedagogia do Oprimido. 42. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.

FURLANI, Jimena. Direitos Humanos, Direitos Sexuais e Pedagogia Queer: o que essas abordagens têm a dizer à Educação Sexual? In: JUNQUEIRA, Rogério (org.) Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação/SECAD/UNESCO, 2009.

GIL, Antonio Carlos. Didática do Ensino Superior. São Paulo: Atlas, 2011.

JUNQUEIRA, R.D. Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. Em: Junqueira, R.D. (org.) Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: MEC/UNESCO. p. 367-444. 2009.

LOURO, Guacira Lopes. O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade. 2ª edição. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2000.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. Corpo, Gênero e Sexualidade: um debate contemporâneo na educação. 9ª edição. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

MEC/SECADI. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. 2014. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MEDEIROS, M. das N. A educação de jovens e adultos como expressão da educação popular: a contribuição do pensamento de Paulo Freire. V Colóquio Internacional Paulo Freire – Recife, 19 a 22 set. 2005.

McLAREN, P. Rituais na escola: em direção a uma economia política de símbolos e gestos na educação. Petrópolis, RJ: Vozes 1991.

MOREIRA, Antonio Flávio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. Indagações sobre currículo. Brasília: Ministério da Educação, 2008.

RIBEIRO, Vera Masagão, JOIA, Orlando, PIERRO, Maria Clara Di. Visões da educação de Jovens e Adultos no Brasil. Cadernos Cedes, ano XXI, nº 55. 2001.

UNESCO. Declaração universal sobre a diversidade cultural. Organizações das Nações Unidas, 2002. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/2001%20Declaração%20Universal%20sobre%20a%20Diversidade%20Cultural%20da%20UNESCO.pdf> . Acesso em: 26 nov. 2014.

Referência CEJA Donaninha Arruda Regimento Interno - Versão - 2018; Projeto Político Pedagógico - 2018; Plano Anual de Atividades - 2018.

A EXPERIÊNCIA DE PROFISSIONAIS DE PSICOLOGIA DIANTE DA VIOLÊNCIA MOTIVADA POR ORIENTAÇÃO SEXUAL E/OU IDENTIDADE DE GÊNERO

Bruno Robson de Barros Carvalho¹
Noemi Jessica Macedo Santos Noca²

Resumo: Partindo de um horizonte epistemológico foucaultiano, o presente trabalho volta-se para a experiência de ser psicólogo face a violência motivada pela orientação sexual e/ou identidade de gênero. Nos interessa, sobremaneira, investigar os discursos de saber-poder os quais atravessam a experiência dos profissionais de psicologia diante desta problemática e como tais discursos se organizam na produção da subjetividade dos mesmos. Para tanto, apresentamos as experiências, colhidas por meio de entrevistas narrativas, de oito profissionais psi, cuja prática circunscreve-se no atendimento e acolhimento à população LGBT. O encontro com as narrativas tem evidenciado a busca pela renúncia a discursos arcaicos e a construção de novos referenciais comprometidos com a produção de rasuras no ordenamento e normatização da existência.

Palavras-chave: Psicologia, experiência, prática psicológica, violência, LGBT.

1 Doutorando - Universidade Católica de Pernambuco.
E-mail: brunorobson@outlook.com

2 Doutoranda - Universidade Católica de Pernambuco.
E-mail: jessicamnoca@gmail.com.

EXPERIÊNCIAS DE PARTO E VIOLAÇÃO AOS DIREITOS HUMANOS: UM ESTUDO SOBRE RELATOS DE VIOLÊNCIA NA ASSISTÊNCIA OBSTÉTRICA

Mariana da Costa Amorim¹
Vanessa Santana Dalla Déa²

Resumo: As intervenções direcionadas à mulher em trabalho de parto frequentemente têm sido interpretadas como violentas ou desumanizadas. Esta é uma pesquisa descritiva, cujo objetivo foi analisar os relatos das 33 participantes que passaram pela experiência de parto nos anos de 2009 a 2014, verificar a incidência de violação de direitos. Ao final deste estudo, foi possível observar que 45% das participantes passaram por situações que despertaram sentimento de revolta com relação à dignidade e aos direitos humanos no parto. Entre as mulheres negras, os índices de violência foram ainda maiores. Para todas as entrevistadas, o sentido de humanização esteve fortemente relacionado ao fato de se sentirem acolhidas, informadas, seguras e próximas da equipe médica.

Palavras-chave: violência de gênero, violência obstétrica, saúde feminina

1 Mestra em Direitos Humanos – UFG.
E-mail: mari_amorim_gyn@hotmail.com.

2 Doutora em Educação Física – UNICAMP.
E-mail: vanessaaquatica@gmail.com.

Introdução

Violência no parto não é uma discussão restrita àqueles que desejam exercer a maternidade/paternidade, mas a todos aqueles que nasceram um dia e que podem e devem questionar como se deu seu primeiro contato com o mundo. Foi acolhedor e hospitaleiro ou apenas se sobreviveu a essa chegada (PAULA; CHAUVET, 2013)? Pesquisas mostram (PEREIRA, 2000; WOLFF; WALDOW, 2008; SALGADO; NILY; DINIZ, 2013; PULHEZ, 2013; AGUIAR, 2013) que em grande parte dos nascimentos no Brasil acontecem situações de violência e ausência de direitos da mulher e do bebê.

Em relação aos tratamentos prestados à mulher, é possível questionar porque muitas ainda dão a luz com os braços amarrados (SALGADO; NILY; DINIZ, 2013) ou quais motivos justificam um corte na vagina (ZANETI et al., 2009) sem consentimento e sem anestesia. Qual justificativa para tantos procedimentos violentos repentinos, como um susto, sem comunicação, sem consentimento, sem diálogo? O estudo de Pereira (2000, p. 393) identifica relações de poder, violência e dominação simbólicas no atendimento prestado a mulheres grávidas ou parturientes e busca compreender os motivos das dificuldades de comunicação e intimidade/confiança entre parturientes e equipe de saúde. Concluiu que as pacientes não se sentem seguras em questioná-los ou contradizê-los por receio de que isso possa ser percebido como um questionamento da autoridade médica. Isso aponta para a necessária mudança na relação entre médico e paciente, orientada para uma relação que deve ser compartilhada entre todos os envolvidos, e não decidida somente pelo profissional ou pela instituição hospitalar. A discussão que faço aqui não tem relação com bandeiras de defesa de parto natural ou cirúrgico, visto que a violência obstétrica pode ocorrer nos dois cenários. A discussão envolve o respeito à mulher como condutora do processo de parto e médicos e equipe de saúde como parceiros, ouvintes e executantes das necessidades da parturiente.

Metodologia

A partir de entrevistas e questionário das experiências vivenciadas pelas 33 parturientes que responderam a pesquisa, busquei verificar como se apresenta o discurso dessas mulheres em relação ao parto, suas expectativas e atendimento recebido. O objetivo principal foi descrever e analisar as experiências no parto de mulheres, verificar a incidência de violação de direitos e discuti-las com base na perspectiva dos direitos humanos e interdisciplinaridade. Busquei, ainda, discutir sobre violência e heteronomia feminina no momento do parto, ausência de dignidade e direitos humanos. Também procurei identificar o conceito de “parto digno” no grupo pesquisado, a expectativa das mulheres em relação ao parto e as experiências vivenciadas. A pesquisa foi realizada na cidade de Goiânia, capital do estado de Goiás. As entrevistas foram realizadas em uma creche pública. Todas as participantes tinham entre 18 e 45 anos e haviam passado pela experiência de parto entre 2009 e 2014. O questionário teve 33 perguntas sobre o parto, procedimentos médicos e assistência recebida. As participantes foram convidadas para falar

livremente sobre suas experiências de parto e sobre a assistência recebida – expectativas anteriores e realidade vivenciada. Os nomes das participantes foram modificados para garantir o sigilo.

Resultados e Discussão

Foi possível observar que, em relação à expectativa de parto e ao tipo de parto vivenciado, 57,58% das mulheres preferiam parto normal e apenas 33,33% dos partos aconteceram de acordo com o planejado por elas. Algumas participantes preferiam o parto normal na fase inicial da gravidez, mas mudaram de ideia ao longo da gestação devido a comentários que interferiram em suas decisões.

A cirurgia cesariana apareceu em mais da metade dos relatos de parto e a percepção de si mesma como ativa durante o parto esteve presente em 48,48% (dezesesseis) das entrevistadas, enquanto mais da metade (51,52% - dezessete) informaram que não se sentiram ativas no parto: “[...] *Mas era aquele negócio: “não pode beber água”, “não pode se mexer” “não pode virar a cabeça pro lado” e “colabora com a gente!”... Colabora com a gente? Este é o meu parto! Vocês é que tem que colaborar comigo [...]. (Relato de Lysandra Hylas – Expectativa inicial: parto normal sem intervenções. Parto realizado: Cesáreo).*” O trecho citado aponta a expectativa médica de passividade da parturiente no momento do parto e demonstram o desconforto delas diante de tais fatos. O relato de Lysandra Hylas traz à tona o desejo social de corpos dóceis, colaboradores, e evidencia também o discurso da parturiente em sua tentativa de retomar o controle e o protagonismo de seu parto, invertendo as posições a ela impostas: *“Este é o meu parto! Vocês é que tem que colaborar comigo!”*.

Entre as participantes que tiveram parto normal, o tempo de trabalho de parto variou entre três e dezenove horas. As mulheres informaram ter solicitado anestesia e em alguns casos, houve demora ou resistência médica em atender tal pedido. Duas participantes negras, informaram que a anestesia foi concedida quando deixaram de pedir e começaram a implorar. Até então, o discurso médico informava a estas mulheres que elas “são fortes” e “aguentam bem a dor”. A participante Ascia Monuste relata ter “ficado lá” durante um longo tempo e o “lá” indica um distanciamento entre a paciente e a equipe médica, um sofrimento solitário e não compartilhado ou recebido empaticamente, sendo ainda privada de alimentação e em constante dor, até o momento em que a participante declarou não aguentar mais.

Observa-se, tanto nos resultados quanto na literatura, que quando é realizada uma cesariana a mulher é condenada a outras cesarianas nos próximos partos. O chamado VBAC, parto vaginal após cesárea, é pouco considerado no meio médico conservador, sendo realizado principalmente por obstetras adeptos da humanização, que visualizam a necessidade da devolução do controle do parto para a mulher. Haddad e Cececati (2011) evidenciam que o sucesso do parto vaginal após cesárea tem se classificado entre 60% a 80%. Uma dos relatos informou: *“ depois que eu voltei na consulta de retorno a médica me disse: “não foi tão ruim assim, né? Você queria parto normal, mas não foi tão ruim o parto cesáreo”. E eu respondi: foi péssimo! E aí ela falou: “agora é tarde demais! Você já fez uma cesárea, todos os outros partos vão ser cesárea”. Sabe, aquilo acabou comigo. Eu estava na minha primeira semana de parida, como é que ela*

me fala uma coisa daquelas? Até hoje desencadeia um monte de pensamentos, que eu tento desconstruir, mas é complicado (Relato de Lysandra Hylas).” Nesse contexto, a relação de poder entre médico e parturiente ocorre porque quem possui mais conhecimentos exerce o poder sobre o outro, que aceita as decisões que lhe são impostas e que indicam insegurança por parte das mulheres quanto a questionamentos sobre o saber médico.

Em relação à presença de acompanhante, 60,61% (vinte) das mulheres informaram que não tiveram esse direito em todos os momentos do parto. A quantidade de participantes que relatou ter sentido medo pela própria saúde ou pela do bebê, foi 30,30% (dez) e 27,27% (nove) relataram sentimentos de insegurança, falta de acolhimento ou de informação por parte dos profissionais. Nos relatos é possível verificar que não faz parte da prática de muitos médicos (27,27%) orientar e informar as parturientes sobre os procedimentos realizados. “Quando terminou de costurar, *aí ela [a médica] falou pra mim: “você já está pronta”. Nem falou quantos pontos tinha dado, se tinha ponto, [não falou] de anestesia; não falou nadinha disso pra mim. (Drias Julia.* As solicitações de informações não são atendidas, o médico muda de assunto e não responde aos questionamentos da puérpera, gerando insegurança na mulher: “O hospital, a sala de parto, o centro cirúrgico parecia um açougue e tinha aquela tala que colocam nos braços da gente e era um pedaço de madeira... Amarrar os braços daquele jeito é normal? (Relato de Junonia. Expectativa: Parto Normal. Parto realizado: Cesáreo).” Embora possam existir várias justificativas para a contenção dos braços da parturiente no momento da cesariana, como pode ser percebido no relato anterior, Junonia e outras participantes da pesquisa perceberam este e outros procedimentos como métodos de controle. A mulher imobilizada, sem informação da equipe médica quanto aos procedimentos que serão realizados, sem autonomia e acolhimento é uma representação literal do controle, produção do saber e indução dos corpos a um estado de docilidade e submissão: “Eu fui super bem tratada, não tenho nada a reclamar. Mas eu fiquei bem caladinha, né? [...] Claro, porque eu queria ser bem tratada... Eu já fui [para a maternidade] sabendo que a mulher que grita [de dor] eles deixam lá... em um canto... esperando sem ser atendida [...]. (Relato de Drias Julia – Expectativa: Parto Normal. Parto realizado: Normal).”

O sentimento de desamparo esteve presente nos relatos de complicações pós-parto. Algumas participantes informaram também o descrédito dos médicos quanto às queixas de situações que indicavam que algo não estava bem após o nascimento do bebê. Os relatos evidenciam o silenciamento das humanidades, dos sentimentos, das sensações destas mulheres. É uma modalidade de ciência que cala o sujeito, ignora sua voz e sua dor para ouvir os exames e resultados. Não ignoro aqui a importância de tais tecnologias para a promoção da saúde, entretanto, é necessário olhar além dos exames e perceber a paciente como um ser humano completo, capaz de nomear seus sintomas, relatar suas dores e perceber sua situação física preocupante mesmo quando os resultados não indicam nada aparente.

Diversos tipos de complicações após o parto foram relatados pelas participantes, consequências emocionais que resultaram em traumas psicológicos, sofrimento e desejo de não ter mais filhos. O relato das mulheres, apesar de seu caráter potencializador resultante das memórias de sofrimento, tende a ser desacreditado por argumentos “científicos” advindos da Medicina. As mulheres que denunciam a

violência obstétrica estão reivindicando reconhecimento social da violência a que foram submetidas e, ao mesmo tempo, abalam saberes e práticas médicas que estão em vigor há séculos. O que essas mulheres estão questionando e denunciando como violência são tratamentos e procedimentos rotineiros no cenário médico e validados há muito pela Medicina, como é possível serem percebidos como violentos de repente (PULHEZ, 2013)?

Conclusões

O “parto digno” foi descrito pelo grupo pesquisado como composto por: ‘tratamento acolhedor’, ‘respeito’, ‘informação’, ‘segurança’, ‘autonomia’, ‘direitos assegurados’ e ‘presença de acompanhante’. Em vários trechos dos discursos das parturientes foi possível perceber o quanto as parturientes acionavam o poder e utilizavam seus corpos e seus discursos para contrapor o discurso dominante. Em falas como *“Este é o meu parto, você é que tem que colaborar comigo!”* ou em *“Eu sei dos meus direitos! Eu sou convalescente, mas eu não sou retardada!”* ficam evidentes as relações de poder entre parturiente e profissionais de saúde, bem como a elaboração de discursos femininos de autoproteção e exigência de seus direitos.

Quando uma mulher busca autonomia no contexto hospitalar, o comportamento dela altera uma prática médica estruturada de maneira hegemônica e, com isso, o profissional tem a sensação de perda de controle e, com isso, aparece a necessidade de reagir. Outros discursos se apresentam como contradiscursos e as respostas a isso evocam reações violentas, que tem o objetivo de controlar não apenas os discursos, mas também o corpo. Entende-se que as situações compreendidas como violência obstétrica não são planejadas maquiavelmente, mas são um efeito de um *modus operandi* que está prejudicando sujeitos e, portanto, precisa ser repensado. Compreender a assistência ao parto como uma questão de direitos humanos é considerar a amplitude de possibilidades e subjetividades diante do que pode ser compreendido como dignidade. É necessário seguir as recomendações da OMS e das Políticas Nacionais de Humanização, assim como é imprescindível também verificar as particularidades, preferências e contexto de cada pessoa atendida. Tal verificação só é possível com diálogo assertivo, investigador, explicativo e focado no bem-estar da paciente.

Referências

AGUIAR, Jananina M. **Violência institucional em maternidades públicas**: hostilidade ao invés de acolhimento como uma questão de gênero. 2010. Tese (Doutorado em Medicina Preventiva) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DINIZ, Carmem Simone G. **Assistência ao parto e relações de gênero**: elementos para uma releitura médico-social. 1997. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1997.

_____. **Entre a técnica e os direitos humanos**: possibilidades e limites da humanização da assistência ao parto. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

_____. Humanização da assistência ao parto no Brasil: os muitos sentidos de um movimento. **Ciências e saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 10, n. 3, set. 2005.

_____. O que nós profissionais de saúde podemos fazer para promover os direitos humanos das mulheres na gravidez e no parto. **Coletivo Feminista Sexualidade e Saúde**, São Paulo, 2003.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. **Microfísica do Poder**. O nascimento do hospital. 3. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1982. p. 99-111.

HADDAD, Samira E. M. T.; CECECATTI, José G. Estratégias dirigidas aos profissionais para a redução das cesáreas desnecessárias no Brasil. **Revista Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia**, Rio de Janeiro, v. 33, n. 5, maio 2011.

PAULA, Érica de; CHAUVET, Eduardo. Documentário. Longa-metragem “**O renascimento do parto**”, 2013.

PEREIRA, Wilza. R. **Poder, violência e dominação simbólicos em um serviço público de saúde que atende a mulheres em situação de gestação, parto e puerpério**. 2000. Tese (Doutorado em Enfermagem) - Enfermagem, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000. PULHEZ, Mariana. M. **A “violência obstétrica” e as disputas em torno dos direitos sexuais e reprodutivos**. Seminário Internacional Fazendo Gênero 10 (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2013.

SALGADO, Heloísa O.; NILY, Denise Y.; DINIZ, Carmem Simone G. Meio gogue e com as mãos amarradas: o primeiro contato com o recém-nascido segundo mulheres que passaram por uma cesárea indesejada. **Journal of Human Growth and Development**, v. 23, n. 2, p.190-197, 2013.

ZANETTI, Miriam R. D. et al. Episiotomia: revendo conceitos. **Femina**, v. 37, n. 7, jul. 2009.

SE ESSE BLOCO FOSSE MEU: DOMÉSTICAS DE LUXO NA TRAMA DE IDENTIDADES FEMININAS NEGRAS E DISPUTAS DE MEMORIA EM JUIZ DE FORA

Giovana de Carvalho Castro¹

Resumo: Domésticas de Luxo é uma associação da cidade mineira de Juiz de Fora, fundada em 1958 e que aceita apenas homens em sua formação. No carnaval seus integrantes saem às ruas pintados de preto, com perucas crespas, lábios vermelhos, vestidos e um avental para, segundo seus fundadores, tecer uma homenagem às mulheres negras. Nomeada entidade de utilidade pública pelo poder municipal o bloco possui solicitação de tombamento como bem imaterial, num momento de tensões acirradas já que, desde 2013, críticas lhe tem sido feitas, apontando-o como racista ao reproduzir, em suas fantasias, a prática do *black face*. A partir de tais questões, nosso objetivo é analisar como a perenidade de tal manifestação impacta nas reproduções de opressões perpassadas pelos vetores de raça, gênero e classe.

Palavras-chave: Black face, racismo, mulher negra, sexismo.

¹ Doutoranda em História – UFJF.
E-mail:giovanahistoria@bol.com.br

Introdução

A “Associação Recreativa Domésticas de Luxo”, fundada em 1958², se define como um dos “blocos mais tradicionais de Juiz de Fora e que tem como “principais características a irreverência e carisma de seus componentes”³, que, na foto, aparecem sentados na escadaria de um dos prédios públicos da cidade junto com uma citação de Hailé Selassié.



A soma desses elementos permite um olhar para uma nova historiografia, fazendo de Juiz de Fora um campo de análise privilegiado para pensar o racismo no Brasil, à sombra de um quadro nacional de novos protagonismos que colocam em discussão as representações do corpo feminino negro e de práticas discriminatórias.

Um ponto de partida deu-se em 2015, em função da peça “A Mulher no Trem”, e de um texto de Stephanie Ribeiro contra o uso de *blackface* na encenação. A peça foi substituída por um debate que buscava dar respostas acerca do racismo explícito nela, o que levou ao questionamento de diversas outras expressões similares em diferentes regiões brasileiras, abrindo espaço para que ativistas negras colocassem em questão a continuidade dessas práticas e sua ligação com o racismo. Como o bloco Domésticas de Luxo utiliza-se dos mesmos artifícios apontados como racistas na peça é à luz desses debates que o analisaremos.

2 Domésticas de Luxo. Site oficial disponível em: <https://www.domesticasdeluxo.com.br/>

3 Idem 1

Metodologia

No pós-abolição o Brasil assistiu a uma sucessão de políticas públicas e práticas culturais que construíram uma identidade mestiça e varreram para debaixo do tapete as dificuldades da inserção da população negra na sociedade brasileira, silenciando a dureza do racismo e seus diversos meios de atuação. Presumiu-se que não falar da cor implicava em não a pautar, evitando assim que debates sobre as desigualdades raciais ganhassem as ruas, através de um conjunto de ações que, desdobradas no público e no privado, cristalizaram a naturalização da subalternidade negra. Foram vários os caminhos para consolidação desse modelo e, talvez o mais poderoso deles tenha sido o das manifestações culturais.

Segundo MATTOS (1995) tudo isso entra em xeque como o surgimento de novas formas de pensar o ser negro, rompendo com o silêncio racial até então vigente. Reivindicar a condição de negro passou a implicar na inserção em uma memória coletiva pautada pela dor e não pela reprodução do riso gerado pelas representações caricatas que abundavam na cultura brasileira, e das quais *Domésticas de Luxo* é um exemplo, seguindo sua *tradição*, (determinando que) no *bloco* (desfilem) *somente homens fantasiados de domésticas, distribuindo balas e pintando o público com tinta preta*⁴.

Colocadas tais questões partimos para rastrear que dinâmicas originaram a prática de não negros caracterizar-se como “negros” e de como uma visão particular de um bloco masculino acerca de corpos femininos negros tornou-se um campo de tensões em Juiz de Fora. Munida desse conjunto de referências fomos em busca da compreensão de como, mulheres negras atuantes em movimentos sociais ressignificam, em temporalidades distintas, suas experiências com o bloco.

Resultados

Oriundo da sociedade estadunidense, o *black face* servia ao caricato e acabou transformando-se num estilo de entretenimento baseado em estereótipos racistas, reproduzidos nos shows de menestréis e que se perpetuou até a atualidade. Essa identidade de negros atribuída por brancos nasce permeada por relações de poder, pois, segundo HALL (2006), por serem representadas como um conjunto de significados, as identidades compõem um sistema de representação cultural que envolve linguagens, classificações e hierarquias que dão aos grupos que ocupam espaços de poder a autonomia de representar outras identidades de acordo com sua perspectiva, criando um “nós” normativo e padrão e um outro transformado em modelo de subalternidade, ou seja, o “não” nós. Nessa dinâmica a construção de um outro não branco restrito ao subalterno e ao ridículo define uma estética de leitura para essas identidades. Assim, instituída a prática, rapidamente ganhou força com um duplo objetivo: impedir o acesso de atores e atrizes negras, substituídos protagonistas brancos com as peles pintadas; e divertir

4 O Estandarte de Ouro. Disponível em <http://www.oestandarte.com.br/domesticas-de-luxo>. Acesso em 17/07/2018.

plateias brancas ridicularizando corpos negros, que, quando caracterizados como mulheres negras eram fixadas como a trabalhadora braçal, obediente e servil ou a negra lasciva cujo corpo estava sempre disponível para as investidas de qualquer natureza e fisicamente marcadas por nádegas volumosas, lábios rubros e grossos, linguajar rudimentar e com vestimentas associadas a naturalização de sua condição servil.

Vigorosos durante todo século XIX, tanto nos EUA como em partes da Europa, os shows de menestréis minguaram na virada para o século XX, mas a prática do *black face* manteve-se e com o nascimento do cinema nos anos 30 estourou nas telas com a mesma força construtora de sentidos, ratificando percepções preconceituosas sobre os negros e, em sua pedagogia perversa, rindo do outro assustador, degradando-o e controlando suas perspectivas de resistência.

A trajetória da representação do negro no Brasil em muito tangencia com a estadunidense já que aqui o *black face* apareceu em momentos diversos, mas majoritariamente manteve sua função original. Ao auto intitular-se um bloco caricato Domésticas de Luxo coloca o riso, assim como nas origens da prática, como margeador de suas apresentações, mas passível de novas leituras e protagonismos que o colocaram sob novas lentes. A primeira contranarrativa acerca do Domésticas de Luxo aparece no texto de Jarid Arraes que em sua essência⁵ denunciava o racismo explícito do bloco e naturalidade como a população local lidava com isso. Na esteira da publicação membros do Candaces⁶, levaram a público um texto⁷ que, assim descreve o bloco

Domésticas desfila durante o carnaval com os participantes tendo os seus rostos pintados de pretos, batom excessivamente vermelho e extrapolando os limites da boca para dar a ideia de lábios grossos, enchimento nas nádegas e roupas de empregadas domésticas. O estereótipo mais raso da negra subalternizada.

Esse debate ratifica a inserção de Juiz de Fora nas demandas da história das mulheres negras, numa nova abordagem acerca do seu protagonismo, que transcende as representações do carnaval.

Discussão

Numa luta histórica mulheres negras vêm apontando sua subalternização, invisibilidade e silenciamento no Brasil construindo novos paradigmas de análise que dessem conta de uma escrita sobre si. A partir dessa assunção entrevistamos três mulheres negras buscando compreender suas identidades

5 O texto integral da reportagem está disponível em <https://www.geledes.org.br/bloco-domesticas-de-luxo-onde-racistas-se-divertem/>

6 Candaces – Organização de Mulheres Negras e Conhecimento é uma organização composta exclusivamente por mulheres negras e que foi fundada em 2008 com pautas que perpassam pelo recorte de raça e gênero

7 6 CANDACES, 2015. Disponível em <http://desabafosocial.com.br/blog/2015/03/04/desvendando-a-cosmetica-sem-luxo-do-domesticas-de-luxo/>. Acesso em 25/07/2018

enquanto juizforanas e sua relação com o bloco Domésticas de Luxo. Nosso esforço implica em compreender como demandas externas permitiram a geração de uma nova relação com a memória da cidade que trouxe à tona uma nova percepção sobre ser mulher negra e sobre as representações em torno dos seus corpos, “(...) assim como novas reflexões e abordagens em relação à problemática dos deveres de memória e em relação ao trauma e ao legado da escravidão africana em nosso país.(...)”⁸

A primeira das entrevistadas, atualmente com 76 anos estende-se numa longa narrativa sobre o carnaval de Juiz de Fora à época dos ranchos e das escolas de samba.

A eterna Feliz Lembrança (...) depois vinha Turunas, era só branco, os brancos ricos. Depois, por volta dos anos 60, surgiu a Domésticas de Luxo que era só rapazes brancos que saíam. Era um impacto. Homens vestidos de mulher, maquiados, com a cara preta, chamava muita atenção. A gente tinha essa curiosidade de ir assistir⁹.

O nascimento do bloco Domésticas de Luxo como essencialmente composto por não negros é trazido à tona também. A não participação de negros no bloco se deve a um contexto nitidamente percebido

Juiz de fora era, ainda é, tanto racismo. Negro não ia se atrever. E eles também não iam convidar. Hoje não sei. Mas naquela época não. Era um bloco de classe média alta, filhos de médicos, de fazendeiros da região, gente muito rica. E aos nossos olhos eles investiam muito. Cada ano com roupas maravilhosas.

Em sua fala, ao ser perguntada sobre como descreveria a cidade à época do surgimento do bloco a depoente responde “(...) havia muita divisão em Juiz de Fora, divisão de ruas. E o carnaval era a mesma coisa. O carnaval começava com batalhas de confete. Os negros desciam a São João e a Marechal porque a (rua) Halfeld era só para os brancos. (...)”.

Enquanto mulher negra seu relato reflete uma perspectiva de uma percepção dual com relação à uma Juiz de Fora segmentada pela cor da pele e sua relação com o bloco, traduzida no fragmento abaixo em resposta à pergunta sobre As Domésticas de Luxo: “Talvez naquela época que nós não observamos isso fosse um deboche, ainda pode ser que seja. **Talvez naquela época era um deboche. E a gente não tinha essa noção. (grifo meu)**”

Essa “simplicidade” ou “não noção” se constrói num exercício de silenciamento racial que marca as relações raciais no Brasil. O não dito simbolizado na marcação das ruas e na distribuição dos corpos na guerra de confete sinaliza para uma geografia da exclusão expositora das tensões raciais na cidade. Tensão esta explícita na fala da segunda entrevistada que soube do bloco através de uma matéria de

8 MATTOS, Hebe; ABREU, Martha e GURAN, Milton. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil.** *Estud. hist.* (Rio J.) [online]. 2014, vol.27, n.54, pp.255-273. ISSN 0103-2186. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862014000200003>

9 Entrevista concedida à pesquisadora em 11/07/2018

televisão e logo depois teve acesso ao texto de Jarid Arraes. Foi através desse texto que o incômodo com a entrevista se materializou numa amplitude compreensiva que lhe deu um novo lugar de fala

Porque é um absurdo. Nos desqualifica completamente. Coloca uma peruca. O rosto, aquele batom. Eu vi um cara que tinha um batom vermelho. Tudo no que a sociedade nos desqualifica eles levam pro lado do deboche¹⁰

A desqualificação da mulher negra, sua sujeição a subalternidade, a negação de uma estética positiva acerca do seu corpo e a hiperssexualização apontadas por pesquisadoras precursoras como Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro e Luiza Bairros dão novo tom a essas leituras identitárias ao mesmo tempo em que se rebelam contra os elementos constituintes das práticas de *black face* relativos à mulheres negras.

No ano de 2018 o desfile do bloco foi perpassado por uma manifestação que, de forma pública, apontava o racismo das fantasias denunciado através da prática do *black face*. Esse novo movimento sintetiza uma nova forma de identidade coletiva apontando que

identificação coletiva é sempre processo e construção e só pode ser entendida levando em conta contextos históricos e políticos. Tanto o silêncio sobre a cor como ética social, quanto sua reivindicação, hoje, como bandeira de luta, são frutos diferentes da presença difusa do racismo na sociedade brasileira em suas complexas relações com a memória do cativoiro.¹¹

Essa complexidade se explicita na fala da última das entrevistadas e uma das organizadoras do protesto. Com 19 anos ela aponta que “quando a violência é naturalizada (...) aderimos à ela como se fosse normal.”¹²

Protestávamos pelo direito de termos nossos corpos respeitados, de não sermos alvo de chacota explícita como no bloco, pelo direito de não sermos associados quase que única e exclusivamente à profissões que nos remetem a um passado doloroso. Apesar do fato de sermos maioria em alguns setores de prestação de serviços, é nosso direito sermos vistos enquanto pessoas, pra além das profissões que nos são quase que impostas.

Conclusões

O reconhecimento da prática do *blackface* no bloco Domésticas de Luxo é signo das tensões raciais que historicamente foram silenciadas no país. Uma historiografia única com apelo à tradição vem sendo revisitada pela produção de novos lugares de fala e de novos construtores de discurso como vozes

10 Entrevista concedida à pesquisadora em 13/07/2018

11 MATTOS, Hebe. **Remanescentes de comunidades de quilombos: memórias do cativoiro e políticas de reparação no Brasil**. REVISTA USP, São Paulo, n.68, p. 108, dezembro/fevereiro 2005-2006.

12 Entrevista concedida à pesquisadora em 20/07/2018

subalternas que, em oposição às narrativas hegemônicas, atualizam relações sociais e expõem que o racismo *não pode ser pensado apenas a partir da intenção, mas a partir da recepção da obra, e da enorme distância entre as duas pontas.*¹³

A negação do racismo que configurou o Brasil como desprovido de conflitos raciais vem sendo desconstruída por diversas vezes que traduzem em suas experiências uma outra história. Inegavelmente Juiz de Fora, com suas Domésticas de Luxo de lábios vermelhos e exagerados, roupas coloridas, nádegas enormes e rostos pintados de preto coloca-se na rota da reprodução de uma prática que, em suas origens e perpetuação, ridiculariza e subalterniza corpos negros. A negação de tal assunção liga-se a um quadro de negação do racismo em si, implícito nas interações de uma sociedade construída na forja das tensões raciais, mas silenciando-as. O site do bloco do qual foi retirado a foto e a citação que iniciam esse artigo são pistas fundamentais para assinalarmos que a negação justificada é sintomática de uma identidade difusamente justificada. Concomitantemente às mudanças nas vozes subalternas de mulheres negras, atreladas à novas atuações mediante as sequelas de um passado escravocrata, temos também novas construções acerca do racismo e seus efeitos nos sujeitos que necessitam ser ressignificadas sob o risco da cristalização de estruturas que não apenas reproduzem o racismo, mas também o atualizam vinculando indelevelmente o *black face* ao seu objetivo original: desqualificar e estereotipar pessoas negras. A peça A mulher no Trem? Ganhou nova estrutura visual. Os atores não mais têm seus rostos pintados de preto, mas de cores várias, as perucas crespas foram banidas e as bocas não mais são de um vermelho aberto e gritado. Nas negociações tensas entre subalternos e hegemônicos lugares de fala se marcam a partir de lugares de escuta.

13 BECHARA, Márcia. **Blackface: “Brincar com a raça é privilégio de brancos”, diz sociólogo francês**, 2017. Disponível em <http://br.rfi.fr/franca/20171221-blackface-brincar-com-raca-e-privilegio-de-brancos-diz-sociologo-frances>. Acesso em 15/07/2018

Referências

ABREU, Martha. **Da senzala ao palco: canções escravas e racismo nas Américas, 1870-1930**. Campinas: Editora da Unicamp, 2017.

BECHARA, Márcia. **Blackface: “Brincar com a raça é privilégio de brancos”, diz sociólogo francês**, 2017. Disponível em <http://br.rfi.fr/franca/20171221-blackface-brincar-com-raca-e-privilegio-de-brancos-diz-sociologo-frances>. Acesso em 15/07/2018

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro. DP&A, 2006.

MATTOS, Hebe Maria. **Das cores do silêncio: os significados da liberdade no Sudeste escravista**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha e GURAN, Milton. **Por uma história pública dos africanos escravizados no Brasil**. *Estud. hist.* (Rio J.) [online]. 2014, vol.27, n.54, pp.255-273. ISSN 0103-2186. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-21862014000200003>. Acesso em 30/06/2018

MATTOS, Hebe. **Remanescentes de comunidades de quilombos: memórias do cativo e políticas de reparação no Brasil**. *REVISTA USP, São Paulo*, n.68, p. 104-111, dezembro/fevereiro 2005-2006.

ARRAES, Jarid. **Domésticas de Luxo: Onde os Racistas se divertem**. 2015. Disponível em [https://www.revistaforum.com.br/bloco-domesticas-de-luxo-onde-racistas-se-divertem/Domésticas de Luxo](https://www.revistaforum.com.br/bloco-domesticas-de-luxo-onde-racistas-se-divertem/Domésticas%20de%20Luxo). Site institucional disponível em: <https://www.domesticasdeluxo.com.br/>

O Estandarte de Ouro. Disponível em <http://www.oestandarte.com.br/domesticas-de-luxo>. Acesso em 17/07/2018

CANDACES, 2015. Disponível em <http://desabafosocial.com.br/blog/2015/03/04/desvendando-a-cosmetica-sem-luxo-do-domesticas-de-luxo/>. Acesso em 25/07/2018

CONTRATOS FLEXÍVEIS NA ECONOMIA SEXUAL DA PRIVACIDADE: O NÃO LUGAR DO SUPERMERCADO NA ZONA SUL DE NATAL-RN

Ribamar José de Oliveira Junior¹
Lore Fortes²

Resumo: A partir da relação conceitual entre a heterotopia (FOUCAULT, 1986) e o não lugar (AUGÉ, 1992), o presente trabalho tem como objetivo perceber como se relacionam os desejos desviantes em um anúncio de prostituição masculina na porta do banheiro de um supermercado da zona Sul da cidade de Natal, Rio Grande do Norte. Ao levar em consideração os códigos-território (PERLONGHER, 1987) de acesso aos desejos posicionados na ordem coercitiva espacial dos corpos, pretende-se refletir, a figura do “pai de família” e a atração pelos não lugares. Com auxílio da metodologia etnográfica de Miskolci (2017), procura-se pensar como contratos flexíveis podem desenvolver sociabilidades capazes de romper em partes com uma economia sexual neoliberal da privacidade e a matriz normativa familiar.

Palavras-chave: Heterotopia; Desejo; Urbanidade.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN).

2 Professora do Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Introdução

“Como sua esposa”, dizia um recado seguido de telefone com DDD 84 na porta de uma cabine no banheiro masculino de um supermercado na zona Sul da cidade de Natal, RN. A letra, escrita com pincel para quadro branco azul, parecia ter sido cunhada há algumas semanas depois que foi vista, pois apresentava marcas de apagamento e cor desbotada. Do lado de fora da cabine, homens lavam e secam as mãos no banheiro. Do lado de dentro do supermercado, famílias, em sua maioria heterossexuais e cisnormativas, transitam nos corredores dos alimentos e pagam suas compras entre os balcões dos caixas eletrônicos.

A cena corriqueira descreve o funcionamento diário de um supermercado, de domingo a domingo. Localizado no bairro Capim Macio da zona Sul — cercada nos bairros Lagoa Nova, Nova Descoberta, Candelária, Pitumbu, Neópolis e Ponta Negra — da capital do Rio Grande do Norte, o espaço está inserido em um recorte geográfico que possui os principais hotéis, restaurantes e shoppings da cidade, assim como, em sua maioria, abriga o perfil de morador classe média alta e classe alta. Além disso, como explica Viana Barroso (2003), Capim Macio possui o melhor Índice de Qualidade de Vida (IQV) com 0,82. A zona Sul de Natal é a única que apresenta nenhum índice baixo, chegando apenas ao nível de médio entre os bairros de Ponta Negra e Nova Descoberta, nos índices de 0,64 e 0,57, respectivamente. A renda média mensal dos habitantes, em 2008, chegou até 11,62 salários mínimos.

O que se pretende com a exposição dos dados estatísticos do recorte geográfico em que se insere a análise é situar a discussão a partir das relações estabelecidas no supermercado, sendo este um espaço de sociabilidade e de sentido voltados para o consumo. Diante disso, o presente texto procura perceber através do recado na porta do banheiro do supermercado como se relacionam os desejos desviantes em um anúncio de prostituição masculina enunciado e direcionado para a dinâmica conjugal de uma instituição familiar. É importante considerar o supermercado como espaço de privilégio, acima de tudo privatizado, em que a família de gêneros legíveis (BUTLER, 2003) performam modelos identitários-figurativos em processos de subjetivação guiados pela heteronorma.

Desde a escrita da tinta fresca do pincel na cabine, apagada semanas depois após a terceira ida ao local durante a escrita deste texto, até a escolha do supermercado e do público do anúncio, evidenciam reflexões diante de estratégias do desejo, também guiadas por uma finalidade comercial. Portanto, pensa-se nas linhas dos códigos-território (PERLONGHER, 1987) para entender como o acesso aos desejos, posicionados na ordem coercitiva espacial dos corpos e privada das relações sociais, ocorre no negativo lugar (AUGÉ, 1992). Quando Augé (1992) considera os hipermercados como não-lugares, ou seja, espaços de circulação e atração, o autor destaca a contratualidade das relações estabelecidas entre esse lugar que permite a passagem a virtualização do próprio sujeito em *outros*.

Assim, reflete-se na condição de não-lugar do supermercado, quais contratos, “solitários” ou não, são tecidos nas malhas do desejo inserido em uma *outra* rota de consumo dos prazeres e atravessados pela lógica rígida do arranjo familiar. Entende-se que nas relações virtualizadas pelo anúncio existem contratos flexíveis que permitem, pelo canal do prazer, romper em partes com uma economia sexual neoliberal da privacidade engessada, nesse caso, no binômio normativo familiar.

Antes de tudo, pensa-se na possibilidade do anúncio de prostituição masculina induzir a ruptura na instituição da família e desmontar os limites institucionalizados pelo corpo social através de contratos flexíveis que permitem a subversão, mas colaboram para uma economia da privacidade. Procura-se entender se esses contratos flexíveis colaboram, no eixo da esfera pública e privada, para o rompimento de normas de gênero ou para a reprodução das mesmas baseada no modelo familiar.

Heterotopia e não-lugar

“O não lugar é o espaço dos outros sem a presença dos outros, o espaço constituído em espetáculo” (AUGÉ, 1994, p. 167). Ao trazer a distinção entre “lugar antropológico” e “não lugar”, Augé (1994) considera que, na relação entre ambas as definições, a noção de alteridade perpassa a simbolização e a organização dos grupos sociais. O autor define três tipos de alteridade: social, íntima e completa. Entende-se que na relação dos desejos desviantes provocados pelo anúncio, as alteridades sociais e íntimas conduzem a análise, principalmente, por se derivar a partir dos recortes de classe, idade e sexo e por evidenciar a capacidade “de fazer a si próprio” de cada sujeito, respectivamente.

No período entendido por Augé (1994) de *sobremodernidade*, o excesso de imagens, as vertigens dos acontecimentos e a grande referência espacial e individual acarreta a perda do outro. Pois, dessa forma, o outro é alcançado a partir do eu na leitura do não lugar. Uma das capacidades dos não lugares é causar a perda de nós mesmo como grupo. Nesse aspecto, é possível mencionar o que o autor considera ser a contratualidade solitária estabelecida na virtualização do não lugar. Como afirma Sá (2014),

os “não lugares” permitem uma grande circulação de pessoas, coisas e imagens em um único espaço, por outro transformam o mundo em um espetáculo com o qual mantemos relações a partir das imagens, transformando-nos em espectadores de um lugar profundamente codificado, do qual ninguém faz verdadeiramente parte. (SÁ, 2014, p. 211).

Assim, considera-se que a mensagem fática do recado na cabine do banheiro do supermercado codifique e virtualize o espaço, visto como não lugar, transformando os espectadores a partir da imagem subjetivada e desviada dos usos dos prazeres. Ainda, percebe-se à priori a partir da noção de contratualidade solitária de Augé (1994) que, quando direcionado para o público/espectador da família, contratos flexíveis repositionam as relações de gênero e sexualidade, tanto para romper como para colaborar com a normatividade das práticas sexuais.

Quando ocorre a substituição do espaço real para o espaço virtual, ou seja, do banheiro de um supermercado para uma rede de prazeres subversivos evidenciados por uma contratualidade flexível do corpo, é possível destacar que, como explica o autor, os não lugares são mais constrangedores do que libertadores. “Trata-se de um espaço de circulação e movimento, de passagem, onde o que está em causa é o objetivo que se quer atingir (chegar a um local, comprar um objeto)” (SÁ, 2014, p. 214). Nesse sentido, Augé (1994) aponta que existe uma atração pelos não lugares, exatamente pela fuga da rotina

e da experiência em anonimato. No caso, o recado foi escrito na porta do banheiro por ser um lugar de passagem e por evidenciar uma experiência de anonimato dos usos dos prazeres.

Portanto, é possível além de considerar o banheiro do supermercado como não lugar, relacionar o supermercado como o conceito de heterotopia de Foucault (1986), principalmente, nas definições de heterotopias da crise e do desvio. Para o autor, heterotopia perpassa a ideia de manifestar um lugar imaginado a partir dos desdobramentos sociais, ou seja, apresenta a confluência de espaços. “A heterotopia tem o poder de justapor em um só lugar real vários espaços, vários posicionamentos que são em si próprios incompatíveis” (FOUCAULT, 1986, p. 418). Segundo Foucault (1986), a heterotopia funciona plenamente quando há um encontro através de uma ruptura absoluta com o tempo tradicional.

No caso da heterotopia da crise, Foucault (1984) destaca a escola e a instituição militar para explicar a atuação heterotópica desses espaços em expressar a sexualidade fora da construção familiar, idealizada no bem-estar moral e no vínculo cristão. Ao mesmo tempo que o supermercado é visto como espaço de performatividade (BUTLER, 2003) da família tradicional, o banheiro do local é espaço de expressão da sexualidade que destoa a prevenção social moral. É nesse sentido que também é possível falar da heterotopia do desvio, pois há dois tipos de sujeito acionados pelo anúncio no banheiro, pois ao mesmo tempo que o desejo traduzido em “como sua esposa” desestruturaria o vínculo familiar, contribui para a estruturação de usos desviados dos prazeres na própria condição de norma vigente.

Nesse sentido, vale dizer que o não lugar do supermercado possa ser espaço de exploração da própria sexualidade fora do binômico engessado da pureza, do espaço privado e da interferência religiosa na condição de status quo da categoria normativa de família vigente na sociedade. Através dessa relação entre não lugar e heterotopia, é possível pensar os contratos flexíveis e a arquitetura da economia sexual do prazer e na publicitação de atos subversivos, lidos como abjetos socialmente.

Da porta da cabine

Berenice Bento (2017) traz a metodologia de Miskolci em Desejos Digitais a partir de “observação acompanhante”, entrevistas abertas, observação, interativa nos aplicativos, pesquisa histórica, etnografia e lurking (observação on-line de plataforma). O uso de entrevista aberta se fez necessário para que partir de narrativas individuais, fosse possível relacioná-las com os contextos sociais das práticas sexuais. Além disso, trabalhou-se com observação interativa em rede social, e etnografia (MISKOLCI, 2017). Foi entrevistado o Garoto I³ que escreveu um anúncio de prostituição no banheiro do supermercado.

O contato que se deu desde o primeiro momento na posição pesquisador e interlocutor, ocorreu do macro para o micro das relações e dos processos de individuação dos sujeitos envolvidos. O Garoto I tem 34 anos e é profissional do sexo há 7 anos, cozinheiro e bissexual, ele atende uma demanda de casais, mulheres e “rapazes da alta sociedade”⁴ natalense. A escolha do banheiro do supermercado foi

3 Dados produzidos dia 3 de agosto de 2018, via WhatsApp.

4 O Garoto I deixou a resposta da pergunta “O que são rapazes da alta sociedade natalense?” em branco.

“porque já é um lugar onde muitos casados procuram”, diz ele. Os públicos alvos de homens casados, segundo ele, procuram o seu serviço porque “gostam de curtir e ver suas esposas sendo penetrada”, explica. O contato evidenciado no não lugar, ocorre mediante confirmação de horário e de lugar, geralmente, o lugar preferido das relações é o motel. A faixa etária dos clientes é de 10 a 50 anos. O Garoto I atende também em João Pessoa, Recife, e Campina Grande.

Quando perguntado sobre sua orientação sexual, ele responde “ativo”. Mas em seguida, confirma a bissexualidade. Em alguns casos, ele relata que até é passivo. O Garoto I não tem outro tipo de vínculo com as pessoas envolvidas no programa para além do contato sexual, ele explica que muitos casais que o procuram tem, inclusive, filhos. Em um mês, ele chega a atender cerca de 15 a 20 casais. A maioria dos casais atendidos moram em Ponta Negra, bairro próximo a Capim Macio. Muitos são turistas. O preço do encontro varia entre 100 a 250 reais, pois se deriva em “sexo sem penetração, com penetração e com fantasias”. O mais procurado é com penetração e com fantasias sexuais. As pessoas sempre procuram mais de uma vez o serviço do profissional do sexo.

Considerações finais

Ao considerar o papel privilegiado ideário do indivíduo burguês como agente e referente da masculinidade, ou seja, transeunte do lugar do supermercado, considera-se não só a colaboração do mesmo nos contratos flexíveis da privacidade, mas como também a fissura na estrutura rígida institucional a partir do não lugar. Se o Garoto 1 considera que o anúncio está no supermercado localizado na zona Sul de Natal pelo motivo da procura de “pais de família” pelo serviço, entende-se que o contrato flexível na relação heteronormativa de família é direcionada pela produção performática do “pai”.

Os contratos flexíveis se assemelham as definições de Rosa (2017) sobre a economia sexual da privacidade, principalmente, pelo fato de que podem corromper “as seguras intimidades e privacidades para lubrificar, reorganizar e escancarar pelas entranhas digitais, a condição ainda esperada do binômio natureza/tecnologia, agir como (re)encenação cotidiana e

familiarista dos padrões capitalistas” (ROSA, 2017, p. 332). O supermercado, como espaço em que a instituição da família performa com ênfase a heteronormatividade, elabora a partir do banheiro, visto como arquitetura tecnoviva, contratos flexíveis na organização social de práticas subversivas. O relato do Garoto I, aponta para a percepção de uma possível categoria de “pai de família”, pelo trânsito e pela sociabilidade no supermercado, relacionada com os contornos do ideário do indivíduo burguês, visto em Rosa (2017), que pode, em certa medida, tanto colaborar para economia de privacidade, como também subverter.

Referências

AUGÉ, Marc. **Não-lugares**. Papyrus Editora, 1994.

BARROSO, Arimá Viana. **Mapeando a qualidade de vida em Natal**. Setor de Estatística e Informação. Prefeitura Municipal de Natal: Departamento de Estudos e Pesquisas. 2003.

BENTO, Berenice. Máscaras heterossexuais, desejos homossexuais. **Cadernos Pagu**, n. 51, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Editora Record, 2003.

FOUCAULT, Michel. Other spaces+ the principles of heterotopia. **Lotus International**, v. 48, p. 9-17, 1986.

MISKOLCI, Richard. **Desejos Digitais**: uma análise sociológica por parceiros on-line. São Paulo, Autêntica, 2017.

PERLONGHER, Nestor Osvaldo et al. **O negócio do michê**: prostituição viril em São Paulo. 1986.

ROSA, André Luís. **corpxs sem pregas: performance, pedagogia e dissidências sexuais anticoloniais**. Tese de Doutorado. 00500: Universidade de Coimbra, 2017.

SÁ, Teresa. Lugares e não lugares em Marc Augé. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, v. 26, n. 2, p. 209-229, 2014.

DISCUTINDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO FORMAL: TECENDO CAMINHOS PARA O RESPEITO À DIVERSIDADE SEXUAL

Máira Bianca Sodré da S. Sarmanho¹
Roosyelma Priscilla Neves dos Santos²

Resumo: A escola não é isenta das manifestações de ordem heteronormativa, resultando em um processo educacional excludente. Este trabalho irá discutir sobre a questão de gênero e sexualidade na educação formal na perspectiva de tecer caminhos para o respeito à diversidade sexual. Realizamos revisão bibliográfica, análise qualitativa e quantitativa, aplicamos pesquisa de opinião na Escola Alexandre Zacarias de Assunção, em Belém/PA, com 08 profissionais e 22 estudantes do terceiro ano do Ensino Médio. Todas/os concordaram com a relevância da discussão deste assunto na escola, pois previne diversas formas de preconceitos e promove o reconhecimento do seu próprio corpo. Logo, analisamos que ao discutir essa temática a escola contribui para construir, sujeitos críticos e solidários.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Educação Formal.

1 Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ), graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA) e especializanda em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC).
E-mail: mairabianca11@gmail.com.

2 Graduada em Serviço Social pela Faculdade Metropolitana da Amazônia (FAMAZ) e especializanda em Planejamento e Gestão de Políticas Públicas para as Mulheres na Amazônia pela Escola Superior Madre Celeste (ESMAC).
E-mail: priscilla_neves03@hotmail.com

1- Introdução

Este artigo visa promover o debate sobre gênero e sexualidade, levando em consideração o papel fundamental que a educação formal adquire, no sentido de, impulsionar o respeito e a valorização da diversidade sexual, bem como, ações que promovam a discussão desses temas, motivando a reflexão individual e coletiva e contribuindo para a superação e eliminação de qualquer tratamento preconceituoso.

Pois, considerando que apesar da relevância que merecem este tema, ele ainda é pouco e debatido no ambiente escolar, entretanto, devemos salientar que a experiência educacional de pessoas LGBT's perpassa por várias formas de violência física e simbólica (agressões físicas e verbais, discriminação, isolamento, negligência, assédio) acontecendo dentro do próprio espaço escolar, perpetradas não só por outros estudantes, como também por gestores e profissionais da educação.

Além, do processo neoconservador instalado no Brasil com posse do presidente eleito em 2018, que nos obriga a discutir sobre a prevenção da vida, da identidade de gênero, da orientação sexual e da desmistificação de fake news com relação as/os LGBT's, como pauta urgente. Bolsonaro impulsiona, como presidente do país, o ódio e o desejo da morte dos integrantes das letrinhas, esse comportamento é inaceitável e vai de encontro com os Direitos Humanos.

Portanto, fazer uma pesquisa de opinião com essa temática na escola foi desafiador justamente por todo processo instalado durante todos esses anos e intensificado com a candidatura do tal presidente, que nos diz existir apenas homens e mulheres heterossexual e somente eles e elas devem se relacionar efetivamente e usufruir todo e qualquer direito, os "demais" são marginalizados pecadores que habitaram o inferno descrito pelos cristãos.

Para realização da pesquisa foi realizado de pesquisas bibliográficas, análise qualitativa e quantitativa e aplicamos pesquisa de opinião acerca da discussão de gênero e sexualidade na educação formal. As entrevistas foram realizadas no mês de Maio de 2018, com 04 (quatro) professoras, 03 (três) professores, 13 (treze) alunas e 06 (seis) alunos do terceiro ano do Ensino Médio, da Escola Alexandre Zacarias de Assunção (EEEM), localizada no bairro do Guamá, na cidade de Belém/PA.

Todos os questionamentos por parte dos/as estudantes, as colocações, as afirmações e o desejo de querer apreender mais sobre o assunto, nos mostrou que o ambiente escolar é um dos instrumentos para superação e prevenção das discriminações contra a diversidade sexual. Os/as estudantes, mesmo sem muitos conhecimentos sobre o assunto, demonstraram que o assunto é importante não só pela prevenção de preconceitos e sim por possibilitar a aceitação de sua sexualidade e do reconhecimento do seu próprio corpo.

O presente estudo está estruturado da seguinte forma: no primeiro item, inicialmente, apresentamos considerações que possibilitem reflexões e explicitações sobre as práticas culturais e sociais, no qual imprime na sociedade a imposição da "heterossexualidade" como a única orientação sexual considerada legítima e saudável, provocando a exclusão de pessoas LGBT's.

Em seguida, discutimos a relevância de uma educação formal em discutir as temáticas de gênero e sexualidade, visto que podem contribuir para a convivência com a diversidade, o respeito, o reconhecimento e a valorização do/a outro/a, e não ter medo daquilo que se apresenta inicialmente como diferente. Esses são passos essenciais para a promoção da igualdade de direitos.

Por fim, nas considerações finais, expomos ideias sintetizadas da análise desenvolvida durante a construção deste trabalho, sobre a relevância das temáticas em questão no campo educacional. Ademais, enfatizamos que são temas que contemplam a resistência, por meio da formação de lutas por direitos e contra formas de violência e de opressão estabelecidas no cotidiano.

2- Uma breve abordagem sobre gênero e sexualidade.

Homens e mulheres foram e são estereotipados/as diariamente, seus comportamentos são controlados pelo o que se diz ser certo e/ou errado socialmente. As regras são claras: aos homens cor azul, para as mulheres o rosa, para os homens o privilégio de brincar com os mais belos carros de corridas, para as mulheres a casinha cor de rosa e a boneca para dá de “mamar”.

Estas regras são construídas desde o nosso nascimento, logo, cada criança aprende o que é ser um menino ou uma menina, ambos ocuparão lugares diferentes na sociedade. Tais regras são construídas através de aprendizagens e práticas, que são repassados por instâncias e espaços sociais como a Igreja, escola, família, mídia e entre outros.

As diferenças construídas entre meninos e meninas perpassam pelo jeito de se vestir, pela relação com o próprio corpo, pela divisão do trabalho, dentre outras, dessa maneira, as crianças aprenderão que há coisas no universo feminino que são proibidas para os homens e vice-versa. Nesse vai e vem de características e significados o que se põem a verificar são construções do que é ser o homem e a mulher, do que podem ou não fazerem por regras não absolutas construídas socialmente.

Deste modo, destaca-se nessa fala a palavra socialmente, pois, esta construção vai muito além do que a biologia diz com exatidão, homens possuem pênis e cromossomos XY, mulheres possuem vagina e cromossomos XX. Pois, a configuração de como nossa sociedade define um homem e uma mulher é socialmente construída, próprio de cada tempo e cada cultura, visto que, ao longo da história as sociedades organizam as distinções e as relações sociais através do gênero.

Mas, o que é gênero? De acordo com Scott (1995), é uma categoria de análise que afirma as distinções sociais entre os sexos (masculino e feminino) ao mesmo tempo em que se estabelece como elemento constitutivo das relações sociais entre homens e mulheres, explicitando que não é possível compreendê-los em separado ou ainda compreender a categoria como sinônimo de mulheres.

Partindo da discussão proposta por Scott (1995), gênero pode ser considerado como uma categoria de análise que tem sua “origem” com e nas relações sociais, interligada com outras categorias como: classe, raça, etnia, etc. Para a autora mencionada, “[...] o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder.” (SCOTT, 1995, p. 86).

Segundo Lins (2016, p. 25), “[...] o termo “gênero” se popularizou na década de 1990, mas começou a ser utilizado pela teoria social na década de 1970 como forma de propor novas maneiras de pensar as noções de feminino e masculino, além das explicações biológicas, inserindo-as em relações sociais de poder.”. Ratificando, que as noções de gênero problematizam a ideia de que a biologia do corpo determinaria totalmente o comportamento dos indivíduos.

Por isso, é importante salientar, que as propostas deferidas de acordo com nosso sexo biológico nem sempre são correspondidas, ou muito menos definem a nossa identidade de gênero. Cada pessoa, a partir da sua vivência, potencializará uma relação particular com o universo masculino/feminino e construirá sua própria identidade de gênero.

Jesus (2012) conceitua identidade de gênero como a forma de como as pessoas se sente internamente/externamente para se expressar diante da sociedade, é subjetivo, e pode corresponder ou não com as expectativas sociais, podendo obter modificações externas, como mudanças corporais, maneira de se expressar, de falar e vestir.

Por esse motivo, é relevante pensar, que nem todas as pessoas que nascem com um pênis irá se comportar como “homem” ou se sentir atraído afetiva e sexualmente por mulheres e somente com elas manter relações sexuais, uma vez que, existe uma variedade de seres humanos, no qual demonstram outras combinações entre o corpo, identidade, desejos e práticas sexuais.

Logo, faz-se necessário compreender, a diferença entre identidade de gênero, desejo afetivo e sexual e genitália: 1) Identidade de gênero: É como uma pessoa se vê e como se mostra para o mundo, como pensa, se veste ou age, podendo ser cisgênero³ ou transgênero⁴; 2) Desejo afetivo e sexual: Diz respeito a quem se sente mais atraída afetiva e sexualmente, sendo ela uma pessoa do mesmo gênero, de gênero diferente ou ambos os gêneros; 3) Genitália: se refere ao que pode ser identificado como referencial do corpo da pessoa, neste caso, se a genitália é um pênis, uma vagina ou um genital ambíguo (LINS, 2016, p.69).

Observando essas diferenças se destaca que sexualidade e gênero são dimensões diferentes que agregam a identidade pessoal de cada pessoa.

“[...] Ambos surgem, são afetados e se transformam conforme os valores sociais vigentes em uma dada época. São partes, assim, da cultura, construídas em determinado período histórico, ajudando a organizar a vida individual e coletiva das pessoas. Em síntese, é a cultura que constrói o gênero, simbolizando as atividades como masculina e feminina.” (BRASIL, 2009, p. 47).

3 CISGÊNERO/CIS: são pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi atribuído pelos pais, médicos e pela sociedade desde seu nascimento do indivíduo (A HISTÓRIA DO MOVIMENTO LGBT. Fonte: http://www.recursohumanos.sp.gov.br/lgbt/cartilha_diversidade.pdf).

4 Transgênero é um termo amplo usado para falar de uma diversidade de pessoas cuja as histórias, corpos e formas de se reconhecer podem ser bem diferentes, mas que compartilham o fato de terem sua identidade de gênero oposta ao seu sexo biológico, assumindo papel de gênero diferente daquele imposto pela sociedade. Fonte: <http://www.recursohumanos.sp.gov.br>.

Foucault (1988) discorre, em sua obra “História da Sexualidade: a vontade de saber”, que existiu e ainda existem diversas formas de perceber a sexualidade, isso significa que as formas como vivemos hoje o afeto, as relações e o prazer não são as únicas, nem as primeiras, nem as últimas, o que parece constante e imutável pode estar se transformando radicalmente, desta forma:

“[...] A sexualidade é o nome dado a um “dispositivo histórico”, influenciado pela construção e correlação de fatores: “biológicos, psicológicos, sociais, econômicos, políticos, culturais, éticos, legais, religiosos e espirituais”, não se ordena obrigatoriamente em função da reprodução” (FOUCAULT, 1988, p. 100).

Entretanto, sabe-se, conforme, Foucault (1988), que em dada época a sexualidade passou a ser “administrada” sobre o poder do cristianismo, dirigida sobre a ordem de “Deus”, cabendo às pessoas, respeitarem as regras da heteronormatividade⁵, caso ao contrário, elas eram simbolizadas como “pecaminosas”. Arelado a estas questões religiosas, o desenvolvimento do sistema capitalista tornou a heterossexualidade uma ferramenta para gerar lucro, valor e mercadoria⁶, como salienta, Teixeira (2007), o sistema capitalista, objetiva a sexualidade na ordem heteronormativa para multiplicação de mão de obra e reprodução do capital.

A sexualidade vista a partir desta percepção, acaba por provocar a exclusão de pessoas LGBT⁷, as quais não se encaixam, principalmente, nos padrões heteronormativos e que assumem um papel de gênero diferente daquele imposto pela sociedade, gerando, por exemplo, o surgimento de preconceitos e discriminações, como a LGBTfobia⁸. Mas, qual a relação entre gênero e sexualidade com a educação formal?

3- A educação formal frente ao preconceito e a promoção do respeito à diversidade sexual.

A escola sendo uma instituição parte desta sociedade não ficaria isenta das manifestações de ordem heteronormativa proposta por esta sociedade, equivale a um processo educacional muitas vezes, traumática, sobretudo, as pessoas que contrariam mais fortemente as expectativas de comportamento de gênero, fomentando um processo discriminatório e excludente em sua trajetória na educação formal.

5 “Relações sexuais seriam somente entre pessoas dos sexos diferentes e teria certos papéis naturais na vida. [...] considerando como a única orientação sexual normal.” (HEIBORN et. al. 2010).

6 Sobre a discussão de lucro, valor e mercadoria ver *Economia política: uma introdução crítica*, de José Paulo Netto e Marcelo Braz (2006).

7 LGBT é uma sigla é destinada a Lésbicas (L), Gays (G), Bissexuais (B), Travestis e Transexuais (T). Fonte: <http://www.recursohumanos.sp.gov.br/lgbt/>.

8 LGBTfobia é toda e qualquer forma de preconceito e/ou discriminação que atinge pessoas que descumprem normas heterossexistas que regulam a sexualidade, seja na sua prática sexual, no seu desejo no seu afeto ou no seu comportamento. Fonte: <http://www.pa.gov.br/diversidade/>.

Sobre educação formal, Carrara (2009) explica que é representada principalmente pela educação básica e superior, pois, apresentam normas oficiais, currículos, diplomas etc. No caso deste trabalho a pesquisa teve como foco a educação básica, mais precisamente o ensino médio⁹. É importante ressaltar, que a educação formal é um direito de qualquer cidadão e está descrita na Constituição Federal de 1988, no Art. 205. “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família [...]”.

Todavia, a educação formal brasileira, de acordo de Costa e Rauber (2009) sendo herança da colonização portuguesa, tendo no período colonial a educação como privilégio da elite, advindo do continente europeu, é uma educação formal fomentada dentro da intenção desta mesma elite, sublinha até os dias de hoje por seus valores morais, tendo em sua base os dogmas cristão, relacionado e fortificando-a, como diz Andrade (2012, p. 50), nas famílias tradicionais e no Estado, principalmente, para manutenção da ordem e progresso, provocando, por vez, a segregação de estudantes do ensino formal.

Contudo, as escolas possuem um papel de suma importância no reconhecimento e respeito da diversidade sexual, tornando-se imprescindível a ampliação dos debates sobre gênero e sexualidade na educação formal. Silenciar este debate é contribuir com a permanência da exclusão de LGBT's no ambiente escolar, resultando, assim, no desrespeito à diversidade humana, o que provoca medos, dores, conflitos, violências e vergonhas.

Art. 21. A educação escolar compõe-se de: I - educação básica, formada pela educação infantil, ensino fundamental e ensino médio; II - educação superior.”.

A seguir apresentaremos a pesquisa realizada sobre a discussão de gênero e sexualidade na educação formal. Foi efetuada no mês de Maio de 2018, com 04 (quatro) professoras, 03 (três) professores, 13 (treze) alunas e 06 (seis) alunos do terceiro ano do Ensino Médio, da Escola Alexandre Zacarias de Assunção (EEEM), localizada no bairro do Guamá, na cidade de Belém/PA.

Foi quantificado que todas/os se apresentaram como mulher e homem cis, dentre as/os estudantes apenas 4% responderam ser homossexual, 4% bissexual e 92% heterossexual; dentre as/os professoras/es obtivemos o resultado de 100% heterossexual. 50% das/os professoras/es tinham idade entre 56 a 75 anos, 37% possuíam entre 25 a 55 anos e 13% não responderam. A média de idade entre as/os estudantes foi 80% com 16 a 17 anos, 14% com 18 a 19 anos e 6% não responderam.

Quanto à discussão da temática na escola, perguntamos as/os professoras/es se já abordaram a discussão sobre gênero e sexualidade na sala de aula. Conforme os dados nós observamos que este tema ainda é pouco debatido, pois, como podemos notar que ele foi apresentado em sala de aula somente por 37% dos professores.

Perguntamos, também, se as/os profissionais saberiam agir com uma pessoa transexual dentro da sala de aula e 50% das/os pesquisadas/os responderam saber agir com estudantes transexuais.

9 Está escrito na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, “CAPÍTULO I (Da composição dos níveis escolares),

Ao analisarmos as respostas dos 25% que responderam não saber agir, percebemos que muitas delas foram justificadas que poderiam respeitar “com princípios trazidos de casa sim, mas no contexto escolar não”.

Para as/os estudantes fizemos as seguintes perguntas: Você sabe o significado de gênero e sexualidade? Já foi discutido sobre a questão de gênero e sexualidade na sua escola? Você compreende a importância da discussão de gênero e sexualidade na escola? Qual sua opinião sobre o debate de gênero e sexualidade na escola? Esta última pergunta fizemos tanto para as/os estudantes quanto para as/os profissionais. Obtivemos o seguinte resultado¹⁰:

Quanto à pergunta “Você sabe o significado de gênero e sexualidade?” 50% das/dos estudantes responderam que sim e 50% responderam não. Sobre a pergunta “Já foi discutido sobre a questão de gênero e sexualidade na sua escola?” 81% assinalaram que sim e 19% marcaram não, todavia, os 81% responderam que foi discutido sobre doenças sexualmente transmissíveis e a importância do uso da camisinha na relação sexual. Com relação à pergunta “Você compreende a importância da discussão de gênero e sexualidade na escola?” 90% sim e 10% não.

A última pergunta “Qual sua opinião sobre o debate de gênero e sexualidade dentro das escolas” foi feita para as/os estudantes e professores/as tendo diferentes respostas: 34% concordam que “Discutir sobre gênero e sexualidade previne preconceitos”; 13% “Discutir sobre gênero e sexualidade possibilita com que todos se sintam bem com sua sexualidade”; 06% “Discutir sobre gênero e sexualidade possibilita o reconhecimento do seu próprio corpo”; 47% “Discutir sobre gênero e sexualidade é importante”.

Sobre esta última pergunta, 100% das/os profissionais salientaram ser importante a discussão na escola. As diferentes respostas obtidas através dessa pergunta pelas/os estudantes foram muito interessantes, uma vez que, pensam a importância da discussão deste tema tanto pela prevenção de preconceitos e por possibilitar a aceitação de sua sexualidade e do reconhecimento do seu próprio corpo.

Sabe-se que várias pessoas fogem às expectativas da heteronormatividade e vivem sua sexualidade e seu afeto de formas muito diferentes. Lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, pansexuais são algumas possibilidades de vivência e identificação que compõem esse largo espectro de orientações sexuais. Esses sujeitos, cada qual dentro de sua especificidade, lidam com barreiras para o acesso a direitos básicos, como saúde, educação e segurança. Além disso, enfrentam processos de estigmatização, invisibilidade, discriminação, até mesmo violência.

Consideramos que, uma educação formal que discuta as temáticas de gênero e sexualidade é de grande importância, embora conceitualmente distintas, são categorias articuladas e inter-relacionadas, que podem contribuir para a quebra de tabus que ainda perduram a respeito destas temáticas, no sentido de construir no âmbito escolar, sujeitos críticos e solidários, e, assim, construir caminhos para a luta contra o preconceito.

¹⁰ Fonte: Dados produzidos pela graduanda do curso de Licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Federal do Pará (UFPA); Máira Bianca Sodré da S. Sarmanho, mat.: 201705540015.

O espaço pedagógico, na maioria das vezes, possui como visão primordial a transmissão de conteúdos cognitivos, levando em consideração os valores morais e comportamentais. O corpo torna-se objeto de normas disciplinares, de bons costumes e de posturas sociais e culturais, deixando, assim, uma lacuna na orientação sexual. Diante disso, Louro (2007, p.149) traz o seguinte argumento:

A educação, compreendida de maneira ampla, é um dos processos mais eficientes na constituição das identidades de gênero e sexual. Em qualquer sociedade, os inúmeros artefatos educacionais existentes têm como principal função com/formar os sujeitos moldando-os de acordo com as normas sociais.

Ao identificarmos o cenário de discriminações e preconceitos, vemos na educação formal, as possibilidades para alteração desse processo. As escolas e universidades tornam-se responsáveis, juntamente com estudantes, familiares, comunidades, organizações governamentais e não governamentais, por construir caminhos para a eliminação de preconceitos e de práticas discriminatórias. Para tanto, educar para a valorização da diversidade sexual não é, portanto, tarefa apenas daqueles/as que fazem parte do cotidiano da escola; é responsabilidade de toda a sociedade e do Estado.

Trabalhar com o tema da sexualidade possibilita o contato com as diferenças, pois as pessoas pensam, vivem e reagem de modos diferentes, o que remete à história aos valores de cada um. Aceitar isso modifica de certa forma, o desejo “fantasioso” que todos temos de encontrar a verdade única e absoluta.

Ressalta-se que, é no ambiente escolar que os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, podem exercitar o direito e o respeito à diferença. A escola deve ser elemento promotor na inclusão de todas as pessoas, debatendo, discutindo, planejando e executando estratégias que promovam a cidadania, a criticidade, o respeito, dentre outros. Com efeito, deveria ser prioridade a atenção a todos os sujeitos LGBT's, que muitas vezes tem suas vidas ceifadas pela opressão que lhes é imposto.

Não obstante, para que professores/as e gestores/as realizem efetivamente uma prática significativa na educação formal, é indispensável uma formação continuada, isto é, por meio de cursos, leituras sobre os temas, discussões, palestras e seminários, motivando a reflexão individual e coletiva, para ampliar a compreensão e fortalecer a ação de combate à discriminação e violência como um todo contra LGBT, bem como superar os preconceitos arraigados que muitos trazem consigo.

3- Considerações Finais

Diante do exposto, procuramos demonstrar que o fortalecimento dos sujeitos LGBT's é fundamental em uma conjuntura marcada pela ascensão das forças conservadoras, adversas à diversidade sexual e que põem em constante ameaça os direitos anteriormente conquistados, adensando, assim, a reprodução de dogmas, preconceitos e fundamentalismos religiosos que violam a laicidade do Estado e o respeito ao ser humano.

Este artigo foi planejado com a intencionalidade de salientar que, na educação formal os/as estudantes podem construir suas identidades individuais e de grupo, podem exercitar o direito e o respeito à diferença. As reflexões que fizemos até aqui e que propomos pretendem expor que ao excluir os debates acerca da diversidade sexual e gênero, legitima as desigualdades e as violências decorrentes delas.

Considerando as inúmeras possibilidades de abordar os temas que envolvem gênero, sexualidade e diversidade sexual, não temos a pretensão de esgotar este debate, nosso objetivo é justamente socializar alguns elementos introdutórios para uma reflexão crítica, tendo como horizonte o combate a todas as formas de violência, bem como sensibilizar, envolver e mobilizar a sociedade frente a esta questão, na perspectiva de resgate dos LGBT's como sujeitos de direitos.

Ao discutir tais questões, buscou-se contribuir com a educação formal em sua missão de formadora de pessoas dotadas de espírito crítico e de instrumentos conceituais para se posicionarem com equilíbrio em um mundo de diferenças e de infinitas variações. Pessoas que possam refletir sobre o acesso de todos/as à cidadania e compreender que, dentro dos limites da ética e dos direitos humanos, as diferenças devem ser respeitadas e promovidas e não utilizadas como critérios de exclusão social e política.

Sabe-se que as práticas de violência contra a população LGBT avançam nos mais diferentes espaços, pelas ruas, pelas famílias e pelas instituições. São realizadas pelo Estado, mas também por indivíduos no seu cotidiano, das piadas preconceituosas, passando pela violação dos direitos humanos. As formas de humilhação contra os indivíduos LGBT assumem a forma de um tipo de imposição autoritária e conservadora da vida afetivo-sexual.

O resultado disso é a criação de práticas e valores no âmbito da família, da escola, do Estado, dentre outros, no qual imprimir na sociedade a imposição da "heterossexualidade" como a única orientação sexual considerada legítima e saudável. Em vista disso, convidamos educadores/as e a sociedade como um todo, a serem responsáveis a darem respostas para que a realidade de discriminação seja alterada.

Consideramos, portanto, o quanto o país está distante de superar este quadro discriminatório, além das manifestações de violência, temos vivenciado a exacerbação do conservadorismo que ameaça cotidianamente os LGBT's em termos de retrocessos de direitos. Como exemplo deste contexto, salientamos o Estatuto da Família (PL 6583/13), que só reconhece como família a configuração heterossexual formada por um homem e uma mulher. Em virtude disso, esse projeto de lei não reconhece famílias homoafetivas e, conseqüentemente, os direitos delas, como a adoção.

Outro cenário preocupante no campo legislativo tem sido a defesa da chamada "Cura Gay". Trata-se de um Projeto de Decreto Legislativo (PDC 234/2011), no qual busca invalidar a Resolução 1/1999 do Conselho Federal de Psicologia (CFP), que orienta os/as profissionais da área a não tratar pessoas LGBT com o propósito de "cura", bem como proíbe a utilização de mídia para reforçar preconceitos contra eles.

Este cenário evidencia a importância de sensibilizar a população de modo geral para as formas de discriminação, que tem levado muitos LGBT's a abandonarem os estudos por não suportarem o preconceito que sofrem. Destarte, apontamos a urgência de incluir na educação formal, as temáticas aqui abordadas, como forma de superação de preconceitos e enfrentamento da LGBTfobia.

A partir do estudo realizado, esperamos que professoras/es e demais profissionais da educação fortaleçam o papel que exercem de promotores/as da cultura de respeito e garantia dos direitos humanos, da equidade de gênero e da valorização da diversidade, contribuindo para que a escola não seja um instrumento da reprodução de preconceitos, mas seja espaço de promoção e valorização das diversidades que enriquecem a sociedade brasileira.

4-Referencias

ANDRADE, L.N. **Travestis na escola**: assujeitamento e resistência à ordem normativa. 2012. 278f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Fortaleza, 2012.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm> Acesso em: 02 jun. 2018.

CARRARA, S. Educação, Diferença, Diversidade e Desigualdade. In: MEC/SECAD; SPM; SEPIIR; CLAM; BRITISH COUNCIL. **Gênero e Diversidade na Escola**: formação de professoras/es em Gênero, Sexualidade, Orientação Sexual e Relações Étnico-Raciais - Livro de conteúdos. Brasília, 2009.

COSTA, E. B. O.; RAUBER, P. História da educação: surgimento e tendências atuais da universidade no brasil. **Revista Jurídica Unigran**. Dourados, v. 11, n. 21, 2009.

FOUCAULT, M. **História da Sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Ed. Gallimard, 1988.

JESUS, J.G. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LINS, Beatriz Accioly. **Diferentes, não desiguais: a questão de gênero na escola**. Beatriz Accioly Lins, Bernardo Fonseca Machado e Michele Escoura. – 1º Ed.- São Paulo: editora Reviravolta, 2016.

LOURO, G.L. **Gênero, Sexualidade e Educação**: uma abordagem pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, v. 20, n. 2, 1995.

DIANTE DO REGIME DE NORMALIZAÇÃO, CONFESSO MINHA IDENTIDADE SEXUAL

Emerson Granja de Araújo Lacerda

Resumo: O estabelecimento da verdade na sociedade ocidental, para Foucault, sempre foi algo problemático. Para ele, a verdade tem uma história e, por essa razão, procurou compreender os mecanismos e as tecnologias adotadas, pelo(a) sujeito(a) ocidental, na constituição dessa verdade. Nesse sentido, o artigo busca compreender, a partir de uma revisão bibliográfica, a confissão do(a) sujeito(a) diante do regime de normalização das subjetividades. Organiza-se, para tanto, em três momentos: pensa-se a confissão como método para extração da verdade; no segundo momento, procura-se a compreender a colocação do sexo em discurso e o dispositivo de sexualidade foucaultiano; e, por fim, aborda-se a relação existente entre a formação da sexualidade e da subjetividade.

Palavras-chave: Confissão, Regime de Normalização, Sexualidades, Foucault.

Foucault não tem um trabalho sistemático relativo à prática da confissão na história do ocidente. Filho (2013) procura concatenar os vários estudos sobre a confissão na obra do filósofo e quais relações existem entre eles; chega à conclusão de que há um “caráter confessional da nossa cultura em termos das relações com os outros e do sujeito consigo mesmo” (FILHO, 2013, p. 140). Em outras palavras, o ocidente é uma sociedade confidente. Ainda para Filho (2013), o percurso histórico é bem extenso e muitas práticas foram utilizadas e influências sofridas, desde a utilização pelos gregos no século IV a.C., passando pela experiência romana, atravessando a Era Medieval até a chegada da prática da confissão na modernidade. Até aqui, Foucault observa como a formação dessa tecnologia e seus desdobramentos permitem compreender uma íntima relação da subjetividade e da verdade no Ocidente. A confissão é o dispositivo mais utilizado pela sociedade ocidental a fim de buscar a verdade. Mas Foucault (1988) não para na Modernidade e aponta para o deslocamento da confissão para as mais variadas áreas de conhecimento que rumam a contemporaneidade. Os discursos científicos se apropriam da confissão e se utilizam desta como técnica para extração das “verdades” científicas. Problematiza, então, o modo que essas verdades são estabelecidas nos séculos XIX e XX.

Foucault (1999), constata que a confissão foi, e continuou sendo durante o século XX, a técnica mais utilizada para extração da “verdade”.

Tudo ou quase tudo da vida, da ação, dos pensamentos de um indivíduo deve poder passar pelo filtro da revelação, se não, é claro, a título de pecado, em todo caso a título de elemento pertinente para um exame, para uma análise, que a confissão doravante requer (FOUCAULT, 2001, p. 224).

A extração da verdade, através da confissão, deste modo, é observada tendo uma relação muito aproximada na constituição do sujeito. O estabelecimento da verdade a partir do “desenvolvimento de uma tecnologia de confissão encontra-se imediatamente ligado à formação de uma hermenêutica de si no Ocidente” (FILHO, 2013, p. 139). Logo, há um ponto nodal entre a subjetividade e a verdade no Ocidente que foram objeto das últimas investigações de Foucault.

Em “A vontade de saber”, Foucault (1988) analisa a confissão e sua evolução dentro da pastoral cristã, já que aquela viria a ser um sacramento – depois do Concílio de Trento - e munido de caráter normativo. A prática cristã, à época – meados do século XVI e XVII, período do movimento da Contra Reforma – investe cada vez mais ao exame de si, utilizando, para tanto, a confissão.

Para esse momento, o filósofo associou como movimento de incitação ao discurso em que tudo deveria ser dito. A carne, o que hoje chama-se sexo, é alvo do olhar mais apurado. Logo, as práticas da carne devem ser examinadas por si para que sejam reveladas, confessadas. O discurso deve estar intimamente vinculado à prática sexual. O “bom cristão” (FOUCAULT, 1988, p. 26) deve confessar não só os atos contra à lei, mas os desejos, o apetite sexual e as vontades. No campo da sensualidade tudo deve ser comprimido em um discurso, em uma verdade. Deste modo, decota-se que o indivíduo, nesse período histórico, passou a coadunar seu discurso de verdade para com os outros além de ter para si

essa verdade. Dito de outro modo, era necessário colocar em prática aquilo que se tinha em mente, havendo, portanto, um profundo exercício de interiorização e investigação de si mesmo.

O indivíduo, durante muito tempo, foi autenticado pela referência dos outros e pela manifestação de seu vínculo com outrem (família, lealdade, proteção); posteriormente passou a ser autenticado pelo discurso de verdade que era capaz de (ou obrigado a) ter sobre si mesmo. A confissão da verdade se inscreveu no cerne dos procedimentos de individualização pelo poder (FOUCAULT, 1988, p. 67).

A confissão, logo, passa a ser a tecnologia escolhida para extração da verdade de si e o meio que o indivíduo utilizará para se reconhecer dentro da relação consigo mesmo. Por consequência, a confissão não é apenas compreendida enquanto revelação para o outro, mas um exercício de interiorização de sua própria verdade. A relação íntima entre a confissão e a subjetividade é apontada como produtiva por Foucault (1988). Dito de outro modo, a confissão produz a medida que condiciona o sujeito a se examinar e liberar a “sua verdade”.

Procurar a relação fundamental com a verdade, não simplesmente em si mesmo – em algum saber esquecido ou em um certo vestígio originário – mas no exame de si mesmo que proporciona através de tantas impressões fugidias, as certezas fundamentais da consciência. A obrigação da confissão nos é, agora, imposta a partir de tantos pontos diferentes, já está tão profundamente incorporada a nós que não a percebemos mais como efeito de um poder que nos coage (FOUCAULT, 1988, p.68-69).

Esse caráter produtivo, no entanto, arquitetou-se na lógica dos dogmas cristãos, tendo em vista que o cristianismo sobrepuja a ideia de dogma e fé, “passando a constituir-se como conjunto de valores e cultura, além de ética que implica modos de vida, formas de subjetividade e modos de relação do sujeito consigo mesmo e com os outros” (FILHO, 2013, p. 139). Dito de outro modo, a cultura cristã teve grande influência nos modos de vida do sujeito ocidental, bem como sedimentou uma lógica em que a verdade fosse interiorizada e cada um passasse a examinar sua consciência a fim de espiar a si mesmo a partir dos preceitos e dogmas cristãos.

O exame de consciência implica o exercício da volta do pensamento para dentro de si mesmo objetivando a expiação, a vigilância de si por si mesmo, a culpabilização, a mortificação – tem que doer para purificar! Tudo tem que ser vasculhado: os movimentos do espírito -pensamentos, sentimentos, lembranças – e os movimentos da matéria – as ações, as tentações, as intenções (FILHO, 2013, p. 144).

Ainda para Filho (2013, p. 143), a influência cristã transformou o sujeito ocidental em um ser: “interiorizado, reativo, da culpa e da obediência”. Desta forma, não há como pensar a hermenêutica do sujeito em Foucault, sem pensar na confissão, já que a relação do sujeito com a verdade é encarada, por Filho (2013), enquanto uma questão de decifração, de revelação do sujeito consigo mesmo, de

desvendar sua própria verdade e conhecer-se, “no qual a confissão ocupa lugar central no exercício desta vontade de verdade que age ao nível da subjetividade ou, das relações do sujeito consigo mesmo” (FILHO, 2013, p. 140).

Cabe, ainda, destacar que até o século XVII havia, na Europa, no que concerne às práticas sexuais, uma manifesta ausência de pudor e de segredos. “As palavras eram ditas sem reticência excessiva e, as coisas, sem demasiado disfarce; tinha-se com o ilícito uma tolerante familiaridade” (FOUCAULT, 1988, p. 9). Havia exibição das genitálias sem cerimônias e as transgressões eram notórias. Entretanto, nesse mesmo período, em ato direto da coroa inglesa, na Era Vitoriana, “a sexualidade é, então, cuidadosamente encerrada” (FOUCAULT, 1988, p.

9). A burguesia, recente da época, elegeu a sexualidade pudica e a discrição como formadoras de caráter. Havia um excessivo apelo ao moralismo quanto à formação humana e ao trato com a sexualidade e o prazer. Nesse cenário, Foucault (1988) indica o quarto do casal como único lugar possível da sexualidade ser reconhecida, reduzindo suas práticas ao casal procriador. Logo, as demais práticas seriam desconsideradas “e se o estéril insiste, e se mostra demasiadamente, vira anormal: receberá este status e deverá pagar as sanções” (FOUCAULT,

1988, p. 10). Ainda para Foucault (1988), esse período, que ele intitula a “Idade da Repressão”, estaria intimamente ligado à política que se desenvolvia do capitalismo, fazendo parte, pois, da ordem burguesa.

Entretanto, é necessário ser muito ingênuo para imaginar que os comportamentos e as práticas sexuais fossem modificadas tão drasticamente e o pudor fosse levado a cabo. Aqui o regime de poder-saber-prazer não se sustenta exclusivamente na “hipótese repressiva”. “A sexualidade, longe de ter sido reprimida nas sociedades capitalistas e burguesas, se beneficiou, ao contrário, de um regime de liberdade constante” (FOUCAULT, 1988, p. 17). Logo, surgem estratégias do regime de poder da sexualidade para além da repressão, reduzindo o sexo ao nível da linguagem, de modo a controlar sua livre circulação. A sexualidade, nesse sentido, foi posta em discurso, não somente no nível de discussão, mas, principalmente, na formulação de “verdades”, tendo, como visto, a confissão como técnica de sua extração. Coloca-se o sexo em discurso.

A colocação do sexo em discurso, em vez de sofrer um processo de restrição, foi, ao contrário, submetida a um mecanismo de crescente incitação; que as técnicas de poder exercidas sobre o sexo não obedeceram a um princípio de seleção rigorosa mas, ao contrário, de disseminação e implantação das sexualidades polimorfos e que a vontade de saber não se detém diante de um tabu irrevogável, mas se obstinou – sem dúvida através de muitos erros – em constituir uma ciência da sexualidade (FOUCAULT, 1988, p. 19).

Aliado a esse pensamento, Roberto Machado na introdução da obra *Microfísica do poder* (2012, p. 19) destaca o que a análise foucaultiana salienta: “o capitalismo não se manteria caso se baseasse exclusivamente na repressão” – hipótese repressiva. Assim, importa sublinhar que houve uma expressiva

incitação ao discurso sobre as sexualidades. Um maciço fomento às insinuações da carne: “pensamentos, desejos, imaginações voluptuosas, deleites, movimentos simultâneos da alma e do corpo, tudo isso deve entrar, agora, e em detalhe, no jogo da confissão – tudo deve ser dito” (FOUCAULT, 1988, p. 25). Com a técnica da confissão na sociedade ocidental e sua relação com a extração da “verdade” delineada e analisada a partir da ótica foucaultiana, o sujeito ocidental passa, na contemporaneidade, a ser interpelado a relatar a si mesmo e a (se) dizer o que é a todo tempo. Exige-se dele uma identidade estática, fixa e relatada conforme o regime de normalização. Nesse sentido, esse regime ganha contorno dentro do aspecto da norma jurídica, política, social e cultural. Há um caminho todo pré-definido a ser seguido e esse sujeito passa a ser questionado a fim de não ser desertor da normatividade.

Para Butler (2015), essa prática denomina-se relato de si mesmo. A filósofa pensa, a partir de Nietzsche e Foucault, que o movimento de relato de si para mim mesmo e para o outro é dado em uma reflexividade em que “passo a existir como sujeito reflexivo no contexto da geração de um relato narrativo de mim mesma quando alguém fala comigo e quando estou disposta a interpelar quem me interpela” (BUTLER, 2015, p. 25). A reflexividade pode ser compreendida enquanto exercício de autor-reflexão, consciência de si mesmo além da interiorização de uma determinada moral, por oportuno, “a reflexividade surge quando se assume uma relação com os códigos morais” (BUTLER, 2015, p. 28). Logo, essa reflexividade é compreendida dentro de um sistema moral, de justiça pré-discursiva. Dito de outro modo, um sistema já dado em que o sujeito está automaticamente inserido e, como desdobramento lógico, ele se coaduna, ou transgride.

O sujeito sempre faz um relato de si mesmo para o outro, seja inventando, seja existente, e o outro estabelece a cena de interpelação como uma relação ética mais primária do que o esforço reflexivo que o sujeito faz para relatar a si mesmo. Além disso, os termos usados para darmos um relato de nós mesmos, para nos fazer inteligíveis para nós e para os outros, não são criados por nós: eles têm caráter social e estabelecem normas sociais, um domínio de falta de liberdade e de substituíbilidade em que nossas histórias “singulares” são contadas (BUTLER, 2015, p. 33)

Desta forma o relato de si é dado a partir de um regime de verdade, em que o sujeito pode ou não ser reconhecido, como dito acima, transgredindo a norma ou se coadunando ao regime estabelecido. Por outro lado, essa imposição é dada de forma tácita e não acontece apenas no nível da hipótese repressiva, sendo gestada, também, no caráter positivo da norma. Logo, acredita-se que o modo de “ser” seja interpretado dentro de uma lógica de liberdade em que se tem a possibilidade de escolha, ou melhor, de escolhas. Entretanto Butler (2015), a partir da leitura foucaultiana, vai dizer o contrário disso:

O regime de verdade fornece um quadro para a cena de reconhecimento, delineando quem será classificado como sujeito de reconhecimento e oferecendo normas disponíveis para o ato de reconhecimento. Para Foucault, sempre haverá uma relação com esse regime, um modo de engendramento de si que acontece no contexto das normas em

questão e, especificamente, elabora uma resposta para a pergunta sobre quem será o “eu” em relação a essas normas (BUTLER, 2015, p. 35).

O regime de verdade, decerto, coloca o indivíduo ocidental, em sua prática autorreflexiva, em um locus comum, em que se tentará tornar uníssono a materialização do corpo, o sexo, o desejo e a subjetividade em um só discurso. Essa materialização do corpo vinculada ao sexo, segundo Butler (2000, p. 154), será “repensada como efeito do poder, como o efeito mais produtivo do poder”, em que o “sexo” será uma descrição estática do que alguém é, vinculando, pois, a sua sexualidade a uma norma. Consequência disso é que essa descrição do “sexo” será analisada pela norma enquanto viável ou não, ou melhor: “qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (BUTLER, 2000, p. 155). Logo, o sujeito, ao confessar sua identidade sexual, em termos foucaultianos, ou relatar a si mesmo, nos termos de Butler, é compreendido nas relações de poder em que terá sua identidade reconhecida enquanto inteligível ou ininteligível. Portanto, problematizar o sistema binário posto pela normalização é o dever mais urgente da crítica, já que ao encerrar as sexualidades em uma identidade fixa e acabada, tem-se, também, um terreno todo fértil para violências aos que fogem das identidades e das sexualidades eleitas pela normalização.

Referências

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2.ed. Tradução dos artigos: Tomaz Tadeu da Silva. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p.153-172.

_____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**; tradução Rogério Bettoni. - 1º ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

FILHO, Kleber P. Uma genealogia das práticas de confissão no Ocidente In RAGO, M.; VEIGA-NETO, A. (Org.). **Figuras de Foucault**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: A vontade de saber, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **A verdade e as formas jurídicas/ Michel Foucault**, tradução Roberto Cabral de Melo Machado e Eduardo Jardim Morais, supervisão final do texto Léa Porto de Abreu Novaes. Rio de Janeiro: Nau Ed. 1999.

_____. 1926 – 1984. **Microfísica do poder / Michel Foucault; organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado**. – 25º. Ed. – São Paulo: Graal, 2012.

CORPOLÍTICO NEGRO: PERFORMANCES FEMININAS NEGRAS NA CONTEMPORANEIDADE

Maria Claudineide Alves Macêdo¹
Renata Aparecida Felinto dos Santos²

Resumo: O presente trabalho objetiva apresentar produções de artistas visuais negras da atualidade que atuam no campo da performance, com o intuito de identificar, visibilizar e legitimar a produção feminina e o enegrecimento das Artes Visuais no Brasil, através da pesquisa *YABARTE: processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos fazeres e pensares negros femininos*. Na história da arte hegemônica as mulheres sempre foram retratadas como “musas” dos “gênios” conforme os movimentos artísticos por eles criados ao longo das décadas. Quando falamos em produções femininas nas artes visuais poucos são os registros de mulheres como produtoras de arte, e quando pensamos em mulheres artistas negras este recorte é quase inexistente, pois os livros sobre história da arte são excludentes e pautados em sua maioria na arte europeia, e este recorte de raça e gênero só se torna mais evidente a partir do século XX. Essa ausência não é sinônimo de inexistência, que se explicita. Apresentaremos como as artistas contemporâneas tem enegrecido as artes visuais no Brasil identificando as diversas imagens das mulheres negras possíveis, pensando a própria existência no mundo como elemento propulsor para problematizar as questões que permeiam suas existências, seus corpos bem como suas padronizações, pautando as identidades negras, as imposições estéticas voltadas ao feminino, ressignificando sentidos para a criação de trabalhos artísticos no mundo contemporâneo a partir da linguagem da performance.

Palavras- Chave: Artistas negras; Performance; Arte Contemporânea; YABARTE.

1 Graduada do curso de Licenciatura em Artes Visuais pelo Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA. Pesquisadora no grupo de pesquisa NZINGA-Novos Ziriguiduns Internacionais e Nacionais Gerados nas Artes Visuais/CNPq, bolsista do projeto de pesquisa YABARTE- Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos.

E-mail: magianeგრar@gmail.com

2 Artista visual e professora efetiva adjunta do setor de Teoria da Arte do Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA, Doutora em Artes visuais- IA/UNESP, líder do grupo de pesquisa NZINGA-Novos Ziriguiduns Internacionais e Nacionais Gerados nas Artes Visuais/ CNPq e do projeto de pesquisa YABARTE- Processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos pensares e fazeres negros femininos. Compõe o comitê de Pesquisa Científica e o observatório da violência da URCA.

E-mail: renata.santos@urca.br.

Introdução

As Artes Visuais, bem como as demais áreas de conhecimento, foram construídas sobre a perspectiva eurocêntrica e heterossexual do gênio criador, enquanto o único espaço destinado para as mulheres em salões, museus e galerias, era o de musas, e nunca o de artistas.

Durante muito tempo era impossível conseguir identificar e estudar sobre produções femininas dentro das Artes Visuais considerando apenas o recorte de gênero. Na década de 1970 e 1980, marcada por um grande número de movimentos sociais que reivindicavam direitos civis, surgiram grandes mulheres artistas que imbuídas do questionamento das políticas sexistas do sistema da arte passaram a pautar o machismo e estratégias de invisibilização de produções femininas, indo das narrativas ao comércio das obras de arte produzidas por mulheres. Como exemplo, mencionamos as estadunidenses Judy Chicago (1939-) e Mirian Schapiro (1923-2015), e o coletivo de artistas ativistas Guerrilha Girls que mantendo suas identidades no anonimato e utilizando máscaras de gorila tem realizado ao longo de décadas várias ações para expor preconceitos de gênero, étnicos, corrupções na política e na arte. Feministas que se utilizaram da performance para questionar a ausência de mulheres nos registros da história da arte e reivindicar o lugar da produção feminina dentro de museus e galerias.

A *performance art* surgida durante as vanguardas do início do século 20 como linguagem, ganha destaque como linguagem autônoma a partir dos 1970 (Goldberg, 2006), porém desde seu surgimento estava vinculada aos movimentos artísticos que buscavam romper com as artes tradicionais como o futurismo e o dadaísmo:

Apesar de sua característica anárquica e de, na sua própria razão de ser, procurar escapar de rótulos e definições, a performance é antes de tudo uma expressão cênica: um quadro sendo exibido para uma plateia não caracteriza uma performance; alguém pintando esse quadro, ao vivo, já poderia caracterizá-la. (SANTOS apud COHEN, 2002)

Num período de efervescência, influenciado pelo movimento feminista a arte performática feminina foi utilizada como um local de protesto, em que o corpo se fundiu à arte, ao público e ao privado, e passou a ser suporte e meio para as produções artísticas, problematizando e desconstruindo este território que historicamente foi local de repressão e posse, marcado por ideologias masculinas opressoras:

A performance como crítica social foi utilizada como meio de ativismo e intervenção, discutindo identidades minoritárias, dissidentes, subalternas, tornando o espaço do corpo estratégico para a manifestação de transgressões por meio de paródias e ironias, por exemplo. Em outras palavras, a arte performativa foi usada como laboratório para desconstruir identidades hegemônicas e criar consciência política. (MAGALHAES, 2016)

Muitas mulheres artistas utilizaram-se da arte performativa para denunciar as opressões sofridas, a hipersexualização, os ideais de beleza e as demais questões ligadas às violências de gênero, o que

Goldberg (2006) chamou de performance biográfica, e que outros autores relacionam com a experiência pessoal ou coletiva das mulheres, ou ainda com a exploração de estratégias de ativismo feminista.

No entanto, este artigo não tem como objetivo explicar a história da performance, mas refletir sobre algumas questões prioritárias para então chegarmos ao foco desta escrita. Por exemplo, mais acima citamos alguns nomes de mulheres e compreendemos que o movimento feminista e a performance foram duas ferramentas imprescindíveis para o avanço e reconhecimento da arte produzida por mulheres. Fazendo agora um recorte geográfico e de raça: *quantas mulheres artistas brasileiras conhecemos para além de Tarsila do Amaral (1886-1973), Ligia Clark (1920-1988) e Lygia Pape (1927-2004)? Quantas mulheres artistas negras? Quantas artistas negras que também estão utilizando a performance como transgressão para subversão dos estigmas que foram impostos sobre seus corpos?*

Gestando corpos: YABARTE e a produção negrascendentes

Muitas são as questões dentro da historiografia da arte, quando pensamos que a história única excluiu as minorias sociais e ético-raciais da produção de conhecimento, de cultura, e que nos dias de hoje é inadmissível continuarmos perpetuando unicamente a arte hegemônica sem nos questionarmos sobre o local das demais produções.

Assim surge o embrião de toda esta pesquisa, e desta escrita. O projeto de pesquisa *YABARTE- processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos fazeres e pensares negros femininos*, liderado pela artista visual e doutora em Artes Visuais Prof^o Renata Aparecida Felinto dos Santos, funciona dentro do grupo de pesquisa NZINGA³, lotado no Departamento de Artes Visuais do Centro de Artes da Universidade Regional do Cariri-URCA, e tem como objetivo mapear, pesquisar, visibilizar e organizar informações biográficas e processuais acerca de artistas visuais negras em atividade. O nome do projeto surge da união da palavra Yabá e Arte, sendo as “Yabás as orixás, deusas oriundas do povo lorubá, que está localizado entre a Nigéria e o Benim e cuja herança forma o que temos de mais explícito e potente em termos de espiritualidade e religiosidade de matriz afro em nosso país: o candomblé” (SANTOS, 2018, p. 03). Essas orixás femininas também são mães, por isso foi usada a palavra gestacionais como subtítulo do projeto.

Nesta pesquisa buscamos registrar a produção de artistas visuais negras contemporâneas, evidenciando e considerando as ausências étnico-raciais que foram propagadas pelas narrativas hegemônicas,

3 Grupo de Pesquisa NZINGA - Novos Ziriguiduns Internacionais e Nacionais Gerados nas Artes Visuais, que apropria do nome da rainha guerreira angolana Nzinga, também conhecida pelo nome português de Ana de Sousa (1583-1663) para existir. O mesmo faz a referência e reverência ao reino do Congo localizado no atual país Angola, reino dos mais importantes durante o violento comércio transatlântico de pessoas. Também explora a qualidade feminina da palavra NZINGA ao se propor, por meio da pesquisa, dar visibilidades às produções de mulheres nas mais diversas frentes artísticas bem como ao pioneirismo ainda não evidenciados pela historiografia ou narrativa hegemônicas. Explora, ainda, de forma lúdica a onomatopéia *ziriguidum* e os significados que lhes são atribuídos e que se relacionam tanto às culturas africanas, afro-brasileiras e afro-diaspóricas no que diz respeito à forma quanto ao movimento, estamos a tratar de movimentos e cruzamentos possíveis por meio das Artes Visuais assim como de seus diálogos com outras áreas das Artes.

investigando então as artistas brasileiras dos mais diversos locais do país, com poéticas, idades e linguagens diversas, dentre elas o campo da performance, a qual irei me ater a seguir.

Poéticas de Confrontos: transgressões a partir do corpo feminino negro

1.1 Armado: cabelo, cabeleira, desalisada.

O corpo feminino negro é historicamente o mais violentado e que mais sofre com os estigmas deixados pelo processo de escravização da população negra. A sexualização, as imposições de padrões estéticos, a crença de que é mais resistente e mais forte, o abandono afetivo, dentre outras questões que permeiam as vidas das mulheres negras, são aqui propulsoras para construções de trabalhos artísticos que perpassam as experiências de vida dessas mulheres, como se estivessem Tateando processos de criação em meio às reconstruções históricas e afetivas para consigo mesmas.

Tais artistas conhecem o currículo estabelecido e propagado pelo ensino formal. Dominam nomes dos artistas, temas e conceitos que constituem a chamada história das artes visuais no Brasil e no mundo. Salientemos que esse mundo da história da arte, se restringe à Europa e Américas, no máximo. Somado a esses dois fatores, temos as referências que vão se descobrindo e se desvelando por meio de leituras, diálogos e trocas. O fato de serem artistas negras e terem, em algum momento, deparando-se com a experiência do racismo interseccionado ao machismo, não limita essas mulheres à vivências similares. Ao contrário, cada uma delas processa esses fatos de formas bem distintas tendo como fios condutores as condições negra e fêmea. (SANTOS, 2018).

Através da performance as artistas negras tem estabelecido um diálogo sem possibilidades de evasivas, a partir do seu ser/estar no mundo e dos estigmas que corpo negro sofreu e continua sofrendo na sociedade atual. Abordaremos agora as produções visuais de três artistas que criaram a seu modo produções visuais distintas acerca de uma questão específica: as imposições estéticas.

O sistema capitalista, a indústria midiática e a falta de representatividade são fatores que tem fomentado o racismo mercadológico, e deformado a imagem de mulheres negras vendendo um único e ideal de beleza.

O estabelecimento do modelo único de beleza a ser seguido se fortalece a partir do fundamento capitalista das sociedades contemporâneas que usam meios de profusão do mesmo, como a publicidade e a indústria cultural. Mulheres que compõem diversos grupos humanos nas sociedades ocidentais ou ocidentalizadas atuais, buscam alcançá-lo de forma inconsequente. (Idem, 2018).

A artista mineira Priscila Rezende (1985-), graduada em Artes Plásticas, pela Escola Guignard pela Universidade Estadual de Minas Gerais, tem como tema recorrente a presença e a inserção do indivíduo negro na sociedade, partindo de suas vivências para produzir ações corporais no embate direto com o

público. Na performance *Bombriil* (2010), a artista se utiliza do nome que além de denominar uma marca conhecida de esponja de aço, faz parte da lista imensa de palavras pejorativas usadas para se referir de modo racista aos cabelos dos/as indivíduos/as negros/as. Um sistema racista que tem forte contribuição da indústria de cosméticos e que reforça um ideal de branqueamento da população não-branca.



Imagem 2: Performance da artista Priscila Rezende *Bombriil* 2010, Belo Horizonte, Brasil.

Fonte: Priscila Rezende

Na ação performática a artista revisita a domesticidade da casa colonial como campo de reflexão e território de resistências, ao passo em que a ela se contorce em posições desagradáveis, transforma seu corpo também em objeto útil aos olhos do espectador, rememorando episódios violentos dentro de uma sociedade extremamente racista na qual um dos principais alvos de agressão contra mulheres negras ainda são os cabelos.

Os cabelos crespos, assim, são conexos à aspereza e subalternidade profissional que a sociedade brasileira reservou às negras como numa continuidade perversa dos afazeres do lar durante o extenso período de escravidão no país. Também se metaforiza a escravidão, que na performance passa a ser estética, mas que ainda trata de corpos presos. O figurino trajado pela artista durante a apresentação faz citação aos panos com os quais vestiam as escravizadas no passado. (Idem, 2018.)

Outras narrativas construídas a partir da estética do cabelo podem ser observadas também no trabalho da artista carioca Renata Sampaio (1988-), formada em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro - UNIRIO, em sua performance *Duro* (2016), uma ação de longa duração onde a artista sentada no chão penteia seus cabelos vagarosamente, enquanto deixa cair os fios que em seguida serão distribuídos para o público que observa passivo o trabalho da artista. Ao entregar uma parte do seu corpo aos espectadores, Renata confronta o discurso discriminador compartilhando com o observador o desconforto gerado.



Imagem 3: Performance da artista Renata Sampaio *Duro* 2017.

Fonte: Renata Sampaio

Uma forma de mostrar que as técnicas de embelezamento vendidas pela mídia são ações deformadoras que destroem o nosso corpo. Este corpo com o qual Renata presenteia o público. O nosso DNA, Corpo-casa-cabelo-raiz que nos identifica e persiste, nas palavras da artista “cabelo é fio condutor”(-SAMPAIO, 2016).

A artista Juliana dos Santos (1987-), nascida em São Paulo, graduada em Artes Visuais pela Universidade Estadual Paulista, em seu trabalho *Qual é o pente?* (2014) demonstra em dupla com sua avó materna, um outro processo violento vivido por mulheres negras ao alisarem os fios de seus cabelos com um pente de ferro quente aquecido no fogão a gás, o que hoje teria se transformado na chapinha. Um pente esquentado na boca do fogão nas cozinhas de muitas mães e avós que tentavam conter o incômodo do racismo violentando seus corpos e os corpos de suas meninas. Apesar das estigmatizado e estereotipado, no limite do controle por meio dos novos “ferros tecnológicos”.



Imagem 4: Performance da artista Juliana dos Santos *Qual é o pente?* 2015. Fonte: <https://www.ahzura.com/registros?lightbox=dataitem-1mv5z87a2>

É importante também refletir sobre quais os fatores levam muitas mães e avós a submeterem suas crianças aos processos de alisamento, pois muitas vezes essas ações se dão como uma forma de proteção das discriminações que podem atingi-las no ambiente externo ao de suas casas, bem como quando adultas, para se enquadrarem num padrão mais aceitável de beleza nos relacionamentos, ou em entrevistas de emprego, no convívio social.

Assim, Juliana apropria-se desse fazer estético marcado por profunda negação de um dos atributos característicos das mulheres negras. O mercado cosmético os nomeou de “étnicos”, como se somente negros viessem de etnias. O apagamento dessas qualidades próprias são pequenas violências infligidas a essas mulheres. São procedimentos que implicam em alisamentos químicos ou a ferro quente, curtos cortes como alternativa ao

lento crescimento dos fios e, até extensões com cabelos lisos de outras mulheres. Todo um arsenal contra os capilares crespos naturais. A recusa da vó em finalizar o procedimento-tortura é também uma redenção. (idem, 2018.)

As experiências de deformação vividas através dos cabelos ainda costumam ser das primeiras e mais profundas nas vidas de mulheres, e principalmente de crianças negras que vivem no preconceito do/a outro/a á negação de si mesmas, e veem nos processos de alisamento uma forma de neutralizar sua condição no mundo para não serem expostas a situações violentas, e conseguirem “passar em branco”.

1.2 (Re)existências de si: do estereótipo à insubordinação

Estabelecido pela hipocrisia racista, o corpo negro que é negado afetivamente é o mesmo corpo sexualizado, subjetivado e desejado pelo falocentrismo branco. Sendo também uma herança do racismo científico e escravocrata, as mulheres negras ainda são os maiores alvos da hiperssexualização no Brasil, tendo seus corpos estigmatizados e reduzidos ao estereótipo da sambista gostosa.

Na performance *Vem... pra ser infeliz* (2017), Priscila Rezende problematiza a subjetivação do corpo negro através do estereótipo da “mulata tipo exportação”, estereótipo fortalecido na época de carnaval, e que durante anos foi reforçado com a personagem Globeza da rede Globo de televisão.



Imagem 5: Performance da artista Priscila Rezende *Vem... pra ser infeliz* 2017, Belo Horizonte, Brasil.

Fonte: Priscila Rezende

Na ação, o corpo da artista é exposto tal qual a estereotipação, explorando palavras que o deturpam. Ao som do enredo das escolas de samba tradicionais, a artista samba ininterruptamente até a exaustão, onde é possível fazer diversas reflexões sobre as violências e a desumanização da mulher negra.

Priscila também faz uso da máscara de Flandres, objeto de tortura símbolo do projeto de escravidão colonial, utilizado para silenciar, torturar, e impedir que os escravizados se alimentassem do que eram obrigados a produzir nas fazendas. A escritora, teórica e artista Grada Kilomba no primeiro capítulo do seu livro *Plantations Memories: episodes of Everyday Racism*, intitulado *A máscara: colonialismo, memória, trauma e descolonização*⁴ nos fala sobre a máscara do silenciamento que determina quem pode ou não falar, e sobre o quê podemos falar conforme o projeto colonial no qual um dos principais objetivos era a implementação da mudez e do medo cotidianos e, portanto, sendo a boca lugar de mudez e de tortura, é também (...) “um órgão muito especial, ela simboliza a fala e a enunciação. No âmbito do racismo a boca torna-se o órgão da opressão por excelência, ela representa o órgão que os(as) brancos(as) querem – e precisam – controlar e, conseqüentemente o órgão que, historicamente, tem sido severamente reprimido. Neste cenário específico, a boca também é uma metáfora para a posse.”

Pensando outras formas de construções de narrativas através do corpo, a artista interdisciplinar em performance Val Souza (1985-), mestranda em Dança pela Universidade Federal da Bahia, desenvolve suas produções artísticas pautadas pela sua experiência de negritude, o que ela denomina como “pensar sua presença negra como fratura de lógicas hegemônicas” usando seu corpo “como máquina de guerra num sistema colonial escravocrata, criando constrangimento, afetações e incômodos.” (SOUZA, 2018).

Provocando questões como “O que você enxerga ao ver uma mulher negra?”, em seu solo de performance e dança *Can you see it?* (2016) composto por uma trilha sonora que mistura ritmos subentendidos como periféricos, criando uma atmosfera interessada em dialogar com a fricção do olhar do espectador onde o corpo negro da performer rejeita a objetificação e o desejo do outro.

4 Originalmente publicado como: “The Mask: Colonialism, Memory, Trauma and Decolonization.”



Imagem 6: Performance da artista Val Souza *Can you see it?* 2016.

Fonte: Val Souza

A objetificação do corpo negro feminino é o elemento disparador desta ação, o corpo linguagem desmistificando a ideia de universalidade, onde Val Souza dança para celebrar seu corpo negro feminino não padronizado, convidando os olhares diversos a reagirem sobre ela, e mesmo a dançarem juntos, numa experiência sensorial, sonora e reboativa. Uma artista que expõe seus incômodos e combate o racismo dançando.

1.3 Preparação para voos: pontos cegos e cubos brancos - construções possíveis.

As produções que se seguem foram elaboradas pelas artistas como *site specific work*, palavras em inglês que denominam trabalhos de arte pensados para lugares específicos, construindo uma atmosfera única em que o espaço onde a ação acontece é também parte da performance e com ela se relaciona intrinsecamente.

A artista carioca Millena Lúzia (1986-), graduada em Designer Gráfico, metra em Estudos Contemporâneos das Artes pela Universidade Federal Fluminense, desenvolve muitas das suas produções utilizando o espaço virtual e das redes sociais como um dispositivo de veiculação que aciona a interação com o público em tempo real para a completa elaboração do seu trabalho, contando com a manipulação do público fruidor sobre o trabalho que não se ocorre de forma física, mas através de uma

plataforma *online*. Artista Visual que continua transitando pelo meio acadêmico, Millena tem desenvolvido uma série chamada *áreasdeserviço* (2014) onde investiga um espaço emblemático da arquitetura brasileira e que é herança no período e mentalidade colonialista. Esse cômodo é um local que foi destinado para nós mulheres negras, um território feminino negro pensando num cruzamento entre o fazer estético/artístico, e o espaço restrito no qual as domésticas⁵ moram e trabalham.

Dentre outras performances que compõe esta série, *Empregada para um cubo branco* (2014) desloca o espaço da área de serviço para dentro da galeria, confrontando os discursos que legitimam o que é, e o que não é arte. Numa ação performática de limpeza do chão da galeria Millena Lízia reencena o mito da mulata, esfregando sobre o chão um tecido branco que no ato incessante do limpar, absorve a sujeira do ambiente e se transforma em pano de chão.



Imagem 7: Performance da artista Millena Lízia *Empregada para um cubo branco*, 2014.

Fonte: Millena Lízia.

5 O trabalho doméstico no Brasil é, na maioria das vezes, exercido pela mulher negra. Entre 2004 e 2011, a proporção de mulheres negras ocupadas nos serviços domésticos no país cresceu de 56,9% para 61,0%, ao passo que entre as mulheres não negras observou-se uma redução de 4,1% pontos percentuais, com a participação correspondendo a 39,0%, em 2011. Em todas as regiões do país, a tendência de elevação do percentual de trabalhadoras domésticas negras esteve presente, exceto para a região Norte, onde passou de 79,6%, em 2004, para 79,3%, em 2011. A região Sudeste registrou o maior aumento de mulheres negras ocupadas no trabalho doméstico no período, com o percentual correspondendo a 52,3%, em 2004, e atingindo 57,2%, em 2011. Fonte: <https://www.dieese.org.br/estudosetorial/2013/estPesq68empregoDomestico.pdf>

O espaço expositivo como quarto de empregada, onde da “áreadeserviço” que se torna pública observa a si, e o olhar da/o outra/o sobre a performatividade do corpo que limpa. A artista expondo a estrutura colonial que impera na arquitetura das residências aos cubos brancos, como afirma Millena na entrevista concedida para o YABARTE, “todo cubo branco tem um quê de casa grande”.

Chegamos então nas criações poéticas e particulares de Rubiane Maia (1979-), nascida em Minas Gerais, mestra em Artes Visuais pela Universidade Federal de Espírito Santo, a artista cria visualidades que nos fazem transcender o modo de entendimento do que pode um ser capaz de recriar novos usos do corpo, do sentir e de sonhar. O ato performático é imbricado de movimentos outros criados pelo corpo da/o artista que cria naquela fração de tempo uma relação intrínseca consigo, com o/a outro/a e o espaço. Rubiane nos traz de forma leve a atmosfera quase que mágica envolvida no processo de criação no limiar entre acreditar e desacreditar, fazer ou não fazer, nos levando pra outros territórios sensíveis ao propor uma preparação para a expansão da consciência de si e da ligação com o mundo. Seria possível um corpo voar?



Imagem 8: Performance/vídeo da artista Rubiane Maia *Preparação para exercício aéreo, o deserto*, 2016.

(Rubiane Maia e Luísa Nóbrega).

Fonte: Rubiane Maia.

Na ação *Preparação para exercício aéreo, o deserto* (2016), Rubiane utiliza seu corpo como instrumento de ação, fazendo novos usos e realizando o impossível. Junto a outras duas pessoas, a artista propõe um desafio de provocação e preparação para exercícios aéreos, inicialmente no deserto do Atacama (Chile) depois no Salar de Uyuni (Bolívia) com artista Luísa Nóbrega, e depois para o Pico da Bandeira em Espírito Santo (Brasil) com Manuel Vanson.

Rubiane desassocia a ideia do voo da imagem tecnológica e nos conecta à ideia do desejo. O desejo humano de voar que impulsionou e concretizou a criação de máquinas aéreas, e que impulsiona outras maneiras de pensar o voo para além da literal. A artista nos ensina sobre pensar outras qualidades para o corpo, não pelo desejo de voar com asas, mas uma ascensão através dos pés firmes na terra, como delírio ou um sonho.



Imagem 9: Performance/Vídeo da artista Rubiane Maia *Preparação para exercício aéreo, a montanha*, 2016.
(Rubiane Maia e Manuel Vanson).

Fonte: Rubiane Maia.

A ideia de se alcançar as alturas através da observação do movimento de subida, buscando o encontro com o céu através de percepções minuciosas e ligações precisas com os sentimentos e sensações que permeiam o corpo potência, de realizar deslocamentos, equilíbrios, leveza, conexões com a natureza, a respiração-expiração-inspiração a partir do ar rarefeito, experimentando ações curiosas e poéticas em lugares de altitudes fora do cotidiano.

Considerações temporárias sobre a urgência do tempo

Muitas são as narrativas redesenhadas por artistas negras que tem transformado suas dores em propulsores para criações artísticas, recriando novas possibilidades de existir, de sentir e transformar o meio como um todo.

O projeto de pesquisa YABARTE tem feito um levantamento de várias artistas negrescendentes que veem enegrecendo as Artes Visuais no Brasil, demarcando a urgência da criação de novos dispositivos

capazes de visibilizar e legitimar potências, e de criar novos mundos onde a resistência, leveza e poesia possam coexistir sem nos desumanizar, reconhecendo as vivências e os modos de produzir de cada artista negra.

Propomos a reflexão sobre as formas de narrar e partir de quais pontos de partida de de continuidade, e por que não também indicando outros e novos deslocamentos narrativos que nos interessam, nos registram, nos contemplam, nos mostram existência.

É um começo, estamos gestando a pesquisa e ainda há um longo caminho para percorremos com paciência, sabedoria e companheirismo de todas que se somam a este projeto.

Dentre as artistas citadas no decorrer do texto, existem muitas outras performers negras movimentando a arte contemporânea com seus corpos pulsantes tecendo a pele da vida, a saber: Ana Musidora, Ana Beatriz, Charlene Bicalho, Eliana Amorim, Erica Malunguinho, Maria Macêdo, Musa Michelle Mattiuzzi, Raízza Prudêncio, Raylla Brito, Tina Melo, dentre outras. Parafraçando a filósofa Djamila Ribeiro, corpos transgressores pensando “outras geografias de razão e saberes” (RIBEIRO, 2018, p.31.), entendimentos do ser mulher e artista negra neste país.

Referências

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**, 2013. Disponível em: <https://jgciencias.files.wordpress.com/2016/10/ensinando_a_transgredir_a_educacao_como.pdf> Acesso 20 jun. de 2018.

_____. **Intelectuais Negras**. Em Geledés- Instituto da Mulher Negra. Outubro de 2014. Disponível em <<https://www.geledes.org.br/intelectuais-negras>, acesso 05 jul. de 2018.

GOLDBERG, Roselee. **A arte da performance: do futurismo ao presente**. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

KILOMBA, Grada. “The Mask” In: **Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism**. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição, 2010. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/clt/article/viewFile/115286/112968>, acesso 10 Ago de 2018. LÍZIA, Millena. Entrevista para o projeto de pesquisa **YABARTE: processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos fazeres e pensares negros feminino**. Crato: PRPGP, URCA, Centro de Artes. 2018.

MAGALHAES, Leonilia. LEAL, Priscila Cruz. A arte Performática, Corpos e feminismos. Revista do centro de pesquisa de formação. n.3. Novembro 2016. Disponível em: <https://www.sescsp.org.br/files/artigo/4084962a-349d-42ee-82d3-c40cb6ddf7b3.pdf>, acesso 10 ago. de 2018.

PAULA, Rogéria Costa de. **Corpo Negro- Miatizações e performances de raça..** III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade, 2012. Disponível em: <https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/PAULA_ROGERIA_COSTA_DE.pdf>, acesso 12 set. 2018

SANTOS, José M.P. **Breve histórico da “performance art” no Brasil e no mundo**. Revista de Arte Ohun, Salvador: UFBA, n.4, dezembro de 2008.

SAMPAIO, Renata. Renata Sampaio. (potfólio digital). 2016. Disponível em:<http://cargocollective.com/sampaio-renata/Duro>, acesso 15 out. 2018.

SANTOS, Renata Aparecida Felinto dos. **A representação do Negro nas Artes Plásticas Brasileiras: diálogos e identidades**. Junho de 2013. Disponível em: http://proex.unifesp.br/santoamaro/docs/cultura_afro_brasileira/representacao_negro_na_s_artes_plasticas_brasileiras_e_bibliografia_basica.pdf, acesso 24 jul. de 2018.

_____. **Não brancos, não héteros, não homens. Não me vejo, mas existo: a sub- representação das minorias na arte brasileira**. Agosto de 2016. Itaú Cultural. Disponível em: < <http://>

d3nv1jy4u7zmsc.cloudfront.net/wp-content/uploads/2016/08/blog-centros-de-mem%C3%B3ria_renata-felinto-dos-santos- rev-lido-RENATA.pdf> Acesso 15 ago. de 2018.

_____. **Mulheres negras e a arte: poéticas da resistência.** (No prelo).

_____. **Rapunzel: a arte contemporânea como tratamento cosmético/estético a partir das performances de Juliana dos Santos e de Priscila Rezende.** Janeiro de 2017. Disponível em: < http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/29955/2/ULFBA_E_v8_iss20_p20-29.pdf> Acesso em 05 ago. de 2018.

_____. **YABARTE- processos gestacionais na arte contemporânea a partir dos fazeres e pensares negros femininos.** (Projeto de pesquisa). Crato: URCA. Centro de Artes. 2018.

_____. **Arte sabor vida: as visualidades negras das obras de Janaina Barros e de Michelle Mattiuzzi.** (No prelo)

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de Fala?/** Djamila Ribeiro. – Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

WALKER, Alice. **Cabelo oprimido:** um teto para as idéias. Geledés. 12/11/2011. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br/cabelo-oprimido-e-um-teto-para-o-cerebro/>>, acesso 15 ago. de 2018.

O VESTIDO DE NOIVA COMO INSTRUMENTO PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO FEMININA

Tamires Souza Coutinho¹

Resumo: O intuito deste artigo é discutir os aspectos de gênero que circundam o vestido de noiva ocidental e seu papel como um instrumento simbólico na construção social da identidade de gênero feminina. Se este, de fato, se estabeleceu como um instrumento simbólico que regula e unifica a identidade feminina, a partir do ritual do casamento, de que forma isto ocorre? Para debater tal questionamento, foi feita uma revisão bibliográfica baseada no exposto pelas autoras: Butler (2001; 2008), Entwistle (2015), Pateman (1993) e Monsarrat (1974). Os resultados desta pesquisa indicaram que é possível compreender o vestido de noiva como um instrumento simbólico que tanto mantém uma representação do papel da mulher na sociedade quanto se torna um dos definidores de sua identidade.

Palavras-chave: Vestido de noiva; Gênero; Identidade; Sexualidade; Casamento.

¹ Mestranda em Design – Universidade Federal de Pernambuco; Bacharela em Comunicação Social/Jornalismo pela Universidade Federal de Pernambuco; Graduada em Design pela Universidade Federal de Pernambuco. tamiressc@hotmail.com

Introdução

O vestido de noiva ainda é considerado por muitas pessoas uma das vestimentas mais importantes na vida de uma mulher, mesmo na contemporaneidade, quando o casamento não possui o peso de obrigatoriedade que já teve outrora para o início da vida sexual de um casal - e, principalmente, da mulher. Apesar de ter sua caracterização formal determinada no final do século XIX (a partir do casamento da Rainha Vitória), a peça já possuía a função de ser parte do dote da mulher ao noivo e sua família, estabelecendo uma relação econômica e determinando o status das famílias envolvidas, assim como caracterizando um papel simbólico da mulher dentro da sociedade.

Ao discorrer sobre a história do casamento ocidental europeu e, posteriormente, do norte americano, Ann Monsarrat (1974) classifica o casamento da rainha Vitória como o ápice do que ficaria conhecido como *“white wedding”* (“casamento branco”, tradução nossa). Esta cerimônia específica envolve rituais, costumes e comportamentos que, a despeito de possuírem influências de casamentos europeus realizados em outros períodos de tempo, se diferenciam dos demais por conta da manutenção da maior parte deles até os dias atuais. Mesmo que existam registros de outras mulheres que utilizaram branco em seus vestidos de casamento, foi a partir da peça utilizada pela rainha que a cor se estabeleceu como um padrão, assim como foram estabelecidos os moldes do casamento branco (MONSARRAT, 1974), precursor do casamento moderno ocidental. Foi no século XIX que muitas das tradições presentes no casamento ocidental moderno foram criadas ou, pelo menos, institucionalizadas (Ibidem, 1974).

A partir da mudança no modelo do casamento ocidental no século XIX, a peça, que antes apenas denotava poder aquisitivo e status, agora passa a carregar tantos ideais e símbolos que transforma a figura da noiva em algo quase mítico. Ter um vestido de noiva branco se tornou uma fantasia romântica que emulava os vários ideais atribuídos ao feminino (INGRAHAM, 1999; WICOFF, 2007): pureza, castidade, delicadeza, submissão. Se considerarmos o exposto por Foucault (1988) acerca do casamento o casamento, este era o ritual necessário para a realização do ato sexual dentro do considerado correto pela religião; é, portanto, necessário cobrir a mulher, a Eva, o símbolo do pecado, com elementos de pureza, afastá-la de sua sexualidade até que esta se fizesse necessária por meio do casamento e regulá-la.

O sexo dos cônjuges era sobrecarregado de regras e recomendações. A relação matrimonial era o foco mais intenso das restrições; era sobretudo dela que se falava; mais do que qualquer outra tinha que ser confessada em detalhes. Estava sob estreita vigilância: se estivesse em falta, isto tinha que ser mostrado e demonstrado diante de testemunha. (FOUCAULT, 1988, p. 37)

Dito isto, busco compreender, de modo exploratório, como o vestido de noiva atual carrega os símbolos e ideais que foram atribuídos historicamente à peça, mantendo subjetivamente a fantasia romântica que emula os vários papéis atribuídos ao feminino, e de que modo este, como um

instrumento simbólico e de moda, regula e unifica se tornou uma parte da expressão de gênero feminina que foi estabelecida a partir do ritual do casamento. Desse modo, nosso objetivo foi pautado na discussão acerca do contexto do papel feminino no casamento e dos aspectos simbólicos que estão imbuídos e se manifestam na figura da noiva, além da avaliação dos possíveis papéis sociais, históricos e simbólicos dos elementos estéticos que compõem o vestido de noiva.

Metodologia

Para o desenvolvimento deste artigo, optamos pela pesquisa qualitativa bibliográfica, já que a discussão foi realizada a partir de uma revisão da literatura, compreendendo a questão histórica tanto da temática do casamento quanto da institucionalização do traje de noiva na sociedade ocidental. Para realizar tal intento, fizemos o levantamento de livros de autores reconhecidos da área e de artigos apresentados em congressos e sites de pesquisadores nos campos dos estudos de gênero e sexualidade, assim como da história do casamento e da moda, aprofundando e sedimentando os conhecimentos relacionados ao vestido de noiva.

Resultados e Discussão

Ao historicizar a relação entre o corpo e o sexo, a filósofa Judith Butler (2008; 2001) propõe a dissolução da dicotomia estruturante entre o sexo e o gênero. Afirmando que a sociedade se baseia numa “ordem compulsória”, baseada numa dicotomia entre o masculino versus o feminino, Butler (2008) defende que o gênero é um ato intencional, um gesto performativo que produz significados, pois “não há identidade de gênero por trás das expressões de gênero; essa identidade é performativamente construída, pelas próprias expressões tidas como seus resultados” (BUTLER, 2008, p. 48). Este processo é mantido pela repetição cultural de atos, gestos e signos, que são responsáveis pelo processo de construção de gênero dentro da sociedade (PISCITELLI, 2002). Por conta disto, este trabalho se propõe a utilizar desta noção para compreender quais gestos e signos estão sendo reproduzidos a partir do vestido de noiva, entendido como um instrumento ou um elemento presente no ato performático de ser “a noiva”, e de que modo eles contribuem na formação da identidade de gênero feminina.

“Se adotarmos o argumento de Butler de que os contornos de gênero são definidos em termos de sexualidade, então deduz-se que isso também será expresso através do vestuário” (ENTWISTLE, 2000, tradução nossa). Neste sentido, os estudos da socióloga Joanne Entwistle (2000) sobre a relação entre o corpo, a moda e a vestimenta corroboram para a noção de que a moda ou o ato do vestir são resultado das práticas de gênero construídas no âmbito social.

O ato de vestir é, portanto, o resultado de práticas que são socialmente constituídas, mas postas em prática pelo indivíduo: os indivíduos devem atender a seus corpos quando se “vestem” e isto é uma experiência tão íntima quanto social. Quando nos vestimos, o

fazemos dentro dos limites de uma cultura e suas normas particulares, expectativas sobre o corpo e sobre o que constitui um corpo “vestido” (ENTWISTLE, 2000, tradução nossa).

Ao articular corpo, gênero e sexualidade, Entwistle (2000) defende o papel da moda na formação da identidade moderna pois as roupas que foram escolhidas para vestir representam um compromisso entre o social, o meio e os desejos individuais. A própria autora, inclusive, dialoga diretamente com os conceitos cunhados por Butler (2008) ao tratar o ato de vestir como um ato performático de identidade: “A ideia de identidade como “performativa” é particularmente útil para entender como a moda é “altamente eficaz para constituir interminavelmente, mas nunca fixar identidades” (Buckley e Fawcett, 2002: 9)” (ENTWISTLE, 2000, tradução nossa). Nomeando a relação entre o corpo e o vestuário de “corpo vestido”, Entwistle (2000) define que a vestimenta colocada sobre o corpo continuamente o modifica, atuando de modo a delimitar seus aspectos identitários. Desta forma, as roupas acabam por cobrir o corpo de significância, adicionando sentidos que, por estarem tão próximos ao corpo, são assumidos e tomados como naturalizados.

Não é de admirar-se, portanto, que o vestido de noiva, sendo ele o traje de passagem para a vida sexual feminina - antes proibida, vigiada e punida (FOUCAULT, 1988) -, estivesse tão carregado de símbolos que definem um dos papéis femininos na sociedade, senão o maior papel social. O vestido de noiva ainda é considerado, por muitas pessoas, a vestimenta mais importante na vida de uma mulher (WORSLEY, 2010). Em períodos distintos de tempo, ele se adaptou para ser uma representação do “papel ideal da mulher” em cada uma das sociedades. Por representar grande parte do ideal simbólico do que deveria ser a figura feminina, este artefato possui poder simbólico suficiente para se tornar um determinante para a construção e afirmação da identidade feminina. Então, o vestido de noiva, que já era uma parte importante da vida feminina por conta do próprio ritual do casamento, passa a ser um elemento de reforço e até um instrumento delimitador dentro do processo de construção do papel e da identidade feminina na sociedade, inclusive por meio do sistema de moda (WILSON, 1985).

Para realizarem plenamente a sua posição social, as mulheres tinham de usar o uniforme da moda; no entanto, num mundo que acreditava no amor romântico individualista, elas também deviam exprimir uma personalidade única. Essa exigência de originalidade, no interior da identidade, intensificou, se não originou, o mercado de casamentos do século dezanove (WILSON, 1985, p. 165)

Na sociedade contemporânea, em que é possível desvincular o casamento da religião, onde este rito de passagem não é mais um passo obrigatório para as mulheres, muitas ainda optam pelo vestido branco e a manutenção deste ritual se tornou mais um fator de consumo (WORSLEY, 2010). Se uma noiva optar por não se casar utilizando uma peça branca ou, pelo menos, que se assemelhe à figura tradicional, seu status de noiva será questionado. O ato performativo será rompido e, portanto, passível de críticas da sociedade. Afinal, para a sociedade, que mulher pode se considerar uma noiva se não estiver usando um vestido de noiva branco?

Por conta de todo o significado histórico e social que estão imbuídos no vestido de noiva, a peça pode ser compreendida como um artefato de moda simbólico - um produto simbólico do casamento. Como tal, a peça traz em si uma miríade de símbolos que também fazem parte de um processo de construção identitária, sendo este mais subjetivo, já que “escolher roupas (...) é nos definir e descrever” (LURIE, 1997, p. 21). Estes símbolos, presentes no vestido e em todo o ritual que o circunda, se tornam um determinante para o processo de construção da identidade social feminina perante a sociedade, afinal, de acordo com a autora de livros de planejamento de casamentos, McBride-Mellinger (2007):

O que é moda senão uma oportunidade de expressar sua identidade? O que é um casamento senão uma ocasião para afirmar sua identidade? E o que é um vestido de noiva senão uma chance de se deleitar na fantasia de tudo que você quis ser? (MCBRIDE-MELLINGER, 1993, apud WICOFF, 2007, tradução nossa)

Estes questionamentos podem se relacionar com a noção de matrimônio dada por Carole Pateman (1993): “o contrato de casamento, não escrito, ao qual um homem e uma mulher estão vinculados quando se tornam marido e mulher, é codificado pela lei que governa o casamento e a vida familiar” (PATEMAN, 1993, p. 227). Dentro dessa relação, o casamento não é apenas um contrato social, mas uma legitimação do direito patriarcal masculino sobre as mulheres, pois não há uma igualdade dentro das relações postas pelo matrimônio, já que este “pressupõe a idéia do indivíduo como propriedade” e “estabelece um acesso legítimo à propriedade sexual da outra pessoa” (PATEMAN, 1993, p. 233), sendo este indivíduo- propriedade a figura feminina. Ademais, por muito tempo na sociedade ocidental (e isto ainda se repete em certos espaços socioculturais, principalmente religiosos), as mulheres tiveram sua vida social totalmente atrelada ao casamento e à figura do marido:

As mulheres são o que são por natureza; os homens se criam na vida pública e são dotados da capacidade masculina de fazê-lo. As mulheres devem permanecer na esfera privada natural da família. A família é representada no espaço público pelo marido, a “única pessoa” criada através do contrato de casamento. (PATEMAN, 1993, p. 244-245)

Portanto, a postulação de que o casamento é “uma ocasião para afirmar sua identidade” (MCBRIDE-MELLINGER, 1993) se torna verídica, não necessariamente pelos valores estéticos que foram atribuídos ao casamento, mas sim pois este ritual ou contrato foi e ainda é um instrumento para que as mulheres fossem incorporadas à sociedade civil, saindo da propriedade paterna e passando para a propriedade do marido. A identidade em questão não é a identidade individual feminina ou da mulher - ou noiva -, mas sim a identidade que é imposta socialmente a todas as mulheres e que é necessária para o funcionamento do próprio sistema do patriarcado.

Conclusões

A partir da revisão bibliográfica e discussão dos postulados dos autores, foi possível apreender que as relações, intrínsecas ao casamento, permanecem no cerne do casamento branco. A institucionalização deste e, conseqüentemente, do vestido de noiva, criou um mercado e uma necessidade de consumo que foram agregadas ao ritual de casamento. Do século XIX até os dias atuais, o mercado do casamento permaneceu ativo e foi até mesmo ampliado com o advento da indústria da moda e da cultura do consumo. As mudanças obtidas pelo movimento feminista em relação aos comportamentos sociais e culturais femininos, e também nas mudanças estilísticas da moda feminina, alteraram o poder e o significado de vários dos ideais atribuídos à noiva. Porém, a estrutura do vestido e do casamento se manteve, adaptando-se quando necessário. Dessa forma, o vestido de noiva comporta-se como um instrumento simbólico, que tanto mantém subjetivamente uma representação do papel da mulher na sociedade quanto generaliza e unifica seus comportamentos, se tornando um dos definidores de sua identidade cultural, social e de gênero.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: Feminismo e subversão da identidade. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: **O Corpo educado** – pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

ENTWISTLE, Joanne. **The fashioned body**: Fashion, dress and social theory. John Wiley & Sons, 2015.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**: A vontade de saber. 13 ed. Rio de Janeiro: Edições Geral, 1988.

INGRAHAM, Chrys. **White weddings**: romancing heterosexuality in popular culture. Routledge, Nova York, 1999.

LURIE, Alison. **A linguagem das roupas**. Tradução: Ana Luiza Dantas Borges. Rocco, 1997.

MCBRIDE-MELLINGER, Maria. **The Wedding Dress**. Random House, 1993.

MONSARRAT, Ann. **And the bride wore**: the story of the white wedding. Dodd Mead, 1974.

PATEMAN, CAROLE. O feminismo e o contrato do casamento. In: **O contrato sexual**. São Paulo, Paz e Terra, 1993.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, Leila (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Campinas: IFCH-Unicamp, 2002.

VAINFAS, Ronaldo. **Casamento, amor e desejo no ocidente cristão**. Ática, 1992.

WICOFF, Kamy. **I Do But I Don't: Why the Way We Marry Matters**. Da Capo Press, 2007.

WILSON, Elizabeth. **Enfeitada de sonhos**: moda e modernidade. Tradução: Maria João Freire. Rio de Janeiro, Edições 70, 1989.

WORSLEY, Harriet. **O vestido de noiva**: Inspiração fashion para noivas e estilistas. Tradução: Dafne Melo. São Paulo: Publifolha, 2010.

DIGERINDO PRECIADO: FORMULAÇÕES PIROTÉCNICAS SOBRE UMA PUT@ TEORIA

Francisco Rivelino Oliveira Nascimento¹

Resumo: Preciado filósofo trans espanhol queer representa atualmente nos estudos de gênero-sexualidade-corporalidades uma teoria/prática subversiva. Assim, objetivamos trabalhar com alguns conceitos: “farmacopornismo-tecnogênero-contrassexualidade-multidões queer” no intento de apresentar o escopo conceitual desenvolvido pelo autor e sua contribuição para os estudos de gênero-sexualidade-corporalidades. A pesquisa acontece a partir de levantamento bibliográfico. Nesta esteira conceitual, a angulação dada por Preciado as manifestações corporais e o entrecruzar do gênero e da sexualidade é tratadas de uma forma contestadora aos regimes de normatização. Conclui-se que, seu léxico conceitual apresenta potencialidades em pensar os sujeitos e suas materialidades em formas fluidas e não cristalizadas.

Palavras-chave: Preciado, teoria, subversão.

¹ Graduando em serviço social – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará/Campus Iguatu, E-mail; rivelino_101@hotmail.com

Introdução

As inferições de Paul Beatriz Preciados filósofo trans espanhol queer representa atualmente no campo dos estudos de gênero sexualidade e corporalidades, as representações formuladas e desenhadas a partir de manifestações experienciadas em seu próprio corpo. Um corpo manifesto que pode e dever ser representado como simulacro de experiências múltiplas e, principalmente, como corpo em processo, um ensaio corporal em devir. Assim, objetivamos trabalhar com alguns conceitos: “farmacopornismo-tecnogênero-contrassexualidade-multidões queer” no intento de apresentar o escopo conceitual desenvolvido pelo autor e sua contribuição para os estudos de gênero-sexualidade-corporalidades. Nesta esteira conceitual produzida pelo autor, consideramos extremamente importante e válidas a angulação dada por Preciado as manifestações corporais e, o entrecruzar do gênero e da sexualidade tratadas de uma forma autoral e subversiva aos regimes de normatização da vida, dos corpos, gêneros e sexualidades. Ainda alertamos que a incursão feita neste trabalho no pensamento do filósofo não segue necessariamente uma linha cronológica da publicação de suas obras, mas sim, uma montagem do pensamento do autor que ao nosso ver oferta um dialogismo entre seus escritos.

Metodologia

A pesquisa foi realizada a partir de levantamento bibliográfico, utilizando como fonte bibliográfica livros e artigos do filósofo trans queer Paul Beatriz Preciado, como também, algumas fontes originadas a partir do pensamento do autor. Como liga teórico-metodológica utilizamos os estudos queer, por nós possibilitar uma analítica não normativa, fornecendo assim uma visão mais prismática e plural do sujeito em sua multitudine, ao qual o filósofo também filia-se.

Resultados e discussão

A visão cosmopolita do filósofo trans unifica um arsenal filosófico conceitual que instrumentaliza suas formulações em torno do corpo. Podemos inferir que certamente o corpo é uma categorial central no pensamento de Preciado. Em entrevista realizada pela Revista! Observatório de Resistências Plurais, publicada em oito de maio de 2018, o filósofo sinaliza alguns dos caminhos que o levou para o campo dos estudos queer e, principalmente, as suas miradas analíticas sobre corporeidade. Interpelado sobre sua “obsessão filosófica” sobre o corpo, Preciado responde;

Durante a época em que estive no departamento de Arquitetura, quando estudava com Derrida, publiquei meu primeiro livro, que tratava sobre os dildos, o Manifesto contrassexual, dentro de uma coleção dirigida por Guillaume Dustan. Estava obcecado pela questão do corpo e sua materialidade, e tive um choque ao descobrir a análise performativa da identidade realizada por Butler. Sua análise mudou radicalmente minha maneira de pensar os gêneros e a sexualidade. O que eu queria desde o princípio era

tomar essa análise e levá-la para o terreno da corporeidade. Eu havia começado a tomar testosterona e queria fazer um livro sobre a genealogia política dos hormônios, a partir das obras de Judith e de Foucault. Tratava-se de mostrar como nos movemos para um novo regime de controle e produção do gênero e da sexualidade (PRECIADO, 2018a, p. 01).

Tomado como experimento o seu próprio corpo o filósofo faz uso da testosterona como sendo “um protocolo de intoxicação voluntária à base de testosterona a respeito do corpo e dos afetos de B. P. um ensaio corporal” (PRECIADO, 2018b, p. 13). Tomando assim, os hormônios e de forma mais específica a testosterona o filósofo inferi que, “politicamente, de fato, os hormônios são um sistema de comunicação, de circulação, são uma forma de contaminação viral. Tomei meu corpo como terreno de experimentação. Daí esse estilo de “autoficção”, mas não no sentido como é visto hoje, do pequeno eu confinado ao privado” (PRECIADO, 2018a, p. 01).

Ainda segundo Preciado (2018a), o corpo possui uma densidade política inscrito como “corpo da multiplicidade” tendo o aspecto fundamental para a recusa de um binarismo categorial de escrita normatizados e circunscrito no âmbito da femilidade e masculinidade heterossexual. Essa grade epistemológica como sendo um regime de visibilidade é categoricamente minada e implodida através das formulações do autor. Em outras palavra, “trata-se de resistir à normalização da masculinidade e da feminilidade em nossos corpos, e de inventar outras formas de prazer e convivência” (PRECIADO, 2018a, p. 01).

Outro questionamento feito ao filósofo e que é preponderante para compreendermos como funciona e é trabalho o biopoder de Foucault no farmacopoder de Preciado, o mesmo discorre;

Foucault fez uma análise extremamente interessante sobre a produção das identidades no século XIX pelo discurso médico, a lei e as instituições de encarceramento. Essas arquiteturas externas existiam para controlar, regular, disciplinar e medir a vida ou o biopoder. Isso permitiu uma compreensão extremamente precisa do momento em que a identidade sexual foi inventada. Também sempre fiquei impressionado com o fato de que Foucault jamais fez uma arqueologia do presente, do corpo gay e lésbico ou da normalização da sexualidade contemporânea, sendo que ele conheceu o feminismo, os começos do mundo gay e lésbico, os Estados Unidos, San Francisco. Penso que era muito complicado para um intelectual gay ter um discurso em primeira pessoa nos anos 70. Sua análise perderia credibilidade. [...]. Meu objetivo era cruzar a análise performativa de Judith com a arqueologia crítica dos dispositivos disciplinares de Foucault, e levá-los ao terreno do corpo, das tecnologias bioquímicas e pornográficas. É aqui que chegamos ao farmacopoder (PRECIADO, 2018a, p. 01).

Precido (2018b), portanto, situa sua investigação na “era farmacopornográfica” que, segundo o autor, esta inserido numa concepção de “transição para um terceiro tipo de capitalismo, depois dos regimes escravista e industrial, [...] estabelecimento de um novo tipo de “governo do ser vivo” emerge

das ruínas urbanas, psíquicas, fisiológicas e ecológicas da segunda Guerra Mundial” (PRECIADO, 2018b, p. 27). Ou seja, um “capitalismo pós- industrial” que passou a figurar o sexo e a sexualidade como sendo questões centrais da atividade política e econômica. Em suma, nas palavras do filósofo definindo o farmacopornismo; “[...] esta nova economia dominada pela indústria da pílula, pela lógica masturbatória da pornografia e pela cadeia de excitação-frustração em que se baseia. A indústria farmacopornográfica é o ouro branco e viscoso, o pó cristalino do capitalismo biopolítico” (PRECIADO, 2018b, p. 43).

Ainda segundo o filósofo, a produção farmacopornográfica definiria hoje uma “nova era da economia política mundial”, não por sua hegemonia quantitativa, mas sim, através do “controle, a produção e a intensificação dos afetos narcossexuais tornaram-se o modelo para todas as outras formas de produção” (PRECIADO, 2018b, p. 43).

Sendo assim o projeto biopolítico ainda é um mecanismo de forte espessura conceitual inserido na esfera do Estado contemporâneo, sendo tomado por Preciado (2018b), através do “farmacopoder”. Essa definição de um novo biopoder aporta suas bases na implementação do que Preciado chama de “controle pop”. Essa classificação possui relação análoga com a produção de hormônios sintéticos e sua indução via uma economia de controle dos corpos. Assim nas palavras do filósofo:

O estrogênio e a progesterona foram inventados no final da década de 1940. Desde então, seu consumo passou por mudanças graduais. Hoje, estas duas substâncias sintéticas, bases moleculares para a produção da pílula anticoncepcional, são as mais produzidas em toda a indústria farmacêutica mundial [...] (PRECIADO, 2018b, p. 180).

As transformações tecnológicas e biomoleculares são utilizadas segundo Preciado (2018b) e, apresentados contemporaneamente na forma de um “panóptico ingerível”. Segundo o mesmo esse dispositivo de controle passa a figurar através da “ produção de uma pílula anticoncepcional portátil e ingerível abriu as portas para a entrada dos hormônios sintéticos (e, portanto, para técnicas de controle de natalidade governamentais e endocrinológicas) no espaço doméstico, o que cria um nó consumo/ produção [...]” (PRECIADO, 2018b, p. 186).

Essa foi a base experimental que décadas depois pôde ser livremente comercializada e distribuída como fonte segura para controle biopolítico dos corpos. O destaque e a ênfase a funcionalidade da pílula anticoncepcional ao controle biopolítico e ao aquecimento da economia via indução da necessidade desse produto não é o único mecanismo apontado por Preciado (2018b), segundo o autor a pornografia, o silicone, a progesterona e a própria testosterona ao qual faz uso, elencam alguns dos dispositivos do farmacopoder.

Ainda dentro desse rol de produtos produzidos, disseminados e principalmente consumidos o autor aponta a produção do “tecnogênero”. Segundo o mesmo a invenção da categoria gênero, “[...] sinalizou uma cisão e tornou-se o ponto de origem para o surgimento do regime farmacopornográfico de produção e governo da sexualidade” (PRECIADO, 2018b, p. 109). Outro aspecto ponderado pelo filósofo é a visão de que o termo longe de ser uma criação da agenda feminista, pertence inicialmente

“ao discurso biotecnológico que apareceu nas indústrias médicas e terapêuticas dos Estados Unidos no final da década de 1940” (PRECIADO, 2018b, p. 109).

Neste sentido, gênero surgiu como uma categoria diagnóstica utilizada como ferramenta clínica, classificando os corpos e, conseqüentemente, como mecanismo de correção daqueles que apresentassem alguma discordância “somatopolítica”. Assim, definindo objetivamente o tecnogênero, Preciado aponta que:

[...] o gênero é um artefato industrial biotécnico. As tecnologias de gênero, do sexo, da sexualidade e da raça são os verdadeiros fatores econômicos e políticos do farmacopornismo. São tecnologias de produção de ficções somáticas. Masculino e feminino são termos sem conteúdo empírico para além das tecnologias que os produzem. Assim, a recente história da sexualidade aparece como uma gigantesca Disneylândia farmacopornográfica, em que as metáforas do naturalismo sexual são fabricadas em escala global como produtos de indústrias midiáticas, endocrinológicas, cirúrgicas e do agronegócio (PRECIADO, 2018b, p. 111).

Por todas as conexões apontadas em relação aos traços e ligamentos da categoria gênero com o farmacopornismo, Preciado se considera como sendo “um terrorista de gênero”. Isso é claro, possui implicações políticas ao qual o filósofo trans se utiliza, como formas de transgressões das normas sexuais e de gênero. Neste sentido, dentro desta mesma discussão na produção de contra-discursos, o autor invoca uma análise que insurge contra a ideia bem comportada de exercer a sexualidade e as experiências corporais, o conceito de contrassexualidade. Assim:

A contrassexualidade não é a criação de uma nova natureza, pelo contrário, é mais o fim da natureza como ordem que legitima a sujeição de certos corpos a outros. A contrassexualidade é. Em primeiro lugar: uma análise crítica da diferença de gênero e de sexo, produto do contrato social heterocentrado, cujas performatividades normativas foram inscritas nos corpos como verdades biológicas [...]. Em segundo lugar: a contrassexualidade aponta para a substituição desse contrato social que denominamos natureza por um contrato contrassexual. (PRECIADO, 2017, p. 21).

A ideia ou a enunciação radical do autor dá a projeção de ruptura total com experiências e práticas sexuais e corporais vivenciadas pelo modelo heterocentrado. O contrato contrassexual também seria utilizado como um mecanismo jurídico-legal, exigindo a adesão consciente de atribuições, deveres e direitos que o corpo falante passaria a exercer nessa conjectura. Abrindo o debate para a potência dos corpos fora do agenciamento do biopoder e, se assim podemos chamar, de uma potência dos corpos em “aliança”, cria-se uma “multidão queer”. Neste prisma;

O corpo não é um dado passivo sobre o qual age o biopoder, mas antes a potência mesma que torna possível a incorporação prostética dos gêneros. A sexopolítica torna-se

não somente um lugar de poder, mas, sobretudo, o espaço de uma criação na qual se sucedem e se justapõem os movimentos feministas, homossexuais, transexuais, intersexuais, transgêneros, chicanas, pós-coloniais... As minorias sexuais tornam-se multidões. O monstro sexual que tem por nome multidão torna-se queer (PRECIADO, 2011, p. 14).

Conclusão

A utilização dessas categorias analíticas revelam, ou melhor, subvertem os processos de interpelações normativas que buscam nos enquadrar cotidianamente. A matriz teórica evocada para fundamentar essa pesquisa, nos propicia uma “ciência ótica”, projetando um prisma de análise que torce o olhar sobre a normalidade, trazendo à tona as narrativas dos sujeitos/as ininteligíveis. Sendo assim, os estudos de Preciado são estratégicos para as discussões de gênero e sexualidade, como sendo uma teoria pirotécnica, “porque nos fazem, nos oferece instrumentos para o cerco, para a guerra e para o espanto”. Portanto, as interconexões tratadas aqui na forma de diálogo através das formulações de Paul Beatriz Preciado, nos instrumentaliza em um debate complexo, mas que a sua principal chave de análise nos oferta um léxico conceitual, que tem clareza de suas potencialidades, mas, principalmente, de seu devir enquanto instrumento de apreensão dos sujeitos e suas materialidades em formas fluidas.

Referências

BENTO, Berenice. **Política da diferença**: feminismos e transexualidades. In: COLLING, Leandro (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: EDUFBA, 2011. v. 1. p. 79-110.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Albuquerque. – 4. Ed. – Rio de Janeiro/São Paulo, paz e Terra, 2017.

_____. **Nascimento da biopolítica**. tradução Eduardo Brandão; revisão da tradução Claudia Berliner. – ed. Martins Fontes, São Paulo, 2008. (Coleção tópicos).

PELÚCIO, Larissa. **O Cu (de) preciado**: estratégias cucarachas para não higienizar o queer no Brasil. *Printemps*. n. 9, 2016. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/341836253/Pelucio-o-Cu-de-preciado-pdf>

PRECIADO, Paul Beatriz. **A vida não é a identidade! A vida resiste à ideia da identidade**. Tradução: Luiz Morando. *Revista! Observatório de Resistências Plurais – entrevista -*, 2018a. Acessado em 10 de maio de 2018. Disponível em: <https://resistaorp.blog/2018/05/08/a-vida- nao-e-a-identidade-a-vida-resiste-a-ideia-da-identidade/>

_____. **Manifesto contrassexual**: práticas subversivas de identidade sexual. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. – São Paulo: n-1 edições, 2017.

_____. **Multidões queer**: notas para uma política dos “anormais”. *Revista Estudos Feministas*, UFSC, v. 19, n.1 (2011). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2011000100002/18390>

_____. **Testo junkie**: sexo, droga e biopolítica na era farmacopornográfica. Tradução Maria Paula Gurgel Ribeiro. – São Paulo: n-1 edições, 2018b.

BIOPODER, VIDA NUA E O SOFRIMENTO DA DIVERSIDADE: CORPOS ABJETOS ENTRE A EXCLUSÃO E RESISTÊNCIA

Lidiane Gomes dos Santos¹
Isaura Caroline Abrantes Silva²
Francisco Francinete Leite Júnior³

Resumo: O presente estudo tem por objetivo compreender o entrelaçamento entre biopoder, vida nua e o sofrimento de pessoas LGBTQTT+, utilizando-se da revisão bibliográfica da literatura. Na teoria foucaultiana, o biopoder aponta para a constituição de corpos dóceis aos dispositivos de poder, tal como a heteronormatividade. Entretanto, há uma diversidade de atos performativos diante da tríade corpo-gênero-sexualidade, culminando em sofrimento ético-político para os indivíduos que destoam, sendo vislumbrados como vidas nuas (matáveis, indignas e descartáveis) e enquanto corpos abjetos, comparados a excretos humanos como fezes e urina, mas corpos que lutam e resistem diante da exclusão social. Assim, a aflição de tais sujeitos interliga-se a representação como vida nua e a égide do poder.

Palavras-chave: Biopoder, vida nua, diversidade, corpos abjetos.

- 1 Graduada em Psicologia e membro da iniciação científica com o projeto de Psicologia e diversidade sexual e de gênero: as (trans) experiências na educação de corpos e feitura do gênero de travestis e transexuais no Cariri Cearense – UNILEÃO.
E-mail: lidiane_gomes2015@outlook.com..
- 2 Graduada em Psicologia e membro bolsista da iniciação científica com o projeto de Psicologia e diversidade sexual e de gênero: as (trans) experiências na educação de corpos e feitura do gênero de travestis e transexuais no Cariri Cearense – UNILEÃO.
E-mail: isauracaroline@hotmail.com.
- 3 Psicólogo e doutorando em Psicologia Clínica pela UNICAP e docente na UNILEÃO.
E-mail: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

Introdução

As noções de biopoder, vida nua e corpo abjeto estão diretamente interligadas, apontando para o sofrimento da diversidade sexual e de gênero, e suscitando reflexões contemporâneas no que concernem a imposições coercitivas que visam atender a normas socialmente estabelecidas. Assim sendo, essa pesquisa tem por escopo refletir sobre a interpelação entre os conceitos citados anteriormente, utilizando-se da revisão bibliográfica como metodologia de estudo. Desse modo, tais conceitos apontam para questões socioculturais que ditam normas e padrões aos corpos, muitas vezes, destituindo o direito a existência das pessoas que subvertem os ideais heteronormativos.

Destarte, ressalta-se como relevância social a importância de discutir sobre o aviltamento dos direitos humanos da população LGBTQ+ que cotidianamente é destituída do status de humanidade, tendo seus corpos enquanto alvos de violência e repressão. Destarte, enquanto relevância acadêmica, destaca-se a imprescindibilidade do debruçamento sobre o sofrimento ético-político que transpassa a vida das pessoas que borram as fronteiras entre corpo-gênero-sexualidade, bem como dos impactos disso para a constituição de modos de subjetivação.

Além disso, sublinhando-se que o Projeto de Iniciação Científica intitulado “Psicologia e diversidade sexual e de gênero: as (trans) experiências na educação de corpos e feitura do gênero de travestis e transexuais no Cariri Cearense” ofertado pelo Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO) é de fundamental importância para o fomento de discussões sobre tal temática. Nesse seguimento, enquanto relevância pessoal aponta-se para a defesa da multiplicidade de corpos, desejos e sexualidades, assim como advoga-se em prol da emancipação humana à todas as formas de opressão social, a favor dos silenciados.

Metodologia

A pesquisa é caracterizada pela abordagem qualitativa que de acordo com Gonzalez- Rey (2011) designa a ênfase nos aspectos históricos e culturais para a construção do conhecimento, não vislumbrando o controle e a neutralidade diante do objeto pesquisado mas uma confrontação dialética diante da realidade social. Dessa maneira, também embasados nesse prumo epistemológico, o estudo em questão foi realizado a partir de uma revisão bibliográfica, que segundo Marconi e Lakatos (2003), aponta para a exploração e levantamento de trabalhos científicos que já foram produzidos sobre o tema de interesse de estudo do pesquisador através de livros, artigos científicos, dissertações de mestrado e teses de doutorado. Tal estudo optou por utilizar os seguintes descritores: “biopoder”, “vida nua”, “diversidade” e “corpos abjetos”, uma vez que esses estão intrinsecamente associados aos objetivos da pesquisa.

Nesse sentido, utilizou-se da plataforma de dados *Scielo* (*Scientific Eletronic Library Online*), tendo por critérios de inclusão os trabalhos que suscitaram o âmbito social mediante as questões citadas,

priorizando-se os livros clássicos. Enquanto isso, como critérios de exclusão produções científicas que em seus resumos não envolvessem os questionamentos propostos por esse trabalho. Assim, refletindo criticamente sobre os apontamentos suscitados por Michel Foucault, Giorgio Agamben e Judith Butler, estudiosos que se debruçaram acerca da discussão sobre biopoder, vida nua e corpos abjetos respectivamente. Com isso, sendo possível a elocubração de novas reflexões e questionamentos a partir do aprofundamento sobre a literatura existente sobre o tema de interesse dos pesquisadores.

Resultados e discussões

Para a teoria foucaultiana, o poder é visualizado a partir de ação sobre a ação dos outros em circunstâncias históricas com múltiplos efeitos sobre a subjetividade. Nega-se uma polarização entre poder-liberdade, pois o poder culmina não apenas em repressão mas em um caráter de produção de lutas, conflitos, discursos e verdades. Com isso, evidenciando a circulação do poder no complexo corpo social e a variação de fenômenos de assujeitamento e subjetivação produtos da díade saber-poder (REVEL, 2005).

Nesse íterim, o poder não é uma propriedade, mas se apresenta em uma teia social, enquanto transversal, relacional e multidirecional. Ao se debruçar sobre a Idade Média, Foucault (2014) aponta que o poder soberano é representado pela figura do rei, sendo esse o responsável por arbitrar pela vida ou morte de seus súditos, concretizado através da violência, da punição e da ostentação de suplícios como penalidade. A partir do século XVII, com o desenvolvimento industrial do sistema socioeconômico capitalista, há a emergência do poder disciplinar que age na fabricação de indivíduos moldados no quesito utilidade-productividade, exigindo submissão aos moldes de potencialidade produtiva e abdicando da autonomia política, o corpo é transformado em maquinário de poder.

Sublinha-se uma nova forma de configuração ao poder, denominado de biopoder, formado por duas faces: a anátomo-política e a biopolítica. A primeira face está associada ao poder disciplinar e a um âmbito individual, caracterizado por um viés mecânico de dominação e exploração sobre os corpos para cumprir a eficiência através de normativas dirigidas a condutas. Posto isso, o homem-máquina representa o resultado do processo de adestramento instituído por dispositivos de poder tal como as escolas, as igrejas e até mesmo a heteronormatividade. Já a biopolítica investe sobre um corpo com múltiplas cabeças, multidões, isto é, populações, surgindo no final do século XVIII. Investe-se sobre o gerenciamento da vida e da morte através de tecnologias de poder e discursos de verdade (FOUCAULT, 2014).

Nesse seguimento, Louro (2008) anuncia que em uma sociedade organizada por uma série de binaridades como homem/mulher, macho/fêmea, heterossexual/homossexual, o primeiro é o padrão, faz referência ao segundo que é margem, desvio e derivado. Desse modo, salientando que a heteronormatividade, postula que o gênero seja ditado pelo órgão genital, por aspectos biológicos. Masculino e feminino apontam para características distintas, enquanto ao primeiro é atribuído a racionalidade, virilidade e a liberdade, o segundo é voltado para a sensibilidade, fraqueza, maternidade e o espaço

doméstico. Para a efetivação disso, operam-se pedagogias da sexualidade através do disciplinamento dos corpos.

Assim sendo, a constituição da identidade conforme Ciampa (1984) faz-se em decorrência de representações sociais previsíveis e imprevisíveis, desejadas e indesejadas. Destarte, a sexualidade é um dispositivo histórico, regulamentado e normatizado saberes, culminando em mecanismos de poder, constituindo verdades por meio de estratégias sutis de coercitividade e vigilância. O corpo é exposto a um poder disciplinar e biopolítico em um processo de docilização, impondo o controle dos gestos com a finalidade de conduzir ao sujeito um bom adestramento (FOUCAULT, 1977).

Segundo Agamben (2002), designa-se vida nua a todas as vidas descartáveis, desimportantes, invisibilizadas e destituídas de direitos políticos e sociais. Desse modo, as vidas nuas são facilmente mortas e negligenciadas. A população que representa a diversidade sexual e de gênero tem suas vidas transpassadas pela abjeção, que como discorre Butler (2003), ocupando um posicionamento de não-sujeitos, corpos abjetos passíveis de discriminação social diária. Aos que desviam dos padrões determinados pelo binarismo resta serem subalternizados, tornando-se vítimas de uma ampla gama de violências, em que a multiplicidade de performances sociais é vista como algo a ser aniquilado.

Em complementariedade a isso, sublinha-se que essas pessoas estão reduzidos à condição de pessoas matáveis, cuja vida pouco interessa, visto que são inferiores e indesejáveis, indivíduos que não são reconhecidos em sua cidadania (vulnerabilidade política), muito menos em sua humanidade (vulnerabilidade antropológica). Disseminar a diversidade de possibilidades de vivência do desejo e da sexualidade ou de identificação com um de gênero que subverta a condição masculina ou feminina significa corromper a lógica de replicação dos dominados. Ser impossibilitado de viver uma biografia, uma história de vida, uma identidade antropológica em narrativas de direito demarcam a usurpação do lugar de cidadãos, promovendo a falência da dimensão ética pelo ataque aos valores políticos cotidianamente reivindicados (MÜLLER-GRANZOTTO; MÜLLER-GRANZOTTO, 2012).

Com isso, Butler (2003) afirma que os corpos abjetos denominam indivíduos desimportantes, corpos que mesmo sendo materializados na concretude cotidiana não são passíveis de luto e de dignidade humana. Nesse ínterim, apontam para restos de holocausto, uma vez que ao passo que são vítimas de discriminação e violência, são corpos movidos pela resistência. Posto isso, explicitando o duplo viés dos corpos abjetos, entre a repressão e a luta por emancipação social, não se conformam as imposições para a subordinação as normas expostas e estampam as instabilidades e possibilidades de rearticulação diante de uma lei regulatória.

A representação do que é ser abjeto é ocupada por aqueles que estão nas zonas inóspitas da sociedade, não usufruindo do status de humano. Nesse sentido, configurando-se a partir da identificação dos sujeitos com incertezas que repudiam em si mesmos e que quando vistas em outros indivíduos conseguem abalar seus valores e preceitos morais que guiam suas trajetórias de vida. Portanto, a autora emprega o conceito de corpo abjeto para se referir a matérias que são evacuadas pelos orifícios do corpo tal como sangue, fezes, vômito e lágrimas, isto é, todos os elementos que são descartados e

evacuados, sendo aquilo que as pessoas não querem ver em si mesmas, seus excessos e excrementos. Por esta analogia, vislumbra-se a vulnerabilidade social das minorias políticas sexuais e de gênero (BUTLER, 2003).

Nesse seguimento, conforme Louro (2013), as identidades sexuais e de gênero são configuradas pela teia de redes de poder, sendo instáveis, históricas e fragmentadas. Enquanto se espera que os corpos sejam ditados por parâmetros biológicos, os corpos apresentam um caráter ambíguo, inconstante e plural. Isso posto, Guattari (1981, p. 215-216) discorre que o desejo passeia pelos campos sociais. Criar mundos, navegar, descobrir modos de ser e estar no mundo é desejar, lançar-se ao universo subjetivo:

[...] desejo a todas as formas de viver, de vontade de criar, de vontade de amar, de vontade de inventar outra sociedade, outra percepção do mundo, outros sistemas de valores [...] o desejo, em qualquer dimensão que se o considere, nunca é uma energia indiferenciada, nunca é uma função de desordem. Não há universais, não há uma essência bestial do desejo.

Logo, como discute Butler (2015), o “outro” incita atributos do “eu” e uma vez que é exposto e materializado passa a existir na corporeidade. Há um sistema ético que reforça um auto-conhecimento completo de si mesmo, infligindo uma violência de autocensura as pessoas que não se adequam a essas normatizações. Outrossim, propõe-se uma descentralização da cristalização das identidades social, suspendendo tal exigência repressora e compreendendo que há condições sociais que desorientam o reconhecimento individual e dispõem para a composição de identidades fluídas. Enfim, sugerindo-se uma ética da responsabilidade e da alteridade em detrimento de uma ética da violência que deseje aniquilar todas as formas de diferença e desvio social, mas criando espaços dialógicos para a libertação e o empoderamento.

Conclusões

A pesquisa buscou problematizar a relação entre biopoder, vida nua, corpo abjeto e o sofrimento da diversidade sexual e de gênero, trazendo à tona a discussão sobre as estratégias de controle heteronormativas como forma de produzir vidas nuas, isto é, vidas descartáveis e vilipendiadas em seus direitos humanos, bem como corpos abjetos, entre o sofrimento e a exclusão. Desse modo, ressalta-se a complexidade da construção identitária constituída pelo corpo-gênero-sexualidade, defendendo a construção singular e fluída da pluralidade de formas de ser e existir no mundo.

Destaca-se a relevância da promoção do respeito à multiplicidade de modos de subjetivação. Para isso, fazendo-se imprescindível o investimento em relações libertadoras, subvertendo as opressões sociais e a docilização dos corpos. Subjacente a isso, foi necessário lançar um olhar atento para como as estratégias biopolíticas que contribuem para o sofrimento psíquico contemporâneo. Logo, compreendendo que o fazer do psicólogo está direcionado ao fortalecimento do compromisso ético-político com

as desigualdades sociais, com o acolhimento ao outro e a diferença, buscando a conscientização social e o resgate da cidadania.

Assim, em prol da emancipação dos sujeitos e da autonomia, contrapondo-se a processos sociais excludentes e disseminando um movimento de alteridade, de valorização e protagonismo do estranho. Investindo sobre a crítica social, em prol da emancipação dos sujeitos e a subversão social. Portanto, contrapondo-se a processos sociais excludentes e investindo em um movimento de alteridade, de valorização a favor do marginal, desviante e abjeto.

Referências

- AGAMBEN, G. **Homo sacer: o poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- BUTLER, J. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo**. In: LOURO, G. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 151-166.
- _____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003. 2015.
- _____. **Relatar a si mesmo: crítica da violência ética**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, CIAMPA, A. C. Identidade. In: LANE, S. T. M.; CODO, W. (Orgs.). **Psicologia social: o homem em movimento**. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. **O nascimento da biopolítica**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- _____. **Vigiar e punir: o nascimento das prisões**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- GONZALEZ REY, F. **Pesquisa qualitativa em Psicologia: caminhos e desafios**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2011.
- GUATTARI, F. **Revolução Molecular: pulsações políticas do desejo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- LOURO, G. L. **Gênero e sexualidade: pedagogias contemporâneas**. **Revista Pro-Posições**, v. 19, n. 2, p. 17-23, 2008.
- _____. **Pedagogias da sexualidade**. In: LOURO, Guacira Lopes (org.) **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 3 ed. Belo Horizonte: Editora Autêntica, p. 7-34, 2013.
- MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.
- MÜLLER GRANZOTTO, M.; MÜLLER-GRANZOTTO, R. L. **Clínicas gestálticas: sentido ético, político e antropológico da teoria do self**. São Paulo: Summus, 2012. REVEL, J. **Michel Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

A CULTURA GAY, SEGUNDO MICHEL FOUCAULT, COMO ESPELHO PARA NOVAS FORMAS RELACIONAIS ÉTICAS E RESISTENTES NA CONTEMPORANEIDADE.

Antônio Alex Pereira de Sousa¹

Resumo: O presente trabalho lança um olhar sobre a ideia de cultura gay apresentada Michel Foucault (1926-1984), quando, ao analisar novos processos de subjetivação na contemporaneidade, afirma que as experiências sexuais e relacionais dos gays, assim como práticas não ortodoxas como o sadomasoquismo, são possibilidades de novas formas de se relacionar que fomentam outros modos de uso dos prazeres. Nesse contexto, uma nova ética relacional tem efeitos éticos, pois fomenta mudanças refletidas na subjetividade dos homens, e também políticos, já que se apresentam como resistência às formas socialmente estabelecidas de viver.

Palavras-chave: Cultura gay; Processos de Subjetivação; Relações Homoafetivas; Michel Foucault; Resistência.

¹ Mestrando em Filosofia - UFC. Professor de Filosofia – FACULDADE RATIO e SEDUC/CE.
E-mail: alexsousa.filosofia@gmail.com.

Introdução

O pensamento de Michel Foucault potencializou lutas de movimentos sociais de várias vertentes, das ligadas à questão da saúde pública, como a luta antimanicomial, às ligadas a questões de gênero, como a despatologização da homossexualidade. Na busca de compreender o que seriam os dispositivos de poder ligados ao sujeito e à verdade, Foucault desenvolveu pesquisas que questionaram radicalmente conhecimentos científicos que sustentavam discursos com efeitos de poder.

A sexualidade foi um tema que Foucault percebeu ser objeto desses discursos científicos que criam verdades utilizadas por instâncias de poder que atingem toda a sociedade. Em outras palavras, a sexualidade foi utilizada por saberes como a psiquiatria, a medicina e a psicologia para criar verdades que não tinham legitimidade científica, mas por ser proferidas por “cientistas” tinham um poder de verdade. A sexualidade, desse modo, se tornara um elemento utilizado por novos mecanismos de poder, a que Foucault chamou poder disciplinar e biopoder.

Nesse contexto, o presente trabalho não visa argumentar sobre a forma como os homens passaram a exercer poder sobre os outros como na modernidade (poder disciplinar e biopoder), mas sobre experiências de exercício de poder sobre si mesmo no intuito de constituir-se como sujeito livre, autônomo e ético, o que ficou conhecido como terceiro Foucault ou sua fase ética. Assim, este trabalho apresenta breves considerações sobre a experiência da homossexualidade, bem como práticas não ortodoxas do uso da sexualidade - sadomasoquismo-, vistas como possibilidade de constituição de uma vida ética.

A pesquisa teve como metodologia o estudo bibliográfico e conceitual da obra de Michel Foucault, principalmente os artigos das coletâneas *Ditos e escritos V e IX*. Ainda lançamos mão da obra de comentaristas, como Francisco Ortega e Sandra Fernandes.

Amizade e resistência no modo de vida gay

A produção filosófica de Michel Foucault na década de 80 do século passado ficou conhecida por obras que tinham a cultura greco-romana antiga como objeto central de análise. Diferente do que anteriormente tinha feito nas décadas de 60 e 70, pesquisando respectivamente as condições de possibilidades do surgimento de saberes na modernidade (arqueologia) e as relações poder (genealogia) que permeiam o mundo ocidental nos três últimos séculos, suas últimas pesquisas analisaram a forma como os indivíduos se relacionaram consigo mesmo e, dentre outros temas, colocaram a sua sexualidade como objeto de cuidado. Em outras palavras, como a sexualidade foi meio para o homem se auto constituir como sujeito ético.

Em entrevistas dadas na década de 80 sobre assuntos diversos, mas interligados à questão da sexualidade, Foucault nos mostrou o que pensava sobre as relações homoafetivas e sua importância no contexto do seu pensamento filosófico. Uma das hipóteses está na compreensão de que as relações homossexuais, bem como as relações não ortodoxas como as práticas sadomasoquistas (SD), por utilizarem o corpo e o prazer de modo que escapa à norma, seriam possibilidades de um modo de vida

ético numa perspectiva nova. O uso dos prazeres de forma não normativo seria exemplo do como a sexualidade pode ser elemento da existência humana que possibilite a constituição de vidas livres e autônomas.

Para Foucault, as relações homossexuais usam dos prazeres, do corpo e constituem a subjetividade dos partícipes de modo singular, um modo de vida que poderia ser chamado de estilo de vida gay. Segundo o filósofo, esse estilo de vida poderia se aproximar daquilo que chamou de cuidado de si, uma prática comum na antiguidade greco-romana no qual os homens eram incitados a cuidarem de seus pensamentos e de suas ações, no sentido de não esquecerem de si mesmos e tornarem-se sujeitos éticos. Aquele que cuidava de si, no objetivo de constituir sua vida de forma única e singular como uma obra de arte, estaria compondo sua vida como uma obra de arte, realizando o que Foucault chamou de estética da existência.

A relação entre aquele que cuida de si e cuida do outro, contudo, não necessitava de práticas sexuais. Na verdade, a prática sexual entre dois homens não era a principal atividade de cuidado entre ambos. Essa relação de cuidado, que podia ser acompanhada de relações sexuais, foi chamada por Foucault de amizade.

Essa relação de amizade não teria sua potência se não fosse acompanhada de uma *ascese*, um trabalho de si consigo mesmo de transformação da própria subjetividade. Essa *ascese* é um elemento necessário para que qualquer indivíduo possa se auto constituir de forma consciente, livre e autônoma. Só através da *ascese* o homem poderia constituir sua vida como uma obra de arte. Esse trabalho de si consigo teria na relação com um outro, no caso o amigo, um apoio importante. Com diz Ortega (1999, p. 154-155)

A amizade é uma forma de existência considerada por Foucault quando pensa numa possível atualização da estética da existência, apesar de limitar sua análise quase exclusivamente à cultura homossexual, falando assim de um “estilo de vida gay” – o que, por um lado, não exclui uma ampliação a outros grupos. Trata-se de chegar a uma nova forma de existência mediante a sexualidade. Esta forma de existência alcançável através de um certo trabalho sobre si mesmo, de uma certa *ascese*, tem a forma de amizade.

Desse modo, a sexualidade torna-se, nos últimos textos e falas de Foucault, uma forma de resistência, já que constituir a subjetividade nos moldes do cuidado de si a partir de uma *ascese* e uma relação de amizade ética, fugiria da normatividade constituída pelos micropoderes característicos do poder disciplinar. Se no primeiro volume da História da sexualidade Foucault nos mostrou como o sexo se tornou um elemento central utilizado pelos dispositivos de poder que surgiam no mundo ocidental, nas suas últimas obras a sexualidade se tornaria uma forma de resistência, de escapatória à normatividade, de constituição de uma vida livre. O estilo de vida gay se mostrava como um exemplo real do uso da sexualidade como resistência.

É importante pontuar que o “modo vida gay”, ou “cultura gay”, que é diversa e difusa, além de periférica, não se organiza de modo único seguindo uma normatividade, tendo a heteronormatividade como padrão normativo da sexualidade, uma norma que é forma de exercício dos micropoderes, pois ao ser posto como anormal o indivíduo homossexual funciona como instrumento para que as instâncias de poder desqualifiquem alguns sujeitos em favor de outros. As práticas, modos, pensamentos ou características dos sujeitos anormais estariam suscetíveis aos investidos de microinstâncias de poder que vigiam e punem². Desse modo, por serem postos como anormais, estes sujeitos que escapam à heteronormatividade estão livres para experimentarem de outros modos seus prazeres. Neste contexto surgem novos espaços de sociabilidade, como boates gays, saunas, casas de massagem, bares gays, cinemões e outros.

Foucault coloca a experiência das sexualidades gays como possibilidade de fuga diante da normatividade disciplinar, que se exerce sobre os indivíduos através de instituições e de um biopolítica que tem a população como objeto de investimento de poder.

Foucault entende que o modo de vida gay possibilitaria novas formas de relação entre os sujeitos. Para ele, essas relações expressam uma outra noção de amizade, amparados na concepção característica dos gregos e romanos antigo, em que a relação entre aquele que cuidava de si e o que era cuidado era estabelecida de um modo outro, onde a liberdade era fator primordial para a criação e aceitação de uma verdade.

As relações de amizade, nesse contexto, teriam efeitos políticos. A amizade, por ser uma outra modalidade de relação entre os homens, diversa das relações normatizadas, traria efeitos na constituição dessa subjetividade autônoma, livre e ética; consequentemente, por ser relacional, teria efeitos sociais e políticos. A amizade torna-se, para Foucault, um problema para se pensar o presente e seu novo objeto de interesse (FOUCAULT, 2014c, p. 260).

A amizade era vista como relação que possibilita a mudança na subjetividade de ambos os envolvidos. Ela era um exercício de si consigo mesmo, uma ascética, que inclui outro. Para Fernandes:

[...] a constituição de si passa pela abertura do outro, mas não de qualquer outro. Pois o lugar do amigo não é o de qualquer outro. É neste momento que a amizade aparece. Esse outro é o outro de nossa eleição, de nossa afinidade, por quem sentimos afeto, simpatia e temos prazer em conviver. Será ele que, ao nos confrontarmos, irá nos fazer pensar sobre nós e que contribuirá para “uma mudança dentro de nós, uma fabricação de nós que é ao mesmo tempo uma fabricação do outro”. (2011, p. 388)

Esta potencialidade para o presente, a experiência da amizade que se constitui pelo uso não normatizado da sexualidade, teria uma história onde os primeiros exemplos estariam na antiguidade greco-romana. Essas primeiras relações de amizade foram, a partir da Idade Média, sofrendo um

2 Sobre a punição, ver a obra de Michel Foucault *Vigiar e Punir*.

processo de desqualificação, pois a relação entre dois homens tornava-se motivo de desconfiança. Na modernidade passou a ser objeto dos novos conhecimentos científicos e instituições de poder, visto como algo anormal, e por isso, uma relação que não devia existir. Para Foucault, todos esses discursos em torno da amizade estavam relacionados ao tema da homossexualidade. (FOUCAULT, 2014c, pag. 260-261).

Essa relação outra que tem uma história, e passa por um processo de desqualificação desde a idade medieval, deveria ser vista pelos sujeitos no presente como possibilidade de tornar-se um novo direito relacional. Foucault nos alerta que, para além das lutas por direitos individuais relacionados à sexualidade, como o casamento, deveríamos lutar por um novo direito relacional, que mostrasse a limitação das relações institucionalizadas formuladas na modernidade, como o casamento e o parentesco, também consideradas corretas e aceitáveis. Esse novo direito relacional teria no modo de vida gay um potente modelo, pois ao estar fora da norma seria mais difícil de administrar, o que não ocorre nas aceitáveis relações sociais.

O direito relacional é a possibilidade de fazer reconhecer, em um campo institucional, relações de indivíduo para indivíduo que não passem necessariamente pela emergência de um grupo reconhecido. É algo completamente diferente. Trata-se de imaginar como a relação entre dois indivíduos pode ser validada pela sociedade e se beneficiar das mesmas vantagens que as relações – perfeitamente honrosas – que são as únicas a serem reconhecidas: as relações de casamento e de parentesco. (FOUCAULT, 2012e, pag. 122)

Esse novo direito relacional era visto como potencialidade para novas estruturas sociais que não surgiriam de um projeto político geral para uma população, como discursos de liberação geral da sexualidade. Já que as relações homossexuais são micro, potentes e resistentes, deveríamos lutar por um novo direito relacional, e não unicamente um direito geral.

Neste ponto, Fernandes (2011, p. 381) ajuda a compreender os efeitos políticos que uma sexualidade divergente, constituída por uma ascese que possibilita uma subjetividade ética, teria na política. Fernandes também relaciona a crítica de Foucault a um programa político, lembrando das considerações o filósofo fez sobre o descrédito no presente em fundar uma ética baseada na religião e no direito, ressaltando a confiança de Foucault numa outra forma de relação que fosse realizada por sujeitos que cuidassem de si mesmo.

Nesse contexto, a visão foucaultiana sobre as práticas sexuais homossexuais e sadomasoquistas possibilitam uma nova experiência de si consigo mesmo (ética) que escaparia à normalização, desencadeando efeitos políticos. É na experiência da amizade entre dois homens que Foucault visiona uma possibilidade de existência ética, tendo a sexualidade como elemento transformador no sentido positivo, criativo, de não anulação da diferença. Nessa relação as subjetividades se transformam e se auto constituem de forma singular por intermédio do exercício ascético.

Essa mesma possibilidade era observada por Foucault nas relações que usavam a sexualidade de forma não ortodoxa, onde o próprio corpo era revisto a partir de uma desconstrução acerca do ponto central do prazer, sempre visto nos órgãos genitais. As práticas sadomasoquistas (SD) eram também exemplos reais dessa nova forma de se relacionar e usar dos prazeres.

Conclusões

Foucault oferece com seus escritos uma caixa de ferramentas que desconstrói a norma em torno das práticas que fogem à norma heterossexual. Para a população LGBTQI, essas ferramentas são possibilidades para uma reconstrução de si a partir da desconstrução de verdades criadas por instâncias de saber e poder que anulam subjetividades diferentes da norma estabelecida.

Nesse sentido, Foucault nos mostra que as “verdades” experimentadas nas práticas sexuais homoafetivas podem ser, ao contrário do que a norma heterossexual sempre proferiu, afirmando uma anormalidade nos gays, uma possibilidade de fuga à norma e, conseqüentemente, a vivência de uma sexualidade que daria liberdade e singularidade à vida. O modo de vida gay seria uma possibilidade de liberdade, pois usa da sexualidade fugindo da norma de poder que a limita.

Foucault nos mostra que o modo de vida gay seria um exemplo de constituição de vidas livres e, por esse motivo, potencialmente ético. Entretanto, essa vida ética não seria possível sem uma ascese que modificaria a subjetividade do indivíduo. É aí que a vivência da sexualidade e, conseqüentemente, da amizade gay, tem sua potência, já que por ser periférica terá mais condições de escapar da norma que anula a diferença e a reflexão livre sobre as próprias ações, a ética.

Referências

FERNANDES, S. Foucault: a experiência da amizade. In: **Cartografias de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica editora, 2011. p. 377-391.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011b.

FOUCAULT, M. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e política da identidade. In: **Ditos e escritos IX**: genealogia da ética, subjetividade e sexualidade. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014c. p. 251-263.

FOUCAULT, M. O triunfo social do prazer sexual: uma conversa com Michel Foucault. In: **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade e política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012e. p. 116-122.

ORTEGA, F. **Amizade e estética da existência em Foucault**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2011.

(PÓS)GOLPE DE 2016 E SUAS INTER(DIÇÕES): ALGUMAS REFLEXÕES (IN)DISCIPLINADAS À LUZ DO PENSAMENTO PÓS(DE)COLONIAL

Esmael Alves de Oliveira¹

Resumo: Ao propor como desafio pensar novas possibilidades a partir do campo pós ou decolonial, meu intuito é, sobretudo, refletir sobre a potência subversiva presente no pensamento de algumas/alguns autoras/es e que são vinculadas/os a este paradigma e que nos ajudam a compreender alguns eventos contemporâneos ocorridos na sociedade brasileira do pós-golpe de 2016 para assim, quem sabe, criarmos novas estratégias para os enfrentamentos de velhos dilemas. Assim, meu diálogo com as autoras e autores pós(de)coloniais me conduz a seguinte indagação: em que medida a linguagem (falada, escrita, expressa, etc) continua sendo um dos focos privilegiados do dispositivo colonial? Numa leitura (in)disciplinada dessas autoras e autores defendo a potência de pensarmos a linguagem à luz de uma fala subalterna (como nos instiga Spivak), de uma língua selvagem (como nos provoca Anzaldúa) ou mesmo de uma linguagem enquanto transculturação e/ou zona de contato (como explorada por Pratt).

Palavras-chave: Decolonialidade, Linguagens dissidentes, Pós-Golpe 2016.

¹ Pós-Doutorando no Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, (PPGAS/UFRGS), Docente do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Sociocultural da Universidade Federal da Grande Dourados (PPGAnt/UFGD) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social da Universidade Federal do Mato Grosso do Sul (PPGAS/UFMS).

E-mail: esmael_oliveira@live.com

SEXUALIDADES E DIREITOS HUMANOS: DIALOGANDO COM A ÉTICA DA ALTERIDADE

Emerson Granja de Araújo Lacerda¹

Resumo: Tratar das narrativas que circundam um tema tão complexo como “as sexualidades” sem que se ventile - com maior ou menor grau - violações de direito é quase que impensável. Assim, de que modo os direitos fundamentais, tais como a vida e a dignidade, são mitigados ou negados a determinadas pessoas? Por que o reconhecimento de direitos a essas minorias (e seriam minorias?) custa tão caro aos institutos jurídicos? Haveria uma tensão entre os direitos humanos e as sexualidades que divergem das eleitas como “normais”, “aceitáveis” ou melhor, normativas? É nesse sentido que o presente artigo procura apresentar as sexualidades dissidentes e o entrecruzamento dessas sexualidades com os direitos humanos, dialogando com a ética da alteridade.

Palavras-chave: Sexualidades, Direitos Humanos, Ética, Alteridade.

¹ Mestre em Direitos Humanos do Programa de Mestrado em Direitos Humanos da Universidade Federal de Pernambuco- UFPE. Analista Judiciário do Tribunal de Justiça de Pernambuco - TJPE.
E-mail: emerson.granja@hotmail.com

No informe 2017/2018 do relatório da Anistia Internacional, na seção dedicada ao Brasil, há um espaço voltado ao direito de lésbicas, gays, bissexuais, transgênero e intersexos. Nesse espaço, destaca-se um dos casos emblemáticos de homofobia/LGBTfobia ocorridos em 2017.

Em 15 de fevereiro, Dandara dos Santos, uma mulher transgênero, foi espancada até a morte no bairro de Bom Jardim, em Fortaleza. De acordo com as investigações, pelo menos 12 pessoas participaram do homicídio. Durante o ano, dois homens foram presos por participação no crime. (REINO UNIDO, 2018)

Embora esse relatório se apresente de forma sucinta e não consiga quantificar o real status da violência voltada a pessoas LGBTI, as informações ali contidas servem, senão como denúncia, ao menos para impor questionamentos: de que modo os direitos fundamentais, tais como a vida e a dignidade, são mitigados ou negados a determinadas pessoas? Haveria uma tensão entre os direitos humanos e as sexualidades que divergem das eleitas como “normais”, “aceitáveis” ou melhor, normativas? Por que o reconhecimento de direitos a essas minorias (e seriam minorias?) custa tão caro aos institutos jurídicos?

É bem possível que não se chegue a tais respostas, tendo em vista que a temática é complexa, atual e controversa. Exige sensibilidade do pesquisador, bem como do leitor, já que se trata de uma violência e de uma temática que é ditada ao longo da história da humanidade como de segundo plano, banal, irrelevante e, por vezes, assume uma problematização tida como desnecessária ou já “superada”. Tema, também, alvo de muitos interesses, mormente pela atual conjuntura política que o Brasil perpassa e a colocação em marcha de interesses centrados no velho discurso branco, masculino, jovem e de classe média/alta. O recrudescimento dos direitos humanos e das ações políticas tendentes às transformações sociais e culturais estão em voga. Por conseguinte, discussões que já eram consideradas de segunda ordem passam a ser minimizadas ou até invisibilizadas.

O direito fornece dispositivos que conferem ao sujeito garantias tidas como fundamentais. Essas garantias estão positivadas em regramentos e princípios. O rol é extensivo e amplo, na tentativa de assegurar ao sujeito humano uma vida digna; ou, quando não, menos indigna possível. No ordenamento jurídico brasileiro a Constituição Federal traz em seu Art. 5º, caput, que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade” (BRASIL, 2018). Para tanto, a Constituição Federal apresenta uma gama de incisos que asseguram – ou procuram assegurar – ao indivíduo tais direitos. Até a positivação desses direitos, existiram muitas disputas e mitigações ao longo da história, com enfoque para cenários de violências, políticas hostis, genocídios, eliminação de vidas pela simples condição de serem povos determinados ou que aparentassem serem “determinados”². Esse sujeito de direitos não conseguiu tão pacificamente ter em documentos jurídicos

2 Como, por exemplo, a política de extermínio adotada por Hitler - na Alemanha nazista no período que antecedeu e durante a Segunda Guerra Mundial - em que se acreditava que havia uma raça pura e que o melhoramento da Alemanha à época só seria possível com a eleição de um único povo, os arianos. Para ter sucesso, deveria, então, controlar – inicialmente - e exterminar – posteriormente - as

seu direito de existir, de viver sua liberdade, de se compreender enquanto igual. Muitos interesses distintos foram levados em consideração, políticas liberais adotadas, eleição de uma coletividade humana que não daria conta de incorporar as regionalidades e narrativas das nações, culturas e povos, tudo em nome das teorias dos direitos humanos.

Acontece, para bem da verdade, que, ao alcançar essa positivação de direitos nas mais diversas cartas constitucionais dos Estados e principalmente em um texto mundial³, passou-se a acreditar que a doutrina dos direitos humanos é detentora de qualidades que Boaventura (2013) chamaria de ilusões. A primeira grande ilusão da qual Boaventura (2013) chama a atenção é a teleológica. A partir desse aspecto, pode-se pensar a história de forma linear em que não se levaria em consideração o caráter contingente e mutável do curso do caminho. Dito de outro modo, ao analisar o presente, é comum associar regionalidades que convivam com uma normativa que garanta direitos fundamentais sem que se compreenda de que modo essa imposição normativa foi colocada em voga.

A vitória dos direitos humanos traduziu-se muitas vezes num ato de violenta reconfiguração histórica: as mesmas ações que, vistas da perspectiva de outras concepções de dignidades humana, eram ações de opressão ou dominação, foram reconfiguradas como ações emancipatórias e libertadoras, se levadas a cabo em nome dos direitos humanos (BOAVENTURA, 2013, p. 46)

Boaventura denuncia, ainda, que a formação da doutrina dos direitos humanos, principalmente no pós Declaração Universal, estaria privilegiando particularidades em nome de uma universalidade humana. É a partir desta crítica que Boaventura de Sousa Santos apresenta a tensão existente entre os direitos individuais e coletivos:

As lutas das mulheres, dos povos indígenas, dos afrodescendentes, dos grupos vitimizados pelo racismo, dos gays e das lésbicas marcaram os últimos cinquenta anos do processo de reconhecimento dos direitos coletivos, um reconhecimento sempre muito contestado e sempre em vias de ser revertido (SANTOS, 2013, p. 63)

Por outro lado, os recentes julgados realizados pelos Tribunais nacionais apontam que esse cenário de hostilidade e ausência de recepção pelo judiciário de demandas relacionadas às identidades sexuais (reconhecimento da união estável de pessoas do mesmo sexo, adoção por casais gays e lésbicos, reconhecimento do nome social, além de outras demandas) atravessa um momento de profunda modificação, principalmente quando em um país, embora seja considerado laico, tenha sua grande maioria da população se autodenominando cristã.

demais. Esse propósito teve uma contextualização política e histórica e consequências devastadoras.

3 Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada pela Organização das Nações Unidas – ONU – em 10 de dezembro de 1948 como texto universal a fim de que se direcionasse as diretrizes e orientasse os países signatários da ONU.

Nesse sentido, o STF (Supremo Tribunal Federal) - embora tenha recebido severas críticas de órgãos vinculados às igrejas cristãs⁴ e a grupos morais acusando-o, inclusive, de legislar - julgou a Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 132 e Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 4.277, na trilha do direito à dignidade da pessoa humana.

Igualando, assim, os casais do mesmo sexo aos casais heterossexuais e conferindo direitos a uma multidão de pessoas que viviam em um limbo jurídico, já que ao judicializarem qualquer demanda relativa ao patrimônio, direito à pensão, à adoção, direito à inclusão de dependente ou qualquer outra demanda relativa a suas vidas e uniões afetivas contariam com a sorte de não sofrerem com a hostilidade de magistrados homofóbicos/LGBTfóbicos ou mesmo um judiciário engessado com as estruturas não aptas às novas constituições familiares.

Integrando essa complexidade à problemática, Borrillo (2015) procura apresentar as distinções entre os tipos de homofobia, segundo sua classificação. Para ele as classificações são necessárias tendo em vista as multifaces que a homofobia pode assumir. Assim, há a homofobia afetiva, psicológica ou também chamada de individual, que é caracterizada pela condenação da homossexualidade, sentimento de repulsa, ódio e aversão, logo “trata-se de uma verdadeira manifestação emotiva, do tipo fóbico, comparável à apreensão que pode ser experimentada em espaços fechados (claustrofobia) ou diante de certos animais (zoofobia)” (BORRILLO, 2015, p. 24).

Outro tipo, menos violenta, é a homofobia cognitiva ou social que é compreendida, de forma menos hostil, pela tolerância e pela clemência. Aqui “ninguém rejeita os homossexuais; entretanto, ninguém fica chocado pelo fato de que eles não usufruam dos mesmos direitos reconhecidos aos heterossexuais” (BORRILLO, 2015, p. 24). Este último é possível que seja o responsável pela redução da figura dos não heterossexuais a um estigma ou a uma caricatura, sendo possível a convivência, já que o primeiro tipo de homofobia não suporta a convivência em seu meio.

Borrillo (2015) aduz que a diferença homo/hétero não é utilizada tão somente para diferenciar, mas tem um poder ordenatório de regular o regime das sexualidades, em que o modelo heterossexual é o único que merece guarida e é também o único modelo social a ser eleito. Excluindo, deste modo, qualquer outra sexualidade. Os direitos sexuais sobrepujam o reconhecimento da união civil de casais lésbicos e homossexuais. Rios (2011), nesse sentido, chama a atenção para duas categorias que possivelmente chancelariam, mais uma vez, o poder compulsório da heterossexualidade: o assimilacionismo e o familismo.

O risco desse viés conservador, longe de ser mera especulação teórica, pode se cristalizar numa tendência que designo de assimilacionismo familista. O assimilacionismo (no qual membros de grupos subordinados ou tidos como inferiores adotam padrões oriundos de grupos dominantes, em seu próprio detrimento) e o familismo (aqui entendido como tendência a subordinar o reconhecimento de direitos sexuais à adaptação a padrões

4 A agressividade contra o STF presente na “marcha por Jesus”, realizada em 2011, na capital paulista (RIOS, 2011, p. 104)

familiares e conjugais institucionalizados pela heterossexualidade compulsória) (RIOS, 2011, p. 108).

Há, na verdade, uma forte tendência em associar o reconhecimento da união civil ao formato do casal heterossexual, minando, deste modo, a diversidade sexual e de dispositivos que os direitos sexuais procuram garantir. Um outro destaque que Rios(2011) faz é para o termo “homoafetividade”, já que as uniões entre pessoas do mesmo sexo presumiriam que fossem dotadas de afeto e, assim, procura-se diminuir a “sexualidade reprovada pela heterossexualidade compulsória” (RIOS, 2011, p. 109). Sendo, por oportuno, mais um claro sinal da barganha realizada pela normatividade às sexualidades dissidentes, tendo em vista que só seriam reconhecidos aqueles casais que se moldassem perfeitamente aos preceitos ofertados pela heterossexualidade. Deste modo, impor um formato normativo colocaria em xeque as possíveis tendências dos direitos sexuais.

No assimilacionismo, o reconhecimento dos direitos depende da satisfação de predicados como comportamento adequado, aprovação social, reprodução de uma ideologia familista, fidelidade conjugal como valor imprescindível e reiteração de papéis definidos de gênero. Daí, inclusive, a dificuldade de lidar com temas como a prostituição, travestilidades, liberdade sexual, sadomasoquismo e pornografia (RIOS, 2011, p. 110).

É bem verdade que não há como negar o caráter progressista que o judiciário, como um todo, tem tratado de tal demanda, muito embora alguns setores da sociedade encarem como um verdadeiro assolamento da vida moral e do velho discurso hegemônico heterossexual. Rios (2011, p.69) aponta que “para uns é sinal de falência das instituições e da moralidade que estruturam e tornam possível a vida em sociedade, inclusive ameaçando a paz mundial, para outros é uma exigência inevitável dos princípios democráticos”.

Cabe, ainda, destacar que, ao lidar com essas demandas, o judiciário lida com o sujeito de direitos, ou melhor, o sujeito de direitos humanos. Para Carbonari (2007) o modelo de sujeito construído a partir da modernidade não comporta mais os anseios e as novas perspectivas no contexto da pós-modernidade. O cientificismo e a racionalidade em que o sujeito ocidental e moderno está mergulhado aponta para caminhos totalitários e ensejadores de discursos e práticas violentas, já que não se dão a partir da relação, ou melhor, do encontro, e sim de formações identitárias estáticas e acabadas. A violência homofóbica/LGBTfóbica - proveniente da lógica heterossexual normativa e compulsória relatada aqui - é um grande indicativo dessa realidade. As relações de poder engendradas nesse pensamento gestam lógicas identitárias que apagam, anulam, invisibilizam o Outro, dentro de um contexto de totalidade. Logo, ergue-se uma urgência em construir uma subjetividade a partir de outro viés discursivo, em que não se leve em consideração apenas o mesmo.

Carbonari (2007) convida se pensar a ética da alteridade enquanto tentativa de tomar o Outro como sentido do humano e não, somente, enquanto oposto do mesmo. Para ele, “uma ética capaz de

tal posicionamento há que ter em seu núcleo a alteridade, o que significa compreender o humano e sua ação substantivamente como relação” (CARBONARI, 2007, p. 174). Ainda para ele:

O sujeito de direitos não é uma abstração formal. É uma construção relacional; é intersubjetividade que se constrói na presença do outro e tendo a alteridade como presença. A alteridade tem na diferença, na pluralidade, na participação, no reconhecimento seu conteúdo e sua forma (CARBONARI, 2007, p.177)

Logo, é bem possível que a ética do acolhimento da alteridade como base fundamental do que se pode chamar de humano possa abrir caminhos ao enfrentamento do preconceito/discriminação. Muito facilmente, designa-se o lugar da alteridade ao lugar de vítima e, é bem possível, que se vincule a esta a ideia de paternalismo, vitimização ou, quando pior, de tolerância e/ou amor ao próximo. Pensar assim colocaria por terra todo o sentido ético que sustenta o instituto que é o Outro, já que o Outro não espera pela permissão do Mesmo para existir. “O outro resiste a ser reduzido ao mesmo (do sistema)” (CARBONARI, 2007, p.175). Fica aqui, mesmo que de modo reduzido, luzes para se refletir ético-filosoficamente um projeto de alteridade, em que o sujeito de direitos não seja uma abstração formal e sim relacional, na intersubjetividade, no encontro, na pluralidade, na diferença (CARBONARI, 2007), tendo, sempre, como norte os princípios basilares dos Direitos Humanos e da Cultura de paz, tão almejados.

Referências

BORRILLO, Daniel. Homofobia - História e Crítica de Um Preconceito. Trad. Guilherme João de Freitas Teixeira. Belo Horizonte: Autentica, Editora, 2015.

CARBONARI, César Paulo. Sujeito de direitos humanos: questões abertas e em construção. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos/ Rosa Maria Godoy Silveira, et al. – João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

REINO UNIDO. Anistia Internacional – informe 2017/2018. O Estado dos Direitos Humanos no mundo. Disponível em < <https://anistia.org.br/wp-content/uploads/2018/02/informe2017-18-online1.pdf>>. Acesso em: 02 de ago. 2018.

RIOS, Raupp Roger. Homossexualidade e direitos sexuais: reflexões a partir da decisão do STF/ organizado por Roger Raupp Rios, Célio Golin e Paulo Gilberto Logo Leivas. – Porto Alegre: sulina, 2011.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Direitos humanos, democracia e desenvolvimento** / Boaventura de Sousa Santos, Marilena Chauí.- São Paulo: Cortez, 2013.

A ARTE E AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL - A LUTA POR UM DIREITO EMANCIPATÓRIO E TRANSGRESSOR

Paola Cantarini¹

Resumo: O presente artigo pretende, em um primeiro momento, traçar algumas articulações em torno do pensamento de Boaventura de Sousa Santos ao propor a ecologia dos saberes, a tradução intercultural e as Epistemologias do Sul em cotejo com o pensamento de Michel Foucault ao propor a recuperação dos saberes sujeitados e a conjugação do saber científico ao saber popular. Em um segundo momento, pretende-se analisar se seria possível postular por um outro direito e outra política contra hegemônicos, mesmo diante de diversas formas de fascismo social, questionando-se como pode ser o direito emancipatório e transgressor? Como articular a arte à política sem que ocorra a estetização da política e a politização da arte, recuperando experiências da vida que foram suprimidas, desperdiçadas ou negadas.

Palavras-chave: Michel Foucault. Boaventura de Sousa Santos. Saberes sujeitados. Epistemologias do Sul. Direito contra-hegemônico. Hermenêutica transgressora

¹ Advogada e professora universitária (Universidade de Guarulhos). Bacharela em Direito pela UNIFMU. Mestre e doutora em Direito pela PUC-SP. Doutora em Filosofia do Direito pela Università del Salento (Itália). Visiting researcher na Scuola Normale Superiore de Pisa – Itália (Roberto Esposito, supervisor). Pós-doutora pela EGS - European Graduate School, Suíça, em “Filosofia, artes e pensamento crítico”, Doutoranda em Filosofia pela PUCSP, Pós-Doutoranda em Sociologia no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Boaventura de Sousa Santos, supervisor) e em Filosofia na UNICAMP (Oswaldo Giacoia Jr., supervisor).
E-mail: paolacantarini@gmail.com

JUDITH BUTLER E A DESCONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DE GÊNERO - UMA CRÍTICA AO MODELO BINÁRIO SEXO/ GÊNERO DA TEORIA FEMINISTA DE SIMONE DE BEAUVOIR

Lindemberg Jackson Sousa de Castro¹

Resumo: No prefácio do livro *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*, Judith Butler (2015, p. 7) inicia o texto com a seguinte problemática: “os debates feministas contemporâneos sobre os significados do conceito de gênero levam repetidamente a uma certa sensação de problema, como se sua indeterminação pudesse culminar finalmente num fracasso do feminismo”. Notadamente, as críticas que se seguem na obra de Butler, acerca do feminismo posto em “O Segundo Sexo”, de Simone de Beauvoir, procuram tirar o feminismo de Beauvoir do que Butler chama de humanismo metafísico, e sua tentativa de conceituar de forma plena as mulheres, ou ainda, elencar os elementos de formam o conceito de mulheres, não levando em consideração, por exemplo, a diversidade presente entre as mulheres.

Palavras-chave: Gênero, Feminismo, Identidade.

¹ Especialista – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO CEARÁ.
E-mail: lindembergsousac@gmail.com

REGIMES DE VISIBILIDADE E RETÓRICAS DE EMPODERAMENTO: NOTAS ETNOGRÁFICAS DE UMA PESQUISA COM LIDERANÇAS TRANS

Alexandre Fleming Câmara¹

Resumo: Registrar e refletir sobre trajetórias de pessoas trans no âmbito da militância política sinaliza o reconhecimento de novos “cenários de interpelação”, tanto em relação ao mundo normativo hétero-direcionado, quanto a alguns segmentos do movimento LGBTI+ e feminista. O período que se inicia nos anos 90 até o presente, indica, para tais pessoas, a construção de “retóricas de empoderamento” empenhadas em combater as diversas formas – interseccionadas – de opressão sofrida. O presente artigo propõe, por meio de trajetória pública de algumas ativistas e intelectuais trans, como Janaina Dutra e Camille Cabral, circunscrever alguns elementos constitutivos do movimento de travestis e transexuais no Brasil, enfatizando os processos de ressemantização de suas experiências, pensadas no âmbito de um regime de visibilidade “diurno e engajado”.

Palavras-chave: movimento trans; visibilidade; feminismo; transfeminismo.

Regimes of visibility and rhetoric of empowerment: ethnographic notes of a research with trans leaders

Abstract: Recording and reflecting on trajectories of trans people in the context of political militancy indicates the recognition of new "interpellation scenarios", both in relation to the hetero-directed normative world, as well as some segments of the LGBTI+ and feminist movements. The period from the 1990s to the present indicates to such people the construction of an "empowering rhetoric" committed to countering the various - intersected - forms of oppression. This article proposes, through the public trajectory of some trans activists and intellectuals, such as Janaina Dutra and Camille Cabral, to circumscribe some constitutive elements of the transvestite and transsexual movement in Brazil, emphasizing the resemantizing processes of their experiences, conceived within the framework of a "diurnal and engaged" visibility regime.

Keywords: trans movement; visibility; feminism; transfeminism.

¹ Vale Universidade Federal do Ceará - Doutor em Ciências Sociais.
E-mail: acamaravale@gmail.com

Prolegômenos

Início este artigo trazendo par o seu plano de escrita uma postagem do Facebook de uma militante trans de Fortaleza, graduada em Filosofia pela Universidade Estadual do Ceará, Syssa Ádley Monteiro. Na referida postagem, Syssa narra seu contentamento com uma vitória do coletivo do qual faz parte, o Transpassando², que, recentemente, teve seu projeto de atuação política selecionado, dentre 279 concorrentes da América Latina, pelo European Journalism Centre e a Bill & Melinda Gates Foundation. O tema do projeto era “oportunidades para mulheres, hoje”. A equipe do Transpassando irá viajar pelo Brasil, Argentina e Colômbia em busca de “mulheres trans” com atuação no campo educacional.

A postagem celebra a vitória de três anos de duras atividades, mas, ao mesmo tempo, mira um alvo preciso: as pessoas que debocharam do projeto, recusaram-se a ajudar e as associações, políticos e equipamentos LGBTQI+, dos quais, segundo narra, o coletivo nunca recebeu apoio ou financiamento. Syssa então dispara: *“um Governo e uma prefeitura que só nos dá migalhas. Equipamentos LGBTQI+ que só fazem prevenção de ISTS/DSTS, ato show e eventos para aflorar o ego da militância que ocupa o poder no Ceará”*. Ela endereça ainda críticas à militância que, segundo ela, *“diz estar interessada na luta dos nossos direitos, mas que nunca põe em pauta educação, trabalho e saúde, mas apenas se mantém no poder. Os mesmos ciclos, as mesmas pessoas, mesmas alianças, mesmos discursos, mesmas migalhas e lucrando as nossas custas”*.

No momento em que li essa postagem, estava iniciando a escrita deste artigo, que havia denominado, provisoriamente, de “notas etnográficas sobre um trabalho de campo com lideranças trans”, e que seria um recorte de minha experiência de pesquisa com pessoas trans na militância e em situações de migração, abordando especialmente o trabalho de pesquisa realizado junto a Janaina Dutra, em Fortaleza e a Camille Cabral, em Paris. Desde 1994, acompanho a movimentação e a luta de pessoas transgêneros pelo reconhecimento de sua existência social e cidadania. Nos idos da década de 80 e início da de 90, a maioria dos trabalhos sobre pessoas trans na academia – especialmente nas Ciências Sociais - era constituída de escritos por pesquisadores “homens gays” e pesquisadoras “mulheres biológicas”. A academia não contava ainda com pessoas trans em suas cadeiras. Tampouco falar-se-ia de “intelectuais orgânicas trans” escrevendo sobre suas trajetórias e inseridas no “tatame” da luta com suas comparsas de outras gerações, como se pode depreender do relato de Syssa Monteiro. Impensável ainda era a candidatura de pessoas trans para cargos legislativos, apresentando-se como travestis ou “mulheres trans”³.

2 O Transpassando foi instituído em 2015 como Programa de Extensão da Universidade Estadual do Ceará. Oferece “cursos profissionalizantes, pré-vestibular, debates políticos e produção artística e cultural para o público transexual e a população LGBT”. Sua missão, diz ainda o site, consiste em: “Possibilitar a formação para o ENEM de travestis e pessoas trans através de um programa de educação cuja meta é a conclusão da escolarização média e o acesso à educação superior numa perspectiva de fortalecer ações de combate à transfobia e seus efeitos; facilitar o acesso à formação profissional das travestis e pessoas transgêneras como modo de minimizar os efeitos de segregação da vida escolar e profissional produzidos pela experiência da transfobia; contribuir para a formação de sujeitos autônomos fortalecendo as experiências de fala e decisão. Site: <https://www.facebook.com/TransPassando-UECE-430166990511351/>

3 Como foi o caso de Kátia Tapety como travesti eleita vereadora (pelo PFL) em 1992, 1996 e 2000, na cidade de Colônia do Piauí. Em Fortaleza, temos uma mulher trans, Helena Vieira, disputando uma vaga para deputada federal pelo PSOL, nas eleições de 2018.

Pensando comparativamente com outros momentos que presenciei do movimento trans local e internacional, três aspectos particularmente importantes na economia política da visibilidade trans podem ser destacados na fala de Syssa: o lugar da educação, o referente sociológico “garoto” e a ideia de gerações (e distinções) entre comparsas no atualmente chamado “movimento trans”. O lugar da educação, como tentarei mostrar, é acompanhado por uma retórica de empoderamento⁴ que interpela tanto os lugares destinados às travestis em sua vida diurna da escola, quanto os trabalhos na academia escritos sobre suas experiências. O deslocamento sugerido pela experiência trans na maneira de nomear os referentes sociológicos implica a interpelação em relação a um certo feminismo fundamentalista para o qual a categoria “mulher” gozaria de certa estabilidade. Por fim, a ideia de dissidências no próprio movimento, diz respeito ao fato que, desde que um novo regime de visibilidade se instituiu entre pessoas trans (especialmente a partir do trabalho nas associações de luta contra a AIDS), as reivindicações políticas extrapolaram os limites de um “*empoderamento tutelado*” (CARRARA e CARVALHO, 2013) para constituir uma agenda marcada pelo diálogo com outras minorias, mantendo uma pauta voltada para pensar novas pedagogias do gênero para além do binarismo que marca a experiência hegemônica da heterossexualidade como política sexual.

No intuito de discorrer sobre algumas das questões acima anunciadas, lanço mão de um material etnográfico coletado entre os anos de 1994 a 2013, período em que pesquisei a experiência trans no contexto fortalezense, brasileiro e parisiense. Priorizo aqui as entrevistas realizadas com Janaina Dutra, em Fortaleza, e Camille Cabral, em Paris. Ambas são nordestinas e reconhecidas como lideranças do movimento trans. Parto dos relatos construídos na experiência vivida por ambas para discorrer sobre alguns momentos constitutivos do movimento trans brasileiro. O intuito aqui é empreender uma reflexão compartilhada sobre alguns elementos constitutivos da atual retórica do empoderamento que tem lugar na economia política da visibilidade trans.

4 A ideia de uma “retórica do empoderamento” (2017:50-54) é pensada aqui a partir do trabalho de Thomas Csordas. A retórica é tomada como um dos aspectos do discurso - seu “fio de corte”, - e consiste no meio pelo qual os participantes de uma certa comunidade linguística são convencidos da validade e relevância dos enunciados que definem uma imagem legítima e eficaz do grupo. A retórica é aquilo que propõe, que redireciona, oferece novos caminhos para pensar a experiência na qual os indivíduos estão inseridos. Esse redirecionamento da atenção – as pessoas passam a ver as coisas com outros olhos, sob novos pontos de vista –, equivale à criação de significado. Para compreender a natureza específica das eficácias é preciso construir uma hermenêutica da retórica cultural em funcionamento nos diversos discursos ou comunidades linguísticas.

“Do glamour para a política”: visibilidade e novas retóricas de empoderamento no discurso de Janaina Dutra

Meu encontro com as temáticas ligadas às experiências de pessoas travestis e transgênero teve início há aproximadamente duas décadas, por ocasião de uma pesquisa etnográfica numa sala de cinema pornô, no centro da cidade de Fortaleza, o Cine Jangada⁵. No cinema, as travestis (na época as palavras trans ou transgênero não eram empregadas), além de utilizarem o espaço do cinema para a venda de serviços sexuais, encontravam ali um lugar privilegiado de sociabilidade. Em suas mãos, o cinema se transformava em “palco”, “camarim”, “escola”, “terreiro”, “centro de convivência”. O escuro do cinema aparecia, principalmente naquele momento, como uma espécie de metáfora da experiência que viviam no seu cotidiano, destinadas que estavam a uma vida noturna e “invisíveis” para as experiências diurnas da escola e do trabalho formal. Realizei quase dois anos de pesquisa naquela sala, até o momento no qual o cinema fechou suas portas em 1996.

Dois anos depois, já no começo de 1999, reencontrei algumas travestis que havia entrevistado no cinema. O contexto, agora, era muito diferente: já não se tratava da invisibilidade e clandestinidade de uma sala de cinema para filmes pornográficos, mas daquele das mobilizações de luta contra a AIDS. Todo um conjunto de ressignificações era agora incorporado ao cenário da política sexual local, nacional e internacional, e uma efervescência diurna, acompanhada de um discurso militante, passava a ter lugar. Durante este período, nas associações de luta contra o HIV e a AIDS, muitas travestis tinham se tornado “multiplicadoras”, “agentes de saúde”, “educadoras sociais” e, posteriormente, “militantes da causa transfeminista”. A AIDS, disse-me certa vez Janaina em 1999, *“trouxe muita visibilidade para elas, foi um passaporte do glamour para a política”*. Afinal, complementa, *“elas hoje são mais presentes, estão mais visíveis, mais sabedoras de seus direitos, mesmo que a vida de boa parte ainda seja muito precária”*. Janaina referia-se especialmente ao trabalho na associação e ao advento da AIDS que, segundo ela, *“veio trazer outra visibilidade ao movimento, veio trazer a história da reivindicação política acima do paetê e da lantejola colorida”*.

Nos primórdios do movimento, o reconhecimento de que se tratava de um grupo “vulnerável” possibilitou a problematização e posterior visibilidade acerca dos elementos constitutivos dessa vulnerabilidade. A problemática expandiu-se para além da prevenção ou, como querem Carrara e Carvalho⁶,

5 Essa pesquisa deu lugar ao livro *No Escurinho do Cinema: cenas de um público implícito*. São Paulo: Annalume, 2000.

6 Em seu texto sobre a história do movimento trans, Carrara e Carvalho (2013) destacam a luta pela inclusão de travestis no emergente movimento homossexual dos anos 1980-1990. No movimento homossexual dos idos dos anos 70, a questão central era a conquista de respeitabilidade social para homens homossexuais, o que significava distinguir entre performance de gênero e desejo. A escolha do termo “orientação sexual” responde a isso: desejar uma pessoa do mesmo sexo não implicaria em ser do outro sexo e/ou gênero. A distinção que antes era feita entre “entendidos” e “bichas” se reconfigura com as categorias “homossexual” e “travesti”. A hipótese de Carrara e Carvalho acerca da construção de uma identidade (política) travesti acontece quando o movimento deixa de priorizar a homossexualidade para se basear em identidades coletivas. Travesti não seria, portanto, uma categoria pré-moderna ou tradicional, uma vez que *“é no âmbito das transformações por que passa a categoria ‘homossexual’ nos anos 1970 que se projetam ‘gays’, de uma lado, e ‘travestis’, de outro”*.

para além de um “empoderamento tutelado”, e ganhou uma dimensão coletiva, tanto pela via do agrupamento realizado nas ONGs, quanto pelo fato de que as mobilizações estatais baseavam-se em uma metodologia denominada de *Peer Education* (educação por pares). Com o surgimento da AIDS, o Estado entendeu que era preciso acessar as profissionais do sexo para reduzir os índices de infecção. Isso só poderia ocorrer “entre pares”. Somavam-se a essa metodologia as ideias de advocacias e *empowerment*, que compuseram o mosaico das mobilizações e reflexões de si que viriam a seguir. Nessa “captura estatal”, cursos de capacitação e financiamento de projetos possibilitaram a constituição de travestis, transexuais e transgêneros como sujeitos nos campos jurídico e político.

A advogada Janaina Dutra estava diretamente vinculada a esse processo no Ceará. Eu realizava minha pesquisa de campo ao mesmo tempo em que participava como voluntário nas associações às quais me vinculei. Primeiramente em Fortaleza e, posteriormente, em Paris. Em Fortaleza, eu fui acolhido em 1999 por Janaina Dutra, dentro do Grupo de Resistência Asa Branca (GRAB), uma ONG fortalezense voltada para a luta contra a homofobia e o cuidado com pessoas vivendo com HIV. Ali, realizei algumas oficinas sobre sexualidade e gênero, utilizando os filmes de Almodóvar, ao mesmo tempo em que participava no cotidiano da Associação. O momento era particularmente intenso no que tange à mobilização nacional de travestis, transexuais e transgêneros. Desde 1992, elas haviam iniciado uma série de encontros no intuito de criar uma rede que proporcionasse uma articulação política no cenário nacional. Em 1993, foi criada a primeira associação de travestis do Brasil, a ASTRAL, e o ENTLAIDS (Encontro Nacional de Travestis, Transexuais e Liberados na luta contra a AIDS). Daí em diante, surgiram várias associações⁷.

Em Fortaleza, Janaina Dutra criou, em 2001, a ATRAC, Associação de Travestis do Ceará. Sua militância, como destaquei, havia nascido no GRAB, do qual foi vice-presidente. Depois de fundar e presidir a ATRAC, foi presidente da ANTRA (Articulação Nacional de Transgêneros) e membro do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República. Janaina era uma “trans militante”, nascida em Canindé, interior do Ceará. Sua transformação aconteceu quando estudava Direito em uma universidade particular de Fortaleza⁸. Era tomada por seus

7 Em 1995, é fundada a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros – ABGLT. E finalmente em 2000, em Porto Alegre, é fundada a Articulação Nacional de Transgêneros, que depois se tornaria Articulação Nacional de Travestis, Transexuais e Transgêneros – ANTRA. RENATA (Rede Nacional de Travestis), em 1994; RENTRAL (Rede Nacional de Travestis e Liberados) e ATRAS (Associação de Travestis de Salvador), ambas em 1995; ASTRAV (Associação Nacional de Travestis, Transexuais e Liberados na luta contra a AIDS), em 1999; ASTRA-RIO (Associação das Travestis e Transexuais do Estado do Rio de Janeiro), em 2005.

8 Certa vez indaguei sobre seu nome, como o tinha escolhido. Ela disse que seu nome veio depois da experimentação de alguns outros. Narrou assim seu processo de nomeação: “antes de ser Janaina Dutra, fui Stela Mares. Nós éramos um grupo, o grupo do ‘S’. Todas elas tinham o nome começado por ‘S’. Tinha a Silbina Tompson, Suely Paco Rabane, Sonica Malboro, a Surama Kinseger, todas começado por ‘S’ e eu tinha o nome Stela Mares. Eu achava muito centro educacional. Aí descobri o nome de Bertram Rinkel, cineasta alemão que era muito assimilado ao Nelson Rodrigues e [que] questionava os valores como a fidelidade, a família, tinha uma coisa muito irreverente nessa questão e ficou uma junção legal, Stela Rinkel. Foi meu primeiro nome, quando fiz Miss Rio Grande do Sul em um concurso, representando a descendência alemã [risos]. Montei a personagem muito em cima disso. Parecia a Mortícia Adams. A Janaina tem uma história. Eu estava em uma praia na Barra do Ceará (Fortaleza) tomando banho, já hormonizada, quando uma mulher me pediu para acender um cigarro. Ela me olhava assim meio à distância, um olho verde, com a cabeça raspada, meio doida, lunática. Ora, na época não se usava cabeça raspada nem em homem, que dirá em

pares como uma advogada muito inteligente e que gozava de bastante prestígio no mundo associativo local, bem como entre suas comparsas nacionais. Janaina acreditava na solidariedade como princípio moral. Nossa parceria na pesquisa que eu realizava era afinada e Janaina tanto empenhava-se para que mantivéssemos as oficinas sobre sexualidade e gênero a partir dos filmes do diretor espanhol como as reclamava no momento de suas aparições em público.

Meu contato com ela incluía as horas que passávamos conversando em sua casa, onde morava com seus pais, as discussões no GRAB e na ATRAC e as sucessivas entrevistas que realizamos. Participei de alguns eventos nacionais ao seu lado. Nesse trajeto, o trabalho sobre Almodóvar já havia assumido um lugar secundário na pesquisa e as experiências de vida de travestis, transexuais e transgêneros, tanto no cotidiano citadino quanto na militância, passaram a ser o alvo de meu empenho. Remanejar a pesquisa era tanto sucumbir aos apelos de apoio a uma causa, quanto circunscrever o novo “campo de possíveis” que a experiência possibilitava. Afinal, no contexto de repolitização do campo sexual, tornado possível com o aparecimento da AIDS, mais de dez associações de travestis e transgêneros foram criadas no Brasil. Manifestei o interesse em registrar essa experiência e Janaina não media esforços para viabilizar contatos, material, bem como acesso a pessoas ligadas à Articulação Nacional das Transgêneros. Um intenso trabalho de cooperação estabeleceu-se entre nós. Janaina realizou 8 entrevistas com lideranças nacionais do movimento, a partir de um roteiro que havíamos definido. Refiz algumas entrevistas e complementei a amostra com aproximadamente 15, incluindo tanto as travestis e transgêneros que participavam dos projetos da ATRAC quanto às lideranças da mobilização nacional⁹.

Uma dessas pérolas coletadas por Janaina refere-se ao relato sobre a ressemantização de categorias utilizadas para falar da experiência de travestis e transexuais, narrada por uma liderança que Janaina apreciava bastante, a Bárbara Granner, que dizia: *“A questão é defender o feminino da travesti. Ela tem que ser chamada como a travesti e não como o travesti. É um contrassenso você definir com o artigo masculino (...). Eu faço questão de defini-la como feminina, porque ela é um ser feminino.”* Essa ressemantização pode ser tomada como um dos primeiros momentos na construção de uma retórica de empoderamento no movimento das travestis. Na mesma fala, Granner destaca a patologização implícita no sufixo “ismo”, algo também que o nascente movimento precisaria redimensionar. Ela diz: *“Eu acho que a travestilidade (ao invés de travestismo) significa a qualidade de se ser travesti, porque é uma qualidade ser travesti, é uma coisa positiva ser travesti. Eu defendo muito o termo travestilidade. É uma questão de pura democracia (...). Eu*

mulher. Eu acendi o cigarro dela e ela perguntou meu nome. Respondi ‘Jaime’ e ela disse que era Janaina. Ela disse com uma ênfase tão grande no olhar e achei tão bonito que juntei o sobrenome da minha mãe e fiquei Janaina Dutra.”

- 9 Certo dia, perguntei como ela tinha sentido às entrevistas que realizou. Referindo-se às entrevistas com as representantes de associações de travestis e transgêneros do Brasil, ela me disse: *“As entrevistas fluíram muito conforme cada uma, conforme a sua experiência, entendeu? Eu tentava assim não falar muito, não opinar, para não... para não tolher, para não tanger a entrevista, para não tirar a naturalidade do expressar de cada uma... e assim até a própria espontaneidade. Acho que você vai encontrar pérolas maravilhosas assim no meio... E assim como elas têm os mesmos hábitos de vestir quase o mesmo tipo de roupas, de falarem o mesmo idioma, [mas] são tão diferentes em preferência, em postura, no pensar... Culturalmente eu acho que ficou rica essa coleta, porque culturalmente são oito entrevistas feitas, [que representam] sete estados diferentes e regiões diversificadas [do Brasil], porque quanto mais longe, maior o choque cultural, mais particular seus ‘modus vivendi’.”*

não acho correto que a travesti continue tendo essa conotação de doença, de errado, de uma coisa passível de crítica”.

Janaina encampava e militava por essas ressemantizações. A narrativa de Granner dá ensejo a um tipo de reflexividade que se traduz em novas barganhas políticas, especialmente no que tange a um novo tipo de visibilidade. Nas entrevistas com Janaina e outras pessoas trans que participavam de sua equipe no GRAB, existem indícios dessa produtividade política de ressignificações e reconhecimento do trabalho nas associações. Elas faziam referências como: ter a carteira da associação como distintiva, especialmente nos momentos de batida policial, ser acordada no meio da noite por alguém da vizinhança para alguma urgência de saúde ou pedidos de camisinha, ser reconhecida por familiares por trabalhar em uma associação e não na prostituição etc. A ideia do envolvimento nas associações como um “passaporte para a política” podia ser percebida nesses relatos que faziam referência a uma inserção cotidiana menos estigmatizante ou, corroborando as palavras de Granner, uma inserção que incluísse “a qualidade de ser travesti como algo positivo” ou o surgimento de um discurso reflexivo e crítico sobre a “essência construtiva” do “ser feminino que é a travesti”. Além disso, mesmo que a captura estatal estivesse presente nesse empoderamento, a sociabilidade constituída na associação possibilitava novas bandeiras, ressignificações inauditas para quem só contava com os pontos de prostituição e o escuro de uma sala de cinema pornô. Travestilidade surgia então como a grande bandeira contra a qual o movimento trans luta até hoje: a patologização e a consequente barganha pela saída do Código Internacional de Doenças, sob a rubrica de “disforia de gênero”.

Janaina costumava chamar a atenção para o fato de que ela era a primeira portadora de carteira profissional da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) na qual aparecia caracterizada como mulher, apesar de constar o nome que lhe foi atribuído no momento de seu nascimento. Janaina faleceu em 2004, vítima de um câncer pulmonar. Desde então, muitas coisas mudaram na arena do ativismo trans ao longo dos últimos anos. Uma parcela dessas transformações, como destacou Carvalho (Ibid), pode ser percebida em duas chaves de políticas públicas: o processo transexualizador¹⁰ e os inúmeros decretos municipais e resoluções de conselhos universitários autorizando o uso do nome social por pessoas trans no ambiente escolar. Na medida em que pessoas trans podem ser reconhecidas a partir da maneira como se autoneamearem, ou seja, do nome que escolheram para si, aumentam suas chances de permanecerem na escola. Diminuindo a evasão, tem-se, como demonstrou Luma Nogueira de Andrade (2012), uma maior escolaridade e chances de novas inserções na experiência de formação para o trabalho.

Aqui, cabe um parêntese para um outro elemento nessa nova retórica do empoderamento na experiência trans. O nome de Luma Andrade, nesse contexto, não é gratuito. Se, a partir de um determinado

¹⁰ Se desde 1997, as cirurgias de transgenitalização já haviam deixado de ser consideradas crime de mutilação e o Conselho Federal de Medicina já havia autorizado tais procedimentos em alguns hospitais universitário do país, em 2013, como destacou o referido autor, o Ministério da Saúde lançou uma portaria (GM n.2803, de 13/11), possibilitando uma ampliação e redefinição do processo transexualizador, que passa a incluir travestis e homens trans no acompanhamento da hormonização. Por um lado, o processo transexualizador vem possibilitando uma reconfiguração na vida de pessoas trans não apenas pelo oferecimento das tecnologias de transformação corporal, mas fundamentalmente pela sanção estatal da possibilidade de tais transformações, o que tem efeitos concretos e simbólicos.

momento, tornou-se comum saudar, com justeza, pessoas trans que terminaram o ensino superior e se formaram – como vemos com Janaina e veremos com Camille - tornou-se comum também pensar a representatividade e o alcance político do que se escrevia sobre as vidas trans. Luma Andrade concentra e condensa ambas as posições. Ela é uma mulher trans, doutora em educação e professora universitária na UNILAB (Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira). Escreveu sobre juventudes trans nas escolas do Ceará e, fazendo coro a muitas de suas consortes, lamenta a ênfase dada à prostituição na literatura brasileira sobre travestis e transgêneros. Para ela, tal ênfase “*pode reforçar a ideia de um lugar de destino destas*”. E complementa: “*faz-se necessário apresentar formas de sociabilidade das travestis que não sejam alicerçadas apenas no campo da prostituição, caso contrário imobilizamos a identidade da travesti, a qual, aos poucos, com resistência e assujeitamentos, insere-se nos contextos sociais e profissionais diversos como no lugar onde ocorre esta pesquisa (a escola)*”.

A ideia de “intelectuais orgânicas” como componente de um novo tipo de empoderamento relaciona-se, especialmente a partir do final dos anos 90, com o surgimento de reflexões oriundas da teoria queer, tanto nos movimentos sociais quanto na escola. Se, por um lado, no movimento LGBTQI+ e nas ciências sociais, há o abandono de interpretações psicológicas e da sexologia para pensar a experiência trans (em detrimento de uma abordagem queer político-paródica que ressignifica o estigma), na escola, novas demandas educacionais relacionadas a reconhecimento e direitos surgiram, depois do “pânico sexual” ocasionado pela AIDS nos anos 80¹¹. Deve-se levar em conta que, se hoje comemoramos o dia 29 de janeiro como o dia da Visibilidade Trans, isso aconteceu também em função do fato que, passado o pânico sexual e abandonados os porões da ditadura, os sujeitos se sentiram, em uma sociedade teoricamente democrática, livres para manifestar maneiras divergente de pensar e desejos “dissidentes”.

As ressignificações até aqui anunciadas compõem uma nova economia política da visibilidade trans, com uma retórica de empoderamento muita além da individuação de Estado ou de um empoderamento tutelado. A grande maioria delas caminha no sentido do reconhecimento da alteridade travesti ou transexual como uma experiência de autonomia e liberdade. Do ponto de vista semântico, “as” travestis, “travestilidade”, “transfobia” e atualmente “mulher trans” compõem um mosaico de ressignificações que interpelam as normas de gênero, a patologização, a violência médico-psiquiátrica em designar “o verdadeiro sexo”, um certo feminismo, a representatividade, as textualizações sobre suas experiências etc. Se, no Brasil, essa proliferação semântica vem sendo gestada nessa nova cultura de grupo de pessoas trans do meio associativo, na França, algumas ressemantizações também interpelam antigas maneiras de pensar o corporal e o sexual na experiência trans, como é o caso, por exemplo, da designação “transgênero”. Camille Cabral, cuja breve “etnobiografia” textualizarei a seguir, certa vez me

11 Referindo-se a entrada da Teoria Queer no Brasil, Miskolci (2013, p. 38) destaca que desde o final dos anos 80, o estudo da sexualidade tinha sido moldado pelos debates em torno da epidemia da AIDS e a articulação – necessária – das demandas sociais ao interesses do Estado. A partir do surgimento do coquetel antirretroviral e a progressiva percepção da AIDS como doença tratável, ganham espaço demandas de outra ordem, voltadas à cidadania. Assim, complementa o autor, “*é possível dizer que foi nas escolas, em particular no ensino básico, que o povo encontrou o Estado em emergentes tensões entre os interesses do ensino e o surgimento da demanda das pessoas por reconhecimento e direitos*”.

falou dessas categorias como sendo fruto de uma “repolitização do campo sexual”, ocasionada pela AIDS e que veio questionar os lugares cristalizados de gênero e o lugar das travestis na experiência atual, para além do carnaval e do trabalho sexual.

Camille Cabral: “feminilidade não é monopólio de quem tem vagina”

Em meados de 2000, fui acolhido, em Paris, pela Associação PASTT (Prevenção, Ação, Saúde e Trabalho para os Transgêneros) para dar prosseguimento à minha pesquisa. A associação então era dirigida por Camille Cabral, que a havia fundado em 1980. Ela autorizou minha presença no ônibus de prevenção que a Associação faz circular pelos territórios do trabalho sexual na capital francesa (*Bois de Boulogne, Boulevard Ney* etc.). Participei como voluntário das “noitadas de prevenção” durante mais de um ano, ao mesmo tempo em que frequentava cotidianamente a associação. Contribuí um pouco na discussão de alguns projetos nos quais Camille estava engajada na época e, depois, me desliguei mais, quando conheci um prédio em um subúrbio de Paris (*Porte de Clignancourt*) onde a maioria das inquilinas eram ‘trans’ e, em sua grande maioria, brasileiras. Passei a frequentá-lo com bastante assiduidade. Se, como falou Janaina, “quanto maior o choque cultural, mais particular o ‘modus vivendis’”, a experiência em Paris representava a possibilidade de registrar uma nova territorialidade de travestis e transgêneros, bem como destacar as reverberações dessas experiências internacionais para o movimento trans no Brasil.

A exemplo de Janaina Dutra, Camille Cabral também é nordestina, filha de pai pernambucano e mãe paraibana. Não é advogada, mas é médica. Chegou a Paris há aproximadamente quatro décadas, para fazer especialização em doenças de pele e doenças infecciosas sexualmente transmissíveis. Ali, iniciou seu “processo de feminilização”, depois que começou a se sentir “*um pouco mais livre do peso social do Brasil*” ou, como reforçou, quando o “*peso social ganhou menos amplitude, tanto em relação à família quanto em relação a sua profissão*”. A exemplo de Janaina, Camille fez sua transição quando estava quase se formando. Ela passou a viver sua feminilidade no dia a dia, em pequenas transformações. Tudo aconteceu mais ou menos assim: “*pouco a pouco eu comecei a me impor socialmente como mulher. Eu usava um jeans feminino, um pulôver mais ou menos, meio lá e meio cá, e fui fazendo minha transformação, meu processo de feminilização*”. Ela fez isso, como era de se esperar de uma médica, “*tomando hormônios com a posologia exata e vendo um endocrinologista*”. E complementa que “*desde a época da Residência em São Paulo, eu já sabia que minha feminilidade era completamente diferente, por exemplo, da feminilidade de um gay efeminado*”.

Em uma das tantas entrevistas que me concedeu, Camille lembrou do tempo em que trabalhava com sua mãe em uma Associação para trabalhadoras do sexo, no interior de Pernambuco. Quando se refere a essa memória, Camille fala do humanismo de sua mãe, mas destaca seus aprendizados para além de um certo assistencialismo, referindo-se à sua experiência como “ativismo político”. Afinal, a comunidade transgênero em uma cidade como Paris, diz ela, “*apresenta um grau de complexidade e um*

grande desafio no sentido das práticas de prevenção às DST/AIDS, especialmente pela multiplicidade étnico-cultural das trabalhadoras de sexo e das condições de vulnerabilidade que tal contexto migratório implica". O PASTT atende praticamente toda a população trans da América Latina, em um contexto de políticas migratórias cada vez mais adverso. A atuação do PASTT é marcada, destaca, "pela pluralidade de línguas, modos de vida, sentimentos religiosos e impõe como tarefa a necessidade de mediação no sentido de fazer valer as diferenças, negociadas no dia a dia das práticas de prevenção".

No livro *O voo da beleza: experiência trans e migração* (VALE, 2013), abordei aspectos referentes ao processo migratório de travestis e transexuais brasileiras para a França. Para os fins deste artigo, empenhado em situar alguns momentos do movimento trans no Brasil, me ateno a algumas das reverberações que esse trânsito implica em termos de ressemantizações e diálogos entre realidades distintas. Se *o voo da beleza* consiste em uma expressão ou eufemismo utilizado pelas pessoas trans para falar (ou suavizar) sobre a crua realidade de uma deportação, o deslocamento que tal experiência implica significa, antes de tudo, a busca de um lugar mais clemente, de um abrigo contra a injúria e a violência implícita nas normas de gênero: uma reivindicação de inserção "para além do carnaval". Quando retornam ao Brasil, em férias, expulsas ou deportadas, narrando experiências maravilhosas na Cidade-Luz ou misérias intransponíveis, travestis e transgêneros reencontram antigas companheiras, são reconhecidas nas boates noturnas locais, circulam pelas associações e assim compartilham suas experiências, com outras gramáticas e semânticas. As reverberações vindas do estrangeiro dialogam com as inquietações locais.

No âmbito do movimento trans brasileiro, isso se fez particularmente presente no momento das definições em torno das categorias políticas travesti, transexual e transgênero. Em 1997, como destacaram Carrara e Carvalho (Ibid), a presença de Camille Cabral no V Encontro Nacional de Travestis e Transexuais (V ENTLAIDS), provocou um questionamento sobre alguns dos possíveis usos dessas categorias. Os autores citam o relato de duas lideranças, Indianara Siquiera e Marcellly Malta. Para a primeira a discussão toda parecia uma mera questão de "nomenclatura", enquanto a segunda manifestava, segundo a interpretação dos autores, um certo sentimento de imposição, por parte de Camille, em relação à abreviação "trans", ao invés de travesti e transgênero¹². Ora, esse tipo de produtividade política das categorias e suas consequências sociais e financeiras tem lugar depois da entrada, formalmente,

12 Reproduzo aqui as passagens de Indianara e Marcellly no texto de Carrara e Carvalho (Ibid, p. 312): "*Em 1997 [...] foi a primeira vez que vieram pessoas do exterior. Então veio Camille Cabral do PASTT. Camille Cabral justamente trouxe essa... que, na realidade, internacionalmente a palavra usada é "transexuais". "Travesti" não é uma palavra muito usada. Então a gente quis colocar nessa época, mas por uma questão de cultura... foi muito discutido que não... que não se identificavam com a palavra. E acabou que, a partir de 1997, começou essa briga entre as duas palavras, travestis e transexuais, entrando aí depois a palavra "transgender" ou "transgêneros" e "trangêneros", que acabou também não sendo aceita, e ficou a briga só entre "transexuais" e "travestis", entre as duas palavras, na realidade. Eu acho estranho porque é apenas uma nomenclatura". (Indianara, entrevista em 27/07/2010). Marcellly Malta, também presente nessa ocasião, fala da influência internacional como se tivesse um tom de imposição: "Acho que foi a Camille Cabral que veio de Paris, que é uma militante que é presidente da PASTT de Paris, ela disse: 'todas as travestis têm que se englobar... serem chamadas por trans... trans'" (Marcellly Malta, entrevista em 16/06/2010).*

das organizações de travestis no espaço do movimento, fato que aconteceu em 1995 no VIII Encontro Brasileiro de Gays e Lésbicas (Simões e Facchini, 2009).

Certamente que a escolha dessas categorias não é gratuita. No caso específico do movimento trans, ela implica também o manejo de recursos do Estado. Achava-se que transgênero uniria travestis e transexuais e que isso implicaria em uma arrecadação maior para políticas públicas. Entretanto, essa importação era motivo de piada: Janaina, por exemplo, sempre que falava de transgênero trocava propositalmente a palavra por transgênico, em referência à produção de alimentos.

Em Paris, quando eu falava com Camille sobre essas categorias, ela dizia que transgênero não pegou e que a palavra deveria ser “transgênera”.

A ideia de ressignificar travestis e transexual para “pessoas trans” ou “homens e mulheres trans” é compatível com a experiência que Camille vivia no PASTT e em Paris. Travesti acumula uma carga pejorativa, em função da atividade na prostituição (interseccionada com o lugar de classe e a migração ilegal). Transexual, ao contrário, conta com a calção da medicina e, associado aos estratos de classe média, tem a conotação de um “autêntico” desejo de ser mulher, como Carvalho tão bem chamou a atenção. Sendo coerente com essa visão médica, deve-se lembrar que Camille estudou medicina, conhece os processos anátomo-fisiológicos de transformação do corpo e seu “processo de feminilização” foi todo orientado por médicos. Sua experiência também a equipou com ferramentas conceituais oriundas da literatura especializada sobre transexualidade, que contribuem na inteligibilidade e na autoconstrução de si. Categorias como “identidade de gênero” e a própria ideia da sexualidade como construção socio-cultural possivelmente estejam na base para uma frase que Camille costumava utilizar e que expressou parcialmente no filme *O Voo da Beleza*: *“feminilidade não é monopólio de quem tem vagina e masculinidade não é monopólio de quem tem pênis”*.

Mas obviamente que as explicações para o porquê falar em transgênero ou em trans - saindo da grade classificatória travesti ou transexual e reduzida a uma distinção biologizante -, não é unívoca. Lembro de uma das visitas que fiz ao PASTT e encontrei uma transexual paulista que vivia entre a Suíça e Paris. Conversando sobre o porquê da categoria transgênero não ter “pegado” no Brasil ou mesmo entre suas consortes no PASTT, ela explicitou sua “leitura” sobre as benesses em torno da categoria, ou simplesmente da utilização do termo “pessoa trans”. Me disse, com outras palavras, que essa restrição da diferença entre travestis e transexuais a uma questão genital é algo muito desagradável e invasivo. Nada mais chato, dizia ela, do que a inquisição em termos de “operadas” e “não-operadas”. Trata-se, comentava, de uma questão muito íntima, que não deveria nem ser colocada. Falar de “trans” ou transgênero deixava as coisas em aberto. Na França, ela me dizia, é muito menos estigmatizante ser chamada de transexual do que de travesti. Daí talvez o fato de Camille ter sugerido à Indianara ou Marcellly Malta a utilização do termo transexual ou simplesmente trans. A “leitura” de Camille é mais condizente com alguém que não investe, como outras associações parisienses (como por exemplo a Associação Síndrome de Benjamin) no processo genital transexualizador. O PASTT acompanha e dá apoio às pessoas vinculadas à associação que desejem fazê-lo e o fazem efetivamente, mas a perspectiva de Camille

não reitera o biocentrismo ou a perspectiva biologizante segundo a qual a “natureza seria o destino”. Gênero, disse Camille, também no filme *O Voo da Beleza*¹³, é uma coisa mental, “*nós nunca seremos uma mulher biológica, pois nossa questão se passa aqui* (nesse momento ela coloca o dedo para a cabeça), *nossa questão é uma questão de gênero, de identidade*”.

Se por um lado, o processo transexualizador assimila o movimento das trans ao movimento feminista, por outro, esse trânsito não se faz sem conflitos e exclusões. Camille se queixava constantemente de algumas feministas, para as quais a categoria mulher se restringia à biologia. Daí talvez a frase “*feminilidade não é monopólio de quem tem vagina*” reverberar em seu discurso. Alguns dos argumentos do tipo de feminismo que Camille criticava – que brincando com ela chamei de “fundamentalista” -, podem ser circunscritos a partir e alguns argumentos da filósofa feminista americana Janine Raymont sobre a experiência trans. Em 1981, ela afirmou que o “*transexualismo constitui um programa sociopolítico que corre de maneira desleal com o movimento das mulheres cujo objetivo é suprimir a opressão dos papéis sexuais estereotipados e impostos em nossa sociedade*” (p. 16-25). Para ela, trata-se de um “*problema de homens*” e

a fabricação dos homens-fêmeas é uma manifestação dentre outras da tradição masculina de criação de um *ersatz* (sucedâneo) de mulher que visa a arrancar das mulheres o poder inerente à biologia feminina e que compreende notadamente a fecundação artificial [...] Os homens-tornados- mulheres-frabricadas (*hommes-devenus-femmes-fabriquées*) tentam neutralizar as mulheres transformando a mulher biológica em algo inútil, algo que constitui uma solução final que o império transexual encontrou para o problema das mulheres (RAYMOND, 1981, p. 142-143, tradução minha).

Raymond destaca ainda que a sociedade patriarcal¹⁴ e suas definições de masculinidade e feminilidade constituem a causa primeira do “transexualismo”. Os sujeitos transexuais são vistos por ela como “*assujeitados às definições sociais dos papéis de gênero*” e “*escravos do corpo*”. Acentua-se aqui a ideia de que o “transexualismo” ou o movimento transgênero não representam uma transgressão das categorias de gênero suscetível de contribuir para “(trans)cender” o sistema de relações de poder entre homens e mulheres; ao contrário, tal experiência aparece mais como uma reprodução invertida dessas relações de poder¹⁵. Assim, a perspectiva de uma transgressão, de algo que provocasse um salto à exterioridade,

13 O filme *O Voo da Beleza* por ser acessado clicando no link: <https://youtube/vSQ7pYW5HZ0>

14 Butler (2003) lembra a crítica feita, nos anos recentes, à “noção de um patriarcado universal” como “princípio universal pressuposto” de dominação (masculina). Diz a autora que a “*urgência do feminismo no sentido de conferir um status universal ao patriarcado, com vistas a fortalecer aparência de representatividade das reivindicações do feminismo, motivou ocasionalmente um atalho na direção de uma universalidade categórica ou fictícia de estrutura de dominação, tida como responsável pela produção da experiência comum de subjugação das mulheres*”. Ressalta ainda que “*embora afirmar a existência de um patriarcado universal não tenha mais a credibilidade ostentada no passado, a noção de uma concepção genericamente compartilhada das ‘mulheres’, corolário dessa perspectiva, tem se mostrado muito mais difícil de superar*” (BUTLER, 2003, p. 21).

15 O movimento transgênero encorajou mais um estilo do que uma política de resistência. Um expressivo individualismo tomou o lugar da contestação coletiva do poder. Assim fazendo, ele [o transgênero] despolitizou o gênero, despolitizando o feminismo. Os novos fora-da-lei do gênero não são outra coisa que os antigos conformistas do gênero, sendo que dessa vez existem homens que

um devir “autêntico”, é completamente descartado por Raymond. Mesmo quando se refere ao atual “movimento transgênero” a autora é irreduzível, pois o movimento transgênero representaria um recuo em relação às conquistas feministas dos anos 1960 e 1970.

Ora, é surpreendente que, como me lembrava Camille, em um mundo onde a “dominação masculina” é constantemente denunciada, mas bastante presente, pessoas nascidas com o sexo masculino reivindicuem para si o “papel” feminino e busquem transformar-se em mulheres. Pensar a experiência do movimento transgênero como conformismo é desconhecer a difícil tessitura desse lugar de fala, desconhecendo também o peso e o preço que pessoas trans pagam ao se transformarem em mulheres. No Brasil, por exemplo, onde alguns delitos são relativizados em seu valor e infração e as leis perderam o poder normativo e os meios legais que deveriam ter na garantia da cidadania, para travestis e transgêneros essa violência tornou-se um item obrigatório em seu cotidiano, criando em seus alçozes a convicção de que a injúria, a chacota, o desdém, a brutalidade e o crime são inevitáveis. Supor que alguém suporta todas essas vicissitudes e brutalidades apenas porque deseja reproduzir a dominação masculina utilizando-se de uma “imagem-pretexto” da mulher é desconhecer os limites do essencialismo e da naturalização.

Todo esse processo de ressemantização até chegarmos a categorias como “mulheres trans” ou trans-feminismo passa por táticas de aproximações e distanciamento em relação aos vários feminismos. A tessitura de um movimento acontece lentamente, assim como as mudanças. Se, hoje, lideranças como Janaina, Camille e tantas outras, citadas neste breve ensaio, aparecem como referências importantes para o movimento e para nossa experiência de forma geral é porque elas interpelam acerca de referentes dados como estáveis e, muitas vezes, imutáveis. Nesse contexto, a categoria mulher, como podemos observar nas considerações de uma feminista como Raymond, aparece como essência e um dado da natureza. Nas considerações a seguir, à guisa de conclusão, retomarei esse fundamentalismo feminista para interpelá-lo a partir de outro horizonte, especialmente àquele pensado pela filósofa Judith Butler.

À guisa de conclusão

Nos parágrafos anteriores, trouxe o relato de uma experiência de pesquisa com duas lideranças vinculadas aos primeiros tempos do atualmente denominado “movimento trans”. Abri esse plano de escrita com uma postagem de Facebook da ativista, graduada em filosofia e professora no Ensino Médio, Syssa Ádley Monteiro. Seu relato concentra e condensa algumas das pautas mais importantes do movimento trans nos dias atuais. Tentei cotejar algumas dessas pautas por meio dos relatos de Janaina Dutra e Camille Cabral, situando alguns momentos constitutivos do movimento trans, sua retórica cultural, seus processos de ressemantização e o trabalho de construção de uma economia política da visibilidade

se conformam à feminilidade e mulheres que se conformam à masculinidade. Ou para ser mais condizente com a nova versão do transgênero, nós temos homens e mulheres que se misturam sem ir muito longe em seus propósitos.

voltada para um novo tipo de inserção social. Finalizei a descrição da narrativa de Camille indicando alguns dos impasses que o movimento trans encontra face a um feminismo fundamentalista.

Quando falo aqui em economia política da visibilidade, tenho em mente o trabalho de Gayle Rubin sobre economia política do sexo. Rubin pensa a sexualidade como um dispositivo histórico, marcado por relações de poder e dominação. A essa parte da vida social que envolve a opressão às minorias sexuais, ela denomina “*sistema de sexo/gênero*”. Esse sistema consiste em um conjunto de disposições e interdições por meio das quais o mundo social e generificado transforma a sexualidade biológica. Ora, regimes de visibilidade constituem-se como elementos centrais dessa economia política, especialmente no caso das sexualidades ditas dissidentes, não normativas e/ou não binárias. A visibilidade, no caso das pessoas trans, se faz primeiramente pela colocação em cena de um capital-visual que interpela às normas de gênero. Desde que os variados processos de ressemantização entraram em jogo na construção do movimento, um novo regime de visibilidade, “diurno” e “engajado”, construído em contraposição à atividade noturna da prostituição, passa a figurar nas barganhas políticas do próprio movimento.

Na experiência trans, reconhecimento, desejo e poder movimentam-se e dão visibilidade ao mundo “inquestionado” das categorizações sexuais, sinalizando para a radicalidade do gênero como categoria histórica. Uma vez que embaralham as cartas do jogo sexual, as pessoas trans explicitam a capilaridade de uma experiência que traduz alteridades e diferenças. Suas performances desnaturalizam os significados presumidos para uma suposta ordem sexual, dando a ver estados liminares (portanto, liminóides), brechas e potências antiestruturais¹⁶. A experiência transgênero constitui um vasto campo de ensinamentos e experimentações, dado que, em tais pessoas, as categorias sociosexuais, quase sempre propensas a um centramento naturalizante, são profundamente colocadas em questão, “bricoladas” e, no limite, indicam “cenários de interlocução” passíveis de questionar tanto os “referentes sociológicos” quanto os ideais (sempre inalcançáveis) do que seja “a” masculinidade e “a” feminilidade. Isso não implica em dizer que, imediatamente, toda experiência trans ultrapasse o binarismo dos gêneros, tampouco em heroizar as pessoas trans e/ou transformá-las em eternas vítimas da história.

Implica antes no reconhecimento de que no vantajoso processo de desnaturalização e descentramento que suas experiências operam, as pessoas trans nos dizem que, como o fez Camille, “*a masculinidade não é monopólio de quem tem pênis e que a feminilidade não é monopólio de quem tem vagina*”. E em que sentido tal processo se faz vantajoso para todas as pessoas falantes, viventes e desejantes? Porque nos ensina que o aprendizado se faz pelas diferenças. E que a “dessubjetivação crítica” implicada em tal produção incide sobre a renúncia a reivindicar a ilusão de uma identidade fixa e coerente. O movimento trans é também privilegiado para pensar aquilo que DeSousa Filho (2017, p.

16 Em *O Voo da Beleza: experiência trans e migração* (2013) discuti as experiências trans como experiências performáticas liminares, liminóides a partir de Victor Turner. De forma muito simplificada e demasiado esquemática, liminaridade foi pensada como transição, como momento anti-estrutural que depois se rotiniza e vira estrutura (especialmente em pessoas transexuais ou transgênero cujo “capital-corpo-feminilidade” lhes permite passar “despercebidas”), como liminaridade permanente (o que chamei de transitar para o transitório) e como experiência liminóide ou performática, quando inflexão e reflexividade operam como interpelações ao sistema sexo/gênero.

371) denominou de “*produção de subjetividades na dessujeição*”, quando os indivíduos se abrem para “*a construção de subjetividades criativas e ativas em resistência às subjetivações impostas*”.

Mas quais os significados e o sentido que assume a ideia de se desfazer de concepções normativas e restritivas da vida sexual e sexuada? Desfazer o gênero, explicou Butler (2012), pode significar uma supressão do eu (moi) e da personalidade de um indivíduo, assim como uma resignificação de sua existência. No primeiro caso, o sujeito é engolido por uma concepção normativa e patologizante do gênero – o que o impede de encontrar uma alternativa para situar sua experiência no domínio socio-sexual. Aqui, a “violência das normas de gênero”, fundadas no amálgama do pecado, da culpa e do diagnóstico, impõe-se como fonte de angústia e sofrimento. No segundo caso, quando o sujeito transita definitivamente ou “transita para o transitório”, ele ou ela são incitados a abrir mão de todo um conjunto de representações indesejadas de si, passando a lutar contra as interdições públicas que pesam sobre sua existência “dissidente”.

Longe de ser simplesmente uma filiação a um gênero já estabelecido, talvez seja necessário, dirá Butler (BUTLER, 2013, p. 293)., compreender a identificação transgênero como uma “*fantástica demanda relacional*”. Nessa construção, é o caráter fixo do referente sociológico “garoto” que é posto em crise pela dissonância. Pode ser, diz Butler (BUTLER, 2013, p. 293)., que o garoto que não deseje jogos de espada e guerras fantásticas e prefira fitas e vestidos, encontre, no que chamamos de “feminilidade”, “*uma maneira de articular um conjunto de orientações, de desejos, de modos de se apresentar ao outro, de se fazer atraente para um outro*”. Nesse contexto, tem-se talvez um “*garoto sociológico em vias de negociar suas necessidades mais elementares por meio das convenções da feminilidade*”. A identificação transgênero supõe, portanto, um deslocamento na maneira de nomear os fatos sociológicos.

Quando a jovem debutante de uma carreira trans escuta da parte de seus parentes, psicólogos, professores e religiosos uma frase do tipo “se você viver assim, você terá uma vida de sofrimento”, a pretensão de validade de tal enunciado já é esmagadora, provoca “sofrimento de gênero”. Essas advertências, por mais que elas possam parecer cheias de boas intenções, não deixam de ser paternalistas e assistencialistas. Possivelmente, dizem respeito a tudo que uma criança ou adolescente trans não quer ouvir. Tais enunciados atuam em função da normalização do gênero. Para uma criança efeminada ou masculinizada, a norma anunciada não chega aos seus ouvidos como uma simples comunicação desinteressada. Ela carrega colorações sombrias de injúria e abjeção. Isso porque a injunção ao gênero normalizado, da ordem do tipo “seja assim, seja assado”, constitui um outro tipo de sofrimento, uma vez que a própria enunciação, que busca atenuar o sofrimento da vida não normalizada de uma criança de gênero “dissidente”, transforma-se na causa do sofrimento. Em termos performativos, tudo se passa como se a advertência quanto ao sofrimento vindouro já fosse o sofrimento causado. Para aqueles e aquelas cuja vida não se aproxima ou não pode se aproximar da norma, o ato do discurso que comunica a norma não apenas provoca sofrimento, como reforça também a existência de um não-lugar ou de um limbo de identificação.

Em que momento, então, pode-se dizer que a identificação transgênero necessita de um deslocamento na maneira de nomear os fatos sociológicos? No momento em que, por parte da pessoa

concernida, existe uma demanda a ser considerada do gênero de sua predileção. Butler dirá que a identificação ganha forma como *discurso* e como *endereçamento*, em um contexto no qual o fato de ser reconhecido na linguagem constitui uma parte da realidade social em questão. Quando, por exemplo, uma garota se identifica como garoto e existe uma demanda de mudança na designação sociológica, dois atos têm lugar: “*o primeiro é um ato de auto-nomeação, mas o segundo é uma forma de endereçamento, um endereçamento a um ‘tu’ ao qual é solicitado o reconhecimento dessa pessoa como um garoto*” (BUTLER, 2013, p. 293). Nesse momento, retomo a autora, “*nós não podemos falar da identificação como uma realidade exclusivamente psíquica, como alguma coisa que é acoplada de maneira interna e que existe separadamente de uma identidade sociológica ou de uma cena sociológica de interlocução*” (BUTLER, 2013, p.294).

A autoneomeação interpela o referente sociológico, que passa a ser visto como inviável para inaugurar ou garantir o processo reivindicado. Por que inviável? A crise do caráter fixo do referente sociológico colocado em cena pelas figurações trans e a forma de lidar com essa aparente “dissonância” serão determinantes para o autoreconhecimento e a inteligibilidade cultural que uma pessoa transgênero terá em sua vida. A realidade social do gênero, como já foi destacado, depende do reconhecimento. Ela é constituída pelas práticas de nomeação – autoneomeação e nomeação pelos outros. Se, nesses cenários sociológicos de interpelação, o referente sociológico não consegue inaugurar uma inteligibilidade normativa de gênero e tampouco garantir uma explicação do que se passa nessas experiências ditas “dissonantes”, então, no âmbito de uma pedagogia reversa, é preciso interpelar a própria dissonância que existe nas convenções que orquestram a performance social de gênero. “*É o próprio sistema sexo-gênero, criado por vocês, que não nos comporta!*”, as trans poderiam dizer.

Esses novos cenários sociológicos de interlocução vêm sendo construídos duramente nos interstícios das estruturas sociais, nos engajamentos diurnos e em novos espaços de atuação por parte da população trans. Ao ressignificar os modos de endereçamentos que lhe são destinados, elas ressignificam simultaneamente as relações de gênero ou a ideia de uma identidade primária e estável. Em sua agonística atual, que passa pela construção de uma nova retórica de empoderamento, um de seus objetivos – penso eu – diz respeito à possibilidade de que as experiências trans se rotinizem como experiências costumeiras e não mais como algo da ordem do “exótico”, “patológico” e/ou “fantasioso”. O caminho ainda é certamente longo, levando-se em consideração o Código Internacional de Doenças, mas a seriedade com que as reivindicações de despatologização têm sido operadas pelas pessoas concernidas no movimento trans, tem conformado um novo tipo de visibilidade que passa também pela formação de “intelectuais orgânicas”, (ou “orgânicos”, se estivéssemos abordando a experiência de pessoas transhomens) comprometidas com a auto reflexividade e textualização de suas próprias experiências.

O alcance pedagógico dessa formulação de Butler será fundamental para que se possa pensar uma espécie de pedagogia reversa ou rizomática, como diria Deleuze (1972). Uma pedagogia que interpela a naturalização e a patologização das experiências de gênero, ao mesmo tempo em que interpela o lugar de autoridade daqueles e daquelas que lidam com a experiência pedagógica, familiar, religiosa. Educar

na e para a experiência da diferença implica no investimento e na reflexividade necessária para a construção de um mundo equânime. Tal pedagogia passa necessariamente pela capacidade de desenvolver uma relação crítica em relação a essas normas. Pressupõe distância e capacidade de suspender ou recusar tais normas, um tipo de performance pedagógica que consegue “olhar o lugar olhado das coisas”, se colocar no lugar do outro, “abrir mão” da violência das normas de gênero. Nisso talvez consista a potência de agência de todas as pessoas tidas como abjetas ou consideradas como párias sociosexuais. A ideia de uma pedagogia reversa sinaliza o reconhecimento de uma capacidade, necessariamente coletiva, de elaborar uma versão alternativa, minoritária e que leve adiante a radicalidade do gênero pensado como categoria histórica, isso que deveria unir os movimentos trans e feministas.

Para algumas feministas, dirá Preciado (2000), existe um desconforto em relação à experiência trans. A autora recusa a ideia de que as pessoas trans se encontrariam engajadas numa atitude de recusa da feminilidade, das mulheres e do feminismo. Recusa também a ideia de que subjaz, nas pessoas trans, uma busca a se conformar as normas misóginas, pela reprodução dos ideários do patriarcado. O autor destaca que o feminismo fundamentalista ignora a possibilidade de um devir na experiência transexual ou transgênero pelo falto de tal feminismo ter-se mantido preso numa dicotomia natureza-cultura, impossibilitando-o, assim, de pensar a própria feminilidade como uma tecnologia de sexo/gênero. Se por um lado, o feminismo deve ser celebrado como uma das grandes rupturas epistemológicas e políticas do século XX, por outro,

para bom número de feministas, a tecnologia remete a um conjunto de técnicas (não simplesmente de instrumentos e de máquinas mas também de procedimentos e de regras que presidem seus usos – do teste genético à pílula, passando pelos exames peridurais) que objetificam, controlam e dominam o corpo das mulheres. (PRECIADO, 2000, p. 73)

Essa perspectiva de pensar a tecnologia terminou por supor a categoria “mulher” nos moldes do essencialismo. Preciado (*Ibid*) ressalta que, até o trabalho de Donna Haraway, as análises feministas da tecnologia – a autora cita Simone de Beauvoir, Bárbara Ehrenreich, Gena Corea, Adrienne Rich, Mary Daly, Linda Gordon, Evelyn Fox Keller – associaram toda forma de tecnologia ao patriarcado, priorizando a noção de tecnologia reprodutiva em detrimento da noção de tecnologia de sexo. As pessoas ou as mulheres trans lembram ao feminismo que a feminilidade também é uma tecnologia. Assim, a autora propõe uma abertura no conceito de tecnologia e, por via deste, sugere repensar o feminismo para além das oposições binárias natureza/cultura, feminino/masculino, reprodução/produção.

Aqui, as questões de “*garde-robres*”, de “hormônios”, “cirurgia” e “postura”, que Raymont tanto critica, recebem uma leitura mais atenta. A questão não é mais a de saber se vamos desempenhar o papel feminino contra o masculino, ou o contrário, e, sim, fazer com que os corpos, todos os corpos, consigam livrar-se das representações essencialistas, dos constrangimentos do ‘corpo social’, bem como das posturas, atitudes e comportamentos estereotipados. Para enxergar isso na experiência transgênero, é preciso imaginar um tipo de pensamento que vá além da “máquina binária” e que possibilite pensar na

experiência de travestis ou transgêneros numa experiência de devir. Não se trata de dizer que, ao realizar uma crítica da identidade, a teoria *queer* se nega a entrar nas barganhas políticas de uma afirmação identitária. “*Queerizar*” o feminismo possibilita repensar a identidade. Somente nesse horizonte haveria abertura para pensar a experiência transsexual ou transgênero para além do mero repasse da dominação masculina, fantasmagorias vestimentárias ou uma “falsa política das sexualidades”, como gostaria Raymond. O que é problemático na perspectiva dessa autora é que a verdade e a falsidade do gênero se decidem na biologia, conduzindo o feminismo para uma “renaturalização” da mulher.

Será no contexto dessa discussão que Butler, em *Défaire le Genre* (BUTLER, 2013, p. 294), irá clamar uma união entre o movimento trans e o movimento feminista, principalmente pelo conjunto de valores comuns a ambos e a necessidade de fazer valer a radicalidade do gênero como categoria histórica. Como demonstrou o movimento intersexual, dirá a autora, nada escapa ao enquadramento cultural, nem a anatomia e muito menos o sexo. Isso significa dizer que o gênero é aberto a constantes reformulações. E complementa, destacando, com outras palavras, o que foi dito por Camille: a própria atribuição da feminilidade ao corpo feminino como se ele fosse uma propriedade natural ou necessária existe no interior de um enquadramento normativo no qual a atribuição da feminilidade à “fêmea humana” é um dos mecanismos da produção do gênero. Assim, ao invés de ficar buscando nas pessoas transgêneros ideias invertidas, representações e práticas de machos e fêmeas, melhor seria concentrar a atenção no “como” esses indivíduos podem ser vistos como “*elementos centrais em configurações culturais de sexualidade, sexo e gênero*”, e buscar investigar como tais pessoas clarificam essas ideias, representações e práticas no campo da política sexual. (KULICK, 1998, p. 15). Nesse sentido, o diálogo entre os vários movimentos depende da capacidade de viver e negociar as tensões, sem reduzi-las a “*soluções dogmáticas*” ou “*soluções muito fáceis*”.

As economias políticas da visibilidade e do empoderamento trans são tributárias desses enfrentamentos e desses diálogos com os outros lugares sociais do movimento organizado. Enfim, a “receita” do alegre caos de alguns segmentos da mobilização trans, malgrado suas contradições e tentação molar, identitária, segmentaridade, dualismo, grupismo, centralismo, sua oscilação *entre* molar/molecular/molecular/molar pode inspirar aquilo que Deleuze (1997) denomina de uma *pedagogia rizomática* – o rizoma é horizontalidade que multiplica as relações e os intercâmbios que dele se originam. Essa pedagogia reversa que interpela os limites dos referentes sociológicos pode ocupar o lugar de uma fala dissidente, abrindo-se à criação e às conexões: desterritorializações e linhas de fuga. A vida, assim compreendida, é um contínuo fluxo e refluxo, potência de interação e produção de sentidos.

Referências

ADELMAN, Miriam. O gênero na construção da subjetividade: entendendo a “diferença” em tempos pós-modernos, in Adelman e Silvestrin (dir.), *Gênero Plural: um debate interdisciplinar*. Curitiba: Edições UFPR, 202.

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola : assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Fortaleza: mimeo, 2012. Endereço eletrônico: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/131976/tese%20Luma%20Andrade.pdf?sequence=1>

_____. *Travestis na escola : assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Rio de Janeiro: Editora Metanoia, 2015.

BERSANI Leo. *Homos: repenser l'identité*. Paris : Odile Jacob, 1995.

BUTLER, Judith. *Bodies that matter: on the discursive limits of « sex »*. New York: Routledge, 1993.

_____. *La vie psychique du pouvoir: l'assujettissement en théories*. Paris : Editions Léo Scheer, 2002.

_____. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. *Le pouvoir des mots: politique du performatif*. Paris : Éditions Amsterdam, 2004.

_____. *Défaire le genre*. Paris : Éditions Amsterdam, 2012.

BOURCIER, Marie Hélène. *Des « femmes travesties » aux pratiques transgenres: repenser et queeriser le travestissement*. Paris : Clio. Histoire, femmes et sociétés, 1999.

_____. *La Fin de la Domination (masculine): pouvoir de genres, féminismes et post-féminismes queer*. Multitudes. Paris : Éditions Exils, 2003.

CARVALHO, Mario. e CARRARA, Sérgio. Em direito a um futuro trans?: contribuição para a história do movimento de travestis e transexuais no Brasil. *Sex., Salud Soc. (Rio J.)* [online]. 2013, n.14, pp. 319-351. ISSN 1984-6487. <http://dx.doi.org/10.1590/S1984-64872013000200015>.

CARVALHO, Mario. “Travesti”, “mulher transexual”, “homem trans” e “não binário”: interseccionalidades de classe e geração na produção de identidades políticas. In: Cadernos Pagu. n 52. Campinas 2018. Epub May 03, 2018, On- line version ISSN 1809-4449. <http://dx.doi.org/10.1590/1809444920100520011>

DELEUZE Gilles (1972), *L'anti-oedipe: capitalisme et schizophrénie*. Paris: Éditions de Minuit, 1972.

DESOUSA FILHO, Alípio. *Tudo é construído! Tudo é revogável: a teoria construcionista nas ciências humanas*. São Paulo: Cortez, 2017.

FOUCAULT, Michel. *Dits et Écrits*. Paris : Editions Gallimard, 1994.

KULICK Don. *Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

LE BRETON, David. *Les Passions Ordinaires. Anthropologie des émotions*. Paris : Armand Colin, 1988.

MISKILCI, Richard. *Teoria Queer : um aprendizado pelas diferenças*. Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2013.

PRECIADO, Beatriz. *Manifeste contra-sexuel*. Paris : Baland, 2000. RAYMOND, Janice. *L'empire transsexuel*, Paris, Seul, 1981.

SIMÕES, Júlio A. ; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do homossexual ao movimento LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TURNER, Victor. *The Anthropology of Performance*. New York: Paj Publications, 1988.

_____. *Do Ritual ao Teatro: a seriedade humana de brincar*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2015.

VALE, Alexandre Fleming Câmara. *No Escurinho do Cinema: cenas de um público implícito*, São Paulo, Annablume, 2009.

_____. (2013). *O Voo da Beleza: experiência trans e migração*. Fortaleza: RDS Editora, 2013.

ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DOS DIREITOS À SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DAS PESSOAS TRANS AFROINDÍGENAS: ANÁLISES CRÍTICAS ÀS POLÍTICAS DO CORPO A PARTIR DO SITE DA ASSOCIAÇÃO LAMBDA/MOÇAMBIQUE

Paulo Fernando Mafra de Souza Junior¹

Resumo: Problematizando os discursos dos direitos à saúde sexual e reprodutiva das pessoas trans a partir do site oficial da LAMBDA e perspectiva teórico-metodológica (trans)feminista de(s)colonial de mulheres negras e indígenas, objetiva-se analisar a (in)visibilidade das pessoas trans afroindígenas que atravessa a política do corpo no ciberespaço. Através da análise crítica do discurso imagético, os resultados sinalizam o corpo coletivo das pessoas trans afroindígenas constituindo-se n/da resistência dos saberes locais e cosmovisões étnico-raciais junto à cisheteronormatividade discursiva dos Direitos Humanos e Movimento LGBT transnacional, tais como estratégias decoloniais do direito coletivo à saúde sexual e reprodutiva, preceito elementar à garantia dos direitos econômicos e políticos em Moçambique

Palavras-chave: Transfeminismo Afroindígena. Estratégias Decoloniais. Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva. Políticas do corpo. LAMBDA/Moçambique.

¹ Historiadorx e professorx doutorx em Serviço Social – UFPE/UEM - Moçambique.
E-mail: omafraom@gmail.com

MANIFESTAÇÃO DA RELIGIOSIDADE NO DIREITO E NA FILOSOFIA – POR UMA PERSPECTIVA CRÍTICA DOS DIREITOS HUMANOS

Paola Cantarini¹

Resumo: Visa-se trazer contribuições à “Teoria Imunológica do Direito”, na esteira de Willis Santiago Guerra Filho ao trazer novas reflexões à Teoria de Sistemas Sociais Autopoiéticos, trazendo uma possibilidade de mudança no paradigma sistêmico autopoiético, pela introdução do enfoque imunológico, que permite perceber o trânsito da autopoiese à autoimunidade, a apontar o risco de uma autoimunização do sistema social mundial ante as deficiências detectadas no sistema parcial do direito, considerado por Luhmann com um sistema imunológico (“Sistemas Sociais”). Pretende-se verificar, outrossim, a relação co- institutiva entre a Religião, a Filosofia, o Direito e a mitopoética, e a religiosidade no Direito e na Filosofia, verificando-se em que medida tais componentes coexistem.

Palavras-chave: Autopoiese dos sistemas sociais. Sistema parcial do Direito. Crise social autoimunitária. Direitos Humanos. Religiosidade.

¹ Advogada e professora universitária (Universidade de Guarulhos). Bacharela em Direito pela UNIFMU. Mestre e doutora em Direito pela PUC-SP. Doutora em Filosofia do Direito pela Università del Salento (Itália). Visiting researcher na Scuola Normale Superiore de Pisa –Itália (Roberto Esposito, supervisor). Pós-doutora pela EGS - European Graduate School, Suíça, em “Filosofia, artes e pensamento crítico”, Doutoranda em Filosofia pela PUCSP, Pós-Doutoranda em Sociologia no Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (Boaventura de Sousa Santos, supervisor) e em Filosofia na UNICAMP (Oswaldo Giacoia Jr., supervisor).
E-mail: paolacantarini@gmail.com

OUTRAS PONTES: A DIALÓGICA ENTRE TEORIAS FEMINISTAS E TEORIAS DECOLONIAIS

Shirlei Santos de Jesus Silva¹

Resumo: A decolonialidade descrita como a teoria da resistência, tem como objetivo transgredir os sistemas operantes ocidentais e colonialistas que estruturaram a partir da racialização dos sujeitos/as, sistemas de opressão geradores de subalternidades. Teorias iniciadas a partir de Feministas negras, terceiro-mundistas e decoloniais que observaram o ocidentalismo no movimento feminista apoiado da centralidade no patriarcado. As quais propõem a discussão do formato mantido e reproduzido durante o desenvolvimento da colonialidade, que reforça vários tipos de dominação e privilégios, que além de raciais, comportam intersecções discriminatórias geográficas, linguísticas, de gênero e sexualidades, que perpetuaram o racismo, sexismo, machismo, xenofobia, LGBTQfobia, observados cotidianamente.

Palavras-chave: Decolonialidade, Teorias Feminista, Gênero, Subalternidade.

1 Mestranda em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos, no PPGNEIM- Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo da UFBA - Universidade Federal da Bahia; Pesquisadora do GIR@ - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação; E-mail: shirlei.sjs@hotmail.com

Introdução

Descrita como a teoria da resistência para muitos estudiosos/as, a decolonialidade, tem o objetivo de transgredir os pensamentos ocidentais, e a perspectiva colonialista originada na colonização das Américas e mundialmente exportada como modelo para o mundo. A colonialidade ressignificação de colonialismo, é estruturada na racialização dos sujeitos/as e reflete diretamente em outras relações, consequentemente determinando modelos de sistemas de opressão que geram subalternidades.

Esse formato mantido e reproduzido durante o desenvolvimento da colonialidade/modernidade, reforça vários tipos de dominação e privilégios, que além de raciais, comportam intersecções discriminatórias geográficas, linguísticas, de gênero e sexualidades, perpetuando o racismo, sexismo, machismo, xenofobia, LGBTQfobia, exemplos de sistemas de opressão, observados cotidianamente.

As teorias decoloniais de origem latino-americana, assume a cena em congressos, encontros, seminários, e tem sido um dos temas mais discutidos da atualidade. Temática necessária, mas difícil de ser abordada, provoca variadas inquietações e questionamentos. Como o que falar sobre decolonialidade? Com qual temática relacioná-la? E foram estes alguns dos questionamentos que me fiz antes de começar a escrita, mas não sem razão, decidi relacioná-la com as teorias feministas.

Os movimentos feministas muito repercutido após o sufrágio feminino em 1893, sofreu até hoje variadas modificações e novas articulações. Com teóricas clássicas, como exemplos: Simone de Beauvoir, Judith Butler, Heleieth Saffioti, não só o movimento, mas as teorias ganharam visibilidade mundial, pontuando a necessária equidade de gênero e denunciando o patriarcado e a divisão sexual do trabalho. Outras correntes surgiram a partir deste movimento, como as feministas lésbicas radicais, denunciando a maternidade, heterossexualidade obrigatória, feministas materialistas, dentre outras.

Traçando uma cronologia dos estudos feministas, este iniciou-se com o foco central na mulher enquanto objeto, e logo depois introduziu o conceito de patriarcado, ambos períodos com ênfases universais, e aspecto de denúncia aos poucos se politizando. Nos meados dos anos 70-80 uma reflexão mais plural sobre mulheres é evidenciada, com olhar voltado para as diferenças e diversidade, e entre os anos 80-90 a partir do debate sexo/conceito de gênero, temos a separação do sujeito e objeto.

Essa separação do sujeito e objeto, repercutiu nas teorias entre os anos 90-95 com a transversalização e articulação de categorias, com ênfase em especificidades. Mas entre os anos 95-2005 vem o período de questionamento do conceito de gênero, com a morte do sujeito e uma fragmentação em termos de ênfases. Pensando a contemporaneidade, dos anos 2005 a atualmente, temos uma ressignificação do conceito de mulheres, com a perspectiva do sujeito situado, das múltiplas identidades, a partir da decolonização do conceito de gênero.

Toda essa trajetória foi permeada pela pressão do conservadorismo, patriarcado, machismo e sexismo, para deslegitimar as teorias, no entanto elas permaneceram e se ressignificaram de acordo com os contextos e intersecções. O aprofundamento da politização foi ferramenta fundamental, para

pensar os universalismos, desde as críticas aos privilégios e da branquitude ocidental cis e heterossexual, reflexo das críticas dos feminismos antirracistas e decoloniais.

O feminismo negro, vem dizer que é imprescindível os estudos de raça para se pensar opressão de mulheres; as feministas lésbicas pontuam que precisamos também dos estudos de sexualidade; as feministas geracionais, destacam a questão de idade, e cada corrente defende uma ou mais categorias a ser intercruzadas. Nesse ponto é evidenciado que o conceito de gênero no formato universalizante, era insuficiente para abarcar a diversidade de mulheres, suas lutas e demandas.

Surge então o conceito interseccionalidade (CRENSHAW,2002), e parecemos todas contempladas, por agora compreender o quanto diferentes opressões imbricadas e contextos diferentes, podem gerar variados sistemas discriminatórios. As teorias decoloniais, por sua vez, vem nos dizer que não podemos pensar em nenhuma relação de sistemas discriminatórios e de opressão, sem pensar no processo de colonização originado nas Américas e reproduzido mundialmente, perpetuando a colonialidade, base de todos os sistemas de opressão.

Assim para fazer compreender melhor as teorias decoloniais em diálogo com as teorias feministas, divido em três tópicos este artigo: I. Teorias feministas e o conceito de gênero, que trará um olhar sobre algumas teorias feministas e conceito de gênero; II. Teorias decolonias e seus debates, nos fará refletir sobre as teorias decoloniais e seus principais autores; III. Decolonizando as teorias feministas, demonstrando a relação de 4 ambas teorias. Chegando as considerações finais, traço algumas provocações advindas dessas reflexões.

I. Teorias feministas e o conceito de gênero

Movimento muito repercutido desde o sufrágio feminino, os estudos feministas, vem denunciar a divisão sexual do trabalho, o patriarcado, a desigualdade de gênero, a impossibilidade do voto pelas mulheres. As mulheres naquele período reivindicavam a vida pública, onde podemos refletir sobre o conceito do público/privado, muito bem descrito por algumas teóricas feministas, onde o privado ou doméstico era reservado para mulheres, e o público ou política, cargos de chefia eram majoritariamente assumidos por homens.

Calore Vance (1988), sustenta o sexo como característica central do homem e da sociedade, e critica a antropologia por querer abordar a temática, mas por vezes ser reprodutora da visão cultural predominante, ao colocar a sexualidade como área não legítima. O conceito de gênero e do sistema sexo/gênero eram pontos importantes para delinear como a sociedade compreendia os conceitos, que era geralmente de forma de controversa, onde sexo e gênero eram sinônimos.

Segundo Joan Scott (1990), o conceito de gênero passou a ter um conceito ampliado e fundamentalmente social, rejeitando o determinismo biológico, somente a partir do feminismo. A autora pontua a importância de pensar a história dos homens (masculinidades) e não somente o sexo sujeito. Alegando que a narrativa do oprimido é essencial para compreender as desigualdades que são

organizadas em eixos, pontuando três destes: classe, raça e gênero. Com abordagem feminista, marxista e o pós-estruturalista francês/anglo americano, destaca que o patriarcado não evidencia as desigualdades interseccionais.

Demonstrando o quanto é necessário compreender como sociedade representa o gênero, e como a identificação de gênero é instável, diferente da universalização das categorias que muitas teorias pregam. Fala da necessidade de pensar gênero como uma categoria analítica, de identidade subjetiva e o define como elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e a forma primária para a significação das relações de poder (SCOTT, 1990).

Heleieth Saffioti (1992), trata do cruzamento das categorias gênero e classe social, destacando a literatura Francesa que já utilizava de forma mais ampla e de elaboração social do termo. Questiona o patriarcado absoluto, e ao reconhecer que o sistema dominação- exploração é a maneira constitutiva de manutenção do subalterno, coloca que a subalternidade não é ausência total de poder. Poder que descarta o conceito de Marx e utiliza Foucault como o mais abrangente.

As diferenças são colocadas como base das relações de poder, assim como das relações de gênero. Compreendendo patriarcado e o capitalismo como um único sistema, coloca o contexto social como grande legitimador (SAFFIOTI, 1992). Simone de Beauvoir, com o termo torna-se mulher, só reforça o que muitas autoras acreditam sobre gênero, e o combate a teoria da anatomia do destino. Heleieth Saffioti (1992) compreende gênero como uma maneira de existir o corpo e o corpo um campo de possibilidades culturais recebidas e reinterpretadas, dentro dessas possibilidades as intersecções, mas para a sociedade compreender esses encaixes muitas contradições precisam ser superadas.

Para compreender sexualidade o entendimento da relação cultural e psicológica foi necessário, pois para antropologia e outros cursos e linhas, naquele período (Até os anos 80) ainda parecia algo estático sem influências históricas e culturais. Em termos de estudos o quadro voltado a temática só modifica, quando a AIDS nos anos 80 toma proporções alarmantes, demonstrando a necessária revisão teórica, com aumento de interesse de outras **áreas e apoio financeiro para as pesquisas (VANCE, 1988).**

As contradições dentro do movimento começam a surgir, pela universalização do se entende como mulher e do ideal de luta que era comum a todas, com eixo central no patriarcado. Alimentando portanto variadas críticas, que acarretou na resignificação do movimento, reflexo de novas correntes e embates. Como crítica a esse movimento, a autora negra bell hooks ressalta dois pontos: a importância da continuidade do feminismo enquanto discurso crítico do sexismo que atravessa toda a sociedade e a denúncia do racismo dentro do feminismo branco (OLIVEIRA, 2010 apud bell hooks, 1981).

As críticas levantadas, no entanto não visam a deslegitimação do feminismo, mas adverte como generalista, ocidental e universalista essas teorias poderiam se tornar, quando focadas somente no gênero. Portanto os feminismos não devem apenas localizar-se no gênero, em uma experiência sexuada, branca, ocidental ou em explicações relativas às posições relativas de homens e de mulheres, pois esse formato privilegia exclusivamente uma faceta dos feminismos.

II. Teorias decolonias e seus debates

Partindo do pensamento de Aníbal Quijano (2014) sobre o conceito Colonialidade do Poder, onde pontua sua origem e mundialização a partir da constituição das Américas, sendo a base constitutiva do padrão mundial do capitalismo, o qual tornou-se desde a colonização ainda mais profunda e arquitetada. A colonialidade gera novas identidades para manutenção do sistema de dominação/exploração, onde a racialização foi estrutural para inferiorização e conseqüente dominação desses sujeitos.

Entende-se como colonialidade do poder e do conhecimento, uma interseccionalidade de múltiplas e heterogêneas hierarquias globais de formas de dominação e exploração sexual, política, epistêmica, econômica, espiritual, linguística e racial, em que a hierarquia étnico- racial reconfigura transversalmente todas as restantes estruturas globais de poder. O que a perspectiva da “colonialidade do poder” tem de novo é o modo como a ideia de raça e racismo se torna o princípio organizador que estrutura todas as múltiplas hierarquias do sistema- mundo, patriarcal capitalista/colonial/moderno”, com um ponto de vista universalista, neutro e objetivo. (GROSGUÉL, 2008).

Utilizando alguns dos conceitos mais citados sobre colonialidade, compreendo o “outro” da modernidade, como todo sujeito desviante do padrão hegemônico dominante. Brenny Mendonça (2010) no entanto traça uma crítica aos conceitos masculinos e eurocentrados, e ao autor Aníbal Quijano, pelo seu não cuidado com gênero, abordando somente as categorias raça e classe, e destaca ser necessário situar o pensamento feminista dentro do pensamento decolonial, afim de dar visibilidade as contribuições das feministas decoloniais.

Akosua Ampofo (2008), por sua vez, traz outra questão para discussão sobre feminismo que é o termo migração e imigração, e como o feminismo ativista das imigrantes a possibilita estabelecer suas vivências. Outro ponto abordado é a importância de reconhecer a diferença entre feminismo e humanismo, e saber ponderar e agir em formatos diferentes a cada um desses pontos (AMPOFO, 2008).

Glória Anzaldúa (2005) é uma das autoras decoloniais, que nos faz refletir sobre o feminismo de fronteira, por ser americana de origem chicana - denominado por ela de mestiza - é colocada em condição de outro, observando assim a necessidade de destacar contextos diferentes em questão. Assim levanta o diálogo sobre a colisão cultural e como as culturas são incompatíveis, criando visões de mundo sobre as demais culturas, traçando a ideia de fronteiras.

Porque eu, uma mestiza, continuamente saio de uma cultura para outra, porque eu estou em todas as culturas ao mesmo tempo, alma entre dos mundos, tres, cuatro, me zumba la cabeza con lo contradictorio. Estoy norteada por todas las voces que me hablan simultaneamente. (ANZALDÚA, 2005, pág.704)

O teoria de fronteira traçada por Anzaldúa, pode ser interpretada como uma teoria de encontro e não como relativa a separação. Pensando também sobre imagens de controle formadas a partir do colonialismo, retomo Anzaldúa, em uma das suas colocações:

A luta sempre foi interior, e se dá em terrenos exteriores. Devemos adquirir consciência da nossa situação antes de podermos efetuar mudanças internas, que, por sua vez, devem preceder as mudanças na sociedade. Nada acontece no mundo 'real' a menos que aconteça primeiro nas imagens em nossas mentes. (ANZALDÚA, 2005, pág.714)

A declaração de Anzaldúa (2005) dialoga com Angela Figueredo (2015) apud Patricia Hill Collins, a qual defende a necessidade de assumir o controle da imagem, pois somente assim será possível a construção de uma auto-definição ou de uma auto-imagem positiva.

Dentro das teorias decoloniais, posso afirmar que posicionalidade é um dos pontos caros da teoria, como também para as feministas negras, onde evidencia o seu local de fala, identifica e relaciona a sua visão de mundo. Angela Figueredo (2015) é uma das autoras, que nos permite refletir sobre posicionalidade, interseccionando com suas diversas releituras teóricas, dentre estas afirmando que “Estado construiu não somente sujeitos racializados quanto sexualizados” (FIGUEREDO, 2015, p.164), corroborando com a afirmativa das teorias decoloniais e do mesmo modo dialogando diretamente com o maior ponto em comum dos feminismos, que é o sexismo, a partir das teorias de gênero.

Outro ponto abordado pela autora, é sobre a universalização ou homogeneização, como prefere nomear:

O que quero destacar é que a visão homogeneizante e generalizada que faz subsumir as singularidades/particularidades não está presente apenas nos discursos afirmativos do reconhecimento e da identidade; na verdade o recurso às generalizações é parte estruturante do discurso dominante. (FIGUEREDO, 2015, pág.162)

Discurso dominante que perdura até os dias de hoje, reforçando os sistemas de opressão e discriminação, como machismo, sexismo, LGBTfóbicos, capacitistas, racistas, que compreendem o sujeito não hegemônico, como não sujeito, discurso este de perspectiva eurocêntrica, que padroniza os sujeitos, reproduzindo o sistema de racialização da colonização. O mito da democracia racial no Brasil, é um exemplo que segue a ideia homogeneizante, colocando o país pós processo de colonização, vivenciando um sistema de harmonioso no quesito miscigenação.

III. Decolonizando as teorias feministas

Ochy Curiel (2009), é umas das autoras que tece críticas ao movimento feminista universal, onde fala do nascimento do feminismo de primeira onda, como criado em um determinado contexto e para lutas de mulheres de um determinado tempo, esquecendo os diferentes contextos e formatos de luta, perante a questão em comum de luta das feministas que é o sexismo/patriarcado. A partir dessa perspectiva denomino O Gênero do Ocidente, a abordagem e conceito de gênero inicial e legitimada a partir de autoras e contextos ocidentais.

Feminista decolonial, latino-caribenha, Ochy Curiel (2009) vê a colonialidade como um sistema de dominação político, econômico, social e cultural, permanente até os dias de hoje, e denuncia a

europização do movimento feminista, colocando a europa como centro do mundo, além do academicismo exacerbado que camufla e deslegitima praticas ativistas, além das contribuições de autores/ autoras não-brancas. Para melhor entender decolonialidade, trago o conceito traçado pela autora.

Descolonización como concepto amplio se refiere a procesos de independencia de pueblos y territorios que habían sido sometidos a la dominación colonial en lo político, económico, social y cultural como aquellos procesos que sucedieron en América entre 1783 y 1900 de los cuales surgen los Estados Unidos y las repúblicas latino-americanas. (CURIEL, 2009, pág.2)

Ramón Grosfoguel (2008), nos traz o conceito de Modernidade, que é nada mais do que a decolonialidade articulando passado com as novas colocações, como se fosse a 9 colonialidade e modernidade, faces de uma mesma moeda. Em diálogo com os demais autores, coloca raça como eixo central para o início do processo da colonialidade do poder, e questão que redefine e hierarquiza outras relações, como exemplo, as relações de gênero. Diante dessas hierarquizações, onde uma raça ou gênero é superior ou inferior ao outro, o dominador é o formulador e administrador do tal modelo.

Feministas negras como Lélia Gonzales, já pontuavam que o feminismo universal não conseguia da conta das mulheres negras, e não somente das mulheres negras, mas em termos de contextos latino-americano, de mulheres por vezes com opressões em comum, mas que vivenciavam de maneira diferente. Para Lélia o racismo se constituiu como a ciência de superioridade eurocristão, portanto falar sobre um feminismo afrolatinoamericano, era denunciar a universalização das mulheres, estas que viviam opressão pelo sexismo, racismo e classe (GONZALES,1988).

As feministas negras, feministas terceiro-mundistas, para Ochy Curiel (2007) hoje podem ser denominadas como pós-coloniais/decoloniais, pois foram importantes para realocar os conceitos feministas no entorno do mundo, com perspectivas mais amplas e imbricadas, a partir da afirmação:

Asumiendo que descolonizar supone registrar producciones teóricas y prácticas subalternizadas, racializadas, sexualizadas, es importante reconocer a tantas mujeres cuyas luchas sirvieron para construir teorías. (CURIEL, 2007, pág.95)

Estudiosos e estudiosas do terceiro mundo discutem contra a epistemologia ocidental, afirmando que nossos conhecimentos são sempre situados, que falamos a partir de um determinado lugar, de acordo com as estruturas de poder. Portanto é importante a atenção para a contribuição das perspectivas decoloniais no sentido de que elas podem auxiliar uma transformação nas bases epistêmicas do conhecimento e não apenas uma representação étnica, de gênero, das sexualidades, econômica nos centros e formas de produção do conhecimento, pois “a epistemologia hegemônica que se beneficia do discurso da imparcialidade/universalismo/neutralidade, na realidade tem cor” (FIGUEREDO e GROOSFOGUEL, 2007, p. 40).

Mesmo diante dos conhecimentos situados, Pode o Subalterno Falar? A autora Gayatri Spivak (2010), é uma das que critica a produção do sujeito do Ocidente, e desse sujeito como representante

universal, e afirma que ignorar o subalterno hoje é, quer queira, quer não, continuar o projeto imperialista (p.127). Esse projeto imperialista hoje não mais cerceia a fala dos subalternizados, no entanto não mantém a escuta atenta as suas demandas, o que inviabiliza a resolução das mesmas.

Dentre as reflexões sobre decolonialidade é importante pensar em duas políticas: Política de esquecimento e Política de identidade. A Política do esquecimento - abordada no texto: Porque não Guerreiro Ramos-, parte dos sistemas de colonização que apaga da memória qualquer contribuição de autores e referências negras, distanciando da ideia de representações, e construções de história a partir dos nossos ancestrais (FIGUEIREDO e GROSFOGUEL, 2007).

A Política de identidade é fator determinante na afirmação da raça, valorização e luta sobre suas demandas. Portanto a crítica de Figueredo a Butler, quando relaciona Queer e a fluidez do Queer a questão racial, é sobre pensar no contexto estadunidense, onde diferente do Brasil, o racismo não ocorreu de forma velada, sendo um racismo de origem e não fenotípico. Logo para a negritude do Brasil a política de identidade é necessária para reverter o mito da democracia racial.

Esta política de identidade e todo processo de valorização do negro no Brasil, é também instrumento de luta ao racismo. Frantz Fanon (2008) tece uma crítica ao trabalho *Psychologie de la colonisation* de O.Mannoni, onde pontua que mesmo pós extenso estudo, Mannoni que coloca a inferioridade como algo nato, desde a infância, o que fazia parecer uma inferioridade preexistente a colonização. Para Fanon o trabalho executado carecia de mais cuidado e respeito a subjetividade, já que vários pontos deveriam ser observados para não reproduzir a generalização.

Com a afirmação *“Algum dia teremos que deixar a margem oposta. Começar a agir em vez de apenas reagir”* (ANZALDÚA, 2005, p.705), refletimos sobre o rumo a nova consciência, que está na ação que podemos tomar diante das ambivalências e paradigmas estabelecidos. A nova consciência quebra o aspecto unitário de cada paradigma, pois aumenta a tolerância a ambiguidade e as contradições, e não apenas sustenta contradições, como também transforma a ambivalência em coisas novas.

Assim devemos pensar os movimento feministas, a partir da quebra de paradigmas, transformando nossas ambivalências em novos formatos de teorias. Para tanto:

Não é possível continuar a produzir uma teoria feminista que atenda exclusivamente ao gênero. Sem abdicar deste conceito nem da sua proficuidade conceitual e analítica, é necessário hifenizar o gênero com 11 questões de raça, sexualidades, classe social, e outros sistemas para produzir teorias feministas, não unificadas que desafiem esta construção de fronteiras e que possibilitem a análise e a praxis a partir de pontos multifacetados que nos conduzam ao espaço dos hífen, onde nunca se é apenas um/a, mas múltipla. (OLIVEIRA, 2010, pág.36)

Considerações finais

Diante de toda abordagem voltada a decolonialidade, o porquê escolhi as teorias feministas para ser par dessa discussão virá nos próximos parágrafos, através das considerações de autoras que reforçam gênero enquanto colonial, e a necessidade permanente mesmo perante as novas teorias, de decolonizar o conceito de gênero.

Dialogando com a atualidade, além das teóricas decoloniais, outras teóricas tecem críticas ao conceito de gênero. Segundo Mayorca et al.(2013) gênero nasce no universalismo, e é uma categoria colonizadora, assim a autora denuncia o efeito hierarquizante e o normatismo do conceito gênero, e afirma que é necessário também desconstruir o conceito de mulheres dentro do binarismo. Uma abordagem que resume a discussão do texto, acerca da ocidentalização e universalização do conceito de gênero.

O gênero também é visto como sistema hierárquico e racialmente diferenciado, que partindo no princípio que a racialização gera a inferiorização e conseqüente desumanização, é uma determinação colonial, que não reconhece o gênero dos/das colonizados/as. Diante de modernas dicotomias, de mundos compreendidos e reconstruídos a diferença colonial ainda resiste, e essa concepção é trazida após variadas releituras teóricas (LUGONES, 2014).

Portanto compreender que mesmo diante de mudanças de estratégias e trajetórias, perante os estudos das teorias decoloniais, ainda temos um longo caminho a percorrer. Por esse caminho, não podemos entender que os nossos entraves estão exclusivamente ligados ao capitalismo, enquanto estrutura básica da colonialidade, mas no enraizamento do processo de racialização, que ainda é reproduzido também nas nossas teorias.

Para entendermos a colonialidade de gênero enquanto máquina do Estado, que gerou além do processo de inferiorização racial a subordinação de gênero, trago uma importante citação de Oyeronke Oyewumi – Feminista Nigeriana dos estudos decoloniais e de gênero na África-, no texto de Maria Lugones.

La imposición del sistema de estado Europeo, con su concomitante (?) maquinaria burocrática y legal, es el legado más duradero de la dominación colonial Europea en África. La exclusión de las mujeres de 12 la recientemente creada esfera pública colonial es una tradición que fue exportada al África durante este periodo... El mismo proceso que las categorizó y redujo de hembras a «mujeres» las descalificó para roles de liderazgo... La emergencia de la mujer como una categoría reconocible, definida anatómicamente y subordinada al hombre en todo tipo de situación, resultó, en parte, de la imposición de un Estado colonial patriarcal. Para las mujeres, la colonización fue un proceso dual de inferiorización racial y subordinación de género. Uno de los primeros logros del Estado colonial fue la creación de «mujeres» como categoría. Por lo tanto no es sorprendente que para el gobierno colonial haya resultado inimaginable el reconocer a hembras como líderes entre las gentes que colonizaron, incluyendo los Yoruba... A un nivel, la transformación del poder del Estado en poder masculino se logró excluyendo a las mujeres de

las estructuras estatales. Esto se mantuvo en un profundo contraste con la organización del Estado Yoruba, en la cual el poder no estaba determinado por el género. (LUGONES, 2008,p.87-88 apud OYEWÚMI,1997,p.123-25)

Pensar *Outras Pontes: A Dialógica entre Teorias Feministas e Teorias Decoloniais*, é pensar o quanto a colonialidade de gênero ainda reside na atualidade e permeia nossos estudos, é compreender como nossa base pode ser reformulada e criar estratégias para verdadeira reformulação das teorias feministas universalizantes e sua manutenção enquanto formatos abarcadores de diferentes intersecções, contextos e demandas. Enquanto mulheres, diante toda colonialidade de gênero, resistir é um dos nossos maiores pontos em comum e *“descolonizar o gênero é necessariamente uma práxis”*(LUGONES,2014,p.940).

Vamos construir portanto uma prática decolonial nas nossas vivências e nas nossas teorias, pois como o Coletivo Combahee River (1997) nos afirma, com base em uma visão de opressões imbricadas, a libertação dos colonizados/as, oprimidos/as, demanda da destruição dos sistemas político-econômicos do capitalismo e do imperialismo, assim como do patriarcado.

Referências

AMPOFO, Akosua Adomako; BEOKU-BETTS, Josephine; OSIRIM, Mary Johnson. Researching African women and gender studies: New social science perspectives. *African and Asian Studies*, v. 7, n. 4, p. 327-341, 2008. Disponível em: < 13 http://repository.brynmawr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1007&context=soc_pubs>. Acesso em: 02 de Setembro de 2017.

ANZALDÚA, Gloria. La conciencia de la mestiza: rumo a uma nova consciência. *Revista Estudos Feministas*, v. 13, n. 3, p. 704-719, 2005. ISSN 1806-9584. Disponível em: . Acesso em: 19 de Setembro de 2017.

COLETIVO COMBAHEE RIVER, Manifesto (1977). Disponível em: Acesso em: 03 janeiro de 2017. CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nómadas (Col)*, n. 26, 2007. Disponível em: < <http://www.redalyc.org/html/1051/105115241010/>> Acesso em: 20 de Agosto de 2017. CURIEL PICHARDO, Rosa Ynés Ochy et al. Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde América Latina y el Caribe. 2009. Disponível em: Acesso em: 20 de Setembro de 2017. FANON, Frantz; DA SILVEIRA, Renato. Pele negra, máscaras brancas. *SciELOEDUFBA*, 2008. p.83 – 101

FIGUEIREDO, Angela. Carta de uma ex-mulata à Judith Butler. *Revista Periódicus*, v. 1, n. 3, p. 152-169, 2015. Disponível em: < <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/14261>> Acesso em: 24 de Agosto de 2017.

FIGUEIREDO, Angela; GROSFOGUEL, Ramón. Por que não Guerreiro Ramos? Novos desafios a serem enfrentados pelas universidades públicas brasileiras. *Ciência e Cultura*, v. 59, n. 2, p. 36-41, 2007. ISSN 2317-6660 Disponível em: Acesso em: 10 de Setembro de 2017. GONZALEZ, Lélia et al. Por un feminismo afrolatinoamericano. *ISIS International* 9 (June). p. 133-141, 1988.

GROSFOGUEL, Ramón. Para descolonizar os estudos de economia política e os estudos pós- coloniais: trans-modernidade, pensamento de fronteira e colonialidade global. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 80, p. 115-147, 2008. Disponível em: Acesso em: 10 de Junho de 2017. hooks, bell . *Ain't I a Woman? Black Women and Feminism*, New York, South End Press. 1981.

LUGONES, María. Coloniality and gender. *Tabula rasa*, n. 9, p. 73-102, 2008. ISSN 1794- 2489. Disponível em: < http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_arttext&lng=es> Acesso em: 10 de Setembro de 2017. LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. *Estudos Feministas*, v. 22, n. 3, p.

935-952, 2015. ISSN 0104-026X. Disponível em: Acesso em: 25 de Agosto de 2017. MAYORGA, Claudia et al. As críticas ao gênero e a pluralização do feminismo: colonialismo, racismo e política heterossexual. *Estudos Feministas*, p. 463-484, 2013. ISSN 0104-026X. Disponível em: .Acesso em: 20 de Setembro de 2017.

MENDOZA, Breny. La epistemología del sur, la colonialidad del género y el feminismo latinoamericano. Aproximaciones críticas a las prácticas teórico-políticas del feminismo 15 latinoamericano, v. 1, p. 19-36, 2010. Disponível em: < http://colectivohombresymasculinidades.com/wpcontent/uploads/publicaciones_pdf/Otros_autores/epistemologia_del_sur.pdf>. Acesso em: 21 de Setembro de 2017.

OLIVEIRA, João Manuel de. Os feminismos habitam espaços hifenizados-A Localização e interseccionalidade dos saberes feministas. *ex aequo*, n. 22, p. 25-39, 2010. ISSN 0874-5560. Disponível em Acesso em: 04 de Outubro de 2017.

OYEWUMI, Oyeronke. *The Invention of Women: Making African Sense of Western Discourses*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1997.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidad del Poder, Eurocentrismo y América Latina. In: _____. *Cuestiones y horizontes: de la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: CLACSO, 2014. Disponível em: < http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sursur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf>. Acesso em: 05 de Junho de 2017.

SAFFIOTI, H. Rearticulando gênero e classe social. In: COSTA, A.O.; BRUSCHINI, C. (Eds.). *Uma questão de gênero*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos. p.183-215. 1992.

SCOTT, Joan W. Uma categoria útil para análise histórica. *Cadernos de Historia UFPE*, n. 11, 2016. ISSN 2594-3766. Disponível : <<https://periodicos.ufpe.br/revistas/cadernosdehistoriaufpe/>>. Acesso em: 07 de Fevereiro de 2017.

VANCE, Carole. "A antropologia redescobre a sexualidade: um comentário teórico. *Physis, Revista de Saúde Coletiva*, Vol. 5, No.1, 1995, p. 7-31. ISSN 1809-4481. Disponível em: < http://www.seielo.br/scielo.php?pid=S0103-1673311995000100001&script=sci_abstract&lng=pt>.. Acesso em: 08 de Fevereiro de 2017.

ATUAÇÃO DA COMISSÃO DA MULHER ADVOGADA DA OAB-CE SUBSEÇÃO DE CRATO-CE E O ACESSO A JUSTIÇA

Maria Clara Arraes Peixoto Rocha¹
Zuleide Fernandes de Queiroz²

Resumo: Com a resolução 05/2013 do Conselho Seccional da Ordem dos Advogados do Brasil, do Estado do Ceará, surge a Comissão da Mulher Advogada na subseção de Crato-ce. Por isso, esta pesquisa pretende abordar por um viés metodológico exploratório, compreender a comissão no seu funcionamento, conhecer suas ações e objetivos. Atrelado a isso questionar suas resoluções sociais utilizando o método bibliográfico a fim de entender os conceitos atribuídos pela Comissão com relação as teorias de gênero e sexualidades da mulher. No sentido de interpelar sobre o acesso à justiça das pessoas público-alvo desse projeto. Os fatos e/ou ações que, envolvem as vivências dos direitos humanos das mulheres irão ser questionados e dessa forma pretende-se constatar assim, urgente e necessária a valoração ao tema.

Palavras-chave: Direitos Fundamentais; Gênero; Justiça.

1 Graduada do curso de Direito na Universidade Regional do Cariri (URCA).

2 Doutorado em Educação pela Universidade Federal do Ceará e professora do curso de Pedagogia associada na Universidade Regional do Cariri (URCA).

PLANEJAMENTO FAMILIAR, AUTONOMIA FEMININA E BIOPODER: ESTUDO CRÍTICO SOBRE A LEI Nº 9.263/12/1996

Maria Clara Arraes Peixoto Rocha¹
Zuleide Fernandes de Queiroz²

Resumo: Este trabalho propõe-se a tencionar sobre a lei que trata do planejamento familiar e a esterilização voluntária nº 9.263/12/96. A questão deste estudo pretende focalizar nos questionamentos que correspondem à vida reprodutiva das mulheres, refletindo desse modo na sua liberdade decisória sobre o próprio corpo, seus direitos civis e sociais. Desse modo, a pesquisa qualitativa se utilizou de análises bibliográficas e documentais, como a averiguação da Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 5.097, com intuito de levantar discussões e esclarecimentos no que tange as teorias de planejamento familiar, heteronormatividade, relações entre corpo e poder, além das hipóteses relacionadas à maternidade compulsória.

Palavras-chave: Legislação, Liberdade, Medicalização.

1 Graduada em Direito – Universidade Regional do Cariri.
E-mail: mariaclararochaa@outlook.com

2 Professora Dr.a no curso de Pedagogia – Universidade Regional do Cariri.
E-mail: zuleidefqueiroz@gmail.com

1. Introdução

Em dezembro de 1995 é decretada e sancionada pelo presidente Fernando Henrique Cardoso a lei nº 9.263, que concerne ao planejamento familiar e a esterilização voluntária. Tendo como sustento o art. 226, CF/88, enunciando a família como base da sociedade, sendo assim, com especial proteção do Estado. Além dos itens encontrados no §5º, §7º e §8º do dispositivo constitucional, que dão ênfase a matéria pertinente à relação conjugal, discorrendo que os direitos e deveres relativos à sociedade conjugal são representados igualmente pelo homem e a mulher; em seguida do dever do Estado proporcionar meios científicos e educacionais para o exercício dos direitos envolvidos nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável; a responsabilidade estatal em favorecer assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, promovendo modos de coibir a violência no domínio de suas relações.

Ainda que o Ministério da Saúde só insira a laqueadura tubária e vasectomia no rol de procedimentos cirúrgico do Sistema Único de Saúde (SUS) por recomendação médica, no ano de 1997, através da Portaria nº 144³ e, logo depois, a Portaria nº 048⁴, permite a esterilização voluntária nos termos do Art. 10º da lei de planejamento familiar.

Segundo a Pesquisa Nacional sobre Demografia e Saúde (PNDS)⁵ realizada em 1996 pelo Ministério da Saúde e Centro Brasileiro de Análise e Planejamento, foi constatado que a predominância de usos de métodos contraceptivos no Brasil mostra que, do total de 76,7% de mulheres em união consensual, 70,3% usam os métodos contraceptivos atuais. Sendo que, 40,0% se encontram esterilizadas, 21,0% fazem uso da pílula anticoncepcional, 4,4% usam condom, 2,4% outro métodos, 6,0% recorrem à abstinência periódica e coito interrompido e 6,0% recorrem à esterilização masculina. Esse estudo alega ainda que as brasileiras entre 15 a 45 anos de idade usam métodos anticoncepcionais, se destacando em maior número a esterilização cirúrgica e a pílula. (MARCOLINO, 2004, p. 771)

2. Metodologia

A pesquisa identifica-se exploratória qualitativa com análise documental e bibliográfica, realizando um estudo do Capítulo I da Lei nº 9.23/96 no que tange ao planejamento familiar e a saúde reprodutiva, com enfoque no art. 10º da mesma, que fala sobre quem pode se submeter à esterilização voluntária. Considerando como elemento importante e estrutural o assunto, já que “A segregação social

3 Secretaria de Assistência à Saúde. Portaria nº 144 de 20 de novembro de 1997.

4 Brasília: Diário Oficial da União, 1997. 3. Secretaria da Assistência à Saúde. Portaria no 048 de 11 de fevereiro de 1999. Brasília: Diário Oficial da União; 1999.

5 Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil. Pesquisa nacional sobre demografia e saúde, 1996. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil; 1997.

e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito de ciência”. (LOURO, 2014, p. 21)

3. Resultados e discussões

As considerações se objetivavam em instituir a servidão da mulher, tanto nos afazeres do espaço privado (o lar), como na sexualidade e no exercício da maternidade. E essas premissas não se associam à toa, elas organizam um complexo de dominação e poder. Determinando a maternidade como uma condição do ser feminino, restam para as mulheres às responsabilidades dos afazeres domésticos, já que esse seria o único trabalho conciliável com a criação dos filhos. A filósofa Simone de Beauvoir afirma que as condições físicas das mulheres foram operadas muito bem para discursar sobre o lugar das mesmas, tais como a própria gravidez, o parto, a menstruação que era dito como condição pra medir a capacidade de trabalho. (BEAUVOIR, 1980, p. 82).

À vista disso, vê-se a sociedade do casamento como mais árdua para as mulheres, devido e suas exigências laborais e psicológicas. Configurando assim, teorias paternalistas do casamento (BEAUVOIR, 1980, p. 79), que se reproduziam na vida fora da moradia e que eram empenhadas como valores essenciais nos ordenamentos jurídicos, religiosos e sociais.

Neste ponto da pesquisa pretende-se analisar com mais precisão a matéria no que tange sobre o ordenamento jurídico brasileiro, especificamente o Capítulo I da lei nº 9.263/96. Bem como já citado, refere-se ao planejamento familiar e a esterilização voluntária.

No entendimento legal, planejamento familiar são atividades de regularização da fecundidade que existe para assegurar direitos da CF/88, limitar ou aumentar da prole pela mulher, pelo homem ou pelo casal (art. 2º, lei nº 9.263/96). Sendo este direito previsto a todo cidadão (art.1º, lei nº 9.263/96).

Concluindo que “A objeção e o desvio são marcas sociais criadas em relação de poder. O foco na sexualidade deriva da centralidade dela nas relações entre indivíduo e sociedade na era do bio-poder.” (SOUZA, 2011, p. 56).

No art 3º, parágrafo único da lei, diz que o Sistema Único de Saúde, em todas suas competências, tem determinação obrigatória para garantir ao casal as ações do programa de atenção integral à saúde, incluindo o assessoramento à concepção e contracepção.

É requisito do planejamento familiar atividades e/ou políticas públicas referentes a ações educativas que efetivem o alcance paritário a “informações, meios, métodos e técnicas disponíveis para a regulação da fecundidade” (art. 4º). Sendo responsabilidade do SUS o auxílio à saúde reprodutiva, tendo que capacitar pessoas da área da saúde junto do levantamento dos recursos humanos (parágrafo único). A lei ainda completa este item com seu art. 5º explicando que a realização dos trabalhos alusivos aos esclarecimentos e técnicas científicas do procedimento cirúrgico de esterilização voluntária é dever do Estado.

Até nos casos em que as condições legais para realização da cirurgia são atingidas, muitas mulheres não conseguem fazer a laqueadura. Segundo o jornal “O povo online”, no qual a defensora pública

Alessandra Bentes faz depoimento sobre o assunto, em matéria intitulada “Mulheres recorrem à Justiça para conseguir laqueadura de trompas” afirma que:

São agentes de saúde, médicos, enfermeiros, diretores de hospitais, até as próprias secretarias municipais de saúde, que não conhecem os direitos dessas mulheres e não fazem a laqueadura, tampouco, informam sobre as exigências legais, muito embora existam casos que preenchem todos requisitos, mas que o SUS, por si só, não faz os procedimentos ao arrepio da lei. (2018)

Estando esta realidade em discordância com o Art. 9º, que alegam sobre a liberdade da paciente “Para o exercício do direito ao planejamento familiar, serão oferecidos todos os métodos e técnicas de concepção e contracepção cientificamente aceitos e que não coloquem em risco a vida e a saúde das pessoas, garantida a liberdade de opção.”

O perfil para os indivíduos que desejam realizar a esterilização voluntária se restringe a homens e mulheres com plena capacidade civil, sendo estes também maiores de 25 anos, ou, pelo menos, com dois filhos vivos, tendo que manifestar vontade expressa em documento escrito e firmado (processo que acontece depois das explicações médicas quanto a cirurgia), e consentido (na vigência de sociedade conjugal) pelo cônjuge com antecedência de 60 dias entre a manifestação da vontade e o ato cirúrgico. Completando ainda que nesse período será oferecido ao sujeito motivado “acesso a serviço de regulação da fecundidade, incluindo aconselhamento por equipe multidisciplinar, visando desencorajar a esterilização precoce.” (Art. 10º, inc I, § 1º e 5º).

No momento em que a lei afirma em seu art 10º que só podem realizar o procedimento de laqueadura pessoas com plena capacidade civil (capacidade de exercer os atos na vida civil, ou seja, fruir direitos e contrair obrigações), se contradiz no final do seu inciso I quando diz que o planejamento familiar visa também desencorajar a esterilização precoce. Ora, se o indivíduo adquire a capacidade de fato com 18 anos, por que apenas com 25 anos poderia ser feito o procedimento cirúrgico de esterilização? Este direito envolve decidir sobre o próprio corpo nos parâmetros da lei, o Estado não deveria intervir dessa forma. Por esse ângulo considera-se que “O controle da sociedade sobre os indivíduos não se opera simplesmente pela consciência ou pela ideologia, mas começa no corpo, com o corpo. [...] O corpo é uma realidade bio-política. A medicina é uma estratégia bio-política” (FOUCAULT, 1993, p. 80).

No tocante ao §5º da lei supra, onde diz que “Na vigência de sociedade conjugal, a esterilização depende do consentimento expresso de ambos os cônjuges.”, ao qual parece justa ou democrática, se revela na verdade como um dispositivo que faz conserva-se as desigualdades de gênero. Como já foi relatado neste ensaio: o casamento em muitos dos casos se demonstra como sendo um meio de manutenção das violências contra as mulheres e da sobrecarga laboral das mesmas nessas relações.

Segundo Ana Flávia Oliveira, em matéria escrita para o “Último segundo Brasil” constatou-se dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad), que entre 2001 e 2012, que as mulheres se esforcem entre 20 e 25 horas semanais com cuidado dos filhos e/ou da casa, mesmo estas possuindo

jornada de trabalho fora de casa de 40 a 44 horas semanal. Se a realidade for voltada para mulheres desempregadas, a jornada de trabalho no lar sobe para cerca de 30 horas semanais. O que demonstra ser um dado preocupante já que relata o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a taxa de ócio (aqui só são incluídas pessoas que buscam emprego) é de 7,7% de mulheres, no último trimestre de 2014.

Por conseguinte a essa conjuntura, muitas mulheres optam por não quererem a maternidade, além também do simples motivo de não desejarem ser mães independente se o/a companheira irá contribuir ou não com os trabalhos domésticos e as responsabilidades com os filhos.

Essa “legislação médica” (FOUCAULT, 1993, p.95) atua diretamente no corpo social que cria uma patologização da mulher: tornando-se propriedade do discurso médico, estatal e conjugal. Mantendo controle assim, sob as decisões destas sobre o próprio corpo e os limites que são afoitas a ele.

Em decorrência especificamente do parágrafo 5º da lei, em 2015 a Associação Nacional de Defensores Públicos (ANADep) requereu por meio de Ação Direta de Inconstitucionalidade, de número 5.097, sendo o Relator o Min. Celso de Mello, que decide tratar da ação com objetivo de questionar a validade jurídico-constitucional. Na qual ainda se encontra em andamento. Percebe-se que os legisladores tem dificuldade de problematizar outros pontos da lei, como o próprio conceito de planejamento familiar, a posituação do desencorajamento do ato cirúrgica e principalmente sobre a autonomia das pessoas sobre o próprio corpo.

4. Conclusão

Como afirma Guacira Lopes Louro em *“Um corpo estranho- ensaios sobre sexualidade e teoria queer”* que ao longo da história, os indivíduos têm sido marcados, classificados, hierarquizados e definidos somente pela figuração do corpo, e que isso acontece na medida em que os padrões vão sendo estabelecidos de aceitáveis ou não dentro de um contexto cultural (2001, p. 78). Configurando assim, seus valores ideológicos e econômicos. E essas se refletem como discutido no trabalho, como marcas de poder.

5. Referências

BRASIL. **Lei nº 9.263 de 12** de janeiro de 1996.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988, 292 p.

BRASIL. **Medida Cautelar na Ação Direta de Inconstitucionalidade, nº 5.097**, de 27 de fevereiro de 2015. Supremo Tribunal Federal, Brasília, DF.

BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BIROLI, Flávia. Miguel, Luis Felipe. **Feminismo e Política**. 1 Ed. – São Paulo: Boitempo, 2014

BRASÍLIA, Diário Oficial da União, 1997. 3. Secretaria da Assistência à Saúde. **Portaria no 048** de 11 de fevereiro de 1999. Brasília: Diário Oficial da União; 1999.

CARNEIRO, Sueli. **Enegrecer o Feminismo: A situação da mulher negra na América Latina a partir de uma perspectiva de gênero**. in Racismos Contemporâneos, org: Ashsoka /Takano Ed, Cidadania, Rio de Janeiro, 2003.

CARVALHO, M. E. P.; RABAY, G.; BRABO, T. S. A. M.; FÉLIX, J.; DIAS, A. F. **Direitos Humanos das mulheres e das pessoas LGBTQI – inclusão da perspectiva da diversidade sexual e de gênero na educação e na formação docente**. Editora da UFPB. João Pessoa: 2016

ESTADO, Agência. **Mulheres recorrem à Justiça para conseguir laqueadura de trompas**. 05/02/18. Disponível em < <https://www.opovo.com.br/noticias/brasil/2018/02/mulheres-recorrem-a-justica-para-conseguir-laqueadura-de-trompas.html>>. Acesso em: 03 mar. 2018

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** (1970). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005. GARCIA, Othon M. **Comunicação em prosa moderna: aprenda a escrever, aprendendo a pensar**. 23. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2003.

IG. Último Segundo. **90% das mulheres fazem tarefas domésticas; entre homens, índice chega a 40%**. 05/03/2015. Disponível em <<http://ultimosegundo.ig.com.br/brasil/2015-03-05/90-das-mulheres-fazem-tarefas-domesticas-entre-homens-indice-chega-a-40.html>>. Acesso em: 03 mar. 2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação**. In: Revista Estudos Feministas. V.9 n.2 Florianópolis: IFCH, 2001.

MARCOLINO, C. **Planejamento familiar e laqueadura tubária: análise do trabalho de uma equipe de saúde**. Cad Saúde Pública. 2004; 20(3):1-13.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde da Criança e da Mulher – PNDS 2006: dimensões do processo reprodutivo e da saúde da criança**. Brasília: Ministério da Saúde; 2009. (Série G Estatística e Informação em Saúde).

SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE. **Portaria no 144** de 20 de novembro de 1997.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico**. 12. Ed. São Paulo Cortez/ Autores Associados, 1985.

SOCIEDADE CIVIL BEM-ESTAR FAMILIAR NO BRASIL. **Pesquisa nacional sobre demografia e saúde, 1996**. Rio de Janeiro: Sociedade Civil Bem-Estar Familiar no Brasil; 1997.

_____. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. **Ação Direta de Inconstitucionalidade 4277**. Relator Min. Ayres Britto. Plenário, D. J. 14/19/2011. Disponível em: <<http://redir.stf.jus.br/estfvisualizadorpub/jsp/consultar-processoeletronico/ConsultarProcessoEletronico.jsf?seqobjeto coincide nte=2688768>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

VIOTTI, M. L. R. **Declaração e a plataforma de ação da IV Conferência Mundial sobre a mulher**: Pequim 1995. In: FROSSARD, H. Instrumentos internacionais de direitos das mulheres. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres. p. 15-25. 2006.

ESTRATÉGIAS DE ACOLHIMENTO DESENVOLVIDAS NA GESTÃO PÚBLICA A PESSOAS VÍTIMAS DE LGBTFOBIA NA CIDADE DO RECIFE - PE

Lorena Karla Melo da Silva¹

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo geral analisar as estratégias de acolhimento desenvolvidas na gestão pública a pessoas vítimas de LGBTfobia. Posto isso, o caminho metodológico percorrido desenvolve-se no campo da pesquisa qualitativa. Destacamos que a análise desta pesquisa baseia-se no construcionismo tendo como referência o teórico Thomas Ibañez e versa sobre os conceitos foucaultianos do governo das populações (FOUCAULT, 1983). Com o desenvolvimento da análise outros referenciais poderão ser utilizados. Assim, este trabalho visa abordar aspectos singulares de experiências situadas na cidade do Recife - Pernambuco, como estratégias para contribuir ao debate mais amplo sobre direitos sexuais, instrumentalizando medidas que possam coibir práticas discriminatórias.

Palavras-chave: ESTRATÉGIAS, LGBTFOBIA, GESTÃO.

¹ Graduanda – Serviço Social (UFPE).
E-mail: lorena.kmellos@gmail.com

“PELO DIREITO DE (CO)EXISTIR: UMA EXPERIÊNCIA DE ENFRENTAMENTO DA VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO HOSPITAL DAS CLÍNICAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO”

Lorena Karla Melo da Silva¹
Vivian Matias dos Santos²
Dione Cecília da Silva de Lima³

Resumo: Este trabalho trata-se de um plano de intervenção de estágio realizado no Hospital das Clínicas (HC) na Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), cujo objetivo geral permeou a dimensão pedagógica no campo do Serviço Social com vista para o fortalecimento das/os usuárias/os no enfrentamento da Violência Obstétrica na emergência do HC-UFPE. A execução baseou-se no campo da pesquisa qualitativa. Resultando em reflexões sobre a questão de gênero, raça e classe que perpassa essa violência, bem como o contexto político e econômico interfere nas relações bem como o contexto político e econômico interfere nas relações e fragilização dos vínculos de trabalho, na dificuldade de um diálogo com a equipe multidisciplinar e de como isso reverbera no atendimento às/aos usuárias/os.

Palavras-chave: Saúde, Serviço Social, Violência Obstétrica.

1 Graduanda – Serviço Social - UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO (UFPE).
E-mail: lorena.kmellos@gmail.com.

2 Prof^a. Dr^a.- Serviço Social,
E-mail: vivianmsa@yahoo.com.br.

3 Assistente Social.
E-mail: nonececilia@hotmail.com.

Introdução

Este trabalho é produto de um plano de intervenção realizado no Hospital das Clínicas, na Universidade Federal de Pernambuco (HC-UFPE), onde buscamos contribuir para o fortalecimento das/os usuárias/os no enfrentamento às situações de violência obstétrica no contexto do HC-UFPE, conforme os seguintes objetivos: 1) realização de pesquisa bibliográfica sobre violência obstétrica de modo a proporcionar o embasamento teórico metodológico da equipe de execução; 2) construção e implementação de um fluxo teórico- prático para o atendimento e orientações acerca da violência obstétrica às/ aos usuárias/os no Centro Obstétrico (COB) e Alojamento Conjunto (AC); 3) atualização do protocolo de atendimentos do Centro Obstétrico (COB).

Desse modo, no campo da pesquisa qualitativa nos debruçamos em publicações bibliográficas que tratavam da temática da violência no momento do pré parto, parto e pós- parto, bem como em investigações *in loco*, no cotidiano, realizadas no leito das usuárias junto as/os acompanhantes (ou não), em atendimentos individuais e salas de espera.

Após discussões e análises durante o atendimento no Serviço Social as usuárias, e/ou acompanhantes destas, observamos recorrentes relatos e reclamações em relação ao tratamento dispensados a esse público de usuárias/os dos serviços, e inclusive às/aos acompanhantes, no momento do parto, ou durante o trabalho de parto das pacientes. De acordo com Kondo (2014, p.11) o conceito de Violência Obstétrica:

Caracteriza-se por violência cometida contra a mulher grávida e sua família em serviços de saúde durante a assistência ao pré-natal, parto, pós-parto, cesárea e abortamento. Pode ser verbal, física, psicológica ou mesmo sexual e se expressam de diversas maneiras: explícitas ou veladas. Como as diversas formas de violência contra a mulher, a violência obstétrica é fortemente condicionada por discriminação de gênero, podendo ser agravada quando a usuária é negra e/ou está em condição de vulnerabilidade social.

Portanto, vimos à necessidade de elucidar a temática da violência obstétrica sofrida as mulheres e acompanhantes nos momentos pré-parto, parto e pós-parto, com o base na perspectiva de fortalecimento da autonomia da mulher em relação ao seu corpo e os direitos reprodutivos.

Destacamos que as usuárias atendidas no HC-UFPE, mulheres que pertencem às parcelas mais pauperizadas da população e, de acordo com observações, tendo como perfil um público predominantemente composto por mulheres negras e pardas, fica evidenciado que a violência que essas pessoas sofrem no ambiente hospitalar, perpassa por relações de gêneros, classe e raça/etnia, que de acordo com Santos (2016, p.32): “se relacionam de forma dialética, elas não estão organizadas de forma a estarem uma sobreposta a outra, nem é uma soma de relações, mas elas em sua dinâmica social estão em constante mudança e se reproduzindo e se sustentando uma na outra”.

Ao tratarmos sobre este tema devemos levar em consideração o altíssimo índice de partos realizados por meio de cesarianas no Brasil, principalmente nas unidades particulares de atendimento hospitalar. De acordo com o artigo publicado pelo Instituto Geledés (2013), baseados em estatísticas da Unicef, o Brasil lidera o ranking latino-americano com mais de

50% de procedimentos cirúrgicos durante o parto; o índice máximo estabelecido pela Organização Mundial de Saúde (OMS) é de 15%. Segundo o Geledés, a pesquisa quantitativa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010), com mulheres que já tiveram ao menos um filho, os resultados sobre situações de violência verbal em relação ao nível de escolaridade e raça/cor das mulheres foi constatado que as gestantes/puérperas com o ensino fundamental (in)completo e de cor parda – tipificação dada pelo IBGE – são o perfil que mais sofrem com este tipo de violência.

Um dado sobre a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2010), cujo item intitulado “Violências Sofridas Durante o Atendimento ao Parto”, revela que 75% das entrevistadas não sofreram nenhuma violência durante o atendimento na/s unidade/s de Saúde, já 25% sofreram alguma violência durante o atendimento ao parto. Ao analisar criticamente este resultado, é levado em consideração que a compreensão desta temática ainda é desconhecida pelas mulheres, principalmente as que possuem o perfil semelhante ao supracitado, segundo a psicóloga Janaina Marques de Aguiar em uma entrevista realizada pelo Geledés (2010) a identificação da violência obstétrica no âmbito da Saúde é difícil de ser visualizada devido à cultura de que as mulheres podem ser maltratadas na vivência da gestação, parto, puerpério.

Sendo assim, refletir sobre esta violência sofrida por mulheres, no ambiente hospitalar, é compreender o lugar da mulher, muitas vezes, negra, pobre e periférica na estrutura da sociedade racista-patriarcal-capitalista (SANTOS, 2016), é pensar no lugar da criança na história da sociedade brasileira, é pensar na compreensão de “família nuclear” da sociedade brasileira, entre tantas outras questões. Sendo assim, faz-se necessário trazer uma visão de múltiplas determinações que resultam no ser social que é atendido nos serviços públicos de Saúde.

Metodologia

O caminho percorrido neste trabalho tem fundamenta-se na pesquisa qualitativa, que à luz de Strauss e Corbin (2008, p.24) entende-se que:

Quando falamos de análise qualitativa, referimo-nos não à quantificação de dados qualitativos, mas, sim, ao processo não matemático de interpretação, feito com o objetivo de descobrir conceitos e relações nos dados brutos e de organizar esses conceitos e relações em um esquema explanatório teórico.

Partindo do pressuposto de que, “a análise documental constitui uma técnica importante na pesquisa qualitativa, seja complementando informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema” (LÜDKE & ANDRÉ, 1986, p.99). A pesquisa documental foi

um instrumento de investigação para o discorrer sobre o objeto estudado, para isto, foram realizadas leituras exploratórias e reflexivas em: artigos científicos que trataram da violência obstétrica, legislações pertinentes ligadas aos direitos sexuais e reprodutivos das mulheres.

Etapas:

O presente trabalho ocorreu de forma exploratória e descritiva, conforme apresentamos abaixo:

Levantamento de referências bibliográficas e leituras dirigidas sobre violência obstétrica; Organização, análise documental e sistematização de dados no HC-UFPE; Implementação de um fluxo teórico-prático para o atendimento e orientações acerca da violência obstétrica às/aos usuárias/os no Centro Obstétrico (COB) e Alojamento Conjunto (AC); Aplicação de questionário avaliativo com as/os usuáras/os; Apresentação ao corpo de assistentes sociais do Hospital das Clínicas/UFPE os resultados deste trabalho, com apontamentos para a atualização do protocolo de atendimentos do COB.

A intervenção foi executada em duas etapas, em duplas: atuamos de maneira pedagógica, apropriadas previamente acerca do referencial teórico direcionador. As orientações foram dadas com o auxílio da distribuição de folders pré-existentes relacionados à temática.

No Alojamento Conjunto, procuramos promover uma abordagem sobre o tema de forma devoluta ao visitarmos os leitos das puérperas, identificando se houve ou não violência obstétrica, e orientando quando identificado a violação, sobre os canais de acesso institucionais os quais poderiam recorrer aos seus direitos.

Resultado e discussão

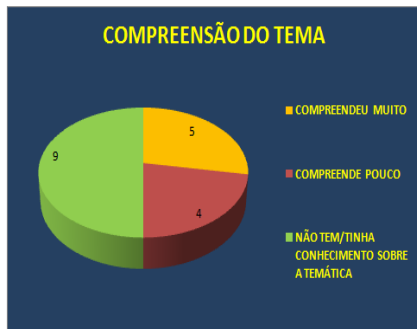
De acordo com as metas estabelecidas, dentre as quatro (4), conseguimos alcançar por completo duas (2), sendo as demais atingidas de forma incompleta devido a fatores externos e internos e condições objetivas que se apresentam no contexto político-econômico do país.

Ademais, é oportuno mencionar os limites na articulação com outras instituições e órgãos para efetivar os direitos violados, em que a ausência de uma legislação específica para a Violência Obstétrica legitimidade da denúncia, além disso, percebemos que a naturalização desse tipo de violência faz com que as usuárias não denunciem nem mesmo na ouvidoria do hospital. Tais dificuldades citadas inviabilizaram o cumprimento das metas, onde previstos vinte e quatro (24) atendimentos para cada setor (COB e Maternidade) conseguimos alcançar apenas dezoito (18) no COB e doze (12) na Maternidade, porém apesar das dificuldades obtivemos as análises e reflexões esperadas.

O questionário avaliativo subsidiou os indicadores de monitoramento da intervenção nos dois setores. Desta forma, de acordo com as metas do presente trabalho, os indicadores que nos ajudaram a avaliar o processo de implementação e resultados do Plano, no COB foram pautados na compreensão

do tema por parte das/os usuárias/os indiretas/os, isto é, as/os acompanhantes; importância da ação; metodologia utilizada e satisfação da/o usuária/o em relação ao nosso atendimento, conforme os gráficos 1, 2, 3 4, abaixo: abaixo:

Gráfico 1



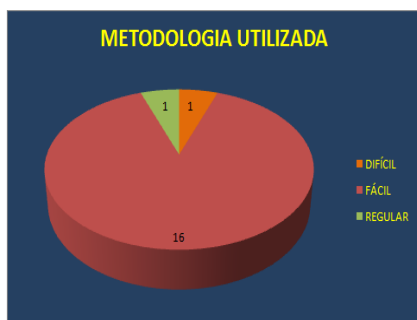
Fonte: Elaboração própria, 2018

Gráfico 2



Fonte: Elaboração própria, 2018

Gráfico 3



Fonte: Elaboração própria, 2018

Gráfico 4



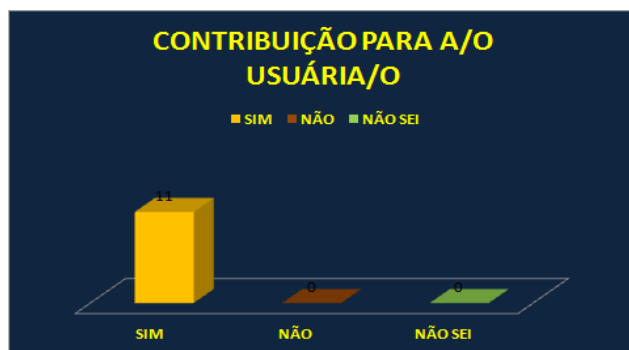
Fonte: Elaboração própria, 2018

A partir dos resultados obtidos através dos indicadores construídos nos gráficos apresentados acima, conseguimos apreender que no setor do COB, onde houveram dezoito (18) intervenções sobre a temática em questão, o gráfico 1 nos mostra que nove (9) dos acompanhantes abordados não tinham nenhum entendimento sobre a temática, ou seja, 50% dos usuários atendidos não compreendiam do se tratava a Violência Obstétrica. A respeito do gráfico 2, observamos o quanto os usuários indiretos consideraram importante nossa ação, distribuindo-se em quinze (15) dos dezoito (18) atendimentos. No gráfico 3, é verificada a predominância em relação a considerarem de fácil compreensão a metodologia utilizada, isto é, dezesseis (16) dos questionados. Da mesma forma que nos resultados do gráfico 3, constatamos que no gráfico 4 se sobressaiu o número de acompanhantes que se satisfizeram com nossa ação, chegando a quatorze (14) dos atendimentos.

Por fim, com base nos dados expressos nos gráficos julgamos imprescindível o prosseguimento da ação, inclusive a propagação da mesma para outras instituições hospitalares que atendem a demanda semelhante ou igual a do HC-UFPE.

Na Maternidade, por sua vez, foram utilizados os indicadores sobre a contribuição para a/o usuária/o; importância da ação e satisfação da/o usuária/o em relação a nossa abordagem. Na avaliação da intervenção as entrevistadas eram em sua totalidade mulheres, o plano contribuiu, durante o período de internamento da paciente, para consolidar a importância sobre os direitos das/os usuárias/os em todos os serviços do SUS. As/os usuárias/os que compreenderam o tema, avaliaram que as informações dadas serviram para identificar determinados procedimentos da equipe médica.

Gráfico 5



Fonte: Elaboração própria, 2018.

As usuárias avaliaram a ação como relevante, visto que poderão levar esta discussão para outras mulheres. Destacamos que duas das entrevistadas relataram que receberam orientações a respeito do tema desde o pré-natal.

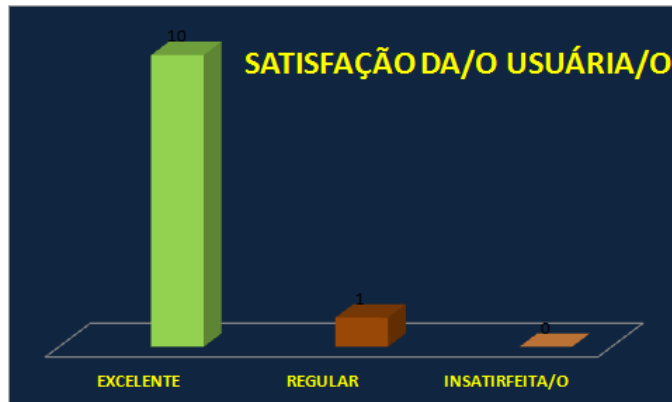
Gráfico 6



Fonte: Elaboração própria, 2018.

No que tange à satisfação das usuárias, a avaliação dada em sua maioria foi excelente e junto a isto colaboraram com outras observações, tais como a efetivação da lei do acompanhante no HC - UFPE; a permanência das orientações sobre a Violência Obstétrica e a importância das orientações sobre a temática aos familiares.

Gráfico 7



Fonte: Elaboração própria, 2018.

Compreendemos que a discussão sobre esta temática com as usuárias fomentou possibilidades de autonomia sobre seus corpos e direitos, em um contexto de grandes vulnerabilidades e inseguranças.

Considerações finais

Percebeu-se que a conjuntura da retração das políticas sociais precariza não só trabalho profissional, mas o atendimento junto às/aos usuárias/os e as relações de trabalho interdisciplinar dentro de uma equipe. Desse modo, as relações não podem ser analisadas e entendidas separadamente, mas sim, percebidas dentro de um mesmo contexto que faz parte do mesmo processo histórico.

No que tange ao Plano de Intervenção construído por nós, o processo foi positivo e trouxe reflexões pertinentes à equipe de Serviço Social do HC-UFPE. Pois, ao discutirmos a Violência Obstétrica como uma expressão da violência contra mulher, colocamos em discussão o papel do Serviço Social na garantia do direito das usuárias e suas/seus acompanhantes, como também o compromisso ético do Serviço Social com a classe trabalhadora. Construímos uma discussão que nos possibilitou refletir como a questão de gênero, raça e classe que perpassa essa violência, assim como o contexto político e econômico interfere nas relações e fragilização dos vínculos de trabalho, na dificuldade de um diálogo com a equipe multidisciplinar e de como isso reverbera no atendimento às/aos usuárias/os. Portanto, na execução deste projeto conseguimos nos aproximar do Projeto Ético-Político do Serviço Social, principalmente

no que diz respeito “a qualidade na prestação de serviços, competência profissional e articulação com outros profissionais e trabalhadores”, CFESS (2006), além da defesa intransigente dos direitos humanos e o compromisso com emancipação das/dos usuárias/os, que na nossa vivência se expressou no fortalecimento das usuárias e suas/seus acompanhantes no que tange aos seus direitos sexuais e reprodutivos, o direito à informação.

Referências

BRASIL, Lei nº 8,080. Lei Sistema Único de Saúde (SUS). Brasília: DF 19 de Setembro de 1990.

CFESS - Conselho Federal de Serviço Social (org.). **Serviço Social - CFESS**. CFESS 2006. Disponível: <http://www.cfess.org.br/arquivos/folder_cofisite.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2018. DIP, Andrea. Uma em cada quatro mulheres sofre violência no parto. Geledés – Instituto da mulher negra. 2013. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/uma-em-cada-quatro-mulheres-sofre-violencia-no-parto/>>. Acessado em: 03/12/2017.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO E SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO (SESC). Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado. Fundação Perseu Abramo. 2010. KONDO, Cristiane Yukiko. Violência Obstétrica é Violência Contra a Mulher: Mulheres em luta pela abolição da violência obstétrica. São Paulo. Parto do princípio/Espirito Santo: Fórum de mulheres do Espírito Santo. 2014. Disponível em <<http://www.partodoprincipio.com.br/o-que--viol-ncia-obst-trica>>. Acesso em: 05 set. 2017.

LÜDKE, M.; ANDRÉ, M.E.D.A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo, EPU, 1986.

SANTOS, Raíssa Paula Sena dos. VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA NO BRASIL: uma análise de determinações patriarcais, racistas e capitalistas. Cledna Dantas de Lucena. Mossoró – RN. 2016.

STRAUSS E CORBIN. **Pesquisa Qualitativa: Técnicas e Procedimentos para o Desenvolvimento de Teoria Fundamentada**. 2008. (pp. 23-26).

EMBARCADAS: CIRCULANDO, ENTRE A CASA E O TRABALHO

Geisa Costa Coelho¹
Wannessa de Nazaré Barbosa de Aguiar²

Resumo: Esse estudo analisa a circulação de mulheres mercantes entre seu ambiente de trabalho no navio, e o retorno ao lar, após o período embarcada, como oficiais brasileiras da marinha mercante. A investigação focaliza, sob a perspectiva das relações sociais de gênero, os desafios enfrentados por essas mulheres transitando entre esses dois mundos, o lar e o trabalho nas embarcações. Suas motivações e suas expectativas, retomando o momento de formação enquanto estudantes e mais tarde como oficiais. Suas dificuldades e facilidades na inserção em espaço eminentemente masculino foram analisadas a partir da pesquisa documental, pesquisa bibliográfica e entrevistas; cuja ênfase recaiu na produção referente à Antropologia da Educação e aos Estudos de Gênero. Verificou-se que apesar de avanços em termos de formação e na prática da vivência como oficiais, há muito ainda a ser conquistado quanto à superação de preconceitos e conquistas de condições trabalhistas favoráveis à presença da mulher nesse ramo profissional. O trânsito nas esferas da casa e do trabalho ainda é suscetível a situações de estranhamento e assédio.

Palavras-chave: gênero, trabalho, circulação, marinha mercante.

1 Docente do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Belém. Doutoranda da Universidade Federal do Pará.

E-mail: geisaccoelho@gmail.com

2 Aluna do Curso de Náutica do CIABA.

E-mail: wannessanbaguiar@outlook.com

Introdução

O estudo discute a circulação de mulheres entre ambiente profissional naval e o retorno ao lar. A presença da mulher em espaço eminentemente masculino, quando embarcada em navio mercante, a partir de análise realizada em pesquisa na Marinha Mercante do Brasil; e em retorno às suas moradias, retomando seu cotidiano em ambiente familiar; pautando reflexões singulares dentro dos aspectos da discussão pela equidade de gênero, buscando compreender comportamentos e pensamentos acerca de aceitação e pertencimento; conflitos sobre reconstrução das relações dentro desse espaço peculiar e possíveis transformações nesse contexto. O tema vem sendo discutido desde meus estudos na formação de mestrado e ampliado para acompanhar as mudanças ocorridas paulatinamente pelos caminhos percorridos através do desbravamento traçado por mulheres na trajetória mercante no país. Esse artigo traz dentro de seu objetivo um resgate à memória dessas vivências, pontuando a trajetória de algumas mulheres mercantes e a relação dessas no contexto social de embarque nos navios e em suas residências, buscando apontar categorias para análise junto aos estudos de gênero em observância aos papéis assumidos nesses ambientes e contribuir para a superação dos conflitos encontrados.

O trabalho inicia retomando a memória da formação da primeira turma mercante mista, composta por homens e mulheres; evocando as lembranças da construção de uma realidade diferente dentro de uma escola militar, que viu o curso traçar voos mais altos em relação à nova realidade observada no mundo, pelas conquistas femininas em busca de equidade, pertencimento e luta por direitos.

No dia 06 de julho de 2000, ocorria no CIABA a formatura militar presidida pelo então comandante do 4º Distrito Naval, Vice-Almirante KLEBER LUCIANO DE ASSIS, que declarou praticante da Marinha Mercante os 55 brasileiros e seis estrangeiros de Gabão, Panamá e Venezuela da Turma do 4º ano da Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante. Uma cerimônia inesquecível e inédita por conter entre os formandos as primeiras nove mulheres da Marinha Mercante Brasileira. (Al. LAISSA, 2015. p.1).

De acordo com as pioneiras mercantes, as lembranças dessa época são de alegria e perseverança, pois as dificuldades eram muitas no sentido de precisar comprovar que eram capazes de estar ali e que iam continuar. A alegria da conquista pela oportunidade de entrar na escola e participar daquele ambiente e as muitas batalhas para pertencer e fazer valer sua condição de mulher, combatendo preconceitos e edificando sua representatividade na área. Essa persistência na trajetória tem seu reflexo hoje na continuidade da formação de várias turmas com a presença de mulheres. Essa quebra da hegemonia do homem na atividade foi um passo importante para o entendimento de que algumas atividades não precisam da exclusividade de um sexo para melhor execução de tarefas; ela mostrou uma ampliação no horizonte de possibilidades para a execução das mesmas, para muito além da desigualdade pré estabelecida.

Por outro lado, o pioneirismo também trouxe situações de constrangimento a essas mulheres que tiveram que desbravar um contexto masculinizador na rotina daquele ambiente, ao mesmo tempo que, elas foram enfrentando as barreiras impostas e conquistando seu lugar em meio às muitas adequações pelo respeito às diferenças dentro da igualdade sugerida.

A rotina na escola não era fácil, nossa adaptação às regras da escola foi conduzida por homens, eram os veteranos adaptando os novatos e as novatas no mesmo contexto, sem levar em consideração as diferenças biológicas para os sexos, impondo um militarismo que buscava comprovar se realmente eramos capazes de estar ali. Uma superação a cada dia, e mostrar que algumas coisas precisavam ser diferentes e que isso não fazia com que tivéssemos que perder nosso direito de igualdade. Coisas como espaços físicos que atendessem as singularidades femininas ou situações específicas da biologia da mulher como ter que fazer determinadas atividades físicas sentindo dores de cólica devido a menstruação, ... Tudo isso foi sendo construído para que nos próximos anos para as próximas turmas com mulheres pudessem ser melhor atendidas. (Ariel¹, oficial mercante formada na primeira turma 2018).

O pioneirismo veio para essas mulheres junto ao pensamento de viver também para ajudar na compreensão do papel que tinham para inspirar outras gerações, conforme pode se observar no relato acima que tive com uma das pioneiras mercantes formada na primeira turma do CIABA.

Mas não era esse o único papel que deveriam assumir após a formação; além de desempenhar o papel profissional que obrigava essas mulheres a passar dias no navio, elas precisavam continuar a executar seu papel familiar em suas casas mesmo estando longe, e ao retornarem continuarem a conduzir esses papéis. Sujeitas proativas do contexto, onde mesmo de longe devem continuar a viver suas singularidades.

Assim, este estudo teve como base pesquisa etnográfica, observação direta e aspectos descritivos, buscando provocar uma reflexão analítica dentro dos pressupostos antropológicos para analisar dois contextos: as embarcadas, e suas vivências profissionais e desembarcadas e suas vivências no lar.³

Para a realização deste resgate histórico empregou-se uma pesquisa bibliográfica, com leitura sistemática de alguns textos da temática abordada e relatos das mercantes pioneiras; ambas como suporte nas abordagens qualitativas e quantitativas. A abordagem qualitativa, segundo o pensamento moderno, diz que as ciências humanas são fundamentadas no jeito de ser do homem e isso fundamenta o positivismo, pois se situa tais ciências, nos elementos das coisas empíricas como se expressa a autora abaixo sobre a análise qualitativa:

As ciências humanas não são, portanto uma análise daquilo que o homem é, na sua positividade (vivendo, falando e morrendo), para aquilo que habita este mesmo homem a conhecer (ou busca a conhecer) o que a vida é, em que consiste a essência do trabalho

3 Aurora é um nome fictício usado para preservar a identidade da informante, por solicitação da mesma.

e leis, e de que forma ele se habilita ou se torna capaz de falar (TEIXEIRA,2006,p.2 apud MARTINS, 1991, p. 51-52).

Também buscou-se conhecer as opiniões das mulheres sobre a realidade profissional, bem como suas aspirações para o futuro, já que um dia elas tiveram anseios pela navegação e escolheram dedicar a vida à carreira naval. Conforme verificou-se na pesquisa de campo.

A pesquisa de campo teve uma amostragem de seis entrevistadas (categorias diferentes), e como recurso, ou instrumento para coleta de dados, foi utilizado um questionário com seis questões objetivas, além das questões sobre os dados pessoais das entrevistadas; pois, a entrevista enquanto técnica de coleta de dados é o procedimento mais usado segundo Minayo (2002, p. 57). A entrevista é caracterizada pela comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala. E que também, enquanto procedimento possibilita o pesquisador coletar dados objetivos e subjetivos.

Este artigo está estruturado nos seguintes tópicos: breve histórico da origem da marinha mercante do Brasil, que relata sobre a qualificação profissional exigida para mulheres ingressantes na MM, descreve alguns fatos relevantes na vida das mulheres entrevistadas. Apresenta dados sobre a escola de formação - CIAGA localizado no RJ e CIABA localizado em Belém; a trajetória profissional dessas mulheres e as mudanças ocorridas nesse meio; o enfoque a circulação dessas entre a casa e o navio, a metodologia de pesquisa usada nesse estudo e as considerações finais observadas a partir da pesquisa.

Aspectos históricos da marinha mercante no brasil

Por excelência, quando se focaliza a marinha mercante, o conceito histórico- institucional e social nos remete a uma instituição que tem suas origens há alguns séculos, em seus primórdios, na época das grandes navegações quando o homem lançou suas naus ao mar em busca de novos horizontes e assim, expandiu o Velho Mundo.

De acordo com Cardoso (s/d), as primeiras técnicas de navegação produzidas pelo homem foram na tentativa de sobrevivência e de locomoção através de flutuação ao inventar a jangada. E, progressivamente, aperfeiçoaram – se, o que possibilitou os deslocamentos mais distantes do homem e de produtos, fato que facilitou “O estabelecimento de troca de mercadorias e relações sociais” (CARDOSO, (2013), p.6)

Cardoso diz que entre as ações pioneiras de navegação até os nossos dias, tem destaque à Escola de Sagres. Pois, os portugueses se sobressaíam com a construção náutica, bem como a formação de homens.

A esse respeito Quintão (2012), também afirma que a Escola de Sagres foi fundada em Portugal no Século XV, por Don Henrique. Nessa escola funcionava um centro de estudos de Náutica, curso de astronomia, cosmografia, os estudos de náutica iniciaram no ano de 1892, com a fundação da escola de Maquinistas e de Cursos de Náutica, a qual foi criada em Belém do Pará, com a finalidade de formar

os oficiais de marinha mercante de todo o território nacional. A referida instituição teve mudança de denominação no ano de 1907, passando a chamar-se Marinha Mercante do Pará.

Segundo Quintão, devido às dificuldades de distâncias territoriais do Brasil, os jovens de outras regiões passaram a frequentar aulas no Rio de Janeiro, cujo ensino de náutica acontecia a bordo de navios e eram ministradas por oficiais da marinha de guerra. Mas, essas instruções cessaram com a explosão da 2.^a grande guerra mundial, fato que levou a mobilização de oficiais para as forças armadas.

Assim, por necessidade de cursos de náutica, foi criada a Escola Marinha Mercante do Lloyd Brasileiro (EMMLB), que na época era a maior empresa do ramo e que cedeu espaço no próprio prédio para que os cursos acontecessem sob a direção do Almirante Graças Aranha, que veio a ser fechada alguns anos mais tarde.

Em 1956, ainda segundo Quintão foi fundada outra escola de náutica, a escola Marinha Mercante do Rio de Janeiro (EMMRJ) cujo espaço físico abrange uma área de 97.500 m². E, por decisão governamental, ficou estabelecida que os cursos de capacitação para oficiais e subalternos eram sob a responsabilidade da marinha de guerra, isto é, na Diretoria de Portos e Costa (DPC).

Um decreto Presidencial publicado em 12/11/1971 criou o CIAGA “verdadeira universidade de mar”, (Quintão 2012, p.1), que abriga as escolas de Formação de Oficiais da Marinha Mercante (EFOMM), cuja infraestrutura conta um potente centro de simuladores; laboratório de máquinas; grêmios de velas; grêmios de náutica; grêmios de informática. Além de espaço para esportes e outras instalações que compõem o complexo do CIAGA, e que facilitam a capacitação dos alunos, bem como a comodidade de certo conforto para estes.

Com base no que foi exposto até aqui, nota-se a importância da criação das escolas de náutica para o desenvolvimento econômico do país, pois, a frota marítima brasileira passou por sérias fases de dificuldades e, assim, com os avanços científicos e tecnológicos dos navios atuais, certamente há uma carência de profissionais qualificados para atender a demanda da marinha mercante, conforme atesta Bahia, uma das pioneiras na MM. Vejamos abaixo:

A Marinha Mercante teve seu apogeu a partir da década de 1960 a 1980, (...) chegou a ser o segundo construtor naval do mundo.

(...). Nos anos 90, mais precisamente em 1997, ocorreu o pior momento da Marinha Mercante. A frota nacional se reduziu drasticamente (...).

Mais tarde a Marinha Mercante Nacional ressurgiu, principalmente pela expansão dos campos de petróleo, tais como os da Baía de Campos, no Rio de Janeiro. Esta exploração crescente obrigou a construção de novos navios de apoio mar adentro, de diversos tipos e capacidades, além da crescente necessidade de renovação da antiga frota da Fronape⁴. No ano de 1998, em cumprimento a ao artigo 65 da lei do Petróleo, foi criada a Petrobras Transporte S/A-Transpetro⁵, tendo como finalidade realizar o transporte de petróleo e

4 Fronape – Frota Nacional de Petróleo

5 Transpetro – transporte Petrobrás. Subsidiária da Petrobrás. Fonte: <http://www.concursosmilitares.com.br/como-ingressar-na-marinha/marinhamercante/ciaba/>

seus derivados e gás natural, utilizando-se de navios (...). A transpetro foi criada com objetivo de crescer e ajudar a impulsionar o desenvolvimento do País. (BAHIA, (2015), p.22-23).

Cursos oferecidos na EFOMM

Como já fora relatado, no Brasil existem dois centros de instrução marítima, onde funcionam as escolas de formação; o CIABA e CIAGA. O CIABA, conforme pode se observar na imagem abaixo, é uma espaço de formação que recebe, em sua maioria, estudantes vindos das regiões norte e nordeste. E o CIAGA, recebe os estudantes vindos do sul e sudeste do país; considerando a proximidade geográfica da localização das escolas.

O CIABA tem por missão formar, aperfeiçoar, atualizar e adestrar o pessoal das categorias profissionais da Marinha Mercante e demais atividades correlatas. Para a consecução de seu propósito, cabem ao CIABA as seguintes tarefas: a) ministrar cursos necessários à formação e ao preparo do pessoal da marinha Mercante e atividades correlatas; b) Promover a instrução militar necessária para o exercício de funções gerais básicas de caráter militar, em especial aquelas julgadas essenciais à formação de Oficiais da Reserva da Marinha. (Apostila, Curso Sena, (s/d)).

Figura 1: Centro De Instruções Almirante Brás De Aguiar



Assim, o CIABA também realiza cursos para aquaviários e portuários através do PREPOM4, cuja elaboração dos cursos fica sob a responsabilidade da Diretoria de Portos e Costas (DPC). Esta preparação diz respeito às categorias distintas de profissionais ligados ao setor marítimo, quer sejam homens quer sejam mulheres.

O CIAGA, que surge a partir de uma reforma das instalações da antiga Escola de Marinha Mercante no Rio de Janeiro (EMMRJ), é um dos Centros Regionais da Universidade Marítima Mundial de Malmö. Com sede em Malmö, na Suécia, a Universidade Marítima Mundial de Malmö ou universidade do mar - World Maritime University (WMU)⁵, é uma universidade feita para profissionais marítimos, administradores de empresas de navegação, funcionários de ministérios e agências e órgãos governamentais que tratam da indústria marítima. A Universidade Marítima surgiu para atender às necessidades de toda a comunidade marítima mundial, objetivando padronizar a qualificação, elevar os padrões na indústria marítima como um todo, elaborar estudos e campanhas, e qualificar pessoal de toda parte do mundo em diversos cursos; a figura 2 mostra a fachada da universidade.

Figura 2 - Fachada Da Wmu Na Suécia.



Fonte: <http://www.blogmercante.com>

O CIAGA entrou em funcionamento em meados de 1974, possui uma área de 97.500m² e está localizado na Av. Brasil, na cidade do Rio de Janeiro, tem capacidade para alojar até 1000 estudantes, e uma área que permite o contato direto com o mundo das águas, como podemos observar a partir da figura 3.

Figura 3 - VISTA AÉREA DO CIAGA NO RIO DE JANEIRO.



Fonte: <http://www.mar.mil.br/ciaga/efomm/fotos80.htm>

Ingresso de mulheres na Marinha Mercante

De acordo com Robert Grantham, (s/d, p.1) citado no site, <https://www.portosmercados.com.br/mulheres-na-marinha-mercante/>, descreve que a inclusão de mulheres no meio profissional marítimo teve início há vinte e cinco anos atrás, através do programa da IMO6, quando houve o lançamento de um programa denominado *Integration of women in the Maritime Sector* (Integração de Mulheres no Setor Marítimo), este programa faz parte de Meta Três (3) do Desenvolvimento do Milênio das Nações Unidas, este órgão internacional propôs às nações membros que fizessem abertura de suas instituições marítimas às mulheres. Pois, o documento sugeriu que fosse permitido os treinamentos necessários para as mulheres que almejavam uma profissão marítima. “assim adquirem altos níveis de competência que a indústria marinha exige.” (Ibidem).

Então, o Brasil enquanto membro das Nações Unidas abraçou a proposta através da marinha mercante que abriu as portas da EFOMM para as mulheres. E, no dia 06 de Julho de 2000, o país vislumbrava a formatura de nove (9) mulheres pioneiras da MM e que, “Tal fato histórico, provocou grande repercussão na mídia”. (MESQUITA; YORRANA, 2017, p.1).

6 IMO - Organização Marítima Mundial

A respeito do assunto, Grantham, (2016, p. 2) afirma que desde o ano 2001 até 2016, a Escola de Formação de Oficiais da Marinha Mercante formou uma média de quinhentos e trinta e oito (538) mulheres Oficiais de Náutica e duzentos e vinte e sete (227) Oficiais de Máquina, e que segundo o autor, isso representa vinte e oito vírgula oito por cento (28,8%) de contingente de mulheres formadas em relação aos homens formados nos referidos cursos. Desde então, as mudanças vêm acontecendo na corporação.

De acordo com Lombardi (2009, p. 9) *apud* BAHIA (2015, p. 28), as mulheres passaram a fazer parte das Forças Armadas Brasileiras a partir de 1980, iniciadas pela Marinha, cujo Ministério Federal estava nas mãos do Almirante-de Esquadra Maximiano da Fonseca, sendo que as mulheres que ingressaram, foram para suprir a necessidade da área técnica e administrativa e que até o presente momento não existem mulheres em navios. E, a partir de 1997, aconteceu a efetivação de mulheres como Oficiais da Marinha.

De acordo com Coelho (2013) abordando a trajetória de uma mercante, a vivência da mulher no meio naval é prova de superação, pois ainda há vestígios de discriminação. A referida autora afirma que: “Atualmente existem outras mulheres comandantes, em diferentes embarcações, existem também outras mulheres a frente da praça de máquinas do navio, espaço ainda mais discriminado pela insalubridade (...) mas existem muitas questões a serem repensadas quanto à busca pela equidade na área. (COELHO, 2013, p.14).

Nesse sentido, percebe-se que a presença de mulheres no meio naval superou barreiras hegemônicas masculinas impostas, mas ainda não superou o preconceito; mesmo assumindo o comando de um navio, a mulher ainda não conseguiu vencer o preconceito. A desconstrução das barreiras para o respeito à sua capacidade profissional é uma luta vigente e que necessita de muita visualização social.

Mudanças ocorridas

Percebe-se claramente que as mudanças foram aparecendo gradativamente, visto que, a inserção de mulheres na Marinha Mercante Brasileira vem acontecendo há quase duas décadas. Com a extinção do antigo corpo de Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha- CAFRM, as mulheres tiveram ascensão na carreira militar, como abaixo, discorre Bahia:

(..) A partir de 1998 com a lei 9.9519 de 26/11/97, as mulheres que antes faziam parte do Corpo Auxiliar Feminino da Reserva da Marinha, passaram a compor os Corpos e Quadros, como o Corpo de Engenheiros da Marinha, Quadros do Corpo de Saúde e o Quadro Técnico. Segundo Silveira *apud* (sic) Santos 2014), elas também obtiveram permissão para participação feminina em missões nos navios hidrográficos, oceanográficos e de guerra e autorização para integrar tripulações de helicópteros. Existe a possibilidade de estarem embarcadas quando trabalham temporariamente em algum navio de grande porte na área de assistência técnica administrativa e aquela ligada à assistência e saúde da tripulação. (SANTOS, (2014, p. 86) *apud* BAHIA, 2015, p. 28):

As mudanças preliminares aconteceram no âmbito legislativo, pois até então, não havia amparo legal para o serviço militar feminino. Mas, a realidade de uma sociedade pós-Moderna exige nova postura dos cidadãos, do Estado e de suas instituições. Assim, o Brasil inaugurou uma nova imagem dentro das Forças Armadas, e a Marinha foi a primeira a adequar-se para receber essas mulheres mercantes.

As primeiras mulheres se depararam com um espaço tipicamente apropriado aos homens, e que precisou de alguns improvisos para acolhê-las, conforme a pesquisa de Coelho, que traz comentários de algumas Oficiais iniciantes, as quais declararam que a escola do CIABA não estava preparada para receber as oficiais “não existia uniformes para mulheres; não existia acomodação, a estrutura física foi apenas adaptada de forma bem superficial”. (COELHO, 2013, p. 10). “Assim, as pioneiras se alojaram nos quartos dos tenentes, localizado (sic) no atual Prédio Alpha, no qual funcionava a administração do Centro”. (MESQUITA; YORRANA, 2017, p. 2). A adaptação dessas pioneiras foi feita por homens, alunos mais antigos na escola (veteranos), sem distinção.

Certamente, que o impacto de mudanças nesse tipo de ambiente pode masculino pode ter sido um processo mais longo, visto que, não somente o espaço físico precisou adequar-se, como também as pessoas envolvidas nas relações sociais estabelecidas dentro do CIABA. Afinal, homens e mulheres estavam lado a lado com os mesmos objetivos de capacitações para suas vidas profissionais. Mas, coube às mulheres demonstrarem e comprovarem a capacidade técnica e emocional para transpor as barreiras e seguir em frente com suas metas de vida. Como em qualquer espaço humano, as dificuldades sempre existirão, porém, as aspirações por dias melhores prevalecerão sempre, conforme se observa nas falas das oficiais obtidas na pesquisa de campo deste estudo.

Circulação

E as oficiais ao embarcarem e desempenharem seu papel profissional, na maioria das vezes, não deixam de exercer seu papel dentro do lar, mesmo a distância, são protagonistas das atividades executadas no lar, organizando e acompanhando a condução, a execução das tarefas nos dois ambientes. Dentro das embarcações executam suas atividades práticas e à distância controlam as atividades orquestradas a partir de sua gerência, para às responsabilidades por elas designadas, até que retornem. Muitas são mães e acompanham a rotina dos filhos e filhas, driblando a falta de contato quando estão em áreas de difícil comunicação.

Antes era pior, o período de embarque era maior, ficava mais tempo longe, as alternativas de comunicação era mais escassa. Hoje temos uma cobertura maior de celular, ficamos pouco tempo sem conato podemos ligar, enviar e receber mensagens fotos, e-mails. Dá pra acompanhar melhor quem ficou em casa. (Aurora, 2018)

PESQUISA DE CAMPO: ANÁLISE E RESULTADOS DE DADOS COLETADOS

Metodologia de Pesquisa:

A pesquisa teve como base o método etnográfico e a observação direta, além da aplicação de questionário, dentro de uma perspectiva quali-quantitativa.

a) Local da pesquisa:

A pesquisa de campo foi realizada no meses de maio e junho do ano corrente, no CIABA- Centro de Instruções Brás de Aguiar, localizado em Belém do Pará e a partir de contato via telefone e email.

b) Sujeitos da pesquisa:

Uma amostra com seis (6) mulheres marítimas dentro de um universo de 30 pessoas, entre alunas de uma Turma do Curso de APNT/ 2018 /CIABA. E mais algumas pioneiras que se formaram também no Cento de instruções Brás de Aguiar. Sendo assim, tem-se a representatividade de 20%.

(...) amostragem não-probalística por tipicidade: após atribuir 30% do universo considerado, o pesquisador seleciona os subgrupos da população, considerando os mais representativos em relação à problemática investigada, (...) a principal vantagem desse tipo de amostragem está na riqueza qualitativa e profundidade das informações obtidas (...). (MELLO, 2006, P.176).

c) Perfil das entrevistadas:

Marítimas na faixa etária entre 30 a 48 anos de idade, casadas, solteiras e divorciadas, e que estão há mais de quatro (4) anos exercendo profissão ligada à náutica e que também pertencem a categorias distintas. Por solicitação, omitiu-se seus nomes e estes foram substituídos por pseudônimos de princesas da literatura: Ariel (Comandante), Aurora, Bella, Merinda, Jasmine e Branca de Neve.

Considerando os questionários aplicados, nas respostas mais expressivas referentes à primeira questão **O que fez você entrar para a Marinha Mercante**, foi possível observar: Quatro responderam que foram atraídas pelos altos salários. Pois, a profissão tem uma ótima renumeração comparando-se com outras atividades. Uma respondeu que entrou para a Marinha para provar a si mesma de que era capaz de vencer na vida, visto que, “na época era emprego garantido” (BELLA). Outra respondeu que “Meu sonho sempre foi usar farda branca e viajar pelo mundo”. (MERINDA). Uma das entrevistadas relatou que, além do salário, outro fator contribuiu para que ela decidisse entrar para a Marinha Mercante foi a questão dos incentivos que recebeu do irmão.

De acordo com estudos realizados por outros pesquisadores, o motivo principal de pessoas na entrada para a Marinha Mercante foi a renumeração. “A partir de dados coletados o principal motivo de atração tanto de homens quanto de mulheres para a marinha mercante (sic) é a busca por bons salários

(...). (COELHO; CARDOSO, p. 10). Há também referências sobre o assunto em (MAIA, 2016, p.3) “Temos a vantagem de iniciar na profissão sem diferença de salário por ser mulher”.

Este fator sem dúvida contribui, visto que, em outras profissões a mulher é discriminada e recebe menor renumeração em relação aos homens, embora tenham o mesmo desempenho e qualificação profissional.

Em relação à segunda pergunta: **Há quanto tempo você está servindo na Marinha Mercante?**

Obtiveram-se as seguintes confirmações: Ariel, 15 anos (ela entrou em 2003); Bella, há 11 anos (contando com a praticagem); Merinda, entrou na Marinha há 5 anos (conferindo com o tempo de escola); Jasmine está há dezoito (18) anos na Marinha Mercante; Branca de Neve, 12 anos, e complementou que desse tempo, ela está há dez (10) anos empregada na Empresa Transpetro. E Aurora, disse que está há dez anos (10), conforme sua declaração:

Antes de ingressar na marinha mercante (sic) sempre tive vontade de ser uma mulher do mar. Quando ouvi falar sobre a EFOMM tudo clareou na minha cabeça e vi que era a escolha certa. Me formei e estou na marinha mercante (sic) desde 2008 contando com o período da praticagem mas já me sentia parte desse mundo desde a Escola.

A terceira questão indaga sobre as inspirações destas mulheres para o futuro: **Quais são as suas expectativas para o futuro?** Todas as entrevistadas declararam que querem seguir carreira e para isso buscam qualificação especializada, “até porque a cada ano a concorrência fica maior, (BELLA)”, “quero chegar ao posto de comandante”, (Aurora). “Hoje o meu maior desejo é que a situação do nosso país mude e que a área dos marítimos se estabilize”. (ARIEL).

A importância da Marinha Mercante para o Brasil está relacionada ao desenvolvimento econômico, político e social, não apenas como meio de transporte, mas também, pelos atores envolvidos nessa dinâmica; onde a mulher conquistou presença nesse ramo profissional com destreza e dedicação. (COELHO; CARDOSO, op. Cit. p.15).

Na quarta questão, foi questionada as entrevistadas se: **Indicaria a Marinha Mercante pra alguém, um parente ou amigo? (Estimularia alguém a entrar para a Marinha Mercante?). Por quê? (Justifique).**

“com certeza, estou estimulando meus sobrinhos para fazer a MM. Pela estabilidade financeira e também com o novo regime de embarque que vai facilitar a vida social”. (BELLA).

Sim, indico e ajudo explicando o melhor caminho para alcançar esse objetivo. Porque é uma carreira sólida, bonita e que atualmente esse mercado de trabalho está sendo uma das mais vantajosas devido a tabela salarial comparando com os profissionais de terra. (MERINDA).

Em relação à quinta questão, onde o questionamento foi, **qual foi a maior dificuldade que você passou a Marinha Mercante? (Entrada, saída, permanência, algum acontecimento que marcou você?). Comente.**

Sobre as dificuldades encontradas pelas mulheres que ingressaram na Marinha Mercante, uma entrevistada relatou ter sofrido no início de carreira pelo fato dela ser gêmea com uma irmã, que também é da Marinha Mercante, pois, “(...) colocaram cada uma em um navio (...), depois entendi que foi melhor para as duas tanto profissional como pessoal, crescemos muito. (BRANCA DE NEVE).

Uma das pioneiras relatou que a sua maior dificuldade foi quando passou por um longo tempo de embarque a bordo de navios “naquela época em torno de 01 ano longe da família e amigos”. Ela concluiu relatando que foi muito difícil de lidar com a saudade e com a ausência das pessoas amadas como filhos e marido.

Do mesmo modo outra entrevistada que tem dois filhos (esta é divorciada) relatou que a maior dificuldade nessa profissão é a ausência na vida dos filhos, conforme suas palavras: “A dificuldade já começou na escola. Onde, me dediquei em tempo integral, larguei emprego em prol de um sonho. Hoje, a dificuldade, é o longo período de embarque, onde acabo perdendo momentos importantes de meus filhos”. (Jasmine).

Um comentário chamou a atenção sobre a maior dificuldade está em manter alguns relacionamentos “(...) Devido ao tempo que passo longe, tenho tendência de me isolar e acabo me afastando das pessoas”(MERINDA). Igualmente, estes fatores também foram declarados em pesquisas anteriores, vejamos:

Segundo a fala de uma oficial mercante que é mãe de duas crianças de 3 e 1 ano, o trabalho longe da família causa desconforto emocional mas não impossibilita de que exerça o ofício com destreza, pois o importante é ter uma significativa estrutura de apoio em casa, aos cuidados de alguém de confiança(...). (COELHO; CARDOSO, 2013, p.13).

Em relação à sexta pergunta: **Já passou por alguma situação de assédio sexual ou moral, preconceito na Marinha Mercante? Comente.**

Duas entrevistadas afirmaram que sim, que foram assediadas sexualmente e moralmente, mas que souberam contornar a situação. Quanto ao preconceito, este apareceu mais camuflado em tom de brincadeira ou piadas. Isto está presente no Centro de Instruções desde a época das nove mulheres pioneiras, que os “camaradas” achavam que elas tinham certos privilégios por serem mulheres. “(...) o termo “cafiadas”, muito utilizado até hoje pelas turmas da EFOMM, como sinônimo de privilégio”. (MESQUITA, YORRANE, 2017, 2).

Considerações finais

A partir da trajetória da mulher mercante elucidada ao longo do trabalho, é possível observar a reconstrução de uma visão unilateral sobre as atividades navais; as mulheres entraram nesse ramo profissional resignificando seu contexto e impondo uma realidade de questionamento e provendo uma luta uma luta pela equidade de gênero. Nesse sentido percebe-se o quanto as mulheres conquistaram espaço no meio profissional e quebraram antigos tabus que as impediram de trabalhar em profissões antes exclusivamente masculinas.

Diante do novo paradigma com a evolução científica e tecnológica que exigiu mudanças comportamentos, as mulheres desafiaram a si próprias para acompanharem tais mudanças, permitindo que as relações estabelecidas pudessem ser redimensionadas na luta contra o preconceito.

Naturalmente, que no primeiro momento causou impacto, tal qual aconteceu com as pioneiras na Marinha Mercante, porém, os mitos estão sendo desmistificados e cada vez mais as mulheres destacam-se em assumirem os cargos elevados na referida instituição. Afinal, homens e mulheres são co-autores do desenvolvimento do país.

As mulheres têm habilidades para contornarem situações difíceis como verificamos na pesquisa de campo, visto que algumas marítimas mercantes têm duplas jornadas, que além do trabalho exaustivo enquanto estão embarcadas, elas também são mães de famílias, e mesmo assim, não abrem mãos de sua qualificação profissional. Afinal, amam a escolha que fizeram servir na Marinha Mercante.

Com a pesquisa de campo observou-se que essa conquista da mulher para emergir em uma profissão repleta de tabus, redimensionou a vivência das embarcadas, mas ainda há muito o que ser conquistado, superado, em relação pertencimento e equidade.

Referências

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda; Martins, Maria Helena Pires. FILOSOFANDO: Introdução à Filosofia. 2ª ed, rev, atual- São Paulo: Moderna, 1993.

COELHO, Geisa Costa, CARDOSO, Denise Machado. A Mulher na Marinha Mercante do Brasil: a formação e a vida profissional de oficiais.

COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fátima Barrozo da. Projeto de Pesquisa: Entenda e Faça. 3. Ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. (org.) Pesquisa Social: Teoria, método e criatividade; 21ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MELLO, Lúcia. O Processo de Amostragem na Pesquisa Científica. IN: III FÓRUM DE PESQUISA, ENSINO, EXTENSÃO E PÓS-GRADUAÇÃO DA UEPA- ANAIS DO EVENTO, VOL II- UEPA: Belém, PA. 2006.

Web Sites:

Al. LAISSA. Al. LAISSA. CIAGA celebra 15 anos de Pionerismo Feminino na Marinha Mercante Brasileira. Disponível em: <http://jornalcanal16.co.br/site/pt/pt/ciaga-celebra-15-anos-pionerismo-feminino-na-marinha-mercante-brasileira>.

MESQUITA; Laissa. YORRANA, Karine. A Mulher do Mar: a inserção da mulher na Marinha Mercante. Disponível em <http://www.portaldanavegacao.com/2017/06>.

QUINTÃO, Gicelle. História da Marinha Mercante Brasileira – A criação do C/AGA. Disponível em: www.projetomemoria.org/2012/05. Acesso em 18/06/2018

GENERO E SEXUALIDADE, EM BUSCA DO DIREITO UNIVERSAL.

Samuel do Nascimento Hora¹
José Borges de Moraes²
Geane Maria de Alencar Arrais Borges³
Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior⁴

Resumo: O presente artigo científico, vem analisar os pontos principais relacionados ao Gênero e a sexualidade, e a busca incansável por um Direito universal, além disso, apresentamos as formas utilizadas pela militância LGBT, com o objetivo de serem inseridas na sociedade, como seres humanos. Há conteúdos teóricos da 12^o jornada LGBT nordestina, onde enfatiza-se que, esse movimento vem crescendo a cada dia em busca de seus ideais, e por sua vez, salientando a necessidade de conscientização de que todos têm o livre arbítrio de expressão e igualdade. E é essa perspectiva que Michael Foucault, introduz na sociedade, a partir do momento em que todo o preconceito, e falta de tolerância para com o próximo, se dar apenas pela relação de poder, em que tais padrões, não surgiram exclusivamente de um estado opressor, e sim por dispositivos, criados pela própria sociedade. E é essa problemática na qual se discutirá, destacando as relações de poder, de um sistema que exclui e define os parâmetros de normalidade, patologizando, identidade sexual e de gênero, mediante esses princípios de dominação e biopoder, compreenderemos a situação de vulnerabilidade social, enfrentada pelas minorias sexuais.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Direito Universal, Movimento LGBT, Poder.

- 1 Técnico Eletrotécnico, Graduando em Direito pela Faculdade R. Sá.
E-mail: martinelli714@gmail.com
- 2 Licenciado em Letras pela FAFOPA, graduando em Direito pela Faculdade R. Sá.
E-mail: borgesmultimarcasveiculos@gmail.com;
- 3 Bacharelado em Ciências Contábeis pela UESPI, graduanda em Direito pela Faculdade R.Sá.
E-mail: geanealencar.2012@gmail.com;
- 4 Doutorado em Serviço Social pela UFPE/UEM-Moçambique.
E-mail: pmafrajr@hotmail.com

Introdução

As pesquisas de Michael Foucault, em relação ao poder, demonstram a questão em evidência, onde por meio dessas pesquisas, relacionadas a estruturas políticas e sociais empreendidas no ocidente, de modo a entender relações de poder ao domínio do saber, e ao controle das atividades humanas, da vida dos sujeitos, onde surgiu o biopoder: o poder sobre a vida. Foucault comprova, que não há conjuntos na sociedade, livres de uma relação de poder, uma vez que é peculiar às pessoas, o convívio a partir de uma estrutura capaz de controlar suas ações e seu comportamento, e corrigir atos considerados desviantes, seja de forma notória, como ocorria na antiguidade, por meio de punições radicais, ou, como decorrência da modernidade, de modo perspicaz e constante. Destacando que, o poder não ocorre somente como punição, mas como controle permanente de todos os atos individuais.

O presente artigo, pretende analisar o porquê dos preconceitos com respeito a uma classe, cor e etnia, considerando os movimentos sociais, como fonte de inspiração do direito; busca apreender o processo histórico e constitucional dos movimentos sociais no Brasil, reconhecendo-os como fonte do direito no conjunto sócio-político dos Direitos humanos.

O caminho metodológico a ser percorrido, segue os fundamentos teórico-metodológicos, destacando como objeto de estudo, os Direitos Humanos, observando as contradições existentes entre a função social com respeito ao preconceito, e o acesso a esse direito. Trata-se de um estudo qualitativo, com aprofundamento das informações, sobre o objeto de estudo. A pesquisa se constitui, acima de tudo, bibliográfica, a partir de livro, artigos, leis e etc., por meio de um comparativo, entre a Constituição Federal de 1988, artigos, doutrinas e teorias.

O interesse pelo tema se deu em decorrência das aulas de Antropologia Jurídica, do curso de Direito, e em observação a 12 jornada LGBT, onde foi feito entrevistas e perguntas relacionadas ao tema. O estudo aqui proposto, pode apontar caminhos que atue em função da classe vulnerável, por ser minorias sexuais, como servir de estudo a população, quanto a propostas e discursões sobre o acesso aos Direitos Humanos. É relevante para a academia, pois enriquece os elementos já selecionados em outros trabalhos.

2 Definição de gênero, e as relações de poder

O gênero é definido como um elemento de relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre sexos, e é o primeiro campo no qual o poder é articulado. Assim, está relacionado ao modo como as sociedades lidam com a percepção dos corpos humanos e as conseqüências disso, isso toma a forma de arranjos que são mutáveis à medida que surgem novas situações criadas pelas práticas humanas. Também é comum, considerar o gênero com base em uma abordagem estática e categórica (feminina vs masculina). Considera-se que além de aceitar o gênero como uma categoria dinâmica, suas articulações com a sexualidade e sua relação com as diversas formas de fenômenos transgêneros são importantes.

O filósofo francês Michel Foucault é considerado um ícone sobre a dinâmica das relações de poder em sociedade. Suas teorias não se reduzem à ideia de um comportamento dominante ou de determinado grupo em predomínio sobre outro, sustentam múltiplas microrrelações de poder possíveis de serem exercidas no meio social, a tornar o sujeito produto resultante deste controle. Incumbe ao autor perscrutar o poder enquanto mecanismo de produção de saberes e sua influência sobre os sujeitos.

Para Foucault, toda sociedade é pautada em uma relação de poder: as instituições exercem poder sobre os indivíduos, desde as ideologias políticas ao padrão de comportamento aceitável, os sujeitos historicamente buscam se enquadrar aos ditames sociais para garantir sua inclusão e o sentimento de pertença social. Aqueles que no âmbito de suas especificidades não satisfazem o poder dominante – econômico, político ou comportamental – sofrem os prejuízos do rechaço social tornando-se minorias ou grupos em situação de vulnerabilidade.

O teórico social, a partir das obras *Vigiar e Punir* e *a História da Sexualidade – a Vontade de Saber*, intenta, segundo Flávia D’Urso, realizar uma analítica do poder capaz de dar conta de seu funcionamento local, em campos e discursos específicos e em épocas determinadas (2016, p. 39).

Sobre a existência de várias microrrelações de poder no interior das sociedades, e não de somente um poder vertical a agir de cima para baixo, na obra *Vigiar e Punir*, a analisar as relações de poder engendradas nas prisões, Foucault demonstra uma nova forma de institucionalização do poder: sempre presente, ainda que invisível. As transformações políticas e sociais na França entre os séculos XVII e XIX, o fim do absolutismo, não enfraqueceram o controle do governo sobre a vida dos sujeitos, apenas alteraram sua forma de atuação e de percepção, tornando-a sutil. Ao contrário de um sistema punitivo que visa causar sofrimento físico, descortina-se um meio de poder capaz de adestrar o ser humano, torna-lo dócil.

Neste sentido, em sua obra, Foucault faz referência a um modelo de prisão específico idealizado pelo filósofo e jurista inglês Jeremy Bentham, denominado panóptico. Este modelo prisional era estruturado em formato circular com várias celas dispostas, sendo que no centro havia um pátio com uma torre de vigilância. Todos os atos dos indivíduos que estivessem nas celas estavam expostos ao olhar do vigilante na torre central, que observava os presos por persianas semicerradas, a impossibilitar ser visto. Ainda que estivesse ausente da torre, criava a sensação de observação constante, e, conseqüentemente, de poder sobre o comportamento dos presos. Daí a finalidade do sistema prisional panóptico: causar a sensação de poder sutil e constante, a garantir a ordem. Uma vez que todos se sentirão visíveis por um poder invisível, não terão oportunidade de contrapor a ordem vigente. Esta lógica de vigilância constante condiciona e adestra.

A partir desta compreensão, é possível relacionar a lógica do poder sutil e constante com os padrões sociais atuais. Por vezes, os indivíduos condicionam seu comportamento e sua identidade a um modelo socialmente aceito para garantir sua inclusão e evitar o julgamento dos demais. Historicamente vive-se esta repressão, esta tentativa de adequação a um modelo que ignora a multiplicidade das identidades e a complexidade da natureza humana.

Para Foucault (1988, p-98) a sexualidade,

Não se deve descrever a sexualidade como um ímpeto rebelde, estranha por natureza e indócil por necessidade, a um poder que, por sua vez, esgota-se na tentativa de sujeitá-la e muitas vezes fracassa em dominá-la inteiramente. Ela aparece mais como um ponto de passagem particularmente denso pelas relações de poder; entre homens e mulheres, entre jovens e velhos, entre pais e filhos, entre educadores e alunos, entre padres e leigos, entre administração e população. Nas relações de poder, a sexualidade não é o elemento mais rígido, mas um dos dotados da maior instrumentalidade: utilizável no maior número de manobras, e podendo servir de ponto de apoio, de articulação às mais variadas estratégias.

Foucault é contundente em confirmar que qualquer grupamento humano é conduzido por relações de poder, a considerar que esta forma de relação é concomitante ao convívio social. O poder, não pode ser visto como algo surgido de um determinado ponto, por exemplo, atrelado necessariamente ao Estado, mas necessita seja pensado como uma ramificação que se espalha por todo o meio social a integrar diferentes modos de poder, seja este emanado do Estado, da prisão, dos padrões sociais, do trabalho, da família, da igreja ou da escola, por exemplo. Assim, dentro dessa percepção, o poder só pode ser concebido como algo que existe em relação, envolvendo forças que se chocam e se contrapõem.

Foucault procura se diferenciar dos conceitos de que o poder emana exclusivamente do aparato estatal, de modo a reprimir os sujeitos, aborda que a dominação toma caminhos diversos e se relaciona sutilmente a todos os segmentos sociais. As supressões enfrentadas pelos sujeitos são criadas pela própria sociedade ao se deparar com a diversidade em sentido amplo. O poder sobre a vida, instala-se como modo de administrar populações, levando em conta sua realidade biológica fundamental.

2.1 A sexualidade como instrumento do poder

Foucault deixa bem claro que o sexo está associado aos acontecimentos sociais e que sua repressão tem início no século XVII, em concomitância com o desenvolvimento do capitalismo. A tradição ocidental foi responsável por tornar o sexo uma categoria discursiva, ou seja, ao contrário de ser silenciado, o padrão dominante forçou os indivíduos a tratar sobre o sexo, a expor sua sexualidade. Assim, refere o autor que não houve uma condenação ao sexo para que permanecesse na penumbra, e sim uma incitação pela sociedade e pela moral religiosa a abordar o sexo como que a um enigma.

O exame médico, a investigação psiquiátrica, o relatório pedagógico e os controles familiares podem, muito bem, ter como objetivo global e aparente dizer não a todas as sexualidades errantes ou improdutivas, mas, na realidade, funcionam como mecanismos de dupla incitação: prazer e poder. (FOUCAULT, 1988, p. 45).

Em verdade, a sociedade produziu uma correlação entre gênero, sexo e sexualidade.

Gênero refere-se à personalidade que o indivíduo externaliza; sexo, é biológico e a sexualidade remonta aos desejos e ao erotismo. O sexo, equivocadamente atrelado a estes conceitos, foi relegado à tentativa de tratamento por meio da confissão religiosa e das análises terapêuticas. Qualquer menção à sexualidade, ao erotismo ou a nudez era imediatamente suprimida.

Por este viés, Foucault elucida que surgiram designações como, a mulher como histérica sendo definida a partir de suas limitações ou fraquezas, a criança como um ser sem sexualidade, as transidentidades tratadas como enfermidades e o sexo masculino enaltecido em seu vigor e em suas capacidades. Esta tentativa de controle e de predeterminações, pode-se dizer que perdurou até o século XVIII, ao passo em que, posteriormente, ocorre uma nova aceção sobre o comportamento sexual.

Entretanto, percebe-se na atualidade resquícios da sociedade patriarcal no que concerne ao sexo e às identidades sexual e de gênero, a saber que, os conceitos sobre a temática permanecem envoltos por dualidades, ou seja, de que os gêneros considerados legítimos são femininos e masculinos, as relações devem ser essencialmente heterossexuais e que as demais identidades se enquadram como errantes.

As categorias surgidas a partir da temática do sexo e da orientação sexual são, na verdade, uma construção histórica da sociedade. As identidades sexual e de gênero são produzidas a partir de ideias preconcebidas no meio social, a considerar o padrão hétero normal e as demais identidades como errantes.

Ocorre que o sexo biológico por vezes não condiz com o sexo psicológico, com a personalidade e identidade que o indivíduo expressa perante os demais. Outrossim, não há obrigatoriedade biológica entre os gêneros – quem nasceu com o sexo biológico masculino, não necessariamente irá manifestar atitudes masculinas. No âmbito de nossa sociedade, o biopoder possibilita calcular a vida no que tange a população, à saúde, à expectativa de vida, tudo com vistas à regulação social.

2.2 Direitos garantidos, a importancia do ensino juridico

O advento da Constituição de 1988 trouxe a todos os brasileiros e aos estrangeiros residentes no território nacional a garantia da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (art. 5º, caput, CF/88). Ao assegurar a igualdade como direito fundamental, o texto de 1988 estabelece uma garantia, entendida não como meio de defesa dos direitos, mas como barreira à ação dos Poderes Políticos, inclusive o legislativo, a fim de manter íntegro o direito reconhecido. O Capítulo I que trata dos direitos e deveres individuais e coletivos condiciona o direito de igualdade a uma função social.

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade,

Conclui-se, portanto, que o princípio constitucional da igualdade, exposto no artigo 5º, da Constituição Federal, traduz-se em norma de eficácia plena, cuja exigência de indefectível cumprimento independe de

qualquer norma regulamentadora, assegurando a todos, indistintamente, independentemente de raça, cor, sexo, classe social, situação econômica, orientação sexual, convicções políticas e religiosas, igual tratamento perante a lei, mas, também e principalmente, igualdade material ou substancial.

Muitos são os estudos e pesquisas realizados nas mais diversas áreas do conhecimento sobre a sexualidade nos seus mais variados aspectos. Contudo, para analisarmos quais são os limites e possibilidades de o ensino jurídico contribuir para a superação dos preconceitos e discriminações, consideramos importante questionar o papel da escola e do ensino na construção da concepção da heterossexualidade como a expressão da normalidade.

Portanto, se admitimos que a escola não apenas transmite conhecimentos, nem mesmo apenas os produz, mas que ela também fabrica sujeitos, produz identidades étnicas, de gênero, de classe, se reconhecemos que essas identidades estão sendo produzidas através de relações de desigualdade; se admitimos que a escola está intrinsecamente comprometida com a manutenção de uma sociedade dividida e que faz isso cotidianamente, com nossa participação ou omissão, se acreditamos que a prática escolar é historicamente contingente e que é uma prática política, isto é, que se transforma e pode ser subvertida, e, por fim, se não nos sentimos conformes com essas divisões sociais, então, certamente, encontramos justificativas não apenas para observar, mas, especialmente, para tentar interferir na continuidade dessas desigualdades.

É válido observar que tais propostas não partem de uma postura ingênua de supor que é possível transformar a sociedade a partir da escola, mas parte da premissa de que “adotar uma atitude vigilante e contínua no sentido de procurar desestabilizar as divisões e problematizar a conformidade com o “natural”; isso implica disposição e capacidade para interferir nos jogos de poder”. É indispensável, portanto, um ensino jurídico capaz de formar cidadãos e cidadãs críticos, com possibilidades de compreender o direito a partir de uma perspectiva social e que contemple a construção de um saber jurídico sob a perspectiva dos direitos humanos.

No entanto, embora o ordenamento constitucional brasileiro contemple o princípio da igualdade, tanto na sua dimensão formal, quanto na dimensão material, tal preceito não tem sido suficiente para evitar tratamentos discriminatórios e preconceituosos em relação à orientação sexual, mesmo no campo do direito. Em parte, tal situação pode ser atribuída à visão liberal-individualista que muitos juristas ainda têm do direito, sendo incapazes de perceber que o ordenamento constitucional brasileiro aponta para um Estado intervencionista e regulador, contemporaneamente entendido como Estado Democrático de Direito, em que o Direito deve ser visto como instrumento de transformação social.

2.3 Direitos humanos e antidiscriminação, nos caminhos da jornada

O objetivo desta seção é, mediante o aporte da perspectiva dos direitos humanos, contribuir para o entendimento da homofobia e seu enfrentamento. Consciente da amplitude de temas, de perspectivas e de questões que o paradigma dos direitos humanos suscita, daremos enfoque ao âmbito do direito da antidiscriminação, entendido como conjunto de conteúdos e institutos jurídicos relativos ao princípio

da igualdade enquanto proibição de discriminação e como mandamento de promoção e respeito da diversidade. Deste modo, pode-se avançar não só na conceituação da homofobia, como também na efetividade de seu combate, potencializando o raciocínio e o instrumental jurídico em face desta realidade.

Neste contexto, destacamos a convenção contra a discriminação, desenvolvido no direito internacional dos direitos humanos, cujos termos podem ser encontrados na Convenção Internacional sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação Racial. Segundo estes dizeres, discriminação é “qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, descendência, ou origem nacional ou étnica, que tenha o efeito de anular ou prejudicar o reconhecimento, gozo ou exercício em pé de igualdade de direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos econômico, social, cultural ou em qualquer campo da vida pública.” Como aludido no parágrafo anterior, a homofobia viola de modo intenso e permanente uma série de direitos básicos, reconhecidos tanto pelo direito internacional dos direitos humanos, quanto pelo direito constitucional. Ao lesionar uma gama tão ampla de bens jurídicos, a homofobia manifesta-se por meio de duas formas de violência: física e não física.

A violência física, mais visível e brutal, atinge diretamente a integridade corporal, quando não chega às raias do homicídio. A segunda forma de violência, não-física, mas não por isso, menos grave e danosa, consiste no não-reconhecimento e na injúria. O não reconhecimento, configurando uma espécie de ostracismo social, nega valor a um modo de ser ou de viver, criando condições para modos de tratamento degradante e insultuoso. Já a injúria, relacionada a esta exclusão da esfera de direitos e impedimento da autonomia social e possibilidade de interação, é uma das manifestações mais difusas e cotidianas da homofobia (LOPES,2003).

A análise da homofobia no quadro mais amplo dos estudos sobre preconceito e discriminação, acrescida do aporte jurídico do direito da antidiscriminação, fornece elementos a pesquisadores, operadores do direito e ativistas para uma melhor compreensão das violações aos direitos humanos experimentadas por homossexuais, bissexuais, travestis e transexuais. No combate a esta expressão discriminatória, as funções do direito são várias. A partir da crucial afirmação dos direitos básicos de tais indivíduos e grupos, o ordenamento jurídico pode, na contramão da discriminação homofóbica, colaborar na crítica e no enfrentamento do heterossexismo. Este é o resultado, por exemplo, da censura judicial a laudos psicológicos que excluem homossexuais como inaptos para o acesso a cargos públicos, exclusivamente em virtude de sua orientação sexual.

O direito à expressão das individualidades não pode ser confundido no discurso soberano de uma sociedade liberal como direito a oportunidade de igualdades. Somente esta não basta para considerarmos todos iguais. Se fosse isto, apenas a existência de leis e punições à discriminação bastaria para que todos se despissem dos preconceitos. A garantia dos direitos, por sua melhor formulação, não garante o acesso efetivo a eles como tais. A política executada de forma assistencialista, destituída de caráter emancipadora torna o usuário objeto de doações e favores, não sujeito de suas ações. Além de contrariar os projetos de sociedade que tendem a culpabilizar indivíduos isolados de seu contexto e esvaziar o conteúdo político das lutas sociais.

A luta pela cidadania plena passa ainda por mais desafios na sociedade contemporânea liberal, pois a estrutura não propicia a reflexão quanto às determinações sociais que são impostas, que colocam os sujeitos em posições cada vez mais submissas e fatalistas, até o ponto que eles mesmos não se considerem como capazes de história própria. Chauí (1998), ao discutir a liberdade como possibilidade objetiva, indica que tanto a ação mediante as determinações, quanto o fatalismo frente a estas são opções de liberdade. O conformismo e a resignação, ou a luta contra as circunstâncias que impedem o desejado são parte de uma tomada de posição em relação a liberdade. Para Chauí (1998, p. 365):

“Se nascemos numa sociedade que nos ensina certos valores morais justiça, igualdade, veracidade, generosidade, coragem, amizade, direito à felicidade e, no entanto, impede a concretização destes porque está organizada e estruturada de modo a impedi-los, o reconhecimento da contradição entre o ideal e a realidade é o primeiro momento da liberdade e da vida ética como recusa da violência.”

Assim como nas estratégias da medicina legal de enunciar os corpos de novas espécies sexuais, compreendidas inicialmente como monstruosas, os estudos da psiquiatria também trouxeram como princípio para justificar na homossexualidade a ideia de anomalia psíquica, discriminando o homossexual como um exemplar das enfermidades somáticas. Tal limitação teórica será levada para a psicanálise, que seguindo as interpretações da medicina, desenvolverá a noção da homossexualidade como um caso de anomalia do instinto de reprodução através da perversão sexual, como uma neurose ou doença sexual, o que parece ter levado a homossexualidade ser amplamente medicalizada.

Diante desse contexto, os discursos teóricos acerca da enunciação da homossexualidade parecem mostrar inevitáveis inconsistências frente a complexidade de justificar a medicalização de lésbicas e outras sexualidades não hetenormativas. A partir de então, os reduzidos argumentos passaram a se desgastar, devido às poucas compreensões e justificativas toscas acerca das ideias filosóficas produzidas por Safo, interpretadas de forma restrita e ambígua. Nessa direção, as explicações acerca do prazer da mulher sinalizavam para a teoria, de que o prazer na mulher, independentemente da necessidade de reprodução humana, deveria ser explicado como subversivas se não incluíssem o desejo sexual pelo sexo oposto e para a reprodução humana.

Devido ao pouco interesse por parte da sociedade científica frente a compreensão feminina acerca do próprio sexo e sexualidade das mulheres, talvez ignorada por uma questão econômica da lógica da reprodução humana naquele momento histórico, em que as mulheres deveriam ser mães e se ocuparem com os trabalhos domésticos, as lésbicas parecem ter sido menos investigadas pela ciência da época. O que, por outro lado, impulsionava os estudiosos na busca de observar, investigar, esquadriñar, dissecar os corpos de homens sexuais ou homossexuais a qualquer custo e sob diversas condições de sexualização dos sujeitos.

Enfim, as posições indenitárias dos gays aparecem como o ponto de partida para o desenvolvimento de conhecimentos que justificavam tratamentos terapêuticos, especializações médicas e psiquiátricas, manutenção de indústrias farmacêuticas, reformulações dos direitos individuais que restabelessem

apenas a engrenagem econômica da expansão mercadológica. Surgem, por outro lado, como ponto de partido para o desenvolvimento de conhecimentos e saberes acerca dos mecanismos de poder e dispositivos de sexualidade, dos processos de relações sociais frente ao discurso hegemônico, dos sistemas homofóbicos de subalternização das cidadanias e das lutas e movimentos coletivos pelo reconhecimento social, civil e político dos novos corpos sexualizados.

3 Considerações finais

O movimento popular surge com as necessidades da população e constitui-se em atitudes que vão mudando a sociedade. A mobilização social se constitui num grande processo de construção do fator histórico, autônomo e independente, apresentando um projeto estratégico de futuro que contribui para impulsionar os processos sociais. Suas formas de expressão são as mais variadas, mas privilegiam as “ações diretas”, através das quais manifestam suas vontades.

No entanto, observamos também que esses avanços não acontecem linearmente e nem cumulativamente. Ora se avança, ora se retrocede na ampliação desses direitos. A luta constante e a vigilância sobre as ações governamentais são necessárias muitas vezes para não se perder um direito constitucionalmente assegurado, numa permanente luta para a manutenção dos alicerces do Estado democrático de direitos. Em tempos de exclusão e políticas compensatórias, precisamos resgatar a universalidade das políticas sociais não assistencialistas, mas emancipadoras e das práticas de cidadania empreendidas.

E reiteramos a necessidade da articulação e mobilização social associada às pesquisas acadêmicas e ao compromisso e empenho do Estado, como condições que seguramente podem nos conduzir à realidade de um estado de direito democrático, cujas formas de disputa de significados, nas relações de poder, sejam dadas de forma menos violentas e desiguais.

De fato, a intolerância não é uma conduta dirigida contra determinada pessoa, decorrente de uma condição peculiar e restrita àquela vítima. A intolerância viola o direito à existência simultânea das diversas identidades e expressões da sexualidade, que é um bem comum indivisível. Uma vez acionada, a intolerância ofende o pluralismo, que é requisito para a vida democrática. Daí a compreensão de que os chamados crimes de ódio, manifestação que merece intensa reprovação jurídica, atentam contra a convivência democrática. Daí também a propriedade da utilização de ações coletivas para a proteção e promoção do direito ao reconhecimento das identidades forjadas e estigmatizadas num contexto heterossexista.

Referências

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. Ed. Rio de Janeiro: Grall, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, Senado, 1988.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia: violência contra gays, homofobia e militância LGBT no Vale do Rio Guaribas / Paulo Mafra**. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2015.

ANISTIA INTERNACIONAL. Relatório 2017/2018. **O estado dos direitos humanos no mundo**. Rio de Janeiro: Anistia internacional do Brasil; 2017.

GOMES R. **Sexualidade masculina, gênero e saúde**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz; 2008. Connell R. **Gênero em termos reais**, São Paulo: nVersons; 2016.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. São Paulo: Ática, 1998

PRIVAÇÃO DA LIBERDADE OU RESTRIÇÃO DE DIREITOS? NOVOS CAMINHOS PARA OS CONDENADOS DE PRATICAR CRIMES COMETIDOS NO ÂMBITO DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA.

Priscila Vieira Ferreira¹
Lore Fortes (PPGCS/UFRN)²

Resumo: Considerando o estudo de caso realizado por ocasião da realização do trabalho de conclusão do curso de especialização em Ciências Criminais pela PUC Minas, no ano de 2017, o presente trabalho procura analisar a efetividade da aplicação da pena para o infrator que cometeu crime no âmbito da violência doméstica contra a mulher. Partindo da análise dos votos dos ministros e ministras do STF sobre o caso estudado, buscando entender a utilização das penas alternativas como um novo caminho para a ressocialização de homens infratores, como forma de atingir as finalidades das penas aplicadas como instrumento de punição do Estado.

Palavras-chave: Gênero, Lei Maria da Penha, Violência doméstica, Penas Alternativas.

1 Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN.

2 Professora titular no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFRN.

O Caso Desirre:

O presente artigo trata da análise da negativa do Supremo Tribunal Federal ao pedido de substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, utilizando como estudo de caso, o Habeas Corpus nº131.219, oriundo do Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul, impetrado pela Defensoria Pública da União em favor de Reinaldo João Martins Gonçalves, contra acórdão do Superior Tribunal de Justiça que negou provimento ao agravo regimental no AREsp 685.048/MS.

Conforme o referido Habeas Corpus, a primeira turma do STF negou, por unanimidade, a possibilidade da substituição de pena privativa de liberdade por restritiva de direitos a um agressor que ofendeu a integridade física de sua ex-companheira, nos termos do art. 129, § 9º, da Lei 11.340/06.³

A vítima, Desirre relatou que o réu (seu ex companheiro) entrou na frente da moto que pilotava, obrigando-a parar. O réu queria saber onde ela estava morando. Como ela não contou ele passou a lhe agredir com chutes e socos. Os primos do réu gritaram e ele parou. Em seguida a vítima pegou a moto e saiu do local, mas o réu passou a persegui-la, inclusive provocando sua queda. Segundo relato da vítima, na época em que estavam juntos, chegou a sofrer outras agressões.

Na dosimetria da pena o juiz considerou as circunstâncias judiciais do art. 59 do Código Penal, atendendo à culpabilidade, aos antecedentes, à conduta social, à personalidade do agente, aos motivos, circunstâncias e consequências do crime, notadamente pelo fato do delito ter sido praticado em decorrência de relações domésticas, fixando, por ser necessária e suficiente, a pena em 03 (três) meses de detenção, devendo o acusado iniciar o cumprimento da pena privativa de liberdade em regime aberto.

Diante do relato o presente trabalho pretende analisar o uso da pena como instrumento de punição do Estado, afim de compreender qual seria sua finalidade, tratando de um caso que envolve relações de gênero no âmbito da violência doméstica e familiar contra a mulher.

Aspectos legais e o voto do STF:

A Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, que ficou conhecida popularmente pelo nome de Lei Maria da Penha, criou mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispondo ainda sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, alterando o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal.

3 Art. 129. Ofender a integridade corporal ou a saúde de outrem: § 9º Se a lesão for praticada contra ascendente, descendente, irmão, cônjuge ou companheiro, ou com quem conviva ou tenha convivido, ou, ainda, prevalecendo-se o agente das relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade. Pena - detenção, de 3 (três) meses a 3 (três) anos. (Lei nº 11.340/2006)

No dia 08 de março de 2017 quando se comemora o Dia Internacional da Mulher, o Instituto Datafolha⁴, divulgou dados de uma pesquisa encomendada pelo Fórum Brasileiro de Segurança, referentes a violência contra a mulher, revelando que, uma em cada três mulheres sofreram algum tipo de violência no último ano. Só de agressões físicas, o número é alarmante: 503 mulheres brasileiras vítimas a cada hora. E mostram os dados da pesquisa que 3% das mulheres brasileiras, ou seja, 1,4 milhões sofreram espancamento ou tentativa de estrangulamento.

A pesquisa mostrou ainda que entre as mulheres que sofreram violência, 52% se calaram. Apenas 11% procuraram uma delegacia da mulher e 13% preferiram o auxílio da família, sendo o agressor, na maior parte das vezes, conhecido da vítima (61% dos casos). Em 19% das vezes, eram companheiros atuais das vítimas e em 16% eram ex companheiros e que as agressões mais graves ocorreram dentro da casa das vítimas, em 43% dos casos, ante 39% nas ruas. Números que colocam o Brasil na 5ª posição no ranking mundial entre 83 países, quando o assunto é violência contra as mulheres, segundo Fragosa (2018).

Conforme artigo 5º, da supracitada lei, configura violência doméstica e familiar contra a mulher, qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico e dano moral ou patrimonial e podem ocorrer tanto na esfera pública quanto na privada.

Em relação à violência de gênero, entende-se:

Por “violência de gênero”, refiro-me a toda e qualquer forma de agressão ou constrangimento físico, moral, psicológico, emocional, institucional, cultural ou patrimonial, que tenha por base a organização social dos sexos e que seja impetrada contra determinados indivíduos, explícita ou implicitamente, devido à sua condição de sexo ou orientação sexual (SARDENBERG, 2011, p. 1).

Ocorre que o art. 41 da Lei n. 11.340/2006⁵ proibiu, em parte, a aplicação da Lei dos Juizados Especiais Criminais, pelo que se entende que o crime de lesão corporal, quando cometido contra a mulher nas condições da lei nova, não é de menor potencial ofensivo. Isso quer dizer que o juiz deverá considerar a possibilidade da substituição por uma pena alternativa. E, até mesmo a suspensão condicional da pena se essa substituição não for possível.

As penas restritivas de direitos são sanções penais impostas em substituição à pena privativa de liberdade e consistem na supressão ou diminuição de um ou mais direitos do condenado. Também conhecidas como penas alternativas, adotadas pelo ordenamento jurídico brasileiro procurou minimizar a crise da pena de prisão, a qual não atende a um dos objetivos fundamentais da sanção penal, que é reeducar o apenado para reintegrá-lo à sociedade.

4 Disponível em <http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/03/relatorio-pesquisa-vs4.pdf>, acessado em 13 Ago 2018.

5 Art. 41. Aos crimes praticados com violência doméstica e familiar contra a mulher, independentemente da pena prevista, não se aplica a Lei no 9.099, de 26 de setembro de 1995.

A Lei Maria da Penha incorpora ao direito instrumentos que levam em consideração as particularidades que lhe são inerentes, pretendendo alcançar através da previsão do uso das penas alternativas a redução da reincidência, pois segundo Fragosa (2018) combater a violência doméstica e familiar contra a mulher requer mais que uma resposta punitiva do Estado.

Com vistas à superação e prevenção de práticas criminosas a referida lei traz em sua redação mecanismos para coibir e prevenir a violência de gênero, e apresenta como alternativas o trabalho educativo e pedagógico com homens agressores, conforme previsto no artigo 35, inciso V, que estabelece que entes federados⁶ poderão criar e promover centros de educação e reabilitação para os agressores, possibilitando o agressor refletir e mudar sua conduta, e nesse sentido superar as estruturas socioculturais (BOURDIEU, 2018, p.17) “por uma superação da violência de gênero” (FRAGOSA, 2018, p.52).

Estas medidas de prevenção, de cunho educativo/reflexivo, destinadas ao agressor, visam romper com a reprodução cultural da violência baseada no gênero, aprofundando o debate, e dessa forma prevenir a reincidência através da promoção de mudanças comportamentais, ressignificando os papéis de gênero, previsão trazida pelo artigo 45, desta lei, que modificou o disposto no artigo 152 da Lei de Execução Penal, e prevê que o juiz ou a juíza poderão, nos casos de violência doméstica e familiar, determinar, enquanto medida restritiva de direito, o comparecimento obrigatório do agressor em programas de recuperação e reeducação.

As penas alternativas inovaram o direito penal, sendo mais um recurso para humanizar as penas e atingir seu objetivo reabilitador. No que se refere a aplicação da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, no crime de lesão corporal leve, no âmbito da violência doméstica, no entanto, o entendimento do Superior Tribunal Federal, é de que a prática de delito ou contravenção cometido com violência ou grave ameaça, no ambiente doméstico, impossibilita a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Inobstante a pena privativa de liberdade aplicada tenha sido inferior a 04 (quatro) anos, a violência engendrada pelo paciente contra a vítima, no contexto das relações domésticas, obstaculiza a concessão do benefício do art. 44 do Código Penal.⁷

Antes da decisão do Supremo, o STJ havia se manifestado no processo, entendendo da mesma forma (ou seja, negando a conversão da pena privativa em restritiva de direito que negou provimento ao agravo regimental no AREsp 685.048/MS).

No presente habeas corpus, a Defesa sustenta que, “em se tratando de um crime de menor potencial ofensivo, em que o acusado não apresentou nenhum sinal de periculosidade, é possível e socialmente recomendável a substituição da sanção privativa de liberdade por restritiva de direitos”, requerendo a

6 Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição. Desse modo, é fácil afirmar que são entes federativos, a União, os Estados o Distrito Federal e os Municípios. (CONSTITUIÇÃO FEDERAL DO BRASIL)

7 Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo (Lei nº 9.714/1998)

concessão da ordem de habeas corpus, para que se determinasse a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Irresignada com a negativa de substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos, a Defesa interpôs apelação perante o Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso do Sul, que negou provimento ao recurso. A Corte Estadual ratificou a negativa do benefício à falta de preenchimento de requisito previsto no art. 44, I, do Código Penal, uma vez cometido o delito com “grave violência contra a vítima”.

A matéria analisada não apresentou decisões divergentes. Toda doutrina e jurisprudência disponível concorda com o entendimento aplicado pelos ministros e ministras, no julgamento do Habeas Corpus 131.219, ratificando em uníssono a impossibilidade da substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

Seria mesmo o esforço dos ministros e ministras em endurecer a pena para os casos de crimes no âmbito da violência doméstico, o melhor caminho para frear tantas situações que continuam ocorrendo, dia após dia, conforme dados apresentados pela pesquisa realizada pelo Instituto Datafolha?

O STF busca no exercício da aplicação da lei fazer com que crimes cometidos com violência e grave ameaça no âmbito da violência doméstica sejam combatidos com rigor. No entanto, como observa Greco (2015) as penas restritivas de direitos não querem significar impunidade ou mesmo descaso para com a proteção dos bens jurídicos mais importantes tutelados pelo Direito Penal.

Considerações finais

É preciso observar, no entanto, se aplicação da pena está realmente alcançando seu objetivo ou se a prisão que deveria ser a última medida do direito penal, se tornou, a “forma essencial de castigo” (FOUCAULT, 2014, p.113), e “ideologicamente um local abstrato no qual os indesejáveis são depositados” (DAVIS, 2018, p. 16).

Através dos tempos o Direito Penal tem dado respostas diferentes a questão de como solucionar o problema da criminalidade e as soluções perpassam o caminho da aplicação das penas. O Direito Penal Brasileiro adota a teoria mista ou unificadora das penas⁸ seguindo a classificação de Roxin (1998), para quem a pena deve reprová-lo mal produzido pela conduta praticada pelo agente infrator, bem como prevenir futuras infrações penais. Mas isto está de fato acontecendo?

A pena não deve ser o instrumento do Estado para punir, sua utilização é necessária para a manutenção de uma sociedade pacífica e deve especialmente atender à necessidade real e atual da sociedade, proporcionando transformações sociais contribuindo para a execução de um sistema eficiente de justiça para todos.

8 São três as teorias da pena: Absoluta ou Retributiva, Relativa e a Mista ou Unificadora (ROXIN, 1998, p. 17)

Referências

- BECCARIA, Cesare. **Dos delitos e das penas**. São Paulo, editora RT; 2º Ed. 1997.
- BITENCOURT, Cezar R. **Falência da Pena de Prisão**. São Paulo, editora Saraiva, 2º Ed. 2001.
- BOURDIEU, Pierre. **Conceitos fundamentais**. Vozes. Petrópolis/RJ, 2018.
- CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal, volume 1, parte geral**: (arts. 1º ao 120). 15 ed. São Paulo: Saraiva, 2011.
- CAVALCANTI, Stela. **Violência Doméstica: Análise da Lei Maria da Penha**. Bahia: *Juspondium*, 3ª ed. 2009.
- CURCI, André R. **As Penas Restritivas de Direitos: novas penas alternativas**. São Paulo, editora saraiva, 3º Ed. 2006.
- DAVIS, Ângela. **Estarão as prisões obsoletas?** 1ª Edição. Difiel, Rio de Janeiro, 2018.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 45ª ed. Vozes. Petrópolis/RJ, 2014.
- FRAGOSA, Vani. **Violência doméstica contra a mulher: da invisibilidade à luta pela superação**. Offset Editora, Natal, 2018.
- GRECO, Rogerio. **Código Penal: comentado**. 9ª ed. Niterói/RJ: Impetus, 2015.
- JESUS, Damásio de. **A violência contra a mulher: aspectos criminais da Lei 11.340/2006**. São Paulo: Saraiva, 2010.
- OLIVEIRA, Francisco Cardozo; RIBAS, Osni de Jesus Taborda. **Possibilidades de ressocialização e evolução social: a valorização do trabalho do preso e acesso a posições proprietárias**. Revista Jurídica [online]. 2013 v. 1, n. 30, p. 360-380, 2013.
- ROXIN, Claus. **Problemas fundamentais de Direito Penal**. 3. ed. Lisboa: Editora Vega, 1998.
- SARDENBERG, C. M. B. **A violência simbólica de gênero e a lei “antibaixaria” na Bahia**. OBSERVE: NEIM/UFBA, 2011.

A TERAPIA DE REORIENTAÇÃO SEXUAL COMO INSTRUMENTO DE VIOLÊNCIA SIMBÓLICA CONTRA SEXUALIDADES CONSIDERADAS DISSIDENTES.

Ana Vitória Gandra de Carvalho¹

Introdução

Apesar do disposto em nossa Constituição da República, de que todos devem ser iguais perante a lei, sabemos que não há igualdade material entre nós ainda. Nossa sociedade é composta de grupos vulneráveis, que lutam arduamente para existir e sobreviver diante da normatividade que lhes é imposta. Neste caso, falamos especialmente do movimento LGBT+.

A pesquisa acadêmica voltada para os direitos LGBT+ é medida que se faz necessária, na busca do conhecimento e troca de informações, abrindo um debate sobre o assunto, e cada vez mais, proporcionando visibilidade a este grupo, que historicamente já enfrentou, e ainda enfrenta, muitas dificuldades, na busca pela redução das desigualdades.

O movimento LGBT² (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros) é diverso e está sempre em constante transformação, inclusive com várias denominações (LGBT, LGTBQ, LGBTI). Tomamos a liberdade de utilizar o termo LGBT+ para representar a comunidade nesse trabalho, por considerarmos o termo que é capaz de abarcar com mais abrangência a multiplicidade de tal grupo.

A academia, especialmente no que tange o curso de direito, ainda é bastante carente na produção de conhecimento sobre e voltado para a população LGBT+. Porém, como demonstra Pacheco (2016), a violência contra essa população tem ocasionado um elevado número de vítimas e proporcionado sequelas orgânicas e emocionais de grande magnitude. Dessa forma, o intuito desta pesquisa é demonstrar a existência da violência estrutural que existe contra sujeitos que possuem sexualidades consideradas dissidentes, por meio de símbolos, discursos e gestos que legitimam esse apagamento.

1 Graduada em Direito do Centro Universitário do Pará e integrante do grupo de pesquisa Floreexistir.
E-mail: vitoriagandra5@gmail.com

2 Em 2008 na I Conferência Nacional LGBT decidiu-se pelo uso da terminologia LGBT para identificar a ação conjunta de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais, no Brasil (ABGLT, 2010, p.15). Porém, a própria sigla LGBT não é constante, podendo constar mais um T no final, para contemplar travestis e transexuais separadamente. Em outras versões, podem conter a letra I (de intersex) e Q (de queer e questioning), e às vezes a ordem das palavras é alterada, conforme as convicções e prioridades de quem está utilizando a sigla, segundo Reis (2011). Neste trabalho escolheu-se usar a terminologia: LGBT+.

2 Metodologia

A pesquisa que será realizada nesse trabalho será de natureza exploratória, majoritariamente de revisão bibliográfica com ênfase na teoria de Pierre Bourdieu. E essa escolha se dá pela maior amplitude de dados alcançados com a pesquisa exploratória, permitindo uma maior consideração dos mais variados aspectos, com objetivo de aprimorar as ideias sobre o tema, podendo incluir a pesquisa bibliográfica.

Foi utilizada também a pesquisa qualitativa que atenta para aspectos da realidade que não podem ser quantificados, seu objetivo é a compreensão das relações sociais, visto que nosso objetivo não quantificar a quantidade de pessoas que se submetem a terapia de reorientação sexual, e sim observar quais os efeitos danosos às pessoas que se submetem a essa terapia.

3 Resultados e discussão

3.1 A construção da sexualidade e imposição da heteronorma

No cenário atual e em diversas esferas, muito se discute acerca da sexualidade, contudo, pouco se compreende quanto à construção da mesma. Seja por ignorância, ou por inabilidade do sujeito de procurar informações, fato é que ainda há, inclusive no meio acadêmico, falta de informações e trabalhos sem embasamento teórico e científico sobre o objeto de pesquisa do presente artigo.

Nessa perspectiva, é de suma importância esclarecer de que forma a sexualidade é percebida. Louro (2000) afirma que a sexualidade envolve rituais, linguagens, fantasias, representações, símbolos, convenções, entre outros, processos profundamente culturais e plurais, ou seja, não é natural, pois há diversos institutos que interferem na construção da sexualidade do indivíduo, naturalizando somente determinadas condutas, e impondo normas ao exercício da sexualidade.

A partir daí, podemos concluir que a sexualidade é fluída, em grande parte é construída culturalmente, e de acordo com uma convenção social. Isso quer dizer, por exemplo, que, a depender do local onde o indivíduo reside, ele apresentará formas diferentes de exercer sua sexualidade, pois o meio cultural a normatiza e regula.

Ou seja, o indivíduo, seja este heterossexual, homossexual, assexual, bissexual, pansexual, entre outras formas de sexualidade, é levado a agir de forma tal que se amolde aos padrões culturais coletivos impostos. Até mesmo se a pessoa não estiver dentro do padrão heteronormativo, é esperado que se comporte de determinada forma, que se adeque ao que foi imposto socialmente.

Nessa perspectiva, por exemplo, um homem homossexual, através de uma cultura coletiva, estaria submetido a exercer a sexualidade de forma sigilosa e discreta, conhecido como “gay enrustido”, porque se essa pessoa não seguir a forma determinada socialmente, ou seja, se for um homem com características reconhecidas socialmente como femininas – denominado pejorativamente de “bicha” ou “viado” –, há um incômodo coletivo. O mesmo ocorre com mulheres lésbicas que perfomam características

determinadas coletivamente como masculinas – intituladas de “sapatão³” – pois o fato de não corresponderem ao que se espera de padrão de comportamento feminino, gera desconforto.

Louro (2000) reitera que a sexualidade “é tecida na rede de todos os pertencimentos sociais que abraçamos”, ao lembrar que Weeks (1995) discorreu, a identidade sexual não pode ser compreendida de forma isolada, devido a nossas identidades de raça, gênero, classe, geração ou nacionalidade estão relacionadas com nossa sexualidade, tudo aquilo que somos interfere na forma de viver a identidade sexual.

Nesse sentido, Heilborn (2004) completa afirmando que a identidade sexual compõe a identidade social dos sujeitos da modernidade, logo o sexo é um lugar de inteligibilidade do indivíduo. Ou seja, além da sexualidade ser uma construção social, que estabelece normas de comportamento, também é subjetiva, compõe o sujeito que a exerce, faz parte da construção do indivíduo a partir das duas particularidades e vivências próprias.

O meio e determinados institutos podem interferir na forma como o indivíduo exerce a sua sexualidade, como o que ocorre com a questão da sexualidade feminina hoje, e como era antigamente. Grossi (1998) nos lembra de que antigamente o prazer feminino era percebido como perigoso e patológico, sendo que passividade e frigidez eram consideradas comportamentos femininos “naturais” e idealizados. Hoje, com as inúmeras contribuições da Psicanálise e dos movimentos de libertação das mulheres, o desejo e o orgasmo femininos não são mais vistos como pecaminosos, absurdos ou “antinaturais”. Vemos, portanto, que os valores associados às práticas sexuais são marcados historicamente, e vão sofrendo alterações.

Nesses processos de reconhecimento de identidades surge, ao mesmo tempo, a atribuição de diferenças, que gera as desigualdades, e impõe ordenamentos, e está, sem dúvida, estreitamente imbricado com as redes de poder que circulam numa sociedade, conforme aduz Louro (2000). Isso porque, ao fazer esse reconhecimento de identidades, sejam elas sexuais ou de gênero, haverá uma identidade que será posta acima das demais, e reconhecida como a correta e padrão, enquanto às outras, resta apenas estar em uma posição inferior, à margem daquilo que é válido como sexualidade ou construção de gênero.

Ou seja, ao reconhecermos aqueles que não possuem as mesmas características que nós, vamos construindo contornos entre os que se encontram no padrão, que se ajustam e representam a norma, e aqueles que não preenchem esses requisitos, e que ficam fora desses padrões culturais historicamente construídos, estão à margem, são periféricos.

3 Importante observar que antigamente os termos “viado” e “sapatão” eram utilizados de modo a inferiorizar gays e lésbicas, como forma de insultar, invalidando essas formas de sexualidade. No entanto, hoje vemos que, essas expressões são utilizadas como autoafirmação, ou seja, gays e lésbicas assumiram essas identidades para que não sejam mais utilizadas como forma de intimidação, mas com o objetivo de obter respeito, negando o rótulo de silenciamento e se posicionando na esfera do reconhecimento de sua sexualidade, como expõe Goettems (2017).

Os nossos corpos estão submetidos a relações de poder, dentro do convívio social, que estabelecem a forma que os indivíduos devem atuar com seus corpos, e a sexualidade é mais um dentre tantos outros, desses institutos de poder. Essa observação levanta uma série de questionamentos sobre o que seriam essas relações de poder, e como elas são construídas.

Para entender essas relações de poder, é de suma importância trazer à tona a análise que o filósofo francês Michel Foucault faz sobre o exercício do poder dentro da sociedade em diversas esferas, mas aqui trataremos somente o poder exercido no âmbito da sexualidade. Em seu livro *História da Sexualidade – A vontade de saber*, Foucault (1999) compreendeu que a sexualidade é uma “invenção social”, que se constitui a partir de múltiplos discursos sobre o sexo: discursos que regulam, que normalizam, que instauram saberes, que produzem “verdades”.

Essas “verdades” as quais Foucault se refere, são os padrões estabelecidos e ratificados em cada sociedade, que no caso da atual conjuntura, é o padrão heteronormativo de sexualidade. Louro (2000) estabelece que em nossa sociedade, a norma que se estabelece, historicamente, remete ao homem branco, heterossexual, de classe média urbana e cristão e essa passa a ser a referência, os outros sujeitos sociais, que não se encaixam nesse conceito, serão marcados e denominados a partir dessa referência. Desta forma, a mulher é representada como “o segundo sexo”, tido como inferior, e os integrantes da população LGBTQ+ são descritos como desviantes da norma heterossexual.

Sob esta ótica, verificamos que o padrão heteronormativo está tão enraizado em nossa cultura, que aqueles denominados de “desviantes” à norma, são postos a margem da sociedade. Essa rejeição a qualquer comportamento que seja desviante da norma heterossexual não é natural, de fato é construída pelo pensamento dominante, o qual estabelece o comportamento homossexual (ou bissexual, panssexual, entre outras formas consideradas desviantes de sexualidade) como abominável, devendo ser rechaçado socialmente.

Nesse sentido, Louro (2000) afirma que os grupos sociais que ocupam as posições centrais, “normais” (de gênero, de sexualidade, de raça, de classe, de religião etc), apresentam como padrão sua própria estética, sua ética ou sua ciência e arrogam-se o direito de representar (pela negação ou pela subordinação) as manifestações dos demais grupos. Portanto, frisa-se a importância de representatividade para as identidades sexuais marginalizadas, que além de serem identidades sociais e culturais, são também políticas.

A heteronormatividade é tão difundida e naturalizada, e ganhou destaque e uma força tão grandes que passa a ser reconhecida como a única forma normal de exercer a sexualidade, invisibilizando outras formas de exercê-la, que são colocadas à margem e consideradas como dissidentes, sendo vítimas de diversas formas de violência e opressão, como por exemplo, a violência simbólica.

3.2 A violência simbólica de Pierre Bourdieu

Pierre Bourdieu (2002) faz uma análise dessa construção da heteronormatividade, intitulada por ele de dominação masculina, desafiando como podemos desmistificar essa dominação se ela está tão

entranhada em nós, por meio dos padrões que foram impostos coletivamente, uma vez que a dominação masculina existe desde a ordem das coisas, ao desenvolvimento dos corpos, até a nossa mente.

Ou seja, tudo ao nosso redor, até mesmo os objetos são passíveis de dominação masculina, é só lembrar da infância, onde há brinquedos que são destinados exclusivamente para meninos, ou para meninas, determinando a diferenciação de funções coletivas desde muito cedo. Porém, esse instituto de poder criado sobre os corpos, é de difícil identificação, pois foi algo naturalizado e reconhecido socialmente como normal, ao longo de um longo processo histórico e cultural.

Essa ideia de dominação masculina observada por Bourdieu (2002) está relacionada a ideia do homem viril, como sendo o dominador. E isso se apresenta primeiramente através da ideia de que por exemplo, a vagina da mulher seria o oposto de um falo, e dessa forma, por não se encaixar no que seria um ser viril, já nasceria em desvantagem, já sendo desde logo um grupo dominado e oprimido.

Assim, a dominação masculina desde logo ao nascimento, deixa claro que os dois órgãos sexuais são vistos como representantes de duas variantes: o superior e o inferior. Como se interpreta na sociedade que o homem masculinizado e viril é a classe dominante e superior, subentende-se o raciocínio de que a variante inferior dos órgãos sexuais seria justamente o órgão feminino, e, portanto, o sexo feminino, ou seja, a mulher é considerada frágil e submissa perante o que seria o homem viril.

Dito isso, questiona-se: e se o homem não for considerado viril e não exercer a sexualidade de acordo com a ideia da coletividade? É a partir daí que há a relação com as pessoas que exercem sua sexualidade de forma que não se encaixe nessa heteronorma, instrumento de dominação, são as vidas consideradas dissidentes.

Sob esse aspecto, os homens que não se encaixam nesses dois conceitos de virilidade e dominação, também são considerados uma classe dominada e submissa. E quem são esses homens que, de acordo com o ideal da coletividade, não se encaixam nesse padrão de masculinidade? Homens que fazem parte da população LGBT+, homossexuais, bissexuais, transgêneros, ou quaisquer outros que estejam fora do padrão heteronormativo coletivamente imposto, visto que, a classe dominante masculina e viril, os considera afeminados ou sequer os considera homens, não sendo portanto uma sexualidade ou identidade de gênero dominante.

O mesmo ocorre com as mulheres que estão inseridas na população LGBT+, que só pelo fato de serem mulheres já existe uma relação de dominação masculina, contudo, essas mulheres não correspondem ao que se espera de mulheres frágeis e submissas aos homens, o que causa desconforto a essa classe dominante.

A mesma situação ocorre com todas as outras formas de gênero e sexualidade que se encontram fora dos padrões heteronormativos, visto que de acordo com a interpretação de dominação masculina, fogem ao que se propõe de homem masculinizado e dominador. Aliás, importante ressaltar que inclusive esses homens que se encaixam nessa categoria de dominante, de certa forma também podem ser considerados como dominados, pois estão sujeitos a incorporação de uma dominação, espera-se determinados padrões de comportamento. Ou seja, todos estão sujeitos à dominação masculina, inclusive aqueles considerados na figura do dominador.

Sendo assim, tais indivíduos que não correspondem a norma culturalmente imposta, isto é, que pertencem a uma classe considerada dominada, acabam por serem vítimas de estigmatização e violência, dentre estas, uma é definida por Bourdieu como violência simbólica.

A violência simbólica de Bourdieu (2002) é justamente a subordinação a qual as classes consideradas inferiores sofrem, sendo então uma violência “espiritual”. Como não há violência física, é simbólica, pois nem mesmo pode ser classificada como moral, visto que não há coação. Na verdade, a violência simbólica já está enraizada na sociedade, semeada ao longo dos anos, conforme as relações de poder entre os indivíduos, como ocorre com a sexualidade e a forma como é exercida.

Trata-se de um processo de reforço e construção de pensamentos e condutas, que estejam alinhados a estrutura dominante, segundo Pacheco (2016). Tudo aquilo que corresponde à normatividade será reforçado, enquanto aquilo que foge as determinações de padrão será rechaçado, por meio de símbolos, palavras, gestos. A violência se inicia a partir do momento em que o indivíduo está em desconformidade com a norma, e é obrigado a se ajustar a mesma, para não sofrer as demais formas de violência.

Para muitas pessoas é difícil identificar esse tipo de violência, pois ela nem mesmo possui tipificação. O meio social não consegue identificar certas relações de submissão, acreditando se tratar de algo natural, e na verdade, não há nada de natural nessas práticas de poder, o que ocorreu foi a naturalização, a normalização desses institutos. Ou seja, as pessoas acreditam ser natural a heterossexualidade, mas na verdade, esta foi naturalizada como a única forma normal de identidade sexual.

Santos (2015) lembra-nos o que Bourdieu caracteriza como violência simbólica, determinando que se trata de uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita daqueles que a sofrem e também, frequentemente, daqueles que a exercem na medida em que uns e outros são inconsciente de a exercer ou a sofrer. Assim, entende-se que a violência simbólica é disfarçada, e que diversas vezes, é difícil até mesmo para a vítima, identificar que sofre tal violência, pois são situações naturalizadas no meio social.

Dentro desse contexto de violência simbólica, cita-se especificamente uma temática recente e polêmica, que é a possibilidade de psicólogos realizarem a terapia de reorientação sexual, também conhecida pela mídia como “cura gay”, com o fito de alterar a identidade sexual do indivíduo. Nesta seara, é identificada a violência simbólica, na medida em que há pessoas que fazem parte da população LGBTQ+ que desejam passar por esse tipo de terapia, e psicólogos que afirmam ser possível o indivíduo conseguir êxito nessa terapia, invisibilizando uma forma natural de desenvolvimento da sexualidade humana, e reforçando o preconceito com essa população.

Além de se tratar de uma violência simbólica presente nos discursos de psicoterapeutas que dizem ser possível reorientar a sexualidade humana, e que invisibiliza e estigmatiza formas normais de exercer a identidade sexual, reforçando o preconceito contra indivíduos que não correspondem ao padrão socialmente imposto, a terapia de reorientação sexual traz danos não só a coletividade LGBTQ+, mas também ao próprio indivíduo que se submete a essa terapia, segundo a Associação Americana de Psicologia e a Organização Mundial de Saúde, conforme tópico a seguir.

3.3 A terapia de reorientação sexual e seus efeitos

A terapia de reorientação sexual, conhecida também como terapia de reversão sexual⁴, é realizada por psicólogos que entendem ser possível alterar a sexualidade humana por meio de tratamento psicoterapêutico, pois a homossexualidade⁵ seria uma faceta danosa da sexualidade, causando incômodo aos pacientes.

Nicolosi (2004) afirma que a terapia não pode ser confundida com uma cura, mas sim como mudança de orientação sexual, pois, seu foco é apresentar a homossexualidade como fonte de desconforto, sendo possível, portanto, reorientá-la para aliviar as dificuldades sofridas por aqueles que buscam tratamento.

Em sentido contrário, Moita (2006) esclarece que na medida que o psicólogo interpreta o mal-estar dos clientes como um pedido de mudança da sua homossexualidade e nega a homossexualidade dos clientes, são posições que revelam a presença do padrão heteronormativo, e a negação a outras formas de exercer a sexualidade. Portanto, nota-se que entre os psicólogos não há uma unidade de pensamento no que tange a terapia de reorientação sexual, gerando divergências e discussões.

O entendimento que podemos retirar a partir de então, é que de tempos em tempos, a terapia de reorientação sexual volta a ser discutida nas diversas esferas, e com diferentes entendimentos, inclusive por parte dos psicólogos que ora versam a favor dessa terapia pois defendem a liberdade profissional do psicólogo, ora se posicionam de maneira contrária, por entenderem que é uma forma de reforçar preconceitos já existentes contra os integrantes da população LGBT+.

Nesse sentido, a terapia de reorientação sexual pode acabar por reforçar preconceitos, a partir da visão de que a sexualidade é uma discricionariedade do indivíduo, sendo possível a este escolher ser heterossexual. Aliás, é com o intuito de não estigmatizar a população LGBT+, que a expressão “opção sexual” não é mais utilizada, pois não há comprovação científica alguma que arfime ser possível à pessoa fazer essa escolha. Por isso, o entendimento hoje é que o termo correto é “orientação sexual”, posto não se tratar de uma escolha, mas um direcionamento da sexualidade.

É fundamental que as diversas esferas disciplinares procurem desconstruir certos preconceitos e estigmatizações que invisibilizam e marginalizam a população LGBT+, especialmente no que diz respeito aos profissionais de saúde mental, pois o impacto do terapeuta da vida do indivíduo, possui um peso

4 Neste trabalho, utilizo somente o termo “reorientação sexual”, pois entendo ser mais adequado, visto que, enquanto a palavra reorientar pode significar orientar em novo sentido, a palavra reverter pode significar regresso ao estado primitivo, correndo risco do termo “reversão sexual” ser interpretado de maneira equivocada, causando a impressão de que o indivíduo era naturalmente heterossexual, tornou-se homossexual, e procura um tratamento para retornar ao seu estado de heterossexualidade. Sendo assim, para evitar equívocos, o termo utilizado será reorientação sexual.

5 Importante esclarecer que emprego a palavra “Homossexualidade”, mas refiro-me a todas as formas de sexualidade que não se encaixam no padrão heteronormativo, tais como a bissexualidade e pansexualidade, por exemplo. Utilizo somente o termo “homossexualidade” de maneira meramente didática, evitando repetições, citando reiteradamente outras orientações sexuais que fogem à heteronorma.

enorme, já que ele é visto como o detedor do saber, e da verdade científica, o que significa dizer que as pessoas tomam os seus discursos como verídicos, de acordo com Moita (2006).

Alguns defensores da terapia de reorientação sexual entendem que proibir essa terapia, não possibilitaria que psicólogos pudessem atender pacientes homossexuais, pois acreditam que não seria possível tratar a fonte de desconforto desses indivíduos. No entanto, conforme elucida Santos (2013), em concordância com a Associação Americana de Psicologia – APA (2009), o psicólogo deve sim atender o paciente homossexual, sem propor, contudo, mudanças à orientação sexual, mas sim desenvolvendo práticas que envolvam aceitação, apoio, compreensão, as chamadas terapias afirmativas, que serão analisadas no próximo tópico, que são condizentes com as normas do CFP, diferente da terapia de reorientação sexual, que permanece vetada pela Resolução 01/99 do CFP.

O mesmo entendimento é adotado pela própria OMS, que em 2012 se pronunciou considerando a terapia de reorientação sexual uma séria ameaça à saúde e bem estar, e até mesmo a vida das pessoas que realizam esses tratamentos, frisando que não há comprovação de benefícios ao paciente, e que, em verdade, os riscos são notórios, como trata Furtado (2014).

A APA (2009) em seu relatório, tratou especificamente das terapias de reorientação sexual, buscando responder se estas eram eficazes, se tinham algum benefício ou se eram danosas. Os resultados obtidos indicaram que a grande maioria dos pacientes submetidos à terapia, continuaram apresentando comportamento homossexual, tal como ocorreu em todos os procedimentos anteriores que visavam alterar ou inibir a homossexualidade, e além disso, boa parte desses pacientes começaram a apresentar efeitos colaterais extremamente negativos e prejudiciais a autonomia individual de cada pessoa, como perda de sentimentos sexuais, depressão, ansiedade, confusão mental, disfunções sexuais, drogadicção, automutilação, abulia, pensamentos suicidas, que indicam uma inabilidade do sujeito em lidar e adaptar-se em uma sociedade que favorece a heterossexualidade, como única forma correta de orientar-se sexualmente.

Nesse sentido, Mcneill (2008, p. 131 apud MARANHÃO, 2015, p.7) traz a reflexão de que não é possível portanto reverter ou reorientar a sexualidade do indivíduo, seja com terapias promovidas por psicólogos, ou por conversões religiosas, pois a orientação sexual não é uma escolha discricionária do ser humano, indicando ainda que não há formas saudáveis de modificar a orientação sexual de alguém, e as tentativas hoje existentes na forma de terapias reorientadoras são fundadas em preconceito, homofobia, sem embasamento científico.

A diversidade sexual é natural, e as várias formas de viver a sexualidade não podem ser vistas como patológicas unicamente por se tratar de formas de sexualidade que não correspondem ao que se espera, aquelas que estejam de fora do padrão heteronormativo. Aliás, é esse pensamento normativo que leva à patologização da sexualidade da população LGBT+, como exposto por Kahhale (2011).

Sampaio (2013) conclui que a sexualidade faz parte da personalidade humana, integra a identidade do sujeito, sendo moldada por meio de processos culturais e profundamente plurais, que interferem na construção da identidade. Assim, tentar suprimir a sexualidade, é como abafar uma parcela da

personalidade do indivíduo, sendo este um processo doloroso e danoso para a saúde mental das pessoas homossexuais sujeitas a este tipo de “tratamento”, pois corresponde ao mesmo que perder a própria identidade.

Assim, a conduta adequada do psicólogo, no entendimento de Teixeira Filho (2011), é promover possibilidades terapêuticas de tratar pacientes homossexuais combatendo a própria homofobia existente neles mesmos, fazendo com que eles possam trabalhar essa sensação de culpa e a sensação de fracasso por não atingir o padrão heterossexual, visando procedimentos que busquem bem-estar e aceitação do paciente, o que evitaria muitos casos de depressão e melancolia.

3.4 A terapia afirmativa

Diante de todas as facetas danosas que as terapias que visam inibir ou alterar a homossexualidade trazem ao paciente, sendo ilegítima e vetada pelo CFP, citamos em contrapartida, a terapia afirmativa como o procedimento mais adequado para atender ao paciente homossexual que procura ajuda do psicólogo.

O termo Terapia Afirmativa surgiu na década de 80, sendo utilizado pela primeira vez em 1982, em um artigo publicado pelo psicólogo Alan Malyon como elucidada Borges (2009). De acordo com Moleiro e Pinto (2009), a terapia afirmativa consiste em técnicas que visam promover aceitação e conforto ao paciente, buscando cessar a culpa e o mal-estar que este sente no que tange a sua própria identidade sexual. O terapeuta afirmativo é aquele que auxilia o indivíduo a aceitar a própria orientação sexual, em oposição a propostas que visem alterar a sexualidade do paciente.

Nessa abordagem, a terapia não tem foco na orientação sexual do paciente como fonte de desconforto ou algo problemático, em verdade, o foco da terapia afirmativa é apresentar a homofobia como o verdadeiro problema, a partir de uma série de princípios que conduzem a intervenção do psicoterapeuta, que aborda a “saída do armário”⁶ e redução da homofobia internalizada. Moleiro e Pinto (2009).

Para muitos autores o surgimento da internalização da homofobia é inevitável, diante do fato que desde a tenra infância, todas as pessoas encontram-se submetidas a discursos que regulam as normas heterossexistas, conforme expõe Pereira (2001). Nesse sentido, essas normas são absorvidas pelo sujeito muito antes de perceber a sua orientação sexual, que passa a ver a homossexualidade como algo lesivo.

Após essa análise da internalização da homofobia pelo próprio paciente homossexual, o psicoterapeuta determina de que forma realizará a terapia, de modo a deixar o paciente mais confortável com sua sexualidade. A terapia afirmativa está inclusive de acordo com a APA, que em 2000 publicou alguns

6 “Sair do armário” é um termo que designa o processo de aceitação da pessoa homossexual com ela mesma, que assume sua orientação sexual, libertando-se das amarras de esconder a própria personalidade e identidade, que antes o fazia em virtude do medo, da vergonha e do receio de estar fora do padrão heteronormativo.

princípios de boa conduta que o terapeuta deve seguir com seus pacientes, princípios estes similares ao que a Terapia Afirmativa propõe. APA (2000)

Como pode ser analisado, é esperado do terapeuta que seja capaz de conduzir da melhor maneira possível a terapia ao paciente homossexual, visando a aceitação do paciente no que diz respeito sua própria orientação sexual. Nesse sentido, a terapia afirmativa não coaduna com propostas que visem inibir ou alterar a sexualidade do indivíduo, pois considera que essa não é a postura adequada diante de um paciente homossexual que procura por ajuda.

Por fim, importa salientar que a Terapia Afirmativa, ao propor a aceitação da sexualidade do próprio paciente, demonstra que a homossexualidade, bissexualidade, pansexualidade, entre outras, são orientações sexuais tão normais quanto a heterossexual, situação contrária à terapia de reorientação sexual, que reforça o preconceito e estigmatização existentes contra a população LGBT+.

4 Conclusões

Podemos perceber a partir dos dados apresentados e dos referenciais bibliográficos que no processo de construção da sexualidade, por meio de processos culturais e plurais, a heterossexualidade acabou tornando-se uma orientação sexual socialmente aceita, houve a imposição do padrão heteronormativo, e tudo o que estivesse à margem desse padrão, sofreu, e ainda sofre um intenso processo de marginalização.

Dentro desse contexto, várias formas de violência acometem esses indivíduos, entre elas, a violência simbólica, definida por Pierre Bourdieu, que é a subordinação de determinados grupos, como algo natural, sem que dominador e dominado tenham consciência dessa violência. Isso ocorre por exemplo quando há a legitimação de procedimentos que visam alterar a sexualidade do indivíduo, é o caso da terapia de reorientação sexual, que além de reforçar preconceitos, há efeitos danosos ao paciente que se submete a essa terapia, segundo relatório da APA.

Por fim, há um dano também à coletividade LGBT+, pois quando se permite a terapia de reorientação sexual, tem-se a falsa ideia de que é possível reorientar a sexualidade do indivíduo, reforçando todo o preconceito que já assola essa parte da população, afirmando de forma sutil que o indivíduo escolhe a própria sexualidade. Ou seja, permitir essa terapia é também reforçar o termo “opção sexual”, que está entrando em desuso cada vez mais, pois já restou comprovado que não é possível ao indivíduo homossexual fazer essa escolha, tal como também não é possível essa escolha a pessoas heterossexuais, que em determinado momento de suas vidas, não escolheram sua sexualidade, pois não se trata de uma escolha inerente ao indivíduo, não sendo possível a aplicação da terapia de reorientação sexual.

Dinis (2011) utiliza o termo “amoladores de faca” para descrever essa forma de lesão. O termo caracteriza a relação de cumplicidade entre os discursos eivados de preconceito, que reforçam ainda mais os estigmas, e as mortes de pessoas LGBT+. É uma violência presente nos símbolos, nas entrelinhas dos discursos, nas instituições, são disfarçados e destituídos de aparente crueldade, como seria o

caso de psicólogos que promovem essa terapia visando reorientar a sexualidade do indivíduo. Contudo, estes discursos amolam as facas e enfraquecem a vítima, tornando-a inumana, matam não somente o corpo, como destroem a identidade.

Assim, permitir que psicólogos realizem terapias de reorientação sexual, mesmo que pela vontade do indivíduo, não representa risco apenas para o paciente, mas para toda a população LGBT+, pois seria o mesmo que aceitar que a homossexualidade é uma condição nociva ao indivíduo, patológica, que causa sofrimento e que pode ser revertida por meio de terapias duvidosas. Tal aceitação é um amolar de faca, é um golpe silencioso a cada pessoa LGBT+, atingindo a subjetividade do indivíduo, estabelecendo que a sua identidade sexual é discricionária e reversível.

5 Referências

APA – American Psychological Association. **Report of the Task Force on Appropriate Therapeutic Responses to Sexual Orientation**. Washington, DC: American Psychological Association, 2009. Disponível em: <<https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/therapeutic-response.pdf>> Acesso em: 11 Set 2018.

APA – American Psychological Association. **Guidelines for Psychotherapy With Lesbian, Gay, and Bisexual Clients**. *American Psychologist*, 55 (12), 1440-1451, 2000.

BORGES, Klecius. **Terapia afirmativa: uma introdução à psicologia e à psicoterapia dirigida a gays, lésbicas e bissexuais**. São Paulo. Editora GLS. 2009. Disponível em <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=FGH18uvkP4UC&oi=fnd&pg=PA1&dq=terapia+afirmativa&ots=GZATf2ym9C&sig=8EULHQrrdEmiui1fa2OM3u-vCPY#v=onepage&q=terapia%20afirmativa&f=false>> acesso em 12 Set 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 2ª edição. Editora Bertrand Brasil. 2002. FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade – A vontade de Saber**. Ed. 13. Editora Grall. Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2940534/mod_resource/content/1/Hist%C3%B3ria-da-Sexualidade-1-A-Vontade-de-Saber.pdf>. Acesso em: 08 Ago 2018.

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. 1998. Disponível em <<http://observem.com.br/upload/69a8d4dc71b04390c3096c61cbc97aed.pdf>> Acesso em 14 de Ago de 2018.

HEILBORN, Maria Luiza. **Dois é par: gênero e identidade sexual com contexto igualitário**. Rio de Janeiro. Editora Garamond, 2004. Disponível em: <<https://books.google.com.br/books?hl=pt-BR&lr=&id=Bc4zPR24EgEC&oi=fnd&pg=PA49&dq=#v=onepage&q&f=false>> Acesso em 07 Out 2018

KAHHALE, Edna Maria Severino Peters. **Enfrentamento à patologização e à homofobia: Código de Ética do psicólogo e Resolução CFP 001/1999**. In: Conselho Federal de Psicologia. (Org.). **Psicologia e diversidade sexual: Desafios para uma sociedade de direitos**. 1 ed. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2011, v. 1, p. 201-215.

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte. Revista Digital Sources. 2000

MARANHÃO, Eduardo Meinberg de Albuquerque. “Educar corretamente evitando aberrações”: notas introdutórias sobre discursos punitivos/discriminatórios acerca das **homossexualidades e transgeneridades**. *Revista Paralellus – Revista eletrônica em Ciências da religião – UNICAP*. Recife, v. 6, n. 12, p. 187-200, jan./

jun. 2015. Disponível em: <<http://www.unicap.br/ojs/index.php/paralellus/article/view/567>> Acesso em: 26 Set 2018.

MOITA, Gabriela. **A patologização da diversidade sexual: Homofobia no discurso de clínicos.** Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 2006. Disponível em <<http://journals.openedition.org/rccs/862>> Acesso em 27 Set 2018.

MOLEIRO, Carla; PINTO, Nuno. **Diversidade e psicoterapia: expectativas e experiências de pessoas LGBT acerca das competências multiculturais de psicoterapeutas.** Ex aequo, Vila Franca de Xira, n. 20, p. 159-172, 2009. Disponível em <http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0874-55602009000200015&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 04 Out 2018.

NICOLOSI, Joseph. **Reparative Therapy of Male Homosexuality: A New Clinical Approach.** Rowman and Littlefield publishers, INC. Edition. 2004. Disponível em: <https://books.google.com.br/books?hl=ptBR&lr=&id=yqLjH9WjKYsC&oi=fnd&pg=PP1&dq=reparative+therapy&ots=i6JkkVvzb7&sig=3074Twr7_7vEeVygooC8aYypqE#v=onepage&q&f=false> Acesso em: 24 Set 2018.

PEREIRA, Henrique Marques. **A homofobia internalizada e os comportamentos para a saúde numa amostra de homens homossexuais.** 2001. Disponível em <<http://repositorio.ispa.pt/bitstream/10400.12/784/1/DM%20PERE-H1.pdf>> Acesso em 12 Out 2018.

SAMPAIO, Pedro. **O que a Psicologia tem a dizer sobre a Homossexualidade? A Vida, o Universo e Tudo Mais.** Belo Horizonte: Blogspot, 8 mar. 2013. Disponível em: <<http://pedro-sampaio.blogspot.com.br/2013/03/o-que-psicologia-tem-dizer-sobre.html>> Acesso em 11 Out 2018.

SANTOS, Daniel Kerry dos. **As produções discursivas sobre a homossexualidade e a construção da homofobia: problematizações necessárias a psicologia.** Revista EPOS; Rio de Janeiro – RJ, Vol.4, no 1, jan-jun de 2013. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2178-700X2013000100007> Acesso em 19 Set 2018.

SANTOS, José Vicente Tavares. **A violência simbólica: o Estado e as práticas sociais.** Revista Crítica de Ciências Sociais [Online], 108 | 2015, colocado online no dia 16 Dezembro 2015, criado a 27 Setembro 2017. Disponível em <<http://rccs.revues.org/6169>> 29 Set 2018.

TEIXEIRA FILHO, Fernando Silva. Homofobia e sua relação com as práticas “psi”. In: Cadernos Temáticos CRP SP - Psicologia e diversidade sexual. Conselho Regional de Psicologia da 6ª Região – São Paulo: CRPSP, 2011.

A ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE DEFESA DA MULHER E POPULAÇÃO LGBT NA DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO MARANHÃO

Gustavo Gomes da Silva Marques¹

Rebecca Mendes Cruz²

Suelen Gonçalves Duarte³

Resumo: Considerando fatores sociais e econômicos, que contribuem para a persistência da vulnerabilidade social advindos da origem patriarcal e sexista que estruturam a formação sócio- histórica e cultural do Brasil, este artigo tem por finalidade problematizar a situação de risco social que a população LGBTQI está inserida no estado do Maranhão, tendo como base para estudos de referenciais teóricos sobre a temática e configuração de análise da atuação do Núcleo de Defesa da Mulher e da População LGBT, por meio de entrevistas semiestruturadas realizadas com profissionais da Defensoria Pública do Estado do Maranhão. Decorrente desta análise podemos identificar que estas instituições e núcleos especializados estabelecem portas de acesso ao combate a violações de direitos da população LGBTQI.

Palavras-chave: População LGBTQI, Maranhão, Defensoria Pública.

1 1 Graduando em Serviço Social – UFMA.
E-mail: gusmarquesas@gmail.com.

2 Graduanda em Serviço Social – UFMA.
E-mail: rebeccamendes21@gmail.com.

3 Graduanda em Serviço Social – UFMA
E-mail: suellemduarte2010@hotmail.com

O SONHO DA COR DO ARCO-ÍRIS: A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS

José Borges de Morais¹
Geane Maria de Alencar Arrais Borges²
Samuel do Nascimento Hora³

Resumo: a nossa experiência nascida da participação na 12ª Jornada Nordestina LGBT, nos mostrou a importância dos estudos antropológicos para a compreensão e divulgação das militâncias dessa classe ainda carente de atenção e respeito, e necessitada da devolução dos seus direitos civis, os quais devem ser postulados a esse elo desgarrado da sociedade, sem a minimização da satisfação da orientação sexual de cada indivíduo militante ou não, preto ou amarelo, rico ou pobre. E é pairando sobre o multicolorido arco-íris do Brasil, principalmente da região Nordeste e, especialmente, nas cores centradas na grande região de Picos, vimos recentemente a mobilização do movimento LGBT buscando a ascensão dos seus direitos e o apregoamento das vontades e sentimentos no cunho homossexual evolutivo da sociedade picoense. Discutiremos a sapiência dos saberes populares ou locais, atrelados aos saberes mundiais, para enveredarmos pelo caminho de um entendimento que seja plausível e culmine com diálogos positivos para uma sociedade igualitária. A nossa opinião, é que a história escrita tem o pensamento colonial dos ditos “saberes universais” e, a Antropologia Jurídica hoje, é elo massificante de saberes, essa ciência, deve promover hoje a evolução dos povos em sociedade com o entendimento da história passada desmistificando orientações dominadoras. O movimento LGBT está se alargando no sentido de que as suas deliberações focam em solidariedade, resistência e persistência, na busca pelo respeito e também por políticas públicas que engajem esforços no sentido de propiciar além dos seus direitos como cidadãos, também a inclusão dos indivíduos na sociedade como um todo: na universalização dos seus direitos à saúde, à educação e à liberdade de viverem com base nas suas escolhas individuais baseadas nas próprias decisões do uso do seu corpo e dos seus sentimentos como melhor lhes aprouver. A barreira criada pela sociedade e até por suas próprias famílias, indicando esses

1 Empresário, Licenciado em Letras pela FAFOPA, graduando em Direito pela FACULDADE R. SÁ.
E-mail: borgesmultimarcasveiculos@gmail.com;

2 Professora, Bacharela em Ciências Contábeis pela UESPI, graduanda em Direito pela FACULDADE R.SÁ.
E-mail: geanealencar.2012@gmail.com.

3 Técnico Eletrotécnico, Graduando em Direito pela FACULDADE R. SÁ.
E-mail:martinelli714@gmail.com

indivíduos como tendo um desvio particular – antes considerado uma doença pela ciência médica, mais precisamente, um pensamento situado nas áreas da psiquiatria e psicologia –, é uma conduta ainda hoje reprovável pela sociedade, traz a estes seres, a ansiedade, a angústia e a depressão e, estas sim, são doenças que tomam ou se tornam as mãos da condenação dada por uma normativa do pensamento arcaicamente socializado pelos indivíduos crentes de terem saberes puros, o que os excluem – os outros: os impuros – do convívio familiar e social, culminando muitas vezes com a decisão de darem cabo ou por um fim a própria existência, quando se encontram naquele vazio existencial interior e, onde não acham uma palavra, um alento para lhes tirar das mãos da fria morte. Nos tempos atuais e mundo afora, um grupo com poder atropela os saberes minoritários. A incoerência das ações de poder tornam-se legítimas e são aprovadas pelo silêncio da sociedade na sua ingerência das verdades humanas e na concepção de bem-estar social frente à aniquilação das liberdades individuais e, na ritualização de uma dogmática secular, irracional e criminosa, o que sentencia vidas consideradas desviadas a se tornarem um excremento particular e antissocial e, como se fosse um espectro de outro mundo. O preconceito e a violência velada contra os negros, índios, LGBT e outras minorias, vem com um pensamento dos tempos em que a humanidade ainda não sabia que a terra era redonda e, por isso, temos a responsabilidade de combatê-los e mostrar novos horizontes e mais dignidade.

Palavras-chave: 12ª Jornada Nordestina LGBT. Direitos Humanos. Movimento LGBT. Vale do Rio Guaribas.

Introdução

O movimento LGBT vem crescendo nos últimos anos nos arredores e dentro das regiões outrora conhecidas mais pelas características da dureza na labuta diária e, no tocante a virilidade incumbida de exportar um tipo de homem másculo e com características de um ser valente e dado somente ao comportamento heterossexual, como sendo pensamento uno, de todos os indivíduos. O Nordeste e a nossa querida cidade de Picos, rodeada de morros e deitada às Margens do Vale do Rio Guaribas e transpirando fé – nas verdades e inverdades – aos quatro ventos, são exemplos maciços das mudanças ocorridas nos últimos tempos. Embora ainda discreta, vem mexendo com os valores seculares das raízes familiares, religiosas, culturais e políticas da sociedade, enveredando pelo caminho do crescimento de mudança cultural e da racionalização de um pensamento que fora forjado a coices de mula num passado que levava a hipocrisia ao cume da existência que rodava fora do eixo da moral e dentro de uma filosofia tocada à mesquinhez dos interesses espúrios da classe dominante.

A qualificação dada erroneamente às *minorias*, subjugando os seus saberes de vida, as suas crenças primárias, as suas matizes religiosas, políticas e sociais, traz uma nuance equivocada do que poderia ser o equilíbrio social entre seres racionais em sociedade e que, não fosse isso, poderíamos catalogá-los todos numa mesma categoria, como sendo irmãos de uma humanidade explícita e, para o fim de um bem-querer social, invocando assim, o legítimo legado de evolução carismática humana positiva e coerente com o promulgado desejo de liberdade, felicidade e prosperidade de todos os povos e, para trazer uma configuração mais humanitária para os *saberes locais* e *universais* dos indivíduos em sociedade.

Repensar a subjugação dos saberes e a discriminação das populações: LGBT, indígenas e afro-americanas entre outras *minorias*, para confrontá-los e deitá-los na harmonia da igualdade e, assim apreciar o deleite da sobrevivência das dignas ações humanas para o aperfeiçoamento do entrelaçar da riqueza natural do ser – a vida – um sonho que nos foi dado por um ser dignamente superior.

Objetivar um aprofundamento das discussões sobre os direitos das minorias de tal sorte que, seja igualitário para a concepção do caminhar humano como plenitude de vidas e, não, alocado em históricos enraizados na crueldade, na violência e na aceitação da mediocridade e da intolerância como um saber principal – um *saber superior* –, um saber que corrói o *saber local*, seja ele de cunho ditatorial político ou religioso, ou saído de mesclas extraídas de um pensamento retrógrado e até mesmo de um pensamento contemporâneo.

Contextualizar a realidade das comunidades indígenas, afro-americanas e LGBT mostrando que ainda são rodeadas pelo pensamento colonial na contemporaneidade é uma necessidade premente. Os saberes devem ser sabidos e expressos para a equalização, para a homogeneização de um pensamento que fomenta a distribuição de direitos para a erradicação de comportamentos esdrúxulos e que comprometam a identidade do indivíduo como ser humano pertencente ao mesmo quadro terreno que abraça todas as cores, todos os gêneros, enfim, que comunguem com todos os povos e, com a sua variedade de culturas, sentimentos e comportamentos individuais e/ou coletivos, etc.

A respeitabilidade deve ser invocada para o crescimento exponencial do homem como ser pensante e capaz de gerar equilíbrio no convívio de todos e de todas, para a satisfação do chamamento da felicidade – matéria buscada por todos os indivíduos, acima da valorização do credo, da raça ou da orientação sexual – e, independentemente dos algoritmos que logrem pretender estabelecer para seus comportamentos de vida.

2 Metodologia

Trabalhamos esse artigo com a pesquisa qualitativa, documental e de campo, começando-o em 01 de agosto de 2018 e pausando-o momentaneamente em 25 de janeiro de 2019.

Focamos em nossa observação participativa na 12ª Jornada Nordestina LGBT, realizada na cidade de Picos, Estado do Piauí, no período de 28 a 30 de setembro de 2018.

Durante a pesquisa, indagou-se sobre os direitos das *minorias*, em especial sobre os direitos da população LGBT. Realizamos entrevistas semiestruturadas com um casal LGTB, tratados como X e Y, e ativistas do movimento LGBT tratadas aqui como M e K. Utilizou-se o diário de campo para anotações e compilações dos dados coletados.

Discutiremos os saberes populares ou *locais* os atrelando aos ditos *saberes universais*.

3 O sonho da cor do arco-íris: a homofobia no caminho de vidas

Dá-se uma classificação às pessoas cerceadas dos seus direitos como sendo uma classe chamada de *minorias*, numa simplicidade um tanto quanto equivocada o que, em nosso ponto de vista, entendemos que por *minorias* poderia tratar-se de uma quantidade *pouca* de pessoas e isso, portanto, o que a maioria dos autores estabelece como sendo *minorias*, não condiz com a verdade situacional quantitativa dessas pessoas ou desses povos, os quais vivem aquém do mínimo desejado de direito que deve ser concebido pelo homem humano, a si e ao seu próximo.

O nosso pensamento e entendimento é que o termo mais apropriado para designar essas desigualdades dentro da sociedade moderna, seria: *minorias em direitos* e não simplesmente *minorias*, pois apontando somente para esta última, trata como se o quantitativo não influenciasse nos resultados e, sabemos que uma *minoria em direitos* quando é maioria no quantitativo de pessoas e quando organizada, pode gerenciar resultados diferentes e positivos para uma classe, para uma sociedade ou para todo um povo, o que refletiria na satisfação individual de cada um como também em toda a coletividade e, no prosseguimento exitoso de um ritmo de vivência em sociedade mais equilibrado e mais justo, respeitando as ideologias do homem e deixando-o evoluir em favor da satisfação dos seus sentimentos, sem importar para os demais membros da sociedade, a maneira com a qual o indivíduo se comporte na intimidade do uso do seu corpo, aferindo somente a ele, as responsabilidades e medidas de contentamento ou de descontentamento pelo desencadear das relações dos seus desejos particulares, sejam

eles socialmente batizados de *normais ou anormais*, pois o que é *normal* para *uns*, não terá necessariamente que o ser para os *outros* e, independentemente do território social ao qual o indivíduo esteja integrado ou queira se integrar.

Com base nesse nosso pensamento de que essa *minoría* discutida pela comunidade científica e pelos afrescos da política social moderna é posto como um quantitativo que já nasce conceitualmente sem valor, irrisório e, sem expressão própria para pleitear direitos que lhe são devidos ao longo dos séculos findos e ainda do atual e, provavelmente dos tempos que ainda estão por vir, é que pretendemos cunhar aqui, o termo *minorias em direitos*, o que positivamente entendemos conceituar melhor esse manancial de pessoas que vivem à margem da sociedade, às escuras e longe da luz das sabedorias, não por ser minoria em si nem tampouco menor em quantitativos de indivíduos, mas sim, por serem *minorias em direitos* seus, sejam direitos a uma moradia, a uma política justa, aos direitos do homem em ter o direito de uso do seu próprio corpo em circular livremente seus passos e suas ideologias frescas nos caminhos que melhor decidir para o seu desenvolvimento e relacionamento da sua pessoa com a outra, o seu par e, pelo livre arbítrio do ser humano que o é, o direito à liberdade, a uma premissa que deve ser a base para conceber e conceituar o substantivo feminino mais precioso do Planeta Terra: humanidade, uma benevolência que poderia sintetizar todos os sentimentos de bondade para a plena satisfação do indivíduo em vida e assim, exponenciar as virtudes do que de melhor existe na face terrena – o seu próprio povo, as suas próprias gentes, a sua significação própria de luz e bem querença infinita do ser em vida.

Segundo o Guia Mundo em Foco Especial: Racismo (2016), foi o biólogo sueco Carolus Linnaeus, em 1758, quem criou o termo “Homo sapiens” e o “idealizador da Taxonomia Moderna (ramo da biologia que descreve, identifica e classifica os seres humanos)”, atribuindo as quatro “variedades” do homem abaixo:

- **Americano**, o Homo sapiens americanus, vermelho e com mau temperamento;
- **Europeu**, denominado Homo sapiens europaeus, branco e sério; - **Asiático**, classificado como Homo sapiens asiaticus, amarelo e melancólico; - **Africano**, o Homo sapiens afer, preto e preguiçoso.

Carolus Linnaeus reconhecia, ainda, a existência de mais uma “raça”, sem definição geográfica, chamada de “Monstruosa” (Homo sapiens monstrus).

Em 1775, o antropólogo e zoólogo alemão Johann Friedrich Blumenbach, sucessor do pensamento de Carolus Linnaeus, publicou um texto em que classificava quatro “variedades” de seres humanos: - Europeu, Asiático do Leste, e parte da América do Norte; - Australiano; - Africano; - Restantes do Novo Mundo.

A visão do antropólogo alemão continuou a evoluir e, em 1795, deu origem a cinco “variedades”, identificadas como ‘Caucasiano’, ‘Mongol’, ‘Etiope’, ‘Americano’ e ‘Malaio’.

(GUIA MUNDO EM FOCO ESPECIAL, 2016, p. 6-7).

Notem que o biólogo Carolus Linnaeus, atribui às raças, com exceção da raça europeia – sugerida como perfeita e séria para administrar as outras raças –, um status de inferioridade, pondo o homem europeu como um ser sério e pronto para dominar o mundo, enquanto os *outros*, já nasciam classificados com alguma anomalia genética e, inferiorizados. Posteriormente, o sucessor do pensamento de Carolus Linnaeus, o antropólogo e zoólogo Johann Friedrich Blumenbach, contribui ainda mais para refletir a predominância do povo europeu como sendo *superior* aos outros povos pelo pensamento científico da época e, embasados pela expansão dos territórios do Velho Continente em séculos passados:

Assim, a partir da observação de acadêmicos e da ajuda de profissionais das Ciências Biológicas, o pensamento europeu acerca da divisão de seres humanos em “variedades” ganhou força, ecoando em outras regiões do planeta. (GUIA MUNDO EM FOCO ESPECIAL, 2016, p. 7).

Entretanto, o que vemos de verdade, é o esfacelamento da humanidade em *minorias em direitos*, que nada mais são que: divisórias forjadas dentro da nossa tal humanidade com o objetivo promíscuo de cercear os direitos de *uns muitos ‘inferiores’* em prol de *uns poucos ‘superiores’* e, isso, está presente nos discursos dos tempos atuais como sempre esteve nas falácias discursivas do passado e, ainda assim, e mais que nunca, encontra eco na maioria dos corações inumanos da história terrena desses seres que se consideram deuses, ou no mínimo, se consideram árbitros da aquiescência humana.

Ainda no século XVIII, o primeiro censo realizado nos Estados Unidos – em 1790 – classificou a população em homens brancos livres, mulheres brancas livres e “outras pessoas” (nativos da América do Norte e escravos). Cem anos depois, no ano de 1890, os norte-americanos foram classificados em termos como “branco”, “preto”, “chinês”, “japonês” e “índio”. (GUIA MUNDO EM FOCO ESPECIAL (2016, p. 7).

A humanidade é o reflexo do homem na cordialidade dos sentimentos bons ou o homem é o ser ofuscante da matéria crua dos sentimentos nefastos?

Ressaltamos que as *minorias em direitos* pleiteiam um lugar no espaço que lhe é legítimo sem ter um aprofundamento organizacional de suas multidões para um mesmo foco, um mesmo objetivo, para um mesmo vetor de conquistas homogêneas e que englobem de uma maneira única os desejos dessas classes ou desses povos – que não são poucos – num elo evolutivo de direitos, numa cadência equilibrada para que se torne um norte de significação essencial e se transforme num por vir de dias claros e mais justos em suas vidas.

Talvez por isso, o êxito dos ganhos com os movimentos que versam desde os primórdios sobre os direitos das *minorias* seja um tanto quanto desequilibrado em intuir pensamentos *universais* em suas próprias *minorias em direitos* e com isso não conseguem alavancar as vozes presas na garganta das multidões silenciadas, invisíveis e, que se deixam ser autodenominadas simplesmente de *minorias*, desprezando o seu verdadeiro potencial, o de terem um quantitativo populacional superior ao dos ditadores do poder, ao dos governantes de suas mentes, ao dos usurpadores dos seus direitos.

Em plena atualidade, não se precisa ir longe para ver palestras em faculdades onde pessoas na plateia – sem consciência da sua possível classificação como fazendo parte das *minorias em direitos*, e quando perguntadas que causas trazem a violência para os centros urbanos –, elas bradam em alto e mau som que, os motivos são os pobres que não conseguindo produzir o seu sustento no campo, migram para as cidades.

Ora, vejamos, se o indivíduo pertencente a uma classe minoritária tem um pensamento desse quilate, colocando todo pobre como fomentador de violência e, portanto, como bandido nato, é verdade pois que essa pessoa que se intitula culta do seu próprio *ponto zero* imaginário e, portanto com traços dos famigerados *saberes universais* que loteou os seres humanos em *inferiores* e *superiores*, em *raças puras* e *impuras*; entregaria esse pobre *inferior* e de *raça impura* ao seu algoz e, conseqüentemente, aos muros da prisão e/ou da escravidão, somente pela classificação infeliz feita aqui por esse indivíduo ‘expert’ inconsequente e, pasmem, sem nenhum conhecimento de causa, sem nenhum estudo do homem do campo e de seu habitat ao qual condena à longa distância, simplesmente, pela sua condição social, pela sua pobreza e não pelo seu caráter nem pela negação de seus direitos que lhe foram tirados por discursos equivocados e de intenções duvidosas no passado e no presente.

Esvazia-se da mente de tais indivíduos medíocres e com tais personalidades, a evolução do homem como ser humano, o que lhes poderia ser dito que para ser bandido não necessariamente tem que se ser pobre, senão não haveria delinquentes ricos. A idoneidade do indivíduo pensante é o que o determina para esse ou aquele caminho. Acreditamos que ainda é o caráter do homem – o seu psicológico – o formador principal da sua personalidade e daí, independente de ser desprovido materialmente ou de ter substancial condição financeira, ele poderá enveredar pelos caminhos da licitude ou da ilicitude.

Ana Paula Antunes Martins (2015), em seu Artigo: A Lei sobre o Corpo e o Corpo sobre a Lei, indica o *corpo* como elaborador e não só como mero receptor dos sentidos. Entendemos essa indicação ser importante para o crescimento do *corpo*, quando dessa elaboração e recepção de sentidos, devendo intuir um discernimento melhor sobre as categorias de pensamentos – elaboradas e recebidas –, que propiciem a sua adequação significativa louvável dentro da sociedade e, com isso, diminua a ascensão de *saberes universais* autoritários e indesejáveis sobre esse mesmo *corpo*.

De mero receptor, o corpo transita para um lugar central na elaboração e emissão de sentidos. Esse modo de compreender o corpo representa uma ruptura com o pensamento binário que opôs categorias clássicas como idealismo e materialismo. De acordo com essas categorias, por um lado, toda existência é atribuída ao pensamento e, de outro, a estrutura fundante da realidade é a matéria. (MARTINS, 2015, p. 114).

Embora outros fatores possam influenciar na formação dos delinquentes, não podemos ter o pensamento simplista e irresponsável de atribuir às *minorias em direitos* a onda de criminalidade crescente que assola a sociedade.

Atribuir uma carga de imagem criminoso pelo perfil econômico desfavorável no qual o indivíduo possa se encontrar no momento ou pela sua cor da pele ou pela sua opção sexual, é condená-lo antecipadamente e com uma atribuição presunçosa de culpa pelo simples fato do seu pertencimento a uma origem humilde, ou seja, fora classificado por seus pares no rol das anormalidades sociais, antes crivado somente pelos *seres superiores* e, agora também taxado *inferior* e criminoso, por outros da sua iguala e, pertencente tal qual ele, às *minorias em direitos*.

É como se esses indivíduos ao adentrarem a universidade passassem da *casta inferior* automaticamente para uma *casta superior*, extraído de si num flash psicodélico, toda aquela carga pejorativa que lhe fora atribuída desde o seu nascimento e, embelezado pelo palco midiático, sucumbe na incompatibilidade do sentimento mesclado na sua mesquinharia psicológica deprimente e ignorante e assim, estratifica-se do seu meio social de origem para fomentar irreparáveis e equivocadas opiniões generalizadas e que insultam e ferem a idoneidade de pessoas boas.

Minoria, por si só, é um termo pejorativo que os donos dos ditos *saberes universais*, à força, souberam cunhar e taxar – pregar – nas mentes dos incultos e de inocência intelectual, dos largados à sorte da cultura dominante, dos que apenas a própria alma e se submetem à tirania física e psicológica ao prazer de *uns poucos* que estão no alto pedestal do poder e, os quais se tornam ou se proclamam donos de seus corpos, de suas mentes, ditos e ditas *inferiores*, o que chega a invalidar e, na maioria das vezes, mata o potencial intelectual dessas *minorias em direitos* e, relega a elas, uma favelização das memórias desses povos, dessas gentes.

A expropriação do poder de pensar do homem como um ser livre e capaz que o é, o torna ineficiente na busca pelos direitos que lhe foram tomados, que lhe foram extorquidos numa extração parcelada da sua vida e da vida de seus pares e, isso, é como se fosse uma sentença de morte dada a sua mente que o torna incapaz de enxergar os horizontes que estão à sua frente. E é só por isso, que o indivíduo atrofia as ideias e traz a incompetência para sua mente como rima e exercício de vivência e, às vezes acha-se até indigno e isso, o leva a se tornar parte maciça das *minorias em direitos*, quando não o deixa no subconsciente da melancolia ou na encruzilhada das veredas da esquizofrenia.

O corpo existe na totalidade dos elementos que o compõem graças ao efeito conjugado da educação recebida e das identificações que levaram o ator a assimilar os comportamentos de seu círculo social. Mas, a aprendizagem das modalidades corporais, da relação do indivíduo com o mundo, não está limitada à infância e continua por toda a vida conforme as modificações sociais e culturais que se impõem ao estilo de vida, aos diferentes papéis que convém assumir ao longo da vida. Se a ordem social se infiltra pela extensão viva das ações do homem para assumir força de lei, esse processo nunca será completamente acabado.

A expressão corporal é socialmente modulável, mesmo sendo vivida de acordo com o estilo particular do indivíduo. Os outros contribuem para modular os contornos de seu universo e a dar ao corpo o relevo social que necessita, oferecem a possibilidade de

construir-se inteiramente como ator do grupo de pertencimento. (LE BRETON, 2012, p. 9).

Acompanhando o raciocínio de Le Breton (2012), as circunstâncias sociais às quais os indivíduos são submetidos e, a educação oferecida ou imposta a esses seres vai influenciar diretamente nos seus comportamentos e aspirações de vida frente ao uso do seu corpo e nos caminhos que escolherão percorrer, o que em nosso ponto de vista, se essa educação se destina a inferiorizá-los tenderá no mínimo a romper com a dignidade que é peculiar no indivíduo humano, trazendo insatisfações quando não acabando com seus próprios destinos.

O tato contato de indivíduos que se deixaram turvar pela ditadura do pensamento dominante com a realidade do momento vivido, se torna um embrulho de fundo obscuro e interminável, é um novelo que não conseguem desenrolar e que aprisiona as suas mentes, as suas vidas.

E é tudo isso que dar a vantagem desmedida aos senhores do *tudo querem* e do *tudo podem*, são os próprios indivíduos que se deixam inferiorizar nos seus íntimos e se julgam incapazes e impróprios para almejam e ter direitos, é isso que levita privilégios aos algozes das suas próprias vidas, aos tomadores dos destinos dos ora julgados minoritários.

Compreende-se que, numa sociedade diferenciada, o efeito de universalização é um dos mecanismos, e sem dúvida dos mais poderosos, por meio dos quais se exerce a dominação simbólica ou, se se prefere, a imposição da legitimidade de uma ordem social. A norma jurídica, quando consagra em forma de um conjunto formalmente coerente regras oficiais, e, por definição, sociais, 'universais', os princípios práticos do estilo de vida simbolicamente dominante tendem a informar realmente as práticas do conjunto dos agentes, para além das diferenças de condição e de estilo de vida: o efeito de universalização, a que se poderia também chamar efeito de normalização, vem aumentar o efeito da autoridade social que a cultura legítima e os seus detentores já exercem para dar toda a sua eficácia prática à coerção jurídica. (BOURDIEU, 1998, p. 246).

O "efeito da universalização, a que se poderia chamar efeito de normalização", segundo Bourdieu (1998), legitima a coerção no mandamento das regras criadas e impostas pelo poder dos ditos *saberes universais*, com o fim de 'socializar' o indivíduo na memorização do exercício da sua cidadania e na redução do espaço do ir e vir desse mesmo indivíduo, limitando a sua liberdade individual e coletiva e, castrando assim, os seus horizontes de busca de melhorias para a prática de uma vivência social qualitativa e liberta.

É a falta de união organizacional dessas classes ou desses povos que na verdade são *maiorias*, mas que se deixaram e se aceitaram como *minorias* que, por tal motivo, continuam sendo tragados pela modernidade ditatorial dos costumes antigos que traz novas roupagens e é por isso, que resolvemos chamá-los de *minorias em direitos*, insistindo aqui que se há uma *minoria* ou várias *minorias*, o são somente em direitos, ou seja, as *minorias* na verdade, são aquelas que se autoproclamavam *maiorias*

desde o começo dos tempos, sobrepondo sobre a verdadeira maioria – as *minorias em direitos* – as suas normas, os seus postulados, os seus costumes e as suas vontades.

A sociedade rotula a seu bel prazer ou ao deleite de *uns*, as liberdades individuais como sendo diretrizes a ser seguidas por normativos ou regras saltadas do (in) consciente emblemático de seres que ditos humanos e, autoproclamados *superiores* à socialização e ao inter-relacionamento natural dos *saberes* dos indivíduos postos à sombra calada dos sons do livre arbítrio para os *uns* sob a obscuridade clara das ações desumanizadas e criminosas para *os outros* – as *minorias em direitos*.

Para Muniz Sodré (2005), os grupos minoritários estão dentro de uma vulnerabilidade social e lutam pela redução do poder hegemônico e mesmo já existindo há algum tempo, apresentam-se *in statu nascendi*, ou seja, é uma força sempre em busca do seu real nascimento, do seu afloramento para o mundo social e as suas estratégias discursivas não vislumbram a tomada do poder, mas são os recursos para o enfrentamento do poder e para que se efetive o reconhecimento das suas existências como seres que devem integrar-se à sociedade em igualdade de direitos.

Pois bem, minoria é uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias. É o capítulo da reinvenção das formas democráticas que se deve inscrever o conceito de minoria. (SODRÉ in PAIVA, 2005, p. 14).

A formação do caráter e da personalidade do indivíduo pleno de suas faculdades mentais deveria ter a sua inteligência como fonte da abertura livre de cogitação ou do desejo de programar atitudes incivilizadas e que, possam por em risco a liberdade do indivíduo no seu ir e vir dentro de uma sociedade seja no calado tempo do passado ou nas agruras dos gritos sufocados e enforcados na garganta das *minorias em direitos* que circundam a convivência dentro do pulso de uma vocalidade arдил, controladora, nociva e que ainda, recebe os aplausos do discurso da cegueira do presente estado de espírito do homem que, acha-se o sabedor das verdades de um mundo criado no subconsciente de suas próprias doutrinas ideológicas e, que crente em ser o herói de um sentimento cru compartilhado aos palmos próprios da ignorância e brutalidade – o preconceito: item que fora concebido antes do clarear da luz que o trouxera à vida e dentro da obscuridade de um conhecimento torto do ser como sendo uma pessoa humana –, atravanca a sociedade na senilidade de uma época temporal sombria, em um lapso intempestivo de memória histórica, impossibilitando o crescimento das culturas e das suas gentes, extraviando o sentimento e a sua arte em prover o melhor caminho a seguir para uma humanidade sadia e sabedora do valor individual de cada um e, do peso moral que as atitudes do homem põem sobre o ombro da capenga sociedade atual e, na incivilidade das ações impostas para um convívio social pulsado na intolerância de mentes ditadoras de sabedorias unilaterais e afônicas dos direitos civis dos seres *subalternizados* e, culminando com o cerceamento das liberdades de expressão dos seus pensamentos e dos seus *modi operandi*, enjaulando assim as probabilidades de solidez da vida humana.

Ou será que a discursividade de muitos sociólogos e filósofos em descolonizar o velho pensamento de subordinação e de colonialidade dos saberes do *outro inferior* é somente uma mera *práxis* política, um mero arranjo para a ‘satisfação moral’ da sociedade?

Atualmente e mundo afora, mesmo nas ditas democracias – onde o poder deveria emanar do próprio povo e para o povo –, um grupo com poder e/ou no poder, cria e dita suas próprias regras e os saberes que lhes interessam e lhes são convenientes, impondo costumeiramente as suas vontades e assim, atropela os saberes ditos minoritários que, geralmente, não têm influência nem expressividade monetária para fazer valer as suas vozes, ainda que, imbuídas e enriquecidas de plena humanidade e sentimentos colocada em seus discursos, enquanto, paralelamente, a sociedade parece não auscultar o chamamento de socorro que fora trancafiado na garganta dos subordinados da vila da vida e, assim nega os seus costumes, os seus desejos e satisfações, permitindo a claustrofobia e clausura das sexualidades do indivíduo.

O sufocamento e a castração das liberdades individuais e coletivas, dos direitos à política, à sexualidade, ao uso do corpo, em prol de uma mera inclinação equivocada a um *saber puro*, deslocado do eixo central dos costumes da vivência real de um povo, são inconseqüências nutridas pelo sentimento passado de volver o mundo ao toque de recolher de um nazismo declarado e descarado no comportamento doentio contemporâneo e na impureza das almas que plantam um amanhecer de dor num amanhã de ódio e preconceito e, dentro da solidão de um ontem sonhado na ilusão da paz de um tempo perdido.

Devemos buscar políticas para um entendimento da realidade que permeia ainda o absolutismo de quem tem o poderio nas mãos, daqueles que fazem as normas e ditam os costumes que desejam impor para que sejam seguidos e obedecidos e, com isso solucionar os problemas existentes no seio das sociedades ou dos grupos sociais, na esfera do pensamento antissocial que degrada o convívio sadio entre os indivíduos.

Versar sobre o pensamento colonial é procurar as raízes de famigerada ação inumana acobertada pelos donos do poder e pelos doutrinadores religiosos, que incrustava na mente das *minorias em direitos* – *minorias* estas que em quantitativo era bem superior que seus opressores – o pensamento da servidão voluntária e, quando uns poucos discordavam, não conseguiam levantar voz, já que os seus muitos da mesma iguala, com perspectiva e vontade de ser parte fecunda dos seus próprios tiranos opressores, faziam-se de ouvidos, vozes e vontades daqueles a quem de joelhos serviam.

Para Colaço e Damázio (2012, p. 99): “Os direitos humanos podem ser considerados como um conceito chave na atualidade, tanto no contexto do multiculturalismo oficial, quanto das resistências locais que surgem das imposições de caráter universalista”.

O indivíduo pelo simples fato de ser um ser humano tem todos os direitos garantidos pelas normas criadas pelos próprios homens para contemplar a dignidade de suas liberdades mais básicas, individuais e coletivas e, para um desenrolar do convívio social que se entrelaça a todo tempo ao ego do indivíduo normal em qualquer parte da Terra, em qualquer momento da vida e sem atrelar as suas vivências a quaisquer tipos discriminatórios de preconceitos e violências, seja pela cor da pele, da religião, da nacionalidade, do gênero, da orientação sexual ou da política.

A verdade é que o homem é um bem da humanidade – o seu patrimônio maior e também, o seu dirigente nato – e como tal deve ter sua liberdade, o seu livre arbítrio de preferir ideologias ou comportamentos próprios seus que não firam ao seu semelhante, mas que o engrandeça como um ser espiritual e intelectualmente forte para a jornada que se dispuser a percorrer na breve caminhada que a todos é dignificada pelas ações do bem e pelas ações da coerência e do direito que cabe a cada indivíduo.

Cadê os órgãos públicos e as ONGs criadas para saciar a fome da África, equalizar os direitos humanos das *minorias em direitos* no mundo e para ajudar a gerir a paz mundial?

Que verdades uma doutrina pode lançar sobre os costumes de um povo até descaracterizá-los, tornando-os como inverdades e, pela simples onipresença do desejo de governar o pensamento imaturo do *outro* como sendo um *ser inferior*?

O preconceito e a violência velada contra os negros, índios, LGBT e outras *minorias em direitos*, vem com um pensamento lá dos tempos em que a humanidade ainda não sabia que a Terra era redonda e, o povo carente de sentimentos, deixava-se enganar pelos profetas das sabedorias miraculosas.

A diferença do pensamento hoje em dia, além de se saber que a Terra é redonda, é que os movimentos pela outorga dos direitos às *minorias em direitos* são bandeiras que transcendem as fronteiras locais e com isso internacionaliza as ações em prol da *causa minorias* e, que encontram eco no meio dessa nossa sociedade ainda predominantemente egoísta e composta pelo individualismo das pessoas e que, mormente a sensibilidade de uns poucos, evolui para o crescimento de uma busca para um redimensionamento dos direitos que cabe a cada indivíduo, a cada grupo, a cada sociedade, a todos os povos, sem quaisquer distinções, como também para reescrever preceitos éticos e morais dos *saberes* e dos direitos universais para a humanidade.

A satisfação no enriquecimento dos reinos, impérios, igrejas, etc. cobriam com o manto da salvação os cometedores das atrocidades contra as ditas *minorias em direitos* que eram subjugadas, exploradas e escravizadas em prol de deuses, reis e santidades. E o cometimento de pecado ali parecia ser somente para aquele que trouxesse o menor lance, o menor pagamento, a menor riqueza. A proeza da absolvição dos pecados era uma medida regada através das conquistas de terras, ouro e prata pertencentes aos povos que, posteriormente, foram considerados e intitulados minoritários, ingênuos, bárbaros, inferiores, etc.

Tendo em vista que várias famílias entraram na justiça contra a Igreja, principalmente na Inglaterra e Estados Unidos, por conta de abusos sexuais contra crianças e adolescentes, inclusive, já pagaram fortunas em indenizações a algumas famílias, além dos transtornos incorrigíveis que causaram aos indivíduos afetados, indagamos a ativista M: como o movimento LGBT vê essas hipocrisias dentro de doutrinas que poderiam ser proferidas para engrandecer ao ser humano?

É, na verdade, é muito disso mesmo: hipocrisia. Porque na verdade, aquela coisa: 'faça o que eu digo e não faça o que eu faço'. Então, há um certo temor, eu acho, das igrejas de trazer esses discursos à tona e por isso, eles tentam a todo tempo, meio que camuflar

as temáticas [...] de direitos humanos, principalmente a temática LGBT, porque há um temor que dentro dessas igrejas poderão vir outras histórias, outros momentos, outras pessoas que, como você mesmo diz, nas reportagens se você olhar, a pedofilia ela 'tá' dentro desse lugar, não que a pessoa LGBT seja pedófila, mas ela é associada diretamente a essa pauta. Então quer dizer, são questões que podem vir [...] entrelaçadas com a temática da sexualidade e poderão vir à tona, até a própria questão de muita homossexualidade dentro da própria religião, né? [...] Algumas religiões [...] são várias [...] mas principalmente aquelas que falam que não [...] têm, que contestam, mas a gente vê os exemplos aí de muitos sacerdotes que são. Em contrapartida, na nossa religião, os sacerdotes são assumidamente muitas vezes homossexuais ou transexuais ou lésbicas, enfim e, o respeito dessa ancestralidade africana ou enfim, da matriz africana, ela é muito comum, porque você respeita a pessoa, o corpo e o espírito, né? Enfim o Orixá no qual ele vive. Então, são várias leituras para você pensar, de que forma o movimento vai ver isso, mas muito é esse [...] temor, esse pânico moral de dizer que não, na minha igreja não tem isso, por que talvez eu queira ser isso e não posso ser. Eu sempre digo que [...] o maior agressor, maior violador dessa pauta é aquela pessoa que não [...] encontrou ainda a sua própria [...] sexualidade, a sua orientação [...] não se compreende e aí ele prefere agredir muitas vezes ou fazer o silêncio pra não desestabilizar. (M, Ativista LGBT).

A humanidade considerada perfeita ali ingeria à força, os costumes, as crenças, as riquezas intelectuais e naturais, em prol da cobiça daqueles que se julgavam donos dos ditos 'inequívocos' *saberes universais* e, abençoados pela enigmática figura de um Deus castigador dos *outros inferiores* e ricamente benevolente e propulsor da economia dos 'sábios' povos do ocidente – os *seres superiores* –, uma suposta raça pura, uma supremacia celeste em plena vivência terrena, um acórdão para a efetividade elitista e faminta de poder, de fome em querer dominar o pensamento individual para chegar ao governo totalitário conquistando ou surrupiando o pensamento coletivo, o que conspira para um cataclismo do direito das classes minoritárias e menos esclarecidas dentro de uma sociedade, como também, no êxodo dos *saberes locais* dadas as circunstâncias de um pensamento ocidental motivado pela expropriação das riquezas, dos sentimentos e das culturas dos povos classificados como ingênuos frente aos ditos *saberes universais* e que nada mais era que a ludibriação de *muitos* considerados *uns poucos* (os *inferiores*) para beneficiar, enriquecer os *poucos* considerados *uns muitos* (os *superiores*).

Segundo Marilena Chauí (2002), a reprimenda das culturas da Polinésia e da Melanésia, das tribos norte-americanas, dos índios sul-americanos e das africanas, era com os desígnios de palavras sagradas, com significações e simbolismos mágicos, divinos e, essencialmente práticos e necessários para se plantar uma monocultura do saber no meio desses povos, tornando-os obedientes e submissos ao poder da Santa Igreja.

[...] Nas culturas das tribos norte-americanas, fala-se de *orienda* [...], referindo-se ao poder mágico possuído por todas as coisas, dando-lhes vida, vontade e ação, força que se pode roubar de outras coisas para si, que se pode perder quando roubada por outros seres, que se pode impor a outros mais fracos.

Entre as culturas dos índios sul-americanos, o sagrado é designado por palavras como *tunpa e aigres*. Nas africanas, há centenas de termos [...], mas o termo fundamental [...] é *ntu*, “força universal em que coincidem aquilo que é e aquilo que existe”. (CHAUI, 2002, p. 297).

As religiões dominavam a amplitude do universo interior do indivíduo postulando uma querença deste pelo plano divino – o reino celeste –, incorrendo no sacrifício das ideologias e sentimentos do ser para benefício proveitoso das finanças das suas congregações, dos seus pregadores e de seus associados que comungassem parcerias ideológicas com a Igreja – os reinos, os impérios, as burguesias, etc. –, para fomentar e disseminar entre os fiéis, a cultura da procura por promessas e garantias para se alcançar a salvação plena das almas impuras e necessitadas de absolvição dos seus pecados, exigindo além da obediência cega do indivíduo, o pagamento de indulgências, oferendas e sacrifícios para o bem dos preceitos religiosos.

Marilena Chauí (2002) considera como finalidades postas pela religião, a passagem para o sagrado pela experiência religiosa, a proteção dos seres contra o medo da natureza, o oferecimento de consolo aos aflitos amenizando suas dores físicas e psíquicas e, primando pelo respeito às normas e às regras da moralidade estabelecidas pela Igreja.

A invenção cultural do sagrado se realiza como processo de simbolização e encantamento do mundo, seja na forma da imanência do sobrenatural no natural, seja na transcendência do sobrenatural. O sagrado dá significação ao espaço, ao tempo e aos seres que neles nascem, vivem e morrem. (CHAUI, 2002, p. 308).

A cor da pele, o tamanho do crânio, as vestimentas dos indivíduos e a falta de entendimento das línguas dos invasores, serviam de pretextos para discursos discriminatórios e para a criminalização desses indivíduos e conseqüentemente, para uma aprovação que se pudesse justificar perante a sociedade, pela tomada e a apropriação destes e de seus bens e, para a conseqüente introdução da monocultura do saber, impondo o saber ocidental com o intuito de efetivar a subalternização dos *saberes locais* milenares desses povos e para a erradicação dos seus costumes tidos como primitivos e, incutindo neles um pensamento de subordinação, subserviência e de incapacidade em gerir seus próprios passos, seus próprios destinos.

A criminalização das *minorias em direitos* – da população LGBT, dos índios, dos negros, das etnias e das várias opções de vida de muitos dos seres humanos – é sacramentada pelos ditos *saberes elitizados* do pensamento arcaico de pessoas intelectualmente providas de demasiada vontade de querer mandar no mundo, do desejo de erradicar culturas inteiras do meio social ao qual pertencem e, em detrimento de interesses de classes que outorgam a si poderes plenos, absolutos e extravagantes e, invalidando assim, as sabedorias das culturas locais, como também, minando as expectativas de crescimento de um elo de convivência democrática e social entre os indivíduos, barrando com o preconceito e com as normas de direito unilaterais – as suas condutas de vida, as suas *práxis* sentimentais.

Os movimentos de clareamento e discussões para um entendimento do querer ver brotar os direitos das *minorias em direitos* encontram eco e legitimidade na absorção dos direitos de cada indivíduo e que, no Brasil, deveriam ser garantidos pela Constituição Federal, conforme prega o Art. 5º, mas a falta da criação de leis específicas para determinados grupos sociais, gera um redemoinho de impropriedades, tamanha a miopia de outros grupos, como os homofóbicos, os anticristos, os nazistas, etc., e por que não dizer, os povos sem almas.

O indivíduo deve ter garantido o direito ao seu próprio corpo, pois, o pertencimento da matéria corpo diz respeito ao seu próprio ser, à sua própria vida; o *outro* – o que se denomina *ser universal*, não pode contemplar nem reivindicar direitos sobre o seu eu particular – o seu ser interior e físico –, não pode ditar materialidade, composição, transformação ou bula de uso ao que não lhe pertence.

A igualdade deve existir para o pleno exercício dos direitos de cada indivíduo em harmonia dentro de uma sociedade e para não deixar que haja o ferramento do corpo e da alma do ser como propriedades atribuídas a terceiros, o que é costume fazer com os animais irracionais para indicar a quem pertence a sua propriedade e, para depois prendê-los em currais.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade [...]. (BRASIL, CF, 1988, Art. 5º).

A carência de sentimentos e a incapacidade do bem-viver a vida em certos indivíduos é o que gera um comportamento homofóbico para com as outras pessoas. Cremos que isso decorre da própria insatisfação que o indivíduo tem para consigo, para com seu corpo, seja em relação à falta do alcance da sua satisfação sexual ou a incapacidade de se conter ao ver a felicidade alheia brotar frente à sua infelicidade e, ao sentir o perfume do contentamento saindo dos lábios do sentimento vivo à sua frente, dentro de um mesmo espaço onde nasce a intolerância daquele ser mal amado que tenta interromper a felicidade próxima.

A palavra homofobia deriva de *homo*, pseudoprefixo de homossexual e *fobia* do grego, que significa: o medo, a aversão irreprimível, é uma atitude e um sentimento negativo – a raiva, o desprezo e a antipatia – que o indivíduo nutre ou sente em relação a pessoas homossexuais, bissexuais, transgêneros e pessoas intersexuais, tentando invalidar a premissa de que todos nós somos iguais e contemplamos os mesmos direitos e deveres perante as leis do universo e prerrogativas conferidas aos homens pelas normativas das leis escritas pelos próprios homens.

Sobre o termo homofobia, Junqueira (2007) indica o seu surgimento: “Surgiu nos anos 70 nos Estados Unidos, e basicamente consiste na aversão, ódio a pessoas que optam por ter relações homossexuais ou de qualquer forma tenha uma orientação diferente da que é aceita pelo seio da sociedade”.

A inveja e a ira são pecados capitais muito presentes em nossos tempos atuais e, essa presença, salta do interior do indivíduo infeliz e, por vezes, leva à morte a quem só busca o sonho de viver a vida, de querer se locupletar de bons sentimentos e, para assim, identificar a felicidade ao chegar à sua porta trazendo contentamentos e o explícito bem querer da carne ao comando íntimo do coração.

Segundo um levantamento divulgado pelo Grupo Gay Bahia (GGB), foram registradas 126 mortes de LGBT no Brasil no primeiro trimestre de 2018. O Estado de São Paulo ficou no topo da lista com o registro de 19 episódios de violência contra a população LGBT. O estado do Ceará, considerado o mais violento do Nordeste, registrou 9 mortes e Alagoas, registrou 6 homicídios e 3 suicídios. Minas Gerais: 8 mortes; Rio de Janeiro e Pará: 7 casos cada um; Sergipe, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina: 1 caso para cada um.

Esses números acima mostram os casos registrados pelo Poder Público, mas a realidade pode ser outra, pois muitos dos casos de homicídios e suicídios da população LGBT não são tratados como tais.

Entretanto, há uma cultura enraizada de vergonha na sociedade brasileira, inclusive nascida dentro de famílias recalcadas e que têm indivíduos considerados *desviados* entre seus entes, em não registrar ocorrências de seus familiares intitulado-os dentro das opções de sexualidade, de gênero, as quais escolheram para viver e para assim, não ter que classificá-los como sendo pessoas *anormais* e essa atitude, pode inibir o quantitativo dos índices registrados, podendo com isso não corresponder ou refletir a realidade dessa classe marginalizada há séculos.

Com raras exceções, a família é a primeira a indeferir a vontade do indivíduo, tolhendo-o, obrigando-o a sufocar as suas vontades, e prendendo-o em si mesmo e, em prol de uma alegação de que este deve portar-se conforme deseja a sociedade, conforme os preceitos ditados por esta.

A família joga o indivíduo numa vala de impropriedades que corrompe a sua mente e o deixa à mercê de incertezas que podem levá-lo ao seu desinteresse pela vida e pelo seu mundo, podendo além de mutilar o seu corpo, perder a sua crença virtual do querer viver, do querer ser gente, do querer estar em sociedade. Isso pode levar o indivíduo a manter-se no armário profundo da depressão, no submundo da irracionalidade e na obscuridade dos sentimentos turvos da negatividade. Isso tolhe a identidade do indivíduo que começa a vagar calado na busca por socorro e, quando ninguém consegue enxergar a sua súplica, joga-se em *outro mundo* para erradicar os seus sofrimentos, a sua angústia – é a busca do livramento do seu sofrimento em vida para chegar ao encontro com a *paz* na morte.

Entrevistamos um casal gay e nos foi informado por X que, já trancara o seu curso na UFPI em Teresina – PI com medo de atentarem contra a sua integridade física, visto que verbalmente já o tinham feito, pois colegas de turma criaram um grupo no WhatsApp para persegui-lo e, um professor que ministrava aulas em sua turma, o marcou como uma *persona non grata*. A mãe de X apoiou a sua decisão por ser gay. Enquanto que Y, seu companheiro, não teve a mesma sorte. Informou-nos ser bulinado diariamente pela mãe e pelo seu irmão e que, estes nunca aceitaram a sua postura *desviada*, embora nunca tenha assumido para a família a sua opção sexual, a mãe o atormenta sempre e, ele para diminuir os problemas caseiros, usa as roupas que gosta na rua e ao voltar para sua casa, troca-as por roupas mais ‘comportadas’. Confirmam partes da entrevista:

[...] Estávamos eu e ele, a gente estava jogando cartas de tarô e dando alguns beijinhos
 [...] Tem um segurança do shopping que ele persegue a gente [...] Ele pediu para a gente parar de demonstrar afeto, pois poderia incomodar as mães porque elas estavam com

crianças aqui na praça de alimentação aqui no shopping [...] Fiquei indignado, a gente ia assistir um filme. Não consegui assistir o filme direito [...] Fiquei muito triste [...] Eu cheguei em casa, liguei para o disque 100 para fazer a denúncia [...] Entrei em contato com o shopping e não deu em nada. E sempre que a gente vem [...] o mesmo segurança [...] O pessoal do disque 100 chegou a uma pessoa [...] Ela deixou um número mais não consegui falar com ela [...] Procurei a direção do shopping, eles me responderam, pegaram alguns dados e ficou por isso, não me respondem mais [...] E sempre que nós estamos aqui no shopping ele fica rondando a gente [...] Da última vez, a gente estava comendo, ele parou do nosso lado [...] e ficou encarando [...] Quando a gente é ouvido, a gente tem vontade de contar bastante o que acontece com a gente, já que ninguém escuta a gente e a direção do estabelecimento que a gente frequenta não se interessou em fazer algo. (X, 23 anos).

Desabafando, Y falou da decepção que tem para com a família:

Até por que a gente não se sente bem lá [...] Em casa eu não me sinto bem, minha mãe fala, tipo, ah veado tem que apanhar [...] Como eu não me sinto bem, eu até saio de casa e fico o dia todo fora [...] O dia que eu fico em casa é o pior dia da semana, por que tem o meu irmão falando, tem minha mãe que concordando. E como a gente não se sente bem dentro de casa, a gente prefere ficar fora, certo? (Y, 20 anos).

Dentro de um contexto histórico e segundo Bornia (2009) o homossexualismo tão combatido com repulsa na atualidade era civilmente tolerado em algumas sociedades no passado, a exemplo da grega.

As relações homossexuais eram vistas em uma posição social hierarquicamente superior às relações heterossexuais, tendo inclusive uma função civil, pois eram a partir delas que o jovem grego passava a ser visto como cidadão. (SILVA; BORNIA, 2009, p. 37).

No império romano a homossexualidade que no início era normalmente aceita, sofreu modificações e restrições com o decorrer do tempo.

Durante a Segunda Guerra Mundial e em nome da superioridade da *raça ariana* não só os homossexuais, como também os judeus, os ciganos, os negros, etc., sofreram graves violências além dos milhões dizimados em prol de um pensamento racista acoplado pelos nazistas na sociedade alemã e esta por sua vez, absorveu de maneira tal que achava justo, primeiramente, o encarceramento dos judeus e de outras *minorias em direitos* em guetos e a tomada de suas posses, das suas riquezas, e posteriormente, autorizada pelo clamor do povo alemão, a serem jogados em trens da morte que os levavam aos campos de concentrações, como o de Auschwitz, donde pouquíssimos saíram com vida.

O desvelo para com a vida do semelhante tem que ter uma maximização da coerência de atitudes positivas e regradas para o bem comum de todos e de todas.

Após a segunda Guerra Mundial, o Movimento dos Direitos dos Homossexuais começou a se estruturar nos Estados Unidos da América e na Europa, procurando a descriminalização da homossexualidade e a busca pelo reconhecimento dos direitos civis dessa classe. Embora o homossexualismo tenha sido

oprimido por séculos, viu-se emergir *O sonho da cor do arco-íris* no começo da década de 1970 com a modificação do pensamento sobre o assunto e, principalmente, pela exclusão da homossexualidade do Código Mundial de Doenças pela Organização Mundial de Saúde, em 1990.

A carência de políticas públicas para o atendimento das *minorias em direitos* é alarmante em todos os sentidos e, do ponto de vista da saúde, esses grupos são relegados ao desprezo assistencial e são excluídos com base em suas opções de sexualidade ou pela cor da pele ou ainda pela sua condição financeira frente à sociedade. As aparências dos indivíduos e o dito tipo de comportamento sociável destes são motivos que refletem na maneira com que os profissionais da saúde atendem ou deixam de anteder àqueles que necessitam das instituições públicas para fazer quaisquer procedimentos relacionados à sua saúde.

Para justificar a ingerência da administração da saúde pública, especialmente na falta de assistência adequada aos indivíduos das *minorias em direitos*, lhes atribuindo rótulos preconceituosos para legitimar a falta de um atendimento que é obrigação do Estado e que deve ser dado a todo cidadão e a toda cidadã, independente da sua identidade de gênero, seja ela convencional ou não, da cor da pele ou da raça de pertencimento desses indivíduos sujeitados ao fervor da hipocrisia moral que ainda está encrostada no pensamento da sociedade atual, o que revela a falta do amadurecimento da consciência desses seres como humanos e mostra a irracionalidade presente em profissionais que fizeram o “Juramento de Hipócrates” afirmando e confirmando a prestação de um atendimento sem discriminação e, a todos os seres humanos.

Pairando sobre o multicolorido arco-íris sonho Brasil, principalmente da região Nordeste e, especialmente, nas cores centradas na grande região de Picos, vimos recentemente a mobilização do movimento LGBT buscando a ascensão dos seus direitos e o apregoamento das vontades e sentimentos no cunho homossexual evolutivo da sociedade picoense. Isso positivou a elevação de um sentimento de apoio à causa dessa população em pessoas que começaram a entender a necessidade de se acabar com a vulnerabilidade de indivíduos que são tão humanos quanto quaisquer outros.

Os diálogos positivos devem continuar existindo no âmbito das jornadas e do intercâmbio entre os militantes da causa LGBT, das *minorias* étnicas, culturais, da feminidade, da pobreza extrema e a sociedade, mas a essencialidade da altivez dos seus movimentos deve ser atrelada aos saberes mundiais hoje adubados pelo pensamento da descentralização dos *saberes universais*, para que a *descolonialidade* encontrada em curso e discurso, fomentada pelos estudos antropológicos, filosóficos e políticos, encontre um eco positivo na instauração, ou melhor, na restauração dos direitos devidos a esses povos ou classes e que, há muito sucumbido na poeira de ditames autoritários, dogmáticos e indecentemente arbitrários.

A nossa opinião, é que a história escrita tem o pensamento colonial dos ditos *saberes universais* e, a Antropologia hoje, é elo massificante e canalizador de *saberes*, promovendo na atualidade, muitos estudos para a evolução dos povos classificados como minoritários em sociedade e buscando o entendimento da história para desmistificar orientações dominadoras do passado; embora essa ciência

outrora, tenha sido uma ponte servente para que os seres da suposta e plena *sabedoria ocidental* enclausurasse a alma, o corpo e a mente dos indivíduos declarados à viva voz como *seres inferiores* e, por isso, doutrinados indignos de igualdade em direitos, os quais só os homens brancos e *puros* da sociedade da época os tinham.

Os casos de suicídios, os assassinatos e os crimes em geral cometidos contra indivíduos da população LGBT, vem crescendo a cada ano pela irrefreada permissividade das pessoas que se dizem *sociáveis*, dos poderes públicos e da dogmática secular para com a homofobia, sendo agravado ainda pelo eco que encontra na ausência ou vergonha da família em relatar estes atos de covardia contra os LGBT, pois estes são rotulados como *indivíduos desviados*, ou seja, pertencem à classe colorida do arco-íris e, querendo fazer crer que eles não são parte legítima e positiva da nossa sociedade e, sim, elementos exilados da humanidade.

Ainda pode haver dentro de uma classe, indivíduos mal resolvidos mental e sexualmente, alheios aos seus verdadeiros e próprios quereres que, possivelmente ancoram força ao seu opressor em detrimento dos seus próprios direitos, relegando a si e a outros, a oportunidade de conter a efervescência dos ditames da sociedade majoritária e preconceituosa habituada a comandar ao toque da repressão, as ideias, os sentimentos individuais e coletivos que não estejam nos padrões etiquetados pela sociedade *normal*, expatriando a si e a seus pares do convívio social ao qual têm direito.

Violados em seus territórios pelos chamados ‘homens brancos’, principalmente pelos povos europeus – os ‘donos’ dos ditos *saberes universais* –, os índios perderam além da paz e tranquilidade que elegeram como meta de vida, as suas terras e as suas liberdades e, muitas vezes, as suas vidas. Com o apoio da Igreja, dos reis e das sociedades burguesas, em busca do aumento de seus capitais, eles flagelavam, escravizavam, torturavam e matavam os índios, salvaguardando-se no apoio dado pelas nomenclaturas de raças – as “variedades” – criadas para albergar os *saberes locais* dos povos considerados *inferiores* e, com isso, erradicar os seus costumes e os seus credos.

Depois de séculos de abusos e injustiças cometidas para com os índios é que se vislumbra uma luz no fim do túnel e, só recentemente, é que se veem pequenos êxitos pela luta desses povos em busca do seu lugar no mundo e, pelos seus direitos, pelo seu lugar no mundo:

Depois de duas décadas de mobilização para promover reformas constitucionais nos países e alcançar os padrões de direitos atuais, os povos indígenas estão demandando o respeito e a aplicação destes. Os eixos centrais de sua luta giravam em torno do reconhecimento de suas identidades distintivas como sujeitos de direitos coletivos, entre estes o direito a exercer a livre determinação, a propriedade coletiva do território e a participação política, (CEPAL, 2015, p. 28).

O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2017, do Conselho Indígena Missionário (Cimi), mostra uma elevação do número de casos de violência contra os índios em 14 índices. No primeiro capítulo do intitulado “Violência contra o patrimônio” houve o aumento em três

indicadores analisados: omissão e morosidade na regularização de terras (847 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (20 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (96 casos registrados).

Quanto à violência contra a pessoa do índio, o Relatório aponta 27 casos de tentativa de assassinato; 19 casos de homicídio culposo; 14 casos de ameaça de morte; 18 casos ameaças várias; 12 casos lesão corporal; 18 casos de racismo e discriminação étnico-cultural; e 16 casos de violência sexual.

Constam também nesse Relatório, as parciais de suicídio e mortalidade indígena na infância. Foram registrados 128 casos de suicídio pela Sesai, 22 a mais que em 2016. As maiores ocorrências foram no Amazonas com 54 casos e em Mato Grosso do Sul com 31.

A mortalidade de crianças indígenas de 0 a 5 anos, segundo o Relatório: dos 702 casos registrados, o Amazonas teve 236; Mato Grosso, 107 e; Roraima, 103.

Quando olhamos a população negra (pretos e pardos) comparando com a população não negra (brancos, amarelos e indígenas), as taxas relacionadas à violência letal, vemos claramente maior a desumanidade na desigualdade posta contra esse povo. Observemos o comparativo das taxas de criminalidade, segundo relatório institucional altas da violência:

[...] Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à dos não negros (16,0% contra 40,2). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa ente os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. (VIOLENCIA CONTRA NEGROS, 2018, p. 40).

A violência é crescente e assustadora em todas as classes consideradas *minorias em direitos*, nestas os indivíduos continuam em ascendência do ponto de vista da sua criminalização e relegados à pomposa ignorância obscena e preconceituosa de uma sociedade putrificada e de uma cegueira tamanha que viola os direitos universais dos indivíduos ora julgados ao bel prazer da hipocrisia dos maus costumes dos homens autodeclarados senhores dos *saberes universais*, o que podemos aqui classificá-los como os *senhores de engenho* dos tempos da escravidão, dos tempos em que para um *ser menor* não lhe era dado o direito de fala, o direito de voz.

O autoritarismo é um *desvio de retidão* para com o próximo, é um desregramento psicossocial de *uns poucos* – aclamados como *maioria* nesse contexto somente pelos poderes que têm em suas mãos usurpados de outrem – que aniquila os direitos que os seres humanos têm em gerir rotinas de vida diferentes ao gosto de suas satisfações pessoais ou de seus grupos, tentando em burlar ou impedir a busca pela felicidade à qual faz jus a todos os indivíduos, a toda a espécie humana.

O ir e vir livre são condições essenciais para o próprio entendimento do ser nas suas particularidades, nas suas intimidades e na interpretação das suas vontades frente aos desejos da *carne*, ao desejo do seu corpo e, principalmente do sentimento individual de cada um na manifestação aguda do seu querer fecundo e na altivez do sonho que busca por sua felicidade, pela sua cara-metade.

Para Simone de Beauvoir (S/D), a fortaleza de quem oprime é a satisfação de cumplicidade dos seus próprios servos: “O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”.

A 12ª Jornada Nordestina LGBT nos mostrou a complexidade da sexualidade humana e, principalmente se relacionada com a opção de gênero que indivíduo é passível e, ainda mais quando essa decisão é voltada para uma vontade considerada não convencional.

A dura realidade postada nas declamações dos sofrimentos dos LGBT no auditório do Colégio PREMEN para uma plateia significativa de pensamentos livres da homofobia nos mostrou a dureza da vida vivida por eles como também a perspicácia daqueles que de cabeça erguida e sem medo da arbitrariedade costumeira e hipócrita de nossa sociedade, costuram suas cores num universo predominantemente egoísta e carente de absolvição.

A escolha da maneira de viver individual ou de um grupo que comungue as mesmas características não pode ser interrompida ou negada só porque os outros não partilham as mesmas características de comportamento daquele indivíduo ou daquele grupo. Essa *minorias em direitos* não deve sofrer consequências do preconceito de mentes turvas e centradas ainda no errado pensamento dos *saberes universais* pensados de um ponto fixo imaginário tirado da cabeça de um só ou de um pequeno grupo *majoritário com direitos* e em um quantitativo de elementos inferior, pequeno em relação ao grupo considerado *inferior*, portanto sem representatividade legal para legislar sobre as *minorias em direitos* cujo quantitativo de indivíduos supera o outro que se considera *superior*.

A covardia e a hipocrisia estão presentes em nosso mundo desde o início dos tempos e, diz-se que até os santos deram sua contribuição maciça na evolução das aberrações do sentimento do homem. Comparamos ou igualamos esses sentimentos à ira que no descompasso do correr da vida e da história, irradia vibrações negativas sobre o querer de sonhos das pessoas, independente dos querer, individuais ou coletivos, e em detrimento da postura equivocada de *uns*, postulantes de um querer só, egoísta e mesquinho, do querer próprio seu e, tomando o que é de direito dos demais, invocando para si a divindade do ser Deus, do poder do fazer tudo e, na certeza que seus ditames sejam abraçados sem questionamentos nem objeções pelas *minorias em direitos*.

Quem já pediu ajuda a São Longuinho para achar um objeto nem imagina que ele era um militar romano, Cássio, cheio de sangue nos olhos: ele não só acompanhou a execução de Jesus como perfurou com a lança o abdome de Cristo, para se certificar da sua morte. No século 3, São Sebastião também foi militar que engrossou as fileiras romanas, que prendia e perseguia cristãos. (MOTOMURA, S/D).

Embora a maioria dos autores indique a classificação *minorias* para os indivíduos, as classes, as sociedades e os povos que têm seus direitos individuais e coletivos expropriados, diminuídos, anulados, o nosso ponto de vista é que é salutar destacar que algumas classes, algumas sociedades e alguns povos, na verdade não são *minorias* em quantitativo de indivíduos ou pessoas, elas são *maiorias* que na conceptualização dos dominantes, dos mandantes do poder, trouxeram o advento da subjugação classificatória e discriminatória dos seus *saberes* intelectuais e culturais dessa parte ora desafortunada

da humanidade, enclausurando-nos no paradigma da inferioridade pré-estabelecida e imposta à força goela abaixo daqueles que não têm a organização econômica nem uma composição de recursos materiais para um enfrentamento dessa alocação de classe inferiorizada que continua a parametrizar o comportamento do indivíduo de acordo com os conceitos e desejos de *uns seres superiores* no seio do mundo moderno.

Segundo Leonardo Boff em sua obra *Ética e Moral* (Vozes, 2014, p.28), as religiões, assim como a razão, “orientaram e orientam ética e moralmente as sociedades até os dias de hoje” e, por isso o seu valor está presente e adentrado no seio de quase toda a humanidade:

As religiões continuam sendo os nichos de valor privilegiados para a maioria da humanidade. Samuel P. Huntington em seu conhecido *O choque de civilizações e a recomposição da ordem mundial* (Objetiva 1997, 79) reconhece explicitamente: “No mundo moderno, a religião é um força central, talvez a força central que motiva e mobiliza as pessoas... O que em última análise conta para as pessoas não é a ideologia política nem o interesse econômico; mas aquilo que as pessoas se identificam são as convicções religiosas, a família e os credos. É por estas coisas que elas combatem e até estão disposta a dar sua vida”. Hans Küng [...] propõe as religiões como a base mais realista e eficaz para construir “uma ética global para a política e a economia mundiais” (título do livro, Vozes, 2001). Deixando de lado as diferenças que não são poucas, os pontos comuns entre elas permitem elaborar um consenso ético mínimo, capaz de manter a humanidade unida e preservar o capital ecológico indispensável para a vida. (BOFF, 2014, p. 28).

Embora respeitando os pensamentos dos grandes autores da citação acima, vemos com certo receio e também com assombro, a atribuição de uma possível solução das desigualdades sociais que assolam ao nosso planeta, à nossa humanidade, corroída pelos dissabores antigos e, perpetuados em nossa memória, dada às religiões. Ora, se no passado, que não havia tantas ramificações de uma mesma busca: a ‘busca’ por Deus, ou seja, não havia tantas congregações com objetivos distintos como há na atualidade e, outrora, o pulso da Igreja foi no sentido de ajudar na *subalternização* do indivíduo dito e classificado como *inferior*. Tendo sido assim no passado, como congregar no hoje todas essas ramificações em um só objetivo, em uma só prioridade, em um só lema e em um só pensamento em prol das *minorias em direitos*? Como fazer para tratar velhas feridas do passado que até hoje existem dentro das religiões e ainda não foram curadas? Como entender que as atrocidades cometidas contra a humanidade por essas religiões não ressurgam revirando as tumbas da inconsciência do passado? E como não lembrar, das blasfêmias e das perseguições que jogar am almas boas nas fogueiras da Inquisição?

As religiões convergiam, no passado, para uma adaptação do indivíduo no sentido dele não conseguir levantar a sua cabeça ou elevar os seus pensamentos nem tampouco desenvolver as suas intelectualidades e as suas percepções de mundo e de gentes. Era como se as palavras proferidas fossem sagradas, gerando um efeito hipnótico no indivíduo que bloqueava o seu campo mental e assim, liberava só as satisfações induzidas pelo poder dos sermões dos profetas da salvação – os ‘emissários’

de Deus –, os conquistadores e salvadores das almas pagãs. Por outra via de sermão, havia o Santo Ofício, tribunal de carácter “judicial” responsável por perseguir e punir os desafetos, os hereges da Igreja.

O atrofiamento das ideias do ser que se deixa levar pela promessa de uma salvação em um reino celeste imaginário é visivelmente notável pela falta de proposição de muitos indivíduos, em analisar o meio em que vivem e os dogmas ultrapassados levados a eles como profecias messiânicas e, que os alienam, servindo como condição essencial e necessária para emergir a força material para muitos dos seus gestores – os sacerdotes –, os gerenciadores da palavra ‘salvadora’ do Santo Cristo.

Como diminuir as feridas que a religião, através dos seus pregadores, cravou uma verdadeira cruz na história da humanidade, quando em nome de divindades celestes – os Deuses –, queimavam vivas as vozes que contradissem os seus postulados?

Os dogmas religiosos fomentaram para o bem de *uns* poucos – os poderosos dos *saberes universais* – e malefícios de *outros* tantos – as *minorias em direitos* dos ditos *saberes locais* –, uma cadência de atrocidades atentadas contra a moral e a integridade física dos povos menos favorecidos, das *minorias em direitos* étnica-raciais, daqueles considerados *desviados* e, contra todos que colocavam seus pensamentos em confronto com as doutrinas postuladas pelos sacerdotes, pela Igreja.

Associando-se aos mecanismos de poder dos imperadores, dos reis, dos exércitos e dos Estados, a Igreja Católica mostrou-se como sentinela da verdade universal que supostamente libertaria todo o mundo do pecado, do sofrimento infernal e levaria toda à humanidade à salvação e à vida celestial. A Santa Inquisição nasceu como instrumento divino, útil a profilaxia social, homogeneização cultural, hierarquização ético-racial, e padronização do pensamento político e espiritual. Nesta perspectiva, o cristianismo e a Igreja se proliferaram como um câncer no corpo social e decadência da moral da sociedade ocidental, por todos os lados do mundo moderno, sobretudo para o acúmulo de capital, concentração de riquezas e limitações do poder material. [...] (MAFRA, 2015, p. 56).

Independe da classe social a qual o ser humano pertencesse, a sua oposição às regras da Santa Igreja, era ofensa que ia desde a prisão em calabouços ou torres a assassinatos com enforcamentos, a queima dos ‘desafetos’ em fogueiras em plenas praças públicas, etc., mostrando a sua força e poderio contra os indivíduos ora considerados hereges e, tudo em nome de um Deus que mesmo tendo uma bondade divina posta no sonho da salvação das almas pecadoras, punia friamente os seus adversários com uma crueldade tamanha que deixaria muitos psicopatas no chinelo e, ainda assim, atualmente na modernidade dos tempos, indivíduos pagam dízimos, doam propriedades e às vezes, paga em moeda ou com um bem material por uma graça recebida ou promessa feita e supostamente atendida pelo seu Santo Protetor ou pelo Deus Salvador que lhe teria concedido tal graça para si ou para um ente querido. Outras ramificações religiosas estipulam um percentual mensal a ser pago para a congregação da qual faz parte o fiel contribuinte. Entretanto, mesmo com todo esse frenesi religioso, a maioria

dos homens não consegue sentir piedade pelo próximo nem tira um punhado de farinha para dar ao pedinte faminto que bate à sua porta implorando de joelhos por um pedaço de pão.

E muitos desses catequéticos que não sentem apreço pelo próximo, ajoelham-se nos sermões da vida e derramam-se em hipocrisia os seus prantos de lágrimas e, para buscar e garantir a salvação celeste prometida por um Deus bondoso – o Todo Poderoso – e é por isso que o pecado pode ser cometido aqui em solo terrestre e depois ludibriado, ofuscado e convertido em perdão pela leitura e pela má interpretação dos mandamentos ditados pela Bíblia, imaginando que o Reino Celeste lhes espera para saciar as suas almas pecadoras com o manjar dos deuses, já garantindo antecipadamente em orações aqui na Terra: o manjar da imaginária salvação.

Agora eu vou cantar pros miseráveis / Que vagam pelo mundo derrotados / Pra essas sementes mal plantadas / Que já nascem com cara de abortadas / Pras pessoas de alma bem pequena / Remoendo pequenos problemas / Querendo sempre aquilo que não têm.

Pra quem vê a luz / Mas não ilumina suas minicertezas / Vive contando dinheiro / E não muda quando é lua cheia / Pra quem não sabe amar / Fica esperando / Alguém que caiba no seu sonho / Como varizes que vão aumentando / Como insetos em volta da lâmpada.

Vamos pedir piedade / Senhor, piedade / Pra essa gente careta e covarde / Vamos pedir piedade / Senhor, piedade / Lhes dê grandeza e um pouco de coragem. (CAZUZA, 1998).

A palavra *piedade* é encontrada inúmeras vezes do Novo Testamento, mas não tem significado ou sentido de dar ajuda nem de se ter compaixão ou empatia pelo próximo e sim para justificar a adoração a Deus, como podemos observar em II Timóteo 3,12: “E também todos os que piamente querem viver em Cristo Jesus padecerão perseguições” e em I Timóteo 3,16: “E sem dúvida grande é o mistério da piedade (...)”. Estes versículos por si sós já justificariam o sofrimento ao qual o homem deveria estar preparado para suportar a obrigatoriedade de seguir aos mandamentos divinos, sem clemências e sem o poder ou o direito de o indivíduo reclamar por possíveis insatisfações, pois *piedade* é um mistério e como todos os mistérios do universo – na interpretação lúcida que se faz desta palavra junto aos versículos citados –, só um Ser Supremo teria o poder onisciente para a sua plena e sábia aplicação e, certamente, Ele não a aplicaria para atenuar o sofrimento de reles mortais, impuros, inferiores e fáceis de serem domesticados para contentamento dos doutrinadores religiosos e seus iguais.

Para Nietzsche (1844 – 1900), a superioridade de uma espécie dominadora opositora da espécie *inferior* e baixa, foi determinante para originar a oposição entre bondade e maldade como indicativo de valor hierárquico, o que nos faz crer que, fora usado pelos *seres superiores* para impor o seguimento e obediência das doutrinas pelos seus subordinados ou *subalternizados*.

O ponto de vista da utilidade é totalmente estranho e inaplicável quando se trata da fonte viva dos juízos de valor supremos que fixam e determinam a hierarquia: foi o sentimento, não a utilidade – e não uma hora de exceção, senão em todo o tempo – repito,

a consciência da superioridade e da distância, o sentimento geral, fundamental e constante de uma espécie inferior e baixa, que determinou a origem da oposição entre “bom” e “mau”. (O direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem como um ato de autoridade que emana daqueles que dominam; eles dizem: “Aí está o que é isto e o que é aquilo”, apõem seu selo sobre todas as coisas e todos os acontecimentos por meio de um som e, de alguma forma, se apoderam desse fato). (NIETZSCHE, 2017, p. 23).

A voz do dominador ou do dito *ser superior* leva uma incandescência que entranha nos juízos e nas mentes dos seres dominados – as *minorias em direitos* – e a dissipação desses ditos *saberes universais* que foram plantados, embutidos neles pelos opressores nem sempre se abrem à luz de um querer ou à coragem de se rebelarem contra os seus algozes e, assim, não conseguem unir os elos das *minorias em direitos* – *maioria* em quantitativo de indivíduos – para se tornarem um todo só, um só povo, uma só multidão.

Há de haver sempre uma luz no fim do túnel, um horizonte a guiar as performances de êxitos em busca de direitos, em busca de um território social mais justo e equitativo. A eloquência de um futuro promissor para uma humanidade melhor, positiva, austero no sentido de propiciar, uma evolução de sentimentos dignos, especiais e altamente vinculados ao bem viver do ser humano. E essa luz, em algumas partes do mundo, especialmente no Brasil, em uma cidade do interior do Piauí, já irradia positividade e queima o preconceito secular. Vejamos alguns pontos da entrevista da iluminada K, ativista do movimento LGBT:

Eu fui vereadora três vezes, fui vice-prefeita, hoje eu sou [...] coordenadora dos idosos. [...] Lá eles têm tanto respeito a mim [...] Eles tem eu como uma mulher, a dona K. [...] É uma região de cabra-macho que tem respeito pelo travesti [...] Eu abri as portas pra todo movimento social LGBT [...]. (K, Ativista LGBT).

O sonho é da cor que queremos pintá-lo. O sonho LGBT é alegre e é da cor do arco-íris, pois a vida tem as cores que o indivíduo almeja e põe em seus caminhos em busca dos sentimentos bons, em busca da felicidade, em busca de um realizável aprazível para sua vivência aqui na Terra.

Quem me chamou / Quem vai querer voltar pro ninho / E redescobrir seu lugar / Pra retornar / E enfrentar o dia-a-dia / Reaprender a sonhar / Você verá que é mesmo assim, / que a história não tem fim / Continua sempre que você responde sim / à sua imaginação / A arte de sorrir cada vez que o mundo diz não.

Você verá que a emoção começa agora / Agora é brincar de viver / E não esquecer, ninguém é o centro do universo / Assim é maior o prazer. (ARANTES, 1985).

Considerações finais

O respeito pelo próximo também é a aceitação do indivíduo como ele o é e, o que ou quem ele deseja ser nos seus pensamentos e comportamentos de vida, e as suas orientações culturais, sexuais e políticas inerentes a toda pessoa humana é uma diretriz que acompanha o andar evolutivo da história humana junto ao direito de ir e vir, ser ou não ser de cada um, de deixar o outro querer ser o que achar de melhor para si, usando o seu corpo na prazerosa e breve licença da vida.

Correndo em busca dos seus sonhos e das emoções verdadeiras que brotam do coração: “a história não tem fim”. (Arantes, 1985).

E o adicionamento de sabores desejados às suas vidas é um direito fundamental que o homem tem para si e não diz respeito a outrem nem pode o ser tirado à revelia do seu desejo, do seu direito, como também terceiros não podem nem devem exigir a incubação da sua sexualidade no armário do silêncio nem o arquivamento das alegrias e pretensões do viver e sentir a vida no preconceito da sociedade, na hipócrita exigência de uma normalidade ausente, de uma normalidade prescrita no preconceito do querer ser e não poder ser.

Normal é o ser que se aceita como ele o é, quando e como ele assim o deseja ser: feliz.

Anormal é o ser que é insatisfeito com o seu ser e ainda, não tem a coragem de se assumir como deseja ser e, de ser o que o seu íntimo pretende que ele seja. Deixa de ser o que sonha ser para ser o que o pesadelo quer que ela seja: infeliz.

Normal e *anormal* são somente pontos de vistas. Quem dita tais normalidades e anormalidades é o próprio indivíduo que caminha sempre em busca de coerências verdadeiras e responsáveis para sua vida, seu destino, o que não traz nenhuma incompatibilidade que possa atrapalhar o passar da carruagem humana nem a convivência com o seu próximo.

A vida é uma curtição responsável, uma dádiva além-sóis e luas, um deserto dentro de um grão de areia, um mar numa gota d'água e de tão alto valor quanto o brilho do sol para a existência e florescimento da natureza e da humanidade.

A vida é um peito incontido de emoções. É um desabrochar de cores e sabores. Se não se puder curtir a vida no hoje do seu querer íntimo e maiúsculo do agora e antes do deitar fechar dos olhos do indivíduo, que vida terá para celebrar? Que sonho sonhará para viver e, que morte achará para se esconder dentro da finitude do seu tempo?

A vida sem ter um qualificativo de sentido dado pelo indivíduo ao seu mundo seria fria e vazia, seria inócua!

Referências

ARANTES, Guilherme. Brincar de Viver. **Despertar**. Guilherme Arantes, Jon Lucien. CBS, 1985. Disponível em: <<https://www.letras.com/guilherme-arantes/66028/>>. Acesso em: 30 Dez. 2018, 16h44.

BÍBLIA. Português. **A Bíblia sagrada**: o velho e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. – Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 72 de 02 de abril de 2013. – Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www6g.senado.leg.br/busca/?portal=Transpar%C3%Aancia&q=constitui%E7%E3o+federal+de+1988>>. Acesso em: 09 dez. 2018, 17h40.

BRASIL. **Violência contra negros**. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/relatorioinstitucional/18064atlasdaviolencia,2018.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018, 16h40.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. Leonardo Boff. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CAZUZA. Blues da piedade. **Ideologia**. Cazuzza, Roberto Frejat. Phillips, 1998. Disponível em: <<https://www.cifraclub.com.br/cazuzza/blues-da-piedade/letra/>>. Acesso em: 30 Dez. 30

2018, 16h37. CEPAL. **Os povos indígenas na América Latina**. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2015. Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publications/list?search_fullt>. Acesso em: 25 dez. 2018, 18h45.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. Marilena Chauí. 12. ed. – São Paulo: Editora Ática, 2002.

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina**: o direito e o pensamento decolonial / Thais Luzia Colaço, Eloise da Silveira Petter Damázio (orgs.) – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber / Michel Foucault; tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. – Rio de Janeiro: Grall, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia** / Anthony Giddens; tradução de Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda. – 6. ed. – Porto Alegre: Penso, 2012. GUIA MUNDO EM FOCO ESPECIAL: **Racismo** –. 5. ed. – São Paulo: On Line, 2016.

LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade** / David Le Breton. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A sociologia do corpo** / David Le Breton; tradução de Sonia Furhmann. 6. ed. – Petrópolis: Vozes, 2012.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia**: violência contra gays, homofobia e militância LGBT no Vale do Rio Guaribas / Paulo Mafra. 1. ed. – Curitiba: Appris, 2015. MARTINS, Ana Paula Antunes. **A lei sobre o corpo e o corpo sobre a lei**: o ideário dos juristas sobre o crime de ato obsceno no Brasil na perspectiva da Sociologia do Corpo. In: Revista de Estudos Empíricos em Direito. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies, vol. 2, n. 1, jan 2015, p. 112-125. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/292670139_A_lei_sobre_o_corpo_e_o_corpo_sobre_a_lei_o_ideario_dos_juristas_sobre_o_crime_de_ato_obsceno_no_Brasil_na_perspectiva_da_Sociologia_do_Corpo>. Acesso em: 25 out. 2018, 09h30.

MOTOMURA, Marina. **Quais são os santos mais pecadores da história?** Revista Superinteressante. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-sao-os-santos-mais-pecadores-da-historia/>>. Acesso em: 04 Nov. 2018, 11h45.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 1844 – 1900. **A genealogia da moral** / Friedrich Wilhelm. Tradução de Antonio Carlos Braga. – São Paulo: Lafonte, 2017.

QUINTÃO, Fillipe Fernandes. **Homofobia**: análise histórica do fenômeno homossexual e sua possível criminalização / Fillipe Fernandes Quintão, Marcelo Silva de Carvalho. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/32379/homofobia-analise-historica-do-phenomeno-homossexual-e-sua-possivel-criminalizacao>>. Acesso em: 12 out. 2018, 16h53.

RBA, Rede Brasil Atual. **Relatório mostra aumento da violência contra povos indígenas do Brasil**. Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/09/relatorio-mostra-que-aumentou-a-violencia-contr-povos-indigenas-no-brasil>>. Acesso em: 15 nov. 2018, 16h33.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel. **Comunicação e cultura das minorias** / Alexandre Barbalho, Raquel Paiva (Org.). – São Paulo: Paulus, 2005. p. 14.

DISSIDÊNCIA DE GÊNERO NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO: O DIREITO DAS PESSOAS LGBTI+ EM CUMPRIMENTO DE PENA EM CELA ESPECIFICA

Frederico de Freitas Fróis¹

Resumo: Este estudo é parte integrante da pesquisa de mestrado em andamento realizada pelo autor, que pretende analisar como se estrutura o Programa de Reabilitação, Reintegração Social e Profissionalização-PRRSP e sua política direcionada as pessoas LGBTI+ -lésbica, gay, bissexual, travesti, transexual e intersexual, encarceradas em cela específica, normatizada pela Resolução Conjunta SEDS-Secretaria de Estado de Defesa Social e SEDESE- Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social, Nº 01/2013, do estado de Minas Gerais - do Presídio Regional de Vespasiano- PRVESP. O presente trabalho tem como objetivo investigar a existência de leis que contemplem as pessoas LGBTI+ em cumprimento de pena em cela específica no sistema prisional brasileiro e propor algumas reflexões a cerca do quadro encontrado. As alas destinadas as pessoas LGBTI+ privadas de liberdade existem no Brasil desde 2009. Em junho de 2014, de acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Infopen, havia no sistema prisional 10 alas e 54 celas exclusivas para pessoas LGBTI+ em 17 estados e no Distrito Federal- Minas Gerais, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Espírito Santo, Paraná, Bahia, Mato Grosso do Sul, Paraíba, Goiás, Pará, Santa Catarina Acre, Alagoas, Maranhão, Mato Grosso e Rio Grande do Norte. No estado de Minas Gerais, antes do ano de 2009, era comum encontrar pessoas LGBTI+ em situação de cárcere em distritos policiais ou delegacias. Por vezes em celas chamadas “seguro”, onde eram alojados estupradores, pedófilos e demais pessoas que se colocadas na convivência com os demais presos, corriam o risco de serem assinaladas. Nas unidades prisionais, as pessoas LGBTI+ sofriam toda sorte de violência. Eram perseguidas por presos heterossexuais e cisgênero, obrigadas a guardar drogas e celulares e também a cuidar da limpeza da cela e das roupas, sem contar com a violência sexual presente no cotidiano dessas pessoas. Segundo Murilo Andrade de Oliveira, ex-subsecretário de administração prisional, a maioria das pessoas da ala aguardam julgamento pelos crimes de tráfico e roubo. (Notícias R7, 2013). A transferência para essas unidades acontece por livre vontade da pessoa LGBTI+, sendo necessário que ela assine um termo de reconhecimento de homossexualidade. É importante evidenciar

¹ Psicólogo, mestrando em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
E-mail: fredericofrois@gmail.com

que o vocábulo utilizado para nomear o documento, “homossexualidade”, não pode ser tomado como sinônimo de outros termos que destacam as diferenças dos indivíduos e suas particularidades, sendo essas de sexo, orientação sexual ou identidade de gênero. Nesse caso, homossexualidade diz respeito à orientação sexual, ou seja, atração de uma pessoa por outra do mesmo gênero e não uma identidade coletiva, como tenta induzir esse entendimento incorreto. A implantação da “ala LGBT” em Minas Gerais recebeu várias críticas dos movimentos LGBTI+, que denunciaram a falta de diálogo entre o Estado, os movimentos sociais e outras instituições, para pensar a questão das pessoas LGBTI+ encarceradas. Na ocasião classificaram a ação do estado como arbitrária. Embora reconheça a necessidade de políticas públicas direcionadas à população LGBTI+, em 2013 o presidente da organização não governamental CELLOS-MG (Centro de Luta pela Livre Orientação Sexual) Paulo César Teixeira preocupava-se com o aumento da discriminação. Em 2013, a Secretaria de Estado de Defesa Social- SEDS e a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social- SEDESE do estado de Minas Gerais criam uma resolução conjunta, em que se propõe e normatiza o PRRSP para as pessoas que estão nas alas LGBT. Segundo a resolução Nº 01/2013, o programa tem como objetivo a promoção da saúde, do trabalho, ensino e capacitação, e também a manutenção da integridade física das pessoas nas alas. Em 17 de abril de 2014, foi criada a resolução conjunta Nº 1 a nível federal, com a participação do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária – CNPCP e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação - CNCD/LGBT, que orienta e propõe diretrizes em relação ao acolhimento das pessoas LGBTI+ encarceradas no sistema prisional brasileiro, recomendando que em todo território nacional sejam criados espaços específicos para essa população. Além de propor a criação desses espaços, traz garantias em relação a atenção integral a saúde de acordo com a Política Nacional de Saúde Integral de lésbica, gay, bissexual, travesti, e transsexual – LGBTI+ e da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde das Pessoas Privadas de Liberdade no Sistema Prisional – PNAISP, a continuidade do tratamento hormonal para as pessoas trans, dentre outras, e o acesso a continuidade da formação educacional e profissional sob a responsabilidade do Estado. Tendo por base a resolução conjunta Nº 1 a nível federal, pretende-se a partir de revisão bibliográfica das produções científicas sobre a temática do encarceramento das pessoas LGBTI+, investigar e refletir a respeito da existência de leis que contemplem as pessoas LGBTI+ em cumprimento de pena em cela específica no sistema prisional brasileiro e propor algumas reflexões a cerca do que acontece nesta perspectiva no sistema prisional brasileiro.

Palavras-chave: Pessoas LGBTI+ encarceradas; Direitos LGBT; sistema prisional.

Referências

BRAGON, Rayder. Ala exclusiva para travestis em presídio mineiro gera controvérsia. Uol notícias, belo horizonte, 13 jul. 2009. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/2009/07/13/ult5772u4625.jhtm>>. Acessado em 08 ago. 2017.

DETENTOS de ala lgbt fazem curso de beleza em penitenciária de minas. Notícias r7. Minas gerais, 18 out. 2013. Disponível em: <<https://noticias.r7.com/minas-gerais/detentos-de-ala-lgbt-fazem-curso-de-beleza-em-penitenciaria-de-minas-18102013>>. Acesso em 10 nov.2017.

KIEFER, Sandra. Homossexuais contam abusos que sofriam em prisões sem separação. **Estado de Minas**. 25 nov. 2014. Gerais. Disponível em: <http://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2014/11/25/interna_gerais,593189/uma-questao-de-respeito.shtml>. Acesso em 02 set.2017.

Resolução Conjunta CNCD/CNCP n°1, de 17 de abril de 2014. Resolução Conjunta SEDS/SEDESE n°1, de 23 de janeiro de 2013.

MAIORIDADE E AUTONOMIA BIOÉTIICAS NA POLÍTICA LGBT REALIZADA PELO SUS: INTERSECÇÕES E DESPATOLOGIZAÇÃO DA IDENTIDADE TRANS

Bianca Silva Oliveira¹
Leandro Reinaldo da Cunha²
Alex William Sanches³

Resumo: A pesquisa proposta baseia-se em uma perspectiva metodológica de caráter bibliográfico e documental e se assenta no estudo da autonomia bioética e da capacidade civil nos contextos que envolvem as práticas integrantes do processo transexualizador realizado pelo Sistema Único de Saúde, processo este que se estabelece sob um modelo de diagnóstico da transexualidade para a realização de tratamentos hormonais, terapêuticos e da cirurgia de transgenitalização. Dessa forma, este trabalho reveste-se de importância social por ter o objetivo de questionar o diagnóstico que compõe a transexualização realizada pelo SUS através de um debate interseccionista que traz o impulso à autonomia e à promoção da maioria bioética como cruciais para um caminho de despatologização da identidade trans.

Palavras-chave: autonomia bioética, processo transexualizador, capacidade civil, despatologização, maioria bioética.

1 Mestranda – UFBA.

E-mail: biancaoliveiradv@gmail.com.

2 Pós-doutor e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor Titular – UFBA.

E-mail: leandroreinaldodacunha@gmail.com.

3 Graduando – IFBA.

E-mail: williamquifba@gmail.com

Introdução

A presente pesquisa parte de uma análise da autonomia bioética em um eixo de comparação com a capacidade civil nos contextos que envolvem as práticas integrantes do processo transexualizador realizado pelo Sistema Único de Saúde, processo este que se assenta num modelo de diagnóstico da transexualidade para a realização de tratamentos hormonais, terapêuticos e da cirurgia de transgenitalização.

Dessa forma, o trabalho em questão reveste-se de grande importância social e acadêmica por ter o propósito de questionar o processo de diagnóstico que compõe a transexualização realizada pelo SUS através de um debate que traz o impulso à autonomia e à promoção da maioria bioética (AGUIAR, 2012) como fundamentais para um caminho de despatologização da identidade trans, de empoderamento desses indivíduos e de consolidação do direito à vida, à saúde e à existência daqueles e daquelas que há muito vêm sendo desqualificados por terem vivências fora da cisnormatividade.

Metodologia

Este trabalho parte de uma metodologia de caráter bibliográfico, recorrendo, oportunamente, à análise documental. Para tanto, entender-se-á como pesquisa bibliográfica aquela que se refere ao levantamento de material bibliográfico já publicado (livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita), com o intuito de permitir que o pesquisador tenha contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, ofertando recursos para viabilizar a definição e a resolução de problemas já conhecidos ou desconhecidos, mas também a exploração de novos campos do conhecimento, nos quais os problemas ainda não se tornaram suficientemente cristalizados (LAKATOS; MARCONI, 1992).

Como a pesquisa bibliográfica precisará da complementação de informações normativas, recorrer-se-á à análise documental, aqui compreendida como a que investiga fontes documentais, contemporâneas ou pretéritas, tais como tabelas estatísticas, pareceres, atas, fotografias, obras originais (a exemplo da pintura, escultura, desenho), notas, diários, projetos de leis, entre outros (SANTOS, 2000).

Resultados e discussão

Na década de 1950, foram publicados os primeiros trabalhos abordando o denominado “fenômeno transexual”. Em 1966, o endocrinologista Harry Benjamin publicou o livro “O fenômeno transexual” e lançou por meio dele as bases para o diagnóstico da transexualidade, basicamente pautado na identificação da relação de abjeção entre os indivíduos e suas genitálias (BENTO; PELÚCIO, 2012).

No mesmo período em que o modelo de diagnóstico da transexualidade se estabelecia, a bioética se instaurava como uma área do conhecimento assentada na busca de uma associação entre as práticas médicas, de pesquisa científica com seres humanos e os princípios de ordem ética. Na clássica abordagem principalista de Beauchamp e Childress (2002), quatro seriam os princípios gerais fundamentais

para orientar as decisões dos clínicos no âmbito das práticas biomédicas, quais sejam, o respeito pela autonomia, a beneficência, a não - maleficência e a justiça (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002).

Na visão dos autores principialistas, da autonomia é possível depreender duas convicções morais fundamentais: o dever de tratar as pessoas como agentes autônomos e o dever de tutelar os direitos das pessoas com autonomia diminuída. No princípio da beneficência já está inclusa a ideia de não-maleficência, ou seja, a obrigação de não fazer o mal e o princípio da justiça é entendido sob a perspectiva distributiva (FERRER; ÁLVAREZ, 2005).

Os quatro princípios bases da teoria principialista biomédica de Beauchamp e Childress foram previamente estabelecidos no que ficou conhecido como Relatório Belmont. O Report Belmont se constituiu como uma reação institucional do Governo e do Congresso

Norte- americano após três casos que mobilizaram a opinião pública: (a) a injeção de células cancerosas vivas em idosos doentes no Hospital Israelita de Doenças Crônicas em 1963 na cidade de Nova York; (b) a injeção do vírus da hepatite em crianças com deficiência mental no Hospital Estadual de Willowbrook entre as décadas de 1950 e 1970 em Nova York; (c) e no caso Tuskegee em que 400 negros com sífilis foram recrutados para participarem de uma pesquisa de história natural da doença e foram deixados sem tratamento. Em 1972 a pesquisa foi interrompida após denúncia no The New York Times (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002).

A teoria principialista se estruturou, assim, como uma análise dos princípios morais que deveriam mediar os dilemas atrelados à prática biomédica. Para os autores, a ética biomédica se configurava como um exercício de ética aplicada e cuja implementação se concretizaria através de três esferas da realidade: a prática terapêutica, a oferta de serviços de saúde e a pesquisa médica e biológica (DINIZ; GUILHEM, 2012).

Originado na teoria política, o conceito de autonomia para Beauchamp e Childress faz referência à capacidade de autodeterminação das pessoas livres de influências externas de controle e livres de limitações internas que as impeçam de agir com a compreensão genuína dos objetos e circunstâncias de escolha. Para os autores, as ações para serem caracterizadas como autônomas devem possuir três condições essenciais, devem ser intencionais, exercidas com compreensão e serem livres de influências externas de controle e de determinação da ação empreendida (FERRER; ÁLVAREZ, 2005).

No âmbito das demandas envolvendo questões de saúde, a promoção da autonomia está vinculada ao fornecimento de informações sobre o diagnóstico e sobre as operações terapêuticas disponíveis. A autonomia se perfaz, desse modo, pela concretização do consentimento informado (FERRER; ÁLVAREZ, 2005).

Nesse sentido, quando a autonomia é incerta e encontra-se comprometida, o hospital, o médico ou algum membro da família pode implementar decisões que importem em um modelo de decisão substituta. Beauchamp e Childress (2002) elenca três modelos gerais de decisão substituta possíveis, o da pura autonomia, a dos melhores interesses e o do julgamento substituto.

O modelo de julgamento substituto pressupõe que o decisor “se ponha nas vestes mentais do incapaz”, isto é, parte da premissa de que as decisões pertencem ao paciente devido aos direitos de

autonomia e de privacidade e busca determinar os desejos e necessidades do indivíduo para então proceder de acordo o sistema de valores do próprio indivíduo. Esse modelo só seria capaz de corresponder à realização da autonomia caso tivesse como substituto um decisor com conhecimento profundo e relevante sobre as preferências anteriores dos pacientes que já foram capazes (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002).

De acordo com o modelo dos melhores interesses um decisor substituto deve determinar o maior benefício dentre as opções possíveis atribuindo diferentes interesses que o paciente tem em cada opção e subtraindo os riscos e custos inerentes a cada uma. Este modelo protege o bem-estar de uma outra pessoa a partir de um critério de qualidade de vida que avalia riscos, benefícios, alternativas de tratamento, além de levar em consideração questões como dor, sofrimento, perda de funções e restabelecimento (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002).

O modelo da pura autonomia, por sua vez, se aplica exclusivamente a pacientes que já foram capazes e autônomos e expressaram uma decisão autônoma ou preferência relevante. Isto é, o referido modelo viabiliza o respeito a decisões autônomas e prévias a perda da capacidade; não é um julgamento substituto, tampouco uma decisão baseada em conjecturas de dor ou sofrimento é a concretização de uma decisão válida e condizente com os valores do paciente só que em um momento posterior (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002).

Saindo do plano de definição do conceito clássico de autonomia e dos modelos de consolidação desse princípio nas situações em que o paciente nunca teve capacidade ou deixou de ser capaz para a realidade das práticas médicas que envolvem o processo de transgenitalização realizado pelo SUS, é possível perceber que há uma semelhança entre os processos de decisão substituta e a realização da política de readequação sexual. Isto porque nas situações em que o paciente é incapaz, o exercício da autonomia dá lugar a uma substituição que ocorre no momento de decisão sobre qual tratamento seguir, enquanto que na transexualização uma equipe multiprofissional é responsável pelo diagnóstico da transexualidade, que culmina na realização ou não dos procedimentos terapêuticos, hormonais e cirúrgicos que compõem a readequação sexual (BRASIL, 2013).

Conforme a Portaria Nº 2803/2013 do Ministério da Saúde, o processo de diagnóstico é feito por uma Comissão de Intergestores Bipartite (CIB) e um formulário de vistoria assinado pelo gestor de saúde, atestando a indicação específica de acompanhamento prévio de 2 (dois) anos por uma equipe multiprofissional, além do fato de que, para realizar a cirurgia, é necessário contar com no mínimo 21 anos (BRASIL, 2013).

Conclusões

Dessa forma, é possível depreender a patologização e o paternalismo advindos da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, uma vez que para integrar o quadro de beneficiários da política é necessário passar por um processo de diagnóstico a despeito da

identidade de gênero, além de estabelecer uma barreira etária superior aos 18 anos que corresponde a maioridade civil atualmente em vigor.

Esta configuração etária e de diagnóstico do que se apresenta como elemento identitário, entretanto, vai de encontro com a autonomia do corpo dos indivíduos que passam a se subordinar a um modelo de julgamento substituto mesmo estando na plenitude de sua capacidade civil (BEAUCHAMP; CHILDRESS, 2002). É a supremacia médica e institucional outorgada pelo Estado em um processo de desempoderamento de indivíduos que já são vulnerabilizados pela marginalidade e pelas omissões do poder público.

É nesse contexto de busca pela despatologização e de consolidação da autonomia bioética que a discussão em torno do estabelecimento de uma maioridade bioética emerge e se contrapõe à maioridade civil vigente, haja vista que esta corresponde a uma necessidade de segurança jurídica própria das relações patrimoniais tuteladas pelo Código Civil vigente (AGUIAR, 2012). Não há que se falar em dignidade da pessoa humana sem a garantia dos direitos de personalidade dos sujeitos, tão primordiais a individualização e integridade humanas (CUNHA, 2013).

A patologização se perfaz pela consolidação de um modelo de colonização epistemológica que transforma o gênero, uma categoria eminentemente cultural, em uma categoria de diagnóstico em conformidade com documentos locais como o DSM (Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais), cuja elaboração se dá pela junção de análises exclusivas de psiquiatras de países específicos, mas que pretende ser internalizado como verdade universal (BENTO, 2017). Esvazia-se as singularidades, assegura-se a psiquiatrização de elementos culturais e direitos fundamentais transformam-se em concessões benevolentes a despeito de sua cogência normativa.

Enfim, mudanças se fazem necessárias no âmbito das políticas de saúde voltadas para a população transexual, sobretudo, no que concerne a concretização de meios que viabilizem o exercício da autonomia seja pela reconsideração da idade necessária para a realização dos procedimentos inerentes a readequação sexual, seja pela consolidação de uma abordagem não patologizante da transexualidade, pois o horizonte da cisnormatividade e da contínua psiquiatrização já não são suficientes para abarcar a pluralidade de existências que fazem parte do mundo.

Referências

AGUIAR, Mônica. 2002+10. Para além da capacidade: o impacto da vulnerabilidade em matéria de autonomia em questões de saúde. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando, Rogrigues. (Coord) **Temas relevantes do direito civil contemporâneo**: reflexões sobre os 10 anos do Código Civil. São Paulo: Atlas, 2012. P.86-101.

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. **Princípios de ética biomédica**. Tradução Luciana Pudenzi. Tradução de: Principles of Biomedical Ethics. São Paulo: Loyola, 2002.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do Gênero**: A Politização das identidades abjetas. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2):569-581, maio-agosto/2012.

BENTO, Brenice. **Transviad@s**: gênero, sexualidade e direitos humanos. Salvador: EDUFBA, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2803, de 19 de novembro de 2013**. Disponível em: <http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso: 25 mai. 2018.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. **Identidade de gênero e licitude dos atos redesignatórios**. Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, v. 10, n. 10, 2013. P.182-200.

DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. Brasiliense, São Paulo, 2002. DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos. **Para fundamentar a bioética**: teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea. São Paulo, Loyola, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**.4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

A POLÍTICA DE SAÚDE LGBT REALIZADA PELO SUS E OS DIREITOS REPRODUTIVOS DA POPULAÇÃO TRANS NUMA PERSPECTIVA SOLIDARISTA

Bianca Silva Oliveira¹
Leandro Reinaldo da Cunha²

Resumo: Esta pesquisa delinea-se a partir de análise bibliográfica e documental, tendo como referência o pensamento solidarista que entende a normatividade da Constituição para além do seu conteúdo dogmático e contextualiza que meios efetivos de concretização dos direitos fundamentais devem ser estabelecidos numa perspectiva de cidadania inclusiva e multidimensional. Sendo assim, embora a garantia dos direitos reprodutivos seja uma das diretrizes da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída pelo Ministério da Saúde, não consta na cartilha a possibilidade de congelamento de óvulos ou esperma e reprodução assistida. Nesse ínterim, este trabalho tem por objetivo apresentar impulso e alternativas para direitos fundamentais invisibilizados.

Palavras-chave: Direitos reprodutivos, pensamento solidarista, Constituição, SUS, população trans.

1 Mestranda – UFBA.
E-mail: biancaoliveiradv@gmail.com

2 Pós-doutor e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo; Professor Titular – UFBA.
E-mail: leandreinaldodacunha@gmail.com

Introdução

Neste capítulo, delinear-se-á a contextualização dos direitos reprodutivos de pessoas trans integrados no rol de garantias estabelecidas na Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais numa perspectiva solidarista. Apesar de ser uma das pautas da Política em questão, não há medidas reais de concretização da garantia mencionada.

Vivendo, pois, sob a égide de uma Constituição que tem como objetivo expresso, a construção de uma sociedade, livre, justa e solidária, numa era em que se tem reconhecida a existência de direitos transindividuais e com a vigência de um constitucionalismo que se pretende interconstitucional, intercultural e com cooperação internacional. Tem-se, assim, neste trabalho uma elaboração que entende o direito transindividual ao desenvolvimento como parte do projeto estrutural que é a Constituição Federal e na teoria integral da proteção o meio para materializar a integração social, a solidariedade e, conseqüentemente, a dignidade de quem vive às margens de uma sociedade cisnormativa, lgbtfóbica e desigual.

Se a força normativa da Constituição já se encontra enfraquecida com determinações expressas e normas consideradas de aplicabilidade imediata, a eficácia torna-se ainda mais comprometida quando não se tem os meios de concretização previamente estabelecidos como é o caso dos direitos reprodutivos de pessoas trans. Há regulamentação, mas não expressão de como concretizá-los.

Nesse ínterim, é que seguem descritas a fundamentação dos direitos reprodutivos de pessoas trans numa perspectiva solidarista do direito à saúde, bem como as hipóteses de materialização dessa garantia em conformidade com os critérios estabelecidos pelo paradigma de Estado Constitucional Solidarista.

Metodologia

Para a realização de um trabalho científico, é fundamental que se lancem mãos de métodos e técnicas aptos à resolução de problemas. Para tanto, alicerçados pelo método de pesquisa bibliográfica e pela análise documental, buscou-se os caminhos necessários para a materialização da presente investigação.

A partir do entendimento da pesquisa bibliográfica como aquela que se refere ao levantamento de material bibliográfico já publicado (livros, revistas, publicações avulsas e imprensa escrita), com o intuito de permitir que o pesquisador tenha contato direto com o que foi escrito sobre determinado assunto, ofertando recursos para viabilizar a definição e a resolução de problemas já conhecidos ou desconhecidos, mas também a exploração de novos campos do conhecimento, nos quais os problemas ainda não se tornaram suficientemente cristalizados (LAKATOS; MARCONI, 1992).

Para viabilizar a pesquisa bibliográfica, serão observadas as etapas necessárias para a sua consolidação, a exemplo da elaboração do plano de trabalho, da identificação, da localização, da compilação, do fichamento e da análise e interpretação dos dados levantados (LAKATOS; MARCONI, 1992).

Como a pesquisa bibliográfica precisará da complementação de informações normativas, recorrer-se-á à análise documental, aqui compreendida como a que investiga fontes documentais, contemporâneas ou pretéritas, tais como tabelas estatísticas, pareceres, atas, fotografias, obras originais (a exemplo da pintura, escultura, desenho), notas, diários, projetos de leis, entre outros (SANTOS, 2000). Incluem-se nesse rol, os documentos de caráter normativo.

Servirão de objeto de pesquisa para fins da análise documental: a) a Constituição Federal de 1988; b) as normas infraconstitucionais, a exemplo do Plano Nacional de Saúde Integral para Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais e a Portaria nº 2803/2013; c) os tratados internacionais de Direitos Humanos, em especial aqueles que versem sobre o direito de homens e mulheres transgêneros.

Resultados e discussões

A consagração constitucional de um direito fundamental à saúde pode ser apontada como um dos principais avanços da Constituição da República Federativa do Brasil. Antes de 1988, a proteção desse direito ficava restrita a algumas normas esparsas, tais como a garantia de “socorros públicos” (Constituição de 1824, art. 179, XXXI) ou a garantia de inviolabilidade do direito à subsistência (Constituição de 1934, art. 113, caput) (SARLET, 2008).

O direito à saúde representou um dos marcos da sistemática introduzida em 1988, rompendo com a tradição de outrora, legislativa e constitucional, e correspondendo às reivindicações do Movimento de Reforma Sanitária, que muito influíram o constituinte originário, notadamente pelo resultado das discussões travadas durante a VIII Conferência Nacional de Saúde (SARLET, 2008).

A especificação constitucional do direito fundamental à saúde e a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) são consequências da evolução dos sistemas de proteção antes instituídos em nível ordinário (do Sistema Nacional de Saúde, criado pela Lei nº 6.229/1975 e, já em 1987, do Sistema Unificado e Descentralizado de Saúde – SUDS). Algumas das principais características do regime jurídico-constitucional do direito à saúde também são reflexos deste processo, conforme Sarlet enumera: a) a conformação do conceito constitucional de saúde à concepção internacional estabelecida pela Organização Mundial da Saúde (OMS), sendo a saúde compreendida como o estado de completo bem-estar físico, mental e social; b) o alargamento do âmbito de proteção constitucional outorgado ao direito à saúde, ultrapassando a noção meramente curativa, para abranger os aspectos protetivo e promocional da tutela devida; c) a institucionalização de um sistema único, simultaneamente marcado pela descentralização e regionalização das ações e dos serviços de saúde; d) a garantia de universalidade das ações e dos serviços de saúde, alargando o acesso até então assegurado somente aos trabalhadores com vínculo formal e respectivos beneficiários; e) a explicitação da relevância pública das ações e dos serviços de saúde (SARLET, 2008, p. 126).

Como é possível observar, a previsão constitucional desde 1988 vai além da concepção médico-sanitarista e se impõe como um projeto estrutural fundamental universal e integralizado, isto é, apresenta-se com o intuito de contemplar a todos e todas em extensão quantitativa e qualitativa (SARLET, 2008).

A Política Nacional de Saúde Integral para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais LGBT, por sua vez, também demarca um momento histórico de reconhecimento das demandas desta população imersa em condições profundas de vulnerabilidade. É também um documento que legitima a igualdade e a integralidade imanente ao direito fundamental à saúde conforme previsão na Constituição Federal e na Carta dos Usuários do Sistema Único de Saúde, afinal pensar os direitos e a democracia a partir da realização destes requer cada vez mais a especificação das demandas sociais e existenciais, pois do contrário a inclusão perde o seu caráter de promoção de garantias e passa a ser um mero recurso discursivo (BOBBIO, 2004).

Seres humanos, sujeitos de direitos, mulheres e homens transgêneros ainda estão subordinados à uma série de restrições no que concerne à realização de direitos, e há não muito tempo estes eram segmentos da sociedade cujas demandas eram, inclusive, criminalizadas. A exemplo da cirurgia de readequação sexual que até 1997 era proibida no país, quando a partir da Portaria nº 1.707 e nº 457 de agosto de 2008 foi instuído o processo transexualizador, que incluía a cirurgia de readequação sexual pelo Sistema Único de Saúde.

A política pública foi ampliada pela **Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013** e garante o atendimento integral de saúde a pessoas trans, incluindo acolhimento e acesso com respeito aos serviços do SUS, desde o uso do nome social, passando pelo acesso a hormonioterapia, até a cirurgia de adequação do corpo biológico à identidade de gênero e social.

Conforme a Portaria Nº 2803/2013 do Ministério da Saúde, o processo de diagnóstico é feito por uma Comissão de Intergestores Bipartite (CIB) e um formulário de vistoria assinado pelo gestor de saúde, atestando a indicação específica de acompanhamento prévio de 2 (dois) anos por uma equipe multiprofissional, além do fato de que, para realizar a cirurgia, é necessário contar com no mínimo 21 anos (BRASIL, 2013).

Portanto, a Política Nacional LGBT se instaura numa perspectiva de universalização já imanente ao SUS e se insere como um programa específico que visa atender as demandas sociais de populações que prevalecem, ao longo das décadas, sendo marginalizadas pela sociedade como um todo e pelo próprio Estado (BRASIL, 2013).

É também no fomento da universalidade que se baseia o reconhecimento dos direitos reprodutivos de pessoas trans. Há o impulso a esterilização dessas populações material e simbolicamente, na medida em que os tratamentos viabilizam a esterilização física e a invisibilidade da garantia desses direitos sedimenta a infertilidade de quem não está nos padrões da cisnormatividade vigente.

Partindo, então da ideia de construção do eu a partir de uma visão dialógica, os direitos também assim se perfazem. Isto é, os direitos existem num contexto de solidariedade objetiva e subjetiva, e tal concepção traz dois grandes impactos para o pensamento constitucional, quais sejam, a inserção

do constitucionalismo global por meio de cartas constitucionais supranacionais e cria um novo paradigma na compreensão da Organização do Estado Constitucional, tanto na questão externa (princípio da cooperação, interdependência, interconstitucionalidade, interculturalidade, democracia inclusiva e cidadania supranacional), quanto interno (pluralismo, felicidade, multiculturalismo, tolerância, cidadania multidimensional, democracia negativa).

Essas concepções advêm das próprias características dos direitos fundamentais em sua concepção geral, conforme classificação apresentada por Rothenburg, quais sejam: a fundamentabilidade, a universalidade, a inalienabilidade, a indivisibilidade, a historicidade, a constitucionalidade, a interdependência, a inexauribilidade, a dimensão transindividual, a aplicabilidade imediata, e a maximização ou efetividade (ROTHENBURG, 2009).

Nesse íterim, encampar a defesa dos direitos reprodutivos de transgêneros é uma forma de buscar a força normativa de um dispositivo legal preexistente e de uma demanda que já está na Política Nacional de Saúde Integral e também de aprofundar a noção de solidariedade e universalidade que são partes da realidade interconstitucional brasileira. Além disso, ao ensejar tais garantias, busca-se uma abertura, cada vez maior, para suplantarmos o modelo atual que precisa patologizar para tutelar.

Conclusões

Ao abordar deficiências e o dever de progresso das políticas públicas de saúde voltadas para pessoas trans, pode-se questionar a utopia de tal matéria, uma vez que nem mesmo o núcleo essencial dos direitos fundamentais dessa população são respeitados.

Entende-se, no entanto, que todos os direitos fundamentais possuem uma dimensão utópica ou programática, especialmente no Brasil- um país repleto de desigualdades e que tem no gênero uma de suas maiores fontes de discrepância.

Ademais, ao tomar como referência a tríade realidade-necessidade-possibilidade, reconhece-se que os retrocessos imanentes aos planos ontológicos não implicam em uma redução necessária da potencialidade normativa dos conteúdos fundamentais. Nesta perspectiva é que este trabalho encontra a sua justificativa, bem como a sua importância social.

Referências

AGUIAR, Mônica. 2002+10. Para além da capacidade: o impacto da vulnerabilidade em matéria de autonomia em questões de saúde. In: LOTUFO, Renan; NANNI, Giovanni Ettore; MARTINS, Fernando, Rogrigues. (Coord) **Temas relevantes do direito civil contemporâneo: reflexões sobre os 10 anos do Código Civil**. São Paulo: Atlas, 2012. P.86-101.

BEAUCHAMP, Tom L.; CHILDRESS, James F. **Princípios de ética biomédica**. Tradução

Luciana Pudenzi. Tradução de: Principles of Biomedical Ethics. São Paulo: Loyola, 2002.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do Gênero: A Politização das identidades abjetas**. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2):569-581, maio-agosto/2012.

BENTO, Brenice. **Transviad@: gênero, sexualidade e direitos humanos**. Salvador: EDUFBA, 2017.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria Nº 2803, de 19 de novembro de 2013**. Disponível em: <http://bvms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso: 25 mai. 2018.

CUNHA, Leandro Reinaldo da. **Identidade de gênero e licitude dos atos redesignatórios**. Revista do Curso de Direito da Faculdade de Humanidades e Direito, v. 10, n. 10, 2013. P.182-200.

DANTAS, Miguel Calmon. **O direito fundamental ao máximo existencial**. Salvador: UFBA, 2011.

DINIZ, Débora; GUILHEM, Dirce. **O que é bioética**. Brasiliense, São Paulo, 2002. DWORKIN, Ronald. **Uma questão de princípio**. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

FERRER, Jorge José; ÁLVAREZ, Juan Carlos. **Para fundamentar a bioética: teorias e paradigmas teóricos na bioética contemporânea**. São Paulo, Loyola, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**.4.ed. São Paulo: Atlas, 1992.

OLIVEIRA JUNIOR, Valdir F. **Políticas públicas concretizadoras dos direitos fundamentais: controle judicial do dever de progresso e da proibição de retrocesso**. Disponível em: <http://priodicos.uesb.br/index.php/cadernosdeficiencias/article/viewFile/869/875>

ROTHENBURG, Walter Claudius. **Direitos Fundamentais e suas características**. Artigo publicado pela Revista dos Tribunais- Cadernos de Direito Tributário e finanças públicas- nº29- outubro, dezembro de 2009.

SANTOS, Antonio Raimundo dos. **Metodologia científica**: a construção do conhecimento. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: ANÁLISE DO LINCHAMENTO DO BOM JARDIM EM FORTALEZA – CE (2017)

Sem autoria

Resumo: Este trabalho trata do linchamento ocorrido no Bom Jardim, em Fortaleza-CE, em 2017, que vitimou uma transexual, como desafio à consolidação dos direitos humanos e da cidadania das pessoas transexuais. Observado esse fenômeno sob uma abordagem qualitativa, a partir da pesquisa exploratória e do procedimento bibliográfico, constatou-se que o caso do linchamento do Bom Jardim questiona o valor único e irrepetível que se atribui à singularidade da vida humana e o respeito a diversidade de gênero, e surge como uma manifestação, legitimada pelos seus membros, de justiça popular, marcadamente antijudiciária. Desse embate resultam sérias violações de direitos humanos que obstaculizam a consolidação democrática desses direitos e gera estagnação do desenvolvimento político da cidadania de transexuais. Em vista disso, surge a necessidade de ressignificação de valores essenciais, como a vida e o respeito a diversidade de gênero, o que pode implicar a maior promoção dos direitos humanos e a redução dos linchamentos.

VIOLATION OF HUMAN RIGHTS AND GENDER: ANALYSIS OF THE LYNCHING OF BOM JARDIM IN FORTALEZA - CE (2017)

Abstract: This work deals with lynching occurred in Bom Jardim, Fortaleza-CE, in 2017, which victimized a transsexual, as a challenge to the consolidation of human rights and citizenship of transsexual people. Observed this phenomenon in a qualitative approach, from the exploratory research and the bibliographic procedure, it was verified that the case of the lynching of Bom Jardim questions the unique and unrepeatable value attributed to the uniqueness of human life and respect for diversity of gender, and appears as a manifestation, legitimized by its members, of popular justice, markedly anti-judicial. This breach results in serious human rights violations that hinder the democratic consolidation of these rights and generates stagnation of the political development of citizenship of transsexuals. In view of this, there is a need to reaffirm essential values, such as life and respect for gender diversity, which may imply the greater promotion of human rights and the reduction of lynchings.

Introdução

O linchamento de Dandara dos Santos que se tenciona analisar é igualmente promissor e crítico. É promissor na medida em que fornece mais suporte a comunidade acadêmica para refletir sobre esse fenômeno e crítico porque pode indicar que esse ato coletivo violento não apenas é praticado para reprimir a criminalidade desenfreada, mas também para expurgar da vida em sociedade todos aqueles que desviam do que é considerado socialmente aceitável. Seu acontecimento merece atenção dos pesquisadores, dentre outras razões, notadamente pelo viés que o motivou indiretamente: a transfobia.

Metodologia

A pesquisa é predominantemente qualitativa, na medida em que essa abordagem parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito (CHIZZOTTI, 2013).

O tipo de pesquisa adotado, como extensão da abordagem qualitativa, é o exploratório, pois busca uma maior familiaridade com o problema, com o intuito de torna-lo mais explícito. Envolve, nesse caso, o levantamento bibliográfico (DIEHL, 2004).

As informações manuseadas aqui podem ser acessadas nos jornais virtuais, pois está é a fonte central disponível. O linchamento no Bom Jardim foi gravado por um dos linchadores e a gravação de 1 minuto e 20 segundos pode ser localizada no YouTube, por meio da busca das palavras “linchamento de Dandara dos Santos”.

Resultados

O linchamento ocorreu em um bairro de Fortaleza-CE recentemente ocupado, cujo processo de urbanização tem sido gradual, desproporcional e desorganizado, notadamente por ser inicialmente uma grande fazenda loteada a baixo custo, o que despertou o interesse de muitas pessoas carentes. A partir da década de 1980, o bairro Bom Jardim, carente de ações do poder público, com poucas escolas, nenhum hospital, com ausência de saneamento básico e segurança precária serviu de terreno propício para a escalada da violência. Na década seguinte, o Bom Jardim já estampava os principais jornais locais como um dos bairros mais violentos da cidade (NOBRE, 2012).

O linchamento estudado, neste trabalho, insere-se nesse contexto de violência e criminalidade desenfreada do bairro Bom Jardim, onde a sensação de medo e insegurança atinge patamares alarmantes, fazendo com que moradores locais modifiquem sua rotina. O caso investigado, nesta pesquisa, aconteceu em 15 de fevereiro de 2017, e teve como principal centro da ação o corpo de uma travesti, de 42 anos de idade, que foi torturada e morta a tiro nas ruas do Bom Jardim (LAVOR, 2017).

A prática coletiva violenta foi gravada pelos próprios linchadores e as imagens são facilmente acessadas em sites na internet. O caso em análise teria iniciado com o grito de “pega ladrão” de um dos linchadores que teria acusado a linchada de praticar furtos no bairro. Contudo, essa informação não foi sequer confirmada realmente quando do julgamento dos réus envolvidos, na medida em que não conseguiram narrar o que teria sido furtado nem quais seriam as vítimas (LAVOR, 2018).

A partir do grito de “pega ladrão”, outras pessoas teriam aderido instantaneamente ao ato violento sem maiores julgamentos. Teve início aí uma sessão de tortura cuja gravação que repercutiu na internet enfatiza a vítima pedindo ajuda, chamando pela mãe e sendo alvo de ofensas transfóbicas pelos participantes. Ao mesmo tempo, a travesti sofre com pauladas, chutes, socos e pedradas.

Ao assistir o vídeo de um minuto e vinte segundos é nítido o viés transfóbico quando os linchadores dizem ao longo da filmagem “carniça, tá até de calcinha”, “viado, imundiça (sic)”, “baitola”, “viado despeitado”, “arrombado” etc. Em seguida, a travesti, ensanguentada, recebe ordens de subir em um carrinho de mão, mas muito debilitada, e ainda sofrendo agressões, não consegue. Por sua vez, seus algozes a colocam dentro do carrinho e segue o ritual de desumanização pelas ruas do Bom Jardim.

Momentos depois a travesti é encontrada morta pela polícia com um tiro no rosto. Foram identificados e indiciados pela polícia oito adultos e quatro adolescentes com idade inferior ou de até 18 anos. O tribunal do júri do Ceará condenou cinco dos oito linchadores adultos e as penas variam entre 14 a 21 anos de reclusão.

Durante o julgamento um dos réus afirmou que não houve motivação transfóbica para a prática do linchamento da travesti, antes o único intuito era fazer cumprir a lei que os traficantes colocavam em vigor na região e que punia com a morte a pessoa que cometesse furtos em Bom Jardim (LAVOR, 2018). Apesar de julgar que a travesti havia praticado furtos no bairro, o réu não conseguiu prestar nenhum esclarecimento sobre esses furtos, conforme dito anteriormente.

Mesmo diante disso, os linchadores foram condenados por homicídio qualificado pelo júri que considerou a motivação torpe e discriminatória do crime praticado (LAVOR, 2018).

É importante frisar que a transfobia já havia sido desde o início das investigações apontada como possível motivação, pois a todo momento a vítima é humilhada por ser travesti. “No vídeo é claro. O preconceito está ali. O preconceito, o ódio, o atordoamento”, narra Lavor (2018) a fala da delegada do caso.

Em uma das reportagens, a família da própria travesti reforça o caráter odioso e preconceituoso do crime, o que fica evidente no comentário da sua mãe: “Meu filho (Dandara) não tinha inimigos, ele foi morto por preconceito. Por ser travesti, ele vivia sendo humilhado. Agora eu pergunto, qual o problema de ser assim, me diga?” (LAVOR, 2017).

Usar como estopim o grito de “pega ladrão” parece ser uma forma estratégica de eliminação do outro. Percebe-se, logo, uma falsa motivação para o linchamento estudado. Apesar de ter iniciado como tipicamente acontece, mas a motivação implícita está radicada na transfobia. O gênero da travesti linchada no Bom Jardim aparece como marcador social da diferença problematizada nas relações sociais brasileiras e que desde o início da investigação do caso se sobrepôs e se validou como hipótese na condenação pelo júri que considerou a razão torpe ao se pronunciar.

Discussão

O conceito de anormalidade foi reproduzido no sentido de normalizar as diferenças, formando o domínio da anomalia durante os séculos (FOUCAULT, 2001). Continua esse mesmo autor dizendo que a anormalidade representa a amarração de três elementos/ figuras: os monstros humanos, os incorrigíveis e os onanistas. A norma, por sua vez, enfatiza a existência de algo considerado como ideal e que é utilizada para mostrar e demarcar todos aqueles indivíduos que estão fora da normalidade, razão pela qual devem ser corrigidos e ajustados.

A normalidade, neste sentido, foi e é uma engenharia inventada que tem por principal objetivo delimitar os limites da existência, sendo a partir daí que se fixa quem são os anormais, quais são os corpos a serem corrigidos por estarem degenerados e velhos. São, assim, para esses corpos e sujeitos que as práticas de normalização devem ser destinadas (NOGUEIRA, 2013).

A ideia de monstro humano está assentada em uma base jurídica, pois o que determina o monstro é o fato de que ele viola as leis da sociedade e as leis da natureza, enfatizadas pela sua existência e sua forma. De maneira oposta, o monstro humano era tido como um fenômeno pouco comum, explicado pela biologia como a mistura do homem com outras espécies, gêneros, entre outros (FOUCAULT, 2001).

As reações de violência, sarcasmo e nojo diante do monstro humano, nas quais os indivíduos são notados como subumano ou quase humano, não consiste meramente em reações ao desconhecido ou ao receio de não ter uma pressuposta estabilidade ou ordem psicológica/individual ou social/coletiva, são atitudes cultural e historicamente legitimadas (NOGUEIRA, 2013).

As travestis são apontadas como parafílicas, perversas, transtornadas, psicóticas ou possuidoras de distúrbios e anomalias, sendo posto em risco suas próprias vidas, uma vez que esse raciocínio traz em sua estrutura a ênfase em um “desvio” de algo tido por “normal”, sobrando como meio habitável e inteligível para as mesmas a categoria de monstros (NOGUEIRA, 2013).

O segundo elemento que Foucault (2001) levanta é o indivíduo a corrigir, que é específico do século XVIII e do século XIX na Idade Clássica. O quadro de referência do monstro humano é a natureza e a sociedade, porque para o indivíduo a corrigir, esse quadro passa a ser a família em si mesma, em seu exercício de poder interno e na gestão de sua economia, a família e seu entorno. Em relação ao monstro humano, o indivíduo a corrigir é um elemento que surge com mais frequência, o que o torna mais difícil de ser determinado.

O terceiro elemento da anormalidade é o onanista ou o masturbador, que surge com ineditismo no século XIX no campo da família. Assim, seu espaço de referência é mais específico que os demais: é o quarto, a cama, o corpo; é a vigilância frequente dos pais ou dos irmãos e irmãs e do saber médico sobre os sujeitos e seus corpos (NOGUEIRA, 2013).

As figuras do monstro humano, do indivíduo a corrigir e do onanista começam a dialogar entre si na segunda metade do século XVIII, sendo o anormal do século XIX descendente desses três sujeitos. Se até o início do século XIX, essas figuras eram diferentes e separadas, a partir daí viabilizam o surgimento do que Foucault (2001) chamou de tecnologia da anormalidade.

A norma é uma maneira contemporânea de regulação social e os artefatos culturais, de uma forma geral, funcionam como agentes de normalização. Assim sendo, as identidades que são socialmente aceitas e valorizadas são aquelas representadas positivamente por esses artefatos e servem como paradigmas para regular nossos comportamentos e ações (NOGUEIRA, 2013).

O discurso histórico sobre as travestis tem enfatizado uma espécie de domínio, de colonização e de fixação de seus corpos que resultam em práticas de normalização que se tem refinado com o tempo (NOGUEIRA, 2013). Ao carregar um estigma que a retira do campo do normal, a torna um monstro humano, as travestis podem ser encaradas como uma ameaça ao padrão considerado ideal ou normal. Nessa engenharia da normalidade, as travestis, por serem alocadas dentro da categoria de desvio, de monstruosidade, podem ser alcançadas por vários tipos de violências, inclusive o linchamento.

O linchamento do Bom Jardim inaugura, ao menos na medida em que apenas esse se tornou de conhecimento popular, uma nova motivação para linchar. O linchamento geralmente acontece porque o linchado foi estigmatizado com a etiqueta de “bandido”, o que alcança toda a personalidade do indivíduo e não somente sua conduta (MARTINS, 2015).

As travestis são, assim, frequentemente postas para além dos limites considerados socialmente aceitáveis, razão pela qual se enfatiza inegavelmente uma predisposição social em higienizar e purificar os espaços comunitários, através da eliminação de infratores das normas penais, de travestis e transexuais que desviam da norma costumeiramente produzida, entre outros sujeitos estigmatizados. A motivação do caso do Bom Jardim, apesar da figura da vítima divergir do sujeito que pratica crimes, guarda sintonia pelo fato desses indivíduos serem etiquetados como indesejáveis.

O linchamento em análise não se trata meramente de uma questão prática, mas de uma ação que deve ser situada dentro de um contexto social específico. Essas questões estão diretamente ligadas a duas formas gerais de se olhar para o criminoso e também para as travestis: a primeira, expiatória, associando-os à figura responsável por carregar o mal; a segunda, expropriatória, o procedimento de (des)qualificar determinados indivíduos moralmente, e retirar deles a condição de humanidade, tornando-os suscetíveis de ações como o linchamento (VALLE, 2016).

Exnargar, portanto, os linchamentos sob a perspectiva dos direitos humanos implica em reconhecer que o déficit de direitos, que marca a democracia brasileira como sendo de cidadania restrita, fomenta a expansão das desavenças intersubjetivas e o aumento dos riscos a que os cidadãos estão submetidos no seu dia a dia (RODRIGUES, 2017), notadamente no caso de travestis percebe-se uma verdadeira intensificação desses riscos.

Conclusões

É forçoso concluir que as trans experimentam uma grande fragilidade nos direitos civis, políticos, econômicos, sociais e culturais que se perpetua em âmbito social e jurídico, gerando estagnação do desenvolvimento político e exclusão social desse grupo vulnerável. Nesse sentido, a presença da tranfobia durante o homicídio de Dandara traduz a necessidade de novos estudos sobre as interações entre

o linchamento e o elemento transfóbico, bem como revela o combate à criminalidade como uma justificativa meramente imediata, comunitariamente tolerável e legitimada, para a ação da multidão de expurgar aqueles estigmatizados como “anormais”.

Referências

CHIZZOTTI, Antonio. **Pesquisa Qualitativa em Ciências Humanas e Sociais**. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

FOUCAULT, Michel. **Os Anormais**: resumo dos cursos do Collège de France (1974-1975). São Paulo: Martin Claret, 2001.

LAVOR, Thays. 'Meu filho vivia sendo humilhado': caso Dandara expõe tragédia de viver e morrer travesti no Brasil. **BBC Brasil**, 2017. Disponível em: <<https://www.bbc.com/portuguese/brasil-39227148>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

_____. Cinco são condenados à prisão por morte da travesti Dandara. **Folha de São Paulo**, 2018. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2018/04/cinco-sao-condenados-a-mais-de-14-anos-de-prisao-por-matar-travesti-no-ceara.shtml>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

MARTINS, José de Souza. **Linchamentos**: a Justiça Popular no Brasil. São Paulo: Ed. Contexto, 2015.

NOBRE, Leilane. **Bairro Bom Jardim** – Território da Paz. Disponível em: <<http://www.fortalezanobre.com.br/2014/02/bairro-bom-jardim-territorio-da-paz.html>>. Acesso em: 15 nov. 2018.

NOGUEIRA, Francisco Jander de Sousa. "Mariconas": itinerários da velhice travesti, (des)montagens e (in)visibilidades. 2013. Tese (Doutorado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa.

RODRIGUES, José Welhinjton Cavalcante. A Díficil Tarefa de Consolidação dos Direitos Humanos diante da Problemática do Linchamento na Redemocratização do Brasil. **Revista Direitos Humanos e Democracia**, ano 5, n. 10, jul.-dez. 2017. Disponível em: <<https://www.revistas.unijui.edu.br/index.php/direitoshumanosedemocracia/article/view/6121>>. Acesso em: 20 nov. 2018.

VALLE, Bruno Stigert do. **Análise do Discurso do Linchamento**. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) – Centro de Ciências Jurídicas, Universidade Católica de Petrópolis, Petrópolis, 2016.

DISCURSOS, DILDOS E A PRODUÇÃO DE SUJEITOS GENERIFICADOS E SEXUALIZADOS

Elizabeth Sara Lewis¹

Resumo: Na presente pesquisa, que se insere no âmbito da Linguística *Queer* (LIVIA; HALL, 1997; BORBA, 2015) e da Análise da Narrativa (BASTOS; BIAR, 2015), olharemos para como discursos sobre a penetração com dildos produzem sujeitos generificados e sexualizados dentro de um sistema de restrições impostas pela sociedade - a matriz heteronormativa (BUTLER, [1990] 2003). Analisaremos e compararemos exemplos de duas pesquisas distintas: uma sobre narrativas orais de mulheres bissexuais e outra sobre narrativas digitais de praticantes de *pegging*, uma prática sexual na qual uma mulher penetra um homem (heterossexual) com um dildo acoplado em um cinto. Seguiremos a visão de Sáez e Carrascosa ([2011] 2016) de que ser penetrado/a pode transformar como uma pessoa é vista pela sociedade – criando sujeitos vistos como homossexuais e/ou femininos – e a visão de Preciado ([2000] 2014) de que um dildo não é um substituto para o pênis do homem cisgênero, mas um dispositivo contrassexual que desestabiliza o sistema heterossexual dos papéis de gênero. Nas narrativas analisadas, a penetração por um dildo teve certos efeitos desestabilizadores, porém influenciados por ideias heteronormativas sobre quem deve penetrar ou ser penetrado/a e sobre o dildo enquanto suposta imitação do pênis “de verdade”. Tal penetração fez com que os/as narradores/as questionaram sua própria identificação de gênero e/ou orientação sexual e a identificação de gênero e/ou orientação sexual de seu/sua parceiro/a. Uma ativista bissexual, ao sempre ser penetrada pela esposa com um dildo durante as relações sexuais, começou a ver a esposa como “praticamente um homem” (um processo de “masculinização” na produção de sujeitos) e a questionar-se se realmente era bissexual (“heterossexualização”). Um praticante de *pegging*, ao desejar estimulação anal com um dildo, perguntou-se se não seria homossexual, uma dúvida compartilhada por sua esposa (“homossexualização”). A esposa também ficou na dúvida se seu marido talvez quisesse ser tratado como uma menina (“feminização”), enquanto o marido começou a questionar se sua esposa não preferiria usar o dildo com uma mulher (“bissexualização” ou “lesbianização”). Ao criar inteligibilidades sobre esses processos de generificação e sexualização, espera-se contribuir para que as pessoas, ao invés de sofrerem preconceitos ou experimentarem dúvidas paralisantes quanto aos seus desejos e identificações, possam sentir-se mais livres para experimentar diversos prazeres.

¹ Professora de Linguística e Língua Portuguesa – UNIRIO.
E-mail: elizabeth.lewis@unirio.br

NARRATIVAS AQUENDADAS: ESTRATÉGIAS DE NEGOCIAÇÃO ESTABELECIDAS POR ESTUDANTES TRANSEXUAIS NA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE.

Sem autoria

Resumo: Historicamente, a nós, sujeitos caracterizados, (re)construídos e auto-referenciados nas bordas de uma sociedade regrada pela heteronormatividade compulsória e hegemônica, atribuiu-se, com escassez, sob os direitos que nos restaram, o “consentimento” da construção de nossas histórias, vidas e subjetividades, tendo como ponto de partida às margens, local que (de)marca e estabelece diferenças, e que nunca se constitui como uma totalidade, ou como um centro, mas sempre como uma zona, a zona do não habitável, o espaço compreendido como “contexto de escória” e onde se confere o label da marginalização social. O presente texto debruça-se na narrativa de uma estudante transexual do curso de Letras – Vernáculos, da Universidade Federal de Sergipe, batizada metaforicamente pelo nome de Maria, para assim, construir um diálogo sobre sua trajetória, métodos de negociação e sobrevivências durante seu processo de formação em uma instituição de ensino superior, enquanto mulher transexual, moradora de zona rural do estado e a primeira estudante transexual a se matricular no Campus de Itabaiana, na referida universidade. Tratando-se de uma entrevista-narrativa, onde e como estabeleceu-se esse diálogo, foram obtidas informações sobre a trajetória de vida e de formação educacional e acadêmica de Maria, busquei alinhar-me e usufruir das teorias metodológicas qualitativas abordadas na pesquisa participante (SCHMIDT, 2006) e na análise do discurso (FAIRCLOUGH, 2003), assim como procuro analisar excertos da narrativa de Maria apoiando-me numa visão linguístico-pragmática (AUSTIN, 1990). O desenvolvimento do presente texto alinha-se à metodologias que procuram demarcar cientificamente e de forma contributiva a presença dos participantes na pesquisa, desvinculando-se de uma perspectiva alteritária (BONFANTE, 2016) promulgada por diversas áreas do conhecimento científico. Na construção de sua narrativa, Maria procura reviver suas memórias, através de recursos linguísticos e narrativos de seus anos iniciais no colégio, trazendo para o presente suas primeiras experiências enquanto sujeito que fugia aos traços das heteronormas estabelecidas pelo espaço escolar, e anos depois da universidade. O objetivo de Maria ao fazer parte do espaço universitário a priori não era de subverter ou transgredir regras ou normas impostas por esse espaço, mas apenas de ter acesso à uma formação de nível superior, para que de tal forma pudesse ser reconhecida enquanto sujeito social ativo e escapar à pseudo-ideia construída, estabelecida e difundida socialmente, onde as mulheres transexuais são relegadas aos submundos, cargos em empregos que não possuem prestígio ou então a prostituição, porém, dentro do contexto da universidade pública, Maria defronta-se com

diversas outras adversidades, diferentes das já vivenciadas por ela no ensino fundamental e médio, e de certa forma similares, em algumas características mais marcantes. A instituição de ensino superior, e qualquer outra instituição que desfrute de uma pedagogia modeladora de corpos e sujeitos, como espaço detentor de poder e discursos hegemônicos, continua perpetuando rejeitabilidades para todo e qualquer sujeito que fuja aos padrões que foram construídos, reiterados e conduzidos desde sua invenção, através de seus agentes e seus discursos pautados na heteronormatividade. A heteronormatividade (PRECIADO, 2004) ou heteronormatividade é o padrão dominante que perpetua-se nos espaços formativos, contextualizando então para a presente discussão, pensemos a universidade como um desses espaços, A existência de algumas Marias dentro dos espaços formais de ensino, em específico à referida instituição onde se constrói esta narrativa, funciona como uma contínua negociação de gênero, de existência, de possibilidades, de “um medir de forças” e posições hierárquicas, de se fazer ouvir através de seus discursos verbalizados, escritos ou transpostos através de sua existência enquanto sujeitos genericados. O que está em jogo durante toda sua vivência acadêmica enquanto mulher trans para Maria, é fazer-se existir, notar e ser reconhecida por sua existência, é desconfigurar e desaquendar-se da imagem pré-construída de si e reconstruir-se através de micropolíticas de existência, num embate de forças hierárquicas inventivas. Produzimos e promulgamos conhecimento para que Maria(s) não mais precisa(em) aquendar-se para fazer-se existir, e que o desaquendar seja também uma forma entendível de existência, “desterritorializando-se da heterossexualidade” (PRECIADO, 2011).

Palavras-chave: Aquendar. Narrativa. Negociação. Universidade. Transexual.

BAJUBÁ E A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO SUJEITO LGBT

Pedro Anácio Camarano¹

Resumo: Este artigo advém do pressuposto de que a constituição do sujeito ocorre por meio das interações interpessoais, sucedendo por meio da relação com o outro a apropriação que se dá dos sentidos que circulam na sociedade, constituindo diferentes identidades. A linguagem é fundamental nesse processo, visto que é por meio dela que os sentidos são produzidos. Sistema de signos pelo qual os sujeitos enunciam, a linguagem é constituída historicamente e tende a fazer parte do dispositivo de normalização, delimitando quem, o que, como, quando e onde os enunciados podem acontecer, não somente comunicando ideias, mas também reproduzindo padrões sociais e legitimando relações de poder. Os sujeitos que fazem parte da comunidade LGBT (acrônimo de lésbicas, gays, bissexuais, transgêneros, mas que representa todas as pessoas que de alguma forma questiona a heteronormatividade e/ou a cisnormatividade) são constituídos identitariamente a partir de sujeições e enfrentamentos constantes. A hostilidade, vivida desde o momento do nascimento, marca fortemente a maneira como este sujeito se constitui e é constituído subjetivamente. Dentro de um conjunto de instituições morais e políticas da sociedade, a que os indivíduos se subordinam, a linguagem é uma poderosa ferramenta de reprodução da lgbtphobia (além de medo, aversão e ódio, o termo significa quaisquer atos de discriminação e preconceito contra o sujeito LGBT). Mais que um sistema que permite a inserção do ser na sociedade, a linguagem é uma ferramenta de constituição do próprio sujeito. Ao enunciar sobre si e sobre suas ideias, o indivíduo promove associações e interpretações de seus desejos e do mundo ao seu redor; contudo, enquanto peça de uma conjuntura sócio-histórica, a linguagem é marcada por conflitos de poder (de classe, de gerações, de gênero, de grupos étnicos, etc.) que determinam as formas possíveis dessa constituição acontecer. Viver fora da heterocisnormatividade é perigoso, é ter a existência chancelada pela violência. Este trabalho apresenta um estudo fundamentado na Análise do Discurso de orientação foucaultiana em sincronia com a Linguística *Queer*, para a análise do bajubá. Linguagem inicialmente criada por travestis de rua a partir da utilização de palavras e expressões usadas nos terreiros de umbanda e candomblé e que, posteriormente, foi adotada como forma de comunicação entre todos os integrantes do universo LGBT do Brasil, o bajubá (ou pajubá, como também é conhecido) representa um repertório linguístico de um grupo social que tem em comum o fato de sua simples

¹ Mestrando – Universidade Federal de Goiás, Regional Catalão.
E-mail: magopac@hotmail.com

existência questionar a ideia de que o normal é ser heterossexual e cisgênero. O bajubá é a materialização do questionamento de normas binárias de existência por meio de performances. Em nossas pesquisas sobre o discurso heteronormativo e resistência do sujeito LGBT não descartamos enunciados imagéticos, uma vez que tanto na Análise do Discurso de língua francesa como na Linguística *Queer*, existem várias formas de materialização do enunciado, não se reduzindo ao verbal. Nesta comunicação especificamente, analisaremos o clipe "*Não Pode Esquecer o Guanto*", no qual a artista transgênera Leona Vingativa apresenta uma performance extravagante no Ver-o-Peso, ponto turístico da cidade de Belém. Em sua música a cantora comprova a máxima de Foucault de que não existe relação de poder sem um polo de resistência. Destacamos que o gesto metodológico de realizar análise discursiva sob um viés foucaultiano é o arqueogenealógico, isto é, isolar a o acontecimento discursivo para estabelecer a relação com outros enunciados por meio da elaboração de uma série enunciativa, que tem por função congregar enunciados que tratam de um mesmo objeto. No movimento de descrição e interpretação do acontecimento discursivo, buscaremos analisar, considerando alguns aspectos da interseccionais, como um sujeito LGBT faz uso estratégico de performances físicas e verbais para reafirmar sua identidade, resistindo ao dispositivo de sexualidade a qual está submetido.

Palavras-chave: Análise do Discurso; Linguística Queer; Bajubá; Identidade; Leona Vingativa.

“ME ENCARA, SE PREPARA QUE EU VOU JOGAR BEM NA SUA CARA”: O (NÃO) POSICIONAMENTO CONTRA A LGBTFOBIA DE ARTISTAS NAS ELEIÇÕES DE 2018, UMA ANÁLISE LINGUÍSTICA

Emmanuel Henrique Souza Rodrigues

Resumo: Várias pessoas envolvidas com a arte e com o público LGBT+ se colocaram diante da onda LGBTfóbica que a eleição de 2018 trouxera. A cobrança pela não dubiedade de posturas de apoio foi intensa. Este trabalho analisa discursos (não) produzidos por Anitta, Ivete Sangalo e Pablo Vittar durante a campanha eleitoral no contexto da movimentação #EleNão. Para tal, uso aportes da análise de discurso crítica e da sociolinguística interacional. Em termos teóricos, baseio-me na decolonialidade e abordagem queer como ancoragem conceitual. Este trabalho tem por objetivo analisar essas práticas sociais, bem como discutir possibilidades de fazer linguística queer. A análise permite fazer crítica aos artistas que lucram com o pink money, bem como observar o apoio político real à comunidade LGBT+.

O CINEMA DE FLUXO PERIFÉRICO E DE GÊNERO DE LINN DA QUEBRADA

José Wilson Ricarte Josino¹

Resumo: No cinema de Fluxo "o ritmo pretendido pulsa na cadência do real e sua aparente insignificância e astenia". (CUNHA, 2014, p. 31) Mas esse ritmo sempre é apontado a partir da vida de personagens brancos em sua maioria héteros e de países do dito primeiro mundo, dando aparência que o Cinema de Fluxo só existe nesse ritmo. Porém se tensionarmos com as obras audiovisuais de Linn vemos que seu cinema também é de fluxo, mas não mostra o ritmo padrão, mas um ritmo de corpos periféricos, corpos de LGBTQI's brasileiros. Portanto esse trabalho busca entender as obras de Linn como um Cinema de Fluxo Periférico de Gênero, por entender que essas obras nascem a partir da linguagem Queer do cotidiano de Linn e Periférico por ser uma obra produzida na periferia, na fronteira da semiosfera de Lotman.

Palavras-chave: Cinema de Fluxo, Semiosfera, Linn da Quebrada.

¹ Graduando - Universidade Federal do Ceará.
E-mail: ricartewilson@gmail.com.

BIXA PRETA (LINN DA QUEBRADA, A ATROZ)

“Bicha, trans, preta e periférica. “ Nem ator, nem atriz, atroz. Bailarinx, performer e terrorista de gênero. (Linn da Quebrada)

É assim que Linn da Quebrada se define em uma entrevista dada para o jornal NEXO, mas também em outras ocasiões ela fala que nunca está pronta, nunca alguém que é pra sempre, um alguém terminado, pronto. E sim alguém em construção que está mudado a cada instante, alguém que não é uma só, mas muitas. Assim sendo é parte dela que todas essas definições de si possam se modificar a qualquer momento.

Abandonada pelo pai, por sua tia foi criada Enquanto a mãe era empregada, alagoana arretada “ Faz das tripas coração, ela lava roupa, louça e o chão Passa o dia cozinhando pra dondoca e patrão Eu fui expulsa da igreja (ela foi desassociada) Porque "uma podre maçã deixa as outras contaminada" Eu tinha tudo pra dar certo e dei até o cu fazer bico Hoje, meu corpo, minhas regras, meus roteiros, minhas pregas Sou eu mesmo quem fabrico Linn da Quebrada, “A lenda”, Pajubá (2017)

No trecho da música acima Linn fala um pouco da sua própria história, e nele podemos ver um pouco de como é sua obra. Linn tenta ao longo de sua produção falar de si mesma e sua identidade de gênero divergente do padrão, sua sexualidade e sua etnia negra.

Mostrando através da música, performance, audiovisual e etc como é ser assim e como é o embate dessa identidade com a sociedade brasileira elitista, lgbtfóbica, racista.

Linn da Quebrada em parceria com Jup do Bairro e BadSista produziu até o momento quatro singles um álbum de estúdio de nome PAJUBÁ (2017) em alusão ao dialeto lgbt usado principalmente pelas travestis. No audiovisual Linn possui mais de uma dezena de videoclipes e em 2018 o filme Bixa Travesty que rodou o mundo em diversos festivais de cinema ganhando vários prêmios incluindo o Teddy award por melhor documentário no festival de Berlim.

BIXA BLASFÊMEA (A QUEBRA DO PADRÃO DE FLUXO)

Para adentrarmos nos conceitos de cinema de fluxo, vamos partir da seguinte pergunta: “Quando o que se apresenta na tela não pertence mais ao registro da razão, mas do corpo que sente e pensa?”

Para responder vamos começar contextualizando o surgimento do cinema de fluxo. Esse cinema surge na entrada dos 2000. Período onde o avanço tecnológico modificou o fazer cinematográfico. Agora ficara mais barato fazer cinema, as formas de consumir se multiplicaram, fazendo com que além de sua produção, as sua distribuição e exibição se democratizassem. Junto a isso as formas e linguagens do audiovisual entraram em um debate zmais intenso fazendo surgir novos focos para as narrativas e também hibridizando as linguagens.

É neste contexto que surge uma série de filmes, oriundos das mais diferentes cinematografias, que, entre si, compartilhavam um mesmo “comportamento do olhar” (OLIVEIRA JUNIOR, 2013). Um avançar de sons e imagens menos articulado pelos artifícios tradicionais de construção de sentido e sensações, mas capaz de produzir um real constituído de subjetividade, pertencente à ordem do sensível. Filmes que os críticos franceses Stéphane Bouquet, Jean-Marc Lalanne e Olivier Joyard iriam caracterizar como cinema de fluxo (2002; 2002; 2003). (FISCHER CUNHA, 2014, p. 3)

A partir dessa caracterização inicial o cinema de fluxo foi ganhando mais corpo e adquirindo novas atribuições, são elas: montagem fluida, cinema de atmosfera e plano ressignificado.

A montagem que anteriormente era usada para dar um encadeamento lógico dos acontecimentos, provocando uma relação clara de causa e efeito entre os planos e cenas, agora abandona como principal função essa característica racional para dar lugar a um propósito sensorial.

A montagem opera no esforço de compor e prolongar uma atmosfera tátil, sinestésica. A importância da montagem é diminuída e ressignificada: não se busca burlar o tempo através de elipses, por exemplo; há menos contraposição de planos (que pudesse levar a uma dialética ou paralelismo). (FISCHER CUNHA, 2014, p.31)

Em seguida, temos o cinema de atmosfera, que tenta apresentar uma atmosfera do real, criando um espaço onde as imagens representam sensações subjetivas do espaço mostrado e também:

a construção de sentido a partir do sensível ganha protagonismo, enquanto a lógica se torna um acessório secundário. A atmosfera tenta dar conta, também, do fora-de-quadro, dando forma a ambientes que contemplem o todo que não está enquadrado.” (Fisher Cunha, 2014, p. 31).

Ou seja é a criação de um ambiente, de um espaço subjetivo que contém o dentro e fora de quadro, a representação cinematográfica da casa enquanto corpo de imagens daquele personagem.

Para capturar essa atmosfera o cinema de fluxo ressignifica o plano para que este para de ser subserviente do propósito na narrativo.

Trata-se de um cinema que ressignifica a função do plano no todo fílmico, tornando-se um local “onde se constrói, em primeiro lugar, a radicalidade de uma visão” (JOYARD, 2003, p. 26). Cinema que se volta para o cotidiano, apreendendo o mundo em seu ritmo natural. (Fischer Cunha, 2014, p. 5)

Dando assim a função de criar/mostrar espaços um papel central na linguagem do filme, deslocando para o nível do sensorial e do arquitetônico, o quadro da obra audiovisual.

Agora voltando a pergunta “Quando o que se apresenta na tela não pertence mais ao registro da razão, mas do corpo que sente e pensa?” e a resposta dela é o próprio cinema de fluxo que sintetizando

os conceitos apresentados, podemos dizer que o cinema de fluxo desloca o foco de apresentar uma narrativa de forma lógica que faz com que tanto a montagem como os planos se tornem subser-vientes da função de contar uma história pro espectador para a vontade de fazer o espectador sentir o filme a partir de um cinema sensorial pautado no cotidiano.

Ou seja, no cinema de Fluxo “o ritmo pretendido pulsa na cadência do real e sua aparente insignificância e astenia”. (CUNHA, 2014, p. 31) Mas esse ritmo sempre é apontado a partir da vida de personagens brancos em sua maioria héteros e de países do dito primeiro mundo, dando aparência que o Cinema de Fluxo só existe nesse ritmo. Porém se tensionarmos com as obras audiovisuais de Linn vemos que seu cinema também é de fluxo, mas não mostra o ritmo padrão, mas um ritmo de corpos periféricos, corpos de travestis e LGBTQI's brasileiros. Assim se olharmos para o panorama da produção de cinema de fluxo

Vemos ganhar força cinematografias diversas que têm em comum o desejo de privilegiar o sensorial em vez da narrativa. Em geral, esses filmes contam com uma relação câmera-corpo muito forte potencializada pelas câmeras digitais. O espectador se projeta no filme através de uma câmera móvel, instável, ativa, que dança. Cinema de imperfeição, que imprime uma revalorização da experiência perceptiva [...]. (Nunes (2010, p. 427)

Ou seja por causa dessa relação câmera-corpo, se mudarmos os corpos o ritmo da câmera vai mudar seguindo vibração de vida desses corpos agora explorados por Linn.

Assim nós temos as mesmas características conceituadas em sua grande maioria em filmes que tem como protagonistas os personagens que se encaixam nos padrões sociais de sexualidade, identidade de gênero, corpo e que também fazem parte fazem parte uma classe social, mais abastada².

BIXA MOLOTOV (SEMIOSFERA)

Yuri Lotman é um pesquisador e teórico russo que fazia parte da escola de tártu-moscou que foi onde se desenvolveu o pensamento da semiótica da cultura tendo ele como um de seus principais nomes. Dentre os conceitos dessa área vamos nos debruçar em dois para o atual artigo. O primeiro deles é o de semiosfera, e para explicá-lo temos que entender que “a cultura organiza a si mesma em forma de um determinado “espaçotempo” e não pode existir fora dessa organização. Essa organização é realizada como semiosfera e, ao mesmo tempo, com a ajuda da semiosfera.” (LOTMAN, 2001, p.259)

Assim podemos entender a semiosfera como a esfera dos signos de uma cultura, portanto temos a semiosfera da cultura brasileira, a semiosfera da cultura americana e etc. E essas semiosferas comportam

2 Uma das únicas exceções que se desvia desse padrão é O Céu de Suely (2006), mas mesmo assim só se afasta do padrão em relação a classe social da personagem e no lugar onde se passa o filme que desloca o foco dos grandes centros para o interior do estado do ceará, na cidade de Iguatu.

outras tantas como na brasileira há semiosfera da cultura do forró, do teatro brasileiro, do cinema brasileiro e outras tantas.

Para entendermos como funciona a interação entre as tantas semiosferas é necessário que entendamos como funciona a membrana da semiosfera. Assim fazendo uma analogia biológica podemos dizer que essa membrana se assemelha a uma membrana celular animal que é estrutura que delimita a celular, mas não de forma que isole o interior da celular do exterior, mas sim funcionando como passagem seletiva do que entra e do que sai. Ela estabelece a fronteira do meio intracelular do extracelular, sendo na semiosfera a fronteira entre o meio semiótico e o extrassemiótico. E Lotman define essa estrutura como:

A fronteira do espaço semiótico é uma posição funcional e estrutural “ muito importante, que determina a essência do seu mecanismo semiótico. A fronteira é um mecanismo bilingual que traduz as mensagens externas para a linguagem interna da semiosfera e vice versa. Dessa forma, apenas com a sua ajuda a semiosfera pode entrar em contato com o espaço não semiótico e extrassemiótico (LOTMAN, 1992, p.14)

E é justamente da fronteira que nasce a linguagem artística de Linn, vinda da periferia cultural que é a linguagem própria das pessoas LGBTQI's, do viver de um corpo desviante do padrão que é um corpo travesti, do dialeto Pajubá já aqui comentado anteriormente, da cultura das periferias do Brasil que em sua maioria é uma população negra e de classe social menos favorecida. Portanto juntando todas essas características que estão fora do centro da semiosfera do cinema hegemônico e aqui mais especificamente do cinema de fluxo hegemônico, a linguagem de Linn tensionada com as características desse cinema podemos inferir que se cria um cinema de fluxo diferente do anterior agora incorporado de todas essas características que a obra de Linn da Quebrada traz, um cinema de fluxo periférico e de gênero. De fluxo por conservar as características do cinema de fluxo, periférico por incorporar as linguagens própria de obras a margem do cinema hegemônico e de gênero por ter a linguagem vinda da cultura e dos corpos de pessoas LGBTQI's.

Assim, Linn ao longo da sua obra audiovisual não apenas lança um contra ataque estético no nível do discurso no que se diz respeito ao gênero, feminismo, opressão e outras questões sociais, mas também no nível estrutural do fazer cinematográfico.

BIXA ACADÊMICA (REFERÊNCIAS)

AUMONT, Jacques. *Le Cinéma est la mise en scène*. Armand Colin, 2006. Edições Texto & Grafia, Lda.

BORNSTEIN, Kate. *Gender Terror, Gender Rage*. In: STRYKER, Susan, WHITTL, Stephen. *The Transgender Studies Reader*. New York: Routledge, 2006

BONACCHI, Gabriela; GROPPi, Angela. *O dilema da cidadania - direitos e deveres das mulheres*. São Paulo. Unesp. 1995.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CÁCERES, Mario Cépeda; FLORES, Ximena. *Terrorismo de gênero: aproximaciones al movimiento drag en Lima*. *Revista Anthropía*, Lima, n. 9, p.16-27, 2011. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018.

CAMPOI, Isabela. *O livro "Direitos das mulheres e injustiça dos homens" de Nísia Floresta: literatura, mulheres e o Brasil do século XIX*. *História (São Paulo)* v.30, n.2, p. 196-213, ago/dez 2011 ISSN 1980-4369.

FOUCAULT, Michel. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

_____. *Vigiar e Punir: História da Violência nas Prisões* Editora Vozes, São Paulo, 2001. GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Ltc, 2008. 323 p.

HALL, S. *Minimal Selves; In Identity: The Real Me*. ICA Document 6. Londres: Institute for Contemporary Arts, 1987.

_____. *Cultural identity and Diasporat;*. In Rutherford, J. (org.) *Identity*. Londres: Lawrence and Wishart, 1990.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião*. Brasília: Autora, 2012. 24 p. Disponível em: link . Acesso em: 18 abr. 2018.

JESUS, Jaqueline Gomes de et. al.. *Transfeminismos: teorias e práticas*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2014. 184 p.

LIPOVETSKY, Gilles; SERROY, Jean. *A Estetização do Mundo: viver na era do capitalismo artista*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____ Lucrecia Martel: A Mulher Sem Cabeça (La Mujer Sin Cabeza, Argentina/França/Itália/Espanha, 2008).

MACHADO, Irene. Escola de semiótica da cultura: A Experiência de Tártu-Moscou para o Estudo da Cultura. São Paulo: Ateliê Editorial/Fapesp, 2003.

MACHADO, Irene, Org. Semiótica da Cultura e Semiosfera. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2007.

MANOVICH, Lev. The language of new media. United States of America: Massachusetts Institute of Technology, 2001.

PINTO, Núria R.. Linn da Quebrada: "Terrorista de gênero significa ter a minha música como uma arma apontada para a minha própria cabeça". Ritmos e batidas, 02 mar. 2018. Disponível em: . Acesso em: 18 abr. 2018.

PLAZA, Julio. Tradução Intersemiótica. São Paulo: Perspectiva, 2003. (Coleção Estudos). Dirigida por: J. Guinsburg..

RIVETTE, Jacques. Génie de Howard Hawks. Cahiers du Cinéma nº23, maio de 1953. Disponível em link .Acesso em: 18 abr. 2018

BEUVOIR, Simone. O Segundo Sexo. 1949. Nova Fronteira, São Paulo.

MENINO AFEMINADO NA ESCOLA RURAL

Marcos Andrade Alves dos Santos¹

Daniele Gruska Benevides Prata²

Resumo: Neste trabalho objetivo discutir minhas experiências como menino afeminado na escola rural. Através da pesquisa de inspiração autoetnográfica, será possível visualizar na escola rural como as disposições heteronormativas materializam nas relações entre os corpos as diferenças e desigualdades de gênero, produzindo uma pedagogia da sexualidade interessada na naturalização de experiências heterossexuais como norma. Esta pedagogia se faz acompanhar de processos de socialização de violências, tendo o heterossexismo e a homofobia como instrumentos políticos de regulação das relações sociais dentro da escola rural.

Palavras-chave: Escola Rural. Menino Afeminado. Corpo. Gênero. Violências.

1 Graduando em Ciências Biológicas – UECE.
E-mail: marcos.andrade@aluno.uece.br.

2 Doutoranda em Políticas Públicas – UECE.
E-mail: danielle.gruska@uece.br

Introdução

Recentemente li um texto que provocou minhas lembranças sobre os processos de socialização através dos quais meu corpo ganhou sentido na escola da comunidade rural a qual pertença. Em seu ensaio, Giancarlo Cornejo (2016) discute, a partir da experiência vivida na escola, como seu corpo de menino afeminado foi posto em discurso pelos psicólogos educacionais e professores. Estes profissionais insistiam no fracasso da família de Cornejo, sobretudo da mãe, por terem produzido um menino afeminado a partir de um corpo predestinado pelo sexo a ser masculino.

Não é difícil de encontrar em minhas experiências durante a escolarização no meio rural, a 134 Km de Fortaleza, os investimentos normalizadores que incidiram sobre meu corpo. A heteronormatividade imposta como regime de produção de conhecimento (SEDGWICK, 2007) fundamentou muitas das violências simbólicas e físicas que experimentei no dia a dia da escola, particularmente quando meu corpo resistia ao enquadramento das normas de gênero (MISKOLCI, 2016). O gênero foi (e continua a ser na comunidade rural) a principal “verdade” através da qual meus colegas (e toda a instituição) distinguem meu corpo dos demais: o meu era concebido como diferente, contrastando com os corpos “saudáveis” dos meninos masculinizados.

Meus primeiros esforços para compreender as violências que marcaram minha trajetória escolar encontram-se num relato de experiência que publiquei em 2016 no Congresso Nacional de Educação (SANTOS et al., 2016). No mesmo ano, mergulhei nas escolas rurais desenvolvendo atividades formativas em Gênero e Sexualidade para Professores, ao lado de Renata Maranhão, Coordenadora do Grupo de Estudos sobre Heteronormatividades nas Escolas – GEHE/FACEDI/UECE. Este deslocamento trouxe-me a visão que as professoras geram sobre sua prática de construção de gêneros, que na maioria dos casos é de desconhecimento dos processos educacionais que atuam na materialização de gêneros binários, de forma arbitrária nos corpos de todos (inclusive nos seus e nos espaços físicos das escolas).

Este será um exercício no qual objetivo discutir as minhas experiências como menino afeminado na escola rural. Através da pesquisa de inspiração autoetnográfica, pretendo resgatar em minhas vivências situações em que a heteronormatividade se manifestava através de violências, as quais decorrem do modo como a instituição pedagógica ordena a socialização das diferenças entre corpos/sexos/gêneros femininos ou masculinos por meio de técnicas de sujeição, controle, normalização e vigilância de cada um sobre si e sobre todos.

Metodologia

Essa pesquisa se fundamenta nos pressupostos da autoetnografia, compreendendo que essa “abordagem de pesquisa e escrita procura descrever e analisar sistematicamente (gráfico) a experiência pessoal (self) para compreender a experiência cultural (etno)” (ELLIS, ADAMS e BOCHNER, 2015, p. 205, tradução minha). Deste modo, propõe um modo de produção de conhecimento que se diferencia

das práticas hegemônicas, configurando contextos mais próximos das especificidades de determinados modos de vida.

Nestas condições, a autoetnografia se revela como uma metodologia adequada para sistematizar as reflexões deste estudo, uma vez que as práticas que são objeto de reflexão aqui pertencem a uma realidade muito específica. Assim há por vista esclarecer que a prática autoetnográfica se caracteriza como metodologia que combina características da pesquisa autobiográfica e da etnografia (ELIS et al., 2015).

Passo a descrever a escola na qual cursei o Ensino Fundamental, a qual se torna o palco onde aconteceram as situações de violência que fomentam as análises construídas aqui. A instituição à época em que me recebi possuía uma estrutura pequena, dispo de 6 salas de aula, 1 secretaria e diretoria, 1 sala dos professores, 1 biblioteca, 1 banheiro masculino e 1 feminino, 1 quadra de esportes, 1 cantina e 1 corredor. O interior da escola não é o único lugar relevante, pois na saída da escola, a rua também abrigava focos de brigas e de perseguições. Formada por um corpo docente muito apegado às tradições e a valores cristãos, a escola produzia um cotidiano marcado por técnicas de controle e normalizações dos corpos. A diretora escolar agia de modo autoritário para manter a ordem, mas desprezava a violência contra pessoas como eu, não agindo para promover ações educativas para o enfrentamento das violências.

Resultados e discussões

Neste esforço, será possível visualizar na escola rural como as disposições heteronormativas materializam nas relações entre os corpos as diferenças e desigualdades de gênero, produzindo uma pedagogia da sexualidade interessada na naturalização de experiências heterossexuais como norma (LOURO, 2005). Esta pedagogia se faz acompanhar de processos de socialização de violências, tendo o heterossexismo e a homofobia como instrumentos políticos de regulação das relações sociais dentro da escola rural.

Em condições rurais, o estreitamento da tradição, a promoção e a reiteração dos valores patriarcais nos ajudam a compreender que a cultura construída nestes espaços é fortemente tangenciada pelas práticas legitimadas no âmbito das instituições tradicionais – a escola, a igreja, a família, o posto de saúde. O saber sobre a sexualidade e sobre os gêneros perpassa todas estas instâncias sociais, produzindo uma rede que recupera os copos e significa suas matérias, marcando como perigosos aqueles que se afastam dos esquemas, os mesmos que procura se eliminar da escola (BENTO, 2011).

Contudo, experiências de deslocamento entre gêneros produzem fissuras no modelo e desestabilizam a lógica pela qual opera a heteronormatividade. Há de se atentar que nem todos os meninos viverão em corpos masculinos, assim como nem todos os meninos se definirão numa identidade gênero masculina fixa e estável. São estes corpos que se tornarão alvos de um controle microfísico das suas atividades e manifestações. Os corpos que resistem ao enquadramento, que cruzam e recruzam as fronteiras de gênero assumindo curiosas formas e emblemáticos significados, como foi o meu durante o percurso escolar na comunidade rural.

Meu corpo, através das experiências na escola rural, se constituiu por meio de curiosos deslocamentos entre os gêneros. Por esta razão, a instituição manifestava uma ansiedade em sua classificação, pois a escola rural entendia a movimentação como algo perigoso, desestabilizador do princípio de normalidade assumido para o masculino. A sexualidade era uma suspeita, na verdade, a homossexualidade era uma suposição que faziam do meu corpo de menino afeminado. Meus professores viam meu corpo como não saudável em relação aos meninos normalizados, como quando nas aulas de educação física não restava atividade alguma para mim. Por vezes era minha professora de matemática que informava deste desvio quando me silenciava ou não atendia minhas questões (SANTOS e colaboradores 2016).

A escola rural induzia sua curiosidade para imaginar os gêneros somente por meio da heteronormatividade. Cotidiana e sistematicamente, procedimentos corretivos integraram a prática dos meus professores como investimentos para apagar minha diferença em relação à referência socialmente utilizada para balizar a experiência masculina. Em todos os meus gestos, comportamentos e movimentos, a masculinidade hegemônica era traída e para os gestores escolares, meus professores, colegas, pais e família isso era desestabilizador.

Precisamente o que assustava a todos era o terror relacionado ao gênero. A resistência apresentada pelo meu corpo de “menino” em assumir papéis naturalizados como masculinos era compreendida como problema. A sequência sexo-gênero-sexualidade era constantemente enfrentada pela performatividade do meu corpo e, de maneira potencialmente desconcertante, pela forma como experimentava transgredir o binarismo de gênero masculino/feminino. Embora a instituição rural tentasse realizar o microcontrole do meu corpo, demarcando quais espaços eu poderia habitar, ainda assim traçava linhas de fuga para viver meu corpo. Muitas vezes procurava brincar as brincadeiras que as meninas brincavam, me distanciando das expectativas que me prendiam aos meninos.

Aprendia que o menino rural é criado para se tornar o homem reprodutivo ou pai de família. A virilidade é o principal atestado deste investimento continuado, que perpassa as relações na escola rural; resgato a visão de Bourdieu (2017) para tratar desta questão, pois ao trabalhar com a noção de virilidade, o autor recupera que quando os homens se esforçam para comprovar diante de outros homens essa condição, isso implica numa relação de sofrimento. Assim a virilidade é uma “carga”, pois coloca o homem na posição de estar preparado para assediar sexualmente as mulheres ou para o combate e exercício da violência.

Construída para os outros, na presença dos outros, a exigência da virilidade justificava muitas das violências que eu sofria no interior da escola. Para os outros, eu era o viado, a bicha, o balde, a frutinha, e todos esses nomes ao mesmo tempo. Esses discursos me informavam que eu era menor que os demais, me reduziam, me despossuíam, me conduziam a precariedade e as experiências de abjeção, enfim atuavam como injúria (ERIBON, 2008). Minha experiência na escola rural foi profundamente marcada pela injúria. Os corredores se tornavam ambientes hostis à minha passagem: tapas na cabeça, empurrões, chutes e discursos eram recursos administrados pelos meus colegas na tentativa de corrigir minhas diferenças. Fui trancado por diversas vezes no banheiro escolar pelos meus colegas, de modo que não conseguia mais acessar o espaço por medo de ser trancado.

Quando essas violências eram informadas por mim a direção escolar, nenhuma atitude era tomada em relação a problematização delas no cotidiano. Nunca senti um efeito protetivo por parte da escola, nenhuma salva guarda, nenhuma estratégia que transformasse minha vida naqueles espaços. Uma ocasião que permanece em minha memória, a qual me dói, é que em uma ocasião quando fui posto de castigo na biblioteca pela professora de matemática com a justificativa de atrapalhar a aula, uma outra professora mais jovem se aproximou e tentou conhecer os motivos daquela atitude da colega. Me interrogou por alguns instantes e como não obtinha respostas de mim, me chamou de “Viadinho desgraçado”. Na ocasião recusei a nomeação e chorando pela pressão que me exerceu, corri da sala e chamei a diretora para informá-la do ocorrido. Ao que fui dispensado da escola e o problema nunca foi tratado publicamente.

Situações como essa demonstram que na escola rural, há um silenciamento em torno de assuntos sobre gênero e sexualidade e principalmente sobre a violência que marca experiências que se distanciam dos esquemas heteronormativos. Esse silenciamento institucional vivido por mim na escola rural, patrocina regimes de precariedade (BUTLER, 2017) e impede que sejam organizadas estratégias de enfrentamento contra a violência.

Considerações finais

As experiências percorridas neste estudo fazem parte de minha história pessoal e provocam, por vezes, dores quando tocam em antigas feridas. Minha socialização na escola rural ocorreu em meio a um cotidiano normalizado, no qual a violência se constituiu numa experiência muito importante. Minha conduta de menino afeminado era combatida pelo aparelho educacional em distintas frentes, nas atitudes de silenciamento e exclusão assumidas pela instituição por meio de sua gestão e profissionais, mas também através de meus colegas, sobretudo os meninos.

Nestas condições, o controle sobre meu corpo de menino afeminado era realizado em escalas microcotidianas, compreendendo todos os espaços da escola nos quais me movimentava, buscando resistir aos enquadramentos. Essa resistência era contra aquilo que Butler (2017) descreve como criminalização por causa do gênero. O policiamento de gênero realizado no âmbito da instituição a qual estive vinculado pode ser compreendido como um “ato criminoso” (BUTLER, 2017), uma vez que me expôs a violências que até hoje permanecem me amedrontando no contato social. A falha da escola em proteger a mim e outras pessoas imersas naquele cotidiano se configura numa negligência.

As reflexões que construo neste texto pretendem servir para direcionar o olhar para as peculiaridades que significam as trajetórias de um sem número de pessoas nas escolas rurais. Atentando para a questão das violências, advirto que elas podem ser naturalizadas pelo regime de conhecimento que constrói hierarquias de gênero e sexualidade, a heteronormatividade (LOURO, 2005).

O menino afeminado está exposto a múltiplas violências, como testemunha Cornejo (2016, p. 80), pois “o berço de um menino mariquinha é a lápide de um menino heterossexual”. Na zona rural as tensões em torno da masculinidade são intensificadas, de modo que a pluralidade de expressões de

masculinidades é combatida. Enquanto meninos, só nos é permitido desejar ser homem, ser pai de família, usar de brutalidade e violência para defender o título de homem. Muitas vezes isso significa violentar publicamente os meninos que se distanciam do ideal, apresentando sua curiosidade que abre muitas possibilidades de construção de gêneros e modos de vidas não heterossexuais na escola rural. É indispensável pensar sobre estas realidades, atentando para o desenvolvimento de Políticas Públicas e práticas educativas que visem transformá-las.

Referências

BENTO, B. **Na escola se aprende que a diferença faz diferença.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio-ago. 2011.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina.** Tradução de Maria Helena kuhner. – 4ªed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BUTLER, J. **Alianças queer e política anti-guerra.** Tradução de Kaciano Barbosa Gadelha. BAGOAS, n. 16, 2017, p. 29-49

CORNEJO, G. **A guerra declarada contra o menino afeminado.** In: MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** 2 ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora : UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

ELLIS, C.; ADAMS, T. E.; BOCHNER, A. P. **AUTOETNOGRAFÍA: UN PANORAMA.** Astrolabio, [S.l.], n. 14, p. 249-273, jun. 2015. Disponível em: <<https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/11626/12041>>. Acesso em 26 Jun. 2018.

ERIBON, D. **Reflexões sobre a questão gay.** Tradução de Procópio Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008

LOURO, G.L (org.) **O Corpo Educado: Pedagogias da Sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer: um aprendizado pelas diferenças.** 2 ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora : UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

SANTOS, M. A. A.; PRATA, D. G. B.; OLIVEIRA, M. C. A. **Pedagogia da opressão no espaço escolar: resgatando memórias de experiências com a homofobia.** In: III CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, 2016, Natal – RN. Anais III CONEDU, Editora Realize, v. 1, 2016.

SEDGWICK, E. K. **A Epistemologia do Armário.** In: Cadernos Pagu. Tradução de Plínio Dentzien. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu, 2007.

PERCEPÇÕES DE ALUNOS DO ENSINO MÉDIO SOBRE AS RELAÇÕES DE GÊNERO E VIOLÊNCIA NUMA ESCOLA INTERIORANA

Marcos Andrade Alves dos Santos¹

José Kasio Barbosa da Silva²

Antônio Jefferson Teixeira Sousa³

Daniele Gruska Benevides Prata⁴

Resumo: Esta pesquisa objetiva investigar as percepções de alunos de Ensino Médio numa escola interiorana sobre gênero e violência, problematizando a relevância deste olhar para o processo educativo e à reflexão das violências no ambiente escolar. Realizamos no trabalho de campo a observação participante e aplicamos questionários abertos como instrumentos de coleta de dados, que foram interpretados a partir da análise de conteúdo. O gênero é constantemente atualizado nas respostas dos alunos numa relação entre a identificação individual e a força do ordenamento social. As percepções dos alunos são construídas a partir de diferentes modos de experimentar as sexualidades e os corpos, cruzando-se com situações de violência. Os alunos sugerem que o espaço escolar deve ser aberto para a experimentação.

Palavras-chave: Relações de Gênero; Experimentação; Estudantes; Escola; Violência.

1 Graduando em Ciências Biológicas – UECE.

E-mail: marcos.andrade@aluno.uece.br.

2 Graduando em Pedagogia – UECE.

E-mail: jose.kasio@aluno.uece.br.

3 Graduando em Ciências Sociais – UECE.

E-mail: sousa.jefferson@aluno.uece.br.

4 Doutoranda em Políticas Públicas – UECE.

E-mail: daniele.gruska@uece.br.

Introdução

Investigar a percepção de alunos de Ensino Médio sobre as relações de gênero na gramática das interações cotidianas da escola pode ser um exercício inquietante, a medida que as respostas podem ser inesperadas e comportar experiências diferentes de nossas concepções teóricas. Neste trabalho as percepções dos alunos se cruzam com situações de violência ou são construídas a partir de diferentes modos de experimentar as sexualidades e os corpos. O gênero é constantemente atualizado como um exercício entre a identificação individual e a força do ordenamento social.

Estas visões serão problematizadas no curso deste trabalho. Não obstante cabe destacar que a escola é um espaço de sociabilidades marcado por relações de forças, nas quais os padrões hegemônicos são atualizados, por meio de uma engenharia de produção de corpos normais (BENTO, 2011). Na visão de Miskolci (2016), a escola historicamente tem assumido a papel de braço normalizador do estado e este fato contribui para construir um cotidiano heteronormativo e potencialmente violento contra os corpos que transgridam as normalizações.

Neste contexto, o policiamento de gênero que se ancora na heteronormatividade, atinge, de modo mais específico, àqueles corpos que vivem nas fronteiras de gênero ou que não se enquadram nas definições de normalidade (BUTLER, 2017). No entanto, não o deixa de exercer poder sobre todos, marcando, através do controle e disciplinamento, a experiência social.

Nos últimos anos, no Brasil têm crescido os debates sobre gênero, fortalecendo a produção acadêmica. Como aponta Miskolci (2016) o fato de vivermos numa democracia possibilitou esta expansão. Entretanto, os olhares mais destacados são os de educadores em processos formativos ou pesquisadores politicamente envolvidos com o tema, como observa-se em Junqueira (2010; 2012), Louro (2005). Este esforço segue na direção dos olhares dos alunos sobre como as relações de gênero são construídas no cotidiano escolar. Isso implica considerar contradições e respostas inesperadas diante de nossas perguntas, porém é nesta direção que acionamos nossos esforços.

Partindo da pesquisa de campo com estudantes de ensino médio de uma escola localizada no interior, à 135 km de Fortaleza, este trabalho investiga suas percepções sobre gênero e violência, problematizando a relevância deste olhar para o processo educativo e à reflexão das violências no ambiente escolar.

Metodologia

Este trabalho inicia-se com a inserção de um dos pesquisadores na EEM Pe. Rodolfo Ferreira da Cunha no evento Escola Espaço de Reflexão em 2017. A partir de observações iniciais foi constatado o interesse da gestão e dos estudantes pelos debates de Gênero e Sexualidade no interior da escola, de modo a refletirem sobre situações de violência que afetava a gays e lésbicas na instituição. Neste contexto, decidimos investigar quais as concepções dos alunos a respeito destes temas através de uma pesquisa de campo, usando o questionário aberto como técnica de coleta de dados.

O trabalho de campo recupera aquilo que Neto (2001, p. 51) diz que “se apresenta como uma possibilidade de conseguirmos não só uma aproximação com aquilo que desejamos conhecer e estudar, mas também de criar um conhecimento, partindo da realidade presente no campo”. Neste processo interpelamos os sujeitos investigados através do questionário aberto, composto por 9 questões, das quais apenas 3 são objeto de reflexão aqui. Para Gil (2008), esta técnica de coleta de dados é composta por um conjunto de questões que possuem a intenção de obter informações diversas sobre o fenômeno investigado. Para o autor, esta técnica consiste em traduzir os objetivos da pesquisa em questões específicas. Para analisar as respostas usamos a análise de conteúdo de Bardin (2011), estabelecendo previamente as categorias Gênero, Violência de Gênero e Discussões de Gênero, dentro das quais interpretamos o conteúdo das respostas dos estudantes.

Os 12 sujeitos deste estudo, são habitantes de um distrito localizado à 135 de Fortaleza, e à época que responderam o questionário cursavam a 3 série do Ensino Médio na Escola Pe. Rodolfo Ferreira da Cunha. Foram selecionados aleatoriamente e são bem distintos no que se refere as características sociais visíveis, como cor e origem social. A maioria usava ônibus escolar, por morarem em comunidades distantes da escola. Todos responderam o questionário ao mesmo tempo numa sala de aula definida.

Resultados e discussões

Na percepção dos alunos existe uma relação entre gênero e identificação, que se expressa na assunção de determinado comportamento por meio de uma escolha pessoal⁵. Nesta perspectiva não é tão claro, na intenção dos estudantes, o papel que a sociedade exerce no ordenamento de gênero nem como essas regulações afetam as “escolhas” dos sujeitos. No entanto, o repertório de construção de gêneros numa cultura heteronormativa, é limitado ao binarismo masculino/feminino. A partir dele os corpos definem sua experiência, mas não sem contestação (MISKOLCI, 2016).

Em determinadas condições alguns alunos parecem reconhecer o caráter performativo do gênero apontando para a ideia de experiência⁶. Ainda assim não foge das expectativas binárias impostas pela heteronormatividade. A ideia de mudança apresentada pelo aluno reflete uma compreensão dinâmica do gênero como transformação. Entretanto, a transformação referida parece se ancorar numa percepção rasa das normas que ordenam os corpos.

A proposição de Butler (2017, p. 38) sobre a performatividade do gênero recupera a noção de “exercício de liberdade em público que vem com muitos riscos e que ameaça expor-nos a condições de precariedade”. Embora não compreendam ou conheçam o discurso da filósofa, os alunos investigados apontam para a articulação entre as experiências de gênero de meninos gays ou de meninas lésbicas e a violência institucional perpetrada na escola. Essa articulação resgata o sentido de precariedade

5 É uma escolha que cada pessoa tem para decidir o que ser, e o que quer escolher para si (Estudante 1).

6 Gênero é uma escolha [...]ao long/o do tempo pode mudar para o qual você achar melhor (Estudante 5).

discutido por Butler (2017) quando as diferenças de gênero são duramente combatidas pelo regime de normalização dos corpos, a heteronormatividade e homofobia.

Dentro do espaço escolar aquelas experiências que fogem as expectativas de gênero ou de sexualidade serão mais fortemente alcançadas pelo regime heteronormativo, sendo combatidas pela homofobia e pelo sexismo, na análise construída por Junqueira (2012). Conforme as informações produzidas pela maioria dos alunos, não somente eles, como outros sujeitos (amigxs, conhecidxs, colegxs) já sofreram algum tipo de violência ou constrangimento no espaço escolar. As falas seguintes detalham que os motivos enlaçam gênero e orientação sexual, como se percebe nos seguintes discursos “sofro muito por conta de me reconhecerem como homossexual, viado, gay” (Estudante 2) e “*Á passando no corredor com uma colega e me chamara de lésbica*” (Estudante 11). Estas falas denotam que a suposição das sexualidades homoeróticas ativa discursos homofóbicos na dinâmica escolar do interior, em estratégias violentas de proibição e de silenciamento de possíveis modos de vida homossexuais dentro da escola.

É possível perceber por meio destes registros que ambos, meninos identificados como gays e meninas identificadas como lésbicas, se tornam alvo de práticas injuriosas dentro da escola interiorana pelo modo como vivem seu gênero e sua sexualidade. Ao se posicionar contra o policiamento de gênero que atinge preferencialmente pessoas que vivem experiências não hegemônicas de gênero e sexuais, Butler (2018, p. 63) defende que “ninguém deveria ser criminalizado pela sua apresentação de gênero, e ninguém deveria ser ameaçado com uma vida precária em virtude do caráter performativo da sua apresentação de gênero”. É preciso questionar como a escola atua para garantir que estes corpos sejam protegidos contra o assédio e a violência homofóbica.

O silenciamento e a exclusão são naturalizados na realidade escolar e atuam como elementos pedagógicos na socialização dos alunos que se distanciam das expectativas de gênero e sexualidade. Santos e colaboradores (2016), ao construir um relato de suas experiências escolares com a homofobia numa pequena escola do interior resgata que as estratégias de controle do seu corpo queriam ocultá-lo da visão dos demais, objetivando que a construção social dos outros meninos não fosse afetada pela sua diferença.

A provocação de Butler sobre os corpos que importam refere-se à percepção de que determinadas vidas estão desde sempre expostas a múltiplas violências, sendo tratadas como “descartáveis, como já perdidas ou socialmente mortas” (BUTLER, 2017, p.40). Isso dificulta a construção de uma sociedade que previna e combata essas violações com o máximo de atenção e recursos, através do aprofundamento da Democracia, no escopo da qual se construam Políticas Públicas e Legislações que interfiram e modifiquem a realidade social.

Os alunos destacaram em suas respostas que a escola ainda não produz espaços de discussão para a violência e para as questões de gênero. Deste modo, podemos inferir que a pedagogia dos gêneros no espaço escolar, ocorre por meio de um investimento duplo, que opera a partir da ativação da linguagem dos gêneros, seja na composição dos espaços (banheiros) assim como das atividades (como as atividades físicas diferenciadas para meninos e para meninas). Por outro lado, a instituição silencia os

corpos e as provocações, obstinando-se em controlar as expressões de sexualidade. Nestas condições, conforme discute Louro (2005) com relação a sexualidade e ao gênero a escola permanece como lugar de ignorância, do silenciamento, do desconhecimento, ainda que execute pedagogias da sexualidade.

A escola é um dos ambientes onde as diferenças são construídas e como aponta a percepção dos alunos deste estudo ainda permanece pouco afeito as discussões que superem o preconceito. Assim, dizem que “Infelizmente no espaço escolar, onde deveria ser o local de *construção de práticas para romper o preconceito*, é o *local onde mais ocorrem formas discriminatórias* (Estudante 1). Esta reflexão implica em perguntar quais motivos que levam a escolar silenciar estas discussões ou ocultar determinados modos de vidas, percebendo que

Na verdade, há um desejo de eliminar e excluir aqueles que “contaminam” o espaço escolar. Há um processo de expulsão, e não de evasão. É importante diferenciar “evasão” de “expulsão”, pois, ao apontar com maior precisão as causas que levam crianças a não frequentarem o espaço escolar, se terá como enfrentar com eficácia os dilemas que constituem o cotidiano escolar, entre eles, a intolerância alimentada pela homofobia. (BENTO, 2011, p. 555)

O argumento da autora supracitada provoca sérias questões sobre a dinâmica que se oculta na evasão escolar. A diferenciação que Bento (2011) realiza entre evasão e expulsão dirige o olhar para as condições que levam determinados sujeitos a se afastarem do sistema educacional. Os homossexuais expostos à subcidadania, a precariedade, a injúria, portanto, a uma condição de subalternidade, neste sentido são, na compreensão da autora, expulsos da escola. Os LGBTQTS, neste olhar, são expulsos da escola pela violência que se perpetra contra seus modos de vida. Este olhar muda o modo como compreendemos sua exposição à vulnerabilidade na hierarquia escolar.

Considerações finais

Fica claro o interesse dos alunos na abertura da escola para a experimentação de outras possibilidades de criação de gêneros. Em algum momento, eles relacionam a possibilidade de dizerem suas experiências ou de todos poderem viver suas experiências na escola, um meio de combater a violência que paira sobre aqueles que se mostram diferentes dos padrões instituídos. Neste sentido, podemos evocar a ideia de liberdade que Butler (2017) assume, quando esta decorre de um exercício relacional que visa aprender a pensar juntos e atuar juntos de modo a vencer os regimes de precariedade e violência.

Os alunos questionados nesta pesquisa concordam que a escola é um lugar de todos, mas nem todos estão autorizados a serem como desejam em seu interior. Alguns, aqueles que apresentem diferenças de gênero estão expostos de modo diferenciado à violência e precariedade. É indispensável pensar sobre o lugar destes sujeitos no ambiente de socialização da escola, que é violento e inseguro para as minorias. Pensando com Miskolci (2016), é urgente propor na escola um aprendizado pelas

diferenças, legitimando, portanto, os modos de vida que são sistematicamente negados e silenciados pela heteronormatividade.

A heteronormatividade é discursivamente apresentada nos discursos dos alunos, uma vez que a compreensão que possuem de relações de gênero não foge do binarismo Masculino/Feminino, mesmo quando aponta para a transformação de experiências. É preciso compreender que os alunos estão tendo aproximações com debates de gênero, por meio de suas próprias experiências escolares, mas também por meio da abertura do estado, com o evento Escola Espaço de Reflexão. Esse espaço de discussão privilegia os discursos de Direitos Humanos.

Este é um movimento interessante para ser analisado, uma vez que permite reconfigurar, se for usado de modo questionador, as práticas, os saberes, os lugares, os padrões historicamente estabelecidos. Certamente que estes alunos elaboraram respostas numa relação com este momento histórico, no qual, é possível falar de si, questionar a cultura e reinventar os modos de atuação.

Referências

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70: LDA, 2011.

BENTO, B. **Na escola se aprende que a diferença faz diferença**. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio-ago. 2011.

BUTLER, J. **Corpos em aliança e a política das ruas**: notas para uma teoria performativa de assembleia. Tradução Fernanda Siqueira Miguens; Revisão Técnica Carla Rodrigues – 1ª ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

BUTLER, J. **Alianças queer e política anti-guerra**. Tradução de Kaciano Barbosa Gadelha. BAGOAS, n. 16, 2017, p. 29-49.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social** / Antônio Carlos Gil. – 6. Ed. – SÃO Paulo: Atlas, 2008.

JUNQUEIRA, R. D. **Currículo heteronormativo e cotidiano escolar homofóbico**. Espaço do Currículo, v.2, n.2, p.208-230, 2010.

JUNQUEIRA, R. D. **Pedagogia do armário e currículo em ação**: heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. MILSKOLCI, R. (org.). Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos. São Paulo: Annablume, 2012.

LOURO, G.L (org.) **O Corpo Educado**: Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer**: um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora : UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

NETO, O. C. **O TRABALHO DE CAMPO COMO DESCOBERTA E CRIAÇÃO**. In MINAYO, M. C. S. (org.). **Pesquisa Social**. Teoria, método e criatividade. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA EDUCAÇÃO INFANTIL: COMO CRIANÇAS SE TORNAM MENINAS OU MENINOS?

Antônio Jefferson Teixeira Sousa¹
Marcos Andrade Alves dos Santos²
Daniele Gruska Benevides Prata³

Resumo: Neste trabalho objetivamos, através da pesquisa de inspiração etnográfica, refletir sobre os mecanismos e tecnologias disciplinares que articulam e corporificam a linguagem dos gêneros num centro de educação infantil no interior do Ceará, questionando o discurso das professoras e suas práticas cotidianas para entender as perspectivas normativas que as orientam. As atividades que estruturam a escolarização das crianças no ensino infantil, no espaço rural investigado, recuperam tecnologias que constroem gêneros numa perspectiva dicotômica e complementar, tornando os corpos das crianças masculinos ou femininos. Este investimento heteronormativo articula-se à classe social e a raça, no entanto, por ser descontínuo, é constantemente desafiado pelas posições das crianças.

Palavras-chave: Educação Infantil. Interior. Corpo. Gênero. Heteronormatividade.

1 Graduando em Ciências Sociais – UECE.
E-mail: sousa.jefferson@aluno.uece.br.

2 Graduando em Ciências Biológicas – UECE.
E-mail: marcos.andrade@aluno.uece.br

3 Doutoranda em Políticas Públicas – UECE.
E-mail: danielle.gruska@uece.br;

Introdução

Esta reflexão parte da premissa de não pensar a criança a partir de preconceitos morais ou de posições que lhe conferem um caráter passivo ou não agente, mas recuperar nossa curiosidade para questionar o cotidiano escolar acerca da produção de gêneros e sexualidades e perceber quais direções surpreendentes podem surgir (BRITZMAN, 2000). Certamente que este esforço demanda uma autorreflexão por parte do pesquisador, sobretudo quando respostas inesperadas surgem a partir das performances de crianças, dos enfrentamentos que realizam, das posições que tomam, dos acertos que constroem entre si e com os adultos diante das exigências as quais são submetidas num Centro de Educação Infantil/CEI situado na zona rural, em Canaan/Trairi/CE.

O Centro de Educação Infantil é o ambiente onde ocorre o primeiro contato da criança com o processo de escolarização formal. Esse contato, historicamente se organiza a partir da relação de cuidado, sendo, portanto, operacionalizado pela mulher, que, na qualidade de educadora media o contato da criança com escola e desta com a família. Neste sentido, para Tanuri (2000) no processo histórico da docência feminina, a imagem da mulher associada à educação infantil foi arraigada aos atributos de cuidado por alguns pensadores, vendo a mulher como papel de mãe, e da atividade de educadora que já exercia em casa.

Na educação infantil, o cotidiano se constitui a partir da diferenciação dos espaços físicos, das brincadeiras, dos corpos de todos. Os discursos – no jogo sutil que movimenta as relações de cuidado e de aprendizagem – informam reiteradamente as posições e expectativas de gênero traçadas para cada indivíduo. Meninos são separados das meninas em muitas brincadeiras, nas filas, nas atividades recreativas que demandam mais energia, nas disputas que envolvem força, no acesso aos banheiros e na educação para os papéis sociais (GIACHINI e LEÃO, 2016). Essa separação reproduz o modelo social preexistente, reforçando-o enquanto educa as crianças dentro do padrão socialmente aceito para homem e para mulher.

Nesse contexto, cabe interrogar a realidade cotidiana para compreender este jogo sutil que se articula pela linguagem simbólica, relacionando interdições, controle, vigilâncias, testes para a produção disciplinar dos gêneros e sexualidades. Foucault (1993) conclui que a escola é uma instituição de natureza disciplinar, apontando que a disciplina é um regime que ao contrário do que pode parecer numa análise superficial, está interessado em produzir certos modos de existência. Assim, que outras possibilidades surgem na educação infantil, quando professoras são questionadas e crianças se tornam alvo de reflexões? Como a atuação de crianças ocorre em relação as expectativas e as prescrições sexuais e de gênero?

Neste trabalho objetivamos refletir sobre os mecanismos e tecnologias disciplinares que articulam e corporificam a linguagem dos gêneros num centro de educação infantil no interior do Ceará, questionando o discurso das professoras e suas práticas cotidianas para entender as perspectivas normativas que as orientam.

Metodologia

Portanto, a necessidade de aprofundar o olhar sobre o que parece ser familiar a partir do contato etnográfico sistematicamente produzido emerge como uma possibilidade criativa, no sentido de conferir ao fenômeno uma análise micro sociológica (GEERTZ, 2008). Desta forma, essa pesquisa foi construída por meio do contato de um dos pesquisadores com o CEI em contrato formal de trabalho, no qual foi possível identificar questões peculiares na rotina educativa das crianças. Certamente que as observações iniciais foram aprofundadas pelo contato de natureza etnográfico, bem como por leituras para compreensão do fenômeno.

A etnografia se propõe a partir do contato continuado com o fenômeno, bem como pela realização de observação, entrevista e escrita do caderno de campo. Para Geertz (1989, p. 15) na etnografia “o que define é o tipo de esforço intelectual que ele representa: um risco elaborado para uma “descrição densa”.

A creche onde essa etnografia foi realizada está localizada a cerca de 135 de Fortaleza, na zona rural do Ceará. Possui uma estrutura pequena, sendo superlotada para atender 160 crianças, em dois turnos. Possui duas salas de aula e um refeitório (usado como sala de aula).

Além disso, possui um pátio, uma cantina, um refeitório, uma secretaria e um espaço arborizado em seu entorno. Possui 25 profissionais, dentre os quais 10 professoras; 7 estão lotadas em sala de aula e três compõe o núcleo gestor.

Resultados e Discussões

É fato que existem mais mulheres que homens trabalhando na educação infantil¹ – essa percepção tanto é informada pelas educadoras com as quais foram realizadas entrevistas como pelos estudos sobre gênero nas características do professorado. Corroboramos com os dados estatísticos com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica (2007), em que a creche, a própria Educação Infantil, é composta por 97,9% do gênero feminino.

Estes dados, ajudam a compreender que o caráter de cuidado assumido pela creche vincula-se a uma prática de naturalização social dos gêneros, na qual a mulher é colocada (e se coloca) numa posição de exercício de atributos supostamente natos que lhe conferem a responsabilidade de cuidar das crianças (o que é diferente de educar). Santana (2012) discute que essa prática está presente desde a formação de educadoras e incide também sobre as crianças, tornando-as sujeitas passivas durante a educação infantil.

No entanto, essas posições fluem no cotidiano e se alteram constantemente à medida que tanto educadoras quanto crianças transitam pelos espaços e reconstróem suas trajetórias. Não é sempre que crianças serão passivas nem as professoras àquelas que ordenam os comportamentos. No CEI situado na zona rural do Ce, investigado por meio de uma etnografia, as crianças não se mostraram simplesmente seres passivos, atentos tão somente aos ordenamentos das professoras, mas se revelaram como

agentes criativos que interpelam o cotidiano e que (re) criam também ordenamentos. Esse exercício nem sempre é no sentido de romper com estabelecido, mas muitas vezes reitera os ditames heteronormativos e as expectativas de gênero e sexualidade, de modo a surpreender até mesmo as professoras.

Uma situação que serve ao propósito de exemplificar tal fato me foi narrada por uma professora do Infantil 05, quando perguntei a ela a relação que fazia com as cores e as crianças:

Uma vez eu fiz uma atividade de pintura com meus alunos. Você sabe que a escola não tem muitos recursos nem os alunos, então na divisão dos lápis de cores, um menino ficou com a cor rosa. Ele me pediu pra trocar de lápis. Avisei que não tinha outro. Ele insistiu e começou a chorar desesperadamente. Disse que não poderia pintar com o lápis rosa, pois seu pai iria brigar com ele e seria chamado de viado,

1 Para Santana (2012, p. 3208) historicamente a formação profissional das mulheres e educadoras era apenas aos cuidados e às necessidades das crianças. Conforme a autora “Durante séculos a imagem da professora de educação infantil esteve associada à mãe, a tia, à ‘professorinha de crianças’, à ‘jardineira que cuida com carinho das plantinhas”. Percebe-se uma visão estereotipada construída historicamente não somente da mulher como atributos “natos” de cuidado, como o próprio conceito de criança, como sujeito passivo.

pois rosa é cor de menina. Por isso. O jeito foi pedir para uma aluna trocar de lápis com ele. (Discurso da Professora do Infantil 05).

O episódio descrito demonstra que as crianças possuem uma condição de agência que lhes permite propor o modo como se reestruturam as demarcações, as suas possibilidades de ordenamentos das atividades (e dentro delas). Aqui, se destaca que outros saberes são chamados para justificar a postura que o menino toma quando recusa o lápis de cor rosa; o saber que lhe é transmitido pela família, representada na figura do pai, é um saber que pertence a epistemologia sexualizante da nossa cultura (SEDGWICK, 2007).

Cabe apontar que o saber aludido pelo menino demarca possibilidades dicotômicas de construção de gênero, na qual a cor rosa é arbitrariamente naturalizada para meninas. Esse tipo de relação se constrói dentro de uma cultura heteronormativa que institui violentamente posições de gênero opostas e complementares (JUNQUEIRA, 2012). A exigência que é feita ao menino pelo seu pai é pela virilidade, ou seja, uma espécie de prova de sua maculidade “construída diante dos outros homens, para os outros homens e contra a feminilidade, por uma espécie de medo do feminino, e construída, primeiramente, dentro de si mesma (BOURDIEU, 2017, p 79).

O discurso da família ao chegar na escola de educação infantil possui uma força de significação muito grande. A cultura escolar em condições rurais, para Santos e Prata (2018, p.3) “é fortemente tangenciada pelas práticas legitimadas no âmbito das instituições tradicionais – a escola, a igreja, a família,

o posto de saúde. Assim os autores apontam para aquilo que Michel Foucault (1993) iria nomear por dispositivo, conceito usado por ele para compreender a construção da Sexualidade.

Deste modo, apontamos que os saberes sobre a sexualidade e gêneros que ocorrem na escola rural (de educação infantil etnografada) são articulados numa rede discursiva que recupera outras instâncias sociais, sem esquecer de citar a mídia que assume um papel relevante na ruralidade. Esses saberes informaram ao menino da cena descrita pela professora que ele seria nomeado de *Viado* caso insistisse em usar a cor rosa. Isso deveria ser problematizado pela professora, pois além de gerar sofrimento para a criança (na tentativa de evitar a nomeação injuriosa), serviria – ao ser amplamente discutida – para gerar questionamentos sobre a produção de gêneros e sexualidades dentro dos espaços sociais heteronormativos (MISKOLCI, 2006).

Entretanto, a situação vexatória, ao ser resolvida sem uma crítica aquele conhecimento heteronormativo produzido no âmbito da família, a escola reitera os valores heterossexistas e mantém intocada a hierarquia das sexualidades e de gêneros. A escola legítima, portanto, o regime de produção de corpos normais (LOURO, 2005) e deixa de usar a curiosidade para propor outros modos de significação e outras possibilidades de construção de corpos (BRITZMAN, 2000).

É certo que as professoras investigadas reclamam sobre sua formação para estas questões, apontando que não foram preparadas para trabalhar com estes desafios ou que desconhecem os processos educacionais que incidem sobre os corpos das crianças produzindo sexualidades e gêneros a partir da heteronormatividade (SANTOS E PRATA, 2018). Entretanto, não se pode deixar de questionar como isso é possível quando existe uma proliferação de discursos sobre sexualidade dentro da CEI onde a pesquisa se realizou. Tanto professoras, quanto as demais profissionais falam muito sobre sexo, suas práticas sexuais, o modo como se constroem como mulheres, e questionam umas as outras tratando de suas experiências sexuais.

Assim, os silêncios sobre a sexualidade e gêneros que ocorrem nas aulas com as crianças se transformam em ricos debates na secretaria, nos pátios, na cantina, no entorno da escola, curtidos a gargalhadas e diversões no compartilhamento de experiências; as professoras e os demais falam muito sobre sexo e estruturam certos momentos de silêncio, ocultando sua participação na educação das crianças, pois ensinam a elas a se colocarem no mundo, mas silenciando seus corpos, seus desejos, suas paixões e suas vontades. Esta prática foi questionada por Hooks (2000), quando a autora pergunta criativamente o que aconteceria se parássemos de reprimir e negar o corpo em sala de aula, dando lugar aos nossos desejos e paixões.

Tendo isso considerado, é possível afirmar que as noções de gênero e sexualidade estão presentes mesmo nos silêncios das professoras e sobretudo nos seus corpos, discursos, assim como nos das crianças em sala de aula. É na relação com as possibilidades existentes que o cotidiano é criado e constantemente interpelado de diferentes modos por todos, seja quando se calam ou quando falam sobre as experiências que se situam na experimentação dos corpos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta etnografia lançou um olhar cuidadoso para o cotidiano escolar de educação infantil, num CEI localizado na zona rural do Ce. Foi possível através da observação direta, do contato continuado com as professoras e crianças, bem como por meio das entrevistas realizadas, notar que certas situações acontecem dentro do CEI e que eles instituem regimes sexualizantes. As crianças não se comportam passivamente, mas sugerem também suas performances e questionam as posições que ocupam. Porém, é possível que tal agência ocorra no sentido de confirmar as exigências heteronormativas da família, que em alguma medida, se encontram na escola.

Existe uma produção discursiva sobre o sexo dentro da educação infantil, constantemente esses discursos aparecem nos silêncios das aulas, porém se desvelam em outros espaços, quando somente adultos estão presentes. E professoras, auxiliares, vigias falam muito de experiências sexuais e de gênero, tecendo histórias que só aparecem por meio de um contato continuado e uma escuta e participação por parte de pesquisador.

As professoras narram histórias sobre sexualidade e compartilham entre si ensinamentos sobre como ser uma pessoa não preconceituosa, não obstante o desconhecimento apresentado pelas professoras em como poderiam contribuir para as discussões que superem preconceitos e sofrimentos que as crianças trazem consigo.

Referências

BENTO, B. **Na escola se aprende que a diferença faz diferença.** Estudos Feministas, Florianópolis, v. 19, n. 2, p. 549-559, maio-ago. 2011.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Estudo exploratório sobre o professor com base nos resultados do Censo Escolar da Educação Básica.** Brasília: INEP, 2007, 63p.

BOURDIEU, P. **A dominação masculina;** Tradução Maria Helena Kuhner. – 4ª ed. – Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BRITZMAN, D. **Curiosidade, sexualidade e Currículo.** In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 24-60.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder.** 11ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1993. GEERTZ, C. **Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: LTC, 2008.

GIACHINI, A. C. B.; LEÃO, A. M. C. **Relação de gênero na educação infantil: apontamentos da literatura científica.** RIAEE – Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação, v. 11, n.3, p.1049-1422, 2016.

HOOKS, B. **Eros, erotismo e processo pedagógico.** In: LOURO, Guacira Lopes (org.). O corpo educado: pedagogias da sexualidade. Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. 2ª edição. Belo Horizonte, Autêntica, 2000, p. 24-60.

JUNQUEIRA, R. D. **Pedagogia do armário e currículo em ação:** heteronormatividade, heterossexismo e homofobia no cotidiano escolar. MILSKOLCI, R. (org.). Discursos fora da Ordem: deslocamentos, reinvenções e direitos. São Paulo: Annablume, 2012.

LOURO, G. L. (org.) **O Corpo Educado:** Pedagogias da Sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

MISKOLCI, R. **Teoria Queer:** um aprendizado pelas diferenças. 2 ed. – Belo Horizonte : Autêntica Editora : UFOP – Universidade Federal de Ouro Preto, 2016.

SANTANA, D. R. **A função da mulher na educação infantil: mãe ou professora?** IX Seminário Nacional de Estudos e Pesquisas “História, sociedade e educação no Brasil”. Universidade Federal da Paraíba – João Pessoa. ISBN 978-857745-551-5, 2012.

SANTOS, M. A. A.; PRATA, D. G. B. **Menino afeminado na escola rural.** In Anais XVIII ENCONTRO DE PÓS GRADUAÇÃO E PESQUISA – Universidade de Fortaleza/UNIFOR, ISSSN 18088457. Fortaleza, 2018.

TANURI, L. M. **História da formação de professores.** Revista Brasileira de Educação, n. 14, maio-agosto 2000, p. 61-88.

TRAVESTILIDADES NA ZONA RURAL: UM ESTUDO DE CASO SOBRE OS MODOS DE VIDA DE TRAVESTIS INTERIORANAS

José Kasio Barbosa da Silva¹
Marcos Andrade Alves dos Santos²
Daniele Gruska Benevides Prata³

Resumo: Esta pesquisa objetiva conhecer os modos de vida de travestis residentes numa zona rural a partir da análise de suas experiências familiares, escolares, afetivas, sociais, bem como refletir essas vivências discutindo suas particularidades enquanto travestis interioranas. A abordagem metodológica foi de cunho qualitativo, com a realização de um estudo de caso através de uma entrevista semiestruturada com as participantes. Pudemos observar que o preconceito contra suas performatividades travestis se inicia no berço familiar e é legitimado institucionalmente no ambiente escolar e fora dele. Ao mesmo tempo que se encontram marcadas pelo discurso heteronormativo, suas vidas dissidentes geram subversão contra a hostilização institucional, tornando-se um paradoxo.

Palavras-chave: Travestilidades, zona rural, modos de vida de travestis.

1 Graduando – UECE.
E-mail: jose.kasio@aluno.uece.br

2 Graduando – UECE.
E-mail: marcos.andrade@aluno.uece.br

3 Doutoranda – UECE.
E-mail: daniele.gruska@uece.br

Introdução

É possível que as travestis das grandes metrópoles desejem e vivam o glamour⁴, a beleza, o luxo e a busca contínua de cada vez mais se aproximar de feminilidades de mulheres ditas de ordem biológica. As travestis são produzidas em suas complexidades de pluralidade corporal e sociocultural (ANDRADE, 2012, p.103), assim como as experiências vivenciadas pelo preconceito, exposição a violência e precariedade pelos estigmas sociais que as colocam à margem como seres sub-humanos.

As travestis das cidades interioranas também buscam uma diferenciação, construindo outras perspectivas a respeito de seus corpos e das formas de representá-las. Assim, as travestis que persistem em zonas rurais estão inseridas num espaço no qual o modo como desejam viver a sua sexualidade, é atravessado por regimes e mecanismos de vigilância dos corpos. Vidas estas em que seu gênero “perturbador” provoca uma “sexualidade perigosamente marginal” para àqueles contrários à quebra de uma ordem binária (MISKOLCI, 2007, p. 264).

Ao serem entendidas como abjetos, e, portanto, aberrações antinaturais, sua existência implica repulsa a toda uma norma vigente. O que provoca, uma repetição constante do ordenamento da heterossexualidade compulsória que as induzem a sustentarem a inacabável construção de um corpo feminilizado em farmacologias.

Vale ressaltar que as travestis interioranas podem ser ainda mais excluídas do que outros grupos. Assim, dar cada vez mais visibilidade à temática, bem como discutir o modo como travestis vivenciam suas experiências em pequenas cidades rurais, é também oferecer uma atenção a esse público, dando importância as suas existências e discutindo as suas alternativas de vida. Neste sentido, o presente estudo objetiva conhecer os modos de vida de travestis residentes numa zona rural a partir da análise de suas experiências familiares, escolares, afetivas, sociais, bem como refletir essas vivências discutindo suas particularidades enquanto travestis interioranas.

Metodologia

Esta pesquisa, de cunho qualitativo, foi desenvolvida a partir de entrevistas semiestruturadas com duas travestis moradoras de uma zona rural, numa comunidade do município de Trairi, no Estado do Ceará. Desse modo, elaboramos um roteiro de entrevista com perguntas relacionadas a vida travesti no interior, os olhares da comunidade sobre suas vidas, a escola, a família, e suas experiências nestes ambientes.

4 Aqui se faz necessário uma ressalva para atentar-se ao termo ‘Glamour’, pois, é vivenciado por muitas travestis, sobretudo, nas grandes metrópoles, no sentido em que “[...] o glamour tem sido um operador capaz de criar um contraponto entre as experiências de sucesso e aquelas da abjeção.” (PELÚCIO, 2011, p. 78). Em outras palavras, o (in)sucesso da busca contínua pela produção das feminilidades em seus corpos, o reconhecimento social e as oportunidades de tornar material os bens adquiridos pela produção de um corpo feminino, expedindo - o ao consumo do luxo, é uma característica muito vinculada às travestis.

A comunidade em que estas travestis residem, são de pessoas economicamente empobrecidas, em sua maioria agricultores. As entrevistadas são uma travesti negra, de 21 anos e outra parda, de 25 anos de idade (ambas se identificam com suas cores). Estas fazem parte desse núcleo de indivíduos economicamente empobrecidos. Uma das entrevistadas, Melissa (nome fictício) mora do lado de uma igreja evangélica, com o seu marido. Enquanto a outra, Leopolda (nome fictício) é vista como muito querida em sua vizinhança.

A partir da coleta de dados, elaboramos um estudo de caso para este grupo específico, uma vez que, o estudo de caso possibilita a avaliação de um fenômeno específico, com maior profundidade de determinado caso ou grupo humano e todos seus aspectos (MARCONI; LAKATOS, 2011).

Resultados e Discussão

As experiências de vida das travestis interioranas possuem suas particularidades no espaço em que assumem seus papéis e práticas performativas de gênero. A seguir, apresentaremos essas experiências que ensaiam traduções sobre a vida travesti de zona rural, respeitando as particularidades vivenciadas por esse grupo.

Inicialmente, perguntadas como se perceberam travestis, as entrevistadas apontaram o uso de roupas femininas como o elemento essencial para uma percepção de ser travesti, que, para elas, se caracteriza não só no uso de roupas femininas, mas, no sentir-se mulher. Conforme Pelúcio (2006), as travestis podem ser definidas como sujeitos que nascem com o órgão genital masculino, mas buscam fixar em seus corpos signos e símbolos que marquem o que é transcrito como socialmente feminino em nossa sociedade, sem, no entanto, desejarem extinguir sua genitália, no qual, geralmente vivem sem grandes conflitos com a presença desta.

Neste sentido, a narrativa de Leopolda se cruza com a afirmativa de Pelúcio (2006) quando àquela, em um determinado momento da entrevista, ainda no contexto da primeira pergunta, nega o desejo por medidas farmacológicas de mudanças hormonais, pois “eu vou ser do meu jeito que eu sou, se me quiser é do jeito que eu sou.” (LEOPOLDA).

Em seguida, as entrevistadas foram perguntadas como foi assumir um modo de vida travesti numa zona rural. As narrativas são bastante peculiares, uma vez que, para Melissa “Quando eu usava roupa de homem, tinha mais preconceito que agora, porque antes eu passava e ficavam debochando, e agora não, os homens dão é em cima da gente”. Para Leopolda, sua vida na comunidade que sempre morou, nunca recebeu ameaças por parte dos moradores, nunca foi espancada, pois, como ela relata, a vizinhança gosta muito dela.

No entanto, até que ponto essa “tolerância” representada no discurso das travestis é uma evidência de respeito às diferenças? Nos aprofundamos nessa discussão em Silva (2000), em que, ao tratar a ideia de tolerância, implica diretamente um ar de superioridade para aquele que “tolera”. Ainda para o autor, as diferenças estão continuamente sendo (re)produzidas, através das relações de poder. Desse modo,

as relações das travestis com o assumir-se em sua localidade, se encontram no paradoxo de que, ao mesmo tempo que são “toleradas”, elas se encontram numa posição hierarquicamente inferior sobre àqueles pertencentes a uma ordem binária, já que elas estão na posição de julgamento, de exclusão, portanto.

Questionamos em que momento da vida elas iniciaram a utilizar roupas femininas, e sobre a reação que a família expressou, bem como a reação da sociedade interiorana. As narrativas nos trazem uma infância marcada pelo prazer do vestir-se como menina, levando para toda a vida, em que uma das travestis chegou a queimar todas as roupas de homens, como Leopolda relatara. No entanto, o olhar repressor da família e a não-aceitação da travestilidade foi a primeira barreira para essas sujeitas. Além disso, a sociedade, de primeira visão, teve um certo estranhamento, mas com a aparição constante dessas personagens sociais, o estranhamento à imagem das travestis foi tornando uma imagem “comum”. Leopolda relata que alguns “viados” a abordavam exacerbadamente “ô viado feio. Não dizia nada. Ai fui crescendo né, ai fiquei uma travesti normal [...] e deixei eles lá em baixo.” Este fato é relevante por demonstrar que dentro da própria comunidade LGBTQTT existem preconceitos e ataques.

Perguntamos também sobre se, no processo de escolarização, se elas já se afirmavam travesti e como os professores e os colegas de sala de aula reagiam com a travestilidade. Ademais, ainda questionamos se as entrevistadas chegaram a sofrer algum tipo de preconceito na escola. Leopolda traz uma série de relatos de homofobia no espaço escolar: aos 12 anos de idade, uma diretora escolar e o professor de sala de aula amarraram-na na secretaria e cortaram o seu cabelo. E nada foi feito, nem a família procurou justiça contra tal brutalidade. Além disso, a escola não permitia que ela usasse batom, que não fosse de sandálias femininas

à escola, pois, para a direção, o motivo seria “por causa das crianças, dos menininhos pra *não ver*.”, como relata Leopolda. A própria Secretaria de Educação entrevistou na situação, aconselhando-a que não fosse vestida como mulher. Em um outro momento de sua escolarização, um dos professores chamou-a na frente de todos os colegas de sala de aula de “viado” e nenhuma providência foi tomada. Além dos relatos de violência homofóbica que sofria em sala de aula dos colegas, e pela permissividade da escola em violentá-la, foi a maior razão o que fez a desistir de estudar.

A escola busca ocultar ou negar os LGBTQTTs, pois ao não se falar deles, o que a escola pretende, talvez, é eliminá-los, ou evitar que os alunos ditos normais não os conheçam, evitando o despertar de um desejo (LOURO, 1997). Desse modo, a ausência da discussão e da visibilidade, gera, consequentemente, a garantia da normatividade.

Durante a entrevista, perguntamos as entrevistadas sobre seus parceiros amorosos, como eles se percebiam em relação à sexualidade deles próprios e como eles viam as entrevistadas, e se elas assumiam publicamente essas relações. Melissa se encontra numa relação estável com um homem. Não só este, mas todos os outros parceiros anteriores de Melissa viam esta como uma mulher. Melissa narra que o último relacionamento e o atual passaram a ser publicizados. Sobre sua união afetiva atual, ele Melissa relata que acontece a troca de carinho em público “ele faz carinho em mim, pega na minha mão,

às vezes a gente *anda de mãos dadas [...] eu sento nas pernas dele, a gente se cheira [...] no começo eu tinha vergonha, mas agora não, agora eu faço questão.*"

Ainda que o espaço rural limite o gênero performático daqueles que dissidem de regimes e normas, assumir um relacionamento e a troca de afetos em público, é um meio de subverter o que é dito como adequado ou não para se mostrar. Isso nos mostra que o espaço rural tem se difundido cada vez mais com os modos de vida das grandes cidades, sobretudo pela conexão de redes virtuais e com a globalização. O rural, neste sentido, ainda que seja um espaço dominado pelo patriarcalismo, no outro lado da moeda, personagens sociais como as travestis são um meio de dar legitimidade a novas existências e possibilidades nesses espaços.

Por fim, indagamos se as entrevistadas achavam que a cidade em que vivem limita o modo como experimentam a sua sexualidade. As personagens sociais reconhecem que a condição de travestilidade vivida numa cidade interiorana, limita o modo como elas atuam performaticamente sobre o gênero. O preconceito contra essas sujeitas em zonas rurais nos parece ainda mais atormentador, uma vez que, seus atos performáticos são intimidados e violentados não apenas pelo discurso institucional da família e da escola, mas religioso. Frasso e Rosário (2013) atribuem que a não heterossexualidade em cidades pequenas, é percebida como anti-família ou anti-comunidade, uma vez que, suas famílias seguem doutrinas religiosas e reiteram o discurso homofóbico. A exclusão desses personagens sociais já é uma violência, além da violência física, psicológica, das tentativas de converter os "pecadores", e da disciplinarização dos corpos, mediada pelas proibições em espaços que deveriam ser democráticos. Desse modo, a violência exaurida por discursos, regimes, valores implícitos ou explícitos marcam a vida de travestis e a sua constituição enquanto sujeitas. Colocadas à mercê da vulnerabilidade social e da não importância de suas vidas, enquanto abjetas, as alternativas de vida são reduzidas a condições de vida precárias.

Nesse sentido, as travestis, continuamente está numa condição da constituição de seu gênero, pois, o gênero é performativamente constituído da identidade que pretende ser, ou que aparenta ser (SALIH, 2015). Desse modo, é construído sob a violência, mas também sobre a possibilidade de subverter os modos de vida, ainda que precários, ofertados pela ameaça da heteronormatividade.

Conclusões

Este trabalho, que buscou conhecer os modos de vida de travestis residentes numa zona rural a partir da análise de suas experiências familiares, escolares, afetivas, sociais, bem como refletir essas vivências discutindo suas particularidades enquanto travestis interioranas, nos trouxe considerações importantes.

Os modos de vida de travestis interioranas se cruzam semelhantemente com alguns aspectos vivenciados pelas travestis das grandes metrópoles, como a violência. No entanto, seria arriscado afirmar que são vidas parecidas, já que o contexto em que atuam o seu gênero performativo é distinto. Desse modo,

percebemos que o espaço rural também produz um corpo travesti, moldado pelas relações de poder, da produção da desigualdade e da tentativa da invisibilização de um corpo dissidente por algumas instituições sociais que compõem aquele espaço. Conforme Butler (2002), a materialidade do corpo, sobretudo a constituição de materializar o sexo do corpo, são processados à medida que as práticas reiterativas do discurso são produzidas por normas reguladoras do sexo.

Pensar sobre a condição de vida dessas travestis, é abrir possibilidade para maiores discussões e estudos mais aprofundados acerca da problemática que envolve os modos de vida de sujeitos LGBTTs interioranos, uma vez que, questiona matizes arraigadas no preconceito contra esses sujeitos e oportunizar a visibilidade de travestis das ruralidades.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa** / Luma Nogueira de Andrade. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Faculdade de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Fortaleza, 2012.

BUTLER, Judith. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Editorial Paidós, 2002.

FRASÃO, P & ROSÁRIO, R. **O coming out de gays e lésbicas e as relações familiares**. Em: Revista Análise Psicológica, 1 (XXVI), pág. 25 - 45, 2008. Disponível em: <http://publicacoes.ispa.pt/index.php/ap> , acesso em: 15 de ago. 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação. Uma perspectiva pós-estruturalista** / Guacira Lopes Louro – Petrópolis, RJ : Vozes, 1997.

MISKOLCI, Richard; PELÚCIO, Larissa. **Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis**. Niterói, v, n. 2, p. 257-269, 1. sem. 2007.

PELÚCIO, Larissa. **Próteses, desejos e glamour: tecnologias de si na construção de corpos travestis no mercado do sexo transnacional**. In: SANTOS, Luís Henrique Sacchi dos; RIBEIRO, Paula Regina Costa (Orgs.) *Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida*. Rio Grande: FURG, 2011.

SALIH, Sara. **Judith Butler e a Teoria Queer** / Sarah Salih ; tradução e notas Guacira Lopes Louro. – 1. ed.; 2. reimp. – Belo Horizonte : Autêntica Editora, 2015.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **O jogo das diferenças – O multiculturalismo e seus contextos**. Belo Horizonte, Autêntica, 2000.

A CIDADANIA LGBT NAS CANDIDATURAS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA DO BRASIL EM 2018¹

Cleyton Feitosa Pereira²

Resumo: Como se posicionaram os candidatos à Presidência da República do Brasil em relação à temática da diversidade sexual e de gênero nas eleições de 2018? O presente trabalho visa apresentar os resultados de uma pesquisa documental realizada sobre os Planos de Governo das 13 candidaturas presidenciais registradas no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Verifiquei que 69,2% das candidaturas abordaram a temática LGBT nos seus programas partidários e que, desse montante, 77,7% o fizeram de maneira positiva, apresentando propostas para a superação dos desafios ao exercício da cidadania. O trabalho ainda analisa as políticas públicas LGBT indicadas nos Planos de Governo de cada presidenciável que apresentou propostas para o segmento.

Palavras-chave: Democracia, Direitos Humanos, Política Institucional, Cidadania LGBT, Eleições 2018.

1 Esse trabalho é fruto de uma solicitação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de LGBT (CNCD/LGBT). Após a apresentação do balanço eleitoral aos conselheiros/as, uma versão textual prévia foi publicada no site do Observatório das Eleições que trata-se de um projeto criado no âmbito do Instituto da Democracia e da Democratização da Comunicação (INCT) com objetivo de produzir análises acerca de múltiplos temas relativos ao processo eleitoral de 2018. O Observatório é fruto de cooperação entre cientistas políticos e instituições de pesquisa como UFMG, UNICAMP, IESP/UERJ e UnB sob a coordenação do Prof. Dr. Leonardo Avritzer (UFMG).

2 Doutorando em Ciência Política - Universidade de Brasília (UnB).
E-mail: cleyton_feitosa@hotmail.com

Introdução

Com o registro de candidaturas à Presidência da República no Tribunal Superior Eleitoral (TSE) em 15 de agosto, tivemos acesso integral aos Planos de Governo dos presidenciáveis no complexo pleito eleitoral de 2018.

Embora pouco acessados, os Planos de Governo são documentos interessantes em termos de posicionamento das candidaturas sobre os mais variados temas, podendo auxiliar na escolha do voto a partir das afinidades entre as preferências dos eleitores e as propostas dos candidatos³. Do ponto de vista da pesquisa, também se constituem como ricas fontes de dados já que além das propostas em um provável governo, as candidaturas expressam diagnósticos da realidade, concepções e visões de mundo sobre diferentes problemas de ordem coletiva.

Um desses problemas coletivos é a forte violência dirigida contra a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil. Trata-se de uma maioria minorizada pelas normas hegemônicas de gênero e sexualidade que regulam corpos, afetos e performances.

Do surgimento do Movimento Homossexual Brasileiro (como então era chamado antigamente) em meados da década de 70 até os dias de hoje, o segmento vem dando passos largos no que diz respeito à visibilidade da agenda política na opinião pública, à conquista de direitos e à penetração de suas demandas na política institucional. Não foram à toa as decisões favoráveis do Supremo Tribunal Federal (STF) em 2011 e 2018⁴ e a implementação de políticas públicas a partir do saudoso Brasil Sem Homofobia no ano de 2004.

Esses avanços têm gerado também muitas reações contrárias, principalmente no Legislativo brasileiro através da bancada da bíblia (que juntamente com as bancadas do boi e da bala⁵ tem formado uma grande barreira de avanço civilizatório em nosso país). Mas à despeito de toda reação que temos assistido, o Movimento LGBT tem conseguido ocupar parte da política institucional, como a criação de Setoriais LGBT nos partidos políticos (SANTOS, 2016a), por exemplo, lançar candidaturas próprias (SANTOS, 2016b) e pautar candidaturas mais amplas como as dos presidenciáveis. Esse artigo visa analisar se e como aparece a temática da diversidade sexual e de gênero nos Planos de Governo das candidaturas à Presidência da República nas eleições de 2018 apresentadas ao TSE.

3 Embora reconheçamos que a formação de preferências nas democracias contemporâneas não é algo dado à priori, mas construída no plano das disputas sociais e políticas. Para uma discussão mais detida sobre as preferências ler Miguel (2015).

4 Casamento igualitário e reconhecimento de demandas das pessoas trans, respectivamente.

5 As bancadas da bíblia, do boi e da bala referem-se, respectivamente, ao agrupamento de parlamentares do Congresso Nacional que representam os interesses de lideranças evangélicas, ruralistas do agronegócio e defensores do armamento civil.

Metodologia

O método utilizado para o desenvolvimento da análise foi basicamente a técnica da pesquisa documental nos moldes como é definida por Gil (2008). Acessei os Planos de Governo das 13 candidaturas à Presidência da República nas eleições de 2018 no site oficial do TSE. Com os documentos em mãos, procedi à leitura integral, buscando localizar qualquer conteúdo que fizesse menção à diversidade sexual e de gênero. À medida em que detectava esse conteúdos, fui separando em um documento as menções para, em seguida, realizar a análise do conteúdo (BARDIN, 2001). A seguir, o quadro sinóptico das candidaturas registradas e dos Planos de Governo analisados:

Tabela 1 – Candidaturas presidenciais apresentadas ao TSE nas eleições de 2018

Nome (ordem alfabética)	Partido	Nome da Coligação	Partidos Coligados
1. Álvaro Dias	PODE	Mudança de Verdade	Podemos, PSC, PRP, PTC
2. Cabo Daciolo	PATRI	---	---
3. Ciro Gomes	PDT	Brasil Soberano	PDT, AVANTE
4. Eymael	DC	---	---
5. Geraldo Alckmin	PSDB	Para Unir o Brasil	PSDB, PTB, PP, PR, DEM, SOLIDARIEDADE, PPS, PRB, PSD
6. Guilherme Boulos	PSOL	Vamos sem Medo de Mudar o Brasil	PSOL, PCB
7. Henrique Meirelles	MDB	Essa é a Solução	MDB, PHS
8. Jair Bolsonaro	PSL	Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos	PSL, PRTB
9. João Amoêdo	NOVO	---	---
10. João Goulart Filho	PPL	---	---
11. Lula	PT	O Povo Feliz de Novo	PT, PC do B, PROS
12. Marina Silva	REDE	Unidos para Transformar o Brasil	---
13. Vera	PSTU	---	---

Fonte: Tabela elaborada pelo autor com base nos dados do TSE.

Após a leitura integral dos Planos de Governo, descartei da análise qualitativa aqueles documentos que não faziam nenhuma menção à temática da diversidade sexual e de gênero. Assim, o *corpus* da pesquisa foi reduzida para nove Planos de Governo que de algum modo mencionavam a questão de interesse. Na próxima seção será apresentado os resultados da análise.

Resultados e Discussão

Passemos ao levantamento dos Planos de Governo que abordaram a temática da diversidade sexual e de gênero, independente do teor.

Fig. 1 – Percentual da presença da temática LGBT nos Planos de Governo

PRESENÇA LGBT NOS PLANOS DE GOVERNO



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nos Planos de Governo dos presidenciais.

A leitura dos Planos de Governo demonstrou que quase 70% das candidaturas à Presidência da República no pleito eleitoral de 2018 abordaram a temática LGBT revelando grande penetração da pauta na sociedade política, possivelmente um reflexo das interações da militância com o Estado, para além de outros fatores como a inserção do tema nas redes sociais, nas representações artísticas, culturais e midiáticas. Do total de candidaturas registradas, apenas

Álvaro Dias (PODE), Eymael (DC), Henrique Meirelles (MDB) e João Amoêdo (NOVO) ignoraram a questão. Veremos a seguir a qualidade do teor abordado nos documentos (se negativo ou positivo)⁶.

Fig. 2 – Percentual da qualidade do teor nos Planos de Governo



Fonte: Gráfico elaborado pelo autor com base nos Planos de Governo dos Presidenciais.

⁶ Por teor positivo entende-se aqueles conteúdos que propõem iniciativas de promoção da cidadania da população LGBT. Por teor negativo, ao contrário, entende-se aqueles conteúdos que reforçam o lugar subalterno da população LGBT na sociedade.

Como é possível ver, a maior parte das candidaturas abordaram positivamente a temática LGBT a partir de diagnósticos sobre a realidade dessa população no país seguidos de propostas para a superação dos desafios. Das nove candidaturas que abordaram a questão LGBT apenas duas (22,3%) o fizeram de maneira negativa. Como esperado trataram-se de Jair Bolsonaro (PSL) e Cabo Daciolo (PATRI).

Jair Bolsonaro na seção “Educação” afirma que o “conteúdo e método de ensino precisam ser mudados. Mais matemática, ciências e português, SEM DOCTRINAÇÃO E SEXUALIZAÇÃO PRECOCE”, assim mesmo em caixa alta (Plano de Governo - Jair Bolsonaro, p. 41). Tratam-se das principais bandeiras empunhadas pelo Escola Sem Partido e pela retórica da Ideologia de Gênero (MISKOLCI e CAMPANA, 2017).

Já Cabo Daciolo em seu “Plano de Nação para a Colônia Brasileira”, como é intitulado o seu Plano de Governo, diz que

Não é possível conceber que a família em seus moldes naturais seja destruída, que a ideologia de gênero e a tese de legalização do aborto sejam disseminadas em nossa sociedade como algo normal; que até mesmo a pedofilia seja estimulada de forma sorrateira por aqueles que querem destruir o que há de mais sagrado na sociedade, simplesmente para dominar e oprimir. Isso não é laicidade. É a desmoralização da Pátria (Plano de Governo - Cabo Daciolo, p. 41).

Embora ambos não façam menção explícita à população LGBT, tratam-se claramente de uma ofensiva contra as agendas políticas da militância, principalmente aquelas que reivindicam ações de inclusão e respeito à diversidade sexual e de gênero nas escolas transmutadas no pânico moral “ideologia de gênero”: um plano malévolo de feministas e LGBT para converter crianças em homo e transexuais e destruir a sagrada família nuclear heterossexual. Outro estigma historicamente imposto à população LGBT, a pedofilia, também é mobilizado por um dos candidatos, o que indica que, ainda que de modo implícito, trata-se de clara menção ao segmento.

Felizmente, quase 80% dos Planos de Governo que abordaram a temática LGBT o fizeram de maneira positiva, ou melhor, propositiva, apresentando diagnósticos, reconhecimentos e propostas para combater a LGBTfobia. Ciro Gomes (PDT), Geraldo Alckmin (PSDB), Guilherme Boulos (PSOL), João Goulart Filho (PPL), Lula (PT), Marina Silva (REDE) e Vera (PSTU), de modo mais ou menos detalhado, sinalizaram incluir a população LGBT em um provável governo. Vamos a análise individual de cada Plano.

Ciro Gomes (PDT)

O cearense conhecido pelo seu interesse e inserção nos debates sobre a economia nacional apresentou 14 propostas para a população LGBT sendo 13 delas na seção “respeito à população LGBT” e 1 na seção “respeito à juventude”. Dentre elas, destacam-se a promessa de criação de uma Secretaria Nacional de Políticas Públicas LGBT, algo até então inédito na implementação de políticas para o

segmento no país; implementação efetiva do Plano Nacional LGBT⁷; criação de meios para coibir crimes LGBTifóbicos; fortalecimento do Disque 100⁸; inclusão da temática no Plano Nacional de Educação (PNE); articulação para criar um Estatuto das Famílias (no plural) e da Diversidade⁹; ações na saúde e apoio à legislações específicas que beneficiariam a população LGBT.

Geraldo Alckmin (PSDB)

De maneira muito parcimoniosa, o Plano de Governo do tucano prometeu apenas “estabelecer um pacto nacional para a redução de violência contra idosos, mulheres e LGBTI e incentivar a criação de redes não-governamentais de apoio ao atendimento de vítimas de violência racial e contra tráfico sexual e de crianças” (p. 11). Interessante notar as concepções neoliberais do PSDB que responsabilizam a sociedade civil, por meio de organizações não-governamentais, pelo atendimento das vítimas de violações de direitos humanos, visão que remete à década de 90 e ao Governo Fernando Henrique Cardoso.

Guilherme Boulos (PSOL)

Com 238 páginas, um número muito acima dos demais, o Plano de Governo do ativista do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto e candidato pelo PSOL, Guilherme Boulos, apresenta um rol vasto de propostas para a população LGBT. Nessa análise, o documento foi lido na íntegra, mas uma simples busca pela palavra-chave ‘LGBT’ resultou em um total de 73 resultados no arquivo. O texto revelou que a temática da diversidade sexual e de gênero, mais do que um tópico ou uma linha de ação, assume centralidade em todas as políticas sociais previstas em um eventual governo PSOLista. Assim, as propostas apareceram em uma seção específica chamada “Diversidade importa! Um programa para a cidadania LGBTI” que se desdobram em subseções como “família”, “pessoas trans”, “escolas”, “emprego, renda e moradia”, “segurança” e “saúde integral”. Além disso, em outras seções também são apontadas ações para o segmento LGBT (educação, saúde, segurança, assistência social, cultura, comunicação e juventude). Com efeito, é o Plano que mais se aproxima do conjunto de reivindicações e demandas do Movimento LGBT. Dentre as inúmeras propostas, destaco o seguinte trecho que na minha avaliação sintetizou o projeto político da candidatura: “Garantir a cidadania da população LGBTI como política de Estado, que jamais será relegada a um segundo plano ou negociada em troca de acordos políticos, eleitorais ou de governabilidade” (p. 63).

7 Documento lançado em 2009 ainda no Governo Lula.

8 Canal de denúncias de violações de direitos humanos gerido pelo Ministério de Direitos Humanos.

9 Em oposição ao Estatuto da Família apresentado por parlamentares da bancada evangélica que exclui do reconhecimento parental famílias compostas por pessoas do mesmo sexo e gênero.

João Goulart Filho (PPL)

O Plano de Governo de João Goulart Filho não apresentou nenhum diagnóstico sobre a realidade da população LGBT, mas trouxe no ponto 18 do documento que sua política será intolerante com qualquer tipo de discriminação. Suas propostas para o segmento LGBT são detalhadas na página 13 e concentram-se mais na qualificação do atendimento no serviço público. De fato, o combate à LGBTfobia institucional é uma ação necessária, mas isoladamente ele não é suficiente para assegurar direitos e prover mudanças culturais de maneira mais enfática.

Fernando Haddad (PT)

Apesar de aparecerem propostas nos eixos de educação, saúde, segurança e políticas para mulheres, é na seção “afirmação de direitos” que apareceu a maioria das ações voltadas para o segmento LGBT no caso do plano petista. Assim, o documento se comprometeu a promover o direito à vida, ao emprego e à cidadania LGBTI+ com prioridade para as pessoas em situação de pobreza. Falou em superação da violência e fortalecimento do Sistema Nacional LGBTI+ por meio da instituição de uma Rede de Enfrentamento à Violência contra LGBTI+; falou também em fortalecimento da Política de Saúde Integral; ações na educação e no combate à mortalidade de pessoas trans. O Plano de Governo do PT prometeu ainda nacionalizar o Transcidadania, experiência que ficou famosa na Prefeitura de São Paulo na gestão Haddad por incluir pessoas trans nos serviços municipais junto com uma bolsa visando à qualificação educacional e profissional de travestis e transexuais em situação de vulnerabilidade.

Marina Silva (REDE)

Evangélica, Marina é conhecida pela ambiguidade das suas posições especialmente em temas considerados “polêmicos”. Nas eleições presidenciais de 2014 recuou nas propostas para a população LGBT após cobrança de setores reacionários. Em 2018 seu Plano de Governo é mais assertivo. Falou em combate à discriminação nas escolas; em garantia e ampliação do acesso à serviços de saúde integral; em políticas de prevenção da violência e em garantir acesso no mercado de trabalho. Informou ainda que o Plano Nacional LGBT (aquele lançado em 2009) seria considerado na elaboração de políticas públicas; prometeu acatar a demanda por uma legislação que regulamentasse o casamento civil igualitário e defendeu tratamento igual para casais adotantes.

Vera (PSTU)

Intitulado “16 pontos de um programa socialista para o Brasil contra a crise capitalista”, o Plano de Governo do PSTU apresentou propostas para a população LGBT no 15º ponto. Nele, o PSTU defendeu

a criminalização da LGBTfobia; o reconhecimento das identidades trans; a despatologização da transexualidade; a regulamentação do nome social (uma pauta já datada desde março de 2018 quando o STF autorizou a mudança de nome civil e gênero sem a necessidade de laudos médicos ou da entrada em processos judiciais); a garantia de atendimento médico pelo SUS e uma educação que ensine o respeito à diversidade. As propostas são concluídas com um “não ao Escola Sem Partido”, projeto de lei que visa punir professores e impor censura nas escolas (p. 4).

Conclusões

Como se posicionaram os candidatos à Presidência da República do Brasil em relação à temática da diversidade sexual e de gênero nas eleições de 2018? Com esse problema de pesquisa, e através de análise documental sobre os 13 Planos de Governo registrados no TSE, verifiquei que 69,2% das candidaturas abordaram a temática LGBT nos seus programas partidários e que desse montante 77,7% o fizeram de maneira positiva, apresentando propostas para a superação dos desafios ao exercício da cidadania.

Esses dados revelam, para além de outros aspectos, uma expressiva penetração das agendas políticas do Movimento LGBT para a política institucional, sobretudo, para os partidos políticos, responsáveis pelo lançamento de candidaturas que disputam votos para a ocupação de cargos executivos e legislativos do Estado visando deter nacos expressivos do poder político nas democracias contemporâneas.

Assim, tal estudo aponta como futura agenda de pesquisa análises mais detidas sobre as relações causais que possibilitaram tão notável penetração na arena institucional. Uma hipótese é a criação de setoriais LGBT nos partidos políticos em paralelo às transformações culturais e à força que o Movimento LGBT construiu nas últimas décadas no Brasil.

Referências

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Relógio D'água Editores, 2001.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008. MIGUEL, Luis Felipe. Autonomia, paternalismo e dominação na formação das preferências. **Opinião Pública**, v. 21, n. 3, 2015.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado**, v. 32, n. 3, 2017.

SANTOS, Gustavo Gomes da Costa. Diversidade sexual, partidos políticos e eleições no Brasil contemporâneo. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 21, 2016b.

_____. Movimento LGBT e partidos políticos no Brasil. **Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar**, v. 6, n. 1, 2016a.

TÍTULO: DINÂMICAS INSTITUCIONAIS DE UMA “ETNOGRAFIA CONSULTORA”: ESTRATÉGIAS POLÍTICO-ADMINISTRATIVAS PARA CONFORMAÇÃO DE UMA AGENDA DE “SAÚDE LGBT”.

Margareth Cristina de Almeida Gomes
Vanini Bernardes Costa de Lima

Resumo: Este trabalho tece reflexões acerca das estratégias político-administrativas que operam a (des)construção de agendas no Poder Executivo brasileiro. Tais reflexões perpassam os modos de realização de uma gestão estratégica e participativa que permitem a consolidação da agenda de “saúde LGBT” e foram possíveis a partir de situações etnográficas por inserção como consultora em eventos do Ministério da Saúde, entre os anos de 2013 e 2016. Estes modos compreendem diferentes “crachás” que são passíveis de utilização para um “fazer consultor” que atue como produtor de políticas promotoras de equidade. Tornou-se possível observar os contornos da Política de Saúde LGBT para fomentar um debate sobre práticas micropolíticas de gestão de iniciativas voltadas para a diversidade sexual e de gênero no setor saúde.

Palavras-chave: sexualidade, gênero, formulação de políticas, saúde LGBT. RESUMO:

MOVIMENTO LGBT E ATIVISMO INSTITUCIONAL NO BRASIL

Émerson Silva Santos¹

Resumo: Tendo como seu marco histórico inicial a fundação do grupo Somos, no final do ano de 1978, na cidade de São Paulo, o Movimento LGBT completa neste ano, quatro décadas de atuação no Brasil. Ao longo desse período, merece destaque a centralidade do Estado na agenda do Movimento LGBT, a aposta no diálogo institucional através dos espaços de participação e controle social, bem como a ocupação de espaços na burocracia estatal para instituição de políticas públicas. Este trabalho reflete a relação entre Movimento LGBT e Ativismo Institucional, evidenciado que a atuação no campo da institucionalidade com vistas a superação da LGBTfobia e da efetivação da cidadania está presente em praticamente toda trajetória do Movimento LGBT no Brasil e perdura até os dias atuais.

Palavras-chave: Movimento LGBT. Ativismo Institucional. Cidadania LGBT. LGBTfobia

¹ Doutorando em Ciências Sociais – Universidade Federal de Campina Grande.
E-mail: emersonssantos1@gmail.com

Introdução

As análises das interações entre movimentos sociais e Estado já constituíram um relevante volume de produção científica no Brasil. A partir de diferentes perspectivas teóricas, estudos situados sobretudo no campo das ciências sociais, ocupam um lugar de relevo nos programas de pós graduação, nas revistas científicas e nos principais eventos acadêmicos nacionais.

Mesmo partindo de diferentes abordagens teóricas, há algumas premissas que perpassam essas investigações, como a compreensão de que os movimentos sociais são caracterizados por uma relação de oposição ao Estado ou que, no máximo, esses movimentos buscam identificar atores dentro da arena estatal que possam contribuir nas disputas pela implementação da suas agendas em termos de políticas públicas ou outras ações estatais.

Neste trabalho e no conjunto de estudos que estou desenvolvendo no âmbito do curso de doutorado do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFPG), realizo uma adesão a proposta de Abers e Büllow (2011) de reconsiderar os limites das unidades de análise das investigações que se debruçam sobre as interações entre movimentos sociais e Estado. Essa proposta objetiva não continuar desprezando os elementos empíricos que tem evidenciado a atuação de ativistas de movimentos sociais dentro da burocracia estatal, assumindo cargos de livre nomeação, com vistas a implementação, pelo Estado, dos projetos políticos desses movimentos, constituído um fenômeno que tem sido nomeado de Ativismo Institucional.

Tomando como base a trajetória do Movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) no Brasil aponto que as interações desse movimento social com o Estado começam a ganhar corpo poucos anos depois do seu surgimento no país, datado do ano de 1978. Ao longo do tempo, essas interações vão se reconfigurando, sobretudo a partir da vitória eleitoral do Partido dos Trabalhadores (PT) no ano de 2002, como a chegada de Lula à Presidência da República em 2003, quando diversos ativistas (não só do movimento LGBT) passaram a ocupar cargos de livre nomeação no Governo Federal.

Em termos metodológicos, realizei uma pesquisa bibliográfica em trabalhos que tem o movimento LGBT como sua unidade de análise, para evidenciar a interação desse movimento com o Estado, ao longo de sua trajetória. Tomando também a pesquisa bibliográfica, apresento algumas discussões sobre ativismo institucional e suas contribuições para análise das interações entre movimentos sociais e Estado, conforme exposto na seção a seguir.

Complexificando as análises das interações entre movimentos sociais e Estado a partir do Ativismo Institucional

Com o processo de abertura democrática pós Ditadura Militar (1964-1985), os movimentos sociais, de modo geral, passaram a ter uma maior interação com o Estado, seja através da simples apresentação de demandas ou a participação em espaços de interlocução com o poder público, tais como comitês,

comissões, conselhos, conferências, audiências públicas, etc. Esse processo de transição democrática abriu novas possibilidades de participação e, sobretudo, de influência sobre o processo de implementação de políticas públicas.

A vitória do PT nas eleições presidenciais de 2002, com a chegada de Lula à Presidência da República no ano seguinte, possibilitou uma ampliação ainda maior das interações movimento sociais-Estado no Brasil. Nesse cenário, um significativo contingente de ativistas desses movimentos foram nomeados para ocupar cargos de assessoramento e direção na estrutura da burocracia do Poder Executivo Federal.

Observando esse fenômeno, algumas investigações já evidenciaram que esses ativistas ao assumirem cargos na burocracia estatal não necessariamente abandonam os projetos políticos dos movimentos sociais que compunham, muitas vezes permanecendo com atuação orgânica nesses movimentos (ABERS; TATAGIBA, 2015; CAYRES, 2015). Elas também apontam que a fluidez de fronteiras e que as conexões movimentos sociais-Estado não limitam-se aos conflitos, demonstrando relações de aproximação e até de cooperação.

Realizando uma revisão de literatura, Cayres (2016) apresenta como o conceito de ativismo institucional tem sido mobilizado para dar sustentação teórica às pesquisas que buscam não ignorar o conjunto de evidências empíricas que demonstram a presença de ativistas dos movimentos sociais atuando em cargos de assessoramento e gestão na burocracia estatal. Dentro dessa discussão, em termos analíticos, o ativismo institucional é compreendido como “um conceito que fornece inteligibilidade a um tipo de conexão específica entre Estado e movimentos que é expressa pela ocupação de cargos oficiais e não eletivos no Estado por atores oriundos dos movimentos sociais” (CAYRES, 2016, p. 83).

Tomando como base essas discussões, defendo que esse processo de ocupação de cargos por ativistas na burocracia estatal também é influenciado pelas interações que movimentos sociais estabelecem como o Estado, ao longo da sua atuação, sendo o Movimento LGBT uma expressão disso, conforme discuto na seção seguinte.

Interações entre Movimento LGBT e Estado no Brasil

A literatura que discute o Movimento LGBT no Brasil tem reservado um lugar razoável para análise das interações entre este Movimento Social e o Estado (FACCHINI, 2005; FACCHINI e FRANÇA, 2009; SIMÕES e FACCHINI, 2009). Isso não ocorre por acaso, tendo em vista que essas interações estão sendo produzidas desde o surgimento do Movimento LGBT no nosso país, provocando inúmeras reconfigurações que ora são mais visíveis no Estado, ora no Movimento.

Conforme refletido por Santos e Avritzer (2003), as relações entre Sociedade Civil e Estado, têm produzido, sobretudo nos “Países do Sul”, rupturas na democracia liberal representativa, colaborando com a emergência de processos de democracia participativa que ficam visíveis quando o Estado cria espaços de participação social em sua estrutura, ou ainda quando elabora políticas públicas considerando

“temáticas até então ignoradas” (SANTOS e AVRITZER, 2003, p.51), como as demandas apresentadas Movimento LGBT.

De acordo com Facchini (2005), a trajetória do Movimento LGBT brasileiro pode ser classificadas em três “ondas”. A “primeira onda” do Movimento LGBT brasileiro foi o período em que houve uma maior contestação do Estado. Isso ocorreu devido ao contexto da Ditadura Militar. Assim, na sua gênese, o Movimento LGBT brasileiro manteve uma relação de oposição ao aparato estatal. Entretanto, nesse momento já existiam algumas demandas ao Estado, como a retirada da homossexualidade da lista de doenças mentais do Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (INAMPS), conforme apontam as resoluções do 1º Encontro de Homossexuais Militantes, realizado no Rio de Janeiro, em 1979.

A partir da segunda metade da década de 1980, surgem novas interações Movimento LGBT-Estado. Isso ocorreu por dois fatores determinantes. O primeiro fator diz respeito ao processo de redemocratização pós Ditadura Militar que motivou setores do então Movimento Homossexual Brasileiro a realizarem uma campanha pela inclusão da proibição da discriminação por orientação sexual na Constituição Federal de 1988 (SANTOS, 2018). O segundo fator guarda relação com a proliferação dos casos de HIV/Aids no Brasil, atingindo inclusive algumas lideranças do Movimento, instando o mesmo a pautar que o Estado criasse políticas para o enfrentamento à epidemia de HIV/Aids. É justamente nesse contexto que foi criado, em 1988, o Programa Nacional de Aids no Ministério da Saúde, considerado como a primeira política pública de direitos humanos para população LGBT em âmbito federal (FEITOSA, 2016b).

O processo de Reforma do Estado ocorrido no Brasil na década de 1990, também tem rebatimento direto no Movimento LGBT. Nesse período há uma proliferação das ONGs, muitas delas fruto de organizações que já existiam e atuavam no Movimento, com o objetivo de disputar recursos para implementação de ações e políticas sociais, sobretudo de enfrentamento à epidemia de HIV/Aids e de combate à violência (FACCHINI e FRANÇA, 2009).

Nos anos 2000, após a eleição do Presidente Lula, a população LGBT passa a fazer a parte das preocupações do Governo Federal (SIMÕES e FACCHINI, 2009). A partir daí foi criado o Programa Brasil sem Homofobia, em 2004, por meio da parceria entre Governo Federal e lideranças LGBT. O Programa previa um conjunto de ações que se concentravam no combate à violência que atinge a população LGBT (FEITOSA, 2016b).

Além dessa relação com o Poder Executivo, nos anos 2000 o Movimento LGBT também passa a recorrer mais frequentemente ao Poder Legislativo e ao Poder Judiciário, obtendo mais conquistas através da relação com esse último poder (FACCHINI e FRANÇA, 2009), como decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), que reconheceu, em 2011, a união entre pessoas do mesmo sexo como entidade familiar e a Resolução Nº 175/2013 do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que determinou aos cartórios a obrigatoriedade de celebração do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo ou de conversão de união estável em casamento.

Ao passo que o Movimento LGBT conquistou direitos e provocou algumas modificações no Estado, o contrário também ocorreu. A partir dos anos 2000, ocorreu um processo de trânsito e descolamento dos/as ativistas do Movimento para o interior da estrutura administrativa do Estado (FACCHINI, 2012; FEITOSA, 2016b), atuando na execução de políticas públicas e em instâncias do poder legislativo (FACCHINI e FRANÇA, 2009).

Na estrutura burocrática do Poder Executivo Federal, foi criada, em 2009, a Coordenação Geral de Promoção dos Direitos LGBT no âmbito da Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, através do Decreto nº 6.980, tendo como principal objetivo atuar na coordenação dos planos, programas e projetos relacionados aos direitos LGBT, tanto na elaboração quanto na implementação das políticas públicas, articulando ações com os demais órgãos e Ministérios do Governo Federal. Já no ano de 2017, com a criação do Ministério dos Direitos Humanos, o órgão passou ao status de Diretoria dentro da estrutura da burocracia federal.

Tendo uma década de existência, o órgão responsável pelas políticas públicas de direitos humanos LGBT no Governo Federal (atualmente denominado Diretoria de Promoção dos Direitos LGBT), teve a frente de seu comando gestores que possuíam um histórico de atuação no Movimento LGBT e continuaram reivindicando para si o lugar de ativistas do movimento².

Nesse contexto, não é razoável desprezar essas interações entre Movimento LGBT e Estado, nem reduzi-las a automatismos que podem classifica-las como mera cooptação dos ativistas pelo poder estatal. Além disso, na investigação dessas interações, é necessário ampliar as unidades de análise do que convencionou-se definir como movimento social, suas ações, estratégias e possibilidades.

Conclusões

A reabertura democrática pós o período de Ditadura Militar no Brasil (1964-1985) possibilitou uma diversificação das estratégias de atuação dos movimentos sociais na luta por direitos. Protestos públicos passaram a ser realizados pelos mesmos movimentos que realizam *lobby* junto a parlamentares e estão presentes em espaços de participação e controle social de políticas públicas.

A aposta nas mobilizações públicas fora combinada com uma atuação no campo da institucionalidade, estabelecendo interações com o Estado a ponto de alguns/as ativistas ocuparem cargos na estrutura estatal e atuarem com vistas a implementação dos projetos políticos dos seus respectivos movimentos sociais.

Conforme evidenciamos na seção acima, no caso do Movimento LGBT, o estabelecimento de interações com o Estado tem ocorrido com vistas a implementação de políticas públicas de direitos humanos LGBT e do combate à violência que acomete essa população.

² Na entrevista concedida a Cleyton Feitosa (2008), Marina Reidel, Diretora de Promoção dos Direitos LGBT do Governo Federal, deixou nítida sua atuação no Movimento LGBT ao longo de sua trajetória.

Partindo das contribuições dos estudos a respeito do ativismo institucional, futuras investigações que debrucem sobre as interações entre Movimento LGBT e Estado no Brasil poderão compreender de que maneira essas interações tem produzido possibilidades de implementação das agendas do movimento em termos de políticas públicas de direitos humanos LGBT.

Referências

ABERS, R. N.; VON BÜLOW, M. Movimentos sociais na teoria e na prática: como estudar o ativismo através da fronteira entre estado e sociedade? **Sociologias**, Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 52-84, dez. 2011.

CAYRES, Domitila Costa. Ativismo institucional e interações Estado-movimentos sociais. **Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais – BIB**, São Paulo, n. 82, p. 81-104, jul-dez, 2016.

_____. **Ativismo institucional no coração da Secretaria-Geral da Presidência da República: a Secretaria Nacional de Articulação Social no governo Dilma Rousseff**. 2015. 211 f. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

FACCHINI, Regina; FRANÇA, Isadora Lins. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, n. 3, p. 54-81, 2009.

_____. **Sopa de letrinhas?** Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

_____. Conexões, processos políticos e movimentos sociais: uma reflexão teórico-metodológica a partir do movimento LGBT. **Revista Advir**, v. 28, p. 6-20, 2012.

FEITOSA, Cleyton. Notas sobre a trajetória das políticas públicas de direitos humanos LGBT no Brasil. **Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, v. 4, n. 1, p. 115-137, 2016a.

_____. **Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais em Pernambuco: o caso do Centro Estadual de Combate à Homofobia**. 260 p. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos) – Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016b.

_____. Políticas Públicas LGBT em Tempos Adversos: Entrevista com Marina Reidel. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, Vol 01, N. 02 -Abr.-Jun., 2018.

SANTOS, Boaventura de Sousa; AVRITZER, Leonardo. Introdução: para ampliar o cânone democrático. In: **Democratizar a Democracia: os caminhos da democracia participativa**. Porto: Edições Afrontamento, 2003.

SANTOS, Émerson Silva. A agenda LGBTI no Congresso Nacional: De João A. Mascarenhas à Jean Wyllys. In: RODRIGUES, Alessandro *et al* (Orgs.). **Quando ousamos existir: Itinerários fotobiográficos do Movimento LGBTI brasileiro (1978-2018)**. Tubarão-SC: Editora da FURG e Copiart, 2018.

SELL, Carlos Eduardo. **Introdução à sociologia:** política e sociedade na modernidade tardia. Vozes, 2006.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na Trilha do Arco-Íris:** Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2009.

INTERSETORIALIDADE E CIDADANIA LGBT

Kamila Cristina da Silva Teixeira¹
João Bôsko Hora Góis²

Resumo: Este trabalho busca refletir sobre a intersectorialidade a partir da experiência dos Centros de Referência da Cidadania LGBT do estado do Rio de Janeiro, analisando mais especificamente a articulação intersectorial com as áreas da saúde e da educação. Para a coleta de dados, realizamos entrevistas semiestruturadas e a análise documental, bem como consultamos reportagens acerca das ações dos Centros publicadas em diferentes sítios na internet. Os resultados apontam que diversas iniciativas, sobretudo aquelas no campo da capacitação, foram realizadas em conjunto, visando promover à população LGBT o acesso aos direitos de cidadania. Contudo, identificamos também diferentes dilemas que dificultavam a concretização de ações mais sólidas e com maior amplitude.

Palavras-chave: intersectorialidade; Centros de Referência da Cidadania LGBT; saúde; educação; cidadania LGBT.

1 Pós-Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense –UFF.
E-mail: teixeira.kcs27@gmail.com

2 Professor Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF.
E-mail: jbhg@uol.com.br

Introdução

Este trabalho busca refletir sobre a intersetorialidade a partir da experiência dos Centros de Referência da Cidadania LGBT do estado do Rio de Janeiro, analisando mais especificamente a articulação intersetorial com as áreas da saúde e da educação. Segundo Junqueira (1997, p. 37), a intersetorialidade “*constitui uma concepção que deve informar uma nova maneira de planejar, executar e controlar a prestação de serviços*”, alterando o modo como ocorre a relação entre os diversos setores governamentais e seus interesses. Acreditamos na sua importância, pois ela sugere uma nova forma de analisar a realidade social, considerando a sua totalidade.

Os Centros de Referência da Cidadania LGBT fazem parte do Programa Rio Sem Homofobia, que foi criado em 2008, pelo governo do estado do Rio de Janeiro, com o objetivo de “*combater a discriminação e a violência contra a população LGBT e promover a cidadania desta população em todo o território fluminense, respeitando as especificidades desses grupos populacionais*.” (RIO DE JANEIRO, 2012, p. 20). No momento da realização da pesquisa, os Centros estavam localizados em quatro municípios do estado do Rio de Janeiro, sendo eles: Rio de Janeiro, Nova Friburgo, Niterói e Duque de Caxias.

Para a coleta de dados, realizamos entrevistas semiestruturadas, entre os meses de março e agosto de 2016, e a análise documental, bem como consultamos reportagens acerca das ações dos Centros publicadas em diferentes sítios na internet.

Articulação Intersetorial entre os Centros de Referência da Cidadania LGBT e as Áreas da Saúde e Educação

2.1 - Secretaria de Estado de Saúde

O campo da saúde no Brasil apresenta um pioneirismo neste debate em função do movimento da reforma sanitária propôs a formação de um modelo mais democrático de atendimento às necessidades de saúde da população (FLEURY, 2009) no qual a noção de intersetorialidade está mais claramente presente (REZENDE; BAPTISTA e AMÂNCIO FILHO, 2015). Essa presença, por sua vez, é amparada e reafirmada por uma concepção mais ampliada de saúde, que extrapola o domínio biológico e que ratifica a ideia de integralidade como veio analítico mais apropriado para lidar com os processos de saúde-doença (MOYSÉS e SÁ, 2014). Igualmente, ela é mais sensível – ainda que abundem polêmicas internas sobre esse tema – às demandas de grupos minoritários. Como exemplo disso, podemos citar a instituição, em 2011, da Política Nacional de Saúde Integral LGBT.

Ao analisarmos a materialização dos esforços intersetoriais entre os Centros e a Secretaria de Estado de Saúde, verificamos que um espaço relevante onde isso se deu foi no Comitê Técnico de Saúde da População LGBT, uma experiência que envolve órgãos governamentais e atores da sociedade civil

organizada, criada pela Secretaria no campo da atenção básica.³ Esse Comitê realizava reuniões que tratavam de diversos assuntos, dentre os quais cabe destacar: o processo transexualizador, a parada LGBT, as dificuldades de acesso desse segmento aos serviços de saúde, o nome social e a prevenção ao HIV/Aids. Segundo um entrevistado, os Centros acompanhavam as discussões fomentadas pelo Comitê por meio de um dos seus representantes. Dessa forma, os Centros se manifestavam, eventualmente podiam opinar, mas a eles eram impostas barreiras formais para uma participação de maior alcance.

Outras iniciativas em articulação com a área da saúde se referem aos encaminhamentos em casos emergenciais e às capacitações. Quanto às capacitações, um entrevistado citou como exemplo um seminário sobre a saúde da população trans realizado em conjunto com um hospital estadual.

Nós já tivemos, por exemplo, um seminário voltado para a política trans dentro do hospital estadual aqui [...]. Então assim, toda a equipe técnica acabou sendo orientada por nós. Levamos pessoas trans que eles não conheciam, que para eles homens trans eram desconhecidos, como se fossem ETs e mulheres trans também. Então, a gente levou. Eu solicitei, né? algumas pessoas que já fazem parte da nossa rede. Vocês podem? Ah podemos! Então, é até interessante para gente. E aí foram lá para o hospital e fizemos um belíssimo seminário.

Nesse caso, aconteceu uma interação de profissionais de diferentes órgãos públicos em torno de um objetivo em comum: promover o acesso da população LGBT ao direito à saúde. Contudo, é importante dizer que, em muitos casos semelhantes, essa interação se dava somente e diretamente entre as equipes dos Centros e os profissionais das unidades hospitalares. Faltava, portanto, uma formalização da articulação com a gestão da Secretaria de Estado da Saúde que assegurasse perenidade, solidez e amplitude das ações que já se desenvolviam esporadicamente. Não casualmente, algumas das pessoas entrevistadas realçaram que era frequente a necessidade de se reestabelecer o contato com os profissionais mencionados. Não porque os laços tivessem sido rompidos, mas porque eles eram por demais frouxos para se auto-sustentarem. Esta forma de articulação intersetorial é compatível com o que Senna e Garcia (2014) chamam de “*concepção restrita de intersetorialidade*”. Nessa perspectiva, segundo as autoras, as equipes profissionais ficam quase que exclusivamente responsáveis pelas medidas intersetoriais, quando idealmente a sua efetivação concreta dependeria também do envolvimento da gestão.

Ao mesmo tempo, é importante dizer que a articulação com outra área da Secretaria de Estado de Saúde que também poderia contribuir para a promoção da saúde da população LGBT não foi bem sucedida. Uma entrevistada nos informou que havia um projeto que estava sendo desenhado em parceria com a gerência estadual de DST/Aids, no qual os Centros desempenhariam um papel fundamental na medida em que as suas instalações seriam utilizadas para a realização da testagem rápida, mas

3 Informações sobre a dinâmica das discussões sobre o Comitê podem ser vistas nos seguintes documentos: <<http://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=ODc1Mg%2C%2C>>; <<http://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NzQ1Mg%2C%2C>>; <<http://www.saude.rj.gov.br/comum/code/MostrarArquivo.php?C=NzQ1MQ%2C%2C>>.

também como um espaço de atendimento e socialização de informações sobre o tema. Contudo, não houve sucesso nesta parceria, o que pode estar relacionado à dificuldade do setor saúde em receber convocatórias de outros setores para implementar ações intersetoriais, como aponta a literatura na área (MONNERAT e SOUZA, 2011; SENNA e GARCIA, 2014). Isso não nega a maior permeabilidade do setor saúde para a articulação intersetorial, mas destaca que isso funciona melhor quando esse setor é o protagonista proponente de tal articulação (MENDES; BÓGUS e AKEMAN, 2004). Isso revela a complexidade que reside na construção da intersetorialidade e como mudanças no modo de gestão e condução das políticas sociais suscitam resistências de grupos de interesses contrários envolvidos no processo, dificultando o estabelecimento de relações cooperativas e articuladas.

2.2 - Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC)

O campo da educação tem, historicamente, constituído um espaço no qual múltiplas práticas sócio-profissionais frequentemente reproduzem hierarquias de gênero, relações de poder e imagens de superioridade e inferioridade racial, apenas para citar alguns exemplos (ALVES e SILVA, 2017; FREITAS e BRÊTAS, 2017). A despeito dessa deficiência, a enorme capilaridade da rede de educação, principalmente a pública, o seu enorme número de usuários diretos e indiretos e a gama de profissionais que nela atua, a torna um espaço privilegiado de esforços de articulação intersetorial. Não casualmente os Centros de Referência da Cidadania LGBT buscaram a SEEDUC para desenvolver atividades conjuntas.

Os pontos de contato entre os Centros e a Secretaria eram estabelecidos por duas vias. A primeira estava relacionada com os casos de violência homofóbica presentes no campo educacional. Quando tais casos ocorriam em unidades escolares situadas no mesmo território dos Centros, estes buscavam estabelecer um diálogo com um programa de atenção aos estudantes em situação de violência existente na SEEDUC. A segunda – a necessidade de capacitação – guarda estreita relação com a primeira porque cabe ao corpo técnico-administrativo das escolas lidar com os casos de homofobia praticados pelo corpo discente e os membros desse mesmo corpo técnico-administrativo têm sido identificados como despreparados para lidar com tais casos e, mais ainda, constituem, eles mesmos parte importante do grupo de perpetradores (JUNQUEIRA, 2009; BORGES et al., 2011). Neste contexto, atividades de capacitação assume significativa relevância.

Técnicos e coordenadores dos Centros fizeram diversas capacitações com os profissionais da área de educação sobre diversos temas relacionados à orientação sexual e identidade de gênero. Um exemplo de capacitação de âmbito estadual foi a *Jornada da Educação para a Promoção da Cidadania LGBT e o Enfrentamento da Homofobia*, que foi dividida em 11 encontros regionais, alcançando 14 Diretorias Regionais e Pedagógicas e a Diretoria Especial de Unidades Escolares Prisionais e Socioeducativas, realizada em 2011 (RIO DE JANEIRO, 2012). Os temas trabalhados nas capacitações nos diferentes territórios incluíam: DST/Aids, homofobia, nome social e evasão escolar de LGBTs.

Ainda no campo da educação, os Centros assumiram um papel importante no acompanhamento quanto ao reconhecimento do nome social. Quando esta demanda chegava ao serviço era feito um contato com os órgãos competentes vinculados à SEEDUC para que esse direito fosse garantido.

Em que pesem as experiências positivas supracitadas, deve ficar claro que a realização de capacitações, quando ocorreu, se concretizava, tal como no campo da saúde, com baixa e esporádica participação de gestores, e muito mais a partir do esforço e no âmbito das equipes profissionais da execução direta. Além disso, observamos uma descontinuidade das capacitações, fenômeno inserido no campo das *“inconclusões e instabilidades”* da política social brasileira, analisado por Góis (2013). Em função desse fenômeno, conforme salientou um entrevistado, o diálogo com o titular da SEEDUC precisava ser retomado para que não houvesse uma paralisação do trabalho. Uma resultante desse processo é a redução do impacto e do alcance das capacitações, que ficavam limitadas aos territórios onde os Centros estão localizados, quando poderiam extrapolá-los e atingir um maior número de pessoas.

A construção de ações mais articuladas entre os Centros de Referência da Cidadania LGBT e a área da educação seria uma alternativa para o enfrentamento das condições responsáveis por produzir e reproduzir cenas de violência e discriminação que incidem sobre os alunos com sexualidade e identidade de gênero não hegemônicos.

Considerações Finais

Este trabalho ao analisar as tentativas de articulação intersetorial entre os Centros de Referência da Cidadania LGBT e as áreas da saúde e da educação apontou que diversas iniciativas, sobretudo aquelas no campo da capacitação, foram realizadas em conjunto, visando promover à população LGBT o acesso aos direitos de cidadania. Contudo, apontou igualmente que diferentes dilemas que dificultavam a concretização de ações mais sólidas e com maior amplitude.

Apesar disso, consideramos que a articulação intersetorial pode ser considerada como uma das principais estratégias para lidar com a complexidade dos diferentes problemas sociais existentes em nossa sociedade, a exemplo da LGBTfobia. Isso porque este fenômeno, que apresenta um caráter multifacetado, cria obstáculos que impede a população LGBT participar de forma igualitária dos diferentes espaços da vida social e de ter acesso aos direitos e, por isso, demanda iniciativas articuladas para seu enfrentamento, envolvendo as áreas da educação, saúde, segurança pública, cultura etc. Sendo assim, acreditamos que a intersetorialidade é uma importante ferramenta para a condução das políticas sociais nesta área.

Referências

ALVES, R. C. D. P.; SILVA, E. L. S. Universidade, gênero e sexualidade: experiências curriculares e formativa de estudantes não heterossexuais na UFRB. **Gênero**, vol.17, n.1, 2016.

BORGES, Z. N.; PASSAMANI, G.; OHLWEILER, M. I.; BULSING, M. Percepção de professoras de ensino médio e fundamental sobre homofobia na escola em Santa Maria (Rio Grande do Sul/Brasil). **Educar em Revista**, n. 39, p. 21-38, 2011.

FLEURY, S. Reforma sanitária brasileira: dilemas entre o instituinte e o instituído. **Ciência & Saúde Coletiva**, v.14 n. 3. Rio de Janeiro maio/jun. 2009.

FREITAS, M. J. D.; BRÊTAS, J. R. S. Estigma e preconceito na educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. **Gênero**, v.17, n.1, 2016.

GÓIS, J. B. H. Política Social e Sociedade Brasileira – Instabilidades e Inconclusões: à guisa de introdução. In: GÓIS, J. B. H. (org.) **Questão social e proteção social**. Rio de Janeiro: Imo's Gráfica e Editora, 2013:07-27.

JUNQUEIRA, L. A. Prestes. Novas formas de gestão na saúde: descentralização e intersectorialidade. **Saúde e Sociedade**, v.6, n.2, p. 31-46, 1997.

JUNQUEIRA, R. D. Homofobia nas Escolas: um problema de todos. In: JUNQUEIRA, R. D. (org.) **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009.

MENDES, R.; BÓGUS, C. M.; AKERMAN, M. Agendas urbanas intersectoriais em quatro cidades de São Paulo. **Saúde e Sociedade**, v. 13, n. 1, 2004:47-55.

MONNERAT, G. L.; SOUZA, R. G. Da Seguridade Social à intersectorialidade: reflexões sobre a integração das políticas sociais no Brasil. **Katálysis**, v. 14, n. 1, 2011.

MOYÉS, S. T.; SÁ, R. F. Planos locais de promoção da saúde: intersectorialidade(s) construída(s) no território. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 19, n. 11, 2014:4323-4329.

SENNA, M. C. M.; GARCIA, D. V. Políticas Sociais e Intersectorialidade: elementos para debate. **O Social em Questão**, n. 32, p. 277-294, 2014.

REZENDE, M.; BAPTISTA, T. W.; AMANCIO FILHO, A. O legado da construção dos sistema de proteção social brasileiro para a intersetorialidade. **Trab. Ed. Saúde**, v. 13, n. 2, 2015. RIO DE JANEIRO. **Revista Rio Sem Homofobia**, n. 1, julho, 2012.

“TRANS – FORMA – AÇÃO”: DILEMAS DE MULHERES TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NO ACESSO A TRATAMENTOS HORMONAIS NO SUS, EM CRATO – CE.

Geovane Gesteira Sales Torres¹

Paulo Junior Alves Pereira²

Maria Laís dos Santos Leite³

Resumo: O direito à saúde pública e de qualidade está previsto na carta magna brasileira e encontra sua materialização no surgimento do Sistema Único de Saúde. Neste repousa a Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs, objetivando oferecer maior eficiência nos serviços públicos de saúde ao grupo. O presente artigo versa analisar o acesso de mulheres transexuais e travestis a tratamentos hormonais no município de Crato – CE. Adotou-se uma metodologia exploratória, tratando os dados de oito entrevistas em profundidade a partir da “análise do discurso do sujeito coletivo”. Concluiu-se que o público enfrenta latentes dificuldades no acesso a tratamentos hormonais, sendo levado a gastos pecuniários e ao desestímulo a usufruir dos serviços do SUS, fazendo com que muitas interrompam seus tratamentos.

Palavras-chave: Saúde Pública, Processo Transexualizador, Ineficiência dos Serviços.

1 Graduando em Administração Pública e Gestão Social – Universidade Federal do Cariri.
E-mail: geovanesalescrato@gmail.com.

2 Graduando em Comunicação Social – Universidade Federal do Cariri.
E-mail: p.junior.pj405@gmail.com

3 Doutoranda em Psicologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Introdução

Em um contexto sociopolítico e epistêmico brasileiro, somos convidados(as) a ver a cidadania por diferentes ângulos. Nesse ínterim, cabe-se salientar o pensamento de Santos (1994) sobre a **cidadania regulada**, esta consistindo em um arranjo vigiado e restrito pelo Estado, com ponderadas e concentradas concessões. Resultando, assim, em condições cidadãs estratificadas – em relação ao acesso dos sujeitos à concretização de direitos –, o que projeta a bifurcação da cidadania entre o previsto legalmente e o que de fato se materializa. Logo, tal realidade cidadã se encontra antinômica à Constituição Federal de 1988 e à luta LGBT que marca o contexto histórico brasileiro.

Outrossim, Saraiva (2017) denomina **cidadania LGBT** como algo associado à noção de inclusão social, logo, apresentando uma faceta positiva, embora, o autor em discussão considere a bilateralidade (positivo/negativo) como marca do conceito de cidadania. Sendo assim, ainda consoante Saraiva (2017) a história da cidadania se confunde com o histórico das lutas democráticas, estando, o movimento LGBT, inserido incessantemente no cerne de tais dinâmicas políticas, o que implica as prévias evidentes exclusões, consequentes pontuais inclusões e resistência ao modelo político conservador que tanto vilipendiou as demandas LGBTs no âmbito do poder público e esferas privadas.

Ao conceituar **gênero**, Françoise Héritier (1996), tomando como referência a propriedade sociável da espécie humana, apregoa a questão como um produto das relações sociais organizadas sob os ideais comportamentais bifurcados homem/mulher, logo, todos os indivíduos construiriam suas condutas convergindo ou não com tal referencial. Distintamente, Grossi (1998) observa a questão de gênero como uma categoria construída historicamente sob envolvimento das relações sociais homem/mulher, sendo manifestadas por particulares discursos.

Não obstante, Stoller (1978) formula, com base em pressupostos da psicologia social, a noção de **identidade de gênero**, compreendendo-a como um complexo de elementos por meio dos quais se associam referenciais interpostos entre os sexos biológicos e as noções sociais de masculino e feminino, podendo sofrer alterações, porém, após a etapa do complexo de Édipo, torna-se bastante difícil modificar tal núcleo de convicções, sobretudo em casos de intersexualidade e hermafroditismo.

A divergência entre o sexo biológico e os valores simbólicos a ele inscritos causam/podem causar transtornos psicológicos tocantes à inconformidade entre fenótipo e identidade de gênero. No cerne desta questão se encontra a **disforia de gênero**, apontada por Sadock e Sadock (2016) como a inconformidade entre o gênero designado e aquele que mobiliza o indivíduo, neste sentido, esclarece-se que se sobressai o sentimento de pertencimento.

Diante desta incongruência entre identidade de gênero e imposição social à dimensão corpórea, nasce o **processo transexualizador**, enquanto solução para a disforia de gênero. Logo, entende-se por processo transexualizador os caminhos rumos à atenção em saúde interligadas ao processo de transformação das características de cunho sexual, etapa vivenciada por pessoas transexuais/travestis, tratando-se, então, de diretrizes para atenção integral à saúde durante a transição social entre gênero pré-definido ao sexo biológico e a identidade de gênero dos sujeitos (LIONÇO, 2009).

Em um contexto de esfera pública ampliada, nasce a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, encontrando-se no âmago no Sistema Único de Saúde – SUS – e objetivando maior equidade nos serviços públicos de saúde. A supracitada política nasce em 2013, mediante intensas discussões entre poder público federal e organizações LGBTs brasileiras, o que consubstancia a ideia de Governança Democrática. No seio desta política pública setorial repousam objetivos específicos à população de transexuais e travestis, tais como sinalizam os incisos seguintes do artigo 2º da política em voga:

“VI – garantir acesso ao processo transexualizador na rede do SUS, nos moldes regulamentados; [...] VIII – reduzir danos à saúde da população LGBT no que diz respeito ao uso excessivo de medicamentos, drogas e fármacos, especialmente para travestis e transexuais.” (BRASIL, 2013, p. 20).

Ademais, a Portaria nº 2.803, de 19 de Novembro de 2013, redefine e amplia o processo transexualizador no SUS, preconcebendo integralidade, humanização e recursos para uma atenção básica e especializada pertinente ao processo referido, havendo, pois, as modalidades ambulatoriais e hospitalares que oportunizam nos termos do artigo 5º, incisos I e II, respectivamente: atenção clínica, acompanhamento pré e pós-operatório, além de hormoterapia; já no âmbito hospitalar consistem as ações ligadas à atenção especializada do processo transexualizador, bem como a realização de cirurgias necessárias, cabendo também, a esta modalidade, o seu acompanhamento (BRASIL, 2013).

Portanto, o presente artigo objetiva analisar a funcionalidade do processo transexualizador previsto legalmente para ser concretizado no cerne do SUS, por meio da experiência dos serviços públicos de saúde desenvolvidos no município de Crato-CE. Adotando, pois, uma metodologia exploratória cuja coleta de dados contou com aplicação de um modelo de entrevista em profundidade com oito mulheres transexuais e travestis. Os dados foram tratados segundo a **análise do discurso do sujeito coletivo**, em uma perspectiva quali-quantitativa. Analisaram-se três diferentes categorias que direcionam as reflexões para a fragilidade da edificação dos marcos legais garantidores do processo em voga no território observado.

Metodologia

A presente pesquisa adotou uma metodologia exploratória, de caráter quali-quantitativo, cujo método de coleta de dados se deu por meio de entrevistas em profundidade com oito mulheres transexuais e travestis residentes no município cearense de Crato, usuárias do Sistema Único de Saúde e com faixa etária igual ou superior à maior idade. As entrevistas foram gravadas eletronicamente e transcritas com fidelidade à oralidade das entrevistadas.

Os dados coletados foram tratados conforme os pressupostos do método denominado **análise do discurso do sujeito coletivo**, que segundo Lefevre (2012) corresponde à observação de representações

sociais presentes nos discursos de sujeitos que compartilham elementos sociais. Frisa-se que qualquer material verbal pode ser alvo de análise, incluindo entrevistas. A etapa qualitativa pressupõe a identificação de **expressões-chave**, seguidas de **ideias centrais** e por fim **ancoragens**. Dessa forma, obtém-se o **discurso do sujeito coletivo**, expresso na presente pesquisa em três distintas categorias.

A dimensão quantitativa reside na força/intensidade e na amplitude das categorias que, respectivamente significam o valor numérico daqueles que contribuíram para formação do discurso expresso nas categorias; por sua vez, a amplitude diz respeito ao nível social de compartilhamento das ideias expostas nos discursos (LEFEVRE, 2012).

Resultados e Discussão

Quadro 1: Categorias dos Discursos Analisados.

Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo
Tratamento negativo na solicitação de medicamentos e/ou serviços relativos ao tratamento hormonal	A única coisa que sinto falta, nos hospitais e postos de saúde, é de campanhas e informações para os LGBT, por exemplo se eu visse cartazes, folders ou adesivos sobre tratamento hormonal para trans. E já surgiu assim, de falarem que não tem a medicação, não sei se é porque eu sou transexual, e pra outra pessoa, da mesma medicação, dizer que tem e entregar a medicação pra pessoa, e pra mim não entregar. Lá na secretaria de saúde mesmo., dizer que não tinha o hormônio. E eu já vi pessoas indo lá e recebendo o hormônio, e pra mim não tem, e pra outra pessoa tem? Demorou bastante tempo pra eu conseguir esse exame, uns exame de sangue, que é rápido, demorou muito tempo, demorou quase quatro meses pra eu conseguir a liberação pra ir fazer, mais vinte e um dias, se eu não me engano, que eu contei, mas geralmente... Foi quase vinte e um dias, ou foi próximo pra mim pegar o resultado. Pra voltar pra ele. Enquanto isso eu tô sem tomar meus hormônios, minha medicação... Já teve uma amiga minha que passou sim por alguns constrangimentos, mas graças a Deus, eu nunca não.
Compra de medicamentos devido a ausência e/ou morosidade no recebimento pelo SUS	As vez quando eu faço é pago, eu faço é comprar. Eu tinha que receber esse tratamento hormonal na secretaria de saúde, e eu tenho que comprar porque eles dizem que não tem... E eu tô sem a medicação já faz muito tempo, e eu tenho que ficar comprando a medicação, e quando eu não tenho dinheiro? Eu tenho que ficar sem a medicação? É... por que assim, eu compro, eu compro meus hormônios, eu faço uso sim de hormônios, antigamente eu fazia bem mais, porque a transição é um ano de hormonização.

Experiências de não recebimento dos medicamentos	Essa medicação nunca veio pra mim, nunca veio, nunca tem. A secretaria de saúde nunca libera esses hormônios, diz que foi feita a solicitação e a solicitação ainda não foi liberada, já tem mais de cinco anos que essa solicitação foi pedida e nunca foi liberada. Só que o tratamento hormonal é pra vida inteira, os médicos já falaram que esses hormônios a gente vai tomar pra vida toda, e eu preciso da minha medicação e a secretaria não libera... A não ser se o medicamento for muito caro e eu consiga algum abatimento numa farmácia popular, alguma coisa assim é que eu vou atrás, mas se for medicamento que eu possa comprar, eu compro! Já também pra não ter que passar algum tipo de constrangimento...
--	--

Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Os discursos perpassam por questões tangentes a culturas organizacionais desconexas ao princípio de equidade/justiça preconizado no seio do SUS e suas políticas, mesmo estando divididos em categorias distintas, elas se conversam e convergem mutuamente. Vê-se, *a priori*, elementos que evidenciam um latente preconceito institucional que resvala na concretização dos direitos da população transexual feminina e travesti no território analisado. Logo, podendo ficar sem seus medicamentos hormonais e outros recursos/atendimentos e, ainda, sofrer com ações desrespeitosas por parte de servidores de unidades de saúde, evidenciando que tal problemática não resulta de questões orçamentárias, mas, de motivos fortuitos oriundos de comportamentos transfóbicos. Confluindo ao constatado por Fagundes (2016) ao pesquisar o acesso da população “trans” aos serviços públicos de saúde e concluir que tal público padece pela oferta de atendimentos precários, não especializados, desrespeitosos, quando não sumamente negados em unidades públicas de saúde. Algo também marcante nos atendimentos pertinentes ao processo transexualizador das entrevistadas do presente artigo.

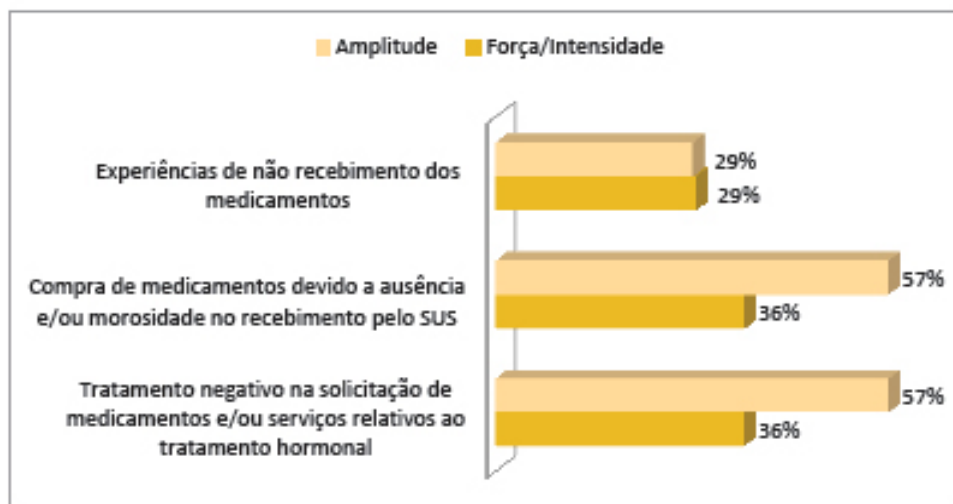
Este destrato, expresso fortemente na primeira categoria, conclama para a segunda, que evidencia a necessidade de transexuais e travestis efetuarem sua própria compra de hormônios necessários, amiúde por receio de serem maltratadas ante o sistema de saúde municipal, além de conviverem com o proeminentemente descaso do poder público local. Tal realidade contradiz os princípios dos serviços públicos previstos na Constituição Federal de 1988 e Lei 8.987/95. Sendo assim, os princípios da generalidade – prevê atendimentos com maior amplitude possível, não apresentando discriminação entre os beneficiários – e da cortesia – garante o bom atendimento (humanizado) aos cidadãos – são seriamente transviados nos atendimentos oferecidos às mulheres transexuais e travestis entrevistadas na pesquisa em questão (DI PIETRO, 2014).

Não raras são as vezes que o grupo em voga não dispõe de recursos pecuniários para compra privada de medicamentos hormonais, portanto, o tratamento que deveria ser extenso e prologado se ver diminuído e frequentemente interrompido. Por fim, a última categoria vem consubstanciar o que fora exposto outrora, trazendo relatos do descaso da secretaria municipal de saúde, esta, mantendo-se aquém de suas responsabilidades, dando vazão a discriminações institucionais, que elegem grupos

prioritários e esquece, como sempre, aqueles(as) historicamente vilipendiados. Conclui-se, ainda, que os princípios da eficiência – idealiza a melhor *performance* possível, com uso de tecnologias e técnicas de gestão que apresentem bons resultados – e da continuidade – implica a não interrupção na oferta dos serviços públicos – (DI PIETRO, 2014) também são transgredidos nos serviços públicos tocantes ao processo transexualizador na experiência analisada. Visto que a descontinuidade/interrupção em processos como as terapias hormonais, além de derivarem do descontentamento das usuárias do SUS entrevistadas, também advém da ausência/morosidade na entrega de medicamentos hormonais, projetam uma ruptura grotesca com os princípios dos serviços públicos anteriormente comentados.

Conforme observado no gráfico 1, as três categorias analisadas apresentam compartilhadas e distintas situações tocantes à amplitude e força/intensidade. A primeira e segunda categoria contam com 57% de amplitude e 36% de força/intensidade, logo, apresentam grande força e alta amplitude, significando elevado compartilhamento das representações sociais no seio destas categorias. Entretanto, a terceira categoria figura com 29% de amplitude e força/intensidade, sendo assim, configura-se com baixa força e amplitude, portanto representam ideias pouco compartilhadas e com baixa frequência.

Gráfico 1: Força/Intensidade e Amplitude dos Discursos Analisados



Fonte: Elaborado pelos autores com dados da pesquisa.

Conclusões

A população de travestis e transexuais segue, municipalmente, desassistida adequadamente pelos serviços públicos de saúde, dentre os quais se encontram os pertinentes ao processo transexualizador. Conclusão esta oriunda dos discursos das entrevistadas sobre processos lentos/negação na oferta dos

medicamentos/serviços tocantes às terapias hormonais, etc. Contrapondo nitidamente os princípios constitucionais relativos aos direitos fundamentais dos cidadãos, diretrizes dos serviços públicos/administração pública, Política Nacional de Saúde Integral de LGBTs e Portaria nº 2.803, de 19 de novembro de 2013.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais** / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013.

BRASIL. PORTARIA Nº 2.803, DE 19 DE NOVEMBRO DE 2013. **Redefine e amplia o Processo Transexualizador no Sistema Único de Saúde (SUS)**, Brasília, DF, nov 2013. Disponível em: < http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt2803_19_11_2013.html>. Acesso em: 20 out. 2018.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 27ª ed. Ed. Atlas: São Paulo, 2014.

FAGUNDES, Nagel de Oliveira et al. **Transgeneridade e saúde: atendimentos discriminatórios contra pessoas transgêneras na política de saúde**. 2016.

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Editora UFSC PPGAS, 1998.

HÉRITIER, Françoise. **Masculin/Féminin: la pensée de la différence**. Paris: Ed. Odile Jacob, 1996.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social: um enfoque quali-quantitativo**. 2ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

LIONÇO, Tatiana. Atenção integral à saúde e diversidade sexual no Processo Transexualizador do SUS: avanços, impasses, desafios. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 19, p. 43-63, 2009.

SADOCK, Benjamin J.; SADOCK, Virginia A.; RUIZ, Pedro. **Compêndio de Psiquiatria-: Ciência do Comportamento e Psiquiatria Clínica**. Artmed Editora, 2016.

GROSSI, M. P. **Identidade de gênero e sexualidade**. Florianópolis: Editora UFSC PPGAS, 1998.

SANTOS, W.G. **Cidadania e Justiça: A Política Social na Ordem Brasileira**. Rio de Janeiro: Campus, 1994.

SARAIVA, Marcio Sales. **Estado, democracia, políticas públicas e direitos LGBT**. 1 ed. – Rio de Janeiro: Metanóia, 2017.

STOLLER, Robert. **Recherches sur l'Identité Sexuelle**. Paris: Gallimard, 1978.

O PROTAGONISMO DA POPULAÇÃO LGBT E SEUS DIREITOS NO ACESSO A SAÚDE

Paloma Fernanda Vieira de Araújo¹
Pamela Santos Vieira²
Rodrigo Jacob Moreira de Freitas³

Resumo: As ações em saúde são realizadas pelo enfermeiro em conjunto com a população e busca sensibilizar os usuários acerca das necessidades de saúde individuais e coletivas. Sabe-se que todas as formas de discriminação devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e doença, como no caso das LGBTfobias, além do machismo, racismo e misoginia. O artigo é uma Revisão Integrativa de Literatura (RIL) com objetivo de analisar quais as ações de saúde são realizadas para a população LGBT e contribuir na propagação de pensamento crítico e conhecimento científico. Pesquisa realizada nas bases: LILACS e ScieLO. Os estudos norteadores expressaram que o preconceito institucional enraizado no modelo heteronormativo vem associado aos costumes e crenças que desaprovam as atitudes homoafetivas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, População LGBT, Ações em Saúde.

1 Enfermeira – UnP, Pós – Graduada – FAMEV.
E-mail: palomamoreira@outlook.com.

2 Enfermeira – UnP.
E-mail: pamsvieira@outlook.com.

3 Enfermeiro – UERN, Doutorando – UECE.
E-mail: rojmflegal@hotmail.com.

A PARTICIPAÇÃO SOCIAL DA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL: O HISTÓRICO E A PRESENÇA EM INSTITUIÇÕES PARTICIPATIVAS

Caio Benevides Pedra¹

Resumo: A população LGBT demorou a ter uma conferência nacional específica se comparada a outras minorias e a análise das propostas das 3 edições já realizadas mostra uma predominância acentuada de diretrizes de caráter administrativo e não legislativo. Além das conferências, existem hoje instituições participativas que incluem esses grupos, como o CNCD/LGBT, em âmbito federal, e um pequeno número de conselhos estaduais, identificados pelo IBGE em 2014. No Relatório da 3ª Conferência Nacional LGBT, de 2016, é possível perceber uma ainda grande quantidade de demandas envolvendo a participação social. A luta por cidadania LGBT passa necessariamente pelo acesso a espaços de deliberação e tomada de decisões e esse histórico precisa ser analisado e compreendido para que se torne mais efetivo.

Palavras-chave: LGBT, conferência, participação, conselho, cidadania.

¹ Mestre em Administração Pública – Fundação João Pinheiro (FJP-MG).
E-mail: caiopedra@gmail.com.

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA INSERÇÃO SOCIAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS NO BRASIL

Caio Benevides Pedra¹

Resumo: A saúde foi o primeiro espaço de construção de políticas públicas ocupado pela população LGBT no Brasil em decorrência da vinculação dessas pessoas às IST's no imaginário popular (ainda imperante). O maior número de políticas públicas para a população LGBT situa-se ainda na saúde, o que por si só já é um dado que precisa ser considerado. Mas existem outras nas três esferas, como o nome social e alguns programas voltados para educação e emprego. Dados do IBGE de 2014 apontam que apenas 7,7% dos municípios brasileiros possuem algum tipo de política pública específica para a população LGBT desenvolvida por órgão gestor de direitos humanos do Poder Público. Esse trabalho pretende analisar o histórico e o desenvolvimento das principais políticas para LGBTs sob o recorte da população trans.

Palavras-chave: política pública, inclusão, cidadania, travesti, transexual.

¹ Mestre em Administração Pública – Fundação João Pinheiro (FJP-MG).
E-mail: caiopedra@gmail.com

AS “CULTURAS LBGTS” E O ESTADO BRASILEIRO: UMA INCLUSÃO MARGINAL?

Tony Gigliotti Bezerra¹

Resumo: Este artigo aborda a cultura na sua relação com o gênero e a sexualidade, tendo como objeto o que se convencionou chamar de “culturas LBGTS”, mais especificamente as ações de valorização e promoção dessas culturas realizadas no âmbito do Ministério da Cultura (MinC). A pesquisa foi realizada por meio de análise documental e revisão bibliográfica. A partir de 2003, o MinC passou a apoiar manifestações culturais historicamente excluídas e invisibilizadas, entre elas as culturas populares, indígenas, ciganas e LBGTS. O MinC lançou editais de promoção das “culturas LBGTS” entre os anos de 2005 e 2009, com investimentos de 4,2 milhões de reais. Foi uma importante experiência de política afirmativa para a efetivação dos direitos da população LGBT, em diálogo com os movimentos sociais.

Palavras-chave: Culturas LBGTS, políticas públicas LBGTS, paradas LBGTS, financiamento da cultura, políticas culturais.

¹ Mestre em Cultura e Sociedade – Universidade Federal da Bahia (UFBA), analista técnico-administrativo do Ministério da Cultura.
E-mail: tonygb2@hotmail.com

Introdução

Este artigo aborda a temática da cultura na sua relação com o gênero e a sexualidade, tendo como foco o que se convencionou chamar de “culturas LGBTs”. Analisa-se, mais especificamente, as ações de valorização e promoção dessas culturas realizadas no âmbito do Ministério da Cultura do Brasil entre 2004 e 2014. O artigo apresenta alguns resultados preliminares de uma pesquisa que está em andamento.

O movimento LGBT latino-americano ganhou força a partir da década de 1970, associado à luta contra as ditaduras que governavam a região. Richard Miskolci e Maximiliano Campana (2017) explicam que o movimento esteve ligado a uma perspectiva predominantemente de esquerda, assim como o feminismo, muito embora essas fossem relegadas ao *status* de “contradições secundárias”. Apesar disso, a pauta foi ganhando destaque até começar a se inserir com mais intensidade na agenda governamental brasileira, a partir da década de 2000.

A partir de 2003, com a criação da Secretaria da Identidade e Diversidade Cultural (SID), o Ministério da Cultura (MinC) passou a apoiar manifestações culturais historicamente excluídas e invisibilizadas. Nesse diapasão, foram criados editais específicos para concessão de prêmios a determinadas manifestações culturais, entre elas as culturas populares, culturas indígenas, culturas ciganas, juventude, pessoas idosas e LGBTs (CORREIA, 2013).

O artigo aborda a relação entre as “culturas LGBTs” e o Estado no Brasil entre 2004 e 2014, com foco nos editais de promoção das “culturas LGBTs” promovidos pelo MinC por meio da SID, lançados entre os anos de 2005 e 2009. O artigo se justifica pelo crescente interesse de estudar a interação do movimento LGBT com o circuito institucional da cultura, tendo em vista que esse processo gerou novos arranjos sociais e desdobramentos institucionais ainda pouco estudados no meio acadêmico. Nesse sentido, o trabalho busca compreender os avanços e retrocessos do movimento LGBT brasileiro, em face de suas relações com a institucionalidade no campo cultural.

Este artigo está estruturado em três partes: introdução, desenvolvimento (metodologia, referencial teórico, resultados e discussão) e conclusões, seguido das referências bibliográficas.

Metodologia, Referencial Teórico, Resultados e Discussão

A pesquisa foi realizada por meio de análise documental e revisão bibliográfica. Na análise documental, foram estudados os editais LGBTs promovidos pela Secretaria de Identidade e Diversidade Cultural (SID) do Ministério da Cultura (MinC). No referencial teórico, são abordadas as perspectivas de estudiosos como Michel Foucault (1988, 2004), Judith Butler (1990), Berenice Bento (2006), Leandro Colling (2015), Richard Miskolci (2017), entre outros. Essa sessão apresentará, adiante, o referencial teórico seguido dos resultados e discussão.

Foucault aborda a temática da “cultura gay” em seu caráter subversor da ordem social. Segundo ele, a homossexualidade não deve ser reinserida na normalidade geral das relações sociais. Ao contrário, deve-se deixar que ela escape à normalidade, propondo novas formas de relações que influenciem, inclusive, os não homossexuais (FOUCAULT, 2004).

Judith Butler foi uma das primeiras pesquisadoras a situar o debate de gênero diretamente no âmbito da cultura. Criadora da Teoria da Performance, Butler percebe a identidade de gênero enquanto um aspecto da cultura, ou seja, o “ser homem” ou o “ser mulher” são realizações performativas que se cristalizam enquanto padrões de comportamento reforçados pelas normas sociais. As transgressões dessas normas geram sanções. Ela discorda da visão de que o sexo biológico seja um fator determinante para a identidade de gênero ou para a orientação sexual, sendo que o automatismo da presunção de heterossexualidade se dá no âmbito da cultura e também pode ser modificado nessa esfera (BUTLER, 1990).

A cristalização das identidades sexuais, ou seja, as construções de identidades culturais a partir das orientações sexuais dos indivíduos pode gerar a exclusão de pessoas que não se encaixem nesses padrões. Berenice Bento (2006) nos alerta para os perigos da institucionalização do movimento LGBT, ou seja, do estabelecimento de identidades sexuais rígidas, que não dão conta de suas variabilidades e contingências. Para a autora, as políticas queer incomodam certos setores do movimento LGBT ao apresentar as identidades sexuais e de gênero em seu caráter performativo e fluido (BENTO, 2006).

O professor Leandro Colling (2015) faz uma distinção entre o ativismo queer ou de dissidência sexual, que adviria da filosofia das diferenças, e as políticas oriundas do paradigma da igualdade e da afirmação das identidades, comuns ao movimento LGBT nos países estudados. Enquanto o segundo apostaria em marcos legais como o do casamento igualitário, o ativismo queer priorizaria estratégias políticas no campo da cultura, buscando combater os preconceitos por meio da expressão artística (COLLING, 2015). Nesse diapasão, as “políticas culturais LGBTs” podem ter o condão de pensar a questão de gênero e sexualidade exatamente a partir da teoria *queer*.

Ana Maria Amorim Correia, ao abordar a promoção das “culturas LGBTs”, explica que, historicamente, a questão LGBT foi ora ignorada pelo Estado Brasileiro, ora tratada pela política de saúde, no contexto do combate à epidemia da Aids. A inserção do tema, durante a década de 2000, enquanto aspecto da cultura, representa um importante giro político, no qual a diversidade sexual e de gênero passa a ser encarada como um aspecto da cultura. Correia destaca que, entre 2005 e 2010, a SID contemplou 506 propostas em editais voltados para as “culturas LGBTs”. Com investimentos da ordem de 4,2 milhões de reais ao longo do período, o segmento LGBT absorveu 19% dos recursos investidos pela secretaria. Foram apoiadas ações em 24 unidades da federação, o que demonstra a abrangência nacional da referida política (CORREIA, 2013).

A pesquisa identificou que, entre 2006 e 2009, foram lançados editais específicos para o segmento LGBT. Foram publicados seis editais públicos cujos focos foram as “culturas LGBTs” e as paradas de orgulho LGBT, conforme descrito abaixo. Esse processo representou um marco na história do movimento

LGBT, representando uma inovação na forma como o Estado lida com esses segmentos, passando a reconhecer a existência dessas culturas e a promovê-las.

Em 2004, foi criado o Grupo de Trabalho de Promoção da Cidadania GLBT, no âmbito do MinC. O objetivo era o de elaborar um plano para fomento, incentivo e apoio às produções artísticas e culturais que promovessem a cultura e a não-discriminação por orientação sexual. Ao final do trabalho, foi lançado um relatório que reuniu informações sobre o histórico do movimento LGBT, desde a década de 1970, e a fundamentação para a política cultural que se pretendia implantar (BRASIL, 2005).

De acordo com o Relatório Final do Comitê Técnico de Cultura LGBT, lançado em 2014, houve seis editais públicos cujos focos foram as “culturas LGBTs”, quais sejam: Parada do Orgulho GLBT² 2005, Concurso Cultura GLBT 2006, Concurso Cultura GLBT 2007, Concurso Público de Apoio a Paradas de Orgulho GLTB 2008, Prêmio Cultural GLBT 2008 e Prêmio Cultural GLBT 2009 (BRASIL, 2014). Após 2009 não houve mais editais dessa natureza no MinC.

Com as referidas ações, o Ministério da Cultura buscou se inserir no Programa “Brasil sem Homofobia”, lançado em 2004 e conduzido pelo governo federal, sob a coordenação da Secretaria Especial de Direitos Humanos. Tratava-se de um Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, que envolvia diversos órgãos públicos (BRASIL, 2005).

A questão LGBT foi lembrada também quando da elaboração do Plano Nacional de Cultura (PNC). O capítulo 2, que trata da diversidade, tem como objetivo “reconhecer e valorizar a diversidade, proteger e promover as artes e expressões culturais”. Ao dissertar sobre as estratégias e ações, o plano aborda, dentre outras, a discriminação por orientação sexual, que deveria se ser objeto de programas de reconhecimento e difusão do patrimônio e das expressões culturais (BRASIL, 2010).

Em novembro de 2012, foi instituído o Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e demais grupos da diversidade sexual, sob a coordenação da Secretaria de Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC), que substituiu a SID. (BRASIL, 2012).

Com esse conjunto de ações, o poder público buscava combater a discriminação contra as LGBTs, que é um fenômeno amplamente observado na sociedade brasileira. O parlamento brasileiro, historicamente, tem dado pouca atenção para o combate a esse tipo de discriminação. Ademais, perante a sociedade homofóbica, as “culturas LGBTs” devem ser, no máximo, toleradas, mas jamais promovidas pelo Estado. Dessa forma, é surpreendente que o movimento LGBT tenha conseguido romper a homofobia e a transfobia institucionais e ingressar na institucionalidade do governo federal a ponto de assegurar a destinação de recursos públicos para ações de promoção das “culturas LGBTs”, por meio do lançamento dos referidos editais.

2 À época, utilizava-se o termo GLBT (gays, lésbicas, bissexuais e transexuais), com a letra “G” na frente. Posteriormente, passou-se a utilizar o termo LGBT, com a letra “L” na frente, de modo a realçar o papel das mulheres lésbicas no movimento LGBT. Além disso, a letra “T” passou a abranger não somente as pessoas transexuais, mas também as travestis e transgêneros.

A partir da década de 2000, o tema passa a ser tratado também do ponto de vista da “positivação cultural” desse segmento da sociedade. Ao abordar a população LGBT do ponto de vista de sua expressividade cultural, esses segmentos institucionais rompem a visão predominante na sociedade, segundo a qual as LGBTs são tratadas a partir de suas limitações ou incapacidades. Nesse aspecto, as LGBTs passam a ser vistas, nessa situação específica, enquanto força criativa, nos marcos apresentados por Foucault (2004). Ao mesmo tempo, essa quebra de paradigma gera reação de segmentos conservadores da sociedade, que pressionam o governo a interromper as ações de promoção das “culturas LGBTs”, cerceando o lançamento de novos editais destinados a essa expressão cultural.

De acordo com MISKOLCI & CAMPANA (2017), houve uma ampliação da bancada neopentecostal no Congresso Nacional a partir das eleições de 2010. Com isso, iniciativas de combate à homofobia nas escolas foram desmontadas e houve uma sensível redução de espaço para o diálogo entre o governo federal e os representantes dos movimentos LGBT. É possível que esse processo tenha dificultado, também, o lançamento de novos editais de promoção das “culturas LGBTs” por parte do Ministério da Cultura.

Conclusões

O artigo buscou compreender a interação entre o movimento LGBT e os atores governamentais do MinC entre 2004 e 2014 e seus desdobramentos políticos e institucionais. O foco recaiu sobre os editais de promoção das “culturas LGBTs”, buscando-se analisar as convergências e embates que marcaram o período. Os referidos editais foram resultado de uma conjunção muito específica de fatores. Primeiramente, por se tratar de um governo mais à esquerda do espectro político, que geralmente é mais aberto às questões de gênero e sexualidade. Em segundo lugar, pelo ingresso de militantes de direitos humanos no MinC, com destaque para o ator Sérgio Mamberti, que ocupou o cargo de secretário de identidade e diversidade cultural, sendo que essa secretaria foi responsável pelo lançamento dos referidos editais.

Ao mesmo tempo, é possível que os editais não sejam resultado apenas de uma situação pontual ou de uma conjunção de fatores que dificilmente irá se repetir, mas de um processo mais amplo de ascenso do movimento LGBT no Ocidente. Neste caso, a interrupção do lançamento dos editais não significaria necessariamente o encerramento do processo, mas o refluxo temporário de um movimento com uma envergadura maior na sociedade, podendo retomar as suas relações com a institucionalidade de outras formas. Essas diferentes chaves de entendimento devem ser investigadas em futuras pesquisas.

Referências

ARAGÃO, Ana Lúcia (2013) **O direito de participação na vida cultural do Brasil no governo Lula**. Dissertação. Universidade Federal da Bahia. Instituto de Humanidades, Artes e Ciências. Programa Multidisciplinar de Pós-Graduação em Cultura e Sociedade.

BRASIL. Lei do Plano Nacional de Cultura, nº 12.343. **Diário Oficial da União, Brasília**, DF, 02 de dezembro de 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12343.htm>. Acesso em: 05 jun. 2018

_____. Lei Cultura Viva. Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014, Institui a Política Nacional de Cultura Viva e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 jul. 2014. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13018.htm>. Acesso em: 05 jun. 2018.

_____. Ministério da Cultura. **Portaria nº 144**, de 08 de novembro de 2012. Cria Comitê Técnico de Cultura para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT) e demais grupos da diversidade sexual. **Diário Oficial da União**, Seção 1, p. 11, de 12 nov. 2012.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria da Identidade e da Diversidade Cultural. **Relatório do Grupo de Trabalho de Promoção da Cidadania GLBT do Ministério da Cultura**. Brasília: Ministério da Cultura, 2005.

_____. Ministério da Cultura. Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural. **Relatório Final do Comitê Técnico de Cultura LGBT (2012-2014)**. Brasília: Ministério da Cultura, 2014.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BUTLER, Judith P. *Gender Trouble: feminism and the subversion of identity*. New York: Routledge, 1990.

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador: EDUFBA, 2015.

_____. **Notas sobre diversidade cultura e identidades de gêneros**. II Seminário Internacional de Políticas Culturais. Fundação Casa de Rui Barbosa. Rio de Janeiro, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

_____. **O triunfo social do prazer sexual**: uma conversa com Michel Foucault. In: FOUCAULT, Michel. Ética, sexualidade, política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2004. p. 119- 125.

MISKOLCI, R.; CAMPANA, M. "Ideologia de gênero": notas para a genealogia de um pânico moral contemporâneo. **Revista Sociedade e Estado** – Volume 32, Número 3, Set./Dez. 2017.

O ESTREITO ROL DE VEREADORAS ASSUMIDAMENTE LÉSBICAS: UMA ETNOGRAFIA DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES LÉSBICAS NA POLÍTICA BAIANA

Bárbara Elcimar dos Reis Alves¹
Felipe Bruno Martins Fernandes²

Resumo: O presente trabalho de caráter etnográfico, realizado no período das eleições de 2016, tem por objetivo resgatar, a partir de um olhar feminista, a participação da mulher lésbica nas esferas do poder local. Salvador/BA teve apenas duas candidatas assumidamente lésbicas ao cargo de vereador, Rafaela Garcez (PTN) e Larissa Moraes (PMDB), que defenderam a agenda política feminista lésbica num universo de 948 candidatos aptos, dos quais apenas 29% eram mulheres. Nenhuma das duas foi eleita. Articulando os campos do Feminismo Lésbico e Negro com as Perspectivas Feministas da Política, o trabalho interseccionalizará os conceitos de gênero, sexualidade e poder com as dimensões da lesbofobia e do sexismo para compreender a participação e representação política de mulheres lésbicas no município.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Política, Lesbianidade, Lesbofobia.

THE NARROW LIST OF OPENLY LESBIAN WOMEN COUNCILORS: AN ETHNOGRAPHY OF THE PARTICIPATION OF LESBIAN WOMEN IN BAHIAN POLITICS

Abstract: The present work, carried out in the elections period, aims to rescue, from a feminist perspective, the participation of lesbian women in the spheres of local power. Salvador/BA had only two openly lesbian candidates for the position of councilors, Rafaela Garcez (PTN) and Larissa Moraes (PMDB), who defended the lesbian feminist political agenda in a universe of 948 candidates, of which only 29% were women. Neither of them were elected. Articulating the fields of Lesbian and Black Feminism with the Feminist Perspectives of Politics, the paper will intersectionalise the concepts of gender, sexuality

1 Pesquisadora no GIR@ - Grupo de Estudos Feministas em Política e Educação – UFBA.
E-mail: alves.barbaraadm@gmail.com

2 Professor de Antropologia – UFBA.
E-mail: fernandes.felipebruno@gmail.com

and power with the dimensions of lesbophobia and sexism to understand the political participation and representation of lesbian women in the local politics.

Keywords: Gender, Sexuality, Politics, Lesbianity, Lesboophobia.

POLÍTICAS INTERNAS DA UFRJ PARA COMBATER O PRECONCEITO COM AS PESSOAS TRANS

Fernanda Iglesias Webering¹
André Luiz dos Santos Barbosa²

Resumo: O Observatório Internacional de Inclusão Interculturalidade e Inovação Pedagógica, grupo de pesquisa do qual os autores fazem parte, tem o objetivo de desenvolver estudos sobre inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica. Um deles foi analisar como ocorre o entendimento dos gestores dos centros da universidade sobre as três temáticas supracitadas. Para tal, os gestores responderam a um questionário. Nesse cenário, este artigo terá o objetivo de analisar o corpus reunido para verificar como são as políticas internas institucionais realizadas contra o preconceito com as pessoas trans na universidade. De acordo com os dados coletados, não foi detectada nenhuma menção nem à transgeneridade, nem à transfobia, o que nos leva a realçar a importância de continuarmos a trabalhar o tema.

Palavras-chave: Pessoas trans, Inclusão, Educação.

1 Mestranda – UFRJ, proffernanda.letas@gmail.com

2 Doutorando – UFRJ, Doutorando - UFRJ, andrelsbarbosa@gmail.com

Este artigo foi motivado a partir de inquietações provenientes de situações em que se observou uma exclusão, legitimando a invisibilidade do outro. Pode-se dizer que há preconceito quando a presença de uma pessoa se quer é notada? A pergunta é retórica quando se sabe que hábitos advindos de uma cultura tendenciosa a seguir padrões segregam quem não se encaixa em um determinado perfil. Sendo assim, o presente estudo pode tornar-se uma forma de protestar contra atitudes que separam as pessoas, interrompendo o processo de inclusão, que diminui as exclusões. Além disso, também é uma maneira de dar mais visibilidade ao tema.

O Observatório Internacional de Inclusão, Interculturalidade e Inovação Pedagógica é constituído por uma rede de pesquisadores de vinte e cinco universidades, dentre elas, brasileiras e estrangeiras. O OIIIPe está vinculado ao LAPEADe, Laboratório de Pesquisa e Estudos e Apoio à Participação e à Diversidade em Educação, da Faculdade de Educação da UFRJ.

O Observatório constitui uma rede de pesquisa que tem o objetivo em comum de desenvolver estudos sobre inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica. Entende-se por esse último, segundo Cunha (2016) como um movimento de desconstrução de paradigmas tradicionais de ensino, indo além da inovação de tecnologias digitais, tendo a ver com um modo de ensino reconfigurado a uma nova realidade em que o professor deve ser mais interessante do que todas as informações que chegam a nós o tempo todo, exigindo dele um dinamismo constante. Para isso, é necessário reconhecer a existência das diversas formas de conhecimento, reajustar os diferentes saberes, valorizar o protagonismo do indivíduo e a participação de todos, visando a continuidade dos estudos, construindo também vias de ensino e aprendizagem inovadoras.

Sobre interculturalidade, pela perspectiva de Fleuri (2003), é um conceito que trata de aspectos culturais, a princípio, incompatíveis, mas que se inter-relacionam. Para isso, é necessário reconhecer e respeitar as diferenças. Tais relações ocorrem entre diferentes grupos sociais que se misturam, agregando valores.

O conceito de inclusão é compreendido, segundo Santos (2015), como um processo contínuo, caracterizado por relações estabelecidas entre culturas, políticas e práticas. Entende-se por culturas como todos os hábitos, costumes e crenças individuais e de um grupo; quanto a políticas, são todas as legislações, regras e decretos que regem todos os movimentos; práticas são todas as atitudes, ações, para se chegar a um objetivo. Na verdade, as duas dimensões citadas anteriormente também são práticas. As três dimensões estão sempre em um movimento espiralado complexo e dialético.

A inclusão é uma prática que existe porque há exclusões. Segundo Sawaia (2001), os dois conceitos caminham juntos, são indissociáveis, apesar de antagonicos. Isso demonstra a faceta controversa da inclusão, pois ela não existe sem a exclusão.

Nesse panorama da exclusão, encontram-se grupos étnicos, culturais, sociais, grupos religiosos, assim como, pessoas de diferentes identidades de gêneros e sexualidades. Para Louro (1997), gênero é um conceito que caracteriza o caráter social do masculino e do feminino, sendo diferentes entre as sociedades, momentos históricos e grupos étnicos. Geralmente, ocorre certa confusão entre os conceitos

de gênero e sexualidade. Sem querer fechar um quadro de definições, a autora tenta traçar algumas diferenças entre os dois. Assim como o gênero, a sexualidade é construída juntamente com a identidade do indivíduo. Tal construção ocorre de forma fluida.

Entende-se por pessoa trans aquela que mudou sua identidade de gênero, fazendo intervenção cirúrgica ou não, utilizando tratamento hormonal ou não, além dos que não se identificam com o binarismo e desejam desconstruir tal conceito. Assim, há uma gama tão grande que se poderia chamar pessoas trans.. (Beltran, 2014)

No OIIIPe, foi feita uma pesquisa com os gestores dos centros universitários de algumas Instituições de Ensino Superior vinculadas ao Observatório, buscando compreender como é a concepção deles sobre os conceitos de inclusão, interculturalidade e inovação pedagógica. Caracterizou-se como, predominantemente, uma pesquisa qualitativa, a metodologia utilizada foi análise de conteúdo e a coleta de dados foi através de entrevistas.

Para a presente pesquisa, foi escolhida a UFRJ, por ser a universidade na qual os pesquisadores têm o vínculo como estudantes da pós-graduação e pesquisadores do Observatório.

A UFRJ é composta por quatro cursos à distância e 161 presenciais, distribuídos em sete centros de estudo: Centro de Ciência e Saúde; Centro de Filosofia e Ciências Humanas; Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas; Centro de Ciência Matemáticas e da Natureza; Centro de Tecnologia; Centro de Letras e Artes e o Fórum de Ciência e Cultura. Assim, são sete pró-reitorias, divididas em PR1, graduação; PR2, pós graduação; PR3 planejamento e desenvolvimento; PR4, Pessoal; PR5, Extensão; PR6 Gestão e governança e PR&, políticas estudantis. A pós graduação é composta por vinte e oito cursos de mestrado profissional e 101 de mestrado e doutorado acadêmicos, além de duzentos e sessenta e oito cursos de especialização.

Nesse contexto, primeiramente, foi enviado um questionário para os gestores de cada centro, entretanto, houve pouquíssimo retorno, o que talvez demonstre uma falta de comprometimento com a pesquisa acadêmica. Então, foi decidido fazer entrevistas pessoalmente. Dessa forma, treze pessoas foram entrevistadas.

Sendo assim, as perguntas foram organizadas em três blocos, da seguinte forma: bloco um, os gestores tinham que descrever alguns exemplos sobre culturas de inclusão, culturas de interculturalidade e culturas de inovação pedagógica; bloco dois, os gestores tinham que descrever quais eram as políticas de inclusão, políticas de interculturalidade e políticas de inovação pedagógica; por fim, o bloco três, os gestores tinham que descrever qual era a concepção de práticas para a inclusão, práticas para a interculturalidade e práticas para a inovação pedagógica realizadas na universidade. Logo, os respondentes tiveram o total de nove perguntas.

Todas as respostas foram lidas, então houve as primeiras tentativas de categorização dessas e depois foram feitos ajustes das categorias. Tais categorias foram definidas a partir dos dados que foram mais evidentes. No bloco um, em culturas de inclusão, foram estabelecidas as categorias acesso, combate à exclusão, deficiência, participação, permanência, processo e respeito às diferenças. Sobre culturas de interculturalidade, foram as categorias culturas diversas, cultura universal, reconhecimento

das diferenças. Em culturas de inovação pedagógica, as categorias organizadas foram o reconhecimento das diferenças, o reconhecimento do saber discente, práticas transformadoras, repensar a estrutura educacional e processo.

No bloco dois, para políticas de inclusão, foram elaboradas as categorias acessibilidade, deficiência, falta de recursos, fórum permanente UFRJ, informalidade, omissão, política pública em nível nacional e políticas internas. Em políticas de interculturalidade, foram estabelecidas as categorias de ações isoladas, desconhecimento, etno-raça, exclusão, marcadores sociais, política pública em nível nacional, políticas internas, práticas interculturais, surdez e omissão. Em políticas de inovação pedagógica, foram feitas as categorias conservadorismo, desconhecimento, omissão, políticas internas.

No terceiro bloco, sobre práticas de inclusão, foram formadas as categorias participação, política em nível nacional, omissão, política interna, práticas, acesso e acessibilidade. Sobre práticas de interculturalidade, formaram-se as categorias ações isoladas, desconhecimento, não respondeu, políticas internas e reconhecimento das diferenças. Por último, em práticas de inovação pedagógica, foram feitas as categorias ações isoladas, deficiência, desconhecimento, interdisciplinaridade, não respondeu, participação, políticas internas e reconhecimento das diferenças.

Dessa forma, foi feita uma busca dos termos “gênero”, “transgênero” e “pessoas trans”, foi verificado que somente uma pessoa falou sobre a questão do gênero, ao relatar sua concepção de interculturalidade:

“A presença e convivência com pessoas de culturas diferentes, sejam elas internas, vindas de outras partes do mesmo país, ou vindas de outros países, outras culturas, cultivando o respeito e a aceitação da diferença. Incluindo aí diferentes credos, aceitação da multiplicidade de gêneros, das diferentes capacidades pessoais, etc...”

Entretanto, não houve nenhuma menção sobre o termo “pessoas trans”. Essa constatação trouxe algumas reflexões relevantes.

Há mecanismos que excluem as pessoas que fogem do padrão ditado por uma cultura dominante, ou seja, que tenta impor uma forma de participação na sociedade.

A partir de uma classificação binária masculino e feminino, a cultura universitária ainda procura regular as identidades de gênero. No entanto, há pessoas que não se identificam com tais regras, exatamente porque as questões identitárias de gênero, de acordo com Louro (1997), são fluidas e multifacetadas. Por isso, há necessidade de se reconhecerem essas diferenças, compreendendo que não há uma regra de como a pessoa deve ser.

A invisibilidade das pessoas trans no meio acadêmico demonstra também uma forma de preconceito estrutural enraizado na nossa sociedade. Dessa forma, buscando dar mais destaque a essa temática, propomos dar continuidade a essa pesquisa, aplicando um novo questionário com perguntas mais específicas para a questão do gênero e de pessoas trans, que possa proporcionar uma desconstrução de pensamentos ainda conservadores.

Referências

BELTRAN, Patrícia Soley. *Transexualidad y transgénero: una perspectiva bioética*. Revista de Bioética y Derecho, Catalunya, núm. 30, 2013.

CUNHA, Maria Isabel da. *Inovações na educação superior: impactos na prática pedagógica e nos saberes da docência*. Em Aberto, Brasília, v. 29, n. 97, p. 87-101, set./dez. 2016.

FLEURY, Reinaldo Matias. *Intercultura e educação*. Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, n. 23, p. 16 - 35, 2003.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

SANTOS, Mônica Pereira, *Inclusão, Direitos Humanos e Interculturalidade: uma tessitura omnilética*. Campina Grande: Ed. Realize, 2015.

SAWAIA, B. et al. *As artimanhas da exclusão: análise psicossocial e ética da desigualdade social*. 2ª edição. Petrópolis – RJ: editora Vozes, 2001

ENTRE CORPOS, PAISAGENS E EMOÇÕES: REFLEXÕES SOBRE A DIVERSIDADE SEXUAL E DE GÊNERO NA AMAZÔNIA.

Sem autoria

Resumo: Pretende-se, compreender o universo simbólico, socialmente construído que vem servindo de referência para a construção da diversidade sexual e de gênero em contextos geralmente desconsiderados, silenciados ou pouco abordados no campo dos estudos sobre as sexualidades, como é o caso dos locais de sociabilidade amazônicos. Trata-se de apresentar, a partir das observações e descrições realizadas no município de Santarém, no Pará, algumas reflexões e resultados agrupados em dois eixos. O primeiro, consiste nas formas de construções sociais do pertencimento, das experiências dos corpos, das memórias, das narrativas e dos sentidos nos espaços tendo como pano de fundo paisagens formadas por igarapés, barracões de festas da comunidade e da aldeia, campos de futebol, matas, chácara e estradas de chão batido. O segundo nas particularidades das experiências e suas relações nesses ambientes a partir da ideia de sentidos e sensorialidades vivenciados pelos sujeitos indígenas, ribeirinhos e periferizados.

ESPOSAS DE MILITARES: CIRCULAÇÃO, SOCIABILIDADE E EMPODERAMENTO.

Geisa Costa Coelho¹
Neila Cabral²

Resumo: Refletindo sobre o contexto das vilas militares e o cotidiano das mulheres esposas de militares que encaram a vida a partir de emoções e moralidades, perpassando pelo contexto dos marcadores sociais, que ditam comportamentos adequados quando seus maridos estão embarcados e quando desembarcados, pensando sobre quem são elas, quais são suas funções e como se sentem enquanto recebem a nomenclatura de esposas de militares ao invés de seus nomes. O estudo abordou identidade, gênero e diversidade sexual, dentro de uma proposta de observação direta e entrevistas, visando compreender os diálogos, a rotina e o entendimento dessas mulheres, de forma a desmistificar a mulher do militar e empoderar esse gênero a partir de suas próprias escolhas e dos laços de reciprocidade construídos com outras mulheres que se encontram na mesma situação, vivenciando formas de circulação e sociabilidade

Palavras chave: mulheres, esposas, emoções, sociabilidade.

1 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Belém.
E-mail: geisaccoelho@gmail.com

2 Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará – IFPA/Campus Belém.
Email: neilacabral@yahoo.com.br

ABRIGO THADEU NASCIMENTO: UM ESPAÇO DE RESISTÊNCIA LGBTQ+

Tiago Morais de Freitas¹
Luana Mikaely Lira da Silva²
Francisco Ronnyê Ribeiro de Souza³

Resumo: O trabalho foi realizado no Abrigo Thadeu Nascimento localizado no centro de Fortaleza- Ce. O espaço abriga pessoas trans em situação de rua e vulnerabilidade social. O objetivo principal foi analisar as trajetórias de vida e o papel social do abrigo para os LGBTQ+. Nos fundamentamos no processo de pesquisa qualitativo e exploratório para a realização da investigação. Categorizamos os resultados como: preconceito; estigmas sociais; relações interpessoais afetivas; mercado do trabalho para pessoas trans; violência e situação de vulnerabilidade. Notou-se a necessidade de criar debates e levá-los aos mais diversos âmbitos sociais, pois fica claro a persistência da discriminação para com o indivíduo que tem sua identidade de gênero fora dos padrões heteronormativos.

Palavras-chave: abrigo, LGBTQ+, vulnerabilidade social, trajetórias de vida, identidade de gênero.

1 Graduando em Bacharelado em Humanidades – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira - UNILAB.
E-mail: tiagomorais@aluno.unilab.edu.br.

2 Graduanda em Bacharelado em Humanidades – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB.
E-mail: mikaellylira07@gmail.com.

3 Graduando em Bacharelado em Humanidades – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira – UNILAB.
E-mail: ribeiroronyy.7@gmail.com.

SOFRIMENTO, “TRABALHO DO TEMPO” E ELABORAÇÃO DA VIOLÊNCIA: REFLEXÕES A PARTIR DE RODAS DE CONVERSA SOBRE RELAÇÕES ABUSIVAS ENTRE PESSOAS LGBT

João Filipe Cruz¹

Resumo: O trabalho expõe reflexões sobre quatro rodas de conversa entre pessoas LGBT realizadas em 2017 em algumas cidades brasileiras - Rio de Janeiro/RJ, Salvador/BA e São Paulo/SP. Tais atividades, que juntas reuniram algumas dezenas de pessoas, visaram discutir “relacionamentos abusivos entre LGBTs”. Acredito que tais espaços são privilegiados para o “trabalho do tempo”, conforme formulação da antropóloga Veena Das. Sob tal perspectiva, as rodas de conversa constituem espaços nos quais os sujeitos podem expor experiências particulares e confrontá-las, e, ao fazê-lo, podem construir significados comuns. Nesse processo, de elaboração de significados compartilhados socialmente, categorias de violência podem ser questionadas, ressignificadas ou mesmo criadas. Desse modo, o sofrimento aliado a certas experiências, que muitas vezes não encontrava inteligibilidade social, passa a poder ser lido como resultado de violência.

Palavras-chave: sofrimento, trabalho do tempo, relacionamentos abusivos, memória, violência entre LGBT.

¹ Mestrando em sociologia – Universidade de São Paulo.
E-mail: joao.filipe.cruz@usp.br

VICIOUS E BROTHERS & SISTERS : A COMÉDIA E O DRAMA NA MUDIATIZAÇÃO DO ENVELHECIMENTO DO HOMEM GAY

Rhayller Peixoto da Costa Souza¹

Resumo: O trabalho analisa a retratação do envelhecimento de homens gays de duas séries, a britânica *Vicious* (ITV), uma comédia sobre um casal homoafetivo casado há quarenta e oito anos e a estadunidense *Brothers & Sisters* (ABC), drama que conta a história da família Walker após a morte de seu patriarca. O crescimento de séries classificadas LGBT pressupõe uma maior exploração de temáticas voltadas para as fases da vida dessa parcela da população. Percebe-se, no entanto, uma falta de representação na chamada terceira idade. Sob a perspectiva de sexualidade, gênero e curso da vida discutida por Anthony Giddens em “Sociologia”, o estudo problematiza a midiatização da velhice na vida dos personagens, assim como suas tramas nos respectivos seriados e contribuições para novas narrativas que fujam do padrão ao retratar pessoas nessa faixa etária.

Palavras-chave: séries ; televisão ; homossexualidade ; velhice ; midiatização

¹ Graduando – Universidade Federal de Alagoas

As representações de minorias no audiovisual televisivo é uma matriz importante para a pesquisa do gênero. José Carlos Aronchi de Souza diz que o gênero é história e está associado a determinado grupo, encontrando à luz da televisão o melhor modo de tornar as discussões pertinentes para o público. Tratando-se de homens gays, os anos 2000 trouxeram contribuições para esses estudos ao apresentar aos telespectadores séries que discutiam aspectos da vida e masculinidades. Em 2006 o canal estadunidense ABC leva ao ar a primeira temporada de *Brothers & Sisters* (2006-2011), drama sobre uma família e sua reorganização a partir da morte do patriarca. A série contava com grande elenco e apresentou, em suas 5 temporadas, aspectos da homossexualidade sobre diferentes viés. O mais peculiar deles foi a transformação do personagem Saul Holden e sua trajetória de reconhecimento enquanto homem gay. À época com 67 anos, o ator Ron Rifkin dava voz a um personagem comum, mas pouco representado em séries de televisão: o idoso gay. A mesma abordagem pode ser encontrada em outro show, desta vez transmitido pelo britânico ITV. *Vicious* (2013-2016) contava a história de um casal homoafetivo, Freddie e Stuart, juntos por 48 anos. Em idade avançada aos olhos um do outro, ambos tentam lidar com questões referentes ao tempo de matrimônio e os percalços encontrados quando um rapaz mais novo torna-se vizinho deles.

O presente trabalho busca fazer uma análise dos três personagens: Saul, *Brothers and Sisters* e Freddie e Stuart (*Vicious*) contextualizando de início o momento em que as séries foram ao ar e as diferenças relacionadas à ideia de um gay não convencional na tv. Deste modo, o artigo pretende apontar a importância da comédia e o drama na retratação de idosos com foco na condição de homens gays. A ligação entre as antigas comédias de costume britânicas do século XVII e o modo com que a sexualidade da dita terceira idade é retratada como um ponto chave no entendimento do pensamento dos personagens Freddie e Stuart. O drama de Saul Holden é discutido a partir da abordagem do funcionalismo social de Talcott Parsons e ampliado para a análise dessa construção a partir da chegada na terceira idade. Para isso, o trabalho utiliza o livro "Sociologia" de Anthony Giddens, mais precisamente os capítulos "O Curso da Vida" e "Gênero e Sexualidade", traçando um panorama de sua importância para o meio de comunicação televisão. A partir daí, problematiza os aspectos da midiaticização no envelhecimento do homem gay e destaca novos caminhos nas abordagens da velhice no streaming como nova tendência a ser seguida.

Um fator a ser considerado ao analisar séries de televisão é que elas participam ativamente na construção de identidades. Ambientar pessoas, estereótipos e as quebras deles, situações e cotidianos dão à televisão uma importância na discussão sobre representatividade, segundo SOUSA et. al:

Diante dessas considerações pode-se entender de que forma as séries passam também a participar do processo de construção das identidades. Os temas tratados e os assuntos abordados ajudam a entender essa problemática. São estilos de vida, modos de pensar que dão formas a essa pluralidade de pensamentos. Um dos objetivos das séries é trazer para a sociedade novas formas de ser e estar influenciando na construção do cidadão. (SOUSA et. al, 2015, p.6)

O início dos anos 2000 foi marcado pelo início de abordagens importantes para a comunidade LGBT. No que se refere ao meio gay, séries como a versão estadunidense de *Queer as Folk* (2000-2005, Showtime), promoveu discussões ao elevar ao status de protagonistas homens gays e mulheres lésbicas. É percebido, no entanto, uma dificuldade em derrubar estigmas sociais presentes, sobretudo, na vida de gays que envelhecem. A ideia de uma jovialidade e erotização culminou em uma retratação com ressalvas ao não ser capaz de cobrir uma parcela necessária para o entendimento da vida gay, assim como sua midiaticização. As séries retratadas nesse artigo buscam atrair um público diferente usando a homoafetividade para discutir a lacunas antes abordadas mas não tão aprofundadas em séries pioneiras. O impacto de *Vicious* nas discussões sobre o envelhecimento de homens gays dá um panorama interessante sobre assuntos como autoestima e frustrações pessoais.

Vicious e as comédias de costume

O humor britânico que conhecemos hoje é muito influenciado pelas comédias de costumes, que se tornaram famosas a partir de seu início no século XVII. Alinhado com gênero, *Vicious* nos apresenta o casal Freddie e Stuart como dois homens idosos que buscam a cada dia se sentirem mais jovens. Os 48 anos de casamento acrescentam à rotina da comédia, transformando em piadas questões sobre envelhecimento, homossexualidade e sucesso na vida. A chegada de um novo inquilino em um apartamento próximo, Ash, desperta nos dois uma vontade que beira a competição de início. Ambos tentam a todo custo chamar a atenção do rapaz, numa batalha que tem como finalidade conquistar a atenção do jovem. Em seu artigo “Representações de Vícios e de Virtudes na comédia de costumes britânica”, a pesquisadora portuguesa Maria Isabel Barbudo aponta a relevância do sexo e dinheiro na sociedade britânica, que culmina na construção desse tipo de arte desde o século XVII. Em uma análise de peças de teatro, ela evidencia a recorrência e impacto dos dois temas na vida dos personagens. O efeito das comédias de costume interfere em *Vicious*, produto televisivo contemporâneo, uma vez que atividade sexual e condições financeiras (assim como o prestígio por isso), são temas recorrentes e os maiores dilemas do casal protagonista. Ainda sobre seu estudo, Barbudo mostra que:

No conjunto das comédias em estudo, apenas *Hay Fever* de Noël Coward constrói um universo que se subtrai ao poder simbólico do dinheiro, substituindo-o pelo valor do talento artístico que dita as regras nesse universo alternativo, fechado sobre si próprio. Já nas restantes peças, o modelo plutocrático afirma a sua relevante presença, consubstanciada nas motivações que presidem aos gestos e ao discurso de muitas das personagens. (BARBUDO, 2010, p.4)

Entendendo o produto televisivo como vetor de discussões de temas pertinentes à vida em sociedade, seus programas também não são diferentes neste século. A relação entre como a de alguém frustrado por ter idade avançada e não ter alcançado sucesso profissional. Assim como Barbudo mostra

no século XVII, sexo e dinheiro influenciam nos discursos do personagem, fazendo com que muitas vezes suas atitudes soem egoístas. A vontade de se tornar um ator renomado, que acabou não se concretizando, ainda povoia os pensamentos de Freddie, que fica a todo tempo tentando provar ao marido e amigos sua competência. No entanto, a maior luta de é a de não se encaixar em padrões relacionados ao envelhecimento social que tentam atribuir a si. A idade social consiste em normas, valores e papéis culturalmente associados a uma determinada idade cronológica (GIDDENS, 2005) e a chegada de Ash instiga ele e seu marido a alcançarem um status de igualdade com o rapaz, já que o novo vizinho não os vê como interesse sexual. Eles passam a frequentar baladas, academias e a buscar serem enxergados de um modo diferente dos estigmas positivos e negativos referentes à chamada terceira idade. Giddens mostra também que as expectativas relacionadas à terceira idade podem ser um empecilho para uma melhor vivência nessa fase da vida:

As expectativas para os papéis sociais são fontes extremamente importantes para a identidade pessoal do indivíduo. Alguns dos papéis associados ao envelhecimento costumam ser positivos (títulos de nobreza, conselheiro, avô, carinhoso, presbítero, mestre espiritual. Outros papéis podem ser prejudiciais, levando a uma redução da autoestima e ao isolamento. (GIDDENS, 2005, p.226)

Stuart sofre dos mesmos problemas relacionados à idade porém de modo diferente de Freddie. Dócil e carinhoso, tenta ganhar a atenção de Ash desenvolvendo uma amizade com ele baseada em agrados, que logo mostram sua real intenção. Seu maior problema é contar a verdade sobre seu casamento para a mãe, que não sabe que ele vive com Freddie, pensando apenas que são colegas de quarto ao longo das quase cinco décadas juntos.

À medida em que a série avança temos uma nova configuração da relação Ash-Freddie-Stuart com os dois passando a cuidar do rapaz e formando uma família. A série, ao longo dos episódios, ampliou o dinamismo de papéis relacionados ao homem idoso gay.

O drama na mediatização do homem gay idoso

Uma abordagem diferente de *Vicious, Brothers & Sisters* (200-2011, ABC) contou a história de Saul Holden de modo com que sua descoberta - ou retorno - à sexualidade de seu de forma gradativa. Apresentado como um homem de vida reservada, ele mostrou ao longo das temporadas que sofreu repressão quando sua mãe descobriu, ainda na juventude, sua sexualidade. As consequências disso foram um estado de reclusão e remanejamento de sucesso, colocando expectativas na vida das pessoas e na construção de uma vida profissional consolidada. Confidente de sua irmã e exemplo para a família, Saul parecia retratar a invisibilidade de gays idosos nas produções televisivas. Talcott Parsons mostra, a partir do funcionalismo estrutural, como os EUA a partir dos anos 50 buscavam exaltar a juventude excluindo temas como morte e, conseqüentemente, a terceira idade das discussões. Além

disso a sociedade buscava encontrar papéis no qual pudessem encaixar idosos de forma que estes fossem úteis na sociedade. O modo com que Saul vivia no início da série dialoga com essa perspectiva onde, se sentindo inapto para viver sua vida plena, viu na velhice um modo apenas de servir aos outros. A mudança do personagem se dá de modo que ele consegue se ver saudável na velhice, passa a falar abertamente sobre sua sexualidade e ter uma vida mais feliz ao lado da família.

É papel da televisão estabelecer esse diálogo com a população, ainda que num contexto em que predomina é o viés mercadológico. Cicilia Perruzo discute em “Comunicação alternativa” o modo com que o mercado se alinha com demandas de público para trazer discussões pertinentes às veículos de comunicação privados. Esse tipo de concessão destaca não só a convergência, mas a importância do público na recepção.

Os dois são complementares e não excludentes. Os grandes veículos, por um lado, fazem-se necessários e importantes no campo do divertimento e da informação, por exemplo, mas não conseguem suprir todas as necessidades em nível de comunidade e de movimentos sociais organizados. Além disso, o fenômeno perpassa todo o seu processo, o que colabora para incorporá-los no cotidiano e para que agreguem valores do povo em sua programação. Afinal o próprio povo já é partícipe na formação de uma cultura de massas hegemônica pela burguesia. (PERUZZO, 1998, p.130)

A retratação do cotidiano e a incorporação dos valores do povo em na programação televisiva são modos importantes de levar a público discussões sobre minorias. É importante pautar a versatilidade da televisão em contar histórias como a de Saul, que negou a si mesmo por tanto tempo.

Como o personagem chegou nesse estado de negação de si mesmo? Giddens aborda em “O Curso da Vida” que fatores sociais agem como vetores da história de cada um, trabalhando assim na construção de como o indivíduo se enxerga e, conseqüentemente, sua visão da sociedade. O envelhecimento, neste caso, não é um acontecimento isolado e as características da reclusão de Saul tem a ver com o modo com que sua sexualidade é recebida pela família, sobretudo pela mãe. Uma vez idoso ele retém, para além dos problemas com a sexualidade, os relacionados ao envelhecimento. Um ponto importante que diz muito sobre a negação de sua sexualidade era seu modo de viver nos anos 80, em que apresenta arrependimento em ter colecionado muitos parceiros em meio ao surto do HIV. O processo de reconhecimento sofreria, a partir daí, impacto de como o homem gay era visto na época. Segundo o pensamento de Rutherford e Chapman:

A resposta porém, às vezes assume formas histéricas e paranoicas. Os homossexuais são representados como uma ameaça desviante ao bem estar moral da ‘sociedade normal’. Para preservar a masculinidade heterossexual é necessário marginalizar e vilipendiar a ameaça percebida. (RUTHERFORD e CHAPMAN, 1988, apud GIDDENS, 2005, p.420)

Saul viu sua vida tomar outro sentido ao descobrir, já na quarta temporada da série que era portador do vírus, tendo contraído há muito tempo. Em um artigo publicado em meados de 2010, o site The

Body, centrado no assunto, elogiou a postura do canal ao mostrar um caso de infecção pela doença em um personagem acima dos 50 anos, fator condizente com o aumento na taxa de idosos portadoras do vírus. O material destaca também a importância de mais representatividade voltada a esse público, que vê, esporadicamente, o assunto ser discutido nas telinhas.

Associação aos idosos na dramaturgia

O trabalho vem apresentando os dois shows como destaque em abordagens que explorem vivências homossexuais em idosos, De fato a palavra idoso tem forte apelação, usualmente associada à ideia de fragilidade e baixa sanidade mental. A expectativa desses papéis sociais como já evidenciado por Giddens anteriormente, pode trazer consequências na recepção do público. Negar estereótipos causa estranhamento e isso mostra o quanto é necessários que idosos mostrem sua versatilidade nos meios de comunicação. No Brasil um caso conhecido é o de Babilônia (2015, GLOBO) que foi alvo de boicotes por conta do beijo lésbico protagonizado pelas atrizes Fernanda Montenegro e Nathália Timberg. Idosas, o gesto foi tido como imoral. Em entrevista ao site UOL, Ricardo Linhares, coautor da novela classificou o boicote como ditatorial. Na época, setores evangélicos protestaram contra a cena, alegando que existia uma quebra de valores familiares. Percebe-se aí não só um viés discriminatório em relação à atividade sexual homoafetiva mas à ideia de uma vivência disso na terceira idade. O estranhamento é causado pela ideia de idoso que a sociedade constrói. No campo dos signos, Lucia Santaella discute bem o tema ao falar do signo de lei

Se o signo for convencional, ou seja, signo de lei, por exemplo uma palavra ou frase, o interpretante será um pensamento que traduzirá o signo anterior em um outro signo da mesma natureza e assim ad infinitum. Este outro signo de caráter lógico é o que Peirce chama de interpretante em si. Este consiste não apenas no modo como sua mente reage ao signo, mas no modo como qualquer mente reagiria, dadas certas condições. Assim, a palavra casa produzirá como interpretante em si outros signos da mesma espécie: habitação, moradia, lar, “lar-doce-lar”, etc. (SANTAELLA, Lucia, 1983. p.38)

Essa afirmação é importante para a compreensão de como a associação a idosos e fragilidade é feita, de modo a causar espanto na realização das atividades mais comuns a qualquer ser humano, tal como a afetividade. Legítima, a partir daí as associações a vovó, frágil, assexuada, etc.

Televisão e Streaming: Novos Caminhos

Até o presente momento o artigo se propôs a discutir a retratação LGBT e suas nuances sobre a perspectiva de homens gays na televisão. No entanto, é importante destacar que a partir da década de 2010, sobretudo levando em consideração a consolidação da Netflix como plataforma de streaming, temos

um novo meio de comunicação que pode vir ser um importante vetor na discussão sobre representatividade de homens gays idosos. Séries como *Grace and Frankie* (2015 - presente, NETFLIX) e *Transparent* (2014 - presente, AMAZON) discutem a participação LGBT para além da juventude e conseguem trazer debates interessantes sobre pessoas idosas. O papel da tv nesses casos é continuar instigando outros veículos de comunicação a levarem essas discussões. Michael Wolff, em “Televisão é a nova televisão” apresenta conceitos que mostram como a televisão é importante nos novos caminhos que o audiovisual tem traçado no streaming, apontando que a convergência digital acabou se concretizando não ao levar a computação para a televisão, mas ao levar mais televisão para sua televisão (WOLFF, 2015, p.101). A incubência da tv é justamente apontar esses caminhos e seus êxitos mostram o quanto o nicho LGBT é representativo mesmo quando a faixa etária não é a retratada usualmente.

Considerações finais

Vicious e *Brothers & Sisters*, como pudemos ver, são produtos diferenciados por tratarem de homens gays idosos. O modo com que essa ambientação se deu é uma construção da versatilidade da comédia influenciada pela clássica comédias de costume britânica em que dinheiro e sexo recebem uma supervalorização, como reflexo da sociedade onde vivem e *Brothers & Sisters*, onde o drama é norteado pelas construções sociais do personagem em questão. A contribuição de Anthony Giddens no assunto ajuda a entender como se dá o processo que torna peculiar essa retratação, uma vez que não se pode fugir da idade na abordagem dos personagens. Em *Vicious* isso se mostra na vontade incessante de Freddie e Stuart em se equiparar ao personagem Ash enquanto em *Brothers & Sisters* o medo da família somado à epidemia de AIDS nos anos 80 são fatos sociais que influenciam diretamente no modo com que Saul vive sua vida.

A chegada da terceira idade, totalmente afetada pelo conceito de fato social quebra o estereótipo de que todos envelhecem da mesma forma, a entender que, como mostrado nas séries, papéis sociais são versáteis e variam a pessoa. O papel dos meios de comunicação, como escreve Peruzzo, é alinhar a demanda mercadológica com o anseio social, de modo com que essas questões sejam incorporadas em shows que visem atrair público mas sem perder o apelo de retratar pessoas reais que passam por problemas cotidianos. A importância se dá por entender a tv como ativas na construção de memória coletiva e a partir daí buscar novos meios de contar histórias de grupos minoritários de forma a tornar compreensivas suas vivências. Discutir a importância da tv como vetor desse modo momento do audiovisual visto nas séries da Netflix e Amazon, onde o homem gay idoso não é mais invisibilizado e tem suas nuances e dilemas explorados é essencial. O que se espera, a partir do streaming é a continuação dessa representação fortalecida nos anos 2000, em que homoafetividade rompa barreiras etárias.

Referências

BARBUDO, Maria Isabel. Representações de vícios e virtudes na comédia de costumes britânica. Revista Anglo Saxônica. Ed. CEAUL. Lisboa, 2010

GIDDENS, Anthony. Sociologia. 4ª Edição. Ed. Artmed Editora, 2005

PERUZZO, Cíclia. Comunicação nos movimentos populares - a participação na construção da cidadania. Petrópolis: Ed. Vozes, 1998

REIS, Sheila Cristina Gomes. Os Pressupostos Funcionalistas da Teoria da Modernização. Revista Habitus: Revista da Graduação em Ciências Sociais do IFCS/UFRJ, Rio de Janeiro, v. 14, n. 1, p.07-28, 10 de nov. 2016. Semestral. Disponível em: . Acesso em: 20 de jan. 2019

SANTAELLA, Lucia. O que é semiótica. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1983

SOUSA, I.; AQUINO, J.; MELO, R.A construção da identidade nas séries de TV: A uma análise da repercussão de 13 Reasons Why. XIX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste. Anais Intercom Nordeste. Fortaleza, 2017

SOUZA, José Carlos Aronchi de. Gêneros e formatos na televisão brasileira. São Paulo: Ed. Summus Editorial, 2015

WOLFF, Michael. Televisão é a nova televisão: o triunfo da velha mídia na era digital. São Paulo: Ed. Globo, 2015

CASTRO, Daniel. Para autor de Babilônia, boicote a beijo gay tem motivação 'ditatorial'. Notícias da tv, [S.l], mar. 2015. Disponível em: <<https://noticiasdatv.uol.com.br/noticia/televisao/para-autor-de-babilonia-boicote-a-beijo-gay-tem-motivacao-ditatorial-7049>> Acesso em 20 de janeiro de 2019.

TERREL, Kellee. ABC's Brothers & Sisters Tackles HIV/AIDS and the Over-50 Crowd. The Body, [S.l], mai. 2010. Disponível em: <<http://www.thebody.com/content/art56699.html>> Acesso em 20 de janeiro de 2019.

HOMENS TRANS NO CANDOMBLÉ: “VOCÊ NASCEU ASSIM E SEU ORIXÁ RECONHECERÁ VOCÊ ASSIM, PARA SEMPRE”.

Kaio Souza Lemos¹

Resumo: Este estudo tem por objetivo entender o como se dá o reconhecimento da identidade masculina dos homens trans no Candomblé. Buscaremos narrar as práticas e experiências religiosas de homens trans no candomblé e apontar possíveis discriminações vivenciadas por essas pessoas nestes espaços, através de posições heteronormativas, cisnormativas e biologizantes por parte da comunidade religiosa. Discutiremos como se dá a participação destes indivíduos nos rituais e na liturgia, assim como a forma com a qual as lideranças religiosas têm lidado com a diversidade de gênero. Buscaremos compreender como se constroem as vivências dos homens trans com a prática religiosa nos terreiros do Candomblé. Serão base para este estudo autores como BUTLER (2002), RIOS (2011), MESQUITA (2004), dentre outros.

Palavras-chave: Gênero, Homens trans, Sociabilidade, Religiões afro-brasileiras.

¹ Mestrando em Antropologia – Universidade Federal do Ceará /Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UFC/UNILAB).
E-mail: kaiolemosunilab@gmail.com

GÊNERO E RAÇA NO LIVRO A PRINCESA E A COSTUREIRA, DE JANAÍNA LESLÃO

Antonio, Germano¹

Resumo: Este estudo teve por objetivo analisar e discutir os conceitos de gênero e raça presentes no livro *A princesa e a costureira* de Janaína Leslão. Pretendeu-se ainda abordar temas como sexualidade e racismo tendo como indicativa o fato de a obra servir como instrumento no combate à homofobia e ao racismo. O referencial teórico deste trabalho foi composto pelos seguintes autores: Munanga (2001-2004), Guimarães (1999), Lopes (1999), Quijano (2005), Schwarz (2012), dentre outros. A hipótese levantada foi o fato da obra lançada em 2015 poder ser utilizada como ferramenta pedagógica no combate ao racismo e ao preconceito de gênero porque rompe com padrões eurocêntricos vigentes na literatura.

Palavras-chave: Gênero. Raça. Sexualidade. Racismo. Literatura.

¹ Doutorando –UNINOVE.
E-mail: cafeatoa@hotmail.com

Introdução

Em algumas sociedades do mundo contemporâneo, as mulheres têm acesso à escola e ao trabalho, entretanto, nem sempre foi assim. Estas conquistas são recentes no Brasil e é fruto da luta de vários movimentos que, apesar das conquistas, continuam sofrendo discriminações diversas inclusive de cunho racial. A exclusão da população LGBTI é uma situação gravíssima porque além de causar sofrimento, impede essa população de desenvolver-se social e intelectualmente.

Contemplar a pluralidade de corpos, valores e afetividades deve ser a principal meta das discussões sobre gênero e sexualidade nas salas de aula. A escola é um lugar privilegiado para pensar na constituição das normas e no resultado dessa normatização sobre os corpos, as identidades e a sexualidade. A educação pode ser considerada como estratégica para efetivar espaços de diálogo entre distintas instâncias da sociedade civil. Além disso, pode também ser estratégica para desencadear diálogos interdisciplinares e intersetoriais na elaboração de políticas públicas. Esta atuação deve estar baseada na perspectiva que concebe os direitos reprodutivos como constitutivos do respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva e os direitos sexuais como constitutivos do respeito à igualdade e à liberdade no exercício da sexualidade (Silva, 2011). A escola é um dos principais ambientes difusores de práticas culturais, ideologias e valores da sociedade e uma das grandes responsáveis pela socialização dos indivíduos. Por isso, ela precisa pautar no âmbito curricular a diversidade.

Reconhecer o outro é um dos grandes eixos da escola para o século XXI. É o chamado direito à convivência, e o aluno tem que ter esse direito atendido. A escola precisa ensiná-lo a conviver com diferenças étnicas, raciais, econômicas, de gênero entre tantas outras. Aprender na escola as questões de gênero e aprender, mais do que isso, a discuti-las, é um fator de humanização indispensável. De acordo com Restrepo (2010, p. 181) “O reconhecimento acontece na interação da vida diária dos sujeitos, nessa ocorre a formação do sujeito na medida em que o outro reconhece as faculdades e as qualidades de uma pessoa como valiosas”.

O sexo tem vários significados, dentre os quais é um conjunto de classificações baseada, sobretudo, nos órgãos sexuais externos. Segundo Moore (1997, p.6) “modos de fazer sentido ou atribuir sentido a corpos e práticas corporificadas incluindo processos fisiológicos e fluidos e substâncias corporais - significa que todas as culturas têm um discurso de “Sexo”. Tais classificações estruturam nossa realidade e também nossa sociedade, banheiros públicos, preenchimento de formulários, escolha de roupas e acessórios e também a expectativas de uma pessoa sobre a outra, bem como dela mesma, são exemplos disso. Tais classificações e suas múltiplas derivações ao longo do desenvolvimento social, cultural, tecnológico, educacional e político, são responsáveis pelo processo de naturalização, o que faz parecer que práticas sociais e relações de poder nos são naturalmente designadas no momento em que se determina nosso sexo. Para Scott (1995):

Por gênero me refiro ao discurso da diferença dos sexos. Ele não se relaciona simplesmente às ideias, mas também às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, como

os rituais, e tudo o que constitui as relações sociais. (...). Segue então, que gênero é a organização social da diferença sexual. Ele não reflete a realidade biológica primeira, mas ele constrói o sentido desta realidade. A diferença sexual não é causa originária da qual a organização social poderia derivar: ele é antes, uma estrutura social móvel que deve ser analisada nos seus diferentes contextos históricos. (SCOTT, 1995, p.15)

A literatura infantil surge como um instrumento de mediação e problematização das relações de gêneros e sexualidades produzidas pelo imaginário social. As temáticas devem se discutidas após a leitura das obras e relações devem ser estabelecidas entre os personagens e suas histórias fictícias com situações reais do cotidiano, constituindo uma atmosfera de liberdade de representação das ideias e valores dos sujeitos envolvidos.

Os educadores devem ultrapassar os papéis de meros transmissores/as de informação e atuar como propagadores culturais profundamente implicados/as nas questões políticas e sociais. Conforme apresentado por Abramovitch (1989):

É ouvindo histórias que se pode sentir (também) emoções importantes, como a tristeza, a raiva, a irritação, o bem-estar, o medo, a alegria, o pavor, a insegurança, a tranquilidade, e tantas outras mais, e viver profundamente tudo o que as narrativas provocam em quem as ouve com toda amplitude, significância e verdade que cada uma delas faz (ou não) brotar... Pois é ouvir, sentir e enxergar com os olhos do imaginário. (ABRAMOVITCH, 1989, p.17)

A literatura infantil brasileira surge como gênero literário no final do século XIX, período de mudanças na estrutura da sociedade as quais desencadearam, devido ao advento da idade moderna, o surgimento de uma nova classe social - a burguesia - e a estruturação de um mundo capitalista, no qual passa a imperar a livre iniciativa. Com a Revolução Industrial, surge um novo tipo de sociedade, uma nova família que passa a se preocupar mais com a educação e a formação de suas crianças e jovens, antes considerados apenas como miniaturas de adultos. Conforme atesta Zilberman (2003, p.15), "A literatura infantil brasileira nasce no final do século XIX. Antes das últimas décadas dos oitocentos, a circulação de livros infantis era precária e irregular, representada principalmente por edições portuguesas".

Dessa forma, a literatura infantil brasileira foi um produto oriundo da ascensão da burguesia. O Rio de Janeiro crescia ao sabor da exportação de café e do setor burocrático. São Paulo amadurecia com os investimentos financeiros e a expansão da agricultura. Fortalecia-se o ensino universitário, a organização do exército, formando-se, assim, a base da burguesia nacional. A literatura infantil, por sua vez, adequa-se a esse quadro apresentado, social, político, econômico e familiar, através do seu cunho eminentemente pedagógico.

É no âmbito da ascensão de um pensamento burguês e familista que surge a literatura infantil brasileira, repetindo-se aqui o processo ocorrido na Europa um século antes, e

como no Velho Mundo, o texto literário preenche uma função pedagógica, associando-se muitas vezes à própria escola, seja por semelhança (convertendo-se no livro didático empregado em sala de aula) ou contigüidade (o livro de ficção que exerce em casa a missão do professor, como nas narrativas de cunho histórico de Viriato Correia e Érico Veríssimo, ou informativo, em Monteiro Lobato). (ZILBERMAN, 2003, p.207)

Dentro de uma literatura que atendia aos interesses da burguesia eurocêntrica e hegemônica as crianças negras não tinham espaço, a única preocupação era a relacionada ao *status* burguês e à manutenção de uma versão idealizante de um Brasil moralista, onde a escola reforçaria esse padrão europeu. A visibilidade das crianças pobres e mulatas, só ganharam papel e voz literárias nos meados do século XX, quando surgiram novos modelos econômicos e novas identidades culturais de classe, sexualidade, etnia e nacionalidade.

O livro *A princesa e a costureira* de Janaína Leslão foi lançado pela editora Metanoia em 2015, conta a história de uma princesa chamada Cíntia que, quando nasceu, foi prometida em casamento para o príncipezinho Febo, do reino vizinho. Eles tornaram-se grandes amigos ainda na infância e, quando adultos, iam se casar sem maiores problemas, até que Cíntia foi encomendar seu vestido de noiva. A costureira Istar era encantadora e por ela a princesa se apaixonou. Apesar do texto não mencionar sobre características físicas da princesa a ilustração de Júnior Caraméz a caracteriza negra, então, nos permite algumas análises sobre a quebra de alguns paradigmas de que toda princesa é branca.

Janaína Leslão é psicóloga formada pela UNESP-Assis, onde se aproximou das questões de gênero no atendimento a vítimas de violência sexual. No NEPS, Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre as Sexualidades, tornou-se militante feminista e LGBT. Foi eleita conselheira no CRPSP, possui especialização em Saúde Mental. Trabalha no SUS com prevenção às violências autoprovocadas e interpessoais.

1. Objetivos

Os objetivos gerais deste TCC são:

- Discutir os conceitos de gênero, raça, racismo e sexualidade.
- Sugerir uma intervenção pedagógica a partir da leitura do *livro A princesa e a costureira* de Janaína Leslão.

Os objetivos específicos deste TCC são:

- Discutir e analisar os conceitos de gênero e raça no *livro A princesa e a costureira* de Janaína Leslão.
- Discutir literatura infantil
- Estimular a leitura do livro *A princesa e a costureira* Janaína Leslão.

2. Justificativa

Discutir gênero e raça no livro *A princesa e a costureira* é refletir e conscientizar o outro da diversidade que nos constitui. A violência física, psicológica e sexual contra as mulheres e contra a população LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros e intersexuais), é consequência do sistema de patriarcado, que engloba fobias que são reflexo de uma sociedade contaminada por ideologias conservadoras e reacionárias, legitimadas por um pensamento religioso fundamentalista.

Nos clássicos da Literatura Infantil a identificação com a ideologia eurocêntrica é preponderante, entretanto, *A princesa e a costureira* modificou e desconstruiu esta realidade, pois ilustra a negritude o que pode propor uma abordagem também sobre as questões das relações etnoraciais.

Cada vez mais, vemos pesquisadores apontando para uma necessidade da presença do negro na literatura infantil. Com isso, produções mais recentes têm surgido com imagens e narrativas que vão para além das denúncias e preconceitos, mas que retratam o negro como ser histórico e social. São livros que buscam romper com a idéia de superioridade de uma raça sobre a outra e possibilitar um outro olhar sobre o negro, surgindo como protagonista e possibilitando uma valorização do ser negro, sem o estigma da escravidão e do sofrimento, ao qual até na literatura, todo negro parecia estar fadado. (PARREIRAS, 2007, p.44)

A Literatura Infantil tem papel relevante não apenas por propiciar a um determinado público leitor, as crianças, o universo das letras, mas, sobretudo, por lhes permitir desvelar diferentes realidades que, certamente, estarão presentes em suas respectivas formações intelectuais e psíquicas. De acordo com Nelly Novaes Coelho,

A Literatura, e em especial a Infantil, tem uma tarefa fundamental a cumprir, nesta sociedade em transformação: a de servir como agente de formação, seja no espontâneo convívio leitor/livro, seja no “diálogo” leitor/texto (COELHO, 1997, p.14)

É sob esta perspectiva literária que se pretende discutir gênero e raça no livro *A princesa e a costureira* de Janaína Leslão. Numa perspectiva onde a literatura deve servir como suporte aos problemas e discussões que fazem de nós seres humanos melhores.

CAPÍTULO I – DISCUTINDO GÊNERO E RAÇA NA LITERATURA INFANTIL

1.1. Refletindo sobre o conceito de “Raça”

Objetivamos com este capítulo discutir os conceitos de gênero e raça na visão de alguns autores sugeridos e possíveis de discussão como Kabengele Munanga (2001-2004) e Guacira Lopes Louro (1997) dentre outros.

Para o desenvolvimento do conceito de raça, utilizaremos A. Quijano e Munanga (2005) por nos fazer entender a origem histórica, social e política do próprio conceito e suas consequências quer ao

nível econômico quer social. A origem colonial do conceito permitenos entender o colonialismo que ainda existe nas sociedades contemporâneas, substancializado na discriminação social e no racismo.

O conceito de “raça” veio do italiano *razza*, que significa sorte, categoria, espécie. Na história das ciências naturais, foi primeiramente usado na Zoologia e na Botânica para classificar as espécies animais e vegetais, pois tem seu campo semântico uma dimensão temporal e espacial. De acordo com Munanga (2004, p.50), “[...] a raça não é uma realidade biológica, mas sim apenas um conceito, aliás, cientificamente inoperante para explicar a diversidade humana e para dividi-la em raças estanques. Ou seja, biológica e cientificamente, as raças não existem”.

O conceito “raça” não é apenas uma categoria política, necessária para o discurso de aceitação, mas, para o discurso da inclusão, faz-se necessário transitar pelo campo da ética. É uma construção sociológica, linguística e filosófica.

O racismo antinegro, enquanto elemento estruturador das relações sociais que foram estabelecidas no Brasil, fundamenta-se na ideia de inferioridade do negro e superioridade do branco, o que justifica e consolida a escravidão a que alguns povos africanos especialmente os negros foram submetidos. As consequências sociais dessas ideias de raça eram justificadas, segundo classificações científicas, em termos biológicos até meados do século XX. Bento (2000, p. 24) corrobora esta perspectiva, afirmando que:

esta ideologia de que portadores de pele escura seriam inferiores e pessoas de pele alva seriam superiores se baseia na obra *A origem das espécies*, na qual, a partir de estudos realizados em plantas e animais, desenvolveu a teoria da seleção natural. Segundo ela, na natureza sobrevivem e dominam as espécimes fortes. Existiriam, portanto, espécimes fortes e fracas.

Para Quijano (2005), o desenvolvimento nas Américas, das relações sociais ancoradas na ideia de raça, formou identidades que, até então, não existiam, o colonialismo instaurou as categorias “índio”, “negro”, “mestiço”, “branco”, redefiniu outras como “português”, “espanhol” e, posteriormente, “europeu”, termo que até então somente indicava a procedência geográfica, ou o país de origem. Com o advento da colonização, esses termos ganharam uma conotação racial entre as novas identidades.

O autor diz que:

e na medida em que as relações sociais que se estavam configurando eram relações de dominação, tais identidades foram associadas às hierarquias, lugares e papéis sociais correspondentes, com constitutivas delas, e, conseqüentemente, ao padrão de dominação que se impunha. Em outras palavras, raça e identidade racial foram estabelecidas como instrumentos de classificação social básica da população. (QUIJANO, 2005, p. 117)

Ainda de acordo com Quijano (2005), os colonizadores codificaram como cor os traços fenotípicos dos colonizados e a assumiram como a característica emblemática da categoria racial. Essa codificação foi inicialmente estabelecida, provavelmente, na área britânicoamericana. Os negros eram ali não apenas os explorados mais importantes, já que a parte principal da economia dependia de seu trabalho,

eram, sobretudo, a raça colonizada mais importante, já que os índios não formavam parte dessa sociedade colonial. Em consequência, os dominantes chamaram-se a si mesmos de “brancos”:

na América, a ideia de raça foi uma maneira de outorgar legitimidade às relações de dominação impostas pela conquista. A posterior constituição da Europa como nova identidade depois da América e a expansão do colonialismo europeu ao resto do mundo conduziram à elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento e com ela à elaboração teórica da ideia de raça como naturalização dessas relações coloniais de dominação entre europeus e não europeus. (QUIJANO, 2005, p. 118)

Em resumo, o autor explica que, historicamente, isso significou uma nova maneira de legitimar as já antigas ideias e práticas de relações de superioridade versus inferioridade entre dominantes e dominados. Dessa forma, o conceito de raça converteu-se no primeiro critério fundamental para a distribuição da população mundial nos níveis, lugares e papéis na estrutura de poder da nova sociedade. É possível discutirmos o racismo partindo do conceito de raça do qual é derivado. Raça é uma palavra corriqueira na sociedade, está presente no imaginário popular. De acordo com Schwarz (2012, p.33), “raça, é, pois, uma construção histórica e social, matéria-prima para o discurso das nacionalidades. É sobretudo um conceito biológico, social e identitário.

Quanto ao conceito de raça como construção, Schwarz (2012, p.34) afirma que:

raça é, pois, uma categoria classificatória que deve ser compreendida como uma construção local, histórica e cultural, que tanto pertence à ordem das representações sociais-assim como o são fantasias, mitos e ideologias como exerce influência real no mundo, por meio da produção e reprodução de identidades coletivas e de hierarquias sociais politicamente poderosas.

O termo “raça social” é empregado por Antônio Sérgio Guimarães (1999). Segundo ele, “raça” é um conceito que não corresponde a nenhuma realidade natural.

Trata-se, ao contrário, de um conceito que se denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado. A realidade das raças limita-se, portanto, ao mundo social. Mas, por mais que nos repugne a empulhação que o conceito de “raça” permite - ou seja, fazer passar por realidade natural preconceitos, interesses e valores sociais negativos e nefastos, tal conceito tem uma realidade social plena, e o combate ao comportamento social que ele enseja é impossível de ser travado sem que se lhe reconheça a realidade social que só o ato de nomear permite (GUIMARÃES, 1999, p.11).

Na construção das sociedades, na forma como negros e brancos são vistos e tratados no Brasil, a raça tem uma operacionalidade na cultura e na vida social. Se ela não tivesse esse peso, as particularidades

e características físicas não seriam usadas por nós, para identificar quem é negro e quem é branco no Brasil. E mais, não seriam usadas para discriminar e negar direitos e oportunidades aos negros em nosso país. É essa mesma leitura sobre raça, de uma maneira positiva e política, que os defensores das políticas de ações afirmativas no Brasil têm trabalhado. (GOMES, 2005)

Enfim, discutir o conceito de raça leva-nos a uma reflexão sobre a sociedade ter um papel de construtora na formação dos cidadãos e promotora de ações e políticas que visem criar oportunidades iguais para negros e brancos, entre outros grupos raciais, nos mais diversos setores. É preciso ensinar para as novas gerações que algumas diferenças construídas na cultura e nas relações de poder receberam uma interpretação social e política.

1.2 Gênero e Sexualidade

Gênero pode significar a diferença entre homens e mulheres, e refere-se à identidade adotada por uma pessoa de acordo com seus genitais, psicologia ou seu papel na sociedade. Para Izquierdo(1999), poderíamos nos referir aos gêneros como obras culturais, modelos de comportamento mutuamente excludentes cuja aplicação supõem o hiperdesenvolvimento de um número de potencialidades comuns aos humanos em detrimento de outras. Modelos que se impõem ditatorialmente às pessoas em função do seu sexo. Mas esta só seria uma aproximação superestrutural do fenômeno dos gêneros.

De acordo com Bento (2011), o gênero, portanto, é o resultado de tecnologias sofisticadas que produzem corpos-sexuais. Quando se diz “é um menino!”, não se está descrevendo um menino, mas criando um conjunto de expectativas para aquele corpo que será construído como “menino”. Ainda de acordo com a autora, nascemos e somos apresentados a uma única possibilidade de construirmos sentidos identitários para nossas sexualidades e gêneros. Há um controle minucioso na produção da heterossexualidade.

A sexualidade dita “normal” e “natural” é a heterossexualidade. É através dela que se constrói papéis sociais que sempre beneficiam principalmente o homem heteronormativo, desta forma é possível apreendermos que também essas questões passam pela questão de aquisição de poder que é conferido ao homem. As formas idealizadas dos gêneros geram hierarquia e exclusão. Refletindo sobre esta exclusão, relacionando à questão da cor da pele, o fato é que quanto mais escura é a pele mais excluída se torna a pessoa, em relação ao gênero quanto mais o ser humano foge do padrão masculino e feminino, mais a sociedade exclui. São enormes as violências cometidas contra pessoas transexuais. Em 2012, foram registradas pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBT, envolvendo 4.851 vítimas e 4.784 suspeitos. Em setembro ocorreu o maior número de registros, 342 denúncias. Em relação a 2011 houve um aumento de 166,09% de denúncias e 46,6% de violações, quando foram notificadas 1.159 denúncias de 6.809 violações de direitos humanos contra LGBTs, envolvendo 1.713 vítimas e 2.275 suspeitos.

O binário de gênero é a classificação do sexo e do gênero em duas formas distintas, opostas e desconectadas de masculino e feminino; homem e mulher. É um dos tipos gerais de sistemas de gênero. O

termo descreve um sistema no qual a sociedade divide as pessoas entre homem e mulher, e determina para elas papéis sociais de gênero, identidades de gênero e atributos. Neste sentido, nos tornamos muito limitados em relação aos nossos desejos e vontades e nossa própria condição sexual. A forma como nos sentimos é cerceada pela sociedade, e isso causa vários problemas como: depressão, angústia etc.

De acordo Silva (2010), o regime binário que reduz o sexo à classificação de lícito e ilícito, permitido e proibido apresenta a mesma lógica que, segundo Foucault (2007), organiza o conhecimento e a prática sobre os sujeitos e sobre os corpos. Auad (2006, p. 20-22) coloca que sexo e gênero não são a mesma coisa, apesar de se relacionarem. E o gênero aparece nessa concepção como “um conjunto de ideias e representações sobre o masculino e o feminino”, ou seja, “o gênero é uma construção biológica” que vem a partir dos fatores genéticos e não com eles. Louro (2013) afirma que os corpos ganham sentido socialmente e que a inscrição de seres femininos ou masculinos nos corpos é feita sempre no contexto de uma determinada cultura, carregando suas marcas.

A escola infelizmente tornou-se um espaço de exclusão, ao invés de acolher os alunos e ajudá-los a enfrentar todas estas dificuldades apenas os encaminham a tratamentos que só reforçam o preconceito e a exclusão. O gênero adquire vida através das roupas que compõem o corpo, dos gestos, dos olhares, ou seja, de uma estilística definida como apropriada. De acordo com Bento (2011, p.555),

a escola, que se apresenta como uma instituição incapaz de lidar com a diferença e a pluralidade funciona como uma das principais instituições guardiãs das normas de gênero e produtora da heterossexualidade. Para os casos em que as crianças são levadas a deixar a escola por não suportarem o ambiente hostil, é limitador falarmos em evasão.

O papel da literatura infantil na emancipação da criança reflete sobre a contribuição da cultura afro-brasileira na formação da identidade nacional. As lendas, contos e mitologia ajudaram e ainda ajudam as crianças a construir sua identidade nacional e étnica. Num processo de transferência os pequenos se colocam no lugar dos heróis e vivenciam as sensações dos personagens. Sentimento de inferioridade e auto rejeição são consequências mais comuns na autoestima de quem não se reconhece nas histórias contadas na escola. Todos querem ser aceitos por seu grupo, pela sociedade. Muitos alunos passam a se enxergar como brancos.

A literatura infantil clássica reforça alguns estereótipos, como questões de gênero, raça, sociedade, família, sexualidade, e outros.

Segundo, STOLCKE, a categoria gênero não se resume a questão biológica, mas, as “formulações culturais resultantes da imposição de significados sociais, culturais e psicológico sobre identidades sexuais.”

A literatura nos mostra uma diversidade cultural repleta de muitos significados. Por isso é de fundamental importância inseri-la na prática pedagógica do professor. A literatura infantil descreve nas histórias o mundo de uma forma simbólica, rompendo barreiras e limitações da realidades.

A literatura infantil possibilita, ainda, que as crianças consigam redigir melhor desenvolvendo sua criatividade, pois, o ato de ler e o ato de escrever estão intimamente ligados. Nesse sentido, a literatura infantil é, antes de tudo, literatura; ou melhor, é arte: fenômeno de criatividade que representa o mundo, o homem, a vida, através da palavra. Funde os sonhos e a prática, o imaginário e real, os ideais, e sua possível realização (COELHO, 1986, p. 27).

Os livros de literatura infantil sempre foram e continuam sendo artefatos culturais e, como tais, carregam uma gama de significados que reforçam a cultura de certo tempo e lugar. Rosa Silveira (2003, p.3) observa o seguinte:

ainda que a chamada renovação da literatura infanto-juvenil das últimas décadas tenha se colocado sob a égide do abandono do padrão pedagógico explícito, padrão que se manifestava abertamente em lições de moral e em um maniqueísmo de caracteres, por exemplo, é evidente que as “novas” obras, como quaisquer produtos culturais, também são produzidas dentro de contextos, valores, quadros de referências e verdades em que seus autores e autoras se situam, os quais podem ser (ou não) partilhados por pais, mães, professores/as, psicólogos, ativistas de movimentos sociais em favor de determinadas minorias, representantes das próprias minorias, etc.

Enfim, discutir gênero e raça no livro *A princesa e a costureira* é extremamente importante, uma vez que a obra pode servir como um instrumento de suma importância na construção do conhecimento do educandos e no combate à homofobia e ao racismo.

Capítulo II – A Princesa e a costureira

O livro *A princesa e a costureira* conta a história de uma princesa chamada Cíntia que, quando nasceu, foi prometida em casamento para o príncipezinho Febo, do reino vizinho. Eles tornaram-se grandes amigos ainda na infância e, quando adultos, iam se casar sem maiores problemas, até que Cíntia foi encomendar seu vestido de noiva. A costureira Istar era encantadora e por ela a princesa se apaixonou. Um dos aspectos que devem ser destacados é que um livro não se resume às palavras de seu texto escrito, mas todos os aspectos que o compõe: texto, desenhos, ilustrações, projeto gráfico, característica do autor, o momento histórico em que foi produzido, ou seja, são linguagens reunidas numa única obra e devemos ensinar as crianças a observá-las e considerá-las como elementos constituintes de um livro. Então, nos permite algumas análises sobre a quebra de alguns paradigmas de que toda princesa é branca, e desconstrução social já que a costureira é branca como mostra o ilustrador. Para Lima (2005, p. 101):

Toda obra literária, porém, transmite mensagens não apenas através do texto escrito. As imagens ilustradas também constroem enredos e cristalizam as percepções sobre aquele mundo imaginado. Se examinadas como conjunto, revelam expressões culturais de uma

sociedade. A cultura informa através de seus arranjos simbólicos, valores e crenças que orientam as percepções de mundo.



FIGURA 1 Capa do livro *A princesa e a costureira*.

Os livros didáticos e paradidáticos têm sido objeto de várias investigações que neles examinam as representações dos gêneros, dos grupos étnicos, das classes sociais. Os educadores têm a liberdade de incrementar o conteúdo dos temas transversais, baseando-se na sua experiência profissional e nas peculiaridades de seus meios.

alguns professores, por falta de preparo ou por preconceitos neles introjetados, não sabem lançar mão das situações flagrantes de discriminação no espaço escolar. Não precisamos ser profetas para compreender que o preconceito incutido na cabeça do professor e sua incapacidade em lidar profissionalmente com a diversidade, somando-se ao conteúdo preconceituoso dos livros e materiais didáticos e às relações preconceituosas entre alunos de diferentes ascendências étnico-raciais, sociais e outras, desestimulam o aluno negro e prejudicam seu aprendizado (SILVA, 2001, p.8)

A obra lançada em 2015 poderá ser utilizada como ferramenta pedagógica no combate ao racismo e ao preconceito de gênero porque rompe com padrões eurocêntricos vigentes na literatura. A autora através da ilustração empodera a princesa negra, até então princesas eram sempre representadas pela cor branca. Conforme nos aponta Lima (2001, p.101):

Geralmente, quando personagens negros entram nas histórias aparecem vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorizados pela qual a humanidade negra passou. Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica.

Os contos maravilhosos ou contos de fadas são uma variação do conto popular ou fábula. Geralmente é uma narrativa curta cuja história se reproduz a partir de um motivo principal para transmitir conhecimento e valores culturais de geração para geração, transmitida oralmente, onde o herói ou heroína tem de enfrentar grandes obstáculos antes de vencer o mal. O leitor encontra personagens e situações que fazem parte do seu cotidiano e do seu universo individual, com conflitos, medos e sonhos. A rivalidade de gerações, a convivência de crianças e adultos, as etapas da vida (nascimento, amadurecimento, velhice e morte), bem como sentimentos que fazem parte de cada um (amor, ódio, inveja e amizade) são apresentados para oferecer uma explicação do mundo que nos rodeia e nos permite criar formas de lidar com isso.

A princesa e a costureira é um conto maravilhoso transgressor no sentido de explicitar um enredo entre um casal lésbico e com a protagonista negra, a autora, a psicóloga Janaína Leslão além de escrever uma história de amor homoafetiva, ilustra o príncipe com *dreads* nos cabelos e sua irmã não tem uma das mãos. O livro reúne múltiplos aspectos que se diferenciam entre si, como: a diversidade cultural, biológica, e étnica.



Figura 2 Febo e Selena.

No que tange à questão de gênero especificamente a obra é revolucionária porque retrata o universo feminino colocando as protagonistas em papel de contestação, transgressão e superação. As personagens femininas superam os conflitos e os embates com diálogo e inteligência. Silva (2005, p.21) pontua exatamente o fato de que “no livro didático a humanidade e a cidadania, na maioria das vezes, são representadas pelo homem branco e de classe média. A mulher, o negro, os povos indígenas, entre outros, são descritos pela cor da pele ou pelo gênero, para registrar sua existência”.

Ao retratar o amor entre duas mulheres Janaína Leslão também retrata a diversidade, as possibilidades e as diferentes formas de vivenciar a sexualidade. A diversidade está também na forma como a sexualidade é vivida e nos desejos e afetos que compõem esta dimensão humana. De acordo com Rubin (1993, p. 13),

O corpo, o cérebro, os genitais, e a capacidade para a linguagem são necessários para a sexualidade humana. Mas eles não determinam seus conteúdos, suas experiências e suas formas institucionais. Além de que nós nunca encontramos um corpo não mediado por significados conferidos pela cultura. (...) A sexualidade é tão produto da atividade humana como o são as dietas, os meios de transporte, os sistemas de etiqueta, formas de trabalho, tipos de entretenimento, processos de produção e modos de opressão. Uma vez que o sexo for entendido nos termos da análise social e entendimento histórico, uma política do sexo mais realista se torna possível. (Rubin, 1993, p.13)

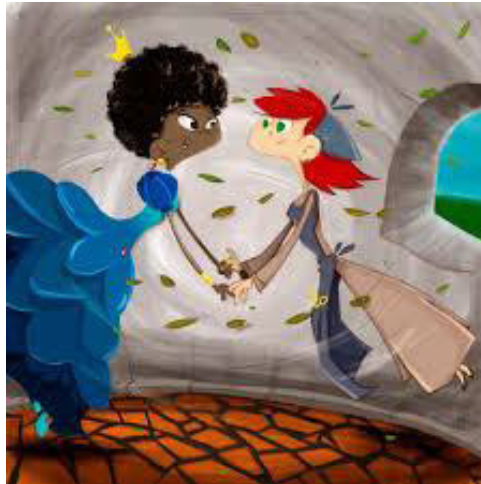


Figura 3 Afetividade.

Discutir a representação do negro na obra de Janaína Leslão pode renovar os laços que entre literatura e sociedade, história e literatura, literatura. Infelizmente, a imagem do negro, no imaginário brasileiro, foi sempre estereotipada por personagens que são retratados desde a imagem de feiura e bestialidade até o exagero nas tendências ao erotismo e à sexualidade. *A princesa e a costureira* surge para romper com a visão estereotipada dos negros, valorizando, sobretudo a beleza negra.

A personagem Cíntia pode ser interpretada como uma mulher resistente à frente do nosso tempo. Ela enfrenta e resiste aos valores tradicionais e vigentes de que a filha mais velha deveria casar com quem sua família determinasse. Seguramente Cíntia luta pelo seu amor corajosamente e destemidamente, mas tem em sua irmã Selene uma aliada e companheira na compreensão pela felicidade.

No caminho de volta para o castelo, Cíntia e Selene conversaram sobre o que tinha acontecido. Cíntia lembrou da grande amizade que elas duas tinham com Febo, do compromisso com a união dos reinos e, enfim, disse para a irmã que seu amor verdadeiro não era Febo nem nenhum outro homem. Tudo tinha se revelado naquela tarde: seu amor era Istharr. (p.17)

Isthar representa a diversidade, a quebra dos rótulos e padrões, a luta pela sobrevivência de um amor proibido, mal compreendido. Ela representa ainda a força da mulher mãe e trabalhadora. Uma mulher ética, batalhadora, encantadora e compassiva. É uma personagem múltipla, cheia de atributos que a tornam sólida, sobretudo no que diz respeito ao caráter.

O nome da costureira era Isthar. Embora jovem, era viúva e trabalhava para sustentar seu filho de apenas um ano de idade. Quando ela ainda estava grávida, o marido foi convocado para a guerra e morreu durante uma batalha. Ao receber a notícia, Isthar decidiu procurar um lugar para viver onde não houvesse guerras. (p.11-12)

Os homens têm destaque também no livro *A princesa e a costureira*, eles figuram o que a sociedade tem de “libertarismo” e conservadorismo como nos são apresentadas as características morais e físicas do príncipe e do rei. O jovem príncipe é ilustrado com *dreads* nos cabelos.

Febo foi criado muito próximo das princesas. Nas férias e nas festas estavam sempre juntos. Os três aprenderam a dançar, patinar, andar a cavalo, observar as estrelas e, desde pequenos, a defender as ideias de paz em seus reinos. Para a satisfação das famílias, eles se davam muito bem e acreditava-se que não haveria problemas como o futuro casamento. (p.8)

Na figura do rei, há presente princípios e valores atemporais, que são conservados apesar de mudanças históricas e sociais. É ele quem gera desestabilidade ao reino até então pacífico e harmonioso. Suas atitudes são atroz e retrogradadas. É partir dele que surge todo sofrimento e incompreensão. “-Você é muito ousada, costureira! - urrou o rei enquanto punha-se em pé. - Deveria estar agradecida com minha oferta generosa, mas não! Desafia-me e diz o que tenho que fazer dentro de meu próprio castelo. Não mereces nada!” (p.34).



Figura 4 Família

No que se refere à concepção de família *A princesa e a costureira* ilustra magistralmente a versatilidade e diversidade da família contemporâneas como nova formas de coexistência oriundas das mudanças próprias e naturais da sociedade, isto é, do conflito entre os valores anti-gos e o estabelecimento de novas relações.

O próprio conceito de família e a configuração dela têm evoluído para retratar as relações que se estabelecem na sociedade atual. Não existe uma configuração familiar ideal, porque são inúmeras as combinações e formas de interação entre os indivíduos que constituem os diferentes tipos de famílias contemporâneas nuclear tradicional, recasadas, monoparentais, homossexuais, dentre outras combinações.

A cerimônia do enlace começou no fim do dia, quando a estrela da tarde despontou no céu. Nela, Selene casou-se com Febo, seu grande amor, que também a amara em silêncio durante tantos anos. Assim, a promessa ao povo cumpriu-se e os dois reinos se tornaram uma só família. Cintia casou-se com Istharr, o seu verdadeiro amor profetizado no dia de seu nascimento. A princesa e a costureira fizeram o que aprenderam durante toda a vida: lutaram por aquilo que acreditavam, não tendo medo de buscar a felicidade e a harmonia consigo mesmas e com todos.(p.43)

Efetivamente, a discussão de raça e gênero no livro *A princesa e a costureira* tem soluções muito diferentes do encaminhamento que a questão encontra na produção de boa parte da literatura infantil brasileira. A autora Janaína Leslão cria um desfecho recorrente nos contos de fadas, mas, inova quando permite um final feliz às personagens, principalmente com o casal de mulheres.

Capítulo III – Intervenção Pedagógica

Este projeto versa uma intervenção voltada para a leitura do livro *A princesa e a costureira* e uma encenação da mesma através do teatro. A utilização do teatro como forma de aprendizagem é possível devido, principalmente, à relação que tem com a psicologia e, especialmente, com a psicologia da aprendizagem.

Na escola há uma carência de projetos artísticos sobre a diversidade sexual e identidade de gênero, diante de uma Educação insegura para falar com os jovens sobre as "diferenças". A obra *A princesa e a costureira* pode ser facilmente adaptada ao teatro como ferramenta no combate ao racismo e homofobia. Trabalhar a literatura em forma de teatro poderá proporcionar e propiciar ao educando o trabalho do coletivo. Nesta perspectiva Saviani (1991, p.12).

A natureza humana não é dada ao homem, mas é por ele produzida sobre a base da natureza biofísica. Consequentemente, o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens.

O teatro é uma das manifestações artísticas mais antigas do homem: suas origens remon- tam há mais de 4500 anos, quando ainda estava ligado a práticas rituais e religiosas, como as peças sagradas no Egito Antigo sobre o mito dos deuses Osíris e Isis. Está na nossa essência representar. E começamos desde cedo.

“Nós somos aqueles que acreditamos que todo o ser humano é artista; que cada ser humano é capaz de fazer tudo aquilo de que um ser humano é ca- paz. Talvez não faça- mos tão bem uns como outros, mas cada um melhor que si mesmo. Cada vez mais e melhor. Eu sou melhor que eu mesmo, sou me- lhor que eu penso, e posso vir a ser melhor do que tenho sido.” (BOAL,2003)

Atualmente, muitos estudos dedicados compreendem o ensino teatral como potencializa- dor do desenvolvimento na educação. O teatro pode ser utilizado nas escolas nos mais diver- sos níveis de ensino, e tem sido utilizado, abrindo espaços para discussão e estudos que pro- curam apontar como esta metodologia, pode se configurar em um objeto de estudo bastante rico. De acordo com Costa (2004, p. 94):

O teatro e a ludicidade, enquanto processos que se interpenetram e possibili- tam intensa motivação subjetiva, devem ser concebidas como um campo de significativa experiência emocional e intelectual, que pode (e deve) focalizar a diversidade de gênero, de classe e de grupos sociais envolvidos no proces- so de educação.

Objetivo(s)

- Incentivar e desenvolver a leitura do livro *A princesa e a costureira* de Janaína Leslão
- Incentivar a criatividade e escrita através da construção de uma peça teatral
- Desenvolver a linguagem oral através da dramatização do livro, produzindo uma peça de teatro
- Identificar a estrutura da narrativa (início, meio e fim) e os elementos de um conto de fadas como, cenário fantástico, personagens (princesas, príncipes, fadas, bruxas), pro- tagonista e antagonista, acontecimentos mágicos e final feliz.

Conteúdo(s)

- A Literatura Infantil.
- A Narração (elementos e características)

Ano(s)

- Ensino fundamental I e II

Tempo estimado

- Seis Meses

Material necessário

- Livros, revistas, material para registro, tintas, tecidos, rádio.

Desenvolvimento

1ª etapa

- Leitura do livro *A princesa e a costureira* de Janaína Leslão; Rodas de conversa sobre a obra

2ª etapa

- Formação de grupos e sugestão de aprofundamento em pesquisa sobre um dos temas levantados. O objetivo é obter mais informações sobre gênero e raça e que cada grupo deve mergulhar em um assunto específico, procurando mais informações em livros, internet, vídeos e outras fontes de informação. Peça ainda que reflitam: quais das práticas levantadas também acontecem no Brasil? De que jeito? Como forma de registro, proponha a criação de um painel coletivo para reunir as informações, garantindo que possam ser consultadas por todos sempre que necessário.

3ª etapa

- Formação do grupo que irá interpretar as personagens na peça
- Aulas de teatro com o professor de Educação Física ou Artes
- Confecção do cenário e figurino

4ª etapa

- Apresentação dentro da Unidade Escolar numa mostra cultural por exemplo

5ª etapa

- É o momento de fechamento do trabalho. Pode-se retomar discussões importantes, sintetizar possíveis conclusões, enfatizar determinadas ideias ou, ainda, apontar possíveis desdobramentos futuros, novas ideias de investigação.

Considerações finais

Neste TCC, abordamos temas como gênero, raça, racismo e sexualidade na obra *A princesa e a costureira* de Janaína Leslão. Constatamos o fato de a obra servir como instrumento no combate à homofobia e ao racismo. Também sugerimos estratégias para se trabalhar o texto em forma de leitura e teatro.

O papel que a linguagem do livro desempenha na luta contra o domínio e controle da representatividade e legitimação do discurso sexista, machista e conservador, pode contribuir para a superação dos preconceitos, discriminação e intolerância que ocorrem no próprio espaço escolar.

Trabalhar com a diversidade de gênero na escola ainda é uma questão bastante complexa. Nossa colonização; a relação forte patriarcal perante a família, o machismo implícito e explícito colocado na sociedade brasileira dificultam a quebra de paradigmas e aceitação do outro.

A lógica ocidental tradicional funciona como uma divisão binária, dividindo o sexo em dois opostos: masculino x feminino, macho x fêmea ou homem x mulher. O sexo é definido biologicamente tomando como base a genitália, cromossomos sexuais e hormônios com os quais se nasce. No entanto, o sexo não determina por si só a identidade de gênero ou a orientação sexual de uma pessoa.

A orientação sexual diz respeito à atração que se sente por outros indivíduos envolvendo questões sentimentais e não somente sexuais. Já as identidades são características fundamentais da experiência humana, possibilitando aos seres humanos a sua constituição como sujeitos no mundo social. A falta de compreensão da diversidade de gênero e raça traz uma série de problemas e a criação de sentimentos negativos ou atitudes como a exclusão, culpa medo e vergonha.

Falar em gênero e raça é difícil, mas os antigos paradigmas só serão rompidos com a resistência, a luta de movimentos, a busca pela vez e pela voz. Esse emponderamento é conquistado diariamente nas condutas, posturas, ética dos protagonistas.

A Educação necessita de uma visão mais humana e emancipatória das relações de gênero e de raça de modo que os educandos possam viver e expressar sua sexualidade, de forma plena, sem imposições de normas e regras.

Os melhores ângulos para discutir *A princesa e a costureira* não se esgotam com este TCC, há ainda muito que destrinchar analisar e refletir sobre o livro, entretanto, a partir deste temos um ponta pé para levar e contribuir com educadores e apaixonados por uma boa literatura brasileiríssima.

Referências outras fontes

ABRAMOVITCH, F. *Literatura infantil: gostosuras e bobices*. São Paulo: Scipione, 1989. BENTO, Maria Aparecida Silva. *Cidadania em preto e branco*. 3. ed. São Paulo: Ática, 2000.

BENTO, Berenice. *Na escola se aprende que a diferença faz diferença*. Estudos Feministas, Florianópolis, 1 (2) 548-559 maio-agosto/2011.

Boal, Augusto (2003). *O Teatro Como Arte Marcial*. Rio de Janeiro Editora: Garamond. COELHO, Nelly Novaes. *Literatura e linguagem*. 4. ed. São Paulo: Quíron, 1986, p. 27.

COSTA, Alexandre Santiago da. *Teatro - Educação e Ludicidade: novas perspectivas em educação*. Revista da Faced, ní 08, 2004.

BORRILLO, Daniel. *Homofobia: história e crítica de um preconceito*, Belo Horizonte: Au- tência, 2010, 141p.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. *Racismo e Anti-Racismo no Brasil*. São Paulo: Edito- ra 34, 1999.

IPEA. *Tolerância social à violência contra as mulheres*. Brasília: SIPS/Secretaria de Assun- tos Estratégicos da Presidência da República, 2014. Disponível em: [Acessado em 28 Jan. 2016]

IZQUIERDO, M.J. *Bases materiais del sistema sexo/gênero*. São Paulo: SOF, [199?]. Mime- ografado

LESLÃO, Janaína. *A princesa e a costureira*. Rio de Janeiro: Metanoia. 2015.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, Sexualidade e Educação*. Uma perspectiva pós-estrutura. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOPES, Luiz Paulo da Moita. *Identidades fragmentadas: a construção discursiva de raça, gênero e sexualidade em sala de aula*. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2002.

LUZ, Nanci Stancki; CARVALHO, Marília Gomes; CASAGRANDE, Lindamir Salete (org). *Construindo a igualdade na diversidade: gênero e sexualidade na escola*. Curitiba: UFTPR, 2009.

MOORE, Henrietta. Compreendendo sexo e gênero (Tradução de Júlio Assis Simões, para uso didático, do original Understanding sex and gender). In: INGOLD, Tim (ed.) *Companion encyclopedia of Anthropology*. London: Routledgde, 1997.

MUNANGA, Kabengele (Org.). *Superando o racismo na escola*. Brasília, DF: MEC-SECAD, 2001.

MUNANGA, Kabengele. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos Penesb*, Rio de Janeiro, n. 5, p. 15-34, 2004

OSTERNE, Maria do Socorro. F. *Violência nas relações de gênero e cidadania feminina*. Fortaleza, CE: EdUece, 2007.

PARREIRAS, Ângela Maria Ramos. *Construção da identidade étnico-racial: o papel da literatura infantil com protagonistas negros e histórias das culturas africanas*. Rio de Janeiro: Dissertação de Mestrado defendida junto ao Programa de PósGraduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), 2007.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas*. Buenos Aires: Colección Sur, 2005.

RESTREPO, Adrián. "Los jóvenes y sus luchas por el reconocimiento". *Nómadas* [online]. Bogotá, n. 32, p. 179-193, 2010.

RUBIN, Gayle. *O tráfico de mulheres: notas sobre a "economia política" do sexo*. Tradução Chistine Rufino Dabat, Edileusa Oliveira da Rocha, Sônia Corrêa. Recife: Edição S.O.S. Cor- po, mar. 1993.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia historicocrítica: Primeiras aproximações*. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

SCHARCZ, Lília Moritz. *Nem preto nem branco, muito pelo contrário. Cor e raça na sociedade brasileira*. São Paulo, Enigma, 2012.

SCOTT, J. A. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In *Educação e realidade* Porto Alegre: UFGS, 1995.

STOLCKE, Verena. "Sexo está para gênero assim como raça para a etnicidade?" in *Estudos- Asiáticos*, 20, Rio de Janeiro p.101-117.

SILVA, Cristiane Gonçalves da. *Sexualidade, conjugalidade e direitos entre jovens religiosos da região metropolitana de São Paulo*. Tese Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Psicologia. Área de Concentração: Psicologia Social, Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2010, 261 p.

SILVA, Cristiane Gonçalves da. Sexualidade e sujeito sexual: o campo da saúde e algumas interfaces com a educação, In: SIMILI, Ivana Guilherme. *Corpo, gênero e sexualidade – Formação de Professores EAD*, no. 49, Maringá: EDUEM, 2011, p. 77-86.

SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. *Nas Tramas da Literatura Infantil: Olhares sobre Personagens "Diferentes"*. CD-Rom. 11 Seminário Internacional Educação intercultural, gênero e movimentos sociais. Florianópolis: Rede Rizoma, 2003. p.1-13.

ZILBERMAN, Regina. *A literatura infantil na escola*. 11. ed. São Paulo:Global, 2003.

RICO DALASAM E A DIVERSIDADE DE GÊNERO, SEXUAL E ÉTNICO-RACIAL NO VIDEOCLÍPE FOGO EM MIM

Paul Parra Alves de Oliveira¹

Resumo: Esse artigo, elaborado de forma ensaística, desenvolve uma leitura crítica do videoclipe *Fogo em Mim*, de Rico Dalasam. Pretende-se observar, descrever e discutir como se estabelece as transversalidades entre diversidades de gênero, sexual e étnico-racial por meio da produção musical audiovisual. Para isso, propõe-se um diálogo entre o pensamento de Stuart Hall e os Estudos *Queer*, ao se pensar a respeito da cultura contemporânea e as práticas discursivas que estabelecem e sustentam as relações de poder em um sistema hegemônico heteronormativo. O conceito de *queer* será apresentado, portanto, como uma alternativa de (re)invenção da arte-vida na fronteira, ao produzir novas/outras possibilidades de cultura por meio do audiovisual, as quais agenciam a diversidade e abre espaço para as (des)construções das identidades, para a diversidade dos corpos, performances e vivências além do mainstream.

Palavras-chave: Cultura, LGBTQ+, Queer, Performance, Corpo.

¹ Mestrando no Programa de Pós Graduação em Comunicação e Cultura – UNISO.
E-mail: paul.parra@icloud.com

Introdução

Com o objetivo de descrever como se estabelece as transversalidades entre diversidades de gênero, sexual e étnico-racial por meio da produção musical audiovisual, esse ensaio propõe um diálogo entre o pensamento de Stuart Hall (2016) e os Estudos *Queer* (BUTLER, 2008; PRECIADO, 2014). Também se fará uma investigação empírica, ao observar descrever e discutir os corpos e performances dos sujeitos dissidentes retratados no videoclipe de Rico Dalasam, *Fogo em Mim* (2017). Serão evidenciadas as relações paradoxais dos sujeitos dissidentes com o sistema hegemônico, as quais propõem novas/outras experiências, que se distanciam das representações normativas, geralmente reproduzidas nas mídias convencionais.

Identidade, dissidência e diversidade

Entende-se por cultura todas as práticas que envolvem o elemento “humano” na vida social, as quais não foram geneticamente programadas (HALL, 2016). A cultura permeia toda a vivência do sujeito, a qual é estabelecida por determinados códigos, padrões, normas, regimes, convenções de um grupo de pessoas. Com isso, verifica-se que o sentido que damos para o plano vivido não está no sujeito, no objeto ou nas coisas, mas na construção de um sistema de representação que é ao mesmo tempo fixo e ficção: convenções reforçadas pela repetição das normas ao ponto de tomá-las como algo natural e imutável. Dessa forma, não somos apenas indivíduos fixados em uma biologia, mas sujeitos culturais.

Nesse contexto, a cultura cisgênera² e heteronormativa³, que fixa o gênero enquanto binário e estável, limita o sujeito vivenciar sua própria identidade, o que, conseqüentemente, produz sujeitos generificados. Dessa forma, a lógica gênero/sexo aproxima-se de uma tecnologia de dominação heterossexual, que atribui a certas partes do corpo como determinantes de um gênero/sexo (PRECIADO, 2014). O que se considera natureza humana é, de fato, um efeito dessa tecnologia social que reproduz nos corpos, nos espaços e nos discursos a cisgeneridade/heterossexualidade como algo natural, biológico e imutável no Ser Humano.

A sexualidade também pode ser entendida enquanto uma prática discursiva que regula os desejos sexuais. Apesar de a sexualidade não se encaixar no padrão heterossexual, onde o desejo estaria sempre vinculado ao gênero binário oposto, essa norma é *produzida* por meio de práticas e aparatos

2 “**Cisgênero**, (do inglês — *cisgender*). Um indivíduo é dito cisgênero (do latim cis = do mesmo lado) quando sua identidade de gênero está em consonância com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer, ou seja, quando sua conduta psicossocial, expressa nos atos mais comuns do dia-a-dia, está inteiramente de acordo com o que a sociedade espera de pessoas do seu sexo biológico. Dessa forma, o indivíduo cisgênero é alguém que está adequado ao sistema bipolar de gêneros, em contraste com o transgênero, que apresenta algum tipo de inadequação em relação a esse mesmo sistema.” (LANZ, 2014 p. 14).

3 “**Heteronormativo**: diz-se da disposição político-cultural, falsamente naturalizada como determinismo biológico, que estabelece a heterossexualidade como o único tipo de orientação sexual - normal, o que faz com que todos os demais tipos de sexualidade humana sejam considerados anti-naturais e sócio-desviantes.” (LANZ, 2014 p. 14).

institucionais morais, legais, médicos e psiquiátricos a partir do século XIX, com os estudos da perversidade sexual (FOUCAULT, 2013). Observa-se, portanto, a produção do desejo a partir de uma legitimação dos corpos e comportamentos “normais” e apagamento dos sujeitos “desviantes”.

Fenômeno semelhante é observado em relação a identidade étnico-racial. Ao se utilizar um regime de representação que se baseia na diferença, em que o outro é marcado, reduzido e simplificado em oposições binárias que, normalmente, localizam relações de poder (HALL, 2016). Ou seja, a fixação da diferença é dada por estratégias representacionais, que se utilizam de marcadores biológicos – cor da pele, genitália, genética, entre outros – para determinar a concepção da alteridade.

Segundo Louro (2004, p. 75), esse poder determina os lugares sociais e as posições do sujeito a partir do corpo, que é “indicado, classificado, ordenado, hierarquizado e definido pela sua aparência, a partir dos padrões e referências, das normas, valores e ideias da cultura”. O modelo padrão, fixado enquanto sujeito universal, é o homem-branco-cis-heterossexual. A partir disso, todos os demais sujeitos – as mulheres, as pessoas negras, transexuais, homossexuais, entre outras dissidências são “o outro”.

Entretanto, cada vez mais a diversidade cultural/sexual contagia-se de alternativas temáticas. O *queer* emerge nesse contexto como adjetivo para o sujeito dissidente sexual e/ou de gênero. Essa palavra era anteriormente utilizada como insulto nos Estados Unidos, durante a crise da epidemia HIV/AIDS na década de 1980 e 1990 (COLLING, 2011). *Queer*, portanto, pode ser descrito como essa condição transgressiva: um posicionamento que não pode ser absorvido/contido pela linguagem heterofalocrática (SANTOS, 2014).

Com isso, a *queerness* – essa força inerente do *queer* – emerge como as derivações do ser/estar do sujeito *queer*, e envolve os traços (des)identitários do sujeito: o corpo, a roupa, a voz, a performance a maquiagem, entre outras formas de apresentação social, que não busca uma aparência ou lógica binária homem/mulher. Há uma “confusão” proposital, onde mesclam-se traços masculinos e femininos, ao ponto de não ser possível definir qual é o gênero/sexo da pessoa (RODRIGUES, 2016). O *queer* causa estranhamento, porém quem estranha são os olhos da alteridade, que busca uma coerência com o padrão estabelecido do comportamento e aparência esperados para a sociedade.

Com isso, as normas e tradições são (re/des)configuradas e parodiadas em novas/outras possibilidades, em traduções que expõem a fragilidade do sistema hegemônico. Nas artes, a *queerness* perpassa as apresentações performáticas que, ao questionar valores sociais tidos como “normais”, reformulam as concepções de gênero. O conceito de *queer*, portanto, representa esses sujeitos e seus atos de transgressão e subversão, na criação da arte-vida na fronteira, às margens do sistema hegemônico, que ressaltam o contraste ao produzir novas/outras possibilidades de cultura.

Fogo em mim, de Rico Dalasam

Jefferson Ricardo da Silva, conhecido como Rico Dalasam, é cantor, compositor e rapper. Nasceu em 1989, em Taboão da Serra, periferia da cidade de São Paulo. Por ser abertamente gay, considera-se representante da comunidade LGBTQIA+ no cenário do *hip hop* brasileiro e trabalha em suas letras,

músicas e performances questões sobre sua própria sexualidade, na elaboração do *queer rap*⁴ nacional (EDDINE, 2018). Ao fazer música sobre sua arte-vida, entremeada à sexualidade, etnia/raça e classe social, Dalasam tece discurso desidentificatório (MUÑOZ, 1999), que propõe possibilidades alternativas de criar artisticamente e explorar sua subjetividade.

*Fogo em mim*⁵ (2017), por sua vez, é uma música de Rico Dalasam, contida no álbum *Balanga Raba* (2017). O videoclipe tem produção assinada por Mahal Pita, produtor musical, diretor e designer baiano. A obra retrata a vida noturna de jovens no centro da cidade São Paulo que agrega elementos subjetivos na performance audiovisual, ao apresentar a população *queer*. A elaboração do audiovisual permeia pertencimentos, socialidades, afetos, visões e escutas, no qual entretenimento, consumo, estética, e práticas sociais/musicais estão em complexa relação.

Isso evidencia como a estética do rap desloca fronteiras entre periferia e centro, pois coloca a favela como produtora e consumidora de cultura e expande a arte fronteiriça para outras classes sociais, o que transpassa os valores éticos e morais do conservadorismo erudito/canônico (VILLAÇA, 2011). Esses estilos musicais, ainda, são considerados pela elite brasileira como cultura inferior, vulgar, sexualizada. A produção artística periférica localiza-se no espaço híbrido do consumo e opressão, da divulgação e censura.

Por esse motivo, gerar visibilidade para a estética da fronteira, por meio das mídias, diversifica a produção cultural no Brasil. Dessa forma, confere-se autonomia e emancipação de artistas da cena, bem como valida os discursos dissidentes, que elaboram estéticas próprias. É uma posição de mundo mais aberta, agenciável, que amplia a visão da cultura para além do *mainstream*. Dessa forma, *Fogo em Mim* fala sobre formas de resistência negra entre os jovens, no ambiente urbano contemporâneo. Para localizar as cenas citadas ao longo do texto, o videoclipe divide-se em três partes, aqui denominadas prólogo, primeira parte e segunda parte.

Logo no prólogo faz-se a representação das identidades dissidentes. As personas que compõem a primeira cena são negras e, além disso, evidencia-se a diversidade sexual e de gênero: dois homens gays (o próprio *rapper* e personagem que trabalha no bar), uma travesti e uma mulher cisgênera. A *queerness* é potencializada pelo figurino utilizado, principalmente o de Rico Dalasam, que faz mescla entre elementos transversais, que encontram-se no entre-lugar (BHABHA, 1998) dissidente, do que

4 Queer rap, LGBT hip hop, homo hip hop são nomes dados ao movimento musical, iniciado nos Estados Unidos na década de 1990. O queer rap foi criado a fim de reinvidicar espaço dentro do movimento hip hop, ao denunciar as violências cometidas contra a população LGBTQIA+. Esse movimento marca o desdobramento das vivências nos balls, festas organizadas pela população negra LGBTQIA+ em Nova Iorque, na década de 1980, nos quais foram criadas estéticas que permanecem na cultura queer até a atualidade como, por exemplo, o vogue (PARIS IS BURNING, 2005). “Com roupas extravagantes, que compõe uma mistura de elementos masculinos e femininos, [o queer rap] coloca no corpo o ser diferente, o impacto do incomum, aborda a tripla exclusão: a do negro, do pobre e do homossexual” (EDDINE, 2018).

5 Videoclipe disponível em: <<https://www.YouTube.com/watch?v=1c9LIYtXcdk>>. Acesso em 20/12/2018.

pode ser considerado masculino/feminino. A proposta do rapper brasileiro trabalha o visual no contexto *queer*, o que remete ao *qwear*⁶ e marca a diferença sexual.

Qwear (ORAM, 2011) é um movimento estadunidense, que reivindica a representatividade *queer* por meio das roupas. Cada característica *qwear* evidencia a beleza e resistência dos corpos e expressões *queer*, que desafiam a norma cisgênera, heterossexual e branca, na luta pela visibilidade desses sujeitos e estilos que não se encaixam no padrão. Nesse contexto, a palavra designa o jeito *queer* de ser vestir, o qual usa elementos da alta costura (*high couture*) e, também, vestimentas do cotidiano para se propor um modo de expressar uma (des)identificação com os padrões binários da moda.

Na continuação do videoclipe, observa-se o aparecimento, de forma progressiva, de outras personagens que dançam no ritmo da música. As roupas são escuras, a luz do lugar é azul e há presença de fumaça e pouca iluminação frontal, ao realizar um jogo de (re)velar o cenário aos poucos: uma rua com casas de arquitetura antiga e fachadas pichadas. Atrizes e atores parecem dançar de forma espontânea e são, em sua maioria, pessoas negras, que emergem aos poucos na cena, até o local ficar visivelmente cheio. Em alguns momentos, fecha-se o *close* da câmera em uma pessoa, o que marca a diversidade dos sujeitos presentes na cena: homens, mulheres, *drag queens*, pessoas andróginas, gordas e magras. Ao aproximar-se do refrão, a luz ambiente fica mais intensa e traz maior visibilidade para o cenário e as personagens da cena.

O que se observa do videoclipe enquanto performance visual da música é evidenciado nesse trecho. O videoclipe pode ser lido como uma experiência que utiliza efeitos de câmera, luzes, movimentos e codificações a fim de propor uma resposta corporal à canção, uma performance sobre a música (SOARES, 2014). As paisagens e os sujeitos da cena são (re)velados aos poucos, ao acompanhar a música. Com isso, o efeito audiovisual é crescente. O jogo contribui para criar a atmosfera de (in)visibilização, que alcança o ápice – luzes frontais e o desaparecimento da fumaça – juntamente com o refrão da música, para conectar com a próxima cena (a virada do cenário) na segunda parte do videoclipe.

Esse desanuviamento do ambiente, acompanhado da emergência das personagens, tece um discurso sobre a visibilidade. O cenário contribui para a performance artística, ao retratar o espaço central da cidade, em diálogo com os corpos dissidentes das pessoas negras e/ou *queers*. A dança/performance, nesse momento, complementa o discurso de resistência cultural, étnico-racial, sexual e de gênero, ao misturar diferentes estilos de dança, que reforçam os traços (des)identitários: *street dance*, funk, vogue e coreografias ritmadas.

Outra cena que marca a *queerness* em Rico Dalasam é a dança com um dos atores, o vendedor no bar do prólogo. A performance consiste do *rapper* se posicionar em frente ao rapaz, e suas nádegas encostarem na pélvis do outro (Figura 9). Esse estilo de dança, popular entre jovens nas festas e boates, é apresentado em vários momentos no videoclipe, mas performado majoritariamente por casais heterossexuais (Figura 10).

⁶ Disponível em: <http://www.qwearfashion.com/>. Acessado em 10/01/2018.

Figura 9 – Rico Dalasam e rapaz dançando.

Fonte: YouTube.

Ao ocupar a posição da passiva, ou da mulher nessa dança, Dalasam demonstra a não preocupação com os lugares normativos dos gêneros binários masculino/feminino e, nesse movimento, (re)significa a dança com homoerotismo (GARCIA, 2004). Isso indica que, quando dois homens dançam eroticamente como casal, evidenciam-se as instabilidades das normas sexuais. Marca-se a discordância com a norma hegemônica heterossexual, ao mesmo tempo que explicitam os sujeitos que não conformam suas sexualidades ao padrão esperado.

Figura 10 – Dançarinas/os em coreografia.

Fonte: YouTube.

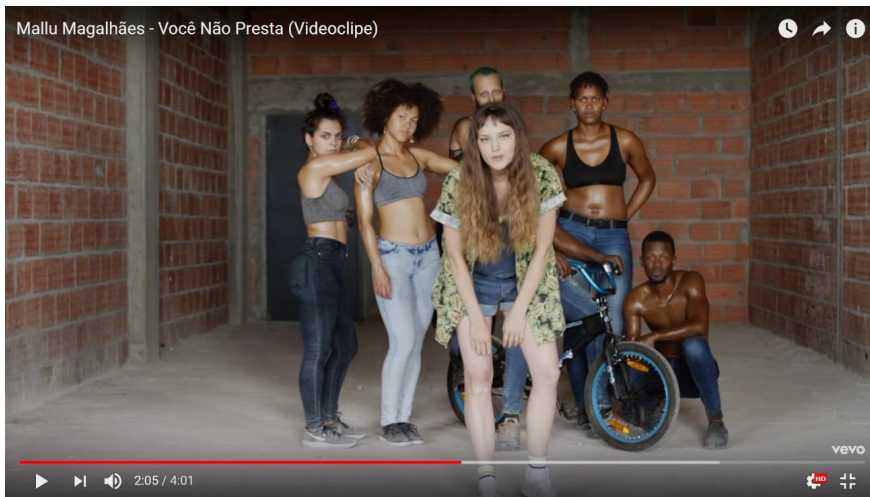
Na segunda parte do videoclipe, observa-se a mudança do ambiente: as cores alteram de azul para um verde neon, a luz frontal está mais forte e coloca as personagens em destaque. Aparece novo elemento: uma grade que divide o cenário em dois planos e isola as performances individuais de alguns sujeitos (FIGURA 11).

Figura 11 – Mulher negra, em primeiro plano e mulher branca, em segundo plano.



Fonte:YouTube

Percebe-se a ausência de pessoas brancas no primeiro plano, à frente das grades e mesmo atrás delas. Esse trecho responde às estratégias midiáticas que posicionam pessoas negras e/ou homossexuais enquanto dançarinas no segundo plano e, portanto, com menor importância do que a(s) pessoa(s) branca(s) em primeiro plano. O posicionamento mostra a essa transgressão/subversão dos lugares e valores. Esse fator fica evidente ao comparar a cena com a figura 12, do videoclipe de Malu Magalhães, *Você não presta* (2016), o qual levou a cantora a ser acusada de racismo nas redes sociais (REVISTA FÓRUM, 2017).

Figura 12 – Mallu Magalhães em primeiro plano e dançarinas/os negras/os, ao fundo.

Fonte: YouTube

Essa proposta estética, portanto, leva as questões socioculturais atuais para além do *queer*, ao entrecruzar questões étnico-raciais e de classe social. A disputa pelo espaço de reconhecimento da cultura periférica, também, caracteriza um processo artístico estético de resistência, que ganha força ao não se conformar com os lugares de imposição do sistema e procurar formas de subverter/transgredir o preconceito.

Ao utilizar o corpo como espaço de resistência, Rico Dalasam questiona as normas impostas e o poder hegemônico por meio de uma performance artística, na experiência audiovisual do videoclipe *Fogo em Mim*. O artista provoca e disputa os limites das normas, em disputa de poder pelo lugar de fala (RIBEIRO, 2017) dos sujeitos dissidentes, ao mesmo tempo que celebra a diversidade, em um contexto de festa urbana.

Nesse espaço de representação midiática, o corpo evidencia o local da transgressão das normas. A representatividade das pessoas negras, de diferentes sexualidades e gêneros ganha visibilidade na narrativa do videoclipe. Com isso, faz-se possível criar mensagem sobre a libertação da posição de inferioridade e subalternidade dos sujeitos dissidentes.

Considerações Finais

A arte-vida *queer*, no Brasil contemporâneo, cria alternativas agenciáveis das vivências dissidentes, a fim de possibilitar a esses sujeitos encontrar formas de expandir os conceitos sobre gênero, sexualidade, etnia/raça e classe social, a partir do sensível. Por meio das obras audiovisuais, esses discursos visibilizam a emancipação dos sujeitos dissidentes, pelo ato de mostrar, explicar e, posteriormente,

negociar a arte-vida. Tal empoderamento dos meios comunicacionais e culturais favorece a propagação dos discursos sobre vivências e subjetividades dissidentes, o que permite aos movimentos artísticos desdobrarem questões sociopolíticas.

Nesse sentido, Fogo em Mim desenvolve estratégia de agenciamento/negociação, a qual não fixa os sujeitos em características rígidas e imutáveis e sim abre espaço para as (des)identificações e diversidades de corpos, performances e vivências. Nesse processo, a questão da negritude é evidenciada, na valorização dos corpos negros e proposital exclusão dos corpos brancos. Também, faz-se notória a construção do espaço *queer*, dentro do movimento artístico negro, o que possibilita pensar na diversidade e também as diferentes formas de opressão para o sujeito *queer* negro. Valorizar, portanto, a estética afro-brasileira, entremeada à *queerness*, são movimentos de dupla resistência aos padrões éticos e estéticos hegemônicos.

Referências

BHABHA, Homi K. **O local da cultura**. 2a ed. Belo Horizonte: UFMG, 2013.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

COLLING, Leandro (Org.). **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011. DALASAM, Rico. **Balanga Raba**. São Paulo: Independente. 2017.

DALASAM, Rico. **Fogo em Mim**. 04 de agosto de 2017. Videoclipe. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=1c9LIYtXcdk>>. Acesso em 20 de janeiro de 2018.

EDDINE, Eder Ahmad Charaf. O movimento Queer Rap no Brasil e a descentralidade da identidade em “Aceite-C”, de Rico Dalasam. **Revista Crioula** n. 21, p. 348-377, 2018. Disponível em: <<http://www.journals.usp.br/crioula/article/view/143071/141464>> Acesso em: 20 nov. 2018.

FOUCAULT, Michel. **A história da sexualidade I: a vontade do saber**. São Paulo: Paz & Terra, 2013.

GARCIA, Wilton. **Homoerotismo & Imagem no Brasil**. São Paulo: U. N. Nojosa, 2004. HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Puc Rio: Apicuri, 2016.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Setor de Ciências Humanas da Universidade do Paraná. Paraná, p. 342. 2014.

LOURO, Guacira Lopes. **Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MUÑOZ, Jose Esteban. **Disidentification: Queers of color and the performance of politics**. Mineapolis: University of Minesota Press, 1999.

ORAM, Sonny. **Qwear**, 2011. Disponível em: <<http://www.qwearfashion.com/>> PRECIADO, Beatriz. **Manifesto contrassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

REVISTA FÓRUM. White people problems: depois de clipe racista, Mallu Magalhães fala em “preconceito com brancos”. 2017. Disponível em: <www.revistaforum.com.br/segundatela/2017/06/23/>

white-people-problems-depois-de-clipe- racista-mallu-magalhaes-fala-em-preconceito-com-brancos/>. Acessado em 21 de Janeiro de 2018.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, 2017.

RODRIGUES, Wallace. Cultura andrógina nos finais do século XX: revolucionando as artes performáticas brasileiras. **O Teatro Transcende**. Departamento de Artes – CCEAL FURGS. Blumenau, SC. v. 21, n. 1, p. 3-15, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.7867/2236-6644.2016v21n1p03-15>. Acessado em: 05.06.2017.

SANTOS, Rick J. **Poética da diferença**: um olhar *queer*. São Paulo: Factash Editora, 2014. SOARES, Thiago. Construindo imagens de som & Fúria: considerações sobre o conceito de performance na análise de videoclipes. **Contemporânea | Comunicação e Cultura** – v. 12, n.02. Maio – agosto, 2014 – p. 323 – 339.

VILLAÇA, Nízia. **Periferia pop na idade média**. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2011.

GÊNERO, SEXUALIDADE E RAÇA: INTERFACES IDENTITÁRIAS CONSTRUÍDAS DESDE A TENRA IDADE

Cláudia Reis dos Santos

Introdução

Esse trabalho apresenta a proposta de um projeto de pesquisa ancorado no Núcleo de Estudos em Políticas Públicas em Direitos Humanos, da Universidade Federal do Rio de Janeiro e que, dentre outros objetivos, pretende construir material didático para Educação Básica sobre gênero, sexualidade e raça em parceria com o Colégio Pedro II. Considerando que a UNESCO orienta que dois dos quatro pilares da educação sejam: aprender a ser e aprender a conviver, segundo Delors, torna-se urgente que esse debate participe das discussões as quais permeiam a formação dos sujeitos em sua dimensão identitária; sejam na modalidade informal – instituições familiares, religiosas, sociais – sejam na modalidade formal – a escola. Historicamente, as discussões das áreas de gênero e de sexualidade permaneciam contempladas nos currículos do chamado Ensino Fundamental, até o início dos anos de 1990, nos campos da biologia adquirindo um caráter propedêutico e técnico. Com o lançamento dos Parâmetros Curriculares Nacionais, em 1998, são cunhados os temas transversais ao currículo e um deles foi denominado orientação sexual que ao lado de ética, meio ambiente, saúde, pluralidade cultural e trabalho deveriam ser transversais em todas as áreas de ensino por se tratarem de conceitos formadores de conhecimento. Em linhas gerais, embora tenha havido um avanço considerável no tratamento desse tema, as indicações pedagógicas encaminhavam alguns eixos básicos de discussão: o corpo como matriz da sexualidade; relações de gênero preponderantemente binárias; e prevenções das doenças sexualmente transmissíveis.

O campo do gênero e da sexualidade transborda, então, das ciências naturais e passa a preencher, ao menos teoricamente, todas as áreas de estudo na segunda etapa do Ensino Fundamental em diante. Vale ressaltar que a legislação do período considerava o Ensino Fundamental entre 7 e 14 anos, organizado em duas etapas: Ensino Fundamental I (séries iniciais) e Ensino Fundamental II (séries finais). Tais orientações, no entanto, destinavam-se apenas ao Ensino Fundamental II em diante. Sendo assim, as modalidades de Educação Infantil e Ensino Fundamental I se apresentam tradicionalmente à margem dessa discussão. Professoras/es e educadoras/es em geral se ressentem de não ter acesso a materiais disparadores dessas discussões de modo a garantir à equidade de abordagens. Buscando contribuir para a continuidade dessa construção coletiva entre universidade, docentes da rede básica de ensino

público e a SECADI, o presente projeto contribui não apenas na dimensão da formação para docentes e estudantes das áreas de educação, como também na construção de materiais didáticos significativos para e com os envolvidos nesse processo de formação com alunos da Educação Básica, a partir da Educação Infantil até as Séries Finais.

A metodologia, baseada na pesquisa-ação, tendo como referência Michel Thiollent, pressupõe a participação de pesquisadores e professores de escolas públicas que atuem de forma horizontal, dialógica. O perfil construído na seleção dos pesquisadores contemplou estudantes em nível de Graduação, Mestrado e Doutorado nos campos das Licenciaturas e Educação e profissionais de Educação Básica em regência docente. Nessa fase, apresentamos a equipe multidisciplinar que organiza o projeto nos campos da Linguagem, das Ciências Naturais e da Educação Infantil e dos Anos Iniciais da Educação Básica. Os resultados parciais da pesquisa, nesse trabalho, terão enfoque no grupo destinado à produção para Educação Infantil e os Anos Iniciais da Educação Básica. Abordaremos a seleção materiais audiovisuais compatíveis com a proposta, a criadas histórias infantis desenvolvendo os temas elencados, além da formação continuada para professores. Um dos produtos gerados nesse processo será um curso de extensão destinado a professores regentes em Educação Infantil e Anos Iniciais de escolas públicas sediado no Colégio Pedro II. O curso consta com cento e vinte horas, sendo noventa horas de estudos presenciais e trinta horas de atividades de pesquisa junto às turmas dos professores regentes.

A proposta pressupõe uma pesquisa inicial sobre matérias audiovisuais já sistematizados existentes e que podemos encontrar no mercado editorial, na produção cinematográfica oficial e alternativa, assim como cartilhas e outros materiais que possam ser utilizados em sala de aula. Ao final do curso de extensão, os envolvidos terão produzido e testado materiais e estratégias pedagógicas estruturadas e semiestruturadas que possibilitarão o aumento de repertório pedagógico sobre esses temas. Os resultados parciais dessa pesquisa-ação já produziram modificações na trajetória e objetivo da pesquisa, reconduzindo a formação do grupo e os produtos que cada campo de conhecimento pode produzir

Dinâmica dos trabalhos

Nossas reuniões em 2018 foram semanais e ocorreram no Colégio Júlia Kubitschek, de 18h às 22h, entre março e setembro deste. Nos meses de outubro e novembro, o grupo se concentrou as atividades nas reuniões gerais no NEEP/ UFRJ – Campus Praia Vermelha. Desde o início dos encontros, optamos por uma coordenação horizontalizada, onde todos os integrantes puderam contribuir com sugestões, encaminhamentos, questões para o grupo em qualquer instância e a qualquer momento. A metodologia adotada, em consonância com o grupo de pesquisa maior foi a da pesquisa-ação, na qual pesquisamos ao mesmo tempo em que atuamos nas realidades que convivemos. Nesse sentido, ao longo da pesquisa, os participantes promoveram ações prático-teóricas sobre os temas nos espaços de educação básica, nos quais atuaram ou para os quais foram convidados.

Projetos

Como o grupo vem se estruturando desde o final de 2017, algumas questões foram sendo reorganizadas ao longo do ano. O grupo inicialmente voltado para a produção de material didático e estratégias pedagógicas para Educação Infantil ampliou sua atuação até os anos iniciais da Educação Básica, pelo motivo peculiar de ter percebido a falta concreta de materiais e estudos deste período.

A maioria das pesquisas e propostas de formação para docentes são destinadas àqueles que atuam nos anos finais do ensino básico, sendo assim compreendemos que a elaboração de materiais para a formação em gênero, sexualidade, raça ajudaria uma melhor compreensão dos fatos oriundos surgidos no espaço escolar.

Segundo Foucault, “o espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios, os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala silenciosamente da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças.” (FOUCAULT, 1999, PÁGINA 40). Nesta linha de pensamento, compreendemos que seja importante a elaboração de um saber voltado para os cuidados identitários dos sujeitos, assystematicamente, desde de sua entrada nas instituições formais de ensino até sua graduação.

Sendo assim, o objetivo principal desse grupo de pesquisa se desenvolveu em dois eixos: primeiro, na construção de materiais didáticos nos quais as categorias de gênero, sexualidade e raça fossem abordados a partir de um espectro mais amplo e inclusivo, potencializando as diversas narrativas que a diversidade do campo identitário pudessem assumir; E o segundo, estaria na elaboração de cursos para a formação docente de forma horizontalizada para construir estratégias pedagógicas, não excludentes, nas quais as narrativas variadas abordassem as diversas linguagens afetivas e sensoriais.

Dito isso, cabe destacar primeiramente que o processo de construção de material didático se consolidou em cada encontro/reunião específica e também fora dele, uma vez que somos sujeitos que se constroem enquanto pesquisadores também fora dos espaços acadêmicos, entendendo que em todas as nossas relações atuamos mesmo que inconscientemente como pesquisadores, problematizadores e militantes das desconstruções e violências possíveis dentro da grande temática de gênero, sexualidade, raça e direitos humanos.

É preciso afirmar sobretudo que as propostas iniciais se confirmam com as pré- organizadas no grupo geral deste laboratório de pesquisa, mas que a partir do primeiro encontro se transformou em uma iniciativa de um curso de extensão, pensando na especificidade de se trabalhar com Educação Infantil e anos iniciais a necessidade de haver um profissional que esteja preparado e confortável com o tema (não entendendo o tema como tabu), ou seja, contemplando uma perspectiva pedagógica que faça sentido para a realidade cotidiana da escola e também dos anseios docentes para resolução de problemas.

Compreendida a importância de trabalhar a partir das experiências e anseios docentes, acolhendo as questões e ao mesmo tempo desconstruindo tabus e mitos enraizados neste sujeito licenciado no que diz respeito às perspectivas de gêneros, sexualidades, diversidade e raça. Com o intuito de construir

uma forma outra de trabalhar a diversidade na escola, que não pautasse passo-a-passo ou alguma forma de receita pré estruturada que entende-se o Curso de Extensão para Educadores da Educação Infantil e Anos Iniciais da Educação Básica como o nosso material pedagógico final.

É sabido que concreta e estruturalmente necessita-se de apoio para alavancar iniciativas reais nas estruturas escolares, porém, esta proposta exercita a possibilidade de fuga das históricas apostilas de formação docente e propõe como construção coletiva, diante das problematizações reais docentes um portfólio como produto final e individual que nascerá do curso de extensão. Nesse sentido, praticamente, nossa produção material é o curso de extensão para desconstrução dos obstáculos que possibilitam falta de entendimento sobre gêneros, sexualidades e raça, assim como, a reorganização de possibilidades de trabalho com os mesmos na perspectiva dos direitos humanos na Educação Infantil, assim como nos anos iniciais da Educação Básica.

Falar da perspectiva da formação na direção da horizontalidade pressupõe, mais que um desafio teórico, um desafio de ordem prática. As formações em educação, sobretudo na Educação Básica tendem a possuir um caráter propositivo unilateral. Em nossa proposta de formação pensamos na construção coletiva dos materiais a serem utilizados pelos docentes e discentes. Para tanto, a estrutura do Curso de Extensão foi planejada para que a prática docente legitimasse os materiais criados coletivamente ao longo do curso. Sendo assim, a estrutura organizada para as aulas presenciais, ficaram divididas em três momentos:

1. Momento de Estudos Teóricos: estudos teóricos no sentido de alinharmos os conceitos que pretendemos trabalhar na produção das subjetividades. Textos, vídeos, literatura infanto-juvenil que podem ser indicadas pelo grupo que oferece a formação e/ou pelos docentes.
2. Estudo de Casos e Rodas de Conversa: momento em que traremos casos ocorridos no cotidiano da Educação Básica para análise e possibilidades de estratégias pedagógicas, além daqueles apresentados como resultados da utilização do material produzidos nas atividades pedagógicas dos cursistas, objetivando orientar os possíveis problemas vivenciados.
3. Produção de material ou estratégia pedagógica para serem aplicados em sala de aula ou espaços de formação discente onde os cursistas atuam.

A proposta desse trabalho é de um encontro mensal para que haja possibilidade de retorno efetivo da utilização dos materiais desenvolvidos coletivamente. Depois dos ajustes necessários, as experiências serão organizadas em portfólios individuais que poderão ser compiladas de acordos com as modalidades de atendimento como material sistematizado para outros docentes.

Produções de materiais didáticos

Os textos bibliográficos puderam nos oferecer um olhar mais aprimorado sobre as condições de dissidências ocorridas nas escolas. Então, discutimos a importância de criarmos uma oficina interna, entre nós participantes, para aprimorarmos nossos olhares, escutas e linguagens em relação a criação e elaboração de materiais didáticos na perspectiva da Educação Infantil aos primeiros anos iniciais em gêneros, sexualidades e raça em educação e em Direitos Humanos. O ponto principal estaria na reflexão crítica em oferecer um olhar diferenciado e atento para as questões das dissidências nas escolas. De início, optamos pela realização de uma oficina com a criação de três histórias divididas em: Educação Infantil, infanto-juvenil e juvenil. A partir dessas três histórias, foi proposta a reflexão crítica para a elaboração, com as experiências do grupo, e desenvolvimento criativo para nossa primeira história em Educação Infantil.

Os títulos das histórias foram construídos, conforme as observações, apresentação e sugestão diante dos desenhos apresentados no grupo, nos quais ficaram como: “As aventuras da Jabuti do casco cor-de-rosa” - no grupo de reunião ampliado foi alterado o título que estava “As aventuras da tartaruga do casco cor-de-rosa” para “As aventuras do Jabuti do casco cor-de-rosa”, devido o coordenador do grupo de ciências da natureza nos alertar sobre a diferença entre tartaruga, jabuti e cágado - “A turma de exu mirim pinga fogo”, e “A menina que não queria ser árvore”.



Cada uma dessas histórias foi desenvolvida conforme a faixa etária em respeito ao desenvolvimento de Educação Infantil, entre 6 meses e 5 anos e 11 meses, infanto-juvenil, entre 6 anos e 11 anos e 11 meses e juvenil, de 12 anos em diante. A primeira história que está em pleno desenvolvimento é a “As aventuras do Jabuti do casco cor-de-rosa”, onde foram disponibilizados os desenhos em dez placas nos quais expõe a história de um jabuti em uma floresta a procura de um amiguinho para brincar. O personagem principal dessa história se aventura a procurar um amigo para brincar, mas todas os outros personagens que ele encontra, não consegue esse intento, pois todos estão preocupados em trabalhar e não brincar. A questão elencada nesta história está em contextualizar sobre a problematização do trabalho infantil e a não preocupação com o brincar na infância. Os personagens se distribuem em diferentes características, que podem chamar a atenção da criança. São seis personagens com características que

poderiam estar em condições de dissidência, sendo eles: o Jabuti do casco cor-de-rosa; (Sexualidade); a Abelha da asa quebrada; (Capacitismo); o Formigão; (Gigantismo); o Caramujo d'olho só; (deficiente visual); a Minhoquinha Vison; (Identidade de gênero); e a Cobrinha careca (Alopécia infantil).

Extensão

Visando estabelecer convênios que propiciassem uma relação direta com os docentes da rede básica de ensino, preferencialmente do âmbito público, nosso grupo buscou a parceria com o Colégio Pedro II. Depois de vários meses de negociações e adequações do projeto, pioneiramente, nosso grupo criou um Laboratório de Pesquisa espelho nessa instituição. Foi criado pela Portaria Nº 2.958 de 24 de agosto de 2018 (anexa), o GE -SER Laboratório de Pesquisas, Estudos e Extensão em Gêneros, Sexualidades e Raça em Educação e Direitos Humanos no Campus Engenho Novo I do Colégio Pedro II.

Na proposta aprovada, constam a possibilidade de integração entre pesquisa e extensão entre a UFRJ e o Colégio Pedro II, inicialmente com a oferta por parte da primeira de um Curso de Extensão destinado para docentes de Educação Infantil e Básica dos Anos Iniciais preferencialmente lotados no Colégio Pedro II com possibilidade de ampliação, em caso de vacância, para outras redes de ensino público.

Inicialmente, o curso está programado para iniciar em março de 2019, totalizando 120 horas, dessas 90 presenciais organizados em encontros mensais de 4 horas e 30 min e 30 horas de atividades complementares nos locais de docência dos cursistas. Diante de nosso cronograma alterado e de alguns obstáculos políticos que estamos enfrentando no ano de 2019, talvez haja uma alteração no início do curso.

Considerações Finais

O grupo Específico de Pesquisa em Gêneros, Sexualidades e Raça de Educação Infantil e Anos Iniciais apresenta em essência um espectro que varia entre a ousadia e o pioneirismo e que chegam atravessados pelos obstáculos e desafios que certamente prescindem de metodologias criativas e alto índice de resiliência. Nossa trajetória até aqui desenha bem esse contexto.

Nossas dificuldades de manter a presença de todos os participantes nos encontros presenciais pode ser superada pelo entusiasmo que compõe a dinâmica destes até aqui. O grupo possui uma característica bem interessante, pois mesmo participando de um projeto de pesquisa de forma voluntária, muitas ações foram produzidas, visto que a atividade político-pedagógica de cada um – muitas vezes anterior a formação do grupo – enriquece nossas ações.

Contar com a diversidade identitária no grupo é um privilégio e manter pessoas que estejam no chão da escola parece ser uma decisão acertada, mesmo com os percalços a serem enfrentados.

Nosso grupo vivenciou vários momentos de crescimento, perda e transformação. Fomos ajustando a quantidade de participantes, reorganizando o papel de cada um e para 2019, temos o desafio de reorganizarmos nossas ações vislumbrando maior possibilidade de produção conjunta nessa pesquisa, assim como sistematizar melhor nossas produções.

Embora o contexto sócio político nos traga alguns desafios, nesse momento, pensamos que investir na perspectiva identitária seja muito importante para atingir os objetivos desenhados pelos quatro pilares da Educação definidos pela UNESCO, instituição da qual nosso país é signatário: aprender a conhecer, aprender a fazer, APRENDER A SER e APRENDER A CONVIVER.

Vale ressaltar que vivenciamos muitas aprendizagens em conjunto, sobre organização de trabalho, sobre compreensão do tempo do outro, sobre respeito do campo de saber diverso do nosso, entre outros. Em decorrência disso, todos nós nos transformamos nesse processo. Trabalhar na perspectiva da pesquisa-ação sugere esse processo transformador tanto do pesquisador quanto do objeto de pesquisa.

Talvez esse seja o maior ganho desse grupo de pesquisa que a cada dia toma rumos que nem sempre conseguimos compreender. Mas não temos dúvida que temos o potencial necessário para apresentar uma nova forma de condução de pesquisa, não-hierárquica, não linear, não hetero-cis-centrada, onde as dissidências, todas elas sejam realmente ouvidas em pé de igualdade. A começar por onde? Por onde tudo começa ... lá pela Primeira Infância.

Referências

FOUCAULT, Michel. História da Sexualidade I: A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

JUNIOR, Dilton Ribeiro Couto et al. Crianças e infâncias (im)possíveis na escola: dissidências em debate. Periódicus. N.9, V.1, 2008, p. 55-74.

SIMÕES, Vera Lucia Blanc. Histórias infantis e aquisição de escrita. São Paulo em Perspectivas, N.14, V.1, 2000.

A QUESTÃO DO ABORTO: MORAL X LIBERDADE SEXUAL FEMININA

Suelen Gonçalves Duarte ¹
Gustavo Gomes Da Silva Marques²
Rebecca Mendes Cruz³

Resumo: Este artigo objetiva analisar a questão do aborto e a implicação dos discursos construídos em torno da “moral” em detrimento da liberdade sexual feminina a partir de um panorama traçado a partir da análise de preceitos históricos e atuais, bem como legislativos e sociais para melhor configuração analítica de questionar o paradigma em torno da problemática. O processo metodológico de construção da análise presente neste artigo se deu a partir da realização de audições de vivências de mulheres em torno da temática e revisão de literatura presente em artigos científicos e trabalhos de conclusão de cursos, que possibilitaram embasamento teórico sobre o tema, em busca de problematizar as produções de discursos que polarizam as “normas sociais” em torno da liberdade sexual das mulheres.

Palavras-chave: Aborto, Moral, Liberdade Sexual Feminina.

1 Graduada em Serviço Social – UFMA (Universidade Federal do Maranhão).
E-mail: suellemduarte2010@hotmail.com.

2 Graduando em Serviço Social – UFMA (Universidade Federal do Maranhão).
E-mail: gusmarquesas@gmail.com.

3 Graduada em Serviço Social – UFMA (Universidade Federal do Maranhão).
E-mail: rebeccamendes21@gmail.com.

GENETSEX – GÊNERO, ETNICIDADE E SEXUALIDADE: AS VOZES QUE FALAM NA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ-BA

Lilian Moreira Cruz¹

Resumo: A universidade é espaço de construção e difusão do conhecimento. Esta pesquisa analisa numa perspectiva foucaultiana as discussões do grupo de Estudo e Pesquisa em “Gênero, Etnicidade e Sexualidade, da UESC. Para coletar os dados foram utilizadas gravações. Os encontros abordaram discursos no campo dos Direitos Humanos e Cidadania, Direito da mulher negra, Lei Maria da Penha, Saúde integral da população LGBTTI, Crimes homofóbicos, Direitos das minorias sexuais, Diversidade sexual e religião. O resultado nos remete que o grupo possibilita o desenvolvimento de pesquisas, bem como coloca em discussão a legitimidade “dada” a certos discursos tidos como legítimos e hegemônicos, pautados numa visão binária. O grupo também se apresenta como um lugar de construções identitárias e resistências.

Palavras-chave: Diversidade; Pesquisa; Universidade.

¹ Mestre em Educação Científica e Formação de Professores – UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA. Professora assistente – UNIVERSIDADE ESTADUAL DE SANTA CRUZ.
E-mail: lmcruz@uesc.br / reitoria@uesc.br

IDENTIDADE E REPRESENTAÇÃO SOCIAL: UM OLHAR REFLEXIVO SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NA INCLUSÃO DA CRIANÇA NEGRA NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Ednalva Rodrigues de Oliveira¹
Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araujo²

Resumo: A presente pesquisa busca investigar a valorização da cultura africana e afro-brasileira, partindo de experiências com crianças em sala de aula, na faixa etária de 05 anos das instituições públicas nos municípios de Vila Velha e Serra no Espírito Santo. Objetivando dialogar as culturas africana e afro-brasileira no contexto da educação infantil, propondo produção de conhecimento e formação de atitudes e valores que a criança se orgulhe de seu pertencimento étnico-racial. Pretende – se indagar: Como a cultura africana e afro-brasileira é abordada no contexto da educação infantil? e como essa abordagem contribui para afirmação da identidade da criança negra e sua representação social?

Palavras-chaves: Identidade negra, educação infantil, prática pedagógica, cultura africana e afro-brasileira.

1 Pedagoga - Prefeituras municipais da Serra e Vila Velha.
E-mail: ednalvaroliveira@hotmail.com.

2 Pedagoga - Prefeitura municipal de Vila Velha.
E-mail: jackeara@hotmail.com.

Introdução

Iniciamos a pesquisa com um olhar voltado a criança negra, sujeito histórico de direitos que tem uma identidade que precisa ser construída com valores positivos, porém, o que se sabe quando se trata da identidade negra tem densos caminhos a trilhar, desafios que precisam ser vencidos, pois ainda está articulada a valores negativos, sustentado pelo preconceito e discriminação na infância de muitas crianças, o que vai se perpetuando e repetindo em diferentes tempos, espaços e contextos sociais.

É nesse sentido que entendo a identidade negra como uma construção social, histórica e cultural repleta de densidade, de conflitos e de diálogos. Ela implica a construção do olhar de um grupo étnico/ racial ou de sujeitos que pertencem a um mesmo grupo étnico/racial, sobre si mesmos, a partir da relação com o outro (GOMES, 2003, p. 171).

A criança nasce em um meio social constituído de valores e crenças e neste ela vai se construindo e se representando socialmente de forma positiva ou negativa, e pensando na representação da criança negra, oriunda de um contexto historicamente racista, é nas diversas formas de relação e dialogando com diversas culturas ela pode fortalecer sua identidade.

Todo esse processo de construção de identidade é ativo e marca cada indivíduo. Inscreve – se no corpo, na fala, no olhar, nos gestos, na maneira de conceber o mundo que está nossa volta. Perceber como tudo isso acontece é fundamental para que cada vez mais brancos, negros, orientais e indígenas possam (re) conhecer a importância das histórias e das referências culturais, sobretudo as efetivas, modelo para a constituição da identidade individual e social (SOUZA et al, 2005, p.3).

É importante a criança negra ter contato com a sua cultura buscando referenciais importantes de pertencimento que irá auxiliá-la no exercício da cidadania, fortalecendo assim a autoestima em um contexto desigual. O olhar lançado sobre a criança negra e sua cultura, tanto pode valorizar ou desvalorizar a sua identidade. Além disso, vivemos em um país cujo histórico vem de um processo hierárquico e desigual à dicotomia negros e brancos, vem de uma herança colonial que resultou no processo de violência no que é ser negro no contexto social brasileiro e essa desigualdade é sentida nas crianças desde tenra idade.

É fundamental ter uma infância positiva livres de marcas discriminatórias e esse novo olhar a criança na infância precisa ser pensado no espaço da educação infantil, que diante das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2010) é entendida como espaço de aprendizagens e do desenvolvimento das crianças, em que um dos princípios é o respeito às diferentes identidades e singularidades. Menciono outros documentos que vem trazendo os direitos, reconhecimentos das singularidades de todas as crianças sem discriminações e preconceitos tais como: Constituição Federal (1988), Estatuto da Criança e do Adolescente (1990), Estatuto da Igualdade Racial (2010) e Lei de Diretrizes e Bases da educação (1996).

Além da Lei 10.639/ 2003, vem tratando da cultura africana e afro- brasileira nos estabelecimento de ensino, sendo um marco fundamental para repensar em uma construção do modelo de educação, mudança de comportamentos e mentalidades dos profissionais da educação priorizando os diálogos com os diferentes sujeitos que compõem os espaços da instituição de ensino. Ao refletir sobre essa Lei, pontuo a importância das construções de estratégias educacionais que contemple as histórias de vida dos sujeitos que antes eram invisibilizados mesmo estando integrados em sala de aula.

Dessa forma, é primordial pensar em ressignificar o currículo na formação de identidades e diferenças. Um currículo que deve ser pensado de forma a incluir questões relativas à diversidade cultural existente no espaço escolar. E transformar em um espaço democrático, nos quais se discutam os significados das relações de si e do outro com os meios de convivência.

Nessa perspectiva, Arroyo (2014) vem afirmar sobre o repensar dos currículos e a docência para inventar formas diversificadas de garantir o direito dos educandos e dos próprios educadores ao conhecimento. De acordo com Munanga (2005), “é indispensável que os currículos e livros escolares estejam isentos de qualquer conteúdo racista ou de intolerância”. Por isso, as ações e o currículo da educação infantil deverão indagar qual tem sido o trato pedagógico dado às crianças negras, brancas e de outros grupos étnico-raciais?

Questiono como está acontecendo à abordagem da Lei 10.639/2003 nos espaços da educação infantil, e quais são as estratégias utilizadas pelos profissionais? Julgo ser fundamental pensar na representação social e valores que os profissionais da instituição têm do negro, assim como, saberes e memórias da cultura africana inseridos nos contextos sociais das crianças e que sejam vivenciadas por elas, nas cidades, nos bairros e grupo familiar. Os monumentos históricos e culturais da herança africana contidos nas praças, construções, parques, festas, danças, tradições e culinárias, são marcos fundamentais que podem ser incluídos e dialogados na educação infantil, como símbolos de representação da identidade negra.

Pensando na Representação Social da criança negra na educação infantil, concordo com Moscovici (2003) que as representações sociais são históricas na sua essência e influenciam o desenvolvimento do indivíduo desde a primeira infância. Nessa perspectiva, propus abordar com um olhar reflexivo e incluso as crianças negras nas práticas pedagógicas no centro municipal de Educação infantil no município da Serra – ES, a qual leciono visto que as crianças pertencentes a este município estão envolvidos por uma diversidade cultural de grande influência africana, sendo assim foram desenvolvidos os seguintes projetos em sala de aula: A África está em nós (2015), uma viagem pela região sudeste (2016), diálogos e vivências da cultura africana e afro-brasileira na educação infantil (2017), uma Viagem lúdica pelo município da Serra (2018).

Foi possível dialogar experiências e vivências através de literaturas infantis com personagens negros entre elas: Pretinha de Neve e os sete Gigantes do autor Rubem Filho, as Tranças de Bintou da autora Sylviane A. Diouf, Meninas negras dos autores Madu Costa e Rubem Filho.

Para Candau (2012) a literatura infantil é um espaço plural de produção e reprodução simbólica de sentidos que pode colaborar para a valorização ou subalternização das identidades. Pensando na

valorização das identidades das crianças, foi trabalhado também danças, dramatizações, ilustrações, construções de bonecas negras, participação do grupo de capoeira na escola, visita da funcionária responsável pela construção da panela de barro símbolo da cultura capixaba com forte influência da cultura africana e indígena, onde as crianças puderam construir de forma lúdica as panelas de barro, produções de instrumentos recicláveis relacionado ao samba e o congo que são memórias da cultura afro – brasileira.

Soares (2015) vem afirmar que na interação as crianças dialogam com seus pares, numa troca de saberes e fazeres em que diante de tantas narrativas, cada criança contribuiu para a construção de conhecimentos individuais e coletivos. Diante desses conhecimentos individuais e coletivos as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações

Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2013), tem como um dos princípios dar “condições para professores e alunos pensarem, decidirem, agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças”.

Nessa perspectiva, Candau (2012) salienta que para trabalhar as questões das identidades étnicas raciais, de gênero, de opções religiosas e de orientação sexual são mobilizadas várias estratégias para a desconstrução de visões estereotipadas de certas identidades. A autora ainda salienta que um dos caminhos para a construção de uma representação positiva sobre o afro - brasileira é a tarefa de desnaturalização das desigualdades raciais.

De acordo, com Arroyo (2014) uma forma de desconstruir padrões de poder nos discursos da democracia racial é pensar em construir pedagogias da libertação como forma de libertar os sujeitos do ocultamento, reconhecendo sua identidade, cultura, memória e sua história na história. Quando esses valores são conhecidos e considerados pelos profissionais da educação, e abordado pelos docentes com intencionalidade, livres de preconceitos e discriminações favorecem mudanças de conceitos e comportamentos, podendo ser um viés que aprofundam os conhecimentos dos docentes e das crianças com a cultura africana, que resultará no empoderamento da criança negra.

Afirma a identidade negra na educação infantil é uma forma de luta contra o racismo estrutural composta na sociedade brasileira que é manifestado em diversas formas seja nas brincadeiras entre crianças, no projeto institucional, nas imagens de cartazes fixados nas paredes da instituição ou nas rodas de conversas entre crianças e profissionais, na relação de pais com professores, e entre os demais profissionais da educação. O racismo baseia – se na superioridade de uma raça ou cor em relação a outras e só se consubstancia porque uma delas se sente superior, e muitas vezes a outra se sente inferior.

Munanga (2005) afirma que o racismo é a pior forma de discriminação porque o discriminado não pode mudar as características raciais que a natureza lhe deu, sendo o racismo um fenômeno ideológico, ele se consolida através dos preconceitos, discriminações e estereótipos.

Nessa perspectiva Cavalleiro (2017) vem afirmar que não há como negar que o preconceito e a discriminação constituem um problema que afeta em maior grau a criança negra, visto que ela sofre, maus

tratos, agressões e injustiças, que afetam a sua infância e comprometem todo o seu desenvolvimento. É justamente em razão dessa zona de tensão, que é lançado um olhar reflexivo sobre a identidade e Representação Social da criança negra na Educação Infantil, analisando as propostas pedagógicas se condizem com a cultura da criança negra, o currículo da instituição escolar se está de acordo com a inclusão e formação da criança negra, e se a prática pedagógica e os saberes contemplam a valorização da cultura africana e afro-brasileira na educação infantil?

Conforme as minhas vivências como professora da educação infantil, tenho observado no cotidiano da educação infantil, a resistência dos professores de abordar temas relevantes a cultura africana e afro-brasileira entre eles: Consciência Negra, samba, frevo, capoeira, culinária, congo, poetas, músicos, escritores, protagonistas negros entre outros, poucos professores tem essa consciência da relevância desse trabalho para uma educação antirracista, além da formação inicial e continuada é fundamental esses profissionais sejam pesquisadores com um olhar étnico racial, pois para abordar essas questões é necessário ter a consciência dos conhecimentos que se tem sobre a temática.

O professor desempenha papel fundamental com a educação étnico-racial, pois nas práticas pedagógicas ele pode contribuir e mudar toda estrutura hegemônica presente nos currículos educacionais. Arroyo (2014) traz um repensar do currículo adaptado à diversidade de infâncias, reinventando formas diversificadas de garantir o direito dos educandos e dos educadores ao conhecimento que para Hoffmann (2012) são “propostas que visam valorizar as experiências de vida de cada criança, suas vivências culturais, raciais, religiosas, suas linguagens expressivas e várias áreas do conhecimento como elementos constitutivos do currículo”.

Para Caprini (2016) é pelas mãos desse profissional que passam diversas possibilidades de atuação que pode ser excludentes ou libertárias e transformadoras, dependendo da visão crítica e reflexiva do professor e de sua formação. O silenciamento de alguns professores são condutas que não contribui para a afirmação da identidade negra das crianças e suas características corporais e culturais. Para Cavalleiro,

O silêncio permanente das professoras a respeito das diferenças étnicas no espaço escolar, somado as crianças negras, parece conferir aos alunos brancos o direito de reproduzir seus comportamentos, pois não são criticados ou denunciados, podendo utilizar essa estratégia como trunfo em qualquer situação de conflito (CAVALLEIRO, 2006, p.54).

É fundamental abordar nas práticas pedagógicas, literaturas infantis que contemplam positivamente personagens negros, brinquedos que considere a diversidade étnica racial, pois as crianças da educação infantil são sujeitos históricos que se constituem através das interações, brincadeiras e o faz de conta. As Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil (2010) vêm pautando nas práticas pedagógicas os eixos norteadores as interações e brincadeiras garantindo às crianças as possibilidades de vivências com outras crianças e grupos culturais, que alarguem seus padrões de referência e de identidades no diálogo e conhecimento da diversidade. Oliveira vem afirmar que:

Na sua interação com as crianças, o professor pode ter como balizas dois movimentos: o de desvelar e ampliar. Ações que em conjunto podem transformar as crianças e a si próprio como professor sujeito sensível, envolvido no processo de criação das crianças e criador de sua prática docente (OLIVEIRA et al, 2013, p. 2078).

Portanto conhecer e reconhecer o jeito peculiar da criança ser e seu lugar no mundo, requer da docência um olhar sensível e uma prática pedagógica que valorize as diversas identidades existentes na educação infantil.

Metodologia

Para o desenvolvimento pesquisa utilizou-se o método bibliográfico, com embasamento na pesquisa qualitativa que para Gil (2002) tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema a ser estudado, com vistas a torná-lo mais explícito além do aprimoramento das ideias, proporcionando melhor compreensão da pesquisa.

Resultados

Conforme as minhas vivências com crianças pré – escolar, observei que ainda há entraves na afirmação e inclusão da criança negra nesses espaços, que é de suma importância a formação inicial e continuada de professores com formadores que realmente tem conhecimento da temática, e que venha garantir os direitos da inclusão das crianças negras nesses espaços. É observável que ainda a poucos recursos pedagógicos nesses espaços, e que muitas das vezes é necessário improvisado de recursos materiais por parte dos professores na abordagem do tema em sala de aula, levando em consideração que os espaços e tempos das rotinas na instituição são rígidos e pré – determinados o que dificulta os saberes e conhecimentos culturais.

Para Oliveira et al (2013) a ideia de inclusão na educação infantil tem como princípio reger todo o currículo, passando inclusive por modos de organização de tempos, espaços e materiais. É nesse espaço que Hoffmann (2012) vem afirmar que o desenvolvimento da criança depende, de um ambiente favorecedor, da disponibilidade dos adultos em conversar, brincar, presta – lhe de fato atenção.

Conclusões

É importante a criança negra ter contato com a sua cultura buscando referenciais importantes de seu pertencimento étnico e afirmar essa identidade negra na educação infantil é uma forma de luta contra o racismo estrutural composto na sociedade brasileira, que é manifestado em diversas formas seja nas brincadeiras entre crianças, ou nas rodas de conversas entre crianças e profissionais, nas relações de pais com professores, e entre os demais profissionais da educação. O professor desempenha papel fundamental com a educação étnico-racial nas práticas pedagógicas, é fundamental esse olhar incluso à

criança negra, contribuindo para a sua representação social, autoestima positiva e seu empoderamento no espaço da educação infantil.

E a lei 10.639/2003 que estabelece a obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro - Brasileira e Africana nos currículos dos estabelecimentos públicos e particulares de ensino da educação básica, é fruto da luta do movimento negro. Sendo assim, é fundamental ressignificar as práticas pedagógicas, pois as crianças tem que conhecer a história de mulheres e homens que fundaram movimentos de valorização social do negro no Brasil por intermédio da educação, da cultura e da arte que lutaram com compromisso político pela afirmação da identidade negra e da cultura negra enfatizando a dimensão racial e as lutas contra o preconceito e a discriminação, fizeram sua história de lutas e deixaram seu legado para as futuras gerações, mencionamos: Abdias do Nascimento, Solano Trindade, Aguinaldo Camargo, grande Otelo, Ruth de Souza, Lea Garcia, Alzira Rufino, Lélia Gonzalez, Sueli Carneiro, Conceição Evaristo, Haroldo Costa, entre outros.

Referências

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias**. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BRASIL, **Constituição da República Federativa do Brasil**, 1988.

_____, **Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**/ Ministério da Educação. Secretária de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC.SEB, DICEI, 2013.

_____, **Estatuto da Igualdade Racial**: Lei nº 12.288, de 20 de Julho de 2010.

_____, **Lei de nº 10.639 de 09 de Janeiro de 2003**.

CANDAU, Vera Maria. **Didática crítica intercultural**: aproximações. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

CAPRINI, Aldieris Braz Amorim et al. **Educação e diversidade étnico – racial**. Jundiaí: Paco Editorial: 2016.

CAVALHEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. 6 Ed. São Paulo: Contexto, 2017.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil**: um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

MOSCOVICI, S. **Representações sociais**: investigações em psicologia social. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma Lino. **O negro no Brasil de hoje**. 2. ed. São Paulo: Global, 2016

SOUZA, Ana Lúcia Silva et al. **De olho na cultura**: pontos de vistas afro – brasileiros. Salvador Centro de estudos Afro – orientais: fundação Cultura Palmares, 2005.

PROBLEMATIZAÇÕES ACERCA DA CAMPANHA “NESSE DIA DOS PAIS, DÊ O BOTICÁRIO”

Taina Guerra Chimieski¹
Thais Geraldo Oliveira de Aguiar²
Raquel Pereira Quadrado³

Resumo: Este artigo tem por objetivo analisar a rede de enunciações produzida a partir da propaganda do grupo O Boticário, “Nesse dia dos pais, dê O Boticário”. A metodologia consistiu na análise dos comentários produzidos no comercial veiculado no site YouTube. Para a análise, utilizamos os pressupostos da análise cultural. O vídeo apresenta um pai protagonizando cenas divertidas com seus filhos. A campanha foi lançada em julho de 2018 e desde seu lançamento recebeu comentários racistas, por apresentar uma família negra. Até o momento, 18 mil pessoas marcaram o vídeo com a opção “não gostei”. A reação dos consumidores frente a campanha aponta a importância de maior diversidade étnica, racial, de gênero e sexual nas propagandas e campanhas publicitárias.

Palavras-chave: Racismo, análise cultural, mídia.

1 Doutoranda – PPGEC - Universidade Federal do Rio Grande – FURG.
E-mail: taina.bio@hotmail.com

2 Mestranda – PPGEC - Universidade Federal do Rio Grande – FURG.
E-mail: thaisaguiar.furg@hotmail.com

3 Doutora – PPGEC – PPGEDU - Universidade Federal do Rio Grande – FURG.
E-mail: raquelquadrado@hotmail.com

Introdução

Este artigo situa-se na perspectiva teórica dos Estudos Culturais, em sua vertente pós-estruturalista e tem como objetivo analisar a rede de enunciações produzida a partir da propaganda do grupo O Boticário, “Nesse dia dos pais, dê O Boticário”. A partir das lentes teóricas que utilizamos, entendemos a mídia como uma instância produtora de saberes e de conhecimentos. Assim, compreendemos que os discursos veiculados nas campanhas publicitárias possuem pedagogias, que nos ensinam constantemente, modos de ser e de se posicionar no mundo.

Desta forma, de acordo com Ruth Sabat (2001), a publicidade funciona como um mecanismo de representação, muito mais do que seduzir o/a comprador/a ou induzir o consumo, ela apresenta uma pedagogia e um currículo cultural que produzem valores e saberes, regulam condutas e modos de ser, fabricam identidades e representações, constituem relações de poder. Ao compreendermos esse papel educativo que a mídia exerce sobre os sujeitos, é importante analisar o que tais campanhas publicitárias estão promovendo e como os/as telespectadores/as têm reagido diante destas. Assim, nosso foco neste artigo é analisar os comentários postados pelos/as usuários do YouTube, no comercial do dia dos pais da marca O Boticário, em 2018. A escolha por este material deve-se ao fato da grande repercussão de comentários negativos e o número significativo de “deslikes” do vídeo.

Metodologia

Em julho de 2018, para promover a venda de produtos masculinos alusivos ao dia dos pais, o grupo O Boticário produziu um comercial intitulado “Nesse dia dos pais, dê O Boticário”. A campanha publicitária contava com dois vídeos, um com a duração de cerca de 1 minuto, e outro menor, com a duração de 30 segundos, que apresenta o mesmo conteúdo do primeiro, mas em versão resumida. A campanha foi veiculada tanto na televisão aberta, quanto nos canais de televisão fechada. Além disso, encontra-se disponível também no Facebook da empresa e no YouTube⁴.

Os vídeos que compõem a campanha, apresentam um pai protagonizando cenas divertidas com seus filhos e filhas, e são acompanhados da seguinte descrição “ser pai não é acertar sempre, é nunca deixar de tentar. No dia dele, acerte no presente com O Boticário.”

Para a análise das postagens no vídeo, nos apoiamos nos pressupostos da análise cultural. Esta tem como princípio dar visibilidade a aspectos que muitas vezes não são visíveis em análises tradicionais (WORTMANN, 2007). Assim, ao utilizar esta ferramenta metodológica almejamos desconstruir, desnaturalizar as verdades sociais, que, de tão presentes em nosso cotidiano, acabamos por não mais questionarmos. Segundo Trindade (2007), esta metodologia trabalha sempre com uma pluralidade de significações de uma época para a outra e em uma mesma época, visando mostrar como ocorreu a

⁴ Vídeos da campanha disponíveis nos seguintes links: <https://www.youtube.com/watch?v=Aa-wZefbriM>, <https://www.youtube.com/watch?v=-9tTjYmnVLE>, <https://www.facebook.com/oboticario/videos/vb.140105282727777/2118536931551259/?type=2&theater>

invenção de determinadas verdades, os deslocamentos por que passaram, as disputas que enfrentaram nos campos dos conhecimentos científico, político, social e cultural.

Desta maneira, a Análise Cultural tem a intenção de pensar a respeito da natureza da organização que constitui o complexo das relações entre os sujeitos. Assim, podemos entender tal metodologia, como uma forma de olhar para as produções culturais que possibilita que discursos e práticas culturais tornem-se objetos de pesquisa. Tendo em vista que “a tarefa da análise cultural consiste em desconstruir, em expor esse processo de naturalização” (SILVA, 2015, p.134). Assim, partindo dos pressupostos da Análise Cultural buscamos problematizar a rede de enunciações presente nos comentários, postados no vídeo da campanha no YouTube. Para tal, selecionamos os comentários que tiveram o maior número de respostas dos usuários, e o maior número de curtidas, por entender que desta forma, estaríamos selecionando os comentários com maior visibilidade.

O vídeo com duração de cerca de 1 minutos teve 180.489 visualizações, recebeu 2.642 comentários, 34 mil gostei (*likes*), 798 não gostei (*deslikes*). Já o vídeo mais curto, com 30 segundos, obteve 10.934.225 visualizações, 11.278 comentários, 129 mil gostei (*likes*) e 18 mil não gostei⁵ (*deslikes*).

Resultados e Discussões

Durante a produção dos dados não foi possível ter acesso a nenhum comentário racista publicado nos vídeos, visto que a empresa optou por apagar todas as mensagens de cunho racista, logo que eram publicadas. Assim, acabamos por analisar as respostas dos usuários a tais comentários racistas e ao grande número de *deslikes* que o vídeo recebeu.

Figura 1 - Cena da família reunida no comercial de O Boticário.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

5 Informações referentes desde o lançamento dos vídeos até o dia 21 de janeiro de 2019.

Figura 2 – Campanha dia dos pais O Boticário.

Nesse Dia dos Pais, dê O Boticário.

10.926.278 visualizações 👍 129 MIL 💬 18 MIL ➦ COMPARTILHAR ☰ ⋮

 **O Boticário**
Publicado em 26 de jul de 2018 INSCREVER-SE 1,4 MI

Ser pai não é acertar sempre, é nunca deixar de tentar. No dia dele, acerte no presente com O Boticário.

[MOSTRAR MAIS](#)

11.343 comentários ☰ CLASSIFICAR POR

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

Figura 3 – Comentário do grupo O Boticário sobre a repercussão da campanha.

 **O Boticário** 3 meses atrás

Fixado por O Boticário

Já faz bastante tempo que trazemos representatividade e diversidade para as nossas campanhas. E temos muito orgulho disso ♥. Mas as reações que o nosso filme gerou só mostram pra nós que temos muito trabalho a fazer. A gente acredita no respeito a todas as pessoas e deseja que, em breve, isso não seja mais motivo de desconforto pra ninguém.

👍 469 💬 RESPONDER

[Ver 49 respostas](#) ▼

 **Hwasa's throne is my face** 3 meses atrás

Eeeita que esse comercial tá servindo pra separar o joio do trigo. Não apaga os comentários racistas não, dona Boticário...vamos observar como o racismo ainda existe SIM!

👍 382 💬 RESPONDER

[Ver 9 respostas](#) ▼

 **Jean Fontes** 3 meses atrás

□□□□□□ vão se acostumando pq agora as empresas "descobriram" que nós negros também compramos, principalmente de quem nos dá representatividade!

👍 182 💬 RESPONDER


[Ver 6 respostas](#) ▼

Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>



Nas figuras acima é possível perceber que a campanha publicitária do grupo O Boticário para o dia dos pais, é protagonizada exclusivamente por atores e atrizes negros e negras. A partir disto, os/a

usuários/as apontam que o racismo é o responsável pela grande quantidade de *deslikes* presentes no vídeo, como podemos observar nos comentários abaixo:

Figura 4 - Comentário mais curtido.

 **José Artur Castilho** 5 meses atrás


um comercial simples, engraçado, divertido... não tem motivo plausível pra alguém "odiar" isso e promover "boicote" que não seja pelo mais puro e simples racismo. quer comercial só com gente branca, só continua assistindo a TV pq isso é o que mais tem.

 1 mil  RESPONDER

Ver 11 respostas ▾



Fonte:<https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

Figura 5 - Comentário sobre os dislikes.

 **Thais Assis** 5 meses atrás

Negros: ficaram feliz em ver uma família negra em um comercial, representatividade.
Branco não racista: nem perceberam nada, viram apenas um comercial com uma família.
Branco racista: deram dislike e estão nos comentários destilando ódio e racismo, cobrando "representatividade" sendo que 90% dos comerciais, séries, novelas, etc são representados por branco e eles não cobram a inclusão de negro, índio, descendente de asiático.


Mostrar menos

 982  RESPONDER



Ver 41 respostas ▾

Fonte:<https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

Figura 6 – Comentário.

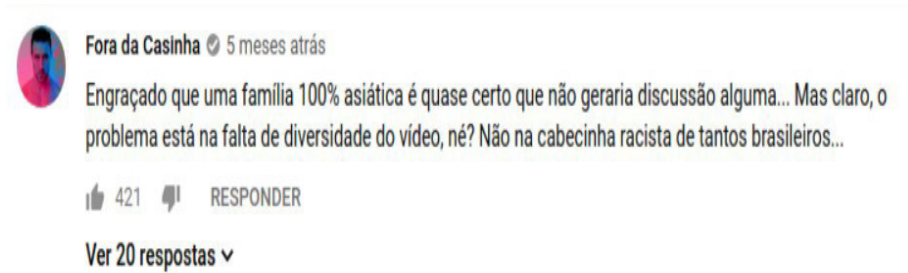
 **Camila Sappatini** 5 meses atrás

Parabéns O Boticário. Comercial que mostra a diversidade num contexto. Tanta dislike e comentário racista só mostra o quanto temos que divulgar a diversidade, muito triste onde pessoas branco se acham menosprezadas pelo motivo de não aparecer em um comercial, vamos analisar, enquanto se lança um comercial com negro está sendo lançado dez com pessoas branco, isso é igualdade?

  RESPONDER

Fonte:<https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

Figura 7 - Comentário.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

O Brasil é um país constituído por muitas etnias, este fato leva muitos/as a pensarem que em um país com tanta miscigenação, o racismo está ausente. Entretanto, a partir dos comentários acima perceberemos o quanto ainda carregamos e somos marcados pelo racismo. De acordo com Gomes, o racismo pode ser caracterizado como:

[...] um comportamento, uma ação resultante da aversão, por vezes, do ódio, em relação, a pessoas que possuem um pertencimento racial observável por meio de sinais, tais como: cor da pele, tipo de cabelo, etc. Ele é por outro lado um conjunto de ideias e imagens referente aos grupos humanos que acreditam na existência de raças superiores e inferiores. O racismo também resulta da vontade de se impor uma verdade ou uma crença particular como única e verdadeira. (2005, p. 52)

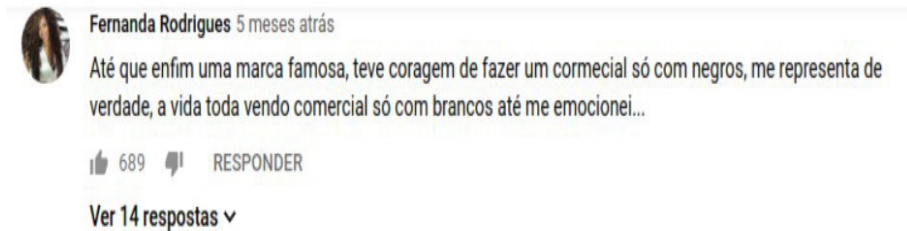
O racismo está tão arraigado em nossa sociedade que por vezes é difícil identificá-lo. Além da discriminação da pessoa negra, o racismo nos leva a repelir tudo que tem origem ou que possa ser associado a população negra, como aponta Bentes (1993, p. 16) “[...] no nosso caso, o preconceito está fundamentalmente nos caracteres físicos. A discriminação “cultural” vem a reboque do físico, pois os racistas acham que “tudo que vem de negro, de Preto” ou é inferior ou é maléfico (religião, ritmos, hábitos, etc).” Assim, utilizamos muitos termos racistas em nosso dia a dia sem muitas vezes nos aperceber, como por exemplo: denegrir, a coisa tá preta, lista negra, ovelha negra, entre outras expressões que são utilizadas para descrever algo ruim.

Podemos perceber que o racismo se manifesta, também, através da mídia, entendida aqui como a produção cultural de massa em diversos meios, como desenhos, cinema, televisão, literatura, livros didáticos, novelas, imprensa e propaganda. Esta tem por costume excluir os/as negros/as de suas produções e quando os/as apresenta é normalmente, em papéis subalternos, vilões/ãs, homens bêbados e preguiçosos, mulheres hipersexualizadas e lascivas.

“Esta prática racista manifesta-se também nos livros didáticos tanto na presença de personagens negros deturpadas e estereotipadas quanto na ausência da história positiva do povo negro no Brasil” (GOMES, 2005, p. 53).

Esta falta de representativa de negros/as em papéis positivos e de destaque na mídia também foi apontada pelos/as usuários/as em seus comentários, no vídeo do grupo O Boticário, como podemos observar abaixo:

Figura - 8 Comentário.



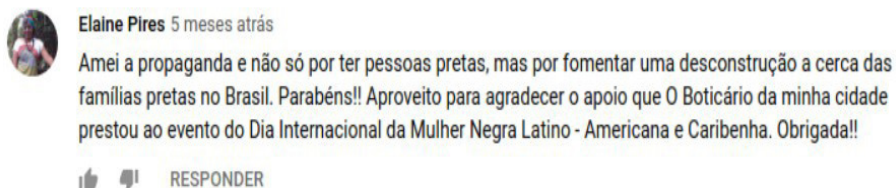
Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

Figura 9 - Comentário.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

Figura 10 - Comentário.



Fonte: <https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

Figura 11 - Comentário.



Cristina Catarina de Castro Barros 5 meses atrás

Obrigada, boticário. Tenho mais de quarenta anos e é a primeira vez que vejo uma propaganda representando minha família, sempre gostei da marca e agora subiram mais no meu conceito, no Brasil há muitas famílias de casais negros não só mista e até hoje somos discriminados mas pelas curtidas e comentários positivos, estamos caminhando para mudanças...mais uma vez parabéns...

👍 👎 RESPONDER

Fonte:<https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

Figura 12 - Comentário.



Stéfani Filho 5 meses atrás

Sou branco, tenho 30 anos de idade e fico pensando em como deve ter sido difícil crescer como um negro cujas únicas referências positivas foram jogadores de futebol e cantores... A lamentável ver como as pessoas não tem noção do impacto de uma criança assistir mais comerciais e campanhas como essa. Ou É MUITA ignorância ou é comodismo...

👍 305 👎 RESPONDER

Fonte:<https://www.youtube.com/watch?v=-9tJYmnVLE>

Nos comentários acima, em destaque os da Nayara, Cristina e Stéfani demonstram a importância da representatividade e visibilidade que campanhas como esta promovem. A presença de modelos positivos na mídia, que superem os estereótipos preconceituosos associados à população negra, é primordial para sua legitimação. A presença dessas pessoas como referência da mídia é importante para dar visibilidade às minorias e gerar discussão sobre inclusão social e nos meios de comunicação, como a publicidade, por exemplo (BATINGA, JOAQUIM, 2016).

Por entendermos que a mídia, possui uma pedagogia e assim nos ensina o que é certo, o que é errado, o que é aceitável, o que é belo, o que é feio e assim por diante, é essencial que ela mostre negros/as ocupando lugares de destaque em suas propagandas, novelas, desenhos, entre outros. Cabe aqui destacar que não basta simplesmente colocar atores e atrizes negros/as em propagandas, filmes, novelas, afinal eles já ocupam este espaço a algum tempo, muitas vezes sendo representados/as como motoristas e empregadas domésticas. Temos que colocá-los/as em outras posições como por exemplo, empresário/a, médico/a, advogado/a, ou ainda como pai de família, como retratado no comercial analisado.

Algumas Considerações

O racismo não será apagado em um piscar de olhos, são anos e anos carregando suas marcas, mas campanhas como esta ajudam a questionar estereótipos que estão fortemente arraigados. Além disso, demonstram a importância da representatividade na mídia. Com podemos observar nos comentários de muitos/as usuários/as do YouTube, que relataram que pela primeira em anos haviam se sentido representados/as em uma campanha publicitária.

Nos últimos anos, alguns avanços têm sido feitos, como por exemplo a presença maior de personagens negros/as em campanhas publicitárias, em novelas e no cinema. Um exemplo bem atual é o filme Pantera Negra, composto por elenco e produção majoritariamente negro, que se destaca sendo o primeiro de filme de super-herói a concorrer ao Oscar.

Continuamos lutando para que cada vez mais possamos ver na mídia exemplos de representatividade, esperando que assim seja possível erradicar o racismo existente em nosso país.

Referências

BATINGA, Georgiana Luna; JOAQUIM, Adriano de Mendonça. “**A Publicidade Gay no Brasil “Saiu do Armário”!**”? Uma Análise Discursiva da Campanha ‘Dia dos Namorados’ da Marca O Boticário”. EnANPAD, 2016.

BENTES, Raimunda Nilma de Melo. **Negritando**. Belém: Graphitte, 1993, 284p.

Figuras de 1-12, disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=Aa-wZefbriM>. Acessadas em: 10 de dezembro de 2018.

GOMES, Nilma Lino. **Alguns termos e conceitos presentes no debate sobre relações raciais no Brasil: uma breve discussão**. In, Educação anti-racista: caminhos abertos pela lei 10.639/03. Brasília. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. MEC, 2005, p 39-62

SABAT, Ruth. Pedagogia cultural, gênero e sexualidade. Revista **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.09, n.01, 2001. p. 09-21. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v9n1/8601.pdf> . Acessado em 18 de dezembro de 2018.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. 3. ed. Belo Horizonte. Ed. Autêntica, 2015. 154p.

TRINDADE, Iole Maria Faviero. Uma análise cultural de discursos sobre alfabetização e alfabetismo/letramento e suas representações. Revista **Educação**, Santa Maria, v.32, n.01, 2007. p. 41-58. Disponível em: <http://www.ufsm.br/ce/revista>. Acessado em 20 de dezembro de 2018.

WORTMANN, Maria Lúcia Castagna. Análises Culturais: um modo de lidar com histórias que interessam à educação. In: COSTA, Maria Vorraber (Org). **Caminhos Investigativos II**: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação. 2.ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007. p. 71-90.

LIBERDADE DE GÊNERO: SUBVERTENDO COM O REGIME DE INTELIGIBILIDADE CORPO-GÊNERO-DESEJO

Thais Geraldo Oliveira de Aguiar¹

Taina Chimieski²

Raquel Pereira Quadrado³

Resumo: Vivemos em um tempo de constantes transformações culturais, em que outras formas de ser e de viver os gêneros e as sexualidades têm emergido e estão sendo visibilizadas. Diante dessas transformações, temos como objetivo analisar as falas dos/as entrevistados/as na série Liberdade de Gênero, acerca de suas vivências trans, problematizando sobre o entrelaçamento existente entre gênero e a sexualidade. Este artigo ancora-se no campo de teorização dos Estudos Culturais, em suas vertentes pós - estruturalista de análise, por entendermos que este é um campo de estudos potente para as pesquisas que analisam as relações imbricadas entre cultura e sociedade, para tal fim utilizamos ferramentas da análise cultural, pois estas ferramentas nos possibilitam lançar olhares para as produções culturais.

Palavras-chave : Gênero, Sexualidade, Estudos Culturais.

1 Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências : Química da Vida e Saúde na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: thais.aguiar.furg@hotmail.com

2 Doutoranda no Programa de Pós -Graduação em Educação em Ciências : Química da Vida e Saúde na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), Rio Grande, Rio Grande do Sul, Brasil.
E-mail: taina.bio@hotmail.com

3 Doutora em Educação em Ciências . Professora adjunta do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, orientadora no PPG em Educação em Ciências e no PPG em Educação.
E-mail: raquelquadrado@hotmail.com

Introdução

Vivemos em um tempo de constantes transformações culturais, suscitada por instâncias sociais que assumem em nossa cultura diversas formas de comunicação e informação. Nesse tempo de transformações, outras formas de ser e de viver os gêneros e as sexualidades têm emergido e estão sendo visibilizadas. Dentre essas, as vivências trans têm conquistado espaço nas mídias em geral, onde a temática da transexualidade, travestilidade e transgeneridade tem sido abordada em filmes, discutida em novelas, documentários e séries, problematizando a luta dessas pessoas por condições melhores para poderem viver como elas são.

Uma das séries televisivas que trouxe essa abordagem foi Liberdade de Gênero, que constitui o *corpus* de análise desse artigo, nela quatorze pessoas trans são entrevistadas. A série Liberdade de Gênero foi ao ar pela primeira vez em 19 de outubro de 2016, no canal GNT. O diretor, João Jardim, percorreu do sul ao norte do país com a proposta de dialogar sobre a diversidade de gênero, trazendo histórias e identidades diferentes. Neste artigo, analisamos as falas dos/as entrevistados/as na série acerca de suas vivências trans, problematizando sobre o entrelaçamento existente entre gênero e a sexualidade.

Ademais, trazemos essa pesquisa a partir do campo teórico dos Estudos Culturais, na sua vertente pós-estruturalista de análise, destacando o efeito das mídias na produção dos gêneros e das sexualidades e também como produtora de saberes e conhecimentos. Nesse sentido, entendemos a série Liberdade de Gênero como um potente artefato cultural para a reflexão acerca das identidades trans e das sexualidades, uma vez que contém pedagogias culturais que ensinam significados sobre esses sujeitos.

Metodologia

Para tal fim utilizamos ferramentas da análise cultural, pois estas ferramentas nos possibilitam lançar olhares para as produções culturais. A autora Maria Lúcia Wortmann afirma que para a realização desse método de análise é importante “penetrar nas linguagens e garimpar os significados em uma multiplicidade de histórias e textos” (2007, p. 80). Para isso, os 10 episódios da série foram transcritos, as falas dos/as entrevistados/as foram analisadas, agrupadas por semelhanças e, a partir disso, elencamos eixos temáticos. Neste artigo, trazemos as análises referentes aos eixos que abordam sobre o entrelaçamento entre gênero e sexualidade.

Resultados e discussão

Os/as entrevistados/as na série relatam que antes de conhecerem o que era a transexualidade se reconheciam como gays, mas mesmo assim sentiam que algo estava errado, porque não conseguiam se relacionar com pessoas do “mesmo” sexo.

Tinha alguma coisa errada, porque eu não conseguia me ver ficando com outro menino sendo menino. Eu não sou gay, eu sou uma mulher trans heterossexual. Eu não me aceitava no corpo de homem, então essa condição homossexual pra mim não funcionava. (Amanda)

Na adolescência foi um pouco mais difícil, porque eu conheci outros meninos que eram gays, mas eu não me identificava com eles, eu pensava: eu não sou isso! Eu queria ser como a minha irmã, como a minha mãe, como as minhas amigas. (Carol)

Eu sempre gostei de meninas e eu me apaixonei por meninas quando eu tinha nove anos mais ou menos, só que pra mim era impensável, eu não queria nem chegar perto. Minha adolescência foi muito difícil, porque caiu no meu colo que eu era uma lésbica e que eu ia ter que viver nesse corpo. (Erick)

Esse entrelaçamento entre gênero e sexualidade parece ser comum nas vivências dos/as entrevistados/as, pois a maioria relata que enquanto desconhecia a possibilidade de ser transexual, travesti ou trans não binário as relações homossexuais pareciam não ter sentido. O sentimento de não se reconhecer enquanto homossexuais, faz jus ao entrelaçamento que existe entre gênero e sexualidade, eles/as sabiam que algo não estava de acordo, mas, não era em relação à sexualidade, e sim com o corpo, a sensação era de não se reconhecer ao gênero designado. A mudança que eles desejavam não era em relação à orientação sexual, mas, sim que seus corpos se ajustassem a identidade de gênero que eles sentiam pertencer, e que assim, seus corpos lhe garantissem a inteligibilidade social esperada.

Márcia e Letícia são duas das entrevistadas que fogem a esse padrão. Márcia sempre gostou de meninas e se considera uma travesti lésbica e Letícia é casada há mais de 40 anos e se considera uma transgênera lésbica, inclusive, ambas relatam que são criticadas por sua sexualidade, já que como se identificam com o feminino deveriam – dentro da lógica heteronormativa – gostar de homens. Casos como estes relatam que a sexualidade está deslocada de qualquer determinismo biológico. A autora Berenice Bento traz essa questão:

Quando uma pessoa diz “Eu tenho um corpo equivocado, sou um/a homem/mulher aprisionado/a em um corpo de mulher/homem”, isto não significa que ser mulher seja igual a ser heterossexual. Quando a sociedade estabelece que o/a homem/mulher de verdade é heterossexual, deduz-se imediatamente que um/a homem/mulher transexual deverá sê-lo, e são construídos dispositivos em torno dessa realidade. (2006, p.156)

A partir desta citação da autora e das falas dos entrevistados/as no programa percebemos que a identidade de gênero de um homem trans ou de uma mulher trans é questionada, ainda mais, quando estes/as não se enquadram ao padrão heterossexual, sinalizando que a condição heterossexual está intimamente ligada ao reconhecimento de um/a homem/mulher de “verdade”.

Ana Carolina, namorada de Márcia, conta que enquanto namorava com mulheres lésbicas, a sociedade entendia isso como “comum”, mas que a partir do momento em que hoje ela se apresenta namorando uma travesti, as pessoas questionam, inclusive as lésbicas: *mas, espera um pouco, você não é lésbica?*

Isso se justifica porque dentro da sociedade heteronormativa em que vivemos, até dentro da própria comunidade LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros), as pessoas devem se enquadrar às normas estabelecidas. O conservadorismo da sociedade reflete na comunidade, enquanto nela deveria encontrar resistência e novas formas de pensar os gêneros e as sexualidades. Conforme Berenice Bento as expressões de gênero, as sexualidades, as subjetividades só apresentam uma correspondência com o corpo quando é a heteronormatividade que orienta o olhar (BENTO, 2014, p. 53).

Além disso, Márcia conta que sempre gostou de meninas! E pergunta para a mãe:

Namorei um pouquinho, né? (Márcia) E a mãe responde:

Bastante, é isso que a gente não entende, se veste de mulher, devia gostar de homem. (Dora, mãe de Márcia)

Wallace se identifica como uma pessoa trans não binária e conta sobre um episódio engraçado com relação ao entendimento da sua mãe sobre a sua sexualidade, que vai ao encontro da fala da mãe de Márcia. Ele diz:

[...] até um caso engraçado, sobre isso de sexualidade, que recentemente eu tive um caso com uma garota, aí a minha mãe falou assim: ah, não, pera! Primeiro você é menino, agora você é menina, primeiro você é gay, agora você é lésbica?! Não tô entendendo! Eu não consigo, para! Orientação sexual tá relacionada para quem eu oriento o meu desejo. A identidade de gênero tá relacionada ao entendimento, como você se entende, se como mulher ou como homem. (Wallace)

Novamente a lógica da heteronormatividade aparece nas falas, demonstrando que socialmente costuma-se fazer um entrelaçamento entre gênero e sexualidade, embora sejam coisas distintas. Isso porque se espera que haja um regime de inteligibilidade entre corpo, gênero e desejo, de modo que se o sujeito assume um gênero masculino, ainda que tenha uma vulva, espera-se que ele se relacione afetiva e sexualmente com mulheres.

Para Berenice Bento:

A existência trans põe em destaque aqueles atos discursivos e corporais considerados socialmente importantes para dar vida aos corpos-sexuados, ao mesmo tempo em que os desloca. Se a experiência nega a origem biológica para a explicação dos comportamentos, contraditoriamente, é a pressuposição dessa origem natural que gerará as expectativas e as suposições sobre as condutas apropriadas para os gêneros. Suas histórias interrompem a linha de continuidade e de coerência que se supõe natural entre corpo, sexualidade e gênero, ao mesmo tempo em que apontam os limites da eficácia das normas de gênero e abrem espaços para produção de fissuras que podem, potencialmente, transformar-se em contradiscursos e libertar o gênero do corpo-sexuado. (2014, p. 63)

A existência trans põe em xeque não só a naturalidade dos gêneros pautada no determinismo biológico, mas, também, da sexualidade condicionada ao gênero. Sendo assim, rompe com a inteligibilidade

do corpo-gênero-desejo, histórias como a de Márcia e Letícia evidenciam que nem toda mulher tem vagina e deseja ter relações com homens, embora exista uma expectativa social criada a partir de um determinismo biológico. A autora Judith Butler problematiza este regime de inteligibilidade entre corpo, gênero e desejo quando expõe:

Gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só são concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (2017, p. 43).

Sendo assim, o gênero adquire inteligibilidade através do sexo que, conseqüentemente, determina também, o desejo, de acordo com a lógica heteronormativa. A construção de uma coerência entre o sexo-gênero-desejo faz com que as identidades de gênero divergentes ao padrão, como as experiências trans, sejam impensadas dentro do regime de heteronormatividade compulsória em que vivemos. Porém, essas experiências produzem fissuras na lógica heteronormativa e fazem emergir outras identidades de gênero e sexuais que tensionam os limites dessas normas.

Em torno disso, refletimos o quanto é importante ouvir o que as pessoas têm a dizer sobre si mesmas, assim como é mostrado na série *Liberdade de Gênero*. Existem possibilidades diversas de vivenciar os gêneros e as sexualidades, de maneira a tensionar as normas impostas, contribuindo para que fissuras sejam expostas nesse sistema⁴ que reduz as vivências ao binômio de gênero.

Conclusões

A série *Liberdade de Gênero* deu visibilidade para a diversidade existente de identidades de gêneros e sexuais, informando sobre o tema e (re)produzindo modos de ser “diferentes” do qual adotamos como “natural”, desconstruindo “verdades” sobre os gêneros, sobre os sexos e sobre a sexualidade. A série nos ensina sobre outros modos de ser e estar no mundo uma vez que somos educadas/os através de diferentes meios, dentre os quais os programas televisivos.

As narrativas dos/as entrevistados/as que analisamos dissolvem a lógica entre sexo, gênero e desejo, embaralhando a fixidez das “verdades” sobre eles que nos é dada, atribuída de forma essencializada. De acordo com a lógica heteronormativa que vivemos, histórias como as neste artigo analisadas, denunciam o quanto a sexualidade vinculada ao gênero é uma construção, já que existem múltiplas formas de vivenciar as sexualidades.

4 A ativista e pesquisadora trans Viviane Vergueiro (2015) utiliza a palavra sistema como uma corruptela de ‘sistema’, com a intenção de denunciar a existência de cissexismo e transfobia no sistema social e institucional dominante.

Referências

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Gramind, 2006.

_____. *O que pode uma teoria? Estudos Transviados e a Despatologização das Identidades Trans*. In: Florestan, n. 2, p. 46, 2014.

BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade*. Rio de Janeiro: 13ª ed. 2017.

LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico*. Tese de Doutorado em Ciências Sociais apresentada à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC – SP, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. *Flor de açafão: takes, cuts, close-ups*. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

WORTMANN, Maria Lúcia. Análises Culturais. In: COSTA, Marisa Vorraber (Org.). *Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação*. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007. p. 71-90.

INTERFACES DE EROS ENLUTADO: A CONSTRUÇÃO PERFORMÁTICA DE MEDUSA NA POESIA E NAS ARTES PLÁSTICAS

Amanda Ramalho de Freitas Brito¹

Resumo: O presente artigo procura refletir comparativamente a representação performática de Medusa no poema *Os meus cabelos* (de Judith Teixeira), nas artes plásticas *Medusa* (de Caravaggio) e *Medusa* (de Ney Sayão). Parte-se da premissa da construção do mito como arquétipo da própria configuração da mulher na sociedade falocêntrica, associada, em uma variante, à perspectiva plural do entendimento de Medusa e da própria sexualidade feminina. Nesse sentido, o mito será analisado por meio da discussão de Eros enlutado, destacando a compreensão perversa da sexualidade feminina nos diferentes textos artísticos. A interpretação analítica ancora-se nas discussões teóricas de Kehl (2009), Cohen (2013), Bataille (2014), Stoller (2015) e Starobinski (2016).

Palavras-Chave: Medusa. Erotismo. Perversão. Performance. Melancolia.

¹ Professora de Literatura Brasileira da Universidade Federal da Paraíba e da Universidade Estadual de Alagoas. Pesquisadora PIBIC/FAPEAL.

O MITO E AS METÁFORAS: AVESSOS DE EVA

Renata Pimentel¹

Resumo: A partir de base comparativista, focam-se três obras de autores contemporâneos argentinos: Tomás Eloy Martínez (*Santa Evita*, 1996, romance); Néstor Perlongher (*Evita vive e outras prosas*, 2001, contos) e Copi (*Eva Perón*, 2007, teatro) e busca-se revelar crítica e desconstrução de um mito contemporâneo da cultura/ política da Argentina (Eva Perón, esposa do general e ex-ditador Juan Domingo Perón) nessas ficções. Interessa-nos pensar (com o auxílio de críticos como Beatriz Sarlo; Alberto Manguel; Susan Sontag) a dessacralização e o humor como estratégias usadas pelos escritores/ intelectuais para a desconstrução do mito. As temáticas do gênero, da (homo)sexualidade e as transgressões ao discurso da história oficial sobre o mito de Eva Perón são aspectos importantes nesta investigação. Para tanto, pensa-se com o apoio de Foucault, Butler e Preciado.

Palavras-chave: Literatura latino-americana; mito; gênero; estudos gays; artes da cena

¹ Professora Associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE), Departamento de Letras e Ciências Humanas, Doutora em Teoria da Literatura.
E-mail: renatapimentel@gmail.com

Todo país produz seus mitos e heróis. No Brasil mesmo, lembremos nossa Carmem Miranda (que por sinal era portuguesa), ou mesmo Pelé (que ainda exerce fascínio de ídolo pelo passado futebolístico). E até mesmo nascem aqueles que darão sustento a tais lendas ou as criticarão, jogarão sobre elas o devido fecho incômodo de luz “por sob as saias”, revelando-lhes entranhas e aspectos dessacralizadores.

Façamos, desde já, a ressalva: é através dos mitos que conhecemos as indagações sobre o significado do mundo e da existência humana, talvez por isso se tenha tanto interesse em estudá-los e esse movimento se perpetue até os dias atuais; até por que as interpretações não o esgotam: o mito fundacional, por mais que se tente compreender, nunca deixará de ser um mito. E as sociedades e culturas produzem vários deles ao longo de sua história, sobretudo em certos momentos cruciais. Segundo Mircea Eliade (1992), o homem pode renunciar a encontrar sua salvação espiritual nos mitos, mas ele não renunciou a tudo que significam e efetua em simbolização para o homem psíquico. Os mitos falam ao inconsciente e são compreendidos nessa linguagem. Assim posiciona-se Eliade em relação a sua pesquisa sobre o mito e suas relações com a produção da realidade:

Nossa pesquisa terá por objeto, em primeiro lugar, as sociedades onde o mito é – ou foi, até recentemente – “vivo” no sentido de que fornece os modelos para a conduta humana, conferindo, por isso mesmo, significação e valor à existência. Compreender a estrutura dos mitos nas sociedades tradicionais não significa apenas elucidar uma etapa na história do pensamento humano, mas também compreender melhor uma categoria dos nossos contemporâneos. (1998, p. 08 – grifos nossos)

Em sendo o mito, ainda na esteira do que afirma Eliade, uma realidade cultural de extrema complexidade, assinalamos o quanto pode ser abordado e interpretado através de perspectivas múltiplas e que funcionam, entre si, de modos complementares para uma visão mais aprofundada do seu conteúdo e das reverberações deste mito e de sua principal função que: “consiste em revelar os modelos exemplares de todos os ritos e atividades humanas significativas: tanto a alimentação ou o casamento, quanto o trabalho, a educação, a arte ou a sabedoria” (1998: 13). Essas ideias se coadunam com o que afirma Rocha:

A eficácia do mito e não a verdade é que deve ser o critério para pensá-lo. O mito pode ser efetivo e, portanto, verdadeiro como estímulo forte para conduzir tanto o pensamento quanto o comportamento do ser humano ao lidar com realidades existenciais importantes. (ROCHA, 1999, p. 14)

Mas como se comportam os mitos em nosso mundo moderno? Por que a eles é conferida tanta importância, e por que ainda chamam a atenção do homem?

O mito, como vimos, não possui sólidos alicerces de definições. Não possui verdade eterna e é como uma construção que não se repousa no solo. O mito flutua. Seu registro é o do imaginário. Seu poder é a sensação, a emoção, a dádiva. Sua possibilidade

intelectual é o prazer da interpretação. E interpretação é jogo e não certeza. (ROCHA, 1999, p. 94)

Imaginário, sensação, emoção que instigam a interpretação, mais ainda, que gestam interpretações e modos de se pensar/ sentir/ engendrar um povo. Mitos fornecem aspectos imaginário de um povo, de uma identidade que pode ser acolhida, negada, ironizada. Uma identidade que pode causar sensações as mais diversas: reconhecimento, repulsa, aversão, exclusão, alienação...

Aqui, então, pensemos o quanto de útil e, ao mesmo tempo perverso, existe na produção dos mitos: inevitável irracionalismo humano, que precisa sedimentar supostos heróis acima de leis, para espelhar-se em suas também supostas inquestionáveis virtudes e desculpar-se por suas misérias, mazes e mesquinhas cotidianas e supostamente civilizadas.

Neste breve artigo, propomos o questionamento do mito em uma sociedade contemporânea e vizinha a nós - a Argentina peronista – por meio da figura emblemática para a cultura dos argentinos de Eva Perón. Atriz e política, conhecida como Evita, “a protetora dos descamisados” e Primeira Dama do Presidente Juan Domingo Perón nos dois primeiros mandatos deste (de 1946 a 1955). Evita morre em 1952, já como figura cercada de aura de celebridade em vida e, definitivamente, após morrer, converte-se em mito cercado de lendas e controvérsias: manancial perfeito para a possível reversão crítica da história a partir dos recursos da ironia com que tão bem sabe trabalhar a literatura.

Beatriz Sarlo, em seu arguto estudo sobre o mito de Eva Perón, intitulado *A Paixão e a exceção* (2005), faz uma análise da trajetória da primeira dama peronista, sua construção como mito, os desdobramentos vários disso em setores diversos da sociedade e do imaginário argentino, sobretudo enfocando a ação dos Montoneros (grupo revolucionário e guerrilheiro argentino que sequestrou e assassinou o general Pedro Aramburu – líder do golpe que depôs Perón e ex-presidente argentino -, como represália ao roubo do cadáver de Evita) e as lições que nos legou Jorge Luís Borges (o qual dispensa apresentações, mas redundamos: é um dos maiores escritores contemporâneos), que na época escreveu vários contos bizarros sobre vinganças marcadas por sangue e degolas, temas pouco comuns em sua obra. Na brilhante análise de Sarlo, Borges – geralmente considerado fantasioso e apolítico – converte-se no comentarista perspicaz de uma Argentina enlouquecida pelas paixões, pelas agressões políticas, por um excesso a que nem a morte consegue por termo...

E assim nos diz Sarlo, do mito, em suas palavras inserindo as de Albert Sorel (*Reflexiones sobre la violência*. Buenos Aires, La Pléyade. S.d., p. 129):

O mito possui um potencial máximo de identificação, produz identidade porque organiza “as imagens capazes de evocar instintivamente todos os sentimentos”. (2005, p. 176)

Assim organizam-se as massas em torno dos mitos, e assim produzem-se até as revoluções, como segue afirmando Sarlo em sua análise: “O mito é o centro necessário de um imaginário de revolução.” Isso ocorre, porque o mito está no terreno do *páthos*, da doença, da patologia, da tautologia: a paixão

dá forças ao apaixonado para seguir apaixonando-se, cultuando seu objeto de paixão. Assim ocorre com os mitos que um povo elege...

E aqui invocamos o recurso que mencionamos anteriormente: a ironia. No modo irônico, a linguagem dobra-se sobre si mesma e questiona toda e qualquer pretensão de adequação entre realidade e linguagem. Uma definição básica de ironia é de uma estratégia discursiva em que se nega no nível metafórico o que é afirmado no nível literal. Nesse sentido, a ironia representa um estado de consciência no qual se problematiza a natureza da linguagem, sua capacidade de representar, mostrando a artificialidade e precariedade de toda pretensão de caracterização linguística da realidade. Dessa forma a ironia supõe um grau de refinamento que a torna, inclusive, mais “realista”: tanto por sua autoconsciência quanto pela capacidade crítica que se desprende dela. A ironia enseja um paradigma linguístico que é radicalmente autocrítico, não só em relação ao mundo, mas também à capacidade de adequação da verdade dos fatos (e de suas versões) à linguagem.

Mas o que nem todo país consegue é produzir críticos e “criadores” assim tão à altura da tarefa de descortinar mitos. Tão fascinantes quanto profanos em suas próprias vidas são as figuras em que penso particularmente, ao escrever este texto. Tenho certa estreita relação de admiração e deleite com os argentinos. Pois é, muito me interessam os *hermanos* deste rincão da América Latina, afinal, até para melhor nos compreendermos, devemos olhar nossos vizinhos.

E na Argentina todos sabem, não há melhor terreno para a procriação de mitos, desde o Maradona (pra também adentrar pelo futebol aludido no início deste artigo) até os mitos políticos de imensa força: como a quase santa Eva Perón, a Evita de quem falamos e em quem nos concentraremos. O cemitério onde o corpo dela, finalmente, está depositado é mais que obrigatório ponto turístico, na Recoleta. Aliás, eu mesma escutei de uma turista brasileira, aos berros no café da manhã do hotel, que se não se vai visitar tal túmulo é como não ter ido a Buenos Aires. Coisa que não fiz... Visitar o túmulo, para ser precisa.

Mas visitei o melhor, os arredores do cemitério. Aliás, seu imenso muro lateral é ponto noturno das “locas”, as travestis que fazem prostituição. Uma verdadeira festa da marginália portenha. E as casas em que se executa tango nas circunvizinhanças (espaço frequentado pelos próprios portenhos, não o ‘tango pra turista ver’): nada comparável! Enfim, paira na capital Argentina o mito, a lenda da primeira dama do ditador Perón, a defensora dos pobres e descamisados. Nada melhor para um mito: uma mulher de origem humilde, de vida “difícil”, uma Cinderela moderna, que se casou com o general que veio a ser presidente da república.

E, voltando à paixão, que lembra a do Cristo em si (heresias à parte), Eva dedicou-se fanaticamente ao seu amado (Perón) e à sua ‘causa’: o seu povo. Eva enfrentou doença e agonia publicamente, mesmo que fazendo disso um teatro bem particular e útil ao governo de seu general. E poucos dias antes de sua morte, que se deu no dia 26 de julho de 1952, o Congresso aprovou que se erguesse um monumento a ela. Sua figura, seu corpo transformados assim indicam o quanto se produziu a imortalização da sua beleza (imagem que se convertia na do próprio regime peronista).

A morte conferiu, portanto, a Evita, no dizer de Beatriz Sarlo, “uma dimensão da qual ela já tinha se aproximado durante a agonia: o caráter sublime”. (2005, p.108) E a sublimação alcança, simbolicamente, seu auge a cada novo lance dos eventos que cercam toda a morte e seus desdobramentos. O auge do peronismo se perpetua na agonia, no luto e na consternação coletivos e se consubstancia no embalsamamento do belo, jovem e venerado cadáver. Eva Perón se transforma em ícone de si própria e em mecanismo de controle do regime político sobre seus “súditos”: a veneração seguia mesmo depois da morte de Eva. O general Perón restava mártir, viúvo alimentador do mito.

E os mais vários meios de expressão se encarregaram de reforçar isso. Quantas as versões cinematográficas? Até com Madonna (outro ícone *pop*) e Antônio Banderas... Só que a melhor literatura Argentina produziu os arrepios na imagem mítica argentina por excelência... Quantos não são os livros publicados sobre Evita? Biografias, louvores... Mas o viés “iconoclasta” ganha fôlego. Os tais “profanadores” a que me referi no início do texto... os desconstrutores do mito... Eles, sim, me fizeram o melhor retrato de Eva Perón e do que se pode criar de contestador na raiz, a partir de um mito nacional. Um deles, não é à toa, é Copi, autor que estudei em minha tese do doutorado.

Além dele, cito também o poeta, ensaísta e contista Nestor Perlongher e o ficcionista Tomás Eloy Martínez: a tríade que melhor soube “dissecar” o cadáver da senhora Perón. (Detalhe: os três autores já falecidos. Dois deles – Copi e Perlongher – gays assumidos e vítimas da Aids.)

Começamos pelo último citado: Tomás Eloy Martínez faz um longo romance no qual os percursos (numa mistura entre fatos e ficção, que nos deixa no limiar entre fantástico e real) do cadáver embalsamado da primeira dama se desdobram em aventuras e desventuras de arrepiar. É fato que o cadáver de Eva foi exposto à adoração coletiva até o golpe militar de 1955 e, depois, foi sequestrado pelos vencedores e imoralmente escondido por dezoito anos. Eis o mote para as elucubrações de Martínez. As ditas e desditas dos percursos do cadáver imaginadas pelo autor. O corpo é sequestrado pelo Serviço de Inteligência do Exército, e fica vagando semanas pelas ruas da cidade; passa uma estadia nos fundos de um cinema; serve a todas as manifestações passionais no sótão da casa de um militar “desmiolado” até que ressurgir de sua peregrinação, anos depois, na Europa. O corpo ‘sagrado’ que encarna a veneração popular, a própria aura (no sentido que a esse termo emprestou Walter Benjamin) desse ícone é violada e, com ela, a dignidade argentina. O próprio Tomás Eloy assim especula em seu escrito:

Se este romance se parece com as asas de uma mariposa – a história da morte fluindo para a frente, a história de uma vida avançando para trás, escuridão visível, oxímoro de semelhanças –, também há de se parecer comigo, com os restos do mito que fui caçando pelo caminho, e com o eu que Ela era, com os amores e ódios do nós, com o que foi minha pátria e com aquilo que ela quis ser mas não pôde. Mito é também o nome de um pássaro que ninguém pode ver, e história significa busca, indagação: o texto é uma busca do invisível, ou a quietude do que voa.

(...) Reaprendi a escritura, meu ofício, com febre adolescente. *Santa Evita* ia ser um romance? Eu não sabia, nem queria saber. (1996, pp. 56-57)

Em gradações de dessacralização, se assim podemos colocar as coisas, segue-se o poeta Perlongher, que em seu breve conto *Evita vive*, que pode ser considerado um verdadeiro texto maldito na história literária da Argentina, não deixa de ser uma blasfêmia, mas com lúcida e aguda compreensão do tema e uma ousadia admirável. São basicamente três cenas que se seguem, nas quais Eva Duarte Perón é protagonista, em meio a seus pobres, marginais e desvalidos. Numa primeira delas, é pega fazendo sexo oral com um negro, namorado do narrador do relato, uma das “locas” (designando gay) do universo vital e ficcional do escritor (que foi professor na Unicamp e pesquisador em socioantropologia, com tese sobre a prostituição masculina em sua faceta homossexual). No quadro seguinte, Eva está a fumar um baseado e a polícia irrompe no local. Mas só não leva todos presos, por tratar-se justamente da “mulher do general”. Um trechinho a seguir:

“Gente, gente, querem levar Evita presa”, o povo dos outros quartos começou a aparecer para vê-la, e uma velha saiu gritando: “Evita, Evita veio do céu”. O caso é que os tiras entraram numas (...) e ela saiu caminhando muito tranqüila (...) dizendo (...): “Meus jecas, meus jequinhos queridos, Evita vigia tudo, Evita vai voltar a este bairro e a todos os bairros para que não façam nada a seus descamisados” (...) “Agora preciso ir embora, preciso voltar ao Céu”, dizia Evita. (...) Evita ia voltar, tinha ido conferir um lance e já vinha, ela queria dividir um lote de maconha com cada pobre para que todos os humildes ficassem numa boa, e ninguém mais tivesse que engolir nenhum sapo, meu, nenhum tabefe.” (2001, pp.26-27)

E o quadro final é o encontro sexual, numa “economia sexual absolutamente prostituta” - *contrassexual* na perspectiva proposta por Paul B. Preciado, pois rompe o que se esperaria do contrato heterossexual compulsório e burguês, e na esteira da performance de gênero segundo Butler - entre Eva e um narrador desconhecido, bissexual, num programa barato. Evita performa a mulher loura, ex-atriz obscura de rádio que, como Cinderela, a ‘gata borralheira’, ascende socialmente e tem sua condição alçada à de princesa por seu casamento com o general e, depois, presidente Juan Perón. Tal fato é capaz de apagar o passado de Eva (que, talvez, não por acaso tem o mesmo nome da famosa – e questionável – primeira mulher da Bíblia – não esqueçamos o mito de Lilith. Eva que recebe a responsabilidade pelo consumo do fruto proibido e pela decadência e pecado de Adão, o homem obediente e ‘ingênuo’(?), e em consequência os pecados de todos os humanos). Evita deveria ter sido confiscada pelos mecanismo de vigília e punição, pelo controle da sociedade patriarcal argentina. Seu mito foi assim engendrado pela história oficial argentina.

No entanto, sigamos a cena que cria Perlongher ao reverter o mito: o carrão no qual vem Eva Perón encosta no ponto de michê e o motorista desce, convocando aquele eleito pela Madame para entrar no carro e ter com ela. Vamos, novamente, ao quadro que nos pinta Perlongher, da insaciável e transgressora Evita:

“Eu me chamo Evita, e você?” “Boneca”, respondi. “Claro que você não é um travesti, gracinha. Vamos ver; Evita de quê?” “Eva Duarte”, me disse, “e por favor não seja insolente

ou desce do carro”. “Descer?, a minha não desce!”, sussurrei-lhe na orelha enquanto ela me acariciava o volume. “Me deixe pegar na pombinha, vamos ver se é mesmo”. Tinha que ver como se excitava quando lhe enfiei o dedo pelas calcinhas!

E lá fomos para o hotel dela. (...) A mina era uma mulher, mulher. Tinha voz apagada, sensual, como de locutora. (...) No quarto havia uma espécie de cheiro de morta que não me agradou nada. Quando se descuidou, abri um estojo e afanei um colar. (...) “Todos os machos do país deviam invejá-lo, garoto: você acaba de comer Eva Perón”. (2001, pp. 27-28)

Por fim, chegamos a Copi. Trata-se de uma peça teatral. E nela a transgressão chega ao limite máximo. Aliás, como grande artista-criador, ele era mestre na arte da “mistificação/desmistificação” de seus compatriotas. No mundo que ele criou, as manias e os mitos latinos de sua pátria de origem - os machões, os dançarinos de tango, os militares, etc – são convidados a tomar parte da “festa das loucas”, no grande baile tragicômico da vida e da morte, do delírio e da festa, do sexo...

Eva Perón foi originalmente escrita em francês (como a maior parte da obra de Raul Botana, o argentino conhecido por Copi, que viveu exilado em Paris a maior parte de sua breve, mas muito criativa vida - Buenos Aires, 1939 — Paris, 1987). A peça estreou em março de 1970, em Paris e, de imediato, provocou escândalo tanto quanto alcançou sucesso. Copi permaneceu proibido de entrar na Argentina até 1984. O material de que se vale o autor para trabalhar sua versão de Eva é a “lenda negra e obscura” do evitismo, em oposição à lenda revolucionária do mito. A constituição da personagem de Copi põe em relevo as marcas da atriz de passado duvidoso que não se constituiu em uma reformadora social (como diria a versão revolucionária da lenda), mas sim em uma despótica Rainha de Copas (por analogia ao País das Maravilhas, de Alice e Lewis Carroll), mas frise-se: rainha do baralho argentino!

As tantas qualidades pelas quais é ressaltado o mito peronista de Evita parecem explicitamente desmontadas, invertidas, no drama/ tragicomédia farsesca copiano: a Eva defensora das mulheres trabalhadoras disputa espaço com sua jovem enfermeira e a assassina; a Eva mãe dos descamisados e humildes, antes de converter-se em assassina, protagoniza uma cena homossexual em fortes tons com sua futura vítima; a Eva que costumava rememorar seu passado de humilhações para defender que mais ninguém tivesse de ser humilhado, no texto de Copi, submete - com requintes de ardilosa crueldade – a própria mãe à degradação de mendigar a herança que receberia da filha.

Eva, moribunda, vitimada pelo câncer, morre jovem e bela ainda, aliás, beleza acentuada pela palidez e fragilidade que lhe conferem a debilitação física. E se pensarmos sobre o câncer, eis uma doença que, como nos advertiu Susan Sontag, funciona como uma grande metáfora de que se quer esconder a morte, de que as sociedades industriais ditas avançadas negam até nomear textualmente essa enfermidade. Diz-nos Sontag:

A semelhança mais contundente entre os mitos que envolvem a tuberculose e o câncer é que ambos são, ou eram, encarados como doenças da paixão. (2002, p.29 – grifo nosso)

E a paixão, como já dissemos, é traço mais que constante na trajetória de Evita. E mais, no caso particular dela, a paixão (como a do Cristo, vale repetir) é *via crucis* posta em cena, pela utilização catártica que desempenhou no imaginário popular argentino, pela força que teve como elemento de instauração da comoção, da veneração, da empatia e do mito de Evita entre seu povo. Então, o grande ponto em que se tocam o mito de Evita e a personagem criada por Copi está justamente na passionalidade extremada (exagero barroquizante bem típico do estilo copiano) que vai se desdobrar em uma sequência frenética de ações contraditórias e carnavalescas; na sucessão de violências verbais e físicas; no clima que mescla discursos insanos, delirantes e insensatos com declarações frias e calculistas (que põem Eva como uma manipuladora e, ao mesmo tempo, cínica e desencantada).

A peça se inicia exatamente com Eva procurando um vestido dentro de uma mala, acompanhada por sua mãe, e eis as primeiras palavras da protagonista: “Merda. Onde está meu vestido de Presidente?” (2007, p. 7) Seguem-se as incessantes disputas, confusões, acessos de raiva da personagem, em seu périplo de resistência à morte, ao processo de decadência física e agonia que precisa ser transformado em teatro público para a exibição de seu cadáver, para sua *canonização* (inclusive várias foram as reivindicações ao Vaticano para que Evita fosse “reconhecida” como santa por parte de fiéis católicos argentinos, após envios de mil comprovações de supostos milagres operados por ela). E, na peça de Copi, Eva reivindica decidir cada detalhe desse processo, do vestido à cor do esmalte (que não sabe decidir: vermelho ou preto?).

Essa Evita que luta contra a morte, que mata a enfermeira para escapar de morrer (tentar negociar com o destino, enganá-lo) e que, também, acaba por preparar o espetáculo da própria morte revela-se, no texto de Copi, como parte de um grandioso melodrama (para dizermos em consonância com Beatriz Sarlo) e de uma estética *camp* (como teorizou Susan Sontag): a do exagero, do travestismo.

E o mais transgressor do texto teatral de Copi é, então, o grande segredo que a personagem guarda, não o de sua enfermidade (o câncer), mas o fato de ser... uma mulher travesti! (O exagero da performance de fêmea operado pela Eva de Copi a configura como uma espécie de *hipermulher*, exagero que só cabe às mulheres travestis). É produzida uma completa reversão do mito: ele agora explica outra faceta obscura dos argentinos: sua celebridade santa é um simulacro (“puro teatro”), uma diva que ilustra a estética *camp* e travesti, que glamouriza sua origem marginal e a põe em cena. Na peça de Copi, não se salva ninguém: nem os peronistas, nem os antiperonistas, nem até os montoneros. Na verdade, a realidade “oficial” e falsamente construída do mito é questionada: todos os discursos são igualmente esvaziados de “substancialidade”, ao se negar veracidade, pertinência e lógica dos argumentos de todos eles. A ironia esvazia toda a essencialidade deles e chama a atenção para a construção do discurso relativizando o poder explicativo de tais argumentos e promovendo o riso que questiona e destitui sua autoridade.

Feçam-se cortinas. Risos amarelos, indignados. Proibições, moralismos postos a nu e incômodos. Mas a crítica mordaz desses três escritores se soma e descortina, muito mais que se possa prever. Tal crítica desfaz a trama de um imaginário de nação, de povo. Repensa as entranhas de um “ser argentino”, olhando-se de uma perspectiva que desmonta as estruturas estabelecidas. A inteligência, o deslocamento, eis caminho de real pensar desses três transgressores.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COPI. **Eva Perón/Loretta Stron/A Geladeira**. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

ELIADE, Mircea. **Mito e realidade**. São Paulo: Perspectiva, 1998.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. (volume 1). Rio de Janeiro: Graal, 1988.

MANGUEL, Alberto. **À Mesa com o chapeleiro maluco: ensaios sobre corvos e escrivainhas**. São Paulo: Cia das Letras, 2009.

MARTINEZ, Tomás Eloy. **Santa Evita**. São Paulo: Cia das Letras, 1996. PERLONGHER, Nestor. **Evita vive e outras prosas**. São Paulo: Iluminuras, 2001.

PRECIADO, Paul B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo: Editora n-1, 2014. ROCHA, Everardo. **O que é mito**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

SARLO, Beatriz. **A Paixão e a exceção: Borges, Eva Perón, Montoneros**. São Paulo/ Belo Horizonte: Cia das Letras/ UFMG, 2005.

SONTAG, Susan. **A Doença como metáfora**. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

SEXO, LITERATURA E SOCIEDADE

Sem Autoria

Resumo: Este artigo analisa três romances brasileiros de épocas distintas a partir de cenas de relações sexuais homoeróticas. São eles: *Bom-crioulo*, de Adolfo Caminha, publicado em 1895, *O 3º travesseiro*, de Nelson Luiz de Carvalho, publicado em 1997, e *Acenos e afagos*, de João Gilberto Noll, publicado em 2008. A partir das descrições de relações sexuais pretende-se demonstrar de que forma essas descrições contribuem para a representação da imagem dos sujeitos homoeróticos e das relações que se estabelecem entre literatura, sexo e mercado.

Palavras-chave: Literatura brasileira; homoerotismo; Estudos de gênero.

Abstract: This article analyzes three brazilian novels from different times, choosing homoerotic relations scenes. The novels are Adolfo Caminha's *Bom-crioulo*, published in 1895, Nelson Luiz de Carvalho's *O 3º travesseiro*, published in 1997, and João Gilberto Noll's *Acenos e afagos*, published in 2008. Those descriptions are responsible for the homoerotic presentation at the society and the relations between literature, sex and the reception of these literature.

Keywords: Brazilian literature; homoerotism; gender studies.

As cenas eróticas sempre foram uma questão delicada para escritores e seu público. A literatura erótica, que sempre possuiu um público cativo, não precisava se cobrir de pudores para poder fazer com que seus leitores, apreciadores do gênero, se deleitassem com descrições e representações de cenas em que os atos sexuais eram representados. Além da literatura erótica, os autores da dita literatura séria sempre cuidaram muito dos termos que utilizavam para descrever essas cenas. Se isto é difícil em relações heteronormativizadas, o que dizer do texto que descreve cenas homoeróticas nas quais existem homens fazendo sexo? Como fica a imagem dos autores depois de descrever esse tipo de cena? Como os leitores reagem a esse tipo de representação? Essas perguntas poderão ser respondidas na medida em que esse projeto ganhe corpo, destrinchando as relações intrincadas e instigantes entre literatura, mercado e sociedade.

Os livros são frutos de seus momentos de produção e cenas eróticas só serão possíveis graças à coragem de uns e à esperteza de outros, a determinados momentos históricos, pois os leitores nem sempre compreendem essa necessidade descritiva, assim como há momentos propícios a esse tipo de leitura. Cabe lembrar a dificuldade de aceitação do que seja homoerótico em todos os níveis da cultura. Se a literatura que não trata do tema encontra problemas de se organizar no mercado, aquela que o aborda de frente encontrará ainda mais. A produção de cenas homoeróticas não está inteiramente voltada para o público gay, mas existe uma quantidade de títulos dirigidos aos vários tipos de público existentes em um país de poucos leitores como o Brasil. Este artigo pretende analisar cenas de três romances brasileiros que apresentam homoerotismo em seu conteúdo. Os romances são: *Bom crioulo*, de Adolfo Caminha, publicado em 1895, *O 3º travesseiro*, de Nelson Luiz de Carvalho, publicado em 1997, e *Acenos e afagos*, de João Gilberto Noll, de 2008.

É preciso salientar que as diferenças temporais entre as produções ajudam a explicar o porquê e o como essas cenas puderam ser construídas ou produzidas. *Bom crioulo* pertence à escola Naturalista, que faz muito sucesso no Brasil dos finais do século XIX e começos do século XX. *O 3º travesseiro* é um sucesso de público nos finais do século XX e se aproxima da chamada *Gay fiction*, moda muito comum nos EUA, mas relativamente nova no Brasil; e o romance de João Gilberto Noll, sucesso entre a crítica especializada e acadêmica, é produzido no começo do século XXI.

Logicamente, há diferenças entre os três quanto às funções desempenhadas, pois a cada texto cabe uma função, seja ela política ou estética. A literatura sempre se prestou a essa questão complicada de cumprir uma função utilitarista, pela riqueza do próprio material polissêmico e multifacetado. No naturalismo acreditava-se em uma educação para os brasileiros ao medicalizar e envolver os leitores em um espaço de patologias as mais diversas com o intuito de reformar a sociedade brasileira da época. Segundo Sônia Brayner, os consumidores de livros fazem parte de uma incipiente classe média no Brasil de fins do século XIX. (BRAYNER, 1979, 27). No romance de Adolfo Caminha narra-se a paixão de um marinheiro negro, ex-escravo, forte e viril, por um grumete, loiro, de formas femininas. O livro, à época saudado pela crítica como algo repulsivo, foi colocado pela crítica posterior entre os melhores da produção naturalista. De acordo com James Green, a “franqueza e a imparcialidade de Caminha

perante o tema da homossexualidade chocaram os leitores da época.” (GREEN, 2000, p. 76). As reações do público levaram Caminha a escrever uma resposta, publicada com o título “Um livro condenado” em *A nova revista*. Green ainda informa que Caminha apontava a atitude hipócrita de seus detratores e utilizava a palavra homossexualismo talvez pela primeira vez na imprensa brasileira. Além disso, Caminha demonstra, segundo Green, um conhecimento das teorias sobre homossexualismo produzidas na Europa sobre o assunto para demonstrar que seus personagens não eram frutos de sua imaginação “perversa” (GREEN, 2000, 1976).

Para Lúcia Miguel Pereira, em seu livro *Prosa de ficção*, se o autor “(...) tivesse sempre [...] sabido insinuar certas cenas repulsivas, (...)” teria sido “mais incisivo e impressionante”. (PEREIRA, 1973, p. 176). Note-se que Pereira publica seu livro em 1950, falando em cenas repulsivas. Cito abaixo uma das cenas:

Uma vez lado a lado com o grumete, sentindo-lhe o calor do corpo roliço, a branda tepidez daquela carne desejada e virgem de contatos impuros, um apetite selvagem cortou a palavra ao negro. A claridade não chegava sequer à meia distância do esconderijo onde eles tinham se refugiado. Não se viam um ao outro: sentiam-se, adivinhavam-se por baixo dos cobertores. Depois de um silêncio cauteloso e rápido, Bom-Crioulo, conchegando-se ao grumete, disse-lhe qualquer coisa no ouvido. Aleixo conservou-se imóvel, sem respirar. Encolhido, as pálpebras cerrando-se instintivamente de sono, ouvindo, com o ouvido pegado ao convés, o marulhar das ondas na proa, não teve ânimo de murmurar uma palavra. Viu passarem, como em sonho, as mil e uma promessas de Bom-Crioulo: o quartinho da Rua da Misericórdia no Rio de Janeiro, os teatros, os passeios...; lembrou-se do castigo que o negro sofrera por sua causa; mas não disse nada. Uma sensação de ventura infinita espalhava-se em todo o corpo. Começava a sentir no próprio sangue impulsos nunca experimentados, uma como vontade ingênita de ceder aos caprichos do negro, de abandonar-se-lhe para o que ele quisesse – uma vaga distensão dos nervos, um prurido de passividade...

– Ande logo! Murmurou apressadamente, voltando-se.

E consumou-se o delito contra a natureza. (CAMINHA, 1999, p. 37-38).

Chamam atenção, primeiramente, as expressões utilizadas pelo narrador quando ele fala do sexo praticado entre sujeitos do mesmo gênero. As formulações “contatos impuros” e “delito contra a natureza” dão a ideia de como o autor e seu tempo viam essas relações. De acordo com o narrador, os sujeitos homoeróticos agiam contra a natureza, aviltavam a espécie em seus contatos sujos. Os personagens têm atitudes distintas quanto ao ato, pois enquanto Amaro, o Bom Crioulo, sente-se atraído pelo jovem grumete, este sente gratidão e pensa nas benesses que poderá conseguir permanecendo ao lado do negro. Nessa cena específica, Aleixo está completamente desconfortável, embora, a partir do momento em que imagina as vantagens, lhe aparece um “prurido de passividade”. Assim, deseja que tudo acabe muito rapidamente. Percebe-se que o narrador não trata de homoafetividade, nem poderia,

pois esta é uma conquista pública muito recente. Caminha quer causar escândalo, mas nem tanto! Os seus leitores dificilmente suportariam outra descrição de relações homoeróticas. Portanto, essas devem ser representadas de forma direta, com o mínimo de palavras escandalosas para poderem ser percebidas pela sociedade na qual se inserem. Cito outra cena, das poucas de relações sexuais homoeróticas do livro:

E o pequeno submisso e covarde, foi desabotoando a camisa de flanela, depois as calças, em pé, colocando a roupa sobre a cama, peça por peça. Estava satisfeita a vontade de Bom-Crioulo. Aleixo surgia-lhe em plena e exuberante nudez, muito alvo, as formas roliças de *calipígio* ressaltando na meia sombra voluptuosa do aposento, na penumbra acariciadora daquele ignorado e impudico santuário de paixões inconfessáveis... Belo modelo de efebo que a Grécia de Vênus talvez imortalizasse em estrofes de ouro límpido e estátuas duma escultura sensual e pujante. Sodoma ressurgia agora numa triste e desolada baiúca da Rua da Misericórdia, onde àquela hora tudo permanecia numa doce quietação de ermo longínquo. (...)

Bom-Crioulo ficou extático! A brancura láctea e maciça daquela carne tenra punha-lhe frêmitos no corpo, abalando-o nervosamente de um modo estranho, excitando-o como uma bebida forte, atraindo-o, alvoroçando-lhe o coração. Nunca vira formas de homem tão bem torneadas, braços assim, quadris rijos e carnudos como aqueles... Faltavam-lhe os seios para que Aleixo fosse uma verdadeira mulher!... Que beleza de pescoço, que delícia de ombros, que desespero!...(CAMINHA, 1999, p. 48-49).

Note-se mais uma vez “as paixões inconfessáveis” para o narrador, da mesma forma que aqui são descritas as atitudes, ou melhor, os sintomas de Amaro ao ver o pequeno Aleixo desnudo. Ao mesmo tempo em que o narrador salienta a brancura e a feminilidade de Aleixo, Bom Crioulo é descrito em seu frenesi sexual. As alusões à Grécia, presentes nas expressões “Vênus Calipígia” e “efebo”, onde a pedestria era permitida, trazem ao texto sua contrapartida literária, o que quebra com a descrição direta da cena erótica, dando-lhe sutileza. Da mesma forma, outro lugar lembrado é a Sodoma mítica, condenada por sua devassidão, a reiterar toda carga religiosa presente no discurso do tempo. O Bom-Crioulo apresenta frêmitos, abala-se “nervosamente de um modo estranho”, excita-se e alvoroça-se. Essa gradação dá mostras de como as questões eróticas são vistas pelos naturalistas, pois antes de serem desejos, elas servem como marca da devassidão presente nesses corpos indóceis, que devem ser colocados no caminho da retidão. A cena dá espaço ao fetiche da relação interracial na qual um negro sodomiza um branco. Essa alteração dos papéis em uma sociedade que há pouco abolira a escravidão é vista como uma atitude positiva de Adolfo Caminha. Esse fetiche, existente dentro da cultura, é apontado na descrição do prazer de Amaro em ver a pele láctea de Aleixo. Assim, Amaro se desespera e perde-se na beleza do menino loiro – há que lembrar que o grumete é menor – em uma união nada saudável, sob o olhar do narrador. A imoralidade do ato se dá, portanto, na ultrapassagem da interdição, o menino menor de idade e branco é “conspurcado” pelo negro ex-escravo. Essa história só poderia acabar tragicamente, pois não é possível a um texto que trata de amores “impuros”, com a função de corrigir os

brasileiros, fazer com que a felicidade dos perversos triunfe. Para James Green, o romance “(...) resultou num retrato unilateral dos romances homoeróticos, como casos clandestinos e enclausurados, fadados a terminar em tragédia. (GREEN, 2000, p. 77). Caminha sabia que a censura da sociedade da época não aprovaria tanta liberdade, embora seu texto soubesse aproveitar-se das situações para causar o escândalo.

Em *O 3º travesseiro*, é narrada a história da paixão de dois adolescentes, Marcus e Renato, que se descobrem homossexuais. Neste romance os gays são limpos, belos, de corpos perfeitos, sujeitos inocentes que praticam sexo sem penetração e que realizam todos os desejos correntes no imaginário gay. Além de conviverem com poucas dificuldades, os personagens conseguem contornar quase todas elas. A negação e a violência dos pais de ambos, quando descobrem a homossexualidade dos filhos, é vencida com muita tranquilidade pelos protagonistas. É preciso ressaltar que eles são de classe média alta em São Paulo, o que pode, a princípio, explicar essa facilidade. Depois de vencidas as dificuldades preliminares, eles são aceitos por suas famílias e ganham um apartamento em um bairro nobre da capital paulista. Cito uma cena homoerótica do livro:

Daí para frente ele não falou mais nada e, de olhos fechados, deixou que eu prosseguisse com o meu sonho.

Que sensação incrível eu estava sentindo!

Me aproximei mais ainda dele e comecei a dar beijos muito curtos e suaves no seu peito. Que tesão!

Minha boca mal encostava na sua pele, acho até que ele sentia mais o calor da minha respiração sobre os seus pêlos do que o toque da minha boca. Esse foi um dos melhores momentos da minha vida, tudo parecia mágico. Fiz com que se deitasse no chão do quarto e beijei cada parte do seu corpo, a começar pelos pés, que sempre me deram muito, mas muito tesão.

Por vezes, eu não acreditava no que estava acontecendo, apesar de Renato continuar imóvel e de olhos fechados. Eu tinha todo aquele corpo só para mim. Era tanta coisa a fazer, tantos desejos acumulados nos últimos dois anos, que em alguns momentos eu me perdia.

Fiz com que ele ficasse de bruços. Que bundinha. Comecei então a massageá-la suavemente, para só depois beijá-la de todos os jeitos que o meu tesão pedia.

Novamente comecei a correr com a boca pelo seu corpo, deixando saliva em cada pedacinho daquele território que, naquele momento, era só meu.

Eu lambia suas coxas, quando, num movimento brusco, ele me puxou e enfiou o seu pinto na minha boca. O gozo foi quase imediato. E, pela primeira vez, eu sentia o que tantas vezes havia imaginado, que era Renato esportando na minha boca. (CARVALHO, 2005, p. 20-21).

Nessa descrição não há palavras censuradas como no romance de Caminha – não preciso dizer que os tempos são outros –, pois a visibilidade gay está estampada em todos os lugares, ganhando até espaço no sagrado lar da família brasileira: a telenovela. A descrição é hiperrealista, conforme manda

o figurino da literatura contemporânea, além do que se dá a ver na *gay fiction* mais comum. A narrativa, embora não seja em terceira pessoa, tenta passar a ilusão de realidade através de sua linguagem coloquial, como se fosse um depoimento dado pelo personagem narrador ao amigo escritor que, inclusive, no prefácio, faz agradecimentos ao Marcus, como um personagem real. As palavras são pouco trabalhadas e a sintaxe funciona da mesma forma. *Best seller* consagrado, o romance teve sua nona edição em 2005 e o autor sabia com que público estava lidando! Um público ávido por ser respeitado e necessitando de uma imagem positiva. A literatura cumpre sua função de espelho e produz sexualidades saudáveis para que todos percebam que os gays, apesar de serem diferentes, são sujeitos como outros quaisquer, que amam e têm relações sexuais das quais não se envergonham. As relações sexuais, portanto, devem ser descritas, mas nada que choque o leitor. As cenas podem ter palavras denominadas como baixo calão, mas logo o narrador acrescenta toda a limpeza do ato, como ele mesmo afirma: “A princípio, tudo isso pode parecer nojento, porém é muito excitante e, afinal de contas, só faço isso com o meu namorado.” (CARVALHO, 2005, 31). Note-se que tudo é feito com muito amor e carinho e o fantasma da promiscuidade, que tanto contribui para a imagem negativa dos sujeitos homoeróticos perante a sociedade, está completamente banido. Segue-se outra cena:

Sem pressa, deixei-o totalmente nu da cintura para baixo e então comecei suavemente a beijar seus pés. Ele foi às alturas e eu pude curtir com todo o tempo do mundo uma das coisas que mais gostava de fazer.

É bom demais, Marcus. Você me deixa louco.

Aos poucos fui alcançando as suas pernas e já lambia as suas coxas, quando ele, se masturbando, esporrou com tudo no meu rosto. A sensação foi incrível.

Suspirando, Renato falou:

Que tesão, Marcus. Você gostou?

Demais, cara. Venha aqui me dar um abraço.

Ele continuava sentado no gabinete da pia, quando me levantei e nos abraçamos. E foi nesse abraço, acompanhado de muitos beijos, que nós ficamos totalmente lambuzados com o esperma que ele havia jorrado no meu rosto, pescoço e cabelos. (CARVALHO, 2005, p. 66).

Nesta cena não há penetração e a relação do casal termina com uma chuva de esperma no rosto de um dos parceiros. Diante disso cabe a pergunta: essa relação sexual de superfície ocorre por que o casal está começando a se relacionar ou por que o autor sabe que a noção de penetração não deve incomodar seu público? O fato é que em *O 3º travesseiro* há vários momentos em que os personagens estão em situações homoeróticas, mas que não admitem a penetração. Desfilam pelo romance um sem fim de fantasias eróticas como esperma no sanduíche, na vitamina de banana, urina, sexo a três com uma garota, bem ao estilo da sociedade de consumo da qual o livro faz parte. Não é novidade que sexo e consumo andam juntos na sociedade contemporânea, mas as imagens do livro e da *Gay fiction* em geral

fazem questão de positivar a imagem dos sujeitos homoafetivos de tal forma que não sobre espaço para aquilo que é considerado imoral. Tenta-se produzir uma espécie de conto de fadas gay, para um público consumidor de belezas de superfície. É preciso lembrar que essas atitudes positivas nada mais fazem do que obliterar as imagens possíveis da classe que se está retratando.

Em *Acenos e afagos*, que concorreu ao prêmio Brasil Telecom 2008, encontra-se uma outra forma de descrever as cenas homoeróticas:

Abri as pernas como uma mulher, cruzei os pés na área lombar dele, e comecei a estudar o que eu realmente sentia com suas investidas. O engenheiro procurava perfurar e logo mergulhar no meu âmago sempre resistente. Às vezes ele parecia não ter mais pau de tão imerso em mim. Parecia até um embrião dentro de mim. Ao mesmo tempo eu tinha a sensação de estar já formando um hímen a partir de uma base genital ainda incipiente. Esse hímen duraria até o primeiro cacete que me comesse. De quem seria? Não se mostrava de todo ruim, mas dava aflição o pau dele tocando o ponto mais fundo, bem aqui dentro, uma extrema sensibilização—, aqui mesmo, onde a vista não alcançava. Era como tocar numa ferida que acabava de perder a proteção da casca. A fricção inflamada faz limite com a dor. O que seria dor virava um limiar de gozo, tão insustentável que até pode te induzir ao grito [...] (NOLL, 2008, p.143).

A intenção de João Gilberto Noll é clara, pois em seus textos e em seus narradores o corpo escreve para além da mera maquinação cerebral. Noll acena como que para uma estética e um erotismo do desperdício. Não há apenas descrição da cena, mas um narrador que pensa sobre a representação. Não apenas uma cena de sexo, mas uma reflexão sobre o sexo. As palavras são criteriosamente estudadas para que não sejam mera representação da sociedade, mas sim utilizadas para reflexão sobre a realidade. Isso é um dos princípios fundamentais da literatura erótica, não apenas dar a imaginar o ato, mas mediá-lo, levando o leitor a pensar sobre si mesmo. Isso não faz com que o ato desapareça, pelo contrário, faz com que ele fique mais vivo, graças a essa sutileza da linguagem que produz cenas mais elaboradas do que as descrições diretas e corriqueiras de relações sexuais. As palavras que remetem às partes do corpo são ditas, mas mediadas pela poesia que se tira do instante de contemplação do personagem que está preocupado em ser penetrado pelo amante, mas sabe que aquilo lhe dará o gozo que ele tanto almeja. A metáfora da ferida e da casca aponta para a sensibilidade dos órgãos envolvidos no ato, o que produz no leitor a sensação de desconforto, pois lembra a violência e a maravilha, o gozo e a morte, o erotismo presente em toda relação sexual. Cito outra cena:

[...] eu deveria só dar conta das prendas domésticas e à noite fazer valer meu longo pau no ânus delicioso do engenheiro. O gemido que exalava, quando eu gozava no seu fundo escuro, valia toda uma vida. Comendo-o, eu participava de suas entranhas. Comendo-o, eu conhecia mais dos seus interiores do que ele próprio. Para comê-lo todas as noites eu aceitaria a condição de que me prendia àquele lugar até meio diluído, nas vizinhanças de Cuiabá. (NOLL, 2008, p.108-109).

A excitação do personagem o leva a perceber o quanto a relação sexual aponta para a vida, mesmo quando isso está ligado ao ato da violação. O verbo utilizado pelo narrador, *comer*, dá mostras da força do ato. A noção das entranhas está delineada e pode-se notar o quanto ela é importante, pois faz parte da pulsão vital. Copular com o seu parceiro e sentir-se dentro dele “vale toda uma vida” para o narrador. Assim, não há obliteração do ato nem medicalização ou sua sintomatologia, mas algo esteticamente organizado, não cosmético, mas belo. Em outro momento o ânus é trazido à cena:

Fui para o seu cu e nele fuzei. Não havia cheiro carnal que suplantasse aquele. Não havia perfume, não havia loção nem talco que lhe fizessem sombra. De certo modo, eu reavivava certa excitação púbere, avessa aos decálogos da higiene. (NOLL, 2008, p. 124).

O ânus é apontado como o lugar supremo desse sujeito, mesmo que se lembre da falta de contato com a higiene da infância. Embora as palavras sejam medidas, não há nesse texto uma preocupação com o que o leitor poderá pensar do autor, dos personagens ou de uma classe. Noll parece saber que a sexualidade não é algo mercadológico e sua literatura muito menos. Não há uma ação afirmativa, no sentido de esconder o que os gays fazem, pois não oblitera os sujeitos e seus atos, mas abre espaço para as diversas formas de se exercer as sexualidades e suas representações possíveis.

Como já dito, os três textos possuem formatos diferentes de representar o ato sexual homoerótico e isso está ligado ao seu tempo de produção, mas antes de mais nada, cabe ressaltar que apenas o texto de João Gilberto Noll vai em direção a uma representação sem pudores sobre os sujeitos homoafetivos, que não os transforma em seres a serem

domesticados, mas capazes de serem representados em sua inteireza, sem que se oblitere suas identidades por motivos mercadológicos ou por motivos ditados pelo bom gosto!

Referências

BRAYNER, Sonia. *Labirinto do espaço romanesco*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL, 1979.

CAMINHA, Adolfo. *Bom Crioulo*. 7. ed. São Paulo: Ática, 1999. CARVALHO, Nelson Luiz de. *O 3º travesseiro*. 9. ed. São Paulo: Arx, 2005.

GREEN, James N. *Além do carnaval*. Trad. Cristina Fino e Cássio Arantes Leite. São Paulo: UNESP, 2000.

NOLL, João Gilberto. *Acenos e afagos*. Rio de Janeiro: Record, 2008.

PEREIRA, Lúcia Miguel. *História da Literatura Brasileira: Prosa de ficção – de 1870 a 1920*. 3. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1973.

FAZENDO CROCHET: ENCONTROS ERÓTICOS EM CINEMAS NÃO PORNOGRÁFICOS ATRAVÉS DOS CONTOS O MENINO DO GOUVEIA (1914) E LA NARRACIÓN DE LA HISTÓRIA (1959)

Helder Thiago Maia¹

Resumo: Este texto é um recorte da minha pesquisa de doutorado onde analiso textos literários que narram histórias em cinemas pornográficos latino-americanos, o que inclui narrativas brasileiras, argentinas, cubanas, chilenas e peruanas. No entanto, neste trabalho, enfoco textos literários em cinemas não pornográficos com o objetivo de pensarmos práticas eróticas nos cinemas antes da institucionalização dos mesmos no ramo pornográfico. Para isso, analiso textualidades que atravessam as três fases do cinema: o período de narratividade crescente, o surgimento das grandes salas de exibição e o fechamento dos cinemas de rua.

Palavras-chave: literatura latino-americana, cinema, teoria queer.

¹ Pós-doutorando – USP.
E-mail: helderthiagomaia@gmail.com

Entrando na história do cinema

As feiras de variedades, os parques, as praças, os circos, os galpões, os bares, os salões e os cabarés fazem parte, principalmente, da primeira fase do cinema. A partir da historiadora Flávia Cesarino Costa (2005:34), usamos essa expressão para nos referirmos aos anos que compreendem tanto um período não narrativo (1894-1908), quanto um de narratividade crescente (1908-1915).

No período não narrativo, marcado por exposições ambulantes e esporádicas, o público era atraído pelas ilusões de óptica e pelas novidades tecnológicas; o cinema, segundo Márcia Bessa (2013:45), não passava de uma curiosidade científico-tecnológica. Nesse momento, o erotismo e/ou a pornografia² dizia respeito principalmente a exibição de corpos em trajes de banho ou semidesnudos que se exibiam em movimentos sensuais e lascivos. No entanto, a exibição de um beijo também foi entendida como pornografia³.

No período de narratividade crescente, as exposições passam a ocorrer preferencialmente em pequenas salas, teatros e bares. De acordo com João Soares Pena (2013:15), era inviável a abertura de salas específicas e exclusivas para a exibição cinematográfica, uma vez que os filmes ainda eram muito curtos, não ultrapassando cinco minutos; por isso, as sessões eram realizadas em espaços onde também se comia, bebia, conversava e dançava.

Nesse momento, surgem os *stag films*, que eram, principalmente, filmes norte-americanos e franceses mudos, preto e branco, com poucos minutos e pouca continuidade narrativa, que exibiam cenas de sexo e incluíam closes na genitália dos atores durante a relação sexual. Um dos objetivos desses filmes, que é o mesmo dos que são atualmente exibidos em cinemas pornôs, era não só excitar, mas também incitar sexualmente aos espectadores homens, por isso, muitas vezes, eram exibidos em locais de maior permissividade sexual, como bordéis e cabarés. Segundo Pena (2013:17), esses filmes circulavam ilegalmente não só nesses dois espaços, mas também em pequenas salas, teatros e bares em horários noturnos especiais, com a finalidade de driblar a proibição a que estavam submetidos.

A transição para a segunda fase do cinema, de acordo com Pena (2013:59), ocorreu devido não só ao expressivo aumento de público, o cinema tornou-se um entretenimento massivo, mas também devido ao desenvolvimento tecnológico e a consequente industrialização do cinema. Esse momento, nos países latino-americanos entre os anos 20 e 50, demandou a construção de grandes salas de exibição, os *palácios cinematográficos*, cuja média de assentos variava entre quinhentos e quatro mil lugares e ocupavam prédios inteiros com apenas uma única sala de exibição.

2 As fronteiras entre erotismo e pornografia variam no espaço e no tempo, não dependendo, como argumenta Nuno César Abreu (1994:6), da natureza e do funcionamento das mensagens, mas da recepção. Nessa perspectiva, Ramon Freixas e Joan Bassa (2000:43), a partir de diferentes teóricos, censores e cineastas, fazem uma longa análise dos discursos que propõem uma distinção entre pornografia e erotismo e concluem que essa distinção fala mais sobre os valores dessas pessoas do que sobre os próprios filmes, ou seja, “tal distinción es sólo un aparente espejismo”.

3 Sobre isto, consultar Maia (2018:59).

Os palácios cinematográficos representam o auge comercial dos cinemas de rua, assim como também representam o auge arquitetônico e cinematográfico do funcionamento e de dispositivos disciplinares, principalmente, de classe, gênero e sexualidade. A arquitetura grandiosa e a decoração luxuosa desses espaços buscavam não somente equiparar o cinema às outras artes mais tradicionais, como a ópera e o teatro com as suas imponentes salas, como também estavam interessadas em afastar um público de escassos poderes aquisitivos, assim como educar e disciplinar os corpos dos espectadores para um novo paradigma de consumo cinematográfico. Os espectadores são interpelados para uma nova forma de assistir ao filme que passa tanto pela escuridão, quanto pelo silêncio e pela imobilidade dos corpos durante a exibição.

Nesse momento, o erotismo e/ou pornografia são facilitados pelo escuro, pela grandiosidade arquitetônica de algumas salas e pela exibição de alguns filmes em horários noturnos especiais. Além disso, alguns filmes-documentários, como argumenta Abreu (1994:26), sob a capa da ciência e da moral, abordaram temas considerados transgressores, como a prostituição feminina, e exibiram frequentemente cenas de nudez que eram tomadas como pornográficas.

Apesar das inovações tecnológicas e narrativas, os anos 60 e 70 significaram para os cinemas de rua uma vertiginosa queda de público. O apelo simbólico da arquitetura cinematográfica já não era mais garantia de público, as salas envelheciam e as reformas se tornaram cada vez mais custosas. Além disso, surgiram os cineclubes, com arquitetura simples e modernista, que passaram a atrair um grande público; superando, rapidamente, de acordo com Bessa (2013:178), os palácios cinematográficos em contagem de público e de salas.

Entramos, assim, em uma terceira fase do cinema, que ficou marcada pelo abandono dos cinemas de rua, pela migração de salas para os shopping centers e pelo surgimento de cinemas pornô e de cineclubes. Nesse sentido, uma série de outros fatores também contribuíram para o desaparecimento dos cinemas de rua: a televisão, o videocassete, o abandono e a especulação imobiliária dos grandes centros urbanos, a violência urbana, etc.

As grandes salas, agora entendidas como grandes “elefantes brancos”, inicialmente, tentaram sobreviver fragmentando as salas de exibição. Os anos 70 e 80 significaram, no entanto, o fechamento de quase todos os palácios cinematográficos. A maior parte desses espaços foi destruído para dar lugar a novos empreendimentos comerciais; alguns mantiveram a estrutura física com novos e distintos usos, especialmente cultos evangélicos e bingos; outros, com raríssimas exceções, se mantiveram como cinemas geminados ou não.

Enquanto a maior parte dos cinemas de rua migrava para os shopping centers, alguns poucos palácios cinematográficos se especializaram em conteúdo pornográfico; contudo, mais do que um desejo de sobrevivência desses espaços, houve uma verdadeira ocupação que resistiu não só à violência policial, mas também ao próprio mercado que considerava os encontros eróticos como indesejáveis⁴. Na novela

4 Sobre isto, consultar Maia (2018:68) e Lampião da Esquina (1978:9).

de Jaime Bayly (2006:333), da qual falaremos mais adiante, a exibição de alguns filmes considerados eróticos era feita com as luzes acessas, com o objetivo de evitar que o erotismo dos filmes contaminasse a plateia.

Ainda que a maior parte dos cinemas pornô tenha surgido durante essa terceira fase, com a crise da cadeia cinematográfica tradicional e o abandono dos centros urbanos, especialmente nos anos 70 e 80, época áurea do cinema pornô de rua, há relatos de cinemas eróticos ainda nos anos 50 em São Paulo e Buenos Aires, segundo Eros Sester (2012:4) e Edgardo Cozarinski (2006:69).

A partir dos três textos que analisaremos a seguir poderemos perceber os jogos eróticos no espaço físico do cinema em suas três fases. No conto *O menino do Gouveia* (1914), de Capadócio Maluco, os personagens experimentam a primeira fase cinematográfica, as pequenas salas de exibição; no conto *La narración de la historia* (1959), de Carlos Correas, e na novela *No se lo digas a nadie* (1994), de Jaime Bayly, os personagens vivenciam a segunda fase, as grandes salas de cinema; por fim, também na novela de Bayly, a terceira fase, os cinemas em grandes centros comerciais, com seus combos extragrandes de pipoca e Coca-Cola.

Através desses textos, pretendemos analisar como se organizavam os encontros eróticos em cinemas não pornográficos, antes e depois do surgimento destes, a partir da afirmação de James Green (Gatti, 2000), que diz em entrevista que os cinemas (brasileiros), desde o começo do século XX, eram um local de pegação homossexual. Nesse sentido, pretendemos também relativizar essa afirmação de Green, uma vez que os textos literários analisados nos mostram que o cinema sempre foi um local de encontro e sociabilidade entre os homossexuais masculinos cisgêneros, mas nem sempre foi um local de grande permissividade sexual, ainda que algumas práticas eróticas fossem possíveis.

Fazendo crochet com Capadócio Maluco

O menino do Gouveia (1914), que hoje é considerada a terceira mais antiga narrativa de temática homoerótica brasileira, foi publicado pela editora Cupido e Companhia, ligada ao jornal *O Rio Nu*, em uma coleção intitulada de Contos Rápidos⁵. O conto foi o sexto, em uma série de dezesseis publicações, que vinham sempre acompanhadas de gravuras que materializavam as cenas libidinosas descritas, como podemos ver na gravura abaixo, que ilustrava o conto de Capadócio Maluco.

5 Por causa da sua temática, o conto foi colocado pelos funcionários da Biblioteca Nacional na Coleção Inferno, no acervo de obras raras. Este fato garantiu que o texto não fosse destruído, enquanto os outros quinze contos que compõem a coleção Contos Rápidos estão atualmente perdidos. *O menino do Gouveia* foi anunciado, em *O Rio Nu*, como “em preparação” nas edições 1577 a 1580, sendo colocado à venda a partir da edição 1581, de 7 de fevereiro de 1914. A coleção, de acordo com a edição 1596, de 23 de maio de 1914, era anunciada da seguinte forma: “Todos esses contos, que são escriptos em linguagem ultra livre, contendo uma gravura cada um, narram as mais pittorescas scenas de amor para todo os paladares”. Ainda de acordo com a editora, *O menino do Gouveia*, que era vendido como “Narração minuciosa da vida de um pequeno que cahiu nas unhas do Gouveia”, era “um sucesso sem igual”.



Capadócio Maluco, em verdade, é um autor anônimo, um pseudônimo, mas é também um personagem do jornal *O Rio Nu*, onde não só publica textos, mas também aparece como personagem em poesias, contos e notícias. No primeiro texto que encontramos com a assinatura do autor, na edição 1300, de 31 de janeiro de 1910, Capadócio nos narra, por exemplo, o encontro que teve com uma “rapaziada *destorcida* da Faculdade de Medicina”. Nas edições seguintes, relata-nos, ainda, outros casos de “torcidos e Gouveias”.

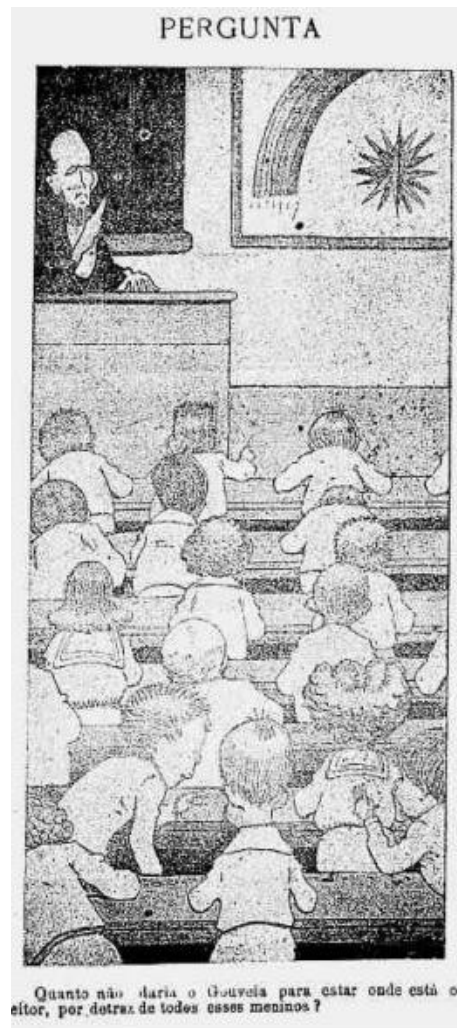
Nesse mesmo sentido, Gouveia ou Gouvêa é não só um personagem utilizado pelo jornal, que faz referência tanto ao homem heterossexual interessado em sexo anal com mulheres, quanto ao homossexual ativo que se interessa por rapazes mais jovens e costuma frequentar o Largo do Rocio (atual Praça Tiradentes, no Rio de Janeiro), mas é também um autor anônimo que publica notas e poesias assinadas ora por Dr. Gouveia, ora por Gouveia.

Assim sendo, antes mesmo do conto *O menino do Gouveia*, uma grande quantidade de pequenos contos, poesias e ilustrações com temática homoerótica foi publicada pelo jornal *O Rio Nu*. Encontramos, por exemplo, a poesia abaixo *O Gouveia*, publicada na edição 840, de 25 de julho de 1906, que diz:

[...]
 Uma noite no Rocio,
 Ia passando um rapaz
 Desses que têm pouco brilho,
 Com a calça rota por traz...
 Eis que o aborda um sujeito
 E o convida p’ra uma ceia:
 O convite foi aceito...
 Foram brincar de Gouveia!...
 A minha prima Luzia
 Casada com um tripeiro,

A quem a sorte sorria
Dando-lhe muito dinheiro...
Um anno após o consorcio
– Vejam só que cousa feia! –
Foi requerer o divorcio
Porque elle se fez Gouveia!... [...]

Da mesma forma, encontramos a charge abaixo, publicada na edição 868, de 31 de outubro de 1906, onde aparece uma sala de aula cheia de colegiais de costas para o leitor com a seguinte pergunta “Quanto não daria o Gouveia para estar onde está o leitor, por detraz de todos esses meninos?”, sugerindo assim o desejo do Gouveia por meninos.



No que se refere ao conto, *O menino do Gouveia* é narrado tanto por Capadócio Maluco, quanto por Bembem, que é o menino com quem Gouveia e Capadócio se relacionam. A história, que está dividida em quatro partes, nos conta, principalmente, a vida de Bembem. Assim, o “menino”, enquanto masturba Capadócio, relata-nos como se tornou um “puto matriculado”, um prostituto.

- Eu lhe conto. Eu todo dentro por vocação; nasci para isso como outros nascem para músicos, militares, poetas ou até políticos. Parece que quando me estavam fazendo, minha mãe, no momento da estocada final, peidou-se, de modo que teve todo os gostos no cu e eu herdei também o facto de sentir todo os meus prazeres na bunda (1914:3).

Conhecemos assim os desejos eróticos precoces, a observação desejosa das relações eróticas entre o tio e a tia, a tentativa do menino de seduzir o tio e a consequente expulsão de casa, assim como também o encontro com o primeiro amante, o Gouveia, no Largo do Rocio, após Bembem passar todo o dia procurando um parceiro sexual.

Durante o dia todo vaguei pela cidade na doce esperança de encontrar um fancho em que as minhas formas roliças e afeminadas despertassem o apetite e provocassem uma cantata. [...] Foi, porém, trabalho perdido: por mais que eu andasse pelos mictórios a espiar picas e fizesse mil gestos reveladores das minhas qualidades e encantos enrabativos, parece que naquele dia os amadores de cús tinham desaparecido. [...] Às seis horas da tarde sentei-me, levado dos diabos, num dos bancos do Rocio, pensando na falta de enrabadores que há nesta cidade (1914:9).

É o Gouveia, portanto, que leva Bembem ao cinema, onde o “menino” assiste a toda sessão “segurando-lhe a pica” (1914:10). Bembem nos relata desse modo o seu primeiro encontro:

O meu novo camarada pareceu ficar mais moço, convidou-me para ir ao cinema, onde assisti a uma sessão inteira segurando-lhe a pica. Depois, quando saímos, eu e seu Gouveia, era assim que elle se chamava, fomos tomar chocolate com pão de ló. Finalmente, às dez horas, mais ou menos, eu, com o braço do meu novo amigo passando pela cintura, entrava no quarto em que elle morava, ali pelas bandas dos Arcos [...]. O Gouveia era um hábil fancho e possuía a verdadeira arte de um amator de cús (1914:10).

O cinema, portanto, não se apresenta como lugar de pegação, ainda que *fazer crochet* fosse possível. Como explica Jorge Jaime (1953) e Lampião da Esquina (1981:8), *fazer crochet* ou *fazer tricot* era a forma como alguns frequentadores chamavam a prática de masturbar ou de segurar o pau de uma outra pessoa dentro do cinema. Nesse sentido, é importante dizer que a narrativa de Bembem está modulada, em seu ritmo e em sua excitação erótica, pelo desejo e pela velocidade com que o menino se põe a tricotar, como podemos ver nesse trecho:

- Confesso, Capadocio Maluco, acrescentou o Bembem, aumentando o movimento punhetal que vinha fazendo na minha pica, que nem uma só vez me passou pela cabeça a ideia de que ia ver a titia nua ou quase nua. O meu único pensamento era poder apreciar erecto o membro viril do titio (1914:4).

Por fim, podemos afirmar que ainda que a pegação homossexual apareça no texto, o cinema não é mostrado como um espaço de pegação, uma vez que não parece envolver a maior parte dos espectadores, ao contrário, a pegação é possível a partir da invisibilidade dos atos eróticos. Além disso, o cinema parece-nos funcionar mais como um encontro preliminar para outras práticas que serão experimentadas em quartos particulares, como acontece com o Gouveia e Bembem, ou em terrenos baldios, como veremos a seguir através do texto de Correas.

Fazendo o xadrez com Carlos Correas

De acordo com Adrián Melo (2011:12), *La narración de la historia* foi o primeiro texto literário argentino onde a homossexualidade não aparece como uma patologia, mas como “um traço normal dos personagens principais”; para Jorge Luis Peralta (2013:440), foi a primeira narrativa argentina cujo argumento estava centrado em um encontro sexual entre dois homens.

O conto, depois de ser negado pela revista *Contorno*, foi publicado, em 1959, pela revista *Centro*, que era editada pelo Centro de Estudantes de Filosofia e Letras da Universidade de Buenos Aires. Depois da sua publicação, o fiscal de polícia Guillermo de la Riestra apreendeu e proibiu a circulação da revista, o que levou a um processo judicial que condenou o autor e o diretor da revista a seis e três meses de prisão pelos crimes de pornografia, imoralidade e difusão de literatura obscena. O grande crime de Correas, como afirma Peralta (2013:406), foi dizer tudo, quando a regra era permanecer em silêncio.

De acordo com Juan José Sebreli (2015), a proibição de circulação da revista gerou um grande escândalo no mundo literário argentino. Editoriais produzidos tanto pelo jornal conservador *La Nación*, quanto pela *Esquerda Comunista*, aplaudiram a atitude de De la Riestra. Após o processo judicial, Correas ficou mais de vinte anos sem ser publicado, retomando sua carreira literária somente após o fim da última ditadura argentina. Entretanto, cabe ressaltar que sua marginalidade no sistema literário argentino, à parte os processos judiciais, também se relaciona com a temática dos seus livros que, como explica Peralta (2013:397), se aproximam de uma corrente maldita na tradição literária homoerótica, onde há uma exaltação da marginalidade, uma reivindicação de aspectos não assimiláveis da homossexualidade e um rechaço à normalização das dissidências sexuais.

Em *La narración de la historia*, o personagem Ernesto Savid vai ao Cine Colonial⁶, em Avellaneda, depois de ficar “perturbado” com a notícia do casamento de um ator. O cinema se apresenta como um lugar de flerte, onde Ernesto escolhe sentar-se sempre ao lado de jovens que deseja abordar; para isso,

6 O Cine Colonial é um cinema argentino que funcionou como cinema pornográfico. Inaugurado como cinema em 1927, funcionou como cinema pornô entre os anos 70 e 90. Atualmente, reformado, funciona como cinema não pornográfico.

roça a perna nos seus alvos, com o intuito de tentar algum tipo de contato erótico. Assim nos conta o narrador:

Cambió de sitio en el cine y fue a sentarse al lado de uno que parecía joven, con la cara picada de viruelas y un zurrón con ropa que apoyaba sobre los muslos. Ernesto le rozó un poco las piernas pero el otro no atendía; luego hablaron, comentando la película. En el intervalo, el otro se levantó y se fue (1959:6).

Essa prática é conhecida como *fazer o xadrez* em textos literários brasileiros, argentinos, cubanos e chilenos. As pessoas mudam de cadeira em busca de alguém que lhe interesse e que lhe corresponda, com o objetivo de estabelecer contatos mais íntimos. Os movimentos devem, portanto, ser calculados como se fossem táticas e códigos de aproximação e ataque. O xadrez é um jogo, mas é também uma dança na escuridão do cinema que visa criar campos de excitação e prazer, como descreve Reinaldo Arenas:

Entrar a un cine era pensar al lado de quién nos sentaríamos y si ese joven que estaba sentado allí estiraría una pierna hacia nosotros. Extender la mano lentamente y palpar su muslo y, luego, atreverse un poco más y tocar por encima del pantalón un miembro deseoso de salir de aquella tela. Allí mismo, mientras proyectaban una vieja película americana, masturbarlo; ver cómo eyaculaba y luego se marchaba antes de terminada la película. Tal vez nunca se le volviera a ver después de conocer su rostro sólo de perfil; pero en todo caso sería un tipo formidable (2010:131).

Diante do fracasso da sua abordagem e da indiferença dos rapazes, Ernesto vai à estação de trens de Constituição, local conhecido pela grande presença de homossexuais, onde termina conhecendo o *chongo*⁷ Juan Carlos Crespo. Um rapaz de dezessete anos com quem se envolve, mas de quem se afasta ao final do conto.

Poderíamos dizer que a diferença de classe contribuiu para a decisão de Ernesto de se afastar de Juan, uma vez que Ernesto em vários momentos sente vergonha de ser visto com Juan, um rapaz de mãos sujas, vestido de jeans e casaco de couro amarelo, que dormia na casa de amigos ou até mesmo na rua, enquanto Ernesto fazia faculdade, morava com a família e estava sempre de terno, gravata e chapéu. Também poderíamos afirmar que a repressão familiar era outro elemento que afastava os dois personagens. Juan, órfão de um pai ausente e alcoólatra, foi criado longe das pressões familiares. Enquanto Ernesto, que invejava a liberdade “graciosa y arbitraria” de Juan, tinha sido criado por um

7 Chongo, de forma similar ao termo brasileiro *cafuçu* ou *bofe*, está associado à virilidade masculina. Atualmente, como explica Horácio Sivori (1994:69), refere-se a todo homem de aparência masculina “natural” ou “não produzida”, independentemente da sua prática sexual. O termo, portanto, seria atribuído também aos “homossexuales que pasan por heterossexuales, a quienes no se les nota” (1994:84). Segundo Peralta (2013:433), Correas não só introduziu o *chongo* na literatura argentina, como também o converteu em um mito erótico.

pai severo “de esos que obligan a uno a guardar todo en el interior; de tal modo, que cuando uno se libera se vuelve loco” (1959:8). No entanto, mesmo com a recente morte do pai, Ernesto ainda se sentia obrigado a casar e ter filhos para manter a “dinastia” do seu pai imigrante.

Entretanto, parece-nos mais provável, seguindo não só as pistas que o próprio texto fornece, mas também a um comentário do autor⁸, que a principal “incompatibilidade” entre os dois se refere tanto às práticas sexuais, dado que ambos são descritos como ativos, quanto a uma disputa em torno da masculinidade e do medo da feminilização e da inversão. Ambos temem, portanto, serem lidos socialmente como invertidos, ou melhor, como passivos e afeminados, já que Juan é lido socialmente como um *chongo*, enquanto Ernesto se entende como um pederasta, que em um futuro distante dos seus atuais vinte e dois anos casaria com uma “muchacha flaca y casi sin pechos que se dejara poseer con indiferencia” (1959:7). Assim sendo, Ernesto, abandona o *chongo* e tem relações sexuais com um bailarino, a quem atribui um papel sexual de mulher, sentindo-se, então, “tranquilo, liberado, de acuerdo consigo mismo” (1914:18). O encontro com o bailarino, portanto, como afirma Peralta (2013:461), não só faz com que Ernesto abandone as geografias eróticas proletárias e retorne ao circuito burguês, como também concilia a afetividade de Ernesto com uma identidade que o mantém a salvo da feminilização; o que lhe garante, por fim, um sono tranquilo depois de muitas noites mal dormidas.

No conto, portanto, o cinema funciona como um lugar para o flerte e para a troca das primeiras carícias, mas não como um lugar de intensa prática sexual. Além disso, o texto sugere também que os encontros sexuais iniciados no cinema se deslocam para terrenos baldios e escuros, como no encontro entre Ernesto e Juan, e para apartamentos privados, como no encontro entre Ernesto e o bailarino Enrique Vidal.

Fazendo banheirão com Jaime Baily

Na novela *No se lo digas a nadie* (1994), estreia literária do apresentador e jornalista peruano Jaime Bayly, podemos perceber experiências eróticas tanto em um palácio cinematográfico, quanto em um cinema próximo do atual padrão multiplex. Assim sendo, podemos dizer que os cinemas não pornográficos ainda hoje são um espaço onde dissidentes de gênero e sexualidade, mas não somente estes, sociabilizam e jogam eroticamente.

O livro, que está dividido em três partes, narra a história, desde a infância até a vida adulta, de Joaquín Camino, um homossexual, filho da alta burguesia limenha, que não aceita o silêncio sobre a sua sexualidade, assim como também não compactua com a possibilidade de viver um casamento heterossexual de fachada. Joaquín, contrariando o que deseja o seu entorno social, investe politicamente, como argumenta Anselmo Peres Alós (2013:353), em uma saída do armário como possibilidade de mudança social.

⁸ Em entrevista, segundo Peralta (2013:444), Correas afirma “todo el problema que tiene Ernesto con el chico es que el chico es activo también”.

Na primeira parte do romance, após um incidente familiar, que termina com seu espancamento e a assunção de sua homossexualidade diante da família, quando ainda tinha quinze anos, Joaquín rouba uma joia familiar e foge de casa. Após vagar pela cidade, entra em um antigo cinema, o Cine Colón, em uma sessão para maiores de vinte e um anos, cuja assistência é exclusivamente masculina, onde passava *O último tango em Paris*. Joaquín excitado não só com o erotismo do espaço, mas também com o filme, termina se masturbando sozinho no banheiro.

Todos los espectadores eran hombres. Casi todos estaban solos. [...] Joaquín sonrió y continuó viendo la película. Poco después, tuvo ganas de masturbarse. Entonces fue al baño, se bajó la bragueta y pensó en Raúl, su primo. Raúl era moreno, decía lisuras y escupía a cada rato. Cerró los ojos y recordó una tarde en casa de Raúl (2006:333).

Como explica Pena (2013:81), a exibição, nos anos 70, em meio a batalhas judiciais, de alguns filmes como *O Último Tango em Paris* (1972), *Império dos Sentidos* (1976) e *Calígula* (1979), e de alguns gêneros cinematográficos, como a pornochanchada brasileira, não só diluíram as fronteiras entre filme de arte, filme comercial e filme pornográfico, como também favoreceram a transformação de antigos palácios cinematográficos em cinemas pornôs, uma vez que o público, acostumado com o erotismo desses filmes, passou a demandar filmes pornográficos.

Um outro texto que também mostra um personagem que entende o filme de Bertolucci como erótico é o conto *O corpo*, do livro *A Via Crucis do Corpo* (1998), de Clarice Lispector. Neste, a narradora nos diz que o personagem Xavier não só entendeu o filme como erótico, como também ficou terrivelmente excitado.

Xavier era um homem truculento e sanguíneo. Muito forte esse homem. Adorava tango. Foi ver *O Último Tango em Paris* e excitou-se terrivelmente. Não compreendeu o filme: achava que se tratava de filme de sexo. Não descobriu que aquela era a história de um homem desesperado (1998:21).

No segundo momento do livro de Bayly, convidado por uma amiga, Joaquín vai a um cinema, possivelmente multiplex, assistir a um filme de Harrison Ford. Sentados na última fila, Joaquín começa a flertar com outro rapaz e, novamente, o banheiro do cinema é utilizado para encontros eróticos. Assim nos relata o narrador:

Joaquín miró al chico: le pareció muy atractivo. Segundos después, el chico le devolvió la mirada. Se miraron a los ojos, sin sonreír. Antes que se apagasen las luces, se miraron de nuevo. No bien comenzó la película, el chico se puso de pie, miró a Joaquín, le hizo una seña con la cabeza y salió de la sala. Joaquín sintió un cosquilleo en la espalda. Sabía que no iba a poder resistir la tentación.

— Tengo que darles de comer a los chilenos — le dijo a Alexandra, hablándole al oído.

Había aprendido esa expresión de un tío abuelo suyo, que solía decirla antes de ir al baño. Ella se rio, tapándose la boca.

— ¿Se mueren de hambre los chilenos? — preguntó.

— Están hambrientos los pobres, ya les toca comer — dijo él (2006:717).

A diferença entre os dois cinemas frequentados por Joaquín pode ser percebida não só pelo filme exibido, um erótico e outro um *blockbuster*, mas também pelo público, o primeiro formado por homens maiores de vinte e um anos desacompanhados e o segundo por adolescentes, pelos serviços alimentícios ofertados dentro do cinema, o primeiro com oferta de doces e o segundo com o consumo de combos extragrandes de pipoca e Coca-Cola, e pela localização da sala, o primeiro no centro limenho, o segundo em um local frequentado pela alta burguesia local.

No primeiro cinema, o Colón, o narrador parece sugerir uma futura especialização do local no gênero pornográfico. Essa hipótese se confirma com a informação de que o Colón, assim como o Cine Colonial do conto de Correas, não era apenas um cinema literário, mas era também um cinema que efetivamente existiu, tendo funcionado como cinema entre 1930 e 2003. Nesse sentido, através do jornal *La República*, sabemos que o Colón foi durante muitos anos o principal cinema limenho, mas desde os anos 80 até o seu fechamento funcionou como cinema pornô⁹.

A partir da narrativa de Bayly, podemos afirmar que os dois cinemas não eram um local de pegação, uma vez que o flerte e as práticas sexuais não estavam generalizadas entre os seus espectadores, por conta disso, os encontros eróticos de Joaquín ficam sempre restritos aos banheiros dos cinemas. Joaquín *faz banheiro* porque esse espaço ficava vazio durante a exibição de filmes, o que garantia a invisibilidade para os encontros eróticos. Nesse sentido, entendemos que os cinemas não pornográficos, apesar da disponibilidade erótica de alguns espectadores, não são locais de pegação, mas locais onde algumas práticas eróticas são possíveis.

Saindo dos cinemas

A partir dos textos analisados, pudemos perceber como o cinema é parte das primeiras narrativas com temática homoerótica das literaturas brasileiras e argentinas. Nesse sentido, o estudo do espaço físico do cinema é também uma forma de entender e reconstruir não só a história das homossexualidades masculinas cisgêneras, mas também a história de espaços cinematográficos que efetivamente existiram.

É interessante também perceber como as primeiras textualidades homoeróticas foram sistematicamente perseguidas e proibidas de circular não só pela polícia, mas também pela crítica política e literária. Afinal, como afirma o crítico literário Daniel Balderston (2004:32), enquanto nos últimos cem

⁹ Informação disponível em: <<https://bit.ly/2JnjFoX>>. Para entender um pouco do universo erótico que se experimentou no Colón, enquanto cinema pornô, indicamos o seguinte texto *Ecas del Cine Colón*. Disponível em: <<https://bit.ly/2M0qiiV>>.

anos houve um constante flerte da literatura com sexualidades dissidentes, na crítica e mais ainda na historiografia literária houve, ao contrário, fundamentalmente, silêncio e apagamento dessas narrativas.

Importante dizer também que na pesquisa mais ampla que realizei sobre cinemas e cinemas pornográficos foram analisados trinta e oito textos em diferentes gêneros textuais e em nenhum deles os cinemas não pornográficos ou em vias de se tornarem pornográficos são construídos como espaços de pegação, ainda que, como já dissemos, algumas práticas eróticas fossem possíveis.

Nesse sentido, mais do que entendermos pegação como prática sexual anônima, efêmera e fugaz, como resume Victor Hugo Barreto (2017:21), entendemos que para um lugar ser reconhecido e experimentado por seus pares como um espaço de pegação é preciso que a disponibilidade erótica e os encontros sexuais estejam se não generalizados entre os seus frequentadores, sejam ao menos possíveis para a maioria destes.

Os textos literários analisados aqui, mas também os que foram analisados na minha pesquisa de doutorado, não constroem o espaço cinematográfico não pornográfico como espaços de pegação, o que os textos nos mostram é que o cinema é principalmente um lugar para encontrar pessoas, onde algumas carícias eróticas são possíveis, desde que sejam invisíveis aos outros espectadores. Nesse sentido, é preciso dizer também, ainda que o recorte dado a este texto não permita inferir isso, que as práticas de *fazer crochet*, de *fazer o xadrez* e de *fazer banheiro* estão presentes em todas as fases do cinema, não sendo, portanto, exclusivas de uma ou outra fase.

Assim sendo, podemos dizer que o cinema se transforma em um lugar de pegação quando a mão e o tato passam a ser a principal forma de experimentação nos cinemas, quando os filmes passam a ser experimentados mais sinestesticamente do que visualmente, quando os gemidos e sussurros da plateia se sobrepõe ao áudio dos filmes, quando os sabores experimentados são antes os fluidos corporais do que doces e pipocas, quando o cheiro de sexo impregna as salas, quando as poltronas passam a funcionar como geografias eróticas em que os envolvidos ditam o ritmo dos filmes de acordo com o movimento do *crochet*, quando a imobilidade cede espaço à movimentação dos espectadores nas salas, quando a invisibilidade das práticas eróticas dos banheiros invadem as salas cinematográficas, quando os lanterninhas passam a colaborar com os encontros eróticos. Antes de tudo isso, o que temos são encontros eróticos isolados que não são capazes de transformar a fruição cinematográfica em fruição erótica.

Referências

ABREU, Nuno César. *O olhar pornô: a representação do obsceno*. 1994. Dissertação (Mestrado em Cinema) - Universidade São Paulo, São Paulo, 1994.

ALÓS, Anselmo Peres. *Não contar a ninguém ou contar a todo mundo? Colapsos da masculinidade em No se lo digas a nadie*. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, p. 343-370, 2013.

ARENAS, Reinaldo. *Antes que anochezca*. Buenos Aires: Tusquets, 2010.

BALDERSTON, Daniel. *El Deseo, Enorme Cicatriz Luminosa; Ensayos Sobre Homosexualidades Latinoamericanas*. Buenos Aires: Beatriz Viterbo, 2004.

BARRETO, Victor Hugo. *Vamos fazer uma sacanagem gostosa? Uma etnografia da prostituição masculina carioca*. Niterói: Eduff, 2017.

BAYLY, Jaime. *No se lo digas a nadie*. Barcelona: Seix Barral, 2006.

BESSA, Marcia. *Entre Achados e Perdidos: colecionando memórias dos palácios cinematográficos da cidade do Rio de Janeiro*. Tese (Doutorado em Memória Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

CORREAS, Carlos. *La narración de la historia*. Buenos Aires: Revista Centro, 1959.

COSTA, Flávia Cesarino. *O primeiro cinema: espetáculo, narração, domesticação*. Rio de Janeiro: Azougue Editorial, 2005.

COZARINSKY, Edgardo. *Palacios plebeyos*. Buenos Aires: Sudamericana, 2006.

FREIXAS, Ramon; BASSA, Joan. *El sexo en el cine y el cine de sexo*. Barcelona: Paidós, 2000. GATTI, José. *Mais amor e mais tesão: história da homossexualidade no Brasil. Ponto de Vista. Entrevista com James Green*. Revista de Estudos Feministas, Florianópolis, v.8, n. 2, 2000.

JAIME, Jorge. *Homossexualismo Masculino*. Rio de Janeiro: O Construtor, 1953. Lamião da Esquina. Disponível em: <<https://bit.ly/2aZAi8M>>. Acesso em 2 out 2018. LISPECTOR, Clarice. *A via crucis do corpo*. Rio de Janeiro: Rocco, 1998.

MAIA, Helder Thiago. *Cine(mão): espaços e subjetividades darkroom*. Salvador: Devires, 2018.

MALUCO, Capadócio. *O menino do Gouveia*. Rio de Janeiro: Editora Cupido & Companhia, 1914.

MELO, Adrián. *Historia de la Literatura Gay en Argentina*. Buenos Aires: Lea, 2011.

O Rio Nu. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/rio-nu/706736>>. Acesso em 2 out 2018.

PENA, João Soares. *Espaços de excitação: cines pornôis no centro de Salvador*. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

PERALTA, Jorge Luis. *Espacios homoeróticos en la literatura argentina (1914-1964)*. Tese (Doutorado em Teoria Literária e Literatura Comparada) – Universitat Autònoma de Barcelona, Barcelona, 2013.

SEBRELI, Juan José. *Escritos sobre escritos, ciudades bajo ciudades (1950– 1997)*. Buenos Aires: Editorial Sudamericana, 2015.

SESTER, Eros. *Em São Paulo a gente nunca sabe se neblina é poluição - Notas sobre (auto)etnografia em um cinemão paulistano*. 2012. Disponível em: <<https://bit.ly/2HmYmll>>. Acesso em 02 out 2018.

SÍVORI, Horácio Federico. *Locas, chongos y gays: sociabilidad homosexual masculina durante la década de/1990*. Buenos Aires: Antropofagia, 1994.

OS NARRADORES-PERSONAGENS, DRAMATURGOS E ESCRITORES DE MARCELINO FREIRE: UMA LEITURA SOBRE A ESCRITA PERFORMÁTICA NO CONTO “UNIÃO ESTÁVEL” E NO ROMANCE *NOSSOS OSSOS*

Guilherme Augusto da Silva Gomes¹

A escrita performática de Marcelino Freire é dotada de agilidade e oralidade propiciando uma facilidade em adaptação para encenações. Neste trabalho, foram analisados o conto “União Estável”, do livro *Amar é Crime*, de 2011, e o romance *Nossos Ossos*, de 2013. Representando ora sujeitos homoeróticos em busca de um relacionamento estável, ora relacionamentos sexuais com michês, os contos têm em comum narradores que se assumem dramaturgos/escritores e afirmam que “os personagens me ensinaram a viver” (2015: 85) e que dos “[...] falecimentos construí meus personagens errantes” (2013: 27). Nessas produções, encontram-se aproximações dos gêneros dramático e épico, como a oralidade e rubricas, e são analisados à luz de Azevedo (2007), Glusberg (2008), Beigui (2011) e Taylor (2012).

¹ (UFU)

PERCURSO PELO CORPO MASCULINO MERCANTILIZÁVEL

Dorinaldo dos Santos Nascimento¹

Resumo: Pretendemos, neste trabalho, realizar um breve percurso por textos em prosa de expressão homoerótica na literatura brasileira nos quais figuram personagens masculinos intercambiando sexo e dinheiro/outras trocas materiais, valores simbólicos. Desse modo, apesar de recortamos objetos literários em que os personagens, às vezes, praticam o sexo monetarizado de forma tangencial e/ou não são protagonistas do enredo, demonstraremos em perspectiva panorâmica, à luz dos estudos literários e culturais, como se dá a representação literária do corpo masculino mercantilizável.

Palavras-chave: Homoerotismo; literatura brasileira; prostituição masculina.

¹ Doutorando em Estudos Literários – Universidade Federal de Uberlândia.
E-mail: naldo.nascimento@ufu.br

O corpo-prostituto, que pode ser designado de diversas maneiras - garoto de programa, boy de programa, michê, gigolô, acompanhante -, encontra-se reincidentemente presente na prosa brasileira de expressão homoerótica. Pelo mapeamento levantado até o momento², há dezenas de narrativas que trazem a figura do personagem masculino que intercambia sexo e dinheiro e/ou outras trocas materiais/valores simbólicos. As narrativas mapeadas podem ser organizadas, considerando o modo de representação e o lugar ocupado pelos personagens prostitutas, em três eixos: a) histórias que se fabulam ancoradas no corpo-prostituto, nas quais não apenas ele se enuncia como personagem protagonista, o seu trabalho sexual também é plasmado ficcionalmente com mais nuances e profundidade; b) narrativas em que, embora não protagonizem o enredo, este só é possível pela existência deflagradora e catalizadora do sujeito ficcional que se prostitui; c) histórias em que eles não são protagonistas e/ou praticam o sexo rentável de forma tangencial. Neste trabalho, o terceiro agrupamento de narrativas será o escopo de análise.

Começamos nosso breve percurso pelo corpo mercantilizável recortando o conto *Aprendizado* (1968), de Luiz Canabrava, no qual narra-se uma experiência contingencial de sexo monetarizado entre o adolescente Túlio e um senhor mais velho. A contingencialidade se dá quando o imberbe garoto “bonito e forte, sem dúvida. Satisfeito com a própria imagem, tostada de sol e dividida pela marca branca de shorte” (CANABRAVA, 1968), entediado com sua vida pequeno-burguesa, sai do ambiente doméstico após uma das reiteradas desavenças entre os pais, e se depara casualmente na rua com um senhor que o alicia até seu apartamento. A cena de sexo entre eles, não explicitada pelo narrador, há apenas a descrição da preparação para o ato, é sucedida pelo exitoso artifício verbal do garoto em conseguir recompensa financeira pelo sexo:

Eram duas notas de mil cruzeiros que ele, já na rua, examinou à luz de uma vitrina. De repente, lembrou-se dos pais, sentiu um nojo por tudo, pelo dinheiro e pelo doutor e com gesto repentino, de menino birrento, rasgou uma das notas ao meio. “Merda!” – rosnou e, incontinente, resolveu: “colo-a depois”. Deu um muxoxo e correu, assobiando. (CANABRAVA, 1968, p. 119).

Túlio constitui sua identidade masculina nos moldes hegemônicos (CONNELL, 2005; CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013) disposto a demonstrar sua virilidade pela força física, assim como na relação de poder pela posição sexual de ativo: “Pensou: se ele se aventurar no que eu não quiser, dou-lhe uma

2 *O menino do Gouveia* (1914?), de Capadácio Maluco; *O encontro* (1967) e *Nem mesmo um anjo é entrevistado no terror* (1981), de Samuel Rawet; *Aprendizado* (1968), de Luiz Canabrava; *Paraíba, Módulo pouco feliz, A desforra, O voluntário e O inimigo comum* (1975), de Gasparino Damata; *Galeria Alaska* (1976), de João Antônio; *A carreira de um libertino paulistano ou a semana perfeita de um senhor homossexual, de boa colocação social* (1976), *Reginaldo* (1977), *Jarbas, o imaginoso* (1977), *Bofe a prazo fixo* (1979), *Nivaldo e Jerônimo* (1981), de Darcy Pentead; *Alguma coisa urgentemente* (1980), *A fúria do corpo* (1981), *A céu aberto* (1996), *Acenos e afagos* (2008), de João Gilberto Noll; *Stella Manhattan* (1985) e *Autumn leaves (Folhas secas)*, de Silvano Santiago; *Vitrine humana* (2004), de Sílvio Cerceau; *As flores do jardim da nossa casa* (2007), de Marco Lacerda; *O filho da mãe* (2009), de Bernardo Carvalho; *Nossos ossos* (2013), de Marcelino Freire; *A última noite de caça* (2015), de Luiz Goulart.

porrada” (CANABRAVA, 1968, p. 118). Desse modo, para ele, o dinheiro pelo sexo pode funcionar como mecanismo psíquico de escamoteamento de seus desejos homoeróticos interditos por valores heteronormativos, os quais impõem ao personagem buscar justificativa pelo ato sexual homoerótico através do retorno monetário (CECCARELLI, 2008); ou seja, para ele, a vivência homoerótica seria legitimada pela intercambialidade econômico-sexual estabelecida. Ao mesmo tempo, nesse cenário diegético, é infligido ao sujeito homossexual mais velho o lugar de abjeto que só consegue gozar sexualmente pagando outros corpos desejados. Importa salientar, também, que o aprendizado que nomeia a narrativa assume dupla significação: aponta para a iniciação sexual homoerótica do adolescente, assim como lhe confere pelo sexo pago ensinamentos de como ser um prostituto, intercambiando e se beneficiando financeiramente de outros homossexuais.

Outra perspectiva de representação de corpos masculinos mercantilizáveis na ficção é evidenciada na narrativa *Galeria Alaska* (1976), de João Antônio. Pela ótica de um narrador cronista surgem como “personagens” centrais Copacabana e a Galeria Alaska³. Dentre vários elementos recortados pelo narrador, há um espaço para os corpos monetizados de rapazes empobrecidos, oriundos da Zona Norte ou dos subúrbios cariocas, deslumbrados com a vida nova, moderna e “nobre” em Copacabana, “modelo de vanguarda no Rio” (ANTÔNIO, 1976, p. 16), que acabavam se prostituindo com homossexuais ou morando com homens mais velhos, os quais sustentavam e garantiam-lhes manter um estilo de vida compatível aos residentes do vigente endinheirado bairro carioca, bem como não retornarem aos periféricos bairros de origem, para eles, um terrível retrocesso na trajetória de vida:

A meninada principia justamente na Galeria Alaska, certa de que com o físico, juventude[...] conseguirá o melhor em mulheres, boates, facilidades[...] De comum, no entanto, a façanha é outra e, por falta de dinheiro, os rapazes do subúrbio[...] acabam deitando-se com homossexuais, por dinheiro[...] é preciso manter a forma, a pele bronzeada custa muito banho de sol e de mar e quem vive na praia não tem tempo para trabalho. Uma saída é morar com os pederastas[...] Manter-se em Copacabana a qualquer custo, é necessário aproveitar-se de velhos pederastas endinheirados, mal-amados e que ninguém quer. Ou servir de mulher para algum deles – também é do jogo. A esta altura, o menino topa. De ativo a passivo, está marginalizado, viciado, moldado a um novo estilo de vida[...] ele não quer mais nada com a Zona Norte, que não tem mar, nem camisetas coloridas, colares ou jipes abertos, sensação de liberdade (ANTÔNIO, 1976, p. 17).

Chama-nos atenção esse narrador impiedoso que dicotomiza o frescor e juventude dos rapazes ao corpo idoso indesejável, incapaz de conquistar um parceiro não remunerado, imprimindo à velhice homossexual significações vinculadas à prostituição ou uma sociabilidade tarifada como quase um destino previsível e indiscutível para o sujeito homossexual velho (POCAHY, 2011). Dicotomização também dos papéis sexuais hierarquizados numa perspectiva heteronormativa, através dos quais os rapazes

3 Um tradicional e efervescente ponto de encontro de homossexuais no Rio de Janeiro, que se tornou famoso a partir dos anos 1960, quando chegou a ser classificado como o maior reduto de gays do país.

mantidos, *kept boys* (SCOTT, 2003), entram em cena como cooptados “contaminados” que passam a estabelecer um jogo de intercambialidades no sentido de obtenção de dinheiro, acesso a bens de consumo, ascensão social e até inserção cultural (NARDI, 2010).

É evidenciado também pela ficção a representação do corpo-prostituto ocupando ao mesmo tempo o lugar do sujeito subalternizado, objetificado e, sobretudo, aviltado, tal como plasma-se no conto *A carreira de um libertino paulistano ou a semana perfeita de um senhor homossexual, de boa colocação social* (1976), de Darcy Penteado. Quase que inteiramente, a história narra em detalhes, a efervescente, promíscua e hedonista vida sexual de um alto executivo paulistano com inúmeros parceiros. No desfecho do conto, o endinheirado “coroa” decide terminar sua noite recorrendo aos serviços da prostituição de rua:

Precisava encontrar alguém fácil, que resolvesse logo e que não exigisse “charme” da parte dele para a conquista. Um profissional resolveria bem o caso. No início da 24 de Maio reduziu a marcha e pôs os óculos para observar a “mercadoria”. A primeira que viu foi uma bicha magra. “Horrrível, pensou, parece um breviário contra a luxúria”[...] Os seguintes fizeram gestos bem objetivos: eram dois meninos imberbes e com corpos ainda infantis, mas com a as mãos nos bolsos das calças projetavam os sexos para frente, afim de aumentar o volume[...]O oitavo ou nono, quase no fim do quarteirão era entroncado, forte, gênero nortista, aparentando estar com dezenove anos. “Este serve. Parou e tratou. (PENTEADO, 1976, p. 78).

O protagonista deseja a praticidade, impessoalidade e facilidade do sexo pago que transforma corpos com valor de uso e troca. Ojerizando os homossexuais afeminados e dispensando os corpos infantis, o rico engenheiro se interessa pelo corpo-prostituto másculo de um jovem lupenizado. Mesmo ouvindo do jovem prostituto em um português de indivíduo semialfabetizado, que está recém-desempregado, prestes a ser despejado, sem comer desde a manhã, o rico executivo finge ter menos dinheiro para depois propor ao jovem uma oferta monetária mais elevada no propósito de penetrá-lo, sabendo previamente que o garoto só aceitaria o programa sendo ativo. “O rapaz gemeu muito. Deveria ser mesmo um iniciante.

‘Não foi nada de muito especial’[...]Mas fora excitante poder aviltar o outro até aquele ponto. Assim sendo compensara” (PENTEADO, 1976, p. 88). Fica sublinhado que o personagem não apenas quer “comprar o poder do gozo”, mas, sobretudo, deseja sentir “o gozo do poder” (BRUCKNER, 1981) pelo comprazimento perverso agenciado pelo poder financeiro em objetificar e sentir prazer, excitação e emoção pelo aviltamento do jovem prostituto. Desse modo, o sujeito pagante pelo sexo goza duplamente, ejaculando e ostentando seu poder ao espezinhar o corpo subalternizado e mercantilizável do garoto de programa.

No romance *Stella Manhattan* (1985), de Silviano Santiago, protagonizado pelo duplo identitário intercambiante Eduardo/Stella, tem-se a presença esparsa de Rickie, o adorado michê norte-americano da hiperbólica bicha *camp* Stella. O gigolô se torna a sua fixação amorosa, tanto que repetidas vezes

lemos durante a narrativa a frase: “We will fly down to Rio” em referência a uma desejada viagem ao ensolarado e quente Rio de Janeiro para onde levaria seu amor; o seu James Dean. Há cenas lembradas por Stella de uma noite de encontro em um bar, sucedido por sexo com Rickie. Stella se questiona e tenta se convencer de que o parceiro foi possível não apenas pelo dinheiro, houve também desejo e afeto, conforme ela cantarola ironicamente: “*No love, just fuck. No love, just money. No fuck, just love. No money, just love*” (SANTIAGO, 1985, p. 16).

O narrador indicia parte do *modus operandi* e perfil do garoto de programa norte-americano (branco, de olhos azuis) como um sujeito experimentado naquilo que exerce, pois ele tinha “os movimentos automáticos do pilantra profissional que sempre tem de pular da cama no escuro e pôr a roupa rapidamente enquanto o parceiro só calça os chinelos” (SANTIAGO, 1985, p. 14). Essa face oblíqua do michê norte-americano encontra ressonância no modo *camp* e cínico de Stella olhá-lo:

Não é difícil adivinhar onde pode estar o Rickie, a não ser quê. ‘Não seja cínica Stella. A não ser o quê? Que encontrou um mais rico, mais generoso e mais bonito. Michê é michê. Bofe é bofe. Bicha é bicha. Dê um lance mais alto. Façam seu jogo, senhores (SANTIAGO, 1985, p. 115).

Apesar de Stella ter em Rickie um disfarce para sua solidão, seu olhar em relação a ele não o abona, ao contrário, o configura pelo caráter venal e interesseiro, de quem vale-se de um corpo produzido para sedução erótico-sexual com propósitos de obtenção de vantagens financeiras e materiais de toda ordem. Além disso, o pensamento de Stella deixa bem marcado a representação dos lugares e papéis sexuais entre ela e Rickie. Ele, o “homem de verdade” (o bofe másculo, viril), ela, a bicha, o inferiorizado sujeito homossexual afeminado que paga pelo sexo com o homem moldado e regulado pela masculinidade hegemônica, capaz de proporcionar a ela “o prazer violento” que só o macho potente, viril e dominador é capaz de fazê-lo.

Acresce ao breve percurso proposto, o romance *A céu aberto* (1996), de João Gilberto Noll. Nele, mesmo que em recorte, aparece a representação da velhice como abjeção e a sua relação com os perigos assumidos pelo sujeito pagante pelo sexo em determinados territórios de prostituição e/ou a malícia e periculosidade de rapazes que se valem de seu capital erótico no mercado do sexo para atrair e cometer práticas escusas. É o que ocorre com o personagem Arthur, um pianista envelhecido, que sente o peso da infelicidade da deseretização enquanto sujeito desejante/desejado recorrendo à prostituição:

[...]olha a minha idade, vejo que nenhum homem poderá se *interessar verdadeiramente* por mim, só se for pelo meu antigo rosto sem papada e bolsas sob os olhos, só se for pelos meus braços de outrora que ostentavam alguma malhação até pela ajuda do piano, só se for por este outro homem que já se esborrou em mim; pois que cara em sã consciência pode vir hoje até aqui, e escavar com sua língua a minha boca cheia de próteses dentárias alcoolizadas[...], mas, eu continuo querendo o garotão lá no fim das minhas madrugadas e pago ao garotão que de outra maneira não me procuraria nem espetaria sua barba por fazer no meu pescoço como peço...(NOLL, 2008, grifo nosso, p. 24).

Arthur converge para a busca de companhias fugazes monetarizadas manejando sua libido na fronteira entre o prazer e perigo. O narrador nos relata um episódio em que o boêmio personagem chega tarde da noite em casa embriagado e acompanhado por dois rapazes: “Ambos com suas camisas presas em volta da cintura” (NOLL, 2008, p. 26). São esses sujeitos, dois garotões, “com sorrisos zombeteiros” (NOLL, 2008, p. 26), encontrados por Arthur na rua, que se aproveitam da vulnerabilidade ética do personagem para roubar-lhe a carteira em sua casa. Há ainda no personagem envelhecido, a procura pelo corpo-prostituto em saunas de prostituição masculina, que lhe resulta em uma situação de exposição e vexame ao ser detido numa delegacia de polícia após uma batida numa sauna *gay* que mantinha menores de idade como massagistas.

No romance *O filho da mãe* (2009), de Bernardo Carvalho, o jovem recruta do exército russo, Andrei, filho de mãe russa e pai brasileiro, na São Petersburgo contemporânea, é coagido a se prostituir pela própria instituição militar onde atua afim de arrecadar dinheiro para completar o salário dos superiores e sustentar o quartel falido. O deslocamento de Andrei do quartel para o “arranjado” encontro com um oficial da reserva parece ser uma perversa prática recorrente no exército, indiciada pelo narrador: “O soldado na guarita sabe muito bem aonde é que ele vai (é possível que também tenha sido obrigado a passar pela mesma humilhação quando recruta) e não perde a oportunidade de fazer uma gracinha” (CARVALHO, 2009, p. 99). Possível recorrência endossada pela reação do oficial de reserva diante da exigência de antecipação de pagamento do programa por Andrei: “do que é que o sargento Krássin tem medo? Que eu não pague? Ou será que não confia no material que mandou desta vez?” (CARVALHO, 2009, p. 104).

É necessário sublinharmos que Andrei é forçado a ter uma relação sexual com outro homem com fins monetários, sem que haja o mínimo agenciamento dele enquanto sujeito desejante: “Andrei sabe o que o espera. É a primeira vez, mas não é difícil imaginar. Procura não imaginar” (CARVALHO, 2009, p. 98); nos levando ao entendimento de que a prática da prostituição para o personagem, além de configurar um estado de aviltamento, ultraje, humilhação, se configura pela violação do seu corpo, pela forte coação impingida a ele como algo da ordem do abuso sexual que a instituição militar disciplinadora, repressora e autoritária legítima como prática de rebaixamento aos oficiais hierarquicamente inferiores como efeito das relações de poder reguladas no exercício de dominação dentro do exército.

Em suma, diante deste breve percurso panorâmico, nota-se que há diversas modulações para a ficcionalização do corpo masculino mercantilizável na literatura brasileira de temática homoerótica. Em face disso, embora haja um espectro de práticas, situações e particularidades em cada narrativa, é congruente entre os objetos literários analisados, a presença hegemônica do corpo jovem que se prostitui – até mesmo imberbe, adolescente -, sempre representado por uma masculinidade marcada por insígnias *viris*, geralmente, empobrecido, subalternizado, lançando-se em um jogo de intercambialidades econômico- sexuais com homens mais velhos (a grande maioria), donos do capital, quase sempre abjetos pela idade, precisando recorrer ao trabalho sexual para poderem gozar sexualmente, caso contrário, permanecerão no lugar da invisibilidade, exclusão e isolamento social.

Referências

- ANTÔNIO, J. Galeria Alaska. In: *Malhação do Judas carioca*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- CANABRAVA, L. Aprendizado. In: DAMATA, Gasparino. (Org.). *Histórias do amor maldito*. 2 ed. Rio de Janeiro: Record, 1968, p. 111-119.
- CARVALHO, B. *O filho da mãe*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- CECCARELLI, P. R. Prostituição – corpo como mercadoria. *Mente & cérebro – Sexo*, v. 4, dez. 2008.
- CONNELL, R. W. *Masculinities*. 2. ed. Berkeley: University of California Press, 2005.
- MESSERSCHMIDT, J. W. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos feministas*, vol. 21, n. 1, p. 241-282, 2013.
- NARDI, H. C. Sexo e poder nas tramas pós(?)identitárias: reflexões sobre a prostituição masculina. In: LOPES, L. P. da M.; BASTOS, Liliansa Cabral (org.). *Para além da identidade: fluxos, movimentos e trânsitos*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.
- NOLL, J. G.. *A céu aberto*. 3.ed. [1996]. Rio de Janeiro: Record: 2008.
- PENTEADO, D. A carreira de um libertino paulistano ou a semana perfeita de um senhor homossexual, de boa colocação social. In: *A meta*. São Paulo: Símbolo, 1976.
- POCAHY, F. A. *Entre Vapores e Dublagens: Dissidências homo/eróticas nas tramas do envelhecimento*. Tese (doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, RS, 2011.
- SANTIAGO, S. *Stella Manhattan*. 2. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1985.
- SCOTT, J. A prostitute's progress: male prostitution in scientific discourse. *Social Semiotics*, Vol. 13, No. 2, 2003.

ENTRE A ARTE E A MITOLOGIA: AS HIJRAS.

Emerson C. Nascimento¹

Resumo: A contemporaneidade nos oferece a possibilidade de compreendermos a construção do gênero em diversos campos, nas artes podemos evidenciar visualmente questões presentes no cotidiano. Na literatura mítica da Índia, a qual propomos como fio condutor, nos apresenta questões da representação de gênero em sua ancestralidade. A partir do mito e da arte, encontramos subsídios para justificar a travestilidade como representação simbólica dentro da cultura indiana. Abordamos as significações e ressignificações do mito das *hijras* na literatura e especialmente nas artes visuais. Assim, destacamos o mito das *hijras* como representação de fluidez do gênero nas artes, onde corpos são ressignificados para além de suas produções estéticas, apresentando reflexões profundas sobre o trânsito de gênero na mitologia.

Palavras-chave: Hijras, Arte Contemporânea, Trânsito de gênero, Mitologia, Índia.

¹ Doutor – UNICAMP. Professor— Centro de Estudos Latino Americanos sobre Cultura e Comunicação - Universidade de São Paulo - CELACC/ECA/USP.
E-mail: ecnascimento.usp@gmail.com

Entre a Arte e a mitologia: as Hijras

A literatura mítica indiana nos apresenta a ideia de gênero de maneira bastante fluida. No livro sagrado hindu, Mahabaratha², entre muitos personagens, existem dois que destacamos: o guerreiro Arjuna e o deus Krishna. Numa de suas histórias (PATTANAIAK, 2002) Krishna, ao premunir Arjuna (um Pandava) sobre a evidência de uma batalha mortal, aconselha o guerreiro a encontrar seu filho Aravan, que foi abandonado na floresta. Esse filho não é reconhecido nem pelos Pandavas, nem pelo pai, Arjuna, pois foi fruto de um relacionamento ilícito com a aldeã Chitrakadhai. Contudo, Aravan será fundamental nessa batalha.

Krishna anuncia que a batalha será vencida com o sangue de um nobre guerreiro derramado, porém nenhum nobre Pandava se voluntaria à morte. Arjuna é aconselhado a buscar seu filho abandonado, que agora será aceito como guerreiro. Aravan, na ânsia de pertencer aos guerreiros Pandavas, voluntaria-se para a batalha, mesmo sabendo que sua morte é iminente. Os Pandavas, em festa, perguntam a Aravan qual será seu pedido de valente guerreiro antes da batalha que colocará fim a sua vida, e Aravan diz: desejo o casamento. Ao colocar seu desejo como questão fundamental, a comunidade vivencia a dificuldade de encontrar uma esposa para ele. Nenhuma mulher se casaria com um homem, mesmo sendo guerreiro, sabendo da sua morte após as núpcias, pois, como viúva, passaria por dificuldades. Para cumprir o desejo do guerreiro e a promessa feita a Aravan, somente o senhor Krishna poderia intervir. Então, na sua bondade suprema, Krishna se transforma em mulher e aceita casar-se com Aravan, tornando-se Mohini. Após sua noite de núpcias, Krishna retoma sua forma masculina e Aravan vai para a batalha cumprir seu vaticínio.

A ideia principal da apresentação desse mito é sua contribuição para que entendamos as narrativas de construção de identidade de gênero. Esse exemplo demonstra que, na literatura sobre a mitologia hindu, o tema gênero já é abordado, conforme afirma Pattanaik:

A maioria dos Hindus está familiarizada, e geralmente gosta de histórias que tem como tema a ambiguidade sexual. A masculinidade de um herói nunca é ameaçada se ele usa a vestimenta de uma mulher. Ninguém censura um conto de um homem que se transforma em mulher. Ninguém se ofende por um conto de uma mulher que se casa com outra mulher. Na verdade, a androginia de um deus o faz merecedor de adoração. (PATTANAIAK, 2002, p. 5)

Krishna não hesita em travestir-se no gênero oposto para saciar o desejo do guerreiro. Este episódio do Mahabaratha faz refletir sobre a fluidez de gênero na mitologia. Arjuna só venceu a batalha porque Krishna mudou temporariamente seu gênero, usando o artifício da travestilidade. O mito representa de

2 O poema épico Mahabharata apresenta mais de 70.000 versos, “No grande poema canta-se a fundação da Índia a partir do conflito entre os clãs Pândava e Káurava, situado numa mitológica “idade de ouro”, quando divindades e homens compartilhavam a Terra.” (FONSECA, 2009, s.p.)

maneira clara que existe a possibilidade de mudança da condição de gênero; nesse caso, um trânsito entre o masculino e o feminino.

Na contemporaneidade, esse mito, na Índia, é reverenciado na figura das hijras³, denominação para eunucos ou castrados, mas que abrange também os transexuais e travestis. As hijras, apesar das condições difíceis a que são submetidas no cotidiano, sobrevivem de suas atividades artísticas, bênçãos e doações, ou mais comumente da prostituição: “Não há dúvidas de que as hijras se envolvam largamente na prostituição; na verdade, esta é a sua maior fonte de renda. (NANDA, 1990, p. 53).”

As hijras têm sua identidade reconhecida em um festival que ocorre anualmente, em Tamil Nadu, ao sul da Índia, onde se preserva o templo de Koovagan.



Figura 1 – Hijras passeiam pela cidade com seus símbolos de esposas de Aravan.

Fonte: Sindhuja P., 2012.

Neste rito cerimonial, as hijras se casam simbolicamente com Aravan, sabendo que em seguida ficarão viúvas. Na noite da cerimônia, quando ocorrem oferendas e festas, ganham cordões amarelos e braceletes como forma de oficializar o casamento com o guerreiro Aravan (Fig. 1). O ritual compreende primeiramente o casamento simbólico e posteriormente a solidão da separação.

No dia posterior à cerimônia, as “noivas” de Aravan, diante dos sacerdotes, quebram seus braceletes e cortam os cordões atados ao pescoço e aos braços, simbolizando que agora estão viúvas (Fig. 2). A cerimônia tem continuidade com o copioso choro das viúvas, conforme explica Serena Nanda:

3 As Hijras praticamente não têm espaços seguros que as protejam de preconceito e abuso, nem mesmo em suas famílias. Elas são forçadas a viver em grupos fechados, à margem da sociedade e em condições de extrema pobreza. Hoje, na sua maioria sobrevivem como profissionais do sexo. Informação do The Hindu, maior jornal de circulação em língua inglesa na Índia. Disponível em: <<http://www.thehindu.com/>> Acesso em: 2 jun. 2016.

O sacerdote realiza a união, atando o colar tradicional de casamento. Um dia depois, a divindade é carregada ao cemitério. Ali, todos aqueles que se casaram com ele removem os colares de casamento, choram e batem em seus peitos, removendo as flores de seus cabelos, com uma viúva faz em luto por seu marido. (NANDA, 1990, p. 21)



Figura 2 – Momento em que o sacerdote corta o colar nupcial.

Fonte: Karthikn Raveendiran, 2013.

Relacionando o mito com o cotidiano, o jornal indiano *The Hindustan Time* (2012), apresenta uma reportagem com fotografias sobre o cotidiano das “noivas” de Aravan durante o festival. Seguem-se três momentos: fazendo compras no mercado (Fig. 3), o choro (Fig. 4) e a viuvez (Fig. 5).



Figura 3 – Festival Anual de Koovagam (compras no mercado), 2012.

Fonte: Hindustan Times / AP Photo / Arun Sankar K.

Através das imagens fotográficas das hijras, vistas no mercado comprando cocos para fazer um *puja* (oferenda) ao seu noivo Aravan, podemos observar o comportamento da “noiva”. Os cocos serão oferecidos a Aravan durante a festividade. O travestismo ou sua transexualidade são aceitos temporariamente, pois fazem parte da construção do mito.

No fim do festival, quando as hijras ficam sabendo da morte do seu consorte Aravan e vivenciam o fim da aceitação da transição do gênero (transexual ou travesti). Como viúvas sabem que a sociedade hindu não as aceita, o que causa grande comoção e desespero.

Em um terceiro momento, conformadas com a morte do esposo, despem-se das vestes das bodas e colocam o traje de viúva (Fig. 5). Para completar o ciclo mítico, as hijras efetivam sua condição de viúvas usando o sári da cor branca, símbolo do luto para a mulher hindu. Após o festival, retornam às suas vidas, em que não são mais noivas de um deus, mas apenas travestis e transexuais.

Essa narrativa literária nos aponta caminhos de resignificação do próprio mito, onde a literatura se imbrica com as artes visuais na contemporaneidade.



Figura 4 – Festival Anual de Koovagam (o choro), 2012.

Fonte: Hindustan Times / AP Photo / Arun Sankar K.



Figura 5 – Festival Anual de Koovagam (a viuvez), 2012.

Fonte: Hindustan Times / AP Photo / Arun Sankar K.

Nesse sentido, o fotógrafo e ativista indiano Sunil Gupta⁴ apropriou-se da imagem mítica das hijras (Fig. 6) para dar visibilidade a essa questão de gênero. O mito está presentificado na sua obra, não de maneira ilustrativa, mas com a força de uma afirmação positiva. A posição da hijra, na fotografia de Gupta, revela refinamento e distinção social, fato improvável na cultura hindu com relação a uma travesti ou transexual. O artista, a partir do dispositivo fotográfico, constrói a uma nova aristocracia, no sentido de hierarquia (SONTAG, 2007).

⁴ Nascido em Nova Deli, Sunil Gupta cresceu assistindo aos filmes de Bollywood. Mudou-se para Montreal com sua família na década de 1960, quando o seu interesse por fotografia começou a se desenvolver. Na década de 1970, viveu em Nova Iorque, onde estudou fotografia na New School for Social Research, e em Londres, onde estudou na West Surrey College of Art e Design, localizada em Farnham, e no Royal College of Art. Ajudou na fundação da Associação de Fotógrafos Negros, em Londres, e também criou a Organização para Artes Visuais (OVA) para promover uma maior compreensão de questões sobre as diferenças culturais e sua incorporação na esfera da arte. Atualmente, Sunil Gupta trabalha como fotógrafo, escritor e curador em Londres e Nova Deli, e é professor visitante de fotografia no Instituto Nacional de Design, Ahmedabad. Disponível em: <<http://www.sunilgupta.net/>>. Acesso em: 2 jun. 2016.



Figura 6 – Untitled _13, Sunil Gupta, 2007.

Fonte: Sunil Gupta, 2013.

Ao nomear esta série de *The New Pre-Raphaelites*, Gupta faz alusão à Fraternidade Pré-Rafaelita de meados do século XIX, na qual um grupo de artistas buscava revitalizar a arte de seu tempo. Contudo, procuravam na pintura do passado a propulsão para as mudanças na arte. Localizaram no *quatrocentos* a ideia do artífice, que copiava a natureza e era fiel à obra de Deus:

Se a arte tinha que ser reformada era necessário, portanto, remontar mais além de Rafael, ao tempo que os artistas eram artífices, sinceros a obra de Deus, e se empenhavam em copiar a natureza, sem pensar na glória terrena, mas na glória de Deus. (GOMBRICH, 1988, p. 404).

Ao se aproximar dos princípios pré-rafaelitas, por meio do título da série, Gupta evoca a ideia de uma imagem que é baseada na sacralidade. O artista constrói a série *The New Pré- Rafaelites* com 12 imagens. Destacamos, neste estudo, a fotografia de uma Hijra (Fig. 6) presente nessa coletânea. Nela, pode-se observar uma hijra vestida com uma roupa tradicional indiana, o sári, como consta no catálogo da exposição (2008-09).

Com refinamento estético, deixando de lado suas propostas fotográficas anteriores de instantâneos, o artista apresenta questionamentos sobre a sociedade indiana e sua relação com o gênero. Os destaques da iluminação, o cuidado com as roupas e a pose da hijra, juntamente com a cumplicidade entre a modelo e o observador, atestam sua inspiração nas obras pré - rafaelitas. Concomitantemente, Gupta agrega um sutil erotismo à imagem, conforme texto explicativo do livro *Queer*, que apresenta suas fotografias:

[...] esta interpretação atual da pintura pré-rafaelita funde um erotismo subconsciente entre o passado e o presente, e compartilha a sensibilidade do gesto que ecoa aqueles que estão apaixonados, indetectável. (WALLACE, 2011, p. 136).

Gupta busca introduzir o espectador em seu universo fragmentado e pessoal (WALLACE, 2011), onde o erotismo, o gênero, as questões políticas e a vulnerabilidade do sujeito sempre estão em evidência.

Noutra vertente da arte contemporânea a artista indiana Tejal Shah⁵ explora em seus trabalhos temas similares aos de Sunil Gupta, quanto à questão do trânsito de gênero na arte contemporânea, sem deixar de lado a literatura mítica indiana. Em seu trabalho *You can touch the moon: Yashoda with Krishna*, ela apropria-se da história mitológica de Krishna e sua mãe Yashoda⁶.

Tejal resignifica o mito de Krishna e Yashoda, a partir de sua série fotográfica *Hijra Fantasy Series* (2006), em que convida hijras para protagonizarem cenas dessas mitologias indianas.

Nessa fotografia de Tejal, Yashoda está vestida com um sári vermelho (Fig. 9), indumentária típica de noivado na Índia. A partir de um longo período de interação com a comunidade das hijras, recolhendo informações como um etnógrafo contemporâneo, a artista realiza uma arqueologia dos desejos reprimidos das hijras para depois expressá-los em suas fotografias. “Não é apenas uma questão de ‘o que está sendo dito’ e ‘quem fala, para quem’, mas ‘como ele é enunciado’”, destaca a crítica de arte Parul Dave-Mukherji (2012), ao analisar a obra de Tejal Shah.

Na fotografia criada por Tejal, *You can touch the moon: Yashoda with Krishna*, Yashoda, mãe adotiva de Krishna é uma hijra. A modelo, de nome Malina, em conversa com a artista, confidenciou sua vontade de ser mãe, e a artista realiza seu desejo através da fusão do mito e da literatura, dentro das artes visuais.

Ao colocar a hijra Malina no papel de Yashoda, Tejal demonstra a possibilidade utópica de uma hijra posicionar-se fora da hierarquia social estabelecida, deslocando-se de sua casta hierárquica para a de uma divindade através da arte. Tejal Shah apresenta-se como uma facilitadora artística para a realização das fantasias das hijras.

5 Tejal Shah nasceu em Bhilai, na Índia, graduou-se em fotografia na Austrália no Royal Melbourne Institute of Technology (2000) e foi professora visitante no Art Institute of Chicago (1999-2000). A artista trabalha com vídeo, fotografia, som, instalação e performance. Seus interesses estão nas áreas de sexualidade, gênero, deficiência e inter-relação entre os seres humanos e a natureza. Em 2003, foi cofundadora do Larzish, primeiro festival internacional de cinema da Índia sobre sexualidade e diversidade de gênero. Atualmente vive e trabalha em Bombaim. Shah foi destaque no Global Feminisms no Museu do Brooklyn (2007). Disponível em: <http://www.brooklynmuseum.org/eascfa/feminist_art_base/gallery/tejal_shah.php> Acesso em: 2 jun. 2016.

6 Segundo a mitologia hindu “Cada filho do casal que nascia era morto por Kamsa, que mesmo sabendo que a profecia se cumpriria apenas no oitavo filho, não tinha piedade de nenhum e matava a todos. E foi então que o oitavo filho de Devaki nasceu - Bhagavan Sri Krishna. O local de seu nascimento é conhecido atualmente como Krishnajanmabhoomi, onde um templo foi erguido em sua honra. Como sua vida corria risco na prisão, foi tirado da prisão e entregue a seus pais adotivos Yashoda e Nanda em Gokula.” (BUCK, 1992, p. 86).



Figura 7 – You too can touch the moon: Yashoda with Krishna, (Hijra Fantasy Series), Tejal Shah, 2006.

Fonte: Brooklyn Museum, 2014.

Segundo Dave-Mukherji (2012), nessa manifestação concreta de suas fantasias, constrói-se uma nova tradição. A fantasia de ser mãe da hijra Malina concretiza-se através da fotografia de Tejal.

Assim, dentro da literatura indiana, constatamos um mito quase desconhecido pelos ocidentais. A partir da resignificação dos mitos feitas pelos artistas temos uma dignificação de temas como travestilidade, transsexualidade, trânsito de gênero, homossexualidade, presentes na literatura, que se concretizam em imagens dentro das artes visuais, apresentando novos significados da cultura e dando possibilidades de averiguarmos o trânsito de gênero inerente a cada indivíduo.

Referências

BROOKLYN MUSEUM, The Elizabeth A. Sackler Center for Feminist Art. **Global Feminisms**. (March 23–July 1, 2007). https://www.brooklynmuseum.org/eascfa/feminist_art_base/tejal-shah. Acesso: maio, 2017.

DHARMA, K. **Mahabharata**: versão ilustrada do maior épico do mundo. São Paulo: Ediouro, 2002.

DAVE-MUKHERJI, P. Entangled Temporality. In: **Art Practice**: Contemporary Revisiting of the 'Golden' age. Daaalogue, an Asia Art Archive Newsletter, Issue 1, May 2012. Disponível em: <<http://www.aaa.org.hk/Daaalogue/Details/11811>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

GOMBRICH, E. H. **A História da Arte**. 16. ed. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: LTC, 1999.

NANDA, S. **The hijras of India**: neither man nor woman. Belmont: Wadsworth Publishing, 1989.

PATTANAİK, D. **The man who was a woman and other queer tales from hindu lore**. New York: Harrington Park Press, 2002.

SONTAG, S. **Sobre fotografia**. Tradução de Rubens Figueiredo. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

THAKUR, Charu N. Dancing time in third-gender Family. **The hindustantimes**. Apr. 18, 2014. Disponível em: <https://www.hindustantimes.com/chandigarh/dancing-time-in-third-gender-family/story-ADTKmY-JhH89rEVyyHl1z2J.html>. Acesso: abril, 2016.

WALLACE, K. Me, myself and you. In: GUPTA, Sunil. **Queer**. Prestel: USA, 2001.

COLETIVO BONECAS PRETAS: ARTE DRAG NA LUTA ANTIRRACISTA

David Souza¹

Resumo: Este artigo busca dialogar com a produção artística e o teor político do Coletivo Bonecas Pretas que tem produzido ao longo deste um ano de formação um serie de intervenções que se propõem a dar visibilidade às vozes marginalizadas na intersecção entre raça, gêneros e sexualidades. Neste artigo pretendo analisar o espetáculo “Fora da Caixa” o primeiro show montado pelo coletivo de dragqueens negras que conta a história de várias mulheres negras a partir do seu repertório. O coletivo e formado por oito atores transformistas seus espetáculos são pensados com o intuito de além de entreter, possam auxiliar na luta anti-racista e LGBTfóbica. O esforço deste artigo é perceber como vem sendo produzidos trabalhos que contemplam as dissidências sexuais e de gêneros que rasuram formas tradicionais de fazer políticas a partir das artes e que dialogam diretamente a categoria analítica raça, para entender como pessoas negras tem utilizado suas vivencias para questionar as normas no ‘cistema’.

Palavras chaves: Artivismo, Gênero, Sexualidade, Raça, Dissidência

1 Mestrando no Programa Multidisciplinar em Cultura e Sociedade, da Universidade Federal da Bahia - UFBA, integrante do grupo de pesquisa em Cultura e Sexualidade– CUS.
E-mail: deivideblue@gmail.com

A FIGURA DO PROFESSOR EM CLARICE LISPECTOR: MASCULINIDADE, SUBVERSÃO, AUTORITARISMOS

Sem Autoria

Através do estudo da figura do professor em algumas obras de Clarice Lispector (os romances *Perto do Coração Selvagem*, *Uma Aprendizagem ou o Livro dos Prazeres*, os contos 'Preciosidade' e 'Os Desastres de Sofia', etc) procuro estabelecer/questionar em que medida a figura do 'professor' – uma das predominantes na obra de Lispector no que toca a personagens masculinos – pode intersectar/iluminar a complexa relação que Lispector estabelece entre a questão da passagem para a idade adulta, o despertar atribulado da vocação/missão literária, e – sobretudo -- a violência da conformação (ou questionamento) relativamente uma identidade sexual socialmente indicada ou imposta. A 'luta interior' que a figura autoritária e masculina do 'professor' (com o seu simbolismo e possíveis leituras psicanalíticas e antropológicas) suscita nas protagonistas destes textos será um aspecto a considerar no estudo do modo como estas protagonistas constroem ou subvertem a sua identidade de género. Nesta análise – onde empregarei técnicas comparativas e de *close reading* dos textos em questão - utilizarei autores com contribuições para os estudos de género como Eve Kosofsky Segwick e Judith Butler, além de, especificamente, estudiosos das representações das masculinidades como os socioólogos Pierre Bourdieu, Michael Kimmel, tendo também em conta trabalho feito por Mário César Lugarinho (estudioso brasileiro das literaturas lusófonas de África) e Miguel Vale de Almeida (antropólogo português). Sendo o 'professor' um tipo frequente de masculinidade autoritária/denunciada/subvertida nos romances de Lispector (tal como – com outro alcance – a figura do 'amante', do 'pai' ou do 'patrão') tenciono, com este trabalho, realizar uma parte de um projecto mais amplo que também me ocupa: 'o estudo dos personagens masculinos na obra de Clarice Lispector'. Este último projecto valeu-me uma Bolsa Fulbright (Estados Unidos), no âmbito da qual estarei este semestre conduzindo pesquisa na USP.

DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO DOCENTE: PROFESSORES HOMENS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Sem Autoria

Resumo: No mundo do trabalho evidenciam-se segregações em áreas e em atividades profissionais, bem como atribuição de maior ou menor valor e qualidade a uma profissão pela simples associação das atividades desenvolvidas às concepções sociais do masculino ou feminino. Destarte, à luz da teoria da divisão sexual do trabalho, fundamentada na Sociologia do Trabalho francesa de base marxista, preconizada por Kérgoat (2009) e Hirata (2011), o presente estudo realizado na Rede Pública de Educação Municipal de Belo Horizonte com professores homens que atuam na Educação Infantil evidencia que a divisão sexual do trabalho docente cria obstáculos à livre atuação docente dos professores homens da educação infantil e gera preconceitos de gênero e sexismo a esse grupo social.

Palavras-chave: Divisão Sexual do trabalho; Educação Infantil, Masculinidades e Feminilidades; Masculinidade Tóxica

ENGENHEIRA, PROFESSORA OU PROFESSORA ENGENHEIRA?

Raquel Quirino Gonçalves¹
Lucimara Moreira da Silva²

Resumo: A mulher vem conquistando mais oportunidades em profissões tipicamente masculinas como as engenharias, porém, um expressivo número de engenheiras, após a formação e experiência profissional, abandona a área e tornam-se professoras de ciências, matemática ou de áreas técnicas. A pesquisa questiona em que medida a condição feminina foi determinante para a transição da carreira de engenheiras para a docência. Sendo este um recorte do estudo ainda em andamento, por meio da pesquisa bibliográfica e documental, buscou-se evidenciar os obstáculos que estas mulheres enfrentam ao optarem por uma profissão masculinizada, e os mecanismos sociais que as conduzem a profissões feminilizadas. A problematização teve como base a teoria da divisão social do trabalho, e as relações sociais de sexo.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho, Relações sociais de sexo, Trabalho da mulher.

1 Professora doutora – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
E-mail: quirinoraquel@hotmail.com

2 Mestranda – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
E-mail: lucmoreira@yahoo.com

Introdução

No mundo contemporâneo a mulher vem ocupando cada vez mais espaço no mercado de trabalho brasileiro (BRUSCHINI, 2007) e, apesar de estarem conquistando mais oportunidades em profissões tipicamente masculinas como as engenharias, deparam-se ainda com inúmeros desafios inerentes à sua condição feminina (BRUSCHINI; LOMBARDI, 1999; CABRAL, 2005; LOMBARDI, 2006).

Contudo observa-se que mulheres, após a formação técnica e profissional e de experiências no mercado de trabalho, abandonam a área e tornam-se professoras de ciências, matemática ou de áreas afins com a engenharia. Nesse momento questiona-se em que medida a condição feminina foi determinante para a mudança de carreira de engenheiras para a docência?

O artigo apresentado pretende abordar a problemática a partir de um estudo bibliográfico e documental, acerca das questões que envolvem as escolhas femininas por carreiras masculinizadas e feminilizadas.

De acordo com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (IBGE, 2018) as mulheres são maioria entre as pessoas em idade para trabalhar, representando 52,4% dessa população. No entanto essa porcentagem não se reflete no número de pessoas ocupadas³ no país, já que elas são 43,5% das pessoas que trabalham.

Hirata e Kergoat (2007) colocam a divisão sexual do trabalho como a continuação da relação social desigual entre os sexos, que privilegia e valoriza o trabalho homem, tido como produtivo, e desvaloriza o trabalho da mulher, associado ao reprodutivo. Essa diferença é vista em áreas masculinizadas e valorizadas, como as engenharias (YANNOULAS, 2013), e áreas feminizadas e desvalorizadas, como as licenciaturas (CARVALHO, 1996).

Lombardi (2010) descreve as possíveis trajetórias destas mulheres pelos caminhos da pesquisa. Dentre as relatadas estão as engenheiras que, em meados de 1970 até 1980, assumiram cargos de docência em faculdades públicas e lidaram com condições precárias de infraestrutura e salário, precisando construir melhores situações de trabalho para si e para os alunos. Isso porque,

naquela década de grande expansão dos trabalhos de engenharia, eles (os engenheiros) preferiam trabalhar em grandes empresas, pois “ninguém queria” ser docente pesquisador. Elas “quiseram”, também porque perceberam uma possibilidade de construir uma carreira (LOMBARDI, 2010, p. 11).

No trecho acima, observando a relevância dada às palavras “não queriam” e “quiseram”, percebemos sentidos que extrapolam o ato de querer. Infere-se a possibilidade de aspectos sociais relativos à

3 Segundo o IBGE (2018) são classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios, ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio.

divisão sexual do trabalho perpassarem essa “não escolha” e “escolha” por determinados trabalhos, nesse caso, o de lecionar.

Mulheres em áreas masculinizadas

A primeira barreira que a mulher precisa transpor quando escolhe um ambiente de trabalho masculinizado é a falta de visibilidade. Uma das conclusões das pesquisas de Souza- Lobo (1991) com a classe operária é que a suposta postura de neutralidade disseminada neste ambiente acaba generalizando a masculinização desta classe. Isto encobre as demandas específicas das operárias, relegando-as a estereótipos sobre a natureza feminina e evoluindo para a assimetria de práticas e hierarquização das funções.

Yannoulas (2013, p. 50) utiliza o termo “enclave” para denominar os problemas enfrentados por mulheres que se inserem em territórios altamente masculinizados. Esse fenômeno ocorre, em grande parte, com a formação de mulheres em profissões em que a maioria dos profissionais é composta por homens, e faz com que as mesmas enfrentem processos de resistência e discriminação laboral.

Destarte, na visão de Quirino (2011, p. 94),

[a] pesar do acesso de algumas mulheres a posições mais privilegiadas, principalmente em postos tradicionalmente ocupados por homens, de maneira geral, as novas condições do mercado de trabalho acentuaram a vulnerabilidade de grupos tradicionalmente discriminados como as mulheres.

Em sua pesquisa, Lombardi (2006) aponta o aumento significativo no número de mulheres na engenharia brasileira. Elas estão participando em várias especialidades e atividades, porém a hegemonia masculina na área ainda é mantida. A autora ainda constata que as engenheiras tiveram dificuldade em assumir cargos de comando pela dificuldade de ascensão devido ao fato ter menos oportunidades que seus colegas homens, e enfrentarem desafios na gestão de equipes, formada na maioria por homens. Isso posto,

o fato é que o comando feminino de maneira geral e, na área tecnológica em especial, é fato bastante recente nas organizações. Até o momento, ele requer, de um lado, a aceitação dos padrões masculinos de carreira esperados pelas empresas, por parte das mulheres que desejem desempenhá-lo e, de outro, a aceitação e a legitimação da autoridade feminina, por parte dos homens (LOMBARDI, 2006, p. 84).

Mulheres em áreas feminilizadas

Entrando na seara do trabalho docente e feminizado, Yannoulas (2013, p. 41) fala que as ideias historicamente construídas de que as mulheres possuem determinadas características físicas, emocionais

e espirituais embasam o pensamento de que há trabalhos específicos para elas, na maioria das vezes aliando funções de produção e reprodução. Por meio de processos sutis, algumas ocupações específicas foram oferecidas às mulheres como alternativa de ocupação do espaço público, “especialmente aquelas vinculadas à reprodução social” como, por exemplo, o magistério.

Esse apelo ao que se determina como natureza feminina procura demonstrar a necessidade da contribuição da mulher para a formação da cidadania masculina. Entretanto esse reconhecimento não trouxe uma posição de igualdade às mulheres, permanecendo relegadas à esfera privada e familiar, não por incapacidade, mas por suas ditas características específicas. “As mulheres eram necessárias para a construção da cidadania masculina, mas não eram autorizadas a construir a sua própria cidadania” (CAMPAGNOLI *et al.*, 2003, p. 142).

A feminização do trabalho docente, conforme Carvalho (1996), influenciou a educação escolar e as formas de organização do trabalho, e é importante compreender o trabalho das educadoras tendo como referência o trabalho doméstico. Observa-se a relevância da articulação entre gênero e classe para analisar o trabalho docente.

Divisão sexual do trabalho

Na teoria da divisão sexual do trabalho, utilizada para analisar a divisão desigual do trabalho entre os sexos, Hirata e Kergoat (2007) demonstram que estas desigualdades são sistemáticas e geram processos de hierarquização de atividades e do sexo a elas relacionadas. Enquanto o trabalho do homem é associado ao produtivo e possui maior valor social, o da mulher é visto como reprodutivo e, dessa forma, desvalorizado.

Partindo desse pressuposto a divisão social do trabalho se organiza a partir de dois princípios: o da separação entre trabalhos de homens e de mulheres; e o da hierarquia, em que o trabalho do homem vale mais do que o da mulher. Esses princípios são observados em todas as sociedades, independentemente do tempo e espaço, e legitimados pela ideologia naturalista que “rebaixa o gênero ao sexo biológico, [e] reduz as práticas sociais a “papéis sociais” sexuais que remetem ao destino natural da espécie” (HIRATA; KERGOAT, 2007, p. 599).

Vários pesquisadores e pesquisadoras desenvolveram estudos sobre fenômenos associados aos princípios descritos acima, dentre eles: a segregação horizontal e vertical (OLINTO, 2011), que mostra os mecanismos sociais que influenciam nas escolhas profissionais das mulheres, e também as barreiras que dificultam a evolução na profissão escolhida; o teto de vidro (STELL, 1987), e as dificuldades para as mulheres ascenderem ao topo das carreiras; e o labirinto de cristal (LIMA, 2013), que descreve as dificuldades enfrentadas para a permanência nas carreiras.

À luz dos estudos expostos observa-se os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho refletidos na licenciatura e na engenharia: o primeiro feminizado e o segundo masculinizado, demonstrando a separação entre trabalho de mulheres e de homens; e a engenharia mais valorizada socialmente

e economicamente do que a licenciatura, validando a hierarquia, com o trabalho do homem mais valorizado que o da mulher.

Conclusão

Lombardi (2010) aponta em seu estudo sobre engenheiras pesquisadoras no Brasil que diversas pesquisas revelam a divisão sexual do trabalho no campo das engenharias, ficando os homens a frente da maioria dos cargos de gerência e produção, enquanto as mulheres são maioria nos laboratórios e consultorias, e quando assumem alguma gerência geralmente é nas áreas de pesquisa, desenvolvimento de produto e marketing.

Após toda a argumentação, evidencia-se que quando uma mulher escolhe trabalhar em uma área masculinizada e valorizada socialmente, e em um dado momento resolve fazer a transição profissional para uma área feminizada e desvalorizada, é relevante perguntar se ela escolheu ou se foi segregada pelo meio para estar na posição que a sociedade convencionou como apropriada para ela, e como isso interfere na subjetividade e sentido do trabalho na sua vida.

Referências

BRUSCHINI, Maria Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 537-572, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v37n132/a0337132>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CABRAL, Carla Giovana. As mulheres nas escolas de engenharia brasileiras: história, educação e futuro. **Cadernos de Gênero e Tecnologia**, v. 1, n. 4, p. 9-19, 2005. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/cgt/article/view/6139/3790>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CAMPAGNOLI, Adriana de Fátima Pilatti Ferreira. COSTA, Araci Carmen. FIGUEIREDO, Alcio Manoel de Sousa. KOVALESKI, Nadia Veronique Jourda. A mulher, seu espaço e sua missão na sociedade: análise crítica das diferenças entre os sexos. **Emancipação**, v. 3, n. 1, 2003, p. 127-153. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4021466>. Acesso em: 26 dez. 2018.

CARVALHO, Marília Pinto de. Trabalho docente e relações de gênero: algumas indagações. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n.2, p.77-84, mai-ago,1996. Disponível em: http://anped.tempsite.ws/novo_portal/rbe/rbedigital/RBDE02/RBDE02_08_MARILIA_PINTO_DE_CARVALHO.pdf. Acesso em: 26 dez. 2018.

HIRATA, Helena. KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, set./dez. 2007. Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/344>. Acesso em: 26 dez. 2018.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua**. Rio de Janeiro, jan.-mar., 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=72421>. Acesso em: 26 dez. 2018.

LIMA, Betina Stefanello. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 883-903, set./dez. 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000300007>. Acesso em: 26 dez. 2018.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheira & gerente: desafios enfrentados por mulheres em posições de comando na área tecnológica. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 3, p. 63-86, 2006. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/rts/article/viewFile/2485/1599>. Acesso em: 26 dez. 2018.

LOMBARDI, Maria Rosa. Engenheiras e pesquisa científica e tecnológica no Brasil: construção das carreiras e desafios. In: **Fazendo Gêneros 9: diásporas, diversidades, deslocamentos**. Florianópolis: ago., 2010.

Disponível em: http://www.fazendogenero.ufsc.br/9/resources/anais/1277208903_ARQUIVO_LombardiMRFG92010.pdf. Acesso em: 26 dez. 2018.

OLINTO, Gilda. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inclusão Social**, Brasília, v. 5 n. 1, p. 68-77, jul./dez. 2011. Disponível em: <http://revista.ibict.br/inclusao/article/view/1667>. Acesso em: 26 dez. 2018

QUIRINO, Raquel. **Mineração também é lugar de mulher!** Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração. 2011. 289f. Tese (Doutorado em Educação) Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2011. Disponível em: <http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/handle/1843/BUOS-8NTGLQ>. Acesso em: 26 dez. 2018.

SOUZA-LOBO, Elisabeth. **A classe operária tem dois sexos: trabalho, dominação e resistência**. São Paulo: Brasiliense, 1991.

STEIL, Andréa Valéria. Organizações, gênero e posição hierárquica: compreendendo o fenômeno do teto de vidro. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 32, n. 3, p. 62-69, 1987. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/18443/organizacoes--genero-e-posicao-hierarquica---compreendendo-o-fenomeno-do-teto-de-vidro>. Acesso em: 26 dez. 2018.

YANNOULAS, Silvia Cristina. Sobre o que nós, mulheres, fazemos. In: YANNOULAS, Silvia Cristina (org.). **Trabalhadoras** – Análise da feminização das profissões e ocupações. Brasília: Abaré, 2013. *E-book*. p. 31-65. Disponível em: http://repositorio.unb.br/bitstream/10482/31211/1/LIVRO_TrabalhadorasAnaliseFeminizacao.pdf. Acesso em 26 dez. 2018.

AS REPRESENTAÇÕES DAS RELAÇÕES DE GÊNERO E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS PRESENTES NOS DISCURSOS DOCENTES E NO USO DE LIVROS DIDÁTICOS NA SALA DE AULA

Marilza De Oliveira Santos

Resumo: Este artigo visa analisar quais são as representações das relações de gênero e das relações étnico-raciais discutidas pelas docentes de português, no trabalho com o livro didático, em escolas públicas e particulares de Belo Horizonte. Assim como, tais representações podem contribuir para o respeito à diversidade, à construção da identidade negra e ao combate à discriminação das mulheres em nossa sociedade. Dessa forma, analisa-se tanto os discursos das professoras quanto os livros didáticos utilizados nas aulas, por meio da metodologia de análise do discurso. Conclui-se, então, que as formas de opressões simbólicas presentes na sociedade ainda estão nos discursos docentes e nos livros didáticos nas escolas.

Palavras-chave: Relações de gênero, Relações étnico-raciais, Ensino fundamental, Discurso.

1 Pós- doutoranda em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais/Faculdade de Educação.
E-mail: marilza101@hotmail.com

Introdução

Pensar, analisar e identificar quais são as representações a respeito das relações étnico- raciais, bem como as relações de gênero presentes nos discursos docentes e nos livros didáticos de português, em escolas públicas e particulares, têm sido um dos objetivos de pesquisa do pós-doutorado. Embora o estudo concentra-se nas representações da identidade negra nos livros e nos discursos docentes², a questão das relações de gênero também foi observada, pois a pesquisadora faz parte de grupos que discutem ambos os temas.

Dados estatísticos, como a Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), demonstra que no final de 2016, a parcela de negros sem instrução alguma era de 18%, enquanto este percentual era de 12% para brancos. Nota-se que não só há discriminação negativa contra negros e mulheres na mesma faixa educacional, mas também quando se trata de cargos semelhantes nas profissões. Eles e elas estão concentrados em carreiras com menor remuneração, e tendem a ganhar menos que brancos e homens, mesmo exercendo tarefas idênticas.

Utiliza-se, neste trabalho, uma metodologia que propõe uma análise da linguagem enquanto prática social e discurso, como também, a interação entre os sujeitos. Neste sentido, os resultados mostram que as formas de opressões simbólicas da sociedade continuam estão presentes nos discursos docentes e nos livros didáticos de Língua Portuguesa. Por conseguinte, este artigo estrutura-se, portanto, da introdução, da abordagem metodológica, dos resultados, da discussão dos dados, da conclusão e das referências.

Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, cujo método foi o estudo de caso. (YIN, 1994). Para realizar o estudo elegeu-se quatro docentes de Língua Portuguesa do ensino fundamental, de escolas públicas e de particulares na cidade de Belo Horizonte. Dessa forma, os instrumentos metodológicos utilizados foram as observações e as gravações de vídeo das aulas; entrevistas semiestruturadas com as professoras e a análise documental dos livros utilizados durante as práticas pedagógicas, no segundo semestre de 2018.

À vista disso, este trabalho vale-se apenas dos eventos discursivos de duas professoras, sendo uma da rede pública e outra da rede particular, no que concerne aos discursos utilizados nas aulas e nas entrevistas. Quanto à verificação dos dados optou-se pelo método da crítica do discurso de Fairclough (2001), em seu quadro tridimensional para investigar os eventos discursivos.

2 Pesquisa de pós-doutorado realizada sob a supervisão da professora Francisca Izabel Pereira Maciel - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) - Programa de Pós-Graduação em Educação - Conhecimento e Inclusão Social - Educação e Linguagem.

Desta maneira, considerar-se-á para analisar os discursos docentes: a prática social, com as categorias de ideologia e hegemonia, no que se refere, respectivamente, ao sentido das palavras; às pressuposições; às metáforas; às orientações econômicas, culturais, políticas e ideológicas. Por meio do estudo da relação entre o discurso e a prática social, pode-se buscar a desnaturalização das crenças ideológicas a respeito das relações étnico-raciais e das relações de gênero, que servem de estruturas de dominação, até então, presentes na sociedade.

Resultados e discussões

Inicialmente, na análise dos dados nomeou-se ficticiamente a professora da escola particular de Carla e a da escola pública de Cátia, ambas atuantes dos anos finais do ensino fundamental. Verificou-se pelas entrevistas, que as docentes não trabalham com as temáticas das relações étnico-raciais e das relações de gênero, logo, tornando a pesquisa possível, já que a partir da inserção da pesquisadora nas escolas, as docentes se dispuseram a planejar algumas aulas que tratassem dos temas.

Nesse íterim, ideologicamente, é possível constatar o apagamento das discussões destas temáticas no currículo escolar. Ademais, são observadas nas escolas e em diversos outros contextos sociais, atitudes racistas de menosprezo pela história cultural dos negros como mostra Sousa Santos (2001), Silva (2001), Gomes (2010), Munanga (2000), dentre outros.

No tocante a temática das relações de gênero, pode-se perceber que, na sociedade tecnológica atual, há uma grande desigualdade entre os gêneros, proveniente de uma história marcada pelo patriarcado. Com base nas pesquisas realizadas nesta área, nota-se que perdura no contexto social uma visão preponderante masculinizada no que se refere ao desenvolvimento tecnológico.

Contudo, tal desenvolvimento tem possibilitado às mulheres, atualmente, a sua inserção em áreas de trabalho que anteriormente eram tidas como apenas masculinas. Outrora, em pesquisas como a de Quirino (2011) a gestão da força de trabalho permitia a inserção de mulheres em atividades laborais ditas como pertencentes ao gênero masculino. No entanto, elas não tinham ascensão a cargos de prestígio profissional, mas esta realidade está mudando, mesmo que lentamente. Há uma tensão na mudança desta prática social do trabalho das mulheres, que acontece de forma lenta mas processual, o que retrata um conflito constante no âmbito social e que pode ser chamada de uma tensão entre o **Já e ainda não**.

Conforme mostram os estudos de Maria Rosa Lombardi (2017), as mulheres que desafiaram a hegemonia masculina se inseriram em lugares e em cargos considerados prestigiados: de docência nas universidades, de diretorias, de gerências e/ou que receberam prêmios científicos. As mudanças no âmbito profissional reivindicadas com muitas lutas pelas mulheres no mercado social visam, atualmente, uma mudança do discurso a respeito das relações de gênero historicamente construídas e naturalizadas, tanto nos currículos escolares quanto no âmbito social. Tal aspecto marca o que se pode chamar de resistência ante aos discursos que, até então, insistem em desmerecer o trabalho das mulheres. Quais ideologias e hegemonias as docentes revelam em seus discursos na pesquisa?

Acerca das relações de gênero e a importância de trabalhá-las nas escolas, a professora Carla responde de maneira que desconversa sobre o assunto ao afirmar “como eu disse, trabalho com sexto e sétimo ano, então nessa questão de gênero, pelo menos nas minhas aulas, não faço nenhum debate, nenhum levantamento neste quesito... Nas minhas aulas, normalmente, não entro muito nesse tema”. Reiterou, também, que a temática “apareceu em uma história fazendo alusão a uma relação homossexual, em que os pais questionaram. Houve alguns e-mails daqueles que acharam que o livro não estava apropriado para a turma”. (CARLA, 2018).

Todavia, a professora considera que esse assunto deve ser trabalhado nas aulas de “ensino religioso ou filosofia”. Pondera, também, que a abordagem desta temática pode induzir as crianças e ter um efeito negativo para os/as discentes, pois os considera serem muito novos para a discussão do tema. Segundo a docente “assim como um livro pode influenciar caso esteja falando só de violência, e quem não a pratica não tem uma consequência”. (CARLA, 2018). Para Carla “se for utilizado um livro como este que estou dizendo, de alguém que é violento e não sofre nenhuma consequência, isto também em relação ao gênero pode ser visto de uma forma negativa, para uma turma tão precoce como os alunos de sexto ano”. (CARLA, 2018).

Em face das opiniões expressas pela docente, nota-se a manutenção de um discurso hegemônico do currículo escolar. Ela apresenta uma percepção negativa do trabalho a respeito dos gêneros em suas aulas, o que gera um silenciamento desta temática na sua disciplina, justificando o não trabalho à precocidade dos/as alunos/as.

Quanto à importância do estudo das relações étnico-raciais no âmbito escolar, Carla exemplifica com o relato em que o filho de uma professora da escola foi chamado de macaco por outra criança de seis anos. A docente considera superficial a abordagem desse tema no livro didático e, quando é mencionado algo a respeito, o negro é sempre visto com certo preconceito, no entanto, em alguns textos aparece conseguindo superar o lado de rebaixamento e de discriminação, tanto em relação aos cargos quanto aos salários.

Em contrapartida, a professora Carla traz uma representação positiva da imagem do negro na sociedade, embora exista preconceito e violência. Neste contexto, ela considera que o trabalho com as temáticas de gênero e das relações étnico-raciais são fundamentais para reverter as práticas sociais racistas “reverter o quadro, amenizar essa situação de preconceito que o negro ainda vive”. (CARLA, 2018).

A respeito da importância do estudo e do trabalho da temática de gênero nas escolas, a professora da escola pública, Cátia, diz que “é uma coisa a se pensar” e expõe o trabalho que está desenvolvendo com as alunas e alunos do oitavo ano com a temática ‘mulher’. Ela pontua que está fomentando com os meninos a questão de como a mulher mãe é representada na sociedade, a exemplo, dos papéis que ela exerce e dos que são impostos a ela. Segundo Cátia, o trabalho se especifica no papel das mães sóas, que criam os seus filhos de maneira solitária, desde a gestação, a amamentação e até a criação da criança.

Conforme a docente, quando a mulher é casada ela pode até ter um auxílio do companheiro, mas, impreterivelmente, é ela o centro daquele trabalho. Então, leva os/as alunos/as a se perguntarem “por que a mãe fica só, considerando que ela não é a responsável por ter colocado sozinha a criança no mundo? Por que este trabalho ainda é posto de forma quase que integral para ela?”. (CÁTIA, 2018). Neste sentido, a discussão busca elucidar quais são os problemas que podem ser pensados e discutidos, visando uma mudança deste papel que a mulher continua exercendo e que, às vezes, dificulta a sua inserção em outros meios da sociedade.

De acordo com Cátia, a mulher que está incluída neste cenário, não se questiona ou faz reflexões acerca da sua condição. Assim, o trabalho solitário realizado por ela, se naturaliza e com o intuito de gerir este trabalho dentro da sociedade, este não é valorizado financeiramente e socialmente.

Observa-se nos dizeres da discente um discurso e um questionamento de mudança e de prática social, que naturaliza as questões de gênero, o que é uma construção social. De acordo com Cátia, o estudo de gênero é importante, pois ajuda na desconstrução de papéis historicamente estabelecidos e tidos como naturais.

Assim, ela apresenta seu discurso crítico e sua visão ideológica sobre esta temática ao considerar que a desconstrução é necessária, porque ainda hoje quando se fala de gênero enfatiza-se somente os papéis de mulheres e de homens. Neste sentido, segundo a docente é preciso ir além dos papéis que são desempenhados, logo, a mulher não deve ficar só nesta questão de gênero, “mas começar a olhar para si a partir dos lugares que são permitidos e dos lugares que ainda não são permitidos, além de lutar contra os preconceitos e as violências cotidianas enfrentadas por elas, enfim, resistir”. (CÁTIA, 2018).

Em relação ao estudo das questões étnico-raciais, Cátia percebe que em alguns livros antigos existe uma representação do negro “quase desumanizada, como se ele fosse alguém, um objeto a ser analisado pelo branco... não sei, pelo discurso do branco”. (CÁTIA, 2018). Segundo a docente, a representação a qual ela se refere foi tratada em uma atividade de um livro do sétimo ano, em que era exposta uma música que poderia ser interpretada como algo sobre o racismo.

Segundo a professora da rede pública, existem muitos afrodescendentes que foram mostrados dentro da favela, e que a temática proposta do livro mostrou o negro dentro do conjunto das desigualdades sociais. Entretanto, ela sinaliza, que ao tratar o tema em sala de aula, buscou apresentar poemas que retratavam o negro com um olhar de emancipação, de um novo negro, quais seriam as suas possibilidades; trazendo, desta forma, para a aula, outros textos que abordavam a temática.

O intuito era ajudar os/as alunos/as a perceberem seus direitos e que, para fazer esta luta, as crianças precisam se perceberem como negros/as; e foi notado certa dificuldade dos/as estudantes quanto a tal percepção. Portanto, observa-se que a professora embora tenha a percepção de que os/as negros/as ainda passam por dificuldades na sociedade, busca em suas aulas apresentar um discurso de emancipação do negro, trabalhando com a cultura afro-brasileira, a fim de que os/as alunos/as possam reconhecer suas identidades e lutarem por seus direitos no contexto social.

Conforme a professora Cátia, o trabalho com estas temáticas relaciona-se muito com questões básicas, inclusive as que são sobre o respeito e a tolerância, no sentido de ajudar as crianças a saberem conviver, a aceitar a diversidade, o que é o diferente, serem acolhidas e valorizadas. A docente, por fim, considera que é importante trabalhar estes temas com as crianças “para que elas possam se enxergarem e se reconhecerem como negros/as”. (CÁTIA, 2018).

Considerações finais

As representações das professoras sobre o trabalho com as temáticas das relações de gênero e de relações étnico-raciais, nas escolas de ensino fundamental, são reveladoras. Percebe-se que o processo de mudança das práticas sociais já naturalizadas quanto ao que se refere ao trabalho do homem e da mulher na sociedade, precisam ser questionadas no cotidiano escolar, bem como as práticas discursivas racistas que permeiam na sociedade e nos discursos sociais, impedindo os/as negros/as de se enxergarem e se reconhecerem sua cultura e seus direitos.

Portanto, conclui-se que, apesar de ambos os temas serem pouco discutidos nas salas de aulas, as docentes consideram sua importância. No entanto, somente a professora Cátia trabalhou em sua prática pedagógica com a perspectiva da resistência, com o propósito de ajudar as crianças a se reconhecerem e se enxergarem como mulheres e/ou como negros/as que lutam e resistem ante a um discurso que tenta ser hegemônico no currículo; no sentido de ainda estabelecer formas de opressões simbólicas presentes não apenas na sociedade, mas também nos discursos docentes e nos livros didáticos utilizados nas escolas.

Referências

- FAIRCLOUGH, N. Discurso e mudança social. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, [1992].
- GOMES, N. L. (Org.). *Um olhar além das fronteiras: Educação e relações raciais* (1ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2010.
- LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres em carreiras de prestígio: conquistas e desafios à feminização. *Cadernos de Pesquisa* v.47 n.163 p.10-14 jan./mar. 2017.
- MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. *Cadernos PENESB*, 5, 2000.
- QUIRINO, Raquel. *Mineração também é lugar de mulher!* Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro. Programa de Pós-Graduação em Educação. Faculdade de Educação. UFMG. Tese de doutorado, 2011.
- SILVA, A. C. *Desconstruindo a discriminação do negro no livro didático*. Salvador. EDUFBA, 2001.
- YIN, R. *Case study research: Design and methods* (2ª ed.). Thousand Oaks, CA:Sage, 1994.

AS PERCEPÇÕES DOS (AS) LICENCIANDOS (AS) EM ARTE SOBRE AS QUESTÕES DE GÊNERO E DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Marilza De Oliveira Santos¹

Resumo: Este artigo visa analisar quais são as percepções de gênero e de relações étnico-raciais discutidas na sala de aula do curso de Arte e licenciatura em Artes Plásticas, e de que forma podem contribuir para o respeito à diversidade e ao combate à discriminação das mulheres na sociedade. Desse modo, analisa-se os discursos dos/das licenciandos/as na disciplina de Relações étnico-raciais do curso de Arte de uma universidade pública, no ano de 2018, por meio da metodologia da análise do discurso. Assim sendo, conclui-se que as formas de opressões simbólicas ainda presentes na sociedade são questionadas nos dizeres dos/as licenciandos/as e nas práticas docentes da Educação Infantil relatadas no seminário de estágio pelos formandos.

Palavras-chave: Relações de gênero, Relações étnico-raciais, Educação infantil, Discurso.

¹ Pós-doutoranda em Educação – UEMG- Universidade do Estado de Minas Gerais.
E-mail: marilza101@hotmail.com

Introdução

As discussões a respeito das relações de gênero e étnico-raciais têm sido consideradas de extrema relevância nos cursos de licenciaturas, estas temáticas precisam ser trabalhadas com os/as estudantes em todas as modalidades de ensino. Nesta perspectiva, o presente artigo visa apresentar e analisar as percepções das relações de gênero e de relações étnico-raciais discutidas na disciplina Relações étnico-raciais, em um curso superior de licenciatura em Arte Plásticas, em uma universidade pública, no estado de Minas Gerais.

A relevância deste estudo se justifica por serem estas temáticas pouco discutidas na formação docente e muito menos com licenciandos/as em artes. Contudo, fundamenta-se em uma pesquisa realizada com uma turma de 20 estudantes do 7º período do curso de Artes, no primeiro semestre de 2018. Após a realização dos seminários de Estágio Curricular Obrigatório na Educação Infantil e do término da disciplina de relações étnico-raciais oferecida no currículo escolar.

A metodologia da análise do discurso de Patrick Charaudeau (1983) foi adotada, pois possibilita analisar os discursos dos/as estudantes por meio do contrato comunicacional com a professora, no decorrer das aulas e dos seminários de Estágio Curricular Obrigatório da Educação Infantil. Todavia, os estudos de Quirino (2011), Luz (2009), Munanga (2004), Gomes (2010) dentre outros, ajudam a pensar e a debater as questões sobre as relações de gênero e de relações étnico-raciais. Para análise das entrevistas com os/as licenciandos/as elegeram-se a categoria do princípio de pertinência do contrato.

Partindo do pressuposto que os/as futuros docentes trazem para as aulas suas ideologias e concepções de mundo sobre as temáticas das relações de gênero e étnico-raciais, elegeram-se os discursos de cinco discentes, que compartilharam mais sobre as temáticas. Desse modo, as vozes deles serviram como objeto para entender quais representações tinham sobre o tema da disciplina relações étnico-raciais e relações de gênero na Educação Infantil.

Os resultados mostram que as formas de opressões simbólicas presentes nos discursos sociais em relação às mulheres e aos negros permanecem presentes nos dizeres dos/as licenciandos/as em artes e nas práticas pedagógicas da educação infantil relatadas no seminário de estágio pelos/as estudantes.

Portanto, a estrutura deste artigo se efetiva a partir da introdução, da apresentação metodológica, dos resultados, da discussão dos dados, das conclusões e das referências.

Metodologia

A presente pesquisa é de natureza qualitativa, cujo método foi o estudo de caso (YIN, 1994). A metodologia adotada foi a de Patrick Charaudeau (1983), que pretende desvelar os fundamentos ideológicos do discurso, que se tem feito tão naturais ao longo do tempo e por isso, começa-se a tratá-los como comuns, aceitáveis e com traços naturais do discurso. Os dados analisados foram coletados mediante as entrevistas realizadas com vinte discentes do curso de Arte, no primeiro semestre de 2018, após

o final da disciplina relações étnico-raciais e do seminário de estágio curricular na educação infantil, foram desenvolvidas temáticas que proporcionaram a discussão da importância de se estudar as relações étnico-raciais e as relações de gênero na formação docente.

Neste trabalho elegeu-se os discursos de cinco estudantes, por serem estes os que mais compartilharam sobre os temas. Para análise das entrevistas com os/as licenciandos/as escolheu-se a categoria do princípio de pertinência do contrato comunicacional da teoria semiolinguística francesa (CHARAUDEAU, 1993; 2001). Este princípio exige duas coisas, primeiro: o interlocutor ou destinatário do discurso possa supor que o locutor tenha uma determinada intenção; segundo: os parceiros do ato de linguagem possuam um mínimo de dados constituintes para efetuar as trocas languageiras. Contudo, é preciso que esses parceiros reconheçam a existência de certos saberes sobre o mundo e possam reconhecer os valores que são atribuídos a estes conhecimentos e as normas que regulam os comportamentos sociais.

Consequentemente, Charaudeau (1983 p. 46) assevera que “o ato de Linguagem não corresponde a um processo simétrico: ele resulta de um jogo entre o implícito e o explícito, que se desenvolve em circunstâncias discursivas particulares”.

Resultados e discussões

Em 2003 desde a homologação da Lei 10.639/2003, que alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN nº 9394/96), e instituiu como disciplina obrigatória no currículo escolar, o estudo da História da África e da Cultura Afro-brasileira. Hodiernamente, essa lei contribui para a disseminação da temática tanto na educação básica quanto nos cursos superiores de licenciatura, por meio da abordagem da diversidade e das manifestações culturais, o que propicia a formação e a atuação dos/as docentes para o trabalho do magistério. Não obstante a legislação, atitudes racistas são presentes na sociedade e nas escolas como mostram pesquisas tais como Sansone (2003), Munanga (2004), Gomes (2010), dentre outros.

Quanto às questões das relações de gênero percebe-se na sociedade uma divisão sexual do trabalho existente, que é reproduzido pela escola, por meio de livros didáticos e discursos docentes. Tendo como exemplo, as tarefas definidas como de mulheres e vinculadas à lógica do cuidado, que são consideradas como naturalizadas. Acerca da divisão sexual do trabalho as autoras Hirata e Kérigoat (2007) afirmam que:

A divisão sexual do trabalho é a forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos. Essa forma é modulada historicamente e socialmente. Tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (políticas, religiosos, militares etc. (HIRATA e KÉRIGOAT, 2007, p. 599)

Entretanto, esse pensamento de naturalização das atividades é inaceitável para as pesquisadoras que buscam mostrar mulheres que se emanciparam e desafiaram a hegemonia masculina como, por exemplo, Maria Rosa Lombardi (2017), o que também é inaceitável nos currículos escolares atuais.

A partir dessas considerações pode-se verificar quais foram as percepções dos/as discentes a respeito da importância de se trabalhar com essas temáticas na formação docente. No entanto, na sala de aula as compreensões dos saberes são partilhados por intermédio da interação com o/a docente, além disso, leva-se em conta a comunidade cultural, o pertencimento a uma classe social, a uma época, entre outros saberes, que são construídos em função daqueles já adquiridos.

O contrato comunicacional que ocorreu na sala revelou concepções acerca das relações de gênero e das relações étnico-raciais, relatadas em entrevistas com os/as discentes que nomeamos, ficticiamente, de Alda, Celso, Roni, Alice e Edson. Foram elaboradas várias perguntas, porém neste trabalho optou-se por analisar as respostas a respeito da pergunta: qual a importância da discussão de gênero e das relações étnico-raciais na formação docente em arte?

A estudante Alda considerou que “o gênero é algo construído socialmente, por meio de ideias de comportamento e de aparências acordadas, distribuídas entre homem e mulher”. Dessa maneira, para ela a única coisa concreta que percebe nessa discussão “é a estrutura do corpo humano quando se refere aos órgãos sexuais”. (ALDA, 2018). Neste sentido, a discente se autoquestiona: “mas ainda assim, como posso julgar uma pessoa que se sente como indivíduo de um gênero e tem órgão sexual que é classificado como de outro?! É algo íntimo e profundo com relação às emoções, à identidade, ao psique, etc.” (ALDA, 2018).

De acordo com as percepções da estudante, somente o próprio indivíduo tem a real capacidade de dizer em qual “gênero se encaixa”. Torna-se interessante analisar que nos dizeres da Alda há um autoquestionamento sobre as relações de gênero ao perguntar à sociedade: “será que precisamos mesmo de caixas?”.

Quanto à responder a si mesma, Alda afirma que acredita que as pessoas se preocupam “em esclarecer o universo e a natureza para lidar com eles”, e neste processo, segundo ela os sujeitos ficam como que “viciados em classificar, porém as classificações podem ser todas imagináveis...” (ALDA, 2018). Seus saberes de mulher insatisfeita com as classificações que são feitas das pessoas na sociedade, em geral das mulheres negras, são compartilhados no grupo durante o seminário e produzem questionamentos aos demais estudantes.

Para Celso a discussão sobre gênero é, sempre, importante quando ocorre, ou preventivamente, para evitar o abuso de relações. O discente compreende que gênero é uma construção social, e é a palavra que se remete a uma definição. Afirma que o “gradiente em gênero é enorme e contém todos os possíveis modos de identidade. Minha posição é a-gênero, tirar do discurso a especificação de gênero”. Nessa perspectiva, considera-se que na escola e nas artes a equidade é que tem que ser proposta, estimulada e difundida a todo o tempo. Defende que o debate em ambas as temáticas precisa ser

constante no curso e na formação docente, pois esses temas estão presentes nas atividades das crianças de educação infantil e o/a professora precisa estar preparado/a para lidar com tais assuntos.

O discente Roni relata ter percebido que tem ocorrido diversas campanhas para combater os conflitos causados pela identidade de gênero. Os canais de TVs têm promovido (sobre a rede Minas) diversos grupos de discussão. Ele considera de suma importância as discussões sobre as relações de gênero, pois assim como as relações étnico-raciais há de se ampliar a reflexão. Pois, declara “que só assim poderemos conviver com as diferenças, respeitando o direito do outro”. (RONI, 2018).

A graduanda Alice entende que a questão de gênero vem sendo discutida em diversas esferas da sociedade e ganhando visibilidade nas mídias. Por ser um assunto em pauta já significa muito, pois, por muito tempo, as pessoas que não se identificavam com seus respectivos gêneros de nascença e porventura mudavam eram marginalizadas, diminuídas e não compreendidas. Segundo Alice: “particularmente concorda com Simone de Beauvoir quando ela afirma que ninguém nasce mulher, torna-se mulher”. (ALICE, 2018). Pois ela considera que a construção do gênero é uma junção de fatores, é uma construção muito mais social do que biológica.

Assim sendo, relata que “se uma pessoa não se identifica com seu gênero de nascimento ou com qualquer rótulo que passam a enquadrá-la, que ela seja livre para fazer suas escolhas e construir sua identidade, sem ser marginalizada ou discriminada”. Na percepção de Alice a arte como dispositivo de mudanças é extremamente potente. Dentro dos temas possíveis, a diversidade de gênero ganha força e alcance quando é colocada para reflexão, por meio da arte.

Por fim, o discente Edson, aponta a importância de se pensar nas temáticas articuladas de gênero e de raça, assim como a questão da mulher negra, pois compreende que ambos os temas devem ser incluídos nos currículos escolares. Apresenta, também, uma leitura feita de um texto a qual relatava acerca da revisão da literatura nacional, que omitiu o papel da mulher negra na construção da herança cultural e social. Por esse motivo, torna-se imprescindível a discussão do assunto tanto nos cursos de formação da educação infantil quanto nos cursos superiores. Sendo assim, conforme Edson, as lideranças “femininas do movimento negro, por exemplo, do Geledés instituto da mulher negra, entre outros, são fundamentais na reflexão do recorte de gênero, dentro da questão étnica a ser introduzida nos currículos escolares.” (EDSON, 2018).

Segundo as leituras e as percepções de Edson, quando se aprofundou nos estudos de literatura brasileira, analisou que há uma imagem deturpada da mulher negra nas obras literárias. Consequentemente, o estudante em suas observações ao estudar gênero, raça e arte percebeu a ausência da representação da imagem da mulher negra como mãe, matriz de uma família negra. Normalmente, este perfil é representado por mulheres brancas, afirma Edson.

Portanto, neste cenário, no contexto e no discurso literário elimina-se filhos de mulheres negras, para, então, a mulher negra tornar-se mãe, ou seja, cuidadora dos filhos dos brancos em detrimentos dos seus.

Conclusões

Observa-se que todos/as os/as licenciandos/as consideraram fundamental a discussão das temáticas de gênero e de relações étnico-raciais não somente no curso de arte, mas em todos os outros cursos de licenciatura, a fim de que haja transformação na mudança de pensamento docente e nas práticas educacionais desde a educação infantil. Assim, contribuindo para o combate à discriminação racial e ao gênero, bem como o respeito à diversidade na sociedade.

Conclui-se que as formas de opressões simbólicas ainda presentes na sociedade são questionadas nos dizeres dos/as licenciandos/as e nas práticas pedagógicas docentes da Educação Infantil relatadas no seminário de estágio pelos/as futuros/as formandos/as, com intuito de que haja transformação na mudança de pensamento docente e nas práticas educacionais desde a educação infantil. Dessa forma, contribuirá para o combate à discriminação racial e de gênero, bem como o respeito à diversidade na sociedade, demonstrando que a discriminação racial e de gênero foram e ainda são construídas historicamente.

Referências

BRASIL. Lei 9394/96. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Brasília: Senado Federal, 1996.

_____. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: análise do Discurso: fundamentos e práticas. BH: núcleo de análise do discurso/ FALE-UFMG/CAPES, 2001.

_____. Le contrat de communication dans la situation de classe. Université de Paris XIII (CAD), 1993.

_____. Languages et discours. Elements de sémiolinguistique (theorie e pratique). Paris: Hachette, 1983.

CHARAUDEAU, P. *Languages et discours. Elements de sémiolinguistique* (theorie et pratique). Paris: Hachette, 1983.

GOMES, N. L. (Org.). *Um olhar além das fronteiras: Educação e relações raciais* (1ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Danièle. *Novas Configurações da divisão Sexual do Trabalho*, Caderno de Pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, set. dez. 2007.

LOMBARDI, Maria Rosa. Mulheres em carreiras de prestígio: conquistas e desafios à feminização. Cadernos de Pesquisa v.47 n.163 p.10-14 jan./mar. 2017.

MUNANGA, K. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus identidade negra* (3ª ed.). Belo Horizonte: Autêntica, 2004; 2008.

SANSONE, L. O lugar do Brasil no Atlântico Negro. IN: SANSONE, Lívio. *Negritude sem etnicidade: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra no Brasil*, Salvador. Edufba, Pallas, 2003.

YIN, R. *Case study research: Design and methods* (2ª ed.). Thousand Oaks, CA:Sage, 1994.

DESIGUALDADES DE GÊNERO NAS RELAÇÕES DE TRABALHO: AVANÇOS, PERMANÊNCIAS E RETROCESSOS NO SETOR INDUSTRIAL TÊXTIL.

Mislene Aparecida Gonçalves Rosa¹

Resumo: A indústria têxtil impulsionou a Revolução Industrial na Europa com uma divisão rígida de ocupações masculinas e femininas. Apesar das mulheres serem quantitativamente superiores, as possibilidades de mobilidade entre as ocupações eram menores do que as dos homens que, geralmente, ocupavam as atividades de chefia. Nesse contexto, o presente artigo apresenta uma visão crítica acerca das condições de trabalho das mulheres na indústria têxtil contemporânea, tendo como *lôcus* uma indústria têxtil situada em Minas Gerais. Na indústria pesquisada observou-se alguns avanços e deslocamentos nas relações de trabalho, porém o silenciamento das relações sociais de gênero no setor, cuja divisão sexual dos setores produtivos e das atividades realizadas, permanecem como as observadas nas fábricas no século XIX.

Palavras-chave: divisão sexual do trabalho; relações sociais de sexo/gênero; indústria têxtil.

¹ Doutoranda em Educação – Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG.
E-mail: misleneag@gmail.com.

Introdução

Este artigo pretende apresentar uma visão crítica acerca das condições de trabalho das mulheres na indústria têxtil contemporânea. Para realização da pesquisa, recorreu-se as construções teóricas da Sociologia do Trabalho Francesa, presentes no conceito da divisão sexual do trabalho como base material das relações sociais de sexo/gênero. Para a parte empírica, foi escolhida como unidade para coleta de dados uma empresa do ramo de industrial têxtil situada na região Metropolitana de Belo Horizonte do Estado de Minas Gerais, denominada neste artigo como empresa TX-MG. Todos os dados quantitativos e qualitativos foram coletados e analisados nos documentos disponibilizados pela empresa, nas observações *in loco* e em entrevistas semiestruturadas com os gestores e as trabalhadoras das áreas operacionais.

A investigação foi estabelecida em duas etapas: primeiramente buscou-se dados quantificáveis no universo da empresa e nos setores da fábrica quanto ao contingente de trabalhadoras e trabalhadores. Posteriormente analisou-se o ambiente da fábrica almejando a aproximação da análise dos dados quantitativos e, por meio de entrevistas e observação *in loco*, evidenciar o modo como as práticas sociais se produzem e reproduzem no ambiente industrial.

Constatou-se neste estudo que a indústria têxtil se apresenta repleta de contradições, especialmente no que se refere à condição das mulheres. Oferecendo elementos para o questionamento das desigualdades entre homens e mulheres, ainda existentes nos dias atuais, sobretudo em relação a segregação feminina na força de trabalho e ao compartilhamento das responsabilidades domésticas.

A presença feminina na indústria têxtil: breve recuperação histórica

Segundo Thompson (2001) o algodão foi responsável pelo impulso inicial da Revolução Industrial, as primeiras fábricas que surgiram na Inglaterra eram destinadas à produção têxtil, a tecnologia característica era a máquina de fiar, o tear mecânico. A primeira Revolução Industrial, que teve origem na Inglaterra no século XVIII e posteriormente migrou para os demais países, marcou o início do processo de produção de mercadorias em grande escala com a utilização de maquinário incorporando grandes contingentes de trabalhadoras/es.

De acordo com Toledo (2008) foi através do processo onde a máquina cada vez mais potente, exigia muito mais destreza no seu manuseio do que propriamente a força física, que a família foi introduzida na engrenagem de produção, transformando a mulher em força de trabalho, fazendo dela uma operária. Ressalta-se que a incorporação da mulher à fábrica (e também da criança) desvalorizou o trabalho masculino e aumentou o grau de exploração de toda família operária.

Para ilustrar um pouco as condições de trabalho das operárias das fábricas têxteis americanas do século XIX recorre-se a descrição feita por Emmeline, personagem do romance de mesmo nome, escrito por Judith Rossner:

[...] Emmeline estava começando a acostumar-se ligeiramente ao ruído, de modo que, embora não se tivesse tornado menos agudo, seu olhos pararam de lacrimejar. [...] Nessa altura seu pé inchava tanto que os dedos estavam insensíveis, o pescoço e o ombro doíam tanto que ao levantar um braço tinha certeza de fazê-lo pela última vez. [...] O Sr. Baxter levou-a ao primeiro tear de fiação e apresentou-a à operadora, uma mulher jovem e pequenina [...] Sophie era uma boa professora. Era uma daquelas poucas moças selecionadas, capazes de desempenhar qualquer função na tecelagem e, caso fosse homem, teria sido há muito promovida a consertador de teares e, no final, com toda a probabilidade, a supervisor. Como eram as coisas, trabalhava como engomadeira, o trabalho mais bem pago para as moças, por tantas semanas quantas pudesse suportar os vapores da sala de engomar. Depois era transferida para os teares de fiação, ou para onde fosse necessário. (ROSSNER, 1986, p. 59-61)

Ainda que o livro seja uma obra de ficção, a narrativa traz elementos importantes sobre o cotidiano das fábricas fornecendo uma aproximação da realidade vivenciada pelas mulheres na indústria têxtil na época.

Saffioti (1981, p.22) destaca que em 1872, no Brasil, período no qual a indústria têxtil era a mais importante do país, as mulheres representavam 96,2% do total de trabalhadores do setor. No entanto ao analisar uma série histórica sobre emprego na indústria têxtil por sexo com base em Censo do IBGE, a autora identifica diminuição da participação das mulheres neste setor: em 1940 elas eram 65,1%, em 1950, 56,4%, em 1960, 49,1% e em 1970, 47,8%. Esta diminuição teria relação com o processo de transição, na indústria têxtil, de um estágio artesanal a um estágio de produção mais técnico, o qual teria como consequência a expulsão da força de trabalho feminina.

Segundo Lima (2009, p.12), as operárias da Cia de Fiação e Tecidos Cedro e Cachoeira exerciam muitas horas de trabalho árduo e cansativo, recebendo para isso muito aquém dos operários do sexo masculino. Estavam submetidas, nas fábricas, a uma relação de dominação, poder e controle masculino, a mesma a que estavam sujeitas as mulheres da época. Neste contexto, Toledo (2008, p.38) explica que a “inserção da mulher na indústria, trabalho produtivo, ocorreu sem que sua dominação pelo patriarcado fosse resolvida, o capital arrancou a mulher do seio da família e não deu a contrapartida para suprir o vazio que nela deixava”.

Desse modo, ainda que como trabalhadoras assalariadas elas conquistassem maior independência diante do homem, no patriarcalismo ainda reside o fundamento da opressão feminina porque destina a mulher ao trabalho doméstico, excluindo-a da produção social. Para Toledo (2008, p.30) “aquele que poderia ter sido o passo decisivo para emancipação da mulher, foi transformado pelo capitalismo em mais uma forma de opressão e superexploração da mulher”. Assim, a inserção da mulher no trabalho produtivo, contribuiu para estabelecer a dupla jornada de trabalho para a mulher.

Lima (2009, p.103), constata em sua pesquisa que as características ditas femininas, cuidado, fragilidade, docilidade e dependência em oposição às características masculinas, agressividade, racionalidade, controle e comando, fizeram das mulheres as melhores empregadas, aos olhos dos industriais mineiros. No entanto, pondera-se, na verdade foram às condições sociais e econômicas destas mulheres,

viuvez, pobreza extrema, que contribuíram para que elas se tornassem as melhores empregadas. Pobres e sozinhas elas se submeteram mais “facilmente” as às regras disciplinares impostas pelo sistema fabril.

Quanto à divisão das ocupações e tarefas, na indústria têxtil, Resende (2003, p.56), constata que existia uma divisão relativamente rígida entre as ocupações masculinas e femininas. Apesar das mulheres serem quantitativamente superiores, suas possibilidades de mobilidade entre as ocupações eram menores que as dos homens, na maioria dos casos, os homens ocupavam as atividades de chefia. Classificavam-se os/as operários/as entre os que eram considerados “qualificados”, geralmente, estavam os trabalhadores do sexo masculino e os/as “não qualificados”, grupo no qual as mulheres estavam situadas.

As mulheres se encontravam na fiação e na tecelagem, importante salientar que ocupar-se dos teares era o máximo que as operárias poderiam alcançar no processo de ascensão dentro da fábrica.

O início da vida de trabalho das operárias dava-se na fiação executando as tarefas consideradas mais simples. As trabalhadoras mais habilidosas, pacientes e delicadas se encarregavam dos fusos, emendando os fios que arrebatavam nos filatórios. Outras cuidavam das espulas, das bobinas, das canelas, além da limpeza do ambiente e de outras tarefas adjacentes. Na medida em que cresciam, adquirindo compleição física, tornando-se mais diligentes, desvoltas, demonstrando inteligência, bom comportamento, obediência e aptidão para o trabalho, poderiam mudar de ocupação, chegando a operar os teares na tecelagem (GONÇALVES e LIMA, 2010, p.12).

O setor de beneficiamento, por requerer maior qualificação e capacidade técnica, era predominante masculino no século XIX.

Aos homens, estavam reservadas as seções e as tarefas consideradas mais qualificadas, para as quais eram exigidos conhecimentos técnicos mais elaborados, como as chefias, as de escritório, o controle e manutenção das máquinas, as que envolviam o acabamento dos tecidos como a tinturaria, além de outras similares (GONÇALVES e LIMA, 2010, p.14).

Na indústria têxtil pesquisada, observou-se praticamente a mesma divisão sexual das atividades/setores das indústrias do século XIX, ainda que tenham ocorridos alguns avanços, setores que era predominante masculino no século XIX atualmente já emprega mulheres.

Divisão sexual do trabalho na indústria têxtil contemporânea

No período da pesquisa, a empresa TX-MG contava com 1195 funcionários/as; 143 no setor administrativo e 1052 na fábrica. A delimitação da abordagem compreendeu o espaço da fábrica, cujo quadro funcional corresponde a 88% (1052) do total da empresa. Essa opção visou registrar o objeto da pesquisa no espaço produtivo de transformação industrial, portanto, desconsiderando a divisão administrativa.

A empresa possui uma representatividade feminina diferenciada entre setores e cargos/funções. No total de trabalhadores da fábrica a proporção do gênero feminino é de 30% (314) e do gênero masculino, 70% (738).

Em relação aos setores da fábrica, o universo feminino está representado em: 0% (sem representatividade feminina) no Recebimento; 68% (92) na Fiação; 45% (50) na Tecelagem; 21% (63) no Beneficiamento/Acabamento; 52% (64) no Controle de Qualidade; 11% (3) na Expedição; 5% (7) na Manutenção e 20% (35) em outros setores de apoio, por exemplo segurança do trabalho, apoio técnico e de planejamento.

Pelos dados quantificáveis do universo da empresa e dos setores observou-se uma marcada separação por gênero. Há um maior contingente de trabalhadoras no setor de fiação, enquanto os trabalhadores do gênero masculino destacam-se no setor de beneficiamento/acabamento e manutenção. A partir da análise das entrevistas evidenciou-se que a contratação de mulheres para as funções da fábrica estão relacionadas às concepções de gênero historicamente construídas. Conforme relato da entrevistada E6 do setor de Recursos Humanos (RH):

Quanto a alocação da mão de obra em cada atividade, depende da oferta de mão de obra no mercado. Vamos pensar, por exemplo, na prensa de resíduo, a gente vai priorizar a questão da força bruta, braçal mesmo, ai acho que nunca teve uma mulher lá, porque é um serviço sujo, um serviço braçal. Tem que colocar aquele macacão grandão, então lá sempre é homem. Mas vamos pensar, na tecelagem e fiação, a maior parte do pessoal é mulher. Lá a condição é uma coordenação motora fina. Ai a gente prioriza as meninas. Então é assim! Tudo o que exigir força física é para os meninos e tudo que o for mais tranqüilo e que exigir mais trato fino será para as meninas. (Entrevistada E6, Analista de RH)

Evidenciou-se que homens e mulheres têm oportunidades de trabalho na empresa, entretanto o formato atual de contratação desqualifica a mulher para determinadas tarefas e funções e a qualifica para outras. Por questões biológicas esse processo possui uma justificativa, no entanto, refere-se, não apenas às condições físicas, mas, sim, a prática das relações sociais estabelecidas. (SAFFIOTI, 2004).

Estas condições de práticas sociais também são percebidas nos relatos dos Entrevistados E7 e E8 que lidam diretamente com as trabalhadoras e os trabalhadores na fábrica, evidenciou-se que as mulheres correspondem produtivamente e consolida seu espaço no espaço na fábrica. Entretanto, há de se ressaltar que os setores/áreas de maior concentração feminina são os que exigem habilidades como destreza manual e concentração, demandando características tradicionalmente associadas ao gênero feminino, tais como ser sensível, delicada e caprichosa.

Eu acho que hoje na fiação e tecelagem tem em torno de 75% de mulheres. Eu acredito que a mão de obra feminina hoje para agente aqui...ela é mais cuidadosa, parece que mulher tem mais atenção...mais cuidadosa, entendeu!? Eu acho que tem um percentual de qualidade melhor no trabalho delas. Elas são mais detalhistas. (Entrevistado E7, Chefe de Fiação e Tecelagem)

Cabe ainda destacar, conforme observado, que no setor de fiação, a mulheres são mais aceitas nas tarefas que exigem maior cuidado e atenção, principalmente atividades de limpeza e verificação de conformidade em detalhes, função de auxiliar de serviços gerais e operadora fiandeira, por exemplo.

Mesmos no setor de fiação, majoritariamente feminino, são os homens que ocupam os cargos/funções mais qualificados, estão nas tarefas que requerem além de força física, conhecimento técnico e comando:

Têm funções nossas aqui que hoje é praticamente só homem. É mais fácil de trabalhar. Por exemplo, sala de abertura, carda, engomadeira. É um trabalho mais pesado e um trabalho que força mais...emenda de rolo de tecelagem. Hoje praticamente essas funções é feita por homens. (Entrevistado E7, Chefe de Fiação e Tecelagem)

As próprias trabalhadoras reforçam os papéis sexuais desempenhados socialmente por mulheres e homens na empresa:

No filatório a mulher se destaca, porque é uma máquina que exige muito cuidado, atenção, normalmente homem não tem esse zelo essa preocupação com os detalhes, e aqui na fiação isso faz muita diferença. Por exemplo, o fio de elastano tem que tá sempre no fio de algodão, então a mulher tem que estar sempre olhando atenta. E normalmente o serviço do homem, ele olha mais superficial né!? (Entrevista E1, Monitora Operacional de Treinamento).

Nesse sentido, Olinto (2012) explica, por meio do conceito de segregação horizontal, que as mulheres tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades e a estabelecer para si mesmas estratégias de vida mais compatíveis com o que consideram ou são levadas a considerar como mais adequadas para elas.

Alguns elementos sobre participação feminina na força de trabalho da empresa pesquisada devem ser ressaltados, conforme observado em campo. Primeiramente o trabalho feminino guarda estreita semelhança com o trabalho doméstico, as habilidades femininas são naturalizadas e consideradas simples, portanto têm-se uma concentração feminina nos postos menos qualificados, onde o trabalho é manual e repetitivo. O segundo, correlato ao primeiro, é a ausência ou sub-representação de mulheres nos cargos que exijam níveis mais altos de qualificação, cargos de liderança e funções técnicas de manutenção e treinamento operacional, por exemplo.

Nesse contexto, a divisão sexual do trabalho, pode ser pensada a partir do par masculinidade/feminilidade evidenciando o poder dos estereótipos sexuais no trabalho. A masculinidade é “associada ao trabalho pesado, penoso, sujo, insalubre, algumas vezes perigoso, trabalho que requer coragem e determinação, enquanto que a feminilidade é associada ao trabalho leve, fácil, limpo, que exige paciência e minúcia”. (HIRATA et al, 2008, p.42).

A partir dos relatos verificou-se que as chefias e as próprias trabalhadoras justificam as limitações das tarefas designadas às mulheres alegando a ausência de força física. Restariam para elas, então, as

funções cujo trabalho era mais leve e mais simples. Na realidade, entretanto, observou-se que haviam muitas funções que não podem ser caracterizadas como trabalho pesado (função de monitor/a treinamento, função de chefe de turma, supervisão etc.) e nem por isso tais cargos e funções são ocupados por mulheres.

Percebe-se a contradição da justificativa da força física na fala entrevistado E9, ao trazer a estratégia da empresa para contratar mulheres para funções antes exercidas apenas por homens, devido à falta mão de obra masculina:

Aqui na cidade em 2014 faltou mão de obra masculina para a indústria têxtil. Então muitas atividades que eram exercidas por homens passaram a ser exercidas por mulheres, devido a falta de mão de obra masculina. Por exemplo, no setor de engomadeira trabalhava só homens. Aí, devido a falta de mão de obra masculina, começou a contratar mulheres. Hoje temos mulheres trabalhando e não foi feita nenhuma adaptação. Era um trabalho pesado e tinha até mesmo uma cultura da indústria há anos de só contratar homens. Aí nós decidimos testar mulheres trabalhando e tem dado certo. (Entrevistado E9, Gerente Geral)

Observou-se um conjunto de características, compatíveis aos interesses da empresa, que contribuíram para a contratação de mulheres, permitindo a conquista de funções antes não desempenhadas por elas: adaptação às regras, desempenho compatível, reduzida expectativa salarial, dentre outras.

Hirata e Kergoat (2007, p.600) corroboram tais constatações ao afirmarem que o que é estável não são as habilidades para cada função, e sim a distância entre os grupos de sexo, pois fica evidente que a força de trabalho feminina pode ser usada em todas as funções de acordo com as necessidades da empresa e os interesses do capital.

Considerações finais

Com base nos relatos e na observação em campo, pode-se afirmar que a participação feminina na força de trabalho na indústria têxtil pesquisada, revelou-se a partir de três dimensões que se complementam: i) a manutenção das mulheres em funções/cargos menos valorizados; ii) a identificação das habilidades femininas, sendo estas naturalizadas, e usadas como justificativa para a manutenção das mulheres em setores e cargos específicos; e iii) a influencia do trabalho reprodutivo realizado na esfera privada no trabalho produtivo realizado na esfera pública, reduzindo as possibilidades de ascensão profissional das mulheres.

Desta forma, aponta-se que igualdade nas relações sociais de gênero, nesse segmento industrial está longe de se concretizar. É notável que as desigualdades entre os sexos no mundo do trabalho vêm se alterando, de forma a permitir que elas ganhem cada vez mais espaço na vida pública no mundo do trabalho produtivo; porém, a necessidade de se conciliar o trabalho assalariado com a vida privada, o trabalho doméstico e o cuidado com a família ainda se apresenta como um ponto de tensão para as mulheres na busca pela equidade de gênero no setor produtivo.

Referências

ABERGO, 2000 - **A certificação do ergonomista brasileiro** - Editorial do Boletim 1/2000, Associação Brasileira de Ergonomia.

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

BRASIL. Ministério da Previdência Social (MPS). **Informe de Previdência Social: A Mulher e a Previdência Social**. Volume 27 • Número 02. (MPS, 2015).

BRASIL. Ministério do Trabalho (MT). Manual de Aplicação da Norma Regulamentadora nº 17. 2 ed. – Brasília: MTE, SIT, 2002.

BRASIL. Ministério do Trabalho (MT). Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-17: **Ergonomia**. 1990.

BRASIL. Ministério do Trabalho (MT). Norma Regulamentadora Ministério do Trabalho e Emprego. NR-4: **Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho**. 1983.

DIEESE - Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos. **A situação do trabalho no Brasil na primeira década dos anos 2000**. São Paulo: DIEESE, 2012.

HIRATA, Helena Hirata Helena. **Globalização, trabalho e gênero**. Revista Políticas Públicas, v. 9, n. 1, 2015.

HIRATA, Helena. **A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho**. Sociologias, v. 11, n. 21, 2009.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Divisão sexual do trabalho profissional e doméstico: Brasil, França, Japão**. In: Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais. COSTA, A. O.; SORJ, B.; B. Cristina; H. Helena (Orgs.). Rio de Janeiro: FGV. 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Cadernos de pesquisa, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HIRATA, Helena. O universo do trabalho e da cidadania das mulheres: **um olhar do feminismo e do sindicalismo**. Reconfiguração das relações de gênero no trabalho. São Paulo: CUT, p. 13-20, 2004.

HIRATA, Helena. **Por quem os sinos dobram?** Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres, p. 15, 2003.

HIRATA, Helena. **Nova Divisão Sexual do Trabalho?** Um olhar voltado para a empresa e a sociedade. São Paulo: Boitempo, 2002.

HIRATA, Helena. **Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero.** Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho 1998.

HIRATA, Helena. Divisão - **Relações Sociais de Sexo e do Trabalho:** contribuição à discussão sobre o conceito de trabalho. Em Aberto. Brasília, ano 15, n.65. jan./mar. 1995.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. **A classe operária tem dois sexos.** Estudos Feministas, v. 2, n. 3, p. 93, 1994.

LIMA, Maria Elizabeth Antunes; BATISTA, Matilde Agero. **As novas exigências de qualificação e a saúde no setor automotivo.** Psicologia em Revista, v. 9, n. 13, p. 159-164, 2008.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. **Ergonomia, ciência do trabalho, ponto de vista do trabalho:** a ciência do trabalho numa perspectiva histórica. Revista Ação Ergonômica, v. 1, n. 2, 2011.

LIMA, Francisco de Paula Antunes. **Novas tecnologias construtivas e acidentes na construção civil:** o caso da introdução de um novo sistema de escoramento de formas de laje1. RBSO, v. 32, n. 115, p. 53-67, 2007.

LIMA, Estevam Luiz Nascimento. **Abordagem ergológica de situações de trabalho: estudo de uma empresa do ramo petrolífero.** 2007. Dissertação de mestrado (Programa de Pós-graduação em Administração) - Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, ES, Brasil.

PEREIRA, E.R **Fundamentos de Ergonomia e Fisioterapia do Trabalho.** Rio de Janeiro: Taba Cultural, 2003. 2ª. Edição.

QUIRINO, Raquel. **Mineração também é lugar de mulher!** Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na Mineração de Ferro. 2011. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: Aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Trabalho & Educação.** Belo Horizonte. v. 24. n. 2. p. 229-246. mai-ago | 2015. Disponível em <<http://www.fae.ufmg.br/trabalhoeeducacao>>. Acesso em: 28 out. 2015

RESENDE, Maria Cristina. **Mulheres em ambientes masculinizados:** análise da inserção de mulheres nos canteiros de obras da Construção Civil em duas empresas de Belo Horizonte. 2012. Dissertação (Mestrado em Administração) – Faculdade Novos Horizontes.

SANTOS, N. dos; FIALHO, F. **Manual de Análise Ergonômica do Trabalho.** 2ª ed. Curitiba: Gênese Editora, 1998.

TOLEDO, Cecília. **Mulheres: o gênero nos une, a classe nos divide.** São Paulo: Sundermann, 2008. 2ª. Edição.

TOMASI, Antônio de Pádua Nunes. **A construção social de qualificação dos trabalhadores da construção civil de Belo Horizonte:** estudo sobre os Mestres de Obras. Belo Horizonte: FAFICH – UFMG/CNPq, 1999.

VIDAL, Mario Cesar. **Introdução à Ergonomia.** Grupo de Ergonomia e Novas Tecnologias CESERG - Curso de Especialização Superior em Ergonomia. Rio de Janeiro, 2010.

VIEIRA, Carlos Eduardo Carrusca; BARROS, Vanessa Andrade; LIMA, Francisco de Paula Antunes. **Uma abordagem da Psicologia do Trabalho, na presença do trabalho.** Psicologia em Revista, v. 13, n. 1, p. 155-168, 2007.

TRANSGRESSÃO NA DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO - MULHERES EM PROFISSÕES MASCULINAS

Kelly de Souza Resende¹
Raquel Quirino²

Resumo: O presente artigo discute a divisão sexual do trabalho e as relações sociais de gênero presentes na prática social transgressora de mulheres que, rompendo o *status quo*, ocupam profissões ditas masculinas. Os sujeitos da pesquisa são frentistas de postos de combustíveis na Região Metropolitana de Belo Horizonte. Por meio de uma abordagem qualitativa, a partir de análise teórica, documental e empírica e de entrevistas semiestruturadas, busca-se identificar o que há de novo na divisão sexual do trabalho. Em uma perspectiva crítico-dialética, o contexto e as transformações atuais no mundo do trabalho são pontos de partida para a compreensão do fenômeno da feminização das profissões e ocupações.

Palavras-chave: Feminização das profissões, Relações de gênero, Divisão sexual do trabalho.

1 Mestranda – CEFET-MG.
E-mail: kelresende@yahoo.com.br.

2 Pro^a. Dr^a Orientadora. – CEFET-MG.
E-mail: quirinoraquel@hotmail.com.

VIOLÊNCIA SIMBÓLICA DE GÊNERO NO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA DE UM CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA

Bruna de Oliveira Gonçalves¹
Raquel Quirino²

Resumo: A divisão sexual do trabalho é a teoria que permite compreender os caminhos profissionais femininos marcadamente diferentes dos traçados pelos homens. Ainda que com números tímidos, as mulheres vêm adentrando em áreas que se configuraram como redutos masculinos. A literatura aponta dificuldades para que elas entrem e permaneçam nessas áreas. Este trabalho dialoga com o pressuposto de que a violência simbólica de gênero se faz presente no meio universitário, sendo traduzida em falas e atitudes de preconceito e discriminação. Objetivando desvelar como ela acontece no curso de Engenharia Mecânica de um Centro Federal de Educação Tecnológica, a pesquisa tem as graduandas desses cursos como sujeitos entrevistados.

Palavras-chave: Divisão sexual do trabalho, Violência simbólica de gênero, Mulheres na engenharia.

1 Mestranda – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
E-mail: brunadogoncalves@gmail.com.

2 Professora doutora – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
E-mail: quirinoraquel@hotmail.com

Introdução

De acordo os dados do IBGE (BRASIL, 2014, p. 119), o salário das mulheres não se iguala ao dos homens em nenhuma das consideradas “áreas gerais”. Para o Instituto, a desigualdade de rendimentos é resultado, em grande medida, de uma inserção diferenciada por sexo no mercado de trabalho.

Quando analisados sob as perspectivas dos estudos de Olinto (2011) e de Hirata e Kérgeat (2007) esses dados corroboram as teorias da segregação horizontal e da segregação vertical e a dos dois princípios organizadores da divisão sexual do trabalho, respectivamente. Destarte, esse estudo dialoga com a ideia de que, ainda que as “mulheres transgressoras do *status quo*” (Quirino, 2011) ocupem áreas de conhecimento e de atuação destinadas historicamente aos homens, os princípios da divisão sexual do trabalho propostos por Hirata e Kérgeat (2007) ainda prevalecem na sociedade contemporânea. Assim, mesmo quando escolhem a formação em áreas da Ciência e Tecnologia evidenciam-se sexismo, preconceitos, segregações.

O presente trabalho é resultado de uma pesquisa de Mestrado em Educação Tecnológica e investiga, na perspectiva das alunas, do curso de Engenharia Mecânica de um Centro Federal de Educação Tecnológica, como se dá a violência simbólica de gênero.

Breves considerações sobre divisão sexual do trabalho e violência simbólica de gênero

A divisão sexual do trabalho é uma importante categoria para compreensão das práticas sociais permeadas pelas relações de gênero a partir de uma base material (Quirino, 2016; Kergoat, 2009). É a teoria que permite compreender os caminhos profissionais femininos marcadamente diferentes dos traçados pelos homens e, além disso, também como um princípio organizador, explica que a valorização do trabalho executado pela mulher é diferente daquele feito pelo sujeito masculino.

Dessa forma, a divisão sexual do trabalho é base das assimetrias e hierarquias entre o trabalho executado por homem e o trabalho executado pela mulher, não sendo apenas uma diferença de trabalho realizado segundo o sexo (Cisne, 2014; Kergoat, 2009). Ainda que com números ainda baixos em relação aos homens, as mulheres vêm mudando o *status quo* e adentrando em áreas que se configuraram como redutos masculinos, como é o caso das áreas de Ciências e Tecnologia (C&T).

No entanto, a literatura tem apontado dificuldades para que as mulheres entrem e permaneçam nessas áreas e esta pesquisa tem a compreensão de que as causas disso estão dialeticamente postas no campo material e no universo simbólico, no qual estão as crenças, os hábitos, e as instituições. Bourdieu (1999) confirma que as instituições exercem um trabalho de eternização. O teórico diz, ainda, que a diferença biológica se torna a justificativa natural da diferença construída entre os gêneros, e isso se manifesta na divisão do trabalho. Saffioti (1987) também dialoga com esse pressuposto dizendo que as identidades de homens e mulheres são construídas socialmente que atribui papéis distintos para as

diferentes categorias de sexo. A autora diz que a naturalização desses processos socioculturais é a forma mais fácil de legitimar a “superioridade” masculina.

Há uma inflexão acentuada entre masculinidade e violência, sendo que a segunda expressão é vista como pertencente à primeira (Gomes, 2008). Uma das formas em que a violência acontece é a que se manifesta “suave, insensível às próprias vítimas” (Bourdieu, 1999). Apesar de resistirem ao domínio masculino desde a sua implantação (Saffioti, 2011), Bourdieu (1999) diz que a adesão feminina à dominação dos homens está longe de ser um ato intelectual, consciente, livre, deliberado de um sujeito “isolado”. É necessário, ainda de acordo com o sociólogo, considerar que as estruturas de dominação são produto de um trabalho incessante de reprodução.

A pesquisa empírica

Cinco alunas do curso de Engenharia Mecânica de um Centro Federal de Educação Tecnológica foram selecionadas por acessibilidade, numa análise não probabilística. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas nas dependências da Instituição, em dias e horários previamente acordados entre estudantes e pesquisadora. As entrevistas aconteceram em dias distintos, sendo que conversas foram gravadas e, com o consentimento livre e esclarecido das alunas, além da assinatura do trecho de liberação de voz, foram transcritas na íntegra. Os nomes reais foram substituídos por códigos alfanuméricos.

A violência simbólica de gênero no Curso de Engenharia Mecânica de um Centro Federal de Educação Tecnológica

Adota-se, neste trabalho, o conceito de violência simbólica cunhado por Bourdieu (1999, p. 7), sendo uma forma de violência “insensível, invisível a suas próprias vítimas, que se exerce essencialmente pelas vias puramente simbólicas da comunicação”.

As alunas entrevistadas negam que elas sejam alvo de preconceito na instituição de ensino, no entanto, entendeu-se, neste trabalho, que a teoria trazida por Bourdieu (1999) justifica claramente a postura das estudantes frente aos próprios relatos. Quando perguntadas diretamente sobre a questão, quase sempre dizem que não são vítimas de comentários discriminatórios ou constrangedores, no entanto, quando discorrem sobre outras questões, relatam casos célebres.

O primeiro a ser discutido é o comentário da estudante E1 quando foi pedido que ela aconselhasse uma menina que queira entrar no curso de Engenharia Mecânica da instituição a qual E1 está matriculada. A resposta da estudante está ao encontro da pesquisa de Casagrande e Lima (2015), que, ao investigarem violência de gênero em duas universidades brasileiras, constataram que uma das formas que essa violência atinge meninas que optam por um curso reduto do sexo oposto é a da preocupação com a aparência física das estudantes. E1 diz que os meninos as enxergam como “machos”, já as autoras citadas falam dos comentários sobre “feiura”. Ambos os adjetivos convergem para uma mesma questão:

rotular as meninas/moças/mulheres como feias pelo fato de terem escolhido um determinado curso é uma forma de agressão e que pode dificultar o interesse de algumas mulheres pelos cursos de engenharia, que são mais valorizados social e financeiramente (CASAGRANDE e LIMA, 2015, p. 88).

Primeiro que mulher não precisa ter medo de entrar na engenharia porque vai lidar só com homem. As vezes fica com esse receio, né, eu vou entrar lá, vai ter só homem e os homens vão ficar tudo me querendo. Isso não existe, é...não tem disso, os homens nem te querem quando você entra na engenharia, rs, os homens acham que você é macho talvez. Não existe isso não, rs, mas as vezes a mulher acha que vai entrar e ser a única da sala, que todo mundo vai dar em cima, que você não vai ter amigo de verdade, mas isso não existe (Fala da estudante E1)

Não é possível definir se esses comentários feitos pelos homens dizem respeito à aparência física ou personalidade, no entanto, indiferente do que se trata, é uma forma de agressão. Silenciosa, invisível e insidiosa.

Sobre as estudantes serem alvo de atitudes claramente discriminatórias, que as restringem enquanto alunas e futuras profissionais, destaca-se o relato da estudante B1 acerca de uma oportunidade de estágio. Apesar de não ter acontecido dentro da instituição de ensino, considerou-se importante destacar o comentário nesta parte da escrita do trabalho pelo estágio ser uma atividade obrigatória do curso. Quando a aluna comentava sobre o princípio da separação, ou seja, se existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres, ela cita sua experiência no processo seletivo de uma empresa grande no seu ramo profissional, sendo aqui o nome substituído por “empresa z”.

Essa questão da vaga da “empresa z” desse processo seletivo...tinham 4 áreas que você poderia escolher trabalhar: tecnologia, aplicativo, essas coisas; uma de modernização de máquinas, uma de campo, que você vai no campo e uma outra que eu não lembro. Aí quando perguntaram qual área que eu queria trabalhar, eu queria na de campo. Aí a psicóloga falou assim: oh, eu posso te colocar nessa área, mas eu acho que eu não quero te colocar nessa área porque vai ser ruim pra você. É um tanto de peão que não vai querer te respeitar. Aí eu fiquei meio assim, sabe, eu queria fazer parte dessa área. Ela: oh, eu fico receosa de fazer isso pelo meio que eu sei que vou te colocar, que não vai ser respeitoso e agradável pra você.. os peões não vão te respeitar. (Fala da estudante B1)

Perguntou-se, então, se a oportunidade lhe fosse dada e, de fato, encontrasse um ambiente assim, como lidaria. A estudante demonstrou a estratégia de resistência que comumente recorre, a de ignorar.

Por fim, o relato rico de B1. Perguntada se passou por alguma situação constrangedora na instituição de ensino, ela nega, dizendo que apesar da instituição se rum ambiente machista, nunca sofreu nada. Apesar de enxergar o machismo, ela não entende que isso é constrangedor e, mais além, diz que objetivamente isso não representou nada. Tudo é tão invisível para a estudante que mesmo passando pela situação a seguir descrita, nega que tenha passado por algum constrangimento dessa natureza.

Como ela comentou a existência de pessoas machistas, pediu para que ela explorasse melhor essa afirmação, e então discorre:

[...] teve uma época que tava tendo bolsa de intercâmbio aqui, e aí precisava de fazer uma carta de recomendação. Aí tinha uma lista que era tipo assim: estabilidade emocional, tinha que dar uma nota de 0 a 5. E como ele era coordenador do projeto e eu já convivía com ele há um tempo, pensei “ah, vou pedir ele pra fazer”. Aí foi eu e um amigo meu preencher esse mesmo papel com ele, aí ele virou e falou assim: ahh, preencheu o do menino lá. Estabilidade emocional: 5, por exemplo. Eu lembro desse quesito porque foi marcante. Aí no meu ele falou assim: estabilidade emocional...ah não, tem que ser uns 3 né, mulher não tem estabilidade emocional. Foi lá e colocou 3. Eu fiquei estabilizada, uns 5 minutos sem acreditar naquilo que eu tava vendo. Aí eu falei: meu Deus, não é possível, né. Esse foi um dos poucos momentos que eu vi assim realmente, né. Mas eu falei: graças a Deus ele tem pouquíssima influência dentro do projeto, né, porque se ele tivesse, nó, isso é péssimo, né. (Fala da estudante B1)

Observa-se que B1 foi alvo de uma associação entre “mulher” e “instável emocionalmente”, e isso é fruto tanto de um preconceito que acontece à medida que se aplica isso a todas as mulheres, ainda que desconhecidas; quanto de um trabalho de socialização que, aplicado às meninas, as tornam frágeis, inseguras e histéricas. No entanto, ainda se B1 possuísse esses adjetivos na vida pessoal, entende-se que a atitude do professor é claramente violenta simbolicamente por primeiramente não conhecê-la a esse nível e por potencialmente restringi-la de uma oportunidade profissional, cujos pré-requisitos dizem respeito a sua postura nesse âmbito da vida.

Conclusão

A pesquisa tem como grande enfoque a afirmação que apesar de serem alvo de violência simbólica, os sujeitos de pesquisa desenvolvem estratégias que as permitem resistir à hostilidade do meio em que estão. Dessa forma, entendeu-se, a partir do relato das estudantes do curso, que essas estratégias de resistências assumem várias facetas. Driblando inconvenientes, assumindo novas personalidades, se violentando, ignorando comentários, desenvolvendo mecanismos de conciliar a vida pessoal com o trabalho produtivo, as mulheres estão protagonizando a própria luta e fazendo a dialética do que está posto com a antítese que suas vidas representam. Espera-se uma síntese que esteja em direção a um mundo de equidade.

Referências

BOURDIEU, Pierre. *A Dominação Masculina*. Tradução Maria Helena Kuhner. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

BRASIL. IBGE. *Estatística de Gênero: uma análise dos resultados de censo demográfico 2010*. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

CASAGRANDE, Lindamir Salete; SOUZA, Ângela Maria Freire de Lima e. Para além do gênero: mulheres e homens em engenharias e licenciaturas. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 24, n. 3, p. 825-850, set. 2016.

CISNE, Mirla. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2014

GOMES, Romeu. A Dimensão Simbólica da Violência de Gênero: *uma discussão introdutória*. *Athenea Digital*, 14, 237-243, 2008.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Daniele. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. *Cadernos de Pesquisa*, v. 37, n. 132, set./ dez. 2007.

KERGOAT, Daniele. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena et al. (Org.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: UNESP, 2009

LIMA, Betina S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na física. *Estudos feministas*, 21(3): 496, setembro/dez. 2013.

LOMBADI, Maria Rosa. *Perseverança e resistência: a Engenharia como profissão feminina*. 2005. 292 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação. Campinas, 2005.

QUIRINO, Raquel. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista/Sexual division of work, gender, gender relations and social relations of sex: conceptual.. *Trabalho & Educação*, v. 24, n. 2, p. 229-246, 2016.

QUIRINO, Raquel. *Mineração também é lugar de mulher!* Desvendando a (nova?!) face da divisão sexual do trabalho na mineração de ferro. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, 2011.

SAFFIOTI, Heleieth I.B. *O poder do Macho*. São Paulo: Moderna, 1987.

SAFFIOTI, Heleieth. Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero. *Cad. Pagu* 2001, n.16, p. 115-136.

TECNOLOGIA E NOVOS PARADIGMAS DO CONHECIMENTO PARA EDUCAÇÃO

Lindamir Salete Casagrande¹
Rodrigo Henrique de Jesus Nascimento²

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve discussão sobre o campo da educação e os paradigmas do conhecimento. Dentre eles, abordaremos brevemente os paradigmas tradicional, sociedades pré-industriais, posicionamento histórico-crítico, moderno, até a contemporaneidade. Ao pensarmos sobre a temática surgem alguns questionamentos, dentre os quais temos: como a instituição escola se constitui em um instrumento de dominação? A discussão está baseada numa pesquisa bibliográfica com autores/as que se dispõem a fazer uma narrativa histórica sobre a temática. Por fim, apresentaremos algumas reflexões geradas pela discussão deste tema que indica uma análise quanto a contemporaneidade. Pretendemos contribuir para uma reflexão mais aprofundada do tema. Diante do exposto, algumas das novas análises epistemológicas nos permitem evidenciar opressões ainda presentes na contemporaneidade.

Palavras-chave: educação; tecnologia; epistemologias; interação; resistência.

Como vivermos juntos com nossas diferenças? A verdadeira democracia possibilita a existência de um conjunto de instituições que permitem o mais alto nível de reconhecimento do outro. (Marília Gomes de Carvalho)

- 1 Pós-doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pelo PPGNEIM/UFBA (2015). Mestra (2005) e doutora (2011) em Tecnologia pelo PPGTE/UTFPR e graduada em Ciências Com Habilitação Em Matemática pela Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (1990).
E-mail: lindasc2002@gmail.com.
- 2 Mestrando em Tecnologia e Sociedade pelo PPGTE/UTFPR e graduado em Serviço Social pela PUCPR (2017).
E-mail: nassck@gmail.com.

Introdução

É importante distinguir as concepções que norteiam as epistemologias, essas implicam visões de mundo e de sociedade ideo-politicamente guiadas. Não significa hierarquizar-las, e sim historicizá-las e analisá-las. Neste trabalho faremos uma breve análise sobre a conceituação de tecnologia e como esta se relaciona à escola. Neste sentido, cabe questionar se a escola é um elemento histórico-social? Deste modo, apresentaremos algumas concepções epistemológicas que influenciaram o campo da educação, do funcionalismo aos paradigmas da modernidade.

Educação, tecnologia e sociedade

A noção de tecnologia empreendida neste artigo está inscrita a partir do conceito de Marília Gomes de Carvalho¹ (1998) de interação. Segundo a autora, as culturas, os povos, as sociabilidades, a ciência, as epistemologias, as estruturas, as ideologias, as técnicas, compõem elementos da própria tecnologia, compreendendo que, “[...] existe uma interação entre o ser humano, a sociedade e a tecnologia.” (CARVALHO, 1998, p. 90).

Muitos/as autores/as se dedicaram a pensar o que significa tecnologia, tentar construir um conceito para este termo. Carvalho, Samara Feitosa e Sandro Marcos Castro de Araújo (s.d, online) se debruçaram sobre esta tarefa. Para os autores, “O termo é polissêmico na medida que lhe são dados vários significados, dependendo do olhar lançado sobre este fenômeno”. Os autores refletem sobre as diversas percepções acerca do que é tecnologia, dentre elas, aponta a concepção de Ruy Gama (1987) que a percebe como a ciência do trabalho produtivo. Criticam esta concepção por considerarem que o autor constrói sua ideia baseado apenas no sistema capitalista. Esta interpretação converge para o argumento dos pesquisadores Domingos Leite Lima Filho e Gilson Leandro Queluz (2005) que também fazem uma discussão acerca do conceito de tecnologia e afirmam que tal conceito é complexo e polissêmico.

Carvalho, Feitosa e Araújo (s.d, online) argumentam que a tecnologia não é apenas instrumental, mas contempla “dimensões socioculturais envolvidas em sua produção”. Defendem ainda que em todo o processo de humanização a tecnologia se fez presente por meio da criação de artefatos e produção de conhecimento. Para os autores

[...] a tecnologia perpassa todas as formações sociais porque na produção das condições materiais de vida, necessárias a qualquer sociedade, é imprescindível a criação, apropriação e manipulação de técnicas que carregam em si elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos, constituintes da concretude da existência social. Deste ponto de vista, a tecnologia está intrinsecamente presente tanto numa enxada quanto em um computador. (CARVALHO; FEITOSA; ARAÚJO, s.d, online)

Entende-se também que a tecnologia não é neutra, portanto ela tem

[...] significados culturais com horizontes culturais [por conseguinte] Enquanto um objeto social, a tecnologia deveria estar sujeita a uma interpretação como qualquer outro artefato cultural, mas geralmente é excluída do estudo nas ciências humanas. No entanto, somos assegurados que sua essência repousa em uma função tecnicamente explicável, ao lugar de um significado interpretável hermenêuticamente. No máximo, os métodos das ciências humanas podem apenas trazer alguma luz aos aspectos extrínsecos da tecnologia [...]. O determinismo tecnológico tira a sua força desta atitude. Se alguém ignora a maioria das conexões entre a tecnologia e a sociedade, não é surpreendente que a tecnologia possa parecer como algo auto-engendrado. (FEENBERG, 1991, p. 13).

Trataremos das epistemologias que concernem ao âmbito da ciência e sua interface com a educação (FREITAG, 1986) a fim de compreender como as interações se estabelecem das teorias da modernidade. Tal pressuposto é relevante, pois as epistemologias estão intrinsicamente associadas às dinâmicas sociais (CARVALHO, 1998). Ao considerar essas dimensões, estão implicadas as concepções de mundo e à história das sociedades. Conforme Barbara Freitag (1986, p. 20),

Para que as sociedades modernas alcancem esse objetivo supremo da democracia, precisam educar os seus membros nas regras do jogo, valores e normas democráticos a partir das bases e desde o início da vida do indivíduo em sociedade. A educação assume aqui claramente uma conotação política. A educação vem a ser o processo de socialização dos indivíduos para uma sociedade racional, harmoniosa, democrática, por sua vez controlada, planejada, mantida e reestruturada pelos indivíduos que compõem. A pesquisa é uma das técnicas sociais necessárias para que se conheçam as constelações histórias específicas.

O desenvolvimento das sociedades primitivas até os dias atuais deu-se por diversos fatores ligados a técnica, dentre eles destaca-se o domínio racional do trabalho com o uso da teleologia quanto a transformação da natureza e a socialização, por exemplo (CARVALHO, 1998). Neste contexto, Carvalho (1998) aponta as distintas maneiras que as sociedades utilizam as técnicas para dominar a natureza, logo também para dominar o ser humano.

Nas sociedades feudais e pré-burguesas a socialização da técnica era atribuída aos mestres e seus escolhidos. Os pequenos camponeses ensinavam a seus pares o plantio e a comercialização de seus produtos. Quanto às elites monárquicas, estes eram letrados para a vida política, de poder. Demerval Saviani (1999) descreve que uma das principais características para superação desta organização era romper com essa concepção de educação, para fundar o Estado. A educação seria o caminho para que a sociedade se desenvolvesse e pudesse formar cidadãos/ãs capazes de superar a condição de súditos. A constituição das elites burguesas e o controle social da população se estabeleceram primeiramente neste espaço, a escola.

Neste sentido, a perceptiva funcionalista de Emile Durkheim, era transformar os/as desajustados/as, os/as marginalizados/as em servis aos governantes (FREITAG, 1986; SAVIANI, 1999). No levantamento

histórico que Demerval Saviani (1999) faz, esta perspectiva correspondeu a uma forma de pedagogia tradicional. Do ponto de vista científico, a produção de conhecimento privilegiava os homens. Neste sentido, a educação formal se destinava aos homens e visava à instrução para a mão de obra disponível e não consciente. Neste primeiro momento, dizemos homens, pois às mulheres ainda não era permitida à escolarização. É assim também que a desigualdade social e de gênero se estruturou. Aqueles que tinham algum nível educacional disputavam a empregabilidade, enquanto aos demais restavam trabalhos não formais, mal pagos e escravizados.

A escola como instituição analisada por Michel Foucault (2014) mostra como foi importante, na lógica capitalista, o controle do estado sobre a população e seus corpos. Andrew Feenberg (1991, p. 15) argumenta que:

Como Foucault discute em sua teoria sobre “poder/conhecimento”, as formas modernas de opressão não estão tão baseadas em falsas ideologias, mas muito mais em “verdades” técnicas as quais a hegemonia dominante seleciona para reproduzir o sistema. Enquanto a escolha permanece escondida, a imagem determinística de uma ordem social justificada tecnicamente é projetada.

Se constitui na produção de um discurso de verdade sobre os desajustados, os que estão fora das instituições e que precisam ser corrigidos na escola, sob os quais incidiam as técnicas de controle. É este elemento que nos ajuda a compreender a instituição escolar como mecanismo de vigilância e ajustamento.

É precisamente na industrialização das sociedades burguesas que há a necessidade de corpos dóceis, úteis e meticulosamente mecânicos. Nas palavras de Foucault (2014, p. 135- 136, grifos do autor),

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadriha, o desarticula e o recompõe. Uma “anatomia política”, que é também igualmente uma “mecânica do poder”, está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficiência que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados, corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicas de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).

Para aqueles cuja escola não dava conta de disciplinar, a sociedade os mantinha sobre vigilância da família e do Estado repressivo. É desta circunstância moderna que surgem as prisões. O Panóptico

(FOUCAULT, 2014) como modelo de vigilância necessária para garantir a segurança do espaço destinado a confinar corpos que não eram considerados úteis, com justificativa jurídica e psicológica, pois o discurso concentrava-se em infantilizar e deseducar a capacidade social e cognitiva desses corpos. Ao mesmo tempo em que o modelo do panóptico, na forma de controle do tempo e horário útil para as sociedades industriais se instalou como modelo de vigilância na escola. Por isso, constitui um dispositivo importante que automatiza e desindividualiza o poder. O Panóptico foi considerado uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder.

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observação das receitas. [...] Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo: e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados, vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação. (FOUCAULT, 2014, p. 196).

Neste sentido, a teoria funcionalista criticada por Freitag (1986) e Saviani (1999) fazia enfrentamento direto à sociedade que se estabelecia, ao mesmo tempo em que revelava os paradigmas do conhecimento e educação necessária aquele tempo. Ambos os autores, a partir dessa crítica, esboçavam outros elementos que criticaram a suposta ideia de que tal concepção de escola poderia dar conta de sociedades democráticas e partiam para o pressuposto de que a educação evidentemente importante é uma educação de classe, embasadas na teoria marxista. Os paradigmas presentes até então eram limitados e excludentes. Suas narrativas eram exclusivamente classistas e deterministas ignorando as perspectivas de gênero, de sexualidade e de raça. Ainda que não tenha sido a preocupação de Freitag e Saviani até então, conforme Carvalho (1998) o determinismo empobrece a narrativa. Deste modo,

[...] assistimos à emergência e à consolidação da lógica disciplinar, implicando num determinado modelo de produção dos saberes e numa certa lógica da pesquisa. Parece-me que um dos pontos centrais de tal lógica disciplinar é a busca, a um só tempo, de uma objetividade e de uma universalidade do conhecimento, para que o mesmo possa ser reconhecido como válido e verdadeiro. A produção do conhecimento na modernidade foi marcada por esses princípios e a pesquisa em educação não pôde ficar alheia a eles. (GALLO, 2006, p. 556)

As instituições de poder, especialmente a escola, constroem-se no âmbito da política, da sociedade e da história como maneiras de selecionar e especificar quais serão aqueles sujeitos em cujas vidas pode e deve ser investido e quais não.

Quando fazemos essa discussão sobre como a estrutura escolar se estabelece e se intersecciona com as relações político-sociais pretendemos explicitar como a escola é um aparelho moderno de dominação e que pode ser transformado. Com isso, compreendendo também as outras incidências de domínio sobre os corpos, como gênero e sexualidade, a alta modernidade trouxe várias questões a cerca destas temáticas que os limites desde a pedagogia tradicional até a crítica não deram conta.

Epistemologias (pós)³ modernas subalternas

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como item respeitoso nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar (Gayatri Spivak).

Aqui lançaremos o olhar sobre a Teoria Queer, entretanto, não temos a intenção de fazer um resgate histórico de tal Teoria, uma vez que já há trabalhos como os de Guacira Lopes Louro (1997; 2009; 2015; 2017), Richard Miskolci (2009; 2016; 2017), Tamsin Spargo (2017), Leandro Colling (2015), dentre outros que o fazem. O objetivo é apresentar como teóricas e teóricos queer têm empreendido esta perspectiva, seus usos epistemológicos e, algumas, reverberações para educação.

A contribuição da ideia da Gayatri Spivak (2010) é central para pensar a decoloniedade, ainda muito forte até as epistemologias modernas. A discussão da autora sugere que há, pela episteme, formas de colonização do Outro pelo Eu, pois, por exemplo, em grande parte dos espaços hegemônicos se fala pelo Outro. Com base em sua análise, significa dizer que o Eu que fala pelo Outro é uma representação de si mesmo, pois, ao estar em uma posição de privilégio, não consegue representar a condição de subalternidade do outro. Considerando que a sociedade machista e racista da época é que sustentava a escola esses espaços são homogeneizados pela mesma estrutura que reproduz a condição do subalterno não dando voz e vez a este,.

A ideia não é que a subalternidade seja desprovida de voz para expressar sua condição. Falta o vocabulário para reconhecer as múltiplas facetas das relações de poder, as formas de representação. As instituições têm certas determinações que dificultam que os atores sejam efetivamente os protagonistas de si mesmos. Não se trata de uma briga por representação. Deixar de falar pelos Outros e passar a falar com os Outros é uma ação política de solidariedades e construção de alianças, em outras palavras,

3 Identificamos a pós-modernidade como movimento teórico-político que reposiciona o lugar de produção do conhecimento, questionando a "objetividade", imparcialidade e neutralidade científica. Embasados por teóricos da vertente pós-estruturalistas, tais como Michel Foucault (2014b), Jean-François Lyotard (1991), Judith Butler (2016).

“é preciso valorizar outros saberes, é saber que outras sociológicas são possíveis” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2015, transcrição pelo autor)⁴.

Neste aspecto, a sexualidade surge como epistemologia, em uma insurgência homossexual a tomar a condução da história, pois, durante a epidemia de HIV/AIDS nos Estados Unidos, os discursos de homossexualidade com a designação “aidético”, era difundida e mantida por muitos espaços de saber-poder. Quer dizer, o movimento insurgente Queer Nation expressa uma política que busca instituir outro significado ao lugar de abjeto, e é tido como uma propulsão aos estudos Gays e Lésbicos, não sendo ambos a mesma coisa já que Queer assume uma política pós-identitária e outro assume o essencialismo estratégico. O Termo “Teoria Queer” é apresentado por Teresa de Lauretis, em 1991, inclusive ela é quem inaugura a noção de tecnologias de gênero (1994), como rótulo de diversas pesquisas que analisavam as maneiras diferenciadas que a heteronormatividade se incorporava às relações de poder a fim de produzir normalizações, à pessoas gays e lésbicas, no contexto de epidemia do HIV/AIDS ou “câncer gay” e “peste gay”. A sexualidade é deslocada do lugar de “xingamento”, a partir dos anos 1980, para o lugar de conhecimento (MISKOLCI, 2015; SIERRA, 2017).

A proposta de pós-coloniais, dos estudos queer, em suma, dos saberes subalternos, é a de uma política da diferença, o reconhecimento de quem é diferente para transformar a cultura hegemônica [...] na perspectiva da diferença, reside a proposta de mudar as relações de poder” (MISKOLCI, 2015, p. 50-51).

Os estudos queer mostram que o conhecimento tem sua aproximação com o poder e não é resultado de qualquer neutralidade científica. Os estudos pela diferença supõem o reconhecimento do Outro em nós, ao questionar as normalizações impostas pelas relações de poder que em síntese, apagam, eliminam, suprimem as diferenças. (MISKOLCI, 2015).

No Brasil, a Teoria Queer advém do campo da Educação, reconhecidamente por meio da teórica Guacira Lopes Louro, nos anos de 1990, quando a mesma utiliza esta vertente teórico-política para pensar gênero e sexualidade na escola. (LOURO, 1997; 2009; 2015; 2017). “Na esteira dessas ideias, os estudos queer assumem o caráter discursivo da sexualidade e, seguindo Foucault (mas também Derrida), questionam binarismo de toda ordem” (LOURO, 2009, p. 137).

Para nome completo Spargo (2017) e Miskolci (2009; 2017) a proposta queer reside na proposta foucaultiana de que não é possível apenas destruir ou inverter as relações de poder, mas deslocar, tencionar e produzir ambiguidades, questionar o sistema capitalista estruturado e estruturante na lógica machista, patriarcal, heteronormativa e racista.

As tensões do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais e a Teoria Queer na América Latina e Europa revelam a necessidade de se realocar a condução da construção

4 Transcrição da fala no I Seminário Queer: Cultura e Subversão das Identidades sobre Contra-hegemonias com Larissa Pelúcio e Richard Miskolci. (2015). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SzDS2IXjD0Y&index=6&list=PLtukD4KW-eVKg0ScgFBnxli5LsNR-zjq>. Acesso em: 15/12/2018

política que coloque em transformação a sociedade. Assim, queer, não se presta a manuais ou interesses institucionais, está sempre questionando o status quo. (COLLING, 2015).

Spargo (2017) argumenta que é possível pensar a teoria de Foucault como queer, uma vez que a inquietação arqueogenológica do poder e a ética se aproximam do estudo empreendido por Judith Butler (2016) sobre a performatividade de gênero. A subversão das identidades é também a subversão do conhecimento ao ter a sexualidade como objeto queer. Spargo (2017, p. 50-51) argumenta que,

Como discurso acadêmico, mantido dentro de um sistema universitário que apoia a pesquisa e ao mesmo tempo lhe impõe limites, a teoria queer está presa a um duplo movimento de contestar e produzir o conhecimento, de desafiar normas e ainda assim encarar um futuro possível como paradoxalmente ortodoxo. [...] Embora a sexualidade permaneça objeto-chave das análises queer, cada vez mais ela é estudada em relação a outras categorias do saber envolvidas na manutenção de relações de poder desiguais; raça, religião, nacionalidade, geração e classe.

Enquanto teoria é preciso reconhecer as suas limitações e pretensões de compreensão do real. O que é possível dizer de Foucault e os Estudos Foucaultianos, inclusive a Teoria Queer é que não se pretende produzir verdades, mas evidenciar as dinâmicas sociotecnopolíticas das relações sociais na escola.

Enquanto teorias críticas, os estudos de gênero e queer propulsionam para os movimentos sociais as interpretações que podemos fazer em torno de suas intenções teóricas- metodológicas, ou seja, não tomar as pessoas como objetos de investigação, mas possibilitar que as vozes subalternas façam o reconhecimento em torno das mudanças que julgam necessárias. (JESUS, 2014).

Pode parecer excessivo o uso de sexualidade para uma teoria que tem por intenção compreender as dinâmicas biopolíticas de gênero e sexualidade em sociedades capitalistas, racistas, machistas e homo/lesbo/trans/bifóbicos, mas há esta intencionalidade. Neste sentido, a tentativa de higienização das teorias caracteriza a interdição às polifonias de corpos, gênero e sexualidades. Por isso, para Louro,

A “reviravolta epistemológica” provocada pela teoria queer transborda, pois, o terreno da sexualidade. Ela provoca e perturba as formas convencionais de pensar e de conhecer. A sexualidade, polimorfa e perversa, é ligada à curiosidade e ao conhecimento. O erotismo pode ser traduzido no prazer e na energia dirigidos a múltiplas dimensões da existência. (2001, p. 551).

Para Jésio Zamboni e Rodrigo Rocha Baulduci (2012), uma filosofia da diferença aborda a impossibilidade de ser igual, sendo vários: classista, travestida, transexualizada, feminista. A diversidade de corpos que fogem à norma estabelecida pela sociedade é odiada pelo fascismo que ronda o conhecimento, a escola, o cotidiano, a democracia e a política, construindo contra hegemonias nas formas de controle e disposição normativas. (DAWANA, Daiana 2016; DUARTE, 2009; ALBUQUERQUE Jr. 2009).

Deste modo, a sexualidade e o gênero, são dois conceitos espinhosos, nem sempre compreendidos, mas sempre pertinentes, pois possui (trans)versa(ti)lidade, na educação, principalmente.

Considerações finais

Apresentamos alguns paradigmas da educação no campo das teorias científicas. É evidente que a tecnologia atravessa as instituições pelas especificidades técnicas, as suas relações com a sociedade e poder. Além disso, o próprio corpo é uma formação tecnológica sutilmente situada no biopoder, explorado a partir dos estudos foucaultianos. As sociedades forjada na informação, na comunicação, pela linguagem, e distintas condicionantes de controle tendem a ser capturadas no dispositivo tecnológico.

A escola foi desde sua origem instrumento de dominação política, inicialmente, nitidamente marcada por aqueles que poderiam ter os domínios do saber, sempre limitados ao nível da neutralização, até o momento em que as sociedades se reconfiguraram e outros sujeitos passaram a integrar a escola e questionar e produzir novos paradigmas.

Os paradigmas da alta modernidade como alguns teóricos e teóricos esboçam, a partir de Foucault, questionam os discursos metanarrativos, o lugar de produção de conhecimento, o poder centrado e totalizante, dando atenção as maneiras em que a escolarização produz e reproduz a subjetivação e a sociabilização da dominação. Parece evidente dizer que a não presença das mulheres nas escolas muito tempo depois de sua criação fosse um fato imparcial, quando não o é, bem como, a discriminação e preconceitos inerentes aos modus operandi do pensamento capitalista machista e heteronormativo também não o são.

As teorias modernas que questionam inclusive os velhos paradigmas incluem outras dimensões da vida, política, moral e ética que pressupõem resistência na educação. Por fim, não consideramos, a partir do pós-estruturalismo, que a “agenda” pós-moderna esteja tão desfigurada de sentido. É possível que as lutas sociais sejam feitas também desde o micropolítico, do uso dos corpos e dos prazeres, das identidades políticas, particularmente no campo da educação, desconstruindo os velhos instrumentos de dominação.

Agradecemos ao PPGTE/UTFPR e à CAPES.

Referências

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Ed. 11°. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, Marília G. Tecnologia e sociedade. In BASTOS, J. A. Tecnologia & interação. Curitiba: CEFET/PR, 1998. Cap. 5.

CARVALHO, Marília G.; FEITOSA, Samara; ARAÚJO, Sandro Marcos Castro de.; Tecnologia. (s.d.) Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/programas/ppgte/grupos-de-pesquisa/getec/conceitos/conceito-de-tecnologia/o-conceito-de-tecnologia>. Acesso em: 23/01/2019.

COLLING, Leandro. Muita produção e pouca influência: o conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero e seus impactos nos Brasil. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio. Cenas Latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2015.

COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer - Salvador: EDUFBA, 2015

DE LAURETIS, Teresa. "A tecnologia de gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

FEENBERG, Andrew. (1991). Racionalização subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia. In: FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução Raquel Ramallete. 42. ed. Pretropolis, RJ: Vozes, 2014

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France; tradução Laura Fraga de Almeida - 24. Ed - São Paulo; Edições Layola, 2014b

FREITAG, Bárbara. Quadro Teórico. In: Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes Ltda. 1986, p. 15-43.

GALLO, Silvio. Modernidade/pós-modernidade: tensões e repercussões... Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 551-565, set./dez. 2006

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. Revista Educ. Tecnol., Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005

LOURO, Guacira Lopes Louro. Discursos de ódio. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio. Cenas Latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e a teoria queer. In: Para uma vida não fascista. (Org) RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. Gênero, sexualidade educação: uma perspectiva pós estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. Rev. Estud. Fem. [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.541-553. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaio sobre sexualidade e teoria queer. - 2 ed. 2 reim. - Belo Horizonte, Autêntica, 2015.

LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. Editora José Olympio, 1991.

MISKOLCI, Richard. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault. In: Para uma vida não fascista. (Org) RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Belo Horizonte, Autêntica, 2009

SAVIANI, Dermeval. Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política! Dermeval Saviani.- 32. ed.- Campinas, SP: AutoresAssociados, 1999.

SIERRA, Jamil Cabral. Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: o governmento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para teorização político- educacional LGBT. 2013. 228f Dissertação (Mestrado em Educação). UFPR. Curitiba, 2013.

SPIVAK, Gayatri. Pode o subalterno falar? Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, et. Al. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133p.

SPARGO, Tamsin. Foucault e a Teoria Queer. 1ªEd. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2017.

“ZAMBONI, Jésio. BALDUCCI, Rodrigo Rocha. Uma filosofia da diferença bicha. In: Rodrigues Alexandro, Barreto Maria Aparecida Santos Corrêa, Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas. Alexandro Rodrigues, Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto, organizadores. - Vitória, ES : Edufes, 2013. 291 p. : il.”

A DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO E OS SABERES DA MULHER NA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Graciela Boschetti¹
Raquel Quirino²

Resumo: Este artigo problematiza as relações sociais, antagônicas e assimétricas entre os sexos, decorrentes da divisão sexual do trabalho, e traz reflexões acerca da percepção e valorização dos saberes associados ao universo feminino nas atividades do setor de Tecnologia da Informação (TI), área majoritariamente masculina. A partir de revisão bibliográfica, as discussões são ancoradas na epistemologia feminista de base materialista em interlocução com a abordagem ergológica que coloca em dialética as diversas disciplinas científicas e as situações reais de trabalho para discutir a produção de saberes na atividade. Este texto objetiva contribuir com a visibilidade da participação da mulher na Ciência e na Tecnologia.

Palavras-chave: Relações Sociais de Sexo, Ergologia, Mulher na TI.

1 Mestranda - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
E-mail: graciela@andradeboschetti.com.br.

2 Professora Dra. - Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais.
E-mail: quirinoraquel@hotmail.com

Introdução

Apesar de ser frequentemente apontado como mercado em constante carência de profissionais qualificados, pesquisas e projetos que estimulem mulheres a se interessar por profissões tecnológicas, o setor de Tecnologia da Informação (TI) é predominantemente masculino, sendo a sub-representação feminina considerada um problema mundial (BARTOL et al, 2006; ISACA, 2017). No Brasil, pesquisas apontam tendência de redução do número de mulheres, que já é pequeno, em atuação profissional nas organizações e em formação nas universidades (CASTRO, 2016; MOREIRA et al, 2014).

Nesse sentido, é importante discutir como os saberes associados ao universo feminino são pensados e articulados nas práticas do setor de TI. Tal discussão está ancorada na divisão sexual do trabalho, base material das relações sociais de sexo, em interlocução com a Ergologia, que aborda o trabalho como produtor de saberes, gerados a partir dos debates de normas ou dramáticas do uso de si, inerentes à atividade (HIRATA e KERGOAT, 2007; SCHWARTZ e DURRIVE, 2010).

A partir de revisão bibliográfica em bases nacionais e internacionais, este artigo propõe reflexões sobre a percepção e valorização dos saberes e habilidades requeridos nas atividades de TI em relação ao gênero.

A divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo na TI

As relações sociais têm sido construídas ao longo da história humana e os grupos sociais de mulheres e de homens formam uma relação social específica: a relação social de sexo. A partir da sua base material, o trabalho, essa relação social específica se exprime por meio da divisão sexual do trabalho, que se caracteriza pela designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, pela apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado (HIRATA e KERGOAT, 2007).

Essa forma de divisão do trabalho social é organizada por dois princípios, da separação, que seleciona trabalhos de homens e de mulheres, e da hierarquia, que determina que um trabalho de homem “vale” mais que um de mulher (IDEM). Visto como fenômeno dinâmico, em mutação e, ao mesmo tempo, expressão e reforço da subordinação das mulheres na sociedade, a divisão sexual do trabalho torna-se categoria central para investigar e compreender as desigualdades sociais entre os sexos (QUIRINO, 2015).

A dicotomia público-privado pode ser observada no setor de TI, não só pela sub-representação feminina na área – que gira em torno de 20% no Brasil e 21% no mundo (CASTRO, 2016; ISACA, 2017), mas, também, pela não valorização dos saberes e habilidades das suas trabalhadoras, naturalizados e percebidos como exercício extensivo do tradicional arquétipo feminino do âmbito doméstico (KELAN, 2009, GLOVER e GUERRIER, 2010).

A TI exerce papel estratégico dentro das organizações, sustentando suas operações de negócio e viabilizando novas estratégias empresariais, principalmente a partir da oferta de serviços de soluções informáticas (CASTRO, 2013). Segundo Glover e Guerrier (2010), nesse modelo de atividade de trabalho é necessária atuação de equipes com múltiplas funções, profissionais com habilidades técnicas e sociais (principalmente da comunicação e interação) para atender às demandas dos negócios das organizações.

Esse contexto, trazido na literatura, remete à tendência das concentrações de postos associados ao masculino, o *hard* ou técnico, socialmente superior, e ao feminino, o *soft* ou o “gel na equipe”³, socialmente inferior, reforçando a cultura masculina na atividade de TI, que concentra suas trabalhadoras em atividades relacionadas às habilidades sociais, requeridas no contato com clientes e na gestão das equipes de trabalho, consideradas “técnicas, mas não muito”⁴ (CASTRO, 2016, GLOVER e GUERRIER, 2010, GUERRIER et al.).

A perspectiva ergológica sobre o trabalho

Sem objetivar modelos de análise única, a Ergologia concebe o trabalho como um misto de aspectos técnicos, humanos e culturais, envolvidos numa relação repleta de singularidades frente as demandas do mundo laboral (BIANCO e HOLZ, 2014). Reconhecido como lugar de debates, de possibilidades e negociações, havendo sempre renormalizações das normas, que o antecede e o orienta, o trabalho é abordado a partir do conceito de atividade e empreendido na forma de um uso: o uso do corpo-si.

De forma simples, podemos pensar que há sempre um meio que propõe suas normas àqueles que lhe são internos. [...] há toda uma gama de normas que antecede qualquer experiência de trabalho, assim como há sempre renormalizações, que é o tratamento dado a tais normas por aqueles que as vivem. A isso chamamos debate de normas. Este debate é empreendido pela entidade que em ergologia preferimos chamar de corpo-si, em vez de indivíduo, sujeito ou subjetividade, para fugir aos lugares-comuns, já bastante codificados, que tais termos historicamente portam. (GOMES JÚNIOR E SCHWARTZ, 2014, p. 346)

Uma contribuição singular da Ergologia é a visão trazida para o trabalho, considerando a dimensão social da norma e como ela é instituída na história. A humanidade produz e recicla todo tipo de norma. Na sociedade de mercado, há normas jurídicas, técnicas, organizacionais, morais, da cultura, da linguagem – considerando-se a linguagem um sistema de normas – sendo importante compreender como elas são articuladas. Há debate de normas porque, embora o mundo humano seja um mundo normatizado, o mundo das normas é impossível e “invivível”, caracterizando inexoráveis ressingularizações,

3 Original ‘gel in the team’ foi usado em uma reunião em 2009 da Women’s Engineering Society em Londres, como argumento para haver mulheres em uma equipe composta so de homens.

4 Classificação das atividades das mulheres pelos gestores (GUERRIER et al, 2009)

inevitavelmente transgressoras das normas: “entre a infração e a norma, não podemos saber o que veio primeiro (GOMES JÚNIOR e SCHWARTZ, 2014, p. 347).

A atividade é uma espécie de dramática do uso do corpo-si, tal qual tensão, ou drama, ao redimensionar o mundo abstrato e articular recursivamente escolhas entre o uso de si por si mesmo e pelos outros. Na perspectiva ergológica, a atividade remete à vida e também à aprendizagem. Nesse sentido, o trabalho é também retrabalho dos saberes. Os saberes constituídos, abstratos, ligados às normas antecedentes, à atividade e produzidos em desaderência, são articulados aos saberes instituídos, fruto da experiência concreta de trabalho, produzidos em aderência no aqui e agora da atividade (SCHWARTZ e DURRIVE, 2010).

Femina technological⁵ e as normas de gênero

Ao passo em que se compreende quais são os papéis normatizados para o grupo social masculino e para o grupo social feminino, é possível compreender, também, de que forma o mundo do trabalho se comporta quando, principalmente, mulheres se atrevem a transgredir as normas estabelecidas e ocupar os espaços, assumindo papéis destinados “naturalmente” ao homem. Em adição, no caso da TI, os homens são estimulados e recompensados por apresentarem saberes e habilidades “inerentes” ao universo feminino.

Em vista de boas práticas no recrutamento de mulheres altamente qualificadas, o estudo de Guerrier et al (2009) para o *Information technology, electronics and computing* (ITEC) no Reino Unido teve como *locus* de pesquisa organizações com ótima reputação em recrutar mulheres da TI. Para as autoras, a masculinidade construída no meio ambiente de trabalho é significativa. Se, por um lado, normas tradicionalmente masculinas são operadas, como priorizar o trabalho em detrimento a outros compromissos, como os da família, ênfase do domínio técnico e longas jornadas, por outro, o crescimento do foco do setor no universo do cliente, as *soft skills*⁶ associadas ao feminino, são cada vez mais requisitadas nos homens, evidenciando “feminização cultural” da profissão. As mulheres estão sub-representadas e concentradas nas ocupações menos técnicas e remuneradas, nas quais os saberes e habilidades que elas apresentam não são formalmente reconhecidos ou valorizados, mas naturalizados ao universo feminino.

Castro (2018) faz considerações parecidas sobre o setor de TI no Brasil. Suas entrevistadas relataram terem sido “retiradas” das atividades de programação, consideradas técnicas, e “empurradas” para as de gestão. Dada a sub-representação feminina no setor, muitas atividades que exigem saberes e habilidades sociais são desempenhadas por homens. Os entrevistados de Castro revelaram que eles costumam se qualificar em MBAs de altos custos – as vezes pagos pela empresa - para desempenhar

5 O termo em latim pode ser traduzido por mulher tecnológica ou feminina tecnológica e foi inspirado no título da tese de doutoramento *Femina Computationalis* de Clewi Rapikiewicz (1998).

6 Habilidades sociais de comunicação e interação (CASTRO 2016).

as atividades ditas *soft*, o que gera competências que são percebidas como técnicas, ao contrário das mulheres. Enquanto diferenças salariais entre homens e mulheres, em alguns cargos de gestão classificados como *soft*, variam muito pouco, em cargos ditos *hard* da área de gestão a desigualdade avança e se aproxima da operada na média nacional geral das ocupações.⁷ Assim, mesmo nas áreas da TI, onde as mulheres estão concentradas, operam os princípios organizadores da divisão sexual do trabalho.

A partir dos estudos de Kelan (2009) em empresas de TI na Suíça, a percepção sobre o perfil ideal do trabalhador da TI é o de homem operando habilidades ditas femininas no universo da tecnologia. Como espécie de renormalização das normas de gênero, os saberes e habilidades são reconfigurados, “descolados” do gênero, historicamente construído, justificando a predominância masculina no setor. Castro constata semelhanças nas análises das trajetórias dos profissionais da TI no Brasil (CASTRO, 2018).

Considerações finais

Diante do exposto, é possível pensar que as atividades de trabalho no setor de TI refletem as relações sociais de sexo, operadas pela divisão sexual do trabalho. Não é simplesmente questão de aquisição de habilidades, apesar de estas já estarem inseridas na cultura de masculinidades, como o próprio idioma da tecnologia e seus simbolismos (WAJCMAN, 2004).

Há, ainda, longo caminho até estarem todas as mulheres confortáveis para escolher e atuar em atividades como as do setor da TI, sem que a presença e o trabalho delas sejam percebidos ou valorizados da forma que são hoje. O caminhar se faz caminhando, e este trabalho visa contribuir, em alguma medida, para construir esse rumo.

⁷ Diferenças salariais entre os sexos: Nos cargos *soft*: variam de 0 a 7% e nos cargos *hard*: de 16 a 28% (CASTRO, 2018). A diferença rendimento entre os sexos no Brasil é de 25% (IBGE, 2018).

Referências

BARTOL, K. M. et al. Gender and Professional Commitment among IT Professionals: The Special Case of Female Newcomers to Organizations. In Cohoon, Joanne; Aspray, William. **Women and Information Technology: Research on Underrepresentation**. The MIT Press, 2006. *Ebook*.

CASTRO, B.G. **Afogados em contratos**: o impacto da flexibilização do trabalho nas trajetórias dos profissionais de TI; Tese, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas; Campinas, 2013.

_____. **As armadilhas da flexibilidade**: trabalho e gênero no setor de tecnologia da informação. São Paulo: Annablume trabalho, 2016.

_____. Feminizando Chefias? Uma análise da dinâmica da divisão sexual do trabalho no setor de TI. **Revista da ABET**, v. 17, n. 1, p. 16-27, 2018

GOMES JÚNIOR, A.B.; SCHWARTZ Y. Psicologia, saúde e trabalho: da experiência aos conceitos. **Psicologia em Estudo**, v.19, p.345 - 351, 2014.

GLOVER, J.; GUERRIER, Y. "Women in Hybrid roles in IT employment: a return to 'nimble fingers'?" **Journal of Technology Management & Innovation**. v. 5, p. 85-94, 2010.

GUERRIER, Y. et al. 'Tecnical, but not very...': constructing gendered identities in IT-related employment. **Work, employment and society**, London, v. 23, p. 494-511, 2009.

HIRATA, H.; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de pesquisa**, São Paulo, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOLZ, E. B; BIANCO, M. F. Ergologia: uma abordagem possível para os estudos organizacionais sobre trabalho. **Cadernos EBAPE**, Rio de Janeiro, v. 12, n. esp., p. 494-512, ago. 2014.

IBGE. Estatística de Gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro: **IBGE**, 2018. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html?=&t=o-que-e> Acesso 08 dez. 2018

ISACA - **Information Systems Audit and Control Association** (2017). "The future tech workforce: breaking gender barriers", Disponível em: <http://www.isaca.org/info/2017-women-in-technology-survey/index.html>. Acesso em: 22 jan 2018.

KELAN, E. **Performing gender at work**. Great Britain: Palgrave Macmillan, 2009. MOREIRA, J.A. et al. Um Panorama da Presença Feminina na Ciência da Computação. In: 18º REDOR – Perspectivas Feministas de Gênero: Desafios no campo das práticas. **Anais**. Recife: UFRP, p. 3527-3542, 2014

QUIRINO, R. Divisão sexual do trabalho, gênero, relações de gênero e relações sociais de sexo: aproximações teórico-conceituais em uma perspectiva marxista. **Revista Trabalho e Educação**, Belo Horizonte, v. 24, n. 2, p. 229-246, 2015. Disponível em: <https://seer.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/7830>. Acesso em 30 nov. 2018

RAPKIEWICZ, C. E. **Femina Computationalis** ou A Construção do Gênero na Informática; Tese (Doutorado em Ciências em Engenharia de Sistemas e Computação) – Programa de Pós-graduação de Engenharia da Universidade Federal do Rio de Janeiro; Rio de Janeiro, 1998.

SCHWARTZ, Y.; DURRIVE, L. (Org.). **Trabalho & Ergologia**: conversas sobre a atividade humana. 2.ed. Niterói: EdUFF, 2010.

WAJCMAN, J. **TechnoFeminism**. Malden: Wiley, 2004. *Ebook*.

O SER MULHER E PROFESSORA NA EDUCAÇÃO BÁSICA: DO TRABALHO MÚLTIPLO À SÍNDROME DE BURNOUT

Carla Simone Chamon¹

Raquel Quirino²

Renata Raquel Costa³

Resumo: A pesquisa aborda a relação existente entre a feminização do magistério e a Síndrome de Burnout. Por meio de levantamentos teóricos-empíricos e análise crítica de relatos de professoras da educação básica, vítimas do problema, objetiva-se compreender em que medida a condição feminina, com suas especificidades, bem como os pressupostos da divisão sexual do trabalho, contribuem para que esse quadro se instale preponderantemente entre mulheres professoras, conforme atestam os dados oficiais e pesquisas sobre o tema. Espera-se contribuir para o aprofundamento dos estudos sobre a profissão e o adoecimento docente, sobretudo, as relações com a sua feminização, ao abordar as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho como teorias de base analítica.

Palavras-chave: Feminização, Divisão sexual do Trabalho, Síndrome de Burnout.

1 Doutora em Educação pela UFMG. Atualmente é titular do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet).
E-mail: carlachamon@gmail.com

2 Doutora em Educação pela UFMG. Atualmente é professora do Programa em Pós Graduação em Educação Tecnológica, Líder do Grupo de Pesquisas Forquap no Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet).
Email: quirinoraquel@hotmail.com

3 Mestranda pelo Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (Cefet).
E-mail: rcosta@edu.pbh.gov.br

UM OLHAR DE DIVISÃO SEXUAL: “MULHERES X CONSTRUÇÃO CIVIL”

José Anselmo da Silva Neto¹
Beatriz Lima de Oliveira²

Resumo: A mulher desde os primórdios sofreu preconceito quando o assunto é construção civil. Nota-se que é uma que é uma profissão desempenhada em sua maioria por homens, apesar de vivermos tempos de modernidade e luta por igualdades. Foi realizado uma pesquisa em campo com obras diferenciadas, conforme o tipo de construção. Escolhemos uma obra de construção pesada e duas do ramo de edificações consideravelmente mais leve (construção convencional e condomínio residencial). Os principais problemas enfrentados foram: falta de mão de obra qualificada, assédios sexuais e as marcas da divisão sexual no ambiente de trabalho. Portanto, os canteiros de obras são lugares para a atuação das mulheres, reconhecendo das suas necessidades físicas para a realização das atividades e tornando-os em novos desafios.

Palavras-chave: Construção Civil, divisão sexual de trabalho, desafios.

1 Graduando – IFPB.
E-mail: anselmo.neto96@gmail.com

2 Graduanda – UFPB.
E-mail: blima3509@gmail.com

Introdução

Apesar dos avanços no mercado de trabalho da construção civil, os impasses ainda se tornam existentes quando se fala em discriminação e até mesmo na falta de oportunidades por parte das mulheres nesse setor. Pesquisas feitas no ano de 2013, mostram que os engenheiros recebem 81% do salário de seus colegas homens na execução de uma mesma atividade.

Em meio a tantas obras, tornou-se precário a mão de obra na construção civil, dessa forma, uma cena nunca antes visto, há algumas décadas, começou a fazer parte desse cenário, a presença de mulheres trabalhando na execução das obras. A inserção feminina tornou-se mais intensa em todo o Brasil com a Copa do mundo, Olimpíadas, a partir do ano de 2010.

No tocante à presença feminina na construção civil, dados do Ministério do Trabalho e Emprego - MTE (2011) nos mostram que, no Brasil, o número de trabalhadoras neste setor cresceu 65% em uma década. No ano de 2000, elas eram pouco mais de 83 mil entre 1,094 milhão de pessoas empregadas pelo setor. Em 2008, esse número subiu para 137. 969. No primeiro bimestre do ano de 2010, 5.258 mulheres conseguiram emprego na construção civil, ocupando 5,9% das vagas geradas no setor nesse período.

A presença feminina nos canteiros de obras mostra-se um grande avanço voltando a uma realidade não vista. Por vezes, abrindo a mão do salto alto e as maquiagens, as mulheres buscam agora o seu objetivo na construção civil, que é o uso dos macacões, capacetes e o não medo pelos respingos de cimento.

É de fundamental importância o desenvolvimento de estudos para ajudar na compreensão dessa nova realidade que já é fato existente ao mundo do trabalho, pois, no nosso entendimento, essas mudanças geram conflitos e repercutem, de uma forma mais intensa e negativa, sobre o trabalho feminino.

Contudo, o trabalho teve como objetivo geral fazer a investigação de como é o comportamento de gênero no desempenho das atividades de homens e mulheres no âmbito da construção civil na Paraíba. Procurando-se atingir alguns objetivos específicos, tais como: a existência diferença em função do sexo nas atividades desenvolvidas por homens e mulheres e motivações para a mulher entrar no setor produtivo.

Metodologia

Foi realizado uma pesquisa em campo com obras diferenciadas, conforme o tipo de construção. Escolhemos uma obra de construção pesada e duas do ramo de edificações consideravelmente mais leve (construção convencional e condomínio residencial). Na realização das edificações observou-se ter a presença feminina (pedreiras e serventes), na realização de limpeza da obra e rejunte de cerâmica.

Buscou por meio de entrevistas à mulheres o principal meio investigativo para colher algumas informações. As entrevistas aconteceram com base em um roteiro semi-estruturado, com o intuito de que nosso diálogo com os entrevistados acontecesse de forma fluente, mas sem a perda dos objetivos da pesquisa.

No geral, foi feita a análise de gênero, enfatizando os principais estudos relacionados a esse assunto, trazendo discussões a discussão a inserção das mulheres no mercado de trabalho, dados expressos na realidade e apreendidos por meio da pesquisa de campo.

Resultados e Discussões

As obras civis não são muito reconhecidas como ambiente de trabalho para o sexo feminino. Acreditamos que esse setor precisa de uma reformulação de ideia em relação as relações de gênero, ao levarmos em consideração os aspectos sociais, histórico e cultural.

De acordo com Scott (1990), a noção de gênero possui duas partes e várias sub-partes que se encontram interligadas. A primeira parte refere-se à ideia de que o gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças que distinguem os sexos. Enquanto a segunda, vincula-se à premissa de que o gênero é uma forma primária de relações significantes de poder (SCOTT, 1997, p.289).

Para Louro (1992) focar o caráter fundamentalmente social da categoria em epígrafe não significa negar sua dimensão biológica. Na realidade, esse tipo de compreensão enfatiza a construção social e histórica produzida em decorrência das características biológicas que, frequentemente, se convertem em desigualdades, expressas nos papéis sociais direcionados aos homens e às mulheres.

Ao discutimos qual o melhor ambiente de trabalho, as atividades que as trabalhadoras melhor desenvolvem são as que requerem um maior cuidado durante a sua execução, dedicação e zelo pelo elemento construtivo, por exemplo, o homem não quer saber se vai arranhar uma vidraça, de não arranhar o alumínio. As mulheres tem aquele gosto. Fazem de conta que é da sua casa. São coisas que parecem bestas, mas com o trabalho feminino, a obra sai com uma maior qualidade e impecabilidade na entrega ao consumidor final.

Saffioti (1987), ao refletir sobre as relações de gênero, as compreende como construções sociais e históricas constituintes de um sistema simbólico que valora e cria hierarquias, tendo por referência o sexo e os aspectos culturais de um determinado período histórico. Para a autora, os seres humanos nascem machos ou fêmeas, mas é através da educação que se tornam homens e mulheres. Segundo ela, a identidade social dos indivíduos é socialmente construída.

Nas obras verificadas, às mulheres cabem nas atividades vinculadas à limpeza e aos serviços que requerem maior cuidado e sutileza, características vinculadas às mulheres. Em decorrência desse tipo de pensamento, muitas vezes, as mulheres muitas das vezes tem nesse setor produtivo sua atuação profissional limitada, como podemos citar, o trabalho em altura, não existir uma restrição para execução

por mulheres, conforme a Norma Regulamentadora, surgindo discursos socialmente legitimados mostrando a fragilidade e incapacidade das mulheres no setor.

Em contraposição a esta ideia, convém trazer à discussão o pensamento de Blay (2002). Esta estudiosa assevera que, no que se refere ao aspecto biológico, os seres humanos assemelham-se aos outros mamíferos, ou seja, podem ser machos ou fêmeas, sendo que a diferença entre ambos é restrita.

De um modo geral, o homem diferencia apenas da mulher nos seguintes critérios: só o homem consegue fecundar; só a mulher pode menstruar, gestar e amamentar. Não existe outra diferença de sexo em relação à isso.

Através de pesquisas no campo, verificou-se que o homem tem mais habilidades para execução de atividades em altura, trabalhos mais pesados e a mulher mostra uma sutileza na questão de acabamentos. Lobo (1991) afirma que a divisão sexual do trabalho é também uma construção social e histórica, que produz e reproduz a assimetria entre as práticas femininas e masculinas, constrói e reconstrói mecanismos de sujeição e disciplinamento das mulheres, produzindo e reproduzindo a subordinação das mulheres e seus trabalhos.

Aos poucos, contudo, o papel das mulheres na sociedade vem sofrendo alterações e elas, cada vez mais, estão ampliando seu espaço na economia nacional. Nas últimas décadas, presenciamos um aumento significativo na participação das mulheres no mercado de trabalho. Segundo dados do IBGE (2010), em 1950, somente 13,6% das mulheres em idade ativa participavam do mercado de trabalho. Em 2009, esse percentual era de 52,7%.

Apesar do referido setor, ao longo da história não ter se apresentado como um espaço para atuação profissional das mulheres, a inserção das mulheres neste ramo encontra-se em ascendência.

É interessante atentarmos que a inserção das mulheres em atividades nas quais os homens predominam, como é o caso da construção civil, não elimina, necessariamente, a discriminação sexual que elas enfrentam. Elas, em muitos momentos, são vítimas de brincadeiras que, por exemplo, colocam em questão a sua presença nestes espaços, demarcam o setor como espaço masculino e as submetem à situação de constrangimento, tal como: - Lugar de melhor é na cozinha! – Vai procurar uma lavagem de roupa para se entreter...

A remuneração é igual para funções iguais é um dos aspectos de conflito que permeiam a entrada das mulheres no ramo produtivo em destaque. Parte dos trabalhadores não concorda que as trabalhadoras recebam o mesmo salário que eles, mesmo que elas exerçam a mesma função. Daí começam as reclamações. A questão está no preconceito que se expressa na desvalorização do trabalho feminino.

O assédio sexual também se constitui um dos obstáculos que se apresentam à trajetória da mulher trabalhadora, tendo sua origem e sustentação na cultura machista e discriminatória em relação à condição feminina.

Pode-se definir assédio sexual como atentado à liberdade sexual da empregada e promovido por superior hierárquico, por meio de chantagem. Essa chantagem tem de ser tal que crie na mulher receio por seu emprego, cargo ou função e, portanto, reduza sua capacidade de resistência. A posição de poder

do assediante não precisa advir necessariamente de um cargo superior no organograma da empresa, mas que, de fato, ele exerça comando sobre a assediada (CALIL, 2007, p.74).

Foi verificado alguns tipos de discriminação, registrando a ocorrência deste tipo de crime. No caso, uma arquiteta foi assediada sexualmente por seu encarregado. Muitos homens se aproveitam de situações, já que a maior parte do convívio é com próprio homem, então quando aparece uma “barbie” na obra, começam as conversas desagradáveis, tirando total proveitos da situação que, por sua vez, são recém-chegados ao ramo, não tendo a sua permanência consolidada. Foi dito a cantada, e o encarregado foi expulso do ambiente de trabalho.

A falta de mão de obra qualificada foi um dos principais responsáveis para gerar esse tipo de situação dá entrada da mulher no mercado de trabalho.

Com total consciência do crescimento do público feminino nesse setor, pôde-se observar algumas conquistas dentro do próprio canteiro de obra, por exemplo: banheiros para uso exclusivo feminino, assim como equipamentos de proteção individual (EPI), destinados exclusivamente ao público feminino, tais como: botinas, capacetes de cor rosa e etc.

As opressões vivenciadas pela classe trabalhadora, mostram fatores de estímulo para sindicalização dos operários, também, constituindo-se um entrave para associação das mulheres, pois se elas pagam os direitos, tem os seus direitos como qualquer homem na produção, acreditando está vulneráveis a realização das atividades.

A participação política das trabalhadoras deste setor seria, em potencial, uma forma de enfrentamento às desigualdades que se expressam neste ramo produtivo, mas, como evidenciaremos a seguir, essa participação política ainda é muito fragilizada.

Embora a construção civil ainda seja um setor dominado pelos homens, pesquisas evidenciam que a força de trabalho feminina está aumentando nos escritórios de engenharia e canteiros de obra do Brasil. Felizmente, existem cada vez mais mulheres dispostas a enfrentar e vencer a desigualdade, o preconceito e o assédio, pavimentando uma carreira no segmento. Assim, vão também derrubando mitos, como o de que o gênero feminino não tem vocação para as ciências exatas. Segundo dados do Ministério do Trabalho e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), entre 2002 e 2012, a participação das mulheres na construção civil cresceu 65%.

Conclusões

O ingresso neste ramo é incentivado pela oportunidade e falta de mão de obra qualificada no mercado. A maioria delas sentem orgulho por exercer uma atividade que, até pouco tempo, era de uso exclusivo à população masculina.

Começaram a realizar alguns serviços e a se destacar na execução das tarefas, antes que só faziam os homens, que são as consideradas de fácil execução, mas que demandam tempo e habilidade manual, tais como: assentar e rejuntar a cerâmica. Esta mudança na produção favorece a redução de tempo na execução e dos custos das obras e, ainda, o aumento na qualidade de cada serviço feito.

Vale lembrar que, as atividades consideradas de fácil execução, elas recebam o mesmo salário, que antes só eram pagos para fazer a limpeza da obra, requerendo assim cuidados, atenção e minuciosidade, características que o público feminino levam em seu DNA.

O trabalho na construção civil viabilizou o acesso destas trabalhadoras aos bens e aos serviços que, em um passado bem próximo, constituíam-se inalcançáveis para elas. Muitas delas destacam, ainda, a independência financeira que tiveram em relação aos seus maridos e companheiros.

O assédio sexual também foi um fato presenciado durante o estudo de trabalho. Muitos homens aproveitam de sua posição hierárquica culturalmente e social estabelecida desde os primórdios, como uma situação de “desvantagem” das mulheres, para obter uma vantagem ou favorecimento sexual.

Como podemos perceber, estamos longe de vencer a desigualdade de gênero. Em um ambiente como o da construção civil, onde predominam os homens, esse desafio se torna ainda maior.

Entretanto, a capacidade técnica, força de trabalho e articulação das mulheres na luta por seus direitos estão promovendo progressivas mudanças socioculturais. Isso está impulsionando o progresso feminino no setor. Como resultado, estão surgindo novas gerações de engenheiras e operárias com cada vez mais oportunidades e reconhecimento profissional.

Portanto, entendemos que a Construção Civil, é um espaço culturalmente destinado aos homens, mas que a presença das mulheres em lugar algum não pode ser isenta de conflitos e de questionamentos. Todavia, os canteiros de obras são sim lugares para a atuação profissional das mulheres, contudo, reconhecendo das suas necessidades físicas para a realização das atividades e que essas mudanças possam ocorrer para que possam exercer sua profissão de uma forma mais digna.

Referências

BLAY, Eva Alterman. (Org.) Igualdade de oportunidade para as mulheres: um caminho em construção. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2002.

CALIL, Léa Elisa Silingowschi. História do direito do trabalho da mulher - aspectos históricos-sociológicos do início da república ao final deste século. São Paulo: LTR, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. Síntese de indicadores sociais – 2009 (Estudos e Pesquisas – Informação Demográfica e Socioeconômica – nº27). Rio de Janeiro: 1990.

LOBO, E. S. A Classe Operária tem dois sexos. São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero. In: Teoria & Educação. Porto Alegre: Pannonica, nº 6, pp. 1992, p. 53-67.

MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO - MTE. Promoção de igualdade de oportunidades e de combate à discriminação no trabalho. Brasília: 2009.

SAFFIOTI, H. I. B. Inserção da mulher na força de trabalho brasileira: períodos de prosperidade e períodos de crise econômica no Brasil: 1872-1982. Rio de Janeiro: In: XVI Congresso Latino – Americano de Sociologia, 1986.

SCOTT, Joan W. O gênero como uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, n.2, 1990.

SCOTT, Joan W. O gênero como uma categoria útil de análise histórica. In: Educação e Realidade, n.3, 1992.

ACEPÇÕES TEÓRICAS ACERCA DO TRABALHO, RELAÇÕES DE GÊNERO E DIVISÃO SEXUAL DO TRABALHO.

Gissele Quirino Herculano¹
Raquel Quirino²

Resumo: O presente artigo evidencia, a partir de uma abordagem teórico-conceitual, os desafios e barreiras enfrentados pelas mulheres nas áreas técnicas e tecnológicas, que reforçam a desigualdade entre os sexos e dificultam ou impedem a sua inserção em atividades ditas “masculinas” e a ascensão em cargos de chefia. Categorias como a desigual divisão sexual do trabalho, trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, trabalho feminino precarizado, labirinto de cristal, teto de vidro e outros conceitos inerentes aos estudos de gênero serão abordados neste estudo como elementos impactantes nas trajetórias acadêmico-profissionais das mulheres.

Palavras-chave: Divisão Sexual do Trabalho, Trajetória acadêmico-profissional, Mulheres nas áreas técnicas e tecnológicas.

1 Mestranda – CEFET-MG.
E-mail: giquirino@yahoo.com.br

2 Professora Doutora, Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica – CEFET-MG.
E-mail: quirinoraquel@hotmail.com.

Introdução

Neste artigo, conceitos potenciais e teorias fundantes na desigual trajetória acadêmica e profissional das mulheres são apresentados e concepções relevantes acerca do real entendimento desta trajetória marcada por estereótipos de gênero, dominação masculina e desigualdade entre os sexos são evidenciadas. Faz-se presente reflexões sobre o papel e influências da mulher na sociedade, o percurso histórico que evidencia as trajetórias que se diferem no tempo e no espaço e as transformações necessárias para que a sociedade olhe a mulher sob uma nova perspectiva na busca da tão almejada e importante igualdade entre os sexos.

As relações de gênero e as categorias trabalho e divisão sexual do trabalho, têm sido temas de estudos e reflexões no campo das Ciências Humanas e Sociais nos últimos anos e têm ganhado *corpus* teórico de suma relevância para a compreensão das desigualdades entre mulheres e homens frente aos desdobramentos da sociedade. Tal problemática tem trazido contribuições importantes para a produção de conhecimento científico e para a compreensão de que as transformações no mundo do trabalho não alcançam a mesma equivalência para homens e mulheres na sociedade capitalista.

A des (igual) trajetória feminina no mundo acadêmico profissional

Conforme afirma Marx (2007), o trabalho é condição fundamental da vida humana e, não somente no que se refere à forma alienada na qual é reproduzido no capitalismo, mas, sobretudo, “o modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da própria constituição dos meios de vida já encontrados e que eles têm de reproduzir” (MARX, 2007, p. 87).

O trabalho possibilita ao homem relações de convivência, trocas de experiência e cooperação. É no trabalho que o indivíduo constitui a sua subjetividade, cria sua rede de socialização e a sua identidade. “Tal como os indivíduos exteriorizam sua vida, assim são eles” (MARX, 2007, p. 87). Desse modo, “quando se fala do trabalho, está-se tratando, imediatamente, do próprio homem” (MARX, 2004, p. 89). Por outro lado, ao analisar o trabalho na economia capitalista no que tange à produção de bens materiais e serviços que geram a mais-valia, verifica-se uma objetivação humana para a produção de tais bens, o que desencadeia a alienação e a servidão dos seres humanos ao mundo das coisas, tornando-os, assim estranhados ao que produz, uma vez que o objeto do trabalho surge com um poder autônomo, adquire independência perante seu produtor.

A objetivação tanto aparece como perda do objeto que o trabalhador é despojado dos objetos mais necessários não somente à vida, mas também dos objetos do trabalho. [...] A apropriação do objeto tanto aparece como estranhamento que, quanto mais objetos o trabalhador produz, tanto menos pode possuir e tanto mais fica sob o domínio do seu produto, do capital. (MARX, 2004, p. 80-81).

Nessa perspectiva o trabalho humano, que deveria criar um mundo de bem estar para os indivíduos, cria, na verdade, sob os ditames do capital, uma realidade de luta e desigualdade para classe trabalhadora. Quanto mais o/a trabalhador/a se doa à produção e a criação de bens e serviços, mais o trabalho se tornam estranho a ele/a. Para Marx,

[...] o trabalho é externo ao trabalhador, isto é, não pertence ao seu ser, que ele não se afirma, portanto, em seu trabalho, mas nega-se nele, que não se sente bem, mas infeliz, que não desenvolve nenhuma energia física e espiritual livre, mas mortifica sua *physis* e arruína o seu espírito. O trabalhador só se sente, por conseguinte e em primeiro lugar, junto a si [quando] fora do trabalho e fora de si [quando] no trabalho. Está em casa quando não trabalha e, quando trabalha, não está em casa. O seu trabalho não é, portanto, voluntário, mas forçado, trabalho obrigatório. O trabalho não é, por isso, a satisfação de uma carência, mas somente um meio para satisfazer necessidades fora dele. Sua estranheza evidencia-se aqui [de forma] tão pura que, tão logo inexistia coerção física ou outra qualquer, foge-se do trabalho como de uma peste (MARX, 2004, p. 82-83).

Nesse contexto, Antunes (2009) evidencia que atualmente a classe trabalhadora é mais explorada, fragmentada, heterogênea e complexa. Os/as trabalhadores/as são desprovidos/as de direitos, dando origem ao trabalho precarizado; e o trabalho desprovido de sentido, pois sob o controle do capital, a classe trabalhadora apenas vende a sua força de trabalho, produzindo mais-valia.

Mais do que nunca, bilhões de homens e mulheres dependem exclusivamente de seu trabalho para sobreviver e encontram cada vez mais situações instáveis, precárias, quando não inexistentes de trabalho. Ou seja, enquanto se amplia o contingente de trabalhadores e trabalhadoras no mundo, há uma constrição monumental dos empregos corroídos em seus direitos e erodidos em suas conquistas (ANTUNES, 2009, p. 11).

Destarte, sob a égide do capitalismo, a mulher foi transformada em operária e incorporada ao mercado de trabalho assalariado, o que, que em parte fomentou a sua emancipação. Por outro lado, tal movimento potencializou a desigual divisão do trabalho entre os sexos, que historicamente se delineava numa situação de submissão feminina em detrimento à superioridade masculina na sociedade patriarcal. A elas cabia o trabalho no âmbito privado e a eles o trabalho assalariado no ambiente externo. Diante da atual mudança, a mulher mantém carga ainda sobre si a responsabilidade pelo trabalho doméstico e acumula o trabalho assalariado, acarretando uma sobrecarga desigual em relação ao homem que não fez o movimento contrário.

Para Hirata e Kér goat (2007), somente incorporando o trabalho doméstico como uma atividade humana produtiva, a “divisão sexual do trabalho” pode ser analisada e refletida na sociedade, uma vez que as “relações sociais de sexo” ultrapassam o campo do trabalho e alcançam as relações entre trabalho/família/sociedade e trabalho/saber/poder. Dessa forma a divisão sexual do trabalho como base material das relações sociais de sexo é modulada histórica e socialmente (HIRATA, 2010).

A não consideração dos afazeres domésticos como trabalho silenciou e tornou invisível, por muito tempo, relações assimétricas e de poder entre os sexos. Como as atividades domésticas eram baseadas nos vínculos de casamento e reciprocidades parentais, as relações de subalternidade e opressão entre os sexos ficavam escondidas na cumprida familiar, que reserva às mulheres o amor e cuidado à família, e ao homem a provisão financeira. O curso da história delineou um modelo de família cuja protagonista, a mãe, seria a responsável por dispensar especial atenção ao cuidado e à educação dos filhos, assumindo a formação moral das crianças no interior dos lares. Nessa configuração, os espaços públicos seriam de direito dos homens, vistos como provedores e chefes da família (SOUSA E GUEDES, 2013).

Assim, torna-se importante trazer para a pauta da discussão a problematização das relações sociais de sexo e suas interfaces com o mundo laboral, numa desigual divisão do trabalho entre homens e mulheres, considerando o trabalho profissional e o trabalho gratuito realizado por elas no ambiente doméstico.

Segundo Hirata (2015, p. 4), “a divisão sexual do trabalho remete ao conceito ampliado de trabalho, que inclui o trabalho profissional e doméstico, formal e informal, remunerado e não remunerado” e possui dois princípios organizadores, na qual, existe trabalho de homem e trabalho de mulher e o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher.

Para Kér goat (2010) as “relações sociais” são relações antagônicas, entre dois grupos sociais numa disputa (*Enjeu*). Essas relações entre homem e mulher são contraditórias, de embate e possuem uma base material – o trabalho e suas divisões – e, apesar da inserção e do avanço da mulher no mercado de trabalho, ocorre a persistência e a intensificação da desigual divisão sexual do trabalho doméstico.

Ao propor a discussão sobre as relações sociais de sexo é válido sublinhar que a história da humanidade é pautada por hierarquias e desigualdades entre homens e mulheres. Kér goat (2009) reitera que os conceitos de relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho são inseparáveis e complementares.

As práticas sociais - cujos aspectos material e simbólico são dialéticos, mas considerados simultaneamente -, são compreendidas pela divisão sexual do trabalho e não concebidas por puro determinismo biológico. Essas relações são históricas e sociais e, dessa forma, sofrem modificações ao longo do tempo, não sendo imutáveis.

É significativo destacar que o conceito de “**relações sociais de sexo**” (Kér goat, 2010) é utilizado por pesquisadores/as franceses/as de base marxista, enquanto pesquisadores/as anglo-saxões/ãs utilizam como categoria o conceito de “gênero” (Scott 1995, p.1), “como uma maneira de referir-se à organização social da relação entre os sexos”. O termo gênero utilizado para compreender as relações sociais antagônicas, hierárquicas e desiguais na perspectiva dialética é relacional e, portanto, só existe um gênero em relação ao outro. Nesse aspecto, Saffioti (2004) evidencia que,

[...] gênero diz respeito às representações do masculino e do feminino, a imagens construídas pela sociedade a propósito do masculino e do feminino, estando inter-relacionadas.

Ou seja, como pensar o masculino sem evocar o feminino? Parece impossível, mesmo quando se projeta uma sociedade não ideologizada por dicotomias, por oposições simples, mas em que masculino e feminino são apenas diferentes. (Saffioti, 2004, p. 116)

Outrossim, o termo gênero é uma forma de negar o essencialismo biológico, na análise das relações sociais entre os sexos. Saffioti (2004) afirma ainda que este termo não se resume apenas a uma categoria analítica, é parte de um processo histórico e ontológico, por representar uma construção social do masculino e do feminino. Porém, apenas o termo “gênero”, utilizado isoladamente, não necessariamente traz explícita a relação desigual e hierárquica existente entre os sexos na sociedade. Tal sentido só é obtido a partir do conceito das “relações sociais de sexo” (Kérigoat 2009), permeadas por relações de poder, dominação, exploração, opressão e perpassam a esfera pública e privada, em tempos e espaços distintos que pressupõe submissão e opressão da mulher ao homem.

Não obstante não se possa negar a contribuição histórica e reflexiva das precursoras do conceito de gênero, tal conceito não dá conta da realidade social de conflitos entre os sexos, haja vista que é na materialidade do trabalho, em termos de sua divisão e valoração entre os sexos, que se evidencia uma relação desigual e hierárquica entre os grupos de homens e mulheres.

Outro aspecto importante é a vitimização da mulher em estudos que as descrevem como um grupo dócil, abnegado e dominado, negando suas estratégias de resistência, seus avanços e conquistas ao longo do tempo nas diversas esferas da sociedade.

Portanto, buscar a compreensão da presença feminina na esfera pública e privada é, ao mesmo tempo, fazer uma leitura do movimento do real, capturando e apreendendo suas contradições, determinações, transgressões e especificidades sob o prisma da totalidade.

É certo que em meio a tantas transformações sociais ocorridas ao longo dos anos, verificam-se grandes avanços femininos. Destacam-se a participação da mulher no mercado de trabalho, sua crescente escolarização, o seu controle da fecundidade, o maior acesso à informação e, ainda, a “feminização” de algumas profissões entendidas como masculinas, devido à inserção de considerável número de mulheres nestas áreas acadêmicas e profissionais. Entretanto, (Lombardi 2017, p.125) afirma que estudos têm mostrado que feminização numérica de profissões e atividades não é sinônimo de igualdade e que esta perspectiva indica apenas “a diminuição da exclusão de um sexo em relação ao outro e não altera a divisão sexual do trabalho e nem as relações de poder”.

Outro aspecto importante na trajetória acadêmica e profissional feminina é a polarização das carreiras femininas. Para Hirata (2015), essa polarização é o resultado dos processos que ocorrem na esfera educacional. Evidencia-se um polo minoritário, formado por mulheres executivas, profissionais intelectuais e bem remuneradas e outro polo majoritário constituído por mulheres em setores femininos, em atividades precárias, mal remuneradas e pouco valorizadas socialmente.

Nesse contexto, um indício da desigualdade está na **“segregação horizontal”** (Olinto 2011), cujas mulheres não têm acesso às mesmas profissões que os homens. A autora reitera que a valorização desigual das características e habilidades entre os dois sexos exclui a mulher de algumas atividades e

ocupações, o que dificulta a ascensão a posições de destaques no mercado de trabalho. Ao ocupar postos com baixa capacidade técnica e de menor prestígio na hierarquia profissional, desnivelamento salarial e falta de acesso à qualificação, com desigualdades de oportunidades no mundo do trabalho, as mulheres estão expostas à informalidade, ao desemprego e às piores remunerações.

Olinto (2011) enfatiza que

por meio da segregação horizontal as mulheres são levadas a fazer escolhas e seguir caminhos marcadamente diferentes daqueles escolhidos ou seguidos pelos homens. [...] a segregação horizontal inclui mecanismos que fazem com que as escolhas de carreiras sejam marcadamente segmentadas por gênero (OLINTO, 2011, p. 69).

A este conceito, Hirata e Kérgeat (2007) relaciona o **“princípio da separação”**, o primeiro princípio organizador da divisão sexual do trabalho, na qual existe distinção entre trabalho masculino e trabalho feminino. Ancorado nas características biológicas e na pseudo fragilidade feminina, em qualquer sociedade, tempo e cultura as mulheres são levadas a escolher áreas mais leves e limpas, sobretudo em atividades voltadas para a organização, a minúcia e o cuidado, como uma extensão do trabalho doméstico.

Corroborando tal afirmação, Olinto (2011, p. 69), esclarece ainda que as mulheres são levadas a escolher caminhos diferentes dos homens, “sobretudo pela atuação da família e da escola”, uma vez que as meninas tendem a se avaliar como mais aptas para o exercício de determinadas atividades e a estabelecer para si mesmas estratégias de vida mais compatíveis com o que consideram ou são levadas a considerar como mais adequadas para elas.

Nesse sentido, essa polarização gera uma desigualdade entre homens e mulheres, e até mesmo entre as próprias mulheres. Ao terceirizarem o trabalho doméstico, as mulheres o transferem para outras mulheres, já que o trabalho reprodutivo, do cuidado e das tarefas domésticas familiares, é predominantemente trabalho feminino. Dessa forma, as atividades relacionadas com os afazeres domésticos e cuidados têm impacto na inserção da mulher no mercado de trabalho e ainda, essa articulação entre as duas esferas de trabalho, remunerado e não remunerado, tem impactado também no bem-estar social delas.

Acerca da divisão sexual do trabalho doméstico, Sousa e Guedes, (2016) afirmam que:

o relaxamento das fronteiras entre o mundo produtivo (homens) e reprodutivo (mulheres) tem contribuído com a possibilidade de as mulheres participarem do mundo produtivo, mas não reveste o afastamento dos homens do mundo doméstico. Acontece que, através desse fenômeno, o adensamento das mulheres nas fronteiras públicas não é acompanhado de uma revisão dos limites das responsabilidades privadas femininas. Isso significa que a esfera de reprodução da família como educação e demais cuidados continua, em grande medida, a cargo das mulheres (SOUSA e GUEDES, 2016, p. 123).

Portanto, a força de trabalho feminina, desenvolvida tanto no espaço produtivo quanto no reprodutivo na esfera doméstica, garantem ao capital a manutenção da força de trabalho assalariada associada à reprodução das condições de existência humana familiar, a que Nogueira (2010) atribui o conceito de **“dupla jornada de trabalho”** ou ainda **“trabalho duplicado”**.

Nesse caso as relações sociais entre homens e mulheres representadas pela desigual divisão sexual do trabalho entre os sexos, são categorizadas como opressão de “gênero”, por sua condição feminina, e “exploração” do capital enquanto força de trabalho produtivo.

Contudo, Hirata (2015) destaca que a conciliação de trabalho produtivo remunerado e improdutivo não remunerado realizado pela mulher vem tomando novas formas de conciliação ao longo dos anos. Destacam-se o **modelo tradicional**, em que a mulher abdica do trabalho assalariado e assume os cuidados da casa e dos filhos; o **modelo de conciliação**, no qual a mulher concilia o trabalho produtivo e reprodutivo; o **modelo de delegação**, a mulher delegando o trabalho reprodutivo a outra mulher desprovida de recursos e em grande maioria de classe econômica inferior; e, finalmente, o **modelo de parceria**, quando mulher e homem repartem as tarefas domésticas – modelo altamente questionável, uma vez que os homens sentem que apenas “ajudam” as mulheres nas tarefas domésticas.

Ao trabalho reprodutivo, do cuidado, neste paradigma da “produção do viver em sociedade” (Kergoat, 2016) remete a operações complexas, devido às diferentes disciplinas abordadas para compreensão do objeto. Assim, no campo da sociologia, abarcar a totalidade dessa complexidade cujas interações constantes incidem sobre a trajetória social, a cor da pele, a etnia, a raça e a idade, seria a forma ideal de pensar a “consustancialidade”.

Através do “trabalho do cuidado”, aqui entendido como o trabalho doméstico remunerado ou gratuito, não qualificado, mal pago, não reconhecido e sem opção de “escolha” para fazê-lo, se encontram as mulheres em condições de dominação na confluência das relações sociais de raça, gênero e classe simultaneamente.

Dessa forma, Kergoat (2016) aponta para a necessidade de se pensar essas relações sociais como imbricadas, na qual não há preponderância de uma relação sobre a outra. Nesta mesma direção, as relações sociais de sexo são coextensivas, pois exploram e ao mesmo tempo apropriam e oprimem as mulheres. Também, pensar a consustancialidade das relações não permite considerar apenas a dominação, é relevante a reflexão das relações de força, resistência e luta, tendo a emancipação do dominado como linha do horizonte.

Como no mundo do trabalho a hierarquia social entre homens e mulheres não caminham no mesmo patamar, verifica-se uma maior escolaridade feminina, porém uma maior concentração de homens em cargos executivos e de chefia. O paradoxo dessa desigualdade pode ser explicado pelo “princípio organizador hierárquico” da divisão sexual do trabalho (Hirata e Kérgoat 2007), no qual o trabalho masculino possui valor superior econômico e social ao trabalho feminino.

Apesar da maior escolarização feminina evidencia-se em todo o mundo uma maioria de mulheres ocupando posições inferiores aos homens, recebendo menores remunerações e destinadas a profissões

“feminizadas” – como se o trabalho remunerado fosse uma extensão daquilo que se exerce no ambiente privado/doméstico (CISNE, 2012).

Assim, as trajetórias acadêmicas e profissionais femininas são marcadas por muitas e grandes barreiras para sua inserção e ascensão profissional. Instala-se o que Olinto (2011) denomina de “**exclusão (ou segregação) vertical**”, referindo-se à sub-representação das mulheres em postos de prestígio e poder, mesmo nas carreiras consideradas femininas, o que Morison (1992) associa à metáfora do “**teto de vidro**” - um obstáculo invisível, porém concreto, que impede a ascensão das mulheres às determinadas posições de prestígio nas profissões, exclusivamente por sua condição feminina e não pelo mérito ou competência.

Segundo Rocha (2006, p.102),

O “teto de vidro” é uma expressão já consagrada nos estudos de gênero e da mulher. Diz respeito àqueles postos-chave na hierarquia superior das empresas e instituições, considerados como ainda não ultrapassáveis e inatingíveis pelas mulheres. Não tem a ver com falta de habilidade e capacidade das mulheres, mas com o simples fato de que são mulheres. Este termo foi cunhado pelo Wall Street Journal em 1985.

Diante de tais dificuldades de inserção e ascensão profissional, Lima (2013) chama a atenção para as barreiras enfrentadas pelas mulheres para adentrarem e ascenderem às carreiras profissionais e de prestígio. A esse fenômeno atribui o nome de “**Labirinto de Cristal**”, um conceito que indica os obstáculos encontrados pelas mulheres, simplesmente por pertencerem à categoria mulher.

Ainda segundo Lima (2013) tais barreiras estão dispostas ao longo da sua trajetória acadêmica, profissional e até mesmo antes, na escolha da área de atuação e, não apenas, no topo das carreiras.

O labirinto simboliza os diversos obstáculos dispostos na trajetória científica feminina quanto apresenta suas variáveis consequências, tais como: desistência de uma determinada carreira, sua lenta ascensão e estagnação em um dado patamar profissional (LIMA, 2013, p. 886).

Dentre as armadilhas do labirinto de cristal na trajetória das mulheres, Lima (2013) afirma que a feminização do amor colocou o investimento na carreira e nas relações familiares como excludentes. A forma esperada de agir de uma mulher em uma carreira masculina é controversa à forma feminina de agir construída ao longo da história.

Considerações Finais

Ao longo da história a mulher foi considerada subalterna, sendo a sua condição de reprodutora e, ainda, a sua condição de complementaridade ao homem, algumas das causas dessa sua inferioridade. A sua emancipação apresenta um perigo iminente para os interesses do capital, uma vez em que

ele depende e se apropria dessa força de trabalho abundante, precária, educada e subordinada, no trabalho produtivo. Arelado ao “amor materno” e ao trabalho do cuidado familiar - necessários para a reprodução das condições de existência da sociedade -, o trabalho duplicado da mulher é condição ótima para a opressão masculina e a exploração capitalista.

Porém, é certo que as desigualdades masculinas e femininas não provêm das suas condições biológicas. São construções sociais de papéis atribuídos a um e outro historicamente, por meio da família, da cultura, do sistema educacional, da mídia, da divisão sexual do trabalho e outros meios, que desenvolvem relações diferentes e assimétricas entre meninos e meninas desde a infância, sendo, passíveis, portanto, de mudanças.

O ingresso da mulher no mercado de trabalho e no mundo acadêmico, bem como a desigual distribuição das tarefas do lar, submeteram as mulheres a se desdobrarem na dupla jornada de trabalho, acarretaram dificuldades para ascenderem em cargos de chefia e criaram obstáculos em suas trajetórias profissionais.

No entanto, a inserção da mulher no mundo do acadêmico e profissional, proporcionou a ela, emancipação e participação material e simbólica na vida domiciliar e no mundo do trabalho e, aos poucos, a conquista de espaço e abertura de novos caminhos para as futuras gerações.

Analisar a sociedade em sua totalidade inclui o combate ao sexismo e aos estereótipos de gênero, a compreensão da importância da mulher na sociedade e o fim de padrões rígidos de comportamento que reservam às mulheres uma posição hierárquica inferior a dos homens. Somente com o desenvolvimento de uma consciência crítica e o estabelecimento de condições iguais de oportunidades para homens e mulheres, bem como a valorização equânime de suas contribuições na sociedade, se pode auferir justiça social entre os sexos.

Referências

- ANTUNES, R. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo, 2a edição, 2009.
- CISNE, Mirla. **Gênero, Divisão Sexual do Trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Outras Expressões, 2012.
- HIRATA, Helena; KÉRGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.
- _____. Divisão Sexual do Trabalho e Relações Sociais de Sexo. In: HIRATA, Helena et. AL. (orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: UNESP, 2009.
- _____. **Novas configurações da divisão sexual do trabalho**. Revista Tecnologia e Sociedade. 2a edição. ISSN (versão online): 1984-3526, p. 1-7, 2010.
- _____. Mudanças e permanências nas desigualdades de gênero: divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. *Friedrich Ebert Stiftung Brasil*, n.7, 2015.
- KÉRGOAT, Daniele. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**, n. 86, p. 93-103, mar. 2010.
- _____. O Cuidado e as imbricações das relações sociais. p. 17-26. In: ABREU, Alice Rangel de Paiva; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016.
- LIMA, B. S. O labirinto de cristal: as trajetórias das cientistas na Física. **Estudos Feministas**: Florianópolis, setembro-dezembro, 2013.
- LOMBARDI, Rosa Maria. Engenheiras na construção civil: **a feminização possível e a discriminação de gênero**. *Cadernos de Pesquisa* v.47 n.163 p.122-146 jan./mar. 2017.
- MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.
- _____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. Tradução de Jesus Ranieri. São Paulo: Boitempo, 2004
- MORRISON, A. New solutions to the same old glass ceiling. *Women in Management. Review*, [S.l.], v. 7, n.4. 1992.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei. **As relações Sociais de Gênero no Trabalho e na Reprodução**. Aurora. Ano IV. No 06. 2010

OLINTO, G. A inclusão das mulheres nas carreiras de ciência e tecnologia no Brasil. **Inc. Soc.**, Brasília, DF, v.5 n.1, p.68-77, jul./dez., 2011.

ROCHA, Cristina T. C. **Gênero em ação: rompendo o teto de vidro? Novos contextos da tecnociência**. 2006. 244 f. Tese (Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas) – Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, Patriarcado e Violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

SCOTT, Joan. **Gênero, uma categoria útil de análise histórica**. (1995). Educação e realidade, 2009.

SOUSA, Luana Passos de; GUEDES, Dyeggo Rocha. A desigual divisão sexual do trabalho: um olhar sobre a última década. **Estudos Avançados**. 2016.

AS UNIÕES POLIAFETIVAS COMO EXPRESSÃO DO PLURALISMO FAMILIAR

Glenda Felix Oliveira¹
João Diogenes Ferreira dos Santos²

Resumo: Embora a Constituição de 1988 tenha reconhecido o pluralismo familiar, levou mais de 20 anos para que houvesse o reconhecimento jurídico das uniões homoafetivas. Mesmo que tardiamente novos arranjos familiares foram amparados pelo Direito, mas nem todos. Com base nos métodos histórico e jurídico-sociológico, mediante revisão de literatura, buscou-se fazer uma reflexão sobre a decisão do Conselho Nacional de Justiça, que em 26 de junho de 2018, proibiu os cartórios de lavrarem escrituras públicas de uniões poliafetivas. Negar validade jurídica ao poliamor é desprezar a liberdade de escolha das pessoas que assim resolveram se relacionar. A decisão é inconstitucional porque não cabe ao Estado controlar a sexualidade ou os sentimentos das pessoas.

Palavras-chave: Constituição Federal; Liberdade; Pluralismo familiar; Uniões poliafetivas.

- 1 Doutoranda do Programa de Pós-graduação de Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB, advogada, professora da Faculdade de Tecnologia e Ciências – FTC e da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.
E-mail: glendafelixadv@hotmail.com.
- 2 Doutor em Ciências Sociais pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC, professor do Programa de Pós-graduação de Memória, Linguagem e Sociedade da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.
E-mail: jdiogenes69@gmail.com

Introdução

O ano de 2018 marcou a comemoração dos 30 anos da Constituição da República Federativa do Brasil, também chamada de Constituição Cidadã. A festejada Constituição de 1988 rompeu com um passado marcado pela ditadura, já que a sua antecessora, de 1967, dava ênfase ao regime militar.

Estampou no art. 1º o princípio da dignidade da pessoa humana, deixando claro que o seu foco não é a proteção do patrimônio, mas a proteção do ser humano. Trouxe outros princípios importantíssimos como o da isonomia e o da liberdade, que por sua vez, engloba a liberdade de manifestação de pensamento, artística, de culto religioso, de locomoção, de trabalho, de associação, dentre outros.

A liberdade também está diretamente relacionada ao pluralismo familiar. Não há mais imposição do casamento civil como único modelo apto a constituir uma família. A não intervenção do Estado no planejamento familiar vem “como concretização do macroprincípio da dignidade da pessoa humana” (LOBO, 2007, p. 4).

Toda pessoa deve ser livre para escolher como e com quem se relacionar, no entanto, pessoas que escolhem viver uma união não monogâmica ainda encontram resistência no mundo jurídico. Em 26 de junho de 2018 o Conselho Nacional de Justiça – CNJ proibiu os cartórios de lavrarem escrituras públicas de uniões poliafetivas, ou seja, um limite à afetividade e à liberdade foi imposto.

O objetivo geral deste trabalho é compreender a união poliafetiva como expressão do pluralismo familiar à luz da Constituição de 1988. Os objetivos específicos são entender as inovações trazidas pela Constituição para o Direito de Família; compreender o novo Direito das Famílias e verificar a constitucionalidade da decisão do CNJ que proíbe o registro em cartório das uniões poliafetivas.

Metodologia

A pesquisa se desenvolverá mediante revisão de literatura, através dos métodos histórico e jurídico-sociológico. O método histórico foi escolhido porque não é possível desprezar as contribuições dos acontecimentos do passado para a construção das relações presentes. Quanto à escolha do método jurídico-sociológico, se justifica pelo fato de que o foco da pesquisa não está apenas nas relações sociais, mas na legislação em torno delas. Assim sendo, com base nos métodos histórico e jurídico-sociológico pretende-se desenvolver a pesquisa e apresentar ao leitor resultados e discussões pertinentes ao tema.

Resultados e discussão

A Constituição da República possui supremacia sobre todo o ordenamento jurídico brasileiro de modo que todas as normas infraconstitucionais lhe devem obediência. As Constituições pretéritas davam destaque a temas relacionados à organização política e administrativa do Estado sendo “que a Constituição da República de 1988 promoveu uma verdadeira reconstrução da dogmática jurídica, a

partir da afirmação da *cidadania* como elemento propulsor” (FARIAS; ROSENVALD, 2018, p. 67), o que, conseqüentemente, rompeu com a sistemática do Código Civil de 1916, que colocava o patrimônio em primeiro plano nas relações privadas.

O Código Civil de 2002 já nasceu sob a égide da Constituição de 1988, possuindo o compromisso com a legalidade constitucional, buscando garantir a dignidade da pessoa humana, por quem e para quem foi criado (FARIAS; ROSENVALD, 2018). Ele é o responsável por regular o Direito de Família.

Durante muito tempo a família foi compreendida como unidade de produção e reprodução, sendo que o Código Civil de 1916 impunha um modelo patriarcal e hierarquizado, com base no matrimônio, onde “imperava a regra “até que a morte nos separe”, admitindo-se o sacrifício da felicidade pessoal dos membros da família em nome da manutenção do vínculo de casamento” (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 35).

Paulatinamente as relações familiares sofreram grandes mudanças e passaram a ser pautadas na solidariedade e no afeto, sendo para isso “necessário um Direito mais humanizado, que valorizasse a pessoa humana com cerne na norma jurídica e respeitasse sua vontade, o que foi conquistado com muitas lutas políticas e ideais de liberdade e igualdade” (CARVALHO, 2018, p. 73).

A Constituição de 1988 representou um verdadeiro divisor de águas no ordenamento jurídico ao tomar como base a dignidade da pessoa humana, objetivando constituir uma sociedade livre, justa e solidária. Até o seu advento apenas a família matrimonial, formada por um homem e por uma mulher, poderia receber amparo legal. Os demais arranjos familiares ficavam à margem da lei, ou seja, a proteção era dada ao casamento e não à família ou aos seus membros de modo individualizado. A Constituição Cidadã buscou romper com este passado, que impunha um único modelo familiar, desprezando a liberdade de escolha.

A Constituição fez menção expressa não só ao casamento civil, mas também ao casamento religioso com efeito civil, à união estável entre homem e mulher e à comunidade formada por um dos pais e seus descendentes (família monoparental). Mas, o fato de vários outros modelos familiares não terem sido expressamente por ela mencionados fez com que por muito tempo continuassem excluídos da proteção estatal, como é o caso das famílias formadas por pares homoafetivos, pois não havia consenso se o rol trazido pelo art. 226 da Constituição seria taxativo ou exemplificativo.

O fato de alguns modelos familiares terem sido exemplificados não afasta da proteção constitucional aqueles que não foram expressamente mencionados. “O caput do art. 226 é, conseqüentemente, cláusula geral de inclusão, não sendo admissível excluir qualquer entidade que preencha os requisitos de afetividade, estabilidade e ostensibilidade” (LOBO, 2007, p. 5).

Pouco a pouco os Tribunais superiores solidificaram o entendimento de que a atual Constituição apenas exemplifica alguns tipos familiares sem excluir os demais. Com isso, deveria ter ficado claro que o indivíduo assumiria o protagonismo da sua vida e, portanto, possuiria total liberdade de escolher como e com quem se relacionar. Mas não foi assim, às pessoas que se relacionavam com outras do mesmo sexo ainda era negado o reconhecimento da união estável e o direito ao casamento. Apenas

em 2011, mais de 20 anos depois da promulgação da Constituição, no julgamento da Ação Direita de Inconstitucionalidade – ADI 4277DF, com a finalidade de conferir interpretação conforme a Constituição ao art. 1.723 do Código Civil, que o Supremo Tribunal Federal – STF reconheceu os pares homoafetivos como uma entidade familiar que poderia ser formada através de uma união estável.

Este julgamento emblemático do STF deixou claro o reconhecimento de efeitos jurídicos ao afeto entre pessoas do mesmo sexo, que já vinha sendo denominado pela doutrina de homoafetividade. Embora tenha sido um marco para a garantia de direitos, como o da liberdade de escolha sobre o “com quem”, ainda não representou a liberdade sobre o “como” se relacionar. Às pessoas do mesmo sexo ainda era negado o direito de casarem-se.

Ainda no ano de 2011 o Superior Tribunal de Justiça – STJ julgou o Recurso Especial nº 1183378RS e reconheceu ser legal o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Após a decisão vários cartórios ainda se negavam a fazer a habilitação e/ou a celebração civil para pares homoafetivos. Foi necessário que o CNJ proibisse que as autoridades competentes se negassem a isso, através da Resolução 175 de 14 de maio de 2013.

Muitos passos foram dados para que o Direito de Família se tornasse o Direito das Famílias, mas ainda existem barreiras a serem derrubadas. Há inúmeras discussões sobre a validade das uniões poliafetivas.

O novo Direito das Famílias deve ser calcado na intervenção mínima do Estado na vida privada. De acordo com o art. 1.513 do Código Civil “É defeso a qualquer pessoa, de direito público ou privado, interferir na comunhão de vida instituída pela família” (BRASIL, 2002). “Isso porque o Direito das famílias contemporâneo se apresenta como a expressão mais pura de uma relação jurídica privada, submetida, por conseguinte, ao exercício da autonomia privada dos indivíduos” (FARIAS; ROSENVALD, 2016, p. 46-47).

Com a desinstitucionalização das famílias, elas passam a servir como instrumento a garantir a dignidade e felicidade dos seus membros. O Estado, por sua vez, em consonância com art. 226, § 8º, deve assegurar a assistência à família na pessoa de cada um dos seus membros (BRASIL, 1988). A tutela da pessoa humana deve ser o ponto de chegada e de partida da proteção dada às famílias. Não deve haver uma simples proteção à família, mas a proteção deve ser em razão do ser humano. É dever da família apoiar seus membros na busca pela felicidade (FARIAS; ROSENVALD, 2016).

As famílias devem ser atualmente compreendidas como grupos sociais que se baseiam e se mantêm em torno de laços afetivos (FARIAS; ROSENVALD, 2016). “Surgiu um novo nome para essa nova tendência de identificar a família pelo seu envolvimento afetivo: família eudemonista, que busca a felicidade individual vivendo um processo de emancipação de seus membros” (DIAS, 2011, p. 55).

O novo Direito das famílias é um direito humanizado, não hierarquizado, democrático, que não exclui as diferenças, as recebe, reconhece o direito à felicidade e a proteção ao afeto. Não só o afeto merece proteção, mas também a sexualidade, que é parte integrante da dignidade da pessoa humana

(SCHREIBER, 2011, p. 218). O poliamor é uma expressão da sexualidade, da liberdade e da autonomia privada.

Alguns “trisais” chegaram a registrar em cartórios escrituras públicas de uniões estáveis. Embora este novo tipo de conjugalidade não traga qualquer mal aos envolvidos ou à sociedade, em 04 de abril de 2016, a Associação de Direito de Família e Sucessões – ADFAS pediu ao CNJ que liminarmente proibisse o registro em cartório das uniões não monogâmicas (pedido de providência nº 1459-08.2016.2.00.0000). Um dos argumentos utilizados no pedido foi que a afetividade, o direito à liberdade e à felicidade não significam ausência de limites. Embora a liminar não tenha sido concedida à época, o CNJ “sugeriu” aos cartórios que não mais fizessem os registros até que houvesse uma decisão do órgão plenário.

Em 26 de junho de 2018, após julgamento do pedido pelo órgão plenário, o CNJ proibiu os cartórios de lavrarem escrituras públicas de uniões poliafetivas. Um limite à afetividade foi imposto. “Tal proibição é um atentado à democracia, à liberdade e um retrocesso do Estado laico” (PEREIRA, 2018, s.p.).

“Cerrear liberdades como quer fazer o CNJ não é próprio de um Estado Democrático de Direito” (PEREIRA, 2018, s.p.). A decisão do CNJ significa um retrocesso em todas as conquistas relativas à liberdade de não seguir um padrão previamente estipulado por outrem. “As uniões poliafetivas existem no mundo fático, mas não podem existir no jurídico. É como se dissesse: fechem os olhos para esta realidade pois ela afronta a moral e os bons costumes” (PEREIRA, 2018, s. p.).

Foi essa mesma moral de exclusão que também durante muito tempo negou aos relacionamentos homoafetivos o status de família (PEREIRA, 2018). A decisão do CNJ reflete toda uma construção cultural pautada em padrões morais conservadores. A proibição não vai fazer com que as pessoas deixem de se relacionar desta forma, já que a escritura pública não cria o fato, apenas atesta a sua existência (PEREIRA, 2018).

Se a Constituição de 1988 abraçou o pluralismo familiar, não pode agora o CNJ querer delimitar os tipos de família aptos a receber a proteção do Estado. Mesmo que o Código Civil reconheça apenas o casamento e a união estável entre duas pessoas, a Constituição não proíbe que tais relações sejam vividas a três ou mais pessoas. O que não é proibido é permitido. A decisão, portanto, é inconstitucional e em breve o STF deve se manifestar sobre a matéria e reconhecer de uma vez por todas a legalidade das relações poliafetivas.

Conclusões

A orientação sexual e a afetividade das pessoas não deveria ser alvo de rótulos discriminatórios ou hierarquia. Durante muito tempo o Estado impôs um rígido sistema que oprimia aqueles e aquelas que não se amoldavam ao padrão por ele traçado para a família, qual seja, o casamento civil heteroafetivo. A Constituição de 1988 representou luz no final do túnel para aquelas pessoas oprimidas.

A pluralidade familiar é uma realidade fática e jurídica. O afeto e a busca pela felicidade são as molas propulsoras que impulsionam as relações familiares. Onde houver pessoas reunidas pelo afeto é possível identificar a existência de uma família.

Viver a conjugalidade a três ou mais pessoas é uma expressão da liberdade sobre o com quem e o como se relacionar. A afetividade e a sexualidade não podem ser controladas pelo Estado, elas fazem parte da autonomia privada dos indivíduos e devem ser respeitadas como modo de preservar a dignidade da pessoa humana. Não pode o CNJ passar por cima das garantias constitucionais.

A proibição do registro em cartório das uniões poliafetivas é inconstitucional e não retirará estes relacionamentos do mundo dos fatos. Eles continuarão a existir como expressão do pluralismo familiar.

Referências

BRASIL. Código Civil (2002). Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018. BRASIL. Constituição (1988). Vade Mecum. São Paulo: Saraiva, 2018.

CARVALHO, Dimas Messias de. Direito das famílias. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

DIAS, Maria Berenice. *Manual de direito das famílias*. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2016.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Curso de direito civil: famílias. Salvador: JusPodivm, 2016.

FARIAS, Cristiano Chaves de; ROSENVALD, Nelson. Parte Geral e LINDB. Salvador: JusPodivm, 2015.

LOBO, Paulo Luiz Netto. Entidades Familiares Constitucionalizadas: para além do *numerus clausus*. Disponível em: <<http://www.egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/anexos/9408-9407-1-PB.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2018.

PEREIRA, Rodrigo da Cunha. Uniões poliafetivas, liberdade e Estado laico. Disponível em: <<https://www.conjur.com.br/2018-jul-01/unioes-poliafetivas-liberdade-estado-laico>>. Acesso em: 20 set. 2018.

SCHREIBER, Anderson. Direitos da personalidade. São Paulo: Editora Atlas, 2011.

A ADOÇÃO POR CASAIS HOMOAFETIVOS E A INEXISTÊNCIA DE UMA LICENÇA- ADOTANTE COMPATÍVEL COM OS NOVOS MODELOS FAMILIARES

Sem autoria

Resumo: Dentre as diversas entidades familiares tuteladas pelo Direito está a família homoafetiva. As uniões não são mais pautadas na dualidade homem/mulher. Contudo, a chegada de uma criança à família ainda está centrada em papéis de gênero, com reflexos na Legislação. A licença maternidade é de até 180 dias, enquanto a licença paternidade é de até 20. A inexistência de uma licença- adotante compatível com os novos modelos familiares faz com que os casais formados por dois homens precisem recorrer ao judiciário, na busca por mais tempo ao lado do recém-chegado filho. Por meio de uma estratégia qualitativa, mediante revisão de literatura, com o método histórico, percebe-se a necessidade de uma revisão legislativa para a concessão de tratamento igualitário aos novos modelos de família.

Palavras-Chaves: Família, Homoafetividade, Adoção, Licença.

FORÇA-DRIBLE-GINGA: ANCESTRALIDADES, AFRICANIDADES E CORPORALIDADES NO ESPORTE NA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL DE RAÇA, GÊNERO, CLASSE E SEXUALIDADES

Ineildes Calheiro¹
Eduardo David Oliveira²

Resumo: A história dos esportes no Brasil é embebida de racialização e sexualização, contudo, os corpos fora dos padrões identitários influenciaram no desenvolvimento esportivo, com mulheres e negros desestabilizando normas raciais e de gênero. Nesse sentido, esse estudo tem como objetivo discutir sobre as formas histórico-culturais, sociais, filosóficas e políticas com as quais tais corpos se inseriram, influenciaram e contribuíram no esporte brasileiro, ao mesmo tempo em que são limitados e excluídos de certas funções esportivas, refletindo sobre as relações tensionadoras dos marcadores das diferenças no esporte, em especial no futebol, correlacionando com africanidades e ancestralidades nos corpos que destacam a arte-dança-ginga-drible-força. Como método, fazendo uma revisão bibliográfica, utilizamos o corpo-experiência, evocando a teoria do ponto de vista através de intersecções de raça, gênero, classe e sexualidades, em diálogo interdisciplinar. Nos resultados, o campo esportivo, de um lado, se apropria de corpos complexos e, de outro, segrega, limita, exclui corpos negros, mulheres e homens ilegítimos e aponta imposições identitárias. Contudo, corpos “não- hegemônicos” e desobedientes aparecem confrontadores e como atos de resistência.

Palavras-chave: Esporte/futebol, interseccionalidade, corpo/ginga, ancestralidade/africanidades, experiência.

1 Bolsista CAPES, Ma. em Crítica Cultural, Doutoranda DMMDC - Difusão do Conhecimento.
E-mail: ildafrica@yahoo.com.br.

2 Filósofo, antropólogo, prof.UFBA e DMMDC.
E-mail: afroduda@gmail.com

Introdução

Ponderando sobre corpos negros mediante os fenômenos de força-drible-ginga como elementos de ancestralidades, africanidades e corporalidades presentes no esporte, em especial o futebol brasileiro, a abordagem articula-se com a perspectiva interseccional de raça, gênero, classe e sexualidades, cuja discussão é resultado parcial da pesquisa intitulada “Nem mulheres, nem negros, nem outros homens”, trazendo como enfoque o campo esportivo e sua relação tensionadora com os marcadores da diferença.

A história dos esportes no Brasil é embebida de racialização e sexualização, contudo, os corpos fora dos padrões identitários influenciaram no desenvolvimento esportivo, com mulheres e negros desestabilizando normas raciais e de gênero. Nesse sentido, esse estudo requer discutir sobre os corpos não hegemônicos no esporte e esse campo como lugar de resistência racial e de gênero, espaço de luta e de democratização, inclusão e igualdade de direitos.

Através do entendimento da religião do candomblé, destaca-se a ancestralidade e a força vital como elementos da cosmovisão africana, trazendo o Axé corporificado e a complexidade do corpo negro. Nessa discussão, pensamos o corpo imbricado com a africanidades: o jogo-esporte como pedagogia corporificada através do futebol-arte e as influências da capoeira Angola, articulando o ritmo, dança por meio do samba, entrecruzando os corpo na compreensão da interseccionalidade, que é conceituada como: “[...] uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação [...]” (CRENSHAW, 2002, p. 177).

Metodologia

Com vasta experiência em Educação Física e no esporte, ex-atleta de futebol e árbitra, com passagem pela Federação Baiana e Confederação Brasileira, atuando nas comunidades. Como método sou guiada pelo corpo-experiência-interseccional, impulsionada pela sujeita implicada na pesquisa: experienciando o ser mulher, negra, lésbica, nordestina, de classe social empobrecida e do candomblé, vivenciando na minha própria pele os marcadores de diferenciação. A abordagem se articula com a perspectiva interseccional tendo como eixo a raça e o gênero, cuja discussão é resultado parcial da pesquisa de doutorado. Como recorte, o estudo delimita a modalidade futebolística, fazendo uma revisão bibliográfica em diálogo interdisciplinar.

O esporte e a memória do futebol brasileiro: Simbiose e interseccionalidade

Analisando os esportes e destacando o futebol, modalidade de maior força em diversas nações e esporte nacional do Brasil, país que sediou megaeventos nos últimos anos, evidenciou tensões, a manutenção do androcentrismo e a exclusão de corpos fora dos padrões, sobretudo em atividades

ocupacionais, especialmente nos setores de comando e poder, como treinadores/as, gestores/as e diversas funções. Exceto no papel de jogador/a, uma frase descreve o futebol no Brasil: nem mulheres, nem negros!

Apesar da racialização, sexualização e as sexualidades excluídas do esporte brasileiro, são evidentes as influências dos negros (Sodré, 1998; Luz, 2002) e das mulheres (Vieira, 2014) no futebol. Com a história dos esportes nos esbarramos com três grandes questões: gênero, raça e classe. Em uma retrospectiva, partindo das Olimpíadas - Jogos Olímpicos, na Grécia Antiga e na modernidade (Godoy, 2001)³, notamos a histórica influência dos esportes para a supremacia ocidental, a constituição da superioridade racial e sexual. Também observamos a força da africanidade nestes eventos, com cerimônias africanizadas, ritos, música, oferendas, sobretudo com animais oferecidos à divindade e sendo parte do programa dos jogos. Tradição perdida na modernidade.

Tratando exclusivamente da história do futebol, essa modalidade chegou ao Brasil em 1894, proibida para os negros, que foram inseridos nos idos de 1920, não sem luta e enfrentamento do racismo (Santos, 1981). A participação dos negros deveu-se a seu corpo, ou seja, à sua criatividade corporal possibilitando a formação de uma modelagem diferenciada: o futebol-arte, como destaca Marco Aurélio Luz (2002).

Trazemos à memória a influência dos negros no futebol, remetem-nos aos corpos fenômenos, desde a era Carlos Alberto, nos anos 1920, seguindo para Friedereich, Didi, Nilton Santos, Leônidas, Garrincha, Pelé e tantos outros, para pensar o futebol até os anos 1970 voltado para a expressão africana e resignificada no esporte, como espaço de resistência da cultura negra, como Garrincha é relacionado ao Orixá Ossaim - o dono do mato, das folhas, e ao bicho Preá, pela sua olhadela de lateral, enganando o caçador, fazendo de conta que não o vê, mas, na real está a ver o caçador.

É a criação da modelagem futebol-arte através da inclusão dos negros no futebol, implantando uma série de elementos: Drible, finta, ginga, esquiva, bicicleta voadora, folha-seca, cabeçada, deslocamento, agilidade (entre outros), e a frase “quem corre é a bola” (Luz, 2002). Pelé, o bailarino, o rei negro, e Garrincha, o driblador. É a dança, o samba, a africanidades.

Os jogadores negros recebem títulos simbólicos de rei, fenômeno, imperador (os Ronaldos, Adriano, Neymar), o corpo diabólico de Robinho e mais precisamente batizado em Edilson - o capeta. O corpo Exu. De toda forma, remetem-nos à ancestralidade, à africanidades, à Cosmovisão africana e a ressignificação na diáspora: o ritmo, o samba, a capoeira, “a síncopa” - como afirma Sodré (1998), é o gesto corporal, o que faltava.

A vida negra entrecruzada é onde percebemos os corpos-memória em nexos com a ancestralidade na cosmovisão africana. Para Maria Siqueira (2006, p. 20-21), cosmovisão africana é a visão de mundo africano e incorpora sentimento, razão, ciência e religião, fundamentando-se com os Orixás - ancestrais africanos divinizados e assimilados à natureza, materializados pelos assentamentos, sendo a fusão entre

³ A autora descreve a história dos Jogos Olímpicos, porém, não adentra às questões de gênero e raça nem os tensionamentos. Ela apenas narra, sem análise crítica.

natureza e cosmo. Para a autora, corpo e alma, mundo sagrado e mundo profano não são dicotomias, se fundem, são totalizantes e não partes.

A respeito da ancestralidade, na visão de Eduardo Oliveira (2007, p. 205) não se restringe à esfera religiosa e às fronteiras sociais do candomblé. Além disso, o autor reconhece o papel da ancestralidade na construção da identidade do negro, forma de reação, resgate e discurso para reparação da história e da cultura negra no Brasil. Como frisa, ancestralidade é movimento, é o entrecruzamento de caminhos. E, conforme Siqueira (2006, p. 32) o Axé é o que liga a ancestralidade. É a força vital que unifica vivos e mortos (mortos significando continuidade da vida).

A força vital ou energia vital é o que unifica todos os seres humanos na comunhão entre o Orum e o aiyê (céu e terra). A força vital se refere àquela energia inerente aos seres que faz configurar o ser-força ou força-ser, não havendo separação possível entre as duas instâncias (Leite, 1984, p. 34 apud Oliveira, 2003, p. 43). Notamos a força vital como um elemento presente que, em intersecção com outros elementos como a dança, o ritmo, forma os complexos corpos negros, na arte de driblar, gingar, não de ser, mas sendo.

No candomblé, a dança representa as tendas dos orixás. Canto, dança, ritmo, movimento do corpo (Siqueira, 2006, p. 71). Paulina Chiziane (2004), descreve os mistérios da dança e contribui para pensar o futebol-arte, o esporte negro na conjuntura dos corpos africanizados e da dança sagrada. A dança é para a leveza da alma, para esquecimentos e memórias. A pisada da dança é para mandar para debaixo da terra os pesares. Para a escritora, o povo negro é um povo que dança para comemorar as alegrias e para afastar as desgraças. A dança é magia, energia, é elemento vital.

No Brasil, a dança ganhou uma dimensão de complexidade, com o samba como um elemento africanizado. O samba é uma mistura de cultura musical, de saberes e de sentidos, tendo como mistério a síncopa interativa, que é a batida que falta, completada pelo corpo: a palma, os gestos, etc. Samba é o dono do corpo e Exu, o dono do Samba (Sodré, 1998, p. 11). Corpo-movimento é Exu, Exu é corpo transgressor.

A capoeira Angola é concebida enquanto filosofia de vida (Araújo, 2015, p. 13). É a sua forma de ser - jogo, dança, luta, a arte de enganar, o domínio corporal, a malandragem, a arte de esquivar, mas também, de golpear. Seus elementos são voltados para a energia vital: é força- drible-finta-ginga, o que, a nosso ver, capoeira é o jogo social construído na resistência, é resistência, a expressão do corpo - memória ancestral, e o futebol é tudo junto: é samba, é ritmo, é capoeira, é malandragem. Futebol retrata a arte de viver.

As mulheres no jogo: gênero e diversidade no futebol

No tocante ao gênero e a participação das mulheres na antiguidade, era proibida, com algumas exceções e para homenagens às deusas, com limitações e restrições de tipos de provas. Conforme nossa interpretação dos estudos de Godoy (2001), os esportes na antiguidade eram de exclusividade

masculina, de classe abastada e de brancos. Na modernidade, a lógica da exclusão persiste e “a participação das mulheres nos Jogos Olímpicos segue uma trajetória de rejeições e controles, desde o início desses jogos na era moderna [...]” (Lessa; Votre, 2013). Entretanto, reconhecemos o notório avanço de mulheres nos diversos esportes, que vem se dando desde anos 1980 (David, 2005, apud Calheiro, 2017)⁴ e visto mais fortemente nas últimas Olimpíadas, em 2016, no Brasil.

Destacando a influência das mulheres no futebol, a história assinala um contexto de proibições institucionais e resistência, bem como uma participação majoritária de mulheres negras, sobretudo na formação da Seleção Brasileira de Futebol de mulheres. Excluídas do processo, passam a fazer parte do futebol brasileiro em termos de reconhecimento nos anos 1970 e, particularmente, dez anos depois (Morais, 2014). Todavia, segundo estudos, a participação do sexo no Brasil surge nos anos 1920, fazendo preliminares de jogos dos homens, no Rio e São Paulo (Calheiro, 2017).

Morais (2014) aponta a influência das baianas, majoritariamente negras, e menciona aspectos da lesbianidade no futebol e o tensionamento. Contudo, é visível a exclusão da diversidade, a hegemonia masculina, a força da masculinidade no esporte. E aqui inclinamos o olhar na percepção dos corpos-mulheres-complexos, corpos fenômenos, múltiplos-motores. Uma memória tão próxima nos permite citar algumas delas, com grande relevância no futebol: Cici, Formiga, Pretinha, Michael Jackson (entre outras) e, na atualidade, Marta - a rainha negra.

Em nossa análise, as mulheres negras futebolísticas tem uma similaridade corporal com os homens negros mais destacados do futebol, uma correlação nos aspectos corporais, técnicos e históricos. Porém, vivem em situação político-econômica de desigualdade extrema e invisibilidade. Marta é, às vezes, chamada de “Pelé de saia”, ou seja, a rainha negra, e, às vezes, comparada à Neymar. Isso nos remete a pensar o futebol de exclusividade dos homens e igualmente na violência de gênero, quando este último jogador citado (e muitos outros) pagaria o salário da rainha, por seis vezes a melhor do mundo⁵ - sonho de muitos jogadores do sexo masculino.

Conclusões

O esporte brasileiro foi um espaço influente para a manutenção do androcentrismo e racismo na sociedade, mostra a infligibilidade dos homens brancos e heteronormativos. Aqui, buscamos refletir sobre o esporte como um espaço de resistência racial e de gênero, com a inclusão de mulheres e negros no futebol, espaço de luta e pela igualdade de direitos.

A cosmovisão africana, a cultura africana e sua reinvenção no Brasil, mediante a vida do povo negro na diáspora, correlacionados com elementos culturais como a religião do Candomblé, ritmo, dança, samba, capoeira, permite repensar os corpos futebolísticos nos termos da ancestralidade, enviesados

4 O estudo de Calheiro é resultado da pesquisa de mestrado, dissertação defendida em 2016, pela UNEB. Toda a referência a esse estudo se trata da pesquisa e sua publicação.

5 Jornal Correio da Bahia, 25 de setembro de 2018, p. 25.

no construto sociocultural e sociopolítico no trato com a desigualdade social - o corpo da rua, dos becos, da favela, do barro, do chão, os pés descalços e os dribles à vida de exclusão.

Pensamos o corpo imbricado com a africanidade: o jogo-esporte através do futebol- arte, a luta pela via da capoeira, a dança por meio do samba e do Candomblé, destacando a ancestralidade e a força como elementos da cosmovisão africana - a força vital. Assim, temos o desenho do corpo negro: complexo. O futebol arte, criado pelos negros é essa mistura de samba com capoeira, com luta, com Axé, é a arte de fuga de uma experiência de exclusão. É tudo juntado, uma simbiose.

O futebol brasileiro tem sua modelagem própria, é arte, é incorporação, ainda que sem ser visível, numa espécie de fusão entre humano e Orixá, terra e céu, matéria e natureza, sendo a sua tessitura real: corpos poéticos, harmônicos, sonoros, que dançam e angolam. É o esporte construído na experiência de gingar e driblar o mundo - força-drible-ginga-finta. O futebol, a esperança; o corpo, a resiliência. Por que arte não?

O jogo continua...

Referências

ARAÚJO, Rosângela (Mestra Janja). **É Preta, Kalunga: A capoeira Angola como prática Política entre os angoleiros baianos - anos 80-90**: Fundação Gregório de Matos, 2015. CALHEIRO, Ineildes. **As mulheres árbitras de futebol: tecnologias de gênero e divisão sexual do trabalho**. International Book Market Service Ltda: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

CHIZIANE, Paulina. **Niketche: uma história de Poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol, n, 1, 2002, p. 171-189..

GODOY, Lauret. **Os Jogos Olímpicos na Grécia Antiga**. São Paulo: Editora Nova Alexandria, 2001.

LESSA, Patrícia; VOTRE, S. Josué. A tecnofabricação dos corpos sexuados nos Testes de feminilidade na Olimpíada de 1968. **Rev. Bras. Ciênc. Esporte**, Florianópolis, v. 35, n, 2, p. 263-279, abr./jun. 2013.

LUZ, Marco Aurélio. **Do tronco ao Opa Exim: memória e Dinâmica da tradição afro- brasileira**. Rio de Janeiro:Pallas, 2002.

MORAES, Enny Vieira. **Fazendo gênero e jogando bola: futebol feminino na Bahia anos 80-90**. Salvador: EDUFBA, 2014.

OLIVEIRA, Eduardo David de. **Cosmvisão Africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afro-descendente**. Fortaleza: LCR, 2003.

_____. **A ancestralidade na Encruzilhada**. Curitiba: Gráfica Popular, 2007.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SIQUEIRA, M. Lourdes. **Siyavulma: uma visão africana de mundo**. Salvador: Ed. Autora, 2006.

SODRÉ, Muniz. **Samba o dono do corpo**. 2. Ed. Rio de Janeiro: Maud, 1998.

NOVAS REPRESENTAÇÕES DA IDENTIDADE FEMININA NO UNIVERSO DO MARAVILHOSO DE MARINA COLASANTI

Nathalia Bezerra da Silva Ferreira¹
Verônica Maria de Araújo Pontes²

Resumo: A identidade feminina tem passado por grandes mudanças nos últimos anos. O que antes era visto como “tipicamente” pertinente ao sexo feminino, hoje, possui uma ressignificação. O trabalho com a formação de leitores, dessa forma, passa também por novas perspectivas, uma vez que, permite que se volte para o desenvolvimento de ações que tratem das questões de gênero, buscando um novo modo de conceituar as relações entre homens e mulheres. A escritora ítalo-brasileira, Marina Colasanti, apresenta um novo modelo de contos de fadas que se opõe em alguns aspectos, principalmente, na representação das personagens femininas aos contos clássicos. Dessa forma, o presente trabalho tem por objetivo analisar o modo como a autora constrói suas personagens nos contos *Além do bastidor* (1979) e *A moça tecelã* (1999), comparando-as ao modelo tradicional. Esse estudo tem como base a crítica feminista. Para tanto, utilizaremos, Zinani (2006), Bettelheim (2014) e Corso (2006) como principais referenciais teóricos.

Palavras-Chave: Contos de fadas. Identidade feminina. Marina Colasanti.

1 Secretaria da Educação- SEDUC CE.
E-mail: nathalia.bzr@gmail.com

2 Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte- IFRN.
E-mail: veronicauern@gmail.com

CONVENCIONALIZAÇÃO DE PERSONAGENS TRAVESTIS NA LITERATURA BRASILEIRA: CORPO E SUBJETIVIDADE

Carlos Eduardo Albuquerque Fernandes¹

Resumo: O presente trabalho discute a configuração de personagens travestis na literatura brasileira, a partir dos romances *Uma Mulher Diferente* (1965), de Cassandra Rios, *O Travesti* (1980), de Adelaide Carraro e *O Fantasma Travesti* (1988), de Sylvia Orthof. Partimos de dois eixos teóricos para a reflexão aqui pensada: (a) dos estudos de gênero e de sexualidades, principalmente a partir de etnografias sobre a experiência da travestilidade - Benedetti (2007), Pelúcio (2009) e Kulick (2008); (b) dos estudos literários, a partir de Candido (2007), Xavier (2007), Fernandes & Schneider (2017). O objetivo final é demonstrar que a descrição e ênfase no corpo físico é uma instância de convencionalização desse tipo de personagens.

Palavras-chave: Protagonistas Travestis; Convencionalização; Narrativas brasileiras.

CONVENTIONALIZATION OF CHARACTERS *TRAVESTITE* IN THE BRAZILIAN LITERATURE: BODY AND SUBJECTIVITY

Abstract: This paper presents a discussion on the configuration of *travestite* characters in Brazilian literature in the following novels: *Uma mulher diferente*, 1965, (*A Different Woman*), by Cassandra Rios; *O travesti*, 1980, (*The Travestite*), by Adelaide Carraro; and *O fantasma travesti*, 1988, (*The Travestite Ghost*), by Sylvia Orthof. The theoretical basis that grounds this discussion is based on two different approaches: (a) on gender and sexuality studies, mainly based on ethnographies about experiences of *travestilidades* (*travestite* identity) - Benedetti (2007), Pelúcio (2009), and Kulick (2008); (b) on literary studies - Candido (2007), Xavier (2007), Fernandes & Schneider (2017). The main objective is to demonstrate that the description and emphasis on physical as instance of the conventionalization of this kind of character.

Keywords: *Travestis* Characters; Conventionalization; Brazilian Narratives.

¹ Doutor em Letras pela UFPB, professor da UFRPE.
E-mail: carloseduardoufpb@gmail.com

Introdução

Desde a profícua aproximação dos estudos culturais e de gênero aos estudos literários, tornou-se relevante pensar o texto narrativo como um produto artístico e cultural por meio do qual se problematiza a sociedade e as relações de poder/saber que foram solidificadas nos discursos. Duas categorias desses ramos de estudos têm fundamental importância para a crítica literária que pretendemos desenvolver neste ensaio: a personagem e o corpo.

Nas narrativas de ficção, de uma maneira geral, a personagem ou, como também chamaremos, o sujeito ficcional é o elemento narrativo que centraliza as experiências apresentadas. O corpo, por sua vez, tornou-se um tema cada vez mais complexo nos estudos de gênero, especialmente após as influências dos estudos pós-estruturalistas, como veremos a seguir.

A diversidade sexual tem se constituído como um tópico marcante da agenda contemporânea em diversas áreas do conhecimento e, segundo Barcellos (2006), pode-se dizer, seguramente, que há configurações das relações homoeróticas na literatura ao longo da história. Nesse sentido, o termo “configurações” (usado no plural) enseja exatamente a multiplicidade de subjetividades e modos de vida que emanam do que se denomina homoerotismo, bem como as diferentes maneiras de expressar a temática em obras literárias diversas. Na verdade, a diversidade atrelada aos sujeitos homoeróticos se apresenta até mesmo na tentativa, por parte dos movimentos sociais, de criar uma sigla (LGBT – Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, outras siglas que sucederam essa estão em vigor hoje) para agrupar diferentes formas as subjetividades homoeróticas.

Uma faceta muito peculiar dentro dessa multiplicidade tem experimentado o rechaço social, a saber, aquela formada por homens e mulheres que perturbaram as fronteiras de gênero travestindo-se, no intuito de construir uma identidade ou de viver uma subjetividade diferente da norma social, que insiste em prever afinção e sintonia entre corpo biológico e corpo desejoso. Como parte dessa pluralidade, as travestis encontram um “lugar” na produção literária brasileira. Por meio do contato com narrativas que protagonizam travestis, percebemos que, na constituição dessas personagens, há um exacerbado investimento narrativo na construção de seus corpos físicos: eles são descritos com detalhes, de maneira a chamar a atenção do leitor para aspectos que evidenciam a transformação de seus corpos.

Evidentemente as travestis se materializam na literatura por meio das personagens e essa minoria está diretamente atrelada à representação de seus corpos. Assim, nosso objetivo aqui é construir um argumento crítico que teorize a maneira peculiar que a literatura brasileira tem apresentado no sentido de construir personagens travestis com ênfase em seus corpos.

Dessa maneira, discutimos três romances brasileiros publicadas durante o século XX² para exemplificar e analisar como se dá esse conjunto de caracterizações que são recorrentes na *convencionalização* de personagens travestis: *Uma mulher diferente*, de 1965, de Cassandra Rios, *O travesti*, possivelmente

2 Consultar o panorama de obras literárias com protagonistas travestis publicadas no Brasil, catalogadas por Fernandes & Schneider (2017).

publicado na década de 1980, de Adelaide Carraro e *O fantasma travesti*, de 1988, de Sylvia Orthof. Partimos de dois eixos teóricos para a reflexão aqui pensada: (a) dos estudos de gênero e de sexualidades, principalmente a partir de etnografias sobre a experiência da travestilidade³, Benedetti (2007), Pelúcio (2009) e Kulick (2008); (b) dos estudos literários, a partir de Candido (2007), Xavier (2007) e Fernandes & Schneider (2017).

Corpo, travestilidade e personagem

Neste tópico, discutimos o quanto o aspecto corporal é importante para pensar as travestis na cultura. Pelúcio (2009, p. 214) argumenta que “é no corpo, enquanto território de significados sociais, que se materializa o gênero que a travesti deseja para si.”. Nesse caso, sendo pessoas normalmente identificadas por promoverem uma mudança corporal que lhes torna ambivalentes quanto às distinções de sexo biológico e identidade de gênero.

O corpo é um aspecto que, destacadamente, entre as travestis, configura-se como “um sistemação vinculado à experiência, à vivência cotidiana e à formulação da identidade pessoal e de uma nova subjetividade que mostra (por meio do controle do corpo) o que significa” (JAYME, 2009, p. 13). E embora aparentemente tão real e acessível a descrições, o corpo não é concebido como uma natureza incontestável, pois está em constante mudança e modelagem na construção do feminino travesti.

Essa construção do corpo travesti, é preciso relativizar, torna-se bastante múltipla dependendo de uma série de fatores:

A forma como o gênero se materializa no corpo da travesti apresenta diversas variações, sendo influenciada por classe social, trabalho, localização geográfica, faixa etária, cultura familiar, independência financeira, escolaridade e outros. Estes componentes influenciam direta ou indiretamente na estética corporal e comportamental das travestis, sendo impossível determinar uma definição que possa contemplar todas as experiências travestis ou travestilidades. (ANDRADE, 2015, p.116).

Essa multiplicidade de mutação e construção dos corpos é verificável nas personagens travestis que enfocamos, por exemplo: Ana Maria, protagonista de *Uma mulher diferente*, de Cassandra Rios é uma personagem travesti com seios construídos pela ingestão de hormônios, seu cabelo loiro e comprido é natural, seu corpo é moldado por técnicas mais avançadas que as usadas pela personagem Joselin, da novela “O Milagre”, de Roberto Freire ou mesmo pela personagem Gina, do conto “Ruiva”, de Júlio César Monteiro Martins, cujos corpos são moldados por bustiês com enchimentos de espumas, por perucas e por maquiagem. Segundo Pelúcio (2009), essa multiplicidade enriquece o conceito de travestilidade,

3 A noção de travestilidade traz consigo a ideia de condição e de identidade, uma marca, portanto, de um sujeito que constrói sua identidade de gênero com base em um “certo feminino [...] como possibilidade para além do binarismo de gênero e do determinismo do sexo”, nas palavras de Pelúcio (2009, p. 44).

por este ser intimamente ligado à multiplicidade de vivências unidas à construção e à desconstrução dos corpos.⁴

Uma premissa básica que é questionada pelas travestis é a naturalidade do corpo e o binarismo do gênero: “as experiências que constituem as travestilidades têm na transformação do corpo e do gênero um fator que desestabiliza a ordem binária dos sexos e dos gêneros” (PELÚCIO, 2009, p. 42). Elas são capazes de metaforizar na própria carne que nossos corpos também mudam e nos sugerem em suas práticas:

O grande desafio talvez seja admitir que todas as posições podem se mover, que nenhuma é natural ou estável e que mesmo as fronteiras entre elas estão se desvanecendo. A não nitidez e a ambiguidade das identidades culturais podem mesmo ser, às vezes, a posição desejada e assumida – tal como fazem, por exemplo, muitos jovens homens e mulheres ao inscrever em seus corpos, propositalmente, signos que embaralham possíveis definições de masculinidade e de feminilidade. (LOURO, 2003, p. 48).

E embora saibamos o quão fluído é pensar os corpos como marca de construção de subjetividade, é por meio deles que as travestis se materializam, ainda que de forma igualmente fluída e ambígua; é esse o modo como elas comunicam ao mundo sua diferença e sua singularidade, como afirma Benedetti (2005):

O corpo das travestis é, sobretudo, uma linguagem; é no corpo e por meio dele que os significados do feminino e do masculino se concretizam e conferem à pessoa suas qualidades sociais. É no corpo que as travestis se produzem enquanto sujeitos. (BENEDETTI, 2005, p. 55).

Com efeito, não é possível pensar as travestis sem atentar para a questão de seus corpos como marca de construção de si mesmas; como também defende Pelúcio (2009, p. 186): “As travestis têm construído sua subjetividade a partir de uma forte referência na sexualidade e na corporalidade”.

Essa atenção ao corpo não se restringe apenas à ideia de “corpos estranhos” (LOURO, 2004) ante os olhares ainda maculados da cultura heteronormativa, mas se amplia na existência de um investimento árduo e apaixonado das travestis pelo corpo e sua transformação. Isso não quer dizer que esses corpos, uma vez mudados, passam pelo crivo da acomodação, como diz Benedetti (2005), já que elas vivem uma constante reinvenção de si mesmas:

Os corpos, que estão presentes em todos os momentos dos seus processos de transformação, também se reinventam, se fabricam, se redesenham e experimentam as sensações, as práticas e os valores do gênero. [...] Elas questionam e reinventam os

⁴ Em Fernandes & Schneider (2017) discutimos e percorremos as configurações de corpos de personagens travestis em narrativas de ficção brasileiras no século XX, oferecendo um panorama dessa discussão.

próprios modos de fabricação dos sujeitos, trazendo para si o poder de conformar suas curvas, seus desejos, suas práticas e significados do gênero. (BENEDETTI, 2005, p. 132).

Podemos dizer que as travestis e suas transformações corporais constituem um devir na formação de suas subjetividades, tendo o corpo como ponto de partida e de chegada de uma viagem pelo desejo de transformação, como defende Braga (2010, p. 159):

A travesti oferece uma forma de resistência à determinação biológica, conseqüentemente a uma subjetividade que seria constituída a partir de um outro corpo. Essa interferência física no corpo é o que possibilita a construção de outras subjetividades. (BRAGA, 2010, p. 159).

Dessa maneira, a partir do corpo como artefato de construção da subjetividade, do gênero e da sexualidade é que podemos observar as travestis e, conseqüentemente, as personagens travestis de nossa literatura. É nos seus corpos ou por meio da construção deles que visualizamos e analisamos os valores ideológicos existentes neles, por intermédio da descrição linguística dos narradores e personagens. Assim sendo, também nos é igualmente permitido observar aspectos referentes ao gênero e à sexualidade mediados na construção do texto literário, visto que somos levados a avaliar em que medida o corpo desestabiliza as visões transfóbicas ou em que medida as reforça em suas *convencionalizações*.

Reconhecemos que, de forma geral, dentre os elementos que compõem as narrativas literárias, a personagem figura como o que mais chama atenção dos leitores, justamente porque se concentra nela o esforço do/a escritor/a em aproximar a ficção da realidade, o imaginado do vivido. É através da construção das personagens, das ações que essas executam, dos espaços onde estas acontecem, no tempo em que acontecem, que o crítico pode interpretar em que medida o texto literário problematiza questões socioculturais, uma vez que o texto não é mero reflexo, mas um meio dinâmico cuja dependência e fidelidade com a realidade não acontece de forma direta.

Segundo Rosenfeld (2007), a personagem é o elemento da narrativa que “[...] com mais nitidez torna patente a ficção, e através dela a camada imaginária se adensa e se cristaliza” (ROSENFELD, 2007, p. 21). Ao que Candido (2007) acrescenta: a personagem vive o *enredo* e o torna vivo para quem o lê. Já conforme Carrero (2005), no processo de criação literária, a personagem é o cerne da ficção, é o elemento que acopla os aspectos da realidade configurada pelo escritor, sendo o fio condutor do texto. O resultado desta complexa tarefa de criar o sujeito ficcional é o que proporciona os processos de identificação entre leitor e personagem e a verossimilhança do texto. É através desta semelhança com o real que a configuração do corpo da personagem travesti servirá de unidade analítica para chegar às considerações críticas de nosso estudo.

O conceito de personagem na tradição dos estudos literários sobre os gêneros narrativos procura separar a noção de *pessoa* da dos seres de papel dos contos, romances, crônicas, peças teatrais, novelas

e narrativas fílmicas. Moisés (2007, p. 348) traz uma definição possível desse elemento da narrativa - a personagem de ficção:

Designa [...] os seres fictícios construídos à imagem e semelhança dos seres humanos: se estes são pessoas reais, aqueles são “pessoas” imaginárias; se os primeiros habitam o mundo que nos cerca, os outros movem-se no espaço arquitetado pela fantasia do prosador. (MOISÉS, 2007, p. 348)

A separação e também a íntima relação entre ficção e realidade ficam claras na afirmação do crítico. Essa distinção entre pessoa e personagem corresponde a uma preocupação antiga dos estudos literários no que diz respeito à caracterização da personagem como ser construído e, portanto, limitado linguisticamente. Brait (2000) alerta que, sendo a literatura uma realização específica de linguagem, a personagem possui forma própria de “existir” na especificidade do texto; a autora ainda afirma que todos os elementos narrativos contribuem para a constituição dos “seres de papel”, pois “as personagens *representam* pessoas, segundo modalidades próprias da ficção” (BRAIT, 2000, p. 11, grifo da autora).

O termo “representam” traz, portanto, para o texto a instância ficcional, fazendo presentes aspectos da realidade: o mundo, os sentimentos, determinados comportamentos e tipos físicos de pessoas. Entendemos que “representação”, na definição de Brait (2000), não diz respeito ao reflexo do real, mas a uma configuração de alguns elementos da realidade, como esclarece Candido (2007, p. 64, grifo nosso): “A personagem *deve dar impressão* de que vive, de que é como um ser vivo.”.

É importante ter em mente, conforme alerta Candido (2007), que por mais complexa que possa ser uma obra literária, não é possível mensurar totalmente a complexidade da vida e das pessoas através de um romance ou de uma personagem. O sujeito ficcional apresenta um perfil limitado de características humanas, sendo possível distinguir-lhe um número determinado de atributos que se restringem também ao tamanho do texto, escolhas realizadas por parte de seu criador, às nuances apresentadas de sua personalidade e à imagem física que se deixa transmitir desse ser de papel:

(...) a vida da personagem depende da economia do livro, da sua situação em face dos demais elementos que o constituem. [...] Daí a caracterização depender de uma escolha e distribuição conveniente de traços limitados e expressivos, que se entrossem na composição geral e sugiram a totalidade dum modo-de-ser, duma existência. (CANDIDO, 2007, p. 75).

A essa seleção de traços (físicos e psicológicos) que formam a personagem de ficção, haja vista a impossibilidade de descrever a totalidade de uma existência, Candido (2007) denomina *convencionalização*. Este termo é eficaz para o entendimento das personagens, uma vez que cada uma delas corresponderá a uma seleção dos traços que se assemelham com os dos seres humanos.

As personagens que compõem as narrativas de nossa discussão possuem aspectos em comum quanto à perspectiva comportamental, e à construção corporal, como por exemplo, a maneira

estereotipada de personagens masculinos aparecerem como efeminados e frágeis diz respeito a uma *convencionalização* que reflete visões machistas e discriminatórias.

A personagem de ficção problematiza questões socioculturais e existenciais vivenciadas pelos seres humanos; daí, podemos, através delas, discutir questões culturais. Os fatos narrados são interpretações da realidade. Segundo Barcellos (2006), o exterior, o social, o cultural é incorporado ao texto literário, que faz dele o material de elaboração do plano ficcional e, sendo a personagem categoria principal dessa relação real-textual, não é à toa que ela seja o objeto de análise relevante para a compreensão da travestilidade nas narrativas literárias. Pela sua construção linguística, a personagem de ficção geralmente possui um corpo ou, em outras palavras, é, também, um corpo de linguagem.

Na busca por pensar, a partir da literatura, a relação que se dá entre corpo e personagem, guiámo-nos pela pesquisa de Xavier (2007) que estudou as personagens femininas, levando em consideração seus corpos, tomando um vasto corpus de narrativas escritas por mulheres. O estudo de Xavier (2007), assim como o nosso, investiga protagonistas com o intuito de, ao interpretá-las, perceber e analisar também as dinâmicas culturais e valores ideológicos por meio da literatura. As tipologias postuladas nos auxiliam no estudo das personagens travestis, uma vez que assim como as personagens mulheres, essas estiveram sob o alvo da coação e regulação cultural.

Nesse ponto, voltamos ao que afirmávamos e, com o auxílio de Xavier (2007), podemos reforçar de forma mais veemente: toda personagem de ficção é um corpo ou possui um corpo. Nem sempre esse corpo será tão evidenciado pelo narrador e demais sujeitos ficcionais, mas ainda que implicitamente, ele compõe o que é a personagem. Voltamos, também, ao conceito de *convencionalização* de Candido (2007), o qual designa o conjunto de elementos e características que formam uma personagem, como já havíamos apontado. Dessa forma, pode fazer parte de determinada personagem ou grupo de personagens de acordo com o estilo de época, um tipo específico de *convencionalização*.

As personagens dos romances naturalistas do século XIX, por exemplo, passaram pelo crivo da descrição corporal minuciosa, enfatizando aspectos biológicos e traços raciais. Essa maneira de criar e descrever personagens corresponde aos parâmetros de criação literária que permeavam o Naturalismo, segundo Proença Filho (1969), o que não ocorreu em outros estilos de época, como na terceira geração do Modernismo brasileiro, cujo investimento dos autores nas personagens incide mais no aspecto comportamental e psicológico. Desse modo, conforme as transformações pelas quais a literatura passa, as personagens de ficção também sofrem alterações em suas composições.

É possível que leiamos uma narrativa, nos envolvamos com uma personagem sem que saibamos sequer a cor de seus cabelos. Todavia, dificilmente lemos uma narrativa brasileira que possui uma protagonista travesti sem que atentemos para seu corpo, pois esse tem sido um dos aspectos relevantes em sua *convencionalização*. Não o corpo apenas como imagem física, mas correlacionado a diversos componentes que moldam esse corpo, como a vestimenta, a voz, os adereços, toda a indumentária que reveste o corpo, sendo extremamente importante para as personagens travestis e para a construção de sua verossimilhança.

Como as personagens travestis sofreram um silenciamento crítico, evidenciamos aqui que existe uma maneira específica de criação e abordagem dessas personagens em nossa literatura, tendo o corpo como aspecto relevante de *convencionalização* e interpretação.

Corpos e personagens enquadradas

Para estabelecermos a discussão em torno das personagens e o corpo como instância de *convencionalização*, comentamos os romances apontados e apresentamos quadros que sintetizam as características corporais analisadas, segundo investimento de narradores e personagens secundárias observado no que diz respeito às protagonistas.

Um forte exemplo desse aspecto é a personagem travesti Ana Maria, do romance *Uma mulher diferente*, de Cassandra Rios, publicado em 1965. A obra consiste numa narrativa policial, na qual se conhece e desvenda a vida da protagonista, que tinha por nome de registro Sergus Wallereststein, mas que transformara seu corpo, tornando-se uma linda e sedutora travesti loura, dançarina de boates da noite paulistana. O romance é narrado em terceira pessoa (narrador onisciente ou heterodiegético). Na primeira página, o narrador nos conta que fora encontrado o corpo de uma “belíssima loira” boiando num rio. O enredo é relativamente simples: a história de vida de Ana Maria nos é contada através da investigação de sua morte, feita pela personagem Dalton Levi (na maioria das vezes chamado de Grandão pelo narrador, devido ao seu porte físico “hercúleo” (p. 13), másculo e viril). A identidade travesti da vítima só nos é revelada aos poucos e algumas personagens da trama, que eram próximas de Ana Maria, só passam a descobrir essa sua outra identidade após a morte dela.

Destacamos então a importância que o narrador e demais personagens dão ao corpo da protagonista, construído sob um molde irresistível de sensualidade e erotismo; o narrador também enfatiza as técnicas de transformação corporal para construção desse feminino.

Fizemos um quadro como tentativa de sintetizar alguns desses dados que nos mostram as referências ao corpo e ao comportamento dela ou, nas palavras de Candido (2007), a *convencionalização* das características da personagem. Dividimos em três colunas: o aspecto a ser evidenciado, seguido da citação na qual podemos percebê-lo e analisá-lo, bem como citando a especificação do contexto de enunciação na obra literária, quem disse o que a quem e ao que se refere.

QUADRO 1 - Ana Maria enquadrada – síntese de algumas de suas características corporais

Aspecto evidenciado	Citação	Contexto (Quem disse a quem?)
Beleza	"Era bela! Muito bela! Enganadora! Um caso de tirar o chapéu e indagar sobre os mistérios da alma humana[...]" (p. 21)	Narrador ao se referir às impressões do detetive Dalton Levi
	"É uma mulher perfeita e linda... Pena que não é mulher mesmo..." (p. 75)	Personagem anônima na boate
Pernas	"O quanto Ana Maria era bela! Irresistível! Exuberante! Extraordinariamente atraente e suave! [...] Um verdadeiro coquetel das mais desconhecidas qualidades essencialmente femininas. E era um homem!" (p. 129)	Narrador ao se referir às impressões de Dr. Barbosa
	"[...] ficaram à mostra até a altura das coxas, e todos os olhos se caíram sobre aquelas partes roliças do corpo sensual". (p. 66)	Narrador
Cabelos	"belíssima loira" (p. 13) "- Os cabelos dele são naturais, não usa peruca, são lindos, sedosos! – exclamou uma jovem." (p. 75)	Narrador Personagem anônima na boate
Seios	"O que conseguiu apenas foi soerguer um pouco as mãos até os seios dela e senti-los muito pequenos, como os de uma garota de 14 anos, magra, mais menina que mulher." (p. 67)	Narrador ao se referir às atitudes do português Antônio Pereira
Voz	"E os seios, reparou? Dizem que faz tratamento com hormônios femininos para crescer os seios..." (p. 76)	Personagem anônima na boate
	"-É certo que acho a voz meio rouca, um pouco grossa, mas já conhecia mulheres com a voz mais máscula, por isso não vi nada demais..." (p. 53) "Ele se intrigou com a sua voz rouca". (p. 111)	Antônio Pereira Dr. Barbosa

Fonte: Fernandes & Schneider (2017).

A imagem que se forma da personagem é de uma pessoa portadora de extrema beleza e sensualidade, de um corpo moldado para provocar desejo. Ao mesmo tempo, lemos palavras que indicam a repulsa de alguns personagens em outros momentos da narrativa ("pederasta", "anormal", "bicha", "criatura"). Essa ambivalência presente na construção da personagem travesti é recorrente e talvez esteja associada à própria ambivalência que as travestis vivem na sociedade: por um lado são símbolos de desejo e perfeição corporal; por outro, carregam estigmas profundos, fato pelo qual sofrem tentativas de apagamento por parte de alguns setores e sujeitos sociais.

Vale destacar que os cabelos e os seios são ícones corporais de extrema importância para as travestis na construção de seu feminino, que também marca a construção e valorização das mulheres dentro das sociedades, como argumenta Kulick (2008, p. 215):

O cabelo é um dos principais atributos cultivados pelas travestis para obterem aparência mais feminina. Assim como a ingestão de hormônios e aplicação de silicone, o cabelo é umas linhas divisórias que as travestis traçam entre um transformista [...] e um travesti, um homem que vive as 24 horas do dia como mulher.⁵ (KULICK, 2008, p. 215)

5 Segundo Pelúcio (2009), Silva (2007), Kulick (2008) e Benedetti (2005), essa ideia é unânime nas etnografias sobre travestis brasileiras.

Nesse sentido, nossa protagonista, construída no contexto da década de 1960, parece atender às demandas das travestis até os dias atuais, haja vista que, de acordo com o que se desenrola nas investigações do detetive: “Passava todas as horas do dia como mulher.” (RIOS, 2005, p. 42) Ou ainda quando é mencionado pelo detetive que percebera que ela “Caracterizou-se e convenceu-se de que podia viver assim, como mulher, dedicando toda a sua vida e o seu tempo para se aperfeiçoar, com tratamentos, e estudando os mais delicados e femininos tipos de mulheres.” (RIOS, 2005, p. 111).

Essas passagens relembram as etnografias, especialmente o argumento de Benedetti (2005, p. 105) de que a construção do feminino não é apenas exterior, mas passa necessariamente por uma construção interior de aprendizado e convivência:

É um feminino simultaneamente exterior e interior, um feminino que está presente nos corpos das travestis e nos usos e valores por elas atribuídos [...] Essa dinâmica entre exterior e interior é o principal tópico de aprendizado das travestis, constituindo seu próprio gênero: é o que as faz femininas. (BENEDETTI, 2005, p. 105)

A construção ficcional de Ana Maria parece se fundamentar de maneira muito próxima na realidade das travestis, pelo menos como são discutidas nas etnografias que consultamos. Ela reflete estereótipos femininos de sensualidade, de corpo desejável e de comportamento, bem como exterioriza em seu corpo esse estereótipo. O romance é perspicaz em revelar detalhes da busca pelos elementos vinculados ao feminino, como deixar os cabelos longos para dar mais verossimilhança ao seu constructo corporal. Os seios, pequenos, são resultantes da ingestão de hormônios femininos, prática que historicamente tornou-se mais recorrente na década de 1960, como já mencionamos. Esses dados reforçam a ideia defendida por nós, em Fernandes & Schneider (2017), de que as narrativas homoeróticas brasileiras, mais especificamente, as que tematizam a travestilidade, possuem características muito próximas do Realismo do século XIX, no sentido de aproximar o máximo possível a matéria ficcional da matéria da realidade.

A voz da travesti também é um aspecto que merece destaque. No Quadro 1, mostramos trechos em que as personagens “estranham” o aspecto da voz de Ana Maria, uma vez que ela personificava tamanha feminilidade (de forma estereotipada), porém sua voz não correspondia a tal expressão. Nas etnografias, são unânimes os relatos de dificuldades para modificar a voz por parte de travestis interessadas em feminilizações mais convincentes. Silva (2007, p.154-155) foi o primeiro a abordar essa nuance: “De todas as inversões praticadas pelo travesti, a menos flexível localiza-se na garganta. [...] A voz ainda é, salvo exceções extremamente raras, o sinete de sua condição biológica.” Dessa forma, a maneira de construir a voz da protagonista também corresponde a um ponto de verossimilhança na obra.

Outro texto literário em que visualizamos de forma nítida a ênfase no corpo é o romance *O travesti, de Adelaide Carraro*, publicado possivelmente em 1980. É uma obra narrada em primeira pessoa (narrador

autodiegético) que conta a estória de Rubens de Moraes Barros, que se transforma em Jaqueline⁶, travesti que se prostitui na noite paulistana, na década de 1980. A linguagem é coloquial e livre de preocupações de estilo, tornando-se por vezes redundante e contraditória⁷. Os fatos narrados giram em torno da vida da protagonista e das demais travestis, do dia-a-dia da prostituição e dos sofrimentos vividos. No entanto, nesta obra, a transformação do corpo de Jaqueline e Rubens se torna cíclica, pois ela/ele faz a troca entre sua identidade masculina e travesti em dois momentos da obra.

Dividido em duas partes, o enredo se resume, na primeira etapa, às revelações de Jaqueline sobre sua mudança corporal para a construção do feminino travesti (a aplicação de silicone nos seios, as roupas femininas e suas relações com os clientes); paralelamente, há a presença de muitas personagens travestis que convivem com Jaqueline e sobre quem são narradas suas conquistas e agruras também. Na segunda parte, a personagem reverte sua transformação, cansada de sofrer pelas agressões e preconceito, a protagonista decide abandonar “a vida de travesti” e tornar-se novamente Rubens Moraes de Barros. Sua vida, então, sofre uma outra transformação; ele recebe uma herança trilionária de um senhor que conhecera e de quem cuidara no passado, o conde Estevan Suplitiir Matarado, adota dois filhos, Angela e André, e, ao fim, casa-se com a personagem Marina, constituindo uma família tradicional de acordo com os padrões heteronormativos.

Assim como Ana Maria, a construção física de Jaqueline nos leva a imaginar a beleza como forte característica de sua constituição. Dessa forma, elaboramos outro quadro sintetizando algumas dessas nuances:

6 A grafia do nome da personagem oscila na obra, às vezes, como “Jacqueline” e outras, “Jaqueline”.

7 Contradições ao exemplo do equívoco ao nome são bastante recorrentes, no início do romance, o narrador afirma que seu nome é Rubens de Moraes Barros (p.7), como se repete na maioria da obra, em outro momento, questionada a dizer seu nome de registro, ela diz Rubens Marcos Barros (p. 96).

QUADRO 2 - Jaqueline enquadrada – síntese de algumas de suas características corporais

Aspecto evidenciado	Citação	Contexto (Quem disse a quem?)
Beleza	"Era bela! Muito bela! Enganadora! Um caso de tirar o chapéu e madagar sobre os mistérios da alma humana[...]" (p. 21)	Narrador ao se referir às impressões do detetive Dalton Levi
	"É uma mulher perfeita e linda... Pena que não é mulher mesmo..." (p. 75)	Personagem anônima na boate
	"O quanto Ana Maria era bela! Irresistível! Exuberante! Extraordinariamente atraente e suave! [...] Um verdadeiro coquetel das mais desenhoadas qualidades essencialmente femininas. Era um homem!" (p. 129)	Narrador ao se referir às impressões de Dr. Barbosa
Pernas	"[...] ficaram à mostra até a altura das coxas, e todos os olhos caíam sobre aquelas partes tochas do corpo sensual". (p. 66)	Narrador
Cabelos	"belíssima loira" (p. 13) "- Os cabelos dele são naturais, não usa peruca, são lindos, sedosos! – exclamou uma jovem." (p. 75)	Narrador Personagem anônima na boate
Seios	"O que conseguiu apenas foi soerguer um pouco as mãos atrás os seios dela e senti-los muito pequenos, como os de uma garota de 14 anos, magra, mais menina que mulher." (p. 67)	Narrador ao se referir às atitudes do português Antomo Pereira
Voz	"E os seios, reparou? Dizem que faz tratamento com hormônios femininos para crescer os seios..." (p. 76)	Personagem anônima na boate
	"É certo que acha a voz meio rouca, um pouco grossa, mas já conheceu mulheres com a voz mais máscula, por isso não vi nada demais..." (p. 53) "Ele se intrigou com a sua voz rouca". (p. 111)	Antomo Pereira Dr. Barbosa

Fonte: Fernandes & Schneider (2017).

Apesar de mais reduzidas do que no romance *Uma mulher diferente*, as referências às características físicas de Jaqueline demonstram similaridade com as de Ana Maria, tais como a beleza, a sensualidade e a voz grossa, revelando sua identidade sexual. O fato de ela se descrever "tipo Roberta Close" revela um símbolo supremo de beleza que tornou-se quase um parâmetro entre as travestis da década de 1980⁸.

É interessante perceber que as oscilações das desinências de gênero são presentes até mesmo quando a personagem se refere a si mesma, como ocorre no primeiro fragmento, em que o artigo e os adjetivos estão todos no masculino; depois, ao se referir à própria pele, ela corrige o cliente, para que esse a trate no feminino. Um aspecto bastante recorrente é a personagem descrever a própria vestimenta ao sair para o trabalho de prostituição, denotando uma sensualidade feminina, realçando a beleza do corpo e fazendo os/as leitores/as imaginar a figura detalhadamente descrita.

A vida de prostituição e transformação do corpo é um subtema bastante relevante para a obra: "Os travestis colando os pintos, pondo as calcinhas, os sutians, as mini-saias, as frentes-únicas, os cinturões, as meias, os sapatos altos, o baton, rouge, cílios postiços, arranjos nos cabelos, as bolsinhas e rumo ao posto de gasolina." (CARRARO, s.d, p. 100). Essa cena sempre se repete em momento anterior aquele em que as travestis saem para o trabalho; a arrumação para a prostituição de rua é requintada e cuidadosa para que a construção do feminino atenda às exigências do desejo dos clientes.

8 Roberta Close é uma famosa modelo intersexual brasileira que impressionou pela sua beleza e feminilidade. Em 1989, ela se submeteu à cirurgia de adequação sexual e iniciou uma luta jurídica pela mudança de seu nome, conquistada em 2005. (BENTO, 2010).

O ato de “colar os pintos” é uma técnica que as personagens travestis desse romance descrevem da seguinte forma: “[...] a gente tem que passar o pênis no meio das pernas e segurá-lo com esparadrapo, senão, como é que se poderia usar tanga transparente” (CARRARO, s.d, 14). No entanto, nas etnografias consultadas não há registros da prática de fixar o pênis com esparadrapo, o que ocorre é que as travestis colocam os órgãos genitais para trás e os prendem com as pernas e as calcinhas apertadas⁹.

O cotidiano da prostituição de rua é, por vezes, marcado pela malandragem e pelo engano ou pelo truque¹⁰, como afirma Silva (2007). Na relação com seus clientes, as travestis que se prostituem por vezes também os roubam; o “golpe do suadouro” consiste na atividade de roubar o cliente após o programa, enquanto este dorme, seja em consequência da aplicação de alguma substância entorpecente, seja pela exaustão física desses após a relação sexual. É exatamente o que Jaqueline narra em um dos seus programas - após o sexo, o homem dormia profundamente e ela percebe que havia muito dinheiro exposto: “Olhei pro dinheiro. Olhei pra ele. Olhei pro dinheiro, olhei novamente pra ele [...] Peguei um monte de notas de mil cruzados e devagarinho, bem devagarinho me mandei.” (CARRARO, s.d, p. 23)¹¹.

A lida da prostituição exige que a travesti forneça uma série de serviços e Jaqueline nos dá detalhes dos serviços que oferece: “[cliente] – Você faz tudo? [pensamento de Jaqueline]: Esse tudo aí queria dizer: dar o cu, chupar o pinto do cara e algumas vezes virar ativo. Pois muitos gostavam que a gente os enrabasse” (CARRARO, s.d, p. 92). A prática sexual com o papel ativo é bastante recorrente entre as travestis que se prostituem, o que quebra o estereótipo da passividade e do perfil de feminilidade segundo a visão patriarcal (sempre servil e submissa) tantas vezes atrelado às travestis.

A transformação do corpo, sobretudo a construção dos seios, pela via da ingestão de hormônios ou da aplicação de silicone é crucial na vida das travestis, como mencionamos anteriormente. Na obra de Carraro (s.d), a protagonista relata a experiência desse momento:

A anestesia foi local. O médico pegou uma seringa do tamanho do mundo, fez um buraco em qualquer lugar da minha pele, no busto, e ela foi estufando, estufando em dois lindos peitos com o bico escurinho. Fiquei trinta e seis horas de barriga para cima e quando tirei o sutiã e me levantei, me senti uma rainha com aqueles lindos peitos. (CARRARO, s.d, p. 23-14)

Observamos a postura positiva da personagem ao sentir que está com os “lindos seios” construídos, haja vista que uma das principais diferenças anatômicas entre o corpo masculino e o feminino é o busto; portanto, essa modificação é bastante importante para a identidade travesti. O romance faz alusão a uma prática bastante incomum para travestis da realidade das décadas de 1970-80: aplicar o silicone com o médico, enfim, com especialista. Todas as etnografias consultadas relatam a existência de um tipo

9 Kulick (2008, p. 19).

10 Segundo Pelúcio (2009), o “truque” é um termo usado pelas travestis relacionado ao engodo, roubo e atitudes de desonestidade.

11 No conto “Dia dos namorados”, de Rubem Fonseca se relata também um caso de golpe de uma travesti com seu cliente.

específico de travestis que realizam aplicações de silicone em suas companheiras, elas são chamadas de “bombadeiras”¹² e fazem um trabalho sem anestesia, nem muito cuidado higiênico. Silva (2007) e Kulick (2008) registram, inclusive, mortes de travestis no Rio e em Salvador devido a aplicações problemáticas.

Aliás, as mortes de travestis devido a complicações com silicone injetado se tornaram históricas no Brasil da década de 1980. Trevisan (2000) afirma que em São Paulo, foi notável o grande número de óbitos de travestis devido à inserção de silicone industrial no corpo. E no romance de Carraro, Jaqueline teme tal perigo implícito: “O silicone falso. [...] aplicavam como verdadeiro e bem mais barato silicone. Mas infelizmente era borracha de silicone de grudar porcelana, cerâmica, plástico, vidro, metal etc. [...] Morria travestis aos montes [...]” (CARRARO, s.d, p. 67). Ficção homoerótica e realidade, como dissemos, muito próximas na maioria das vezes.

Outra obra em que vemos enfática a convencionalização do corpo é *O fantasma travesti*, um romance que envereda por uma vertente diferenciada das obras que comentamos até esse momento. Nela lemos sobre um mundo onírico e fantástico, com linguagem hermética, metafórica e permeada por termos e símbolos que compõem os regionalismos da cultura popular brasileira. No interior do livro, a autora revela um subtítulo omitido na capa: “Folhetim do além que conta dos entrelaçados amores entre a verdade e a fantasia, além da perturbadora paixão de Monique por um israelita ortodoxo, sendo Monique quase mulher, Saravá!” (ORTHOFF, 1988, p. 2). Esse subtítulo, quase sinopse, prepara o leitor para o enredo da narrativa, que segue o estilo modernista de Oswald de Andrade e Mário de Andrade, com cortes abruptos da sequência narrativa, não linearidade dos acontecimentos narrados, mudanças de nomes das personagens, uso da variante popular e oral da linguagem, além de um apego a recursos comuns da literatura fantástica como a prosopopéia, a representação de personagens mortas que atuam como vivas e acontecimentos mágicos; alguns desses recursos guardam semelhança, inclusive, com algumas obras infantis de Sylvia Orthof, como o animismo ou o recurso à magia por parte das personagens.

O romance é permeado por essas andanças nesse mundo mágico e por memórias de Monique, que vão surgindo no texto sem linearidade. Graças a essas memórias, em *flash back*, tomamos conhecimento da estória de Monique antes de chegar a esse mundo. Monique se chamava Asdrúbal Roberto de Alencar e tornou-se travesti ainda jovem no Rio de Janeiro, quando trabalhou como cabelereira em um salão e apaixonou-se pela personagem Isaías, judeu, cuidador de um antiquário de seu pai. Eis uma síntese de algumas características corporais dela:

12 É importante ressaltar que consultamos etnografias em diferentes localidades e regiões do Brasil, relatos de pesquisas antropológicas em diferentes momentos e em todas elas as travestis utilizam o mesmo termo para se referir à responsável pela aplicação de silicone.

QUADRO 3 - Monique enquadrada: síntese de algumas de suas características corporais

Aspecto evidenciado	Citação	Contexto (Quem disse a quem?)
Beleza	"Era bela! Muito bela! Enganadora! Um caso de tirar o chapéu e indagar sobre os mistérios da alma humana[...]" (p. 21)	Narrador ao se referir às impressões do detetive Dalton Levi
	"É uma mulher perfeita e linda... Pena que não é mulher mesmo..." (p. 75)	Personagem anônima na boate
	"O quanto Ana Maria era bela! Irresistível! Exuberante! Extraordinariamente atrante e suave! [...] Um verdadeiro coquetel das mais desenhoadas qualidades essencialmente femininas. Era um homem!" (p. 129)	Narrador ao se referir às impressões de Dr. Barbosa
Pernas	"[...] ficaram à mostra até a altura das coxas, e todos os olhos caíam sobre aquelas partes tochas do corpo sensual". (p. 66)	Narrador
Cabelos	"belíssima loira" (p. 13) "- Os cabelos dele são naturais, não usa peruca, são lindos, sedosos! - exclamou uma jovem." (p. 75)	Narrador Personagem anônima na boate
Seios	"O que conseguia apenas foi soerguer um pouco as mãos atrás os seios dela e senti-los muito pequenos, como os de uma garota de 14 anos, magra, mais menina que mulher." (p. 67)	Narrador ao se referir às atitudes do português Antomo Pereira
Voz	"E os seios, reparou? Dizem que faz tratamento com hormônios femininos para crescer os seios..." (p. 76)	Personagem anônima na boate
	"É certo que acha a voz meio rouca, um pouco grossa, mas já conheceu mulheres com a voz mais máscula, por isso não vi nada demais..." (p. 53) "Ele se intrigou com a sua voz rouca". (p. 111)	Antomo Pereira Dr. Barbosa

Fonte: Fernandes & Schneider (2017).

A síntese sobre as características corporais de Monique nos mostra pontos em comum com as demais personagens travestis que foram aqui analisadas: loira, com próteses de silicone nos seios e lentes de contato azuis, formando a totalidade de uma personagem travesti possuidora de uma beleza verdadeiramente atrativa. Além de Jaqueline, de *O travesti*, Monique é a única que aplicou silicone nos seios, atividade recorrente entre as travestis brasileiras a partir da década de 1980. Constantemente ela faz referência à roupa que está

usando, para evidenciar a questão corporal: "Estou de vestido simplinho, de bolinhas cor de rosa sobre fundo azul miosótis".

Essa ênfase no corpo, na descrição e construção dele, evidencia que a literatura brasileira buscou, em diferentes épocas, nos corpos travestis, uma marca de identificação e de subversão dos padrões de gênero. Após essas identificações de exemplos literários que ilustram nossa hipótese inicial, fazemos algumas considerações, no intuito de arrematar e confirmar a discussão proposta.

Considerações Finais

Como mencionamos no início deste trabalho, tínhamos por objetivo apresentar a ideia de que há uma maneira recorrente na criação de personagens travestis na literatura brasileira. Baseados nisso, construímos quadros a fim de expor uma forma de mapeamento dessas nuances, de uma mesma personagem, que apontam para a confirmação de nossa ideia inicial.

Os estudos de Candido (2007), a respeito da *convencionalização* da personagem de ficção, e o de Xavier (2007), de que as personagens podem ser os corpos a revelar formas de subversão ou de sucumbir à dominação dos dogmas de gênero e de sexualidade, nos auxiliaram quanto à seleção dos aspectos que deveríamos atentar ao longo da análise do corpus. No que se refere à *convencionalização* das personagens travestis, certamente podemos afirmar que tal aspecto sempre esteve ligado à questão do corpo. Vale mencionar que tal particularidade nos cobra uma atenção especial referente aos corpos de personagens travestis dentro do âmbito de criação literária, uma vez que tanto o aspecto físico (aparência, detalhismos dos traços e vestimentas) quanto o aspecto cultural (relação com questões sociais) estabelecem um diálogo mútuo.

Lembramos que as travestis, como subjetividade que tem por base uma construção corporal, podem ser vistas como *corpos que pesam* (segundo expressão de Butler, 2013) para as normas tradicionais de gênero. Esse *pesar* corresponde diretamente à noção de corpos abjetos, porque são subversivas, porque desestabilizam o binarismo essencialista e constroem outras maneiras de se perceber o gênero e a sexualidade.

A maior prova da “confusão” no sistema de gênero causado pelas travestis na literatura é perceptível no modo como, na narração, as flexões de gênero e as desinências de gênero nos substantivos e adjetivos oscilam entre o masculino e o feminino: ele/ela, deus/deusa, filho/filha, belo/bela. Essa manipulação gramatical demonstra a fragilidade de nossa cultura e de nossa língua ao lidar com o que transgride certas referências postas na maior parte das vezes de forma autoexcludente. O uso duplo das desinências e flexões de gênero acontece em todas as obras elencadas para a análise e se soma aos nomes duplos pelos momentos de vida vividos como homem e como travesti: Sergus/ Ana Maria, Rubens/ Jaqueline, Asdrúbal/ Monique. Benedetti (2005) aponta que o *nome travesti* representa parte das escolhas na construção do feminino travesti, diferentemente do nome de registro (“oficial”) que é imposto pela família. O nome feminino (ou pelo menos não masculino) é mais um elemento da performance de gênero da travestilidade.

Mudanças de nomes, mudança de corpos, as travestis conjugam diariamente o verbo mudar – aliás, essa é uma das observações de Silva (2007), em sua etnografia. Ele chama atenção para a mudança diária nos corpos travestis que se prostituem, acordam no turno da tarde, revistam possíveis cabelos e pelos que denunciem masculinidade, exercitam a voz, tomam hormônios, pintam cabelos e se arrumam para construção de seu feminino. A construção física do corpo das personagens travestis nas narrativas brasileiras que examinamos atende a determinados padrões de beleza. Interessante perceber que todas as personagens travestis das obras que compõem o corpus são loiras ou usam perucas que simulam esse tipo de cor capilar: Monique, Ana Maria e Jaqueline.

Essa repetição da mesma coloração de cabelo em personagens travestis (loiras ou com perucas) revela, talvez, uma tipificação que corresponde, em sua maioria, a um ideal de beleza brasileiro predominante e muito popular na segunda metade do século XX, o da mulher loira. Contudo, um argumento semelhante poderia ser usado em torno da questão da imagem da mulher negra, objeto de desejo,

símbolo de erotismo e de sensualidade desde a era colonial. Todavia, a quase ausência de personagens travestis negras denuncia também outras interpretações. Preciado (2015) afirma que: “tecnologias do sexo e do gênero não existem [...] sem fazer parte de uma biopolítica mais ampla, que reúne tecnologias coloniais de produção do corpo-europeu-heterossexual-branco” (PRECIADO, 2015, p. 103). Nesse sentido, as etnografias relatam que há bastante travestis negras¹³ em várias partes do país; no entanto, essa correspondência não ocorre na literatura, predominando um padrão de aparência branca, loira, que corresponde sobretudo a uma influência da presença feminina americana e europeia do cinema e da televisão. Esse padrão é visível nas travestis famosas que atuaram em programas televisivos do período estudado, as quais têm Rogéria como exemplo notório e modelo histórico.

Diante de tantas questões em comum entre personagens travestis no campo da literatura, resta-nos afirmar que, com efeito, identificamos uma maneira singular de construção literária dos sujeitos ficcionais travestis em obras do século XX, aqui sintetizadas na forma como o corpo se torna instância de *convencionalização* desses sujeitos ficcionais. Essa forma específica de criar personagens travestis por parte dos/das escritores/as citados/as não pode ser resumida em uma frase ou um parágrafo apenas, mas apenas em um levantamento amplo, como o que tentamos parcialmente realizar aqui, resgatando obras ainda não estudadas e formulando uma crítica que pudesse trazer à tona essas personagens tão silenciadas a partir de óticas menos depreciativas.

13 Não só as etnografias, mas historicamente, são conhecidas personalidades negras ligadas à travestilidade como João Francisco dos Santos, mais conhecido como Madame Satã, e o ator Jorge Lafond que interpretava a personagem travesti Vera Verão em um programa de humor brasileiro.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. *Travestis na escola – assujeitamento e resistência à ordem normativa*. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

BARCELLOS, J. C. *Literatura e homoerotismo em questão*. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2006. BENEDETTI, Marcos R. *Toda feita: o corpo e o gênero das travestis*. Rio de Janeiro, Garamond, 2005.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: Sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BRAIT, Beth. *A personagem*. 5 ed. São Paulo: Ática, 1993. (Princípios).

BRAGA, Sandro. *O travesti e a metáfora da modernidade*. Palhoça: Ed. Unisul, 2010. BUTLER, Judith. *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo*. In.: LOURO, Guacira Lopes (Org). *O corpo educado – pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

CANDIDO, Antonio [et. Al.]. *A Personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2007. CARRARO, Adelaide. *O travesti*. São Paulo: Loren, s.d.

FERNANDES, Carlos Eduardo Albuquerque. SCHNEIDER, Liane. *Personagens travestis em narrativas brasileiras do século XX: uma leitura sobre corpo e resistência*. João Pessoa: EDUEPB, 2017.

JAYME, Juliana Gonzaga. *Corpo, pessoa, identidade e gênero: tornar-se transgênero*. In: Anais eletrônicos do Congresso da Associação de Estudos Latino-americanos, 2009. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: LASA, 2009. Disponível em: <http://lasa.international.pitt.edu/members/congresspapers/lasa2009/files/JaymeGonzagaJuliana.pdf>>. Acesso em 5 de fevereiro 2014.

KULICK, Don. *Travesti – prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil*. Trad. Cesar Gordon. Rio de Janeiro: Fio Cruz, 2008.

LE BRETON, David. *A sociologia do corpo*. 2ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MOISÉS, Massaud. *A criação literária: Prosa*. 20 ed. São Paulo: Cultrix, 2007.

ORTHOFF, Sylvia. *O fantasma Travesti*. São Paulo: Espaço e tempo, 1988.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e Desejo* – uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS. São Paulo: FAPESP, 2009.

PRECIADO, Beatriz. *Manifesto Contrassexual* - práticas subversivas de identidade sexual. Trad. de Maria Paula Gurgel Ribeiro. São Paulo: n-1 edições, 2015.

RIOS, Cassandra. *Uma mulher diferente*. [1965]. São Paulo: Basiliense, 2005.

ROSENFELD, Anatol. Literatura e personagem. In.: CANDIDO, Antonio [et al.]. *A Personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva, 2007, p. 9-50.

SILVA, Helio R. S. *Travestis* – entre o espelho e a rua. Rio de Janeiro: Rocco, 2007.

XAVIER, Elódia. *Que corpo é esse?* O corpo no imaginário feminino. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2007.

PARA ALÉM DO MODELO HIERÁRQUICO: UMA ANÁLISE DO CONTO “ADÁGIO”, DE ISMAEL MACHADO

Gleudson Wirllen Bezerra Gomes¹
Telma Amaral Gonçalves²

Resumo: O objetivo deste artigo é analisar, a partir de uma perspectiva antropológica, a representação da homossexualidade em Belém-PA no conto “Adágio”, de Ismael Machado (1997). Para tanto, comparamos os contos “Cachorro doido”, de Haroldo Maranhão (1986) e “Olhar viajante”, de Maria Lúcia Medeiros (1994), partindo da análise de Corrêa (2006) sobre literatura e homoerotismo no Pará. Observamos como, em Machado (1997), a homossexualidade não é vista a partir da perspectiva hierarquizante proposta por Fry (1982), enquanto que em Maranhão (1986) e Medeiros (1994), essa hierarquia do “macho” e da “bicha” ainda perpassa a representação feita pelos autores. “Adágio”, assim, permite pensar sobre formas não hierarquizantes de representar as homossexualidades em Belém-PA, entre os anos 1980 e 1990.

Palavras-chave: Homossexualidades, Antropologia, Literatura, Belém-PA, Ismael Machado.

1 Graduando da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Integrante do GEPEM-UFPA.
E-mail: gleidson.gomes67@gmail.com

2 Doutora em Antropologia pelo PPGSA-UFPA. Docente da Faculdade de Ciências Sociais da UFPA. Integrante do GEPEM-UFPA.
E-mail: telmmaral@gmail.com

A questão que nos move neste trabalho diz respeito às representações das homossexualidades em Belém do Pará, entre as décadas de 1980 e 1990. Essa discussão nos interessa na medida em que, em parte, as pesquisas sobre homossexualidade têm no estudo que Fry realizou em Belém na década de 1970 um de seus pontos de referência até os dias de hoje, ainda que seja no sentido da crítica. Nosso intuito, assim, é verificar outras formas de representação naquele período, daí a necessidade de olhar para a literatura como uma dessas formas de representar a homossexualidade em Belém.

Nesse sentido, algumas perguntas surgiam como base para a discussão: o modelo hierárquico proposto por Fry (1982), a partir da pesquisa etnográfica realizada em terreiros em Belém, também prevalecia em outras formas de representação das homossexualidades? Quais outras formas de representação das homossexualidades em Belém, naquele período? Sendo a literatura uma dessas formas encontradas, como as homossexualidades apareceram e em quais obras e autores?

A partir desses questionamentos, buscamos as referências literárias das décadas de 1980 e 1990, na capital paraense. Fundamental nesse processo é a dissertação escrita por Paulo Corrêa (2006) sobre literatura e homo-erotismo no Pará. Com base nas análises de Corrêa, delimitamos os contos “Cachorro doido”, de Haroldo Maranhão (1986) e “Olhar viajante”, de Maria Lúcia Medeiros (1994), nos quais constatamos, a partir de Corrêa (2006), a recorrência do modelo hierárquico de Fry. Como contraponto, selecionamos o conto “Adágio”, de Ismael Machado (1997), em que percebemos uma forma diferente de representar as homossexualidades, para além do modelo hierárquico.

O que queremos, enfim, é demonstrar, em certa medida, como a forma como Fry (1982) representa as homossexualidades em Belém desse período, enquanto “literatura antropológica”, apesar de aparentemente hegemônica, é apenas um viés de análise. Uma maneira não hierárquica de pensar essas sexualidades é possível, como indica o conto de Machado (1997).

O modelo hierárquico

A análise feita por Fry e MacRae (1985) parte dos resultados encontrados por Fry (1982) em pesquisa de campo realizada na periferia de Belém em 1974, sobre as relações entre homossexualidade e religiões afro-brasileiras. Para Fry (1982), os conceitos de “homossexual” e “homossexualidade” não serviam para explicar as representações sociais sexuais em Belém, pois a “bicha” não era vista da mesma forma que o “homossexual” em áreas de classe média de grandes metrópoles do Brasil. Assim, Fry (1982) identifica um sistema de representação no qual o “macho” tem dois papéis: homem (masculino) e bicha (feminino). Nesse sentido, as relações sexuais desse sistema seriam mais hierárquicas e de dominação, do que somente homossexuais em si, predominando principalmente no Norte e no Nordeste, que depois o autor chamará de “Brasil popular”.

Por outro lado, a classificação da homossexualidade que havia entre a classe média e os movimentos organizados era pautada a partir da identidade do que na época era chamado “entendido”, nascido do trabalho de codificação da sexualidade masculina feita por médicos e juristas do século XIX. Esse

sistema de classificação, para Fry (1982), não se baseava necessariamente na hierarquia masculino-feminino, mas pautava-se pela simetria e pela igualdade.

A partir disso, a defesa de Fry e MacRae (1985) é a de que, tanto nas sociedades tradicionais como no “Brasil popular”, as relações sexuais estão muito mais baseadas nos papéis sexuais desempenhados pelos sujeitos. Assim, o que é mais aceito são as relações nos quais estejam mantidos os papéis sexuais de “masculino” e “feminino”, “ativo” e “passivo”. Dessa forma, todas essas relações teriam um caráter heterossexual, causando escândalo apenas as relações de fato “homossexuais” (bicha com bicha).

Para Fry e MacRae (1985), diferente da relação entre homens e mulheres nas culturas tribais, no Brasil há relações de poder entre os sexos, sendo o homem (ativo) colocado como superior em relação à mulher (passivo). “A superioridade social do ‘ativo’ sobre o ‘passivo’ é nitidamente expressa nas palavras de gíria que usamos para falar das relações sexuais como ‘comer’ e ‘dar’, ‘ficar por cima’ e ‘abrir as pernas’” (FRY; MACRAE, 1985, p. 48). Assim, para os autores, no Brasil popular há maior consideração pelas noções de masculinidade e feminilidade do que homossexual e heterossexual, pois nem sempre o homem que “transa” com gays é considerado gay também.

De acordo com Carrara e Simões (2007), a identidade nacional, ou brasilidade, constrói-se em referência à sexualidade, inclusive à homossexualidade. Os autores analisam como as pesquisas em antropologia sobre homossexualidade no Brasil, a partir do final dos anos 1970, estabelecem relação entre “identidades sócio-sexuais” e identidade nacional, porém considerando essa prática como “não-ocidental” ou “exótica”, “atrasada”, tendo como base os estudos de Fry e Parker. No Brasil, assim, as pesquisas sobre sexualidade enfatizam “a instabilidade/fluidez das identidades sexuais e a imbricação da sexualidade em relações de poder e hierarquias sociais dinâmicas e contextuais” (CARRARA; SIMÕES, 2007, p. 69).

A partir de Fry, os autores destacam três formas de classificar a homossexualidade no Brasil: primeiro, o modelo de “hierarquia de gênero”, baseado na oposição masculinidade-ativo e feminilidade-passivo. Nele, o homem seria todo aquele que praticasse sexo “ativo”, tanto com mulher, como com outros homens. O segundo modelo é o médico psiquiátrico, que considera a homossexualidade como patologia, anormalidade em relação à heterossexualidade, nele sendo considerados homossexuais tanto os “ativos” como os “passivos”, mas ainda assim mantendo a hierarquia heterossexual/homossexual. O terceiro modelo seria o igualitário, de reação ao médico-psiquiátrico, porém mantendo sua estrutura, mas contestando o estigma de anormalidade da homossexualidade. O modelo igualitário, dessa forma, estaria ligado ao pensamento médico, e estaria na base dos movimentos gays europeu e americano dos anos 1960, inclusive criando essas próprias identidades. Já o modelo hierárquico de definir a sexualidade no Brasil, alinha-se à tradição ocidental, vista desde a Antiguidade.

De acordo com Carrara e Simões (2007, p. 74) a homossexualidade nos anos 1970/80 estava no contexto da “questão das ‘minorias’”, democratização do país e revolução sexual. Para eles, na época, MacRae e Fry viviam a crítica ao essencialismo, suspeitavam dos “sistemas dualistas de classificação”, o atual “binarismo”. Nas pesquisas posteriores, a discussão aponta que os modelos hierárquico e

igualitário acabavam reafirmando preconceitos contra os afeminados e as travestis, como sendo considerados atrasados, retrógrados.

Para o que nos interessa aqui, essa discussão sobre o modelo hierárquico nos permite compreender o quanto esse modelo é apenas uma forma de representar a homossexualidade nos anos 1980, não só em Belém, mas em outras cidades do Norte e Nordeste. Uma forma, inclusive, que também hierarquiza as expressões de gênero, colocando como menores as formas “afeminadas” encontradas nesses locais.

Apontamentos sobre literatura e sociedade

Na relação entre literatura e sociedade, fundamental é a proposição de Becker (2009), que toma o “romance como análise social”, ao voltar-se para o romance “Orgulho e preconceito”, de Jane Austin. De acordo com ele, o livro promete uma análise de “crenças e práticas partilhadas relativas ao casamento” (BECKER, 2009, p. 234). Assim, Becker considera que Austin não constrói uma hipótese única, mas uma “teia complexa de observações conectadas”, assemelhando-se às descrições antropológicas. “Orgulho e preconceito”, dessa maneira, seria como uma etnografia da situação local de casamento da época em que se passa o romance. Para Becker (2009), então, acredita-se no romance porque ele tem “verossimilhança”, é próximo da experiência vivida. Além disso, a autora não fornece “conclusões rotuladas”, mas permite considerar o romance como “análise social”.

No Brasil, Cândido (2006, p. 13) aponta as dificuldades de pensar o “estudo da relação entre a obra e o seu condicionamento social”, no sentido de que se exagera ao privilegiar o conteúdo da obra como sendo o essencial, ou o seu ambiente. O autor, assim, propõe que só podemos entender uma obra “fundindo texto e contexto numa interpretação dialeticamente íntegra” (p. 14). Dessa forma, “Sabemos, ainda, que o *externo* (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se, portanto, *interno*” (CANDIDO, 2006, p. 14. Grifos do autor)

Para Cândido (2006, p. 14), assim, “é preciso estabelecer uma distinção de disciplinas, lembrando que o tratamento *externo* dos fatores *externos* pode ser legítimo quando se trata de sociologia da literatura, pois esta não propõe a questão do valor da obra, e pode interessar-se, justamente, por tudo que é condicionamento”. Essa distinção, para o autor, diz respeito, por exemplo, à crítica literária, na qual o importante é “a analisar a intimidade das obras, e o que interessa é averiguar que fatores atuam na organização interna, de maneira a constituir uma estrutura peculiar” (p. 14).

Para além do modelo hierárquico

No conto “Cachorro doido”, integrante do livro “Jogos infantis”, de Haroldo Maranhão (1986) aparecem dois personagens centrais: Carlão e Luizinho. Carlão é o narrador. É Carlão que propõe para

Luizinho o apelido de “Cachorro doido”, porque considera Luiz “fraco”. Luizinho fica impressionado com a figura de Carlão, “cabelo arrepiado”, “camisa desmazelada”, “cara de homem acostumado”. O primeiro é “bom de porrada”, o segundo não sabe brigar. Maranhão (1986) joga com as imagens de violência e fragilidade, ativo e passivo, como demonstrado no quadro a seguir.

Carlão	Luizinho
“Bom de porrada”	“Não sabe brigar”
Másculo	Feminino
Ativo	Passivo

Há uma representação de masculinidade e feminilidade, na qual Luizinho olha com “admiração” para Carlão, que “falava forte”. A dominação entre ativo passivo fica sugerida ao longo do texto, além de que Carlão não gosta que “espalhem meus segredos”. A hierarquia proposta por Fry (1982) fica evidente no trecho em que Luizinho convida Carlão para estudar em sua casa. Este então considera Luizinho “um bom dum fresco”, “mimoso” e pensa: “Vou comer hoje o ‘Cachorro doido” (p. 18).

O ápice do conto dá-se no quarto de Luizinho, quando Carlão propõe que é melhor estudar nu e, ao excitar-se, pede para Luizinho pegar no “menino aqui”. Luizinho, perturbado, e pela insistência de Carlão, pega “delicadamente” no “meninão” de Carlão, que está parece “pedra” ou “aço”. Ainda aqui Maranhão (1986) destaca a “feminilidade” de Luizinho de odo mais claro, quando Carlão o descreve com “corpinho fino, macio, carinha de menina”.

Já no conto “O olho viajante”, do livro “Zeus: ou, a menina e os óculos”, de Maria Lúcia Medeiros (1994), o texto narra, de forma poética, a história de um homem com um “olho viajante” (“um olho triste procurando um rosto”) “buscando um amigo”. Ao vagar pelas ruas, este homem encontra um menino. De acordo com Corrêa (2006), há um interesse mútuo. A mãe do garoto, porém, impede a relação. O quadro abaixo explicita algumas características dos personagens.

Homem	Menino
Movimento	Estático
Olhar que penetra	Admiração
Ativo	Passivo

Por fim, o conto “Adágio”, do livro “Vapor Barato”, de Ismael Machado (1997), tem o andamento lento, como define o título. A cena é lembrança de um dos personagens, que não têm nome. São dois

homens que se desejam, mas não querem a posse, a dominação. Jogam com amores e medos, desejos e fugas.

O conto possui uma estética urbana (passa-se num apartamento), com referências musicais da época (Ângela Rô Rô, Caetano Veloso, Cazuza). Há mais sugestões do que ações, apesar de momentos mais explícitos em que ambos beijam-se (“volume de seu sexo excitado”).

Considerações finais

Nosso interesse nesse trabalho era pensar sobre formas não hierarquizantes de representar a homossexualidade em Belém do Pará, entre as décadas de 1980 e 1990, tomando como ponto de partida a pesquisa antropológica de Fry (1982) realizada na cidade na década de 1970. Para tanto, buscamos outras referências de representação, no caso a literatura, em contos de alguns autores que trataram sobre esse tema naquele período. Observamos como, em Machado (1997), a homossexualidade não é vista a partir da perspectiva hierarquizante proposta por Fry (1982), enquanto que em Maranhão (1986) e Medeiros (1994), essa hierarquia do “macho” e da “bicha” ainda perpassa a representação feita pelos autores. “Adágio”, porém, foge dessa representação, permitindo vislumbrar perspectivas outras sobre a homossexualidade em Belém no recorte de tempo que estabelecemos.

Referências

BECKER, Howard. Jane Austin: o romance como análise social. *In*: **Falando da sociedade**: ensaios sobre as diferentes maneiras de representar o social. Rio de Janeiro: Zahar Editor, 2009. p. 201-243.

CARRARA, Sérgio; SIMÕES, Júlio. Sexualidade, cultura e política: a trajetória da identidade homossexual masculina na antropologia brasileira. **Cadernos Pagu** (28), janeiro-junho de 2007 (p. 65-99). Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332007000100005&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 26 jan 2019.

CORRÊA, Paulo José M. **Leituras**: Literatura e [homo]erotismo. Dissertação-UFPA, 2006.

FRY, Peter. **Para inglês ver**: identidade e política na cultura brasileira. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

MACHADO, Ismael. **Vapor barato**: o amor em tempos de AIDS. Ismael Machado, Belém- PA, 1997.

MARANHÃO, Haroldo. **Jogos infantis**. Francisco Alves Editora – RJ, 1986.

MEDEIROS, Maria Lúcia. **Zeus**: ou, a menina e os óculos. Maria Lúcia Medeiros, 1994.

SAÚDE MENTAL E DIVERSIDADE SEXUAL

Marco José de Oliveira Duarte¹

Resumo: Este trabalho é um esforço reflexivo e crítico de aproximação e articulação teórica entre dois temas, a questão da saúde mental e da diversidade sexual, expressos pela visibilidade de pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em um município da zona da mata mineira. Assim, investiu-se em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de se aproximar de algumas respostas no sentido de compreender a particularidade dos sujeitos LGBT e seus processos de saúde- sofrimento mental.

Palavras-chave: Saúde Mental, LGBT, Direitos Humanos, Cidadania, Sofrimento.

¹ Professor Adjunto – Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: majodu@gmail.com

1. Introdução

Este trabalho que se apresenta é um esforço reflexivo e crítico de aproximação e articulação teórica entre dois temas presentes nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em uma cidade da região da zona da mata mineira, a questão da saúde mental e da diversidade sexual, expressos pela visibilidade de pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), no sentido de responder nossas inquietações e questionamentos quanto ao tema da diversidade sexual nos espaços dos serviços de saúde mental.

2. Metodologia:

Investimos em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizou-se de dois instrumentos principais, a observação de campo e a análise documental nos diários de campo. Ressalta-se neste, que as análises se deram durante o período de outubro de 2017 a novembro de 2018, momento em que se realizou o trabalho de campo, com o objetivo de nos aproximarmos de algumas respostas no sentido de compreender a particularidade dos sujeitos LGBT e seus processos de saúde-sofrimento mental.

3. Resultados

A questão da diversidade sexual foi, e ainda é tratada por vieses tanto conservadores, como moralistas e sobre a mesma sempre existiu um olhar extremamente negativo e punitivista. Ao longo dos séculos diversas instituições, e, em particular, as da ordem médica, e especificamente as de saúde mental, assumiram o papel de enquadrar, em especial, as homossexualidades, como algo “ruim”, patológico, prezando por uma heterossexualidade compulsória, tão necessária as reproduções das classes tidas historicamente como hegemônicas.

A sexualidade, como explica Foucault (1988) é um dispositivo de embate de forças, e, portanto, usada como forma de exercer poder sobre todos aqueles que não se enquadram em determinados padrões sexuais e morais. Sobre ela é produzida uma verdade absoluta, que deve ser seguida sem ser questionada. E neste caso, a homossexualidade emerge como uma transgressão a prática sexual e a ordem moral, hegemônicas social e culturalmente, a heteronormatividade e o heterossexismo.

Nesse processo histórico novas patologizações no campo das sexualidades emergem, em particular as expressões e identidades de gênero, pelo viés da medicalização, as transexualidades, as travestilidades e as transgeneridades, sob o signo das sexualidades dissidentes, como as expressões das orientações sexuais diferentes, historicamente, pela ordem da moral burguesa hegemônica.

Portanto, em trânsitos, desde a moral religiosa à patologização das sexualidades dissidentes, registram-se as marcas históricas do preconceito e da discriminação a esses sujeitos e suas formas singulares de exercitarem suas expressões de gêneros e sexualidades.

Cabe destacar que no Brasil, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB, 2017), uma pessoa identificada como LGBT é vítima de homicídio ou se suicida a cada 19 horas, só em 2017 somaram-se 445 casos notificados, no ano em questão, portanto, Minas Gerais alcançou a segunda posição entre os estados onde essas mortes mais aconteceram, ficando atrás apenas de São Paulo. Essas notificações, embora subnotificadas revela o intenso sofrimento pelo qual a população LGBT passa, algo que não é recente, uma vez que essa, contudo, em toda sua história enfrentou diversos tipos de preconceitos. O bullying, a violência, a discriminação e a falta de suporte familiar são só alguns dos responsáveis pelo sofrimento mental de grande parte dessa população que carrega uma grande propensão ao suicídio, de acordo com a Revista Metrôpoles (2017) sobre uma pesquisa em 2012 publicada pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América.

Historicamente, LGBT foram tratadas como pecadoras, criminosas e loucas e com isso, estigmatizadas, perseguidas, mortas, trancafiadas e torturadas. No entanto, com o passar dos anos, colocaram-se na resistência através de movimentos sociais pela liberdade sexual e pelas reivindicações relacionadas a resposta pelo Estado, em decorrência os efeitos da síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV/AIDS), conhecida preconceituosamente pelos conservadores como a “peste gay” ou “câncer gay”, que foram responsáveis por garantir mais espaços dentro das políticas, principalmente, nas de saúde, a partir do final dos anos de 1980.

Na década em questão, a homossexualidade foi retirada do Catálogo Internacional de Doenças (CID) para a 10ª edição (CID-10), pela Organização Mundial de Saúde, impulsionada pela *American Psychiatric Association* (APA), que em 1973 retirou a homossexualidade do rol de perturbações mentais (DUARTE, 2014) e pelo Conselho Federal de Medicina, que em 1985, recomendou o não uso do termo “homossexualismo” enquanto patologia. Ou seja, as lésbicas e os gays deixaram de ser considerados doentes mentais, que necessitavam de uma intervenção médico-psiquiátrica e seu modelo de tratamento manicomial, conquistando o direito ao acesso e tratamento por esses mesmos serviços, mas não mais com essa patologia mental, entendida como desordem ou distúrbio.

Na saúde mental, esses serviços que corresponderam na história a um dos principais mecanismos responsáveis pela estigmatização dessa população, assumiram, após a Reforma Psiquiátrica, uma política de tratamento mais digna e inclusiva com a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviços substitutivos aos antigos hospícios, marcados pela lógica e modelo manicomial, observada os preceitos da Lei Federal Nº 10.216/2001 (BRASIL, 2001) que aponta, em seu Art. 1º, o princípio da não discriminação por sexo e orientação sexual.

No Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), marco no campo de luta dos direitos de LGBT, apresenta-se diversos eixos, mas no que concerne a área da saúde, inclui, no eixo VI, no item vii, a “atenção à saúde mental da população LGBT (BRASIL, 2004, p. 23). Esse eixo e esse item foram instituídos na Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (BRASIL, 2011).

4. Discussão

Nos dois CAPS estudados foi possível observar e acompanhar um número pequeno de usuários homossexuais, cinco, nenhum deles se enquadravam em questões referentes à identidade de gênero, apenas em relação a orientação sexual. Destes, quatro são do gênero masculino e um do feminino. Observou-se que a sexualidade dos mesmos é colocada de forma secundária, uma vez que, enquanto são considerados casos de sofrimento mental mais graves, a doença e nada mais além dela, passa a ser o foco da atenção sobre os mesmos.

Dos cinco casos dos CAPS pesquisados, apenas em dois – que aqui pontuaremos como usuário “A” e usuária “B” – a orientação sexual dos usuários dispôs de certa centralidade nos serviços, ainda que tenha se dado em momentos pontuais e sem a devida atenção e responsabilidade sobre a temática. Por este motivo nos debruçaremos melhor sobre ambos. Vale ressaltar que a análise e reflexão sobre os mesmos se deram em razão da observação no cotidiano do serviço.

Ambos os casos aconteceram em momentos diferentes do período do trabalho de campo, dessa forma, a equipe e os profissionais, sobre os quais nos referiremos, podem não serem mais os mesmos. Os usuários “A” e “B” possuem em suas histórias, fora e dentro dos CAPS, pontos comuns. Ambos não tiveram sua orientação sexual respeitada pela família e por alguns profissionais com os quais conviveram nos referidos serviços.

O usuário “A”, que foi expulso de casa por ser homossexual ainda quando adolescente, ao ser acolhido em um dos CAPS, já na maioridade, deparou-se, nos primeiros atendimentos no serviço, com uma conduta profissional que a todo momento o colocava enquanto culpado pela situação em que se encontrava, e, além disso, quando delegava ao mesmo a importância e necessidade de se recorrer a uma religião como resposta.

Observa-se aqui, para além da homofobia intrafamiliar, a “pressão” exercida pela profissional que coloca o usuário como culpado e que oferece como uma das “soluções” a procura por uma religião, que dê conta da situação pela qual ele passa, sendo esta nada mais que sua homossexualidade. Reiteramos aqui, que a crítica vai para além das questões puramente religiosas. Mas sim, para o posicionamento de um profissional de saúde, que no momento de acolher as demandas do usuário o expõe e o responsabiliza, uma vez que direciona, indiretamente, à “cura de sua doença” ao dispositivo da instituição religiosa, que, como sabemos, foi, e ainda é, uma das maiores responsáveis pela estigmatização e discriminação contra a população LGBT.

A usuária “B”, por sua vez, relata que por ser homossexual foi internada pela sua família em um hospital psiquiátrico e neste, ficou por mais de 40 anos. Esta, considerada “comprometida” por conta dos longos anos de internação, quando relata se interessar por pessoas do mesmo gênero, ora sofre com a invisibilidade e o silenciamento por parte da equipe, ora sofre com a imposição da heteronormatividade por parte de alguns profissionais, que a todo tempo “reeducam” seu comportamento e sua fala para os padrões heterossexuais de forma compulsória.

O caso de “B” é um exemplo real do que muito se viu com as internações psiquiátricas ao longo dos anos. Os manicômios, que funcionavam como um depósito, instrumento de segregação dos indesejáveis, foram peças fundamentais para aquelas famílias que acreditavam na correção do “homossexualismo” de seus familiares e que também buscavam essas instituições como forma de escondê-los do meio social. A questão sobre o caso, no entanto, foi o tratamento observado, na medida em que alguns profissionais direcionaram essa conduta moral para a usuária.

Como estudado em Mann (2017), a sexualidade não é campo de debate na área da saúde mental e ainda é muito carregada de valorações pessoais. E como sabemos, a sexualidade de maneira geral é de fato um tabu, no entanto, a feminina ainda o é mais, e, especialmente, no caso, a da homossexualidade feminina.

A relação entre a homo e a bissexualidade feminina e a temática saúde está perpassada por uma série de fatores que envolvem: a invisibilidade do homoerotismo feminino; a invisibilidade da própria sexualidade feminina; e o grau de preconceito que temos, ainda hoje, em relação à homossexualidade (FACCHINI; BARBOSA, 2006, p. 7).

Em uma sociedade heterossexista e machista como a nossa, tudo aquilo que não envolve a imagem masculina é desconsiderada de importância. Por isso a homossexualidade feminina ainda é vítima da negligência dos serviços de saúde, que inviabilizam, direta ou indiretamente, estas expressões de orientação sexual. Por isso, pudemos observar que por ora alguns profissionais simplesmente ignoravam as declarações da usuária, o que também diz respeito ao fato de a considerarem “comprometida” pelos longos anos de internação, como se a mesma não tivesse “controle” sobre o que fala ou que fizesse parte de um delírio.

Aqui cabe-nos indagar, mesmo que fosse um delírio e que a usuária de fato não fosse homossexual, o comportamento da equipe em relação a orientação sexual da mesma não é justificável, uma vez que demonstra o controle sobre os determinantes do sofrimento mental da usuária, incorrendo em práticas tutelares, e não menos discriminatórias, já que, também, em boa parte do tempo “corrigiam” o comportamento e fala da usuária, para os ideais heteronormativos, tais quais: “mulher não pode namorar outra mulher” (*sic*), “mulher namora homem e homem namora mulher” (*sic*), ou “não, você não gosta de mulher nada não, para de bobeira” (*sic*).

5. Conclusão

A partir das questões apresentadas podemos concluir que essa população está facilmente exposta ao sofrimento mental, uma vez que se vivem em uma sociedade que impõe os padrões heteronormativos como único modo de vida sexual aceitável, condenando todos aqueles que nele não se enquadram, como as LGBT, subjugando-as a uma vida permeada pelos mais diversos tipos de violência, como a física, moral, psicológica, familiar, financeira, entre tantas outras.

Em contrapartida, em nosso trabalho de campo nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) pode-se notar que a população LGBT, nestes dispositivos assistenciais de saúde mental, representa um número ínfimo de usuários/as, e que boa parte deles/as, mesmo dentro dessas instituições, se deparam com profissionais que reproduzem discursos discriminatórios, ou que não consideram a sexualidade parte importante do sofrimento que estes/as apresentam.

Dessa forma, compreendendo a importância e a necessidade do acompanhamento psicossocial dessas pessoas é que nos debruçamos a investigar e refletir sobre a inserção de LGBT em dois CAPS de uma cidade da zona da mata mineira. Portanto, a partir das nossas observações no campo da pesquisa notamos que essa população nos serviços públicos de saúde mental é quase inexistente e que quando se fazem presentes enfrentam posturas preconceituosas e discriminatórias por parte dos trabalhadores dos dispositivos assistenciais no campo da saúde mental, álcool e outras drogas.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 2.836**, de 01 de dezembro de 2011 – Institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT).

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Brasília, 2001.

Discriminação e hostilidade levam mais jovens gays ao suicídio. Antropólogo Renan Antônio da Silva apresenta em 2018 estudo inédito sobre a relação entre homofobia e atentado contra a vida por LGBTs. **Metrópoles**, Brasília-DF, 16/12/2017, atualizado em 19/12/2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/direitos-humanos-br/discriminacao-e-hostilidade-levam-mais-jovens-gays-ao-suicidio>>. Acesso em 02 de junho de 2018.

DUARTE, M. J. de O. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. In: **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, 2014.

FACCHINI, R.; BARBOSA, R. M. **Dossiê saúde das mulheres lésbicas**: promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes violentas de LGBT no Brasil**: Relatório 2017. Salvador: GGB, 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em 02/07/2018.

AFROZINE: UMA PROPOSTA DE ATIVIDADE LITERÁRIA A PARTIR DA PERSPECTIVA AFRODESCENDENTE E DA IDENTIDADE DE GÊNERO

Amanda Almeida Alencar de Souza¹

Resumo: O trabalho com o texto em sala a partir de uma compreensão da necessidade de formação de leitores e na perspectiva do Letramento Literário proposta por Cosson (2006) é fundamental para ser colocado em prática na escola como uma experiência de leitura compartilhada. Haja vista que as atividades de leitura e de escrita precisam ter notoriedade em manifestações culturais na escola, por meio de práticas literárias com a leitura efetiva dos textos e produção textuais que contribuam para a formação crítica e cultural do aluno, de modo que este possa adquirir autonomia e empoderamento social nas mais variadas situações sociocomunicativas. Dessa forma, a leitura colabora para a preparação de alunos como leitores-protagonistas e de professores como leitores-mediadores. Com o intuito de favorecer a apreensão da dimensão estética do texto literário referente à cultura afrodescendente com os alunos, criando momentos de fruição e deleite, a partir da partilha da coletânea de contos do livro “Olhos d’água”, de Conceição Evaristo (2015), cuja abordagem envolve aspectos que contextualizam as dificuldades, as angústias, os problemas enfrentados todos os dias na vida de homens e mulheres afrodescendentes, o que colabora para a (re)construção do universo literário em sala de aula e a diversificação do repertório sociocultural do estudante. A nossa proposta visa a fortalecer a voz dos muitos jovens e adultos que estão na escola e que precisam romper os silenciamentos sociais impostos pelos inúmeros processos de exclusão, e também, que necessitam produzir respostas aos textos que escutam e leem, pronunciando-se oralmente ou por escrito sobre o que pensam e sentem. Nessa perspectiva, a prática com fanzines em sala de aula amplia, diversifica e enriquece a capacidade do aluno em produzir textos nos quais ele se torna autor de sua obra e ainda é capaz de se fazer ouvir.

Palavras-Chave: Leitura, Fanzine, Identidade de gênero, Letramento Literário, Cultura afrodescendente.

¹ Mestranda em Letras - Proletras Universidade Estadual do Ceará – UECE.
E-mail: amanda_almeida_alencar@hotmail.com

1 Introdução

É inquestionável a importância da aquisição da língua portuguesa para o acesso à informação do mundo letrado, em um tempo no qual a comunicação, muitas vezes, desvaloriza o contato oral e supervaloriza as informações escritas. À escola não compete um estudo limitado e defasado que prepare o aluno apenas para decodificar, mas o coloque em desafio, proporcionando um ensino reflexivo para uma leitura crítica do mundo e dos textos. Ensino este que requer do educando a formação básica voltada para o desenvolvimento da competência comunicativa dos seus falantes, de modo que isto seja perceptível por meio da oralidade e das práticas de escrita, que possibilitam ao aluno o domínio pleno da língua materna.

Quanto à problematização, partimos do pressuposto que é preciso promover na escola um trabalho com práticas sociais e autênticas de escrita com os alunos, no caso desse trabalho o público-alvo foram os estudantes da Educação de Jovens e Adultos (doravante EJA), do ensino fundamental, de modo a construir uma aprendizagem significativa na qual eles possam expressar e compartilhar seus sentimentos e opiniões acerca do mundo cultural, diante disso, esse trabalho se justifica pelo fato de desenvolver uma proposta de formação crítica a partir da produção de textos de modo que os estudantes, à medida que entrem em contato com o letramento através de práticas diárias de leitura, possam adquirir habilidades para utilizar a língua materna, e, por conseguinte, também aprendem a se posicionar acerca de várias temáticas pertinentes à sua vida e ao mundo.

Esse trabalho consiste em uma pesquisa-ação que pretende trabalhar a contribuição que o letramento em vários gêneros textuais poderá possibilitar aos discentes, a partir de práticas sociais e autênticas de escrita, o desenvolvimento de uma aprendizagem significativa, com marcas de autoria nos textos dos alunos. Além disso, a proposta desse trabalho está fundamentada na ideia de aproximar a escola e o ensino de Língua Portuguesa da realidade do aluno e oferecer-lhe ferramentas para a sua atuação consciente na sociedade letrada em que vive, sem esquecer a valorização que sempre deve ser feita dos saberes adquiridos fora da escola, como afirma Geraldi (2003).

Assim, foi realizado um questionário para conhecer as preferências de leitura dos alunos de uma turma da EJA IV (correspondente ao 6º e 7º anos do ensino fundamental) e compreender melhor o perfil dos estudantes para adaptar as leituras ao universo de conhecimento deles. Em seguida, foram realizadas em sala atividades de leitura e escrita que auxiliam na construção do letramento social dos alunos, a partir de uma oficina de fanzines. Dessa forma, constatou-se que a compreensão de letramento como uma prática comunicativa situada em contextos sociais e que os eventos de letramento são atividades particulares que exercem um importante papel na vida das pessoas, como aponta os estudos de Street (2014).

Além disso, observou-se também nas produções escritas dos alunos um melhor desenvolvimento em relação à escrita, ou seja, enquanto mais o aluno tem contato com uma diversidade textual, com os diferentes tipos de letramentos que circulam socialmente, ele passa a ampliar, a diversificar e a

enriquecer sua capacidade de produzir textos orais e escritos, além de aprimorar sua capacidade de recepção, isto é, de leitura, compreensão e interpretação de textos.

Nesse sentido, esse trabalho possibilita desenvolver em sala de aula uma intervenção na qual os valores associados à leitura e ao domínio da escrita, em uma diversidade de eventos (situações de interação), possam garantir a formação de cidadãos críticos, conscientes e atuantes nas situações cotidianas de comunicação.

2 O ensino de Língua Portuguesa na Educação de Jovens e Adultos (EJA)

Falar, hoje, sobre o ensino de Língua Portuguesa e a formação do educando, é repensar sobre o uso produtivo da língua materna e como isso pode ser inserido na proposta curricular da escola, principalmente quando o público é formado por jovens e adultos que interromperam, por vários motivos, a vida escolar. Assim, ela precisa estar voltada para a formação de cidadãos conscientes, que compreendam que o estudo da língua materna vai além das atividades desempenhadas em sala de aula, e que podem ser utilizadas em várias práticas sociais.

Em outras palavras, é necessário fazer com que os alunos, a partir dos seus conhecimentos de origem, percebam que os conhecimentos compartilhados e adquiridos na escola são significativos e podem contribuir para sua inserção social enquanto cidadãos, pois o ato de ler não se restringe à simples leitura de textos escritos, mas à capacidade de decodificar e ampliar a compreensão do mundo; e a capacidade de escrever não se reduz apenas ao registro escrito de um símbolo ou de um código, mas promove ao indivíduo a possibilidade de expressar-se e produzir novas ideias.

Nesse sentido, refletir acerca do processo de ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa faz com que se perceba a necessidade de pensar nas funções sociais da linguagem e que, através do ensino de leitura e escrita de diversos gêneros textuais que circulam na sociedade, o aluno não garante apenas o desenvolvimento linguístico, como também passa a diversificar sua participação social, ao saber fazer, como cidadão, exercer adequadamente o uso da linguagem.

O ensino de Língua Portuguesa deve estar alicerçado em atividades que propiciem a reflexão do uso da língua materna, através da leitura e produção de variados gêneros textuais, para que assim o aluno seja motivado a fazer, do espaço da escola, um local em que se inicie a compreensão das relações sociais do mundo em que está inserido.

3 Leitura e Letramentos na escola

A concepção de leitura deve ser entendida como uma prática social de letramento, ou seja, um conjunto de atividades que podem se materializar através da escrita. Entender a leitura como prática social significa considerar as finalidades e os seus fatores contextuais, pois ela é

um instrumento que possibilita o questionamento de valores e ideologias veiculadas pela sociedade, além de contribuir para a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e seus deveres, como afirma Kleiman (2004, p. 15):

[...] os usos da leitura estão ligados à situação; são determinados pelas histórias dos participantes, pelas características da instituição em que se encontram, pelo grau de formalidade ou informalidade da situação, pelo objetivo da atividade de leitura, diferindo segundo o grupo social. Tudo isso realça a diferença e a multiplicidade dos discursos que envolvem e constituem os sujeitos e que determinam esses diferentes modos de ler.

O ato de ler significa, ainda, compreender que a atividade de construção de um texto faz com que se acione uma rede ideológica de valores e de crenças construídos no meio social, que terá relações com os aspectos cognitivos e o contexto de vivência do leitor.

A concepção de leitura é refletida no trabalho pedagógico em sala de aula quando se percebe que são desenvolvidas, no espaço escolar, atividades que priorizam práticas de leitura condicionadas à mera decodificação, o que condiciona a leitura a uma atividade enfadonha e cansativa, cujo objetivo final é realizar uma avaliação, o que faz com que o aluno encare o ato de ler apenas como uma obrigação das atividades escolares.

Diante disso, Kleiman (1996) defende a necessidade de privilegiar o compartilhamento de informações e experiências acerca do texto para formar sujeitos letrados e não apenas alfabetizados.

“A principal tarefa da escola é ajudar a desenvolver a capacidade de construir relações e conexões entre os vários nós da imensa rede de conhecimento que nos enreda a todos. Somente quando elaboramos relações significativas entre os objetos, fatos e conceitos podemos dizer que aprendemos.”

Por isso, a importância de saber diferenciar alfabetização e letramento. Conforme a autora, o indivíduo letrado além de entender e interpretar o que vê no código escrito e visual, consegue fazer uso do conhecimento que adquiriu com a leitura, em práticas sociais que necessitam da leitura e da escrita. Como por exemplo, ao ler um texto cujo vocabulário é desconhecido, o aluno que apresenta domínio da leitura, consegue desenvolver mecanismos para descobrir o significado de palavras a partir do contexto em que foram empregadas no texto.

Sendo assim, afirma Kleiman (1999, p. 90):

A diferença entre ser alfabetizado e ser letrado implica diferenças no grau de familiaridade com diversos usos da escrita do cotidiano: escrever bilhetes e cartas, compreender uma notícia no jornal, entender uma explicação médica, preencher formulários oficiais, defender seus direitos de consumidor, contribuir para um debate.

Conforme afirma Kato (2007), a preocupação com a leitura deve partir do processo de formação do leitor, tendo em vista que os problemas de aquisição de leitura do indivíduo perpassam o universo escolar, há que se conhecer a que práticas de leitura o indivíduo foi submetido e como faz uso dela no contexto social. Desta forma, o desenvolvimento de habilidades de leitura só será possível se houver uma interação do indivíduo com práticas que viabilizem a compreensão das relações estabelecidas em um texto.

A partir das reflexões a respeito da leitura, é preciso ressaltar que os PCN, publicados no final do século XX, 1998, pelo MEC, foram elaborados para atender, de um lado, o respeito às diversidades regionais, culturais, políticas existentes no país; e, de outro, considerar a necessidade de construir referências nacionais, comuns ao processo educativo em todas as regiões brasileiras. Para que assim, a escola seja um local que permita as nossas crianças e jovens terem acesso ao conjunto de conhecimentos socialmente elaborados e reconhecidos como necessários ao exercício da cidadania.

Segundo os PCN (1998, p.33), o principal objetivo do ensino de Língua Portuguesa é o domínio pleno da linguagem. E dentro disso está o efetivo ensino da leitura, para o domínio de uma competência leitora dos alunos: “valorizar a leitura como fonte de informação, via de acesso aos mundos criados pela literatura e possibilidade de fruição estética, sendo capazes de recorrer aos materiais escritos em função de diferentes objetivos.”

É preciso fazer com que os alunos vejam a leitura como algo interessante e desafiador, algo que conquistado plenamente, dará autonomia e independência, por isso, é necessário deixar os alunos confiantes, condição para poderem se desafiar a “aprender fazendo”. Uma prática de leitura que não desperte e cultive o desejo de ler não é uma prática pedagógica eficiente.

Assim sendo, a escola contribui no processo de socialização dos saberes tanto mais sejam democráticos e eficazes. Por isso, ela deve promover práticas de leitura e de escrita para oportunizar aos alunos o acesso ao saber acumulado pela sociedade, de modo a diminuir a injustiça social, formando sujeitos conscientes de seu papel social.

4 Produção escrita e Gêneros discursivos

A produção escrita é uma das habilidades mais importantes para o sucesso dos alunos em suas vidas. É através do ato de escrever que se materializa tudo o que foi construído com os conhecimentos prévios do indivíduo, a sua interação com a leitura e o meio social.

Desse modo, percebe-se que a prática com a escrita na escola necessita de interação, que é um aspecto fundamental para que haja aprendizagem entre alunos e professores. De acordo com Vygotsky (1934/1989, p.115): “[...] o aprendizado humano pressupõe uma natureza social específica e um processo através do qual as crianças penetram na vida intelectual daqueles que a cercam.”

Logo, é por meio de situações em que os alunos tenham que interagir com outras pessoas que eles desenvolverão capacidades que correspondam aos usos sociais da linguagem.

É no momento da elaboração de textos que percebemos a insegurança e a angústia do aluno em relação ao ato de escrever, ou por não saber o que escrever, não ter ideias e conhecimento sobre o assunto sugerido nas propostas de produção textual, ou por desconhecer as características e os elementos que compõem a estrutura e as condições da situação em que socialmente é produzido o gênero textual. Portanto, é interessante observar que, para que o aluno tenha prazer pela escrita, ele precisa gostar de leitura e compreender que através de ambas, conseguimos ampliar nosso conhecimento sobre quem somos e onde vivemos.

Dessa forma, formar um aluno-escritor competente contribui para que haja a democratização do ato de escrever, promovendo ao estudante o desenvolvimento do domínio social de comunicação, quer seja pela oralidade, quer seja pela escrita.

A prática com gêneros discursivos na escola permite o desenvolvimento de um trabalho que visa auxiliar os alunos a compreenderem as relações que se estabelecem entre os interlocutores em diferentes esferas de atividade. Permite, ainda, propiciar a reflexão sobre a linguagem em situações de uso real e em situações sociais autênticas.

Marcuschi (2008) defende que a língua não é um conjunto rígido de normas, mas um sistema variável, que se modifica a cada situação de uso. Por essa razão, desde o momento da concepção de um texto, o autor deve se preocupar com o interlocutor previsto e também saber adequar o gênero à situação de interação social, cujo uso da língua será realizado.

Ainda de acordo com Marcuschi, o gênero textual é um elemento importante da estrutura comunicativa da sociedade, que retrata relações de poder e estruturas de autoridade dentro das instituições. Para esse autor, os gêneros textuais são os textos que encontramos em nossa vida diária e que apresentam características sociocomunicativas definidas por conteúdos, propriedades funcionais, estilo e composição de características.

No tocante à prática com gêneros textuais/discursivos em sala de aula, Oliveira (2010) explica que ainda falta consenso em relação à didatização do conceito de gêneros, em outras palavras, os diferentes posicionamentos pouco contribuem para orientar os professores na prática diária com os alunos, o que muitas vezes se percebe é um ensino voltado ao “engessamento” de estruturais textuais, em que o aluno precisa incorporar o modelo de texto estudado em sala para se tornar um eficiente produtor de textos. Essa abordagem nos revela que o ensino com gêneros textuais consiste apenas em reproduzir variados textos que circulam socialmente, o que pouco colabora na formação do aluno no que diz respeito à elaboração de textos autênticos.

Bronckart (1999) enfatiza que o objetivo em trabalhar com gêneros não é torná-los “objetos reais de ensino, mas utilizá-los como quadros de atividade social em que as ações de linguagem se realizam.” Nessa perspectiva, enquanto mais o aluno tiver em contato com os diferentes gêneros textuais haverá o desenvolvimento de uma ação linguística que prepare o estudante para lidar com as mais diversificadas situações sociocomunicativas da realidade.

Nesse sentido, a estratégia desenvolvida em sala com os gêneros e não o ensino sobre gêneros é mais importante para que o nosso aluno consiga desenvolver ao longo de sua formação escolar uma ação linguística produtiva e capaz de se adequar à realidade. Para que assim, a sala de aula torne-se um espaço de práticas comunicativas situadas em contextos sociais que exercem um importante papel na vida de indivíduo.

Oliveira (2010) defende que os gêneros são “os elementos estruturadores da vida social”, logo, a partir de uma proposta de ensino com gêneros em que se construa uma comunidade de aprendizagem, que colabora para a formação crítica, consciente e atuante dos indivíduos nas situações cotidianas de comunicação, torna-se possível compreender o discurso do outro, interpretar pontos de vista, assimilar e criticar as coisas do mundo e assim, construir sua própria interpretação.

Como orientação para o desenvolvimento de uma proposta de trabalho voltada para a perspectiva da aprendizagem situada, Oliveira explicita que:

“uma concepção transdisciplinar de conhecimento, uma visão aberta ou integrada de currículo, uma ruptura em relação ao tempo e espaço lineares e a processos hierárquicos, uma concepção de aprender diferenciada que leva em conta ‘formas de aprendizagem situadas’, mobilização social, intersubjetividade, dialogismo e reflexividade” (OLIVEIRA, 2010, p. 115)

Portanto, é preciso promover vivências em sala de aula, a partir de textos situados em contextos reais de produção, com os mais variados gêneros textuais, para que os alunos possam adquirir uma aprendizagem significativa em suas vidas.

Tendo em vista que esse trabalho tem como público-alvo alunos da EJA, percebe-se no fanzine uma importante ferramenta para auxiliar no desenvolvimento da produção textual, uma vez que possibilita uma escrita livre de amarras e de modelos pré-estabelecidos.

Com efeito, com apoio em Campos (2009), verificamos que:

“(...) propor aos alunos a produção de textos em uma situação em que a escrita cumpra sua função social é um desafio para o educador. É importante tornar público o texto do aluno, o resultado final do processo de trabalho: comunicar, convencer, explicar, ou seja, fazer com que o texto seja lido. (p.1)

Além de aproximar os alunos da expressão escrita, o fanzine propicia também o compartilhamento de ideias, a ampliação do repertório sociocultural e a elaboração de marcas de autoria nos textos, uma vez que a autoria implica na construção da singularidade de cada um, em outras palavras, o aluno-autor desenvolve a capacidade de se posicionar como sujeito- autor de seu texto.

5 Fanzine: Letramento e marcas autorais

Mesmo com toda revolução tecnológica invadindo a maioria dos lares brasileiros com tantas informações e o uso excessivo de meios digitais e aparatos tecnológicos, ainda percebe - se, nos últimos anos, uma produção significativa de fanzines e zines. Estes, muitas vezes, utilizados para que os alunos possam expressar sua visão de mundo ou opinar acerca de uma temática estabelecida, por isso optamos pela produção coletiva de um fanzine, como ressaltam estudos de Guimarães (2005) e Magalhães (1993).

Fanzine ou apenas zine é uma publicação artesanal e alternativa que se caracteriza por apresentar um caráter libertário e pelas marcas expressivas de autoralidade, por não ser determinado por metodologias estruturadas e expor conteúdo “espontâneo”, esse gênero textual possibilita aos seus autores publicarem o que querem e/ou pensam. Henrique Magalhães faz uma distinção entre fanzine e revista alternativa:

O fanzine apresenta-se como um boletim, veículo essencialmente informativo, órgão de fãs-clubes ou de aficionados. Ou seja, a matéria-prima do fanzine é a informação, como artigo, entrevista, matéria jornalística. Na revista alternativa encontra-se a produção artística propriamente dita: contos, poesias, ilustrações, quadrinhos, etc. (MAGALHÃES, 1993, p.15)

Tendo em vista que o público-alvo desse trabalho é formado por alunos da EJA, houve a necessidade de desenvolver em sala de aula uma proposta de atividades com práticas de letramentos a partir de uma abordagem colaborativa entre todos (aluno-aluno, aluno-professor). A escolha pelo gênero fanzine promove ao aluno a ampliação do conhecimento sobre si mesmo e o mundo que o cerca, o desenvolvimento do senso crítico e a construção das marcas de autoria em seus textos, além de tudo isso, possibilita o exercício da cidadania, como aponta Nascimento (2010):

“o fanzine tem margeado a escola e, mesmo sendo de baixo custo, não o incluímos na sala de aula como um recurso pedagógico que possibilita o exercício da cidadania, da criatividade e da criticidade, além de ampliar o olhar ante as imagens que nos são postas.” (p. 123)

Dessa forma, as práticas de letramento contribuem para que haja a democratização do ato de escrever, promovendo ao estudante o desenvolvimento do domínio social de comunicação, quer seja pela oralidade, quer seja pela escrita. Além disso, favorece na aprendizagem e na melhora da autoestima dos alunos, contribui para aproximação do aluno com produção escrita, de modo a melhorar sua forma de se expressar não só na escola como também com os amigos e os parentes.

Como afirma Rojo (2009), as práticas e eventos de letramentos de que as pessoas participam cotidianamente, através da leitura e da escrita, colaboram para acionar o conhecimento de mundo e para relacioná-lo com os temas dos textos encontrados socialmente.

O uso de fanzine pode ser um valioso exercício de leitura e escrita por possibilitar o aluno se tornar o autor de sua obra e de se fazer ouvir. Dessa forma, a atividade de produção escrita passa a ser um importante instrumento de fortalecimento à voz dos muitos jovens e adultos que estão na escola e precisam romper os silenciamentos impostos pelos perversos processos de exclusão, a partir de atividades como o fanzine, por exemplo, podem-se produzir respostas aos textos que escutam e leem, possibilitando melhor expressividade oralmente ou por escrito.

De acordo com Andraus (2009), a produção de fanzines colabora para o desenvolvimento de um texto autoral, uma vez que o aluno torna-se autor de sua obra e ainda é capaz de se fazer ouvir. Nascimento (2010, p.215) ainda destaca que “a prática zinesca veicula formas de aprender, construindo e reconstruindo saberes que potencializem o poder de intervir como sujeitos pensantes no meio sociocultural.”

Nessa perspectiva, esse trabalho visa a colaborar para a formação crítica do aluno, de modo que este perceba como os discursos se relacionam e que a partir deles pode-se adquirir autonomia e empoderamento social nas mais variadas situações sociocomunicativas.

A prática de letramento em EJA aliada ao desenvolvimento de indícios de autoria em textos, associa-se a uma concepção pedagógica a qual permite ao aluno reconhecer-se como sujeito naquilo que produz, pois, a formação para a cidadania vai além dos muros da escola. Ela está alicerçada no cotidiano das relações dos indivíduos e no conjunto das organizações da sociedade. Com isso, o espaço escolar passa a ser visto como um local de acesso à cultura e ao conhecimento historicamente produzido e também de possibilidades para as vivências que constroem o fortalecimento da democracia e promoção da cidadania de jovens e adultos das camadas populares, que possuem limitações de inúmeras naturezas para alcançarem a superação da desigualdade social e a quebra do ciclo de pobreza no qual estão inseridos.

A partir do desenvolvimento de atividades pedagógicas voltadas para a EJA, ocorre o uso produtivo da língua materna, dentro e fora da escola, e ainda promove a formação dos alunos por meio de atividades em sala de aula que auxiliam em muitas práticas sociais.

6 Uma proposta de letramento com fanzines

Propõe-se nesta seção apresentar uma sequência de atividades inspirada nos projetos de letramento: planos de atividades que desenvolvem o letramento do aluno, como explica Kleiman (2007):

Assim, um projeto de letramento se constitui como “um conjunto de atividades que se origina de um interesse real na vida dos alunos e cuja realização envolve o uso da escrita, isto é, a leitura de textos que, de fato, circulam na sociedade e a produção de textos que

serão realmente lidos, em um trabalho coletivo de alunos e professor, cada um segundo sua capacidade” (KLEIMAN, 2000, p. 238).

Levando em consideração que os alunos da EJA possuem especificidades diferentes quanto à necessidade de ter acesso ao conhecimento, desenvolvemos o projeto de letramento em três etapas. Assim, descrevemos as características de cada uma delas:

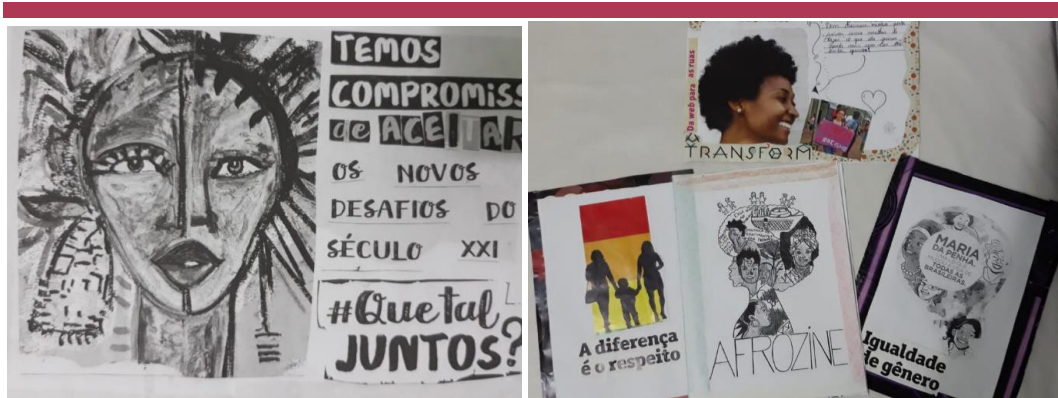
Na etapa inicial foram realizados momentos de leitura compartilhada e individualizada com os alunos sobre a importância de estudar e adquirir novos conhecimentos, para que houvesse debate, troca de ideias e opiniões acerca da relevância dessas leituras para a vida deles; foram utilizados vários textos verbais e não-verbais, dentre eles imagens retiradas de revistas (pessoas que mudaram sua vida através dos estudos), a história “O sábio e o barqueiro” (sabedoria popular) e o curta-metragem “Vida Maria” (produzido pelo animador gráfico Márcio Ramos). Esse momento foi imprescindível para o trabalho, pois ouvir cada aluno significa valorizar o saber e a cultura que ele traz para a escola e muitas vezes não é dada a devida importância; a partilha de saberes favorece a elaboração de subsídios para a prática escrita e, também, possibilita o envolvimento e o engajamento com a atividade que será desenvolvida em sala.

Esse primeiro momento foi interessante para aproximar as leituras com os conhecimentos e saberes adquiridos fora da escola, foi possível ampliar o horizonte de expectativas dos alunos e tentar construir um repertório sociocultural diverso e produtivo.

Já na segunda etapa, por sua vez, houve a produção inicial e a organização do portfólio individual (acompanhamento da evolução e do crescimento no desempenho da escrita) de cada aluno. Em seu caderno, o estudante poderia relatar suas vivências, ideias e opiniões, principalmente foi uma oportunidade para aqueles alunos que ainda não se sentem confortáveis para participar ativamente das atividades coletivas. Todos expressaram o que pensavam e fizeram através de desenhos, imagens (colagem) e textos.

Antes de iniciar a terceira etapa, foi apresentado aos alunos um fanzine, construímos uma visão geral desse gênero discursivo e os alunos ficaram em duplas para compartilharem o que produziram.

Em relação à terceira etapa, ocorreu a elaboração das páginas dos fanzines/zines, antes de elaborar a versão final de seus textos, as duplas poderiam realizar reflexões sobre a escrita e o conteúdo do que foi produzido. Nesse momento foi oportunizada a intervenção do professor, uma vez que foi acordado que não poderiam ser utilizadas palavras de baixo calão e nem qualquer ato de agressão ou apologia à violência. Para a confecção dos zines, foi disponibilizado aos alunos um material complementar (revistas, jornais, imagens, papel ofício, tesoura e cola) para caracterizar e tornar ainda mais criativa ainda mais a produção escrita dos alunos.



Fonte: Fanzines produzidos pelos alunos da EJA IV

Acreditamos que assim poderemos desenvolver com alunos da EJA a ampliação de noções de letramento, para que eles possam entender e circular por várias situações comunicativas e, a partir do conhecimento de mundo e dos saberes adquiridos por meio de experiências com o outro e o meio, possam exercer sua cidadania demonstrando seu conhecimento quer seja pela oralidade, quer seja pela escrita, de forma autoral e crítica.

7 A Cultura Afrodescendente e a Identidade de gênero na escola

A escola como espaço de difusão e compartilhamento de vivências das pessoas apresenta uma importância fundamental na promoção de atividades que visem a reflexão e a conscientização acerca da valorização e do respeito às diferenças. Dessa forma, nas experiências em sala deve-se promover uma diversidade de atividades que permitam a todos, independentemente do gênero, cor, condição social e outros, possibilidade de expressar o que sente ou pensa.

A educação de gênero e diversidade sexual é uma ferramenta para suscitar reflexões e debates acerca do preconceito sexual e da necessidade de se construir uma cultura de tolerância, com respeito e compreensão frente às relações de poder em sociedade que geram tantas situações de violência de gênero.

Em relação à cultura afrodescendente, a apropriação de documentos como a lei 10.639, o conhecimento de fatos e personagens históricos que colaboram para fortalecer a voz de muitos homens e mulheres que sentem na pele a indiferença e sofrem com os silenciamentos sociais impostos pelos perversos processos de exclusão, por isso, muitos são destinados ao esquecimento. Dessa forma, a necessidade de resgatar na literatura personagens femininas como as descritas na coletânea de contos de Conceição Evaristo (2015) torna-se essencial para que se (re)conheça nos perfis que descrevem situações e vivências do cotidiano.

O encanto e a significação com os contos de Conceição Evaristo são motivos suficientes para que seus textos sejam vivenciados em sala de aula. É uma experiência que pode proporcionar conhecimentos diversos para a vida, não apenas do aluno/leitor, que se encontra em formação, como também ao professor que se transforma em agente de leitura e torna a sala de aula em um espaço de reflexão para se debater acerca das desigualdades sociais e étnico- culturais que tanto silenciam e massacram nossos jovens. Todavia, para que a leitura de suas obras se torne, de fato, uma experiência significativa e transformadora, a adoção de metodologias instigantes e envolventes, que potencializem as possibilidades de comunicação entre leitores e o texto, torna-se imprescindível.

Segundo Santos (2018), a partir da arte e da literatura pode-se promover a transformação de grupos sociais, principalmente tendo em vista a conjuntura política e social com a qual convivemos. O autor ainda defende que a arte permite retratar a realidade e expressar conhecimento, opinião, denunciar situações e revelar o que se sente.

Dessa forma, proporcionar no espaço escolar atividades artísticas que vislumbrem a compreensão do racismo brasileiro de acordo com Cunha (2001) pode encorajar nossos jovens a aceitar sua africanidade e reconheça seus traços afros, não apenas na aparência física, mas a partir da luta histórica que muitos travaram para não serem esquecidos e silenciados.

De acordo com Cunha (2001) o racismo brasileiro advém de uma negativa sistemática de inferiorização do negro, que, por sua vez, passa a ser visto como incapaz. Ainda nessa perspectiva, de alimentar essa inferiorização, quer seja pela cor ou pela orientação sexual escolhida, percebe-se nos grupos sociais uma forte tendência de perseguição. Muitos alunos na escola relatam esses conflitos a partir de atividades escolares que podem amenizar e auxiliar a extravasar um pouco de um sofrimento escondido todos os dias para evitar agressões e violência física e psicológica.

Por isso a importância de suscitar em sala as discussões acerca da necessidade de reconhecer-se e (re)significar o conceito de africanidade e identidade de gênero a fim de permitir a construção de um ambiente com mais tolerância, respeito e compreensão pelas diferenças e singularidades de cada indivíduo.

Portanto, a formação de leitores concretiza-se através de práticas literárias que viabilizem caminhos para o aperfeiçoamento de efetivos leitores e colaboram para a transformação do próprio mundo de quem lê e sente tantas mudanças no mundo.

8 Análise de dados e Resultados obtidos

Após as experiências vivenciadas em sala e o conhecimento adquirido a partir das atividades descritas em todas as três etapas descritas na seção anterior, cada aluno teve a oportunidade de reavaliar e elaborar a versão final de seu texto e estes foram organizados em um fanzine ou zine que circulou pela turma e faz parte do acervo da biblioteca.

Para conduzir a orientação de autoavaliação, os alunos ficaram em duplas e foi solicitado que eles observassem a ideia (o conteúdo), a opinião que fazia parte do texto (contra/ a favor) e se havia algum exemplo de mensagem que fizesse referência a fatos que não estavam diretamente nos textos.

Vejamos, então, um exemplo de uma das produções escritas pelos alunos da EJA e as considerações que serão realizadas mediante os elementos que fazem parte do texto produzido em sala.

Da Web para as ruas

Um homem nunca pode privar uma mulher de fazer o que ela quiser ainda mais um ser tão lindo!



Fonte: Texto do Zine de uma aluna da EJA IV

Os trechos destacados no texto acima mostram como a aluna consegue, embora que de forma ainda embrionária, reforçar o seu discurso e conseguir utilizar as vozes de outros contextos para expressar sua opinião, sua voz e seus sentimentos.

A partir do texto apresentado observa-se o posicionamento da aluna em relação às questões pertinentes ao gênero e à afrodescendência, tendo em vista a escolha das imagens para compor a página do zine. Pode-se também perceber que o texto revela o aspecto discursivo de que deve-se permitir à mulher liberdade para realizar suas escolhas.

Ainda podemos constatar que a confecção do fanzine é uma exemplificação de que os jovens podem ser agentes de letramentos, ou seja, ele possibilita o indivíduo criar a partir de suas crenças e experiências e possa distribuir sua obra para outras pessoas, de modo a potencializar a força de sua mensagem para o mundo, como afirma Souza (2011):

O fanzine, por seu formato simples e barato, democratiza e circula conhecimentos, favorecendo aprendizagens mais democráticas e coletivas, rasurando as interdições que

envolvem a compra e a circulação de materiais escritos, tais como jornais e livros. (SOUZA, 2011. p.118)

Nesse sentido, a maneira de fazer o fanzine também pode ser vista como uma tentativa de (re) construção da identidade do jovem que pode encontrar através da atividade zinesca uma forma de resistência às adversidades sociais que excluem e controlam o acesso à cultura e às informações do mundo.

Mais do que construir um artefato cultural, o fanzine apresenta uma elaboração multimodal que pode contribuir, dentro ou fora de sala de aula, com a formação e a inserção social de jovens que precisam avançar em relação à compreensão do que leem e veem no mundo.

9 Considerações Finais

A produção textual na Educação de Jovens e Adultos (EJA) é uma atividade complexa, devido às especificidades da alfabetização já tardia e à falta de autoria na produção dos textos escritos.

O ingresso nas práticas de letramento não garante ao aluno domínio dos gêneros textuais que circulam na sociedade, mas contribuem para a articulação do discurso próprio em detrimento do uso excessivo do discurso do outro.

Buscou-se evidenciar que, a partir das práticas de letramento com a produção de fanzines, os alunos constroem uma escrita criativa e crítica, permitindo ao professor dimensionar e avaliar a qualidade dos textos escritos. A produção escrita dos textos possibilita a construção de aprendizagem significativa na qual os discentes expressam sentimentos e opiniões.

Além de possibilitar a ampliação do repertório sociocultural dos alunos da EJA, o gênero fanzine promove o pertencimento, a troca de ideias entre pessoas e o desenvolvimento das marcas de autoria durante a produção textual.

É mais importante que o aluno consiga desenvolver em sua formação escolar uma ação linguística produtiva e adequada à realidade social. Os resultados encontrados a partir desse trabalho evidenciam que aos poucos os alunos recontextualizam os discursos sociais e conseguem expressar o que pensam em pequenas produções textuais.

Referências

ADAM, Jean-Michel. **A linguística textual: introdução à análise textual dos discursos**. 2.ed.rev. e aum. São Paulo: Cortez, 2011.

ANDRAUS, Gazy. **A independente escrita-imagética caótico-organizacional dos fanzines: para uma leitura/feitura autoral criativa e pluriforme**. Trabalho apresentado ao Eixo 14 – Escritas, imagens e criação. Diferir no 17º COLE. Campinas, 2009.

BAKTIN, M. **Os gêneros do discurso**. In: **Estética da Criação Verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros Curriculares Nacionais de Língua Portuguesa – 3º. e 4º. ciclos**. Brasília: MEC, 1998.

_____. Ministério da Educação. Inep. **Redação no ENEM 2016 - Cartilha do Participante**. Brasília: MEC, 2016.

CAMPOS, Fernanda Ricardo. **Fanzine: da publicação independente à sala de aula**. Pôster apresentado no III Encontro Nacional sobre Hipertexto. Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2009.

CUNHA, Jr. Henrique. **Africanidade, afrodescendência e educação**. Revista: Educação em debate. Ano 23. V.2.Nº 42. Fortaleza:2001.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d' água**. Editora Pallas, 2015.

FORTALEZA, Secretaria Municipal de Fortaleza. **Diretrizes Curriculares para o Ensino Fundamental do Sistema Público Municipal de Ensino de Fortaleza**. Fortaleza: Secretaria Municipal de Educação, 2011.

GARCIA, Maria de Fátima. Silva, José Antonio Novaes. (Orgs). Africanidades, afrobrasilidades e processo (des) colonizador: contribuições à implementação da Lei 10.639/03. In: SANTOS, Luiz Carlos dos. **Uma história (quase) esquecida: A luta dos Movimentos Negros no Brasil**. João Pessoa: Editora UFPB, 2018.

GERALDI, J. W. (org.) **O texto na sala de aula**. 3. ed. São Paulo: Ed. Ática, 2003. GUIMARÃES, Edgar. **Fanzine**. João Pessoa: Marca de Fantasia, 2005.

KATO, Mary A. **No mundo da escrita: uma perspectiva psicolinguística**. São Paulo: Ática, 1987.

_____. Letramento e suas implicações para o ensino de Língua materna. In: **Signo**. Santa Cruz do Sul, v.32, n 53, p.1-25, dez, 2007.

KLEIMAN, A. Modelos de letramento e as práticas de alfabetização na escola. In: KLEIMAN, A. (Org.). **Os significados do letramento: uma nova perspectiva sobre a prática social da escrita**. Campinas: Mercado de Letras, 1995.

_____. Preciso “ensinar” o letramento? In: **Linguagem e letramento em foco**. CEFIEL/MEC, 2005.

KOCH, I.V; ELIAS, V. M. **Escrever e argumentar**. São Paulo: Contexto, 2016. MAGALHÃES, H. **O que é fanzine**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

MELO, B.O.R. A contribuição de Linguística e das práticas de letramento para o ensino de gêneros da esfera do argumentar. In: ARAÚJO, A.S. e outros. **Reflexões linguísticas e literárias**. Fortaleza: HBM Digital, 2015.

MOLLICA, M. C.; LEAL, M. **Letramento em EJA**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

NASCIMENTO, Ioneide Santos do. Da marginalidade à sala de aula: o fanzine como artefato cultural, educativo e pedagógico. In: Muniz, C. (Org). **Fanzines autoria, subjetividade e invenção de si**. Fortaleza: edições UFC, 2010.

OLIVEIRA, Maria do Socorro. Gêneros textuais e Letramento. In: **Revista brasileira de Linguística Aplicada**. Vol.10. nº 02. Belo Horizonte, 2010.

ROJO, R. **Letramentos múltiplos, escola e inclusão social**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

. **A prática de linguagem em sala de aula**. Praticando os PCNs. Campinas: Mercado de Letras, 2000.

SOARES, Magda. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

SOUZA, Ana Lúcia Silva. **Letramentos de reexistência: poesia, grafite, música, dança: HIP-HOP**. São Paulo: Parábola Editorial, 2011.

STREET, B. V. **Letramentos sociais: abordagens críticas do letramento no desenvolvimento, na etnografia e na educação**. Trad.: Marcos Bagno. São Paulo: Parábola Editorial, 2014.

CORPOS DIGITAIS NO TINDER: A PREPARAÇÃO PARA AS BUSCAS POR PARCEIROS NO “ONLINE”¹

Fabrcio de Sousa Sampaio²

Resumo: Do engajamento nos embates polticos partidrios – e/ou relacionados às polêmicas e problemas sociais da atualidade – aos processos de busca amorosa e/ou sexual, as redes sociais e os aplicativos otimizam os processos ao promoverem uma maior participação e incluso dos mais diferentes sujeitos sociais. Nesta ambiência social, em termos de paquera e/ou “pegação”, os aplicativos, por mais que ainda estejam atravessados por uma atmosfera de “armário ampliado” (MISKOLCI, 2009) da homossexualidade, configuram-se em um território de regulada expressão do desejo. Assim, no início de 2018 foi iniciada uma etnografia digital no Tinder com objetivo de compreender os percursos digitais da busca por parceiros. Este artigo é constituído pelas reflexões preliminares da primeira fase desta pesquisa digital que intenciona analisar a construção dos perfis-corpo dos sujeitos que utilizam este aplicativo para efetivar suas buscas amorosas e/ou sexuais. Uma das principais constatações desta fase inicial é a de que o corpo digital dos sujeitos se materializa a partir da construção do perfil fotográfico e narrativo os quais objetivam: representar uma identidade distinta na abundância do mundo “online” e, com isso, otimizar a própria busca para que a velocidade da paquera e/ou “pegação” exclua os desconfortos do insucesso e vislumbre as possibilidades de enlaces bem-sucedidos diante da abundância de outros corpos digitais.

Palavras-chave: Corpo digital, tinder, busca por parceiros.

1 Algumas análises engendradas neste artigo já foram apresentadas em eventos científicos anteriores: 1) V SEMINÁRIO INTERNACIONAL ENLAÇANDO SEXUALIDADES- Percursos digitais no tinder: da análise dos perfis masculinos às combinações para a “homocurtição”. Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/enlacando/trabalhos/TRABALHO_EV072_MD1_SA36_ID224_19062017161900.pdf. 2) 3º SEMINÁRIO INTERNACIONAL DESFAZENDO GÊNERO- “Pegação” gay no tinder: da “cara” ao “match”. Anais ainda indisponíveis.

2 Doutor em Ciências Sociais-UFRN; Professor EBTT de Sociologia do IFMA/Campus Araioses.
E-mail: farcosousa@yahoo.com.br

Introdução

A disseminação das mídias digitais nos últimos anos vem operando peculiares transformações nas relações sociais da contemporaneidade. Liberdade, protagonismo, diferenciação, identificação, seletividade e consumo parecem exemplificar uma série de questões que se apresentam na era da conectividade perpétua, nos termos de Castells (2011).

Os aplicativos talvez intensificaram a conectividade das relações e processos sociais produzindo, de certa maneira, uma necessidade pela utilização de celulares e/ou *iphone* com acesso permanente à internet. Utilizados para diversas funcionalidades, os aplicativos, via geolocalização, vem transformando, por exemplo, o cenário das buscas entre homens, denominada por “pegação”³.

Atualmente, existem muitos aplicativos para tal finalidade, desde o protagonista Grindr ao escolhido para a pesquisa em andamento: Tinder. Criado por Mateen, Sean Rad, Jonathan Badeen e Christopher Gulczynski – alunos da Universidade do Sul da Califórnia (EUA) –, este aplicativo, depois de ser lançado em 2012, chegou ao Brasil em 2013 (TAGIAROLI, 2014).

Para Pelúcio (2015), a dinâmica do Tinder se assemelha a um jogo. O usuário após criar o seu perfil, escolhe basicamente alguns filtros de seletividade, tais como a distância geográfica e o gênero, e posteriormente inicia a busca. Geralmente, os usuários utilizam duas funcionalidades: o “like” ou curtir, para os perfis que gostam; e o “pass” ou não curtir, para corpos que não despertam interesse.

Metodologia

A escolha do aplicativo Tinder foi definida pelo contato com os discursos de jovens cearenses – em relação às suas buscas por parceiros através deste aplicativo – durante a realização de minha pesquisa de doutorado entre os anos de 2013 a 2017. Após a conclusão do doutorado, as buscas por parceiros no aplicativo Tinder, citadas pelo(a)s colaboradore(a)s, se firmaram como pretensão objeto de pesquisa. Ainda no final de 2017, realizei algumas análises dos discursos sobre a paquera entre homens neste aplicativo, as quais foram apresentadas em congressos científicos descritos anteriormente.

No início de 2018, criei o perfil nesta plataforma com a finalidade de realizar uma etnografia digital. Dentre as informações disponibilizadas publicamente, além do nome completo, formação acadêmica, e-mail, profissão, foram explicitados os objetivos da pesquisa e o contato pessoal de *whatsapp*, para caso algum usuário, se interessasse em colaborar na investigação social. Inseri quatro fotos quaisquer que estavam disponíveis na rede social Facebook e também foi elucidado, publicamente, que curtiria todos os perfis masculinos como prática de participar das sociabilidades digitais e construir uma rede de colaboradores para a pesquisa em andamento.

3 Termo brasileiro para se referir ao “cruising”: prática erótica e erotizante que ocorre em espaços públicos territorializados como pontos de encontros, de busca de parceiros entre sujeitos do sexo masculino (GADELHA, 2015, p.65).

Quando ocorriam as combinações, reiterava os objetivos da etnografia “online” e solicitava a colaboração dos usuários. No decorrer das primeiras interações, a distância geográfica entre o pesquisador e o usuário e o desconforto da maioria com a realização da entrevista aberta presencial, constituíram os obstáculos para utilizar como alternativas de técnicas de pesquisa, ao invés desse tipo de entrevista, o questionário semi-estruturado enviado por e-mail e as entrevistas digitais via *whatsapp*. Este artigo contempla preliminarmente as análises balizadas em dezesseis questionários e três entrevistas via *whatsapp*. Os colaboradores escolheram nomes fictícios para se identificarem.

A maioria dos colaboradores se enquadram na faixa etária de 18 a 30 anos, se identificaram como solteiros pertencentes ao gênero masculino e residentes em cidades cearenses. Quase todos souberam da existência do Tinder através de amigos e criaram seus perfis há mais ou menos dois anos. Acessam o aplicativo diariamente e possuem a versão gratuita.

A construção discursiva a seguir recupera as primeiras considerações acerca de uma pesquisa ampla sobre as buscas por parceiros no Tinder. Neste artigo, os primeiros objetivos desta pesquisa serão analisados: no primeiro momento, a construção do perfil fotográfico e narrativo; e em seguida, a materialização digital de um corpo-perfil será problematizada como elemento fundante destas buscas nos contextos de abundância virtual.

Resultados e discussões

A “sociedade digital” (MISKOLCI, 2016) é marcada pela conexão através das tecnologias digitais. A “conectividade perpétua” (CASTELLS, 2011) via portabilidade intensifica e modifica as sociabilidades em uma espécie de “contínuo on-offline” (MISKOLCI, 2016) onde as buscas entre homens precisam ser situadas.

Os aplicativos conectam e portabilizam os sujeitos nos processos sociais contemporâneos e no “mercado competitivo dos afetos” (PELÚCIO, 2015, p. 84). Ao facilitarem e otimizarem os engajamentos amorosos e/ou sexuais, minimizarem os desconfortos e as incompatibilidades, os aplicativos podem ser pensados como “oásis” digitais onde a pedagogia do esforço é substituída por uma pedagogia da festa, prazer e gozo ininterruptos. A felicidade continuada é percebida como superação do antigo dualismo dor x alegria (COUTO, 2012, p. 169).

Para Miskolci (2016), a potencialização da “pegação”, das buscas ou do “fast foda” implementada pelos aplicativos, auxiliados pela geolocalização, é tributária das novas gerações que consideram a “paquera face a face” rude e vinculada aos homens mais velhos os quais não conseguem “quebrar o gelo” através de mensagens via aplicativos (Ibid., p. 22).

Uma das primeiras marcas das buscas por parceiros via aplicativos é o aperfeiçoamento da seletividade dos parceiros amorosos e/ou sexuais (MISKOLCI, 2016, p. 23). A segunda marca é a “economia da abundância” (ILLOUZ, 2011) que intensifica a racionalização das buscas substituindo o acaso e a experimentação da “pegação off-line” pela eficácia (Op., Cit) da seletividade. As incertezas e os desconfortos

são afastados nas buscas digitais. Os usuários da internet, ao contrário das interações off-line, podem “efetivamente visualizar o mercado de parceiros potenciais” (ILLOUZ, 2011, p. 125).

A terceira marca destas buscas digitais é a rapidez vinculada à eficiência (MISKOLCI, 2016, p. 287). A geolocalização possibilita o imediatismo dos encontros e concorre para racionalizar os custos e os benefícios de determinados investimentos ou curtidas em certos perfis. E, por último, poderíamos considerar que as buscas por parceiros, via aplicativos, estimulam uma “nova ética romântica” de estímulo ao prazer, à aventura e à busca por relações fluidas (PELÚCIO, 2015, p.86).

Um mercado afetivo rege as buscas no online (PELÚCIO, 2016, p. 315). A precarização da ideia de durabilidade das relações, o individualismo e a competitividade constituem este mercado (op.cit) que precisa descartar rapidamente para não perder as inúmeras possibilidades que se apresentam na plataforma de busca. O encontro ou o “match” resultante destas buscas mercadológicas por parceiros, reguladas pela oferta e procura, constitui em:

Um conjunto mais ou menos estável de preferências; faz com que o processo de busca seja ceceado pelo problema da eficiência; estrutura os contatos como nichos de mercado; atribui valor econômico (mais ou menos) fixo a perfis (isto é, a pessoas) e deixa as pessoas nervosas quanto a seu valor nesse mercado estruturado, e ansiosas por melhorar de posição nesse mercado (ILLOUZ, 2011, p.127).

No contexto digital dos aplicativos ou mídias digitais, pensados em uma ambiência mercadológica, os perfis das plataformas expressam modelos e segmentações que objetivam se diferenciar na abundância característica do mercado afetivo “online”. Os usuários buscam se tornar mais admirados ou desejáveis através da criatividade textual e/ou das convencionalidades corporais.

Em uma busca digital por parceiros marcada pelos imperativos da seletividade, abundância, competitividade, eficiência e fluidez das relações amorosas e/ou sexuais, o perfil materializa a tentativa de singularização e/ou identificação para produzir buscas bem-sucedidas. Neste sentido, justifica-se a análise dos perfis fotográfico e narrativo tanto para identificar tais convencionalidades quanto para compreender as criatividades experimentadas pelos usuários frente às normatividades corporais.

Se, para determinadas finalidades, as sociabilidades digitais incitam a desmaterialização ou a descorporalização, visto que a matéria corporal é representada como empecilho aos “prazeres computacionais” das interações (ILLOUZ, 2011, p.108), nas buscas entre homens via aplicativos, particularmente no tinder, o perfil materializa o corpo dos usuários em sua prática seletiva e pautada na vinculação de compatibilidades.

Em uma ambiência de paquera e/ou “pegação” off-line geralmente este corpo se prepara para as buscas por parceiros. Esta fase de preparação parece estar vinculada a um ritual (GUIMARÃES, 1984) que inclui “microdispositivos de seleção”. Em sua pesquisa sobre a deriva ou paquera de rua, Perlongher (1987, p. 159) acrescenta nesse ritual, regras de cálculo para medir “o grau de desejabilidade quanto a eventual periculosidade do candidato”. Considerando a possibilidade de comparação com a busca no Tinder, parece que o grau de desejabilidade de determinado corpo é racionalizado durante a construção

dos perfis em constante processo de interação com as convencionalidades físicas e o modelo de personalidade desejável em determinado contexto cultural. É na confluência entre os perfis fotográfico e narrativo que os corpos digitais adquirem materialidade, graus de desejabilidade e potencialidades de serem curtidos e/ou descartados no mercado afetivo “online”.

Para Miskolci, o corpo ganha centralidade nas buscas por parceiros nos aplicativos. Ele é construído e apresentado para o sexo. Tal centralidade se justifica pelo fato de que a imagem do corpo representa a expressividade (MISKOLCI, 2016, p.141). Para obter status nas buscas digitais, os usuários engendam um trabalho constante com as suas imagens (Ibid, p. 285).

O perfil é um questionário que contribui para singularização na abundância do mundo “online”. Ele representa a “versão computacional de quem você é” onde “o eu é solicitado a passar por um vasto processo de auto-observação reflexiva, introspecção, autorrotulação e articulação de gostos e opiniões” (ILLOUZ, 2011, p.111).

Dentre as motivações elencadas pelos colaboradores para a criação de seus perfis no aplicativo tinder, a intenção de conhecer novas pessoas foi a mais citada. O acesso diário aos perfis para curtir ou não determinado corpo digital tem como objetivo visualizar “encontrar alguém quem sabe” (Bruno, 31anos). Outro exemplo é o colaborador Leandro, 21 anos, da cidade de São Luís. Ele explicita que há quatro anos acessa o tinder “na hora do almoço ou final da noite” com a finalidade de se relacionar: “conhecer novos caras, fazer novas amizades e quem sabe algo sério”.

Eva Illouz distingue dois tipos de perfis: o psicológico e o fotográfico. O primeiro, também denominado nesta discussão de narrativo, objetiva o destaque do usuário na abundância homogênea da internet. E o segundo, exige que o usuário se “enquadre nos cânones estabelecidos da beleza e do preparo físico” (ILLOUZ, 2011, p. 119). Em resumo, os usuários bem sucedidos precisam se distinguir via perfil através da sua “originalidade linguística” e da sua “convencionalidade física” (Op., Cit).

O perfil fotográfico vincula corpo e beleza. As imagens objetivam presentificar o corpo eternamente através da fotografia (ILLOUZ, 2011, p.116). O corpo apresentado pela fotografia é colocado literalmente na posição de modelos ou atores que: tomam uma extrema consciência de sua aparência física e exposição pública; e reconhecem os seus corpos como fontes centrais de valor social e econômico na exigência de competirem com outros corpos (ILLOUZ, 2011).

A maioria dos colaboradores fizeram uma diferenciação entre os tipos de fotos que postam no tinder. Existem as fotos normais – de rosto ou de corpo inteiro em diversas situações da vida social – que podem ser as mesmas de suas páginas do Facebook, e as fotos que possuem algum traço de nudez – as denominadas “nudes”.

A nitidez, a atualidade e a fidelidade com a realidade perfazem os critérios utilizados pela maioria dos colaboradores na seleção de suas fotos para publicação no tinder. O colaborador Leandro pontua outro critério também utilizado pela maioria: “as que lógico, estou bonito e que esteja bem natural”. As fotos “mais bonitas” (Bruno) e/ou “fotos que me sinto atraente ou interessante” (Mailson, solteiro, residente na cidade de Tianguá-CE) representam a busca por singularidade na internet, haja vista que

a preferência nas buscas é marcada, em grande parte, pelos critérios de beleza e proximidade. Tal afirmação corrobora as considerações de Miskolci em suas pesquisas: a escolha do ‘mais bonito’ perfil para ser curtido no Tinder também precisa passar pelo “critério da proximidade na seleção” (MISKOLCI, 2016, p. 24). A título de ilustração, o colaborador Lucas, solteiro e residente na cidade de Santana-CE, reitera que busca “usuários mais próximos, com uma boa aparência e da minha idade”. Neste depoimento, os critérios da boa aparência ou beleza e proximidade se interseccionam com outros tais como a faixa etária. Esta discussão sobre as peculiaridades das buscas constitui objetivo de futuras análises.

Em contrapartida, as “nudes” são evitadas na postagem do tinder. Descritas como vulgares pelos colaboradores Raimundo, Bruno, Mailson, Gil, as “nudes” também são evitadas para não caracterizar a busca por parceiros com a finalidade sexual apenas: “fotos de corpo ou nudez [...] se fizer isso vou atrair pessoas focadas em sexo” (Anderson, solteiro, residente em Aracaju-SE); “evito fotos de nudez, não gosto quando estou passando perfis no coletivo e aparece uma nudez, acredito que outras pessoas também não gostariam de passar pelo mesmo constrangimento” (Davi, solteiro, residente em Caucaia-CE). O jogo do tinder – compartilhado entre as pessoas a partir de um único perfil acessado – explicitado pelo depoimento de Davi, contrasta com o relato de Maranhão. O seu perfil, além de não possuir fotos de rosto, também não há nenhuma descrição de si, “porque as pessoas em São Luís [cidade onde ele reside] ainda não são maduras o suficiente para isso”. Em seu perfil, há fotos sem blusa, ocultando o rosto. No desenrolar do questionário, ele assevera que o Tinder ainda não foi explorado totalmente para fins sexuais, tais como outros aplicativos que existem atualmente.

Após a criação do perfil, as fotos são raramente trocadas. Apenas o colaborador Felipe, Gil e Mailson trocam com determinada frequência. Os primeiros, mensalmente e o último, semestralmente. É elucidativo sobre essa dimensão fotográfica, o relato de Jonatan, solteiro, residente em Fortaleza-CE: “apenas quando se passa bastante tempo e percebo mudanças na minha fisionomia”.

O foco na singularidade durante a constituição dos perfis se vincula à existência de um mercado afetivo seletivo que incessantemente descarta os corpos digitais que não importam de acordo com determinados padrões de beleza, por exemplo. O descarte destes corpos também parece estar ligado à existência de abundância de perfis, ao ethos romântico da aventura e a rapidez da busca e relacionamento, para que os vínculos permaneçam sempre “líquidos”, nos termos de Bauman (2014) e permitam otimizar o retorno às buscas novamente.

As imagens postadas e visibilizadas nas mídias digitais fazem parte de um processo de produção e consumo definido por um regime de visibilidade que hierarquiza e/ou estigmatiza certas configurações corporais a partir de modelos sociais os quais classificam e subjetivam os perfis nas plataformas. Assim, a construção do perfil nos aplicativos, por exemplo, pode materializar formas de subjetivação, padrões corporais e até “segmentação erótica” (MISKOLCI, 2015, p. 140).

A singularização também é objetivada durante o “processo de descrição de si mesmo” que se baseia em padrões de “personalidade desejável”. Em seus perfis, os usuários se apresentam utilizando as convenções de um indivíduo desejável ao passo que aplicam tais convenções a si mesmo (ILLOUZ, 2011, p.

118). Neste sentido, as “narrativas de si”, nos termos de Couto(2014) são marcadas pela uniformidade, reificação e padronização (ILLLOUZ, 2011).

Idade, local de residência, músicas, profissão, frases e gostos constituem os principais elementos que constituem as “descrições de si” dos perfis analisados. Em contrapartida, há perfis que não trazem descrição nenhuma, tais como o perfil de Maranhão, Pedro e Roberto, por coincidência, ou não, colaboradores residentes da mesma cidade: São Luís.

Estes elementos citados acima parecem somar com o perfil fotográfico na constituição do corpo digital a ser curtido na plataforma Tinder. Além disso, o perfil narrativo ou nos termos de Illouz (2011), psicológico, funciona como um dos critérios para racionalizar a (in)compatibilidade com determinado perfil. Os colaboradores citaram como principais critérios de busca a idade, proximidade e a beleza. Estes critérios eram interseccionados pelas descrições para materializar o corpo digital: “se a aparência do dono do perfil me chama atenção, se tem algumas informações como trabalho e tendo uma descrição legal também conta” (Mailson); “não sei precisar o tempo, mas olho algumas fotos extras, quando o instagram está linkado no perfil, leio a descrição e olho se a atividade que a pessoa realiza, se estuda, trabalha, etc [...]” (Davi).

O relato de Davi explicita outro elemento que geralmente é disposto nos perfis: o instagram e/ou *whatsapp*. Geralmente, a justificativa para disponibilizar o instagram se deve em razão da limitação de fotos que podem ser postadas no Tinder ou como “forma de passar confiança” (Davi): “[...] por ter sempre as fotos mais atualizadas e mostrar mais informalidade” (Jonatan, solteiro, residente em Fortaleza-CE).

Em relação ao *whatsapp*, apenas um colaborador afirmou que disponibiliza. Todos os outros colaboradores defenderam que a troca de *whatsapp* requer intimidade e uma ratificação de interesse mútuo: “prefiro ter uma prévia conversa antes de dar meu número” (Fábio, solteiro, residente em Fortaleza-CE); “acho muito particular o número de telefone ficar exposto a pessoas desconhecidas” (Anderson); “[...] na conversa, se eu ver, repasso, pois o whatsapp é uma rede social meio pessoal” (Gil, solteiro, residente em Itaitinga-CE).

De forma contrária ao pensamento de Illouz (2011) e que, de certa maneira, foram atestadas nas discussões acima, o perfil de Natan escapa aos ditames da uniformidade, reificação e padronização defendidas pela socióloga nas “descrições de si”. Natan, solteiro, residente em Parnaíba-PI, relata que fez o perfil do Tinder por conta da solidão. Busca neste aplicativo um relacionamento e acessa diariamente. Na seleção das fotos para postar, Natan escreve: “procuo colocar fotos em que sejam fiéis com quem eu sou pessoalmente, que mostre o quanto eu sou gordo e feio”. E evita colocar fotos “com muito filtro, que disfarcem imperfeições”. Natan demonstra consciência de que está fora do padrão estético hegemônico – jovem, musculoso ou atlético – e, talvez por isso, ele tenha preferências por “homens mais velhos, pessoas com nível superior de estudo, pessoas diferentes e estranhas, pessoas que se pareçam comigo em certos aspectos”. Vale enfatizar que a sua autoidentificação como “gordo e feio”, não o excluiu de acessar o aplicativo, pois, talvez considere que “pessoas diferentes e estranhas”

estejam também hospedando perfis no Tinder. Talvez a diferença ou estranheza destas pessoas que ele provavelmente cita, possa ser, em parte explicada, pela exclusão de seus corpos do padrão estético enquadrado como belo. Outra interpretação possível, seria a de que Natan tenha incorporado e reativado a estigmatização sofrida por seu corpo e, por isso, tenha abandonado ou nunca tenha usado os filtros em fotos e postado, conseqüentemente, fotos “imperfeitas”.

Considerações finais

O corpo digital é materializado pela confluência dos perfis fotográfico e psicológico ou narrativo. Este corpo se constrói para singularizar os usuários na abundância de perfis que marca a sociedade digital. Ao se tornarem singulares, os usuários se movimentam no interior da lei da oferta e da procura esquadrihando e sendo esquadrihados a partir de graus padronizados de desejabilidade e contextualmente atravessados pelos princípios da eficiência, descartabilidade, rapidez e racionalização dos custos e benefícios.

A cada corpo é atribuído um valor social e econômico no sentido de atender individual ou socialmente as demandas requeridas e de facilitar a racionalização das (in)compatibilidades. Tal valor é dependente da capacidade deste corpo digital se enquadra entre as convencionalidades físicas e a “personalidade desejável”. Perfis que possuem fotos “normais”, nítidas, recentes e de rosto, além de trazerem em suas descrições a idade, a profissão, o local de trabalho e os gostos em geral, foram considerados pela maioria dos colaboradores com valoração maior do que aqueles que, possuem “nudes” e não tenham nenhuma descrição.

Como pretensos objetos de futuras investigações, vale ressaltar a importância de se investigar que tipo de beleza foi elencada pelos colaboradores, se é a beleza fitness, musculosa, além de se questionar que elementos formam uma “descrição legal” e que, juntos, tal convencionalidade e personalidade desejável, intensificam o grau de desejabilidade de determinado corpo digital, assim como, que elementos desvalorizam os corpos na busca digital.

Referências

BAUMAN, Zygmunt. **Amor Líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Tradução de Carlos Alberto Medeiros. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**: A Era da Informação - Economia, Sociedade e Cultura. São Paulo, Paz e Terra, 2011.

COUTO, Edvaldo Souza. "Pedagogias das conexões: compartilhar conhecimentos e construir subjetividades nas redes sociais digitais". In: PORTO, Cristiane; SANTOS, Edmea (Orgs.). **Facebook e educação: publicar, curtir, compartilhar** [online]. Campina Grande: EUEPB, 2014. p. 47-65. Disponível em: <<http://static.scielo.org/scielobooks/c3h5q/pdf/porto-9788578792831.pdf>>. Acesso em: 10 out. 2016.

GUIMARAES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004. Coleção sexualidade, gênero e sociedade.

ILLOUZ, Eva. **O Amor nos tempos do capitalismo**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2011.

MISKOLCI, Richard. A Gramática do Armário [online]: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: PELÚCIO, Larissa [et al] (orgs.). **Olhares plurais para o cotidiano**: gênero, sexualidade e mídia. Marília: Oficina Universitária; São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. p. 32-52. Disponível em: <https://www.marilia.unesp.br/Home/Publicacoes/ebook-olhares-plurais.pdf>. Acesso em: 25 abril. 2015.

_____. Sociologia Digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. **Contemporânea** – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 275-297. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/422/177>. Acesso: 16 dez. 2016.

_____. "Do armário à discrição? Regimes de visibilidade sexual das mídias de massa às digitais". In: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. **No emaranhado da rede**: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente. São Paulo: Annablume Queer, 2015. p. 131-148.

PELÚCIO, Larissa. Afetos, mercado e masculinidades contemporâneas: notas iniciais de uma pesquisa em aplicativos móveis para relacionamentos afetivos/sexuais. **Contemporânea** – Revista de Sociologia

da UFSCar, v. 6, n. 2, jul.-dez. 2016, pp. 309-333. Disponível em: <http://www.contemporanea.ufscar.br/index.php/contemporanea/article/view/424/179> . Acesso: 16 dez. 2016.

_____. "O amor em tempos de aplicativos: notas afetivas e metodológicas sobre pesquisas com mídias digitais". In: PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. **No emaranhado da rede: gênero, sexualidade e mídia, desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume Queer, 2015. p. 81-108.

PERLONGER, Néstor. **O negócio do michê: a prostituição viril em São Paulo**. São Paulo: Brasiliense, 1987.

TAGIAROLI, Guilherme. Brasil tem 10 milhões de usuários do Tinder; criador explica sucesso do app. In: *UOL*, notícias- tecnologia, 2014. Disponível em: <https://tecnologia.uol.com.br/noticias/redacao/2014/04/23/brasil-tem-10-milhoes-de-usuarios-do-tinder-criador-explica-sucesso-do-app.htm> . Acesso: 04 ago. 2017.

TECNOLOGIA E NOVOS PARADIGMAS DO CONHECIMENTO PARA EDUCAÇÃO

Lindamir Salete Casagrande¹
Rodrigo Henrique de Jesus Nascimento²

Resumo: O objetivo deste trabalho é apresentar uma breve discussão sobre o campo da educação e os paradigmas do conhecimento. Dentre eles, abordaremos brevemente os paradigmas tradicional, sociedades pré-industriais, posicionamento histórico-crítico, moderno, até a contemporaneidade. Ao pensarmos sobre a temática surgem alguns questionamentos, dentre os quais temos: como a instituição escola se constitui em um instrumento de dominação? A discussão está baseada numa pesquisa bibliográfica com autores/as que se dispõem a fazer uma narrativa histórica sobre a temática. Por fim, apresentaremos algumas reflexões geradas pela discussão deste tema que indica uma análise quanto a contemporaneidade. Pretendemos contribuir para uma reflexão mais aprofundada do tema. Diante do exposto, algumas das novas análises epistemológicas nos permitem evidenciar opressões ainda presentes na contemporaneidade.

Palavras-chave: educação; tecnologia; epistemologias; interação; resistência.

- 1 Pós-doutora em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismos pelo PPGNEIM/UFBA (2015). Mestra (2005) e doutora (2011) em Tecnologia pelo PPGTE/UTFPR e graduada em Ciências Com Habilitação Em Matemática pela Fundação de Ensino Superior de Pato Branco (1990).
E-mail: lindasc2002@gmail.com;
- 2 Mestrando em Tecnologia e Sociedade pelo PPGTE/UTFPR e graduado em Serviço Social pela PUCPR (2017).
E-mail: nassck@gmail.com.

Como vivermos juntos com nossas diferenças? A verdadeira democracia possibilita a existência de um conjunto de instituições que permitem o mais alto nível de reconhecimento do outro. (Marília Gomes de Carvalho)

Introdução

É importante distinguir as concepções que norteiam as epistemologias, essas implicam visões de mundo e de sociedade ideo-politicamente guiadas. Não significa hierarquizá-las, e sim historicizá-las e analisá-las. Neste trabalho faremos uma breve análise sobre a conceituação de tecnologia e como esta se relaciona à escola. Neste sentido, cabe questionar se a escola é um elemento histórico-social? Deste modo, apresentaremos algumas concepções epistemológicas que influenciaram o campo da educação, do funcionalismo aos paradigmas da modernidade.

Educação, tecnologia e sociedade

A noção de tecnologia empreendida neste artigo está inscrita a partir do conceito de Marília Gomes de Carvalho³ (1998) de interação. Segundo a autora, as culturas, os povos, as sociabilidades, a ciência, as epistemologias, as estruturas, as ideologias, as técnicas, compõem elementos da própria tecnologia, compreendendo que, “[...] existe uma interação entre o ser humano, a sociedade e a tecnologia.” (CARVALHO, 1998, p. 90).

Muitos/as autores/as se dedicaram a pensar o que significa tecnologia, tentar construir um conceito para este termo. Carvalho, Samara Feitosa e Sandro Marcos Castro de Araújo (s.d, online) se debruçaram sobre esta tarefa. Para os autores, “O termo é polissêmico na medida que lhe são dados vários significados, dependendo do olhar lançado sobre este fenômeno”. Os autores refletem sobre as diversas percepções acerca do que é tecnologia, dentre elas, aponta a concepção de Ruy Gama (1987) que a percebe como a ciência do trabalho produtivo. Criticam esta concepção por considerarem que o autor constrói sua ideia baseado apenas no sistema capitalista. Esta interpretação converge para o argumento dos pesquisadores Domingos Leite Lima Filho e Gilson Leandro Queluz (2005) que também fazem uma discussão acerca do conceito de tecnologia e afirmam que tal conceito é complexo e polissêmico.

Carvalho, Feitosa e Araújo (s.d, online) argumentam que a tecnologia não é apenas instrumental, mas contempla “dimensões socioculturais envolvidas em sua produção”. Defendem ainda que em todo o processo de humanização a tecnologia se fez presente por meio da criação de artefatos e produção de conhecimento. Para os autores

[...] a tecnologia perpassa todas as formações sociais porque na produção das condições materiais de vida, necessárias a qualquer sociedade, é imprescindível a criação,

3 Nome completos dos autores e das autoras para dar visibilidade as teóricas mulheres.

apropriação e manipulação de técnicas que carregam em si elementos culturais, políticos, religiosos e econômicos, constituintes da concretude da existência social. Deste ponto de vista, a tecnologia está intrinsecamente presente tanto numa enxada quanto em um computador. (CARVALHO; FEITOSA; ARAÚJO, s.d, online)

Entende-se também que a tecnologia não é neutra, portanto ela tem

[...] significados culturais com horizontes culturais [por conseguinte] Enquanto um objeto social, a tecnologia deveria estar sujeita a uma interpretação como qualquer outro artefato cultural, mas geralmente é excluída do estudo nas ciências humanas. No entanto, somos assegurados que sua essência repousa em uma função tecnicamente explicável, ao lugar de um significado interpretável hermenêuticamente. No máximo, os métodos das ciências humanas podem apenas trazer alguma luz aos aspectos extrínsecos da tecnologia [...]. O determinismo tecnológico tira a sua força desta atitude. Se alguém ignora a maioria das conexões entre a tecnologia e a sociedade, não é surpreendente que a tecnologia possa parecer como algo auto-engendrado. (FEENBERG, 1991, p. 13).

Trataremos das epistemologias que concernem ao âmbito da ciência e sua interface com a educação (FREITAG, 1986) a fim de compreender como as interações se estabelecem das teorias da modernidade. Tal pressuposto é relevante, pois as epistemologias estão intrinsecamente associadas às dinâmicas sociais (CARVALHO, 1998). Ao considerar essas dimensões, estão implicadas as concepções de mundo e à história das sociedades. Conforme Barbara Freitag (1986, p. 20),

Para que as sociedades modernas alcancem esse objetivo supremo da democracia, precisam educar os seus membros nas regras do jogo, valores e normas democráticos a partir das bases e desde o início da vida do indivíduo em sociedade. A educação assume aqui claramente uma conotação política. A educação vem a ser o processo de socialização dos indivíduos para uma sociedade racional, harmoniosa, democrática, por sua vez controlada, planejada, mantida e reestruturada pelos indivíduos que compõem. A pesquisa é uma das técnicas sociais necessárias para que se conheçam as constelações histórias específicas.

O desenvolvimento das sociedades primitivas até os dias atuais deu-se por diversos fatores ligados a técnica, dentre eles destaca-se o domínio racional do trabalho com o uso da teleologia quanto a transformação da natureza e a socialização, por exemplo (CARVALHO, 1998). Neste contexto, Carvalho (1998) aponta as distintas maneiras que as sociedades utilizam as técnicas para dominar a natureza, logo também para dominar o ser humano.

Nas sociedades feudais e pré-burguesas a socialização da técnica era atribuída aos mestres e seus escolhidos. Os pequenos camponeses ensinavam a seus pares o plantio e a comercialização de seus produtos. Quanto às elites monárquicas, estes eram letrados para a vida política, de poder. Demerval Saviani (1999) descreve que uma das principais características para superação desta organização era romper com essa concepção de educação, para fundar o Estado. A educação seria o caminho para que

a sociedade se desenvolvesse e pudesse formar cidadãos/ãs capazes de superar a condição de súditos. A constituição das elites burguesas e o controle social da população se estabeleceram primeiramente neste espaço, a escola.

Neste sentido, a percepção funcionalista de Emile Durkheim, era transformar os/as desajustados/as, os/as marginalizados/as em servis aos governantes (FREITAG, 1986; SAVIANI, 1999). No levantamento histórico que Demerval Saviani (1999) faz, esta perspectiva correspondeu a uma forma de pedagogia tradicional. Do ponto de vista científico, a produção de conhecimento privilegiava os homens. Neste sentido, a educação formal se destinava aos homens e visava à instrução para a mão de obra disponível e não consciente. Neste primeiro momento, dizemos homens, pois às mulheres ainda não era permitida à escolarização. É assim também que a desigualdade social e de gênero se estruturou. Aqueles que tinham algum nível educacional disputavam a empregabilidade, enquanto aos demais restavam trabalhos não formais, mal pagos e escravizados.

A escola como instituição analisada por Michel Foucault (2014) mostra como foi importante, na lógica capitalista, o controle do estado sobre a população e seus corpos. Andrew Feenberg (1991, p. 15) argumenta que:

Como Foucault discute em sua teoria sobre "poder/conhecimento", as formas modernas de opressão não estão tão baseadas em falsas ideologias, mas muito mais em "verdades" técnicas as quais a hegemonia dominante seleciona para reproduzir o sistema. Enquanto a escolha permanece escondida, a imagem determinística de uma ordem social justificada tecnicamente é projetada.

Se constitui na produção de um discurso de verdade sobre os desajustados, os que estão fora das instituições e que precisam ser corrigidos na escola, sob os quais incidiam as técnicas de controle. É este elemento que nos ajuda a compreender a instituição escolar como mecanismo de vigilância e ajustamento.

É precisamente na industrialização das sociedades burguesas que há a necessidade de corpos dóceis, úteis e meticulosamente mecânicos. Nas palavras de Foucault (2014, p. 135-136, grifos do autor),

O momento histórico das disciplinas é o momento em que nasce uma arte do corpo humano, que visa não unicamente o aumento de suas habilidades, nem tampouco aprofundar sua sujeição, mas a formação de uma relação inversamente. Forma-se então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos. O corpo humano entra numa maquinaria de poder que o esquadrinha, o desarticula e o recompõe. Uma "anatomia política", que é também igualmente uma "mecânica do poder", está nascendo; ela define como se pode ter domínio sobre o corpo dos outros, não simplesmente para que façam o que se quer, mas para que operem como se quer, com as técnicas, segundo a rapidez e a eficiência que se determina. A disciplina fabrica assim corpos submissos e exercitados,

corpos “dóceis”. A disciplina aumenta as forças do corpo (em termos econômicas de utilidade) e diminui essas mesmas forças (em termos políticos de obediência).

Para aqueles cuja escola não dava conta de disciplinar, a sociedade os mantinham sobre vigilância da família e do Estado repressivo. É desta circunstância moderna que surgem as prisões. O Panóptico (FOUCAULT, 2014) como modelo de vigilância necessária para garantir a segurança do espaço destinado a confinar corpos que não eram considerados úteis, com justificativa jurídica e psicológica, pois o discurso concentrava-se em infantilizar e deseducar a capacidade social e cognitiva desses corpos. Ao mesmo tempo em que o modelo do panóptico, na forma de controle do tempo e horário útil para as sociedades industriais se instalou como modelo de vigilância na escola. Por isso, constitui um dispositivo importante que automatiza e desindividualiza o poder. O Panóptico foi considerado uma máquina maravilhosa que, a partir dos desejos mais diversos, fabrica efeitos homogêneos de poder.

Uma sujeição real nasce mecanicamente de uma relação fictícia. De modo que não é necessário recorrer à força para obrigar o condenado ao bom comportamento, o louco à calma, o operário ao trabalho, o escolar à aplicação, o doente à observação das receitas. [...] Quem está submetido a um campo de visibilidade, e sabe disso, retoma por sua conta as limitações do poder; fá-las funcionar espontaneamente sobre si mesmo; inscreve em si a relação de poder na qual ele desempenha simultaneamente os dois papéis; torna-se o princípio de sua própria sujeição. Em consequência disso mesmo, o poder externo, por seu lado, pode-se aliviar de seus fardos físicos; tende ao incorpóreo: e quanto mais se aproxima desse limite, mais esses efeitos são constantes, profundos, adquiridos em caráter definitivo e continuamente recomeçados, vitória perpétua que evita qualquer defrontamento físico e está sempre decidida por antecipação. (FOUCAULT, 2014, p. 196).

Neste sentido, a teoria funcionalista criticada por Freitag (1986) e Saviani (1999) fazia enfrentamento direto à sociedade que se estabelecia, ao mesmo tempo em que revelava os paradigmas do conhecimento e educação necessária aquele tempo. Ambos os autores, a partir dessa crítica, esboçavam outros elementos que criticaram a suposta ideia de que tal concepção de escola poderia dar conta de sociedades democráticas e partiam para o pressuposto de que a educação evidentemente importante é uma educação de classe, embasadas na teoria marxista. Os paradigmas presentes até então eram limitados e excludentes. Suas narrativas eram exclusivamente classistas e deterministas ignorando as perspectivas de gênero, de sexualidade e de raça. Ainda que não tenha sido a preocupação de Freitag e Saviani até então, conforme Carvalho (1998) o determinismo empobrece a narrativa. Deste modo,

[...] assistimos à emergência e à consolidação da lógica disciplinar, implicando num determinado modelo de produção dos saberes e numa certa lógica da pesquisa. Parece-me que um dos pontos centrais de tal lógica disciplinar é a busca, a um só tempo, de uma objetividade e de uma universalidade do conhecimento, para que o mesmo possa ser reconhecido como válido e verdadeiro. A produção do conhecimento na modernidade

foi marcada por esses princípios e a pesquisa em educação não pôde ficar alheia a eles. (GALLO, 2006, p. 556)

As instituições de poder, especialmente a escola, constroem-se no âmbito da política, da sociedade e da história como maneiras de selecionar e especificar quais serão aqueles sujeitos em cujas vidas pode e deve ser investido e quais não.

Quando fazemos essa discussão sobre como a estrutura escolar se estabelece e se intersecciona com as relações político-sociais pretendemos explicitar como a escola é um aparelho moderno de dominação e que pode ser transformado. Com isso, compreendendo também as outras incidências de domínio sobre os corpos, como gênero e sexualidade, a alta modernidade trouxe várias questões a cerca destas temáticas que os limites desde a pedagogia tradicional até a crítica não deram conta.

Epistemologias (pós)⁴ modernas subalternas

O subalterno não pode falar. Não há valor algum atribuído à mulher como item respeitosa nas listas de prioridades globais. A representação não definiu. A mulher intelectual como uma intelectual tem uma tarefa circunscrita que ela não deve rejeitar (Gayatri Spivak).

Aqui lançaremos o olhar sobre a Teoria Queer, entretanto, não temos a intenção de fazer um resgate histórico de tal Teoria, uma vez que já há trabalhos como os de Guacira Lopes Louro (1997; 2009; 2015; 2017), Richard Miskolci (2009; 2016; 2017), Tamsin Spargo (2017), Leandro Colling (2015), dentre outros que o fazem. O objetivo é apresentar como teóricas e teóricos queer têm empreendido esta perspectiva, seus usos epistemológicos e, algumas, reverberações para educação.

A contribuição da ideia da Gayatri Spivak (2010) é central para pensar a decoloniedade, ainda muito forte até as epistemologias modernas. A discussão da autora sugere que há, pela episteme, formas de colonização do Outro pelo Eu, pois, por exemplo, em grande parte dos espaços hegemônicos se fala pelo Outro. Com base em sua análise, significa dizer que o Eu que fala pelo Outro é uma representação de si mesmo, pois, ao estar em uma posição de privilégio, não consegue representar a condição de subalternidade do outro. Considerando que a sociedade machista e racista da época é que sustentava a escola esses espaços são homogeneizados pela mesma estrutura que reproduz a condição do subalterno não dando voz e vez a este,.

A ideia não é que a subalternidade seja desprovida de voz para expressar sua condição. Falta o vocabulário para reconhecer as múltiplas facetas das relações de poder, as formas de representação. As instituições têm certas determinações que dificultam que os atores sejam efetivamente os protagonistas

4 Identificamos a pós-modernidade como movimento teórico-político que reposiciona o lugar de produção do conhecimento, questionando a "objetividade", imparcialidade e neutralidade científica. Embasados por teóricos da vertente pós-estruturalistas, tais como Michel Foucault (2014b), Jean-François Lyotard (1991), Judith Butler (2016).

de si mesmos. Não se trata de uma briga por representação. Deixar de falar pelos Outros e passar a falar com os Outros é uma ação política de solidariedades e construção de alianças, em outras palavras, “é preciso valorizar outros saberes, é saber que outras sociológicas são possíveis” (PELÚCIO; MISKOLCI, 2015, transcrição pelo autor)⁵.

Neste aspecto, a sexualidade surge como epistemologia, em uma insurgência homossexual a tomar a condução da história, pois, durante a epidemia de HIV/AIDS nos Estados Unidos, os discursos de homossexualidade com a designação “aidético”, era difundida e mantida por muitos espaços de saber-poder. Quer dizer, o movimento insurgente Queer Nation expressa uma política que busca instituir outro significado ao lugar de abjeto, e é tido como uma propulsão aos estudos Gays e Lésbicos, não sendo ambos a mesma coisa já que Queer assume uma política pós-identitária e outro assume o essencialismo estratégico. O Termo “Teoria Queer” é apresentado por Teresa de Lauretis, em 1991, inclusive ela é quem inaugura a noção de tecnologias de gênero (1994), como rótulo de diversas pesquisas que analisavam as maneiras diferenciadas que a heteronormatividade se incorporava às relações de poder a fim de produzir normalizações, à pessoas gays e lésbicas, no contexto de epidemia do HIV/AIDS ou “câncer gay” e “peste gay”. A sexualidade é deslocada do lugar de “xingamento”, a partir dos anos 1980, para o lugar de conhecimento (MISKOLCI, 2015; SIERRA, 2017).

A proposta de pós-coloniais, dos estudos queer, em suma, dos saberes subalternos, é a de uma política da diferença, o reconhecimento de quem é diferente para transformar a cultura hegemônica [...] na perspectiva da diferença, reside a proposta de mudar as relações de poder” (MISKOLCI, 2015, p. 50-51).

Os estudos queer mostram que o conhecimento tem sua aproximação com o poder e não é resultado de qualquer neutralidade científica. Os estudos pela diferença supõem o reconhecimento do Outro em nós, ao questionar as normalizações impostas pelas relações de poder que em síntese, apagam, eliminam, suprimem as diferenças. (MISKOLCI, 2015).

No Brasil, a Teoria Queer advém do campo da Educação, reconhecidamente por meio da teórica Guacira Lopes Louro, nos anos de 1990, quando a mesma utiliza esta vertente teórico-política para pensar gênero e sexualidade na escola. (LOURO, 1997; 2009; 2015; 2017). “Na esteira dessas ideias, os estudos queer assumem o caráter discursivo da sexualidade e, seguindo Foucault (mas também Derrida), questionam binarismo de toda ordem” (LOURO, 2009, p. 137).

Para nome completo Spargo (2017) e Miskolci (2009; 2017) a proposta queer reside na proposta foucaultiana de que não é possível apenas destruir ou inverter as relações de poder, mas deslocar, tencionar e produzir ambiguidades, questionar o sistema capitalista estruturado e estruturante na lógica machista, patriarcal, heteronormativa e racista.

5 Transcrição da fala no I Seminário Queer: Cultura e Subversão das Identidades sobre Contra-hegemonias com Larissa Pelúcio e Richard Miskolci. (2015). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=SzDS2IXjD0Y&index=6&list=PLtukD4KW-eVKg0ScgFBnxli5LsNR-zjq>. Acesso em: 15/12/2018

As tensões do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e intersexuais e a Teoria Queer na América Latina e Europa revelam a necessidade de se realocar a condução da construção política que coloque em transformação a sociedade. Assim, queer, não se presta a manuais ou interesses institucionais, está sempre questionando o status quo. (COLLING, 2015).

Spargo (2017) argumenta que é possível pensar a teoria de Foucault como queer, uma vez que a inquietação arqueogenealógica do poder e a ética se aproximam do estudo empreendido por Judith Butler (2016) sobre a performatividade de gênero. A subversão das identidades é também a subversão do conhecimento ao ter a sexualidade como objeto queer. Spargo (2017, p. 50-51) argumenta que,

Como discurso acadêmico, mantido dentro de um sistema universitário que apoia a pesquisa e ao mesmo tempo lhe impõe limites, a teoria queer está presa a um duplo movimento de contestar e produzir o conhecimento, de desafiar normas e ainda assim encarar um futuro possível como paradoxalmente ortodoxo. [...] Embora a sexualidade permaneça objeto-chave das análises queer, cada vez mais ela é estudada em relação a outras categorias do saber envolvidas na manutenção de relações de poder desiguais; raça, religião, nacionalidade, geração e classe.

Enquanto teoria é preciso reconhecer as suas limitações e pretensões de compreensão do real. O que é possível dizer de Foucault e os Estudos Foucaultianos, inclusive a Teoria Queer é que não se pretende produzir verdades, mas evidenciar as dinâmicas sociotecnopolíticas das relações sociais na escola.

Enquanto teorias críticas, os estudos de gênero e queer propulsionam para os movimentos sociais as interpretações que podemos fazer em torno de suas intenções teóricas- metodológicas, ou seja, não tomar as pessoas como objetos de investigação, mas possibilitar que as vozes subalternas façam o reconhecimento em torno das mudanças que julgam necessárias. (JESUS, 2014).

Pode parecer excessivo o uso de sexualidade para uma teoria que tem por intenção compreender as dinâmicas biopolíticas de gênero e sexualidade em sociedades capitalistas, racistas, machistas e homo/lesbo/trans/bifóbicos, mas há esta intencionalidade. Neste sentido, a tentativa de higienização das teorias caracteriza a interdição às polifonias de corpos, gênero e sexualidades. Por isso, para Louro,

A “reviravolta epistemológica” provocada pela teoria queer transborda, pois, o terreno da sexualidade. Ela provoca e perturba as formas convencionais de pensar e de conhecer. A sexualidade, polimorfa e perversa, é ligada à curiosidade e ao conhecimento. O erotismo pode ser traduzido no prazer e na energia dirigidos a múltiplas dimensões da existência. (2001, p. 551).

Para Jésio Zamoni e Rodrigo Rocha Baulduci (2012), uma filosofia da diferença aborda a impossibilidade de ser igual, sendo vários: classista, travestida, transexualizada, feminista. A diversidade de corpos que fogem à norma estabelecida pela sociedade é odiada pelo fascismo que ronda o conhecimento, a

escola, o cotidiano, a democracia e a política, construindo contra hegemonias nas formas de controle e disposição normativas. (DAWANA, Daiana 2016; DUARTE, 2009; ALBUQUERQUE Jr. 2009). Deste modo, a sexualidade e o gênero, são dois conceitos espinhosos, nem sempre compreendidos, mas sempre pertinentes, pois possui (trans)versa(til)idade, na educação, principalmente.

Considerações finais

Apresentamos alguns paradigmas da educação no campo das teorias científicas. É evidente que a tecnologia atravessa as instituições pelas especificidades técnicas, as suas relações com a sociedade e poder. Além disso, o próprio corpo é uma formação tecnológica sutilmente situada no biopoder, explorado a partir dos estudos foucaultianos. As sociedades

forjada na informação, na comunicação, pela linguagem, e distintas condicionantes de controle tendem a ser capturadas no dispositivo tecnológico.

A escola foi desde sua origem instrumento de dominação política, inicialmente, nitidamente marcada por aqueles que poderiam ter os domínios do saber, sempre limitados ao nível da neutralização, até o momento em que as sociedades se reconfiguraram e outros sujeitos passaram a integrar a escola e questionar e produzir novos paradigmas.

Os paradigmas da alta modernidade como alguns teóricos e teóricos esboçam, a partir de Foucault, questionam os discursos metanarrativos, o lugar de produção de conhecimento, o poder centrado e totalizante, dando atenção as maneiras em que a escolarização produz e reproduz a subjetivação e a sociabilização da dominação. Parece evidente dizer que a não presença das mulheres nas escolas muito tempo depois de sua criação fosse um fato imparcial, quando não o é, bem como, a discriminação e preconceitos inerentes aos modus operandi do pensamento capitalista machista e heteronormativo também não o são.

As teorias modernas que questionam inclusive os velhos paradigmas incluem outras dimensões da vida, política, moral e ética que pressupõem resistência na educação. Por fim, não consideramos, a partir do pós-estruturalismo, que a “agenda” pós-moderna esteja tão desfigurada de sentido. É possível que as lutas sociais sejam feitas também desde o micropolítico, do uso dos corpos e dos prazeres, das identidades políticas, particularmente no campo da educação, desconstruindo os velhos instrumentos de dominação.

Agradecemos ao PPGTE/UTFPR e à CAPES.

Referências

BUTLER, Judith. Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade. Tradução Renato Aguiar. Ed. 11°. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CARVALHO, Marília G. Tecnologia e sociedade. In BASTOS, J. A. Tecnologia & interação. Curitiba: CEFET/PR, 1998. Cap. 5.

CARVALHO, Marília G.; FEITOSA, Samara; ARAÚJO, Sandro Marcos Castro de.; Tecnologia. (s.d.) Disponível em: <http://www.utfpr.edu.br/curitiba/estrutura-universitaria/diretorias/dirppg/programas/ppgte/grupos-de-pesquisa/getec/conceitos/conceito-de-tecnologia/o-conceito-de-tecnologia>. Acesso em: 23/01/2019.

COLLING, Leandro. Muita produção e pouca influência: o conhecimento sobre diversidade sexual e de gênero e seus impactos nos Brasil. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio. Cenas Latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2015.

COLLING, Leandro. Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer - Salvador: EDUFBA, 2015

DE LAURETIS, Teresa. "A tecnologia de gênero". In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). Tendências e impasses: o feminismo como crítica cultural. Rio de Janeiro, Rocco, 1994. p. 206-242.

FEENBERG, Andrew. (1991). Racionalização subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia. In: FEENBERG, Andrew. Racionalização subversiva: Tecnologia, Poder e Democracia.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e Punir: nascimento da prisão; tradução Raquel Ramalhete. 42. ed. Pretropolis, RJ: Vozes, 2014

FOUCAULT, Michel. A ordem do discurso: aula inaugural no Collège de France; tradução Laura Fraga de Almeida - 24. Ed - São Paulo; Edições Layola, 2014b

FREITAG, Bárbara. Quadro Teórico. In: Escola, estado e sociedade. São Paulo: Moraes Ltda. 1986, p. 15-43.

GALLO, Silvio. Modernidade/pós-modernidade: tensões e repercussões... Educação e Pesquisa, São Paulo, v.32, n.3, p. 551-565, set./dez. 2006

LIMA FILHO, Domingos Leite; QUELUZ, Gilson Leandro. A tecnologia e a educação tecnológica: elementos para uma sistematização conceitual. *Revista Educ. Tecnol.*, Belo Horizonte, v.10, n.1, p.19-28, jan./jun. 2005

LOURO, Guacira Lopes Louro. Discursos de ódio. In: SEFFNER, Fernando; CAETANO, Marcio. *Cenas Latino-americanas da diversidade sexual e de gênero: práticas, pedagogias e políticas públicas*. Rio Grande: Ed. Da FURG, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Foucault e a teoria queer. In: *Para uma vida não fascista*. (Org) RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Belo Horizonte, Autêntica, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. *Gênero, sexualidade educação: uma perspectiva pós estruturalista*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

LOURO, GUACIRA LOPES. Teoria queer: uma política pós-identitária para a educação. *Rev. Estud. Fem.* [online]. 2001, vol.9, n.2, pp.541-553. ISSN 0104-026X. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-026X2001000200012>.

LOURO, Guacira Lopes. *Um corpo estranho: ensaio sobre sexualidade e teoria queer*. - 2 ed. 2 reim. - Belo Horizonte, Autêntica, 2015.

LYOTARD, Jean-François. *O pós-moderno*. Editora José Olympio, 1991.

MISKOLCI, Richard. Abjeção e desejo. Afinidades e tensões entre a Teoria Queer e a obra de Michel Foucault. In: *Para uma vida não fascista*. (Org) RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo. Belo Horizonte, Autêntica, 2009

SAVIANI, Dermeval. *Escola e democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política!* Dermeval Saviani.- 32. ed.- Campinas, SP: AutoresAssociados, 1999.

SIERRA, Jamil Cabral. *Marcos da vida viável, marcas da vida vivível: o governmento da diversidade sexual e o desafio de uma ética/estética pós-identitária para teorização político- educacional LGBT*. 2013. 228f Dissertação (Mestrado em Educação). UFPR. Curitiba, 2013.

SPIVAK, Gayatri. *Pode o subalterno falar?* Tradução: Sandra Regina Goulart Almeida, et. Al. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 133p.

SPARGO, Tamsin. *Foucault e a Teoria Queer*. 1ªEd. Belo Horizonte. Editora Autêntica, 2017.

"ZAMBONI, Jésio. BALDUCI, Rodrigo Rocha. Uma filosofia da diferença bicha. In: Rodrigues Alexandro, Barreto Maria Aparecida Santos Corrêa, Currículos, gêneros e sexualidades: experiências misturadas e compartilhadas. Alexandro Rodrigues, Maria Aparecida Santos Corrêa Barreto, organizadores. - Vitória, ES : Edufes, 2013. 291 p. : il."

APENAS OS CORPOS VIÇOSOS GOZAM? REFLEXÕES SOBRE A VELHICE NAS PUBLICAÇÕES HOMOERÓTICAS DO BRASIL

Fábio Ronaldo da Silva¹

Resumo: A presente proposta visa problematizar as dizibilidades e visibilidades em textos sobre homossexuais velhos em três das principais publicações voltadas para o público gay no Brasil (*Lampião da Esquina*, *Sui Generis* e *G Magazine*) durante o período de 1978 a 2013; sendo também analisados os conceitos de velhice apresentados nesses periódicos. A velhice no país é um tema que despertou o interesse da população apenas durante o século XX. Entre o final da década de 1970 e o início dos anos 1980, a velhice é assumida, pelo discurso gerontológico, como um estado do sujeito, que passará por perdas nas habilidades físicas, cognitivas e sociais e esse discurso estará presente não apenas no interior das poucas clínicas existentes no Brasil que cuidavam de idosos, mas também no discurso da mídia e da própria sociedade, independente da orientação sexual. Desde então, a ideia de envelhecer vem sofrendo mudanças em sua concepção teórica, técnica e interpretativa, isso porque a cultura do corpo visava apenas a juventude em sua inteira magnitude e beleza. Associa-se que o tempo de glória de vida dos mais velhos já tenha encerrado e, por isso, as práticas cotidianas operacionalizadas por tais pessoas, aos olhos da sociedade, causa estranhamento. A representação do corpo viçoso, malhado e belo, enfatizada todos os dias pelos diversos tipos de mídia, tornou-se uma verdade. O corpo agora é uma mercadoria. Ele é vendido. O discurso que outrora controlava o corpo e a sexualidade com o intuito de conter os excessos improdutivos do sexo ainda continua a controlá-lo, só que agora utilizando as próprias armas do “inimigo”. Os corpos e os sujeitos não escapam do controle velado que é estimulado pelos micropoderes presentes no autocontrole e no controle dos “outros”. Desta feita, cabe aos gays, ainda mais quando as marcas da velhice começam a ser mais visíveis, fazer com que ela silencie, não se faça mostrar, tendo ao seu dispor uma infinidade de cosméticos, exercícios físicos e os recursos médicos para estar sempre jovem, liso e não enrugado. Podemos pensar o corpo jovem como o espaço liso e o corpo velho como o espaço estriado, onde este último deve estar sempre passando por processos de um aparente alisamento das superfícies, fazendo com que não se perceba as memórias e as rugas do corpo. Da mesma forma, pensar na homossexualidade durante a velhice é algo que quase sempre existe um silenciamento, principalmente entre os historiadores. Com uma pesquisa bibliográfica e quantitativa, realizamos uma análise de conteúdo através da arque-genealogia, sendo possível perceber que as experiências de envelhecimento desse grupo, em específico, quase sempre diverge dos saberes médicos instituídos no país.

Palavras-chave: Velhices, Homossexualidades, Corpo, Mídia.

¹ Doutor – UEPB; Professor – Universidade Estadual da Paraíba.
E-mail: fabiocg@gmail.com

1. Introdução

Estudos sobre homossexualidades têm sido difundidos em muitas universidades de vários países. No Brasil, há tempos pode ser encontrada uma produção significativa sobre as interfaces que envolvem o tema. No último quartel do século XX, temos as pesquisas pioneiras de Fry (1982), Guimarães (2004), Perlongher (1987) e MacRae (1990) que produziram investigações importantes sobre as transformações e configurações das homossexualidades no Brasil. Todavia, é ainda relativamente escassa a quantidade de estudos no campo da História sobre a homossexualidade na velhice.

No Brasil, a população de idosos passou a ser motivo de interesse mais constante nas diversas áreas a partir do século XX, impulsionado pelo crescimento do número de pessoas nessa faixa etária. Entretanto, há poucos estudos sobre homossexuais e envelhecimento², como apontam Simões (2004), Pochay (2004), Motta (2009) e Weeks (1983). Este último, ao refletir sobre o assunto, destaca que há poucas pesquisas teóricas e informações empíricas sobre o processo de envelhecer.

Se ainda são poucos os estudos sobre homossexuais idosos no Brasil, mais raros são os estudos sobre esse grupo na mídia voltada para os gays velhos. Nessa mídia que cada vez mais vem se segmentando – hoje é possível encontrar publicações voltadas para vários grupos e tipos de *gays* no país³ – mas é perceptível a ausência de publicações impressas voltadas para os homossexuais idosos. Há alguns sites informativos que têm como público-alvo os *gays* velhos, a exemplo do *Grisalhos*⁴, criado em 2009, do qual faz parte a revista digital *Homens Maduros*.

Pesquisadores das ciências humanas e sociais no Brasil, em específico e, em especial, os historiadores, mesmo que timidamente, vêm buscando refletir, debater sobre a história da velhice em vários âmbitos. Como afirma Ramos (2009), “quando defendemos o direito à vez e à voz por’ parte das pessoas idosas na atualidade, estamos possibilitando o reconhecimento material, simbólico e afetivo do nosso futuro corpo” (p. 172). Entretanto, ainda há uma lacuna em História referente aos *gays* velhos.

A partir disso, a problemática aqui apresentada consiste em investigar e questionar como é construída a imagem dos homossexuais idosos⁵ por três das principais publicações voltadas para o público gay no Brasil (*Lampião da Esquina*, *Sui Generis*, *G Magazine*) durante o período entre 1978 e 2013⁶. O trabalho visa problematizar os conceitos de velhice apresentados nessas publicações, visto que, mesmo

2 De acordo com Paiva (2013), os trabalhos pioneiros, a nível mundial, sobre curso de vida e envelhecimento homossexual datam da década de 1970. Os trabalhos de J. Gagnon e W. Simon (1973); Douglas Kimmel (1978, 1979) e K. Plummer (1975) versam sobre o modelo de ciclo de vida específico, marcado por fases e estágios da construção da identidade homossexual.

3 Podemos citar como exemplo a revista *Bear* (voltada para gays gordos ou para quem se interessa por tal perfil), além das revistas *A capa* e *Lado A* (para aqueles que cuidam do corpo e se interessam por assuntos ligados a televisão e cultura), dentre outras.

4 <http://grisalhos.wordpress.com>

5 No Brasil, de acordo com o Estatuto do Idoso, uma pessoa é considerada idosa quando tem idade igual ou superior a 60 anos. Todavia, não se sabe quando se inicia essa fase da vida, se aos 30, 40, 50 ou 60 anos de idade.

6 O recorte temporal está relacionado ao período do lançamento da primeira edição do *Lampião da Esquina* até a última edição da *G Magazine*, lançada em junho de 2013.

com propostas editoriais diferentes, elas são voltadas para um público *gay* que aprecia, acima de tudo, homens jovens, viris, musculosos, bonitos, e trazem, em menor número, matérias sobre as *bichas velhas*⁷.

O antropólogo Carlos Henning (2014) faz um mapeamento de outros adjetivos, quase sempre depreciativos, que servirão para nomear e posicionar socialmente os gays velhos. É importante perceber que esses termos inventados entre os gays, para dizer aqueles que estão velhos, não se detêm apenas à idade cronológica, dizem também a velhice simbólica, que estará marcada no corpo, no rosto, nos cabelos que se mostrarão grisalhos, ralos ou quase inexistentes. Assim, além de *bicha velha*, serão utilizados termos como *tiozinho*, *tia*, *maricona*, *cacura*, *daddy* e, cada um, corresponde à forma como o indivíduo trabalhou no corpo tal estágio de vida. Situações de solidão ou abandono, amargura, feminilização e desvalorização social são atribuídas às *tias*, às *mariconas*, às *bichas velhas* e às *cacuras* que não são eroticamente desejáveis por serem consideradas desleixadas com o corpo e com as vestimentas, enquanto que os termos *coroa*, *daddy*, *paizão* e *tiozão* simbolizarão homossexuais dotados de boa forma, valorização sexual, pessoas másculas, viris e que as marcas do tempo não estão explicitamente visíveis no corpo. De acordo com as publicações aqui analisadas, mais especificamente *Sui Generis* e *G Magazine*, será esse tipo de velhice o modelo ideal a ser seguido e desejado pelos outros *gays*.

Mesmo tendo como público-alvo, consumidores jovens e trazendo em suas páginas um grande volume de matérias e reportagens direcionadas para esse público, é possível perceber que, por mais que se busque “apagar” o corpo velho e seus respectivos donos, eles aparecerão em algumas dessas publicações, através de entrevistas, em matérias sobre saúde e solidão, por exemplo. Então, além de perceber esse tema, por mais que esses periódicos deem pouco espaço em suas páginas para tal assunto, é importante perceber ainda onde este estará, isto é, em que páginas estarão às notícias, as reportagens ou as entrevistas sobre/com homossexuais idosos. Tal assunto estará ligado a quais outros?

2. A velhice pelo Lampião da Esquina

Dentre as publicações que caracterizaram a chamada imprensa alternativa, da qual o jornal carioca *Pasquim* criado em 1969, foi o representante pioneiro, surgiu, em 1978, o *Lampião da Esquina*, produzido por jornalistas, artistas e intelectuais, que se lançou como questionador da moral vigente.

Foi durante o período ditatorial brasileiro que os “subversivos” foram gozando e criando meios para falar aos iguais, que sentiam e desejavam da mesma forma que eles. Era preciso iluminar, dar visibilidade às *bichas* e aos *bofes*, fazê-los perceber que não precisavam viver escondidos, só e somente no escuro dos cinemas ou nos banheiros fazendo pegação. Ser “guei” era mais do que isso e era necessário quebrar as portas do armário e usar um *Lampião* para iluminar esses que “atentavam contra a família e a moral⁸”. Então, um grupo de intelectuais assumidamente *gays*, inconformados diante de tanta repressão

7 Um dos termos utilizados entre homossexuais para diferenciar o “grau” de velhice e insinuar que, além de velho, o sujeito pode ser efeminado ou sexualmente passivo, por isso a utilização do artigo feminino antes da palavra *bicha*.

8 No ano de 1977 o presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), Dom Aloísio Lorscheider faz uma crítica ao que ele

e conservadorismo existente no país pensaram um jornal para discorrer não apenas sobre sexualidade, mas também lutar contra o preconceito e a repressão recrudescidos durante o regime militar.

O projeto do *Lampião* começa a ser pensado após a visita do editor da publicação americana de São Francisco *Gay Sunshine*, Winston Leyland, que esteve no Brasil em busca de escritores homossexuais para uma antologia de literatura gay latino-americano. Após a estadia de Leyland no Brasil, os jornalistas Aguinaldo Silva, Adão Costa, Antônio Chysóstomo, Clóvis Marques, Gasparino Damata, João Antônio Mascarenhas, o cineasta Jean-Claude Bernadet, o poeta e crítico de arte Francisco Bittencourt, o cineasta e escritor João Silvério Trevisan e o antropólogo Peter Fry se reuniram na casa do pintor Darcy Penteado para pensar a ideia do periódico, sendo estes os que formaram o conselho editorial da publicação.

O *Lampião* é idealizado em 1977 e “aceso” no ano seguinte. Periódico de circulação mensal e nacional⁹, o *Lampião* tinha o formato tabloide, contendo 20 páginas ilustradas com desenhos, caricaturas e fotografias. Com tiragem inicial de 10 mil exemplares. Em pouco tempo, passou a ter 15 mil exemplares vendidos.

Os editores do jornal utilizaram várias denominações para designar o comportamento homossexual e mudam a grafia da palavra *gay* para *guei* objetivando a abrigar um termo que passara a ser utilizado nos EUA para denominar homossexuais masculinos e femininos. A proposta era contribuir na formação desse grupo em nível nacional. Os jornais que o precederam eram produzidos por e para um grupo de amigos e o *Lampião* contribuiu para que uma parcela da sociedade pudesse expressar seus modos de ser, seus pensamentos. Ele inaugura um espaço de discussão e não mais de conformismo.

Apresentando figuras que antes eram mostradas como personagens cômicas do carnaval ou “aberrações”, seres “anormais” e “doentes” como eram entendidos os *gueis* no país. O *Lampião* dá nova visibilidade e, por que não, dizibilidade à homossexualidade que, para alguns editores deste periódico, deveria ser assumida e vivenciada sem vergonha. Essa outra forma de mostrar e dizer a homossexualidade pode ser vista em matérias, cartas dos próprios leitores do jornal, entrevistas e artigos. Para homossexuais o melhor lugar era fora do armário e não nos guetos. Mas como essa publicação dizia e mostrava a velhice?

A construção da velhice como etapa da vida marcada pela decadência física e pela perda de lugares sociais é forjada no final do século XIX com a proposta de ordenar, classificar e separar as populações, como nos mostra Foucault (1995). O processo de periodização da vida implica em um investimento simbólico em um processo biológico universal.

As classificações do mundo social nos remetem à perspectiva antropológica, isto é, aos estigmas físicos e às propriedades biológicas – gênero e idade – servem de critérios de classificação dos indivíduos

denominou de processo gradual de permissividade no Brasil que, de acordo com ele, teria tido início “com o divórcio, agora foi a vez da pílula, amanhã será o aborto e, depois, o homossexualismo. Aí, será o fim.” “INPS também fará controle familiar” - Estado de São Paulo, 29 de julho de 1977, p.14. <http://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19770729-31399-nac-0014-999-14-not>

9 Ao observamos a seção de cartas, por exemplo, podemos perceber que o jornal circulava pelos grandes centros urbanos e cidades do interior do Brasil, a exemplo do Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Salvador, além de Ceará Mirim (Rio Grande do Norte), Teresina (Piauí), Campina Grande (Paraíba), dentre outras cidades.

no espaço social e, quase sempre, a elaboração desses critérios está associada à emergência de instituições e de agentes especializados que, com seus saberes, encontram nessas definições o fundamento de suas atividades. Essas classificações não são de origem “natural”, mas elaboradas por um trabalho social de produção de populações em que operam diferentes instituições, segundo critérios juridicamente constituídos, sendo os sistemas escolares, médicos e os de proteção social os meios comuns e os mais estudados. Todo esse processo será nominado por Foucault (1999) como o surgimento da biopolítica que tem como lógica principal a promoção da vida das pessoas. Dessa forma, busca-se garantir a eficiência do capitalismo criando várias disciplinas para o adestramento dos corpos dos indivíduos e multiplicando os mecanismos de incitação para uma vida sempre produtiva.

A noção de idade que será expressa em números e anos é, também, uma prática social determinada que põe em conflito as diferentes gerações. A construção das classes etárias, de acordo com Katz (1996), está relacionada com o “curso de vida moderno”. A ideia de “curso de vida” se refere à forma como a sociedade dá significados sociais e pessoais à passagem do tempo biográfico, admitindo a constituição social de personalidades e trajetórias de vida, tendo como base uma sequência de transições demarcadas socialmente e diferenciadas pela idade.

Quando a velhice é instituída no Brasil, no começo do século XX¹⁰, o aparecimento de mecanismos burocráticos, disciplinares e institucionais, representava uma reviravolta bastante significativa nos rumos da velhice até então, pois esses mecanismos passavam a mostrar como a velhice se tornava alvo de variadas pesquisas institucionais e como foram sendo moldadas por essas práticas.

Muitos estudiosos dessa fase da vida passaram a desenvolver pesquisas com pessoas gays e lésbicas por acreditarem na insuficiência das investigações sobre o denominado “envelhecimento heterossexual”. A pesquisa considerada como marco fundador com esse grupo foi realizada na década de 1960, pelo sociólogo americano Martin S. Weinberg, que já destacava a existência de uma invisibilidade dos gays idosos dentro da comunidade homossexual americana. Apesar da existência de estudos sobre o envelhecimento dos gays, lésbicas, transgêneros e transexuais, muitos serão considerados mais como “sensibilidades gerontológicas” do que propriamente como uma linha de pesquisa da Gerontologia (HENNING, 2014).

Voltando para o *Lampião*, das 38 edições do periódico, poucas fizeram menção as “mariconas” ou a velhice. Não existe nenhuma matéria especificamente que vá discorrer sobre o assunto, tal tema aparece de soslaio. Seja através de cartas (na seção *Troca-troca*), seja em enquetes, ou comentários sobre filmes, em que há uma personagem gay idoso, seja nas enquetes, ou matérias onde tal assunto é mencionado. Foram no total 15 matérias em diferentes edições do periódico que o assunto velhice ou os velhos foram mencionados: 12 missivas de rapazes mais jovens que buscavam um homem mais velho para “chamar de seu”; duas cartas nas quais leitores mais velhos se posicionavam sobre um determinado tema ou

10 Nos anos 1920, a velhice era vista de três formas: prematura (ocasionada por erros e negligências cometidas diariamente pelos mais jovens); repentina (gerada por alguma doença) e, por fim, a normal (que era considerada como natural pois só ocorria quando se alcançava o apogeu físico e mental). (SANT'ANNA, 2014).

sobre a ausência de publicidade voltadas para o público com mais idade. Entretanto, por questão de espaço, analisaremos apenas alguns desses documentos.

Na primeira edição de *Lampião*, que não era ainda *da Esquina*, temos uma matéria assinada por Adão Costa na seção *Tendências* intitulada “Ritual da amizade na TV”, refletindo sobre a dificuldade de falar de forma séria sobre a homossexualidade na TV, sendo na sétima arte¹¹ um dos locais onde o tema vai ser abordado com certa regularidade e menciona a exibição do filme *Ritual de amizade*, que foi exibido na TV Guanabara e houve pouca divulgação, gerando baixa audiência para a emissora. O jornalista cita o nome de alguns filmes como *Os pecados de todos nós* (1967) também conhecido como *Reflexos de um olho dourado*, *Mulheres Apaixonadas* (1969) e *Morte em Veneza* (1971), sendo este último aquele sobre o qual nos deteremos.

A película de Luchino Visconti é mencionada por Costa por trazer a homossexualidade sem transformá-la em chacota ou ridicularizar os homossexuais. Em poucas linhas, é dito que o filme, adaptação da obra de Thomas Mann, retrata a história de um velho escritor, viúvo, vivenciado pelo ator Dick Bogarde, que se apaixona pelo ninfeto Tadzio (Björn Andrésen). A ênfase dada nas poucas linhas que menciona o filme é sobre aquele assunto que, para muitos, assusta tanto quanto a morte: a solidão. Ao mencionar a paixão do personagem Gustav von Aschenban pelo jovem Tadzio o jornalista poderia ter falado da possibilidade de se vivenciar um amor quando na velhice ou o quanto em um corpo velho pulsa desejo, seja por pessoas mais jovens ou não, mas, para Adão Costa, velhice estava associada à solidão. O amor, que mais tarde se tornará uma obsessão, por Tadzio faz Gustav, que estava sem inspiração para escrever e melancólico, passar a ver o mundo e a vida com o olhar de pessoa apaixonada.

Apesar de estudos mostrarem que a gestão da velhice começa a mudar no Brasil a partir da década de 1970 quando, no período do regime militar é instituído por meio de decreto-lei a renda mensal vitalícia¹² (pensão), será também nessa década, que o Ministério da Previdência e Assistência Social definiu uma “política social do idoso” objetivando a implementação de um programa médico-social para eles. Os discursos que diziam a velhice na imprensa, por exemplo, percebiam-na como um momento de afastamento da vida produtiva, cabendo aos velhos não o desejo, o prazer ou o amor, mas a reclusão ao espaço privado e esse discurso será recorrente no *Lampião da Esquina* quando vai falar sobre os velhos.

Outro filme com personagens homossexuais velhos será mencionado na edição 3 do jornal na reportagem “A difícil arte de ser guei” que relata sobre alguns atores que, cansados de estarem vivenciando sempre personagens parecidos, buscam novos desafios para a carreira. Um dos atores é Marcelo Mastroianni que fala sobre o filme *Um dia muito especial* (1977), no qual vive um personagem gay que

11 O documentário *O celuloide secreto* (The Celluloid closet, 1995) dirigido por Rob Epstein e Jeffrey Friedman apontam os filmes, *Os delicados* (The staircase, 1969) e *Os rapazes da banda* (The boys in the band, 1970) como as primeiras produções hollywoodianas a abordarem a homossexualidade.

12 Tinha direito aqueles a partir de setenta anos em condição de pobreza e que fossem contribuintes da Previdência Social por, no mínimo 12 meses.

está envelhecendo e que tem medo de perder a beleza. Na matéria há ainda o relato de Paul Newman, que procura um produtor para um filme onde ele vive um personagem *gay*.

Na matéria, Mastroianni diz como pensou na elaboração do personagem que, para ele não foi muito difícil, “pensei comigo mesmo: sou um homossexual, estou envelhecendo e, portanto, tenho medo de perder a minha juventude e beleza” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1978, p. 3). Estando ciente que se apropria de determinados estereótipos, o ator fala ainda que pensou um personagem que era não efeminado, mas sensível. No filme, que se passa dias antes do início da Segunda Guerra Mundial, Gabriele (Mastroianni) é um jornalista solitário que foi demitido da rádio por ser homossexual, mesmo sendo *gay* acaba se envolvendo com a vizinha Antonietta (Sophia Loren). É interessante perceber no discurso do ator o quanto, ao ser *gay*, é importante estar jovem e belo para ser desejado. Estar velho ou apresentar um corpo estriado é um “direito negado”, é algo obsceno e que envergonha. O corpo velho não deve ser exibido. Além de ser um bom ator, Mastroianni, que na época do lançamento do filme estava com 53 anos, não era velho, mas “maduro”. Por isso, ainda estava em cena e vai vivenciar Gabriele que estava preocupado com a questão do envelhecimento, o ator era “bem conservado”, não aparentando ser tão velho e não apresentava as “impurezas” que a velhice costuma trazer ao corpo humano, como as rugas, uma afronta à pele lisa e bela.

A preocupação em embelezar-se e manter um corpo liso e hidratado, aos poucos, deixou de ser um hábito extraordinário se tornando um conforto habitual. Sant’Anna (2014) nos mostra que desde a década de 1960 já se realizavam, na Europa, congressos sobre o envelhecimento cutâneo, contribuindo para modificar no imaginário a importância de se cuidar da pele e evitar as rugas. Nos anos 60 e 70, bonitos eram aqueles que não apenas tinham a pele e o cabelo lisos, mas também a barriga pouco “saliente”. Como afirma a historiadora, “os mais velhos, para não serem considerados ‘quadrados’ ou ‘coroas’, passariam a ser assiduamente estimulados a aderir à moda adolescente” (p. 128). E assim, aos poucos começa a surgir no mercado brasileiro, cremes antienvelhecimento que prometiam, além da hidratação, combate ao estresse epidérmico, reposição de colágeno, eliminação das rugas, etc. O medo de envelhecer e perder a beleza, que o personagem vivenciado por Marcelo Mastroianni no filme *Um dia muito especial* não era algo do cinema, fora da ficção muitas mulheres e homens, independente da orientação sexual, também estavam vivenciando de diferentes formas e em diferentes situações.

As imagens e ditos sobre a velhice trazidas pelo periódico iam de encontro as produzidas pela grande mídia e propagandas, onde os idosos eram mostrados, inicialmente, apenas como pessoas doentes, que estavam perdendo as habilidades físicas e motoras e a capacidade da memória estava falha. Com todas essas características desfavoráveis não serviam mais para o mercado de trabalho, em um segundo momento, esses idosos passaram a ser retratados como aqueles que cuidam dos netos e da saúde. Momentos de lazer eram impensáveis. Mesmo questionando ou ironizando a presença deles nos espaços de sociabilidade o *Lampião da Esquina* trazia, de forma discreta e suscita, que quase sempre não passavam de quatro ou cinco linhas da matéria, a imagem de *gueis* idosos que estavam na rua, curtindo a noite, as festas, a vida ou o que dela restava.

2.1 Cartas na mesa

É bastante comum encontrarmos em jornais e revistas espaços nos quais leitores expressam opinião sobre o que vem sendo publicado, sugerem temas para que sejam abordados em edições futuras. Outras publicações oferecem espaço para que os leitores que estão em busca de novos parceiros para relacionamentos se apresentem. Em *Lampião da Esquina*, esse espaço será chamado *Cartas na Mesa*, onde não só serão publicadas as críticas e elogios dos leitores sobre o jornal, como também é possível encontrar muitas missivas falando sobre um mundo, até então, subterrâneo da homossexualidade, de espaços de vivências que homossexuais, através de astúcias, usavam em determinadas cidades e que os leitores do próprio periódico passaram a revelar através das cartas que forneciam roteiro de locais de encontro para *gueis* em cidades como São Paulo, Rio de Janeiro, Teresina, Recife, São Luís, dentre outras.

Uma das cartas que chama atenção nessa coluna foi divulgada na edição 22 publicada em março de 1980, intitulada “Querido vovô” em que temos acesso ao desabafo de uma pessoa que prefere não se identificar, mas diz ter 65 anos. Os produtores resolvem abrir uma exceção e publicar a carta não assinada, possivelmente por ela revelar um pouco da emoção do autor e também por este dizer que, por já ter tal idade, estava se despedindo da vida. Na carta, o anônimo que chamaremos aqui de Vovô diz estar decepcionado com a Igreja Católica com o posicionamento frente aos homossexuais. “A Igreja, de vez em quando, sangra o coração do homem para não se ferir com a instituição. Triste! Mas pura verdade” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 18) e comenta sobre a primeira encíclica do Papa João Paulo I que condena a homossexualidade e o próprio casamento entre homossexuais, lamentando o quanto o Papa, se colocando ao lado do preconceito, injustiça cada vez mais os *gueis*. Vovô, muito desesperançoso com a vida, encerra a missiva afirmando que

para mim, nada vai mudar. Com amargor encerro a vida (65 anos). Num meio adverso, interiorano, sempre vegetei enigmático, mimetizando sempre para sobreviver. Meu consolo agora é a consciência de que fui herói, e a minha Fé cresce cada vez mais em meu coração uma esperança de que a Justiça incriada que é de Deus há de reinar soberana sobre o caos das complicações humanas, e que melhores dias já se assomam no horizonte para os meus irmãos. Adeus, amigos! O abraço mais sincero e fraterno do mais carinhoso vovô do mundo (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 18).

Os produtores do jornal pedem para que ele não se despeça da vida por ter 65 anos, lembrando que “bicha nunca morre, mas vira purpurina”, ou seja, se transforma em cores que darão brilho a vida, dos que ficam.

Além de um desabafo de um cristão sobre a forma como a Igreja Católica vai dizer para normatizar, controlar o prazer e o corpo, estabelecendo “verdades” a respeito da prática sexual naquele momento, usando trechos da Bíblia para condenar a uma ação que afastaria o fiel de Deus, vemos a tristeza e decepção de uma pessoa que, aos 65 anos, sente-se excluído pela religião na qual acreditava, contudo nem por isso perdia a fé. Esta independia da religião, porém Vovô também se sentia excluído pela própria

sociedade, tendo muitas vezes que agir como um camaleão para não ser percebido como homossexual. Apesar da existência do *Lampião* que pedia para que os homossexuais saíssem do armário, muitos, como é o caso de Vovô, para continuar a viver, preferiam seguir escondidos, para sobreviverem até quando fosse possível em uma sociedade que os detestava. Mas também existiam aqueles que não tinham medo e buscavam amar, dentro ou fora do armário.

Posteriormente surge, a partir da décima oitava edição do jornal uma seção chamada *Troca-troca*, nome que fazia alusão à prática sexual em que o ativo se deixa penetrar pelo suposto passivo e vice-versa (onde não há passivo e ativo). Na abertura da seção, havia o aviso que o espaço era gratuito, o anúncio seria publicado, desde que fosse pequeno. Nas cartas, os leitores se revelavam e apresentavam desejos por homens de diferentes tipos, etnias e idades. A coluna era, em si, um bom cardápio para aqueles que estavam à caça de corpos para degustar e, também, para leitores e leitoras que estavam em busca de fazer novas amizades.

Da vigésima até a 33ª edição, aqueles que sentiam desejo por pessoas mais velhas passaram a se revelar. Temos, por exemplo, na vigésima edição, o anúncio de Sérgio, garçom com 22 anos de idade, morador de Matão, São Paulo, que “gostaria de conhecer senhor acima de 50 anos que seja guei ou não, mas que tenha esperanças e ainda acredite no amor para começar tudo de novo” (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, p.10). Em várias matérias produzidas por jornalistas e colaboradores nas quais as *bichas velhas* são tidas como múmias, uma vez que, essas pessoas decrépitas deveriam sair de cena, pois estavam na antecâmara da morte, pois a imagem trazida é da velhice como uma etapa da vida onde o sujeito, se ainda tiver alguma serventia, será apenas para a família. No espaço público, ela não teria mais nenhuma energia. Discurso que se coaduna com teorias da Gerontologia que estavam em evidência desde o final da década de 1960. A teoria da atividade dizia que o idoso estaria mais feliz e teria uma melhor velhice se estivesse engajado em atividades compensatórias se mantendo ativo, enquanto a teoria do desengajamento indicava o desengajamento voluntário das atividades para que o velho pudesse ter um envelhecimento bem-sucedido. Ambas indicavam a perda de atividades sociais para o idoso.

Entretanto, ao vermos os anúncios publicados no *Troca-troca* perceberemos que os desejos e discursos dos leitores que escreviam para o *Lampião* não se coadunavam com o que era dito sobre esses velhos. Havia pessoas que os desejavam, como é possível ver no anúncio do Sérgio, que buscava um senhor que estivesse disposto a vivenciar uma relação amorosa, mesmo que não tendo mais esperanças de que isso poderia acontecer.

Em julho de 1980, a vigésima sexta edição do *Lampião da Esquina* chegava às bancas e livrarias de várias cidades do país com a seguinte indagação feita por Carlos, 49 anos, e publicada na coluna *Cartas na Mesa*“(...) é verídica a sensação que eu tenho que entre os homossexuais vigora uma discriminação: a discriminação da idade. Serão os coroas discriminados entre os discriminados? (p. 17). O leitor diz acompanhar, além do *Lampião* outras publicações voltadas para o público guei e percebe uma ausência de publicidade voltada para o público mais velhos nesses periódicos. Os produtores do jornal não confirmam nem negam a pouca publicidade voltada para tal grupo, mas confirma que, entre os héteros

e homossexuais, existia, sim, preconceito em relação às pessoas com mais de 35 anos que já são consideradas “passadas”, “coroas”, “fanéas”.

Se formos pensar no que é “ideal” e, de certa forma aceitável, entre os homossexuais, em específico, pode-se dizer que o sujeito pode ser homossexual desde que não seja afeminado. Ser velho também será um demérito, a verdadeira aproximação da morte. Esse “ideal” não dá espaço para a invenção da homossexualidade a partir de um ativismo constante e questionador como falava Foucault. A forma idealizada pelos homossexuais – jovem, bonito e másculo - e reproduzida pela mídia impressa voltada para esse público, exclui terminantemente outras possibilidades de “modelos” de *gays*, existindo dentro do próprio grupo que já é estigmatizado por uma parte da sociedade heteronormativa subgrupos que sofrem preconceitos por ser afeminados, gordos e velhos.

Mesmo existindo esse preconceito, e ainda dialogando com a carta de Carlos, ele lembra que,

(...) os gueis coroas também amam demais; precisam de amor guei; gostariam de participar da luta; muitos (como eu) só com certa idade tentam se assumir publicamente e não podem fazê-lo para não ver arruinar-se tudo o que construíram com lágrimas, renúncias, carências profundas e aflitivas, amando e transando forçados a se esconder (portanto, só com o meio prazer) obrigados a esconder e abafar seus sentimentos e seus desejos tão veemente (LAMPPIÃO DA ESQUINA, 1980, p. 17).

Apesar de uma proposta de atingir o máximo de minorias possíveis, contribuindo e incentivando para que os homossexuais pudessem expressar a sexualidade sem vergonha, se aceitando da forma que eram, pois, desejar e se relacionar com uma pessoa do mesmo gênero não era doença, havia um público, que não se via no *Lampião*. Os *lampiônicos* dirão a velhice e os velhos gays como algo assustador, que deveria ser escondido, questionando a presença das *bichas velhas* em locais de sociabilidades frequentados por homossexuais, apesar disso os leitores que enviavam cartas para o *Troca-troca* se mostravam vivos, a procura de vivenciar amor e amores e que a sexualidade não se esgota com o passar dos anos.

As poucas matérias e reportagens cujos “coroas de meia idade” aparecem nos ajudam a perceber, naquela época, uma sociedade na qual idade ainda é um elemento-chave para a participação dos indivíduos na vida social. Ao mesmo tempo, essa sociedade produziu uma forte impressão de sobreposição das fronteiras etárias e uma ambiguidade na maneira como a idade pode ser usada ora para desqualificar, ora para promover. São pessoas pouco desejadas, como afirma o michê (edição 30) que preferia transar com uma travesti a uma “mariconna de meia-idade” e quando isso tem que acontecer, ele cobra mais caro para fazer sexo com uma “bicha velha”. Apesar de tudo isso, os velhos não aposentaram o desejo de viver, de desejar, de amar.

3. *Sui Generis* e a velhice produtiva

Com o fim do *Lampião*, 1981, por quatorze anos o público homossexual no Brasil contava apenas com as revistas eróticas¹³ e/ou pornográficas, a maioria delas estrangeiras, centradas na publicação de fotos de nu e cenas de sexo, e com as publicações internas dos grupos, de alcance bem mais restrito entre os não-militantes.

Possivelmente, a grande lacuna, no tocante a publicações com propostas próximas ou parecidas com a do *Lampião*, tenha ocorrido por questões como a ditadura militar, que mesmo sem a força das décadas de 60 e 70, no começo da década de 1980 os militares ainda se mantinham no poder; a chegada da AIDS no Brasil e a associação feita por boa parte da sociedade que “se é *gay* é aidético”; a fragilidade econômica que o país passou nos anos oitenta e o desmantelamento que vai existir no chamado movimento *gay* brasileiro que começou a se formar na década de 70. Isso tudo contribuiu para que, apenas nos últimos anos da década de 90, surgisse uma revista que não tinha o sexo, as correspondências amorosas e os contos eróticos como principal pauta, mas o assumir-se *gay* sem vergonha e sem culpa.

O mercado editorial para o público *gay* masculino só passa a ser mais expressivo na década de 1990 com o surgimento da revista *Sui Generis* (1995). Com 55 edições, a revista que era mensal e, perto do fim, passou a ser quinzenal, teve como foco principal os desejos e interesses da classe média alta, tendo como principais colaboradores o escritor Caio Fernando Abreu, a deputada Marta Suplicy, o escritor e ex-integrante do *Lampião da Esquina* João Silvério Trevisan, o escritor Sócrates Nolasco, o antropólogo e presidente do Grupo Gay da Bahia Luiz Mott, o jornalista Gilberto Scofield, dentre outros.

Seguindo a proposta de dar outra dizibilidade aos *entendidos*, a revista foi a primeira voltada ao público homossexual a trabalhar com a fórmula “beleza, dinheiro e sucesso”, ao mostrar em suas páginas gays e lésbicas bem-sucedidos na vida. A revista *Sui Generis* foi lançada no Brasil na mesma década em que as sensibilidades e subjetividades de se dizer a velhice estavam em processo de mudanças. Na década de 1990, a velhice passou a ter mais visibilidade e mais atenção do Governo Federal no tocante às políticas sociais mais abrangentes, sendo introduzida no país a chamada “década da terceira idade”.

A noção de “terceira idade” passava a substituir o conceito de velhice. A aposentadoria ativa vai se opor à aposentadoria corriqueira, o assistente social tornava-se animador social e os asilos passavam a ser centro residencial. Com a urgência de novo tipo de força coletiva de trabalho e com a delimitação de outro tipo de individuação da subjetividade tornou-se necessário criar novas coordenadas de produção de subjetividade. Assim, os signos do envelhecimento foram invertidos e assumiram outras designações, como “idade do lazer”, “nova juventude” “melhor idade”, dentre outros. O mesmo ocorre com a aposentadoria que ao invés de um momento de recolhimento, passa a ser um momento de atividade

13 Segundo Abreu (1996) sob o rótulo de erótico estão abrigadas aquelas obras que abordam assuntos relativos à sexualidade com teor “nobre”, “humano”, “artístico”, problematizando-os com “dignidade” estética, e de pornográfico as de caráter “grosseiro e vulgar”, que tratam do sexo pelo sexo, produzidas em série com o objetivo evidente de comercialização e de falar somente aos instintos.

e de lazer. A preocupação não era apenas pensar e resolver os problemas econômicos dos idosos, mas proporcionar cuidados psicológicos e culturais, integrando socialmente um grupo que nas décadas anteriores fora marginalizado.

Como atenta Morais (2011), será com a entrada em cena do discurso gerontológico, que as alterações demográficas no mercado de trabalho e as mudanças promovidas pela Constituição Federal de 1988, com a adoção do Benefício de Prestação Continuada¹⁴, o aparecimento de novas demandas por parte dos velhos, dentre outras coisas, várias transformações no cenário do envelhecimento no Brasil serão percebidas, sendo uma das principais, a necessidade do consumir na “terceira idade”, categoria criada para os velhos das classes média e alta que possuíssem condições de praticar a velhice ativa e tivessem a possibilidade de vivenciar melhor a fase da vida após os sessenta anos.

Sabemos que não existe um tipo de velhice homogênea, haverá vários tipos de imagens do que é *ser velho* e da *velhice* no país. Teremos a velhice pobre e desamparada, a “terceira idade”, a velhice ativa e saudável, os velhos que não aparentam a idade, os que vão consumir os medicamentos e planos de saúde. Há os que têm planos previdenciários, os que realizam atividades laborais e os que sustentam, ou não, os filhos e os netos. E serão esses velhos que aparecerão na *Sui Generis*. Da mesma forma que a revista falava para consumidores jovens das classes médias, nas vezes em que falará sobre velhice ou em que velhos aparecerão nas matérias, entrevistas ou reportagens, também serão dessas classes sociais.

Nas 55 edições da revista, encontramos 35 textos, distribuídos entre reportagens, entrevistas, notícias e artigos, nos quais aparecem velhos ou em que se fala sobre velhice. Mas serão poucos aqueles que falarão sobre o relacionamento amoroso intergeracional. Se pouco é falado ou não se diz, automaticamente, não existe ou é uma situação que poucos se lembrarão da possibilidade de existência.

Escritores, teatrólogos e cineastas estarão presentes nas edições da *Sui Generis*, sejam estes velhos ou não. Já na primeira edição da revista, vemos uma matéria que não falará sobre a velhice, mas apresenta uma pessoa velha emitindo opinião sobre assuntos que eram de interesse do público alvo da revista. O primeiro texto é uma matéria que tem como personagem principal, o escritor Caio Fernando Abreu falando sobre Aids, discriminação e sexualidade. A matéria “Conhecendo o Paraíso”, produzida por Maristela Barros, com imagens do fotógrafo Marcos Mendes, apresenta algumas impressões de Caio Fernando Abreu, 46 anos, sobre a “hipocrisia do Brasil-barbie”, o dom que é viver a vida e a necessidade de os *gays* saírem do gueto. É importante lembrar que, mesmo não se dizendo velho, entre os *gays* no Brasil, pela questão da idade, o escritor passaria a ser chamado de *tiozinho*.

Partindo da ideia de trazer pessoas famosas que, mesmo com alguns percalços ao longo da vida conseguiram vencer, a matéria vai apresentando um breve perfil do escritor, informando ao leitor que ele já foi colaborador da revista *Veja* e de alguns jornais, dentre eles, o *Estado de São Paulo*, periódico em que informou, em um artigo, ser soropositivo. Cita dois trabalhos, *Morangos mofados* e *Os dragões não conhecem o paraíso* e que teve obras traduzidas para o francês, italiano e holandês “e até para a coletânea

¹⁴ Que diz respeito ao recebimento de uma renda no valor de um salário-mínimo para todos os idosos e pessoas deficientes sem condições de se manter ou que não possam ser mantidos pela família

americana *Now the Volcano*, publicada pela Gay Sunshine Press” (p. 21). Soropositivo e com quase 50 anos, o jornalista diz ser o escritor ativo, bonito e eternamente magro. Mesmo com tais características, é preciso lembrar ao leitor que o escritor não é um inválido, porém muito produtivo. Ele não se encaixa no modelo de imagem da velhice construído pela mídia e pelo discurso da Gerontologia. Para reafirmar a imagem do homem produtivo encontramos um pequeno depoimento de Caio na matéria.

Minha batalha, agora, tem sido esticar os dias, para terem 48 horas. Me levanto às seis e meia, faço um pouco de ioga, tomo café e vou cuidar do jardim até às oito. Sento para escrever, almoço, faço uma sesta, dou uma andada de bicicleta, de tardezinha vou para a beira do rio, de noite leio um pouco e às 11 durmo [...] (SUI GENERIS, p.21).

Mesmo sendo um escritor famoso, era preciso legitimar o espaço cedido para ele na revista, mostrando-o como uma pessoa ativa, produtiva e com uma ótima habilidade cognitiva, contribuindo, assim, para a construção de outras subjetividades sobre os portadores do vírus da Aids e também dos velhos. Após uma breve apresentação do escritor, a matéria apresenta posicionamentos dele sobre alguns temas. Destacaremos aqui a reflexão feita sobre o perigo de se viver no gueto e produzir produtos voltados exclusivamente para os homossexuais.

Na matéria, o autor de *Morangos Mofados* faz uma crítica ao que chama de “luta e cultura gay”, afirmando que isso nada mais é do que uma forma de reforçar a discriminação. Para ele, o ideal seria lutar pelo direito de todos os grupos desfavorecidos, do contrário fica “(...) algo meio Xuxa, tipo vamos fazer a botinha, a camisetinha, a calcinha, e vender, vender, vender” (SUI GENERIS, p. 70). São criados produtos e personalidades para serem consumidos pelos que estão nos “mini, macro e médios guetos. Nós devemos caminhar é para a união de tudo. Se não, é muito esquizofrênico” (SUI GENERIS, p. 22). A fala de Caio estava em consonância com a proposta da revista de não produzir para o “gueto” de publicações eróticas produzindo produtos para um mercado seletivo e que sofria preconceito da sociedade. Todavia, será em cima dessa proposta que o “movimento gay” irá se apoiar na tentativa de conseguir uma visibilidade positiva e conquistar direitos.

Ao final da matéria, Caio diz que “somos todos Laikas”, fazendo referência à cadela enviada pelos russos para o espaço no satélite Sputnik no ano de 1957. Laika, um dos personagens *alterego* do escritor também servia para Caio nos lembrar que somos todos cobaias e, provavelmente, assim como os dragões, não conheceremos o paraíso. O interessante da comparação é que, Laika foi enviada para o espaço sozinha, sem nenhum outro animal ao lado dela para servir de companhia. Uma cadela solitária foi lançada para o espaço, o lugar da solidão, cheio de estrelas, planetas, galáxias, o próprio infinito. Mesmo com um discurso bastante crítico sobre o movimento gay e a (des)atenção do governo para com os portadores do vírus HIV, a matéria traz a imagem de um escritor, produtivo, desconstruindo a imagem da velhice inativa. Mas, ao mesmo tempo, reforça outra: a da velhice como o lugar da solidão e isso pode ser percebido nas duas fotos de página inteira publicadas junto à matéria, ambas em preto e

branco, em que Abreu aparece. As imagens trazidas na matéria remetem o leitor ao que Deleuze (1987, pp. 36-7) chama de lugar comum.

A imagem não cessa de cair em estado de lugar-comum; porque se insere nos encadeamentos sensoriomotores, porque ela mesma organiza ou induz estes encadeamentos, porque nunca percebemos tudo o que há na imagem, por que ela está feita para isso. Civilização da imagem? De fato, se trata de civilização do lugar-comum, onde todos os poderes têm interesse em nos ocultar as imagens, não forçosamente em nos ocultar a mesma coisa e sim em nos ocultar algo na imagem.

O autor afirma existir um interesse geral em esconder algo na imagem, este algo poderíamos dizer que é o próprio caráter de persuasão. Essas imagens trazidas no texto não servirão apenas para ilustrá-lo. Ela também afirma algo que na maioria das vezes, será percebida pelos leitores de forma inconsciente. A imagem é um texto, também se lê e quando em preto e branco remete, na maioria das vezes, aquilo que está aprisionado no passado, rememorativo e que não será nada mais do que isso. A lembrança de uma pessoa que, na velhice, teve como companheira apenas os livros e as flores do jardim, mas que, em breve, vão perder a cor, murchar e morrer.

Da mesma forma que é construída a imagem de Caio Fernando Abreu, mesmo velho, como um escritor de sucesso, e que estava ocupando as páginas da primeira edição da revista, o mesmo será feito na 2ª edição da *Sui Generis* em entrevista com o escritor e ex-colaborador do *Lampião da Esquina*, João Silvério Trevisan.

Com texto de Jorgemar Félix e fotos de Christian Gaul, a entrevista tem como título “Lições de exílio” e, logo abaixo do título há um texto no qual destacamos a seguinte frase “João Silvério Trevisan é um sucesso aos 50 anos” (p. 11). Isso nos faz pensar que fazer sucesso aos 50 anos é um acontecimento que se torna necessário ser dito na matéria, como se não fosse possível isso acontecer, mas, mesmo com tal idade, o escritor conseguiu. Por isso, ele foi entrevistado pela equipe da revista, a qual busca mostrar pessoas vitoriosas e de sucesso. Antes da entrevista, é feito um pequeno perfil do entrevistado dando ênfase às modalidades profissionais praticadas por ele.

Jornalista, autor teatral, tradutor, roteirista de cinema e escritor, o paulista João Silvério Trevisan, 50 anos, depois de publicar quatro romances e o mais completo ensaio sobre a homossexualidade no Brasil, *Devassos no Paraíso*, conquistou a mídia com seu novo livro, *Ana em Veneza*, considerado o romance do ano de 1994 (SUI GENERIS, p.11).

Trevisan fala sobre o livro *Ana em Veneza* que narra o encontro de três exilados, o músico cearense Alberto Nepomuceno, a mãe do escritor Thomas Mann, Júlia Bruhns e a escrava Ana, que seguiu com Júlia para a Alemanha quando aquela tinha sete anos de idade. O autor diz que os homossexuais também são exilados na própria sexualidade, tendo de ocupar sempre espaços marginalizados. Todavia, por conta do medo, muitos vão optar por estar em “espaços marginalizados” garantindo assim o anonimato,

evitando fazer vir à tona o segredo sobre a sexualidade, o que acarretaria mudanças, muitas vezes drásticas, na vida pessoal do indivíduo.

Ao longo da sua história, a *Sui Generis* exibia personalidades famosas na capa ou em matérias e Trevisan será mais um exemplo cuja reafirmação é importante. Como diz um trecho da matéria, “com 50 anos ele é um sucesso”. Mas não será pelo corpo que tem o sucesso, mas pelos escritos, assim como Caio Fernando Abreu, personagem principal em uma das matérias da primeira edição da revista. Dos velhos, só serão interessantes as palavras, as opiniões, o conhecimento sobre determinados assuntos, principalmente se esses velhos forem intelectuais. O corpo não é atrativo, não é desejante e não vende. Os corpos que aparecerão nos ensaios trazidos na *Sui Generis* são corpos malhados, torneados, de garotos jovens. Corpos reais, trabalhados em academias, ou irreais, produzidos pelo Photoshop. Aos velhos caberá apenas as ideias, a sagacidade e, no caso dos dois escritores, a imaginação.

A mídia é uma forma de maquinaria que contribui na produção de subjetividades projetadas na realidade do mundo, quando publica matérias apresentando textos e imagens tidas como verdades sobre determinados temas e assuntos, e na realidade psíquica, que incide nas formas de conduta, de ação, de gestos, de sentimentos, de pensamento, etc., são modelos memorizados e aceitos tal qual são apresentados. Por isso, não causa estranhamento os velhos aparecerem sozinhos nas fotos trazidas pela *Sui Generis*, pois aos velhos cabe a solidão e a solidão cabe aos velhos.

Na edição 33, temos o artigo de João Silvério Trevisan mostrando gays mais velhos objetos de desejo dos mais jovens e o preconceito que estes sofrem por gostar dos *tiozinhos*. Em “Amor intergeracional”, destaca o relacionamento amoroso entre pessoas de diferentes gerações. O escritor fala sobre o rechaço que os gays de cabelos grisalhos e rostos marcados pelo tempo passam, por serem *bichas velhas*. Ele menciona os anúncios publicados em revistas e jornais referentes à procura de parceiros. De acordo com Trevisan, 90% deles buscam parceiros de até 40 anos. Aos velhos, restariam a solidão e a morte. Se envelhecer é um processo implacável que aponta para o caminho sem volta, entre os homossexuais o espectro da solidão, frequentemente, é mais acentuado porque se vive sozinho e até mesmo longe da família. Por isso, no chamado “mundo gay”, o olhar do outro pode ser um espelho feroz. Há a comprovação de que não se é mais desejado.

Mesmo nos últimos anos da década de 90, o discurso geriátrico explícito e bem aceito no *Lampião* dizia ser em casa o lugar de *bichas velhas*. Como podemos perceber nesse fragmento do texto. “Outro dia, numa boate gay, duas bichas riram na minha cara, surpresas por encontrar no banheiro um velho que não se supunha estar ali” (SUI GENERIS, p.55), relembra. Por serem consideradas como solitárias, amarguradas, a própria representação do fracasso e do atraso, as risadas era uma forma de mostrar que aquele velho não tinha percepção de que estava “fora do lugar”, que ele não era bem-vindo nas baladas para jovens. O olhar que acusa, que reprova e que rejeita, fez com que Trevisan, e possivelmente outros *gays* velhos, fosse se afastando desses espaços de diversão para o público gay. A atitude das *bichas* também pode ser percebida como uma forma de tentar afastar dali a certeza que, anos depois, também estariam velhas, solitárias, em busca de alguém em ambientes onde não serão bem-vindas passando, possivelmente, pela mesma situação vivenciada por Trevisan.

Mas o autor se mostra ciente das construções subjetivas veiculadas pelos discursos e afirma que esses olhares acusadores nada mais são do que fruto de “um ideário social de supremacia da juventude, tida como um dos valores básicos no mundo moderno e decantada como um bem inestimável” (p. 55). E lembra ainda que grande parte da indústria de consumo vai se apoiar no binômio casal heterossexual e jovem, sendo a juventude heterossexual um importante nicho do capitalismo. Inclusive a própria revista *Sui Generis* vende para os seus leitores um padrão de juventude como delata Trevisan. “Vejam-se as revistas gay (inclusive a *Sui Generis*): só trazem fotos de rapazinhos bonitinhos e/ou musculosos”. (SUI GENERIS, p.55).

Ora, se ser jovem é ser possuidor de um importante bem, cabe proteger o máximo possível esse bem para não o perder e passar a ser desprezado, ser visto como uma pessoa abjeta entre os pares. Perceber-se velho, muitas vezes, é um choque, incomoda, como relata Trevisan.

Mas o que na verdade me dói no envelhecer é o espelho da gente mesmo: notar seu corpo cansado, o rosto se enchendo de rugas e os cabelos embranquecendo pode provocar uma dolorosa baixa na autoestima. Confesso que vivi com dificuldade o processo de envelhecer (SUI GENERIS, p.55).

Apesar do choque que teve ao se perceber como velho e não mais possuidor de um dos bens mais cortejados e difícil de manter, que é a juventude, o escritor passou a perceber o quanto se tornou desejado por rapazes mais jovens. Aos poucos foi percebendo que o amor intergeracional é tão natural quanto se pensava. Mas, apesar de ser natural, os casais sofrem preconceito, principalmente o mais jovem da relação. Pois tem que se impor em um meio quase sempre hostil.

“Certa vez, presenciei uma árdua discussão entre dois amigos bichas, quando um deles confessou que gostava de velhos e o outro, revoltado, acusou-o de ser um ‘tarado e neurótico’, pois normal é gostar de ‘rapazes viris’”, comenta. As máquinas de produção de subjetividades, das quais falam Guatarri e Rolnik (2005) mostram que o correto é desejar pessoas jovens, bonitas, malhadas, pois, representam vitalidade, saúde, possuem um corpo viril, que pulsa desejo e que desejam. Logo, ir contra esses parâmetros é transgredir a norma, visto que o que está sendo desejado são os refugos, os “restos humanos”, os corpos sem potências. “Admiro particularmente esses caras que cultivam o amor intergeracional, nadando contra a corrente do padrão global e hollywoodiano de beleza. Claro que fico gratificado por-que através deles descobri o charme dos meus 50 anos” (p. 56).

É interessante percebermos que não são apenas os gays velhos que sofrem preconceitos por continuarem na ativa, vivos, desejando e sendo desejados. Pessoas que namoram esses velhos também sofrem preconceito por tal prática, como se existisse uma idade limite para ser namorado, desejado e desejado. O grupo que sofre discriminação e preconceito também discriminará, dentro do próprio meio, aqueles que quebram as “regras” do que é permitido entre eles. Mesmo assim, e apesar do preconceito, casais intergeracionais se formavam mostrando que toda forma de amor é possível e que vale a pena ser vivenciada; os velhos *gays* que continuavam se relacionando e amando, resistiam em aceitar a imagem de pessoas assexuadas, passivas e sem interesses pessoais.

A forma como a *Sui Generis* apresenta os gays velhos intelectuais é de pessoas bastante competentes na área de atuação que, ao longo da história de vida, experimentaram alguns dessabores profissionais, todavia nem por isso se deixaram intimidar e continuaram lutando, tornando-se grandes vencedores e exemplo para os leitores da revista. A maior ênfase é na vida profissional do que pessoal. Pouco se diz sobre relacionamentos sexuais e afetivos, como se isso fosse algo que estivesse à parte da vida, em outro plano. Os poucos que falam sobre amor, quando discorrem, nos fazem perceber que é tão possível quanto se imagina, apesar dos preconceitos encontrados pelos próprios gays que se incomodam ao ver casais intergeracionais, principalmente quando estes estão em locais públicos. Esse preconceito encontrado entre os pares contribui para a repressão da sexualidade na velhice, como se o interesse sexual ou amoroso causasse horror, fosse aberrante, que não pode e não deve ser demonstrado, explicitado e muito menos aceito. Assim, para a revista, a velhice era nada mais do que uma interação com as lembranças e adequações do foi que possível construir ao longo da vida.

No que se refere aos velhos e a velhice, ao longo da sua história *Sui Generis*, faz uma espécie de modelização dos gays velhos, os quais aparecerão em quase todas as matérias como vencedores, com uma memória não “destruída” pelo tempo e bastante opinativo sobre o presente, mas sem projeções para o futuro. São imagens de unidade, produzidas de forma racional e que são legitimadas pelos que produzem o magazine e muitos leitores se reconhecerão nela. Os meios de comunicação falam pelo e para os indivíduos. Assim, outros modelos de velhice não existirão na revista.

3.1 Velhice no plural

Entretanto, é possível perceber até aqui que a imagem dos velhos gays trazidas por essa revista radicalmente difere daquela mostrada no *Lampião da Esquina*. Enquanto este vê a velhice como demérito, cabendo aos velhos, independente da orientação sexual, sair das ruas, abandonar os espaços públicos e viver na reclusão, a *Sui Generis* mostrará aos leitores velhos produtivos, que estavam realizando as atividades referentes à área de atuação. Alguns de forma solitária, outros com o companheiro ao lado e ainda há aqueles que pagam para vivenciar o prazer. Existirão (para os que produziam tal magazine) outras formas de se vivenciar a velhice, não sendo uma fase dramática da vida, em que a *maricona* deveria ser relegada ao abandono, havendo aí sua morte social. Nessa revista, não haverá espaço para imagens de doenças causadas pela velhice, de decadência física ou dependência como destino para os que envelhecem. Pelo contrário, eram sugeridos estilos de vida e de consumo para não se sentir velhos. As cartografias de forças pedem uma nova maneira de viver e isso vai de encontro à imagem dos velhos produzidos pelos gerontólogos na década de 1990.

Debert (1999, p. 220) atenta sobre a dissonância entre os discursos médicos com o midiático, “a imagem de uma velhice gratificante surpreende os gerontólogos, que propõem ações para beneficiar os mais fragilizados. Mas não é esse o perfil dos velhos mobilizados, quer pelos programas para a terceira idade, quer pelos meios de comunicação”.

A produção midiática a qual envolve o cinema, a televisão, a propaganda, jornais e revistas estão produzindo subjetividades que nos mostram, dentre outras coisas, que beleza e juventude são o que deve ser desejado. Os rostos e os corpos jovens que serão consumidos, pois são os modelos padrão. Por isso que, entre 1995 e 2000, a revista *Sui Generis* foi bem recebida pelo público, pois trazia em suas páginas o modelo de juventude e de beleza. Rolnik (1996) aponta a necessidade do consumo de drogas produzidas pela indústria farmacológica para manter a ilusão de identidade.

A mídia também é uma produtora de drogas que também contribuirá para a ilusão identitária e os viciados nessa droga midiática são capazes de mitificar e consumir todas as imagens produzidas pela mídia no intuito de se manter no mercado dos gostos. Assim, além do desejo de consumir corpos dentro do padrão de beleza oferecido pela mídia havia a necessidade de se mostrar, além de um corpo jovem e belo, um corpo que também ostentasse potência. Por isso que a revista *G Magazine* lançada dois anos após a primeira edição da *Sui Generis* fará tanto sucesso e terá uma vida longa no mercado editorial, pois apresentava, em suas páginas, pessoas jovens, bonitas, másculas, viris e bem-dotadas. Mesmo jovens, os corpos apresentados pela *Sui Generis* estavam obsoletos, pois não apresentavam a potência da virilidade e do falo. Ao mesmo tempo em que a *G Magazine* se tornará manchete em revistas e jornais por trazer personalidades famosas do meio televisivo, esportivo e artístico, de forma geral buscaremos perceber se os corpos velhos e, nem sempre, enrugados, estriados dos velhos gays também ganharão o mesmo destaque na revista que, das publicações que analisamos até o momento. Será a primeira revista a trazer matérias informando ao leitor como evitar se aproximar da morte, ou seja, “controlar” as marcas da velhice.

4. G magazine: bonito, gostoso e...velho?!

Em abril de 1997, as bancas de revistas de várias cidades do Brasil recebiam os 55 mil exemplares de uma publicação com nome cômico, *Bananaloca*, revista de circulação mensal, de conteúdo erótico, direcionada para o público gay, publicada pela Fractal Edições Ltda., que tinha como dirigentes a jornalista Ana Maria Fadigas e o apresentador Otávio Mesquita. A publicação era a versão impressa de um site que deu nome à magazine e tinha como conselho editorial, além dos diretores da Fractal, os jornalistas e idealizadores do site, Sérgio Lhamas e Paulo Negrão.

A revista circulou nas bancas do Brasil até a quarta edição, publicada em agosto de 1997. Devido desentendimentos internos dos que faziam o conselho editorial, os responsáveis pelo site e os donos da Fractal acabaram com a divisão da equipe e o nome da revista. Em sua última edição, os leitores da *Bananaloca* receberam um encarte com a capa do número zero da *G Magazine* que informava a mudança do nome. Assim, a quinta edição publicada em setembro do mesmo ano, sai com o título *Bananaloca* apresenta *G Magazine*. Com a primeira edição da *G*, é reiniciada a contagem das edições, sendo a primeira edição da revista datada de outubro de 1997.

No total, a revista que tinha como slogan “a revista do homem com G maiúsculo”, circulou nas bancas de 1997 até junho de 2013, somando ao todo 176 edições. Nos primeiros anos foi considerada por muitos como a “Playboy gay” por usar a mesma proposta da revista voltada para o público heterossexual, isto é, convidar pessoas famosas para se desnudar. Mensalmente, a *G Magazine* vendia entre 65 a 90 mil exemplares, mas quando uma personalidade muito famosa aparecia nua, a venda subia para 120 mil, como ocorreu na primeira vez que o ator Alexandre Frota¹⁵ se desnudou para o magazine, na edição 49 publicada em outubro de 2001. Como lembra Trevisan (1999), a revista se tornou um sucesso de vendas quando começa a apresentar em suas páginas fotos de artistas, cantores, roqueiros e jogadores de futebol “não apenas nus, mas expondo suas medidas íntimas muito rígidas” (p. 375).

Ao longo dos seus 15 anos de publicação, encontramos 110 textos em que velhos aparecem ou que a questão da velhice é mencionada. Esse material pode ser dividido da seguinte forma: dois ensaios eróticos de nu masculino; 19 entrevistas com gays velhos; oito cartas de leitores opinando ou pedindo ensaios eróticos com homens com mais de 50 anos; 14 cartas publicadas na seção “Procurados”, que trazia mensagens e pequenas fotos de leitores que estavam em busca de amizades ou de um homem para chamar de seu; dois contos eróticos em que gays velhos são mencionados; três artigos em que a vida de homossexuais que chegaram à “terceira idade” é trazida para reflexão além de 63 matérias que abordam temas como saúde, beleza, religião e espiritualidade, política, arte e comportamento. Aqui, nos deteremos apenas a alguns artigos sobre velhice do jornalista e escritor João Silvério Trevisan.

No século XX, mesmo a imagem da velhice reclusa construída em décadas passadas, ainda fazendo parte do imaginário social no Brasil, explicitamente concorre com a nova imagem gestada no país da velhice ativa advinda com o discurso da “terceira idade”. Nos consultórios médicos, mas, sobretudo, através dos *media* as fórmulas do bem-viver, quando se chega aos 60 anos, foram se popularizando e sendo ratificadas pelos geriatras, gerontólogos, terapeutas, além dos próprios idosos “bem-sucedidos” que davam depoimentos falando sobre as possibilidades que a nova fase da vida trazia para eles. Essas duas imagens aparecerão em diferentes momentos na *G*.

João Silvério Trevisan é ativista da causa LGBT e autor de obras como *Devassos no Paraíso* e *Ana em Veneza*. Foi um dos responsáveis pela criação do grupo Somos Pelo Direito dos Homossexuais, em 1978 e um dos fundadores do *Lampião da Esquina*. Desde o fim do *Lampião*, escreveu para algumas das principais publicações voltadas para o público gay, a exemplo das revistas *Sui Generis* e *Júnior*.

Na *G Magazine* era responsável pela coluna *Olho no Olho*, onde opinava sobre temas referentes a questões políticas, as diversas formas de preconceito e sobre a velhice. Será sobre esse último assunto que ele chamará os leitores para uma reflexão com o artigo “Velhice: o espelho que assusta”. O autor discute o desejo pelos corpos lisos e musculosos, padrão vendidos “pela Globo e por Hollywood” (*G MAGAZINE*, 2001, p. 21) e também sobre o quanto “dói” se perceber como velho e a crueldade dos

¹⁵ No total, o ator posou quatro vezes na *G Magazine*.

homossexuais jovens para com os gays idosos. É importante perceber o espelho não apenas como o objeto em si, mas também a identificação pela qual o sujeito se constitui em relação aos outros.

Na época, com 56 anos de idade, Trevisan relembra que, por muito tempo, se comportava com a falsa naturalidade de quem não sente o tempo passar, só passou a perceber que estava envelhecendo quando, no meio homossexual, foi percebendo os olhares que se desviavam dele, o desprezo e escárnio de muitos gays para com ele. Mas a “gota” que faltava foi quando, aos 40 e poucos anos, no ápice de uma relação sexual com um rapaz mais jovem, ouviu a frase “êta, véio gostoso”.

A “simples” frase dita, possivelmente, sussurrada no pé do ouvido do escritor, serviu para ele ter noção de algo não percebido até então: estava velho. Possuía um corpo esgarçado pelo tempo e a verdade, um produto da linguagem, uma invenção da história que se torna realidade em um período. A partir daquele momento de prazer, Trevisan passou a carregar consigo uma verdade que até então não percebia: a de que a velhice havia chegado e que se fazia presente em seu corpo. Ao ter certeza da verdade dita entre lençóis, foi em busca de saberes médicos para ajudá-lo a aceitar aquilo que, até então não era visível aos seus olhos ou ele não queria enxergar. “Rolou muita água debaixo da ponte. Terapias, rejeições, novas constatações” (G MAGAZINE, 2001, p. 21), afirma o escritor que só passou a acolher melhor aquela nova situação quando percebeu que, entre os gays, há aqueles que se interessam e desejam pessoas mais velhas. Contudo, para ele foi como ter que se assumir novamente, a primeira vez que se percebeu como homossexual e agora se via homossexual e velho.

Aqui lembramos o que aponta Beauvoir (1990, p. 15) sobre a questão da velhice, quando nos lembra que, “como todas as situações humanas, ela tem uma dimensão existencial: modifica a relação do indivíduo com o tempo e, portanto, sua relação com o mundo e com a sua própria história”.

O artigo ainda fala sobre o preconceito que os gays sofrem por ser velho e também o preconceito que geralmente vivenciam aqueles que namoram com pessoas mais velhas, sendo considerado por alguns como algo típico de pessoa com conflito psíquico e que não sabe vivenciar a vida de maneira prazerosa. Ao longo do texto, são narradas algumas experiências de preconceito que Trevisan e o namorado passaram. Destacaremos aquela que ocorreu no Allegro, tradicional restaurante de São Paulo, o jovem namorado do escritor comentou que estava sendo paquerado insistentemente por um rapaz que estava em outra mesa perto do casal. Mesmo mudando de lugar, a tentativa de paquera continuava. “Expliquei-lhe o subtexto: para um cara desses, é fácil roubar meu namorado, que no seu entender, só está com uma bicha velha por causa das vantagens monetárias recebidas” (G MAGAZINE, 2001, p. 21). Para o jovem paquerador, ali a relação que existia era de interesse, não amoroso ou sexual, mas financeiro, o que reforça a ideia de que, para muitos, a única forma de um gay velho, especificamente, se relacionar com alguém é pagando.

Antes de sair do restaurante, o casal se beijou e as pessoas que estavam na mesa com o rapaz paquerador tiveram uma crise de riso. A demonstração de afeto tornou-se algo risível, cômico, pois aparentemente, era algo impossível de acontecer. Quando se vê no cotidiano, no cinema ou telenovelas pessoas jovens, demonstrando carinho ou aparecendo em fotos sensuais ou eróticas não causa

nenhuma estranheza. Mas quando os sujeitos dessas ações são pessoas da “terceira idade”, na maioria das vezes, há o preconceito dos mais jovens e isso tende a reprimir as expressões amorosas ou de sexualidade na velhice. Quem nunca ouviu ou falou expressões como “que velhinho saliente” ou “ali não existe amor, eles estão juntos apenas por interesse financeiro (do mais jovem)”? Como se a capacidade de ter uma vida afetiva ou sexual fosse algo aberrante, um horror, algo para não se tornar público e não ser aceito. Aparentemente, muitos gays não conseguiram assimilar ainda a existência de uma grande quantidade de homens idosos desejando sociabilidade junto àqueles com os quais se identificam e não serem segregados por causa da idade ou aparência (MOTA, 2014).

Mas naquela noite, aqueles rapazes que estavam na outra mesa puderam perceber que o desejo não é uniformizado. Não são apenas os detentores de jovialidade, corpo magro e liso e com músculos rígidos que são amados e desejados, os que não se encaixam nesse padrão também são cobiçados. Ao final do artigo, Trevisan faz um alerta para os leitores da *G Magazine*. “Quem não consegue mirar-se na velhice dos outros, prepare-se: vai sofrer muito para enfrentar sua própria velhice” (G MAGAZINE, 2001, p. 21).

Para o autor, a velhice é um espelho que assusta pois é como se o sujeito perdesse o seu lugar, o presente torna-se superdimensionado pelo desprazer e pela perda, como se, para quem envelhece, tivesse sido trapaceado pelo tempo e a vida não tivesse sido vivida, estando a morte à espreita, esperando o momento certo para fazer aquela pessoa dar o último suspiro. Enquanto isso não acontece, torna-se necessário exercer o direito à existência, estar nos lugares públicos, vivenciar o amor e enfrentar a hostilidade dos que são jovens e esquecem que, um dia, também se tornarão velhos caso não ocorra nenhuma fatalidade. Mesmo ao longo de sua história, publicando matérias sobre relacionamento entre gays mais jovens que se relacionam afetivamente com mais velhos, a solidão também será discutida por João Silvério Trevisan como veremos no exemplar 67, publicado em abril de 2003.

4.1 Velhices e as famílias de substituição

No Brasil, em específico, a solidão é um sentimento que ganhou maior ênfase nas discussões acadêmicas na segunda metade do século XX. Considerada por muitos como o “mal do século” e também uma forma de desespero por estar no mundo, o mais paradoxal é que a história do tempo presente é marcada por um *boom* populacional, científico e tecnológico, sendo produzidos uma gama de objetos para a satisfação e o conforto do indivíduo. Mas, é justamente nesse período que se fala mais sobre solidão e depressão. Como pensar em solidão no mundo moderno com grande índice populacional e centenas de possibilidades e facilidades tecnológicas para se exprimir? Por mais que existam facilidades para nos comunicarmos, estamos cada vez mais nos tornando náufragos solitários, pessimistas e sem esperanças.

No artigo “Homossexual algum é uma ilha” o escritor menciona a ajuda a um amigo com mais de 80 anos de idade que havia quebrado o fêmur e estava imobilizado dentro de casa. Além da dificuldade de

locomoção, ele também tinha problemas de visão e dificuldades financeiras. Todas essas intempéries contribuíram para que a depressão fizesse morada em seu lar, tornando-se, a contragosto, a sua companheira. Seu colega estava só, mas não desamparado. “Tenho tentado juntar uma pequena equipe que possa visitá-lo, ler-lhe livros e levar para passear. Está difícil.” (G MAGAZINE, 2003, p. 16).

Ao mesmo tempo em que fala sobre a solidão que o amigo estava passando, o escritor faz um desafoio acerca da não inserção de grande parte da comunidade LGBT em questões de políticas públicas para o próprio grupo. “[...] os grupos de direitos homossexuais estão esvaziados, com uns quatro gatos-pingados lutando em nome de todos, enquanto boates e bares estão abarrotados de homossexuais fazendo de conta que são felizes”, (G MAGAZINE, 2000, p. 17). O modo de vida hedonista escolhido por muitos gays seria uma forma egoísta de pensar “nos pares” ou a escolha por um estilo de vida e de existência? Ser soberano de si e não “útil” aos outros seria uma outra forma de soberania? Fica aqui o questionamento.

De acordo com o autor, havia mais vitimismo do que empenho em questões políticas e para diminuição do preconceito. A solidariedade que marcou os homossexuais no país, nas décadas de 1980 e 1990, épocas em que o maior número de infectados com HIV/Aids eram gays e a união de muitos deles para conscientizar os pares no tocante à prevenção, perdeu a força com a virada do século.

Ao final do artigo, o autor mostra que cada um é senhor do próprio destino, viver o tempo todo cultivando o sofrimento, repetindo estereótipos para ser aceito na família ou pela própria sociedade não mudará nada, são reclamações estéreis. A luta por mudanças e a solidariedade são instrumentos importantes para a coesão do grupo. “Quem sabe assim, quando vocês forem idosos/as, haverá homossexuais amorosamente disponíveis para lhes amparar” (G MAGAZINE, 2003, p. 17).

Sabemos que em muitas cidades do país, há pouca demanda de espaços e opções de entretenimento em que público que o *gay* idoso possa ter aceitação social ocasionando melhora na autoestima, o que faz aumentar o número de viagens, atividades culturais sendo muitas vezes as possibilidades para se fazer novos amigos. Essas amizades, sejam curtas ou duradouras, em várias situações acabam se constituindo, de acordo com Eribon (2008), como “famílias de substituição”. Através dos laços de afeições, esses sujeitos se percebem reconhecidos em sua própria categoria e encontram espaço afetivo para a sua realização pessoal como homossexual, o que muitas vezes não acontece com a família sanguínea e os laços com essa, muitas vezes, vão se desfazendo ou até se rompendo ao longo do tempo, quase sempre por causa do preconceito.

Esses laços de amizades que se formam entre os homossexuais fazem parte do que Foucault (2004) nomeou de “estética da existência”, uma forma de viver esteticamente elaborada, um estilo de vivência particular em que se inventa uma nova forma de vivenciar as afinidades, sejam estas relacionais, afetivas e sexuais. O autor coloca entre o estilo de vida dos gays a questão da amizade, preconceituosamente banida pela sociedade ao longo da história no Ocidente por estar associada de forma negativa à homossexualidade, prática que ia de encontro à ordem de produção social. Essa estética da existência diz respeito ao desenvolvimento de outras relações consigo mesmo e com os outros. O autor afirma

ainda sobre os gays não apenas se defenderem, mas também se afirmarem no tocante à questão da identidade, enquanto força criativa. A (re)valorização da amizade masculina, o companheirismo e a solidariedade entre pessoas de classes econômicas, idade e etnias diferentes seria uma forma de construir novas relações sociais.

Por isso que João Silvério Trevisan chama atenção para a questão da solidariedade entre os próprios gays, pois através dela, poderia surgir amizades que no futuro, quando a velhice chegasse, esse tecido afetivo ajudaria a enfrentar o isolamento¹⁶ e, talvez, a solidão, algo difícil de carregar.

O tempo de solidão corrobora para lembrar os relatos de amores fragmentados, do que poderia ter sido dito, mas, por medo de perder aquele amor que se dizia para sempre, foi silenciado. O tempo de solidão recorda calúnias e difamações ditas e ouvidas em brigas, mas que, no final, as pazes eram feitas entre os lençóis da cama em momentos de prazer.

Será nesse momento que o sujeito solitário poderá revisitar o passado lembrando do que foi deixado para trás, dos amores clandestinos experimentados em quartos de motéis, as pressas em um banheiro público ou dentro de um carro, enquanto não havia ninguém por perto. Relembrar dos corpos desejados secretamente e daqueles que pensou que tocaria e nunca foi possível. Não fisicamente, mas que em pensamento foi lambido, mordido, penetrado de várias formas e diversas vezes, tornando presente uma ausência.

Serão memórias que se tem à mão e é neste momento em que se sente sozinho,ilhado, que o sujeito poderá perceber o próprio corpo como um lugar de prazer imediato. Ao se compreender e se ver como uma pessoa potente poderá ser o passo inicial para deixar de ser um naufrago, abandonar a ilha e reatar os laços de amizade e solidariedade que foram guardados no armário quando a solidão e depressão passaram a ser as principais companheiras. Aprender a estar só e bem consigo não é uma tarefa fácil, essas sensações ou sentimentos não são algo que se tomam ou se deixam quando se quer. Poderão ser engavetados por algum tempo e continuarão ali, como um relógio silencioso e, mais cedo ou mais tarde, soará o alarme, fazendo-se presentes novamente.

O último artigo que analisaremos de Trevisan foi publicado no começo do ano de 2008 e está na edição 128, tendo como título “Construir uma velhice gwei”. No texto, o escritor fala sobre a necessidade de inventar uma maneira de envelhecer com qualidade, aproveitando as peculiaridades da experiência homossexual e, a partir disso, construir uma terceira idade sem vergonha de assumir a experiência de vida.

Com uma fotografia que mostra homens velhos nus, com barriga saliente à mostra, totalmente fora dos padrões de beleza vendidos pela mídia e subjetivados todos os dias por todos nós, o escritor fala que além de saber viver exilado da família, que muitas vezes não aceita a orientação sexual do filho ou filha, outra missão cabe aos homossexuais: descobrir como ser e sobreviver homossexualmente na

¹⁶ Mesmo muitas vezes usados como sinônimos, solidão e isolamento não são a mesma coisa. O isolamento se refere ao terreno político da vida, enquanto que a solidão diz respeito a vida humana como um todo. Mais sobre o assunto ver: ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

terceira idade. Nessa redescoberta ou reinvenção de si quando velho, torna-se necessário desconstruir alguns estereótipos quanto à velhice. Para o autor, o primeiro preconceito que deve ser desconstruído é o de que, se é velho, é “brocha”, ou seja, não é mais detentor de virilidade.

Pensem no estereótipo idiota de que todo homossexual deve desmunhecar. Algo semelhante acontece no caso dos coroa¹⁷. Um amigo guei me contou que nunca tivera interesse especial por homens da terceira idade. Até que um dia transou com um, numa sauna. Na saída, ele deu carona ao coroa, que parecia ter uns 60 anos, mas com um vigor sexual de alguém muito mais jovem. Para sua surpresa, o homem contou que tinha 75 anos (G MAGAZINE, 2008, p. 14).

Não é interessante apenas perceber que gays idosos continuam com desejos sexuais, mas também observar que a sauna, além de ser um lugar para se relaxar, é também um espaço de sociabilidade para muitos gays, tenham vida dupla ou não, mas local em que diferentes tipos de aproximações físicas e sexuais acontecem. Não fosse esse ambiente, provavelmente o amigo de Trevisan nunca teria se aproximado de um *tiozinho* para manter relações sexuais.

O vigor sexual também foi algo que causou espanto, visto que, há a ideia de que quando se é velho, o desejo se aposenta ou desaparece. Ledo engano, pois a realidade mostra-se muito mais imprevisível do que se parece. A vida do idoso aposentado ou não, estabelece outros modos potenciais de agir, ser e vivenciar as experiências. Não se pode negar aqui que, ao chegar aos 40 anos, por exemplo, a potência sexual sofre uma diminuição, mas não acaba. Fora que, na contemporaneidade, existe a indústria do prazer, que faz o falo ser mais potente, não sendo também a potência sexual o único motor do quadro libidinal, há outras formas de sentir e dar prazer.

Outra questão que o autor sugere ser desconstruída, é o projeto da “eterna juventude”. A proposta deve ser outra, afirma. Deve-se inaugurar um modo de ser gay na velhice, não esquecendo as experiências adquiridas quando jovem, os amores vivenciados ou frustrados, as alegrias e decepções, as aventuras e desventuras e, a partir dessas experiências não se infantilizar, mas agir de forma consciente, madura. Ser um homossexual velho não implica voltar ao armário. Pelo contrário, é perceber-se como pessoa capaz e, ciente das limitações inscritas no corpo pelo tempo, questionar-se: “quais são os elementos de sedução exercidos por um coroa homossexual como eu?”, sugere Trevisan (G MAGAZINE, 2008, p. 15).

Para muitos gays velhos, em específico, esse pode ser o maior desafio, perceber-se ainda capaz de se sentir desejado, visto que, e possivelmente, mais do que nunca, ser bonito e belo é sinônimo de jovialidade, virilidade, força, poder. Ser ou sentir-se velho é ter a cara da feiura, logo, é uma pessoa que não se deseja. Uma “carta fora do baralho”.

17 Sabemos que a perspectiva sobre a velhice, além de mutável, é complexa. Normalmente, quando alguém é chamado ou se denomina “coroa” está se referindo, ou se vendo, como um sujeito maduro e de boa aparência, isto é, sente-se atraente e sensual. Simões (2004) enfatiza que denominar-se coroa é uma forma de se distanciar do ser velho ou do que a velhice representa.

O escritor volta a destacar que, além de namorar entre si, existem *tiozinhos* que namoram pessoas mais jovens e cita que, em alguns casos, esses amores intergeracionais são secretos pelo fato de um deles ser casado, sendo a pessoa mais velha, na maioria das vezes. Um deles tinha 14 anos quando seu amante de 51 anos morreu do coração (G MAGAZINE, 2008, p.15). Treisan informa que, não apenas a relação entre esse casal era secreta, mas também a dor do mais jovem pois, como a família do morto não sabia da vida extraconjugal que ele tinha com outro homem, o jovem viúvo não pode sequer comparecer ao enterro para dar adeus ao homem que amava.

Provavelmente, se a liberdade, como diz Foucault (2005) “da escolha sexual” dos homossexuais, algo que se difere do ato sexual, fosse tida como algo tão natural quanto a dos heterossexuais, ou como o hábito de dormir ou fazer as necessidades fisiológicas, o jovem homossexual poderia chorar o morto e receber as condolências da família, pois a relação amorosa que o casal vivenciou não seria tida como um escândalo ou uma vergonha para a família. A busca pela liberdade da escolha sexual seria, de acordo com o filósofo, uma das maiores contribuições políticas que os homossexuais poderiam dar para a sociedade e sobre o respeito a essa liberdade de escolha ele afirma que “precisamos ser absolutamente intransigentes. Essa liberdade inclui a liberdade de expressão de escolha, quer dizer, torná-la pública ou não a tornar pública” (p. 16).

Treisan encerra o artigo reforçando que chegar à velhice não significa encerrar os ciclos de amor e erotismo, pois desejo não fecha para balanço, modificam-se apenas as qualidades e os parâmetros.

Apesar do que Debert (2012) chamará de reinvenção da velhice, que acontece no Brasil, no início do novo século, passando a ser gestada a imagem de idosos ativos, que devem viver de forma prazerosa e satisfatória, é perceptível nos artigos analisados aqui, o posicionamento de Treisan reafirmando essa nova imagem advinda dos discursos dos geriatras e gerontólogos, que também descontroem o discurso da velhice como sinônimos de perda, ausência de utilidade e como o lugar da solidão.

Considerações finais

Podemos afirmar que a visibilidade sobre esse assunto ainda é muito pequena se formos comparar com a grande variedade de outros trazidos nas publicações voltadas para o público gay, aqui analisadas. Quanto à dizibilidade, os ditos sobre a velhice e os velhos gays, não foi possível encontrar uma grande ruptura no que se refere aos discursos dos saberes médicos das décadas de 1970 e 1980, por exemplo. Dizer e mostrar a velhice foi um grande incômodo para o periódico *Lampião da Esquina* e as revistas *Sui Generis* e *G Magazine*, pois mesmo com atitudes de resistência frequentando locais públicos, mantendo relações afetivas e sexuais, mostrando-se desejosos e desejados, ser um *gay* velho é vergonhoso e muitas vezes não são bem-vindos tampouco bem-vistos na “comunidade *gay*” brasileira.

Na cartografia dos impressos analisados, que poderiam ter rompido com a ideia generalista dos saberes médicos no que se refere à velhice, mostrando a pluralidade de vivenciá-la, encontraremos dois tipos de discursos sobre a mesma. No primeiro, a velhice negativa, que apresenta os idosos

homossexuais desvalorizados tanto eroticamente quanto socialmente, não sendo exibida nas matérias, principalmente nas do *Lampião da Esquina*, nenhuma alternativa para reverter isso. Esses *gays* velhos se tornam figuras abjetas, não desejadas, pois nada mais são do que refugos, culpados por não terem a astúcia dos cuidados de si quando jovens para, ao atingir a velhice, ou quando as marcas da mesma aparecessem no corpo, fossem apagadas. No segundo, vemos uma velhice positiva com *gays* das classes média e alta que obtiveram uma velhice “bem-sucedida”, sabendo utilizá-la para produzir artes autobiográficas ou não. Essa maneira de dizer a velhice também está ligada aos discursos gerontólogos forjados no final do século XX no Brasil, que dizia a velhice como “melhor idade”, “feliz idade” ou “terceira idade”. Todavia, nenhum dos dois discursos mostraram a multiplicidade de formas ou imagens da velhice. Ela foi tratada de maneira singular, homogênea, universal e heterossexista, não levando em consideração as possíveis sensibilidades geracionais elaboradas para continuar aproveitando as possibilidades ainda oferecidas pela vida.

Muitas vezes, em um tom bastante desesperançoso, os textos analisados apontavam um futuro não mais como um lugar de esperança e progresso, mas um lugar de apreensão e solidão. Aos jovens *gays*, o mais importante é buscar todas as alternativas possíveis para não envelhecerem, ou seja, devem cristalizar-se no presente, que se apresentam jovens, ágeis e com eroticidade a todo vapor, evitando chegar no futuro, no qual encontrariam a velhice e ela se faria visível no corpo, sendo possível apenas vivenciar a ausência de amores e de desejo.

Além dos desafios trazidos pela idade e que são sentidos de maneira heterogênea, os *gays* velhos também sofrem com os estigmas produzidos entre uma grande parte da “comunidade *gay*”, que vai optar, na maioria das vezes, por modelos de corpos que são subjetivamente indicados como ideais, ou seja, fortes, torneados, sem gordura, sem estrias, apetitosos e prontos para consumo. Àqueles que não mais se encontram dentro desse modelo resta apenas as migalhas das lembranças de um passado recente e alguns amigos para, juntos, vivenciarem o desassossego que é a velhice. Nas publicações homoeróticas brasileiras aqui problematizadas, apenas os corpos viçosos gozam, os diferentes, sofrem.

Referências

ABREU, Nuno César. **O olhar pornô**: a representação do obsceno no cinema e no vídeo. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

BEAUVOIR, Simone de. **A velhice**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

DEBERT, Guita Grin. **A reinvenção da velhice**: Socialização e processos de reprivatização do envelhecimento. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2012.

_____. **Antropologia e Velhice**, Textos Didáticos, n.19, IFCH, 1999.

ERIBON, Didier. **Reflexões sobre a questão gay**. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008. FOUCAULT, Michel. Entrevista a James O'Higgins (1982). In: **Um diálogo sobre os prazeres do sexo. Nietzsche, Freud e Marx**. Theatrum Philosophicum. São Paulo: Landy Editora, 2005.

_____. Michel Foucault, uma entrevista: sexo, poder e a política da identidade. **Verve – Revista autogestionária do Nu-Sol**. Nº 5, 2004.

_____. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 1995.

GUATARRI, Félix, ROLNIK, Suelly. **Micropolítica**: Cartografias do desejo. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2013.

GUIMARÃES, Carmen Dora. **O homossexual visto por entendidos**. Rio de Janeiro, Garamond, 2004.

HENNING, Carlos Eduardo. **Paizões, tiozões, tias e cacuras**: envelhecimento, meia idade, velhice e homoeotismo masculino na cidade de São Paulo. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, da Universidade Estadual de Campinas, 2014.

MORAIS, Andrea. O corpo no tempo: velhos e envelhecimento. In. DEL PRIORE, Mary; AMANTINO, Márcia. **História do corpo no Brasil**. Sai Paulo: Unesp, 2011.

MOTA, Murilo Peixoto da. **Ao sair do armário, entrei na velhice...:** homossexualidade masculina e o curso de vida. Rio de Janeiro, Mobile, 2014.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso**: A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. Rio de Janeiro, RJ: Record, 1999.

DRAG QUEENS E TRANSMÍDIA: DESLOCAMENTO PARA MÍDIAS DIGITAIS E OUTRAS PLATAFORMAS

Ayrton Senna Seraphim do Amaral¹

Andréa Ferraz Fernandez²

Resumo: A pesquisa tem como objetivo verificar como as performances das drag queens cuiabanas passaram a ser atravessadas pelos processos de transmídia conforme o avanço da convergência da mídia e tecnologias digitais. Utilizando metodologia qualitativa, a análise do presente estudo se dá por meio da realização de um estudo de caso. Os dados necessários para a pesquisa foram coletados nas redes sociais de uma drag queen referência de Cuiabá, capital do estado de Mato Grosso. Constatou-se que acontece um deslocamento das drag queens do ambiente físico das boates e clubes noturnos para o ciberespaço das redes sociais e mídias digitais, bem como para outros espaços provenientes do processo de transmídia presente na reconfiguração atual da cultura drag local.

Palavras-chave: LGBT, Drag Queen, Mídias Digitais, Transmídia.

1 Mestrando – UFMT/PPGECCO.
E-mail: ayrtonsenna1994@gmail.com;

2 Doutora orientadora da pesquisa – UFMT/PPGECCO.
E-mail: ferrazfernandez@gmail.com

Introdução

Tratando a cultura drag como parte da cultura LGBT, a capital de Mato Grosso e polo de entretenimento LGBT, Cuiabá, tem vivido ausência de espaços voltados para esse público e, consequentemente, realiza um percurso contrário ao *boom* mundial da cultura drag, que tem ganhado ampla visibilidade com o reality show RuPaul's Drag Race e, mais especificamente no Brasil, com a carreira da drag cantora Pablo Vittar.

Em Cuiabá, a arte drag queen é convencionalmente associada às boates LGBT e às aparições anuais nas Paradas do Orgulho LGBT. Ver esses indivíduos marginalizados e tidos como “abjetos” em espaços múltiplos além dos convencionais é uma conquista que a era da convergência das mídias tem possibilitado progressivamente. Nesse contexto de poucos lugares para a sociabilidade LGBT a transmídia emerge como um possível meio de resistência e visibilidade para a cultura drag cuiabana. Fazendo uso de redes sociais pode-se observar que as drags da vanguarda cuiabana seguem trabalhando e destaca-se o aparecimento de novas drag queens no estado de Mato Grosso.

O objetivo da pesquisa é averiguar como a transmidiação pode expandir as possibilidades das performances drag em concordância com a evolução das tecnologias digitais e convergência das mídias. Entende-se que as mídias digitais e a transmídia vem dilatando a cultura drag mato-grossense, apesar de se viver o oposto em relação aos espaços de entretenimento e sociabilidade LGBT. A compreensão e registro desse processo cultural e midiático é de suma importância diante da atual realidade política de ascensão do conservadorismo, ocasionando em prejuízos de conquistas para os sujeitos marginalizados como os dessa pesquisa.

Close certo: drag queens e transmídia

A drag queen é resultado de um corpo construído, “montado” no vocabulário drag. Segundo Santos (2012), trata-se de um corpo híbrido que transita entre os espectros de masculino e feminino sem o desejo de ser um ou o outro por completo. Diferentemente da transexualidade, a drag queen se monta somente para performar o gênero feminino. É o fazer mulher e não ser mulher. Nesse sentido, a drag queen se aproxima da linguagem do teatro e do espetáculo.

Foi a partir dos escritos da filósofa Judith Butler (2003) que a discussão sobre as drag queens ganharam notoriedade no campo de reflexões acadêmicas. À luz da Teoria Queer os conceitos de performatividade e paródia de gênero vieram para colaborar com a abordagem de tal tema. Destaca-se a delicadeza de se trabalhar com esses conceitos para que não ocorram deturpações nas interpretações dos mesmos como confundir performatividade com performance. Ressalta-se que não existe concepção voluntarista do gênero no conceito de performatividade, apontam Miskolci e Pelúcio (2007). A performatividade de gênero nas drag queens está presente no processo de escolha de atos performativos,

comportamentos normatizados socialmente e culturalmente do que deve ser feminino, e, assim, utilizarem tal performatividade em seus corpos masculinos montados.

Em relação à paródia de gênero, Miskolci e Pelúcio (2007) trazem que esse conceito aborda a repetição cômica, estereotipada e exagerada do feminino. A drag queen é mais feminina que uma mulher feminina. Devido a isso, as drag reiteram que não existe essência natural dos gêneros e, por isso, são capazes de aprender e imitar o gênero. “Ao imitar o gênero, a drag revela implicitamente a estrutura imitativa do próprio gênero – assim como sua contingência” (BUTLER, 2003, p. 196). Evidencia-se, dessa forma, que não há identidade fixa do gênero.

As drag queens executam suas performances através da performatividade de gênero apoiadas nos figurinos e gestos tidos como femininos. Embora acusadas de reforçar padrões sociais e culturais designados ao corpo nascido com vagina, é perante essa mesma premissa que em sua paródia as drags estão desconstruindo continuamente as regras e padrões normativos que buscam reger os corpos e suas expressividades (BUTLER, 2003).

A transmídia, temática cara aos estudos de mídias digitais, é uma narrativa que busca expandir o conteúdo primário em diferentes mídias a fim de criar novos conteúdos que completem o primário e possam criar uma experiência mais ampla ao seu consumidor. A transmídia não é a transmissão múltipla de um mesmo conteúdo para plataformas diferentes, ela não conta a mesma história em meios diferentes, a transmídia é composta pelas narrativas diferentes veiculadas em lugares variados que se conectam e completam um entendimento uno (SCOLARI, 2015).

A difusão em grande escala é um componente da narrativa transmidiática, pois ela se fortalece com a retroalimentação e disseminação de conteúdos. De acordo com Fechine (2014), é dessa maneira que o interesse do espectador/consumidor se mantém fiel ao conteúdo narrativo primário. A narrativa se expande e se interconecta a fim de “(...) repercutir um universo narrativo em redes sociais na web ou fora dela, adicionando o gosto dos consumidores por saberem mais sobre aquilo que consomem nas mídias” (FECHINE, 2014, p. 3).

Jenkins (2011) frisa a particip[ação] do fã e sua interatividade, intervenção e anseio por mergulhar em um universo narrativo. Segundo Fechine (2014), na transmídiação o fã é aquele sujeito que se entrega ao consumir uma narrativa, ele vivencia as histórias em diversas plataformas, por variados pontos de vista, e participa de forma ativa intervindo e recriando em cima da obra original e seus desdobramentos (FECHINE, 2014).

Metodologia

Para investigar vastamente uma área ao usufruir de diferenciadas lugares para coletar dados foi realizado um estudo de caso. Ele foi realizado para melhor compreensão da correlação entre os fenômenos transmidiáticos e os sujeitos drag queen. Esse método busca agrupar e sistematizar detalhadamente as informações acerca de determinado tema. Freitas e Jabbour (2011), afirmam que o estudo de caso

trabalha com questões contemporâneas por plurais meios para adquirir os dados buscados, o que se de grande utilidade para a presente pesquisa. O estudo de caso é uma forma de pesquisa que “(...) investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos” (YIN, 2003, p. 32).

A partir do estudo de caso, dados foram coletados nas redes sociais e canais de *streaming* da drag queen cuiabana Sarah Mitch para melhor observar sua construção, carreira e história. Os canais de compartilhamento e *streaming*, bem como redes sociais, selecionados foram: YouTube, Spotify, Apple Music, Deezer, Instagram, Twitter e Facebook. A escolha por Sarah Mitch, em especial, foi por sua grandiosa contribuição para a cultura drag de Mato Grosso durante os seus 19 anos de carreira. Sarah foi Melhor Drag do Brasil, em 2008, no concurso nacional da boate paulistana *Blue Space*; Participou de programas de televisão famosos: *Amor & Sexo*, da Rede Globo, *Qual é o Seu Talento?*, do SBT, e *Legendários*, da Rede Record.

Por fim, realizou-se a descrição detalhada dos dados obtidos nas mídias de Sarah Mitch para que assim pudessem ser minuciosamente avaliados e, então, dar início à construção da correlação entre a história da drag queen e o atravessamento da transmídia ao longo de sua carreira com o propósito de averiguar o objetivo da pesquisa.

Resultados e discussão

A mídia primária e original do conteúdo avaliado se trata do próprio corpo montado da drag queen cuiabana Sarah Mitch. Analisou-se e enumerou-se de que modo a narrativa transmidiática atravessa a carreira da drag aumentando a visibilidade e o campo de trabalho para ela mesma e para a cultura drag mato-grossense. Como outra mídia que traz um ponto de vista diferente da narrativa da mídia primária tem-se, de início, (1) os palcos das boates LGBT e (2) as participações anuais nas Paradas do Orgulho LGBT. Ao transpor-se da mídia original para plataformas que proporcionam interação dos fãs e demais consumidores da narrativa, amplia-se a narrativa obtendo diversas formas de experienciar o universo Sarah Mitch.

Prosseguindo, (3) Sarah se tornou uma drag queen cantora autoral que lança músicas e vídeos, disponibilizando todos eles em suas redes sociais e canais de *streaming*. Outro ponto (4) de transmediação ocorreu quando a drag ressignificou a mídia palco ao realizar em um teatro municipal seu primeiro show solo completo ao vivo *Diário de uma solteira*, em vez dos convencionais show de dublagens nos palcos de boates. Esse show originou o primeiro álbum ao vivo da drag cantora, que resulta em mais um processo transmidiático por estar disponibilizado nos canais de *streaming* mais populares da internet difundindo parte da narrativa que compõe a completude de Sarah Mitch.

Além desse atravessamento como cantora, (5) Sarah se tornou apresentadora do programa de entrevistas veiculado na *web* chamado *Papo de Dark Room*, no qual entrevista diversas personalidades LGBTs do Brasil e de seu universo pessoal. O formato do programa e o canal em que é postado

possibilita à drag apresentadora a ação participativa de seus fãs com pedidos e comentários nos vídeos de cada programa que compõe a temporada, tal como pede a narrativa transmidiática.

Seguindo para outra mídia, (6) Junio, que dá vida a Sarah Mitch, transformou sua drag em atriz de teatro. Ela foi a primeira drag queen a apresentar uma peça de teatro musical drag autoral chamada *Ambição Loira* – uma autobiografia de carreira, que teve duas temporadas no mesmo ano. Nessa mídia a drag também estrelou como personagem no drama teatral *Escola de Bonecas*.

Ao adentrar para o mundo do cinema (7) Sarah Mitch tem mais uma vez a transmídia atravessando sua carreira. A drag que quebrou os paradigmas do ser “duplamente atriz” nos palcos dos teatros cuiabanos também se tornou atriz de cinema ao interpretar a personagem protagonista do curta-metragem *Drag Nostra*.

Encerrando a análise decidiu-se dar destaque a um fato ocorrido na narrativa transmídia da carreira de Sarah Mitch no ano de 2018. Com uma paródia musical de *Bad Romance*, música da cantora pop Lady Gaga, (8) a drag queen lançou o videoclipe *Bolsonaro Não #ELENÃO*. O impacto do vídeo na internet foi gigantesco. A participação de fãs e consumidores do conteúdo foi fundamental para disseminação em grande escala do vídeo, que conquistou a façanha transmidiática de viralizar nos smartphones e computadores via WhatsApp, Facebook, YouTube e Twitter.

Conclusões

Verificou-se como a drag queen Sarah Mitch, tida como uma mídia primária, ao longo de quase duas décadas de carreira foi sendo atravessada por múltiplas plataformas, ocasionando na conexão de diversos pontos de vista e proporcionando a experiência una do universo Sarah Mitch. Como performer, ela sempre esteve à disposição da cultura participativa que integra os fãs e demais público consumidor. Desse modo, concretiza-se concretamente o atravessamento do processo de transmidiação na carreira da drag queen.

Observou-se a presença de uma migração das drags para o ciberespaço e outros lugares provindos da transmidiação na configuração contemporânea da cultura drag mato-grossense. Isso ocorre por conta da carência de locais para a sociabilidade LGBT da capital de Mato Grosso e pelas contribuições da cultura da convergência. Ressalta-se a capacidade e os poderes que a transmídia tem como instrumento de resistência e visibilidade para as drag queens e para a cultura drag/LGBT como um todo.

Concluiu-se que a cultura drag cuiabana se reinventou gradativamente conforme as necessidades atuais da realidade da cidade de Cuiabá a respeito da cultura LGBT. Assim como as novas plataformas midiáticas enfrentaram objeção no começo da cultura da convergência, as drag queens não deixaram de expressar sua arte diante do cenário conservador não acolhedor. A estratégia delas foi ocupar outros espaços, sejam eles físicos ou virtuais, e neles se repaginarem e fortalecer a cultura drag e cultura LGBT mato-grossense.

Referências

BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FECHINE, Y. **Transmídiação e cultura participativa: pensando as práticas textuais do agenciamento dos fãs de telenovelas brasileiras**. Anais do XXIII Encontro Anual da Compós. Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém (PA), 2014.

FREITAS, W. R. S.; JABBOUR, C. J. C. **Utilizando estudo de caso(s) como estratégia de pesquisa qualitativa: boas práticas e sugestões**. Revista Estudo & Debate, Lajeado, v. 18, n. 2, p. 07-22, 2011.

JENKINS, H. **Transmedia 202: Further Reflections**. 2011. Disponível em: http://henryjenkins.org/blog/2011/08/defining_transmedia_further_re.html. Acesso em 06/10/2018.

MISKOLCI, R.; PELÚCIO, L. **Fora do sujeito e fora do lugar: reflexões sobre performatividade a partir de uma etnografia entre travestis**. In: *Gênero*, v. 7, n. 2, 2007. pp. 257-269.

SANTOS, J. F. Meu nome é "Híbrida": Corpo, gênero e sexualidade na experiência drag **queen**. In: Revista Latinoamericana de Estudios sobre Cuerpos, Emociones y Sociedad. nº 9, año 4. Argentina. pp. 65-74, 2012.

SCOLARI, C. A. **Narrativas transmídias: consumidores implícitos, mundos narrativos e branding na produção da mídia contemporânea**. Revista Parágrafo, v. 1, n. 3, jan/jun, 2015.

YIN, R. K. Estudo de caso: planejamento e métodos. Porto Alegre: Bookman, 2001.

REPRESENTAÇÃO DO COMPORTAMENTO DE GAROTAS ADOLESCENTES NO CINEMA: UMA ANÁLISE SOBRE MENINAS MALVADAS

Giullia Vênus Oliveira Santos¹

;

Resumo: Com o conhecimento de que o cinema e a tv transmitem normas culturais padronizadas da feminidade, por meio da propagação de imagens visuais, abordagens e temáticas, torna-se pertinente analisar criticamente como as produções cinematográficas distribuem tais moldes sociais. Este artigo se propõe a realizar uma análise do filme *Meninas Malvadas* (*Mean Girls*, 2004), dentro da perspectiva de estudos de gênero. O objetivo é relacionar aspectos da obra relativas a como essas garotas são retratadas e interagem umas com as outras, baseado nas ideias expostas por Naomi Wolf em *O mito da beleza*, por Susan R. Bordo em *O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault* e por Betty Friedan em *A mística feminina*.

Palavras-chave: Meninas Malvadas, cinema, estudos de gênero, análise fílmica, comunicação.

¹ Graduanda em Comunicação Social pela Universidade de Brasília – UnB, giulliavenus@hotmail.com

Introdução

O cinema, não muito diferente da mídia em geral, constrói concepções de masculino e feminino, que se tornam ao longo dos anos convicções hegemônicas (Almeida, 2007, p.168). Por este motivo, como aponta Heloísa Almeida, a mídia pode ser vista como uma tecnologia de gênero. Susan R. Bordo afirma que “com o advento do cinema e da televisão, as normas da feminidade passaram cada vez mais transmitidas culturalmente através do desfile de imagens visuais padronizadas” (BORDO, 1997, p.24). Neste contexto, torna-se relevante observar de forma crítica e analítica a forma que as produções cinematográficas abordam e difundem arquétipos. Neste trabalho, o do quê são garotas adolescentes.

Este artigo se propõe a realizar uma análise do filme *Meninas Malvadas* (*Mean Girls*, 2004), pela perspectiva das questões de gênero relativas ao mito da beleza e comportamento entre garotas. A escolha desta obra se dá pelo fato de ser um filme de referência dentro da abordagem de comportamento de meninas nesta faixa etária. Além de ter sido muito elogiado por sua “descrição realista sobre as experiências do colegial” e pelas “inteligentes mensagens transmitidas”, dentro de uma satirização sobre adolescência².

Este longa-metragem estadunidense foi dirigido por Mark Waters e escrito por Tina Fey, contém 1h e 38 min de duração. O filme é narrado pela perspectiva de Cady Heron (Lindsay Lohan), uma garota que cresceu na África e sempre estudou em casa. A menina retorna aos Estados Unidos com seus pais e começa a frequentar a escola pela primeira vez aos 17 anos. No início ela apresenta dificuldades em se socializar, mas logo consegue fazer dois amigos, Janis (Lizzy Caplan) e Damian (Daniel Franzese), que a ensinam como funcionam os círculos sociais da escola. Eles comentam sobre o grupo das Poderosas, formado pela líder cruel Regina George (Rachel McAdams) e suas seguidoras Gretchen Wieners (Lacey Chabert) e Karen Smith (Amanda Seyfried). Por um acaso, Cady acaba se envolvendo com essas meninas e Janis, que odeia Regina, sugere que Cady se aproxime das Poderosas para que possam fazer piada do grupo e se vingarem de Regina. No início Cady se mostra receosa quanto à ideia, mas concorda e se engaja mais ainda no plano após Regina George reatar seu relacionamento com Aaron Samuels (Jonathan Bennett), rapaz por qual Cady havia se apaixonado.

A obra é descrita por especialistas como uma sátira ao comportamento de jovens garotas, especialmente umas com as outras, no período da escola³. O roteiro foi escrito baseado no livro *Queen Bees & Wannabes* (2002), de Rosalind Wiseman, no qual foca na maneira a qual meninas da escola de ensino médio formam grupos, e no comportamento agressivo de meninas adolescentes e como lidar com elas. O filme, quando lançado, foi bem recebido por críticos cinematográficos americanos, arrecadou 129

2 De acordo com artigo *Mean Girls*, wikipédia, a enciclopédia livre.

3 Idem item 1.

milhões de dólares pelo mundo, hoje é considerado um clássico cult e uma das obras mais influente no século XXI⁴.

A análise fílmica será feita seguindo o modelo de análise proposta por Anne Goliot- Lété e Francis Vanoye no “Ensaio sobre análise fílmica”. Na qual consiste em primeiro, fazer uma desconstrução da obra, e segundo, estabelecer elos entre os elementos de interpretação. Como aporte teórico, serão utilizados aspectos da obra que se relacionam, principalmente, com o mito da beleza, defendido por Naomi Wolf, com a teoria sobre o corpo de Susan R. Bordo e A mística feminina de Betty Friedan.

Neste contexto, serão apresentadas as seguintes questões presentes no filme: a diferença entre o universo das garotas e o mundo real, a insatisfação delas com o corpo, a desvalorização das habilidades de Cady com matemática, e o constante desejo de emagrecimento vivido por Regina George e também como é abordado o ganho de peso da personagem.

O universo das garotas e o mundo real

A partir do momento em que Cady passa a pertencer ao grupo das Poderosas, a personagem percebe uma série de diferenças com o mundo que conhecia fora desta socialização escolar. Nesta nova realidade, existem muitas regras, Wolf afirma que com a ascensão de mulheres no mercado de trabalho, advindas da segunda onda feminista e consequente declínio da mística feminina:

A ocupação com a beleza, trabalho inesgotável porém efêmero, assumiu o lugar das tarefas domésticas, também inesgotáveis e efêmeras. Como a economia, a lei, a religião, os costumes sexuais, a educação e a cultura foram forçados a abrir um espaço mais justo para as mulheres, uma realidade de natureza pessoal veio colonizar a consciência feminina. Recorrendo a conceitos de “beleza”, ela construiu um mundo feminino alternativo, com suas próprias leis, economia, religião, sexualidade, educação e cultura, sendo cada um desses elementos tão repressor quanto os do passado. (WOLF, 1992, p. 20)

Este novo mundo alternativo é captado por Cady, em seu primeiro almoço com as novas amigas Poderosas, “Almoçar com as poderosas era como deixar o mundo real e entrar no mundo das garotas. E no mundo das garotas haviam muitas regras” (13min40s). Regras estas nas quais quase todas diziam a respeito de comportamentos relativos à beleza e consumo, como não poder usar rabo de cavalo por dois dias seguidos e somente sentir jeans e moletom nas sextas-feiras. Neste universo, as garotas fazem compras, mas nunca devem comprar uma nova peça sem terem o aval de uma amiga antes, a mesma norma serve para se envolverem com rapazes. Nota-se aqui que como “o valor social básico da mulher não é mais definido pela encarnação da domesticidade virtuosa, o mito da beleza o redefiniu como a realização da beleza virtuosa” (WOLF, 1992, p.23).

4 Idem item 1.



Figura 1: Entrada de Cady ao mundo das garotas

O enquadramento da cena do primeiro estranhamento e choque cultural começa com um plano distante de ambientação, no refeitório, que com o movimento de zoom, torna-se um plano geral e em seguida a um plano de conjunto. Representando, desta forma, a aproximação e entrada de Cady no mundo das garotas. As meninas do grupo são facilmente reconhecidas, destacam-se com suas roupas cor-de-rosa, perante as cores mais frias utilizada por quase todas as outras pessoas que aparecem no quadro e aos objetos de cena. Isso cria um clima de estranhamento ainda maior durante esta aproximação, vivido pela personagem.

Insatisfação com o corpo

Outra questão de estranhamento de Cady no início do filme, foi a insatisfação com o corpo presente nas Poderosas. Segundo Naomi Wolf: “O mito da beleza na realidade sempre determina o comportamento, não a aparência” (WOLF, 1994, p.17). Apesar de essas meninas representarem o ideal de beleza naquele contexto, todas elas tinham diversas críticas a seus corpos. Na frente do espelho começam as afirmações, primeiro por Karen, aparentemente a mais magra delas, “meu quadril tá enorme”, é acompanhada pelas outras duas amigas reclamando de suas coxas, ombros, cabelo, poros e cutículas (19m22s). Nas palavras de Wolf: “As neuroses modernas da vida num corpo feminino se espalham de mulher para mulher em ritmo epidêmico” (1994, p. 23). No decorrer da história, quando Cady está

totalmente dentro dos padrões das Poderosas, ela aparece se observando de frente para o espelho da mesma forma que as outras (44m10s), quando se percebe obcecada por Regina.



Figura 2: Obsessão e semelhança de Cady com as Poderosas.

O mito faz com que mulheres acreditem que jamais alcançarão o ideal de beleza criado, é o que acontece não somente com as Poderosas. Esta cena das meninas de frente para o espelho, reflete momentos cotidianos de milhares de garotas e mulheres. Por ironia, Wolf também destaca que este mesmo mito que as separa as une, pois “queixas sobre o mito são tão eficazes quanto um bebê para criar um contato agradável entre mulheres desconhecidas e derrubar a linha de cautela com relação à outra” (1994, p.99). Isto é mostrado em *Meninas Malvadas*, quase que como uma etapa obrigatória de aproximação de Cady ao adentrar o grupo. Quando após o ritual de queixas as garotas a encaram na espera de uma reclamação sobre si mesma.

Este longa-metragem estadunidense foi dirigido por Mark Waters e escrito por Tina Fey, contém 1h e 38 min de duração. O filme é narrado pela perspectiva de Cady Heron (Lindsay Lohan), uma garota que cresceu na África e sempre estudou em casa. A menina retorna aos Estados Unidos com seus pais e começa a frequentar a escola pela primeira vez aos 17 anos. No início ela apresenta dificuldades em se socializar, mas logo consegue fazer dois amigos, Janis (Lizzy Caplan) e Damian (Daniel Franzese), que a ensinam como funcionam os círculos sociais da escola. Eles comentam sobre o grupo das Poderosas, formado pela líder cruel Regina George (Rachel McAdams) e suas seguidoras Gretchen Wieners (Lacey Chabert) e Karen Smith (Amanda Seyfried). Por um acaso, Cady acaba se envolvendo com essas meninas e Janis, que odeia Regina, sugere que Cady se aproxime das Poderosas para que possam fazer piada do grupo e se vingarem de Regina. No início Cady se mostra receosa quanto à ideia, mas concorda e

se engaja mais ainda no plano após Regina George reatar seu relacionamento com Aaron Samuels (Jonathan Bennett), rapaz por qual Cady havia se apaixonado.



Figura 3: Primeira imagem, queixas das garotas sobre seus corpos. Na segunda, expectativa das meninas encima de uma reclamação de Cady.

Desvalorização do Intelecto

A personagem Cady apresenta interesses e é convidada para fazer parte de uma equipe de matemática, por se mostrar muito boa na disciplina, mas logo é aconselhada por todos os seus amigos a não aceitar, por ser “suicídio social”, logo aqui já é possível perceber uma desvalorização do intelecto. Outro ponto de muita importância neste tópico é o fato de Cady, somente passar a receber mais atenção de Aaron, no momento em que começa a fingir ser ruim em matemática, ao ponto de começar a deixar cair suas notas na escola para ser mais notada. Isto que acontece com a personagem Cady, nesta transição de garota boa em matemática para uma Poderosa ou mesmo uma caricatura de Regina George, é descrita por Betty Friedan em *A mística feminina*:

Essas jovens estavam simplesmente seguindo a curva típica do ajuste feminino. Anteriormente interessadas em geologia ou poesia, interessavam-se agora somente em ser admiradas. Para agradar aos rapazes era melhor ser igual às outras. [...] Precisavam copiar, detalhe a detalhe, a imagem da jovem popular (FRIEDAN, 1971, p. 65)

Há também o estereótipo da menina bonita e burra, apontada por Wolf: “A cultura estereotipa as mulheres para que se adequem ao mito nivelando o que é feminino em beleza- sem-inteligência ou inteligência-sem-beleza. É permitido às mulheres uma mente ou um corpo, mas não os dois ao mesmo tempo”. Na trama, esta característica é refletida na personagem Karen Smith. Logo no início a personagem é apontada como “a garota mais burra que já vi” por Janis (07m38s). Karen não somente é vista como burra, como também se auto-identifica e nem se importa, quando Cady a diz (47m08s) que ela não é burra, a garota confirma “Não, na verdade eu sou mesmo”.

Regina George, a constante necessidade de emagrecimento e seu engordamento

Como já anunciado, Cady e Janis buscam se vingar de Regina George pelo mal que a personagem teria cometido. Planejam a vingança fingindo como se nada houvesse acontecido, que como é descrito por Cady “todas as brigas são por debaixo dos panos” (31m08s). A princípio, o objetivo de Cady e seus colegas é acabar com a “ditadura” de Regina na escola. O sucesso e popularidade de Regina, como uma “ditadora maligna” é explicado por três principais recursos indicados pela personagem Janis: Homem objeto de alto escalão (Aaron Samuels), pelo corpo bonito e por suas seguidoras (Karen e Gretchen). A partir do momento em que ela perde esses três elementos, ela perderia também seu poder.

De acordo com Susan R. Bordo, o corpo é um agente da cultura, uma poderosa forma simbólica e também pode funcionar como uma metáfora:

Um lugar prático direto de controle social. De forma banal, através das maneiras à mesa e dos hábitos de higiene, de rotinas, normas e práticas aparentemente triviais, convertidas em atividades automáticas e habituais, a cultura “se faz corpo”, como coloca Bourdieu. Assim, ela é colocada “além do alcance da consciência... [inatingível] por transformação voluntária, deliberada” (1977:94). Nossos princípios políticos conscientes, nos engajamentos sociais, nossos esforços de mudança podem ser solapados e traídos pela vida de nossos corpos. (BORDO, 1997, p. 19-20)

Ainda de acordo com Bordo, as regras das construções de uma feminilidade impõe que mulheres aprendam a alimentar outras pessoas e não a si mesmas, de forma que devam considerar voraz ou excessivo qualquer desejo de alimentação (1997, p. 25). Sendo assim, a fome feminina é retratada como algo que precisa ser freado e controlado. Isso é mostrado em *Meninas Malvadas*, na obra, Regina está constantemente buscando o emagrecimento. Bordo ressalta que muitas meninas vivem com medo de ganhar peso e deixarem de ser sensuais e atraentes. Elas passam a contar as calorias que ingerem diariamente, e isto é exatamente o que Regina faz em quase todas as cenas que se passam no refeitório.

Uma das formas que Cady encontra de sabotá-la é fazê-la comer barras de cereais suecas para engordar dizendo sua mãe usava as barras para emagrecer. Esta é a primeira vez que Regina é mostrada comendo algo (42m40s). Neste mesmo frame, também é possível notar a transição de Cady, com características similares às de Regina. A maquiagem é parecida, e ambas utilizam um colar com a letra inicial do nome.

É interessante observar que, com exceção de quando Cady antes de se tornar uma Poderosa se alimenta no banheiro da escola sozinha, ao som de uma trilha sonora que remete a tristeza e solidão, num enquadramento que sugere isolamento devido às paredes e cores frias (5m10s), até então nenhuma das Poderosas é mostrada comendo, apesar de diversas cenas se passarem no refeitório.



Figura 4: Cady almoça no banheiro.

A única outra mulher que é vista comendo no filme, é a professora Norbury de matemática numa cena em que enquanto aconselha Cady a deixar de ir mal de propósito nas provas por causa de um garoto. Nesta conversa, a professora está contando os motivos de seu divórcio, que pode ser entendido, neste contexto, como falha de uma mulher. Além disso, a professora é enquadrada no plano contra-plongée, que pode vir a transmitir inferioridade.

A única outra mulher que é vista comendo no filme, é a professora Norbury de matemática numa cena em que enquanto aconselha Cady a deixar de ir mal de propósito nas provas por causa de um garoto. Nesta conversa, a professora está contando os motivos de seu divórcio, que pode ser entendido, neste contexto, como falha de uma mulher. Além disso, a professora é enquadrada no plano contra-plongée, que pode vir a transmitir inferioridade.



Figura 5: Professora Norbory.

Nesta mesma cena em que Regina passa a comer as barras, ela diz “Eu queria mesmo perder um quilo e meio”. O que é rebatido por suas amigas que a dizem que ela está ótima. No entanto, segundo Naomi Wolf “as mulheres com obsessão pelo próprio peso ignoram elogios por sentirem que somente elas mesmas sabem realmente o quanto é repulsivo o corpo oculto à visão de terceiros” (1992, p. 161). A partir disso, Regina é mostrada consumindo diversos alimentos e várias partes no decorrer da trama, o que resulta em seu aumento de peso. Cady considera que alcançou o objetivo de “tirar” o belo que corpo de Regina possuía, no momento em que ela não coube em um vestido de uma loja que só vendia modelos até o tamanho 38.

Nas imagens abaixo é possível notar as semelhanças entre as duas personagens e contrastes que surgiram desde que Regina passa a comer as barras nutritivas suecas. No primeiro quadro, existem similaridades em aspectos de figurino, maquiagem e acessórios, ambas utilizam um colar com um pingente com a letra inicial de seus nomes. No segundo, percebe-se que ao passo que Regina engorda, ela passa a representar cada vez menos a feminilidade que apresentava no início do filme. A personagem tende a usar menos maquiagem, usa o cabelo preso e possui uma bandeja cheia de comida a sua frente.

Enquanto isso, Cady representa cada vez mais a feminilidade, maquiada, de cabelos soltos e pouca comida no prato. Bordo sugere que a busca pela feminidade “é apresentada como o caminho mais importante de aceitação e sucesso para as mulheres em nossa cultura” (1997, p.33). E assim, aos poucos Cady vai assumindo cada vez mais liderança no contexto escolar, à medida que Regina perde.



Figura 6: Primeiro quadro, semelhanças entre Regina e Cady. No segundo, contraste entre as duas personagens e entre o “auge” e “declínio” de Regina.



Conclusão

O filme, apesar de ser uma sátira bem construída e possuir protagonismo indiscutivelmente de mulheres, não deixa de reproduzir uma série de aspectos do mito da beleza e feminilidade de mulheres. A personagem Regina George perde seu status quando deixa de representar estes padrões vistos como femininos, enquanto Cady Herryts ascende socialmente na escola, quando passa a performá-los. Ou seja, mesmo que o enredo se proponha a ironizar o comportamento, a performance envolta da beleza é o que faz com que a personagem ganhe popularidade.

A competição de matemática e questões relativas à inteligência de Cady se mantêm como secundárias até o fim do filme. Inclusive, ter que participar da competição, fazer uso de sua inteligência, é algo mostrado como um castigo por seus maus feitos.

Tendo em vista que o cinema, além de produzir, também reproduz padrões e convicções de gênero, cabe o questionamento sobre o pensamento a respeito do quê são garotas na sociedade e como o mito da beleza têm influenciado estas garotas. Na lógica de não somente *Meninas Malvadas*, mas também incrustado na cabeça de meninas e mulheres, quanto mais, não necessariamente a beleza em si, mas o comportamento na busca dela, maiores são as chances de garantia do status social.

Wolf defende que garotas aprendem que as histórias acontecem somente com mulheres “lindas”, sejam elas interessantes ou não. E, interessantes ou não, as histórias não acontecem a mulheres que não sejam “lindas” (Wolf, 1992, p. 80). Se antes dentro da mística feminina apontada por Friedan, mulheres deveriam ser donas de casa incríveis e ter muitos filhos para serem vistas como heroínas, hoje, elas precisam ser lindas para merecerem ter histórias contadas.

Referências

ALMEIDA, Heloisa Buarque de et al. Consumidoras e heroínas: gênero na telenovela. **Revista Estudos Feministas**, 2007.

BELELI, Iara. Corpo e identidade na propaganda. **Revista Estudos Feministas**, v. 15, n. 1, 2007.

BORDO, Susan R. O corpo e a reprodução da feminidade: uma apropriação feminista de Foucault. **Gênero, corpo, conhecimento. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos**, p. 19-41, 1997. ELAN, Priya, **Why Tina Fey's Mean Girls is a movie classic**. The guardian. 2013. Disponível em: <<https://www.theguardian.com/film/shortcuts/2013/jan/29/tina-feys-mean-girls-movie-classic>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

FEITOZA, Frederico Antonio. SELETIVIDADE TEENAGER: A SENSIBILIDADE EUGÊNICA EM IMAGENS DO HIGH SCHOOL. **Cadernos de Comunicação**, v. 16, n. 2, 2012.

FERNANDES, Luanna. **Plongée e contra-plongée: a arte de medir com a câmera**. A Gambiarra. 2013. Disponível em: <<https://www.agambiarra.com/plongee-contraplongee/>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

FRIEDAN, Betty. **Mística feminina: o livro que inspirou a revolta das mulheres americanas**. Tradução Áurea B. Weissenberg. Petrópolis, RJ: Vozes Limitada, 1971.

GOLIOT-LÉTÉ, Anne; VANOYE, Francis. **Ensaio sobre a análise filmica**. Tradução de Marina Appenzeller, v. 5, 1994.

MACHADO, Liliane Maria Macedo. E a mídia criou a mulher: como a tv e o cinema constroem o sistema de sexo/gênero. 2010.

Mean Girls. Direção: Mark Waters, Produção: Lorne Michaels, Tony Shimkin, Louise Rosner. Estados Unidos. M. G. Films, Broadway Video, 2004.

MEAN GIRLS. In: **WIKIPÉDIA, a enciclopédia livre**. Flórida: Wikimedia Foundation, 2018. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/w/index.php?title=Mean_Girls&oldid=52264938>. Acesso em: 4 jun. 2018.

Meninas Malvadas. Adoro Cinema. Disponível em: <<http://www.adorocinema.com/filmes/filme-55567/>>. Acesso em: 4 jun. 2018.

MULVEY, Laura et al. **Prazer visual e cinema narrativo. A experiência do cinema: antologia.** Rio de Janeiro: Edições Graal: Embrafilmes, p. 437-453, 1983.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes-conceitos e metodologia (s). In: **VI Congresso SOPCOM.** 2009. p. 6-7.

SILVA, Ivana Carolina Santos da. Sororidade e rivalidade feminina nos filmes de princesa da Disney. 2017.

TINOCO, Dandara et al. Antídoto à rivalidade: sororidade, substantivo feminino: termo usado usado para expressar empatia entre mulheres ganha força nas redes sociais. 2016.

WOLF, Naomi. **O mito da beleza.** Rocco, 1992.

Rockenbach, Fabio Luis. **Como realizar uma análise fílmica?.** Revista moviment. 2017. Disponível em <<https://revistamoviment.net/como-fazer-uma-analise-filmica-96f1e7e6cc74>>

MÍDIA COMO INSTRUMENTO DE PODER: AS INCIDÊNCIAS SOBRE O GÊNERO FEMININO

Tatiane Souza da Silva¹
Carmem Maria Vieira de Amorim²
Lara Moreira Giló³
Maria Conceição Lopes da Silva⁴
Anderson Nayan Soares de Freitas⁵

Introdução

Diante da atual conjuntura vivenciada pelo país com vitória eleitoral de um candidato misógino, se faz cada vez mais importante retomar o debate de gênero, visto que a retórica deste, propaga a inferioridade feminina no qual a principal forma de reprodução se dá através da mídia. É nesse sentido que as redes sociais e os programas de TV possuem grande influência na sociedade, pois foi através destes veículos de informação, que se disseminou um discurso de ódio de cunho fascista e opressor.

Desse modo, o espaço político é restrito a figura masculina, no entanto, apesar desse contexto, as mulheres ocupam a cena política na luta pela garantia de direitos, tanto como liderança popular, como representação parlamentar. É a partir dessa luta por direitos e por uma sociedade livre de opressões que o movimento de mulheres avança, assim, há uma redução da objetificação do corpo das mulheres no âmbito midiático, no entanto tal redução ainda não representa uma emancipação substancial feminina.

1 Graduada em Serviço Social no IFCE – Campus Iguatu.
E-mail: tatianesouza123456@gmail.com

2 Graduada em Serviço Social no IFCE – Campus Iguatu.
E-mail: camem.ip@hotmail.com

3 Graduada em Serviço Social no IFCE – Campus Iguatu.
E-mail: gilólara10@gmail.com

4 Graduada em Serviço Social no IFCE – Campus Iguatu.
E-mail: lopes_conceicao@yahoo.com

5 Mestrando em Serviço Social, Trabalho e Questão Social na UECE – Campus Itaperi.
E-mail: anderson.nayan@hotmail.com

Com isso, o presente artigo tem como objetivo problematizar o papel da mídia dentro da sociedade do capital, e como esta, impacta para a questão de gênero, principalmente ao que se refere ao papel social das mulheres, na lógica capitalista-patriarcal.

Metodologia

A pesquisa que ora apresentamos foi fundamentada na abordagem qualitativa e caráter bibliográfico. Para a coleta de dados foram selecionados artigos e textos de livros que tratavam do tema. A interpretação dos dados constou de seleção, análises de propagandas, classificação e fichamento com posterior análise crítica dos textos escolhidos, que compuseram a revisão para este ensaio.

Resultados e discussão

Iremos sublinhar o papel da mídia na sociedade burguesa, considerando-a como uma parte da indústria cultural que emerge a partir da Revolução Industrial no século XVIII e se amplia com base na lógica mercantil capitalista, entendendo que é sob este processo de industrialização e mercantilização, que a cultura passa a ser também uma mercadoria, e como as demais ela precisa ser consumida, dessa forma, é neste processo de produção em série da cultura que emerge o conceito de indústria cultural, conforme demonstra Coelho (1993, p. 7), “Esse é o quadro caracterizador da indústria cultural: revolução industrial, capitalismo liberal, economia de mercado, sociedade de consumo. E esse, o momento histórico do aparecimento de uma cultura de massa — ou, pelo menos, o momento pré-histórico”.

Portanto, inserido na lógica do modo de produção capitalista a indústria cultural não se difere das demais, porém, ela inicialmente não produzia cultura de massa, somente com o avanço tecnológico, essa indústria passou a produzir outras mercadorias, como romance de folhetim, operetas, entre outros, sendo que todas essas agora tinham uma característica em comum, a simplificação, ou seja, essas novas produções culturais eram de fácil acesso e compreensão, justamente para se expandir o público que a consumia, desse modo, emerge a cultura de massa.

E a cultura de massa, para existir, além deles exigiu a presença, neles, de produtos como o romance de folhetim — que destilava em episódios, e para amplo público, uma arte fácil que se servia de esquemas simplificadores para traçar um quadro da vida na época [...]. Esse seria, sim, um produto típico da cultura de massa, uma vez que ostentaria um outro traço caracterizador desta: o fato de não ser feito por aqueles que o consumiam. Para ter-se uma cultura de massa, na verdade, outros produtos deveriam juntar-se a esses dois, formando um sistema: o teatro de revista {como forma simplificada e massificada do teatro}, a opereta (idem em relação à ópera), o cartaz (massificação da pintura) e assim por diante — o que situaria o aparecimento da cultura de massa na segunda metade do século XIX europeu (COELHO, 1993, p. 4-5).

Com base na compreensão da produção da cultura de massa, alguns autores passam a estabelecer uma relação direta e linear entre a cultura e as classes sociais, considerando que existem três classes e respectivamente três tipos de cultura, como a burguesia que seria atrelada a cultura superior, na qual seria composta por elementos culturais de difícil acesso e compreensão, a pequena-burguesia que seria consumidora da cultura média e a classe trabalhadora que se associaria a cultura de massas, considerando esta última como uma forma inferior de cultura. No entanto essa tentativa de enquadrar a cultura nem sempre é possível, pois a cultura pode ser consumida por ambas as classes, como por exemplo, hoje no Brasil o funk é considerado um produto da cultura de massa, porém, boa parte da burguesia consome este produto da indústria cultural.

Contudo, precisamos problematizar a cultura de massa perpassada através da mídia, pois a mídia faz parte da superestrutura, com isso, ela é essencial para manutenção e ampliação desse sistema que se baseia na exploração, logo, a mídia que é componente desta superestrutura também contribui nesse processo de manutenção da ordem. A cultura de massa, construída pela indústria cultural, tem um aspecto importante dentro da sociedade, sendo este o entretenimento, no qual a mídia tem essa função de entorpecente da sociedade, onde ela apresenta uma diversão superficial. É através da mídia, seja no entretenimento ou nas demais áreas que são reforçados os valores do capital, pois a indústria cultural oculta as relações sociais baseadas na exploração e naturaliza as desigualdades sociais, opressões e as violências geradas por esse modo de produção capitalista.

[...] a cultura de massa aliena, forçando o indivíduo a perder ou a não formar uma imagem de si mesmo diante da sociedade, uma das primeiras funções por ela exercida seria a narcotizante, obtida através da ênfase ao divertimento em seus produtos. [...] Por outro lado, com seus produtos a indústria cultural pratica o reforço das normas sociais, repetidas até a exaustão e sem discussão. Em conseqüência, uma outra função: a de promover o continuismo social. E a esses aspectos centrais do funcionamento da indústria cultural viriam somar-se outros, conseqüência ou subprodutos dos primeiros: a indústria cultural fabrica produtos cuja finalidade é a de serem trocados por moeda; promove a deturpação e a degradação do gosto popular; simplifica ao máximo seus produtos, de modo a obter uma atitude sempre passiva do consumidor; assume uma atitude paternalista, dirigindo o consumidor ao invés de colocar-se à sua disposição (COELHO, 1993, p. 12).

Como a mídia, alguns aspectos que estão presentes no cotidiano são apropriados pelo capital e remodelado para atender a demanda da classe dominante, como é o caso do patriarcado, que se articula ao processo de industrialização diretamente imbricado ao capitalismo, sendo funcional a este, através da reprodução da ideologia dominante, que ancora suas bases na exploração e dominação do homem pelo homem e que ainda carrega sobre si a reprodução de que a mulher tem que ser submissa ao homem, onde a mídia também perpassa esses valores a partir da simbiose do capitalismo e do patriarcado.

O patriarcado, refere-se ao poder que o homem desempenha sobre a vida da mulher, sendo que este processo é caracterizado pela hierarquização da vida privada, assim, esse se estrutura a partir da

sociedade de classes, ou seja, antecedendo o modo de produção capitalista. Na sociedade pré-capitalista o processo de trabalho era realizado no ambiente doméstico, mas havia uma divisão sexual do trabalho, onde homens e mulheres desenvolviam atividades diferentes, no qual ambos eram dependentes da terra, a principal forma de subsistência, sendo assim, a vida privada e pública estava diretamente interligada.

Com o surgimento da indústria, a sociedade burguesa passa a se apropriar do patriarcado para seu benefício, pois no início dessa nova forma de sociabilidade houve uma ruptura na estrutura da família camponesa dando base para a formação da família nuclear burguesa⁶, a partir do processo de separação entre o ambiente produtivo e o ambiente domiciliar, é a partir desse distanciamento que o capitalismo encontra espaço para sua perpetuação através do seu imbricamento com o patriarcado, pois este define os papéis produtivos e reprodutivos do capital, visto que era necessário um espaço amplo para produção em massa.

Esse processo foi extremamente útil e importante para o capital, pois com o desenvolvimento das forças produtivas se fez necessário a inserção da mulher no espaço fabril. Portanto, o capital absorve as mulheres e crianças no processo produtivo, mas reduzindo o valor da sua força de trabalho com a intenção de diminuir gastos e aumentar a lucratividade a partir da apropriação da mais-valia por eles geradas. Desse modo, essa intensificação da exploração sobre as mulheres é justificada a partir do patriarcado.

Mas a lógica do capital, que busca sempre novas formas de aumentar a mais-valia, diminuindo a quantia paga ao(à) trabalhador(a) para a sua sobrevivência, logo exerce sua tendência de pauperização destes(as), de forma que em pouco tempo o salário dos homens, que tinham saído de casa para as fábricas, não era suficiente para sustentar a família, tornando-se imprescindível o trabalho das mulheres e crianças, estas com salários ainda menores. E aqui novamente se revela a relação simbiótica: o capitalismo promove a separação entre público e privado (mulheres em casa e homens na fábrica), implantada por encontrar raízes sólidas no patriarcado. Este, por sua vez, prepara o campo para que, quando o capital necessite pagar salários menores para aumentar a extração da mais-valia, possa fazê-lo – sem contestação e algumas vezes sob aplausos (SOUZA, 2015, p. 480).

No entanto, a opressão vivenciada pelas mulheres na sociedade burguesa, que se utiliza do patriarcado para reforçar a desigualdade de gênero, não é algo inelutável, pois o conceito de gênero pode ser considerado como construção social do masculino e do feminino, e que através do patriarcado essa questão é vista de forma natural e inevitável, mas ao contrário do que se pensa, gênero pode estar a serviço tanto da opressão quanto das relações igualitárias. Todavia, as relações de gênero estão imbricadas nas relações de poder, as quais hierarquizam homens e mulheres sobre a história.

Integra a ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a ideia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringindo-se este último à esfera

privada. Segundo este raciocínio, o *patriarcado* não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. “A liberdade civil depende do direito patriarcal” (SAFFIOTI, 2015, p. 57).

Assim, entendemos cada vez mais a reprodução do papel subalterno da mulher no capitalismo, a própria estrutura familiar burguesa produz a hierarquização, sendo que, o homem é tido como figura principal, o responsável pelo sustento e a mulher retratada como cuidadora da casa, responsável pela educação dos filhos e obediente a seu marido, a figura perfeita para a frase “bela, recatada e do lar”. Diante disso, a mídia é responsável pela propagação em massa, por formar opiniões, por construir e desconstruir ideologias, retratando ou deturpando o real, e com o papel feminino não seria diferente.

Devemos assim, compreender que a mídia reforça a objetificação da mulher, em que a figura masculina a usufrui como um objeto, da forma como o convêm, trazendo a ideia de que as mulheres são dependentes, tidas como ofertas para os homens, em que o lugar no qual são aceitas é no âmbito doméstico. Temos vários exemplos, nas publicidades em televisão, como produtos de beleza e roupas, em que a mulher é vista como dependente financeira do seu companheiro. Podemos observar também a figura masculina como protagonista das propagandas de automóveis e cervejas, em que a mulher possui sempre um papel coadjuvante, essa relação de submissão também pode ser identificada nos comerciais de produtos de limpeza e serviços domésticos em geral.

Essa estrutura patriarcal garante a permanência da mulher como submissa na sociedade, nesse sentido, a mulher está associada a uma imagem de incapaz no que se refere ao espaço público, seja ele o mercado de trabalho ou a esfera política, portanto a mídia reforça essa condição feminina colocada a partir do patriarcado, o que dificulta sua ascensão no âmbito político ou em cargos de liderança, pois as mulheres são vistas como incapazes de ocupar tais espaços, já que o ambiente em que sua visibilização é aceita, é o doméstico. Mesmo com tantos retrocessos, a luta feminista vem se fortalecendo e conquistando espaço na atualidade, a partir da desconstrução do patriarcado e da garantia de direitos.

Considerações finais

Diante do exposto, destacamos que as relações capitalistas através da mídia, ainda reproduz a imagem da mulher de forma equivocada, uma vez que a subalternização destas, possibilita a redução de salários e aumento da lucratividade. Portanto, se faz necessário o fortalecimento e intensificação dos movimentos feministas em busca da garantia de direitos, vislumbrando uma nova sociabilidade igualitária, livre de opressões, sendo que tais são geradas pela simbiose entre capitalismo e patriarcado.

Referências

COELHO, Teixeira. **O Que é Indústria Cultural**. Coleção Primeiros Passos, vol 08, São Paulo, Editora Brasiliense, 1996.

SOUZA, Terezinha Martins dos Santos. **PATRIARCADO E CAPITALISMO: UMA RELAÇÃO SIMBIÓTICA**. Temporalis. Brasília, n. 30, jul/dez. 2015. Disponível em: <file:///C:/Users/Coordena%C3%A7%C3%A3o%202/Downloads/Dialnet-PatriarcadoECapitalismo-5297864.pdf.> Acessado em: 23 de novembro de 2018.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, Patriarcado e Violência**. 2º ED. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

ANÁLISE DO DISCURSO NO JORNAL JÁ: O ESTUPRO ENQUANTO SUBSTRATO DO PRODUTO JORNALÍSTICO

Danilo Silva de Meireles¹
Erik Ruan Santana da Silva²
Josenildo Soares Bezerra³

Resumo: No presente artigo iremos estudar por meio da análise do discurso como estão dispostas as notícias sobre estupro e como esse tipo de violência contra a mulher se constitui enquanto substrato do Jornal JÁ. A pergunta que norteia este trabalho consiste em: Como o jornal JÁ destaca as notícias acerca do estupro em suas capas, conferindo a estas valor-notícia em suas veiculações diárias? O método utilizado para depreender nosso objetivo será o documental/bibliográfico, a abordagem será realizada pelos conceitos de noticiabilidade e valor-notícia como método de procedimento a Análise do Discurso de linha francesa. Concluímos que os enunciados sobre estupro tornam-se em valor-notícia ocupando lugar de destaque, o que aponta estes discursos como primazia na produção daquele periódico paraibano.

Palavras-chave: Capas Do Já, Valor-Notícia, Noticiabilidade, Mulher, Análise Do Discurso.

1 Mestrando em Estudos da Mídia – UFRN.
E-mail: meirelesdanilo9@gmail.com.

2 Mestrando em Estudos da Mídia – UFRN.
E-mail: erickruaan@gmail.com

3 Professor Dr. Chefe do Departamento de Comunicação UFRN.
E-mail: soares.bezerra@gmail.com

INFLUÊNCIAS NA PRODUÇÃO SIMBÓLICA SOBRE LÉSBICAS NO CINEMA BRASILEIRO

Naiade Bianchi¹

Resumo: No presente artigo pretendo relacionar o conteúdo simbólico projetado por produções cinematográficas nacionais com personagens ou relações lésbicas, seus sujeitos produtores, o financiamento recebido e o alcance desses produtos ao público com a intenção de iniciar algumas reflexões sobre como estes fatores se influenciam, dificultando uma construção simbólica não hegemônica das sexualidades, sobretudo no que se refere ao universo das mulheres. Esta perspectiva pode ajudar a compreender o caráter compulsório da heterossexualidade e sua influência na dinâmica entre a produção simbólica e a construção da identidade. Instigada por questões como o número desigual de homens e mulheres dirigindo filmes com esta abordagem mesmo após a chamada retomada do cinema brasileiro, procuro entender o que desencoraja olhares contra-hegemônicos e com reflexões a partir da perspectiva de uma maior diversidade de mulheres na produção nacional.

¹ Mestranda – Ilhac - UFBA. Especialista em Fundamentos Sociais e Políticos da Educação, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
E-mail: naiade@gmail.com

Neste artigo pretendo iniciar algumas reflexões sobre os efeitos do multiculturalismo na produção simbólica audiovisual, dificultando uma construção não normativa das sexualidades contra-hegemônicas, para entender sua influência sobre produções cinematográficas lesbocentradas. Utilizo os conceitos de regulação, sob a perspectiva de Hall (1997) e multiculturalismo, por Canclini (2007). Algumas questões que proponho podem ajudar a desenvolver estas relações: Por quê existe um maior número de homens dirigindo filmes com esta abordagem? Por que, mesmo com o aumento do número de mulheres dirigindo produções cinematográficas a partir da retomada do cinema, o número baixo nesta temática ainda persiste? O que tem desencorajado a busca de olhares contra-hegemônicos e com reflexões a partir da perspectiva de uma maior diversidade de mulheres, na produção cinematográfica nacional sobre a lesbiandade? Quais as dificuldades de acesso de mulheres aos meios de produção? Para tentar entender o que o cinema nacional diz (ou não diz) a respeito da vida de mulheres que se relacionam afetiva e sexualmente com outras mulheres, recorri ao banco de dados² com longas de ficção com personagens ou cenas que denunciem uma “intenção” lésbica³.

Os filmes da chamada retomada do cinema nacional são um recorte interessante por serem mais compatíveis com a visão de mercado cinematográfico atual. Este período também possui duas características interessantes para o recorte proposto: o hiato no cinema brasileiro causado pelas políticas de desincentivo na década de 90 tornou visível a mudança no modo como as personagens homossexuais eram construídas. De acordo com Lacerda Junior (2015), essa mudança ocorreu devido às políticas dos movimentos gays e lésbicos em torno da visibilidade e o surgimento de festivais de cinema lgbt, também frutos destes movimentos ativistas. Mas pro autor, provavelmente a maior mudança seja fruto da própria transformação dos meios de comunicação em geral, em particular o cinema. Na perspectiva de Moraes, a retomada representou um boom nas produções dirigidas por mulheres. Os dois principais fatores apontados pela autora foram os desenlaces na produção cultural dominante e aumento da

2 Os dados foram coletados em 2017 em pesquisas para a escrita do artigo Um primeiro olhar sobre as lésbicas no cinema nacional, que será publicado no livro *Pensamento Lésbico Contemporâneo: Memória, Decolonialidade, Família, Educação, Política e Art*, organizado por Bárbara Alves e Felipe Fernandes, que será publicado em 2019. Os filmes foram encontrados em listas, grupos de internet, compilações, pesquisas, entre outros, organizados em sua maioria, por ativistas lésbicas. Moreno (1995) catalogou a maior parte dos filmes de longa-metragem nacionais com personagens LGBTs produzidos até 1995. Costa (2013) reuniu os filmes com práticas homoeróticas entre mulheres até 2013.

3 O uso da palavra “intenção” tem um motivo: nem sempre as personagens se declaram lésbicas; a referência, às vezes, pode ser tão sutil que espectadores desatentos não percebiam intenção do autor. Essa sexualidade é denunciada de várias formas. Nem todas as personagens são lésbicas em relação afetiva-sexual com outra mulher - focalizar o interesse em personagens lésbicas poderia ser redutivo no quadro de um universo de filmes que já não são muito numerosos. Por fim, nem toda intenção é concretizada em atitude.

4 A década de 90 se iniciou com uma crise em todo o cinema brasileiro, quando Fernando Collor de Melo, então Presidente, extinguiu órgãos Estatais de fomento à produção audiovisual. Se na década de 70 as produções cinematográficas ocupavam 35% do mercado interno, chegando à média de 80 filmes por ano, a partir de 90 caiu drasticamente, chegando a apenas onze obras em todo o cinema nacional em 1993 (Caetano, 1997, p. 196). A chamada retomada do cinema se deu em 1994, quando entrou em vigor a nova Lei do Audiovisual, sancionada pelo novo Presidente Itamar Franco (Caetano, 2007). Porém, somente em 2002 uma menção à lesbiandade retornou às telas do cinema com o filme *A Partilha* (Daniel Filho, 2002).

expressividade de grupos não-hegemônicos, o que representou um salto do movimento feminista e a abertura do processo de redemocratização dos anos pós-ditadura (MORAES, 2016, p. 20).

Entretanto, se no recorte proposto há uma abordagem mais humanizada nas produções realizadas por mulheres, há também uma ausência delas na realização de filmes com esta temática. Em meio ao baixo número de produções sob essa perspectiva, percebi que mesmo com o aumento de produções audiovisuais dirigidas por mulheres a partir da chamada retomada do cinema, o número de produções com personagens lésbicas continuou baixo; a maior parte das produções catalogadas foram dirigidas e roteirizadas por homens. Acrescenta-se a estes dados a pesquisa realizada pela Ancine sobre a diversidade de gênero e raça nos lançamentos brasileiros em 2016. A pesquisa analisou os produtores desses filmes, registrando raça, gênero e a região de produção destas obras.

Os resultados demonstram a baixa diversidade de sujeitos produtores de cinema no Brasil: 75% dos filmes foram dirigidos exclusivamente por homens brancos; menos de 20% por mulheres, sendo que nenhuma dessas diretoras são negras. Ainda de acordo com a pesquisa, o perfil dos sujeitos produtores das obras possui uma relação direta com o conteúdo e personagens filmados: no elenco principal, apenas 40% dos personagens são do sexo feminino e 15% são negras, amarelas ou indígenas. A pesquisa conclui que nos filmes dirigidos por pessoas negras aumenta em 65% a chance de ter outros personagens negros.

Na perspectiva de Hall (1997), a cultura tem se tornado cada vez mais central na estrutura e organização da sociedade moderna e na disposição de recursos econômicos e materiais. A produção, circulação e troca cultural têm se expandido por meio das tecnologias e revolução da informação e as indústrias culturais têm se tornado mediadoras em vários processos. Para o autor, as novas tecnologias possibilitaram uma síntese do tempo e do espaço que começaram a introduzir mudanças na consciência popular. Ao encurtar o tempo em que imagens e informações circulam, há uma tendência a uma homogeneização cultural, favorecida pelo crescimento de gigantes transnacionais, que usam tecnologias padronizadas, apagam particularidades e diferenças locais.

Uma das consequências é o enfraquecimento de sociedades emergentes na definição de seus modos de vida, ritmo e direção de seu desenvolvimento. A cultura global necessita da diferença para prosperar, portanto é mais provável a criação de novas identidades globais e locais a uma cultura global uniforme e homogênea (Hall, 1997, p. 19). A “centralidade da cultura” indica “a forma como a cultura penetra em cada recanto da vida social contemporânea, fazendo proliferar ambientes secundários, mediando tudo” (Hall, 1997, p. 22) e influenciando na constituição da subjetividade, da identidade e da pessoa como um ator social.

Um aspecto determinante está na forma em que esta é regulada. A relação entre cultura e outras forças que exercem poder de controle e a modelam é importante porque quanto mais central se torna a cultura em uma sociedade, mais significativas são essas forças. E a capacidade de controlar o funcionamento de instituições ou regular práticas sociais, exerce poder sobre a vida cultural (Hall, 1997, p. 35). Hall (1997) aponta que não existe uma opção entre liberdade e restrição, mas modos diferentes de

regulação, que combina liberdades e restrições. Outro motivo de sua importância, apontado por Hall (1997) é que, assim como a cultura é regulada, ela também regula nossas condutas, ações, práticas e relações sociais. Logo, quem tem o poder de regular os processos culturais, seja no âmbito político, econômico, midiático, também tem o poder de regular as práticas sociais. no mercado, mas também pode ajudar a traçar relações tendo em vista os sujeitos por trás das produções cinematográficas e o conteúdo destas produções. De acordo com o autor, o nomadismo nas décadas de 80 e 90, resultante do aparecimento do livre comércio e da abertura das fronteiras, teve como consequência o reconhecimento de repertórios e inovações de mais culturas, no entanto com os direitos de difusão concentrados em poucas corporações. O autor indica diversos modos como os aspectos cognitivos e socioculturais são distribuídos e apropriados e geram diferenças, desigualdades e desconexões; dessa forma, alerta para o cuidado com a homogeneização de movimentos heterogêneos ou grupos sociais excluídos das formas hegemônicas de conhecimento (CANCLINI, 2007, p. 225). Os Estados nacionais administram as diferenças, legitimam jurídica e politicamente as práticas de reprodução da ordem social, apoiam financeiramente as formas de conhecimento próprios do desenvolvimento e governabilidade desejado.

Ao mesmo tempo o fácil acesso ao conhecimento fornecido pelos meios de comunicação e tecnologias da informação tirou do Estado e passou para empresas a gestão de várias formas de saber, representação e imaginários sociais, tornando seu papel decisivo na gestão da diversidade cultural. Na visão do autor, cresce a aceitação da multiculturalidade na educação e direitos políticos, mas diminui nas indústrias culturais. Exalta-se a criatividade dos povos e artistas e a riqueza da diversidade cultural, mas os artistas são submetidos a regras de copyright, sendo seus lucros apropriados pelas empresas (CANCLINI, 2007, p. 242). Essa rejeição à diversidade nas indústrias culturais, com a monopolização e uniformização dos meios de comunicação e das indústrias culturais, asfixiando os grupos minoritários com recursos escassos, comprometem o acesso a opiniões divergentes, que colabora no seu silenciamento e marginalização (OVIDEO, 2003, p. 23 apud CANCLINI, 2007, p. 251). Na indústria audiovisual brasileira, dez empresas detém 34% do orçamento para filmes e são também responsáveis por 61% da renda arrecadada pelo cinema nacional (FRANCO, 2014).

Em minhas observações, os conteúdos abordados na cinematografia parecem estar ligado ao fato de filmes que se centram na temática e personagens do sexo feminino serem considerados menos lucrativos. Os homens detém os meios de produção e possuem maior poder de financiar filmes e contratar quem irá realizar as produções. Pesa também uma maior aceitação das perspectivas masculinas (ALVES, 2012, p. 5). Desta forma, há uma tendência a preocupação social.

A dificuldade de acesso de mulheres, em especial negras e, arrisco, lésbicas, aos meios de produção audiovisual podem se dar por diversos motivos, entre eles a regulação moral e de mercado apontados por Hall (1997), assim como as maneiras como as consequências trazidas pela globalização econômica e cultural afetou o mercado audiovisual no Brasil e em diversos países, como indica Canclini. E ainda, as mulheres com acesso a essa linguagem com frequência são mulheres brancas, detentoras de maior privilégio social e de fala em comparação a mulheres negras e de cor. Além do quadro social em

que as mulheres estão majoritariamente incluídas em relação à família, trabalho, entre outras questões (ALVES, 2012, p. 18).

O baixo número de produções com o recorte proposto evidencia a quase inexistência simbólica das lésbicas no cinema nacional e pode se colocar como uma das primeiras características sobre o silenciamento da existência lésbica como um reforço da heterossexualidade para as mulheres. As características aqui relacionadas são um obstáculo à criação e circulação de novos produtos, sobretudo desimpregnados de uma perspectiva patriarcal. Um olhar heteronormativo que aprendemos desde as nossas primeiras relações sociais pode se colocar como um importante fator no que toca estas mulheres sujeitas de uma criação simbólica cinematográfica.

São forças difusas que perpassam a sociedade, atuam em conjunto e influenciam umas às outras: a regulação moral, que dificulta a livre propagação de subjetividades na construção simbólica audiovisual e a obtenção de recursos para criação e distribuição da produções audiovisuais; a dificuldade de alcance e baixa diversidade de mulheres como construtoras simbólicas aos meios de produção audiovisual, deixando, conseqüentemente, de trazer novas perspectivas ao cinema; a dominação e preferência pelas perspectivas masculinas no audiovisual somada à regulação de mercado e do Estado, por meio da Ancine, que demonstrou beneficiar produtos hegemônicos em detrimento de perspectivas de caráter subalterno.

Mesmo com essas dificuldades, as mulheres podem representar um potencial de mudança e resistência diante do homem como referencial de sujeito e subjetividade e detentor dos meios de produção. Para Moraes (2016), uma vez que se tenha estabelecido, de certo modo, condições para a mulher falar de si mesma, é possível que essa sujeita das produções rompa com a persistente constituição da mulher como sombra do masculino (MORAES, 2016, p. 47). De acordo com a autora, não se pode generalizar a existência de um olhar feminista por parte das diretoras que abordam a perspectiva das mulheres, mas falar de si possibilita “pensar os panos de fundo implicados na (re)construção ideológica dos sujeitos femininos” (MORAES, 2016, p. 48). O acesso de uma maior diversidade de mulheres aos meios de produção cinematográficos certamente representaria uma abertura a novas subjetividades e narrativas, que retratem as mulheres e as lésbicas como a multiplicidade de suas identidades.

Referências

ALVES, Paula; ALVES, José Eustáquio Diniz; DO NASCIMENTO SILVA, Denise Britz. Presença feminina no cinema brasileiro-por que estamos tão longe?.

ANCINE. Disponível em: <https://www.ancine.gov.br>.

ANCINE. Diversidade de gênero e raça nos lançamentos brasileiros de 2016. Acessado em 20 de agosto de 2018. Disponível em: <https://www.ancine.gov.br/sites/default/files/apresentacoes/Apresenta%C3%A7%C3%A3o%20Diversidade%20FINAL%20EM%2025-01-18%20HOJE.pdf>

COSTA, Andréa Leite. Estudo sobre práticas homoeróticas entre mulheres em filmes brasileiros, 2013.

CAETANO, Maria do Rosário. Os anos 1990: da crise à retomada - Cinema brasileiro (1990-2002): da crise dos anos Collor à retomada. ALCEU - v.8 - n.15 - p. 196 a 216- jul./dez. 2007.

CANCLINI, Néstor García. Diferentes, desiguais e desconectados. In: Diferentes, desiguais e desconectados. 2007.

FRANCO, Luiza Mello; PORTO, Walter. Dez produtoras concentram 34% das verbas para filmes nacionais. Acessado em 9 de setembro de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2014/07/1493519-dez-produtoras-concentram-34-das-verbas-para-filmes-nacionais.shtml>>.

GENESTRETI, Guilherme. Ancine dá nota a diretores e provoca críticas entre cineastas. Acessado em 9 de setembro de 2018. Disponível em <<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2018/08/ancine-da-nota-a-diretores-e-provoca-critic-as-entre-cineastas.shtml>>

HALL, Stuart. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. Educação & Realidade, Porto Alegre, v. 22, nº 2, p. 15-46, jul./dez. 1997. Disponível em: www.ufrgs.br/neccso/word/texto_stuart_centralidadecultura.doc

LACERDA JUNIOR, Luiz Francisco Buarque de. Cinema gay brasileiro: políticas de representação e além. 2015.

MORAES, Emanuella Leite Rodrigues de. Femininos possíveis: gênero e eixos de poder no cinema brasileiro contemporâneo. 2016.

MORENO, Antônio. A personagem homossexual no cinema brasileiro. Ministério da Cultura, FUNARTE, 2001.

ENEGRECIDA: ARTVISMO E FEMINISMO NEGRO COMO FERRAMENTA DE EMPODERAMENTO E INTERVENÇÃO SOCIAL

Carolina Araujo de Brito¹

Resumo: Pensar na produção intelectual e artística de pesquisadores negros e a utilização da arte como ferramenta de luta em questões ligadas a negritude, é também pensar na interferência que estas produções provocam na construção social brasileira. É utilizar de múltiplos artifícios de linguagem, enriquecendo a mensagem e trabalhando, também de forma lúdica para a provocação de reflexões e indo de contra a produção dos discursos conservadores nos meios midiáticos tradicionais (TV, Rádio impressos entre outros). Contribuindo para uma construção de identidade racial, partindo da concepção de Munanga (1998) de que o conceito de identidade engloba fatores históricos, psicológicos, linguísticos, culturais, político-ideológico e raciais. Quando paramos para falar sobre a realidade da mulher negra, acrescenta-se também a questão gênero e é a interseccionalização dos fatores gênero e raça que moldam os pensamentos projetados sobre essas mulheres. Até hoje, as mulheres negras lutam, antes de tudo, pelo direito de desvincular-se a estereótipos ligados aos corpos servis e a incapacidade intelectual. No âmbito acadêmico e artístico não é diferente. As negras combatem, antes de tudo, o peso da subalternização na sociedade brasileira, o que Sueli Carneiro (2003) coloca como sendo a subalternização do gênero segundo a raça. Desta forma, faz-se necessário a militância do feminismo negro nos mais diversos âmbitos, principalmente na mídia pelo seu forte poder de construção ideológica. Marçal (2012) explica que os estudos sobre as relações étnico-raciais evoluíram ao longo do século XX e contribuem para a formação da compreensão das relações raciais e dos movimentos sociais negros organizados. É preciso descolonizar o pensamento para que a criação de conteúdo sobre as mulheres negras sejam protagonizados por elas para discutir sobre suas experiências e contribuir no processo de empoderamento das demais. Trazendo para uma realidade da região do Nordeste Brasileiro, mais especificamente para a realidade de Campina Grande – Paraíba, é visível a movimentação de produção científica e de grupos sociais que pretendem discutir, construir repertório e conscientizar pessoas em relação às questões étnico-raciais, como é o caso do trabalho do Projeto Enegrécida - projeto multimídia que tem como temática a mulher negra brasileira e que além da produção artística, utilizando literatura, fotografia, vídeo, dança e figurino, foi resultado de um trabalho de conclusão de curso em Arte e

¹ Bacharela em Arte e Mídia – Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.
E-mail: carool.brito@hotmail.com

Mídia-UFCG e circula nos espaços físicos e digitais desde a sua conclusão no ano de 2017. Neste sentido, através do estudo de caso do Projeto Enegrecida, explanasse sobre como se deu a receptividade do público alvo, dentro de uma pesquisa participativa, ao acesso de materiais artístico-educativos sobre o processo de aceitação e reconhecimento da sua identidade, bem como sobre a formação intelectual e artística negra para a transformação do cenário atual na luta anti-racista, Entendendo, também, que a receptividade do projeto Enegrecida nos espaços ocupados está diretamente ligada a dialogicidade defendida por Paulo Freire (1987) deste o processo de produção do projeto e a co-criação direcionado pela diretora (produção do poema, convite de equipe e modelos para integrar o projeto, processo de produção criativa, entre outros) até o pós projeto com a circulação do material: a busca da mudança de um cenário atual para um cenário desejado, a fomentação de debates e o retorno dessas atividades através de depoimentos do público e convites subsequentes as atividades já realizadas. Visto que a diretora do projeto participou como palestrante, expositora e ministrante de oficinas em eventos em algumas cidades da Paraíba, além de contribuir com a criação do Coletivo Cafuné, coletivo de mulheres negras e atividades independentes como o I Oná Dudu: Caminhos da Negritude em Campina Grande, ambos relacionados às questões étnico- raciais na cidade em que é atuante. De modo que percebemos a importância da união dessas produções (acadêmica e artística) como forma de intervenção social e educacional. Partindo da ideia de que o ser humano naturalmente comunica e intencionalmente faz arte, como é defendido no projeto, o presente estudo revela a eficácia da mediação entre a forma que o tema é tratado com o público que está à receber esta mensagem e mostra a confirmação da importância das mulheres negras iniciarem e protagonizarem seus projetos. Além de como repertório acadêmico contribui para transformações através de conteúdo e referências. Pois assim, além de interferir em um espaço, é possível interceder e inspirar outras mulheres (artistas, acadêmicas ou não) a produzir conteúdo em prol da temática, saindo do lugar de objeto pautado para reescrever suas histórias e desconstruir estereótipos que às subjugam desde a colonização até os dias atuais.

Palavras-chave: Feminismo Negro, Artivismo, Empoderamento, Intervenção Social.

A MATERIALIZAÇÃO DO PATRIARCADO E A INVISIBILIDADE DAS VIOLÊNCIAS CONTRA AS MULHERES: UMA ANÁLISE SOBRE O PODER DA MÍDIA NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Wesley Pereira Guimarães¹

Beatriz Costa Silva²

Ítalo de Brito Nery Vieira³

Natália Dequeixes Muniz⁴

Resumo: O patriarcado é um sistema que representa a histórica submissão das mulheres na sociedade, seja no âmbito público ou privado, e que coloca o homem como central na tomada de decisões e no poder das diversas instituições sociais. Através de estudo bibliográfico e documental se constata que a mídia cada vez mais influencia na percepção dos fatos, e por isso uma despreocupação dessa área com a análise crítica das expressões do patriarcado pode contribuir para invisibilizar as agressões mais diversas sofridas pelas mulheres. O debate acerca dessa mídia acrítica se torna imprescindível para descortinar a realidade vivida pelas mulheres na sociedade brasileira, bem como lutar no combate às violências sofridas por elas e para entendimento do patriarcado como forma institucional de opressão.

Palavras-chave: Mulheres, Patriarcado, Violências, Mídia.

1 Graduando – UFMA.
E-mail: wesleygui13@gmail.com;

2 Graduanda – UFMA.
E-mail: beaacostaa5@gmail.com;

3 Graduando – UFMA.
E-mail: italo_debrito@hotmail.com;

4 Graduanda – UFMA.
E-mail: nataliadequeixes@gmail.com.

Introdução

A análise feita neste artigo busca abranger as categorias identificadas como centrais no processo de geração da invisibilidade midiática das inúmeras formas de violências contra as mulheres, entende-se a mulher como figura integrante do grupo das minorias sociais, justificado por seus determinantes históricos ligados a submissão feminina desde a origem da sociedade patriarcal, que está intimamente vinculada a origem do acúmulo de riquezas da nova organização econômica e social iniciadas nessa época, gerando uma posição desfavorável e degradante da imagem feminina, ficando quase sempre vinculada ao exercício das tarefas do lar e da obediência a figura masculina.

Compreende-se que o papel desenvolvido pela mídia é responsável por desencadear reações populares diversas, o poder que ela exerce sobre as massas desde o surgimento do rádio e da televisão estabelece um certo nível de confiabilidade, respaldado pela aprovação de seus clientes, os telespectadores, seu processo pode ser entendido como uma forma de educar ou elucidar factoides cotidianos ou até mesmo de criar a realidade, no entanto, faz-se necessário lembrar que assim como qualquer ramo de negócios, o objetivo dos veículos de comunicação irá se pautar no que é lucrativo, sendo mantida a ordem do capital em detrimento da imparcialidade jornalística, o que sustenta essa discussão é justamente essa falsa isenção midiática, pois, a não veiculação de informações no contexto da atualidade gera sua completa invisibilidade, e por conseguinte, a naturalização de processos discriminatórios que ocorrem no meio social, silenciando as demandas de diversos grupos pertencentes as minorias sociais, incluindo as mulheres que lutam pela garantia e conquista de seus direitos.

Observou-se que a condição de submissão feminina, veio ao longo das décadas se apresentando como o aspecto central e de caráter decisório na problemática envolvendo os inúmeros casos de violências contra as mulheres, sendo que especificamente nas situações em que a motivação revela o caráter da diferenciação, compreende-se como caso de violência condicionada pelo gênero.

Através de uma análise crítica feita a partir do referencial teórico adotado, constatou-se que a mídia veiculada para a grande massa de trabalhadores, é a mídia burguesa, gerada e sustentada pela ordem do capital, estabelecendo um posicionamento em defesa da classe dominante e da manutenção do processo de produção capitalista, com os propósitos de dominação, exploração e lucro. A partir dessa compreensão a temática central deste artigo é evidenciar e refletir em que medida a mídia pode ser responsabilizada como um dos principais vetores da invisibilidade das violências sofridas pelas mulheres.

Metodologia

Realiza-se uma aproximação inicial com o objeto da pesquisa através do levantamento bibliográfico envolvendo a relação da mídia com a invisibilidade das violências contra as mulheres, buscando identificar que mídia é essa e como acontece a perpetuação do próprio sistema patriarcal que invisibiliza e oprime as mulheres ao longo da história. Pensando nisso um entendimento de patriarcado, poder e

mídia se fazem necessários, assim como das diversas violências sofridas por essas mulheres, auxiliando na aproximação do objeto para além de sua aparência e sempre na tentativa de descortinar a realidade em sua essência com suas contradições e totalidades próprias.

Nessa tentativa de aproximação de categorias importantíssimas para análise do poder da mídia na invisibilidade das violências contra as mulheres, utiliza-se aqui o método do materialismo histórico dialético que auxilia na compreensão desse problema dentro da estrutura da sociedade de classes, considerando as relações sociais e o movimento dessa realidade. O materialismo e a dialética de Marx permitem a aproximação à essas categorias e a esse objeto de estudo ir mais além, por considerar o problema como histórico e dinâmico dentro das relações sociais e das relações de produção. Sobre a dialética e o materialismo Peña (2015, p. 44) afirma o seguinte:

A dialética é um enfoque que tenta captar a realidade de como ela é: rica, contraditória, móvel. Este enfoque não se conforma em entender a realidade em partes e esvaziada de conteúdo; ao contrário, exige compreender a realidade com tudo aquilo que ela tem.

O materialismo de que parte o marxismo é o conjunto das relações sociais que pressupõe uma natureza mecânica e, sobretudo, fisiológica, mas que não coincide com ela, e matéria utilizada pelo materialismo histórico não é nem mais, nem menos, que a relação dos homens uns com os outros e com a natureza. (PEÑA, 2015, p. 53)

Dessa forma, o que sustenta essa aproximação inicialmente é exatamente a observação da aparência do objeto, que aqui é a mídia sobre os casos de violências contra as mulheres, para partir ao desenvolvimento da essência do objeto que é a análise sobre a influência da mídia na invisibilidade das violências contra as mulheres na sociedade brasileira, ou seja, o desenvolvimento é a essência que é a centralidade do artigo. Como afirma Netto (2011, p. 22): “o método de pesquisa que propicia o conhecimento teórico, partindo da aparência, visa alcançar a essência do objeto”. Assim, nessa aproximação consta uma análise sobre o objeto com o materialismo histórico dialético que reflete sobre as relações sociais dinâmicas, aproximando deste objeto de acordo como ele realmente se apresenta em sua totalidade.

Resultados e discussão

A construção sócio-histórica da sociedade brasileira é marcada por profundas desigualdades e opressões sobre a população mais pauperizada que atinge diretamente a população negra e as mulheres. Assim, durante essa construção social e histórica no Brasil houve a construção de ideologias e de tradições culturais que perpetuaram a opressão dos negros e das mulheres, e que continuam sendo perpetuadas na sociedade atual. Com destaque para a opressão das mulheres, essa é perceptível na sociedade atual através das satirizações sobre a condição de ser mulher, na diferença salarial entre homens e mulheres e nas agressões morais, físicas e psicológicas que as mulheres são submetidas

constantemente nessa sociedade. Pode-se afirmar então que é uma sociedade marcada pela ideologia machista e pelo modelo patriarcal de sociedade desde o período colonial.

A ideologia machista é sustentada em um modelo de sociedade patriarcal que está inserido em um sistema mais amplo, o sistema capitalista, que através de falácias reproduz a dominação do homem sobre a mulher, justificada pela falsa ideia da inferioridade feminina que naturaliza as mulheres no espaço doméstico. Toda essa falsa verdade é reproduzida através das instituições capitalistas e dos meios de comunicação de massa da burguesia, com os propósitos de dominação, exploração e lucro. Por isso, Saffioti (2015, p. 114) afirma que:

A dominação-exploração da categoria mulheres pelos homens, a natureza do patriarcado continua a mesma. A contradição não encontra solução neste regime. Ela admite a superação, o que exige transformações radicais no sentido da preservação das diferenças e da eliminação das desigualdades pelas quais é responsável a sociedade.

O patriarcado é um fenômeno social que apresenta uma visão de totalidade sendo uma estrutura de poder hierárquica que está presente até os dias atuais e que invade todos os espaços da sociedade, baseada na ideologia machista e na violência contra as mulheres. Sendo assim, é uma estrutura de poder que faz da mulher um objeto sexual e além disso explora sua força de trabalho quando inserida no sistema capitalista, ou seja, a mulher é controlada, dominada e explorada na sociedade patriarcal.

Pensando os meios de comunicação a partir dessa realidade muito se percebe que eles estão postos para endossar ou refutar ideias propagadas no senso comum, dependendo do interesse que esteja estabelecido. Esses meios podem ser entendidos como aparelhos privados de hegemonia, denominação de Antonio Gramsci para “os partidos de massa, os sindicatos, as diferentes formas de associações. Em síntese, tudo aquilo que resulta de uma crescente socialização da política.” (AGUIAR, 2016, p. 110). A mídia é uma forma de socialização da política, atuando dentro das relações de poder postas em sociedade na perspectiva hegemônica ou contra-hegemônica, seu poder se torna muito mais nítido no mundo dito globalizado e informacional em que estamos moldando ideias a partir do que dissemina no jornal, na televisão, no rádio e nas mídias sociais.

Assim, enquanto aparelhos privados de hegemonia, que elaboram, propagam e divulgam determinados concepções de mundo, os meios de comunicação articulados de maneira orgânica com determinado agrupamento social organizado ao entorno de uma plataforma mais ou menos homogênea se torna um elemento central na disputa de hegemonia (AGUIAR, 2016, p. 113)

Por isso a discussão do poder da mídia na sociedade em que vivemos hoje se faz tão necessária, para compreender os interesses que o legitimam e descortinar a realidade vivenciada pelas mulheres no Brasil, no sentido de enxergá-las como sujeitos de sua própria história e não de forma passiva e secundária, calando os gritos de quem não suporta mais os diversos tipos de violências sendo naturalizados

por uma sociedade patriarcal e reproduzidos por uma determinada mídia que tem em seus interesses a manutenção desse status quo.

Diante de uma perspectiva voltada para o mercado o que é transmitido pelos chamados meios de comunicação de massa não se trata necessariamente de como os fatos ocorrem e sim da visão ideológica de quem financia a propagação da informação.

Diferentemente de tempos passados, não há uma forma direta de persuasão do interlocutor, o que passa a acontecer na era dos meios de comunicação de massa é uma intimidação social e cultural, coagindo-nos a pensar, falar e agir conforme o poder de fazer acontecer o mundo, segundo os meios de comunicação (CHAUI, 2006).

A imagem apresentada a cada notícia gerada pela mídia capitalista ilustra o pensamento daquele que a vê sem que tenha a capacidade de enxergar as entrelinhas do que é transmitido, criando uma opinião no interlocutor que passa a se posicionar conforme a imagem que lhe é passada acerca da realidade, “essa capacidade é a forma suprema, a forma máxima do poder: o de criar a realidade” (CHAUI, 2006, p. 78). É dessa maneira que os ideais são transmitidos subliminarmente na sociedade, formando opinião de acordo com a perspectiva da classe dominante.

Ao levarmos em consideração o domínio dos meios de produção por parte da classe dominante, apoiadora de ideais neoliberais, conservadores, é logo percebido que informações a respeito das ditas “minorias” são minimamente prejudiciais aos que tem o poder midiático ao seu lado. Assim, define de maneira prévia quem tem o direito de falar e quem deve ouvir, além da forma e do conteúdo que deve ser dito e precisa ser ouvido (CHAUI, 2006), ficando nítido desta maneira o quanto é importante a invisibilidade dessas minorias, incluindo as mulheres e as violências que sofrem no sistema patriarcal, para manutenção da sua hegemonia.

Considerações finais

Sob a forma na qual foi formada a sociedade brasileira, dando posse de mulheres a homens, formou-se um meio social machista que colabora diretamente para casos de violência contra as mulheres, seja de forma física, moral ou psicológica. O desinteresse demonstrado pela sociedade passa pela maneira com que é mostrado esse lado do sistema patriarcal a que fomos submetidos em séculos passados e que reflete nos dias atuais com outras faces o menosprezo em relação à mulher.

Os meios de comunicação de massa que moldam opinião em larga escala de alcance deturpam e subestimam a violência para com aquilo que explicita o feminino, já que condenar uma expressão refletida pelo sistema capitalista de moldes patriarcais e conservadores seria condenar aos ideais que lhe financiam. O poder que é dado a quem subjuga o feminino é legitimado pelo sistema capitalista, garantindo que essa face se mantenha oculta aos nossos olhos através do domínio e manipulação da mídia.

A opressão expressa em inúmeras formas de violência contra as mulheres é fruto de um sistema que garante diariamente a sua perpetuação por meio de sua autoafirmação, modernizando-se diariamente

para garantir sua hegemonia frente à sociedade. A hierarquia trazida pelo capitalismo, desde os tempos patriarcais mais arcaicos legitimam os atos de violência e ganham colaboração dos que acreditam nesse sistema, os grandes capitalistas, como única verdade vigente enquanto sistema social possível para se viver, trazendo na exposição de fatos sociais nas mídias de grande acesso uma cortina que falseia a dura realidade, desde os tempos antigos até os tempos contemporâneos, vivida pelas mulheres.

Referências

AGUIAR, Ítalo Pires. Comunicação, poder e hegemonia em Antonio Gramsci. **Entropia**, [S.l.], v. 1, n. 01, p. 100/114, jan. 2017. ISSN 2526-2793. Disponível em: <<http://www.entropia.slg.br/index.php/entropia/article/view/39>>. Acesso em: 25 de novembro de 2018.

CHAUÍ, Marilena. **Simulacro e Poder**: uma análise da mídia. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

PEÑA, Míciades. **O que é marxismo?** São Paulo: Sundermann, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

O PADRÃO XICA DA SILVA NA COMPOSIÇÃO DO PROTAGONISMO NEGRO DA TELENVELA BRASILEIRA

Rhayller Peixoto da Costa Souza¹

Resumo: O artigo busca discutir o protagonismo negro na televisão brasileira a partir da exibição da novela Xica da Silva, nos anos 90. A personagem-título consolidou um padrão representativo que norteia os protagonistas negros desde então. Baseando-se no conceito de identidade de Stuart Hall no livro “A identidade cultural na pós modernidade”, o trabalho estuda os novos caminhos traçados na retratação de negros como estratégia de comunicabilidade com o público do formato telenovela. O artigo analisa o discurso de personagens principais dos folhetins “Da Cor do Pecado”, “Cobras & Lagartos” e “Viver a Vida, apontando as influências da personalidade de Xica da Silva na construção de um protagonismo negro de resistência, abordando a percepção da situação de minorias na sociedade e combate ao racismo.

Palavras-chave: Xica da Silva ; negro ; telenovela ; protagonismo ; televisão

¹ Graduando – Universidade Federal de Alagoas.
E-mail: rhayllerpeixoto@gmail.com

O sucesso da televisão no Brasil consolidou formatos que passaram a fazer parte do dia a dia da população. Dentre eles, a telenovela, bem sucedida ao ser adaptada do rádio para a tv destaca-se como a principal produção televisiva há mais de cinquenta anos. Criando um espaço de interação com o público e adaptando-se às demandas de consumidores, novelas têm se mantido no topo das audiências por décadas. Apesar da Rede Globo de Televisão ser líder e destaque no segmento, o processo de construção dessas narrativas como são conhecidas hoje passou por mudanças desde suas primeiras experiências e diferentes emissoras tiveram participação nisso. Diferente do modo com que foram transmitidas nos anos 50, o modo de contar histórias no formato sofreu alterações que explicam o que se vê na televisão brasileira hoje. Em cada década, em seus quase sessenta anos de operação no Brasil, a televisão se viu condicionada a flertar o formato telenovela com as demandas do público e seu próprio modo de veicular histórias, colecionando bons e maus resultados.

Baseado na concepção de identidade de Stuart Hall o trabalho discute os impactos da personagem Xica da Silva, de novela homônima levada ao ar pela Rede Manchete entre os anos de 1996 e 1997. O padrão consolidado pela personagem influenciou narrativas posteriores que retrataram negros na teledramaturgia brasileira. As novelas “Da Cor do Pecado” (2004, GLOBO), “Cobras & Lagartos” (2006, GLOBO) e “Viver a Vida” (2009, GLOBO) terão seus personagens principais analisados sob essa perspectiva. Protagonismo negro, relacionamento mediado, banditismo social e a construção do “novo negro na tv”, têm total ligação com Xica da Silva. A trama principal a ideia híbrida de sujeito pós-moderno, que mediante às relações já consolidadas no melodrama, tem um diferencial. O termo, neste artigo associado ao estilo das telenovelas analisadas tem por costume cristalizar o papel de seus personagens já que as figuras do protagonista e do antagonista principais são evidentes e facilmente percebidas pela audiência. Pode acontecer ainda em alguma fase da telenovela que as ações sejam conduzidas por um protagonista e, em outra frase, por outra personagem (BRANDÃO & FERNANDES, 2013, p. 3).

O trabalho pretende apresentar a identidade de Xica como algo não estático em um primeiro momento, apontando para suas diferenças mediante ao protagonismo negro de servidão já conhecidos nos folhetins nacionais. No segundo momento, a abordagem do relacionamento mediado de Preta e Paco em “Da Cor do Pecado” trará a discussão sobre os primeiros passos do protagonismo negro nos anos 2000 na TV Globo. Posteriormente, usaremos o conceito do banditismo social de Hobsbawm para a análise de Ellen e Foguinho, protagonistas de “Cobras & Lagartos”. Por último, a necessidade da hibridização da identidade em Hall e marca de Xica, como ponto principal da rejeição de Helena de Viver a Vida.

É preciso entender, entanto o impacto da telenovela na vida dos brasileiros, sobretudo para pontuar a identidade de Xica enquanto algo antes consolidado que se torna fluído em determinado momento. Historicamente o protagonismo negro em telenovelas brasileiras levantou questões importantes para se discutir raça. O primeiro grande sucesso na teledramaturgia brasileira, “O Direito de Nascer”, folhetim adaptado da radionovela cubana de Félix Caignet, é em grande parte baseado na relação de “ama” de uma mulher negra com um homem branco. Mamãe Dolores, interpretada na primeira versão por Isaura

Bruno se tornou um personagem de grande estima do público, evidenciando não só a nova tendência de temas sociais abordados em tramas – presentes até os dias de hoje, como as atribuições do negro nas telenovelas produzidas no Brasil.

Posteriormente, viu-se uma relação mediada, entre a posição da mulher negra ambientada em telenovelas, já que esta era bem vista quando servia de ama, mas ainda encontrava resistência quando não era limitada ao espaço de servidão. O estudo da construção do protagonismo da mulher negra na telenovela brasileira é importante por pontuar que o gênero tem história, sendo um reflexo das mazelas que impactam o modo com que o negro é visto. Essa questão dialoga com as definições de gênero de José Aronchi de Souza.

Os gêneros têm história. Essa história está ligada ao desenvolvimento de determinada região ou país. Por isso um programa ou show de televisão devem ser identificados de acordo com o período histórico de sua produção para reconhecer os gêneros de sua época. (SOUZA, 2015, p. 50 apud KAMINSKY, 1985, p.23)

A personagem Xica

Francisca da Silva de Oliveira, ou Chica da Silva foi uma escrava forra que viveu na cidade de Diamantina, antes conhecida como Arraial do Tijuco, onde tornou-se conhecida por ter vivido uma união com o contratador de diamantes João Fernandes de Oliveira. O fato, não muito comum, já que o homem a assumiu e teve filhos com ela, originou um mito em torno de sua existência. Os dois mantiveram a relação por mais de quinze anos e tiveram ao todo treze filhos. A história da negra que se envolveu com o homem de maior autoridade nas terras do Tijuco depois do rei de Portugal foi adaptado para a literatura em “Chica quemanda”, de Agripa Vasconcelos, publicado em 1966, no filme Xica da Silva, de Cacá Diegues (1976) e na novela de mesmo nome, baseada no já citado livro de Vasconcelos. A personagem principal imprime uma marca peculiar tratando-se de uma trama ambientada na escravidão: a resistência. Xica (o nome na novela é escrito com “x”) torna-se referência na luta pela causa dos oprimidos por sua obstinação, não submissão aos desejos dos brancos e por demonstrar uma saída para o sofrimento de negros, negras e pessoas menos abastadas na trama. Considerada por muitos habitantes do Tijuco como transgressora e feiticeira por ser negra e manter uma relação com um homem de classe social alta, Xica é desprezada pela religião e esse é um ponto importante na trama: o uso do catolicismo como instrumento de opressão para minorias sociais. Na novela a vilania, personificada por Violante Cabral, (Drica Moraes) era bem mais do que uma pessoa mas todo o sistema de opressão pelo qual negros passavam.

Qual era então o segredo do sucesso da telenovela? A identidade de Xica, por certo conseguia destoar-se das representações de mulheres negras já conhecidas do grande público: frágeis e aptas a ocuparem um espaço de submissão. A quebra do vínculo, especialmente pela não negação de sua negritude tornava a personagem o que Stuart Hall chama de sujeito pós-moderno:

O sujeito previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, até se tornando fragmentado, composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não-resolvidas. Correspondentes às identidades que compunham as paisagens sociais “lá fora” e que asseguravam nossa conformidade subjetiva com as necessidades objetivas da cultura, estão entrando em colapso com as mudanças estruturais e institucionais (HALL, Stuart, 2006, p. 12)

A quebra de vínculo da narrativa da negra consolidada como submissa é um ponto chave para o padrão que norteou os personagens após a exibição da novela. A importância de Xica é a ideia de que o negro não reivindica sua negritude apenas em espaços de servidão, mas anseia por liberdade e é um agente importante na conquista por seus direitos. Diferente de como eram contadas as histórias em tramas nas principais telenovelas da TV Globo como *Sinhá Moça* (1986/2006), que tratava na luta pela libertação dos negros sob o viés de sua personagem principal, branca, a Rede Manchete deu o protagonismo da revolta contra a opressão a uma negra que ascende, mas não deixa de ser constantemente lembrada que aquele não é seu lugar.

Para além da luta por liberdade a telenovela destacava a hipocrisia dos moradores na rejeição à ex-escrava. Em uma das cenas, em que a personagem Elvira (Giovanna Antonelli) decide se prostituir e as senhoras vão para a frente da taverna protestar, Xica aparece para defender a liberdade da mulher ao mesmo tempo que critica o fato de que negras já se prostituíam ali antes e nunca houve nenhum tipo de incômodo. Seus discursos recheados de críticas ácidas à hipocrisia também influenciaram outros personagens, negros e não negros.

Os primeiros passos do protagonismo negro nos anos 2000

Da *Cor do Pecado* também trouxe Taís Araújo como atriz principal. A trama de João Emanuel Carneiro contava a história de amor de Preta, mulher negra vendedora de ervas e Paco, um botânico branco rico. O relacionamento interracial sofre pressões tanto pela posição social ocupada pelos dois quanto pelo fato de que se trata de uma mulher negra. vilã da trama, Bárbara, abusava de conotações racistas para referir-se a Preta, uma importante característica para consolidar o modo com que os vilões de “*Da Cor do Pecado*” eram vistos. Assim como em *Xica da Silva* o vilão não era apenas alguém apenas ambicioso, mas possuíam ar discriminatório e não negavam isso. A trama de João Emanuel Carneiro usava, ainda que em segundo plano, uma característica importante da telenovela da Rede Manchete: a vilania branca. Vilões que antes de tudo reivindicam uma superioridade racial lidar com seus adversários. Assim como Violante em *Xica da Silva*, Bárbara se via superior a Preta, mesmo sendo inescrupulosa, a quem chamava de “neguinha”. Essa discussão destaca o papel político de vilãs nas tramas, sendo estas um grande vetor de discussões pertinentes, como apontam Hummel e Alvetti

As autoras concluem, no entanto, que o vilão faz que um contraponto ao protagonista. Ele serve à novela para pôr em pauta os temas que tendem a provocar discussões éticas

e morais, em geral desencadeadas pela luta do bem contra o mal. Provenientes da chamada “cultura da esperteza”, as vilões Flora, Carminha, Lúvia e Wanda vão de encontro a uma outra cultura em que o status intelectual e a retidão são mais valiosos. Hummel e Alvetti, 2007, p. 257

O papel das vilãs colabora para que haja uma disputa de protagonismos. A partir da provocação de discussões éticas e morais se descobre a versatilidade de papéis que mocinhos podem ter. Isso é evidenciado na segunda novela escrita pelo autor João Emanuel Carneiro, *Cobras e Lagartos*.

O Banditismo Social em *Cobras & Lagartos*

A estreia de *Cobras & Lagartos* (2006, GLOBO) pode ser vista como um dos casos em que o padrão Xica da Silva aparece. Considerando a trama principal, em que Foguinho (Lázaro Ramos), um vendedor que trabalha na periferia da cidade do Rio de Janeiro, torna-se milionário ao ser confundido com o herdeiro de uma herança que tem o mesmo nome que ele, a novela já mostrava que exploraria a situação do novo rico. Mesmo com a consciência pesada, Foguinho assume a presidência da loja de departamentos Luxus e passa, então, a viver a vida que sempre lhe foi negada. Ao mesmo tempo consegue conquistar o amor da vendedora Ellen, personagem de Taís Araújo, que o convence a continuar com o dinheiro, fazendo com que os dois alcancem a alta sociedade. A trama apresenta os conceitos do banditismo social e a partir daí faz que haja uma duplicidade na personalidade da pessoa que “rouba porque tem pouco”. Hobbessbawn ao definir o banditismo social associou-o às atividades ilícitas cometidas por camponeses que atestavam suas condições precárias na luta de classes. A análise de Hobbessbawn baseia-se na existência de três tipos de bandidos: o bandido nobre, como Robin Hood; os guerrilheiros primitivos; e o vingador, como Lampião (FERREAS, 2003). O que se vê em *Cobras & Lagartos* é uma modernização do conceito, à medida que Foguinho entende seu erro ao ser um homem negro, pobre, rejeitado pela família e pela mulher que ama, entende o erro como uma possibilidade de ascender. Sua decisão torna-o uma espécie de Robin Hood, na medida que busca trazer justiça social aos que oprimidos, a começar por ele.

Um ponto importante da aceitação de Foguinho em continuar a farsa é a emancipação que isso proporciona Ellen, ex-vendedora que a partir de agora passa a se vingar de quem a maltratava enquanto era empregada. Seu maior alvo é Leona, antagonista que sempre fez questão de rebaixá-la usando, inclusive, de racismo. Em uma cena, Ellen recebe uma promoção para subgerente na loja e recomenda a Leona que lhe dê os parabéns, visto que foi o próprio presidente da empresa quem a promoveu. A resposta foi imediata: “Se ele realmente fez isso deve ser por causa dessa onda politicamente correta de colocar negro em cargo de chefia. Pelo menos agora você vai finalmente ter o gostinho de saber como é se sentir gente. Parabéns, sub-Ellen”. A atitude de Leona mostra mais uma vez o que Hummel e Alvetti falam sobre vilões e citado anteriormente neste artigo. As referências a Xica da Silva ganham um novo momento para além da mesma protagonista e a disputa negros x brancos: em uma cena, Ellen tem seus

pés lavados pela inimiga, numa clara referência à cena em que Violante Cabral lava os pés de Xica na frente do povo do Arraial do Tijuco.

Fotografia 1: Leona lava os pés de Ellen



Fonte: Noveludo

Se existe entre as duas uma disputa de egos sendo Ellen parte de uma farsa, como explicar a adesão do público à trama? O motivo pelo qual a personagem não foi rejeitada mesmo comportando como uma anti-heroína de índole por vezes duvidosa é explicado por Kant (1995) onde o efeito das inclinações do homem seria o agrado pela sensação que o faz se sentir bem em seu estado. Existe então um senso de justiça que compõe Ellen e a faz ter uma espécie de passe-livre para pagar na mesma moeda, com total apoio dos telespectadores que testemunharam também seu sofrimento. Quem já assiste se vingando não se culpa por aplaudir qualquer desavença cometida por ela pois é despertado no consumidor a complacência (receptividade afetada por prazer) e isso o sacia, assim como também acontece com Foguinho e Xica.

A Negação de Helena

O protagonismo negro ganhou mais um capítulo com a estreia da telenovela *Viver a Vida* (2009, GLOBO). A primeira Helena negra, também interpretada por Taís Araújo, não caiu no gosto do público e acabou sendo ofuscada pela personagem Luciana, interpretada por Alinne Moraes. Diferente do sucesso de personagens que buscavam reter as características de Xica da Silva, Helena mostrou não discutir temas importantes que vinham compondo o protagonismo negro brasileiro desde então, sobretudo na imagem de Taís Araújo. Stuart Hall, já referenciado anteriormente analisando o sujeito pós moderno explica os problemas na concepção do sujeito sociológico, que para ele não é autônomo e suficiente, mas reflexo das relações com outras pessoas importantes para si.

Argumenta-se, no entanto, que são exatamente essas coisas que agora estão “mudando”. O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado: composto não só de uma única, mas de várias identidades, algumas às vezes contraditórias ou não resolvidas (HALL, 2006, p.11)

A não versatilidade de Helena decepcionou junto ao telespectador que, acostumado a associar o protagonismo negro à defesa de minorias viu na personagem de Manoel Carlos algo distante daquilo que era proposto anteriormente. O que se via muitas vezes na novela era a luta de uma mulher pela aceitação das filhas brancas de um esposo branco. Houve também uma descaracterização da personagem clássica de Manoel Carlos que, ao ser interpretada por uma mulher negra, deixa de ser forte e assume uma posição de submissão. Para Laíla de Oliveira essa submissão é consumada no tapa que Helena leva de Teresa, ex-esposa de seu marido. Segundo a autora:

Essa cena ocorreu na semana do dia 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, e carrega uma forte simbologia. Helena, mulher negra, submissa, subjugada e ofendida, ajoelhada aos pés de uma mulher branca que se sente autorizada a agredi-la dessa forma. Se em outra cena foi Helena quem desferiu um tapa em Luciana, esse ato foi desencadeado por uma briga, um conflito provocado por graves e ofensivas acusações. Aqui, a submissão e passividade de Helena se assemelham a de um mártir. A cena de uma mulher branca que agride uma mulher negra como punição e sem qualquer tipo de reação remete ao período escravocrata onde aconteciam as mais diversas formas de tortura. Teresa agride Helena, mas é a mulher branca, de classe alta, que bate na mulher negra, jovem, que praticou aborto e é acusada de ‘roubar’ seu marido. (OLIVEIRA, 2016, p.133)

Os problemas envolvendo a personagem são nítidos, havendo uma negação não só das características que compõem as Helenas como da falta de representatividade negra para além da passividade. A construção de imponência e justiça social que os protagonistas negros tinham desde Xica dava lugar agora às mesmas representações de antes, em que afro brasileiros continuam subalternos.

Conclusão

A relevância de Xica da Silva na construção do protagonismo negro pode ser pensada como uma demanda que a televisão brasileira necessitava em termos de representatividade. O sucesso da personagem Mamãe Dolores em *O Direito de Nascer* foi um marco importante, mas ainda assim limitou a atuação de mulheres negras à condição de servidão e sem muitas oportunidades de serem exploradas em tramas que não abordassem a escravidão, por exemplo. A exibição da telenovela determinou um padrão importante no modo com que o protagonismo negro se comportou desde então, onde a recepção do público foi positiva ao se deparar com um sujeito híbrido e composto por diversas identidades, segundo Hall. Soma-se a isso a vilania branca, o banditismo social e o carisma do público numa relação de afeto, tal como a personagem da telenovela da tv Manchete. É importante a percepção de transformação das narrativas que contem histórias de negros, associando-os também a boa qualidade de vida, sucesso profissional e na vida pessoal.

O que vemos na maior parte das vezes ainda é uma dependência, sobretudo se considerarmos que os atores negros que interpretam protagonistas são majoritariamente três (Taís Araújo, Lázaro Ramos e Camila Pitanga) e que precisa ser ampliada para além deste círculo de atores e atrizes. O artigo, no entanto, propôs evidenciar a importância de Xica da Silva como personagem que põe o negro no centro de questões em que a população negra não era retratada. Na visão de José Carlos Aronchi de Souza o gênero tem história e se desenvolve a partir disso. Emancipar negros a partir de uma representatividade diversificada nas telenovelas é também dar protagonismo a uma discussão por muito tempo esquecida na televisão brasileira.

Referências

BRANDÃO, C; FERNANDES, G. M. **A vilania feminina das telenovelas**. 36º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Anais Intercom. Manaus, 2013

FERREAS, Norberto O. **Bandoleiros, cangaceiros e matreiros: revisão da historiografia sobre o Banditismo Social na América Latina**. Revista Scielo, 211-226, ago. 2003

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11ª Edição. Rio de Janeiro: Ed. DP&A Editora, 2006

HUMMEL, R; ALVETTI, C. **Apontamentos sobre a imagem da vilania**: uma leitura do horário nobre. Revista. Estud. Comun., Curitiba, v. 8, n. 17, p. 255-261, set./dez. 2007

KANT, Immanuel. **Crítica da Faculdade do Juízo**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995. (págs. 47-89).

OLIVEIRA, Laila Thaíse Batista de. **A mulher negra na primeira pessoa: uma construção de raça e gênero nas novelas protagonizadas por Taís Araújo**. 2016. 220 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, SE, 2016

SOUZA, José Carlos Aronchi de. **Gêneros e formatos na televisão brasileira**. São Paulo: Ed. Summus Editorial, 2015

A REPRESENTAÇÃO SOCIAL DOS SORO POSITIVOS NO DISCURSO MIDIÁTICO

Fernando Henrique Rodrigues de Lima¹

Resumo: Este trabalho situa-se no campo das pesquisas em Linguística Aplicada (LA) contemporânea e toma como referencial teórico a Análise Crítica do Discurso (ACD), fundamentada a partir dos trabalhos de Fairclough (2001, 2003 e 2005) e Thompson (2011). Nessa perspectiva, objetivamos analisar, à luz da Teoria Social do Discurso, a construção das representações do sujeito portador do vírus HIV em capas de revistas semanais de circulação nacional em dois momentos históricos: na década de 1980, quando a doença passou a ser noticiada pelo veículo e tornou-se conhecida pelo grande público; e na década de 2010, ano em que a pesquisa foi desenvolvida. A nossa proposta aqui é investigar como sujeito que convivia com a Síndrome da Imunodeficiência Adquirida era representado pela mídia. Comungamos aqui com a noção de que a linguagem é uma forma de ação e que os discursos possuem poder e uma ideologia inerentes ao mesmo. Investigar como esse preconceito foi construído discursivamente ao ponto de virar um estigma social é uma forma de abrir o caminho para entender o mundo contemporâneo dos que convivem com a AIDS e colaborar na confecção de uma agenda anti-hegemônica de combate à exclusão social dos mesmos.

Palavras-chave: AIDS; Preconceito; Representação; Ideologia; Estigma.

¹ Professor de Língua Portuguesa na Secretaria de Educação do Ceará (SEDUC), mestre em Linguística Aplicada pela Universidade Estadual do Ceará (UECE) e doutorando em Linguística pela Universidade Federal do Ceará (UFC).

Introdução

A Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), também conhecido como AIDS – da sigla em inglês, surgiu no final dos anos 1970 e em pouco tempo foi se espalhando por todo o mundo. No Brasil, ela chegou no começo dos anos 1980 e começou a ser amplamente divulgada pela imprensa no ano de 1983. Ao longo de um pouco mais de três décadas, a doença passou por vários estágios, diferentes representações e o “doente de AIDS” – termo usado nos dias atuais para denominar os que possuem a doença – sentiu na pele as marcas e os efeitos desta Representação Social e conviveu com os sentidos atribuídos aos nomes dados por aqueles que recebiam um resultado positivo para o vírus HIV.

Nossa pesquisa surgiu de uma inquietação levantada durante as aulas de Linguística Aplicada, ciência que estuda a língua do ponto de vista social, onde observamos que um dos objetos de estudo analisado por essa área de estudo são aqueles excluídos e marginalizados no dia a dia. Além do negro, da mulher, do homossexual, do estrangeiro, do nordestino, da pessoa com alguma deficiência física, entre outros, observamos que havia ainda um grupo também à margem do modelo padrão aceito e que, em determinados casos, abarcava os demais citados.

A Linguística Aplicada é um ramo teórico relativamente novo, ela tem um caráter transgressor, transdisciplinar, ou como diria o professor Moita Lopes(2009), é uma área de estudo “indisciplinar”, no sentido de “almejar atravessar/violar fronteiras ou de tentar ‘pensar nos limites’ ou ‘para além dos limites’ que se apresentam nas tradições epistemológicas desta área” (p. 34). Ela está inserida em um campo “instável” e “móvel”, sendo constantemente construída e reconstruída. Para Moita Lopes (2009), é preciso ampliar os horizontes dos modos tradicionais de se fazer pesquisa, dando voz ao indivíduo que não se encaixa no modelo padrão, já estudado pelas ciências tradicionais:

Novas formas de pesquisa (tanto teóricas como metodológicas) são portanto necessárias. É crucial abrir a pesquisa para vozes alternativas de modo que seja possível revigorar a vida social ou construí-la por meio de outras narrativas, aquelas apagadas no decorrer da modernidade, como a dos pobres, mulheres, indígenas, homossexuais, etc. (p. 37).

Para o autor, estudar estas vozes, no caso deste trabalho em específico, a representação do doente de AIDS, permitirá apresentar alternativas para compreender o mundo que vivemos, nosso momento histórico, e colaborar na produção de uma agenda anti-hegemônica. O foco das pesquisas realizadas por um linguista aplicado deixou de ser o estudo comparativo de línguas estrangeiras e “passou a ser a presença de problemas com relevância social suficiente para exigir respostas teóricas que trouxessem benefícios sociais a seus participantes” (DAMIANOVIC, 2005, p.187).

Encontramos as mais diversas doenças nos compêndios médicos, desde as mais leves às mais graves; aquelas que se curam em dias, as que levam meses de tratamento e as incuráveis; doenças causadas por vírus, vermes, protozoários ou bactérias. Porém, nenhuma delas parece implicar um estigma tão pesado em cima do doente do que a AIDS. Supomos que essa imagem do doente; os

rótulos e preconceitos que ele recebeu; a maneira como ele era tratado durante o surgimento da doença e a maneira como é tratado hoje derivam de questões muito mais sociais do que clínicas.

Propomo-nos aqui a analisar um dos vieses desse estigma, a representação do doente de AIDS em capas de revistas semanais de circulação nacional, durante o seu surgimento e no momento atual, afim de entender como essas questões foram construídas discursivamente, à luz da Análise Crítica do Discurso, baseado nos estudos de Norman Fairclough para comparar as questões relativas à AIDS (a doença, o vírus, o doente) e as mudanças ocorridas nesse intervalo de trinta anos.

Discurso midiático: jornalismo e notícia

Vivemos na chamada era da informação², no período da democratização em tempo real dos acontecimentos de quaisquer partes do mundo. Tornamo-nos sedentos consumidores de informações e, através de toda a aparelhagem eletrônica disponível, somos também atores e colaboradores na divulgação dos acontecimentos que nos rodeiam.

Smartphones, tablets, gadgets, videogames conectados via wi-fi, câmeras fotográficas, smartwatches e demais dispositivos dão às pessoas a capacidade de colaborar na divulgação, propagação e construção da notícia. Nos próprios telejornais e portais de informação somos convidados a enviarmos nossos vídeos e/ou fotos de acontecimentos que serão pautas de reportagens.

Se antes as pessoas eram leitores passivos – receptores de notícias – hoje, somos, de alguma forma, atores da construção e difusão dos acontecimentos divulgados pela mídia. Ao nosso ver, um dos grandes problemas causados por todo esse excesso de informações em tempo real é o da credibilidade. Notícias são espalhadas através de emails, blogs e redes sociais – como o Facebook, Instagram ou Twitter –, mas nem todas são plenamente confiáveis. Não é difícil nos depararmos diariamente com histórias falsas ou incompletas, evento que recebeu da parte dos internautas o nome de hoax, palavra que significa embuste, farsa. O termo tem origem na expressão latina *hocus pocus* e designa mensagens e histórias enganosas, enviadas através de e-mails ou sites mal intencionados. Mais recentemente, o termo foi rebatizado como fake News e ganhou notoriedade na última campanha presidencial norte-americana e na eleição no Brasil em 2018, chegando ao ponto de o candidato eleito ter sido denunciado em um esquema de propagação desse tipo de informação³.

O hoax geralmente é criado por sites, blogs ou portais durante o período do ano conhecido como “dia da mentira” (1º de abril), mas dada a própria dinâmica da rede mundial de computadores, algumas dessas brincadeiras continuam a ser veiculadas fora do período da brincadeira. Além disso, há casos

2 Compreende-se como “Era da informação” ou “Era digital”, o período após os anos 1980, com o surgimento dos computadores pessoais e da popularização da internet (a rede mundial de computadores). O termo foi cunhado pela primeira vez pelo professor Peter Drucker (1908-2005), da Universidade Nova York.

3 As reportagens podem ser conferidas no portal do jornal Folha de S. Paulo, como podemos ver no link: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/estrategia-digital-da-campanha-de-bolsonaro-e-uma-jabuticaba-diz-pesquisador.shtml> Acesso em: 30/10/2018

de pessoas e empresas que plantam notícias falsas com interesses pessoais, se separa de fatos reais para obter lucro em um produto. A solução, para muitos internautas, é continuar confiando na mídia tradicional que mantém seus jornais e revistas, mas alimentam portais e sites de notícias online – consideradas fontes confiáveis de conteúdo.

Darde (2006) interroga sobre qual o papel e a função da imprensa em uma sociedade democrática. Se por um lado a mídia é confiável, por outro, grupos que mantêm veículos de comunicação independentes (publicados em blogs, folhas distribuídas nas portas das universidades, fóruns de discussão) acusam a mídia tradicional de noticiar apenas aquilo que é do interesse de um setor detentor do controle dos grandes jornais e canais de televisão.

No meio disso tudo, cabe ao público ‘filtrar’ e escolher suas fontes confiáveis de informação. “Os veículos de comunicação têm responsabilidade em relação à sociedade. Esta responsabilidade se mantém, pouco importando se eles são públicos ou privados, ou se o controle e o julgamento do que é divulgado é feito interna ou externamente” (DARDE, 2006, p. 57)

Este quadro atual é bastante diferente do presenciado quando do surgimento da doença que viria a ser nomeada como Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA, ou em inglês AIDS, como ficou mais conhecida). Quando esta começou a ser noticiada em meados dos anos 1980, a internet era algo distante da realidade do cidadão comum – já existia um embrião do que viria a ser a internet de hoje, mas ela era usada apenas por militares, governos e universidades – as principais fontes de informação disponíveis naquele momento eram o jornal impresso, o rádio e a televisão.

Não havia a interatividade de hoje e aquilo que vinha veiculado nestes três meios de comunicação era considerado ‘a verdade’, não passível de questionamento. Acreditava-se, e ainda se acredita, em uma mídia transparente, idônea, investigativa, cuja única missão era: esclarecer o público sobre a verdade do que acontecia no Brasil e no mundo. Segundo seu código de ética, “o compromisso fundamental do jornalista é com a verdade dos fatos, e seu trabalho se pauta pela precisa apuração dos acontecimentos e sua correta divulgação”⁴.

Darde (2006) questiona os conceitos de verdade e objetividade, dentro e fora do meio acadêmico, durante o intervalo entre o acontecimento do fato, a publicação e a circulação do texto jornalístico na sociedade:

Se o texto é redigido a partir do ponto de vista de alguém sobre o fato acontecido, de que forma se legitima o discurso jornalístico? De que forma se dá o processo de transformação do fato em texto jornalístico, ou, ainda mais especificamente, quais são as características de um fato para que seja transformado em notícia? (DARDE, 2006, p.48)

As notícias são textos que retratam um acontecimento presente. Ela busca informar o seu público de fatos relevantes para os que a procuram. Acontecimentos do cotidiano, rotineiros ou comuns não

⁴ O Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros é publicado pela Federação Nacional dos Jornalistas e está disponível no endereço eletrônico http://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf. Acesso: 30/10/2018.

costumam estampar capas de revistas ou primeira página de jornal. Daí termos diferentes tipos de publicações para específicos tipos de leitor. Segundo Darde (2006, p. 54), elas são “ferramentas capazes de gerar opinião pública e de mover a ação política, gerando conversação, comentários e discussões acerca dos assuntos pautados”.

Para Alsina (1996, p. 185), notícia “é uma representação social da realidade cotidiana produzida institucionalmente e que se manifesta na construção de um mundo possível”. Segundo Park (1972, p. 183), “a função da notícia é orientar o homem e a sociedade num mundo real. Na medida em que consegue, tende a preservar a sanidade do indivíduo e a permanência da sociedade”. Daí a importância e responsabilidade do jornalista e da mídia perante o que se noticia, em especial, sobre o conceito que se criou em relação à AIDS na sociedade, foco destetralhado.

De acordo com Valle (2002, p. 182), a mídia “é reconhecida como fonte confiável, baseada em fatos e na verdade, ela tem desempenhado papel pedagógico decisivo na construção de representações culturais da AIDS”, pois ela constrói e estabiliza seus objetos. Institucionalmente, a palavra da mídia tem um cunho de ‘verdade’, produto dessa confiabilidade.

O profissional atuante em jornais, revistas, agências de notícia e televisão escreve com o respaldo que a força do seu veículo de comunicação possui perante o seu público. Fausto Neto (1999, p.33) afirma que “existe um ponto de vista dominante, em termos de discursos institucionais, que oferece, via jornais, suas possibilidades simbólicas de elaborar os processos da construção da inteligibilidade da AIDS”.

Os primeiros casos de AIDS vieram a ser noticiados no início dos anos 1980, mas era considerada uma doença estrangeira, distante da realidade brasileira, ou seja, ela não chegava a amedrontar. Segundo Vitiello (2009), uma grande parte das matérias que chegavam ao Brasil eram traduções de reportagens estrangeiras, ou seja, reproduziam um conhecimento já formado pela comunidade científica internacional.

Campos (2006, p. 10) comunga com uma espécie de senso comum entre os pesquisadores utilizadores da mídia como veículo dos seus objetos de estudo e afirma que “a mídia tem na sociedade atual o poder de configurar mentes” ou “o discurso jornalístico – ao contrário do que possa pretender os órgãos de imprensa – não apresenta uma visão neutra dos fatos, à medida que a mídia está ligada a filiações ideológicas e políticas específicas”.

Preferimos, aqui, no entanto, tomar uma postura livre de ‘pré-conceitos’ sobre a performance noticiosa da mídia e suas intenções de neutralidade, até porque é do conhecimento dos estudiosos da linguagem que a pretensa ‘neutralidade’ na descrição de ‘fatos’ é irrealizável no discurso. O ponto crítico da análise atém-se a como o discurso jornalístico constrói a identidade dos portadores da AIDS e/ou soropositivos como forma de lançar olhares para combater um preconceito enraizado na sociedade brasileira.

A mídia não criou a AIDS, ela apurou os ‘fatos’ e as informações disponíveis à época e alimentou ‘o monstro’ que essa doença se tornou no imaginário popular brasileiro. Houve um hiato entre os

primeiros casos de AIDS relatados nos Estados Unidos em 1981 e o primeiro caso famoso relatado pela imprensa nacional: a morte do costureiro Markito, em junho de 1983, ampla e detalhadamente explorada pela mídia⁵. Quando se começou a falar sobre AIDS nos jornais, já havia boatos e opiniões sobre a ‘nova doença’ que estava matando os homossexuais da Califórnia:

Quando os primeiros casos de Aids foram identificados no Brasil, no início da década de 1980, a mídia logo se interessou pela misteriosa síndrome que alarmava a população e desafiava pesquisadores. O pouco ou quase nenhum conhecimento sobre a doença gerava especulações e estigmas que associavam a infecção a determinados grupos ou comportamentos de risco. Sem a devida orientação, os meios de comunicação não hesitaram em difundir manchetes alarmistas e estigmatizantes. (FIOCRUZ, 2007, p. 5)

A “peste gay”, o “câncer gay”, o “Mal do Século” e outros termos circulavam entre a população. Surgiram manchetes como “A Sombra da AIDS”, “Vírus atinge também grupo dos “gays” sadios” ou “AIDS – a paranoia da notícia se espalha e cresce a procura pelos testes”⁶.

Segundo Costa (2006), “todo um imaginário pré-construído vai influenciar a própria relação do repórter com o material a ser narrado, ou reportado”, ou seja, a imprensa se apropria de termos do imaginário popular, reproduz-os e também os alimenta. A grande questão é que, no momento em que participamos do senso comum, do arcabouço imaginário, ideias começam a ser disseminadas em veículos de comunicação de massa, e mesmo que “entre aspas” ou em itálico, acabam sendo difundidas entre meios que não os conhecia e passam a ser termos integrantes do léxico da população.

Essa apropriação de novos termos, essa reprodução de um discurso constatado na mídia provoca efeitos sociais. Linguagem é poder ou linguagem mantém o poder social vigente. Os conglomerados que dominam os meios de comunicação de massa no Brasil (e no resto do mundo também), utilizam, segundo Dijk (2012), estratégias de manipulação, a fim de reproduzir e ampliar esse poder, criando uma situação que torna “natural” e “legítima” a relação de poder e dominação.

Diante deste imaginário excludente, não estamos creditando ao estigma da AIDS teorias conspiratórias ou interesses maquiavélicos⁷, mas, sim, nos dirigindo a discursos noticiosos em que a AIDS, uma doença transmitida em grande parte pela prática sexual, (e, em um primeiro momento, à luz das

5 Os textos referentes ao caso da morte do costureiro Marcus Vinícius Resende Gonçalves, primeiro famoso brasileiro a perecer em virtude da AIDS encontram-se disponíveis no site de acervo da Folha de S. Paulo, disponível em <http://goo.gl/kSU7iR>. Acesso: 10/10/2018

6 Títulos de notícias coletados pelo site da Fiocruz – Fundação Oswaldo Cruz, órgão do governo cuja missão é produzir, disseminar e compartilhar conhecimentos e tecnologias voltados para o fortalecimento e a consolidação do Sistema Único de Saúde (SUS), disponível no link: <http://www.fiocruz.br/ccs/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=1536&sid=9&tpl=printerview> Acesso: 30/08/2013

7 Existe toda uma teoria que circula na rede mundial de computadores, tendo inclusive artigos publicados em revistas científicas na década de 1990, propagada pelo cientista Peter Duesberg que prega que o HIV não é o agente etiológico da AIDS e que esta é fruto apenas de comportamentos não saudáveis: uma vida regular regride a doença. Segundo a revista Galileu, esta teoria já foi desmascarada, pois já existem fotos do HIV destruindo as células e fabricando novos vírus, o que não impede que a teoria continue sendo alimentada e propagada em sites de conteúdos questionáveis. Disponível em: http://galileu.globo.com/edic/118/rep_aids07.htm Acesso: 16/02/2013.

informações disponíveis à época, atingiu inicialmente os gays), que, de alguma forma, acentuaram o preconceito sobre uma parcela já discriminada da sociedade.

Imprensa brasileira e AIDS

Os primeiros anos da então desconhecida doença que estava matando os gays na Califórnia, nos Estados Unidos, foram praticamente ignorados pela imprensa nacional. Poucas matérias, geralmente apenas traduções, eram publicadas esporadicamente por algumas revistas semanais. A doença inicialmente foi batizada de GRID (Gay related immunodeficiency – Imunodeficiência relacionada aos gays) e não se tinha a menor ideia do que a causava ou como se transmitia.

Devido a essa falta de informação, criou-se uma comodidade conceitual sobre a doença no Brasil. Achava-se que se o indivíduo não fosse gay e não houvesse viajado para o exterior, ele estaria livre do contágio. Vitiello (2009, p.37) afirma que a “falta de informação sobre a doença colaborou para a formação de uma opinião preconceituosa em relação aos doentes”:

É fato notório que a AIDS só adquiriu diversas significações pelo fato de ser uma doença que pouco se sabia a respeito, comparada ao câncer. Ela adquiriu um significado de sentença de morte, na década de 80, não dando margem às idealizações românticas ou sentimentais que fizeram parte do imaginário construído em torno da tuberculose, séculos atrás (VITIELLO, 2009, p.61).

A imprensa brasileira só veio dar cartaz à doença quando o primeiro caso repercutiu no Brasil – o do costureiro Markito. Ainda assim, o governo brasileiro não se manifestou, pois casos como o da doença de Chagas eram muito mais preocupantes para o ministro da saúde à época, Waldyr Arcoverde.

Valle (2002, p. 184) relaciona momentos distintos sobre como a imprensa brasileira tratou a AIDS. Em um primeiro momento, a imprensa “teve um papel fundamental de criar uma genesis homossexual para a epidemia”, a doença era trabalhada como algo sensacionalista; o homossexual masculino foi vilanizado como propagador da doença (“câncer gay”); a doença era vista como um “mal americano”; e um “mal da classe artística” (p. 184).

Cabe aqui conceituar o que a Organização Mundial de Saúde (OMS) entende por epidemia. A entidade conceitua epidemia como a incidência de grande número de casos de uma doença, em um curto período de tempo. A palavra tem origem do grego: epi (sobre) + demos (povo), termo utilizado por Hipócrates no século XIV a.C.

Algum tempo depois, quando a doença já atingia outro perfil de pessoas – hemofílicos, mulheres, crianças –, a imprensa passou a relativizar a imagem gay da AIDS. Criou-se o conceito de “grupo de risco” – resultado de “observação” por parte da Organização Mundial de Saúde (OMS), já que o vírus ainda não tinha sido identificado, observação esta que indicava que não eram apenas os homossexuais que

pegavam a doença, apesar de serem os mais propensos a tê-la. E, desta propensão, o sensacionalismo persistia na imprensa

O principal objetivo da imprensa escrita, principalmente no período que estamos caracterizando como “primeira onda de pânico” (1983), não parecia ser somente informar as pessoas, mas sim tentar vender as informações que diziam respeito à AIDS com certo sensacionalismo, o que acabava formando um pensamento deturpado da doença e dos doentes. Os gays que cada vez mais são relacionados à doença, acabariam se tornando um perigo para a sociedade por serem pessoas que carregariam um vírus desconhecido e letal. Caso a doença fosse considerada um risco para a sociedade brasileira quem seria considerado responsável? (VITIELLO, 2009, p. 44)

Durante esta “primeira onda de pânico” relatada por Vitiello, a AIDS passou a ser percebida e mostrada pelos meios científicos, religiosos e jornalísticos como uma vingança da natureza contra a ‘imoralidade’ dos costumes. (VITIELLO, 2009, p. 50). Ou seja, além de contrair uma doença de causa não-conhecida, o indivíduo ainda recebia toda um peso de culpa moral por obtê-la.

Os doentes, e, muitas vezes, até seus familiares, eram excluídos socialmente: “Concepções de lugar, de identidade sexual e de diferença de classe constituíram bem cedo a representação da AIDS” (Valle, 2002, p.184). O quadro que se desenhava era o de um novo evento que iria repercutir socialmente, alimentando um preconceito para com o doente.

A história cultural da AIDS pela imprensa mostra como houve a emergência de categorias identitárias referentes às pessoas com HIV e AIDS. De 83 a 87, termos como vítima, paciente e portador de AIDS foram os mais usados. Os pacientes eram sempre representados em camas de hospital, exigindo cuidados médicos, o que construía culturalmente uma condição clínica e suportava formas de distância social. Todas essas categorias e imagens enfatizavam a degradação passiva e inevitável vivida pelos soropositivos (VALLE, 2002, p.185).

A partir de 1987 entramos em um outro momento, a imprensa passa a utilizar o termo “aidético”. Todas as pessoas que contraíam o HIV passaram assim a serem chamadas. Surge, então, uma nova identidade que abrange diferentes grupos: a mulher aidética, o gay aidético, o hemofílico aidético. A História nos mostra que, infelizmente, este termo passou a ter um significado pejorativo e os doentes de AIDS o rejeitam veementemente até hoje:

Ser um aidético veio sugerir, portanto, uma identidade abrangente que definia e agregava pessoas das mais diversas trajetórias e experiências sociais, culturais e subjetivas [...] Todos eram subentendidos por meio de uma identidade comum, que era mais caracterizada pelo estigma da doença e sempre sobre o signo da morte (VALLE, 2002, p.185).

Nesse período, a imprensa estampava em suas manchetes de jornais e capas de revistas, fotos de pessoas doentes, escancaravam sua agonia publicamente, citavam tratamentos alternativos, escreviam obituários:



Figura 1: capas de revistas da década de 1980

- “A epidemia se espalha pelo Brasil” – Revista VEJA;
- “AIDS – Médicos ainda não sabem se Cazuzza volta ao Brasil – Trapalhão Zacarias foge até dos amigos – Strazzer deixa o hospital mas ainda faz mistério” – Revista Amiga;
- “AIDS – a vez dos VIPs” – Revista Manchete.

Estes e outros títulos chamativos estampavam as capas das revistas que circulavam nas bancas do país.

Esse momento só viria a mudar a partir do final do ano de 1991, quando o grande astro do basquete norte-americano Magic Johnson declarou em novembro daquele ano que estava se afastando do esporte por ter contraído o vírus HIV. Devido à associação da AIDS com a homossexualidade, o jogador obrigou-se a vir a público negar que tivera relações homossexuais e reafirmar sua heterossexualidade.

Após sua coletiva de imprensa, ele criou uma fundação de combate à AIDS e a população mundial passou a identificar os que possuíam o vírus com uma nova cara: os “assintomáticos”. O termo “aidético” designava os que já haviam manifestado a doença e “assintomático” categorizava os que possuíam o vírus na corrente sanguínea, mas nenhuma manifestação da doença.

“A identidade estigmatizada do aidético manifestava, sobretudo, uma forma de violência simbólica que a imprensa produziu ao longo de todos esses anos” (Valle, 2002, p.187). Criava-se um novo termo para designar o portador, mas o termo usado anteriormente – “aidético” – herda toda a carga semântica negativada da doença perante a população. Por mais que a imprensa tentasse, parecia haver sempre um setor que explorava o lado negativo da doença:

A respeito das matérias que traziam um tom extremamente preconceituoso em relação aos gays, Conceição Lemes, jornalista que viveu o período inicial da doença e escreveu sobre a AIDS, salienta que a mídia era constituída por pessoas, e que essas pessoas possuíam preconceitos, principalmente em relação aos gays. Assim, de certa forma, acabaram por reproduzir os seus preconceitos nas matérias dos jornais. Segundo Lemes, por um lado a mídia foi importante na informação que se tinha a respeito da enfermidade, mas, por outro lado, não teve o senso crítico para não reproduzir um discurso tendencioso e preconceituoso (VITIELLO, 2009, p.43).

O momento atual da relação AIDS-Imprensa torna-se então o mais ponderado: as reportagens são mais investigativas, o exagero deu lugar ao esclarecimento. A doença não é mais um ‘bicho-papão’ vindo do exterior e distante do cotidiano – temos contato, ou, no mínimo, o conhecimento, de alguém que possui o vírus e leva uma vida plena.

O Brasil oferece um excelente tratamento aos portadores da doença desde que foi aprovada a Lei nº 9313/96 do então senador José Sarney, garantindo a distribuição gratuita de medicamentos aos pacientes – a expectativa de vida destes subiu, e a qualidade da mesma, também. Com a população envolta em bastantes informações sobre a doença nos dias atuais, é natural que as manchetes e reportagens sejam menos sensacionalistas: ter AIDS deixou de ser considerado uma sentença de morte e passou a ser apenas uma doença crônica – tipo de doença incurável e que pode vir a matar o paciente, mas que com tratamento, é possível uma sobrevivência longa, desde que o tratamento seja seguido regularmente e com qualidade.

As capas de revistas que abordaram a temática da AIDS nos últimos anos apontam para uma iminente cura da doença:



Figura 2: Capas das revistas da década de 2010

- “A cura da AIDS” – Revista Época, outubro de 2010;

- “O maior golpe contra a AIDS” – IstoÉ, julho de 2012;
- “Enfim, a cura da AIDS” – Superinteressante, agosto de 2013.

Enfim, vacinas estão sendo testadas; casos de pessoas que não têm mais o vírus detectável na corrente sanguínea são reportados. Mas não é motivo ainda de comemoração, mesmo que o caminho científico aponte para uma solução do problema do HIV.

Por mais que o tom da imprensa para com os soro positivos tenha mudado, o estigma que se construiu sobre o doente de AIDS solidificou-se. Já dizia Albert Einstein, que é mais fácil desintegrar um átomo do que um preconceito. No caso da AIDS, ele persiste.

Considerações finais

Apesar de todas as informações científicas positivas, indicativas de qualidade de vida, o preconceito parece não ter retrocedido. Quando do seu surgimento, a doença adquiriu dimensões excludentes de tal porte que mudou o modo como as pessoas encaravam o sexo. O médico Jonathan Mann, antigo responsável na Organização Mundial de Saúde (OMS) pelo programa de controle da AIDS, em 1987, “alertou que a doença representava na verdade três epidemias: a primeira, da infecção pelo vírus; a segunda, das doenças infecciosas, e a terceira, das reações sociais, culturais, econômicas e políticas” (DARDE, 2006, p. 19).

Por mais que se cure o vírus – tal qual a lepra, o câncer e outras doenças consideradas máculas sociais no passado –, uma sombra ainda paira sobre os que foram marcados pelo HIV. O preconceito e o estigma foram construídos através desta terceira representação da epidemia – “reações sociais, culturais, econômicas e políticas”. Entender como este preconceito, esta mancha, este estigma foi construído social, cultural, econômica e politicamente é vital para desconstruí-lo.

Hoje, uma pessoa com HIV tem acesso à medicação gratuita e, caso tome o remédio regularmente, vive normalmente. Exames mais modernos apontam que o vírus fica indetectável – carga viral zerada – para estas pessoas. São muitos os casos noticiados de pessoas que mantem um relacionamento soro discordante. No entanto, muitos ainda preferem manter sua condição sorológica em sigilo a fim de não sofrer nenhum tipo de retaliação social. A cura da doença parece estar perto, a do preconceito a anos-luz.

Referências

ALSINA, Miguel Rodrigo. **La construcción de la noticia**. Barcelona: Paidós, 1996.

BARATA, Germana F. **A primeira década da AIDS no Brasil: o Fantástico apresenta a doença ao público (1983-1992)**. 2006. 196 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade de São Paulo, Programa de Pós-graduação em História Social, São Paulo, 2006.

CAMPOS, Carla L. O. **Mídia, discurso e referenciação: a construção do objeto discursivo guerra no Iraque**. Programa de Mestrado em Letras. Universidade Federal de São João del Rei. 2006

DARDE, Vicente. **As vozes da AIDS na imprensa: um estudo das fontes de informação dos jornais Folha de S. Paulo e O Globo**. 2006. 186 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-graduação em Comunicação e Informação, Porto Alegre, 2006.

DJJK, Teun A. **Discurso e poder**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.

FAUSTONETO, **Comunicaçãoemídiainpressa:estudosobreAIDS**. São Paulo: Hacker Editores, 1999.

FAIRCLOUGH, Norman **Discurso e mudança social**. Tradução: Izabel Magalhães. Brasília: Editora UnB, 2001.

FIOCROUZ, **O Vírus da Aids, 20 anos depois**. – reportagem especial. Disponível no endereço: <http://www.ioc.fiocruz.br/aids20anos/index.html>. Publicado em 29/11/2007. Acesso: 01/07/2014

FOLHA DE S. PAULO. Versão online do jornal. www.folha.uol.com.br. Acesso em janeiro de 2013.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France**. Tradução: Eduardo Brandão. – São Paulo: Martins Fontes, 2001.

GOFFMAN, Erving. **Estigma: la identidade deteriorada**. 1ª edição 10ª reimpressão. Buenos Aires: Amorrortu, 2006.

GOMES, Wilson. **Jornalismo, fatos e interesses: ensaios de teoria do jornalismo**. Série Jornalismo a Rigor. V.1. Florianópolis: Insular, 2009.

LEITE, Gisele. **Ainda sobre o preconceito...** 18/01/2011 In: http://www.conteudojuridico.com.br/?colunas&colunista=2532_Gisele_Leite&ver=841 Acesso: 02/08/2013

_____. **O que é o preconceito?** 08/02/2007 In: <http://www.giseleleite.prosaeverso.net/visualizar.php?idt=374355>Acesso:02/08/2013

MOITA LOPES, Luiz P. **Linguística Aplicada como lugar de construir verdades contingentes: sexualidade, ética e política.** *Gragoatá* v. 27 p. 33-50, 2010

PARK, Robert E. **A notícia como forma de conhecimento: um capítulo da sociologia do conhecimento.** In: STEINBERG, Charles, (org.) *Meios de comunicação de massa.* São Paulo, Cultrix.

THOMPSON, John Brookshire. *Ideologia e cultura moderna: teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa.* 9 ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

VALLE, Carlos Guilherme do. **Identidades, doença e organização social: um estudo das “Pessoas Vivendo com HIV e AIDS”.** *Horizontes antropológicos.* [online]. 2002, vol.8, n.17, pp. 179-210. ISSN0104-7183.

VITIELLO, Gabriel. **A AIDS em cena: os primeiros protagonistas da maior epidemia no final do século XX.** 2009. 108 f. Dissertação (Mestrado) – FIOCRUZ . Programa de pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, Rio de Janeiro, 2009.

GÊNERO, JUVENTUDES E SEXUALIDADES: ATRAVESSAMENTOS ENTRE A ESCOLA E A FAMÍLIA

Karine Nascimento Silva¹
Mary Garcia Castro²

Resumo: O presente estudo visa apresentar reflexões em torno da sexualidade humana, especificamente ao se reportar as sexualidades não cisheteronormativas. O trabalho mostra o resultado de investigações acerca das representações, experiências e demarcação das diferenças entre gêneros, além de pensar a questão da pluralidade sexual. Por tais razões, a pesquisa centrou sua investigação nas narrativas juvenis que reportam violências, silenciamentos, transgressões e encontros em complexidades. Os resultados demonstram a necessidade do debate sobre gêneros e sexualidades, de modo que possa contribuir para o questionamento e desestabilização da hegemonia compulsória do modelo cisheteronormativo.

Palavras-chave: Juventudes, Gênero, Sexualidades.

1 Mestra em Família na Sociedade Contemporânea – UCSAL/BA. Secretaria Municipal de Educação/ Jagaquara.
E-mail: karinensilva@hotmail.com.

2 PhD em Sociologia, especialização em Demografia e Pós Doutorado em Estudos Culturais. Bolsista CAPES, Pós Graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidades – UESB/Jequié. Pesquisadora da FLACSO/BRASIL.
E-mail: castromg@uol.com.br.

Introdução

Inúmeros estudos de diferentes campos disciplinares abordam a questão da (s) sexualidade (s) e seus desdobramentos na sociedade vigente, sobre a égide de concepções complexas, que reverberam em diferentes cenários, com inserção na agenda de áreas como saúde, educação, segurança pública, Direitos Humanos, entre outras. A discussão envolta as sexualidades transitam por vários olhares, deflagram debates e ao mesmo tempo fomentam silêncios, fragmentações que desencadeiam a questionamentos contínuos, especificamente ao reportarem as sexualidades dissidentes ao modelo imposto socialmente pela cisheteronormatividade³.

As representações sociais relativas às sexualidades denotam um viés normatizador, um campo minado, movediço e, portanto, merece o desencadeamento investigativo e análises críticas a fim de que evoquem repercussões éticas e políticas que evidencie a equidade de direitos a todas as pessoas. Entretanto, a busca enfática por uma definição da sexualidade na perspectiva de Foucault (1988), ocorreu em um determinado momento, mais precisamente na metade final do século XIX, constituindo todo um conjunto de condições para que os corpos, os desejos, a sexualidade e a existência de homens e mulheres fossem significados. Contudo, tais discursos sobre a sexualidade eram produzidos nas esferas da invenção dos tipos sexuais, emergidos numa visão binária, estes, porém indicavam e definiam o que era considerado normal e o que era patológico, seguindo uma cadência de hierarquizações, ou seja, a disciplinalização dos corpos e da (s) sexualidade (s).

Tais discursos eram outorgados pela ciência e assumiam um status de verdade, se retroalimentavam ou destoavam dos discursos produzidos nas instâncias das leis, da Igreja e da moral. Nessa intrincada conjuntura houve as incursões às sexualidades periféricas (FOUCAULT, 1988), que por sua vez provocaram a incorporação das perversões e novas especificações @s⁴ sujeit@s. Deste modo surgem à homossexualidade e o homossexual, cuja referência é datada nas sociedades, em tempos históricos remotos como apontam os estudos de Trevisan (1986), Bremmer (1995), Mott (2003) e Naphy (2006). As práticas afetivas sexuais entre pessoas de mesmo sexo adquirem neste contexto novas conotações e o binarismo - heterossexualidade versus homossexualidade é instaurada.

3 O termo cisheteronormatividade foi introduzido por ativistas transfeministas como um neologismo no sentido de atribuir um nome às matrizes normativas e ideais regulatórios relativos às designações compulsórias das identidades de gênero e da orientação sexual. Nesse sentido, nomeia-se, conseqüentemente, experiências de identificação de pessoas, ao longo de suas vidas, com o sexo/gênero que lhes foi designado e registrado no momento do nascimento (atribuição marcada pelos saberes médico e jurídico), após esta definição, a heterossexualidade passa a ser definida como única possibilidade de sexualidade. Assim, toda uma gana de sexo, sexualidade e identidade de gênero deveriam se esquadrar dentro dos moldes da cisheteronormatividade, sendo apenas pessoas cisgênera e tendo a única orientação sexual considerada normal a heterossexualidade.

4 Desejo informar que optei por utilizar "@" nos substantivos comum-de-dois, nos substantivos biformes e em alguns sobrecomuns, em substituição ao marcador de gênero "o/a", quando utilizado em referência a um grupo de pessoas. As alterações são extensivas aos determinantes e referentes desses substantivos. A decisão foi tomada pela minha filiação a um posicionamento crítico, na tentativa de me afastar das generalizações e essencializações das palavras, tomadas com base no gênero masculino, atenta para o acolhimento das identidades não binárias e transgredir a linguagem escrita dominante masculina.

No intuito de garantir o privilégio da heterossexualidade, agregada ao estatuto de normalidade e naturalidade, muitos esforços foram efetuados, nas mais diversas instâncias. No entanto, a manutenção desta lógica impõe que todas as pessoas sejam ou devam ser heterossexuais, fato este que fomenta a homofobia, ao mesmo tempo, sentimentos de fascínio, estranhamento, medo e abjeção pela homossexualidade (BUTLER, 2013). Por outra vertente situacional, representações sociais relativas à família ainda se revelam desafiadoras às Ciências Humanas, visto que, apesar de haver algum consenso, não se constitui uma fácil definição do que atualmente se concebe como família (s). Embora um modelo idealizado de família, alicerçado em bases hegemônicas, nota-se os desdobramentos políticos e a constatação empírica da diversidade de arranjos familiares, já começam a se fazer sentir em vários níveis. Nesse contexto, a saber, pessoas que se percebem e/ou se assumem como não cisgênera⁵ e heterossexual.

Pensando no espaço da escola como constituído de diversos sujeit@s, estão presentes, pessoas não heterossexuais e não binárias, logo os desafios continuam e se intensificam. No entanto, ao se tratar das interfaces das juventudes, as questões de gênero e sexualidade tornam-se mais complexas, pois é necessária a reflexão sobre a possibilidade de processos de subjetivação, hierarquizações, o forjar das identidades e as transgressões do que se impõe como hegemônico. Enlaçando as questões acerca das sexualidades, as relações interpessoais que se desenvolvem e são construídas na interseção família e escola, ao evocar as narrativas d@s jovens sobre a diversidade sexual, foco da presente pesquisa, tem-se como instigante e desafiadora proposta o debate sobre abordagens e silêncios na família e na escola, implicando análises sobre (re) significação das narrativas e dos discursos relacionadas à sexualidade humana.

No que tange à educação institucionalizada, no caso específico do Brasil, essas reflexões, no entanto, não resultaram na plena incorporação e explicitação dos temas nos documentos da política educacional. Todavia, o tratamento a essas temáticas nas aulas limitou-se a biologiação da sexualidade e do sexo, ao priorizar, simples e unicamente, conteúdos formais concernentes à reprodução humana e a prevenção das Infecções Sexualmente Transmissíveis – IST.

Faz-se necessário repensar se a construção social das expectativas e demandas das famílias fomentam orientações no sentido de ocultar a sexualidade e a manter o “amor que não ousa dizer o seu nome”. E se tais comportamentos não teriam como consequência um limitar a vida d@s sujeit@s, gerando um isolamento pessoal muitas vezes opressivo (SANDERS, 1994), ou seja, sentidos que @s possuem sobre a dinâmica familiar sobre as sexualidades, outro tema fomentador deste estudo.

5 Uma pessoa cisgênera é uma pessoa na qual o sexo designado ao nascer, o sentimento interno/subjetivo de sexo, o gênero designado ao nascer mais o sentimento interno/subjetivo de gênero, estão alinhados ou deste mesmo lado. Em suma, é a pessoa que foi designada “homem” ou “mulher”, se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal.

Caminhos metodológicos

O presente estudo, aborda um conteúdo inquietante e polêmico, sendo negligenciado tanto na família quanto na escola. Assim, busca-se compreender de forma aprofundada, foram utilizados os seguintes referenciais teóricos: Teoria dos Estudos Culturais que tem como foco, os processos sociais de classificação, controle e/ou estigmatização daquel@s socialmente vistos como diferentes, antes classificad@s como desviad@s ou anormais. Associada a essa linha teórica utilizou-se os Estudos *Queer*⁶, sendo compreendidos como uma perspectiva voltada aos processos de categorização sexual e sua desconstrução (GAMSON, 2006). Nesta linha teórica, recorreu-se aos/as pesquisador@s: Beatriz Preciado (2011), Guacira Lopes Louro (1994), Judith Butler (2013), Leandro Colling (2011), Michel Foucault (1988), Richard Miskolci (2005) e Tomaz Tadeu da Silva (2012).

O objetivo principal consistiu em analisar as representações (MOSCOVI, 2009) d@s jovens sobre diversidade sexual nos lócus da família e da escola e de que forma essas narrativas reportam violências, silenciamentos, transgressões e encontros em cumplicidades. Buscou-se compreender a atuação social da família e da escola na dinâmica de formação de subjetividades, produção e/ou ausência de práticas/ideário que colaboram com violências e as estratégias juvenis em tais embates e seus questionamentos sobre codificações em relação às sexualidades. Para tanto, o estudo teve como pauta os seguintes questionamentos: quais são as representações d@s jovens sobre diversidade sexual e como essas se constroem e são enfrentadas por el@s no âmbito da família e escola? Como as narrativas juvenis se materializam em trajetórias de sofrimentos, discriminações, silenciamentos, cumplicidades, encontros e mudanças nas famílias e nas escolas? Mediante as narrativas, haveria ou não indícios de que as abordagens realizadas no contexto familiar e na escola sobre sexualidades têm atendido demandas da contemporaneidade, como o respeito à diversidade?

Instrumental analítico da pesquisa

Buscando compreender a atuação social familiar e escolar na dinâmica de formação de subjetividades, produção e/ou ausência de práticas/ideário que colaboram com violências, bem como as

6 *Queer* será grifada no sentido de resignificar, como movimento e atravessamentos. Não é uma tentativa de desconsiderar seu teor político, mas entendê-la pelo viés de questionar as categorizações, assim o termo teoria será suprimido no texto por escolha própria da autora. A palavra *Queer* foi usada historicamente de forma negativa para humilhar e envergonhar pessoas que apresentam suas identidades de gênero e sexuais fora da imposição de padrões que são considerados legítimos, ditos “normais” da cultura onde vivem. O termo foi resignificado e apropriado por parte das pessoas ligadas aos movimentos feministas e das minorias políticas sexuais como uma afirmação paródica dessa inscrição negativa, mas também como uma forma de resistência e proposital ironia à cisheteronormatividade (FURLANI, 2003). Nesse contexto, a Teoria *Queer* pode ser considerada uma política de conhecimento cultural (LOURO, 2004), pensar *Queer*, é não somente pensar @ homossexual, mas também, @ diferente não fix@, considerando o impensável.

estratégias d@s jovens em tais embates e questionamentos sobre codificações em relação à sexualidade. A abordagem utilizada para a compreensão da produção de sentido tende a enfatizar a linguagem verbal;

os gestos mudos, as enfermidades e todo o tumulto que nos rodeia pode, igualmente, falar-nos, e, com mais atenção que nunca, estamos dispostos a escutar toda essa possível linguagem, tratando de surpreender sob as – palavras um discurso que seria mais essencial (FOUCAULT, 1987, p. 14)

Sendo assim, as formas de análise propostas tendem ao diálogo implícito na produção de significados e em sucessivas associações de ideias. A análise iniciou com uma imersão no conjunto de informações coletadas, procurando aflorar as interpretações, sem engessar os dados em categorias fixas e classificações. No estudo em questão, as referências a valores e comportamentos que foram analisados reportam-se a maneira de como @s jovens, participantes dessa pesquisa, compreendem a diversidade sexual tanto no âmbito da escola e da família.

Compreender a vida social sob o prisma dos efeitos discursivos abre possibilidades do entendimento das (des) identidades sociais como ações performativas. Nesse sentido, analisaram-se as identidades de gênero e sexualidade pela perspectiva dos estudos de Butler (2013), no entanto, ressalta-se que o contingente significativo de dados coletados, priorizou-se o que melhor ilustram as interpretações tecidas.

São narrativas que dizem respeito às percepções que produzem si própri@s e d@s outr@s, de que maneira se identificam e identificam as outras pessoas? Como se identificam/percebem e são identificadas/percebidas pel@s outr@s? Além disso, as falas d@s entrevistad@s acerca de suas experiências com a sexualidade. Posteriormente, a segunda categoria implica, de acordo com as respostas obtidas, perceber/expressar as representações e narrativas sobre a sexualidade e a diversidade sexual pelo prisma da escola. Apesar de serem respostas, em boa parte, fundamentadas em construções sociais, as questões que envolvem a não heterossexualidade no contexto da escola ainda é carregada de preconceitos, de posicionamentos negativos em relação às orientações sexuais não heterossexuais, principalmente as normas heteronormativas atravessam os discursos d@s participantes.

Por fim, a terceira categoria apresenta o que @s jovens dizem sobre as representações de suas famílias em relação à diversidade sexual. Preceitos religiosos e tensões estão presentes nas narrativas dadas, enfatizando o binômio homo/heterossexual e normal/patológico, conforme a análise do material a ser apresentado.

Tecendo considerações

No decorrer do estudo foi apresentado os espaços macrossociais de incursões a sexualidade: escola e família, entre alianças e duelos, o cerne consistiu no debate entre família e a escola em relação à

diversidade sexual, como também, a inquietação acerca das construções simbólicas que ambas podem possibilitar na produção de fronteiras para as sexualidades a fim de normatizá-las. Neste sentido, as falas expostas foram compondo as representações e vivências dest@s estudantes, nas tessituras de descoberta da sexualidade, atravessadas por uma educação alicerçada pelo cristianismo, onde o gênero é forjado, assim considerada pelas influências e interferências nas subjetividades juvenis. Do mesmo modo, este modelo cristão de educação, observado no contexto da escola e da intrometem nas construções identitárias, movimentando a pessoa para o exercício da discrição, encaminhando para práticas e discursos preconceituosos em torno do repúdio a não heterossexualidade e suas representações.

O emaranhamento do preconceito sexual com outros dispositivos de subordinação, tais como classe, raça ou outros, ainda são pouco investigados e necessitam de mais estudos para que se possa ter maior alcance da influência nos processos de construção da democracia social e sexual. No contexto da educação, percebe-se que se trata de uma questão bastante complexa, recente e de relevância estratégica, pois muitos dos instrumentos de infra-humanização e modos de subordinação atravessam as práticas educativas. Neste campo, há um abismo entre o que é difundido nas principais legislações e diretrizes e o que de fato ocorre no cotidiano das escolas.

Tanto na escola, tal qual em outras esferas sociais, o saber sobre as marcas de um grupo rompe com a alienação, ao mesmo tempo, que propicia as pessoas desconstruírem estereótipos produzidos para representar cada grupo discriminado. Neste estudo empírico, pode-se constatar que superficialmente @s jovens relataram que são poucos @s professor@s que expõem abertamente os seus preconceitos, no entanto, é possível constatar a materialização de estereótipos, a ênfase em uma heteronormatividade compulsória e falas que inferiorizam as pessoas não heterossexuais. É importante pensar, neste contexto, que a postura homofóbica da escola pode ser corroborada pela ausência de legislação e documentos oficiais que mencionem a homossexualidade na escola.

Em outras palavras, muito se tem discutido sobre democracia, inclusão, não discriminação em relação a todos os segmentos, de alguma forma, vítimas de subordinação e inferiorização. Como as que ocorrem com negr@s, índi@s, mulheres, pessoas deficientes, contudo a produção visando à comunidade escolar sobre os direitos humanos d@s sujeit@s não heterossexuais é ainda tímida. Um exemplo é a questão da Educação Inclusiva, propagada no cenário escolar, uma vez que não se associa a ela a questão de gênero e das sexualidades.

A saber, @s jovens demonstraram não ter dificuldade em conviver com pessoas não heterossexuais, falam em respeito, no entanto as relações se estabelecem de forma desigual, uma vez que representam essa orientação sexual como problema, e admitem que sua opção acarreta transtornos e constrangimentos, ou como algo excêntrico, mas que muitos del@s consideram como normal e natural. Em parte, alguns/algumas jovens tendem a negligenciar situações de violência e discriminação sofridas na escola, outr@s revelam abertamente, no entanto a maioria assinala tais violações e afirmam que o preconceito da escola e das famílias é comum. Outr@s relatam que @ professor@s representam a homossexualidade de forma negativa, mencionaram a dificuldade em conviver com o que el@s consideram diferentes

e as suas aulas não tematizam a diversidade sexual. A maioria d@s jovens afirmaram que na prática a diversidade sexual não é abordada, o assunto apenas é discutido quando vinculado a situações de conflitos e tensões, de forma pontual e sem aprofundamentos.

Foi percebido nos relatos que a relação de gênero é compreendida nos padrões heteronormativos, bem como as práticas sexuais apenas são legitimadas e aceitas nesta perspectiva. Observou-se a vigilância impetrada pela família e a tentativa de prevenir a homossexualidade, estimuladas pela religião, como também o esquema dicotômico, que localiza as mulheres como submissas ao homem dominador e à vigilância familiar.

Nesse sentido, torna-se imprescindível o diálogo comprometido entre políticas de gênero e sexualidade, escola e família. Mediante os relatos reitera-se alerta de vários estudos, ou seja, a necessidade de formação d@s professor@s para o debate sobre gênero e sexualidades, de modo que a escola e tod@s @s envolvid@s, numa parceria de trabalho com as outras instâncias sociais, possa ser um espaço privilegiado para o questionamento e desestabilização da hegemonia compulsória do modelo heteronormativo. Como encaminhamentos, deseja-se discussões das análises e ampliação do objetivo proposto de tematizar sobre diversidade sexual. Busca-se com este estudo, o engajamento em ações de formação de professor@s, com base em uma teorização crítica que auxilie compreender a transformações para inaugurar mudanças dentro e fora da sala de aula.

Referências

ADORNO, Sergio e PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência contra crianças e adolescentes, violência social e Estado de Direito. São Paulo: **São Paulo em Perspectiva**. Fundação Seade, v.7, n.1, jan. /mar. p. 106 – 118, 1993.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023: informação e documentação – referências – elaboração**. Rio de Janeiro, 2000.

BEMMER, J. Pederastia Grega e Homossexualismo Moderno. In: Bremmer, J. (org) **De Safo a Sade – Momentos na história da sexualidade**. Tradução: Cid knipel Moreira. Editora Papirus, Campinas-SP, 1995.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero – feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

COLLING, Leandro (Orgs.). **Stonewall 40+ o que no Brasil?** Salvador: EDUFBA, 2011.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: A vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Alurqueque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

FURLANI, Jimena. **Educação sexual: possibilidades didáticas**. In: **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo da educação**. Rio de Janeiro: Vozes, 2003, p. 66- 81.

JODELET, Denise. La representación social: fenómeno, concepto y Teoria. In: MOSCOVICI, Serge (Org.). **Psicologia Social**. Buenos Aires: Paidós, 1991.

LOURO, Guacira Lopes. Uma leitura da História da educação na perspectiva do gênero. **Projeto História (PUCSP)**, São Paulo, v. 11, p. 53-67. jan./dez.1994. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/search/authors/view?firstName=Guacira&middleName=&lastName=Lopes%20Louro&affiliation=&country=> Acesso em 13/10/2015.

MELUCCI, Alberto. **Por uma sociologia reflexiva: pesquisa qualitativa e cultural**. Tradução de Maria do Carmo Alves Bomfim. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MISKOLCI, Richard. Do desvio as diferenças. In: Teoria & Pesquisa: **Dossiê, normalidade, desvio, diferenças**. São Carlos. Pós-graduação em Ciências Sociais. 2005. p. 9 - 42

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

_____. **Representações Sociais: Investigações em Psicologia Social**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 6ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

MOTT, Luiz; CERQUEIRA, Marcelo. **Matei porque odeio gay**. Salvador: Editora: Grupo Gay da Bahia, 2003.

NAPHY, Willian. **Born to be gay: História da homossexualidade**. Lisboa: Edições 70, 2006.

PINHEIRO, Odette de Godoy. Entrevista: uma prática discursiva. In: SPINK, M. J. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de pesquisas Sociais. 2013, p.156- 186.

PRECIADO, Beatriz. Multidões Queer: notas para uma política dos —anormais. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: UFSC, v.19, n.1. jan./abr. 2011.p.1120. Disponível: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/19985/18390> . Acesso em: 14/08/2015.

SANDERS, G. O amor que ousa declarar seu nome: do segredo à revelação nas afiliações de gays e lésbicas. In: E. Imber-Black (Org.). **Os segredos na família e na terapia familiar** (p. 219- 244). Tradução de Denise Batista. Porto Alegre: Artes Médicas, 1994.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org. e Trad.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 11ª. ed. Petrópolis: Vozes, 2012. p. 73-102.

SPINK, Mary Jane. (org.) **Práticas discursivas e produção de sentido no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas**. Rio de Janeiro. Biblioteca Virtual de Ciências Humanas do Centro Edelstein de pesquisas Sociais. 2004, p.156- 186.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. São Paulo: Editora Max Limonad, 1986.

O DISCURSO DO FEMINISMO SOB A ÓTICA DAS JOVENS ESTUDANTES DE COLÉGIO ESTADUAL DE VITÓRIA DA CONQUISTA-BA.

Larissa Silva Alves¹
Adriana Maria de Abreu Barbosa²

Resumo: Propõe-se neste trabalho apresentar os discursos feministas sob a ótica de jovens estudantes do ensino médio de Colégio Estadual de Vitória da Conquista-BA. Para obtenção de resultados, utilizamos o grupo focal como instrumento metodológico de investigação, sendo este um método de cunho qualitativo em educação para analisar o discurso (VanDijk, 2008) entre as jovens. Embasamos, teoricamente, pelos estudos da Sociologia a respeito dos conceitos de gênero (LAURETTIS, 1994) e feminismo Margareth Rago ; Simone de Beauvoir - 2016 e da Guacira Louro (1997) chamando para uma reflexão a partir das falas, sobre a representação do feminismo na realidade social das jovens. Os primeiros resultados obtidos denunciaram, em um grau ou outro, a superficialidade e os equívocos conceituais acerca do tema.

Palavras-Chave: Feminismo, Gênero, Estudantes.

Abstract: It is proposed in this paper to present the discourse of feminism from the perspective of young high school students of the State College of Vitoria da Conquista-Ba. To obtain results, we used the focus group as a methodological research tool, which is a qualitative method in education to analyze the discourse (VanDijk, 2008) among young women. We are, theoretically, based on the concepts of gender (Laurettis, 1994) and feminism (Margareth Rago, Simone de Beauvoir - 2016 and Guacira Louro - 1997), calling for a reflection from the speeches on the representation of feminism in the social reality of young women. The first results obtained denounced, to one degree or another, the superficiality and conceptual misconceptions about the theme.

Key words: Feminism, Gender, Students.

1 Letras: Cultura, Educação e Linguagens (PPGCEL)/UNIVERSIDADE ESTADUAL DO SUDOESTE DA BAHIA (UESB) – Campus de Vitória da Conquista - Ba.

E-mail: larissa-alves1@hotmail.com

2 Doutora em Semiótica pela UFRJ(2001). Professora Titular no Departamento de Ciências Humanas e Letras da UESB).

OCUPAÇÕES SECUNDARISTAS PAULISTA E O PROTAGONISMO DE MULHERES EM 2015

Francileide Araujo

Resumo: O presente artigo aborda a partir de entrevistas de jornais e documentários e declarações do Estado, as ocupações das escolas do Estado de São Paulo no 2º semestre de 2015. Enxergar o movimento não somente como uma articulação que derrubou uma reforma do governo, mas também que formou cidadãos e cidadãs com uma consciência política e crítica mais apurada, e especificamente mulheres que viram o período como um momento de inserção nas discussões sobre a política brasileira e principalmente nas pautas sobre o direito das mulheres. O entendimento da estrutura social onde mulheres ainda são consideradas inferiores aos homens e sofrem com uma sobrecarga, foi combatido durante as ocupações, onde a divisão sexual do trabalho foi totalmente desfigurada pelas ocupantes. As influências de períodos históricos como a Revolta dos Pinguins no Chile e a Revolução da América Latina, que foi explorada nas ocupações. Dentre tantas descobertas e questionamentos se estruturou em um movimento auto organizativo com discussões sobre gênero, sexualidade, classe e raça e suas articulações com a educação. Intersecções que atualmente no Estado de São Paulo são repudiadas pelo conservadorismo. Entretanto, os resquícios do movimento de 2015 ainda pairam sobre a cidade, fazendo com que jovens, principalmente mulheres, tomem as ruas para se manifestar tendo o pleno entendimento das suas reivindicações. O movimento secundarista em sua amplitude, principalmente para mulheres, trouxe um novo significado para liberdade, outros parâmetros para o futuro e principalmente uma larga formação política prática. Coisas que só foram possíveis de entender quando compreenderam que desde sempre lutam a vida, principalmente a vida das mulheres.

Palavras chaves: Ocupação, Protagonismo, Mulheres, Educação

Os processos democráticos no Brasil ocorrem desde de 1988 com a consolidação da Constituição Federal após o golpe de 64, onde direitos como a educação, saúde e informação eram assegurados no artigo 5º, e também, no mesmo Artigo, era garantido o direito de se manifestar publicamente. Entretanto, após 27 anos da Constituição Federal, na cidade de São Paulo, esses direitos foram violados ao então governo impor uma medida de sucateamento da educação e usar as forças militares para inibir as manifestações políticas. Além de violar a Constituição, também era violado o Estatuto da Criança e do Adolescentes, pois vários adolescentes foram detidos sem motivos aparente e sem o resguardo de um juiz. A arbitrariedade do governo de Geraldo Alckmin perpassa pelo predomínio de mais de 20 anos de somente um partido no Estado, criando assim um playground tucano onde o liberalismo e a possibilidade de privatização sempre eram uma proposta tentadora. A partir das ocupações, do protagonismo juvenil e principalmente de mulheres na linha de frente, que se deu esse levante secundarista no Estado de São Paulo no ano de 2015.

Pensar em uma forma mais ampla, do que significou o ano de 2015 mundialmente, podemos elencar uma série de acontecimentos que podem ter contribuído para esse levante secundarista pela educação e principalmente pela autonomia e democracia dentro das instituições públicas. Houve, logo no começo do ano, o atentado ao jornal *Charlie Hebdo*, em Paris, amorte de um jovem negro em Baltimore nos EUA, o aumento na conta de luz no Brasil, dólar a R\$ 4,00 reais, aprovação da PEC das Domésticas, ações do Estado Islâmico, Guerra na Síria, perca do Grau de Investimento no Brasil, legalização do casamento LGBT nos EUA, Violência policial no Rio de Janeiro com mais evidência na mídia, o desastre de Mariana, início da Lava Jato com José Dirceu, as Ocupações, Macri vencendo as eleições para presidente na Argentina e a abertura do processo impeachment da então presidenta Dilma Rousseff (PT).

Experenciar todos esses acontecimentos, alguns decisivos para o futuro do país, colocou diversas estudantes, como eu, do ensino médio em um processo de entendimento social e principalmente pessoal. Em março de 2015, os estudantes das escolas estaduais do Estado de São Paulo presenciaram uma greve, desmobilizada, dos professores, que já previam a medida que o governador Geraldo Alckmin (PSDB) tomaria no 2º semestre de 2015.

A escolas estaduais de São Paulo em 2015 conta va com 5.603 unidades, 158.591 docentes e 3.825.595 discentes (Corti; Carrochano; Silva, 2015). A rede estadual já havia passado por uma reorganização em 1995 para favorecer a municipalização do ensino. Ela foi criticada, mas foi implanta de maneira rápida, quase na mesma velocidade que a de 2015, se não conta sse com o levante secundarista tendo mulheres como linha de frente.

Comisso, apartir de setembro, comum a notícia vinculada ao jornal Folha de São Paulo, consolidaram que a medida para educação teria como principais afetados o alunado, com o fechamento de mais de 90 unidades escolares, imposição da troca de escola e principalmente a superlotação das salas de aulas, que já era um problema antes mesmo do anuncio da reorganização, a exemplo da escola E.E Sebastião Walter Fusco, situada na região metropolitana de SP, onde alunos tinham que chegar mais cedo para

conseguir cadeira para sentar e era comum ver a situação de alunos dividindo uma cadeira durante o período de aula.

Antes de todo o processo de ocupar as escolas, foi tentado diversas etapas, como abaixo-assinado, reuniões com as diretorias de ensino e tentativa de diálogo direto com a com o Governador e o Secretário de Educação. Mas, quando se tem um governo que só dialoga com estudantes pela força policial, outras medidas tiveram que ser tomadas, como as ocupações das escolas.

A principal inspiração para o levante secundarista foi a Revolta dos Pinguins no Chile, onde as escolas públicas permaneceram ocupadas por mais de 6 meses em protesto a uma medida do governo que iria sucatear ainda mais o ensino público. A partir da tradução de uma cartilha pela página do Facebook chamada “Mal Educado”, onde foi apresentado a proposta de ocupação, estudantes brasileiros começaram a se articular para ocupar a escola.

Pensando no processo formativo dentro das ocupações, o contato direto com uma política horizontal e principalmente a construção de uma escola utópica, onde não existe distinção de entre discentes e sim apenas alunos que exercem suas especificidades, respeitando a liberdade do outro. Entretanto, essa sensação não foi de imediato.

Assembleias, reuniões e comissões foram organizadas por todos alunos e alunas, que já se encontravam nas ruas em atos diários com bordão “hoje a sala de aula é na rua”, onde a violência policial marcou uma enorme presença. Pensar nessas forças repressivas do Estado, e principalmente a mando do próprio Estado evidenciou uma série de violências que ocorriam em manifestações desde 2013. Mas, quando essa violência parte para cima de menores de idade, sem nenhum armamento e sem demonstrar nenhum tipo de perigo a qualquer pessoa mostra como o Estado é omissos a educação e nos seus educandos. A resposta sempre foi com bombas de gás e cassetetes e nunca com um diálogo aberto.

A primeira escola a ser ocupada foi o colégio E.E Diadema, no dia 09 de novembro de 2015. Seguida da escola Fernão e depois se somaram mais de 200 escolas ocupadas. As reivindicações eram as mesmas: contra a superlotação das salas de aulas, fechamentos das unidades, demissão de professores e principalmente para uma maior democratização do ensino público. A repercussão foi internacional, com uma intensa cobertura da grande mídia. Os próprios secundaristas adotaram uma comissão que era responsável sobre a comunicação externa com a justiça, mídia e a instituição.

Lute como uma menina

O protagonismo das mulheres durante a ocupação foi outro ponto chave que elevou a ocupação com resquícios da Primavera Feminista ocorrida no mesmo ano. Essa onda de ativismo pela internet, democratizou diversas pautas feministas que até então eram discutidas dentro da academia. As mulheres tomaram a linha de frente, acabaram com a divisão sexual do trabalho e marcaram presença na comissão de segurança e comunicação, enquanto os meninos somavam nas comissões de alimentação

e limpeza. Aos meninos que não concordava, era garantido a expulsão. O machismo discente não passou pelas ocupações.

“A participação das meninas nesse processo foi algo explosivo, expansivo; a maioria dos alunos nas ocupações era composta por mulheres. Foi uma primavera feminista, secundarista, foi foda” (Rafaela Boani, 17 anos)

Consideradas como frágeis, as mulheres eram as mais vitimadas nos confrontos com a PM. No documentário Lute como uma Menina, estudantes relatam que foram paradas achando que os policiais as tratariam melhor por serem mulheres, mas o abuso sexual e moral foram uma das principais ferramentas para além da violência física. Por serem linha de frente, eram mais suscetíveis a violência, até mesmo da sociedade civil, que em alguns casos acabaram agredindo as secundaristas.

Os avanços das discussões conservadoras e de projetos de leis como o Escola Sem Partido, que tentou por diversas vezes barrar essas discussões feministas dentro das escolas públicas. Indo contra totalmente as diretrizes de educação, que garante:

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. - Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II. - Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV - Respeito à liberdade e apreço à tolerância

Entretanto, essas diretrizes não são minimamente respeitadas por esses movimentos conservadores que defendem, principalmente, a privatização do ensino público. O protagonismo das mulheres e principalmente de mulheres negras, são repudiados completamente.

Ser mulher negra inserida em movimentos políticos, é estar inserida num sistema de violência consolidado pela misoginia e o racismo, que nos coloca na beira da marginalidade tornando o corpo negro mais frágil e público que os outros corpos. Como aconteceu com a secundarista Marcela Reis, que foi agredida pela PM e desrespeitada pelos “cidadãos debem”, que cada dia mais perpetuam esses o racismo e o machismo.

Falar do protagonismo das mulheres dentro das ocupações é tão pensar o protagonismo dessas mulheres após a ocupação. A Primavera Secundarista Feminista foi uma das experiências mais ricas para o Estado de São Paulo. Ver estudantes nas ruas, nas plenárias e ocupando as escolas e sem liderança, é o maior exemplo de autonomia e também da capacidade dos jovens das redes públicas de organizarem e principalmente quebrar o tabu de que mulheres estão naturalmente são do espaço privado.

Em uma matéria do jornal Folha de SP, a jornalista Claudia Collucci e Juliana Gragnani falam sobre a formação de coletivos feministas dentro das escolas de SP. Apresentando a afirmação de que:

Não existem estatísticas sobre esse “feminismo teen”, mas pesquisa da Fundação Perseu Abramo, de 2010, com 2.365 mulheres adolescentes e adultas, dá a dimensão do fenômeno: 40% das meninas entre 14 e 17 anos se consideravam feministas.

Com a democratização das discussões, a mídia em cima da temática e a ascensão do ativismo online, o alcance da teoria feminista, para além do discurso de igualdade, atingiu muito mais ao longo dos anos. Movimentações importantes, como a hashtag #MeuPrimeiroAssédio, que colocou mulheres de todas idades para falarem dos seus assédios e também como reconhece-los. Dentro das ocupações, o machismo foi combatido e o resultado foi devolvido, como conta a secundarista Rafaela Boani aoUol:

Dentro das ocupações tínhamos uma série de atividades culturais referentes a gênero. Nisso, aquele menino que talvez fosse um pouco machista reconhecia que estava errado em algumas atitudes que, perante a sociedade lá fora, seriam as corretas. Capinamos a escola e lavamos louça de alunos e alunas; meninos arearam panelas, fizeram comida. Tanto que as mães chegavam à escola e diziam: ‘O que vocês fizeram com meu filho? Ele está lavando as panelas, ajudando a cozinhar’ (Rafaela Boni, Uol. Acesso 12\09\18).

Pensar em um espaço como foi criado na ocupação, é voltar diretamente nas teorias de Paulo Freire, onde tanto o discente, como o docente, também aprende com os alunos em uma troca horizontal. Pensar em uma ocupação de um espaço público, é pensar na garantia de direitos e principalmente na manutenção da democracia e do Estado de direito. A condução do espaço, marcado pela presença de mulheres, demarcam também uma nova geração, que tem mais força de se expressar e mais meios e liberdade para isso. Relembrar a ocupação e de como ela foi gerida, é pensar em um espaço de descoberta, de construção de afinidade e identidade, da mesma maneira que pode ser desconstruída, como foi o caso dos homens. Mais além de tudo isso, é perceber que parte da juventude tem consciência de assumir o mundo nos próximos anos.

A representatividade das mulheres na política, e a importância de uma política representativa, foi de batidada Primavera Feminista levada adiante para muitas secundaristas, que voltaram para as ruas em 2016 contra a PEC241 conhecida como a “PEC do fim do mundo” que congelava os gastos principalmente na educação. Desde a ocupação foram vários retrocessos, mais todos serviram de incentivo para essa frente de mulheres feministas se articularem, algumas dentro da universidade e outras Brasil afora.

Só a luta muda a vida

Os frutos colhidos pela ocupação vão muito além da revogação do projeto da reorganização do ensino médio. A primeira escola foi ocupada no dia 09 de novembro de 2015, após a divulgação da lista de escolas que iriam ser fechadas e também pela falha de negociação com o governo. Dia 13 de novembro e medida de reintegração de posse foi negada pela 5ª Vara de Fazenda Pública. O governo recorreu e

recebeu a resposta do Tribunal de Justiça de São Paulo, onde três desembargadores apontaram, em 23 de novembro, que os estudantes tinham direito a ocupar as escolas.

A tensão entre governo e estudantes começaram a aumentar na mesma medida que violência policial foi aumentando. Movimentos sociais, como MST e sindicatos como a Apeosp, passaram a incentivar mais as ocupações. Assim como figuras públicas, como Paola Carosella e mulheres que lutaram pela democracia do Brasil, como Amelinha Teles, que começaram a participar das ocupações dando aulas e palestras. Outras atividades a favor das ocupações, como shows, aulas públicas, minicursos e oficinas de grafite, demarcaram a construção da resistência de alunas e alunos que ali ocupavam.

Com o governo cada vez mais encurralado pela mídia e a sociedade civil, e com apoio do Sindicato dos Professores, a saída foi começar a tensionar entre discentes e docentes, anunciando a seguinte medida:

Com as ocupações, o Saesp, exame para avaliar o nível de aprendizado na rede, não foi realizado em 174 das 5.147 escolas estaduais. Como ele é base para o cálculo do valor do bônus para funcionários e professores, o governo anunciou que deixaria de pagar cerca de R\$ 30 milhões em bônus para os docentes de escolas ocupadas (G1, acesso 13\09\18).

As estudantes começaram a se dividir entre as ocupações e as manifestações, onde fechavam as principais avenidas da cidade, como Av. Paulista, Dr. Arnaldo e Marginal Tietê e Pinheiros. A PM ficava cada vez mais violenta. Enquanto o então Secretário de Educação Herman Voorwald reafirmou que não ia suspender a medida em 19 de novembro, reforçando a teoria de Alckmin que a reação “era normal e esperada” em 29 de outubro. Mais de 50 discentes foram detidos em um dia por conta das manifestações. A Secretaria de Segurança Pública informa que:

Lamenta que os manifestantes continuem desrespeitando a Constituição Federal, deixando de realizar o prévio aviso sobre os locais onde irão atuar e bloqueando integralmente as grandes vias de acesso, de maneira a impedir o legítimo direito de ir e vir de estudantes e trabalhadores (G1, acesso 13\09\18)

Em 24 de novembro, Alckmin diz que conversaria com os desembargares preocupados com a situação das escolas e o número de ocupação que só aumentava:

Nós entendemos que a decisão foi: ‘olha, dialoguem’. É o que nós estamos fazendo. Agora, não pode e aí nós vamos pedir autorização à Justiça - não pode impedir quem quer estudar. Você tem uma escola com 800 alunos, dez alunos vão lá e trancam a escola. E um professor às vezes e até MTST, pessoas que não têm nada a ver com a escola

Em 29 de novembro, o chefe de gabinete da Secretaria da Educação, Fernando Padula Novaes é preciso organizar “ações de guerra” contra as ocupações e “A gente vai brigar até o fim e vamos ganhar e vamos desmoralizar [quem está lutando contra a reorganização]” (G1, acesso 13\09\18).

A partir de dezembro de 2015 inicia a “preocupação” da Secretaria de Segurança Pública onde Alexandre de Moraes garante que a PM está pronta para invadir as escolas e retomarem o ano letivo. Ele diz “Para resumir, bem resumido, a função da Secretaria da Segurança Pública e da polícia nesses acontecimentos é garantir que não haja dano ao patrimônio público. E não haja confusão, não haja briga entre quem queira assistir aula e quem não queira”. Aumentando cada vez mais a tensão entre estudantes e sociedade civil.

Após mais de 40 dias de ocupação, com o anúncio crescente de reprovação da gestão de Geraldo Alckmin, e a o Ministério Público condenando como foi conduzida a reorganização, no dia 04 de dezembro de 2015 o governador Geraldo Alckmin recua e suspende a reorganização para 2016, prometendo mais debates com o alunado e a sociedade civil. O Secretário de Educação, Herman Voorwald, pede demissão do cargo.

Esse episódio reforça como a insistência e o protagonismo das mulheres na luta foram de suma importância para suspensão de um projeto autoritário que visava somente sucatear o ensino público para preparar o terreno para uma privatização. As escolas de luta, as mulheres de lutas e toda sociedade civil, demonstrou que é o governo que tem que temer seu povo e não ao contrário. Mostrar que a juventude tem voz ativa. Entretanto, a luta estava só começando, pois no mesmo mês de vitória, o então presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (PMDB) autoriza a abertura de impeachment da primeira presidenta Dilma Rousseff, ameaçando novamente a democracia e desrespeitando mais de 56 milhões de votos, garantindo para as secundaristas um novo grito, o grito de “Fora, Temer”.

Bibliografia

(BRASIL. Lei no. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, art.3.

COLLUCCI, Cláudia; GRAGNANI, Juliana. *Meninas formam coletivos feministas em escolas de ensino médio de SP*. Folha de SP. São Paulo, 2015. Acessado: 12\09\2018. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2015/11/1701071-meninas-formam-coletivos-feministas-em-escolas-de-ensino-medio-de-sp.shtml>

CORTIL, AnaPauladeOliveira.CORROCHANO, MariaCarla.SILVA, JoséAlvesda. *Ocupar e resistir”: a insurreição dos estudantes paulistas*. Rede Escola Pública e Universidade. Diadema, 2016.

GARCIA, Janaina. *Há um ano, “primavera feminista” ditava o tom da 1ª escola ocupada em SP*. UOL Educação, 2016. Acessado em 13\09\2018. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/11/13/ha-um-ano-primavera-feminista-ditava-o-tom-da-1-escola-ocupada-em-sp.htm>

FERNANDES, Sarah. *Um ano após primeira ocupação em SP, crescem a consciência e a participação*. Rede Brasil Atual. São Paulo, 2016. Acessado em: 12\09\2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/educacao/2016/11/um-ano-apos-inicio-de-ocupacao-de-escolas-em-sp-alunos-crescem-em-consciencia-e-participacao-7852.html>

OLIVEIRA, Ligia Ziggotti, FERREIRA, Gustavo Bussmann. *Ocupação das escolas paulistas: uma análise jurídica crítica*. Revista Direitos e Práxis Vol.8 nº 4. Rio de Janeiro, 2017.

Portal G1. *Ocupações, atosepolêmicas:vejahistóricodareorganizaçãoescolar*.SãoPaulo, 2015. Acessado em: 13\09\18. Disponível em: <http://g1.globo.com/sao-paulo/escolas-ocupadas/noticia/2015/12/ocupacoes-atos-e-polemicas-veja-historico-da-reorganizacao-escolar.html>

LEOLINDA DALTRO (1860 – 1935): PRÁTICAS E DISCURSOS SOBRE EDUCAÇÃO INDÍGENA, FEMININA E FEMINISTA NA PRIMEIRA REPÚBLICA

Teresa Vitória Fernandes Alves¹
Renata Rodrigues Brandão²

Resumo: Os últimos anos do século XIX marcados pelo fim do Império e nascimento da República no Brasil, também revelam a trajetória de Leolinda de Figueiredo Daltró que nasceu na Bahia nos anos de 1860 e tem sua trajetória de vida determinada pela luta em prol da educação e pela conquista da cidadania das mulheres. Enquanto professora luta, ainda no período imperial, pela incorporação dos índios brasileiros à sociedade através da alfabetização laica. Seu projeto ganha força em 1896, quando começa a percorrer o interior do Brasil difundindo suas ideias modernas acerca da educação indígena. Durante essa empreitada vai receber apoio de personalidades como Caio e Martinho Prado, mas também vai ter que enfrentar forte oposição tanto da Igreja quanto de grandes proprietários rurais, o que faz encerrar seu propósito no ano de 1897. Desta forma, a professora Leolinda retorna ao Rio de Janeiro onde funda o Grêmio Patriótico Leolinda Daltró e em 1910, o Partido Republicano Feminista, onde passa a defender e lutar pelo direito da cidadania plena feminina. Amiga particular de Orsina da Fonseca, primeira esposa do então presidente Hermes da Fonseca (1910 -1914), a professora Leolinda assume a direção da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca, onde passa a educar jovens meninas que passam a engrossar o coral de vozes femininas que vão pleitear a igualdade de direitos entre os sexos. Este trabalho tem como objetivo investigar e trazer à tona as questões referentes a trajetória política e intelectual de Leolinda de Figueiredo Daltró, professora e fundadora do Partido Republicano Feminista, por meio de fontes jornalísticas (jornais e revistas da época) e pelo periódico estudantil *A Voz da Escola*, criado pelas alunas da Escola de Ciências, Artes e Profissões Orsina da Fonseca. A partir desses documentos objetivamos refletir sobre as ideias, concepções e conceitos relacionados ao (s) feminismo (s) e as relações de gêneros presentes nestas práticas discursivas, tendo como base comum à temática educacional.

Palavras – chaves: Brasil República; Educação; Leolinda Daltró; Gênero.

1 Doutoranda do CEIS 20/ Coimbra, professora na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro e na Faculdade São Judas Tadeu.
E-mail: teresavalves@hotmail.com

2 Professora Doutora na Faculdade São Judas Tadeu e na Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro.
E-mail: Renatabrandão77@gmail.com

Introdução

Quando se aborda a história das escolas femininas logo se argumenta que elas serviam para formar mulheres prontas para serem boas esposas, mãe de família, do lar ou trabalhadoras para a indústria e comércio, mulheres prendadas, rendeiras, dedicadas aos trabalhos de linha e agulha. Contudo apesar de muitas pesquisas apontarem esse destino da Escola Orsina da Fonseca, como se dentro de seus muros pudéssemos encontrar uma grande colmeia laboriosa, cabe ressaltar as singularidades que nos despertam curiosidades e destoam deste cenário de cama e mesa.

É de fato intrigante que as pesquisas referentes à Escola Orsina da Fonseca não ressalte a história dos grandes nomes femininos atrelados a sua história, tais como, das professoras Leolinda Daltro, Lucília Guimarães Villa-Lobos e Zaíra Brandão, e de uma de suas alunas a cantora e sambista Ivone Lara. Mulheres que lutaram para o reconhecimento das mulheres além do espaço doméstico e do lugar de operária da fábrica. A biografia destas mulheres nos leva a questionar? As abelhas-alunas do Instituto Profissional Feminino Orsina da Fonseca (IPFOF) eram meras reprodutoras do discurso hegemônico da sociedade a respeito dos espaços que deveriam ocupar e o que deveriam ser?

Muito além de render bons produtos para a indústria e comércio de indumentárias, como afirmou Afrânio Peixoto em “Educação da Mulher” (1936), devemos nos esforçar e erguer novos olhares para um mesmo objeto de estudo, já que a professora Leolinda Daltro defendia treinamento militar para as suas alunas em plena praça pública, a criação da linha de tiro feminino do IPFOF, onde as mulheres poderiam receber treinamentos de armas de fogo, defensora da alfabetização laica dos indígenas, do divórcio e fundadora do Partido Republicano Feminino (MELO; MARQUES: 2010). Leolinda Daltro com seu salário de professora sustentou cinco filhos, contudo, antes disso percorreu regiões longínquas do país em defesa da alfabetização indígena e da integração destes na sociedade. Como esperar que tendo uma professora que deixou o marido e os filhos em defesa do seu ideal durante alguns anos poderia promover uma escola que preparasse mulheres apenas para as prendas do lar ou quiçá uma boa operária?

A trajetória biográfica de D. Leolinda é um indício que há muito mais na história dessa instituição. Há relações de poder, de resistência, há disciplina, mas, há promoção de novas ideias e de luta pelo reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres. Sua biografia torna possível uma nova leitura do social, onde é possível estabelecer a articulação entre biografia e história, entre a história individual e o tempo social (BALLAN; JELLI, apud ABREU: 2010, p. 97).

Como afirma Alzira Abreu “Uma biografia sempre narra acontecimentos” (2010, p. 97), os acontecimentos narrados na biografia de Leolinda Daltro nos servem de pistas para compreender esse outro lado da história do IPFOF e um bom exemplo do trabalho realizado por essa mulher foi à criação do Clube de Tiro direcionado às alunas do IPFOF onde o treinamento militar em praça pública e a marcha com as meninas pelo Partido Republicano Feminino foram algumas das atividades encabeçadas por essa mulher, mãe e educadora ainda na Primeira República.

Este trabalho tem um compromisso político com a História do Tempo Presente, no momento que busca dar visibilidade a história de uma mulher, professora, mãe, política e sua atuação em diferentes espaços, mas, fundamentalmente, na educação laica de mulheres e indígenas durante a Primeira República (1889 – 1930);

Consideramos importante destacar a história de Leolinda de Figueiredo Dalto em um congresso que visa discutir gênero e sexualidade pelo o QUÊ na sua história contribui para refletirmos sobre os movimentos feministas e as transgressões de gênero que podem ocorrer no campo da educação.

Metodologia, Resultados e Discussão

Leolinda Dalto, baiana, cuja data de nascimento supõe-se ser de 1859, ao acompanhar seu marido mudou-se para a capital imperial – Rio de Janeiro, onde passou atuar como professora no magistério público municipal e, foi como docente que sustentou uma família de cinco filhos frutos de dois casamentos.

No Rio de Janeiro teve contato com um grupo indígena Xerente - o que a levou para os sertões do norte de Goiás, hoje, Tocantins com a finalidade de proporcionar uma educação laica aos indígenas.

Da sua missão com os indígenas de Goiás saiu o seu livro “Da catequese dos índios no Brasil”. Esta não seria a única obra de Leolinda que, em 1918, publicou seu segundo livro denominado “Início do feminismo no Brasil”.

Deste modo ela é considerada uma das primeiras antropólogas do Brasil (CORRÊA: 2003) por seu trabalho indígena e precursor do Movimento Feminista Brasileira, tendo fundado o Partido Republicano Feminino, em 1910.

Na revisão bibliográfica sobre Leolinda Dalto encontram-se teses e artigos que destacam, principalmente, seu trabalho com indígenas. Sendo, neste sentido, reconhecida internacionalmente (CUNHA: 2014).

Apesar desta tímida produção brasileira sobre sua história, acreditamos que o nome de Leolinda Dalto ainda não ganhou visibilidade e espaço à altura da sua história e da história das mulheres. Mais do que isso, acreditamos que ao revisitar fontes já estudadas e descobrir outras que envolvem sua ação como mulher, feminista e professora nos permite refletir sobre as relações de gênero na Educação.

Neste trabalho entendemos gênero como a construção social e histórica que faz parte de um sistema de pensamento e linguagem binário (sexos masculino ou feminino) que se coloca em oposição e, ao mesmo tempo, em completude.

Isto é, utilizamos como referencial os trabalhos de Judith Butler que denunciam a coerência sexo-gênero e desejo (sexo feminino, gênero feminino e desejo pelo sexo masculino) em conformidade com a matriz heterossexual e que contribuem, por tanto, para a reprodução das performances femininas e masculinas.

Em se tratando do Brasil da Primeira República as performances esperadas para as mulheres eram aquelas que visavam desde o celibato para professoras solteiras até as reproduções de gênero

femininas vinculadas ao recôndito do mundo doméstico. Lembrando que as escolas foram fundamentais no sucesso da permanência dessas performances de gênero, pois é nesta instituição que essas performances eram ensinadas e consolidadas.



In: Acervo da Escola Municipal Orsina da Fonseca. Fundo: Postais, década de 1910 – 1920.

Neste sentido, o trabalho de Leolinda no Instituto Profissionalizante Orsina da Fonseca se destaca por transgredir essas performances esperadas do feminino, e reproduzidas incessantemente por esse instituto por meio das oficinas de flores, corte e costura etc. Professoras de meninas pobres e órfãs, Leolinda propôs atividades diferenciadas para elas, como treinamento de tiro em plena Praça da República (no centro do Rio de Janeiro) e uma marcha republicana feminista até o palácio do Catete.

A marcha com as alunas do IPFOF pelo Partido Republicano Feminino

A marcha se deu, sob sol e calor fortes, do Campo de Santana até ao Palácio do Catete para saudar o início da primavera, no dia 22 de setembro de 1911. Noticiada pelo *Jornal do Brasil* do dia seguinte a título de manifestação, o jornal destacava que a marcha se dava pelo Partido Republicano Feminino ao qual o periódico atrelou o sustento do IPFOF.

De acordo com este periódico³ a marcha foi recebida pelo presidente e sua esposa no salão do Palácio do Catete e contou ainda com a presença de duas bandas de músicas militares estando presentes

3 Na coluna social, sob o título de manifestação, sábado, 23 de setembro de 1911 contém duas fotos, uma das meninas e outra professora com o presidente e a primeira dama. http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=030015_03&pasta=ano%201911&pesq=LEOLINDA%20D%20ALTRO

o chefe de polícia e de suas casas civil e militar, além dos ministros da marinha e da justiça. Houve concurso de tiro a alvo e assalto a florete (esgrima) realizado pelas meninas, cujos primeiros lugares foram premiados. Foi lido também pelo Sr. Dr. Toledo de Loyola um relatório sobre a escola. Parece-nos que a marcha não representava as instituições políticas nenhum tipo de ameaça, pelo contrário, foi uma manifestação pró o presidente, mas ao mesmo tempo, defendia, exibia e orgulhava-se das habilidades das meninas em atividades exercidas prioritariamente como masculinas. Parece-nos que D. Leolinda Daltro via suas alunas como um exército feminino.

Em 15 de janeiro de 1912 o mesmo jornal noticiou uma exposição dos trabalhos das alunas, e que recebeu a visita do presidente e sua esposa. Novamente a professora e as alunas do Instituto Profissional aparecem nas páginas do periódico com grande destaque na coluna social.

Parte do seu discurso registrado nas páginas da *Revista Feminina*⁴, em 1919, nos dá indício da professora progressista que transforma a escola:

Iniciando uma nova praxe- que é mais um passo do vertiginoso progresso do presente da humanidade, inaugurando novas éras, de prosperidade e de paz- tenho a honra de me apresentar ao publico honesto e ao nobre eleitorado da capital da República, propondo-me a representar os interesses coletivos no Conselho Municipal do Districto Federal (...)

Tenho-me debatido pelos aspectos os mais importantes e palpitantes do problema humano:- a libertação do Selvícola, da Mulher e do Proletariado, e a sua incorporação na sociedade hodierna.

Como mulher que sou, predominando o Altruísmo, tenho me preocupado com o allivio necessario dos soffrimentos humanos, investigando os meios praticos de diminuir a miseria e a dôr, e de conseguirmos melhor distribuição da justiça, natural e social.

(...)

Pois, como considerar a sociedade organizada, social e politicamente, si fôr excluída e rechassada de seu seio, a sua parte affectiva, inspiradora Suprema da Fraternidade Humana?!...

Apezar de se tratar, pois, de uma innovação, e de um primeiro passo no sentido de nossa verdadeira emancipação política, apresento-me, confiante, ao digno eleitorado do 1º Districto

A revista chama atenção ainda que em seu discurso a professora Leolinda Daltro apresentava o seu programa de governo no qual defendia a produção agrícola nos arrabaldes da capital, uma educação prática e útil tanto para meninos e meninas, a criação de uma assistência para os trabalhadores e trabalhadoras, o amparo à velhice e a infância abandonada, além do investimento e melhoria nas estradas e transportes.

4 EDIÇÃO DE NÚMERO 0063, TÍTULO DA REPORTAGEM: O FEMINISMO NO BRASIL, UMA CANDIDATA A INTENDENTE MUNICIPAL, ACESSADA PELA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=212547&PagFis=975&Pesq=LEOLINDA%20DALTRO>

REVISTA FEMININA

Ô feminismo no Brasil

UMA CANDIDATA A INTENDENTE MUNICIPAL

A professora Leolinda Daltro é candidata nas próximas eleições municipais, do Rio de Janeiro. Disputa uma cadeira de intendente pelo 1.º distrito, a cujo eleitorado vae dirigir-se, dentro de poucos dias, em manifesto.

Não confia muito a professora no resultado das urnas. Não importa, porém. Ella ficará satisfeita, não só com o abrir caminho a outras, animando-as á luta em favor da emancipação do seu sexo, como também em provocar debates em torno do momentoso problema, que é o de conferir direitos políticos ás mulheres.

cionaes aos professores que apresentem a exame, annualmente, um certo numero de alumnos. Promette ainda pugnar pela criação de um estabelecimento destinado á cultura physica e do ensino itinerante, devendo os professores percorrer as zonas suburbanas e ruraes, disseminando a instrução pratica e utilitaria, munidos de uma bibliotheca ambulante.

Intitula-se — Soccorros Publicos o terceiro capitulo. O manifesto entende que toda a legislação municipal, nesse ponto, precisa ser alterada, devendo ser adoptadas medidas especiaes para intensificar a produção lo-

In: *Revista Feminina*, 1919.

Destaca-se em seu discurso a defesa de que os latifúndios dos arrabaldes que circundam a capital fossem estimulados a produção agrícola ou desapropriados em benefício público e distribuídos a operários e funcionários do estado e do município mediante condições; aqui a professora do IPFOF demonstra seu conhecimento acerca da economia brasileira, caracterizada pela agricultura, e defende uma espécie de reforma agrária.

Em relação à educação e o cuidado com as crianças denunciava que o “governo não deve abandonar o alumno na porta da escola”⁵ e que era preciso desenvolver a instrução profissional, artística, industrial e agrícola, para que meninos e meninas ao saírem da escola já estivessem encaminhado para a vida.

Preocupada com uma educação utilitária defendia a instrução itinerante, que alcançasse as zonas suburbanas e rurais a fim de oferecer uma instrução prática e utilitária. Vemos em seu discurso a preocupação em defender uma educação pragmática, que fosse útil, que formasse, sobretudo, trabalhadores sem, contudo, distinguir a instrução profissional para meninos e meninas, fazendo com que possamos inferir que defendia uma instrução profissional idêntica para ambos.

Como mulher do seu tempo também se preocupava em criar um estabelecimento destinado à cultura física, e a criação de um retiro destinado aos cuidados da velhice, ou seja, de homens e mulheres com mais de 60 anos e de uma colônia infantil para crianças abandonadas, órfãs ou aquelas em que os pais não podiam criar, onde novamente ressalta que nela as crianças seriam educadas para a vida prática.

5 EDIÇÃO DE NÚMERO 0063, TÍTULO DA REPORTAGEM: O FEMINISMO NO BRASIL, UMA CANDIDATA A INTENDENTE MUNICIPAL, ACESSADA PELA HEMEROTECA DIGITAL DA BIBLIOTECA NACIONAL <http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=212547&PagFis=975&Pesq=LEOLINDA%20DALTRO>

O seu manifesto começa pelas seguintes palavras : «Iniciando uma nova praxe — que é mais um passo do vertiginoso progresso do presente da humanidade, inaugurando novas éras, de prosperidade e de paz — tenho a honra de me apresentar ao publico honesto e ao nobre eleitorado da capital da Republica, propondo-me a representar os interesses collectivos no Conselho Municipal do Districto Federal.

Os meus antecedentes são assás conhecidos e, bem ou mal julgados, acham-se, desde larga data, no dominio publico.

Iniciei, destemidamente, o tentamen da educação e instrução normal e Liga do Selvicola Brasileiro. Encetei tambem, e em primeiro logar entre nós, o trabalho de emancipação social e politica, da mulher patricia. Tenho-me debatido pelos aspectos os mais importantes e palpitantes do problema humano : — a libertação do Selvicola, da Mulher e do Proletariado, e a sua incorporação na sociedade hodierna.

Como mulher que sou, predominando o Altruismo, tenho-me preocupado com o allivio necessario dos soffrimentos humanos, investigando os meios praticos de diminuir a miseria e a dôr, e de conseguirmos melhor distribuição da justiça, natural e social.

O exemplo dos povos os mais adeantados serve-me de padrão e de estímulo e deve servir de norma para os meus conterraneos e, especialmente, para as minhas mais illustres patricias.

Pois, como considerar a humanidade organizada, social e politicamente, si fôr excluida e rechassada de seu seio, a sua parte affectiva, inspiradora Suprema da Fraternidade Humana ? ! . . .

Apezar de se tratar, pois, de uma innovação, e de um primeiro passo no sentido de nossa verdadeira emancipação politica, apresento-me, confiante, ao digno eleitorado do 1.º districto, pedindo-lhe permissão para traçar-lhe o meu programma ou plataforma politica, cuja execução será por mim fiel e corajosamente realisada».

In: *Revista Feminina*, 1919.

Leolinda Dalto também se ocupava das questões referentes aos operários e operárias e, por isso, propôs a criação de uma assistência ou repartição especial para o “controle” do trabalho, dos salários, dos pagamentos patronais e identificar e dar garantias aos trabalhadores da indústria particular ou doméstica.

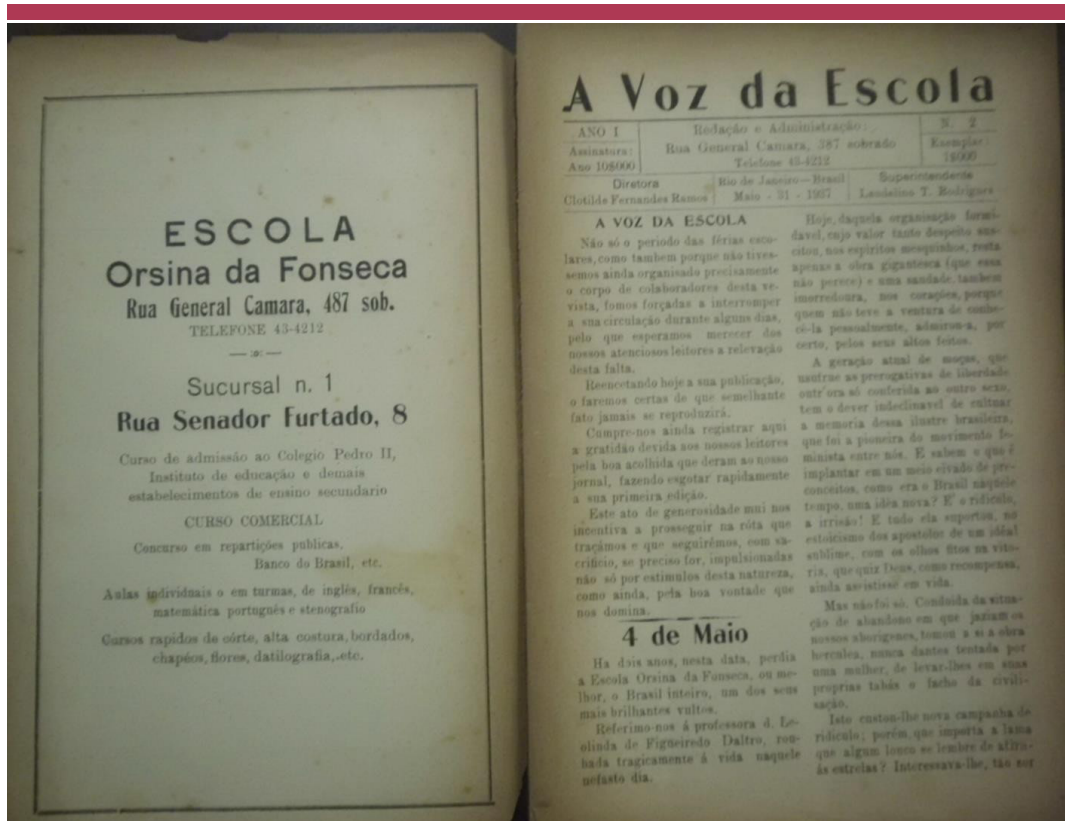
Na mesma revista no ano seguinte figurava novamente a professora Leolinda Dalto como um dos nomes de um grupo de mulheres que questionavam a figura de Rui Barbosa, Clovis Bevilacqua, Alfredo Bernardes, Pontes de Miranda, Amaro Cavalcanti e Paulo Lacerda sobre o significado do termo cidadão. Se este não incluía as mulheres, então, qual posição elas ocupavam no “pacto constitucional”? Além de questionar, também, a constitucionalidade do direito da mulher maior de 21 anos votar e ser votada⁶.

No ano 1919 se candidata para as eleições municipais na Cidade do Rio de Janeiro – em depoimento à *Revista Feminina* a professora Leolinda afirma não confiar nos resultados das apurações das eleições municipais e traz como pontos centrais de sua campanha a educação e o trabalho.

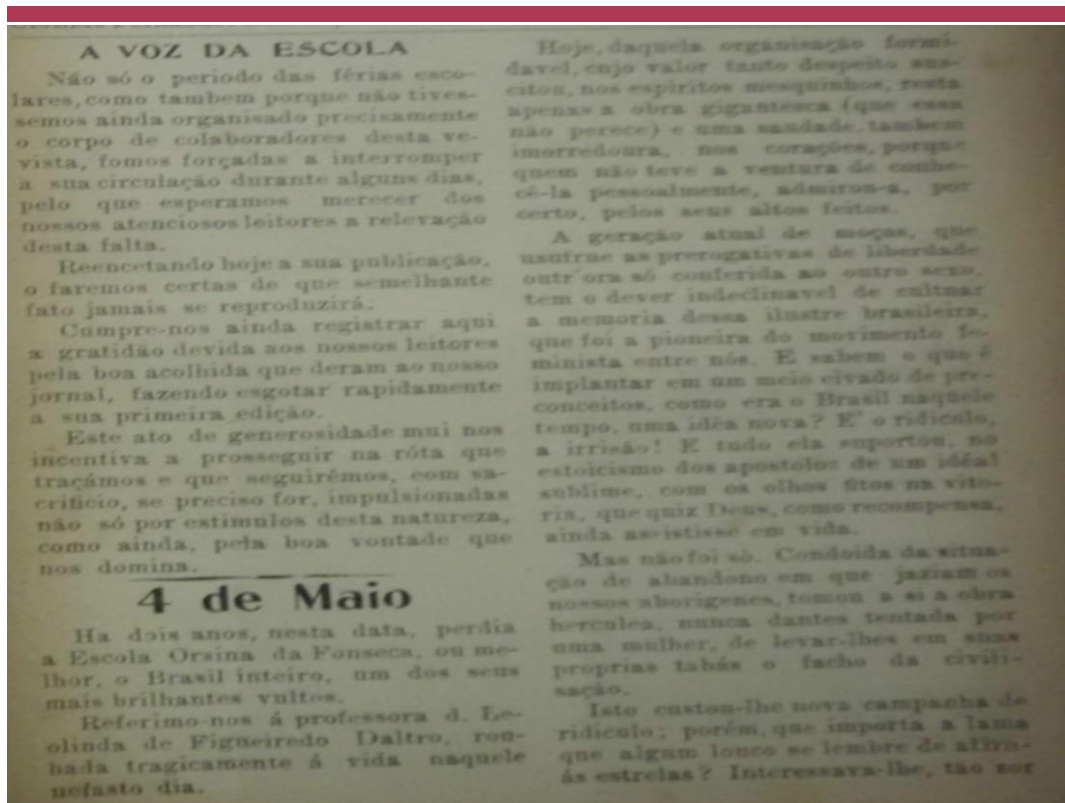
Discurso da revista *A Voz da Escola* - 1936

Em 1936, um ano após da morte da professora Leolinda Dalto suas alunas constroem e editam uma revista em sua homenagem. Tal empreitada nasce dentro do Grêmio Estudantil Leolinda Dalto e que tem como principal meta difundir as ideias de sua patrona e multiplicar entre as jovens meninas os caminhos para o exercício da luta das mulheres pelos seus direitos.

6 “O VOTO ÀS BRASILEIRAS”, REVISTA FEMININA, 1920, EDIÇÃO 0077. <http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=212547&pasta=ano%20191&pesq=LEOLINDA%20DALTRO>



In: Revista *A Voz da Escola*, 1936.



In: Revista *A Voz da Escola*, 1936.

Ao longo das páginas da revista observamos quanto a figura dessa mulher influenciou e determinou a trajetória dessas jovens que, ao falarem da professora a exaltam como uma mulher a frente do seu tempo e que durante sua vida liderou movimentos que buscavam transformar o pensamento e a conduta da sociedade carioca e brasileira.

Conclusão

Ao apresentarmos a trajetória de Leolinda Daltro buscamos dar voz a uma mulher que esteve à frente da criação de um partido feminista, em um momento da história do Brasil onde a mulher não tinha uma representação política, além de sinalizar sua preocupação com a questão da educação, não só das meninas e moças como, também, dos indígenas, destacando sua determinação com as questões das minorias e das mazelas sociais presentes não apenas na cidade do Rio de Janeiro, mas, também, em todo o território nacional.

Bibliografia

MELO, Hildete Pereira; MARQUES, Teresa Cristina de Novaes. Leolinda Daltró. In: ABREU, Alzira Alves (coord). Dicionário histórico-biográfico brasileiro. 2010(colocar os dados da versão online de 2010 que tem outros coordenadores, refazer essa referência). <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>

ABREU, Alzira Alves. As revelações do dicionário da primeira república do Brasil. In: A experiência da primeira república no Brasil e em Portugal https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35870/1/A%20experie%C%82ncia_artigo3.pdf?ln=pt-pt

SANTOS, Maria Cunha dos. Leolinda Daltró- a caminhante do futuro: uma análise de sua trajetória de catequista a feminista (Rio de Janeiro - Goiás de 1896-1920). Tese de doutorado. Programa de pós graduação em história da Universidade do Vale do Rio dos Sinos- UNISINOS, 2014

PELA IGUALDADE DE GÊNERO: UMA REFLEXÃO SOBRE AS PUBLICAÇÕES DO IMOPEC

Cícero Joaquim dos Santos¹
Antonio Carlos Dias de Oliveira²
Maria Enilde da Costa³

Resumo: Este trabalho analisa a perspectiva de gênero presente nas publicações do Instituto da Memória do Povo Cearense (IMOPEC), Organização Não Governamental (ONG) fundada em 1988, na cidade de Fortaleza/CE. Desse modo, o estudo objetiva compreender os modos pelos quais as relações de gênero no Ceará foram problematizadas e difundidas pelo referido instituto. Desde sua fundação, o IMOPEC passou a desenvolver iniciativas de formação de públicos sobre os problemas sociais existentes no Ceará, como pesquisas acadêmicas, cursos de formação, elaboração de materiais educativos e etc. E para difundir sua “voz denunciante”, como o próprio IMOPEC se definiu, ele criou a Revista Propostas Alternativas e o Boletim Raízes. Como resultados parciais, é possível inferir como o instituto atuou em diferentes lutas sociais. Dentre elas, se colocou no combate a desigualdade de gênero, dando ênfase às lutas das mulheres, seu cotidiano e formas de atuação social.

Palavras-chave: Gênero, Direitos, Movimentos Sociais.

- 1 Professor Doutor – Universidade Regional do Cariri-URCA.
E-mail: c.joaquimsantos@yahoo.com.br;
- 2 Graduando em História – Universidade Regional do Cariri-URCA.
E-mail: carlosdyasoliver@gmail.com;
- 3 Especialização em Enfermagem em Psiquiatria e Saúde Mental. UNYLEYA.
E-mail: Estrelalinda10@hotmail.com

GENXES: OFICINAS DE ENSINO DE HISTÓRIA, GÊNERO E SEXUALIDADE

Cícero Joaquim dos Santos¹
Antônio Carlos Dias de Oliveira²
Maria Enilde da Costa³

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões a partir do projeto de extensão Genxes: Oficinas de Ensino de História, Gênero e Sexualidade, em desenvolvimento junto a Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Regional do Cariri. Tal prática extensionista vem acontecendo nos espaços educativos não escolares da região do Cariri. A proposta consiste em formar públicos diversos sobre questões tocantes à identidade de gênero e orientação sexual, objetivando combater a violência física e simbólica que afeta pessoas do sexo feminino e Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros. Uma oficina foi planejada para ser aplicada em diferentes espaços educativos, com públicos igualmente diversos. A partir de objetos da cultura material, ela procura problematizar os papéis de gênero e a construção das masculinidades e feminilidades, bem como desconstruir os preconceitos que historicamente foram construídos.

Palavras-chave: Ensino de História, Multiculturalismo, Identidade.

1 Doutor em História. Universidade Regional do Cariri (Urca).
E-mail: c.joaquimsantos@yahoo.com.br;

2 Graduando em História. Universidade Regional do Cariri (Urca).
E-mail: carlosdyasoliver@gmail.com;

3 Especialização em Enfermagem - Psiquiatria e Saúde Mental. Faculdade Unyleya (Unyleya).
E-mail: estrelalinda10@hotmail.com

Considerações iniciais

O respeito à diferença não pode significar o mascaramento ou a omissão perante as profundas desigualdades sociais e econômicas existentes no Brasil. (FONSECA; SILVA, 2007, p. 47).

Refletindo sobre processos formativos que entrelaçam a formação docente e os desafios do nosso tempo, os historiadores Marcos Silva e Selva Guimarães Fonseca (2007) chamam a atenção para a construção de outras formas de ensinar e aprender História. É necessário construir um ensino de História que incorpore o multiculturalismo, sendo este entendido como uma postura ética e política de enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas existentes na sociedade brasileira, em virtude dos processos históricos que a compuseram e, nesse universo, do desenvolvimento do capitalismo. Assim, essa postura coloca em cena uma crítica ao sistema de ensino brasileiro, trazendo à luz do momento reivindicações de sujeitos e grupos historicamente marginalizados e segregados, como mulheres, trabalhadores, negros e negras, brancos e pardos pobres, indígenas, Lésbicas, *Gays*, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros (LGBTTs), entre outros. O multiculturalismo também é resultante das suas reivindicações (MOREIRA; CANDAU, 2013).

Nessa contextura, os espaços educativos formais e não formais podem desempenhar papéis fulcrais na formação dos sujeitos para a valorização da diversidade e, assim, colaborar para a desconstrução de práticas e discursos antidemocráticos, estereotipados e marcados pela discriminação de classe, gênero, sexualidade, etnia, religião, etc. (SILVA; FONSECA, 2007; ZAMBONI; LUCINI; MIRANDA, 2013).

No Cariri cearense contemporâneo, alguns sujeitos e grupos sociais vêm reivindicando mudanças sociais, políticas, econômicas e culturais concernentes à valorização das diferenças de gênero e sexualidades. Destacamos aqui a atuação da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri. Conforme Soares (2017), essa Frente vem se empenhando sobremaneira no combate ao feminicídio na região, entre outras lutas⁴. Sobre esse contexto, vale lembrar que o ensino de História comprometido com a transformação social não pode deixar de trabalhar tais questões na formação dos seus públicos, visto que tal disciplina é voltada à formação para a cidadania.

Este trabalho apresenta reflexões ponderadas a partir do desenvolvimento do projeto *Genex: Oficinas de Ensino de História, Gênero e Sexualidade*. Ele vem sendo vivenciado mediante o apoio da Pró-Reitoria de Extensão (Proex) da Universidade Regional do Cariri (Urca), instituição de ensino superior localizada na região do Cariri, cujo *Campus* do Pimenta, no qual está situada a maioria dos seus cursos – inclusive o de licenciatura plena em História –, está localizado na cidade do Crato, Ceará. Em outubro de 2017, a Câmara Municipal dessa mesma cidade aprovou o Projeto de Emenda à Lei Orgânica (nº

4 De acordo com Soares (2017, p. 1), a Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri surgiu em maio de 2014 com “[...] o objetivo de dialogar com movimentos e coletivos já existentes, com pautas comuns, no intuito de ‘feminizar e enegrecer’ esses movimentos. Nesse sentido, a Frente de Mulheres se concretizou como um espaço feminista de articulação, organização e formação em defesa dos direitos das mulheres e de luta anticapitalista, antirracista, antiLGBTTIafóbica, suprapartidária e laica”.

1610001), chamada de Lei “Infância sem Pornografia”, que “[...] veta as discussões sobre gênero nas escolas públicas e privadas do município”⁵. Mesmo após a crítica construída pelos movimentos sociais, intelectuais e instituições dedicadas à defesa dos direitos humanos, o projeto não foi vetado pelo prefeito municipal.

Na contramão dos avanços reacionários da “Ideologia de gênero”, o projeto Genxes vem colaborando na formação de públicos diversos nos espaços educativos não escolares do Cariri cearense, tanto aqueles formais quanto os não formais, do campo e da cidade. Nos limites deste texto, pretendemos refletir sobre os primeiros resultados do projeto mediante a análise e reflexão sobre a aplicação da oficina em um espaço educativo na cidade do Crato/CE. Isso ocorreu mediante a parceria com o Coletivo Camaradas, “[...] uma organização política que atua no campo das artes, da pesquisa, da produção e difusão cultural e das lutas por políticas públicas para cultura”⁶. A oficina ocorreu no dia 19 de outubro de 2018 e contou com a participação de 17 estudantes, sendo estes do 8º e 9º anos de uma escola pública da cidade.

Passos de uma construção

Inicialmente pensamos nos desafios e nas demandas contemporâneas relacionados ao trabalho educativo sobre as diversidades sexuais e de gênero. Afinal, essas discussões estão na agenda política atual e muitas vezes são colocadas como ofensivas às crianças, aos adolescentes e aos jovens. Como ressaltam Castro e Ferrari (2018, p. 76), “[...] gêneros e sexualidades dizem de saberes, de poderes e de sujeitos e, por isso, são disputados”. Seguindo esse horizonte reflexivo, percebemos que:

Ao dar atenção para o debate atual, constatamos que há uma disputa em torno dos gêneros e das sexualidades, o que significa pensar que há um jogo de forças em torno do que vamos construindo como ‘saber’ e da ação dos sujeitos sobre os outros e sobre si mesmos. As igrejas constroem suas verdades sobre gêneros e sexualidades, assim como as mídias, as famílias, as instituições de ensino, a medicina e a psiquiatria, enfim, diferentes práticas e saberes vêm funcionando para fabricar sujeitos de sexualidades e de gêneros. (CASTRO; FERRARI, 2018, p. 76).

Assim sendo, nossa primeira preocupação foi construir uma oficina que abordasse a dimensão histórica dos gêneros e das sexualidades. Ou seja, construir uma experiência educativa e dinâmica que colaborasse para a reflexão sobre como gêneros e sexualidades são, dentre outras questões, construções históricas nas quais as relações se constituem entre as experiências dos sujeitos e as tessituras sociais de cada tempo e espaço históricos.

5 *Jornal Diário do Nordeste*. Ver: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/cariri/cidades/crato/camara-municipal-de-crato-aprova-projeto-que-proibe-discussoes-sobre-genero-nas-escolas/>>. Acesso em: 9 dez. 2018.

6 Ver: <<http://camaradas.org/quem-somos>>. Acesso em: 17 dez. 2018.

Nesse contexto, optamos por partir do princípio de que somos sujeitos resultantes de relações discursivas, de saber e de poder (FOUCAULT, 2006) e de que tais relações também podem ser compreendidas a partir da problematização dos objetos da vida material. Dessa maneira, pensamos em selecionar objetos do cotidiano a partir dos quais as discussões sobre diversidades sexuais e de gênero pudessem ser provocadas.

De início, selecionamos objetos alusivos à infância. A ideia consistiu em problematizar como nossos corpos, desejos, jeitos, relações de trabalho, lugares sociais, enfim, como os modos de ser e estar no mundo são construídos desde pequenos e, em muitos casos, a partir da imposição dos outros. Afinal, de início as crianças não escolhem as cores, os brinquedos, os trajes, tudo aquilo que é atribuído ao feminino e ao masculino, à menina e ao menino, como ensina a história da infância e das crianças.

Para provocar a reflexão, pensamos em usar uma mala na qual os objetos e demais imagens fossem guardados. Sendo colocada no centro da sala ou de uma roda de conversa, a mala tornou-se um instrumento para provocar a curiosidade e estimular a participação dos estudantes nos debates orais. Assim, ela representava aquilo que guarda, esconde. Seguindo essa proposta, os objetos deveriam ser retirados paulatinamente ao longo dos diálogos e colocados em outro espaço, à vista de todos. No fim, a mala ficaria vazia.

Essa proposta buscou potencializar e entrecruzar as reflexões sobre os papéis e as identidades de gênero, a fim de elucidar seus processos individuais e sociais. De igual modo, ela foi pensada no intuito de problematizar a orientação sexual, mais precisamente sobre como as relações entre cultura e poder impõem valores e aprovações às sexualidades, apontando ideias de normalidade para umas e anormalidades para outras. Desse modo, as exclusões também podem ser questionadas. Nesses termos, a mala vazia e fechada representava o “armário” das sexualidades. Assim, cabe perguntar: o que cabe e o que existe dentro do armário?

Figura 1 – Preparação da oficina



Fonte: Acervo próprio (2018).

Figura 2 – Materiais da oficina



Fonte: Acervo próprio (2018).

Após a preparação da oficina, pensamos em vivenciá-la como um laboratório junto aos estudantes do curso de História. Nesse direcionamento, ela foi aplicada com os graduandos do VII semestre do referido curso, no horário noturno, em duas aulas da disciplina Estágio Supervisionado II, ministrada pela professora Josefa Nunes. Naquele momento, foi importante escutar o que os graduandos e a professora mencionada sentiram e pensaram a partir do protótipo da oficina, bem como ponderar sobre suas observações e sugestões.

Paralelamente à preparação para o teste da oficina na sala de aula mencionada, o bolsista de extensão realizou um levantamento de Organizações Não Governamentais (ONGs) que pudessem receber a oficina, a fim de organizar um instrumento para datar as atividades. A primeira delas a aceitar a proposta foi o Coletivo Camaradas, mencionado anteriormente.

Resultados e discussão

Na data agendada e no horário marcado, a oficina aconteceu. Após reunir os estudantes em um espaço educativo, o bolsista de extensão, Teófilo Primo, fez uma breve apresentação da proposta do projeto Genxes e logo iniciou os debates.

Num primeiro momento, formou-se uma roda de conversa. O bolsista, que conduziu toda a oficina, distribuiu recortes de manchetes de jornais sobre os recentes casos de violência de gênero

– principalmente de feminicídios – ocorridos na região do Cariri. Cada estudante recebeu um recorte diferente. A proposta almejou iniciar o debate com casos reais e recentes. Após a leitura do fragmento do jornal, cada participante falou sobre suas sensações e emoções.

Naquele momento, alguns estudantes demonstraram raiva e descontentamento com as situações apresentadas. No decorrer do debate, algumas das jovens partícipes identificaram situações vividas por elas e marcadas pela violência de gênero. Recordaram situações vividas no seio familiar, em casa e fora dela. Do mesmo modo, relataram situações vividas com namorados, amigos e colegas. O que chamou a nossa atenção foi o fato de que, até aquele momento, elas não tinham o entendimento de que tais situações eram opressoras, caracterizadas como violências de gênero. Expressões e práticas que baixavam a autoestima e negavam suas vontades, bem como formas diversas de controle e negação de identidades juvenis, foram relatadas. Casos de violência simbólica vieram à tona.

Isso demonstra como é urgente e necessário fortalecer práticas educativas voltadas para a compreensão dos gêneros e das sexualidades com os diferentes setores da sociedade (LOURO, 2012). De igual modo, é urgente fortalecermos formações sobre a violência de gênero e de sexualidades e sobre as violações aos direitos humanos. Enfim, precisamos intensificar a construção e promoção de uma cultura informada pelos direitos (CANDAUI et al., 2013).

Além dos casos relatados, a fala de uma estudante despertou a nossa atenção. No momento em que discutíamos as características da violência física e simbólica que afeta muitas meninas e mulheres, bem como pessoas que se reconhecem como LGBTQI+, uma jovem falou que tais experiências eram normais. No momento da oficina essa questão foi repensada. O que leva uma jovem a pensar que a violência de gênero e sexual é normal?

Nesse caso, a normalidade e a anormalidade entram num jogo semelhante às dicotomias aceito ou não aceito, valorizado ou desvalorizado, permitido ou negado. Isso desnuda relações de poder e continuidades de uma estrutura patriarcal (LOURO, 2012).

A oficina foi conduzida conforme havia sido planejada. A mala foi posta no centro do debate. Antes de começar a retirar os objetos, o bolsista colou duas imagens na parede, uma alusiva ao corpo de um menino e a outra alusiva ao corpo de uma menina. Ambos não tinham nome e nenhum objeto sobre seus corpos. Nessa construção, na medida em que os objetos eram retirados, o bolsista perguntava se os meninos e as meninas usavam. Assim, eles começaram a identificar o que socialmente era atribuído ao menino e à menina.

Nessa brincadeira educativa, os papéis foram questionados: por que meninos e meninas usam tais objetos e trajes? Por que, depois de adultos, homens e mulheres ocupam espaços sociais distintos e nivelados de acordo com seus gêneros? Nesse direcionamento, as coisas foram invertidas. Assim, foi possível pensar que meninas podem ter o cabelo curto e não adequar seus corpos aos padrões de beleza impostos e que meninos podem usar “coisas” que não necessariamente sejam aquelas que lhes foram dedicadas ou ensinadas por serem usadas por mulheres, etc. A inversão nos fez pensar sobre o lugar do outro, sobre como os gêneros são construídos nas relações (SCOTT, 1989).

Por fim, foi possível identificar como os jovens desconheciam os conceitos: gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Isso nos leva a pensar que, na contramão dos avanços conservadores que tentam desqualificar e/ou negar a importância dos estudos e do ensino das relações de gênero e sexualidades, precisamos fortalecer nossas práticas educativas e lutas políticas. Após a oficina, os diálogos continuaram.

Figura 3 – Aplicação da oficina



Fonte: Acervo próprio (2018).

Conclusões

À luz da História, as relações de gênero e sexualidade ganham sentidos particulares, pois podem ser elucidadas as historicidades constitutivas do masculino e do feminino, dos diversos gêneros, bem como as relações de poder que historicamente os hierarquizaram, além dos valores sociais e processos relacionados à violência de gênero e sexualidades, entre outras singularidades, em diferentes tempos e espaços. Formar públicos amplos sobre os entrelaçamentos da História, com as diversidades sexuais e de gêneros e com os direitos humanos, é uma ação fundamental para reverter os índices de exclusão e violência que atingem as mulheres e pessoas que se reconhecem como LGBTQTs.

Por tudo isso, o projeto Genxes pretende continuar contribuindo à formação da consciência histórica acerca das relações de gênero e sexualidades nos espaços educativos do Cariri, com o fito de fecundar outros debates em contraponto aos discursos e práticas que excluem e violentam sujeitos.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**: a condição feminina e a violência simbólica. 5. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 12. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

CANAU, Vera Maria et al. **Educação em direitos humanos e formação de professores(as)**. São Paulo: Cortez, 2013.

CASTRO, Roney Polato; FERRARI, Anderson. A “ideologia de gênero” e processos educativos nos discursos religiosos: efeitos de saber-poder-verdade. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato (Org.). **Diversidades sexuais e de gênero**: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento. Campinas: Pontes, 2017. p. 75-99.

FOUCAULT, Michel. **Ditos e escritos V**: ética, sexualidade, política. 3. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2006.

LOPES, Luiz Paulo Moita. Sexualidades em sala de aula: discurso, desejo e teoria *queer*. In: MOREIRA, Antônio Flávio; CANAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 125-148.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. 14. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANAU, Vera Maria (Org.). **Multiculturalismo**: diferenças culturais e práticas pedagógicas. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

RAMOS, Francisco Régis Lopes. **A danação do objeto**: o museu no ensino de História. Chapecó: Argos, 2004.

SCOTT, Joan. **Gender**: A useful category of historical analyses. Gender and the politics of history. New York: Columbia University, 1989.

SILVA, Marcos; FONSECA, Selva Guimarães. **Ensinar História no século XXI**: em busca do tempo entendido. 4. ed. Campinas: Papyrus, 2007.

SOARES, Suamy Rafaely. A experiência militante da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri: as vozes que se insurgiram em um Cariri que odeia as mulheres. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 11., 2017, Florianópolis. **Anais...** Florianópolis: UFSC, 2017. p. 1-13.

ZAMBONI, Ernesta; LUCINI, Marizete; MIRANDA, Sonia Regina. O saber histórico escolar e a tarefa educativa na contemporaneidade. SILVA, Marcos (Org.). **História**: que ensino é esse? Campinas: Papyrus, 2013. p. 253-276.

ANÁLISE DA TRANSVERSALIDADE DE GÊNERO NOS PROJETOS POLÍTICO-PEDAGÓGICOS DE ESCOLAS CLASSE DO DISTRITO FEDERAL¹

Maria Dayssy Stphanie Rocha Cerqueira²
Priscilla Maia de Andrade³

Resumo: Esta pesquisa teve por objetivo analisar em que medida a política de educação insere as questões de gênero nos contextos da educação básica, séries iniciais (1º ao 5º ano do ensino fundamental) mediante o exame dos Projetos Político-Pedagógicos (PPP) de Escolas da Secretaria de Estado de Educação do Distrito Federal (SEE-DF), Brasil. Foram analisadas as tendências expressas sobre o recorte de gênero nos PPPs a partir da análise das tendências expressas em documentos balizadores dos direitos das mulheres, em especial a Plataforma de Ação Beijing e os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, que apontam diretrizes para a inserção da questão de gênero na educação. Buscou-se identificar se, e de que modo essas escolas incorporam a transversalidade de gênero.

Palavras-chave: educação, gênero, projeto político-pedagógico, transversalidade de gênero.

1 Este texto advém de um trabalho desenvolvido como requisito para obtenção de grau de bacharelado em Serviço Social pela Universidade de Brasília no ano de 2015

2 Mestranda em Política Social pela Universidade de Brasília – UnB e Monitora em Gestão Educacional da Secretaria de Educação do Distrito Federal.
E-mail: stphanie.cerqueira@gmail.com

3 Orientadora: Professora Assistente 2 do Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília. Doutoranda em Política Social pela mesma Universidade.
E-mail: priscillamaia@unb.br

Introdução

Discutir educação, gênero e sexualidade demonstra ser um assunto quase que inesgotável e sem dúvida necessário. Tanto em nível local, como global o debate sobre a relação entre educação, gênero e sexualidade tem se colocado como central para a defesa dos Direitos Humanos, pela igualdade de gênero, pelos direitos de meninas e mulheres, e pela não discriminação em todas as suas formas.

Se de um lado, já a partir do final do século XX, vários segmentos da sociedade, movimentos sociais, de direitos humanos, feministas e de mulheres, de Lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais (LGBT), além de organismos nacionais e internacionais pautam por uma educação inclusiva⁴, diversa e de qualidade, pelo reconhecimento da escola/educação como lugar para discutir gênero, sexualidade e diversidade, entendendo que as escolas são lugar de preparação das/os estudantes para a convivência social, para formação cidadã e para emancipação humana. De outro, há movimentos neodireitistas e neoconservadores, movimentos ligados a igrejas, muitas delas pentecostais e neopentecostais com representantes inclusive no parlamento, que travam o debate pela perspectiva da exclusão das temáticas de gênero e sexualidade dos ambientes escolares, pautando um ideário de “escola sem partido” com a justificativa de que há por trás uma “ideologia de gênero”. Esses debates travaram e ainda travam uma grande batalha que perpassa pelo âmbito jurídico, político, educacional e trazem à tona diversos questionamentos.

Exemplo desse movimento conservador no Brasil foi o processo de aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE) que durou cerca de 4 (quatro) anos. Isso porque, dentre outros motivos, a chamada bancada evangélica e setores conservadores da sociedade alegavam que o novo PNE iria implantar a “ideologia de gênero”, não aceitando que as diretrizes do PNE no artigo 2º da Lei, acrescentasse no inciso III a “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da igualdade racial, regional, de gênero e de orientação sexual”, sendo aprovado o seguinte texto: “superação das desigualdades educacionais, com ênfase na **promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação**” substituindo as referências ao gênero, a raça e orientação sexual por todas as formas de discriminação (grifos nossos) (BRASIL, 2010).

No Brasil, atendendo reivindicações dos movimentos organizados de mulheres e feministas por “um espaço institucional em que o Governo e a sociedade conjuntamente formulariam políticas” para a redução das desigualdades e discriminações, em janeiro de 2003 a Secretaria dos Direitos das Mulheres, vinculada ao Ministério da Justiça foi transformada pela Medida Provisória n.º 103 de 1º de janeiro de 2003, em Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM. A SPM teve como ações a elaboração e lançamento de três Planos Nacionais de Políticas Públicas para as Mulheres – PNPMs. Estes documentos propõem, dentre outras metas, a realização da discussão de gênero na educação e a insere como tema importante para o enfrentamento das desigualdades de

4 Entende-se por educação inclusiva aquela que garanta o acesso, a permanência e o respeito às individualidades de todas as pessoas, independente de sexo, raça/cor, origem, deficiência, orientação sexual, etc (CASTILHO, 2009).

gênero e para equidade de gênero, pautando por uma educação inclusiva e não-sexista (ANDRADE, 2007, p. 39; BRASIL, 2004).

Nessa perspectiva de defesa da igualdade de gênero, o Brasil é signatário de diversos acordos e tratados internacionais, dentre elas: a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) de 1979; a Convenção relativa à Luta contra a Discriminação no campo do Ensino (CADE) de 1960; o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) de 1966; a IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher: Ação para igualdade o desenvolvimento e a paz de 1995 dentre outras (ONU, 1995; UNESCO, 2018).

A escola, por ser o primeiro lugar público que as crianças frequentam com regularidade, as possibilita vivenciar experiências culturais distintas das ofertadas pelo ambiente familiar. A escola é, portanto, lócus primário e privilegiado de socialização e repasse de conhecimentos e também ambiente de contradição, podendo (re)produzir, negar ou combater processos discriminatórios, reafirmando ou questionando os lugares delegados tradicionalmente às mulheres e aos homens, às pessoas negras, pobres e/ou com deficiência. A defesa de uma perspectiva de educação inclusiva por igualdade de gênero que respeite as diferenças de cada estudante, possibilita tensionar o espaço e rediscutir as relações de desigualdade e discriminação nos diversos espaços (SILVA et al, 2010). Nesse sentido a pesquisa realizada buscou identificar se e como as escolas incorporam a transversalidade de gênero nos Projetos Político-Pedagógicos - PPPs de Escolas Classe do Distrito Federal.

Metodologia

O termo gênero foi “desenvolvido para contestar a naturalização da diferença sexual em múltiplas arenas de luta” colocando em pauta a relação entre mulheres e homens, como sendo de desigualdade advinda da relação do natural/biológico versus o cultural/histórico (HARAWAY, 2004). Discutir educação e gênero, portanto, é também discutir todo um processo carregado de contradições responsáveis por diversas transformações que ocorreram ao longo dos tempos. O método-materialista dialético de Marx é aqui buscado, pois objetiva “encontrar, na parte, a compreensão e relação com o todo e a interioridade e a exterioridade como constitutivas dos fenômenos”. Por se tratar de uma pesquisa social, cujo objeto é histórico, a pesquisa em questão é qualitativa, pois possui consciência histórica, não neutra, busca ir além da objetividade e propõe subjetividade (MINAYO, 1994, p. 25). O que se propôs então foi uma pesquisa documental, de caráter exploratório, que utilizou a técnica de levantamento bibliográfico e documental em que foram analisados os PPPs de Escolas Classe e os Documentos da Plataforma de Beijing e PNPMs (GIL, 1999, p. 43).

A Secretaria de Educação do Distrito Federal possui em sua estrutura, quatorze (14) Coordenações Regionais de Ensino, cada uma delas responsável por organizar a educação básica pública de uma ou

mais Regiões Administrativas – RAs⁵. A educação pública no Distrito Federal hoje está dividida em Educação Infantil (Jardim de infância e Centro de Educação Infantil com crianças de 0 a 5 anos), Ensino Fundamental nas Escolas Classe, também chamada de séries iniciais (do 1ª ao 5ª ano), Centros de Ensino Fundamental - CEF (do 6º ao 9º ano), Ensino Médio em Centro Ensino Médio (1º ao 3º ano). São 651⁶ Instituições Educacionais em todo o Distrito Federal, divididas em escolas Urbanas e Rurais. Deste total, 306 são Escolas Classe e 14 CAICs (GDF, 2013).

Para a pesquisa foram selecionadas as CREs de Brazlândia, Ceilândia, Paranoá e Sobradinho. Na impossibilidade de abarcar todas as regionais, foram selecionadas as CREs que apresentam os maiores índices de pessoas não alfabetizadas em todo o Distrito Federal. Tal escolha se justifica pelo fato de que o analfabetismo constitui um forte indicador de desigualdade social e que, portanto, seriam as CREs que deveriam, em seus PPPs demonstrar uma maior preocupação com os processos geradores de desigualdade e injustiça social. Foram selecionados e utilizados todos os Projetos disponíveis no sítio eletrônico da Secretaria de Educação do GDF no período de coleta de dados, ocorrida em dezembro de 2014, totalizando 42 PPPs analisados.

Mesmo a partir da Constituição Federal de 1988 por meio da Emenda Constitucional (EC) de n.º 59, de 11 de novembro de 2009, que amplia o ensino fundamental de 8 (oito) para 9 (nove) anos e determina obrigatoriedade a partir de 6 (seis) anos de idade e da recente aprovação da Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013 que altera a LDB, a educação básica passa a ser “obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade” o que torna obrigatória a disponibilidade de creches e pré-escolas por parte do Estado, mais especificamente dos municípios e Distrito Federal, a porta de entrada para a maioria das crianças do Distrito Federal, 81,95% ainda está no segmento de séries iniciais. Assim, compõem a amostra da presente pesquisa os PPPs das Escolas Classe e CAICs -, por serem instituições que recebem crianças a partir de seis anos de idade (BRASIL, 1988; 2009; 2013).

Para o estudo dos PPPs foram analisadas as tendências expressas sobre o recorte de gênero nesses PPPs a partir do exame dos documentos balizadores dos direitos das mulheres, em especial a Plataforma de Ação Beijing (IV Conferência das Nações Unidas sobre a Mulher de 1995) e os Planos Nacionais de Políticas para Mulheres, que apontam diretrizes para a inserção da questão de gênero na educação. Foram escolhidas então, as palavras-chave: sexo, gênero, menina/s, aluna/s, professora/s, mulher/es, diversidade, igualdade e discriminação. A proposta de utilizar as palavras-chaves é identificar se há transversalidade de gênero na política de educação do Distrito Federal, a partir do indicado pela Plataforma de Beijing e pelo II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013 – 2015). A transversalidade de gênero⁷ deve ser utilizada como um instrumento a ser desenvolvido nas políticas de forma

5 Regiões Administrativas no Distrito Federal seria equivalente aos municípios dos demais estados brasileiros, ressalvando as especificidades políticas e geográficas do Distrito Federal.

6 Dados do ano de 2014.

7 “A transversalidade de gênero consiste no desenho, implementação, monitoramento e avaliação de medidas nos âmbitos social, econômico, jurídico, político, entre outros, que contemple as especificidades da condição social das mulheres, bem como as assimetrias

a alcançar igualdade entre mulheres e homens. Assim, gênero como transversal deve estar imbricado nos projetos, sua simples aparição não configura uma política voltada para a transversalidade de gênero com vistas a igualdade ou equidade (ANDRADE, 2008, p. 32).

Resultados e discussões - a pesquisa transversalidade de gênero nos projetos político-pedagógicos

Na Plataforma de Beijing, o termo transversalidade de gênero não aparece de maneira expressa, mas se evidencia na medida em que se discute a discriminação contra as mulheres. A transversalidade de gênero no II PNPM (2013-2015) está incluída como um de seus princípios orientadores, é: “ao mesmo tempo, um constructo teórico e um conjunto de ações e de práticas políticas e governamentais”, isto é, para que haja efetivação das transversalidades de gênero nas políticas públicas é necessário a resignificação dos conceitos. A transversalidade de gênero, portanto, deverá ser utilizada como um instrumento a ser desenvolvido nas políticas à alcançar igualdade entre mulheres e homens.

A identificação da transversalidade de gênero, portanto, não ocorre a partir da simples identificação do verbete de forma expressa nos Projetos Político Pedagógicos ou em qualquer outro tipo de projeto que se analise, é necessário que haja antes de tudo o reconhecimento das diversidades e discriminações no ambiente escolar e da região à qual a Instituições de Ensino - IE está inserida, havendo em seguida a proposição de projetos e ou ações que contribuam para o rompimento das desigualdades e discriminações entre mulheres e homens, alunas e alunos, meninas e meninos.

O levantamento bibliográfico inicial em bases de dados científicas a partir das palavras-chave: gênero, gênero e educação, educação e sexualidade, educação e homossexualidade, evidenciou um pouco do que se debate em torno desses temas. Dentre os estudos encontrados na área de educação e gênero, chama a atenção os que apontam que os papéis exercidos por meninas e meninos nas escolas são os tradicionais, colocando as professoras como principais agentes produtoras e reprodutoras do binarismo masculino/feminino e das relações desiguais de poder que esse binarismo implica. Esta reprodução da determinação de papéis, acontece de maneira muito sutil, na maioria das vezes não percebidas por essas professoras⁸. Todavia quando identificam que há sim uma relação desigual de tratamentos e comportamentos entre as crianças e entre as professoras e estas crianças, esses tratamentos e comportamentos são postos como naturais ao sexo biológico, desconsiderando, portanto, a relação de gênero - que organiza os papéis sociais -, gerando desigualdades sociais, como visto anteriormente.

nas relações entre homens e mulheres que acarretam desigualdades no acesso a direitos, bens e serviços públicos e aos espaços de poder” (ANDRADE, 2008, p. 32).

8 Ao longo deste texto, será utilizado o termo professora - no feminino -, tanto por uma representação de gênero e reconhecimento das mulheres educadoras, quanto por se tratarem, na educação básica, a maioria. Hoje o DF conta com 77,86% de mulheres nos contratos de trabalho da carreira de magistério do GDF (SE - GDF, 2013).

Louro (2003) discute a partir das categorias - diferença, distinções e desigualdades, como a escola é responsável por reproduzir uma lógica de separação de sujeitas/os a partir da perspectiva de que: quem não é branco, masculino, heterossexual e cristão, é posto com diferente e, como tal é distinguido do outro e tratado de maneira desigual, delimitando os espaços por meio de símbolos e códigos. Esses símbolos e códigos podem ser percebidos tanto nos materiais didáticos utilizados (os livros, as histórias, parlendas), quanto no espaço físico a que estão submetidas/os essas/es sujeitas/os, e tudo que permeia esses espaços, sejam nas brincadeiras, na educação física, nas filas para o lanche ou o banheiro ou ainda nas relações entre as/os sujeitas/os (JUNQUEIRA, 2009; LOURO, 2003; SILVA e LUZ, 2010).

A função da instituição escola vai além do simples letramento, ou da construção e transmissão de conhecimento, a escola tem, segundo Junqueira (2009), a responsabilidade, não evidenciada em sua política, de fabricar sujeitos e subjetividades. A medida em que não se discute dentro do ambiente escolar: sexualidade, relações de gênero e de poder, diversidades, direitos humanos, as/os sujeitas/os ali inseridos participam de um ambiente reiterador da matriz machista e heteronormativa, que coloca qualquer pessoa que transgrida a esse padrão sujeita/o à “pedagogia do insulto”, como piadas, expressões desqualificantes, além de outros tipos de agressões verbais ou mesmo físicas (JUNQUEIRA, 2009). Nesse sentido aquela ou aquele estudante que transgrida aos papéis hegemonicamente determinados são alvos de várias violências dentro do cotidiano escolar⁹ (VIANNA e FINCO, 2009).

Para a análise das palavras-chave foram selecionados do Plano Nacional de Política para as Mulheres (2013-2015) um objetivo geral, dois objetivos específicos e quatro linhas de ação do seu capítulo “Educação para igualdade e cidadania” no qual insere a política de educação como protagonista para a Eliminação das disparidades entre os sexos em todos os níveis de ensino até 2015, como determina os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da Nações Unidas, quais sejam:

Objetivo Geral

II. Consolidar na política educacional as perspectivas de gênero, raça, etnia, orientação sexual, geracional, das pessoas com deficiência e o respeito à diversidade em todas as suas formas, de modo a garantir uma educação igualitária e cidadã.

Objetivos Específicos [...]

IV. Estimular a produção de conhecimento sobre relações sociais de gênero, identidade de gênero e orientação sexual, levando em consideração os aspectos étnicos, raciais, geracionais e das pessoas com deficiência.

[...]

VI. Contribuir para a redução da violência de gênero no ambiente escolar e universitário, com ênfase no enfrentamento do abuso e exploração sexual de meninas, jovens e adolescentes.

[...]

9 Para saber mais: DINIS, 2011; FERRARI, 2012; FLEURI, 2006; SILVA e LUZ, 2010; VIANNA e UNBEHAUM 2006)

Linhas de ação [...]

Promoção de medidas educacionais no âmbito escolar e universitário para o enfrentamento de todas as formas de violência, discriminação e preconceito contra as mulheres, considerando as dimensões raciais, étnicas, de origem, de classe social, de idade, de orientação sexual, de identidade de gênero e as mulheres com deficiência.

[...]

Ação - 2.1.1. Promover junto com a comunidade escolar programas permanentes e campanhas educativas de prevenção da violência contra as mulheres e que discutam as interfaces entre a violência doméstica contra mulheres e a violência contra crianças, jovens e adolescentes.

[...]

Promoção de cursos de formação continuada de gestores e gestoras e profissionais da educação para a igualdade de gênero, raça, etnia e o reconhecimento das diversidades.

[...]

2.4. Produção e difusão de conhecimentos sobre relações de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, raça e etnia, em todos os níveis e modalidades de ensino.

[...]

Formação de estudantes da educação básica para a igualdade de gênero, raça, etnia e o reconhecimento das diversidades.

[...]

Ação - 2.6.1. Formular e articular mecanismos que visem à criação de Orientações ou Diretrizes Curriculares Nacionais específicas de gênero – que contemplem as abordagens de classe social, raça, etnia, orientação sexual e geracional – em todos os níveis, etapas e modalidades de ensino.

Inserção da temática de gênero, classe social, raça, etnia, orientação sexual e geracional nos materiais didáticos empregados e nos currículos.

Implementar a Lei 10.639/03, que torna obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira e a Lei 11.645/08, que inclui no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena (BRASIL, 2013).

Foram selecionados apenas objetivos, linhas de ação e ação que coadunam com a possibilidade de estarem incluídos nos PPPs das EC e CAICs analisados, identificando em seguida a partir do contexto em que as palavras-chave analisadas aparecem, se há divergência ou não com esses objetivos, linhas de ações e ações do II PNPM (2013-2015), assim como da Plataforma de Beijing. No caso desta última foram selecionados a partir de três “áreas críticas de preocupação” como a Plataforma de Beijing compreende a situação das mulheres como questão de gênero e as metas a serem alcançadas, são elas:

desigualdades e inadequações na educação e na formação profissional e acesso desigual às mesmas; [...] todas as formas de violência contra a mulher; [...] desigualdade entre

mulheres e homens no exercício do poder e na tomada de decisões em todos os níveis (ONU, 1995).

Embora não haja citação direta em todos os pontos listados a seguir, o lugar da escola como garantidora da “qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho” perpassam todos eles (BRASIL, 2013; GDF, 2012; ONU, 1995).

Estamos convencidos de que:

[...]

O empoderamento da mulher e sua total participação, em base de igualdade, em todos os campos sociais, incluindo a participação no processo decisório e o acesso ao poder, são fundamentais para a realização da igualdade, do desenvolvimento e da paz;

Os direitos da mulher são direitos humanos; [...]

17. O reconhecimento explícito e a reafirmação do direito de todas as mulheres de controlarem todos os aspectos de sua saúde em especial o de sua própria fertilidade, é essencial ao seu empoderamento;

[...]

19. É essencial elaborar, implementar e monitorar a plena participação das mulheres em políticas e programas eficientes e eficazes de reforço mútuo com a perspectiva de gênero, inclusive políticas e programas de desenvolvimento em todos os níveis, que poderão fomentar o empoderamento e o avanço das mulheres;

Estamos determinados a:

[...]

Assegurar que as mulheres e meninas gozem plenamente de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais e tomar medidas eficazes contra as violações desses direitos e liberdades;

Tomar todas as medidas necessárias para a eliminação de todas as formas de discriminação contra as mulheres e meninas, e remover todos os obstáculos à igualdade de gênero e ao empoderamento e avanço da mulher; [...]

27. Promover um desenvolvimento sustentado voltado para o ser humano, inclusive o crescimento econômico sustentável, por meio da oferta, às mulheres e meninas, de educação básica, educação permanente, alfabetização, treinamento e cuidados primários de saúde;

[...]

Prevenir e eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e meninas;

Assegurar, em benefício dos homens e das mulheres, igualdade de acesso e de tratamento em matéria de educação e cuidados de saúde, e melhorar a saúde sexual e reprodutiva e a educação das mulheres;

Promover e proteger todos os direitos humanos das mulheres e meninas;

Intensificar esforços para que sejam assegurados o gozo de todos os direitos humanos e liberdades fundamentais às mulheres e às meninas que encontram os mais variados obstáculos ao seu empoderamento e avanço por causa de fatores como raça, idade, idioma, etnia, cultura, religião, deficiência física ou por serem indígenas;

[...]

34. Desenvolver ao máximo o potencial das mulheres e meninas de qualquer idade, de modo a assegurar sua participação plena e igual na construção de um mundo melhor para todos, e valorizar o seu papel no processo de desenvolvimento (ONU, 1995).

A partir da leitura desses dois documentos basilares e entendendo que a Lei da Gestão Democrática – Lei de nº 4.751 de 7 de fevereiro de 2012 - insere como princípios da gestão democrática, em seu art. 2º, o “respeito à pluralidade, à diversidade, ao caráter laico da escola pública e aos direitos humanos em todas as instâncias da Rede Pública de Ensino do Distrito Federal”; e a “garantia de qualidade social, traduzida pela busca constante do pleno desenvolvimento da pessoa, do preparo para o exercício da cidadania e da qualificação para o trabalho”, princípios esses que coadunam com a Constituição Federal de 1988 e leis posteriores, é possível então fazer uma leitura dos PPPs como instrumento de efetivação da gestão democrática a partir do PNPM (2013-2015) e da Plataforma de Ação de Beijing de forma a apontar a incidência de processos de transversalidade de gênero nos PPPs conforme os documentos supracitados (GDF, 2012).

A partir da análise documental, foi possível identificar que há um movimento de incorporação das questões de gênero na educação básica, ensino fundamental – séries iniciais. Porém, tendo em vista que no ano de 2015 a Plataforma de Beijing fez 20 anos de publicação e 10 anos do lançamento do I PNPM, ainda há muito o que avançar.

Apesar da baixa incidência do verbete sexo (42,86%) nos PPPs analisados, foi possível concluir que há uma aproximação das intenções de Beijing e do PNPM, pois, a maior incidência desse verbete diz respeito a questão da diversidade sexual e a respeito as diferenças, seguido do combate à discriminação com base no sexo como mostra a seguinte citação encontrada em um dos PPPs: “repudiar a discriminação baseada em diferenças, de raça, idade, religião, classe social, nacionalidade e sexo”. Mas contraditoriamente, o verbete também aparece como uma simples diferenciação de sexo, no quesito de classificação dos alunos ou para indicar um conteúdo de educação sexual dos alunos.

No caso do verbete gênero, sua maior recorrência (41%) emprega o termo com significados que não o consideram como uma categoria teórica e política, mas com significados que abarcam outras categorias como: “gêneros textuais”, “alimentícios”, “musicais” e outros, o que demonstra uma não preocupação pelas questões de gênero em parte dos PPPs analisados. Isso ocorre não somente pela não identificação do verbete ao longo dos textos dos Projetos, mas também pela não identificação dos verbetes menina/s, aluna/s e mulher/es, ou ainda a simples diferenciação entres os sexos/gênero encontrado em um PPP.

Representando 33% das ocorrências, os demais PPPs trazem em seus textos questões como a desigualdade, o respeito e a conscientização da diversidade de gênero. O combate à discriminação de gênero e o debate dessas questões na escola foram identificados em seis Projetos; a conscientização, reconhecimento e valorização da diversidade e o reconhecimento da desigualdade de gênero apareceram em sete PPPs demonstrando que há uma preocupação com as questões relativas à discriminação de gênero e à desigualdade entre mulheres e homens na sociedade por parte das escolas analisadas, questões estas que coincidem com Plataforma de Beijing e com o PNPM (2013-2015) na medida em que ambos os documentos colocam a contribuição para a redução da desigualdade entre mulheres e homens como objetivos a serem alcançados.

A igualdade enquanto princípio foi a categoria mais recorrente encontrada nos PPPs analisados. Esse tipo de aparição pode demonstrar contudo, apenas uma reprodução das normativas que definem a igualdade como princípio. O verbete igualdade aparece ainda como “promoção para igualdade” (12), “valor” (4), “direito” (4) e projeto de sociedade (2).

A Plataforma de Beijing coloca que a igualdade entre mulheres e homens é uma questão de direitos humanos e constitui uma condição para o êxito da justiça social, além de ser um requisito prévio necessário e fundamental para a igualdade, o desenvolvimento e a paz. Para se obter um desenvolvimento sustentável orientado para o ser humano, é indispensável uma relação transformada entre homens e mulheres, baseada na igualdade (ONU, 1995).

Desta forma, entender a igualdade entre mulheres e homens compreendendo-a como questão de Direitos Humanos é crucial para a promoção da igualdade de forma efetiva. Assim, há a necessidade de criar espaços para a discussão da igualdade com base nas diversidades, o que foi encontrado em apenas três PPPs analisados, demonstrando que há uma preocupação para o alcance da igualdade, sem contudo demonstrar espaços de discussão sobre o tema.

Os verbetes aluna/s e professora/s aparecem majoritariamente como flexão de gênero demonstrando uma linguagem sensível ao gênero diante de uma estrutura masculina generalizante, o que pode ser considerado um avanço. Além da flexão de gênero, duas questões se destacaram na busca pelo verbe alunas, sendo elas: o “Projeto de Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” (PPP31) que visa “Promover o encorajamento dos alunos e alunas para que desenvolvam recursos de proteção possível às situações de abuso e ou exploração sexual, bem como fortalecê-los para denunciarem caso sejam vítimas dessa violência” e o “Dia da Consciência Negra” comemorado em uma culminância com o “Desfile da beleza negra na festa da família – somente com alunos e alunas negras” (PPP23).

O desfile de beleza negra chama atenção pela determinação de um espaço específico para alunas/os negras/os, o que pode à primeira vista demonstrar uma ideia de segregação racial, porém, parte dos movimentos negros e de mulheres tem utilizado espaços exclusivos como um lugar de (auto)construção sobre o que é ser mulher, ou o que é ser negra/o nesta sociedade. O concurso de beleza também é

responsável por exaltar a beleza de crianças negras¹⁰, e por auxiliá-las no processo de construção da identidade do ser negra/o, ou tornar-se negra/o¹¹.

O Projeto de prevenção ao abuso e exploração sexual se mostra como uma exceção no conjunto dos PPPs analisados. Ele tem como objetivo “promover o empoderamento dos alunos e alunas para que desenvolvam recursos de proteção possível a situações de abuso e/ou exploração”, porém é preciso saber qual a metodologia utilizada para o desenvolvimento do projeto, já que se por um lado pode ser um espaço de debate sobre as violências contra meninas e mulheres, por outro pode haver ainda uma ideia de culpabilização da vítima (PPP 31). Esse Projeto está relacionado com uma das áreas de preocupação da Plataforma de Beijing, pois elaborou-se uma atividade que identifica “a necessidade de proteção e promoção voltadas especificamente para os direitos da menina” (ONU, 1995).

O verbete menina/s aparece em apenas 09 (nove) dos PPPs analisados. Em 05 (cinco) deles “Menina bonita do laço de fita”¹² aparece como uma história utilizada pelas professoras para discutir a questão racial, porém mesmo a protagonista da história sendo uma menina, não há sinalização de leitura ou discussão do texto para uma perspectiva de gênero. O verbete menina também aparece em: educação sexual “sexualidade, menstruação, fecundação”; na classificação entre os sexos, ou seja, como classificação/diferenciação entre meninas e meninos; ou ainda no reforço de papéis naturalizantes, como uma resposta selecionada na ideia de criar um “salão de beleza para meninas” como uma das sugestões selecionadas como “a escola que queremos”.

A terminologia mulher emerge indicando projetos de valorização das mulheres, em especial em datas comemorativas – Dia da Mulher, ou a participação das mulheres na história do Distrito Federal e na identificação como parte da população excluída socialmente, junto à população negra, indígena entre outras. Destaca-se um projeto sobre cidadania que visa discutir com as crianças a partir da leitura da Lei Maria da Penha, questões sobre violências sexual, moral e física contra as mulheres (PPP31). Por outro lado, aparecem também PPPs que discutem a sexualidade de homens e mulheres como um atributo biológico – menstruação, gravidez – ou como a determinação de papéis de mulheres e homens na sociedade, e que novamente, pelos PPPs não indicarem as metodologias utilizadas, abre-se um leque para inúmeras possibilidades de debates sobre a desigualdade ou igualdade entre homens e mulheres, podendo o debate romper com espaço de discriminação ou reafirmá-lo.

Logo, os dois termos aparecem de modo contraditório, numa invisibilização de que as crianças/meninas também sofrem questões referentes à discriminação e violência de gênero, considerando que tais fenômenos só as atingem em idade adulta, a exceção do PPP31, em que identifica-se tanto o “Projeto de Prevenção ao Abuso e Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes” quanto debates sobre violência contra a mulher.

10 Sobre a identidade racial e a beleza negra ver Gomes (2012).

11 SOUZA, Neusa Santos. Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social. Rio de Janeiro: Graal, 1990

12 MACHADO, Ana Maria. Menina bonita do laço de fita. 9. Ed. São Paulo: Ática, 2011. 22 p. (Barquinho de papel)

Destaca-se, também o fato de que todas as escolas incluíram em seus PPPs o verbete diversidade, muitas delas utilizando-a como tema transversal e indicando a importância da valorização e do respeito pelas diversidades bem como o conhecimento e reconhecimento da diversidade, porém somente em um dos PPPs identificou que as escolas ainda não reconhecem a diversidade, assinalando: “ainda temos uma escola que desconsidera a diversidade em suas diversas manifestações ignorando que não podemos falar em capital cultural único, mas sim em diversos saberes que devem ser considerados pelos professores e pela equipe gestora” (PPP14). Todavia, nenhuma das IEs indicou a necessidade de formação da equipe escolar para apreensão e debates sobre o tema.

Dos verbetes analisados, de acordo com a recorrência, constatou-se que diversidade foi o único termo que aparece em todos os PPPs, ficando o verbete professora/s em segundo lugar com apenas 2 (dois) PPPs que não inserem o termo e em seguida gênero. Já o verbete menina/s foi o que menos apareceu, constando em apenas 9 (nove) dos PPPs analisados. Os verbetes menina/s, mulher/es e aluna/s foram os que obtiveram menor recorrência em todas as regionais pesquisadas com a média de 24,61% de recorrências, ou seja, menos de um quarto dos PPPs analisados indicavam a presença de um dos verbetes supracitados.

Identificou-se que em ordem de maior para menor recorrência dos verbetes estão: diversidade, professora, gênero, igualdade, discriminação, sexo, aluna, mulher, meninas. Segregando por CRE, constatou-se que na CRE de Brazlândia não foram identificados os verbetes sexo, mulher/es e menina/s em nenhum dos PPPs analisados, em contraposição, os verbetes diversidade e gênero aparecem em todos os Projetos. Na CRE de Sobradinho não constam os verbetes menina/s e mulher/es em nenhum de seus PPPs, ressaltando que nessas duas regionais foram analisados três Projetos cada.

O que se identificou a partir da pesquisa foi que, se por um lado uma escola já discute sobre a exploração sexual, ou sobre a violência contra as mulheres, por outro, a ideia de sexo e gênero, menina/s e mulher/es, ainda é majoritariamente voltada para a classificação entre os sexos ou para a educação sexual biológica, na qual são debatidas nas disciplinas de ciências os temas sobre a reprodução da espécie humana. Há o reconhecimento de que a mulher foi parte da população historicamente excluída, porém são encontradas sinalizações de debate sobre a inserção das mulheres como ser de direito - que mesmo inegavelmente diferente dos homens em vários aspectos - tenha acesso aos mesmos direitos, salários, postos de trabalho, representatividade nos lugares de decisão política, parlamentos, ministérios, dentre outros.

Conclusões

As desigualdades, discriminações e violências que acompanham a vida das mulheres está presente nos ambientes escolares. A educação formal é apenas um dos lugares de produção e reprodução das discriminações e desigualdades entre mulheres e homens, mas é também um espaço de luta pela igualdade, pela não discriminação é, portanto, um lugar de contradições, de embates, de diálogo, o que

demonstra então, que discutir questões de gênero na educação demonstra ser um assunto quase que inesgotável e sem dúvida necessário.

A pesquisa demonstrou que mesmo com a indicação da educação como espaço importante para a discussão de gênero tanto pela Plataforma de Beijing, quanto pelo II PNPM (2013-2015), reafirmado nas Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica como tema transversal de Direitos Humanos - quando se analisa a nível distrital e local, a representatividade desses temas nos PPPs aparece como um pequeno avanço. Parte das escolas pauta por uma educação que deseja combater a discriminação de gênero, respeitar as diferenças e reconhecer as desigualdades, porém há baixa incidência à menção de projetos ou propostas de projetos a serem desenvolvidos dentro das IEs que tragam a questão de gênero como central ou transversal para o rompimento com a desigualdade entre mulheres e homens, meninas e meninos.

Quando se trata de diversidade, a questão racial e a diversidade cultural se colocam de maneira mais evidente, pois mesmo vindo acompanhada de diversidade sexual, de gênero e religiosa, grande parte das escolas quando desenvolvem projetos, o fazem com enfoque na questão racial e cultural, fato que pode ocorrer por conta da Lei nº 10. 639 de 9 de janeiro de

2003 que altera a LDB e obriga as escolas a incluírem em seus currículos a “história e cultura afro-brasileira” (BRASIL, 2003).

Por fim, salienta-se que por se tratar de uma pesquisa com análise de dados documental, não é possível afirmar o cumprimento do que está proposto nos documentos analisados. Para essa análise faz-se necessário uma pesquisa *in loco* de forma a identificar as convergências e divergências entre o que está delineado nos Projetos e a implementação dos mesmos nas IEs.

Referências

ANDRADE, Priscilla Maia de. **A Economia Solidária é Feminina? Análise da Política Nacional de Economia Solidária sob a perspectiva de Gênero**. Dissertação de Mestrado. UnB. Brasília. 2007

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**.

_____. **Projeto de Lei de nº 8.530 de 2010**.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **Plano Nacional de Políticas para as Mulheres**. Brasília: SPM, 2004.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. **II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (2013 - 2015)**. Brasília: SPM, 2013.

_____. **Emenda Constitucional de n.º 59, de 11 de novembro de 2009**.

_____. **Lei nº 10. 639 de 9 de janeiro de 2003**.

_____. **Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013**.

CASTILHO, EWW. **O papel da escola para a educação inclusiva**. In LIVIANU, R., coord. Justiça, cidadania e democracia [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2009. pp. 108- 119. Disponível em: <http://books.scielo.org>

DINIS, Nilson Fernandes. **Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência**. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 39-50, jan./abr. 2011. Editora UFPR

FERRARI, Anderson. **Cultura visual e homossexualidades na constituição de “novas” infâncias e “novos” docentes**. Revista Brasileira de Educação v. 17 n. 49 jan.-abr. 2012

FLEURI, Matias Reinaldo. **Políticas da diferença: para além dos estereótipos da prática educacional**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 495-520, maio/ago. 2006. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>

GDF. **Secretaria de Educação do Distrito Federal**. 2013. Disponível em: www.se.df.gov.br

_____. **Números da Educação Básica**. 2013. Disponível em: www.se.df.gov.br

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo, editora Atlas, 1999

GOMES, Nilma Lino. **Corpo e cabelo como símbolos da identidade negra**. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/10/Corpo-e-cabelocomo-s%C3%ADmbolos-da-identidade-negra.pdf> acessado em 06 de outubro de 2012.

HARAWAY, Donna. **“Gênero” para um dicionário marxista: a política sexual de uma palavra**. Cadernos pagu (22) 2004: pp.201-246.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. **Políticas de Educação para a diversidade sexual: a escola como lugar de direitos**. in LIONÇO, Tatiana e DINIZ, Débora (org). Homofobia & Educação: um desafio ao silêncio. p. 161 - 194. Brasília: Letras Livres: Ed. UnB, 2009

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós- estruturalista**. Editora Vozes. Petrópolis, RJ: 6ª edição, 2003

MACHADO, Ana Maria. **Menina bonita do laço de fita**. 9. Ed. São Paulo: Ática, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza et al (orgs). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 9ª ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 1995.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **A educação no contexto das políticas sociais atuais: entre a focalização e a universalização**. Linhas Críticas, Brasília, v. 11, n. 20, p. 27-40, jan./jun. 2005

ONU. **IV Conferência Mundial sobre a Mulher**. Beijing, setembro de 1995. Disponível em <http://www.onu-brasil.org.br/>

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Política Social: Temas e Questões**. São Paulo. Editora Cortez, 2008.

SCOTT, Joan. **Gênero: Uma categoria útil de análise histórica**. DABAT, Christine Rufino; ÁVILA, Maria Betânia. (tradução). 1990.

SILVA, Isabel de Oliveira e, e LUZ, Iza Rodrigues da. **Meninos na Educação Infantil: o olhar das educadoras sobre a diversidade de gênero**. Cadernos pagu (34), janeiro-junho de 2010:17-39.

SOUZA, Neusa Santos. **Tornar-se negro: ou as vicissitudes da identidade do negro brasileiro em ascensão social**. Rio de Janeiro: Graal, 1990.

VIANNA, Cláudia. UNBEHAUM, Sandra. **Gênero na Educação Básica: Quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil**. Educ. Soc., Campinas, vol. 27, n. 95, p. 407-428, maio/ago. 2006. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>

_____. FINCO, Daniela. **Meninas e meninos na educação infantil. uma questão de gênero e poder**. Cadernos pagu (33), julho-dezembro de 2009

A DINÂMICA INCLUSÃO/EXCLUSÃO DAS IDENTIDADES DE GÊNERO NO CURRÍCULO DO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO RIO DE JANEIRO E O PENSAMENTO DESCOLONIZADO

André Luiz dos Santos Barbosa¹
Angela Maria Venturini²
José Guilherme de Oliveira Freitas³

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre a contribuição do pensamento descolonizado para a construção de uma metodologia de pesquisa que investigue a dinâmica inclusão/exclusão das identidades de gênero no currículo do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro. Esta reflexão resulta na aposta em uma produção científica que rompe com o Paradigma da Simplificação, na medida em que considera complexidades decorrentes de processos de subjetivação e assume um compromisso com a desconstrução da colonialidade de gênero, problematizando uma instituição social (currículo) e desestabilizando as relações de poder que a constituem. Para tanto, faz uma revisão bibliográfica dos debates protagonizados por intelectuais negras que também discutem a descolonização.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Descolonização.

1 Doutorando - UFRJ.
E-mail: andrelsbarbosa@gmail.com

2 Doutoranda - UFRJ.
E-mail:angelamaria.venturini@gmail.com

3 Pesquisador - UFRJ. Pós-doutor, Universidade Federal do Rio de Janeiro
E-mail:jguilherm@uol.com.br.

Introdução e Metodologia

Ao ser convocado a refletir sobre a contribuição que a minha pesquisa ofereceria à descolonização do pensamento, senti a necessidade de (re)desenhar o meu projeto de pesquisa a partir das contribuições que os Estudos Pós-Coloniais (mais especificamente, as pesquisas das intelectuais negras) têm dado à produção acadêmica brasileira.

Para tanto, começo a organizar esse artigo, atentando para o debate protagonizado por intelectuais negras, de onde extraio o próprio conceito de colonialidade.

*Ao usar o termo *colonialidade*, minha intenção é nomear não somente uma classificação de povos em termos de colonialidade de poder e de gênero, mas também o processo de redução ativa das pessoas, a desumanização que as torna aptas para a classificação, o processo de sujeitificação e a investida de tornar o/a colonizado/a menos que seres humanos. Isso contrasta fortemente com o processo de conversão que constitui a missão de cristianização. (LUGONES, 2014, p. 939)*

Esse conceito foi fundamental para que eu compreendesse a hierarquização implícita no processo de construção de um objeto de pesquisa e, uma vez preocupado com a democratização da sociedade brasileira, ficasse mais à vontade ao fundir o meu lugar social com o objeto que me proponho a pesquisar.

(...) falar a partir de lugares é também romper com essa lógica de que somente os subalternos falem de suas localizações, fazendo com que aqueles inseridos na norma hegemônica sequer se pensem. Em outras palavras, é preciso, cada vez mais, que homens brancos cis estudem branquitude, cisgêneridade, masculinos. (RIBEIRO, 2017, p. 47)

Resultados e discussão

Mas quem sou eu? De onde falo? O que pretendo pesquisar?

Sou filho de família de classe média baixa (meu pai também é professor e minha mãe, até a minha fase adulta, foi “do lar”), identificado como branco (muito mais por sucessivos processos de branqueamento, do que por genética) e homem cisgênero (embora não me identifique com a masculinidade hegemônica).

A intersecção desses três marcos identitários: homem cisgênero (não hegemônico), branqueado e de classe média baixa, em diversas passagens da minha vida escolar, gerou desconfortos, nunca suficientes para impedir as minhas formações.

As minhas formações e atuação acadêmico-profissional têm se dado em espaços que, segundo a lógica binária (Masculino/Feminino), podem ser caracterizados como feminizados e/ou “desmasculinizados”,

por serem constituídos em grande maioria por mulheres (e constituintes de mulheres, em grande maioria): a formação de professores.

Durante toda a minha trajetória no campo da educação, sobretudo no campo da formação de professores para a educação infantil e para os anos iniciais do ensino fundamental, tenho testemunhado a majoritária presença do gênero feminino em todas as instâncias: direção, coordenação, docentes, discentes; o que me faz estabelecer uma relação entre a perpetuação da feminização/"desmasculinização" do magistério e as práticas curriculares das escolas formadoras de professores.

Segundo Gondra e Schueler (2008), na sociedade brasileira, o processo de feminização do magistério tem suas raízes no século XIX, a partir da naturalização, na educação e nos programas curriculares, das diferentes funções sociais atribuídas aos sexos.

Como resultado de um processo complexo de relações de poder entre o masculino e o feminino, que poderia ser chamado (paradoxalmente) de "desmasculinização" do ensino primário, esses autores entendem a majoritária presença feminina nas escolas e nas instituições de educação infantil já no início do século XX.

Lugones (2014) complexifica a questão, evidenciando a intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial: *Diferentemente da colonização, a colonialidade do gênero ainda está conosco; é o que permanece na intersecção de gênero/classe/raça como construtos centrais do sistema de poder capitalista mundial.* (LUGONES, 2014, p.1939)

A despeito de todos os discursos que evocam a presença masculina na educação infantil e nos anos iniciais do ensino fundamental, a presença majoritária feminina atuando nesses segmentos nas escolas do Município do Rio de Janeiro estende-se até os dias de hoje.

Com o curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro não é diferente: a presença majoritária de mulheres entre os discentes é evidente.

Entendendo o Currículo como um potente marcador e regulador das Identidades de gênero e suas interseccionalidades e das suas relações no espaço escolar; e sendo o professor um importante articulador desse currículo, do lugar de professor, proponho-me a levantar as seguintes questões:

- Como o Currículo do curso de formação de professores contribui com a marcação e a regulação das identidades de gênero e suas interseccionalidades e suas relações no espaço escolar?
- Que configuração de poderes entre as identidades de gênero e suas interseccionalidades está presente no currículo de curso de formação de professores que propicia a presença majoritária de mulheres nesses cursos e, por conseguinte, no exercício do magistério?
- Como se dá a dinâmica de inclusão/exclusão relacionada aos processos de identificação de gênero e suas interseccionalidades no cotidiano dos cursos de formação de professores?

De acordo com Lugones (2014), a colonialidade institui nas sociedades colonizadas o gênero e este tem se apresentado como um marcador identitário binário masculino/feminino e promotor de hierarquias.

Essas hierarquias podem resultar em uma dinâmica inclusão/exclusão, seja pela desqualificação de um dos polos desse binário, seja através da invisibilidade de toda identidade que houver entre os polos e/ou para além deles, como por exemplo: pessoas trans.

Recorrendo aos princípios da Declaração Mundial sobre Educação para Todos, que retoma o Direito Humano (1948): “Toda pessoa tem direito à educação” (ONU, 1990), entendo esse direito como e/ou estendendo-o a toda pessoa não só ter direito a ser educada, mas também a refletir sobre e promover a educação em todos os seus níveis.

A reflexão sobre a dinâmica de inclusão/exclusão relacionada com as questões de gênero e suas interseccionalidades no currículo do curso de Pedagogia do qual sou professor implicará em ouvir minha própria voz e assumir o caráter subjetivo do conhecimento que produzirei.

Ida Mara Freire (2014) encoraja a construção de uma metodologia que considere a escuta de si:

A distinção da própria voz se apresenta em graus variados, conforme o grau da escuta de si, de modo que a escuta de si próprio é o primeiro passo no caminho em direção à escuta do outro. Parece-me que quanto mais ouço a mim mesma, mais ouço o outro. Por isso, a percepção de si está sempre vinculada à percepção do outro. E talvez seja por essa razão a dificuldade de descolar o outro de si, chegando ao ponto de dizer e chamar o outro de eu mesmo. (FREIRE, 2014, p.369)

Compor o objeto a que se propõe pesquisar, apostar na escuta da própria voz, considerar aspectos subjetivos que atravessam a produção do conhecimento; tudo isso pode resultar em conhecimento científico?

Boaventura Souza Santos (2010, p.10) chama de paradigma dominante o modelo de racionalidade que se constituiu no século XVI e que foi se desenvolvendo no domínio das ciências naturais até atingir as ciências sociais emergentes do século XIX, quando se tornou um modelo global de racionalidade científica.

Santos (2010, p.23) sinaliza a crise por que passa esse paradigma dominante, apresentando como ruptura algumas teses que põem fim às dicotomias que o caracterizam. Para o autor (idem) o paradigma emergente deve ser de um conhecimento prudente, científico, para uma vida decente, social, considerando: 1. Todo o conhecimento científico-natural é científico-social; 2. Todo conhecimento é local e total; 3. Todo o conhecimento é autoconhecimento; 4. Todo o conhecimento científico visa constituir-se em senso comum.

É reconhecendo a fase de transição e de revolução científica pela qual passamos, que penso em constituir a base epistemológica em que produzirei conhecimento com essa pesquisa.

Assim, encorajado por Ida Marar Freire (2014), buscarei me distanciar do que Morin (2014) chamou de Paradigma de Simplificação: Princípios de inteligibilidade da Ciência Clássica; e partirei para a elaboração de um método que se construa a partir dos princípios enunciados para um paradigma da complexidade.

Freire (2014), Santos (2010) e Morin (2014) apontam para o fim de dicotomias e acenam para a importância do resgate da integralidade dos fenômenos na produção do conhecimento.

Em um estudo em que relaciona a produção de identidade de gênero e o currículo escolar, Guacira Lopes Louro (2005) relativiza a rígida concepção polarizada de gênero (masculino, feminino), quando contempla a variedade de cada um desses polos: *“homens e mulheres não se constituem, apenas por suas identidades de gênero, mas também por suas identidades de classe, de raça, de etnia, de sexualidade, nacionalidade, idade...”* (LOURO, 2005, p. 86). Essa concepção vai de encontro a ideia de Piscitelli (2008, p. 263), para quem as interseccionalidades correspondem às categorias que aludem às multiplicidades e diferenciações que se articulam a gênero, permeando o social.

Louro (2005) sustenta que a produção dessas identidades e de suas intrincadas relações se dá em muitas instâncias e espaços e que a escola é uma dessas importantes instituições:

Em sua materialidade física, o prédio escolar informa a todos / a sua razão de existir. Servindo-se de recursos materiais, de símbolos e de códigos, a escola delimita espaços, afirma o que cada um / a pode ou não pode fazer, separa e institui. Para aqueles e aquelas que são admitidos no seu interior, a escola determina usos diversos do tempo e do espaço, consagra a fala ou o silêncio, produz efeitos, institui significados; aos que ficam de fora de seus muros, a instituição também impõe consequências, construindo sentidos e sentimentos que advêm dessa exclusão (LOURO, 2005, p. 87).

Para Tomaz Tadeu da Silva (2003): *“o currículo está centralmente envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos, naquilo que nos tornaremos. O currículo produz, o currículo nos produz”* (SILVA, 2003, p. 27). Assim, entendo que o currículo do curso de pedagogia, mais que o de qualquer outro, tem efeito dobrado sobre os processos de subjetivação presentes em nossa sociedade, afinal, ao mesmo tempo em que ele produz os sujeitos, ele também os potencializa, à medida que os forma professores, para intervir diretamente na materialização de novos currículos.

Diante do quadro conflituoso em que o currículo se materializa, reconheço que sua problematização surte efeito na organização dessas relações de poder e em seus desdobramentos e, portanto, não seja do interesse de todos.

Refletindo com Amaral (2015, p. 5), o currículo pode ser compreendido como uma instituição social a qual se constrói a partir das diversas formas pelas quais as relações intersubjetivas se articulam, mediante posições de domínio e subalternidade, podendo ser observadas ao longo do tempo nas relações de aprendizagem, no senso comum e na autoimagem dos sujeitos, ou seja, sob o efeito da colonialidade. Também, reconhecemos marcas do colonialismo em sua constituição, o qual se distingue da colonialidade, por dizer respeito, apenas, a uma relação política e econômica de dominação colonial de um povo ou nação sobre outro.

Conclusões

Pensar uma metodologia para o desenvolvimento dessa problematização implica em se posicionar diante das vozes (inclusive da própria voz) que compõem esse conflito e entender como as dimensões da vida, culturas, políticas e práticas, se imbricam na promoção da dinâmica inclusão/exclusão, buscando entender o fenômeno social em sua totalidade e complexidade.

Não pretendo me deslocar do lugar que ocupo: professor (branco/branqueado, homem, cisgênero, classe média baixa) da instituição em que a pesquisa se dará, portanto, um componente do currículo que será problematizado. Por ocupar esse lugar, já me encontro submerso no curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, o que explicita a minha relação com a pesquisa: protagonizarei e pesquisarei do lugar de professor e dividirei esse protagonismo com outros professores e alunos desse curso atentos às hierarquias, invisibilizações e exclusões decorrentes das relações de gênero e suas interseccionalidades em seu currículo.

A partir desse (re)desenho da pesquisa que pretendo fazer, posso, agora, identificar a contribuição que essa mesma pesquisa traz para o pensamento descolonizado:

- trata-se de um exercício intelectual que considera debates protagonizados por intelectuais negras, buscarei nortear a produção do conhecimento considerando apontamentos de Ida Mara Freire, Conceição Evaristo, Lélia Gonzales, Djamila Ribeiro, María Lugones...
- a pesquisa aposta numa produção científica que rompe com o Paradigma da Simplificação, na medida em que considera complexidades decorrentes de processos de subjetivação e consequentes posicionamentos políticos;
- o pesquisador assume esses posicionamentos, ao mapear o seu deslocamento no campo e através de uma escrita na primeira pessoa;
- o pesquisador busca desconstruir a colonialidade de gênero, problematizando uma instituição social (currículo) e, com isso, desestabilizar as relações de poder que a constituem.

Referências

AMARAL, João Paulo Pereira do. **Da colonialidade do patrimônio ao patrimônio decolonial**. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 2015.

FREIRE, Ida Mara. **Tecelãs da existência**. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 22, v. 2, mai-ago. 2014, pp. 565-584. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36545> Acesso: 15/11/2015.

GONDRA, José Gonçalves & SCHUELER, Alessandra. **Educação, poder e sociedade no Império brasileiro**. São Paulo: Cortez, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. O currículo e as diferenças sexuais e de gênero. In: COSTA, Marisa Vorraber. (Org.). **O currículo nos limiões do contemporâneo**. 3ª Ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LUGONES, María. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, n. 22, v. 3, pp. 935-952. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755/> Acesso: 30/01/2018.

MORIN, Edgard. **Ciência com consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

PISCITELLI, Adriana. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. **Sociedade e Cultura**. Goiás: UFG, v. 11, nº 2, jul/dez, 2008.

RIBEIRO, Djamilá. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Um discurso sobre as ciências**. Porto: Edições Afrontamentos, 2010.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **O currículo como fetiche**: a poética e a política do texto curricular. 2ª. reimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

MATERNIDADES LÉSBICAS E BISSEXUAIS (LÉSBI) – PESQUISA E ENSINO COMO PRÁTICAS ESCOLARES DE (RE) EXISTÊNCIA

Luciene Celina Cristina Mochi¹
Ana Rosa Costa Picanço Moreira²

Resumo: Este artigo apresenta considerações iniciais sobre uma pesquisa de doutorado em Educação, que versa a respeito da existência de famílias formadas por lésbicas e/ou mulheres bissexuais na escola. Ainda vivenciamos uma escola que utiliza o modelo de família heterossexual como definição 'ideal', que persevera apesar das mudanças e desmembramentos ocorridos nos modelos de família desde a década de 1970. No contexto escolar, as crianças filhas/os de mães lésbicas e/ou bissexuais rompem com a lógica binária de reprodução e promovem outras possibilidades de conceber a família, desafiando a estrutura nuclear e heterocêntrica do modelo de família perpetrado pelas instituições sociais. Trata-se de apresentar em um primeiro momento, considerações a respeito da maternidade lésbica e/ou bissexual para, em seguida, tecer sobre o importante aprendizado da escola ao ter em seus espaços crianças que possuem essa configuração familiar. O eixo norteador da discussão adota teorias dos estudos das relações de gênero e debates feministas interseccionais.

Palavras-chave: Maternidades Lésbicas e/ou Bissexuais; Feminismos; Relações de Gênero; Educação Escolar.

1 Pedagoga, Doutoranda em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora/MG - PGE/FACED/UFJF, integra o Grupo de Pesquisa Ambientes e Infâncias - GRUPAI (UFJF) e Grupo de Pesquisa Linguagens, Infâncias e Educação – LINFE (UFJF).
E-mail: lucienemochi@gmail.com;

2 Professora adjunta da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e professora efetiva do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e Mestrado Profissional em Gestão e Avaliação da Educação Pública (PPGP), Coordenadora do Grupo de Pesquisa Ambientes e Infâncias GRUPAI (UFJF).
E-mail: anarosamaio6@gmail.com

Introdução

A pesquisa de doutorado³ em Educação que está sendo desenvolvida, e que este artigo dá notícia, versa a respeito da existência das famílias compostas por mulheres lésbicas e/ou bissexuais em interface com a educação escolar. A relação entre educação, escola e famílias das/os alunas/os e o respeito a diversidade humana tem gerado constantes debates dentro e fora das escolas. Trabalhos e pesquisas que conversam sobre relações entre famílias e escolas (MOCHI, Luciene, 2016; ROMANELLI, Geraldo, NOGUEIRA, Maria Alice e ZAGO Nadir⁴, 2017) contribuem para a reflexão a respeito das relações das famílias com os processos de escolarização das crianças.

A construção de um ambiente escolar que preze pela aprendizagem embasada em diálogos de respeito e reconhecimento das múltiplas formas de se conceber família e o reconhecimento das diferenças pessoais, tais como a promoção do bem-estar de todas/os, o não preconceito de raça, orientação sexual, ou quaisquer outras formas de discriminação, são campos de tensão existentes no terreno da escola. O ambiente escolar é permeado pela pluralidade cultural, que pode ser observada por meio de documentos oficiais, por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais que afirmam a diversidade como “[...] traço fundamental na construção de uma identidade nacional que se põe e repõe permanentemente, e o fato de que a humanidade de todos se manifesta em formas concretas e diversas de ser humano” (BRASIL, 1997, p. 19).

A instituição educativa e o sistema que a constitui têm sido alvo de questionamentos quanto a sua capacidade de gerir democraticamente as transformações sociais, sejam elas de ordem econômica, política ou culturais. Nesse sentido, a escola tem como uma das funções sociais a mediação entre os conhecimentos produzidos historicamente pela humanidade de maneira científica e cultural, e essa (re)produção apresenta contradições significativas em sua trajetória histórica e na contemporaneidade, no que diz respeito a questões relacionadas à orientação sexual, às relações de gênero e ao constructo patriarcal da família padrão, entendida de maneira modelar na representação do pai, mãe e filhas/os.

O desenvolvimento de pesquisas científicas que adotam em suas metodologias a representação afirmativa das diferentes formas de se conjugar famílias, como as maternidades lésbicas e/ou bissexuais, são fundamentais para o desenvolvimento de práticas pedagógicas capazes de gerir uma escola que atenda todas às formas de família, rompendo com pressupostos sobre parentescos endossados pelo viés heterossexual e que visibilize a “pluriparentalidade” (CADOLLE, Sylvie, 2007). A pluriparentalidade questiona a exclusividade do modelo de família biológica, possibilitando o rompimento com a ideia de parentesco apenas às/aos que possuem laços autenticados pelo fator consanguíneo (BUTLER,

3 Pesquisa orientada pela professora Dra Hilda Aparecida Linhares da Silva Micarello e coorientada pela professora Dra Ana Rosa Costa Picanço Moreira, no programa de Pós-graduação em Educação (PPGE) da Faculdade de Educação (FACED) na Universidade Federal de Juiz de Fora/MG (UFJF).

4 Como princípio de escrita política e democrática de visibilidade das produções científicas, optamos por apresentar o nome completo de autoras/es sempre que elas/es aparecerem pela primeira vez no texto.

Judith, 2003). Na pluriparentalidade, duas mulheres – ou dois homens – podem fazer parte da história de vida da criança, seja pela via de adoção, pela possibilidade do planejamento da maternidade com as tecnologias de reprodução assistida ou, ainda, como ocorrem nas famílias recompostas por casais de mulheres, que trazem para suas relações lesboparentais, as/os filhas/os de seus relacionamentos anteriores.

Do seu próprio modo, o modelo de família historicamente reproduzido pelas instituições sociais, sobretudo a escola, baseia-se na associação entre “aliança-filiação” e “sexualidade-reprodução” (CÔTÉ, Isabel, 2009). Desde a década de 1970 com a lei do divórcio⁵, o controle da reprodução e as configurações familiares plurais, vemos o desmembramento e transformações sobre novos significados de conceber e viver em família. Passamos de um modelo único de família para uma pluralidade de configurações familiares. As maternidades lésbicas e/ou bissexuais parecem desestabilizar o modelo único de família gestado por meio da heterossexualidade compulsória⁶. É no contexto escolar que a existência das crianças filhas e filhos de mães lésbicas e/ou bissexuais podem promover outras concepções da relação família e escola para o efetivo exercício da democracia como direito e garantia de representação para as crianças das suas famílias, reivindicando afirmação da legitimidade dessa configuração familiar.

Logo, o presente artigo tem como finalidade apresentar aspectos da maternidade lésbica e/ou bissexual tendo como escopo teórico a produção dos diferentes feminismos⁷ que têm debatido a maternidade como garantia de direitos para as mulheres e suas crianças, bem como os ‘nós’ que se cruzam e acentuam as vulnerabilidades por meio das categorias de raça, classe e orientação sexual (HIRATA, Helena, 2014) para podermos pensar em que medida o apagamento e, conseqüentemente, o silenciamento das famílias LésBi⁸ no contexto escolar contribuem para o acirramento de atitudes excludentes. Por último, o trabalho desenvolve considerações a respeito da importância da produção científica para a transformação do contexto escolar, compreendendo que pesquisa e ensino podem figurar como práticas de [re]sistência nas escolas, construindo caminhos imprescindíveis para o exercício da democracia e, assim, a garantia de espaços educativos livres de preconceitos e discriminações.

5 No Brasil, a lei do divórcio passa a ser garantida pela Constituição Federal de 1988.

6 Apresentado por Adrienne Rich (1980), o conceito de “heterossexualidade compulsória” surgiu para sinalizar a imposição de um modelo de relacionamento entre homens e mulheres que define as relações sociais marcadas pela diferença naturalizada dos sexos.

7 Neste texto, apresentamos de forma reduzida as contribuições elaboradas por teóricas feministas latino-americanas e francesas a respeito da maternidade. O artigo foi elaborado a partir do levantamento bibliográfico inicial da pesquisa de doutorado em Educação que está sendo desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora e já mencionada no início deste trabalho.

8 Mulheres lésbicas e bissexuais.

Maternidades Lésbicas e/ou Bissexuais: história de afetos e de direitos

A heterossexualidade examinada como uma instituição política nos faz perceber que o poder é retirado das mulheres. Ao examinar a heterossexualidade dada como natural, também conseguimos transformá-las (RICH, 2010, p.19).

As maternidades lésbicas e/ou bissexuais são maternidades que se realizam no encadeamento de uma ação conjunta na qual as duas mulheres envolvidas decidem ser mães, seja por reprodução assistida, seja por decisão de constituir a vida familiar com uma companheira e sua/eu filha/o (recomposição), pela via da adoção ou até mesmo pela coparentalidade. Essas famílias desconstroem o modelo herdado de família e maternidade, descentralizando o parentesco binário e biologizante de que família para ser considerada legítima tem que compor a tríade: mãe, pai e filhos/as. Nosso campo de pesquisa preocupa-se com a maternidade compartilhada por mulheres lésbicas e/ou bissexuais, com reconhecimento legal (ou social) de ambas as mães ou não. A maternidade lésbica e/ou bissexual pode ser realizada por meio das tecnologias reprodutivas, da adoção e também de situações em que uma das mulheres incorpora a/o(s) filha/o(s) da companheira a uma nova formação familiar.

A filósofa francesa Elisabeth Badinter (2011) apresenta a relação da maternidade com o que ela chama de “a revolução silenciosa”, que nos últimos trinta anos gira em torno da naturalização e concepção de maternidade. Apesar das transformações ocorridas, sobretudo as lutas dos movimentos feministas, a maternidade passou a ocupar outro sentido na vida das mulheres. A maternidade pós anos 1970 não é mais a totalidade da vida das mulheres, outras perspectivas e “[...] uma diversidade de modos de vida, que suas mães não conheceram. Pode-se dar prioridade as ambições pessoais, gozar do celibato e de uma vida de casal sem filhos, ou satisfazer o desejo da maternidade com ou sem atividade profissional” (BADINTER, 2011, p.9). A autora (2011) aponta as contradições da maternidade contemporânea com certa ‘liberdade’ paradoxal das mulheres. Se, por um lado, o cuidado com a carreira, realizada no espaço público, multiplicou as tarefas e responsabilidades maternas, por outro, a escolha ou não da maternidade também foi algo que as mulheres puderam decidir. Desta forma “dando fim às antigas noções de destino e de necessidade natural, ela traz para o primeiro plano a ideia de realização pessoal” (BADINTER, 2011, p.10).

O debate sobre a família e a homossexualidade passou a ser pautado nos estudos acadêmicos a partir da década de 1990 com a obra etnográfica da americana Kath Weston⁹, publicada em 1991 e intitulada: “*Families We Choose: lesbians, gays, Kinship*” que é passível de ser traduzida como: “Famílias Nós Escolhemos: lésbicas, gays, parentesco”. A etnografia realizada por Kath Weston (1991) no contexto da comunidade LGBT em São Francisco contrapõe o modelo de família baseado apenas na construção biológica e apresenta novas formações familiares estruturadas pelos vínculos afetivos da colaboração mútua, mesmo sem reconhecimento legal dos vínculos de parentesco. Este trabalho é considerado

9 Kath Weston é professora associada de antropologia em Arizona State University West em Phoenix.

pioneiro na reivindicação de um modelo familiar que não remetia sua formação na reprodução biológica e nem nos vínculos legais de filiação. A maternidade lésbica continuava não sendo visível e muito menos estudada. A autora baseou sua pesquisa em uma “rede de atendimento e solidariedade mútua, quase sempre entre adultos, e não ligados por casamento ou filiação. A maternidade lésbica continuou a ser um oxímoro [...]” (IMAZ, Elixabeth, 2015, p. 300, tradução nossa).

A maternidade lésbica e/ou bissexual continuava a ser estabelecida pela heterossexualidade como convicção, ou seja, a lesbianidade como orientação sexual homossexual implicava a renúncia da maternidade. Ser lésbica e ser mãe eram identidades consideradas opostas e respectivamente excludentes. Imaz observa que, neste momento, ser lésbica e ser mãe correspondia a premissa de julgamento das identidades onde,

[...] a primeira hedonista e egocêntrica; a segunda responsável, comprometida e altruísta. Se concebia impossível a possibilidade de conjugar ambos os termos, porque a homossexualidade e a maternidade responderiam aos estereótipos e realidades encontradas” (IMAZ, 2015, p. 300, tradução nossa).

Outro trabalho de pesquisa também pioneiro sobre maternidades lésbicas foi realizado pela antropóloga Ellen Lewin¹⁰ (1994). Com extensa pesquisa de campo iniciada em 1977, Lewin conheceu uma mãe que perdeu a custódia de todos os três filhos no início da década de 1950 nos Estados Unidos, depois que seu ex-marido relatou para a polícia que ela estava “dormindo com uma mulher” (LEWIN, 1994). A autora relata que a polícia invadiu a residência e prendeu sua amiga e a companheira dela, e encaminhou as crianças para a adoção, onde permaneceram por vários anos. Essa mãe, relatada por Lewin, conseguiu reverter a custódia depois que o ex-marido faleceu e, ainda assim, só recuperou a tutela de seus filhos “depois de conseguir convencer o Tribunal de que o episódio lésbico tinha representado uma “fase” que já tinha terminado” (LEWIN, 1994, s/p, tradução nossa). A autora relata, que a história dessa mãe foi o contexto que deu início a sua pesquisa e que culminou na obra: *“Lesbian Mothers – Accounts of Gender in American Culture”*, passível de traduzir em: “Mães Lésbicas - Relatos de Gênero na Cultura Americana”.

A autora, que nas primeiras frases iniciais do livro se auto afirma lésbica, explica que a motivação para seu trabalho era contrapor o argumento utilizado pela justiça americana de que ser lésbica era justificativa e motivo de argumentativa denúncia para retirada da tutela de filhas e filhos das mulheres divorciadas, quando estas iniciavam uma nova relação conjugal com outras mulheres. Na Espanha, Elixabete Imaz (2015) assinala que as influências dos debates anglo-saxões passam a incidir a partir do ano 2000, quando a homoparentalidade e a maternidade lésbica, mais especificamente, são colocadas como possibilidades. Nas palavras da autora:

10 Antropóloga e professora na Faculdade de Artes Liberais e Ciências da Universidade de Iowa, no departamento de Estudos sobre Gênero e Sexualidade da Mulher. Suas pesquisas se concentram nas áreas que envolvem maternidade, sexualidade e reprodução, baseando-se na antropologia feminista.

Surge simultaneamente a preocupação pela posição da mãe “não jurídica”, isto é, a mãe que não concebeu nem deu à luz e é desprovida de elo jurídico [...] que se refletirá na agenda coletiva LGBT e em suas reivindicações em torno de questões como a Lei do Casamento Homossexual (IMAZ, 2015, p. 300, tradução nossa).

De acordo com Imaz, surge neste momento da história a preocupação com a posição da mãe que não possui registro legal da criança, a chamada “mãe não jurídica” que é “aquela que por não haver concebido nem dado à luz está desprovida de vínculo jurídico” (IMAZ, 2015, p. 300, tradução nossa). Do mesmo modo, as maternidades lésbicas e bissexuais transformam o modelo herdado da maternidade o que pode, em grande medida, ser valiosa contribuição para pensarmos os modelos familiares contemporâneos e, no caso das lésbicas e mulheres bissexuais, outros sentidos são produzidos para o exercício da maternidade, diferente da normatização na construção da família nuclear. Sendo assim, a perspectiva feminista se preocupa com as relações desiguais entre mulheres e homens e com o estabelecimento das mulheres nas tarefas do cuidado e do trabalho reprodutivo. Ao conhecer as experiências das lésbicas e bissexuais com a maternidade de suas/eus filhas/os, podemos estabelecer um campo capaz de enxergar com respeito outras famílias que não a hegemônica.

Da mesma maneira como reconhecemos as conquistas principalmente nas últimas décadas em relação aos direitos mais equânimes às mulheres, como o divórcio estabelecido no Brasil com a Constituição Federal de 1988, o desenvolvimento de tecnologias reprodutivas e as lutas feitas pelo movimento feminista e parte da luta LGBT, também reconhecemos a persistência de um modelo de maternidade exigente e imposto às mulheres como principal responsável pelo cuidado com as/os filhas/os. Esse modelo endereça às mulheres a responsabilidade sobre qualquer inadequação que ocorra às crianças, seja no campo social, educacional ou qualquer outro. Imbricadas nesta construção social, as mães vivem um outro lado da maternidade feito “de esgotamento, de frustração, de solidão, e até mesmo de alienação, com seu cortejo de culpa. Quando lemos os recentes testemunhos de mães, avaliamos o quanto elas estão pouco preparadas para essa conturbação” (BADINTER, 2011, p. 22).

O debate sobre famílias é operado pelos acionamentos de controles que estabelecem formas de conjugações familiares consideradas legítimas, e, exatamente por isso, são valorizadas. Consequentemente, as formas não aceitáveis e passíveis de discriminação e estigmas¹¹ ficam suscetíveis ao silêncio, privações e variadas imbricações de vulnerabilidade. A esse respeito, Flávia Biroli (2018) assinala

Isso implica não apenas reconhecimento social desigual, mas também **acesso desigual a direitos e recursos materiais**. Desde a eletividade para políticas públicas e financiamentos de moradia até o acesso comum a planos privados de seguridade e saúde, a adoção de crianças e a transmissão da herança, **há todo um espectro de**

11 9 A respeito do estigma, Erving Goffman (2013) lembra que o termo foi criado pelos gregos para se referirem a “alguma coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (GOFFMAN, 2013, p.10). Assim eram demarcados: “Os sinais eram feitos com cortes ou fogo no corpo e avisavam que o portador era um escravo, um criminoso ou traidor – uma pessoa marcada, ritualmente poluída, que devia ser evitada, especialmente em lugares públicos” (GOFFMAN, 2013, p.10).

questões diretamente implicadas nas normas e nos valores que definem o que é reconhecido como família (Flávia BIROLI, 2018, p. 92, grifos nosso).

A autora aponta que, apesar de terem acontecido mudanças e transformações ao longo da história, o peso da vida em família e da divisão sexual do trabalho ainda é destinado às mulheres com maior desvantagem nas relações sociais modernas, sejam na convivência íntima, ou na esfera pública, a existência de práticas de realizações desiguais entre mulheres e homens persistem nas tarefas domésticas, no cuidado e gerenciamento da casa, das/os filhas/os, na distribuição de responsabilidades, atribuídas majoritariamente de maneira desigual para as mulheres.

As famílias são constituídas e estabelecidas pelas relações de afeto e processos sociais. Desta forma, elas se encontram interligadas na ação existente entre o que é institucional, material e representativo (BIROLI, 2018). Apesar de corresponderem a uma infinidade de configurações possíveis, as famílias (re)existem na fronteira da legalidade, o que exerce peso “entre diferentes formas de organização da vida cotidiana e de vivência das relações afetivas, conjugais, de parentalidade e de coabitação” (BIROLI, 2018, p. 91).

Maternidades Lésbicas e Bissexuais na escola: a visibilidade rompe o silêncio e constrói democracia

As instituições nas quais as mulheres são tradicionalmente controladas – a maternidade em contexto patriarcal, a exploração econômica, a família nuclear, a heterossexualidade compulsória – tem sido fortalecida através da legislação, como um fiat religioso, pelas imagens midiáticas e por esforços de censura (RICH, 2010, p.19).

Discutir educação escolar em pesquisa e ensino é também colocar como pauta as relações de gênero, classe e orientação sexual, pois a escola possui um campo multidisciplinar que envolve ampla variedade de estratégias que juntas podem ser desenvolvidas por diferentes instâncias sociais, que historicamente reivindicam a democratização do conhecimento e do processo de ensino e aprendizagem como direito a todas as pessoas. A educação não é fenômeno puramente técnico-pedagógico. Ela é constituída de disputas políticas e ideológicas. Essas disputas são marcadas por uma sociedade de classes atravessada por desigualdades sociais, econômicas e culturais que se estabelecem dentro das relações humanas. Assim, o ato político de ‘educar’ está intimamente ligado em concepções de democracia e de sociedade, como nos assevera Dermeval Saviani (2003, p. 84), “toda prática educativa, como tal, possui uma dimensão política assim como toda prática política possui, em si mesma, uma dimensão educativa”.

Desse modo, a finalidade política da educação, além do conhecimento científico elaborado, é romper com práticas excludentes e sectárias de modos de ser e se comportar socialmente. Contudo, compreendemos que a ação democrática na escola é também, e principalmente, colocar em pauta as discussões teóricas que implicam os “nós” de intersecção das variadas identidades em ação. A feminista

Helena Hirata (2014) em seu artigo intitulado “Gênero, classe e raça: Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais”, debate aspectos fundamentais das relações entre trabalho e gênero, denotando o lugar dissimétrico que as mulheres ocupam nas relações de poder. Sobre o surgimento do termo a autora explica:

A problemática da “**interseccionalidade**” foi desenvolvida nos países anglo-saxônicos **a partir dessa herança do Black Feminism, desde o início dos anos de 1990**, dentro de um quadro interdisciplinar, **por Kimberlé Crenshaw** e outras pesquisadoras inglesas, norte-americanas, canadenses e alemãs. Com a categoria da interseccionalidade, Crenshaw (1994) focaliza sobretudo as intersecções da raça e do gênero [...] (HIRATA, 2014, p. 62, grifos nosso).

A interseccionalidade nos auxilia a compreender de que maneira as múltiplas identidades se entrecruzam por meio de categorias sociais complexas. É um modo de entendermos as múltiplas, imbricadas e variadas opressões. É preciso conhecê-las para poder combater e enfrentar as discriminações e assimetrias das relações de gênero. Logo, pesquisa e ensino podem constituir um importante caminho para o enfrentamento das desigualdades, estabelecendo atendimento educacional mais equânime para as crianças e suas famílias.

Todavia, igualdade pode ser observada não como hegemonia (é preciso compreender as desigualdades sem polarizá-las) mas, equidade no tratamento respeitoso para com todas as famílias pertencentes aos núcleos escolares, direcionando nosso olhar para perceber a escola como ambiente rico de produção de conhecimentos e validação do respeito às existências e experiências vividas pelas crianças e suas famílias no contexto escolar. Sabemos que uma escola não começa nem termina nas demarcações físicas, como muros e portões de entrada e de saída. Entendemos o cotidiano escolar como forte contexto socializador capaz de transformar não apenas o pensamento, mas principalmente, os modos de sentir-se socializadas/os e representadas/os.

Por socialização escolar e a necessidade de representação afirmativa para as crianças e suas famílias compostas por mães lésbicas e/ou bissexuais, nos valem do conceito de Eliane Cavalleiro (2017), em sua pesquisa de doutorado, que resultou na obra “Do silêncio do lar ao silêncio escolar – racismo, preconceito e discriminação na educação infantil”. A autora discute a respeito dos silenciamentos na escola e nas famílias por meio de comportamentos e atitudes preconceituosas e discriminatórias em relação às crianças negras. Eliane Cavalleiro expõe que o silêncio atravessa os conflitos na sociedade e ao mesmo tempo, sustenta atitudes de preconceitos e discriminações no espaço escolar. Acerca do uso do silêncio como mecanismo de violência e consequentemente de desigualdades, ela assevera:

De modo silencioso ocorrem situações, no espaço escolar, que podem influenciar a socialização das crianças, mostrando-lhes diferentes lugares para pessoas brancas e negras. A escola oferece aos alunos, brancos e negros, oportunidades diferentes para se sentirem aceitos, respeitados e positivamente participantes da sociedade brasileira” (CAVALLEIRO, 2017, p. 98)

Os diferentes lugares para as crianças negras apontados pela autora nos ajuda a compreender também os diferentes lugares em que as famílias que não são constituídas pelo ordenamento da matriz heterossexual ocupam no contexto escolar. Cavalleiro assinala que a educação é compreendida como um processo socializador em que as pessoas possuem acesso aos conhecimentos produzidos historicamente e podem se apropriar desses conhecimentos, como verdades absolutas. Ao se apropriarem das 'verdades' produzidas pela escola, iniciam o processo de exercício de sua cidadania. A educação representa um ato político que auxiliará na construção de pessoas conformadas ou não com a realidade em que pautam suas vidas (CAVALLEIRO, 2017). A esse processo social gestado por meio da escola ela pergunta: "Se a educação é um processo social, qual seria a relação entre a aprendizagem de preconceitos, atitudes discriminatórias e a produção escolar de cidadãos?" (CAVALLEIRO, 2017, p. 21).

Para nossa pesquisa, que tem como objetivo compreender a relação que as mães lésbicas e/ou bissexuais estabelecem com a escola de suas/eus filhas/os, interessa-nos discutirmos sobre o processo socialização realizado nas escolas com as crianças que são filhas/os dessa conjugação familiar. Ainda que o trabalho de pesquisa desenvolvido por Cavalleiro (2017) não tenha abordado a socialização das crianças filhas/os de mães lésbicas e/ou bissexuais, ele contribui no sentido de entendermos que a "socialização torna possível à criança a compreensão do mundo por meio das experiências vividas, ocorrendo paulatinamente a necessária interiorização das regras afirmadas pela sociedade" (CAVALLEIRO, 2017, p.16).

Diante disso, a escola como território em que múltiplas identidades coexistem diariamente pode insistir na investida da demarcação binária das crianças e conseqüentemente, das famílias. Com efeito, a escola usa a diferença para marcar o que se considera 'certo' e 'errado' nos modos de ser família, incidindo numa espécie de (re)produção da heterossexualidade como única possível. Ao tomar as representações da família branca heterossexual como norma, automaticamente, coloca-se à margem outras conjugualidades familiares, o que significa exclusão, violação dos direitos e no caso das mães lésbicas e/ou bissexuais, lesbobifobia. Contudo, a instituição escolar exerce uma ação diferenciadora por meio de mecanismos de classificação, disposição e categorização. Sobre os processos socializadores na formação das crianças Cavalleiro (2017, p. 20) diz que "cada indivíduo socializado em nossa cultura poderá internalizar representações preconceituosas a respeito desse grupo sem se dar conta disso, ou até mesmo se dando conta por acreditar ser o mais correto". No entanto, a conseqüência em se estabelecer crenças relacionadas aos modos de se constituir famílias pela escola, podem perfazer uma concepção de estratégias que discriminam e estigmatizam as crianças que possuem mães lésbicas e/ou bissexuais.

A família nomeada "padrão" e contornada pela heterossexualidade é fixada como única (CÔTÉ, 2009) e reproduzida pelas instituições escolares, o que pode agregar desigualdades de gênero e colocar as crianças que são filhas/os das conjugualidades LésBi em um 'não-lugar', gerando conflitos discriminatórios e variados tipos de constrangimentos, além do sentimento de não pertencimento. Através das relações sociais existentes entre a escola e às famílias de suas/eus alunas/os parece ser possível destacar as influências cotidianas vivenciadas pelas crianças que não possuem a família nuclear como modelo,

uma vez que suas famílias são representadas por mães, que são lésbicas e/ou bissexuais. Do mesmo modo, no contexto escolar a afirmação positiva das diferentes composições familiares, desenvolve o respeito e a valorização não apenas às famílias das mães lésbicas e/ou bissexuais. Mas sobretudo, garante o respeito e valorização à todas as famílias, sejam elas compostas por casais do mesmo sexo ou organizadas de acordo com o modelo heterossexual.

Portanto, a invisibilidade e não representação das configurações familiares compostas pela homoparentalidade e, em especial neste estudo a lesboparentalidade¹², põe em xeque a aplicação e efetivação das políticas educacionais que se colocam a serviço da proteção e cuidados para as crianças no contexto escolar. Por exemplo, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (BRASIL, 2017, p. 23) que em seu artigo 32, parágrafo IV prevê em forma de lei: “o fortalecimento dos vínculos de família, dos laços de solidariedade humana e de tolerância recíproca em que se assenta a vida social”. Logo, é parte do dever da escola a relação entre as famílias das/os alunas/os de modo a estabelecer e encorajar os vínculos em família e o fortalecimento de atitudes que estabeleçam os laços sociais como um direito.

A socióloga Isabel Côté (2009) pesquisou diferentes formações de famílias de lésbicas e o desenvolvimento de crianças nascidas dentro dessas famílias em Quebec, no Canadá. Sua pesquisa analisou maternidades lésbicas a partir das tecnologias reprodutivas com doadores conhecidos para compreender como essas mães relacionavam suas maternidades com os pais das crianças. A existência das maternidades lésbica e/ou bissexual no contexto escolar, concorrem para uma ação política e afirmativa de cidadania. De acordo com Côté (2009), as maternidades lésbicas deslocam o modelo único e naturalizado de família, “As famílias lesboparentais aprofundaram essa lógica dissociativa refutando a dualidade sexual como base da reprodução e reivindicando sua legitimidade” (CÔTÉ, 2009, p. 25).

Em 2016, a pesquisa de mestrado realizada pela primeira autora deste artigo em uma cidade do interior do estado do Paraná, foram entrevistadas 34 professoras e pedagogas do Ensino Fundamental séries iniciais com o objetivo de compreender quais as percepções dessas educadoras sobre as crianças que possuem famílias compostas por mães lésbicas. O estudo, intitulado “Final, do que é feita uma família? Famílias homoafetivas femininas: da (in)visibilidade às percepções hétero/naturalizadas de profissionais da educação básica” (MOCHI, 2016) apontou a importância de se debater sobre famílias lesboparentais com professoras e pedagogas, retirando do silêncio e invisibilidade as famílias compostas por mulheres lésbicas e/ou bissexuais. Por meio daquela pesquisa foi possível perceber “[...] a proibição com que essas famílias são tratadas na escola. Codificadas pela lei do silêncio, são ocultas das comemorações e atividades na escola [...]” (MOCHI, 2016, p. 104). Desse modo, a educação escolar pode aprender com as conjugalidades lésbicas e/ou bissexuais, a presença do corpo dessas mulheres nos corredores da escola, tem valor político que por si só são capazes de romper com o silêncio e ‘mistério’ que fortalecem a manutenção do poder.

12 Utilizamos neste trabalho o termo lesboparentalidade para referirmos a configuração familiar das maternidades lésbicas e/ou bissexuais em que a função parental é exercida por duas mulheres e uma ou mais filhas/os. Para saber mais, acessar os trabalhos de (Isabel CÔTÉ, 2009; Anna AMORIM, 2018).

Contudo, da mesma maneira que a autora lésbica e feminista Adrienne Rich (2010, p. 35) assegura que a suposição da heterossexualidade, sobretudo para as mulheres, tida como fator inato, “coloca-se como um obstáculo teórico e político para o feminismo”, a existência das maternidades lésbicas e/ou bissexuais na escola coloca-se como uma questão a ser desenvolvida por meio da pesquisa e ensino. Não como efeito ‘incomum’, ao contrário, como parte importante em se reconhecer as inúmeras possibilidades dos laços sociais e afetivos das famílias existentes no contexto escolar. Da importância em conceber visibilidade, reafirmando a existência LésBi na história, na cultura, nas ciências e tecnologias, “[...] uma libertação do pensamento, a exploração de novos caminhos, a dissolução de outro grande silêncio, uma nova claridade nas relações interpessoais” (RICH, 2010, p. 35).

Conclusões em Processo...

As instituições escolares são ambientes permeados por escolhas que podem garantir que o processo ensino-aprendizagem priorize atendimento justo às múltiplas formas de se constituir famílias e de viver os laços do afeto, do cuidado e proteção. Para além da garantia de acesso, uma escola sustentada pelo viés da qualidade no ensino para todas as crianças que pertencem ao seu contexto, necessita possuir também, alicerces embasados na capacidade de socialização, na relação entre alunas/os e nos vínculos possíveis de serem estabelecidos entre a escola e as famílias das crianças. Essa condução é basilar na preservação e exercício democrático, do respeito para todas/os alunas/os e em especial, para todas as pessoas que nela (escola) estejam de alguma forma relacionadas.

É necessário, portanto, desenvolver pesquisas que possam contribuir para a superação das desigualdades estruturadas nas relações de gênero e orientação sexual, retirando do lugar de ‘modelo’, um único modo de se constituir família para que professoras/es, pedagogas/os e demais profissionais da escola, sejam capazes de superar o curso dos signos preestabelecidos de recusa e do silêncio, associados a respeito das maternidades lésbicas e/ou bissexuais. Desse modo será possível pensarmos em escolas que promovam a convivência e o respeito às individualidades das/os alunas/os, realizando uma nova forma de construir discursos pautados nas relações humanas com respeito, participantes de processos emancipatórios tendo como base o currículo capaz de trazer, para o meio da roda, outras possibilidades de construções sociais.

As relações humanas perpassam a esfera da função reprodutiva do conhecimento elaborado cientificamente. Desde que conhecemos a escola como instituição educativa socializadora, conhecemos também o forte entrelaçamento com o que pensamos ser favorável à aprendizagem escolar com a relação e participação das famílias nesse espaço. Escola e família necessitam de correspondências, ou seja, fluxo contínuo de relacionamento para além dos documentos oficiais em Educação. As diferentes conjugações familiares existentes no espaço escolar auxiliam para que o terreno educativo seja plural e positivo, o contato entre pessoas que são diferentes é imprescindível para o fortalecimento recíproco de respeito entre as crianças e suas singularidades, sejam elas pessoais ou familiares. As escolas – por

intermédio dos livros didáticos, dos materiais trabalhados em sala, das comemorações tradicionais como dia dos pais e dia das mães – faz com que aquelas/es que não possuem o modelo de família apresentado como certo/aceito se sintam à margem do esperado socialmente.

Assim, almejamos uma escola na qual a diversidade e a diferença mudem sua posição na ordem do dia, isto é, passando de ‘problemas’ para ‘possibilidades’ de amplo crescimento coletivo e que, conseqüentemente, insiram-se no processo ensino-aprendizagem e transformem-se em possibilidades de pertencimento não só ao grupo escolar, mas em todos os outros espaços, realizando a verdadeira pedagogia da equidade, que atenda de maneira afirmativa àquelas e àqueles que são diferentes da heterossexualidade naturalizada em nossa sociedade patriarcal.

Como proposta, esse artigo se colocou a apresentar pesquisas que contribuíram para o reconhecimento da existência da maternidade lésbica e/ou bissexual a partir dos debates feministas que historicamente discutem maternidade como garantia de direitos para as mulheres e suas/eus filhas/os. A partir da visibilidade para as crianças que possuem famílias compostas por mães lésbicas e/ou bissexuais na educação escolar, garantimos também, práticas de (re)sistências que possam ser estabelecidas nas interações entre famílias e escolas, superando o modelo de padrões binários, e avançando com ativada luta feminista para que a produção de conhecimento seja colaborativa e apoiada na experiência de todas as formas de ser e conceber as famílias.

Referências

AMORIM, Anna Carolina Horstmann. **Novas tecnologias reprodutivas e maternidades lésbicas no Brasil e na França**: conexões entre parentesco, tecnologias e política. 451f. Tese (Doutorado em Antropologia Social). Florianópolis SC: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

BADINTER, Elisabeth. **O conflito**: a mulher e a mãe. Tradução de Véra Lucia dos Reis. – Rio de Janeiro: Record, 2011.

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades**: os limites da democracia no Brasil. – 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018.

BUTLER, Judith. O parentesco é sempre tido como heterossexual?. **Cadernos Pagu**, n. 21, 2003. p. 219-260.

BRASIL. Ministério da Educação. **LDB**: Lei de diretrizes e bases da educação nacional. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 58 p. Disponível em: http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/529732/lei_de_diretrizes_e_bases_1ed.pdf Acesso: 18 de nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclo: apresentação dos temas transversais. Brasília, DF: MEC/SEF, 1997.

CADOLLE, Sylvie. **La place du beau-père dans les familles recomposées**: une paternité de substitution? In: SELLENET, C. (Org.). Les pères en débat. Ramonville Saint-Agne. Ramonville Saint-Agne: Erès, 2007. p. 29-47.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Do silêncio do lar ao silêncio escolar**: racismo, preconceito e discriminação na educação infantil. – 6ª. Ed., 3ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2017.

CÔTÉ, Isabel. **La lesboparentalité** : subversion ou reproduction des normes?. **Recherches féministes**, 22(2), 25–38. 2009. doi:10.7202/039208ar. Disponível:<https://www.erudit.org/fr/revues/rf/2009-v22-n2-rf3635/> Acesso em: 18 de nov. 2018.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Tradução de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

HIRATA, Helena. Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 61-73, June 2014. ISSN 1809-4554. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/ts/article/view/84979/87743>> Acesso em: 18 nov. 2018.

IMAZ, Elixabete. **Pensando sobre maternidades lesbianas** - Relato de la evolución de un objeto de estudio - **Thinking about lesbian motherhoods** *A narrative of the evolution of a research subject* - Dossiê: Partos, maternidades e políticas do corpo – **Civitas**, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 294-308, abr.-jun. 2015. <http://dx.doi.org/10.15448/1984-7289.2015.2.18154> Disponível: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/civitas/article/view/18154/13402> Acesso em: 18 de nov. 2018.

LEWIN, Ellen. **Lesbian Mothers: Accounts of Gender in American Culture**, Ithaca: Cornell University Press, 1994.

MOCHI, Luciene Celina Cristina. **Afinal, do que é feita uma família? Famílias homoafetivas femininas: da (in)visibilidade às percepções hétero/naturalizadas de profissionais da educação básica**. 132f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Maringá: Universidade Estadual de Maringá, 2016.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica**. Compulsory Heterosexuality and Lesbian Existence. Tradução: Carlos Guilherme do Valle. **Rev. Bagoas**. Florianópolis, v.4, n. 5, p. 17-44, 2010. Disponível <https://periodicos.ufrn.br/bagoas/issue/view/191/showToc> Acesso em: 18 nov. 2018.

RICH, Adrienne. Compulsory heterosexuality. **Signs**. **The University of Chicago Press**, v. 5, n. 4, p. 631-660, Sumer, 1980.

ROMANELLI, Geraldo; NOGUEIRA, Maria Alice; ZAGO, Nadir. **Família & Escola: novas perspectivas de análise**. (orgs). – Petrópolis, RJ: Vozes, 2013. – (Coleção Ciências Sociais da Educação). Vários autores. 1ª reimpressão, 2017.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 8. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2003.

WESTON, Kath. **Families We Choose: Lesbians, Gays, Kinship**. New York: Columbia University Press, 1991. Print.

BORDANDO VIVÊNCIAS: NOTAS SOBRE BORDADO, ÁLBUNS DE FAMÍLIA E VIDA

Rodrigo Lopes Costa¹

Resumo: Esse relato traz reflexões sobre o compartilhamento de narrativas autobiográficas de homofobia familiar dentro do projeto Bordando Vivências, que consiste em oficinas de bordado em fotografia. Esse projeto foi desenvolvido em 2018 durante minha atuação como bolsista e pesquisador dentro do Laboratório de Arte Contemporânea (LAC) vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Artes (PPGArtes) da Universidade Federal do Ceará (UFC), lugar onde foram realizadas. O objetivo desse trabalho é discutir como os álbuns de família e o bordado, modos de expressão que tem uma ligação com o doméstico, podem ser caminhos potentes para trazer à tona coletivamente memórias de opressão familiar, ao mesmo tempo em que é possível enfrentar esses fantasmas do passado.

Palavras-chave: Bordado, Álbum de Família, Homofobia, Arte-educação, Memória.

¹ Graduando em Comunicação Social-Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail:rodrigolopesco@gmail.com

CINEMA E ENSINO DE HISTÓRIA: GÊNERO E SEXUALIDADE NAS PRODUÇÕES CINEMATOGRAFICAS

Antonio Carlos Dias de Oliveira¹
Cícero Joaquim dos Santos²

Resumo: Este trabalho apresenta reflexões sobre as possibilidades dos usos de fontes fílmicas no ensino de história da atualidade, tomando como recorte a ser problematizado as relações de gênero e sexualidades. Compreendendo o currículo como um objeto de poder em movimento que define oficialmente os saberes da cultura a serem transmitidos às novas gerações, bem como entendendo as mudanças nas performances de professores e professoras, especialmente no que diz respeito aos diálogos e inserções nos movimentos sociais, esta proposta pretende dialogar com algumas produções cinematográficas e investigar como seus usos podem colaborar com os percursos formativos de professoras, professores e estudantes dentro de sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História, Movimentos sociais, Percursos formativos.

1 Graduando em História – Universidade Regional do Cariri-URCA.
E-mail: carlosdyasoliver@gmail.com;

2 Doutor em História. Professor do Departamento de História – Universidade Regional do Cariri-URCA.
E-mail: c.joaquimsantos@yahoo.com.br.

POR OUTRAS HISTÓRIAS: NARRATIVAS DE PROFESSORES LGBT

Antonio Carlos Dias de Oliveira¹
Cícero Joaquim dos Santos²
Maria Enilde da Costa³

Resumo: Este trabalho objetiva analisar narrativas de professores e professoras de história que incorporaram nas suas práticas educativas saberes e experiências tocantes à diversidade de gênero e sexualidade no Cariri cearense do século XXI. Essa delimitação pretende fecundar o debate e a produção de conhecimentos históricos no que diz respeito às práticas de ensino e à formação docente. A partir da história cultural, o estudo vem sendo desenvolvido mediante os usos da metodologia da história oral. Para isso foram selecionados professores atuantes na educação básica do Cariri e que se reconhecem como LGBT. Tomando o multiculturalismo como uma postura ética e política essencial para a construção de novas formas de ensinar e aprender história diante das demandas do século XIX, as narrativas de professores colocam em cena uma pluralidade de sentidos e muitos desafios a serem enfrentados dentro e fora da sala de aula.

Palavras-chave: Ensino de História, Multiculturalismo, Memória, Identidade.

1 Graduando em História – Universidade Regional do Cariri-URCA.
E-mail: carlosdyasoliver@gmail.com

2 Professor Doutor – Universidade Regional do Cariri-URCA.
E-mail: c.joaquimsantos@yahoo.com.br

3 Especialização em Enfermagem em Psiquiatria e Saúde Mental. UNYLEYA.
E-mail: Estrelalinda10@hotmail.com

POR UMA PEDAGOGIA QUE LIBERTE TODAS AS CORES: O PROJETO MULHERES INSPIRADORAS E SEU POTENCIAL PARA O ENFOQUE EM DISSIDÊNCIAS DE GÊNERO E SEXUAIS

Emmanuel Henrique Souza Rodrigues

Resumo: Este trabalho trata do Projeto Mulheres Inspiradoras (PMI), desenvolvido nas escolas públicas do DF. A aplicação do PMI demonstrou potencialidade para abordar não apenas gênero, mas relações étnico-raciais e sexualidade. Para discussão teórica, trago a abordagem queer, a pedagogia crítica e análise de discurso crítica. Faço uma análise linguístico-discursiva de documentos nacionais e da Secretaria de Educação do DF; na sequência, foco em produções feitas no âmbito do PMI. O confronto das análises indica potencialidades de uma abordagem positiva de questões relacionadas a representações e identificações das dissidências, construindo uma abordagem eficiente e eficaz no processo de emancipação social dos sujeitos dissidentes de gênero e sexualidade, num combate às formas de LGBTfobia.

A MULHER NA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO E A FEMINIZAÇÃO DO MAGISTÉRIO

Ana Michele da Silva Lima¹
Scarlett O'hara Costa Carvalho²
Lia Machado Fiúza Fialho³

Resumo: O estudo de mulheres junto a trajetória formativa e ou prática docente nos traçaram a possibilidade de questionar a formação docente na História da Educação do Ceará, esboçando a relação entre a Educação e a mulher no início do século XX e como se construiu um perfil de feminização do magistério. Sendo uma pesquisa bibliográfica, objetivamos compreender um contexto junto à estruturação política, social e cultural relativos à formação docente e à profissionalização feminina. Elas que há poucas décadas não tinham acesso à Educação de modo geral, foram tornadas ou escolheram ser docentes? Os apontamentos esboçaram o reforço do magistério como vocação à ideia de que a profissão docente fora associada à mulher por ser desvalorizada, seja por reconhecimento e ou remuneração.

Palavras-chave: História da Educação. Feminização do Magistério. Formação Docente.

1 Doutoranda em Educação pela Universidade Estadual do Ceará – UECE.
E-mail: anamichelesl@gmail.com;

2 Mestre em Educação pela Universidade Estadual do Ceará– UECE.
E-mail: scarlettoharacc@gmail.com;

3 Orientadora Professora de Nível Superior da Universidade Estadual do Ceará - UECE.
E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br

MARIA GILVANISE DE OLIVEIRA PONTES: GÊNERO E RESISTÊNCIA DE UMA PROFESSORA DE MATEMÁTICA (1962- 1974).

Cristine Brandenburg¹
Lia Machado Fiuza Fialho²
José Rogério Santana³

Resumo: Objetivou-se compreender os mecanismos de resistência empreendidos por Gilvanise de Oliveira Pontes, professora de Matemática nas décadas de 1960/70, em meio a uma sociedade machista, que concebia tal disciplina como campo do sexo masculino. Realizou-se pesquisa biográfica, que adotou a história oral como metodologia. A vida de Gilvanise permitiu discutir questões de gênero ao problematizar o lugar predeterminado às mulheres na sociedade e as resistências tecidas para que uma educadora, em período de ditadura, após cursar o Normal (1959), conseguisse formação em nível superior, habilitação específica para lecionar Matemática e reconhecimento profissional ao romper paradigmas em ambiente majoritariamente masculino que subjugava a capacidade feminina para disciplinas do campo das exatas.

Palavras-chave: Educação de mulheres, Gênero, Matemática, Biografia.

1 Doutoranda em Educação Brasileira – UFC.
E-mail: crisfio13@gmail.com.

2 Docente Dra. Lia Machado Fiuza Fialho –UECE.
E-mail: lia_fialho@yahoo.com.br

3 Docente Dr. José Rogério Santana – UFC.
E-mail: rogesantana@ufc.br

Introdução

Tornar visível aquela que fora ocultada foi o grande objetivo das estudiosas feministas desses primeiros tempos. A segregação social e política a que as mulheres foram historicamente conduzidas tivera como consequência a sua ampla invisibilidade como sujeito – inclusive como sujeito da Ciência (LOURO, 2017, p.21).

O relato biográfico desta professora visa desvelar a seguinte problemática: Qual o percurso formativo de Maria Gilvanise de Oliveira Pontes que a possibilitou tornar-se professora de Matemática em uma ciência predominantemente de homens? Objetivou-se compreender os mecanismos de resistência empreendidos por Gilvanise de Oliveira Pontes, professora de Matemática nas décadas de 1960/70, em meio a uma sociedade machista, que concebia tal disciplina como campo do sexo masculino.

A justificativa da pesquisa consiste em analisar as memórias e contribuições de Maria Gilvanise de Oliveira Pontes como mulher e educadora na área da matemática, ciência predominantemente do gênero masculino.

Metodologia

Este estudo é de característica qualitativa onde utilizou-se o percurso metodológico da história oral biográfica (LOZANO, 2006) amparada na história oral híbrida, ou seja, a oralidade como epicentro da pesquisa, fonte principal, complementada com outras fontes documentais (MEIHY, RIBEIRO, 2011). Em que Verena Alberti (2015) afirma que a história oral “deriva justamente do fascínio da experiência vivida pelo entrevistado, que torna o passado mais concreto e faz da entrevista um veículo bastante atraente de divulgação de informações sobre o que aconteceu” (ALBERTI, 2015, p. 170).

Lozano, 2006, p. 16 corrobora que a oralidade “na medida em que ela permite obter e desenvolver conhecimentos novos e fundamentar análises históricas com base na criação de fontes inéditas ou novas” o que contribui para compreender lacunas e percurso sociais e culturais da sociedade.

A pesquisa procurou lançar um recorte com uma visão mais relacionada as questões de gênero que não foram abordadas em uma pesquisa anterior desenvolvida para um capítulo de livro cujo o título “Maria Gilvanise de Oliveira Pontes: Trajetória de vida e Formação” e publicada no livro “Perfis de Mulheres Cearenses”.

O *lôcus* da pesquisa foi a cidade de Fortaleza - CE, local em que habita a biografada e colaboradora Maria Gilvanise de Oliveira Pontes, e as suas narrativas orais foram colhidas mediante entrevista gravada em gravador, transcritas, textualizadas e validadas utilizando a técnica de estrutura geradora do discurso (FLICK, 2009).

Resultados e Discussão

Em uma localidade chamada Itaiçaba, pequena zona rural, que pertence ao distrito de Jaguaruana interior do Ceará nasceu Maria Gilvanise de Oliveira Pontes em 01 de maio de 1939. Filha de Afonso Justinho de Oliveira (agricultor) e Maria Lima de Oliveira (escritora e dona de casa). Onde Gilvanise relata sobre a sua infância feliz com seus quinze irmãos que:

“[...] Muita gente né, a família grande. A gente fazia a festa né. Eu me lembro quando a gente morava lá na zona rural, a gente lá em casa não tinha cadeira, tinha uns banquinhos, uns tamboretinhos né... aí a gente enfeitava os tamboretinhos e fazia casa de boneca debaixo dos tamboretos. A mamãe fazia... pegava lençol e fazia boneca para gente, sabe... dobrava o lençol e pegava uma toalha pequena e fazia os braços da boneca. Ela amarrava aqui, amarrava ali. Aí a gente brincava assim... fazia carrinho de madeira eu com meus irmãos [...]” (BRANDENBURG; CARVALHO; FIALHO, 2018, p. 45)

Sua escolarização começou com a sua alfabetização em casa, através da educação ministrada por sua mãe para auxiliar o seu irmão mais velho. Porém como Gilvanise era muito aplicada cedo aprendeu a ler e escrever antes do tempo. Quando completou 11 anos de idade por iniciativa da sua mãe que cuidadosamente escreveu a diretoria do colégio Patronato Coração Imaculado de Maria solicitando uma vaga para filha. Em 1959, concluiu o Normal.

O início da docência se deu com a disciplina de Português no Ginásio Colégio Estadual Governador Flávio Marcílio em Russas Ceará.

Começou seu aprimoramento na sua profissão no ano de 1960 com o curso de CADES que era Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal no Ensino Secundário em Português e realizou outro em seguida o CADES de Matemática 1962. Foi quando a professora Gilvanise relatou que iniciou a ensinar Matemática que era o que sempre gostou:

“[...] Agora, quando eu comecei a ensinar matemática, em geral quando perguntavam “por que você ensina matemática?... ixi, mulher.... matemática.... como assim, deve ser um perigo né.” Uma mulher ter inteligência, sabe matemática porque a mulher às vezes é considerada burra né. Mas é questão de preconceito né, eu acho que esse preconceito ele vai se esvaindo com o tempo (BRANDENBURG; CARVALHO; FIALHO, 2018, p. 57).

Existem profissões principalmente as ligadas a exatas que por conjunturas culturais e sociais são atribuídas ao sexo masculino e Souza e Fonseca (2008) justificam este fato pela convivência de meninas e meninos com a disciplina de matemática que ao longo da sua vida está ligada a discriminação pela supervalorização de carreiras que são delegadas pela sociedade ao sexo masculino.

Casou-se em 1963 e este matrimônio foi abençoado por 4 filhos. Mesmo após o casamento continuou a estudar para agregar conhecimentos. Passando no vestibular em primeiro lugar em Limoeiro do Norte, porém a matemática não era reconhecida pelo MEC e formou-se em Fortaleza na UECE em 1974.

Gilvanise sofreu muito quando sua filha faleceu em 1978 quando estava cursando o cursava pedagogia na UECE. Na sequência em 1979, mudou-se para Fortaleza e continuou a ministrar aulas no Instituto de Educação. Graduiu-se em Mestre em Educação Brasileira pela Universidade Federal do Ceará em 1986.

No ano de 1996, realizou o doutorado em Educação no Departamento de Metodologia encamiñado para metodologia de ensino da matemática em São Paulo, mas para tal realização teve que consultar o seu esposo, onde Gilvanise relatou: “[...] olha Raimundinho eu estou precisando fazer o doutorado, mas eu só vou se você for e tem que ser fora, assim... em São Paulo.... no sul ou sudeste... porque nem na Bahia tinha... aqui e em canto nenhum do nordeste” (BRANDENBURG; CARVALHO; FIALHO, 2018, p. 52).

Pesquisas no Brasil, acerca da estrutura familiar vem ao encontro confirmando de uma hierarquia de papéis, determinado pela influência do olhar tradicional machista, em que o homem representa o papel do provedor moral e financeiro da família, aquele que toma as decisões (SARTI, 2003). Porém como Gilvanise teve sempre a sua independência financeira ajudando com as despesas da casa, conseguiu argumentar com o esposo que lhe deu apoio para fazer o Doutorado em São Paulo.

Ministrava aulas na FAFIDAM em Limoeiro do Norte e foi transferida para a UECE onde trabalhava na administração da Graduação na Pró Reitoria e a noite ministrava didática da Matemática no curso de pedagogia até se aposentar.

Como professora de matemática e inquietação da trajetória como docente e frente ao aprendizado de uma vida dedicada à docência Maria Gilvanise de Oliveira Ponte deixa uma consistente reflexão:

“[...] A minha grande busca é... porque... eu toda a minha vida eu me incomodei muito porque o professor de matemática faz tudo para ser bicho papão e os alunos têm horror à matemática por conta disso. E então, eu trabalho na contramão disso. Então, o meu objetivo é mostrar que matemática é acessível e que todo mundo pode aprender. Não a matemática dos grandes matemáticos, mas essa matemática básica todo cidadão é capaz de dominá-la desde que ela seja trabalhada adequadamente [...]” (BRANDENBURG; CARVALHO; FIALHO, 2018, p. 58).

Enquanto mulher que se dedicou com afinco ao ensino da matemática ela se fez sujeito da história de educadores que contribuíram no cenário educacional cearense. Sua história de vida se imbrica com a de inúmeros outros profissionais, possibilitando assim, novas reflexões. Participando da Formação da Sociedade Brasileira de Educação Matemática.

Conclusões

Este estudo buscou desvelar um olhar acerca da memória da professora universitária Maria Gilvanise de Oliveira Ponte, professor de Matemática da UECE em Fortaleza - CE, ponderando um pequeno recorte da sua história de vida.

A vida de Gilvanise permitiu discutir questões de gênero ao problematizar o lugar predeterminado às mulheres na sociedade e as resistências tecidas para que uma educadora, em período de ditadura, após cursar o Normal (1959), conseguisse formação em nível superior, habilitação específica para lecionar Matemática e reconhecimento profissional ao romper paradigmas em ambiente majoritariamente masculino que subjugava a capacidade feminina para disciplina do campo das exatas.

Referências

ALBERTI, Verena. Histórias dentro da história. IN: PINSKY, Carla Bessanezi. (org.). **Fontes Históricas**. 3 ed., 2ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2015.

BRANDENBURG, Cristine; CARVALHO, Scarlett O'hara Costa; FIALHO, Lia Machado Fiuza. Maria Gilvanise de Oliveira Pontes: Trajetória de vida e Formação. IN: SILVA, Fernanda Maria Diniz da; ALMEIDA, Gildênia Moura de Araújo; SILVA, Marilde Alves da. **Perfis de Mulheres Cearenses. Fortaleza:** Expressão Gráfica e Editora, 2018.

FLICK, Uwe. **Introdução à pesquisa qualitativa** (COSTA, J. E., Trad.). 3ª ed., São Paulo: Artmed, 2009.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação:** uma perspectiva pós-estrutural. 16ª ed., 5ª reimpressão, Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

LOZANO, Jorge Eduardo Aceves. Práticas e estilo de pesquisa na história oral contemporânea. In: **Usos & Abusos da História Oral**. Amado, J; Ferreira, M.M. (coord.). 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe B.; RIBEIRO, Suzana L. Salgado. **Guia prático da história oral**. São Paulo, Contexto, 2011.

SARTI, Cynthia Andersen. **A família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres**. 2.ed. ver. São Paulo: Cortez, 2003.

SOUZA, Maria Celeste Reis Fernandes de; FONSECA, Maria da Conceição Ferreira Reis. Mulheres, homens e matemática: uma leitura a partir dos dados do Indicador Nacional de Alfabetismo Funcional. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.3, p. 511-526, set./dez. 2008.

FORMAÇÃO DE PROFESSORES EM GÊNERO E SEXUALIDADE NA PERSPECTIVA DA PSICOLOGIA ESCOLAR

Beatriz Lima de Oliveira¹
José Anselmo da Silva Neto²

Resumo: Este artigo tem como objetivo identificar as contribuições teórico-metodológicas da Psicologia Escolar e áreas afins voltadas à formação de professores, para lidar com as questões relacionadas a gênero e sexualidade no contexto escolar. Para tanto, inicialmente se fará uma breve introdução, na qual serão identificados os documentos oficiais que norteiam a atuação dos profissionais da educação nas questões ligadas à sexualidade, com ênfase nos Parâmetros Curriculares Nacionais. Em seguida, buscar-se-á problematizar o lugar ocupado pelo professor nessas políticas educacionais e os limites que esse profissional pode encontrar quando se propõe a realizar um trabalho de educação sexual na escola. Por fim, serão apontados alguns pressupostos que, sem se pautar na racionalidade instrumental, possibilitam que ele desenvolva estratégias para lidar com as expressões de sexualidade em sala de aula, a partir de uma perspectiva norteada pelos princípios dos direitos humanos, alteridade e protagonismo social.

Palavras-chave: Psicologia escolar, formação de professores, sexualidade.

1 Graduada – UFPB.
E-mail: blima3509@gmail.com

2 Graduando – IFPB.
E-mail:Anselmo.neto96@gmail.com

Introdução

Hoje há um intenso debate sobre a possibilidade de a Psicologia Escolar contribuir com o trabalho de educação sexual nas escolas. Martinez (2010), em artigo teórico cujo objetivo é apontar de forma sintetizada o amplo leque de possibilidades de atuação do psicólogo nas escolas, destacam o trabalho voltado à educação sexual como uma forma de atuação profissional “tradicional”, ou seja, como uma prática já reconhecida e consolidada no âmbito da atuação do psicólogo na escola.

Este artigo tem como objetivo identificar contribuições teórico-metodológicas da Psicologia Escolar e áreas afins voltadas à formação de educadores para lidar com as questões relacionadas a gênero e sexualidade no contexto escolar. Para tanto, será realizada uma análise do caderno de Orientação Sexual II que compõe os Parâmetros Curriculares Nacionais – PCN, com ênfase nas atribuições apontadas como sendo do educador.

Também serão apresentados alguns importantes conceitos para nortear o trabalho de formação de professores voltado à sexualidade na escola, sendo eles gênero, vulnerabilidade e direitos sexuais. No que se refere ao conceito de gênero e sua relação com a sexualidade, será destacada a necessidade de o educador perceber o impacto dos discursos referentes a essas questões no seu próprio processo de constituição como sujeito. Ademais, ressaltará a importância de que o professor perceba a construção histórica da sexualidade ocidental, tanto no que se refere ao discurso biomédico da sexualidade, quanto aos preceitos morais e religiosos que atuam nesse processo de constituição dos educadores como sujeitos de modo geral e em sua inserção no cotidiano escolar.

Por fim, será proposto um trabalho voltado à formação de professores que rompa com a cisão entre razão e emoção, pautada na racionalidade instrumental, e que abranja as dimensões do pensar, sentir e agir. Acredita-se que uma formação ético-política voltada à temática deve oferecer subsídios para que os educadores não apenas se instrumentalizem cognitivamente, mas também recriem o modo como lidam com sua sexualidade.

Metodologia

A pesquisa apresentada neste trabalho foi realizada através de uma revisão bibliográfica que aconteceu desde o início de 2018 em plataformas científicas como PEPSIC, Periódicos Capes e Scielo. Dessa forma, a partir de diferentes perspectivas autorais, buscou-se compreender a relação da Psicologia Escolar na formação de professores no que diz respeito a gênero e sexualidade e sua relevância no contexto escolar.

Resultados e Discussões

Embora no Brasil ainda não haja nenhuma lei que regule o trabalho voltado à educação sexual nas escolas, existem vários documentos que respaldam o desenvolvimento de intervenções nessa área, visando tanto à prevenção de doenças e promoção de saúde como também à garantia dos direitos humanos. Entre os documentos que apoiam a atuação profissional nesse campo, destacam-se: a) Parâmetros Curriculares Nacionais (Brasil, 1998); b) Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90); c) Plano Nacional de Políticas para as Mulheres (Brasil, 2004a); d) Programa Brasil Sem Homofobia (Brasil, 2004b); e) Caderno Gênero e Diversidade Sexual na Escola; f) Programa de Saúde na Escola – PSE (Brasil, 2008).

O trabalho, que é voltado à garantia dos direitos sexuais e reprodutivos, legitimado pelos documentos acima apresentados, pode contribuir para a diminuição da vulnerabilidade social, conforme será discutido a seguir. Para tanto, é necessário compreender em que constituem as diretrizes do trabalho sobre sexualidade em sala de aula para os professores.

O caderno dos PCN que aborda a temática da educação sexual é considerado o marco indicador da legitimação da discussão do tema sexualidade na escola. Nele, sugere-se que o assunto seja trabalhado de forma transversal, em todas as disciplinas. Esse documento ainda ocupa, no cenário atual, o papel de “norteador” das atividades desenvolvidas no âmbito escolar.

O documento dos PCN dá ao professor um lugar de destaque no trabalho de educação sexual na escola (Leão, Ribeiro, & Bedin, 2010). Cabe a ele reconhecer como legítimas e lícitas a busca do prazer e as curiosidades manifestadas acerca da sexualidade por crianças e jovens, uma vez que fazem parte do seu processo de desenvolvimento. Os PCN também apontam o educador como um profissional que deve se mostrar disponível para conversar sobre as questões referentes à sexualidade, de forma direta e esclarecedora. Ademais, cabe ao educador problematizar e debater sobre os diferentes tabus, preconceitos, crenças e atitudes existentes na sociedade, buscando se distanciar das opiniões e aspectos pessoais para empreender essa tarefa (Brasil, 1998).

Outro desafio mencionado pelos PCN no que se refere à postura do educador no trabalho de educação sexual é o de que é necessário refletir os valores democráticos e pluralistas, buscando, nas práticas, a equidade de gênero e a dignidade da pessoa humana. Trabalhar com o tema da sexualidade de modo a garantir o respeito à opinião de cada aluno, a participação de todos e a não discriminação das pessoas também é um desafio apontado à prática dos professores.

Percebe-se que o educador ocupa, na política educacional brasileira, um lugar central no trabalho de educação sexual na escola. Ressalta-se, contudo, que, quando se trata de discutir como deve ser o processo de formação de professores para atuar com a temática da sexualidade no âmbito escolar, não se pode esquecer que os professores se constituíram sujeitos num contexto marcado pela hegemonia de concepções biomédicas ou morais e religiosas acerca de gênero e sexualidade (Yared, 2011).

Diversos estudos justificam a relevância de a Psicologia Escolar contribuir com subsídios teórico-metodológicos voltados à formação de professores para o trabalho de educação sexual. O estudo realizado por Ávila, Toneli e Andaló (2011) reafirmou a dificuldade dos professores, que se veem diante do desafio de inserir a questão da sexualidade em suas atividades docentes, sobretudo no tocante à tensão existente entre os pressupostos de direitos humanos que subjazem aos PCN e à perspectiva de muitos profissionais em manter esse tema no contexto da heteronormatividade e da moral religiosa. Conforme esse estudo, a produção das posturas docentes diante da sexualidade e dos gêneros não passa somente pelo crivo dos conteúdos escolares, das técnicas pedagógicas e das prescrições oficiais, inserindo--se na ordem da pessoalidade e da significação do tema no contexto das trajetórias profissionais.

Costa e Ribeiro (2011), partindo do pressuposto de que gênero e sexualidade devem ser objetos de estudo, pesquisa e intervenção na escola, realizaram um estudo com o objetivo de investigar as concepções de relações de gênero de um grupo de alunas do curso de Pedagogia que já atuavam na educação escolar como professoras. Os autores identificaram que os discursos sobre relações de gênero e sexualidade ainda encontram respaldo nas diferenças biológicas que foram apontadas pelas entrevistadas como características inerentes ao masculino e feminino, como também a heterossexualidade como única possibilidade de viver os desejos e as práticas sexuais.

Por essas situações, Campos (2004) aponta a necessidade de se pensar o processo de formação de professores como um espaço em que estes possam não somente ter contato, mas também refletir sobre os subsídios que ancoram as políticas educacionais voltadas à sexualidade. O autor destaca que, como os professores não apenas aplicam, mas reinterpretam as diretrizes curriculares que lhes são apresentadas a partir de suas próprias leituras de mundo, é necessário que haja uma reflexão coletiva sobre suas práticas, voltada ao desenvolvimento tanto do ensino quanto de si mesmos como profissionais.

Borges e Meyer (2008) afirmam que é na escola que podem surgir as piores situações de violência e exclusão a quem não pertence à sexualidade hegemônica. Diante disso, é fundamental que a escola tenha como projeto coletivo o respeito às diferenças e o rompimento com a segregação e com o preconceito no cotidiano escolar, e que isso seja pauta no processo de formação de professores, uma vez que lidar com as diferenças “exige sensibilidade diante de qualquer discriminação no trato cotidiano, evitando que os próprios docentes sejam a fonte de juízos, atitudes e preconceitos que desvalorizem a experiência de certos grupos sociais, culturais, étnicos ou religiosos” (Sacristán, citado por Campos, 2004, p. 730-731).

Diante do exposto, destaca-se a relevância de a Psicologia Escolar contribuir com o trabalho de formação continuada de professores sob um ponto de vista ético e político de sexualidade, considerando esse tema na perspectiva dos direitos humanos.

Conclusões

Face ao exposto, cabe ressaltar que a Psicologia Escolar pode contribuir com o trabalho de formação dos professores no campo da sexualidade, oportunizando que estes passem por um processo de “reflexão pessoal sobre o tema e também por uma revisão dos próprios valores, dos próprios sentimentos, dos possíveis tabus e preconceitos existentes a esse respeito” (Figueiró, 2009, p. 166).

Considerando a dificuldade de os professores lidarem com expressões e sexualidades que diferem dos padrões tradicionais, destaca-se a necessidade de o processo de formação de professores ser norteado por uma compreensão de que a sexualidade não deve ser entendida como dissociada da vida. Isso implica que o comportamento sexual dos jovens deve ser compreendido a partir do cotidiano deles, com os atravessamentos de gênero, raça, classe social, religiosidade, perspectivas de vida. O professor deve ser instrumentalizado a desenvolver estratégias de educação sexual a partir dos aspectos acima citados e pautar suas intervenções com base nas realidades dos jovens. Para tanto, o desenvolvimento de uma escuta ativa, livre dos preconceitos comumente associados à adolescência e juventude, e capaz de encará-los como sujeitos com direitos sexuais e reprodutivos.

Diante das diferentes contribuições apresentadas, propõe-se que a Psicologia Escolar participe da formação de professores em sexualidade por meio do resgate da constituição dos professores como sujeitos, mediando processos nos quais possam se apropriar de suas histórias e reconstruir seu fazer como devir (Gesser & Nuernberg, 2011). Para tanto, os trabalhos de formação de professores devem focar não apenas o aspecto racional, mas também ampliar a sensibilidade, a imaginação e a criação (Molon, 2006). Eles devem sair do campo coercitivo, dos padrões estáticos fundamentados em concepções normatizadoras de gênero e sexualidade, para se abrir para o campo da ética e dos direitos humanos.

Entendemos que essa proposta possibilita dar ênfase à totalidade de dimensões constitutivas do sujeito, contribuindo com a superação da racionalidade instrumental presente nas ciências sociais e humanas, que cinde o cognitivo e o afetivo, o objetivo e o subjetivo (Leite & Tassoni, 2002; Molon, 2003; Sawaia, 2009). Por fim, pode contribuir para a emergência de novas abordagens da Psicologia Escolar e Educacional à temática da sexualidade no processo de formação de professores a partir de um posicionamento ético e político.

Referências

Avila, A. H., Toneli, M. J. F., & Andaló, C. S. de A. (2011). Professores/as diante da sexualidade-gênero no cotidiano escolar. *Psicol. estud.*, 16(2), 289-298.

Borges, Z. N., & Meyer, D. E. (2008). Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia. *Aval. pol. públ. Educ.* 16(58), 59-76. Brasil sem Homofobia. (2004b). Diretrizes do programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, DF: Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à discriminação. Recuperado: 15 mai 2010. Disponível: http://www.mj.gov.br/sedh/documentos/004_1_3.pdf

Campos, A. C. de O. (2004). Pluralidade cultural e inclusão na formação de professoras e professores: gênero, sexualidade, raça, educação especial, educação indígena, educação de jovens e adultos. *Cad. Pesqu.* 34(123), 730-734.

Costa, A. P., & Ribeiro, P. R. M. (2011). Ser professora, ser mulher: um estudo sobre concepções de gênero e sexualidade para um grupo de alunas de pedagogia. *Estudos Feministas.* 19(2), 475-489.

Gesser, M., & Nuernberg, A. H. (2011). Contribuições da psicologia histórico-cultural ao processo de formação continuada de professores (Trabalho Completo). *Anais do Congresso Nacional de Psicologia Escolar e Educacional*(pp. 1-13). Maringá, PR.

Leão, A. M. C., Ribeiro, P. R. M., & Bedin, R. C. (2010). Sexualidade e orientação sexual na escola em foco: algumas reflexões sobre a formação dos professores. *Linhas.* 11, 36- 52.

Leite, S. A. da S., & Tassoni, E. C. M. (2002). A afetividade em sala de aula: as condições de ensino e a mediação do professor. Em R. G. Azzi & A. M. de A. Sadalla (Orgs.), *Psicologia e formação docente: desafios e conversas*. São Paulo, Casa do Psicólogo.

Martinez, A. M. (2010). O que pode fazer o psicólogo na escola. *Em Aberto* 23(83), 39-56.

Molon, S. I. (2006). Subjetividade, sujeito e atividade criadora: questões para a formação continuada de educadores(as) na abordagem sócio-histórica. Em: S. Z. da Ros, K. Maheirie & A. V. Zanella (Orgs.), *Relações estéticas, atividade criadora e imaginação: sujeitos e (em) experiência*(pp. 95-114), Florianópolis, SC: NUP/CED/UFSC.

Sawaia, B. B. (2009). Psicologia e desigualdade social: uma reflexão sobre liberdade e transformação social. *Psicologia & Sociedade;* 21(3), 364-372.

Yared, Y.B. (2011). A educação sexual na escola: tensões e prazeres na prática pedagógica de professores de ciências e biologia. Dissertação de Mestrado, Universidade do Planalto Catarinense, Lages, Santa Catarina.

DIVISÃO DE GÊNERO NA FORMAÇÃO MÉDICA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE

Antonia Núbia Oliveira Alves de Souza¹
Lore Fortes²

Resumo: Busca enunciar aspectos que contribuem para construção humanizada, na percepção de docentes e discentes nos períodos de formação no curso de Medicina, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) com ênfase nas diferenças de gênero. A coleta feita no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) e Centro de Biociências (CB), contou com 36 participantes, 2º; 4º e 6º períodos do curso, técnicas usadas: entrevista não estruturada, observação participante e grupo focal. Dois aspectos obtidos: distribuição dos conteúdos e núcleos temáticos da proposta organizacional do currículo e as diferenças de gênero nas escolhas de especializações. O curso iguala-se as escolas médicas brasileiras com campo de ensino tecnicista e formando profissionais carentes de compromisso social, visões distorcidas que rotulam fragilidade feminina como incapacitante e o masculino como eficaz na opção profissional.

Palavras-chave: Humanização, Formação, Gênero.

1 Doutora – UFRN.
E-mail: nubiarn09@gmail.com

2 2 Professora – Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
E-mail: lorefortes4@gmail.com

Introdução

Esse trabalho apresenta uma análise de gênero fundamentada nos resultados parciais da tese de Antonia Núbia de Souza, defendida em 2014, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais/UFRN, intitulada *A concepção de humanização no contexto da formação médica: o caso da UFRN*, tendo como orientadora Lore Fortes. A tese não teve como objetivo realizar uma análise de gênero. No entanto, os dados levantados junto aos estudantes de Medicina da UFRN demonstraram um posicionamento diferenciado entre homens e mulheres. Portanto, neste artigo pretendemos voltar aos resultados dessa pesquisa tendo em vista analisar esta orientação de gênero.

A política de humanização surge com o intuito de aplicar no campo da saúde uma humanização com viés ético-estético-político, sendo o ético pontuado no envolvimento e nas atitudes dos usuários, dos gestores e dos profissionais da saúde, para maior comprometimento e coparticipação de todos. O estético, porque se apresenta como um processo de produção subjetiva individual e protagonista, o político, se refere ao processo de associação à organização social e institucional das práticas de atenção e gestão na rede do Sistema Único de Saúde – SUS (FIOCRUZ, 2017). Com base nesses princípios e com o interesse de colocar em prática uma proposta de humanização no sistema de saúde brasileiro, o Ministério da Saúde criou em 2003 a Política Nacional de Humanização (PNH), também conhecida como Humaniza-SUS. Desenvolvida com o objetivo de aplicar os princípios preconizados pelo SUS na assistência ao paciente, desde os níveis primários até a alta complexidade, proporcionando mudanças na gestão e na forma como o cuidado é prestado (BRASIL, 2013). A PNH é norteada por princípios como: inseparabilidade entre a atenção e a gestão dos processos de produção de saúde; transversalidade e autonomia e protagonismo dos sujeitos e diretrizes que buscam incluir as diferenças entre os seres humanos nos processos de gestão e de cuidado. Essas mudanças são construídas não por uma pessoa ou grupo isolado, mas de forma coletiva e compartilhada (BRASIL, 2013).

Para que a humanização seja efetivada é fundamental que os sujeitos participantes dos processos em saúde se reconheçam como protagonistas e corresponsáveis de suas práticas, buscando garantir a universalidade do acesso, a integralidade do cuidado e a equidade das ofertas em saúde (FIOCRUZ, 2017). A partir dessas reflexões, começaram a surgir os debates sobre desumanização, ou seja, a ausência de uma visão holística, de práticas interativas, de uma humanização do cuidado que envolvesse o indivíduo na sua integralidade.

No contexto acadêmico, embora tanto discentes, quanto docentes da área da saúde, reconheçam a necessidade de inserir conhecimentos humanísticos na grade curricular para proporcionar a integralidade do cuidado ao seu paciente através de uma visão holística; o ensino das ciências humanas durante a formação médica tem encontrado resistências (RIOS, 2010). A concordância existente em ambos os grupos, de ensino e de formação, é notória quanto à humanização. Outro aspecto relevante e que merece uma atenção especial, são os diálogos identificados nesses mesmos grupos e que perpassam o âmbito da humanização, enveredam por caminhos oriundos às questões de gênero.

Para Louro (1996), a abordagem de gênero possibilitou a discussão das relações de poder entre homens e mulheres e explicitou a construção da desigualdade entre eles na história das sociedades ocidentais. Hoje, o rompimento da dicotomia que destinava os homens ao domínio público e as mulheres ao domínio doméstico não esgotou a necessidade de se discutir as relações de gênero, já que as relações de poder são inerentes a elas e todas as relações sociais sofrem transformações constantes e contínuas ao longo da história.

Desse modo, entendemos que este artigo busca compreender os aspectos que contribuem para uma formação humanizada, na percepção de docentes e discentes durante os primeiros períodos de formação no curso de Medicina, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), procurando dar ênfase nas diferenças de gênero.

Metodologia

Quanto aos aspectos metodológicos, a pesquisa teve como base a tese mencionada, que apresentou um número elevado de dados coletados para a pesquisa, o que revelou posteriormente a possibilidade de uma nova abordagem, focalizando aspectos relacionados às questões de gênero. A pesquisa se deu por meio de uma abordagem qualitativa e seguiu o método de caráter fenomenológico, que defende a fenomenologia como saber-compreensão, que procura valorizar o ser na sua singularidade, uma vez que se preocupa com o que se repete, com o que se manifesta (SILVA, LOPES, DINIZ, 2008).

O levantamento do material coletado ocorreu no Hospital Universitário Onofre Lopes (HUOL) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), durante o período de fevereiro de 2012 a agosto de 2013. A composição amostral foi realizada com a colaboração de trinta de seis participantes, sendo seis discursos de docentes, quatro mulheres e dois homens; e trinta de estudantes, divididos entre o 2º; 4º e 6º períodos do curso, sendo doze do sexo masculino e dezoito do feminino. Todos os participantes eram vinculados ao HUOL e ao Centro de Biociências (CB-UFRN). A coleta dos dados, utilizou entrevista não estruturada, para os docentes; observação participante e grupo focal para os discentes.

Resultados e discussão

Na presente análise abordamos somente levantamento realizado junto aos discentes da UFRN, contrapondo o diálogo entre homens e mulheres. Dentre os resultados obtidos e a discussão entre os discentes, podem ser destacados dois aspectos importantes: a distribuição dos conteúdos e os núcleos temáticos disciplinares da proposta organizacional do currículo do curso de medicina da UFRN. Com bases nesses pontos, observou-se que a grade curricular foi estruturada com o intuito de possibilitar uma formação voltada para a integralidade e para uma discussão multidisciplinar entre saberes (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DO CURSO DE MEDICINA, 2001, p. 11). Entretanto, quando analisamos as disciplinas dos Núcleos de Formação do currículo e distribuídas entre os 12 períodos do curso

de Medicina, em comparação com os dados do próprio PPPCM, foi possível observar que muitas disciplinas importantes e contribuintes para uma visão mais ampla sobre humanização permaneceram de fora do processo de formação do estudante de Medicina da UFRN. Na conclusão da análise do currículo prevaleceram as disciplinas de caráter tecnicista.

Um outro aspecto relevante refere-se às diferenças de gênero que são o fundamento da análise deste artigo. O conceito de gênero começou a ser utilizado na década de 1980, disputando espaço com os estudos sobre a mulher, tema de difícil aceitação no campo universitário. Contudo, sua origem está no caráter militante do movimento feminista (LOURO, 1996). Conforme o percurso histórico que foi sendo desenvolvido, o conceito de gênero passou a se contrapor ao conceito de sexo. O sexo se refere às diferenças biológicas entre homem e mulher, enquanto gênero diz respeito à construção social e histórica do ser masculino e do ser feminino; às características e atitudes atribuídas a cada um deles em cada sociedade. O que quer dizer que agir e sentir-se como homem e como mulher depende de cada contexto sociocultural.

Diante das observações registradas no diário de campo e nos discursos transcritos durante o decorrer do trabalho, fomos anotando as falas com identificação fictícia para manter o sigilo dos participantes do estudo, além de anotações das expressões demonstradas nas discussões sobre as temáticas: especialização para homens e/ou mulheres e prática médica para homens e/ou mulheres.

Um ponto importante a ser discutido é o fato que os estudantes do 2º, 4º e 6º períodos mesmo ainda não tendo ingressado no mundo hospitalar, de clínicas, de cirurgias; já defendiam que havia práticas médicas específicas para mulheres e para homens. Essa visão vem arraigada do ambiente externo e corroborado com os discursos de discentes de outros períodos e dos próprios docentes, em que a concepção tecnicista, machista, retrógrada, a abordagem fria e distante do outro enquanto ser, enquanto semelhante, apresenta-se como modelo certo e a ser seguido.

A análise da profissionalização das mulheres demonstra em diversas pesquisas que homens consideram que as mulheres não escolhem cursos como Medicina e Engenharia porque não despertam seu interesse. Na verdade, algumas pesquisas de gênero têm mostrado outra realidade, que a causa de escolhas tem sua origem cultural. Mesmo quando mulheres escolhem esses campos, se na graduação a percentagem é mais baixa comparativamente aos homens, ao longo da pós-graduação vai se reduzindo ainda mais, isso porque “as mulheres nas pesquisas aprofundam-se sobre temas que pensam e sentem como obrigações femininas, dentro e fora de casa” (PACHECO, 2010, p. 35). É imprescindível considerar que muitos estereótipos que já iniciam desde o sistema educativo em todos os níveis do ensino básico, e que já se reproduzem nos conteúdos curriculares que promovem diferenças sexistas (SANTESMASES, 2007).

Na nossa pesquisa, um discente entrevistado colocou na sua fala claramente essa postura: *As escolhas [das especializações] são feitas de acordo com a afinidade de cada um... acho que [as alunas] devem priorizar áreas mais leves...* (ARISTÓTELES, 6º período).

No entanto, na pesquisa verificamos que existe algumas estudantes que questionam as opiniões masculinas. Quando ainda estão no 4º período refletem nas suas falas uma pressão dos colegas, como demonstram esse exemplo: *Não acreditei quando me sugeriram... então argumentei, mas os discursos são sempre de que somos meninas e não demonstramos muita eficiência para desempenhar com destreza o papel de profissionais da cardiologia ou da cirurgia. Isso, pra mim, é um desafio. Vou fazer cirurgia sim* (SÊNECA, 4º período). Entretanto, quando chegam no 6º período e definidas nas suas escolhas que conflitam com a predominância masculina como a cirurgia ou cardiologia vemos uma determinação nas entrevistadas: *Assim que cheguei, fui abordada [por alunos veteranos] e questionada qual área iria seguir. Não respondi, depois comecei a observar as colegas e como elas estavam sendo induzidas a escolher especializações como endocrinologia, pediatria, psiquiatria... entendeu?* (SPINOZA, 6º período). *Eu realmente nunca quis outra coisa, de verdade, eu sempre quis fazer medicina e a partir do 6º período, a gente tem certeza realmente, depois do contato com o paciente... Apesar das decepções que a gente tem durante o curso... são muitas viu... mesmo assim, a certeza de que a escolha foi certa... existe. Optarei por Cardiologia, tenho segurança pra isso* (CAPRA, 6º período).

Pesquisa realizada entre os anos de 1910 e 2010, (SCHEFFER&CASSENOTE, 2013, MINELLA, 2017) como consulta e sistematização de 27 Conselhos Regionais de Medicina, da Comissão Nacional de Residência Médica e da Associação Médica Brasileira, concluiu que a presença de mulheres sofreu um aumento gradativo nesse período. Essa pesquisa revela que desde 2009 os homens ainda predominavam (60,1%), mas no grupo com 29 anos ou menos as mulheres já constituíam maioria.

Conclusão

No que condiz ao curso de formação de médicos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN, podemos enfocar aspectos oriundos e com características igualitárias às demais escolas médicas brasileiras, priorizando ambiente hospitalar como campo de ensino e formando profissionais carentes de compromisso social. Nesse contexto da graduação, as Ciências Humanas são vistas de forma banalizada em detrimento das disciplinas tecnicistas.

Outro aspecto importante da investigação foi a constatação que mesmo no meio acadêmico, onde se pressupõe uma maior conscientização sobre a igualdade de gênero, ainda há pessoas com visões tão distorcidas e de pouca compreensão da capacidade humana. Visões em que rotulam a fragilidade feminina como incapacitante e a do ser masculino como indivíduo provedor, eficaz, perfeito e com maior poder de produção, de execução e rendimento máximo.

Com isso, conclui-se que mesmo com os avanços das discussões nos diversos campos dos saberes, os aspectos relacionados as diferenças de gênero permeiam o imaginário cultural dos indivíduos, a dimensão política e principalmente a identidade subjetiva de cada indivíduo. Desse modo, observamos que as normas sociais impostas ao sexo “frágil” relatam que as mulheres, na opinião dos estudantes investigados, não demonstram eficiência para desempenhar com destreza o papel de profissional apta às especializações ranqueadas e que são puramente benquistas pelos homens.

Referências

BRASIL. Ministério da Saúde – FIOCRUZ. **Humanização**. Acesso em 12/08/2017. Disponível em <https://pense-sus.fiocruz.br/humanizacao>>.

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Humanização (PNH)**. Acesso 12/08/2017. Disponível em http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nacional_humanizacao_pnh_folheto.pdf>.

RIOS, Izabel Cristina. Humanidades e medicina: razão e sensibilidade na formação médica. **Ciênc. Saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 15, supl. 1, p. 1725-1732, June 2010. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232010000700084&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12/08/2017. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-81232010000700084>.

LOURO, Guacira Lopes. Nas redes do conceito de gênero. In: LOPES, M. J. D.; MEYER, D. E.; WALDOW, V. R. (orgs.). **Gênero e saúde**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1996.

PACHECO, Consuelo. Sistema de Equidade de Gênero e Comissão Nacional de Investigação Científica e Tecnológica do Chile. In: **2º Encontro Nacional de Núcleos de Pesquisa**. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para Mulheres, 2010, p. 35-43.

SANTESMASES, Maria de Jesús. Resumen y reflexiones generales. In: **Fundación Española para La Ciencia y La Tecnología (FYCYT)**. 2ª ed. Fundación Española para La Ciencia y La Tecnología: Cyan, 2007, p. 10-21.

SCHEFFER, Mário; CASSENOTE, Alex Jones F. A feminização da medicina no Brasil. **Revista Bioética**, Brasília, v. 21, n. 2, 2013, p. 268-277.

MINELLA, Luzinete Simões. Medicina e feminização em universidades brasileiras: o gênero nas interseções. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 25(3): 1111-1128, setembro- dezembro/2017. Acesso em 18/12/2018. Disponível em <http://dx.doi.org/10.1590/1806-9584.2017v25n3p1111>.

SILVA, Jovânia M. O.; LOPES, Regina L. M.; DINIZ, Normélia M. F. Fenomenologia. **Revista Brasileira de Enfermagem-REBEn**, Brasília, DF, 2008, mar-abr; 61(2): 254-7.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (UFRN), Natal-RN (Brasil). Colegiado do Curso Médico. **Projeto Político Pedagógico do Curso de Medicina**, 2001. Acesso em 03/09/2011. Disponível em: <http://www.ufrn.br>.

GÊNERO E SEXUALIDADE: EDUCAÇÃO EM DIREITOS HUMANOS E CONSERVADORISMO NO BRASIL

Alessandro de Oliveira Apolinário¹
Lore Fortes²
Kelvis Nascimento³

Resumo: No artigo procura-se contrapor a construção histórica e legislativa da Educação em Direitos Humanos versus as forças conservadoras e a volta dos tradicionalismos: problemas atuais como Escola sem Partido e o termo Ideologia de Gênero são enfrentados nessa escrita sobre a perspectiva formativa escolar, bem como as correntes pós-estruturalistas sobre gênero são confrontados com pensamentos e religiosidades do passado. Assim, procuramos relacionar a ideia de aprisionamento junto à alegoria sociológica de Weber da Jaula de Aço, numa tentativa de mostrar a quase impossibilidade dos sujeitos de se opor seja a naturalização das relações sexuais ou na econômica. Conclui-se que a análise dos fenômenos econômicos de Weber traz luz ao universo social e também sexual quando é atualizado com o pensamento pós-moderno da Butler, apontando para o problema da linguagem com nossa prisão sem muros que cria armadilhas em projetos de mundo essencializados e fundamentalistas.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Escola sem Partido, Ideologia de Gênero, Educação.

Abstract: The article tries to counter the historical and legislative construction of Human Rights Education versus the conservative forces and the return of the traditionalisms: current problems like School without Party and the term Gender Ideology are faced in this writing on the formative school perspective, as well as the poststructuralist currents about gender are confronted with the thoughts and religiosities of the past. Thus, we try to relate the idea of imprisonment together with Weber's sociological allegory of the Steel Cage, in an attempt to show the almost impossibility of the subjects to oppose either the naturalization of sexual or economic relations. It is concluded that the analysis of Weber's economic phenomena brings light to the social and also sexual universe when it is updated with Butler's

1 Mestrando de Ciências Sociais (UFRN-2018), alessandroapolinario@hotmail.com. Professor concursado da rede pública do RN (2006). Licenciatura em Filosofia (UFRN-2005) e Especialista em Educação em Direitos Humanos (UFRN-2015). <http://lattes.cnpq.br/3825641971021599>

2 Doutorado em Sociologia pela UnB(2000), Pós-doutorado pelo CSIC/Espanha em Sociologia e Gênero (2013), atualmente é professora do PPGCS/UFRN. Coordena o Grupo de Pesquisa Saúde, Gênero, Trabalho e Meio Ambiente – SAGMA.

3 Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPGCS-UFRN).

postmodern thinking, pointing to the problem of language with our imprisonment without walls that creates traps in essentialized world projects and fundamentalists.

Keywords: Human Rights, School without a Party, Gender Ideology, Education.

Introdução

Nossa pesquisa tem o gênero como principal categoria de análise, mas se iniciou com o panorama das diretrizes da educação básica e sobre a missão formativa integral dos nossos alunos, na tentativa de agregar teorias e perspectivas sobre os mesmos marcadores sociais de gênero e sexualidade.

Na prática cotidiana escolar, a propagação de vozes que falam de uma maior Educação em Direitos Humanos nas escolas tem sempre como objetivo garantir o reconhecimento dos vários sujeitos e sujeitas que *aparentemente* aparecem como minoritários, mas certamente são invisibilizados e estão subalternamente enquadrados. Nossa pesquisa, parte de uma escrita do mestrado que visa mapear o debate feminista na escola e os coletivos gays de alunos, assim como pretende identificar os representantes e as falas conservadoras que reproduzem os movimentos políticos do campo religioso na/da escola junto com o programa Escola sem Partido.

A diversidade dos gêneros reproduz-se nas relações de poder, ou seja, junto ao conceito foucaultiano de *bipoder* pode-se falar de controle dos corpos, esses úteis para produzir práticas e acionar padrões dicotômicos de exclusão dos outros gêneros (LOURO, 2014, p.45). Pensando sempre em cima dos marcadores sociais de gênero e sexualidade na educação, o artigo busca subsídios teóricos, onde a nossa principal questão e problemática da pesquisa pretendem caracterizar e conhecer as estratégias de poder das forças conservadoras para chegar dentro das escolas, bem como o seu alcance hoje entre o copodiscente.

O presente artigo relaciona o marco de pensamento legal e pedagógico da luta pela Educação em Direitos Humanos nas escolas com a escalada cada vez maior do contraponto conservador, a partir do discurso de negação do gênero, uma questão que ganha características de mordaza num cenário socio-cultural e político no Brasil cada vez mais afrontoso. Essa negação está sendo construída na educação a partir do Projeto Escola sem Partido que propõe a falácia do termo Ideologia de Gênero com o objetivo de criminalizar a proposta inicial de universalizar cada vez mais uma Educação em Direitos Humanos nas escolas.

Conservadorismos versus educação em direitos humanos

No ambiente da escola básica, o campo dos Direitos Humanos passa – no que se refere ao estudo em sala de aula – pela luta e também pelas críticas das ausências de ações programáticas sobre os conteúdos conceituais, procedimentais e atitudinais que movimentam a Educação em Direitos Humanos nas escolas. Faz-se constantemente a denúncia dessas ausências como dificultadoras do combate às reais origens das diversas violências que violam os corpos das nossas juventudes e alunos, sempre enquadrados, sem uma educação e uma escola que explicita essas violações e lute contra as desigualdades econômicas.

Do outro lado, tem-se a disputa ideológica e política com a chegada das eleições de 2018 no Brasil, e cada vez mais com a saída do armário dos eleitores conservadores de ultra direita, chegando recentemente nas pesquisas a cravar percentuais entre 15% a 17% da população brasileira⁴. Tornou-se evidente que grupos são declaradamente contra as diferenças e a diversidade, com isso surgiram nos protestos do Brasil coletivos antidemocráticos que fazem a defesa pública de intervenções militares, bem como candidatos que se declaram antifeministas e anticomunistas e totalmente contra o aborto legal⁵, se propõem a produzir legislações a favor da *Cura Gay* e contra o casamento igualitário dos *Coletivos LGBT*.

Esses sujeitos e sujeitas que se reconhecem no campo conservador da sociedade brasileira e, nesse terreno da política, produziram uma pauta contra o que eles denominam *Ideologia de Gênero*⁶ (MISKOLCI; CAMAPANA, 2017), responsáveis pela tentativa de cortar a voz do debate público sobre as políticas identitárias e de gênero nas escolas do Brasil, procuram através dos espaços legislativos elaborar leis que impeçam as práticas e a efetivação da Educação em Direitos Humanos nas escolas brasileiras⁷, contra uma educação libertadora de luta e de denúncia das violências e das discriminações. Não obstante, também no passado essa educação sempre esteve ausente e os conservadores lutam para que ela continue assim (LUNA, 2017).

No livro *o Golpe na perspectiva de gênero*, lançado em 2018, no artigo “*uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política*”, a professora Flávia Biroli resume essa onda conservadora na política e com consequências trágicas para a democracia:

A reação em curso contra os direitos das mulheres se tornou mais aguda, no Brasil, a partir de 2015. Os dois anos de intensa campanha contra Rousseff e de tramitação do golpe parlamentar foram também aqueles e que a noção de “*ideologia de gênero*” foi mobilizada para se restringir o debate sobre gênero nas escolas e a agenda da igualdade e da diversidade nas políticas públicas. Não se trata de uma história que tenha se iniciado em 2015, é claro, mas foi em maio daquele ano que o debate sobre ideologia de

4 A Gazeta do Povo compilou pesquisas presidenciais de vários institutos (Datafolha, Ibope, MDA, DataPoder360 e Paraná Pesquisas) para permitir a visualização de um panorama mais ampla das intenções de voto dos presidenciais nas Eleições de 2018. Acessado em 30/06/2018: <https://especiais.gazetadopovo.com.br/eleicoes/2018/pesquisas-eleitorais/>

5 Código Penal – Decreto Lei nº 2848 de Dezembro de 1940: Art. 128 – não se pune o aborto praticado por médico: aborto necessário I – se não há outro meio de salvar a vida da gestante; aborto no caso de gravidez resultante de estupro II – se a gravidez resulta de estupro e o aborto é precedido de consentimento da gestante ou, quando incapaz, de seu representante legal. Acessado em 05/12/2018: <https://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-128>

6 Sobre a forja desse conceito de origem religiosa e conservadora, ela é fundada em um pânico moral e em uma ação internacional da Igreja que tem início no começo da virada do nosso milênio; aqui temos o trabalho MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. “Ideologia de Gênero”: notas para uma genealogia de um pânico moral contemporâneo. *Sociedade e Estado* [online]. 2017, v.32, n.3, PP.725-748. Acessado em 30/06/2018: <http://periodicos.unb.br/index.php/estado/article/view/20136>.

7 LUNA, Naara. A criminalização da “Ideologia de gênero”: uma análise do debate sobre a diversidade sexual na Câmara dos deputados em 2015. *Cad. Pagu* [online]. 2017, n.50 [citado 2018-03-19], e175018. Acessado em 30/06/2018: <http://submission.scielo.br/index.php/cpa/article/view/173407>. Nesse artigo publicado em 2018 pela revista *Pagu*, a pesquisadora mostra como se deu a disputa legislativa que gestava o ambiente onde se iniciaria o impedimento da Presidenta Dilma Rousseff, um período de disputas político-legislativas em torno das temáticas sobre políticas sexuais e de gênero, aborto legal e Cura Gay, onde o Dep. Pastor Marco Feliciano assumidamente conservador torna-se presidente da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara Federal do Brasil em 2015.

gênero foi retirado pelos parlamentares do Plano Nacional de Educação (PNE) e reações semelhantes pipocam em todo país. Multiplicam-se ações contra os direitos das mulheres, sobretudo os direitos sexuais e reprodutivos [...] (BIROLI, 2018,p.78).

A Educação em Direitos Humanos é a tradução pedagógica da luta e da resistência pelo direito à existência do campo dos *Direitos Humanos* em ação e atuação nas escolas. Já as pautas conservadoras que se denominam contra o que chama *Ideologia de Gênero* e como frente de luta do campo conservador de intervenção na escola brasileira, eles se apresentam atualmente pelo nome de *Escola Sem Partido*⁸, como objetivo de produção de leis que impeçam a prática de aulas sobre discussão dos gêneros⁹ nas escolas com público de maioria jovem e adolescente.

O seu foco de intervenção é produzir mordanças nos planos, projetos e programas de educação que promovem uma maior Educação em Direitos Humanos para nossa juventude e crianças. Mas, nossos documentos atuais ainda orientam para a formação de direitos, identidades e reconhecimento das diferenças:

Qual o sentido de uma formação voltada para a produção de autonomia dos indivíduos? Vale lembrar que a educação, inclusive escolar, possui sempre um duplo caráter: o da adaptação e da emancipação, o da produção da identidade e da diferença. A escola, no entanto, em nossa sociedade tem privilegiado mais a adaptação do que a emancipação, mais a produção de semelhança, da padronização, do que da diferenciação. Colocar no horizonte a possibilidade de formação para a autonomia intelectual e moral significa tomar um posicionamento diante desse duplo caráter da ação educativa, significa nos comprometermos, ao mesmo tempo, com a produção da identidade e da diferença, com a adaptação e com a emancipação (BRASIL, 2013b,p.32).

Ou seja, o terreno da disputa está caracterizado em uma aplicação das pautas de maior inclusão dos conteúdos de promoção em Educação em Direitos Humanos e do outro lado a crítica conservadora,

- 8 No site que hospeda as ideias conservadoras encontramos 06 deveres dos professores, eles se denominam como uma proposta de Lei que torna obrigatória a fixação de cartazes em todas as salas de aula do ensino fundamental e médio contra o abuso da liberdade de ensinar. Acessado em 30/06/2018:<http://www.escolasempartido.org/images/bann.pdf>.<http://www.escolasempartido.org/>. Sobre os 06 deveres do professor do programa escola sem partido: I - não se aproveitará da audiência cativa dos alunos, com o objetivo de cooptá-los para nenhuma corrente política, ideológica ou partidária; II - não favorecerá nem prejudicará os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas; III - não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas; IV - ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, apresentará aos alunos, de forma justa, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito; V - respeitará o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções; VI - não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula.
- 9 Na Câmara Federal existe um PROJETO DE LEI Nº 7.180, DE .2014 com parecer favorável do Dep. Favinho do Partido Social Cristão (PSC) que torna obrigatória os deveres dos professores em sala de aula. Acessado em 30/06/2018: <http://www.camara.gov.br/sileg/integras/1232338.pdf>.<http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=606722>.<http://www.escolasempartido.org/images/relator.pdf>. Um site hospedado no portal do programa escola sem partido faz diversos questionamentos contra as pesquisas de gênero e diversidade sexual financiadas pelo CNPq: quanto o Brasil gasta com pesquisas de Gênero? Será que as pesquisas multiculturais e interculturais, incluídas nelas as de gênero, constituem-se em um dos maiores gastos brasileiros com pesquisa científica? Acessado em 30/06/2018: <http://deolhonolivrodidatico.blogspot.com/>.

esses inventaram o termo falso chamado *Ideologia de Gênero* com interesse de intervenção nas práticas dos professores em sala de aula¹⁰, que estão sendo difundidos pelos conservadores da *Escola Sem Partido*, na qual defendem uma legislação mais dura¹¹ com corte da voz dos professores para criminalizar quem atua na promoção dos Direitos Humanos e quem se *declara* à favor do debate sobre diferenças e das políticas identitárias e degênero.

No campo legislativo e das políticas raciais e étnicas, a existência do Dia da Consciência Negra¹² está sendo ameaçado de desaparecer diante dessas disputas nas câmaras municipais¹³. As aulas e debates sobre preconceito, discriminação e segregação estão de fato ameaçados de serem excluídos dos livros didáticos e da legislação e dos planos de educação municipais, estaduais e até no âmbito federal, bem como as discussões sobre os feminismos e socialismos são atacados cotidianamente na mídia pelos conservadores como ideologias totalitárias e antidemocráticas, onde os mesmos afirmam corromper jovens e crianças. Os progressistas são acusados indevidamente de parciais e de fazer proselitismo político e ideológico.

O fato é que o ambiente escolar está marcado pela diversidade, pelo pluralismo e pelas diferenças, é um ambiente rico de coletivos e ideias que naturalmente propiciam o embate de gerações, o diálogo e o debate nas sociedades abertas. O pensamento conservador ativado pelas políticas conservadoras de ultra direita, pelo ativismo *acrítico* contra aquilo que consideram *Ideologia de Gênero*, bem como lutando para criminalização das vozes dos professores através das ideias da *Escola Sem Partido*: tudo isso parecem minar o berçário do ambiente democrático que são as escolas de Educação Básica do Brasil, as escolas públicas e democráticas que de fato estão no ideal da luta contra a seletividade, o individualismo e a exclusão.

As escolas recebem uma diversidade de jovens de diferentes gêneros e sexualidades, as quais são marcadas cada vez mais por eleições do corpo docente e têm legislação e conselhos constituídos por jovens e pais, alunos e professores de diversas matrizes religiosas e ideológicas que buscam conviver num ambiente dialético de diferentes vozes republicanas.

As políticas identitárias e o debate sobre as injustiças de gênero são um campo real que agora está em disputa por diversos agentes políticos, entre conservadores e progressistas e entre sujeitos e sujeitas contra e a favor dos *Direitos Humanos*. De fato, ambas as posições se referem às vivências, aos desejos e à construção das identidades de uma população de crianças e jovens e de professores e de funcionários

10 Em alguns municípios essa legislação está sendo aprovada como aconteceu no Estado de São Paulo. Acesso em 30/06/2018: <http://www.escolasepartido.org/images/pedreira.pdf>.

11 Sobre a íntegra do anteprojeto do programa Escola sem Partido. Acessado em 30/06/2018: <http://escolasepartido.org/component/content/article/2-uncategorised/484-anteprojeto-de-lei-estadual-e-minuta-de-justificativa>.

12 Acessado em 05/12/2018: <https://novaescola.org.br/conteudo/4963/por-que-nao-comemoramos-o-dia-da-consciencia-negra-em-13-de-maio>

13 Na cidade de São Paulo o vereador ligado à Escola sem Partido e ao movimento Brasil Livre Fernando Holiday declarou já nos primeiros dias do seu mandato que pretende revogar o dia da Consciência Negra. Acessado em 30/06/2018: <https://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,vereador-fernando-holiday-diz-que-pretende-revogar-dia-da-consciencia-negra,10000098234>.

das escolas que se encontram formalmente imbricadas umas com as outras e em relação dialética, como também é assim na própria sociedade.

Infelizmente as críticas dos conservadores, onde se nomeia todo pensamento progressista que promove a luta por uma Escola Sem Homofobia de *Ideologia de Gênero*¹⁴ está pautada pelas ideias anti-democráticas do *Programa Escola Sem Partido* que objetiva negar a realidade republicana das escolas brasileiras, marcadas pelas diferenças de identidades e pluralismo de vozes (VEIGA, 2002).

Inúmeros estudos foram publicados sobre as políticas identitárias, sobre as questões de gênero e sobre a diversidade do ambiente escolar (LOURO, 2017), não obstante, além das questões epistemológicas desse debate que marca a nossa academia e que é de fundamental importância para a construção dos conhecimentos, de fato se faz necessário à resistência, a partir da promoção e da superação dos principais desafios da Educação em Direitos Humanos, que diz respeito à construção dos sujeitos de direitos, a promoção do processo de empoderamento, a construção da memória como afirmação de uma educação para nunca mais¹⁵ e a socialização e dos princípios constitucionais e republicanos (JUNIOR, 2017).

“A *performatividade* e as diferenças das categorias identitárias de mulheres, mulheres lésbicas, gays ou homossexuais, e até mesmo pessoas andrógenas e pessoas com deficiência e das diferenças de etnia e econômicas” (BUTLER, 2017) precisam ser compreendidas e afinadas discursivamente quando debatemos os *Direitos Humanos* desses coletivos e suas cotidianas violações de direitos nas sociedades abertas ou fechadas (CORREA, 2016).

Os Direitos Humanos parecem ser o centro gravitacional das diversidades, bem como das multifacetadas diferenças, pautadas com a missão da universalidade dos direitos sobre as humilhações e problemáticas das violências e violações cotidianas que as mulheres, as mulheres lésbicas, os gays e os homossexuais, os homens e mulheres transexuais e a população negra e as pessoas de comunidades mais humildes estão sujeitos.

A escola aparece como microambiente potencial para estender esse debate e superá-lo, expor esse embate de disputa das forças conservadoras, tendo em vista que lá existe uma gama de diversidade de

14 BRASIL. *Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003. Novamente para entender o debate legislativo e sua articulação pelo campo religioso e sobre a escola sem partido na interferência da retirada do termo gênero e as palavras discriminação de gênero dos planos de educação, recomendo ler os artigos de Naara Luna sobre as votações na Câmara dos Deputados, onde ela relata as manobras dos políticos conservadores contra as ações do Ministério da Educação em favor das questões de gênero e das implementações de uma educação mais ampla nos Direitos Humanos da população LGBT+.

15 O processo educacional também deve estar comprometido com a *memória: o educar para o “nunca mais”*. Sob essa perspectiva teórica, os educadores devem insistir na memória de fatos históricos que implicaram violações aos direitos humanos e na negação da democracia, a exemplo dos regimes de exceção, da repressão política, das mortes e desaparecimento de opositores. A estratégia consiste em transmitir às novas gerações a “ética da atenção”, que permite repudiar os atos cotidianos que reproduzam as crueldades do passado. A prática do “nunca mais” estabelece o compromisso com a luta contra a impunidade, a censura, a tortura, o medo e a negação das liberdades fundamentais. Disponível em: <https://georgesarmeto.jusbrasil.com.br/artigos/121941976/educacao-em-direitos-humanos-e-a-promocao-da-cidadania-brasileira-resumo-procad-iii> Acessado em: 10 Ago.2018.

peças e de corpos em ação e formação que são e estão disciplinados, relações geracionais e relações de gênero de (re)descobertas/nascimento das suas sexualidades e juventudes. Esse lugar – a escola – aparece ora como começado fenômeno e ora como ambiente que deve ser controlado pelos conservadores e como ambiente de resistência dos progressistas.

Educação em direitos humanos e formação integral dos alunos

A formação integral do ser humano é hoje um dos princípios pedagógicos norteadores dos documentos oficiais e das Diretrizes da Educação Básica (BRASIL, 2013a). Nesse sentido, a Educação em Direitos Humanos aparece como um importante instrumento para superação dos inúmeros desafios na busca da formação crítica dos jovens brasileiros e na promoção de um cidadão emancipado. Paulo Freire (1999) em temáticas sobre educação, liberdade e consciência crítica apresenta a educação como um direito humano que deve ser universalizado e promove a erradicação do analfabetismo como primeiro desafio de um projeto de sociedade que pretende formar pessoas conscientes de seus direitos.

Veiga (2002) também nos apresenta encaminhamentos importantes para promoção desse projeto freireano de sociedade, que deve alicerçar os espaços de educação formal. Mostra a importância de uma proposta pedagógica clara de formação integral do ser humano, a partir de princípios que só podem se concretizar em uma escola democrática, pública e gratuita: 1) universalização da educação e igualdade de acesso e, por conseguinte, qualidade que não pode ser privilégio de uma minoria econômica social; 2) gestão democrática e liberdade associada à ideia de autonomia e, por conseguinte, a valorização do magistério com formação continuada e salários dignos.

Kramer (1999) também apresenta alguns procedimentos que devem alicerçar o projeto político-pedagógico e que necessariamente pautará uma sociedade de pessoas com direitos: fazer um balanço do que existe, do que falta e suas soluções a partir da problematização crítica da realidade escolar; elaborar propostas de ação a partir do contexto e dos desafios inerentes à educação crítica e formativa; reavaliar sempre e redirecionar as metas no processo; levar em conta a história de seus profissionais e suas necessidades, bem como a formação desses profissionais que naturalmente encaminham a melhoria da qualidade do ensino.

Essa implementação deve levar em conta a ação coletiva, o fortalecimento das redes de apoio como a comunidade e as secretarias, e no plano do conhecimento e da aprendizagem, buscar superar o isolamento e a fragmentação das disciplinas encaminhando discussões dos conteúdos por áreas de conhecimento religando seus conteúdos às dimensões integradoras do trabalho, da ciência, da cultura e da tecnologia.

Já em outros espaços, temos a educação informal como nas famílias, nos templos religiosos e na mídia, e que *via de regra* são os grandes promotores do senso comum e do pensamento hegemônico, em que se exclui e se rotula com preconceitos econômicos, de raça e de gênero. Sobre a importância das pesquisas para entender nossos problemas de violações de direitos nas escolas temos a obra de REGO (2011, p.14), ela diz:

Atualmente, com o milênio já em curso, constatamos que as transformações (especificamente nas famílias, nos meios de comunicação e no mundo do trabalho), que caracterizam a atual sociedade, bem como os efeitos desiguais dessas mudanças, continuam instigando a adoção de novas perspectivas para os estudos empíricos e as análises teóricas.

Nos espaços de educação formal, encontramos a escola e seus projetos político-pedagógicos como possíveis instrumentos de resistência ao pensamento hegemônico, transformando os professores em tutores e promotores dos ideais de uma sociedade que *se educa para nunca mais*, “no âmbito da educação em direitos humanos significa entender os silêncios, a dor e conseguir puxar o fio da memória para que os familiares ressignifiquem a condição de vítimas e conquistem a verdade dos fatos e o processo de reparação moral e econômica” (ZENAIDE, 2014, p.114); bem como na luta contra a exclusão de pessoas, na promoção de uma maior formação crítica e integral dos nossos jovens para a diversidade étnica, de gênero e sexual.

No Brasil, do período de 2012 a 2015 foram promovidos pelo Governo Federal alguns programas para promoção de políticas públicas de formação docente como o curso de formação continuada do Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio que apresentou documentos e cadernos de formação elaborados em Curitiba no ano de 2013 pela UFPR – Universidade Federal do Paraná.

Assim, no Ensino Médio, a primeira etapa dessa formação docente baseia-se nos estudos de 06 cadernos, que objetivam a mudança de práticas tradicionais e disciplinares para um Ensino Médio inovador que busca a integralidade dos conhecimentos e do ser humano: à formação humana integral; o jovem como sujeito do Ensino Médio; o currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e o desafio da formação humana integral; Áreas de Conhecimento e integração curricular; organização e gestão democrática da escola; avaliação no Ensino Médio, com vistas à construção do redesenho do currículo do Ensino Médio com base nas Áreas de Conhecimento propostas nas DCNEM – Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio.

Resumidamente, os cadernos do PNEM (Pacto Nacional do Ensino Médio) recomendavam:

[...] Para tanto há que se considerar: a formação integral do estudante; o trabalho como princípio educativo e a pesquisa como princípio pedagógico, respectivamente; a educação em direitos humanos como princípio nacional norteador, a sustentabilidade ambiental como meta universal. E, ainda de acordo com as DCNEM (Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio): a indissociabilidade entre educação e prática social, considerando-se a historicidade dos conhecimentos e dos sujeitos do processo educativo, bem como entre teoria e prática no processo de ensino-aprendizagem; o reconhecimento e aceitação da diversidade e da realidade concreta dos sujeitos do processo educativo, das formas de produção, dos processos de trabalho e das culturas a eles subjacentes e a integração entre educação e as dimensões do trabalho, da ciência, da tecnologia e da cultura como base da proposta e do desenvolvimento curricular (BRASIL, 2014,p.08).

Nesse sentido, encontra-se na pauta de formação docente, bem como nos documentos oficiais para a formação dos profissionais da educação das escolas públicas e democráticas, cadernos e diretrizes que orientam e apresentam como missão da educação o fomento de uma formação integral dos jovens brasileiros. A Educação em Direitos Humanos também tem como encaminhamento pedagógico uma cultura voltada para o respeito dos direitos fundamentais da pessoa humana e a preocupação em especial aos grupos mais vulneráveis e em situações de risco como nas denúncias contra o trabalho escravo de adultos e crianças.

Da mesma forma, na defesa de um discurso de proteção dos direitos das crianças e adolescentes e na luta contra o tráfico de seres humanos, sendo prioridade dessa educação e eixo fundamental das políticas públicas em Educação em Direitos Humanos a defesa dos direitos dos gays e homossexuais, afrodescendentes, das mulheres e mulheres lésbicas e homens e mulheres trans, dos idosos e das pessoas com deficiência e também contra todo tipo de abandono dos nossos cidadãos como os moradores de rua e de presidiários em situações degradantes que estão em custódia do Estado.

Sobre essa formação integral, o caderno mostra sua importância:

[...] Afinal de contas, porque estamos falando em formação humana integral? Porque na sociedade em que vivemos, marcada por práticas sociais excludentes e por uma educação escolar tradicionalmente assentada na dominação e no controle dos indivíduos, pensar em uma educação voltada para emancipação passa, necessariamente, por tomar como objetivo uma formação voltada para a reflexão e para a crítica. Além disso, pautada na possibilidade de levar em consideração a capacidade de o indivíduo tornar-se autônomo intelectualmente e moralmente, isto é, de ser capaz de interpretar as condições histórico-culturais da sociedade em que vive e impor autonomia às suas próprias ações e pensamentos (BRASIL, 2013b, p.31).

Os fundamentos pedagógicos nos espaços de educação formal devem prioritariamente se utilizar da Educação em Direitos Humanos para consolidar essa finalidade formativa que é *um ser humano integral* e, assim, buscar alterar o quadro de grandes violações da dignidade da pessoa humana, formando cidadãos conscientes de seus direitos e que, por conseguinte, promoverá o fortalecimento da democracia e da cultura depaz.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos mostra claramente esses ideais republicano-democráticos no encaminhamento do nosso projeto de sociedade: “[...] A democracia, regime alicerçado na soberania popular e no respeito integral aos Direitos Humanos é fundamental para o reconhecimento, a ampliação e a concretização de direitos [...]” (BRASIL, 2003, p.10).

Enquanto educadores no caminho da promoção da Educação e da Educação em Direitos Humanos, bem como das premissas basilares da luta pelos direitos e da dignidade da pessoa humana, e ainda vislumbrando um projeto de sociedade que tem a escola como grande promotora dessas ideias, o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, de 2003, faz uma breve síntese dos nossos objetivos, como profissional que busca produzir conceitos claros e acionar procedimentos nas humanidades que são altamente tecnológicos, pois objetivam mudanças de atitudes e valores do nosso sensocomum:

[...] a educação é tanto um direito humano em si mesmo, como um meio indispensável para realizar outros direitos, constituindo-se em um processo amplo que ocorre na sociedade. A educação ganha maior importância quando direcionada ao pleno desenvolvimento humano e às suas potencialidades e a elevação da auto-estima dos grupos socialmente excluídos, de modo a efetivar a cidadania plena para a construção de conhecimentos, no desenvolvimento de valores, crenças e atitudes em favor dos Direitos Humanos, na defesa do meio ambiente, dos outros seres vivos e da justiça social [...] (BRASIL, 2013a, p.10).

Portanto, encontramos documentos orientadores e diretrizes que buscam garantir mudanças e atitudes nos educadores, e também nos nossos alunos e jovens; assim, encontramos nas diretrizes curriculares da educação básica, de 2013, os fundamentos e encaminhamentos que versam diretamente com princípios e valores dos Direitos Humanos e que formatam todas as discussões sobre as problemáticas conceituais, procedimentais e atitudinais da Educação em Direitos Humanos:

A ideia de Direitos Humanos diz respeito a um conjunto de direitos internacionalmente reconhecidos, como os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, culturais e ambientais, sejam eles individuais, coletivos, trans individuais ou difusos, que se referem à necessidade de igualdade e de defesa da dignidade humana. Atuando como linguagem internacional que estabelece a sua conexão com os estados democráticos de direito, a política dos Direitos Humanos pretende fazer cumprir: a) os Direitos Humanos que estão preconizados e trabalhar pela sua universalização e b) os princípios da contemporaneidade: da solidariedade, da singularidade, da coletividade, da igualdade e da liberdade (BRASIL, 2013, p.516).

Ainda sobre o documento de 2013 da Educação Básica, ele apresenta diversas diretrizes extremamente significativas para os Direitos Humanos, que encaminha a luta da universalização da Educação em Direitos Humanos e das suas pautas contra as multifacetadas violações de direitos na sociedade brasileira:

Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas escolas do campo; consulta referente às orientações para o atendimento da Educação do Campo; Diretrizes Operacionais para o atendimento educacional especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial; Diretrizes Nacionais para a oferta de educação para jovens e adultos em situação de privação de liberdade nos estabelecimentos penais; Reexame do Parecer CNE/CEB nº 23/2008, que institui Diretrizes Operacionais para a Educação de Jovens e Adultos, nos aspectos relativos à duração dos cursos e idade mínima para ingresso nos cursos de Educação de Jovens e Adultos; idade mínima e certificação nos exames de Educação de Jovens e Adultos; e Educação de Jovens e Adultos desenvolvida por meio da Educação a Distância; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Indígena; Diretrizes para o atendimento de educação escolar de crianças, adolescentes e jovens em situação de itinerância; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola; Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o

Ao promover uma Educação em Direitos Humanos, a escola sempre está diante do dilema da adaptação e segurança ou da resistência: na relação dialética de quebra do paradigma da padronização para uma escola que conhece a diversidade no ambiente escolar, e lutar pelo direito dos jovens é o primeiro estágio para o reconhecimento das desigualdades e humilhações e abandonos que nossas juventudes brasileiras se encontram na atualidade como no aumento das violências.

Nesse sentido, o trabalho pedagógico deve estar fundamentado em um novo olhar que reconhece diferenças econômicas (os filhos da classe de trabalhadores), de etnia (populações quilombola, indígena, cigana e povo negros), de gênero e sexo (homem, mulher, heterossexuais e homossexuais) e garanta os direitos das pessoas com deficiências e de credo (cristãs, espíritas, religiões de matriz africana).

Superar uma escola da adaptação rumo a uma escola da resistência passa pela ideia do respeito à diversidade e tem como objetivo principal formar um ser humano integral e, como fala George Lins Junior (2017), educar para o exercício da cidadania, contribuir no empoderamento desses jovens em busca de uma educação para nunca mais...

Genealogia da disputa conservadora: gêneros, capitalismo e tradicionalismos.

Colocando em uma perspectiva mais ampla, além das realidades educacionais das disputas e ao mesmo tempo falando sobre elas; falando diretamente sobre as questões de gênero junto com a infinidade de violações de Direitos Humanos que estamos cotidianamente submetidos: em termos de produção de conhecimento e da construção de uma saída sempre problematizadora e crítica, ambas hoje estão na prática eclipsados pelo debate dicotômico das políticas de reconhecimento sobre as questões de redistribuição ou essa em detrimento daquelas (FRASER, 1997).

Na realidade, esse debate aparece nas lutas políticas entre progressistas e conservadores, ao mesmo tempo se estreitando entre a afirmação dos privilégios contra o combate à pobreza e à má distribuição de renda nas sociedades capitalistas e/ou na afirmação das diferenças e das diversidades como nas políticas identitárias situadas no mesmo sistema de produção.

Essa *prisão sem muros* da cultura e aparentemente sem saída do capitalismo, bem como nossos enquadramentos dos padrões de gênero são atualmente produzidos e reificados nas sociedades globais e nas sociedades de mercado (BUTLER, 1997). Portanto, nessa disputa, hoje também é comum na luta dos avanços contra as injustiças de gênero, os ativismos religiosos-conservadores aparecerem para se contrapor as pautas progressistas dos Direitos Humanos (MACEDO; MANO, 2018).

No livro *Quadros de Guerra*, no capítulo sobre *política sexual, tortura e tempo secular*, a filósofa estadunidense Judith Butler (2015) cita diretamente o Papa Bento XVI (RATZINGER, 2004), sobre essa tentativa de conservar a tradição do padrão inflexível dos gêneros dicotômicos que ratifica a subalternidade do gênero feminino:

Para evitar a supremacia de um sexo ou de outro, suas diferenças tendem a ser negadas, vistas como meros efeitos do condicionamento histórico e cultural. Nessa perspectiva, a diferença física – denominada sexo – é inimizada, enquanto elemento puramente cultural – denominado gênero – é enfatizado ao máximo e considerado primordial. O obscurantismo da diferença ou da dualidade dos sexos tem enormes conseqüências em vários níveis. Essa teoria da pessoa humana, concebida para promover perspectivas igualitárias para as mulheres, libertando-as do determinismo biológico, tem, na realidade, inspirado ideologias que, por exemplo, coloca em questão a família, em sua estrutura natural de um casal formado pelo pai e pela mãe, tornando a homossexualidade e a heterossexualidade virtualmente equivalentes em um novo modelo de sexualidade polimorfa. (BUTLER, 2015, p.85).

Nos estudos sobre os Direitos Humanos e questões de gênero, bem como nos seus avanços, temos um contra-ativismo de conservação promovido pelas *religiões de hoje* e arriscaria dizer usando Weber, que ele também classificaria “esse movimento” como *tradicionalismos* – “o que se quer dizer com “tradicionalismo?” (WEBER, 2004, p.52) – até porque para o sociólogo era possível falar sobre várias religiões e éticas distintas, assim como era possível também falar de outros capitalismo não burocratizados e não racionais.

Ainda no paralelo entre o debate sobre Direitos Humanos e tradicionalismo religioso, bem como entre a sociologia da religião de Weber (2004) que buscava uma genealogia do Capitalismo Ocidental através da ética protestante, e que para ele é a racionalidade científica e a burocratização da vida moderna que tende no seu ocaso encapsular nossa vida numa *Jaula de Aço* (LOWY, 2014).

Sobre isso, parece possível resgatar esse debate da Butler (2015) com o RATZINGER (2004) usando os clássicos da sociologia, à luz da *Ética protestante e o espírito do capitalismo* de WEBER (2004) e a alegoria do *habitação duro como oação*:

O trabalho é um meio ascético há muito comprovado desde sempre apreciado na Igreja do Ocidente [em nítido contraste não só com o Oriente, mas com quase todas as regras monásticas do mundo inteiro]. É preservativo específico contra todas aquelas tentações que o puritanismo junta no conceito de vida impura – cujo papel não é pequeno. A final, a ascese sexual no puritanismo só se distingue em grau, não em princípio, da ascese monástica e, pelo fato de abarcar também a vida conjugal, o alcance daquela é maior do que desta. Com efeito, também no casamento o intercurso sexual só é lícito porque é o meio desejado por Deus para multiplicar sua glória na forma do mandamento: “Sede fecundos, multiplicai-vos” [Gn 1,28]. Contra todas as tentações sexuais, do mesmo modo que contra as dúvidas religiosas e os escrúpulos torturantes, além de uma dieta sóbria à

base de refeições vegetarianas e banhos frios, receita-se: “Trabalhar duro na [tua] profissão”. (WEBER, 2004, p.144).

Na parte inicial do último capítulo da ética protestante e o espírito do capitalismo que fala sobre *ascese e capitalismo* (WEBER, 2004, p.141), o sociólogo procura fazer uma relação entre trabalho e gênero, bem como entre sexualidade e controle sexual pela religiosidade, atribuindo algo interessante nessa cultura do controle e da produção: a ascese protestante intramundana é ainda mais poderosa que os controles convencionais das religiões do passado sobre os corpos, sempre visando o trabalho e a produção. Hoje, com o aumento e a volatilização das religiões cristãs pentecostais no Brasil se observam muitas barreiras e maiores embates sobre questões dos *Costumes* e limitações as pautas progressistas.

É possível pensar a partir dessa leitura weberiana porque a religião continua hoje sendo a esteira onde as forças conservadoras buscam fundamentar seus tradicionalismos, barrando a promoção da universalidade da Educação em Direitos Humanos, bem como todo o debate sobre gênero nas escolas e, assim, *desejando* sempre enquadrar os sexos sobre o viés das impotências da vida como prisão:

Procuremos agora tornar claros especialmente os pontos nos quais a concepção puritana de vocação profissional e a exigência de uma conduta de vida ascética haveria de influenciar diretamente o desenvolvimento do estilo de vida capitalista. Como vimos, a ascese se volta com força total principalmente contra uma coisa: o gozo descontraído da existência e do que ela tem a oferecer em alegria. (WEBER, 2004. p.151).

É nesse sentido que o debate na construção do conhecimento sobre gêneros e suas violações de direitos passam necessariamente por situá-los nos contextos das sociedades capitalistas (BUTLER, 2015), e também se faz necessário voltar um momento aos estudos do capitalismo para (re)planejar essas problemáticas no âmbito das Sociedades Científico- Tecnológicas e das Sociedades de Mercado, construídas num ideal antigo de Modernidade e hoje turvadas no pós-modernismo. São armadilhas que aprisionam nossas subjetividades:

Max Weber fue uno de los que se preocuparon de que la racionalidad científica (o instrumental-tecnológica), hubiera llegado a controlar y dominar la realidad humana. Weber representó esta situación como la “jaula de hierro” que aprisionó y manipuló la vida humana. Versiones anteriores de esta crítica habían surgido en todas las artes y la filosofía, por ejemplo, con Schopenhauer, Kierkegaard y Nietzsche, ensalzando las virtudes humanas que no podían equipararse con o reducirse a un análisis científico puro. (ROBINSON, 2012).

O romantismo/pessimismo dos pensadores contemporâneos em contato com a característica volátil e autoritária do desenvolvimento da sociedade capitalista e da Ciência como *poder* produziu diversas metáforas e algumas alegorias, uma das mais discutidas nas Ciências Sociais, diz respeito, “a *Jaula de aço*

de Weber” (LOWY, 2014) para retratar o controle instrumental de reprodução e reificação das eficiências e eficácias desumanizadoras que aprisionam *o humanismo*, a partir do desenvolvimento do Capitalismo Ocidental e da ascese protestante intramundana.

Tal expressão controversa se encontra no início do clássico weberiano *a Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, sendo seu real significado objeto de debates: no início se colocando como “*uma crosta que não se pode alterar*” (WEBER, 2004, p.48) e no final declarando como “*crosta de aço*” (WEBER, 2004, p.165). Essa gaiola de aço ou essa prisão da linguagem ou da cultura que inventamos e também nos encontramos, tudo vai além da economia, passa também pelo corpo, pelo sexo e pelos nossos desejos.

Assim, a alegoria do “*habitação duro como o aço*” de Weber (LOWY, 2014, p.52) parece também fazer sentido para os ativistas que debatem políticas de gênero e sexualidades, bem como nas lutas contra as violações de Direitos Humanos no dia-a-dia. Ou seja, quando nos deparamos com o segundo capítulo “*o ‘espírito’ do capitalismo*” (WEBER, 2004, p.41), o sociólogo fala de economia mas parece está falando muito mais. Observe:

Atualmente, a ordem econômica capitalista é um imenso cosmos em que o indivíduo já nasce dentro e que para ele, ao menos enquanto indivíduo, se dá como um fato, *uma crosta que ele não pode alterar* e dentro da qual tem que viver. Esse cosmo impõe ao indivíduo, preso nas redes do mercado, as normas de ação econômica. O fabricante que insistir em transgredir essa norma é indefectivelmente eliminado, do mesmo modo que o operário que a elas não possa ou não queira se adaptar é posto de olho da rua como desempregado (WEBER, 2004, p.48).

Sobre essa *digressão crítica* do capitalismo em Weber (LOWY, 2014, p.46), parece possível estender esse pensamento weberiano para as questões de gênero, como por exemplo, os sujeitos e sujeitas que não se adaptam a heterossexualidade presumida ou até ao gênero presumido em relação ao seu corpo/sexo e que foram em sua maioria expulsos de casa e das suas famílias e também das escolas.

Também, paralelamente e de forma invisível, as alunas e alunos são excluídos do ambiente escolar: um bom exemplo é o olhar sem estranhamento sobre os corpos padronizados da escola na procura daqueles corpos andróginos, precarizados e inexistentes, que na sua silenciosa ausência da sala de aula é possível fazer às denúncias contra a expulsão e também das violências promovidas pela ficção dos padrões de gênero na família e na educação formal (BUTLER, 2017) e dessa prisão, que agora não é mais uma gaiola ou uma crosta de gelo (WEBER, 2004, p. 155), ela sempre foi à prisão sem muros da linguagem como ficção sobre o corpo (FOUCAULT, 1998).

Portanto, nada permanece na mudança, entretanto, a linguagem como armadilha ideal-essencialista apresenta-se através da fala sobre o corpo como sempre candidata a inventar novos *mitos*, tudo isso nos faz acreditar que a única coisa que permaneceria na mudança, tendo o gênero como categoria de análise, seriam nossas identidades masculinas e femininas. Romper com essa visão do passado é o que se depara a Educação em Direitos Humanos diante das problemáticas sobre o gênero, suas violações e

humilhações baseadas nos tradicionalismos, nos mostrando de fato que toda luta pelo reconhecimento é antes política que epistemológica.

Considerações finais

No passado, o Projeto Escola Sem Homofobia promovido pelo Governo da Presidenta Dilma Rousseff esteve no centro de todas essas disputas: no *chão da escola* desses locais acadêmicos diante das diversidades e juventudes, encontramos não apenas homens versus mulheres e heterossexuais versus homossexuais ou conservadores versus progressistas, mas hoje todas as visibilidades estão nas disputas e nos debates entre gays progressistas versus gays de direita. Os dados retirados após a execução do plano de intervenção na escola confirmam esse viés de disputa cultural quando aponta que os eventos menos pontuados pelos nossos estudantes foram *o dia da luta contra a homofobia* e *o dia de denúncia contra as violações de direitos ocorridos na época da ditadura militar no Brasil*.

É comum entre os alunos do Ensino Médio o uso das redes sociais e do ciberespaço para exposição de disputas ideológicas, bem como hoje esse é um lugar comum de expressão das idéias. Durante a pesquisa de mestrado e a execução do plano de ação em Educação em Direitos Humanos através da pesquisa-ação, nos deparamos durante o período da campanha eleitoral de 2018 para a Presidência do Brasil com um debate na internet de dois alunos homossexuais, um conservador e adepto da *Religião Wicca* e o outro progressista e praticante da *Religião Católica*. O diálogo de ambos estava pautado sobre o Programa Educacional Escola Sem Homofobia que popularmente é conhecido nas mídias sociais como *Kit Gay*.

As falas dos discentes estavam disponíveis em uma mídia social e estão transcritas da mesma forma que foram expostas, toda essa discussão está aqui transcrita com as seguintes identificações: AC (aluno conservador) e AP (aluno progressista). Segue o diálogo dos alunos sobre a suposta existência de um livro que ensinava sexo nas escolas públicas:

AC: Não é bem um “kit gay”, mas o tal do famoso livro que ensina sexo as crianças realmente existe e é distribuído, inclusive com tombamentos e tudo mais, à escolas públicas do Brasil...

AP: Como já disse, nunca vi nem o kit gay e nem algo parecido. Porquê isso só veio a tona agora? Coisa pra pensar.....

AC: Eu já vi o tal livro à venda, porém, como existem as aquisições do governo para as escolas públicas, é vera a distribuição dele entre elas. Isso está a tona desde muito tempo atrás, porém a cabeça das pessoas é tão focada em obedecer idéias fascistas, que não tem espaço para dar conta de observar as coisas. E mesmo que se observem, aceitar o erro, não é algo que está na índole deles. Agora, por que é tão difícil do pessoal perceber isso que já vem desde algum tempo, mas ao mesmo tempo é super fácil de acreditarem supostas “ameaças neo-nazistas”, que a ísim, é algo recente e mal-feito que só veio à tona agora? Coisa pra se

pensar...

AP: Bem estranho te ver com esse posicionamento... Coisa pra se reparar...

AC: Estranho?! Não vejo nada de estranho em exercer democracia, ou em haver pluralidade de idéias.

AP: Cada um com a sua “democracia”. Ou seria hipocrisia nos dias de hoje ?

AC: Não sei O que pode ser hipocrisia pra você, pode não ser pra mim, do mesmo jeito o contrário. Faço do seu comentário uma réplica a ele.

AP: Muitas vezes sentimos o cheiro de hipócritas de longe e de falsos defensores da democracia. E na maioria das vezes eles estão camuflados na estória do senso comum. Eles agem como lobos em pele de cordeiro.

AC: Exatamente! Vejo pessoas assim direto... Nas escolas, por exemplo, estão cheias Usam o verde da esperança e o amarelo da conquista, para esconderem o vermelho de sangue derramado por antepassados, que hoje, ao invés de servir de exemplo para não cometerem o mesmo erro, serve de orgulho em cima de milhões que...

Esses discursos não falam apenas de luta e de dominação, diz muito daquilo pelo que desejamos. Nesse sentido, quando nos deparamos com temas sobre sexualidade e política, logo somos apresentados aos seus turvamentos e as disputas se encontram mais ininteligíveis e sem consensos, onde se dificultam a produção dos conhecimentos. E antes de trazer paz, essas construções dos conhecimentos no terreno da política e da sexualidade mostram-se com enfrentamentos e dissensos, fomentados principalmente pelos tradicionalismos, onde nossos desejos de interdição no discurso e nas falas tornaram-se procedimentos de exclusão no direito de falar.

Esses procuram controlar os discursos, selecionar aquilo que pode ser falado, organiza e distribui seus conhecimentos sempre na esteira dos desejos, dos poderes e dos perigos. Trabalhando sempre na ordem do discurso e da interdição, onde não se tem o direito de dizer tudo e não podemos falar qualquer coisa, principalmente nos espaços educacionais e religiosos. Além das análises subjetivas das falas dos interlocutores, as disputas nessas estruturas estruturantes, diz respeito aquilo que se pode falar e aquilo que é considerado tabu, ou seja, sabemos bem que não temos o direito de dizer tudo e falar tudo aquilo que pensamos.

Mas, porque isso? Onde estão os perigos? O fato das pessoas volatizarem suas falas e seus discursos no mundo, proliferando-os indefinidamente, nos mostra o caráter subversivo da *Democracia* e da *Produção dos Conhecimentos* que estão além dessa *Vontade de Verdade* que nos aprisiona numa *Jaula de Aço* das idéias. Todas as falas desse diálogo dos alunos estão envoltos numa espécie de *Pânico Moral*, principalmente em pessoas conservadoras que desejam fazer parte da idéia de *homem universal*. Essas

também se colocam em defesa de um capitalismo que objetiva precarizar ainda mais os corpos subalternos. Diante de todas essas exposições temos o caso dos gays conservadores: eles parecem ir sempre de encontro a si mesmos e a sua própria existência, bem como as políticas identitárias da luta pelo reconhecimento.

A idéia e o sentimento do nacionalismo foram eficientemente utilizados na última eleição para vencer os progressistas, assim como a estória ficcional do famoso *Kit Gay* também foi usado para promover um *Pânico Moral* sobre a população brasileira, diante da guerra cultural e da conquista de corações e mentes. Não obstante, uma pergunta subsidiária da pesquisa ainda continuava provocativa: por que gays são conservadores, por que negros são de direita e mulheres se colocam contra o feminismo? Frente ao recorte da pesquisa e do contexto educacional, a disputa no âmbito escolar que estão inseridos nossos alunos conservadores e progressistas parecem dizer muita coisa. Uma coisa ficou clara durante todo o plano de intervenção e na pesquisa, as audiências estão cada vez mais cercadas de uma Vontade de Verdade atravessadas por interdições nos discursos, que estão além dos *convencimentos pela ordem das coisas* e os fatos parecem nos levar além dos indivíduos, nos colocam sempre a refletir sobre a *comunidade* e suas *audiências*.

Referências

BIROLI, Flávia. Uma mulher foi deposta: sexismo, misoginia e violência política. In: RUBIN, Linda; ARGOLO, Fernanda. (Org). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018, p.75-84.

BRASIL. **Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos: Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, 2003.

_____. **Ministério da Educação: Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica**. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013.

BRASIL. Secretaria de Educação Básica; Ministério da educação básica. **Formação de professores do Ensino Médio, etapa I – caderno I: Ensino Médio e formação humana integral**. Curitiba: UFPR, Setor de Educação, 2013a.

_____. **Formação de professores do Ensino Médio, etapa I – caderno III: o currículo do Ensino Médio, seus sujeitos e os desafios da formação humana integral**. Curitiba: UFPR, Setor de Educação, 2013b.

_____. **Formação de professores do Ensino Médio, etapa II – caderno I: organização do trabalho pedagógico no Ensino Médio**. Curitiba: UFPR, Setor de Educação, 2014.

BUTLER, Judith. **“Merely Cultural”**. Social Text 52-53. Vol. 13. Fall-Winter, 1997.

_____. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?** Trad. Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

_____. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. de Renato Aguiar. 15 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

CORREA, Sônia. **A categoria mulher não serve mais para a luta feminista**. Entrevista de Sônia Correa. Por Laura Daudén e Maria A.C. Brant. SUS 24 – v.13, n.24, pp.215-224 /2016. Acessado em 30/06/2018: <http://sur.conectas.org/wp-content/uploads/2016/12/20-sur-24-por-sonia-correa.pdf>

FRASER, N. **“Heterosexism, misrecognition and capitalism: a response to Judith Butler”**. Social Text 52-53, Vol 15, n. 3. Fall-Winter, 1997.

FREIRE, Paulo. **Educação como prática da liberdade**. 23 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Trad. Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 20 reimpressão. Rio de Janeiro: Edições graal, 1998.

JUNIOR, George Sarmento Lins. **A Educação em Direitos Humanos e a promoção da cidadania brasileira**. Revista Eletrônica Direito e Conhecimento, v. 1, n. 1, 2017, Jan./Jun./2017, Arapiraca/AL Cesmac Faculdade do Agreste. p.58-77. Disponível em:<http://revistas.cesmac.edu.br/index.php/dec/article/view/600>Acessado em: 10 Ago 2018.

VARIKAS, Eleni. Max Weber, a gaiola de aço e as senhoras. In: CHABAUD-RYCHTER; Danielle et al (Org). **O gênero nas ciências sociais: releituras críticas de Max Weber a Bruno Latour**. Trad. Lineimar Pereira Martins. 1 ed. São Paulo: Unesp/Unb, 2014. p.423- 441.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, Sexualidade e educação: uma perspectiva pós- estruturalista**. 16 ed. Petrópolis, RJ: vozes, 2014.

LUNA, Naara. **A criminalização da “Ideologia de gênero”:** uma análise do debate sobre a diversidade sexual na Câmara dos deputados em 2015. Cad. Pagu [online]. 2017, n.50. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500018.pdf> Acessado em 10 Ago2018.

LOWY. Michael. **A jaula de aço: Max weber e o marxismo weberiano**. Trad. Mariana Echalar. 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2014.

MANO. Maíra Kubík; MACEDO. Márcia Santos. Direitos Reprodutivos, um dos campos da batalha do golpe. In: RUBIN. Linda; ARGOLO. Fernanda. (Org). **O golpe na perspectiva de gênero**. Salvador: EDUFBA, 2018. p.85-104.

MISKOLCI, Richard; CAMPANA, Maximiliano. **“Ideologia de Gênero”:** notas para uma genealogia de um pânico moral contemporâneo. Sociedade e Estado [online]. 2017, v.32, n.3, p.725-748.

REGO, Tereza Cristina (Org). **Educação, escola e desigualdade**. São Paulo: Vozes, 2011.

RATZINGER. Joseph Card. **Carta aos bispos da Igreja Católica sobre a colaboração do homem e da mulher na igreja e no mundo**. 2004. Disponível em: http://www.vatican.va/roman_curia/congregations/cfaith/documents/rc_con_cfaith_doc_20040731_collaboration_po.html Acessado em 05 ago.2018.

ROBINSON, James. **Wittgenstein, sobre el lenguaje**. Traducción del inglés de José Manuel Orozco Garibay. ITA: Estudios – filosofía, historia e letras. Estudios 102, vol. X, Otoño, 2012. Disponível em: <http://estudios.itam.mx/sites/default/files/estudiositammx/files/102/000191959.pdf> Acessado em 05 ago.2018.

RORTY, Richard. A política cultural e a questão da existência de Deus. In: **Filosofia como política cultural**. Trad. João Carlos Pijnappel. São Paulo: Martins fontes, 2009. p.19-55.

VEIGA, Ilma Passos Alencastro. Projeto político-Pedagógico da escola: uma construção coletiva. In.: VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). **Projeto Político-pedagógico: uma construção possível**. 14 ed. Campinas: Papyrus, 2002.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. Trad. José Marcos Mariani de Macedo; revisão técnica, edição de textos, apresentação, glossário, correspondência vocabular e índice remissivo: Antônio Flávio Pierucci. 17 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. **Educar para nunca mais: memória e resistência camponesa em Mari, PB, Brasil**. **RIDH - Revista Interdisciplinar de Direitos Humanos**, Bauru, v.2, n.3, p.113-130, Jul./Dez.2014. Semestral. Disponível em: <http://www2.faac.unesp.br/ridh/index.php/ridh/issue/view/9> Acesso em: 10 ago. 2018.

A EDUCAÇÃO SOBRE DIREITOS HUMANOS E GÊNERO: REPENSANDO CONCEITOS A PARTIR DA PERSPECTIVA INTERSECCIONAL

Alex William Sanches¹
Leandro Reinaldo da Cunha²
Bianca Silva Oliveira³

Resumo: Este trabalho abordou os fundamentos teóricos e normativos da Educação sobre Direitos Humanos e a viabilidade do entrelaçamento dos temas “Educação sobre Direitos Humanos” e “gênero” como forma de aprimorar a educação escolar. Partindo-se do método de pesquisa exploratório, composto por revisão bibliográfica e pela análise documental. Concluiu-se que a EDH pode viabilizar a contextualização das complexidades que abarcam as questões de gênero no âmbito da escola. A perspectiva da EDH relacionada com o pensamento interseccionista emerge como um modo transdisciplinar de entender a identidade múltipla e interativa das discriminações que envolvem os seres humanos e dos dilemas inerentes à uma sociedade permeada pela diversidade e que tem no gênero um de seus principais expoentes.

Palavras-chave: Educação sobre Direitos Humanos, Gênero, Interseccionalidade.

1 Graduando – IFBA.

E-mail: williamquifba@gmail.com

2 Pós-doutor e doutor pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Professor Titular – UFBA.

E-mail: leandreoinaldodacunha@gmail.com;

3 Mestranda – UFBA.

E-mail: biancaoliveiradv@gmail.com

Introdução

O presente artigo baseia-se na questão problema de como a Educação sobre Direitos Humanos (EDH), dentro da perspectiva interseccional, pode viabilizar uma abordagem de gênero no âmbito escolar para melhor compreensão da identidade múltipla e interativa das discriminações que envolvem os seres humanos.

A partir da questão apresentada, o estudo comprometeu-se em atender os seguintes objetivos específicos: (a) investigar os fundamentos teóricos e normativos da Educação sobre Direitos Humanos; (b) analisar os fundamentos gerais e teóricos sobre Gênero e Interseccionalidade; (c) discutir sobre o caráter múltiplo das discriminações que atingem os seres humanos, a partir da dialogicidade entre Gênero, Interseccionalidade e Educação sobre Direitos Humanos.

Metodologia

Para melhor análise do tema em questão optou-se pela pesquisa exploratória, a qual exigiu revisão bibliográfica e análise documental.

Sobre revisão bibliográfica, Kauark *et al.* (2010) a define como sendo a localização e obtenção de documentos para avaliar a disponibilidade de material que subsidiará o tema do trabalho de pesquisa. Sendo assim, cabe destacar que revisão bibliográfica não é sinônimo de pesquisa bibliográfica. Para Lima e Miotto (2007) pesquisa bibliográfica implica em um conjunto ordenado de procedimentos de buscas, por soluções, atento ao objetivo de estudo e que, por isso, não pode ser aleatório.

Nesta perspectiva, recorreu-se a livros, artigos de periódicos, teses e dissertações como também documentos normativos disponibilizados em sites oficiais do governo dos quais vale destacar a Resolução CNE/CP n° 1/2012 – a qual versa sobre as Diretrizes Nacionais sobre a EDH – e artigos da Constituição Federal Brasileira.

A pesquisa exploratória, conforme discorre Gil (2002), tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema com a intenção de torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Kauark *et al.* (2010) acrescenta, portanto, que a pesquisa exploratória assume, em geral, as formas de pesquisa bibliográfica.

Resultados e Discussão

Fundamentos teóricos sobre Educação em Direitos Humanos

A educação no senso comum é tida como a transmissão ou compartilhamento de saber entre sujeitos. Ela se estabelece de maneira singular em diferentes espaços, ou seja, a educação ensinada em uma tribo indígena se dá de uma forma, enquanto a transmissão do conhecimento entre os integrantes em uma comunidade religiosa candomblecista ocorre de outra.

Desta forma, a educação aparece sempre que surgem formas sociais de condução e controle da aventura de ensinar-e-aprender; não existe uma forma única nem um único modelo de educação e a escola não é o único espaço onde a educação acontece e talvez nem seja o melhor (BRANDÃO, 2007).

Ainda é importante considerar que quanto maior o nível educacional do indivíduo, maior será a sua inclusão e participação política na sociedade e menor serão as diferenças sociais. As diferenças sociais antecedem ao capitalismo e se justificam pela diferença do conhecimento, pois saber é poder. Sendo assim, fica claro a relevância da educação, uma vez que ela torna as pessoas mais preparadas para a vida, para a convivência e para a reivindicação de seus direitos (GORCZEWSKI; TAUCHEN, 2008).

Diante disso, a EDH e sua história estão estreitamente relacionadas com as lutas de grupos sociais marginalizados, condizente com essa trajetória, ela opera numa perspectiva crítica, de contestação à injustiça, à ausência de democracia e à utilização de violência física como ferramenta de luta política (VIVALDO, 2009).

Vale destacar que no Brasil, a EDH se fortaleceu nos fins da década de 1980 por meio dos processos de redemocratização do país e das experiências pioneiras, que se fizeram presentes entre os profissionais liberais, universidades e organizações populares na luta por esses direitos. Destaca-se que na época algumas organizações ganharam credibilidade pelas suas experiências no campo da Educação em Direitos Humanos no Brasil. (BRASIL, 2013). A EDH é, em essência, a formação de uma cultura de respeito à dignidade humana através da promoção e da vivência de atitudes, hábitos, comportamentos e valores como igualdade, solidariedade, cooperação, tolerância e paz (GORCZEWSKI; TAUCHEN, 2008).

Fundamentos normativos da Educação Sobre Direitos Humanos

O Brasil faz parte da maioria das convenções e tratados de direitos humanos celebrados no âmbito das nações unidas. Foi justamente com a Década das Nações Unidas para a Educação em Direitos Humanos, período ocorrido entre primeiro de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 2004, que o Brasil passou a refletir sobre a necessidade de se elaborar um esboço de normas orientadoras para a implementação da EDH em sua estrutura educacional (MAIA, 2007).

Conforme destacado no art. 205 da Constituição Federal, é crucial preparar o sujeito social para o exercício pleno de sua cidadania por intermédio da educação. Somente educando para a cidadania, que também consiste na EDH, se pode reestabelecer no sujeito valores humanísticos para que este passe da condição de cidadão passivo e indiferente para cidadão ativo e comprometido consigo mesmo e com a coletividade.

A Resolução CNE/CP n° 1/2012, por sua vez, é um compêndio normativo correspondente com o inciso segundo do art. 26 da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que versa sobre a finalidade, os objetivos e a forma de como de como dever ser promovida a EDH nas instituições de ensino brasileiras (BRASIL, 2012).

O objetivo central da EDH delineado no art. 5 da Resolução CNE/CP n° 1/2012 busca a formação para a vida no exercício diário dos Direitos Humanos, a qual preza pela igualdade de direitos, pela

tolerância e respeito, pelo bem na comunidade, nação e planeta. Ademais, os princípios basilares da EDH, conforme enumerados no art. 3 da presente resolução, são: Dignidade Humana; Igualdade de Direitos; Reconhecimento e Valorização das Diferenças e das Diversidades; Laicidade do Estado; Democracia na Educação; Transversalidade, Vivência e Globalidade; e Sustentabilidade Socioambiental (BRASIL, 2012).

A formação cidadã pode ser fomentada com a EDH. Para isso, conforme exposto no art. 7 da Resolução CNE/CP n.º 1/2012, “os conhecimentos concernentes à EDH devem ser inseridos nos currículos da Educação Básica à Educação Superior” (BRASIL, 2012).

Gênero e Interseccionalidade: entrelaçando conceitos para compreensão da característica múltipla das discriminações

O termo interseccionalidade foi amplamente desenvolvido por Kimberlé W. Crenshaw, jurista afro-americana, no intuito de explicar a correlação existente entre gênero, raça e classe. Crenshaw (2002) esclarece que a interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação.

A discriminação de gênero pode ser melhor explicada quando se leva em consideração as relações de poder entre os papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade. Como se sabe, a mulher é desfavorecida pelo status quo que o patriarcalismo histórico concebe ao homem na sociedade (CRENSHAW, 2002).

Dentro da perspectiva interseccional, contudo, é dado destaque à interdependência entre a discriminação de raça ou de classe com a discriminação de gênero para favorecer a compreensão da complexidade dessa identidade de múltiplas discriminações que envolvem o sujeito (CRENSHAW, 2002).

As discriminações existentes justificam a desigualdade que, por sua vez, acaba por gerar dissensões e injustiças sociais. A Educação sobre Direitos Humanos (EDH) emerge nesse contexto para a desestruturação desse panorama, fomentando o restabelecimento de uma cultura de valores como, por exemplo, a empatia, o respeito e a dignidade.

A discussão acerca das questões de gênero, a partir da perspectiva interseccional, travada no contexto da EDH contribuirá para que o sujeito reconheça a complexidade da gama de discriminações que se inter cruzam enquanto fator de desempoderamento. A EDH emancipa o sujeito para o exercício de sua cidadania. Esse objetivo se articula com uma das dimensões do art. 4 da Resolução CNE/CP n.º 1/2012.

Em suma, a interseccionalidade, conforme análise de Crenshaw (2002), não trata apenas os detalhes da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias classes e outras, ela vai além com o estudo focal na forma como as ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento.

Desse modo, a abordagem de gênero a partir da perspectiva interseccional no universo da EDH constitui como sendo uma ferramenta auxiliadora no entendimento da identidade múltipla das discriminações que envolvem os seres humanos. Cabe ressaltar mais uma vez que a EDH não preza em ajudar o indivíduo a sair de sua situação de opressão, contudo, ela cede as ferramentas ao mesmo que possa romper com os paredões que o enclausura para conquista de uma consciência emancipatória e cidadã.

Conclusão

O estudo de gênero a partir da perspectiva interseccional conectada com uma abordagem que instrumentaliza a EDH no ensino escolar logra promover a transformação social por meio da educação. Sendo assim, conclui-se pelo necessário impulso à práticas acadêmicas e das políticas públicas que ensejem, cada vez mais, a promoção de uma cultura de respeito e que venha romper com os padrões sociais subversivos que justificam desigualdades injustiças sociais incompatíveis com o Estado Democrático de Direito.

Referências

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, 5 de outubro de 1988. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2018.

BRASIL. **Educação em Direitos Humanos**: diretrizes nacionais. In: Conferência Nacional de Direitos Humanos, 2013. Disponível em: <<http://www.sdh.gov.br/assuntos/conferenciasdh/12aconferenciadireitoshumanos/educacaoemdireitoshumanos/cadernodeeducacaoemdireitoshumanosdiretrizesnacionais>>. Acesso em: 11 de nov. 2018.

BRASIL. **Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012**. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rcp001_12.pdf>. Acesso em: 11 de nov. 2018.

BRANDÃO, C. R. **O que é Educação?**. São Paulo: Brasiliense, 2007. CRENSHAW, K. A interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. W. AA.

_____. **Cruzamento: raça e gênero**. Brasília: Unifem, 2004.

CRENSHAW, K. Documento para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativos ao Gênero. Tradução de Liane Schneider. Revisão Luiza Bairros e Claudia de Lima Costa. **Revista Estudos Feministas – UFSC**. Florianópolis, v. 10, p. 171-188, 2002.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GORCZEWSKI, C.; TAUCHEN, G. Educação em Direitos Humanos: para uma cultura da paz. **Educação**, Porto Alegre, v. 31, n. 1, p. 66-74, 2008.

KAUARK, F. et al. **Metodologia de pesquisa**: guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

MAIA, L. M. Educação em Direitos Humanos: fundamentos teórico-metodológicos. In: SILVEIRA, R. M. G. et al. (Org.). **Educação em Direitos Humanos**: fundamentos teórico- metodológicos. João Pessoa: Editora Universitária, 2007, p. 85-101.

VIVALDO, F. V. **Educação em Direitos Humanos:** abordagem histórica, a produção e experiência brasileira. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, USP; São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-23092009-134856/pt-br.php>>. Acesso em 10 de nov. 2018.

O AMBIENTE ESCOLAR FRENTE ÀS DISCRIMINAÇÕES E À PROMOÇÃO DA IGUALDADE DE GÊNEROS

Jarles Lopes de Medeiros¹
José Edicarlo Araújo²

Resumo: A pesquisa tem como objetivo contribuir para o enfrentamento à violência e ao preconceito contra os estereótipos de gênero e diversidades sexuais na escola. Seria ingenuidade epistêmica acreditarmos que um estudo teórico pudesse solucionar a problemática de gênero. Dessa forma, este ensaio versa sobre possibilidades reflexivas acerca do comportamento social e como a instituição escolar pode e deve se posicionar frente ao debate. A discussão foi embasada teoricamente em autores(as) como: Beauvoir (1980), Bourdieu (2009), Scott (1995), dentre outros. Os resultados apontam para a necessidade de aprofundar o debate em torno das questões de gênero e diversidade sexual nos campos educacionais, com o intuito de efetivar práticas educativas sexistas.

Palavras-chave: Gênero, Igualdade, Escola.

1 Doutorando em Educação – Universidade Federal do Ceará.
E-mail: jarlles@hotmail.com.

2 Especialista em Educação, Pobreza e Desigualdade Social – Universidade Federal do Ceará - edicarlojeri@hotmail.com.

Introdução

A questão da diferença entre os seres humanos é parte da história da humanidade. Diferenciar homem e mulher não mais é suficiente, assim, é primordial pensarmos a multiplicidade das identidades e saber que o espaço escolar é o ambiente ideal para promover e oportunizar a difusão do conhecimento científico, que oferece a oportunidade de discuti-los, debatê-los por parte dos maiores interessados que são os educandos. É preciso compreender que há várias formas de ser homem e várias formas de ser mulher.

Dentro desse processo particular de aprendizagem, surgiu a necessidade de desenvolver uma pesquisa que abordasse a problemática em torno dos estereótipos de gênero. Como ponto de partida, foi necessário suscitar uma reflexão à seguinte questão: Como promover uma igualdade de gênero no ambiente escolar?

Para elucidação do problema, foram postos os seguintes desafios à pesquisa: discutir acerca da formação de professores na perspectiva de desconstrução de estereótipos de gênero no cotidiano escolar; apresentar uma reflexão crítica sobre comportamentos, a fim de estabelecer relações interpessoais pautadas pela igualdade de gênero.

Este trabalho discute as relações entre gênero, diversidade e educação, tendo como *linha de horizonte* a instituição escolar. Apresenta reflexões em torno de estratégias que visem promover a igualdade de gênero nas instituições escolares. É intuito contribuir para a construção de suportes teórico-metodológicos aos professores e comunidade escolar no enfrentamento às problemáticas oriundas da violência e preconceito contra as diversidades sexuais e comportamentos de gênero. O interesse em investigar o tema surgiu a partir de experiências profissionais e de pesquisa com o tema em questão. Como professores de Educação Básica, percebemos a necessidade de levantar o debate acerca de tais questões, uma vez que lidamos com diferentes juventudes que estão a vivenciar cotidianamente as problemáticas apontadas neste estudo.

Para desenvolver a pesquisa, de cunho teórico, sobre o ambiente escolar frente às discriminações e a promoção da igualdade de gêneros, faz-se necessário uma reflexão a partir da leitura de diversos autores sobre o tema. Utilizamos como recurso metodológico a abordagem teórico-bibliográfica, de natureza qualitativa, buscando realizar aproximações com a instituição escolar em relação às discussões sobre gênero e diversidade. Segundo Minayo (1994), tal perspectiva inclui percepções teóricas de abordagens principais, bem como suas conseqüências que incidem no caminho escolhido para compreender a realidade investigada, neste caso a instituição escolar.

Trata-se de uma pesquisa social, por meio de uma abordagem qualitativa, pois traz uma investigação sobre uso dos saberes culturais da comunidade no processo ensino e aprendizagem. Segundo Richardson (2012) “[...] estudos que usam a metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (p.79).

Dimensões histórico-culturais das relações de gênero

Gênero é, antes de tudo, um conceito que se refere a uma construção cultural, portanto humana, facilmente caracterizada quando um bebê tem o seu sexo biológico identificado, momento em que se constrói um mundo de cores, criando ambientes com determinadas características, construídas a partir do que diz respeito ao órgão sexual que possui em seu corpo. Tais identidades de gênero são erguidas a partir de modelos de normalidade que são adotados por diversos grupos sociais. Em nossa cultura, por exemplo, a representação dominante do ser humano é evidenciada pela figura do homem heterossexual, jovem, branco, cristão e de classe média (BRITZMAN, 1996). Nesse sentido, Scott (1995) destaca que:

O termo “gênero” torna-se, antes, uma maneira de indicar “construções culturais” - a criação inteiramente social de ideias sobre papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. “Gênero” é, segundo essa definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1995, p. 75).

As implicações dessa abordagem é a naturalização entre homens e mulheres do seu papel no ambiente de trabalho, familiar e no convívio social como um todo. Tal concepção aponta que os papéis são definidos historicamente, tendo a mulher com um corpo frágil, emotiva, restrita ao lar cuidando de afazeres domésticos, perpetuando sua espécie e cuidando dos filhos. O homem se mostra como um ser dotado força física, racional, superior às mulheres, responsável pelo sustento de sua família, podendo transitar por espaços extrafamiliares, uma vez que ele é trabalhador. Essas relações foram constituídas e se deram de forma desigual não só no âmbito social, mas também do trabalho, com diferenciações de cargos e salários.

Para Meyer (2003), a intenção dos estudos pós-estruturalistas é analisar e questionar os múltiplos processos socioculturais que utilizam a anatomia para justificar diferenças, desigualdades e subordinações entre as pessoas. A vida em sociedade pressupõe expectativas de comportamentos entre os indivíduos, seja de forma coletiva ou individual. Padrões comportamentais variam conforme diversos fatores, como classe social, posição na divisão social do trabalho, grau de instrução, credo religioso e, principalmente, segundo o sexo.

Dessa forma, as questões de gênero dizem respeito às relações e aos papéis sociais desempenhados conforme o sexo do indivíduo, sendo o papel da mulher o mais estudado e discutido dentro dessa temática, haja vista a desigualdade sexual existente com prejuízo para a figura feminina, configurando-se como uma problemática. Todos esses fatores, para muitos, são considerados uma afronta às

normas hegemônicas de gênero e às fronteiras tão bem limitadas pela divisão entre masculinidade e feminilidade.

É importante que se compreenda que cada ser humano não é exatamente o que a sociedade espera que ele seja. A partir do nascimento, momento em que é escolhido um nome para determinado sexo, cria-se uma expectativa de comportamento de gênero. Tal atitude pode gerar consequência à vida do sujeito, uma vez que a sua identidade de gênero que será construída a longo de sua vida, poderá apresentar dissonâncias com o sexo biológico, causando estranhamento com o nome lhe dado no início de sua vida. Esse quadro pode causar diversos transtornos ao seu desenvolvimento, já que foi criado um vínculo entre sexo e comportamento de gênero como se uma coisa fosse consequência espontânea da outra.

Dessa forma, levantamos a seguinte questão: o que torna uma pessoa homem ou mulher? Quais as marcas da masculinidade ou feminilidade? Certamente, baseado na literatura apresentada neste estudo, afirmamos que não seria possível uma resposta *a priori*, pronta e acabada. Ao invés disso, optamos por apresentar uma compreensão ampla, imersas numa espécie de teia social e histórica, portanto em constante movimento, onde a concepção de gênero não se vincula de forma soberana ao biológico. Beauvoir (1980) já sinalizava a problemática ao afirmar que não se nasce mulher, que a constituição do ser mulher é permeada pelo social.

Os comportamentos de gênero não são naturais ou biológicos. São construídos socialmente, sendo transmitidos de geração em geração via processos educativos formais e não formais presentes nas mais diversas instituições, dentre elas a família e a escola. Quando uma menina pega um carrinho para brincar, logo é chamada sua atenção e aprende que não é um brinquedo feminino. Às meninas, são destinadas bonecas e brinquedos que simulam utensílios domésticos.

Os brinquedos acabam ressignificando práticas sociais, tendo funções educativas ao apontar para o tipo de mulher que se deve ser. Com os meninos ocorre o mesmo movimento. E assim, desde muito cedo, meninos e meninas já serão direcionados para comportamentos de gênero bem distintos e rígidos. Qualquer um que transpor tais barreiras será perseguido e interditado. Como exemplo temos as pessoas Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBTs), que sofrem violência corriqueiramente por não se enquadrarem nas normas hegemônicas de gênero.

Relações de gênero no cotidiano escolar

O ambiente escolar desempenha na sociedade atual um importante papel na construção das identidades de gênero, pois, como parte de uma sociedade que discrimina, ela produz, mas também reproduz, desigualdades de gênero, não sendo uma instituição tão neutra quanto se pensa, como afirma Bourdieu (2009), uma vez que além da produção e reprodução de estereótipos, legitima os mesmos. As instituições escolares devem ser locais onde os estereótipos devem ser eliminados e jamais reforçados,

o que implica oferecer aos educandos oportunidades iguais de acesso, bem como de orientações acadêmicas sem influência de preconceitos. Pinsky (2001) nos faz refletir que:

Tem gente que leva o preconceito na brincadeira, achando que piadinhas e gozações sobre as minorias não têm maior significado. Errado. Certo tipo de conversa de corredor falando da inferioridade dos negros e das mulheres, dos nordestinos e dos judeus, dos velhos, dos gordos, dos baixinhos e até dos jovens tem que ser levada em consideração e, muitas vezes, combatida com veemência, por ser falsa, sem base histórica ou biológica alguma. Acaba funcionando para marginalizar da prática da cidadania todos os que se enquadram em categorias definidas pelo preconceituoso como merecedoras do repúdio coletivo. Será que é assim que se forma uma nação verdadeiramente democrática? (p. 8)

A escola desde que se constituiu como instituição educa as relações de gênero de alguma forma, nem sempre explicitamente ou levando as discussões para sala de aula, mas se apresentando nesse papel quando o espaço escolar era negado à mulher, quando coloca as mulheres em outro espaço e não na sala de aula, já que o conhecimento era masculino, partindo da concepção que as elas deviam estar em um lugar inferior. Essa concepção sempre existiu na história da humanidade e acompanhou o processo cultural, oportunizando uma determinada hierarquia de gênero.

O ambiente educacional deve ser propício e ideal à formação de crianças, adolescentes e jovens. Por ser um espaço disciplinador, que normatiza os comportamentos culturalmente corretos, as relações de gêneros devem se fazer presentes e na contracorrente do passado, entender que a partir da história das relações entre gêneros, deve-se desconstruir essas relações hierárquicas.

Segundo Soares (2016, p. 2), “[...] as determinações que a sociedade estabelece para o ser homem e ser mulher chegam ao contexto escolar e tendem a ser reproduzidas pelos alunos e alunas [...]”, caracterizando assim as relações de gênero presentes nas escolas. Da mesma forma, Bourdieu e Passeron (*apud* ROSENO, 2009) “[...] a ação pedagógica reproduz a cultura dominante, reproduzindo também as relações de poder de um determinado grupo social. O ensino encarnado na ação pedagógica tende a assegurar o monopólio da violência simbólica legítima” (p. 05).

Desse modo, vemos a necessidade de abordar questões mais amplas, que tratem também a subjetividade dos indivíduos e as diversas formas de viver e se expressar, tratando da problemática no contexto escolar. Quando se fala na questão de gênero na escola é necessário também elaborar reflexões sobre conceitos e preconceitos. Desde que nascemos somos orientados pela sociedade para agirmos de forma distinta entre o masculino e o feminino, menino ou menina, uso de determinadas cores, modelos de roupas, brincadeiras e atitudes formando padrões para cada gênero que são impostos pela sociedade.

Porém, sabemos que não há um padrão de comportamento considerado ideal ou melhor. A educação deve garantir o acesso e a permanência dos sujeitos da diversidade na escola pública, refletir sobre as questões de preconceitos e desigualdade em relação à orientação sexual e discutir sobre os conhecimentos sobre saúde, prevenção e direitos sexuais e reprodutivos da juventude.

A equidade de gêneros é uma condição básica para a construção da cidadania e da democracia dentro e para além dos muros da escola. Para tanto, é fundamental que se promova, com práticas efetivas, a necessária atenção às diferenças para a real garantia de igualdade de direitos, oportunidades e acesso aos bens sociais, em todos os campos (BRASIL, 1998).

Formações de professores no contexto das relações de gênero

Nos últimos anos, em decorrência das diversas mudanças sociais, econômicas e culturais, estudos mostram como a educação vem necessitando de uma análise a partir do trabalho docente. Assim, a atualização, por meio da formação continuada, é uma necessidade por parte dos professores, pois precisam responder às “novas” situações que surgem a cada dia. Dessa forma, é preciso cada vez mais se promover a formação continuada entre professores visando sanar as falhas que ainda existem na formação inicial e oportunizar que os mesmos se apropriem dos diferentes recursos tecnológicos, bem como de novas teorias, como meios para contribuir com o seu sucesso e com o de seus alunos.

Para Modesto (2002), historicamente, a formação de professores vem sofrendo muitas mudanças ao longo dos anos, decorrentes da evolução no modo de produção de conhecimento pela humanidade e pela crescente rapidez na divulgação desses conhecimentos, considerando os avanços da tecnologia e dos meios de comunicação. O professor hoje em dia disponibiliza em sua carga horária semanal horários pré-determinados para sua formação continuada na escola. A parceria entre professor e coordenação pedagógica deve utilizar esse tempo para buscar estudar e aprimorar os conhecimentos a fim de encontrar maneiras mais eficazes de atender à realidade em que o aluno está inserido.

A formação contínua e o desenvolvimento profissional do professor não podem ser analisados de maneira isolada, cabendo aos gestores públicos, em diálogo com os professores, perceberem e aprimorar o que já vem sendo feito a fim de que os educadores possam, cada vez mais, apresentar bons resultados na educação e que os educandos possam não apenas compreender os conteúdos repassados, mas construir conhecimento a partir dos mesmos, de forma a contribuir em sua vida pessoal, profissional e para o campo social mais amplo. Nesse sentido, Brandão em entrevista à Revista PontoCom³ afirma que:

[...] ser educador exige muito mais do que ter somente conhecimento sobre sua área específica. É preciso ser um estimulador do prazer em construir o conhecimento. O educador tem que ensinar seus alunos a pensarem, a descobrirem, a desenvolverem suas competências e habilidades. O professor do século XXI é um estimulador, motivador no desenvolvimento de habilidades e potencializador de competências nos alunos. Mas para isto, ele tem que quebrar os velhos paradigmas da escola tradicional, deixando de ser somente um transmissor de informações. (BRANDÃO, 2010, p. 1).

3 Disponível em: <http://revistapontocom.org.br/edicoes-anteriores-entrevistas/a-importancia-das-tics-na-educacao>. Acesso em: junho/2018.

A construção de um espaço de reflexão e problematização na formação continuada de professores sobre gênero na escola deve ser o resultado de um trabalho coletivo entre profissionais da escola, marcada pela disposição de questionar os próprios preconceitos e em fazer circular os silêncios, os não-ditos, presentes no espaço escolar. Nessa perspectiva, é importante refletirmos sobre a atitude de professores em relação às suas incertezas, ao que foge ao esperado e ao que é considerado diferente.

Com intuito de criar e consolidar um espaço de problematização e reflexão, várias ações podem ser desenvolvidas no espaço escolar. Exemplo disso é a conscientização dos professores sobre seus papéis, funções e responsabilidades por meio de reuniões que promovam discussões, reflexões e compartilhamento de experiências e ideias, planejamento, orientação e participação em grupos de estudo e ciclos de palestras, acompanhamento e assessoramento em relação ao Projeto Político Pedagógico da escola.

Porém, o que se observa no cotidiano da escola são práticas pedagógicas, muitas vezes, guiadas com convicções pessoais que os docentes possuem sobre determinado tema. Em pesquisa realizada por Medeiros (2015) com professores de Educação Básica acerca de suas concepções sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual, evidenciou-se que muitos professores silênciam diante do debate em torno dessas questões por acreditarem que não possuem uma formação específica para tal fim, ou por não possuírem espaço dentro da instituição para tanto, uma vez que o tempo pedagógico se reduz aos conteúdos disciplinares. Outros professores sinalizaram não achar correto “apoiar” as condutas LGBTs⁴ dos alunos, justificando tal crença em concepções pessoais impregnadas de preceitos religiosos.

Pereira (2000) em seu discurso afirma que há uma dicotomia hierarquizada nas universidades brasileiras entre a Licenciatura e o Bacharelado que revela “[...] um certo descaso com a Licenciatura por sua vinculação com a formação do professor, refletindo, desse modo, o desprezo com as questões relacionadas ao ensino e, mais especificamente, ao ensino fundamental e médio [...]”. Assim, a incorporação efetiva dos conhecimentos produzidos nas pesquisas sobre gênero pressupõe o questionamento radical dessa dicotomia no interior das próprias universidades. Diante desse cenário, torna-se fundamental que as universidades assumam realmente o seu papel na formação de professores em todos os níveis educacionais.

Práticas pedagógicas e inclusão da diversidade de gênero na escola

Uma maneira de agir positivamente no contexto das relações sociais na escola ocorre quando se trabalha no enfrentamento do racismo, da homofobia, do sexismo, etc. O enfrentamento pode ter como ponto inicial diversas questões: o conhecimento, a partir de cada área do saber e das disciplinas; com o apoio da comunidade escolar, envolvendo desde o trato entre funcionárias e alunos; das relações sociais que acontecem dentro e fora da escola. É fundamental que qualquer instituição deve partir da premissa do respeito, dos direitos humanos dos sujeitos que estudam nela, conceber que as pessoas

4 Sigla que representa a expressão Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transgênero.

são diferentes, não para gerar desigualdade, violência e discriminação, mas para respeitar o jeito que a pessoa se sente enquanto ser humano. Para Grossi (2015):

O respeito à diversidade nada mais é do que condição fundamental de toda ação humana que se pretenda ética. A escola deve ser o lócus de ações que valorizem os seres humanos na sua integridade. Cada família, ou sujeito estudante, merece um acolhimento na escola, de forma que suas características não sejam desqualificadas ou transformadas em questões de menor importância. (p.97).

A informação e o conhecimento, antes de tudo, são necessários para que novas práticas pedagógicas aconteçam de fato. A incorporação do tema diversidade de gênero na formação inicial e continuada de educadores e gestores escolares não é comum. Trata-se de algo relativamente recente na escola, o que demanda todo um processo de promoção de políticas públicas voltadas à temática.

A produção de materiais didáticos pertinentes às discussões, a problematização no processo formativo dos docentes, a postura crítica diante das imagens nos livros didáticos, com as quais se reforçam padrões de hierarquia em sala de aula e abordagem das discussões sobre como as mulheres são retratadas nas propagandas, nas mídias e que acabam reproduzindo na escola, são práticas que devem ser incorporadas ao contexto escolar. Nesse sentido, Grossi (2015) nos informa que:

Sob a expectativa de que a educação perpassasse a promoção de debates em torno das desigualdades de gênero, a escola necessita possibilitar espaços nos quais se desenvolvam discussões sobre o tema das relações de gênero, podendo proporcionar uma mudança cultural e uma construção de saberes sem preconceitos e priorizando a igualdade de gêneros. (p. 117).

O Projeto Político Pedagógico de uma instituição é um documento que reúne propostas de ação concreta a executar durante um determinado período de tempo e, assim como outros documentos escolares, deve ser “vivo”, aberto ao debate de reconstrução, e trazer em sua essência a realidade de toda a comunidade escolar. Mas não apenas isso, precisa conhecer e reconhecer a realidade onde estão inseridas as pessoas, bairros e os municípios como um todo, nosso estado, nossa nação.

É necessário afirmar os discursos da sociedade e desconstruir na perspectiva das transformações, propondo alternativas que promovam equidade entre gênero. É preciso conceber na escola o pensamento que não se pode esquivar a tal debate de forma explícita, devendo contribuir e perceber que as relações são desiguais e a escola, como espaço coletivo, não pode silenciar diante das relações de gênero que perpassam a instituição. Segundo Vasconcellos (2002), o Projeto Político Pedagógico pode ser entendido:

“[...] como a sistematização, nunca definitiva, de um processo de planejamento participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um instrumento teórico- metodológico para a

intervenção e mudança da realidade. É o elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação” (p. 169).

Os Temas Transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais – PCNs (BRASIL, 1988) orientam o trabalho de docentes e toda a equipe gestora das escolas na promoção do respeito às diversidades. Apresenta cadernos específicos sobre Ética, Pluralidade Cultural, Meio ambiente, Saúde e Orientação Sexual, que possibilita a promoção e garantia da igualdade de direitos para discentes de nosso imenso e diverso país.

Quanto a sua apresentação, o documento esclarece que não são novos conteúdos ou objetivos criados, mas que precisam ser incorporados aos conteúdos já existentes nas diversas áreas de ensino. Incorporação essa que atende aos objetivos da Constituição Federal (BRASIL, 1988), que determina, em seu primeiro parágrafo, como fundamentos do Estado Democrático de direito: a soberania, a cidadania, a dignidade da pessoa humana, os valores sociais do trabalho e da livre iniciativa; o pluralismo político. Grossi (2015) complementa, nos dizendo que:

Uma escola que não respeita diferenças humanas constitucionais não pode ser uma escola que educa. Até porque, a escola que educa necessita estar articulada a princípios humanísticos e sociais, que a façam compreender diversidade humana e a superação das diferenças marginalizantes e opressoras. (p. 95).

Com isso, deve-se pensar a instituição escolar como responsável e amigável de promoção do respeito à diversidade, ao mesmo tempo em que concebe seus docentes como protagonistas da ação pedagógica, ação esta voltada para o desenvolvimento e o respeito aos direitos humanos que são de suma importância nessa caminhada, na qual cada pessoa escreve e reescreve a sua história, dentro dos princípios da cidadania plena.

Considerações finais

Evidencia-se a partir desta pesquisa a necessidade de uma melhor formação acadêmica para educadores acerca dos novos conceitos e problemáticas nas relações de gênero, já que ainda é muito raro o aprofundamento à questão em sala de aula, e que conseqüentemente interfere na construção da afirmação e de uma sociedade com equidade de gêneros em competências, capacidades, direitos e possibilidades.

No amplo contexto educacional é necessário garantir o acesso e a permanência dos sujeitos da diversidade na escola pública, favorecendo reflexões sobre as questões de preconceitos e desigualdade em relação à orientação sexual, aprofundar a questão investigando os projetos políticos pedagógicos das instituições de ensino e buscar identificar como ocorre a formação de professores em relação à sexualidade e ao gênero.

Concluindo, pode-se dizer que, atualmente homens e mulheres estão se distanciando dos modelos estereotipados de gênero e desenvolvendo novas formas de subjetividade, livres do imperativo das divisões traçadas pelas representações sociais e que nós enquanto educadores devemos reconhecer e conhecer essa pluralidade e singularidade que envolve a discussão de gênero a fim de que o respeito seja de fato um direito garantido no cotidiano de cada ser humano.

Referências

- BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**, vol. II. Tradução Sérgio Millet. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- BOURDIEU, Pierre. **A reprodução**: elementos para uma teoria do sistema de ensino. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.
- BOURDIEU, P.; PASSERON, J.C. **A reprodução: Elementos para uma teoria do sistema de ensino**. Recensão: ROSENDO, Ana Paula. (Org). Covilhã: LusoSofia, 2009.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
- BRASIL. Secretaria de Educação. **Parâmetros Curriculares Nacionais**: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais/Secretarias de Educação Fundamental. Brasília: MEC/SEF, 1998.
- BRITZMAN, D. P. **O que é esta coisa chamada amor: identidade homossexual, educação e currículo**. *Educação & Realidade*. Rio Grande do Sul, Cidade, vol. 21, n. 1, 1996.
- GROSSI, P.M. Livro 1, módulo 1. **Introdução a tecnologia do ensino a distância; diversidades, diferenças e interculturalidade; gênero: um conceito importante para o conhecimento do mundo social**. Florianópolis: Instituto de Estudos de Gênero, UFSC, 2015. Livro didático.
- MEDEIROS, Jarles Lopes de. **A escola e os professores diante da problemática da sexualidade**: uma perspectiva histórico-sociológica dos discursos e das práticas educacionais. Fortaleza, 2017. 182 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Educação). Universidade Federal do Ceará, 2017.
- MEYER, D. G. **“Escola, currículo e diferença: implicações para a docência”**. In: Barbosa,
- R. L. L. Formação de educadores: desafios e perspectivas. São Paulo, UNESP, 2003.
- MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. São Paulo: Hucitec, 1994.
- MODESTO, Marco Antônio. **Formação Continuada de Professores de Matemática: compreendendo perspectivas, buscando caminhos**. Bauru. 2002.
- PEREIRA, J.E.D. **Formação de professores: pesquisas, representações e poder**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

PINSKY, J. **Preconceito na escola? que bobagem...** Em J. Pinsky (Org.), 12 faces do preconceito. São Paulo: Contexto, 2001.

RICHARDSON, Roberto Jarry, **Pesquisa social: métodos e técnicas** / Roberto Jarry Richardson; colaboradores José Augusto de Souza Peres. (et al.). - 3. ed. - 14. reimpr. - São Paulo Atlas, 2012.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica.** Educação & Realidade, 20 (2), 1995.

SOARES, N.M.S. **Violência de gênero no ensino médio: análise do comportamento dos/das alunos/as e professores/as.** Anais III Conedu, v. 1, 2016, ISSN.

VASCONCELLOS, Celso S. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e político- pedagógico.** São Paulo: Libertad, 2002.

RELAÇÕES DE GÊNERO NA FORMAÇÃO DOCENTE: UM ESTUDO SOBRE O CARIRI CEARENSE

Maria Enilde da Costa¹
Antonio Carlos Dias de Oliveira²
Cícero Joaquim dos Santos³

Resumo: Esta pesquisa objetiva compreender a formação docente no que diz respeito às relações de gênero na Universidade Regional do Cariri (URCA), nas décadas iniciais do século XXI. Levando em consideração o alto índice de violência contra as mulheres na região do Cariri, bem como a histórica atuação da URCA na formação de professores dessa região, o estudo dá destaque a análise dos Cursos de História e Pedagogia. Nesse sentido, ela faz uso do gênero como uma categoria útil e necessária nos estudos e na formação docente. No desenvolvimento do trabalho serão utilizados os Projetos Políticos Pedagógicos dos referidos cursos, bem como outros documentos institucionais, como projetos de pesquisa, ações de extensão, e etc. Além deste serão aplicados questionários com os atuais estudantes dos dois cursos.

Palavras-chave: Formação Docente, Relações de Gênero, Violência.

- 1 Especialização em Enfermagem em Psiquiatria e Saúde Mental. UNYLEYA.
E-mail: Estrelalinda10@hotmail.com
- 2 Graduando em História – Universidade Regional do Cariri-URCA.
E-mail: carlosdyaoliver@gmail.com;
- 3 Professor Doutor – Universidade Regional do Cariri-URCA.
E-mail: c.joaquimsantos@yahoo.com.br;

“ERA SÓ UMA BRINCADEIRA” UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE O IMPACTO DO BULLYING HOMOFÓBICO E DE GÊNERO NA ESCOLA.

Iara Danielle Ferreira Bandeira¹
Leysliane Bandeira Sales²

Resumo: O presente trabalho se propõe a investigar a partir da aplicação de questionários de múltipla escolha e análise bibliográfica a dinâmica do bullying dentro das escolas de ensino básico. A amostra selecionada é caracterizada por alunos de ensino médio da rede estadual. A discussão central se dá acerca das múltiplas causalidades da dinâmica do *bullying* homofóbico que é caracterizado quando a agressão se baseia em insultos relacionados com a orientação sexual da vítima e o *bullying* de gênero a partir de um recorte feminino, percorrendo a incidência de situações de opressão e violações de direito em questões sobre gênero, identidade e sexualidade.

Palavras-chave: Bullying; escola; violência; gênero.

1 Mestranda em Sociologia – UFC.

E-mail: iaradanielle@mail.com;

2 Graduada em Psicologia – Faculdade Pitágoras.

E-mail: ed.leysliane.sales@gmail.com@gmail.com

Introdução

Neste estudo, nos propusemos a investigar os impactos e as relações do *bullying* homofóbico no ambiente escolar. A pesquisa foi realizada de uma forma mista, qualitativa e quantitativa, através de um questionário *online*. Esse questionário foi aplicado em 33 alunos de três escolas públicas estaduais. Cada escola com uma modalidade de ensino diferente, regular, onde os alunos ficam apenas um turno, escola de tempo integral, onde os alunos passam o dia na escola e tem disciplinas formativas de sua escolha, e uma escola de ensino profissionalizante, onde os alunos também ficam o dia inteiro, e tem uma formação voltada para o ensino técnico e mundo do trabalho. Então dentro dessas realidades distintas nos propusemos a investigar se a escola contém esse tipo de violência em seu ambiente, e sendo a resposta positiva, como a escola lida com essas questões. A perspectiva dos alunos é o mote central dessa pesquisa, pois estes além de conviver de uma forma mais próxima a essas questões sabem de relatos e situações que a gestão e professores não têm conhecimento. A escola como um lugar de aprendizagem, também contribuí para uma aprendizagem sobre os corpos e de como estes devem se comportar. Quando falamos sobre a questão da homofobia, sabemos que essa se manifesta quando a pessoa que sofre a violência, não se encaixa no padrão estabelecido. A escola enquanto instituição muitas vezes realiza esse trabalho de encaixe desses comportamentos. E esse comportamento da instituição pode se ver refletido no comportamento de outros alunos, com a rejeição ao que é considerado diferente, e através disso desencadeado comportamentos graves. Existe um público mais suscetível a sofrer essas violências escolares, e através desse trabalho vamos tentar entender o que acontece com esses indivíduos dentro da escola, que em tese deveria ser acolhedora, mas nem sempre consegue cumprir esse papel.

Metodologia

O questionário de investigação foi desenvolvido na plataforma *Google Forms* e direcionado para os sujeitos para aplicação online. As perguntas elaboradas tinham como pretensão descobrir desde os públicos mais frágeis ao *bullying*, até os tipos de violência sofridos.

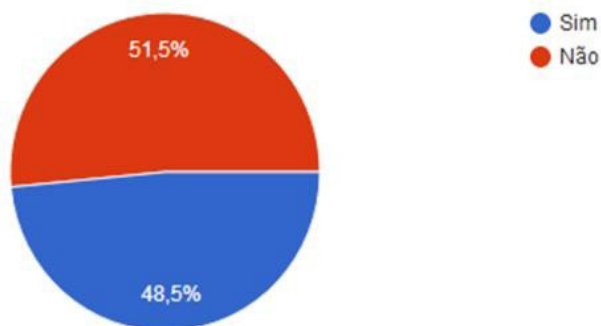
Os dados coletados foram sistematizados e organizados em gráficos para melhor compreensão e equiparados com a coleta bibliográfica. Para além da parte quantitativa, foram elaboradas questões em que se pedia para que os entrevistados descrevessem se já tinham sofrido violência, e quais medidas eles achavam que deveriam ser tomadas para evitar esse comportamento por parte de colegas, e inclusive professores. Dentre as questões apresentadas se perguntou com que frequência os jovens percebem “piadas, ou apelidos” vindos de professores, e nesse caso dividido por área. E o resultado nos mostra que mesmo educadores que deveriam estar dando outro sentido à vida desses jovens, estão na outra ponta, os tratando com desrespeito e tornando o ambiente escolar, hostil e desconfortável.

Resultados e Discussões

O bullying enquanto fenômeno multifatorial exige uma abordagem de análise ampla no seu estudo, precisamos explorar os fatores causadores, mas também dar conta do dano causado tanto a quem recebe quando a quem comete as agressões. O agressor é também uma vítima no processo, construído socialmente para acreditar que tem posse sobre a liberdade do outro e pode ferir o seu igual, quem agride pode um dia já ter sido agredido e repetir os comportamentos que o afetaram. No que diz respeito à relação entre bullying e variáveis de natureza socioafetiva, os dados da investigação parecem evidenciar que os sentimentos face à escola e a percepção de ter amigos constituem-se como fatores importantes nas situações de vitimação e de agressão. (ROSARIO, 2017)

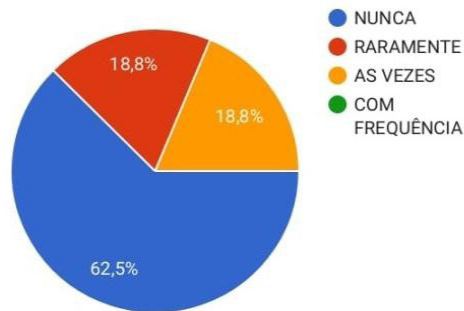
A escola enquanto primeiro espaço de socialização é o local onde são construídas as maiores referências de confiabilidade e segurança, com a amostra de adolescentes escolhida neste estudo temos um fator a mais, o turbilhão da adolescência com suas próprias incertezas e fragilidades.

Ao questionar os alunos sobre sua sensação de se sentirem inseguros no ambiente escolar temos os dados a seguir:



48,5% dos alunos se sentem inseguros no local que precisam estar cinco vezes por semana, dado que talvez só venha à tona por tratarmos de um questionário em sigilo, o questionário não pediu nome dos participantes, para que estes se sentissem mais confortáveis em responder. Não vemos nos corretores os alunos falarem sobre o quanto a escola é um lugar agradável ou desagradável de se estar, não é uma discussão aberta.

Na psicologia de base sócio histórica temos uma categoria denominada estima de lugar, que fala do quanto alguém se sente potencializado de ocupar determinado espaço. A Estima de Lugar pode ser qualificada como potencializadora, quando se compõe das imagens de pertencimento e agradabilidade, ou despoticizadora, quando derivada da insegurança e da destruição (BOMFIM, 2010). No próximo gráfico, a pergunta é sobre a frequência escolar, e se a pessoa entrevistada já faltou aula por medo de sofrer violência ou preconceito.

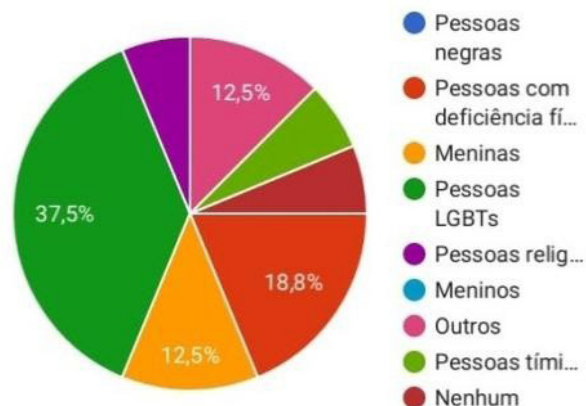


A insegurança ainda corrobora com a evasão escolar parcial de 18,8% do grupo, implicando diretamente no processo de ensino e aprendizagem como uma falha no percurso educacional que não dá conta dos alunos faltantes e das particularidades das suas ausências.

Quando somamos as opções raramente e às vezes vamos obter um total de 37,6% de alunos que vez por outra faltam a escola por medo de sofrer violência ou preconceito. Um número significativo, já que não estamos tratando apenas de ensino regular, temos nesses números alunos de escola profissionalizante, que mesmo tendo o incentivo de uma formação profissional, podem fazer parte do quadro de evasão escolar.

Mendes (2013) trata a evasão escolar como um processo, e não apenas como um momento pontual na vida do estudante, considerando este fenômeno como o estágio final de um dinâmico e cumulativo processo de desengajamento da escola.

Ao questionar sobre os grupos mais afetados pelo fenômeno do bullying temos em primeiro e terceiros lugares as categorias delimitadas por este estudo que são a violência infringida por intolerância homofóbica e de gênero.



No contexto educacional, o termo bullying tem sido utilizado para nomear a violência sofrida por alunos (as) no ambiente escolar, e o termo bullying homofóbico tem sido utilizado para nomear especificamente a violência sofrida por alunas (os) gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais. (DINIS, 2011). De acordo com Paiva (2011, p.91) "... esse afã disciplinador e normativo está no coração do campo da educação e tem morada estável na escola, que perpetua *habitus* sexuais intolerantes a qualquer ambiguidade e dissidência." A prática do bullying homofóbico ultrapassa as barreiras dos direitos humanos, ocasionando inúmeros malefícios para a educação e o desenvolver de uma sociedade. (PEREIRA, 2015). Dito isto, podemos notar que até mesmo os educadores estão dentro da seara de violência causada. Pois estes são apontados pelos alunos também como vetores de práticas, homofóbicas, machistas e sexistas.

Quando foi perguntado sobre a frequência de comentários agressivos e preconceituosos por parte de professores e gestão o resultado foi que a gestão escolar na opinião de 82% dos alunos nunca fizeram comentários desse tipo, as outras respostas se dividem em um vez com 12% e raramente 6%. No caso dos professores perguntamos por área, para ter um quadro até mais explícito das realidades. Na maioria das escolas as áreas de linguagens e códigos são predominantemente femininas, enquanto a área de ciências da natureza tem uma predominância masculina. E o resultado que se segue: Linguagens e códigos 75% nunca fizeram comentários preconceituosos, 15% uma vez e 3% raramente. Ciências humanas 81,1% nunca fizeram, 9% uma vez e 7% raramente fizeram comentários de cunho preconceituoso. Já na área de ciências da natureza percebemos uma difusão maior nas respostas dadas. Em que 54,5% dos alunos alegam nunca ter visto esse tipo de comentário dos professores dessa área, 12,2% viram ao menos uma vez, já 9% viram raramente e também 9% muitas vezes e 15% alegam presenciar frequentemente comentários homofóbicos por parte dos professores dessa área.

Considerações Finais

É percebido dentro da utilização do método de mapas afetivos, que as respostas dos jovens demonstram contradições, pois em algumas perguntas alegam ser a escola segura, porém existem espaços dentro do ambiente escolar que lhes causam a sensação de insegurança. Outro ponto levantado durante as entrevistas foi a fragilidade da relação aluno- professor, já que em alguns momentos foi relatado que partem dos professores algumas das violências cometidas com os alunos. A pesquisa ainda está em andamento, mas a priori as análises atuais dos dados já nos revelam que o ambiente escolar pode ser hostil para alguns grupos específicos. E que essa hostilidade pode ser responsável pela evasão escolar, quando esse aluno não encontra na escola um ambiente acolhedor. Um ambiente despotencializador tende a causar no indivíduo sentimentos de repulsa e afastamento. Nesse caso a escola passeia entre esses extremos, de termos exemplos de ambientes escolares despotencializadores, e outros que trabalham na perspectiva de potencializar a autoestima de seus alunos e as boas práticas com seu corpo docente.

Referências

BOMFIM, Z. A. C. (2010). *Cidade e Afetividade: Estima e construção dos mapas afetivos de Barcelona e de São Paulo*. Fortaleza, CE: Edições UFC.

DINIS, Nilson Fernandes. Homofobia e educação: quando a omissão também é signo de violência. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 39, p. 39-50, Apr. 2011. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-40602011000100004&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-40602011000100004>.

MENDES, Marcelo Simões. Da inclusão à evasão escolar: o papel da motivação no ensino médio. **Estud. psicol. (Campinas)**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 261-265, June 2013. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-166X2013000200012&lng=en&nrm=iso>. access on 27 Nov. 2018. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-166X2013000200012>.

PAIVA, Antônio Cristian Saraiva. O inferno atravessa o mundo da educação: os embaraços da sexualidade e a fantasia da educação sexual. In: *Recortes das Sexualidades: Encontros e Desencontros com a Educação*. Fortaleza: UFC, 2011.

PEREIRA, Graziela Raupp; VARELA, Cristina Monteggia; SILVEIRA, Guilherme Pereira. O fenômeno do bullying homofóbico nas instituições de ensino: o direito à igualdade sexual e o princípio da dignidade da pessoa humana. **Revista Ibero-Americana de Estudos em Educação**, [S.l.], p. 1489-1506, jan. 2016. ISSN 1982-5587. Disponível em: <<https://periodicos.fclar.unesp.br/iberoamericana/article/view/8333>>. Acesso em: 27 nov. 2018. doi:<https://doi.org/10.21723/riaee.v10i6.8333>.

ROSARIO, Ana Cristina; CANDEIAS, Adelinda; MELO, Madalena. Violência entre pares na adolescência: Um estudo com estudantes no início e no final do 3.º ciclo do ensino básico.

MACHISMO E HOMOFOBIA: ANÁLISE DE PRÁTICAS SEXISTAS NO AMBIENTE ESCOLAR DO ESTADO DO CEARÁ

Homero Henrique de Souza
Jarles Lopes de Medeiros

Resumo: Este trabalho pretende traçar um perfil das diferentes formas de preconceito e discriminação que estudantes dos cursos técnicos ofertados nas Escolas Estaduais Profissionalizantes de Ensino Médio vinculadas à Secretaria da Educação do Ceará (Seduc) sofrem em função de suas sexualidades vinculadas aos cursos nos quais estão matriculados. O objetivo é analisar as diferentes formas de preconceito de gênero e/ou por orientação sexual sofridas por estudantes conforme o curso que frequentam. De posse dos quantitativos de alunas e alunos matriculados por curso/escola/Crede/Sefor, foram elaborados gráficos e analisados os perfis curso a curso. Em seguida, foram aplicados questionários a um grupo de estudantes afim de se diagnosticar as formas de preconceito que os mesmos sofrem, partindo do pressuposto que há práticas machistas/sexistas contra as meninas que estudam em áreas profissionais ditas masculinas e práticas homofóbicas contra os meninos que estudam em áreas profissionais ditas femininas. Buscou-se referenciais teóricos em Daniel Borrillo (2009), Guacira Louro (2010), Rogério Diniz Junqueira (2009), dentre outros autores do campo dos Estudos de Gênero para fundamentar as análises. A motivação para esse artigo partiu dos depoimentos recebidos nas atividades formativas realizadas com estudantes pela equipe de Educação, Gênero e Sexualidade da Seduc. Partiu da hipótese inicial de que as meninas costumam ser subjulgadas e submetidas a situações que naturalizam piadas e brincadeiras machistas e/ou homofóbicas quando tal grupo ocupa espaços em cursos predominantemente masculinos, ao mesmo tempo em que meninos têm suas orientações sexuais postas em questionamento quando presentes em cursos predominantemente femininos. Os resultados apontaram para um cenário escolar pautado por práticas discriminatórias de exclusão e segregação social. Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Sexismo, Homofobia, Educação Profissional.

Introdução

A escola é um espaço de aprendizagem, uma instituição essencial na vida de toda e qualquer pessoa, pois a busca por conhecimento contribui para o crescimento do indivíduo não somente em seus aspectos cognitivos, mas incide, também, em suas concepções de mundo, valores humanos e atitudes de cidadania. A diversidade, em todas as suas nuances, está presente no cotidiano escolar, sobretudo a diversidade de gênero e a sexualidade.

No espaço escolar é possível perceber, a partir da convivência de diferentes sujeitos, tais como crianças, jovens meninos e meninas, adultos homens e mulheres, inúmeras situações que expressam essa diversidade: na troca de apelidos, na prática dos esportes, na formação dos grupos, nos interesses afetivos, no uso dos banheiros e vestiários, nas formas de tratamento entre seus sujeitos, na preocupação constante com a sensualidade dos adolescentes, nos constrangimentos machistas e homofóbicos praticados, na indiferença às diversas formas de violência envolvendo a sexualidade.

A sexualidade e suas ramificações inerentes à forma de ser dos sujeitos estão presentes o tempo todo na escola. Dessa forma, para Louro (2010), a sexualidade manifestada na escola transita na conversa das alunas e dos alunos, na porta dos banheiros, nos grafites e pichações produzidas pelos jovens, nas piadas e brincadeiras, na linguagem gestual e atitudinal de todas e todos aqueles que vivem o cotidiano escolar.

Durante nove anos de regência (2004-2013) em sala de aula, vivenciei, cotidianamente, inúmeras situações conflituosas envolvendo as questões de gênero e sexualidade dentro da instituição escolar. Enquanto professor, sentia-me profundamente incomodado com esse quadro generalizado de violência, situação essa que me motivou a desenvolver estudos acerca do tema, como é o exemplo deste artigo. No espaço escolar, o modelo hegemônico de masculinidade é reforçado, sendo a violência a principal forma de expressão (JUNQUEIRA, 2009).

Desde o ano de 2015, desenvolvo um trabalho de formação de professores e gestores e atendimento às escolas com estudantes da rede pública estadual de ensino pela Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc). Tenho recebido relatos e percebido práticas discriminatórias entre estudantes pautadas em concepções machistas, contra estudantes do sexo feminino, e homofóbicas, contra estudantes do sexo masculino, principalmente.

Esta pesquisa apresenta um recorte sistematizado de algumas atividades realizadas no trabalho enquanto professor formador da Secretaria de Educação. Diz respeito às atividades de rodas de conversa realizadas pela equipe de Educação, Gênero e Sexualidade da Coordenadoria de Desenvolvimento da Escola e da Aprendizagem (Codea Diversidade e Inclusão Educacional), coordenadoria esta integrante da estrutura organizacional da Seduc no período de 2015 a 2018 com estudantes de algumas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP). O objetivo é analisar as diferentes formas de preconceito de gênero e/ou por orientação sexual sofrido por estudantes conforme o curso que frequentam.

A relevância da análise se dá em função das consequências prejudiciais ao processo de ensino e aprendizagem que estudantes inseridos em ambientes onde as diversas formas de preconceito e discriminação são naturalizadas, sofrem. De acordo com Junqueira (2009), as práticas machistas e homofóbicas não discutidas e/ou invisibilizadas no cotidiano escolar, comprometem a inclusão e a qualidade do ensino, o que incide na relação docente-estudante. Dessa forma, a evasão e o abandono escolar acabam sendo uma das resultantes do desinteresse cultivado entre os alunos e as alunas e do reflexo de tudo isso na aprendizagem.

Percursos metodológicos

A metodologia utilizada para realização da pesquisa foi fundamentada numa abordagem qualitativa e quantitativa, uma vez que estamos lidando com seres humanos, portanto, de acordo com Minayo (1994), os objetivos são imensuráveis. O trabalho foi desenvolvido em três momentos: inicialmente, ancorado no procedimento metodológico teórico-bibliográfico, foram realizadas discussões conceituais acerca dos temas relacionados às relações de gênero e diversidade sexual, o que nos permitiu uma compreensão mais ampla da problemática. Para tanto, o trabalho se fundamentou em autores como: Drumont (1980), Junqueira (2009) e Louro (2010), dentre outros.

Na etapa seguinte, foi realizado, primeiramente, um levantamento de dados das matrículas dos estudantes em escolas profissionalizantes da rede estadual de ensino. A coleta se deu junto à Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação (Coave) da Seduc. De posse desses dados, foram tabulados e ordenados os 10 cursos com maior percentual de estudantes do sexo masculino e os 15 cursos com maior percentual de estudantes do sexo feminino.

Em seguida, foi elaborado um questionário com perguntas abertas e fechadas (disponível em ANEXO) que fora aplicado com estudantes de 10 diferentes cursos profissionalizantes sendo 05 deles “cursos femininos”, ou seja, predominantemente composto por estudantes do sexo feminino e outros 05 “cursos masculinos”, onde a presença de estudantes do sexo masculino é maior.

As perguntas apresentadas no questionários tiveram o objetivo de confirmar ou não a hipótese inicial de que as meninas costumam ser subjugadas e/ou submetidas a situações que naturalizam piadas e brincadeiras machistas e/ou homofóbicas quando tal grupo ocupa espaços em cursos predominantemente masculinos, ao mesmo tempo em que meninos têm suas orientações sexuais postas em questionamento quando presentes em cursos predominantemente femininos. Após as entrevistas, durante a pesquisa de campo, momento em que foram coletados os dados, realizou-se a análise dos resultados.

A pesquisa foi desenvolvida em 06 diferentes Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), localizadas na Região Metropolitana da cidade de Fortaleza. O critério de escolha por essas escolas, além da proximidade geográfica com a minha residência e local de trabalho, foi o fato da equipe de Educação, Gênero e Sexualidade da Seduc ter desenvolvido atividades formativas em seus espaços durante os anos de 2015-2018.

A Rede Estadual de Ensino do Ceará oferece 52 cursos técnicos nas Escolas Estaduais de Educação Profissional, agrupados em 12 Eixos Tecnológicos. Com base nos dados coletados junto à Coave/Seduc, são 52.045 estudantes matriculados nas EEEPs cearenses no ano de 2018. Desse total, têm-se 29.665 estudantes do sexo feminino (57%) e 22.380 estudantes do sexo masculino (43%). A tabela abaixo indica a distribuição dessas matrículas por sexo e curso. Destacou-se de vermelho os 15 cursos com predominância feminina acima de 70% das matrículas. Em verde, estão listados os 10 cursos onde há uma predominância das matrículas de meninos variando entre 60% a 75% dos estudantes. Os demais cursos não constam na tabela por não terem sido alvo da pesquisa realizada.

Matrículas de educação profissional na rede estadual por curso e sexo – 2018

CURSO (*)	HOMENS	(%)	MULHERES	(%)	TOTAL
TÉCNICO EM ESTÉTICA	26	04	580	96	606
TÉCNICO EM PRODUÇÃO DE MODA	23	12	163	88	186
TÉCNICO EM VESTUÁRIO	18	15	106	85	124
TÉCNICO EM MASSOTERAPIA	75	16	406	84	481
TÉCNICO EM NUTRIÇÃO	103	18	465	82	568
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	1179	20	4747	80	5926
TÉCNICO EM SAÚDE BUCAL	45	20	177	80	222
TÉCNICO EM TRADUÇÃO E INTERPRETAÇÃO DE LIBRAS	12	21	46	79	58
TÉCNICO EM SECRETARIADO	90	23	299	77	389
TÉCNICO EM BIOTECNOLOGIA	31	23	102	77	133
TÉCNICO EM EVENTOS	97	27	269	73	366
TÉCNICO EM MODELAGEM DO VESTUÁRIO	26	27	71	73	97
TÉCNICO EM GUIA DE TURISMO	160	29	389	71	549
TÉCNICO EM PAISAGISMO	60	29	150	71	210
TÉCNICO EM HOSPEDAGEM	237	30	556	70	793
TÉCNICO EM AGRIMENSURA	130	60	88	40	218
TÉCNICO EM INFORMÁTICA	4970	61	3181	39	8151
TÉCNICO EM REDES DE COMPUTADORES	2388	61	1503	39	3891
TÉCNICO EM MECÂNICA	417	66	211	34	628
TÉCNICO EM FABRICAÇÃO MECÂNICA	166	66	84	34	250
TÉCNICO EM AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL	134	66	70	34	204
TÉCNICO EM ELETROTÉCNICA	1063	68	498	32	1561
TÉCNICO EM TÊXTIL	134	70	57	30	191
TÉCNICO EM MANUTENÇÃO AUTOMOTIVA	195	72	74	28	269
TÉCNICO EM ELETROMECCÂNICA	629	75	209	25	838

Fonte: Coordenadoria de Avaliação e Acompanhamento da Educação (Coave/Seduc) (*) Em NEGRITO estão os cursos nos quais foram aplicados os questionários!

Os questionários da pesquisa foram aplicados para 107 meninos e 127 meninas, totalizando 234 estudantes dos cursos de estética, massoterapia, enfermagem, guia de turismo e hospedagem (cursos majoritariamente femininos) além de eletromecânica, eletrotécnica,

automação industrial, redes de computadores e informática (cursos majoritariamente masculinos). A participação de todas e todos os sujeitos foi voluntária e conforme o inciso IV.3, item E da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde¹ o sigilo e a privacidade dos entrevistados(as) e das instituições educacionais são garantidas em todas as fases da pesquisa, ou seja, os dados coletados divulgados a seguir não identificarão os nomes de pessoas e instituições participantes.

Políticas públicas educacionais

No ano de 2009, a pesquisa sobre *Preconceito e Discriminação no Ambiente Escolar* elaborada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Anísio Teixeira (INEP) em parceria com o Ministério da Educação (MEC) e com a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE, 2009), relacionou os índices de homofobia, sexismo, racismo e outras formas de discriminação ao desempenho dos estudantes na *Prova Brasil*². Percebeu-se que escolas com altos índices de preconceito e discriminação tiveram um desempenho pior na avaliação.

Em 2015, a pesquisa *#meninapodetudo – machismo e violência contra a mulher na juventude*³, realizada pela Agência de Comunicação Enóis, com garotas entre 14 e 24 anos, apontou que 39% já sofreram algum tipo de preconceito na escola por serem mulheres e, em muitos casos, os professores são os próprios responsáveis pelas situações de discriminação, quando tecem comentários sexistas ou constrangem suas alunas.

O machismo, dentro e fora do ambiente escolar, amedronta e afeta o desenvolvimento das alunas. Ainda de acordo com os dados divulgados pela Agência Enóis, 84% das jovens entrevistadas já sofreram assédio sexual verbal feito por homens, enquanto 90% já deixaram de realizar alguma atividade com medo da violência e 77% das garotas consideram que o machismo afeta o seu desenvolvimento, pois ao longo de suas vidas escutam que não podem realizar certas atividades, adotar determinados comportamentos e que há áreas profissionais “masculinas” “inadequadas” para uma mulher.

Estudos acadêmicos, dentre os quais os citados a seguir, indicam que a violação dos direitos humanos no que se refere à diversidade de gêneros e orientações sexuais é uma prática, infelizmente, comum nas unidades escolares. A *Pesquisa Nacional de Saúde do Escolar – PeNSE 2015* (IBGE, 2016) apontou que 47% dos estudantes entrevistados já sofreram algum tipo de discriminação sistemática (*bullying*). As

1 Disponível em: < http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/saudelegis/cns/2013/res0466_12_12_2012.html>. Acesso em: Nov/2018.

2 A Prova Brasil é uma avaliação para diagnóstico, em larga escala, desenvolvida pelo INEP/MEC com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino oferecido pelo sistema educacional brasileiro a partir de testes padronizados e questionários socioeconômicos. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/prova-brasil>. Acesso em Nov/2018.

3 Disponível em: < <https://enoisconteudo.com.br/2015/09/15/meninapodetudo/>>. Acesso em: Out/2018.

formas mais comuns são o de aparência, o *bullying* de gênero referente às masculinidades e feminilidades de meninos e meninas e o *bullying* homofóbico. Em outra pesquisa, *Juventudes Na Escola, Sentidos e Buscas: Por Que Frequentam?* (ABRAMOVAY, 2015), com 8.283 estudantes na faixa de 15 a 29 anos aproximadamente 20% dos alunos e alunas pesquisados afirmaram rejeitar colegas de classe transexuais, travestis e homossexuais.

Na *Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional Brasileiro 2016* realizada pela Secretaria de Educação da Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – ABGLT (ABGLT, 2016) com 1.016 estudantes entre 13 e 21 anos, 60% afirmaram que se sentiam inseguros/as na escola por causa de sua orientação sexual. Essa mesma pesquisa ressalta que os/as estudantes LGBT têm duas vezes mais probabilidade de faltar à escola por sofrerem níveis mais elevados de agressão relacionada à sua orientação sexual (58,9% comparados com 23,7% entre os/as que sofrem menos agressão) ou expressão de gênero (51,9% comparados com 25,5%).

Os indicadores citados, portanto, evidenciam que as práticas machistas e homofóbicas afetam o desenvolvimento humano desses estudantes perpetuando e cristalizando a não aceitação de todas e todos aqueles que estão fora de supostos padrões sociais de comportamento, de lugares a serem ocupados, de anseios de vida e de conquistas profissionais.

Relações de gênero e práticas sexistas

Neste estudo irei me apropriar dos conceitos de gênero conforme a nota técnica nº 24/2015⁴ da Coordenação Geral de Direitos Humanos ligada a Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania integrante da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão vinculada ao Ministério da Educação (CGDH/DPEDHUC/SECADI/MEC). Porém, cabe ressaltar, que há múltiplas formas de concepção do masculino e do feminino.

De acordo com este documento, o conceito de gênero “[...] diz respeito à construção social de práticas, representações e identidades que posicionam os sujeitos a partir de uma relação entre masculinidade e feminilidade”. Tal conceito é essencial para perceber a importância histórica, social, política e cultural das multiplicidades subjetivas de homens e mulheres no que se refere às concepções do que é ser masculino e do que é ser feminino, quais os comportamentos esperados, os lugares a serem ocupados e os papéis a serem desenvolvidos dentro de uma norma.

As relações entre os sujeitos em uma sociedade patriarcal como a nossa é permeada por violência guiada por uma concepção machista. Assim, Drumont (1980) define o machismo como:

[...] um sistema de representações-dominância que utiliza o argumento do sexo, mistificando assim as relações entre os homens e as mulheres, reduzindo-os a sexos

4 Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em: Nov/2018.

hierarquizados, divididos em polo dominante e polo dominado, que se confirmam mutuamente numa situação de objetos (p. 81).

As práticas machistas, frutos da sociedade patriarcal que naturaliza o homem em um patamar de comando e superioridade em relação à mulher, estão entranhadas nas concepções sociais há vários séculos, passando gerações. Apesar dos avanços e conquistas das mulheres em seus direitos, o machismo permanece presente nas relações econômicas e políticas, nos dogmas religiosos, na linguagem, nos núcleos familiares e dentro das escolas.

Dos 234 estudantes entrevistados, 64% já sofreram algum tipo de preconceito/discriminação na escola relacionando seus gêneros e/ou sexualidades com os cursos que estudam. Essas práticas afetam principalmente as meninas (66%), mas também os meninos (60%). Durante a pesquisa, foram propostas cinco diferentes situações de preconceito/discriminação: piadas e brincadeiras, xingamentos e ofensas, violência física, insinuações com relação à orientação sexual e dúvidas quanto à capacidade intelectual relacionadas ao fato de ser menina ou menino em relação ao curso que estuda.

Os entrevistados podiam marcar mais de uma situação vivenciada. As respostas dadas e o perfil dos estudantes entrevistados me levaram a traçar quatro agrupamentos de análise: meninas em cursos ditos “masculinos”, meninos em cursos ditos “femininos”, meninas em cursos “femininos” e meninos em cursos “masculinos”. Esses dois últimos agrupamentos que não estavam elencados nas hipóteses iniciais serão analisados no próximo tópico.

É importante destacar que a compreensão social em torno das características do feminino e do masculino, muitas vezes, é pautada numa compreensão patriarcal do que é ser homem e do que é ser mulher. Assim, quando falo em “cursos femininos e cursos masculinos”, estou partindo da compreensão histórico-cultural de como a sociedade compreende certas profissões. Nesse sentido, Neri (2005) aponta que o feminino, historicamente, tem se relacionado às profissões de cuidados, afetivas e restritas ao lar. Já o masculino, relaciona-se ao público, à força física, à robustez. São compreensões que vem se modificando, sobretudo a partir da década de 1970, embora ainda há uma herança muito forte em nossa época.

Nos cursos em que as meninas são minoria, ou seja, cursos ditos masculinos porque a presença dos meninos é maior, 68% das meninas que já sofreram alguma forma de preconceito/discriminação passaram por piadas e brincadeiras com relação a sua sexualidade:

“Por eu ser menina, a maioria das pessoas pensam que o curso ideal é enfermagem ou hospedagem” [estudante do 1º ano de Informática].

“Por ser garota, sempre vem piadas dizendo que lugar de garota é em outro curso, não em eletromecânica” [estudante do 1º ano de Eletromecânica].

A segunda situação mais relatada pelas entrevistadas se refere às dúvidas quanto a sua capacidade intelectual (58%) evidenciadas nesses depoimentos:

“Não fui contratada na empresa de estágio porque sou mulher. Após esse episódio, o concedente admitiu que fui boa, mas que não fui contratada porque sou mulher. Já deixei de ser chamada para fazer um projeto difícil também. Somente homens foram chamados. Muitas pessoas acham que estou cursando enfermagem por ser mulher” [estudante do 3º ano de Informática].

“Professores “brincam” dizendo que os meninos são melhores, mais inteligentes” [estudante do 3º ano de Redes de Computadores].

Nos cursos onde os meninos são minoria, ou seja, cursos ditos femininos porque a presença das meninas é maior, do total de meninos vítimas de preconceito/discriminação, 96% já passaram por piadas e brincadeiras com contextos sexuais ou evidenciando situações de menosprezo aos seus cursos:

“Em um jogo o cara leva uma bolada nas partes íntimas, aí as pessoas falam: faz uma massagem aqui” [estudante do 3º ano de Massoterapia].

“Falaram que meu curso só ia nos ensinar a fazer coisas de mulheres como lavar banheiro, arrumar quarto e cama” [estudante do 1º ano de Hospedagem].

Comparando-se com as meninas, as dúvidas com relação a capacidade intelectual dos meninos relacionadas ao curso que estudam são menores (27%), mas também chama a atenção os seguintes depoimentos:

“Disseram que meninas se encaixam melhor no curso” [estudante de 3º ano de Enfermagem]

“Dizem que sou inteligente demais para seguir na hotelaria, sendo na verdade um curso muito complexo e que eu gosto” [estudante do 2º ano de Hospedagem].

Importante destacar que 46% das meninas entrevistadas apontam que esse cenário de hostilidade também pode afetar a definição das carreiras profissionais.

“Por conta do preconceito e machismo, muitas meninas que acabam se identificando e gostando do curso, no final acabam tendo medo do que pode vir no mercado de trabalho e desistem de seguir na área” [estudante do 1º ano de eletrotécnica].

Constatou-se que 65% dos estudantes entrevistados (as) já presenciaram esses mesmos episódios segregadores com outros colegas. As situações envolvendo ofensas com a orientação sexual, desvalorização do curso em função da maior presença feminina e insinuações quanto às expressões feminina/masculina dos colegas foram frequentemente descritas.

“Já presenciei vários episódios. Ainda que brincadeiras, é visível o desconforto de quem é tratado assim. São bem presentes nos cursos predominantemente masculinos, preconceito social, homofobia e desvalorização feminina” [estudante do 2º ano de eletrotécnica].

Embora não fosse o foco inicial da pesquisa, a atividade em campo revelou situações que me levaram a analisar outros dois agrupamentos: meninas em cursos “femininos” e meninos em cursos “masculinos”. No primeiro agrupamento, 68% das meninas entrevistadas afirmaram já terem sofrido preconceitos/discriminações na escola (destas, 68% citaram as piadas/brincadeiras e 36% dúvidas quanto a sua capacidade intelectual). Nesse agrupamento, foram relatadas vivências com conotações de práticas sexuais e desqualificação das áreas profissionais.

“Duvidam da minha capacidade, por julgar meu curso o mais fácil e ser predominantemente de mulheres” [estudante do 2º ano de Estética].

“Vai fazer o serviço completo?”, “E depois da massagem, tem o que?” [estudantes do 1º ano de Massoterapia].

“Muitas vezes eu sofro piadas/brincadeiras por alunos (as) de outros cursos que não conhecem muito os assuntos do curso que eu estudo, pelo fato de acharem que seremos faxineiros, zeladores, arrumadores de cama, discriminando até outras profissões” [estudante do 2º ano de Hospedagem].

No último agrupamento, envolvendo meninos matriculados em cursos majoritariamente masculinos, as situações de discriminação/preconceito enumeradas na pesquisa foram assinaladas por apenas 34% dos entrevistados. Desse percentual, 69% narram particularmente casos que evidenciam sentimentos de competitividade entre os colegas demonstradas através de expressões ofensivas.

“Já me disseram que não deveria cursar informática pois sou burro” [estudante do 2º ano de Informática].

“Por não ser um dos melhores, já fui chamado de burro e retardado” [estudante do 1º ano de Eletrotécnica].

As meninas inseridas nos “cursos masculinos” e os meninos inseridos nos “cursos femininos” quebram alguns preconceitos, como o de que há profissões nas quais elas e eles não conseguem desempenhar funções por inferioridade física ou intelectual. Entretanto o rompimento com padrões normativos de gênero que destacam delicadeza e futilidades no universo feminino e raciocínio lógico e praticidade no universo masculino por exemplo, mostram-se bastante desafiadores para o dia-a-dia escolar.

Diversidade sexual e homofobia na escola

Em relação à Diversidade Sexual, nota técnica nº 24/2015⁵ da Coordenação Geral de Direitos Humanos se utiliza da expressão *orientação sexual* para se referir à diversidade sexual. O conceito de orientação sexual diz respeito a como cada sujeito vivencia suas relações sexuais e afetivas. A diversidade sexual em si se relaciona às infinitas formas de vivência e expressão da sexualidade. Assim como o machismo, a homofobia também é fruto de uma concepção patriarcal de gênero e sexualidade, gerando violência e preconceito contra àqueles que escapam ao padrão heterossexual.

A homofobia, de acordo com Borrillo (2009), é uma atitude de hostilidade, rejeição irracional, ódio manifestada de forma arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. É praticada não apenas contra os sujeitos homossexuais, mas contra todas e todos aqueles que se desviam de um padrão heteronormativo de feminilidades e masculinidades. No caso da pesquisa realizada para o presente estudo, a homofobia foi explícita contra meninos que estão em cursos predominantemente femininos, tais como enfermagem e hospedagem. O mesmo ocorreu contra as meninas que estão presentes em cursos predominantemente masculinos, tais como eletromecânica e redes de computadores.

Ainda de acordo com o autor, a homofobia é um fenômeno complexo, variado, percebida em piadas vulgares que ridicularizam o indivíduo efeminado, expressa por meio de injúrias e insultos cotidianos também nos discursos de professores e permeando debates públicos (BORRILLO, 2009).

Sobre o tema, a pesquisa apontou que 17% das alunas entrevistadas descreveram situações onde houveram insinuações com relação as suas orientações sexuais e/ou feminilidade por estarem em cursos “masculinos”:

“Muitos acham que sou bi ou lésbica por conta do curso” [estudante do 3º ano de Automação industrial].

“Falam que quando eu terminar o curso, eu vou ficar máscula, vou ficar parecendo um homem” [estudante do 1º ano de Eletromecânica].

Já 49% dos entrevistados que já sofreram alguma situação de preconceito/discriminação relataram insinuações com relação a sua orientação sexual:

“No começo do primeiro ano muitos meninos pensaram que eu era da informática e perguntavam se eu era gay” [estudante do 2º ano de Turismo].

“Falam que eu gosto do mesmo sexo por causa do curso que faço” [estudante do 2º ano de Enfermagem].

5 Disponível em: < <http://www.spm.gov.br/assuntos/conselho/nota-tecnica-no-24-conceito-genero-no-pne-mec.pdf>>. Acesso em: Nov/2018.

As consequências dessas situações, foram apresentadas, de acordo com Junqueira (2009), como decorrências do preconceito/discriminação de natureza homofóbica e/ou machista: prejuízos na relação entre estudante e professor (a), desinteresse pela escola, dificuldade na aprendizagem, possibilidade de abandono escolar, afetação na definição das carreiras profissionais, desumanização e promoção de insegurança e isolamento e, por fim, geração e alimentação de outras formas de preconceito e discriminação. Os entrevistados e entrevistadas poderiam marcar mais de uma consequência de acordo com seus entendimentos. Assim, 55% dos meninos e 50% das meninas, respectivamente, afirmam que os preconceitos e discriminações de natureza homofóbica e/ou machista geram e alimentam outras formas de preconceito e discriminação. Para 48% dos meninos e 51% das meninas, essas práticas também desumanizam e promovem insegurança e isolamento. O desinteresse pela escola foi apontado como uma decorrência por 44% dos meninos e 40% das meninas.

“Quando fui submetido ao comentário feito pelo professor eu me senti desmotivado e quis abandonar o curso. Até hoje sofro comentários de alunos dentro da instituição de ensino” [estudante do 3º ano de Enfermagem].

“Isso prejudica e muito a saúde mental como aconteceu comigo já que um dos motivos da minha depressão e ansiedade foram coisas como essas insinuações com a minha sexualidade” [estudante do 2º ano de Redes].

“Como a escola é o ambiente onde se passa a maior parte do tempo, é normal o aluno não querer está num ambiente onde se sente hostilizado ou/e ridicularizado” [estudante do 1º ano de Informática].

Essa aversão a tudo o que remete ao feminino quando como parte integrante do universo masculino e sua associação direta a uma orientação sexual homoafetiva também posta num patamar de inferioridade por “fugir da norma” socialmente esperada gera prejuízos comportamentais, cognitivos e psicológicos a todas e todos aqueles que sofrem e/ou praticam essas atitudes discriminadoras. De acordo com Nardi e Pocahy (2005, p.818), “rígidos papéis de gênero contribuem com a homofobia”, pois são construídos dentro de uma estrutura social patriarcal machista e associados a performances e expectativas de gênero que se impõem na escola (BORGES & MEYER, 2008)

Considerações finais

A pesquisa revela que as práticas machistas, sexistas e homofóbicas são cotidianas no universo escolar da rede estadual de ensino profissional do Ceará. Embora cometida entre os próprios estudantes, a pesquisa também aponta os professores como sujeitos praticantes dos episódios preconceituosos e discriminatórios além de familiares, amigos e vizinhos de bairro, pessoas do campo de estágio, funcionários (as) da escola, pais/mães de outros estudantes e gestores da escola.

Essas práticas são fruto de concepções culturais que impõem padrões (ou pelo menos tenta impor) de comportamento para meninas e meninos e espaços que elas e eles devem e/ou podem ocupar. Todas e todos aqueles que ousam romper esses “padrões” pré-estabelecidos costumam ter suas expressões de gênero (feminilidade/masculinidade), suas capacidades intelectuais, suas orientações sexuais (hetero/homo/bissexualidade) postas em dúvida.

A naturalização, indiferença e/ou silenciamento dessas situações geram um ambiente hostil aonde a formação desses estudantes enquanto indivíduos críticos, cidadãos atuantes, futuros acadêmicos e profissionais fica bastante comprometida.

A escola por si só não modifica o imaginário e as representações coletivas negativas que se constroem acerca daqueles que transgridam as normatividades de gênero e sexualidade, mas ela ocupa um lugar de destaque para a superação do preconceito, fazendo uso de um trabalho sistemático e crítico na formação de valores de cada aluno (a).

A escola como ambiente sócio-cultural identitário e bastante heterogêneo, demanda que seus profissionais se apropriem dos conteúdos específicos relacionados às questões de gênero e sexualidade. Esses profissionais precisam trabalhar com os educandos o tema da diversidade em suas variadas nuances de forma politizada, valorizadora e fundamentada fugindo de posturas empíricas e unilaterais que instiguem e/ou reforcem preconceitos e estereótipos.

Referências

ABGLT, Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais. **Pesquisa Nacional sobre o Ambiente Educacional no Brasil 2015**: as experiências de adolescentes e jovens lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais em nossos ambientes educacionais. Curitiba: ABGLT, 2016. Disponível em: < <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>>. Acesso em: Out/2018.

ABRAMOVAY, Miriam. **Juventudes na escola, sentidos e buscas**: Por que frequentam? Miriam Abramovay, Mary Garcia Castro, Júlio Jacobo Waiselfisz. Brasília – DF: Flacso, OEI, MEC, 2015. Disponível em: < http://flacso.org.br/files/2015/11/LIVROWEB_Juventudes-na-escola-sentidos-e-buscas.pdf>. Acesso em: Out/2018.

BORGES, Z. N., & MEYER, D. E. **Limites e possibilidades de uma ação educativa na redução da vulnerabilidade à violência e à homofobia**. Avaliação e Políticas Públicas em Educação, 16 (58), 59-76, 2008.

BORRILLO, Daniel. A Homofobia. In: **Homofobia e educação: um desafio ao silêncio**. Tatiana Lionço; Débora Diniz (orgs.). Brasília: LetrasLivres/Ed.UnB, 2009.

DRUMONT, Mary Pimentel. **Elementos para uma análise do machismo**. Perspectivas. São Paulo, 3: 81-85, 1980.

FIPE, Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. **Pesquisa sobre preconceito e discriminação no ambiente escolar**. Ministério da Educação, 2009. Disponível em: < http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diversidade_apresentacao.pdf>. Acesso em: Out/2018.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional de saúde do escolar**: 2015/IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv97870.pdf>>. Acesso em: Out/2018.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org.) **Diversidade Sexual na Educação**: problematizações sobre a homofobia nas escolas. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009

LOURO, Guacira Lopes. **Pedagogias da Sexualidade**. In O corpo Educado: pedagogias da sexualidade. Guacira Lopes Louro. 3 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2010

MYNAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 11ª edição. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

NARDI, H. C.; POCAHY, F. **LGTB youth and issues in South America**. In: SEARS, J. T. (Org.). Youth, education and sexualities: na international encyclopedia. Westport: Greenwood Press, 2005. v. 2

NERI, Regina. **A psicanálise o feminino**: um horizonte da modernidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

ANEXO

Em cumprimento a estratégia 3.13 da meta 3 do Plano Estadual de Educação do Ceará (Lei nº 16.025/16) e a meta 9 para a área temática da Educação do Plano Estadual de enfrentamento à LGBTFOBIA (Decreto nº 32.188/17) segue um **questionário** sobre *Práticas preconceituosas nos ambientes escolares*. De acordo com o inciso IV.3, item E da Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde é garantida o sigilo e a privacidade quanto ao nome do entrevistado (a) e da instituição educacional a qual pertence durante todas as fases da pesquisa, ou seja, os dados coletados quando divulgados não identificarão os nomes de pessoas e instituições participantes.

NOME DA ESCOLA: _____

CURSO: _____

SÉRIE: _____ **SEXO BIOLÓGICO:** () Feminino () Masculino – **IDADE:** ____

– Porque você escolheu esse curso profissionalizante para estudar? Pretende seguir nessa área profissional para uma futura formação superior (Ensino superior)?

Segundo dados do censo 2018 da rede pública estadual de ensino do Ceará, dos cursos profissionalizantes ofertados nas Escolas Estaduais de Educação Profissional (EEEP), ESTÉTICA, MASSOTERAPIA, ENFERMAGEM, TURISMO e HOSPEDAGEM são cinco dos quinze cursos aonde mais de 70% dos estudantes matriculados (as) são meninas. Por outro lado, ELETROMECCÂNICA, ELETROTÉCNICA, AUTOMAÇÃO INDUSTRIAL, REDES DE COMPUTADORES e INFORMÁTICA são cinco dos dez cursos aonde mais de 60% dos estudantes matriculados (as) são meninos. Diante desses dados pergunta-se:

– Você já sofreu algum tipo de preconceito/discriminação por ser menina presente num curso predominantemente masculino, por ser menino num curso predominantemente feminino ou mesmo por ser você num curso onde a maioria das pessoas são do seu mesmo sexo? Em caso afirmativo, qual foi o tipo de preconceito/discriminação: **(PARA ESSA PERGUNTA É POSSÍVEL MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO)**

() Piada/brincadeira. Especifique: _____ () Xingamento/ofensa. Especifique: _____

- () Violência física. Especifique: _____ () Insinuação com relação a sua orientação sexual e/ou sua feminilidade/masculinidade.

Especifique: _____

() Dúvida quanto a sua capacidade intelectual relacionando o fato de ser menina ou menino com o curso que estuda. Especifique: _____

– Ainda sobre as situações citadas na questão 2, de quem você já sofreu algum preconceito/discriminação dentro do ambiente escolar? **(PARA ESSA PERGUNTA É POSSÍVEL MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO).**

- () Gestor (a) – diretor (a) ou coordenador (a) () Professor (a) () Outro estudante () Funcionário (a)
 () Pai/mãe de algum estudante
 () Outra pessoa. Especifique: _____

4 – Caso já tenha sofrido alguma das situações descritas na questão 2, em que aspecto você acha que situações como essas podem interferir? **(PARA ESSA PERGUNTA É POSSÍVEL MARCAR MAIS DE UMA OPÇÃO):**

- () prejudica na relação entre estudante e professor (a) quando essas situações são provocadas pelo docente
 () produz desinteresse pela escola () dificulta a aprendizagem
 () pode levar ao abandono escolar
 () afeta a definição das carreiras profissionais
 () desumaniza e promove insegurança e isolamento
 () gera e alimenta outras formas de preconceito e discriminação.

COMENTE SUA(S) RESPOSTA(S)

– Você já presenciou algumas dessas situações descritas nas questões anteriores com outros colegas? Comente como foi:

– Existe alguma situação envolvendo preconceito/discriminação que não foi comentado até aqui mas que você gostaria de relatar?

GRATO PELA SUA DISPONIBILIDADE E PARTICIPAÇÃO!

PRÁTICAS PRECONCEITUOSAS E DISCRIMINATÓRIAS DESENVOLVIDAS CONTRA ALUNXS LGBTIS NO COTIDIANO DO COLÉGIO ESTADUAL WALTER ORLANDINI

Renan Corrêa¹
Carlo Jagger Bettini²

Resumo: Este trabalho de pesquisa foi desenvolvida em um Colégio da Rede Estadual de Educação do Rio de Janeiro, no município de São Gonçalo. Baseia-se em uma abordagem qualitativa, o referencial teórico-metodológico é a Pesquisa Nos/Dos/Com os Cotidianos (Alves 2002). Para a análise dos dados e leitura das narrativas dos sujeitos foi utilizado o Paradigma Indiciário de Carlo Ginzburg (1989). Observou-se que xs alunxs LGBTIS, sofrem práticas discriminatórias na escola. Atualmente a direção escolar está mais receptiva em relação ao desenvolvimento da pesquisa, pois neste ano receberam a primeira aluna transgênera. Como conclusão levantamos como pista que a maior receptividade está relacionada ao desconhecimento da direção em relação à temática da transgeneridade e a complexidade que a envolve.

Palavras-chave: Homofobia; Lesbofobia; Práticas

1 Graduando – UERJ-FFP,
E-mail: naner_rj@hotmail.com;

2 Graduando – UERJ-FFP,
E-mail: jager.carlo@gmail.com

ANÁLISE DA HOMOFOBIA A PARTIR DO FILME MOONLIGHT

Jose Antônio Sepulveda¹

Marco Antônio Xavier²

Daniel Lima³

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a experiência fílmica de Moonlight. No estabelecer desse discurso fílmico, o roteiro de “Moonlight” se desenvolve em torno de Chiron que é um menino negro e pobre que se tornou muito calado face às inúmeras situações de desconforto que viveu com seus colegas de escola. O início do filme não apresenta explicitamente questões sobre a sexualidade de Chiron, até porque uma criança não tem sua identidade sexual definida. À medida que a personagem principal entra na adolescência o filme vai evidenciando práticas homofóbicas ocorridas na escola. É sobre a homofobia que este trabalho se debruça

Palavras-chave: Homofobia; Moonlight; Experiência Fílmica

1 Professor –UFF.

E-mail: jamsepulveda3@hotmail.com;

2 Pesquisador/Ativista –UERJ.

E-mail: marcogomes.xavier@gmail.com;

3 Estudante Pós-Graduação – UERJ.

E-mail: sgo.danielc@gmail.com

“IDEOLOGIA DE GÊNERO” E O CURRÍCULO: O QUE XS ALUNXS DE UMA ESCOLA ESTADUAL NO MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA/RJ PENSAM-VIVENCIAM SOBRE ISSO

Júlio Cezar Pereira Araújo¹
Fernando Altair Pocahy²

Resumo: A insígnia “ideologia de gênero”, proferida em alarde por grupos fundamentalistas, tem como uma de suas principais frentes a tentativa de eliminação de componentes curriculares alusivos à diversidade sexual e de gênero. Atentos à multiplicidade de sujeitos envolvidos nas disputas sobre currículo, buscamos investigar o que alguns estudantes do ensino médio de um município do interior do Rio de Janeiro pensam-vivenciam sobre esses temas. Para a produção dos dados recorremos a produção de pequenos grupos focais a partir dessas interlocuções. Balizamos nossas análises nos estudos pós-críticos em educação, especialmente a partir de articulações ético-epistemológicas que consideram o currículo como prática de significação, marcado pela agonística da produção de um “ideal de humano”. Os resultados parciais do estudo apontam para movimentos de fixação dos sentidos do conhecimento (dito) escolar e, simultaneamente, para as contra-condutas de sujeitos que tensionam e/ou des(a)firmam tais práticas. Nossas in/conclusões são reforçadas pela aposta (pós-)crítica no campo de currículo: este artefato é uma criação e se se produz em disputas cotidianas; portanto, melhor dizer, neste sentido: os currículos são praticados e qualquer tentativa de limite/regulação encontra(rá) a sua(s) resistência(s).

Palavras-chave: Diversidade sexual; Gênero; Ideologia; Escola; Educação.

1 Mestrando em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (ProPEd/UERJ). Bolsista CNPq.
E-mail: juliocezar.p.araujo@gmail.com.

2 Doutor em Educação (UFRGS), Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: pocahy@uol.com.br

“TU QUE VAIS ALFABETIZAR ESSAS CRIANÇAS?”: PROFESSORES HOMENS E AS DISCRIMINAÇÕES FRENTE AO ATO DE ENSINAR.

Júlio Cezar Pereira Araújo¹
Fernando Altair Pocahy²

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo problematizar algumas das representações normativas e discriminatórias que afetam homens atuantes na docência. Para isso, a partir de miradas pós-críticas em educação, lançamos uma pergunta-geradora para 27 educadores espalhados pelo Brasil, através de redes de amizades e contatos online sobre essas representações: você já foi discriminado por atuar nos anos iniciais do ensino fundamental e como isso aconteceu? A partir da aplicação e análise de um questionário online, contendo perguntas abertas e fechadas, foi possível perceber que 81,5% destes professores já foram discriminados por atuarem nos anos iniciais e que, entre outras evidências, constatamos frequentes práticas de julgamento moral na direção destes homens diretamente relacionadas a questionamentos sobre suas sexualidades e outros aspectos da vida. Os interlocutores informam ainda práticas de exclusão cotidianas, como serem preteridos em processos seletivos e ocupação de cargos diferentes da função, quando selecionados. Os resultados em análises parciais ainda apontam para correlações de força que excluem e, de outra parte, modos de atuar resistentes em resposta à heteronormatividade e à homofobia.

Palavras-chave: Docência; Discriminação; Heteronormatividade; Homofobia; Professores.

1 Mestrando em Educação pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro. (ProPEd/UERJ). Bolsista CNPq.
E-mail: juliocezar.p.araujo@gmail.com

2 Doutor em Educação (UFRGS), Professor do Programa de Pós- Graduação em Educação da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: pocahy@uol.com.br.

DEBATENDO GÊNERO NO ESPAÇO ESCOLAR: UM DIÁLOGO ABERTO COM PROFESSORES

João Paulo Ferraz¹
Luciana de Abreu Nascimento²

Resumo: Apesar da retirada do debate de gênero proposto no Plano Nacional de Educação 2014/24, o tema está presente na sociedade, cabendo indagar se a escola está respaldada e preparada para tratar essas questões. Para responder essa pergunta, realizamos Rodas de Conversa com docentes sobre o tema, nas quais notamos que esses repetem ideias de violência e dominação masculina naturalizada em nossa sociedade, muitas vezes representada e reforçada por estereótipos que podem inibir as diversas possibilidades que a criança possui. Na voz dos docentes, esse discurso tradicional se mescla com elementos de contestação de padrões estabelecidos, sendo preciso insistir em espaços de debate que contribuam para ruptura de paradigmas e construções sociais excludentes.

Palavras-chaves: Educação, Espaço escolar, Gênero.

Abstract: Despite the withdrawal of the gender debate proposed in the National Education Plan 2014/24, the theme is present in society, and it is necessary to ask whether the school is supported and prepared to address these issues. To answer this question, we conducted Conversation Circles with teachers about the subject, in which we note that they repeat ideas of violence and male domination naturalized in our society, often represented and reinforced by stereotypes that can inhibit the various possibilities that the child possesses. In the teachers' voice, this traditional discourse is mixed with elements of contestation of established patterns, turning it necessary to insist on spaces of debate that contribute to rupture of paradigms and excluding social constructions.

Keywords: Education, School space, Gender.

1 Discente em Geografia – IFSULDEMINAS Campus Poços de Caldas.
E-mail: jpferraz.geo15@gmail.com

2 Docente do curso de Geografia – IFSULDEMINAS Campus Poços de Caldas.
E-mail: luciana.nascimento@ifsuldeminas.edu.br

Introdução

Visando à construção de uma nova perspectiva pautada na desconstrução da hierarquização sexual e de gênero dominante, acreditamos que espaços de formação e debate devem ser promovidos em instituições sociais, sendo a escola uma das mais férteis possibilidades para tanto.

Para contribuir com esse processo, discutimos padrões sociais, articulando novos sentidos às concepções do que é ser masculino e feminino, para a partir dessa reflexão teórica, compreender de que forma papéis de gênero são (re)produzidos no espaço escolar. Nesse processo questionamos: as/os docentes estão preparadas/os para promover o debate? Mesmo que não se constituam espaços específicos para discussão, quais são as concepções que eles/as têm sobre gênero? Há respaldo legal para promoção do debate sobre gênero na escola?

Para responder essas questões, oportunizamos discussões sobre gênero entre docentes em encontros que cumpriram a dupla função de nos trazer dados para analisar os significados e sentidos sobre gênero em circulação no espaço escolar e de incentivar uma formação que vise à igualdade baseando-se nos direitos de liberdade e respeito às diferenças.

Por que debater gênero na escola?

Com os avanços no campo do discurso e das políticas públicas, compreendemos a educação como condição básica do indivíduo para acesso ao trabalho, cidadania e cultura. Frente às transformações sociais, essa missão envolve abordar questões de gênero para potencializar a “promoção de uma cultura de igualdade, de respeito [e] de valorização da pluralidade” (FÉLIX, 2015, p. 226). Isso porque a sociedade se transformou e a escola deve acompanhar essas mudanças para favorecer o aprendizado dos alunos, proporcionando um ambiente agradável, para que possam se desenvolver e contribuindo para que sejam cidadãos participativos na sociedade em que vivem (COSTA, sem data).

Para tanto, ainda que a Base Nacional Comum Curricular (2017) e o Plano Nacional de Educação (2014/2024) suprimam as discussões de gênero e diversidade sexual, contradizendo as orientações previstas em outras normativas para a educação, as/os docentes podem se respaldar em legislações específicas que os permitem, e mesmo incentivam, a propor o debate do tema em sala de aula.

Como exemplo, a Nota Técnica nº24/2015 (BRASIL, 2015), reitera a necessidade de abordar gênero e diversidade sexual na escola, propondo que tais conceitos ajudam a compreender desigualdades entre homens e mulheres e colaboram na luta contra a discriminação e violência. De forma similar, a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) ressalta a importância de debater essa questão como mecanismo de prevenção à violência contra a mulher, com ênfase na promoção do respeito à dignidade humana. Segundo essa lei, é necessário que nos currículos escolares sejam inseridos “conteúdos relativos aos direitos humanos, à equidade de gênero e de raça ou etnia e ao problema da violência doméstica e

familiar contra a mulher” (BRASIL, 2006, art 8º, IX), havendo, portanto, respaldo para que a escola promova atividades educativas e o debate sobre gênero.

Materiais e métodos

Este trabalho é um estudo de caso exploratório (YIN, 2001) sobre concepções sobre gênero em elaboração por docentes. Para coleta dos dados, realizamos três Rodas de Conversa, entendidas como sessões coletivas de conversas dirigidas entre docentes e pesquisador a fim de capturar as concepções em seu processo dialógico de construção (VÓVIO, 2007). As Rodas ocorreram em uma Escola Municipal de Ensino Fundamental de Poços de Caldas nas quais as/os participantes puderam discorrer sobre assuntos previamente selecionados em função dos objetivos traçados para pesquisa. Nessas sessões, abordamos os temas por meio de artigos, filmes e propagandas que serviram de disparadores para o debate sobre o papel do social e do biológico na construção da identidade de gênero. Participaram das Rodas 09 professoras e 01 professor.

Cada Roda foi gravada e transcrita para caracterização das concepções de gênero. Para preservar a identidade das/os docentes, os nomes utilizados são fictícios. A seguir apresentamos dois encontros.

Reconstruindo sentidos em rodas de conversa

A primeira Roda, “Gênero & Publicidade”, ocorreu em julho de 2017, com duração de 50 minutos, quando as/os docentes tiveram seu primeiro contato com a discussão proposta para esse projeto de pesquisa.

O objetivo para o primeiro contato, era conhecer a concepção de gênero que as/os docentes possuem e que estão em circulação no espaço escolar. Para isso, realizamos uma dinâmica em que elas/es elencaram características de feminilidade e masculinidade, como transcrito abaixo.

Quadro 1: Características definidas pelas/os docentes sobre feminilidade e masculinidade

Feminilidade		Masculinidade	
Arrogante	Perfeccionista	Autoritário	Mandão
Arrumada	Romântica	Azul	Provedor
Emotiva	Rosa	Desorganizado	Racional
Frágil	Sentimental	Garanhão	Relaxado
Fresca	Submissa	Machista	Superior

Durante a dinâmica, as/o participantes questionaram algumas das características, revelando um emaranhado de sentidos próprio das concepções socialmente construídas, pois essas expressam as contradições e discursos conflitantes na sociedade. Destacamos o incômodo, por parte das professoras, em relação à “fragilidade” que é posta como característica da mulher. Ao serem indagadas se toda

mulher é frágil, respondem que não, colocando-se como exemplos de mulheres fortes. Gabriela relatou *“não é uma fragilidade de ser, se resgatarmos a história de nossas vidas, as nossas mães e nossas avós eram muito mais frágeis que nós hoje, pois nós temos que ir à luta”* enfatizando que a sociedade passou por uma transformação. Sobre essa constatação, Scott (2010) ressalta que as mulheres não, somente, viveram diferentes possibilidades de ser mulher, como as próprias definições do que seja ser mulher são diferentes em cada momento histórico. Os papéis a elas atribuídos partem de uma construção social que não permanece igual.

O debate ocorreu também quando indagamos sobre as cores citadas como representação do feminino e do masculino. Em resposta à problematização, Patrícia relatou que essa separação é comum nos brinquedos e que isso é um problema enfrentado no cotidiano escolar, pois muitos pais não aceitam que seus filhos brinquem com brinquedos ditos femininos e masculinos. Essa proibição, conforme Butler (2016), pode impedir as diversas possibilidades que a criança possui e que estão acessíveis a elas, reduzindo-as unicamente a expressão biológica.

Em seguida, apresentamos o vídeo *“Kit para meninas”* (2013)³, uma campanha que incentiva meninas a criar máquinas e a resolver problemas, desmistificando estereótipos comuns à publicidade que associa a menina à passividade ou a um mundo de princesas. Sobre o vídeo, Laura relatou sua experiência de ser repreendida por seus pais na infância, ao brincar com brinquedos e participar de brincadeiras consideradas de meninos, afirmando que isso ainda se reproduz.

Patrícia traz, também, a dificuldade da escola em lidar com essas situações afirmando que um membro de sua família fora chamado para uma reunião escolar, pois sua filha não se interessava por brinquedos *“femininos”*. Conforme Costa (2005, p. 125), esses conflitos acontecem quando as crianças apresentam características que fogem do *“padrão”* de masculinidade e feminilidade, ditado pela sociedade

Certos pais entram em pânico quando pegam o filho inocentemente brincando com uma boneca. Ficam desesperados quando o garoto começa a apresentar trejeitos *“femininos”* e nem por um minuto param para pensar que a criança pode estar apenas imitando um personagem da TV ou experimentando como é ser do gênero oposto ao seu.

Muitas das ideias trazidas durante a Roda representam o que Machado (2004) aponta como sentidos socialmente construídos sobre a masculinidade sustentados no controle dos desejos e vontades da mulher, naturalizando a violência e a dominação masculina. Como exemplo disso, temos o masculino associado ao provedor, superior e mandão que pode ser relacionada ao que Machado identifica como o papel de *“homem honrado”* que sustenta a família, que disciplina, que é a lei. Complementarmente, o homem garanhão, nos remete a outro papel do masculino, o de *“bicho danado”* que não se submete à lei, que é malandro e incapaz de domesticar sua virilidade, estando sujeito a seus impulsos.

3 Disponível em: <<https://youtu.be/ILGyVa5Xftw>>. Acesso em: 21 jun. 2017

Machado (2004) ressalta a importância de questionarmos valores produzidos e definidos para o masculino e o feminino, e que reforçam a heteronormatividade e se consolidam no senso comum, excluindo atributos que nos permitem compreender as transformações e a transversalidades entre os gêneros. Esse questionamento é possível, pois, como explica a autora, nossa ideia sobre o masculino e feminino, aparentemente natural, é uma construção simbólica pautada no desafio da honra e na disputa entre homens e no controle das mulheres, característicos do patriarcado que se estabeleceu no processo civilizatório ocidental, sendo, uma construção social, que percorreu caminhos distintos em outras matrizes culturais e que pode, portanto, ser revista.

Se considerarmos, contudo, a escola como instituição de excelência para essa empreitada estariam essas/es docentes aptas/os para promover o debate e contestar o que é socialmente posto?

Seguindo no esforço de responder essa questão, realizamos a segunda Roda, “Boneca na mochila”, em outubro de 2017, com a presença de 06 professoras e duração de 55 minutos, para o debate do documentário⁴ de mesmo nome, produzido pela ECOS - Estudos e Comunicação em Sexualidade. O filme discute a sexualidade na infância e a maneira como as expectativas de gênero influenciam ritos escolares, por meio de uma cena em que um aluno é flagrado com uma boneca na mochila.

Iniciando o debate, a Sônia diz que se recordou de situações vividas em outra escola em que trabalha, quando as crianças brincam de casinha e os meninos são proibidos de brincar. Patrícia contra argumentou que transformações já ocorreram na geração atual e as distinções entre os brinquedos quase não acontecem mais.

Questionados como agiriam em uma situação parecida, Patrícia disse que agiria de maneira natural, dizendo *“nossa que linda, é sua filha?”*, e ressaltou que o brincar de boneca representa o cuidado com o outro não devendo ser tido como errado. Renata menciona que já se deparou com essa situação em sala, mas não entrevistou e que a turma encarou com naturalidade o colega brincando com boneca. Para ela, foi mais um momento comum em sala em que seus alunos compreendiam que todos podiam brincar com tudo, em um ambiente livre.

Em um mundo de “faz de contas” a criança vive diferentes possibilidades de ser, desenvolvendo atitudes em relação ao papel que está desempenhando. Para Costa (2005, p. 48), “esse é o momento em que a criança ‘viaja’ com seus brinquedos, que finge ser o herói da TV ou personagem de sua própria criação, com a consciência de que tudo isso é fantasia, é de brincadeira”, podendo fazer da boneca, por exemplo, um soldado, um zumbi ou até mesmo um dinossauro, como menciona Sônia, enfatizando que quem cria significados para os brinquedos, são as crianças. O papel do “faz de contas”, nesse sentido, também contribui para formação da identidade, pois permite vivenciar diferentes papéis e assim compreender as relações sociais.

4 Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=xGRTa7BPWy4&t=3s>>. Acesso em: 16 jul. 2017.

Considerações finais

Nas rodas, percebemos que as concepções de gênero em circulação na escola, remetem a valores heteronormativos e patriarcais socialmente construídos, mas já se confundem com as novas formas de se pensar gênero e sexualidade. Assim, ainda que as/os docentes reforcem estereótipos e papéis ditos femininos/masculinos, compreendem que as questões de gênero ultrapassam a linha de significados intencionalmente comunicados e se encontram na linha dos sentidos, das relações que se criam e permeiam o socialmente vivido.

A partir de nossa análise, entendendo que a temática de gênero faz parte da formação humana e vendo a escola como local privilegiado para tanto, podemos dizer que as/os docentes têm elementos para contestar padrões pré-estabelecidos, mas esses se misturam com discursos tradicionais, sendo preciso insistir em espaços de formação, mas também de debate no contexto da sala de aula rompendo com paradigmas e construções sociais excludentes.

Referências

BRASIL. **Lei Maria da Penha**. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher. Presidência da República, 2006.

_____. **Plano Nacional de Educação 2014-2024**: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014; Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2014.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Diretoria de Políticas de Educação em Direitos Humanos e Cidadania. Coordenação Geral de Direitos Humanos. **Nota técnica n 24 de 17 de agosto de 2015**, Brasília: CGDH, SECADI, MEC, 2015.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: MEC, 2017.

BUTLER, J. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

COSTA, R. P. **Os onze sexos**: as múltiplas faces da sexualidade humana. 4 ed. São Paulo: Kondo Editora, 2005.

COSTA, V. L. P. **Função Social da Escola**. Sem data. Disponível em: <http://www.dreearaguaina.com.br/projetos/funcao_social_escola.pdf>. Acesso em: 16 jul. 2017.

FÉLIX, J. Gênero e formação docente: reflexões de uma professora. **Espaço do Currículo**, João Pessoa, v. 8, n. 2, p.223-231, 2015.

MACHADO, L. Z. Masculinidades e violências: gênero e mal-estar na sociedade contemporânea. In: SCHPUN, M.R. **Masculinidades**. São Paulo: Boitempo Editorial; Santa Cruz do Sul, Edunisc, 2004.

SCOTT, J. W. Gender: still a useful category of analysis?. **Diogenes**, Sage: Los Angeles, p.7- 14, 2010.

VÓVIO, C. L. **Entre discursos**: sentidos, práticas e identidades leitoras de alfabetizadores de jovens e adultos. 2007. 287 f. Tese (Doutorado em Linguística aplicada) - Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2007.

YIN, R.. **Estudo de caso**: planejamento e métodos. 2. ed. Porto Alegre: Bookman, 2001.

DESCONSTRUÇÃO E RECONSTRUÇÃO: AS DIVERSAS PRODUÇÕES COTIDIANAS DE PROFESSOR DA EDUCAÇÃO INFANTIL PARA TRABALHAR AS QUESTÕES DE GÊNERO, SEXO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Luiz Otavio Luz¹
Renan Correa²

Resumo: Compreendendo a escola como um espaço de convivência e de trocas de experiências que possibilita a socialização e apreensão de novas aprendizagens, onde as questões de gêneros, sexo e sexualidades estão presentes a todo o momento, a pesquisa que segue, tenta compreender, a partir dos discursos de uma professora da educação infantil, de fé protestante, de uma escola da Baixada Fluminense - Rio de Janeiro, quais são os mecanismos cotidianos de professores e professoras para lidar com seus conhecimentos e desconhecimentos, quando estas temáticas surgem em sala de aula. Nas suas falas expressam que necessitam se reconstruir como professoras, pois suas práticas, que constroem seus saberes, que não partem somente de sua formação acadêmica, mas que compreende toda sua vida e construções que se deram a partir de suas experiências no campo cultural familiar e religioso. Sobre a questão da produção de saberes que se tecem nos múltiplos espaços/tempos da prática docente, Tardif (2011, p.54) esclarece que é nesta própria prática docente desenvolvida pelo profissional, que produz um saber plural, formado de diversos saberes provenientes das instituições de formação, da formação profissional, dos currículos e da prática cotidiana e desta forma, podemos compreender que diante sua formação múltipla, o professor, quando deseja, necessita se reconstruir como pessoa a partir de suas crenças e profissional para lidar com questões estantes as suas produções de saber. O que podemos compreender até então é que estes professores e professoras se sentem limitados sobre suas próprias perspectivas, vivenciam uma dualidade funcional que em muitos casos desrespeitam as singularidades dos alunos. Ou seja, o que se percebe quando essas questões aparecem na prática cotidiana do professor em sala de aula, estes se aterm a informações apoiadas meramente no dispositivo da fisiologia do aparelho reprodutor numa perspectiva da ciência e conhecimento, mesmo

1 Mestre em Educação pela UERJ, Professor da Educação Básica do Município de Mesquita – RJ, Pesquisador do GESDI UERJ.
E-mail: luizotavioluz@hotmail.com

2 Graduando em Pedagogia FFP/UERJ, Pesquisador do GESDI/UERJ.
E-mail: naner_rj@hotmail.com

que apenas prévio, do corpo, deixando de lado outras questões que poderiam ser abordadas, mas que são deixadas de lado por medo de como este trabalho pode ser verificado por terceiros, despreparo em lidar com as questões ou ainda limitados a algo referente, como exposto, às suas crenças. A partir desta constatação, podemos levantar o questionamento de que muitos professores e professoras, principalmente do Ensino Básico, não estão confortáveis dentro de sua formação pessoal e profissional para lidar com tais questões e isso é verificado a partir da fala da professora aqui apresentada. É necessário compreender que a sexualidade está presente no espaço escolar, pois está nos corpos de todos os sujeitos que a habitam (LOURO, 1997), assim como é importante perceber que esse espaço, para além de uma ideia tradicionalista da educação onde os objetivos da instituição escolar estão voltados para a transmissão de conteúdos, também pode ser entendido como um local onde existem outras construções, como a dos sujeitos. Contudo, segundo Rodrigues (2011) quando a sexualidade infantil se expressa no espaço público, como a escola, pode tornar-se objeto de punição, controle, correção e disciplinarização dos corpos. Assim, as crianças desde cedo, através de um discurso baseado na moral cristã que aloca o sexo como pecaminoso, numa via apenas de reprodução, são, através dos discursos morais, chamadas, muitas vezes, a ocupar um lugar fixo e determinante no enquadramento de sua sexualidade. Tal ponto traduz a necessidade de cada dia mais problematizarmos nos espaços escolares, tendo em vista a sexualidade como parte integrante e constituinte dos sujeitos, independentemente de seu contexto social ou nível de aprendizagem, num conteúdo de trabalho sobre sexualidade. Entendo que se reconstruir ou ainda refazer suas próprias verdades e cultura é algo muito difícil. Por mais que haja uma vontade iminente, o profissional da educação necessita de suporte para desenvolver e reelaborar tais questões que fogem de seu alcance pessoal, da vida privada e cultural, mas que se expressa e valora todo o tempo no seu espaço de trabalho. Para tanto, apresenta-se uma proposta não só de intervenção, mas capacitação através de curso de formação continuada que discuta entre estes professores questões referentes a gênero, sexo e sexualidades no espaço escolar.

Palavras-chave: Educação Infantil; Gênero e sexualidade; Formação continuada de professores.

A EDUCAÇÃO NÃO-FORMAL COMO RESISTÊNCIA LGBTQIS

Fábio Pinheiro Ramos de Souza¹

Há um crescente embate entre setores conservadores e a presença LGBTQIS nos espaços, teoricamente democráticos, da educação formal brasileira. Após tentativas de inserção de uma política de combate a homofobia nas escolas públicas, houve em resposta, massivas manifestações de cunho político e social de setores conservadores. No ano de 2011 o veto que ganhou repercussão nacional foi o projeto chamado “Escola sem Homofobia”. Intitulado de “Kit Gay”, termo apelativo amplamente repercutido, com o discurso de que haveria uma tentativa de se ensinar a homossexualidade a crianças e adolescentes por meio da escola. O pacote promovido pelo Ministério da Educação e financiado pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) custou aos cofres públicos cerca de 1,9 milhão e que não chegou às escolas por pressão de setores conservadores, como a intitulada Bancada Religiosa. Com pretensão de congelamento do projeto, rapidamente, através dos meios de comunicação, o termo “ideologia de gênero” foi se tornando cada vez mais usual para pregar o que denominavam de “sexualização infantil” ou “educação homossexual”. Popularmente conhecido como “Kit gay”, o projeto de conscientização a homofobia passou a ser criminalizado e impedido de chegar às escolas. As derrotas sucessivas no campo jurídico- político nacional deixaram claro que existe um movimento conservador articulado em que a escola conservadora, e os princípios cristãos, serão prioritariamente defendidos. Em tempos de retrocessos, e ataques a democratização das ideias, o movimento LGBTQIS vem se articulando em ocupar espaços de educação conhecidos como não-formais. A presença em museus mundo a fora, passa a ser também realidade no cenário nacional, tendo como objetivo o armazenamento da memória e valorização da cultura LGBTQIS. A existência de locais como esse, promovem a legitimidade e a conservação da história, como ocorreu no processo de reconstrução do passado LGBTQIS, nos pós perseguição da Alemanha nazista á homossexuais, em seu crescimento, na II Guerra Mundial. Em conjunto, o declínio de muitos artistas homossexuais após a epidemia de AIDS/HIV fez com que muitas obras fossem abandonadas e os pintores desvalorizados. Além dos museus, a presença em teatros, filmes, novelas, televisão, centros culturais e mídias sociais são cada vez mais frequentes e atuantes como forma de luta e resistência. A atual articulação dos canais independentes de conteúdo também passou a integrar e a disseminar informações de valorização identitária, saúde, cultura e cidadania. Ainda em um campo mais conservador, a televisão também vem se mostrando mais aberta ao debate e a conversa com as diversidades de gêneros e sexualidades. O fazer-se pensar em uma educação transformadora, que supere os

¹ Graduado – UERJ. Professor - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: pinheirof54@gmail.com

limites dos muros escolares, passa a ser um instrumento de diálogo e resistência para com os embates políticos do atual cenário nacional. Para a estruturação desse trabalho foram utilizados como metodologia a pesquisa bibliográfica, pesquisa documental nos registros do MEC além de fontes presentes na mídia jornalística brasileira (em meios digitais). Assim, ocorreu a averiguação de que a construção de novos campos para o debate é a arma de resistência que grupos LGBTQIS veem utilizando-se para fazer-se presente. Assim, a educação, e seus formatos, entendidos como cruciais para a mudança de uma sociedade, passa a ser objeto de disputa entre setores distintos e antagônicos da sociedade brasileira e vista como forma de (re) existência por grupos progressistas LGBTQIS.

MÃO NA MASSA: OFICINAS DE GÊNERO E SEXUALIDADE EM ESCOLAS

István de Oliveira Bacsa¹

Resumo: Este trabalho analisa o campo realizado pela equipe do Pibid de Psicologia/Uerj, que consistiu em oficinas sobre gênero e sexualidade em escola municipal do Rio de Janeiro. A oficina privilegia o diálogo, permitindo a produção de saberes. Assegurar que as vozes dos/as estudantes, silenciadas cotidianamente pela escola e por seus diversos atravessamentos, sejam ouvidas é central neste trabalho. A análise foi feita a partir da teoria queer. O olhar queer sobre o campo, como atitude epistemológica, mira justamente no “estranhamento” como metodologia de análise. O que daí emerge é tanto a valorização de formas de vivenciar gênero e sexualidade, quanto a possibilidade de indagar as relações de poder que permitem a constituição destes saberes.

Palavras-chave: Psicologia Social, Gênero, Sexualidade, Escola, Interseccionalidade.

¹ Graduando – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: istbacsa@gmail.com

Introdução

A entrada na escola foi mediada pelo programa da Capes, Pibid – Programa de Iniciação à Docência, composta por uma professora coordenadora e, à época, cinco integrantes estudantes de Psicologia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), além de uma professora da própria escola, da disciplina de Biologia. As oficinas eram das mais diversas, de confecção de pênis e vagina com massinhas, à atuação de marcações sociais distribuídas em tarjetas, passando pela discussão de filmes e casos fictícios. Após alguns muitos encontros semanais com turmas variadas, este trabalho surge com a expectativa de buscar quais retornos estaríamos levando àquelas/es estudantes. Entendendo o trabalho como altamente subjetivo, aceitando que seus desdobramentos não poderiam (nem gostaríamos que o fosse) ser mensurados em termos de resultado, este trabalho surge da possibilidade de vislumbrar nas oficinas uma metodologia capaz de dar espaço, em sala de aula, a assuntos caros às/aos estudantes e que cotidianamente são negados e silenciados pela escola. Assim, pensar a metodologia do nosso trabalho e a maneira como esta desencadeia uma série de discussões importantes sobre o corpo e desejo, permite-nos antes mesmo de buscar um resultado, legitimar e valorizar diversos saberes produzidos em sala de aula.

Importante alertar para a pertinência de se pensar nossas ferramentas pedagógicas - suas potencialidades e desafios -, em um cenário atual cada vez mais restritivo e criminalizante no que diz respeito às discussões de gênero e sexualidade no currículo escolar e na prática docente.

A metodologia escolhida para percorrer esta análise é a teoria *queer*. Assumida, tal qual argumenta Louro (2018), como uma atitude epistemológica, o olhar *queer* sobre os relatórios de campo “permite pensar as ambiguidades, a multiplicidade e a fluidez das identidades sexuais e de gênero” (LOURO, 2018, p. 44) e mira justamente no “estranhamento” como metodologia de análise. Situações descritas em relatório, cujas vivências tenham provocado na equipe incômodo, constrangimento, admiração, enfim, situações que saltam do texto diante de um olhar sensível ao estranhamento, são aqui privilegiadas para análise. Primeiro, por serem compreendidas como legítimas (sendo as oficinas comprometidas com a produção do conhecimento), ainda que “estranhas” do ponto de vista das estagiárias, com suas diferentes pertencas de lugares. Em segundo, porque diante destas situações, as questões que

“passariam a nos mobilizar seriam, fundamentalmente, aquelas que indagam como um saber se constitui e como um outro saber não se constitui (ou não consegue se constituir); como funcionam, nesse jogo de afirmações e de negações, as relações de poder” (LOURO, 2018, p. 66).

Discursos sobre a escola

Uma breve historicização dos discursos aliados à construção do debate sobre a educação, em especial à escola pública brasileira, se faz necessária. Isto porque muitos destes discursos ainda habitam os corredores e sala de aulas, seja na fala de atores distribuídos naquele espaço (professoras, estudantes,

técnicos, pais), seja na implementação de projetos e políticas direcionadas à Educação (Projeto Acelera, Proerd, com os quais nos deparamos no campo). Outra razão que torna importante uma primeira historicização desta “escola” são os enfrentamentos e dificuldades na execução das oficinas, em que pese o confronto permanente desses discursos com as nossas estratégias de trabalho. Negligenciá-los seria tapar os olhos aos contornos históricos que tornam a escola também um espaço de silenciamento e reprodução da norma, para além do seu caráter transformador.

Nesta tarefa, de extrema relevância é o levantamento histórico dos principais discursos e teorias que moldaram o campo da educação, principalmente a partir da década de 1920 no país, feito por Patto (2015). Marco na história da educação do país, os anos 20, segundo a autora, são fundamentais

menos pela ocorrência de mudanças qualitativas ou quantitativas dignas de nota no sistema educacional do que pela intensa movimentação intelectual em torno da questão do ensino que a caracterizou e que exerceu decisiva influência sobre os rumos da educação no país nas décadas subjacentes. (PATTO, 2015, p. 77)

Consagrado pela Proclamação da República no Brasil, o ideário liberalista chega ao país e povoa fortemente os debates políticos e intelectuais no início do século passado. Com ele, o discurso científico aposta nas “aptidões naturais” individuais como forte elemento de análise e proclama a diferenciação dos povos baseado na raça, conseqüentemente encarregando à esta a razão do baixo rendimento escolar das classes pobres.

Tão constitutivo do cenário atual da educação, estes discursos justificam falas tanto de alunas/os como do corpo docente da escola no sentido de afirmação da incapacidade intelectual dos discentes nos assuntos curriculares, bem como forte valorização da escola como espaço de superação da realidade social, percurso pelo qual somente através do esforço individual cada um/a seria capaz de percorrer.

Em uma das primeiras oficinas que realizamos com as turmas, intitulada “Desenho de Corpo”, que consiste em pedir que desenhem, em grupo de não mais que quatro pessoas, “o corpo de uma pessoa”, certa aluna, após muita resistência do grupo em iniciar a atividade, argumenta: “É que nós não sabemos desenhar”. Encorajada por nossa aposta na capacidade do grupo de realizar o desenho, a menina completa: “É que a gente tá com medo de fazer errado”, apesar das nossas investidas em dizer que naquele espaço não havia certo ou errado. Esta imagem aponta para duas dimensões constitutivas da escola. Por um lado, a sentença que eles/as fazem da própria inabilidade na realização das tarefas escolares, fruto de reiterados discursos liberais e racistas que valorizam determinadas “aptidões naturais” em detrimento de outras e que, em especial quanto à população negra - maioria absoluta no corpo discente da escola aqui analisada -, localizam unicamente no sujeito a razão tanto do sucesso quanto do fracasso escolar. Por outro lado, a fala desta aluna repara na desvalorização que de maneira geral a escola tradicional faz da produção criativa do conhecimento, colocando em seu lugar forte engajamento na transmissão do conteúdo, onde existe o caminho a seguir e outra a evitar.

Caberia ainda pensar outros discursos, em termos de Teoria da Carência Cultural ou dos psicologismos a que sofreu a escola, expostos por Patto (2015). Contudo, nos ateremos aqui a estas duas dimensões, liberal e racista, de estruturação do espaço escolar para pensar em que terreno se deu a entrada das oficinas e seus desdobramentos.

As oficinas

A oficina, enquanto metodologia do nosso trabalho, por privilegiar o diálogo, a experimentação e os significados afetivos atribuídos ao tema discutido (Afonso, 2015), pretende se situar na contramão da mera assimilação de conteúdo, comum nas práticas pedagógicas tradicionais. Pensamos que o conhecimento pode ser elaborado em sala de aula, a partir das vivências trazidas por cada estudante.

Assim, ao contrário da lógica escolar, que buscar anular completamente o corpo em sala de aula de modo que a experiência escolar seja mediada por inteiro pela mente, a proposta de trabalho das oficinas, ancorada na pedagogia feminista crítica, se alia à compreensão da indivisibilidade destas duas dimensões (hooks, 2017). Trazer o corpo para sala de aula é, em primeiro lugar, abrir espaço para que uma série de questionamentos e discussões sobre este próprio corpo possam ser travadas. Depois, o corpo resgata a dimensão daquilo que hooks (2017) chama de eros em sala de aula, o amor, a energia motivadora. Como aponta hooks (2017), essa seria a base epistemológica que “possibilita tanto professores quanto estudantes a usar tal energia no contexto da sala de aula de forma a revigorar a discussão e estimular a imaginação crítica.”

Na construção desse espaço de criação, as oficinas propõem a seguinte tarefa: convocam as/os estudantes a demarcarem a materialidade de seus corpos em sala de aula, através de atividades que estimulem a movimentação, a interpretação/atuação, a manuseio de objetos, a recuperação de memórias da própria experiência, dentre outros convites; e, provocadas/os pelas mediadoras, refletir sobre essa atividade, elaborando um saber específico daquele grupo, daquela experiência.

Assim, a participação nas oficinas, em ambiente escolar, sobre gênero e sexualidade, é um convite à descoberta. Não a descoberta de algo existente do lado de fora, aguardando ser capturado, mas descoberta do conhecimento como produção, localizada e própria do grupo. Donna Haraway (1995) sobre isto escreve: “A objetividade feminista trata da localização limitada e do conhecimento localizado, não da transcendência e da divisão entre sujeito e objeto. Desse modo podemos nos tornar responsáveis pelo que aprendemos a ver.”

O par “ação e reflexão”, que em Paulo Freire (2013) constitui a *práxis*, é a sustentação fundamental da metodologia utilizada nesses encontros escolares. Reflexão esta que, como lembra Afonso (2010), não é puramente racional “mas envolve os sujeitos de maneira integral, nas formas de pensar e agir”. Trata-se de uma produção corporificada, pois esta reflexão opera junto à ação. Vieira e Volquind (2002) destacam que as oficinas operam em três instâncias inseparáveis: o pensar, o sentir e o agir. E completam: “Toda oficina necessita promover a investigação, a ação, a reflexão” (Vieira e Volquind, 2002, p. 12).

Pensamos estarem essas três instâncias intimamente ligadas à potência de se promover discussões de gênero e sexualidade na escola através das oficinas, na medida que, inseparáveis, apontam novamente na capacidade tanto do corpo quanto da mente em pensar, sentir e agir.

Não à toa, se a oficina na escola pretende discutir gênero e sexualidade, a escolha desta metodologia não poderia ser mais apropriada, uma vez que, no tocante a este assunto, outras perspectivas de trabalho mais tradicionais correm sério risco de tutelar, palestrar e, desta forma, normatizar e silenciar.

Uma vez que o trabalho não está orientado no sentido de ensinar, mas, ao contrário, desafiar a lógica escolar e subverter a “educação bancária”, tal como pensa Freire, o espaço que emerge (recheado de falas tumultuadas ou de silêncio) é um caldeirão potente de novas formulações a respeito de gênero e sexualidade. Concepções e conceitos que nos colocam em um exercício de reflexões sobre nossas próprias compreensões e nos provocam, por acionarem diferentes afetos e pertencimentos.

Relato de caso

Durante a realização da já mencionada oficina “Desenho de Corpo”, em momento posterior à confecção dos desenhos, em que fazíamos, grupo a grupo, um debate sobre as produções, a escolha das cores, o tamanho dos corpos, a vestimenta (ou ausência desta) e debatíamos as reflexões que dali emergiam, aparece a seguinte cena descrita em Relatório de Campo:

O último a apresentar foi o menino que estava em dupla, e desenhou um boneco baseado em um mangá. O desenho ficou muito bem feito, e perguntamos se ele já desenhava antes. O menino negou. Elogiamos. O cabelo do boneco era típico de um desenho japonês, o abdômen também era sarado, assim como o corpo do boneco, que segundo o desenhista, tinha 15 anos. Uma resposta na apresentação desse desenho me surpreendeu. Quando questionado sobre seu desenho, o mesmo menino que ao início da atividade havia sido o único a tentar uma definição para “gênero”, disse que tinha representado um menino. Não satisfeito, István perguntou: “o que no seu desenho te faz pensar que é um menino? O que você representou no papel que te dá certeza quando você me diz “é um menino”? E para a nossa feliz surpresa – que esperávamos respostas como “o abdômen” ou até mesmo risos que revelassem estar se referindo ao pênis – ele respondeu: “ah, os olhos... A boca, talvez...”

Em certa medida, a cena diz por si mesma, da mesma forma como coloca Patto (2015) ao afirmar que “descrever já é interpretar”. Não obstante isto, merece destaque, em primeiro lugar, tratar-se de um desenho do estilo mangá, cujas principais características estão ligadas justamente ao formato dos olhos, sempre grandes e expressivos. O desenho apresentado pelo estudante, além de esbanjar um par de olhos grandes, trazia em riscos feito à lápis um corpo sem roupa, de boca bem pequena e cabelos curtos. Depois, é de se admirar a estranheza provocada na equipe da afirmação do aluno, aquilo que no relatório é reagido como uma “feliz surpresa”.

A fala feita pelo estudante impressiona por não apelar para a diferenciação sexual dos corpos na definição do gênero sobre o qual foi questionado. Sobre a categoria “é um menino”, remetendo a Butler, Louro (2014) propõe refletir sobre a naturalização do processo desencadeado pela lógica sexo-gênero-sexualidade, para a qual um sexo “dado”, binário, dará origem a uma identidade de gênero, que por sua vez admitirá uma única forma de desejo também determinada. A fala de Matheus rompe com essa lógica na diferenciação física dos gêneros ao atentar para os detalhes (boca e olhos), que a princípio não disparam essa cadeia de destinos dos corpos. Ao contrário disso, coloca a discussão no seio da cultura, e por destacar elementos aparentemente “neutros”, faz pensar em como o gênero está o tempo todo se transformando, a partir de modos de ser e estar no mundo, se produzindo, portanto, nas relações de poder (Louro, 2014).

Considerações finais

Concluimos pensando que o cenário está cada vez mais conservador. Mas o debate sobre gênero e sexualidade na escola continua urgente. Pensar a lógica das oficinas em termos de produção do conhecimento, direcionado no sentido da valorização desta experiência, coloca-nos na contramão de possíveis acusações de doutrinação, evidenciando que, embora se tente silenciar, o corpo está presente na escola e fala, sente e pensa. Daí a importância de pensarmos nossas próprias estratégias e práticas.

Referências

AFONSO, M. L. M. Oficinas em dinâmica de grupo: um método de intervenção psicossocial. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 54. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. Cadernos Pagu (5), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41.

HOOKS, bell. Ensinando a transgredir: a Educação como prática de liberdade. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2017.

LOURO, G. L. Gênero, sexualidade e educação: Uma perspectiva pós-estruturalista. 16. ed. Petrópolis: Voes, 2014.

LOURO, G. L. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

PATTO, M.H.S. A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia. 4 ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2015.

VIEIRA, E; VOLQUIND, L. Oficinas de ensino: O quê? Por quê? Como. 4ª Ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2002.

MULHERES E EDUCAÇÃO NO INÍCIO DO SÉCULO XX NA OBRA DA ESCRITORA JULIA LOPES DE ALMEIDA

Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa¹

Resumo: Julia Lopes de Almeida possui cerca de 40 obras editadas entre Portugal, Brasil e França, de 1886 até 1934. Foi citada como abolicionista e seus textos e conferências já traziam pensamentos sobre a mulher do seu tempo. É importante enfatizar que Julia consta da lista dos intelectuais que planejam a fundação da Academia Brasileira de Letras e, no entanto, não pode fazer parte da mesma por ser mulher, os valores patriarcais e os preconceitos que se tinha à época não permitiram que a escritora se tornasse membro fundador. A metodologia usada é o paradigma indiciário de Ginzburg, analisando a obra da autora, jornais e revistas da época e uma entrevista com um de seus netos. Na obra desta mulher encontramos indícios de um material rico sobre a educação para as mulheres no início do século XX. Desta forma, compreendemos que este estudo poderá trazer contribuições importantes para a História das Mulheres e dos estudos dos gêneros no Brasil.

Palavras chave: Gênero, Patriarcalismo, Literatura, História, Educação.

WOMEN AND EDUCATION AT THE BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY IN THE WORK OF WRITER JULIA LOPES DE ALMEIDA

Abstract: Julia Lopes de Almeida has about 40 works published between Portugal, Brazil and France, from 1886 to 1934. She was cited as an abolitionist and her texts and lectures already brought thoughts about the woman of her time. It is important to emphasize that Julia is included in the list of intellectuals who planned the foundation of the Brazilian Academy of Letters and yet can not be part of it because it is a woman, the patriarchal values and the prejudices that had at the time did not allow the writer become a founding member. The methodology used is Ginzburg's trait paradigm, analyzing the author's work, newspapers and periodicals, and an interview with one of her grandchildren. In this woman's work we find evidence of a rich material on education for women in the early twentieth century. In this way, we understand that this study may bring important contributions to the History of Women and studies of the genres in Brazil.

Keywords: Gender, Patriarchalism, Literature, History, Education

¹ Professora Língua Portuguesa FAETEC (Fundação de Apoio à escola Técnica).
Portuguese Language Teacher FAETEC (Foundation for Technical School)
E-mail: ehm.pessoa@gmail.com

Julia Valentina da Silveira Lopes nasceu a 24 de setembro de 1862, na então província do Rio de Janeiro, e faleceu a 30 de maio de 1934, na cidade do Rio de Janeiro. Filha de Valentim José Silveira Lopes, médico e professor e de Antônia Adelina Lopes, pianista, ambos lisboetas, que ao casar-se, conforme o acervo pessoal do seu neto Claudio Lopes de Almeida, passou a chamar-se Júlia Lopes de Almeida.

As criações literárias de Júlia receberam a influência do realismo e do naturalismo francês, principalmente os contos de Guy de Maupassant (1850 - 1893) e os romances de Émile Zola (1840 - 1902) (LOBO, p. 160). Sua obra alcançou muito sucesso em vida, no entanto, teve seu nome apagado após sua morte, caindo em total esquecimento. Hoje, graças às diversas pesquisas acadêmicas, isto está mudando. A romancista famosa nas primeiras décadas do século XX encontra-se excluída da história da literatura do Brasil. Segundo Fanini, em entrevista à Ferreira, *Jornal da USP* (2017): “Júlia Lopes de Almeida foi o primeiro e mais emblemático vazio institucional produzido pela barreira de gênero”.

A proposta deste trabalho é delimitar este estudo em três obras, por conceber, que tais textos concederão as condições para a abordagem das buscas sobre a educação para o feminino. Todavia, é necessário enfatizar que para podermos fazer a escolha das três obras foram feitas as leituras dos seguintes títulos de Julia Lopes de Almeida: “A Falência”, “Memórias de Marta”, “A Silveirinha”, “Eles e Elas”; “Viúva Simões”, “A família Medeiros”, “Pássaro tonto”, “Correio da Roça”, “A intrusa”, “Cruel Amor”, “Livro das Damas e das Donzelas”. Optamos por analisar as obras “A Falência”, “A Intrusa” e “Cruel Amor”, editadas entre 1901 e 1911.

“A Falência”

Em “A Falência”, 1901 (Lobo, p.160), Júlia Lopes de Almeida expõe o contexto histórico do Brasil do início do século XX. Os textos parecem ser construídos com base na vivência da autora, traduzida em seu romance com natureza e fluidez. O vocábulo “falência” parece referir-se aos tormentos políticos e econômicos pelos quais o país passava.

Chamou à atenção a linguagem simples com que a autora compôs “A Falência”. Tal simplicidade encontra-se permeada por vocábulos divinamente encaixados, num fazer literário bem elaborado, revelando um trabalho cuidadoso.

O português Teodoro, principal personagem masculino de A falência, chegou ao Brasil “com uma mão na frente e outra atrás”, com esforço, consegue enriquecer. Ao ver-se só, sente necessidade de formar família e anima-se ao pensar em deixar sua fortuna para filhos e revela: “Para que lhe serviria o que juntara, se o não compartilhasse com uma esposa dedicada e meia dúzia de filhos que lhe herdassem virtudes e haveres?”. Casa-se com Camila, moça pobre, cuja família estava prestes a se mudar para Sergipe. O casamento trouxe para a família da noiva, a solução para as dificuldades que passavam, segundo Mazza (2015), “o casamento era um ritual que a mão da filha passa para os cuidados do marido”, uma suposta mudança de poder masculino sobre o corpo e a vida da mulher.

Na narrativa a autora expõe a “necessidade” do casamento para a vida da mulher, visto como única solução para obter-se respeito e futuro digno. Logo na primeira visita de Argemiro a casa onde residia

Camila, a mãe da moça tenta de forma indireta, o tempo todo, referir-se a filha, na tentativa de mostrar seus dotes para o casamento: “E a mãe a falar com ar de sinceridade (...). A cada instante o nome de Camila saía-lhe da boca com um elogio...” (ALMEIDA, “s.d”, p. 16).

Segundo Pierre Bourdieu em “A dominação masculina”, a divisão social existente entre os sexos tem como origem um olhar que “adquire todo um reconhecimento de legitimação” (BOURDIEU, 2012, p. 17).

São palavras de Teodoro em visita ao Netuno, embarcação do Comandante Rino, diante de todos, inclusive de Camila, sua esposa:

- Minha senhora, eu sou da opinião de que a mulher nasceu para mãe de família. Crie os seus filhos, seja fiel ao seu marido, dirija bem a sua casa, e terá cumprido a sua missão. Este foi sempre o meu juízo, e não me dei mal com ele, não quis casar com mulher sabichona. É nas medíocres que se encontram as Esposas.” (ALMEIDA, “s.d”, p 72).

Em determinado momento da história, Francisco Teodoro, tendo os filhos já criados, acaba caindo na conversa de um especulador chamado Inocêncio e vai à falência participando de investimentos financeiros de alto risco. Desesperado, sentindo culpa e vergonha, Francisco Teodoro, comete suicídio. O suicídio veio a termo na presença de Camila, numa manhã marcante e elaborada pelo texto com detalhes. O Patriarca da família não suportaria ver-se em condições de assumir a escassez e precisar recomeçar depois de ter quase tudo que sonhou. O recomeço ficará para ser enfrentado pelos seus descendentes. Daí a importância do título “A falência”.

“A intrusa”

Mostrando o *modus vivendi* de uma família burguesa, no mesmo contexto histórico de “A falência”, Julia escreve “A intrusa” 1908 (Lobo, p.160). As personagens são Argemiro Claudio, advogado de sucesso residente num casarão do Cosme Velho, um criado negro, Glória, a filha do advogado, Dona Alice, governanta contratada para cuidar da casa do advogado viúvo e “orientar” a filha órfã de mãe, Padre Assunção e outros amigos frequentadores da casa.

Se em “A falência”, Camila se entristece ao ver sua filha Ruth dar aulas de violino, em “A intrusa”, Alice representa a força da educação para o feminino.

A admiração por Dona Alice aumenta a cada dia e na medida em que ficam evidentes as transformações de sua filha. Certa vez, ao encontrar um livro em inglês com o nome da governanta na capa exclamou: “A minha Governanta lê inglês!” Passou a “apreciar a alma” daquela mulher que só havia visto uma vez na vida.

Alice é mostrada como a mulher perfeita, educada conforme os padrões burgueses. Em “A intrusa”, nota-se, como exemplo, que a educação salvou a governanta da miséria. A mesma educação que Argemiro queria para Glória: para a família e para o casamento, o mesmo casamento que no final, em cerimônia discreta, une Argemiro à sua Governanta Alice Galba.

“Cruel Amor”

Romance narrado em terceira pessoa. Segundo a professora Luiza Lobo (2006), editado pela Livraria/Editora Francisco Alves em 1911. Nesta obra, Julia escolhe as classes não burguesas: uma colônia de pescadores do início do século. Denso, especial por sua estrutura temática e linguagem rica na aproximação com as falas coloquiais, sem deixar de lado a consistência formal necessária e bem construída, como é notório na escrita da faserealista.

A história se passa em Copacabana, apresentando como contexto a realidade das famílias de pescadores da região no raiar do séculopassado.

Talvez, a maior das percepções em termos educacionais de “Cruel Amor” nos leva aos menores Bié e Nita, duas crianças que vivem abandonadas pelos responsáveis, donos de uma infância livre, descrita em detalhes pela autora, suplanta as carências materiais e nem em sonho pousariam nas mesas abastada.

De educação formal, nem sombra em todo o romance para essas duas crianças, donas das matas de Copacabana. No entanto, o conhecimento de Bié sobre pássaros, a ponto de saber imitar o canto de quase todos e a destreza de Nita para encontrar as mais saborosas frutas silvestres daria uma aula de educação ambiental para além do nosso tempo.

Conclusão

Num momento de transformações sociais, Julia Lopes de Almeida colocou na bagagem de suas personagens femininas, uma gama de preconceitos e condições, descortinando uma realidade que gritava por transformação. Falou da mulher adúltera, culta, bem formada e da analfabeta, rude e trabalhadora aos extremos, das pessoas discriminadas pela aparência, como na crônica “A caolha”, mostrou o abandono educacional para as crianças no início do século XX com Rola no orfanato de irmãs e com Bié e Nita, andarilhos felizes, sem educação formal, em Cruel amor.

Um artigo, publicado pela Revista de História e Historiografia da Educação (ANPUH) em janeiro/abril de 2018, de autoria das Doutoradas Irma Rizzini (UFRJ) e Alessandra de Shueler (UFF), informa em detalhes sobre um plebiscito, em abril de 1906, realizado pelo jornal “O País” (periódico onde Julia tinha uma coluna semanal), com a seguinte temática: “A educação das mulheres e os gêneros de trabalho que elas poderiam exercer sem “decair” (vejam o termo “decair”). Umadas leitoras “defendeu o alargamentodas atividadesaseremexercidas pelas mulheres, para além de lavar, passar, cozer e o magistério”, magistério incluído em Memórias de Marta (1930?), outro romance de Julia.

Em toda a obra de Julia Lopes de Almeida, encontramos a preocupação com a educação para as mulheres como única saída para as suas personagens. Conhecendo a vasta obra da autora, ressalta-se que muito ainda pode ser encontrado sobre a educação para o feminino na referida obra e que este estudo tende a ser expandido em breve.

Referências

ALMEIDA, Cláudio Lopes de. *D. Julia abril/2018*. [arquivo pessoal]. Rio de Janeiro, 2018. CD-ROM

ALMEIDA, Julia Lopes de. *A falência* [Domínio Público]. EM <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/bi000169.pdf>. Acesso em 25/10/2016 – às 11h11min.

_____. *A família Medeiros*. Santa Catarina: Mulheres, 2009. 4- . *A intrusa*. Vitória: Pedra Azul, 2016.

_____. *Ânsia eterna*. Santa Catarina: Mulheres, 2013. 6- . *A Silveirinha*. Santa Catarina: Mulheres, 1997. 7- . *A viúva Simões*. [Domínio Público] EM http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=7553. Acesso em 25/10/2016, às 11h16min.

_____. *Correio da Roça*. Santa Catarina: Mulheres, 2014 9- . *Cruel Amor*. Santa Catarina: Mulheres, 2015

_____. *Eles e Elas*. Santa Catarina: Mulheres, 2015

_____. *Era uma vez*. Rio de Janeiro: J. Ribeiro dos Santos, 1917. Em: https://digital.bbm.usp.br/bitstream/bbm/983/1/45000008117_Output.o.pdf. Acesso em 01/05/2018 às 13h11min.

_____. *Memórias de Marta*. Paris: Estrangeira Truchi Leroy, (1930?) Em: <http://200.144.255.123/Imagens/Biblioteca/JFO/Media/JFO1180.pdf>. Acesso em 26/05/2018, às 20h20min.

_____. *O Livro das damas e das donzelas*. Manaus: UNAMA (Universidade da Amazônia) NEAD (Núcleo de Ensino à Distância). [s.d.] Em: http://www.portugues.seed.pr.gov.br/arquivos/File/leit_online/julia3.pdf baixado em 25/10/2016, às 11h22min

_____. *Pássaro Tonto*. Santa Catarina: Mulheres, 2013.

BONNICI, Thomas. *Teoria e crítica literária feminista: conceitos etendências*. Maringá: Eduem, 2007.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 17-BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: BertrandBrasil, 2012. 1997

CAMBI, Franco. *Historia da pedagogia*. São Paulo: UNESP, 1999.

CUNHA, Helena P. *Mulher no Espelho*. Santa Catarina: Mulheres, 2013

DELPRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto,

FANINI, Michele A. *Júlia Lopes de Almeida: entre o salão literário e a antessala da Academia Brasileira de Letras*. Revista Estudos de Sociologia. Araraquara, 2009. Em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/article/view/1941> Acesso em 25/04/2018, às 20h21min.

_____. *A Dramaturgia inédita de Júlia Lopes de Almeida*. Em: http://www.brasa.org/wordpress/Documents/BRASA_XI/Michele-Fanini.pdf -Acesso em 03/05/2018 às 18h35min.

FARIA FILHO, Luciano M.; LOPES, Elaine M.T.; VEIGA, Cynthia G. *500 anos de Educação no Brasil*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

FERREIRA, Ivanir. Escritora mais publicada da Primeira República foi vetada na ABL Em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/escritora-mais-publicada-da-primeira-republica-foi-vetada-na-abl/acesso> em 03/05/2018, às 19h16min.

FREITAS, Marcos C., BICCAS, Maurilene de S. *História social da educação no Brasil: (1926-1996)*. São Paulo: Cortez, 2009.

GINZBURG, Carlo. *A Micro-história e outros ensaios*. Lisboa: Difel, 1989.

LOBO, Luiza, *Guia de escritoras da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro: UERJ; FAPERJ, 2006.

MAZZA, L. R. M.. O papel da mulher no início do século XX ao XXI, tendo como parâmetro o código civil de 1916 e 2002. Em: <https://luanmachado.jusbrasil.com.br/artigos/205899704/o-papel-da-mulher-no-inicio-do-seculo-xx-ao-xxi-tendo-como-parametro-o-codigo-civil-de-1916-e-2002>, Acesso em 03/05/2018, às 11h09min.

MENDONÇA, Cátia T. *Júlia Lopes de Almeida: abusos da liberação feminina pela palavra*. Em: http://www.letas.ufpr.br/documentos/pdf_revistas/mendonca.pdf Acesso em 20 de Outubro de 2016 às 20h34min.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2006

RIZZINI, Irma; SCHUELER, Alessandra F. M. de. *Entre o mundo da casa e o espaço público: um plebiscito sobre a educação da mulher : Rio de Janeiro, 1906*. EM: <http://dx.doi.org/10.5380/rhhe.v2i4.55858> Recebido por e-mail em 19/03/2018 ÀS 14h59min.

SEPÚLVEDA, José H.; SEPÚLVEDA, D. *Conservadorismo e Educação Escolar: um exemplo de exclusão*. Rio de Janeiro:
Em:<http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/319/318> Acesso em:
25/05/2018 às 1830

PROFESSORAS NEGRAS E SUAS TRAJETÓRIAS NOS EMBATES COTIDIANOS DA FUNABEM/FAETEC

Eurídice Hespanhol Macedo Pessoa¹
José Henrique Soares²

Resumo: Esta pesquisa encontra-se em desenvolvimento. Pretende estudar a história e a vida de algumas professoras da rede FAETEC (Fundação de Apoio à Escola Técnica) e antiga FUNABEM (Fundação Nacional do Bem estar do Menor), a partir do ano de 1964, da homologação da Lei Federal 4.513 de 01/12/1964. O objetivo é estudar as condições de trabalho junto aos seus pares e traçar uma análise das carreiras e experiências. Assim, visitamos o Centro de Memória da FAETEC, arquivos da escola e entrevistas. A metodologia é o paradigma indiciário de Ginzburg e a história oral de Paul Thompson. As fontes são as narrativas de alguns sujeitos e a análise de alguns documentos escolares. O referencial teórico é o pensamento de FOUCAULT (2006, 1996, 1987), GINZBURG (1989), THOMPSON (1992, 2001), SCHUELER (2018); DEL PRIORI (2003), SEPÚLVEDA (2016). Visamos às práticas cotidianas na escola e suas relações com as professoras negras.

Palavras chave: História das mulheres, educação, raça, gênero.

BLACK TEACHERS AND THEIR TRAJECTORIES IN THE EVERYDAY EMBASSIES OF FUNABEM / FAETEC.

Abstract: This research is under development. It intends to study the history and the life of some teachers of the network FAETEC (Foundation of Support to the Technical School) and old FUNABEM (National Foundation of the Well-being of the Minor), from 1964, of the homologation of the Federal Law 4,513 of 01 / 12/1964. The objective is to study the conditions of work with their peers and to chart an analysis of careers and experiences. Thus, we visited the FAETEC Memory Center, school archives and interviews. The methodology is the Ginzburg's indicative paradigm and the oral history of Paul Thompson. The sources are the narratives of some subjects and the analysis of some school documents.

- 1 Professor Língua Portuguesa FAETEC (Fundação de Apoio à escola Técnica).
Portuguese Language Teacher FAETEC (Foundation for Technical School Support)
E-mail: ehm.pessoa@gmail.com
- 2 Professor de História FAETEC (Fundação de Apoio à escola Técnica).
Professor of History FAETEC (Foundation for Technical School Support)
E-mail: kikuyuenator@gmail.com>

The theoretical reference is FOUCAULT's (2006, 1996,1987), GINZBURG (1989), THOMPSON (1992, 2001), SCHUELER (2018); Of the PRIORI (2003), SEPÚLVEDA (2016). We aim at the daily practices in the school and its relations with the black teachers.

Key words: History of women, education, race, gender.

PROFESSORAS NEGRAS E PROFISSIONAIS NEGRAS LIGADAS À EDUCAÇÃO E SUAS TRAJETÓRIAS NOS EMBATES COTIDIANOS DA FUNABEM/FAETEC

Eurídice H MPessoa
José HenriqueSoares

“Discursos e imagens cobrem as mulheres com uma vasta e espessa capa. Como alcançá-las, como quebrar o silêncio, os estereótipos que as envolvem? [...]” PERROT (2006, p.25).

O presente estudo trata-se de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento. O espaço físico é a atual sede administrativa da FAETEC (fundação de apoio à escola técnica do Estado do Rio de Janeiro), nos períodos de 1964, onde passou a funcionar a FUNABEM (fundação nacional do bem estar do menor) até os dias atuais.

A lei Nº 4.513, de 1º de dezembro de 1964, cujo texto abriga a seguinte ementa: “Autoriza o Poder Executivo a criar a Fundação Nacional do Bem- Estar do Menor, a ela incorporado o patrimônio e as atribuições do Serviço de Assistência a Menores, e dá outras providências.”

“Embora a prática do internato de crianças não seja fato recente no Brasil, apenas com a criação da FUNABEM na década de 60 e a revisão do Código de Menores na década de 70, quando também, com a ditadura militar, os menores foram considerados ‘questão de segurança nacional’, consolida-se a ideia de que lugar de criança pobre é no internato.” ARANTES (1995,p.213).

Já a Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), substituiu a FUNABEM e vem a ser uma instituição de ensino técnico e público: que passou a ter vínculos com a Secretaria Estadual de Ciência, Tecnologia e Inovação (SECTI) do estado do Rio de Janeiro.

A FAETEC foi criada em 10 de junho de 1997 pelo então governador Marcelo Alencar. Desde então, passou a reunir 140 unidades, atendendo cerca de 300 mil alunos por ano, oferecendo aprendizados sócios educacionais que vão desde o ensino infantil até a Qualificação Profissional, o Ensino Técnico e o Ensino Superior, com múltiplos cursos diferenciados.

Sua sede administrativa encontra-se num complexo com mais de 1.900.000 m², alvo deste estudo, uma vez que historicamente obriga desde 1906 instituições de educação pública.

Inicialmente, nossa pesquisa teve seu planejamento embasado na busca por nomes de mulheres negras, profissionais da educação que trabalharam a partir de 1964 na FUNABEM e/ou posteriormente na FAETEC.

Foram selecionados vários nomes e organizados questionários que deram origem a várias entrevistas colhidas no decorrer dos últimos meses.

Para melhor apresentar os primeiros resultados deste estudo, escolhemos seis entrevistadas que estão apresentadas no quadro abaixo com nomes fictícios.

Cargo	Nome	Instituição de origem	idade	escolaridade
Professora	M.G.S.S.	FUNABEM	66	Curso normal
Professora	Fernanda	FUNABEM	85	superior
Professora	M.P.	FAETEC	60	superior
Inspetora	Mar	FAETEC	42	Superior
Serviços gerais	Beth	FAETEC	58	Contab. inc.
Inspetora	Inez	FAETEC	50	superior

1.0- A dificuldade para formação profissional

M.G.S.S.

Trabalhava na área administrativa e concluiu o curso normal num colégio particular em Bangu, trabalhando. Fez processo seletivo interno e sua primeira experiência como professora foi na FUNABEM, como alfabetizadora de meninos em idades que variavam entre 10 e 13 anos.

Fernanda:

Ela tirou o certificado de professora na Prefeitura do então Distrito Federal no Rio de Janeiro. Um certificado, que ela não explicou bem como era conseguido, só disse que era obrigatório e que permitia conseguir trabalho em qualquer escola dentro da Capital Federal (somente âmbito municipal). Posteriormente cursou graduação em Pedagogia na Faculdade São Judas Tadeu e mencionou as dificuldades que teve após a vinda dos filhos.

M.P.:

No segundo ano do ensino médio, conseguiu uma bolsa de estudos para o curso Miguel Couto e passou para Letras na universidade pública. No entanto, não pode concluir seu curso na universidade pública, pois precisava trabalhar. Posteriormente, terminou curso de letras numa universidade particular e completou cerca de três especializações, que segundo a mesma são equivalentes ao curso de Mestrado.

As duas últimas professoras casaram-se e tiveram filhos em meio ao processo de transformação profissional ao mesmo tempo em que trabalhavam para ajudar nas despesas domésticas.

Mar, não mencionou dificuldades na trajetória escolar, concluiu curso superior de Sociologia em universidade pública e atualmente é inspetora de alunos concursada da FAETEC.

Beth, não concluiu o ensino médio de contabilidade em escola particular, alega que seu insucesso deve-se à matemática em primeiro lugar, depois diz que a sociologia e a filosofia vieram para complicar mais a sua vida.

Trabalhou como contadora durante anos num escritório de contabilidade, onde ressalva a generosidade do patrão que é branco.

Foi informada pela irmã sobre o concurso para serviços gerais na FAETEC, prestou prova e passou.

Inez declara ser de classe média. Estudou parte da sua escolaridade primária em escola particular, uma vez que sua mãe professora verificou que a mesma na escola pública escrevia muito mal. Fez ensino médio no Miguel Couto e passou para serviços sociais na UFRJ. Posteriormente, como queria trabalhar durante o dia e a UFRJ não tinha curso noturno para esta área, prestou prova para a UERJ e precisou retroceder dois anos no curso, mas concluiu a graduação de serviços sociais. Entrou na FAETEC por concurso para Inspetora de Alunos.

2,0 – Sobre as principais declarações e principais observações nas entrevistas contempladas:

Todas as profissionais entrevistadas declararam nunca ter sofrido qualquer situação de racismo, com exceção da INEZ.

No entanto, são visíveis as questões de análise onde podemos mencionar a influência silenciosa dos efeitos daquilo que BOURDIEU (2010, p. 42) chama de dominação simbólica. No caso de BETH é notório. Beth considera generoso o patrão de um escritório de contabilidade para quem trabalhou anos a fio, sem a menor perspectiva de ascender profissionalmente. Passando mais tarde num concurso com exigência de escolaridade inferior a sua. A questão da naturalização das dominações, mantendo privilégios para determinado seguimento social, faz com que muitos indivíduos não percebam sua condição de excluído socialmente.

As três professoras tiveram sucesso em sua trajetória profissional à duras penas, mostrando claramente a antiga realidade dual da educação no Brasil, uma escola pública para pobres e uma escola particular para quem pode pagar.

Mar e Inez, inspetoras de alunos, não exercem carreiras concernentes às suas graduações e tiveram dentre todas, mais facilidades para completarem o curso superior.

Frases que nos levam a crer que todas, sem exceção, sofreram discriminação racial em suas vivências:

- Na escola particular tinha muito mais brancos que negros.
- Na faculdade a maioria eram brancos.

- Não presenciei maus tratos... (resposta para uma pergunta sobre outro assunto)
- Eu até tenho amigos brancos.
- A aluna escreveu: Odeio esta raça... (Guardo este papel até hoje...).
- Na FUNABEM a maioria dos internos eram negrxs.
- Eu precisava trabalhar, por isso não deu para ficar na universidade pública, (poucos negros conseguiam terminar).
- Mudamos para um prédio e eu era a única criança negra. Teve um carro riscado na garagem e do nada, colocaram a culpa em mim.
- Na maioria dos cursos que fiz, sempre predominou a raça branca.
- Não concordo com o casamento entre brancos e negros, isso causa sofrimento para os negros. Sempre é a parte mais atingida.

Torna-se nítido no decorrer da pesquisa, que será necessário fazer uma nova lista de possíveis entrevistados.

Conclui-se que entrevistar diversos professorxs, negrxs ou não, para confrontar as afirmações e as possíveis contradições de uma mesma pergunta, feita a vários indivíduos que participaram do mesmo espaço docente, num mesmo período e que possivelmente conheceram as professoras negras que deram seus depoimentos, poderá contribuir muito para as conclusões deste estudo.

Ressaltamos a possibilidade de compreender como se processa o internalizar dos sentimentos que levam uma mulher negra a não reconhecer com clareza, os processos de discriminação, dos quais pode ter sido vítima e a pouca, ou nenhuma autovalorização.

Segundo PERROT, 2006, p. 17:

“Por que as mulheres não permaneceriam na história? Tudo depende do sentido que se dê a palavra história. A história é o que acontece, a sequência de fatos, das mudanças, das revoluções, das acumulações que tecem o devir das sociedades. Mas também é o relato que se faz de tudo isso. [...] As mulheres ficaram muito tempo fora desse relato, como se, destinadas à obscuridade de uma inenarrável produção, estivessem fora do tempo, ou pelo menos, fora do acontecimento. Confinadas no silêncio de um mar abissal.” (PERROT, 2006, p.16).

É objetivo desta pesquisa, informar todos os caminhos que possam responder: Como as mulheres negras, trabalhadores da educação no espaço da FUNABEM/FAETEC, de 1964 até os dias de hoje, viviam e vivem seus cotidianos escolares?

Referências

01 – AMARO, Ivan. *A docência no armário: o silenciamento das relações de gênero nos planos da educação*. Rio de Janeiro. Em: www.upf.br/seer/index/rep- p. 139- 159, 2013.

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Rostos de Crianças no Brasil. In: RIZZINI, Irene, PILOTTI, Francisco (orgs). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. Rio de Janeiro: Amais1995.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2010.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação Masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,2012

CAMBI, Franco. *Historia da pedagogia*. São Paulo: UNESP,1999.

CUNHA, Helena P. *Mulher no Espelho*. Santa Catarina: Mulheres,2013.

DEL PRIORI, Mary. *História das mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1997. 07 – DAVIS, Angela. *Mulheres, cultura e política*. São Paulo: Boitempo,2017.

GINZBURG, Carlo - *A Micro-História e outros ensaios*. Lisboa, Portugal: Difel – Difusão Editorial LTDA, 1989.

PERROT, Michele. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Editora Contexto, 2006.

SEPÚLVEDA, José A.; SEPÚLVEDA, D. *Conservadorismo e Educação Escolar: um exemplo de exclusão*. Rio de Janeiro: Em: <http://www.revistamovimento.uff.br/index.php/revistamovimento/article/view/319/318> Acesso em: 25/05/2018 às 18:30 h.

XAVIER, Maria do C. *Clássicos da educação brasileira*. Belo Horizonte: Mazza, 2010,v.1.

SCHUELER, Alessandra Frota de. *Professoras primárias na cidade do Rio de Janeiro. Notas sobre a feminização da docência*. Em <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/1484>. Acesso em 27/11/2018 às 10:05 h.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flavio. *Mulheres negras no Brasil Escravista e do pós-emancipação*. São Paulo: Selo Negro,2012.

“NÃO É IDEOLOGIA, O CERTO DE GÊNERO”: EDUCAÇÃO SEXUAL CONTRA A HOMOFOBIA NA ESCOLA

Elaine de Jesus Souza¹

Resumo: De que modos a escola poderia tornar-se “mais humana e acolhedora”? Embora seja uma das principais instâncias sociais envolvidas na construção histórica e sociocultural de binarismos sexuais e de gênero que reforçam a homofobia, um caminho instigante seria incorporar a Educação Sexual na escola como um campo discursivo acerca de sexualidade e gênero. Numa perspectiva foucaultiana do discurso, fragmentos de falas de (futuros/as) biólogos/as em grupos focais e entrevistas incitaram a problematização de discursos alicerçados no rótulo dogmático “ideologia de gênero”. Nesse olhar, “não é ideologia, o certo de gênero”, pois essa dimensão múltipla e contingente produzida por distintos artefatos culturais e discursos marcados por relações de poder, não visa instituir uma verdade absoluta.

Palavras-chave: Gênero, Educação Sexual, Homofobia, Escola.

¹ Doutora em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS; Professora Adjunta no Instituto de Formação de Educadores (IFE) da Universidade Federal do Cariri – UFCA.
E-mail: elaine.js.sd@hotmail.com

Introdução

De que modos a escola poderia tornar-se “mais humana e acolhedora”? Embora a escola seja uma das principais instâncias envolvidas na construção histórica e sociocultural de binarismos sexuais e de gênero que reforçam a homofobia, um caminho instigante seria incorporar a Educação Sexual como um campo discursivo acerca de sexualidade e gênero que contribua para desconstruir representações binárias de gênero entremeadas em relações de poder. Nesse rumo, este artigo tem como principal objetivo: problematizar discursos essencialistas e fundamentalistas que tentam descaracterizar o campo dos Estudos de Gênero e de Sexualidade, ao disseminar o rótulo “ideologia de gênero”.

Tais discursos fundamentalistas se ancoram na interpretação literal de livros sagrados e nos dogmas religiosos, ignorando os princípios de um Estado laico e a extensa produção científica no campo dos estudos de gênero e direitos humanos. Movimentos fundamentalistas² engendraram a expressão “ideologia de gênero” para impedir a abordagem sociocultural e política das temáticas gênero e sexualidade nas escolas e universidades, por defenderem uma concepção naturalizada de gênero limitado a anatomia e fisiologia dos órgãos sexuais (FURLANI, 2016; JUNQUEIRA, 2017).

Nessa lógica, a homofobia funciona como uma guardiã das normas sexuais e de gênero, ao englobar preconceitos e discriminações contra Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros (LGBT), expressos em diversos âmbitos sociais, por meio de binarismos e segregações que prejudicam o exercício igualitário de direitos humanos (BORRILLO, 2009; WELZER-LANG, 2001). Em contraposição ao rótulo “ideologia de gênero” caracterizado por discursos essencialistas que disseminam oposições binárias nas representações de gênero e de sexualidade, uma abordagem sociocultural da Educação Sexual na escola favorecia a problematização e desconstrução de preconceitos manifestos e sutis³ que, alicerçados em normas sexuais e de gênero, compõem a homofobia.

Caminhos Metodológicos

Este artigo é um recorte de uma pesquisa mais abrangente realizada acerca da Educação Sexual no currículo de licenciatura em Biologia da Universidade Federal de Sergipe (UFS)⁴. Numa perspectiva foucaultiana do discurso, fragmentos de falas de (futuros/as) biólogos/as em grupos focais e entrevistas

2 Como o Movimento Escola Sem Partido (MESP) – fundado desde 2004, que originou o projeto de lei “Escola Sem Partido”, com a pretensão de evitar uma suposta “doutrinação política e ideológica”, sobretudo acerca das questões gênero, por parte dos/as professores/as nas escolas e universidades (FURLANI, 2016).

3 SOUZA, Elaine de Jesus. **Diversidade Sexual e Homofobia na escola**: representações sociais de educadores da educação básica. Dissertação (Mestrado). PPGPS, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2015.

4 SOUZA, Elaine de Jesus. **Educação sexual “além do biológico”**: problematização dos discursos acerca de sexualidade e gênero no currículo de licenciatura em biologia. Porto Alegre, 2018. 209 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

semiestruturadas⁵ foram analisados e incitaram a problematização de discursos que veiculam o rótulo “ideologia de gênero”, por meio da incorporação da Educação Sexual como um instrumento de combate à homofobia na escola.

A análise foucaultiana do discurso possibilita descrever as condições de existência de um determinado discurso e seu conjunto de enunciados, considerando o contexto histórico e sociocultural em que os discursos foram produzidos (FOUCAULT, 2015).

Resultados e Discussão

Ao considerar a Educação Sexual uma ferramenta para problematizar discursos fundamentalistas que disseminam representações binárias, normas sexuais e de gênero e reiteram a homofobia, analiso o rótulo “ideologia de gênero” a partir de algumas falas dos/as (futuros/as) biólogos/as nas discussões do grupo focal e nas entrevistas:

Will: [...] aluno daqui, da Universidade, do curso de licenciatura postar nas redes sociais: “não acredito nisso, numa ideologia” ... *Não é ideologia o certo de gênero, a gente quer fazer uma escola mais humana, uma escola mais receptiva, mais acolhedora, ajudando a dar visibilidade a essas temáticas.* Aí posta assim: “*não acredito nessa ideologia de gênero, acho isso muito medíocre, [...] usem artigos da maneira correta, qual é a finalidade disso? O que existe é sexo!*” Mas, eu acho que o que é ideologia pra eles, eles têm uma noção diferente, eles acham que nós queremos impor, e não é assim [...] (Grupo focal, 2º encontro – 27/06/17)

Eu não entendo como é que pode, não só com religião, ter uma mente tão fechada, acreditar numa coisa tão cegamente e aceitar que aquilo é verdade e quem tiver fora tá errado, entendeu? [...] e principalmente *nessa questão de gênero a gente não pode generalizar, nem pode dizer que tem um caminho certo [...] e a religião parte muito pra isso de dizer isso é certo, isso é errado!* (Fred, entrevista – 28/08/17)

A discussão sobre o rótulo “ideologia de gênero” indica um entrelaçamento de enunciados que compõem um certo discurso de base fundamentalista, o que pode ser vislumbrado a partir da mensagem exposta nas redes sociais: “*não acredito nessa ideologia de gênero, [...] O que existe é sexo!*”. Estes enunciados são postos em funcionamento por discursos essencialistas e fundamentalistas que creem em “verdades absolutas”, explicações causais e/ou interpretações literais, utilizadas para justificar uma estrita adesão a dogmas religiosos.

5 4 O material empírico foi produzido a partir de grupos focais em três encontros com sete participantes e 14 entrevistas semiestruturadas com (futuros/as) biólogos/as. Os procedimentos éticos atravessaram todo processo de pesquisa, desde a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), nomes fictícios nos/as participantes até a aprovação do projeto de pesquisa pelo Comitê de Ética.

Para Foucault (2015), a *ideologia* existe como prática discursiva, ao instaurar um conjunto de verdades, regras e prescrições sobre valores morais e religiosos alicerçada em discursos fundamentalistas. O uso reiterado do rótulo “ideologia de gênero” visa manter o binarismo sexo/gênero, para impedir que docentes abordem, de forma contínua e sistemática, a temática de gênero na escola. A palavra *ideologia* empregada de forma abusiva nestes discursos fundamentalistas visa produzir “efeitos de verdade”, objetivando reverter a compreensão de gênero como um campo de estudos produzido histórica e socioculturalmente que reflete múltiplas representações de masculinidades e feminilidades e, assim destoa de oposições binárias presentes nas normas sexuais e de gênero que balizam a homofobia na escola.

Ao problematizar o sentido de “ideologia” veiculado por discursos fundamentalistas, os ditos de Will corroboram esse raciocínio e, parecem incorporar aprendizados sobre sexualidade e gênero instigados a partir da Educação Sexual no currículo de Biologia, sobretudo quando enfatiza: “*Não é ideologia o certo de gênero, a gente quer fazer uma escola mais humana... mais acolhedora*”. Junqueira (2017) salienta que “ideologia de gênero” não corresponde e muito menos resulta do campo de Estudos de Gênero e de Sexualidade, nem dos movimentos feministas e LGBT, ao contrário representa um dispositivo originado por práticas fundamentalistas e antifeministas que visam barrar a conquista de direitos, atingindo principalmente grupos de LGBT, mulheres e étnico-raciais.

Junqueira (2017) acrescenta que “ideologia de gênero” tornou-se uma categoria retórica de mobilização política reacionária e autoritária, ao investir em mecanismos de poder que apelam para o convencimento de que gênero seria uma ameaça aos valores morais da família tradicional, dessa forma, discursos religiosos fundamentalistas tentam manter normas sexuais e de gênero. Existe “ideologia de gênero”, mas não como descrevem opositores ao conceito de gênero, visto que, seria um sintagma forjado para operar como dispositivo metadiscursivo e antidemocrático contrário às dimensões políticas e culturais de gênero. A fala de Fred questiona tais discursos, ao reconhecer que: “*nessa questão de gênero a gente não pode generalizar, nem pode dizer que tem um caminho certo...*”

Em contraposição à “ideologia de gênero”, a incorporação da Educação Sexual no currículo de Biologia possibilita uma abordagem sociocultural acerca das temáticas sexualidade e gênero, o que favorece a problematização e o reconhecimento das identidades sexuais e de gênero como construções sociais destoantes de representações binárias e biologicistas, então, cabe observar as seguintes falas:

[...] *você desconstrói aquela visão de que só existe homem e mulher, não existe nada além, mas existem pessoas que não se consideram nem homem e nem mulher! [...] assim que fique claro também que existem as diferenças e têm que ser respeitadas, [...] acima de tudo tem que ter o respeito!* (Flora, entrevista – 14/09/17)

[...] *Porque tipo a gente nasce com o órgão sexual, mas aí quando a gente nasce, a gente não tem concepção de masculino e feminino, a questão de masculino e feminino a gente vai aprendendo, então eu acho que aí seria a questão do aprender a ser mesmo. [...] se nasce um menininho com o órgão masculino, os pais vão educá-lo de forma masculina com brinquedos direcionados [...], mesmo sendo ensinado a ser do gênero masculino, talvez*

ele se enxergue de uma outra forma, então tem a questão de como ele se identifica [...] (James, entrevista – 28/08/17)

Will: [...] *no ambiente escolar, eu sofria muito por não ser, como é que eu diria, não ter as características que os outros meninos consideravam masculinas, entendeu?* Eu era o tipo de aluno que tinha que ser protegido pelas professoras [...] quando meus colegas de classe vinham com alguma coisa [...], mas será que era necessário isso? *Em uma escola mais humana você teria direito de ser quem você é.* [...] (Grupo focal, 2º encontro – 27/06/17)

Esses excertos apontam o reconhecimento de gênero como uma dimensão construída socioculturalmente e não simplesmente um artefato biológico, a fala de Flora evidencia a necessidade de desconstruir o binarismo homem/mulher, ao reconhecer que a multiplicidade, contingência e diferenças constituem as identidades de gênero. Quando James ressalta: *“a questão de masculino e feminino a gente vai aprendendo”*, adverte que embora, desde o nascimento, discursos pautados nas normas sexuais e de gênero “ensinem” uma única forma de “ser menino/homem” e/ou menina/mulher, as identidades deslizam e se fazem transgressoras a partir das vivências pessoais e socioculturais.

Não seria produtivo limitar o gênero a um significado fixo, mas compreender suas dimensões históricas e socioculturais, pois este conceito se refere às múltiplas expressões de masculinidades e feminilidades construídas a partir de um corpo sexuado, porém não se resumindo ao biológico. Contudo, não se trata nem de negar a biologia e muito menos de reafirmar a ideia de que exclusivamente esta dimensão ou qualquer outra representaria o destino do gênero (MEYER, 2013; SCOTT, 2012). Gênero não é um produto final da biologia, haja vista que sexo e gênero não necessariamente são condizentes, do mesmo modo corpos femininos e/ou masculinos não são delimitados pelos órgãos sexuais e/ou atributos “naturais” utilizados para diferenciar machos de fêmeas. *“Assim podemos admitir que alguém é um sujeito feminino ainda que seu corpo não exiba traços geralmente considerados femininos. [...]”* (LOURO, 2017, p. 56).

Quando Will sinaliza que, na escola, sofria preconceitos e discriminações por não ter características consideradas masculinas, seria a homofobia geral caracterizada pelo sexismo, ao denunciar os “deslizes” do masculino em direção ao feminino ou vice-versa, é como se a todo instante fosse necessário lembrar aos indivíduos de seu “gênero certo”. Pois, qualquer suspeita de homossexualidade e/ou de outra orientação afetivo-sexual distinta do padrão heteronormativo seria entendida como uma “traição” às normas sexuais e de gênero (BORRILLO, 2009; WELZER-LANG, 2001).

Louro (2000) ressalta que a escola alheia às abordagens socioculturais da Educação Sexual costuma (re)produzir uma história marcada por discursos heteronormativos acerca das identidades sexuais e de gênero, pelo disciplinamento dos corpos e representações hegemônicas de masculinidade e feminilidade ancoradas em pedagogias ‘normativas’ de sexualidade e de gênero, muitas vezes, tão sutis que nem nos damos conta.

Conclusões...

A Educação Sexual, ao englobar as temáticas sexualidade e gênero, incitaria a problematização de discursos fundamentalistas e heteronormativos, evidenciando uma multiplicidade de processos socio-culturais que constituem o que aprendemos e/ou ensinamos sobre feminilidades e masculinidades, prazeres, relacionamentos. Nesse olhar, os sujeitos constroem identidades sociais contingentes e, portanto caberia à escola ao invés de (re)produzir discursos essencialistas acerca de corpos, sexualidades e gêneros, recriar

estratégias para incorporar a Educação Sexual, visando problematizar os modos como foram legitimadas algumas identidades e outras marginalizadas por não se enquadrarem nas normas sexuais e de gênero. Quem sabe, ao trilhar esse caminho, seria possível desestabilizar a homofobia, assim *“em uma escola mais humana você teria direito de ser quem você é...”*

Referências

BORRILLO, D. A homofobia. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). **Homofobia & educação**: um desafio ao silêncio. Brasília: Letras Livres, 2009.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do saber**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2015.

FURLANI, J. Existe “ideologia de gênero? Entrevista concedida a Andrea Dip. **Publica**, 30 ago. 2016. Disponível em: <https://apublica.org/2016/08/existe-ideologia-de-genero/> Acesso em: abril de 2018.

JUNQUEIRA, R. D. “Ideologia de gênero”: a gênese de uma categoria política reacionária – ou: a promoção dos direitos humanos se tornou uma “ameaça à família natural”? In: RIBEIRO, P. R. C., MAGALHÃES, J. C. (Org.). **Debates contemporâneos sobre Educação para a sexualidade**. Rio Grande: Ed. da FURG, 2017. p. 25-52.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. In: _____. (Org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 07-34.

_____. **Flor de açafão**: takes, cuts, close-ups. Belo horizonte: Autêntica, 2017.

MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2013. p. 11-29.

SCOTT, J. Os usos e abusos do gênero. **Projeto História**, São Paulo, n. 45, p. 327-351, dez. 2012.

WELZER-LANG, D. A construção do masculino: dominação das mulheres e homofobia. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 9, n. 2, 2001.

O COTIDIANO ESCOLAR E AS QUESTÕES DE GÊNERO E SEXUALIDADES

André Luiz dos Santos Barbosa¹

Angela Maria Venturini²

Fernanda Iglesias Webering³

Resumo: Este artigo objetiva refletir sobre quadro de inclusão/exclusão que se constitui a partir das identidades de gênero e sexuais presentes em algumas escolas de Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro. Para tanto, recorre à revisão bibliográfica que articula Identidade, Inclusão/Exclusão e Sexualidade e à contribuição de conhecimentos produzidos a partir da orientação de Trabalhos de Conclusão de Curso do curso de Pedagogia do Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), no período de 2012 a 2018. Dessas análises, destacamos como indicadores de que há discriminação nas escolas fluminenses: a presença da assimetria de gênero no cotidiano escolar, a discriminação a uma família homoparental e o enfrentamento de um professor transgênero no exercício de seu ofício.

Palavras-chave: Gênero, Educação, Inclusão.

1 Doutorando em Educação - UFRJ.
E_mail: andrelsbarbosa@gmail.com

2 Doutoranda em Educação – UFRJ.
E_mail: angelamaria.venturini@gmail.com

3 Mestranda em Educação - UFRJ.
E_mail: proffernanda.lettras@gmail.com

Introdução

Nas sociedades ocidentais, o gênero tem se apresentado como um marcador identitário binário masculino/feminino e, portanto, promotor de hierarquias que resultam em uma dinâmica inclusão/exclusão, seja pela desqualificação de um dos polos desse binário, seja através da invisibilidade de toda identidade que houver entre os polos e/ou para além deles, como por exemplo: pessoas trans.

Este artigo objetiva refletir sobre quadro de inclusão/exclusão que se constitui a partir das identidades de gênero e sexuais presentes em algumas escolas de Educação Básica do Estado do Rio de Janeiro.

Metodologia

No período de 2014 a 2018, o desenvolvimento da pesquisa pela qual este artigo se orienta envolveu encontros semanais no Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro para revisão bibliográfica e discussão sobre a relação entre questões de gênero e sexualidade e a educação básica do Estado do Rio de Janeiro.

A partir dessas discussões, as alunas do curso de Pedagogia, orientadas pelo professor André Luiz dos Santos Barbosa, realizaram (individualmente e com questões específicas) um estudo de campo em que observaram o cotidiano de turmas da Educação Infantil ou do Ensino Fundamental de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro e aplicaram questionários semiestruturados em profissionais da educação e/ou responsáveis pelos alunos dessas turmas.

Em 2015, Carine Campello do Valle concentrou sua investigação no tratamento que é dispensado à pessoa trans na instituição escolar, realizando um trabalho de cunho social descritivo, a partir da experiência de um professor transgênero numa escola municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Em 2017, Rejane Rocha trouxe questões pertinentes ao tema Homoparentalidades, investigando, numa turma de Educação Infantil, a relação entre famílias que se apresentavam como compostas por casais homoafetivos em outra escola municipal da cidade do Rio de Janeiro.

Em 2017, Andréa Vianna refletiu sobre as relações de gênero numa turma do nono ano do Ensino Fundamental de um CIEP (Centro Integrado de Educação Pública) do Estado do Rio de Janeiro.

Resultados e Discussão

Todos esses estudos de campo foram precedidos de revisão bibliográfica que buscava articular os conceitos de Identidade, Inclusão/Exclusão, Sexualidade, Gênero e Homoparentalidade com o contexto escolar.

Partimos da ideia de que os sujeitos são constituídos de “identidades plurais, múltiplas; identidades que se transformam, que não são fixas ou permanentes, que podem, até mesmo ser contraditórias”. (LOURO, 1997, p.24)

De acordo com Louro (1997), o gênero é um dos marcos que constitui a identidade dos sujeitos. “Ao afirmar que o gênero institui a identidade do sujeito (assim como a etnia, a classe, ou a nacionalidade, por exemplo) pretende-se referir, portanto, a algo que transcende o mero desempenho de papéis, a ideia é perceber o gênero fazendo parte do sujeito, constituindo -o.” (LOURO,1997. p.25)

Stuart Hall (2000) ajuda-nos a compreender a relação entre um marcador identitário e os movimentos de inclusão/exclusão, à medida em que aponta para a necessidade que uma identidade tem daquilo que não é a identidade, assim o processo de identificação é entendido como fundador da diferenciação e a possível consequente inclusão/exclusão.

Toda identidade tem, à sua ‘margem’, um excesso, um algo a mais. A unidade, a homogeneidade interna, que o termo ‘identidade’ assume como fundacional não é uma forma natural, mas uma forma construída de fechamento: toda identidade tem necessidade daquilo que lhe ‘falta’ – mesmo que esse outro que lhe falta seja outro silenciado e inarticulado. (HALL, 2000, p.109)

Para Hall (2000), a constituição de uma identidade está sempre baseada no ato de excluir algo e de estabelecer uma violenta hierarquia entre os dois polos resultantes, Homem/ Mulher, dentre outras.

Ao refletir sobre o sistema binário com que os gêneros (masculino – feminino) têm sido difundido nas sociedades ocidentais e sobre a impotência desse modelo em dar conta da diversidade que constitui a nossa sociedade, Louro (1997) entende a sexualidade como um dispositivo disparador das diferenças produzidas pelo marcador de gênero. “Essa lógica supõe que a relação masculino-feminino constitui uma oposição entre um polo dominante e outro dominado e essa seria a única e permanente forma entre os dois elementos”. (LOURO, 1997.p.31)

Na cultura Ocidental Moderna estabelece-se um padrão normativo relativo à sexualidade e ao gênero de cada um, demarcando o que é valorizado como “bom” e o que é segregado como “mau sexo”.

Pessoas que não atendem aos padrões impostos pela norma do “bom” sexo são marginalizadas, consideradas “anormais” ou tratadas como se fossem menos humanas, é o caso (dentre outras) das pessoas homossexuais e/ou trans, ou seja, aquelas que não são heterossexuais e/ou não possuem identidade de gênero conforme seu sexo fisiológico.

Louro (2009) apresenta os efeitos dessa marginalização dentro do espaço escolar:

É difícil negar que a homofobia na escola exerce um efeito de privatização de direitos sobre cada jovem. Por exemplo: afeta-lhe o bem estar subjetivo; incide no padrão das relações sociais entre estudantes e destes com profissionais da educação; interfere nas expectativas quanto ao sucesso e ao rendimento escolar; produzindo intimidação,

insegurança, estigmatização, segregação e isolamento; estimula a simulação para ocultar a diferença; gera desinteresse pela escola; produz distorção idade/ano, abandono e evasão; prejudica a inserção no mercado de trabalho; enseja uma visibilidade distorcida; vulnerabiliza física e psicologicamente; tumultua o processo de configuração e expressão identitária; afeta a construção da auto estima; influencia a vida socioafetiva; dificulta a integração das famílias homoparentais e de pais e mães transgêneros na comunidade escolar e estigmatiza seus filhos/as. (2009, p.24)

A relação entre sexualidade e a constituição de famílias, dentro da perspectiva heteronormativa (lógica que supõe que todas as pessoas sejam, ou devam ser, heterossexuais), afirma a família nuclear heterossexual como modelo ideal de família. Também nos leva a compreender como efeitos dessa normatização “os motivos que levam algumas manifestações da sexualidade a serem vistas como legítimas para a constituição de famílias e outras não; e opiniões que circulam na sociedade a respeito de famílias formadas por casais de mesmo sexo” (EGES, 2010, v.3: 17- 18).

Desconstruindo a perspectiva heteronormativa, buscamos compreender a legitimidade (ou não) das constituições familiares como consequência de fenômenos culturais, sociais, econômicos, políticos e tecnológicos e, assim, reconhecemos como legítima a possibilidade de diferentes configurações para a família contemporânea.

Se pensarmos nas diferentes formas de expressão de uma família, observaremos que existem: a) variações temporais: a família da Grécia antiga, a da Roma antiga, a medieval; b) variações espaciais: famílias poligâmicas dos mórmons norte- americanos, família em sociedades simples como a indígena brasileira e diferentes tribos africanas; c) variações em uma mesma época e local: na nossa sociedade, as famílias recompostas, monoparentais, adotivas, homoparentais. Em decorrência disso, seria preciso ter clara a diferença que existe entre uma noção geral de família, de um lado, e suas diferentes manifestações, de outro. (ZAMBRANO, 2006, p.11)

É partindo desse arcabouço teórico que as alunas/pesquisadoras investigam cotidianos escolares de escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro.

Em 2015, Carine Campelo buscou acompanhar o cotidiano de um professor trans dos anos finais do Ensino Fundamental de uma escola municipal do Estado do Rio de Janeiro e, durante esse processo, ao entrevistá-lo, perguntou se, ao iniciar seu trabalho na Escola Municipal, ele havia percebido atitudes discriminatórias de alunos, professores, funcionários e responsáveis quanto a sua identidade de gênero. “Ao que ele respondeu: Não. Houve questionamento por parte dos alunos (É professor? É professora?) mas não foi ofensivo.” (VALLE, 2015, p. 44)

A aluna /pesquisadora ainda perguntou se ele conversava com os alunos a respeito da sua identidade de gênero e ele respondeu:

Aqui no caso, são os alunos menores. Trabalho do 6º ao 9º ano. O assunto é mais trabalhado com os alunos do 9º ano, com os menores não. Mas nós temos conversado na escola sobre isso, e vai acontecer um projeto em setembro ou outubro, a gente vai fazer uma semana da diversidade, eu e mais uns dois professores, pra trabalhar sobre diversidade sexual na escola, não só sexual, mas de gênero também. Mas só com o 9º ano, porque houve uma preocupação por parte da direção por conta da idade deles, para não ter problemas com os pais. (VALLE, 2015, p.44)

Podemos verificar, a partir da fala do professor, a regulação do que pode ser dito e o que deve ser silenciado (inclusive sobre a identidade do professor) a partir de critério étário.

Em 2017, enquanto observava o cotidiano de uma turma do nono ano do Ensino Fundamental em um CIEP do Estado do Rio de Janeiro, Andréa Vianna aplicou um questionário aos profissionais da educação dessa instituição e, dentre as questões provocadoras, uma buscava extrair o que vinha em mente desses profissionais quando o assunto era gênero.

A aluna/pesquisadora obteve as seguintes respostas:

(Diretor): O candidato Marcelo Freixo tentando explicar essa questão e a maioria das pessoas não entendendo a questão sobre esse debate.

(Coordenadora): A importância de trabalhar a questão de gênero, ressaltando que não há certo ou errado e que o respeito precisa se fazer presente para uma convivência saudável.

(Professor de Educação Física): Em biologia.

(Professora de Português): Gênero masculino e feminino. (Professor de História): Homem e mulher. (VIANNA, 2017, p. 40)

Quando Andréa Vianna questionou se esses mesmos profissionais já tinham presenciado alguma discussão sobre questões de gênero na escola ou em sala de aula, surgiram as seguintes respostas:

(Diretor): Já. No refeitório. Os meninos comem do lado esquerdo e as meninas do lado direito. Um menino questionou essa nossa organização. O mesmo não se vê como um menino, mas sim como uma menina. Expliquei que não poderia ser mudada essa organização. O mesmo com um pouco de resistência acabou aceitando a situação.

(Coordenadora): Sim. Quando recebi um aluno dos Anos Finais, que se apresentou acompanhado de seu responsável legal e solicitou que gostaria de ser chamado não pelo nome de batismo, mas sim pelo seu nome social. A escola aceitou o seu pedido.

(Professor de Educação Física): Sim, entre dois alunos que me perguntaram se isso era verdadeiro.

(Professora de Português): Sim. Ao lecionar para um aluno que se via como aluna, e por isso, se travestia e se identificava com nome feminino, encontrou algumas dificuldades para ser aceito pelos colegas de outra classe e pelos funcionários também.

(Professor de História): Não. (VIANNA, 2017, p. 40)

Essas respostas já dão indícios de que há a necessidade de promovermos de modo sistematizado discussões sobre questões de gênero entre os profissionais de educação dessa turma.

Em 2017, Rejane Rocha acompanhou o cotidiano de uma turma da Educação Infantil de uma escola municipal do Estado do Rio de Janeiro em que também havia crianças oriundas de famílias homo-parentais e, ao entrevistar os profissionais da educação sobre alguma situação de discriminação na

escola sofrida por alguma criança que pertence à família homoparental, obteve respostas, por vezes, contraditórias.

A Diretora Geral respondeu que não e que ela trabalha muito para que a escola seja a mais acolhedora possível, para todos os alunos e todas as famílias. A Diretora Adjunta também respondeu que não, que trabalha para uma escola acolhedora e bastante democrática. A Professora Articuladora respondeu que nunca viu nenhum tipo de discriminação nem com as crianças “especiais” nem com as crianças vindas de famílias diferentes. A Professora também respondeu que não e que dentro sala de aula procura ser ética, mas acha difícil discutir alguns assuntos com as crianças pequenas. A Agente de Educação Infantil respondeu que sim, já viu discriminação com o aluno e relatou que sempre presencia risadas e comentários, toda vez que o aluno fala das suas duas mães, fazendo com que a criança fique constrangida e não queira falar mais. (ROCHA, 2017, p. 20)

A contradição entre as respostas nos leva a desconfiar de que as crianças que pertencem às famílias homoparentais sofrem discriminação nessa instituição de ensino.

Conclusões

Considerando essas três situações ocorridas em escolas públicas do Estado do Rio de Janeiro, podemos verificar não só a regulação heteronormativa, mas também desconfiar da conseqüente violência sofrida no interior das instituições de ensino por aqueles que “desviam” dessa norma.

Com esse artigo, procuramos nos aliar a setores sociais que entendem a necessidade de que se desenvolvam mais trabalhos e mais pesquisas para que haja maior possibilidade de prevenção da homofobia, da lesbofobia, da transfobia, enfim maior possibilidade de que a educação escolarizada contribua com o processo de democratização da sociedade brasileira.

Referências

CARRARA, Sérgio. et al. **Gênero e Diversidade na Escola: formação de professoras/es em gênero, orientação sexual e relações étnico-raciais**. Livro de conteúdo. Versão 2009. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília: SPM, 2009.

. et al (org). **Curso de Especialização em Gênero e Sexualidade** – Disciplinas 2 e 3. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, DF: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, v.5, 2010.

HALL, Stuart. **Quem precisa da identidade?**. IN: SILVA, Tomaz Tadeu da; HALL, Stuart & WOODWARD, Kathryn (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós- estruturalista**. 8ª ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

, Guacira Lopes. **Heteronormatividade e Homofobia**. In: JUNQUEIRA, Rogério Diniz (Org). **Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas**. Brasília: Ministério da Educação. UNESCO, 2009.

ROCHA. Rejane Cristina Lages da. **Homoparentalidade: o que a escola tem dito?** 2017. 22f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, 2017.

VALLE, Carine Campelo. **A visibilidade da população transgênera nos Parâmetros Curriculares Nacionais e na Escola**. 2015. 56f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, 2015.

VIANNA, Andrea Regina Rodrigues. **Diversidade de Gênero: A Escola e as Desigualdades**. 2017. 51f. Trabalho de conclusão de curso (Graduação em Pedagogia) – Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro, 2017.

ZAMBRANO, E. **O Direito à homoparentalidade**. Cartilha sobre as famílias constituídas por pais homossexuais. Porto Alegre, 2006.

TRAJETÓRIAS DE ALUNOS TRANS NA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS DO MUNICÍPIO DE NOVA IGUAÇU NA BAIXADA FLUMINENSE

Luciano Marques da Silva

Resumo: O objetivo desta dissertação é discutir quais têm sido as trajetórias alunos trans na Educação de Jovens e Adultos do município de Nova Iguaçu. Este trabalho se insere no âmbito dos estudos de gênero e sexualidade onde é possível identificar duas grandes linhas teóricas: políticas de identidade, que privilegiam a perspectiva pós-estruturalista, os estudos culturais e os estudos feministas; assim como política pós-identitária, ligada principalmente à teoria *queer*. No campo da educação esses direitos estão longe de se tornarem efetivos, embora haja um conjunto de acordos e leis vigentes nos âmbitos nacional e internacional que asseguram às trans o acesso à educação como direito. A pesquisa realizada mediante mapeamento das escolas e entrevistas com professores de EJA mostrou a inexistência de matrículas de travestis e transexuais, revelando o quanto a escola básica ainda é transfóbica não assegurando à essa população o direito de nela permanecer. Foi identificado o desconhecimento, por parte da parte da escola, do direito que alunas e alunos travestis e transexuais têm em utilizar o nome social entre outras questões.

Palavras-chave: gênero, identidade de gênero, transdiversidades

ENTRANDO PELA PORTA DA FRENTE: HISTÓRIAS INFANTIS DISSIDENTES

Alexandre Nabor França¹
Sergio Luiz Baptista da Silva

A escola é a ágora das transformações possíveis e impossíveis. Acreditar nesse pressuposto é acreditar na potencialidade da escola. Este resumo é referente ao resultado parcial do trabalho desenvolvido em 2018 no Grupo de Educação Infantil Aos Primeiros Anos Iniciais (EIAPAI) no Laboratório de Estudos, Pesquisa e Extensão em Gêneros, Sexualidades e Raça em Educação e Direitos Humanos – GE-SER/ NEPP DH/UFRJ, coordenado por Sergio Luiz Baptista da Silva, na linha de pesquisa “Diferenças, Dissidências e Subjetividades em Educação e Direitos Humanos”, correspondente ao projeto “Elaboração de materiais didáticos e estratégias pedagógicas: refletindo a prática docente para a diversidade”.

O trabalho foi elaborado através de uma oficina experimental de construção de histórias narrativas, testemunhadas e vivenciadas em escolas e que puderam ser apresentadas como exemplos para elaboração de instrumentos inclusivos para pessoas em condições de dissidências. A metodologia utilizada foi da Pesquisa-Ação por nos oferecer reflexões implicadas na ação que estão sendo pesquisadas. Acredita-se que ao criar o material didático, o pesquisador estará pesquisando, alterando e analisando seu auto envolvimento histórico com a do grupo, no intuito de pesquisar aprendendo e apreendendo a pesquisa na ação criativa (THIOLLENT, 1986; TRIPP, 2015).

No grupo pudemos refletir sobre algumas condições sobre os preconceitos e discriminações que algumas crianças, assim como os reflexos nos discursos dos docentes, vinham sofrendo no ambiente escolar. Essas ações de violações de direitos (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA) e de violência contra a pessoa humana (Declarações dos Direitos Humanos) identificamos como sendo “condições de dissidência” por considerarmos estes fatores como pressuposto a exclusão de pessoas, devido ao processo de naturalização que os marcadores de diferenças as colocam como vulneráveis e fragilizadas diante de outras pessoas consideradas “normais” ou “saudáveis” por apresentarem condições favoráveis a sociedade normativa de gênero, sexualidade e raça.

1 Sociólogo, Especialista e Mestre em Políticas Públicas em Direitos Humanos e Pesquisador do Laboratório de Pesquisas GE-SER - NEPP-DH/UFRJ.

E-mail: alexnmfranca830@gmail.com

2 Professor associado da Faculdade de Educação da UFRJ; Professor da Pós-graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos NEPP-DH/UFRJ; Líder coordenador do Laboratório de Pesquisas GE- SER/NEPP-DH/UFRJ.

E-mail: sergioluiz@uol.com.br

Segundo Carole Vance (1995), os “marcadores de diferenças” são características individuais que compõem a complexidade humana. Tais características são constituídas por categorias idiossincráticas essenciais para a manutenção da diversidade humana, porém estas categorias podem proporcionar consequências de aceitação ou não, quando uma determinada sociedade reproduz padrões hegemônicos e normativos de comportamentos. E foram os marcadores de diferença que chamaram nossa atenção para criação e elaboração de uma oficina experimental para criação de histórias em educação infantil aos Primeiros Anos Iniciais para a escola.

Em primeira mão, as histórias elencadas deveriam ser testemunhadas durante os trabalhos desenvolvidos na educação pelos integrantes do grupo, elas então surgiram como exemplos para a elaboração de nossa oficina de criação das histórias classificando-as como: infantil, infanto-juvenil e juvenil para crianças e adolescentes em condições de dissidência na escola.

A primeira história desenvolvida foi refere a um menino que apresentava feminilidade e sofria preconceitos por parte dos outros meninos. Ele queria brincar com os meninos, mas não conseguia porque sofria de preconceito por sua forma feminina de existir. Dessa experiência, foi possível o surgimento da história infantil “As aventuras do Jabuti do casco cor-de-rosa” com objetivo de contextualizar crenças em torno dos preconceitos e de discriminação de gênero e sexualidade na escola.

A história do Jabuti se desenvolve em uma floresta onde ele está à procura de um amiguinho para brincar, mas não consegue de antemão devido os personagens estarem preocupado em trabalhar. No final da história o Jabuti consegue amizade com um dos personagens que o segue por todo momento de sua aventura, mas ele, o jabuti, não consegue enxergar porque está concentrado naqueles que não brincam por outros motivos.

Nosso grupo de Educação Infantil aos Primeiros Anos Iniciais é composto por sua maioria de professores que acompanham o cotidiano escolar no qual é possível testemunhar comportamentos e valores que crianças e adolescentes estão envolvidos. Muitos desses valores são violências reproduzidas nas escolas que muitas vezes as crianças e os adolescentes sofrem por seus familiares, os quais se tornam vítimas só tendo como alternativas o silêncio, a dissimulação ou a segregação (LOURO, 2016, p. 27). Com isso, o território escolar deveria ser um território de reflexão dessas vivências, contextualizando valores para a construção da alteridade e respeito mútuo.

A importância de se discutir sobre o tema “masculinidades” na escola é de suma relevância para a quebra de alguns paradigmas construídos na sociedade que reforçam o modelo hegemônico masculino. Segundo o psicólogo Marcos Nascimento, ao contextualizar a masculinidade na sociedade heteronormativa, “a escola pode ser vista como um lócus de construção de papéis convencionais sobre o que é considerado ser menino e menina, (re) produzindo assimetrias de gênero” (NASCIMENTO, 2018, p. 22).

Portanto a construção da história “As aventuras do Jabuti do casco cor-de-rosa”, tem como objetivo possibilitar a contextualização do papel da criança no mundo contemporâneo, através da narrativa simbólica contrário a hegemonia de gênero e sexualidade cooptado pelo capitalismo. A Abelhinha da asa quebrada (capacitismo), o Formigão (gigantismo), o Caramujo d’olho só (deficiência visual),

Minhoquinha Vison (identidade de gênero) e a Cobrinha careca (Alopécia infantil) são personagens que apresentam algum marcador de diferença que na cultura normativa poderiam estar em condição de dissidência.

A segunda história criada e em desenvolvimento foi a história infanto-juvenil “A turma do Exu Mirim Pinga-fogo”, associado a história verídica de uma criança negra moradora de comunidade pobre que sofria por racismo na escola. Esta criança, além de sofrer violência doméstica também sofria de discriminação por parte de sua professora, que acreditava que ele se tornaria marginal por ser negro e não se comportar na sala de aula. O menino era comparado ao exu mirim. Uma entidade infantil do panteão religioso de Umbanda considerado peralta e brincalhão, cuja comparação preconceituosa e marginalizada era comparada ao demônio da cultura cristã.

A pesquisadora Maria Aparecida da Silva Bento (2018) nos atenta para sua observação em relação ao racismo institucional, que afeta crianças negras nas instituições educacionais públicas. Para ela, esse mecanismo se estrutura por meio das ações de natureza organizacional, independente da intenção de discriminar, tendo impacto diferencial e negativo em membros de um determinado grupo da sociedade (BENTO, 2018). Segundo Bento,

Crianças negras compõem, em algumas instituições, o segmento majoritário de classes especiais que abrigam aquelas diagnosticadas como “problemas”, gerando, por parte dos profissionais que cuidam delas, resistências e baixas expectativas quanto a seu futuro (BENTO, 2018, p. 130).

Essas circunstâncias nos levaram a crer que supostamente pode existir uma naturalização do racismo institucional, assim como da intolerância religiosa no âmbito escolar em relação as religiões de matriz africana tais como o Candomblé e a Umbanda. Portanto, os materiais didáticos construídos pelo Laboratório GE-SER devem estar atentos também para estas condições de dissidências que incidem no cotidiano sócio-histórico-religioso na escola. Nesta história apresentamos personagens constituídos pelas entidades infantis presentes na Umbanda, pois muitas delas são desconhecidas pelas próprias crianças que compõem a própria religião. Trazê-las como potência possibilitam o surgimento sobre temas a respeito dos mitos e lendas das religiões não cristãs.

Seguindo em sequência, a terceira história em desenvolvimento foi a história juvenil com título provisório “A menina que não queria ser árvore”. Esta história surgiu por meio da história vivenciada por uma adolescente, que sofria de homofobia na escola por uma professora incomodada por ela querer brincar com outra menina. A professora expressava publicamente seu preconceito, dizendo que achava um absurdo menina querer brincar de futebol, não se preocupar em namorar meninos e querer estar somente com outra menina. Este caso nos chamou a atenção em relação aos fatores normativos que a professora trazia como elementos naturalizantes de como ser uma menina. O marcador de diferença neste caso específico, estava muito mais sob a impossibilidade de a professora aceitar seus anseios em relação à sua sexualidade do que os anseios de sua aluna.

Alguns autores nos chamam atenção quanto aos padrões normativos reproduzidos nas escolas pelos próprios docentes, pois é preciso falar sobre eles para que sejam diluídos. Muitos desses padrões de comportamento normativos podem ocorrer, devido à falta de entendimento sobre as vivências dos gêneros, não cisgêneros, e das sexualidades, não heterossexuais, nas escolas. A educadora Guacira Louro (2013), nesse caso, nos possibilita pensar chamando nossa atenção para algumas questões sobre os corpos em determinados espaços. Segundo Louro,

Falar do corpo é falar, também, de nossa identidade dada a centralidade que este adquiriu na cultura contemporânea cujos desdobramentos podem ser observados, por exemplo, no crescente mercado de produtos e serviços relacionados ao corpo, a sua construção, aos seus cuidados, a sua libertação e, também, ao seu controle (LOURO, pg. 31, 2013).

A história sobre “a menina que não queria ser árvore” pode ser construída, conforme as possibilidades de uma sociedade mais inclusiva e responsiva diante das violações e violências contra as mulheres. É preciso discutir sobre as variações das feminilidades e suas constituições subjetivas como aparatos para construção das diversas identidades da mulher. Trazendo a frase épica de Simone Beauvoir, “não se nasce mulher, mas torna-se mulher”, a proposta desta terceira história estaria pautada nesta linha de pensamento, pelo qual o binarismo de gênero pudesse ser contextualizado, desterritorizado e resignificado de seu lugar normativo na sociedade.

A liberdade de escrita e da escuta parecem-nos mais sedutor no sentido de evocar conhecimentos que proporcionam emancipação humana, ou seja, a instigação para a autonomia do pensamento crítico. Segundo Boaventura Sousa Santos (2011), o conhecimento emancipação é um saber que está pautado na ação da solidariedade como forma de reconhecimento do outro como igual e da reciprocidade entre sujeitos. Contrário do conhecimento regulação, que propõe se codificar através do saber de dominação da natureza e do seu uso para benefício próprio e/ou econômico.

Portanto, para o grupo de Educação Infantil aos Primeiros Anos Iniciais, do Laboratório de pesquisas GE-SER, o debate sobre gênero e sexualidade na escola propões elencar possibilidades de conhecimento emancipação por meio de um saber inclusivo e afirmativo, para que pessoas consideradas em condição de dissidência possam refletir sobre esta sociedade que preza pela educação formal e tenham mais empoderamento decisório em suas vidas cooptadas por ela. Ele também evoca uma epistemologia dos conhecimentos ausentes por meio da criação e elaboração de instrumentos para lidar com as diversidades através de seus conteúdos que porventura não são trabalhados e não aparecem nas escolas em relação a falta de reconhecimento das diferenças de gêneros e sexualidades nas escolas. Para Santos (2011) a epistemologia dos conhecimentos ausentes deve instigar “forma de conhecimento que aspire a uma concepção alargada de realismo, que inclua realidade suprimidas, silenciadas ou marginalizadas, bem como realidades emergentes ou imaginadas” (SANTOS, p. 247, 2011).

As relações sócio-histórica das crianças e adolescentes, assim como dos docentes das escolas, surgem como materiais riquíssimo para a construções de histórias vivas, reais, emergentes e imaginadas situadas nas singularidades que ocorrem no dia a diadelas.

Referências

BENTO, Maria Aparecida da Silva. Notas sobre a branquitude nas instituições. In: SILVA, Maria Lucia da Silva et al (org.) **Violência e Sociedade**: o racismo como estruturante da sociedade e da subjetividade do povo brasileiro. Clínicas do testemunho – Centro de Estudos em Reparação Psíquica Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo: Escuta, 2018.

LOPES, Guacira Lopes et al. **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2013.

LOPES, Guacira Lopes. Pedagogia da sexualidade. In: LOURO, Guacira Lopes (org.). **O corpo educado**: pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. NASCIMENTO, Marcos. Essa história de ser homem: reflexões afetivo-políticas sobre masculinidade. In: CAETANO, Marcio & JUNIOR, Paulo Melgaço da Silva (org.). **De guri a cabra-macho**: masculinidade no Brasil. Rio de Janeiro: Lamparina, 2018.

SOUSA, Boaventura Santos. **A crítica da razão indolente**: contra o desperdício da experiência. V.1 São Paulo: Cortez, 2011.

THIOLLENT, Michel (1947). **Metodologia da Pesquisa-Ação**. São Paulo: Cortez, 1986.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005. Disponível em: Acesso em: 26jul. 2015.

O SISTEMA EDUCACIONAL E O DESAFIO DA PERMANÊNCIA NA ESCOLA DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS JOVENS MORADORAS DA ROCINHA, RJ

Diego da Silva Santos¹
Sergio Luiz Baptista da Silva²

Resumo: A presente pesquisa de mestrado versa sobre o processo de escolarização de jovens travestis e transexuais mulheres e o papel de opressão da cisgeneridade na construção de suas trajetórias escolares. O foco do estudo é analisar a expulsão escolar e a escolaridade interrompida das jovens transexuais mulheres e travestis, ex-alunas do Programa ViraVida e moradoras da Favela da Rocinha, a partir de suas próprias narrativas de vida e da análise dos discursos dos gestores sobre a inclusão de Travestis e Transexuais na Escola. O ViraVida é um programa social que ocorre no território da Rocinha, cujo objetivo é atender jovens em situações múltiplas de vulnerabilidades sociais para que seja possível a inserção social cidadã de suas/seus usuárias/os, por meio da elevação de escolaridade, desenvolvimento psicossocial e inserção produtiva no mercado de trabalho. Foi levantado o histórico de todas as travestis e trans-mulheres ex-alunas do ViraVida e foi constatado que a maioria delas não permaneceu estudando ou finalizou o ensino médio. O objetivo da pesquisa é analisar quais fatores estão envolvidos nos processos de escolarização desse público, contrapondo a cisgeneridade como ponto de análise, não só pela pesquisa ser realizada e orientada por pessoas cisgêneras, bem como pela escola ser identificada como um território cis-hetero-normativo. Foram entrevistadas, segundo o método de narrativas de vida, 5 ex-alunas do programa, travestis e transexuais, e, pelo método de entrevistas semi-estruturadas, 4 gestoras/es cisgêneras/os das escolas nas quais essas ex-alunas estudaram. As colaboradoras da pesquisa foram eleitas pela sua passagem nas escolas escolhidas por sua vez a partir da proximidade com o território da Rocinha e pelo número de ex-alunas e ex-alunos do ViraVida que estudavam nestas escolas. São analisadas na pesquisa de Mestrado desenvolvida e orientada pelos presentes autores, as categorias: “Inserção na Escola”, com contraposição à revisão bibliográfica feita dos estudos sobre o tema nas principais bases de dados e discussão dos conceitos empregados na pesquisa, tais como Travesti, Trans-Mulheres / Mulheres Trans, Abjeção e Passabilidade, junto à apresentação de dados de

1 Mestrando em Políticas Públicas em Direitos Humanos – UFRJ.
E-mail: diesantos.psicologia@gmail.com

2 Professor Doutor – NEPP-DH/UFRJ.
E-mail: sergioluiz@uol.com.br

outras pesquisas; “Acolhimento na Escola”, contraposta à visão das interlocutoras ex-alunas das escolas e suas respectivas gestoras e gestor, justapostas a algumas visões da psicologia escolar e da educação sobre acolhimento escolar e os estudos sobre pedagogia queer; “Expulsão Escolar” e “Permanência na escola”, e a discussão de políticas públicas e direitos humanos na educação, contrapondo dados do Brasil nesta seara e a fala das interlocutoras sobre a questão, além da problematização do conceito de mobilização para educação, com base nas falas das/dos entrevistas/os sobre a importância do espaço escolar. É discutido ainda na pesquisa, por fim, a visão dos planos pro futuro das interlocutoras, além da visão da escola na figura da gestão escolar sobre a reinserção escolar das ex-alunas. Neste trabalho serão apresentadas apenas parcialmente os resultados da pesquisa. O objetivo dessa comunicação oral é apresentar as narrativas trans e travestis, entendendo a importância da TRANSMISSÃO do saber sobre a aprendizagem na escola dessas dissidentes de gênero e sexualidade Cis-Heteronormativa.

Palavras-chave: Cisgeneridade; Escolarização; Travesti; Passabilidade; Expulsão Escolar.

Introdução

O tema em questão faz parte de minha trajetória profissional com o Programa ViraVida, local no qual trabalho desde 2012, a partir do momento que passamos a receber entre nossas alunas e alunos, jovens mulheres transexuais e travestis.

O Programa ViraVida é uma iniciativa que trabalha com jovens com idades entre 16 e 22 anos. Nosso público, até o ano de 2015, exclusivamente, eram jovens com histórico de situação de exploração sexual comercial (ESCCA)³. De 2016 em diante, o escopo do programa passou a atender também outras vulnerabilidades sociais. O objetivo principal do ViraVida é promover a elevação da autoestima e da escolaridade e, por conseguinte, a inserção no mercado de trabalho dos adolescentes e jovens participantes, para que, desvendando os próprios potenciais, conquistem autonomia para além do mercado de sexo, do tráfico e da informalidade extrema, escolhas que parecem configurar para muitas de nossas e nossos jovens como a únicas saídas possíveis para gerar renda e subsistir financeiramente.

Uma de nossas alunas que se autodeclarava travesti um dia me fez o seguinte questionamento:

“Uma travesti pode ser advogada?”.

Guardo na memória tal episódio. Na hora do questionamento eu a respondi – *“Pode! Porque não poderia?”*. Contudo, creio que no dia não consegui apreender a profundidade que aquela simples pergunta continha. Ali estive diante das consequências concretas à marginalização que são impostas socialmente aquelas e aqueles que são encarados como desvio da ordem normal, biológica, dos corpos, dos gêneros e dos sexos.

Fui obrigado a encarar de frente uma realidade da qual convivia apenas de longe: A forma como as pessoas que estão abjetas da cidadania se estruturam enquanto indivíduos sem uma real possibilidade de uma vida plena, de acesso a direitos básicos e fundamentais. Neste caso, o direito de sonhar um futuro a partir de seu próprio desejo.

Dito de outra forma, como o desejo daquela jovem travesti não pôde escoar livremente, com liberdade, para preencher um sonho, qualquer sonho que ela tivesse. Sua dúvida foi dita em voz alta num tom de deboche sobre o desejo de ter uma profissão ligada ao direito, à lei. Não é este o espaço de criar interpretações psicológicas ou psicanalíticas para essa situação, é, contudo, o local para pensar sobre o

3 Foi no esteio das políticas públicas que o programa ViraVida qualifica e deu suporte ao eixo de atendimento relativo ao plano nacional de enfrentamento à exploração sexual, oferecendo outras alternativas concretas de profissionalização e empregabilidade de jovens que se encontravam em prática de ESCCA, transformando esse campo de resistência em possibilidade de escolha e oportunidade. As/os jovens chegam até nós indicadas pelos órgãos do sistema de garantia de direito que são parceiros no território da Rocinha, como as clínicas de família, o CRAS, o CREAS, o Conselho Tutelar, o Adolescentro, os postos de saúde e escolas no entrono da Rocinha. É importante citar, contudo, que um dos fortes atrativos ao público trans e travesti foi a oferta de cursos de cameleira e beleza; e uma vez que em 2016 não o ofertamos, não tivemos mais nenhuma aluna trans ou travesti em 2017. Com o retorno da oferta do curso, atualmente, recebemos novas alunas trans em 2018, ainda que em número consideravelmente menor ao que já atendemos.

quanto aquela pergunta revela sobre a realidade da vida, dos estudos, das existências por tanto tempo marginalizadas.

Meu trabalho no ViraVida pôde ter me possibilitado trabalhar junto aquela jovem de alguma forma que a ajudasse em seu desenvolvimento pessoal. Mas a inquietação permaneceu. Após mais de 5 anos trabalhando no ViraVida, foi perceptível que ela não era a única jovem dissidente travesti ou transexual que teria aquela mesma dúvida.

Minha saída para entender essa inquietação foi refletir a partir de pesquisas e estudos nas temáticas trans. e travesti. E dessas reflexões, embrionadas no projeto de pesquisa criado no final da Especialização em Gênero e Sexualidade do CLAM/IMS/UERJ⁴, foi originada a presente pesquisa em desenvolvimento no programa de Pós Graduação em Políticas Públicas em Direitos Humanos, orientada pelo prof. Dr. Sergio Baptista, oriundo do campo da educação. O presente projeto de pesquisa versará sobre a escolarização de jovens mulheres transexuais e/ou travestis. Sendo o programa ViraVida um espaço que busca o desenvolvimento humano e cidadão, incluindo nesse escopo o retorno e reforço da escolaridade, ao me deparar com o levantamento do perfil das ex-alunas trans. e travestis do programa, me questionei por que elas, em sua grande maioria, não permaneceram estudando.

A escolha pela educação é não só efeito do local no qual trabalho ser uma proposta de política social para educação – meu cargo é de Analista de Educação II, como é parte necessária para buscar a resposta à pergunta central da pesquisa – *porque as travestis e transexuais interromperam sua trajetória escolar?*

Maria Rita de Assis César (2009), em seu artigo sobre Travestis e Transexuais na escola, reflete que a partir do princípio da discussão de inclusão social no Brasil, ocorreu uma ampliação da educação básica nas últimas décadas. O argumento é reforçado por Costa, Akkar e Silva (2011), Goldenberg (1993) e ao analisarmos o Relatório Educação para todos no Brasil 2000-2015 (BRASIL, 2014). Por conta da atenção dada pelos coletivos e organizações sociais LGBTI+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e Intersexuais)⁵, o tema da exclusão de pessoas transexuais e travestis nas escolas brasileiras começou a tomar contornos importantes na investigação educacional (CÉSAR, 2009, p.1-2). A autora (Idem, Ibidem), relembra a importância da temática na 1ª Conferência Nacional GLBT, na qual em um dos eixos temáticos que tratou do tema da educação foram elaboradas deliberações, dentre as quais uma que explicita a dificuldade de seu acesso e permanência nas instituições escolares. A proposição número

4 “Desenvolvido como um programa de formação on-line do Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos do Instituto de Medicina Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CLAM/IMS/UERJ), o e-Clam tem como objetivo oferecer cursos nas temáticas de gênero, sexualidade e Direitos Humanos a profissionais das áreas da saúde, educação e ciências humanas e sociais. O curso EGeS visa formar profissionais nas áreas da saúde, educação e ciências humanas e sociais, em temas relacionados às desigualdades baseadas em gênero e sexualidade.” Fonte: <<http://www.e-clam.org/egs.php>>. Acesso em 04/03/2018.

5 A sigla LGBT foi adotada na I Conferência Nacional GLBT, convocada pelo Governo Federal na gestão Lula, ocorrida em junho de 2008, após intensos debates. Importante ressaltar que a sigla já adotou outras formas no passado e que, mesmo após o consenso construído na I Conferência, alguns preferem utilizá-la sob outras formas, de modo a contestar uma suposta hierarquia contida na atual sigla ou a ausência de outras identidades como as intersexuais, por exemplo. Na presente pesquisa opto por utilizar LGBTI+.

4 (quatro) versou sobre a necessidade de: “Propor e adotar medidas legislativas, administrativas e organizacionais necessárias para garantir a estudantes o acesso e a permanência em todos os níveis e modalidades de ensino, sem qualquer discriminação por motivo de orientação sexual e identidade de gênero.” (BRASIL, 2008a, p. 209).

Segundo informações buscadas na Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA)⁶, a ausência de escolaridade e inserção profissional formal de pessoas travestis e transexuais, em sua maioria, é pauta urgente: A inserção e permanência na escola é um ponto nevrálgico de atenção, pois esta é uma instituição com função social de formação de cidadãos. Segundo assessoria da ANTRA, a associação trabalha com a estimativa feita por projeto como Além do arco íris, do Grupo Afrorregae, nas quais 70% das travestis e transexuais não possuem o Ensino Médio, 59% não tem o Ensino fundamental completo e 0,02% está no ensino superior. Contudo, a assessoria da ANTRA afirma que não há dados oficiais⁷. A ANTRA recomenda que os pesquisadores deveriam problematizar essa informação: de o Estado não fazer um levantamento oficial destes dados. Podemos inferir um sentido a ausência de dados oficiais a partir das reflexões de Bento (2017) sobre o silêncio dos estudos da sociologia estabelecida (hegemônica) poder ser lido como “um texto não dito da interpretação patologizante das existências trans. E a patologização é uma das fontes primeiras de todas as outras violências que a população sacer trans padece” (p. 51).

Em março de 2018 a ANTRA, após dialogo com diversas instituições e em uma articulação feita pela sua Secretaria de Articulação Política, oficiou a Defensoria Pública da União (DPU) a respeito da inclusão de temas relacionados a população de Travestis e Transexuais no censo do IBGE previsto para 2020. A Defensoria Pública da União (DPU) enviou então recomendação ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para que fosse incluído no Censo 2020 questionamentos sobre a identidade de gênero e da orientação sexual dos entrevistados: o objetivo é subsidiar a coleta de dados oficial para a implementação de políticas públicas voltadas à população LGBTI no país, em especial para as pessoas trans.

O resultado da interrupção da escolarização é a forte presença deste público na informalidade: estimativas da ANTRA⁸ apontam que apenas 10% do grupo trabalham registrados. Portanto, são imprescindíveis estratégias de inclusão e intervenções visando não somente minimizar a evasão desse público na escola, como também criando um ambiente escolar acolhedor a todos, que valorize o respeito à diversidade e à diferença, responsabilizando toda a comunidade escolar na construção de espaços de cidadania, na atuação da inclusão e na desconstrução de atitudes preconceituosas geradoras de discriminação e violência social.

6 Contato realizado pelo pesquisador no mês de Maio de 2018, pela fanpage do Facebook <<https://www.facebook.com/antrabrasil/>>.

7 Em nota de rodapé, César (2009, p. 1) escreve “É importante ressaltar que ainda não há, em todo o território nacional, uma pesquisa com dados quantitativos sobre a exclusão escolar de indivíduos LGBT. Todavia, o tema do abandono escolar em virtude do preconceito vem sendo abordado com muita ênfase pelos coletivos e organizações sociais. Em especial, os coletivos que abrigam travestis e transexuais vêm ressaltando que o abandono da instituição escolar por transexuais e travestis representa um fator importante a ser analisado enquanto evasão escolar.”

8 Fonte: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em 20/05/2018.

Elencados todas essas particularidades e observações o presente projeto de pesquisa no Mestrado busca entender os motivos pelos quais a escolarização das jovens trans e travestis moradoras da favela da Rocinha, ex-alunas do ViraVida, foi interrompida na maioria dos casos.

Quadro Teórico.

Para a realização do presente estudo, é necessário, antes de mais nada, delinear algumas categorias e conceitos, tais como Travesti, Transexual, Passabilidade, Cisgeneridade, Heteronorma, Escolarização, inserção e permanência na Escola.

Luma Andrade (2015) promove uma discussão aprofundada sobre identidade travesti, discutindo definições de pesquisadoras/es e autoras/es e as definições de suas interlocutoras travestis, entrevistadas em sua tese de doutoramento. Ela adota a definição de Benedetti (2005, p.18) para travesti, colocando-a como definição de apoio para os questionários aplicados nas escolas nas quais desenvolveu sua pesquisa.

São aquelas que promovem modificações nas formas de seu corpo visando a deixá-lo o mais parecido possível com o das mulheres; vestem-se cotidianamente como pessoas pertencentes ao gênero feminino sem, no entanto, desejar explicitamente recorrer à cirurgia de transgenitalização para retirar o pênis e construir uma vagina. (Idem, Ibidem, p.18)

Andrade (2015) afirma que “a adequação em si mesma de uma beleza corporalmente percebida no outro não produz o outro em si mesmo, mas o travesti do outro” (p.97). Assim, a autora chega à conclusão de que todas as pessoas seriam travestis ou “se fizeram travestis em algum momento da vida, ao se adequarem corporalmente com o que consideram beleza do outro” (p.97). Para exemplificar que existem travestis de diferentes sexos, gêneros e sexualidades, ela ilustra que as pessoas buscam através de cirurgias plásticas, hormonização, dentre outras técnicas, se adequar corporalmente ao que consideram beleza, sempre referenciada a um outro.

Como outro exemplo, a autora cita o trabalho de Pelúcio (2009), que ao produzir uma análise comparativa entre a transformação dos interlocutores (homens muito fortes, ou “bombados”) de Sabino (2004 apud PELÚCIO, 2009) e as suas interlocutoras (travestis entrevistadas), acredita que as travestis encontram-se em polo oposto a fisicultura, no que tange corpo e gênero – enquanto no fisiculturismo há busca dos hipermúsculos, sinônimos de super masculinidade, travestis almejam uma feminilidade exacerbada (ANDRADE, 2015).

Luma ressalta a particularidade que Larissa Pelúcio (2009) salienta de que apesar dos fisiculturistas fazerem uso subversivo de tecnologias protéticas e químicas, eles (os do sexo masculino) não subverteriam a ordem binária, já que buscam conformar corpos generificados como masculinos. Mas para Luma, “existe uma similaridade entre ambos, a adequação em si mesma de um ideal de beleza corporalmente” (ANDRADE, 2015, p.97).

Jacqueline Gomes de Jesus (2012), define que

são travestis as pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homens ou como mulheres, mas como membros de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante ressaltar que travestis, independentemente de como se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, considerando insultoso serem adjetivadas no masculino (p. 09).

A autora argumenta que a denominação travesti é estigmatizada. Ela debate que há discussões sobre a utilidade do termo no mundo contemporâneo, pois as pessoas transgênero não iriam se travestir no sentido original da terminologia, e defende o uso dos termos transexual e crossdresser para se referir a dimensões melhor definidas da vivência transgênero. (Idem, *Ibidem*, P.09).

Na presente pesquisa, adotei o entendimento de Andrade (2015) sobre travestis. Larissa Pelúcio (2009) utiliza o conceito “universo trans” de Marcos Benedetti. De acordo com esses/as pesquisadores/as, essa expressão categoriza, “num conjunto identificável, os espaços de convívio das travestis, onde são tecidas as relações sociais que compõem o meio em que vivem, bem como o seu sistema material e moral” (Idem, *Ibidem*, p. 33).

Esse foi um ponto importante observado na convivência para com as usuárias e os usuários do programa, pois outras jovens achavam natural que travestis fossem assassinadas por portarem-se de uma forma “escrota” (que segundo as próprias jovens travestis e transexuais, seria o ato de não seguir as regras da gramática de convivência estabelecida pela cafetina do ponto de prostituição, por exemplo, na postura, na forma de abordar clientes ou nas vestimentas). Em outro atendimento no programa, uma transexual afirma ter sofrido transfobia por parte de sua família, especialmente pelo pai, que ao visualizá-la transvestida de mulher pela primeira vez, quebrou-lhe as duas pernas em agressões corporais, raspando-lhe também os cabelos – violência comum nas leis do tráfico da Favela. Isso evidencia que a gramática normativa da vida em favela é um importante ponto com relação a estruturação subjetiva dos seus moradores.

Berenice Bento (2008) alerta para a hierarquização de identidades por meio de uma diferenciação radicalizada entre travestis e transexuais. Para ilustrar, em um atendimento realizado no ViraVida com duas jovens transexuais que são irmãs, uma se via como transexual pois era mais feminina, enquanto a outra via-se como travesti pois não era tão bem produzida, e era também mais “escrota” que a irmã (palavras dela).

Passabilidade é um termo usado para se referir ao quanto um homem ou uma mulher trans “passam por” um homem ou mulher cisgênero. Para a ativista Daniela Andrade, “é quando a pessoa trans é lida pela sociedade como se fosse cis”⁹. Para Viviane Vergueiro (2013),

9 Disponível em: < https://www.buzzfeed.com/victornascimento/o-que-e-passabilidade-e-porque-as-pessoas-precisam-saber-mai?utm_term=.ot496XG7e#.uwlJZ5Mmp>. Acesso em: 20/02/2018.

tomo a 'passabilidade cis' como a invisibilidade contingencial que alguns gêneros inconformes (trans*, mas não somente) possam experimentar. A passabilidade enquanto pessoa cisgênera configura um privilégio, em uma sociedade cissexista e transfóbica (p. 5).

Para Oliveira (2017),

A "passabilidade" se refere ao desejo de se passar pelo gênero com o qual se identifica. Uma mulher trans*, por exemplo, quando diz que deseja ter "passabilidade" está querendo dizer que deseja ser vista como mulher pela sociedade, dentro do que foi construído socialmente como figura feminina. Para os homens trans* também tem esse significado (p.20).

Para Garcia (2015),

Passabilidade é um termo utilizado para referenciar o quanto a identidade representativa de singularidade representa visualmente e corporalmente, a identificação de gênero com a qual a quer apresentar-se ao mundo, o quanto alguém representa a maneira como quer ser reconhecida pelas outras pessoas, ao se representar. Ex, sou uma mulher, não uma travesti, se passo por uma mulher sendo uma travesti, meu nível de passabilidade está alto. O nível de passabilidade está também ligado a segurança, se passo por mulher, logo não serei ridicularizada ou agredida nas ruas. (p.45).

Para Baggio (2016), passabilidade é

o grau em que uma pessoa transgênera é tomada por cisgênera por outras. Na prática, quanto maior a passabilidade de uma pessoa transgênera, menos ela estará suscetível à transfobia: se sua expressão de gênero levar as outras pessoas a entendê-la como uma pessoa cisgênera, ela não será submetida ao preconceito e discriminação dedicados a uma pessoa transgênera e suas chances de inserção e permanência no mercado de trabalho formal aumentam. Dois aspectos impactam o grau de passabilidade: o nome e a aparência. (p.8).

Pontes e Silva (2017) refletem que

a experiência de passabilidade é reveladora de um registro normativo que lê corpos como inteligíveis na medida em que estes agenciam marcas corporais (características relacionadas ao sexo: seios, estrutura corporal, pelos, dentre outras) com vistas à reiteration performativa da linearidade sexo-gênero. As corporalidades que escapam pela descontinuidade tendem a tornar-se abjetas, habitando as zonas inóspitas da vida social, o que situa a experiência de passabilidade de forma dupla: como imposição e exigência normativa no registro cisgênero e como estratégia de segurança frente a situações de violação, derivando outros questionamentos. (p.410).

Por fim, nas palavras de Hailey Kaas (2013)

O termo ‘passar’ significa que algumas pessoas trans* ‘passam como cis’ dentro da lógica social ciscêntrica. Ou seja, que no geral, em situações cotidianas, essas pessoas não são percebidas como sendo trans*, de acordo com um conjunto de critérios cissexistas (aparência, por ex.).

A passabilidade parece servir de ponto de corte para essas moradoras da Rocinha – quem possui é nomeada trans. e quem não possui é nomeada travesti. E o desejo perseguido é o de ter a passabilidade, é o que parece permitir uma inserção social mais confortável, para essas jovens. Com relação à transexualidade, adotarei a definição de Jaqueline Gomes de Jesus (2012), “um ponto de vista partilhado com algumas outras pessoas, especialistas e militantes” (p.07). Para a autora, há dois aspectos que cabem no que ela chama de “dimensão transgênero” (p.07), enquanto diferentes expressões da condição. Existiria uma vivência do gênero trans como “identidade (o que caracteriza transexuais e travestis) ou como Funcionalidade (representado por crossdressers, drag queens, drag kings e transformistas)” (p.07).

Para a autora, a transexualidade é uma questão de identidade. Ela defende que não uma doença mental nem é perversão sexual. Não tem nada a ver com orientação sexual (2012, p.08). “Ao contrário do que alguns pensam, o que determina a condição transexual é como as pessoas se identificam, e não um procedimento cirúrgico. Assim, muitas pessoas que hoje se consideram travestis seriam, em teoria, transexuais.” (p.08) defende Gomes (2012). A autora ainda ressalta que transexuais sentem que forma como pensam e se sentem não está adequada quanto ao seu corpo, e buscam corrigir essa inadequação por meio de transformações em seu corpo em consonância ao seu estado psíquico; isso pode ocorrer de variadas formas, como tratamentos hormonais ou procedimentos cirúrgicos.

Franco e Ciclini (2016), na revisão teórica que empreenderam, explicam que a expressão abreviada trans “nos remete – de forma mais fluída - a sujeitos que transitam, ultrapassam e/ou permanecem nas fronteiras das sexualidades e, sobretudo, do gênero” (p. 123). Jorge Leite Jr (2008) estudou a criação e a diferenciação dos conceitos clínicos de travesti e transexual, empreendendo grande esforço histórico para nomear distintamente tais categorias. Para ele, tal distinção parece exprimir a lógica da especificação teórica entre “disfunções sexuais”, “transtornos de identidade de gênero” e “identidades políticas”, segundo os manuais médicos ou as organizações militantes, além de exemplificar uma antiga moralização do discurso científico, da divisão entre os “bons” e os “maus” desviantes sexuais. Ou seja, o autor entende que aqueles que estão próximos de valores sócio-morais vigentes e sofrem com seus “transtornos” são os perversos e aqueles que, intencionalmente ou não, afrontam estes valores morais e não consideram suas “disfunções” como problema, mas como uma característica, são os pervertidos. “Assim, talvez o conceito de travesti tenha mantido boa parte da periculosidade do antigo pervertido sexual, enquanto a noção de transexual evoca o trágico destino do perverso” (LEITE JR, 2008, p.192).

Como observado, no decorrer de minha inserção profissional pude perceber o quanto a perspectiva da Heteronormatividade pode se estabelecer como violação dos direitos humanos. A pergunta sobre travesti poder ser advogada feita por uma das ex alunas travestis do ViraVida evidencia a impossibilidade de sequer sonhar com uma carreira profissional, algo tão comum e incentivada pela formação acadêmico-escolar evidencia-se ainda inalcançável para muitas travestis e transexuais, especialmente no que tange aquelas oriundas das favelas, entendendo que aos moradores de territórios sociovulneráveis também é negado uma mobilidade social tal e qual a quem não pertence a este território (VERGNE, 2013).

Quando falamos em Heteronorma estamos falando de um complexo sistema, mas ainda carente de estudos mais minuciosos: quem faz a norma não se nomeia e a grande maioria dos estudos de gênero tomam como objeto de estudo os desvios da norma. Como no caso dos estudos Trans., comumente levados a cabo por pessoas cisgênero e tomando por objeto as pessoas transgêneros, a Cisgeneridade não parece ser algo que precise ser descrita ou estudada; apesar disso observamos que a exceção da regra mostra rachaduras e subversões da norma (Butler, 2008).

A heteronorma, ou heteronormatividade, termo cunhado em 1991 por Michael Warner (PETRY; MEYER, 2011) é um conceito referente à problematização e à crítica de normas de sexo, identidade de gênero, papel social de gênero e sexualidade, e das implicações sociais destas instituições, compreendido como um padrão normativo de sexualidade que regula o modo como as sociedades ocidentais estão organizadas. Ela é descritiva de um sistema binário e dicotômico de categorização, vinculando comportamento social e identidade a partir da genitália: conceitos estritamente definidos de virilidade e feminilidade, de macho e fêmea, homem e mulher, logo, sendo esperados comportamentos tanto de homens quanto de mulheres com relação ao seu sexo e seu gênero.

Possuindo linhagens na noção de Gayle Rubin (1993) do “sistema sexo/gênero” e na ideia de Adrienne Rich de heterossexualidade compulsória (ÁRAN, 2016), e sendo concebido para descrever as normas contra as quais as pessoas não-heterossexuais lutam, o termo rapidamente incorporou-se aos debates de gênero, e em discussões feministas. Por exercer o poder de ratificar, na cultura, a compreensão de que a norma e o normal são as relações existentes entre pessoas de sexos diferentes, o conceito refere-se ao dispositivo histórico da sexualidade (FOUCAULT, 1985) que deve formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente “natural” da heterossexualidade.

Para Louro (2009), partindo de uma premissa na qual sexo, gênero e sexualidade sustentam-se dentro de uma lógica que considera sexo biológico como “natural”, se entende o natural como “dado”, alinhando natureza com a heterossexualidade – com o desejo pelo sexo/gênero oposto –, que passa a ser privilegiada como forma compulsória de sexualidade, fazendo com que os sujeitos que escapam à norma sejam deslocados para a margem da preocupação das escolas, da justiça, e da sociedade em geral. Porém, são ‘aberrações’ necessárias para construir os contornos, as bordas daqueles ditos “normais”.

A referida autora traça um importante limite epistemológico, questionando onde se alocariam os sujeitos que não ocupam nenhum dos dois lados desse binarismo, como os bissexuais, os transgêneros, as travestis e as drags. A ciência não dá conta da ambiguidade, atravessamento e da turvação das fronteiras do gênero e da sexualidade e da lógica binária promovida por tais sujeitos, deixando-os em um não lugar. Neste sentido, sugere que se problematize o estatuto de “verdade” da dicotomia heterossexualidade/homossexualidade como a categoria explicativa da sociedade contemporânea.

Entendendo que todos os estudos que não levam em consideração a discussão trans. estão falando da norma, mas sem classificar-se nela – apenas o que foge a norma é digno de menção-, em buscas simples nas bases de dados de pesquisas, teses e dissertações como Scielo, BVS e DeCS, não aparece nenhum trabalho com palavras chave ou versando fundamentalmente sobre cisgeneridade. Na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), aparecem 29 resultados à pesquisa do termo cisgeneridade, mas apenas poucos trabalhos que trazem a cisgeneridade como ponto principal em sua discussão, como os trabalhos de Bonassi (2017), Oliveira (2017), Gomes (2017). As pesquisas de Caeiro (2016) e Cidade (2016) surgem como resultados na BDTD trazendo a cisgeneridade como ponto de tangência em sua discussão, mas abordam as transgeneridades como objeto de pesquisa.

O que levanta uma inquietante impressão: se hoje ganha cada vez mais força uma cultura política de entender a braquitude como opressora per se em relação a negritude nos estudos de raça (MÜLLER e CARDOSO, 2018), nos estudos trans. o enfoque na transgeneridade como objeto último mascara uma discussão importante sobre a opressão cisgenera, especialmente considerando o lugar de fala do presente pesquisador sobre o tema em tela. Segundo Boaventura de Souza Santos (2008), todo conhecimento científico é socialmente construído e toda epistemologia é modo de dominação. O autor provoca o método científico para que este seja uma ciência que introduz sentido ao invés de extraí-lo, criar ao invés de descobrir, por isso, produz uma crítica a desqualificação do conhecimento e dos sentido praticada pelo método dominante. O método dominante da ciência é heterossexual e cisgênero. Para combater o universalismo dominante, Santos fornece a pista que somente a experiência e a prática poderá ser vetor de validação de um conhecimento

Para abordar o conceito de Cisgeneridade, tomo a liberdade de remeter-me à longa nota de rodapé que Colling (2015), uma vez que nela o autor empreende um excelente resumo de citações de pessoas trans sobre o conceito de Cisgeneridade:

O conceito de cisgênero varia a depender de quem o utiliza. Em texto postado no blog Transfeminismo, Bia Pagliarini Bagagli conceitua cisgênero da seguinte forma: “[...] uma explicação simples é que se você se identifica como o gênero que lhe foi designado em seu nascimento, você é cis”. BAGAGLI, 2014) Hailey Kaas, outra importante ativista transfeminista brasileira, diz: “O alinhamento cis envolve um sentimento interno de congruência entre seu corpo (morfologia) e seu gênero, dentro de uma lógica onde o conjunto de performances é percebido como coerente. Em suma, é a pessoa que foi designada ‘homem’ ou ‘mulher’, se sente bem com isso e é percebida e tratada socialmente (medicamente, juridicamente, politicamente) como tal.” (KAAS, 2012) Jaqueline

Gomes de Jesus diz que “[...] cisgênero é um conceito que abarca as pessoas que se identificam como o gênero que lhes foi determinado socialmente, ou seja, as pessoas não-transgênero [...]”. (JESUS, 2014) No texto O cisgênero existe (DUMARESQ, 2014), publicado no site Transliteração, é possível encontrar definições parecidas: “A definição mais antiga de ‘cisgênero’ que encontrei é esta: ‘Uma vez que definimos gênero como ‘as características comportamentais, culturais ou psicológicas associadas a um sexo, cisgênero literalmente significa: estar do mesmo lado das características comportamentais, culturais ou psicológicas associadas a um sexo. Simplificando, significa que a identidade e apresentação de alguém é compatível com sua morfologia física.’” O texto também cita Julia Serano, que define cisgênero assim: “Como alguém que foi designada masculina ao nascer, mas que vive e identifica-se como feminina, eu devo ser descrita como uma mulher transexual, mulher transgênera ou mulher trans. Aquelas mulheres que (diferentes de mim) foram designadas femininas ao nascer, devem ser descritas como mulheres cissexuais, mulheres cisgêneras ou mulheres cis.” Ainda no mesmo texto, Viviane Vergueiro (apud DUMARESQ, 2014) define: “Cisgeneridade eu entendo como um conceito analítico que eu posso utilizar assim como se usa heterossexualidade para as orientações sexuais, ou como branquitude para questões raciais. Penso a cisgeneridade como um posicionamento, uma perspectiva subjetiva que é tida como natural, como essencial, como padrão. A nomeação desse padrão, desses gêneros vistos como naturais, cisgêneros, pode significar uma virada descolonial no pensamento sobre identidades de gênero, ou seja, nomear cisgeneridade ou nomear homens-cis, mulheres-cis em oposição a outros termos usados anteriormente como mulher biológica, homem de verdade, homem normal, homem nascido homem, mulher nascida mulher, etc. Ou seja, esse uso do termo cisgeneridade, cis, pode permitir que a gente olhe de outra forma, que a gente desloque esse posição naturalizada da sua hierarquia superiorizada, hierarquia posta nesse patamar superior em relação com as identidades Trans, por exemplo.” O texto do site Transliteração foi uma resposta ao texto de Carla Rodrigues (2014), intitulado O cisgênero não existe (ver <<http://www.blogdoims.com.br/ims/o-cisgenero-nao-existe>>. Acesso em: 10 jan. 2015). (p. 58-59)

O autor, ao discutir a legitimidade acadêmica do discurso de pessoas trans, aponta que a potência do conceito de cisgênero, que classifica pessoas em conformidade identitária ao gênero atribuído em seu nascimento, “se transforma na retomada, ao pior estilo do essencialismo, de uma dicotomia entre pessoas trans versus pessoas cis.” (p. 59). O ponto discutido por Colling (2015) advém da negativa de um ativista trans. em lhe conceder uma entrevista, dava a histórica objetificação de pessoas trans pela academia na figura de pesquisadores Cisgênero como eu. Portanto, um dos cuidados da presente pesquisa será adotar a cisgeneridade como foco da análise a partir do meu olhar enquanto pesquisador. O objetivo não é tecer explicações sobre as vivências ou identidades travestis e/ou transexuais, mas refletir teoricamente sobre a trajetória escolar, a permanência ou impermanência na escola, do ponto de vista da cisgeneridade – por conta disso serão entrevistadas as gestoras e gestores das escolas nas quais as ex alunas do programa ViraVida estudaram. Andrade (2015) ressalta que diversas pesquisas sobre travestis

focalizavam a prostituição, e o objetivo último de seu estudo era colocar travesti como protagonista em outros espaços sociais, como a escola.

No que tange à escolarização e as categorias de inserção, permanência e trajetória escolar, Franco e Ciclini (2016) apontam que pessoas trans consistem de grupo com menor acesso e foco de discussão no campo educacional. As buscas empreendidas pelas autoras para construir seu levantamento bibliográfico ocorreram entre 2008 e 2014. “Dentro das diversas dimensões que abrange as discussões sobre gênero e sexualidades dissidentes, travestis, transexuais e transgêneros permanecem historicamente como o segmento social mais exposto às mais variadas formas de vulnerabilidades e exclusão” (p.135). Ainda segundo as autoras

“Berenice Bento (2008) possivelmente tenha sido uma das primeiras a realizar investigações sobre universo trans e educação no contexto brasileiro. A autora problematizou sobre os critérios de normalidade e anormalidade instituídos pelas instituições sociais ao lidarem com as demandas de pessoas “que vivem o gênero para além da diferença sexual” (p.127).

Maria Rita César (2009) utiliza a “engenharia de produção de corpos normais” de Bento (2008) para nortear suas discussões sobre o nome social e os obstáculos enfrentados na sua utilização como um marcador da recusa das pessoas trans e travestis pelas instituições escolares. Franco e Ciclini (2016) apontam que isso também confirma o artifício da exclusão invisibilizado pelo discurso da evasão escolar.

O reconhecimento do nome social representa a forma principal de produção da subjetividade na experiência contemporânea da transexualidade. Os artefatos escolares como as listas de chamada, os exames e mesmo uma simples abordagem em sala de aula fazem uso dos nomes e estes nomes estão demarcados no interior das regras normativas do sistema corpo-sexo-gênero. (CÉSAR, 2009, p. 12).

Luma Andrade (2012) investigou travestis cearenses no espaço da escola sob processos de socialização, resistências e assujeitamentos à ordem normativa. Sua problematização fora construída a partir das narrativas de suas interlocutoras, travestis estudantes e outras que já estiveram na escola, além das percepções de alunas e alunos, professoras e professores e gestoras e gestores que conviveram com essas alunas e ex-alunas, no cotidiano escolar. Para a autora, “A presença das travestis nas escolas se apresenta como dispositivo relevante para a formação da comunidade escolar na convivência com as singularidades delas, mesmo em meio a profundos conflitos” (ANDRADE, 2015, p. 248).

Na revisão bibliográfica estabelecida por Franco e Ciclini (2016), as autoras, com base nos estudos de Peres (2009), Junckles e Silva (2009), Junqueira (2009a, 2009b, 2009c), Cruz (2011) e Cavalcanti (2011), situam como componentes determinantes da presença de pessoas trans na escola a exclusão, a vulnerabilidade, o preconceito, a discriminação e o desrespeito aos direitos da pessoa humana, “mesmo antecedendo seu processo de transformação, aspecto relatado por vários dos sujeitos que

integraram esses estudo narrando suas vivências no contexto escolar” (FRANCO e CICLLINI, 2016; p.129) . Para as autoras, o conhecimento científico construído sobre universo trans e a Educação está cada vez mais emergindo enquanto preocupação também de docentes trans e não apenas de pesquisadores Cis. Outro ponto importante evidenciado pelas autoras é a emergência de mais estudos sobre a inserção e permanência de pessoas trans no cotidiano escolar (FRANCO e CICLLINI, 2016).

Os estudos em tela apontam que a escola é uma das principais instituições sociais que contribui para a reafirmação de processos de exclusão e vulnerabilização da população trans e travesti. Portanto, o interior da escola é um espaço necessário para a construção de conhecimento do tratamento das diferenças e urge “a criação de estratégias teóricas, práticas e políticas que melhor se aproximam dos princípios da inclusão” (FRANCO e CICLLINI, 2016; p. 135).

Metodologia.

O processo de pesquisa perpassará o caminho da descrição do programa ViraVida e de seu caráter pedagógico, considerado sua relação com a elevação da escolaridade e importância para o entendimento da escola como direito fundamental e política pública primordial.

Será realizada uma revisão bibliográfica dos estudos no tema. Será necessário contrapormos a discussão aos estudos de Direitos Humanos e Educação, com os estudos sobre fracasso escolar e educação inclusiva, levando em consideração a imbricação das identidades trans e travesti com a vida na favela.

A metodologia adotada busca fornecer os instrumentos necessários para a realização de uma pesquisa qualitativa fazendo uso de entrevistas para a construção de narrativas de vida. A coleta de dados será feita por meio da realização de entrevistas narrativas com ex-alunas do programa ViraVida e semi-estruturadas com o corpo escolar (gestoras e gestores) das escolas onde passaram.

Metodologia significa etimologicamente, o estudo dos caminhos, dos instrumentos usados para se fazer ciência (SEVERINO,2007). A pesquisa será realizada por meio da coleta sistemática de dados que possam responder a pergunta/problema levantada/o. A realização de uma pesquisa qualitativa consiste em um grande desafio, porque vários fatores devem ser levados em consideração, tanto objetivos quanto subjetivos – o modo como o entrevistador interpreta os dados é de grande importância para a pesquisa e também pelo fato de que a avaliação qualitativa ocorre em uma realidade dialética (GIL, 2008).

Schaff (1995) se questiona até que ponto o sujeito influencia no processo final de produção de conhecimento. O autor adota o conceito de conhecimento como “interação específica do sujeito que conhece e do objeto do conhecimento tendo como resultado os produtos mentais a que chamamos o conhecimento” (p.11). Neste sentido, para ele, é necessário refletir qual é o critério da verdade. Todas as verdades são relativas a partir das relações sociais, que são subjetivas, mas na ciência deve-se buscar a verdade como meta do conhecimento: Uma verdade absoluta como processo de acúmulo das verdades relativas, que dependem impreterivelmente do seu local e tempo histórico.

Para compreender como a ciência pode não ser partidária na produção das verdades e cuidadosa na produção de um saber comprometido, em contraponto, Bordieu (2002) se questiona qual a postura do investigador social frente as descobertas de suas pesquisas. O Sociólogo descreve que a função do investigador é a invenção coletiva das estruturas coletivas de invenção, e que a partir disso nasceria um novo movimento social: novos conteúdos, novos objetivos e novos meios internacionais de ação. Para ele, é função do investigador: Não dar lições, nem ensinar ninguém a pensar ou fazer profecias – mas sim inventar um novo papel, o de quem escuta, investiga e inventa e ajuda organizações que assumam a missão de resistir à política neoliberal. O autor vai além, para ele o pesquisador deve favorecer o aparecimento de condições organizacionais para produção coletiva da intenção de inventar um projeto político ou mesmo favorecer as condições para o sucesso de uma invenção de um projeto político. Nesse sentido, a presença de um pesquisador implicado com o tema em questão é de fundamental importância para os objetivos a serem alcançados nessa investigação.

As colaboradoras da pesquisa foram escolhidas a partir das 12 jovens com as quais foi obtido sucesso na retomada de contato pós-término do ViraVida:

Nome fictício	Idade	Expressão de Gênero	Escolaridade	Bairro da Escola	Ano que Participou do ViraVida
E.S.	20	Mulher Trans.	Ens. Fund. Incompleto- 7º série	Rocinha	2015/2016
F. D.	23	Travesti	Ens. Fund. Incompleto- 7º série	Rocinha	2013/2014
R. G	23	Travesti	Ens. Fund. Incompleto- 7º série	Rocinha e Leblon	2015/2016
S.S	20	Mulher Trans.	Ens. Fund. Incompleto- 8º série	Jardim Botânico	2014/2015
B.A	22	Mulher Trans.	Ens. Medioincompleto	Leblon	2015/2016
S.M	23	Mulher Trans.	Ens. Fund. Incompleto- 8º Ano	Leblon	2013/2014
P.M	20	Mulher Trans	Ens. Fund. Incompleto- 7ª série	Jardim Botânico	2014/2015
S.	24	Mulher Trans	Segundo Grau	Anil	2014/2015
N.S.	21	Travesti	Ens. Fund. Incompleto- 7ª série	Praça Seca	2014/2015
M.F.	20	Mulher Trans	Ens. Médioincompleto	Rocinha e Gávea	2014/2015
T.D.	20	Mulher Trans	Ens. Fund. Incompleto- 7ª série	Botafogo	2014/2015
G.H.	20	Drag Trans	Ens. Fund. Incompleto- 7ª série	Ipanema	2015/2016

Serão entrevistadas apenas jovens mulheres transexuais ou jovens travestis, uma vez que o ViraVida nunca atendeu homens transexuais. Das 12 jovens elencadas, 5 foram eleitas, por terem estudado nas escolas próximas ou no próprio território da Rocinha. A escolha por essas escolas ocorre pela facilidade de acesso a gestão da escola, por já possuírem parceria com o nosso programa, bem como pela proximidade com o território da Rocinha que faz da escola uma extensão da comunidade.

O problema de pesquisa partiu da interrogação sobre quais processos interferiram na trajetória escolar das referidas alunas, a maioria ainda no ensino fundamental.

De acordo com Marconi e Lakatos (1996), pesquisa implica na obtenção, organização e sistematização de informações fragmentadas e sua finalidade pode ser descrita como sendo a descoberta de respostas para questões por meio da aplicação de métodos científicos. Para Almeida et al (2005) a produção de informações científicas e a comunicação dessa produção faz parte de um sistema complexo e cujo funcionamento é essencial ao desenvolvimento do conhecimento da ciência – conhecimento organizado, e adotam essa noção para definir pesquisa científica.

São inúmeros os conceitos sobre pesquisa, mas é interessante destacar a definição de Gil (2008):

Pode-se definir pesquisa como o processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos. (p. 26).

O tipo de pesquisa proposto aqui se encaixa no perfil do que Severino (2007) define como sendo descritiva, porque “delineia o que é” (p. 123), passa pelo processo de descrição, registro, análise e interpretação de fenômenos atuais, objetivando o seu funcionamento no presente. Para avaliação dos dados, entende-se que uma abordagem qualitativa atende melhor os objetivos da pesquisa, pois é uma abordagem contextual, não pretendendo numerar ou medir unidades ou categorias homogêneas, pelo contrário, busca interpretar o significado daquilo sobre o qual se debruça, sendo assim uma forma mais adequada para entender a natureza de um fenômeno social. Os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais. (RICHARDSON, 1999).

Por fim, justifica-se o emprego de entrevistas por ser uma técnica de coleta de informações diretamente solicitadas aos sujeitos pesquisados, numa interação entre pesquisador e pesquisado. Santos (2013), remetendo-se aos estudos de Riessman, afirma que a construção de narrativas está intimamente ligada à construção identitária e que o estudo das narrativas é uma ferramenta importante para entendermos como as pessoas processam construções identitárias por meio das narrações de suas histórias.

O autor, bem como Rollemberg (2013), defende que as narrativas são coconstruídas.

O ganho que os estudos interacionais alcançam ao darem oportunidade ao entrevistado de se empoderar, isso é, de se tornar mais consciente do processo de entrevista em si, e

assim poder desempenhar um papel ativo na construção de significados nesse contexto. (ROLLEMBERG, 2013, p.45).

Segundo Severino (2007), o pesquisador visa apreender o que os sujeitos pensam, sabem, representam, fazem e argumentam. Demo (1995) define a entrevista semi-estruturada como a atividade científica que permite ao pesquisador descobrir a realidade. Por sua vez, Minayo (1996) defende ser o fenômeno que permite aproximarmos os fatos ocorridos na realidade da teoria existente sobre o assunto analisado, a partir da combinação entre ambos.

Estrutura da Dissertação

A dissertação está estruturada por meio das categorias de investigação: inserção, acolhimento e permanência na escola. As falas retiradas das entrevistas permearão todo o estudo, sempre em paralelo as teóricas e teóricos estudados, bem como a outras pesquisas lidas.

O primeiro capítulo tem o objetivo de ser a Introdução da pesquisa, no qual será esmiuçado quem é o pesquisador que realiza o estudo, e meus processos de desconstrução de paradigmas racistas e cis-hetero-normativos. Será também abordada a mobilização para a pesquisa, os desafios encontrados, a justificativa da escolha das/dos interlocutoras/es, além das delimitações do que é o território da Rocinha, da favela no Rio de Janeiro e da Metodologia da pesquisa.

O segundo capítulo tem o objetivo de trabalhar a categoria inserção na escola, com exposição da revisão bibliográfica feita, discussão dos conceitos empregados na pesquisa, como Travesti, Transmulheres / mulheres trans, abjeção, passabilidade e apresentação de dados de outras pesquisas. Serão também apresentadas as interlocutoras e os interlocutores da pesquisa, colaboradores essenciais dela.

O terceiro capítulo versa sobre a categoria acolhimento na escola, e contrapõe a visão das interlocutoras ex-alunas das escolas e suas respectivas gestoras e gestor. Serão elencadas também algumas visões da psicologia escolar e da educação sobre acolhimento escolar e os estudos sobre pedagogia queer.

O quarto capítulo trabalha a Permanência na escola, e tem objetivo de discutir políticas públicas e direitos humanos na educação, os dados do que o Brasil tem feito ou não nesta seara e a fala das interlocutoras sobre a questão, além de problematizar o conceito de mobilização em Charlot, com base nas falas das entrevistas sobre a importância do espaço escolar.

O último capítulo serão as considerações finais da dissertação, revisando criticamente o que foi discutido e trazendo também a visão dos planos pro futuro das interlocutoras, além da visão da escola na figura da gestão escolar sobre a reinserção escolar das ex-alunas.

Alguns Recortes das falas das colaboradoras da Pesquisa

Permanência

(Mirella): Ai, **eu me sentia mal, que era humilhante não poder nem ir pra escola, que eu não tava nem indo lá pedir nada pra ninguém, tava indo lá pra estudar, e aí não podia nem ter paz, nem dentro da sala,** ah, achava muito ruim!

D - Bom, tinha algum lugar ou momento favorito seu na escola? M - Ai, não, não tinha nenhum.

D - Nenhum? M - Nenhum.

D - Você não gostava de nada na escola?

M - **Só gostava só de estudar mesmo. Ah, mas não tinha momento nenhum bom, educação física, não tinha nada bom.** Eu achava ruim quando misturava as turma, que tinha aqueles negócio que a gente ia pra sala assim, assistir vídeo, ai, era muito ruim também. Ai, porque aí era pior, porque era mais gente, aí fazia a chamada lá. Igual quando juntava duas turma, eu achava muito ruim. Muito ruim. Ai, muito ruim. **Aí era mais alunos, aí eu pensava que era mais gente pra ver meu nome... às vezes, ó, tinha as vezes que eu preferia sentar bem lá atrás, tipo assim, o último da cadeira, pra que quando ela chamasse meu nome eu só levantar o braço e ninguém ver.** Às vezes também já fiz muito isso, ficar lá atrás, aí quando ela falava meu nome eu só levantava o braço, aí ninguém via.

(Pit) : Porque quando eu estudava aqui ainda na comunidade eu era normal, não tinham me descoberto, e depois que eu fui pra eja onde eu tive contato com mais pessoas, como é que se fala... pessoas mais velhas, assim, e foi onde eu fui me conhecendo e é isso, só. (...) Normal assim, não tinham me descoberto ainda, porque quando eu estudei aqui eu era criança, aí, depois que eu fui pra lá é que eu fui me descobrindo, porque eu já fui ficando maior, comecei a me misturar com o povo da escola. Eu andava igual um meninozinho, de bermuda, quando eu fui pra outra escola eu já comecei a usar leg, já comecei a usar tudo.

D - Você era popular na escola?

PIT - Sim, porque eu zoava muito, ainda zoo, né? D - O que que é “zoar muito”?

P - Zoar, brincar, não assistir aulas, ficar zoando na hora do almoço, do recreio, ficar com os outros na escola.

D - Você gosta de ser engraçada? P - É.

(Xuxa): Foi bom. Gostei que eu também distraí. Eu já distraí minha mente aqui, chegava, era bom também que eu nem ficava mais na rua, que eu vinha direto pra... daqui eu ia

pra escola, da escola eu ia direto pra casa, não conseguia nem sair pra rua. Aí até eu tava gostando, eu falei, ai, não.

(Pyetra): Então, foi... nunca fui reprovada, é... sempre fui aquela pessoa que se dedicou, minha mãe sempre esteve ali, sempre me apoiando, me incentivando e nunca tive problema nenhum em questão de... assim, problema de escola, advertência, essas coisas nunca teve problema, eu sempre fui aquela aluna sempre... entendeu? Pontual.

Do quinto ano, depois, quando eu fui pro sexto, aí que lá já foi meio complicado, porque aquela coisa, né, preconceito, e aquelas pessoas “Ah, seu jeito!” e tal, “Ah, você é viadinho”, “ah, você é aquilo” e tal, aí aquilo me oprimia, né? E foi isso, foi uma barra, aí foi uma das piores situações, porque tinha vezes que eu nem queria ir pra escola, mas aí eu ia, né? Chorando, mas eu ia. Mas, também, quando eu chegava em casa, botava a cabeça no travesseiro, é aquela opressão e, também, não tinha nem como se abrir com a minha mãe, né, porque... ela não entendia e eu também era uma pessoa confusa, no caso, era adolescente, então... eu nem mesma me entendia, então, foi bem difícil, entendeu?

(Aurora): Ah, minha trajetória na escola foi bem comum, eu comecei a estudar, tinha medo, lógico, né, de falar sobre nome social, sobre essa relação de trans e tal, então eu continuei com o meu nome, com o nome que minha mãe e meu pai me deu até hoje, até lá na própria escola que eu estudo porque é uma questão que, meio difícil de alguém me chamar pelo nome Aurora e tal, mas foi normal, assim, fora que só os preconceito, né, foi muito preconceito, *Ser Normal*

foi um tempo meio que perturbador, ainda é perturbador porque eu estudo com pessoas que não são garotas trans, não são garotos trans, são cis mesmo então é difícil, mas eu nunca me importei muito não. Nunca dei muita importância pra o que as pessoas falam, o que costumam dizer, só tenho meio que um receio porque o Rio de Janeiro, principalmente, por estar no Rio de Janeiro no momento porque eu acho que... muito... aqui um lugar muito agressivo, muito violento, aí eu tô meio com medo de falar alguma coisa, mas na Bahia foi muito tranquilo em relação à escola.

Ah, normal pra mim é... é tipo assim, ser normal, tipo, ser invisível, de eu passar e ninguém falar nada, ninguém rir. Ser visto, assim, como uma pessoa normal.

(Mirella)

Normal assim, não tinham me descoberto ainda, porque quando eu estudei aqui eu era criança, aí, depois que eu fui pra lá é que eu fui me descobrindo, porque eu já fui ficando maior...

(PIT)

Assim, nunca teve preconceito, nada. Bullying comigo, não... porque eu sempre sabia chegar, ter várias amigas, até com o diretor, o Ricardo, ele sempre me chamou pelo nome que eu queria. As professoras. E eu não me vestia de mulher na época, só me vestia com roupa normal.

(Xuxa)

Ah, preconceito sempre existiu e sempre vai existir. Sempre tem alguém pra jogar piada, pra fazer graça. Mas eu acho que depois que eu me assumi, eu acho que foi bem mais fácil, né? Porque aquela opressão que eu sentia, né, porque, no caso, as pessoas falavam uma coisa que realmente eu era, mas que, na verdade, eu não queria que ninguém soubesse, entendeu? Aquela coisa do... eu queria que fosse oculto. Então, eu me sentia mal por não... saber como reagir, como me defender, entendeu? Então, aí, depois que as pessoas também falavam “ah, viadinho, gay”, eu não ligava também, entendeu? Ah, tipo, tô nem aí! Sou mesmo, todo mundo sabe, então... não era tanto como antes, entendeu? Eu sei que ninguém gosta de sofrer preconceito, mas também... totalmente diferente de quem não... é... se assume, de quem não auto se declara, entendeu? Eu acho que é bem diferente. (Pyetra)

Agressividade como ferramenta de sobrevivência

Mirella - A gente sempre ficava na sala, e ele ficava falando gracinha, ah, veado, não sei o que... sempre falava uma gracinha, eu sempre relevava. Aí teve um dia que eu não aguentei mais, eu fui e taquei... peguei, levantei e taquei uma cadeira nele, mas aí eu fui pra direção, a diretora não falou nada comigo, porque eu já tinha conversado com ela, ela não falou nada.

D - Você já tinha falado com ela antes sobre essas gracinhas?

M - Já. Já. E ela não falou nada, por isso que quando eu tomei essa atitude ela também não pôde falar nada comigo, a única coisa que ela pôde fazer foi me transferir pra noite.

D - Quando você foi conversar com ela, o que que ela te disse? O que ela te respondeu?

M - Não, ela disse que era pra mim deixar pra lá, que daqui a pouco isso passava, que era só uma fase, se eu deixasse pra lá ele ia cansar e não ia me encher mais... aí foi... eu deixei, deixei, deixei passar, até o tempo que eu não aguentei, aí aconteceu isso, aí ela não pôde fazer nada e só me passou pra noite.

D - Ela não pôde fazer nada?

M - Não, não pôde fazer nada, porque eu já tinha conversado com ela. Aí ela não pôde fazer nada.

D - E o menino que, enfim, nesse episódio, sofreu essa porrada, digamos assim, mas que te deu outras porradas verbais, o que que aconteceu com ele? M - Não aconteceu nada. Mas aí também isso serviu pra todos, que aí, rapidinho pararam de mexer. eu acho que, às vezes, assim, a gente não quer ser agressivo, mas parece que tem que ser pras pessoas pararem, porque a gente tenta conversar numa boa e ninguém para... a gente fica na nossa, mas ninguém para... às vezes eu acho que isso tem que acontecer. Por isso que tem muita gente que é agressiva, acho que por isso.

(PIT): a gente foi almoçar e toda vez, aí tinha a fila do menino e a fila da menina, aí tinha a Soninha do portão, aí ela sempre deixou, sempre deixou eu ficar na fila das meninas, aí eu sempre fiquei, teve um dia que ele falou não sei o que... falou alguma gracinha, aí eu fui e bati nele. Aí ele queria me bater e eu fui na direção e falei com o diretor, aí o diretor falou que era... que ele tava sendo preconceituoso, aquela coisa toda e perguntou se eu queria fazer uma ocorrência disso, aí eu falei que não, aí, depois desse dia eu nunca mais fui pra escola. Porque eu fiquei com medo, porque o diretor chamou a mãe dele e eu fiquei com medo dele querer me bater depois... depois saí da escola...aí eu parei de ir pra escola. Nunca mais voltei na escola.

(...) agora tive que aprender com a vida, porque senão os outro ia tar sempre pisando em cima de mim.

D - Então você sente essa necessidade agora de ter um pouco mais de agressividade, talvez?

P - Sim, agora eu sou agressiva, muito. D - É Pra se sentir respeitada?

P - Eu acho que sim, porque qualquer gracinha que fala eu já... eu já fico coisa...

Cara, era um problema pra mim, porque era cheio de menina, e se a gente fosse tentar entrar no banheiro das meninas a diretora não deixava, mandava a gente sair... dava até... botava até a gente de castigo, aí sempre foi um problema. Pra mim ir no banheiro eu esperava todas as turmas, assim, ficar em sala, eu via que tava tudo calmo, o corredor tava calmo, aí eu pedia pra ir no banheiro aí eu descia, que era a hora que o banheiro dos menino tava vazio. Que o banheiro das menina ela não deixava a gente entrar. Às vezes segurava até pra fazer em casa... Mas aí depois de um tempo eu fiz amizade com uma moça que trabalhava na limpeza, aí ela deixava a gente ir no banheiro... no banheiro, lá, que eles iam.

(Mirella)

Banheiro

No banheiro masculino, quando não tinha ninguém, eu ia. Mas o feminino eu entrava porque também... tinha espelho, no caso, mas além disso eu entrava porque minhas amigas todas entravam, aí me chamava e eu ia também, e os outros meus amigos que eram homossexuais, a gente entrava, entendeu? Mas, fora isso... Sempre me senti mais à vontade porque, na verdade, quando o banheiro masculino tava cheio eu nunca quis entrar. Porque aquele remorso, aquela coisa, né, de "ai, vão falar alguma coisa", entendeu. Não medo, mas vergonha, né? Vergonha. Vergonha do que eles iriam falar, iriam... eu ia me sentir uma pessoa totalmente diferente, né? Eu... ai... sei lá, ia me sentir uma pessoa estranha... porque eles me tratam assim? Se eu sou igual a eles, tenho tudo que eles têm, só tenho outro gosto.

(Pyetra)

Relações Sociais Na Escola

Mirella - Ah, não era assim de... de ficar se enturmando em recreio... D - Por que não?

M - Ah, porque não, porque... ah, sei lá, acho que era pra evitar mesmo, né? D - Evitar o que?

M - Ah, evitar algum tipo de preconceito, alguma coisa. Eu sempre ficava na minha, sempre ficava sentado na sala, nunca descia... Ah, porque sempre a gente ficava... eu ficava, às vezes eu ficava isolada, assim, aí quando não era na sala, às vezes a gente descia pra biblioteca, porque tinha a biblioteca lá e a moça lá da biblioteca era bem legalzinha, bem legalzinha.

D - E você ficava lá na biblioteca?

M - Isso. Quando não era na sala, era na biblioteca.

(Mirella): Só nessa parte da chamada que não, que se eu pudesse chegaria até atrasada pra não participar dessa parte. Aí que era pior. Eu pensava, chegar atrasado, aí eu vou chegar, a sala já vai tar cheia, não vai ter lugar pra mim sentar, eu vou ter que procurar um lugar, que eu acho que naquele tempo era superlotação, porque, às vezes não tinha nem vaga. Tipo, as mesas já tudo cheias, a gente tinha que ir em outra sala pegar cadeira... Ai, Deus me livre! Eu ia chegar atrasada, aí ia ter que ir em outra sala, bater pra pedir cadeira... não, isso daí era pior. É, pra mim escolher o lugar, porque senão, se chegasse tarde eu não ia ter o lugar pra mim sentar... ia ter que sentar com qualquer pessoa que não tivesse ninguém do lado, ainda ia ter que ir em outra sala, arrumar a cadeira pra sentar, que já ia tar tudo cheio...

(Pyetra): naquela época da escola eu tinha o que... 17 pra 18 anos, agora eu tenho 20, então eu não tinha o pensamento que eu tenho hoje, entendeu? Então, eu acho que seria bem mais complicado também, como eu falei, ao longo do tempo surgiu o desejo e eu vi que era aquilo pra mim, entendeu? Me sinto bem assim, até melhor que antes, claro. Na verdade, eu nunca gostei, né, que as pessoas chegassem em mim falando "Ai, você é um menino", eu sempre achei estranho, eu "Não, tá faltando... tá faltando alguma coisa, não é possível. Sabe, que as pessoas falam "Ai, você é isso", e você "Não... isso não combina comigo", sabe? "Ah, você tem que usar isso", não, não gosto. Aí você usa porque as pessoas tão dizendo que você... sabe? É muito... hoje não. Hoje eu vivo a vida que eu quero, entendeu? Não vou dizer "nossa, que eu não ligo pras... o que as pessoas dizem", entendeu? Sempre tem aquela coisa que mexe com a gente, né? Mas se eu tô feliz, se tá me fazendo bem, isso que importa, entendeu? E é isso.

(Aurora) na Bahia existe preconceito, como em qualquer outro lugar, mas aqui no Rio de Janeiro é bem visível, as pessoas atacam mesmo, as pessoas falam, dentro da escola é muito comum alguém me gritar, alguém falar alguma coisa comigo, quando eu cheguei foi muita dificuldade porque eu também baiana, e tal, aí, foi muito difícil se adaptar dentro da escola no início, mas aí agora eu tô indo, vendo as palestra que tem na escola, de

vez em quando tem palestra, mas tudo comum, tudo normal, assim, normal entre aspas, normal o que seria o normal no Brasil, né, porque a gente sofre preconceito mesmo, a gente tem que aturar porque ou aturo ou eu desisto. Ou eu aturo o que as pessoas falam de mim ou eu vou acabar desistindo de estudar e isso eu não vou fazer.

Nome Social x Nome de Registro

Eu tinha vergonha quando falava assim meu nome na chamada... Aí eu tinha muita vergonha quando fazia a chamada e... e falava. (...) Não, a gente até tentou, mas só que... antigamente não era tão fácil como tá agora. Acho que foi o ano passado, ou foi o ano retrasado, eu estudei. Aí, assim que eu entrei na sala, os professores que faziam chamada já perguntavam, e antigamente não era assim. (Mirella)

Passabilidade

Porque sabe que viado é escandaloso, né? Grita, gosta de se “amostrar”. Zoa, fica gritando na rua. Nada disso eu faço no trabalho, nada. Até então as crianças nem sabem o que eu sou, elas acham que eu sou mulher, porque ontem, infelizmente, ontem eu tava com 2 garotos, eles devem ter uns 13 anos, que eu pego na escola, e eles tavam falando de viado, que não gostava de viado e que nananã e eu só escutando eles falando, calada, eu fiquei só escutando eles falando, aí eu até falei pra minha amiga, falei assim, “eles nem imagina quem sou eu de verdade”. Eu fiquei olhando, eu senti vontade de perguntar assim, qual era o problema dele, eu senti vontade, mas eu não perguntei. Eu fiquei calada, só escutando eles falar.

Às vezes tem muitos pai que é preconceituoso também, né? Aí vai que quer tirar o filho do ônibus porque quem pega criança é viado? Porque eles não sabem falar a palavra certa, né? Tudo pra eles é viado, viado, viado. Não é... por exemplo um gay, um travesti, assim, uma trans, eles não falam. Tudo pra eles é viado. Então, fica chato e tipo assim, aqui tem várias linhas de ônibus, a maioria acha que eu sou mulher, ninguém sabe. Só as pessoas do meu ônibus, porque têm contato e só. E algumas amiga, assim, já conhecia antes do trabalho, que já sabia o que eu era, mas aí ninguém fala nada, entendeu? Todos eles me respeitam, me tratam como uma mulher, entendeu?

(Patrícia)

É igual o patrão, ele fala assim, “você quer ser chamada de ‘ele’ ou ‘ela’?”, eu falei assim, se no meu currículo tá o meu nome oficial, eu não ligo, porque ele

é meu patrão, mas o resto é tudo “ela”, “Patrícia”, ninguém me chama de pit, é Patrícia, todo mundo me chama de Patrícia. Só o patrão que fica, assim, às vezes perguntando, mas... “eu te chamo de que?”, eu falei “ah, tanto faz, do que você quiser”, que eu não dou muita importância não. O resto, me trata normal. (Patrícia)

D - E porque que você não dá tanta importância?

P - Ah, porque ele é meu patrão! Sei lá! Eu acho assim, porque ele é meu patrão ele pode me chamar de qualquer coisa.

D - Porque ele é seu patrão?

P - É. Às vezes ele me chama de “ele”, às vezes ele me chama de “ela”, dá uma misturada. Ele deixa pra minha preferência, mas aí eu falo “qualquer coisa”, ele me chama de qualquer coisa. Ele, ela... mas em nome mesmo ele me chama de Patrícia.

D - Só pra eu entender, você falou que pra você tanto faz, porque ele é seu patrão, mas se ele te deu a opção, você continua achando que tanto faz?

P - É, tanto faz. Porque eu falo “Patrícia”, aí, às vezes ele vai no escritório, aí tá lá meu nome “Gutenberg”, aí ele tem que me dar o recado e meu nome vai até lá “Gutenberg”, aí ele vai ficar até ele... entender. É tanta coisa na cabeça dele, até ele entender... aí ele me chama de “ele”, “ela”, tanto faz.

Celso Vergne (2013) define que as favelas do Rio de Janeiro e suas regiões periféricas se constituíram ao longo da história como o lugar possível de residência das populações pobres da metrópole. “Sobre estas regiões pairam o medo de uma cidade cujas elites se viram cercadas de uma indesejável pobreza negra. ‘Gente feia’, dizem uns. ‘Gente perigosa’, dizem outros” (p.13). Segundo Rocha, Pessoa e Machado (2013),

[...] o problema do estigma de favelado permeia no imaginário dos cariocas. Mesmo dentro das próprias favelas isso ocorre, o que leva os moradores que conseguem uma melhor qualificação e, com isso, melhores postos de trabalho e melhores rendimentos a abandonar as favelas em busca de um lugar melhor motivo da discriminação de moradores de favela está associado a segregação espacial destes moradores. (p.56).

(PIT): um bandido entrou dentro da minha casa, minha mãe tinha viajado, aí um bandido entrou dentro da minha casa, armado, querendo ficar comigo. Ele invadiu, ele me viu na porta e de repente... aí eu fui dormir, aí ele entrou dentro d a minha casa, abriu minha porta, abriu meu portão, entrou dentro da minha casa, subiu no quarto e bateu na porta e eu tava com duas amigas lá, que minha mãe tinha viajado e elas ia dormir comigo e esse menino entrou lá em casa e bateu na porta assim, e eu achei que fosse meu irmão que tinha chegado do trabalho, aí eu falei “entra” e não responderam, aí, na segunda vez que bateu eu abri a porta, aí quando eu abri era ele, aí eu fui e falei, “como é que você entrou aqui?”, aí eu discuti com ele e falei... aí eu fiquei lá falando, aí ele falou que queria ficar comigo, aí eu falei que não! Aí minhas amigas que tavam lá, aí minha amiga tava grávida e começou a passar mal, né? Porque foi um susto, ele saiu entrando lá em casa, aí ele saiu correndo, foi embora.

D - E ele tava armado?

P - Tava. Eu fiquei com medo, achei que ele fosse fazer alguma coisa. D - Mas ainda assim você brigou com ele?

P - Foi. Eu discuti com ele, ele ainda teve coragem de sentar no sofá e ficar olhando pra minha cara, falando que tava apaixonado por mim, mas eu nunca

vi ele na minha vida e eu nunca tive contato com esse menino. Aí eu fui nos bandido e falei, aí os meninos botou ele pra ir embora, aí eu fiquei com muito medo dele me encontrar na rua e querer fazer alguma coisa, aí eu ando com a tesoura dentro da bolsa. Vai que eu encontro ele pela rua... Deus me livre! Ele quer me bater... porque esse negócio é sério, eu fiquei com muito medo, ainda eu tô com medo, isso foi umas duas semanas atrás, vai ele me vê pela rua e quer fazer alguma coisa comigo...

D - E o que difere dessa situação da escola pra essa situação dentro da favela? PIT - Porque aqui a gente tem quem socorrer a gente e lá na escola o diretor simplesmente ia dar uma suspensão pra ele e fica por isso mesmo! Não dá nada. se fosse o negócio de xingamento, o diretor vai, dá uma suspensão, ele fica suspenso tal dia, a mãe tem que ir na escola, só entra com o responsável e tal. Tem outras coisas não, que tem que encaminhar pra delegacia, se for o caso de racismo, bullying, essas coisas assim, é mais pra frente, aí vai da pessoa querer levar o assunto pra frente. E aqui não, aqui, meu filho... se for ali e falar, vai ter que resolver na hora.

Nas palavras das colaboradoras... “você acha que a escola, ela é um espaço que respeita as diferenças?

(Aurora): Eu não acho porque o respeito na escola é mais que uma fachada porque deveria ter palestra, deveria ter auxílio, deveria ter um ensino dentro da escola voltado àquilo, tipo, um exemplo, na minha escola tem o ensino religioso, mas não tem um ensino pra falar o que é trans, qual é a necessidade de falar de ensino de religião se não vai falar de trans, se não vai falar de racismo, se não falar de outras coisas? Deveria ser um lugar mais aberto pra abrir, abrir a cabeça das pessoas, pra mudar o que o Brasil está acontecendo agora porque tá muito difícil um trans, uma garota trans, um garoto trans, gays viveu em relação ao LGBT, né, o LGBT sofre muito e dentro da escola... não, realmente não tem respeito porque as leis são fracas, se for xingado vai ser dois dias de suspensão, na outra semana ele vai xingar você de novo, você pode ser agredida, vai passar pela mesma situação porque não vai mudar porque são só suspensões, eu acho que deveria trabalhar mais o... a mente da pessoa, ensinar, não que precisa ter um ensinamento assim, porque todo mundo sabe o que é uma garota trans, e tal, mas falar, não, tá errado isso e não vai ser suspendendo a pessoa que vai, vai ter ensino, eu acho que deveria ter alguma coisa mais que parasse o preconceito dentro da escola, o que não acontece, pelo menos na minha escola.

(Mirella): Eu acho que eles tinham que se inteirar do assunto para que pessoas que vão entrar na escola, não passar por esses constrangimentos. Eu acho. Quando a pessoa entra na escola, perguntar como que ela quer ser chamada, pra botar na chamada, essas coisas. Para que a pessoa não passe por esses constrangimentos.

(Pit): Eu acho que não, vai do comportamento da pessoa. É, vai da pessoa. Isso. Depende da pessoa. Porque tem garoto também que fala “Viado escroto”, né? Porque tem gente que passa dos limites. Só isso, acho que não tem que ter melhoria não, vai da pessoa mesmo, querer.

(Xuxa): Depende. Tem pessoas que respeitam e tem pessoas que não respeitam. Os professores sempre me respeitaram. Uns alunos, porque não tinha pessoa nova na minha sala, era só pessoa de idade, mais de idade assim, que tinha.

(Pyetra): Não. Não, nem tanto. Porque como eu falei, existe essas questões, né, de lidar com... com os colegas de turma, os alunos, né? Que nem todo mundo me entende, mas... também tem professores que desrespeitam os alunos, não aconteceu comigo, mas... existe, claro, entendeu? Então eu acho que, como você falou, é... qual a palavra... “direito”, lugar de direito. Um lugar que respeite as diferenças. Eu acho que essa palavra, essa frase, né, é uma frase bem... né, não é totalmente concreta, porque... nem todos os lugares, acho que nenhum lugar todo mundo vai te respeitar, entendeu? Sempre vai ter um pra poder fazer alguma coisa com você, querer te julgar de alguma forma, seja com o olhar, seja com o gesto, sempre vai ter um, em qualquer lugar, entendeu? Então, como eu disse e repito, todo lugar tem preconceito, o preconceito sempre vai existir, entendeu?

Ouvir as narrativas de vida, e contrapor essas narrativas à cisgeneridade, encarnada na pesquisa pelas gestoras e gestores das escolas nas quais se deu as trajetórias escolares das colaboradoras da investigação acadêmica foi uma tentativa de não objetificar as pessoas no processo de estudo das trajetórias escolares. Além de responder à pergunta de Xuxa, eu queria responder a minha pergunta: porque, entre todas e todos estudantes que já passaram pelo ViraVida, o número de trajetórias escolares interrompidas era majoritário entre as ex-alunas trans e travestis.

O porquê? Por causa da Cisgeneridade.

As narrativas das gestoras e dos gestores falavam de uma normalidade na convivência das travestis e transexuais alunas com os cisgêneros alunos. Uma harmonia, um mundo ideal onde as escolas não cumpriam seus papéis em discutir gênero e sexualidade – todas as gestoras foram unânimes em dizer que as secretarias de Educação, tanto estaduais quanto municipais não promoviam discussões ou capacitações no tema – mas ainda sim havia uma convivência normal. Mas, diga, soam normais as experiências das alunas relatadas anteriormente?

Referências

- ANDRADE, Luma. Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa. Rio de Janeiro: *Metanóia*, 2015.
- ALMEIDA, Kátia de; et al. Análise da evolução da metodologia utilizada nos artigos publicados na revista: Contabilidade & Finanças – USP. São Paulo, *Contabilidade & Finanças – USP*, nº, 2005.
- ARAN, Márcia. A transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero. Rio de Janeiro: *Ágora*. v. 9, n. 1, p. 49-63, Junho de 2006. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-8&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22 Fev. 2016.
- BAGGIO, Maria. Carolina. Da Relação entre Pessoas Transgêneras e a Organização: Novos Sujeitos para os Estudos sobre Diversidade Organizacional. *Revista de Gestão*, v. 24, n. 4, p. 360-370, 2017.
- BECKER, Howard S. (1963). *Outsiders: Estudos de sociologia do desvio*. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.
- BENEDETTI, Marcos Renato. Toda feita: o corpo e o gênero das travestis. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.
- BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006
- _____, Berenice. *O Que é a transexualidade?* São Paulo: Brasiliense, 2008.
- _____, Berenice; PELÚCIO, Larissa. Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas. *Estudos Feministas*, v. 20, n. 2, p. 569-581, 2012.
- _____, Berenice. *Transviad@s: Gênero, Sexualidade e Direitos Humanos*. Salvador: EDUFBA, 2017.
- _____, Pierre (2002), Um Saber Comprometido. Portugal: Lisboa, *Jornal Le Monde Diplomatique*, n.5, ano 3, 2002.
- BONASSI, Brune Camillo. *Cisnorma: Acordos societários sobre o sexo binário e cisgênero*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Anais da Conferência Nacional de gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais – GLBT. *Direitos Humanos e Políticas Públicas. O caminho para garantir a cidadania GLBT*. Brasília, 2008.

BRASIL. Ministério da Educação. *Relatório Educação para Todos no Brasil, 2000- 2105*. Ministério da Educação. Brasília : MEC, 2014.

BUTLER, Judith. (1990) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

CAEIRO, Rui Miguel Pereira. *Transexualidade(s) e travestilidade(s) no jornalismo: uma análise discursiva das notícias produzidas em Pernambuco pelo Aqui PE e Jornal do Commercio*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Pernambuco: Pernambuco, 2016.

CAVALCANTI, Manuella P. de H. Gênero, educação e diversidade: sociabilidade das travestis nos ambientes educacionais na cidade de Maceió/AL. In: *CONGRESSO LUSO AFRO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS*, 11., 2011, Salvador. Anais. Salvador: UFBA, 2011. Disponível em: <http://www.xiconlab.eventos.dype.com.br/recursos/anais/3/1308232879_ARQUIVO_Artigo-CONLAB.pdf>. Acesso em: 04 jul. 2017.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. Um Nome Próprio: Transexuais e Travestis nas Escolas Brasileiras. *32ª Reunião Anual da ANPED: Sociedade, cultura e educação: novas regulações?* CAXAMBU: ANPEd, outubro de 2009. 14p.

CIDADE, Maria Luiza Rovaris. *Nomes (im)próprios: registro civil, norma cisgênera e racionalidade do sistema jurídico*. Dissertação de Mestrado. Universidade Federal do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2016.

COLLING, Leandro. *Que os outros sejam o normal: tensões entre movimento LGBT e ativismo queer*. Salvador : EDUFBA, 2015.

COSTA, Ana Sheila Fernandes; AKKARI, Abdeljalil e SOUZA, Rossana Valéria Silva. Educação básica no brasil: políticas públicas e qualidade. *Práxis Educacional*. Vitória da Conquista. v. 7, n. 11 p. 73-93 jul./dez. 2011

DEMO, Pedro. Metodologia científica em ciências sociais. 3a Ed., São Paulo, Atlas, 1995.

FRANCO, Neil; CICLLINI, Graça A. Travestis, Transexuais e Transgêneros na Escola. *Cad. Pes.*, São Luís, v. 23, n. 2, mai./ago 2016. P. 122-137.

FOUCAULT, Micheal. A. *História da Sexualidade III: O Cuidado de Si*. 8 ed. São Paulo, Edições Graal, 1985.

GIL, Antônio Carlos. (1987). Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre a população transgênero : conceitos e termos*. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: <[http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta es_popula o_trans](http://issuu.com/jaquelinejesus/docs/orienta_es_popula_o_trans)>. Acesso em 12/03/2016.

JUNCKES, Ivan Jairo; SILVA, Joseli Maria. Espaço escolar e diversidade sexual: um desafio às políticas educacionais no Brasil. *Revista de Didáticas Específicas*, Madrid, n. 1, p. 148-166, dez. 2009. Disponível em: <<http://www.didaticasespecificas.com/files/download/1/revistas/publicacion1.pdf#page=14>> Acesso em: 10 mar. 2018.

JUNQUEIRA, Rogério. D. (Org.). Educação e homofobia: o reconhecimento da diversidade sexual para além do multiculturalismo liberal. In: . *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, DF: MEC; Secad; UNESCO, 2009a. p. 367-444.

_____. Homofobia nas escolas: um problema de todos. In: . *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, DF: MEC; Secad; UNESCO, 2009b. p. 13-52.

_____. Políticas de educação para a diversidade sexual: escola com lugar de direitos. In: LIONÇO, T.; DINIZ, D. (Org.). *Homofobia & educação: um desafio ao silêncio*. Brasília, DF: Ed. UnB, 2009c. p. 161-193.

LEITE JUNIOR, Jorge. “Nossos corpos também mudam”: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. 2008. 230 f. Tese de Doutorado. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

LOURO, Guacira Lopes. Heteronormatividade e Homofobia. Em: JUNQUEIRA, Rogério D.(org). *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília : Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, UNESCO, 2009. Disponível em: <portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000015502.pdf>. Acesso em: 12/03/2016. GARCIA, Rafael. *TRANScrições. Sobre mudanças que fizemos de nossos corpos*. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília: Brasília, 2015.

GARCIA, Thomás Coelho. Violência policial como tema público: o caso da “chacina do alemão”. *Sociologia & Política – I seminário Nacional Sociologia & Política UFPR*. UFPR: 2009. Disponível em: <<http://www.humanas.ufpr.br/site/evento/SociologiaPolitica/GTsONLINE/GT4/EixosII/violencia-policial-TomasGarcia.pdf>>. Acesso em 12/03/2016.

GIL, Antonio Carlos. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2008. GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. *Estud. av.*, São Paulo, v. 7, n. 18, p. 65-137, Aug. 1993. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010340141993000200004&lng=en &nrm=iso>. Acesso em 20 de Abril de 2018.

GOMES, Camilla de Magalhães. *Tênis Travesti: as relações entre gênero, raça e direito na busca de uma hermenêutica expansiva do “humano” no Direito*. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

KAAS, Hailey. Sobre o “casal trans*” e porque a mídia continua a nos exotificar e higienizar. *Gênero à Deriva* - Blog. 2013. Disponível em: <<http://bit.ly/17qVmeT>>, acesso em: 25/04/2018.

MARCONI, Mariana. De Andrade; LAKATOS, Eva Maria. *Técnicas de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisas, elaboração, análise e interpretação de dados*. 3.ed. São Paulo: Atlas, 1996.

MINAYO, Maria Cecília de S. O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde. 3.ed. São Paulo: Hucitec/ Rio de Janeiro: Abrasco, 1996.

MÜLLER, Tânia M. P.; CARDOSO, Lourenço (org). *Branquitude: Estudos sobre a Identidade Branca no Brasil*. Curitiba: Appris Editora, 2017.

OLIVEIRA, Bárbara de Paula. “A gente não se descobre, a gente se define” As subjetividades trans* no HUB – DF. Dissertação de Mestrado. Universidade de Brasília: Ceilândia, 2017.

OLIVEIRA, Polianne Delmondez. *Cartografia das práticas de subjetivação em experiências trans*. 2017. Tese de Doutorado. Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

PELÚCIO, Larissa. *Abjeção e desejo: uma etnografia travesti sobre o modelo preventivo de AIDS*. São Paulo: Annablume/ FAPESP, 2009.

PERES, William. Cenas de exclusões anunciadas: travestis, transexuais, transgêneros e a escola brasileira. In: JUNQUEIRA, R. D. *Diversidade sexual na educação: problematizações sobre a homofobia nas escolas*. Brasília, DF: MEC; Secad; UNESCO, 2009. p. 235-264.

PETRY, Analídia Rodolpho; MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann. *Transexualidade e heteronormatividade: algumas questões para a pesquisa*. Textos & Contextos: Porto Alegre, v. 10, n. 1, p. 193 - 198, jan./jul. 2011.

PONTES, Júlia Clara; SILVA, Cristiane Gonçalves. Cisnormatividade e Passabilidade: deslocamentos e diferenças nas narrativas de pessoas trans. Em *Periódicos*. n. 8, v.1 Nov 2017- Abr-2018. P.396-417. Disponível em: <<https://rigs.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/viewFile/23211/15536>>. Acesso em: 23/04/2018.

RICHARDSON, Roberto. Jerry. *Pesquisa social: métodos e técnicas*. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1999.

ROLLEMBERG, Ana Tereza Vieira Machado, Entrevistas de Pesquisa: Oportunidades de coconstrução de significados. Em: BASTOS, Liliana Cabral; SANTOS, William Soares dos. (org) *A entrevista na pesquisa qualitativa*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2013.

RUBIN, Gayle. O Tráfico de Mulheres: Notas sobre a economia política do sexo. *S.O.S corpo*: Recife, 1993.

SANTOS, Boaventura de Souza. *Um discurso Sobre as Ciências*, São Paulo: Cortez, 2008.

SANTOS, William Soares. Os Níveis de interpretação na entrevista de Pesquisa de natureza interpretativa com narrativas. Em: BASTOS, Liliana Cabral; SANTOS, William Soares dos. (org) *A entrevista na pesquisa qualitativa*. Rio de Janeiro: Quartet: FAPERJ, 2013.

SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

SEVERINO, Antonio Joaquim. (1941). *Metodologia do Trabalho Científico*. São Paulo: Cortez, 2007.

VERGNE, Celso de Moraes. *A trama da besta: a construção cotidiana do genocídio do negro no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Tese (doutorado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Departamento de Psicologia, 2013.

VERGUEIRO, Viviane. Explorando Momentos de Gêneros Inconformes – Esboços Autoetnográficos. *Seminário Internacional Desfazendo Gênero*, Natal (RN): Agosto de 2013. Disponível em: < https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/31743388/V_viviane_-_Explorando_momentos_de_generos_inconformes.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1526906802&Signature=94FmuGnjRgmyqw09oncQOxGKISM%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DExplorando_momentos_de_generos_inconform.pdf >. Acesso em: 21/04/2018.

TRANSEXISTÊNCIAS NOS TERRITÓRIOS DO ENSINO DE BIOLOGIA: RESISTÊNCIAS E EXPERIMEN-TORÇÕES

Sandro Prado Santos¹

Resumo: Este texto oriundo de uma pesquisa de doutorado em que nos dispusemos a cartografar os agenciamentos do encontro *Experiências de pessoas trans – Ensino de Biologia*, objetiva apresentar, a partir do diálogo-entrevista com biólogas *trans*, as ressonâncias dessa aliança aos modos de vida *outros* nos territórios do ensino de Biologia. Os encontros convocaram a paisagens *outros*, ora povoadas de discursos exatos de corpos, gêneros e sexualidades ora atravessadas por torções e deslocamentos de sentidos, que operam com/por dispositivos e agenciamentos, criando territórios. A aliança indicou fugas e esburacamentos nos territórios, configurando processos de resistências ao se pensar corpos, gêneros e sexualidades.

Palavras-chave: Ensino de Biologia, transexistências, linhas de fuga.

¹ Doutor em Educação – Universidade Federal de Uberlândia – Instituto de Ciências Exatas e Naturais do Pontal - ICENP.
E-mail: sandro.santos@ufu.br.

Diálogos iniciais...

Esse texto foi fruto de uma investigação de doutorado (SANTOS, 2018), a qual dispõe a cartografar² os territórios³ do ensino de Biologia a partir dos agenciamentos do encontro com experiências de pessoas *trans*⁴, mapeando as possíveis ressonâncias que tal encontro e/ou aliança pode produzir a modos de vida *outros* em Educação em Biologia.

Uma tese acadêmica que se propõe discutir as experiências de pessoas *trans* no campo do Ensino de Biologia – e por um pesquisador em formação inicial em Ciências Biológicas, suscita diversas indagações e desconfiças que me tencionavam dos riscos da investigação caminhar numa naturalização e conformação das experiências em um determinismo biológico e assim instituir um modelo pedagógico para o Ensino de Biologia.

Para tanto, a construção da pesquisa se formulou por meio das observâncias de investimentos sociais, pedagógicos e de discursos do campo da Biologia sobre a naturalização dos corpos, gêneros e sexualidades, mais ainda quando se trata de experiências *trans*. Essas experiências tornam-se importantes nas produções dos conhecimentos no Ensino de Biologia, a partir do momento em que elas encontram-se cotidianamente no espaço escolar.

A viagem investigativa percorreu os espaços educativos escolares da Educação Básica ao Ensino Superior. Os encontros na Educação Básica foram com professoras de Biologia (*trans* e não *trans*), uma aluna que se autoidentificava como *trans* na escola básica; e, no ensino superior com professores/as (*trans* e não *trans*) que atuam ou possuem formação em Ciências Biológicas e uma graduanda *trans* dessa mesma área. Nesse texto, em função da delimitação de espaço, apresentamos o diálogo-entrevista com a bióloga *trans* Thiessa.

A fabricação da pesquisa – o encontro com a cartografia

No processo de produção da pesquisa foi possível atualizar e vivenciar experimentações que provocaram meu pensamento, levando-me e a desconfiar do mapa estático e fixo ao qual me atrelava e que

- 2 Deleuze apresenta a cartografia como um ensaio de uma forma de se fazer pesquisa que opera a partir de um fora na produção de mapas, sempre abertos, de relações de forças, mapas de densidade e mapas de intensidade, compostos nos jogos das linhas que não param de misturar matérias de modo a constituir traçados de conexões inesperadas, torções, insurgências, mutações, criatividade e resistências. Sempre em devir. De mapas *por vir*. As relações de forças requerem um trabalho cartográfico que remete a um traçado de movimentos, diferenciação, multiplicidades, conexões e criatividade, nos ensina Deleuze (2013).
- 3 O território, a partir de Deleuze e Guattari (2012), é constituído por um conjunto de linhas, de diferentes naturezas, ritmos e direções que podem normatizar e fixar modos de existência ou investir em outras linhas que criam outros territórios, singularizando as experiências.
- 4 Utilizamos “experiências de pessoas *trans*” para não fazer referência direta a uma denominação médica/patológica e por não referenciar um arranjo unívoco entre as muitas possibilidades relacionadas aos deslocamentos de gênero das pessoas *trans*. Reafirmamos a polifonia das pluralidades de experiências possíveis com/nos corpos, gêneros, sexualidades e desejos.

o Ensino de Biologia pode também inventar outras maneiras singulares de funcionar, podendo sugerir outros movimentos, possibilidades de fissuras, brechas, escapes, rachaduras e descontinuidades.

Nesse contexto, a cartografia (ROLNIK, 1989; DELEUZE; GUATTARI, 2011; PRADO-FILHO; TETI, 2013) forneceu-me instrumentos para pensar novas políticas dos corpos, gêneros e sexualidades na contemporaneidade, bem como novas estratégias de resistências no cenário do século XXI, potencializando olhares oblíquos sobre corpos, gêneros e sexualidades. (DINIS, 2008).

Produzindo paisagens outras nos territórios do ensino de Biologia

A indicação de Thiessa foi realizada pela professora Flávia Teixeira da Universidade Federal de Uberlândia que fez parte da banca de qualificação da tese. Ao descobrir que Thiessa tinha feito Ciências Biológicas na Universidade Federal de Goiás (UFG) na Regional Catalão/GO entrei em contato com uma amiga que é professora do departamento de Ciências Biológicas da instituição, e disse-me que foi professora de Thiessa, mediando o contato. A conversa inicial com Thiessa foi pelo aplicativo *whatsapp* por meio do qual combinamos um diálogo na cidade de Catalão/GO. Esse aconteceu em um hotel da cidade.

Thiessa nasceu menino, na cidade de Catalão em Goiás. Em sua infância, foi detectada a diminuição da atividade da hipófise⁵, uma doença pouco comum, denominada hipopituitarismo que provoca no organismo a deficiência do hormônio do crescimento (GH) e da atuação da testosterona no corpo com a perda de caracteres sexuais masculinos. Em função desse histórico médico, Thiessa apresenta uma grande passabilidade⁶ sendo alvo constante de críticas e acusações dizendo que ela está mentindo em dizer que é trans, pois não apresenta nenhum traço ou caracteres sexuais masculinos. Por ter uma passabilidade, Thiessa inicialmente escondia-se e não apresentava-se como *trans*, pois sentia-se insegura e tinha problemas de auto aceitação. A sua existência enquanto Thiessa aconteceu a partir de 2010. Thiessa iniciou a sua transição⁷ a partir de 2010 quando já havia ingressado no curso de Ciências Biológicas da UFG em Catalão/GO.

Thiessa se auto-identifica hoje como mulher trans e bissexual, mas só consegue desenvolver relações afetivas com homens. Ela possui um canal no youtube “Thiessita” em que conta e dialoga com as pessoas sobre suas experiências. Uma youtuber. Em maio de 2017, no momento de realização do diálogo-entrevista, fazia entre oito e nove meses que Thiessa havia realizado a cirurgia de re-designação sexual em uma instituição particular na cidade de São Paulo.

5 Glândula endócrina, localizada na parte inferior do cérebro.

6 Ser reconhecido pela sociedade como alguém em conformidade com as normas de gênero, sendo assim, quanto mais passável a pessoa é, mais aceita pela sociedade. Ver. LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Uma introdução aos estudos transgêneros. Curitiba: Transgente, 2015.

7 Momento em que algumas pessoas *trans* se submetem aos tratamentos hormonais e cirúrgicos para comporem com o corpo da maneira que desejam.

Do ano de 2010 a 2014 Thiessa fez o curso de Ciências Biológicas na UFG em Catalão/GO. Relembrou que no seu primeiro dia de aula na disciplina de Anatomia, o professor fazendo a chamada, falou o nome dela de registro e ela respondeu “presente”. Contou essa situação com muitos risos, pois relatou que ainda não tinha noção do que estava acontecendo com ela. No decorrer do curso, identificou-se bastante com as áreas de Educação e Genética. Nas aulas de Genética conversava muito com a professora sobre os entendimentos acerca transexualidade, chegando a dizer um dia para a professora que tinha a síndrome de Klinefelter, ideia que foi negada de imediato pela docente. Nesse momento que disse sobre os interesses pelas aulas de genética, ela mencionou suas intensas buscas de leituras e pesquisas que dialogam sobre as pessoas trans.

Ao longo do diálogo com Thiessa, as explicações, sobretudo genéticas, da causalidade da existência de pessoas *trans* começam a sofrer críticas. As vivências das pessoas *trans* começam a serem sinalizadas como uma (ex)periência de gênero com aberturas para variações contínuas e contextuais que compõem os territórios com ares de possibilidades com o corpo, com os órgãos, com vidas que quebram estratos dos territórios que as aprisionam, bem como uma autoidentificação e não uma localidade ou um estado nos genes. De acordo com ela:

“[...] não sabemos se está ou não está na genética, mas não está. [...] ninguém sabe se isso é genético [...] é o ser humano, uma questão de identificação [...] as pessoas falam „ah... quem nasceu homem nunca vai ser mulher, XY, XX [...]”. Eu concordo que ser homem ou mulher vai muito além, muito além [...] o ser humano não se resume ao código genético dele”. (Thiessa, diálogo-entrevista, maio 2017).

As linhas duras que permeiam os territórios do ensino de Biologia e alinham um modelo de racionalidade que visibiliza e cristaliza abordagens, de corpos, gêneros e sexualidades, dicotômicas, biomédicas, mecanicistas, classificatórias e desconectadas dos espaços culturais, são problematizadas por se atarem exclusivamente nas abordagens que se ocupam e criam espaços de categorizações e objetificações no ensino de Biologia.

[...] a Biologia é muito prática [...] muito coisificada. Eu não acho que ela engloba, eu acho que ela não vai além [...] só é coisificado, é explicado o que é [...] A Biologia coloca o homem e uma mulher como uma coisa. O homem tem um órgão reprodutor masculino e mulher um feminino, pronto é isso. [...] ela não transcende, é tipo na caixinha: “vamos colocar a hipófise na caixinha da hipófise”, mas tudo tem uma conexão e não é só uma conexão fisiológica, é uma conexão que se pode pensar além da fisiologia. (Thiessa, diálogo-entrevista, maio 2017).

As críticas ao caráter coisificador se referem ao modo como os temas hormônios, órgãos genitais, cromossomos XY e XX são retirados de um campo de relação e tratados como coisas em si, dadas. Nesse sentido, fizeram emergir um movimento que os saberes disciplinares da Biologia realizam (no entanto é

mascarado) ao dizerem sobre glândula, os hormônios e os órgãos reprodutores. Ao explicarem dizem o que (é), produzindo um efeito de uma coisa em si, mascarando o campo de possibilidades e conexões dos órgãos, glândula e hormônios que se abrem para aos territórios do “[...] pode isso, isso e isso [...]”. Nessa perspectiva, os territórios do ensino de Biologia foram brindados com a história de vida de Thiessa, que mostrou teias de relações com os saberes da Biologia não para dizer a causa ou o que (é) a verdade da experiência de pessoas *trans* e sim para comporem singularidades.

Thiessa já recebeu e recebe várias críticas e acusações dizendo que ela não é uma mulher trans. Em alguns dos seus vídeos no youtube relatou as críticas: “Estou fingindo ser trans”; “Você é muito feminina para ser trans”; “Olha a ossatura do rosto dela”. Diante disso, ela vem tentando responder a tais críticas e acusações. Recorreu, majoritariamente, às falas de sua médica, fotos antes da transição, o documento de identidade com foto sem mostrar o nome de registro e aos saberes do campo da Biologia.

Aos saberes do campo da Biologia ela fez o vídeo “*Sou trans mesmo? Passabilidade*” há a impressão de se tratar de uma aula de Biologia. Esse episódio trouxe elementos para pensar algumas questões como: Qual a falha de Thiessa em ser reconhecida como mulher cis e não como trans? Quem é a voz autorizada para dizer se ela é ou não trans? Quem tem que reconhecer? O que ela precisa apresentar para ser reconhecida como trans? Qual marca precisa ser mapeável no corpo? Aqui emerge uma ideia potente para pensar o quanto a existência do humano se faz por meio de negociações. Thiessa a todo o momento está negociando a sua existência, num campo de disputa de quem é a “verdade”.

Uma saída para ela foi encontrada no campo da Biologia. Ao retomar os saberes da Biologia, Thiessa não o faz tentando apontar uma causa, um modelo, uma essência, uma forma da existência das pessoas trans, mas para dizer e compor uma singularidade particular de viver e existir, que não exclui, mas multiplica. Ela menciona que não teve testosterona, mesmo existindo mulheres trans que a possuem e não tiveram problemas na hipófise. Ela deixa vazar as forças em prol das formas. Nesse contexto da produção da singularidade de Thiessa, ela passa a não atender aos estereótipos do que é colocado para uma pessoa trans. Nela, não há o que identificar de antemão. Ela não usa os saberes da Biologia para encontrar uma representação de causa-efeito de sua existência, mas, para desfazê-la dos enclausuramentos dos limites rígidos dos saberes disciplinares da Biologia. Thiessa deforma os códigos, inclusive os mesmos saberes que são utilizados para assentarem a causalidade das experiências de pessoas trans encontrados nos territórios duros do ensino de Biologia no caso de Thiessa não credenciam ou convencem a sua existência enquanto mulher *trans*.

Produzindo outras biologias...

Os encontros com Thiessa visibilizaram nos territórios da Educação em Biologia discursos exatos de corpos, gêneros e sexualidades que os povoam, bem como a convocação de paisagens de Biologia *outras* atravessados por torções e deslocamentos de sentidos, que operam com/por dispositivos e agenciamentos, criando territórios. A aliança indicou fugas e esburacamentos nos territórios, configurando

processos de resistências ao se pensar corpos, gêneros e sexualidades com a Biologia. A transexistância fez emergir linhas para pensar e problematizar as modalidades convencionais dos territórios do Ensino de Biologia.

Referências

DELEUZE, G. *Foucault*: Gilles Deleuze. Tradução Claudia Sant'Anna Martins. São Paulo: Brasiliense, 2013.

_____.; GUATTARI, F. *Mil Platôs*, v.1. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira, Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. São Paulo: Editora 34. 2011.

_____.; *Mil Platôs*, v.4. Tradução de Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34. 2012.

DINIS, N. F. A esquizoanálise: um olhar oblíquo sobre corpos, gêneros e sexualidades. *Sociedade e Cultura*, v.11, n.2, jul./dez. 2008, p. 355-361.

PRADO-FILHO, K.; TETI, M. M. A cartografia como método para as Ciências Humanas e Sociais. *Barbarói*, Santa Cruz do Sul, n.38, jan./jun. 2013, p. 45-59.

ROLNIK, S. *Cartografia sentimental*: transformações contemporâneas do desejo. São Paulo: Estação Liberdade, 1989.

SANTOS, S. P. *Experiências de pessoas trans - ensino de Biologia*. 2018. 289 f. Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: COMO PENSAM JOVENS ESTUDANTES DAS REDES PÚBLICAS FEDERAL E ESTADUAL?

Mayara de Souza Félix¹
Carlos Eduardo Beda Gomes²
Ricardo Cesar Rocha da Costa³

Resumo: Pesquisa que investiga como jovens do ensino médio se relacionam com os temas diversidade sexual e identidade de gênero. Tem como foco a abordagem de questões sobre o comportamento e o posicionamento dos estudantes de quatro escolas da rede pública localizadas em São Gonçalo perante temas como gênero, homossexualidade, homofobia, transfobia, adoção de crianças por casais homoafetivos, união civil homoafetiva e a posição do Estado acerca da diversidade sexual. Os resultados mostram que estudantes da rede federal são mais informados e menos conservadores em comparação aos da rede estadual. Os resultados têm sido comparados com pesquisas aplicadas anteriormente e têm retornado às escolas participantes através de debates com estudantes, docentes, membros da direção e equipe pedagógica.

Palavras-chave: diversidade sexual, identidade de gênero, juventude, ensino médio, escola pública.

1 Estudante – Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: mayarafelix89@gmail.com

2 Estudante – Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: c.beda@hotmail.com;

3 Doutor em Serviço Social, Professor de Sociologia - Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: ricardo.costa@ifrj.edu.br

PEDAGOGIAS NÃO EXCLUDENTES: DESINVIBILIZANDO GÊNEROS E SEXUALIDADES NA EDUCAÇÃO BÁSICA – EEEP PROFESSORA MARLY FERREIRA MARTINS

Lindemberg Jackson Sousa de Castro¹
Iara Danielle Ferreira Bandeira²

Resumo: É fundamental que a escola seja um espaço de acolhimento para as diversidades, para isso é preciso que sejam pensadas e desenvolvidas pedagogias não excludentes, voltadas para a educação em direitos humanos, com vistas a ampliar a formação complementar dos jovens, ao mesmo tempo em que oferece para eles um espaço em que podem debater sobre as suas singularidades. Desinvibilizar as temáticas relacionadas a gênero e sexualidade, é o desafio de qualquer escola que queria trabalhar com as pedagogias dissidentes. Apresentaremos aqui um pouco da experiência da EEEP Professora Marly Ferreira Martins em relação a diversas ações que são desenvolvidas em torno da educação em direitos humanos, com base interdisciplinar e interseccional.

Palavras-chave: Educação, Gênero, Sexualidade, Escola.

1 Especialista – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DO CEARÁ.
E-mail: lindembergsousac@gmail.com

2 Mestranda – UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ.
E-mail: iaradanielle@gmail.com

ALUNAS TRANS: DISCUTINDO A EQUIDADE NA DIVERSIDADE

Maria Heloísa de Melo Cardoso¹

Helma de Melo Cardoso²

Resumo: O artigo tem como objetivo analisar algumas cenas escolares com alunas trans dos cursos integrados de um instituto federal durante competições esportivas, onde a escola se mostra com as suas contradições, marcada pela dificuldade em reconhecer as alunas como cidadãs, impedindo a visibilidade de novas identidades e reforçando padrões heteronormativos. Trata-se de uma pesquisa qualitativa na forma de um relato de introspecções, optando-se pela observação para reconstruir os processos de relações que se estabelecem na escola. Os resultados indicam que o espaço escolar encontra-se marcado por práticas educativas reguladas por normas de gênero, mas também por desaprendizagens e desestabilizações, realizados pela presença dos corpos trans.

Palavras-chave: Alunas Trans. Educação. Gênero. Sexualidade.

1 Doutoranda – UFS, heloisa.cardoso@ifs.edu.br, Professora de Educação Física do IFS;

2 Doutoranda – UFS, helma.2010@hotmail.com, Psicóloga do Codap/UFS.

Introdução

O campo da educação e o espaço da escola, considerados vetores fundamentais na formação de novas gerações, como instâncias de reprodução e também de mudança sociocultural, fazem parte do debate em torno de questões envolvendo as desigualdades de gênero. Nesse contexto, identifica-se que a escola, ao mesmo tempo em que contém expressões de preconceitos e discriminações, pode ser terreno fértil para a construção de respeito e igualdade. Diante disso, este artigo, no qual se expressam pensamentos e vivências, versa sobre o tema *Transexualidade*, reconhecendo, tal como citado por Dias e Cruz (2015, p. 27), que “pensar o corpo na prática escolar é um desafio para qualquer educador ou educadora”.

É nesse sentido que este estudo se desenvolve, partindo do princípio de que o tema aqui proposto deriva de um problema que envolve discriminações no exercício da cidadania plena.

Falar de transexualidade significa tratar das diferenças e, sobretudo, das desigualdades que vão marcar, de forma significativa, as articulações sociais que conferem, de acordo com Rosa (2011, p. 114), “densidade às representações identitárias dos grupos envolvidos na interação social”.

Mas, por que falar de alunas trans? Porque acreditamos que, com um olhar sobre essas vidas, colocando-as no centro dos debates educativos, é possível ampliar a discussão em torno da noção de gênero, noção esta que adquire um duplo caráter epistemológico: de um lado, funciona como categoria descritiva da realidade social, do outro como categoria analítica, como um novo esquema de leitura dos fenômenos sociais. Desse modo, conforme Rosa (2011), o conceito de gênero possibilita um ganho significativo ao transformar o sexo e, ao mesmo tempo, revelá-lo como uma categoria de controle social que, como tal, é uma construção simbólica, um instrumento de manutenção da estrutura social.

Nessa perspectiva, propõe-se, neste artigo, apresentar as significações em torno da pessoa trans com a pretensão científica de situá-la como sujeito de direitos dentro do princípio mínimo da igualdade, a fim de assentar a compreensão em novos modos de ser, de novas identidades. Tal entendimento foi fundamental para investigar como professores/as de um Instituto Federal tratam as formas de pertencimento da aluna trans, sua inscrição enquanto sujeito no sistema educacional.

Com isso, se pretende enfatizar que os processos discriminatórios operam de forma não homogênea, atualizando-se permanentemente toda vez que as pessoas se deparam com corpos diferenciados pelo gênero.

Metodologia

No tocante ao plano metodológico, trabalhou-se com uma pesquisa de natureza qualitativa para proceder à coleta das informações com o objetivo de compreender os sujeitos com base nos seus pontos de vista. A escolha da pesquisa qualitativa se explica pelo caráter exploratório desta abordagem, tendo por sustentáculo o aporte teórico descrito pelos pesquisadores Bogdan e Biklen (2010, p. 49),

segundo os quais “a abordagem da investigação exige que o mundo seja examinado com a ideia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista, que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objeto de estudo”.

Diante do que precisou se investigar, optou-se pelos relatos de introspecções no contexto de uma situação escolar específica, de modo a reconstruir os processos de relações envolvendo as alunas trans.

Para efeito deste estudo, escolheu-se a observação como instrumento por se acreditar que ela permite que os aspectos comportamentais humanos e suas ações podem ser melhores estudados, possibilitando ao observador obter as informações no momento em que elas, de fato, acontecem na sua presença. Assim, num diário de campo, visando dar suporte ao processo investigativo, foram feitas as notas sobre as observações, a exemplo de um diário pessoal no qual se relatam as experiências de seu autor.

Resultados

Os resultados produzidos assentam-se na perspectiva da pesquisadora que atuou, como professora, na situação estudada. Nesse experienciar, evidencia-se a narrativa de diferentes participantes em momentos vividos na observação dizendo respeito aos Jogos Integrados de um Instituto Federal, dos quais participaram as duas alunas.

Anteriormente a realização do evento, houve uma reunião na sala de aula do ginásio desportivo do Instituto Federal com a participação de representantes de alunos/as dos diversos cursos e séries do Curso Integrado³ e quatro professores/as, para definição de regras e outros pontos importantes visando o bom andamento dos jogos. Em dado momento, o professor X pediu a palavra e falou:

Como acho de extrema importância, preciso dizer que teremos este ano, pela primeira vez, duas alunas TRANS participando dos Jogos, e como não queremos decidir sem a opinião dos alunos, perguntamos agora o que vocês acham dessa participação e em que categoria essas alunas deveriam competir, se na masculina ou na feminina?

A esse questionamento, um aluno, que faz parte do Grêmio Estudantil, respondeu: “*Elas devem participar onde elas quiserem e se sentirem melhor. Quem decide são elas e não a gente*”. Grande parte dos alunos concordou, outros simplesmente se calaram. Diante desse argumento, o professor X decidiu: “*Então, assim será feito. As alunas TRANS definirão aonde querem se inserir e não será atendida nenhuma reivindicação posterior sobre esse assunto*”. No decorrer dos Jogos, entre uma e outra competição, a pesquisadora, sentada em um canteiro que fica em frente à entrada interna do ginásio, na qual os primeiros cômodos são os banheiros, observou uma servidora terceirizada fazendo caretas e falando que achava absurdo “*isso*”. Aproximando-se dela, perguntou o que tinha acontecido e obteve a seguinte resposta:

3 Curso de Nível Médio Integrado a um curso profissionalizante.

Acho um absurdo esses meninos, que agora acham que são meninas, poderem entrar no banheiro que pode estar cheio de meninas. Sabe-se lá o que pode acontecer. Essa modernidade não é de Deus (Servidora).

A referência era à aluna trans que tinha acabado de entrar no banheiro.

Assim, a escola, através de seus sujeitos, mostra dificuldade em reconhecê-las como cidadãs, ou até mesmo como seres humanos, reforçando padrões heteronormativos, impedindo a visibilidade das novas identidades, ou mostrando-as como aberrações que devem ser negadas.

Além dessa crítica, as alunas trans também foram motivo de comentários jocosos no início da Corrida Rústica (assim denominada a única competição de atletismo dos jogos), quando o professor X perguntou ao professor que estava ao seu lado: “qual do (as) aluno (as), você acha que vai se destacar na corrida?”. De imediato veio a resposta:

Claro que, na categoria feminina, a aluna TRANS chegará com muita diferença de tempo com relação à segunda colocação. Afinal, ela tem a vantagem de ter nascido homem (risos), já na masculina vamos ter que aguardar (Professor Y).

Podemos ver aqui o professor Y acionar o discurso biológico para justificar a superioridade da atleta.

Outro relato, um dia após a realização dos Jogos, permite evidenciar a discriminação e o desrespeito a uma pessoa trans que se envolve em atividades competitivas de esporte. Dessa feita, o professor X, que também acompanhou as competições, inclusive a Corrida Rústica, em meio a conversas sobre o desempenho de alguns/algumas alunos (as), tece o seguinte comentário:

Queria agora reunir os alunos novamente para ver se a decisão deles de deixar as TRANS competirem onde se sentissem melhor, ainda seria a mesma. Quase que ela supera o tempo de corrida dos meninos (Professor X).

A fala do professor de Educação Física reforça como a área de esportes é um terreno muito generificado (marcado pela diferença de gênero) e generificador (produz a diferença de gênero), profundamente marcado pela diferença binária entre homens e mulheres. Os corpos trans desarmonizam a ordem binária e desconstroem as representações já conhecidas e nomeadas como normais. Por esse motivo são consideradas inadequados nos espaços em que buscam pertencimento, seja na corrida, seja no banheiro.

A partir do conjunto de aspectos observados no contexto do Instituto Federal, tomam-se por referência os autores Silva, Bezerra e Queiroz (2015) para observar a crença de que o corpo é um atributo natural e que define a identidade de homens e mulheres enquanto pessoas de um sexo ou outro, implicando em dificuldade de convivência nos espaços sociais normatizados.

Esses episódios trazem exemplos de processos de regulação e humilhação diante das identidades trans, que são consideradas destoantes do ambiente educacional, por se apresentarem na fronteira do gênero, que, via de regra, mantém sob vigilância o que é do masculino e do feminino. A Instituição utiliza

as normas regulatórias de biopoder para governar os corpos em seu espaço. O biopoder, segundo Foucault (2015), é exercido na carne, no corpo utilizando mecanismos disciplinares, na regulação dos trejeitos, na vestimenta.

Destacamos, ainda, que a simples presença do corpo trans dessa estudante já se constitui num enfrentamento das normas, um corpo que borra a fronteira do gênero, que transgride as normas estabelecidas pela heteronormatividade (BUTLER, 2010).

Discussão

No contexto escolar pesquisado, percebe-se que os discursos são moldados pelas regras sociais, reproduzindo valores e padrões que reafirmam os preconceitos e a discriminação em relação ao gênero. Nesse ponto, não há como deixar de ressaltar que a escola carrega importante marca que a distingue de outros espaços sociais, pois, além dos conteúdos programáticos que apresenta, as suas proposições, imposições e proibições têm efeito de verdade, notando-se que:

[...] o poder simbólico é desempenhado por professores/as nas escolas, no que se refere à disciplina e escolarização dos corpos, visto que, em suas práticas educativas, os meninos e meninas, homens e mulheres são ensinados a desenvolver a mente, a cognição, a aprendizagem, de forma a desvincular o corpo, seus desejos e sexualidades desse processo (DIAS; CRUZ, 2015, p. 32).

Na verdade, para Louro (2014), a organização da instituição escolar, os símbolos, os discursos, as ações e omissões docentes são formas de prescrever as identidades e relações de gênero pretendidas nesse espaço, tal como observado no Instituto Federal onde se tem evidências de sexismo e estereótipos ligados ao corpo. Nas narrativas que compõem este texto, a alusão feita pelo professor Y ao fato da aluna trans ter nascido homem ser uma vantagem na competição, denota a concepção do “masculino como exemplo de positividade [...]”.

Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o próprio gênero se torna um artifício flutuante, com a consequência de que homem e masculino podem, com igual facilidade, significar tanto um corpo feminino como um masculino, e mulher e feminino, tanto um corpo masculino como um feminino. (BUTLER, 2016, p. 24-25).

Essa é justamente a proposta dos estudos queer, apoiados em Butler, que não é somente a partir de corpos femininos que se dá a construção de corpos de mulheres, existem múltiplas possibilidades.

No cerne dessa questão, revela-se uma realidade que aponta para divergências entre professores/as e alunos/as sobre os significados atribuídos ao gênero, uma vez que, na fala do estudante representante dos demais, a presença trans é acolhida e respeitada em suas singularidades. O fato é que a

escola, que deve se ajustar pelo princípio da valorização da diferença e da diversidade, historicamente, como destaca Reilley (2005), tem dificuldade em aceitar as desigualdades presentes em sala de aula.

No caso de pessoas trans, a ignorância e as ideias obsoletas ainda fomentam conceitos equivocados a seu respeito. O efeito disso é a dúvida sobre a legitimidade de sua representação em relação ao gênero no espaço social da escola, cuja pedagogia, segundo Butler (2003), está voltada à produção de homens e mulheres de acordo com o ideal fundado na lógica binária classificatória e hierarquizante que impõe esses modelos de existência aos quais os sujeitos têm que se conformar.

Conclusões

Pensar gênero e sexualidade no ambiente educacional é colocar-se diante de uma situação complexa e de um conjunto de relações de poder e, por isto mesmo, frente à possibilidade de pontos de resistências. No que se refere à identidade de gênero, nota-se a dificuldade em romper com os padrões tradicionais, considerando as barreiras a serem enfrentadas para a superação de preconceitos e discriminações arraigadas na sociedade. Nessa linha, as pessoas trans fazem parte de um grupo inferiorizado e não reconhecido, inclusive pelos próprios docentes, alguns deles legitimando as normas binárias de gênero e ignorando as diferenças.

Desse modo, o desenvolvimento deste estudo, conduzido à luz de algumas reflexões teóricas de caráter geral, ao tratar do universo contraditório que envolve o gênero na relação com a educação, o esporte e a juventude mostra como os corpos trans contribuem para o início de uma desconstrução de práticas educativas marcadas pela regulação normativa de gênero mostrando que os institutos federais também podem ser um campo de (des)aprendizagens das regulações que as pessoas trans podem realizar.

Referências

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto, Portugal: Porto Editora, 2010.

BUTLER, Judith. **Frames of war**: when is life grievable? New York: Verso, 2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, M.. Microfísica do poder. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.

DIAS, Alfrâncio Ferreira Dias; CRUZ, Maria Helena Santana. A produção/reprodução do corpo generificado na escola. **Caderno de Pesquisa**, São Luís, v. 22, n. 3, set. /dez, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós- estruturalista. 16 ed. Petrópolis/RJ: Vozes, 2014.

REILEY, Lúcia. Deficiência e diversidade na escola. In: REUNIÃO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO - ANPED, 28, Caxambu, Minas Gerais. **Anais...** ANPED, 2005.

ROSA, Waldemir. Sexo e cor/raça como categorias de controle social: uma abordagem sobre desigualdades socioeconômicas a partir dos dados do retrato das desigualdades de gênero e raça. In: BONETTI, Aline; ABREU, Maria Aparecida (Org.). **Faces da desigualdade de gênero e raça no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011., p. 111-128.

SILVA, Rodrigo Gonçalves Lima Borges da; BEZERRA, Waldez Cavalcante; QUEIROZ, Sandra Bonfim de. Os impactos de identidades transgêneros na sociabilidade de travestis e mulheres transexuais. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, v. 26, n. 3, p. 364-372, set. - dez. 2015.

ME CHAME PELO MEU NOME: RESISTÊNCIAS E VIVÊNCIAS INTERPESSOAIS ENTRE A POPULAÇÃO LGBT+

Gleydson Felipe Duque de Paiva¹
Wellington Nascimento Esteves²

Resumo: A Revolta de *Stonewall Inn*, incidiu, de forma significativa, na resistência e luta do movimento LGBT. Emergiu a compreensão da necessidade da soma de forças para conquistas coletivas. Diante disso, considerando as especificidades e singularidades que permeiam as identidades de gênero e orientações sexuais, o movimento transcendeu as questões de nomenclaturas, atravessando a dimensão da representatividade e perpassando as vivências e resistências desses indivíduos, considerando as ordens de raça/etnia e classe social, que atravessam esse público e, fortalecem o processo de vulnerabilização. Considerável e de extrema relevância se faz aqui, para o processo de exclusão reproduzido dentro do próprio meio LGBT, onde há segregações e questões de homolesbobitranfobia entre os próprios LGBTs.

Palavras-chave: Revolta de Stonewall Inn, movimento LGBT, identidades de gênero, orientações sexuais e homolesbobitranfobia.

1 Assistente Social, Especialista em Gênero e Sexualidades – AVM/UNYLEYA.
E-mail: gleydson.felipe@hotmail.com;

2 Advogado, Especialista em Direito e Processo Penal – Estácio, Especialista em Direito Imobiliário – UCAM.
E-mail: wellington.esteves@hotmail.com

SER-TÃO MULHER: FEMINISMO E CULTURA POPULAR NO INTERIOR DO ESTADO DO CEARÁ.

Geovane Gesteira Sales Torres¹
Paulo Junior Alves Pereira²
Ana Larissa Raynara da Silva Domingos³
Maria Inês Rodrigues Machado⁴

Resumo: Historicamente Crato – CE carrega marcas do —pátrio poder , projetando-se na contemporaneidade pelo alto índice de feminicídios. Porém, a cidade conta com exemplos vivos de resistência feminista, a exemplo do grupo de tradição —Coco das Mulheres da Batateira . Logo, o presente trabalho objetiva analisar as relações das integrantes do grupo ora citado com as manifestações patriarcais. Adotou-se uma metodologia exploratória, tratando os dados a partir da —análise do discurso do sujeito coletivo . Utilizando-se de entrevistas em profundidade com sete representantes, determinaram-se três categorias, analisando-as qualitativamente. Em suma, denota-se que as membras do grupo mostram-se resilientes e conscientes de si, lutando, a seus modos, para romper com relações de dominação masculina.

Palavras-chave: Cultura Popular, Feminismo, Empoderamento Feminino.

1 Graduando em Administração Pública – Universidade Federal do Cariri.
E-mail: geovanesalescrato@gmail.com;

2 Graduando em Comunicação Social – Universidade Federal do Cariri.
E-mail: p.junior.pj405@gmail.com;

3 Graduada em Agronomia – Universidade Federal do Cariri.
E-mail: raynara.ana@gmail.com;

4 Orientadora. Professora Dra. do Centro de Ciências Agrárias e da Biodiversidade – Universidade Federal do Cariri.

Introdução

O sistema patriarcal pressupõe relações de poder em que a dominação amiúde é exercida por aqueles historicamente favorecidos: homens, economicamente privilegiados, heterossexuais e brancos, tal como salienta Saffioti (2015). Não obstante, ao tratar sobre a **ordem social**, Bourdieu (2017) demonstra, metaforicamente, que a mesma funciona como uma máquina de proporções magnas que por sua vez age na ratificação da **dominação masculina** sob a qual a referida ordem se alicerça, substanciando, assim, a divisão sexual do trabalho. Ainda sobre o tema, Bourdieu (2017) destaca que o mundo social impõe ao corpo sua construção como realidade sexuada e berço onde devem repousar princípios de juízos e divisões sexualizantes. O que reflete diretamente na perspectiva de Foucault (2017) ao afirmar expressamente sobre o corpo, enquanto realidade biopolítica, que: —[...] não é o consenso que faz surgir o corpo social, mas a materialidade do poder se exercendo sobre o próprio corpo dos indivíduos (FOUCAULT, 2017, p.235).

Em diferentes períodos e contextos, produziram-se argumentos que justificassem as desigualdades sociais entre homens e mulheres. Sobre isso, Bourdieu (2017) aponta que no século XIX ampliaram-se os discursos moralistas, quando os anatomistas buscaram justificar o estatuto social imposto às mulheres, em seus corpos. Logo, acentuando ditos antagonismos entre os gêneros, tais como a sensibilidade e a razão, a passividade e a atividade, além do interior e o exterior. Algo que serve de fundamento para a visão **androcêntrica**, assim como se nota:

[...] são as diferenças visíveis entre o corpo feminino e o corpo masculino que, sendo percebidas e construídas segundo os esquemas práticos da visão androcêntrica, tornam-se o penhor mais perfeitamente indiscutível de significações e valores que estão de acordo com os princípios desta visão [...] (BOURDIEU, 2017, p. 39-40).

Longe das necessidades da reprodução biológica determinarem a organização simbólica da divisão sexual do trabalho e, progressivamente, de toda a ordem natural e sexual, é uma construção arbitrária do biológico e, particularmente do corpo, masculino e feminino, de seus usos e de suas funções, sobretudo na reprodução biológica, que dá fundamento aparentemente natural à visão androcêntrica da divisão de trabalho sexual e da divisão sexual do trabalho (BOURDIEU, 2017).

Embora se tenha pincelado degradantes questões estruturais que legitimam a desigualdade entre homens e mulheres, há de colocar-se à luz a **resistência feminina** e consequente luta contra padrões comportamentais. Nessa perspectiva, Bourdieu (2017) ao se referir aos efeitos de imposições simbólicas que conferem aos dominados – mulheres – terem seus corpos e comportamentos regulados pelos dominantes – homens –, afirma a existência de uma chamada **luta cognitiva**, em que a indeterminação de objetos autoriza aos —subordinados— uma interpretação contra hegemônica, o que lhes confere mecanismos de resistência contra as relações opressoras. No tocante às **imposições simbólicas**, as

relações de poder apresentam mecanismos que não se restringem à proibição, mas, abarcam formas de saber, discursos etc. (FOUCAULT, 2017).

Nesse contexto de resistência surge o **movimento feminista** que, embora inicialmente tenha se pautado em circunstâncias burguesas, brancas, heterossexuais e europeias, na contemporaneidade se pauta, majoritariamente, em lutas marcadas pela interseccionalidade. Confluindo ao sinalizado por Butler (2003) ao refletir sobre a essência que guia a mulher enquanto protagonista do feminismo. Nesse ínterim, Butler (2003) problematiza o perigo de se idealizar um ser feminino universal, pois, caso isso ocorra, não se consideraria a realidade marcada pela questão de gênero em suas coerências e incongruências com os padrões hegemônicos, logo, aspectos como as identidades discursivas raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais poderiam ser vilipendiadas.

Evidencia-se como exemplo de lutas feministas de caráter popular, o impresso pelo grupo de tradição denominado **Mulheres do Coco da Batateira**. Este consiste em um coletivo integrado unicamente por mulheres idosas, majoritariamente autodeclaradas pretas e pardas, e residentes no bairro Gisélia Pinheiro – popularmente conhecido como —Batateira – , periferia do município interiorano de Crato – CE. A cidade em voga apresenta indicadores alarmantes no que se refere à violência contra mulheres, haja vista os 100 casos de denúncia, apenas em 2015, relativos à violência contra crianças, adolescentes, idosos e mulheres. Ademais, Crato – CE é a detentora de 51,282% dos casos pertinentes à rede de saúde de Crato – integrada por treze cidades –, além de comportar 16,694% dos ocorridos relativos à macrorregião do Cariri (GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ, 2016).

Portanto, o presente artigo objetiva analisar o caráter feminista do grupo de tradição **Mulheres do Coco da Batateira**. Para tal, adotou-se uma metodologia exploratória, em que a coleta de dados se deu pela realização de entrevistas em profundidade com oito das integrantes da manifestação cultural supracitada. Seus discursos foram gravados, transcritos e, *a posteriori*, analisados. O tratamento dos dados incorporou o método intitulado **análise do discurso do sujeito coletivo**. Foram diagnosticadas três categorias que, por sua vez, receberam uma observação metodológica quali-quantitativa.

Metodologia

Adotou-se uma metodologia exploratória, de caráter quali-quantitativo. Aplicaram-se, *a priori*, entrevistas em profundidade com oito participantes do grupo de coco do bairro Gisélia Pinheiro, tais momentos foram gravados eletronicamente com auxílio de um aparelho celular e, posteriormente, transcritos. Os dados obtidos foram tratados conforme as diretrizes trazidas pelo método denominado análise do discurso do sujeito coletivo.

A **análise do discurso do sujeito coletivo** corresponde a uma proposta de tratamento de informações oriundas de materiais verbais de dada coletividade. Seu fluxograma pressupõe a delimitação de Expressões-Chave (ECH), Ideias Centrais (IC) e Ancoragens (AC), nesta ordem cronológica,

resultando no Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), este sendo a reunião, em um único discurso-síntese, dos fragmentos que se interconectam (LEFEVRE, 2012).

A etapa quantitativa preconiza a delimitação das dimensões Força/Intensidade e Amplitude das categorias do Discurso do Sujeito Coletivo. A primeira diz respeito ao nível de compartilhamento das representações sociais por parte dos sujeitos contribuintes para a criação do DSC. Já a segunda se refere ao nível da presença de determinada representação social no meio pesquisado (LEFEVRE, 2012).

Resultados e Discussão

Quadro 1: Categorias e Discurso do Sujeito Coletivo.

Categoria	Discurso do Sujeito Coletivo
Reconhecimento do machismo enquanto algo estruturado socialmente	Porque tem muita mulher que são dominada por homem! Desde a geração da minha mãe, da minha avó, dos meus tios, do meu pai, não tinha negócio de ninguém andar não! Ainda tem muitos machista, ainda tem homi que, é da sala do mei pra cozinha, ainda existe... Porque como eu te disse, tem pai, tem dono de casa que ainda existe isso, num sai da cabeça, que num sei que medo é esse de ser corno... Que ainda tem muito racismo mesmo, de machismo do caba querer dominar, querer não, dominar. Dos marido querer dominar as mulher, os neto querer dominar as vó, os filhos querer dominar os pai. Isso ainda existe muito, entre nós aqui, agora entre a sociedade também. É a vida, tudo existe e continua existindo, porque continua existindo aquelas pessoas besta e que ainda vem da geração dos pai, que isso aí vem de longe...
Impedimento masculino à participação no grupo de coco	Tem muitas, que alguns marido proíbe, as vezes, elas vão e eles não gosta... Logo quando começou, tinha delas que diziam –Mas quando vocês fore me convidar pra ir, vão bem devagarzim pra Raimundo não escutar, porque se ela escutar é um problema . A bichinha deu o nome para ser a rainha do grupo do carnaval, do CRAS, das senhoras do CRAS, da terceira idade. Ela deu nome, foi a primeira que se prontificou com a mão dela, apareceu umas quatro, umas cinco, mas –quem vota? Quem vota? Vamos votar em Rosa que ela se prontificou diretamente . As outras foi apontada, –é fulana, é fulana, e ela disse ela mesma, levantou a mão e ficou até de pé pra dizer. A pois ela disse, –Mas, cumade, eu tô pensando que se vai chover hoje, (ruído) e se chover ele não vai deixar eu ir não, que a gente vai plantar o amendoim, –Mulher deixa de ser besta, deixa esse negócio véi de amendoim, tu tem negócio com amendoim? Tu já tem com o que viver, tu já trabalhou, já contribuiu, já tá recebendo tua contribuição de volta. O que tu quer mais com esse negócio de roça, menina? Vai mais pra essa roça não! Deixa esse homi pra lá!, –É mesmo cumade, vou dizer isso a ele! . Aí deu essa chuva e choveu, choveu, choveu. E o danado no outro dia, bem cedim, botou a enxada nas costas e ela na frente e foi pra roça plantar o amendoim. Chegaram cinco horas da tarde. –(nome do marido), pode dizer, ele disse assim, que eu num ia lá não, eu ia era plantar o amendoim, que seu eu não plantasse o amendoim você não plantava o meu também não! . E teve umas três que já aconteceu, que os marido era doido. Meu esposo nunca disse que, morreu e nunca empatou. A primeira vez que ele quis empatar eu disse: —Sou mais você me matar, do que eu sair do grupo! . Aí quando eu me casei, o meu marido disse: –Não, essa história de sair de casa e ir pra casa da vizinha, chegar lá canta uma música numa roda de vocês, aí vão se
	agarrar com um e com outro? Mulher minha não faz isso não! Eu não vou aceitar! . Aí o meu rapaz quando ficou rapaz, quis saber: –E essa brincadeira, mãe?, –Essa brincadeira? É minha, já trouxe do berço . Aí, se te muitos também que tão dançando o coco, que os marido não querem deixar, aí porque pra nós num, num deixar queixa com os marido, pros marido não tá brigando, formemo o grupo cavaleiro e dama, só que sendo só mulher. Só que nesse mei ainda, ainda tem alguns marido que as vez quer proibir as mulher, mas acho que é mais forte do que eles que não deixa acabar!

Experiências de sororidade	<p>Mas ainda tem gente na comunidade assim: –Mas se fulano deixasse, depois eu entrava nesse coco mais vocês , —Homi num liga pra isso não! Tu tem que conversar com ele que o mundo é pra nós viver e tu vive a tua vida e ele vive a dele. E o que é que tem? Só porque tu é casada com ele vai viver o que ele quer fazer? , aí ela: –Nam, mulher! Já nessa idade a gente tá com desavença... . Ainda pensa na idade, nessa desavença, podendo pensar que nessa idade era já pra ter quebrado esse tabu há muito tempo, ali atrás, né?! Porque quando a gente encontra, sabe uma família é toda rígida, ignorante, a gente convida pra vim pra uma reunião, agente fica adulando, adulando, adulando... Convida, inventa um sorteio. A gente fica convidando, vai na casa deles, conversa com eles. Faz sem ser com compromisso, só chegar lá e conversar sobre alguma coisa, pra ir se interessando... Mas acho que não vai ter mais não a dificuldade que nós encontremo não vai existir mais não! , tem pessoa que veio direto dizer, (citou terceira) foi uma delas. O marido dela é desse povo assim, bem rígido, quando pega assim um tijolo tem que ser e tem que ser. Aí nós fizemos uma peça –Chico e Bendia , vamos fazer uma peça, tu chamada Chico e uma vizinha chamada Bendia, a (citou terceira) que era Bendia. Sendo Chico o marido que não queria deixar a Bendia sair, aí nos pelejemo, pelejemo. Vamos fazer na porta da tua casa que é pra ele ver que nós tamo. Aí chegou lá, bate-mos na porta —mulher, nós viemos chamar pra nós ir fazer esse calçamento dessa rua, uma luta pra nós fazer o calçamento dessa rua. –Ehh, minha filha bem queria que meu marido deixasse eu ir, Chico deixasse até que eu ia , –Homi, tu ainda tá com conversa com Chico? Deixa Chico pra lá! Deixa Chico ir catar os piolho das gata, deixa ele pra lá! E vamo simhora! . As menina foi e ele disse: –Essas peste já vem aí atrás de tu, né Rosa? . Eu nem chamei, mas agora eu vou lá! E esse caba é meu cumpade. Eu disse: –Oi cumpade! , —Oi cumpade! . Eu disse: –Cadê cumade Rosa? , –Tá lá dento! , —Como é? Ela vai ou num vai? , –Vai cumade! , –Pois você num fique botando boneco e dizendo que não vai e chamando os zoto peste, porque vinheram convidar ela, não. Porque se ela entrou é foi convidada e ela, onde nós for ela tem que ir e você tem que deixar . Mas já passou, nós não fizemos nada por isso. Mas nós não vamos deixar de graça não! A gente vai buscar ela pra qualquer outra coisa que for preciso. Botamo o pandeirista também, pra bater o pandeiro cum nós. Ele quis botar moral, prometeu até peia às mulher. Aí eu disse: –Isso aí não acontece, o senhor caia fora! . Nós já encontremo muitos abacaxi com casca e tudo! Eu mesma, minha pessoa, uma vez na Praça da Sé, nós dançando o coco, aí um caba passou chei de mé, jogou uma perna assim pra derrubar uma das parceria que tava dançando o coco, e eu tava dançando o coco também, me soltei das dama, avoei nesse caba que nem eu tivesse doida.</p>
----------------------------	---

Fonte: Produzido pelos autores com dados da pesquisa.

A primeira categoria sinaliza que muitas mulheres ainda se encontram —reféns das amarras da dominação masculina. Informação oriunda de vivências/conhecimentos empiricamente percebidos e que, perpassam gerações e contextos históricos, algo que dialoga com os pensamentos de Piscitelli (2002), quando a mesma reflete que o patriarcado é um sistema que perpassa contextos históricos e culturais. Nota-se que os homens tolhem os comportamentos femininos, permitindo e proibindo os locais a serem frequentados. O discurso revela que o machismo não se manifesta apenas entre cônjuges, mas, também se incide em outros relacionamentos, algo confluyente ao que Saffioti (2015) aponta ao discutir os âmbitos em que as violências de gênero e doméstica são cometidas. O fragmento —tudo existe e continua existindo, porque continua existindo aquelas pessoas besta e que ainda vem da geração dos pai, que isso aí vem de longe... , evidencia a consciência de que as relações de dominação não são naturais, mas, construídas socialmente, convergindo ao sinalizado por Cohen (1999) sobre relação intrínseca entre a reprodução de estruturas sociais e as condutas institucionalizadas, mas, não havendo

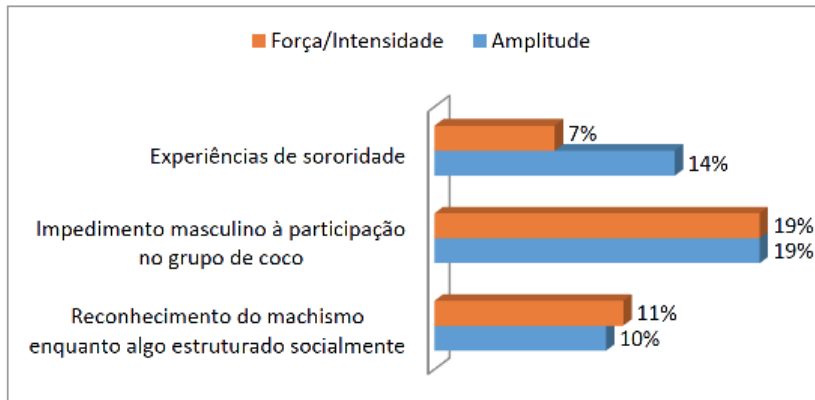
uma propriedade inerte das mesmas, pois, os agentes podem reconstruir o conteúdo e contexto de suas condutas.

A segunda categoria revela que um valor considerável de esposos das integrantes do grupo as proibem de participar do mesmo. Relata-se que uma participante foi impedida pelo cônjuge de participar de uma atividade, sendo —persuadida por ameaça de ordem material. Apresentando uma faceta da violência contra as mulheres, visto que a mesma engloba, dentre outras, a dimensão patrimonial (GROSSI, 1994). Situação que segundo os discursos não se deu de modo isolado. Observa-se ainda que, embora apresentem desconforto com os impedimentos, há relativa —naturalização da dominação masculina, a exemplo do externado no fragmento: —Sou mais você me matar, do que eu sair do grupo! . Este fato sinaliza a visão androcêntrica e sua atuação na legitimação da superioridade masculina por meio de elementos naturais e os discursos sociais que os permeiam, tal como aponta Bourdieu (2017). Percebe-se, ademais, que ao casar, dada sujeita aponta ter suas atividades de lazer limitadas pelo companheiro e, com a morte deste, houve a tentativa do filho primogênito impedir a participação da mãe no grupo, dialogando ao pensado por Rich (2012) ao tratar a ideia de heterossexualidade compulsória, apregoando seu surgimento por meio do matrimônio e família, dentre outras instituições e estratégias. Outrossim, a configuração unicamente feminina do grupo se justifica pelo fato dos maridos apresentarem ciúmes, logo, a integração apenas de mulheres amenizaria a situação e haveria possibilidade de convencimento dos esposos a permitirem suas companheiras participarem das atividades.

A terceira categoria se constitui de aconselhamentos de mulheres a outras, sobre a importância da sua independência em relação aos esposos, objetivando apresenta-las perspectivas emancipatórias. Nesse sentido, aponta-se que quando se diagnosticam núcleos familiares —rígidos, na perspectiva de dominação déspota do patriarca em relação aos demais, buscaram-se repertórios de ação como visitas domiciliares e encontros em que se buscou debater, amenizar e até desfazer tais situações degradantes. Situação que, de maneira cabal, demonstra a persistência e articulação feminina em prol de um melhor bem-estar das integrantes do grupo e demais mulheres da comunidade. Representações sociais condizentes à noção de **sororidade**, esta se configurando como um constructo específico do feminismo que apregoa a solidariedade entre mulheres, originando-se do compartilhamento de opressões que as fariam terem determinada empatia entre si, o que, ainda gera contrassensos no âmago dos movimentos feministas, porém, ainda bastante compartilhado (COSTA, 2009).

Nota-se no gráfico 1 que todas as categorias apresentam baixas força e amplitude. O que implica a existência de representações sociais isoladas no campo pesquisado, pertencendo a segmentos restritos e fracamente compartilhadas. Frequentemente se tratam de ideias novas, ou o contrário (LEFEVRE, 2012).

Gráfico 1: Amplitude e Força/Intensidade das Categorias Analisadas.



Conclusões

Em suma, afirma-se perceber que o grupo de tradição **Mulheres do Coco da Batateira** se configura enquanto uma organização cultural que, dentre outras bandeiras, busca a construção de uma proposta feminista de caráter popular, versando, pois, a emancipação feminina frente às amarras patriarcais. Para tal, o uso da cultura popular como um viés de empoderamento feminino consubstancia a ideia de —luta cognitiva e marca um processo de subversão à dominação masculina por meio da produção artística. As categorias elucidam as relações de opressão vivenciadas pelas entrevistadas, que por sua vez despertam para uma consciência coletiva sobre a propriedade estrutural do patriarcado, porém, encarando-o como algo possível de ser combatido, o que se materializa nas experiências de sororidade praticadas no seio do coletivo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**/ A condição feminina e a violência simbólica, 5o ed. Rio de Janeiro: Best Bolso, 2017.

BUTLER, Judith R. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade / Judith Butler; tradução, Renato Aguiar. — Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

COHEN, Ira J. Teoria da estruturação e práxis social. In: Anthony Giddens e Jonathan Turner. **Teoria social hoje**. Tradução de Gilson Cesar Cardoso de Sousa. São Paulo: Editora UNESP, 1999. Cap. 9, 393, 446.

COSTA, Suely Gomes. **Onda, rizoma e “sororidade” como metáforas**: representações de mulheres e dos feminismos (paris, rio de janeiro: anos 70/80 do século xx). **Revista Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v.6, n.2, p. 01-29, jul./dez. 2009.

FOUCAULT, Michel, 1926-1984. **Microfísica do poder**. organização, introdução e revisão técnica de Roberto Machado – 6 ed. – Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ. Caderno de Informação em Saúde: Região de Saúde Crato. Ceará. 2016.

GROSSI, Miriam Pillar. **Novas/Velhas Violências contra a Mulher no Brasil**. Revista Estudos Feministas. Ano 2, 2º sem., 1994, p. 473-483.

LEFEVRE, Fernando; LEFEVRE, Ana Maria Cavalcanti. **Pesquisa de representação social**: um enfoque quali-quantitativo. 2ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2012.

PISCITELLI, Adriana. Recriando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI, L. (Org.). **A prática feminista e o conceito de gênero**. Textos Didáticos, n. 48. Campinas: IFCH/Unicamp, 2002. RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, 2012.

SAFFIOTI, Heleieth. Gênero, Patriarcado e Violência. / Heleieth Lara Bongiovani Saffioti. – 2. Ed. – São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015.

TRANSEXUAIS E TRAVESTIS: OS *HOMO SACER* DA CONTEMPORANEIDADE E A ELIMINAÇÃO DAS FORMAS DE VIDA DISSIDENTES

Flávia Haydeé Almeida Lopes¹
Luanna Tomaz de Souza²

Resumo: O presente trabalho aborda a transexualidade sobre o olhar dos autores Michel Foucault e Giorgio Agamben, o método desenvolvido é o dedutivo e a pesquisa é bibliográfica. Primeiramente, identificando na experiência transexual os elementos da vida nua do *Homo sacer* e apresentando as técnicas reguladoras da biopolítica, que estabelecem um padrão de normalidade a ser seguido e no que tange a sexualidade este é a heterossexualidade. Alguns indivíduos que não estão inseridos neste padrão, estarão sujeitos ao racismo de estado, sendo eliminadas do convívio social, seja da escola, família ou mercado de trabalho, e expostas a todo tipo de violência, culminando em numerosos assassinatos com requintes de crueldade, porém silenciados por um sistema que os produz e os reforça.

Palavras-chave: Transexualidade, Biopolítica, *Homo sacer*, Violência.

1 Mestranda do Programa de Pós-graduação em Direito. Bolsista CAPES – Universidade Federal do Pará.
E-mail: flaviahyd@gmail.com;

2 Doutora em Direito pela Universidade de Coimbra – Docente do Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará.
E-mail: luannatomaz@hotmail.com

Introdução

A violência contra a população LGBT tem ocasionado um elevado número de vítimas e proporcionado sequelas orgânicas e emocionais de grande magnitude, de acordo com o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (SDH, 2013), no ano de 2012, foram registradas pelo poder público 3.084 denúncias de 9.982 violações relacionadas à população LGBTI no Brasil- sendo que em uma única denúncia pode haver mais de um tipo de transgressão. Dentre as diferentes identidades sexuais e de gênero que compõe a sigla LGBT, as pessoas transexuais e travestis são as mais marginalizadas e as que mais morrem, segundo o Transgender Europe's Trans Murder Monitoring (TMM) mostra que 50% das mortes de transexuais do mundo ocorreram no Brasil.

O objetivo deste trabalho é estudar mais a fundo as causas que fomentam a violência contra pessoas transexuais e travestis. Quando se observa a condição sob as quais estes sujeitos estão inseridos na sociedade, a exclusão pela família, pela escola, pelo mercado de trabalho, a expectativa de vida reduzida, os elevados casos de suicídio, os numerosos e assustadores casos de violência física, sexual, é difícil ignorar sua vulnerabilidade e não se questionar sob quais fundamentos ela se sustenta.

Agamben e Foucault nos fornecem um arcabouço científico sobre as vidas que fogem a normalização, os anormais, os *homo sacer*, e a forma como estes são dizimados para fortalecer um sistema de regulação, um poder soberano. Sendo este o objetivo da pesquisa, caracterizar as pessoas transexuais, enquanto *homo sacer* inseridos numa lógica do racismo estatal, se tal conformação seria capaz de explicar o que leva as condições acima dispostas.

Metodologia

No presente trabalho buscou-se responder a seguinte pergunta-problema: de que forma as violências impetradas contra pessoas transexuais configuram uma consequência da ação da biopolítica sobre os corpos, tornando-as *homo sacer*, aqueles cujas vidas são nuas?

Para responder tal pergunta o método utilizado é o dedutivo, buscando apresentar as teorias dos autores Agamben e Foucault aplicadas a realidade transexual. Assim como a pesquisa é majoritariamente bibliográfica, por se tratar de uma parte introdutória de uma pesquisa maior em andamento.

O *homo sacer* da contemporaneidade: transexualidade

Por diversos períodos da história, as formas de vida foram hierarquizadas e classificadas de forma distinta, havia uma separação entre a vida em si, biológica, e uma vida política, qualificada, a qual apenas alguns indivíduos poderiam exercer, a qual era o objeto da política, de importância, a vida que era pública, que nos separava da mera vida animal. Na modernidade, as formas políticas não objetivam mais o controle da *bíos*, ou seja, da vida política qualificada, mas sim, buscam controlar e

dispor da própria *zoé*, a vida em si propriamente dita. Agamben (2002) utilizando-se de terminologias do direito romano arcaico, nos remete a figura do *homo sacer*, que seria essa vida que está numa zona de indistinção, entre *zoé* e *bíos*, entre inclusão e exclusão da vida política.

Castro (2013, p.64) em sua leitura de Agamben descreve nestes termos, quem seria o *homo sacer*: “homem sagrado, *Homo sacer*, é aquele que o povo julgou por algum delito, e não é lícito sacrificá-lo, porém se alguém o mata, não será condenado por homicídio”. O *homo sacer* é aquele que é marcado pela sacralidade, possui uma vida que é ao mesmo tempo sacra e nua, esvaziada de valor e sentido. Se pensarmos mais profundamente, podemos dizer que o *Homo sacer* não é a vida sem valor, mas sim, que se encontra fora do valor, exterior a qualquer qualificação, uma vida que não é pensada enquanto vida, enquanto existência, mas como um elemento abjeto e desajustado.

A estrutura da Sacralidade, segundo Agamben (2002), parte da conjunção de dois aspectos: a impunidade do assassinato, que configura uma exceção do direito humano, do direito penal, de forma a suspender a aplicação do direito, da tipificação de homicídio, quando se trata de uma vida sacra. A vida do *Homo sacer* situa-se num cruzamento entre a matabilidade e uma insacrificabilidade.

Aqui podemos relacionar a vida do *homo sacer* e das pessoas transexuais, mas primeiro devemos responder: quem são essas pessoas transexuais? Até meados do século XVII, havia o entendimento de que existia apenas um corpo e dois gêneros. Segundo Bento (2008), a corrente do pensamento era o isomorfismo, o qual pregava que a mulher nada mais era do que um homem invertido, todo o complexo de órgãos que compunham o sistema reprodutor feminino tinha equivalência com o masculino. Apenas no século XIX, como mostram os estudos de Laqueur (2001 *apud* Bento, 2008), os trânsitos entre os gêneros foram interrompidos. Passamos então ao dimorfismo sexual, a ciência passa a entender que homens e mulheres têm estruturas corporais distintas, com uma função social própria e imutável. A diferença sexual é utilizada para justificar a hierarquia masculina, entendendo atividades típicas femininas a maternidade e a amabilidade, tornando-as naturais por meio da repetição.

A partir do momento em que se estabelece um padrão de normalidade nas práticas sexuais e identitárias, cria-se, concomitantemente, a anormalidade. A experiência transexual encontra-se neste espectro, exterior as normas de gênero, tornando-se indivíduos dissidentes, indesejados. Para Bento (2008, p.20) a “transexualidade, travestilidade, transgênero são expressões identitárias que revelam divergências com as normas de gênero uma vez que são fundadas no dimorfismo, na heterossexualidade e nas idealizações”.

Como expõe Bento (2011), as pessoas transexuais tornam-se fugitivas do cárcere dos corpos-sexuados e essa fuga é marcada por dores, conflitos e medos. Portanto, a pessoa transexual tem a sua vivência e a própria existência marcada pela anormalidade, são seres abjetos, indesejados, cuja a experiência é silenciada, marcados pela violência simbólica da normalização, buscando incessantemente ajustar-se as normas de gênero e sexualidade, e pela violência física, a morte é um elemento presente na experiência transexual.

É possível, então, encontrar elementos do *homo sacer* na experiência identitária transexual. A sacralidade da dupla exceção e dupla inclusão, o *homo sacer* é excluído tanto da esfera jurídica, quanto da religiosa, são condições similares a vivência de pessoas transexuais. Santos e Krawczak (2017) demonstram que a violência e a morte de inúmeras travestis e transexuais sem que haja clamor por parte da mídia e da sociedade em geral, explica-se, pois, estas vidas não possuem valor dentro da sociedade da heteronorma, são vidas nuas. Agamben

(2002) afirma que tal argumento tem conteúdo técnico podendo servir de defesa diante de um julgamento, e de fato o é, quando tais assassinatos alcançam a visibilidade não chocam, não comovem, não geram mobilização, pois o mesmo pensamento que move o assassino, permeia a sociedade: são vidas matáveis, quando assassinadas seus algozes vociferam que a existência delas era uma afronta, invocando assim a sacralidade dessas vidas.

Como expõe Carvalho (2006), o *homo sacer* é o indivíduo que não está inserido em um conjunto de leis positivas e nem é sujeito de direitos humanos, logo “quem não é sujeito moral não é humano; quem não é humano carece de direitos; suprimir a quem não é humano e carece de direitos está moralmente justificado e se faz necessário se com isso se restitui a ordem social e o próprio regime de direitos” (p.235)

A normalização das formas de vida: a biopolítica e o racismo de estado

O poder soberano é aquele que pode alterar ou manter uma situação, seu poder se mantém pela escolha das vidas que serão banidas, que se tornarão sacras, é este poder que cria o *homo sacer*, decidindo que é digno e relevante de continuar vivo. Este sistema que estabelece normas de como viver e como existir socialmente, excluindo metodicamente aqueles que não se encaixam nos padrões determinados. Para compreender essa normalização da sexualidade e das formas de vida, faz-se necessário adentrar nos estudos de Foucault.

Foucault (2005) demonstra que na biopolítica do – fazer viver, deixar morrer – temos tanto uma obra de normalização, quanto marginalização. Porque quando se define o normal, cria-se o anormal, aquele que está nas margens. Operando uma hierarquização entre as categorias que mais se aproximam da norma, do centro, justamente por esse motivo, os sujeitos estão sempre tentando se amoldar a essas normas, chegar ao centro, uma constante luta para se adequar a biopolítica e o seu “fazer viver”.

Louro (2000) reforça o dito acima sobre a hierarquização das categorias que se aproximam do centro. Os grupos sociais que ocupam posições centrais, ou seja, os ditos “normais”, no que tange gênero, sexualidade, classe, raça e etc, tem a possibilidade de representar a si mesmo e aos outros, estabelecendo sobre os demais grupos, hierarquicamente inferiores por suas diferenças, seus padrões estéticos, éticos, científicos.

Esse mecanismo dentro do campo da sexualidade mostra-se ainda mais acentuado, logo que nele uma forma de sexualidade funciona como referência para todos os sujeitos. Esta sexualidade hegemônica

é a heterossexualidade, esta é concebida como “natural” e normal, segundo Louro (2000), desta forma, as outras formas de sexualidade e identidade de gênero são constituídas como antinaturais, abjetas e anormais, como é o caso da transexualidade. Nesse cenário, questiona-se: o que justificaria a morte das pessoas transexuais dentro de um sistema que tem como escopo normatizá-las?

Para responder essa pergunta, Foucault (2005, p.305) introduz o conceito de racismo de Estado como sendo: “o meio de introduzir nesse domínio da vida de que o poder se incumbiu, um corte: o corte entre o que deve viver e o que deve morrer. A função do racismo de estado é garantir a normalização, a regularidade, a homogeneidade e a homeostase populacional, constituindo sujeitos “dispensáveis”, que podem ser deixados para morrer ou morrer para “defender” e proteger a própria população. Proteger, no sentido de que a morte do outro, da raça ruim, do degenerado, do anormal, é necessária, permitindo uma vida melhor. À morte dos grupos que compõem as posições inferiores da hierarquia, do tipo: “quanto mais você mata, mais você fará morrer” ou “quanto mais você deixa morrer, mais, e por isso mesmo, você viverá” (p. 305)

Neste ponto, os ensinamentos de Foucault e Agamben se encontram, na formação do que constitui a identidade transexual. São vidas que não seguem o modelo de sexualidade padrão, a heteronormatividade, e ao fugir do “Fazer viver” da biopolítica, estes indivíduos tornam-se descartáveis, vidas nuas, o *homo sacer*, aquelas que podem ser descartadas, e não só isso, aqueles que devem ser descartados. Dentro do racismo de Estado, a morte destas pessoas é uma forma de fomentar o padrão existente, matar aqueles que são dissidentes fortalece o biopoder soberano.

A morte das pessoas transexuais é fomentada por esses elementos, tanto serve a manutenção do biopoder, uma performance do racismo de Estado. Como são deliberadamente invisibilizadas, apagadas, como uma limpeza social silenciosa, como demonstra Agamben (2002), suas mortes não são assassinatos, pois sua vida está esvaziada de valor, são *homo sacer*.

Conclusões

Diante do cenário assombroso que cerca a vivência de pessoas transexuais e travestis, a exclusão dos espaços sociais, os assassinatos com requintes de crueldade, a inviabilidade na mídia, o silenciamento no judiciário, a falta de investigação de suas mortes, não há como se negar a existência de um sistema que se estrutura com o objetivo de dizimar estas formas de vidas.

Todos nós, enquanto cidadãos e sujeitos políticos temos nossas vidas restringidas por esses reguladores, nós também estamos constantemente tentando nos ajustar aos padrões de gênero e de sexualidade. Tais normas que são reproduzidas até a exaustão, tomando caráter de naturalidade, no entanto, nada é natural, pelo contrário foi pensado e construído socialmente.

Essa reflexão muitas vezes é deixada de lado por aqueles que estão mais próximos do centro, da normalidade, que muitas vezes sentem uma ilusão de liberdade, deixam de buscar sua emancipação. Por outro lado, temos os marginalizados, os dissidentes, os anormais, que vivem numa constante luta

com a normalização, com a regulação de suas vivências, sua mera existência é uma fonte de resistência, pois onde a imposição sempre haverá resistência.

A experiência de gênero transexual é marcada pela violência, são vidas marcadas para morrer quanto mais tentam se rebelar. Vidas que só existem na medida em que são invisíveis, porém quanto mais silenciadas, mais são aparentes. A sua vida é a resistência contra o biopoder e sua heteronormatividade.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **Homo Sacer: O poder soberano e a vida nua I**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.

BENTO, Berenice. A Diferença que faz Diferença: corpo e subjetividade na **transexualidade**. **Revista Estudos Feministas**, v. 19, nº 2, 2011, p. 95-112. Disponível em: <<https://periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/2298>>.

BENTO, Berenice. **O que é transexualidade?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 2008

BRASIL. **Secretária de Direitos Humanos da Presidência da República. Relatório da Violência Homofóbica no Brasil: ano 2013**

CARVALHO, Thiago Fabres de. **O “direito penal do inimigo” e o “direito penal do homo sacer da Baixada”:** exclusão e vitimação no campo penal brasileiro. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo Vitória, v. 5, n. 5, p. 1 - 488, 1º/2º. sem. 2006

CASTRO, Edgardo. **Introdução a Giorgio Agamben: uma arqueologia da potência**. Ed. Autêntica. 2013.

FOUCAULT, Michel, **Em Defesa da Sociedade**, São Paulo: Martins Fontes, 2005, “aula do 17 de março de 1976”.

LOURO, Guacira Lopes. **O Corpo Educado: pedagogias da Sexualidade. 2º ed. Belo horizonte: Autêntica, 2000. Disponível em:** < <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>>

SANTOS, Juliana Oliveira; KRAWCZAK, Kaoanne Wolf. **Brasil, O País Que Mais Mata: Uma Análise Crítica Acerca Da Violência Contra Travestis E Transexuais**. In: Ciências Criminais & Direitos Humanos - Volume II / ZEIFERT, Anna Paula Bagetti; NIELSSON,

Joice Graciele; WERMUTH, Miquel Ângelo Dezordi (orgs). Bento Gonçalves, RS: Ed. Refletindo o Direito, 2017. Disponível em: <https://s3.amazonaws.com/academia.edu.documents/54265233/Ciencias_Criminais_Direitos_Humanos_-_Volume_II__Editora_Refletindo_o_Direito.pdf?AWSAccessKeyId=AKIAIWOWYYGZ2Y53UL3A&Expires=1532842093&Signature=TEBNdTaB4YgETwUtX94eeXqs50k%3D&response-content-disposition=inline%3B%20filename%3DCIENCIAS_CRIMINAIS_and_DIREITOS_HUMANOS.pdf#page=95>

TRANSGENDER, Europe (TGEU). Trans murder monitoring (TMM) **International Day Against Homophobia, Transphobia & Biphobia (IDAHOT). 2016. Disponível em:** <http://transrespect.org/en/idahot-2016-tmm-update/>

E QUEM ME SALVARÁ? UMA ANÁLISE ACERCA DAS VIOLÊNCIAS CONTRA GAYS, TRANSEXUAIS E TRAVESTIS NOS PRESÍDIOS MASCULINOS.

Jônatan David Santos Pereira¹
Nicole Louise Macedo Teles de Ponte²
Lorena Lima de Moraes³

Resumo: Embora o Estado tenha a obrigação de resguardar os direitos básicos dos indivíduos, independentemente de quaisquer circunstâncias, as formas de violência contra a população LGBTQI+, que ocorrem no ambiente carcerário, principalmente afetando os gays, as transexuais e as travestis dentro dos presídios masculinos são as mais bárbaras e desumanas. O presente trabalho teve como objetivo analisar os dados referentes ao abuso sexual e as diversas formas de violências sofridas por gays, travestis e transexuais em presídios masculinos através de uma revisão bibliográfica de obras pertinentes ao assunto e o levantamento dos dados secundários referentes às diversas formas de violências sofridas por gays, transexuais e travestis em presídios masculinos, num período significativo de 2017 a 2018.

Palavras-chave: violências, presídios masculinos, abuso sexual, LGBTQI+, presos.

1 Faculdade de Integração do Sertão, Serra Talhada/PE.
E-mail: jonatan.david13@hotmail.com

2 Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Serra Talhada/PE.
E-mail: nicole.pontes@ufrpe.br;

3 Universidade Federal Rural de Pernambuco – Unidade Acadêmica de Serra Talhada, Serra Talhada/PE.
E-mail: llorenamoraes@gmail.com;

Introdução

O atraso normativo sob o qual recai o sistema penal brasileiro, gera uma série de consequências para a população LGBTQI+, diga-se ao fato, desse sistema seguir uma lógica de separação por sexo/gênero, excluindo das devidas setorizações aquelas que ali não se enquadram em função de seu reconhecimento identitário e/ou orientação sexual. Nesse sentido, podemos vislumbrar claramente que a população T (grupo com maior vulnerabilidade), em específico, tem sido vítimas diretamente de uma violência que vai para além da restrição de direitos, sendo-lhes impostas penas severas e desumanas dentro do sistema carcerário brasileiro. À população T, que tem seus direitos cerceados de diversas formas, diga-se a superação das violências convencionais do cárcere, soma-se com o preconceito transfóbico e à transmisoginia. Carecendo, portanto, de uma maior atenção e cuidado.

O Estado é responsável por tutelar os direitos individuais e coletivos das pessoas, mas essa é uma afirmação que tende a cumprir apenas os requisitos formais, pois ainda se relata muito sobre as violências sofridas dentro dos presídios. Violências que não partem apenas daqueles indivíduos que se encontram na mesma condição de preso, mas indivíduos que prestam serviços para o Estado e que, em tese, deveria proteger e/ou cumprir sua função enquanto servidor público. Porquanto, o trabalho segue essa lógica de análise de algumas das violências sofridas pelos LGBTQI+, bem como buscamos entender o contexto social que tem levado à prática dessas transgressões individuais.

Diante disso, a abordagem das questões que aqui sucederão será feita tomando por base o estudo e a revisão bibliográfica de obras pertinentes sobre o assunto, centrando-se em obras referentes à criminologia crítica e feminista, execução penal e do direito penal, relatos de pessoas vítimas dessas violências, bem como a análise dos artigos 3º e 5º da Lei nº 7.210/84 (lei de Execuções Penais), sendo fundamental ressaltar que a pesquisa está em andamento. Os métodos utilizados são o qualitativo e o quantitativo. Ademais, estudos históricos e sociológicos também serão importantes e terão igual validade na compreensão de determinados fatos.

Esta pesquisa surge como projeto do meu trabalho de conclusão do curso de Bacharelado em Direito na Faculdade de Integração do Sertão – Serra Talhada – PE, e está sendo desenvolvido no Grupo de pesquisa, estudo e extensão em relações de gênero, sexualidade e saúde – Dadá – Universidade Federal Rural de Pernambuco/Unidade Acadêmica de Serra Talhada.

Como já dito, a pesquisa encontra-se em andamento e, portanto, não há um resultado concreto, mas sim, algumas análises sobre violências sofridas pelos gays, as transexuais e as travestis dentro dos presídios masculinos, reforçando as questões misóginas e transfóbicas, bem como a dupla vulnerabilidade dessas pessoas no cárcere. Seguindo uma lógica de estereótipos femininos que são tidos dentro e fora dos presídios como corpos estranhos dentro de uma sociedade reprodutora de comportamentos machistas e heteronormativos.

CÁRCERE E VALORES: UMA PORTA PARA A DISCRIMINAÇÃO DESVELADA. ANÁLISE DA LEI Nº 7.210/84.

A partir de agora todas as discussões estarão voltadas para a questão da dupla vulnerabilidade dos gays afeminados, das transexuais e das travestis nos espaços de aprisionamento ou cárcere, mas antes, é importante que se fale sobre o contexto social e histórico, nos quais estão inseridos tais indivíduos.

O cárcere é uma instituição de isolamento de todas as relações que em algum momento se conectaram, diga-se, com o mundo externo em seu sentido cultural. O que acontece é que as transexuais, em específico, são tidas como corpos estranhos dentro desses espaços e carregam uma carga de preconceito e misoginia muito grande, pois, a figura feminina é sexualizada frequentemente e a ela é atribuída uma série de funções exaustivas e ainda muito machistas dentro de uma sociedade reprodutora de comportamentos patriarcais. Sobre esse assunto, trago Heleieth Saffioti (2015) para falar:

Integra a ideologia de gênero, especificamente patriarcal, a ideia, defendida por muitos, de que o contrato social é distinto do contrato sexual, restringindo-se este último à esfera privada. Segundo este raciocínio, o *patriarcado* não diz respeito ao mundo público ou, pelo menos, não tem para ele nenhuma relevância. Do mesmo modo como as relações patriarcais, suas hierarquias, sua estrutura de poder contaminam toda a sociedade, o direito patriarcal perpassa não apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado. Ainda que não se possa negar o predomínio de atividades privadas ou íntimas na esfera da família e a prevalência de atividades públicas no espaço do trabalho, do Estado, do lazer coletivo, e, portanto, as diferenças entre o público e o privado, estão estes espaços profundamente ligados e parcialmente mesclados. Para fins analíticos, trata-se de esferas distintas; são, contudo, inseparáveis para a compreensão do todo social. (SAFFIOTI, Heleieth, 2015, p. 57).

Perceba que a ideia trazida pela autora é a de que o patriarcado é reproduzido na sociedade enquanto estrutura de poder e instrumento utilizado pela figura masculina a fim de coordenar as relações sociais através das liberdades masculinas sob a dominação feminina, podendo ser simbólica, bem como essa estrutura contamina não só a própria esfera privada, mas também a esfera pública na figura do Estado. Esses comportamentos são levados para os presídios e lá se agrava por se tratar os indivíduos, diga-se os gays afeminados, as transexuais e as travestis, como os grupos de maior vulnerabilidade na sociedade, aqui em questão, o contexto brasileiro.

A questão da dupla vulnerabilidade de tal grupo está intrinsecamente ligada a um teor de preconceitos, com os quais se deparam diariamente na sociedade, bem como com a condição de preso. A ausência de conhecimento e convivência dos magistrados com o contexto que se coloca bem à frente também é uma problemática que afeta negativamente de forma agravada tais indivíduos no cárcere, pois a presença do senso comum e da rejeição social e valorativa pesam bastante na aplicação da lei penal para tais pessoas.

Trago Heloisa Lima e Raul Nascimento para dialogar sobre uma questão importante e que ensinará numa discussão sobre a lei de execução penal, fechando assim, essa tomada social e histórica da inserção de presos LGBTQI+ no cárcere, especificamente, no cárcere brasileiro.

Importa salientar, por fim, que todos aqueles presentes na estrutura social do cárcere (apenadas e apenados, agentes, administradores, familiares de pessoas em situação de privação de liberdade, etc.) estão imbuídos com determinada carga social de pressupostos e preconceitos em torno das questões de gênero; e é justamente a “intensidade” dessa carga quem legitima ou proporciona graves violações e desrespeitos a população transgênera do cárcere. Se na sociedade de fora esses sujeitos já possuem grande marginalização, na sociedade do interior do cárcere essa marginalização adquire proporções astronômicas. (LIMA, Heloisa e NASCIMENTO, Raul, 2010, p. 80).

É com essa citação que se abre caminho para uma discussão que há muito tem gerado uma série de divergências e críticas. O que tange à fase de cumprimento de sentença e inserção dos presos (gays afeminados, transexuais e travestis nos presídios masculinos). Mas antes da análise da lei de execução penal (lei nº 7.210/84) é importante que se analise a questão do “determinismo biológico” como método de segregação e inserção nesses espaços (presídios masculinos) dessas pessoas através da resolução conjunta de nº 1 de 15 de abril de 2014 do Conselho Nacional de Política Criminal e Penitenciária (CNPCC) e o Conselho Nacional de Combate à Discriminação (CNCDD). Essa resolução trata sobre o acolhimento da população LGBTQI+ nas unidades prisionais do Brasil e utiliza-se de alguns métodos conceituais para segregação, senão vejamos:

- Travestis: pessoas que pertencem ao sexo masculino na dimensão fisiológica, mas que socialmente se apresentam no gênero feminino, sem rejeitar o sexo biológico; e
- Transexuais: pessoas que são psicologicamente de um sexo e anatomicamente de outro, rejeitando o próprio órgão sexual biológico.

Essa separação para tratamento diferenciado nas unidades prisionais brasileiras é subversiva e altamente desatualizada, pois a transexualidade está conceituada/definida como o rompimento das barreiras das identidades de gênero e, portanto, perpassa o encaixe no binarismo ou determinismo biológico. Sendo assim, para se reconhecer enquanto mulher trans não necessariamente precisa que tenha repulsa pelo seu órgão biológico e é esse determinismo previsto na norma que tem levado à uma série de violações de direitos dessas pessoas através de violências diretas e indiretas no cárcere. Com isso, partiremos para uma outra crítica normativa que recai também sobre um atraso legal, a lei de execuções penais. Esta, em seu artigo 5º trata da classificação dos presos e nessa classificação apenas o sexo/gênero é tido como requisito para enquadramento dos presos em celas diferenciadas (inexistentes em alguns presídios) ou não. Essa questão merece um cuidado específico, pois, uma transexual, travesti ou um gay afeminado que tem sua identificação com o sexo biológico, mas que recai na discussão da misoginia e estereótipo feminino é, legalmente, enquadrado dentro dos presídios masculinos e certamente irão se deparar com as questões levantadas no início do trabalho, bem como outras violências encontradas nesses espaços de encarceramento.

LGBTQI+ E CÁRCERE: VIOLÊNCIAS E TRATAMENTOS DESUMANOS.

Antes que se destaque as violências sofridas pelo grupo vulnerável em questão é importante que se faça uma breve análise do que chamam de “duplo cumprimento de sentença” pelos presos LGBTQI+. O duplo cumprimento de sentença é nada mais nada menos que uma violência direta que cria normas nos presídios brasileiros como forma de regulamentar, sem a presença estatal, as relações dentro desses espaços. Na prática funciona mais ou menos assim: o juiz sentencia/condena a pessoa e esta passa a viver nos espaços carcerários (1ª forma de cumprimento de sentença). No entanto, ao adentrar esses espaços, o preso LGBTQI+, inserido num grupo vulnerável, é obrigado a realizar uma série de ações que são impostas pelos presos que se encontram nos mesmos espaços (2ª forma de cumprimento de sentença). Caso imposta a sentença informal e não cumprida, as punições sofridas são bem piores que uma pena privativa de liberdade, podendo custar a vida.

É com essa abordagem que chamo atenção para algumas violências encontradas nos presídios masculinos e que são praticadas contra a população LGBTQI+. Cite-se quatro formas de violências: violência sexual e violência física, violência direta através do chamamento pelo nome civil das pessoas que usam o nome social e a obrigatoriedade de “funções domésticas” aos presos de estereótipo feminino. Em um relato da travesti Vitória Rios⁴ para a Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Transexuais e Travestis em 2009, na época com 28 anos conta como aconteciam essas violências, podendo visualizar claramente essas violações individuais.

“Eu era obrigada a ter relação sexual com todos os homens das celas, em sequência. Todos eles rindo, zombando e batendo em mim. Era ameaçada de morte se contasse aos carcereiros. Cheguei a ser leiloada entre os presos. Um deles me ‘vendeu’ em troca de 10 maços de cigarro, um suco e um pacote de biscoitos (...). Tenho uma cabrita para treta” é a espécie de senha usada entre os presos das unidades carcerárias para homens, quando alguém dentro da cela se referia aos serviços prestados pelo preso com outra orientação sexual. “Fiquei calada até o dia em que não aguentei mais. Cheguei a sofrer 21 estupros em um dia. Peguei hepatite e sífilis. Achei que iria morrer. Sem falar que eu tinha de fazer faxina na cela e lavar a roupa de todos. Era a primeira a acordar e a última a dormir”, desabafa.

Perceba que a violência nos presídios masculinos contra a população LGBTQI+ é recorrente e desumana, violando direitos garantidos na Carta Magna e fortalecendo uma série de comportamentos machistas e patriarcais, que tanto nos matam todos os dias. O que inspira a continuar lutando diariamente contra esse sistema.

4 Vitória Rios inspirou a criação da ala LGBT no presídio de Minas Gerais após seu relato sobre as diversas violências sofridas nesse espaço.

Referências

EM. **Homossexuais contam abusos que sofriram em prisões sem separação.** Disponível em: <https://odia.ig.com.br/_conteudo/noticia/rio-de-janeiro/2015-04-14/transexuais-sofrem-agressoes-e-abusos-dentro-de-penitenciarias.html> Acesso em: 26 dez. 2018.

BEM PARANÁ. Abuso sexual nos presídios masculinos. **Disponível em:** <<https://www.bemparana.com.br/noticia/52416>> **Acesso em: 26 dez. 2018.**

LIMA, Heloisa Bezerra e NASCIMENTO, Raul Victor Rodrigues, **Transgeneridade e Cárcere: Diálogos Sobre uma Criminologia Transfeminista**, 2010.

BARATTA, Alessandro. **Criminologia Crítica e a Crítica do Direito Penal.** 3ª ed. v. 1. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

HELEIETH, Saffioti, **Gênero, Patriarcado e Violência**, 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

OLIVEIRA, Heverton Garcia e VIEIRA, Tereza Rodrigues, **A Dupla Vulnerabilidade dos Presos LGBT**, 2011.

LEI 7.210/84. **Lei de Execução Penal, artigo 5º.** <Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm> Acesso em: 26 dez. 2018.

PNE E BNCC: DISCURSOS HETERONORMATIVOS NO CURRÍCULO ESCOLAR

Marlon Silveira da Silva

Resumo: Este artigo tem como objetivo refletir, a partir dos documentos Plano Nacional de Educação 2014-2024 (PNE) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobre o processo de apagamento que as expressões gênero e orientação sexual sofreram durante a transição de um documento para o outro. Para esta pesquisa qualitativa de base documental dialogamos com autores como Judith Butler, Stephen Ball e Michael Apple. As demandas e discursos de alguns setores conservadores representados pela então chamada bancada religiosa se fizeram presentes, tanto nas discussões e debates que antecederam a elaboração dos documentos, quanto na finalização de seus textos. Tal processo resultou na terceira e última versão da BNCC com perfil normativo (e heteronormativo), reforçando assimetrias sexuais, baseadas numa limitada lógica binária, sem abertura para a problematização de tais temas na educação básica.

Palavras-chave: Gênero, Orientação sexual, Políticas de currículo.

Introdução

A emergência do documento denominado Base Nacional Comum Curricular (BNCC) implementado pelo Ministério da Educação e que deverá orientar os currículos escolares nos próximos anos, no Brasil, nos leva a levantar uma série de questionamentos que ainda encontram-se negligenciados sob uma nebulosa cortina de fumaça. Dentre esses muitos questionamentos, o que toma nosso interesse neste artigo é o que diz respeito às questões de *gênero* e *orientação sexual* na última versão do documento ou, melhor dizendo, a ausência e invisibilidade de tais temáticas.

Neste sentido, temos como objetivo central refletir, a partir dos documentos do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) e da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), sobre o apagamento e invisibilização de temas como *gênero* e *orientação sexual* no processo de transição de um para o outro.

Metodologia

O documento da Base Nacional Comum Curricular, que atualmente encontra-se a véspera de iniciar a fase de sua implementação e preparação dos profissionais da educação básica, desde a primeira versão até a terceira (última) sofreu muitas modificações, conforme será verificado.

Das muitas críticas¹ feitas desde o processo da construção do documento e suas versões, traremos para esta discussão aquelas mais voltadas para o currículo, visto a sua centralidade no documento BNCC.

Para refletirmos sobre o contexto de produção de tais políticas de currículo, partimos das compreensões de Stephen Ball (1983) em que busca analisar as diferentes negociações e embates em torno dos projetos políticos, fugindo de enfoques estadocêntricos, o que nos leva ao chamado ciclo de políticas: [...] o ciclo de políticas é um método. Ele não diz respeito à explicação das políticas. É uma maneira de pesquisar e teorizar as políticas (BALL apud MAINARDES, 2009, p. 304 -305).

A partir dessa perspectiva é possível localizar tanto o Plano Nacional da Educação quanto a Base Nacional Comum Curricular como resultado de muitas disputas orquestradas por diferentes atores/atrizes e que, embora impositivo, de caráter obrigatório, e com força de lei, não está fechado, mas aberto a resistências e enfrentamentos. Nessa direção, entendemos o currículo e suas políticas também como espaço de luta por produção de significados (Lopes e Macedo, 2011).

¹ Ver: AGUIAR, Márcia Angela. DOURADO, Luiz Fernandes (org). A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva. Recife: ANPAE, 2018.

Resultados e discussão

O texto da primeira versão da BNCC foi divulgado em setembro de 2015, pelo MEC. Nesta primeira versão, nossa ferramenta de busca localizou 77 vezes a palavra “gênero”, sendo que na maior parte das vezes a palavra foi empregada como “gêneros textuais” ou “gêneros orais”, por exemplo. Já a expressão “orientação sexual” aparece uma vez nessa primeira versão. No que diz respeito ao *gênero* como categoria que nos interessa nesse estudo, é possível encontrá-lo em diferentes momentos no texto, como localizado em um dos objetivos dos princípios orientadores da BNCC:

Desenvolver, aperfeiçoar, reconhecer e valorizar suas próprias qualidades, prezar e cultivar o convívio afetivo e social, fazer-se respeitar e promover o respeito ao outro, para que sejam apreciados sem discriminação por etnia, origem, idade, gênero, condição física ou social, convicções ou credos (BNCC, 2015, p. 7).

Nessa mesma direção, ou seja, o *gênero* como alternativa para a promoção do respeito e reconhecimento das diferenças, aparece em outros momentos no texto do documento², demonstrando a intenção de abordagem numa perspectiva de diminuição das violências de gênero na escola. O texto dessa primeira versão, após entrar em consulta pública e receber mais de doze milhões de contribuições, foi sistematizado por uma equipe da Universidade de Brasília e reencaminhado ao grupo de redatores, resultando na segunda versão do documento, divulgada em maio de 2016. Nesta segunda versão, a ferramenta de busca pela palavra *gênero* localizou 334 vezes a expressão (da mesma forma que na primeira, a expressão na maior parte das vezes também é encontrada sendo empregada com diferentes significados) e três vezes a expressão *orientação sexual*.

É inegável a atenção que o *gênero* e a *orientação sexual* ganham nesta segunda versão da BNCC e, até mesmo, o tom progressista que tais expressões adquirem no texto. Segundo o MEC, essa segunda versão teria rodado o país, sendo discutida e agregando contribuições através de seminários estaduais, resultando, em abril de 2017, na terceira versão, que novamente foi disponibilizada para consulta pública e aberta a contribuições.

Em dezembro do mesmo ano a versão final foi aprovada (por vinte votos contra três³) pelo Conselho Nacional de Educação e homologada pelo MEC. Ao buscarmos pelas palavras *gênero* e *orientação sexual* nessa terceira e última versão do documento da BNCC foi possível localizar 448 vezes a palavra gênero, porém restrita a “gênero literário”, “gênero do discurso”, etc, enquanto que nenhuma vez a expressão *orientação sexual* foi localizada no documento.

2 A exemplo das páginas 19, 33, 68, 86, 100, 187, entre outras.

3 Acreditamos ser importante a compreensão das razões apresentadas pelas referidas conselheiras contrárias a aprovação. Sugere-se a leitura do artigo RELATO DA RESISTÊNCIA À INSTITUIÇÃO DA BNCC PELO CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO MEDIANTE PEDIDO DE VISTA E DECLARAÇÕES DE VOTOS, disponível em AGUIAR, Márcia Angela. DOURADO, Luiz Fernandes (org). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva*. Recife: ANPAE, 2018.

Neste sentido, é importante questionarmos o que teria levado, durante o processo de elaboração da segunda versão para a terceira, ao apagamento de tais expressões, que acreditamos, poderiam ser uma possibilidade de reflexão sobre o respeito as diferenças no espaço escolar. Cabe destacar, que embora o nosso recorte tenha se voltado para essas questões, foi possível perceber também a diminuição e até desaparecimento de expressões como *diversidade* e *classe social*, nos levando a refletir sobre até que ponto essas questões podem estar imbricadas em um mesmo movimento (ou grupo) político que busca, através da educação e das políticas de currículo, se manter hegemônico.

Mesmo que reconhecemos a importância dos PCN's para as discussões de gênero/sexualidade na educação, foi com as políticas públicas implementadas a partir de 2003 pelo governo do então presidente Lula que foi possível perceber uma maior abertura para as questões de Gênero e Sexualidade. Ainda na esteira das políticas voltadas para o enfrentamento das diferentes violências sofridas pela população LGBTT, foram criados em 2006 dois cursos voltados para a capacitação de professores e profissionais da educação, o Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE) e o Gênero e Diversidade na Escola (GDE).

O avanço desses temas como políticas públicas não passaria incólume ao olhar atento de alguns setores conservadores do cenário político nacional. Sendo um dos desdobramentos do Projeto Escola Sem Homofobia, o chamado Kit Gay teria sido um dos principais motivos das acaloradas discussões movidas pela bancada religiosa⁴ que, ao fazer duras críticas ao material, conseguiu impedir a distribuição deste nas escolas.

Tendo eleito muitos representantes nas eleições de 2014 tanto no Senado Federal quanto na Câmara dos deputados, a bancada religiosa ganhou espaço e seus discursos, aliados ao Projeto Escola Sem Partido, focou nos interesses educacionais, mais precisamente, na defesa dos seus valores morais e religiosos, e na perpetuação destes através da educação básica. É importante destacarmos a centralidade e a potência que a expressão “ideologia de gênero” teve nos discursos dos referidos políticos, em que os pesquisadores do gênero foram frequentemente acusados de “destruir a família e as leis de Deus”.

Ao desestabilizar os conceitos prévios sobre diferentes binarismos como homem/mulher, natural/cultural, sexo/gênero a filósofa Judith Butler (2003) apresenta o conceito de heterossexualidade compulsória, no qual tanto sexo como o gênero seriam atos normativos reforçados através da repetição de valores heterossexuais. Para Butler “certos tipos de ‘identidade de gênero’ parecem ser meras falhas do desenvolvimento ou impossibilidades lógicas, precisamente porque não se conformaram às normas da inteligibilidade cultural” (Butler, 2003, p. 38 – 39). Neste sentido, um currículo heteronormativo, que não se proponha a problematizar os papéis sociais atribuídos aos sexos/gêneros, se apresenta como uma alternativa de manutenção da norma. No contexto político atual é preciso compreender o

4 Geralmente, é chamada de “bancada evangélica”, porém, por entendermos que tal termo generaliza e limita as ações conservadoras a todos/as os/as evangélicos/as (além de ter católicos/as envolvidos/as na defesa das mesmas pautas), optamos pela utilização “bancada religiosa”.

fortalecimento e o avanço dos valores e ideários religiosos nas políticas educacionais através do que Michael Apple (2001) chamou de Restauração Conservadora ou Modernização Conservadora, em que:

Isto é, um movimento crescente para redefinir o que é a educação e como devemos interpretar a educação tanto como uma prática, quanto como um conjunto de políticas. Existe uma nova aliança que tem vindo a exercer a liderança nas políticas e reformas educativas. Em muitas nações tem-se registrado uma viragem de uma aliança social democrata para uma coligação centrada em 3 ou 4 grupos que empurram as políticas educativas e sociais para perspectivas conservadoras (APPLE, 2001, p. 6).

Para Apple, esses grupos seriam compostos por neoliberais, neoconservadores e os populistas autoritários que, conforme pode ser verificado na definição, seriam os representantes religiosos, em que: “São frequentemente os fundamentalistas Cristãos que pretendem o regresso àquilo que acreditam ser “a” tradição Bíblica como base do conhecimento, textos sagrados e autoridade sagrada” (Apple, 2001, p. 7).

Nessa direção, não podemos deslocar as discussões e disputas em torno do gênero nas políticas de currículo de forma descontextualizada, pois caminham lado a lado com outras pautas conservadoras e mercadológicas que tentam se fortalecer e se perpetuar na Educação, na Economia e na Cultura. Tal perspectiva contribui para uma maior compreensão a respeito da atuação dos grupos religiosos no Poder Legislativo e, conseqüentemente, para um entendimento mais amplo das conseqüências dessa atuação e ao modo como o currículo é campo de disputa de significação de sentidos.

Algumas conclusões possíveis

Diante do que fora apresentado, acreditamos ter possibilitado algumas reflexões. Embora a BNCC se afaste do Plano Nacional da Educação em alguns aspectos, a mesma se aproxima no que diz respeito à invisibilidade das questões de gênero, reforçando os discursos heteronormativos presentes nos currículos, através do reforço dos estereótipos de sexo, ancorados numa lógica binária, limitadas ao discurso das ciências biológicas.

Se compararmos a BNCC aos PCN's, mesmo que com proposições diferentes, é possível perceber um retrocesso no que se refere às discussões sobre gênero e sexualidade no currículo. Ao aceitarmos que nas disputas pelos princípios que deveriam direcionar o Plano Nacional de Educação foi vitoriosa uma compreensão restrita e normativa de currículo, fica nítido que as pautas e demandas construídas historicamente pelos movimentos sociais visando uma educação democrática e inclusiva, também não foram incorporadas à BNCC.

Além disso, invisibilizar ou desconsiderar tais discussões sobre gênero e sexualidade na sala de aula é negligenciar os conhecimentos produzidos por diferentes áreas do conhecimento, tanto nacional como internacionalmente, em detrimento de concepções e ideologias conservadoras e de base religiosa, nos afastando de um Estado Laico. A mesma Constituição que por vezes é invocada para justificar

a necessidade da BNCC também nos lembra da nossa condição de Estado Laico, embora esse dado seja com frequência desrespeitado.

É possível perceber a atenção que tem ganhado pesquisas que abordem em suas discussões questões que dizem respeito a chamada “ideologia de gênero” no Plano Nacional de Educação ou, até mesmo, na própria BNCC, acreditamos ser indispensável buscar compreender como e através de que tipo de articulações as agendas e demandas de grupos conservadores e reacionários vem ganhando espaço no cenário político. Obviamente, a compreensão desse movimento requer um maior aprofundamento que, desejamos, poderá ser melhor explorado e desenvolvido por pesquisas futuras.

Referências

AGUIAR, Márcia Angela. DOURADO, Luiz Fernandes (org). *A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectiva*. Recife: ANPAE, 2018.

APPLE, Michael W. *Reestruturação Educativa e curricular e as Agendas Neoliberal e Neoconservadora*. Entrevista com Michael Apple. *Currículo sem Fronteiras*, v.1, n.1, pp.5-33, Jan/Jun 2001.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/consti/1988/constituicao-1988-5-outubro-1988-322142-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 05/07/2018.

_____. *Parâmetros Curriculares Nacionais: Apresentação dos temas transversais, ética*. Ministério da Educação. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/livro081.pdf>. Acesso em: 15/07/2018.

_____. *Lei de diretrizes e Bases da Educação Nacional*. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70320/65.pdf>. Acesso em: 07/07/2018.

_____. *Plano Nacional de Educação – PNE 2014-2014*. Ministério da Educação, 2014. Disponível em: <http://www.observatoriodopne.org.br/uploads/reference/file/439/documento-referencia.pdf>. Acesso em: 06/07/2018.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial de Direitos Humanos. *Brasil sem homofobia: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e de promoção da cidadania homossexual*. Brasília: Conselho Nacional de Combate à Discriminação, 2004.

_____. *Base Nacional Comum Curricular (1ª versão)*. Ministério da Educação. Disponível em http://movimentopelabase.org.br/wp-content/uploads/2017/04/BNCC-APRESENTACAO_final_06-10.pdf. Acesso em 20/07/2018.

_____. *Base Nacional Comum Curricular (2ª versão)*. Ministério da Educação. Disponível em: <http://undime-sc.org.br/wp-content/uploads/2016/05/2%C2%AA-BNCC-BOOK.pdf>. Acesso em: 20/07/2018.

_____. *Base Nacional Comum Curricular (3ª versão)*. Ministério da Educação. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/wp-content/uploads/2018/06/BNCC_EI_EF_110518-versaofinal_site.pdf. Acesso em: 14/07/2018.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2003.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth Fernandes de. *Teorias de Currículo*. São Paulo: Cortez, 2011.

MAINARDES, Jefferson; MARCONDES, Maria Inês. Entrevista com Stephen Ball; *um diálogo sobre justiça social, pesquisa e política educacional*. Revista Educação e Sociedade. Campinas: UNICAMP, vol.30, n.106, p.303-318, jan/abr, 2009.

MOVIMENTOS SOCIAIS LGBT – 40 ANOS DE ATUAÇÃO

Marcio Caetano¹

Resumo: O Centro Memória de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais João Antônio Mascarenhas da Universidade Federal do Rio Grande – FURG, caracteriza como espaço de sistematização, guarda e difusão de registros dos movimentos sociais LGBT por meio das narrativas de seus ativistas. Dadas as imbricações que afetam os movimentos sociais LGBT e suas memórias, o Centro busca contribuir com informações à comunidade científica, ao ativismo e aos/as gestores/as de políticas públicas sobre os movimentos sociais LGBT, suas ações históricas de incidência política e promoção de cidadania e enfrentamento à homofobia, de modo a fortalecer as redes político-sociais de ampliação e aprimoramento da democracia.

Palavras-chave: Memória, cidadania, democracia, LGBT.

¹ Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGEdu) – Universidade Federal do Rio Grande-FURG.
E-mail: mrvcaetano@gmail.com

HOMOSSEXUALIDADES E LESBIANIDADES: BREVES APONTAMENTOS HISTÓRICOS

Leandra Sobral Oliveira¹

Amana Rocha Mattos²

Resumo: O presente trabalho se propõe a apresentar um recorte de pesquisa de doutorado em andamento. Aborda o tema da homossexualidade, mais especificamente das lesbianidades. Discute a patologização da homossexualidade na transição do século XIX para o século XX, assim como propõem um esboço sobre lesbianidades a partir de uma breve perspectiva histórica para depois investigar, na segunda metade do século XX, a eclosão do processo afirmativo dos movimentos lésbicos no Brasil. Pensar sobre a existência e a resistência dessas mulheres, a partir dos marcadores desta compilação, traz para a pauta cotidiana o pensamento sobre a necessidade de problematizarmos a falta de protagonismo dos estudos em lesbianidades no Brasil.

Palavras-chave: Lesbianidades; Mulheres lésbicas; Movimentos lésbicos.

1 Doutoranda em Psicologia Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: leandrasoliveira@gmail.com;

2 Professora Permanente do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: amanamattos@gmail.com

Introdução

O presente trabalho se propõe a circunscrever algumas discussões que alinharam o desenho da homossexualidade enquanto prática invertida, patológica e desviante. Diz respeito a um recorte sobre homossexualidade e lesbianidades numa breve perspectiva histórica, em que iremos trazer diferentes apontamentos que permitam uma organização minimamente didática sobre o campo. Nossa proposta neste item foi reunir alguns autores, referências conceituais e marcos que auxiliem nessa organização temática. Fizemos uma discussão inicial sobre o tema da homossexualidade na transição entre os séculos XIX e XX, e depois realizamos um salto temporal retomando esta discussão na segunda metade do século XX, por situar (considerando-se o contexto brasileiro) o embrião do processo afirmativo do movimento lésbico de modo mais estruturado.

Metodologia:

A proposta metodológica deste estudo reflete uma perspectiva histórica de mapeamento bibliográfico/temático. Se de algum modo a história ordena ideias e fatos, ela o faz a partir do significado dado a esses objetos, possibilitando a construção de novas formas de ser e estar no mundo na contemporaneidade. Assim,

A pesquisa histórica permite-nos compreender como diversos conceitos que hoje se encontram cristalizados foram, na verdade, construídos e desenvolvidos ao longo do tempo. Assim, além da desnaturalização de idéias, é possível também acompanhar o modo como estas são apropriadas em nossos dias, de maneira que os saberes psi da atualidade possuam alicerces sustentados não numa postura ingênua, mas em seus fazeres históricos. Da mesma forma, este ponto de vista facilita a elaboração de práticas futuras mais críticas e conscientes, evitando-se a manutensão daquelas que, situando-se fora de seu momento, representam presentificações e leituras equivocadas de eventos de outras épocas. (Espírito Santo, Jacó-Vilela e Ferreri, 2006, p.19).

Assim, este é um trabalho que apresenta uma compilação de alguns marcadores sobre homossexualidades, em especial sobre lesbianidades, priorizando a realidade brasileira. Trata-se de um recorte de uma pesquisa de doutorado em andamento e, portanto, apresenta discussões parciais.

Discussão:

A homossexualidade enquanto patologia foi uma construção realizada por determinados grupos na transição entre os séculos XIX e XX. Como nos apontam Maria Machado, Fernanda Piccolo, Luciana Zucco e Murilo Mota (2010),

Os argumentos para explicar a homossexualidade colocavam a questão no âmbito das áreas psicológica, biomédica e religiosa, percebendo-a como um distúrbio (fisiológico),

um desvio (psicológico) ou um pecado (religioso). Mesmo na segunda metade do século XX o uso do termo 'homossexualismo' era indicativo da percepção da homossexualidade como doença, orgânica ou psicológica. Cabe lembrar que, no Brasil do século XIX e início do século XX, o homossexualismo era considerado um dos crimes mais depravados. (Machado et al, 2010, p.113).

Diversos estudos e fontes históricas sobre este período (Octávio Domingues, 1933; Michel Foucault, 1985; Sérgio Carrara, 1996; Guacira Louro, 2000; Jurandir Costa, 2004;

Mary Del Priore, 2004; José Gondra, 2004; Luis Mott, 2006; Leandra Oliveira, 2007; Rita Rodrigues, 2012) apontam para a ideia de que o saber científico foi imponente articulador das concepções que ganharam legitimidade na formação do Brasil República, entre eles com especial destaque o saber médico.

Aos médicos e aos demais especialistas legitimados era autorizado (ou ainda é!?) todo e qualquer tipo de intervenção e orientação em prol do bom funcionamento social. A ciência do corpo e seus extratos biológicos têm permeado não apenas a epistemologia da doença e a psicopatologia, mas também as práticas sociais que deliberam sobre o sentir e o fazercotidianos.

Diferentes saberes científicos do século XX tentam se apropriar do terreno da sexualidade e explicar as causas do *homossexualismo* em sua classificação como desvio mental e/ou patologia. Seus legitimadores (psicólogos, médicos, educadores, religiosos, juristas) auxiliaram na produção de teorias explicativas (causais) que mesmo na segunda década do século XXI ainda encontram espaço para a propagação de representações imprecisas, restritivas e violadoras sobre identidade de gênero e orientação sexual.

Eclodem no início da segunda metade do século XX uma série de movimentos sociais que passam a questionar os modelos impregnados de uma perspectiva biologizante, essencialista sobre os corpos e a sexualidade, trazendo assim para a pauta de discussão da época a necessidade de pensá-los (o corpo e a sexualidade) enquanto dispositivos históricos e sociais. A partir da década de 1960, *“há um movimento crescente de contestação dos valores, estruturas e concepções sociais. Nesse contexto, no qual se desenvolvem movimentos sociais como o feminista e o LGBT, as proposições científicas sobre o sexo foram amplamente questionadas e discutidas”* (Carrara, 2015, p. 66).

Assim, a partir da década de 1960 podemos marcar vários períodos de tensões e conquistas que delimitam a história das homossexualidades e lesbianidades, em especial no Brasil, conforme compilação apresentada por Oliveira e Mattos (2018), e que podemos acompanhar nas tabelas abaixo:

Tabela 1 – Breve cronologia - Décadas de 1960 e 1970

Ano	Fato ou publicação de destaque (panorama brasileiro)
Década de 1960	O mercado começa a abrir estabelecimentos dirigidos ao público LGBT, como bares, restaurantes, boates e saunas
Década de 1960	Embora a maior parte da produção de conhecimento sobre homossexualidade da época ainda a trate como patologia e desvio, começam a surgir estudos e autores que passam a defender a homossexualidade como uma das possíveis expressões normais / saudáveis da sexualidade humana
1964	Início da Ditadura Militar no Brasil
1967	O Ferro's Bar, em SP, começa a ser ocupado por lésbicas, tornando-se ponto de encontro e local para discussões
1969	Ocorre em 28 de junho de 1969 um importante protesto no bar Stonewall, em Nova York, o que é reconhecido como o grande marco do movimento LGBT
1970	Após um ano do protesto em Stonewall, são realizadas marchas em diferentes estados americanos (São Francisco, Los Angeles e Nova York) com milhares de pessoas como forma de celebração do processo afirmativo LGBT, identificada como a primeira marcha gay da história
1970 a 1978	Os anos mais austeros do regime de exceção vivido no Brasil permitiram que novos coletivos se organizassem, no entanto ainda diante de um cenário de forte repressão policial e reiteramento de estigmas e violência que continuou destinando à comunidade LGBT diferentes acessos e possibilidades
1973	Em 1973, a APA (Associação Norte Americana de Psiquiatria) deixou de classificar a homossexualidade como transtorno mental
1978	Como nos afirma Green (2000), no Brasil o movimento de gays, lésbicas e travestis pode ser oficialmente datado no ano 1978, no meio da abertura política e da oposição à ditadura militar
1978	Lançamento do Jornal Lampião da Esquina
1978	Fundado o Grupo Somos (Somos: Grupo de Afirmação Homossexual), primeira organização política de gays e lésbicas no Brasil, com sua consolidação em 1979
1979	Fundação do Grupo Lésbico-Feminista (1979-1981), tendo como principal expoente o nome de Míriam Martinho (1954 -), uma das figuras históricas do Movimento Feminista e do Movimento Homossexual Brasileiro

Ano	Fato ou publicação de destaque (panorama brasileiro)
1980	Ocorre, em 13 de junho, a primeira grande mobilização política do Movimento LGBT brasileiro, em São Paulo, um ato que reuniu o movimento negro, de mulheres, LGBT e estudantil unidos contra a violência policial que vinham sendo periodicamente orquestrada pelo delegado José Wilson Richetti. Fonte: Oliveira, 2017.
1980	Conhecida como ‘Operação Sapatão’, em 15 de novembro foi realizada uma grande operação policial comandada pelo delegado Richetti cujo alvo específico foram as lésbicas perseguidas nos tradicionais bares da rua Martinho Prado, em São Paulo (Ferro’s Bar, Último Tango, Canapé e Cachação). Fonte: Oliveira, 2017.
1980	Publicação original do artigo de Adrienne Rich “Homossexualidade compulsória e a existência lésbica” (traduzido para o português em 2010 e publicado na Revista Bagoas, n. 5).
1981	É fundado o Grupo Ação Lésbica-Feminista (GALF) pelas ativistas Míriam Martinho (1954 -) e Rosely Roth (1959 - 1990)
1981 a 1987	ChanacomChana, a primeira publicação ativista lésbica do Brasil, concebido e produzido, entre outras figuras expoentes do Movimento Lésbico, por Míriam Martinho
1981	São relatados os primeiros casos de AIDS nos EUA, mas apenas em 1983 o vírus é catalogado e são publicadas as primeiras pesquisas médicas sobre a doença, que vai assolar de forma assustadora a década de 1980, sendo inicialmente chamada de ‘câncer gay’, o que só começa a ser revisto quando mulheres, crianças e hemofílicos aparecem infectados pelo vírus HIV, reduzindo os estigmas associados aos gays.
1983	Ocorre em 19 de Agosto a primeira manifestação lésbica contra o preconceito no Brasil e outra manifestação de destaque ocorrida no Ferro’s Bar (chamado por muitos de ‘Stonewall’ brasileiro)
1985	O Conselho Federal de Medicina retirou a homossexualidade da condição de desvio sexual
1989	Criação da Rede de Informação Um Outro Olhar, co-fundada por Míriam Martinho (uma entidade civil e apartidária e a primeira organização brasileira a dedicar-se especialmente à saúde da mulher lésbica do país)
1989	Surge a Revista Um Outro Olhar, concebida e produzida, entre outras figuras expoentes do Movimento Lésbico, por Míriam Martinho. A Revista vigora até o ano de 2002

Tabela 3 – Breve cronologia - Décadas de 1990 e 2000

Ano	Fato ou publicação de destaque (panorama brasileiro)
Década de 1990	Intensificação do processo afirmativo da identidade lésbica no Brasil
1991	Fundação da ONG gaúcha Nuances
1995	É fundada em 31 de janeiro a Associação Brasileira de Lésbicas, Gais, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), organização brasileira com o objetivo e a missão de "promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTs, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual nenhuma pessoa seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero."
1996	I Seminário Nacional de Lésbicas (SENALE)
1997	I Parada do Orgulho Gay, em SP
1999	Com mudança de nome, ocorre a Parada do Orgulho GLBT
1999	É publicada em 22/03 a Resolução 001/99, do Conselho Federal de Psicologia, que determina que os psicólogos não devem exercer qualquer atividade que favoreça a patologização de práticas homossexuais
2002	Morre Cassandra Rios (1933 - 2002), aos 69 anos, a primeira escritora brasileira a atingir a marca de um milhão de exemplares vendidos, que 36 de suas obras foram censuradas durante a ditadura militar
2003	No dia 19 de agosto se institui o Dia Nacional do Orgulho Lésbico
2003	Ocorre a Primeira Caminhada Lésbica do Brasil, em SP
2004	Início da versão online do blog http://www.umoutroolhar.com.br
2004	Formalização do “Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual” (Brasil, 2004).
2005	A Caminhada Lésbica do Brasil ocorre em Belo Horizonte

Ano	Fato ou publicação de destaque (panorama brasileiro)
2013	Lançamento do documentário-filme Cassandra Rios - a Safo de Perdizes, de Hanna Korich.
2013	Lançamento em novembro de 2013 em seu domínio público (www.memorialgbt.com) da Revista Memória LGBT – RMLGBT, um periódico digital colaborativo. A Revista tem como premissa a salvaguarda e a comunicação da memória LGBT. Tal iniciativa atende a uma demanda e direito contemporâneo em superação a homo-lesbo-transfobia e a ausência do protagonismo LGBT em museus e espaços de memória. Bimestral, de livre acesso e disponível em diferentes formatos, a proposta é vinculada ao projeto Patrimônio Cultural LGBT e museus: mapeamento e potencialidades de memórias negligenciadas.
2017	Publicação do dossiê Sapatão é Revolução! Existências e resistências das lesbianidades nas encruzilhadas subalternas, Revista Periódicus, n.7, v.1, maio-out 2017.
2018	Lançamento do Livro: Quando Ousamos Existir - Itinerários Fotobiográficos do Movimento LGBTI Brasileiro (1978-2018). Editora da Furg.

Conclusão

Por se tratar de uma compilação, certamente o presente trabalho não abrange a totalidade daquilo que se propõe a organizar. Nem sob o ponto de vista cronológico, nem sob o ponto de vista epistemológico e, claro, tampouco sob o ponto de vista factual, mas isto não apaga o objetivo maior desses registros, que é relembremos nossas histórias e o quanto elas são marcadas por resistência eluta.

Ao falarmos de nossas lutas tendemos a convergir em processos de resistência e afirmação de identidades, sem os quais estamos suscetíveis à mais dolorosa destruição. Então que façamos das nossas vivências e das nossas histórias o mais amplo campo de enfrentamento, articulações e transformação.

Referências

CARRARA, S. **As mil máscaras da sífilis: a luta contra a sífilis no Brasil da passagem do século aos anos 40**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1996.

CARRARA, S. et al. **Material didático**. Curso de especialização em gênero e sexualidade. Rio de Janeiro: CEPESC; Brasília, D.F.: Secretaria Especial de Políticas Públicas para as Mulheres, 2015.

COSTA, J. F. **Ordem médica e norma familiar**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2004. DEL PRIORE, M. **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004.

DOMINGUES, O. **Eugenia – seus propósitos, suas bases, seus meios – em cinco lições**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, Biblioteca Pedagógica Brasileira, série IV, Iniciação Científica, Vol. II, 1933.

ESPÍRITO SANTO, A.A., JACÓ-VILELA, A.M. e FERRERI, M.A. A Imagem da Infância nas Teses da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro (1832-1930). **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 11, n. 1, p. 19-28, jan./abr. 2006.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade II: O uso dos prazeres**. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.

GONDRA, J. G. **Artes de Civilizar: Medicina, Higiene e Educação Escolar na Corte Imperial**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

LOURO, G. L. (Org.). **O Corpo Educado – Pedagogias da Sexualidade**. Autêntica: Belo Horizonte, 2000.

MACHADO, M. das D. C., PICCOLO, F. D., ZUCCO, L. P. e MOTA, M. P. Homofobia, movimentos sociais e epidemia de AIDS na percepção das lideranças religiosas. Em: MACHADO, M.D.C. e PICCOLO, F.D. (Orgs). **Religiões e homossexualidades**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

MOTT, L. Homo-afetividade e direitos humanos. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v.14, n.2, p. 509-521, set. 2006 .

OLIVEIRA, L. S. **Representação de sexualidade que orienta práticas educativas no Brasil desde o final do século XIX**. Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação e Cultura Contemporânea da Universidade Estácio de Sá, sob orientação do Prof. Dr. Tarso Bonilha Mazzotti, como requisito básico para obtenção do título de mestre. Rio de Janeiro, 2007.

OLIVEIRA, L. S.; MATTOS, A. R. Diálogos sobre lesbianidades: uma breve incursão histórica e análise das produções recentes. **Rebeh - Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, [S.l.], v. 1, n. 02, p. 07-28, june 2018. ISSN 2595-3206.

RODRIGUES, R. de C. C. Homofilia e homossexualidades: recepções culturais e permanências. **História** (São Paulo) v.31, n.1, p. 365-391, jan/jun 2012.

A INVISIBILIDADE DAS MULHERES TRANS NAS PRODUÇÕES ACADÊMICAS SOBRE FEMINISMO E A LUTA DAS MULHERES

Ariane Moreira de Senna¹

Resumo: O presente trabalho busca refletir sobre a invisibilidade das mulheres trans pensada a partir de uma produção acadêmica de segunda onda do movimento feminista, especificamente a partir de 1960. Foi realizado uma busca da temática no Scielo através de palavras chaves para se concretizar ou não a invisibilidade dessas mulheres nas produções que retratam a historiografia das Mulheres. Problematisa especialmente a dimensão participativa das mulheres trans no conhecimento acadêmico referente ao que se tem escrito sobre elas no contexto da ditadura ocorrida no Brasil e apresenta reflexões dessas mulheres mesmo em discussões mais contemporâneas. Pretende-se estabelecer aqui uma sucinta e relevante contribuição para se pensar a existência das mulheres trans nas trajetórias das lutas das mulheres.

Palavras-chave: Mulheres Trans, produções acadêmicas, ditadura.

¹ Psicóloga. Mestranda pelo Programa Multidisciplinar em Estudos Étnicos e Africanos no Centro de Estudos Afro-Orientais- CEAO/UFBA. E-mail: psicologia_arianesenna@yahoo.com.br;

Introdução

Através de uma visão binária² fortemente caracterizada por um modelo heteronormativo, as produções acadêmicas são historicamente frágeis por não contemplarem novas identidades e especificidades que ao longo do tempo foram emergindo em meio às categorias feminino e masculino.

Com enfoque nas produções acadêmicas especificamente a partir de 1960 e sobre o protagonismo e luta das mulheres para conquista de direitos escritos nas diversas produções acadêmicas é possível perceber que há segregações sobre o termo mulheres transcritas nos textos. A utilização de mulheres no singular dá margem, a invisibilidade e/ ou o questionamento de pensarmos em que tipo de mulheres estaríamos falando e isso nos faz refletir cada vez mais sobre tais questões.

Tais aspectos podem ser verificados e analisados através de alguns referências teóricas que abordam a história, o protagonismo e reivindicação de direitos realizados pelas mulheres, o quanto elas utilizaram questões como a maternidade, do seu próprio corpo, da ridicularização que sofreram e sofrem por serem mulheres e a dupla opressão por ser mulher e ser negra através do machismo. A nossa proposta é analisar e entender de quais mulheres estamos falando a partir dessa lógica da historiografia que retrata não apenas a luta, mas a dor sofrida pelas mulheres.

Metodologia

Analisar sobre o que temos como produções acadêmicas referente as mulheres trans permite também refletirmos sobre o que não temos escrito, onde estamos escrevendo e o que estamos escrevendo sobre mulheres. Através de uma busca no Scielo por palavras chave como mulher trans, transexualidade, e transgeneridade. Tivemos como resultado da pesquisa 64 artigos e foi possível perceber um panorama, considerando a relevância do Scielo, o que ele representa. Com a busca pelas palavras mulheres trans³ foram encontrados 27 resultados onde apareciam misturados por língua inglesa, espanhol e português sendo desses 9 escritos em português, outros que debate sobre questões de identidade de gênero e os que se relacionavam de fato às mulheres trans se referiam as questões relacionadas ao processo de saúde e doença como HIV/AIDS, doenças decorrentes de hormônios e silicone industrial entre outras que se relacionam ao corpo e saúde. Através da busca pela palavra transexualidade obtivemos 37 resultados sendo 28 escritos em português e todos relacionados também a saúde mais abrangendo

2 Crença que a verdade do sujeito está no ser masculino ou feminino, desta forma, o humano se concretizaria apenas na perspectiva do sexo binário desconsiderando qualquer outra forma de corporalidade. Ver em: O corpo intersexual como desconstrução dos gêneros inteligíveis: uma abordagem sócio-jurídica. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero,

3 São pessoas que não se identificam com seus genitais biológicos (e suas atribuições socioculturais), podendo, às vezes, utilizar da cirurgia de transgenitalização para construir suas expressões de gêneros em consonância com seu bem-estar biopsicossocial e político. Ver em Cadernos Temáticos do CRP SP. Psicologia e Diversidade Sexual.

a saúde psicológica além de debates sobre políticas públicas para a população de homens e mulheres trans. A pesquisa realizada com a palavra transgeneridade não demonstrou nenhum resultado.

Resultados e discussão: maternidade e resistência

O gênero e a ideia de maternidade foram utilizados por grupos de resistência que viveram a ditadura no Cone Sul entre os anos de 1960 e 1970 como aponta Wolff (2013)

Mães, parentes, esposas e outros militantes denunciaram a ditadura resistindo e utilizando muitas vezes de suas emoções, sentimentos e as configurações do gênero feminino como estratégias para comover as pessoas e chegar a opinião pública sobre os seus filhos e companheiros desaparecidos.

Segundo Wolff (2013, p. 118) a maior justificativa para esse regime de repressão nos Países da Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e Paraguai foi a necessidade de combater o comunismo que em tempos de guerra fria ameaçava as elites e a classe média nesses Países. Por um outro lado, organizações de Direitos Humanos e de Defesa da Cidadania das pessoas também começaram a emergir, além da “Nova Esquerda” um grupo inspirado na revolução Cubana e na Revolução Chinesa que acreditava em uma rebelião popular.

O feminismo, mais especificamente a segunda onda do feminismo foi um marco importante dentro desse processo. Os grupos de esquerda passaram a permitir uma maior participação das mulheres do que era anteriormente na esquerda tradicional, mas, vale ressaltar que essas incorporações de mulheres nesses grupos não ocorreram pelo simples fato do feminismo em si, pelo contrário, falar de feminismo nessa época, era considerado como uma coisa de pequeno-burguesa.

De acordo com Wolff (2013) Mesmo com a participação de mulheres nos grupos e movimentos de guerrilhas, eles continuaram ligados pela masculinidade, nascidos de características tido como masculinas como a coragem, o orgulho, a honra e a força para revolucionar. Porém quando apelavam para os Direitos Humanos sobre as denúncias contra a violência da repressão, mortes e prisões eles deixavam utilizar o gênero como um elemento para destacar o desespero e sentimento de mortes e prisões e de resistência a serem ligados aos valores das mulheres. O homem orgulhoso e viril dentro da sala de tortura não parecia o guerrilheiro revolucionário.

Foi a partir do golpe de estado de 1 de abril de 1964, no Brasil, o governo foi prender os militantes políticos, mas só a partir do Ato Institucional n. 5 que entra as forças armadas e até grupos civis organizados por estudantes daquele ano para agir de uma forma coordenada para a repressão. Nesse período, o Movimento Feminino pela Anistia e familiares de desaparecidos políticos começaram a aparecer no cenário político. As mulheres, mães, esposas e parentes de familiares desaparecidos passam a procurar apoio de alguns padres da Igreja Católica e iam visitar os familiares e prisioneiros em todo o País. (WOLFF, 2013).

Fazem uso dessa estratégia, organizações e grupos de mães que usam das suas emoções e sentimentos ligados a maternidade para sensibilizar a opinião pública.

A mais conhecida, que hoje se divide em duas organizações (após 1987) é sem dúvida Madres de la Plaza de Mayo, formada em 1977 por um grupo de mães de militantes políticos sequestrados que passaram a colocar na cabeça fraldas brancas e a se reunir na Plaza de Mayo, em frente à sede do Governo Argentino, para protestar todas as quintas feiras. (WOLFF, 2013, p. 123)

De acordo com Wolff (2013, p. 123) parecia diferente dizer que um militante ou um guerrilheiro tinha sido torturado e estava desaparecido, do que uma mãe dizer: procuro meu filho. E era assim que elas se apresentavam, sempre na condição de mãe utilizando como um símbolo a fralda branca na cabeça que remete ao cuidado das mães com os filhos, pedindo seus filhos vivos ou a punição dos assassinos dos mesmos, alegando que antes de serem militantes eles eram filhos e filhas, bebês que usam fraldas.

Percebe-se então o quanto foi importante expor publicamente as emoções e os sentimentos daquelas mães para sensibilizar não só a opinião pública como os próprios militantes. O seu luto público e choro foi fundamental para a redemocratização não só da Argentina mais de vários outros Países, inclusive do Brasil que teve o luto e o choro transformado em ação política.

Corpo e Tortura

Entre as décadas de 1964 e 1985, a população feminina resistiu de diversas formas à ditadura militar no Brasil. Resistência à tortura inclusive dentro das prisões onde o corpo se transformou em um campo de batalha, mas o que é um corpo?

O corpo – e tudo que fazemos com ele, como nos vestir, nos alimentar, nos exercitar, dentre outras coisas, constitui o substrato material de nossa identidade. É por meio dele que expressamos nossas emoções, sentimentos, raciocínios. Usando o corpo que enfrentamos e manifestamos nossos sofrimentos, sejam de ordem física ou psíquica. (JOFFILY, 2010, p. 226)

Portanto, definimos aqui corpo não apenas enquanto numa visão biomédica que trata como um conjunto de órgãos, mas sim como um lugar em que construímos uma forte ligação a ponto de usá-lo como representações do que somos. O corpo é também, como afirma Bordo (1988:19 apud JOFFILY, 2010), um agente da cultura. É não apenas um texto da cultura, como também um lugar prático e direto de exercer várias formas de controle social. Os corpos trazem histórias de vida e um sexo que possui um valor histórico, social e cultural. Assim, falamos de um corpo que estabelece uma relação não apenas com objetos e outros sujeitos mais consigo mesmo. Diz respeito aos seus significados e sentidos e reflete nossos desejos, nossa inteligência e nossas experiências de vida tendo tudo que precisaremos para se apropriar de nossas vivências. É através dele que podemos compreender como organiza e sente tudo o que vive e dando sentido a cada experiência vivenciada. (JOFFILY, 2010)

“O corpo é a nossa casa, pela qual nos plantamos no mundo, e é nesta casa, que as diferenças de gênero se acentuam e diferenciam: a tortura no corpo do homem e no corpo da mulher. A tortura, a exemplo do que ocorre com os processos penais, sempre atendeu a interesses de classe e foi marcada igualmente pela hierarquia de poder entre os gêneros. Se o corpo é a nossa casa, na tortura ele nos acura, para que nos neguemos, enquanto seres humanos e esta casa é clivada de poder pela divisão sexual das atividades nos momentos em que nos encontramos acudados frente a nossa condição de sujeitos nos quais emerge a relação de poder entre o torturador e o sujeito – o corpo torturado.” (OLIVEIRA, 1996:2 apud JOFFILY, 2010, p. 227)

Apesar de não podermos afirmar que mulheres sofreram mais do que os homens na ditadura, podemos dizer que elas enfrentaram torturas específicas como o estupro e outros abusos só pelo fato de serem mulheres. Elas enfrentaram o que Joffily (2010) aponta como uma dupla relação de poder: a do opressor contra o oprimido em que o machismo como ainda nos dias atuais, não admitem que homens e mulheres possam ter uma postura de igual para igual como no caso de Loreta Valadares que o seu torturador tratou-a como um homem e como um soldado para não ter que rebaixar-se e enfrentar uma mulher já que isso poderia mexer na sua condição de macho e até perder o seu poder.

Um outro tipo de opressão era a hierarquia de gênero em que se utilizavam mecanismos específicos de humilhação com base nas percepções do que é ser mulher: frágil, fraca, impotente, e mães onde era utilizado também a tortura psicológica para atingi-las e alcançarem seus objetivos. Outro pensamento que se tinham das mulheres que especificamente faziam parte de movimentos políticos e/ ou estudantis vistas como militantes de esquerda era de que essa não estava associada a figura de mãe, de uma dona de casa ou como esposa, filha ou irmã, mas sim como puta, vaca e vadia. Daquela que não tem o que fazer ou que não se contenta com os seus direitos que o espaço privado lhe proporcionava e que quer ocupar os espaços dos homens. (JOFFILY, 2010)

Segundo Joffily (2010) A tortura faz parte da máquina do Estado. Utilizada como um método de obter informações daqueles considerados infratores da lei. Através de sofrimento, do terror e do causar dor aos opositores do Estado, ela é uma política. Dentre elas, as de cunho sexual foram preferencialmente aplicadas às mulheres por torturadores que se não eram em sua totalidade, a maioria eram homens os quais alternavam as sessões de tortura praticada às mulheres com a violência sexual, aumentando ainda mais o sentimento de humilhação dentro delas. Assim, o prazer e a dominação levavam o gozo masculino em contato com a figura da prostituta, uma mulher desprezada, mas que é capaz de dar prazer físico e psicológico no contato íntimo.

Na tortura, buscavam-se mexer com pontos da vida e do corpo do sujeito que mais causassem sofrimentos. Com as mulheres os torturadores iam além, tentando fazer com que as próprias vítimas fossem responsáveis pelos flagelos que eles faziam também a membros de suas famílias e, no caso de mulheres grávidas a responsabilidade era dupla através de ameaças de matar também o filho provocando um aborto. Em todos os casos, os torturadores atribuíam às militantes a carga moral dos atos de violência, que eles mesmos cometiam. (JOFFILY, 2010, p. 239)

A lógica dos torturadores e dominantes eram que de que essas mulheres falharam em seus papéis sociais como se a responsabilidade fossem delas e não da repressão. Mas como aponta (JOFFILY, 2010, p. 239) os relatos dessas mulheres evidenciaram que a maternidade, ao invés de torna-las mais frágeis, ajudou-as a construir uma trincheira de resistência. Através da resistência, elas utilizavam das dores, aniquilações e mortes para fazer valer e lutar pela vida, o que nos deram margem para continuar na luta pelas as mulheres.

Relações de gênero e zombaria

A rebelião das mulheres emerge nos anos de 1960 acompanhada pela tudo dos negros norte-americanos onde também o feminismo se manifestou tanto na Europa quanto nos Estados Unidos e no Brasil que passava pela ditadura militar. A ideia de contracultura para se opor ao autoritarismo e a reivindicação das mulheres nas questões do público e o privado tiveram como resposta a ridicularização especificamente dos articulistas do jornal O Pasquim como arma antifeminista que temiam a perda do predomínio masculino nas relações de gênero.

Contra essas mulheres, as temidas “feministas”, lançavam seus dardos inúmeros articulistas de O Pasquim. Antigos estereótipos são restaurados, entre outros, a feiúra [sic.], a menor inteligência ou, inversamente, o perigo da presença desse atributo, a inconseqüência, a tendência à transgressão, a masculinidade com vista a identificar negativamente aquelas que postulavam papéis considerados privativos dos homens. (SOHIET, 2015, p.595)

Usavam diversas formas de ridicularização que também através de piadas e risos buscavam-se descredibilizar todas aquelas que ameaçavam ou que faziam senti-los ameaçados a ordem tradicional dos gêneros. Através desse Jornal em entrevistas, os articulistas demonstravam a concepção que se tinha de mulher que deveriam ser belas e torneadas, não escondendo o seu conservadorismo também em relações as questões de classe com relações as feministas. “Demonstrava, dessa forma, acreditar, em uma perspectiva essencialista, do que significava ser homem e mulher, num momento de intensos debates e da conclusão acerca da conotação cultural das características e papéis atribuídos aos dois sexos”. (SOHIET, 2015, p. 596)

Ao comentar uma série de reportagens que a revista Realidade vinha fazendo sobre o que as mulheres pensavam do homem brasileiro, Millôr Fernandes, um dos principais membros de O Pasquim, refere-se às feministas de uma forma grosseira, identificando o seu anseio de emancipação com o desejo de uma simples promiscuidade sexual: “por serem emancipadas e se terem dado assombrosamente bem na emancipação, elas resolveram que não bastava só deitar com quem bem entendeu (pois o que se chama emancipação é, em geral, deitar com quem bem entender) e resolveram também deitar filosofia”. (SOHIET, 2015, p. 597)

Essa foi uma época que muito mais do que hoje, os homens estimulavam o exercício da sua sexualidade com discursos de “instinto” ou “de normalidade” enquanto as mulheres não poderiam falar ou vivenciar livremente a sua sexualidade até para não serem condenadas pelos homens e pela sociedade.

De acordo com Rachel Soihet (2005). Os homens não se sentiam responsáveis por mulheres solteiras ou que ainda que casassem se deixasse anteriormente se desvirginar, elas perdiam os seus direitos e qualquer consideração que poderia ter tido que arcar com as suas consequências por isso. A pureza era fundamental para as Mulheres no contexto em que a Virgem Maria era o principal exemplo para elas. Muitas eram assassinadas por viver a sua sexualidade fora do casamento e ainda eram culpabilizadas uma vez que elas eram que teriam cometido “um crime” e foi morta por “legítima defesa da honra” (SOIHET, 2005).

Esse foi um primeiro passo na luta das mulheres que perpassaram por sentimento de culpa, medo e vergonha para obter a sua emancipação. A lógica machista era de que a mulher que falava, que pensasse e escrevesse ou que reclama, era uma mulher frustrada feia e perigosa. Realidade que como aponta Soihet (2015) ao longo do tempo era endossada pelos médicos em que as mulheres inteligentes e dotadas de erotismo representavam uma grande ameaça sendo consideradas não apenas como perigosas, mas como criminosas. Nessa lógica, mulheres “normais” eram pouco inteligentes e não tinham beleza.

O machismo, a misoginia e o sexismo quanto estruturas do sistema que vivemos permitiram também as mulheres reproduzirem tais ideias baseadas nessas concepções que por fim acabaram também aparecendo nas entrevistas do Jornal O Pasquim em fins da década de 1960 e no ano anos de 1970 quando os libertários voltaram a utilizar os velhos argumentos que através da zombaria ridicularizavam as mulheres. Esse é o tom da matéria sobre a estreia de Mônica Hirst (também repórter do Correio da Manhã) como humorista n’O Pasquim, afirmando-se que “é muito bonitinha, de maneira que não precisava saber escrever”. (SOIHET, 2015, p. 599)

Outras mulheres também assumiram posturas semelhantes nesses espaços reproduzindo estigmas machistas acerca das mulheres especificamente do que dizia a respeito de sua inteligência e beleza. Acreditavam-se na unicidade dos sexos e que, portanto, estava oculto nas mulheres o que tinha nos homens e que essa era uma “ordem natural” que implicava na desordem social.

Agora, as novas diferenças reconhecidas nos genitais reforçavam a “certeza” no caráter natural das ocupações diversas de cada sexo: esfera privada para as mulheres e pública para os homens. O corpo feminino é utilizado para negar toda possibilidade de comparação entre homens e mulheres, em termos de um critério comum de cidadania. (SOIHET, 2015, p. 599).

Portanto as mulheres que lutavam por sua emancipação visavam reconstruir esses e outros estereótipos a exemplo de também de reduzir as mulheres ao útero. “Assim, as mulheres em O Pasquim ficavam à mercê dos misóginos de plantão que, sob o rótulo do “humorismo”, terminavam por ridicularizar as atitudes de mulheres que buscavam demarcar seus direitos.” (SOIHET, 2015, p. 615).

Mesmo assim, elas continuavam a ousar e propor mudanças que garantissem a igualdade entre os gêneros, que parassem de associar a imagem da mulher a sexo em propagandas de vendas de produtos e se empenham ainda mais no combate a zombaria e deboches que como forma de violência e com aporte da ridicularização reiterava a visão machista e conservadorista proposta pelos articulistas do jornal O Pasquim e demais matérias midiáticas que estigmatizavam ainda mais a imagem das mulheres.

Identidade e raça

Angela Figueiredo, professora e pesquisadora do Mestrado em Ciências Sociais da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), escreveu um texto intitulado “Carta de uma ex-mulata à Judith Butler” para dizê-la o quanto os estudos das relações raciais se conecta ao estudo em que Judith escrever sobre a teoria *queer*.

O termo ex-mulata não foi por acaso, uma vez que o propósito de Angêla foi usá-lo mesmo no termo perjorativo que traz toda a concepção histórica da miscigenação e que se relaciona diretamente com o processo do sexo com o homem branco e a mulher mulata, processo esse de uma violência sexual e androcêntrica.

Os estudos das relações raciais no Brasil emergem através dos movimentos negros a partir de 1970 para firmar sua identidade e recusar a ideia do colorismo⁴, que traz inúmeros termos de cor. A partir dos anos 1970 essas demandas passam a serem ouvidas principalmente do ponto de vista político e tem a importância de contribuir e garantir novas conquistas para essa população.

De acordo com Figueiredo (2015) os estudos de gênero ainda que surjam de abordagens teóricas diferentes e distintas das abordagens dos estudos das relações raciais, elas demonstram muitas similaridades. Nascermos em uma sociedade em que raça é construída discursivamente como algo não polarizado uma vez que o colorismo traz uma classificação de cores no Brasil que vão do branco e que perpassa pela cor parda, mulata e outras até chegarem no preto, assim como nascemos e nos deparamos em um sistema machista e misógeno que constrói para o homem o seu lugar de poder.

Ao comparar por exemplo a questão da raça como é vista no Brasil e nos Estados Unidos para buscar entender essa questão do sistema classificatório de cor como os preconceitos e manifestações raciais, ativistas negros e pesquisadores perceberam que houve diferenças na classificação de negros nesses Países.

No início, a maioria dos pesquisadores brasileiros, assim como os norte-americanos, consideravam que o racismo na sociedade brasileira era inexistente por dois importantes motivos: devido ao grande número de mestiços e a inexistência de segregação racial oficial na sociedade brasileira. A partir do final dos anos 1970, os ativistas negros

4 Discriminação pela cor da pele é muito comum em países que sofreram a colonização europeia e em países pós-escravocratas. De uma maneira simplificada, o termo quer dizer que, quanto mais pigmentada uma pessoa, mais exclusão e discriminação essa pessoa irá sofrer. Ver em: Geledés. Instituto da Mulher Negra. *Texto originalmente publicado em 27 de janeiro de 2015, em Blogueiras Negras*

brasileiros e alguns pesquisadores americanos ofereceram uma outra perspectiva. Para eles, o racismo no Brasil é pior do que o existente nos Estados Unidos, já que aqui as desigualdades sociais caminham lado a lado com o discurso da democracia racial e da mestiçagem, o que dificulta, sobremaneira, que os negro-mestiços no Brasil tenham consciência da sua condição social estar relacionada à sua condição racial e, consequentemente, assumirem a identidade negra. (FIGUEIREDO, 2015, p. 154)

Percebe-se então que enquanto no Brasil o preconceito racial é movido pela aparência ou por quanto mais o indivíduo tiver uma pele mais escura, nos Estados Unidos esse preconceito é de origem, já é marcado através da ascendência negra, existindo assim um apartheid e um binarismo de cor, ou é branco ou é preto. Portanto, pode-se dizer que o termo, pardo ou morenos considerados pela sociedade Brasileira serve como uma válvula de escape para se fugir do racismo e estigmatização. “Dessa perspectiva, alisar o cabelo na sociedade brasileira pode não ser visto apenas como um exercício de beleza, mas também pode ser considerado como um modo de mover-se na escala classificatória da cor, tornando-se menos negro”. (FIGUEIREDO, 2015, p. 155)

Enquanto para os povos estadunidense o racismo é marcado e as pessoas já nascem com todas barreiras a serem enfrentadas desde a primeira infância, por um outro lado os negros podem valorizar a sua própria identidade, enquanto os Brasileiros, essa população estar entre vários grupos e degradações dificulta a militância por ter sua identidade fragmentada.

Dessa forma, desde a infância quando a criança passa pelo momento de reconhecimento começa também a passar por alterações químicas nos cabelos e outras mudanças que a façam aparecer mais branca. Isso se deve não apenas pelo fato de já encontrar um modelo branco e eurocêntrico na sociedade, mas sim pelo fato do preconceito que colocam sempre as pessoas negras em condições inferior e oposta aos brancos como menores níveis de escolaridade, renda e educação.

Figueiredo (2015) aponta sobre o quanto no Brasil é ausente as identidades raciais fixas, que se identificam mais pelas aparências e, se debruça a entender o que é ser negro no Brasil e do ser nos Estados Unidos onde já se nascem negros e não há como transitar pelas raças o que faz com que o contexto estadunidense não se tenha interesse em investigar sobre o que é ser uma pessoa negra. Em ambos contextos há uma hierarquia de cor que insiste em nos diferenciar através da cor como vivemos no passado na época da escravidão. Esse preconceito racial pode oprimir de forma mais intensa quando é direcionado a pessoas que sofrem discriminação por fazer parte de outros grupos que “destoam da norma”.

Existem duas experiências que a maioria dos homossexuais compartilhar. Uma é a de “assumir-se”, processo de interrogação pessoal em oposição à expectativa social, que não tem quaisquer paralelos na vida heterossexual. A segunda experiência comum é que fomos, cada um de nós, em algum momento de nossas vidas, inferiorizados por nossas famílias simplesmente, mas especificamente, por causa de nossa homossexualidade. Essa experiência é, por sua vez, espelhada pelo sistema legal e pelas estruturas sociais dominantes, através das quais as pessoas gays devem viver, assim como nas artes e nas

indústrias de entretenimento, as quais selecionam e controlam nossas representações. Como consequência, a exclusão familiar e a inferiorização é comumente estendida pelo comportamento com o qual as pessoas gays tratam umas às outras. Reforçadas, portanto, por um jogo de espelhos. (SCHULMAN, 2010, p. 69)

Para que haja uma reação dos indivíduos que sofrem racismo no interior da família é preciso que reconheçamos a dupla opressão como o racismo e a homofobia que é estruturado em nossa sociedade e não silenciar essas questões. Dentro dessa perspectiva, Figueiredo (2015) dialoga com a questão racial com o termo queer contido no livro “Corpos que importam” de Judith Butler, não com a questão da sexualidade em si mais na arena da identidade.

Para a autora, há uma relação com as razões que Butler utiliza que permitem a transformação do sentido negativo para o positivo, atribuída ao termo *querr*, em oposição ao fracasso assim como afro americanos utilizam o termo *nigger* que equivale ao termo negros. “Nesse sentido, podemos dizer que em termo das identidades raciais e sexuais o contexto latino-americano, com particular ênfase para o Brasil, sempre foi *queer*, se consideramos, prioritariamente, a fluidez da categoria e o desafio à identidade presente nessa categoria”. (BUTLER, 2004 apud FIGUEIREDO, 2015, p. 160).

Portanto, a lógica das identidades queer que fogem da norma estabelecida pela sociedade é a mesma estabelecida para as identidades de raça pois, assim como as pessoas não brancas estão ligadas ao modelo não hegemônico e a normatividade, as identidades diversas identidades sexuais e de gênero que destoam da norma também não.

Outro ponto importante a ser destacado na questão da raça é a diferença entre mulato e mulata pois como afirma Mariza Corrêa (1996, apud FIGUEIREDO, 2015) os mulatos estiveram associados ao desenvolvimento econômico do País enquanto a mulata na lógica da reprodução tendo o seu corpo sexualizado. Esse é um dos motivos da importância do auto reconhecimento enquanto mulher negra pois desconstrói o discurso da mulata sexualmente construída. Portanto é possível perceber o quanto a questão racial perpassa pela questão de gênero.

O termo mulato não passa apenas por uma discussão de gênero, mas sim também pela questão da geração. Isso quer dizer que há um modelo, pensamentos e fantasias sobre esse corpo mulato. Trata-se de um corpo jovem e sedutor e não de uma criança ou uma idosa mulata.

Evidencia-se então a importância do auto reconhecimento em sermos não apenas mulheres mais também mulheres negras. Os registros de nascimento nos dirão que somos pardas e ao decorrer nos anos o escurecimento do tom de pele surgirá e passamos a nos identificar enquanto morena escura, mestiça ou mulata, ao se reconhecer e se tornar negra para além do reconhecimento estaremos também nos reivindicando politicamente afim de se fazer debater o que é ou não bonito e aceito pela sociedade brasileira.

De que mulheres estamos falando?

Encontramos sobre a questão da maternidade de como foi importante para as mulheres sensibilizarem a opinião pública sobre seus filhos e parentes desaparecidos, falamos do corpo torturado pela ditadura militar especificamente após o golpe de 1964 no Brasil, obtivemos informações sobre como as mulheres foram ridicularizadas nessa época através da zombaria vinculadas aos meios midiáticos e jornais, e percebemos a dupla opressão que as mulheres negras sofreram e sofrem por terem seus corpos hipersexualizados mas de que mulheres estamos falando?

As produções acadêmicas utilizadas neste trabalho retratam vivências a partir da década de 60 e foram escritas posteriormente a essa época que já se encontrava novas configurações de corpos designadas travestis e transexuais. Ao falarmos sobre a maternidade utilizada pelas mulheres da Plaza de Maio e também no Brasil como no caso da Estilista Zuzu Angel que teve seu filho torturado e morto pela ditadura militar no Brasil, não encontramos escritas e/ou narrativas de mães que procuravam seus filhos (as) trans e travestis nem de mães que foram pessoas trans. O que isso pode nos dizer? Elas não existiam? Se existiam onde estavam? Porque não aparece protagonizando com a resistência contra a repressão? A resposta pode ser dada pelo simples fato de estamos acompanhando uma historiografia dos fatos enfrentado na ditadura e esse protagonismo começou e foi continuamente organizado pela presença das mulheres “no universal” que se pautava da mulher branca, de classe média alta e heterossexual.

Temos diversas narrativas de mulheres que obtiveram os seus corpos torturados na ditadura militar de modos específicos só pelo fato de serem mulheres, mas de corpos estamos falando? Que corpo é esse? Falamos de corpos de mulheres que tinham vagina e esse órgão é que fazia toda a diferença nos processos de tortura, mas e as mulheres trans e travestis da época? Será que foram torturadas?

A ideia que temos é que ao passar do tempo as coisas podem ir “melhorando” as pessoas irem “evoluindo” e as torturas e mortes de travestis e transexuais irem desaparecendo entendendo que as pessoas poderão passar a “acostumar” e conseguir conviver com corpos diferentes, mas não é isso que aponta as estatísticas de mortes de travestis e transexuais no Brasil.

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Entre janeiro de 2008 e março de 2014, foram registradas 604 mortes no país, segundo pesquisa da organização não governamental (ONG) Transgender Europe (TGEU), rede europeia de organizações que apoiam os direitos da população transgênero. (CAZARRÉ, 2015)

Tratando de estatísticas de morte dessa população pós anos 2000, e o quanto o Brasil lidera neste ramo, é possível imaginar um dos principais fatores do porquê da ausência de narrativas das mulheres trans e travestis ou até mesmo produções acadêmicas sobre elas no período de repressão da ditadura.

Outra questão a ser refletida é sobre a zombaria que foi utilizada como arma antifeminista contra as mulheres nos anos de 1960. Sem dúvidas as mulheres enfrentaram preconceitos e descréditos através

do riso dos articulistas do Jornal O Pasquim naquela época e não apenas por eles, mas também por toda a sociedade masculina. Assim, de que mulheres estamos falando? Falamos mais uma vez das mulheres cisgêneras⁵ que sofreram e sofrem pelo simples fato de serem mulheres, mas e as mulheres trans e travestis? Será que eram alvo também de zombaria realizada pelos homens? Sem dúvidas há um repúdio a tudo o que é feminino na sociedade, assim não apenas as mulheres cisgêneras, mas também travestis e transexuais e inclusive homens homossexuais que se arriscam em viver com sua “feminilidade” são punidos constantemente pelo machismo que estrutura o sistema em que vivemos.

Ao encontrar nas produções acadêmicas também sobre a questão da dupla opressão que mulheres negras vivenciaram e vivenciam por terem os seus corpos hipersexualizados estamos novamente falando da mulher no universal, a mulher que nasceu biologicamente mulher, mas e as mulheres trans? Será que sofreram e sofrem também não uma dupla, mais tripla ou diversas opressões por além de ser mulher, ser trans e ser negra?

A atriz norte americana, produtora de televisão, ativista social e mulher trans Laverne Cox escreveu uma peça que se chama “Não Sou eu uma Mulher”, localizando a identidade trans com a sua raça enquanto mulher negra. Nela conta como o cavalheirismo praticado pelos homens para com as mulheres não acontece também para com as mulheres trans. Posteriormente ela cita a escritora Bell Hooks com as escritas do seu primeiro livro “Ain’t I a woman: Black Women and Feminism” [Não sou eu uma mulher: Mulheres Negras e Feminismo] em que conta como as mulheres negras foram barradas na primeira onda do feminismo (estamos falando aqui das mulheres cis). Laverne traz a crítica de como as opressões perpassam até por dentro do movimento de mulheres desde sempre e a impossibilidade de uma trans viver com dignidade em uma sociedade binária.

Será que a hiperssexualização encontrada nos corpos das mulheres negras também não reverbera no corpo das mulheres que além de serem trans são negras? “Mas a objetificação racial toma uma dimensão realmente interessante no corpo de uma mulher trans, particularmente no caso de uma mulher trans negra.

Na América é conhecimento comum que historicamente na imaginação de supremacia branca tem havido uma fascinação com o pênis do homem negro. O fato de que os pênis de homens negros eram frequentemente cortados e vendidos depois que eles eram linchados é um testemunho para isso”. (COX, 2009)

Laverne traz uma crítica importante a respeito das dimensões míticas que o pênis do homem negro teve historicamente na América e se isso acontece também mesmo em corpo feminizado como os das mulheres trans. Ela conta que em uma festa com as amigas se atraiu por um rapaz que era branco e

5 Pessoa na qual o sexo designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de sexo + gênero designado ao nascer + sentimento interno/subjetivo de gênero, estão ‘alinhados’ ou ‘deste mesmo lado’ – o prefixo cis em latim significa “deste lado” (e não do outro), uma pessoa cis pode ser tanto cissexual e cisgênera mas nem sempre, porém em geral ambos. Ver em: O que são pessoas cis e cissexismo? Ensaio de Gênero. 2012

que em um momento uma de suas amigas lhe apresentou a ele foi quando ela disse o quanto tinha se atraído por ele mais que acreditava que o mesmo não havia se interessado por ela. A surpresa veio, Segundo Laverne Cox, quando ele respondeu que achava também ela atraente, mas que a mesma era intimidante. Através disso, ela conta como o corpo negro transexual herda as fantasias, medos e repulsas que ocorre historicamente desde o tempo da escravidão e a faz ser visto do mesmo jeito hoje.

A atriz escreve angustiosamente também sobre a questão da beleza onde diz ser impossível se achar bonita em uma cultura que tem a beleza como branca. “Mas nas muitas vezes que tenho contemplado a cirurgia de feminização facial (CFF) [FFS, facial feminization surgery], eu estou entristecida em confessar, mas parte de meus desejos de parecer mais “bonita”, mais feminina eram para parecer mais branca. Eu estou começando a chorar enquanto escrevo isso”. (COX, 2009)

Há uma confissão pela mesma referente a um auto ódio pela própria raça que a faz passar por tantos sofrimentos, mas também a reflexão sobre a importância de todas os tipos de opressões andarem juntos para combater o sistema opressor.

Reconhecer a mim e à minha identidade complexa é uma oportunidade para nós de nos reconectarmos àquele sonho de libertação que não exclui, mas que é sobre todas as pessoas oprimidas se juntando para ter uma voz unida, unida em amor e na possibilidade de resgate. Não sou eu uma mulher. (COX, 2009)

A reflexão trazida por Laverne nos fazem entender o quanto é invisível as narrativas e vivências oprimidas das pessoas trans no contexto acadêmico. Essa reflexão vem não apenas pela sua narrativa mais pelo simples fato de vermos esta escritas em uma peça feita for ela e não em documentos científicos e/ou acadêmicos como encontramos relando a história de luta e resistência das mulheres.

Conclusão

A partir deste trabalho foi possível entender a importância da luta das mulheres na resistência contra a opressão machista que estrutura o sistema de nossa sociedade. Contudo, utilizar sempre o termo mulher no sentido universal invisibiliza e contribuem para a invisibilidade de diversas mulheres que “destoam da norma” como as trans, negras, pobres, gordas, deficientes entre outras que não são representadas nas narrativas e historiografia de vivência do protagonismo das mulheres nas produções acadêmicas.

Através da busca realizada no Scielo por palavras chaves como mulher trans, transexualidade, e transgeneridade afim de averiguar sobre o que há escrito sobre a população de mulheres trans especificamente no Brasil, foi possível verificar que a maioria das temáticas relacionadas a essa população se referem a questões de políticas públicas e o processo de saúde e doença que perpassam pelas questões de HIV/AIDS, infecções sexualmente transmissíveis e complicações devido ao uso de silicone industrial e o processo de auto harmonização.

Este trabalho serve como uma introdução aos estudos das mulheres trans nos processos de luta e resistência feminista especificamente no que diz respeito a luta contra a repressão dos movimentos feministas inclusive dentro contexto da ditadura militar ocorrida no Brasil. É necessário explorar mais as vivências e narrativas das mulheres trans também como protagonismo de luta das mulheres que, para além do movimento feminista perpassam pelo movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais como um todo mais que não é encontrado nas produções acadêmicas tais histórias.

Os estigmas em relação a população trans são ligadas às temáticas encontradas sobre elas nas produções acadêmicas. Por um outro lado, essa é a briga de movimentos atuais organizados por pessoas trans em trazer à tona que travestis e transexuais se dão sempre em assuntos relacionados a violência, HIV/AIDS e outras doenças, o que reforça ainda mais os preconceitos e estigmas contra essa população. Portanto, mudar o foco das temáticas das produções acadêmicas sobre as mulheres trans buscando resgatar a história de luta ou de silenciamento das mesmas se faz necessário para que possamos repensar e continuar a historiografia que retratam a luta e as vivências das mulheres no plural.

Referências

CAZARRÉ, Marieta. Com 600 mortes em 6 anos, Brasil é o que mais mata travestis e transexuais. EBC Agência Brasil. Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-11/com-600-mortes-em-seis-anos-brasil-e-o-que-mais-mata-travestis-e>. Acessado em: 06/04/2017.

COX, Laverne. Não sou eu uma mulher? 2009. Disponível em: https://traduzidas.files.wordpress.com/2013/07/nao_sou_eu_uma_mulher_laverne_cox.pdf> Acesso em 06/04/2017.

DJOKI, Aline. Colorismo: O que é, como funciona. GELEDÉS Instituto da Mulher Negra. 2015. Disponível em: <http://www.geledes.org.br/colorismo-o-que-e-como-funciona/#gs.efW7FkE>> Acesso em: 07/04/2017.

FIGUEIREDO, Angela. Carla de uma ex-mulata a Judith Butler. *Periodicus*. n. 3, v. 1, 2015. p.152-169.

JOFFILY, Olivia R. O corpo como campo de batalha. In: PEDRO, Joana M.; WOLFF, Cristina S. Gênero, feminismos e ditadura no Cone Sul. Ilha de Santa Catarina: Ed. Mulheres, 2010. p.225-245.

KAAS, Haieley. O que são pessoas Cis e Cissexismo?. *Ensaios de Gênero*. 2012. Disponível em: <https://ensaios-degenero.wordpress.com/2012/09/17/o-que-sao-pessoas-cis-e-cissexismo/>> Acesso em: 06/04/2017.

OLIVEIRA, A, C, G, A.; VIANA, A, J, B.; SOUZA, E, S, S. O Corpo Intersexual como Desconstrução dos Gêneros Inteligíveis: uma abordagem sócio-jurídica. In: 17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero. 2012. João Pessoa. Disponível em: <http://www.ufpb.br/evento/lti/ocs/index.php/17redor/17redor/paper/viewFile/87/47>> Acesso em: 06/04/2017.

PERES, W, S.; TOLEDO, L, G. Travestis, Transexuais e Transgêneros: novas imagens e expressões da subjetividade. *Psicologia e Diversidade sexual: Cadernos Temáticos do CRP SP. N°11*. Conselho Regional de Psicologia de SP. São Paulo, 2011. Disponível em: http://www.crp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf> Acesso em: 06/04/2017.

SCHULMAN, Sarah. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. *Revista Bagoas*, n.5. 2010. p.67-78

SOHIET, Raquel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Revista Estudos Feministas*. n. 13, v. 3, 2005. p. 590-611.

WOLFF, Cristina. Eu só queria embalar meu filho. Gênero e maternidade no discurso dos movimentos de resistência contra as ditaduras no Cone Sul, América do Sul. *Aedos*. n. 13, v. 5, 2013. p. 117-131.

OS CORTES NOS CUS E OS CORPOS (IM)POSSÍVEIS NO PALCO SOTEROPOLITANO NA DITADURA CIVIL MILITAR.

Kleber José Fonseca Simões¹

O ano de 2017 figurou como o momento de maior retrocesso desde a redemocratização uma vez que as tentativas de censura a espetáculos artísticos como a suspensão após mobilização em redes sociais e queixas de apologia à pedofilia e à zoofilia de trabalhos de artistas como Adriana Varejão, Cândido Portinari e Lygia Clark que integram a exposição *Queermuseu—Cartografias da Diferença na Arte Brasileira*, em Porto Alegre, no dia 10/9; a apreensão da tela *Pedofilia* da artista Alessandra Cunha em Campo Grande (MT) sob acusação de apologia à pedofilia; a polêmica em torno da performance *Le Bête* do artista Wagner Schwartz na abertura da Mostra Panorama da Arte Brasileira no MAM de São Paulo e a prisão do artista Maikon K no meio da performance *DNA de DAN* no Museu Nacional da República em Brasília são alguns dos episódios que denunciam as tensões e disputas em torno dos significados da arte e da relação desta com a sexualidade e a liberdade.

Além dos casos acima relatos destaco a trajetória da peça *Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu* como o caso mais exemplar da retomada da censura em nosso país. O monólogo escrito pela inglesa Jo Clifford e dirigido por Natália Mallo é encenado por uma atriz e ativista transexual, Renata Carvalho, transcorre a partir do uso de parábolas bíblicas enquanto estratégia de reflexão aos casos de intolerância, desrespeito e preconceito vivenciados por sujeitos trans na sociedade brasileira. A representação de Jesus Cristo enquanto transexual mobilizou a opinião pública para a peça resultando em inúmeros episódios de disseminação de discursos de ódio e conflitos com grupos religiosos que mobilizam o aparato jurídico do estado para impedir as apresentações do espetáculo em diversas partes do país. Certamente a peça pode ser assumida como exemplar no que se presta a revelar a pressão de setores conservadores para a retomada da censura já que tem acumulado um conjunto de decisões judiciais ou mobilizações coletivas que visam seu cancelamento, como se verifica no histórico de sua passagens por diversas cidades tais como São Paulo, Londrina, Jundiá, Rio de Janeiro, Belo Horizonte. Em Salvador, *O Evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu*, integrou a programação da 10ª Edição do Festival Internacional de Artes Cênicas da Bahia (FIAC) com exibição nos dias 26 e 27 de novembro. O público soteropolitano lotou o primeiro dia do espetáculo, mas, a montagem teve sua segunda apresentação suspensa por uma liminar da 12ª Vara Cível de Salvador, concedida pelo juiz Paulo Albiani Alves, que impediu a

¹ Doutorando do Multidisciplinar em Programa Cultura & Sociedade da UFBA; integrante do Núcleo de Cultura e Sexualidade (NUCUS) da UFBA; Integrante do GT Estudos de Gênero e História da ANPUH-BA; Professor Assistente do Campus XIV da UNEB.

Fundação Gregório de Mattos de manter a programação. Contudo, a resistência à suspensão da peça se deu imediatamente mobilizando a classe artística e produtores culturais baianos que ofereceram seus teatros para receber o espetáculo, sendo remontado e exibido no Teatro do Goethe-Institut (ICBA) no mesmo dia.

O mais recentemente ataque ao que ficou conhecido pela população em geral como a “peça do Jesus Trans”, ocorreu na cidade pernambucana de Garanhuns, onde a peça teve inicialmente sua apresentação cancelada da programação oficial do Festival de Inverno de Garanhuns pelo Governo Estadual de Pernambuco no dia 01 de julho deste ano mas uma liminar judicial do Tribunal de Justiça de Pernambuco do dia 24 de julho exige a reintegração imediata do espetáculo à programação que reserva o dia 26 de julho para sua exibição. Contudo, outra liminar foi expedida para o dia da exibição ao que foi recebida com resistência pela produção, pela atriz e pelo público presente que, aos gritos de “fascistas” para os agentes policiais, mantiveram a revelia a apresentação descumprindo a ordem judicial.

Os episódios acima promovem uma irrupção ao debate público sobre os temas da censura às artes no Brasil que está atravessado por uma diversidade de discursos e disputas em torno da memória sobre o regime civil militar brasileiro, isto porque, uma ala considerável de grupos conservadores que atuam na sociedade brasileira busca manipular fatos históricos para tentar legitimar seus argumentos, seus preconceitos, disseminando o ódio, clamando o retorno ao regime militar e a retomada da censura como elemento de salvaguarda das famílias, com vistas a influenciar a opinião pública a legitimar a intervenção do Estado no controle da moralidade e disciplinamento do comportamento sexual. Trinta anos após o fim da lei da censura² o cenário que se observa é de um conjunto de ações programadas e mobilizadas por setores conservadores da sociedade brasileira que através de ações via redes sociais e de apoio do judiciário brasileiro busca implantar um patrulhamento moral sobre o conteúdo da arte somente igualado ao experienciado durante o Regime Civil Militar.

A censura pode ser compreendida como a ação que tem por finalidade alterar, modificar, silenciar produções culturais privando o público ao qual foi destinado a obra do seu conteúdo tal como concebido pelos autorxs e produtorxs. Consequentemente, o ato censório tem por objetivo apagar interpretações da realidade que contrasta com visões, projetos e ações de um dado grupo o qual se manifesta operando a censura a qual é justificada por razões de defesa de valores morais que são compreendidos como universais e não históricos. Isto em mente está claro que estas ações arroladas às obras e manifestações artísticas no ano de 2017 e a batalha travada pela peça “O evangelho segundo Jesus, Rainha dos céus” se constituem em clara denúncia da retomada da censura em plena vigência do estado democrático de direito.

2 Em 3 de agosto de 1988 é celebrado como a data símbolo do fim da censura no Brasil pois neste dia a Assembléia Constituinte que produzia a nova Constituição Federal do Brasil aprovou o no Capítulo I, intitulado “Dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos”, a seguinte resolução no inciso IX do Artigo 5º: “É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença” texto que se tornou o marco civil de retomada da liberdade de expressão no país.

Este texto, ainda que apresente os passos iniciais de uma pesquisa de doutoramento que almeja produzir uma genealogia dos ativismos das dissidências sexuais e de gênero no teatro baiano durante o regime civil militar, se insere na fimbria dos pleitos da memória sobre censura, ditadura e arte na tentativa de lançar novos elementos para a problematização das produções memorialísticas que romantizam a experiência do estado ditatorial bem como provocar um ruído nos discursos que bradam pela recuperação de uma política sexual heterocentrada através do uso da censura às experiências estético-políticas produtoras de subjetivas dissidentes das normas sexuais e de gênero.

Penso que seja fundamental, no momento histórico em que vivemos, acionarmos os tensionamentos trazidos pelos estudos queer para a análise do passado isso porque esse diálogo certamente trará uma dupla contribuição: de um lado, a política queer se desdobra em práticas de desconstrução das normativas de gênero e sexualidade para explodi-la em multiplicidades de formas e subjetividades, a qual passa pela denúncia histórica da produção da heteronormatividade enquanto regime de regulação da vida; por conseguinte, a narrativa do passado pode encontrar nas perspectivas queer outros campos de abertura que possibilitem a reestruturação do seu fazer na medida em que desloca para o centro do seu discurso as experiências subjetivas no plano de uma análise sociocultural problematizando noções caras à historiografia, tais como, a naturalidade axiológica, tensionamentos na relação sujeito-objeto e a dialogicidade temporal.

Assim, estas linhas apresentam os primeiros rascunhos dos usos de alguns conceitos forjados pelo campo dos estudos queer para pensar a censura como aparo tecnológico e social de produção dos corpos abjetos durante a Ditadura civil militar brasileira. Dada ao espaço deste artigo me concentrarei a analisar duas peças que ganharam montagem em Salvador. A primeira será a peça *Malandragem made in Bahia* de Antônio Cerqueira, encenada em palcos soteropolitanos no ano de 1982 e a segunda a peça *Apareceu a Margarida* de Roberto Atahyde exibida na capital baiana no ano de 1975. Nestes dois espetáculos analiso o modo como os cortes à palavra cú operados pela censura produzem uma cicatriz feita pela caneta do sensor para a castração do cú relacionado aos prazeres dissidentes nos textos das peças denunciando a sexopolítica presente durante o regime ditatorial que se constituiu como estratégia eficiente para o fortalecimento do conteúdo nacionalista vigente no período.

Censura, heteronormatividade e a produção do abjeto.

A experiência da censura no Brasil tem uma longa trajetória, apresentando intensidades, estruturas e instrumental diferentes nos diversos momentos da história da nossa sociedade³ e pelo que se

3 Autoras como Maria Castilho costa apontam para a existência da censura já nos primeiros anos da colonização brasileira, onde o teatro fora utilizado como instrumento pedagógico para as populações indígenas que por meio da repressão buscava a profusão de modelos de sociabilidade e padrões de comportamento europeu para a população autóctone. Para maiores esclarecimentos sobre a história da censura ler: Costa, Maria Cristina Castilho, Org. (2008). **Censura, repressão e resistência no teatro brasileiro**. São Paulo: Annablume / FAPESP.

observa seu infame legado está presente ainda nos dias de hoje. Ainda assim, considero que foi com a promulgação do AI-5, que conferia plenos poderes às autoridades político-militares no árbitro da vida, que as práticas censórias se consolidaram como política do Estado brasileiro sendo especializada, departamentalizada e amplamente difundida pela estrutura organizacional se tornando sistematizada e rotineira. Um conjunto significativo de órgãos, repartições e funcionalismo público foi desenvolvido para o controle da produção artística entre as décadas de 1970 a 1980.

A institucionalização da censura nestes anos trouxeram graves mudanças para o teatro. As peças teatrais deveriam apresentar cópias dos textos para serem avaliados pelo Departamento de Polícia Federal (DPF) e pela Divisão de Censura de Diversões Públicas (DCDP) os quais emitiam pareceres para a aprovação prévia do texto do espetáculo e, uma vez o texto aprovado, era necessário a avaliação e emissão de parecer

sobre o ensaio geral que era acompanhado pelo órgão censor. Após avaliação as peças poderiam obter as seguintes avaliações: liberada, liberada para maiores de 18 anos, parcialmente liberada e vetada. Estes pareceres apresentam as diversas formas pelas quais o mecanismo censor agia sobre o teatro, ora impedindo o pronunciamento determinadas palavras ou de textos inteiros, ora restringindo a classificação do espetáculo, ou em caso extremo vetando e retirando as peças de cartaz, por meio das práticas de proibição determinada, transmitidas aos produtores de teatro por escrito ou por telefone (FICO, 2004, p.90).

O exercício da censura como instrumento de poder revela a complexa relação entre o Estado, a população, a cultura e a produção da subjetividade uma vez que sua institucionalização revela as nuances de um Estado autoritário que implementa dispositivos legais e proibições que objetivam a produção de um cidadão ideal, o que incluía a defesa a um modelo específico de sexualidade. Uma leitura do decreto Lei nº1077, promulgado pelo então presidente do Brasil, general Emílio Médici, em 26 de Janeiro de 1970, permite que observemos como a censura se dirigia quase que exclusivamente à defesa da moralidade para justificar o desenvolvimento de suas atividades no país.

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

(...)

CONSIDERANDO que o emprego desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Deste modo, tem-se que a missão institucional do organismo censório também se realizava pela ação do controle da moralidade que era associada à dimensão da estabilidade política e soberania nacional.

Em sua relação com o teatro, o Departamento de Censura e Diversões Públicas (DCDP), durante os anos de 1970 a 1988 atuou como instrumento fundamental na manutenção da ordem moral vigente a partir da intervenção em textos e interdição de espetáculos públicos que tratavam de temas como aborto, métodos contraceptivos, relações extraconjugais, prostituição, conflitos familiares, homossexualidade, lesbianidades e travestilidades. Segundo o memorialista Coriolano Fagundes (1974), os espetáculos que abordassem tais temas eram considerados como “veículos utilizados por agentes das subversões para minar os valores morais da família brasileira, dentro de diretrizes da esquerda internacional com o objetivo, em última análise, de subverter a ordem e colocar em risco a segurança do Estado” (p. 329). Tem-se, a partir destes exemplos, que o emprego da censura foi concebido como prática reguladora dos discursos numa sociedade autoritária a qual manifesta o exercício estatal do controle subjetivo da produção dos corpos e normatização da sexualidade sob o pretexto da defesa da moralidade como condição para a plena Segurança Nacional.

O filósofo francês Michel Foucault (1988) afirma que a sexualidade é um dispositivo histórico de saber-poder em nome da qual se legitimam e viabilizam práticas autoritárias de segregação, monitoramento, gestão dos corpos e do desejo. Para ele, desde fins do século XIV as técnicas de poder exercidas sobre o sexo instituíram a família conjugal como modelo de conduta, de modo que a sexualidade foi confiscada pela figura do casal legítimo e procriador que dita a Lei, exercendo o controle do desejo sexual. Deste modo, Foucault nos esclarece que na formação da sociedade moderna a repressão foi o modo pelo qual se interligam o poder, o saber e a sexualidade que, tendo a monogamia heterossexual como padrão de normatividade, atua no sentido de considerar perversão, delinquência e loucura que caracteriza as sexualidades dissidentes.

As contribuições de Foucault possibilitam uma melhor compreensão da política higienista e moralizadora deflagrada pela Delegacia de Jogos e Costumes de Salvador a partir da década de 1970 e que tem como um dos princípios de sua atuação a manutenção de um regime político estruturado a partir da heteronormatividade e da monogamia heterossexual através da perseguição, aprisionamento, violência e censura contra quem se apresentasse como dissidente ou que se especulasse que fosse desviantes das normas de gênero e sexualidade.

Verificamos nos jornais baianos as inúmeras ações do referido órgão no sentido da manutenção das normativas sexuais na cidade de Salvador tais como a prisão de 15 mulheres “mundanas” que trajavam “trajes indecentes” no Terreiro de Jesus⁴ e as inúmeras reportagens sobre a moralização e combate às “zonas de meretrício” na capital baiana. Mas, também, é possível apontar as ações que se destinavam a controle dos corpos dissidentes das lógicas de gênero como o caso da travesti Aparecida, presa sob alegação de atentar ao pudor e por supostamente ter molestado um menino de 5 anos de idade⁵, as prisões das travestis Maysa e Lurdinha “que se encontravam na prática do trottoir em locais proibidos

4 Tribuna da Bahia, 27 de Julho de 1970, p. 08.

5 Tribuna da Bahia, 11 de Setembro de 1970, p. 08.

pela polícia”⁶ bem como das ações de moralização e fechamento dos espaços de sociabilidade das populações desviantes das práticas sexuais ao afirmar que “não será admitida a realização dos bailes anunciados como de homossexuais – os conhecidos” “baile dos enxutos”⁷ ou o fechamento da “Boite Okaso” que se localizava na rua do Funil e que “era frequentada, na sua maioria, por homossexuais e prostitutas”⁸.

A moralização social para a Delegacia de Costumes de Salvador se dirigia, dentre outras funções, ao controle das sexualidades livres e do cerceamento da ação das populações dissidentes do padrão de conduta heterossexual. Deste modo, a polícia se instituíu enquanto um aparelho social de controle e punição às práticas sexuais não procriativas e à presença de corpos e desejos dissidentes da norma sexualvigente.

Para a escritora e feminista francesa Monique Witting (2010) a presença de um pensamento hétero nas sociedades ocidentais institui uma interpretação totalizante da história, da realidade social, da cultura, da linguagem e simultaneamente de todos os fenômenos subjetivos fundantes dos princípios de organização sóciopolítica do Estado moderno nas quais a heterossexualidade é assumida como ordem social, política, cultural esimbólica.

Ainda segundo Witting, aqueles que exercem práticas sexuais dissidentes da heterossexual recebem punições da sociedade porque em tese estariam rejeitando a ordem simbólica das instituições sociais tal qual definida pelo pensamento hétero, contudo, esta dissidência é necessária à ordem heterossexual que produz em diversos níveis o diferente/outro para se instituir como experiência sexual e de vida hegemônico.

A filósofa americana Judith Butler (2001) influenciada pelas leituras de Witting e Foucault (1988), amplia esta noção ao afirmar que a instalação de um regime heteronormativo produz uma matriz de inteligibilidade cultural ao estabelecer uma norma social ideal em termos de sexo, gênero e desejo, no qual o reconhecimento dos corpos coerentes (masculino expressando macho, feminino expressando fêmea), se dá na estabilização das experiências e referências culturais associadas à produção histórica da heterossexualidade. Como consequência deste regime somente os corpo inteligíveis pela matriz heteronormativa é que são considerados aceitáveis, compreendidos e assujeitados a norma social, enquanto que todos as demais corporalidades e práticas não assujeitados que, portanto, se situam como corpos impensáveis, não inteligíveis são assimilados como abjetos e arrolados para fora da categoria do cidadão e do humano, sendo passíveis de violências, silenciamentos, invisibilidades e morte.

Deste modo, se num plano as ações do regime heteronormativo durante a ditadura civil militar se dirigiam a um corpo físico, segregando os sujeitos a um espaço socialmente estabelecido, noutro plano, as ações da censura também elaboram discursos normatizadores ao instituírem formas de

6 Tribuna da Bahia, 16 de Setembro de 1970, p. 08.

7 Tribuna da Bahia, 11 de Janeiro de 1971, p. 05.

8 Tribuna da Bahia, 03 de Maio de 1971, p. 08. A boate foi fechada após denúncia de um civil.

assujeitamento, delimitando o que é devido, correto, certo – e que, portanto deve ser seguido – do que deve ser evitado por ser anormal ou monstruoso. Através de proibições, silêncios e censuras a sexualidade é operada como dispositivo controle e produção dos corpos, tanto estimulando a formação e reprodução dos modelos ideais de uma sociedade, quanto cerceando, esarteando, delimitando e até impedindo a emergência de outras experiências de vida não assujeitadas às normas de uma sociedade.

Retornando ao diálogo com Foucault (1982), o assujeitamento se constitui num procedimento de submissão da subjetividade à norma, pois, engendrado através de dispositivos de poder e da formação de um discurso que aciona argumentos oriundos de instituições consideradas legítimas pela sociedade (tais como o saber médico)⁹, se situam como produtos de um discurso com efeito de verdade soberana que operam as relações de poder na regulação dos corpos, da vida e da morte. Este discurso, no caso aqui proibitivo como a lei da censura, têm alcance imediato sobre o corpo, uma vez que investe, marca, dirige e assujeita o conjunto de uma sociedade às normas determinando maneiras de ser, de viver e de morrer, sendo que os corpos que não são reconhecidos como assujeitados, neste caso, corpo não heterossexuais, são assimilados como anormais, não cidadãos, menos importantes e, conseqüentemente, menos humanos.

Para Butlher (2001) este processo se situa na produção social dos corpos abjetos, corpos este que não são inteligíveis pela matriz heteronormativa porque embaralham, subvertem ou contradizem a pretensa coerência entre sexo, gênero, desejo e prática mas que são extremamente importantes na medida em que são destinados a estabelecer as fronteiras para aqueles que materializam a norma. Nesse sentido, acreditamos que a produção da abjeção é um componente central na implementação, vigência e longevidade do regime civil militar brasileiro uma vez que possibilitou o agenciamento da população assujeitada submissa às normativas da heterossexualidade ao assimilar as dissidências sexuais e de gênero enquanto ameaça à manutenção da ordem social e política.

Conseqüentemente, o aparelho da censura se constitui enquanto instrumento que produz e dissemina discursos normatizadores da sexualidade responsável pelas formas de assujeitamento ao delimitar o que é correto, certo, e que, portanto, deveria ser seguido, mas também apontava para o que necessitava ser evitado por ser fora do padrão, e, portanto, considerado anormal, abjeto. A censura figura deste modo como um aparato do regime heteronormativo vigente durante o regime autoritário

9 Importante frisar que neste momento histórico a experiência sexual não heterossexual ainda figurava no discurso médico como uma doença, ainda que o movimento social homossexual nas décadas de 1970 a 1980, no Brasil, exigisse a despatologização das práticas homossexuais por parte de especialistas: psicólogos, psiquiatras, sexólogos, psicanalistas. A retirada da homossexualidade do Classificação Internacional das Doenças pelo Conselho Federal de Medicina no Brasil ocorreu apenas em 1985. Para maiores esclarecimentos ver os trabalhos de GREEN, James Naylor. **Além do Carnaval: A Homossexualidade Masculina no Brasil do século XX.** São Paulo: Editora Unesp, 2000; ver também o artigo CARNEIRO, Ailton José dos Santos. A morte da clínica: movimento homossexual e luta pela despatologização da homossexualidade no Brasil (1978-1990). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: lugares do historiador: velhos e novos desafios, 28, Florianópolis. **Anais eletrônicos...** Florianópolis, SC: UFSC, 2015. Disponível em: http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439866235_ARQUIVO_Artigo-Amortedaclinica.pdf. Acessado em 29 de Abril de 2018.

produzindo os corpos abjetos, regulando a produção dos possíveis e impossíveis nos palcos baianos entre as décadas de 1970 e 1980.

Com os cus cortados: produção da abjeção pela censura no teatro soteropolitano na ditadura civilmilitar

Antes de apresentar o pequeno recorte que faço neste artigo gostaria de pontuar que as peças busco analisar em minha pesquisa fazem parte de um conjunto disperso, fragmentado, de um teatro que foi pensado como resto, mal dito, iconoclasta, e que muitas foram e são excluídos de uma leitura de resistência ao regime civil militar brasileiro por não apresentar os traços discursivos da arte engajada filiada ao projeto de emancipação política da corrente do pensamento nacionalismo marxista. Penso que estes textos dispersos, ainda que heterogêneo em termos de linguagem, podem ser reunidos para serem pensando como um arquivo¹⁰ de práticas de resistência ainda pouco compreendido pela historiografia e pouco integrado à uma memória das lutas pelas liberdades durante o regime civil militar.

Chama-me atenção os textos, os eventos, as práticas culturais de um teatro preocupado com a desbodiência, com a transgressão, com a libertação do/no corpo, preocupado em visibilizar tensionamentos às normas de gênero e sexual como instrumento de ação política e produção subjetiva e que serão justamente por estes elementos que estes espetáculos serão censurados. Neste sentido, ante a operação da censura quais são os corpos possíveis na cena teatral soteropolitana produzidas pelo aparelho censório?

Aqui também quero deixar claro que minha compreensão sobre o corpo repousa nas análises foucaultianas para o qual o corpo não possui nenhuma entidade ontológica, mas, antes se constitui através das relações de poder que produzem discursos e normas sem os quais sua existência não seria possível. O corpo é um efeito das regras do saber e das técnicas de poder que constituem uma tecnologia política que o produz (FOUCAULT, 1987).

Também é fundamental a contribuição de Butler (2015) para a minha compreensão uma vez que a autora nos alerta que o corpo desempenha um ato performativo, constituindo-se em fabricações manufaturadas, não consciente das reiterações de gênero e que por isso precisa ser constantemente reforçada em rituais sociais para não escapar à normalização. E ainda segundo a filósofa estadunidense, o sexo é uma categoria atuante nas práticas regulatórias que produz os corpos que governa, e por isso se situa enquanto norma pela qual o ser humano torna-se viável: “aquilo que qualifica um corpo para a vida no interior do domínio da inteligibilidade cultural” (2001, p. 111) e como já afirmado pela autora essa matriz de intelegibilidade é heteronormativa.

¹⁰ Penso a noção de arquivo em comunhão com as críticas realizadas por Derrida quanto a violência da institucionalização que resulta numa orientação de compilação a partir de critérios de homogeneidade e unidade diante da qual é necessário pensar o arquivo enquanto uma ação que evoca “problemática do porvir e, mais especificamente, o momento possível de sua reinvenção” que assume uma conceituação enquanto terreno fértil de pesquisa e experimentação. Para a aprofundamento deste entendimento, ver:

Dito isto, gostaria de esclarecer, portanto, que para este artigo selecionei peças já analisadas por um conjunto diferente de saberes mas que ainda não foram lidas pelo viés dos estudos queer e que, por isso, foram até o momento pensadas num lugar socialmente inscrito como peças de conteúdo político dentro de uma leitura clássica que reconhece o conteúdo contestatário do espetáculo por este fazer menção ao tema da realidade macropolítica em suas dramaturgias. Avalio que este exercício guarda uma provocação necessária uma vez que a dimensão da censura enquanto exercício da sexopolítica se dirigia não somente a espetáculos com conteúdo e/ou personagens claramente dissidentes das normas de gênero e sexualidade, tais como gays, lésbicas e travestis.

Início com algumas reflexões sobre a prática da censura à peça “Malandragem made in Bahia”. Neste sentido, utilizarei o excelente trabalho de análise e edição realizados por Wiliane Coroa (2012) que recupera o texto original da peça e apresenta os pareceres dos censores sobre o texto e o ensaio geral do espetáculo.

De autoria e direção do baiano Antônio Cerqueira e elenco composto por Sátiro Costa, Conceição Lima e Anselmo Santana ficou em cartaz nas segundas e terças entre os dias 14 a 30 de dezembro de 1982, no palco da Biblioteca Pública do Estado da Bahia apresentando a história de Fábio que, ao resolver não atender aos padrões sociais convencionais, é abandonado pela família se envolvendo numa série de situações acompanhado por outros dois personagens, Margô e Careca, até ser morto pela polícia. Após ser exibida durante o final do ano, o espetáculo tem grande tensionamento com os órgãos censórios até ser vetada pela censura no ano de 1983. O espetáculo teve sua exibição cancelada por ser apontada contra o decoro público por conter palavras consideradas de baixo calão, e apresentar cenas de sexo incestuosos e de homossexualismo(sic).

No parecer do emitido pela censura, disponibilizado por Coroa (2012), é possível perceber uma ordem heteronormativa que sinaliza para o censor o perigo contido em palavras como rola, cacete, caralho, estaca, pau, assim como, cu, bunda, traseiro, e três cenas nas quais havia a prática de sexo não heterossexual, onde os censores exigem a retirada destas expressões e das cenas de sexo e afetividade para que a peça estivesse apta a ser encenada.

Mas, a leitura do veto pode ser ainda mais rica ao sabermos que a cena na qual o censor indica a presença de homossexualismo (sic) e exige sua retirada na verdade se enquadra como um ato de violência sexual na qual o personagem Fábio estupra o personagem Careca. A menção feita pelo censor para presença de homossexualismo (sic) na peça nos traz algumas percepções sobre o modo como esta expressão da sexualidade desviante da heteronorma era compreendida pela censura pois o que justificava a supressão da cena no espetáculo não era a violência do ato sexual mas sim a sua forma, sua dissidência à norma sexualvigente.

A exigência da interrupção da enunciação das palavras feitas pelo censor ao espetáculo opera uma ação de exercício do biopoder (FOUCAULT, 1999) que visava a produção de corpos dóceis, corpos úteis, produtivos e submissos voltados para a alimentação da produção no sistema capitalista. Neste sentido, a censura visava proibir a expressão da sexualidade e por conseguinte o veto às palavras acima. Mais

ainda é o modo como o imperativo da heteronormatividade presente na avaliação do árbitro indica um zoneamento da abjeção no corpo dos personagens na peça em questão. O cú e toda a sorte de menções a ele referido é empurrado pela censura para as zonas sociais inabitáveis, inaudíveis, inpronunciáveis da vida social, isto porque ele evoca um desejo não conciliatório ao imperativo heterossexual de finalidade procriativa.

O filósofo, escritor e curador Paul B. Preciado¹¹ (2014) nos esclarece que o prazer do cu ao operar um deslocamento da prática sexual para outras zonas corporais diferente da relação genitálias pênis/vagina, problematiza os discursos de naturalização da prática heterossexual provocando o desordenamento da linha coerente entre corpo- gênero-sexualidade-desejo fundada pela matriz da inteligibilidade heteronormativa. Preciado afirma que exatamente pelos efeitos destabilizadores que opera é que a modernidade ocidental produziu a operação simbólica de castração anal.

Nesse sentido, o corte da censura na palavra cú e a obrigatoriedade da retirada da cena contendo menção à homossexualidade se configura como uma operação necessária para a manutenção da ordem de gênero e sexual associada à política de Segurança Nacional durante o Regime Civil Militar. O repúdio ao cú é necessário por indicar as fronteiras do possível, das zonas do corpo interdidas ao desejo e para a condução da nação às prerrogativas sociais da heteronormatividade onde estão os corpos inteligíveis, os corpos possíveis.

A peça do reconhecido dramaturgo carioca Roberto Athayde, “Apareceu a Margarida” que estreou no Rio de Janeiro em 1973 foi trazida à Bahia em 1975. O espetáculo, estrelado por Marília Pera em sua primeira montagem, se constitui num monólogo onde uma professora autoritária interpela a sua turma, neste caso a plateia, sobre diversos assuntos do contexto sociopolítico. Personificando instituições repressoras e oscilando entre a postura ideal de docilidade da representação da professora e da violência que subjulgava a população no regime autoritário, o texto produzia com suas metáforas um poderoso arsenal de crítica ao regime vigente.

O trabalho de investigação de Fabiana Correa (2013) que também resultou na edição do texto da peça, apresenta os pareceres dos censores e revela o modo como a censura exigia não somente a mudança do título da peça como também o relatório do censor indica, entre outras coisas, que

CORTES: Na página de nº 01 a palavra “cu” não deve ser escrita e nem pronunciada.

Na página nº 04 não devem ser pronunciadas as palavras “fodam-se” e “chupar” (...) Não deve ser dita a palavra “foder”, encontrada na página nº31.

Face ao exposto conter ofensa ao decoro público, induzir aos maus costumes”. (Correa, 2013, p. 165)

O interessante neste veto referente a peça Apareceu a Margarida é que no texto a palavra cu não possui conotação sexual, como podemos ver:

11 Colocar nota sobre o aparecimento da referência ainda com o seu nome no gênero feminino?

Estou achando é que esse quadro verde está um pouco longe. Está dando para vocês enxergarem? Vocês lá de trás? É muito importante que todo mundo veja o quadro-negro. D. Margarida vai escrever uma palavrinha nele para ver se vocês estão vendo. {escreve: CU} Viram? Cu! O quadro-verde é mesmo muito importante para aprender leitura. (ATHAYDE, 2003 apud Correa, 2013, p.80)

Ainda que o texto da peça indique outras referencialidades para o cú a operação realizada pelos censores da peça reconhece seu perigo à norma instituída mobilizando assim seus esforços para a interdição da palavra e interrupção do seu pronunciamento público.

Estes atos de censura que denunciam um terror anal denota certa política do cú porque presume-se que na lógica heteronormativa este ocupe outras funções e por isso no padrão de masculinidade vigente este órgão deve ser castrado uma vez que o uso do ânus para funções outras que não seja de excremental por parte dos homens resulta numa desorganização da produção da heterossexualidade masculina o que representa grande perigo para a destruir a família, da ordem social e, por conseguinte, dapátria

Ao definir os espetáculos teatrais acima como impróprios por “atentarem ao pudor e aos bons costumes das famílias” e em defesa da “Segurança Nacional”, o aparelho da censura, suportado pelo pensamento conservador de parte da sociedade do período, visava a normatização da sexualidade por meio da manutenção do regime da heteronormatividade através da produção de zonas de abjeção nos textoscensurado.

A operação realizada pela censura a partir da ação de veto a palavras e expressões, bem como de cenas inteiras ou até mesmo proibição de todo o texto do espetáculo que se relacionam com produção de subjetividades desviantes da norma e que se dirigiam a um discurso de emancipação frente aos processos de assujeitamento mobilizam esforços para a elaboração dos corpos durante o regime civilmilitar brasileiro objetivando controlar o fluxo da produção subjetiva para os ritos sociais de repetição dos atos dos atos que performativizam o gênero e a sexualidade normatizada, higiênica e heterocentrada.

As cicatrizes dos cus no teatro e nahistória.

Ainda em fase inicial da pesquisa na qual intento elaborar uma genealogia dos discursos transgressores e dissonantes das normatizações de gênero e sexualidade na produção teatral baiana durante a ditadura civil militar brasileira, procurei neste texto apresentar alguns elementos para a compreensão da censura a partir de uma analítica advinda dos estudos queer que possibilitam uma análise articulada entre a produção da abjeção, o aparato censório e a sexopolítica do regime ditatorial. Os vetos da censura à palavra cú e a apresentação em cena de experiências sexuais dissidentes da heteronormatividade e de práticas sexuais com finalidade procriativa denunciam uma estratégia de produção de zonas abjetas no texto teatral que buscava delimitar as margens da produção subjetiva de gênero esexualidade.

Ainda que fique evidente a violência do sistema censório para com a produção teatral do período, gostaria de salientar que, conforme nos esclarece os recentes estudos sobre gênero e sexualidade, no

interior das formas de abjeção há resistências. Foram muitas as produções teatrais que reivindicaram a liberdade para as suas produções abrindo espaços para a emergência de outras expressões de subjetividade no teatro brasileiro, dentre os quais destacamos os trabalhos desenvolvidos pelo Teatro Oficina (SP), pelo grupo Dzi Croquettes (RJ) e o Grupo vivencial (PE). Contudo, pouco ainda foi dito sobre a produção baiana com este viés para o período mencionado. Como já mencionado na introdução deste artigo, a política queer envolve necessariamente uma ação de desconstrução a qual reclama a instauração de um processo de historicização das práticas de violência e segregação para a produção da resistência.

Se os episódios finais do regime civil militar brasileiro com a anistia¹² permitiu o silenciamento dos inúmeros crimes cometidos durante os 24 anos de sua vigência, nos quais as vítimas da perseguição às experiências de dissidência sexual e de gênero foram apagadas da memória social, nos deixando com os cus-nas-mãos, creio que está na hora de abrimos os cus da ditadura e deixar vir dele o dejetos, as podridões e os fantasmas que assombram as ruínas da sociedade autoritária que constitui a tradição política de preservação do regime heteronormativo presente até os dias atuais.

Creio que os episódios de violência às manifestações artísticas ao longo do ano de 2017 e a produção de ódio e cerceamento da exibição sofrida pelo espetáculo “O evangelho segundo Jesus, Rainha do Céu” se apresentam como claras evidências de uma evocação obsedante de setores da sociedade brasileira pelo retorno do autoritarismo, da intolerância e do ódio à diferença e que conferem ao Estado o papel agente da ação de censura a partir do seu aparato jurídico, tal como observado durante a vigência do regime ditatorial de outrora. Neste sentido, Edward Said, crítico literário palestino, nos auxilia no apontamento das permanências do passado no presente quando este se inscreve como um legitimador de tradições inventadas na lógica da produção do Estado Nação. Para este autor

A invocação do passado constitui uma das estratégias mais comuns nas interpretações do presente. O que inspira tais apelos não é apenas a divergência quanto ao que ocorreu no passado e o que teria sido esse passado, mas também a incerteza se o passado é de fato passado, morto e enterrado, ou se persiste, mesmo que talvez sob outras formas. (SAID, 1995, p.23)

Se hoje somos tomados de assalto pelo assombro da repetição da experiência ditatorial em nossa sociedade em muito se deve ao fato de abdicarmos ou termos sido induzidos a não entrar na disputa pelo passado, nos acostumando à ideia de que esta luta é vã ou uma querela de menor relevância ante as urgências inscritas nas lutas pela sobrevivência no que nos restou do estado de direito no atual

12 A promulgação da Lei da Anistia implementada pelo general João Figueiredo em 1979 instaurou por decreto uma reconciliação nacional, baseada no esquecimento do passado uma vez que anistiavam-se tanto os presos políticos, os exilados e os clandestinos, quanto os mandantes e os responsáveis por torturas e assassinatos. Para maiores informações sobre a produção do silêncio pela Lei de Anistia, ver: CARDOSO, Irene. “Memória de 68: terror e interdição do passado”. **Tempo Social**, Revista de Sociologia da USP, vol. 2, n. 2, 2o semestre 1990.

contexto brasileiro. Contudo, avalio que a emancipação de nossos corpos e a produção de outras experiências de vida a partir da diferença só serão possíveis se dirigirmos nossas forças para fraturar o discurso progressista da história nacional produtor de uma versão do passado que encobre as violências e desigualdades dirigidas a todas as expressões de vida em contraste com a heteronormatividade, legitimando assim as práticas de extermínio e invisibilidade dos corpos que não cabem no projeto da nação brasileira branca, higiênica, machista, sexista, colonialista e heterocentrada. Consequentemente, este esforço poderá resultar na resignificação dos regimes de verdade operando deslocamentos nas relações entre saberes e poderes por meio da elaboração de outras formas de discursos e outras práticas de pesquisa que possibilite uma repolitização da sexualidade e uma sexualização da política capazes de revelar todas as fissuras provocadas pelos cortes da censura nos cus do teatro e também nos convenientes silêncios da história.

Referências:

BUTLER, Judith. "Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo". Tradução de Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2001. p. 151-172.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015a.

COROA, Wiliane. **Edição do texto e estudo da linguagem poribida em Malandragem made in Bahia, de Antônio Cerqueira**. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2012.

CORREA, Fabiana Prudente. **O desabrochar de uma flor em tempos de repressão**: edição e crítica filológica de apareceu a Margarida de Roberto Athayde. Dissertação (mestrado). Universidade Federal da Bahia, Instituto de Letras, Salvador, 2013.

FAGUNDES, Coriolano de Loiola Cabral. **Censura e liberdade de expressão**. São Paulo: Edital, 1974.

FICO, Carlos. **Além do golpe**. Rio de Janeiro, Record, 2004.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade I**: o cuidado de si. 10. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988. a.

_____. **História da Sexualidade II**: O uso dos prazeres. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1998.b

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Tradução Ligia M. Ponde Vassallo. Petrópolis, Vozes, 1987

_____. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999. PRECIADO, Beatriz. **Manifesto con-trassexual**. São Paulo: n-1 edições, 2014.

REVEL, Judith. Michel **Foucault: conceitos essenciais**. São Carlos: Claraluz, 2005.

RICH, Adriene. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas: estudos gays: gêneros e sexualidades**, Natal, 4(5), jan./jun, 2010, pp. 17-44

SAID, Edward. **Cultura e Imperialismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 23

STEPHANOU, Alexandre Ayub. **A censura no regime militar e a militarização das artes**. Porto Alegre: Edipucrs, 2001.

WITTIG, Monique. (2010). **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. 2. ed. Barcelona: Egales, 2010.

AS POLÍTICAS PÚBLICAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO PARA A POPULAÇÃO LGBTQI

Angela Maria Venturini¹
André Luiz dos Santos Barbosa²
José Guilherme de Oliveira Freitas³

Resumo: O propósito deste artigo é apresentar a evolução ou o retrocesso em relação à história da política pública para a população LGBTQI do Estado do Rio de Janeiro, que teve início em 2006, com o programa “Rio sem Homofobia” e refletir sobre esta temática. Esta política visava combater a discriminação, a violência e promover a cidadania deste grupo em todo território fluminense, respeitando especificidades, através da disseminação de informações sobre direitos, sua defesa e garantia; atuação no combate à homofobia; atuação em ações de educação, cultura, saúde, dentre outras, preservando as identidades e a promoção da diversidade humana. Pelo fato do Rio de Janeiro ser o segundo Estado em denúncias em relação a toda sorte de violências e homicídios no Brasil, tendo recebido 181 notificações em 2017, aumentando estas delações em 30%, entre os anos de 2016-2017, segundo o DAPP/FGV-RJ (2018), consideramos relevante esta reflexão.

Palavras-Chave: Políticas Públicas, População LGBTQI, Denúncias, Legislações.

1 Doutoranda PPGE/FE/UFRJ e NESEI/LaPEADE/FE/UFRJ, ISERJ/FAETEC/SECTIDS.
E-mail: angelamaria.venturini@gmail.com

2 Doutorando PPGE/FE/UFRJ e NESEI/LaPEADE/FE/UFRJ, ISERJ/FAETEC/SECTIDS,
E-mail: andrelsbarbosa@gmail.com,

3 Pós-Doutor em Educação FE/UFRJ, NESEI/LaPEADE/FE/UFRJ.
E-mail: jguilherm@uol.com.br

Introdução

O objetivo é a evolução e o retrocesso quanto à história da política pública (PP) para a população LGBTQI do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), iniciado em 2006, com o programa “Rio sem Homofobia” (RSH), refletindo sobre o tema e focando nos avanços e desafios que esta gente fluminense enfrenta para ter acesso aos direitos civis que lhe são negados.

A autora e os coautores trabalham na formação de professores para a Educação Básica, desenvolvendo discussões sobre afirmação de identidade, transformação social e construção de PPs, privilegiando um viés crítico sobre as diversas formas de preconceito e suas conjecturas, assegurando para tal grupo, direitos civis e inclusão em qualquer arena da sociedade. O estudo se justifica devido aos casos de abusos contra este povo no ERJ. Trata-se de pesquisa qualitativa com delineamento bibliográfico, que teve como principais teóricos Cotta (2016), Aguião (2014) e Legislações, dentre outros.

Como foi formulada a agenda para o público LGBTQI?

A primeira PP direcionada a estas pessoas no ERJ, percebida por estudiosos do tema e pelo movimento social, foi o Disque Defesa Homossexual (DDH, 1999), ferramenta principal do Centro de Referência Contra a Violência e Discriminação ao Homossexual, que, paradoxalmente, surgiu no governo Garotinho (1999-2002), ligado à Secretaria de Segurança

Pública (SESEG), através do qual a população em questão poderia ir além das denúncias de homofobia, como registrou Aguião (2014:114-115):

O DDH, criado na SESEG do RJ, foi desenhado de maneira a não ser apenas um programa de denúncia de violências, mas também de defesa. Os autores Ramos & Carrara (2006) interpretam o envolvimento de pesquisadores como sendo crucial para que naquele momento o serviço fosse concebido também como um centro de produção de dados e não apenas de atendimento a vítimas [...] A análise desses dados descortinou dinâmicas bastante diversificadas de violência, revelando que a maior parte das denúncias versava sobre agressões verbais, extorsões, ameaças, agressões físicas e queixas de discriminação, ocorridas em contexto de relações próximas dos denunciantes, como a própria casa ou vizinhança.

Cotta (2016) observou o início do envolvimento coletivo entre ativismo, academia e governo na construção de uma PP direcionada aos LGBTQI, promovido pelo Secretário de Segurança: Luiz Eduardo Soares, reconhecido dentro da área da antropologia, ciência política e segurança pública, que mantinha um canal de comunicação permanente com a universidade, cujos pesquisadores puderam alinhar a PP sob sua gestão. Aguião (2014:199) nos apontou que:

Um dos diferenciais da criação do DDH foi o envolvimento de pesquisadores na articulação, decisivo para que o serviço não funcionasse apenas para o atendimento de

vítimas. Cada atendimento gerava uma ficha cadastral que alimentava diretamente um banco de dados. Havia o entendimento de que além de aprofundar a compreensão dos tipos e formas de violências que acometem “homossexuais”, para usar os termos da época, os dados poderiam funcionar como instrumento de pressão para o fomento de políticas direcionadas. Outro diferencial, correlato a este primeiro, era o fato dos dados coletados partirem diretamente das vítimas e não de notícias de jornal, o que permitiu que dinâmicas variadas de discriminação e agressão relacionadas à homofobia fossem vislumbradas, para além dos assassinatos veiculados nos jornais.

A PP foi considerada de vanguarda, à época, principalmente se for analisado o perfil do governador Garotinho, fortemente unido com setores conservadores da sociedade fluminense, seguindo a orientação fundamentalista, pautada pela ortodoxia religiosa. Os dogmas religiosos passaram a balizar as ações e a agenda política de seu governo, ecoando pelas estruturas e engrenagens burocráticas governamentais, tendo como consequência um ambiente hostil para uma PP voltada aos LGBTQI, pondo fim ao DDH, com a exoneração do secretário Soares em março de 2000.

Somente o governo Lula (2004) criou o programa Brasil Sem Homofobia (BSH), tendo como objetivos centrais educar e transformar o comportamento dos gestores públicos quanto à homofobia vigente. Buscava-se a atitude de não se aceitar ato discriminatório algum ao se adotar “não à violência”. A expectativa era que a articulação interministerial-movimento homossexual prosperasse e avançasse na implementação de novos parâmetros para definição de PPs, que visasse o combate às discriminações sofridas por milhões de brasileiros.

A partir daí, surgiu o Programa Estadual RSH no Governo Cabral (2007-2010), que diferentemente do DDH, se instalou na Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos, tendo como secretária a Deputada Federal Benedita da Silva, que convidou Claudio Nascimento Silva a coordenar o referido programa, estando à sua frente de 2007-2017.

Avanços nas políticas LGBTQI no RJ

O Movimento LGBT emergiu em 1970, combateu a violência e fortaleceu a luta contra a AIDS. A partir da década de 80, parlamentares progressistas, celebridades do mundo artístico e a academia, dentre outros, demonstraram solidariedade a este grupo. Segundo a Constituição Federal (1988):

Em seu Art. 1º, Inciso III, possui como regra maior, o respeito à dignidade humana; e em seu Artigo 3º apresenta em seu Inciso IV, como um de seus objetivos fundamentais: promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. Já em seu Artigo 5º dispõe que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo em seu Inciso I que homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Contudo, enquanto houver segmento que for alvo da exclusão, como as pessoas LGBTQI, que, culturalmente, ainda são vistas como desviantes, não se viverá em um Estado Democrático de Direito, pois a rejeição à existência deste público nega um dos objetivos fundamentais da Carta Magna, em seu artigo 3º, Inciso IV supracitado.

Destaca-se a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT), criada em 31/01/1995, como resistência aos processos excludentes, com o objetivo e a missão de “promover ações que garantam a cidadania e os direitos humanos de LGBTQI, contribuindo para a construção de uma sociedade democrática, na qual pessoa alguma seja submetida a quaisquer formas de discriminação, coerção e violência, em razão de suas orientações sexuais e identidades de gênero.” A ABGLT é o maior organismo do gênero na América Latina.

Destarte, a autora Facchini (2009) contribuiu no sentido de elucidar sobre as nomenclaturas existentes até chegar à atual sigla LGBTQI, que dá maior visibilidade à diversidade sexual.

Usa-se, aqui, a sigla LGBTQI, em consonância ao título do ST 30: Histórias, Memórias e Narrações das Mobilizações Político-Culturais e Movimentos Sociais LGBTQI do IX CINABEH.

Outro fato importante foi a despatologização pela OMS da homossexualidade em 17/05/1990, sendo excluída da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID), da Organização Social de Saúde (OMS). Comemora-se nesta data, a Semana Internacional da Luta contra a Homofobia.

No Brasil, a despatologização foi dada pelos Conselhos Federais de Medicina em 1985 e de Psicologia (CFP), em 1999. Durante a comemoração da data em 17/05/2018, o CFP relançou o site sobre Despatologização das Identidades Trans, projeto integrante de campanha, iniciativa da Comissão de Direitos Humanos do CFP contra a patologização das transexualidades, outro avanço.

Lembra-se ainda que Cotta (2016) apresentou propostas para a área de educação no ERJ, que incluíam as temáticas de diversidade sexual, orientação sexual, identidade de gênero e novos arranjos familiares nos currículos dos cursos de formação de professores do sistema estadual de ensino. A Secretaria de Educação (SEEDUC) criou uma portaria, reconhecendo a identidade de gênero de travestis e transexuais pelas instituições de ensino, com uso do nome social, permissão do uso do banheiro feminino/masculino e do uniforme feminino/masculino.

Quanto à violência, no dia 01/06/2009, o Governo do ERJ implantou o campo “homofobia” nos sistemas da SESEG, como uma das possibilidades do motivo presumido de crimes nos registros de ocorrência (RO) nas Delegacias da Polícia Civil. Segundo informações divulgadas pelo próprio programa, tal medida auxilia no mapeamento da violência contra LGBT no ERJ; além de detalhar as especificidades dos crimes, como perfil das vítimas, autores suspeitos, incidência geográfica, dentre outros (RJ/CEDPLGBT, 2012:46).

Uma vitória comemorada foi o reconhecimento da união estável entre casais do mesmo sexo, que passaram a ter os mesmos direitos e deveres das famílias formadas por heterossexuais, dada pelo Supremo Tribunal Federal (STF, 05/05/2011), que aprovou a união homoafetiva, por unanimidade (10x0).

As ações pediam que a união estável homoafetiva fosse reconhecida juridicamente e que esta relação pudesse ser considerada como entidade familiar. Com o resultado, os casais homossexuais passaram a ter direitos, como herança, inscrição do parceiro na Previdência Social e em planos de saúde, impenhorabilidade da residência do casal, pensão alimentícia e divisão de bens em caso de separação e autorização de cirurgia de risco.

A Resolução nº 395/2011 autorizou visitas íntimas entre pessoas do mesmo sexo nas penitenciárias, sendo as parcerias: SEAP e SEASDH para a hormonioterapia para presos; SEASDH e HUPE/UERJ para diabetes e transexualização, dentre outras.

Em 12/03/2015, o Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos LGBT publicou uma resolução no D.O.U, que determinava regras para o registro e convivência em escolas de todos os níveis e modalidades de ensino, vetando a discriminação. Também em 15/07/2015, o Governo do RJ fez uma revisão da Lei 3406/2000, que penalizava estabelecimentos privados e agentes públicos que discriminassem pessoas em razão de sua orientação sexual e/ou identidade de gênero.

O Decreto nº 46.172/2017 instituiu a “Carteira de Identidade Social”, expedida pelo DETRAN-RJ, para identificar pessoas travestis e transexuais que desejarem usar o “Nome Social” no âmbito do RJ. Estabelece ainda que a não utilização do nome social pela administração pública direta deverá ser encaminhada para a Comissão Processante criada pela resolução de número 310 da SEASDH, de 29/12/2010, em razão da lei de 2000.

Desafios para as pessoas LGBTQI no RJ

Segundo Teixeira (2017) há insuficiência de Centros de Referência e Corpo Técnico de apoio e atendimento às pessoas LGBTQI no RJ, que possui 92 municípios, distribuídos da seguinte forma: **Rio de Janeiro** atende a 67 municípios; **Nova Friburgo**: 12 municípios; **Duque de Caxias**: 13 municípios e **Niterói**: 04 municípios.

Outros desafios detectados foram: falta de regulamentação, falta de implementação de leis; resistência de gestores locais, ocasionada pelo conservadorismo religioso; violência contra os/as LGBTQI em locais de escola e trabalho, em especial com a população trans; exclusão dos grupos populacionais estigmatizados do acesso aos serviços sociais e, conseqüentemente, os direitos de cidadania; dentre outros.

No que se refere à área da saúde, os travestis e transexuais são os que mais sofrem, seja pelo não uso do nome social em prontuários médicos, seja pelos obstáculos enfrentados para ingressarem no processo transexualizador, oferecido gratuitamente pelo HUPE/UERJ. A Secretaria de Estado de Saúde (SES) divulga que tem desenvolvido esforços para resgatar a cidadania de LGBTQI, assegurando o acesso dessa comunidade à rede pública de saúde do RJ, com o objetivo de compreendê-la em suas particularidades/especificidades, com especial atenção às suas demandas.

Algumas Considerações

Embora o RJ seja o segundo Estado em denúncias em relação a toda sorte de violências e homicídios no Brasil, sofridas pelo grupo LGBTQI, tendo recebido 181 notificações em 2017, aumentando estas delações em 30%, entre os anos de 2016-2017, segundo o DAPP/FGV-RJ (2018), mesmo assim, o órgão que garantia a cidadania e os direitos humanos desta gente foi extinto a partir da entrada de um pastor evangélico em 2017 na SEASDH, culminando com a saída de Claudio Nascimento Silva, que esteve em constante sintonia com as reivindicações do Movimento LGBTQI estadual.

Referências

ABGLT. Disponível em www.abgl.org Acesso em 06/01/2019.

AGUIÃO, S. Fazer-se no “Estado”: uma etnografia sobre o processo de constituição dos “LGBT” como sujeitos de direitos no Brasil contemporâneo. **Dissertação de Mestrado** Campinas, SP: UNICAMP, 2014.

BRASIL. **Despatologização da Transfobia**. Brasília, DF: CFP. Disponível em www.cfp.org.br Acesso em 06/01/2019.

_____. **Reconhecimento da união homoafetiva**. Brasília, DF: STF, 05/05/2011.

_____. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação**. Decreto nº 5.397/2005. Brasília, DF: PR/SEDH, 2005.

_____. **Brasil Sem Homofobia**. Brasília, DF: PR/SEDH, 2004.

_____. **Conselho Nacional de Combate à Discriminação**. Decreto nº 3.952/01. Brasília, DF: MJ, 2001.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 05/10/1988.

Claudio Nascimento da Silva. Disponível em <https://www.linkedin.com/in/cl%C3%A1udio-nascimento-silva-255b1b146> Acesso em 06/01/2019.

COTTA, D. de S. Conquistas, Impasses e Desafios da Cidadania LGBT no RJ. **Dissertação de Mestrado**. Niterói, RJ: UFF, 2016.

FACCHINI, R. **Entre Compassos e Descompassos: um Olhar para o Campo e a Arena do Movimento LGBT Brasileiro**. Bagoas, nº 4, 2009.

IX CINABEH. **Congresso Internacional da Associação Brasileira de Estudos Homoafetivos**. Disponível em <http://congressoabeh.com.br/> Acesso em 06/01/2019.

O GLOBO. **Política de Estado**. Rio de Janeiro: O GLOBO, 01/06/2009.

RAMOS, S.; PEREIRA JR., A. Disque Defesa Homossexual (DDH): **Primeiro relatório**. Rio de Janeiro: SESEG, 1999. Disponível em <https://www.ucamcesec.com.br/textodownload/disque-defesa-homossexual-ddh-primeiro-relatorio/> Acesso em 06/01/2019.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 46.172**. Rio de Janeiro: Governo do ERJ, 22/11/2017.

_____. **Lei nº 7.041**. Rio de Janeiro: Governo do ERJ, 15/07/2015.

_____. Conselho Estadual dos Direitos da População LGBT do RJ.

Revista Rio Sem Homofobia. Ano 1, nº 1, 2012. Rio de Janeiro: SEASDH, 2012.

_____. **Resolução SEAP 395**. Rio de Janeiro: SEAP, 21/03/2011.

_____. **Decreto nº 41.789**. Rio de Janeiro: Governo do ERJ, 18/05/2009.

_____. **Decreto nº 40.822**. Rio de Janeiro: Governo do ERJ, 28/06/2007.

RSH. Disponível em www.comunicaquemuda/riosemhomofobia.com.br Acesso em 25/11/2018.

TEIXEIRA, K. C. da S. PPs para a População LGBT no ERJ: a Experiência dos Centros de Referência da Cidadania LGBT. **Revista de Políticas Públicas e Segurança Social América do Sul**. Journal of Public Policy and Social Security. neppps.com V.1, nº1, 2017.1.

VIOLÊNCIA LGBT. Disponível em www.fgv.br/dapp Acesso em 24/11/2018.

BORBOLETA PROFESSORA: A POESIA DE TÂNIA LIMA COMO REPRESENTAÇÃO SOCIAL DO BRASIL

Karima Bezerra de Almeida¹

Resumo: O livro Berimbau de Lata reúne poemas encharcados de elementos simbólicos das culturas de origem indígena e africana que representam o Brasil. É uma poesia adornada com ritmos que fala de batuques, e que nos faz refletir sobre a injustiça ambiental e social, nossas origens e a relevância do que é tido como irrelevante. Este trabalho pretende celebrar a poesia de Tânia Lima como expressão artística de representação política e social. Especificamente, busco expor as traduções para a língua inglesa que proponho dos poemas do livro Berimbau de Lata. A área de estudos da tradução tem avançado bastante no que diz respeito a seu papel social no mundo. Durante séculos, a tradução tem transportado a literatura brasileira para outros países, mas precisamos dar vez às vozes femininas, de eco-mulheres, de “filhas de índias e Zumbis”. As traduções aqui propostas foram apresentadas no evento The art of Translation: Poetics, Politics, Practice, uma jornada de palestras sobre tradução que reuniu o público de cinco universidades em Massachusetts, nos Estados Unidos, no início de 2018. Foram apresentações na Smith College de mulheres que estudam e praticam tradução, dentre elas, as brasileiras Cláudia de Lima Costa (UFSC) e Sonia Alvarez (UMass) que discorreram sobre tradução e feminismo, e a turca Elif Babül (Mount Holyoke College) sobre tradução e direitos humanos. Este texto pretende dialogar com os ensinamentos provenientes das palestras e dos trabalhos do professor da Smith College, Katwiwa Mule, que se dedica aos estudos da tradução intercalada aos estudos africanos e de mulheres. Este projeto busca contar ao mundo que o Berimbau de Lata é um livro dedicado ao avô José, tocador de trompete, à mulher vestida de mangue, à borboleta professora, ao maracatu.

Palavras-chave: tradução poética, visibilidade feminina, estudos africanos, cultura indígena, consciência social.

¹ Doutoranda em literatura comparada. Ufrn. karimabda@gmail.com

A (RE) PRODUÇÃO DA VIOLÊNCIA ENGENDRADA DE ESCRITORES NEGROS SOBRE OS PERSONAGENS NEGROS

Zionel Santana¹
Terezinha Richartz Santana²

Resumo: Como escrever sem reproduzir os estereótipos do qual o negro esteve sempre associado? Essa é a moldura que o escritor branco não consegue se afastar. Consciente ou inconscientemente, ele reproduz nos papéis e nos atos de fala dos personagens negros em seus textos literários. Os estereótipos não estão ausentes na reprodução literária e na própria história. Na obra de Maria Carolina de Jesus, “Quarto de Despejo: diário de uma favelada” (2005), a escritora re-produz consciente ou inconscientemente a violência estereotipada sobre seus personagens negros e a si mesma. A distinção em seus sentimentos expressos em seus personagens negros se confunde com a sociedade, ora reproduzindo suas experiências sociais em relação ao negro, o que parece que tal reprodução ser um copia fiel do coletivo, mas em outra ótica, o escritor poderá está empenhado os seus sentimentos e experiências com uma prática socialmente consolidada.

Palavras-chave: Violência, Estereótipos, Personagens, Escritores, Negros.

1 Universidade Vale do Rio Verde.
E-mail: zionel@unincor.edu.br;

2 Faculdade Cenequista de Varginha.
E-mail: terezinha@unincor.edu.br

Introdução

A obra de Carolina Maria de Jesus vem ao longo de anos, por diversos críticos literários, ensaístas e comentaristas abordando o seu teor literário e político-social. O texto aqui, não tem a pretensão de repetir e muito menos concorrer com as diversas abordagens nesta linha. E também, não tem a pretensão de ser uma nova crítica literária. O texto lança à luz sobre outra perspectiva, uma possível aproximação da filosofia e a literatura brasileira, em especial escritores negrxs.

O empreendimento deste trabalho é uma leitura a partir de conceitos filosóficos, no primeiro momento sobre a escritora negra. Os conceitos filosóficos servem como ferramentas de uma leitura crítica sobre os textos literários de escritores negrxs e os personagens presentes em textos onde o negrx assume diversas representações do imaginário sociocultural. O estado da questão é uma possível aproximação dos personagens negros e a performance de seus papéis na literatura brasileira. O que se coloca sobre suspeita é o limite da reprodução dos estereótipos dos negros na literatura ou a impossibilidade do distanciamento da imagem constituída socialmente pelos escritores brancos sobre o negro, **“Emancipação, violência e Literatura.** A obra de Carolina Maria de Jesus, “Quarto de despejo: um diário de uma favelada.” Este texto aborda a emancipação silenciosa e invisível de Carolina de Maria de Jesus e ao mesmo tempo uma violência velada. O domínio da linguagem e dos atos de fala, presentes na construção de um discurso, transparece em Jesus o uso de uma razão emancipada. Jesus reconstrói sua realidade mesmo que usando da poesia para criticá-la em um ambiente hostil. Assim, a emancipação passa obrigatoriamente pela utilização da razão na construção histórica da liberdade. A tese é que o esclarecimento implicaria sempre em um nexos essencial entre a liberdade humana e a história.

A emancipação do sujeito

A obra de Carolina Maria de Jesus, “Quarto de despejo: um diário de uma favelada,” a análise de uma escritora negra, este texto aborda a emancipação silenciosa e invisível de Carolina de Maria de Jesus a partir dos pressupostos da emancipação do sujeito na ótica da filosofia habermasiana

[...] Deixei o leito para escrever. Enquanto escrevo vou pensando que residio num castelo cor de ouro que reluz na luz do sol. Que as janelas são de prata e as luzes brilhantes. Que a minha vista circula no jardim e eu contemplo as flores de todas as qualidades. (...) É preciso criar este ambiente de fantasia, para esquecer que estou na favela. (JESUS, 2005, p. 52).

O domínio da linguagem e dos atos de fala, presentes na construção de um discurso, transparece em Jesus o uso de uma razão emancipada. Jesus reconstrói sua realidade mesmo que usando da poesia para criticá-la, “... é preciso criar este ambiente.” Assim, a emancipação passa obrigatoriamente pela

utilização da razão na construção histórica da liberdade. A tese é que o esclarecimento implicaria sempre em um nexos essencial entre a liberdade humana e a história.

“... Eu percebo que se este Diário for publicado vai maguar muita gente. Tem pessoa que quando me vê passa saem da janela ou fecham as portas. Esses gesto não me ofendem”. (JESUS, 2005, p. 69). Bem como um nexos entre a tradição e a emancipação, o que remete à crítica a certas tradições e à necessidade da liberdade do complexo homem na sua constituição histórica. Na obra “O quarto de despejo: diário de uma favelada” (1960), Carolina Maria de Jesus, mulher, negra, pobre, catadora de papel, ferro e moradora da favela Canindé em São Paulo, às margens do rio Tietê aborda em seu texto a marginalização e a violência da mulher, do negro e dos pobres em um contraste com a modernização da década de 60 no Brasil. Relata em seu diário a vida dos moradores da favela. Ao mesmo tempo é protagonista da sua emancipação, para a sociedade burguesa é silenciosa e na favela, é invisível aos olhos de todos. Para o movimento da ilustração a emancipação se configura pela autonomia da razão. Uma das manifestações da razão está na elaboração de um discurso que é capaz de pensar sobre si mesmo dentro de um contexto histórico- crítico. Um discurso de reconstrução de uma razão deformada. Carolina Maria de Jesus não só relata às histórias do cotidiano - mas ao mesmo tempo a reconstrói criticamente. “... Os políticos sabem que eu sou poetisa. E que o poeta enfrenta a morte quando vê o seu povo oprimido”. (JESUS, 2005, p. 35).

Apresenta-nos a pobreza, a fome, a violência e o descaso com o ser humano, em momentos que oscilam entre a leveza da poesia e a crítica consciente da estrutura social e política da sociedade da sua época.

“Nega ordinária! Você não é advogada, não é repórter e se mete em tudo!” (JESUS, 2005, p. 140).

O quarto de despejo demonstra uma sensibilidade para tecer a narrativa de modo que evidencia os estereótipos negativos atribuídos ao negro, e, em especial com relação à mulher negra, pois estes são resquícios de toda ideologia preconceituosa propagada por meio da literatura e da sociedade, de forma velada ou explícita, tanto no passado quanto na contemporaneidade.

“Eu escrevo porque preciso mostrar aos políticos as péssimas qualidades de vocês.” (JESUS, 2005, p. 151). “Os visinhos de alvenaria ficaram comentado que os intelectuais dão preferência aos favelados.” (JESUS, 2005, p. 166).

A escrita de uma mulher negra, em geral, desafia e evidencia os laços históricos que amarram as relações e práticas sociais no Brasil. A obra de Maria Carolina de Jesus, promove uma releitura de nossa própria história como afrodescendentes á medida em que mostra a sua trajetória protagonista, mulher negra, em busca da reconstituição da sua dignidade, memória e identidade contada a partir de seu diário. Os fatos corriqueiros presente em sua obra, resultando em um olhar sobre a história, que é rememorada no presente: um olhar que constrói os processos de formação identitária vivenciados por uma mulher negra.

A trajetória nos remete a todas suas experiências sentimentais, seus afetos e desafetos e seu relacionamento com seus amores, filhos e amigos. Discute também a questão da sua identidade, “... já os pretos não tivemos um profeta para orar por nós.” (JESUS, 2005, p. 108). Visto que esta converge em direção à herança identitária de ser negra.

Fico pensando: os nortes-americanos são considerados os mais civilizados do mundo ainda não convenceram que preterir o preto é o mesmo que preterir o sol. O homem não pode lutar com os produtos da Natureza.

Deus criou todas as raças na mesma época. Se criasse os negros depois dos brancos, aí os brancos podia revoltar-se. (JESUS, 2005, p. 108).

Retorno a ideia primária do texto, aproximar a obra de Maria Carolina de Jesus no tocante à ideia de emancipação e violência. Qual seria a possibilidade de encontrar elementos que transcendesse uma análise somente no aspecto literário?

O conceito de emancipação hegeliana se apresenta em uma dialética da alteridade do reconhecimento no outro, o que nos ressalta o princípio da igualdade. A igualdade passa a constituir nas relações dos indivíduos na sociedade moderna, presente nas manifestações políticas, sociais e culturais, espalhadas pela Europa. De outro modo, a emancipação marxista se apresenta no olhar de Habermas como uma crítica a economia política e aos interesses do capital e dos indivíduos. O modelo adotado de economia política ressalta a perspectiva das diferenças entre os indivíduos, na abordagem da sociedade dividida em classes sociais divergentes, reforçando a ideia de dominação e exclusão. A ideia de emancipação habermasiana apresenta-se como uma terceira via, entre Hegel e Marx, da alteridade e dos interesses egoístas para a ideia de comunicação, isto é, a linguagem e sua estrutura. Assim, a ideia de linguagem passa a ser a mediação emancipatória. Portanto, uma forma de vida libertadora para uma sociedade livre de dominações.

Encontra-se o elemento central da preleção -, a emancipação não se dá somente do indivíduo, mas de toda humanidade. Na obra de Maria Carolina de Jesus, a emancipação se apresenta de forma controversa. A ideia de emancipação em Habermas compreende-se como um todo, e não somente o indivíduo que se emancipa, mas todos. Isto é, não é o indivíduo, e sim o grupo. Maria Carolina de Jesus ressalta a situação que vive na sociedade neste período ao chamar atenção que ela, “... já os pretos não tivemos um profeta para orar por nós.” (JESUS, 2005, p. 108).

Os elementos abolicionistas inspirados nas ideias do esclarecimento, da igualdade em Hegel, da crítica à estrutura econômico-política do modelo de trabalho escravocrata. O reconhecimento da dignidade humana, e principalmente a liberdade presente nos movimentos de independência espalhava-se como pólvora no novo mundo.

O que nos parece que Maria Carolina de Jesus em sua obra não manifesta esses conceitos emancipatórios do seu século. Há momentos da narrativa que se expressava com características, crítica e em momentos idealistas e românticas, comum ao momento histórico em que a obra está contextualizada.

Por exemplo: “Se você me por no jornal eu te quebro toda, vagabunda! Esta nega precisa sair daqui da favela.” (JESUS, 2005, p. 153).

A violência estereotipada se apresenta na dificuldade da escritora distinguir os seus sentimentos expressos diferentes de seus personagens, como negros e os estereótipos sociais. Desta forma, tais experiências sociais em relação ao negro aparecem como uma reprodução de uma copia fiel do coletivo. Portanto, a escritora poderá estar empenhada os seus sentimentos e experiências com uma prática socialmente consolidada. Mas a partir de uma teoria crítica podemos encontrar elementos que evidencie essas contradições, da solidificação de estereótipos ao grau de preconceitos ou uma alienação de tensões sociais.

O que parece ser um ajuntamento de uma imagem favorável sobre a desfavorável o que pode nos conduzir a uma reflexão ideológica. O elogio ao negro nem sempre é um elogio, pode vir disfarçado de preconceito que no fundo são estereótipos preconceituosos.

“Dizem que falo muito bem. Que sei atrair os homens (...)” [...] (JESUS, 2005, p. 19). É comum encontrar elogios ao negro, às vezes pela sua força física em detrimento a baixa capacidade intelectual, por outro lado para a exaltação sexual do negro frente a sua moralidade duvidosa. “Nega suja. Ordinária. Vagabunda. Lixeira.” (JESUS, 2005, p. 88), o arquétipo de beleza é platônica, e essencialmente européia. Um país no seu processo de colonização, a miscigenação não é o ideal que se esperava como inspiração para os poetas. A miscigenação avançava no Brasil, o jeito é substituir esse ideal de beleza, e negar à miscigenação, e mais ainda, tentam esconder o negro como ideal de beleza. É aí que aparece os elogios disfarçados de estereótipos preconceituosos.

A mulher negra está em oposição ao ideal de beleza da mulher branca. Encontramos com mais frequência a descrição alegórica do negro a referência aos traços não delicados em referência ao ideal de beleza branca. E mais ainda, associado ao cheiro sedutor oposto a sujeira e o cheiro fétido. Sutilmente, reprova a beleza da mulher negra africana, reforçando o estereótipo negativo, além de associar a forma de vestir e mais ainda, não é um objeto de desejo e inspiração poética. A literatura reforça os estereótipos negativos constituído socialmente. “Ele foi e voltou com os meninos. Um era mulato claro. Um rosto feio. Um narigão. O outro era branco bonito.” (JESUS, 2005, p. 78).

A questão perseguida neste texto é até que ponto o escritor negro introjeta o modelo branco de reproduzir os estereótipos preconceituosos em seus personagens? No texto de Jesus não é diferente a manifestação do engendramento dos estereótipos e os preconceitos socialmente construídos. Na passagem, “Está escrevendo, nega fídida!” (p. 24) e “-Nega ordinária!” Você não é advogada, não é repórter e se mete em tudo!” (JESUS, 2005, p. 140).

O negro como ruim, sujo e perigoso, selvagem. Notamos aqui que não há uma diferenciação do modo do escritor branco ao reproduzir os estereótipos preconceituosos.

Portanto, é a estereotipação preconceituosa dos escritores bancos na constituição de seus personagens e as suas representações arquetípicas psicossociais. Nos atos de fala dos personagens e a narrativa da escritora permanece inalterado os estenótipos, reproduzindo no arquétipo coletivo.

Os estereótipos não estão ausentes na reprodução literária. Os escritores ressaltam a degradação moral do negro à luz dos valores da nobreza européia e evidenciam a sensualidade da mulher negra como se fosse um elogio, são elementos literários que podemos encontrar em demasia.

“Este vai ser um negro, sim senhor!

É que na África os negros são classificados assim:

- Negro tu

-Negro turututú.

É negro sim senhor!

Negro tu é o negro mais ou menos. Negro turututú é o que não vale nada. E o negro Sim Senhor é da alta sociedade.” (JESUS, 2005, p. 46).

A constituição do estereótipo de um negro ruim e um negro bom. O negro bom é uma associação a submissão que recupera a servidão. O negro ruim está associado à rebelião, a insubordinação. Por exemplo, preto, mas nobre tal expressão demonstra a passagem do estereótipo para o preconceito.

Conclusão

A violência se apresenta no texto da autora de forma explícita nos relatos diários sobre a fome. Seu diário nos retrata a luta para vencê-la todos os dias. Mas, o empreendimento deste texto é evidenciar a violência engendrada na narrativa da sua história como reprodução dos estereótipos e a sua manifestação dos estereótipos ao grau de preconceitos constituídos coletivamente, ao negro, a mulher e pobre.

A violência sobre Maria Carolina de Jesus a exclui primeiro da sociedade e mais ainda, sobre a sua comunidade do Canindé. Daí, a defesa deste texto que a violência é velada, além do ambiente hostil em que ela vive em suas idas e vidas da favela à cidade. A manifestação preconceituosa não se altera, “No sexto andar o senhor que penetrou no elevador olhou-me com repugnância. Já estou familiarizada com estes olhares. Não entristeço.” (JESUS, 2005, p. 98). Portanto, na suas narrativas a violência se reproduz na escritora e nos altos de fala. A hipótese de trabalho era contrapor a emancipação e a violência.

Jesus não percebe esta justaposição da violência engendrada que seria possível pela emancipação. Há momentos em seu texto que ela manifesta a consciência da violência, mas como fuga ou a sua negação da sua condição de mulher negra e pobre. “A minha, até aqui, tem sido preta. Preta é a minha pele. Preto é o lugar onde eu moro.” (JESUS, 2005, p. 147). Por isso que, mas suas narrativas que se manifesta ora há graus de consciência que se altera com os momentos idealizantes de fuga da própria história. A emancipação se dar a partir da perspectiva da sua individualidade sem ainda uma emancipação da sua categoria de mulheres e negra.

Referências

AMINHA, Adolfo. **Bom crioulo**. Rio de Janeiro: Hedra, 2009.

HABERMAS, Jürgen. **Discurso filosófico da modernidade**. Tradução Luiz Sérgio Repa e Rodnei Nascimento. São Paulo :Martins Fontes, 2000.

_____. **Consciência moral e agir comunicativo**. Tradução Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

JESUS, Carolina Maria de. **Quarto de despejo: diário de uma favelada**. 8. Ed. São Paulo: Ática, 2005.

AS REPRESENTAÇÕES DAS PROFISSÕES NO LIVRO DIDÁTICO: VISIBILIDADE E APAGAMENTO FEMININO NOS ESPAÇOS PRIVADO E PÚBLICO¹

Maria Regina de Lima Gonçalves Oliveira²
Arioaldo Lopes Pereira³

Resumo: Este artigo objetiva analisar a visibilidade e o apagamento das mulheres na temática “profissões”, do livro didático de Língua Portuguesa do 1º Ano do Ensino Fundamental. Para tanto, buscamos fundamentos nos estudos de gênero (LOURO, 2014) e livros didáticos (MUNAKATA, 2003; PEREIRA, 2014) e na Análise de Discurso Crítica (FAIRCLOUGH, 2001). Quanto à metodologia, alinhamos este trabalho à perspectiva documental (LÜDKE; ANDRÉ, 1986), pois nos interessa, a partir de uma orientação qualitativa de pesquisa, compreender como e em que situações os conteúdos verbais e/ou imagéticos representam ou fazem alusão à mulher. Vislumbramos com a pesquisa: o privilégio de um grupo sobre outro; a concepção de dois mundos distintos: o público e o privado e a reverberação de estereótipos de gênero.

Palavras-chave: Profissões, Público e privado, Mulher, Livro didático.

1 Este artigo é um recorte de nossa dissertação de mestrado, cujo título é “A (in)visibilidade da mulher em livros didáticos na perspectiva dos estudos de gênero, discurso e ideologia”. Para participação no IX CINABEH, contamos com o apoio financeiro da UEG (Universidade Estadual de Goiás), por meio do Programa de Auxílio Eventos (Pró-Eventos).

2 Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar de Educação, Linguagem e Tecnologias da UEG.
E-mail: mariareginalima91@hotmail.com;

3 Professor do Programa Interdisciplinar de Educação, Linguagem e Tecnologias da UEG.
E-mail: anylopes_br@yahoo.com

Introdução

Este artigo tem como objetivo principal analisar a visibilidade e o apagamento das mulheres na temática “profissões”, do livro didático de Língua Portuguesa do 1º Ano do Ensino Fundamental. Para tanto, restringimos a análise a duas unidades da coleção “Eu gosto”, distribuída pelo PNLD – Programa Nacional do Livro e do Material Didático⁴ – na cidade de Crixás-GO.

A discussão aqui apresentada surgiu da preocupação de entender as relações estabelecidas entre a categoria mulher e os espaços público e privado, bem como desvelar discursos que estereotipam e, conseqüentemente, reduzem o campo de atuação feminino. Outro aspecto relevante, diz respeito ao livro didático (LD), pois, como sabemos, ele é um importante componente curricular e, devido a isso, ele tem sido – conforme pesquisas desenvolvidas no âmbito acadêmico (PEREIRA, 2007, 2014; FERREIRA, 2014) – o aporte mais utilizado na mediação pedagógica.

Diante disso, analisar e problematizar as questões que estão implícitas aos conteúdos presentes nesses livros tornam-se pertinentes para se pensar as disparidades sociais aí veladas, haja vista que esse recurso pode colaborar para a sua naturalização e (re)produção. Além disso, por um tempo os livros didáticos de Língua Portuguesa prezavam, quase exclusivamente, pela linguagem verbal escrita. Logo, os assuntos neles contidos estavam mais voltados aos aspectos gramaticais, tendo, dessa forma, pouca ou nenhuma imagem. Entretanto, com o advento de pesquisas nos diversos campos da linguagem, presenciamos uma mudança nesses materiais. Atualmente, a escrita e a imagem estão sendo usadas em conjunto para a produção de sentidos.

Apesar desses avanços, vemos ainda a presença de discursos estereotipados, que silenciam e invisibilizam aspectos que podem estar inerentes as/aos alunas/os, a saber, as relações de gênero. Sendo assim, os principais questionamentos levantados em relação às unidades analisadas são: as mulheres são representadas nos espaços públicos? De que forma elas são representadas? Há uma divisão de gênero nos campos público e privado? Enfim, como as mulheres são representadas no âmbito profissional?

Para fins de direcionamento teórico, alinhamos nosso artigo aos pressupostos do feminismo pós-estruturalista⁵, pois a partir desse viés é possível problematizar as questões de gênero com base na centralidade da linguagem. Em outras palavras, essa abordagem nos permite entender gênero como um “construto sociocultural e linguístico, produto e efeito das relações de poder” e, com base nisso, o conceito “passa a englobar todas as formas de construção social, cultural e linguística implicadas com os processos que diferenciam mulheres de homens” (MEYER, 2013 p. 18).

4 Essa nova nomenclatura se deve ao fato do Decreto nº 9.099 de 18/07/2017 unificar a aquisição e a distribuição de livros didáticos e literários, os quais anteriormente eram de responsabilidade de dois programas distintos, a saber, Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) (BRASIL, 2017).

5 É importante lembrar que o feminismo pós-estruturalista a que nos reportamos se fundamenta, sobretudo, nas teorizações de Scott no que se refere à interseccionalidade de gênero, isto é, ao reconhecimento de outros marcadores sociais que perpassam as questões de gênero, como a classe, raça, sexualidade, etnia etc.

Ante às breves considerações iniciais, faz-se importante situar que nosso aporte teórico centra-se principalmente nas discussões de Louro (2014), Butler (2016), Lakoff (1973), Scott (1994, 1999), Miguel e Biroli (2014), Fairclough (2001), Ferreira (2014) e Munakata (2003, 2016). Quanto à organização, dividimos o trabalho em seções, nas quais pretendemos discutir a sequência: gênero na perspectiva pós-estruturalista e a construção da feminilidade; representação feminina: entre o público e o privado; a razão de ser do livro didático: mercadoria cultural e/ou recurso pedagógico?; metodologia; desvelando os ditos e os não-ditos do discurso: análise de dados.

Gênero na perspectiva pós-estruturalista e a construção da feminilidade

Pensar o conceito de gênero com base na ótica feminista pós-estruturalista é percebê-lo, como posto acima, assim como a sexualidade, como um constructo social e cultural, não pertencente à relação compulsória sexo/gênero (BUTLER, 2016; LOURO, 2014). Uma vez refutada, cabe dizer que essa relação é regida pela ideia de polaridade e hierarquização, já que são nomeadas características opostas a cada polo, o qual, em decorrência disso, se torna intransponível. Em outras palavras, a perspectiva binária⁶ nega a existência de minorias dentro de minorias – como o fato de existirem mulheres negras, pobres e lésbicas⁷, por exemplo – assim como omite a dominação de um polo em detrimento da submissão de outro.

Dessa forma, seguimos as esteiras de Scott (1990, 1994) e Butler (2016), ao rejeitarmos a imposição social que naturaliza as dimensões sociais, como sexo e gênero, haja vista que essas categorias são discursivamente construídas ante os aspectos sociais, culturais e históricos. Nesse sentido, não há uma constituição de gênero/sexualidade precedente à cultura, há, contrariamente, constituições que se ressignificam ao longo da vida, numa relação intrínseca do social com o cultural.

De acordo com Auad (2016), as características que se esperam desses polos são evidentemente opostas e expressam exatamente aquilo que se entende por adequado de um comportamento feminino *hétero* e de um comportamento masculino também *hétero*. Para ela, “o feminino é associado, na maioria das vezes, à fragilidade, à passividade, à meiguice e ao cuidado. Ao masculino correspondem atributos como a agressividade, o espírito empreendedor, a força e a coragem” (p. 22).

Diante desse quadro, o feminino e o masculino são categorias discursivamente constituídas e reiteradas dia após dia por instituições como família, igreja, escola, mídia etc. (MAGALHÃES, 2008). São moldados, assim, seres opostos, que não devem se coincidir em nenhum grau. Entretanto, sabemos que, por vezes, essa construção vacila e derrapa, pois há aquelas/es que não se submetem e/ou não se enquadram dentro dos padrões normativos estabelecidos (LOURO, 2014).

6 O binarismo institui o que se espera de cada um dos polos, sejam eles relacionados a gênero (homem/mulher, cis/trans), sexualidade (heterossexualidade/homossexualidade, hétero/lésbica etc.), raça (branco/preto) etc.

7 Para Miguel e Biroli (2014), numa ótica essencialista de gênero, “a experiência das mulheres em posição de elite – brancas, educadas, burguesas ou pequeno-burguesas, heterossexuais – tende a ser apresentada como a experiência de todas as mulheres” (p.85).

Há, contudo, uma insistência em se designar aos sujeitos seus papéis sociais, e isso se dá, inclusive, pela linguagem, conforme aponta Louro (2014, p. 69):

Dentre os múltiplos espaços e as muitas instâncias onde se pode observar a instituição das distinções e das desigualdades, a linguagem é, seguramente, o campo mais eficaz e persistente – tanto porque ela atravessa e constitui a maioria de nossas práticas, como porque ela nos parece, quase sempre, muito “natural”.

Nessa perspectiva, podemos dizer que a linguagem “não apenas expressa relações, poderes, lugares, ela os institui; ela não apenas veicula, mas produz e pretende fixar diferenças” (LOURO, 2014, p. 69). Assim, vemos na linguagem um importante elemento, capaz não somente de instituir, mas também de naturalizar as desigualdades de gênero.

Além disso, é relevante lembrar, como nos situa Biroli (2014), que “a gramática de dominação é internalizada não apenas pelos homens, mas também pelas mulheres” (p. 119). Em outros termos, as mulheres vivenciam uma internalização da dominação, uma espécie de uso da linguagem por desobediência, já que ela não a pertence ou, nas palavras de Catharine MacKinnon (1993, p. 6-7),

Você aprende que a linguagem não pertence a você, que você não pode usá-la para dizer o que você sabe, que o conhecimento não é o que você aprende a partir da sua própria vida, que a informação não se define a partir da sua experiência [...]. Você desenvolve uma identidade que é agradável e subserviente e imitativa e agressivamente passiva e silenciosa – você aprende, em uma palavra, a feminilidade.

Embora reconheçamos os aspectos mencionados acima quanto à gramática de dominação, Louro (2014, p. 71) acrescenta que

linguagem institui e demarca os lugares dos gêneros não apenas pelo ocultamento do feminino, e sim, também, pelas diferenciadas adjetivações que são atribuídas aos sujeitos, pelo uso (ou não) do diminutivo, pela escolha dos verbos, pelas associações e pelas analogias feitas entre determinadas qualidades, atributos ou comportamentos e os gêneros (do mesmo modo como utiliza esses mecanismos em relação às raças, etnias, classes, sexualidades etc.).

Dessa forma, desde a desigualdade presente na língua/gem àquela presente no mundo do trabalho assalariado, se espera sempre das mulheres um comportamento que seja condizente com o que é reiterado cotidianamente; espera-se sua submissão, seu acatamento e subserviência, ou seja, um comportamento considerado ‘feminino’.

Representação feminina: entre o público e o privado

A desigualdade entre homens e mulheres é, em muitas sociedades, assumida como um traço diferenciador entre os sexos, vista como natural e imutável (MIGUEL, 2014). O gênero e a sexualidade são tidos como elementos dados no nascimento e as vivências feministas/lésbicas/gays etc. são entendidas como incoerentes e desviadas. Nesse sentido, o feminismo pós-estruturalista luta exatamente para desnaturalizar essa desigualdade e, conseqüentemente, para evidenciar a opressão e as assimetrias sociais imputadas às mulheres.

Dentre o rol de aspectos trazidos à tona pelas teorizações feministas está a reflexão crítica sobre a representação feminina nos espaços públicos, já que por muito tempo seu campo de atuação estava restrito ao espaço privado. Em *Feminismo e política* (2014), Miguel e Biroli apontam que o profissionalismo é visto como oposto à feminilidade, logo, ter um trabalho assalariado é algo não condizente com as características naturais de uma mulher.

Inversamente, entretanto, os cuidados com o lar e as/os filhas/os são vistos como uma função, um destino do qual não há como fugir ou desviar. Em *As belas mentiras* (2005), Deiró nos convida a pensar a diferença inerente aos significados de *trabalho* e *função*, pois em sua pesquisa em livros didáticos a autora observou que quando um homem exercia uma atividade, geralmente assalariada, ela era chamada de *trabalho* e que quando uma mulher exercia uma atividade comumente doméstica, ela era chamada de *função*. Com base nisso, vemos que os principais significados apresentados para trabalho, ainda na atualidade, pelo dicionário *online* podem ser resumidos da seguinte forma: conjunto de atividades que o homem exerce para atingir determinado fim. Já a palavra função é descrita pela maioria como: atividade natural, obrigação a cumprir e papel a desempenhar⁸.

Dessa forma, nos é imposto tanto em livros didáticos – o qual é objeto de pesquisa de Deiró e também deste artigo – quanto na sociedade em geral (família, escola, igreja, Estado, mídia) que uma mulher cuidando de casa e de filhas/os é algo natural que não deve ser questionado ou transformado. Habitualmente, vemos os programas televisivos premiarem participantes homens com “jogo de cozinha” e ligar, automaticamente, para a esposa para contar a “boa nova”, a fim de mostrar algo que a deixará feliz. Há uma associação quase que (não-)intencional/(in)consciente da mulher à casa, aos móveis da casa, ao cuidado com as crianças etc.

Na pesquisa de Deiró (2005), ela ilustra que a grande preocupação da sociedade – veiculada pelos livros didáticos pesquisados por ela – está centrada em manter os padrões hegemônicos e, ao nos reportarmos ao presente, podemos inferir que o mesmo acontece, já que a divisão de tarefas domésticas entre os/as parceiros/as, a ascensão das mulheres ao mundo do trabalho assalariado, os questionamentos feministas acerca dos estereótipos criados em torno da beleza ou fragilidade feminina etc., não são tolerados, nem problematizados; são, contrariamente, naturalizados e, em alguns casos, silenciados, omitidos e considerados como prejudiciais à família.

8 Tais conceitos foram buscados em dicionários online, os quais podem ser acessados por meio de busca simples no site Google

Para Biroli (2014, p. 31), a partir da compreensão de como “se desenhou a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas” será possível “expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, sua naturalidade e sua pretensa adequação para a construção de relações igualitárias”. Trata-se, de acordo com Biroli, ao citar *O contrato sexual*, de Carole Pateman, de “expor a história não contada da construção da esfera pública e dos direitos individuais na modernidade a partir da posição das mulheres”. Isto implica dizer que a história é desenhada pelas mãos de homens e reproduzida por homens, e dessa forma, não temos a noção exata dos acontecimentos a partir da ótica feminina. Elas são personagens secundárias desse desenho ou, nas palavras de Beauvoir (1949), “o segundo sexo”.

Implícito a isso, há aquelas/es que não se “encaixam”/submetem, há aquelas/es que vivem um gênero não coincidente com o sexo, aquelas/es que vivem uma sexualidade desviante e há aquelas/es que vivem uma vida heterossexual, mas com contornos diferentes a respeito dos ambientes públicos e privados etc., há, portanto, sujeitos do feminismo – ou ainda sujeitos dos feminismos – e não apenas um sujeito universal ou mimético (COSTA, 2002). Sobre isso, Spivak (1985), apresenta a expressão “essencialismo estratégico”, a qual simboliza, nos termos da autora, a perspectiva que silencia as pluralidades inerentes a cada categoria e as universaliza, ou, nas palavras de Miguel (2014), “os grupos em posição subalterna, como é o caso das mulheres, tendem a ser reduzidos a uma ‘essência’ simplificadora e estereotipada, que tanto nega a multiplicidade de suas experiências quanto naturaliza os efeitos de dominação” (p. 83).

Diante disso, percebemos a representação feminina – imbricada a outros marcadores sociais – como importante campo para se pensar o movimento feminista e a educação, haja vista que por meio do primeiro podemos problematizar as dimensões que perpassam a categoria mulher, bem como as relações assimétricas resultantes do binarismo e por meio da segunda podemos questionar as imposições e ressignificar as relações de gênero, minimizando as reproduções acríticas sobre o assunto e desnaturalizando os papéis sociais.

Vemos com isso que, imbricado à educação e a escola está, dentre outros, o livro didático, o qual, de acordo com os estudos de Deiró (2005), pode se apresentar condizente com os preceitos adotados na sociedade. Isso significa dizer que ele pode, com seu conteúdo, não somente veicular, mas legitimar os padrões hegemônicos. A partir disso e considerando os estudos da autora sobre livros didáticos, entendemos este material como importante recurso para a construção ou desconstrução das desigualdades de gênero, pois ao passo que o discurso pode produzi-las, ele pode, igualmente, desconstruí-las (FAIRCLOUGH, 2001).

Sendo assim, nos indagamos quanto à razão de ser desse material, uma vez que ele pode tanto reproduzir quanto questionar os preceitos sociais. Ele pode ser tanto um instrumento da/para indústria cultural quanto um recurso pedagógico utilizado a favor da subversão. Com base nisso, discutimos no próximo tópico a razão de ser desse material.

A razão de ser do livro didático: mercadoria cultural e/ou recurso pedagógico?

Desde a *Didáctica magna* (1985) de Comenius já se pensava em um material que atendesse às demandas escolares e fosse, mais do que isso, de uso exclusivo da escola. Não é por acaso que em sua obra, o autor se reporta a esse material – o qual chamamos hoje de livro didático – como único a ser dado às/aos estudantes, como um material que deveria ser ilustrado cuidadosamente para servir de inspiração à sabedoria, à moralidade e à piedade.

Com base nisso, vemos que os livros didáticos possuíam/possuem finalidades que vão além dos aspectos educacionais, pois designam também atingir objetivos atitudinais em seu acesso. Em outros termos, embora a educação escolar seja sua razão primeira de existência, eles são igualmente relacionados aos aspectos sociais, culturais e ideológicos do momento histórico do qual faz parte, dado que sua criação é pensada para atender justamente essa sociedade.

Dessa forma, por meio do livro didático é possível entender/conhecer a cultura escolar, pois, conforme nos situa Munakata (2016), a partir desse material podemos conhecer/entender os aspectos culturais e históricos da educação escolar, haja vista que “sua existência só se justifica na e pela escola” (p. 122). Com isso, podemos dizer que o LD é, desde o momento de sua criação até a avaliação, distribuição e consumo, pensado na e para a educação, feito para atender a um público específico, “o portador dos saberes escolares, um dos componentes explícitos da cultura escolar” (p. 123).

Não se pode refutar, deste modo, a relevância desses materiais, já que desde o momento “em que a escola foi ideada já se pensava também num livro específico para ela e um designativo para esse objeto” (MUNAKATA, 2016 p. 123). Nessa direção, consideramos a escola como um espaço de formação educacional ímpar, que emerge da sociedade na qual está inserida e que, sob um olhar mais próximo, produz/reproduz cultura. Ela é, nesse contexto, uma extensão social que cria e, concomitantemente, reproduz sua própria cultura.

Na sala de aula, o livro didático se torna um importante e, em alguns casos, o único ou o principal recurso didático, podendo ser entendido a partir da ótica discursiva como instrumento que, para além de “seu caráter instrucional, exerce também uma função formadora na constituição dos indivíduos que o acessam” (PEREIRA, 2014, p. 206). Isso implica dizer que não podemos ignorar a vinculação do livro didático à realidade da qual fazemos parte; e que por meio dessa relação, ele desempenha “importante papel no processo de produção e reprodução de práticas sociais” (PEREIRA, 2014, p. 206).

Para Lajolo (1996) é esse recurso que acaba “determinando conteúdos e condicionando estratégias de ensino, marcando, pois, de forma decisiva, o que se ensina e como se ensina o que se ensina” (p. 04). Segundo a autora, ele é o recurso que demarca as fronteiras do fazer docente no que se refere ao processo de ensino e aprendizagem, é ele que direciona a metodologia, propõe conteúdos e a forma que esses conteúdos serão trabalhados. Em outras palavras, trata-se de uma espécie de ‘manual’ a ser seguido, muitas vezes sem nenhuma contestação por parte dos agentes de ensino.

Reconhecemos, assim, a importância do LD enquanto recurso pedagógico, mas não ignoramos o que nos traz Munakata (2003) em seu artigo *Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das ideias à materialidade*, no qual o autor nos adverte que ao analisar um livro didático é fundamental “levar em conta a sua destinação específica, escolar, para fins didáticos” (p. 5). O que nos leva a pensar esse material a partir da ótica mercadológica, dado que um livro que não atenda as demandas educacionais e sociais não será comercializado e tampouco aceito em avaliações, bem como distribuído e consumido⁹. Para o autor, “considerar a materialidade do livro didático é, então, abordá-lo como mercadoria e objeto cultural (para fins escolares), na diversidade de relações que isso implica”. Assim, reconhece-se que “como mercadoria, ele certamente carrega as marcas do ser-para-o-lucro e da indústria cultural” (p. 5).

Longe de ser um objeto neutro e/ou criado com a preocupação de trazer visibilidade às minorias ainda discriminadas pela sociedade, tais como as mulheres, o livro didático é um bem cultural feito na/para a indústria cultural, ele é pensado para ser aceito e vendável, todos os aspectos ideológicos presentes em seu corpo são efeitos do anseio magno de satisfazer o público para o qual se destina: o mercado. Esse material surge para atender às demandas da escola/professoras/es/alunas/os, porém antes de chegar ao público final (as/os agentes de ensino) ele já percorreu os caminhos da avaliação e do aceite das/os avaliadoras/es. Ele é pensando, então, não somente para a escola, mas também, para ser bem avaliado e aceito, para ser, em outros termos, comercializado. Sendo, portanto, concomitantemente, uma mercadoria (MUNAKATA, 2003) e um recurso didático (PEREIRA, 2007; LAJOLO, 1996).

Em síntese, reconhecemos que o livro didático carrega em si “as marcas do ser-para-o-lucro” (MUNAKATA, 2003 p. 5) e que devido a isso, ele é pensado para “ser aprovado”¹⁰ e comercializado, entretanto, em sala de aula, esse material se transforma em recurso didático, uma vez que é usado como principal instrumento direcionador da aula, determinando a sequência e sugerindo as metodologias a serem adotadas a cada conteúdo (LAJOLO, 1996). Sendo assim, portanto, ele se transforma em manual de ensino e base do planejamento escolar e das aulas, configurando-se tanto como mercadoria quanto recurso pedagógico.

Metodologia

Considerando as relações vislumbradas entre linguagem e gênero, intentamos por meio da abordagem qualitativa de pesquisa evidenciar a relação existente entre língua/gem e prática social (FAIRCLOUGH, 2001). Rampazzo (2005, p. 60), adverte que nesse viés de pesquisa “todos os fenômenos

9 Apesar de nosso aporte teórico centrar-se nas teorizações pós-estruturalistas, não podemos ignorar a influência marxista presente nos textos de Munakata (2003, 2016) utilizados aqui, bem como em nossas interpretações. Ressaltamos que estudar a perspectiva feminista pós-estruturalista não nos impõe ignorar as contribuições marxistas ou tampouco esquecer as desigualdades centradas nas classes sociais, mas nos permite, contrariamente, considerar todas as teorizações pertinentes ao tema, trazendo elementos para o debate e reflexão.

10 O Programa Nacional do Livro Didático – PNLD – possui um Guia, o qual deve ser considerado no momento de avaliação. Esse Guia pode ser encontrado na página FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

são igualmente importantes e preciosos: a constância das manifestações e sua ocasionalidade, a frequência e a interrupção, a fala e o silêncio”. Aliado a isso, trazemos à cena, os Estudos Críticos do Discurso – por meio da abordagem teórica de Análise de Discurso Crítica – os quais, nas palavras de Dijk (2015, p. 13), “concentram-se de forma específica nas complexas relações entre a estrutura social e a estrutura discursiva, bem como no modo como as estruturas discursivas podem variar ou ser influenciadas pela estrutura social”.

Como um campo analítico, as pesquisas em/com a ADC, “produzem percepções úteis do papel que o discurso desempenha na reprodução da dominação, e como tal abuso de poder leva à desigualdade social”, outrossim, esses estudos almejam que os grupos dominados também adquiram essa percepção. Com isso, a preocupação se centra no desvelamento dos ditos e não-ditos do discurso, bem como na “apoderação social de grupos dominados” (DIJK, 2015 p. 13).

Além disso, entendemos a Análise de Discurso Crítica – ADC como uma perspectiva multidisciplinar, dado que sob esse viés há uma associação entre texto, contexto e interação entre os sujeitos envolvidos, além disso, essa abordagem possui um “direcionamento sobre as relações entre linguagem, poder, dominação, discriminação e controle” (FREITAS e PINHEIRO, 2013 p. 32).

Pesquisar a representação das mulheres nos espaços públicos e privados do livro didático com base na ADC nos permite descortinar o que está implícito ao texto, seja ele verbal ou imagético, e para, além disso, evidenciar os efeitos desse texto sobre as “relações sociais, ações e interações, conhecimentos, crenças, atitudes, valores, identidades” (VIEIRA; RESENDE, 2016 p. 25). A preocupação aqui está centrada tanto nos aspectos imbricados ao texto quanto em suas consequências e, mais do que isso, nas possíveis desconstruções que podem ser feitas para agir nesse contexto social.

Diante disso, pretendemos seguir a perspectiva documental de pesquisa, pois nos interessa uma abordagem teórica reforçada pela análise do livro didático de Língua Portuguesa do 1º ano do Ensino Fundamental. Para Lüdke e André (1986), análises documentais não são apenas “uma fonte de informação contextualizada”; para além disso, “surgem num determinado contexto e fornecem informações sobre esse mesmo contexto” (p. 39). Entendemos, com isso, que a pesquisa documental em livro didático pode dar subsídio à problematização inicial do trabalho, assim como para as/os autoras/es trazidas/os à cena teórica.

Com as limitações de extensão desse artigo, limitamos a análise a duas unidades da coleção “Eu gosto”, almejamos com isso traçar um diálogo entre o aporte teórico e os discursos veiculados por textos e/ou imagens presentes no material pesquisado. Ressaltamos que a escolha do material ocorreu devido ao uso dessa coleção na cidade de Crixás, local onde conhecemos o livro e, com isso, tivemos a preocupação de desvelar os discursos nele contidos.

Desvelando os ditos e não-ditos do discurso: análise de dados

Para a seleção de conteúdos (discursos verbais e/ou imagéticos) do livro didático, consideramos alguns critérios, seguindo a divisão de áreas proposta por Toscano (2000), a qual nos orienta analisar, principalmente: a “divisão do trabalho, profissões, representação política, desempenho na área do esporte e mitos sobre a fragilidade feminina” (p. 98). Pensando-se nisso, analisamos reflexivamente alguns conteúdos do livro didático seguindo o critério “profissões”, a fim de evidenciar as representações e/ou supressão das mulheres, e com isso, compreender em que situações elas se tornam visíveis e sob quais circunstâncias elas são suprimidas.



Imagem 1: Capítulo 5 (p. 60).



Imagem 2: Capítulo 5 (p. 67)

Embora em páginas razoavelmente distantes uma da outra, as imagens postas acima se complementam, pois trata-se de um único texto desmembrado nas páginas 60 e 67. Intitulado “Poema”, o capítulo 5 traz nestas laudas um poema para fazer referência a fada e ao pedreiro. Lemos no poema que enquanto a fada (personagem feminino) faz comida, o pedreiro mágico (personagem masculino) constrói uma casa. Mesmo com esse recorte estereotipado (homem = pedreiro; mulher = cozinheira), essa não é a única análise possível dessas imagens, haja vista que enquanto a atividade de uma é restrita a vida privada a de outro é, contrariamente, centrada na vida pública.

Vemos com isso, a reiteração dos papéis sociais de gênero (LOURO, 2014), nos quais a sociedade (Estado, família, escola etc.) atribui o que se entende por adequado para o feminino e para o masculino, coincidindo, quase sempre, em características que (re)produzem estereótipos e invisibilizam a mulher no campo de atuação pública. Biroli (2014, p. 31) afirma que “compreender como se desenhou

a fronteira entre o público e o privado no pensamento e nas normas políticas permite expor seu caráter histórico e revelar suas implicações diferenciadas para mulheres e homens – contestando, assim, sua naturalidade [...]. Ou seja, essas atribuições e diferenciações entre o público e o privado ocorreram e ainda ocorrem em consonância com o que se espera do homem e da mulher.

Entender sobre essas construções – o que por si só já refuta a ideia da naturalidade – permite-nos pensar por meio do apagamento feminino (como o ocorrido nas imagens postas) que os valores que circundam a esfera pública foram definidos de forma histórica e cultural a partir de uma ótica em detrimento de outra. Assim, podemos afirmar que a invisibilidade da mulher nesse campo, bem como as ideias de “uma esfera pública homogênea”, que silencia “a existência de públicos distintos e conflitivos” são consequências dessa ótica (BIROLI, 2014 p. 31).

O trecho do poema “Era uma vez... Uma fada que vivia na cozinha”, também nos diz muito sobre o papel e o lugar da mulher, haja vista que, como já mencionado, a fada é um personagem feminino. Assim, notamos uma certa imposição quanto ao lugar que a mulher deve ocupar na sociedade e isso tende a se agravar quanto estamos diante de uma mulher pobre e/ou negra, por exemplo. Lakoff em *Linguagem e o lugar da mulher* (1973) argumenta que “quanto mais nossa escolha de formas de expressão for guiada pelos pensamentos que queremos expressar, tanto mais o modo como nós sentimos as coisas no mundo real governará o modo como nos expressamos sobre essas coisas” (p. 13). Dessa forma, podemos afirmar que a escolha verbal e imagética do poema acima decorrem da forma como nos sentimos em relação a nossas vivências, as quais coadunam com o imaginário social¹¹.

Para Biroli (2014, p. 35-36), outro aspecto relevante aqui seria a expectativa social, a qual para ela é também responsável pelas divisões dos papéis sociais masculinos e femininos.

As expectativas sociais conduzem ao desenvolvimento de habilidades diferenciadas pelas mulheres e pelos homens. As atividades para as quais eles são orientados correspondem, por outro lado, a posições diversamente valorizadas, levando não apenas a ‘diferenças’, mas à assimetria nos recursos. [...] o mundo do trabalho se estruturou com o pressuposto de que ‘os trabalhadores’ têm esposas em casa. No casamento convencional, o controle dos recursos materiais permanece nas mãos dos homens, mesmo que a dedicação e a rotina de que são fruto dependam do trabalho não remunerado doméstico da mulher.

Além disso, a fada (mulher) não é imageticamente representada, enquanto, por outro lado, o pedreiro mágico (homem) é. Com isso, podemos, para além do dito, compreender o não-dito (FAIRCLOUGH, 2001), mas que de alguma forma ficou implícito ao discurso, tais como as formas de aparições e as constâncias dos personagens femininos em todo o capítulo, assim como a sua supressão e vinculação ao campo privado¹².

11 De acordo com Carvalho (1987, p.11) “O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias e utopias [...]” e “nele as sociedades definem suas identidades e objetivos, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro [...]”.

12 Biroli (2014) defende que o problema não está centrado apenas nas atividades desempenhadas no ambiente privado, mas sim no

Considerando o livro didático como um dos principais recursos utilizados em sala de aula ainda nos dias atuais, bem como o seu caráter instrucional, o qual “exerce também uma função formadora na constituição dos indivíduos que o acessam” (PEREIRA, 2014, p. 206) esse material pode, (ir)refletidamente, apresentar situações discursivas que, por sua vez, podem influenciar o comportamento humano.

De acordo com Moscovici (2003, p. 41), essas representações que influenciam o comportamento humano, “não são criadas por um indivíduo isoladamente. Uma vez criadas, contudo, elas adquirem uma vida própria, circulam, se encontram, se atraem e se repelem [...]”. Assim, podemos afirmar que tais discursos (verbais ou imagéticos) são (re)produzidos a partir da generalização das características que se esperam da mulher e do homem, ou seja, são construções consoantes ao que está posto pelo imaginário social.

De forma complementar ao tema “profissões”, julgamos pertinente a seguinte análise

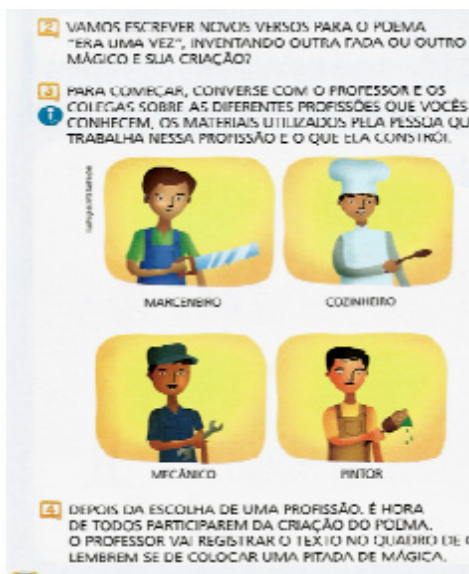


Imagem 3: Capítulo 5 (p. 68)

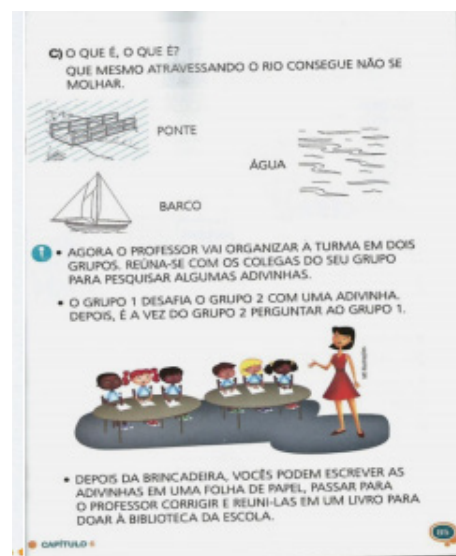


Imagem 4: Capítulo 6 (p. 85)

As duas imagens postas acima são de capítulos diferentes, conforme legenda, e fazem referência a mesma temática: “profissões”. Vemos, entretanto, que essa referência na primeira imagem é “consciente” e na segunda “(in)consciente” (MORENO, 1999)¹³. O capítulo 5 apresenta no decorrer de 15 páginas conteúdos que fazem alusão a poemas, já que esse é seu tema principal, entretanto, na página 68 vemos algumas profissões como proposta de atividade de construção de um poema. Sob os

isolamento social da mulher nessa esfera.

13 Optamos por utilizar os termos “consciente” e “(in)consciente” conforme Moreno (1999) em *Como se ensina a ser menina – o sexismo na escola*.

princípios da Análise de Discurso Crítica – ADC (FAIRCLOUGH, 2001), podemos perceber que a ilustração das profissões se sobressai em relação a escrita (proposta de atividade), haja vista que os personagens estão centralizados e postos de forma colorida e atrativa aos nossos olhos. Contudo, temos aí o apagamento da mulher e predominância de personagens masculinos, o que nos faz, conseqüentemente, supor uma associação com a análise anterior, dado que os homens aparecem como concernentes ao campo público e as mulheres não aparecem (o que demonstra a proximidade/pertencimento com outro campo – o privado).

No entanto, na imagem 4, percebemos uma representação feminina na esfera pública, porém em uma profissão estereotipada socialmente como própria da mulher, a saber, a de professora (ALMEIDA, 1998). A partir da representação das/os alunas/os, vemos também que se trata de uma aula para crianças, certamente na fase inicial do ensino fundamental. Ressaltamos, que na página 85¹⁴, a figura da mulher é associada a profissão de forma inconsciente, já que esse não é o tema central do capítulo, já a imagem 3, contrariamente, está fazendo alusão explícita às profissões. É importante notar que quando a temática estava voltada para as diferentes profissões, a mulher foi invisibilizada, e quando o assunto foi “sala de aula”, essa categoria foi representada (professora).

Louro (2014), no capítulo “O gênero da docência”, da sua obra *Gênero, sexualidade e educação*, reforça que as instituições e práticas sociais são constituídas pelos gêneros ao passo que também os constitui. Para ela, “isso significa que essas instituições e práticas não somente ‘fabricam’ os sujeitos como também são, elas próprias, produzidas (ou *engendradas*) por representações de gênero, bem como por representações étnicas, sexuais, de classe etc.” (p. 92). Diante disso, a autora afirma que de certo modo “essas instituições têm gênero, classe, raça” e faz a seguinte indagação: “qual o gênero da escola?”

Para responder a pergunta de Louro (2014) não precisamos pensar muito, já que a escola é estereotipada socialmente como campo feminino, já que, principalmente, a educação infantil necessita de organização de espaço, cuidado, vigilância, afeto etc. tarefas entendidas como próprias das mulheres. Outro aspecto a mencionar aqui é a associação traçada entre a educação infantil/séries iniciais do ensino fundamental e as relações familiares, uma vez que os discursos pedagógicos, em suas teorias, leis e normatizações em geral, primam pela proximidade dessas relações, pois consideram fundamental que as práticas escolares estejam embasadas em carinho e confiança. De acordo com Louro “em tais relações e práticas, a ação das agentes educativas devem guardar, pois, semelhanças com a ação das mulheres no lar, como educadoras de crianças ou adolescentes” (LOURO, 2014, p. 92).

A docência – sobretudo, a educação infantil e fase inicial do ensino fundamental – é vista como atividade própria da mulher e as unidades do livro didático analisado corroboram a essa ótica. De acordo

14 Outro aspecto relevante a esta página diz respeito à forma não-marcada da escrita do substantivo *professor*. Estranhamente, ao mesmo tempo em que se mostra uma imagem feminina para representar a profissão, o substantivo continua na forma masculina (nos moldes da gramática). Nos inquieta o fato de sequer nesse momento se apresentar a possibilidade para o feminino, uma vez que o substantivo está sendo representado por uma mulher.

com Munakata (2003, p. 5), “na sociedade capitalista, a produção de qualquer livro, seja didático ou os dos ‘frankfurtianos’, visa o lucro e é efetivada segundo os procedimentos da indústria cultural”, ou seja, pensar num livro didático que conteste os moldes sociais/culturais é o mesmo que contestar a sociedade na qual vivemos e questionar é algo não condizente com o que se quer que as crianças aprendam. E mais, pensar em um livro didático contestador é construir um objeto fadado ao fracasso, já que essa sociedade não o consumiria e, como nos lembra Munakata (2003, p. 5) “o objetivo de produzir uma mercadoria [é] que [ela] possa vir a ser consumida em larga escala” e “por isso mesmo, essa produção deve atender a demandas e expectativas (mesmo que induzidas) do mercado, o que, no caso do livro didático, inclui questões educacionais”.

Torna-se evidente, portanto, que a discussão sobre o campo público e privado ainda merece atenção, uma vez que as desigualdades postas a esse cenário ainda não foram superadas (conforme apontam as imagens, sobretudo 1, 2 e 3). Além disso, “somam-se, a essa percepção, estereótipos de gênero desvantajosos para as mulheres” (BIROLI, 2014, p. 32), os quais delimitam os papéis sociais de gênero. Para Biroli (2014, p. 32) esses “papéis atribuídos a elas, como a dedicação prioritária à vida doméstica e aos familiares, colaboraram para que a domesticidade feminina fosse vista como um traço natural e distintivo, mas também como um valor a partir do qual outros comportamentos seriam caracterizados como desvios”. Nesse contexto, as bases para as diferenças hierarquizadas estão centradas, portanto, na naturalização dessas desigualdades.

Considerações Finais

Ainda que entendêssemos as desigualdades de gênero nos âmbitos público e privado como problemas já superados, haja vista que muitas mulheres – mesmo aquelas que estão em profissões estereotipadas socialmente como pertencentes a elas – já não estão mais isoladas no campo privado do trabalho irreconhecível, temos que considerar que elas ainda estão em condição de desigualdade em relação aos homens pelo simples fato de serem mulheres. De acordo com Biroli e Miguel (2014, p. 11): “Em muitos locais de trabalho, as mulheres são expostas cotidianamente a pressões e constrangimentos que não fazem parte da vivência dos homens”. Elas, mesmo quando no mercado de trabalho, ainda são tratadas de forma não equivalente aos homens.

Em Biroli e Miguel (2014), vemos que quando no trabalho, as mulheres são mais assediadas sexualmente e exigidas a “incorporar tanto o profissionalismo quanto uma ‘feminilidade’ que é construída como sendo o oposto” (p. 11). A negociação social entende que a feminilidade é refletida quando há um comportamento passivo, meigo, submisso e subserviente e, contrariamente, o profissionalismo é característica de quem é forte, questionador, decidido, corajoso, empreendedor etc., ou seja, ter uma postura profissional é ser um homem que trabalha. Dessa forma, para as mulheres assumirem uma postura profissional elas devem manter as características da feminilidade e ter uma postura profissional compatível a do homem. Como se não bastasse toda essa expectativa social em torno do comportamento

profissional feminino, elas são a vida inteira “educadas” para serem o oposto do espírito empreendedor e corajoso exigido no mundo do trabalho e por aquilo que se entende como profissionalismo.

Como percebido, o livro didático analisado trabalha, ainda que de forma não- intencional, “na mão da negociação social” mencionada acima, ele reverbera os valores sociais/culturais da sociedade na qual está inserido, mantendo e legitimando a pretensa separação entre público/homem e privado/mulher. Como mercadoria e recurso pedagógico, esses manuais de ensino funcionam como instrumento capaz de moldar atitudes, de naturalizar as desigualdades de gênero, conformando meninas à pretensa inferioridade instituída, pois de acordo com Auad (2016, p. 41) os Livros Didáticos “representam verdadeiros modelos para meninas e meninos e garantem, no interior do sistema educativo, lugar de destaque para as desigualdades”. Assim, para a autora os materiais didáticos acabam sendo uma forma de “reforçar imagens e práticas hierarquicamente diferenciadas entre o masculino e o feminino”.

Louro (2014, p. 74), ao falar sobre pesquisas realizadas em/sobre livros didáticos, afirma que “muitas dessas análises têm apontado para a concepção de dois mundos distintos (um mundo público masculino e um mundo doméstico feminino), ou para a indicação de atividades ‘características’ de homens e atividades de mulheres” e, em decorrência disso, “a ampla diversidade de arranjos familiares e sociais, a pluralidade de atividades exercidas pelos sujeitos, o cruzamento das fronteiras, as trocas, as solidariedades e os conflitos são comumente ignorados ou negados”.

Compreendemos, a partir da pesquisa realizada, que a perspectiva adotada (in)conscientemente (MORENO, 1999) nas unidades analisadas do livro didático mantém os aspectos levantados por Louro (2014), abordados no parágrafo anterior, pois vemos nos capítulos 5 e 6 e, mais precisamente, nas imagens aqui analisadas, a concepção de dois mundos distintos: o público e o privado; bem como a reverberação de estereótipos, ilustrados por meio de indicação daquilo que se entende por característico do feminino e do masculino. Em suma, sob os princípios da ADC, vemos nas unidades analisadas uma (re)produção de padrões hegemônicos de gênero, os quais podem, de acordo com Ferreira (2014) demonstrar o privilégio de um grupo (homens) sobre outro (mulheres) e com isso, corroborar a manutenção e reiteração de tais disparidades, uma vez que elas são construídas discursivamente.

Referências

- ALMEIDA, J. S. de. *Mulher e Educação: a paixão pelo possível*. São Paulo: Unesp, 1998.
- AUAD, D. *Educar meninas e meninos – relações de gênero na escola*. São Paulo: Contexto, 2016.
- BEAUVOIR, S de. *O segundo sexo – a experiência vivida*. São Paulo: Nova Fronteira, 1949.
- BIROLI, F. O público e o privado. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BIROLI, F. Autonomia, dominação e opressão. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- BUTLER, J. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2016.
- CARVALHO, J. M. *A Formação das almas: o imaginário da república no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COMENIUS, J. A. *Didáctica magna: tratado da arte universal de ensinar tudo a todos*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1985 [1657].
- COSTA, C. de L. O sujeito no feminismo: revisitando os debates. *Cadernos Pagu*, n. 19, p. 59-90, 2002.
- DEIRÓ, M. de L. C. *As belas mentiras – A ideologia subjacente aos textos didáticos*. 13. ed. São Paulo: Centauro, 2005.
- FAIRCLOUGH, N. *Discurso e mudança social*. Tradução de Izabel Magalhães. Brasília: UNB, 2001 [1992].
- FERREIRA, A. de J. (Org.). *As políticas do Livro Didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos*. Campinas-SP: Pontes, 2014.
- FREITAS, L.; PINHEIRO, V. *Violência de gênero, linguagem e direito – análise de discurso na Lei Maria da Penha*. Jundiaí-SP: Paco Editorial: 2013.

- LAJOLO, M. *Livro didático: um (quase) manual de usuário. Em aberto*. Brasília, ano 16, nº 69, jan/mar, 1996.
- LAKOFF, R. Linguagem e lugar da mulher. In: OSTERMANN, A. C.; FONTANA B. *et al. Linguagem, gênero, sexualidade – clássicos traduzidos*. São Paulo: Parábola, 2010.
- LOURO, G. L. *Gênero, sexualidade e educação – uma perspectiva pós-estruturalista*. Petrópolis: Vozes, 2014.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. *Pesquisa em educação: abordagens qualitativas*. São Paulo, SP: EPU, 1986.
- MacKINNON, C. A. *Only words*. Cambridge (MA), Harvard University Press, 1993.
- MAGALHÃES, I. *Discursos e identidades de gênero na alfabetização de jovens e adultos e no Ensino Especial*. Calidoscópico, v.6, n.2, p. 61-68, maio/ago. 2008.
- MEYER, D. E. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, G. L.; FELIPE, J.; GOELLNER, S. V. (organizadoras). *Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação*. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.
- MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MIGUEL, L. F. A identidade e a diferença. In: MIGUEL, L. F.; BIROLI, F. *Feminismo e política: uma introdução*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORENO, M. *Como se ensina a ser menina – o sexismo na escola*. Trad. Ana Venite Fuzatto, São Paulo: Moderna, 1999.
- MOSCOVICI, S. *Representações sociais: Investigações em psicologia social*. Petrópolis: Vozes, 2003.
- MUNAKATA, K. (2003). Investigações acerca dos livros escolares no Brasil: das idéias à materialidade. In: *Historia de las ideas, actores y instituciones educativas*. Memoria del VI Congreso Iberoamericano de Historia de la Educación Latinoamericana. San Luis Potosí. CDROM.
- _____. *Livro didático como indício da cultura escolar*. Hist. Educ., Santa Maria , v. 20, n. 50, p. 119-138, dez. 2016.
- PEREIRA, A. L. *Representações de gênero em livros didáticos de língua estrangeira: reflexos em discursos de sala de aula e relação com discursos gendrados que circulam na sociedade*. Campinas, São Paulo: Unicamp, 2007.

PEREIRA, A. L. Identidades sociais de gênero em livros didáticos de Língua Estrangeira. In: FERREIRA, A. de Jesus (Org.). *As políticas do Livro Didático e identidades sociais de raça, gênero, sexualidade e classe em livros didáticos*. Campinas-SP: Pontes, 2014.

RAMPAZZO, L. *Metodologia Científica: para alunos dos cursos de graduação e pós-graduação*. 3. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

SCOTT, J. W. *Prefácio a gender and politics of history*. Cadernos Pagu, n. 3 (Desacordos, desamores e diferenças), p. 11-27, 1994.

_____. *Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista*. Debate Feminista, São Paulo: Cia. Melhoramentos, Edição Especial (Cidadania e Feminismo), p. 203-222, 1999.

SPIVAK, G. C. *Strategies of vigilance: na interview with Gayatri Chakravorty Spivak*. Block, n.10, 1985, p. 5-9. (Entrevista concedida a Angela McRobbie).

TOSCANO, M. *Estereótipos sexuais na educação – um manual para o educador*. Petrópolis: Vozes, 2000.

VAN DIJK, T. A. *Discurso e Poder*. São Paulo: Contexto, 2015.

VIEIRA, V.; RESENDE, V. de M. *Análise de Discurso (para a) Crítica: O texto como material de pesquisa*. 2.ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2016.

Livro Didático analisado:

PASSOS, C.; SILVA, Z. *Letramento e Alfabetização – Eu gosto*. 5ª ed. São Paulo: Ibep, 2014.

REBUCETEIO LÉSBICO: PRODUÇÃO DE SENTIDOS E TRAJETÓRIAS AFETIVO-SEXUAIS DE MULHERES LÉSBICAS, BISSEXUAIS E MSM

Juliana Mazza Batista Costa¹
Sarana Maria de Sousa Santos²

Resumo: Este estudo traz um debate teórico e analítico sobre rebuceteio lésbico. Entendido como práticas de trocas de parceiras sexuais e/ou afetivas entre mulheres, como uma rede de relações de proximidade nas trocas, que inclui lésbicas, bissexuais e MSM. A partir das teorias lésbicas e da Produção de Sentidos, neste estudo foi realizado uma análise do material no Grupo REBU BR - formado por mulheres lésbicas, bissexuais - no Facebook. Como pergunta disparadora “o que é rebuceteio?”. Criou-se categorias relacionadas os discursos produzidos em relação a estas práticas e os sentidos trazidos sobre as experiências. Esta prática é reconhecida como vinculada a processos de rupturas, sofrimento e relacionadas à identidade lésbica.

Palavras-chave: lesbianidades; rebuceteio lésbico; sexualidades dissidentes; rede social; Facebook.

1 Psicóloga, Doutoranda pelo PPG em Psicologia – Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: juli.mazza@gmail.com;

2 Graduanda em Psicologia – Universidade Federal de Pernambuco.
E-mail: saranasantos1@gmail.com.

Introdução

“Cultura afetiva entre mulheres lésbicas”, essa é a definição de rebuceteio dada por uma das integrantes do Grupo REBU BR³. Como uma teia, em que se (des)encontram lésbicas, bissexuais e mulheres que fazem sexo com mulheres (MSM), ao se inserir nas vivências destas, percebe-se que esta é uma prática experienciada por elas como relevante e recorrente nos enredos afetivo-sexuais. E é sobre isso que se debruça esse estudo: Quais os sentidos produzidos por mulheres lésbicas e bissexuais sobre o rebuceteio? Como o rebuceteio se relaciona com as questões identitárias destas? Quais caminhos essas mulheres usam para lidar com os limites e possibilidades afetivas nos enredos do rebuceteio?

Rebuceteio lésbico se diferencia do que se entende por ou como traição em relações monogâmicas, contudo, muitas vezes, é assim interpretado. Podemos pensar em uma norma que envolve as relações afetivo-sexuais mesmo após o fim destas - em tempos longos, mesmo que estas já não se encontrem vinculadas às antigas relações. Como e quando alguém é permitida se relacionar, mesmo que causalmente, com a ex da sua amiga, a amiga da sua ex, ou com alguém que sua amiga deseja?

Se o rebuceteio faz parte de relações de amizade, coleguismo, parentesco, das possibilidades de troca entre parceiras, como esses vínculos que se tencionam a partir e com essas trocas, do ciúme, da posse, da idealização romântica das relações, dos afetos (re)direcionados – ou não - se sustentam, reconfiguram, ressignificam e redimensionam os desejos, afetos e prazeres nas relações afetivo-sexuais entre mulheres lésbicas, bissexuais e MSM? Se faz necessário investigar como estas encaram essas práticas quando se encontram em diferentes posições, seja a que está diante das novas parceiras ou a que está vinculada a estas em relações anteriores.

Metodologia

Esta é uma análise qualitativa, corrobora-se com Minayo (2015, p. 21), ao entender que a “a pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares [...] trabalha com o universo de significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e atitudes”.

Ancorada na abordagem teórico-metodológico das Práticas Discursivas e Produção de Sentidos no Cotidiano, que nos ajuda a compreender “[...] as maneiras a partir das quais as pessoas produzem sentidos e se posicionam em relações sociais cotidianas.” (SPINK; MEDRADO, 2004, p. 45). Isto é, contribui com um debate/análise, parcial e localizado (HARAWAY, 1995), acerca dos sentidos produzidos por lésbicas, bissexuais e MSM sobre o rebuceteio e questões, experiências, afetações a ele vinculadas.

3 O próprio nome dado ao grupo faz referência a esta prática. Grupo privado na rede social *Facebook* criado em maio de 2018, atualmente com 3.857 membros, que tem como objetivo agrupar mulheres lésbicas e bissexuais para discutir acerca de variados temas como: armário, família, maternidade, casamento, direitos sexuais e reprodutivos, feminismo etc. Outros nove grupos e nove páginas na mesma rede social são encontrados com os descritores REBU E REBUCETEIO.

De modo que o conceito de campo-tema atuará também como orientador de nossa investigação. Visto que não consideramos o campo como um lugar externo, ao qual nos deslocamos até ele e sim como um campo-tema, que se faz presente, se atualiza e se articula com as experiências, locais, discursos diversos que nos inserimos (SPINK, 2003). Logo, me situo como um ponto nesta rede de produção de sentidos e conhecimentos.

Pensando isto, o REBU BR se apresenta enquanto caminho metodológico, um nicho dentre as possibilidades de sociabilidade utilizado por essas mulheres, na busca da compreensão, partilha, questionamentos e experiências atreladas as suas vivências. A partir disso, optamos por publicar dois posts no mês de maio de 2018, como disparadores iniciais do debate com as perguntas: *“para vocês o que é rebuceteio?”* e *“meninas, como vocês lidam com o rebuceteio?”* Com isso, identificamos outros dois post realizados por outras participantes no mês de junho e novembro, que se atrelam a nossa discussão: *“qual o limite ético do rebuceteio?”* e *“descobrir que você está/esteve em um rebuceteio é meio traumatizante? (...) Recife é mesmo um país do tamanho de um ovo de codorna, sigo me recuperando.*

Resultados e Discussão

Este estudo se insere no campo dos estudos da sexualidade dissidentes e da lesbianidade. Por lesbianidades compreende-se desejos e práticas sexuais de mulheres por outras mulheres. Lésbica é uma orientação sexual, mas é também uma identidade lésbica, com uma cultura própria e partilhas grupais. *“Tornar-se lésbica exige participar da comunidade e adotar discursos específicos”* (GOMIDE, 2007, p.407). Assim, a existência lésbica traz a quebra da norma e da evidência, fissuras, questionamentos e a rejeição da heteronormatividade compulsória.

[...] A identidade não é uma essência; não é um dado ou um fato - seja da natureza, seja da cultura. A identidade não é fixa, estável, coerente, unificada, permanente. A identidade tampouco é homogênea, definitiva, acabada, idêntica, transcendental. Por outro lado, podemos dizer que a identidade é uma construção, um efeito, um processo de produção, uma relação, um ato performativo. A identidade é instável, contraditória, fragmentada, inconsistente, inacabada. A identidade está ligada a estrutura discursiva e narrativa (SILVA, 2000, p.96-97).

Lesbianidade é considerada uma identidade que nomeia o sofrimento e a luta de muitas mulheres (RICH, 1980; NAVARRO-SWAIN, 2000; GOMIDE, 2007), inclusive para pensar reflexões diante da vivência de uma identidade marginalizada e invisibilizada na história⁴.

[...] As ausências e os silêncios apontados na literatura especializada podem ser entendidos como um indicador de que as ferramentas teóricas construídas nas últimas décadas

4 2 Em busca na biblioteca virtual SciELO, nenhum arquivo encontrado com o indexador “rebuceteio”.

foram menos operativas para compreender as relações sexuais e afetivas estabelecidas entre mulheres (MEINERZ, 2011, p.26).

Ressalto que os discursos sobre o rebuceteio lésbico vem a relacionar esta prática as identidades lésbicas³, estando relacionada aos discursos que permeiam a formação destas identidades e sendo vivida de variadas formas. Apenas em relações entre mulheres esta prática é nomeada deste modo. Entre heterossexuais ou gays estas experiencias são entendidos como traição, “fura olho”, ou mesmo alguém que não se deve vincular-se afetivamente. Regina Facchini (2008) faz referência as possíveis causas do rebuceteio lésbico:

Dadas às limitações do mundo lésbico, precisamos admitir que nossas amigas figuram nas possibilidades de futuros encontros amorosos. A origem do “rebuceteio” estaria na própria incapacidade de excluí-las do nosso círculo amoroso? Quem sabe? Fato é que deve-se sempre ter em mente que a amiga de hoje pode ser a namorada de amanhã. Logo, não briguem (p.51).

Este trecho nos traz reflexões sobre o armário lésbico⁵; invisibilidade lésbica e a formação de grupos nos quais elas partilham vivências; os vínculos que se perpetuam entre ex-parceiras mesmo após o fim de seus vínculos afetivos, além das relações de conflitos que estas práticas podem gerar. Rebuceteio lésbico envolve (des)afetos, tomadas de decisão, violências, rupturas, risos, ironias, aproximações, distanciamentos, descobertas, ciúmes, relações de posse. Nessas cenas coexistem três posições: a que se relacionou anteriormente com alguém, a que se relaciona atualmente e aquela que se relacionou com as duas. Podendo estes enredos envolver essas mulheres e posicioná-las em diferentes lugares, fazendo com que estas transitem e vivam diferentes sentidos e experiências.

A partir das falas encontradas nos comentários dos posts selecionados, separamos os resultados e análises em duas categorias:

Participaram de uma experiência de rebuceteio

Lidaram bem

Luana: *“eu tô sempre em rebuceteio! Uma bela bosta, mas adoro.*

Denise: *“gosto, quanto mais melhor, quem n deve n teme”*

Milena: *“eu adoro, acho hilário, não tem nem como evitar”*

Karol: *“Fico até feliz, o bom é todo mundo se pegando”*

Mariana: *eu acho ótimo, mas confesso que as vezes meu cérebro explode com as conexões*

⁵ Estar no armário remete a esconder a orientação sexual, práticas e desejos por outras mulheres. Tendo como revelar isso a sair do armário.

São as participantes que recebem mais reações positivas a partir do coletivo, onde as respostas dão força, são bem aceitas, esperadas e estimuladas. Estas, se enquadram dentro da perspectiva de liberdade, de coletividade, de autonomia e de respeito ao desejos das outras.

Não lidaram bem

Ana: *“é o fenômeno que acontece sempre que você fica com uma mulher que já se envolveu com uma pessoa que tem alguma conexão próxima a você, ou pode ser também aquele momento que você conhece a crush e nos primeiros 5 minutos já descobre que namoraram ou ficaram com a mesma pessoa.*

Beatriz: *“pra mim rebuceteio é uma parada difícil, mexe com ética, com desejos e afetos, mas sabendo que rebuceteio é algo que acontece, eu prefiro que “deixemos rolar”*

Cinthia: *sempre doeu aqui, não gosto, não fico bem*

Maria: *“Não beijo quem minhas amigas beijam ou já beijaram e também não beijo gente que beija gente que eu não gosto*

Joyce: *Depende né, se eu gostar de uma das pessoas não fico 100% de boa não*

Belle: *tem uns que chega a dar nojo*

Jamille: *no começo eu não gostava, não vou mentir. depois com o tempo comecei a me acostumar, curtia e incentivava o rebu. agora já tô fora da onda e fazia algumas coisas diferentes só pra evitar o desgaste mesmo*

As participantes costumam não receber apoio, são interrogadas como algo estranho a partir de seus sentimentos de insatisfação. Entretanto, não chegam a expressar com precisão quais afetos são esses vinculados a insatisfação. Outro ponto a ser destacado, é a dificuldade em lidar com fenômeno rebuceteio, mesmo compreendendo o mesmo como “parte” das relações. Esta categoria também aparece vinculada como um sentimento transitório para se chegar a um sentimento mais positivo diante das experiências.

Pessoas que não viveram nenhuma experiência de rebuceteio

Mônica: *“Nunca aconteceu comigo, tô vacinada”*

Jeniffer: *“sou mó sapatão falsa, nem participo assim*

Não foram encontradas tantos relatos das participantes em relação ao não vivenciar ou partilhar o rebuceteio, entretanto, chama a atenção o pouco relatado diante do sentimento de não se sentirem lésbicas, e partilharem de uma ética diferenciada por não ter experienciado o enredo.

Conclusão

A partir dos discursos apresentados, alguns pontos são levados a reflexão deste trabalho. Observamos que o rebuceteio, dentro daquele grupo de mulheres, apresenta-se diante de um recorte geracional, as participantes que responderam aos posts circulam entre 18-30 anos, o que nos faz pensar: o rebuceteio não é vivido para aquelas fora desse recorte?

Outro ponto a ser ressaltado, são o modo que elas lidam com os sentimentos de prazer e dor vinculados a prática do rebuceteio, e como este tema parece flutuar entre o desconforto e a aceitação, mesmo que elaborado de diferentes formas por elas. Uma prática que, por vezes, desconsidera os limites subjetivos das mulheres em prol de um partilhar grupal que se apresenta como uma “regra” de socialização. O rebuceteio aponta, de certo modo, para formas de conjugalidade: liquidez, pegação, não monogamia.

Ademais, sabemos que as reflexões aqui apresentadas longe estarão de restringir ou limitar a experiência do rebuceteio, bem como limitar o fenômeno. Com este trabalho, a pretensão fora ampliar os conhecimentos acadêmico-científicos sobre os leques das experiências que perpassam as identidades lésbicas, MSM, e das mulheres bissexuais, e refletir sobre como este campo se faz pertinente nos estudos das sexualidades.

Referências

FACCHINI, Regina. **Entre umas e outras: mulheres, (homo)sexualidades e diferenças na cidade de São Paulo.** Tese de doutorado: Universidade Estadual de Campinas, 2008.

GOMIDE, Silvia. Formação da identidade lésbica: do silêncio ao queer. In: **Conjugalidade, parentalidade e identidade lésbicas, gays e travestis.** Org. Mirian Pillar Grossi, Anna Paula Uziel e Luiz Mello – Rio de Janeiro: Gramond, 2007.

HARAWAY, Donna. Saberes localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu**, Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero - Pagu/Unicamp, 1995, pp.7-41

MEINERZ, Nádia Elisa. **Entre mulheres: etnografia sobre relações homoeróticas femininas em segmentos médios urbanos na cidade de Porto Alegre.** Rio de Janeiro. EdUERJ, 2011.

MINAYO, Maria Cecília S. Desafio da pesquisa social. In: **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2015.

NARRAVO-SWAIN, Tania. **O que é lesbianismo.** São Paulo: Brasiliense. 2000.

PAIVA, Vera. A psicologia redescobrirá a sexualidade?. **Psicologia em Estudo** (Impresso), v. 13. 2008.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** – estudos gays: gênero e sexualidades, v. 4, n. 05.

SILVA, Tomaz Tadeu. A produção social da identidade e da diferença. In: SILVA, T. T. (Org) **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2000.

Spink, M. J. P. (Org) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Mary Jane P.; MEDRADO, B. Produção de sentido no cotidiano: uma abordagem teórico-metodológica para análise das práticas discursivas. In: Spink, M. J. P. (Org) **Práticas discursivas e produção de sentidos no cotidiano: aproximações teóricas e metodológicas.** São Paulo: Cortez, 2004.

SPINK, Peter Kevin. Pesquisa de campo em psicologia social: uma perspectiva pós- construcionista. **Psicol. Soc.** [online]. 2003, vol.15, n.2, pp.18-42.

DO DISCURSO PUBLICITÁRIO A INTERPRETAÇÃO DOS SENTIDOS: UMA ANÁLISE DA COMUNIDADE LGBTI+ NA PUBLICIDADE

Erik Ruan Santana da Silva¹

Danilo Silva de Meireles²

Josenildo Soares Bezerra³

Resumo: A publicidade é uma prática discursiva que contribui para a formação do consenso social, pois tenta reforçar comportamentos e valores. É nessa perspectiva que busca-se analisar neste trabalho, os efeitos de sentidos produzidos no discurso publicitário da campanha *Doritos Rainbow* “amplie o seu mundo” - marca de snacks da PepsiCo - para com as múltiplas formas de representação das orientações sexuais e identidades de gênero. A metodologia centra-se em uma abordagem qualitativa através da Análise de Discurso de linha francesa, para compreender através do corpus estabelecido, a estrutura textual (verbo-visual) na superfície linguística, no objeto discursivo e em sua formação discursiva. Também é abordado um levantamento teórico que reflete o surgimento dos movimentos homossexuais e o reconhecimento da comunidade que incluem a diversidade sexual e de gênero de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Transgêneros, Intersexuais e outros que compõem a pluralidade da sigla LGBTI+, passando por uma perspectiva histórica dessas representações na publicidade através de argumentos de diversos autores como Eni Orlandi (2001), Michel Foucault (2015), Regina Facchini (2011), Jorge Leal (2014), Judith Butler (2003), entre outros teóricos.

Palavras-chave: Análise de Discurso; *Doritos Rainbow*; Publicidade LGBTI+.

1 Mestrando em Estudos da Mídia – UFRN.
E-mail: erickruaan0@gmail.com;

2 Mestrando em Estudos da Mídia – UFRN.
E-mail: meirelesdanilo9@gmail.com;

3 Professor Dr. do Departamento de Comunicação UFRN.
E-mail: soares.bezerra@gmail.com

Introdução

A publicidade perpassa por caminhos mercadológicos, mas acima de tudo possui uma responsabilidade social muito incisiva por se fazer presente no cotidiano das pessoas. É necessário entender que a comunicação publicitária reproduz discursos identitários. Para Leal (2016, p. 02) “a identidade, no atual sistema capitalista, se constrói no consumo. E identidade de consumo, hoje, é cidadania. É nesse contexto que vão acontecer a construção, a desconstrução ou a supressão do valor na ação e na mensagem publicitária.” Desse modo, as atividades com representação social na publicidade se torna cada vez mais comum, mesmo que ainda timidamente, as mensagens que protagonizam gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, transgêneros, travestis e outras pertencentes à comunidade LGBTI+ por exemplo, tornam-se cada mais evidentes.

Como afirma o autor,

É consenso internacional e nacional que homossexuais são, hoje, um importante segmento de mercado. No Brasil, é uma evidência a presença de homossexuais em todos os estratos sociais, na vida pública, na cultura, na educação, na política, na saúde, nas fábricas, no esporte, nos shoppings, nas festas, enfim, na trivialidade do cotidiano. Esse é um fato e ao fato se atribui, ou não, um valor comunicado e legitimado por marcas e pela publicidade (LEAL, 2016, p. 02).

Em outras palavras, Barreto (2016) entende que a publicidade pode utilizar conjuntos de valores simbólicos e representativos de cada sociedade. Tendo em vista a comunidade LGBT, a comunicação publicitária pode “recodificar” as mensagens para atingir nichos específicos, através, portanto, “de apelos persuasivos agregados às novas tendências comportamentais e a diversidade de personagens e personalidades sociais” (BARRETO, 2016, p. 234).

Compreender como a publicidade pode reproduzir efeitos simbólicos da comunidade LGBT, através do discurso, é fundamental para analisar o cenário contemporâneo da publicidade no Brasil. Conforme Knoll (2007) a publicidade é também uma prática discursiva que contribui para a formação do consenso social, pois tenta reforçar comportamentos e valores. Desse modo, tal como modelos de ordem social são representados pela publicidade, segundo Barreto (2016) o gênero também o é. Percebe-se o gênero, Butler (2003) como social e culturalmente construído. Barreto (2016) defende ainda que as representações desempenham um papel fundamental na construção de identidades.

Neste trabalho, busca-se analisar a campanha *Doritos Rainbow*⁴ - marca de *snacks* da *PepsiCo* - que lançou no Brasil a segunda edição da linha de salgadinhos *Rainbow* de apoio à causa LGBT. Conforme o site *Doritos* (2018) a campanha foi lançada em 2015 nos Estados Unidos e em 2016 no México e a iniciativa chegou ao Brasil com o *slogan*: “Mais Cores. Mais Diversidade. Mais Empoderamento” no ano

4 Disponível em: < <https://www.youtube.com/watch?v=TFFv8EnGMyk> >

de 2017, e em 2018 com o *slogan*: “Amplie o seu mundo” atingindo milhões de internautas em todas as plataformas digitais da marca.

Através da Análise de Discurso de linha francesa, baseado em Eni Orlandi (2001), é possível adentrar neste procedimento metodológico para interpretar os sentidos que o filme publicitário pode proporcionar para esta pesquisa. Tendo em vista que todo discurso não é isento de ideologia, a análise de discurso considera que a linguagem não é transparente e possui, no discurso, diversos sentidos de acordo com a interpretação do sujeito.

Ainda, “a análise do discurso visa fazer compreender como os objetos simbólicos produzem sentidos, analisando assim os próprios gestos de interpretação que ela considera como atos no domínio simbólico, pois eles intervêm no real do sentido” (ORLANDI, 2001, p. 26). Em outras palavras, busca-se nesta metodologia a compreensão de como a mensagem publicitária de *Doritos Rainbow* produz sentidos, como esse objeto está investido de significância para e por sujeitos.

Com isso, torna-se fundamental analisar a realidade da publicidade e propaganda na contemporaneidade para entender as representações LGBTQs inseridas neste contexto. Desse modo, centra-se o seguinte problema de pesquisa: quais os efeitos de sentidos produzidos pelo discurso publicitário da campanha *Doritos Rainbow* no Brasil?

Tendo como objetivo identificar os sentidos que esta campanha pode proporcionar no campo simbólico da publicidade contemporânea e apresentá-los através de uma análise de discurso da campanha da Doritos no Brasil.

A ação da empresa desenvolvida pela agência de publicidade *AlmapBBDO*, resgata a bandeira iniciada por volta de 1970 com o movimento LGBTQI+ internacional, trazendo de volta as oito cores iniciais que compõem o símbolo original para representar a comunidade.

Figura 01 - Anúncio oficial da campanha em 2017.



Fonte: doritos.com.br

Segundo o site da *Doritos* (2018), a empresa acredita que mais cores significa mais diversidade. A *Doritos Rainbow* é uma edição especial com as tortilhas coloridas e uma embalagem que estampa um arco-íris, o principal símbolo do movimento. A campanha foi lançada apenas para moradores de São Paulo, que poderiam realizar doações através do site da empresa e todo dinheiro arrecadado foi destinado ao projeto *Casa 1*⁵. Além dessas ações, a campanha foi marcada por outras diversas. Durante a 21ª parada do Orgulho LGBT de São Paulo, realizada em 18 de Junho de 2017, a *Doritos Rainbow* distribuiu produtos para toda a comunidade e participantes do evento.

Na década de 1970 nos Estados Unidos, segundo o site *Doritos* (2018) um importante ativista da causa LGBT criou a *Rainbow Flag*, um dos maiores símbolos de tolerância e resistência da comunidade.

O projeto original da bandeira possuía oito cores, mas por conta de dificuldades de produção na época, o símbolo precisou perder duas cores: o rosa e o azul-turquesa e passou a ter seis cores. E foi essa bandeira arco-íris de seis cores que se tornou o grande ícone do movimento LGBT e ganhou o mundo. (DORITOS, 2018)

A marca, portanto, apoiou a volta da bandeira *Rainbow* original. Uma bandeira com mais cores para representar a diversidade LGBT+. Em 2018, a marca lançou a segunda edição da campanha, com o slogan: “amplie o seu mundo” a Doritos destinou a venda dos seus produtos para a doação de 100% do valor arrecadado para instituições (ongs) de cada região do país, segundo o site Doritos (2018).

Metodologia

No entanto, procura-se neste trabalho utilizar de estratégias metodológicas a fim de atingir o objetivo estabelecido, com um referencial teórico que dialogue com a determinada mudança nos discursos comunicacionais, especialmente na publicidade, mudanças essas que incluem a diversidade de gênero na contemporaneidade, a partir de argumentos de diversos autores como Eni Orlandi (2001), Regina Facchini (2011), Jorge Leal (2014), Judith Butler (2003), Renata Coutinho (2014) entre outros autores.

A abordagem utilizada é Análise de Discurso de linha francesa, aplicado também uma leitura teórica deste procedimento. Abordado neste trabalho com a aplicação do corpus na passagem de três etapas estabelecidas por Orlandi (2001) como: superfície linguística para o objeto discursivo - que perpassa do texto para a formação discursiva - e por fim, o processo discursivo em sua formação ideológica.

Ou seja, em primeiro momento busca-se apresentar o material bruto coletado, sendo neste caso, as frases que compõem a trilha da campanha *Doritos Rainbow*. Em segundo, há uma interferência do analista na formação discursiva presente no texto, feito um recorte do material coletado, selecionando algumas frases do texto completo, e por fim, no processo discursivo, é exposto como uma reconstrução

5 A principal iniciativa da campanha no ano de 2017, contou com a parceria da *Casa 1* - uma ONG criada pelo jornalista Iran Giusti, que visa acolher membros da comunidade LGBT+ em situação de vulnerabilidade social - que foram expulsos de suas casas ou encontram-se em situações de risco.

(paráfrases) propondo uma reconfiguração da mensagem dita (dos dizeres), identificando as lacunas (os deslizos) do que não foi dito pela campanha, a fim de apontar os sentidos presentes no discurso publicitário.

Como construção teórica explora-se um pouco da história do movimento e o surgimento da comunidade LGBTI+ no Brasil, passando brevemente pela representação desses sujeitos sociais na publicidade tradicional brasileira e contextualiza a teoria que antecede a metodologia da Análise de Discurso para compreender a aplicação do método na campanha abordada.

Movimento e comunidade LGBTI+

É importante observar o surgimento dos primeiros movimentos que reivindicaram - através de posturas políticas - o posicionamento dos sujeitos LGBTs, para compreender como se estruturam as organizações em defesa e inclusão para o sentido de comunidade e como a mídia publicitária busca representá-los.

Segundo Facchini (2011) diversas formas de expressões no mundo ocidental já apontavam desde a década de 1940, reivindicações políticas e inclusivas da diversidade de gênero. Foi por volta de 1970, na passagem da ditadura militar no Brasil, que movimentos minoritários começaram a ganhar visibilidade, como as feministas e organizações do negro contemporâneo.

Se tratando do movimento homoafetivo, o *Somos - Grupo de Afirmação Homossexual*, de São Paulo, foi um dos pioneiros na luta pelo reconhecimento das causas de gênero nacional. Ainda conforme a autora, nos primeiros anos de atividade do que viria a ser popularizado como movimento LGBTI+, as lésbicas começaram a se afirmar como sujeito autônomo e diversas travestis e transexuais passaram também a participar dessa organização social, e só então no ano 2000 os bissexuais buscam o reconhecimento. Entretanto, é possível perceber que na contemporaneidade, a comunidade LGBTI+ não aparenta somente lésbicas, gays, bissexuais ou transexuais, vai bem mais além nas representações das identidades.

No entanto, o nascimento do movimento no Brasil é fundado pela afirmação de um projeto de politização da homossexualidade, em contraste existiam algumas associações antes mesmo do movimento ser reconhecido. Como afirma Facchini (2011):

Essas associações, apesar de reunir homossexuais, possuíam uma atuação qualificada pelos militantes como 'não-politizada', por estar exclusivamente voltada para a 'sociabilidade'. Entre essas primeiras formas de associação de homossexuais, figuravam iniciativas como pequenos jornais distribuídos em bares, fã clubes de artistas e bailes de carnaval onde homossexuais se encontravam (FACCHINI, 2011, p. 12).

Antes mesmo do movimento ganhar força, como forma de comunicação, utilizava-se jornais e folhetos para alcançar sociabilidade e inclusão. A mídia, nas primeiras aparições da luta no Brasil, já se encontrava presente indicando ações políticas, direitos universais e civis. O jornal *Lampião da Esquina*

editado no Rio de Janeiro, é apontado por Facchini como pertencente a primeira onda⁶ do movimento, no qual, convidava os leitores a refletir sobre uma sociedade sexista e gerando espaços para uma afirmação da sexualidade e debates de gênero.

Entretanto, as primeiras organizações foram marcadas pela ditadura e por isso, possuíam discursos anti-autoritários, não institucionalizados e organizados apenas como grupos de reflexão. Haveria então, a necessidade de ativismo comum, os homossexuais começaram a partilhar e buscar o sentido de comunidade, como aponta a autora:

O processo de produção da identidade coletiva de ‘homossexual ativista’ fazia com que o grupo fosse visto como uma ‘comunidade de iguais’, ou seja, pessoas que compartilhavam uma mesma ‘condição’ e necessidades. Nesse sentido, qualquer diferença entre os integrantes não deveria ser ressaltada. (FACCHINI, 2011, p. 13).

De acordo com a necessidade de se organizar coletivamente, o que seria apenas um movimento no final da década de 1970, os homossexuais ativistas começaram a ser condicionados como comunidade. Entretanto, busca-se compreender o verdadeiro sentido da palavra aplicada a organização não somente homossexual e sim, aos LGBTI+.

Desse modo, Peruzzo (2009) em seus estudos sobre o sentido da palavra “comunidade”, afirma que esta, evoca sensações de solidariedade, vida em comum, independentemente da época ou de região. Ainda, relaciona comunidade a uma vontade comum, à compreensão, ao direito natural, à língua e à concórdia, para que ocorra uma semelhança, diálogo, troca de ideais, afirmando-os reciprocamente. Nesse sentido, é cabível dizer que os grupos de afirmação LGBTI+ por sua vez, com a inclusão e reconhecimento dos bissexuais no ano 2000, podem ser considerados comunidade, por partilharem de bens comuns, e por compreenderem a diversidade de orientação sexual existente na sociedade.

Entretanto, segundo Fontes:

A comunidade LGBTI+ não teve um início fácil no que diz respeito aos direitos de igualdade e de oportunidade, pelo que os movimentos levados a cabo pela mesma nasceram passo a passo, a partir dos ativistas homossexuais, com o movimento SOMOS. Posteriormente, lésbicas, bissexuais, transgêneros, transexuais e travestis, associaram-se a estes movimentos pelo combate à discriminação e luta pelos seus direitos no que concerne à igualdade de oportunidades. (FONTES, 2016. p. 01)

Outros grupos foram surgindo de forma mais institucionais para o combate ao preconceito ainda muito vigente no Brasil. Facchini (2011) cita alguns: em 1980 o Grupo Gay da Bahia (GGB) surge no país e tem uma forte influência em todo o Nordeste. Ainda existiam 22 grupos homossexuais atuantes no Brasil no que aponta como a primeira onda do movimento.

⁶ Facchini (2011) em seus estudos sobre a “História da Luta de LGBTI+ no Brasil” dividiu a trajetória em três ondas. Sendo a primeira onda que vai de 1978 a aproximadamente 1983.

Esses discursos políticos portanto, irão se repetir em diversas instituições e principalmente na mídia brasileira. Assim como os homossexuais utilizavam de jornais para se comunicar por volta de 1970, a publicidade também é considerada como ferramenta de comunicação para a pluralidade LGBTI+, considerando o ponto de vista da inclusão social, como também mercadológica.

A relação publicidade e comunidade LGBTI+

Se reflete na contemporaneidade, devido às lutas das diversas minorias, especificamente as reivindicações da pluralidade e debates do gênero, a inserção de campanhas sociais na publicidade, em defesa ou inclusão da comunidade LGBTI+. Entretanto, não é de hoje que pesquisas apontam as representações homossexuais no contexto brasileiro. No entanto, ainda que timidamente, são poucas mensagens que abordam outros sujeitos sociais pertencentes a comunidade como lésbicas, travestis, bissexuais, transexuais e outros.

Em sua tese de doutorado intitulada *“As Representações das Homossexualidades na Publicidade e Propaganda Veiculadas na Televisão Brasileira: um Olhar Contemporâneo das Últimas Três Décadas”*, André Iribure (2008) aponta alguns levantamentos históricos da publicidade produtora dos discursos homossexuais, durante os primeiros movimentos LGBTI+ com um corpus de 35 comerciais entre 1979 e 2008.

Inspirado neste acervo, Leal (2013) classifica e enquadra periodicamente, as mensagens publicitárias em três temporalidades apresentadas como: publicidade no “armário”, publicidade *“in box”* e “publicidade-michê”. De acordo com a análise destas fases vale observar que o discurso publicitário LGBTI+ era bastante reforçado apenas por homossexuais, de forma cômica, exclusiva e minimamente exposta. Para compreender torna-se necessário exemplificar as fases classificadas pelo autor.

Conforme Leal (2013), a publicidade no “armário” considerada toda mensagem publicitária homossexual, produzida nos meios de comunicação durante a formação da cultura de massa brasileira. Nesta fase são consideradas raríssimas afirmações identitárias da comunidade LGBTI+ em anúncios nacionais. E quando na época se reconhece uma campanha na mídia sobre os gays, a publicidade “certamente o faz de maneira até bem mais conservadora e limitada do que na teledramaturgia” (LEAL, 2013, p 136).

A classificação apresentada como publicidade *“in box”* todo material produzido pela comunicação publicitária por homossexuais e para homossexuais, composta basicamente pela mídia impressa, e programado para poucas revistas direcionadas ao público gay brasileiro. Há também, segundo Leal (2013, p. 136), “as operações publicitárias no âmbito da mídia on line, que assumem uma identidade gay nas redes sociais, como é o caso do manejo de postagens para o *Facebook* por marcas e negócios voltados especificamente para o público gay.”

A terceira fase caracterizada como “publicidade-michê” que se adequa e busca compreender os mecanismos das novas tecnologias de informação e comunicação. Presente na comunicação *mobile*, no universo digital, entendendo as características da conexão em rede, privacidade, portabilidade dos *smartphones*, ampliando consideravelmente a midiaticização com o público LGBTI+ no Brasil.

É possível analisar que durante a primeira classificação - publicidade no “armário” - os anúncios publicitários eram timidamente apresentados, quase não existia uma mensagem clara e direta ao público LGBTI+. Apresentada por Leal (2013), analisou nessa fase as campanhas da marca Bombril, nas quais, evidenciaram os trejeitos dos homossexuais sob uma perspectiva de “estereótipos e desconstrução” Iribune (2008).

Para Iribune (2008), as campanhas estereotipadas são as que seguem a linha histórica de rotular uma determinada parcela da sociedade, enquadrando-a sob as linhas de poder e moral. Podem ser classificadas como heteronormativas, aquelas que apresentam os homossexuais em padrões hegemônicos, muita das vezes de forma cômica e que não exhibe de fato uma representação. Por outro lado, classifica as representações desconstrucionistas como sendo “mapa de possibilidades de visualização e de expectativas do consumidor em sintonia

com formas alternativas de vivência da sexualidade” (IRIB NE, 2008, p. 240). Comparando com as campanhas publicitárias, esse tipo de representação pode manifestar alternativas sociais e comportamentais da comunidade LGBTI+, sendo neste caso, compatível com a campanha *Doritos Rainbow*, por proporcionar a quebra de estereótipos.

A partir desse pensamento, Leal (2013) analisou as campanhas da Bombril como sendo pertencente a primeira fase dos anúncios publicitários “no armário”, que classifica como estereotipadas no final da década de 1970. Para ele, os anúncios da Bombril trouxe uma perspectiva das relações de gênero na publicidade, classificando o que seria tarefa masculina e feminina na cotidianidade. Em um tom de humor, os primeiros comerciais da marca tratava de forma timidamente e pejorativa a homossexualidade.

Como o caso do “Bril Machão” na década de 1976, que entrou no ar na televisão aberta brasileira, com o ator e protagonista Nuno Leal Maia - uma forte influência de estereótipo masculino da época.

Figura 02 - Anúncio da Bril (bombril) 1976.



Fonte: Imagem do Google.

De acordo com o autor:

Em 1976 foi produzido um comercial para Bril, um lava-louças superconcentrado da Bombril protagonizado pelo ator Nuno Leal Maia, protótipo da força de uma identidade heterossexual, identificada como o machão nas novelas da época. No comercial, com o seu timbre de voz masculina, o ator descreve o produto, uma novidade para a época. Na última frase, com voz afeminada, desmunhecando, diz: “Bril, o primeiro lava-louças superconcentrado, acaba sempre com a sujeira, nunca com as suas mãos”. (LEAL, 2013, p. 138)

Sistematizado como publicidade “no armário”, os comerciais da Bombril e outras publicidades da época, mesmo diante dos avanços nos discursos do feminismo e das lutas de classe, ainda encontravam-se escassos e em muito dos casos, apresentavam conceitos de forma bem humorada em uma tentativa de “amenizar” os discursos homossexuais. Na campanha “Bril Machão” conforme Leal “o humor produzido pelo momento da desmunhecada dialoga com a heteronormatividade, o heterossexismo” (2013, p.139), seguindo o padrão estereotipado. No entanto, o que se pode analisar na contemporaneidade são as novas formas de comunicação e responsabilidade social. Não cabe aqui destrinchar qual campanha se adequa a que tipo de fase, seja ela - “no armário”, a publicidade “*in box*” ou a “*michê*” - o que se deve levar em consideração é o fato de que grandes mudanças, políticas e econômicas, trouxeram uma nova reflexão e posicionamento da mídia publicitária para com a comunidade LGBTI+.

Em contrapartida, é possível observar uma certa intolerância social quando refere-se a diversidade de gênero na publicidade. Como apontado pelo Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (CONAR), no qual, decidiu abrir um processo para julgar a campanha Dia dos Namorados em 2015, de O Boticário - por receber diversas denúncias de consumidores que consideraram o comercial desrespeitoso a sociedade, a família e a moral.

Segundo o site G1 (2018), a campanha foi uma das pioneiras no Brasil por protagonizar casais homoafetivos, evidenciando o afeto em televisão aberta, gerando uma onda de mobilizações polêmicas na Internet. Apesar da repercussão, o conselho optou por unanimidade pelo arquivamento do caso, depois de considerar centenas de manifestações positivas a campanha. É possível perceber o quão uma campanha que trabalhe, mesmo que timidamente a comunidade LGBTI+, pode impactar e propagar ainda uma interdição sobre os discursos de gênero e sexualidade na publicidade.

Doritos rainbow: uma análise do discurso publicitário

Antes de prosseguir sobre a aplicação da análise de discurso na publicidade, é importante adentrar na teoria que antecede o método para exemplificar sua utilização.

Sob o olhar de Orlandi (2001), a análise de discurso não se trata da língua e nem tampouco da gramática e sim do discurso, que tem a ideia, etimologicamente de curso ou de movimento. Considerada como uma prática de linguagem, a análise de discurso procura compreender a língua fazendo sentido,

sendo assim, no discurso - o lugar onde existe uma relação entre a língua e ideologia, compreendendo como a língua produz esses sentidos pelos sujeitos e para os sujeitos.

Na publicidade, o método tem sido bastante utilizado para analisar os sentidos de diversos anúncios e campanhas. Conforme Coutinho (2014, p. 1301):

Consideramos a publicidade, um dos modos de discursivizar da sociedade que permite ao analista de discurso pensar os efeitos de sentidos ao atravessar o efeito de literalidade desses dizeres para investir na opacidade da linguagem, no descentramento do sujeito, no equívoco, na falha e na materialidade, trabalho da ideologia.

Em outras palavras, para se pensar o discurso publicitário, Coutinho (2014) afirma que é cabível considerar que este se insere em determinadas formações discursivas definidas como parte de uma formação ideológica dada, compreendendo portanto, os aspectos da memória, do imaginário e real, inseridos em um campo sócio-histórico do que é dito ou não dito por essas produções de sentidos.

O corpus deste trabalho é definido por uma unidade textual composta por sons, imagens, letras e cores que possibilita uma vasta interpretação dos sentidos produzidos. Entretanto, delimita-se em primeiro momento uma análise de discurso das frases ditas pelos atores sociais que protagonizam a segunda edição da campanha *Doritos Rainbow* no Brasil.

De acordo com Orlandi (2001), a aplicação do método se deve a três parâmetros essenciais para compreender o que é dito ou o não dito e, neste caso, apontar os possíveis sentidos da campanha publicitária em questão. Portanto, a superfície linguística, o objeto discursivo e o processo discursivo são considerados como bases do procedimento.

Conforme o primeiro procedimento da análise, é possível observar o material bruto coletado na letra da música inserida nos dizeres da campanha *Doritos Rainbow* (2018):

Tantas vezes, tentaram nos calar. Abafar o som da nossa voz. Da nossa história. Da nossa luta. Temos timbres diferentes. Mas temos cada vez mais decibéis. Se é pra falar, vamos falar. Se é pra cantar, vamos cantar. Se é pra gritar, vamos gritar. Juntos, formamos uma só voz. Escute outras vozes. Amplie o seu mundo.

O processo de superfície linguística, segundo Orlandi (2001, p. 65) “o material de linguagem bruto coletado tal como existe.” Neste texto, formado por frases ditas pela campanha e também composto por imagens e cores que simbolizam a comunidade LGBTI+, é possível observar a existência de ativistas e personagens desta comunidade, tal como a cantora travesti e transexual Liniker da banda Liniker e os Caramelos, o ator e *drag queen* Icaro Kadoshi, o homossexual João Silvério Trevisan criador e militante do movimento *Somos*⁷, Iran Giusti, homoafetivo fundador da Casa 1, a lésbica e atleta Rafaela Silva e o militante Murilo Araújo.

7 Grupo de afirmação homossexual fundado na década de 1970 em São Paulo.

Partindo da construção do objeto discursivo, é necessário um recorte das palavras de efeitos ideológicos conforme Orlandi, que entende a linguagem como não isenta de ideologias, para compreender sua discursividade, “desfazendo assim a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira.” (2001, p. 77).

Para tanto, se faz necessário a reflexão para a compreensão do objeto discursivo, formado por frases que irão contrapor o que é dito pela campanha. De acordo com a autora, é importante observar os efeitos metafóricos e os deslizos existentes no corpus analisado - sendo próprios da ordem do simbólico, considerado o lugar da interpretação, da historicidade e da ideologia. Seleciona-se um recorte, possível de identificar devido aos “deslizos” encontrados nas seguintes frases:

Tantas vezes, tentaram nos calar. Temos timbres diferentes. Mas temos cada vez mais decibéis. Se é pra gritar, vamos gritar. Juntos somos mais fortes. Amplie o seu mundo.

Tantas vezes, tentaram nos calar

É possível observar que existe uma historicidade no texto, de um posicionamento político e ideológico bastante claro. Os deslizos estão presentes nos dizeres (tentaram nos calar) que demonstram uma tentativa de silenciamento das vozes que gritam por representação, visibilidade, educação ou condições para se inserirem no mercado de trabalho. No entanto, aponta uma reflexão (quem tentou calar essas vozes?), possivelmente uma sociedade moralista? Facchini (2011) relata a busca pela representatividade LGBTI+ por volta da década de 1970, período da ditadura no Brasil. As instituições familiares e religiosas também podem ser frutos desse silenciamento, ou as empresas, neste caso a publicidade, por somente na contemporaneidade buscar a representação dessas vozes. Portanto, é possível identificar uma multiplicidade de sentidos em uma única frase.

Temos timbres diferentes

Outra frase que chama a atenção neste texto são os apontamentos para a variedade de timbres existentes na canção e na campanha. Os timbres que compõem a música, são analisados como graves e agudos, variantes em corpos que fogem da normatização hegemônica. A cantora Liniker, por exemplo, possui uma voz “masculina”, ou seja, com um timbre grave e suave ao mesmo tempo.

Mas temos cada vez mais decibéis

A palavra decibéis, que quer dizer intensidade de ou volume dos sons e complementa a frase acima (Temos timbres diferentes. Mas temos cada vez mais decibéis). Podem ser interpretadas de várias formas, entretanto, o sentido mais claro destas frases apontam que existe diversas vozes na comunidade LGBTI+ - transexuais, transgêneros, travestis, lésbicas, gays, bissexuais, assexuais, pansexuais, intersexuais, entre outros - com variáveis intensidades de sons, gritos ou clamor por respeito e igualdade.

Se é pra gritar, vamos gritar

É possível analisar um pensamento político e ideológico bastante incisivo durante toda a campanha. A frase em questão possibilita o sentido de gritar por algo, por socorro, pela luta e militância que podem representar diversos movimentos do Brasil - A Casa 1, o grupo Somos, o Grupo Gay da Bahia (GGB), entre outros. O “vamos gritar” remete aos sentidos de união, de comunidade reunida por uma só causa, um só pensamento político.

Juntos somos mais fortes

Também se pode compreender o sentido de comunidade LGBTI+ ainda vigente no texto, como é o caso da (união traz a força). Que possibilita entender um posicionamento ideológico de luta por seus direitos e visibilidade das vozes que representam toda uma comunidade, em busca de unir, para encorajar, empoderar e fortalecer.

Amplie o seu mundo

A assinatura da campanha (amplie o seu mundo) convida os telespectadores, leitores e internautas para ouvir outras vozes. Neste caso, conhecer mais sobre a comunidade LGBTI+, compreender suas ações, ouvir as diferenças, respeitá-las. Ainda, os sentidos podem considerar a violência existente no Brasil, casos de homofobia, transfobia ou lgbtfobia que permeiam o país.

Desse modo, compreendendo o recorte feito através do corpus em questão, a campanha *Doritos Rainbow* aponta diversos sentidos para a análise. De acordo com Orlandi (2001) é possível na análise de discurso a construção de paráfrases inseridas dentro do campo do não-dito, que possibilita uma formação discursiva do que poderia ser dito por tal campanha. Conforme a autora “se às novas maneiras de ler, inauguradas pelo dispositivo teórico da análise de discurso, nos indicam que o dizer tem relação com o não dizer, isto deve ser acolhido metodologicamente e praticado na análise” (ORLANDI, 2001, p. 82). Diante disso, formula-se paráfrases compreendendo o que não foi dito pela campanha da Doritos, ou que pode ser considerado um complemento para as frases já analisadas aqui no campo dos dizeres. Expostos da seguinte forma:

Tantas vezes, tentaram nos calar = Tantos vezes tentaram calar a comunidade LGBTI+.

Temos timbres diferentes = Nós LGBTs temos várias vozes, somos diversos. Mas temos cada vez mais decibéis = Temos intensidades e vozes diferentes.

Se é pra gritar, vamos gritar = Vamos cantar, lutar, gritar mais forte por nossas vidas.

Juntos somos mais fortes = LGBTs unidos são mais fortes. Amplie o seu mundo = Respeite os LGBTs, amplie o seu mundo.

Conforme a análise, é possível perceber diversas lacunas nos sentidos produzidos pela campanha e compreender que não existe um discurso uno, isento de pensamentos políticos e ideológicos, possuindo neste caso um contexto sócio-histórico.

Considerações Finais

Para Orlandi (2001, p. 7) “o processo de produção de sentidos está necessariamente sujeito ao desliz, havendo sempre um ‘outro’ possível que o constitui.” Ou seja, nas paráfrases construídas como complemento e reflexão dos dizeres no texto de *Doritos Rainbow*, só foram possíveis graças à identificação dos deslizos presentes no campo do simbólico.

É possível perceber que a *Doritos Rainbow* expõe uma desconstrução dos estereótipos que a publicidade conforme Iribure (2008) nas últimas três décadas no Brasil, proporcionou. Desconstruindo também, o que Leal (2013) com sua análise das campanhas da Bombril, descreveu a realidade das representações homossexuais, principalmente na “publicidade- michê” como sendo padronizados de forma cômica e silenciada.

É cabível dizer que a marca pôde representar o sentido do movimento político, como apontado por Facchini (2011), desde seu surgimento até a comunidade LGBTI+ como um todo, em toda sua pluralidade.

Apesar de suas práticas capitalistas, a publicidade tem se preocupado não somente com as empresas, mas como essas organizações estão representando e comunicando uma mensagem responsável para a inclusão da comunidade LGBTI+. Esta pesquisa, no entanto, pode despertar a busca por novos paradigmas comunicacionais, e em análises futuras, compreender conceitos como o mercado cor de rosa (*pink money*), ou a publicidade *gay-friendly*, para que possam indicar tendências contextualizadas sobre a área.

E através da análise de discurso, é possível compreender conforme Orlandi (2001), que não existe um discurso isento de ideologia, nem tampouco um único sentido. Nesta pesquisa é possível responder ao objetivo proposto, que existe uma multiplicidade de sentidos no corpus estudado, carregados de formações ideológicas e políticas no campo simbólico, pela busca de representações e visibilidade LGBTI+ que expõem o seu “grito” na publicidade contemporânea.

Referências

BARRETO, Soraya. **Masculinidades em (re)construção**: gênero, corpo e publicidade. 1. ed. Covilhã: Labcom Books, 2016.

BUTLER, Judith. Criticamente subversiva. In: JIMÉNEZ, Rafael M. Mérida. **Sexualidades transgressoras**. Una antología de estudios queer. Barcelona: Icaria editorial, 2003. p. 55-81. CONAR – **Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária**. Disponível em: <<http://www.conar.org.br/>>. Acesso em: 12 jul. 2018.

CASTILHO, Lucas. **Doritos Rainbow, todo colorido, finalmente chegou ao Brasil**. Disponível em: <<https://mdemulher.abril.com.br/estilo-de-vida/doritos-rainbow-brasil/>> Acesso em: 12 jul. 2018 COUTINHO, Renata Corrêa. **Publicidade e discurso**: uma leitura sobre as relações de poder e a individua(liza)ção do sujeito. Disponível em: <<file:///C:/Users/Dell/Desktop/524-1332-1-SM.pdf>>. Acesso em: 13/07/2018. Revista Estudos Linguísticos. São Paulo, set-dez 2014.

DORITOS. **Doritos Rainbow**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=TFFv8EnGMyk/>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

DORITOS. **Escute a voz de Rainbow**. Disponível em: <<http://www.doritos.com.br>>. Acesso em: 13 jul. 2018.

FACCHINI, Regina. **Histórico da luta de LGBT no Brasil**. Disponível em: <http://www.crpsp.org.br/portal/comunicacao/cadernos_tematicos/11/frames/caderno_tematico_11.pdf>. Acesso em: 20 dez. 2011.

FONTES, Maria. **Comunidade LGBT**. Disponível em: <<http://knoow.net/cienciosaishuman/psicologia/comunidade-lgbt/>>. Acesso em: 22 dez. 2017. G1. **Propaganda de O Boticário com gays gera polêmica e chega ao Conar**, 03/06/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/06/comercial-de-o-boticario-com-casais-gays-gera-polemica-e-chega-ao-conar.html>>. Acesso em: 12 jul 2018.

IRIBURE, André. **As representações das homossexualidades na publicidade e propaganda veiculadas na televisão brasileira**: um olhar contemporâneo das últimas três décadas. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) - Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2008.

KNOLL, Graziela Frainer. **Relações de gênero na publicidade**: palavras e imagens constituindo identidades. Rio Grande do Sul: Santa Maria, 2007.

LEAL, Jorge. **Advergay**: uma ação publicitária no “armário”, in box, ou publicidade-michê? Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2014.

LEAL, Jorge. **Advergay: do armário ao comercial de O Boticário**. Revista Espaço Acadêmico nº 187. Maringá, 2016.

ORLANDI, E. P. **Análise de Discurso**: princípios e procedimentos. Campinas, SP: Pontes, 2001. PERUZZO, Cílicia M. Krohling. **Conceitos de comunidade, local e região**: inter-relações e diferença. São Paulo. Líbero, 2009.

LINGUAGEM E PERFORMATIVIDADE DE GÊNERO

Lucas Oliveira de Lacerda¹

Resumo: A comunicação se dará em três momentos. 1º) Analisaremos a teoria dos atos de fala de Austin e os seus proferimentos constatativos e performativos da linguagem, presentes no livro *Quando dizer é fazer: palavras e ação* (1990). 2º) Entenderemos a crítica que Derrida faz à teoria dos atos de fala de Austin, no seu texto *Assinatura acontecimento contexto* (1991), apresentando dois conceitos fundamentais como a iterabilidade e a citacionalidade. Por fim, 3º) Analisaremos a leitura que Butler faz de Derrida e a influência da teoria dos atos de fala de Austin para a construção de sua teoria pós-feminista e de gênero no artigo *Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do "sexo"*, onde analisaremos sua teoria da performatividade de gênero.

Palavras-chave: Linguagem, Gênero, Performance, Performativo, Performatividade.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: lucasdilacerda3@gmail.com

HISTÓRIA, LUTAS E CONQUISTAS DO GRUPO AFIRMATIVO DE MULHERES INDEPENDENTES-GAMI DA CIDADE DE NATAL-RN

José Adailton Sousa dos Santos¹
Lore Fortes

Resumo: Neste trabalho temos como objetivo trazer a história do processo de formação política do Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes-GAMI, localizado no bairro da Redinha, Zona Norte de Natal-RN, apontando sua atuação enquanto espaço de resiliência e emancipação para mulheres lésbicas e bissexuais racializadas. A partir da etnográfica passamos a frequentar as diversas atividades do grupo: formações políticas, atividades de lazer e projetos sociais desenvolvidos pelo grupo. Os dados obtidos apontam o grupo como um espaço de afirmação das identidades de mulheres lésbicas e bissexuais e como um meio de construção de novas agências para ressignificação de novas práticas de vida.

Palavras-chave: Gami; Mulheres; Lésbicas; Visibilidade.

¹ Mestrando – Universidade Federal do Rio Grande do Norte-UFRN.
E-mail: dailtonubj@gmail.com

Neste trabalho² temos como objetivo apresentar o Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes-GAMI, localizado no Bairro da Redinha, Zona Norte de Natal-RN, assim destacamos o seu surgimento, sua atuação política e as principais atividades que são desenvolvidas pelo grupo. Embora o grupo tenha surgido como uma organização de acolhimento somente para lésbicas e bissexuais, ao longo dos anos ele passou a acolher também em suas atividades mulheres heterossexuais e transexuais. Porém, sua luta principal é pela visibilidade e ampliação dos direitos das mulheres lésbicas e bissexuais. Neste estudo, utilizei a etnografia (PEIRANO,2014) a partir da pesquisa de campo no grupo e no Bairro da Redinha, além de observações nas atividades(seminários políticos, festas e jogos de futebol), pesquisa documental(folders das primeiras chamadas para eventos, documentos oficiais do grupo e fotos) busquei a partir desses meios captar a história e a identidade do grupo.

No Brasil, o movimento de lésbicas aparece durante os anos de 1970/80, período da ditadura militar, em um estado marcado pela forte repressão, violência e interdição da liberdade de expressão. Em fevereiro de 1979 as mulheres lésbicas entravam para o Grupo de Afirmação Homossexual-Somos, em São Paulo, era o início do movimento organizado de lésbicas no Brasil. Segundo Fernandes(2015) e Green(2000) neste mesmo ano as mulheres lésbicas iniciam as primeiras ações para a construção de um movimento propriamente lésbico, compreendendo que havia diferenças entre homossexuais e as lésbicas e, por mulheres lésbicas se sentirem em alguns momentos discriminadas pelos homens, elas passaram a unir sua luta junto as ideias feministas, assim dentro do Somos surge um subgrupo, o Grupo Lésbico-Feminista, ou LF, Lésbico-Feminista.

Durante sua atuação o LF, empreendeu suas atividades nas várias mobilizações do período da ditadura, procurava denunciar os exageros do Estado na prática violenta das operações realizadas por policiais em guetos, clubes, bares e ruas frequentados por lésbicas, travestis e prostitutas. Em vários momentos e sob vários episódios lésbicas eram presas sem que apresentassem nenhum tipo de suspeita, conduta indesejada ou algo que fosse caracterizado como crime, “mesmo portando os seus documentos, eram levadas à cadeia de forma indiscriminadamente sob o argumento ‘você é sapatão.’.”(-FERNANDES, 2015, p.136). Assim, o movimento por meio de várias ações passou denunciar a população as constantes prisões praticadas as lésbicas e o forte preconceito da polícia frente as minorias da época.

No dia 25 de Maio de 1980, Fernandes(2015) destaca que ativistas lésbicas e os grupos gays redigiram a primeira carta aberta à população, assinada pelos grupos: “Somos, Ação Lésbico-Feminista, Libertos, Eros e Ação Homossexualista, Movimento Negro Unificado, Nós Mulheres, Grupo Feminista 8 de Março, Associação das Mulheres. Núcleo de Defesa de Defesa das Prostitutas e Frente de Mulheres Feministas”(FERNANDES, 2015, p.137). Na carta continha um repúdio as ações violentas protagonizada pelo estado por meio da polícia a homossexuais, prostitutas, travestis e lésbicas.

Outras ações foram realizadas para denunciar à violência daquele período, no dia 13 de junho de 1980 as mulheres lésbicas participaram de um ato público em frente as escadarias do Teatro Municipal

2 Orientadora. Professora Dra.

de São Paulo. O ato era uma ação contra a polícia e contra o delegado José Wilson Richetti, considerado o caçador de gays, prostitutas, travestis e lésbicas. As lésbicas também participaram do Primeiro de Maio de 1980, em São Bernardo do Campo-SP, embora o movimento tenha uma característica direcionada a esquerda e a aos homens, por se tratar de uma greve dos operários, as lésbicas tinham consciência que entre estes estavam também as mulheres trabalhadoras das fábricas, além das lésbicas que sofriam o preconceito nas indústrias.

Como destacam Fernandes(2015) e Facchini(2002) A participação do LF no encontro do primeiro de maio gerou desentendimento entre os membros do Somos que eram a favor da participação nas manifestações da esquerda e de outros que eram contra, por considerarem que naquele período o Somos não deveria se aliar as ideias da esquerda, assim por decisão da maioria as lésbicas se retiraram do Somos e fundaram seu próprio grupo, o Grupo Ação Lésbico-Feminista que tinha como sigla GALF.

Nesse processo de luta política das lésbicas, há a criação do primeiro jornal de publicação ativista lésbica no Brasil. Segundo Oliveira(2017) e Lessa(2008) o jornal *Chanacomchana* foi criado inicialmente pelo grupo Lésbico Feminista-LF, mais tarde o GALF deu sequência na produção. O jornal que depois passou a ser boletim fazia publicações quadrimestrais, nele buscavam relatar as experiências e vivências das lésbicas, além de trazer a tona as discussões políticas dos movimentos sociais, seu objetivo era “quebrar o muro do preconceito que envolve e isola as mulheres lésbicas, criando uma rede de contatos, informações e apoios no Brasil e no exterior (BOLETIM CHANACOMCHANA, 1987, p.1). O *Chanacomchana* por meio de uma intervenção transgressora e revolucionária passou a ser um instrumento de visibilidade lésbica e luta política, sua atuação foi importante, deu voz a quem tinham sido negados os direitos de fala e de existência.

No dia 19 de Agosto de 1983 ocorreu a invasão ao Ferros Bar, o bar, era um local de socialização lésbica e espaço para a comercialização do *Chanacomchana*, porém as lésbicas passaram a sofrer discriminação, eram hostilizadas pelos seguranças da portaria e depois pelo próprio dono que passou a impedir a frequentação do espaço. Em repúdio a situação as lésbicas organizaram uma invasão ao estabelecimento no dia 19 de agosto, como narra Fernandes(2015) acompanhada pela imprensa lésbicas, movimentos gays, feministas, e ativistas dos direitos humanos fizeram um ato político em defesa da liberdade e da democracia, além do direito de frequentar o bar e poder vender o jornal sem ser incomodadas ou molestadas, após a ação o dono do bar voltou atrás e permitiu a comercialização do jornal.

O GALF finalizou a sua luta política em 1989, sendo um dos primeiros grupos de lésbicas no Brasil, ele foi fundamental para que outros movimentos viessem a surgir com novas perspectivas e desdobramentos políticos. A luta lésbica não parou, a partir dos anos 90 ela ganhou novas configurações, e o movimento passou a incorporar novas discussões sobre os direitos das lésbicas e mulheres bissexuais.

História, lutas e conquistas do grupo afirmativo de mulheres independentes - GAMI

O Grupo Afirmativo de Mulheres Independentes- GAMI³ foi fundado no ano de 2003, em uma data simbólica, dia 29 de agosto, dia onde se comemora o dia da Visibilidade Lésbica.

O grupo nasce a partir da luta de mulheres lésbicas, entre os espaços políticos da cidade de Natal em busca de seu reconhecimento e pelos seu direitos civis. Seguindo o mesmo percurso de formação do primeiro movimento de lésbica no Brasil, tal como foi relatado por Marisa Fernandes(2015) na história do Lésbico-Feminista LF e o Grupo de Ação Lésbica Feminista- GALF, o GAMI, nasceu dentro de um outro movimento homossexual, o Grupo Habeas Corpus Potiguar-GHAP, o GHAP, criado em 1992, o mesmo foi um dos primeiros grupos de homossexuais da cidade de Natal, nele estavam engajados homossexuais, lésbicas e travestis. O grupo demonstrou forte atuação política na cidade, contribuindo enquanto um movimento forte para a reivindicação de direitos da população LGBTQ+.

O GAMI funcionou como subgrupo do GHAP do ano de 2003 a 2005. No ano de 2005 ocorreu a sua separação, as lésbicas do GAMI decidiram romper com o GHAP durante a Parada Gay, que acontecia na Praia do Meio, Zona Norte de Natal. As lésbicas do GAMI apontaram o GHAP por invisibilidade lésbica, logo suas reivindicações não tinham sido colocadas como pautas importantes na agenda do evento, embora todas as lésbicas tivessem trabalhado nas diversas ações, junto aos outros membros do grupo para que ocorresse a parada, perceberam que suas demandas não estavam sendo levadas em conta para serem destacadas no evento. Para (SILVA, 2017, p.22) “várias lésbicas saíram dos movimentos mistos inclusive, da própria ABGLT, denunciando o machismo” e há uma compreensão consensual de que os movimentos mistos LGBT e hetero-feministas não contemplam em seus debates as especificidades lésbicas e em função dessa exclusão, a LBL teria sido criada”.

Pensando o fortalecimento das mulheres lésbicas o GAMI passou a criar uma relação com o movimento de mulheres e movimento feminista, visto que as reivindicações das mulheres lésbicas em algum momento assemelham-se com o feminismo. É importante salientar que essa relação entre lésbicas e feminismo advém de uma relação ideológica e organizativa, logo em nível internacional, como destaca (FALQUET, 2004, p.24) “o movimento de mulheres lésbicas aparece estreita vinculação com o movimento feminista.

No ano de 2004, no Seminário de Fortalecimento e Formação da LBL-Nordeste, o grupo filiou-se a Liga Brasileira de Lésbicas-LBL, após a filiação o GAMI passou a se manter em uma rede de discussão e articulação nacional com outros grupos de lésbicas no Brasil. A partir de então, inicia-se uma intensa busca por direitos e visibilidade política, por meio da promoção de passeatas, encontros, atividades culturais e projetos que envolvem uma grande quantidade de lésbicas, bissexuais, heterossexuais, além de lideranças políticas locais e nacionais.

3 Até o presente momento desta pesquisa o GAMI era coordenado Maria Goretti Gomes. Maria Goretti Gomes é também integrante da Liga Brasileira de Lésbicas-LBL.

Durante o seu período de atuação no Bairro da Redinha o grupo concentrou as suas atividades em projetos que viessem a beneficiar a população local, principalmente para as adolescentes lésbicas, assim encontrou no futebol um atividade para ressignificar a vida das meninas na periferia, colocando oportunidade de lazer e uma possibilidades de adentrar no esporte que é majoritariamente praticado por homens. Para tanto, não só meninas lésbicas participam do esporte, mas mulheres bissexuais e heterossexuais se integram no projeto *Virando o Jogo*.

O grupo também tem realizado ao longo de sua trajetória seminários políticos para debater a visibilidade lésbica e os direitos de acesso a saúde, trabalho e educação. Temas como o racismo, a lesbofobia e a desigualdade social também tem sustentado as discussões e formações políticas do GAMI, principalmente por que o grupo está situado em uma zona periférica onde as opressões de classe, raça, gênero e orientação sexual (AKOTIRENE, 2018) se cruzam de forma mais intensas. Pensando no espaço que o grupo ocupa, ele passou a dialogar com a comunidade sobre outros contextos, envolveu projetos nas escolas, exemplo o projeto *Elas nas exatas: transformação social para jovens adolescentes mulheres no campo da tecnologia e ciência naturais* que visa melhorar o desempenho das meninas nas disciplinas de exatas pra ingressarem em áreas das ciências culturalmente destinadas aos homens, visando romper com a desigualdade nas profissões. Em todas estas atividades o grupo encontrou apoio por parte da comunidade, de alguns órgãos dos estatais e de organizações não estatais e vem lutando por um reconhecimento perante o estado e sociedade.

Considerações Finais

O GAMI tem se constituído como um grupo politicamente organizado, a partir do seu surgimento, contribuiu para a formação política de mulheres lésbicas, bissexuais e heterossexuais, além disso sua atuação não tem se restringido somente ao Bairro da Redinha, mas em outros espaços da cidade e do estado, principalmente nos espaços de decisões políticas. Essas conquistas somam-se ao papel que o grupo vem desempenhando ao longo desses anos. Sua contribuição vai além de uma contribuição política, mas de uma ação de transformação na vida das mulheres, ele tem produzido novos sentidos e existências para as adolescentes. O grupo também passa a ser uma referência para outros grupos de mulheres lésbicas e tem contribuído fortemente com a Liga Brasileira de Lésbicas-LBL por desempenhar um papel político importante na luta pelos direitos das lésbicas e mulheres bissexuais, além disso passou a contribuir com o estudos e teorias sobre mulheres e movimento de lésbica no Brasil.

Referências

- AKOTIRENE, Carla. **O que é interseccionalidade**. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.
- CHANACOMCHANA. Entrevista com “sexualidade e saúde”. São Paulo, Fev/Maio, 1987, nº 12, 1987.
- FACCHINI, Regina. **“Sopa de Letrinhas”?: Movimento Homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 80: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. 2002. 241p. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2002.
- FALQUET, Jules. **Breve reseña de Algunas teorías lésbicas**. México: Fem-e-Libros, 2004.
- FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a Ditadura Militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In. GREEN, James, Renan Quinalha. **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EduFscar, 2015.
- GREEN, James N. “Mais amor e mais tesão”: a construção de um movimento brasileiro de gays, lésbicas e travestis. In. **Cadernos Pagu**, v.15, p.271-295, 2000.
- LESSA, Patrícia. Visibilidade e ação lésbica na década de 1980: uma análise a partir do Grupo de Ação Lésbico-ferminista e do Boletim Chanacomchana. **Gênero**, Niterói, v.8, n.2, 2008, p. 301-333.
- OLIVEIRA, Luana Farias. Quem tem medo de Sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Civil- Militar (1964-1985). In. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**. Salvador, v. 1, n.7, p. 7-19, Maio-Out. Salvador, 2017.
- PEIRANO, Marisa. Etnografia não é método. In. **Horizontes Antropológicos**, Porto Alegre, n. 42, p. 377-391, jul./dez. 2014.
- SILVA, Zuleide Paiva da. LBL - Liga Brasileira de Lésbicas: organização e luta política. **Revista de estudos indisciplinados em gêneros e sexualidades**, Salvador, v.1, n.7, 20-53, Maio/Out. 2017.

RESISTÊNCIAS: TRAJETÓRIAS AFETIVAS E INTERSECCIONAIS DA TRAVESTI E A AMIGA BICHA PRETA.

Rodrigo Márcio Santana dos Santos¹
Thiffany Odara Lima da Silva²

Resumo: A partir da construção dos afetos elegemos os corpos para os afetos e desejo, contudo é imprescindível pensar na sua constituição, sobretudo problematizar os corpos que carregam as marcas da abjeção não elegíveis para relações afetivas e/ou sexuais. Para tanto, este trabalho tem como objetivo promover o debate acerca da interseccionalidades e como atuam nos corpos dissidentes sexuais e gênero. O fomento teórico da discussão dará a partir de autoras interseccionais, feminismo negro e teóricas queer. A metodologia será relatos autobiográficos de uma travesti e homossexual ambxs pretas, moradorxs das periferias de Salvador e região metropolitana para compreender como nas suas vivências formas de racismo e sexismo atuam em suas vidas nos seus entrelaçamentos e combinações.

Palavras-chave: Autobiografias; Interseccionalidades; Gênero, Sexualidades; Preconceitos

1 Discente em Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares em Mulheres, Gênero e Feminismo (PPGNEIM) da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Bolsista CAPES.

E-mail: rodrigo.marcio28@gmail.com

2 Discente de Especialização em Gênero, Sexualidade, Raça, Etnia na formação de Educadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual da Bahia (UNEB).

E-mail: thiffany.odara@gmail.com

O PROCESSO DE DEMARCAÇÃO DO RACISMO E DA TRANSFOBIA NAS MULHERES TRANS NEGRAS: POTENCIALIZAÇÃO DA EXCLUSÃO

Lidiane Gomes dos Santos¹
Francisco Francinete Leite Júnior²
Isaura Caroline Abrantes Silva³

Resumo: As mulheres trans negras vem sendo historicamente acometidas por processos de exclusão que culminam em violências e mortes. Neste contexto destaca-se o racismo e a transfobia, formas de violência que materializam as relações de poder. Assim o estudo vem com o intuito de discutir como o racismo e transfobia em intersecção na vida de mulheres trans negras, utilizando-se metodologicamente da revisão bibliográfica. Tal estudo evidenciou a zona de exclusão a qual habitam tais mulheres que tem sua existência negada e assim consumando que apesar das pesquisas escassas, se percebe que as ações afirmativas e processos de conscientização, fazem com que essas pessoas ocupem os lugares que lhe são negados fortalecendo a sua autonomia e identidade.

Palavras-chave: Mulher Negra Trans, Racismo, Exclusão, Transfobia.

- 1 Graduada em Psicologia e membro do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICT da UNILEÃO com o projeto de Psicologia e diversidade sexual e de gênero: as (trans) experiências na educação de corpos e feitura do gênero de travestis e transexuais no Cariri – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO).
E-mail: lidiane_gomes2015@outlook.com.
- 2 Graduada em Psicologia e membro do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICT da UNILEÃO com o projeto de Psicologia e diversidade sexual e de gênero: as (trans) experiências na educação de corpos e feitura do gênero de travestis e transexuais no Cariri Cearense – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO).
E-mail: isauracaroline@hotmail.com.
- 3 Psicólogo e doutorando em Psicologia Clínica pela UNICAP, Bolsista CAPES e docente na UNILEÃO.
E-mail: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

Introdução

No que tange a mulher trans negra as práticas de exclusões sempre foram algo da qual essas vivenciam, seja no âmbito do trabalho, acadêmico, social e etc. Ao passo que isso se dar pode levar a níveis extremos de exclusão onde culmina muitas vezes em morte e violência, ressaltando que a violência aqui não se restringe a física, mas que perpassa por outros meios como a violência moral, psicológica, violência contra gênero e assim por diante. Nesse contexto de violência se ressalta o racismo e a transfobia, ambas violências que se relacionam no cotidiano da mulher trans negra, onde não é possível haver uma cisão das mesma. Havendo uma demarcação diretamente no corpo dessa mulher, culminando na potencialização da exclusão para com a mesma. Assim tais violências atravessam esses sujeitos no seu dia-a-dia fazendo resistir cotidianamente assim como também lutar pelos seus direitos e assegurá-los.

O presente trabalho se deu a partir de um interesse do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica e Tecnológica – PIBICT do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO) por meio do projeto de Psicologia e diversidade sexual e de gênero: as (trans) experiências na educação de corpos e feita do gênero de travestis e transexuais no Cariri Cearense – (UNILEÃO) como também a falta escassa de pesquisas referente ao tema.

Uma vez que intersecção do racismo e transfobia na vida de mulheres trans negra não é uma pauta colocada dentro dos trabalhos já apresentados assim como tal assunto não é debatido ou estudado dentro da academia. Tendo como principal objetivo da pesquisa discutir de forma crítica como esses preconceitos e violência se mostra no contexto social desses sujeitos.

Metodologia

Para a realização da pesquisa utilizou-se metodologicamente uma revisão bibliográfica onde ocorreu uma análise dos trabalhos já inscritos a partir da base de dados da CAPES (*Comissão de Aperfeiçoamento de Pessoal do Nível Superior*) e BVS (*Biblioteca Virtual em Saúde*) juntamente com a plataforma de dados Scielo (*Scientific Eletronic Library Online*). Nesse sentido foram analisados 25 trabalhos onde apenas 12 destes cabíveis no período de 5 anos (2014- 2018), havendo uma seleção de 4 artigos ressaltando que todos foram na língua portuguesa.

Os principais descritores usados foram “exclusão”, “racismo”, “homofobia” e “violência, salientando o descritor de homofobia que foi utilizado visto que ao colocar como descritor o termo “transfobia” não se visualizava trabalhos. Dessa forma utilizou o termo homofobia e a partir dele foi se fazendo as análises dos trabalhos colhendo aqueles de referência da qual trazia em sua composição a pauta da transfobia. Como principais critérios de exclusão temos o período de 5 anos do trabalhos escritos ou seja, se deu uma ênfase maior nos trabalhos dentro do período de 2014- 2018 assim trabalhos mais antigos foram excluídos. Outro critério foi a exclusão de trabalhos que não trazia consigo a temática que o presente artigo procura discutir e por fim trabalhos que fogem do objetivo proposto.

O presente pesquisa o livro intitulado de *Mulheres, Raça e Classe de Angela Davis, 2016*; da qual a autora traz um prisma da mulher negra colocando o racismo como pauta nas suas discussões e o livro nomeado de *Interseccionalidade e Psicologia Feminista de Conceição Nogueira, 2017*, livro esse que vem esclarecer o que seria essa interseccionalidade.

Resultados

Ao pensarmos no Brasil o mesmo construiu ações afirmativas direcionadas para a população negra, com isso se fizeram presentes alguns debates principalmente questionamentos acerca das identidades raciais. Muitas vezes se perguntando quem era negro e quem era branco. A partir disso se percebe que não existem muitos estudos falando acerca da branquitude, uma vez que a maioria dos pesquisadores são brancos, dessa forma não vendo o processo de embranquecimento como algo nocivo ou não normal. E falar sobre isso é desvelar os privilégios que esse grupo tem frente a outros por conta de sua cor, privilégios esses materiais e simbólicos (SCHUCMAN, 2014).

Como aponta alguns autores estudar ao passo que se estuda o branco se estuda o racismo, visto que esse sistema de opressão tem seus principais fundamentos nesse grupo ocupando um lugar importante não só na manutenção como também na legitimação das desigualdades raciais (BENTO; CARONE, 2002; PIZZA, 2002 apud SCHUCMAN, 2014). Vale ressaltar que na presente pesquisa considera racismo qualquer fenômeno que se apresente de forma a justificar as diferenças, relações de poder, privilégios, relações de opressões e dominação e desigualdades simbólicas e concretas calcadas no conceito de raça, da qual é colocada aqui como um construto social (SCHUCMAN, 2014).

Ao falar desses aspectos podemos visualizar que além do racismo se concretiza outra violência na mulher trans negra, que é transfobia. As pessoas trans, vai na direção oposta em relação a estrutura heterossexual, havendo uma transgressão fomentada pela coerência entre sexo, gênero e desejo. Onde são consideradas seres abjetos, ou seja, seres descartáveis dentro de uma conjunta societária onde dita como a sexualidade deve ser vivida, na qual essa vivencia e forma de ser é colocada como algo que deve ser invisibilizado, indo para fora da sociedade (MAGNO; DOURADO; SILVA, 2018).

É notório que há uma forte tentativa no que diz respeito ao controle das identidades trans, essas que se dão pelos processos de estigmatização, que acontece em diversos níveis desde o nível estrutural até ao nível das relações do dia-a-dia/ relações sociais que se estabelecem. No que tange desse último nível citado é comum ouvir relatos de discriminação, exclusão e violência onde muitas vezes resultam em mortes, havendo uma gama de estudos apontando para esses dados tanto dentro do Brasil como fora. (MAGNO; DOURADO; SILVA, 2018).

O racismo e transfobia marca o a mulher trans negra dentro de um movimento que as duas violências se interacionam sem diferenciar o que mais traz sofrimento ou violência, pois ambas atinge a mesma no mesmo tempo. Acarretando em sofrimento psíquico, violência e exclusão.

Acredita-se que os modelos clássicos de compreensão dos fenômenos de opressão dentro da sociedade como os mais comuns baseados no sexo/ gênero, na “raça”/ etnicidade, na classe, na religião, na nacionalidade, na orientação sexual ou na deficiência (as designadas categorias *máster*) não agem de forma independente uns dos outros; pelo contrário, essas formas de opressão inter- relacionam-se criando um sistema de opressão que reflete a interseção de múltiplas formas de discriminação (AZZARITO; SOLOMON, 2005; BROWNE; MOSRA, 2003; DEFRANCISCO; PALCZEWSKI, 2007; MCCALL, 2005; NASH, 2008; STAUNAES, 2005 apud NOGUEIRA, p. 142, 2017).

Assim a autora citada anteriormente nos reforça que estudar gênero também implica em estudar raça, uma vez que ambas estão ligadas dentro de um conjunto bem maior estas trabalhando de forma conjunta. Visualiza-se que uma mulher trans branca vai sofrer com a transfobia mais por uma vez o sistema de opressão que o racismo perpassa essa não irá sentir/sofrer, diferente da mulher trans negra.

Da qual o ser negro perpassa por um processo de torna-se negro, onde é um processo que se dar de forma lento e cotidiana, um caminho busca por uma auto-definição. Que atravessa por conjunturas históricas e políticas, por momentos de confusões, descobertas e tensões onde envolve não só a família como sua subjetividade. Assim a questão racial vai além se tornando uma afirmação de dizer: eu sou negra. Não sendo só falas, mas também vivencias enquanto negra (FROZ; SANTOS, 2017).

Assim no cenário atual encontrasse as transexuais como também a travestir, tendo seus direitos negados desde do seio familiar até adentrando outros ambientes tais como: educação, moradia e trabalho. Direitos esses que são assegurados por qualquer cidadão brasileiro, impossibilitando essas de gozarem do seu direito. Mas pelo contrário, o que impera é um discurso higienizador pautado no bem estar da sociedade da qual é defendida por pessoas que se intitulam defensores da ordem e dos bons costumes, mas que por traz desse discurso há uma violência enorme que muitas vezes nem aparece perante os outros (OLIVEIRA; PORTO, 2016). Juntamente com isso ainda se percebe falas e ações que eram colocadas no período escravocrata, como por exemplo o direito negado para essas mulheres e a violência sexual que se praticava. Isso ainda ocorre com a mulher trans negra, sendo atribuído um novo significado, como também esse corpo é visualizado como um objeto. Assim é preciso refletir e perceber que as intersecções entre raça e gênero e classe existem relações mutuas e outras que se dão de forma cruzada (DAVIS, 2016). A mulher trans negra ela não é apenas então somente um conjunto de opressão é preciso lembrar, que ela é símbolo de resistência e de luta, seja no ambiente educacional, profissional ou familiar.

Conclusão

Com a presente pesquisa demonstrou que a existência dessas mulheres são negadas cotidianamente, dessa forma indo de encontro a zona de exclusão. As ações afirmativas funcionam como um ponto da qual ainda se tenta a garantia de direitos dessas mulheres, mas que entretanto ainda não se

torna suficiente perante a lacuna que se instaura para as mulheres trans negra. Visto que não é apenas um âmbito ou área que lhe são negadas e sim quase todas existentes como foi falado ao longo do texto.

Dessa forma se faz imprescindível ainda se construir ações, leis, programas que possam auxiliar esses sujeitos garantindo não só seus direitos como também que essas possam usufruir sem que sua morte seja causada, nesse sentido a participação dessas na construção dessas ações se mostra de forma relevante já que estas podem relatar quais são as principais necessidades e violências que lhe perpassam.

O processo de conscientização é direcionado não só pra reafirmar pra essas pessoas que sim elas tem esses direitos, como também pra sociedade civil na tentativa de deixar visível um movimento que já ocorre a anos e pode ganhar muito mais força quando se junta com grupos de pessoas que entende que é importante como também necessário para uma sociedade mais justa. Esse processo de consciência não ocorre de um dia para outro, porém começar a se tentar já é o primeiro passo para não precisar mais falar que as vidas das transexuais negras importam, e que é uma vida que vale a pena ser vivida como a de qualquer outra.

Tanto as ações afirmativas como o processo de conscientização vem com o intuito de garantir não só sua liberdade, como a de fortalecimento de sua autonomia e poder de escolha. Concretizando o seu processo de identidade dentro da sociedade. Vale ressaltar que a academia tem um papel importante, uma vez que não se ver pesquisas relacionando raça a mulher trans, assim tendo como resultado pesquisas escassas referente ao tema. Dessa forma é necessário pensarmos em possíveis trabalhos acadêmicos que abarque essa causa, dando visibilidade tanto as suas lutas como violências sofridas.

Referências

NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e Psicologia Feminista**. Salvador, Bahia: Devires, 2017.

DAVIS, A. (1994). **Mulheres, Raça e Classe**. Tradução: Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.

MAGNO, L.; DOURADO, I.; SILVA, L. A. V. Estigma e resistência entre travestis e mulheres transexuais em Salvador, Bahia, Brasil. **Rev. Cadernos de Saúde Pública**, v. 34, n. 5, 2018. Disponível em: <<https://www.scielo.org/article/csp/2018.v34n5/e00135917/#>>. Acesso em: 03 de nov. 2018.

OLIVEIRA, J. F. Z. C.; PORTO, T. C. A Transfobia e a Negação de Direitos Sociais: A Luta De Travestis E Transexuais Pelo Acesso À Educação. **Congresso Latino-americano de Gênero d Religião**. São Leopoldo, v.4, 2016. Disponível em: <<http://www.anais.est.edu.br/index.php/genero/article/view/649/363>>. Acesso em: 03 de nov. 2018.

FROZ, S. S.; SANTOS, S. M. P. Sexualidade e Cor em Becos da Memória, de Conceição Evaristo. **Interfaces Científicas-Humanas e Sociais**. Aracaju, V.6, N.2, p. 199 – 208, 2017. Disponível em: <<https://periodicos.set.edu.br/index.php/humanas/article/view/4470/2450>>. Acesso em: 03 de nov. 2018.

SCHUCMAN, L. V. SIM NÓS SOMOS RACISTAS: Estudo Psicossocial da Branquitude Paulistana. **Rev. Psicologia e Sociedade**. São Paulo, 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v26n1/10.pdf>>. Acesso em: 03 de nov. 2018.

VISIBILIZANDO A NARRATIVA DA TRAJETÓRIA ESCOLAR DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS: EFEITOS DA PREVALÊNCIA DA HETERONORMATIVIDADE NO ESPAÇO-TEMPO DA ESCOLA.

Vanini Bernardes Costa de Lima
Margareth Cristina de Almeida Gomes

Resumo: O espaço-tempo da escola é um campo de disputas de sentidos. Estabilizar os sentidos de ser mulher dentro de uma matriz heteronormativa tem efeitos que podem ser carregados de elementos opressivos. Neste trabalho, investigamos a superfície textual das narrativas produzidas em entrevistas para problematizar os efeitos da heteronormatividade na enunciação da trajetória escolar de mulheres lésbicas e bissexuais. Ao visibilizarmos suas demandas, buscamos fortalecer as redes de combate ao preconceito e a discriminação no espaço-tempo da escola. Em nossa investigação o grêmio aparece como sendo um possível espaço para debates e combate a preconceitos, valorizando as demandas por reconhecimento de diferenças e singularidades destas mulheres.

Palavras-chave: gênero, feminismo, educação, grêmio, heteronormatividade.

“É MEU DIREITO DE MÃE”: NARRATIVAS DE MULHERES INTEGRANTES DO GRUPO DE MÃES DO SISTEMA SOCIOEDUCATIVO DE FORTALEZA

Ingrid Lorena da Silva Leite¹
Ana Larisse Santos Barbosa²

Resumo: O estudo analisa as narrativas e experiências de mulheres integrantes do grupo de mães e familiares do sistema socioeducativo de Fortaleza. Através dessas análises busco interpretar como os significados da palavra mãe são agenciados por múltiplos sujeitos políticos na trajetória das mulheres que são mães de jovens que se encontram em situação de privação de liberdade. A partir desse cenário, destaco que as mães interlocutoras da pesquisa são mulheres moradoras de localidades periféricas da cidade, autodeclaram-se pardas e/ou negras e têm suas experiências elaboradas por situações de violência. Como recurso metodológico, debruçei-me sobre as experiências das mães a fim de compreender suas narrativas e ações enquanto sujeitas que fazem parte de um grupo. apropriei-me de duas técnicas: entrevistas em profundidade e observação participante. Destaco que a pesquisa possibilitou compreender as disputas que atravessam o acionamento do termo mãe. Tais disputas envolvem implicações morais em torno do termo, precipitadas a partir de relações de poder e expressão de emoções que norteiam as interações entre os sujeitos implicados nas situações de privação de liberdade nos centros educacionais de Fortaleza.

Palavras-chave: genero, interseccionalidades, movimentos sociais

1 Professora do Curso de Serviço Social – UECE.
E-mail: ingrid.leite@uece.br

2 Graduanda do Curso de Serviço Social – UECE.
E-mail: larissesantosb@gmail.com

A ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA QUEM DELA NECESSITA: UMA ANÁLISE CRÍTICA DAS DEMANDAS LGBT FRENTE ÀS (DES)PROTEÇÕES SOCIAIS

Gleydson Felipe Duque de Paiva¹
Wellington Nascimento Esteves²

Resumo: Advinda da caridade, a Assistência Social se estabelece, hoje, como política, atuante nas proteções: básica e especial. Ambas cindem os trabalhos das vulnerabilidades sociais e das violações de direitos. Neste entendimento, é cabível considerar o público LGBT, marginalizado e vulnerabilizado, como perfil para essa política. Configura-se importante estabelecer análise de conjuntura, frente ao capitalismo que contribui, significativamente, nos processos de vulnerabilização das minorias. Imprescindível considerar as dissidências entre movimentos sociais e poder público, bem como os retrocessos e desmontes que corroboram com a insuficiência das políticas públicas e, dos serviços socioassistenciais, desconsiderando cada vez mais, as especificidades das demandas que permeiam esse público.

Palavras-chave: Assistência Social, vulnerabilidades sociais, violações de direitos, público LGBT e movimentos sociais.

1 Assistente Social, Especialista em Gênero e Sexualidades – AVM/UNYLEYA.
E-mail: gleydson.felipe@hotmail.com;

2 Advogado, Especialista em Direito e Processo Penal – Estácio, Especialista em Direito Imobiliário – UCAM.
E-mail: wellington.esteves@hotmail.com

A PERSPECTIVA DE UM FUTURO: AUTOETNOGRAFIA DE UMA TRANSEXUAL UNIVERSITÁRIA NO SERTÃO PERNAMBUCANO

Rayanna Sophia de Souza¹
Lorena Lima de Moraes²
Nicole Louise Macedo Teles de Pontes³

Resumo: Para além das dificuldades enfrentadas pela população Trans na atualidade, observa-se que o processo de exclusão ocorre devido a fatos históricos de invisibilidade nos espaços institucionalizados, principalmente no âmbito universitário, decorrente da falta de políticas públicas e ausência de direitos igualitários. Este artigo é apresentado na forma de autoetnografia partindo das minhas experiências como a primeira mulher Trans a iniciar uma trajetória acadêmica na universidade federal rural no sertão pernambucano. Será discutida minha experiência em relação à perspectiva sobre o futuro, às dificuldades enfrentadas e às conquistas pessoais e institucionais, tendo como objetivo, descrever a histórica dificuldade de acesso ao processo educacional enfrentado pela população Trans no Brasil.

Palavras-chave: Transexualidade, Universidade, Autoetnografia, Sociedade, LGBTQTI+.

- 1 Graduanda em Bacharelado em Ciências Biológicas – Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada.
E-mail: raysouzaa29@gmail.com
- 2 Doutorado em ciências sociais pela universidade do estado do rio de janeiro. Professora adjunta da Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada.
E-mail: llorenamoraes@gmail.Com;
- 3 Doutorado em sociologia pela universidade federal da paraíba, kikole@gmail.Com; 2 Universidade Federal Rural de Pernambuco - Unidade Acadêmica de Serra Talhada.
E-mail: kikole@gmail.Com;

LÉSBICAS PROFISSIONAIS DO SEXO: EXPERIÊNCIAS E SEXUALIDADES DISSIDENTES

Juliana Mazza Batista Costa¹
Elaine Magalhaes Costa Fernandez²

Resumo: Esta comunicação é um recorte de uma tese de doutorado em andamento no PPG de Psicologia da UFPE que objetiva compreender as experiências de mulheres que se autoidentificam como lésbicas e que exercem a prostituição como trabalho. De desenho qualitativo, a pesquisa visa promover o debate sobre a sexualidade enquanto dispositivo de poder, as sexualidades dissidentes e a heterossexualidade enquanto norma. Sendo esta comunicação uma revisão da literatura sobre lesbianidade e prostituição, procura-se levantar indicadores de práticas afetivas e de trabalho, desejos, identidades, preconceitos, crenças, normas, autonomias e opressões. Espera-se que a análise dos dados obtidos contribuirá à compreensão de forma ampla sobre os campos da sexualidade, LGBT, político, lesbianidades e da prostituição.

Palavras-chave: lesbianidade; prostituição; sexualidade dissidente; LGBT; revisão da literatura.

1 Psicóloga e Doutoranda em Psicologia – PPG Psicologia da UFPE.
E-mail: juli.mazza@gmail.com

2 Docente do curso de Psicologia – UFPE.
E-mail: elainef@free.fr.

Introdução

Este estudo é um recorte de uma tese de doutorado em andamento no PPG de Psicologia da UFPE, que busca compreender as experiências de mulheres lésbicas profissionais do sexo. Este compreender versa sobre um conjunto de fatores que constituem essas mulheres, sobre a experiência de ser lésbica – envolvida por questões identitárias, desejos, práticas, parceiras, preconceitos, armários, resistências, identidades- e de manter o trabalho sexual como prática econômica-sexual – envolvida por estigmas, preconceitos, relações com o trabalho, vulnerabilidades, práticas sexuais com os(as) clientes, processos de autonomia e exploração, desejos, riscos, os controles, as opressões, os medos, os prazeres, as negociações, o cotidiano, os diversos atravessadores sociais, redes de sociabilidade, relações familiares.

A experiência das mulheres é uma das questões na qual se ancora a Epistemologia Feminista, ou seja, a importância do Feminismo nas ciências é pensar sobre as questões das mulheres, evidenciar os silenciamentos, preconceitos, violações de direitos e entender como são vividas e compreendidas as experiências destas. Ajudando a construir conhecimentos, visibilizar, propiciar lugares de fala para estas. É importante compreender os limites da experiência e de que modo essas serão entendidas e interpretadas. Isso será levado em consideração neste estudo. A noção da verdade em ciência abre um leque de reflexões a partir das noções de experiência, de um lado a evidência e do outro a imparcialidade científica, o que abrange um debate sobre a verdade na ciência.

Quando a evidência oferecida é a evidência da “experiência”, ganha mais força a noção de referencialidade - o que poderia ser mais verdadeiro, afinal, do que o relato do próprio sujeito sobre o que ele ou ela vivenciou? É precisamente esse tipo de apelo à experiência como evidência incontestável e como um ponto originário de explicação - como um fundamento sobre o qual a análise se baseia - que enfraquece a investida crítica das histórias da diferença (SCOTT, 1998, p.25).

Metodologia

Esta comunicação se apresenta como uma revisão da literatura, a partir de fontes diversas de pesquisa, que estivessem relacionados com o tema. Garantindo que diferentes publicações fossem alcançadas, como artigos científicos, livros, recursos textuais, artigos de jornal, teses, dissertações (acadêmicas e profissionais) e trabalhos de cursos profissionalizantes.

Nestes foram realizadas a Revisão Sistemática da Literatura da temática apresentada. Para tal, foi realizada uma revisão sistemática da literatura em três fontes de busca em bibliotecas virtuais da Scientific Electronic Library Online (SciELO)³, Portal de Periódicos CAPES/MEC⁴ e o Catálogo de Teses da CAPES⁵.

3 1 <http://www.scielo.org>

4 2 <http://www.periodicos.capes.gov.br>

5 3 <http://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>

Foram também encontrados debates sobre o tema em blogs e sites da internet com relatos de mulheres, com auxílio da ferramenta de busca do Google.com. Entendendo que estes não se inserem nos textos científicos, contudo, nos trazem informações relevantes sobre o campo. Este material será trazido adiante no sessão da discussão teórica.

Resultados

Como resultado do levantamento sistemático da literatura nas Bibliotecas Virtuais e nos Banco de Teses e Dissertações por quantidade de trabalhos, os temas mais relevantes relacionados a lesbianidades são dois: *Vivências e relatos* – relações afetivas, estilo de vida, familiares, maternidades, conjugalidades, poesia, mídia; e tema dos *Movimentos Sociais e dos Direitos* – articulações de mulheres lésbicas, as pautas como invisibilidade, articulação entre mulheres, o direito a Saúde, combate a lesbofobia e preconceitos.

Nos estudos sobre prostituição destaco quatro temas: *A exploração sexual de crianças e adolescentes* – dentre esses o uso de drogas, riscos e vulnerabilidades sociais, a rua como espaço de moradia; *a Saúde Sexual, em destaque o HIV* – incluindo o acesso a saúde e prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (IST's)⁶; e *As experiências* - o sentido disso na vida das pessoas, as relações com o trabalhos sexual, vínculos afetivos; e *os debates transversais* – dentre estes as travestis e transexuais, o trafico de pessoas. O tema das experiências será para nós o mais relevante, os demais apenas se aproximam do que precisaremos para construção.

A partir da leitura e análise dos trabalhos encontrados, buscamos compreender o que nestes apontavam a intersecção entre lesbianidade e trabalho sexual, aprofundando com debates do campo de estudos da sexualidade, lesbianidade e prostituição. Assim, na sessão a seguir, será tratado a partir dos trabalhos encontrados e de outros textos referentes a temática o debate sobre a temática específica estudada.

Discussão

No leque dos estudos das Sexualidades, posso afirmar que a lesbianidade envolve vivências afetivas, sexuais e desejos que vão de encontro à norma heterossexual (BUTLER, 2003; RICH, 2010) e a prostituição trata de um tipo de trabalho sexual que vai de encontro às normas morais desta sociedade ocidental (FOUCAULT, 1988; PARKER, 1991). Majoritariamente as experiências na lesbianidade não abarcam as relações sexuais e afetivas com homens, e menos ainda relações de trabalho sexual com estes, como na prostituição. São vivências afetivas e de trabalho nas quais a orientação sexual exclui parte dessas vivências.

6 4 Nos trabalhos é citado o termo Doenças sexualmente transmissíveis (DST)

Estas encontram dentro do leque das práticas e desejos que são entendidos como a sexualidade que é dissidente. Dissidente por que vai de encontro à norma, norma essa que rege desejos, prazeres, práticas e identidades em torno do exercício e da vivência da sexualidade. Foram normatizados os desejos (poliamor, incesto consentido, sexo grupal, sexo intergeracional, homossexualidade), os prazeres (Bondage, Disciplina, Dominação, Submissão, Sadismo e Masoquismo (BDSM), prazer anal, sexo com objetos), as práticas (como o sexo entre mulheres, sexo comercial - prostituição, pornografia, massagem), e as identidades (como as identidades não-normativas: lésbicas, gays, transexualidades, intersexo, queer, as não-binárias). Há também as que são consideradas práticas ilegais que chegam a se configuram como crimes (pedofilia, zoofilia, incesto).

Pensar a identidade lésbica a partir de práticas, desejos, partilha de uma cultura coletiva. E qual o lugar que ocupa as práticas sexuais com homens nessa identidade? Gláucia Almeida e Maria Luiza Heilborn (2008) apontam que mulheres podem não se identificar como lésbicas, não por práticas afetivas-sexuais com homens, mas sim por rejeitar os outros símbolos da construção dessa identidade. Desse modo, podemos tomar o caminho inverso também. Mulheres que tem práticas afetivas-sexuais com homens, podem se identificar como mulheres lésbicas. Seriam elas bissexuais?

Adrienne Rich (2010) traz ao debate e nomeia como heteronormatividade compulsória esta norma social que vai compulsoriamente enquadrando, produzindo e normatizando mulheres na heterossexualidade, e afastando estas da possibilidade plural de seus desejos, afetos e companhias. “Ao reconhecer que para muitas mulheres a heterossexualidade pode não ser uma “preferência”, mas algo que tem sido imposto, administrado, organizado, propagandeado e mantido por força” (RICH, 2010, p.35). A autora Monique Wittig (1980) afirma que “seria incorreto dizer que as lésbicas se associam, fazem amor, vivem com mulheres, pois “mulher” tem significado apenas em sistemas de pensamento heterossexuais e em sistemas econômicos heterossexuais. As lésbicas não são mulheres” (p.6)

Entendemos Prostituição como uma atividade que se insere no leque de trabalhos sexuais. Trabalhos sexuais são trocas de serviços sexuais, produtos ou performances, ou seja, “trocas econômico-sexuais” entre adultos e com consentimento. Podem ser trabalhos em que haja interação direta entre as pessoas (prostituição, massagem), ou por estimulação sexual indireta (strip-tease, foto, vídeo). Assim, a casa e a família estão reservadas à sexualidade domesticada, reprodutora, sendo a rua “um espaço fundamentalmente masculino, habitado talvez por putas e pecadoras, mas certamente não por esposas corretas e mães” (PARKER, 1991, p.157). Prostitutas não seriam moças de boa família e nem a elas seria reservado o lugar social desta, “uma ameaça à lógica do ordenamento social, ao suscitar ideias de transgressão e liberdade” (MORAES, 2014, p.119). São práticas dissidentes, de transgressão.

Sobre as intersecções entre lesbianidades e prostituição.

Esta sessão tem início a partir da perspectiva interseccional entre lesbianidades e prostituição. Acreditando que as identidades que constituem as mulheres é fruto de múltiplas experiências. Para

Conceição Nogueira (2017) a interseccionalidade tem por base importantes premissas relacionadas com a simultaneidade das múltiplas categorias, em vários níveis. Sendo a interseccionalidade maior do que a soma destas categorias. Não se acredita assim, na sobreposição de categorias. Desse modo não acredita que a identidade existe a partir de camadas removíveis e separáveis, sendo as “facetas da identidade partes integrais inter- relacionadas de um todo complexo, sinérgico infundido que torna tudo completamente diferente quando as partes são ignoradas, esquecidas ou não nomeadas (NOGUEIRA, 2017, p.147).

São vivências eróticas que envolvem afetos, desejos, práticas afetivas e relações de trabalho. Uma das interlocutoras de Danieli Machado Bezerra (2012) relata: “Me dá um nojo! Eu não gosto de penetração. Eu só penso em minha mulher que tá lá em casa, cuidando do meu filho. Só penso nela. Eu amo ela” (p.66). E como podemos pensar sobre isso nas relações de trabalho com clientes homens e mulheres. Seria um duplo armário? Podem clientes e parceiras estarem cientes dessas relações? Devem elas(es) saber? E a relação com a família, com as(os) filhas(os).

As amigas de Ly atendem entre três e quatro homens por dia. Ela, apenas um ou dois. “Sou fraca e sem talento”, brinca. Ly não divulga seu trabalho em sites ou redes sociais. A maioria dos contatos acontece por indicação dos próprios clientes. “Eles acham o máximo comer uma lésbica. A pergunta que ouço sempre depois de ter transado é se ainda gosto de mulher. Com um sorriso de canto de boca, respondo que continuo gostando ainda mais!”. Fico curiosa sobre isso, quero saber se ela finge orgasmos. “Como ninguém! Sou uma excelente atriz. Os lubrificantes ajudam.”⁷

Existem questões que precisam ser pensadas e evidenciadas quando se pensa a sexualidade, o trabalho sexual e a saúde sexual dessas mulheres. A saúde sexual, as relações familiares, os riscos e as vulnerabilidades sociais, a relação entre exploração e autonomia, os armários que circundam essas experiências são de muita relevância pois estas mulheres existem e estão as margens, invisíveis.

Conclusão

Este estudo contribui para o campo dos Direitos Sexuais, Sexualidade, Sexualidade Dissidente e LGBTQI+, sobretudo para o campo das Lesbianidades e da Prostituição. Abarcando questões específicas destas mulheres, suas práticas afetivas-sexuais com suas companheiras e nas suas relações de trabalho.

São mulheres que vivem práticas afetivas e de trabalho circunscritas no preconceito, na invisibilidade e não reconhecimento destas como sujeitos de direitos. Se torna relevante proporcionar espaços de fala, possibilitar que estas cada vez mais venham a se colocar e a serem pensadas em suas experiências. Entender como são vividas e compreendidas essas experiências.

⁷ Lésbica, mãe e garota de programa - <https://blogdamorango.blogosfera.uol.com.br/2018/04/27/lesbica-mae-e-garota-de-programa/?cmpid=copiaecola>

Referências

ALMEIDA, Gláucia; HEILBORN, Maria Luiza. Não somos mulheres *gays*: identidade lésbica na visão de ativistas brasileiras. **Gênero**: Núcleo Transdisciplinar de Estudos de Gênero - Nuteg, v. 9, n. 1, p. 225-249, jan./jun. 2008.

BEZERRA, Danieli Machado. **Prostitutas entendidas**: um estudo sobre profissionais do sexo lésbicas. Rio de Janeiro: Multifoco, 2012.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro, ed. Civilização Brasileira, 2003.

FOUCAULT, Michael. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

MORAIS, Aparecida Fonseca. Corpos normalizados, corpos degradados: os direitos humanos e as classificações sobre a prostituição adulta e jovem. In: SIMÕES, Soraya Silveira; SILVA, Hélio R. S.; MORAES, Aparecida Fonseca. (Org). **Prostituição e outras formas de amor**. Niterói: Editora da UFF, 2014.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Salvador, Bahia. Editora Devires, 2017.

PARKER, Richard G. **Corpos, prazeres e paixões**: cultura sexual no Brasil contemporâneo. São Paulo: Best Seller. 1991.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas** – estudos gays: gênero e sexualidades, v. 4, n. 05, 2010.

SCOTT, Joan W. A invisibilidade da experiência. **Proj. História**, São Paulo, fev, 1998.

WITTIG, Monique. **O Pensamento Hetero**. 1980.

POLÍTICA E BIOMONSTRUOSIDADE

Lucas Oliveira de Lacerda¹

Resumo: Esta comunicação busca investigar as monstras da cidade de Fortaleza, que são um conjunto de dissidências de gênero e sexualidade em corpos mutantes que utilizam do close, da moda, do pensamento e do deboche como armas ético-estético-políticas de enfrentamento aos modos de vida majoritários, um afeto biopotente de enfrentamento aos afetos biopolíticos do Estado. Agindo no campo micropolítico com pequenos focos de luz e resistência, que assim como os vagalumes em sua coreografia no escuro, fazem proliferar uma verdadeira legião de monstros, fungos e devires- mutantes, um verdadeiro exército de monstras, ciborgues, alienígenas e não-humanas que usem do deboche como arma de guerra e resistência.

Palavras-chave: Biopolítica. Biopotência. Biomonstruosidade. Morte. Vida.

¹ Graduando em Filosofia pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: lucasdilacerda3@gmail.com

IMAGENS DO SEXO EM PÚBLICO

Matheus Araujo dos Santos¹

Resumo: Neste artigo me aproximo da errância sexual a partir de suas modulações decorrentes das tecnologias da comunicação e da imagem. Através de distintos registros e regimes de visualidade procuro perceber como narrativas heterogêneas emergem a partir deste tipo de experiência urbana. Tendo como ponto de partida as primeiras imagens produzidas pela polícia e utilizadas como evidências criminais na década de 1960 -quando cerca de 30 homens foram encarcerados por sodomia em Mansfield, EUA-, apresento questionamentos sobre arquitetura, corpo, poder e possibilidades de controle e profanação do espaço público.

Palavras-chave: Errâncias sexuais; imaginários urbanos; profanações

¹ Doutor em Comunicação e Cultura pela UFRJ; 2 Professor Visitante – UNEB.
E-mail: matheus2099@gmail.com

NA PELE: AS EXPERIÊNCIAS ORGIÁSTICAS BAREBECKING DE HOMENS SOROPOSITIVOS QUE FAZEM SEXO COM HOMENS

Gleudson Vieira¹

Resumo: Esta comunicação versará sobre as experiências afetivo-sexuais de homens que fazem sexo com homens, soropositivos, adeptos das orgias *barebacking*, ou seja, sexo anal, casual, intencionalmente realizado sem o uso do preservativo. Dará ênfase as festas privadas, em especial as orgias do Rei Sol. Estas são regularmente realizadas em um apartamento localizado no centro da cidade de São Paulo. Seus participantes são homens que fazem sexo com homem, maiores de 18 anos, portadores do vírus HIV. O trabalho tem por objetivo compreender os (novos) agenciamentos e deslocamentos corporais e subjetivos vivenciados pelos sujeitos a partir da experiência orgiástica *barebacking*. Por meio da observação participante e de entrevistas realizadas em profundidade sugere-se que as práticas sexuais e socialidades experimentadas no contexto das orgias *barebacking* – tempo e espaço específicos –, a quais parecem ser deflagradas pela descoberta da nova condição sorológica, implicam na disponibilização de mecanismos os quais serão utilizados pelos orgiásticos *barebackers* para se (re) posicionarem no mundo ou, como argumento, para a construção de um novo mundo.

Palavras-chave: Experiência sexual, Orgias, *Barebacking*, HIV/aids

¹ Doutorando em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco – UFPE

MULHERES EM SITUAÇÃO DE RUA E SEXUALIDADES

Neyla Priscila de Araújo Castro¹

Resumo: Este artigo visa refletir sobre o contexto das mulheres em situação de rua na cidade de Fortaleza, e as formas de sexualidades vividas na rua. Busco a partir da pesquisa qualitativa, alicerçada na observação participante e nos diários de campo que foram utilizados na pesquisa empírica realizada no Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua, evidenciar a problemática de vulnerabilidade social e econômica que essas mulheres vivenciam, sobretudo, problematizando o campo da sexualidade como elemento de manifestação social e histórica. Ressalto que estar em situação de rua configura-se como um problema global evidenciado, principalmente em centros urbanos. Ao trazer à tona as sexualidades vividas na rua, as mulheres revelam condições adversas que enfrentam em seu cotidiano marcadas por riscos e vulnerabilidades, que se expressam na forma de preconceito e discriminações perpassadas também por prazeres e formas de sociabilidade. As participantes apontam a precariedade dos serviços públicos ofertados, com destaque aos relacionados à sexualidade. Revelam sobretudo as formas de sociabilidade desenvolvidas entre os grupos como algo de destaque. Por fim, descrevem um contexto carente de políticas públicas relacionadas à temática em questão.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidades e Mulheres em Situação de Rua.

1 Pós-graduanda em Serviço Social, Políticas Públicas e Direitos Sociais – CESA /UECE. Assistente Social – Centro de Referência Especializado para Pessoa em Situação de Rua/Centro POP
E-mail: neylaprisilaaraujo@gmail.com

O DIA D DOS HOMENS A NÃO ADEÇÃO AO TOQUE RETAL E PREVENÇÃO DO CÂNCER DE PRÓSTATA E A IMPORTÂNCIA DO ENFERMEIRO

Severino Francisco de Souza Leão¹

Elzomar Mendonça Freire²

Karoline Mirapalheta Dias³

Resumo: O câncer de próstata é uma problemática grave, polêmica, multifacetada e complexa na contemporaneidade, já que diversos fatores são responsáveis pelos óbitos em função de inúmeros fatores. Em face de esta constatação é que a metodologia objetiva conscientizar a população masculina que procurava atendimento no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel sobre a importância da realização do exame para diagnosticar precocemente a enfermidade e consistiu na utilização de folders, cartilhas educativas, panfletos, vídeos educativos, apresentação de peças teatrais, parcerias entre universidades públicas e privadas, instâncias governamentais nas esferas estaduais, municipais e federais, entre outros. Em termos concretos, a conscientização sobre a problemática ocorreu em 2 (duas) etapas. A primeira delas consistiu quando o homem procurava o Sistema Único de Saúde (SUS) no que tange as unidades básicas de saúde (UBS) na busca de informações, tais como horários de atendimento de médicos, consultas, distribuição de fichas, especialidades médicas, entre outras questões de caráter cotidiano. Dentro desta perspectiva, no momento em que estes indivíduos, buscavam informações de ordem cotidiana que, estavam diretamente relacionadas ao cuidado com sua saúde no sentido de que não é possível deixar de procurar ajuda e orientação médica em função da ideologia que vigora na cultura brasileira a despeito do papel social das pessoas do sexo masculino, como também a fixação de cartazes mostrando os perigos quando o homem não procurava realizar o exame de próstata a partir dos 40 (quarenta) anos. A segunda etapa, por sua vez, correspondeu ao fato de o profissional de enfermagem tem a função social na divulgação de informações a respeito desta temática por meio de cartilhas educativas contendo dados claros e precisos no que consiste o câncer de próstata, seus sintomas, riscos à saúde, medidas de

1 Graduando UNINASSAU.
E-mail: severinoleao2009@hotmail.com

2 Graduanda UNINASSAU.
E-mail: elzomar25@hotmail.com

3 Professora graduada UNINASSAU.
E-mail: karolinemirapalheta@hotmail.com

prevenção e/ou outras situações, assim como panfletos mostrando que o cuidado com a saúde não é apenas de responsabilidade da mulher, pois isso, sob hipótese alguma jamais trará, situações constrangedoras, bem como medo, entre outras questões relacionadas ao problema mencionado porque mostra que sua atitude, comportamento e conduta são considerados naturais e os folders podem abordar os estágios finais do desenvolvimento e agravamento da neoplasia, caso não ocorra o cuidado necessário quando não há procura na realização do exame no sentido de realizar diagnóstico precoce. A intervenção por parte do(a) enfermeiro(a) resultou na diminuição dos índices de mortalidade, como também nos danos irreversíveis à saúde da população masculina, pois dessa forma, ele cumpriu sua função social contribuindo na divulgação de dados informativos juntamente com as políticas do Ministério da Saúde, no caso “Novembro Azul” e a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde. Todas essas constatações foram fundamentais para o exercício profissional do(a) enfermeiro(a) dentro de uma equipe multidisciplinar, visto que é o responsável pelo tratamento em todas as etapas que consistiram na orientação do paciente em conjunto com sua família a respeito da realização do exame do toque retal., pois desde a sua formação acadêmica necessitava ter a competência no que diz respeito às questões de caráter laboratorial e clínico que numa situação concreta são considerados a norma e foram o padrão estabelecido pela nossa sociedade. Além disso, todo este trabalho de intervenção acarretou em impactos na diminuição dos elevados índices de mortalidade de homens, assim como afirmou que nosso país ocupava o segundo lugar em óbitos com esta neoplasia e outras informações a serem abordadas é que este trabalho de intervenção acarretou numa maior conscientização dos homens sobre os cuidados que devem ter a partir dos 40 (quarenta) anos de idade, já que na atualidade este quadro de mortes ocupava o sexto lugar e o mais comum entre as variadas neoplasias cujo percentual equivale a 10%. Diante do desenvolvimento desta pesquisa qualitativa e exploratória foi possível compreender que, mesmo em função da cultura machista que vigora na contemporaneidade, foi satisfatório todo o percurso, levando em consideração as etapas através das quais, foram distribuídos todo material e sua articulação com o profissional da saúde que tinha a competência de ordem clínica e laboratorial. Foi também possível repensar as formas de abordagens da população masculina no tocante a melhorar significativamente o atendimento a estes indivíduos, levando em consideração todo este percurso da pesquisa no tocante a melhorar de modo satisfatório as políticas de implementação ao combate a esta neoplasia.

Palavras-chaves: Machismo; Câncer de próstata; Saúde.

Em linhas gerais, o cuidado do homem com a saúde é uma questão bastante complexa, multifacetada, entre outros aspectos. Diante do exposto, a temática abordada dizia respeito ao câncer de próstata que tem acarretado inúmeras mortes no Brasil. A pesquisa qualitativa e exploratória ocorreu durante o estágio supervisionado ocorrido, no Hospital Monsenhor Walfredo Gurgel durante os meses de setembro a outubro do ano em vigor e consistiu na orientação de pacientes do sexo masculino a despeito dos malefícios que esta neoplasia pode acarretar, caso não haja o diagnóstico precoce a partir dos 40 (quarenta) anos.

Nesse sentido, ela ocorreu durante os atendimentos sob a supervisão da enfermeira responsável e contou com formas de abordar os homens, utilizando a interatividade porque ainda prevalece a resistência perante a cultura machista em nosso país. Felizmente em meio a este quadro clínico assustador, foi possível desenvolver satisfatoriamente a pesquisa, na qual levou em conta a observação no que tange a abordagem deste público.

Levando em conta o desenvolvimento deste estudo e considerando o quadro alarmante no que concerne a ausência de diagnóstico é que dados comprovaram a veracidade desta informação, visto que o Brasil é o segundo país no qual, as mortes estavam no cotidiano dos indivíduos.

Outra comprovação foi que a taxa de mortalidade superava os países desenvolvidos em detrimento dos países subdesenvolvidos. Somado a tudo isso, estava no fato de que este tipo de câncer consistiu na sexta causa de morte, como também podia ser considerado o mais comum entre os homens cujo percentual é de 10% entre os tipos de cânceres.

Diante deste quadro alarmante, o homem foi educado dentro de uma cultura machista que, é herança da cultura europeia por meio da qual, tem impactos na sociedade até a realidade vigente e quaisquer atos, condutas e comportamentos que sejam contrários a esta cultura perpetuada de geração a geração acarretavam em conflitos de ordem psicológica, social e emocional na vida do homem em todos os seus aspectos, cuja ligação ocorreu em todos os segmentos de vida por meio dos quais, se encontram inseridos, como por exemplo ambiente de trabalho, família e sociedade.

A falta de conhecimento, constrangimento, medo, entre outros aspectos permeavam a mentalidade do homem em decorrência de sua educação, ainda predomina a resistência na realização do exame do toque enquanto ação preventiva, já que esta constatação decorreu em função do aspecto simbólico, associados a este tipo de exame, como também a ausência de informações sobre a sua realização, uma vez que estes aspectos exerceram impactos na masculinidade do homem, pois estava associado principalmente a dor.

Quanto à metodologia que foi utilizada nesse processo de prevenção foram usados folders, cartilhas educativas, panfletos, entre outros. Diante do exposto, o uso de cada um destes recursos educativos ocorreu em conformidade com o nível de conhecimento que os pacientes do sexo masculino tinham com o respectivo tipo de câncer. Em se tratando disto, a distribuição não aconteceu meramente para entregar esses materiais educativos cuja função não tinha caráter apenas de distribuição.

Em se tratando deste ponto em particular, foi possível perceber nesta primeira etapa desta pesquisa que a simples busca por informações associadas à saúde masculina, era possível mostrar, que o

cuidado com seu bem-estar foi fundamental independente de questões ligadas ao machismo, que é uma constatação real em nossas vidas e que necessitava que o enfermeiro exercesse seu papel social numa conjuntura que, acarretava em óbitos ou casos por meio dos quais, sejam diagnosticados lesões, que possam ser revertidas., levando em consideração o cuidado com a saúde.

Articulando esta primeira etapa ao desenvolvimento subsequente tratado, o papel do enfermeiro nesta situação exposta foi muito relevante, visto que a sua atuação foi fundamental neste processo de conscientização e educação por parte de homens que nunca foram ao urologista para fazer exame do toque, no sentido de trazer informações a despeito da neoplasia, uma vez que o material educativo apresentava informações, tais como sintomas, riscos à saúde, medidas preventivas, entre outros.

Dentro desta perspectiva, a presença do enfermeiro numa unidade de saúde básica tem uma grande relevância, visto que ele precisava ter conhecimentos de ordem clínica e laboratorial. Em face a esta situação descrita, o papel do enfermeiro foi de grande relevância, pois sua atuação deve levar em consideração diversas competências profissionais que, não estavam associadas apenas a fase em que estavam na vida acadêmica, mas também no contexto de atuação profissional porque as formações são importantíssimas e ajudam a repensar a forma de atuação nesses contextos e não existe realidade padrão, já que cada região é um dilema social e cultural que deve ser repensado a todo instante.

Os resultados que foram observados foram: a conscientização da população masculina frente ao gravíssimo quadro clínico apresentado por homens que não procuravam orientação de especialista nesta temática pelo fato por meio do qual, ainda predominava a cultura de que somente a mulher precisa se cuidar e o homem por ser considerado dentro de uma questão cultural superior às mulheres não necessitava de cuidados com a saúde a partir dos 40 (quarenta) anos.

Além disso, devido a ter aumentado a conscientização da população masculina diante da realidade descrita, já que foi essencial o papel social do enfermeiro. A despeito deste ponto mencionado foi possível compreender de modo concreto que, sua formação ocorreu de forma muito ampla, tendo em vista que não somente aspectos teóricos são essenciais neste processo. Predominava, pois, aspectos formativos que perpassavam a formação acadêmica. Sobre este aspecto em especial, podia-se levar em conta a dimensão cultural que nosso país apresentava e isto tinha implicações diretas no atendimento a estes pacientes. A questão cultural, por sua vez, consistiu um aspecto através do qual, as políticas governamentais voltadas para este público, devem ser traçadas no sentido de o atendimento considerar as particularidades regionais.

Considerando todos estes aspectos explicitados, foi possível compreender que, do ponto de vista no que tange a sua discussão enquanto problemática de caráter público foi que devia haver uma maior preocupação das instâncias governamentais responsáveis de que, foi preciso haver maior investimento no que diz respeito aos investimentos públicos, direcionados ao combate desta neoplasia. Nesse contexto, este tipo de intervenção não podia ocorrer somente em situações específicas no sentido de levar os homens a ter uma maior conscientização.

Ao tratar desta assertiva foi compreendido que, não deve acontecer somente no “Novembro Azul”, assim como a implantação da Política Nacional de Atenção Integral à Saúde. Isso mostrado necessitava

ser divulgado através de todo aparato tecnológico que existe, pois conforme relatado consistiu numa problemática principalmente de domínio público. Em termos concretos, esta divulgação deveria ocorrer por meio das redes sociais, sites de órgãos governamentais que são responsáveis por esta neoplasia, canais de televisão, entre outros que atinjam o público alvo, possibilitando atingir mais homens dentro desta faixa etária.

A partir da realidade exposta anteriormente foi possível perceber e propor modificações no modo de o homem entender que o cuidado com a saúde não é somente uma atitude, conduta e comportamento da mulher, pois isso pode acarretar em danos irreversíveis para sua saúde e elevar o número de óbitos no Brasil em decorrência de o câncer de próstata.

Em face a toda esta realidade que nosso país apresenta é que o enfermeiro exerceu dentro de uma equipe de profissionais da saúde grande importância, já que ele precisava saber de conhecimentos provenientes de sua formação acadêmica. Essa formação abrangeu tanto questões de ordem clínica quanto laboratorial. Além disso, tinha a função de conscientizar os homens a despeito disto mencionado, pois necessitava romper com mitos e estigmas que eram perpetuados de uma geração a outra por meio de atitudes, comportamentos e condutas que cada pessoa devia ter no seu cotidiano.

Prova do que falo é que homens e mulheres são diferentes e de acordo com esta diferença de gênero é preciso que haja pensamentos que vigoram na atualidade, cuja origem é fruto da colonização portuguesa. Na contemporaneidade existem iniciativas do Ministério da Saúde para combater esta realidade tão presente e encerrada de modo tão machista pelos homens. Diante do exposto, consiste numa política na qual, as pessoas do sexo masculino são consideradas de modo integral, visando sua qualidade de vida.

Além disso, existe outra política voltada para o público masculino cuja realização ocorre anualmente. Em ambas a modificação do quadro de mortalidade em decorrência de o câncer de próstata é muito visível, pois procurava reverter este quadro de câncer que assola nosso país e conscientizar os homens no sentido de que cuidar da saúde não o faz inferior, mas esta preocupação consiste numa problemática que não é apenas de iniciativa da saúde pública, mas de toda sociedade civil.

Referências

ARAÚJO, Amanda; MARTINS, Cristiane; GUIMARÃES, Karina; MACEDO, Maria Micaela e CARNEIRO, Alan Dionizio. **A relação do homem com a prevenção do câncer de próstata e o preconceito ao toqueretal.**

CARVALHO, Cláudia Maria Sousa de; CARDOSO, Rafaella Plácido Amorim; RIBEIRO, Irlanda Conrado; CRAVEIRO, Cristiane Gomes Siqueira; AMORIM, Fernanda Cláudia Miranda e ALMEIDA, Camila Aparecida Pinheiro Landim. Assistência de enfermagem ao homem com câncer de próstata: revisão integrativa da literatura. **Revista Uringá**, v. 32, n. 1, pp. 100-107 Abr-Jun 2017

JUNIOR, Airton Januário Bacelar; MENEZES, Camila Souza; BARBOSA, Claudiany de Almeida; FREITAS, Gabryelle Bárbara Silva; SILVA, Gustavo Gonçalves; VAZ, Jéssica Priscilla Sousa; SOUZA, Mateus Lima; OLIVEIRA, Tiago Marcial. Câncer de próstata: métodos de diagnóstico, prevenção e tratamento. **Brazilian Journal of Surgery and Clinical Ressearch- BJSCR** v. 10, n. 3, pp. 40-46 mar-maio 2015

LIMA, Ícaro Felipe Pinheiro Lima. RESENDE, Denise Freitas; SANTANA, Alécia Campos de; LIMA, Pedro Vinicius Santos e COUTINHO, Márcio Lemos. **Câncer de próstata: o papel do enfermeiro educador** maio 9-12 de 2017

MINISTÉRIO DA SAÚDE, Câncer: a informação pode salvar vidas.

MOREIRA, Natália Milagres. **O preconceito em relação ao exame de toque retal como forma de rastreamento do câncer de próstata**, 2015

OLIVEIRI, Marcela. **Representações sociais de homens sobre o exame preventivo do câncer de próstata**, 2015

QUIJADA, Patrícia Daniela dos Santos; FERNANDES, Paolla Algarte; OLIVEIRA, Denise Soares; SANTOS, Branca Maria de Oliveira. Câncer de próstata: retrato de uma realidade de pacientes em tratamento. **Revista de Enfermagem UFPE online**, Recife, 11 (Supl. 6) : 2490- 2499, jun., 2017

SOARES, Douglas Alexandre da Silva. **Câncer de próstata: as barreiras para a realização do toque retal**

THEOBALDO, Francine Machado; GIROTTI, Priscila Azevedo e MORBIO, Ana Paula. **A atuação da enfermagem na prevenção do câncer de próstata.**

VERAS, Ariane Soares Penha; ARAGÃO, Francisca Bruna Arruda; PEREIRA, Joelmara Furtado dos Santos; FURTADO, Quesia Rodrigues; PEREIRA, Samara Letícia Mendonça e GOMES, Franco Celso da Silva. Saúde Preventiva com ênfase no câncer de próstata: uma revisão de literatura. **Revista Uningá**, Maringá, v. 54, n. 1 59-71, out/dez. 2017

VIEIRA, Elisama Aguiar. **Prevenção do câncer de próstata**, 2013

HOMEM COM H, AS REPRESENTAÇÕES DA MASCULINIDADE CONTEMPORÂNEA, UMA ANÁLISE LITERÁRIA.

Apolo Vincent Silva de Oliveira¹

Resumo: O presente trabalho visa instigar a reflexão acerca dos elementos que corporificam as masculinidades contemporâneas, seus moldes, geografias e formas de repercussão, bem como identificar o local que as trans-masculinidades ocupam nessa hegemonia. Sabendo que o paradigma da masculinidade possui dois agentes reguladores: a cisgeneridade e a heterossexualidade, a figura de Ney Matogrosso analisada enquanto eu-lírico da obra literária “Homem com H”, gera por um lado, um instrumento “resgatador” e limitador de corpos masculinos fugitivos da norma, por outro, uma anti-mímese entre obra e autor, constituindo dois pressupostos norteadores da pesquisa: o falso liberalismo e o contraste representativo, denotando o papel da literatura enquanto meio de veiculação e propagação de verdades sociais.

Palavras-chave: masculinidade, representação, literatura.

¹ Graduando em letras – língua portuguesa – UNILAB/ BA

Introdução

Surgido em forma de ensaio como pré-requisito obrigatório para conclusão do componente Teoria da Literatura II, o intuito inicial do presente trabalho era analisar uma obra literária e abordar um modelo de representação existente na obra escolhida. Após desenvolvido o ensaio, percebi a possibilidade de, por se tratar de uma temática delicada e multifacetada, expandir a questão-problema e, então parti do eixo inicial: representativo, e ampliei os objetivos, de modo a embarcar as questões em torno das construções das masculinidades. A música “Homem com H”, obra posta em análise, é uma composição de renome que sem dúvidas fez grande sucesso há algumas décadas atrás e, é conhecida até os dias de hoje por grande parcela da sociedade. Analisaremos a representação feita da masculinidade nessa obra, a fim de evidenciar como o discurso é um agente formador do social na mesma medida em que o social é um agente formador do discurso. Consideraremos a relevância do período em que a obra fez sucesso, período esse significativamente distante do da composição e o impacto ocasionado em decorrência da conjuntura social-política da época, assim como a importância do intérprete que transformou a referida música num hit de sucesso.

Entendo que a escolha em abordar a representação da masculinidade não se trata dum desejo inato, está para além da relevância inerente a discussão, esse desejo urje pelo que constitui minha existência enquanto autor da própria masculinidade, mesmo com as barreiras e limites impostos pela hegemonia masculina. Esse é um reflexo da impossibilidade de impassibilidade com o que atinge diretamente a minha e todas as outras existências transmasculinas.

Metodologia

Análise realizada na obra literária “Homem com H”, a fim de verificar como as masculinidades são construídas. Para tal, investiga-se também as estratégias utilizadas para que a moldagem desses sujeitos ocorra naturalmente, a ponto de lhes parecer inerente. É de caráter literário a capacidade de modelar indivíduos e seus comportamentos através das narrativas, aparentemente despretensiosas, carregadas de significados, para além dos semânticos. Esse poder literário de conter múltiplas significações, se manifesta por intermédio de diferentes artifícios e, atua, por meio de diferentes vias na construção individual e coletiva dos sujeitos que se constituem a medida em que seus imaginários são construídos. Dito isso, para compreendermos o cerne da construção das masculinidades, precisamos considerar as estruturas complexas que as forjam, expressas diferentemente em cada gênero literário. A função desempenhada pelo autor de um romance, é significativamente diferente da do autor de uma canção. No caso das obras literárias musicadas, o receptor possui a maior possibilidade de captar e absorver mais interpretações que somente no texto escrito, pois nesses contextos, a relação triádica entre obra, autor e intérprete é concebida de outra maneira, visto que o intérprete ocupa um local com outro tipo de visibilidade. Desse modo, se faz necessária a análise dos enunciados como um todo complexo que

embarca mais que noções sintáticas, compreendendo também a pragmática presente nas enunciações (os sujeitos de fala, o contexto, etc), considerando assim, informações contidas nos discursos não verbais, comumente desconsideradas nas análises literárias.

Resultados e discussões

O momento histórico

Composta por Antônio Barros, a obra “Homem com H” foi ao ar pela primeira vez em 1974, gravada por Simbas e posteriormente pelo próprio compositor, sem obtenção de sucesso algum, apesar dos esforços locais para popularizá-la. Segundo Connell (1995, p.187) foi “com os movimentos oriundos das feministas da década de 70, com a política de irmandade e mudança de consciência” que “surgiu a crítica a noção de ‘papel masculino’”. Diante desse cenário social, de crise das masculinidades, ocasionada em virtude dos questionamentos e dados apresentados por pesquisadoras feministas acerca dos papéis de gênero e suas subsequentes atribuições, que a referida composição veio ao ar. Isso nos revela uma movimentação masculina de “contra-ataque” as mudanças discursivas e comportamentais que ameaçavam a estrutura hegemônica da masculinidade. Nesse momento, havia a crença ingênua de que essa crise enfrentada, possivelmente levaria a equidade entre os gêneros.

Tornando assim, de interesse a veiculação de discursos que mostrassem desacordo com esse modo ‘vanguardista’ de pensar, todavia, esse discurso só conseguiu ser veiculado após sete anos de lançado, na voz do artista Ney Matogrosso.

A intervenção midiática

Em decorrência da crise dos gêneros iniciada na sociedade, convinha a mídia propagar o conteúdo discursivo contido na obra “Homem com H”, como tentativa de contornar a desestabilidade enfrentada pela masculinidade. A contribuição midiática teve, como tem até hoje, forte poder de escancaradamente ou sagazmente, persuadir. Seja através da exaltação de determinados artifícios reproduzidos como belo e/ou correto, rapidamente disseminados e absorvidos ou pela capacidade de propagar falácias como notícias verídicas. Exemplo disso é o fato de Ney Matogrosso ter declarado publicamente manter relações sexuais tanto com homens quanto com mulheres, mas ainda assim, ser até mesmo atualmente, por influência da mídia, tido como homem hétero distante dos rótulos que rodeiam as questões de gênero, informação essa, fruto também da invisibilidade da sexualidade bissexual.

Alencar (2008, p.01) afirma que “a construção de sentidos imagéticos advém do repertório cultural instituído na coletividade, por meio das relações de convivência”. Assim sendo, as representações imagéticas visam refletir o social, representações-reflexos que são parâmetro de significações e significados a serem interiorizados e cultivados. De modo similar, ocorre com as representações sonoras, essas que

podem se materializar e ganhar forma por intermédio dos imaginários. Ressaltando a importante função desempenhada pela astuta mídia que se apropriou da imagem de Ney Matogrosso como estratégia de marketing para explicitar os elementos constituintes da masculinidade hegemônica e, afirmá-la.

O intérprete

Considerado um dos maiores intérpretes brasileiros, Ney Matogrosso é conhecido como figura subversiva e transgressora que há décadas rompe com os padrões da masculinidade hegemônica. Nitidamente lido como afeminado, ele foi aclamado na década de oitenta, não somente pelo público LGBTQ+ e grupos minoritários, como é comum com artistas que fogem dos preceitos normativos de gênero (mesmo atualmente), como por toda sorte de gente. Surge então as seguintes indagações: o que numa sociedade conservadora e solidificada pelo preconceito fez de Ney Matogrosso um ícone? O que o diferenciaria dos demais a ponto conseguir tornar a música “Homem com H” um hit depois de tantos anos de repercussão sem grandes efeitos? Tomo duas possibilidades como premissas.

Número 1: Falsoliberalismo

A ruptura com a masculinidade hegemônica é algo possível para homens com qualquer orientação sexual, mas certamente os de sexualidade dissidente são quem a fazem em maior número e recorrência, pois apesar de gênero não implicar com sexualidade, ao romper se um paradigma, rompe-se mais facilmente outros. Sendo assim, esse rompimento com o padrão, mesmo o estético, sobretudo há algumas décadas atrás, era prática costumeira de homens não héteros.

Ney Matogrosso não corresponder esteticamente as exigências da masculinidade hegemônica, o tornava símbolo de desconstrução para com a hegemonia masculina - inclusive por seu legado enquanto militante social – o fazendo corresponder ao espírito imperante na época. Contudo, as práticas promovidas por essa narrativa, intuía mostrar que ser esteticamente ‘alternativo’ não implica em corresponder aos ideais de masculinidade. Sendo assim, a figura influente de Ney Matogrosso servia perfeitamente como exemplo de homem que apesar de afeminado, era hétero. Criando assim um instrumento adestrador de sujeitos fugitivos dos padrões normativos de gênero e masculinidade, incutindo no indivíduo a ideia de que é possível, sim, ser diferente, mas até determinado ponto. Afinal, divergir no que não contraria a “natureza”, é aceitável, diferentemente da bissexualidade e homossexualidade que são práticas consideradas abomináveis pela sociedade cristã, falsa liberal e falsamoralista.

Mesmo construída com base no conservadorismo, até mesmo a hegemonia precisa adaptar-se a realidade do tempo em que se insere, um modo muito eficaz de adaptação praticado pela masculinidade hegemônica é o apoderamento de elementos das masculinidades marginalizadas, como a negra, gay/bi e trans. Como ocorre com o intérprete ao se utilizar de elementos da ‘masculinidade gay’: maquiagem, saia, trejeitos, enquanto discursivamente compactua com a manutenção da masculinidade hegemônica.

Número 2: Contrasterepresentativo

Considerando que Ney Matogrosso seja o eu-lírico da narrativa, a reação causada é de choque, espanto e riso. Um homem usando saia e maquiagem afirmando que é homem enquanto rebola e dá piruetas, acaba sendo a personificação da controvérsia, tornando-se inusitado, e como de costume, o inusitado cativa. Esse pressuposto reforça a ideia preconcebida de que homem que não performa a masculinidade como é ditada, não é homem de verdade. Sabendo que as solidificações em torno das masculinidades na época eram ainda mais rígidas que as atuais, a interpretação dessa obra em específico, feita por Ney Matogrosso, era lida como risível, paradoxal ou anti mimética, a reforçar o local de chacota ocupado pelas masculinidades nãohegemônicas.

Mesmo que em sua carreira Ney M. tenha sido conhecido pela ruptura com os preceitos hegemônicos da masculinidade, o espanto provocado pelo contraste entre obra e autor serviu para demarcar o local incomum ocupado pelos homens que agiam de maneira não normativa, a não ser quando seu fim é ser alegoria atrativa ou invenção artística. Interconectando-se com a premissa anterior, a existência do contraste representativo evidencia que a escolha de Ney M. como intérprete da literatura “Homem com H” objetivava chamar atenção para o discurso, converter essa atenção em fama e, minimizar a o papel do artista enquanto agente não normativo, alimentando o falso liberalismo. Com base nessas duas premissas que analisaremos a obra literária e os elementos discursivos utilizados para propagar o molde forjado da masculinidade hegemônica, suas aplicabilidades econtravérsias.

Análise literária

A música é introduzida pelo refrão abaixo:

“Nunca vi rastro de cobra
Nem coro de lobisomen
Se correr o bicho pega
Se ficar o bichocome”

Os dois primeiros versos remetem a ideia de que existem boatos, fica em aberto a que se referem, mas posteriormente indica-se através das afirmações contidas no texto se tratar duma negação ao que se afirma e legitima o homem com H: cis-hétero por excelência. Partindo dessa hipótese, nos deparamos com uma problemática em que a possibilidade da “verdadeira masculinidade”, atrela-se a heterossexualidade. Os dois últimos versos são formados por um ditado popular conhecidíssimo, usado geralmente quando a pessoa se encontra numa situação em que qualquer posicionamento ou decisão, terá um fim drástico. Podemos entender esse ditado como um regulamento condicionador da masculinidade, é o que Pinho (2017, p.45) chama de “botar a base”, ação comportamental que diz respeito a uma postura imprescindível para sujeitos masculinos, a da agressividade. Nos versos seguintes a justificativa:

“Porque eu sou é homem
Menino, eu sou é homem
E como sou”

Se dirigir ao interlocutor como “menino” não é mera despreensão, o intuito é demarcar a superação desse estágio antecessor ao seu, afinal, a palavra “homem” é utilizada para representar o ser inteligente, a raça humana. É demarcado também a quem o discurso é dirigido, aos pupilos, que precisam de orientações de alguém que já ocupe o cargo de ser homem, para ao seguir as instruções, poder oser.

Na estrofe seguinte mostra-se não somente ser preferível ter filhos homens, o que salienta a misoginia interligada a sentença, como ressalta a projeção familiar que desde muito cedo é destinada aos corpos, a depender da genitália do sujeito ainda no útero. No caso da referida obra, especificamente a mãe, deseja não somente um filho homem, como homem que siga o que a sociedade espera de um homem.

“Quando eu estava pra nascer
De vez em quando eu ouvia
Eu ouvia a mãe dizer:
‘Ai meu Deus como eu queria Q
ue essa cabra fosse homem
Cabra macho pra danar”

Ela clama a Deus para que seu filho seja homem, crendo no criacionismo, considerando o gênero como uma dádiva de Deus, a partir duma lógica cisgênera, na qual o gênero condiz ao órgão genital da pessoa, anulando totalmente a possibilidade do gênero ser considerado uma construção social. Insinuando que as pessoas que creem em deus e na sua palavra, ensinam as doutrinas bíblicas e sociais a serem seguidas por homens aos seus filhos. Um dos grandes problemas da masculinidade contemporânea consiste na projeção feita pelos pais que anseiam que a criança predestinada a ser homem seja um “cabra macho pra danar”, iniciando desde cedo a construção da masculinidade que se visa hegemônica. A masculinidade é uma conjuntura complexa que se forma em diferentes esferas das vidas dos sujeitos, a masculinidade hegemônica pode ser subdividida em três níveis: local, regional e global, sendo a local a construída na interação familiar e nas comunidades imediatas. (CONNELL, 2013) Nessa estrofe percebemos a masculinidade local em construção. As masculinidades hegemônicas se mantêm através da colaboração de esferas diversas das relações sociais, a começar pelos discursos locais, veiculados nas interações familiares, esses que são fruto dos veiculados na esfera regional, que por sua vez, são fruto dos discursos veiculados globalmente.

O cabra macho

Como mencionado anteriormente, a obra “homem com H” foi composta por Antônio Barros, poeta e compositor paraibano, o que explica a expressão nordestina “cabra macho”. Temos em evidência aqui, outro nível de masculinidade citado por Connell (2013), a regional, construída culturalmente em determinados espaços geográficos, como cidades e estado. Explicando a impossibilidade de uma discussão gerada a partir duma análise monocategorial, uma vez que as opressões, assim como as subjetividades, são somadas e, dão corpo a novos modos de existências masculinas. Partindo desse postulado, entendemos que o termo “cabra-macho” referencia um modelo específico de hegemonia masculina, a nordestina. Ao considerarmos o Nordeste a região em que há a maior concentração de negros no Brasil, podemos interseccionar o fator regional com o racial. Dessa forma, o imaginário consolidado da masculinidade nordestina – masculinidade por excelência - usada como referência às demais, esteriotipa tanto as masculinidades nordestinas quanto anegra.

Construindo assim, a noção de que os indivíduos portadores de tais marcadores têm uma obrigatoriedade extra de emanar a macheza e brutalidade forjada em torno das masculinidades. Contudo, não há valorização alguma do homem nordestino ou do homem negro. O Nordeste é também a região brasileira considerada mais lgbtfóbica, com maior índice de homicídios de homossexuais. É fazendo menção a masculinidade exaltada nessas execuções que se deseja um cabra-macho, o que se preza é a essência animalesca associada a esses indivíduos, a capacidade que ‘possuem’ de causar dano, essa que visa-se restaurar e novamente fazer vigorar nasociedade.

Em seguida, encontramos a resposta para os versos antecessores.

“Ah! Mamãe aqui estou eu
Mamãe aqui estou eu
Sou homem com H
E como sou!”

A interjeição “ah!” utilizada antes da exibição de si, expressa sensação de alívio/contentamento/orgulho do eu-lírico por corresponder ao projetado, afinal, o local designado aos que se enquadram nos moldes da masculinidade hegemônica, além de estimado, se comparado com os demais, é de muito conforto e paz, ao menos para si. Os versos dessa estrofe conotam não somente a necessidade do homem de se afirmar enquanto homem, mas algo ainda mais implícito, o desejo de seguir a projeção feita pelos pais, pois ele se dirige diretamente a mãe, a qual não quer desapontar ao quebrar suas expectativas. A projeção prévia ao nascimento vai se fortalecendo e ganhando consistência ao longo da vida, privando muitos sujeitos de serem como gostariam deser.

Um instrumento de poder

Os versos seguintes, introduzidos após o refrão, retira desse que contém o regulamento condicionador da masculinidade hegemônica, “palavras-chave” para o seu agenciamento.

“Cobra! Homem! Pega! Come!”

Novamente, se retoma o ideal cisgênero apresentado sutilmente em versos anteriores. A palavra “cobra” seguida da palavra “homem” sugere uma ligação direta entre os sintagmas, fazendo alusão ao falo, que deve ser usado pra comer após pegar. Reforçando, enfaticamente, por meio das exclamações, que se trata de ordenações às masculinidades criadas para rasgar saias, não para usá-las. O falocentrismo - instrumento de poder que legitima a hombridade de homens cisgêneros – é culturalmente superestimado, esse item crucial para a corporificação das masculinidades hegemônicas, serve tanto para enaltecer o homem que utiliza seu membro nas relações sexuais, como para estigmatizar e pôr em cheque a legitimidade não somente das masculinidades dos que buscam formas alternativas de prazeres, como também das transmasculinidades, indicando que esses não compõem o corpo da masculinidade hegemônica.

Existe uma hipersexualização adotada de maneira estereotipada como constituinte da masculinidade negra. Adotar essa hipersexualização falocêntrica é parte do processo legitimador de todas as identidades masculinas, porém acentua-se significativamente em homens negros. “O negro simboliza o ‘biológico’: forte, sexo, potente movido por instinto animal” (CONRADO; RIBEIRO, 2017, p.89) Fica tácito que determinadas categorias fazem com que as masculinidades sejam atingidas pelas opressões normativas que a regem de formas diferentes. A hipersexualização e falocentrismo que se destina aos homens negros são intensificadas a ponto de ser dever desses serem sexualmente ativos e insaciáveis. Criando assim, uma escala crescente das subalternidades masculinas, em que se deixa no topo da pirâmide da opressão masculina as identidades negras e dissidentes sexuais e de gênero, por serem os mais distantes dos padrões impostos pela hegemonia.

Os versos seguintes, mais que quaisquer outros, explicitam o tom transfóbico intrínseco a narrativa.

“Eu sou homem com H
E com H sou muito homem Se você quer duvidar
Olhe bem pelo meu nome”

Em caso de dúvida sobre o gênero do indivíduo, recomenda-se a verificação do seu nome, a fim de comprovar ou negar a identidade do mesmo. Ao indicar que o nome é responsável pela definição da masculinidade enquanto gênero, exclui-se a possibilidade de reconhecimento das transmasculinidades que não tenham seus nomes retificados nos documentos a serem apresentados. A violência institucional contra pessoas trans é ocasionada justamente por esse nome/sexo designado, muitas vezes as privando

de terem acesso a serviços básicos que deveriam lhes ser assegurado por direito, levando-os a evadirem dos espaços, mesmo quando é preciso ocupá-los. Reiterando que a masculinidade hegemônica é cisgênera.

Por outro lado, podemos compreender o “nome” a ser verificado como uma reputação zeleda pelo eu-lírico, enquanto cumpridor dos preceitos regentes das masculinidades hegemônicas, que ao ser levada em consideração evidencia sua hombridade, com as informações dos versos que seguem:

“Já tô quase namorando
 Namorando pra casar
 Ah! Maria diz que eusou
 Maria diz que eu sou
 Sou homem com H
 E como sou!”

A ‘verdadeira’ masculinidade está estreitamente associada ao homem - chefe de família, família essa obviamente tradicional, composta inicialmente por um homem e uma mulher e posteriormente por filhos. A narrativa, em virtude da invisibilidade bissexual, presume que o eu-lírico se envolva somente com mulheres, como se esse feito o isentasse de qualquer desvio na identidade de gênero, fortificando a associação erroneamente feita entre orientação sexual e identidade de gênero. Sugerindo assim, indiretamente, que homens não heterossexuais não sejam tão homens quanto os homens heterossexuais, já que estar com uma mulher e satisfazê-la é também uma forma de afirmar sua masculinidade.

“Maria” é um nome feminino típico brasileiro, utilizado com o intuito de representar toda a categoria feminina. Maria não é uma mulher em específico, o termo se refere a representação dum conjunto de mulheres que possuem o poder de legitimar a masculinidade de seus parceiros. É como se as masculinidades buscassem incessantemente avais diversos, por vezes até mesmo alheios, para afirmar e legitimar suas identidades. A correspondência a um ideal masculino - a afirmação de sua virilidade feita por um ente - provoca no eu-lírico uma sensação de alívio, novamente marcada pela interjeição “ah!”. Note que não é possível ser homem com a, b, c ou m, somente com h. Esse “h”, é uma mera convenção linguística seguida, bem como são as redundâncias das masculinidades que insistimos em cultivar, em nome duma construção falida.

Literatura, um agente social

A literatura desempenha um importante papel enquanto formador de imaginários e, consequentemente de indivíduos. Desde séculos passados, quando se tinha como objetivo primordial fazer denúncias acerca da sociedade e suas corrupções, era dever da literatura a fidelidade ao fazer retrato da sociedade, no qual fosse possível o leitor associar os escritos as suas realidades. É preciso que as representações

literárias sejam verossímeis para que dialoguem com as representações socialmente construídas, já existentes no imaginário dos leitores. O discurso serve como importante validador de práticas sociais, no qual comumente encontramos instruções que a partir da realidade local, bem como da subjetividade de cada um, nos orienta sobre quais condutas são admiráveis e quais são menosprezáveis.

As representações culturais refletem o cenário social e estimulam os indivíduos a agirem de acordo com as representações que se faz das classes as quais o receptor pertence. Desde muito cedo, a literatura atua na construção de imaginários, seja por meio de obras cinematográficas, musicais ou escritas, desde a infância moldando os modos de performatividade adequada a cada gênero. “O vocabulário da violência parece ser uma das linguagens privilegiadas da masculinidade” (PINHO, 2017, p.47). Esse vocabulário, fomentado sócio-culturalmente, conduz, por exemplo, meninos a terem comportamentos agressivos uns com os outros, como também a segmentar as masculinidades e, excluir os que hajam como no dialeto precocemente construído pelas masculinidades, denominam “bichinhas” ou “viadinhos”. Enfatizando que a construção da masculinidade, aparta desde muito cedo as não hegemônicas a fim de afirmar-se. Através dos discursos socialmente disseminados, constroem-se as identidades que se alimentam de elementos inseridos no cultural e, os internalizam e externalizam, tanto no que tange a verbalização, quanto no que diz respeito aos discursos corporais, exercidos cotidianamente.

Considerações finais

A medida em que compreendemos que a literatura veicula conceitos e significações que compõem os sistemas imagéticos e representativos do pensamento, compreendemos que seu papel está também associado ao funcionamento dos comportamentos sociais, e, que há uma relação estreita entre a literatura e a inteligibilidade dos indivíduos. Connell (1995, p.200) diz que é preciso “recompor, não abolir os elementos dos gêneros”, pois a mudança “envolve tentar reformular o conhecimento, expandir a compreensão e criar novas capacidades para a prática”. Para a efetivação da mudança/deconstrução da hegemonia, é preciso que nós, autores e compositores, não somente de discussões diretamente ligadas a temática da masculinidade, mas de qualquer temática que abarque a classe masculina, tenhamos um olhar sensível para as concepções de gênero e identidade das classes as quais representamos narrativamente e, tenhamos consciência do potencial transformador carregado pela literatura. Cabe aos escritores progressistas não deixarem de narrar as masculinidades que conseguem escapar da hegemonia e, assim, disponibilizar através de contra-significados, novas possibilidades interpretativas a serem absorvidas, visando através do reflexo emitido por essas obras, reformar as práticas masculinas na sociedade.

Referências

BRILHANTE, A.V *et al.* Construção do estereótipo do “macho nordestino” nas letras de forró no Nordeste brasileiro. *Interface*, [S. l.], n. 28, p. 13-28, 28 jan. 2018.

CONNEL, R.C. Masculinidade hegemônica: repensando o conceito. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 241-282, 2013.

CONNELL, R.C. Políticas da Masculinidade. *Educação e Realidade*, [S. l.], n. 6, p. 185-208, 1995.

CONRADO, M.C; RIBEIRO, A.A. Homem Negro, Negro Homem: masculinidades e feminismo negro em debate. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 73-97, 2013.

FIALHO, F.M. Uma Crítica ao Conceito de Masculinidade Hegemônica. Instituto de Ciências Sociais, Lisboa, n. 1, p. 1-14, 2006.

GALVÃO, R.A. . *In*: GALVÃO, R.A. Representação da Masculinidade Nordestina no Cinema Brasileiro: uma Análise dos Signos Identitários. [S. l.], 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/galvao-rilmara-representacao-da-masculinidade-nordestina.pdf>. Acesso em: 13 out. 2018.

LAGO, M.C; WOLFF, C.S. Masculinidades, diferenças, hegemônias. *Estudos Feministas*, Florianópolis, n. 1, p. 233-239, 2013.

PINHO, O. P. “BOTANDO A BASE”: corpo racializado e performance da masculinidade no pagode baiano. *Revista de Ciências Sociais*, [S. l.], n. 47, p. 39-56, 2017.

SAM, M.S. . *In*: SAM, M.S. A VERDADEIRA HISTÓRIA DA MÚSICA HOMEM COM H.

[S. l.], 2014. Disponível em: <http://entretenimento.r7.com/blogs/mister-sam/2014/09/02/a-verdadeira-historia-da-musica-homem-com-h/>. Acesso em: 15 set. 2018.

TROTTA, F.T. Som de cabra-macho: sonoridade, nodertinidade e masculinidade no forró. *Comunicação Mídia e Consumo*, [S. l.], n. 26, p. 151-172, 2012.

LGBT+ E COMPORTAMENTO CULTURAL: UMA PERSPECTIVA ATUAL DA SOCIEDADE BRASILEIRA

Erinaldo Domingos Alves¹
Hávila Raquel do Nascimento Gomes Brito²
Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro³

Resumo: A sigla LGBT+ surgiu mediante movimentos sociais que davam visibilidade àqueles que eram estigmatizados constantemente. O objetivo desse artigo é discutir a trajetória do movimento e abordar como o comportamento cultural pode interferir nos laços vitais desses sujeitos. Buscamos na literatura científica a comprovação dessas discussões, alinhando a evolução desse movimento com os dados estatísticos de crimes contra esse público. Os resultados apontaram que existem violências de diversas naturezas, dentre elas psicológica, social e institucional, infligidas à população gay. Pôde-se concluir que o comportamento cultural traz sérias repercussões no país, visto que muitos perdem o direito de viver pelo fato de ser quem são.

Palavras-chave: comportamento cultural, Movimento LGBT+, violências.

1 Graduando em Psicologia – Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica).
E-mail: erinaldoalves987@hotmail.com;

2 Graduanda em Psicologia – Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica).
E-mail: havila.r@hotmail.com;

3 Docente Pós-doutora em Educação – Universidade do Minho.
E-mail: stanianagila@unicatolicaquixada.edu.br

Introdução

Historicamente, a sigla LGBT+ passou por diversas modificações que permitiram com que ela se tornasse mais abrangente. No passado, após a Segunda Guerra Mundial, o primeiro movimento gay carregava como emblema a nomeação GLBTT (Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transgêneros). Esse movimento, vivenciado nos Estados Unidos, garantiu que o mundo passasse a visualizar o público gay de um modo diferente: de uma maneira que a homossexualidade passasse, então, a receber questionamentos (MOLINA, 2011).

No Brasil, o início dessa revolução foi um pouco mais tardia: não ocorrendo no contexto da Segunda Guerra Mundial, mas eclodindo durante a Ditadura Militar, no final dos anos 70 e início dos anos 80. Em um primeiro momento, essa eclosão ocorreu em virtude de os movimentos sociais ganharem bastante visibilidade nesse período (MOLINA, 2011), de modo que, além do público gay, outras categorias estigmatizadas puderam se rebelar contra o sistema opressor da época e lutar pelos seus direitos e por aquilo que acreditavam.

Como meio de trazer reconhecimento à população homoafetiva, criou-se, em 1995, a Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Transgêneros (ABGLT) em Curitiba. Essa organização possibilitou que o movimento se fortalecesse a ponto de maximizar o número de sujeitos que aderissem à causa, o que permitiu o desenvolvimento de grupos e redes organizados (MOLINA, 2011). Além disso, a sigla GLS (Gays, Lésbicas e Simpatizantes), criada pelo colunista gay André Fischer da Revista da Folha, surgiu a partir dos anos 90. Vale ressaltar, então, que essa categoria, que diferentemente dos demais movimentos que buscavam trazer visibilidade aos grupos gays marginalizados e inferiorizados, tinha esse público como produto de consumo do meio empresarial (TREVISAN, 2004).

Entretanto, o Movimento GLS recebeu diversas críticas em relação à representação da letra “S” presente em seu emblema. Isso aconteceu porque a palavra “simpatizantes” da agremiação não condizia com o real intuito dos movimentos gays: que era o de proporcionar visibilidade e um lugar de voz àqueles que, social ou institucionalmente, já eram vítimas de marginalização. Nesse sentido, “simpatizantes” surge como um termo que possibilita, erroneamente, que os sujeitos – mesmo sendo gays ou lésbicas – entrem no movimento considerando-se apenas como “simpatizantes” (TREVISAN, 2004).

Em função desses marcos históricos, o Movimento Homossexual Brasileiro resolveu, em 1998, adequar a manifestação homoafetiva ao movimento internacional a favor dessa camada, de modo que se passou a adotar a sigla GLBT. No entanto, 10 anos mais tarde, durante o ano de 2008, a sigla sofreu uma mudança na “I Conferência Nacional de Políticas Públicas para GLBT”: nessa perspectiva, GLBT transformou-se, conseqüentemente, em LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transgêneros – Travestis e Transexuais). (FRANCO, 2009).

Em última instância, essa mudança entre as letras “G” e “L” se deu porque emergiu a preocupação de privilegiar as identidades lésbicas (FRANCO, 2009). De outro modo, decorrente à história de submissão da figura feminina em primazia à masculina, as lésbicas passaram a compor a posição de frente da

nomenclatura que contempla aqueles que são oprimidos, discriminados, marginalizados na sociedade patriarcal brasileira.

A esse respeito, o objetivo principal desse artigo é discutir a trajetória do movimento e abordar como o comportamento cultural pode interferir nos laços vitais desses sujeitos. Para atingir esse objetivo, delimitou-se um apanhado geral das temáticas mais atuais acerca desse assunto, para que se compreenda que o comportamento cultural pode desencadear graves repercussões no cenário nacional, uma vez que muitos perdem o direito de viver pelo fato de ser quem são.

Metodologia

O presente artigo é resultado de uma revisão de literatura que busca fazer um levantamento sistemático das principais questões em torno do comportamento cultural da sociedade brasileira referente ao público LGBT+. Em virtude disso, vale destacar que essa pesquisa bibliográfica procurou nortear os principais pontos ligados ao Movimento LGBT, tanto no que diz respeito aos processos que o antecederam quanto aos que foram posteriores. Sendo assim, esse estudo tenta se comunicar com a vulnerabilidade social enfrentada por essa camada e as conquistas adquiridas no decorrer dos anos.

Resultados

Vulnerabilidade social, (des)ordem e (des)progresso

Em 1889, o lema positivista de Auguste Comte serviu de referência para a criação da divisa exposta na bandeira brasileira: “Ordem e Progresso” (FREYRE, 2004). Nesse contexto, essa divisa deveria nortear a nação brasileira, com o propósito de que a ordem e o progresso fizessem parte da construção e desenvolvimento do país. Em contrapartida, ao contrário do que deveria ser aplicado na prática, há, em verdade, uma desordem e um desprogresso quando se assiste às opressões, marginalizações, estigmatizações e discriminações que se reverberam contra a população gay na nação verde-louro.

Com essa perspectiva, um vasto número de instituições sociais acreditava que a homossexualidade se tratava de uma manifestação doentia, o que conferia ao homossexual a visão de doente mental. Para exemplificar essa afirmação, alguns períodos históricos do século XX: até 1973, a Associação Americana de Psiquiatria considerava a homossexualidade uma desordem mental; a partir de 1975, a Associação Americana de Psicologia deixou de considerar a homossexualidade como doença. Na sequência, em 1985, o Conselho Federal de Medicina também abandonou o ideário de que a homossexualidade se tratava de uma doença. Para complementar, durante o ano de 1990, a Organização Mundial da Saúde (OMS), junto ao Conselho Federal de Psicologia, assumiu que a homossexualidade não é doença, distúrbio ou perversão (KOEHLER, 2013).

De início, esses marcos refletem que o sujeito homoafetivo sofreu estigmatizações que perpassaram quaisquer violências sexuais no âmbito social, uma vez que até mesmo entidades que preconizam o cuidado com a saúde orgânica e mental do indivíduo cooperaram para que a discriminação contra essa parcela fizesse parte do seio social. A respeito disso, a Psicologia, Psiquiatria e Medicina não se absteram de “pré-conceitos” para enquadrar os homoafetivos em nomenclaturas que os dividiam duplamente da outra parcela coletiva.

Além da violência institucional, o conceito de *habitus* proposto pelo sociólogo francês Pierre Bourdieu (PIERRE, 1996 *apud* TOMAZI, 2010), que – aliado a essa discussão – possibilita estabelecer uma compreensão tenaz sobre a distinção de comportamentos que pode levar a condutas de violência entre diversos indivíduos contra a categoria LGBT. Sob esse viés, Pierre (1996, *apud* TOMAZI, 2010) explica que existe o *habitus* primário – estruturado pelas instituições sociais, como família e escola, que se trata das primeiras construções de valores que orientaram a prática do indivíduo – e o *habitus* secundário que não se diverge do conceito anterior, mas trata de construir uma espécie de *habitus* individual, de modo que o indivíduo, após vivenciar as aquisições das instituições sociais, reconstrói sua própria maneira de enxergar o mundo e tudo aquilo que há nele, podendo essa visão ser boa ou ruim.

Assim, quando o sujeito incorpora práticas discriminatórias contra os LGBTs que foram apreendidas durante o *habitus* primário, há uma grande possibilidade de que esse indivíduo cresça disseminando ódio aos homoafetivos. Esse grave cenário pode produzir um contexto social permeado por violências variadas, de modo que a homossexualidade pode passar a ser vista como uma manifestação imprópria, ocasionando, portanto, uma sociedade fora de ordem e progresso. Essa percepção permite com que minorias sexuais se instalem em um regime de vulnerabilidade social, haja vista que se tornam “desprotegidas” coletivamente.

Desde 2000, o Grupo Gay da Bahia (2017) faz o levantamento de assassinatos/mortes infligidos à comunidade LGBT. Conforme o Relatório 2017 de Mortes de LGBT no Brasil realizado por esse mesmo Grupo, o país ocupa o primeiro lugar no ranking de países que mais assassinam pessoas da comunidade gay, de modo que a cada 19 horas um representante desse movimento é morto em alguma região brasileira. Em 2017, o número de mortes saltou de 343 para 445 – um aumento de 102 mortes a mais do que o ano anterior.

Sob uma abordagem aprofunda, é indubitável que a sociedade civil não é a única responsável pela existência desse grave cenário. A respeito disso, a ausência de uma legislação e judiciário eficientes contribui para que a problemática em questão persista, visto que a homofobia não é considerada crime tal como o racismo. Seguindo essa linha de pensamento, o Poder Público não age para que os altos índices de mortes e assassinatos deixem de existir na cultura brasileira, o que instantaneamente ratifica a violência institucional veiculada à população LGBT.

Direitos e conquistas: o que ganhou o movimento?

Na segunda metade do século XX, a homossexualidade sofreu diversas discriminações institucionais, de forma que os homossexuais eram rotulados como doentes mentais. Todavia, muitos direitos cruciais foram adquiridos, a saber: ainda no século XX, em 1991, a Anistia Internacional decidiu que a prática discriminatória contra homossexuais seria considerada uma violação aos Direitos Humanos (KOEHLER, 2013). Esse importante movimento global foi instituído a partir de 1961 e conta com mais de 7 milhões de apoiadores; presente em mais de 150 países do mundo, a Anistia Internacional luta para que os direitos humanos, reconhecidos internacionalmente, sejam protegidos e defendidos mundialmente (ANISTIA INTERNACIONAL, 2018).

Outrossim, outros importantes órgãos públicos conferiram ações com o propósito de ampliar a visibilidade e o amparo às minorias sexuais. A partir de 2010, o Ministério da Saúde elaborou a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT para ser implantado no Sistema Único de Saúde (SUS). Com essa implantação, o SUS agiria com equidade para com esse grupo social com a finalidade de trazer uma nova percepção do processo saúde-doença e promover a redução de desigualdades (BRASIL, 2010 *apud* ROCHA et al., 2017).

Além dessas conquistas, Rocha et al. (2017) propõe que, em 2010, o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu uniões homoafetivas como entidade familiar. Com esse direito obtido, a cultura patriarcal brasileira se desfaz do modelo unilateral de concepção de família, a qual só pode ser composta por um homem e uma mulher, e é convidada a abraçar novas maneiras de concepção: um homem e outro homem, uma mulher e outra mulher.

É evidente que nem todos os avanços, conquistas e direitos serão necessários ser apontados aqui. No entanto, foram sinalizadas as maiores conquistas que refletem o desvelamento e o tombamento das principais discriminações institucionais infligidas à comunidade LGBT. Para concluir, destaca-se a seguir um quadro esquemático com a presença de datas que marcam o reconhecimento e a visibilidade que a população gay, por meio de lutas e reivindicações, dispõe atualmente:

Conclusão

Conclui-se, pois, que a trajetória do Movimento LGBT+ enfrentou diversos obstáculos ao longo dos anos. O movimento precisou convergir com variados estigmatizações e estereótipos impostos aos seus representantes para poder se desenquadrar de nomenclaturas limitantes e passar a compor um lugar de luta, resistência e *habitat* social harmônico. Entretanto, é evidente que muitas limitações ainda existem e muitas lutas ainda necessitarão ser travadas para que esse *habitat* possa ser usufruído de maneira igual para com todas as manifestações de orientação sexual.

Logo, torna-se claro que o comportamento cultural, isto é, as condutas da coletividade, impede, de maneira geral, que haja efetivamente um caminho linear e sem curvaturas e empecilhos. Assim, os

tropeços que a camada LGBT+ enfrenta hodiernamente são produtos de uma cultura, ainda, patriarcal e conservadora, que – mesmo sendo imperfeita em suas diversas tonalidades – exige de outrem um comportamento perfeito, padronizado e exemplar.

Referências

BAHIA, Grupo Gay da (2017). Relatório 2017: Mortes de LGBT no Brasil. Banco de Dados. Grupo Gay da Bahia. Acesso em: 28 dez. 2018. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com.br>.

FRANCO, Neil. A diversidade entra na escola: Histórias de professores e professoras que transitam pelas fronteiras das sexualidades e do gênero. 2009. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2009.

FREYRE, Gilberto. **Ordem e Progresso**. São Paulo: Global Editora, 2004.

KOEHLER, Sonia Maria Ferreira. Homofobia, cultura e violências: a desinformação social. Interações, [online], v. 9, n. 26, p.129-151, jan. 2013. Disponível em: <https://docplayer.com.br/8788532-Homofobia-cultura-e-violencias-a-adesinformacao-social.html>. Acesso em: 12 out. 2018.

MOLINA, Luana Pagano Peres. A homossexualidade e a historiografia e trajetória do movimento homossexual. Antíteses, [s.l.], v. 4, n. 8, p.949-962, 20 dez. 2011. Universidade Estadual de Londrina.

ROCHA, Karoline Almeida et al. MOVIMENTO LGBT E POLÍTICAS PÚBLICAS: da (in)visibilidade ao reconhecimento. In: VIII JORNADA INTERNACIONAL POLÍTICAS PÚBLICAS, 2017, São Luiz, MA. Anais... São Luiz: UFMA, 2017. Disponível em: <https://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2017/pdfs/eixo6/movimentolgbtepoliticaspUBLICASdainvisibilidadeaoreconhecimento.pdf>. Acesso em: 05 nov. 2018.

TOMAZI, Nelson Dacio. **Sociologia para o Ensino Médio**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2010. 256 p.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil da colônia à atualidade**. 6. ed. rev. e aum. Rio de Janeiro, 2004.

A DINÂMICA DE ATUAÇÃO DOS COLETIVOS LGBT PARA INCLUSÃO DE MINORIAS EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS

Danuzio Weliton Gomes da Silva¹

Resumo: Para abordar a dinâmica de atuação dos coletivos LGBT em universidades públicas, este trabalho, que foi produzido como ensaio teórico, discute o papel da universidade na transformação social, não buscando propor ou analisar um ideal de universidade, mas contextualizando essa instituição que sofre os impactos das mudanças e se constitui como possível agência da mudança. Em um olhar na gestão, explora as possibilidades da inclusão de minorias, ressaltando algumas práticas. Sistematiza o conhecimento científico, apresentando a questão LGBT: na sua cultura e no cotidiano; movimentos; ativismo no contexto organizacional e no âmbito universitário; e lacunas de pesquisas e abordagens que podem amparar esse tipo de estudo empiricamente. Observaram-se a prevalência do uso das teorias dos movimentos sociais em estudos qualitativos e a carência de pesquisas de cunho político em estudos organizacionais. Foi evidenciada uma agenda que estude a mobilização, entendendo a ascensão dos grupos ativistas e como eles podem influenciar a mudança institucional, não apenas na proteção de interesses e direitos, mas no desejo de expressar uma identidade. Este ensaio teve por objetivo nos posicionarmos perante o tema da dinâmica de atuação dos coletivos LGBT para a inclusão de minorias em universidades públicas. Para tanto, fizemos uma revisão sistemática e bibliométrica sobre LGBT nas organizações nas áreas de psicologia, ciências comportamentais, ciências sociais, saúde e negócios, em literatura estrangeira, no período de 2000 até 2017, exclusivamente em artigos, utilizado as palavras: “LGBT” and “workplace” e “sexual diversity” and “organization” em todas as bases de dados da Web of Science; e “LGB” and “workplace” e “sexual diversity” and “organization” na base Scopus. Somamos a essa pesquisa a análise de quatro revisões de literatura, sendo duas nacionais e duas internacionais (SIQUEIRA et al., 2006; ANTEBY; ANDERSON, 2014; Mcfadden, 2015; POMPEU; DE SOUZA, 2017), no campo de estudos LGBT, e um levantamento, em outubro de 2018, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com os filtros “Coletivos LGBT”, “Movimentos LGBT” e “Militância LGBT” para identificar as teorias mais utilizadas, os métodos de pesquisa e as oportunidades de novos estudos, lastreando essa proposição. Ao articular o conhecimento do ativismo LGBT nas organizações e universidades, foi possível perceber a importância da mudança nos campos culturais para efeitos reais ligados a

¹ Doutorando em Administração de Empresas – UnB. Professor universitário – UFRPE/UAST. Mestre em Psicologia – Universidade de Fortaleza – Unifor.
E-mail: danuzioweliton@hotmail.com

atitudes e esquemas comportamentais que podem impactar na possibilidade de inclusão das minorias sexuais. A questão das identidades compartilhadas nos movimentos traz vantagens na força de aliados à luta, mas também suscita conflitos, disputas e opressões, criando subculturas e desafiando os grupos LGBT a encontrar um equilíbrio entre a construção sexual identitária e um ponto de apoio estável que facilite a mobilização política. Por outro lado, fundamenta a pertinência da proposição de associação da teoria dos movimentos sociais a queer nesse tipo de investigação. Mesmo com alguns ganhos, estudos constataram que, muitas vezes, o ocorrido foi a reificação de relações sociais preconceituosas em discursos de igualdade, de forma mais sofisticada, valores, crenças, padrões de conduta e racionalidades reforçam a manutenção do *status quo*. Isso traz à tona as marginalizações e os estigmas que demandam micromobilizações para a defesa da igualdade de oportunidades e direitos, contribuindo para as transformações culturais, mesmo diante do risco de se envolver em tais mobilizações. Houve avanços nos estudos organizacionais na temática LGBT, porém é escasso o enfoque de pesquisas de cunho político nas instituições brasileiras, portanto uma lacuna promissora que nos instiga, posteriormente, a um novo estudo, com vistas a responder à seguinte indagação: qual é a dinâmica de atuação de coletivos LGBT para a inclusão de minorias no ambiente universitário?

Palavras-chave: Coletivos LGBT. Universidade pública. Inclusão de minorias.

Contextualizando uma problemática

A inclusão social, num prisma ampliado, é tema recorrente em estudos de educação superior desde 1945, argumenta Pedrosa (2013) em referência ao artigo seminal de Burton produzido em 1973. Essa agenda de pesquisa se expande no mundo não apenas entendendo o seu papel para eliminação das desigualdades, mas como fator fundamental para uma formação pessoal que permita preparar o sujeito para as oportunidades profissionais e, principalmente, para o pleno exercício da cidadania. A concretização de valores inclusivos demanda da universidade reflexões epistemológicas, paradigmas menos rígidos e valorização da cultura e da diversidade, condição para a recuperação do caráter político do termo “qualidade”, ou seja, que se baseia na inovação das concepções pedagógicas que proporcionem participação e protagonismo do estudante, estimulando habilidades de pensamento e respeito aos aspectos culturais em aprendizagens que extrapolam a erudição (DA CUNHA; PINTO, 2009).

Nas universidades, a inclusão é experienciada quando da existência de práticas observadas por meio de programas (como é o caso de cotas raciais e para portadores de deficiência), da gestão universitária orientada para a gestão social (com ações democráticas, isonômicas, participativas, cooperativas, plurais e com decisões mais solidárias que fundamentalmente econômicas) e por meio da inovação social (desenvolvimento de projetos para inclusão dos menos favorecidos), todos instrumentos imbuídos de um agir comunicativo- dialógico em que os participantes da ação social admitam sua validade (MOREIRA et al., 2011), uma utopia com possibilidades. O ato de incluir deve promover o desenvolvimento humano, organizacional e social em um processo amplo de transmissão de conhecimentos, valores e crenças. Incluir é integrar as minorias por meio de práticas que se voltam às condições materiais concretas de existência, deixando de reproduzir os espaços de estigmatização existentes na sociedade (MAGALHÃES et al., 2017; FRANCO et al., 2017).

As universidades são organizadas por normas estabelecidas por leis, estatutos, regulamentos, mas também são mobilizadas por seus membros (RÊSES, 2015), por isso têm capacidade de gerar satisfação/ insatisfação diante de normas e valores vigentes, o que possibilita, como sintoma do descontentamento dos indivíduos, o surgimento de movimentos sociais (GOHN, 1997). No seio desses movimentos, indivíduos passam a se posicionar na vida acadêmica, internamente e na esfera pública, a depender de sua capacidade hegemônica, teorizada por Gramsci, promovendo confrontos com a resistência contra-hegemônica, construindo espaços para a expressão de críticas ao conservadorismo, à dominação e à exclusão social, na interação com setores organizados da universidade, e buscando a transformação real no sentido da inclusão participativa, do reconhecimento e da efetivação de direitos iguais (RÊSES, 2015).

Os movimentos sociais reconhecem que, em última instância, são os indivíduos que devem agir, mas que essa adesão é influenciada pelos riscos pessoais de sua participação, o que implica a importância dos aspectos microestruturais (individuais – ideologia/experiências anteriores – e de estrutura – apoio) nessa decisão (McADAM, 1986; SCHUSSMAN; SOULE, 2005). Os atores que decidem agir de maneira significativa respondem a consequências que vão da rejeição hostil à aquiescência e/ou a um

endosso entusiasmado, pois, na esfera corporativa, tais respostas não são geradas por “organizações” amorfas, posto que emanam de debates e deliberações no dia a dia (BRISCOE et al., 2014).

Exploraremos a luta por reconhecimento dos direitos da população LGBT na perspectiva da inclusão pela não discriminação da orientação sexual e identidade de gênero, considerando, com base em Melucci, que a identidade LGBT ultrapassa escolhas racionais, mostra-se aberta, reflexiva, múltipla e diferenciada (VIANNA, 2015), em um processo de formulação e reformulação, e tensionada constantemente entre expectativas e frustrações para garantir a efetivação de suas reivindicações (VIANNA, 2015). E, ainda, que os movimentos sociais operam no contexto de interações com apoiadores e antagonistas e que as características das instituições e das coalizões envolvidas intervêm nos resultados da sua ação, determinando que as mobilizações sejam precursoras de resultados e consequências incognoscíveis (CARLOS, 2017).

Questões teóricas e históricas importantes para a compreensão da atuação dos coletivos LGBT nas universidades públicas

O papel da universidade na transformação social

O estudo das transformações sociais analisa como a sociedade e a cultura se modificam. Essas alterações dizem respeito a todos os aspectos da existência social e integram-se em processos amplos que envolvem todos os níveis espaciais – de uma comunidade a países –, devendo ser estudadas interdisciplinarmente para que se compreendam experiências passadas e se avaliem aspectos regionais e globais que interferem na área de estudo, encorajando a participação de todos os grupos sociais e tendo a cultura e a identidade papéis fundamentais nesse processo de transformação (CASTLES, 2002).

A universidade moderna, originada na organização da universidade de Berlim, em 1808, a despeito do modelo utilitarista francês e das correntes idealistas e funcionalistas, mantém seus pressupostos gerais de promoção da ciência e formação intelectual e moral como relevantes, apesar de muitos dos seus princípios haverem sido negligenciados e substituídos para atender interesses sociais, políticos e econômicos que limitam sua autonomia e promovem novos desenhos de suas funções, conforme argumenta Pereira (2009), recorrendo ao pensamento de Humboldt, em sua abordagem.

Permeada por crises e contradições, a ideia de universidade, que nasceu na Grécia Antiga, na prática, sempre foi de um espaço privilegiado para poucos, independentemente de tempo histórico e sociedade, o que demonstra seu aprisionamento a estruturas de classe e poder e legitima uma ordem social estruturalmente incoerente com as premissas igualitárias em que se diz fundada (MARQUES et al., 2011; SANTOS, 1989), em referência ao pensamento de Bourdieu e Passeron (1975) e Offe (1977).

O papel da universidade na transformação social, que a qualifica em uma missão significativa, tenta resistir continuamente às pressões de demandas externas dos grupos dominantes, gerando dispersão e crises (PEREIRA, 2009). Santos (1989), que estudou profundamente essas crises, abordando-as sob

a perspectiva de Gramsci, dividiu-as em três principais: i) de hegemonia, em que dada condição social deixa de ser considerada necessária, única e exclusiva; ii) de legitimidade, em que a universidade perde a capacidade de desempenhar funções a ela atribuídas; e iii) institucional, por meio da qual os grupos sociais mais afetados buscam outros meios para atingir seus objetivos.

Para Jaspers, em Santos (1989), a busca incondicional e sistemática da verdade é o maior e único objetivo das universidades, do qual derivam todos os outros e que, por ser maior que a ciência, transforma a universidade em um centro de cultura disponível para educar o homem no seu todo. Porém, o que nos é apresentado, em uma análise sociológica mais geral, são contradições e articulações de outros sistemas sociais dentro do sistema educativo que envolvem suas funções: econômicas/instrumentais (que atendam necessidades previsíveis de mão de obra tecnicamente qualificada) e sociais/simbólicas (voltadas para a formação de valores e comportamentos), o que dificulta um plano (SANTOS, 1989).

A universidade contemporânea, que passou a priorizar os interesses práticos e técnicos em detrimento do espírito especulativo livre e crítico, tem como desafio manter o valor do saber como formador da ética, da moral e do caráter com foco civilizatório, e não de produção de conhecimento mercadológico, visto mais como necessidade econômica e menos como aspecto de constituição cultural e moral de seu povo (PEREIRA, 2009). Seu papel corre riscos quando a instituição é concebida pelo Estado sob o prisma de gasto público e serviço, quando privilegia poucos e quando seus discentes e docentes se curvam às exigências exteriores (CHAUÍ, 2003).

Na visão de Paulo Freire, em Chalub-Martins (2010), uma solução seria gerar uma transformação de baixo para cima em contato direto com os atores sociais, praticando formas pedagógicas emancipatórias para evitar o perigo de conceitualizações abstratas afastadas da realidade e pensando a democracia como prática.

Na luta da universidade por transformações sociais, é preciso considerar a atuação dos coletivos, que se posicionam na vida acadêmica em várias instâncias, construindo cidadania a partir de educação coletiva, formação de atores sociais, preparação técnico-científica e envolvimento em práticas de mobilizações para transformação da ordem estabelecida. Tais coletivos envolvem o intelectual na luta e a luta no fazer intelectual, construindo uma relação viva de teoria e prática, quiçá podendo entender a universidade como parte de um movimento social especificamente orientado pela construção do conhecimento crítico e de sua imbricação/implicação social (RÊSES, 2015).

Um fazer acadêmico com vocação pública deve favorecer lugar de fala aos sujeitos para que estes possam protagonizar a reconstrução de valores e práticas que possibilitem uma cidadania democrática. Isso se faz desconstruindo realidades petrificadas, tencionando as relações de poder e instituindo uma autoridade partilhada que facilite a humanização das relações sociais e a construção de subjetividades (individuais e coletivas) articuladas sob fragmentos do agir e pensar cotidiano (GENRO; SANTOS, 2004).

Longe da superação do conflito de uma universidade especulativa ou de uma universidade profissional, já proposto por Kant em 1798 (PEREIRA, 2009), faz-se necessária uma universidade com

maior qualidade cultural, social, cívica e cidadã, que oportunize o desenvolvimento da tolerância às diferenças, a percepção de pertencimento e a compreensão das instituições que garantam o Estado de direito (RISTOFF, 2002). Alguns fatores são limitantes para a execução desse papel da universidade, quais sejam: o mimetismo cultural e seus limites institucionais, quer sejam estruturais, funcionais ou da atuação de sua comunidade e dirigentes (WANDERLEY, 1994).

Nesse cenário de mercantilização da produção acadêmica e do ensino, que adapta a universidade a um liberalismo tecnocrático e restringe a possibilidades de autonomia e pensamento crítico, busca-se consolidar a universidade como organização social por meio de sua progressiva destruição como instituição pública. Dissolve-se o espaço político institucional por meio da desqualificação dos opositores da “universidade do conhecimento”, ou seja, produtivista, homogeneizando o ambiente de trabalho universitário a qualquer outro espaço de trabalho capitalista, onde os resultados são mensurados na forma de mercadorias, e afastando a comunidade universitária cada vez mais dos centros de poder, o que resulta na limitação das respostas a coletivos organizados e do papel da universidade como agente histórico (SILVA, 2014). Numa universidade onde a reflexão crítica e o debate são desvalorizados, também são cerceados os direitos dos cidadãos de participar da cultura, e isso significa a perda do seu *status* de espaço democrático (SILVA, 2001).

Possibilidades de inclusão nas universidades públicas: um olhar na gestão

Inicialmente tratadas como políticas de inclusão ou afirmativas, as práticas de inclusão, criadas em 1963 pelo governo norte-americano para resolver o problema da segregação racial, encontram no ensino superior um contexto propício (MOREIRA et al., 2011) e hoje são estendidas para questões como gênero, orientação sexual e outras.

Nas universidades, a inclusão é experienciada quando da existência de programas da gestão universitária orientados para gestão social e por meio da inovação social, instrumentos imbuídos de um agir comunicativo-dialógico em que todos os participantes da ação social admitam sua validade (MOREIRA et al., 2011). Tal abordagem crítica é de difícil consecução, mas muito contribui para o entendimento real da inclusão, dada a contradição dos discursos organizacionais que pregam a diversidade, por um lado, mas cujos valores, crenças, padrões de conduta e racionalidades reforçam a manutenção do *status quo* (FRANCO et al., 2017).

O processo gerencial dialógico de compartilhamento de decisão entre participantes da ação, proposto por Tenório (2005) e definido como gestão social, pode existir em qualquer sistema social, desde que todos tenham o direito de fala sem nenhum tipo de coação. Em Tenório (2005), a gestão social se relaciona com o conceito de cidadania deliberativa proposto por Habermas (1997), segundo o qual as decisões políticas são legitimadas pelos princípios de inclusão, pluralismo, igualdade, participação e bem comum, em que a sociedade civil faz uso da esfera pública como espaço de intersubjetividade

para entendimento mútuo de suas inquietações. E é nesse participar democrático que os indivíduos se apropriam do direito de construir seus próprios destinos (TENÓRIO, 2005). Segundo Guerreiro Ramos (1989), o ganho desse participar coletivo ocorre quando do debate e do julgamento ético-moral permanente e racional entre os indivíduos, a partir de suas ações, ou “razão substantiva”, conceito desenvolvido pelo autor para identificar o atributo da psique humana que permite uma ordenação no sentido da autorrealização. Observa Touraine (1977), ao retratar a importância conferida aos sujeitos na história, que estes não representam apenas papéis que lhes foram atribuídos, mas, antes, são agentes dinâmicos, produtores de reivindicações e demandas, na confrontação de valores, em um processo que ele classificou como dialética de criação e controle (GOHN, 1997).

Outra ótica na gestão universitária para o desenvolvimento da inclusão social é a da responsabilidade social, que, de maneira mais ampla, trata de toda ação que possa contribuir para a melhoria da qualidade de vida da sociedade (LINHARES et al., 2015), geralmente atrelada apenas ao cumprimento de determinações legais e utilização dessas ações para reforço da imagem social da organização (FRANCO et al., 2017). Incluir vai além e é, portanto, integrar as minorias por meio de práticas que se voltam às condições materiais concretas de existência, deixando de reproduzir os espaços de estigmatização existentes na sociedade (MAGALHÃES et al., 2017; FRANCO et al., 2017). No caso das universidades, isso pressupõe autonomia institucional em relação ao governo (de políticas acadêmicas), intelectual (apartidária, laica e sem imposições empresariais ou financeiras) e de gestão financeira (atendendo demandas regionais e locais) (CHAUÍ, 2003).

Conforme Moreira et al. (2011), um fator restritivo à gestão social e, concomitantemente, à inclusão na universidade reside em priorizar a gestão estratégica, entendida como aquela que prima pela eficiência operacional, pela competitividade e pelos interesses da cúpula da instituição, com o fim de favorecer a manipulação e o atendimento do que o governo considera como o melhor para a sociedade. Para Tenório (2005), na gestão estratégica, prevalece o individual, enquanto, na gestão social, a prevalência é do coletivo. As práticas são delineadas de acordo com a sua instrumentalidade, sem articulações com as ideias de reconhecimento externo e interno, não lhe competindo discutir sua própria existência, mas alcançar o objetivo particular que a define para produzir o que Michel Freitag (1996) chamou de universidade operacional, ou seja, regida por contratos de gestão e avaliada por índices de produtividade (CHAUÍ, 2003). De outra forma, ainda que a gestão estratégica tenha esse caráter instrumentalista e finalístico, com muitas implicações, pode vir a contribuir ao viabilizar a inovação social, permitir a criação e a concretização de projetos que visam atender aos interesses de dada sociedade e possibilitar a inclusão (MOREIRA et al., 2011).

Não é de fácil operacionalização uma gestão universitária que possibilite tangibilizar em seus planos de desenvolvimento institucionais e práticas do dia a dia o equacionamento de conflitos, naturais do contexto democrático e pontencializados por agregar diferentes atores que disputam diferentes visões estratégicas e valores. Para Rêses (2015), os processos participativos são os únicos caminhos que configuram sua capacidade de incidência na formação de opinião, consensos, normativas e políticas no

interesse mais amplo e dialógico das populações dominadas e excluídas. Tais processos possibilitam que comunidades, mesmo que divididas em suas narrativas progressistas e conservadoras, expressem suas lutas na busca de reconhecimento.

São necessárias reflexões e ações que amenizem o comum a esses grupos minoritários – o preconceito e a discriminação –, independentemente dos diferentes elementos e questões da inclusão de raça, gênero, orientação sexual, deficiência e outros (MAGALHÃES et al., 2017) que geram enfrentamentos em nível pessoal e em nível social em decorrência do estigma que os desqualifica (GOFFMAN, 1988). Por outro lado, é preciso cuidar para que essas ações não se reduzam a uma política de confronto, dado que, em muitas situações, os movimentos podem colaborar para a criação e implementação de políticas, fazer parcerias para ações institucionalizadas, inclusive utilizando os canais institucionais, conforme Gianni e Passy (1998) e Carlos (2012), para além do modelo conflituoso proposto por muitos outros teóricos dos movimentos sociais, como Tarrow (1997) e McAdam et al. (2001), em Carlos et al. (2017). Ainda é importante considerar que, mesmo em cenários em que muitos aderem a essa cultura de direitos, estes não se dispõem a dialogar profundamente e adotar medidas que realmente façam avançar a igualdade, principalmente quando estão envolvidas questões de orientação sexual e identidade de gênero, mas, ao contrário, expressam uma negação que objetiva manter intacta a masculinidade hegemônica² e a heteronormatividade³ (JUNQUEIRA, 2012).

Como delimitamos este estudo a um desses sujeitos coletivos – os coletivos LGBT – que interagem com a universidade, fazendo-a e sendo feitos por ela, é fundamental compreender seus aspectos culturais e políticos antes de adentrar em uma proposição analítica do seu imbricamento com esse espaço.

LGBT: ser gay: cultura e cotidiano

De acordo com Foucault (1988), historicamente, os aspectos da homossexualidade já foram tolerados e até admirados, porém, desde o século XVIII, com a repressão sexual, a heterossexualidade foi colocada no centro da sexualidade humana como a única forma legítima e considerável de vivenciar os prazeres. Esse processo teve início a partir do século XVII, na França, com a prática da perseguição policial a homossexuais, e posterior reflexão médica, o que Foucault (1981) chamou de história da repressão, da vigilância e do controle da homossexualidade. A mudança da visão de indivíduos sodomistas para a existência de uma cultura gay e lésbica ocorreu num cenário de transformações sociais,

2 Estabelecimento de um padrão de homem “normal” que geralmente é branco, heterossexual, cristão e sem deficiências (Connell, 1998).

3 “Por heteronormatividade entendemos aquelas instituições, estruturas de compreensão e orientações práticas que não apenas fazem com que a heterossexualidade pareça coerente – ou seja, organizada como sexualidade –, mas também que seja privilegiada. Sua coerência é sempre provisional e seu privilégio pode adotar várias formas (que às vezes são contraditórias): passa despercebida como linguagem básica sobre os aspectos sociais e pessoais; é percebida como um estado natural; também se projeta como um objetivo ideal ou moral” (BERLANT; WARNER, 2002 apud MISKOLCI, 2007, p. 5).

políticas e econômicas, ao longo das últimas décadas, em um contexto de evolução do conceito de cultura nas ciências sociais, particularmente na antropologia (IRVINE, 1994).

No Brasil não foi diferente: a partir de 1500, com a herança europeia – em que a sodomia era crime previsto na legislação e, em caso da controvérsia entre juristas, devia-se recorrer ao direito romano e canônico –, houve punições a atos homossexuais, com a utilização de métodos da Inquisição, que afeziram um controle relativo, descritos historicamente por meio de multas e cumprimento de penitências públicas (TREVISAN, 2000). Essas práticas foram sendo sofisticadas a partir da terceira década do século XIX, pelo sistema de controle médico, numa sequência de higienistas, médicos legistas e, finalmente, de psiquiatras (TREVISAN, 2000). Outro dispositivo de regulação da vida de gays e lésbicas, presente até hoje, é o “armário” (SEDGWICK, 2007), mecanismo que funciona como estrutura definidora da opressão gay pelas instituições neste século (IRVINE, 1994). Esse símbolo refere-se à escolha do sujeito de revelar, não revelar ou mentir sobre sua orientação sexual – “sair ou ficar no armário” – a partir de uma autoavaliação de ganhos e consequências da escolha.

O advento de importância da cultura gay é posterior e talvez se possa dizer consequência dos fatos citados. Teve forte avanço a partir do início da década de 1970 e emergiu de dois pilares fundamentais: o “tornar-se gay”, para o que, como cita Foucault (1981), é necessário o combate por direitos e liberdade. Entretanto, essa questão, mesmo sendo de suma importância para as formulações legais, não é única e precede de campos culturais que respondam com efeitos reais, ligados a atitudes e esquemas comportamentais (FOUCAULT, 1994). A ciência dá importante contribuição à consolidação da cultura gay desde o século passado, quando passou a desenvolver teorias que buscam alertar sobre a inexistência de objetos sexuais determinados de modo absoluto pela natureza e de mecanismos culturais que compartilham de modo insuperável o desejo (TREVISAN, 2000), favorecendo a ideia de uma cultura gay que ganha popularidade e generalização como signifiante de identidade compartilhada. Esses movimentos identitários que eclodiram na década de 1960 e são bastante estudados na sociologia como novos movimentos sociais, ao mesmo tempo em que problematizam as relações de poder buscando alternativas pela garantia de direitos iguais e liberdade, também por seu caráter unitário, regulador e disciplinar, podem propiciar processos de exclusão de possíveis subjetividades, como argumenta de Melo (2008), baseado em Seidman, Foucault e teóricos queer. Há um consenso de que gays e lésbicas constituem de fato uma comunidade (MURRAY, 1992). Essas evidências de cultura gay – que incluem literatura, igrejas, clínicas de saúde e aconselhamento, gírias, meios de comunicação social, equipes desportivas, músicas, empresas, filmes etc. – foram fundamentais para apoiar não só as relações, mas as identidades (IRVINE, 1994). No entanto, foram os movimentos sociais, de acordo com Foucault (1984), que transformaram a vida dos gays, suas atitudes e mentalidades no “modo de vida gay” e, com base em uma sexualidade comum, se produziram como grupo social que pode “dar lugar a uma cultura” (FOUCAULT, 1981). Esse pensamento é hoje revisto pela cultura queer, que busca questionar os separatismos de gays ou lésbicas (ERIBON, 2008).

Os estudos queer que se cruzam com as teorias críticas e pós-estruturalistas foram moldados e informados por movimentos políticos organizados em torno de raça, etnia, gênero e sexualidade. Desafiam a ideia de identidades fixas, reconhecendo categorias sociais fluidas e instáveis, sem eliminar ideias anteriores sobre cultura, mas percebendo um processo de identificação e produzindo análises teóricas e históricas na contemporaneidade (BATZA, 2017).

Essas particularidades são evidenciadas no cotidiano pelas características culturais de um grupo que se distancia do modo de vida dominante, sem se desprender dele, que pode ser explicado pela origem das subculturas (BARROS, 2007). Muito comum na cultura gay é “o lugar para ser diferente em conjunto” (HAENFLER, 2004), o que permite a construção individual de subjetividades e significados, mecanismo que, para Blackman (2005), resolvia contradições sociais por meio de múltiplas narrativas, em forma de estilos, símbolos e rituais, sendo singulares as suas formações culturais e situadas em um espaço, a exemplo dos chamados “ursos”, “gays afeminados” e muitos outros.

As subculturas gays existem, com seus respectivos guetos e espaços de homosociabilidade (CAMPELLO et al., 2012), como forma de evitar as duplas opressões: primeiro, a partir, principalmente, da lógica heteronormativa; segundo, pela assimilação e adequação – aceitação – pelo próprio grupo homossexual (COLLING, 2011), que fortalece o orgulho coletivo e alimenta práticas eróticas com maior sensação de segurança, liberdade e identificação. Poderíamos, então, interpretar a cultura acessível a todos os LGBT, porém a subcultura está restrita a grupos, com segregação desses territórios por parte daqueles que não o frequentam (CAMPELLO et al., 2012), em um processo de vigilância e controle de ambos os lados, produto de poder e dotado de poder (FOUCAULT, 1987).

Para Almeida (2009), o meio cultural tem forte ligação com os movimentos sociais. Nele ocorre um processo mais conjuntural de formação da consciência política, para resistência e mobilização social, que confronta visões individuais e desestrutura consensos no enfrentamento do sistema social dominante. A ideia é fazer emergir novos sujeitos, colocando a consciência coletiva diante de um universo cultural e político individual (MARTÍN-BARÓ, 1989) a funcionar como alimento aglutinador da sociedade para superação de injustiças em um projeto político socialmente justo.

O movimento LGBT: lutas e resistências

Para Cascais (2006), o associativismo LGBT não se fez do dia para noite, nem se irrompeu numa tábua rasa histórica, social e cultural, mas confronta-se com a história de opressão, de negação e de controle social, constituindo grande desafio cognitivo. Em termos teóricos, como argumenta Brandão (2009), o ativismo LGBT repousa em uma contradição fundamental: buscar conciliar uma abordagem construtivista sexual (que critica o essencialismo universalizante e naturalista que recai sobre a teoria clássica de gênero) (COSSI; DUNKER, 2017) e identitária e um ponto de apoio estável que facilite a mobilização política. Isso pode ser corroborado com o pensamento de Sandoval (2001), que indica que as ações coletivas dependem da adesão de um sujeito particular e de sua consciência política, que é individual e não do grupo.

Na ação concreta, segundo Gohn (2011), os movimentos sociais agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Adotam diferentes estratégias que vão da simples denúncia a pressões diretas e indiretas, por meio de mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc. De acordo com a mesma autora, na atualidade, os principais movimentos sociais, em que se incluem os movimentos LGBT, atuam por meio de redes sociais, locais, regionais, nacionais e internacionais ou transnacionais e utilizam-se bastante dos novos meios de comunicação e informação para viabilizar seus objetivos e criar identidades para grupos antes dispersos e desorganizados, favorecendo ações coletivas que alcancem reconhecimento e legitimidade social. Um ponto de partida para definir um movimento social é considerá-lo como um compartilhamento de crenças sobre um estado preferido do mundo capaz de mobilizar pessoas em um coletivo organizado com força para resolver problemas sociais, buscando transformar a ordem estabelecida (DEN HOND; BAKKER, 2007). Tais movimentos permitem aos seus participantes aprendizagens de ordem prática, teórica, técnica, linguística, política, econômica, social, cognitiva, reflexiva e ética (GOHN, 2011).

Há também o risco de fragmentação severa, com diferentes identidades e questões que competem pelo domínio, como ativistas que se juntam a um movimento social por causa de sua marginalização na sociedade e correm o risco de serem marginalizados dentro do movimento social por questões como gênero (STONE, 2009). No estudo empírico de Stone (2009), foi possível observar a preocupação, por exemplo, das lésbicas com a dinâmica do poder dentro dos seus grupos políticos e sociais, atentando sobre as consequências da inclusão detransgêneros no espaço exclusivo para mulheres. Isso permite observar as complexidades da criação de um movimento social inclusivo, composto por identidades identitárias e aliadas ou marginais, o que origina identidade coletiva queer como uma luta por reconhecimento que enfoque o combate à heteronormatividade, e não a valorização de uma identidade específica (AMARAL, 2014).

Devemos tomar o movimento LGBT como um ator social complexo necessariamente em relação a outros atores que o influenciam e pelos quais são influenciados (FACCHINI; FRANÇA, 2009). Da mesma maneira, não se pode supor uma homogeneidade do movimento LGBT, considerando que é composto por organizações de diferentes formatos que alternam cooperação e conflito no trato com outros grupos (FACCHINI; FRANÇA, 2009). De acordo com Eleftheriadis (2017), é importante estudar a visibilidade e a mobilização LGBTQ em diferentes escalas sem percebê-las como entidades separadas, em que atores são moldados e constrangidos pelas visões e práticas das políticas concorrentes colocadas em determinado lugar, das alianças que eles criam e dos resultados comuns que suas ações coletivas implicam.

Os defensores pioneiros dos direitos homossexuais sugeriram, inicialmente, na Europa, no século XIX. Como exemplos de maior relevância no ativismo podem ser citados: o filósofo britânico Edward Carpenter (1844-1929), convicto defensor da liberdade sexual, e o médico alemão Magnus Hirschfeld (1868-1935), que liderou campanha para abolir o parágrafo 175 do Código Penal alemão, o qual punia a relação homossexual entre homens (SIMÕES; FACCHINI 2009). Entre 1910 e 1930, o movimento por reforma sexual alcançou o máximo de sua repercussão na Europa e foi seguido pela abolição das leis

anti-homossexuais na Rússia (por parte do partido bolchevique), pela formação de uma liga mundial para reforma sexual, pela realização de congressos internacionais e pelo surgimento de espaços de sociabilidade em Paris e Berlim. Isso atraiu a atenção de movimentos trabalhistas, libertários e socialistas, com consequentes alianças (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

A década de 1930 registrou, na Europa nazista e estalinista, retrocessos, com perseguições, prisões e campanhas contra a homossexualidade. Uma nova frente de lutas surgiu com o ativismo norte-americano na década de 1940, e os relatórios Kinsey tiveram grande repercussão na exposição de experiências sexuais (SIMÕES; FACCHINI, 2009). No pós-guerra, Estados Unidos, Holanda, Dinamarca e França formaram grupos, ainda com atuação cautelosa, voltados para a luta pela discriminação das relações homossexuais. Porém, uma atuação mais radical do movimento só ocorreu a partir da politização do movimento, no final da década de 1950 e nos anos 1960, em meio ao clima de liberdade sexual. No final da década de 1960 e nos anos 1970, formaram-se as primeiras organizações de transexuais, que se tornaram bastante ativas a partir de 1990, cruzando fronteiras de sexo e gênero (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Os grupos de direitos homossexuais têm estado ativos na Europa e nos Estados Unidos desde o século XX. Inicialmente, surgiram separados em uma bifurcação entre gays, numa trajetória de foco pela liberdade de expressão sexual, e o lésbico, mais afeito ao feminismo radical, o que posteriormente, nas décadas de 1980 e 1990, com o advento da Aids, tendeu a se confluir em uma luta e identidade queer compartilhada, que inclui também o bissexual e o transgênero e, ainda, o intersex, a partir de 2006, chegando ao que conhecemos hoje como minorias sexuais, qualidade de sua personalidade, sua orientação sexual e/ou identidade de gênero (LINDE, 2018).

Nessa dinâmica, nos anos 1980, organizações civis que acompanharam o declínio do horizonte de transformação social radical, em toda a América Latina, iniciaram um caminho por meio do qual influenciaram a transformação da perspectiva revolucionária mais dominante na região para uma nova perspectiva de luta por uma agenda dos direitos do cidadão (SIMONETTO, 2017). Nos últimos anos, o “movimento homossexual” no Brasil transformou-se em um dos movimentos sociais de maior expressão no país. Em 2008, os eventos de rua que celebram o Orgulho LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) ocorreram em 147 localidades do país (FACCHINI; FRANÇA, 2009).

O ativismo LGBT no contexto organizacional

O ativismo de funcionários apareceu pela primeira vez em grandes corporações dos Estados Unidos durante os anos 1970 e 1980, ainda relacionados a questões de raça (BRISCOE et al., 2014). Porém, o grande salto na visibilidade e na organização da atuação gay e lésbica no local de trabalho deu-se no início dos anos 1990. Sugiram oportunidades políticas e institucionais, houve cobertura sem precedentes da mídia sobre ativismo queer e discriminação no emprego, em combinação com mudanças institucionais em direção à diversidade corporativa e a benefícios equitativos. Após uma primeira fase de relativo

isolamento do movimento institucional, durante o segundo período, entre 1990 e 1994, os ativistas trabalharam arduamente para criar e promover vínculos interorganizacionais entre homossexuais e redes de funcionários. Essas conexões variaram de encontros sociais informais e intercâmbios de e-mail para mecanismos de rede totalmente institucionalizados, como conferências anuais sobre o local de trabalho e grupos guarda-chuva formais, consistindo em diversos tipos de formatos de redes (RAEBURN, 2004).

Grupos ativistas corporativos LGBT estimulam cada vez mais as empresas a abordar questões de diversidade, buscando influenciar a natureza e o nível das atividades corporativas de mudança social. Os grupos ativistas são *stakeholders* secundários no sentido de que a sobrevivência da empresa não depende do seu apoio contínuo (CLARKSON, 1995). Eles têm uma reivindicação que consideram urgente e legítima, mas têm pouco poder de barganha contra as empresas. São ativistas na transformação de ideais compartilhadas, preocupações ou queixas em uma disputa organizada e são grupos, dado que uma identidade coletiva lhes permite superar o problema da ação coletiva. As pessoas podem criar grupos ativistas juntando-se em redes vagamente organizadas (DIANI; MCADAM, 2003) ou, dependendo da sua capacidade para mobilizar recursos suficientes, podem criar grupos ativistas mais socialmente formais (DEN HOND; BAKKER, 2007). O ativismo dos funcionários é um exemplo poderoso que emerge do cruzamento de organizações de trabalho e movimentos sociais. A adoção de políticas homossexuais corporativas representa a mais recente expansão na definição de direitos (RAEBURN, 2004).

O ativismo é inevitavelmente caro e arriscado – em termos de tempo, dinheiro e possibilidade de reação ou represálias –, portanto as partes interessadas ativistas devem pesar a probabilidade de obter sucesso. Como tal, nos esforços para entender o ativismo nas corporações, os pesquisadores adotaram um conceito central da teoria do movimento social: a ideia de “estrutura de oportunidade” ou a premissa de que as condições contextuais dão forma à probabilidade de o ativismo ser bem-sucedido (KING; PEARCE, 2010; SCHNEIBERG; LOUNSBURY, 2008). Assim, é possível inferir que os valores pessoais dos dirigentes de uma empresa constituem um elemento-chave da estrutura de oportunidade para os ativistas. Eles sabem disso e examinam o perfil desses dirigentes em busca de pistas sobre suas crenças, o que é altamente relevante nas suas decisões, como sinal de a empresa ser ou não alvo maduro para ações coletivas. Eles têm que considerar a probabilidade e o custo de resistência e, igualmente importante, pesar os riscos de represálias e prejuízos à carreira (BRISCOE et al., 2014).

Na questão LGBT, em contraposição às organizações que já apoiam a causa, um estudo internacional (TAYLOR; RAEBURN, 1995) apontou que ativistas funcionários, geralmente, representam uma pequena minoria dos trabalhadores e, na maioria das empresas americanas, tais ativistas podem ser facilmente descartados de seus empregos. Os ativistas correm o risco de ser percebidos como perturbadores e estigmatizados por seus supervisores e colegas de trabalho, de maneira a ter prejuízo em suas carreiras (TAYLOR; RAEBURN, 1995). Como tal, os ativistas funcionários são assimetricamente dependentes de seus empregadores, o que sugere que não serão susceptíveis de usar estratégia de confronto que envolvem a retenção de recursos (FROOMAN, 1999). Outras partes interessadas, como parceiros de negócio ou reguladores, desfrutam de um conjunto mais amplo de influência e opções. De outro modo,

ativistas internos, muitas vezes, têm informações sobre as coalizões e os canais de influência necessários para *lobby* efetivo e podem ter conexões com gerentes seniores que poderiam ajudá-los (SOULE, 2012).

A atenção aos dirigentes, por parte dos ativistas, está igualmente refletida na extensa pesquisa qualitativa (CREED; COOPER, 2013; CREED; SCULLY, 2000; CREED et al., 2002; RAEBURN, 2004; SCULLY et al., 1998). Em suma, muitos funcionários que contemplam o ativismo estarão atentos às inclinações ideológicas de seus dirigentes, suscetíveis a mitigar represálias e assédio de supervisores e colegas, os quais podem reagir negativamente por suas ideologias pessoais ou por seus conflitos com a aceitação da homossexualidade (RAGINS; CORNWELL, 2001; SCULLY et al., 1998). Em contraste com as táticas que os ativistas externos, às vezes, empregam para interromper rotinas organizacionais e ganhar cobertura de mídia, ativistas funcionários LGBT tendem a se concentrar em um repertório de táticas de persuasão (BRISCOE et al., 2014), como convocação para reuniões, distribuição de informações e conversas com colegas e supervisores. Os ativistas LGBT tentam enquadrar seus objetivos usando a lógica de *business case*, com foco em vantagens, para recrutar e manter trabalhadores, adaptando sua mensagem e adequando-se à cultura corporativa (CREED et al., 2002).

Como já destacado, os movimentos sociais também reconhecem que, em última instância, são os indivíduos que devem agir, mas que essa adesão é bastante influenciada pelos riscos pessoais de sua participação, pois implica a importância dos aspectos microestruturais nessa decisão (McADAM, 1986; SCHUSSMAN; SOULE, 2005). Esses agentes de mudança moldam e capitalizam oportunidades na política interna de uma organização, muitas vezes formando grupos internos de funcionários LGBT (GHOSH, 2012; GITHENS; ARAGON, 2009; SCULLY; SEGAL, 2002) para, com sua micromobilização, desafiar e reformar culturas (CREED; SCULLY, 2000).

A heterossexualidade permanece incontestável no ambiente de trabalho (CUNNINGHAM, 2011). Lésbicas e gays continuam a colidir com as expectativas sociais e ideias estereotipadas de como as identidades sexuais devem ser (EINARSDÓTTIR et al., 2016). Para Siqueira e Zauli-Fellows (2006), promover o debate sobre a discussão da diversidade cultural nas organizações não só beneficia a organização, mas, especialmente no que tange à orientação sexual, permite que os indivíduos se voltem mais uns para os outros, facilitando o entendimento da alteridade e possibilitando a inclusão do gay no ambiente de trabalho, sem discriminação e homofobia.

A inclusão LGBT no local de trabalho, como ambiente seguro e equitativo, é sempre um desafio por trazer à tona aspectos invisíveis marginalizados ou mesmo estigmatizados das identidades sociais de alguns funcionários. Essa dinâmica, geralmente, desencadeia julgamentos, reações mentais e divisivas por parte das identidades sociais visíveis (CREED; SCULLY, 2000). Isso leva a que grupos ativistas impulsionem cada vez mais as empresas a abordar tais questões, buscando influenciar a natureza e o nível das atividades de mudança social corporativa e do campo. Nessa luta, são escolhidas diferentes táticas de influência para apoiar as reivindicações nas empresas, invocando mudanças culturais com desinstitucionalização e reinstitucionalização, baseadas na legitimação, pela promoção do bem-estar social (DEN HOND; BAKKER, 2007).

O ativismo LGBT no âmbito universitário

Nas universidades, o ativismo LGBT surge por meio de coletivos que procuram combater a heteronormatividade, baseado, geralmente, num sentimento de indignação dos estudantes diante de situações de homofobia (AMARAL, 2014). A partir do estudo empírico de Nardi (2013), foi possível evidenciar que a lógica do “armário” de vigilância das expressões de sexualidade como forma de posicionamento social, na universidade, atinge e determina campos de invisibilidade para estudantes e docentes homossexuais/transsexuais. Pensar a inclusão de minorias na universidade, no que diz respeito a orientação sexual e identidade de gênero, é pensar a comunidade universitária envolvendo não apenas estudantes, mas todas as pessoas, entre funcionários e vinculados, que interagem e convivem de algum modo nesse sistema institucional que é, principalmente, de ensino-aprendizagem, mas também é de trabalho, e onde qualquer membro pode vir a sofrer algum tipo de exclusão. Pinheiro e Gois (2013) sinalizam para a dificuldade de gerir e acompanhar as questões relacionadas à diversidade, visto que, muitas vezes, o próprio sujeito escolhe não assumir sua condição. De todo modo, como argumenta Cruz (2012), o ativismo LGBT na universidade, em suas mais diversas formas, contribui para a denúncia e a busca de revisão das violências LGBT fóbicas. Amaral (2014) infere que a maior contribuição dos coletivos LGBT nas universidades diz respeito à sua capacidade de conciliar a atividade acadêmica e a militância, possibilitando uma ação política.

Nas universidades, já existem várias práticas que incentivam, promovem, realizam ou são palco de ações ligadas às questões de inclusão e enfrentamento à discriminação contra lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT). Como exemplos, podemos citar a criação de um grupo de trabalho para formular um programa de promoção da diversidade de orientações sexuais e identidades de gênero na Universidade de Brasília (OLIVEIRA, 2012); a luta efetivada pela comunidade LGBT que tenta dar visibilidade ao grupo KIU – Coletivo Universitário pela Diversidade Sexual de Salvador na Universidade Federal da Bahia (SOUZA, 2015); a produtividade científica na Universidade Federal de Minas Gerais, contribuindo para a afirmação da temática de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no meio acadêmico (VIANA; OLIVEIRA, 2017); o papel da universidade no contexto da elaboração da Política Estadual LGBT do Paraná por meio da experiência do trabalho extensionista da Universidade Federal do Paraná (GORS DORF et al., 2013); dentre muitos outros casos em outras universidades, e nas próprias universidades citadas.

Um caminho para a consolidação dos movimentos sociais tem sido a institucionalização (AMARAL, 2014), considerada importante conquista ao proporcionar a concretização de políticas públicas e maior destinação de recursos por parte do Estado ou instituição vinculada. Nas universidades, vem sendo importantíssima a institucionalização de programas e estruturas administrativas, a exemplo da Universidade de Brasília, que, por meio da Resolução da Reitoria 0154/2012, criou o Programa de Combate à Lesbofobia, Homofobia, Bifobia e Transfobia e foi a primeira universidade federal a institucionalizar, em sua estrutura administrativa, uma Diretoria da Diversidade (LIONÇO et al., 2016).

Por outro lado, a institucionalização de coletivos em universidades pode acarretar um significado de institucionalização das identidades coletivas, tornar excludentes alguns sujeitos que inicialmente deveriam emancipar, além do risco de passar a cumprir agenda dos núcleos e centros de pesquisa e do abandono do espaço de lutas à medida que os estudantes avançam em seu percurso acadêmico (AMARAL, 2014).

A institucionalização não é, portanto, a forma mais completa de analisar como a dinâmica de atuação de coletivos LGBT contribui para a inclusão de minorias no ambiente universitário, uma vez que outros fatores influem e podem desempenhar papel explicativo maior, principalmente no caso de instituições participativas (CARLOS, 2012). A literatura dos movimentos sociais sinaliza para caminhos analíticos como: os resultados da atuação estarem condicionados à estrutura de mobilização e/ou a coalizões e interações envolvidas, a depender do paradigma teórico adotado que pode reconhecer dimensões que importam para identificar consequências políticas e institucionais dos movimentos, supondo que estes, a partir das suas ações, produzem mudanças políticas e sociais. Mas sob quais condições e dinâmicas? Haja vista a heterogeneidade em que lutam (CARLOS et al., 2017), em que as ações estão centradas na conquista de direitos culturais, fator-chave dos sujeitos que rejeitam submissão, injustiça, desigualdade e humilhação, rebelando-se contra práticas de dominação social em contextos sociais específicos, conforme afirma Furlin (2011) baseado na teoria de Touraine.

Pesquisas no campo: as escolhas epistemológicas

Pompeu e de Souza (2017) identificaram, a partir de uma revisão bibliográfica em 14 periódicos na área de estudos organizacionais, sete nacionais e sete internacionais de 2005 a 2014 a escassez de pesquisas políticas no contexto de estudos organizacionais. O campo teórico dos movimentos sociais tem permitido que esse objeto seja estudado sob o olhar de vários paradigmas com ênfase nas teorias dos novos movimentos sociais (que partem de uma crítica ao modelo marxista como explicação para o conflito, mantendo a perspectiva macro-histórica e a relação entre conflito e mudança social); contribuições da mobilização de recursos (evidenciando o aspecto racional dos movimentos); do processo político (que estuda a relação das mobilizações coletivas com o contexto político institucional); e teorias de enquadramento (que explicam a produção e a reprodução dos movimentos sociais a partir da influência do contexto cultural, considerando os sentimentos e as emoções dos militantes na ação coletiva). Os teóricos dessas teorias oportunizam explorar não apenas as dinâmicas de organização dos coletivos estudados, mas também fornecem amparo para discussões referentes à forma de captação de recursos e críticas à institucionalização em Amaral (2014). Vale salientar que a realidade brasileira teve como denominador comum, para a análise dos movimentos sociais, a abordagem culturalista, em contraposição à marxista, presente com mais força na análise dos movimentos populares, conforme Gohn (2011).

Raeburn (2004) analisou o crescimento significativo de grupos LGB formais e organizados em redes de funcionários nos Estados Unidos de 1978 a 1998. Em seu estudo, a autora buscou elucidar uma importante questão política e empírica, com contribuições para a teoria do movimento social e a teoria social mais genericamente. Sugeriu, inclusive, a possibilidade de usar as oportunidades institucionais para estudar a mobilização e entender a ascensão de grupos que buscam igualdade para aqueles que trabalham em diversos espaços, como as universidades. Den Hond e Bakker (2007) pesquisaram como o ativismo influencia as atividades corporativas de mudança social, demonstrando que a literatura do movimento social e a literatura de mudança institucional têm vários pontos interessantes e poderiam ser combinadas para estudar o papel dos grupos ativistas de influenciar a natureza e o nível de mudança social de atividades em empresas, uma vez que ambas as teorias realçam aspectos específicos dos grupos ativistas e dos processos que tentam influenciar, constatando uma tradição rica e diversificada de pesquisa sobre a expressão pública de queixas coletivas. Essa teoria é cada vez mais utilizada na pesquisa organizacional (BRISCOE et al., 2014; McADAM et al., 2005; DAVIS; THOMPSON, 1994; EMBRICK et al., 2007; HENSMANS, 2003; RAO et al., 2000; VAN DE VEM; HARGROVE, 2004).

Rowley e Moldoveanu (2003) deram um passo importante na compreensão de alguns dos antecedentes das atividades de mudança social corporativa. Baseando-se na teoria dos movimentos sociais e identidade social, propuseram uma estrutura para prever mobilização do grupo de partes interessadas. Eles argumentam que o motivo da ação envolve não apenas a proteção de interesses, mas o desejo de expressar uma identidade.

Indicamos a teoria dos movimentos sociais nesse tipo de estudo empírico, mesmo considerando que outras teorias podem emergir no decorrer da pesquisa. Especificamente, quando falamos em investigar a contribuição dos movimentos para inclusão de minorias, nos deparamos com a questão problemática de não existir um conceito para inclusão que não guarde consigo o significado da exclusão, este mais ligado a questões materiais, teorizado por Robert Castel (2006) e de associação à cidadania pela sociologia política. Porém, é em Bourdieu (1964, 2001) que se chega a uma possibilidade de análise dessa questão, construindo uma realidade teórica que leve em consideração não apenas aspectos materiais, mas também os subjetivos, simbólicos, políticos e culturais (BONETTI, 2013). Sugerimos trabalhar com um instrumento bourdieusiano conceitual, o *Habitus*, que pode auxiliar a pensar a relação de mediação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos (SETTON, 2002), revelando as relações de dominação construídas no interior do campo social a partir das posições dos sujeitos e da distribuição dos diferentes tipos de capital – econômico e o cultural (SOUZA, 2012). Fazendo uso da teoria de Bourdieu acerca da violência simbólica e do capital social para levantar as formas de enfrentamento da violência simbólica, desenvolvidas para a existência dentro de um *habitus* heteronormativo (VIEIRA, 2015).

Outros autores que poderão dar importantes contribuições ao atendimento dos objetivos propostos são: Alain Touraine, que liga a ideia de movimento social à ideia de sujeito, que é luta e vontade de libertação, condição para a existência do movimento social, além de abordar a questão político-cultural

evidenciada nos estudos empíricos; a visão de um ator capaz de transformar sua realidade e de seu ambiente, reconhecendo-se como sujeito do campo (GOHN, 2008), Alberto Melucci, segundo o qual os movimentos sociais nascem no campo do conflito gerado pela ausência de reconhecimento de determinada identidade coletiva em um contexto social, político e econômico (VIANNA, 2015); Gamson, sobre os efeitos políticos dos movimentos sociais e os condicionantes do resultado de sua atuação; Giugni, que trata das características das organizações e das coalizões envolvidas que intervêm nos resultados da ação; e ainda Earl, que propõe uma classificação em resultados intra e extramovimento (CARLOS et al., 2017).

Entendemos que se faz fundamental neste trabalho a interdisciplinaridade como forma de recorrer a autores das ciências humanas e sociais aplicadas e, principalmente, manter um diálogo contínuo com os estudos de gênero não apenas pelos seus aspectos de lutas pela ampliação de direitos, mas pelas questões de imposição da heterossexualidade como padrão e suas implicações (VINNA, 2015), baseado nos estudos de Butler (1990, 2009). Assim, além da teoria dos movimentos sociais, é interessante incluir como coadjuvante principal a teoria queer, que, apesar das críticas ao quadro de identidade coletiva, que implica gays, lésbicas, bissexuais e outros sexuais compartilhando uma única identidade social, e do pressuposto binário homo/hétero, que não consegue dar conta da variedade sexual existente (ANTEBY; ANDERSON, 2014), oferece um sistema crítico de interpretação capaz de compreender os processos de violência e de exclusão da diferença, além de legitimar as ações dos movimentos LGBT. A teoria queer, mesmo tendo surgido em oposição aos estudos sociológicos sobre minorias sexuais e de gênero, compartilha com a teoria dos movimentos sociais o conhecimento da noção de sexualidade como uma construção social e histórica (MISKOLCI, 2009). A teoria queer se identifica com o ativismo político pela sua pluralidade teórica e dialoga com outras teorias, como a feminista, estudos culturais, sociologia da sexualidade, psicologia social e tradição jurídica da *common law*, *queer legal theory* (DE CARVALHO; DUARTE, 2017), diálogos e saberes importantes para a fundamentação deste estudo, posto que, dada a natureza ideográfica e holística dos fenômenos sociais, nenhuma teoria selecionada *a priori* é capaz de dar conta dessa realidade em sua especificidade e globalidade (MAZZOTTI, 1991). De outro modo, a teoria das relações sociais e a teoria queer podem orientar os passos na coleta de dados, mesmo que sujeitos a reajustes futuros.

Do ponto de vista ontológico, é interessante adotar o paradigma interpretativista enquanto vertente preferencial para compreensão do objeto de pesquisa, uma vez que, nessa natureza de estudo, defende considerar a relação sujeito-objeto como promovedor da realidade social, produto de negociação e compartilhamento de significado entre pessoas, em que a realidade é percebida “criada” numa instância coletiva intersubjetiva, importando aspectos subjetivos e sociopolíticos. Logo, uma epistemologia construtivista que torna o conhecimento dependente de práticas humanas na interação de pessoas no mundo real (SACCOL, 2009).

Este ensaio teve por objetivo nos posicionarmos perante o tema da dinâmica de atuação dos coletivos LGBT para a inclusão de minorias em universidades públicas. Para tanto, fizemos uma revisão

sistemática e bibliométrica sobre LGBT nas organizações nas áreas de psicologia, ciências comportamentais, ciências sociais, saúde e negócios, em literatura estrangeira, no período de 2000 até 2017, exclusivamente em artigos, utilizado as palavras: “LGBT” and “workplace” e “sexual diversity” and “organization” em todas as bases de dados da Web of Science; e “LGB” and “workplace” e “sexual diversity” and “organization” na base Scopus. Somamos a essa pesquisa a análise de quatro revisões de literatura, sendo duas nacionais e duas internacionais (SIQUEIRA et al., 2006; ANTEBY; ANDERSON, 2014; McFADDEN, 2015; POMPEU; DE SOUZA, 2017), no campo de estudos LGBT, e um levantamento, em outubro de 2018, na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, com os filtros “Coletivos LGBT”, “Movimentos LGBT” e “Militância LGBT” para identificar as teorias mais utilizadas, os métodos de pesquisa e as oportunidades de novos estudos, lastreando essa proposição.

Considerações finais

Ao articular o conhecimento do ativismo LGBT nas organizações e universidades, foi possível perceber a importância da mudança nos campos culturais para efeitos reais ligados a atitudes e esquemas comportamentais que podem impactar na possibilidade de inclusão das minorias sexuais.

A questão das identidades compartilhadas nos movimentos traz vantagens na força de aliados à luta, mas também suscita conflitos, disputas e opressões, criando subculturas e desafiando os grupos LGBT a encontrar um equilíbrio entre a construção sexual identitária e um ponto de apoio estável que facilite a mobilização política. Por outro lado, fundamenta a pertinência da proposição de associação da teoria dos movimentos sociais a queer nesse tipo de investigação.

Mesmo com alguns ganhos, estudos constataram que, muitas vezes, o ocorrido foi a reificação de relações sociais preconceituosas em discursos de igualdade, de forma mais sofisticada, valores, crenças, padrões de conduta e racionalidades reforçam a manutenção do *status quo*. Isso traz à tona as marginalizações e os estigmas que demandam micromobilizações para a defesa da igualdade de oportunidades e direitos, contribuindo para as transformações culturais, mesmo diante do risco de se envolver em tais mobilizações. Houve avanços nos estudos organizacionais na temática LGBT, porém é escasso o enfoque de pesquisas de cunho político nas instituições brasileiras, portanto apresenta-se como uma lacuna promissora, nos instigando, posteriormente, a um novo estudo, com vistas a responder à seguinte indagação: qual é a dinâmica de atuação de coletivos LGBT para a inclusão de minorias no ambiente universitário?

Referências

ALMEIDA, Marco Antonio Bettine de. Luta, resistência e cidadania: uma análise psicopolítica dos Movimentos e Paradas do Orgulho LGBT. *Sociedade Brasileira de Psicologia Política*, São Paulo, v. 9, n. 18, p. 23-41, 2009.

AMARAL, Julião Gonçalves. *Lutas por reconhecimento e heteronormatividade nas universidades: um estudo sobre os coletivos universitários de diversidade sexual do Brasil*. 2014. 200 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2014.

ANTEBY, M.; ANDERSON, C. The shifting landscape of LGBT organizational research. *Research in Organizational Behavior*, n. 34, p. 3-25, 2014.

BARROS, Lydia Gomes de. Subculturas, um conceito em construção. XXX CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO. Santos, 29 de agosto a 2 de setembro de 2007.

BATZA, K. The history of queer clout, real and imagined. *Reviews in American History*, v. 45, n. 3, p. 526-532, 2017.

BLACKMAN, S. Youth subcultural theory: a critical engagement with the concept, its origins and politics, from the Chicago school to postmodernism. *Journal of youth studies*, v. 8, n. 1, p. 1-20, 2005.

BONETI, Lindomar Wessler. Exclusão e inclusão social: teoria e método. *Revista Contexto & Educação*, Ijuí/RS, v. 21, n. 75, p. 187-206, 2013.

BRANDÃO, Ana Maria. Democracia, cidadania e direitos lgbt em Portugal: algumas questões em aberto. SEMINÁRIO “PARA ALÉM DO ARCO-ÍRIS: ACTIVISMOS LGBT E FEMINISTA NOS 40 ANOS DE STONEWALL”, Coimbra, Portugal, 2009.

BRISCOE, F.; CHIN, M. K.; HAMBRICK, D. C. CEO ideology as an element of the corporate opportunity structure for social activists. *Academy of Management Journal*, v. 57, n. 6, p. 1786-1809, 2014.

CAMPELLO, L. B. B. et al. Vivências, circulação e visibilidade dos grupos LGBT: um estudo sobre as interações sociais em Recife/PE. CONGRESSO INTERNACIONAL EM DIVERSIDADE SEXUAL E GÊNERO DA ABEH, Salvador/BA, setembro de 2012.

CARLOS, Euzeneia. *Movimentos sociais e instituições participativas: efeitos organizacionais, relacionais e discursivos*. 2012. 399 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CARLOS, Euzeneia; Dowbor, MONIKA; Albuquerque, Maria do Carmo. Movimentos sociais e seus efeitos nas políticas públicas. Balanço do debate e proposições analíticas. *Civitas*, Porto Alegre, v. 17, n. 2, p. 360-378, maio-ago 2017.

CARVALHO, Salo de; DUARTE, Evandro Piza. *Criminologia do preconceito: racismo e homofobia nas Ciências Criminais*. São Paulo: Saraiva Educação SA, 2017.

CASCAIS, António Fernando. Diferentes como só nós. O associativismo GLBT português em três andamentos. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, n. 76, p. 109-126, 2006.

CASTLES, Stephen. Estudar as transformações sociais. *Sociologia, Problemas e Práticas*, Lisboa, n. 40, p. 123-148, 2002.

CHALUB-MARTINS, Leila. Universidade e transformação social: a perenidade de Paulo Freire. *Revista Participação*, Brasília, n. 18, 2010.

CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. *Revista Brasileira de Educação*, São Paulo, n. 24, p. 5-15, 2003.

CLARKSON, M. B. E. A stakeholder framework for analyzing and evaluating corporate social performance. *Academy of Management Review*, n. 20, p. 92-117, 1995.

COLLING, Leandro. Políticas para um Brasil além do Stonewall. In: COLLING, Leandro. (Org.). *Stonewall 40 + o que no Brasil?* Salvador: Edufba, 2011. p. 7-20.

CONNELL, R. W. Masculinities and globalization. *Men and masculinities*, v. 1, n. 1, p. 3-23, 1998.

COSSI, Rafael Kalaf; DUNKER, Christian Ingo Lenz. A diferença sexual de Butler a Lacan: gênero, espécie e família. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, Brasília, v. 33, n. 1, 2017.

CREED, W. E. D.; COOPER, E. *What red light, officer?* The grooming of political opportunity in institutional change processes. Kingston, RI: College of Business Administration, University of Rhode Island, 2013.

CREED, W. E. D.; SCULLY, M. A. Songs of ourselves: Employees' deployment of social identity in workplace encounters. *Journal of Management Inquiry*, n. 9, p. 391-412, 2000.

CREED, W. E. D.; SCULLY, M. A.; AUSTIN, J. R. Clothes make the person? The tailoring of legitimating accounts and the social construction of identity. *Organization Science*, n. 13, p. 475-496, 2002.

CRUZ, Daniella Elana dos Santos. *Diversidade sexual na UFRN como questão de direitos humanos: sujeitos coletivos e estratégias em defesa da liberdade de orientação e expressão sexual*. 2012. 69 f. Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado em Serviço Social) – Departamento de Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

CUNHA, Maria Isabel da; PINTO, Marialva Moog. Qualidade e educação superior no Brasil e o desafio da inclusão social na perspectiva epistemológica e ética. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 90, n. 226, p. 571-591, 2009.

CUNNINGHAM, G. B. Creative work environments in sport organizations: the influence of sexual orientation diversity and commitment to diversity. *Journal of Homosexuality*, v. 58, n. 8, p. 1041-1057, 2011.

DAVIS, G. F.; THOMPSON, T. A. A social-movement perspective on corporate control. *Administrative Science Quarterly*, n. 39, p. 141-173, 1994.

DEN HOND, F.; DE BAKKER, F. G. Ideologically motivated activism: how activist groups influence corporate social change activities. *Academy of Management Review*, v. 32, n. 3, p. 901-924, 2007.

DIANI, M.; MCADAM, D. (Eds.). *Social movements and networks: Relational approaches to collective action*. Oxford: Oxford University Press, 2003.

EINARSDÓTTIR, A.; HOEL, H.; LEWIS, D. Fitting the bill? (Dis)embodied disclosure of sexual identities in the workplace. *Work, Employment & Society*, v. 30, n. 3, p. 489-505, 2016.

ELEFThERiADiS, K. Cosmopolitanism, nationalism, and sexual politics in the european periphery: a multiscalar analysis of gay prides in Thessaloniki, Greece. *International Journal of Politics, Culture, and Society*, v. 30, n. 4, p. 385-398, 2017.

EMBRICK, D. G.; WALTHER, C. S.; WICKENS, C. M. Working class masculinity: keeping gay men and lesbians out of the workplace. *Sex Roles*, v. 56, n. 11-12, p. 757-766, 2007.

ERIBON, D. *Reflexões sobre a questão gay*. Trad. Procópio de Abreu. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

FACCHINI, Regina; LINS FRANÇA, Isadora. De cores e matizes: sujeitos, conexões e desafios no Movimento LGBT brasileiro. *Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana*, n. 3, p. 54-81, 2009.

FOUCAULT, M. De l'amitié comme mode de vie. *Gai pied*, n. 25(1987), p. 8-20, 1981.

_____. *História da sexualidade I: A vontade de saber*. 16. ed. Tradução: Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

_____. Le triomphe social du plaisir sexuel. *Dits et écrits*, n. 4, p. 308-309, 1994.

_____. Sexe, pouvoir et la politique de l'identité. *Dits et écrits*, n. 2, p. 1554-1565, 1984.

_____. *V. Punir*. Petrópolis: Vozes, 1987.

FRANCO, David Silva et al. Entre a inserção e a inclusão de minorias nas organizações: uma análise crítica sob o olhar de jovens trabalhadores. *Revista Economia & Gestão*, Belo Horizonte, v. 17, n. 48, p. 43-61, 2017.

FROOMAN, J. Stakeholder influence strategies. *Academy of Management Review*, n. 24, p. 191-205, 1999.

FURLIN, Neiva. A noção de sujeito em Touraine e Foucault: contribuições epistemológicas para o pensamento social. XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, 26 a 29 de julho de 2011, Curitiba, PR, Brasil.

GENRO, M. E. H.; SANTOS, I. C. P. C. Movimentos em direção a uma cidadania democrática. CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS. Coimbra, Portugal, setembro de 2004.

GHOSH, A. Leveraging sexual orientation workforce diversity through identity deployment. In SCOTT, C. L.; Byrd, M. Y. (Eds.). *Handbook of research on workforce diversity in a global society: Technologies and concepts*. Hershey, PA: IGI Global, 2012.

GITHENS, R. P.; ARAGON, S. R. LGBT employee groups: goals and organizational structures. *Advances in Developing Human Resources*, v. 11, n. 1, p. 121-135, 2009.

GIUGNI, M.; PASSY, F. Contentious politics in complex societies: new social movements between conflict and cooperation. In: GIUGNI, M.; McADAM, D.; TILLY, C. (Org.). *From contention to democracy*. Lanham: Rowman & Littlefield Publishers, 1998. p. 81-107.

GOFFMAN, Ervin. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. Movimentos sociais na contemporaneidade. *Revista brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, 2011.

_____. *Novas teorias dos movimentos sociais*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

_____. *Teorias dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GORSDORF, Leandro; MOTTER, Adriana; CECHINEL, Vinicius. Políticas públicas LGBT: a extensão entre o Estado e a sociedade civil. 31º SEMINÁRIO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA DA REGIÃO SUL, Florianópolis, SC, Brasil, de 4 a 7 de agosto de 2013.

HAENFLER, R. Rethinking subcultural resistance: core values of the straight edge movement. *Journal of contemporary ethnography*, v. 33, n. 4, p. 406-436, 2004.

HENSMANS, M. Social movement organizations: A metaphor for strategic actors in institutional fields. *Organization Studies*, n. 24, p. 355-381, 2003.

IRVINE, J. M. A place in the rainbow: theorizing lesbian and gay culture. *Sociological Theory*, v. 12, n. 2, p. 232-248, 1994.

JACOBSEN, Alessandra de Linhares et al. Desafios da inclusão de pessoas com deficiência: um projeto de responsabilidade social da Universidade Federal de Santa Catarina. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, Florianópolis, v. 8, n. 3, p. 93-113, 2015.

JUNQUEIRA, Rogério Diniz. "Aqui não temos gays nem lésbicas": estratégias discursivas de agentes públicos ante medidas de promoção do reconhecimento da diversidade sexual nas escolas. *Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades*, Natal, n. 4, p. 171-189, 2009.

KING, B. G.; PEARCE, N. A. The contentiousness of markets: Politics, social movements, and institutional change in markets. *Annual Review of Sociology*, n. 36p. 249-267, 2010.

LINDE, R. Gatekeeper persuasion and issue adoption: Amnesty International and the transnational LGBTQ network. *Journal of Human Rights*, v. 17, n. 2, p. 245-264, 2018.

LIONÇO, Tatiana et al. Escuta diversa: análise da implementação de um serviço de acolhimento e de articulação de rede de proteção para a comunidade LGBT da UnB. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E SEXUALIDADE, Vitória, ES, Brasil, julho de 2016.

MAGALHÃES, Alex Fernandes; DE ANDRADE, Carolina Riente; SARAIVA, Luiz Alex Silva. Inclusão de minorias nas organizações de trabalho: análise semiótica de uma estratégia de recrutamento de uma multinacional de fast food. *Teoria e Prática em Administração*, João Pessoa, v. 7, n. 2, p. 12-35, 2017.

MARQUES, Waldemar; FRANCO, Fernando Silveira; SCHLINDWEIN, Marcelo Nivert. Universidade e movimentos sociais no Brasil: uma experiência de ação afirmativa. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, Brasília, v. 92, n. 232, p. 557-576, 2011.

MARTÍN-BARÓ, I. *Sistema, grupo y poder*. Psicología social desde Centroamérica II. San Salvador: Editora UCA, 1989.

MAZZOTTI, Alda Judith Alves. O planejamento de pesquisas qualitativas em educação. *Cadernos de pesquisa*, São Paulo, v. 77, p. 53-61, 1991.

McADAM, D. Recruitment to high-risk activism: the case of freedom summer. *American Journal of Sociology*, n. 92, p. 64-90, 1986.

McADAM, D.; SCOTT, W. R. Organizations and movements. In DAVIS et al. (Eds.). *Social movements and organization theory*. New York: Cambridge University Press, 2005. p. 4-40.

McFADDEN, C. Lesbian, gay, bisexual, and transgender careers and human resource development: a systematic literature review. *Human Resource Development Review*, v. 14, n. 2, p. 125-162, 2015.

MELO, Marcos Ribeiro de. Educação e movimento homossexual: reflexões queer. *Revista Fórum Identidades*, Itabaiana, a. 2, v. 4, p. 71-80, 2008.

MISKOLCI, Richard. A teoria queer e a questão das diferenças: por uma analítica da normalização. CONGRESSO DE LEITURA DO BRASIL, Campinas, SP, junho de 2007.

_____. A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, Porto Alegre, ano 11, n. 21, p. 150-182, 2009.

MOREIRA, Kátia Denise et al. Políticas de inclusão aplicadas na Universidade Federal de Santa Catarina: gestão social ou gestão estratégica? *Revista Gestão Universitária na América Latina*, v. 4, n. 4, p. 251-273, 2011.

MURRAY, S. Components of gay community in San Francisco. In Herdt, G. (Ed.). *Gay Culture in America: Essays from the Field*. Boston: Beacon Press, 1992.

NARDI, Henrique Caetano et al. O “armário” da universidade: o silêncio institucional e a violência, entre a espetacularização e a vivência cotidiana dos preconceitos sexuais e de gênero. *Teoria & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 21, n. 2, p. 179-200, 2013.

OLIVEIRA, Luana Lima de. *Homofobia e gestão da diversidade na Universidade de Brasília*. 2012. 64 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) – Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de Brasília, Brasília, 2012.

PEDROSA, Renato. H. L. A universidade e a inclusão social. *Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental*, São Paulo, v. 16, n. 1, p. 13-16, 2013.

PEREIRA, Elisabete Monteiro de Aguiar. A universidade da modernidade nos tempos atuais. *Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior*, Campinas, v. 14, n. 1, p. 29- 52, 2009.

PINHEIRO, João Luís Alves; GOIS, João Bosco Hora. Amplitude da gestão da(s) diversidade(s) – implicações organizacionais e sociais. *Revista de Carreira e Pessoas*, São Paulo, v. 3, n. 2, p. 72-90, 2013.

POMPEU, Samira Loreto Edilberto; SOUZA, Eloisio Moulin de. A produção científica sobre sexualidade nos estudos organizacionais: uma análise das publicações realizadas entre 2005 e 2014. *Organizações & Sociedade*, Salvador, v. 25, n. 84, p. 50-67, 2018.

RAEBURN, N. C. Working it out: the emergence and diffusion of the workplace movement for lesbian, gay, and bisexual rights. In MYERS, D. J.; CRESS, D. M. (Eds.). *Authority in contention*. Amsterdam: Elsevier, 2004. p. 187-230.

RAGINS, B. R.; CORNWELL, J. M. Pink triangles: antecedents and consequences of perceived workplace discrimination against gay and lesbian employees. *Journal of Applied Psychology*, n. 86, p. 1244-1261, 2001.

RAMOS, Alberto Guerreiro. *A nova ciência das organizações: uma reconceitualização da riqueza das nações*. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

RAO, H.; MORRILL, C.; ZALD, M. N. Power plays: how social movements and collective action create new organizational forms. *Research in Organizational Behavior*, n. 22, p. 237- 281, 2000.

RÊSES, Erlando da Silva. *Universidade e movimentos sociais*. Belo Horizonte: Fino Traço, 2015.

RISTOFF, Dilvo L. O exame nacional de curso e a avaliação institucional. In: DIAS SOBRINHO, José; RISTOFF, Dilvo L. *Avaliação Democrática: para uma universidade cidadã*. Florianópolis: Insular, 2002.

ROWLEY, T. J.; MOLDOVEANU, M. When will stakeholder groups act? An interest- and identity-based model of stakeholder group mobilization. *Academy of Management Review*, n, 28, p. 204-219, 2003.

SACCOL, Amarolinda Zanela. Um retorno ao básico: compreendendo os paradigmas de pesquisa e sua aplicação na pesquisa em administração. *Revista de Administração da UFSM*, Santa Maria, v. 2, n. 2, p. 250-269, 2009.

SANDOVAL, S. A. The crisis of the Brazilian labor movement and the emergence of alternative forms of working-class contention in the 1990s. *Revista Psicologia Política*, v. 1, n. 1, p. 173-195, 2001.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Da ideia da universidade à universidade de ideias. *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 27/28, 11-62, 1989.

_____. *O Fórum Social Mundial: manual de uso*. São Paulo: Cortez, 2005.

SCHNEIBERG, M.; LOUNSBURY, M. Social movements and institutional analysis. In GREENWOOD, R. et al. (Eds.). *The handbook of organizational institutionalism*. London, U.K.: Sage, 2008. p. 650-672.

SCHUSSMAN, A.; SOULE, S. A. Process and protest: accounting for individual protest participation. *Social Forces*, n. 84, p. 1083-1108, 2005.

SCULLY, M. A.; CREED, W. D.; VENTRESCA, M. J. More than switchpersons on the tracks of history: situated agency and contested legitimacy during the diffusion of domestic partner benefits. *Paper presented at the Annual Meeting of the Academy of Management*, San Diego, CA, 1998.

SCULLY, M. A.; SEGAL, A. Passion with an umbrella: grassroots activists in the workplace. In LOUNSBURY, M.; VENTRESCA, M. J. (Eds.). *Research in the Sociology of Organizations*, New York, n. 19, p. 125-168, 2002.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. A epistemologia do armário. *Cadernos Pagu*, São Paulo, v. 28, n. 1, p. 19-54, 2007.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. A teoria do *habitus* em Pierre Bourdieu: uma leitura contemporânea. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, n. 20, p. 60-70, 2002.

SILVA, Franklin Leopoldo e. Reflexões sobre o conceito e a função da universidade pública. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 15, n. 42, p. 295-304, 2001.

_____. *Universidade, cidade, cidadania*. São Paulo: Hedra, 2014.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. *Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

SIMONETTO, P. Movimientos de liberación homosexual en América Latina. Aportes historiográficos desde una perspectiva comparada entre Argentina, Brasil, Chile, Colombia y México (1967-1982). *Iberoamericana*, v. 17, n. 65, p. 157-177, 2017.

SIQUEIRA, Marcos Vinicius Soares; FERREIRA, Renata Costa; ZAULI-FELLOWS, Amanda. Gays no ambiente de trabalho: uma agenda de pesquisa. ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ADMINISTRAÇÃO – ENANPAD, Salvador, BA, setembro de 2006.

SOULE, S. A. Social movements and markets, industries, and firms. *Organization Studies*, n. 33, p. 1715-1733, 2012.

SOUZA, Marcelo Henrique de. *A militância LGBT na universidade: um estudo de caso do Coletivo KIU*. 2015. 91 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade) – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2015.

SOUZA, Maria Alda de. *O ator social na sociologia contemporânea de Bourdieu e Touraine*. 2012. Disponível em: <<https://meuartigo.brasilecola.uol.com.br/sociologia/o-ator-social-na-sociologia-contemporanea-bourdieu-touraine.htm>>. Acesso em: 2 ago. 2018.

STONE, A. L. More than adding a T: American lesbian and gay activists' attitudes towards transgender inclusion. *Sexualities*, v. 12, n. 3, p. 334-354, 2009.

TAYLOR, V.; RAEBURN, N. C. Identity politics as high-risk activism: Career consequences for lesbian, gay, and bisexual sociologists. *Social Problems*, n. 42: p. 252-273, 1995.

TENÓRIO, Fernando Guilherme. (Re)Visitando o Conceito de Gestão Social. *Desenvolvimento em Questão*, Ijuí, v. 3, n. 5, p. 101-124, 2005.

TREVISAN, João Silvério. *Devassos no paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 3. ed. Rio de Janeiro e São Paulo: Editora Record, 2000.

VAN DE VEN, A. H.; HARGRAVE, T. J. Social, technical, and institutional change: a literature review and synthesis. In POOLE, M. S.; VAN DE VEN; A. H. (Eds.). *Handbook of organizational change and innovation*: New York: Oxford University Press, 2004. p. 259- 303.

VIANA, Azilton Ferreira; OLIVEIRA, Dalgiza Andrade. A produção científica acerca da temática LGBT: um estudo propedêutico nas teses e dissertações na Universidade Federal de Minas Gerais. ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, setembro de 2017.

VIANNA, Cláudia Pereira. O movimento LGBT e as políticas de educação de gênero e diversidade sexual: perdas, ganhos e desafios. *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 41, n. 3, p. 791-806, 2015.

VIEIRA, Marcelo. *"Quero poder existir": contornos da violência simbólica contra orientações sexuais não binárias entre universitários LGBT da Universidade Federal de Santa Catarina*. 2015. 106 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Saúde) – Programa de Pós- Graduação em Saúde Coletiva, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

WANDERLEY, Luiz Eduardo. W. *O que é universidade*. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.

CORPO SANTO, CORPO SUBVERSIVO: A RAINHA POMBAGIRA SETE ENCRUZILHADAS

Jean Souza dos Anjos¹

Resumo: Laroyê, minha senhora! Objetiva-se construir uma narrativa etnográfica sobre a entidade usando a antropologia como disciplina. Levanta-se bibliografia sobre a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas e seus mitos de origem, seus ritos e seus símbolos. A Pombagira, com o seu corpo, subverte a ordem patriarcal e instaura a transgressão dos modelos de mulher recatada e do lar inventando novas formas de resistências tanto no mundo espiritual como na vida cotidiana. Dialogando com Louro (2014) e Butler (2015) percebe-se que a entidade pode ser um forte marcador de diferenças nos estudos de gênero, poder e religião. À guisa de conclusão pode-se afirmar que a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas é um modelo relevante para os estudos feministas e de gênero.

Palavras-chave: Pombagira, Umbanda, Religião, Gênero, Poder.

¹ Mestrando – UFC/UNILAB/LAI.
E-mail: jeanjos09@gmail.com

Introdução

De que modo vou abrir a
janela, se não for doida?
Como a fecharei, se não for
santa?
Adélia Prado

“Dona Pombagira tou chamando você. Lá na encruzilhada, na hora do meu desespero, Dona Pombagira seja a minha advogada”. O ponto da Pombagira revela quem ela é: uma mulher chamada para ajudar alguém que está em desespero. Ela é uma advogada. É alguém que está do lado de quem chama e precisa. A Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas é considerada a Rainha da Umbanda, religião genuinamente brasileira que agrega tradições católicas populares, indígenas e afro-brasileiras. Na Cabana do Preto Velho da Mata Escura, terreiro fundado em 1984 e localizado no bairro Bom Jardim, em Fortaleza-CE, a Rainha Pombagira incorpora no Pai Valdo de Iansã, Pai de Santo que comanda o terreiro.

Este trabalho tem como objetivo refletir sobre a Rainha Pombagira e sua ambiguidade enquanto corpo de mulher que venceu a morte, portanto santo, e sua subversividade perante o mundo patriarcal e normatizado pelas ciências médicas e pela igreja católica. A Rainha Pombagira é uma entidade espiritual das encruzilhadas, das porteiras e da comunicação. Pombagira é um Exu Mulher, ou seja, é uma guardiã dos caminhos do mundo espiritual e uma mensageira entre os dois mundos. Os seguidores e admiradores da Pombagira veem nela uma amiga, uma conselheira e uma advogada.

A Pombagira é, também, uma entidade subversiva porque é questionadora de uma sociedade de valores morais que subjuga a existência da mulher. Sua presença marca a transgressão da ordem e dos valores patriarcais em uma sociedade marcada pela violência, pelo machismo e feminicídio. A Pombagira, como um Exu, representa a desordem do mundo que se organiza pela desvalorização da mulher e do feminino. A Moça (Anjos, 2017), com a sua gargalhada, beleza e magia, desvela o mundo da liberdade, da autonomia e da emancipação da mulher.

A Moça, assim como a mulher reconhecida por Jesus (Jo 8,1-11), é redentora e santa. E seu corpo resiste e incorpora para trazer alegria, fé, caridade e esperança a homens e mulheres umbandistas, na Cabana do Preto Velho da Mata Escura.

Metodologia

Este trabalho faz parte de uma pesquisa de mestrado dentro do Programa de Pós-graduação Associado em Antropologia Social da Universidade Federal do Ceará (UFC) e Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB) e é fomentado por uma bolsa de estudos da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FUNCAP).

Usa-se como metodologia bibliografia sobre religiões de matrizes afro- ameríndias; a clássica metodologia da antropologia inaugurada por Bronislaw Malinowski (1978) que nos indica que devemos permanecer em convivência diária com nossos interlocutores experimentando a vida “nativa”: a observação participante. Assim como Malinowski, também faço uso de câmera fotográfica realizando uma narrativa visual que a Antropologia Contemporânea tem se utilizado nas realizações de documentários etnográficos.

Este trabalho também é mobilizado com o fato de eu ter sido afetado pela festa da Rainha Pombagira. É Jeanne Favret-Saada que influencia a metodologia desta pesquisa.

Como se vê, quando um etnógrafo aceita ser afetado, isso não implica identificar-se com o ponto de vista nativo, nem aproveitar-se da experiência de campo para exercitar seu narcisismo. Aceitar ser afetado supõe, todavia, que se assuma o risco de ver seu projeto de conhecimento se desfazer. Pois se o projeto de conhecimento for onipresente, não acontece nada. Mas se acontece alguma coisa e se o projeto de conhecimento não se perde em meio a uma aventura, então uma etnografia é possível. (2005, p. 160)

Por fim, realizei entrevistas abertas com o Pai Valdo de Iansã para que ele me desse sua percepção sobre a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas e sua presença na vida cotidiana da comunidade de terreiro.

Discussão

A Rainha Pombagira Sete Encruzilhas é uma entidade que subverte a ordem do mundo como uma mulher que transgredir todas as normas. A teologia umbandista deixa claro.

De repente, uma religião nascente e espírita se viu diante de manifestações de espíritos femininos altivos, independentes, senhoras de si, competentiísimas, liberais, provocantes, sensuais, belíísimas, fascinantes, desafiadoras, poderosas, dominadoras, mandonas, cativantes, encantadoras, cuja forma de apresentação fascinou os homens porque elas simbolizavam o tipo de mulher ideal, desde que não fosse sua mãe, sua irmã, sua esposa e sua filha, certo? Quanto às mulheres, as Pombagiras da Umbanda simbolizavam tudo o que lhes era negado pela sociedade machista, repressora e patriarcal do início do século XX no Brasil, onde à mulher estava reservado o papel de mãe, irmã, esposa e filha comportadíssima... senão seriam expulsa de casa ou recolhidas a um convento. (Saraceni, 2017, p. 9)

A Rainha Pombagira torna-se ouvinte e conselheira de muitas pessoas com problemas nos seus relacionamentos amorosos e procura atender à maioria das solicitações. Pombagira é mulher maravilhosa e extraordinária porque como outras santas, venceu a morte e como um Exu feminino é mensageira entre o mundo material e espiritual.

Mas a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas não é uma santa comum. Em uma de suas histórias extraordinárias conta-se que

esta Pomba-Gira nasceu em 914 e faleceu em 952. Sete Encruzilhadas era morena, de baixa estatura, olhos e cabelos pretos, tinha rosto incomum, era bonita, mas não dentro dos padrões comuns. Sua missão na terra era destrancar os amores. A entrega de suas oferendas ocorre nas encruzilhadas e as suas cores são vermelho, preto, roxo e maravilha. Os seus símbolos são: o tridente de sete pontas, navalha e punhal. Esta Pomba-Gira pertence à nação Ketô. Sua comida predileta é muçum com farofa, além disso, gosta muito de galos rinheiros. A sua bebida predileta é Whisky. Ela era uma linda cortesã que amarrou o coração de um rei francês que a tornou rainha e depois de alguns anos, ele faleceu. Devido à tenacidade de seu trono, passou a ser cobiçada por outros reinos o que a levou a se casar novamente. Não demorou muito e ela foi envenenada pelo atual marido que começou a governar da pior maneira possível. A rainha chegou ao astral perdida no limbo por suas atitudes aqui na terra. Só depois de algum tempo nas trevas, a rainha foi encontrada por seu antigo rei que começou a cuidar dela. O trabalho deste casal no astral ficou tão conhecido e respeitado que o Exu Belo o nomeou “o Senhor das Encruzilhadas”. Juntos, passaram a reinar os caminhos das trevas e da luz e com milhares de entidades e fizeram este, o maior reino do astral médio superior: o reino das Sete Encruzilhadas. Passado algum tempo, o rei que a envenenou veio a falecer, sendo levado ao astral reino das Sete Encruzilhadas. Assustado sem entender nada, foi colocado à frente da rainha a qual ele teve de servir até o resto da eternidade em virtude da falta que cometeu. É uma entidade calma e tranquila, mas quando chega ao mundo, solta um grito de guerra onde expressa todo o seu poder de vitória. (Fernandes, 2012)

Seu mito de cortesã em terras europeias converge com o mito de Maria Padilha contado por Monique Augras (2009) e dá conta das histórias dessas entidades da Umbanda, religião que muitos autores defendem que nasceu no Rio de Janeiro por volta dos anos 10/20 do século XX. Augras conclui que as Pombagiras

São figuras transgressoras, que em tudo correspondem à inversão dos valores prezados pela boa sociedade. E tudo aquilo que dizia respeito à sexualidade feminina deu nascimento a uma nova categoria de entidades, designadas pelo vocábulo genérico de Pombagira, já que, como os Exus, seu nome é legião e, de acordo como os adeptos, existiriam milhares de Pombagiras. (2009, p. 16)

A Pombagira tem se tornando uma mulher visível e os estudos sobre a entidade da Umbanda tem colaborado com os estudos de gênero. Neste sentido, pega-se a mulher visível de Louro (2014, p.21) colocando a Pombagira como aquela que teve o seu corpo santo segregado pela Igreja Católica e pela ciência médica, especialmente a psiquiatria. Dar visibilidade à santidade e experiência religiosa com a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas é quebrar um paradigma de onde somente as santas virgens,

recatadas e do lar são contempladas no mundo religioso. A Pombagira também tem o corpo santificado e é referenciada por muito e muitas. Dona Pombagira atende as preces de quem suplica por ela.

E Butler (2015, p. 222) contribui substancialmente com este trabalho quando reflete sobre as inscrições corporais e subversões performativas. Ora, Pombagira é corpo de mulher em qualquer corpo que baixe. Aqui estamos falando do corpo de Pai Valdo de Iansã que se organiza para receber a entidade. Ele se prepara para ser o cavalo da entidade, ou seja, se deixa ser cavalgado por ela. Pai Valdo mantém seu cabelo comprido e prepara o vestido e os artefatos da Moça nas giras de Exu. A Rainha baixa e seu corpo performativo e político de mulher a espera. Não há dúvidas: Ela é mulher.

E Birman (1985, p. 14-15) lembra que, diferente das santas católicas, onde se encontra modelos de sacrifício em vida, embate permanente com as tentações e busca de perfeição, a Pombagira (como os Exus) não estão disponíveis nestes modelos subservientes. Além de tudo, se a igreja católica (pelo menos o modelo de igreja mais tradicional) combate o fenômeno da possessão, a Umbanda convive com ela como algo benéfico não evidenciando a dicotomia que separa o bem e o mal.

Conclusões

A Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas da Cabana do Preto Velho da Mata Escura, tem corpo de mulher santo e subversivo.

Santo porque venceu a morte e realiza a experiência do sagrado quando incorpora no mundo material atendendo os desejos de quem acredita nela. A Moça é uma advogada entre os dois mundos. É também aquela que aconselha, ampara e ouve todos e todas que querem uma palavra de amor.

É corpo subversivo porque não corresponde a ideia de mulher doméstica e mãe. A Moça é mulher das encruzilhadas e das transgressões. Ela canta, dança, bebe, fuma e dá sua gargalhada. Pombagira é mulher de sete maridos. Trabalha girando no meio do salão. Ri e debocha dos homens marcando sua insubmissão ao mundo do patriarcado e do machismo presentes na sociedade brasileira.

A experiência da presença da Rainha Pombagira desvela que ela é uma mulher que rompe com as barreiras do corpo com a sua magia e sua força. Seu corpo exibe uma plástica exuberante chocando a sociedade da moral e dos bons costumes. Pombagira não é dos bons costumes porque não empreende o modelo da recatada e do lar, muito pelo contrário.

Mulher potente, Rainha da Umbanda, Exu Mulher, Rainha do Amor... Tudo isso é a Rainha Pombagira Sete Encruzilhadas. A entidade é um modelo envolvente para os estudos de gênero e feminista porque, com a sua vida santa permeada pela subversão de valores, nos ajuda a pensar as realidades de mulheres que não correspondem aos modelos da sociedade normativa e patriarcal.

Referências

ANJOS, Jean Souza dos. **A Festa da Moça**: notas sobre a festa de Dona Pombagira. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais). Departamento de Ciências Sociais. Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

AUGRAS, Monique. **Imaginário da magia**: magia do imaginário. Petrópolis: Vozes; Rio de Janeiro: Editora PUC, 2009.

BÍBLIA – **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 1985.

BIRMAN, Patrícia. **O que é umbanda**. São Paulo: Abril Cultural : Brasiliense, 1985.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

FAVRET-SAADA, Jeanne. **Ser afetado**. Tradução de Paula Siqueira. Cadernos de campo n. 13:155-161, 2005. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/cadernosdecampo/article/viewFile/50263/54376>> Acessado em: 28 Jan. 2019.

FERNANDES, Márcia. **Pomba-Gira Sete Encruzilhadas**. Disponível em: <<http://www.marciafernandes.com.br/site/pomba-gira-sete-encruzilhadas/>>. Acesso em: 28 Jan. 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: Uma perspectiva pós- estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

PRADO, Adélia. **Vida Doida**. Porto Alegre: Alegoria, 2006.

SARACENI, Rubens. **Orixá Pombagira**: fundamentação do mistério da Umbanda. São Paulo: Madras, 2017.

“O QUE SE VÊ PODE NÃO SER. SERÁ?”: A FIGURA DE MÁRIO MIRANDA NO XANGÔ PERNAMBUCANO

Nairam Santana da Cunha¹
Fabiana de Fátima Bruce da Silva²

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo propor uma reflexão sobre a vivência de Mário Miranda enquanto babalorixá do Palácio de Oxum Cecí e carnavalesco do Maracatu Nação Cambinda Estrela e do Clube Carnavalesco Amante das Flores. A discussão gira em torno da performatividade de Mário Miranda, visto que o mesmo também era reconhecido pelo cognome de Maria Aparecida. Metodologicamente, realizou-se a análise de fotografias, entrevistas e matérias veiculadas em jornais do estado de Pernambuco. O referencial teórico forneceu suporte no tocante a religião e gênero. Trata-se de uma pesquisa centrada no diálogo entre a questão da performatividade vivenciada pelo sujeito e seu lugar de fala dentro da religião de matriz africana.

Palavras-Chave: História, Performatividade, Xangô, Fotografia.

1 Graduando em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco.
E-mail: nairamsantana@gmail.com ;

2 Doutora em História – Universidade Federal Rural de Pernambuco.
E-mail: fabianabrucesilva@gmail.com

Introdução

A historiadora Fabiana Bruce nos conta que “cada fotografia provoca que se contem histórias.” (p. 19, 2013), Partindo dessa premissa, esta comunicação propõe-se a discutir, sobre a personalidade de Mário Miranda no Xangô pernambucano.

A figura de Mário Miranda nos foi apresentada por meio da pesquisa de iniciação científica realizada entre os anos de 2015 e 2016 sobre os registros imagéticos das religiões de matriz africana nos acervos iconográficos presentes na Fundação Joaquim Nabuco. Em meio as coleções fotográficas analisadas, estava uma que continha fotografias sobre um determinado terreiro no bairro de Casa Amarela, comandado por Maria Aparecida. Durante as pesquisas descobriu-se que, na verdade, Maria Aparecida era Mário Miranda.

“Oh, Casa Amarela! Terra da macumba e Mário Miranda mora nela...”³

Mário Miranda era residente da comunidade Alto Santa Isabel, no bairro de Casa Amarela, Zona Norte de Recife. A Zona Norte da cidade é uma área que concentra grande quantitativo de casas de axé⁴, por isso que Mário Miranda em homenagem ao seu bairro de origem compõe uma canção adjetivando o bairro de Casa Amarela como “Terra da Macumba”.

O antropólogo René Ribeiro, em *Cultos Afro-Brasileiros do Recife: um estudo de ajustamento social* (1978), explica que os terreiros de Xangô em Recife “localizam-se eles de preferência nos subúrbios da cidade, principalmente naqueles ocupados pela nossa população de nível econômico e social mais baixo.” (p. 39, 1978). É sabido que os terreiros encontram-se nas periferias das cidades devido as condições de vida que foram impostas ao negro no Brasil, após anos de escravidão, sendo obrigados a viverem em situações precárias às margens dos grandes centros e tendo sua fé reprimida.

A repressão à religião dos negros não se restringiu apenas ao período colonial, ela perpassou o tempo e assumiu outras formas de combate. Acusados de praticarem medicina ilegal, falso espiritismo e curandeirismo, a partir de 1930, a polícia, em nome do Estado, realiza apreensões nos terreiros sob a condição da manutenção da ordem social. O medo e o estranhamento frente a práticas desconhecidas e diferentes, consideradas bruxaria, “coisas do demônio”, verdadeira “afronta” aos princípios cristãos, fazem com que os terreiros sejam invadidos pela polícia e os objetos de culto sejam confiscados e levados às delegacias, juntamente com os praticantes da religião. “Tais ações eram divulgadas, pelo jornal, repetidamente [...] Eram inúmeras as matérias, com o objetivo de doutrinar, educar, alertar a sociedade para o mal dessas práticas, apresentadas como perniciosas e criminosas.” (CAMPOS, 2001, p. 231).

3 Toada cantada por Mário Miranda em homenagem à Casa Amarela, seu bairro de origem. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=vaaLemkZxKo>, acessado em 20/11/2018.

4 Informação disponível em: <http://www.mapeandoaxe.org.br/mapas/recife>, acessado em 20/11/2018.

Xangô Pernambucano

Em Pernambuco, as religiões de matriz africana são chamadas de Xangô. Esse termo refere-se especificamente a um orixá, o mais popular do panteão africano, o deus do raio e do trovão, o orixá da justiça. Em Pernambuco e em alguns estados vizinhos, como Alagoas, chamam de Xangô a própria religião pela grande popularidade que teve esse deus na região.

Quando nos referimos à religião do Xangô, tratamos especificamente do Xangô Umbandizado e não o Xangô Tradicional, tal qual definidos pelo antropólogo Roberto Motta (1999). Na classificação de Motta, em Pernambuco existem três categorias de Xangô. O tradicional possui uma forte presença dos traços de origem africana na doutrina e no ritual e possui uma estrutura eclesiástica formal, expressa em termos de parentesco. Já o Xangô Umbandizado, cultuado por Mário Miranda, contém a presença dos traços de origem africana, a estrutura

eclesiástica formal, porém orientada para um público mais amplo e a presença de elementos indígenas na doutrina e nos rituais. É o que chamamos de uma casa de axé que cultua orixá e jurema. Jurema é o termo utilizado para expressar o culto aos mestres e mestras, exus de rua, caboclos, ciganos e pretos-velhos, além dos orixás. E a terceira categoria é a Umbanda.

O Xangô, uma das religiões de matriz africana desenvolvida no estado de Pernambuco, é reconhecido pelo apego às tradições, isto por exaltarem a originalidade dos cultos, as vestimentas, os rituais no sentido de reservarem e perpetuarem por meio da tradição oral, passada de gerações mais velhas às mais novas, os ensinamentos trazidos para o Brasil pelos seus ancestrais africanos. O que caracteriza e difere o Xangô das demais religiões difundidas no território brasileiro é a organização do terreiro.

De modo geral, os chefes dos terreiros são chamados respectivamente de *babalorixá* (sacerdote) e *yalorixá* (sacerdotisa). São tratados com o mesmo respeito, mas não têm as mesmas funções. O *babalorixá* é encarregado de realizar as oferendas aos deuses, de marcar os dias das cerimônias públicas ou privadas, do jogo divinatório e da direção geral dos rituais e do culto. Enquanto a *yalorixá* se ocupa de partes das cerimônias de iniciação e da disciplina dos que lhes são inferiores em categoria. [...] Os fiéis comuns surgem classificados em diversas categorias, dependendo do tempo de sua iniciação e das várias etapas pelas quais já tenham passado. O conjunto dessas posições hierárquicas estabelece a estrutura de um terreiro de Xangô, onde todas essas relações se expressam sob a forma de parentesco sagrado. (CAMPOS, 2013, p. 21 e 22. Grifo da autora)

Lá vem ela: a Maria Aparecida...

Amaro José Martins, nascido em 22/07/1929, era conhecido no bairro de Casa Amarela por Mário Miranda ou reconhecido e aclamado pela população como Maria Aparecida. Ele carregava consigo três nomes para dar conta da sua excêntrica personalidade.

No dia a dia assumia a identidade de Mário Miranda, o babalorixá. Nos carnavais, mas não só nos dias de folia, como em dias corriqueiros, apresentava-se como Maria Aparecida, a travesti. Mário Miranda também era carnavalesco e diretor do Maracatu Nação Cambinda Estrela e do Clube Carnavalesco Amante das Flores. Mário não enquadrava-se em rótulos, ora dizia-se “guei”, ora travesti.

Figura 1 - Maria Aparecida na passarela, com o Maracatu Nação Cambinda Estrela.



Fonte: Mário Miranda Tributo – Página do Facebook.

Mário Miranda era filho de Oxum com Xangô e comandava o Palácio de Oxum Cecí, terreiro situado no Alto Santa Isabel, no bairro de Casa Amarela, na cidade de Recife. Mário gostava de esclarecer para os amigos, filhos de santo e curiosos que “lá fora eu sou Maria Aparecida, dentro do meu candomblé eu sou Mário Miranda (...) então na minha casa tem ordem, tem respeito.”⁵ Ele deixava explícito quem era a figura pública e a figura religiosa. Mário faleceu em 21 de Janeiro de 1990, vítima de diabetes⁶.

Dias antes da feitura do santo⁷, Mário foi vítima de homofobia, visto que este conceito ainda não existia na época, porém a prática já era utilizada. Mãe Rosinha⁸, mãe de santo de Mário, tentou inverter as ordens dos orixás presentes na cabeça de Mário, na tentativa de colocar Xangô de frente, visto que

5 Fala presente em entrevista concedida e disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=fWY3W2_6SWA. Acessado em 20/11/2018

6 Morre “Maria Aparecida”. Enterro será na segunda. Diário de Pernambuco, 21 de Janeiro de 1990.

7 Iniciação. Preparação Ritual para servir de suporte ao orixá, para ser sacerdote ou sacerdotisa da divindade. Também “obrigação de cabeça”. (CACCIATORE, 1977, p. 125)

8 Informação concedida em entrevista realizada ao jornalista João Silvério Trevisan, presente no livro *Devassos no Paraíso*, 6ª edição, São Paulo: Record, 2000, p. 483.

ele era homem e por isso teria que ter um orixá masculino de frente. Posteriormente ela faleceu, passando Mário para as mãos de Mãe Júlia, sua madrinha de santo, realizando todos os procedimentos necessário e raspando Mário para Oxum, sua orixá desde o começo.

Eu era filho de Oxum, eu tenho na minha cabeça, então disseram assim: “Não, para ele não ser boneca, então tira a santa fêmea da cabeça dele e bota Xangô que é santo homem, macho mesmo.” Mas não pode. Se a gente trouxe a sina de berço. Ninguém pode... (TREVISAN, 2000, p. 483)

Dentro dos terreiros, não se faz diferença entre o homossexual e o heterossexual. Isso em tese é o que acreditamos, porém não podemos ser hipócritas e afirmar que isso acontece em todos os terreiros. O mesmo acontece entre o pobre ou o rico, entre o zelador e o gerente geral. Todos vestem branco, todos batem a cabeça no chão em sinal de humildade, todos são dignos de respeito.

Figura 2 - Mário Miranda de Maria Aparecida



Fonte: Mário Miranda Tributo – Página do Facebook

Ao respeitar a homossexualidade, o gênero e a identidade de gênero, estas religiões fazem com que homossexuais, travestis e transexuais visualizem nesses espaços, a possibilidade de serem reconhecidos socialmente, terem possibilidades de vir a ser líder de uma comunidade, terem proximidades e relações com personalidades do poder público.

Nada leva a crer que um iniciado ao culto de candomblé tenha tendências homossexuais ou distúrbios da identidade de gênero, influenciadas por algum orixá, seja ele masculino ou feminino. O que vale na realidade é a personalidade individual de cada pessoa, e isso não interfere nos cultos religiosos, ou seja, independente da orientação sexual dos adeptos do candomblé, a religião não interfere na intimidade sexual de seus seguidores. (SILVA, 2013, p. 29154)

Ao se converterem, sobretudo ao candomblé, significa dizer que os homossexuais visualizam as manifestações afro-religiosas como caminho para o poder. Lá podem criar laços, estabelecer diálogos com outros âmbitos da sociedade, ter proximidades com intelectuais, políticos, etc., e vir a público reivindicar seus direitos.

Nos terreiros, as pessoas são olhadas a partir de suas personalidades e de seu compromisso com a religião e não a partir de seus órgãos genitais e rótulos pré estabelecidos por normas hegemonicamente heterossexuais.

A filósofa estadunidense, Judith Butler, nos diz que o gênero é uma performance. Desse modo, dizer que o gênero é uma performance, significa que o gênero é uma identidade mantida pela reiteiração e repetição das normas de gênero, que se cristalizam e se mostram como uma substância da “pessoa”, uma verdade carnal, incontestável. Tal repetição, esclarece

Butler (2015, p. 242), “é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação”

Em outras palavras, atos, gestos e desejo produzem o efeito de um núcleo ou substância interna, mas o produzem na superfície do corpo, por meio do jogo de ausências significantes, que sugerem, mas nunca revelam, o princípio organizador da identidade como causa. Esses atos, gestos e atuações, entendidos em termos gerais, são performativos, no sentido de que a essência ou identidade que por outro lado pretendem expressar são fabricações manufaturadas e sustentadas por signos corpóreos e outros meios discursivos. O fato de o corpo gênero ser marcado pelo performativo sugere que ele não tem status ontológico separado. (BUTLER, 2003, p. 194 apud GRAÇA, 2016, p. 22).

Figura 3 - Mário Miranda, no Palácio de Oxum Cecé



Fonte: Mário Miranda Tributo – Página do Facebook

Utilizando a fotografia como documento fundamental nesta pesquisa que conta a vida de Mário Miranda, nos deparamos com informações que antes não se tinha conhecimento, como o seu engajamento nas causas sociais do bairro, sendo membro do Conselho de Moradores de Casa Amarela. Tais dados não contém nas entrevistas disponíveis ou nas matérias de jornais que falavam a respeito do babalorixá de Casa Amarela.

A fotografia fornece o testemunho visual dos fatos àqueles ausentes da cena. Ela reúne em sua composição informações sobre o fragmento retratado em determinado tempo, estabelecendo-se assim como fonte histórica a ser analisada não apenas como uma fração, mas a matéria como um todo. Vale salientar que toda fotografia foi produzida com uma finalidade e é a expressão de um ponto de vista, sendo esta atitude particular ao fotógrafo. (KOSSOY, 2014, p.51).

Na fotografia o tempo parou. O passado ficou preservado. Resta apenas a lembrança do acontecimento. É neste instante que cabe perceber na imagem o que está nas entrelinhas e destrinchar as representações presentes no fragmento, estabelecendo conexões e reafirmando sua identidade com documentos que justifiquem sua legitimidade, uma vez que “ela não sobreviverá sem os dados que a identificam, sem a devida interpretação que a situa e valoriza” (KOSSOY, 2014, p. 170).

Diante do que foi discutido, podemos dizer que Mário Miranda foi um ser à frente do seu tempo, uma personalidade pernambucana necessária à época que revolucionou o cenário social e religioso. Com sua performatividade aflorada, Mário rompeu com os padrões normativos do sujeito, gerando um processo de interabilidade, repetindo seus atos e gestos, fazendo perceber que as normas não atuam de modos determinísticos. A partir de então, Mário deu voz àqueles que vivem nas mesmas condições e que viam nele um referencial.

Por fim, ressaltamos que toda fotografia conta uma história. Uma história visível ao olhar e outra invisível: a que está por trás da câmera. Sendo assim, as fotografias de Mário Miranda pediam para que a história do sujeito fotografado fosse contada, que sua trajetória fosse narrada para que as novas gerações conheçam aquele que trilhou o caminho da intolerância, preconceito e discriminação primeiro que eles. Que vejam na figura de Mário uma referência para conviverem no meio social e religioso, respeitando e sendo respeitado.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. 9ª edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CAMPOS, Zuleica Dantas Pereira. **O combate ao Catimbó: Práticas repressivas às religiões afro-umbandistas nos anos trinta e quarenta**. 2001. 315f. Tese (Doutorado em História) Universidade Federal de Pernambuco, Recife-PE, 2001.

_____. **De Xangô a Candomblé: transformações no mundo afro-pernambucano**. Revista Horizonte, Minas Gerais. V. 11, nº 29, jan/mar, p.13 a 28, 2013.

GRAÇA, Rodrigo. **Performatividade e Política em Judith Butler: corpo, linguagem e reivindicação de direitos**. Revista Perspectiva Filosófica, Recife. V. 43, nº1, p. 21 a 38, 2016.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e História**. 5ª edição. São Paulo: Ateliê. 2014.

MOTTA, Roberto Mauro Cortez. **Religiões Afro-Recifenses: Ensaio de Classificação**. In: Carlos Caroso; Jefferson Bacelar. (Org.). Faces da Tradição Afro-Brasileira. Rio de Janeiro: Pallas, 1999, p. 17-35.

RIBEIRO, René. **Cultos Afro-Brasileiros do Recife**. 2ª edição, Recife, Instituto Joaquim Nabuco, 1978.

SILVA, Fabiana de Fátima Bruce da. **Caminhando numa cidade de luz e sombras: a fotografia moderna no Recife na década de 1950**. Recife: Editora Massangana, 2013.

SILVA, R. F. **O babado do xirê e da gira: gênero e diversidade sexual nas religiões afro-brasileiras**. In: Anais do EDUCERE – Congresso Nacional de Educação. Curitiba-PR, 2013

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**. 6ª edição. São Paulo: Editora Record, 2000

“EU FICO COM A MINHA FÉ ASSIM COMO TODO MUNDO TEM A SUA FÉ” – GÊNERO E RELIGIOSIDADE NA AMAZÔNIA EM MEIO A DESCONSTRUÇÕES AO REFERENCIAL HETERONORMATIVO NO DOCUMENTÁRIO AS FILHAS DA CHIQUITA (2006)

Amanda Pereira de Carvalho Cruz¹
Sandra Maria Nascimento Sousa²

Resumo: Gênero envolve práticas reguladas por normas sociais que produzem efeitos de ação, no qual os sujeitos se relacionam, em um processo de regulação e interpelação, na produção de performatividades. Essas regulações são materializadas nos corpos, no acionamento de diversas experiências de gênero gays, lésbicas, bissexuais, transexuais, travestis, transgêneros, queers, intersexuais, não-binários, heteroafetivas. Aquelas e aqueles em que materialidade dos corpos foge do padrão inteligível, tensionam com a estabilidade da heteronormatividade compulsória. Deste modo, o gênero envolve compreender tecnologias do sexo e performatividade, nas produções de sujeito em seus diferentes modos de ser/estar/viver. O filme é um ato de teoria, um manifesto e um gesto crítico. Neste sentido, a análise de filmes se configura como um recurso da linguagem da temporalidade histórica, em que o cinema é operador e inventor de conceitos. Podemos considerar que imagens, sons e narrativas presentes nos filmes são efeitos da materialidade discursiva, na produção de gênero e subjetividade. Assim, o cinema é uma tecnologia de gênero, uma vez que a arte apresenta representações de gênero em um dado momento histórico, em que produção audiovisual também reproduz os processos de regulação do gênero; também reproduz normas sociais e discursos reguladores. Neste sentido, discutir as produções de gênero no cinema brasileiro envolve compreender que discursos são produzidos em regiões por vezes invisibilizadas em nível nacional, como a região Norte, por exemplo. Analisar a produção de documentários sobre as experiências de desconstrução ao referencial heteronormativo nesta região possibilita um olhar mais atento às demandas locais sobre tais experiências, além de compreender que

1 Doutoranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.
E-mail: amandapc.cruz@gmail.com

2 Orientadora, Doutora em Ciências Sociais pela PUC/SP. Professora Associada III da Universidade Federal do Maranhão e Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão.
E-mail: sandraufma@gmail.com

narrativas estão sendo produzidas sobre gênero nestes contextos. Este trabalho tem como objetivo analisar a circulação de sentidos sobre gênero na Amazônia, considerando a produção de gênero no Norte do Brasil, mais especificamente na cidade de Belém do Pará, e suas interseccionalidades com a regionalidade e a religiosidade local da festa católica (e cultural) do Círio de Nazaré, a partir do documentário *As Filhas da Chiquita* (2006). Utilizamos as estratégias teórico-metodológicas do Pós-Estruturalismo, compreendendo que toda formação discursiva perpassa regularidades linguísticas justapostas de acordo com jogos estratégicos de poder, envolvendo procedimentos de exclusão compostos por interdições, separações e a vontade de verdade, em que as inconsistências internas das estruturas fazem o seu próprio dismantelamento. A Festa da Chiquita é uma festa LGBT que ocorre durante a festividade católica do Círio de Nazaré, em Belém do Pará. A festa é realizada no Bar do Parque (localizado no meio do trajeto da procissão noturna do Círio), após a passagem da imagem da santa católica Nossa Senhora de Nazaré pela Praça da República. O documentário apresenta os preparativos e a realização da Festa da Chiquita em 2004, tendo como personagens principais: o cantor, idealizador e coordenador da festa Elói Iglesias, a cabelereira travesti Márcio, a secretária do lar bicha Mel, as drags Shaula e Shantara (conforme suas auto-denominações no documentário), Elna, a devota idosa Emília, além de declarações do padre Francisco e dos heteros Alberto e Giovani em mesa de bar. O documentário apresenta as relações entre religiosidade, travestilidade, preconceito e ativismo LGBT em Belém, frente os conflitos e tensões que envolvem Igreja Católica – nos discursos do padre; as instituições do Estado – na aquisição de autorização formal para realização da festa em espaço público; a heteronormatividade compulsória – apresentado no discurso da devota senhora idosa Emília; e os sentidos produzidos no cotidiano – nas declarações de Alberto e Giovani em mesa de bar. Ao longo do documentário, cada um dos personagens apresenta sua relação pessoal com o Círio de Nazaré, com a religiosidade em torno da santa padroeira e na performatividade de gênero a partir da festa. Podemos perceber as desconstruções que permeiam os jogos entre a resistência ao movimento religioso, mas também a sua inserção religiosa, na medida em que @s gays e travestis relatam ser extremamente devot@s a Nossa Senhora de Nazaré. Tais apontamentos também aparecem em cenas de reuniões onde ocorrem cânticos religiosos católicos (na casa de Mel); na utilização de objetos associados a santa (como colares, quadros e imagens de gesso) em Elói, Márcio e Mel; e a própria participação como devot@s durante as procissões noturna e diurna do Círio de Nazaré. Assim, percebemos o atravessamento entre resistência e religiosidade, em intersecção com a regionalidade do Círio na cidade em questão. A regionalidade do valor cultural do Círio de Nazaré em Belém do Pará denota os atravessamentos entre religiosidade e performatividade de gênero, a partir da importância dada pelo movimento gay e travesti paraenses em realizar a Festa da Chiquita como forma de homenagem a santa, mas também como resistência social e posicionamento enquanto sujeitos de direitos.

Palavras-chave: gênero, religiosidade, Amazônia, cinema documental.

Introdução

Gênero é uma categoria analítica não absoluta. Envolve pluralidade de expressões historicamente categorizadas como lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, não- binários, queers, etc. Compreender os processos de construção do gênero, a partir dos discursos presentes em nossa sociedade, nos possibilita abordar questões envolvidas no preconceito e exclusão daqueles que transgridem a heteronormatividade compulsória. Neste sentido, o cinema configura um recurso de visibilidade a estas temáticas, pois é meio de circulação de sentidos e de produção de uma tecnologia de gênero.

Gênero envolve práticas reguladas por normas sociais que produzem efeitos de ação, no qual o sujeito se relaciona. Envolve um processo de regulação e interpelação dos sujeitos, que são materializadas nos corpos, no que Butler (2000) vai conceituar de performatividade:

A performatividade não é, assim, um “ato” singular, pois ela é sempre uma reiteração de uma norma ou conjunto de normas. E na medida em que ela adquire o status de ato no presente, ela oculta ou dissimula as convenções das quais ela é uma repetição. Além disso, esse ato não é primariamente teatral; de fato, sua aparente teatralidade é produzida na medida em que sua historicidade permanece dissimulada (e, inversamente, sua teatralidade ganha uma certa inevitabilidade, dada a impossibilidade de uma plena revelação de sua historicidade) (BUTLER, 2000, p.121).

Aquelas e aqueles em que materialidade dos corpos foge do padrão inteligível de performatividade, tensionam com a estabilidade da heteronormatividade compulsória. Para Butler (2000), sujeitos que transgridem, rompem ou diferem do ideal heteronormativo, são excluídos para zonas “inóspitas” e “inabitáveis” (p.112). E um dos aspectos dessa transgressão pode ser no corpo. Para Butler (2000; 2015), o corpo é a materialização da norma e não sua substância. Ou seja, é preciso entender que as superfícies corporais que são impostas como naturais, são um local onde se configuram uma “*performance*” dissonante e desnaturalizada, que revela o status *performativo* do próprio natural” (BUTLER, 2015, p.252).

Assim, essas regulações de gênero são materializadas nos corpos, no acionamento de diversas experiências de gênero, como transexuais, travestis, transgêneros. Segundo Jesus (2012), transgênero é um termo comumente utilizado para englobar a multiplicidade de sujeitos que vivenciam sua subjetividade através de processos identificatórios que fogem a normatividade biológica e culturalmente determinada. Outros autores também utilizam esta terminologia, como Lanz (2014), Nery (2015) e Reidel (2017).

Deste modo, partindo de um referencial pós-estruturalista e considerando as propostas teóricas de Avta Brah (2006) e Joan Scott (1999), compreendemos que a produção do gênero envolve a singularidade da experiência de cada pessoa, nos meandros de construção e desconstrução de si mesmo, nos acionamentos políticos e, ao mesmo tempo, subjetivos de seu modo de ser e viver. Deste modo, nosso

olhar teórico neste trabalho envolveu o acionamento de produção de gênero a partir das experiências de desconstruções ao referencial heteronormativo, considerando as representações apresentadas em filmes documentais.

Segundo Lauretis (1994), o cinema é uma tecnologia de produção de gênero, que produz representações sobre modos de ser, de viver e de agir. Para Aumont (2008), o filme é um ato de teoria, um manifesto e um gesto crítico. Neste sentido, a análise de filmes se configura como um recurso de linguagem da temporalidade histórica, em que o cinema é operador de conceitos, na produção de gênero. Assim, entendemos que imagens, sons e narrativas presentes nos filmes são efeitos da materialidade discursiva, na produção de gênero, em interpelação com as subjetividades individuais de quem assiste.

Consideramos, então, o cinema enquanto uma tecnologia de gênero, uma vez que a arte apresenta representações de gênero em um dado momento histórico, em que produção audiovisual também reproduz os processos de regulação do gênero; também reproduz normas sociais e discursos reguladores.

Discutir as produções de gênero no cinema brasileiro envolve compreender que discursos são produzidos em regiões por vezes invisibilizadas em nível nacional, como a região Norte, por exemplo. Analisar a produção de documentários sobre as experiências de desconstrução ao referencial heteronormativo nesta região possibilita um olhar mais atento às demandas locais sobre tais experiências, além de compreender que narrativas estão sendo produzidas sobre gênero nestes contextos. Este trabalho teve como objetivo analisar a circulação de sentidos sobre gênero na Amazônia, considerando a produção de gênero no Norte do Brasil, mais especificamente na cidade de Belém do Pará, e suas interseccionalidades com a regionalidade e a religiosidade local da festa católica (e cultural) do Círio de Nazaré, a partir do documentário *As Filhas da Chiquita* (2006).

Utilizamos as estratégias teórico-metodológicas do Pós-Estruturalismo, compreendendo, a partir de Foucault (2008) e Derrida (2005), que toda formação discursiva perpassa regularidades linguísticas justapostas de acordo com jogos estratégicos de poder, envolvendo procedimentos de exclusão compostos por interdições, separações e a vontade de verdade, em que as inconsistências internas das estruturas fazem o seu próprio desmantelamento.

Gênero, religiosidade e fé: as filhas da chiquita (2016)

A Festa das Filhas da Chiquita é uma festa LGBTQI+ que ocorre durante a festividade católica do Círio de Nazaré, em Belém do Pará. O Círio de Nazaré, considerada uma das maiores manifestações cristãs do Brasil (IPHAN, 2004), ocorre no segundo domingo de outubro na cidade de Belém do Pará, em homenagem a santa Nossa Senhora de Nazaré, em uma procissão matinal, que percorre cerca de 4km da Igreja da Sé até a Basílica de Nazaré. Esta festividade envolve cerca de doze procissões antes e depois do domingo, sendo a maior delas a procissão noturna que ocorre na véspera do Círio (sábado), chamada Trasladação, em que a imagem da santa percorre 4 km de um colégio católico até a Igreja da Sé.

A Festa da Chiquita (como é mais conhecida) é realizada na Praça da República, que fica no meio do trajeto da Trasladação, logo após a passagem da imagem da Nossa Senhora de Nazaré pela praça.

O documentário *As Filhas da Chiquita* (2006) apresenta os preparativos e a realização da Festa da Chiquita em 2004, tendo como personagens principais: o cantor, idealizador e coordenador da festa Elói Iglesias; a cabelereira travesti Marcio; a secretária do lar bicha Mel; as drags Shaula e Shantara (utilizamos suas auto-denominações no documentário), além de declarações da historiadora Elna, da idosa Emília, de padre Francisco e de Roberto e Giovanni.

O documentário apresenta as relações entre religiosidade, travestilidade, preconceito e ativismo LGBTQI+ em Belém, frente os conflitos e tensões que envolvem Igreja Católica – nos discursos do padre; as instituições do Estado – na aquisição de autorização formal para realização da festa em espaço público; heteronormatividade e conservadorismo – apresentado no discurso da devota senhora idosa Emília, nas declarações de Roberto e Giovanni em mesa de bar.

Ao longo do documentário, podemos observar cada um d@s personagens apresentando sua relação pessoal com o Círio de Nazaré, com a religiosidade em torno da santa padroeira e na performatividade de gênero a partir da festa:

Desde quando eu me considerei cristão, eu acompanho a peregrinação de Nossa Senhora de Nazaré. Já são 10 anos. Ali não existe sexo, não existe nada. A gente vai por uma função: acompanhar, agradecer e pedir mais pro ano que vem. (Mel)

É uma emoção e uma força muito grande. Você pede perdão pelos seus pecados, agradece por tudo. Quando ela [santa] passa é uma força inexplicável. (Marcio)

Eu pego aquele monte de energia pra mim pra poder viver meu ano, uma síntese de tudo. Tu, ali, quer que o último carro dos Bombeiros passe para começar a bombar a festa. Pra festa dar tudo certo. É um misto de emoção pra ela [santa] passar e pra festa começar. (Elói)

Em tais discursos, observamos a representação dada à importância do Círio de Nazaré e da santa padroeira para Mel, Marcio e Elói, assim como outras cenas do documentário em que aparecem situações de devoção: uma reunião religiosa na casa de Mel (cena em que a chamam de Alex), onde ocorrem cânticos católicos em torno da imagem de Nossa Senhora de Nazaré; um close dado a imagem de gesso de Nossa Senhora no local de trabalho de Marcio, em seu salão de beleza; além de cenas onde el@s aparecem com terços e imagens de gesso na mão, durante a procissão diurna, no domingo do Círio.

Outro aspecto apresentado no documentário é o tensionamento entre a travestilidade e a relação com a prática religiosa, bem como a realização da própria Festa da Chiquita no meio do Círio de Nazaré:

Eu fico na minha. Eu fico com a minha fé assim como todo mundo tem a sua fé. Se você tá numa igreja, tá rezando...eu tô procurando amenizar meus pecados, assim como eu acho que todo mundo ali. Se o pessoal me vê e vem querer me criticar, então não tá procurando perdão. Tá preocupado com os outros e não consigo mesmo. (Marcio)

Eles acham que é um desrespeito a santa. Eles deviam aceitar como uma homenagem. (Mel, falando sobre a Festa da Chiquita)

Uma santa que leva uma coroa enorme daquela; um manto todo rebordado daquele por carnavalesco; então tu acha o que é isso? Na verdade, ela [santa] vai adorar. Até porque a própria santa nem vai mais pro Círio. Quem vai são as covers. A gente acha que ela vai escondida e disfarçada pra Festa da Chiquita porque é onde estão as pessoas alegres que não fazem mal a ninguém. (Elói)

Deste modo, observamos as articulações sobre religiosidade e performatividade de gênero, no documentário sobre a festa das Filhas da Chiquita em meio ao Círio de Nazaré, inclusive das desconstruções que envolvem devoção religiosa, travestilidade e manifestações de fé, a partir do que é apresentado no documentário pelas falas das personagens principais.

Considerações finais

Ao longo da análise do documentário *As Filhas da Chiquita* (2006), podemos perceber as desconstruções que permeiam os jogos entre a resistência ao movimento religioso, mas também a sua inserção religiosa, na medida em que as personagens relatam ser extremamente devot@s a Nossa Senhora de Nazaré. Tais apontamentos também aparecem em diversas cenas: de cânticos religiosos católicos (na casa de Mel); na utilização de objetos associados a santa (como colares, quadros e imagens de gesso) em Elói, Marcio e Mel; e a própria participação como devot@s durante as procissões noturna e diurna do Círio de Nazaré.

Assim, percebemos que o documentário traz como enfoque o atravessamento entre resistência e religiosidade, em intersecção com a regionalidade do Círio na cidade em questão. A regionalidade do valor cultural do Círio de Nazaré em Belém do Pará denota os atravessamentos entre religiosidade e performatividade de gênero no documentário, a partir da importância dada pelo movimento LGBTQI+ paraense em realizar a Festa da Chiquita como forma de homenagem a santa, mas também como resistência social e posicionamento enquanto sujeitos de direitos.

Referencias

AUMONT, Jacques. Pode um filme ser um ato de teoria? **Educação & Realidade**, v.33, n.1, p.21-34, jan/jun, 2008.

BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade e Diferenciação. **Cadernos Pagu**, n.26, p.329-376, jan/jun 2006.

BUTLER, Judith. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. Tradução: Tomaz Tadeu da Silva. In: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado**. Belo Horizonte: Ed. Autentica, 2000, p. 110-127.

_____. Regulações de gênero. **Cadernos Pagu**, n.42, p.249-274, jan/jun 2014.

_____. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2015.

DERRIDA, Jacques. A estrutura, o signo e o jogo no discurso das ciências humanas. In:

_____. **A escritura e a diferença**. Tradução: Maria Beatriz Marques Nizza da Silva. 3ª ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.

DOSSIÊ CÍRIO DE NAZARÉ. Patrimônio Histórico e Artístico Nacional/IPHAN, 2º Superintendência Regional/ Pará-Amapá SR, 2004.

FILHAS DA CHIQUITA, AS. Direção: Priscilla Brasil. BRA, 2006. 52min. Cor FOUCAULT, Michel. **A Ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2008.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero**: conceitos e termos. Brasília: Autor, 2012.

LANZ, Letícia. **O corpo da roupa**: a pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero. Curitiba, 2014. 342 f.

LAURETIS, Teresa De. A tecnologia do gênero. Tradução de Suzana Funck. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses**: o feminismo como crítica da cultura. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-242.

NERY, João W. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. In: SOUZA, Rolf Malungo de. **Coletânea Diversa Diversidades**. Niterói: UFF/Cead, 2015.

REIDEL, Marina. Identidades trans: onde estamos? Para onde vamos?. In: FERRARI, Anderson; CASTRO, Roney Polato de (Orgs.). Diversidades sexuais e de gêneros: desafios e potencialidades de um campo de pesquisa e conhecimento. Campinas: Pontes Editores, 2017.

SCOTT, Joan W. Experiência. Tradução de Ana Cecília Adoli Lima In: SILVA, Alcione Leite da; LAGO, Mara Coelho de Souza; RAMOS, Tania Regina Oliveira (Orgs.). **Falas de Gênero**. Santa Catarina: Editora Mulheres, 1999. P. 21-55

ON-LINE / OFF-LINE: RELAÇÃO CORPO E ESPAÇO DE HOMENS QUE BUSCAM PARCEIROS DO MESMO SEXO NO APP TINDER NO MUNICÍPIO DO RIO GRANDE – RS.

Diego Miranda Nunes¹
Susana Maria Veleda da Silva²

Resumo: O estudo é resultado da pesquisa de mestrado em Geografia, objetiva apresentar a relação corpo e espaço de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder, no município do Rio Grande – RS. Aferimos que o corpo se constituiu como um tema raro na Geografia até o século XXI, a partir disso passa a ser considerado como um elemento geográfico, na medida que se compreende que o espaço não é produzido por sujeitos neutros. Para entender esta relação, foram aplicados questionários semiestruturados online a 154 homens, além da realização de 4 entrevistas em profundidade. Apontamos, a partir de primeiros olhares, que o corpo é um importante dispositivo no espaço virtual, capaz de ser um determinante na busca por relações afetivo-sexuais e na produção de novas sociabilidades gays.

Palavras-chave: Corpo, Espaço, Gênero, Aplicativo Tinder.

1 Graduado em Geografia Licenciatura e Mestrando do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

E-mail: diego_rgnunes@yahoo.com.br

2 Docente do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

E-mail: susanasilva@furg.br

SAÚDE LGBT NO ARMÁRIO?

Marco José de Oliveira Duarte¹
Esther Guedes da Silva Oliveira²

Resumo: Busca-se com esse trabalho apresentar uma análise crítica da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (PNSI-LGBT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), instituída e implementada pelo Ministério da Saúde através da Portaria GM/MS N. 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011). O enfoque metodológico parte da análise de conteúdo dos documentos oficiais e de seu contexto histórico, orientado pela perspectiva da teoria social crítica a partir do levantamento bibliográfico sobre o objeto em tela, a saúde LGBT. Trata-se de perguntar pelos dispositivos de poder que são exercidos, mas em particular, sobre a não responsabilização do Estado em efetivar a saúde LGBT, pelo viés da cidadania e dos direitos humanos.

Palavras-chave: Saúde, LGBT, Direitos Humanos, Cidadania, Sofrimento.

1 Professor Adjunto – Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: majodu@gmail.com

2 Mestranda – Universidade Federal de Juiz de Fora.
E-mail: estherguedesoliveira@gmail.com

Introdução

Problematizar a saúde de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT), tendo como fundo os direitos humanos e as questões que se articulam quando o que está demandando é a proteção à vida por parte do Estado. O mesmo Estado que, contraditoriamente, por um lado, sustenta um discurso oficial e formal de proteção social, por outro, a partir de uma análise histórica, responde com um “fazer viver, deixar morrer” (FOUCAULT, 1999) para a demanda social de LGBT, revelando o tema do poder em seus mecanismos de intervenção e de constituição de dispositivos e estratégias.

É necessário ressaltar que os agravos à saúde de LGBT são determinados socialmente, em função das violações de direitos, violências e mortes, que são expressões dos significados sociais acerca das orientações sexuais tidas como ‘desviantes’ perante a heteronormatividade, representada pela heterossexualidade hegemônica e compulsória pela ordem social vigente. Contudo, a orientação sexual e a identidade de gênero são reconhecidas como determinantes de situações de vulnerabilidade, na medida em que esses fenômenos sociais são geradores de sofrimento social e mental e limitadoras do acesso de LGBT à saúde.

Neste sentido, a promoção da equidade para LGBT necessita ser compreendida a partir da perspectiva das suas vulnerabilidades específicas, demandando iniciativas políticas e operacionais que tenham como meta a proteção aos direitos humanos e sociais dessa população, mas de forma efetiva a própria Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (PNSI-LGBT). Desta forma, o combate à LGBTfobia, é, portanto, uma estratégia fundamental para a garantia à saúde, inclusive intersetorial com outras políticas públicas que compõem a rede de proteção social.

Percebe-se que as diferenças sexuais e de gênero desses sujeitos tendem a serem invisibilizadas e silenciadas pela sociedade, pois essa toma por base a existência de um modelo hegemônico e universal, a heterossexualidade, e os dissidentes, tornam-se anormais, abjetos, doentes ou em pecado.

Metodologia

Toma-se, a partir de levantamento bibliográfico e documental, acerca da saúde de LGBT, em contexto histórico e, em particular, da PNSI-LGBT, no momento presente, uma análise qualitativa, de caráter exploratório, com perspectiva crítica sobre os dados, em um esforço de traçar uma analítica a partir da emergência da referida política de saúde aos dias atuais.

Resultados

A temática da diversidade sexual e de gênero, ou das sexualidades dissidentes e das diferenças dos gêneros, como expressões das singularidades de LGBT, surgem nesse contexto entre a contestação e a normatização. A aparição desde segmento populacional no campo da saúde, durante tempos e ainda

é, restringiu-se a questão do HIV/AIDS. Primeiro, nos anos de 1980, pela necessidade de organização desse movimento em responder a epidemia da AIDS, e segundo, por ocupar a gestão pública na esfera política da saúde.

Expandem-se e impulsionam-se os grupos de LGBT, devido ao financiamento internacional e governamental na luta contra a AIDS, se fortalecem, mas a cooptação por parte da gestão pública, compromete a autonomia desses.

Assim, em 2004, o governo federal lança o Programa Brasil Sem Homofobia – BSH – (BRASIL, 2004), mas sem financiamento público, para atender as demandas dos movimentos, com relação as suas vulnerabilidades e discriminações, inclusive nos serviços de saúde.

No BSH, o campo da saúde, tem três ações, a principal delas, o Comitê Técnico de Saúde da População de GLBT, do Ministério da Saúde, com o objetivo de estruturar a Política Nacional de Saúde LGBT. As outras duas reportam-se à produção de conhecimentos sobre saúde dessa população e à capacitação de profissionais de saúde (BRASIL, 2004).

Um série de Portarias do Ministério da Saúde são lançadas em seguida e que colocam esse segmento populacional como portadores de direitos no campo da saúde, em particular, a Portaria GM/MS Nº 1.707/2008, que institui, no SUS, o *Processo Transsexualizador*, ampliado, a partir da PNSI-LGBT, com a Portaria GM/MS Nº 2.803/2013 (BRASIL, 2013).

Em 2008, na I Conferência Nacional LGBT, “das 559 propostas consolidadas no Relatório Final, 167 correspondem à área da saúde. No referido documento, temos um total de 166 estratégias de ação, destas, 48 dizem respeito ao campo da saúde” (DUARTE, 2011, p. 90).

Portanto, é a partir dessa Conferência e como produto dessa que, em 2009, institui-se o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT, que incidirá em 2010 com uma versão da Política Nacional de Saúde LGBT, depois de um processo de debates e pactuações, principalmente, no interior do Comitê.

A despeito dos avanços no campo dos direitos LGBT na saúde, ao tomar a precária política, no tocante ao reconhecimento dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo saúde-doença, ainda se depara nos serviços de saúde, com discursos e práticas que colocam uma distância entre o que está no papel e o que se faz, reforçado pela narrativa conservadora e religiosa dos seus profissionais.

Apesar dos relatórios das últimas Conferências Nacionais de Saúde apontarem para necessidade da educação permanente e de alguns Conselhos Profissionais terem deliberações para a inibição de práticas discriminatórias, compete ao Ministério da Saúde, como sinalizado nos Planos Operativos da Política Nacional de Saúde Integral LGBT (2012-2015 e 2017- 2019)³, essa tarefa institucional, reforçadas em todas as três Conferências Nacionais LGBT.

3 A Comissão Intergestores Tripartite (CIT) do Ministério da Saúde, aprovou a Resolução CIT Nº 2, de 6 de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011b), que contempla o I Plano Operativo da PNSI-LGBT (2012-2015) e mais tarde, o II Plano Operativo (2017-2019), através da Resolução CIT Nº 26, de 28 de setembro de 2017. Isso significa, então, que os gestores estaduais e municipais do SUS, representados por suas representações nacionais (CONASS – Conselho Nacional dos Secretários de Saúde e CONASEMS – Conselho Nacional dos

Contudo, é em decorrência das lutas dos movimentos LGBT na saúde que emerge, de forma institucional e governamental, a Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (PNSI- LGBT) no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), instituída e implementada pelo Ministério da Saúde, através da Portaria GM/MS N. 2.836, de 1º de dezembro de 2011 (BRASIL, 2011a).

A PNSI-LGBT é o reconhecimento oficial dos efeitos da discriminação e da exclusão como determinantes sociais no processo de saúde-doença de LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos dizem respeito às mudanças desses determinantes e desta forma, reconhece-se que a orientação sexual e a identidade de gênero são marcadores sociais de vulnerabilidade para a saúde, não apenas por implicarem práticas sexuais e sociais específicas, mas por exporem LGBT a agravos decorrentes do estigma, dos processos discriminatórios e da exclusão social, como violação de direitos.

A PNSI-LGBT tem, como base, a ampliação e a construção de ações transversais em diversas áreas da política de saúde e suas redes de atenção, como na inclusão da temática da atenção integral a população LGBT na lógica da educação permanente das/os profissionais que desenvolvem seus trabalhos no âmbito do SUS, independente de atuarem em campos específicos em que a população LGBT é comumente presente, como no Processo Transexualizador, na política de HIV/AIDS, como também, de forma inédita, na inclusão dos quesitos de orientação sexual, identidade de gênero e raça-cor nos documentos de notificação de violência da Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS) e na sensibilização dos profissionais de saúde acerca das especificidades da população LGBT.

Em decorrência disso, houve tanto a alteração da “Ficha de Notificação de Violência Interpessoal/Autoprovocada” do Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), em sua versão 5.0, de 2014, incluindo, nome social, orientação sexual e identidade de gênero da pessoa que foi agredida, como um campo para identificação da violência por motivação, no caso, homo/lesbo/transfobia e o ciclo de vida do provável autor da agressão.

Essas alterações buscaram atender ao disposto na PNSI-LGBT, qualificando e ampliando o objeto da notificação, incorporando as violências LGBTfóbica no Sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), por meio de articulação com a Secretaria de Vigilância em Saúde (SVS), para dar visibilidade a essa violência (BRASIL, 2014).

Outra alteração se deu no Sistema de Informação em Saúde para a Atenção Básica – SISAB (e-SUS AB), na versão 1.3.0, na Ficha de Cadastro Individual, que conta com um campo para o nome social e um outro para a identidade de gênero e orientação sexual do usuário no Prontuário Eletrônico do Cidadão (PEC), reforçando a garantia institucional do uso do nome social no Cartão do SUS, como posto na Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde (BRASIL, 2006), garantindo a promoção do acesso universal ao SUS.

Secretarias Municipais de Saúde), bem como o governo federal, deveriam implementar as ações pactuadas e aprovadas, mas, infelizmente, há desconhecimento e não implantação da PNSI-LGBT na maioria dos estados e municípios..

Discussão

É necessário observar que mesmo frente a uma tímida e frágil obtenção de direitos de LGBT e o aumento de visibilidade, se poderia pensar que o preconceito e a discriminação, em razão da orientação sexual e identidade de gênero, já não mais se constituíssem como problemas, se por acaso um dia fossem. Contudo, a realidade é bem diferente, cruel e perversa quanto à existência de preconceito, discriminação e ódio em determinados setores conservadores da sociedade.

Essas expressões reacionárias, portanto, têm crescido nos últimos tempos, muito pela crescente onda fundamentalista, ao ponto de, no campo legislativo federal, proporem a “cura gay”, através do Decreto Legislativo 234/2011 e, mais recentemente, ao impetrar na justiça, a

proposta de não proibição das terapias restauradoras aos psicólogos/as, em confronto a PNSI-LGBT e a Organização Mundial de Saúde.

Em outros campos da vida social, reagem ao gênero como “ideologia” nas escolas, a partir da falaciosa “ideologia de gênero”, repudiando o gênero como categoria de análise histórica das relações sociais e humanas, defendendo locais de tratamento próprio para LGBT, sob a égide do cuidado religioso, em particular, nas Comunidades Terapêuticas, que não são serviços de saúde e, em sua maioria, a terapêutica é a conversão e os trabalhos forçados, além de violências, maus tratos, violações e mortes, por considerarem que LGBT são anormais, abjetos, doentes e em pecado.

O Estado financia essas agências ditas de tratamento, apesar da PSNI-LGBT. O mesmo precisa, a partir do SUS, acolher, atender, cuidar e garantir acesso, permanência e direito à saúde e não operar uma ortopedia moral que se imponha a LGBT algum conserto, submetendo suas práticas a uma normatização que deva ser seguida por uma concepção heterossexista. Desse modo, os frágeis direitos sexuais de LGBT ficam suspenso e esses enfrentam dificuldades políticas, sociais e culturais para o seu efetivo reconhecimento e exercício, em particular, na saúde.

Conclusões

É ainda um desafio romper com certos tabus e silêncios presentes no cotidiano das instituições de saúde quando se trata da diversidade sexual, no tocante a orientação sexual e identidade de gênero por parte dos profissionais que operam tal política de saúde.

Isso demonstra, portanto, que mesmo que o cuidado em saúde esteja ligado à subjetividade, há uma ignorância ou preconceito por parte dos profissionais da saúde, em abordar questões ligadas à sexualidade. O estranhamento cria resistência e repulsa em ambos os agentes institucionais na atenção à saúde, quando ainda há omissão ou indiferença. As situações vexatórias, os olhares curiosos, atitudes preconceituosas e discriminatórias são reais e presentes no contexto da saúde.

Assim, todas as profissões da saúde, mesmo aquelas que até agora não se pronunciaram quanto a isso, devem assumir coletivamente o compromisso de contribuir com essa mudança, compreendendo a

diferença como uma pluralidade das relações sociais, sem hierarquias e discriminações. A existência da diversidade, de forma ontológica, deve ser vista como própria da condição humana e a LGBTfobia, como elemento histórico na determinação social do processo saúde-doença-sofrimento.

Temos a urgência da implantação da PNSI-LGBT, apesar da deficiência nas informações e capacitações de gestores, trabalhadores e usuários, da dificuldade de acesso e acolhimento dos serviços de saúde a esses usuários e suas demandas, como da ausência desse debate na formação dos cursos de graduação da saúde.

É necessário resistir e insurgir contra todas as diferentes formas de discriminações e fundamentalismos, calcados em moralismos e conservadorismos de séculos atrás que retrocedem os frágeis direitos e políticas públicas para LGBT. Caso contrário, limitar-nos-emos a uma agenda política pragmática e reducionista que será imposta, autoritariamente, e, com foco em um preventivismo exclusivo ao HIV/AIDS, tendo em vista se associar e incorporar as regras internacionais, com forte presença da indústria farmacêutica.

Referências:

BRASIL. Comissão Intergestores Tripartite, Ministério da Saúde (CIT/MS). **Resolução Nº 26**, de 28 de setembro de 2017 – Estabelece estratégias e ações que orientam o II Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) - 2016-2019.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 1.271**, de 6 de junho de 2014. Define a Lista Nacional de Notificação Compulsória de doenças, agravos e eventos de saúde pública nos serviços de saúde públicos e privados em todo o território nacional.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 2.803**, de 19 de novembro de 2013. Redefine e amplia o Processo Transexualizador no SUS. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 2.836**, de 01 de dezembro de 2011a – Institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT).

_____. CIT/MS. **Resolução Nº 2**, de 6 de dezembro de 2011b - Estabelece estratégias e ações que orientam o I Plano Operativo da Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT) – 2012-2015.

_____. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº. 1.707**, de 18 de agosto de 2008.

_____. Ministério da Saúde. **Carta dos Direitos dos Usuários da Saúde**. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

_____. **Brasil Sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: CNCD/MJ, 2004.

DUARTE, M. J. de O. Diversidade Sexual e Política Nacional de Saúde Mental: contribuições pertinentes dos sujeitos insistentes. In: **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 28, v. 9, p. 83-115, 2011.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

SAÚDE MENTAL E DIVERSIDADE SEXUAL

Marco José de Oliveira Duarte¹

Resumo: Este trabalho é um esforço reflexivo e crítico de aproximação e articulação teórica entre dois temas, a questão da saúde mental e da diversidade sexual, expressos pela visibilidade de pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) em um município da zona da mata mineira. Assim, investiu-se em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, com o objetivo de se aproximar de algumas respostas no sentido de compreender a particularidade dos sujeitos LGBT e seus processos de saúde-sofrimento mental.

Palavras-chave: Saúde Mental, LGBT, Direitos Humanos, Cidadania, Sofrimento.

¹ Professor Adjunto – Universidade Federal de Juiz de Fora, majodu@gmail.com

Introdução

Este trabalho que se apresenta é um esforço reflexivo e crítico de aproximação e articulação teórica entre dois temas presentes nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) na Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) em uma cidade da região da zona da mata mineira, a questão da saúde mental e da diversidade sexual, expressos pela visibilidade de pessoas que se identificam como lésbicas, gays, bissexuais, travestis, transexuais e transgêneros (LGBT), no sentido de responder nossas inquietações e questionamentos quanto ao tema da diversidade sexual nos espaços dos serviços de saúde mental.

Metodologia

Investimos em uma pesquisa qualitativa, de caráter exploratório, utilizou-se de dois instrumentos principais, a observação de campo e a análise documental nos diários de campo. Ressalta-se neste, que as análises se deram durante o período de outubro de 2017 a novembro de 2018, momento em que se realizou o trabalho de campo, com o objetivo de nos aproximarmos de algumas respostas no sentido de compreender a particularidade dos sujeitos LGBT e seus processos de saúde-sofrimento mental.

Resultados

A questão da diversidade sexual foi, e ainda é tratada por vieses tanto conservadores, como moralistas e sobre a mesma sempre existiu um olhar extremamente negativo e punitivista. Ao longo dos séculos diversas instituições, e, em particular, as da ordem médica, e especificamente as de saúde mental, assumiram o papel de enquadrar, em especial, as homossexualidades, como algo “ruim”, patológico, prezando por uma heterossexualidade compulsória, tão necessária as reproduções das classes tidas historicamente como hegemônicas.

A sexualidade, como explica Foucault (1988) é um dispositivo de embate de forças, e, portanto, usada como forma de exercer poder sobre todos aqueles que não se enquadram em determinados padrões sexuais e morais. Sobre ela é produzida uma verdade absoluta, que deve ser seguida sem ser questionada. E neste caso, a homossexualidade emerge como uma transgressão a prática sexual e a ordem moral, hegemônicas social e culturalmente, a heteronormatividade e o heterossexismo.

Nesse processo histórico novas patologizações no campo das sexualidades emergem, em particular as expressões e identidades de gênero, pelo viés da medicalização, as transexualidades, as travestilidades e as transgeneridades, sob o signo das sexualidades dissidentes, como as expressões das orientações sexuais diferentes, historicamente, pela ordem da moral burguesa hegemônica.

Portanto, em trânsitos, desde a moral religiosa à patologização das sexualidades dissidentes, registram-se as marcas históricas do preconceito e da discriminação a esses sujeitos e suas formas singulares de exercitarem suas expressões de gêneros e sexualidades.

Cabe destacar que no Brasil, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (GGB, 2017), uma pessoa identificada como LGBT é vítima de homicídio ou se suicida a cada 19 horas, só em 2017 somaram-se 445 casos notificados, no ano em questão, portanto, Minas Gerais alcançou a segunda posição entre os estados onde essas mortes mais aconteceram, ficando atrás apenas de São Paulo. Essas notificações, embora subnotificadas revela o intenso sofrimento pelo qual a população LGBT passa, algo que não é recente, uma vez que essa, contudo, em toda sua história enfrentou diversos tipos de preconceitos. O bullying, a violência, a discriminação e a falta de suporte familiar são só alguns dos responsáveis pelo sofrimento mental de grande parte dessa população que carrega uma grande propensão ao suicídio, de acordo com a Revista Metrôpoles (2017) sobre uma pesquisa em 2012 publicada pela Universidade de Columbia, nos Estados Unidos da América.

Historicamente, LGBT foram tratadas como pecadoras, criminosas e loucas e com isso, estigmatizadas, perseguidas, mortas, trancafiadas e torturadas. No entanto, com o passar dos anos, colocaram-se na resistência através de movimentos sociais pela liberdade sexual e pelas reivindicações relacionadas a resposta pelo Estado, em decorrência os efeitos da síndrome da imunodeficiência adquirida (HIV/AIDS), conhecida preconceituosamente pelos conservadores como a “peste gay” ou “câncer gay”, que foram responsáveis por garantir mais espaços dentro das políticas, principalmente, nas de saúde, a partir do final dos anos de 1980.

Na década em questão, a homossexualidade foi retirada do Catálogo Internacional de Doenças (CID) para a 10ª edição (CID-10), pela Organização Mundial de Saúde, impulsionada pela *American Psychiatric Association* (APA), que em 1973 retirou a homossexualidade do rol de perturbações mentais (DUARTE, 2014) e pelo Conselho Federal de Medicina, que em 1985, recomendou o não uso do termo “homossexualismo” enquanto patologia. Ou seja, as lésbicas e os gays deixaram de ser considerados doentes mentais, que necessitavam de uma intervenção médico-psiquiátrica e seu modelo de tratamento manicomial, conquistando o direito ao acesso e tratamento por esses mesmos serviços, mas não mais com essa patologia mental, entendida como desordem ou distúrbio.

Na saúde mental, esses serviços que corresponderam na história a um dos principais mecanismos responsáveis pela estigmatização dessa população, assumiram, após a Reforma Psiquiátrica, uma política de tratamento mais digna e inclusiva com a criação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), serviços substitutivos aos antigos hospícios, marcados pela lógica e modelo manicomial, observada os preceitos da Lei Federal Nº 10.216/2001 (BRASIL, 2001) que aponta, em seu Art. 1º, o princípio da não discriminação por sexo e orientação sexual.

No Programa Brasil Sem Homofobia (BSH), marco no campo de luta dos direitos de LGBT, apresenta-se diversos eixos, mas no que concerne a área da saúde, inclui, no eixo VI, no item vii, a “atenção à saúde mental da população LGBT (BRASIL, 2004, p. 23). Esse eixo e esse item foram instituídos na Política Nacional de Saúde Integral de LGBT (BRASIL, 2011).

Discussão:

Nos dois CAPS estudados foi possível observar e acompanhar um número pequeno de usuários homossexuais, cinco, nenhum deles se enquadravam em questões referentes à identidade de gênero, apenas em relação a orientação sexual. Destes, quatro são do gênero masculino e um do feminino. Observou-se que a sexualidade dos mesmos é colocada de forma secundária, uma vez que, enquanto são considerados casos de sofrimento mental mais graves, a doença e nada mais além dela, passa a ser o foco da atenção sobre os mesmos.

Dos cinco casos dos CAPS pesquisados, apenas em dois – que aqui pontuaremos como usuário “A” e usuária “B” – a orientação sexual dos usuários dispôs de certa centralidade nos serviços, ainda que tenha se dado em momentos pontuais e sem a devida atenção e responsabilidade sobre a temática. Por este motivo nos debruçaremos melhor sobre ambos. Vale ressaltar que a análise e reflexão sobre os mesmos se deram em razão da observação no cotidiano do serviço.

Ambos os casos aconteceram em momentos diferentes do período do trabalho de campo, dessa forma, a equipe e os profissionais, sobre os quais nos referiremos, podem não serem mais os mesmos. Os usuários “A” e “B” possuem em suas histórias, fora e dentro dos CAPS, pontos comuns. Ambos não tiveram sua orientação sexual respeitada pela família e por alguns profissionais com os quais conviveram nos referidos serviços.

O usuário “A”, que foi expulso de casa por ser homossexual ainda quando adolescente, ao ser acolhido em um dos CAPS, já na maioridade, deparou-se, nos primeiros atendimentos no serviço, com uma conduta profissional que a todo momento o colocava enquanto culpado pela situação em que se encontrava, e, além disso, quando delegava ao mesmo a importância e necessidade de se recorrer a uma religião como resposta.

Observa-se aqui, para além da homofobia intrafamiliar, a “pressão” exercida pela profissional que coloca o usuário como culpado e que oferece como uma das “soluções” a procura por uma religião, que dê conta da situação pela qual ele passa, sendo esta nada mais que sua homossexualidade. Reiteramos aqui, que a crítica vai para além das questões puramente religiosas. Mas sim, para o posicionamento de um profissional de saúde, que no momento de acolher as demandas do usuário o expõe e o responsabiliza, uma vez que direciona, indiretamente, à “cura de sua doença” ao dispositivo da instituição religiosa, que, como sabemos, foi, e ainda é, uma das maiores responsáveis pela estigmatização e discriminação contra a população LGBT.

A usuária “B”, por sua vez, relata que por ser homossexual foi internada pela sua família em um hospital psiquiátrico e neste, ficou por mais de 40 anos. Esta, considerada “comprometida” por conta dos longos anos de internação, quando relata se interessar por pessoas do mesmo gênero, ora sofre com a invisibilidade e o silenciamento por parte da equipe, ora sofre com a imposição da heteronormatividade por parte de alguns profissionais, que a todo tempo “reeducam” seu comportamento e sua fala para os padrões heterossexuais de forma compulsória.

O caso de “B” é um exemplo real do que muito se viu com as internações psiquiátricas ao longo dos anos. Os manicômios, que funcionavam como um depósito, instrumento de segregação dos indesejáveis, foram peças fundamentais para aquelas famílias que acreditavam na correção do “homossexualismo” de seus familiares e que também buscavam essas instituições como forma de escondê-los do meio social. A questão sobre o caso, no entanto, foi o tratamento observado, na medida em que alguns profissionais direcionaram essa conduta moral para a usuária.

Como estudado em Mann (2017), a sexualidade não é campo de debate na área da saúde mental e ainda é muito carregada de valorações pessoais. E como sabemos, a sexualidade de maneira geral é de fato um tabu, no entanto, a feminina ainda o é mais, e, especialmente, no caso, a da homossexualidade feminina.

A relação entre a homo e a bissexualidade feminina e a temática saúde está perpassada por uma série de fatores que envolvem: a invisibilidade do homoerotismo feminino; a invisibilidade da própria sexualidade feminina; e o grau de preconceito que temos, ainda hoje, em relação à homossexualidade (FACCHINI; BARBOSA, 2006, p. 7).

Em uma sociedade heterossexista e machista como a nossa, tudo aquilo que não envolve a imagem masculina é desconsiderada de importância. Por isso a homossexualidade feminina ainda é vítima da negligência dos serviços de saúde, que inviabilizam, direta ou indiretamente, estas expressões de orientação sexual. Por isso, pudemos observar que por ora alguns profissionais simplesmente ignoravam as declarações da usuária, o que também diz respeito ao fato de a considerarem “comprometida” pelos longos anos de internação, como se a mesma não tivesse “controle” sobre o que fala ou que fizesse parte de um delírio.

Aqui cabe-nos indagar, mesmo que fosse um delírio e que a usuária de fato não fosse homossexual, o comportamento da equipe em relação a orientação sexual da mesma não é justificável, uma vez que demonstra o controle sobre os determinantes do sofrimento mental da usuária, incorrendo em práticas tutelares, e não menos discriminatórias, já que, também, em boa parte do tempo “corrigiam” o comportamento e fala da usuária, para os ideais heteronormativos, tais quais: “mulher não pode namorar outra mulher” (*sic*), “mulher namora homem e homem namora mulher” (*sic*), ou “não, você não gosta de mulher nada não, para de bobeira” (*sic*).

Conclusão

A partir das questões apresentadas podemos concluir que essa população está facilmente exposta ao sofrimento mental, uma vez que se vivem em uma sociedade que impõe os padrões heteronormativos como único modo de vida sexual aceitável, condenando todos aqueles que nele não se enquadram, como as LGBT, subjugando-as a uma vida permeada pelos mais diversos tipos de violência, como a física, moral, psicológica, familiar, financeira, entre tantas outras.

Em contrapartida, em nosso trabalho de campo nos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) pode-se notar que a população LGBT, nestes dispositivos assistenciais de saúde mental, representa um número ínfimo de usuários/as, e que boa parte deles/as, mesmo dentro dessas instituições, se deparam com profissionais que reproduzem discursos discriminatórios, ou que não consideram a sexualidade parte importante do sofrimento que estes/as apresentam.

Dessa forma, compreendendo a importância e a necessidade do acompanhamento psicossocial dessas pessoas é que nos debruçamos a investigar e refletir sobre a inserção de LGBT em dois CAPS de uma cidade da zona da mata mineira. Portanto, a partir das nossas observações no campo da pesquisa notamos que essa população nos serviços públicos de saúde mental é quase inexistente e que quando se fazem presentes enfrentam posturas preconceituosas e discriminatórias por parte dos trabalhadores dos dispositivos assistenciais no campo da saúde mental, álcool e outras drogas.

Referências:

BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria GM/MS Nº 2.836**, de 01 de dezembro de 2011 – Institui a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (PNSI-LGBT).

BRASIL. Ministério da Saúde. Conselho Nacional de Combate à Discriminação. **Brasil sem homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília, 2004.

BRASIL. **Lei Federal Nº 10.216**, de 6 de abril de 2001. Brasília, 2001.

Discriminação e hostilidade levam mais jovens gays ao suicídio. Antropólogo Renan Antônio da Silva apresenta em 2018 estudo inédito sobre a relação entre homofobia e atentado contra a vida por LGBTs. **Metrópoles**, Brasília-DF, 16/12/2017, atualizado em 19/12/2017. Disponível em: <<https://www.metropoles.com/brasil/direitos-humanos-br/discriminacao-e-hostilidade-levam-mais-jovens-gays-ao-suicidio>>. Acesso em 02 de junho de 2018.

DUARTE, M. J. de O. Diversidade sexual, políticas públicas e direitos humanos: saúde e cidadania LGBT em cena. In: **Temporalis**, Brasília, v. 14, n. 27, p. 77-98, 2014.

FACCHINI, R.; BARBOSA, R. M. **Dossiê saúde das mulheres lésbicas**: promoção da equidade e da integralidade. Belo Horizonte: Rede Feminista de Saúde, 2006.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1988.

GRUPO GAY DA BAHIA (GGB). **Mortes violentas de LGBT no Brasil**: Relatório 2017. Salvador: GGB, 2018. Disponível em: <<https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>>. Acesso em 02/07/2018.

POLÍTICAS DE TRABALHO, EMPREGO E RENDA PARA POPULAÇÃO LGBT NO BRASIL E NA ARGENTINA

Bruna Andrade Irineu¹
Brendhon Andrade Oliveira²

Resumo: O presente trabalho resulta da pesquisa de iniciação científica vinculado ao projeto de pesquisa “Mapeamento crítico das políticas públicas de educação, saúde e trabalho para população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais) na América Latina: um estudo comparativo entre Brasil e Argentina”. Na pesquisa, empregamos a análise de conteúdo para a análise dos dados coletados através dos documentos, que conforme Bauer e Gaskell (2002) “é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto social de maneira objetivada” (BAUER; GASKELL; 2002; p. 191). E a partir desses documentos oficiais, analisou-se a formulação das ações para efetivação dos direitos LGBT e políticas públicas de Trabalho, Emprego e Renda no Brasil e Argentina. Com a emergência de governos populares nos anos pós-2000 no Brasil e na Argentina, após longos períodos de ditadura militar e em um momento de forte consolidação de estratégias neoliberais, distintas conjunturas políticas, econômicas e sociais emergiram com a redemocratização. Considerando que as pautas relacionadas aos direitos humanos em âmbito global caminharam também com essas mudanças, coube a este estudo verificar no campo dos direitos da população LGBT as iniciativas e ações governamentais voltadas a esta *população e seu impacto na realidade violação de seus direitos*. Em um contexto de refração dos direitos humanos após recente retorno de governos conservadores tanto na Argentina quanto no Brasil, torna-se central refletir sobre o período de gestão governamental do Partido Justicialista (Argentina) e Partido dos Trabalhadores (PT). Durante os anos de governo destes partidos, pode-se observar a consolidação da agenda anti-homofobia nestes dois países, através de ações concernentes aos direitos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) via Poder Executivo e Judiciário, no caso brasileiro ou via Poder Legislativo, como na situação Argentina. O processo de organização das lutas da população LGBT remontam de tempos onde ambos países vivenciavam a ditadura militar entre o final da década de 1960 e 1970. As demandas por trabalho, emprego e renda reverberam o campo dos direitos sociais, que por sua vez no contexto brasileiro encontram-se previstos na Constituição Federal de 1988 e também junto

1 Assistente Social, Professora do Departamento de Serviço Social - UFMT.
E-mail: brunairineu@gmail.com;

2 Bacharel em Direito – UFT.
E-mail: andradebrendhon@gmail.com

a Declaração Universal de Direitos Humanos, especificamente com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que entrou em vigor em 1976 em âmbito internacional e no Brasil em 1992 com o envio da Carta de Adesão. Diante disso, é inegável que a identidade de gênero e a orientação sexual compõem as dimensões da vida social dos sujeitos, o que as torna marcadores sociais da diferença que no contexto de violência e violações de direitos são elevadas a desigualdades sociais. Sobre essas dimensões, é nítido que “Uma delas é a inserção na divisão sociotécnica do trabalho, a atividade laborativa e a possibilidade de geração de renda” (ALMEIDA et al., 2014, p. 191). Outrossim, compreendendo a interseccionalidade desses marcadores sociais na constituição das identidades dos sujeitos entende-se como necessário perceber o lugar dos direitos LGBT nas políticas públicas de trabalho, emprego e renda. Deste modo, a demanda por trabalho, emprego e renda subjaz a segmentos diversos cuja posição de classe social referencia-se de maneira latente, entretanto, a identidade de gênero e a orientação sexual passam a ser trazidas como marcadores sociais que também vão produzir desigualdade social no acesso a qualificação e ao trabalho formal. E subjugados a normalização, as violações de direitos de pessoas LGBT são naturalizadas, impactando consideravelmente no processo de participação social deste segmento na esfera pública e conseqüentemente na não efetivação de direitos sociais. Observa-se que no Brasil não há nenhuma legislação referente à população LGBT, enquanto na Argentina encontramos três legislações. Há um longo caminho a percorrer no contexto brasileiro, para que dentro dos limites democráticos, se evidencie no plano jurídico formal a efetivação do direito a não discriminação por orientação sexual e identidade de gênero.

Palavras-chave: Direitos; Políticas Públicas; LGBT; Trabalho.

Introdução

O presente trabalho buscou analisar as políticas de trabalho, emprego e renda para a população transexual no Brasil e Argentina (2010-2016), como resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo CNPq cujo objetivo era mapear políticas públicas de trabalho, emprego e renda para a população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais (LGBT) no Brasil e Argentina (2004-2014).

As demandas por trabalho, emprego e renda reverberam o campo dos direitos sociais, que por sua vez no contexto brasileiro encontram-se previstos na Constituição Federal de 1988, a partir de luta histórica da classe trabalhadora. E, em âmbito global, este debate também se explicita na Declaração Universal de Direitos Humanos, especificamente com o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, que entrou em vigor em 1976 em âmbito internacional e no Brasil em 1992 com o envio da Carta de Adesão. Todavia, é importante discutir que ações governamentais de cunho caritativo e assistencialista através de programas estatais não devem ser compreendidas como forma ideal e séria de responder as demandas concretas por redistribuição de renda. Lidar seriamente com os direitos sociais e econômicos envolve criticar a concepção de “necessidades mínimas” para ampliar a ideia de “necessidades básicas” (PEREIRA, 2006).

É inegável que a identidade de gênero compõe as dimensões da vida social dos sujeitos, o que as torna marcadores sociais da diferença que no contexto de violência e violações de direitos são elevadas a desigualdades sociais. Sobre essas dimensões, é nítido que “uma delas é a inserção na divisão socio-técnica do trabalho, a atividade laborativa e a possibilidade de geração de renda” (ALMEIDA; PILAR; GEBRATH, 2014, p. 191). Nesse sentido, compreendendo a interseccionalidade desses marcadores sociais na constituição das identidades dos sujeitos entende-se como necessário perceber o lugar dos direitos LGBT nas políticas públicas de trabalho, emprego e renda.

Material e métodos

Para cumprir a proposta da pesquisa, utilizou-se da análise documental como técnica de coleta de dados, tendo em vista “a importância dessa estratégia como alternativa de investigação dadas as contribuições que uma análise crítica e aprofundada de determinados documentos pode aportar” (PRATES e PRATES, 2009, p. 120). Entre os documentos selecionados encontramos os Anais da 2ª Conferência Nacional de Direitos Humanos LGBT (BRASIL, 2011) e Livro de inclusão de trabalho para o coletivo TRANS³ (ARGENTINA, 2013).

Realizou-se levantamento e estudos bibliográficos a partir de Estudos *Queer*, Gays, Lésbicos e Feministas. Empregamos a análise de conteúdo para a análise dos dados coletados, que conforme Bauer e Gaskell (2002) “é uma técnica para produzir inferências de um texto focal para seu contexto

3 Cuadernillo de inclusión laboral para el colectivo trans

social de maneira objetivada” (BAUER; GASKELL; 2002; p. 191). E a partir desses documentos oficiais, analisou-se a formulação das ações para efetivação dos direitos LGBT e políticas públicas de Trabalho, Emprego e Renda no Brasil e Argentina. Todavia, antes de passarmos aos resultados, faz-se necessário apontar alguns conceitos e categorias utilizadas, tais como corpo, sistema sexo-gênero-desejo e políticas públicas.

Entendemos que o corpo é construído socialmente (LE BRETON, 2007), portanto, os sujeitos de um grupo têm inscrita em seus corpos a determinação de seus lugares e posições (LOURO, 2004). O gênero e a sexualidade são marcadores sociais do corpo que colocam as pessoas em seus lugares a partir da hierarquização da vida social que tornam essas marcas em dispositivos de poder. Assim, Louro (2004) alerta que qualquer transgressão as fronteiras de gênero ou de sexualidade aloca os sujeitos que escapam a norma no campo do desvio e da diferença. Nessa perspectiva, compreendemos que o gênero e sexualidade estão circunscritos em uma inteligibilidade, denominado de sistema sexo-gênero-desejo, (LOURO, 2004), que por sua vez institui uma lógica que compreende que o sexo indica o gênero, e este indica o desejo, como se houvesse uma sequência e uma coerência contínua entre esses dispositivos, qual sejam, o sexo, o gênero e a sexualidade.

A ordem de gênero se explicita nas hierarquias que subjazem as masculinidades e as feminilidades, convertidas em processos de subordinação e dominação geradores do sexismo, que por sua vez supervaloriza o masculino em detrimento do feminino. Por consequência, as relações de trabalho da população LGBT são afetadas devido a construção histórica de modelos enrijecidos de gênero e da sexualidade. Le Breton (2007) nos aponta que a discriminação e repressão no ambiente de trabalho, principalmente para aqueles/as que manifestam uma discordância no estereótipo – de gênero, raça ou sexualidade – mais visível geram um mal-estar para essas pessoas, tendo em vista que estão encurralados nas suas expressões corpóreas, e por isso, estão expostos a uma agressividade direta, a não ser que se enquadrem nos padrões de expressão do corpo em troca de uma menor agressividade.

Tendo em vista esse cenário de violências e desproteções da população LGBT, compreendemos a responsabilidade do Estado em promover através de direitos e políticas sociais, aqui especificamente de Trabalho, Emprego e Renda, acesso à ingresso ao mercado de trabalho, garantia de emprego formal, redistribuição de renda, sem discriminação por identidade de gênero e/ou orientação sexual. Assim, a respeito das políticas públicas Souza (2003) acredita que a formulação de políticas públicas deve ser compreendida, como o processo por meio do qual os governos “traduzem seus propósitos em programas e ações, que produzirão resultados ou as mudanças desejadas no mundo real” (p. 13).

Resultados e discussão

O Programa Brasil Sem Homofobia (2004) marca o nascimento das políticas públicas para a população LGBT no Brasil, e se refere apenas a discriminações no ambiente de trabalho, prevendo quatro diretrizes para o combate a LGBTfobia através de qualificação profissional dos segmentos discriminados

por orientação sexual e identidade de gênero. Além disso, importante ressaltar que esse programa previa a realização da I Conferência Nacional LGBT que culminou no I Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos LGBT (2009), que por sua vez, continha 180 ações, sendo 10 voltadas para o Trabalho. Esse Plano previa realização da 2ª Conferência Nacional LGBT, sendo que esta resultou nos Anais da 2ª Conferência Nacional LGBT (2011).

Observa-se nos Anais que as propostas da 2ª Conferência foram divididas 15 eixos, onde cada uma possuía em média 5 diretrizes. Um desses eixos é intitulado “Trabalho, Geração de Renda e Previdência” (BRASIL, 2011, p. 124) com cinco diretrizes, onde 2 são referentes a área da previdência social. Das 5 diretrizes presentes nos Anais mencionados, as demandas que envolvem trabalho, emprego e renda apontavam para a i) implementação de um sistema de inserção no trabalho, emprego e renda à população LGBT; ii) promoção de apoio a realização de cursos de capacitação visando a inserção de LGBT no mercado de trabalho formal e regulamentação da prostituição; iii) implantação e ampliação de políticas de combate ao preconceito, assédio moral e discriminação de LGBT no ambiente de trabalho.

Visto isso, é necessário apontar que não há nenhuma legislação brasileira que verse sobre a população LGBT. As diretrizes propostas nos Anais da II Conferência Nacional LGBT que compilaram as deliberações da II Conferência Nacional LGBT não se tornaram um segundo Plano Nacional de Políticas Públicas. A primeira diretriz presente nos anais menciona emprego e renda, não priorizando apenas o trabalho. Além disso, dá como possível

solução para a inserção de LGBT no mercado de trabalho a criação de campanhas e incentivos a empresas e organizações que adotarem políticas afirmativas. A segunda e terceira diretrizes só se referem às políticas de trabalho e também não abordam a forma de execução da proposta, apesar de mencionarem questões pertinentes como a regulamentação da prostituição e mercado de trabalho informal.

Em 2016, o Decreto Nº 8.727, de 28 de abril de 2016, assinado pela Presidenta à época, Dilma Rousseff, “dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal direta, autárquica e fundacional” (BRASIL, 2016). Com esse decreto vigorando, há efeitos mediatos no âmbito do trabalho e coaduna com as propostas aprovadas nas últimas Conferências. Primeiramente, o decreto vai ao encontro da proposta de respeito à identidade de gênero no ambiente de trabalho, ou seja, pessoas travestis e transexuais que exercitarem atividade laboral no âmbito federal poderão utilizar o nome que se reconhece. Segundo, fica proibido qualquer tipo de discriminação no âmbito federal no tratamento com travestis e transexuais, conforme parágrafo único do artigo 2º.

Em relação a Argentina, em maio de 2012, a presidenta C. F. Kirchner promulgou a “Lei nº 26.743 de Identidade de Gênero”⁴ (ARGENTINA, 2012), que tem como aspectos principais o reconhecimento da identidade de gênero auto percebida com as devidas alterações nos documentos oficiais e a não patologização, não exigindo nenhuma condição médica para acessar tal direito. Em relação as políticas

4 2 Ley No 26.743 de Identidad de Género

públicas, encontramos o “Livreto de inclusão de trabalho para o coletivo TRANS”⁵, produzido no ano de 2013 pelo Ministério de Trabalho, Empleo y Seguridad Social da Nação⁶, que institui a linha de inclusão do trabalho para travestis, transexuais e transgêneros.

Assim sendo, foi disponibilizado dois programas para colaborar na empregabilidade da população Trans, sendo eles o “Programa Jovens com Mais e Melhor Trabalho” (ARGENTINA, 2013, p. 10) e o “Programa Seguro de Capacitação e Empleo (SCyE)” (ARGENTINA, 2013, p. 10)⁷. Acessando alguns desses programas, os/as beneficiados/as terão acesso a oito tipos ferramentas, tais como suporte econômico mensal, conclusão de estudos primários e secundários, cursos de formação, atividades de orientação laboral, entre outros.

Com a aprovação da legislação na Argentina em 2012, assim como o Decreto brasileiro, que reconhecem a identidade de gênero, ambos são de fundamental importância para o trabalho e emprego de pessoas Trans, tendo em vista que terão seu gênero respeitado, ao menos formalmente, nos seus ambientes de trabalho. No caso do Brasil, restringido à administração pública federal.

Nesse sentido, as pessoas transexuais seriam incluídas nos dois programas de emprego governamentais de acesso à toda população, onde encontraram oito tipos de prestação de benefícios. A eficácia desta política é reduzida por ser um programa de cunho universalista, que oferece algumas ações para inserção no mercado de trabalho, não observa as especificidades de cada população em situação de vulnerabilidade e não se atenta aos motivos concretos que marginalizam a população transexual como a evasão escolar e as barreiras no acesso à saúde, situações que corroboram com a falta de acesso mercado de trabalho formal.

Conclusão

Conclui-se assim, que em um contexto de avanço neoliberal, recrudescimento do conservadorismo e de radicalização do conflito capital-trabalho, as pautas relacionadas aos direitos sociais, que envolvem redistribuição socioeconômica, acabam por não ter espaço. No Brasil e Argentina, em relação ao segmento de transexuais, apesar da inclusão nos programas governamentais, o enfoque no nome civil sobressai em relação as demandas por direitos sociais.

Em relação ao Brasil, também é importante mencionar que as políticas públicas para a população LGBT são frágeis, pois além de não possuem orçamento próprio, não possuem uma regulamentação jurídico-legal, sendo muitas vezes criadas a partir de simples portarias. Avaliando os marcos legais argentinos, percebemos uma gama de direitos civis garantidos por força de lei, abandonando os direitos sociais, como o trabalho e emprego.

5 Cuadernillo de Inclusión Laboral para el colectivo TRANS (2013)

6 Ministerio de Trabajo, Empleo y Seguridad Social de la Nación

7 Programa Jóvenes con Más y Mejor Trabajo (PJcMyMT)” (ARGENTINA, 2013, p. 10) y “Programa Seguro de Capacitación y Empleo (SCyE)” (ARGENTINA, 2013, p. 10)

Referências

ALMEIDA, G. da S; PILAR, A; GEBRATH, Z. **As relações de trabalho como um aspecto da assistência à saúde de pessoas trans**. In: COELHO, M. T. Á. D; SAMPAIO, L. L. P. *Transexualidades: um olha multidisciplinar*. Salvador: EDUFBA, 2014.

ARGENTINA. **Cuadernillo de Inclusión Laboral para el colectivo TRANS**. 2013. Disponível em: http://www.trabajo.gov.ar/downloads/difusion/131202_cuadernillo_trans.pdf. Acesso em: 08/03/2017.

ARGENTINA. 2012. Ministerio de Desarrollo Social. **De La Ley a La Práctica: Conceptos Desde Un Paradigma Igualitario**. 2012. Disponível em: <<http://www.desarrollosocial.gov.ar/Uploads/i1/47%20De%20la%20Ley%20a%20la%20practica%20-%20Diversidad%20sexual.pdf>> Acesso em: 17/04/2017.

BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático I**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 2002.

BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. **Anais da II Conferência Nacional de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT**. Brasília, 2011.

BRASIL. **Decreto Nº 8.727, de 28 de Abril de 2016**. Brasília, DF, Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Decreto/D8727.htm>. Acesso em: 07 jul. 2016

LE BRETON, David. **A sociologia do corpo**. 2ª ed. Tradução de Sonia M.S. Fuhrmann. Petrópolis, RJ: Vozes. 2007.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho**: Ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte, MG: A Autêntica. 2004.

MELLO, L.; AVELAR, R. B.; MAROJA, D. **Por onde andam as políticas públicas para a população LGBT no Brasil**. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/se/v27n2/a05v27n2.pdf>>. Acesso em: 30 ago. 2017.

PEREIRA, Potyara. **Necessidades Humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. São Paulo: Cortez, 2006.

PRATES, Jane C.; PRATES, Flávio C. Problematizando o uso da técnica de Análise Documental no Serviço Social e no Direito. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 15(2): 111-125, jul.-dez./2009.

GÊNERO E SEXUALIDADES NO OLHO DO FURACÃO: VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS LGBT E A POÉTICA DE BELCHIOR.

Luíza Carla Cassemiro¹

Resumo: Este artigo trata gênero, sexualidades, violência e poesia, buscando tecer nexos reflexivos entre o que temos (e não temos) de políticas públicas LGBT e a poética crítica do cantor Antônio Carlos Belchior (1946-2017) que diz, em “Baihuno”, que a metrópole é violenta e exterminadora dos excluídos, “mais uma estação no inferno, Babilônia, Dante eterno.” O desafio de ampliar o combate a LGBTfobia através de políticas públicas de Estado envolve também mudanças ideológicas-culturais profundas para que o respeito a pluralidade de ser e existir seja norma social consensual. O Brasil é campeão internacional de assassinatos de pessoas LGBT e isto não é um acaso, mas uma questão social que estão relacionados aos padrões culturais heteronormativos, machistas, misóginos e cisnormativos. Como arcabouço teórico para essas discussões tomo como base as ideias de Marx, numa perspectiva crítica e reflexiva da realidade. Esse trabalho foi resultado das análises bibliográficas, problematizando a partir da realidade dos dados do Grupo Gay da Bahia, entidade que faz levantamento estatístico de vítimas fatais no Brasil, e do IPEA (*Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*) sobre o *Mapa da Violência*. Esse trabalho foi resultado das análises bibliográficas.

Palavras-chave: Políticas Públicas, LGBT, Violência, Belchior, Poesia.

Abstract: This article deals with gender, sexuality, violence and poetry, seeking to create reflexive links between what we have (and do not have) LGBT public policies and the poetic criticism of the singer Antônio Carlos Belchior (1946-2017) who says, in Baihuno, that the metropolis is violent and exterminator of the excluded, “another station in hell, Babylon, eternal Dante.” The challenge of broadening the fight against LGBTophobia through state public policies also involves profound ideological-cultural changes so that respect for the plurality of being and existence is a consensual social norm. Brazil is an international champion of the murder of LGBT people, and this is not a coincidence but a social issue related to the heteronormative, sexist, misogynist and cisnormative cultural patterns. As a theoretical framework for these discussions I take as a basis the ideas of Marx, in a critical and reflective perspective of reality. This work was the result of bibliographical analyzes, problematizing from the data of the Gay Group of Bahia, an entity that makes a statistical survey of fatal victims in Brazil, and the IPEA (Institute of Applied Economic Research) on the Map of Violence. This work was the result of bibliographical analyzes.

Keywords: Public Policies, LGBT, Violence, Belchior, Poetry.

¹ Doutoranda em Serviço Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio),
E- mail: luizac.cassemiro@gmail.com

Introdução

(..) “Ah! metrópole violenta que extermina os miseráveis, negros párias, teus meninos! Mais uma estação no inferno, Babilônia, Dante eterno! há Minas? Outros destinos? Conta àquela namorada que vai ser sempre o meu céu, mesmo se eu virar estrela. (E aquelas botas de couro combinam com o meu cabelo, já tão grande quanto o dela) E, no que toca à, família, dá-lhe um abraço apertado, que a todos possa abarcar. Fora-da-lei, procurado me convém família unida contra quem me rebelar (...).”

“Baihuno - Belchior”

Usando como pano de fundo a poética crítica do cantor Antônio Carlos Belchior (1946-2017) que diz, em “Baihuno”, que a metrópole é violenta e exterminadora dos excluídos, “mais uma estação no inferno, Babilônia, Dante eterno.” O desafio de ampliar o combate a LGBTfobia através de políticas públicas de Estado envolve também mudanças ideológicas-culturais profundas para que o respeito a pluralidade de ser e existir seja norma social consensual.

Este artigo, apresentado no IX ABEH 2018 é fruto das minhas pesquisas e no processo de doutorado em Serviço Social pela PUC-Rio (2018), tem como finalidade refletir a importância das temáticas de gênero, sexualidades, violência, diversidade sexual e de gênero, lançando um olhar apurado nos processos sócio históricos das violências e discriminações vivenciadas pela população subalternizada LGBTQI+ e de seus processos de construções políticas organizacionais relacionados aos contextos capitalistas.

Quando falamos das diversas violências, criminalizações e discriminações estamos falando não mais de fenômenos novos e recentes, e sim de práticas discursivas invisibilizadas e silenciadas por toda uma sociedade de classe dominante, do desenvolvimento e expansão do capitalismo, consumo e exploração que subalternizam esse grupo. Nesse sentido, os mecanismos de poder, de controle das subjetividades, do vigiar e punir nas diferentes expressões sociais e nas diversas manifestações e resistências se materializam na relação de poder que dita quem deve viver e quem deve morrer, o poder de determinar sobre essas vidas e de tirar as políticas desses sujeitos.

Destaca-se em mais uma análise da dimensão deste artigo, sobretudo, se pensarmos nos desafios históricos, trazendo uma análise crítico-reflexiva, com o ponto de partida a estreita relação entre Serviço Social, questão social, população LGBT a relação com a violência e as particularidades no Brasil. A década de 80 teve uma relevância histórica, política e social, um momento fundamental para a narrativa do Serviço Social Brasileiro, quando a perspectiva marxista constitui-se no referencial teórico que direcionou a formação profissional do Serviço Social, fazendo uma efetiva interlocução da categoria com o Marxismo, saldo do Movimento de Reconceitualização da profissão ocorrido entre 1965 a 1975 (Netto,

2006) em nível latino-americano, que num cenário nacional registrou um intercâmbio com o campo das Ciências Sociais.

Em síntese, neste período de 1980 ocorreu uma vinculação maior, que progressivamente foi se construindo nos anos anteriores, entre a luta e a causa dos proletários, dos funcionalmente postos à margem do mundo do trabalho (desempregados, precarizados, etc.) e das novas lutas identitárias. O pensamento de matriz marxista ganharia hegemonia e orientaria uma práxis transformadora.

A partir disso *da influência do pensamento teórico de Marx*, o Serviço Social passa a dispor de uma concepção de sociedade como totalidade social, contraditória e determinada pela produção da vida material, a percepção do homem como ser pertencente a uma dada classe social e como tal sujeito da história, compreensão de processo social de dá a partir da perspectiva de luta de classes, do ponto de vista metodológico interpretativo a base, dando sentido a práxis e o conhecimento da realidade passando a der um determinante para a definição de objetivos e estratégias da profissão.

O debate enfrenta resistências no interior do curso, de alguns docentes, discentes do curso, que desconsideram o fato de que o Serviço Social possa debater estas temáticas. Ainda percebemos visões de mundo, ações influenciadas por uma postura conservadora, reacionária, preconceituosa, como se dá a incorporação destes assuntos nas disciplinas ofertadas pelo curso.

Desta forma, este trabalho busca investigar o processo de incorporação dos debates que têm essas temáticas como foco, tanto na academia como na sociedade, uma vez que, do ponto de vista acadêmico, mais especificamente no Serviço Social, tais discussões ainda têm se dado, aparentemente, em eventos pontuais e/ou disciplinas eletivas, principalmente no que se refere a sexualidades e diversidade sexual.

O reflexo da não incorporação, ou da insuficiência de debates das referidas temáticas resulta quase sempre em práticas profissionais permeadas por preconceitos ou carregadas de posturas moralistas e juízos de senso comum. No caso específico do assistente social, que atua na divisão sócio e técnica do trabalho e nas franjas “sobrantes” da ordem do capital, essa incorporação do debate e da reflexão crítica-sistêmica se faz mais premente (urgente). Portanto, concluímos pela importância de uma educação social — incluindo as profissionais de serviço social — que promova a igualdade de gênero e o respeito pela diversidade, garantindo um caminho de convivência democrática e plural na construção de uma nova sociedade, justa, igualitária e sem exploração de classe.

Nos últimos dois anos, uma grave crise política se instaurou no país. Após o impeachment/golpe da Presidente Dilma Rousseff em 2016, vem ocorrendo um progressivo desmonte das políticas públicas, aí incluídos os programas sociais voltados à promoção de direitos para a população LGBT. Dentro de uma conjuntura atual, no município do Rio de Janeiro, com a crise econômica e política do Estado, bem como a entrada de um governo municipal liderado por uma igreja neopentecostal, ocorreu também o desmonte dessas políticas públicas e suas implicações para a população em questão, como do Programa Rio sem Homofobia, que enfrenta problemas entre parcerias com a prefeitura e também salários atrasados.

Após o ano de 2016, ocorreram contrarreformas implementadas pelo governo Michel Temer, como por exemplo, cortes nos orçamentos da Saúde, Educação, Reforma Trabalhista, com mudanças densas na CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), contra os direitos conquistados pela classe trabalhadora e demais grupos sociais em situação de enorme vulnerabilidade no Brasil. O que temos vivenciado, após o impeachment é uma investida por parte do governo federal, gerenciado pelo PMDB (agora rebatizado como MDB - Movimento Democrático Brasileiro) em consórcio com PSDB/DEM e outros partidos da ordem, cerceando a ampliação dos direitos sociais, trabalhistas, destruindo o que fora construído como avanços jurídicos sobre a virulência da exploração capitalista e abrindo a economia para o mercado financeiro internacional, em processo ensandecido de financeirização, desindustrialização e desemprego massivo.

O Estado, portanto, exerce um importante papel na manutenção e/ou superação das opressões de gênero e sexuais existentes que atravessam todo este complexo mundo social e suas divisões de classe. Por um lado, em diversas situações pode reforçar as desigualdades quando as ações e os programas governamentais objetivam atender necessidades supostamente universais e que, em sua universalidade, ignoram demandas específicas de parcelas da população. Por outro, pode contribuir para a redução de tais desigualdades, ao fomentar e priorizar políticas afirmativas voltadas às minorias sociais.

Este debate de gênero, sexualidades, população LGBT é importante e atual, para o Serviço Social, estabelecendo os objetivos focados na atuação profissional e no enriquecimento da práxis através de uma reflexão teórico-prática do fazer específico que se refere a uma política de governo para a promoção da cidadania LGBT e perante a violência contra esta população. Indispensável que sejam abordados temas ligados ao gênero e sexualidades, compreendendo as trajetórias perpassadas pelo movimento LGBT, possibilitando assim diálogos com a categoria profissional do assistente social, tendo como desafio da profissão promover debates, discussões relativas à temática, desmistificando conceitos e respeitando a diversidade sexual e de gênero.

O assistente social tem um compromisso ético-político, tendo como marca no seu cotidiano profissional o respeito à diversidade e dar visibilidade e atender as demandas sociais da população LGBT. A natureza da intervenção profissional do assistente social trilha um caminho destacando-se pela importância da historicidade e da relação de totalidade, a relação que o Serviço Social nas relações de produção e reprodução da sociedade capitalista, a profissão na divisão social e técnica do trabalho.

Para uma abordagem da profissão no processo de reprodução das relações sociais, partimos do pressuposto que o significado da profissão, ou seja, a análise da profissão, suas demandas, atribuições em si mesmas não podem ser restritamente, ou endogenamente, situadas no seu interior, mas é preciso ultrapassar a análise do Serviço Social em si mesmo e situá-lo no contexto de relações mais amplas que constituem a sociedade capitalista, particularmente no âmbito dos debates da sociedade e

o Estado que constroem frente à questão social² suas múltiplas expressões e manifestações. Para tanto, é necessário entender a partir de uma análise de conjuntura.

Com apropriação teórico-metodológica crítica que possam contribuir com afirmação e concretização dos valores e princípios que a profissão constrói e defende historicamente pautado no reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais; Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo; Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (Código de Ética, 1993).

Para lamamoto, a questão social, “expressa à subversão do humano própria da sociedade capitalista contemporânea, que se materializa na naturalização das desigualdades sociais e na submissão das necessidades humanas ao poder das coisas sociais do capital dinheiro e de seu fetiche”. (lamamoto, 2008). Ainda de acordo com lamamoto, “a gênese da “questão social” encontra-se no caráter coletivo da produção e da apropriação privada do trabalho, de seus frutos e das condições necessárias à sua realização.” (lamamoto, 2013, pág.330).

Os principais traços do modo de produção capitalista no contexto atual, o desemprego estrutural (exclusão da massa do mercado de trabalho), automação e rotatividade da mão de obra. E também o desaparecimento da solidariedade entre trabalhadores, monetarismo e capital financeiro como centro nervoso do capitalismo (desvalorização do trabalho produtivo e valorização do fetiche da mercadoria, do dinheiro) e a terceirização (aumento do setor de serviços e a perda de referenciais materiais da classe trabalhadora). Essas dimensões que constituem a sociabilidade humana e estão fortemente presentes no cotidiano do trabalho profissional atribuídos por características particulares.

As grandes transformações que vêm incorrendo nas crises econômicas que perpassam a conjuntura brasileira são expressões das novas configurações do capitalismo, que nas últimas décadas tem provocado profundas modificações em todo conjunto da sociedade, em seus aspectos econômicos, políticos, culturais, ideológicos e sociais. Desde a crise mundial em meados da década de 70, o capitalismo vem produzindo formas de reestruturação produtiva, intermediadas pelo uso da Ciência e Tecnologia que afetam o “mundo do trabalho” e, em decorrência disto, têm transformado as profissões, bem como suas áreas de intervenção e condicionalidades de trabalho, suas perspectivas teóricas e suas funções sociais.

Neste aspecto sócio histórico, percebe-se o aumento da pobreza, miserabilidade, o desemprego e a intensificação das desigualdades sociais. Todo este panorama amparado pelo projeto neoliberal, expansão do capitalismo globalizado, articulado com o mercado mundial, com práticas na “reforma do Estado”, tendo o mínimo para o social, com o Estado se ausentando cada vez mais com as obrigações

2 Questão Social é expressão das desigualdades sociais constitutivas do capitalismo. Suas diversas manifestações são indissociáveis das relações entre as classes sociais que estruturam esse sistema e nesse sentido ela se expressa também na resistência e na disputa política.

nas áreas de políticas sociais (proteção social), transferindo a obrigação a sociedade civil, com políticas seletivas e focalistas.

Na sociedade capitalista quando o modelo de acumulação é denominado de modelo Neoliberal. O Estado baseia-se no conceito de “governo limitado”, ou seja, no “estado mínimo”. O caráter das políticas sociais passa de universal para focalizadas, acentuando a transferência da administração das políticas sociais do Estado para a iniciativa privada (mercado) e sociedade civil, por meio das políticas sociais privadas, administradas pelo chamado terceiro setor – as ONG’S, as OSCIPS.

O desafio é fazer uma intercessão entre o pensamento marxista e as questões LGBT’s. O Serviço Social, profissão que dialoga com a teoria marxista, tende em boa parte a valorizar os problemas sociais e econômicos, a “questão social”, tendo a visão da questão LGBT não exatamente como parte desta questão, mas como uma questão de identidade, como um problema cultural das identidades de cultura sexual e etc. É preciso compreender o quanto os problemas de ordem socioeconômica (de base, de infraestrutura), corretamente valorizados pela clássica abordagem marxista, interferem no campo cultural (nas chamadas superestruturas sistêmicas) e ideológico criando um círculo de interferências mútuas que impactam profundamente os atravessamentos de gênero, de orientação sexual e os papéis socialmente construídos e impostos para cada gênero como “performance aconselhável”.

Traçar um perfil da questão social numa conjuntura brasileira, explícitas na miséria, pobreza e todas as formas de opressão sócio econômica dialogando com a análise clássica de Marx como uma teoria crítica, nos aproxima a traçar o perfil da questão social brasileira, da miséria, da pobreza, a cidadania, traduzidos no capitalismo, perpassando pelo movimento LGBT. Imaginemos. Se o proletariado sofre com opressões, explorações e exclusões, e quando estes forem mulheres, lésbicas e negras e moradoras das periferias? Quantos atravessamentos e sobreposições da questão social?

Neste sentido, Rubin (1975) afirma que:

“Marx afirmava que o capitalismo se distingue dos outros modos de produção por seu único objetivo: a criação e a expansão do capital. Enquanto outros modos de produção têm como finalidade produzir coisas úteis a fim de satisfazer as necessidades humanas ou produzir um excedente para uma nobreza dirigente ou ainda produzir em volume bastante para oferecer sacrifícios aos deuses, o capitalismo produz capital. O capitalismo é uma série de relações sociais – formas de propriedade, e assim por diante – nas quais a produção visa a transformar dinheiro, coisas e pessoas em capital. E capital é uma quantidade de bens ou de dinheiro que, quando trocados por trabalho, se reproduzem e aumentam, apropriando-se de trabalho não pago, ou mais-valia, do trabalhador”. Rubin (1975, p. 03)

Nas duas últimas décadas, no âmbito do Serviço Social, tem crescido, progressivamente, a inserção, a produção e a empregabilidade a respeito dos campos das sexualidades, da diversidade sexual e de gênero e dos direitos LGBT. Dentre os elementos que atestam esses crescimentos figura a aprovação do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), em consonância com os Conselhos Regionais de

Serviço Social, da campanha nacional pela livre orientação e expressão sexual “O amor fala todas as línguas: Assistente Social na luta contra o preconceito”. Dessa campanha resultou a Resolução CFESS nº 489/2006, que “estabeleceu normas vedando condutas discriminatórias ou preconceituosas, por orientação e expressão sexual por pessoas do mesmo sexo no exercício profissional do/a Assistente Social”. (Resolução CFESS nº 489/2006).

Metodologia, Resultados e Discussão.

Produzir uma análise da sociabilidade da população LGBTQI+ faz-se necessário um método de pesquisa de levantamento bibliográfico que apresente características específicas. Lançar um olhar apurado nas leis, portarias e diretrizes, bem como a participação observante nos movimentos sociais. Produzir um texto em que leve em consideração às narrativas deste movimento social, práticas e experiências e peregrinando no cotidiano das lutas.

A partir do instrumental teórico do marxismo que coloca a ênfase na luta de classes na divisão social de classes, e nas desigualdades socioeconômicas, essa é uma ênfase do marxismo, o estudo partirá de dados do GGB que mostra os dados de violência contra a população LGBT e os dados do IPEA, com o mapa da violência no Brasil para ilustrar como a pobreza e sua face na conjuntura nacional.

O mapa da violência no Brasil, produzido pelo IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em 2018, mostra que o Brasil ultrapassa pela primeira vez a marca de 30 homicídios por 100 mil habitantes. Os dados apontam que as taxas de homicídio entre 2006 e 2016 variaram de queda de 46,7% em São Paulo a um aumento de 256% no Rio Grande do Norte, temos uma questão região e de territórios no eixo sudeste/nordeste.

Outro dado importante é que na mesma data (2006 e 2016), 553 mil pessoas perderam suas vidas devido à violência intencional no Brasil. Entre 1980 e 2016, cerca de 910 mil pessoas foram mortas pelo uso de armas de fogo no país. Uma verdadeira corrida armamentista que vinha acontecendo desde meados dos anos 1980 só foi interrompida em 2003, com a sanção do Estatuto do Desarmamento. Em 2003, o índice de mortes por armas de fogo era de 71,1%, o mesmo registrado em 2016, segundo o Atlas da Violência 2018 do IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública. O perfil das vítimas é pontuado por questão de gênero, 56,5% de homens com idade entre 15 a 19 anos, negros, ou seja, temos uma relação interseccional, entre gênero, raça, classe social sexualidades, etnia, geração e etc, ilustrando uma desigualdade social de raça. Em 2016, no Brasil, de todas as pessoas pretas ou pardas, eram 71,5% e a taxa de homicídio de negros foi duas vezes maior do que os brancos.

O Brasil é o segundo país com a maior população negra no mundo fora do Continente Africano. Segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) em 2014, os negros (pretos e pardos) são maioria na população brasileira, representando mais de 50%. As expressões da questão social no Brasil precisam compreender a conjuntura de análise que perpassa por uma herança escravocrata que ecoa até os dias de hoje, como uma conformação social profundamente racista e desigual, como os dados do Mapa explicita.

Face ao exposto, a população mais pobre é de negros e moradores de periferia, ou seja, existe uma pobreza no Brasil que é de classe, raça, incluindo a população economicamente ativa, que na sua maioria não tem acesso à documentação, as políticas públicas, sem carteira assinada, trabalhos precários, insalubres, trabalhos escravos, portanto isso denuncia um quadro desigualdade social, econômica. Correlacionando esta representação com a população LGBT, aonde uma parte significativa ou majoritariamente dessa população é formada por pobres, negros, que sofrem violência simbólica e na correlação pobre, desempregados, morador de periferia, enfrentando dificuldades de acesso as políticas básicas que atravessam sua vida, corpos, sexualidades e identidades, uma violência brutal contra a população LGBT.

O Brasil é o país que mais mata LGBTs no mundo: 1 a cada 19 horas, sendo que matou ao menos 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos, o que o deixa, disparado, no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas trans (Fonte: Rede Trans). Esses são os dados que a mídia e os movimentos sociais notificaram, mas aqueles que foram invisibilizados ou abafados pela família? Além disso, mais de 90% das travestis e mulheres trans, na tríade de exclusões sofridas; ao serem expulsas de casa, expulsas da escola, no mercado de trabalho, restaurantes, hospitais, CRAS, CREAS, não acolhem estas pessoas trans e nem travestis.

Usando como referência os estudos de Yamamoto (2013), o artigo “O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais”. A autora apresenta que as desigualdades históricas são (re) produzidas através da contribuição do Estado mediante as políticas públicas, trazem características a “questão social” (enraizada na contradição capital x trabalho), nos horizontes do processo financeiro (capital financeiro), num quadro de crise contemporânea e seus rebatimentos no mundo do trabalho (precaridade) no Brasil, evidenciando as tensões ao Projeto Ético Político do Serviço Social da profissão do Serviço Social, num terreno gerado pelas orientações neoliberais, diretrizes das agências multilaterais e as organizações internacionais, destacando o FMI, OMC, Banco Mundial, ONU e UNESCO. Desta forma, o ponto importante do artigo fundamenta-se em entender o tema atual, relevante, em um processo do debate contínuo junto a uma análise crítica presente numa conjuntura de crise econômica, política, pedaladas fiscais assim como a maior transparência na relação às decisões de políticas públicas.

A autora parte do pressuposto que as desigualdades sociais são históricas, referindo-se a complexidade, a crescente consolidação do capitalismo interligando com a relação de poder, pensando como Estado se posiciona, a política social será compreendida como a mediação estatal no confronto entre capital e trabalho, construídas numa realidade capitalista/neoliberal, com crise econômica, golpe, *impeachment*, como todo este cenário tencionara no Projeto Ético Político do Serviço Social ressoando no seu cotidiano e como esta realidade dimensiona no mundo do trabalho sob orientações dos organismos multilaterais que são liberais.

O direito à cidadania para a população LGBT tem sido interpelado por visões conservadoras e moralistas. Nesse cenário, multiplicam-se os crimes de ódio dirigidos contra a sexualidade, o corpo, o gênero, a livre orientação sexual, a identidade de gênero. Além de atos extremos, a violência contra

LGBT, também desdobram-se em outras diversas e intensas formas de opressão moral, verbal, simbólica, física e patrimonial, como, por exemplo, insultos homofóbicos e/ou transfóbicos, destruição de propriedade (carro, aparelhos de celulares, imóveis ou mesmo o local de trabalho), agressões físicas e assassinatos. Nesse sentido, a desigualdade social, sexual e de gênero constitui-se enquanto um problema social grave a ser enfrentado para garantia dos direitos cidadãos no âmbito da democracia.

Segundo Minayo e Souza (1998), a violência é um fenômeno representado por ações humanas, realizadas por indivíduos, grupos, classes, nações, em uma dinâmica de relações, ocasionando danos físicos, emocionais, morais e espirituais. Atualmente, o Brasil vem vivendo um movimento contraditório em relação aos direitos humanos da população de LGBT. Dentre os avanços conquistados nos últimos 30 anos, figura a Constituição Federal de 1988, que define a igualdade de todos perante a lei; a consolidação do Programa Brasil sem Homofobia³; e o Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT⁴. Estas iniciativas foram construídas em um processo histórico de avanços e retrocessos e envolveram, em um debate público, as múltiplas formas de ser, relacionar-se com o outro no âmbito da diversidade humana. Por outro lado, vivemos um crescente conservadorismo que ao atribuir as discussões em torno das temáticas de gênero e sexualidade ao âmbito do privado, colaboram com a invisibilização da problemática que envolve a exclusão dentro da democracia de uma categoria social inteira.

Em 2012, segundo o relatório divulgado pela SDH, foram registradas 3.084 denúncias de violência contra LGBT's e mais de 9,9 mil violações de direitos relacionados a esta população. Esta estatística envolve 4,8 mil vítimas e 4,7 mil acusados, indicando um aumento de denúncias e de vítimas envolvidas. Em 2012, constatou-se que 47,3% das denúncias foram feitas por desconhecidos. Essa modificação no perfil demonstra que a sociedade civil está acessando o Sistema, denunciando todo tipo de discriminação. Dos casos de violência, 71,3% são contra pessoas do sexo biológico masculino e 20,1% feminino; 60,4% são *gays*; 37,5%, lésbicas; 1,4%, travestis; e 0,49%, transexuais. Esses dados são baseados na sistematização de informações colhidas pelos serviços, Disque 100, da SDH, Ligue 180, da Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM), e pelo Sistema Único de Saúde (SUS), no atendimento médico às vítimas. Este relatório permite o monitoramento dos avanços e retrocessos do fenômeno da violência motivada por orientação sexual e/ou identidade de gênero. A partir desta exposição percebemos as principais características das iniciativas que refletem, mais amplamente, o processo de formulação e implementação de políticas públicas para população LGBT, no Brasil.

3 Programa Brasil sem Homofobia: Foi criado em Novembro de 2004, estruturado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República- SEDH, em parcerias com demais Secretarias nacionais, tem como objetivo desenvolver uma política de combate à violência física e psicossocial, preconceito, discriminação e violação aos Direitos Humanos.

4 Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de LGBT compõe objetivos estratégicos que visam à inclusão social dos gays, lésbicas, travestis e transexuais através de medidas que vão desde atenção especial em saúde LGBT até a implantação de programas de educação sexual que alertem para a necessidade do respeito à diversidade sexual e de gênero e delegacias especializadas em crimes homofóbicos.

O relatório do Grupo Gay da Bahia (GGB), que coleta e divulga dados sobre homicídios e assassinatos LGBT's, por exemplo, nos apresenta alguns dados sobre os desdobramentos desse cenário, registrou **445 homicídios** desse tipo em 2017. O número aumentou 30% em relação ao ano anterior, que teve 343 casos. Segundo o levantamento, 2017 foi o ano com o maior número de assassinatos desde quando a pesquisa passou a ser feita pelo movimento. De 130 homicídios em 2000, saltou para 260 em 2010 e para 445 no ano passado. Houve ainda um aumento significativo de 6% nos óbitos de pessoas trans no último estudo, de acordo com o grupo.

Em 2016, foram 343 LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) assassinados no Brasil. Nessa computação se contabiliza 173 gays (50%), 144 (42%) trans (travestis e transexuais), 10 lésbicas (3%), 4 bissexuais (1%), 31% desses assassinatos foram praticados com arma de fogo, 27% com armas brancas, incluindo ainda enforcamento, pauladas e apedrejamento. Muitos desses crimes foram cometidos com requintes de crueldade (tortura e queima do corpo). Desde que se faz coleta dos dados de mortes por conta de orientação sexual e/ou identidade de gênero, o ano de 2016 resultou no ano em que mais se contabilizou homicídios da comunidade LGBT's.

Segundo o Relatório de 2016 sobre violência contra população LGBT do Grupo GGB, a cada 25 horas um LGBT é assassinado e vítima de violência, sendo o Brasil, o país campeão mundial de crimes contra este movimento. Os dados estão crescendo numa escala impactante, em 200 foram 130 casos, já em 2010, subiu para 260. Portanto, fica evidente que, mesmo com todas as transformações, informações, avanços da medicina, da tecnologia, os seres humanos ainda não "aceitam" ou respeitam pessoas com orientação sexual e identidade de gênero diferentes da norma estabelecida pela sociedade heterossexual. Estes dados nos mostram que o movimento LGBT está sendo vítima de violência, por alguns motivos. Um deles por assumirem sua orientação e identidade de gênero, indo na contramão do padrão heteronormativo e por lutar politicamente por seus direitos sociais e humanos. O Estado Brasileiro não notifica estes casos oficialmente. A carência de notificações já é uma violação de direitos humanos e sexuais a essa população.

Analisar um grupo de indivíduos que luta por interesses comuns como movimento social requer a compreensão da trajetória histórica e cultural transpassada por este. Os movimentos sociais emergem de ações pontuais destes determinados grupos, não sendo caracterizado apenas por estas ações. Para a existência de um movimento, faz-se necessária a construção de pautas e agendas.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011), muitos questionamentos e reivindicações ocorreram nos acontecimentos de maio de 1968, quando uma greve geral se estabeleceu na França. Naquele momento, a defesa do exercício da livre sexualidade, os protestos contra a discriminação homofóbica, racista e sexista, que tinham como palavra de ordem "é proibido proibir", foram determinantes para a organização e o desenvolvimento do movimento LGBT (MONTAÑO, DURIGUETTO; 2011).

O movimento LGBT é um dos que mais sofrem violações direitos humanos, sendo o mais exposto por situações de estigma, preconceito e violência, porém, vem operando na luta pelo reconhecimento e equiparação dos direitos sociais, tendo uma forte responsabilidade no processo de construção

do Sistema Nacional de Promoção de Direitos e Enfrentamento à Violência Contra Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – LGBT, o Sistema Nacional LGBT (SN LGBT), através das suas lutas e reivindicações. O enfrentamento da violência contra LGBT e promoção dos direitos da população LGBT, com a contrapartida do Estado e sociedade civil, reforça a execução de políticas públicas existentes em todo país, é o que há de mais recente na política pública desenvolvida pelo governo federal.

No Brasil, os chamados direitos da cidadania ganham força após a Constituição Federal de 1988, promulgada em 5 de outubro, e que se constitui enquanto um marco histórico, jurídico e ético-político, com garantias que traduzem direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. A Lei assegura também um conjunto expressivo de direitos coletivos ou sociais, como direito à saúde, ao trabalho, à moradia e ao lazer. Conhecida como “Constituição Cidadã”, inova com a proposta de descentralização política- administrativa e de participação da sociedade civil no controle social, sobretudo no que tange à elaboração e execução das políticas públicas de cunho social.

No cenário nacional, o movimento LGBT teve seu marco inicial explicitado a partir da década de 70. Naquele momento, o país estava imerso em uma ditadura civil-militar e uma efervescente manifestação em busca de mudanças na ordem social. Após a abertura política, os espaços urbanos frequentados por homossexuais começam a proliferar, possibilitando maior socialização para este segmento. Veículos alternativos de imprensa dedicados a temáticas homossexuais também aparecem, proporcionando a troca de informações.

Para Mamberti (2006) *apud* Silva, *et. al.* (2012):

O movimento reivindicava a emancipação e cidadania para os homossexuais, sendo o primeiro registro desse movimento no Brasil o do Grupo Somos⁵, que surgiu na cidade de São Paulo, em 1978. Na mesma época foi criado o jornal Coluna do Meio e o Lâmpião da Esquina, que era voltado para as questões da homossexualidade. Estas publicações tiveram grande importância para o movimento homossexual e foram ousados por sua atuação diante da conjuntura política, em plena ditadura militar, por conta disso o jornal Lâmpião da Esquina foi perseguido pela censura. (MAMBERTI *apud* SILVA, *et. al.*, 2012, p. 03).

No longo processo histórico de reivindicações do movimento LGBT no Brasil, é importante ressaltar as iniciativas desenvolvidas frente ao Estado, no final dos anos 1980, sobretudo na área de Saúde, com as políticas para prevenção e tratamento do HIV/AIDS. Entretanto, foi a partir dos anos 2000 que os órgãos federais, estaduais e municipais passaram a investir uma grande parte das suas pautas políticas em atividades relacionadas com o gênero e a sexualidade.

5 4 O Grupo Somos de Afirmação Homossexual, surgiu em maio de 1978, como Núcleo de Ação pelos Direitos dos Homossexuais, ele foi o primeiro grupo paulista de militância homossexual e objetivava ampliar a consciência individual sobre a homossexualidade, bem como a inserção social dos homossexuais.

Conclusões

No Brasil, é o novo racismo-capitalismo-patriarcado que organiza as nossas vidas, a opressão as pessoas LGBTQs, são ainda potencializadas pelo modelo cisnormativo, além de todas as outras opressões. Derrubar esse novo é uma exigência e uma condição insuprimível para qualquer êxito revolucionário nesse país.

O Serviço Social tem como matéria-prima a questão social, que engloba diversas expressões, nas quais o profissional assistente social se articula para minimizá-las, combatendo com as mazelas destas expressões. Olhar a realidade de forma crítica e comprometida com a garantia de direitos e da emancipação dos sujeitos é imprescindível para o trabalho do assistente social. Posicionar-se dessa forma requer ética e compreensão de mundo que perpassa formas ideológicas de dominação que a atual ordem social vigente impõe.

O assistente social, nesta perspectiva, busca contribuir com reflexões de liberdade, se posicionando nas reivindicações nas lutas pelos direitos e garantia dos sujeitos sociais independente da sua sexualidade. Qualquer tentativa de impedir a vivência afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo configura-se como violação dos direitos.

Compreende-se como preconceito toda e qualquer atitude de discriminação. O movimento LGBTQ não deve ser tratado de forma diferente, o assistente social deve lutar para garantir condições de existência dignas para estes cidadãos, além de analisar, intervir de forma rigorosa e incansável na exterminação do preconceito.

Referências

BEHRING, E. R. Fundamentos de Política Social. In: **Revista Serviço Social e Saúde: Formação e Trabalho Profissional**. Rio de Janeiro: UERJ, 2006.

_____. Elaine. “Política social no contexto da crise capitalista”. In: **Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais**.

BEHRING, Elaine Rossetti & BOSCHETTI, Ivanete. Política social: **fundamentos e história**. Coleção Biblioteca básica de Serviço Social, volume 2. São Paulo: Cortez, 2006.

BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Guia orientador para a criação de Conselhos estaduais/municipais de direitos da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais**, Brasília, 2013.

_____. Secretaria de Direitos Humanos. **Sistema Nacional de Enfrentamento a Violência LGBT e Promoção dos Direitos**, Brasília, 2013a.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos. **Plano Nacional de Promoção da Cidadania e dos Direitos Humanos LGBT**, Brasília, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **Resolução CFESS nº 489/2006**. 2006. CONSELHO NACIONAL DE COMBATE À DISCRIMINAÇÃO. **Brasil Sem Homofobia**: programa de combate à violência e à discriminação contra LGBT e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde. 2004.

CASSEMIRO, L. C. “**Tenho direito de ser Amapô**: as trajetórias de travestis e transexuais face s implementação das políticas públicas de Assistência Social e Saúde”. 2010. 135 f. Dissertação de Mestrado (Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – Rio de Janeiro, Departamento de Serviço Social, 2010.

DEMO, P. **Introdução à Sociologia**: Complexidade, interdisciplinaridade e desigualdade social. São Paulo: Atlas, 2002.

FARAH, M. F. S. Gênero e Políticas Públicas. In: **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, volume 12, nº1, 2004, p. 47-71.

GOHN, M. da G. **Teoria dos Movimentos Sociais – paradigmas clássicos e contemporâneos**. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológico**. 14ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. “**O Brasil das desigualdades: “questão social”, trabalho e relações sociais”**”. Revista Ser Social, Brasília, v.15, n. 33, p 336-342, 2013.

_____, Marilda Vilela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2008. Cap, 2.

_____, Marilda Vilela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: Trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez Editora, 2005.

IRINEU, B. A. **A política pública LGBT no Brasil (2003-2014): homofobia cordial e homonacionalismo nas tramas da participação social**. 2016. 277f. Tese (Doutorado em Serviço Social). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016.

MELLO, L; AVELAR, R. de. Por onde andam as Políticas Públicas para a População LGBT no Brasil. In: **Revista Sociedade e Estado**. Vol 27, nº 2. Maio/agosto. 2012. P. 289- 312.

_____; BRITO, W.; MAROJA, D. Políticas públicas para a população LGBT no Brasil: notas sobre alcances e possibilidades. **Cad. Pagu [online]**. 2012, n.39, pp.403-429.

_____; MAROJA, D. Políticas Públicas para população LGBT no Brasil: um mapeamento crítico preliminar. **Revista Fazendo Gênero**. Nº 9. 2010

MINAYO, M. C. de S. e SOUZA, E. R. Violência e saúde como um campo de interdisciplinar de ação coletiva. **História, Ciências e Saúde – Manguinhos**, IV (3), fev. 1998.

_____. **O desafio do Conhecimento: pesquisa qualitativa em Saúde**, 7ª ed. São Paulo: Hucitec, Rio de Janeiro: Abrasco, 2000.

MILES, M. B.; HUBERMAN, M. **Qualitative data analysis**. London: Sage Publications, 1994.

MONTAÑO, C. DURIGUETTO, M. L. Movimentos Sociais na América Latina e no Brasil. In: **Estado, Classe e Movimento Social**. 2ª ed. São Paulo. Cortez, 2011.

NETTO, J. P. Projeto Ético-político do Serviço Social. Serviço Social e Saúde: **Formação e Trabalho Profissional**. São Paulo: Cortez, 2006.

_____. Notas sobre o marxismo e serviço social, suas relações no Brasil e a questão do seu ensino. Cadernos ABESS, São Paulo, n. 4, 1995.

_____. A Reconceituação: ainda viva, 40 anos depois. In: ALAYÓN, N. (Org.). Trabajo Social latinoamericano. A 40 años de la Reconceptualización. Buenos Aires: Espacio Editorial, 2005.

_____, J. P. **Crise do capital e consequências societárias**. *Serv. Soc. Soc.* [online]. 2012, n.111, pp.413-429.

PAIVA, Angela R. (org.) Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos. Rio de Janeiro: Pallas, 2012.

PEREIRA, P. A. P. **Concepções e propostas de políticas sociais em curso**: tendências, perspectivas e consequências. Brasília, DF: NEPPoS, CEAM - UnB, 1994.

RUBIN, Gayle (s/d). O Tráfico de mulheres: Notas sobre a **“Economia Política”** do sexo (mimeo). Tradução inédita em português.

SARAIVA, M.S. Estado, Democracia, Políticas Sociais e Direitos LGBT. 1ª Ed. Rio de Janeiro: Metanoia Editora, 2017. 222p.

SILVA, Bruno Oliveira da; SILVA, Esther Guedes da; PEREIRA, Isabela Scheufler; SILVA, Priscila Conceição da. Centro de Referência e Promoção da Cidadania LGBT/RJ: Reflexões iniciais sobre a implantação. **Congresso Internacional de Estudos Sobre a Diversidade**

Sexual e de Gênero da ABEH, 2012. Disponível em: <<http://www.abeh.ufba.br>>. Acesso em: 29 set. 2016.

SOUZA, C. C. de C. Políticas públicas para população LGBT no Brasil: do estado de coisas ao problema político. **Anais da VII Jornada Internacional de Políticas Públicas**, Maranhão, 2015.

DIREITOS HUMANOS DA POPULAÇÃO LGBT E O SISTEMA DE JUSTIÇA

João Bôsco Hora Góis¹
Kamila Cristina da Silva Teixeira²

Resumo: Neste trabalho examinamos os esforços desenvolvidos pelos Centros de Referência de Cidadania LGBT do Rio de Janeiro para implementar ações intersetoriais envolvendo diferentes órgãos estatais. Os resultados dos esforços podem ser considerados positivos, pois experiências e diálogos relevantes foram estabelecidos entre os Centros e instituições como a polícia. Por outro lado, vários obstáculos foram identificados.

Palavras-chave: LGBT; cidadania; intersetorialidade.

1 Professor Titular da Escola de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense – UFF.
E-mail: jbhg@uol.com.br;

2 Pós-Doutoranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense –UFF.
E-mail: teixeira.kcs27@gmail.com

Introdução

Em função dos altos índices de violência, os direitos humanos da população LGBT ganharam destaque na agenda internacional, levando à criação de vários documentos voltados a incentivar os Estados a instituírem políticas direcionadas para a sua proteção.

Neste estudo, centraremos nossa atenção em uma dimensão de tais políticas: a intersetorialidade. A intersetorialidade constitui um dos elementos centrais do desenho das políticas sociais. Ela requer uma relação umbilical entre as diferentes políticas setoriais com vistas a superar as sobreposições e a fragmentação das ações.

Nesse artigo, a reflexão sobre a intersetorialidade será feita a partir da experiência dos Centros de Referência LGBT, que fazem parte do Programa Rio Sem Homofobia, do estado do Rio de Janeiro. São equipamentos públicos localizados em quatro municípios do estado.

O trabalho dos Centros é realizado por uma equipe multidisciplinar formada por advogados, psicólogos e assistentes sociais, englobando, entre outros: atendimento jurídico, social e psicológico para pessoas com sexualidade e identidade de gênero não normativas vítimas de violência; encaminhamentos para o sistema socioassistencial; capacitação de gestores públicos e segmentos da sociedade civil organizada sobre homofobia e cidadania LGBT por meio das cursos e treinamentos.

Os dados utilizados para esse artigo foram coletados por meio de 13 entrevistas semiestruturadas e de documentos impressos e eletrônicos.

Tentativas de articulação intersetorial realizadas pelos Centros com o sistema de justiça - Secretaria de Estado de Segurança

A articulação intersetorial com a Secretaria de Estado de Segurança (SESEG) se concretizou a partir da aproximação com a Polícia Civil (PCRJ) e a Polícia Militar (PMRJ). Tal aproximação favoreceu a capacitação dos policiais por meio dos cursos ministrados pelos coordenadores e técnicos dos Centros. Para tanto, foi estabelecido um termo de cooperação técnica entre a SESEG, a Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos e a Superintendência de Direitos Individuais, Coletivos e Difusos. O termo definia as condições da parceria, as competências de cada área e as atribuições dos Centros. Tudo isso favoreceu a inserção de representantes de grupos LGBT em um processo de transferência e troca de conhecimentos com uma instituição tradicional, o que é algo pouco comum. Exemplo modelar disso, nessa pesquisa, foi a atuação dos representantes dos Centros no projeto “Jornada Formativa de Segurança Pública e Cidadania LGBT”.

Além disso, os Centros efetuaram encaminhamentos de usuários após atendimentos realizados pela sua equipe multidisciplinar, quando necessário, para os serviços da PCRJ. Ademais, membros dos Centros participaram de encontros e grupos de trabalho com assistentes sociais, advogados e psicólogos dessa mesma polícia para debater a atuação profissional das equipes técnicas e trocar experiências.

A articulação entre os Centros e as polícias representou, sob diferentes pontos de vista, um grande avanço. É extensa a violência contra a população LGBT, notadamente aquela que se dá nas ruas e no espaço doméstico. Em ambos os casos, inúmeras vezes, se faz necessária uma intervenção qualificada das forças policiais. Para que isso ocorra é necessário que se conte com uma polícia técnica e eticamente preparada para lidar com a questão LGBT. Ainda que em uma avaliação preliminar, podemos dizer que as articulações entre as polícias e os Centros favoreceram essa preparação.

A articulação com as polícias também foi importante porque confrontou as corporações policiais com o seu histórico – pretérito e recente - de descaso na apuração dos crimes cometidos contra a população LGBT e, principalmente, de perseguição e violência contra ela. Sobre essa última situação vale lembrar que o Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil (BRASIL, 2013), evidenciou que as delegacias de polícia constituem espaços onde gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais têm os seus direitos recorrentemente violados. Nelas, as vítimas têm as agressões sofridas banalizadas e são culpabilizadas pelos seus padecimentos.

As ações desenvolvidas entre os Centros e as polícias atingiram parte significativa dos seus objetivos. Contudo, isso não se deu sem problemas ponderáveis, notadamente a resistência em participar das capacitações apresentada pelos policiais militares e civis. A resistência em questão pode ser explicada pelo fato de que nessas corporações predomina o modelo “policial profissional tradicional”, em que a compreensão do trabalho policial “[...] enfatiza o comportamento legalista dos policiais em um arranjo burocrático-militar que influencia a cultura, a filosofia de trabalho, a política administrativa, o treinamento, as operações, táticas e estratégias policiais.” (PONCIONI, 2005, p. 2005). A predominância desse modelo desfavorece uma atuação mais interativa com a população em geral e a população LGBT em particular. Desfavorece, também, uma abordagem dos problemas sociais para além de uma perspectiva estritamente legalista.

Outra dificuldade a ser destacada foi o não estabelecimento de um fluxo contínuo de colaboração. Em razão disso, os cursos de capacitação ocorreram de forma pontual e sempre dependeram de conjunturas institucionais nas quais houvesse “boa vontade” para a sua realização, mas nunca como parte de uma dinâmica institucional perene. Há que se considerar, todavia, que não estamos lidando com uma situação adversa excepcional no que tange à formação de policiais. Isso porque sabemos que os cursos de aprimoramento profissional ao longo da carreira dos policiais são irregulares e os existentes privilegiam aqueles que estão nos cargos de comando e direção, em detrimento daqueles que estão situados nos níveis hierárquicos inferiores. Ou seja, raramente dirigem-se aos policiais que estabelecem contato direto com a população. Mais uma vez é necessário lembrar que não estamos visualizando um fenômeno isolado. Com efeito, o privilegiamento em questão constitui uma constante na administração pública brasileira.

- Defensoria Pública Geral do Estado do Rio de Janeiro (DPGE/RJ)

A Defensoria, como preconiza a Constituição Federal de 1988, tem como objetivo prestar assistência e orientação jurídica, de forma integral e gratuita, à população com baixo poder aquisitivo. Durante muito tempo ela desempenhou as suas atividades pautadas nesse princípio. Ao longo dos anos, contudo, passou por reformas que incidiram sobre os princípios que regem a sua atuação. É certo que seu objetivo principal manteve-se inalterado. Contudo, nela se estabeleceu, mesmo que parcialmente, um novo paradigma pautado nos “direitos humanos, na defesa de interesses coletivos, no atendimento multidisciplinar, na resolução extrajudicial das demandas e na educação em direitos” (VIEIRA e RADOMYSLER, 2015, p. 458). Assim, além de atender às necessidades individuais dos cidadãos, na DPGE passou-se também a valorizar “uma atuação preventiva e voltada para a transformação social, a partir da educação em direitos, da implementação de políticas públicas, e da articulação com a sociedade civil e órgãos públicos.” (RADOMYSLER, 2015, p. 279). A partir dessas mudanças a articulação intersetorial foi inserida de forma mais consistente na agenda de atuação da Defensoria Pública e os grupos historicamente estigmatizados e vítimas de discriminação também passaram a fazer parte privilegiada do seu público-alvo.

No caso da população LGBT tal articulação se concretizou, prioritariamente, por meio do Núcleo de Defesa da Diversidade Sexual e dos Direitos Homoafetivos (Nudiversis), criado em 2011. Foi a partir desse momento também que se estabeleceu uma aproximação mais sólida com os Centros, a qual foi formalizada através de um termo de cooperação que definia as atribuições de cada órgão. O termo definia que à DPGE/RJ cabia, dentre outras ações, assistir a população LGBT, com ênfase nos indivíduos encaminhados pelos Centros; apoiar a formalização de entidades representativas desse segmento; implementar estratégias de capacitação dos seus quadros sobre a temática LGBT; dar início a ações judiciais, inclusive junto a cortes internacionais, que visem a proteção de gays, lésbicas, bissexuais e transgêneros. Já as competências dos Centros incluíam: atender de forma sigilosa a população LGBT, seus amigos e familiares e encaminhar as demandas por direitos ou situação de violação de direitos humanos para os núcleos de atendimento da DPGE/RJ; elaborar relatórios que fornecessem subsídios para a atuação da DPGE/RJ, tanto no âmbito administrativo, como judicial; e realizar e participar de encontros de intercâmbio de experiências em conjunto com a equipe da Coordenação de Serviço Social e Psicologia da Defensoria.

Como é sabido, gays, lésbicas, bissexuais, travestis e transexuais enfrentam uma série de obstáculos que os impedem de ter acesso aos direitos de cidadania, principalmente quando aos dilemas da orientação sexual se associam às questões de classe e raça, fenômeno observável nas tentativas de celebração de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo oriundas das camadas populares e nas narrativas sobre violência homofóbica que mostram que gays, lésbicas e pessoas trans negras são mais vitimizadas.

Outro obstáculo é a ausência de marcos legais sólidos que reconheçam as especificidades desse segmento, como se vê no uso do nome social, em relação ao qual foram estabelecidos decretos e

resoluções, mas de abrangência limitada. Assim, em determinados casos, travestis e transexuais ainda precisam acionar a justiça para ter o direito de usar tal nome. Um entrevistado nos informou que, nos últimos anos, em função da articulação entre os Centros e a DPGE/RJ foram realizadas diversas requalificações de registros de pessoas transexuais com mudança de nome e de sexo.

A violação de direitos da população LGBT no campo da política de saúde ainda é bastante visível e os Centros recebem diversas denúncias de discriminação, dificuldades de internação, problemas de acesso a medicamentos antirretrovirais etc. Casos de violação de direitos e dificuldades de acesso como esses e outros relacionados a outras áreas não solucionados pelos Centros são encaminhados para a DPGE/RJ que atua como órgão de combate à discriminação, assegurando o acesso aos serviços sociais. No ano de 2014 foram realizados 191 encaminhamentos.

Ainda que o fluxo de cooperação entre os Centros e a DPGE/RJ possa ser considerado bom, seria incorreto dizer que não enfrentou desafios que funcionaram como fatores limitadores. Dentre eles, merece ser destacada a carência de recursos humanos. A DPGE/RJ possui apenas uma defensora que trata especificamente do tema LGBT, que, além de coordenar o Nudiversis, está à frente de mais dois núcleos especializados: o Núcleo Contra a Desigualdade Racial e o Núcleo de Atendimento à Pessoa com Deficiência. A falta de pessoal e a sobrecarga de trabalho incidem de forma negativa sobre o desempenho da instituição na medida em que suas atribuições são diversas e as demandas recebidas apresentam um grau significativo de complexidade. É indubitável que no campo da articulação intersectorial a existência de uma dose significativa de desejo das instituições em atuarem conjuntamente em muito favorece a superação dos obstáculos. Os dados disponíveis referentes ao caso discutido nessa secção mostram isso claramente. Contudo, eles também mostram que não é possível superar problemas materiais com base apenas em boas intenções. Isso coloca, pois, em xeque, uma das características marcantes da operacionalização da política social no Brasil: a suposição de que a precariedade material possa ser superada pelo desejo e boa vontade ética, moral ou política em fazer avançar os direitos sociais.

Considerações finais

Este trabalho analisou os esforços de estabelecimento da articulação intersetorial empreendidos pelos Centros de Referência da Cidadania LGBT com outra área das políticas públicas do governo do estado do Rio de Janeiro. Foram inegáveis os avanços obtidos. Mas, ao mesmo tempo, os obstáculos que se apresentaram também foram ponderáveis.

Além daqueles já destacados ao longo do texto, gostaríamos de elencar mais dois. O primeiro deles diz respeito às percepções vigentes sobre o público-alvo do serviço e o fato de que os direitos LGBT podem ser considerados pouco consolidados. Isso decorre de diversos fatores: as muitas resistências institucionais e societárias em relação a eles, os preconceitos explícitos ou velados, os tabus associados à orientação sexual e à identidade de gênero e a privatização do debate sobre a vida sexual são alguns deles.

Ao conjunto das dificuldades de esforço de articulação intersetorial – sem embargo dos sucessos parciais – somou-se outro elemento de grande envergadura: a imensa crise política e econômica, iniciada no final de 2015, que incidiu sobre o estado do Rio de Janeiro e que contribuiu para o declínio da economia estadual e o colapso dos Centros de Referência.

No que pesem os diferentes problemas apresentados para a realização da articulação intersetorial na experiência estudada, dada a existência de experiências positivas relatadas em diferentes estudos gostaríamos de terminar esse trabalho em um tom otimista. Tais estudos nos mostram que, apesar da baixa densidade democrática do nosso país, do apego ao poder de gestores, da formação extremamente setorializada dos nossos profissionais etc., é possível construir experiências exitosas envolvendo a intersetorialidade.

Referências

BRASIL. **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano 2013. Brasília: Secretaria Especial de Direitos Humanos/Ministério das Mulheres, da Igualdade Racial e Direitos Humanos, 2016.

PONCIONI, P. O modelo policial profissional e a formação profissional do futuro policial nas academias de polícia do estado do Rio de Janeiro. **Sociedade e Estado**, v. 20, n. 3, 2005.

RADOMYSLER, C. N. A Defensoria Pública no Combate à Discriminação Racial: sensibilidades, discursos e práticas. **Diversitas**, n. 4, 2015.

VIEIRA, V. A.; RADOMYSLER, C. N. A Defensoria Pública e o Reconhecimento das Diferenças: potencialidades e desafios de suas práticas institucionais em São Paulo. **Revista Direito FGV**, v. 11, n. 2, 2015.

POLÍTICAS PÚBLICAS DE GÊNERO E SERVIÇO SOCIAL: UM DEBATE SOBRE A INTERSETORIALIDADE DAS POLÍTICAS SOCIAIS E OS DESAFIOS PARA O EXERCÍCIO PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL

Rosária de Sá da Silva¹

Resumo: Este trabalho deseja oferecer subsídios para uma análise das políticas públicas de gênero referenciadas no cenário político, econômico e social Brasileiro desde os idos da década de 1970 até a implementação da Lei 11.340/2006. Neste viés, elucidaremos a perspectiva da intersectorialidade das políticas sociais como uma possível estratégia de garantia e ampliação de direitos humanos das mulheres. O percurso deste trabalho se dará na apresentação das relações de gênero no contexto da sociedade capitalista burguesa, articuladas às relações de produção e reprodução da vida, na qual compreendemos como historicamente determinadas. Ao final, abordaremos a atuação do Assistente Social nas políticas públicas de gênero, seus limites, possibilidades e desafios postos à profissão.

Palavras-chave: Intersectorialidade; Políticas Sociais, gênero; Serviço Social.

Abstract: This study intends to provide support for a general public policies analysis referenced in the Brazilian political, economic and social scenario from the beginning of the 1970s until sanction of Law number 11.340 / 2006. On that matter, we will elucidate the intersectorial perspective of social policies as a possible strategy to guarantee and expand women's human rights. The guidelines of this work will be presented in the presentation of gender relations in the bourgeois capitalist society context, articulated to the relations of production and reproduction of life, in which we understand as historically determined. Alter all, we will discuss the role of the Social Worker in the gender public policies, their limits, possibilities, issues and challenges facing the profession.

Keywords: Intersectoriality; Social Policies, gender; Social service.

¹ Mestranda no Programa de Pós Graduação em Serviço Social da UFRJ. Assistente Social.
E-mail: as.rosaria@gmail.com;

Introdução:

O Serviço Social, ao longo de décadas, vem apresentando vasta contribuição na produção de conhecimento científico no campo das relações de gênero. O desenvolvimento de estudos e pesquisas sobre este tema, no âmbito acadêmico, não é por acaso. Trata-se de uma temática que vem ganhando fôlego, não somente neste campo profissional, mas de muitas outras áreas das Ciências Sociais e Humanas. Para esta análise, partimos do pressuposto, assim como (BEZERRA e VELOSO, 2015) de que “as relações de gênero se constituem enquanto uma categoria em disputa”. Esta afirmação está sedimentada na insurgência do pensamento pós-moderno, sobretudo no pós 1968, que evidenciou o rompimento com a razão moderna, mas principalmente no abandono da crítica à economia política, específica da teoria social de Marx, além da recusa da categoria da totalidade, da aceitação dos fenômenos sociais apenas pelo seu modo de ser, ou seja, por sua aparência e, ainda, pela convicção de que a sociedade burguesa constitui o ponto final da história (COUTINHO, 2017). Associada a estas questões que compõem a perspectiva pós-moderna, situamos que o debate de ideias alavancadas no pós 1968, contribuiu para que os intelectuais Marxistas perdessem cenário nas discussões de gênero, dentre outras coisas, sob o argumento de que a categoria *sujeito universal*² negava as particularidades dos indivíduos, representando apenas os interesses específicos de homens brancos (BEZERRA e VELOSO, p7: 2015).

Desse modo, compreendemos que as relações de gênero³ são historicamente determinadas no contexto da sociedade burguesa. Ao pensar tais desigualdades no interior da sociedade capitalista e patriarcal evidenciamos que essas são “duas faces de um mesmo modo de produzir e reproduzir a vida, e, apesar de o patriarcado ser anterior ao advento do capitalismo, este agudiza as relações existentes em qualquer sociedade baseada na propriedade privada” (BEZERRA e VELOSO, p. 62: 2015). Nessa conjuntura, as relações de gênero, inseridas na dinâmica das classes sociais, desdobram em significativos problemas para classe trabalhadora, no que concerne a divisão sexual do trabalho (SAFIOTTI, 1988). A autora afirma ainda que a divisão sexual do trabalho está na base da subordinação da mulher, ou seja, fundamenta-se numa relação de dominação em que subordina o fenômeno da reprodução das relações sociais à produção. Nesta relação simbiótica, Bezerra e Veloso analisam que: “as relações de produção não se restringem ao domínio público, estão também inseridas na vida privada, da mesma forma que as relações de produção extrapolam a vida privada, invadindo o âmbito da produção pública”⁴.

2 Grifo meu.

3 O conceito de desigualdade de gênero base deste projeto é o definido por Safiotti como sendo as relações de dominação-exploração sofridas pelas mulheres e praticadas pelos homens no contexto da sociedade capitalista e patriarcal. No entanto, Safiotti explica que o “conceito de gênero não explicita, necessariamente, desigualdades entre homens e mulheres” (SAFIOTTI, p. 47: 2015). Afirma que as relações de gênero são reguladas não apenas pelas relações homem-mulher. Mas também, relações homem-homem e relações mulher-mulher. Desse modo, a autora ressalta que “gênero é a construção social do masculino e do feminino” (SAFIOTTI, p.47: 2015).

4 (BEZERRA E VELOSO, p.63: 2015).

É importante a compreensão de que a realidade social está historicamente em movimento e transformação. Na mesma proporção, ocorre com as relações de dominação patriarcal, que também acompanham os impactos históricos das transformações societárias. No entanto, isso não quer dizer que essas relações se atenuem com o tempo. Ao contrário, incorporam outros modelos nas mesmas estruturas de poder acirradas na sociedade (SAFIOTTI, 2015). A autora explicita: “Se na Roma antiga, o patriarca detinha poder de vida e de morte sobre sua esposa e filhos, hoje tal poder não mais existe, no plano *de jure*⁵. Entretanto, homens continuam matando suas parceiras, às vezes com requintes de crueldade” (SAFIOTTI, p.48: 2015). Com base no exposto, é fundamental observar que as relações de gênero são constituídas de historicidade e sociabilidade. Uma vez que a naturalização dessas relações não possibilita uma perspectiva de transformação dessa realidade. Destarte, as relações de gênero devem ser compreendidas no bojo das relações sociais e, por conseguinte possíveis de transformação, pois esta compreensão alimenta a luta pela elaboração de políticas públicas com ênfase no gênero, com a perspectiva de contribuir objetivamente com a transformação dessas relações (BEZERRA e VELOSO, 2015).

A reflexão sobre as relações de gênero na sociedade capitalista é extremamente importante e contribui para pensarmos a construção da política pública de gênero. Destacamos que a atuação do Estado, a fim de coibir a violência, cria mecanismos para o seu enfrentamento, possibilitando que este fenômeno não esteja restrito ao espaço da convivência privada e das relações de intimidade. Mas, principalmente, o eleva ao patamar de política pública e, conseqüentemente, ao debate da coletividade.

- Políticas Públicas de Gênero e Intersetorialidade: um debate necessário

A Crise no Estado de Bem-estar Social teve sua insurgência demarcada com o processo de estagnação do Capital, após uma vasta onda de crescimento econômico instaurado no Pós Guerra. Esse período de recessão que se corporifica no início dos 1970, nos países de Capitalismo Central⁶, avança pelas décadas seguintes e consubstancia num forte processo de esgotamento da acumulação Capitalista, trazendo impactos macroeconômicos nos âmbitos da produção e da reprodução social e um pacote de ajustes fiscais como medidas para estancamento da crise (SOARES, 2002).

Neste sentido, em 1974, o Brasil, vivenciava o período derradeiro da ditadura militar com o aprofundamento da crise do milagre econômico. Ao mesmo tempo em que ganha fôlego um amplo movimento de luta pela restituição do sistema democrático. No bojo dessas relações de coerção e resistência, as

5 Grifo da autora.

6 Segundo (SOARES, p.23:2002) a entrada dos países latino americanos nas políticas de ajuste, é muito variável, com o exemplo do Chile que iniciou o período de reformas, já na década de 1970, muito em virtude de seu processo de ruptura autocrática. Nessa medida, muitos países iniciam as reformas e ajustes já década de 1980 e, sobretudo em 1990, como é o caso Brasil, que ingressou tardiamente.

demandas por políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher estavam na ordem de prioridade dos questionamentos dos movimentos feministas⁷.

A participação do movimento feminista brasileiro, no cenário político, traz maior visibilidade à mulher e às suas lutas por igualdade. Contribui para o favorecimento de um viés mais institucionalizado do movimento, que marcadamente se consolidou nesta mesma década, com representatividade nos Conselhos da Condição da Mulher e em cargos eletivos. Há também forte influência do feminismo acadêmico, com destaque para as pesquisas na área de saúde e violência contra a mulher (CISNE, 2014).

Analisando a trajetória do movimento feminista no Brasil, observamos que dentre os anos de 1970 e 1980, a pauta reivindicatória estava direcionada para o pensamento de que o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres é impossível, neste contexto da sociedade capitalista patriarcal, em que as relações sociais estão fundadas nas relações entre as classes antagonicas. Nas quais se materializam em outras formas de hierarquia, tais como a hierarquia de gênero (CISNE, 2014).

Desse modo, as mulheres não apenas questionavam novos direitos, mas incorporavam a sua pauta de luta uma maior aproximação da esfera estatal, sob o argumento de que somente as mulheres estariam aptas a dialogar acerca de suas próprias demandas. Rechaçando, assim, o direito dos homens em falar em nome do movimento organizado e ratificando a formação do movimento feminista como o de representação e auto-organização das mulheres (CISNE, 2014).

Nos avanços e retrocessos em direção ao projeto democrático, o movimento feminista não era o único protagonista. Ao contrário, o país experimentou um período de grande efusão dos movimentos sociais, paralelamente à criação de alguns partidos políticos que engrossavam as fileiras dos grupos sociais que pressionavam pela redemocratização do país e pela conquista da cidadania. Às mobilizações dos grupos feministas para o reconhecimento da igualdade de gênero no cenário político e social, e ainda, para que o Estado Brasileiro efetivamente se posicionasse frente às reivindicações para uma legislação que coibisse a violência de gênero, foram amplamente adensadas pelo recrudescimento dos Organismos Internacionais, que através de acordos políticos e de cunho econômico, exerceram grande influência para que o Brasil ratificasse os tratados e acordos internacionais para efetivação políticas de enfrentamento à violência, com a responsabilidade de responder juridicamente pelos compromissos assumidos.

O momento político era oportuno para articulação dos movimentos sociais e de suas pautas reivindicatórias que ganharam relevo, mesmo que parcialmente, na Constituinte. A Carta Magna foi um importante instrumento legal para o reconhecimento (formal) da igualdade de gênero. No que se refere à violência contra a mulher, esta normativa incluiu, em seu artigo 226, o seguinte parágrafo: *O Estado assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações* (CF, 1988, art226, §8). Desse modo, segundo a Constituição Federal,

⁷ A terminologia “movimento feminista” não obedece a uma única concepção teórica, tampouco política. Nesse sentido, trata-se de um conceito que a depender da perspectiva teórica poderá construir múltiplas abordagens (MEDEIROS, 2016).

“a igualdade existe, o problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra tal tem sido sem trégua a luta feminista” (SAFIOTTI, p.46:2015).

Ao longo dos anos de 1990, conforme análise de (BEHRING, 2003), o Brasil, adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, resultando num ciclo de adequações às novas exigências do capitalismo mundial. Situando este período como um processo histórico de características muito diferentes do pós 1964. Configurando-se como uma contrarreforma social e moral, na perspectiva de recomposição da hegemonia burguesa no país (MOTA, 2005).

Essa trajetória política, econômica e social aqui evidenciada é importante para compreendermos o terreno da garantia de direitos, neste contexto de desigualdades de gênero, que são adensadas pelo crescimento das forças produtivas engendradas no interior da sociedade burguesa. Queremos com isso situar que a política social obedece às requisições de classe, que historicamente estabelecem entre si e o Estado uma dinâmica de reprodução do sistema metabólico do capital. Sendo assim a política social é o campo de atuação do Estado, interdependente da política econômica, que se complexifica por incidir em diferentes dimensões da vida social dos sujeitos. Assim, concordamos com (ALMEIDA, 2014) quando afirma que a política social é fruto de um processo de correlação de forças entre as classes fundamentais que são consubstanciadas na sociedade burguesa. Essa trajetória, ainda segundo o autor, formata percursos políticos de reconhecimento de direitos sociais, articulando formas de institucionalização da proteção social através do trabalho, da família, organizando práticas de controle e estabelecimento de consenso social.

É nesta contradição que apreendemos a intersectorialidade das políticas sociais com ênfase nas políticas públicas de gênero, oferecendo elaborações, que segundo (PEREIRA, 2014) sintetiza as políticas sociais como um processo intrinsecamente contraditório, à medida que atende interesses de classes antagônicas. A autora reforça que esse movimento exige um esforço em compreender as tendências e contra tendências das políticas sociais, no intento de apreender estratégias políticas dialeticamente interligadas. Esse caldo cultural possibilita refletir sobre a importância da intersectorialidade das políticas sociais, no bojo das políticas públicas de gênero, à medida que o fenômeno da violência tem por característica a multidimensionalidade, a historicidade e a transversalidade às demais políticas públicas. Desse modo, pensar as políticas públicas de gênero relacionando-as a discussão sobre intersectorialidade, requer a superação da lógica fragmentada da política social que a secciona. Essa leitura possibilita mudanças no interior das políticas sociais, com vistas à aquisição de uma nova institucionalidade desdobrando-se num novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade (PEREIRA, 2014).

A legislação brasileira, no período posterior ao da promulgação da Constituição Federal, sofreu significativas mudanças a despeito do enfrentamento à violência de gênero. Exemplo disto são as alterações realizadas no Código Penal e no Código Civil. Tais alterações foram indicadas substancialmente pelas recomendações do Comitê CEDAW e na Convenção de Belém do Pará, que

serviram de base para as reivindicações do movimento feminista, em torno do diálogo com o Poder Legislativo (MEDEIROS, 2016). Apesar dos notórios avanços, os casos de violência doméstica⁸ perpetrada pelo parceiro íntimo, ainda não encontravam no Estado Brasileiro, políticas efetivas para coibir a violência contra as mulheres e respostas jurídicas de caráter punitivo ao agressor. Atualmente, o debate em torno da questão dos direitos das mulheres ganhou ainda mais destaque, em razão da Lei 11.340/06 (Maria da Penha)⁹. Todo seu processo de formulação, como não poderia fugir à regra, foi fruto de intensa articulação social, principalmente após a condenação do Brasil pela comissão interamericana de direitos humanos pela violação das obrigações referentes à prevenção da violência de gênero, especialmente a violência doméstica. A decisão teve como embasamento a Convenção de Belém do Pará.

A Lei Maria da Penha define as diversas formas de violência – violência física, psicológica, patrimonial, sexual e moral; cria medidas protetivas de urgência; define os procedimentos para o atendimento dos agentes policiais; prevê a prisão preventiva e/ou em flagrante do agressor; dispõe sobre o encamihamento do agressor para programas de recuperação e reeducação; propõe medidas integradas de prevenção da violência doméstica e familiar; assegura a inclusão da mulher em situação de violência no cadastro de programas assistenciais de transferência de renda em todas as esferas de governo; ressalva que, para efeitos da lei, as relações íntimas independem de orientação sexual; retira a competência da Lei 9.099/95 para julgar os casos de violência doméstica e proíbe que os crimes sejam punidos com pagamento de cestas básicas ou multas, dentre outras medidas. Este novo instrumento legal cria, ainda, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, com competência cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006a). Nesse sentido, as ações implementadas pelo estado, a partir da referida legislação, ampliaram o sistema de serviços e introduziram uma lógica de atuação mais articulada. A trajetória da política impetrada pelos grupos de mobilização social, com o intento de inserir a pauta da violência de gênero na agenda política do Estado, trouxe relevantes respostas à sociedade brasileira. Em 2011, foi criada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estabelecendo os princípios e diretrizes de prevenção e combate à violência, assim como assistência e garantia de direitos. A Política Nacional foi elaborada a partir do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM (2004). A Política Nacional também está em consonância com a Lei Maria da Penha e com os Acordos e Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil. A formulação da Política Nacional objetiva esclarecer os fundamentos conceituais e políticos do enfrentamento à violência, ao passo que deseja orientar acerca das diretrizes para a execução desta Política (BRASIL, 2011a).

8 Somente em 2004, a partir da lei 10.886/04, que o Estado Brasileiro reconheceu a violência doméstica como um tipo penal (BASTERD, 2007).

9 Para formulação do Projeto de Lei específica para enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, foi criado um grupo de trabalho denominado o Consórcio das ONGS feministas que construíam a primeira versão do Projeto de Lei, encaminhado em 2003 à bancada feminista do Congresso (BASTERD, 2007).

(POUGY, 2012) analisa que a intervenção profissional no âmbito da violência de gênero requer um projeto de articulação das políticas sociais que coadune os elementos impressos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência (2011) com os instrumentos que alicerçam a sua consecução, tais como o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, a Política Nacional de Assistência Social e os dispositivos que a complementam, bem como trabalho e renda, moradia, dentre outras. A reflexão de (POUGY, 2012) se fundamenta na concepção que as políticas públicas de gênero direcionam esforços para garantir os direitos humanos e o direito de as mulheres a viver uma vida sem violência. Nessa medida, a proposta que se sustenta é que neste campo de correlação de forças que incidem no âmbito das políticas sociais, conforme vimos anteriormente, possamos experimentar o redimensionamento no campo da atenção integral às mulheres na perspectiva de gênero. Consideramos que este é um ponto nevrálgico na constituição de políticas públicas de gênero que tenham por objetivo favorecer essencialmente às demandas postas nos serviços de atendimento à mulher, vislumbrando o impacto das intersecções de gênero, raça e classe social na produção da violência e no processo de ruptura das violações dos direitos das mulheres.

- A Transversalidade de Gênero nas Políticas Sociais

Consideramos importante uma breve análise da perspectiva da transversalidade de gênero nas políticas sociais, como uma alternativa de ampliação do sistema de garantias de direitos humanos para as mulheres. O Plano Nacional de Enfrentamento à violência define seu objetivo como o de “Enfrentar todas as formas de violência contra as mulheres a partir de uma perspectiva de gênero e de uma visão integral deste fenômeno”. (BRASIL, 2011a: 36). Compreendemos que introduzir as relações de gênero como fio condutor da Política Nacional, possibilita a ressignificação histórica desta política pública e a possibilidade da ampliação de seu alcance, ou seja, incorporando o debate da transversalização de gênero¹⁰ em todos os níveis. Isso pressupõe um esforço para compreender essas relações como estruturantes e condicionantes das relações sociais, apreendendo que a estrutura político-econômica em que a sociedade está sedimentada, afeta de modo muito diferenciado homens e mulheres. Seja na divisão sexual do trabalho, seja no acesso a bens e fontes de renda, seja na educação e nas instâncias de decisão.

Abordamos o conceito da intersectorialidade como um contributo a uma análise da política pública de gênero, numa perspectiva de totalidade, pois compreendemos que este é um conceito dotado de significados e representações. De acordo com (PEREIRA, 2014) o conceito de intersectorialidade, à luz do pensamento dialético, supera os intentos de explicá-la como a fragmentação dos setores. Ao passo que as políticas sociais fazem parte de um todo indivisível, já que cada política contém elementos das demais. A qualificação das políticas em setores obedece a uma lógica de arranjo técnico e burocrático,

¹⁰ A transversalização de gênero, segundo o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, visa garantir que o debate das relações de gênero, bem como da violência contra a mulher esteja permeado nas mais diversas políticas públicas (BRASIL, 2011).

como uma perspectiva de facilitar a gestão das demandas. A autora elucida a intersetorialidade como uma “relação que não redundando num amontoado de partes, mas em um todo unido, no qual as partes que o constituem ligam-se organicamente, dependem umas das outras e condicionam-se reciprocamente” (PEREIRA, p.33: 2014). A partir dessa leitura, para compreender a intersetorialidade no bojo da política pública de gênero, importa ter a clareza de que as políticas sociais são um complexo de totalidade, permeadas por relações de reciprocidade e contradição (PEREIRA, 2014).

O debate sobre a transversalidade de gênero, no contexto da implementação das políticas sociais, requer associá-la à dimensão da intersetorialidade como uma possibilidade de vislumbrar os sujeitos em sua totalidade, numa perspectiva de conceber a realidade em sua forma e através de mediações apreender seu conteúdo. A intersetorialidade, conceitualmente, emerge da lógica de superação da fragmentação e da focalização impressas historicamente nas políticas sociais, que tiveram seu processo de acirramento, como já explicitado, no processo de contrarreforma do estado, na década de 90, a partir do receituário neoliberal, determinando um amplo processo de mudanças nas formas de gestão das políticas (ALMEIDA, 2014). Cabe neste espaço apontar que nossa perspectiva é a de conceber a intersetorialidade das políticas públicas de gênero como um caminho possível à apreensão dos sujeitos históricos e suas múltiplas determinações engendradas no contexto da sociedade burguesa. Sabemos que o agnosticismo do pensamento burguês, que não reconhece a essência histórica e concreta dos fenômenos, se manifesta numa razão instrumental, que inaugura uma racionalidade hegemônica, com sólidos impactos, inclusive nas políticas sociais, obscurecendo o protagonismo destes sujeitos, impulsionando práticas interventivas formuladas em manuais de atendimento e sistemas burocráticos, pragmáticos e manipulatórios (GUERRA, 2013)¹¹.

Políticas Públicas de Gênero e Serviço Social: desafios postos à profissão

A Crise no Estado de Bem-estar Social teve sua insurgência demarcada com o processo de estagnação do Capital, após uma vasta onda de crescimento econômico instaurado no Pós Guerra. Esse período de recessão que se corporifica no início dos 1970, nos países de Capitalismo Central¹², avança pelas décadas seguintes e consubstancia num forte processo de esgotamento da acumulação Capitalista, trazendo impactos macroeconômicos nos âmbitos da produção e da reprodução social e um pacote de ajustes fiscais como medidas para estancamento da crise (SOARES, 2002).

11 GUERRA, Yolanda A. Demétrio. Apresentação à 10ª edição – A conquista da maioria: O debate sobre “A instrumentalidade do Serviço Social” 18 anos depois. In: A instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo. Cortez. 2013.

12 Segundo (SOARES, p.23:2002) a entrada dos países latino americanos nas políticas de ajuste, é muito variável, com o exemplo do Chile que iniciou o período de reformas, já na década de 1970, muito em virtude de seu processo de ruptura autocrática. Nessa medida, muitos países iniciam as reformas e ajustes já década de 1980 e, sobretudo em 1990, como é o caso Brasil, que ingressou tardiamente.

Neste sentido, em 1974, o Brasil, vivenciava o período derradeiro da ditadura militar com o aprofundamento da crise do milagre econômico. Ao mesmo tempo em que ganha fôlego um amplo movimento de luta pela restituição do sistema democrático. No bojo dessas relações de coerção e resistência, as demandas por políticas públicas de enfrentamento a violência contra a mulher estavam na ordem de prioridade dos questionamentos dos movimentos feministas¹³. A participação do movimento feminista brasileiro, no cenário político, traz maior visibilidade à mulher e às suas lutas por igualdade. Contribui para o favorecimento de um viés mais institucionalizado do movimento, que marcadamente se consolidou nesta mesma década, com representatividade nos Conselhos da Condição da Mulher e em cargos eletivos. Há também forte influência do feminismo acadêmico, com destaque para as pesquisas na área de saúde e violência contra a mulher (CISNE, 2014).

Analisando a trajetória do movimento feminista no Brasil, observamos que dentre os anos de 1970 e 1980, a pauta reivindicatória estava direcionada para o pensamento de que o reconhecimento da igualdade entre homens e mulheres é impossível, neste contexto da sociedade capitalista patriarcal, em que as relações sociais estão fundadas nas relações entre as classes antagônicas. Nas quais se materializam em outras formas de hierarquia, tais como a hierarquia de gênero (CISNE, 2014).

Desse modo, as mulheres não apenas questionavam novos direitos, mas incorporavam a sua pauta de luta uma maior aproximação da esfera estatal, sob o argumento de que somente as mulheres estariam aptas a dialogar acerca de suas próprias demandas. Rechaçando, assim, o direito dos homens em falar em nome do movimento organizado e ratificando a formação do movimento feminista como o de representação e auto-organização das mulheres (CISNE, 2014).

Nos avanços e retrocessos em direção ao projeto democrático, o movimento feminista não era o único protagonista. Ao contrário, o país experimentou um período de grande efusão dos movimentos sociais, paralelamente à criação de alguns partidos políticos que engrossavam as fileiras dos grupos sociais que pressionavam pela redemocratização do país e pela conquista da cidadania. Às mobilizações dos grupos feministas para o reconhecimento da igualdade de gênero no cenário político e social, e ainda, para que o Estado Brasileiro efetivamente se posicionasse frente às reivindicações para uma legislação que coibisse a violência de gênero, foram amplamente adensadas pelo recrudescimento dos Organismos Internacionais, que através de acordos políticos e de cunho econômico, exerceram grande influência para que o Brasil ratificasse os tratados e acordos internacionais para efetivação políticas de enfrentamento à violência, com a responsabilidade de responder juridicamente pelos compromissos assumidos.

O momento político era oportuno para articulação dos movimentos sociais e de suas pautas reivindicatórias que ganharam relevo, mesmo que parcialmente, na Constituinte. A Carta Magna foi um importante instrumento legal para o reconhecimento (formal) da igualdade de gênero. No que se refere à violência contra a mulher, esta normativa incluiu, em seu artigo 226, o seguinte parágrafo: *O Estado*

13 A terminologia “movimento feminista” não obedece a uma única concepção teórica, tampouco política. Nesse sentido, trata-se de um conceito que a depender da perspectiva teórica poderá construir múltiplas abordagens (MEDEIROS, 2016).

assegurará a assistência à família na pessoa de cada um dos que a integram, criando mecanismos para coibir a violência no âmbito de suas relações (CF, 1988, art226, §8). Desse modo, segundo a Constituição Federal, “a igualdade existe, o problema reside na prática, instância na qual a igualdade legal se transforma em desigualdade, contra tal tem sido sem trégua a luta feminista” (SAFIOTTI, p.46:2015).

Ao longo dos anos de 1990, conforme análise de (BEHRING, 2003), o Brasil, adentrou num período marcado por uma nova ofensiva burguesa, resultando num ciclo de adequações às novas exigências do capitalismo mundial. Situando este período como um processo histórico de características muito diferentes do pós 1964. Configurando-se como uma contrarreforma social e moral, na perspectiva de recomposição da hegemonia burguesa no país (MOTA, 2005).

Essa trajetória política, econômica e social aqui evidenciada é importante para compreendermos o terreno da garantia de direitos, neste contexto de desigualdades de gênero, que são adensadas pelo crescimento das forças produtivas engendradas no interior da sociedade burguesa. Queremos com isso situar que a política social obedece às requisições de classe, que historicamente estabelecem entre si e o Estado uma dinâmica de reprodução do sistema metabólico do capital. Sendo assim a política social é o campo de atuação do Estado, interdependente da política econômica, que se complexifica por incidir em diferentes dimensões da vida social dos sujeitos. Assim, concordamos com (ALMEIDA, 2014) quando afirma que a política social é fruto de um processo de correlação de forças entre as classes fundamentais que são consubstanciadas na sociedade burguesa. Essa trajetória, ainda segundo o autor, formata percursos políticos de reconhecimento de direitos sociais, articulando formas de institucionalização da proteção social através do trabalho, da família, organizando práticas de controle e estabelecimento de consenso social.

É nesta contradição que apreendemos a intersetorialidade das políticas sociais com ênfase nas políticas públicas de gênero, oferecendo elaborações, que segundo (PEREIRA, 2014) sintetiza as políticas sociais como um processo intrinsecamente contraditório, à medida que atende interesses de classes antagônicas. A autora reforça que esse movimento exige um esforço em compreender as tendências e contra tendências das políticas sociais, no intento de apreender estratégias políticas dialeticamente interligadas. Esse caldo cultural possibilita refletir sobre a importância da intersetorialidade das políticas sociais, no bojo das políticas públicas de gênero, à medida que o fenômeno da violência tem por característica a multidimensionalidade, a historicidade e a transversalidade às demais políticas públicas. Desse modo, pensar as políticas públicas de gênero relacionando-as a discussão sobre intersetorialidade, requer a superação da lógica fragmentada da política social que a secciona. Essa leitura possibilita mudanças no interior das políticas sociais, com vistas à aquisição de uma nova institucionalidade desdobrando-se num novo tipo de relação entre o Estado e a sociedade (PEREIRA, 2014).

A legislação brasileira, no período posterior ao da promulgação da Constituição Federal, sofreu significativas mudanças a despeito do enfrentamento à violência de gênero. Exemplo disto são as alterações realizadas no Código Penal e no Código Civil. Tais alterações foram indicadas substancialmente pelas recomendações do Comitê CEDAW e na Convenção de Belém do Pará, que serviram de base para

as reivindicações do movimento feminista, em torno do diálogo com o Poder Legislativo (MEDEIROS, 2016). Apesar dos notórios avanços, os casos de violência doméstica¹⁴ perpetrada pelo parceiro íntimo, ainda não encontravam no Estado Brasileiro, políticas efetivas para coibir a violência contra as mulheres e respostas jurídicas de caráter punitivo ao agressor. Atualmente, o debate em torno da questão dos direitos das mulheres ganhou ainda mais destaque, em razão da Lei 11.340/06 (Maria da Penha)¹⁵. Todo seu processo de formulação, como não poderia fugir à regra, foi fruto de intensa articulação social, principalmente após a condenação do Brasil pela comissão interamericana de direitos humanos pela violação das obrigações referentes à prevenção da violência de gênero, especialmente a violência doméstica. A decisão teve como embasamento a Convenção de Belém do Pará.

A Lei Maria da Penha define as diversas formas de violência – violência física, psicológica, patrimonial, sexual e moral; cria medidas protetivas de urgência; define os procedimentos para o atendimento dos agentes policiais; prevê a prisão preventiva e/ou em flagrante do agressor; dispõe sobre o encaminhamento do agressor para programas de recuperação e reeducação; propõe medidas integradas de prevenção da violência doméstica e familiar; assegura a inclusão da mulher em situação de violência no cadastro de programas assistenciais de transferência de renda em todas as esferas de governo; ressalva que, para efeitos da lei, as relações íntimas independem de orientação sexual; retira a competência da Lei 9.099/95 para julgar os casos de violência doméstica e proíbe que os crimes sejam punidos com pagamento de cestas básicas ou multas, dentre outras medidas. Este novo instrumento legal cria, ainda, o Juizado de Violência Doméstica e Familiar, com competência cível e criminal para conhecer e julgar as causas decorrentes da prática de violência doméstica e familiar contra a mulher (BRASIL, 2006a). Nesse sentido, as ações implementadas pelo estado, a partir da referida legislação, ampliaram o sistema de serviços e introduziram uma lógica de atuação mais articulada. A trajetória da política impetrada pelos grupos de mobilização social, com o intento de inserir a pauta da violência de gênero na agenda política do Estado, trouxe relevantes respostas à sociedade brasileira. Em 2011, foi criada a Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estabelecendo os princípios e diretrizes de prevenção e combate à violência, assim como assistência e garantia de direitos. A Política Nacional foi elaborada a partir do I Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM (2004). A Política Nacional também está em consonância com a Lei Maria da Penha e com os Acordos e Tratados Internacionais ratificados pelo Brasil. A formulação da Política Nacional objetiva esclarecer os fundamentos conceituais e políticos do enfrentamento à violência, ao passo que deseja orientar acerca das diretrizes para a execução desta Política (BRASIL, 2011a).

14 Somente em 2004, a partir da lei 10.886/04, que o Estado Brasileiro reconheceu a violência doméstica como um tipo penal (BASTERD, 2007).

15 Para formulação do Projeto de Lei específica para enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher, foi criado um grupo de trabalho denominado o Consórcio das ONGS feministas que construíam a primeira versão do Projeto de Lei, encaminhado em 2003 à bancada feminista do Congresso (BASTERD, 2007).

(POUGY, 2012) analisa que a intervenção profissional no âmbito da violência de gênero requer um projeto de articulação das políticas sociais que coadune os elementos impressos na Política Nacional de Enfrentamento à Violência (2011) com os instrumentos que alicerçam a sua consecução, tais como o Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência, a Política Nacional de Assistência Social e os dispositivos que a complementam, bem como trabalho e renda, moradia, dentre outras. A reflexão de (POUGY, 2012) se fundamenta na concepção que as políticas públicas de gênero direcionam esforços para garantir os direitos humanos e o direito de as mulheres a viver uma vida sem violência. Nessa medida, a proposta que se sustenta é que neste campo de correlação de forças que incidem no âmbito das políticas sociais, conforme vimos anteriormente, possamos experimentar o redimensionamento no campo da atenção integral às mulheres na perspectiva de gênero. Consideramos que este é um ponto nevrálgico na constituição de políticas públicas de gênero que tenham por objetivo favorecer essencialmente às demandas postas nos serviços de atendimento à mulher, vislumbrando o impacto das interseções de gênero, raça e classe social na produção da violência e no processo de ruptura das violações dos direitos das mulheres. As políticas públicas são um campo privilegiado da prática profissional de Assistentes Sociais. Contudo, como já explicitado no decorrer deste trabalho, as políticas sociais se constituem como espaços de contradição e correlação de forças, ao passo que mesmo tempo obedecem às reivindicações do Capital e as da classe trabalhadora. A reflexão que gostaríamos de apresentar à categoria profissional é a de apreender o lugar de nossa atuação. Compreender que desafios estão postos no cotidiano da prática profissional e quais as possibilidades dadas na história para a emancipação social dos sujeitos. Esta análise somente será possível se construída a partir de uma leitura Marxiana da realidade social, pois assim como analisa (GUERRA, 2013) é através da apropriação das categorias fundamentais do método em Marx que vislumbraremos uma sociedade construída na práxis, em que o humanismo, o historicismo concreto e a razão dialética nos oferecerão os fundamentos para apreender essa realidade para além de sua forma. Desvelando os fenômenos em sua estrutura e dinâmica. Neste sentido, entendemos que somente assim encontraremos possibilidade de efetiva transformação. No cenário que outrora apresentamos, fornecemos subsídios para descortinar essa realidade para além do que está na superficialidade dos fenômenos. É necessário sair do óbvio, desvelar os fenômenos de modo a alcançar sua essência. Está é uma possibilidade que se efetiva na práxis social, pois nos termos de (LUKÁCS, 1968): “Todo ato social, portanto, surge de uma decisão entre alternativas acerca de posições teleológicas futuras”. Desse modo, salientamos que as possibilidades dos sujeitos de construir a história, se efetivam por meio da práxis¹⁶.

O passo fundamental para essa apreensão é entendermos qual lugar ocupa o assistente social, no espaço profissional? Quais são os instrumentos e técnicas que a categoria se apropria para a intervenção? Que interesses estão implícitos ou até mesmos explícitos? Este debate que nos esforçamos em propor deseja analisar os modelos de políticas públicas que orientam cada vez mais a prática

16 Numa definição sintética, a categoria Práxis está aqui compreendida como as objetivações do ser social. Como uma atividade consciente, transformadora e teleológica.

profissional, sua estruturação organizacional que cada vez mais atuam como limitadores dos potenciais de intervenção dos profissionais, pois apresentam as possibilidades de atuação reduzidas a modelos de diagnóstico e intervenção pautados em manuais de “como fazer” e de técnicas de como solucionar problemas (GUERRA, 2012). Uma leitura simplificada desta tendência privilegia uma intervenção que não esteja orientada pelas possibilidades contidas na prática e, por isso, reproduzam ações imbuídas nos fundamentos do pragmatismo¹⁷. Realizando uma prática empirista, reiterativa, paliativa e burocrática, já como sinalizava (NETTO, p.117,2006).

Considerações Finais

O cenário supracitado, assim como o processo de trabalho assinalado, concede ao Serviço Social um campo profícuo de intervenção na realidade social. Mediante esse o quadro conjuntural, (IAMAMOTO, 1999) lembra que o momento presente desafia as assistentes sociais a se qualificarem, no intento de apreender por meio de mediações as mudanças que ocorrem na realidade social. Entre as possibilidades contidas na prática está, sobretudo, a necessidade da constante produção de conhecimento acerca da complexa realidade em que cada profissional se insere em diferentes espaços sócio ocupacionais, visando dar suporte a sua intervenção. Neste contexto, a apropriação das categorias atinentes ao debate das políticas públicas de gênero, quais sejam: as relações patriarcais de gênero, relações étnico-raciais e de classe, que corroboram para a obtenção da totalidade dessa dimensão, deverão circunscrever a base da apreensão crítica para embasar a intervenção técnica na realidade social.

As relações patriarcais de gênero constituem um tema muito caro ao Serviço Social, pois está materialmente em consonância com o projeto-ético-político profissional, que pressupõe a “opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação-exploração de classe, etnia e gênero (CFESS – Código de Ética Profissional, 1993)”.

O Serviço Social ao se inserir no âmbito da divisão social e técnica do trabalho como uma profissão interventiva, confere a profissão características determinadas, quais sejam: uma intervenção condicionada pelos componentes estruturais do cotidiano e por sua relação com a questão social (GUERRA, 2012). Ao consideramos a inserção dos assistentes sociais na divisão do trabalho, permite-nos pensar que profissão tem sua especialização fundada no atendimento às respostas imediatas das demandas oriundas sociedade capitalista. Desse modo, é importante refletir que a apropriação da realidade social através da razão instrumental não nos é suficiente criar mecanismos de luta e resistência e de elaboração de propostas de atuação que tenham como direção a emancipação dos sujeitos.

Dessa feita, as possibilidades de rompimento com essa prática burocratizada e pragmática, estão contidas na própria realidade social. Cabe a nós buscar os fundamentos sociais, históricos e políticos

¹⁷ Segundo (GUERRA, 2012) pragmatismo é a representação da imediatividade do mundo burguês. Em que defende que o significado das coisas, dos processos e práticas sociais encontra-se neles mesmos.

emanados numa perspectiva crítica, que nos ajudarão a criar estratégias concretas de superação desse cotidiano que nos limita e reduz.

O Capitalismo, neste último ciclo de crises que se adensa desde 2008, vive um processo de esgotamento de suas formas de acumulação do valor e da manutenção do pleno desenvolvimento das forças produtivas. Como forma de reeditar o seu sistema de dominação e exploração o Capital lança mão de novas estratégias para a manutenção de sua forma valor. Neste contexto, evidenciamos muitos ataques às políticas públicas, ocasionando seu desmonte e em muitas esferas, sua aniquilação. Nesta perspectiva, o projeto de conservação modernizadora submete o novo aos padrões do velho, de modo que não haja mudanças estruturais no sistema fundamental de dominação.

Bibliografia

ALMEIDA, S. S. de. "Essa violência mal-dita". In: ALMEIDA, S. S. de. (Org.) Violência de gênero e políticas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BARSTED, L. L. "A resposta legislativa à violência contra as mulheres no Brasil". In: ALMEIDA, S. S. de. (Org.) Violência de gênero e políticas públicas. Rio de Janeiro: UFRJ, 2007.

BEZERRA, V; VELOSO, R. Gênero e Serviço Social: desafios de uma abordagem crítica. São Paulo: Saraiva 2015.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011a.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011b.

BRASIL. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres. Rede de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres. Brasília, 2011c.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006a.

BRASIL. Secretaria Especial de Política para Mulheres. Instrumentos Nacionais de Direitos das Mulheres. Brasília. 2006b.

CFESS. Código de Ética Profissional do Assistente Social. Brasília: CFESS. 1993. COUTINHO, Carlos N. O estruturalismo e a miséria da razão. São Paulo: Expressão Popular.2017.

FLEUY-TEIXEIRA, E; MENEGHEL, S (orgs). Dicionário Feminino da Infâmia: Acolhimento e diagnóstico de mulheres em situação de violência. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2015.

GUERRA, Yolanda. A Instrumentalidade do Serviço Social. São Paulo. Cortez. 2013.

_____. Expressões do Pragmatismo no Serviço Social: reflexões preliminares. In: Revista Katályis. Florianópolis: UFSC-PPGSS. Vol.16. 2013.

IAMAMOTO, Marilda. "Projeto profissional, espaços ocupacionais e trabalho do (a) assistente social". In, CFESS. Atribuições privativas do assistente social em questão. Brasília (DF). Fevereiro de 2002.

_____. Renovação e conservadorismo no Serviço Social. São Paulo: Cortez. 1999.

_____. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez. 2001.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. Tradução de Carlos Nelson Coutinho. São Paulo: Ciências Humanas. 1978, p.1-18.

MEDEIROS, L. Em briga de marido e mulher o Estado deve meter a colher: políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica. Rio de Janeiro: PUC-Rio. São Paulo: Reflexão. 2016.

POUGY, L.G. Notas sobre políticas e Gênero e Serviço Social. In: Revista Praia Vermelha. UFRJ-PPGSS. Rio de Janeiro. V. 22. 2012.

_____. Desafios políticos em tempos de lei Maria da Penha. In: Revista Katalysis. Florianópolis: UFSC-PPGSS. V.13, n.1. jan/jul.2010.

NETTO, J. P. Ditadura e Serviço Social: uma análise do Serviço Social no Brasil pós-64. São Paulo: Cortez. 2006

SAFFIOTI, H. I. B. “Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero”. In Cadernos Pagu, n. 16, Campinas, 2001. Disponível em <https://www.pagu.unicamp.br/pt-br/numeros>. Acessado em 27 de novembro de 2017.

_____. Gênero, patriarcado, violência. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. (Coleção Brasil Urgente). 2004.

_____. Violência de Gênero: o lugar da práxis na construção da subjetividade. In: Revista Lutas Sociais, n. 2, São Paulo, 1997. Disponível em <https://revistas.pucsp.br/index.php/ls/issue/view/1213/showToc>. Acessado em 05 de novembro de 2018.

_____. “Movimentos sociais: face feminina”. In CARVALHO, N.V (Org). A condição feminina. São Paulo: Revistas dos Tribunais, 1988.

UM ESTUDO DE CASO NA REGIÃO DO MACIÇO DE BATURITÉ: O QUE NOS REVELAM OS ALUNOS QUANTO À EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS?

Rosalva Maria Girão Pereira Nogueira¹
Luís Tomás Domingos²

Resumo: O presente trabalho é resultado da pesquisa de mestrado *Uma Análise da Implementação da Lei 10639/2003 no contexto de escolas estaduais da Região do Maciço de Baturité: entraves e possibilidades*, do programa MASTS/UNILAB, Redenção, Ceará. O objetivo geral deteve-se na análise da aplicabilidade da Lei 10639/2003 em oito escolas da rede pública estadual. Para esta comunicação, procedemos a uma discussão referente à percepção dos alunos quanto ao tratamento das relações étnico-raciais na escola de ensino médio. Nesta investigação foi realizada uma pesquisa de campo, tipo estudo de caso, que envolveu 301 alunos. Na coleta de dados, optou-se por uso de questionários. Como resultados, percebeu-se que o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais permanecem invisibilizados e silenciados.

Palavras-chave: Ensino médio, Lei 10639/2003, Relações Étnico-Raciais.

Abstract: The present work is a result of the Master's research *An Analysis of the Implementation of Law 10639/2003 in the context of state schools of the Massif Region of Baturité: obstacles and possibilities*, MASTS / UNILAB program, Redenção, Ceará. The general objective was to analyze the applicability of Law 10639/2003 in eight schools of the state public network. For this communication, we proceeded to a discussion about the students' perception regarding the treatment of ethnic-racial relations in high school. In this investigation was carried out a field research, type of case study, involving 301 students. In the data collection, we chose to use questionnaires. As results, it was realized that the confrontation of ethnic-racial inequalities remain invisible and silenced.

Keywords: High school, Law 10639/2003, Ethnic-Racial Relations.

1 Mestra em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis, UNILAB; Professora – EEM Danísio Dalton da Rocha Corrêa.
E-mail: profamariazita@gmail.com

2 Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – IHL/UNILAB, Professor orientador
E-mail: luis.tomas@unilab.edu.br

Introdução

A educação das relações étnico-raciais apresenta-se como uma discussão necessária ao meio acadêmico, visto que a sociedade brasileira atual tem assistido a pichações racistas, ameaças e injúrias racistas, discursos de ódio na internet; assim vivenciamos, estarecidos, casos de racismo na saúde, no esporte, nas instituições educativas, em todos os setores. A Lei 10639/2003, que tornou obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana na educação básica, exige o reconhecimento e valorização da história e cultura afro-brasileira e africana, instituidoras da nossa sociedade, portanto desenvolver a educação das relações étnico-raciais na educação básica é um dos fatores que podem contribuir para se coibir a reprodução do preconceito e discriminação.

A partir da Lei 10639/2003 são instituídas as *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana*, que se estabelecem como um guia orientador para a educação das relações étnico-raciais e meio de combate às discriminações raciais no meio escolar, tendo como princípios orientadores: consciência política e histórica da diversidade; fortalecimento de identidades e de direitos; ações educativas de combate ao racismo e a discriminações (PARECER CNE/CP 003/2004, p.498).

Nesse contexto, o ensino para a educação das relações étnico-raciais tem papel preponderante na construção de uma sociedade que almeja ser mais humana, não racista, para tal fim este ensino deve romper com estereótipos; e desconstruir preconceitos arraigados sobre a população negra, combatendo em todos os ambientes e, sobretudo, nas escolas, a discriminação racial.

Emerge daí a urgência de se romper com o mito da democracia racial brasileira³, visto que o preconceito vigente no país é de caráter não oficial. O racismo que nos acomete trata-se de um tipo - denominado por Schwarcz (2012) - de racismo silencioso, o que configura a sociedade brasileira como aquela que não nega o racismo, mas o atribui ao outro, “todo brasileiro parece se sentir, portanto, como uma ilha de democracia racial, cercado de racistas por todos os lados” (SCHWARCZ, 2012). Compreendemos que a educação das relações étnico-raciais deve promover o enfrentamento desse racismo à brasileira e isso requer postura política, visto que essa sociedade apresenta uma forma particular de racismo que vem representado por “um preconceito de ter preconceito”, o exercício do racismo dissimulado, assistemático, de caráter privado e pouco formalizado (FERNANDES apud SCHWARCZ, 2012).

Neste trabalho, buscamos saber se a escola de ensino médio tem cumprido com as determinações da Lei 10639/2003⁴ e das Diretrizes que preceituam o ensino da educação das relações étnico-raciais.

3 O mito da democracia racial pode ser compreendido (...) como uma corrente ideológica que pretende negar a desigualdade racial entre brancos e negros no Brasil como fruto do racismo, afirmando que existe entre estes dois grupos raciais uma situação de igualdade de oportunidade e de tratamento. Esse mito pretende, de um lado, negar a discriminação racial contra os negros no Brasil, e, de outro lado, perpetuar estereótipos, preconceitos e discriminações construídos sobre esse grupo racial. (GOMES, 2005, p. 57)

4 Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-brasileira”, e dá outras providências.

Nossa indagação é se os alunos estão inseridos em escolas que primam pela educação das relações étnico-raciais; e se existe uma abordagem quanto às questões raciais na escola.

O presente trabalho é resultado da pesquisa de mestrado *Uma Análise da Implementação da Lei 10639/2003 no contexto de escolas estaduais da Região do Maciço de Baturité/CE: entraves e possibilidades*, do programa de Mestrado Acadêmico em Sociobiodiversidade e Tecnologias Sustentáveis da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, Ceará. Nosso objetivo geral foi analisar a aplicabilidade da Lei 10639/2003 em oito escolas de nível médio da rede pública estadual da Região do Maciço de Baturité (CEARÁ), pertencentes aos municípios de Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Ocara e Barreira. No artigo que ora apresentamos, procedemos a uma discussão dos resultados da pesquisa referente à percepção dos alunos quanto ao tratamento da educação das relações étnico-raciais na escola de ensino médio.

Procedimentos metodológicos

Este estudo, inicialmente, baseou-se na pesquisa documental e bibliográfica - fundamentada em pareceres, resoluções e documentos oficiais publicados pelo MEC e em um campo amplo de pesquisadores e estudiosos que versam sobre a temática. Nesse contexto, destacam-se Domingues (2007), Domingos (2012), Gomes (2002, 2007, 2009, 2011, 2012), Pereira (2011), Gonçalves (2013), Munanga (2005, 2015), Silva (2007, 2013), entre outros.

Numa segunda fase, foi realizada uma pesquisa de campo⁵, na modalidade estudo de caso, de abordagem qualitativa. Esta abordagem realizou uma análise sobre a aplicabilidade da Lei 10.639/2003 em oito escolas da região do Maciço de Baturité, nos municípios: Baturité, Capistrano, Itapiúna, Aracoiaba, Redenção, Acarape, Ocara e Barreira; e contou com a participação de 301 alunos como sujeitos de pesquisa, um universo considerado por nós bastante significativo.

Para a análise dos resultados, foram utilizados procedimentos tanto qualitativos quanto quantitativos - através do uso de questionários, visto que os métodos quantitativos e qualitativos podem ser complementares.

Este estudo foi realizado com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Discussão: o que nos dizem os alunos quanto à educação das relações étnico-raciais na escola de ensino médio?

Esta análise é resultado dos dados coletados dos 301 alunos das oito escolas participantes da pesquisa. Começamos por apresentar o perfil dos participantes: verificou-se que 77% dos alunos

5 A pesquisa de campo, na primeira fase, foi realizada entre os meses de outubro a dezembro de 2016 e, numa segunda fase, entre os meses de maio e junho de 2017.

encontram-se na faixa etária dos 14 aos 17 anos, sendo 57% do gênero feminino. Quanto ao pertencimento étnico-racial, constatou-se que a maioria se autodeclarou parda, foram 66% de pardos, 15% de brancos, 12% de pretos, 5% de amarelos e 2% de indígenas, é importante ressaltar que utilizamos o sistema de classificação racial do IBGE, que atribui características à cor da pele, que pode ser branca, preta, amarela, parda e indígena (IBGE, 2013, p.87). De acordo com o Parecer 003/2004:

[...] cabe lembrar que preto é um dos quesitos utilizados pelo IBGE para classificar, ao lado dos outros – branco, pardo, indígena – a cor da população brasileira. Pesquisadores de diferentes áreas, inclusive da educação, para fins de seus estudos, agregam dados relativos a pretos e pardos sob a categoria negros, já que ambos reúnem, conforme alerta o Movimento Negro, aqueles que reconhecem sua ascendência africana. (BRASIL, 2004)

Percebe-se nas respostas dos alunos uma pouca incidência de autodeclarados pretos, apesar desse grupo poder ser considerado majoritariamente negro, segundo critérios do IBGE. Admitimos como hipótese como justificativa para essa pouca incidência o não sentimento de pertencimento a um determinado grupo étnico, manifestado através do processo assimilacionista pelo qual passou a população afrodescendente no período pós-escravatura, cujos valores foram centrados na cultura e olhar do outro, e do processo de branquitude⁶ impingido a esta população. Há também uma relação com a imposição de sentimentos e percepções de superioridade, inferioridade a que os africanos escravizados, seus filhos e descendentes foram submetidos pelos sistemas dos colonizadores europeus (SILVA, 2007).

Os resquícios desse discurso, percebe-se, ainda resistem na atualidade, visto que “persiste em nosso país um imaginário étnico-racial que privilegia a brancura e valoriza as raízes europeias da sua cultura, ignorando ou pouco valorizando as outras” (PARECER CNE/CP 03/2004, p.500). No entanto, estes resquícios precisam ser rompidos, a escola precisa falar sobre a questão racial, discutir quanto à autoafirmação da identidade negra. É necessário que indaguemos, parafraseando Gomes (2012, p. 105):

No que se refere à questão racial, há que se perguntar: por que não se fala? Em que paradigmas curriculares a escola brasileira se pauta a ponto de “não poder falar” sobre a questão racial? E quando se fala? O que, como e quando se fala? O que se omite ao falar?

Como resposta a essas questões, podemos considerar que a educação das relações étnico-raciais integra uma política curricular que incide sobre mudanças comportamentais, a ser desenvolvidas no processo de educar pessoas pertencentes a grupos étnico-raciais distintos. Esse processo educativo tem por objetivo formar sujeitos, homens e mulheres, que reconheçam e valorizem visões de mundo, experiências históricas, contribuições dos diferentes povos que instauraram a nação brasileira (SILVA, 2007,

6 A branquitude estabeleceu-se como norma e padrão de comportamento em virtude do discurso do branqueamento construído pelas elites brasileiras e imigração europeia nos fins do século XIX para início do século XX. (ZUBARAN; SILVA; 2012).

p.490). No entanto, adverte Silva (2007) “o ocultamento da diversidade no Brasil vem reproduzindo, tem cultivado, entre índios, negros, empobrecidos, o sentimento de não pertencer a sociedade”.

A educação proposta em nossas escolas deve, primorosamente, ter por finalidade, entre outras, contribuir para a construção da identidade negra, desse sentimento de pertença. Em acordo a Gomes (2005, p.42): “reconhecer-se numa identidade supõe (...) responder afirmativamente a uma interpelação e estabelecer um sentido de pertencimento a um grupo social de referência”.

A escola, espaço de aprendizagem, interfere na construção dessa identidade. Gomes (2002, p.39) corrobora esse pensamento ao afirmar que “o olhar lançado sobre o negro e sua cultura, no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las”. Isto posto, exige-se da escola um comprometimento com uma discussão pautada nos conceitos de raça, etnia, cultura afro-brasileira e identidades negras, o que implica na construção de currículos que não silenciem diante da diversidade étnico-cultural do povo brasileiro.

Este estudo revelou que 56% dos participantes reconheceram a existência de casos de discriminação racial na escola, o que eles também chamam de bullying. Não obstante, quando indagados quanto ao posicionamento das escolas referente a essa problemática, percebeu-se em suas falas que inexistente uma postura de reconhecimento da questão racial na escola. Tais dados nos impelem a perceber que as questões raciais, o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, os atos de violência e discriminação no cotidiano escolar ficam à margem do projeto político-pedagógico escolar, sendo invisibilizados e silenciados. Em acordo a Lopes:

Os negros, ao longo da história do Brasil, têm sido, juntamente com os índios, os mais discriminados. Essa questão deve ser abordada na escola, incluída objetivamente no currículo, de tal forma que o aluno possa identificar os casos, combatê-los, buscar resolvê-los, fazendo com que todos sejam cidadãos em igualdade de condições, a despeito das diferenças e especificidades que possam existir. (LOPES, 2005, p.187)

A pesquisa não é capaz de revelar as formas de discriminação sofrida por estes alunos, mas perceberemos quanto de silêncio em torno dessa questão existe. Esses silenciamentos nos fazem perceber a complexidade da educação das relações raciais, em acordo a Munanga (2015, p.25) “o nó do problema está no racismo que hierarquiza, desumaniza e justifica a discriminação existente”.

Ressaltamos que é atribuição da escola combater qualquer tipo de discriminação e criar situações educativas para o reconhecimento, valorização e respeito da diversidade; e “fiscalizar para que, no seu interior, os alunos negros deixem de sofrer os primeiros e continuados atos de racismo de que são vítimas” (BRASIL, 2004, p.503).

Evidencia-se, nesse contexto, a necessidade de a escola de ensino médio se comprometer com a educação das relações étnico-raciais, desta educação compor os projetos político-pedagógicos das instituições de ensino, e de nós, professores e gestores, aguçarmos o olhar sobre nossos alunos negros, coibindo quaisquer atitudes racistas ou discriminatórias contra eles. Esse novo olhar sobre a educação das relações étnico-raciais, nas palavras de Petronilha Silva:

[...] requer de nós, professore(as) e pesquisadores(as): não fazer vista grossa para as tensas relações étnico-raciais que “naturalmente” integram o dia-a-dia de homens e mulheres brasileiros; admitir, tomar conhecimento de que a sociedade brasileira projeta-se como branca; ficar atento(a) para não reduzir a diversidade étnico-racial da população a questões de ordem econômico-social e cultural; desconstruir a equivocada crença de que vivemos numa democracia racial. [...]. (SILVA, 2007, p. 492 – 493).

Diante dos dados, impõe-se a necessidade de uma mudança curricular. Em acordo a Gomes (2012, p.102), “Descolonizar os currículos é mais um desafio para a educação escolar”.

Essa investigação comprovou que apenas 24% dos alunos percebem que a temática “questões raciais” perpassa pelo currículo escolar, e 11% deles sequer identificam essa abordagem, visto que elas são tratadas de forma generalizada, pelas superfícies, ou seja, as questões raciais e/ou tratamentos diferenciados são silenciados. A escola exige-se, assim, de trabalhar com os delicados processos da formação humana, não reconhecendo a diversidade étnico-racial e as desigualdades seculares que vem acometendo negros e afrodescendentes, além disso, não combatendo o preconceito racial, que vem alimentando o ódio e intolerância não concebíveis à pessoa humana.

É necessário que professores e gestores tenham clareza de que essas questões complexas e delicadas não podem ter tratamento generalizado, porque ferem a suscetibilidade das pessoas, principalmente os jovens, crianças em formação. É necessário desalienar as práticas pedagógicas, observar no cotidiano escolar as formas de discriminação, o uso de estereótipos negativos contra os negros e combatê-los. Pequenas atitudes podem ser utilizadas nesse processo de construção do respeito pelo outro. Conforme salienta Silva:

[...] o processo de educar as relações entre pessoas de diferentes grupos étnico-raciais tem início com mudanças no modo de se dirigirem umas às outras, a fim de que desde logo se rompam com sentimentos de inferioridade e superioridade, se desconsiderem julgamentos fundamentados em preconceitos, deixem de se aceitar posições hierárquicas forjadas em desigualdades raciais e sociais. (SILVA, 2007, p. 490)

Evidencia-se, assim a necessidade de os educadores ampliarem a dimensão escolar no desenvolvimento entre saberes escolares/realidade social/diversidade étnico-cultural e iniciar um debate sobre as questões curriculares na escola, sobre as culturas negadas e silenciadas nos currículos – importa discutir sobre os valores, as representações sobre o negro, que professores e alunos negros, mestiços e brancos estão presentes na escola e realizar um trabalho permanente no tocante a diversidade étnico-racial (GOMES, 2005, p.146 – 150).

Esses dados nos impelem a perceber que as questões raciais, o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais, os atos de violência e discriminação no cotidiano escolar ficam à margem do projeto político-pedagógico escolar, sendo invisibilizados e silenciados. Esses silenciamentos simbolizam a complexidade da educação das relações raciais, a resistência e propagação do mito da democracia racial brasileira, que se fundamenta em visões e modos de tratamento estereotipados.

Considerações Finais

Nesse percurso, os dados colhidos pela pesquisa revelam que a implementação da Lei nos municípios, foco do estudo, apresenta diversas limitações que nos permitem afirmar que a educação das relações étnico-raciais ainda não ocupa o lugar que merece na escola de ensino médio; e não atende, de forma ampla, as determinações da Lei 10639/2003 e suas Diretrizes.

É necessário que a escola deixe de lado as superficialidades e trabalhe de forma profunda e crítica os conceitos de raça, etnia, cultura afro-brasileira e identidades negras, apresentando o processo histórico em que se formou o povo brasileiro. Reformular ou formular junto à comunidade escolar o seu Projeto Político Pedagógico adequando seu currículo ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, conforme Parecer CNE/CP 03/2004; garantir no Planejamento de Curso dos professores a existência da temática das relações étnico-raciais; estimular estudos sobre Educação das Relações Étnico-raciais e história e cultura africana e afro-brasileira, proporcionando condições para que professores, gestores e funcionários de apoio participem de atividades de formação continuada e/ou formem grupos de estudos sobre a temática (BRASIL, 2009).

É importante enfatizar que a nossa vivência como educadora nos permite dizer que a qualidade das relações nesses espaços, muitas vezes, é geradora de desigualdades, ao silenciar aspectos importantes ao processo educativo. Necessário, neste percurso, ampliar o debate em torno da educação das relações étnico-raciais no cotidiano escolar, desta educação compor os projetos político-pedagógicos das instituições de ensino.

Acreditamos que é possível fomentar uma discussão que desencadeie um olhar mais cuidadoso, “apurado” e atento para a educação das relações étnico-raciais, reconhecendo as diferenças e subjetividades de nossos alunos. Essa educação implica, primordialmente, num projeto conjunto para a construção de uma sociedade justa, igual e equânime, as escolas de ensino médio representam esse *locus* potencializador para essa educação.

Referências

BRASIL. **Parecer CNE/CP 03/2004.** Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira. In Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica/Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretoria de Currículos e Educação Integral. Brasília: MEC, SEB, DICEI, 2013. 562p.

BRASIL. IBGE. **Características Étnico-raciais da População. Classificações e identidades** In Estudos e Análises Informação Demográfica e Socioeconômica número 2. Ed. IBGE. Petrucelli e Saboya (org). Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo?id=263405&view=detalhes>. Acesso em 19, mar.2017.

BRASIL. **Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Etnicorraciais e para o Ensino de História e Cultura Afro- brasileira e Africana.** 2009. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=10098-diretrizes-curriculares&category_slug=fevereiro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 20, abr. 2016.

GOMES, N. L. **Educação e Identidade Negra. Aletria: alteridades em questão.** Belo Horizonte, POSLIT/CEL, Faculdade de Letras da UFMG, v.06, n.09, dez/2002, p. 38-47. Disponível em: <http://www.periodicos.letras.ufmg.br/index.php/aletria/article/viewFile/1296/1392>. Acesso em: 27, set. 2016.

GOMES, N.L. **Educação e relações raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação.** p.143 – 154. In: MUNANGA, K. (org). Superando o racismo na escola. Brasília, 2005. 2ª edição revisada, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.204p.: il. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 03 mar.2016.

GOMES, N. L. (org). **Práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei nº 10.639/03.** 1.edição, Brasília: MEC; Unesco, 2012. 421 p., il. - (Educação para todos; 36). Disponível em: http://etnicoracial.mec.gov.br/images/pdf/publicacoes/Etnico%20Racial_educaca-para-todos_36_miolo.pdf. Acesso em 01, mar. 2016.

GOMES, N. L. **Relações étnico-raciais, educação e descolonização dos currículos.** Currículo sem Fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012. Disponível em: www.curriculosemfronteiras.org/vol12iss1articles/gomes.htm. Acesso em 01, mar. 2016.

LOPES, V. N. **Racismo, Preconceito e Discriminação. p. 185 – 204.** In: MUNANGA, K. (org). Superando o racismo na escola. Brasília, 2005. 2ª edição revisada, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação

Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.204p.: il. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/racismo_escola.pdf. Acesso em: 03 mar.2016.

MUNANGA, K. **Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje?** Revista do Instituto de Estudos Brasileiros, Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015. Disponível em: www.scielo.br/pdf/riieb/n62/2316-901X-riieb-62-00020.pdf. Acesso em 18, jan. 2018.

SCHWARCZ, L. **Nem preto nem branco, muito pelo contrário.** Col. Agenda brasileira. Cor e Raça na Sociabilidade Brasileira. Claro Enigma, 2012.

SILVA, P. B. G. **Aprender, ensinar e relações étnico-raciais no Brasil.** Educação, Porto Alegre, v. 30, n. 3, 2007, p. 489-506. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/te/ojs/index.php/faced/article/view/2745>. Acesso em: 24, abri. 2017.

POLÍTICAS SOCIAIS E QUESTÕES DE GÊNERO: O PAPEL DA MULHER NA CENTRALIDADE NA FAMÍLIA

Francisca Valdeniza Lopes de Souza¹

Resumo: Essa pesquisa está baseada no referencial crítico do materialismo histórico-dialético. Retrata o modelo de proteção social adotado pelo Estado acerca das políticas sociais, abordando o aumento da desigualdade de gênero ao adotar, na diretriz de matricialidade sociofamiliar, a centralidade na família, com ênfase na mulher. Destaca-se que esse modelo de inclusão social reforça a desresponsabilização masculina condicionando à mulher o papel tradicional do cuidado com a família. Nesta análise, destaca-se a política de assistência social como parâmetro para a discussão. Como metodologia utilizou-se a pesquisa bibliográfica com ênfase nos questões de gênero. Dessa forma, identifica-se que a centralidade da mulher nas políticas sociais reforça as práticas conservadoras.

Palavras-chave: problemas de gênero, centralidade na família, política social, assistência social.

¹ Graduada em Serviço Social pela Universidade Estadual do Ceará-UECE, Mestranda em Serviço Social, Trabalho e Questão Social – UECE.
E-mail: valdenizalopesas@yahoo.com.

Introdução

A pesquisa apresentada é parte de reflexões teóricas no âmbito da política de assistência social, como produto do conhecimento adquirido no mestrado acadêmico em serviço social, trabalho e questão social, bem como no campo teórico-prático da condução da política de assistência social.

Com isso, é válido ressaltar a compreensão do programa bolsa família como instrumento de garantia de direitos, de redução da pobreza e extrema pobreza e de empoderamento do gênero feminino, numa sociedade patriarcal, machista e desigual como é o caso da sociedade brasileira. Dito isto, o discernimento do referido programa, inserido numa política pública, é de extrema relevância.

No Brasil, a Assistência Social recebe o marco de política pública com a Constituição Federal de 1988, e nos últimos anos vem implantando e implementando o Sistema Único de Assistência Social (SUAS), como modelo de proteção social que tem a prerrogativa de responder as demandas sociais, embora historicamente sua origem apresente uma dinâmica peculiar de caridade e benemerência.

Como política de seguridade social não contributiva, a assistência social está inserida no campo dos direitos e sob a responsabilidade do Estado, tendo sido, ao longo desse percurso, consolidada por normativas diretivas, dentre estas, a matricialidade familiar,

correlacionada à centralidade na família, como forma de estabelecer um alicerce para uma ressignificação na composição familiar no que se refere aos cuidados com os membros, de maneira a estimular o protagonismo e preservar obrigações mútuas.

[...] a centralidade da família é garantida à medida que na assistência social, com base em indicadores das necessidades familiares, se desenvolva uma política de cunho universalista [...] em redes socioassistenciais que suportem as tarefas cotidianas de cuidado e que valorizem a convivência familiar e comunitária. (Brasil, 2012).

Como superação à focalização, a centralidade na família para a Política Nacional de Assistência Social (PNAS) estabelece como eixo estruturante da referida política, a matricialidade sociofamiliar.

Diante das novas configurações da sociedade do capital, o sistema de proteção social do qual faz parte a assistência social, adota o modelo de intervenção na família em busca de prevenir, proteger e empoderar os indivíduos que fazem parte dessa instituição. A PNAS define como família: “um conjunto de pessoas que se acham unidas por laços consanguíneos, afetivos e, ou, de solidariedade”. (Brasil, 2004).

Nessa direção, observa-se que a matricialidade sociofamiliar e a centralidade na família estão ancoradas na figura feminina, tornando-se, portanto uma importante discussão quando se retrata das questões de gênero. “O termo “gênero”, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir que qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro.” (SCOTT, 1990).

Compreender o papel do gênero na proteção social da família no âmbito do SUAS tendo como referência a centralidade na família e a matricialidade sociofamiliar, especificamente de que forma o atual desenho das políticas sociais vem contribuindo para agravar a responsabilização das mulheres na centralidade da família e como o papel de proteção social na família, atribuído em especial à mulher, reforça as questões de gênero.

Metodologia

A abordagem realizada nesta pesquisa será consubstanciada no campo da pesquisa social, especificamente no campo da pesquisa qualitativa e, traz como necessidade a revisão crítica dos conceitos já existentes a fim de que sejam incorporados ou superados criticamente pelo pesquisador.

Trata-se de chegar à essência das relações, dos processos e das estruturas, envolvendo na análise também as representações ideológicas, ou teóricas construídas sobre o objeto em questão. “A pesquisa qualitativa responde a questões muito particulares. Ela se ocupa, nas Ciências Sociais, com um nível de realidade que não pode ou não deveria ser quantificado.” (MINAYO, 2010).

O referencial crítico baseado no materialismo histórico dialético é a diretriz para esse trabalho que consiste numa pesquisa qualitativa através de estudo bibliográfico e documental.

Enfim, a necessidade de analisar a política em questão reside no aprofundamento do conhecimento do objeto de estudo no movimento teórico-prático, buscando identificar lacunas que posteriormente se transformarão em respostas para intervir na realidade proposta.

Fundamentação teórica

Para Potyara (2006) o sistema de proteção social com base na centralidade familiar é uma criação do Estado de Bem-Estar Social, na qual a cidadania feminina é usufruída pela renda de benefícios ofertados. Visto isso de certo modo, esse fator se configura como um aumento de responsabilização da mulher no cuidado com a família e na dependência do Estado.

O papel central da mulher no cuidado da família, na realidade desresponsabiliza o papel masculino e reforça a desigualdade de gênero, estimulando uma cultura dominante do papel feminino na responsabilidade com os demais membros o que vai em desencontro àquilo que preconiza a PNAS na centralidade da família.

Essa situação se deve ao fato de que, na sociedade capitalista contemporânea, o Brasil, após ter passado da possibilidade de um estado de Bem-Estar social, adota o modelo de proteção social colocando em cena, a família, seja nos estatutos da criança e do adolescente, do idoso e na própria Lei Orgânica de Assistência Social.

[...] adoção de uma ‘solução familiar’ para a proteção social, quando se caminhou para a redução de dependência em relação aos serviços públicos e para a redescoberta da

autonomia familiar enquanto possibilidade de resolver seus problemas e atender suas necessidades. (MIOTO, 2008).

No entanto, o que se observa na operacionalização da referida política é que a centralidade na família é direcionada ao público feminino. Isso compete a dizer que, a estrutura das políticas sociais, em especial da política de assistência social, adota a matricialidade familiar, todavia assume um papel diferenciado na execução dos serviços ao titularizar às mulheres numa representação massiva que reforça o padrão materno de cuidados dos membros numa naturalização da maternidade, o lugar da mulher na esfera privada. Mioto (2001) reconhece o padrão de expectativa gerado em torno das mulheres quando se trata da assistência social.

Quanto às funções familiares ainda prevalece uma expectativa social relacionada às tarefas e obrigações tradicionais: espera-se um mesmo padrão de funcionalidade, independentemente do lugar em que estão localizadas na linha de estratificação social, calcada em postulações culturais tradicionais referentes aos papéis paterno e principalmente materno. (MIOTO, 2001).

Disto isto, percebe-se que o Estado adota modelos de políticas sociais que aumentam as desigualdades de gênero, atravessando o universo familiar na inserção de mulheres no processo de inclusão social.

Resultados e discussão

É evidente nessa pesquisa a naturalização e recorrência na responsabilização do público feminino na política de assistência social. Na realidade, essa supervalorização do campo feminino sobrecarrega a mulher na divisão sexual do trabalho.

As mulheres são requisitadas na execução dos serviços de acompanhamento familiar, a elas é dada a prioridade, embora esse fator esteja implícito no campo da política de assistência social. “Essa dicotomia cristaliza concepções do que devem constituir atribuições masculinas e femininas e dificulta a percepção de outras maneiras de estabelecer as relações sociais.” (SCOTT, 1990).

Há uma ambiguidade no que seja a inclusão feminina na política de proteção social onde esse destaque traz uma tendência de transformação impulsionadora de mudanças no interior da família, sendo que o contexto social de pobreza, desigualdade social e acesso renda e outras políticas públicas são permeados de tensões próprias do sistema capitalista contemporâneo.

Nessa perspectiva, a generalização no campo da política de assistência social, na qual atribui ao sexo feminino a responsabilidade familiar, reforça a desigualdade de gênero, mesmo que a intenção seja de empoderar e dar autonomia às mulheres, simbolicamente contribui para o tradicionalismo do cuidado do lar e dos filhos.

Portanto, secularizando no campo das políticas sociais a desigualdade nos papéis da capacidade protetiva das famílias, constata-se que é atribuído às mulheres o papel central na responsabilização do grupo familiar. Nessa direção percebe-se que, esse tipo de abordagem que evidencia o público feminino, subordina-o tanto quanto o empodera.

Conclusões

Nessa diretiva de pensamento, verifica-se que, no caso específico do programa bolsa família, a estratégia do Estado está intrinsecamente relacionada à superação da pobreza e extrema pobreza considerando as desigualdades sociais, tendo como público-alvo usuários da política de assistência social.

No entanto, a implementação referido programa, corresponde a uma forma burocrática de atuação do Estado na condução das políticas públicas de caráter pontual, residual e passível de capacidade de análise tanto no aspecto conceitual quanto nos aspectos social, cultural, histórico, econômico e político.

Com isso, a superação da condição de pobreza e extrema pobreza considera o gênero feminino responsável, junto ao governo, por retirar sua família da miséria, de maneira pontual. Todavia, há que se considerar a necessidade de entrelaçamento das políticas públicas em razão da pobreza carregar aspectos dos mais variados.

Nessa linha de raciocínio, os beneficiários das políticas públicas e dos programas sociais incorporam expectativas e interesses diversos, muitas vezes reproduzidos culturalmente, com vista a responder questões que vem a séculos fortalecendo a responsabilização das mulheres no cuidado com a família, vindo carregado de conflitos e opiniões diversas acerca desse assunto em específico.

Compreende-se que as políticas públicas e os programas sociais são palco de negociação, de relações socioculturais e políticas. Contudo, devem ser articulados esforços a partir de uma reflexão crítica quanto à construção de um espaço de cidadania promovido via de regra pela exclusão de outro gênero, o masculino, questão essa que recai diretamente numa sobrecarga de responsabilidade no gênero feminino.

Dessa forma, o desafio é mais amplo que analisar o desenho até então proposto do programa bolsa família. É uma questão de gênero. Diz respeito à condução operacional, e para além desta, à forma de democratizar acessos. É preciso analisar os resultados, não tão somente em relação ao número de famílias que alcançaram uma ascensão social, mas das questões de gênero imbrincadas nesse processo.

Referências

BRASIL. Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004; Norma Operacional Básica – NOB/SUAS. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – Secretaria Nacional de Assistência Social, 2012.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 29. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2010.

MIOTO R. As famílias no Terceiro Milênio: um espaço a ser cuidado. Florianópolis: Reflexão, 2001.

MIOTO, R. C. Família e políticas sociais. In: BEHRING, E. et al. Política social no capitalismo: tendências contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2008. p. 130-148.

PEREIRA, P.A.P. Políticas públicas e necessidades humanas com enfoque no gênero. Sociedade em Debate (UCPEL), v. 12, p. 67-86, 2006.

SANTOS, T.S. dos. Gênero e políticas sociais: novos condicionamentos sobre a estrutura familiar. In: Revista SER Social, Brasília, v. 10, n. 22, p. 97-128, jan./jun. 2008.

SCOTT, J. W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 6, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

“CUIRIZANDO” A HISTÓRIA: QUANDO CLIO ABRE AS PERNAS E DEIXA SER PENETRADA PELO (CU) QUEER

Cassiano Celestino de Jesus¹

Resumo: Como pensar/escrever uma História queer? Como a História pode beber da fonte da teoria queer para repensar a si mesma? A teoria *queer* é parte de um conjunto que podemos chamar de teorias subalternas, que fazem uma crítica aos discursos hegemônicos na cultura ocidental. Provocativo e polêmico, o queer, como movimento e teoria, vem sendo ensaiado e contestado internacionalmente e no Brasil. Este artigo é um, dentre vários outros, que realiza um breve debate historiográfico acerca da escrita da História, produto da arte ou da ciência das/os historiadoras/es, e seu diálogo com as chamadas teorias queer. O objetivo é fazer uma discussão sobre o modo como interpretamos o passado e/ou presente, evidenciando as potencialidades de se “cuirizar” a História.

Palavras-chave: História queer, Pós-modernismo, Historiografia.

¹ Graduado e mestrando em História pela Universidade Federal de Sergipe (PROHIS/UFS). Integrante do *Dominium: estudos sobre sociedades senhoriais*. Bolsista CAPES/DS.
E-mail: cassianohistoria@gmail.com

Introdução

Como pensar em uma História *queer*? Como a História, enquanto prática (CERTEAU, 2008); discurso (FOUCAULT, 1984; VEYNE, 1978); disciplina (BARROS, 2014); ou

artefato literário (WHITE, 2001), pode beber da fonte da teoria *queer* para repensar a si mesma? Busco, de modo muito tímido e inicial, tentar responder a tais perguntas que, segundo o historiador Fernando Benetti (2013), permanecem pairando no ar.

Este artigo é um, dentre vários outros, que realiza um breve debate historiográfico acerca da escrita da História, produto da arte ou da ciência das/os historiadoras/es, e seu diálogo com as chamadas teorias *queer*. O objetivo é fazer uma discussão sobre o modo como interpretamos o passado e/ou presente, evidenciando as potencialidades de se “cuirizar” a História.

Assim sendo, antes de dar continuidade à discussão aqui proposta, acredito que seja necessário esmiuçar os principais constructos teóricos, analíticos e metodológicos da teoria em questão para depois estabelecer diálogos com a História.

Penetrando na “Teoria Queer”

É importante destacar que ao falar da teoria *queer* eu não pretendo traduzi-la, classificá-la ou enquadrá-la. Não existe uma definição absoluta, bem definida e imutável sobre esta vertente de estudos. O *queer* é plural. Ele transita e é heterogêneo. Assim, para início de conversa, podemos enxergar o *queer* como uma teoria que torce o nosso olhar, que propõe enxergar o mundo de uma maneira não normativa e que não aceita a divisão sexual dos sujeitos entre “normais” e “anormais”.

É possível afirmar que “teoria *queer*” é um rótulo que busca abarcar um conjunto amplo e relativamente disperso de reflexões sobre a heterossexualidade como um regime político-social que regula nossas vidas. Tratam-se de regulações sexuais e de gênero socialmente impostas que criam e mantêm desigualdades de toda ordem (MILKOLCI, 2014, p. 08).

O Sociólogo Richard Milkolci afirma que é possível compreender teoria *queer* como um termo aberto, usado inicialmente nos Estados Unidos, pela já citada feminista italiana, Teresa De Lauretis, para apontar um olhar crítico e contra-normalizador que seria um denominador comum de uma vasta e diversa produção acadêmica que emergira em meio ao pânico sexual da AIDS, na segunda metade dos anos oitenta, e que já se consolidava na década seguinte (MILKOLCI, 2009).

A partir deste período, este termo passa a descrever o trabalho de um grupo de intelectuais e sua perspectiva teórica. Assim sendo, a teoria *queer* passa a ser vinculada as vertentes do pensamento que problematiza e opera com a desconstrução das noções clássicas de sujeito, de identidade, e de identificação (LOURO, 2001).

A teoria *queer* é parte de um conjunto que podemos chamar de teorias subalternas, que fazem uma crítica dos discursos hegemônicos na cultura ocidental. Os/as teóricos/as *queer* focam na análise dos discursos produtores de saberes sexuais por meio de um método *desconstrutivista*. Enfim, busca romper

as lógicas binárias que resultam no estabelecimento de hierarquias e subalternizações. Interrogando como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas (MISKOLCI, 2009).

História e Teorias Queer: possibilidades nas margens

O modo como escrevemos a História é totalmente influenciada pelos europeus, principalmente os franceses e alemães, que acabaram definindo padrões/normatizações de como manuseá-la, escrevê-la, relegando às margens os conhecimentos considerados subalternos. Acredito que nossa colonização (conquista) não foi somente política, cultural e territorial, mas, também, epistêmica.

É preciso *decolonizar*. Desapegar-se do eurocentrismo e do aparato que confere prestígio e sentido à Europa. E, no mesmo movimento em que se desprende de sua lógica e de seu aparato, abrir-se a outras experiências, histórias e teorias, abrir-se aos outros encobertos pela lógica da colonialidade, que são tornados menores, abjetos, desqualificados (PEREIRA, 2015, p. 415).

O encontro entre o *queer* e a História mostra-se profícuo exatamente na medida em que subverte os nossos olhares para pensar/interpretar/conhecer o passado e o presente, nos permitindo “pensar para além dos limites do pensável”, para além dos padrões de como escrevê-la, para além das margens. Resgatando e reconhecendo outras formas de pensar e ser.

É preciso criar inquietação, suscitar mudança, levantar novas questões e pesquisar incansavelmente a diversidade, para escapar da homogeneidade e da lógica binária que orienta nossas pesquisas (SWAIN, 2009, p. 92). O *queer* questiona os modos como escrevemos a História. Questiona o nosso olhar em relação aos nossos objetos de investigação e às nossas bem-comportadas/padronizadas e até mesmo limitadas metodologias e/ou técnicas de análise. As nossas produções, como bem salientou Margareth Rago (1995, p. 74), continuam “assentadas em convicções fundamentalmente humanistas e essencializantes”, prevalecendo um olhar hegemônico e heterossexual.

Trata-se, pois, de uma nova maneira de problematizar, de pensar, e escrever a História. Ao operar por meio de um método desconstrutivista, o *queer* foca nos processos classificatórios, *hierarquizadores*, nas estratégias sociais normalizadoras dos comportamentos. É, desta forma, uma analítica da normalização, que acaba nos dando pistas de como alguns discursos chegam a instituir verdades sobre comportamentos, corpos, pessoas e instituições (MISKOLCI, 2009).

Assim, o *queer* impõe à História a necessidade de rever seus pressupostos, de forma a focar no hegemônico como objeto de estudo e análise crítica. E lhe apresenta uma proposta desafiadora: “o desenvolvimento de uma analítica da normalização que possa interrogar como as fronteiras da diferença são constituídas, mantidas ou dissipadas” (MISKOLCI, 2009, p. 178). Esta crítica da normalização aposta na subversão dos discursos totalizantes, hegemônicos ou autoritários.

O diálogo com a teoria *queer* pode, principalmente, desmontar a matriz heterossexual (BUTLER, 2003), que marca o fazer historiográfico hegemônico e seus efeitos misóginos e homofóbicos. No que se refere ao campo historiográfico, pode “representar uma nova apropriação do gênero como categoria

útil de análise histórica. Podemos historiar e desconstruir os dispositivos de produção dos corpos sexuais-normatizados- *heterossexualizados-abjetos*” (PEDRO; VERAS, 2014, p. 101-103).

A teoria *queer* nos ajuda a sistematizar, a entender algumas coisas, a interpretar (BENTO, 2015). Sistematizar uma “realidade” fora dos marcos *patologizantes* e *naturalizantes*. A interpretar experiências de violências e marginalizações do passado ao presente em mundos plurais e conflitantes, gerando, assim, múltiplas linhas de visões.

Mas, onde se encontram os mundos plurais e conflitantes no discurso histórico? Como podemos perceber as multiplicidades que foram apagadas pelo poder hegemônico da norma? E até que ponto a História não contribui para a instituição da hegemonia heterossexual? Fiquemos com essas perguntas que servem mais para provocar do que pedir respostas.

O encontro entre a História e a teoria *queer* é, portanto, um projeto, uma busca, uma vontade de saber. A História é “um processo em movimento constante, dentro do qual o historiador se move” e a sua escrita nunca estará encerrada (CARR, 1982, p. 167). A proposta aqui é oferecer um exercício reflexivo acerca dos novos desafios lançados para a prática historiográfica presente, pôr em movimento uma nova maneira de fazer História, “um convite a ousar pensar a diversidade, a hierarquia e a problematizar nossa própria pós-modernidade” (RAGO, 2008, p. 12).

Vivemos um presente historiográfico de contínua expansão e é necessário que enxerguemos a historiografia como um campo que está sempre em movimento. Reitero o que falei anteriormente: deve-se estar atento aos mundos plurais e conflitantes que ecoam de modo ainda opaco nos rastros e vestígios do passado. Desconstruir naturalizações e generalidades, que acabam fazendo das relações humanas uma eterna repetição do mesmo. “Mesma divisão binária baseada no biológico, mesma concentração de poderes e de hierarquias entre os sexos e mesma compulsão à heteronormatividade” (SWAIN, 2009, p. 78). Parece-me que no campo da História a teoria *queer* tem sido constantemente incompreendida, atormentada, desistoricizada, por não conseguir enquadrá-la e por não ser uma perspectiva estática, que distribui certezas. Conforme Elias Veras e Joana Pedro (2014, p. 96), a invisibilidade dos estudos *queer* na historiografia pode ser explicada, em parte, pelos mesmos motivos que excluíram as mulheres e as homossexualidades da escrita da História, ou seja, pelas escolhas políticas implicadas no fazer historiográfico que, ao eleger outras temáticas, deixaram de lado outros temas, outros sujeitos e outras histórias.

Conclusões dinâmicas

Como conclusão, cabe relembrar as palavras da filósofa Marcia Tiburi (2013), que ao comentar sobre a Teoria *Queer*, afirma que tal vertente de estudos pode ajudar a pensar o lugar de todos aqueles/as que não se encaixam no padrão do homem branco e europeu. Além dos/as transexuais, os/as judeus/ias, os/as negros/as, os/as árabes e até mesmo os/as pobres entram no campo de suas preocupações como corpos que são considerados, pelo “poder”, como desimportantes, vidas que deveriam ser corrigidas ou que não mereceriam serem vividas.

A Teoria *Queer* permite pensar a multiplicidade das identidades sexuais, sugere novas formas de pensar a cultura, o conhecimento, o poder. Esta teoria provoca e perturba as formas clássicas de pensar e conhecer. Antes de querer ter a resposta ou a solução que encerra conflitos, ela quer discutir a lógica que construiu esse regime. Tal teoria é desconcertante e provocativa e, ao mesmo tempo, estranha e fascinante. Mas, sobretudo, ela faz pensar (LOURO, 2015).

Como afirmou Tomaz Tadeu da Silva (1999, p. 107) “pensar *queer* significa questionar, problematizar, contestar todas as formas bem-comportadas de conhecimento e de identidade. A epistemologia *queer* é, neste sentido, perversa, subversiva, impertinente, irreverente, profana, desrespeitosa”. É um corpo estranho que incomoda, perturba, provoca e fascina.

O objetivo aqui foi de propor uma nova trincheira, que pode ser desenvolvida e aprofundada por diversas/os pesquisadoras/os. Ele está aberto e passível à desconstrução. O que fiz foi apontar um novo caminho para se pensar/escrever/interpretar a História. Por que não apostar no *queer* para tal empreitada? “Abrir-se a novidade, de todo modo, não é sempre uma excelente postura”? Combinar teóricos/as (ou não) pode perfeitamente abrir espaço para novas “visões de mundo” (BARROS, 2014, p. 229).

O mais importante é termos sempre em mente que História é um processo de rupturas, permanências, construções e desconstruções. Logo, são múltiplos os seus olhares, o que significa que, jamais, teremos uma perspectiva única, melhor ou pior que outras. E como afirma o historiador francês Marc Bloch (2001), a História é busca, portanto, escolha. Ela deve ser ampla, profunda, longa, aberta e comparativa. Que possamos escrever uma História “veada”, “*queer*”, desconstruída. Aqui mesmo, nos trópicos, ao sul do equador, “no cu do mundo”².

2 Essa é uma expressão “vulgar”, utilizada no idioma popular das ruas para se referir a um lugar distante. “Quando na nossa vulgaridade cotidiana nos referimos ao cu do mundo, estamos dizendo que são todos os lugares longe da chamada ‘civilização’, que certamente fica em algum lugar longe da Europa e dos Estados Unidos da América” (PELÚCIO, 2014, p. 76).

Referências

BARROS, José D'Assunção. *Teoria da História: princípios e conceitos fundamentais*. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BENETTI, Fernando José. *A bicha louca está fervendo: uma reflexão sobre a emergência da Teoria Queer no Brasil (1980-2013)*. Florianópolis: UDESC, 2013. Monografia de Conclusão do Curso de História. Disponível online em: www.pergamum.udesc.br/dadosbu/000019/000019b1.pdf.

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou O ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BUTLER, Judith. *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARR, Edward. *O que é história?* Tradução de Lúcia Maurício de Alverga, 3 ed.; Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CERTEAU, Michel de. A operação historiográfica. In: *A escrita da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008, p. 65-119.

FOUCAULT, Michel. Nietzsche, a genealogia e a história. In: *A microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984, p. 15-37.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. *Revista Estudos Feministas*, V. 9, n. 2, 2001.

_____. *Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

MISKOLCI, Richard. Estranhando as Ciências Sociais: nota introdutórias sobre Teoria Queer. *Revista Florestan Fernandes*, v. 1. n. 2, p. 08-25, 2014.

_____. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. *Sociologias*, n. 2, p. 150-182, 2009.

PADILHA, Felipe; FACIOLI, Lara. É o queer tem para hoje? – Entrevista com Berenice Bento. *Áskesis*, v. 14, n. 1, p. 143-1, 2015.

PELÚCIO, Larissa. Traduções e torções ou o que se quer dizer quando dizemos queer no Brasil? *Revista Periódicus*, v.1, n.1, p. 68-91, mai/out. 2014. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/revistaperiodicus/article/view/10150/7254>. Acessado em 20 de jul. 2014.

PEREIRA, Pedro Paulo. Queer decolonial: quando as teorias viajam. *Contemporânea*, v. 5, n. 2, p. 411-437, 2015.

RAGO, Margareth. O efeito-Foucault na historiografia brasileira. *Tempo Social. Revista de Sociologia da USP*, v. 7, n. 1-2, p. 67-82, outubro. 1995.

_____; FUNARI, Pedro Paulo (org.). *Subjetividades antigas e modernas*. São Paulo: Annablume, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

SWAIN, Tânia. Que História é esta? *Revista Caminhos da História*, v. 14, n. 2, p. 77-93, 2009.

TIBURI, Márcia. Dossiê Judith Butler - Feminismo como Provocação. *Revista Cult*, São Paulo, p. 20 - 23, 01 nov. 2013.

VERAS, Elias Ferreira; PEDRO, Joana Maria. Os silêncios de Clio: escrita da história e (in)visibilidade das homossexualidades no Brasil. *Revista Tempo e Argumento*, v. 6, n.13, p. 90 □ 109, set/dez. 2014.

VEYNE, Paul. *Com se escreve a história*. Brasília: UNB, 1978.

WHITE, Hayden. O texto histórico como artefato literário. In: *Trópicos do discurso*. Ensaios sobre a crítica da cultura. São Paulo: Edusp, 2001, p. 97-116.

“EVASÃO OU EXPULSÃO ESCOLAR?!”: VIOLÊNCIA DE GÊNERO COM JOVEM ESTUDANTE TRANS EM ESCOLA PÚBLICA NO PARÁ

Mayanne Adriane Cardoso de Souza¹
Alessandra de Almeida Souza²

Resumo: O artigo objetivou analisar as vivências escolares de um jovem trans em uma escola pública no Pará e os motivos que o impediram de concluir os estudos. Metodologicamente, a pesquisa possuiu um enfoque fenomenológico e a coleta de dados utilizada foi a entrevista narrativa. A partir da pesquisa realizada, compreendemos que a experiência escolar do estudante foi marcada por inúmeros acontecimentos envoltos de preconceito e discriminação, motivos estes que ocasionaram sua expulsão. Pontuamos a precariedade que algumas instituições escolares possuem ao não reconhecer os direitos de estudantes transgêneras/os, além da imparcialidade em situações conflituosas que prejudicam o seu rendimento e afetam as suas relações sociais.

Palavras-chave: transgeneridade, juventude, escola, violência, gênero.

1 Mestranda em Educação – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, Graduada em Pedagogia – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ.
E-mail: mayanneadriane@gmail.com;

2 Mestranda em Educação – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ, Graduada em Formação de Professores – UNIVERSIDADE DO ESTADO DO PARÁ e em Letras – UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ.
E-mail: alessandra_almeidasouza@yahoo.com.br

Introdução

Reconhecemos a transgeneridade como um processo que implica impactos na vida estudantil de jovens em virtude das relações sociais pautadas na heteronormatividade dentro e fora das escolas. Diante disso, temos a saída de estudantes como uma das realidades mais frequentes nas instituições de ensino, considerada evasão escolar, termo comumente empregado, com caráter invisibilizador, para justificar o afastamento de LGBT das escolas. Entretanto, Bento (2011) pontua que há um equívoco ao realizar essa afirmativa, pois considera que a intenção de retirar do ambiente os sujeitos que não se adequam às normas de gênero e sexual reverbera dentro os pátios das escolas, caracterizando o que costuma ser empregado como evasão escolar em expulsão escolar, em virtude das experiências vivenciadas pelos sujeitos, em sua maioria, envoltas de preconceito e discriminação.

O artigo objetivou analisar as vivências escolares de um jovem trans em uma escola pública no Pará e os motivos que o impediram de concluir os estudos. Para tanto, o texto encontra-se dividido em duas partes subsequentes à introdução: na primeira seção discutiremos a metodologia utilizada na construção do artigo e a seção tratará dos resultados e discussões obtidos a partir da entrevista narrativa realizada com o jovem. E, por fim, nas considerações finais, realizaremos algumas reflexões que foram possíveis a partir da fala do entrevistado.

Metodologia

Metodologicamente, a abordagem utilizada foi a qualitativa, pois conforme Minayo (1994), a mesma possibilita a aproximação entre o sujeito e o pesquisador, aprofundando as relações humanas, evidenciando a realidade vivenciada pelo indivíduo. O enfoque utilizado foi o fenomenológico sob a perspectiva de Schutz (1979), por permitir a interpretação dos sentidos e significados atribuídos pelo sujeito às suas experiências de escolarização, conforme nos propomos durante a construção do *artigo*.

A coleta de dados foi realizada a partir de entrevistas narrativas, conforme Jovchelovitch e Bauer (2002) fugindo do esquema de pergunta e resposta encontrado na maioria das entrevistas, além de sua importância na compreensão dos fenômenos sociais, permitindo que o sujeito retome e narre acontecimentos de sua vida, confrontando a vida cotidiana. A entrevista narrativa é composta por quatro fases: iniciação, narração central, fase de questionamento e fala conclusiva.

Resultados e Discussão

Perante a sociedade ser heterossexual é tido como algo natural, enquanto que ser homossexual é visto como errado e proibido. No entanto, conforme Louro (2011), esta definição fora imposta socialmente e aquele/a que foge do padrão estabelecido é considerado/a desviante, errado/a, vindo a ser julgado/a por conta de sua sexualidade. Tal realidade ocorre inclusive nas escolas, na perspectiva

da heteronormatividade, ou seja, no entendimento de que todos/as deveriam ser heterossexuais, rotulando e impondo os padrões de gênero e sexuais. Verificamos sua forte imposição presente nas narrativas abaixo:

Hum, minha vivência na escola já enquanto uma pessoa trans, é no início foi muito difícil e a gente sempre tem porque a gente sempre tende a ligar para o que as pessoas dizem, né? então todos os olhares e falatórios ao meu redor assim, se direcionavam a mim, sempre me machucavam demais e mais isso nas questão dos alunos, sabe. Os colegas de sala, mesmo, a gente sempre espera que vão compreender a nossa as pessoas que nós somos, enfim. e o fato das pessoas de certa forma me julgarem por eu ter iniciado minha transição, foi muito difícil, sabe? Foi meio que estar no lugar errado ou que as pessoas simplesmente não respeitam as outras.

O relato do garoto revela que o processo discriminatório e preconceituoso vivenciado por ele é uma realidade recorrente, principalmente por parte de seus colegas de classe, causando o sentimento de tristeza em virtude dos olhares e comentários de negação à sua identidade de gênero. A partir de seu relato, pudemos verificar que o jovem esperava uma postura acolhedora do restante da turma, visando o respeito e apoio no início de sua transição, momento delicado e que requer sensibilidade e compreensão das pessoas que fazem parte de suas relações.

Bom, foi mais pelas palavras que eles falavam, aquilo, né? a escola sempre tem grupinho de amigos e todos os grupinhos falavam de mim, tipo, me olhavam e de certa forma me julgavam com aquele olhar, então, o principal motivo foi esse, a forma como as pessoas me olhavam e me tratavam como se eu fosse de outro mundo, como se nunca tivesse visto algo igual, sabe? Parece que o E.T desceu do céu, foi pra escola e sentou no lado deles, entendeu? Então(.) o principal motivo foi eu não me sentir um ser humano perto de outras pessoas.

Ao ser questionado acerca dos motivos que o fizeram interromper os estudos, o estudante complementa sua fala anterior ratificando as atitudes das/os colegas de classe como determinantes nessa decisão. O estudante descreve que o fato de ser um homem trans provocava a sensação de não pertencimento ao espaço escolar, tanto em relação a si quanto na percepção das/os outras/os estudantes, configurando uma relação de desigualdade em que as diferenças foram acentuadas e, que contribuíram para a sua saída da escola.

Olha, uma vez aconteceu de o professor está falando alguma coisa, tipo, era matemática, tem um termo parece que é cisgênero, sabe? Aí o menino falou transgênero, ele não quis fazer uma brincadeira, porque ele empurrou assim, me deu um tapa assim e falou: “olha, olha aí” e aí, tipo, todo mundo começou a rir e aí o fato dele tentar fazer uma piada e de uma certa forma ter me ofendido, me machucou, sabe? Não tinha necessidade, sabe? Se ele quer brincar pelo menos falava, eu não ia me importar com uma brincadeira dele, ao dizer transgênero, porque eu sou um homem trans, então, não tenho problema com

isso, mas o fato dele ter me empurrado de certa forma me machucou, tipo acho que foi uma coisa que foi umas das piores sensações.

No trecho acima, o menino descreve detalhes sobre uma situação vivenciada na escola, apontando um acontecimento que, de acordo com a sua narrativa, subtendo-se não ter ocorrido intervenção do/a professor/a que ministrava a disciplina. A ausência de atitudes mencionadas em sua fala, aliada à acentuação do sentimento de desconforto que o atingiu, contribuiu para a apreensão de que o acontecimento estendeu-se, dando espaço para contato físico, piadas e risadas debochadas coletivas. A falta de empatia e solidariedade em uma experiência que envolveu todas/os as/os estudantes e um/a profissional da instituição contribuíram para que o jovem, dentre tantos acontecimentos, escolhesse esse como um dos mais marcantes durante sua permanência no ambiente escolar em virtude da exposição humilhante consentida por todas/os, professor/a e estudantes.

A sociedade impõe muito que a gente estude, que a gente faça todas essas coisas, entrar na faculdade, tudo mais, acho que o fato de eu ter necessitado psicologicamente sair da escola, no momento, me agride demais, porque é uma necessidade que a gente tem de terminar pra poder ser alguém na vida, então, agora é ruim pra mim por eu não ter tido oportunidade de não me sentir na escola, e a minha família de certa forma me agride por eu não ter continuado e fica cada vez mais difícil, mas por outro lado, eu me sinto bem por saber que, na verdade (.) eu sei que o meu bem estar é melhor, sabe? Que eu tenho formas de terminar meus estudos, então, no momento por outro lado é bom por ter decidido ficar bem comigo mesmo, procurado outras formas de terminar, mas por outro lado é ruim as pessoas não terem respeitado quem eu era quando eu precisava.

O menino observa a exigência e/ou peso que os/as jovens sentem em estar na escola e concluir os estudos, no entanto, apesar de desejar continuar, a escola não soube lidar com a sua transgeneridade, gerando conflitos psicológicos que favoreceram a sua autodefesa, forçando-o a sair da mesma. Além disso, o garoto demonstra ter um sentimento de desânimo e de tristeza por estar fora da escola, principalmente por acreditar que por meio de seus estudos alcançaria melhores condições de vida. Percebe-se ainda, em seu relato, que a sua saída da instituição se deu pelo fato de não se sentir bem no local, somado à ausência de intervenções advindas da gestão que poderiam possibilitar a sua permanência no local

Olha considerando a minha mentalidade, é, de certa forma leiga nesse assunto de expulsão, porque eu considero expulsão quando a direção manda embora, eu acho que se for considerar que eles não fizeram o possível para me manter na escola, foi expulsão, entendeu? Mas de certa forma também pode ter sido um abandono, mas um abandono com causas e importância, sabe? Mas eu considero o fato de que eles não fizeram nada, tipo em nenhum momento eles me ligaram para me perguntar porque eu tinha saído, entendeu? Simplesmente a minha matrícula ficou aberta e ninguém perguntou se eu ia voltar ou não, entendeu? Então, eu posso considerar como uma expulsão.

O relato final do jovem responde à questão central que nos propomos a analisar e que conduziu a investigação. O estudante afirma que a sua saída da escola não foi uma atitude espontânea, ou seja, que tenha partido da sua vontade e, sim em virtude das situações vivenciadas e enfrentadas no local, como a omissão da equipe técnica, principalmente das/os estudantes e que catalisaram o que o mesmo denominou como expulsão escolar.

Conclusões

A partir do relato do jovem estudante trans foi perceptível as relações preconceituosas e discriminatórias estabelecidas no espaço escolar, situação esta muitas vezes responsável pela desistência dos estudos da população LGBT. A desistência é aparente, pois, de fato, o que ocorre é um processo de expulsão desses meninos e meninas, posto que a cada atitude vexatória e humilhante vivenciada na escola, sentem-se desamparados pela equipe técnica, provocando, forçosamente a sua saída.

Podemos destacar que é sumária a necessidade de discussões que versem sobre gênero e sexualidade como forma de promover na comunidade escolar um processo de sensibilidade e compreensão em torno dessa temática, contribuindo tanto para a equidade, como para com o respeito às diversidades de gênero e sexuais, possibilitando assim, a permanência de todos e todas que não se adéquam à imposição da norma heterossexual.

Referências

BENTO, Berenice. Na escola se aprende que a diferença faz a diferença. **Rev. Estud. Fem.**[online]. 2011, vol.19, n.2, pp.549-559.

JOVCHELOVITCH, Sandra; BAUER, Martin. A entrevista narrativa. BAUER, Martin; GASKELL, George: **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**. Petrópolis: Vozes, 2002, p. 90-113.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e docência: diversidade, gênero e sexualidade. **Revista brasileira de pesquisa sobre formação docente**. Belo Horizonte, v. 03, n. 04, 2011.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 1994.

SCHUTZ, A. Bases da fenomenologia. In: WAGNER, H. (Org). (1979) **Fenomenologia e relações sociais: textos escolhidos de Alfred Schutz**. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

“ISSO AQUI, MEU FILHO, É FAMÍLIA? DOIS MACHOS COM UMA CRIANÇA É FAMÍLIA?”: ATAQUES REACIONÁRIOS AOS LIVROS DIDÁTICOS DO ENSINO FUNDAMENTAL

Vinicius Mascarenhas dos Passos¹
Marcos Lopes de Souza

Resumo: Nas últimas décadas, os livros escolares disponíveis nas escolas de educação básica têm tido várias mudanças mobilizadas, especialmente, pelas políticas do Plano Nacional do Livro Didático (PNLD). A inclusão dos debates sobre diferenças é uma questão incorporada por esses materiais, todavia, isso tem provocado reações de grupos mais conservadores. Assim, neste trabalho nos apoiamos em um vídeo que viralizou nas redes sociais, no qual, o pai se revolta com uma atividade sobre a diversidade dos arranjos familiares presente no livro didático de seu filho e o ensina que dois homens e uma criança não são exemplo de família, nomeando essa união como aberração, caminho errado, algo sujo e pecaminoso. Também analisamos as repercussões do vídeo com base nos comentários postados no YouTube.

Palavras-chaves: livro escolar, educação fundamental, família homoafetiva, neoconservadorismo.

¹ Graduando em Ciências Biológicas – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, vini- mascarenhas@hotmail.com; ² Docente – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
E-mail: markuslopesouza@gmail.com

Introdução

O livro didático é ainda um dos recursos pedagógicos mais utilizados nas salas de aula de nossas escolas e sua permanência como um material relevante se dá, especialmente, em virtude de sua aquisição mais fácil via Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) e também por apresentar o conteúdo de maneira mais sistemática para a/o docente. Diante disso, este ainda tem sido uma referência no ensino das diferentes disciplinas da escola. Além disso, este material ainda se apresenta como uma forma de adequação à realidade precária de formação e informação vivenciada por professoras(es) brasileiras(os). Também é importante ressaltar que:

A grande capacidade que editores e autores demonstraram ao longo da história da educação brasileira de adaptar o livro didático às mudanças de paradigmas, alterações dos programas oficiais de ensino, renovações de currículos e inovações tecnológicas é um dos fatores que justifica a sua permanência como parte integrante do cotidiano escolar de várias gerações de alunos e professores (SILVA, 2012, p. 805).

Analisando o PNLD, este foi criado com a intenção de contribuir para a garantia de materiais didáticos de qualidade e disponíveis para subsidiar o desenvolvimento dos processos de ensino e de aprendizagem nas escolas (ZAMBON; TERRAZAN, 2013). As políticas do PNLD têm atuado para as mudanças na abordagem e na estruturação dos conhecimentos apresentados pelos livros a fim de garantir um material didático de qualidade. E diante dessas obrigatoriedades e recomendações, muitos(as) autores(as) e editoras têm modificado os seus livros.

Dessa maneira, a inclusão dos debates sobre as diferenças (incluindo as questões de gênero, étnico-raciais, sexualidade, pessoas com deficiência, família, geração e regionalidade) tem sido estimulada pelas últimas políticas do livro didático no Brasil (sobretudo pós anos 1990), o que favoreceu a produção de materiais escolares mais preocupados com o reconhecimento das diferenças e com a problematização dos processos discriminatórios em nossa sociedade.

Por outro lado, essas mudanças nos materiais escolares, inclusive nos livros didáticos, geraram um contramovimento advindo de setores mais tradicionais. Como exemplo, nós citamos as reações contrárias aos materiais do kit anti-homofobia que objetivava orientar docentes para trabalhar em prol do respeito à diversidade de gênero e sexual na escola, mas que foi visto como uma forma de incentivar a homossexualidade e de contestar o modelo tradicional de família. As pressões dos grupos conservadores contribuíram para que o governo da época vetasse o material e não aprovasse sua produção e distribuição nas escolas.

Outros movimentos contrários à inserção dessas e de outras discussões ainda se fizeram presente nos últimos anos. Neste texto, trazemos para debate o vídeo divulgado no ano de 2017 nas redes sociais e que gerou uma série de desdobramentos. No vídeo, um pai pega o livro didático de seu filho e começa a questionar uma das atividades que aborda sobre as várias possibilidades de família na

contemporaneidade. Ele se revolta com o fato de o material trazer a família homoafetiva como parte integrante da sociedade e ressalta que dois homens jamais podem ser chamados de família. Portanto, nesse trabalho nos debruçamos em analisar o vídeo e os comentários advindos da sua repercussão no YouTube.

Nesse debate sobre família é importante relatar que nossa sociedade ocidental entende as relações familiares como questões importante para a formação dos indivíduos e de suas identidades. Mesmo sabendo que muitas pesquisas antropológicas evidenciem a diversidade de dinâmicas familiares, qualquer desvio aos modelos hegemônicos é contestado, rechaçado e rejeitado, sobretudo por instituições religiosas tradicionais e conservadoras (FONSECA, 2004).

Metodologia

As redes sociais são espaços em que circulam visões de mundo sobre as diferentes questões de nossa atualidade. Em virtude da velocidade em que essas informações são difundidas, muitas questões conflituosas rapidamente geram uma série de desdobramentos trazendo tanto posicionamentos favoráveis quanto contrários.

Diante da importância das redes sociais na contemporaneidade, nessa pesquisa analisamos a vigilância e os questionamentos ao conteúdo do livro didático realizados pelo pai de um aluno do ensino fundamental por meio de um vídeo postado por ele e dos comentários advindos dessa publicação viralizada no YouTube..

Assim, nessa pesquisa analisamos este artefato e suas repercussões tomando como parâmetro a perspectiva pós-crítica e operando com os discursos produzidos no vídeo e aqueles apresentados pelos(as) internautas. Consoante com Louro (2007), na perspectiva pós- crítica trabalhamos com a provisoriedade, singularidades, desconfiando das certezas definitivas e universais. Apostamos nessa discussão para promover questionamentos a respeito da naturalização da família heterossexual e nos lançamos a experimentar a diversidade de arranjos familiares. Os nomes não foram utilizados a fim de manter em sigilo a identidade das pessoas envolvidas.

O que um livro didático pode provocar nas pessoas quando aborda a diversidade de arranjos familiares?

O vídeo divulgado no YouTube e que é objeto de nossa análise, inicia-se com as seguintes frase:

Deus criou HOMEM e MULHER e os dotou de órgãos genitais para reproduzir. "Assim criou Deus o homem à sua imagem. À imagem de Deus o criou. Macho e fêmea os criou (Genesis 1;27).

O discurso religioso é trazido, inicialmente, como argumento para referendar as relações heterossexuais, reafirmando que por serem uma criação divina, homem e mulher apresentam genitálias com

fins da reprodução. Ou seja, homem e mulher além de viverem juntos devem gerar descendentes. Ainda nestes escritos há enunciados que produzem o pensamento de que homem e mulher são a imagem de Deus e, portanto, de alguma forma, a essência de Deus seria pautada nesse binômio homem-mulher e que a união dos dois seria o propósito divino. Com esse discurso religioso, há um anúncio de que outras possibilidades que escapem a isso não seriam consideradas divinas e que, dessa maneira, seriam antinaturais.

Depois desses escritos, inicia-se a cena em que o pai sentado ao lado do seu filho pega o livro didático e contesta uma das atividades sobre os arranjos tradicionais e os mais contemporâneos de família. No vídeo não é mencionado o nome do livro, nem a disciplina e nem as/os autoras/es. A princípio o pai não rejeita os modelos de família que evidenciam possivelmente a relação heterossexual seja casais inter-raciais, casais brancos com filhos negros e pai solteiro, por exemplo. Porém, o que causa revolta é um casal gay com uma filha. Em um primeiro trecho, o pai diz:

Pai: É, você pega o caderno do seu filho, o livro do seu filho para ver como é que tá aqui o aprendizado em sala de aula e aparece uma aberração dessa aqui dizendo: "Marque com um X a imagem que mostra uma família do passado". Que porra é essa família do passado? Aparece aqui um negro, uma branca; aparece aqui uma branca e um branco com um casalzinho de pessoas com uma cor mais escura; um homem com filho... mas isso aqui não importa, o que aparece aqui é que no final aparece um bigodudo aqui com mais um sem vergonha aqui sem barba com uma filha aqui que dizem, querendo dizer que isso aqui é família tradicional, é família atualizada. Daí pergunta aqui "O que é que é família do passado?". Daí meu filho vem me mostrar que família do passado é isso aqui. Senhores, família do passado? Não existe família do passado. A Constituição Federal de 1988 reconhece que em seu artigo 226 que a união estável entre um homem e uma mulher é o que constitui uma família. Então, seus professores, comunistas de merda, não venham ensinar para os nossos filhos esses seus conceitos absurdos, esses seus conceitos aqui pecaminosos, sujos e covardes. Tentando mostrar para nosso filho que essa merda aqui é família. Isso aqui não é família, isso aqui não é família (fala mais alto).

O pai nomeia o casal homossexual de sem-vergonha e de aberração reiterando que não corresponde a família atualizada e que pai, mãe e filhos/as não é uma família do passado. Ao utilizar a Constituição Brasileira de 1988, o pai quer nos convencer que, inclusive, para a legislação só há uma maneira de conceber família, no caso, aquela oriunda de uma relação heterossexual e que, portanto, famílias que fogem dessa perspectiva seriam ilegais, inconstitucionais e, assim, ilegítimas.

Inclusive há um projeto de lei tramitando no Congresso Nacional PL 6583/2013 que dispõe sobre o Estatuto da Família e dá outras providências, no qual se define família com base na ideia de junção entre homem e mulher por meio do casamento ou da união estável ou como grupo formado por pai ou mãe e seus descendentes. Neste projeto estariam excluídos os casais LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, travestis, e intersexuais). Com isso, é possível perceber vários contramovimentos desejosos de impedir uma reconfiguração da compreensão de família que conteste o heterossexismo.

De acordo com Fonseca (2004), o núcleo familiar composto por um casal heterossexual unido pelo casamento e apresentando filhos(as) biológicos(as) é algo cada vez menos presente em termos estatísticos e nem sempre tem sido referência para a sociedade. Para a autora, conforme as circunstâncias históricas, sociais, culturais de cada sociedade, os arranjos familiares são bem variados. Todavia, casais de gays, lésbicas e travestis, por exemplo, apresentam inúmeras barreiras sociais, institucionais e até religiosas para serem reconhecidos enquanto família.

Além de defender a família tradicional, o pai também contesta a escola e o professorado insultando-as(os) de “comunistas de merda” e que essa multiplicidade de arranjos familiares seria pecaminosa e impura, não aceitando que isso possa ser ensinado ao seu filho. Com isso, ele desautoriza a escola como espaço educativo e mostra ao seu filho o que seria o correto a ser ensinado. Em mais um trecho ele conversa com o filho:

Pai: [...] Tá vendo, meu filho? O que é uma família, meu filho? Filho: Pai e mãe.

Pai: Pai e mãe, como quem? Filho: Ahn?

Pai: Como é que é uma família? Filho: Pai e mãe.

Pai: Pai e mãe, eu sou o pai, sua mãe é a mãe e você é o filho. Isso aqui, meu filho, é uma família? Dois machos aqui com uma criança é uma família?

Filho: (balança a cabeça simbolizando um não).

Pai: Não é! Então meus amigos, seja na rede social ou em qualquer outro lugar que você estiverem, ensinem os seus filhos a andarem pelo caminho correto pois o estado lá fora, esse mundo pecaminoso quer induzir as nossas crianças a conhecer as coisas erradas.

Insistência vezes, o pai vai ensinando ao filho que dois homens não podem formar uma família e que o seu pai, sua mãe e ele é que, de fato, compõem uma família. Ademais o pai também dá um recado para que as pessoas não aceitem essa perspectiva defendida pelo Estado por meio dos livros didáticos das escolas e reitera que as famílias devem impedir que esses pensamentos cheguem até seus/suas filhos/filhas.

Em relação aos comentários postados no YouTube houve várias opiniões. Alguns deles apoiaram a visão do pai:

Leonardo: Dá nojo dessas imundícies satânica... Deus ama o pecador, mas o pecado Deus abomina.

Mateus: Pais examinem os livros dos seus filhos e vão até a escola saber se os livros que ficam nos armários têm essa aberração o certo é o que está na bíblia Homem e Mulher.

Aqui a escola é tida como um local perigoso que pode interferir negativamente nos valores tradicionais. Há um chamamento para que outras famílias vigiem as escolas evitando que livros como esse circulem até os/as estudantes, já que estes são materiais impuros, satânicos e contestadores dos ensinamentos bíblicos.

Outros, por sua vez, discordavam da ideia dele:

Sérgio: Só consigo ter pena de pessoas de mente tão fexada, que acha que família é homem mulher, vai para uma criança jogada no lixo e pergunta para ela quem é a família dela.

Débora: Quanta violência!!! Tá certo que o livro colocou mal a pergunta e foi muito infeliz no seu enunciado. Porém, temos que dar a mão à palmatória e ver que existem SIM outros modelos de Família onde há amor, respeito e solidariedade. Muitas famílias constituídas por pai e mãe existem e estão desequilibradas, violentas e servindo de péssimo exemplo.

A família tradicional é questionada por alguns dos(as) internautas argumentando que este modelo nem sempre pode ser visto como ideal já que há famílias com pai, mãe e filhos(as) e com situações de violência ou mesmo filhos(as) que são abandonados(as) por pais e mães, evidenciando que não há garantia de felicidade em uma família pautada no modelo heterorreprodutivo.

De forma geral, entendemos que este vídeo ao apresentar um pai questionando a presença de outros arranjos familiares no livro didático gerou repercussões diversas, nos fazendo pensar como esses materiais têm se tornado contestadores das normas sociais e quiçá, neste momento, espaços subversivos.

Referências

FONSECA, Cláudia. “Olhares antropológicos sobre a família contemporânea”. In: ALTHOFF, Coleta Rinaldi; ELSEN, Ingrid; NITSCHKE, Rosane G. (org.). **Pesquisando a família: olhares contemporâneos**. Florianópolis: Papalivro Editora, 2004, p. 55-68.

LOURO, G. L. Conhecer, pesquisar, escrever. **Educação, Sociedade & Culturas**, v. 25, p. 235-245, 2007.

SILVA, M. A. A Fetichização do Livro Didático no Brasil. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v. 37, n. 3, p. 803-821, set./dez. 2012.

ZAMBON, L. B.; TERRAZZAN, E. A. Políticas de material didático no Brasil: organização dos processos de escolha de livros didáticos em escolas públicas de educação básica. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, v. 94, n. 237, p. 585-602, maio/ago. 2013.

“HOJE EM DIA PRA SER BONITA TEM QUE SER BRANCA, MAGRA E DE CABELO LISINHO”: DIÁLOGOS SOBRE GÊNERO, SEXUALIDADE E RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS EM UMA ESCOLA QUILOMBOLA

Thaís Santos Santana¹
Marcos Lopes de Souza²

Resumo: Este trabalho analisa uma experiência educativa desenvolvida em uma escola quilombola e com um grupo de estudantes dos anos finais do ensino fundamental tendo como temática as questões de gênero, sexualidade e as relações étnico-raciais. Para a construção do material empírico utilizou-se de notas de campo e de entrevistas em grupo realizadas com os/as estudantes. Nos primeiros encontros foi perceptível que as(os) alunas(os) tinham uma visão dicotômica de gênero, um olhar da sexualidade como algo pecaminoso e ainda entendiam a branquitude como ideário de beleza. Ao final, elas/eles reconheceram a necessidade de entender melhor sobre estas temáticas para que combatessem este-reótipos e discriminações que afirmaram ainda ocorrer na escola em que estudam.

Palavras-chaves: educação fundamental, relações étnico-raciais, gênero, sexualidade e intervenção escolar.

1 Licenciada em Ciências Biológicas pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia-UESB.
E-mail: taisantana13@hotmail.com;

2 Professor Titular da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB.
E-mail: markuslopessouza@gmail.com

Introdução

Conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica toda escola tem autonomia para discutir as questões de gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, levando em conta as necessidades das (os) jovens que estão inseridas nelas, a cultura em torno da escola, e sempre respeitando a singularidade de todas(os) (BRASIL, 2013). Entretanto, mesmo com os marcos legais e com as lutas incessantes dos movimentos sociais ainda encontram-se dificuldades para debater sobre estas temáticas, especialmente, nos últimos anos em que se intensificou uma reação de movimentos conservadores tradicionais e fundamentalistas que desejam restringir essas reflexões no âmbito familiar.

O principal argumento utilizado para que o espaço escolar trabalhe com as diferenças é fato de ser um local historicamente marcado pela reprodução de preconceitos. Para Rohden (2009), o racismo, sexismo e homofobia são reflexos das próprias políticas públicas educacionais que negaram a existência de atitudes discriminatórias nas escolas. Os próprios materiais escolares, como os livros didáticos, reforçavam visões preconceituosas e estereotipadas dos ‘grupos minoritários’, enfatizando, por exemplo, o racismo como algo do passado e, portanto, negando sua existência na atualidade. Dessa maneira, é necessário dar visibilidade a esses temas em sala de aula para que dialoguemos sobre as produções desses preconceitos e discriminações. Apesar de as violências estarem presentes na escola, ainda acreditamos na capacidade de se intensificar esse debate, questionando o sexismo, racismo e a homofobia e diminuindo esses índices. Uma das possibilidades para esses enfrentamentos é a construção de ações na escola com a colaboração da universidade.

Movidos por essa perspectiva de atuação, durante o estágio obrigatório da disciplina Metodologia e Prática do Ensino de Ciências do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, *campus* de Jequié-BA, resolvemos elaborar uma proposta de ação educativa em que pudéssemos debater, entre outras coisas, sobre as questões envolvendo gênero, sexualidade e relações étnico-raciais. Para isso, escolhemos uma escola quilombola estadual existente no município de Jequié-BA.

Esta escola se localiza em uma comunidade quilombola chamada Barro Preto em que a maioria da população é negra, apresenta laços comuns de integração, porém nem todas as pessoas aí residentes se reconhecem como remanescente de quilombo. De qualquer maneira, desde 2007, o Ministério da Educação reconheceu o colégio como instituição de educação quilombola. Entendemos, conforme Carril (2017), a necessidade de a escola quilombola construir uma educação que valorize as identidades e culturas quilombolas e afro-brasileiras. É interessante que o currículo de uma escola quilombola seja, ao menos, aberto, mais flexível, aposte na interdisciplinaridade e valorize as narrativas da comunidade quilombola em termos de território e etnicidade.

Diante dessas inquietações, desenvolvemos a intervenção na escola por meio do minicurso intitulado “Sexualidade, Gênero, Relações Étnicoraciais e Ambiente”. Neste artigo apresentaremos a análise dessa experiência educativa desenvolvida na escola quilombola com um grupo de estudantes dos anos

finais do ensino fundamental tendo como temática as questões de gênero, sexualidade e as relações étnico-raciais.

Metodologia

As vivências e experiências aqui expostas ocorreram durante um minicurso intitulado Sexualidade, Gênero, Relações Étnico-racial e Ambiente, executado no período do dia 22 de março a 07 de abril de 2016 com discentes matriculados(as) em uma escola estadual quilombola do município de Jequié-BA. Esta ação foi desenvolvida durante o estágio supervisionado de Ciências Naturais, o qual está atrelado a disciplina Metodologia e Prática de Ensino de Ciências, do curso Licenciatura em Ciências Biológicas da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia- UESB.

O minicurso ocorreu no horário oposto a das aulas dos(as) discentes e foi dividido em 6 encontros com as seguintes temáticas: construção dos conceitos de sexualidade e gênero; gênero e ambiente; concepções de corpos e visibilidade negra; prazer, virgindade e masturbação; saúde para a sexualidade e Sexismo, racismo e homofobia. Foram utilizadas as seguintes estratégias didáticas: rodas de conversas, discussões de textos, vídeos e curtas- metragens, interpretações de imagens e dinâmicas que abordem sobre racismo, sexualidade e gênero.

Para a produção do material empírico, foi utilizado um diário de campo em que foram anotadas as observações feitas ao longo dos encontros (BOGDAN; BIKLEN, 1994) e realizada uma entrevista do tipo grupo focal (FLICK, 2009) ao final da intervenção com aqueles(as) que estavam até o final da atividade. Participaram até o final do trabalho 12 estudantes. Para a análise dos dados empíricos foi utilizada a análise textual discursiva baseando-se em Moraes e Galiazzi (2011).

Concepções de corpos e hipersexualização das pessoas negras

Tentamos facilitar as (os) alunas(os) o entendimento sobre as concepções de corpos. Nessas discussões tentamos não nos prender a biologia e buscamos abordar as questões socioculturais, questionando algumas concepções de corpos que nos limitam. Nesse momento percebemos que as (os) alunas (os) ainda apresentavam rejeições em debater essa temática em uma concepção mais libertária, ampla e dialogada, pois se acostumaram em discutir corpos numa visão biológica essencialista. Acredito que isso foi uma das principais problemáticas ao se tentar discutir os corpos, pois, pensam o corpo como algo material/biológico, negando outras formas de perceber/relacionar o corpo (espiritual, social, cultural, histórico).

Na tentativa de desconstrução da concepção de corpos estritamente biológicos, falamos dos estereótipos definidos na atualidade, e o quanto eles nos aprisionam. A fala de uma aluna me chamou atenção. Bruna diz:

Tipo assim pró, hoje em dia pra ser bonita tem que ser branca, magra e de cabelo lisinho, quem não é assim o povo fala que não é bonito.

A partir daí foi possível observar que a aluna consegue perceber o quanto esses estereótipos impostos em nossos corpos são os meios pelo quais sofremos preconceitos, discriminações e até exclusão, pelo fato de não nos adequarmos a esses padrões.

Também se nota que os conhecimentos estão sendo (re)construídos em outras participantes, elas (es) pontuavam em suas falas, que o corpo muitas vezes é o motivador dos preconceitos. A aluna Isabela fala: *Hoje em dia tudo é motivo pro povo falar mal, se a gente é gordo fala, se é magro demais também fala.* Para ela, o olhar sobre as características físicas ainda são motivadores de preconceitos e discriminação.

Nas discussões sobre corpos abordamos como ocorre historicamente a construção dos corpos negros, problematizamos como os corpos negros são pensados e construídos na mídia e como eles ainda na atualidade são colocados como abjetos. Em uma roda de conversa, onde tratávamos sobre hipersexualização de pessoas negras, Isabela disse:

Pró, eu vejo que o corpo da mulher negra é mais hipersexualizado que o do homem negro. A própria mídia mostra mais o corpo da mulher negra que o do homem, sempre mostra a mulher negra como gostosa (Isabela).

Nesta fala de Isabela podemos pensar como no contexto do Brasil foi produzido o pensamento de que o homem e a mulher negra possuíam uma sexualidade instintiva. Nas palavras de Weeks (2007, p. 58): “[...] apresentavam a pessoa negra – “o feroz selvagem” – como situado mais abaixo, na escala evolutiva, do que a branca”. Isso repercute até hoje, pois no imaginário social a mulher negra e o homem negro são vistos como aqueles(as) que apresentam uma sexualidade incontrolável.

Em outro momento Isabela também se posiciona sobre e fala: É engraçado como em revista e até mesmo a televisão mostra mais o corpo da mulher, agora mesmo pra montar esse cartaz, achamos bem mais imagens de mulheres que de homem. E também se encontra mais gente branca que preta. Com esses posicionamentos de Isabela, podemos notar que algumas (alguns) estudantes começaram a se questionar criticamente algumas imposições da mídia, como o padrão de beleza de mulheres brancas, a maior exposição dos corpos das mulheres comparados aos dos homens.

Durante esse encontro foi perceptível que algumas (alguns) estudantes ficaram inquietos logo após o início das problematizações que envolviam relações étnico-raciais, chegando ao ponto de um aluno pedir para mudarmos de assunto. Moisés falou: *Pró, a gente vai falar disso durante muito tempo, muda aí o assunto, não gosto de falar disso.* Em outros momentos em que se discutia raça/etnia, outras (os) alunas (os) também se posicionaram demonstrando desinteresse. Acreditamos que esse desinteresse e incômodo ao se discutir esses assuntos é devido a imagem negativa que elas(es) construíram sobre as pessoas negras e as questões étnico-raciais relacionadas a esse grupo, mesmo estando em um colégio quilombola.

Importância da temática para as (os) alunas (os) no sentido de combater preconceitos na escola

No final do minicurso perguntarmos, durante o grupo focal, aos (às) alunas (os) se elas (es) achavam que as discussões no período do minicurso foram importantes. Tivemos como uma das respostas:

É importante pra não acontecer mais caso de racismo, tem aquele negócio também como a pró falou e mostrou o vídeo, o rapaz era gay o povo pegou e matou ele, por conta do racismo (Ícaro).

É importante ressaltar que mesmo após o término do minicurso, as (os) estudantes ainda associavam todas as formas de preconceito ao racismo. Essa associação é perceptível nas falas que emergiram nos grupos focais, onde fica explícita tal confusão, em que outras formas de preconceitos como homofobia, transfobia e sexismo também são tratadas como racismo.

A fala de Ícaro nos afirma que para ele é de grande valia tais discussões, nos mostra que participar do minicurso o proporcionou conhecer e/(ou) ter mais conhecimentos sobre as formas de preconceitos e discriminações, e participar é uma forma de evitar fazer isso com os(as) colegas. A ideia de se fazer essas discussões na escola ganha mais forças quando as (os) próprias (os) alunas (os) admitem que a escola ainda é um local que ocorre com frequência discriminações e preconceitos.

*Pra também não ter preconceito contra o próximo, nem racismo. Isso é uma coisa muito importante na escola, e **isso acontece muito** (Danilo).*

Sim, para que também o aluno não cresça e se torne essa pessoa assim que violenta o outro (Júnior).

Em suas falas eles mostram a importância de saber sobre o conteúdo e nos afirmam que ao termos conhecimentos sobre essas questões, passamos a respeitar mais as diferenças, e não nos tornamos pessoas que violam os direitos e discriminam as (os) outras (os). O grifo da fala do aluno “[...] e isso acontece muito” referindo-se à escola, nos mostra que ainda este espaço apresenta com frequência ocorrências desses tipos de agressões. Asinelli-Luz e col. (2011) nos falam que essas violências ocorrem no âmbito escolar das mais variadas formas possíveis, podendo ser desde uma violência física e verbal, até a exclusão da pessoa. E afirma que essas violências podem ser causadas por inúmeras motivações desde questões de diferença de gênero, orientação sexual, até questões relacionadas à etnia, e problematiza também que toda pessoa que apresenta características consideradas desviantes está suscetível a violação dos seus direitos.

Acredito que toda e qualquer forma de discriminação deve ser abolida do ambiente escolar. E, apoiando-me na fala do aluno penso que devemos continuar enfrentando as proibições e dificuldades impostas por algumas instituições de ensino ao se discutir sexualidade e gênero, persistindo nesse debate. A seguir está uma fala em que o aluno expõe a importância dessas discussões.

É importante para orientar os alunos para entender as coisas, sobre gênero essas coisas (Júnior).

O aluno pontua a necessidade de entender e saber sobre gênero. Louro (2007) diz que discutir sobre gênero no âmbito escolar é necessário, contudo, essa aprendizagem deve ser além das representações binárias de gênero, que devemos propor as (os) alunas (os) problematizações amplas e complexas. E que não devemos discutir gênero isoladamente, e sim englobar outras questões como etnia, classe e sexualidade. É necessário problematizar e criar discussões que rompam com o ensino que perpetua a ideia hegemônica do que deve ser masculino e feminino e enfatizar que estas definições são produzidas/impostas histórico/cultural e socialmente, e não algo atribuído pelo biológico.

Considerações Finais

No decorrer do minicurso notamos que as(os) estudantes produziam discursos preconceituosos que são reafirmados pelas instituições familiares, escolares e religiosas e, que são ditos de uma forma padronizada e normativa. Contudo, acreditamos que, por meio do minicurso, ampliamos a compreensão e ressignificamos o entendimento de uma boa parte das(os) estudantes sobre sexualidade, gênero e os preconceitos envolvidos nessas discussões.

Outro ponto a ser lembrado foi a dificuldade dos(as) alunos(as) em se reconhecerem em suas identidades étnico-raciais. A autora Lélia Gonzales (1984) nos apresenta um questionamento: Por que devemos gostar de ser pretas(os)? Em uma sociedade etnocêntrica e racista como a nossa, assumir-se como negro é se colocar à margem contestando a branquitude como identidade hegemônica, ou seja, é um processo bastante desafiador.

Referências

ASINELLI- LUZ, A; CUNHA, J.M da. **Percepções sobre a discriminação homofóbica entre concluintes do Ensino Médio no Brasil entre 2004 e 2008.** Educar em Revista, n. 39, ed. UFPR, 2011.

BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Secretaria de Educação Básica. Brasília, 2013.

BOGDAN, R; BIKLEN, S. **Dados Qualitativos.** In: _____. Investigação Qualitativa em Educação: uma introdução à teoria e aos métodos/ tradução: Maria Jo  Alvarez, Sara Bahia dos Santos, Telmo Mourinho Baptista. Coleção Ciências da Educação. Porto Editora. Portugal, 1994.p. 150-205.

CARRIL, L. de F. B. **Os desafios da educação quilombola no Brasil: o território como contexto e texto.** Rev. Bras. Educ., Rio de Janeiro , v. 22, n. 69, p. 539-564, jun. 2017.

FLICK, U. **Desenho da pesquisa qualitativa.** Artmed, Porto Alegre, 2009.

GONZALES, L. **Racismo e Sexismo na cultura brasileira.** Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs, 1984.

LOURO, G. L. **Corpo, Escola e Identidade.** Educação e Realidade, v. 25, n. 2, p.59-76, 2000.

MORAES, R. GALIAZZI, M do. C. **Introdução.** In: _____. Análise Textual Discursiva. 2. ed. Ed. Unijuí, 2011. p. 7-10.

ROHDEN, F. **Gênero, Sexualidade e Raça/Etnia: desafios transversais na formação do professor.** Cadernos de Pesquisa, v. 39, n.136, p.157-174, 2009 .

WEEKS, J. **O corpo e a Sexualidade.** In: LOURO, G, L (Org.). O corpo educado. Belo Horizonte, 2.ed, 2007.

CARA (MADURO) OU COROA: REFLEXÕES SOBRE HOMOSSEXUALIDADE, GÊNERO, RAÇA E ENVELHECIMENTO NO RIO DE JANEIRO

Alexandre Gaspari¹

Resumo: O trabalho trará reflexões de minha pesquisa sobre homens com práticas homossexuais de “meia-idade”, entre 40 e 60 anos, da Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ). Sendo uma análise relacional, o levantamento também irá abordar “jovens” que mantêm relações sexuais e/ou afetivas com esses homens. A ideia é mostrar como categorias sociais de diferenciação – corporeidade, gênero, classe social e raça/cor da pele – operam para aproximar ou distanciar os sujeitos daquilo que é “ser velho”. Metodologicamente, o estudo englobará, além de revisão bibliográfica e novas perspectivas teóricas, pesquisa etnográfica qualitativa, em espaços de sociabilização de homens homossexuais “de meia-idade” e “jovens” na RMRJ e comunidades virtuais destinadas a aproximar homossexuais “maduros” e “jovens”.

¹ Doutorando pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais (PPCS) da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ).
E-mail: alexandregaspari@gmail.com

BISSEXUALIDADE-ENCRUZILHADA: PISTAS PARA INTERROMPER O FLUXO DA OPRESSÃO

Sem Autoria

A presente pesquisa parte de memórias para escrever acerca das fronteiras da heterossexualidade compulsória e seus desdobramentos nas relações afetivo-sexuais de mulheres bissexuais. Partimos, portanto, da urgência em se implicar nas críticas feitas pelas mulheres lésbicas às mulheres bissexuais, que nos alertam do preterimento sistêmico que damos às relações vividas com elas, trocando-as (sic) constantemente por relações com homens cis-hetero. Investigando tais relações, percebemos que ao passo que nos relacionarmos com outras mulheres nos arrasta ainda mais para a margem da sociedade, as relações com homens cis-heteros nos conferem legitimidade social, em um deslizamento para um suposto centro desta mesma sociedade - ainda que estejamos subjugadas às violências que as relações heterossexuais sistematicamente trazem às mulheres. Compreendendo que este desejo e esse heterocentrismo está em tudo ligado ao que produz sofrimento e cerceia nossas corpos ao longo dos anos, sobretudo nas vidas na colônia, entendemos que a violência do patriarcado e do machismo que incide em nossos desejos não pode ser justificativa para a opressão da qual as mulheres lésbicas têm nos alertado. Aqui, investigamos então como a heteronormatividade compulsória e o machismo operam em nossos desejos, nos levando a ter um cuidado e dedicação maior com os homens cis-hetero que com as mulheres lésbicas. Adentrando, agregamos a camada racial ao trabalho, percebendo também que o mesmo desejo patriarcal que produz um preterimento das relações com mulheres lésbicas, opera no preterimento das relações com pessoas negras/racializadas. Assim, investigamos também como os desdobramentos do desejo colonial operam nas nossas relações alimentando a cis-heterosupremacia branca. Como não passar a opressão adiante? Como ser leal ao desejo sem desrespeitar o outro? O quanto de lesbofobia e racismo há em nossas relações? Porque vias invisíveis e subcutâneas opera? Como dismantellar tal sistema quando se faz parte dele tão intimamente? Como se reposicionar? Para desenvolver o tema, conversamos então com os escritos de Glória Anzaldúa em seu livro *La Frontera/Borderlands* para pensar interseccionalidades, encruzilhadas e fronteiras na vivência de uma mulher cis-bissexual no presente contexto das práticas e discussões LGBTQ+ e de relações não-monogâmicas. Dialogamos ainda com escritos de dissidência de gênero e sexual, como Sara Elton Panamby (2016), Tertuliano Lustosa (2018) e Jota Mombaça (2016, 2018). Adentrando a complexidade das relações afetivo-sexuais interracializadas, bebe dos escritos de Cíntia Guedes (2018), Audre Lorde, Tatiana Nascimento e Angela Davis.

TRAJETÓRIA ESCOLAR E PROFISSIONAL DE JOVENS NEGRAS: VIVÊNCIAS E INTERSECÇÕES DE GÊNERO E RAÇA

Andréia Carvalho¹

Resumo: O presente estudo centra-se nas trajetórias escolares e profissionais de jovens negras egressas de um curso de formação para o trabalho ofertado por uma ONG em Belo Horizonte/MG. Buscou-se inicialmente conhecer o perfil das jovens através de levantamento realizado por questionário. Posteriormente, selecionou-se cinco jovens negras para narrarem seus percursos por meio de entrevistas narrativas, afim de encontrar aspectos significativos de suas vidas, no que tange à educação e ao trabalho, focalizando as interseccionalidade de gênero e de raça. As narrativas revelam desigualdades, racismo, ausências de oportunidades e desafios enfrentados pelas jovens na educação e no mundo do trabalho.

Palavras-chave: jovens negras, gênero, raça, trajetória escolar, trajetória profissional

¹ Mestranda em Educação – CEFET-MG.
E-mail: andreiacarvalhos@yahoo.com.br

Introdução

Este estudo² centra-se nos percursos escolares e profissionais de jovens negras, egressas de um curso de formação para o trabalho, ofertado por uma ONG em Belo Horizonte/MG, e busca compreender como essas jovens vivenciam seus percursos na perspectiva das relações raciais e de gênero, e como projetam suas vidas futuras.

O curso faz parte de um Programa que prioriza o atendimento de jovens de baixa renda, com idade entre 15 e 17 anos e estudantes de escolas públicas. Durante a formação, os/as jovens participam de capacitações com o propósito de prepará-los para a sua inserção em programas de aprendizagem profissional³. Uma das tarefas a serem realizadas pelos jovens é a produção de um projeto no qual evidenciam suas perspectivas futuras. Considerando o propósito do curso e os projetos dos/as jovens indaga-se sobre os seus percursos escolares, profissionais e os possíveis desafios para a concretização de seus projetos futuros.

Para este estudo, buscou-se inicialmente conhecer o perfil das jovens egressas do curso através de levantamento realizado por questionário, e, posteriormente selecionou-se cinco jovens negras para narrarem suas trajetórias de vida. A escolha se deu utilizando como critérios a pertença racial, além do fato de terem respondido ao questionário. Os dados estão sendo coletados por meio de entrevistas narrativas, com o intuito de encontrar aspectos significativos das vidas das jovens, no que tange à educação e ao trabalho. Neste texto apresenta-se fragmentos destes dados considerando a intersecção dos marcadores de ‘raça’ e ‘gênero’.

Juventude, Trabalho E Educação

A população jovem é a mais afetada pela desproteção, pela precarização e pelo desemprego, o que se agrava quando são sobrepostos fatores de vulnerabilização, como o racismo e a condição social (MATIJASCIC; SILVA, 2016). Para Bento e Beghin (2005) a juventude negra é a parcela mais impactada por estes fatores, além de serem as “principais vítimas da violência urbana, alvos prediletos dos homicidas e dos excessos policiais”, estão no topo da lista dos desempregos, dos que evadem a escola e dos que possuem maior defasagem escolar, o que justifica maior atenção frente as suas realidades (BENTO e BEGHIN, 2005, p. 194).

Quando se analisa o contexto de trabalho são os/as jovens negros/as que encontram maior dificuldade para conseguirem uma ocupação, vivenciam maior informalidade nas relações trabalhistas e

2 Estudo em desenvolvimento pela autora no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Educação Tecnológica do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), Linha II – Processos Formativos em Educação Tecnológica, sob orientação da Professora Doutora Silvani dos Santos Valentim.

3 O Programa de Aprendizagem é o programa de formação técnico-profissional apoiado pela Lei nº 10.097 que tem como objetivo tornar obrigatória que empresas de médio e grande porte contratem jovens com idade entre 14 e 24 anos, na condição de aprendizes.

recebem os menores rendimentos (BENTO e BEGHIN, 2005). Ao tomar o mercado de trabalho como cenário para verificar a situação da população jovem, constata-se que são poucos os estudos que realizam o recorte de gênero e raça, o que dificulta a compreensão da realidade específica de jovens negras neste contexto. Baseando-se, portanto, na situação das mulheres negras, de forma geral, observa-se que elas têm participado, muitas vezes, em condições precárias, desfavoráveis e com maiores dificuldades de inserção e ascensão profissional (BRASIL, 2016). É com base nesta realidade que se pensa, também, a situação de jovens mulheres negras.

No que se refere a formação escolar, de acordo com a síntese dos indicadores sociais do IBGE – 2016, o atraso escolar entre os jovens negros é um dos fatores responsáveis pela entrada no ensino superior. Em 2015, “53,2% dos estudantes pretos ou pardos de 18 a 24 anos de idade cursavam níveis de ensino anteriores ao ensino superior, como o fundamental e o médio, enquanto apenas 29,1% dos estudantes brancos estavam nessa mesma situação” (BRASIL, 2016, p.62).

A Interseccionalidade Como Ferramenta De Análise

Embora o termo “interseccional” no Brasil tenha atingido um maior alcance nos anos 2000, sua origem remonta ao Movimento do final dos anos de 1970, conhecido como *Black Feminism*, onde o termo interseccionalidade passou a ser utilizado, para designar a interdependência das relações de poder, de raça, sexo e classe. Utilizado por muitas autoras, especialmente a partir da década de 1990, foi teorizado por Kimberlé Crenshaw (2002).

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras (CRENSHAW, 2002, p.177).

Para Crenshaw (2002), todas as mulheres estão sujeitas à discriminação de gênero, porém “outros fatores relacionados às suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são ‘diferenças que fazem diferença’ na forma como vários grupos de mulheres vivenciam a discriminação” (CRENSHAW, 2002, p.173).

Ainda segundo Crenshaw (2002) “para apreender a discriminação como um problema interseccional, as dimensões raciais ou de gênero, que são parte da estrutura, teriam de ser colocadas em primeiro plano, como fatores que contribuem para a produção da subordinação” (CRENSHAW, 2002, p.176). O problema interseccional, portanto, não está no fato de não abordar um único tipo de discriminação de forma completa, mas no fato de que quando não se considera as vulnerabilidades interseccionais das mulheres, uma gama de violações de direitos humanos fica obscurecida (CRENSHAW, 2002).

Assim, torna-se necessário reforçar esse debate e marcar as diferenças, rompendo a tentativa de universalização. Pois, a opressão de raça e de gênero vem se manifestando de várias formas na vida das mulheres negras e no mercado de trabalho. Com base na raça, mulheres negras são excluídas de empregos designados como femininos, e, com base no gênero são excluídas de empregos reservados aos homens (CRENSHAW, 2002).

Nesse sentido, compreender as experiências e as vivências das jovens negras egressas do curso foi possível considerando também as intersecções de 'raça' e de 'gênero'.

Trajatórias E Vivências Das Jovens Negras

Na época de realização das entrevistas as jovens estavam com idade entre 18 e 23 anos. Em seus relatos verificou-se inúmeras situações de preconceito racial e de gênero por elas vivenciadas nos diversos contextos onde se inseriram, quais sejam, na escola, em casa, em espaços públicos, nos processos de seleção em busca de oportunidades de trabalho, dentre outros.

Na vida escolar, por exemplo, essas situações ocorreram, em especial, durante o período do Ensino Fundamental, na infância ou na pré-adolescência. As manifestações surgiam por meio de xingamentos e apelidos que remetiam a elementos depreciativos que fazem referência ao corpo e ao cabelo, geralmente vinculadas aos padrões de gênero e de beleza socialmente construídos.

“No Fundamental eu sentia mais. Quarta série pra quinto ano. Eu lembro que eu sofri muito. () eu já não tive tanto problema da sétima, oitava série. Mas, assim, quarta, quinta, até o sexto ano eu sofri bastante” (Alana).

“O que me marca mesmo é a questão do cabelo. Quando eu passava prancha as meninas tudo conversavam comigo, aí quando minha mãe mandava minha avó fazer a trança embutida, nin-guém conversava comigo. Eu ficava sozinha todos os horários. Era isso, e quando os meninos me chamavam de macaca, preta, não sei o quê mais, aí eu batia neles” (Mariana).

Em seu cotidiano as jovens observam situações de discriminação quando estão em busca de oportunidades de trabalho.

“Tem muitos lugares que as pessoas olham assim (...) as pessoas olham tipo desacreditando em você, e tem algumas pessoas que lógico, se dá o seu melhor e acaba levando. Mas, hoje em dia o povo julga muito pela aparência também” (Raíssa).

A fala da jovem vai ao encontro do que Novaes (2006), ao afirmar que “a ‘boa aparência’ exigida para os empregos exclui os jovens e as jovens mais pobres, e este ‘requisito’ atinge particularmente jovens negros e negras” (NOVAES, 2006). Além disso, as jovens acreditam que a questão racial é um fator determinante.

“Não por ser mulher, mas acho que o pessoal faz um julgamento maior por conta de cor. Pela coloração da sua pele eles te julgam mais do que pelo fato de você ser mulher” (Brisa)

As jovens começaram a trabalhar por necessidade financeira, muitas vezes sem vínculo empregatício. Matijascic e Silva (2016) afirmam que “o emprego doméstico no Brasil, ainda é uma ‘porta de entrada’, sobretudo para os mais jovens (16 e 17 anos) que enfrentam maiores dificuldades para ingressar no mercado de trabalho e alcançar ocupações mais seguras e com melhor remuneração” (MATIJASCIC; SILVA, 2016, p.281).

“A minha mãe, até que ela nunca exigiu isso de mim, que eu tinha que trabalhar. Eu que criei essa vontade. Ainda mais porque depois que ela passou por esses problemas de saúde ela ficou um tempo parada. (...) Então foi aí que eu iniciei o Percurso e tive essa vontade maior de trabalhar pra ajudar” (Alana).

Apesar de terem participado do curso e trabalhado como jovem aprendiz, a continuidade no emprego após o término da aprendizagem profissional não foi garantida. Ao buscarem novas oportunidades de trabalho, as jovens têm encontrado dificuldades e avaliam que o motivo pode ser a pouca experiência e/ou preconceitos existentes.

“O desemprego está grande, né? É difícil, porque tem poucas vagas. Aí, eles selecionam as pessoas mais qualificadas, que já tem experiência naquela área. Também se for homem ou mulher, eles vão escolher o homem” (Yane).

A população negra, em especial as mulheres negras, tem participado do mercado de trabalho muitas vezes em condições precárias, desfavoráveis e com maiores dificuldades de se inserir e/ou de ascender profissionalmente. (SANTOS; SCOPINHO, 2011), (MATIJASCIC; SILVA, 2016) e os indicadores sociais (BRASIL, 2018).

Observa-se também que os/as brancos/as recebem remunerações médias superiores às dos/as negros, independentemente das distinções por sexo. No entanto, as diferenças entre os/as mais jovens são maiores entre mulheres e homens negros do que no caso dos brancos (MATIJASCIC; SILVA, 2016, p.279). Ou seja, a jovem negra encontra-se em situação ainda mais desigual no que se refere ao mundo do trabalho.

A falta de condições financeiras limita as oportunidades das jovens entrevistadas e seu ingresso em um curso técnico ou de graduação, projeto futuro de todas elas.

“Eu precisaria mesmo do emprego, que eu acho que está sendo o que está dificultando a ingressar em outro curso, a fazer alguma coisa pra me especializar” (Brisa).

“Eu vou ter que trabalhar pra poder pagar o técnico, pra depois entrar noutro emprego pra depois eu fazer Psicologia, mas eu não vou desistir” (Yane).

As jovens apontam também os desafios que ainda encontram e a necessidade de enfrenta-los diariamente, sendo o racismo um destes.

“O desafio mesmo é continuar enfrentando o que as pessoas sempre. assim, a gente luta pra acabar com o racismo” (Alana).

“Nós negros temos a gente está conseguindo conquistar muitas coisas, mas a gente ainda tem muita dificuldade” (Raíssa).

No entanto, apesar da falta de oportunidades, dos desafios, das desvantagens encontradas e de suas realidades e possibilidades não serem iguais aos/as de outros/as jovens de diferentes camadas sociais, raça e gênero, as jovens têm projetos de futuro bem definidos, têm consciência dos desafios e buscam supera-los. Cada uma “vai desenhando seus projetos de futuro dentro do campo de possibilidades que – além das demarcações objetivas – também é limitado e/ou potencializado dependendo do grupo social ao qual pertence” (VILLAS, NONATO, 2014, p.22).

Algumas Considerações

Para compreender a trajetória das jovens negras pesquisadas torna-se importante considerar que a diversidade se materializa a partir de vários aspectos, como, condições sociais, raça e gênero, e, como essas se intersectam. Essas condições são marcadores importantes que interferem no campo de possibilidades das jovens e impactam suas trajetórias escolares e profissionais.

A existência de discriminação por raça e por gênero, as desigualdades existentes, a falta de experiência profissional e a dificuldade em dar continuidade aos estudos, são desafios presentes nas trajetórias das jovens e dizem da situação das mulheres jovens negras no Brasil. Mas, apesar disso, as jovens têm refletido sobre suas condições, suas experiências de vida e tem buscado concretizar os seus projetos futuros.

Diante disso, considera-se relevante a produção de estudos que refletem sobre as intersecções de gênero e de raça, a partir dos relatos e das vivencias das próprias jovens, sem perder de vista suas especificidades. Acredita-se que estudos como estes contribuem para uma melhor compreensão dos campos de raça, gênero e das juventudes, no que tange ao mundo de trabalho e à educação.

Referências

BENTO, Maria Aparecida; BEGHIN, Nathalie. Juventude negra e exclusão radical. In: **Políticas sociais - acompanhamento e análise**. Brasília, IPEA, 2005, p.194-197.

BRASIL. **Estatísticas de gênero**: indicadores sociais das mulheres no Brasil. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101551>

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos feministas**. v.10, n.1, Santa Catarina: UFSC, 2002. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2002000100011>.

MATIJASCIC, Miko; SILVA, Tatiana Dias. Jovens negros: panorama da situação social no Brasil segundo indicadores selecionados entre 1992 e 2012. In: **Dimensões da experiência juvenil brasileira e novos desafios às políticas públicas**. Enid Rocha Andrade da Silva, Rosana Ulhôa Botelho (orgs). Brasília: Ipea, 2016. Disponível em: http://ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dimensoes_miolo_cap09.pdf.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Ma. Isabel Mendes de, EUGENIO, Fernanda (orgs.) **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006, p. 105-120.

SANTOS, Elisabete Figueroa; SCOPINHO, Rosemeire Aparecida. Fora do jogo? Jovens negros no mercado de trabalho. **Arquivos Brasileiros de Psicologia**. Rio de Janeiro, n. 63, p.1- 104, 2011.

VILLAS, Sara; NONATO, Symaira. Juventude e projetos de futuro. In: **Cadernos temáticos Juventude Brasileira e ensino médio**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

BRANQUITUDE NOS FEMINISMOS: INTERSECCIONANDO GÊNERO E RAÇA NOS PROCESSOS SUBJETIVOS E RACIAIS DE MULHERES BRANCAS

Georgia Grube Marcinik¹
Amana Rocha Mattos²

Resumo: O objetivo central deste estudo foi investigar e analisar a branquitude nos movimentos feministas através da intersecção, principalmente sob as perspectivas de raça e gênero. Partindo da inquietação sobre como a branquitude se apresenta nos movimentos feministas e da repercussão deste conceito na construção do pensamento acerca das lógicas hegemônicas raciais intragênero nestes contextos, buscou-se compreender os processos de subjetivação e racialização da pessoa branca e, conseqüentemente, a localização das feministas brancas na luta antirracista nos feminismos. A pesquisa fundamentou-se em produções e epistemologias dos feminismos não hegemônicos e estudos críticos da branquitude, aproximando-se, principalmente, das mulheres negras, com a abordagem interseccional e descolonial. A pesquisa de campo foi desenvolvida a partir de dois direcionamentos: o primeiro consistiu da observação participante nos diversos eventos e espaços feministas que assumem o compromisso de luta antissexista, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, e o segundo, da realização de entrevistas semi-estruturadas com cinco mulheres que se identificam como feministas e pessoas brancas dispostas a dialogar sobre sua condição racial, na tentativa de compreensão dos (des)dobramentos associados à postura de reconhecimento dos privilégios raciais, vantagens e direitos dessas mulheres no âmbito das práticas feministas, além das repercussões ecoadas. Para a análise dos dados, foram utilizados três eixos norteadores: (1) os movimentos feministas; (2) os processos de subjetivação e racialização de feministas brancas; e (3) a branquitude nos movimentos feministas. Conscientizar-se e refletir sobre esse desconforto representa um desafio para as feministas brancas, uma vez que ele evidencia as dificuldades (ou mesmo impossibilidades) de aproximações de pautas entre os feminismos hegemônicos e os feminismos não hegemônicos. As interpelações tecidas a respeito do lugar racial privilegiado ocupado por feministas brancas necessitam ser elaboradas na perspectiva de torná-las capazes de incorporar não apenas as análises sobre opressões de gênero, mas, também, de situá-las em marcadores raciais, interseccionando a questão racial nos estudos realizados.

Palavras-chave: Psicologia Social; Teoria Feminista; Branquitude; Gênero; Interseccionalidade.

1 Doutoranda – UERJ.

E-mail: georgia_marcinik@hotmail.com;

2 Professora do Instituto de Psicologia e do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social – UERJ.

E-mail: amanamattos@gmail.com

Introdução

Dentro das principais inquietações dos movimentos feministas há a enunciação e denúncia das produções e saberes feministas hegemônicos existentes a partir do momento que enxergamos as mulheres não só por questões de gênero, mas interseccionando com outros marcadores sociais da diferença como raça, sexualidade, classe, entre outros, e sua relação direta com a manutenção de privilégios, vantagens e direitos tanto nos contextos feministas, como em um contexto social como um todo (BRAH, 2006; CUIRIEL, 2007, 2009; HARAWAY, 1995; MARCINIK e MATTOS, 2017).

Através da temática da branquitude (BENTO, 2014; SCHUCMAN, 2014; SOVIK 2009) nos movimentos feministas, faz-se necessária a problematização dos ativismos feministas a partir das intersecções de raça e gênero, principalmente. Neste sentido, assume-se a necessidade de pensar a branquitude constitutiva nas discussões dominantes das produções e práticas feministas, presente nas construções sobre o ser mulher – visto que tal condição produz efeitos e divergências dentro de uma estrutura racializada do gênero nos ativismos feministas e suas ramificações – sendo imprescindível uma reflexão sobre os trânsitos raciais que se fazem presentes nesse campo de debates.

As inquietações acerca da racialização da mulher branca nos feminismos não partem da grande maioria delas próprias, pois reconhecer-se privilegiada a partir de sua cor e condição fenotípica não é uma tarefa fácil para quem não sofre discriminação racial e pertence a uma lógica etnocêntrica normativa. Entende-se que há relações de poder intragênero nos feminismos, produzidas nas intersecções raciais (sem contar, a priori, questões de classe, sexualidade, geração, religião, entre outros), e que se atualizam em conceitos e práticas desenvolvidas através do debate intelectual e da intervenção social dos feminismos.

Partindo da inquietação sobre como a branquitude se apresenta nos movimentos feministas e da repercussão deste conceito na construção do pensamento acerca das lógicas hegemônicas raciais intragênero nestes contextos, buscou-se, nesta pesquisa, compreender os processos de subjetivação e racialização de mulheres brancas e, conseqüentemente, a localização destas na luta antirracista nos feminismos.

Que (des)construções delineiam-se quando mulheres brancas reconhecem sua posição de privilégio a partir do recorte de raça (e de outros marcadores sociais) no âmbito de suas práticas feministas? Haveria, nesse processo, reconhecimento de sua condição racial em intersecção com as desigualdades de gênero experienciadas?

A pesquisa fundamentou-se em produções e epistemologias dos feminismos não- hegemônicos e dos estudos críticos da branquitude, aproximando-se, principalmente, das mulheres negras, da abordagem interseccional e descolonial. Concomitantemente, a pesquisa de campo foi desenvolvida a partir de dois direcionamentos: o primeiro consistiu da observação participante nos diversos espaços feministas que assumem o compromisso de luta antissexista, principalmente na cidade do Rio de Janeiro, e o segundo, da realização de entrevistas semi- estruturadas com cinco mulheres que se identificam

como feministas e pessoas brancas dispostas a dialogar sobre sua condição racial, na tentativa de compreensão dos desdobramentos associados à postura de reconhecimento de seus privilégios raciais no âmbito das práticas feministas. Para a análise dos dados, foram utilizados três eixos norteadores: (1) os movimentos feministas; (2) os processos de subjetivação e racialização de feministas brancas; e (3) a branquitude nos movimentos feministas.

Este trabalho objetiva apresentar um recorte da dissertação de mestrado da autora, de maneira que serão expostas algumas reflexões teóricas e metodológicas interseccionais (CRENSHAW, 1994) da pesquisa ativista.

Metodologia, Resultados e Discussão

Ao considerar uma concepção reflexiva acerca da metodologia de pesquisa, aliada à percepção de que nossas práticas e vivências estão diretamente articuladas à nossa produção e escrita, Mattos e Xavier (2016) propõem, através do que nomeiam como “pesquisa ativista”, uma discussão sobre os desafios e as possibilidades de se produzir um conhecimento não hegemônico por meio da perspectiva do feminismo interseccional.

Faz-se necessário romper fronteiras que só visibilizam os saberes que são construídos e publicados no espaço euroestadunidense, onde um modelo dominante é eleito como o único capaz de produzir ciência. Tais fronteiras existem pela forma como os corpos (brancos, masculinos e cisheteronormativos) ocupam os espaços acadêmicos, onde há um lugar de permissividade sobre poder falar, produzir e publicar. Assim, contestar a lógica de que há sujeitos (in)existentes nesses mesmos contextos, silenciados por discursos produzidos hegemonicamente, significa problematizar as relações de poder presentes nos lugares de produção de saber.

Um olhar minucioso voltado à epistemologia feminista nos permite observar que, em diversos âmbitos, esta não é considerada uma metodologia científica, pois não transpassa legitimidade e cientificidade. Considerando a intensa produção de ideias e conhecimentos nos movimentos sociais e em espaços coletivos, convém afirmar que será a partir da inserção de pessoas que estão articuladas com estes movimentos (neste caso, os feministas) na academia e suas publicações, que será possível desconstruir formas metodológicas específicas de fazer ciência.

Para mim, o desafio de incorporar o ativismo na pesquisa surge como método de implodir o pensamento normativo acadêmico, a partir do qual pude colocar-me na posição de pesquisadora crítica e pensante, que não acredita em neutralidade científica. É um ato político de resistência. O trabalho que articula toda a trajetória e a vivência de quem faz a pesquisa horizontaliza saberes, afetos, pensamentos e linguagens compreende, também, o debate acerca de potencialidades, privilégios e práticas (MATTOS; XAVIER, 2016). Como afirma Ribeiro (2017, p. 15), “o propósito aqui não é impor uma epistemologia de verdade, mas de contribuir para o debate e mostrar diferentes perspectivas”.

hooks (2013, p. 85) indica que “quando nossa experiência vivida da teorização está fundamentalmente ligada a processos de auto recuperação, de libertação coletiva, não existe brecha entre a teoria e a prática, (...), o que essa experiência mais evidencia é o elo entre as duas”. Fazer e utilizar-se de teorias e metodologias não hegemônicas é uma forma de disputa de perspectivas, visto que a hegemonia acadêmica existe para legitimar e privilegiar grupos específicos. Carvalho (2018), em seu texto intitulado “Feminismo não é método científico”, escreve que “ressignificar a ciência não significa deixar um movimento ser esmagado por ela, mas sim entender a que e a quem ela serve”. Não basta deixar de referenciar corpos que estão em uma posição dominante de saber – incluindo aqui os saberes feministas hegemônicos –, produzir e dialogar a partir de uma visão não hierárquica é uma tentativa de fratura, de libertação. Não pode haver distanciamento entre teoria feminista e prática feminista.

Desta forma, priorizei uma construção processual do campo de pesquisa a partir da perspectiva de Schucman (2014), que utiliza um método autônomo de pesquisa e que considera todas as vivências, inclusive as diárias, que proporcionam uma inserção horizontal no campo e tema investigado³. “Assim, o campo começa quando o pesquisador se vincula à temática a ser pesquisada, e o que vem depois é a trajetória que se segue a esta opção inicial” (SHUCMAN, 2014, p.31).

Considerando os aspectos mencionados, é importante reforçar a atenção que tive em compreender as várias possibilidades do “ser mulher”, seja no âmbito feminista ou social. Compreender a não essencialização da pessoa branca e os atravessamentos proporcionados pelos marcadores sociais da diferença configuram grandes desafios, atingindo-me nas escolhas das entrevistadas e na construção do roteiro das entrevistas. Tudo está entrecruzado, e não hierarquizado. Neste sentido, decidi convidar mulheres com marcadores sociais diversos, preocupando-me, principalmente, com a articulação entre gênero e raça, sem perder de vista que outros atravessamentos são fundamentais para a compreensão das lógicas hegemônicas que partem dos processos de subjetivação e racialização das pessoas brancas.

Assim, foi entrevistado um total de cinco mulheres – inclusive, eu – pertencentes a diferentes gerações, regionalidades, classes, profissões, ativismos e pautas. As únicas delimitações que definiram o recorte das escolhas foram a necessidade de autoafirmação enquanto feministas e mulheres brancas (autodeclaração), além da disposição em dialogar acerca da sua condição racial.

3 Este método é denominado campo-tema por Peter Kevin Spink, que diz “é esta potencialidade de movimento do pesquisador ou pesquisadora, ou de qualquer pessoa como parte do campo, que mostra não somente as possibilidades, mas também as restrições de acesso aos espaços-chaves de argumentação e debate. Campo, entendido como campo-tema, não é um universo “distante”, “separado”, “não relacionado”, “um universo empírico” ou um “lugar para fazer observações”. Todas estas expressões não somente naturalizam, mas também escondem o campo; distanciando os pesquisadores das questões do dia a dia. Podemos, sim, negociar acesso às partes mais densas do campo, e, em consequência, ter um senso de estar mais presente na sua processualidade. Mas isso não quer dizer que não estamos no campo em outros momentos; uma posição periférica pode ser periférica, mas continua sendo uma posição. O campo-tema, como complexo de redes de sentidos que se interconectam, é um espaço criado - usando a noção de Henri Lefebvre (1991) - herdado ou incorporado pelo pesquisador ou pesquisadora e negociado na medida em que este busca se inserir nas suas teias de ação. Entretanto isso não quer dizer que é um espaço criado voluntariamente. Ao contrário, ele é debatido e negociado, ou melhor ainda, é arguido dentro de um processo que também tem lugar e tempo” (SPINK, 2003, p.28).

O roteiro da entrevista foi organizado em dois grandes blocos, através dos quais estabeleci tópicos, onde haviam diversas perguntas que poderiam ser realizadas. Como se tratava de entrevista semiestruturada, foi possível ter maior flexibilidade em relação ao diálogo com tais mulheres. No total, dez tópicos e uma última questão, de caráter fluido, constituíram o corpo da entrevista – em um primeiro momento priorizei tópicos sobre os movimentos feministas e a trajetória de cada entrevistada, e posteriormente as vivências e discursos sobre sua condição racial, inclusive nos movimentos feministas.

Conclusões

Discutir raça e racismo no contexto dos movimentos feministas nos permite pensar sobre como as práticas de sujeitos são (re)produzidas e como a não racialização do “ser mulher (branca)” acaba por legitimar concepções racistas de gênero. Falar e problematizar o racismo exige reflexão e entendimento sobre os lugares que ocupamos e sobre as nossas práticas, visto que o não reconhecimento do lugar de privilégio racial desfrutado por mulheres brancas já se torna uma forma de racismo, uma vez que não permite o tensionamento de hierarquias raciais intragênero.

Pessoas brancas e racializadas são afetadas pelo racismo, porém há um abismo entre os privilégios e as discriminações que tal prática produz. Compreender de que formas se constroem as estruturas de poder concretas em que as desigualdades raciais se ancoram torna-se urgente nas relações sociais.

O propósito desta pesquisa ultrapassa o âmbito do diagnóstico, e visa a compreensão sobre como os processos de subjetivação e racialização ocorrem para pessoas brancas - neste caso, mulheres brancas nos contextos feministas. Conscientizar-se e refletir sobre esse desconforto representa um desafio para as feministas brancas, uma vez que ele evidencia as dificuldades e impossibilidades de aproximações de pautas entre os feminismos hegemônicos e os feminismos não-hegemônicos. As interpelações tecidas a respeito do lugar racial privilegiado ocupado por feministas brancas necessitam ser elaboradas na perspectiva de torná-las capazes de incorporar não apenas as análises sobre opressões de gênero, mas, também, de situá-las em marcadores raciais, interseccionando a questão racial nos estudos realizados.

Referências

BENTO, Maria Aparecida Silva. Branqueamento e Branquitude no Brasil. In: CARONE, I.; BENTO, M. A. *Psicologia Social do Racismo*. Petrópolis: Vozes, 2014, p. 25-57.

BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. *Cardernos Pagu*, n.26, p. 329-376, jan./jun. 2006.

CRENSHAW, Kimberlé Williams. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Wmen of Color. In: FINEMAN, M. A.; MYKITIUK, R. *The Public Nature of Private Violence*. New York: Routledge, 1994, p. 93-118.

CURIEL, Ochy. Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. *Nômadás*, n.26, p.92-101, 2007.

CURIEL, Ochy. Descolonizando el Feminismo: Una Perspectiva desde America Latina y El Caribe. In: PRIMER COLOQUIO LATINO AMERICANO SOBRE PRAXIS Y PENSAMIENTO FEMINISTA. Buenos Aires: Universidad Nacional de Colômbia, 2009. p. 1- 8.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. *Cadernos Pagu*, n.5, p.7-41,1995. hooks, bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

MARCINIK, Geórgia Grube; MATTOS, Amana Rocha. Branquitude e racialização do feminismo: um debate sobre privilégios. In: OLIVEIRA, J. M. M.; AMÂNCIO, L. *Gêneros e Sexualidades: Interseções e Tangentes*. Lisboa: ISCTE-IUL, 2017. p. 159-173.

MATTOS, Amana Rocha; XAVIER, Giovana. Activist research and the production of non- hegemonic knowledges: Challenges for intersectional feminism. *Feminist Theory*, v.17, n.2, p.239-245, 2016.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017.

SCHUCMAN, Lia Vainer. *Entre o encardido, o branco e o branquíssimo: branquitude, hierarquia e poder na cidade de São Paulo*. São Paulo: Annablume, 2014.

SOVIK, Liv. *Aqui ninguém é branco*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2009.

SPINK, Peter Kevin. *Pesquisa de Campo em Psicologia Social: uma Perspectiv Pós- construcionista*. Psicologia & Sociedade, v.14, n.2, p. 18-42, jul./dez, 2003.

FORMAS DE HABITAR TRAUMAS: A CONTRASSEXUALIDADE COMO DISPOSITIVO DE COABITAR O TRAUMA DE UM CORPO BICHA PRETA

Andrey Rodrigues Chagas¹

Resumo: A imagem de corpo de bichas pretas se situa como uma dobra interseccional que desmascara todos os agenciamentos das categorias de gênero, sexualidade e raça que constituíram sobre ruínas e revelam a potência que esses mesmos corpos evocam ao contorcer o maquinário tecnológico de prescrição de práticas sociais. Dentro da produção de trauma com dispositivo para ser sentido, os corpos de bichas pretas se apresentam como a própria contrassexualidade frente a engrenagem racista e sexualizante da norma, são corpos brilhantes que derretem as práticas de gênero e sexualidades forjadas em laboratórios e consultórios. O trauma da bicha preta é sua existência racializada longe da matriz heterossexual e homossexual aceitável, que aprendeu a viver com e no trauma em bonde, pois não está só, está em bando.

Palavras-chave: bichas, interseccionalidade, trauma, contrassexualidade, raça.

¹ Mestrando pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Universidade Federal do Rio de Janeiro – PPGCOM/UFRJ. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.
E-mail: rodrigues.chagas@hotmail.com.

Introdução

O trauma de corpos bichas pretas efeminadas, está ligado as estruturas condicionantes de sexualidades e raça, e ele se apresenta como fantasmas dessas categorias, marcadas na pele e nos gestos, responsável por conduzir os processos de sobrevivência desses corpos lidos como “estranhos” – sob a lente normativa das práticas sociais. A história da sexualidade e da escravidão são os traumas que punem os corpos criados e condicionados as categorias de bichas petras, são traumas somados de raízes distintas, mas que se acoplam. Nesse sentindo, estar frente as incidências de violências político-sociais resultantes desses traumas requer encontrar meios e saídas de coabitar essa dobra que é sobreviver e lutar. Dessa forma, podemos analisar o corpo de bichas afeminadas pretas dentro dos estudos que discutem trauma nas categorias de gênero, sexualidade e raça para demonstrar como os processos desses corpos representam maneiras de amenizar ou estancar o trauma que é ser bicha e negro em uma sociedade heteronormativa com resquícios da colonização e ainda como ser bichas requer está friccionando as categorias sociais construídas que não dão conta da comportar esses corpos, dessa forma exercendo uma contrassexualidade que se opõem as normalizações heteronormativas patriarcais de gênero e sexualidade. Os corpos bichas são formas de habitar os traumas abertos, ao mesmo tempo que é dar conta de uma luta que tende a apagar esses corpos, também funciona como uma libertação das amarras sociais que tencionam corpos pretos afeminados.

Na obra de Ann Cvetkovich², a autora tenta analisar o trauma para além de um diagnóstico clínico, dominado por abordagens médicas e patologizante, e será nessa linha que seguiremos para costurar uma escrita junto aos corpos bichas como um dispositivo disruptivo que encontra na dor (não física, como o trauma é visto na clínica) formas de seguir sobrevivendo e resistindo. Assim, deslocamos os estudos do trauma da esfera médica psicológica para as experiências cotidianas que o corpo de bichas pretas enfrenta, em decorrência de uma política social que foi precisa em diferenciar corpos pela raça, sexo e gênero.

“Quer a linguagem do trauma seja usada ou não, o projeto de investigar histórias raciais precisa fazer parte de um estudo interdisciplinar sobre trauma. Formas cotidianas de racismo, muitas das quais são institucionais ou casuais e, portanto, nem sempre parecem visíveis, exceto para aqueles que estão em sintonia com elas, estão entre os efeitos de histórias mais longas de traumas raciais. Esse insight tem sido um recurso crucial para mim no rastreamento dos efeitos difusos do trauma sexual e das conexões entre eventos catastróficos e eventos muito comuns. Acho que as demandas de pensar sobre raça em relação ao trauma convergem com as de pensar sobre sexualidade, porque ambas exigem um método que esteja atento às idiossincrasias da vida emocional. Ambos os projetos se beneficiam das estratégias queer tornaram possível coletar o estranho arquivo de sentimentos reunidos aqui.” (Cvetkovich, 2001, Pag. 3)

2 Archive of Feeling: Trauma, Sexuality and Public Feelings.

Dessa forma, a percepção de trauma surge como feridas, inscritas na carne, na pele. Ao mesmo tempo externa e interna – o trauma é histórico e demarcado. A raiz do trauma está nas construções sociais de ideias ou culturas, principalmente de identidade. O trauma desencadeia novas formas de organização, mesmo que imperceptível. Mesmo que não se mostre, o trauma causa efeito.

A contrassexualidade³ de Paul Preciado evoca todas as possibilidades de novos corpos dispostos no mundo, é assim que a possibilidade de uma contrassexualidade agência a resistência de um movimento bicha, tencionando as feridas/marcas/traumas que dão conta de aniquilar os corpos. A contrassexualidade se situa fora do marco binário dos signos que aprisionam os corpos.

“A contrassexualidade é também uma teoria do corpo que se situa fora das oposições homem/mulher, masculino/feminino, heterossexualidade/homossexualidade. Ela define a sexualidade como tecnologia, e considera que os diferentes elementos do sistema sexo/gênero denominados “homem”, “mulher”, “homossexual”, “heterossexual”, “transexual”, bem como suas práticas e identidades sexuais, não passam de máquinas, produtos, instrumentos, aparelhos, truques, próteses, redes, aplicações, programas, conexões, fluxos de energia e de informação, interrupções, chaves, equipamentos, formatos, acidentes, detritos, mecanismos, usos, desvios...” (Preciado, 2014, pag. 23)

Exercer uma contrassexualidade é tencionar a maquinaria que produz corpos normativos, como também formas outras de produzir sobrevivência quando falamos sobre bichas pretas, já que todas essas categorias circunscrevem traumas na pele, pois estariam fora da norma histórica de gênero e sexualidade. A contrassexualidade, assim com o trauma, são agenciamentos de sobrevivências que estariam aliadas as bichas como forma de luta contra as tecnologias sociais que prescrevem corpos “normais”.

O trauma como dispositivo de controle arquitetado

O trauma foi conscientemente aberto (enquanto ferida) e produzido pelas máquinas hegemônicas ao longo da história. Não parece algo acidental, foi pelo contrário muito bem produzido para eliminar certos corpos. Porém o que o trauma arquitetado não esperou, foi uma cobrança ou reparação. O projeto de construir um trauma se justifica pela premissa de que, se o trauma não mata fisicamente ele opera psicologicamente para eliminar. É nesse sentido que observamos a insurgências de levantes na esfera coletiva afetiva. Está no projeto de trauma é dar conta de sobreviver frente as engrenagens deixadas pela escravidão e pelas construções de sexualidade marcadas nos corpos.

As bichas pretas são verdadeiros corpos operados pelo trauma racial e sexualizante, onde as produções imagéticas midiáticas desses corpos se permitem atravessar a cortante matriz do trauma para desnudar as políticas matáveis que estão à espreita e gritar: ESTÁ TUDO BEM EM SER BICHA E NEGRA!!!

3 PRECIADO, Beatriz. Manifesto Contrassexual. 1ª Edição. São Paulo. N-1 Edições, 2014.

O trauma nasce do plano de fazê-lo ser sentido. O processo de escravidão e pós-abolição deu conta de dar um lugar específico para o corpo negro nas Américas, e os resquícios dessas políticas ainda são sentidos na contemporaneidade, a subalternização do negro na sociedade brasileiras foi um condicionante que se perpetuo e se encontra permeado no racismo, estamos falando das diversas formas de violências (seja física ou psicológica) que dão conta de eliminar sem comoção corpos negro. No outro lado, a história da sexualidade deu conta de desmembrar e remedar o gênero e sexualidade no ocidente. Principalmente, durante o sec. XIX, a psiquiatria e a medicina serviram para construir os corpos “naturais” heterossexuais fincados em modelos genitais, porém as práticas homossexuais sempre estiveram presentes na configuração do mundo. O que a história da sexualidade (heterossexual) operou foi capturar as outras formas de sexualidades (lésbicas e gays) e condensá-las como “anti-naturais” dessa forma passíveis de condenação. A bicha tem marcado no seu corpo o signo da efeminidade, portanto a bicha é o trauma em uma dobra. Primeiro é trauma porque foi construído como projeto anti hegemônico da heterossexualidade e, segundo é o trauma do trauma da homossexualidade (que já era trauma da heterossexualidade). A experiência afetiva sobre as relações gays e lésbicas produz um trauma, que produz a homofobia, a homofobia enquanto trauma produz novas formas de sobrevivências. O arquivo do trauma que Cvetkovich tenta acessar estaria na máquina que produziu o trauma, mas também no corpo que o carrega, pois, o trauma enquanto arquivo se atualiza, assim como as formas de encará-lo. Uma façanha do arquivo do trauma (que se busca) é marcado pelo apagamento de uma não preservação de arquivos de certas memórias e histórias, então, quando estamos diante do trauma do racismo e da sexualidade seus arquivos praticamente estão nas nuvens⁴, não há materialidade a não ser a oralidade dos corpos bichas negras.

“[...] experiências cotidianas de racismo, indicando um doloroso impacto corporal e a perda característica de um colapso traumático, pois no racismo o indivíduo é cirurgicamente retirado e violentamente separado de qualquer identidade que ele/ela possa realmente ter. Tal separação é definida como um trauma clássico, uma vez que priva o indivíduo de sua própria conexão com a sociedade inconscientemente pensada enquanto branca.” (KILOMBA, 2010, Pag. 176)

Grada Kilomba em sua obra *Plantation Memories*, abordando principalmente o trauma dos corpos negro escravizados, investigando suas raízes. O que encontramos sobre trauma em Kilomba é uma analogia a ferida que para esse trabalho nos fornece uma base para entendermos os mecanismos frutos da escravidão sobre a pele negra. No capítulo chamado *A Máscara*, temos uma noção dos aparatos sociais criados para domar os corpos negro, os destituindo de vontades e saberes. Esse foi o trauma arquitetado pela sociedade branca escravocrata e como aponta Fannon, o sujeito negro foi apagado de liberdade e alma, sendo subalternizado nas sociedades que se construíram sobre a mão de obra escrava.

4 Analogia as novas formas de guardar memórias e arquivos na era da internet

Corpo bicha contrassexual e as formas de habitar o trauma

Falar sobre corpos de bichas pretas é uma forma de provocar e pautar discussões interseccionais entre raça, sexualidade e gênero, uma subversão aos códigos sociais definidos, é uma inversão da lógica alcançada através do “empoderamento” de ser bicha e negro dentro do trauma social, logo colocar em pauta as questões sociais que está imbricada em ser, hoje, um jovem negro e afeminado e que essa discussão ainda faz necessária tendo em vista os esvaziamentos nos grandes debates de ordem social, seja sobre as próprias questões raciais ou LGBT. O que por muito tempo não se fez dentro dos movimentos sociais foi uma interseccionalidade que desse conta de atravessar as questões raciais com as pautas de gênero e sexualidade, e é nesse cenário que esse trabalho vem se inserir. Sinalizar que, se em uma sociedade moldada pela escravidão e racismo ser negro é ser discriminado, quando essa categoria é atravessada pela sexualidade (que não a heterossexual) esse condicionante tende a aumentar a violência e preconceito. Ser uma bicha preta é ser duas vezes vítima dos traumas que deram conta de subjugar os corpos “desviantes” das normas brancas e heterossexuais.

Coabitar o trauma que é dar conta de ser bicha preta numa sociedade moldada pela escravidão e pela heterossexualidade implica é fazer movimentos de fugas, mover-se pelas beiras de ser abjeto, tanto na cor, quanto na sexualidade/gênero. Os esforços contrassexuais são os próprios corpos bichas que, perante a normatividade, insistem em estar vivos. Ao se ver frente ao que Preciado propõem, ser bicha não é estar à frente, mas sim dentro. Ser bicha já é contrassexualidade pulsante que desmantela parte do maquinário tecnológico social que produz normas.

A contrassexualidade se apresenta como, possíveis novos modelos de escritas na pele, ou seja, formas outras de tentar quebrar com a norma produzida pelas teorias sociais, como isso os corpos bichas negras dariam conta de contar ou fazer outras histórias, mesmo que sobre o trauma que seu corpo carrega, pois como formula Preciado não adianta apenas substituir termos ou categorias, até mesmo desfazer marcas de gênero e sexualidade, mas sim modificar as enunciações que geram traumas. Não é apagar os códigos marcados nos corpos bichas pretas, mas sim uma virada epistemológica do que é ser anunciado enquanto bicha.

Considerações Finais: Entre medos e sobrevivências

“Àquelas de nós cuja existência social é matizada pelo terror; àquelas de nós para quem a paz nunca foi uma opção; àquelas de nós que fomos feitas entre apocalipses, filhas do fim do mundo, herdeiras malditas de uma guerra forjada contra e à revelia de nós; àquelas de nós cujas dores confluem como rios a esconder-se na terra; àquelas de nós que olhamos de perto a rachadura do mundo, e que nos recusamos a existir como se ele não tivesse quebrado: eles virão para nos matar, porque não sabem que somos imorríveis.” (MOMBAÇA, 2017, pag. 21)

Jota Mombaça no artigo *O Mundo é meu Trauma*, coloca seu corpo frente o trauma que é viver, que estar no mundo que já traumático por existência. Viver no trauma é tentar não se fragmentar ou se deixar quebrar ou ser engolido. Mesmo sendo uma experiência dolorosa habitar o trauma que nos persegue, precisamos enfrenta-lo. As bichas já o fazem, já enfrentam através do corpo e da própria existência a dor que por muito tempo representou um corte dilacerante na carne e um tormento que despertava inúmeros outros fantasmas adormecidos. O trauma através da contrassexualidade se torna uma experiência coletiva, pela amizade e afeto. Coletivizar o trauma parece uma tentativa de estancar o trauma. Quem estanca o trauma é que está com as feridas abertas, no corpo coletivo ou individual (CVETKOVICH, 2001, pag. 84). Os movimentos sociais seriam essa tentativa de um estancar coletivo. É assim que as bichas encontraram formas de curas ou remédios para enfrentar as lâminas dos traumas.

O arquivo do trauma dos corpos bichas pretas são as próprias bichas que vieram antes e abriram caminhos, como as que estão agora ressignificando o lugar de bicha preta para a bicha do futuro. “Porque se o mundo, que é meu trauma, não para nunca de fazer seu trabalho, então ser maior que o mundo é meu contra trabalho.” (MOMBAÇA, 2017) A contrassexualidade está acoplada ao trauma, oferecendo outras possibilidades de acionamentos sociais referente aos corpos de ser bichas na modernidade, a contrassexualidade é saber que se está numa fronteira e as linhas cruzadas são os traumas que violentam corpos e por isso precisasse ser contrassexual. No trauma não há saída, só a contrassexualidade. Mesmo absorvido pela norma, no primeiro desvio as suturas são abertas.

Referências

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**: Feminismo e subversão da identidade. 8ª Edição. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 2015.

CVETKOVICH, Ann. **An Archive of Feeling**: Trauma, Sexuality and Public Feelings. Durham: Duke University Press, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**. Salvador: EDUFBA, 2008.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade 2**: Uso dos prazeres. 1ª Edição. São Paulo. Paz e Terra, 2014.

KILOMBA, Grada. "The Mask". In: **Plantation Memories**: Episodes of Everyday Racism. Münster: Unrast Verlag. 2. Auflage, 2010.

MOMBAÇA, Jota. **O mundo é meu trauma**. PISEAGRAMA, Belo Horizonte, número 11, página 20 - 25, 2017.

PRECIADO, Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. 1º Edição. São Paulo. N-1 Edições, 2014.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. "Shame, Theatricality and Queer Performativity: Henry James's The Art of Novel" in **Touching Feeling**. Durham: Duke University Press, 2003.

GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE: A DISCUSSÃO SOBRE AS MULHERES PRESIDARIAS DO INSTITUTO PENAL FEMININO (IPF)

Yohana Tôrres Monteiro¹

Resumo: O presente trabalho apresenta as principais investigações e discussões sobre gênero e sistema prisional nas últimas décadas trazendo à tona a questão da mulher negra na contemporaneidade, que irá sofrer não só por ser mulher, mas também por ser negra e também presidiária. O nosso estudo é de natureza bibliográfica e documental, sem a pretensão de esgotar o assunto. Dessa forma, iremos discutir as categorias de gênero, raça e sexualidade, traçando um diálogo intrínseco entre as três categorias. Logo, entenderemos as diversas instâncias que perpassam o sistema prisional, principalmente, no que diz respeito ao sistema prisional feminino.

Palavras-chave: Gênero, Raça e Sexualidade.

¹ Graduanda em Serviço Social – UECE.
E-mail: yohanatorres17@hotmail.com

Introdução

A sociedade contemporânea é marcada por diversas violações de direitos constitucionais, sobretudo os que garantem a dignidade humana. Nesse contexto, realço a situação de encarceramento feminino brasileiro, que compreende um cenário de presídios superlotados, elevados números de aprisionadas provisórias (sem julgamento), precárias condições sanitárias e abandono destas pelas famílias e companheiros(as).

Além disso, as questões relativas ao gênero intensificam os processos de invisibilização e/ou relativização da garantia de seus direitos, devido à nossa construção histórica, que estabelece papéis para os dois sexos, atribuindo lugares para a mulher e homem, de sorte que tal distinção seja percebida como algo natural e verdadeiro. Das mulheres espera-se que “[...] sejam “femininas”, simpáticas, atenciosas, submissas, [...] contidas ou até mesmo apagadas” (BOURDIEU, 1999, p. 82). Para o autor, essa socialização será uma violação simbólica que só ocorre em razão da existência de um *habitus*, que é um conjunto produzido por esquemas de percepção, apreciação e ação que orientam os agentes no mundo social.

Os presídios foram arquitetados historicamente para o encarceramento masculino. O aprisionamento feminino tem suas origens ligadas às concepções morais, em que estava em risco o ideal de sociedade defendido pelos dogmas religiosos, segundo o qual a mulher deveria desempenhar o papel de dama casta, servindo à família e ao esposo. Inicia-se com a “caça às bruxas”, estende-se à detenção das mulheres junto aos homens e só depois, num fenômeno mais recente, há a separação delas em presídios femininos, por causa do aumento de mulheres encarceradas, para um tratamento diferenciado, com prendas domésticas e preparação para retornarem ao convívio social, familiar e religioso. Para as mulheres, a situação de viver em um presídio traz questões de natureza social, mas também de natureza biológica, afinal elas têm menstruação, gravidez, menopausa, maternidade, o que consequentemente requer políticas públicas voltadas a esse público (PIZOLOTTO, 2014).

Outrossim, as mulheres aprisionadas, sobretudo as negras, encontram-se submetidas a processos de violações de direitos humanos nesse sistema prisional moldado em relações racistas, patriarcais e classistas estruturantes da sociedade capitalista brasileira. Muitas delas sem julgamentos, não tendo a quem recorrer, só podendo contar com os profissionais disponibilizados pelo Estado, a maioria deles no próprio cárcere, como defensor público, assistente social, psicóloga, agentes penitenciárias, etc.

Davis (2018, p. 101) assevera que “as prisões são a encarnação do racismo”, pois representam a estratégia global de lidar com as populações étnicas, excedentes e “descartáveis”. “Coloquem-nas, todas, em uma imensa lata de lixo, acrescentem algum tipo de tecnologia eletrônica sofisticada para controlá-las e deixem que definhem ali” (DAVIS, 2018, p. 102). As prisões criam a ilusão ideológica de que a sociedade está mais segura e mais livre porque pessoas negras, indígenas e latinas estão trancadas. Enquanto isso, as empresas lucram, devido ao negócio de prisões estar se tornando um dos setores mais lucrativos para o âmbito privado. Em contrapartida, as comunidades pobres padecem, a educação pública padece, a saúde padece, a assistência social padece, pois não são lucrativas para o

capitalismo global, sendo transformadas em mercadorias, que, na verdade, deveriam ser ofertadas de forma gratuita para a população.

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (Infopen), o número de presos no sistema penitenciário brasileiro somou 726.712 pessoas em junho de 2016. Do total, 5,8% eram mulheres. Dentre esses indivíduos custodiados pelo Estado, 64% eram pessoas negras, 75% não chegaram ao ensino médio, 55% tinham entre 18 e 29 anos e 40% eram presos provisórios (BRASIL, 2016).

O Brasil é o 4º maior país em população carcerária e o 5º maior país com população carcerária feminina do mundo. Na realidade cearense, 80% das mulheres encarceradas no Presídio Auri Moura Costa (Ceará) são presas provisórias e apenas 20% são julgadas. A maioria das mulheres encarceradas é jovem, pobre, negra e de baixa escolaridade. Dois terços dessas detidas compreendem mulheres negras. Logo, isso mostra o caráter racista do sistema prisional. Portanto, esses levantamentos indicam apenas algumas das problemáticas que cercam o presídio feminino e dão relevância a esta intervenção. Diante desses dados, podemos ver que os presídios têm cor e classe, com mulheres pretas e pobres.

Vale ressaltar que só foi concedido o direito à visita íntima às mulheres em 2001, 17 anos depois da promulgação da lei que garantia esse benefício aos homens. Com relação a esse aspecto, é possível notar também que as mulheres sofrem descaso: os dados da Secretaria de Administração Penitenciária (Seap) do Rio de Janeiro de 2015 mostram que apenas 34 das 2.104 (1,6%) internas das seis unidades prisionais femininas do estado recebiam visitas íntimas, um número significativo se comparado aos 2.183 dos 40.746 presos que recebiam visitas. Esses dados são do Rio de Janeiro, mas podem ser estendidos para a realidade nacional.

Discussão

O sistema penitenciário brasileiro é marcado por questões estruturais que fomentam abordagens discriminatórias e violentas, ferindo a dignidade e violando direitos. O encarceramento feminino no Brasil, como em outros países, foi construído em cima dos discursos morais e religiosos, submetendo-se às amarras do patriarcado. Não se sabe com exatidão quando e onde foi estabelecido o primeiro formato de estabelecimento prisional feminino, mas sabe-se que, depois que se espalhou esse sistema, tinha-se a intenção de domesticar a mulher em relação à sua sexualidade, seu comportamento, transformando as “mulheres pecadoras” em “mulheres perfeitas” (MARTINS, 2018).

Queiroz (2015) adverte que o aumento da criminalidade da mulher se deu por ela se tornar, muitas vezes, chefe de família, devido ao abandono do companheiro, tentando, através do tráfico ou outro meio, um complemento de renda para o seu sustento e o de seus filhos.

Uma tese em voga entre ativistas da área é a de que a emancipação da mulher como chefe de casa, sem a equiparação de seus salários com os masculinos, tem aumentado a pressão financeira sobre elas e levado mais mulheres ao crime no decorrer dos anos.

Dados comprovam a teoria. Os delitos mais comuns entre mulheres são aqueles que podem funcionar como complemento de renda. (QUEIROZ, 2015, p. 36).

De acordo com a jurista norte-americana Alexander (2017, p. 110), a chamada guerra às drogas é a causa mais importante para a explosão das taxas de encarceramento, “[...] há mais pessoas nas prisões hoje apenas por crimes de drogas do que havia pessoas encarceradas por todos os motivos em 1980. Nada contribuiu mais para o encarceramento em massa sistemático das pessoas não brancas [...] do que a Guerra às Drogas”.

As mulheres no cárcere são vigiadas e punidas, sendo esses dois dispositivos importantes para o poder, como afirma Foucault (1996). Para ele, o poder não pode ser localizado nem observado em instituições, tampouco no poder do governante. O poder acontece como uma relação de forças, o qual é distribuído e age sobre toda a sociedade, em todos os lugares, controlando os indivíduos. Pode-se destacar nas prisões o exercício desse poder. Tais espaços, a partir do século XVIII, passaram a ser estruturados para serem o olho do poder, o panoptismo, que tudo vê e por ninguém é visto. Passou-se a utilizar o controle, e não mais a força (FOUCAULT, 1996).

Essas mulheres trazem consigo o preconceito/discriminação que sofrem no dia a dia, seja pelo sexismo, seja pelo racismo. Para Kilomba (2010, p. 173-174), o racismo se constitui desde a escravidão como um processo de exclusão e silenciamento, e não se faz diferente na sociedade contemporânea: “No racismo, a recusa é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão racial: [...] têm de ser excluídos(as)”. E, ainda mais, quando a autora se refere à máscara que era colocada nos(nas) negros(as) na época da escravidão, “[...] levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada? E o que o sujeito branco teria que ouvir?” (KILOMBA, 2010, p. 176-177).

Beauvoir (1970, p. 9) afirma que “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, pois a categoria gênero incorpora atributo e funções socialmente construídos que configuram as diferenças de sexo. Dessa forma, ser homem ou mulher implica a incorporação desses atributos e funções que determinam as diferenças de estatutos, papéis, responsabilidades em todos os lugares e setores da sociedade (FERNANDES, 2009).

Os homens e as mulheres têm corpos diferentes e funções de reprodução distintas, e isso conduz ao pensamento do idêntico e do diferente, como o calor/frio, seco/úmido, alto/baixo, forte/fraco, inferior/superior, por exemplo. Para alguns autores, a mulher é úmida e fria, já o homem é quente e seco, ou seja, “[...] as categorias associadas ao masculino são sempre consideradas superiores àquelas associadas ao feminino [...]” (KOVALESKI; TORTATO, 2016, p. 59)

A partir daí, atribui-se à mulher um pendor definido para ocupar um lugar social – a família e o espaço doméstico, traçando-se, pois, um único destino para todas as mulheres: a maternidade. Além disso, espera-se delas sua vocação natural: o recato, a docilidade e a receptividade em relação aos desejos e necessidades dos homens; em seguida, aos dos filhos.

Sob esse prisma, Albuquerque Júnior (2003, p. 26) aponta que “[...] As práticas cotidianas de gênero [...] não estão determinadas nem pela genitalidade nem pelos códigos de sexualidade. O gênero nem é natural, sendo uma criação histórica e cultural, nem está preso completamente a uma ordem dominante de prescrições”.

Logo, é possível observar que as mulheres presas quebram o imaginário social quando ali se deparam com alguma infração/delinquência, haja vista o fato de que o presídio não foi construído historicamente para elas, “[...] pois se encontravam resignadas à vida privada, com menos probabilidades de delinquir” (NASCIMENTO, 2013, p. 164). Essa situação irá negligenciar a realidade dessas mulheres, rodeadas de particularidades, tornando-se uma demanda social crescente.

Considerações finais

Portanto, este estudo é de suma importância para dar voz e vez a tantas vozes silenciadas, desvelando a realidade do cárcere feminino e as suas particularidades. Este debate ético pretende fortalecer as discussões sobre as mulheres pretas, pobres e presidiárias para as políticas públicas, de modo que passem a ser vistas pela sociedade e pelo Estado.

Referências

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. *Nordestino: uma invenção do falo – uma história do gênero masculino* (Nordeste – 1920/1940). Maceió: Catavento, 2003.
- ALEXANDER, M. *A nova segregação: racismo e encarceramento em massa*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- ALMEIDA, R. O. *Mulheres que matam: universo imaginário do crime no feminino*. Rio de Janeiro: Relume Dumará: UFRJ, 2001.
- BEAUVOIR, S. *O segundo sexo*. 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia, 1970. BOURDIEU, P. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.
- BRASIL. Ministério da Justiça. *Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias Atualização*. 2016. Disponível em: <http://depen.gov.br/depen/noticias-1/noticias/infopen-levantamento-nacional-de-informacoes-penitenciarias-2016/relatorio_2016_22111.pdf>. Acesso em: 18 jul. 2018.
- DAVIS, A. *A liberdade é uma luta constante*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- FERNANDES, M. G. M. Papéis sociais de gênero na velhice: o olhar de si e do outro na velhice: o olhar de si e do outro. *Revista Brasileira de Enfermagem*, Brasília, DF, v. 62, n. 5, p. 705- 710, 2009.
- FIORAVANTE, K. E. A gente é invisível: sobre espaço carcerário feminino e gênero. *Revista Colombiana de Geografia*, Bogotá, v. 21, n. 1, p. 55-64, 2012.
- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 12. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1996. GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008.
- KEHL, M. R. *Deslocamentos do feminino: a mulher freudiana na passagem para a modernidade*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2016.
- KILOMBA, G. The mask. In: KILOMBA, G. *Plantation memories: episodes of everyday racism*. 2. ed. Münster: Unrast Verlag, 2010. p. 1-2.
- KOVALESKI, N. V. J.; TORTATO, C. S. B. Reflexões sobre as origens das desigualdades de gênero: a teoria da valência diferencial dos sexos de Françoise Héritier. *Cadernos de Gênero e Tecnologia*, Curitiba, v. 9, n. 34, p. 58-71, 2016.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. *Técnicas de pesquisa*. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MARTINS, L. E. *Cárcere feminino*: a carência de políticas públicas para as particularidades do gênero, em especial as gestantes ou mães de crianças e adolescentes. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Programa de Graduação em Direito, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2018.

MINAYO, M. C. *O desafio do conhecimento*: pesquisa qualitativa em saúde. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1998

NASCIMENTO, L. C. S. A (in)visibilidade da mulher criminosa e a desigualdade de gênero no espaço da prisão: uma análise da vivência das mulheres em situação de prisão no Complexo Penal Estadual Agrícola Dr. Mário Negócio em Mossoró/RN. *Revista Transgressões: Ciências Criminais em Debate*, Natal, v. 1, n. 2, p. 164-185, 2013.

PIZOLOTTO, L. C. *A Lei 11.343/2006 e o aumento de mulheres encarceradas*. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Programa de Graduação em Direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

QUEIROZ, N. *Presos que menstruam*: a brutal vida das mulheres – tratadas como homens – nas prisões brasileiras. São Paulo: Record, 2015.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. *Revista Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, 1990.

SEAP – Secretaria de Estado de Administração Penitenciária. *Dados*. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/seap>>. Acesso em: 15 set. 2018.

MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA DO INEGRA

Yohana Tôrres Monteiro¹
Jamille Rodrigues Braga²
Ana Larisse Santos Barbosa³
Rayanne Pires Xavier⁴
Ingrid Lorena da Silva Leite⁵

Resum: Esse resumo apresenta reflexões sobre os desafios da formação e resistência do Movimento de Mulheres Negras. Dessa forma, trazemos elementos constituintes sobre o Instituto Negra do Ceará (INEGRA), uma organização de mulheres negras do Ceará que se formou nos anos 2000. Com base na pesquisa qualitativa realizamos entrevistas, observação participante e trabalho de campo para abordarmos o Movimento de Mulheres Negras, que busca pautar a ausência do debate racial em espaços políticos. O INEGRA é um movimento feminista, de mulheres negras, antirracista, anticapitalista, que luta contra a discriminação racial, sexista e de classe, e visa fortalecer a construção da identidade das mulheres negras, além de propor políticas públicas que contribuam na promoção da igualdade de gênero, raça e classe.

Palavras-chave: Racismo, Movimento Negro e Gênero.

1 Graduada em Serviço Social – UECE.
E-mail: yohanatorres17@hotmail.com;

2 Graduada em Serviço Social – UECE.
E-mail: jamille.braga@aluno.uece.br;

3 Graduada em Serviço Social – UECE.
E-mail: larissesantosb@gmail.com;

4 Graduada em Serviço Social – UECE.
E-mail: rayannepxavier@gmail.com;

5 Professora – UECE.
E-mail: lorenaleite17@gmail.com.

Introdução

O movimento feminista no Brasil surge nos anos 1970, influenciado por pensamentos marxistas. Compreendemos que nesse contexto histórico, principalmente com as ditaduras militares na América Latina, demandava para os movimentos sociais um posicionamento político de esquerda. Ressaltamos que historicamente a categoria mulher perpetua a dimensão política. A concepção sócio histórica acentua a participação e a produção das mulheres nas múltiplas áreas das ciências sociais.

Diante a invisibilização de “raça” no movimento da mulher e das relações de gênero no movimento negro, as mulheres negras começaram a enegrecer a agenda do movimento feminista. Essas mulheres começam a pautar a ausência do debate racial nas rodas feministas e começa a ganhar voz e corpo em encontros, seminários, na qual podemos destacar o Encontro Feminista realizado em Bertioga, ocorrido no ano de 1985 e cada vez mais o movimento de mulheres negras brasileiro vai emponderando-se.

Nesse sentido, o presente ensaio objetiva uma discussão sobre os movimentos sociais, enfocando nos movimentos de mulheres negras. Tentando compreender sobre o INEGRA e as suas experiências, analisando desde a literatura até a trama social contemporânea.

Metodologia

A elaboração deste trabalho fundamentou-se nas pesquisas bibliográfica e documental de cunho exploratório, revisando textos acadêmicos, revistas científicas e jornais, publicações em geral de natureza qualitativa sobre os novos movimentos sociais e o movimento de mulheres negras, no qual focamos no Instituto de Mulheres Negras do Ceará. Para obtenção de material de campo, realizamos observação participante e fizemos uma entrevista semi-estruturada, com uma participante do Instituto Negras do Ceará, com o auxílio do diário de campo e gravador. O trabalho de campo foi realizado para a apresentação na disciplina de Classes Sociais e Movimentos Sociais, no curso de Serviço Social na Universidade Estadual do Ceará.

Resultado e discussão

Novos movimentos sociais e o movimento de mulheres negras: resgate histórico.

Falar sobre os Novos Movimentos Sociais faz necessário situar-se na época, espaço e conjuntura na qual estes surgiram, ou seja, entender o contexto do Modo de Produção Capitalista (MPC). Foi na primeira metade do século XIX, sob os impactos da Revolução Industrial, que os efeitos do capitalismo passam a se aprofundar, trazendo consigo a aparição de duas novas classes, a burguesia e o proletariado. A primeira possui os meios de produção e a segunda, a força de trabalho. É justamente essa

propriedade no processo produtivo “que vai determinar o lugar que ocupam o papel que desempenham e as relações que os sujeitos tendem a desenvolver no processo de produção de riqueza” (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 87).

Porém, não foi serenamente que o trabalhador assistiu à ascensão do capitalismo e a sujeição de sua vida ao domínio do capital, como afirma Montaño e Duriguetto (2011, p.265), a luta operária e sua expressão no espaço produtivo fabril não conseguiu converter-se num projeto social hegemônico dos trabalhadores, contrário ao do capital. Limitaram-se aos planos das empresas ou dos locais de trabalho sem compreender que as dinâmicas do capital abrangem também as relações sociais e o cotidiano.

É a partir daí que emergem os Novos Movimentos Sociais, caracterizados por geralmente se situar fora do campo de trabalho e pela não articulação com o Estado ou partidos políticos. Agora os movimentos sociais passam a ter um novo viés, podendo ser étnico-raciais, de gênero, sexualidade, meio ambiente, entre outros, que tornam ainda mais evidente que a reprodução do capital não abrange somente as esferas da produção. É a partir daí que emerge o Movimento de mulheres negras.

No Brasil, o modelo ditatorial que está instaurado no Brasil na década de 70 provoca a emergência de diversos movimentos e dentre eles o Movimento Negro e o Movimento Feminista. Nesse

contexto, as demandas singulares de ser mulher e negra não estavam contempladas totalmente em nenhum desses movimentos. Segundo Rodrigues e Prado (2003), a suposta igualdade dentro dos movimentos Negro e Feminista levou as mulheres negras a lutarem por suas especificidades, gerando conflitos e rupturas nas formas incipientes em que tais movimentos se apresentavam nas décadas de 70 e 80.

A partir disso esse movimento passa a se organizar, seja em organizações informais, Organizações Não-Governamentais (ONG's), associações, entre outros. Neste trabalho, entenderemos um pouco mais sobre a organização do movimento de mulheres negras, com foco no estado do Ceará, a partir do Instituto de Mulheres Negras do Ceará (INEGRA) apresentado através da fala de uma das mulheres que compõe esse coletivo.

3.2. INEGRA

A INEGRA é uma Organização Não-Governamental (ONG). Porém, antes de institucionalizar-se, era reconhecido como um movimento de mulheres negras, o que continua sendo. No entanto, por motivos burocráticos foi necessária a institucionalização do movimento, para torna-se o Instituto de Mulheres Negras do Ceará - INEGRA. O que não modificou a sua essência. É um movimento feminista, de mulheres negras, antirracista, anticapitalista, que luta contra a discriminação racial, sexista e de classe. Fortalecendo na construção da identidade das mulheres negras, propondo políticas públicas, para contribuir na promoção da igualdade de gênero, raça e classe.

O Instituto foi criado em 2003, inicialmente com 13 mulheres negras que constituem o quadro de fundadoras, nos seus quinze anos de atuação recebeu a colaboração de intelectuais, consegue manter

seminários anuais, projetos em vigências, entre outras atividades que iremos adentrar no decorrer desse trabalho.

O INEGRA já realizou e realiza vários projetos, a exemplo disso, em 2017, foi realizado um projeto com a sociedade civil, no qual a INEGRA recebeu 300 pessoas inscritas, e foram 66 mulheres negras selecionadas. O nome do projeto foi “Mulheres negras do Ceará: Formação, Visibilidade e Resistência”. A INEGRA busca beber muito da fonte de mulheres negras e brasileiras para elaboração de suas falas nesses projetos, como por exemplo, autoras como Carolina de Jesus, Beatriz Nascimento, a norte americana Angela Davis.

Em 2018, a INEGRA está atuando com um novo projeto do Fundo Nacional dos Direitos Humanos, intitulado “Mulheres Negras: Tecendo Negras Liberdades”, que terá a duração de 18 meses, sendo o projeto mais ousado proposto pelo Instituto, que vai para além de Fortaleza, ele se estenderá para as regiões metropolitanas, como por exemplo, para o Cariri e Sobral. Com o intuito de acompanhar mulheres que estão em custódia da justiça, acompanhadas pela Central de Alternativas Penais (CAP), que estão respondendo a medidas cautelares. O projeto tem quatro linhas de atuação, que são formação política, monitoramento das prisões das mulheres, implementação das alternativas penais, fortalecimento da sociedade civil para intervir na atuação do poder público, através da comunicação para a mobilização social.

O IPF conta hoje com 10 alas. No entanto, o projeto só atuará em 8 alas, por ordem da instituição. Pois, em duas alas não será possível articular qualquer formação, segundo o IPF, já que tem uma ala conhecida como as “espirradas”, que não foram aceitas em nenhuma outra ala, sendo nomeadas de mulheres perigosas, com transtornos mentais. E, ainda tem a ala que é chamada de “creche” que é comporta por mulheres perto de ter filhos ou que já tiveram, e ficam lá com seus bebês.

3.4. Diálogos e interlocuções com INEGRA

Para uma maior aproximação com a INEGRA, entrevistamos a integrante Franciane Santos, a mesma é graduada em Serviço Social, mestranda em sociologia e participante do Laboratório de Estudos e Pesquisa em Afrobrasilidade, Gênero e Família (NUAFRO) como pesquisadora voluntária. A entrevista aconteceu no espaço do Mestrado Acadêmico em Serviço Social (MASS), no dia 16 de abril de 2018, em período matutino, a conversa foi gravada com autorização da entrevistada.

O relato da sua trajetória acadêmica vem atrelada ao INEGRA, Franciane conheceu o movimento no período de estágio no Instituto Penal Feminino Auri Moura Costa, Instituto de Mulheres Negras do Ceará estava executando o projeto “Asas de Maat”, durante o projeto ocorreu o processo de aproximação. O movimento negro feminista executando projeto dentro de um presídio foi encantador para uma jovem que já tinha aproximação com alguns outros movimentos sociais, fez questão de aproximar seu estágio dentro do presídio com o projeto. O INEGRA conseguia chegar em setores em que ela como estagiária não conseguia, com isso acabava gerando mais demandas e conhecimento. O movimento

“sobrevive” de projetos, trabalhos voluntários, as integrantes precisam trabalhar em outros espaços para conseguir sobreviver na sociedade.

Uma das pesquisadoras desse trabalho participou do Projeto Asas de Maat em 2016, na qual conseguiu observar de forma mais próxima a realidade das detentas do IPF que traziam suas histórias, vivências, alegrias, arrependimentos, dúvidas, aflições. Esse projeto foi de suma importância para a construção de várias discussões sobre o direito destas em relação a: cidadania, raça, gênero, classe e entre outras temáticas que eram trabalhadas nas formações. Essa iniciativa contou com visitas semanais e formações políticas com noventa (90) mulheres, durante nove meses.

Conclusão

O Instituto de Mulheres Negras do Ceará (INEGRA) faz-se de extrema importância para o movimento de mulheres negras não só do Ceará, mas também do Brasil. Mesmo com tantas dificuldades encontradas na realidade, o instituto consegue fazer ações que agregam não só aos participantes e colaboradores das suas ações, mas a sociedade como um todo. Suas ações reverberam em vários setores da sociedade, principalmente no cenário político do Brasil e faz-se extremamente necessário para a conjuntura atual. Dessa forma, compreendemos que os resultados deste trabalho, foca na relevância da temática trabalhada no INEGRA, como também a divulgação da temática, já que vivemos atualmente, a urgência de compartilhar assuntos importantes e de relevância social.

Durante a entrevista, Franciane Santos traz o posicionamento do INEGRA para a conjuntura política atual: “É complicado até mesmo para a gente se posicionar, pois estamos buscando estratégias para não se expor e se manter vivas. A conjuntura é muito crítica e hoje lutamos pelo o mínimo que é viver, diante de uma sociedade que é cada vez mais fascista, racista, conservadora, sexista e intolerante acima de tudo. O genocídio da população negra está cada vez mais constante e a gente enquanto mulher, negra, pobre, periférica [...] nossa vida nunca foi presada como a da população branca. Estar cada vez mais difícil viver enquanto mulher negra e periférica, isso significa lutar diariamente para existir. O caso da Marielle nos abalou muito, nos fez pensar em algumas ações para nos resguardar, para acontarmos vivas. Se a Marielle era uma figura pública, eles mataram de uma forma tão explícita, imagina a gente que mora nas quebradas. Estamos nos recuperando, pois a cada vez que uma pessoa preta morre da favela, a gente morre um pouco”.

Referências

BAHRI, Deepika. Feminismo e/no pós-colonialismo. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.21, n.2, p. 659 – 688, agosto de 2013.

CARVALHO, Rayssa Andrade; ROCHA, Profa Solange Pereira. **Movimento de mulheres negras e a luta pela afirmação dos direitos humanos no Brasil**. Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.2, n.1, 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/ci/article/view/14252/8826>> - Acesso: 22/04/2018.

CRENSHAW, K. **A interseccionalidade da discriminação de raça e gênero**. 2002. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf>> Acesso em: 23 de jun de 2013.

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo. 19ª edição. Cortez, 2010.

LEITE, Ingrid Lorena da Silva. **“É meu direito de mãe”**: narrativas de mulheres integrantes do grupo de mães do sistema socioeducativo de Fortaleza. Dissertação (Mestrado em Sociologia). Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2018.

MISSE, M. **Malandros, Marginais e Vagabundos & a Acumulação Social da Violência no Rio de Janeiro**. Tese de Doutorado em Sociologia, IUPERJ. Rio de Janeiro, 1999.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, classe social e movimento social**. São Paulo. 3ª edição. Cortez, 2011.

NETTO, José Paulo. **Cinco notas à propósito da questão social**. Brasília. 2001. In: Revista Temporalis, nº 3 (p. 41 a 49).

Ribeiro, Matilde. **Mulheres Negras Brasileiras de Bertiooga: a Beijing**. Estudos Feministas. Florianópolis Vol. 3, Ed. 2,(1995): 446. Disponível em: <<https://search.proquest.com/openview/eaf8ea006dfba59c3110eb547e2db698/1?pq-origsite=gscholar&cbl=2036510>>. Acesso em: 23 abr 2018.

Rodrigues, C. S.; Prado, M. A. M. **Movimento de mulheres negras: trajetória política, práticas mobilizatórias e articulações com o estado brasileiro.** Revista Psicologia & Sociedade; 22 (3): 445-456, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v22n3/v22n3a05.pdf>> - Acesso: 22/04/2018 às 21:44h.

RUFINO, Alzira. Eu, mulher negra, resisto. Santos: Edição da Autora, 1988.

SARTI, Cynthia Andersen. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. **Cadernos Pagu**, n. 16, p. 31-48, set. 2001.

POR TRÁS DA PELE, DOS GÊNEROS E DAS GRADES: A LEI DE EXECUÇÃO PENAL E A ASSISTÊNCIA JURÍDICA E SOCIAL À POPULAÇÃO DA PENITENCIÁRIA FEMININA DE PICOS

Joicyara Bernardes de Lima Ferreira¹
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior²

Resumo: O presente artigo reflete a aplicação da Lei de Execução Penal quanto a assistência jurídica e social às mulheres que cumpriram pena em 2017 na Penitenciária Feminina de Picos. Tem como objetivo principal analisar a aplicabilidade das assistências jurídica e social prospectivas as necessidades de gênero e raça das mulheres negras em fase de cumprimento de pena no ano de 2017. Como método de pesquisa é utilizado o decolonialismo do conhecimento, sob a égide descritiva de cunho crítico estatístico de dados oficiais e da direção do estabelecimento, além de pesquisa bibliográfica em obras e artigos. Em suma, a insuficiência de profissionais para prestar a necessária assistência jurídica e social deságua no genocídio da população feminina negra por não atenderem às suas necessidades.

Palavras-chave: Lei de Execução Penal; Assistência Jurídica e Social; Mulheres Negras; Sistema Moderno de Colonialidade de Gênero; Penitenciária Feminina Regional de Picos.

1 Pós-Graduada em Penal e Processo Penal – IESRSA.
E-mail: joicyarabernardes@gmail.com;

2 2 Historiador, Prof. Dr. em Serviço Social - UFPE/UEM-Moçambique.
E-mail: omafraom@gmail.com

Introdução

A criminalidade feminina ganha espaço na sociedade atual, especialmente no contexto da América Latina, em que, a taxa de aprisionamento de mulheres negras vem crescendo e ecoando os efeitos da construção histórica desenvolvida em um sistema moderno de colonialidade de gênero (LUGONES, 2014) e exploração do corpo a partir da categoria de raça. Na tentativa de romper com a segregação econômica e a violência de gênero, o movimento das mulheres e feministas, a partir do universo acadêmico, se inserem na resistência ao patriarcalismo e na análise crítica das políticas das criminalidades junto às teorias do pensamento decolonial e estudos da antropologia jurídica desenvolvidos por pensadores latino americano (COLAÇO&DAMÁZIO, 2012).

Em contexto legislativo brasileiro, as mulheres são tratadas como objeto de domínio e propriedade do Estado ou de algum familiar homem. Fato notoriamente visto na fase de execução penal em que as mulheres negras sofrem violência de gênero e racismo institucionalizado devido o sistema penitenciário, marcado pelo androcentrismo e eurocentrismo, ignora as especificidades do gênero feminino e da raça negra por ter sido projetado para levar em conta apenas o homem branco preso, implicando outras demandas de observações críticas frente as leis e políticas públicas aplicadas às mulheres negras no sistema penitenciário.

A compreensão deste fenômeno inicia com o conceito de sistema moderno da colonialidade de gênero, ou seja, um reconhecimento de construção nas esferas epistemológicas, sociais e culturais das identidades sexuais no sistema heteronormativo capitalista. Desta compreensão são produzidas críticas ao binarismo no sistema de classificação e normatização dos corpos ocidentais, questionar discurso autoritário de sexo, por ser empregado e limitado ao contexto biológico para hierarquizar corpos individualizados como homem e mulher, elementos simbólicos que estruturam as instituições e economia do poder panóptico (FOUCAULT, 1998). Com a divisão dos gêneros e hierarquização das raças construídos pelos discursos historiográficos, empregada pela sociedade capitalista, é notória a emergência de críticas teórico-metodológicas acerca dos estudos das relações econômicas do poder no sistema mundo global (SANTOS, 2007). Tais considerações ampliam quando o objeto de estudo é uma mulher negra e às margens do sistema produtivo capitalista.

Para tanto, a pesquisa desenvolve de forma a responder a celeuma central se a Lei de Execução Penal, no que diz respeito à assistência à população da Penitenciária Professor Adalberto de Moura Santos, em Picos-PI, se manifesta de forma capaz de atender as necessidades dos gêneros e da raça negra?

O objetivo principal para nortear o estudo parte de uma análise da aplicabilidade das assistências jurídica e social previstas na Lei de Execução Penal prospectivas as necessidades de gênero e raça das mulheres negras em fase de cumprimento de pena no ano de 2017 na Penitenciária Regional Feminina de Picos. Sendo necessário refletir o processo de construção social da emancipação feminina negra frente à prática de delitos em contexto da América Latina. Examinar o sistema punitivo brasileiro, focado

na institucionalização da violência de gênero. Por fim, verificar a estrutura atual do sistema penitenciário feminino, com destaque na realidade picoense e aplicabilidade das assistências jurídica e social.

Metodologia

Em termos metodológicos, no tocante ao método de pesquisa, é utilizado o pensamento decolonial e perspectivas da antropologia jurídica (COLAÇO&DAMÁZIO, 2012) acerca das relações do conhecimentos científicos e saberes locais em que se propõe uma crítica a universalidade instrumentalizada como forma de segregação dos que estão fora do padrão social imposto pelo sistema capitalista. Os sujeitos alvos desse estudo são as mulheres negras que cumpriram pena no ano de 2017 na Penitenciária Regional Feminina de Picos-PI. A abordagem empregada é desenvolvida sob a égide descritiva de cunho crítico estatístico dos dados contidos no Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias (INFOPEN Mulheres, 2ª Edição, 2017) e da penitenciária prestados pela direção por meio de questionário. Também utiliza a pesquisa bibliográfica em obras e artigos. Para fins de classificação quanto à raça e cor, é levada em considerações a proposta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística que serviu de base para o levantamento.

Resultados e discussões

O processo de colonização ocorrido nas Américas, expõe a situação de subalternidade que ficaram os nativos e os escravos trazidos de outros territórios frente ao domínio empreendido pelos espanhóis e portugueses, onde estes utilizaram de traçar a diferença entre os sujeitos conquistadores e os conquistados utilizando a conceitualização de raça. Conforme aborda Aníbal Quijano (2005, p. 117), a classificação em raças, por meio de diferenças fenotípicas, legitimava a exploração dos africanos e dos americanos e justificava a necessidade desses povos de serem civilizados para que adotassem práticas humanas, entretanto, jamais poderiam ser humanos.

Corroborando, afirma María Lugones (2014, p. 936), um traço marcante da colonização nas Américas, foi fracionar o povo entre humano e não humano para fundamentar uma hierarquia em que aquele que é humano é, por conseguinte um ser civilizado, compreendendo entre o binômio de homem e mulher. O homem civilizado (europeu, heterossexual e cristão), possuía poder de decisão para a vida pública e o governo. A mulher (europeia, heterossexual e cristã) que foi agraciada por estar ao lado de um homem civilizado e o servir, também detinha pureza sexual e o dom da procriação.

Em contrapartida, as mulheres negras e indígenas eram objetos de exploração e hierarquização pela raça e gênero. É nesse seio que as mulheres passam a adentrar na criminalidade, devido a construção das legislações dos países americanos serem utilizadas para reafirmar o domínio entre povos ao criminalizar culturas.

O contexto histórico legislativo brasileiro possui uma grande lacuna quanto à execução penal. No período imperial, as penas e os delitos variavam de acordo com a classe social e origem étnica, sendo as escravas ou recém-libertas sofriam penas mais severas, como castigos corporais e em praça pública, em relação as mulheres brancas.

Apenas em 1941, passou a vigorar o Código de Processo Penal e o ano seguinte, foi publicado o Código Penal contendo a disciplina da fase de execução da pena e da medida de segurança. E, em 1957 foi sancionada a Lei nº 3.274, com normas gerais do sistema penitenciário e fazia referência à assistência social, definindo que essa assistência teria cunho moral, material e jurídica.

O movimento dos penitenciaristas (1920), ao pregar a conveniência do desenvolvimento de um cárcere feminino, impulsionou o surgimento das primeiras prisões femininas, cuja administração era reservada à freiras católicas que tinha a missão de salvá-las, evidenciando a visão do catolicismo com relação às mulheres como reprodutoras e subalternas.

A posterior, os estabelecimentos criminais que foram surgindo eram um corolário da adaptação de estabelecimentos masculinos que não suportavam mais a quantidade de encarcerados, em que esses eram transferidos para espaços maiores e de suficiente abrigado e o espaço antigo se transformava em estabelecimentos femininos.

Em 1984, com a Lei nº 7.210, veio a definir e reger a fase da execução penal, o momento em que será executada a pena imposta, inicia-se ao final da fase de conhecimento do processo e com o trânsito em julgado da sentença condenatória, sendo conservado todos os direitos não atingidos pela condenação, devendo o Estado desenvolver políticas a fim de as assegurarem o respeito à integridade física, moral e psicológica. Prever que às presas sem recursos financeiros deverá ser prestada a assistência jurídica, integral e gratuita, pela Defensoria Pública, dentro e fora dos estabelecimentos. Bem como, traz a assistência social, com a função de amparar a presa com a finalidade de prepará-la para o retorno à liberdade, proporcionando um elo entre o ambiente interno do cárcere com a sociedade temporal à época do início e fim do cumprimento de pena de forma a garantir a inserção e eliminar possíveis desajustes. Também cabe a orientação e amparo, quando necessário, a família da presa, da internada e da vítima para que o núcleo familiar não seja destruído por rompimento de vínculos.

Fato é que os dados de aprisionamento de mulheres continuam a crescer. A 2ª Edição do Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias apontou que maior parte dos estabelecimentos é voltada para os homens, ou seja, apenas 7% são femininos. Entre 2000 e 2016, houve um aumento na taxa de aprisionamento feminina em 525%. No tocante a raça, cor e etnia, a maioria são mulheres negras (62%). Enquanto “existem aproximadamente 40 mulheres brancas privadas de liberdade para cada grupo de 100 mil mulheres brancas, e existem 62 mulheres negras na mesma situação para cada grupo de 100 mil mulheres negras, o que expressa a disparidade entre os padrões de encarceramento de mulheres negras e brancas no Brasil.” Em âmbito de Piauí, existem 242 mulheres privadas de liberdade, sendo 90% negras.

O questionário aplicado à direção do estabelecimento demonstra que quarenta e oito mulheres cumpriram pena em 2017, sendo delas dezessete negras, classificadas segundo o critério de auto declaração. Para auxiliar a Defensoria Pública, a penitenciária conta com uma coordenação jurídica composta por uma pessoa. A assistência social fica a cargo de um assistente social.

Conclusões

Os estudos decoloniais proporcionam uma releitura da história contada por uma visão ocidental sobre os povos subalternizados em que, principalmente, a estrutura de classe do capitalismo é questionada. A emancipação do povo negro causada pelo rompimento do sistema escravista que tratava as mulheres como uma força de trabalho capaz de produzir lucros para o seu proprietário e a desnudava de gênero por serem consideradas uma anomalia social, servem para fundamentar a crítica ao sistema penitenciário que ainda conversa características, ora modernas, de segregação social do gênero e de raça.

A compreensão da mulher no crime deve ocorrer com a desvinculação referenciada no sujeito masculino e a quebra do binarismo por pautar uma hierarquia de gênero que é responsável por exteriorizar equivocadamente a posição do feminino inferiorizada e patriarcal. É necessário compreender o gênero feminino enquanto assim propriamente dito e distanciar da estrutura de dominação que visa garantir a igualdade formal entre gênero, mas inviabiliza a sua concretude por não refletir o contexto social de subalternização descartado as particularidades e necessidades.

O próprio INFOPEN Mulheres ao utilizar uma metodologia que trata dos dados em um cunho genérico na tentativa frutada de igualar os gêneros, não atinge seu objetivo por deixar se perder durante o levantamento as particularidades, como a identidade sexual, da população carcerária feminina e perpassá-las para segundo plano. Quanto aos dados, comprova a projeção do sistema carcerário para homens sendo 74% dos estabelecimentos masculinos, 17% caracterizados como mistos e apenas 7% destinados ao público feminino. Ressalta-se que a arquitetura da maior parte desses estabelecimentos, originariamente masculinos, foram adaptados para receberem mulheres, resultando em falta de estrutura para atender às suas particularidades.

Ao levar em consideração o recorte de raça na exposição de dados no levantamento, a classificação feita pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, pautada na auto declaração, utiliza cinco categorias de classificação de raça (branca, preta, parda, amarela e indígena), sendo os dados referentes à raça negra construído com o somatório das categorias preta e parda. E também são utilizados os dados do formulário de coleta disponibilizado pelo Infopen que são cadastrados sem o controle quanto a auto declaração.

Quanto ao questionário, é preciso pontuar que a realidade das mulheres em cumprimento de pena é de ausência de conhecimento quanto a discussão de gênero e a impercepção de quando estão sofrendo segregação por ter o machismo tão enraizado no contexto social em que estão inseridas. A

discussão racial ainda é problema por muitas mulheres não terem superado o auto preconceito, e não aceitação da sua cor, procurando se ocultar em meio a termos utilizados para mascarar o racismo ainda existente.

No que diz respeito à Lei de Execução Penal e as assistências, quanto a jurídica, a Comarca de Picos-PI é assistida por apenas uma Defensora Pública. Quanto a assistência social, existe apenas um profissional lotado no estabelecimento. Resultante, devido o reduzido número, os profissionais ficam sobrecarregados de atribuições, o que reflete na prestação deficitária das assistências.

Em síntese, é possível afirmar que por trás das grades quem mais sofre a violência institucionalizada são as mulheres negras, as mulheres de cor. A insuficiência de profissionais para prestar a necessária assistência jurídica e social as deixam passivas do genocídio da população feminina negra por não atenderem às suas necessidades étnico-raciais, implica a ineficiência da lei e do sistema penitenciário feminino, recrudescendo o sistema moderno da colonialidade de gênero, reforçando a marginalização dos corpos negros e femininos.

Referências

ARTUR, Angela Texeira. **“Presídio de Mulheres”:** as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. In ANPUH XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009. Disponível em <<http://anais.anpuh.org/wpcontent/uploads/mp/pdf/ANPUH.S25.0925.pdf>>. Acesso no dia: 12.09.2018.

BRASIL. **Lei de Execução Penal.** Lei nº 7.210, de Julho de 1984.

BRASIL. **LEVANTAMENTO NACIONAL DE INFORMAÇÕES PENITENCIÁRIAS. INFOPEN Mulheres – 2ª Edição.** Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Disponível em <https://www.depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopen-mulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Acesso no dia 13.09.2018.

CERNEKA, Heidi Ann. **Homens que menstruam: Considerações acerca do sistema prisional às especificidades da Mulher.** Veredas do Direito, Belo Horizonte, 2009.

COLAÇO, Thaís; DAMÁZIO, Eloise. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina: o direito e o pensamento decolonial.** Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**, 17ª ed., Petrópolis: Vozes, 1998.

LUGONES, María. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 3, p. 935-952, set. 2014.

QUIJANO, Aníbal. **Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.** Bueno Aires. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Para além do Pensamento Abissal: Das linhas globais a uma ecologia de saberes.** Revista Crítica de Ciências Sociais, 78. 2007, 3-46.

O SERTÃO, O GÊNERO E A RAÇA - A NECESSIDADE DE RESISTÊNCIAS INTERSECCIONAIS NO ALTO SERTÃO PARAIBANO.

Francisco Flávio Eufrazio¹
Ana Beatriz Bandeira dos Santos²

Resumo: O presente artigo tem como propósito analisar a relevância do conceito de interseccionalidade para os movimentos sociais no contexto do sertão paraibano. Tal análise teórica parte da nossa inserção no projeto de extensão “Serviço Social em Movimento: mobilização popular e práticas educativas junto a movimentos sociais e organizações populares” e da necessidade de constituir uma luta conjunta, principalmente, entre as questões de gênero e raça, problematizando também os vastos processos de internalização e naturalização das opressões no interior dos movimentos sociais. Vivencia-se, nas últimas três décadas, uma crise material que afeta várias dimensões da vida humana. Como resposta à crise temos uma reestruturação produtiva e ideológica do modo de produção capitalista que amplia e complexifica as velhas expressões da “questão social”, produzem “novas” formas de expropriação e reedita formas de exploração já superadas. Neste sentido, a realidade objetiva se torna cada dia mais desumanizadora e produtora de violências. Dentro deste contexto, teremos o aprofundamento das desigualdades sociais e isso incide diretamente nos segmentos sociais historicamente mais explorados, tais quais, negros (as), população de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais e Travestis, indígenas, mulheres, pessoas em situação de rua, entre outros. Sabe-se que historicamente as mulheres vêm sendo interdidas à participação política, à construção do conhecimento, ao trabalho, ao livre exercício de sua atividade reprodutiva e subsumidas a relações de violência. As transformações societárias pós-1970 vão potencializar a condição de desigualdade em que vive as mulheres, especialmente no que diz respeito ao aumento da violência. Convém dizer, que o sertão é constituído a partir do masculino e materializam fortemente relações sociais conservadoras, religiosas, racistas e classistas. Nesse sentido, os movimentos sociais desse espaço geopolítico têm muitos limites na articulação das lutas anticapitalistas, antirracistas e antipatriarcais. Destaca-se também a presença marcante e estruturadora de relações sociais do patrimonialismo, clientelismo e as subserviências historicamente presentes na cultura política

1 Serviço Social-UFCG.
franciscoflavioeufrazio@gmail.com

2 Serviço Social-UFCG.
E-mail: anabeatriiz98@gmail.com

local do sertão paraibano, que impõem dificuldades de organizações e mobilizações populares enfrentadas por aqueles e aquelas que se desafiam cotidianamente a vivenciar o território sertão como sendo também espaço privilegiado de lutas e resistências. Durante as atividades do projeto de extensão supracitado que aconteceram nas cidades de Pombal, Sousa, Aparecida e Cajazeiras, fundamentalmente com grupos de mulheres, foram notórias as percepções de como as desigualdades de gênero, classe e raça/etnia são marcantes na vida das mulheres e se articulam aos marcadores de urbanidade, orientação sexual, geração e religiosidade. É preciso destacar que na geopolítica do sertão a religiosidade é um marcador social fundante na produção e reprodução de relações desiguais em todos os espaços da vida social. Também, no sertão, as resistências se colocam de formas bastante diferenciadas dos grandes centros urbanos e com organicidade particular, em geral articulada às lutas pela terra e aos sindicatos rurais e urbanos; de forma que questões de gênero e raça/etnia aparecem pulverizadas e/ou secundarizadas no interior do que a esquerda convencional tem chamado de lutas centrais. A partir dessas percepções da realidade das mulheres do Alto sertão paraibano, sentimos a necessidade de refletir teoricamente sobre a interseccionalidade como elemento central para as resistências sociais, e em específico as resistências sertanejas. Aqui, situamos a necessidade de trazer a pauta das questões raciais e de gênero articulada às demais, no sentido de analisar a realidade a partir de sua totalidade concreta. Nesse sentido, a interseccionalidade funcionará como uma ferramenta de mediação, compreendendo as singularidades de cada luta e articulando-as como um coletivo total, para tencionar fissuras no projeto patriarcal-racista-classista-lgbtófico de sociedade e reinventando as suas bases civilizatórias. Por fim, este trabalho é de cunho qualitativo e bibliográfico, articulando a experiência do Projeto de extensão com as leituras da teoria feminista e das teóricas feministas negras e latino-caribenhas. Esperamos constituir reflexões sobre o sertão que possam subsidiar espaços de debate e enfrentamentos dentro da universidade e junto à sociedade civil, bem como tencionar o avanço do conservadorismo como entrave para articulação dos movimentos sociais locais.

Palavras chaves: *sertão, interseccionalidade, resistências.*

Abstract: The purpose of this article is to analyze the relevance of the concept of intersectionality to social movements in the context of the Paraíba hinterland. This theoretical analysis starts from our insertion in the extension project “Social Service in Movement: popular mobilization and educational practices with social movements and popular organizations” and the need to constitute a joint struggle, mainly between gender and race, problematizing also the vast processes of internalization and naturalization of oppressions within social movements. Over the last three decades, there has been a material crisis that affects several dimensions of human life. In response to the crisis, we have a productive and ideological restructuring of the capitalist mode of production that amplifies and complicates the old expressions of the “social question”, produces “new” forms of expropriation and reissues already exploited forms of exploitation. In this sense, the objective reality becomes more and more dehumanizing and producing violence. Within this context, we will have a deepening of social inequalities and this directly

affects the historically most exploited social segments, such as blacks, lesbian, gay, bisexual, transsexual and transvestite population, indigenous people, women, street people, among others. It is known that historically women have been banned from political participation, the construction of knowledge, work, the free exercise of their reproductive activity and subsumed to relations of violence. The post-1970 societal transformations will enhance the condition of inequality in which women live, especially in relation to the increase in violence. It should be said that the sertão is constituted from the masculine and strongly materializes social relations conservative, religious, racist and class. In this sense, the social movements of this geopolitical space have many limits in the articulation of anti-capitalist, anti-racist and antipatriarchal struggles. Also noteworthy is the remarkable and structuring presence of social relations of patrimonialism, clientelism and subserviences historically present in the local political culture of the Serb homeland, which impose difficulties of popular organizations and mobilizations faced by those and those who daily challenge themselves to experience the territory - they also appear as being privileged space of struggles and resistances. During the activities of the aforementioned extension project that took place in the cities of Pombal, Sousa, Aparecida and Cajazeiras, mainly with women's groups, perceptions of how gender, class and race / ethnic inequalities are articulated to the markers of urbanity, sexual orientation, generation and religiosity. It is necessary to emphasize that in the geopolitics of the sertão, religiosity is a social marker founding in the production and reproduction of unequal relations in all spaces of social life. Also, in the Sertão, the resistances are placed in quite different ways of the great urban centers and with particular organicity, generally articulated to the struggles by the earth and to the rural and urban unions; so that issues of gender and race / ethnicity appear to be pulverized and / or subordinate within what the conventional left has called central struggles. Based on these perceptions of the reality of the women of the upper Sertão of Paraíba, we feel the need to reflect theoretically on intersectionality as a central element for social resistance, and in particular the country's resistance. Here, we place the need to bring the agenda of racial and gender issues articulated to the others, in the sense of analyzing reality from its concrete totality. In this sense, intersectionality will function as a tool of mediation, understanding the singularities of each struggle and articulating them as a total collective, in order to fissure the patriarchal-racist-classist-lgbtphobic project of society and reinventing its civilizational bases. Finally, this work is qualitative and bibliographical, articulating the experience of the Extension Project with the readings of feminist theory and feminist theories of black and Latin-Caribbean. We hope to create reflections on the backlands that can subsidize spaces for debate and confrontation within the university and with civil society, as well as to consider the advance of conservatism as an obstacle to the articulation of local social movements.

Keywords: *sertão, interseccionalidade, resistances.*

Notas introdutórias

Vivenciamos nas últimas décadas momentos peculiares de transformações ocorridas no mundo nos vieses econômico, político e cultural. Estes têm acentuado o processo de globalização e consolidação de forças neoconservadoras na sociedade, gerando novas contradições e acentuando as velhas desigualdades que são geradas pelo modo de produção capitalista. Como resposta a esta conjuntura os movimentos sociais sentem a necessidade de se articularem com intuito de retomar canais institucionais de diálogos entre Estado e sociedade civil reivindicando garantia de direitos já conquistados e que agora estão ameaçados, como também a superação das tantas expressões da questão social.

Neste contexto cabe ressaltar que são sempre nas crises geradas pelo Capital que as forças neoconservadoras acentuam suas formas de opressões e dominações no mais elevado nível de deploração humana e, desta forma, os direitos das mulheres, da população LGBTQI+, negros (a), indígenas, pessoas em situação de rua, enfim, todas as camadas subalternas da sociedade no modo de produção capitalista são os mais fragilizados e explorados pelo sistema. Com a intensificação do modo de produção e reprodução deste sistema de privilégios e supremacia do homem branco, as formas de alienação também alcançam mais resultados, principalmente, quando uma das engrenagens que ele se apropria é a do patriarcado que procura naturalizar as opressões feitas às classes subalternas como forma de dominação e manutenção de poder.

No sertão as relações de dominações são fortemente enraizadas, pois há uma herança conservadora muito intensa nos canais institucionais, como por exemplo, no que diz respeito a Igreja que é uma ferramenta histórica nesse processo de dominação do patriarcado, e nesse sentido sente-se a profunda necessidade de uma maior interseccionalidade entre os movimentos sociais, atuando como um instrumento político para destronar o patriarcado e assim implantar propostas de um projeto de superação das opressões de gênero, raça e classe, e a construção de um projeto de sociedade igualitária, respeitando as pluralidades.

Interseccionalidade - uma nova maneira de se pensar o ativismo contemporâneo

O conceito da interseccionalidade foi criado pela advogada Kimberlé Crenshaw em 1989, ao examinar que determinadas situações nas relações sociais favorecem apenas pequenas camadas da sociedade, a partir de diversas ferramentas de dominação. Estas fundam uma intersecção entre diferentes identidades sociais que estrutura variadas formas de opressões e, quando isso ocorre a discriminação assume características singulares que necessitam ser repensadas principalmente no interior dos movimentos sociais.

A interseccionalidade pode ser compreendida como ferramenta para combater opressões múltiplas e interligar as formas de resistências e, portanto, vem a ser um instrumento de luta política (Hirata,

2014). É através desta ferramenta que possibilitará aos movimentos sociais uma maior articulação para somar as resistências contra inimigos em comum. Desta forma, possibilita a compreensão das inter-relações de inúmeras categorias sociais e biológicas, como gênero, religião, raça, classe, idade, entre outras, destacando as conexões das categorias que entrecruzam e interagem, entendendo que não se pode hierarquizar as opressões, uma vez que há variadas vertentes ideológicas que conduzem os movimentos sociais e que desarticulados estes movimentos correm o risco de internalizar opressões contra outros movimentos e no interior do seu próprio movimento.

Tal conceito vem sendo apropriado por feministas negras ao longo da década de 80 e 90, a partir dos movimentos de resistência como o feminismo e as lutas anti-raciais, estes buscam criar fissuras para reconstruir uma sociedade na qual seus marcos civilizatórios sejam baseados em igualdade social, compreendendo que tais resistências não necessariamente precisem ficar em pólos distintos e, reconhecendo que existem indivíduos com a junção de dois ou mais marcadores sociais que não podem ser julgados como uma totalidade. Vejamos o que diz Judith Butler a respeito das múltiplas demarcações existente no corpo feminino:

se alguém “é” uma mulher, isso certamente não é tudo o que esse alguém é (...) o gênero estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades discursivamente constituídas (...) [e] se tornou impossível separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2003, p. 20).

Desta forma, a interseccionalidade funcionará como uma espécie de instrumento teórico-metodológico importantíssimo para as atividades ativistas e teóricas de lutas como a LGBTQI+, raça, geracional e as feministas, principalmente no contexto do sertão onde há limitações para esses combates e representações de existência. Ao mesmo instante se compromete com as análises da realidade concreta a partir da desnaturalização de variados processos de violências, discriminações e preconceitos.

Gênero e raça: diálogo de opressões, lutas conjuntas.

Nos textos de S. Beauvoir (1949), em o Segundo Sexo sendo uma das obras mais importantes para a teoria feminista que perpassou por séculos e tornou-se atemporal, nos leva a compreender os mecanismos historicamente utilizados pelo patriarcado para dominação da mulher na sociedade, revelando o corpo feminino como ferramenta de opressão e submissão feita para satisfazer, assim, o masculino. Isso possibilitou para as feministas um estudo amplo sobre as opressões e subordinações feitas às mulheres no interior da sociedade patriarcal, levando à inquietações para que haja resistência destas para a construção de uma sociedade igualitária, quebrando com os paradigmas de opressões, destaca Beauvoir em suas palavras:

“As mulheres de hoje estão destronando o mito da feminilidade; começam a afirmar a sua independência; mas não é sem dificuldade que conseguem viver integralmente a sua condição de ser humano. Educadas por mulheres, no seio de um mundo feminino, o seu destino normal é o casamento que ainda as subordina praticamente ao homem; o prestígio viril está longe de se ter apagado: assenta ainda em sólidas bases econômicas e sociais” (BEAUVOIR, 1949).

Outra grande percussora no entendimento das agregações de opressões feitas ao gênero, a raça e as condições de classe, que embora não tenha utilizado a interseccionalidade como uma categoria analítica ainda, a Angela Davis desvelou ao escrever o livro “Mulher, Raça e Classe”, a necessidade de aprofundar os debates sobre as opressões impostas ao corpo da mulher negra na sociedade de classes. Vai destacar também as três principais questões estruturantes das relações sociais, machismo, racismo e a luta de classe. É a partir do ponto de vista de uma mulher negra, que ela irá entender que a homogeneização do feminismo pode ser negligente no que diz respeito a luta das mulheres negras dentro do movimento feminista, podendo ocasionar o risco de silenciar as suas vivências como sujeito de cor negra, que na maioria das vezes são impossíveis de dissociar seu gênero de sua identidade racial. Davis compreenderá também a posição do homem branco, da mulher branca e do homem negro na sociedade, que possibilitará a ela entender todo o aparato de opressões que seu corpo conduz, a partir da sua análise da realidade, permitiu o entendimento da existência da supremacia opressiva para a mulher negra.

Para pensarmos melhor sobre a realidade opressiva vivenciada pelas mulheres negras no Brasil, se faz importante utilizar dos estudos feitos pela Sueli Carneiro (2011) através do livro “Racismo, Sexismo E Desigualdade No Brasil”, trazendo uma frase do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso em seu discurso, este vai expressar que a mais pura representatividade da questão social brasileira é a mulher negra da região nordeste e norte do país e que existe uma segregação ainda racial no país que precisa ser resolvida. Por meio de ambas frases se faz perceptível que a mulher negra é um sujeito transpassado de repressões geradas por um sistema contínuo de questões sociais que revela a interseção de múltiplas formas de discriminação.

Interseccionalidade sertaneja: novo veículo de enfrentamento do patriarcado para uma nova construção do sertão

O sertão é construído a partir do masculino. E reconhecer isto não significa credibilizar o homem, muito pelo contrário, significa expressar as extremas desigualdades sociais existentes na vida sertaneja. Ao pensarmos o sertão por um aspecto geográfico, o associamos a uma região predominantemente escassa de variados elementos. Em uma atividade proposta pelo curso de Serviço Social durante um evento denominado de 6ª semana do respectivo curso, semana esta elaborada para o acolhimento dos/as novos/as discentes, foi solicitado para essa atividade que os alunos/as desenhassem algo que

os remetesse ao sertão, um dos alunos elaborou uma representação da BR 230, como forma de explicar que esta “era a ida e vinda e que as pessoas que passavam por ela vindo de outras regiões não se interessavam pelos aparatos de questões existentes no alto sertão paraibano”, utilizando-se o mesmo desenho para ser interpretado por uma visão geopolítica, percebemos que o *sertão* ainda continua no “atraso” e que inúmeras questões da vida sertaneja precisam ser resolvidas.

Uma destas questões é a primeira frase deste texto “O sertão é construído a partir do masculino”, se refletir sobre esta afirmativa, quase que por instinto, as primeiras figuras que surgem em nossa mente é a do homem do campo, o homem trabalhador, aquele que provê a garantia da sobrevivência de sua família, assim como a imagem do cangaceiro, o sujeito que não se deixa amedrontar, aquele bruto e conquistador ou até mesmo a figura do coronel, o homem que mora na casa grande, o dono da terra e que detém o poder político e econômico da região. Diferentes sujeitos, mas com uma característica em comum: homens que resistiram, resistem ou dominam, seja a fenômenos da natureza ou questões ligadas à política-econômica, sujeitos que não aceitam a contribuição da ajuda feminina ou de serem contrariados por estas, como também não aprova a participação das mulheres em variados espaços das relações sociais a não ser ao espaço religioso. Justificativa masculina para esse posicionamento? “mata de vergonha ou vicia o cidadão”, frase dita pelo Luiz Gonzaga, na música “Vozes da Seca”, mesmo que esta esteja em um contexto político, a frase dessa canção representa muito bem o pensamento do homem nordestino conservador no que diz respeito a aceitação da ajuda ou opinião feminina.

Em todas as sociedades existiu o direcionamento de uma construção das relações sociais para beneficiar o masculino, mas ao vivenciarmos o sertão percebemos que essa construção é mais agravante, já que se espera a imersão do “cabra-macho” e mesmo quando consideramos que determinada mulher é autêntica e resistente se referimos a ela como uma extensão do gênero masculino, novamente trago o Luiz Gonzaga para expressar essas construções machistas que transcende do cotidiano da realidade interpessoal adentrando em locais que poderiam ser usados como veículos para combater tais questões, na frase “Paraíba masculina, Muié macho, sim, sinhô” podemos perceber que a retirada do reconhecimento da mulher que resiste a realidade nordestina é necessário, já que não é permitido outro indivíduo ocupar esse status de superioridade a não ser o homem. Vejamos o que diz Le Guin a respeito desse superego masculino:

O homem civilizado diz: Eu sou auto-suficiente, eu sou o Mestre, todo o resto é o outro – o exterior, abaixo, inferior, subserviente. Eu possuo, eu uso, eu exploro, eu aproprio, eu controlo. O que eu faço é o que importa. O que eu quero é o que é importante. Eu sou o que eu sou e o resto é mulher ou selvagem, para ser usado como eu achar conveniente (LE GRIN, 1989, p.45).

Este trecho aplica-se muito bem a realidade machista vivenciada diariamente por mulheres nordestinas, é possível de reflexão também que a construção do sertão como as demais sociedades está direcionada ao homem branco, como dito acima, a figura que expressa mais poder no sertão é o

coronel, são os grandes latifundiários nordestinos que controlam e determinam o andamento da vida cotidiana, aqueles que ao longo da história nordestina conseguiram se manter no poder, tal privilégio principalmente conquistado por opressões de grupos postos à frente do “deus dará”.

Pensar em uma resistência por meio da interseccionalidade é compreender que existe uma naturalização da posição social, política e econômica do homem branco sertanejo devido a suas séries de privilégios, essa compreensão da realidade nordestina possibilita também a identificação da posição que se encontra as mulheres negras sertanejas, assim como o reconhecimento de uma supremacia no que diz respeito às relações sociais entre esses indivíduos. Compreender que o nordeste se caracteriza por uma região de subdesenvolvimento, principalmente no que diz respeito à dificuldade de proporcionar locais de trabalhos para sujeitos negros tanto homens como mulheres, é compreender que o nordeste é caracterizado por uma pirâmide organizativa social construída pelo patriarcado, cuja esta tem o objetivo de manter o engessamento da realidade sertaneja, homens brancos no topo e negros sejam eles homens ou mulheres na base, e as mulheres brancas transitando entre a base e o topo.

No primeiro contato do projeto de extensão Serviço Social em Movimento junto com as mulheres do assentamento Acauã na cidade de Aparecida-PB, foi possível perceber que apesar de ainda tímida, mas existe uma articulação de resistência, assim como uma desconstrução dos papéis de ser homem e ser mulher que se expressa na vida cotidiana na formação das crianças daquela comunidade. Como também se fez perceptível a necessidade de debatermos os assuntos levantados na roda de conversa com os homens daquela comunidade, para proporcionar um certo entendimento de questões de opressões que passam despercebidas na dinâmica da vida cotidiana nordestina, também foi possível notar, não apenas na visita ao assentamento como também nas rodas de conversa proporcionadas pelo projeto nas cidades de Cajazeiras-PB, Pombal-PB e Sousa-PB, a existência de conflitos entre mulheres, principalmente ligados à diferenciação da idade e ligados também a religiosidade.

A religiosidade ou as várias modificações dela é usada com principal ferramenta para justificar e promover uma desaprovação ao empoderamento feminino que parte principalmente de mulher com idades mais avançadas, sendo também possível perceber que em resposta a esse posicionamento contrário há existência de uma grande contraposição no que se diz respeito a garantia de direitos para as mulheres mais velhas, como o direito a fala ou a expressão de sua opinião. Desta forma, é preciso promover uma ruptura com essas disputas de posições de superioridade, para que possa haver uma resistência mútua entre mulheres, assim como também haver maiores articulações entre movimentos existentes no sertão.

Conclusão

Pensar em uma forma de servir-se de uma ferramenta como a interseccionalidade que configura ser um elemento crucial para enfrentamento do patriarcado tradicional e de suas novas formas de organizações sociais que define indivíduos por categorias, ao mesmo tempo em que busca provocar

conflitos entre essas categorias gerando uma desarticulação entre movimentos de resistências, principalmente no alto sertão paraibano se faz preciso compreender que reformas de bases nas atividades de resistências precisam ser elaboradas e, que junto dessas reformas é de suma importância a iniciativa de modificações de costumes e tradições que vão sendo naturalizados ao longo do tempo, sendo também influenciadas pelo patriarcado organizativo, que mostra ser algo bastante difícil de extinguir devidos a sua alta capacidade regenerativa. Desta forma, é preciso repensar a forma que os movimentos têm se articulado nos últimos anos, entendendo que o patriarcado tem suas várias formas de manipulação e de existir na sociedade, e que só será possível desarticula-lo através da interceção entre as lutas anti-patriarcais, anticapitalistas e antiraciais.

Referências

Beauvoir, S. (1949). *O segundo Sexo*. Tradução Sergio Milliter, 3ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira (2016)

Butler, Judith P. (1990). *Problemas de gênero: feminismo e subversão de identidade* / Judith P. Butler; tradução Renato Aguiar. - 1. ed. - Rio de Janeiro.

LE GUIN, Ursula, (1989). "Women/Wildness," in Judith Plant, ed., *Healing the Wounds*. Philadelphia: New Society.

NAS RUAS DE CAMPO GRANDE-MS: OS (DES)CAMINHOS DA PROSTITUIÇÃO MASCULINA

Guilherme R. Passamani¹

Resumo: Este trabalho é parte de um projeto de pesquisa em desenvolvimento que analisa uma das faces da prostituição masculina em Campo Grande-MS a partir de uma pesquisa qualitativa com viés etnográfico. Na grande área dos estudos de gênero e sexualidade, a prostituição masculina, talvez, seja uma das temáticas cuja visibilidade dos trabalhos é menos conhecida. No Brasil, um marco dessas pesquisas é o trabalho de Néstor Perlongher. Na esteira do autor, problematizaremos os (des)caminhos deste “negócio” nas ruas da capital de Mato Grosso do Sul. Atentaremos para questões que envolvem a intersecção entre algumas categorias de diferenciação no sentido de pensar as possibilidades de agência dos sujeitos envolvidos nesse ramo das economias sexuais.

Palavras-chave: prostituição masculina, Campo Grande, agência, economias sexuais, sexualidade

¹ Doutor em Ciências Sociais (Unicamp). Professor do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFMS)

A BRANQUITUDE NO FILME “QUE HORAS ELA VOLTA”

Amanda Rastrelli
Bárbara Monnerat.

Resumo: Com base nas inquietações surgidas a partir do filme de 2015, “Que Horas Ela Volta?”, dirigido por Anna Muylaert, germina este trabalho. A intenção aqui não é fazer uma análise cinematográfica, mas se servir da arte audiovisual para o estudo da branquitude e suas intersecções no contexto brasileiro. A imagética do filme, sendo altamente perturbadora pela sua verossimilhança com o real atual do Brasil, fez disparar a necessidade de um estudo profundo sobre o como a branquitude se coloca como um instrumento altamente eficaz para permanência e produção dos racismos individuais e institucionais. Neste proponente, pretende-se então, discorrer um pouco sobre o conceito de “branquitude” baseado nas obras das autoras brasileiras Maria Aparecida Silva Bento, Lia Schucman e Virginia Bicudo.

Palavras chaves: branquitude, psicologia, interseccionalidade

Abstract: The whiteness in the film “Que horas ela volta?” This work is based on the discomfort caused by the 2015 film, “Que horas ela volta?” directed by Anna Muylaert. The sole intention here is not to make a cinematographic analysis, but to use audiovisual art for the study of whiteness and its intersections in the brazilian context. The movie+’s images, being highly disturbing by its verisimilitude with Brazil’s actual reality, triggers the need for an in-depth study of how whiteness stands as a highly effective instrument for the permanence and production of individual and institutional racisms. In this proposition, we intend to discuss the concept of “whiteness” based on the works of the Brazilian authors Maria Aparecida Silva Bento, Lia Schucman and Virginia Bicudo.

Keywords: whiteness, psychology, intersectionality

Seguindo o exemplo de Butler (2017) sobre as políticas atuais francesas, que retiraram os benefícios sociais para pobres e imigrantes, vemos o como a tal “responsabilização” do qual ela fala, do indivíduo, ganhou alarde nos países europeus e cresce cada vez mais – como um individualismo radicalizado. Essa ideia de responsabilização do indivíduo pelos seus atos ganha um estatuto quase fictício, pois ignora toda a responsabilidade do estado e do social diante da marginalização de alguns grupos. E para além de atuar garantindo a manutenção da subalternização de alguns sujeitos que, por estarem à margem, não conseguem ter acesso ao mínimos direitos, contribuí também para a estagnação de um externo que não contempla de forma igual as multiplicidades das vidas existentes. A ideia de colocar o sujeito como único responsável pela vida que vive, colocá-lo como culpado e punido também quando este sai da *norma* e pratica alguma atividade ilícita, ignora e esconde completamente que o sujeito não limita-se ao seu próprio corpo, isto é, desconsidera que ele se constitui e é constituído sempre pelo que se há fora, e seu reconhecimento e sua capacidade de sobrevivência está relacionada irrefutavelmente ao regime de inteligibilidade que diz o que é e o que não é um corpo, o que é humano, o que é uma vida mais ou menos digna de ser vivida.

O que limita quem eu sou é o limite do corpo, mas o limite do corpo nunca pertence plenamente a mim. A sobrevivência depende menos do limite estabelecido para o self do que da sociabilidade constitutiva do corpo. Mas ainda que o corpo, considerado social tanto em sua superfície quanto em sua profundidade, seja a condição de sobrevivência, é isso também que, em certas condições sociais, põe em perigo nossa vida e nossa capacidade de sobrevivência. (Butler, 2017, p.: 87)

Falamos dessa questão porque, ao nosso ver, o que a branquitude faz com quem não se configura como branco, no Brasil, é a responsabilização desses por todos seus atos e vida, ignorando toda a defasagem simbólica e material pelo qual os negros foram e são submetidos. A branquitude faz criar no imaginário brasileiro a ideia de uma democracia racial, instaura ideais meritocráticos e atua ainda como produtora de falas tais como “bandido bom é bandido morto”, “quer ser rico, vá trabalhar” etc. A problemática desse tipo de olhar sobre os sujeitos recai e é ainda mais dura na população negra. E não precisamos ir muito longe para ver que quem sofre punição no Brasil por não viver a vida como se é dita para viver, são os não-brancos, são os negros. Ou seja, vemos o como a responsabilização do indivíduo serve como instrumento que perpetua o racismo e retira a responsabilidade do Estado diante das desigualdades étnico-raciais na brasilidade. Pois, seguindo Juliana Borges em seu livro “O que é encarceramento em massa?” :

“O sistema de justiça criminal tem profunda conexão com o racismo, sendo o funcionamento de suas engrenagens mais do que perpassados por esta estrutura de opressão, mas o aparato reordenado para garantir a manutenção do racismo e, portanto, das desigualdades baseadas na hierarquização racial. Além da privação de liberdade, ser encarcerado significa a negação de uma série de direitos e uma situação de aprofundamento de vulnerabilidades.

Tanto o cárcere quanto pós-encarceramento significam a morte social destes indivíduos negros e negras que, dificilmente, por conta do estigma social, terão restituído o seu status, já maculado pela opressão racial em todos os campos da vida, de cidade ou possibilidade de alcançá-la.” (Borges, 2018, p.: 16,17)

Vemos com Juliana Borges, feminista, mulher negra e antipunitivista, o como o sistema criminal no Brasil se constitui inexoravelmente pelo racismo. A prova disso se dá também, se formos pensar em termos objetivos, na estatística referente a quem está prevalentemente preso no Brasil. Atualmente, 64% da população prisional é negra, ao mesmo tempo em que esse grupo compõe 53% da população brasileira, dando o resultado de que a cada três presos no Brasil, dois são presos negros. A situação do racismo no Brasil agrava-se ainda mais quando em 2006 a Lei 11.343 chamada de Lei de Drogas é outorgada. Lei que, de acordo com Juliana Borges (2018), é irrefutavelmente uma lei a serviço do genocídio da população negra e jovem no Brasil.

Mas o que isso tem a ver com branquitude, a precariedade da vida humana e a nossa capacidade de comoção? Primeiramente, achamos válido nos atermos no porque essas vidas que são ignoradas, destituídas de direitos não comovem grande parcela da população. Dados de pesquisa realizada pelo Conselho Nacional de Justiça, em parceria com a Universidade Católica de Pernambuco, de 2015, mostram-nos que no Brasil 92% dos brasileiros acreditavam que havia racismo no Brasil, mas apenas 1,3% se assumiu racista. (Borges, 2018). São dados contraditórios e são a prova viva de que a branquitude na brasilidade é algo imensuravelmente presente. Ao mesmo tempo em que se assume haver racismo no Brasil, não se há nenhuma responsabilidade para com este quadro. Mais ainda quando esta responsabilidade pressupõe perdas de privilégios da população branca. Esse medo da perda de privilégios brancos pode ser relacionada a ideia de “Pacto Narcísico” que, segundo Cida Bento (2002), pode ser definido como:

“um pacto entre brancos, aqui chamado de pacto narcísico, que implica na negação, no evitamento do problema com vistas a manutenção de privilégios raciais” (Bento, 2002, p.:111).

Todas as vezes que nós brancos não percebemos que há uma diferença na disposição de direitos e acessos simbólicos e materiais entre brancos e negros e, mais, todas as vezes também que visualizamos a alteridade de condições simbólicas e materiais ao mesmo tempo em que nos negamos, mesmo que de forma não consciente, a não aceitar políticas que tentam diminuir a dívida histórica que temos com os negros e negras do Brasil - como não aceitar, por exemplo, a cota nas universidades ou não questionar o real objetivo da Guerra às Drogas - , estamos atuando pelo Pacto Narcísico. A ideia de que o branco é “a cor certa” foi construída de forma tão bem elaborada - com o apoio de teorias eugenistas, mídias e representações sociais - que podemos dizer que é até impossível destrinchar ou colocar em palavras a complexidade da presença fulminante da branquitude nos nossos atos, nas nossas formas de olhar e ver o mundo, relacionarmo-nos, na estética do que julgamos ser bonito/feio. Segundo Beatriz

Nascimento, mulher negra e historiadora, o racismo brasileiro é como um emaranhado de sutilezas, e o fenômeno e o que ele provoca não pode ser analisado só na sua externalidade, mas também nos impactos na corporeidade e subjetividade dos sujeitos oprimidos (Borges, 2018), ou seja, assim como o racismo está entranhado em nós, a branquitude também, na medida que um reforça e vem do outro, simultaneamente.

Mas o que faz de nós sujeitos que não se incomodam ou não se comovem com o que nossa branquitude produz na vida do outro? O que faz não lamentarmos as vidas perdidas da população negra da mesma maneira pela qual lamentamos as mortes de sujeitos brancos? O que dizer das reportagens que colocam o branco classe-média que vende droga como alguém que cometeu um pequeno erro enquanto que quando esse traficante é negro, a palavra traficante e criminoso é usada de forma desvelada e nitidamente desproporcional se comparamos com sujeitos brancos? O que faz a vida ser passível de luto ou não? Nossa capacidade de comoção é condicionada de alguma forma quando, por exemplo, os noticiários brasileiros criam a imagem do negro criminoso? Como nos diz Malkia Cyril, Diretora- Executiva da “Center for Media Justice”:

Homens negros, e pessoas negras em geral, são representadas como criminosos. Significa que são mostradas como criminosos de modo exagerado, mais do que o número real de criminosos (...). Então, você educou um povo, deliberadamente, por anos, por décadas, para crer que homens negros, em especial, e pessoas negras, em geral, são criminosos. Quero ser clara. Não estou falando só de pessoas brancas, pessoas negras também acreditam e morrem de medo de si mesmas. (livro o que é encarceramento em massa, p.:49)

Acreditamos, embasando-nos pelos escritos de Butler acerca da precariedade da vida humana, da comoção e acerca do como determinados enquadramentos - isto é, regimes de inteligibilidade que permitem certas percepções, interpretação e afetos e omitem outros que estão fora do regime em questão - podem nos servir de instrumento para se pensar e repensar a nós mesmos, a nossas vidas, nossa capacidade de afetar e ser afetado e o nosso modo de lidarmos com a dor e o sofrimento dos outros (Butler, 2017).

Nossa comoção nunca é somente nossa: a comoção é, desde o começo, transmitida de outro lugar. Ela nos predispõe a perceber o mundo de determinada maneira, a acolher certas dimensões do mundo e resistir a outras (...) A comoção depende de apoios sociais para o sentir: só conseguimos sentir alguma coisa em relação a uma perda perceptível, que depende de estruturas sociais de percepção, e só podemos sentir comoção e reivindicá-las como nosso com a condição de que já estejamos inscritos em um circuito de comoção social. (Butler, 2017, p.: 81,82)

Se começamos a pensar a nossa capacidade de comoção como algo que não está desvinculado com o racismo, vemos que nossos afetos e sensações não são iguais para com todas as situações. Nossos

afetos são racistas, a mídia é racista também quando nos condicionam para um estereótipo do negro criminoso. Essa montagem e esta imagética do negro como perigoso e potencialmente criminoso, favorece, julgamos, para uma diminuição da nossa comoção quanto aos sofrimentos dos sujeitos negros. Quando em 2014 foi noticiado que um menino fora amarrado e espancado em um poste na Zona Sul do Rio de Janeiro por homens que simplesmente se sentiram no direito de puni-lo por acreditarem que este assaltava as ruas do bairro do Flamengo, muitas pessoas se comoveram mas grande parte dos brasileiros julgou extremamente correta a postura desses verdadeiros criminosos. Há vidas pelas quais sofremos e a há vida pelas quais não. E a vida da população negra brasileira não é reconhecida da mesma maneira que a vida da população branca.

Se, por um lado, para a instituição do colonialismo foi utilizada uma filosofia religiosa para a super exploração de corpos negros, por outro, é o esteriótipo formulado no pós-abolição que seguirá perpetuando uma lógica de exclusão e, conseqüentemente, extermínio da população negra brasileira. Este poder sobre corpos negros é exercido em diversas esferas. Seja na total ausência de políticas cidadãs e de direitos, como falta de saneamento básico, saúde integral, empregos dignos; seja pelo caráter simbólico de representação do negro na sociedade como violento, lascivo e agressivo alimentando medo e desconfiança culminando em mortes simbólicas, pela aculturação, assimilação e epistemicídio, até as mortes físicas, que se estabelecem pela violência, torturas, encarceramento e mortes. (Borges, 2018, p.: 54)

A vida humana é precária, não há escapatória. Todos nós somos passíveis de morrer, de nos machucar, chorar, adoecer. A precariedade se mostra de forma desigual, já sabemos. O corpo negro é muito mais “morrível” do que o corpo branco no Brasil. Mas o que podemos, de alguma forma, fazer para que esse quadro seja modificado? Primeiramente, julgamos de supra necessidade pensar em uma precariedade que seja, no mínimo, interseccional. Ou seja, temos que ter em mente que cada grupo necessita de direitos específicos e de cuidados singulares. E que certas vidas são vistas como menos vidas que outras. E os cuidados devem ser tanto em questões geopolíticas quanto em questões que se dão no micro, como por exemplo, no caminhar de uma consulta clínica. Não há como tratar o sofrimento branco da mesma maneira que o sofrimento negro, são demandas diferentes. E nesse sentido há uma tarefa imprescindível: descolonizar as psicologias (Veiga, 2017). É necessário recriar enquadramentos, deixar que aflore e que vá para o regime do visível e do dizível - conceitos de Michel Foucault acerca de que o que vemos e o que falamos é condicionado e com isso, sempre mutável - tudo aquilo que é ocultado pelos regimes hegemônicos de inteligibilidade que encaram a alteridade, o que não é branco-homem-heterossexual como menos importantes ou até mesmo como não existentes. A branquitude possui um tipo de enquadramento, e ela não possibilita e não permite condições de vida igualitária para a população negra. Quando pensamos em precariedade, quando pensamos que todos nós somos seres finitos e interdependentes um dos outros, acreditamos que há alguma chance de mudança para um mundo em que os negros possam usufruir dos mesmos direitos que nós. E um dos meios para que isso vá ocorrendo pode ser por meio de criações de novas imagéticas do corpo negro. E o filme “Que horas

ela volta” pode ser considerado um meio de tentar criar um desconforto para nós que somos brancos diante da visível infinitude de privilégios que nos cercam e do qual se é mostrado na longa-metragem.

Se a imagem, por sua vez, estrutura a maneira pela qual registramos a realidade, então ela está associada à cena interpretativa na qual operamos. A questão da fotografia de guerra, portanto, não concerne apenas ao que ela mostra, mas também como mostra o que mostra. O “como” não apenas organiza nossa percepção e nosso pensamento. Se o poder do Estado tenta regular uma perspectiva que repórteres e câmeras estão lá para confirmar, então a ação da perspectiva no e como enquadramento é parte da interpretação da guerra induzida pelo Estado. A fotografia não é simplesmente uma imagem visual à espera de interpretação; ela mesma está interpretando ativamente, algumas vezes forçosamente. (Butler, 2017, p.: 110)

Analisando o filme “que horas ela volta”

O filme “que horas ela volta” de Anna Muylaert, exibido em 2015, conta a história de Val (Regina Casé) uma empregada doméstica que sai do Nordeste para trabalhar em São Paulo na casa de Bárbara (Karine Teles) a fim de buscar melhores condições financeiras para a sua filha Jéssica (Camila Márdila), que fica no Nordeste e pra quem Val manda dinheiro regularmente. No começo do filme, Val recebe a notícia de que Jéssica está indo para São Paulo prestar vestibular para uma universidade pública renomada nacionalmente e pede para Bárbara para que sua filha fique hospedada na casa dela.

O primeiro embate do filme foi a relação maternal entre Val e Jéssica ser completamente desigual: enquanto Val tem verdadeira adoração pela filha e a trata como se fossem íntimas, tentando fazer tudo que pode para agradá-la, Jéssica trata a mãe com distância e reclama de todas as suas atitudes. Assim que Jéssica chega a cidade onde Val mora, demonstra desgosto por a mãe morar na casa dos patrões, onde trabalha, ao invés de ter a própria casa para ela. Daí por diante, os conflitos ficam cada vez menos velados.

Pra começar, Jéssica pede ao patrão José Carlos (Lourenço Mutarelli) de Val para dormir no quarto de hóspedes ao invés de dormir no colchão e solteiro que Bárbara deu dinheiro a Val para comprar, o que deixa Val bastante irritada. A partir desta cena, Val repete algumas vezes para Jéssica que ela precisa saber o lugar dela, seja quando Jéssica se senta a mesa para comer, toma o sorvete que é dos patrões e não de Val, é jogada na piscina por Fabinho (Michel Joelsas), menino que Val criou. Em contrapartida, Jéssica pergunta pra Val que lugar é este que ela precisa se colocar e ser colocada. Qual o lugar que Val aceita?

Ao mesmo tempo em que estas situações acontecem dentro de casa, o que irrita Bárbara cada vez mais, José Carlos começa a demonstrar interesse erótico-afetivo por Jéssica, tentando beijá-la em determinado momento e até mesmo propondo que se casassem. Jéssica coloca limite no chefe da mãe em todas as ocasiões deixando no ar a questão do porquê o patrão sente que pode se aproximar desta forma da menina.

Entre diversas tramas o filme termina com Val pedindo demissão saindo da casa de Bárbara e José Carlos para ter uma casa com Jéssica. Além disso, uma surpresa do filme é que Jéssica tem um filho que deixou no Nordeste para ser cuidado enquanto ela manda dinheiro para ele. Ao saber deste fato, Val manda Jéssica buscar seu filho e trazê-lo para a casa das duas. Por fim, o que fica no ar é que a história de Val não se repetirá na vida de Jéssica, que além de ter o filho por perto, foi aprovada no vestibular que tentou – ao contrário de Fabinho.

Da figura da babá, resquício da escravatura, à empregada doméstica modelo nacional, um outro entulho largado no caminho pela escravidão no país, foi um pequeno passo para expandir o argumento. Sem o trabalho das outras milhares de Vals existentes neste país, sejam elas babás, diaristas ou moradoras em um quarto infecto, na casa dos patrões, a família burguesa brasileira emperra e não funciona. A dependência dos patrões é absoluta - até para o mínimo gesto de levantar da cadeira e ir à geladeira para se servir de um copo de água. É isto que Anna mostra serenamente, com simplicidade. E a dependência estampada no espelho que é a telona deixa a plateia burguesa nervosa. (Reis, 2015, p.: 1)

Embora o filme “que horas ela volta” tenha por meta analisar questões de classe e hierarquia social, peca quando não insere explicitamente as questões de raça que perpassam a relação na sociedade e, conseqüentemente, naquela família. Como ressalta Marcinik e Mattos (2017), a empregada doméstica e sua filha, personagens principais nesta trama de opressões, são brancas. O fato de ambas serem de uma região considerada periférica no país quando comparada a região Sudeste, não é o suficiente, quando a diretora remonta a cena de quarto de empregada, por exemplo, seria preciso reforçar que este tipo de composição das casas é herdado da época da escravidão, onde escravas que cuidavam da casa grande dormiam neste quarto.

O filme teve grande repercussão no país e no exterior, e mobilizou muitos debates sobre trabalho doméstico, sobre ódio de classes, e sobre as recentes conquistas de direitos das classes populares nos últimos anos no país. Entretanto, a questão racial não é central no filme, tendo sido invisibilizada também na repercussão que a obra teve na grande mídia. As atrizes que interpretam Val e Jéssica não são negras, o que fez com que o racismo presente nas relações patrões-empregadas domésticas no Brasil não fosse um conflito encenado na trama. Coube às feministas negras explicitarem esse silêncio, no país em que o trabalho doméstico é exercido majoritariamente por mulheres negras⁵⁵. É evidente que toda a dinâmica da relação casa de família – quartinho de empregada, que Muiyaert leva para as telas, foi herdada dos séculos de escravidão no Brasil. Entretanto, ao não escalar atrizes negras para representar esses papéis, a diretora promove um branqueamento do conflito, ressaltando outras características das personagens (sua origem de classe pobre, oriundas de uma região considerada periférica no país em relação à cidade de São Paulo, onde a história se passa). (Marcinik e Mattos, 2017, p.:169)

É preciso desmascarar o racismo presente no filme e nas relações sociais - ação que coube ao movimento negro através de críticas em diversos blogs. Quando são escaladas duas que não são negras para cumprir o papel de empregada e filha da empregada, a mensagem transmitida é evidente: o racismo atinge instâncias tão intrínsecas e viscerais, que nem no momento em que precisa ser exibido a fim de ser desmascarado e desconstruído alcança este lugar.

Desassociar a luta de classes ao racismo é mais uma consequência de como ele age no Brasil, o negro mesmo sendo a maioria nos empregos servis e nos dados sobre piores condições de habitação, educação e saúde, ainda é ignorado, pois vamos atribuir toda a culpa ao capitalismo e não falar nada sobre racismo. (Ribeiro, 2015, p.: 2)

Entretanto, houve uma grande repercussão quando os movimentos negros criticaram o fato de não terem sido apresentados personagens negras para representarem os papéis principais, evidenciando o quanto pessoas brancas de modo geral nem sequer notaram as questões raciais que pessoas negras notaram logo de cara, já que brancos são racistas.

A ausência de negros é gritante no quesito silenciamento, os poucos que aparecem são os figurantes das cenas que se passam na periferia. Independentemente dos argumentos que se use para justificar o porquê não têm negros, é nítido que as produções nacionais não estão preparadas para nos colocar em papéis de evidência. Afinal quando se trata do papel secundário da empregada da novela das nove, não tem problema nenhum ela ser negra, entretanto se a empregada vai ser o destaque da produção, aí não pode. (Ribeiro, 2015, p.:3)

O que fica como indagação ao terminar de analisar este filme é pensar quando o cinema brasileiro vai se posicionar e, sobretudo, entender que não se posicionar é se posicionar. Não colocar pessoas negras para interpretarem os papéis de Val e Jéssica não é escolha, é racismo.

Referências

BENTO, M; CARONE, I. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. 2002.Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

BORGES, Juliana. O que é encarceramento em massa? Justificando, 2018

BUTLER, Judith. Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto? Civilização Brasileira, 2007

MARCINIK, G e MATTOS, A. Branquitude e racialização do feminismo Um debate sobre privilégios. Disponível em: file:///C:/Users/Amanda/Downloads/Branquitude_e_racializacao_do_feminismo_u.pdf acessado em 28/01/2019 às 15:22h.

REIS, L. Que horas ela volta?: Com medo de Jéssica. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Cinema/Que-horas-ela-volta-Com-medo-de-Jessica/59/34591> acessado em 28/01/2019 às 15:20h.

RIBEIRO, S. Afinal, o que leva os Brancos adorarem Que horas ela volta? Disponível em: <https://www.geledes.org.br/afinal-o-que-leva-os-brancos-adorarem-que-horas-ela-volta/> acessado em 28/01/2019 às 15:21h.

GÊNERO, SEXUALIDADES, EDUCAÇÃO E COLONIALIDADE: INTERSECÇÕES POSSÍVEIS?

Rastrelli, Amanda¹
Mattos Amana²

Resumo: Este trabalho faz parte de uma inquietação diária, que atravessa a forma de ver o mundo: a palavra descolonizar. Desde que tive contato com o trabalho de Maria Galindo, venho tentando adequar as lógicas e práticas cotidianas a esta palavra. Descolonizar é um trabalho político diário que não pode escapar do trabalho acadêmico. Aplica a ótica descolonial ao campo da educação se construiu em mim como um movimento notório, porém muito complexo, já que a escola é compulsória desde que foi implementada no Brasil, não tendo como objetivo desenvolver pensamento crítico. A forma que encontrei a fim de compreender como este processo se dá e quais fissuras encontradas neste sistema, desenvolvo oficinas de gênero e sexualidade nas escolas. Aqui escrevo acerca da união da teoria com o campo. Palavras chaves: sexualidades, gênero, colonialidade, psicologia social

Palavras chaves: sexualidades, gênero, colonialidade, psicologia social

GENDER, SEXUALITY, EDUCATION AND COLONIALITY: POSSIBLE INTERSECTIONS?

Abstract: This work is part of a daily restlessness that goes through the way of seeing the world: the word “decolonization”. Since I had contact with the work of Maria Galindo, I have been trying to adapt the idea and daily practices in a way that can be fitted to this word. Decolonization is a daily political work that cannot escape academic work. To apply the decolonial view to the field of education, I noticed in me a notorious but very complex movement, since the school has been compulsory since it was implemented in Brazil, not aiming to develop critical thinking. The way I have found in order to understand how this process takes place and what flaws are found in this system, I develop workshops on gender and sexuality in schools. Here I write about the union of theory alongside with the field.

Keywords: sexuality, gender, coloniality, social psychology

1 Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

2 Professora Adjunta do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social (PPGPS) na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Introdução

O primeiro contato que tive com teoria decolonial foi antes de fazer ideia do que decolonialidade significava, através de Maria Galindo: psicóloga, boliviana, ativista, anarcofeminista e co-fundadora do coletivo boliviano Mujeres Creando. E neste primeiro contato, Galindo construiu uma instalação durante a 31ª Bienal de Arte de São Paulo, em 2014, chamada “Espaço para abortar”. Tal instalação consistia em um círculo vermelho desenhado no chão onde se lia “espaço para abortar”, com duas pernas gigantes feitas de metal. No meio dele, havia espécies de tubos com fones de ouvido escrito “útero” em cada um deles, onde as pessoas entravam e podiam ouvir histórias de abortos contadas por mulheres que o fizeram. No alto das pernas havia uma placa onde se lia “nem boca fechada, nem útero aberto – Mujeres Creando”. As histórias foram coletadas pelo coletivo Mujeres Creando, nas ruas de São Paulo para a exposição.

Lendo, vendo fotos e assistindo a vídeos a respeito da instalação, me deparei com a frase de Galindo “No se puede decolonizar sin despatriarcalizar”.

A ideia é promover um ambiente de discussão e diálogo com a ajuda de um enorme útero ambulante, temporariamente estacionado no Pavilhão da Bienal. Em pauta, as implicações do aborto, da colonização do corpo feminino e o que pode significar a decisão soberana, o livre-arbítrio e a liberdade de consciência em uma democracia contemporânea, como a de nossos países sul-americanos, nos quais o aborto é ilegal e penalizado. (Mujeres Creando, 2014, p.: 1)

“Colonização do corpo” foram três palavras que viraram uma chave em mim, que na época estudava e escrevia a monografia da graduação em Psicologia acerca da construção de gênero, a partir da teoria queer de Butler e Preciado.

Importante saber sobre Butler agora é que ela escreveu, em 1990, o livro *Problemas de gênero*, onde diz que o gênero é performativo, produzido a cada dia por cada sujeito, ao contrário da lógica binária que conhecemos dos órgãos reprodutores, onde o gênero é algo decidido quando se nasce pela (quem nasce com pênis é homem e será socializado com homem, quem nasce com vagina é mulher e será socializada como mulher).

Se o gênero não está amarrado ao sexo, causal ou expressivamente, então ele é um tipo de ação que pode potencialmente proliferar-se além dos limites binários impostos pelo aspecto binário aparente do sexo. Na verdade, o gênero seria uma espécie de ação cultural/corporal que exige um novo vocabulário, o qual institui e faz com que proliferem participios de vários tipos categorias re-significáveis e expansíveis que resistem tanto ao binário como às restrições gramaticais substantivadoras que pesam sobre o gênero (Butler, 1990, p.:163).

Pra mim, a teoria queer de Butler é genial e reverbera até hoje. Uma das reverberações que mais me comoveram foi construída por Paul Beatriz Preciado, que também se formou em filosofia, mas lá na Europa. A primeira coisa que li de Preciado foi o texto *Quem defende a criança queer* que me deixou tão intrigada que acabei me dedicando bastante aos seus escritos. Preciado usou a teoria queer para inventar o conceito de multidões queer, que inaugura em seu livro *Manifesto Contrassexual* em 2015. Para Preciado, o corpo inteiro é performativo – e não só o gênero. Gosto, em especial, da parte em que o corpo é colocado como uma escritura social, como algo a ser desvendado e inventado por cada indivíduo.

O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém-nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetições e de recitações dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (Preciado, 2015, p.: 26).

É importante mencionar que é muito mais fácil ser ouvida se você está na Europa/Estados Unidos do que se você está na América do Sul, visto que, como povos localizados no sul do mundo, ainda sofremos com o estigma de primitivos, que não têm direito a voz e poder de conhecimento. Tanto que Maria Galindo só conseguiu ter algum espaço pra falar de seu trabalho depois de participar de uma exposição no Museu de Arte Contemporânea de Barcelona (MACBA em Barcelona) e de participar de uma conferência³ sobre a descolonização dos museus conduzida por Preciado.

Ter estudado as teorias de gênero de Judith e Paul Beatriz foi o que me trouxe até aqui, foi a partir dos conceitos elaborados por ela e ele que consegui reconstruir a afinidade com a Psicologia, que tinha se exaurido. No final da graduação eu achava a Psicologia muito normativa e nada crítica. As teorias dos homens brancos europeus já não me contemplavam, e eu não tinha ferramentas pra explicar os porquês. Butler e Preciado me deram mecanismos pra entender o sujeito socialmente. Pra explicar como o ambiente em que vivemos influencia em quem nos transformamos, em tudo que nos transformamos, inclusive no gênero/corpo que construímos. Por vezes nessa trajetória acadêmica eu quis não citar mais a teoria queer por achar que o lugar de que Butler e Preciado falam é de total privilégio em relação ao lugar de fala de teóricas da Ibero-América⁴, não havendo nenhuma menção a este privilégio em suas obras. Entretanto, tais contribuições são irrevogáveis na construção do meu pensamento, visto que os conceitos da autora e do autor são reconhecidos mundialmente e são amplamente utilizados nas discussões de gênero aqui no Brasil, por exemplo. Assim, parar de lutar contra teorias que até então eu via

3 Link para a fala de Maria Galindo na conferência: <https://www.youtube.com/watch?v=pg8qf9NhcbM>

4 Territórios colonizados por Portugal e Espanha compreendido por América do Sul e América Central.

como colonizadoras me fez perceber que descolonizar é também tornar esses pensamentos acessíveis, ao invés de ignorá-los. O contato com Galindo me mostrou que tem sim muita coisa acontecendo e que, ao contrário das teóricas que eu vinha lendo até então, ela estava nas ruas militando contra todas as injustiças que seus olhos podem ver. Maria parece ter várias mãos para abraçar diversas lutas, e faz isso com maestria.

Concomitantemente com a leitura da teoria de Galindo, já no Mestrado, comecei a fazer parte das oficinas coordenadas pela minha orientadora Amana Mattos, o subprojeto de Psicologia do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID), articulado ao estágio curricular pelo Serviço de Psicologia Aplicada (SPA) e ao seu projeto de extensão, em que eram realizadas oficinas de gênero e sexualidades em escolas municipais do Rio de Janeiro. Havia uma escola fixa, em que as outras estagiárias – todas alunas da graduação, eu era a única estagiária que do Mestrado - iam sempre, e em outras éramos convidadas a ir. E foi participando dessas oficinas que o jogo começou a virar e eu comecei a me abrir, de fato, para essa experiência acadêmica.

Como aprendi na teoria e aprendo todos os dias na prática com minha orientadora, psicóloga, branca, professora de Psicologia na graduação de Psicologia Social na pós-graduação na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Amana Mattos:

Os espaços privilegiados para a socialização de crianças e jovens são espaços que estão habilitados a formar os futuros cidadãos da sociedade: a casa e a escola. Nesses espaços, a “menoridade” da criança e do adolescente atualiza-se pelo fato de que ali eles são sujeitos “em construção”. Sua atuação é tutelada por seus responsáveis, assim como é a esses responsáveis que cabem as decisões mais importantes sobre suas vidas. (Mattos, 2015, p.: 95)

Estar na escola através das oficinas do PIBID e enxergá-la como espaço de potência e modificação, ao invés de lugar de normatização e sofrimento, foi decisivo. Percebi que o meu lugar de inserção é a instituição escolar, e que quero observá-la de perto, para observá-la de outro ponto, do qual ainda pouco se fala (o olhar da descolonialidade). Justamente por perceber que é na escola onde eu pressuponho que a colonialidade⁵ seja perpetuada: nosso modelo disciplinar escolar é europeu, a história que nos é contada sobre nós parte da lógica europeia assim como a falta de informação sobre as próprias sexualidades. A escola não é apenas um dos reflexos da sociedade, ela também é fundamental na construção da mesma. Então, pra entender o corpo como território colonizado, é preciso entender quando e como o corpo adquire os moldes da colonização. Eu também poderia tentar entender este processo pela constituição familiar, visto que no atual momento político e a partir dos discursos ultraconservadores produzidos por ele, a família está sendo colocada como matriz da educação e do ensino. Como as famílias não são o foco do PIBID tomei a escola como objeto de minha pesquisa.

5 De acordo com Maria Lugones (2014) a colonialidade é aquilo que permanece conosco, em nossa sociedade, na intersecção gênero/raça/classe, como fundamentação central do sistema capitalista e patriarcal.

A escola moderna configura-se como o principal espaço de preparação de crianças e jovens para viverem em sociedades. Fundamentada em uma tradição disciplinar, a escola tem como uma de suas principais propostas desenvolver capacidades e conhecimentos considerados úteis socialmente. Muito além dos conhecimentos transmitidos, a preparação escolar também atua intensamente na construção dos corpos infantis e juvenis, produzindo gêneros, comportamentos, habilidades e competências para os diferentes sexos. (Mattos e Bertol, 2015, p.:130)

Este trabalho tem sido movido pela seguinte pergunta de pesquisa: que fissuras a visão descolonial é capaz de produzir na construção de gênero e sexualidades em curso nas escolas, para que tal construção possa se dar de forma menos heteronormativa e mais politizada e, portanto, despatriarcal?

Metodologia

Aprofundar os estudos acerca da descolonização me mostrou que o modelo de educação escolar vigente e normatização é perpetuado científica e religiosamente em nossa sociedade. A escola é um dos grandes acontecimentos na trajetória dos sujeitos. Como nos mostra a professora brasileira branca na Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais, Cynthia Greive Veiga. Para Veiga (2002), a instituição escolar usa da estratégia da escolarização para alcançar os jogos de poder, deixando de ser um dispositivo de educação e pensamento crítico para tornar-se um ambiente de escolarização.

(...) uma rede heterogênea de elementos que lhe dá visibilidade e ocultamento, nas formas discursivas e não-discursivas. É uma estratégia inscrita em jogos de poder, ligada a configurações de saber que deles nascem e também os condicionam; enfim, a escolarização como estratégia de poder. (Veiga, 2002, pag.: 91).

Pensando nisso, o direcionamento deste trabalho foi pensar a instituição escolar e seu impacto na constituição dos sujeitos, na construção da identidade sexual e de gênero, pela ótica da descolonialidade.

A pergunta que norteia esta pesquisa é: como acontece a produção do gênero e das sexualidades na escola e, portanto de corpos enquanto territórios, a partir do ponto de vista da descolonialidade? Mediante isso, o campo investigativo desta pesquisa foi a escola.

A necessidade de inserção no campo vem da percepção descolonial que busca não hierarquizar conhecimento e acreditar que a prática também é teoria. Como Espinosa-Miñoso (2012) aponta, o processo de descolonização é também um processo de restituição genealógica de como a sociedade se dava antes da invasão dos colonizadores e que foi perdendo-se conforme o conhecimento científico foi se consolidando à medida que a medicina e a religião foram ganhando força como lugar de saber na sociedade. Ou seja, um processo que abre possibilidades de encontrar outros significados de sociedade, outros horizontes de pensamento que não tenha necessidade de serem universalmente aprovados, mas reconhecido por cada comunidade. Isso não significa que produzir teorias e transmitir conhecimentos

não seja importante, mas causar sensação de identificação em quem acessa esse conhecimento é prioridade, o conhecimento precisa ter mais a ver com pra quem ele serve e o que fazer com ele do que pra afastar o sujeito de si. É essencial lembrar o quanto a lógica colonial é perversa.

(...) feminismo descolonial questiona radicalmente a leitura de um “progresso na conquista dos direitos das mulheres”, que se estimou ter sido possível na Europa, EUA e alguns países “avançados” do “terceiro mundo”, tornou-se a medida do horizonte para atingir o feminismo e o marxismo e outros movimentos sociais. Em primeiro lugar, porque reproduz a ideia da Europa como o início e o fim da história e da modernidade como o grande projeto de melhoria a que todos os grupos humanos devem vir; em segundo lugar, porque denunciemos a forma como este programa é uma falácia que só se sustenta graças às sombras que projeta no resto de tudo o que existe. (Espinosa-Miñoso, 2012, p.:144/ 145).

Yuderkys (2014) nos chama a atenção para a necessidade de romper com a dependência entre conhecimento e ciência, e de incorporarmos os conhecimentos “comunitários, indígenas, afros, populares urbanos”. (Espinosa-Miñoso, 2014, pág.: 3). Que, na América do Sul, paremos de defender estratégias políticas e, conseqüentemente, de conhecimentos que perpetuem o modelo imposto por um Estado colonial, branco e burguês. Entendendo a dificuldade enorme que há por trás deste esforço descolonial, visto que a colonialidade está enraizada em nossa constituição enquanto indivíduo e enquanto sociedade, entretanto, é preciso buscar modos de produzir fissuras neste modelo de sociedade ainda colonial. Para ilustrar, utilizo um poema da brasileira Lainha, do livro *Manual de Ginecologia Autônoma*, que traz as seguintes palavras:

Salve a todas as mulheres que vieram antes de nós
A todas erveiras Curandeiras Parteiras
Sacerdotisas Deusas Mães e avós. Seguiremos a trilha de sangue e folhas deixada por
vós Senhoras da sabedoria milenar. Negras, Índias Mulheres bibliotecas Que guardam
no envelhe-ser da pele Os aprendizados da vida. E que nos doam Em forma de chá De
ditado De prece De cuidado Tudo quanto receberam das que te antecederam. (Souza, 2017, p.12)

Pensar metologicamente esta pesquisa é pensar no quanto o tipo de conhecimento – branco, heterossexual, europeu – que é transmitido no sistema escolar vem sendo utilizado como método de embranquecimento no Abya Yala e no quanto a sabedoria dos povos originários vem sendo ignorada no modelo educacional vigente por não ser considerada científico. Acredito que da mesma forma em que a ciência não precisa ser ignorada para que os saberes originários ancestrais sejam considerados e façam efeito no mundo, os saberes originários não precisam ser ignorados para que a ciência se legitime. Um saber pode complementar o outro sem que seja necessário criar uma hierarquia de validade do conhecimento. Quando eu afirmo que a escola é o lugar onde a colonialidade é perpetuada, o que quero dizer é:

El sistema educativo ha acompañado los procesos de expansión del estado- nación, ha acompañado los procesos de estabilización de los modelos liberales y neoliberales, ha moldeado nuestra imagen del mundo, nos ha dicho que es lo bárbaro, que es lo superado, que es lo verdaderamente humano, cual es el tipo de relación con la naturaleza que hay que tener, nos ha asimilado a la mayoría de la gente de esta tierra, les ha introyectado esa mirada sobre sí mismo que es la mirada producida por la matriz colonial y la razón imperial. (Espinosa-Miñoso, 2014, p.:9)

Para revolucionar o modelo educacional vigente, é preciso repensar como se pensa sobre conhecimento, os conteúdos transmitidos, como o conhecimento é produzido e como a experiência é passada. Revolucionar e reformular a educação é pensar nas diferentes culturas, experiências e vivências das diferentes comunidades. Minha proposta, no entanto, não é que se acabe com a instituição escolar, mas que possamos, tal qual ensina Espinosa-Miñoso (2014), fazer outras perguntas que não as propostas pelos colonizadores, como, por exemplo: queremos perpetuar o modelo universalista escolar que nos prepara para continuar embranquecendo o conhecimento, disciplinando os corpos, homogeneizando o gênero e as sexualidades? Qual escola é possível dentro da escola que já existe? O que precisamos, de fato, desaprender deste modelo educacional? Como gênero e sexualidades são construídos dentro destas escolas que transbordam colonialidade?

Muchas de nosotras después tenemos que someternos a procesos de desaprendizaje de lo que hemos aprendido ahí, porque es aprender a restaurar una mirada de nosotras/ os mismos que reemplace esa mirada que ha producido el amo o el conquistador sobre nuestros pueblos. (Espinosa- Miñoso, 2014, p.:8)

A fim de realizar esta proposta investigativa, resolvi usar a experiência com o PIBID em 2017 para desenhar as minhas próprias oficinas, que foram desenvolvidas em uma escola do interior do Estado do Rio de Janeiro. Estas oficinas foram realizadas no formato de grupo de reflexão com estudantes, sobre as temáticas de gênero e sexualidades. Oficinas estas que, como proposto no projeto que apresentei à direção da escola, foram desenvolvidas quinzenalmente durante as aulas de português e geografia cedidas pelas próprias professoras.

Nas oficinas realizadas nesta escola, discuti com as e os estudantes, a noção de identidade de gênero e sexualidades como passíveis de construção subjetiva e social concomitantemente. Como estar em um território que foi colonizado e ainda sofre reminiscências da colonização afeta essa construção? Pensando junto deles o que é colonialidade. Contando a versão da colonização sem a fantasia apreendida na escola de que o conhecimento que chegou aqui através dos europeus é o certo, a verdade. Conversando sobre as relações de poder e a quem serve o modelo social de gênero e sexualidades hegemônicos em que estamos inseridos. Entendendo que a escola é uma preparação para a vida social adulta, repensando quais conhecimentos são úteis e mais, como tornar o conhecimento acessível pra eles mesmos.

La relación colonial contada por una historia masculinizada aparece como una relación que transcurre entre conquistador y colonizado. El conquistado es el protagonista de la explotación cruel, el conquistado es la víctima y el sometido. El conquistador es el amo, el conquistado su vasallo. El conquistado es también el héroe de la resistencia, el conquistador es el que impone su poder. (Galindo, 2014, pág.:97)

Utilizei a oportunidade de estar nesta escola para tentar entender a construção de estereótipos de gênero, usando do tema da identidade sexual e de gênero para questionar relações de poder. Ao mesmo tempo em que procurei respeitar as práticas locais no campo das sexualidades, busquei contribuir para a construção de um espaço no qual as e os estudantes possam falar de suas experiências e questioná-las coletivamente. Fazendo das oficinas um espaço seguro para estas discussões. Usei como base as atividades desenvolvidas nas oficinas do PIBID, que nomeio aqui de “Atividades de gênero e sexualidade”. Estas atividades discutem as relações entre os sujeitos, consentimento, construção de gênero e sexualidade, etc., de forma bem didática e ilustrativa.

Mas o que é descolonizar os corpos na escola? Descolonizar os corpos, nesse sentido, não seria acabar com a escola, mas a compreensão de que cada sujeito é único e que aprende de uma maneira. Descolonizar os corpos seria entender que não é necessário que se aprenda por um padrão e que, talvez, saber que se pode ser quem é, conhecer a própria ancestralidade, ouvir a história de cada povo e lugar contado pelo povo de cada lugar, reconhecer a própria cultura, o próprio saber, o próprio corpo, poder construir a própria identidade subjetiva, é tirar a colonização de si. Deixar o corpo livre para aprender o que e como lhe cabe. Descolonizar é não repetir o comportamento do homem branco que chegou aqui achando que tinha descoberto um povo que sempre existiu. Descolonizar não é pretender acabar com a instituição escolar, mas expandi-la enquanto espaço de revolução educacional, de pensamento político e crítico.

Quando dei início ao campo de pesquisa eu tinha como objetivos principais a análise da construção do gênero, das sexualidades e da memória no campo escolar, no que tange a ancestralidade. Porém, com o tempo disponível para pesquisa, consegui realizar a pesquisa acerca da construção do gênero e o exercício da sexualidade. Tais temas foram trabalhados de diversas formas e em diferentes amplitudes.

Afinal, o que foi analisado no meu campo foram os aspectos que formam a necessidade das meninas de se empoderarem do discurso feminista, ao contrário dos meninos que não precisam; o incômodo com as relações heteronormativas vindas principalmente das meninas da sala onde realizei oficinas e o repensar sobre o modelo escolar e qual escola é possível ser construída a partir do momento em que a escuta é promovida dentro de sala de aula por todas as pessoas que nela estão (alunas (os), professoras (os), etc).

Conclusões

Concluo, através deste trabalho, o quanto a escola pode ser um espaço de potência através da escuta e o quanto é necessário que estudantes sejam ouvidos a fim de se tornarem sujeitos mais gentis

consigo mesmo e com as diferenças que encontram. Foi muito importante me formar junto da escola e ter experiências que pudessem me transformar e compreender a descolonialidade na prática através do compartilhamento de experiências e informações. A intersecção possível entre gênero, sexualidades, escola e colonialidade, afinal, é a escuta.

Referências

BUTLER, J. **Problema de Gênero**. Rio de Janeiro, 2015.

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. **De por qué es necesario un feminismo descolonial: diferenciación, dominación co-constitutiva de la modernidad occidental y el fin de la política de identidad**. Solar. Año 12, Volumen 12, Número 1, Lima, pp.171. DOI. 10.20939/solar.2016.12.0109

ESPINOSA-MIÑOSO, Y. **Feminismo decolonial: una ruptura con la visión hegemónica, eurocéntrica, racista y burguesa**. Disponível em: <https://iberoamericasocial.com/feminismo-decolonial-una-ruptura-con-la-vision-hegemonica-eurocentrica-racista-y-burguesa/> acessado em 18/10/2017 às 15h.

GALINDO, M; **A despatriarcar**. Disponível em: <http://mujerescreando.org/pag/articulos/2014/05-21-2014-a%20despatriarcar.html> acessado em 01/03/2016 às 22:00h

GALINDO, M. **Así como tú me quieres yo no quiero ser de ti**. Disponível em: <http://eipcp.net/transversal/0605/galindo/es> acessado em: 28/07/2017 às 18h. 55 GALINDO,

M. **Detrás de una mujer feliz, un machista abandonado**. Disponível em: <http://mujerescreando.org/pag/articulos/2013/02-22-2013-detrasdeunamujerfeliz.html> acessado em: 01/03/2016 às 22:02h

LUGONES, M. **Rumo a um feminismo descolonial**. Estudos Feministas, Florianópolis, 22(3): 320, setembro-dezembro/2014.

MATTOS, A. e BERTOL, C. **Oficinas de sexualidade nas escolas: saberes, corpo e diversidade** in: Vol. 7 Interseções em Psicologia Social: raça/etnia, gênero, sexualidades. Florianópolis. Abrapso: 2015.

PRECIADO, P.B. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo- 2015.

SOUZA, L. et al. **Manual de Ginecologia Natural e Autônoma**. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1QUWF5GjwoVwpSe0MA0kenG_eXt9-WX0s acessado em 16/0/2018 às 10:09h.

VEIGA, C. **A escolarização como projeto de civilização**. Revista Brasileira de Educação. Set/Out/Nov/Dez 2002 Nº 21

JUVENTUDE NEGRA E HIPERSEXUALIZAÇÃO

Pâmela Rafaela Peixoto Barbosa¹

Anna Luiza Santos de Oliveira²

Ricardo Cesar Rocha da Costa³

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa em Sociologia desenvolvida em uma escola federal e tem como objeto a hipersexualização de corpos jovens negros. Tomando como referência os estudos de Crenshaw (2002) e uma metodologia qualitativa, com entrevistas não estruturadas, o projeto debate a hipersexualização entre jovens sob a percepção de uma natureza fabricada historicamente da representação acerca da sexualidade como erotizada e maleável, construída em torno da premissa de que com as mulheres negras e seus corpos era possível fazer o que se bem entendesse – como escravas sexuais dos senhores de engenho, *versus* as ideias de Freyre (1933). A pesquisa discute como esse histórico envolvendo a sexualidade se manifesta hoje na juventude, reforçando o racismo estrutural brasileiro.

Palavras-chave: juventude, hipersexualização, interseccionalidade, racismo estrutural.

1 Estudante – Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: pamelarafealaa@gmail.com;

2 Estudante – Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: annaluizasantos_098@hotmail.com;

3 Doutor em Serviço Social, Professor de Sociologia - Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: ricardo.costa@ifrj.edu.br

ANÁLISE INTERSECCIONAL DAS EXPERIÊNCIAS DE SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA DE MULHERES DE COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBO DO INTERIOR MARANHENSE

Rosângela de Sousa Veras¹

Resumo: O artigo apresenta as discussões preliminares da pesquisa do doutorado em Ciências Sociais centrada na saúde sexual e reprodutiva de mulheres negras rurais pertencentes a comunidades remanescentes de quilombo no interior do Estado do Maranhão. O direito à saúde da mulher já é garantido por lei e por políticas públicas, contudo a garantia da lei não é em si condição de acesso, visto que a comunidade pesquisada reclama de dificuldades de obtenção desses direitos. Portanto, ao apresentar as especificidades desse grupo de mulheres quer destacar que elas são marcadas por três definidores de desigualdades sociais: o gênero (mulher), a classe (trabalhadora rural) e a etnia (mulheres quilombolas) e que para ampliar a atenção a sua saúde não se pode desconsiderar conjuntamente essas desigualdades, fruto da estrutura social que as abrigam. Compreende tais desigualdades de maneira entrelaçada por meio da ferramenta analítica interseccionalidade.

Palavras-chave: Interseccionalidade, Mulheres negras, Saúde sexual, Saúde reprodutiva.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais – Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP). Mestre em Ciências Sociais; Doutoranda em Ciências Sociais do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara da Universidade Estadual Paulista - UNESP. Professora de Sociologia do Instituto Federal do Maranhão (IFMA); São Luís, Maranhão, Brasil;
E-mail: rosangelaveras@ifma.edu.br

Introdução

Este estudo apresenta discussões preliminares da investigação qualitativa que tem como foco de análise as práticas e representações de saúde sexual e reprodutiva de mulheres negra rurais pertencente a comunidades denominadas remanescente de quilombo no município de Peritoró no interior maranhense.

O levantamento de dados empíricos está ocorrendo por meio da relação dialógica entre a pesquisadora e as mulheres dessas comunidades, através de conversas de aproximação e do estabelecimento de grupos focais onde elas discutem questões da sua sexualidade e reprodução.

O estudo das condições específicas dessas mulheres busca por meio da ferramenta interseccional capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre os eixos das desigualdades de gênero, etnia e classe. Assim, o estudo almeja contribuir como as análises críticas que consideram relevante para qualquer política pública de atenção à saúde das mulheres, além das questões de gênero implícitas na questão, também incorporar questões relativas à classe e raça/etnia para tentar alcançar equidade social.

Como aporte teórico se fundamenta nos estudos do feminismo negro, nos estudos interseccionais e nos estudos descoloniais que buscam desessencializar as diferenças e os discursos totalizantes dos direitos sexuais e reprodutivos.

Discussões e Resultados

As mulheres sujeitos desta pesquisa juntamente com seus familiares trabalham e vivem da produção agrícola tradicional, principalmente da roça do arroz e feijão, da plantação de algumas hortaliças como maxixe, quiabo, vinagreira, cheiro-verde, pimenta e da extração da palmeira de coco babaçu, nativa da região. Do coco babaçu elas extraem: a amêndoa com a qual fazem o óleo de coco, com a casca fazem o carvão vegetal que serve para cozinhar e do mesocarpo (que é uma massa que fica entre a casca e a amêndoa do coco) elas fazem uma farinha que serve para a alimentação das crianças. Tudo o que produzem é apenas para subsistência de suas famílias, elas não comercializam o fruto de sua produção.

Elas residem no município de Peritoró que fica cerca de 234 quilômetros de distância da capital do Estado do Maranhão, este município atualmente tem uma população estimada pelo IBGE (2019) de 23.025 habitantes. A maioria da população municipal vive no meio rural e segundo a informou a Secretaria Municipal de igualdade racial possui 12 comunidades remanescente de quilombo².

O trabalho de campo está sendo realizado junto a duas comunidades quilombolas deste município, as quais possuem em torno de 80 famílias que estão distantes cerca de 23 km da sede do município. Devido a distância do centro urbano, elas relatam dificuldade de transporte e de acesso à saúde pública.

² *Comunidades Remanescente de Quilombo*, ou simplesmente *Quilombola* são categorias analíticas que passaram a existir juridicamente com a Constituição federal de 1988 em seu artigo 68 fazendo referência a categoria nativa *terras de pretos*.

Diante desse quadro, o estudo tem foco nas questões sociais que envolvem a saúde sexual e reprodutiva dessas mulheres de modo a ultrapassa as teorizações sobre a saúde da mulher centradas apenas no aspecto biológico e na anatomia do corpo da fêmea, por isso não reduz a mulher a sua condição biológica e parte do pressuposto de que as representações do corpo, da saúde e do que é ser mulher é fruto de construções histórico-sociais que variam no tempo e de cultura para cultura.

Por este motivo a categoria analítica *gênero* é um instrumento imprescindível para esta análise que utiliza o conceito de *gênero* formulado por Joan Scott (2014), o qual entende *gênero* como um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos.

Neste sentido, a análise de *gênero* é uma maneira de compreender as relações sociais a partir das concepções, representações e práticas desenvolvidas entre as pessoas, sobretudo como se constroem as relações entre elas, sejam elas do mesmo sexo ou de sexos diferentes, de idade, classe social, cor e raças iguais ou diferentes.

Da mesma forma que o gênero as percepções sobre o corpo, a sexualidade, a reprodução e a saúde são aqui entendidos como construções socioculturais.

Preliminarmente o levantamento dos dados empíricos apresentam que a sexualidade e a reprodução são vivenciadas de maneira peculiar e marcadas por muitas carências socioeconômicas, por exemplo, as mulheres residentes no município de Peritoró têm muitas dificuldades de acesso à saúde pública. No caso das que residem nas comunidades quilombolas, a política pública de saúde mais acessível é o *Programa Saúde da Família* que disponibiliza apenas uma agente de saúde para atender, em média, 130 famílias. Caso estas mulheres precisam fazer um pré-natal têm que se deslocar, por volta de 23 km, até a unidade básica de atenção primária mais próxima; caso elas necessitem de um parto na rede hospitalar somente encontrarão maternidade nos municípios vizinhos distantes mais de 30 km, pois no Hospital Geral de Peritoró não há a especialidade de obstetria.

Muitas dessas mulheres relatam que nunca fizeram o exame papanciolau, outras fizeram, mas não receberam o resultado do exame e com relação ao pré-natal relatam que este é feito na Unidade Básica de Saúde, mas não tiveram acesso a exames com o ultrassom. Também relatam a dificuldade de acesso a exames que ajudam na prevenção do câncer de mama.

Ao destacar estes casos, a pesquisa quer dar ênfase a outras vivências e práticas de saúde reprodutiva ainda não contempladas por direitos e políticas públicas efetivas de saúde sexual e reprodutiva já estabelecidos no plano universal dos direitos.

Falar de saúde sexual e reprodutiva é falar do exercício de direitos fruto de reivindicações dos movimentos de mulheres, muitos desses direitos já foram contemplados nas legislações e políticas de estado. Contudo, o estudo questiona: estes direitos foram conquistados por quais e para quais mulheres? Antes de apontar respostas para a questão cabe apontar que no campo teórico, conforme Ávila (2003), os direitos sexuais tratam da igualdade e liberdade no exercício da sexualidade e os direitos reprodutivos dizem respeito à igualdade e à liberdade na esfera da vida reprodutiva. Além das liberdades individuais, também compõem esses direitos o acesso às políticas públicas de prevenção e à assistência à gravidez

na adolescência, ao pré-natal, ao parto, ao puerpério, à interrupção voluntária da gravidez, menopausa, prevenção ao câncer de mama e do colo de útero, IST's (Infecções Sexualmente Transmissíveis), AIDS (Síndrome da Imodeficiência Adquirida), contracepção, dentre outros direitos.

Durante a IV Conferência das Nações Unidas sobre Mulher, em Pequim no ano de 1995, além dos direitos sexuais e reprodutivos serem definidos como direitos humanos, definiu-se uma plataforma de ação para que as mulheres pudessem exercer plenamente seus direitos e alcançar seu desenvolvimento integral como pessoas.

O Brasil signatário da ONU, definiu algumas políticas públicas de atenção à saúde da mulher com vistas a contemplar os direitos sexuais e reprodutivos. Em 1984, o Ministério da Saúde elaborou o *Programa de Assistência Integral à Saúde da Mulher* (PAISM) e em 2004, foi definida a *Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher* (PNAISM). Também foi definida como estratégia política a *Rede Cegonha* em 2011, a qual visa implementar uma rede de cuidados para assegurar às mulheres atenção humanizada à gravidez, ao parto e ao puerpério (conhecido no senso comum como resguardo).

Passados 23 anos da instituição da plataforma de ação e da definição de algumas políticas públicas de atenção à saúde das mulheres no país, questiona-se quem de fato tem igualdade e liberdade no exercício da sexualidade e reprodução? E para quem estes direitos e políticas foram efetivados?

A pesquisa de campo mostra que a garantia desses direitos ainda encontra desafios e entraves na sua efetivação. Um dos maiores desafios da garantia universal é justamente contemplar, a contento, as particularidades culturais e regionais das mulheres brasileiras.

Dessa forma, essa discussão contribui para o entendimento de que a saúde e a reprodução humana também são influenciadas por aspectos sociais e desigualdades estruturais e isto deveria ser considerado pelo estado ao se tratar da garantia de direitos, de cidadania e de políticas públicas de saúde.

Segundo Minella (2005), as discussões sobre as garantias da liberdade do indivíduo decidir livremente sobre sua sexualidade e reprodução contribuem com uma definição mais ampla e apurada de saúde sexual e reprodutiva que, transcende um modelo de assistência à saúde centrada no ponto de vista biomédico, para uma definição que adere a liberdade e a dignidade da pessoa humana no campo do comportamento sexual e reprodutivo.

Entretanto, para Scavone (2004), o conceito de direito e saúde sexual-reprodutiva são teóricos e utópicos. As características reprodutivas (aborto, pré-natal, parto, câncer de mama e de colo do útero, infecções sexualmente transmissíveis e AIDS - Síndrome da

Imodeficiência Adquirida, gravidez na adolescência, programas de planejamento reprodutivo entre outros aspectos) são abordadas como problemas universais de gênero e não levam em considerações as pluralidades e contradições socioculturais.

A linguagem liberal dos direitos sexuais e reprodutivos foi formulada, em geral, por mulheres de classes médias para contrapor às concepções conservadoras de subordinação do corpo e da sexualidade das mulheres, tem na sua base a reivindicação do livre exercício do corpo, entendido como uma propriedade individual. Esse princípio feminista desperta para as indagações se todas as mulheres têm

a percepção e a reivindicação do corpo como uma propriedade individual? Se todas as mulheres têm a compreensão de que têm direitos de liberdade e igualdade sobre seu corpo, sexualidade e reprodução?

O estudo aponta que a pretensa universalidade entra em contradição diante de caso específico como os das mulheres negras rurais maranhenses que relatam inúmeras dificuldades de acesso a estes direitos. Se considerarmos conjuntamente suas desigualdades étnicas e regionais, essas mulheres podem às vezes vivenciar discriminações e negação de direitos de uma maneira diferenciada das mulheres de outra classe, das mulheres brancas e dos homens brancos e negros.

Às vezes é preciso focalizar as várias formas de diferenças e desigualdades sofridas por um grupo em nome de uma maior inclusão. Por isso, o artigo faz uso da ferramenta analítica *interseccionalidade* a qual ajuda na discussão das formas pelas quais as desigualdades de gênero, raça/etnia e classe podem se entrecruzar e marcaram a vida de um mesmo grupo de pessoas.

Entendida como a análise que considera de maneira articulada as opressões de classe, etnia e gênero, a análise interseccional, assume o desafio de pensar como cada grupo de pessoas existe a partir do seu lugar social, pois considera que sobre determinados grupos, mais do que outros, incide uma inter-relação de opressões dentro matriz de dominação, fato que coloca determinados grupos em situação mais vulneráveis que outros.

Assim, problematizar qual seria o lugar social das mulheres trabalhadoras em sociedades de tradição patriarcal e que foram escravocratas é, também, considerar as desigualdades produzidas neste contexto e como foram formados os sujeitos dentro desta

Ela conceituou a localização das mulheres negras no cruzamento da raça e gênero e chamou dinâmica. Assim, cabe destacar que a experiência social da mulher negra não foi análoga a da mulher branca e nem a do homem negro.

Kimberlé Crenshaw, no ano de 1989, usou o termo interseccionalidade pela primeira vez para denotar as experiências de emprego das mulheres negras norte americanas. isto de *estrutura interseccional*. Dentro desta localização específica, argumenta que, as mulheres negras experimentam o sexismo de maneira diferente daquela experimentada pelas mulheres brancas e experimentam o racismo de maneira diferente dos homens negros.

Ao citar o exemplo, a autora sugere que a análise interseccional não é uma simples adição de opressões, pois Crenshaw (2019) argumenta que a experiência das mulheres negras é maior que a soma do racismo e do sexismo, de modo que o processo interseccional dentro desta localização não pode ser simplesmente entendido através da soma dos efeitos individuais do sexismo e do racismo, mas precisa assumir um efeito diferente, talvez multiplicativo, dentro dessas intersecções.

Diante do exposto, a análise interseccional argumenta que o lugar social que certos grupos ocupam definem suas restrições de oportunidades, mas não se desliga do fato de que estes grupos específicos estão localizados a partir de uma matriz maior de dominação. A localização social torna-se importante para o conhecimento, pois considera que as experiências localizadas são distintas e que as identidades são criadas dentro da lógica maior de dominação/opressão.

No caso brasileiro, uma sociedade que oficialmente acabou com mais de 300 anos de escravidão apenas há 130 anos, analisar práticas sexuais e reprodutivas de mulheres negras é, também, considerar que o seu corpo ainda é marcado pelos ranços da escravidão que o considerava resistente, erotizado e propício a procriação. Como indício disto o relato de uma senhora da comunidade estudada, hoje com mais de 60 anos, é significativo, pois ao falar das suas gestações, ela destacou que gerou mais de 15 filhos e a médica lhe disse que ela foi feita para gerar ainda mais. Portanto, é possível perceber, por parte da médica, uma interpretação racista do corpo da mulher negra.

As teóricas do feminismo negro argumentam que, a violação colonial praticada pelos senhores brancos contra as mulheres negras e indígenas e a miscigenação daí resultante está na origem de todas as construções de nossa identidade nacional e na fundamentação do mito da democracia racial, concepções difíceis de serem percebidas criticamente.

Diante do caso apontado, o estudo intui que apenas a institucionalização dos direitos sexuais e reprodutivos e considera-los como uma ampliação dos direitos humanos, não é suficiente para dar conta da complexidade das vidas das pessoas que os requerem, principalmente as residentes nos países considerados periféricos ou emergentes onde as políticas públicas e o seu acesso ainda são restritos e não conseguem abranger a pluralidade e a diversidade das vivências das mulheres.

Conforme argumenta Brah (2016), a experiência é o lugar de formação do sujeito e o sujeito é constituído mediante experiências que se dão em contextos de múltiplas relações, daí a contribuição de um estudo que foca experiências localizadas para a partir de então elencar elementos para criticar políticas de pretensões universalistas.

Como já foi apontado, a análise interseccional de mulheres negras trabalhadoras rurais destaca seus marcadores sociais como gênero, etnia, classe, regionalidade e compreende que essas variáveis não podem ser analisadas isoladamente.

No tocante a isto Avtar Brah aponta que,

Nosso gênero é constituído e representado de maneira diferente segundo nossa localização dentro de relações globais de poder. Nossa inserção nessas relações globais de poder se realiza através de uma miríade de processos econômicos, políticos e ideológicos. Dentro dessas estruturas de relações sociais não existimos simplesmente como mulheres, mas como categorias diferenciadas, tais como “mulheres da classe trabalhadora”, “mulheres camponesas” ou “mulheres imigrantes” [...] Diferença nesse sentido é uma diferença de condições sociais (BRAH, 2016, p.341).

A citação ajuda na compreensão de que a experiência do ser mulher é social e historicamente localizada. De acordo com a localização social cada grupo de mulheres vai experimentar o gênero de maneira diferente.

É por este motivo que os estudos interseccionais também contribuem para nova orientação epistêmica, haja vista que buscam superar o discurso autorizado e único que se pretende universal, evitando

a produção de novos essencialismo sobre a questão estudada. Como argumenta Akotirene (2018), a interseccionalidade exige orientação geopolítica porque prega a descolonização epistêmica criticando o monoculturalismo do saber.

É nesse sentido que ao descrever situações de saúde sexual e reprodutiva de um grupo específico de mulheres negras rurais o estudo pretende contribuir para desessencializar a pretensão universal dos direitos no campo da sexualidade e reprodução.

Conclusões preliminares

É sabido que a forma predominante de pensar e agir sobre a saúde foi construída tendo como referência um ser humano associado a uma posição-padrão, abstrata e definidora da normalidade. Este ser humano durante muito tempo não foi pensado a partir de sua localização de classe, de sua raça/etnia, de seu gênero e sua sexualidade, ele era pensado fora da sua complexidade subjetiva e sociocultural.

O estudo acredita que uma análise interseccional da sexualidade e reprodução de um grupo menos privilegiado de mulheres ajuda a questionar a epistemologias já instituídas sobre saúde sexual e reprodutiva e, também para a reorientação e a ampliação de direitos e políticas apontados neste estudo. A aplicação e o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos têm que compor uma agenda de reparação social que reduza ou supere as desigualdades sociais. Superar desigualdades é fazer justiça social junto às necessidades singulares com vistas a proporcionar políticas focadas a grupos específicos e mais vulneráveis.

Com o exposto, este artigo pretende reforçar o pressuposto de que os direitos e políticas públicas de sexualidade e reprodução só podem ser considerados garantias da *dignidade da pessoa humana* se consideram e atendem adequadamente as particularidades e as múltiplas experiências do ser mulher para a superação das fronteiras de suas desigualdades.

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade*. Belo Horizonte: Letramento/Justificando, 2018.

ÁVILA, Maria Betânia de Melo. Modernidade e cidadania reprodutiva. *CFEMEA*, Brasília (CF), 1994. p.9-25.

BRAH, Avtar. *Diferença, diversidade, diferenciação*. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n26/30396.pdf>>. Acesso em: 04 de janeiro de 2016.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ma/peritorio/panorama>>. Acesso em 20/01/2019.

CRENSHAW, Kimberle. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory and Antiracist Politics. Disponível em: <<https://chicagounbound.uchicago.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1052&context=uclf>>. Acesso em 22/01/2019.

MINELLA, Luzinete Simões. *Gênero e Contracepção: uma perspectiva Sociológica*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2005.

SCAVONE, L. *Dar e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais*. São Paulo: Editora UNESP, 2004.

SCOTT, Joan. *GÊNERO: uma categoria útil para análise histórica*. Disponível em: <<http://www.observe.com/upload/935db796164ce35091c80e10df659a66.pdf>> Acesso em: 04 de agosto de 2014.

PARTICIPAÇÃO MASCULINA EM COLETIVOS FEMINISTAS: A EXPERIÊNCIA DA FRENTE DE MULHERES DO CARIRI (CE).

Roberto Marques¹

Nos últimos 06 anos, um conjunto de movimentos sociais relacionados a questões de gênero, sexualidade, liberdade religiosa e raça passou a compor a Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri. Essa coalizão de coletivos; partidos; ONG's; conselhos municipais; movimentos sociais e outros formada por participantes com trajetórias de lutas e pertencas bastante diversas possibilitou uma comunicação mais ágil entre grupos, estratégias de formação e agendas comuns, conferindo maior efetividade e organicidade para movimentos sociais da região. Ao mesmo tempo, a busca de uma linguagem comum muitas vezes explicita especificidades das trajetórias das lutas e redes ali articuladas. Especificamente no que diz respeito aos movimentos relacionados a questão de gênero na região, temos a participação de militantes de gerações bastante distintas, muitas delas advindas de movimentos de bairros, zonas rurais ou com ação marcada pelo contato contínuo com a igreja católica. O assassinato de mulheres ocorrido entre os anos de 2001 e 2003 no Cariri, fez com que grande parte das lutas sociais estivessem voltadas a questão de violência, letal ou não, contra a mulher. Compreensões nativas de "movimento de mulheres" e "movimento feminista", bem como a participação bastante diversa de algumas protagonistas no ensino superior torna difícil a localização da Frente a questões relacionadas a corpo e gênero, complexificando a possibilidade de referências comuns na literatura feminista. Essa pesquisa refletirá sobre uma das tensões existentes na Frente, focalizando a participação de homens gays e trans. Através de entrevistas com militantes LGBT e homens trans participantes da Frente de Mulheres do Cariri, problematizaremos como questões relacionadas a diferentes formas de perceber a participação masculina em movimentos de mulheres e feministas localiza esses militantes na Frente. O protagonismo evidente de mulheres, a articulação a redes múltiplas fora da região e a diversidade de pautas, parece-nos restringir de maneiras diversas o potencial de homens gays e trans ali. Nosso trabalho visa refletir sobre as características e limites dessa participação, pensando em que termos vem se estabelecendo as conjunções e disjunções que marcam a luta pelos direitos humanos no Cariri.

1 Doutor em Antropologia Cultural (PPGSA/UFRJ). Docente do Programa de Pós-graduação em Sociologia da UECE e do Departamento de Ciências Sociais da URCA
E-mail: enleio@yahoo.com.br

MILITÂNCIA, POLÍTICAS PÚBLICAS E GAYTRIFICAÇÃO: AS DISPUTAS URBANAS NO CENTRO DE SÃO PAULO

Bruno Puccinelli¹

Resumo: Esta comunicação é parte de pesquisa de cunho etnográfico acerca dos sentidos atribuídos a uma praça no centro da cidade de São Paulo conhecida por sua frequência “gay” ou “LGBT”, o largo do Arouche. Me aproximo do campo realizado junto a jovens das periferias cuja frequência se concentra nos finais de semana e domingos, utilizando a praça como lugar de encontro, lazer e promoção de pequenas festas públicas, mas também como referência para reuniões de cunho político e ativismo. Analiso a produção de sentidos relacionados ao espaço, tais como pertencimento e identidades de referência à praça como um lugar de resistência “LGBT” a partir de conflitos ocorridos junto a estabelecimentos localizados no Arouche contrários à presença destes jovens. Tais estabelecimentos tendem a narrar o Arouche em termos de uma memória de glamour e valorização, atribuindo a décadas passadas os usos corretos de utilização da praça. Em contraposição, narram a presença dos jovens da periferia e outros frequentadores “gays” como responsáveis por um cenário de perigo, sujeira e degradação. A disputa pelos significados do Arouche traz à tona as diferentes maneiras pelas quais estes atores demandam a presença da polícia após o horário comercial, apontando para duas concepções da ação do estado e de políticas públicas. Um dos exemplos empíricos que ilustra minha análise é o cerco/proteção com gradis de ferro de uma grande árvore centenária, cujas grandes raízes que saem do solo eram utilizadas como urinóis pelos frequentadores da praça, justificando a instalação de um posto policial ao seu lado. No bojo deste processo estão as inúmeras intervenções urbanísticas que alteraram espaços utilizados nesta praça para trocas sexuais em décadas passadas e, hoje em dia, a expansão do mercado imobiliário residencial.

Palavras-chave: Espaço Urbano; Urbanismo; Segurança; LGBT; Gentrificação.

¹ Doutor em Ciências Sociais – Unicamp.
E-mail: puccinelli.br@gmail.co

COLETIVOS FEMINISTAS E SUAS MOVIMENTAÇÕES NA REDE

Fernanda Deborah Barbosa Lima¹

Resumo: O controle do corpo feminino, a violência e a subjugação da mulher em relação ao homem persistem e adquirem novos contornos no mundo contemporâneo. Na última década assistimos a ascensão de grupos feministas dedicados ao combate ao assédio moral e sexual através de campanhas multimídias e de novas tecnologias de informação. Por meio de rastreamento online e revisão bibliográfica, é possível observar como as campanhas aliadas as *hashtags* de denúncia ampliaram os espaços de expressão e visibilidade do tema, e rearticularam os agentes públicos e os movimentos sociais. Assim, descrevemos e analisamos algumas características, estratégias e movimentações de coletivos feministas na rede, que têm buscado conscientizar a sociedade, além de proporcionar acolhimento às mulheres vítimas de assédio.

Palavras-chave : coletivos feministas, campanhas anti-assédio, *hashtags*, movimentos sociais, mídias sociais.

¹ Professora EBTT – Instituto Federal do Rio de Janeiro- IFRJ.
E-mail: fernanda.barbosa@ifrj.edu.br

O MOVIMENTO FEMINISTA PENSADO PARA ALÉM DO CONCEITO, ALÉM DO SEXO E ALÉM DA SOCIEDADE

Rebecca Mendes Cruz¹
Gustavo Gomes Da Silva Marques²
Suelen Gonçalves Duarte³

Resum: Este artigo pretende constituir análise dos contextos de lutas e resistências vividos pelas mulheres ao longo da história, e de que forma as perspectivas conceituais nascidas dos movimentos sociais contribuiu para a construção do discurso do ser mulher na atualidade. A perspectiva histórico-conceitual traçada, estabelece um paralelo entre teoria e empiria através de revisões teórico-conceituais e abordagens das vivências de mulheres que ocupam espaços em movimentos sociais ou não, visando compreender o papel político que estas mulheres exercem e, ainda, a importância dos movimentos sociais compostos por mulheres e identidades não-binárias enquanto espaço interseccional de resistência diante do atual contexto societário hegemônico de dominação capitalista e patriarcal em que vivemos.

Palavras-chave: Mulher, Luta, Gênero, Movimentos Sociais.

1 Graduada em Serviço Social – UFMA (Universidade Federal do Maranhão).
E-mail: rebeccamendes21@gmail.com

2 Graduando em Serviço Social – UFMA (Universidade Federal do Maranhão).
E-mail: gusmarquesas@gmail.com;

3 Graduanda em Serviço Social – UFMA (Universidade Federal do Maranhão).
E-mail: suellemduarte2010@hotmail.com;

RETROCEDENDO? BREVE ANÁLISE SOBRE POLÍTICAS PÚBLICAS CULTURAIS E A MINORAÇÃO DOS DIREITOS LGBT

Karine Lima Verde Peixoto¹
Fábia Geisa Amaral Silva²

Resum: A discussão entrelaça duas linhas de investigação: uma referente à análise da Política Cultural nos governos de Fernando Henrique Cardoso e Luiz Inácio Lula da Silva, destacando o contexto do desenvolvimento cultural em cada gestão política, verificando qual o papel do Estado brasileiro, considerando a percepção histórica, os avanços e os desafios no período; a segunda linha de pesquisa se detém no segmento de Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais (LGBT) que está entre os grupos na cena social brasileira que sofrem violações de direitos e estão expostos/as a situações de violência e discriminação por conta da ausência de Políticas Públicas específicas e o fortalecimento no legislativo de um “discurso” conservador de grupos evangélicos para frear conquistas históricas do segmento. Visando atingir os objetivos propostos pela pesquisa qualitativa e bibliográfica, dialogamos com Arendt (2013), Barbalho (2005), Dias (2011) entre outros, além de reportagens em portais de notícias como OGLOBO e METROPOLES.

Palavras-Chave: Bancada Evangélica. Movimento LGBT. Políticas Públicas Culturais.

- 1 Mestranda em Planejamento e Políticas Públicas pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Servidora Pública (professora) – Secretaria da Educação Básica - SEDUC.
E-mail: karinelimaverde@yahoo.com.br
- 2 Aluna especial do Mestrado Acadêmico em Educação pela Universidade Estadual do Ceará – UECE. Servidora Pública (professora) – Secretaria da Educação Básica – SEDUC.
E-mail: fabia.geisa2009@gmail.com

Introdução

As lutas, conquistas e recuos na efetivação de Políticas Públicas para valoração do seguimento LGBT começam a se evidenciar ainda durante a Constituinte, em 1987, quando o movimento atua como sociedade civil participante dos debates em suas pretensões de regularização do casamento civil homoafetivo, apoiados por alguns políticos (RAMOS, 2017). No mesmo período, no entanto, o grupo evangélico já se encontrava organizado formando uma bancada política com um discurso eminentemente religioso, vindo a se articular nos anos seguintes para se contrapor a qualquer legislação que apóie os anseios do movimento LGBT.

A Política Cultural nos Governos FHC (1995-2002) e Lula (2003-2011)

O governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) teve como Ministro da Cultura Francisco Weffort e a partir de sua gestão, ainda em 1995, evidencia-se a reação dos agentes culturais que deflagram um processo de reconstrução institucional da área com a recriação do Ministério da Cultura (MinC) e a reconfiguração das instituições a ele vinculadas.

Os avanços alcançados na segunda metade da década devem-se, em grande medida, aos diversos mecanismos de financiamentos criados ou modernizados como as leis de incentivos fiscais que destinam parte do imposto de renda para a produção cultural, possibilitando que as empresas direcionem seus impostos ao financiamento desses eventos artísticos. São exemplos destas legislações: as Leis Rouanet (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991) e do Audiovisual (Lei nº 8.685, de 20 de julho de 1993).

A crítica que se tem é que as leis de incentivo retiram o poder de decisão do Estado, ainda que o recurso econômico utilizado seja público, e colocam a decisão sob a responsabilidade da iniciativa privada. Também não há registros de que o governo FHC tenha realizado um processo de debate público, ou seja, não houve uma abertura à participação popular sobre o papel da Cultura na construção de uma sociedade democrática, não inserindo a Cultura no desenvolvimento da cidadania.

É neste cenário que emerge a figura de Luís Inácio Lula da Silva, representante do Partido dos Trabalhadores (PT), o ex-metalúrgico que, após três tentativas sem êxito, finalmente, conquista a presidência do Brasil. Na gestão da Política Cultural do governo Lula esteve a frente do MinC, Gilberto Gil (2003 a 2008), um artista de âmbito nacional, politizado e Juca Ferreira (2008 à 2010), sociólogo e ambientalista. A abertura de editais se torna uma marca de inclusão da gestão Gil no Ministério, o modelo é absorvido e utilizado nas demais esferas administrativas e cria-se o *habitus*³ entre os produtores culturais. Os editais direcionam recursos para grupos contra-hegemônicos e diversos, assegurando maior visibilidade e protagonismo cultural a cada um deles.

3 *Habitus* é conceito de Bourdieu pensado como um instrumento que nos auxilia a entender a relação entre os condicionamentos sociais exteriores e a subjetividade dos sujeitos (SETTON, 2015, p. 61). Aqui diz respeito à adesão dos produtores culturais, durante a gestão de Gilberto Gil no MinC, em buscar recursos para seus projetos participando sempre de editais públicos.

A cultura, enquanto Política Pública começa finalmente a ser institucionalizada. Ao longo de 08 anos de sua gestão, Lula, aprovou 4 decretos com o objetivo de estruturação do órgão, já que o modelo anterior estava assentado somente no financiamento via Lei Rouanet.

Lula deixa claro que sua política seria diferente de FHC, já que este deixou o mercado conduzi-la. A promessa era de um Estado protagonista, forte, atuante e que assumiria responsabilidades. Dessa forma, o mercado deveria seguir suas orientações e não o contrário.

Um grande desafio deste governo na área cultural foram os ajustamentos e o aproveitamento das potencialidades das leis de incentivo na montagem de um sistema de financiamento nacional de cultura. Conciliando os diferentes interesses (movimentos sociais, empresas, governos) e chegando a um acordo que propôs o aumento de tetos globais, e, finalmente, mecanismos que permitiram a orientação de recursos conforme prioridades setoriais do agente público.

Retrocedendo(?)

Políticas de inclusão com viés cultural do seguimento LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais e Transexuais) consolidam-se ao final do Governo Lula, dada a abertura do processo através de editais e a movimentação de parlamentares nas Casas Legislativas para construção/aprovação de legislações focadas na proteção e visibilidade do movimento. Porém nos governos de Dilma Rousseff (2011-2016) e Michel Temer (2016-2018) começam a se evidenciar em todos os Estados brasileiros um recrudescimento de confrontos entre o seguimento LGBT e a Bancada Evangélica promovendo o que denominamos de retrocesso na ampliação de Políticas Públicas Culturais e de proteção voltadas para o público LGBT. São exemplos:

1. Em Recife, na Assembleia Legislativa de Pernambuco, quando esta empreende a criação da Frente Parlamentar pela Cidadania LGBT, registra-se um incidente em 17/03/2015. Edilson Silva (PSOL), presidente da Comissão de Cidadania e Direitos Humanos, inclui na ordem do dia, requerimento para a formação do colegiado. A bancada evangélica com rapidez desarticula a votação, promovendo a saída do plenário de deputados antes favoráveis ao pleito e de outros contrários por princípio. Por 23 votos “sim” contra dez “não” o requerimento é reprovado (OGLOBO, 2018).
2. Em Brasília, ocorre um embate entre parlamentares evangélicos e o movimento LGBTI (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e intersexuais) durante a regulamentação da Lei Distrital nº 2.615/2000 e Portaria nº 277/2017, em Brasília. Em 23/06/2017, o governador Rodrigo Rollemberg (PSB), normatiza após dezessete anos, legislação que estabelecia punição para as ações homofóbicas. Porém no dia 26/6/2017, a bancada evangélica, aprova projeto de decreto legislativo que derrubaa legislação em evento realizado fora da Câmara Legislativa. Através de portaria, em 29/09/2017, é instituída a Política Cultural para o seguimento LGBTI pelo Governo do Distrito Federal. A Secretaria de Cultura, a partir deste documento fica autorizada a montar

um comitê técnico para dar início aos estudos focados na preservação da memória cultural LGBTI. Três dias depois (01/10/2017), a bancada evangélica da Câmara Legislativa pede em nota assinada pelo presidente, o deputado Rodrigo Delmasso (PRB), que a portaria seja revogada (METROPOLES, 2018).

3. No Ceará, em 05 de maio de 2016, durante a discussão e aprovação do Plano Estadual de Educação (2016-2024), a bancada evangélica consegue a retirada de qualquer referência ao termo “gênero” e também o reconhecimento do chamado “nome social” dos alunos em seus registros escolares. O Ministério da Educação emite nota de repúdio a estas e outras ações que se processavam no Brasil sobre o tema reafirmando tratar-se de ações que cerceavam os princípios e os fins da educação nacional (GUIAME, 2018).

Em dias atuais, na bancada do Congresso Nacional e Assembleia Legislativa do Ceará, ecoam vozes como a de Marcos Feliciano e Dra. Silvana que defendem a “cura gay” e/ou o fim da “ideologia de gênero” nas escolas respectivamente, deixando explícito que a homossexualidade precisa ser tratada e ou combatida. Somam-se a esse cenário, vozes equivocadas, como a de Jair Bolsonaro, eleito presidente do Brasil para o quadriênio 2019- 2022, defensor de ideias que tratam a homossexualidade como “desvio de caráter” ou “ausência dos pais na educação dos filhos”.

Em oposição, Jean Wyllys, deputado federal e líder da frente parlamentar LGBT no Congresso, brada sobre o retrocesso e a vergonha, em pleno século XXI de falar-se em “Cura Gay” e “Opção Sexual” no país quando isso está legitimado no contexto internacional somente em países governados por ditaduras teocráticas que criminalizam e perseguem os homossexuais.

Um exemplo desta barbárie traduz-se na filmagem pelos algozes do espancamento, apedrejamento e assassinato da travesti Dandara dos Santos, na cidade de Fortaleza, em fevereiro de 2017. A Deputada Luizianne Lins (PT-CE), membro da frente parlamentar LGBT, motivada por este e outros muitos casos similares, apresenta um Projeto de Lei (PL) na Câmara (PL nº 7292/17) modificando o Código Penal, qualificando a violação como LGTBÍdio (crime motivado por uma atitude de ódio exclusivamente pelo gênero da vítima).

Outros Projetos de Lei avolumam-se no Legislativo Federal como: PLnº 5002/13 - defende a identidade de gênero; PL nº 6424/13 - estimula a notificação de violência contra esse público; PL nº 8032/14 - inclui na Lei Maria da Penha a violência contra travestis e transexuais; PL nº 3369/15 - valoriza os novos arranjos familiares; PL nº 134/2018 - institui o Estatuto da Diversidade Sexual e de Gênero. Todos engavetados, em discussão/articulação ou aguardando priorização para serem colocados em votação (CÂMARA DOS DEPUTADOS, 2018).

Os conflitos apresentados no texto contrariam as pesquisas e estudos realizados por Arendt (2013). Segundo a autora, os seres humanos, além da conexão de pertencimento à mesma espécie necessitam construir um equilíbrio político, e não uma igualdade natural abstrata, mas uma similitude enquanto objetivo humano, que só pode ser alcançada com igual distribuição de direitos. Ora, mas como tratar igualdade de direitos com aqueles que sempre estiveram historicamente em desvantagem, como o

grupo LGBT? A ligação dos homens que compõem a humanidade não deve significar um nivelamento por nenhum critério existente, por isso, não pode partir de uma suposta e inerente paridade aferida diariamente (ARENDETT, 2013).

O cenário político para 2019 não se desenha favorável ao grupo LGBT, dado ao crescimento da intolerância partidarizada nas eleições 2018. Conquistas históricas deste público podem ser questionadas como a adoção, o reconhecimento da união como uma entidade familiar, a mudança de nome civil e social, a eleição de candidatos assumidamente homossexuais, a cirurgia de mudança de sexo e a reprodução assistida feita pelo SUS, a presença na mídia das relações homoafetivas e as Paradas do Orgulho LGBT.

O que se observa na prática é a busca destas minorias em reafirmar suas diferenças, lutando para que direitos de exercício das individualidades não esbarrem na realidade prática, em desigualdades de alguma ordem (BARBALHO, 2005). O poder judiciário deve atuar, na inércia do Parlamento, pois segundo Dias (2011, p.171): “a falta de lei não significa a ausência de direitos”. A omissão de legislações que tratam sobre a diversidade sexual não impede a responsabilidade do judiciário na efetivação das garantias da população LGBT.

Considerações Finais

O confronto entre a Bancada Evangélica mais organizada politicamente e o Movimento LGBT tem provocado o recuo na construção de políticas de inclusão para as minorias e a construção efetiva de uma Política Pública Cultural. Está o desafio à Frente Parlamentar Mista pela Cidadania LGBT em estabelecer uma luta mais eficaz para erradicar a homofobia partidária, impedindo que grupos e partidos se manifestem de forma a não reconhecer como direitos os anseios do movimento LGBT.

Referências

ARENDETT, Hannan. **Origens do Totalitarismo**. São Paulo: Companhia de Bolso, 2013.

BARBALHO, Alexandre. **Cultura minorias e mídia: ou algumas questões postas ao liberalismo**. In: BARBALHO, Alexandre e PAIVA, Raquel (orgs.). Comunicação e cultura das minorias. São Paulo, Paulus, 2005.

BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. Provimento 73/2018. 29/06/2018. Disponível em <<https://www.conjur.com.br/dl/cnj-regulamenta-alteracoes-nome-sexo.pdf>> Acesso em 08/10/2018.

CAMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em <<http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/noticias/DIREITOS-HUMANOS/557564-COMUNIDADE-LGBT-COBRA-A-APROVACAO-DE-PROPOSTAS-PARA-COMBATER-HOMOFOBIA.html>>. Acesso em 28 maio 2018.

CARTA CAPITAL. **Congresso será palco de embate LGBT x homofóbicos**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/congresso-sera-palco-de-embate-lgbt-x-homofobicos-4089.html>> Acesso em 28 maio 2018.

DIAS, Maria Berenice. Legislação brasileira e homofobia. In Vilma Bokany e Gustavo Venturi (orgs.), **Diversidade Sexual e Homofobia no Brasil**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2011.

GUIAME. **Bancada evangélica barra ideologia de gênero e “nome social” em Plano de Educação do Ceará. Disponível em:** <<https://guiame.com.br/gospel/familia/bancada-evangelica-barra-ideologia-de-genero-e-nome-social-em-plano-de-educacao-do-ceara.html>>. Acesso em 28 maio 2018.

METROPOLES. **Banca evangélica ataca de novo e pede fim ao apoio cultural a LGBTs. Disponível em:** <<https://www.metropoles.com/entretenimento/politica-cultural/bancada-evangelica-ataca-de-novo-e-pe-de-fim-de-apoio-cultural-a-lgbts>> Acesso em 28 maio 2018.

OGLOBO. **Cinco dos acusados pela morte da travesti Dandara são condenados**. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ce/ceara/noticia/cinco-dos-acusados-pela-morte-da-travesti-dandara-sao-condenados.ghml>> Acesso em 28 maio 2018.

_____. Assembleia Legislativa rejeita criação da Frente pela Cidadania LGBT em PE Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2015/03/assembleia-legislativa-rejeita-criacao-da-frente-pela-cidadania-lgbt-em-pe.html>> Acesso em 28 junho 2018.

RAMOS, Beatriz Drague. Da Constituinte à “cura gay”, embate entre evangélicos e LGBTs avança. **Carta Capital**, 24/09/2017, Disponível em <<https://www.cartacapital.com.br/politica/da-constituente-a-cura-gay-a-luta-entre-os-evangelicos-e-lgbts-no-congresso>>. Acesso em: 04/10/2018.

SETTON, Maria da Graça Jacintho. **A teoria do habitus em Pierre Bourdieu**: uma leitura contemporânea. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05>> acesso em 30 de jun de 2018.

GÊNERO E SEXUALIDADE: DESAFIOS INTERSECCIONAIS NO CURRÍCULO DE PSICOLOGIA

Cristina Vianna Moreira dos Santos¹

Resumo: A disciplina *Gênero e Sexualidade* está inserida no Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins e vem sendo desenvolvida no Campus de Miracema. A presença desta disciplina no currículo de Psicologia visa fomentar uma reflexão sobre diversidade sexual, relações não discriminatórias, ética de convivência nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reprodução de preconceitos, discriminação e violências. O objetivo é promover uma discussão sobre gênero e sexualidade, direitos sexuais e reprodutivos, a partir de uma perspectiva feminista e interseccional, refletindo acerca da diversidade sexual, por meio de uma postura ética e de compromisso social com os direitos humanos, a prevenção e a promoção da saúde e da saúde mental.

Palavras-chave: Gênero, Sexualidade, Psicologia, Promoção da Saúde, Saúde Mental.

¹ Doutora em Psicologia Clínica e Cultura pela Universidade de Brasília. Professora Adjunto do curso de Psicologia e Vice-Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da Universidade Federal do Tocantins. Coordenadora do Centro de Estudos e Práticas em Psicologia da UFT (CEPSI/ UFT). E-mail: cristina.vianna@uft.edu.br

Introdução

A disciplina *Gênero e Sexualidade* está inserida no Projeto Pedagógico do Curso de Psicologia da Universidade Federal do Tocantins e vem sendo desenvolvida no presente semestre no Campus de Miracema. O objetivo é promover um debate sobre gênero e sexualidade, direitos reprodutivos e sexuais, a partir de uma perspectiva feminista e interseccional, refletindo sobre diversidade sexual, por meio de uma postura ética e de compromisso social com os direitos humanos, a prevenção e a promoção da saúde e da saúde mental. A proposta é produzir uma reflexão crítica sobre práticas sexuais e prevenção, relações não discriminatórias, ética de convivência nas relações afetivo-sexuais e ruptura na cadeia de reprodução de preconceitos, discriminação e violências. Busca-se sensibilizar as/os estudantes para refletir sobre as responsabilidades e relações da/o profissional de Psicologia com usuárias/os, instituições e outras/os profissionais em diversos contextos, assumindo uma postura ética e de compromisso social com os direitos humanos e o exercício da cidadania.

O curso provoca o debate sobre diversidade sexual, interseccionalidades e relações étnico-raciais e discute a atuação profissional por meio do diálogo sobre laicidade e democracia. O conteúdo das aulas é organizado para promover o debate de gênero e sexualidade no campo das Ciências Humanas e Sociais, e da Psicologia, por meio dos temas: masculinidades e homofobia, mulheres e lesbianidades, mulheres negras e racismo, transexualidade e intersexualidade, promoção de saúde e HIV/aids, diversidade sexual e democracia. O conteúdo da disciplina inclui a análise crítica dos estudos feministas e de gênero sobre sexualidade em Psicologia Social e Psicologia Clínica.

Metodologia

A disciplina foi ofertada pela primeira vez no presente semestre, e a turma reuniu 27 estudantes do sexto período do Curso de Psicologia. Do total de alunas/os da disciplina, 63% havia participado de algum projeto de extensão, em forma de curso ou de grupo de estudos, sobre gênero, sexualidade e relações étnico-raciais, promovidos pelo Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da UFT, nos últimos dois anos.

Os temas das aulas foram debatidos por meio de seminários conduzidos pelas/os alunas/os. A metodologia incluiu também aula expositiva dialogada e discussão em grupos. A avaliação da disciplina solicitou a produção escrita individual de um Diário de Campo com temas orientados, e de uma Reflexão Crítica com tema livre articulando o conteúdo da matéria com problematizações contemporâneas.

Discussão dos Resultados

A disciplina é do tipo obrigatória e este fator teve importante desdobramento no processo de aprendizagem. Em tempos de “ideologia de gênero”, termo falacioso que critica e busca silenciar os

estudos feministas, de gênero, sobre sexualidades, e aponta suposta doutrinação ideológica, esvaziando-se, portanto, o campo do debate possível sobre diferenças. A estratégia de culpabilizar o termo e seus defensores exime de seus críticos discutir a importância e o impacto do tema, por exemplo, no combate à violência contra mulheres e população LGBT.

Um dos registros do Diário de Campo foi a experiência de cursar uma disciplina de sexualidade e ser provocado pelos problemas de gênero. Azerêdo (2010) propõe que teorizar sobre gênero implica realmente estar em “encrena”. Devido à complexidade do conceito de gênero, de modo geral há uma tendência em tentar domesticá-lo, trazê-lo para a segurança do que é familiar, do que é conhecido. Contudo, para se estudar gênero é preciso considerar criticamente os processos que constituem a subjetivação e levar em conta o aspecto político, o que de acordo com a autora tem sido um ponto cego nas teorias em Psicologia. No intuito de fazer resistência à invisibilidade de gênero na Psicologia, Azerêdo (2010) destaca a importância da formação profissional não deixar de fora o aspecto político das relações sociais.

Dentre conceitos centrais discutidos ao longo do semestre, estão corpo, gênero, estudos feministas, interseccionalidades, sexualidade e laicidade. Weeks (2000) discute o “sexo” como um termo descritivo para as diferenças anatômicas básicas, internas e externas ao corpo, diferenciando homens e mulheres, por meio de significados históricos e sociais. “Gênero”, por sua vez, permite descrever a diferenciação social entre homens e mulheres, e “sexualidade” refere-se a uma descrição geral para a série de crenças, comportamentos, relações e identidades socialmente construídas e historicamente modeladas.

O corpo é uma categoria fundamental discutida pelos feminismos, e articulada com o gênero e sexualidade possibilita a compreensão das relações de mulheres e homens em uma sociedade, a partir do que se construiu socialmente sobre os sexos e os corpos sexuados. O debate vai se constituir, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito central (LOURO, 1997).

De acordo com Narvaz e Koller (2007), a resistência para a incorporação da temática de gênero nos currículos universitários, em especial nos currículos básicos da graduação, ocorre em quase todos os lugares do mundo. A presença de núcleos de estudos de gênero nos cursos de pós-graduação das universidades, evidencia que o gênero é tomado como temática apenas de especialistas, desvelando o conservadorismo do meio acadêmico. Para além do gênero, os Estudos Feministas trazem outros temas e questões para a academia, revigoram metodologias e procedimentos de investigação, criam estratégias de pesquisa originais, valorizam fontes documentais antes desprezadas, permitem-se uma linguagem mais subjetiva e pessoal (LOURO, 1997).

Por que os Estudos Feministas são excluídos das bibliografias acadêmicas, por que são considerados marginais, sem importância? Apenas porque desestruturam a ordem do discurso patriarcal, a ordem do falo, do pai, do poder social. Feminismo é o caos da ordem patriarcal. Mulheres poetas, escritoras, políticas, profissionais de todas as áreas? É melhor silenciá-las, escondê-las. Por que não se atem às fraldas e à maquiagem, à cozinha e ao quarto, para os quais foram “destinadas biologicamente”? Estudos feministas

perturbam, irritam, sacodem, agitam, desvirtuam os cânones, inventam e transformam as relações sociais. (NAVARRO-SWAIN, 2010, p. 16).

Afirma hooks (2015) que as mulheres brancas que dominam o discurso feminista têm pouca ou nenhuma compreensão da supremacia branca como estratégia, do impacto psicológico da classe, de sua condição política dentro de um Estado racista, sexista e capitalista. O foco feminista branco na tirania masculina e na opressão das mulheres como se fosse uma revelação e a necessidade de uma teoria para “informá-las de que eram oprimidas” era mais uma indicação de suas condições de vida privilegiadas. Por meio do debate sobre interseccionalidades e da reflexão sobre diferentes formas com que diversos grupos de mulheres negras vivenciam a discriminação, Crenshaw (2002) afirma que a consequência do cruzamento de mais de um sistema de opressão vivenciado é que, à medida que desvantagens interagem com vulnerabilidades, há um aumento do desempoderamento dessas mulheres.

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. (CRENSHAW, 2002, p.177).

Segundo Weeks (2000), nossa crença geral é de que a sexualidade nos diz a verdade definitiva sobre nós mesmos e sobre nossos corpos. Ao contrário, ela nos diz algo mais sobre a nossa cultura. As culturas fornecem categorias, esquemas e rótulos muito distintos para delimitar vivências sexuais e afetivas. A sexualidade precisa ser compreendida como um constructo histórico-social que não se restringe à função reprodutiva, mas envolve a busca pelo prazer. Ela integra aspectos das diversas dimensões da vida humana e está intrinsecamente ligada ao modo como as pessoas se relacionam consigo e com as/os outras/os. Considera-se que a sexualidade é construída sócio-historicamente e que a sua vivência é influenciada pelo gênero, raça, idade, classe social, modo de produção e momento histórico no qual está inserido o sujeito, como também por sua singularidade, sendo a sexualidade, desta forma, única para cada pessoa. (SÁ; SANTOS, 2018).

A sexualidade é mais do que simplesmente o corpo. Ela é um fenômeno social e histórico, que para além de preocupação individual, é questão crítica e política, que merece cuidadosa investigação e análise histórica e sociológica. Denuncia Weeks (2000) que a sexualidade se encontra no centro de nossa existência,

O sexo é visto, aqui, não apenas como uma força absolutamente avassaladora: ele também é, aparentemente, um elemento essencial na feitura corporal de uma pessoa (“constituição”), é o determinante de nossas personalidades e identidades. Isso coloca a questão: por que vemos a sexualidade dessa forma? O que há a respeito da sexualidade que nos torna tão convencidos de que ela está no centro de nosso ser? Isso é igualmente verdadeiro para homens e mulheres? (p. 27)

Por que nossa cultura atribui tanta importância à sexualidade? “Por que a dominação masculina é tão endêmica na cultura? Por que a sexualidade feminina é vista tão frequentemente como subsidiária da sexualidade do homem? Por que nossa cultura celebra a heterossexualidade e discrimina a homossexualidade?” (WEEKS, 2000, p. 32). Paralelamente, há um aumento da violência, do machismo, da LGBTfobia que se opõe a vivência diversa da sexualidade.

A diversidade sexual faz parte da pluralidade de experiências subjetivas e relacionais, que precisa ser garantida como direito. De acordo com Diniz (2011), a laicidade é um dispositivo, um instrumento de um Estado democrático que garante a igualdade, o pluralismo, a existência e a emergência das minorias. A ideia de pluralismo é mais complexa do que diversidade, pois extrapola seu sentido sociológico, remetendo a um conceito ético.

Um Estado laico protege, basicamente as minorias. A laicidade é um princípio de organização das práticas do Estado e instituições que interfere na organização social e se funda no reconhecimento da diversidade moral como fato social. O conceito de laicidade representa a ideia da neutralidade confessional de um Estado. Um Estado laico é neutro (DINIZ, 2011).

As pessoas no exercício das suas atribuições públicas, uma psicóloga ou um psicólogo que trabalham no SUS representam a laicidade do Estado. Uma psicóloga que se recuse a atender uma mulher vítima de estupro que solicite um aborto legal, esse exercício de objeção de consciência eu não tenho nenhuma dúvida em dizer que viola um dos princípios fundamentais no Estado democrático laico que é a igualdade. (DINIZ, 2011, p.134).

Grupos políticos conservadores, como os das igrejas neopentecostais, têm aproveitado a crise política, econômica e de segurança brasileira para propagar o medo e “substituir” o Estado, e em regiões de periferia, têm encontrado um terreno fértil para propagação e disseminação de seus valores morais, agregando mais seguidores. Comunidades essencialmente religiosas têm um espírito missionário de formar o maior número possível de adeptos. Entretanto, liberdade religiosa não protege a homofobia. “Religião não é passe livre para a expressão da injúria homofóbica. O discurso do ódio não está amparado na liberdade religiosa” (DINIZ, 2011, p. 136).

O recrudescimento do conservadorismo se refletiu no desmonte da educação expressa por meio, da supressão dos termos gênero dos planos de ensino, e por meio da proposta da Escola sem Partido, que é um Projeto de Lei, composto por um conjunto de leis específicas, que visam limitar o debate político nas escolas, sendo, principalmente, contra o ensino da desigualdade de gênero e contra o conteúdo que trata da violência contra as mulheres. Segundo Lionço (2017), diante da incidência do discurso religioso de viés fundamentalista e antidemocrático no atual cenário político brasileiro, a Psicologia se encontra na posição de alvo de ofensivas fundamentalistas contemporâneas contra normativas éticas da profissão. Ao mesmo tempo também sofre tensionamentos internos na lógica da reivindicação de uma “Psicologia cristã”.

A emergência histórica de marcos éticos na profissão que explicitam a defesa da laicidade e a recusa do fundamentalismo religioso passam a integrar documentos de referência para a categoria profissional em 2013. Neste cenário, o sistema conselhos de Psicologia vem sendo atualmente um ator estratégico na defesa da democracia. Considerar o princípio da laicidade na Psicologia remete ao desafio ético de respeito e proteção às diferenças entre sujeitos e grupos sociais (LIONÇO, 2017).

Considerações Finais

O texto buscou apontar os principais conceitos debatidos com alunas/os na disciplina. As produções escritas apresentadas no final do semestre incluíram um Diário de Campo e uma Reflexão Crítica. O Diário de Campo foi a atividade composta por relatos individuais articulados com o debate da disciplina *Gênero e Sexualidade* sobre a encrenca de gênero;

gênero, sexualidade e política; e atuação profissional no campo do gênero e da sexualidade a partir de Resoluções do Conselho Federal de Psicologia.

Os trabalhos finais no formato de Reflexão Crítica incluíram a discussão sobre gênero e sexualidade, e sua importância no enfrentamento a violência sexual contra crianças e adolescentes, no combate a cultura do estupro, na eliminação da discriminação e da LGBTfobia, no diálogo dos Feminismos com a Psicologia e a Psicanálise, e nas reflexões sobre a importância da defesa da Educação Sexual nas escolas. Este desdobramento permitiu constatar o impacto positivo do debate sobre gênero e sexualidade no contexto da formação graduada em Psicologia, levando em conta seu preparo para a vida profissional comprometida com a Ética e os Direitos Humanos.

Referências

AZERÊDO, S. Encrenca de gênero nas teorizações em Psicologia. **Estudos Feministas**, 18(1): 288, p. 175-188, janeiro-abril/2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2010000100011/12395>. Acesso em: 08/07/2018.

CRENSHAW, K. "Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero". In: **Revista de Estudos feministas**. Florianópolis, v. 10, no 1, p. 171-188, jan., 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n1/11636.pdf>. Acesso em: 08/07/2018.

DINIZ, D. Psicologia, laicidade e diversidade sexual. In: Conselho Federal de Psicologia – CFP. **Psicologia e Diversidade Sexual: Desafios para uma sociedade de direitos**. Brasília: CFP, 2011, p. 133-137. Disponível em: https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2011/05/Diversidade_Sexual_-_Final.pdf. Acesso: 08/07/2018.

HOOKS, bell. Mulheres negras: Moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, 16, p. 193-210, jan-abril/2015. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/mulheres-negras-moldando-a-teoria-feminista-bell-hooks1.pdf>. Acesso em: 08/07/2018.

LIONÇO, T. Psicologia, democracia e laicidade em tempos de fundamentalismo religioso no Brasil. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37 (núm. esp.), p. 208-223, 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pcp/v37nspe/1414-9893-pcp-37-spe1-0208.pdf>. Acesso em: 08/07/2018.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade e Educação: Uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis: Vozes, 1997.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. A marginalização dos estudos feministas e de gênero na Psicologia acadêmica contemporânea. **PSICO**, v. 38, n. 3, p. 216-223, set./dez. 2007. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistasico/article/view/2882/2177>. Acesso em: 08/07/2018.

NAVARRO-SWAIN, T. Que corpo é este que me escapa, esta identidade que me persegue?. **Caderno Espaço Feminino**, v. 23, n. 1-2, p. 11-18, 2010. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/neguem/article/view/11371/7047>. Acesso em: 08/07/2018.

SÁ, A. A. M e SANTOS, C. V.M. (2018). A vivência da sexualidade de pessoas que vivem com HIV/Aids. **Psicologia: Ciência e Profissão**, 38(4), 773-786. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703000622017>. Acesso em: 08/07/2018.

WEEKS, J. O corpo e a sexualidade. In: LOURO, G. L. **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p.35-84. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/1230/Guacira-Lopes-Louro-O-Corpo-Educado-pdf-rev.pdf?sequence=1>. Acesso em: 08/07/2018.

O SUICÍDIO ENQUANTO FENÔMENO GENDRADO E O IMPEDIMENTO DE EXISTÊNCIAS NÃO-NORMATIVAS

Felipe de Baére¹

Resumo: O presente trabalho teve como escopo discorrer sobre o comportamento suicida enquanto fenômeno marcado pelo gênero. Essa perspectiva é constatada não apenas pelas diferenças encontradas no autoextermínio de homens e mulheres, como também nos elevados índices de mortes por suicídio entre as existências não-normativas. Ademais, o descaso das políticas públicas na contabilização das mortes de dissidências sexuais e de gênero reflete o pensamento de autorxs contemporâneos, que têm refletido sobre a invalidação da vida de determinadas populações. Finalmente, foi apontado que a compreensão do comportamento suicida da comunidade sexo-diversa não pode ser orientada para o viés patologizante, pois silencia o fato de que o suicídio dessa população, em muitos casos, trata-se de um homicídio social.

Palavras-chave: Suicídio; gênero; sexualidade.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Clínica e Cultura – Universidade de Brasília.
E-mail: felipebaere@gmail.com

Introdução

O suicídio é um fenômeno complexo, tema de interesse de inúmeros pensadores. O único “problema filosófico realmente sério”, conforme Albert Camus (2017, p. 19), pois abrange o julgamento sobre a validade da vida, sobre o sentido da existência. Embora haja diversos entendimentos sobre o fenômeno, o que prevalece na seara da saúde brasileira é a conservação da vida, ainda que seja uma decisão que confronte o desejo do paciente (BOTEGA, 2015).

A proteção da vida é uma prioridade no repertório de leis do Brasil. Entretanto, em algumas nações como a brasileira, ainda que o conjunto de normas jurídicas esteja alinhado aos tratados de direitos humanos internacionais, a realidade se mostra distanciada das normativas. A diligência com a saúde mental, por exemplo, é uma forma de conservação da vida. Contudo, em cenários atravessados por assimetrias sociais e violências estruturais (FARMER, 1996), que se manifestam nas mais diversas dimensões, a fragilização psíquica é tão acentuada que muitas pessoas perdem o direito à vida antes mesmo de tirá-la.

Conseqüentemente, é limitado o entendimento do suicídio apenas sob o prisma da singularidade, pois ao levar em consideração os fatores de risco sociais e a epidemiologia, é possível identificar padrões relacionados à manifestação do comportamento suicida. Logo, é importante contemplar os elementos sociodemográficos e culturais que incidem sobre os sujeitos, influenciando suas formas de lidar com o sofrimento psíquico, o que inclui a manifestação do desejo de morrer (CANETTO, 2008). O sociólogo Émile Durkheim (2011) já apontava para essa necessidade ao final do século XIX, enfatizando a relevância da percepção do suicídio enquanto fenômeno social.

Durkheim (2011) realizou a análise do fenômeno a partir de variadas dimensões sociais, o que incluiu o gênero. Nesse aspecto, o autor compartilhou dados que apontavam para um número quatro vezes maior de óbitos por suicídio entre os homens, uma proporção que ainda é encontrada em muitos países em levantamentos contemporâneos (OMS, 2014). De acordo com o sociólogo, a imunidade da mulher à morte voluntária não se dava por uma questão fisiológica, mas porque ela “não participa da mesma maneira da vida coletiva” (2011, p. 443). Na atualidade, pesquisas também observam as diferenças de gênero no comportamento suicida (CANETTO; SAKINOFSKY, 1998; MÖLLER-LEIMKÜHLER, 2003; SCHRIJVERS; BOLLEN; SABBE, 2012) e demonstram, através dos dados epidemiológicos e dos métodos empregados nos atos de homens e mulheres, o quanto os fatores socioculturais impactam esse fenômeno (CANETTO, 2008).

Uma vez que discursos sobre o autoextermínio se manifestam em sociedade, a inteligibilidade em torno da morte voluntária também é atravessada pelo gênero. A pesquisadora Katrina Jaworski (2010), valendo-se de conceitos teóricos da filósofa Judith Butler (2015), compreende o suicídio enquanto performance, na qual a repetição de normas e conceitos relacionados ao comportamento suicida moldam o significado social sobre esse fenômeno e regulam seus efeitos. Nesse sentido, a autora observa que os rituais e procedimentos que envolvem o suicídio são atos corporais já delineados pelo gênero no

momento de sua materialização. Ou seja, o pensar sobre a morte, a escolha dos métodos, a hipotética escrita de uma mensagem final, o planejamento para não ser descoberto, a realização do ato, todos esses elementos são gendrados, ou seja, demarcados pelo gênero.

Entre os efeitos do gênero no comportamento suicida encontra-se as representações sociais que conjecturam certos atos como graves e outros como busca por atenção (JAWORSKI, 2010). Comumente, o que é considerado sério são os casos relacionados aos corpos masculinos, enquanto os episódios vistos como manipulativos e menos preocupante são associados aos corpos femininos. Isso ocorre, de acordo a autora, não apenas pela materialização dos atos em si, pois os métodos empregados pelos homens costumam ser mais letais e violentos, mas também pela leitura social desses atos, que perpetuam padrões binários diante da morte voluntária.

No que tange toda a complexidade do comportamento suicida, o gênero não está relacionado apenas à manifestação do ato suicida. Por ser um importante marcador social, o gênero costuma se fazer presente antes mesmo do início da vida. As expectativas e as mais diversas vias de pedagogização dos estereótipos de gênero atribuídos aos novos seres humanos podem se tornar fontes de sofrimento psíquico para aqueles sujeitos que fracassam na representação dos modelos sociais esperados para homens e mulheres.

Dentre os contextos de violência que podem levar a destinos funestos e que se iniciam desde as fases arcaicas da vida, encontram-se aqueles nos quais os sujeitos não estão adequados às normas sociais de gênero, orientação sexual e identidade de gênero. A inobservância dos valores e princípios morais costuma ser repreendida por mecanismos de reparação dos considerados “desvios” (JESUS, 2015). Garotos afeminados que apanham dos coleguinhas da escola; garotas que, desde cedo, ao manifestarem curiosidade sexual são prontamente repreendidas e medicalizadas, impedidas de conhecerem seus próprios corpos; jovens que não se identificam com o gênero que lhes foi designado ao nascerem e são vistos como aberrações; bebês intersexos que têm a genitália submetida a procedimentos cirúrgicos, sem a possibilidade de deliberarem sobre o gênero que se identificam quando estiverem aptos para tal decisão.

Violências exercidas precocemente costumam deixar marcas psíquicas profundas. Diante da impossibilidade do enquadramento compulsório, os xingamentos, as piadas, as agressões físicas, de tão recorrentes, podem ser vistos como perpétuos, sem perspectiva de encerramento. A previsão negativa gera desesperança, que também se alia ao fato de que determinados preconceitos e discriminações não se restringem ao âmbito público, mas também ocorrem dentro de casa (SCHULMAN, 2012).

No caso da comunidade sexo-diversa, embora a literatura, majoritariamente internacional, aponte para a maior frequência do comportamento suicida entre essa população (HAAS *et al.*, 2010; PLÖDERL *et al.*, 2014; MEREISH; KATZ-WISE; WOULFE, 2017), no Brasil não existem políticas públicas de abrangência nacional direcionadas exclusivamente para a saúde mental dos sujeitos considerados “invertidos”. Embora o país possua uma Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, instituída em 2011, as ações governamentais estão aquém de alcançar todas as especificidades encontradas, o que também alberga a saúde psíquica dessas pessoas.

Quando é do entendimento acadêmico-científico que o autoextermínio se faz mais presente na população sexo-diversa e, ainda assim, poucas medidas governamentais são tomadas para a prevenção do suicídio, surge a reflexão sobre a importância dessas existências para a sociedade. Até que ponto o ínfimo investimento público na prevenção do suicídio de determinados grupos mais vulnerabilizados não poderia ser considerado uma espécie de eugenia social? O descaso com a saúde mental dos indivíduos não-normativos por parte dos órgãos governamentais é reflexo de uma sociedade heterocis-normativa, que opta pelo silenciamento diante das dores da alteridade. Nesse sentido, o conceito de enlutamento presente na obra “Quadros de Guerra”, de Judith Butler (2016), auxilia na compreensão deste cenário, ao discorrer sobre a existência de uma seletividade em relação a quais vidas são passíveis de luto.

De acordo com Butler (2016), os sujeitos são constituídos a partir de normas que irão garantir o seu reconhecimento. Consequentemente, uma existência, para ser reconhecida, precisa se conformar a determinadas condições para ser inteligível como uma vida. Conforme aponta a filósofa, uma das formas de uma existência alcançar o estatuto de vida é quando, diante de sua perda, ela for enlutada por outras pessoas. Ou seja, uma existência somente pode ser lesada ou perdida se for ela for apreendida como vida e, consequentemente, passível de luto diante de sua morte. Contudo, nem todas as existências estarão adequadas aos padrões de inteligibilidade e reconhecimento. Logo, há óbitos que são ignorados por serem desinteressantes, tragédias sociais que não são noticiadas, perdas humanas cujo desconhecimento é reflexo da ausência de validação dessas existências enquanto vidas.

No que corresponde ao suicídio das existências não-normativas, torna-se evidente o descaso do Estado diante da impossibilidade do levantamento de informações sobre essa realidade a partir do número de mortes e de tentativas de autoextermínio. No caso dos falecimentos por suicídio, as declarações e registros de óbito não contêm os dois itens “orientação sexual” e “identidade de gênero” na sua composição. Em relação às tentativas, embora nas novas Fichas de Notificação de Violência Interpessoal e Autoprovocada estejam incluídos os dois elementos, o seu preenchimento ainda é ínfimo por parte dos profissionais responsáveis (BAÉRE, 2018). Consequentemente, o que se vê no cenário brasileiro é a necessidade de as dissidências sexuais e desobediências de gênero, sintetizadas na restrita sigla LGBT, contarem os seus próprios mortos, pois não há recursos governamentais para isso.

A ausência de políticas de contabilização dos mortos LGBT é uma forma de silenciamento das mazelas sociais relacionadas a grupos não-normativos. Contudo, também é necessário estar atento aos métodos de publicização dos dados estatísticos relacionados à morte dessa população, para que certos estigmas sociais não sejam naturalizados, a partir de discursos produzidos na comunidade científica. Rob Cover (2012), em sua obra *Queer Youth Suicide*, aponta que comumente as produções acadêmicas em torno do suicídio da população queer, que envolve as sexualidades e identidades de gênero não-normativas, são apresentadas por meio de dados quantitativos. Consequentemente, a leitura desses conteúdos cria a noção de uma natural inclinação para a manifestação do comportamento suicida nessa população, sem levar em consideração toda a complexidade dos cenários nos quais as tentativas e

mortes por suicídio se dão. De acordo com Cover (2012), é também por meio de investigações de cunho qualitativo que se suprime a representação social que associa diretamente o jovem não-normativo ao suicídio.

Considerações finais

O breve texto teve como escopo discorrer sobre o comportamento suicida enquanto fenômeno gendrado, ou seja, marcado por especificidades de gênero. A partir da análise de Jaworski (2010), que compreende o suicídio enquanto performance, observa-se que a leitura social e a inteligibilidade sobre esse fenômeno são construídas dentro de discursos que atravessam todas as etapas que envolvem o comportamento suicida: desde a ideação até as tentativas de autoextermínio.

Uma vez que o gênero é uma dimensão fundamental da vida em sociedade, a não correspondência aos padrões “regimentais” de gênero, o que alberga a performance heterocisnormativa, é repreendida com mecanismos de reparação desde fases arcaicas da vida. A imposição social normativa, comumente traduzida em violências verbais e físicas, costuma não se restringir a um ambiente de socialização, podendo alcançar todas as dimensões da vida de uma pessoa. A vulnerabilização decorrente da reiterada vivência de agressões pode ser um relevante elemento influenciador do comportamento suicida.

Em sociedades sexistas e machistas como a brasileira, o autoextermínio de corpos não-normativos é reflexo das violências perpetradas contra as dissidências sexuais e desobediências de gênero. O descaso com a existência dessa população também é expresso na impossibilidade da contabilização oficial de seus óbitos, o que demonstra que, no caso da comunidade sexo-diversa, o suicídio deveria ser encarado como um homicídio social. Portanto, esse breve texto tem como intuito chamar a atenção para o fato de que o discurso em torno do autoextermínio de existências não-normativas não deve ser encarado, de forma restrita, sob o prisma da patologização, mas através da perspectiva de que essas pessoas, em decorrência dos preconceitos e discriminações, estão sendo suicidadas pela sociedade.

Referências

- BAÉRE, F. **O gênero no comportamento suicida: o sofrimento psíquico de dissidências sexuais**. 2018. 132 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica e Cultura). Instituto de Psicologia da Universidade de Brasília, Brasília, 2018.
- BOTEGA, N. J. **Crise suicida: avaliação e manejo**. Porto Alegre: Artmed, 2015.
- BUTLER, J. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.
- BUTLER, J. **Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?**. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.
- CAMUS, A. **O mito de Sísifo**. 9. ed. Rio de Janeiro: BestBolso, 2017.
- CANETTO, S. S. Women and suicidal behavior: a cultural analysis. **American Journal of Orthopsychiatry**, v. 78, n. 2, 2008. p. 259-266.
- CANETTO, S.; SAKINOFSKY, I. The gender paradox in suicide. **Suicide Life Threatening Behavior**, v. 28, n. 1, 1998. p. 1-23.
- COVER, R. **Queer youth suicide, culture and identity: Unliveable lives?**. Surrey: Ashgate, 2012.
- DURKHEIM, E. **O suicídio: estudo de sociologia**. 2. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2011.
- FARMER, P. On suffering and structural violence: a view from below. **Daedalus**, n. 125, 1996. p. 261-283.
- HAAS, A. P. *et al.* Suicide and suicide risk in lesbian, gay, bisexual, and transgender populations: Review and recommendations. **Journal of homosexuality**, v. 58, n. 1, 2010. p. 10-51.
- HECK, J. N. O suicídio como violação de um dever de virtude. **Filosofia Unisinos**, v. 6, n. 1, 2005. p. 71-83.
- JAWORSKI, K. The gender-ing of suicide. **Australian Feminist Studies**, v. 25, n. 63, 2010. p. 47-61.
- JESUS, J. G. **Homofobia: identificar e prevenir**. Rio de Janeiro: Metanoia, 2015.

MEREISH, E. H.; KATZ-WISE, S. L.; WOULFE, J. Bisexual-specific minority stressors, psychological distress, and suicidality in bisexual individuals: The mediating role of loneliness. **Prevention science**, v. 18, n. 6, 2017. p. 716-725.

MÖLLER-LEIMKÜHLER, A. M. The gender gap in suicide and premature death or: why are men so vulnerable?. **European archives of psychiatry and clinical neuroscience**, v. 25, n. 1, 2003. p. 1-8.

ORGANIZACIÓN MUNDIAL DE LA SALUD. **Prevención del suicidio: un imperativo global**. Washington, DC: Organización Panamericana de la Salud, 2014.

PLÖDERL, M. *et al.* Explaining the suicide risk of sexual minority individuals by contrasting the minority stress model with suicide models. **Archives of sexual behavior**, v.43, n. 8, 2014, p. 1559-1570.

SCHRIJVERS, D. L., BOLLEN, J., & SABBE, B. G. The gender paradox in suicidal behavior and its impact on the suicidal process. **Journal of affective disorders**, v. 138, n. 1, 2012. p. 19-26.

SCHULMAN, S. Homofobia familiar: uma experiência em busca de reconhecimento. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 5, 2012. p. 67-78.

CORPO T E ATENÇÃO PRIMÁRIA – CONSTRUÇÃO DE PRÁTICAS PROFISSIONAIS E DEMANDAS DE SOFRIMENTO PSÍQUICO

Sem Autoria

Resumo: A investigação sobre o modo como as demandas advindas de pessoas transexuais e travestis, relacionadas ao sofrimento psíquico, são constatadas por profissionais de saúde dos Programas de Saúde da Família em uma cidade do interior da Bahia, é o foco desse trabalho. O estudo sobre a saúde mental da população Trans se fundamenta nos índices alarmantes de depressão, suicídio e uso de substâncias psicoativas por essa população, assim como práticas institucionais de exclusão. Utiliza-se como aporte teórico Michael Foucault, Judith Butler, dentre outros. Foram entrevistadas/os profissionais de medicina e enfermagem que desconhecem a diferença conceitual entre os segmentos LGBT, ignoram as especificidades das demandas de saúde mental do público T, afirmam não realizarem encaminhamento dessas pessoas para a rede de saúde e apenas superficialmente já ouviram falar de políticas de saúde direcionadas a elas, o que denota premissa na formação e sensibilização desses profissionais.

Palavras-chave: Transexuais e travestis; atenção primária a saúde; saúde mental

O USO CONTÍNUO DO ANTIDEPRESSIVO CLONAZEPAM POR MULHERES DA COMUNIDADE VÁRZEA DA CASA EM SANTO ESTEVÃO-BA: ANÁLISE DOS FATORES QUÍMICOS E DE GÊNERO

Déborá Araújo Leal¹
Janete Moura Teixeira²
Erinaldo Domingos Alves³
Hávila Raquel do Nascimento Gomes Brito⁴
Sofia Vasconcelos Carneiro⁵.

Resumo: Este estudo traz como temática: O uso contínuo do antidepressivo Clonazepam por mulheres da comunidade Várzea da Casa em Santo Estevão-BA: Análise dos fatores químicos e de gênero. Pautamos como objetivo geral: Analisar como o uso contínuo do antidepressivo Clonazepam por mulheres da comunidade Várzea da Casa em Santo Estevão-BA ocasiona uma dependência química e evidencia uma questão social presente no gênero feminino da localidade, traçamos os seguintes objetivos específicos: Destacar os fatores clínicos e sociais que levam as pacientes fazer o uso contínuo do medicamento antidepressivo Clonazepam; Investigar por que o antidepressivo Clonazepam é tão utilizado por mulheres da comunidade Várzea da Casa em Santo Estevão-BA evidenciando assim uma questão social e de gênero. O uso de antidepressivos está inserido em uma matriz de valores sociais e expectativas dentro de um macro contexto. Em algumas situações o medicamento é usado para melhorar relacionamentos sociais, ao passo que pode alterar o comportamento de alguém (ou suas emoções), passando assim a estar em conformidade com o modelo idealizado do comportamento “normal” (Helman, 2009). Em nosso cotidiano nos deparamos com uma dor nas costas aqui, uma dor de estômago ali, uma tristeza, uma dor de cabeça que vai e volta, uma gripe, uma gravidez, um parto, uma morte. Contudo, hoje é

- 1 Professora da Rede Municipal de Ensino de Feira de Santana-BA e do Instituto de Educação Social e Tecnológico da BA.
E-mail: delleal8@hotmail.com;
- 2 Professora do Centro de Educação Básica da Universidade Estadual de Feira de Santana.
E-mail: jannyfleur100@hotmail.com;
- 3 Especialista em gestão escolar pela Faculdade kurium FAK;
- 4 Graduanda em Psicologia pelo Centro Universitário Católica de Quixadá.
- 5 Orientadora. Professora do Centro Universitário Católica de Quixadá.
E-mail: sofiasvasconcelos@unicatolicaquixada.edu.br.

cada vez mais evidente que esse rol de situações, problemas, sofrimentos e experiências, que todos administravam por conta própria estão encolhendo (Tesser, 2010). Os psicofármacos, também chamados de psicotrópicos (psique = mente, topos = alteração) modificam de forma seletiva o Sistema Nervoso Central (SNC) e são classificadas em: antipsicóticos (neurolépticos), ansiolíticos e sedativos, antidepressivos e estimulantes psicomotores. Dentro deste grupo, três apresentam grande relevância em nível de controle de vendas em estabelecimento farmacêutico: os antidepressivos, os ansiolíticos (benzodiazepínicos - BZD), e os estimulantes psicomotores (Andrade e Santos, 2004). Esta pesquisa servirá da metodologia qualitativa, que segundo Martinelli (1999, p. 25), este método vai “muito mais do que descrever um objeto, busca conhecer a trajetória de vida e as experiências sociais dos sujeitos”. Desta maneira, a pesquisa qualitativa busca mais que relatar ou quantificar dados, ela parte do estudo de uma realidade que não pode ser medida, portanto, busca na subjetividade o significado atribuído ao objeto de estudo, contempla a autora. O pesquisador é a parte fundamental da pesquisa qualitativa. Ele deve, preliminarmente, despojar-se de preconceitos, para assumir uma atitude aberta a todas as manifestações que observa, sem adiantar explicações nem conduzir-se pelas aparências imediatas, a fim de alcançar uma compreensão global dos fenômenos. Este estudo, portanto, fundamenta-se na pesquisa qualitativa, tornando o trabalho de campo uma possibilidade de se alcançar uma aproximação com que se deseja pesquisar e de desenvolver um conhecimento baseado na realidade apresentada no campo. Sua utilização possibilitou um aprofundamento no mundo dos significados, das ações e das relações humanas (Martinelli, 1999). O campo empírico escolhido será a Unidade Básica de Saúde da Várzea da Casa em Santo Estevão/Bahia, construído com recursos da Prefeitura e ajuda financeira do governo do Estado inaugurado há três anos. Parte dos projetos desenvolvidos na instituição vem da Secretaria de Saúde do Município. A UBS é uma instituição de ordem pública, mantida pela fundação hospitalar de Santo Estevão e Secretaria Municipal de Saúde. Foi inaugurado em 12 de outubro de 2015, na gestão do Prefeito Orlando Santiago. A UBS recebeu o nome de José Pires da Silva em homenagem a uma grande figura pública da Comunidade (Almeida e Silva, 2009). Nos resultados e considerações reafirma-se a literatura estudada, o uso de antidepressivos é para essas mulheres usuárias uma bengala para o auxílio das mazelas sociais, tais como fatores familiares, econômicos. No entanto, medicalizar problemas sociais ou mesmo familiares pode melhorar suas vidas em curto prazo, ou seja, é uma atitude de resolução provisória, que remedia o problema superficialmente, mas em algum momento as sequelas aparecerão.

Palavras-Chaves: Comunidade Várzea da Casa, Antidepressivos, Mulheres, Gênero.

Introdução

O uso de antidepressivos está inserido em uma matriz de valores sociais e expectativas dentro de um macro contexto. Em algumas situações o medicamento é usado para melhorar relacionamentos sociais, ao passo que pode alterar o comportamento de alguém (ou suas emoções), passando assim a estar em conformidade com o modelo idealizado do comportamento “normal” (Helman, 2009). Em nosso cotidiano nos deparamos com uma dor nas costas aqui, uma dor de estômago ali, uma tristeza, uma dor de cabeça que vai e volta, uma gripe, uma gravidez, um parto, uma morte. Contudo, hoje é cada vez mais evidente que esse rol de situações, problemas, sofrimentos e experiências, que todos administravam por conta própria estão encolhendo (Tesser, 2010).

Os psicofármacos, também chamados de psicotrópicos (psique = mente, topos = alteração) modificam de forma seletiva o Sistema Nervoso Central (SNC) e são classificadas em: antipsicóticos (neurolépticos), ansiolíticos e sedativos, antidepressivos e estimulantes psicomotores. Dentro deste grupo, três apresentam grande relevância em nível de controle de vendas em estabelecimento farmacêutico: os antidepressivos, os ansiolíticos (benzodiazepínicos - BZD), e os estimulantes psicomotores (Andrade e Santos, 2004).

De acordo com Rodrigues, Fachinni e Lima (2006), a utilização de psicotrópicos tem crescido nas últimas décadas em vários países ocidentais e, até mesmo, em alguns países orientais. Esse crescimento tem sido atribuído ao aumento da frequência de diagnósticos de transtornos psiquiátricos na população, à introdução de novos psicofármacos no mercado farmacêutico e às novas indicações terapêuticas de psicofármacos já existentes. Os autores Parecy e Oliveira (2010), atribuem o aumento do consumo de psicofármacos à busca por soluções imediatas de problemas que interferem no cotidiano das pessoas, tornando o tratamento medicamentoso como a aparente alternativa mais “eficaz” na resolução.

Entre os medicamentos mais consumidos em todo mundo temos os benzodiazepínicos Clonazepam. Alguns estudos apontam que 1 a 3% da população ocidental já tenha consumido essa classe de medicamento por mais de um ano. (Huf, Lopes e Rozenfeld, 2000). Segundo Andrade e Santos (2004), no Brasil a cada dez adultos, um recebe prescrição de benzodiazepínicos por um clínico geral. Esse dado vem confirmar o elevado consumo desse medicamento no país.

O que vivenciamos na contemporaneidade são pessoas que veem os problemas, os desafios, as perdas do cotidiano como algo que não deve ser vivenciado, o que é evidenciado por Tesser (2010), quando diz que infelizmente vivemos em uma época em que o sentir ganha proporções que beiram o insuportável. Diante do sofrimento e das frustrações oferecidas pela vida à saída mais plausível parece ser recorrer ao uso de algum tipo de antidepressivo. Qualquer coisa capaz de aplacar as paixões, as ansiedades e as tristezas da alma é bem vinda. E quanto menos tempo levar para fazer efeito, melhor.

Descobertos há mais de 50 anos, os benzodiazepínicos (BZD) continuam em evidência, caracterizando-se como a classe de psicofármacos mais prescrita atualmente. Os benzodiazepínicos são prescritos como sedativos, hipnóticos, ansiolíticos, relaxantes musculares ou anticonvulsivantes. De acordo com

Galduróz (2005), no Brasil, os benzodiazepínicos são a terceira classe de drogas mais prescritas sendo utilizados por 4% da população. Os usuários de benzodiazepínicos são, em sua maioria, mulheres e o consumo aumenta com a idade. Nos últimos dez anos, verificamos um aumento significativo do consumo de psicotrópicos em todo mundo, principalmente de antidepressivos. No ano de 2002, os fármacos antidepressivos representaram 4,2% do mercado farmacêutico global, sendo a 3ª classe terapêutica em termos de gastos financeiros. O seu uso e prescrição têm aumentado, não apenas em quantidade, mas também em duração do uso, por períodos cada vez maiores do que os preconizados na literatura especializada. (Santos, 2009).

O consumo exacerbado de benzodiazepínicos e antidepressivos é inegável, mas percebam que o componente gênero tem extrema importância nesse universo, sendo as mulheres as maiores consumidoras desses medicamentos. Tanto a literatura nacional como internacional são unânimes em afirmar a posição de destaque das mulheres em relação ao consumo desses medicamentos, os quais estão entre as substâncias psicotrópicas mais consumidas de forma indiscriminada em todo o mundo. O consumo deles pode acarretar alterações no comportamento, como também levar à dependência psíquica e/ou física, resultando muitas vezes em complicações pessoais e sociais graves (Carvalho & Dimenstein, 2008). Os autores Oliveira e Jorge (2008), relatam a banalização do consumo de tranquilizantes pela população de maneira geral. Várias pesquisas revelam que as mulheres possuem uma posição de destaque em relação ao consumo de tranquilizantes.

Para Helman (2009), o uso de antidepressivos não é uma herança da modernidade, contudo tem se tornado um fato corriqueiro em nosso dia a dia, muitas vezes precocemente estimulado, como o uso de psicotrópicos. Justificamos este tema de pesquisa intitulado: O uso contínuo do antidepressivo Clonazepam por mulheres da comunidade Várzea da Casa em Santo Estevão-BA: Análise dos fatores químicos e de gênero, pela relevância pessoal, profissional e científica do estudo.

De acordo com Mihic e Harris (2012), os benzodiazepínicos (BZD) se iniciaram na década de 1960, com uma grande segurança quando comparado aos barbitúricos e apesar de novo no mercado, estes apresentaram uma certa vantagem por conter substâncias com propriedades ansiolíticas, hipnóticas e sedativas além de apresentarem melhor proteção que os barbitúricos. Pesquisas realizadas por Bueno (2012), mostram que por mais de meio século os benzodiazepínicos (BZD) foram os medicamentos mais utilizados em todos os países. Além disso, outras pesquisas feitas no ano de 1980 revelaram que esses medicamentos causam dependência quando o uso é crônico incluindo outras situações desagradáveis.

Haja visto, que Tesser (2010), aponta que em decorrência da facilidade na aquisição da medicação é comum haver esse tipo de medicamento na bolsa ou na farmácia caseira dessas mulheres, e até mesmo o empréstimo entre amigos e familiares, o que se configura como uma prática perigosa. A cultura medicalizante ainda é muito presente no cotidiano das unidades de saúde, e está arraigada em muitos profissionais. É bem verdade que o uso de antidepressivos é para essas mulheres usuárias uma bengala para o auxílio das mazelas sociais, tais como fatores familiares, econômicos. No entanto, medicalizar problemas sociais ou mesmo familiares pode melhorar suas vidas em curto prazo, ou seja, é uma

atitude de resolução provisória, que remedia o problema superficialmente, mas em algum momento as sequelas aparecerão.

A mulher como sustentáculo da família, exercendo diversos papéis dentro da sociedade, abarcando e absorvendo os problemas, das mais diversas naturezas, do esposo, dos filhos e quiçá dos netos e acima de tudo trabalhando, coloca-se numa situação de fragilidade diante de algumas adversidades o que a torna uma forte candidata ao auxílio na manutenção do papel de atenção e cuidado como retratado por Helman (2009), para essa manutenção recorre-se ao medicamento.

No Brasil é inegável o avanço das mulheres nas últimas décadas, que pode ser considerada, de acordo com mais diversos indicadores, como a década das mulheres (Costa, 2013). No Brasil, a saúde da mulher foi incorporada às políticas nacionais nas primeiras décadas do século XX, sendo limitada nesse período, às demandas relativas à gravidez e parto (Brasil, 2010). Historicamente as mulheres são as maiores frequentadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), seja para o seu próprio atendimento, mas, sobretudo para acompanhar familiares, principalmente crianças, idosos, pessoas com deficiência, por serem as cuidadoras desses familiares.

Vários estudos sobre o consumo de benzodiazepínicos e/ou antidepressivos demonstram que os motivos apontados fazem parte do cotidiano e resultam em reações que traduzem a não suportabilidade às condições de vida da usuária. Nesse contexto, o medicamento aparece como uma bengala para sustentar esses processos cotidianos. Percebemos em outros estudos que as queixas que motivaram o uso de medicamentos psicotrópicos relatadas pelas mulheres, são semelhantes como: insônia, nervosismo, dor de cabeça, problemas circulatórios, problemas respiratórios, inquietação, dificuldade financeira, depressão e marido alcoolista. (Carvalho e Dimenstein, 2008; Silva, 2009).

Metodologia

Entende-se metodologia como processo que amplia diferentes métodos, técnicas e materiais, tanto laboratoriais como instrumento e equipamentos para coletas de dados no campo. A metodologia engloba todos os passos realizados para a construção do trabalho científico que vai desde a escolha do procedimento para obtenção de dados, a identificação dos métodos, materiais, instrumentos de pesquisa e definição de amostra, universo, até a categoria e análise dos dados coletados (Minayo, 2012). Assim, através da pesquisa científica temos a possibilidade de conhecer melhor a realidade e estudar a partir de referências conceituais e teóricas.

A metodologia envolve as concepções teóricas essenciais para fundamentar os resultados extraídos da realidade, as técnicas enquanto instrumentos necessários para sistematizar os dados apresentados e principalmente a habilidade e criatividade do pesquisador na perspectiva de alcançar os objetivos. Esta pesquisa ao propor estudar: O uso contínuo do antidepressivo Clonazepam por mulheres da comunidade Várzea da Casa em Santo Estevão-BA: Análise dos fatores químicos e de gênero, servirá assim, da metodologia qualitativa, que segundo Martinelli (1999, p. 25), este método vai “muito mais do que

descrever um objeto, busca conhecer a trajetória de vida e as experiências sociais dos sujeitos”. Desta maneira, a pesquisa qualitativa busca mais que relatar ou quantificar dados, ela parte do estudo de uma realidade que não pode ser medida.

Os sujeitos de estudo da presente pesquisa foram às famílias que são atendidas na Unidade Básica de Saúde, na qual a maioria as protagonistas são mulheres. Conforme, se trata de uma pesquisa qualitativa, não buscou um grande número de sujeitos, mas conhecer em profundidade aqueles que aceitaram participar da mesma (Martinelli, 1999).

A Unidade Básica de Saúde atende atualmente quarenta famílias, das quais no primeiro contato com a enfermeira da unidade nos informou que trinta mulheres, ou seja, trinta preceptoras de famílias fazem uso do Clonazepam. Deste modo, teremos trinta mulheres como sujeitas desse estudo, sendo que, cada pessoa só fora entrevistada após ser informada dos objetivos da pesquisa, considerando as recomendações éticas e científicas, após ter consentido livre e voluntariamente sua participação.

A coleta aconteceu através de dois momentos. O primeiro fora a pesquisa bibliográfica, contínua e só concluída na finalização deste trabalho. A segunda fora a coleta empírica, Para desenvolver esta pesquisa, serão considerados os aspectos éticos vinculados às pesquisas, que estão declarados na Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde, na qual é tratado as diretrizes e normas regulamentadoras das pesquisas que envolvem seres humanos. Assim, as pessoas foram respeitadas em sua liberdade e autonomia, sendo, tratadas com dignidade e respeito. (Brasil, 2012).

Resultados e discussões

Podemos notar que há uma singularidade no que se refere ao uso do clonazepam na comunidade, relacionados principalmente a vivência subjetiva das situações cotidianas e também da impotência diante de várias situações. Problemas de saúde, que a princípio não demandariam consumo de psicotrópicos, passaram a ser motivadores do consumo, ao mesmo tempo em que problemas que demandam esse consumo fazem com que esse uso seja prolongado sem nenhum tipo de avaliação.

Considera-se que a mulher é a ordenadora do cuidado na maioria dos lares brasileiros, mas essa é apenas mais uma dentre as muitas responsabilidades atribuídas às mulheres. A mãe, a esposa, a filha, a irmã, a tia, a madrinha, a amiga que cuida de todos e acaba não cuidando de si, ou ainda aquela mulher sobrecarregada de problemas econômicos, familiares, conjugais, que encontra no medicamento um alívio para o pesado fardo que carrega. Entre os medicamentos mais consumidos em todo mundo temos os benzodiazepínicos Clonazepam.

O que encontramos nas falas das pesquisadas são pessoas que vêem os problemas, os desafios, as perdas do cotidiano como algo que não deve ser vivenciado, o que é evidenciado por Tesser (2010), quando diz que infelizmente vivemos em uma época em que o sentir ganha proporções que beiram o insuportável. Diante do sofrimento e das frustrações oferecidas pela vida à saída mais plausível parece ser recorrer ao uso de algum tipo de antidepressivo. Qualquer coisa capaz de aplacar as paixões, as

ansiedades e as tristezas da alma é bem vinda. E quanto menos tempo levar para fazer efeito, melhor, as mulheres da comunidade procuram esta fuga nos antidepressivos.

Considerações finais

O consumo exacerbado de benzodiazepínicos e antidepressivos é inegável, mas percebam que o componente gênero tem extrema importância nesse universo, sendo as mulheres as maiores consumidoras desses medicamentos. Tanto a literatura nacional como internacional são unânimes em afirmar a posição de destaque das mulheres em relação ao consumo desses medicamentos, os quais estão entre as substâncias psicotrópicas mais consumidas de forma indiscriminada em todo o mundo.

Várias pesquisas revelam que as mulheres possuem uma posição de destaque em relação ao consumo de tranquilizantes. Corroboramos com os autores Gutierrez e Minayo (2009), quando estes colocam que a participação da mulher nos cuidados da saúde tem grande importância enquanto interlocutora dos serviços de saúde e articuladora das ações.

No campo da saúde as mudanças vêm sendo gradativas e são reflexo também das mudanças sociais e culturais. Rompendo com o enfoque biologicista e medicalizador hegemônico nos serviços de saúde, hoje a Política Nacional de Atenção à Saúde da Mulher (PNAISM) adota o conceito de saúde integral, propondo atender a mulher em todas as suas etapas de vida, englobando inclusive segmentos que até então, à margem dos serviços de saúde. Todavia, percebe-se, ainda, certa valorização da doença em parte das ações propostas. Na prática, a integralidade da assistência não é efetivamente contemplada, tendo em vista que o sistema de saúde apresenta dificuldades em assistir a mulher nas áreas específicas de climatério, infertilidade, saúde mental e saúde ocupacional.

Referências

- ALMEIDA, H.B. As mulheres e as imagens de televisão. In: VENTURI, G.; SILVA, T. (orgs.) **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados**: uma década de mudança na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições SESC, 2009;
- ANDRADE, M.F.; SANTOS, V. Prescrição de psicotrópicos: avaliação das informações contidas em receitas e notificações. **Revista Brasileira de Ciências Farmacêuticas**. São Paulo, v. 40, n. 4, p. 471-479, outubro, 2004;
- BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília, 2012;
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Secretaria de Vigilância em Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde**. Política Nacional de Promoção da Saúde / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde. 3a ed. Brasília: Ministério da Saúde; 2010;
- BUENO, J. R. **Emprego clínico, uso indevido e abuso de benzodiazepínicos-uma revisão**. Revista Debates Psiquiatria. v. 2, n. 3, 2012;
- CARVALHO, L. F.; DIMENSTEIN, M. A mulher, seu médico e o psicotrópico: redes de interfaces e a produção de subjetividade nos serviços de saúde. **Interações [online]**. v.8, n.15, 2008;
- COSTA, A. O. Felizes, contentes e feministas. In: VENTURI, G.; GODINHO, T.(orgs.) **Mulheres brasileiras e gênero nos espaços públicos e privados**: uma década de mudança na opinião pública. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo. Edições SESC, 2013;
- GUTIERREZ, D. M. D.; MINAYO, M. C. S. Papel da Mulher de Camadas Populares de Manaus na Produção de Cuidados da Saúde. **Saúde Soc**, São Paulo, v.18, n.4, 2009;
- HELMAN, C. G. **Cultura, Saúde e Doença**. 5 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009;
- MARTINELLI, M. L. (org). **Pesquisa qualitativa: um instigante desafio**. São Paulo: Veras Editora, 1999;
- MIHIC, S. J.; HARRIS, R. A. **Hipnóticos e sedativos**. Porto Alegre: AMGH. 2012;
- MINAYO, M. C. S. (Org) **Pesquisa Social**: teoria, método e criatividade. 17 ed. Petrópolis: Vozes, 2012;

SILVA, D. M. C. **Avaliação do consumo de medicamentos psicotrópicos no município de Pacatuba.** Especialização em Vigilância Sanitária. Escola de Saúde Pública do Ceará. Fortaleza, 2009;

TESSER, C. D. **Medicalização social e atenção à saúde no SUS.** São Paulo: Hucitec, 2010.

SAÚDE MENTAL DA MULHER LÉSBICA E DA MULHER BISSEXUAL: INTERSECÇÕES ENTRE GÊNERO, RAÇA E SEXUALIDADE

Isabella Nara Costa Alves¹
Francineide Marques da C. Santos²

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar como a lesbofobia e a bifobia afetam a saúde mental de mulheres lésbicas e bissexuais. Nossos objetivos específicos são identificar como temáticas de gênero e sexualidade são trabalhadas em nossa sociedade em ambientes escolar e não escolar. Importa discutir feminilidade(s) relacionada(s) a outras intersecções (como raça e sexualidade). Como metodologia, escolhemos uma pesquisa bibliográfica sobre o tema. Como resultados, encontramos poucas pesquisas que indicam uma forte relação entre a discriminação e sofrimento psicossocial intenso. As lacunas expressam a importância de mais pesquisas na área, com a finalidade de fazer emergir políticas públicas voltadas para visibilizar a questão aqui enunciada.

Palavras-chave: saúde mental, feminilidades, lesbianidades, bissexualidades.

1 Especializanda em Neuropsicopedagogia – Faculdade Metropolitana da Grande Recife.
E-mail: isabella.athos@live.com;

2 Mestra em Educação, Culturas e Identidades - UFRPE/FUNDAJ.
E-mail: francineide.marques@gmail.com

“Quando eu me identifiquei como gay já era tarde demais. Eu já era homofóbica. E você não muda isso em um estalar de dedos. Não, você internaliza essa homofobia e aprende a se odiar. Se odiar profundamente. Fiquei encolhida, encharcada de vergonha, no armário, por 10 anos. Porque o armário só impede que te vejam. Não é a prova de vergonha. Se você enche uma criança de vergonha, ela não consegue desenvolver vias neurais que carregam pensamentos de autovalorização[...]. O ódio de si mesma é uma semente que só pode vir de fora” (Hannah Gadsby)

Introdução

A epígrafe deste trabalho traz uma fala de Hannah Gadsby, comedianta de *stand up* em seu espetáculo chamado *Nanette*. Hannah é uma mulher lésbica e feminista, que nasceu e cresceu na Tasmânia, um país em que era ilegal ser homossexual até meados dos anos 90. Então podemos perceber a atmosfera nociva em que Hannah foi exposta desde a infância, que a fizeram internalizar a lesbofobia. Hannah não é psicóloga, nem neurocientista, mas sua experiência de vida como mulher lésbica trouxe diversos conhecimentos sobre saúde mental LGBT, o que nos leva às indagações e reflexões deste trabalho.

Historicamente, sujeitxs LGBT⁺³ foram marginalizadx nos lugares de patologia, do desvio, da exclusão social, através do advento do capitalismo ocidental, utilizando-se do argumento de que essas pessoas viviam uma contra-natureza (NUNES, 1987). A homossexualidade deixou de ser classificada como doença em 1990 pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Já a transexualidade, apenas somente em 2018. Podemos perceber a partir desse cenário histórico como a medicina e a psicologia foram importantes campos (re)produtores de discriminação e marginalização, o que se traduz ainda hoje nas terapias reparadoras: a denominada “cura gay” (DUARTE, 2011; DETONIMI, RASERA e PERES, 2016).

Atualmente, podemos dizer que vivemos um paradoxo em relação à saúde mental e LGBTfobia: essxs sujeitxs não são doentes pela sua diversidade de gênero e sexual, mas estão adoecendo devido ao alto índice de sofrimento psíquico como consequência da internalização do preconceito. Devido à essa conjuntura e à toda a violência em que essas pessoas são submetidas - não somente psicológica, mas também física, verbal, etc - o Brasil, vergonhosamente o país que mais mata a população LGBT no mundo, criou a Política Nacional de Saúde Integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais - que tem objetivos específicos que contemplam as mulheres lésbicas e bissexuais, alvo deste trabalho. Dentro desta política, existe a matriz de saúde mental (BRASIL, 2013).

Apresentando a lesbofobia e a bifobia como propósito de pesquisa deste artigo, temos como objetivo geral investigar como a lesbofobia e a bifobia afetam a saúde mental de mulheres lésbicas e bissexuais. E como objetivos específicos: a) identificar como temáticas de gênero e sexualidade são trabalhadas em nossa sociedade em ambiente escolar e não escolar;

3 Lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros. O símbolo + indica outras diversidades sexuais inseridas na sigla com o passar dos anos.

b) Discutir feminilidade(s) relacionada(s) a outras intersecções (como raça e sexualidade). Justificamos a importância deste trabalho devido à três fatores: a) a fragilidade das políticas públicas de saúde mental no Brasil, especialmente quando se trata da população LGBT; b) a relevância de ressaltar a mulher lésbica e a mulher bissexual como sujeitas merecedoras de uma assistência embasadas em suas especificidades; e c) dentre as recomendações para se visibilizar as mulheres lésbicas e bissexuais, está a ampliação do conhecimento específico sobre a temática, daí o mérito deste artigo em focar nessas mulheres.

Metodologia

Optamos por uma pesquisa bibliográfica como escopo metodológico composta pela reunião e/ou comparação de autor@s que discutam temas relacionados à saúde mental da população LGBT, especialmente em relação às mulheres lésbicas e às mulheres bissexuais. (KAUARK, MANHÃES, MEDEIROS, 2010). Para discutir feminilidade(s), nos valemos da teoria das interseccionalidades de Kimberle Crenshaw (1989; 1991), que buscou quebrar o *status* de universalizante da categoria de gênero, trazendo à tona identidades igualmente marginalizadas, compreendendo que posições de opressão e subordinação relacionam-se de modo simultâneo e complexo.

Resultados

A saúde mental é um constructo para além da ausência de transtornos mentais: ela é fruto de um diversificado leque de interações biológicas, psicológicas e sociais (DETOMINI, RASERA e PERES, 2016). O gênero - o que significa ser homem e ser mulher na sociedade - e a sexualidade - a afetividade intrínseca e extrínseca - são dois desses fatores, porém estes raramente são discutidos nas entrevistas com profissionais de saúde mental. Ambos são tomados como universais para a “fêmea” e para o “macho”, através de um determinado “destino” biológico que cada um deveria seguir. Logo,

As ações dos serviços de saúde são direcionadas para um modelo de mulher adulta, mãe e heterossexual. Quando uma mulher não se encaixa nesse perfil, torna-se invisível ou é submetida a condutas e serviços inapropriados para suas demandas específicas (ALMEIDA *et al*, 2016, p. 2).

Não se fala sobre lesbianidade e bissexualidade feminina nos serviços de saúde, sobretudo quando falamos de saúde mental. Isso significa que essas sujeitas, quando tem esse acesso, acabam por adoecer e morrer, não tornando-se sequer estatística, uma vez que a orientação sexual não é levada em consideração em diversos contextos, como nos atestados de óbito, por exemplo. Isso não é uma realidade somente da área da saúde mental, porque lesbofobia e bifobia são institucionais, ou seja, estão presentes em todos ambientes: familiar, escolar, universitário, religioso, organizacional, etc.

A população LGBT+ vivencia um grande sofrimento psíquico através do conflito entre seus sentimentos/desejos e as normas impostas pela sociedade (BRASIL, 2013; DETOMINI, RASERA e PERES, 2016; ALMEIDA, CRISPIM, PEREIRA e NOGUEIRA, 2016). Um desses locais de imposição da heterossexualidade é a escola. Segundo Louro (1999) e Junqueira (2009), o campo escolar exerce a “pedagogia da sexualidade” que legitima determinadas identidades e práticas sexuais em detrimento de outras, as marginalizando e excluindo. Conforme Moura e Emérito (2011), a magnitude da LGBTfobia na escola se implanta pelo fator deste local ser uma instituição que elabora e desenvolve ideias, teorias e concepções. Ou seja, ao ser reproduzida na escola, a LGBTfobia ganha caráter institucional. Nesse cenário, os educadores e educadoras se tornam vigilantes da sexualidade dxs discentes, controlando a corporeidade e sexualidade dos jovens, sobretudo quando dissidente.

Segundo o Relatório 2017 de Pessoas LGBT mortas no Brasil organizado pelo Grupo Gay da Bahia (2017), o suicídio é a terceira maior causa de morte causados pela LGBTfobia. No que se refere especificamente às mulheres lésbicas, sua saúde mental está relacionada a fatores diversos: suicídio, relacionamentos abusivos e estupro corretivo; O “Dossiê sobre lesbocídio no Brasil: de 2014 até 2017”, lançado em 2018 pela Agência Patrícia Galvão e pioneiro no que se refere à violência contra as mulheres lésbicas no Brasil observou que:

Diante deste processo de longa duração no qual as lésbicas são inseridas desde que começam a construção de sua identidade pessoal, há uma ausência de referenciais positivos sobre si mesmas e uma ausência de significado para o que é ser uma lésbica, em cada uma das realidades em que a criança cresce e se forma, enquanto pessoa, cidadã e membra da comunidade e da família. Tal situação de isolamento, desamparo, desinformação e sistemáticas reprovações e retaliações, movidas por consecutivas tentativas de heterossexualização da lésbica, podem levar a uma condição de incapacidade de construção de uma autoestima positiva e estável. Nestes casos é comum a desistência da busca por enquadramento que culmina no suicídio (PERES, SOARES e DIAS, 2018, p. 28).

O dossiê explica que o fenômeno do suicídio por mulheres lésbicas ocorre em diversas fases da vida (ainda que mais na adolescência, onde comumente se anseia das pessoas uma vivência sexual encaixada na heterossexualidade), em diversas regiões do Brasil em diversas classes sociais, contudo, o documento identificou através de estatísticas que as lésbicas brancas consideradas “feminilizadas”, ou seja, as que agem e se vestem de acordo com o que se espera de uma mulher, são as que mais cometem suicídio. A falta de acessibilidade à serviços básicos de saúde aparece entre os motivos que afetam a saúde mental, citando o artigo 122 da constituição, que diz ser crime induzir alguém a cometer suicídio. Segundo o dossiê, em 2014, das lésbicas mortas 87% foram por suicídio e 13% por assassinato; nos anos seguintes os índices permaneceram altos.

Em todo o documento, as autoras usam o termo lésbicas “suicidas”, para que se faça compreender que o suicídio dessas mulheres está longe de ser um ato determinado somente por elas, mas resultado da lesbofobia institucional que atua sobre seus corpos dissidentes. Mulheres lésbicas negras,

indígenas, com baixo indicador socioeconômico e que possuem alguma deficiência são mais vulneráveis quanto à saúde mental de acordo com as pesquisas encontradas (BRASIL, 2013; ALMEIDA *et al*, 2016).

No que diz respeito às mulheres bissexuais, as lacunas ainda são mais extensas, uma vez que a bissexualidade é marginalizada mesmo dentro do movimento LGBTQ+. Além de sofrerem com a imposição da heterossexualidade, sujeitxs bissexuais sofrem com a monossexualidade (a exigência de se sentir afeto/atração por somente um gênero). No caso das mulheres bissexuais, do ponto de vista da teoria da(s) interseccionalidade(s) de Crenshaw (1989; 1991), também existe o machismo e as demais opressões vividas pelas mulheres como marcador determinante na vida destas.

As condições supracitadas resultam, conforme Luna (2016) e Arraes (2015), para as mulheres bissexuais a estigmatização dentro da comunidade LGBTQ+ e mais chances de estar em um relacionamento abusivo por conta dos estereótipos a elas relacionados, visto que a bissexualidade está cercada de preconceitos (sujeitxs bi são vistxs como pervertidxs, depravadxs e incapazes de estar um relacionamento sério, consideradas traidoras do movimento lésbico).

Discussão

A falta de informações e as lacunas deixadas sobre lesbocídio no Brasil também trazem à tona a difícil realidade de que a mídia e a sociedade em geral não divulga e não se comove com esses corpos.

Percebemos que a ausência de informações é demonstrativo de lesbofobia, de racismo, de machismo, de classismo e de tantos outros preconceitos agregados que constroem o perfil e o sentido do descaso com estas pessoas no Brasil e no mundo. Se a notícia não existe e se os dados não existem, não há provas, não há fundamentações e muito menos credibilidade com relação aos relatos. A comunidade lésbica é privada do direito de chorar a morte de suas membras e fica cada vez mais desinformada com relação às estatísticas dos riscos reais que estão em jogo no dia a dia do que significa sobreviver, enquanto lésbica, em uma sociedade como a brasileira. Conhecimento é poder e um direito de todas as lésbicas (PERES, SOARES e DIAS, 2018, p. 106).

No que diz respeito à bifobia contra mulheres bissexuais, as brechas na literatura sobre saúde mental ainda são mais largas, apesar das pesquisas que relacionam LGBTQ+fobia e nível de qualidade emocional/cognitiva trazerem consequências comuns à população LGBTQ+ (MOURA e EMÉRITO, 2011; DUARTE, 2011; ALMEIDA *et al*, 2016): depressão, isolamento social e emocional, evasão escolar, uso de substâncias psicoativas em exagero e transtornos alimentares.

Profissionais de saúde mental têm dificuldades em escutar e acolher adequadamente este público alvo, o que indica carência de mudanças desde a formação acadêmica até o cotidiano dessas pessoas, com a finalidade de sensibilizar para a diversidade sexual e eliminando a discriminação e o preconceito institucional (ALMEIDA *et al*, 2016).

Conclusões

Podemos chamar de acessibilidade aos serviços de saúde, inclusive de saúde mental, de garantia de possibilidade não somente de entrada nos espaços, mas também a aquisição de todas as assistências ali desempenhadas. No que se refere à população LGBT+, especialmente junto a outros marcadores étnicos-raciais, de classe social, de religião e de capacidade física, essa acessibilidade não se cumpre. Esses corpos não são percebidos no cotidiano desses serviços, nem computados, nem avaliados. As mulheres lésbicas e bissexuais, como corpos dissidentes, adoecem e morrem devido à violência estrutural a que são submetidas ao longo da vida.

Sem dúvida, existe a necessidade de mais pesquisas na área de saúde mental que leve em consideração a sexualidade e a diversidade sexual (especificamente aqui elencadas as lesbianidades e as bissexualidades), com a necessidade de mudar a realidade dos hospitais, consultórios e demais espaços de acesso à saúde, sensibilizando e capacitando profissionais da área. E as pesquisas que virão a seguir precisam ter como enfoque metodológico a teoria da(s) interseccionalidade(s), uma vez que “qualquer análise que não tome a interseccionalidade em conta não consegue de forma correta ter em consideração as formas particulares de subordinação” (NOGUEIRA, 2017, p. 146).

A partir do cenário discursivo que apresentamos anteriormente, sobressaiu-se cinco propostas apresentadas pela literatura de solucionar a problemática da saúde mental de mulheres lésbicas e bissexuais (BRASIL, 2013b; NOGUEIRA, 2017; GRUPO GAY DA BAHIA, 2017): 1) educação sexual e de gênero; 2) aprovação de leis afirmativas e políticas públicas específicas; 3) investigação e punição dos crimes LGBTfóbicos, o que inclui os casos de suicídio; 4) fortalecimento de campanhas e projetos focados em saúde mental e 5) necessidade de pesquisas que associem lesbofobia/bifobia e saúde mental.

A partir do cenário político que vem se formando para os próximos quatro anos, torna-se mais difícil o desafio para a criação e estabelecimento de políticas públicas e ações afirmativas para a população LGBT+, uma vez que o governo que se anuncia para 2019 não tem como agenda os direitos humanos das minorias brasileiras. As poucas políticas exigentes para essa comunidade correm risco de se extinguir e a violência institucional tende a se alargar, uma vez que o presidente eleito e seus aliados legitimam a hostilidade para com os movimentos sociais existentes. Se faz necessário uma frente de resistência predominante frente ao avanço do conservadorismo e dos seus retrocessos, com a finalidade de assegurar os direitos já conquistados ao longo das décadas, que ainda não foram validados como políticas de Estado. Por fim, concluímos com a frase de Hannah Gadsby: “Não há nada mais forte do que uma mulher destruída que se reconstruiu”. Nós, mulheres de diferentes interseccionalidades, importante frente de resistência desse país, continuamos na luta por um Brasil livre do fascismo.

Referências

ALMEIDA, S. A.; CRISPIM, J. E. B.; PEREIRA, I. L.; NOGUEIRA, J. A. A saúde da mulher lésbica e bissexual: o estado da arte. **Anais XII CONAGES**.

ARRAES, Jarid. **Bissexualidade e relacionamentos abusivos**. 2015. Disponível em: <http://www.revistaforum.com.br/2015/04/23/bissexualidade-e-relacionamentos-abusivos/>. Acesso em: 28 novembro 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão estratégica e participativa. Departamento de apoio à gestão participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. Brasília: 1 ed. 1 reimp - Ministério da Saúde. 2013a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Mulheres lésbicas e bissexuais: direitos, saúde e participação social**. Brasília: Ministério da Saúde, 2013b.

CRENSHAW, Kimberle. **Demarginalizing the intersection of race and sex: a black feminist critique of antidiscrimination doctrine, feminist theory, and antiracist politics**. University of Chicago Legal Forum: 139-67. 1989.

CRENSHAW, Kimberle. **Mapping the Margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color**. Stanford Law Review: 1241-79. 1991.

DETOMINI, V. C.; RASERA, E. F.; PERES. **Sexualidade e saúde mental: vivências, serviços e estigmas**. Revista da SPAGESP - Sociedade de Psicoterapias Analíticas grupais do estado de São Paulo. 2016.

DUARTE, M. J. O. **Diversidade sexual e saúde mental**. VII Congresso internacional de estudos sobre a diversidade sexual e de gênero da ABEH. 2013.

GRUPO GAY DA BAHIA, 2017. **Pessoas LGBT mortas no Brasil: relatório 2017**. Disponível em: <https://homofobiamata.files.wordpress.com/2017/12/relatorio-2081.pdf>. Acesso em: 19 dezembro 2018.

JUNQUEIRA, R. D. **Homofobia nas escolas: um problema de todos**. In: . Diversidade Sexual na Educação: problematizações sobre a homofobia na escola. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

KAUARK, Fabiana da Silva. MANHÃES, Fernanda Castro. MEDEIROS, Carlos Henrique. **Metodologia da pesquisa: um guia prático**. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LOURO, Pedagogias da sexualidade. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade.** Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

LUNA, Sophia Alencar Araripe. A retórica da monossexualidade enquanto norma. **Anais XII CONAGES.** Disponível em: http://www.editorarealize.com.br/revistas/conages/trabalhos/TRABALHO_EV053_MD1_SA_1_ID1762_02052016160831.pdf. Acesso em: 28 novembro 2018.

MOURA, H. C.; EMÉRITO, M. F. B. **A homofobia na escola e as consequências psicossociais.** Revista FSA - Teresina - nº 8. 2011.

NOGUEIRA, Conceição. **Interseccionalidade e psicologia feminista.** Salvador, Bahia: Editora Devires, 2017.

NUNES, César Aparecido. **Desvendando a sexualidade.** Campinas, SP: Papirus, 1987.

PANINI, B. H. S., VICENTE, A., LLEDO, C. M., MARIANO, F., GOMES, L. F. T. **A busca de representação LGBT na mídia e alternativa da regionalização de conteúdo para a visibilidade de entidades.** Revista Unitoledo: arquitetura, comunicação, design e educação: v. 1, n. 1, 2016. Disponível em: <http://www.ojs.toledo.br/index.php/contemporanea/article/view/2419>. Acesso em: 18 dezembro 2018.

PERES, Milena Cristina Carneiro. SOARES, Suane Felipe. DIAS, Maria Clara. **Dossiê sobre lesbocídio no Brasil : de 2014 até 2017.** Rio de Janeiro: Livros Ilimitados, 2018. Disponível em: <https://dossies.agenciapatriciagalvao.org.br/fontes-e-pesquisas/wp-content/uploads/sites/3/2018/04/Dossi%C3%AA-sobre-lesboc%C3%ADdio-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 17 dezembro 2018.

VIVÊNCIAS DE MULHERES NO CONTEXTO DA RUA: CONTRIBUIÇÕES DO CONCEITO DE GÊNERO PARA UMA ANÁLISE CRÍTICA

Mayk Diego Gomes da Glória Machado¹
Cristina Vianna Moreira dos Santos²

Resumo: O estudo propõe compreensão de sentidos atribuídos por mulheres usuárias de drogas às suas experiências no contexto da rua, considerando o gênero como marcador estruturante para a subjetivação das mulheres. Utilizou-se da metodologia qualitativa e entrevistas como instrumento para coleta de dados. A análise de dados possibilitou apontar como resultado que, a perspectiva de gênero se mostra bastante útil para compreensão das vivências de mulheres em situação de rua, explicitando as experiências de violências psicológicas, físicas e sexuais sofridas no decorrer do ciclo vital, potencializando o uso de drogas como maneira de aplacar as angústias emergidas das desigualdades nas relações de gênero. Esses dados podem contribuir para as perspectivas de planejamento e intervenção nas políticas públicas voltadas à população em situação de rua.

Palavras-chave: Mulheres em situação de rua, gênero, psicologia, drogas, saúde.

1 Mestre em Psicologia pelo PPGP– UFG, Professor de Psicologia do UniALFA, membro do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos da UFT.

E-mail: maykdiego@hotmail.com;

2 Doutora em Psicologia Clínica e Cultura UNB, Professora de Psicologia da UFT- Campus Miracema, Vice- Líder do Núcleo de Estudos, Pesquisas e Extensão em Sexualidade, Corporalidades e Direitos UFT.

E-mail: cristina.vianna@uft.edu.br

TRANSEXUALIDADE E TRAVESTILIDADE NA TRAJETÓRIA ESCOLAR: CONFLITOS E PRODUÇÃO IDENTITÁRIA E CORPORAL

Kueyla de Andrade Bitencourt¹
João Diógenes Ferreira dos Santos²

Resumo: Esse trabalho objetiva compreender a trajetória educacional das transexuais e travestis e a sua relação com a identidade e a fabricação dos corpos e compreende que as escolas possuem limites para lidarem com sujeitos dissidentes, o que dificulta seu acesso aos espaços educacionais. O referencial teórico pauta-se nos dispositivos da transexualidade e travestilidade; a escola como empreendimento biopolítico e a heteronormatividade, a partir dos aportes foucaultianos e butlerianos. A discussão aponta para as narrativas de memória, através de relatos biográficos de trans interioranas, nordestinas e pretende avançar na geopolítica do conhecimento. Tem-se um estudo sobre as memórias e os processos de rememoração, esquecimento e silenciamento, a partir do reconhecimento da perspectiva política da memória.

Palavras-chave: Transexualidade e Travestilidade, Memória, Trajetória educacional, Corpo, Identidade.

1 Doutoranda – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
E-mail: kueyla@yahoo.com.br

2 Doutor – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.
E-mail: jdiogenes69@gmail.com

Introdução

Geralmente os trabalho que estudam a transexualidade e a travestilidade fazem a investigação do período escolar das transexuais e travestis, como uma fonte imprescindível para compreender alguns aspectos concernentes às ressignificações corporais e aos processos de formação das identidades de gênero que essas pessoas vivenciam, sendo o diferencial desse estudo que a relação das experiências trans com a educação básica refere-se, não apenas a um suporte para a investigação, mas como principal escopo dessa trabalho. Para tanto, faz-se o uso dos estudos de memória, a fim de (re)construir as trajetórias desses sujeitos e outras repercussões para a instauração, no espaço escola, do processo de (trans)formação, a partir da perspectiva dos incitamentos e interdições dessas memórias.

Falar em transexualidades e travestilidades, trata-se de multiplicidades, reestruturação constante de gêneros, mimetização de corpos, alteração de nomes, (re)construção identitária, redefinição de masculinidades e feminilidades, promoção de alteridades, performances. Essa experiência encerra uma gama de complexidades que desnaturaliza a cisheteronorma³, questiona os conceitos de gênero e de sexualidade e não se esforça, em algumas ocasiões, em submeter-se à inteligibilidade⁴ social. Levando-se em conta a fluidez das identidades no cenário contemporâneo, assim como a fluidez e a performatividade do gênero, acredita-se não existir um processo específico de construção de identidade de gênero e seria mais apropriado falar em homens e mulheres vivendo a transexualidade e travestilidade (LIMA, 2014), inclusive na esfera educacional. Muito embora o discurso médico insista em enquadrar o corpo T em uma prescrição nosológica psiquiátrica, assim como da existência do imaginário social que insiste em vincular a travestilidade a uma experiência de vulnerabilidade e prostituição, nesse texto busca-se compreender as experiências de gênero no contexto brasileiro no que chamamos de corpos trans, considerando tais categorizações ou configurações identitárias.

Inegavelmente marcado por princípios heteronormativos⁵, o espaço escolar encerra artefatos tecnológicos e simbólicos e estruturas de poder que diferenciam e localizam a sexualidade e o gênero no espaço social. O maior desafio hoje não se trata de compreender as múltiplas posições sobre esses fenômenos, mas admitir que as fronteiras sexuais e de gênero estão sendo transpostas e algumas pessoas escolheram se localizar exatamente na fronteira, na posição de ambiguidade e vivenciam histórias de sofrimento na experiência escolar, corroborando com Berenice Bento (2011) ao referir-se à inabilidade

3 Para Amaral e Souza (2017) a cisheteronormatividade refere-se a uma ordem regulatória, uma normativa para que os sujeitos se alinhem com o sexo/gênero que lhe foi designado socialmente desde o nascimento e que não o conteste. Apresentando-se como caminho natural, essa normativa controla os modos de vida.

4 A inteligibilidade de gênero, para Butler (2003), trata-se de relações de coerência e continuidade, através de leis que buscam relações causais entre o sexo biológico, o gênero culturalmente construído e a expressão de ambos nos desejos sexuais, através das práticas sexuais. Certas identidades de gênero servem para criticar os limites da matriz dessa inteligibilidade, disseminando matrizes rivais e subversivas de desordem de gênero.

5 3 A heteronormatividade, por sua vez, para Da Veiga (2017) “é o enquadramento de todas as relações em um binarismo de gênero que organiza suas práticas, atos e desejos a partir do modelo do casal heterossexual reprodutivo”.

dessa instituição em lidar com a pluralidade e as diferenças em seu contexto, “Escola: espaço de reprodução do heteroterrorismo⁶” (p.554).

No geral, esse público tem seu direito a educação negado, pois as práticas discriminatórias se desdobram em processos de exclusão escolar e reflete-se no baixo nível de escolaridade de muitas transexuais e travestis no Brasil e a inserção no mercado informal de trabalho, inclusive na prostituição. Com padrões sociais machistas, sexistas e heteronormativos, a escola encerra memórias de dor e sofrimento, sendo também um espaço de resistência e negociações, e causam rupturas aos modelos hegemônicos e desafiam as instâncias de controle já que possibilitam adentrar às múltiplas possibilidades de expressão do desejo, fabricação dos corpos e identidade.

O projeto moderno de invenção da sexualidade, conforme Foucault (1988), articula estratégias de saber-poder baseadas nos discursos médico e psi e constitui-se em um conjunto de práticas que cumprem o papel estratégico de dominação, referindo-se a um dispositivo, que age nas diversas esferas do sexo da sociedade moderna, a exemplo do corpo, dos prazeres, saberes, controles e resistências, e serve para embasar discursos e práticas regulatórias que produziram os sujeitos e as hierarquizações entre eles. Destarte, cabe apontar para a existência dos dispositivos da transexualidade e travestilidade contemporâneos, criados a partir de práticas regulatórias e de dominação – patologização, inteligibilidade, identificação – que se desdobram em hierarquizações entre os mesmos.

Transexualidade e da travestilidade – produção do corpo e Identidade

As/os transexuais e travestis brasileiras/os, há algumas décadas atrás, não eram reconhecidas/os no contexto da escola, muitas/os ainda não sabiam definir ou até mesmo dar nome ao que acontecia com sua sexualidade, seus corpos e desejos, o que fazia com que maioria utilizasse como artifício a identidade cisgênera homossexual, partindo do desejo de serem reconhecidas/os socialmente. Consoante alguns autores, a constituição da identidade de gênero as/os levam a realizar ajustes corporais, já que perpassa pelo desejo de tornarem-se inteligíveis socialmente. Contrária a essa ideia, Berenice Bento (2011) afirma que há corpos que não desejam se tornar inteligíveis quanto às normas de gênero e, a medida em que correm o risco de serem marginalizados, também apontam para a possibilidade de questionamento e transformação dessas normas.

A transformação não é um fenômeno específico de nossos dias, sempre existiu, mas, hoje ele é múltiplo e se organiza em diversos grupos identitários como transexuais, travestis, transformistas, *drag queens*, sendo que alguns resguardam o discurso biomédico, através do desejo de transgenitalização. Partindo da discussão foucaultiana sobre o dispositivo da sexualidade, pode-se problematizar os fenômenos da transexualidade e travestilidade à luz dos atuais interesses sobre esses sujeitos, levando-se

6 Berenice Bento se refere ao heteroterrorismo como reiterações das representações binárias de gênero que patologizam e marginalizam as identidades de gênero que escapam a essa normativa (2011).

em consideração as diversas estratégias que fundamentam os discursos e demais práticas regulatórias sobre a modificação dos seus corpos e seus processos de subjetivação.

Faz-se mister deslindar os dispositivos da transexualidade e da travestilidade e a forma como se situam um em relação ao outro e constituindo hierarquias. Até a década de 1950 não existiam definições ou caracterizações específicas para transexuais e a invenção desse dispositivo ocorreu por meio da proliferação de publicações médicas referente a temática, com ênfase para as produções biológicas e psicanalíticas (BENTO, 2006). Já em 1960 os discursos teóricos e as práticas regulatórias sobre os corpos e identidade trans tornaram-se mais visíveis ganharam corpo com o surgimento dos Centros de Identidade de Gênero nos Estados Unidos. Assim, a transexualidade surge como uma doença e teve sua inclusão no Código Internacional de Doenças na década de 1980, que resulta na construção de um personagem, a/o verdadeira/o transexual e na patologização da experiência da transexualidade.

A discussão sobre transição entre os gêneros, associada ao discurso médico e dissociada da criminalidade e prostituição, no Brasil, ganha a maior visibilidade com o fenômeno Roberta Close, que pousa para a revista *Playboy* em 1980 e traz a discussão sobre a indefinição do seu gênero e de sua sexualidade, uma vez que não se enquadrava nos estereótipos das travestis, não era vista como transformista e também não se enquadrava no diagnóstico patológico de transexualidade (LEITE JÚNIOR, 2008).

Ao abordar a transexualidade, Bento (2006) a definirá como uma experiência, e não como uma identidade sedimentada ou dado a-histórico, um processo de produção de si que implicará em um conjunto de transformações corporais e sociais que constituirão a produção de corpos e subjetividades.

Por seu tempo, as travestis são sujeitos híbridos, múltiplos e diversos e ocupam os territórios recorrendo ao que é nômade, não como desvio, e sim como ruptura e sutura (PERLONGHER, 2008). Elas atravessam concepções normativas de sexualidade, corpo e gênero e ao experienciarem o nomadismo, reafirmam conexões infinitas com universos de referências, criatividade, deslocamentos, concepções multifacetadas, movimentos intermitentes, enfrentando padrões discursivos, estéticos e desejanças.

A identidade travesti no Brasil contou com a incontestável contribuição dos movimentos sociais, enquanto que em outros países os/as transexuais se organizam em torno da categoria trans ou transgênero. As militantes brasileiras utilizam como estratégia a construção da identidade travesti como resistência cultural – já que em nosso país ela está historicamente ligada ao imaginário da prostituição e do desregramento sexual - com o intuito de politizar sua história para que ela não seja esquecida, reforçar a identidade política de gênero e afastar discursos médicos, biologicistas e patologizantes, assim, insistem em formar militantes jovens identificadas como travestis (BARBOSA, 2015).

No que se refere a presumida hierarquia entre transexuais e travestis, para Leite Júnior (2008) o termo transexual tem o capital linguístico muito mais valorizado que o de travesti e transforma-se em capital social e, pode abrir ou fechar portas, de acordo com o modo como a pessoa se auto identifica. Segundo Bourdieu (1998), a língua não é somente um instrumento de comunicação ou mesmo de conhecimento, e sim um instrumento de poder, apresentar-se como transexual significa o aumento do capital simbólico e essa distinção, em alguma medida, garante a transição entre grupos sociais.

Tem-se como um desdobramento do dispositivo da sexualidade, a genitalização dessa sexualidade (Foucault, 1988), que associa algumas sensações com determinadas zonas corporais, o que contribui para circunscrever o corpo a zonas erógenas específicas, partindo da distribuição assimétrica do poder entre os gêneros masculino e feminino (PRECIADO, 2014). Essa discussão também concerne os dispositivos da transexualidade e da travestilidade pois são identidades que na prática se misturam, já que a cirurgia não é consensualmente um parâmetro para classificá-las. As demarcações identitárias, que há pouco tempo eram reforçadas por esses grupos foram, paulatinamente, se diluindo para uma posição que reconhece a fluidez e o caráter transitório das identidades e dos corpos. Por algum tempo, o vocábulo transexual foi confundido com a cirurgia de redesignação, atribuindo-lhe o poder de, sozinha, operar na construção da identidade transexual, o que leva ao questionamento de até que ponto o enunciado da cirurgia significa uma possível inteligibilidade para o corpo transexual.

Hoje, as travestis e transexuais, apesar da inteligibilidade, estão reivindicando seu lugar por muito tempo negado no espaço escolar e exigem que espaço se repense e se reconstrua, com ênfase às escolas interioranas de ensino básico eivadas de perspectivas conservadoras e patriarcais, em que o preconceito e a discriminação vigoram. De acordo com Teixeira (2012), a escola é convocada a (re)pensar sobre seus métodos, o currículo, suas práticas, relação professor-aluno, ensino-aprendizagem, as relações de socialização, as relações de poder e, especialmente, os dispositivos da sexualidade que emergem dessa experiência escolar que agrupa parcela significativa da juventude, sendo que as pesquisas educacionais das últimas décadas fundamentalmente não se referem de nenhum modo as polimórficas práticas sexuais da juventude.

Escola como maquinaria e Pedagogia do Controle

Problematizar a contribuição da escola para os processos de subjetivação, para a construção das identidades, para a invenção dos corpos e as experiências de socialização dos sujeitos, dentro e fora dela, é uma tarefa urgente. No que se refere especificamente a transexualidade e travestilidade, constata-se que muitas/os jovens, em busca de reconhecimento social e em busca de pertencimento a determinados grupos e espaços, começam a transformar seus corpos e reaperceber outras performances de gênero ainda quando estão cursando o ensino básico e em função, sobretudo, da pouca problematização dessas discussões nesse nível de ensino, alguns/algumas sofrem preconceito e deixam de estudar⁷ por conta da marginalização sofrida e caminham no sentido do encantamento e idealização do gênero identificado.

Em muitos casos, a escola serve como espaço de controle e produção das potências do corpo (CÉSAR, 2009). Sua invenção como instituição disciplinar e o modo como seus discursos e suas práticas foram

7 5 Existem contundentes discussões sobre a saída das transexuais e travestis da escola, a partir do preconceito e discriminação vivenciados no âmbito escolar, fenômenos que ganham o nome de expulsão escolar ou evasão escolar são problematizados a partir da complexidade que envolve a saída desse público da escola ainda no ensino básico. (ANDRADE, 2012; BENTO, 2006)

e são constituídas diante das relações de saber-poder para a produção de corpos governáveis, dóceis e úteis foi estudada por Michel Foucault que a conceitua como um empreendimento biopolítico⁸ para controle da subjetividade e dos corpos (FOUCAULT, 2004). Vale perceber também os deslocamentos contemporâneos sobre o que César (2009) conceitua como a Pedagogia do controle, ou seja, disciplinas que encerram técnicas de poder, recaindo sobre os corpos e a sexualidade a fim de produzir um domínio detalhado que culmine em subjetividades específicas, propósito contemporâneo da normalização no que se refere a tríade sexo-corpo-gênero, que a escola insiste em salvaguardar.

Para além dos princípios regulatórios que servem de sustentação para essa tríade, pode-se ainda interpelar a respeito dos imperativos heteronormativos que operacionalizam os processos de exclusão (BUTLER, 2000), como os que ocorrem com travestis e transexuais. As escolas não suportam trabalhar com pessoas trans, pois essas instituições executam uma maquinaria com o propósito de estabelecer e reiterar a norma heterossexual. Em função da complexidade que encerra o processo de transexualização estes sujeitos fogem à eficiente política de governo das subjetividades e dos corpos no empreendimento dessa maquinaria (LOURO, 2004).

O corpo T infringe e desestabiliza a contingência biopolítica da escola, uma vez que esses corpos não são prontamente capturáveis e viáveis para a produção e o consumo, exigiriam, de maneira oposta, reconfigurações a respeito de modulações até então impensadas, e na falta de operacionalizações nesse sentido, ocasiona ainda mais exclusão. (CESAR, 2009).

A instituição escolar encerra as contradições sociais e no geral faz referência a um tipo específico de sexualidade, ao tempo em que silencia emudece as dissidências. De modo consequente, ainda que a escola seja *locus* propício para manufaturar hegemonias e normatividades, “também pode ser o lugar de criação de novas possibilidades de organização social, de desconstrução dos velhos papéis que já estão mudando” (ARAÚJO, 2014, p. 8). Não raro, escondida sob o discurso de neutralidade, essa instituição reproduz a noção de uma sexualidade única que funciona como disfarce da “heterossexualidade compulsória”. Destarte, ao pautar cotidianamente esse tema, a prevenção de Infecções Sexualmente Transmissíveis (ISTs) e a gravidez precoce aparecem como pautas privilegiadas, o que contribui ainda mais com a hostilidade e intolerância direcionados à população LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), assim como às mulheres.

Os sujeitos, em muitos casos, apelam para valores que destituem a possibilidade do exercício dos processos subjetivos e enfrentamento aos arquétipos de reprodução social de binarismos sexuais e da heteronorma que nos são impostos. Sendo que os dirigentes escolares e os docentes, e por vezes, demais atores do cotidiano educacional, advêm desse processo e, mesmo tendo passado por experiências acadêmicas, “podem ser também produtores de referências e valores que receberam, salvo se buscaram desconstruir e ressignificar suas próprias crenças.” (ARAÚJO, 2014, p. 6) Quando se trata de formação, por conseguinte, não existe um sujeito plenamente capacitado para enfrentar questões

8 Na obra “O nascimento da biopolítica”, um curso dado no Collège de France em 1878-1979, Michel Foucault discute o conceito de biopolítica.

relacionadas ao gênero e a sexualidade, o desafio é que esse processo de formação propicie a instauração de mecanismos de problematizações das práticas pedagógicas, bem como das demais relações cotidianas.

A educação hodiernamente requer posicionamentos inéditos e nesse espaço em que a escola produz-se como o lugar da informação, socialização, inclusão, participação, encerram ainda jogos de poder que são capazes de dizimar as diferenças em nome da igualdade moralizante e de uma pedagogia da tolerância que, em muitos casos, acirram mais a exclusão e a violência.

O aparecimento de novos sujeitos de direitos, então, simbolizados nesse trabalho pelas travestis e transexuais, requerem novas referências culturais, sociais, políticas, que transcendem o registro binário e essencialista para compor com o múltiplo. São atores sociais cada vez mais potentes a falar de si e desafiar a referência do conhecimento ocidental. (BITENCOURT, 2017) Daí aparece o desafio de não docilizar e não silenciar determinados corpos, determinados processos subjetivos, que reiteram insistentemente a noção identitária, já que esse investimento, de uma performance modificada, de um novo nome, tende a marginalizar o corpo que parece ter se equivocado. Pode-se pensar em uma pedagogia que desestabilize a necessidade de ordenação social binária e estática, pautadas em identidades sexuais a serviço das disciplinas e do controle.

Corroborando essa ideia, Cavalcante e Silva (2015) afirmam que “a tolerância não dá conta do objetivo proposto para a emancipação” (p. 7), uma vez que ela dissimula o objetivo primordial de manter o valor da cultura hegemônica, além do mais, naturaliza determinados processos que meramente vão estender um pouco mais os limites da tolerância, com vistas a incluir os mais comportados e marginalizar de modo mais pungente os que desafiam as fronteiras de gênero.

Dessarte, a instituição escolar pode ser pensada como diferença e multiplicidade com o intuito de impugnar o avanço das numerosas formas de preconceito voltadas à população LGBT, assim, “as diferenças não devem ser simplesmente respeitadas ou toleradas. Na medida em que elas estão sendo constantemente feitas e refeitas, o que se deve focalizar são precisamente as relações de poder que presidem sua produção” (SILVA, 2000). Na mesma direção, Guacira Louro (2001) defende a diferença não como algo externo e sim como uma característica intrínseca ao processo, “em vez de meramente contemplar uma sociedade plural, seria imprescindível dar-se conta das disputas, dos conflitos e das negociações constitutivos das posições que os sujeitos ocupam” (p. 550).

Nesse sentido, esse espaço educacional pode ser tido como lugar político e de resistência, de modo a auxiliar no deslocamento de alguns saberes dominantes, vinculados a multiplicidades de saberes minoritários e inscritos localmente, apostar na diferença e na performatividade e, de acordo com Butler (2000), denunciar o quão artificial são as construções de corpo, gênero e sexo. É imprótelável a repolitização do campo sexual, um modo de pensar que proporcione rupturas aos modelos hegemônicos, sendo que a anormalidade deve resistir a essa biopolítica e pensar os atravessamentos, a multiplicidade e a potência do anormal. (PERES, 2012).

Nas pesquisas e discussões educacionais, a noção de identidade ainda aparece de maneira bastante embevecida, muitas vezes capturada pela perspectiva, aqui considerada como repleta de equívocos, de que essas identidades são dadas e estanques e não negociadas historicamente. Decorre-se disso o fato de que, nesse âmbito, as identidades expressam incontornavelmente dois extremos: “ou são vistas como dolorosas (quando se acomodam) ou são vistas como prazerosas (quando resistem)”. (BRITZMAN, 1986, p.73)

Desse modo, a noção de enquadramento da realidade a determinadas referências é, em muitos casos, induzida pela perspectiva identitária. Contrariamente, tem-se a visão de que os sujeitos não vêm antes das relações sociais e os contextos em que elas se desdobram, portanto, a noção de identidade fixa e universalizante, separada dos contextos e processos de singularização, está propensa ao declínio. Tratando-se de identidade de gênero, é possível encontrar imposição de papéis referentes aos gêneros masculinos e femininos, que mantém a cisheteronormatividade e os códigos de inteligibilidade social, o que pode impedir a expressão da multiplicidade e, conseqüentemente, corroborar com práticas discriminatórias.

Ao considerar a relevância da demarcação e reiteração identitárias, especialmente para os movimentos sociais, percebe-se as especificidades de determinados grupos sociais e como, nesse caso, as identidades precisam ser delimitadas, a fim de expor os posicionamentos desses diversificados coletivos. Por outro lado, surge a questão sobre o recrudescimento das identidades no âmbito escolar, uma vez que a disputa por essas demarcações poderia acirrar processos de exclusão e marginalização dos diversos segmentos LGBT durante o processo de formação de jovens e infantes.

Atos performativos da memória

Diante da constatação da possibilidade de incontáveis formas de vivências e experimentações da transexualidade e da travestilidade, nasce o fascínio em estudar as memórias, os silenciamentos, os esquecimentos dessas pessoas nos espaços educacionais escolares, a partir do reconhecimento da perspectiva política da memória. Os debates sobre a presença de transexuais e travestis no ambiente escolar/educacional parecem ter sido silenciados por muito tempo e remete a ilusão de que são fenômenos inéditos e a ilusão de que não se relacionam com os processos de interdição e incitamentos da experiência e dos discursos sobre a sexualidade. Desse modo, aponta-se para a necessidade de interromper a reprodução dos discursos normalizadores de crítica a escola, bem como a desnaturalização de narrativas a-históricas.

Cresce consideravelmente a quantidade de estudos que destacam às pessoas que não aparecem no registro documental, propiciando a recuperação da história dos pequenos grupos e estudos de relatos de trajetórias dos indivíduos que, mesmo sendo fracionários, apresentam profundidade e perspectivas morais ligados à subjetividade, elementos que pouco aparecem em algumas análises (THOMPSON, 1992). A memória, deste modo, está além do desígnio da razão humana, resiste ser capturada na

estrutura da intencionalidade e, acima de tudo, garante a presença ressignificada do presente e imprime importância ao que é evocado do que passou.

Vale destacar que existem processos de submissão e dominação das inúmeras versões sobre a memória que faz crer na existência de uma memória oficial e dominante e memórias subterrâneas e silenciadas que não se referem apenas a uma clivagem entre a versão do Estado e da sociedade civil como também das sociedades englobantes e grupos minoritários (POLLAK, 1989). A memória oficial, então, consagra vários elementos como esquecidos, são aqueles que apenas parte da população preserva escassamente, a memória esquecida.

Existe a possibilidade de transexuais e travestis recomponem suas trajetórias e, a análise deste passado, aponta para inúmeros desdobramentos que demonstram ser fecundos para a instauração de práticas de (trans)formação. A partir dessa premissa, é possível (re)construir histórias guardadas ou omitidas pela memória oficial e assegurar a construção de um modo peculiar desses sujeitos se perceberem, o que possibilita que a memória não-hegemônica possa ir de encontro aos discursos oficiais, demolir ideias que lhes foram impostas e restabelecer novas concepções sobre suas práticas. É provável que memórias de experiências de violência e exclusão de travestis e transexuais no âmbito escolar sejam reconsideradas, servindo para denunciar os processos de silenciamentos, engendrados com base na naturalização das questões relativas a sexualidade e ao gênero e que contribuem para reproduzir padrões heteronormativos, sexistas e machistas.

Considera-se, desse modo, a memória como um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, e um objeto de poder. Consoante Le Goff (2003), trata-se de um campo de disputas de poder e de anseio de dominação no que se refere ao que deve ser lembrado ou esquecido, e possui uma posição central na elaboração das identidades. Parte-se do pressuposto de que existe uma pluralidade de memórias, que se tensionam a partir das várias formas de se ler a trajetória passada. Assim, "(...) não existe uma História neutra; nela a memória, intervém e determina em boa parte os seus caminhos. A memória só existe no plural: na sociedade dá-se constantemente um embate entre diferentes leituras do passado [...]" (SELIGMANN-SILVA, 2003, p. 67).

À primeira vista, a memória aparenta ser um fenômeno íntimo e individual, contudo, Maurice Halbwachs, entre as décadas de 1920/30 que a memória deve ser entendida como um fenômeno social e coletivo, submetido a reiteradas transformações. O autor supracitado retoma o estudo da memória para a esfera das interações sociais, contrapondo-se a noção de que a memória seria o resultado da impressão de eventos reais na mente humana. A memória individual demonstra a complexidade das interações sociais vivenciadas por cada um, já que os homens estão inseridos em uma rede de múltiplas relações sociais, mesmo que o indivíduo apresente-se sozinho. Dessa maneira, a memória individual notoriamente não pode ser distanciada das memórias coletivas, uma vez que o resgate sobre os acontecimentos do passado não ocorre individualmente e sim pelas interações sociais. (HALBWACHS, 1990)

Isto posto, pode-se afirmar que a memória é um dos elementos constituintes da noção de identidade, pois alude à coerência e ao sentimento de continuidade do indivíduo ou de um grupo em sua

reconstrução de si. Por isso a importância da memória para a discussão sobre sexualidade e gênero. Teresa de Lauretis amplifica essa discussão ao declarar que as tecnologias sociais e as práticas sociais fabricam a noção de gênero – masculino e feminino (ARAÚJO, 2015). É indispensável, em vista disso, desnaturalizar o sistema de sexo/gênero com o intuito de alterar a organização social e desconstruir o modelo binário em voga.

Aproximações com as narrativas sobre a trajetória escolar de pessoas trans apontam que esta se constituiu por memórias traumáticas (BENTO, 2011) e apresentam percursos dolorosos vividos na constituição de si e a escola, sendo alguns deles referentes ao nome social, que funciona como reconhecimento dos outros do seu processo de fabricação; as aulas de educação física, e a manutenção do padrão binário na formação das identidades de infantes e adolescentes; a utilização do banheiro, que evidenciam espaços interditos e geradores de violência para as mulheres transexuais e travestis; a relação com professores e funcionários, abarrotada de preconceitos e pautadas em discursos religiosos e, como consequência, a preferência pelo ensino a distância são exemplos desses processos.

É possível reconstituir o passado, as relações sociais mais amplas e os sentimentos associados a eles, a partir dos testemunhos das/dos transexuais e travestis, sendo que essa lembrança possibilita a análise sobre suas práticas recentes e a reflexão sobre o espaço que essas lembranças ocupam na memória. No âmbito da pesquisa, pode servir ainda, para problematizar e minimizar o preconceito, a discriminação e sentimentos hostis em relação a travestilidade e transexualidade no ambiente escolar e auxiliar as novas gerações no enfrentamento dos estigmas nesses espaços.

Berenice Bento (2006) destaca que “[a] escola é lembrada como um espaço de terror, onde os/as transexuais eram vítimas de todo tipo de preconceito” (p. 208). O Corpo T, via de regra, guarda em si histórias de sofrimento e dor nas vivências escolares, todavia esse também pode ser um ambiente de resistências e negociações que possibilitam reflexões, tanto quanto experiências singulares e múltiplas. A partir de pesquisas já feitas a respeito dessa temática, é sabido que grande parcela da população de travestis e transexuais não finalizam o ensino básico, adentram em mercados de trabalho informais, evadem (ou são expulsas/os) da escola, mas ainda assim é possível pensar na construção e (trans) formação desses sujeitos no âmbito escolar ao levar em conta suas potências, como resistências e possibilidades de reinvenção da sexualidade e seus referentes processos de subjetivação.

A partir disso, destaca-se que a identidade e a memória podem perfeitamente ser negociadas e não tidas como essência, nessa perspectiva cabe referir-se aos atos performativos de memória das experiências trans. Esse conceito cunhado por Dayana Santos (2010) faz referência a ideia de Judite Butler de que as identidades sexuais e de gênero serão sempre performativas e que as experiências das transexualidades e travestilidades também o são, sendo que, o que Santos intitula como atos performativos da memória trata-se de detalhada produção das narrativas que evocam esquecimentos e lembranças, que se movem em múltiplas direções, possibilitam diversos sentidos, como o minucioso trabalho de produção do corpo ou da subjetividade pretendida, de modo que esses atos performativos tratam de recortes intencionais do sujeito sobre suas experiências e elaboração de narrativas baseadas em referências sociais e contextos de inserção.

A fim de ampliar as problematizações sobre as experiências desses corpos T nas instituições de educação formal, faz-se necessário atentar-se não apenas para as histórias dolorosas de patologização e sujeição que aparecem nos discursos da transexualidade, mas “precisamos também compreender as estórias de desejo e de amizade que teimam em existir, apesar de condições hostis” (BRITZMAN, 1986, p.74).

Considerações finais

Como consequência dessas reflexões sobre os dispositivos da transexualidade e da travestilidade, da maquinaria que compõem as instituições educacionais e a possibilidade de estudo da memória, abrangendo a rememoração e o esquecimento, têm-se um campo promissor de estudo que visa entender como o processo de escolarização dos sujeitos que resolveram ultrapassar as normas de gênero contribui para a compreensão do fenômeno das travestis e transexuais, muitas vezes tido como a-histórico, contrapondo-se à noção da travestilidade e transexualidade vistas como dispositivos. Convém o questionamento de como a memória revisitada das travestis e transexuais constituem-se como valorosa referência para a experimentação das performances desses sujeitos hodiernamente, do mesmo modo que serve de referência para as novas gerações.

Cabe aqui trazer questionar a respeito do silenciamento diante da presença do Corpo T no espaço da escola há algumas décadas atrás, o pode ter contribuído para processos penosos de violência e rejeição dirigidos a ele. Silenciamentos esses que encontram-se disfarçados sob discursos de naturalização de perspectivas da cisheteronorma, dos binarismos de gênero, e por fim, dos sistemas hegemônicos de controle que compõem os dispositivos da sexualidade.

Referências

AMARAL, Mac Cleide de Jesus Braga e SOUZA, Marcos Lopes de (2017). **A sinergia de uma proposta colaborativa sobre os corpos, gêneros e sexualidades em uma escola do ensino fundamental:** fatores potencializadores. Revista Intermeio, v. 23, n. 46, p. 107-131, jul./dez. 2017.

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na escola: assujeitamento e resistência à ordem normativa.** Tese (Doutorado), Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

ARAÚJO, Denise Bastos de. **Outras falas sobre gênero e sexualidade na escola.** Revista Periódicus, , v. 1, n. 2, p. 19-27, 2014.

BARBOSA, Bruno Cesar. **Imaginando trans** – saberes e ativismos em torno das regulações das transformações corporais do sexo. Tese (Doutorado em Antropologia Social) Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

BENTO, Berenice. **A (re)invenção do corpo:** sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond/CLAM, 2006.

_____. **Na Escola se Aprende Que a Diferença Faz uma Diferença.** Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v 19, n. 2, p. 549-559, agosto, 2011.

BITENCOURT, Kueyla Andrade. TRANSterritorializações – O espaço (im)preciso da travestilidade. **Revista Periódicus**, v. 1, n. 8, p. 154-173, 2018.

BOURDIEU, Pierre. **A economia das trocas linguísticas:** o que falar quer dizer. São Paulo :Edusp, 1998.

BRITZMAN, Deborah, P. **O que é esta coisa chamada amor** – identidade homossexual, educação e currículo. Revista Educação e Realidade, n. 21 (1), p. 71-96, jan./jun., 1986.

BUTLER, Judite. **Problemas de gênero:** feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do sexo. In: LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado:** pedagogias da sexualidade. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

CAVALCANTE, Francisco Brenno Soares; SILVA, Maria Madalena da. **Educar para a emancipação humana:** o papel atual da escola e a busca por políticas LGBT1 no ambiente escolar. Revista Periódicus, v. 1, n. 2, p. 44-55, 2014.

CÉSAR, Maria Rita de Assis. **Gênero, sexualidade e educação**: notas para uma epistemologia. In: **Educar em revista**. Curitiba, Editora UFPR, n. 35, p.37-5, set./dez, 2009.

DA VEIGA, Luís Fernando. **Armário de vidro e as chaves perdidas**: sobre políticas públicas e direitos sexuais da população lgbt. Jornada de Pesquisa em Psicologia, 2017.

FOUCAUL, Michael. **História da Sexualidade I**: a vontade de saber. Rio de Janeiro : Edições Graal, 1988.

_____. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. Petrópolis : Editora Vozes, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória coletiva**. São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais, 1990.

LE GOFF, J. **História e memória**. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2003.

LEITE JÚNIOR., J. **Nossos corpos também mudam** – sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, PUC, São Paulo, 2008.

LIMA, Fátima. **Corpos, Gêneros, Sexualidades**: Políticas de Subjetivação. Porto Alegre : Rede Unida, 2014.

LOURO, Guacira Lopes. Teoria Queer: Uma Política Pós-Identitária para a Educação. In: **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis: IFCH, V.9, n.2, 2001.

_____. **Um corpo estranho**: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

PERES, Willian Siqueira. *Travestilidades Nômades*: a explosão dos binarismos e a emergência queering. Revista Estudos Feministas, Florianópolis, v. 20, P. 539-547, maio/agosto de 2012.

PERLONGHER, Nestor. **O negócio do michê**: a prostituição viril em São Paulo. São Paulo: Ed. Fundação Perseu Abramo, 2008.

POLLAK, Michael. **Memória e Identidade Social**. Conferência transcrita e traduzida por Monique Augras. A edição é de Dora Rocha, 1989.

PRECIADO, Paul Beatriz. **Manifesto Contrassexual**. São Paulo : n -1 Edições, 2014.

SANTOS, Dayana Brunetto Carli dos. **Cartografias da Transexualidade** : a experiência escolar e outras tramas. Dissertação (mestrado), UFPR, Curitiba, 2010.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. (Org.) **História, memória, literatura**: o testemunho na Era das Catástrofes. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 2003.

SILVA, Tomaz Tadeu da. (Org.). **Identidade e diferença**: a perspectiva dos estudos culturais. Petrópolis: Vozes, 2000.

TEIXEIRA, Flavia do Bonsucesso. **Histórias que não têm era uma vez**: as (in)certezas da transexualidade. Estudos Feministas, Florianópolis, 20(2): 256, maio-agosto/2012.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

(DES)IDENTIFICAÇÃO CRÍTICA OU NOTAS SOBRE UMA ESTÉTICA DAS MULTIPLICIDADES: MEMÓRIAS DO MATERIALISMO LÉSBICO DE WITTIG E SUAS INTERPRETAÇÕES QUEER

Igor Leonardo de Santana Torres¹
Felipe Bruno Martins Fernandes²

Resumo: A pensadora lésbica Monique Wittig ao questionar as relações binárias de sexo que definem duas classes sociais opostas a si – os homens e as mulheres – defende que “as lésbicas não são mulheres”, pois não estão submetidas às mesmas opressões que a suposta “classe das mulheres”. Objetivamos através de revisão bibliográfica mostrar que bichas, viados, caminhoneiras, sapatonas etc. promovem uma ruptura com as noções tradicionais de masculino e feminino pela forma que são apresentadas e entendidas socialmente, uma vez que também se encontram deslocadas da heterossexualidade. Assim, as pensamos enquanto outros processos de (des)identificação, pois não se situam no espectro de privilégio, poder e relacional que aquelas inseridas na organização de classes do pensamento feminista materialista.

Palavras-chave: Monique Wittig, teoria queer, desidentificação crítica, multiplicidade de gênero, memória.

CRITICAL (DIS)IDENTIFICATION OR NOTES ON AESTHETICS OF MULTIPLICITY: MEMORIES OF WITTIG'S LESBIAN MATERIALISM AND ITS OWN QUEER INTERPRETATIONS

Abstract: The lesbian thinker Monique Wittig, in questioning the binary sex relations that define two opposite social classes – men and women – argues that “lesbians are not women”, because they are not subjected to the same oppressions as the supposed “class of women”. We objectify through bibliographical revision to show bichas, viados, caminhoneiras, sapatonas etc. promote a rupture with traditional

1 Graduando em Estudos de Gênero e Diversidade – UFBA.
E-mail: igorleonardo500@gmail.com;

2 Professor de Antropologia – UFBA.
E-mail: fernandes.felipebruno@gmail.com

notions of masculine and feminine by the way they are presented and understood socially, since they are also displaced from heterosexuality. So, we think then as other processes of (dis)identification, since they are not located in the same spectrum of privilege, power and relational that those inserted in the organization of classes of the feminist materialist thought.

Keywords: Monique Wittig, queer theory, critical disidentification, gender multiplicity, memory.

Introdução

A pensadora lésbica Monique Wittig, ao questionar as relações binárias de sexo que definem duas classes sociais opostas a si - os homens e as mulheres -, defende que “as lésbicas não são mulheres”, pois não estão submetidas às mesmas opressões que a suposta “classe das mulheres”. Ao observar a proliferação de categorias identitárias e discursos que tomam conceitos até então eminentemente ligados às identidades sexuais como identidades de gênero, indo além do desejo - mas ao mesmo tempo utilizando-o como recurso de constituição subjetiva de si - e performando essas (des)identificações a partir de expressões de gêneros plurais, defendemos a igual inexistência de uma “classe dos homens”, tal qual a “classe de mulheres”, uma vez que masculinidades subalternas, particularmente desviantes da norma heterossexual, não produzem “homens”; assim como o lugar subalterno da feminilidade, quando em ruptura com a heterossexualidade ou as dimensões da expressão do gênero, não produzem “mulheres”, mas uma multidão de posições de gênero que não cabem nesse suposto sistema de classes sociais de sexo (BOURCIER, 2018).

Tradicionalmente o gênero tem sido um conceito compreendido como a forma que cada sociedade produz seus valores em torno do masculino ou feminino. A partir dessa ideia, questionamos os comportamentos e práticas sociais que associamos a cada um desses pólos, como o cuidado da casa e dos filhos como uma atribuição feminina - das mulheres - e o provimento do lar e gestão da vida pública da família como uma atribuição masculina - dos homens. O conceito de sexualidade, nesse sentido, seria acessório ao conceito de gênero, uma vez que explicaria as dimensões do desejo afetivossexual de cada pessoa, o que ocorreria a partir de um diálogo subjetivo entre sexo (macho ou fêmea), gênero (homem ou mulher) e sexualidade (heterossexual, bissexual ou homossexual). Essa linearidade, como podemos constatar a partir dos estudos sobre gênero e sexualidade, notadamente de autoras lésbicas, não passa de uma ficção analítica, sendo a realidade tanto mais complexa.

Objetivamos, desde a crítica lésbica de Wittig sobre a economia binária heterossexual, pensar outros processos de (des)identificação, porquanto não se situam no mesmo espectro de privilégio, poder e relacional que aqueles e aquelas inseridas naquela organização de classes. No caso deste trabalho, intentamos mostrar que bichas, viados, caminhoneiras, sapatonas etc. promovem uma ruptura com as noções tradicionais de homem e mulher, não em nível individual, mas coletivo, pela forma que são apresentadas e entendidas socialmente na medida em que também se encontram deslocadas da heterossexualidade. Esse empreendimento nos leva a articular a teoria de (des)identificação lésbica de Monique Wittig (1980a, 1980b, 2006) com as noções bacchettianas de resistência (BACCHETTA, 2009, 2015), a “política multisexogendrada” de Sam Bourcier (2011, 2012b, 2014) e a teoria butleriana da performatividade de gênero (BUTLER, 2003) na compreensão dessa relação.

Wittig entre materialismo e lesbianismo³

Monique Wittig nasceu em 1935 e morreu em 2003. Foi uma expressiva militante do Mouvement de Libération des Femmes e participou da equipe editorial da mais importante revista sobre Feminismo e questões sobre as mulheres: a *Questions Féministes* ao lado de Christine Delphy e Simone de Beauvoir (COSTA, 2015; GROSSI, 2018). A autora, que se tornou um clássico de leitura obrigatória para quem pesquisa gênero e sexualidade, seguiu publicando, para além de textos anteriores - “L’Opoanax” (1964), “Les Guérillères” (1969), “Le Corps Lesbien” (1973), uma série de textos durante toda a década de 1980. Publicações essas que fazem parte do escopo analítico deste artigo: “La pensée straight” (1980), “La catégorie du sexe” (1982), “La marque du genre” (1985), “On ne naît pas femme” (1981). Neste, que causou muito desconforto dentre as mulheres feministas e também em outros circuitos científicos e militantes, ela escreveu seu mais afamado mote: “a lesbica não é uma mulher”.

Esses ensaios refletem outra forma de pensar e ver a sexualidade e as relações de gênero. Neles, ela rompe, em certa medida, com convicções ontológicas e homogêneas sobre a mulher e sua opressão. Wittig foi influenciada por autoras feministas materialistas com quem militou e/ou trabalhou no Mouvement de Libération des Femmes (MLF) na década de 1970, dentre as quais estão Christine Delphy, Colette Guillaumin, Nicole-Claude Mathieu e Paola Tabet, cujos escritos críticos da dualidade masculino/feminino e dos discursos de naturalização dos sexos possibilitaram a Wittig teorizar sobre a “pensée straight” (FALQUET, 2017; CHETCUTI, 2009; MICHARD, 2009, n.p.).

No lugar de uma ensaísta, poeta, compreendendo a inseparabilidade da linguagem, pensamento e política, Wittig via na literatura uma máquina de guerra a serviço da negação das formas dadas do senso comum, lugar de criatividade política, que não necessariamente precisa estar atrelada às práticas políticas do cotidiano, posto que, por excelência, seria o lugar da transcendência. Nesse sentido, ela valoriza a separação do campo literário do político, embora instrumentalize o primeiro politicamente, fugindo ao princípio do pensamento modernista da década de 1960 que preconizava uma despolitização da arte, reforçando uma noção de arte por ela mesma, no seu sentido meramente contemplativo, não utilitário e/ou político. A disjunção desses dois campos permite a Wittig experimentações linguísticas atreladas ao seu pensamento utópico de universalização do humano e dissolução das marcas de gênero através de estratégias como a universalização invertida, a desmasculinização do pronome “masculino” - usado como significante do humano prescindindo do sexo (BOURCIER, 2012; ROBIN, 2011). Nesse meio modernista masculinista, Bourcier (2012, p. 130) aponta Wittig como uma feminista que estava dissonava dos princípios que organizavam o movimento naquela época: uma “modernista dissidente”.

Algumas teóricas argumentam que Wittig não teria produzido um discurso consistentemente crítico sobre o pensamento naturalista, que sua propensão de fato era de abolição do sexo/gênero

3 Não há aqui nenhuma pretensão de relação do termo comum sentido nosológico/patológico. Lesbianismo aparece empregado enquanto movimento político.

e das categorias que os representava: era esse o ponto teleológico de seus escritos e política, talvez por isso eles sejam ora qualificados como utópicos, ora como revolucionário, ora das duas maneiras (BOURCIER, 2012; CHETCUTI, 2009; ROBIN, 2011). Contra essa defesa, pontuamos que as contribuições que Monique Wittig ofereceram ao campo dos estudos feministas e de gênero e sexualidade são inegáveis e reverberam até hoje em autoras queers, por exemplo.

A organização de um ponto de vista minoritário de seu feminismo materialista lésbico a partir de uma construção teórico-política solidária com outros grupos sociais oprimidos aparece peremptoriamente nos seus ensaios, o que pode ser explicativo desse aporte oferecido pelos seus escritos a outras autoras (MICHARD, 2009, n.p.). Segundo Claire Michard (2009, n.p.) o “[...] espaço de diálogo construído entre pessoas afins provoca a adoção do ponto de vista lésbico materialista pelo maior número possível [...] como objetivo da universalização do ponto de vista minoritário.” Essa ação contesta argumentos que tomam “a mulher” como o único Outro diferente que a “pensée straight” construiria e a partir do qual se afirmaria (FALQUET, 2017).

Manifestação histórica de um ponto de vista político e epistemológico que sustentou ao longo de sua vida e direcionou sua práxis, seus argumentos trazem em seu íntimo a inextricabilidade e a co-implicação das categorias de identificação social, articulando as noções de co-formação (BACCETTA, 2009, 2015), ordenando a sexualidade como uma dimensão (re)estruturante da identidade pessoal e coletiva e rompendo com a “pensée straight” (WITTIG, 1980a, 2006) - esse modo de estruturar as relações segundo naturalismos e uma presumida metafísica da substância.

A interpretação de uma exterioridade lésbica vem do entendimento de que a estrutura heterossexual estabelece o imperativo da diferença sexual e institui a classe de mulheres e homens definidas pela categoria de sexo. Supostamente fora da lógica heterossexual, a lésbica não só seria mulher, como representaria um princípio implosivo dessa estrutura: a lesbianidade não como fim, mas princípio de uma ação mais ampla (CHETCUTI, 2009; ROBIN, 2011). Seu pensamento, como explica Bourcier (2012), está atrelado ao humanismo e universalismo da primeira modernidade. Com isso, não previa uma multiplicação de gêneros, a (des)identificação lésbica fora colocada como um caminho para a destruição da heterossexualidade e, por conseguinte, a dissolução das classes de sexo/gênero.

Wittig, no entanto, denota ingenuidade ao pressupor que as lésbicas podem se situar no exterior do sistema heterossexual, pois que a negação da heterossexualidade insere-as noutro locus social, mas ainda nas relações de poder da heterossexualidade. Adrienne Rich, que publica seu ensaio “Heterossexualidade compulsória e existência lésbica”, no mesmo período e avessamente ao que afirma Wittig, diz que “as lésbicas não poderão negar que podem ser afetadas por essa ideologia e por aquelas instituições que são por ela criadas” (RICH, 2010, p. 21). A sexualidade, então, não fica escamoteada no pensamento de Wittig. Muito embora seu discurso remarque a ideia de abolição de sexo/gênero, o faz a partir de ela.

Interpretações queer sobre Wittig - uma abertura proliferativa

Aquela afirmação de Monique Wittig gerou controvérsias, mas também produziu novas formas de ver e se relacionar com o mundo, não apenas para lésbicas, mas para todas as pessoas que, não cumprindo com as expectativas de gênero impostas pela sociedade, acabavam fugindo dos padrões e, logo, da classe de gênero a que foram atribuídas inicialmente. De modo que se a “[...] ‘mulher’ não tem sentido senão nos sistemas de pensamento e nos sistemas econômicos heterossexuais”⁴ (WITTIG, 1980a, p. 53, tradução nossa), acrescentando aqui também a cisgeneridade, como categoria relacional - a mulher não existe em solilóquio -, podemos estender essa relação de existência atrelada a “pensée straight” (WITTIG, 1980, 2006), ao “homem”, pois “a sociedade heterossexual é a sociedade que não oprime apenas lésbicas e homossexuais, ela oprime muitos diferentes/outros, oprime todas as mulheres e muitas categorias de homens, todas e todos que estão na posição de serem dominadas(os)”⁵ (WITTIG, 1980a, p. 50, tradução nossa). Com essa suposição, ela engendra a produção de um outro enquadramento sobre as identidades sexuais e de gênero, um viés pelo qual a desidentificação com a mulheridade ao passo que cria uma nova categoria identitária, denuncia o caráter contingente, performático e relacional das identidades.

Após Monique Wittig e a partir de muitas comentadoras, a lésbica deixou de ser mulher, o gay deixou de ser homem e aconteceu o que Sam Bourcier chamou de “multiplicação de gêneros”. O gênero deixou de ser binário - somente homens e mulheres - e se tornou múltiplo! Ao invés de existir apenas homens e mulheres, passamos a enxergar vários gêneros como lésbicas, gays, bichas, sapatões, viados, trans* e muitos outros. O modelo deixou de ser *dois sexos - dois gêneros* e se tornou *N sexos - N gêneros*, como bem aponta Sam Bourcier. Isso faz sentido na medida em que, como sabemos, quando um menino faz qualquer coisa que o distancie da masculinidade, como brincar de bonecas, ele escuta “*vire homem*” e não “*vire heterossexual*” o que reforça o argumento de Wittig de que a transgressão da heterossexualidade não é uma questão de sexualidade, mas uma questão de gênero.

Como foi exposto anteriormente, o pensamento de Wittig difere-se fundamentalmente da abordagem queer que o toma, desde um outro ponto de vista, caminho similar que serviu e ainda serve de reflexão para muitos/as teóricos/as da teoria queer, como Sam Bourcier (2018), Judith Butler (2003), Paul Preciado (2010) etc. Não podemos ignorar o fato de sua posição política e teórica estar atrelada ao feminismo materialista. Tampouco ignorar os limites de suas colocações, inclusive o fato de seu pensamento abolicionista expressar uma posição contrária à estratégia de proliferação dos gêneros, na medida em que propunha uma universalização das mulheres via desmarcação pelo gênero e ascensão a

4 No original: “[...] ‘femme’ n’a de sens que dans les systèmes de pensée et les systèmes économiques hétérosexuels.” (WITTIG, 1980a, p. 53).

5 No original: “[...] la société hétéro-sexuelle n’est pas la société qui opprime seulement les lesbiennes et les hommes homosexuels, elle opprime beaucoup d’autres différents, elle opprime toutes les femmes et de nombreuses catégories d’hommes, tous ceux qui sont dans la situation de dominés.” (WITTIG, 1980a, p. 50).

um modelo de humanidade universal (BOURCIER, 2012; MICHARD, 2009; ROBIN, 2011) e a obliteração da heterogeneidade racial, observada a referência implícita constante a uma mulher e lésbica brancas.

Da mesma maneira que a autora recupera em parte o pensamento beauvoiriano em seu ensaio com “On ne naît pas femme” burilando o pensamento da autora com sua posição específica enquanto lésbica (MICHARD, 2009), sua teoria tem sido recebida e conduzida de variadas formas, eis o caminho comum de produção de conhecimento: o movimento e a troca epistemológicas. Dessa forma, prudentemente, deixamos explícito o nosso ponto de partida interpretativo, a saber, queer, sobre a teoria de Monique Wittig.

Analisando atentamente Monique Wittig, a complexidade que recobre seu pensamento, por vezes polêmico, é possível entender um pouco as feministas radicais e sua defesa da abolição de gênero e ojeriza à teoria queer. Só nos parece que há uma má condução da leitura ou replicação da teoria no discurso e prática dessas feministas: elas conseguem ao mesmo tempo reforçar um essencialismo - que percebo não passar pelos principais ensaios de

Wittig - e pautar uma abolição do gênero. Ou seja, o materialismo patente na teoria de Monique Wittig é completamente escanteado da prática dessas ditas radicais. Podemos advogar apropriações teóricas múltiplas, claro, mas há de se exigir minimamente uma utilização honesta, teórica e politicamente coerentes.

A seu turno, os feminismos e teorias queers que, não pautando a abolição dos gêneros, fazem uma leitura, na nossa visão, muito mais coerente do pensamento da autora. Hermenêutica, como dito anteriormente, da multiplicação/pluralização identitária. As categorias universais, binárias e/ou essencialistas não são, nunca foram, possíveis de abarcar a variedade de corpos que emergem nas suas margens. Contraditoriamente, no Brasil, assim como na França e EUA, a teoria queer, que se apropria e introduz uma outra concepção sobre o discurso de Wittig, passa a ser entendida, por parte de teóricos e ativistas do campo dos estudos de gênero e sexualidade, como anti-identitária, implosiva das identidades - sendo inclusive rechaçada no ativismo.

Todavia, na contramão desse posicionamento, o feminismo radical indica o queer como uma teoria totalmente antagônica ao pressuposto abolicionista defendido por Monique Wittig (BOURCIER, 2018). Essa vertente do feminismo assera que a teoria queer teria despolitizado o movimento LGBT e feminista e seria muito mais passível de assimilação pela sociedade dominante e o mercado. No fim, a multiplicação das categorias geraria a reafirmação de valores de gênero e “[...] um ambiente homo e trans muito conformista no seu inconformismo, com regras extremamente precisas sobre como transgredir⁶ [...]” (ROBIN, 2011, p. 88, tradução nossa).

Dito isso, acreditamos que os feminismos e teorias queers que, não pautando a abolição dos gêneros, fazem uma leitura muito mais coerente do pensamento da autora. No escopo de uma leitura queer de Wittig (BOURCIER, 2018), consideramos que a clivagem na zona do desejo e prática perturba as

6 “[...] un milieu homo et trans parfois bien conformiste dans son anticonformisme [...]” (ROBIN, 2011, p. 88).

demais, pois elas só funcionam em relação de dependência. A patologização da homossexualidade no século XIX com a *Scientia Sexualis* assinalava essa inflexão - ou melhor, superposição - da identidade sexual como gênero, uma vez que essa classificação surgiu de uma noção - "invertido" - que enfoca a inversão da identidade pelas práticas/desejo (BOURCIER, 2014).

Esse perfil-tipo foi visto por Foucault (2017, p. 25) como uma imagem estigmatizante que representava para alguns a contradição do natural, mas que também indicava uma dificuldade de interpretação do que ele entendia como dois fenômenos distintos: "a inversão dos papéis sexuais e a relação entre indivíduos do mesmo sexo". Esses fenômenos correspondem, respectivamente, às esferas do gênero e desejo. Não obstante aceitemos sua independência e possibilidade de existência e gestão independentes uma da outra, o descaminho assumido em alguma dessas esferas cria novas experiências identitárias.

Essa interpretação pode ser compreendida se nos voltarmos aos escritos de Judith Butler (2003), para quem as identidades são performativas, atos historicamente regulados e repetitivamente reiterados até assumir status de natural. A filósofa vai mostrar como esses atos estilísticos compoem uma matriz de inteligibilidade pela qual a existência de uma correlação entre sexo, gênero, desejo e prática sexual são imprescindíveis para seu pleno e efetivo funcionamento social. Desse modo, na cadeia elencada, a perfeita linearidade produz identidades masculinas e femininas heterossexuais e cisgêneras, dois polos antagônicos, mas em relação.

Os estudos trans, por exemplo, denunciam a cisgeneridade como dimensão igualmente estruturante das relações sociais e vetor de produção de vulnerabilidades/desigualdades. Bourcier (2014) nos conduz a pensar a violência e controle sobre os corpos de pessoas trans e intersexos como uma circunstância de afirmação do dualismo sexual. A heterossexualidade não pode mais ser pensada em separado da cisgeneridade, na medida em que uma só assume inteligibilidade nos marcos da outra e vice-versa, coexistindo para a mútua manutenção de si mesmas enquanto atributos passíveis de reconhecimento social e político, bordas do enquadramento das experiências subjetivas dignas de humanização.

Notamos, pois, uma compreensão co-formacional das categorias sociais, trabalhada por Paola Bacchetta (2009, 2015) sob a terminologia de co-formação. Segundo essa autora há sempre outros valores inseridos em categorias que acreditamos puras, e como os valores referenciais sociais ocidentais de sujeitos nunca partem da marginalidade, estes só podem estar atrelados às marcas do privilégio, raramente nomeadas (BACCHETTA, 2009, 2015). O que ela quer dizer com isso é que há uma organização interna às categorias, uma conexão estratificadora. Nesse caso, voltando a matriz de inteligibilidade, o resultado de sua articulação não produz uma identidade aceitável em termos unicamente de gênero e sexualidade. Na matriz, estão inseridos valores raciais, corporais e cognitivos prevalentes. Assim as demais categorias incorporaram estes e outros com fito a produção do "sujeito estável".

Nesse sentido, a matriz não existe para produzir outras substâncias senão o homem e a mulher "padrão". Haverá fissuras, produtos "danificados", porque a falha é constitutiva do processo, mas a matriz lançará mão de meios para corrigir esse resultado adverso no uso de estratégias de normalização "sexopolíticas" (PRECIADO, 2011). Uma vez que a dimensão do desejo e da prática não são lineares na

matéria produzida, esta não é aceita enquanto possibilidade resultante legítima. E se isso ocorre, é pois a peça não é possível de ser identificada enquanto entes bem definidos e estáveis (homem e mulher), os dois resultados “unicamente” e/ou preferencialmente possíveis e/ou desejados desse processo ilusoriamente automático.

Ao referir-nos às múltiplas identidades que vêm ganhando visibilidade e popularizando-se nos ativismos e academia, estamos a trabalhar com processos de “desidentificação crítica”, que promovem a produção de novas subjetividades, porque as/os sujeitas/os concebem novas imagens de si, estranhando os discursos colonizadores (BACCHETTA, 2009). Isso aparece-nos como marco para refletir sobre “políticas multisexogendradas”, que, para Sam Bourcier (2014), enseja a mudança de um status de “disforia de gênero” para um de “euforia de gênero” e transborda a grade de inteligibilidade, assinalando uma fratura com o cenário não apenas iluminista do modelo unitário de sexo/gênero, mas com o cenário moderno da diferença sexual que permeou e ainda permeia parte do pensamento feminista.

Comumente, alguns intérpretes da Teoria Queer, nos marcos da teoria butleriana sobre performatividade de gênero, a tomam como uma teoria que suporia a abolição das identidades, não necessariamente uma noção de abolição conforme àquela de Wittig, mas a reflexão de um anti-identitarismo e descorporificação das identidades patente. Sendo essa a crítica empreendida por Bourcier em relação à Teoria Queer estadunidense, - indicando a existência de múltiplas abordagens sobre um mesmo tema e, por isso, a disputa entre diferentes pontos de vista queers -, ele sugere uma política de identidade pós-identitária, que permite essa proliferação de categorias, formas de dizer-se, uma política que incite produções identitárias desde as subculturas sexuais e de gênero (BOURCIER, 2011). Esse giro epistemológico feito pelo autor assinala sua atenção sobre a agência, que subjaz e reforça sua crítica, através do qual pontua a necessidade de se pensar outras formas de teorizar levando em consideração esse conceito e como outras práticas têm se mostrado possíveis, denotando que “o ‘problema’ de gênero não ocorre mais sem um ‘problema’ sexual, no sentido de ‘desorientação sexual’.” (Bourcier, 2011).

Do insulto ao reconhecimento de si: fracasso como opção política e agenciamentos linguístico-performativos

Jack Halberstam (ENTREVISTA, 2014; VILARINHO, [20--]) assevera que as pessoas queer fazem do fracasso algo digno, fracassando ante aos pressupostos hetero/homo/cisnormativos. Fracassamos criativamente, pois que estamos aquém do rígido modelo binário de gênero. Esse fracasso vem acompanhado da ação do “non-believing”, uma “rejeição ideológica” informada por uma prática indisciplinar em relação ao que se tornou socialmente comum, “natural”. De tal forma, repositivar um termo pejorativo, reivindicando-o enquanto uma forma de (des)identificação é reivindicar o fracasso exitosamente,

7 No original: “le « trouble dans le genre » ne va pas sans un « trouble » sexuel, au sens de « désorientation sexuelle.” (Bourcier, 2011).

quando o sucesso, em contextos neoliberais, aparece como meta coletiva alcançada supostamente de maneira individual.

Não queremos fazer parte da sociedade nos moldes em que ela foi construída. Ansiamos criar novas formas de viver e estar em coletividade. A diferença se torna a ética que nos move politicamente. Esse movimento de fracasso, contestação e denúncia mostra a influência das co-formações sócio-discursivas (BACCHETTA, 2003) no moldar das nossas subjetividades, no controle do desejo e dos corpos; atentando, inevitavelmente, para o caráter compulsório da cisheterossexualidade.

Como já mencionado, depreendemos que no cerne de toda essa discussão, vemos também a produção de um discurso de esvaziamento do pejorativo e posituação de sentido das palavras, em um movimento de crítica marginal meio aos regimes de verdade que buscam falar sobre os/as sujeitos/ sujeitas, mas também de narração de si e resistência ao cisheterossexismo. Produções e narrativas que nos mostram que se a linguagem pode ser disputada, fissurada, operacionalizada de maneira outra, mais subversiva, sustentando em seus discursos uma política da diferença que - dentre outras ações, propõe cenários de resistência às normas de gênero (BOURCIER; MOLINER, 2012), cuja prática de resignificação é uma das estratégias de sublevação contra a opressão - engendra uma ruptura na ordem do discurso de abjeção, criminalização, demonização e patologização das identidades sexuais e de gênero dissidentes do modelo de inteligibilidade de gênero (BUTLER, 2003) instituído, reiterando a possibilidade de construção de outras representações e existências na periferia dos discursos hegemônicos.

A persistência na identificação de sujeitos não-heterossexuais - e, acrescentamos, cisgêneros - com as categorias de “homem” e “mulher” serve a manutenção da heterossexualidade pela “pensée straight”, alimentando discursos de verdade que falam sobre os sujeitos e tendem a tolher-lhes a possibilidade de criarem suas próprias categorias. Indica-se, pois, a extrema necessidade de questionamento dessas categorias, colocando a linguagem como intimamente ligada com os processos de subjetivação, ponto de mister importância no campo das relações políticas/de poder (WITTIG, 1980a).

Certos que esses movimentos não são operados no exterior das relações de poder, mas se alinham e realinham nesse entremeado movediço de fluxos e potências, eles aparecem também ancorados no entendimento da linguagem como um campo aberto, disputado; mais ainda uma compreensão das formações discursivas como um campo com fissuras nas quais os sujeitos agenciam mudanças e produzem deslocamentos, contrapondo-se ao universalismo tácito que acompanha a pensée straight em “sua produção de conceitos em leis gerais que se reclamam de ser aplicáveis a todas as sociedades, a todas as épocas, a todos os indivíduos”⁸ (WITTIG, 1980a, p. 49, tradução nossa).

Esse processo então evidencia a dimensão estrutural de constituição identitária sem negar a autonomia dos sujeitos na definição de projetos para si e contestação da ordem instituída. Reiteram a noção foucaultiana de sujeito criador, produtor de novas formas de viver e com capacidade de resistir às formas de saber e poder, desconsiderando-o apenas enquanto fruto de experiências passadas tampouco

8 No original: “sa production de concepts, à former des lois générales qui valent pour toutes les sociétés, toutes les époques, tous les individus.” (WITTIG, 1980a, p. 49).

que seu destino seja definido por estas, produtos meramente estruturais; pois que criam-se projetos estéticos de existência alternativos ao imposto, produzindo-se devires e não coisas.

Dizer-se bicha, viado, sapatão... é aderir a uma forma de resistência baseada no princípio da “desidentificação crítica” (BACCHETTA, 2009, 2015) com os valores coloniais/modernos de gênero e sexualidade. Esse empreendimento, levada em consideração as diferentes relações que os corpos podem desenvolver entre si, pode remodelar a interpretação social de suas identidades, acusando para uma contínua maleabilidade das categorias (BOURCIER, 2015).

Se as lésbicas foram um dia o ponto de saturação da doxa da diferença sexual, do binário homem e mulher para Wittig, por que não tomar as identidades trans* com a mesma potencialidade disruptiva, uma vez que elas assumem outras formas de ser e estar no mundo e deslocassem da classe de homens e mulheres definidas pela cisgeneridade? Parece-nos que a negação dessa hipótese tem menos fundamento teórico que transfóbico. no fundo, levantar-se contra a política multisexogendrada reflete uma ciscentralidade política e epistemológica que ultrapassa qualquer evidência da materialidade das relações.

Colocar a identidade em discurso, ou melhor, questionar a identidade a partir dos investimentos discursivos que a constitui uma inclinação teórica dos últimos 30 anos. A crítica desconstrutivista age na rasura desse conceito-chave, colocando-o sob suspeita e problematização, indicando nova forma de pensá-lo, e não descartando-o por completo, visto que a identidade “é uma ideia que não pode ser pensada da forma antiga, mas sem a qual certas questões antigas não podem ser pensadas” (HALL, 2011, p. 104).

Essa explosão analítica tem se contraposto a concepções essencialistas do sujeito, entendendo a processualidade e contingência das identificações. O pressuposto da relação da identidade com sua “exterioridade constitutiva”, reiterando a sua delimitação desde a relação com o outro, necessariamente a exclusão deste do cerco identitário que se pretende instituir, leva-nos a concordar que “toda identidade tem, à sua margem, um excesso, algo a mais” (HALL, 2011, p. 110).

A “política multisexogendrada” (BOURCIER, 2014) que vemos ganhar espaço efetua uma clivagem no conceito de cisgeneridade e expande a noção de transgeneridade. Implode a cisgeneridade de tal forma que denuncia a ficção dessa categoria. Não que esta seja um conceito inútil ou, segundo algumas teóricas, o cisgênero não exista (RODRIGUES, 2014), mesmo porque a disputa política informada pela teoria exige a implementação de conceitos e categorias que deem conta do desvelamento das desigualdades. Mas, tomado analiticamente de maneira universal e rígida, mascara a realidade. Assim, somos conduzidos a repensar a forma que a operacionalizamos, denotando seus deslocamentos internos.

Se a cisgeneridade chega como categorização das experiências de gênero que estão próximas dos valores e expectativas de uma matriz de pensamento e a transgeneridade faz a operação inversa, isto é, abarcar as experiências de gênero que se distanciam, cruzam, transpassam essas expectativas e valores; o exato movimento de clivagem com a cisgeneridade dilata o conceito de transgeneridade, facultando o vislumbre de outras sensibilidades subjetivas no cerne desta categoria. Como aponta Amara Moira

(2017) esses dois conceitos estão intimamente ligados, pressupor a insuficiência de um, seu reducionismo, é, *ipso facto*, realocar essas mesmas críticas ao outro, posto aqueles ditos cis foram quem nomearam e significaram o trans.

Masculinidades femininas, feminilidades masculinas, vemos uma explosão do que antes seria tanto contradição quanto possibilidade, eis o cenário de alargamento, esgarçamento da binariedade (BOURCIER, 2014). Na discussão das novas masculinidades e feminilidades, impossível não mencionar as formas pelas quais as transgeneridades têm influenciado nisso, sobretudo os homens trans com suas transmasculinidades viadas, transviadescendo o normativo de masculinidade. Guilherme Almeida (2012) é assertivo ao visibilizar as transmasculinidades como uma aquarela com uma diversidade de matizes, construções identitárias que passam pela manutenção do “feminino” nos corpos, a mistura dos gêneros, a dispensabilidade das cirurgias ou a imprescindibilidade destas. O ideal de masculinidade hegemônica pode até figurar no horizonte social, mas as novas transmasculinidades têm seguido por um caminho outro que não necessariamente almeja esse alcance. Isso pode ser pressuposto da compreensão de que suas masculinidades já estão desde sua concepção na periferia desse ideal.

Homens com “piroceta”, mulheres com “caceta”. O genital, até antes envergonhado e motivo de vergonha, ganha proeminência no discurso, dessa vez, não servindo a deslegitimação, mas a afirmação/reforço da justeza dessas existências desde o sexo que antes era tido como matéria natural. A inversão do discurso o coloca sob o jugo da cultura e reafirma uma abertura de sentidos. Homens engravidando, mulheres trans se afirmando sem a necessidade de hormonização, outras pessoas questionando a relação que tem com os seus nomes - não focando na mudança, mas na alteração do pronome e a forma como as pessoas entendem o que sejam nome masculino e feminino (MOIRA, 2017). Visto isso, modificando um pouco a pergunta de Amara Moira, acreditamos que seria mais interessante a seguinte questão: como não ter medo do movimento trans? Essa questão sintetiza a observação de Bourcier (2011) ao refletir que as pessoas trans* têm muito a ensinar aos Estudos Queer.

As sapatonas, caminhoneiras, a seu turno, têm realizado uma desapropriação dos homens de seu domínio sobre a masculinidade. Caminhoneiras, às vezes, confundidas com homens, fortuito engano da racionalidade binária. Menos um carácter inato determinado pelo sexo biológico, a(s) masculinidade(s) pode ser encerrada em qualquer corpo, assim como os corpos ditos femininos não estão inevitavelmente ligados à feminilidade. As autodenominações “sapatão” e “lésbica caminhoneira”, em muitos contextos, já deduzem uma gestão performática da masculinidade ou flerte com suas nuances. Essa performance deslocada da masculinidade assume um status confrontativo à masculinidade hegemônica e não se traduz numa simples cópia ou reprodução na íntegra de uma originalidade. Essas masculinidades transpostas representam o movimento de rasura sobre a identidade e habitação de conceitos com vista a sua ressignificação (LACOMBE, 2012).

Na sua pluralidade existencial - bicha preta, bichapoc, bicha de peito, viado... - as bichas dobram o poder se apropriando do discurso ofensor e afrontando o “sistema significante sexual” ao questionar a figura do homem e sua pretensa verdade ontológica (ZAMBONI, 2013, p. 6). O próprio exercício de

dizer-se bicha cria e a recria como realidade, seguindo o aforismo da performatividade do discurso. Nesses movimentos performático- discursivos, constitui-se como “composição estética”, se reinventando nas redes afetivas e perceptivas internas e externas a si (ZAMBONI, 2013, p. 3) e firmando sua existência enquanto devir incapturável por qualquer política representacional - por isso mesmo ela(s) escapa(m) (ZAMBONI, 2016). Asseguram então o (des)caminho para uma ética marica que se afirma na singularidade de sua prática e não se pretende geral ou responde aos valores de uma ética universal cisheteronormativa. A ética marica tem por intento incitar a solidariedade entre os diferentes grupos dentro de suas diferenças, isto é, abarcando o múltiplo e não alguns poucos, numa disposição crítica ao assimilacionismo e assujeitamento (VIDARTE, 2007).

Assim, o que fazem essas (des)identificações, senão desnaturalizar o binarismo de gênero, embaçar as fronteiras do masculino e feminino? Os corpos que se situam numa posição marginal em relação à cisheteronorma colonial e embranquecida distorcem a matriz de inteligibilidade entre sexo/gênero/desejo/prática sexual, segundo a qual um seria o resultado do outro, numa relação de interdependência, causalidade, reflexo (BUTLER, 2003). A identidade, nesses termos, seria tão mais movimento que inércia, criação, refutando ideias de essência, fixidez e passividade, mostrando como podemos agenciar outros modos de vida generificadas e outros enquadramentos de reconhecimento, mas não eliminá-las: elas nos organizam e (in)visibilizam enquanto sujeitos, constituem a própria dinâmica de vida em sociedade, centrais nas questões políticas e na agência, ao mesmo tempo uma necessidade e uma impossibilidade (se pensada hermeticamente) (HALL, 2011).

Paola Bacchetta (2009) nos faz um chamado a reimaginar a resistência a partir coletivos lésbicos de cor na França, exercício analítico que a levou a sistematizar algumas formas de resistências colocadas em práticas por esses grupos em suas distintas ações, a saber, a resistência psíquica, transgressiva, transformativa e oposicionista. Aceitando que esses conceitos podem ser operacionalizados na tradução de fenômenos intrínsecos às relações de poder, no quadro de análise que desenvolvemos aqui, pretendemos pensar como essas resistências podem ser - e são - agenciadas. Quais os seus pontos de aproximação com a profusão identitária que desenha-se hodiernamente?

No que diz respeito às considerações bacchettianas, considera-se a resistência psíquica como uma (inter)ação que “promove a produção de novos sujeitos”, mas isso só ocorre mediante um “engajamento crítico frente ao poder inseparável que foi internalizado”. A proliferação de categorias e (des)identificações resultantes são um campo fértil a essa operação, uma vez que a autora aponta que essa forma de resistência pode ser estimulada pela luta articulada de grupos a partir de uma experiência coletiva moderada por uma miríade de posições sociais, levando-nos a pensar nos termos de uma multidão de anormais. Ainda dentro dos processos da resistência psíquica, assim como as lésbicas francesas de cor identificaram “forças psíquicas” a serem combatidas, essa mesma hipótese aparece implícita na assunção de novas (des)identificações. A(s)força(s) psíquica(s), nesse caso, pode ser tomada como o binarismo de gênero, a cisheteronormatividade e a heterossexualidade compulsória. Mas se esse

engajamento quer dizer consciente, temos então uma distinção teórica aqui, uma vez que acreditamos que a recusa dessas forças psíquicas independe do status de consciência.

As operações linguístico-performativas no interior do discurso, desconstrução do gênero desde sua matriz, insere-se no repertório da resistência transgressiva, entendida como “uma infração em limitações [...], como uma violação contra, um sair de dentro de, e uma contravenção.” (BACCHETTA, 2009, p. 63). O cenário delineado pela “política multisexogendrada” (BOURCIER, 2012) suscita uma flexibilidade identitária, um verdadeiro propulsor que se retroalimenta, com isso assume o sentido da resistência transformativa que está diretamente relacionada aos trânsitos nas zonas dos desejos e prazeres que influenciam na produção de novas subjetividades e da resistência oposicionista que coloca um enfrentamento mais direto (BACCHETTA, 2009).

No centro desta resistência, igualmente a opção política das lésbicas veladas do Groupe Du 6 Novembre que desestabilizou o sujeito signo “mulher muçulmana velada”, a explosão categorial prevê rachaduras no ideal de homem e mulher, possibilitando novas gradações nas cores do arco-íris. Se na análise dos coletivos que serviram de base para estruturação de sua teoria das resistências, Bacchetta tomou uma atividade específica na explanação de cada uma delas, pulverização das identidades condensa todas essas formas de resistência numa única dinâmica.

Conclusão

O pensamento de feministas materialista embora discutido, carece de aprofundamento e interpretação mais contextual seja por quem utiliza essas referências como bases para o engajamento político-social através da militância, seja por quem se debruça por estudar as relações de poder que constituem as relações de gênero, seja para quem está realizando as duas coisas. Ainda que Wittig esteja situada no espectro materialista da teoria feministas, não podemos exaurir as interpretações de seu pensamento apenas nos marcos do feminismo materialista, posto que ela mesma oferece questionamentos a essa epistemologia, estimulando rupturas, cisões, tanto nas classes de homem e mulher, quanto nas perspectivas de agência e poder. Mas tampouco devemos fazer apropriações e inferir de modo pouco elaborado e leviano, passando possivelmente pela desonestidade política e acadêmica, conclusões equivocadas como se o fossem propriamente suas, pelo simples fito de sustentar um argumento, mesmo que sobre falácias.

Nosso argumento não prescreve uma substancialização das identidades, muito pelo contrário: tomamos a ruptura e a proliferação de categorias como uma abertura para um horizonte experimental tanto nos campos das práticas sexuais quanto das (des)identificações de si. Conforme Sousa Filho (2014), devemos estimular uma cena de agência dos sujeitos e suas implicações, sejam elas conscientes ou não, na assunção de projetos outros: a recuperação da dimensão volitiva. Assim como – e diferentemente de – Monique Wittig, propomos essa “desidentificação crítica” (BACCHETTA, 2009) com a matriz de inteligibilidade e seus fundamentos heterossexual e cisgênero com fito à desestruturação dessa rede

de pensamento ocidental moderna. Esse cenário pode nos ajudar no reposicionamento da heterossexualidade nas relações de poder, sua destituição enquanto regime político de controle dos corpos, sistema de pensamento e matriz de produção subjetiva que, ramificando-se, se incorpora e sustenta relações de poder homonacionalistas e hetero/homonormativas, que, segundo Preciado (2011), inserem-se num regime de “sexopolítica”.

O modelo *N sexos - N gêneros* distingue-se do modelo opressivo e normalizador da diferença sexual, constitui uma outra fonte de ação política e composição subjetiva. Disputamos a possibilidade da autodeterminação do gênero, pois que igualmente acreditamos, subscrevendo o ponto de vista de autores como Bourcier (2014; 2015) e Preciado (2011), que esse contexto contribui sobremaneira para avançarmos em direção a uma outra cultura/economia sexual de liberdade dos processos de subjetivação, ao passo em que os trânsitos e (re)codificações podem facultar novas experiências no âmbito dos desejos, se tomando-os como produtos das relações humanas e, por isso, objetos de ressignificação a partir de práticas políticas e teóricas.

Este texto intenta dar conta da produção de novas subjetividades em dissensão com a heterossexualidade e a cisgeneridade, fundamentos da matriz de inteligibilidade de gênero. Outras questões brotaram durante sua escrita: a relação dessas identidades com as estratégias de normalização, as vantagens e acessos que alguns corpos têm em relação a outros. Não conseguimos trabalhar essas problemáticas e inserí-las aqui, não apenas por questões de tempo como de leitura, trabalho reflexivo e objetivo do presente artigo. Assim, esperamos poder discorrer sobre elas em trabalhos futuros.

Referências

ALMEIDA, Guilherme. 'HOMENS TRANS': novos matizes na aquarela das masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, p. 513-523, maio 2012.

BACCHETTA, Paola. Décoloniser Le Féminisme: Intersectionnalité, Assemblages, Co-Formations, Co-Productions. Les cahiers du CEDREF, Paris, vol. 20, n. 1, p. 125-137, 2015.

BACCHETTA, Paola. Co-Formações /Co-Produções: Considerações sobre Poder, Sujeitos Subalternos, Movimentos Sociais e Resistência. In: TORNUIST, Carmen Susana et al. (Org.). **Leituras de Resistência. Corpo, Violência e Poder**. Florianópolis: Editora Mulheres, 2009. p. 49-74

BOURCIER, MH/Sam Bourcier. Cinquante nuances de genres (et de sexes) ou plus? Les genres en action: entre karaoké de la différence sexuelle et politiques multisexgenrées. In: LEDUC, Guyonne. **Comment faire des Études-genres avec de la Littérature**. Paris: L'harmattan, 2014. p. 01-20.

BOURCIER, MH/Sam Bourcier. Les petits chevaux de Troie: Wittig entre modernisme, matérialisme et politique. In: AUCLERC, Benoît; CHEVALIER, Yannick. **Lire Monique Wittig aujourd'hui**. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2012a. p. 127-144.

BOURCIER, MH/Sam Bourcier. Material girls em guerra contra Madonna e o queer: o lesbianismo radical woman-identified na França de 2002 a 1980. In: GROSSI, Miriam; FERNANDES, Felipe (Org.). **A força da situação de campo: ensaios sobre antropologia e teoria queer**. Florianópolis: Editora UFSC, 2018. p. 83-106.

BOURCIER, MH/Sam Bourcier. **Queer Zones 3: identités, culture et politique**. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

BOURCIER, MH/Sam Bourcier; MOLINER, Alice. **Le féminisme**. Paris: Max Milo Éditions, 2012b.

BOURCIER, Sam. Monique Wittig et le Féminisme Matérialiste. 2018. Disponível em: <<https://www.nouveau-magazine-litteraire.com/idees/monique-wittig-feminisme-materialiste>>. Acesso em: 05 out. 2018.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CHECUTI, Natacha. De "on ne naît pas femme" à "on n'est pas femme": De Simone de Beauvoir à Monique Wittig. **Genre, Sexualité & Société**, Paris, v. 1, n. 1, jul. 2009. Não paginado.

COSTA, Ana Alice et al. Uma conversa franca com MH/Sam Bourcier sobre correntes feministas e queer na contemporaneidade. **Feminismos**, Salvador, vol. 3, n. 2 e 3, p. 48-59, 2 sem. 2015.

ENTREVISTA a Judith/Jack Halberstam. Raquel(Lucas)Platero entrevista a Judith Halberstam para Parole De Queer. 2014. Disponível em: <<http://paroledequeer.blogspot.com/2014/01/entrevista-judith-halberstam-realizada.html>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

FALQUET, Jules. La combinatoria straight. Raza, clase, sexo y economía política: análisis feministas materialistas y decoloniales. **Descentrada**, v. 1, n. 1, p. 1-17, 2017.

FERREIRA, Vinicius; GROSSI, Miriam. Teoria queer, políticas pós-pornô e privatização da sexualidade: uma conversa com Marie-Hélène Bourcier. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, vol. 22, n. 3, p. 913-928, dez. 2014.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 2: Uso dos prazeres**. Rio de Janeiro/ São Paulo: Paz e Terra, 2017.

GROSSI, Miriam. O pensamento de Monique Wittig. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 04, n. 02 - abr./ jun., p. 83-90, 2018.

HALL, Stuart. Quem precisa da identidade. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 103-133.

LACOMBE, Andrea. De entendidas e sapatonas: socializações lésbicas e masculinidades em um bar do Rio de Janeiro. **Cadernos Pagu**, Campinas, n. 28, p. 207-225, jun. 2007.

MICHARD, Claire. Assaut du discours straight et universalisation du point de vue minoritaire dans les essais de Monique Wittig. **Genre, Sexualité & Société**, Paris, v. 1, n. 1, jul. 2009. Não paginado.

MOIRA, Amara. **Quem tem medo do movimento trans?** 2017. Disponível em: <<http://midianinja.org/amaramoira/quem-tem-medo-do-movimento-trans/>>. Acesso em: 28 set. 2018.

PRECIADO, Beatriz. Multidões queer: notas para uma política dos “anormais”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 19, n. 1, p. 11-20, abr. 2011.

RICH, Adrienne. Heterossexualidade compulsória e existência lésbica. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 4, n. 05, p. 17-44, 27 nov. 2012.

ROBIN, Kate. Au-delà du sexe: le projet utopique de monique wittig. **Journal Des Anthropologues**, Charenton-le-pont, v. 15, n. 1, p. 71-97, maio 2011.

RODRIGUES, Carla. **O (cis)gênero não existe**. 2014. Disponível em: <<https://www.geledes.org.br/o-cisgenero-nao-existe/>>. Acesso em: 27 set. 2018.

SOUSA FILHO, Alípio de. A política do conceito: subversiva ou conservadora? - crítica à essencialização do conceito de orientação sexual. **Bagoas - Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 3, n. 04, p. 59-78, nov. 2012.

SWAIN, Tania Navarro. Monique Wittig, adeus... até breve. In: CARVALHO, Marie Jane Soares; ROCHA, Cristiane Maria Famer. **Produzindo Gênero**. [S.l.]: Sulina, 2004.

VIDARTE, Paco. Ética marica: proclamas libertarias para una militancia LGTBQ. Barcelona/Madrid: Egales, 2007.

VILARINHO, Natália. JACK HALBERSTAM. [20--]. Disponível em: <<http://www.artecapital.net/entrevista-190-jack-halberstam>>. Acesso em: 09 nov. 2017.

WITTIG, Monique. **El pensamiento heterosexual y otros ensayos**. Barcelona/Madrid: Egales, 2006.

WITTIG, Monique. La pensée straight. **Questions Féministes**, n. 7, p. 45-53, fev. 1980a.

WITTIG, Monique. On ne naît pas femme. **Questions Féministes**, n. 8, p. 75-84, maio 1980b.

ZAMBONI, Jésio. Cartografias Bichas. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL FAZENDO GÊNERO, 10., 2013, Florianópolis. **Anais Eletrônicos**. Florianópolis: UFSC, 2013. p. 1-11.

ZAMBONI, Jésio. **Educação bicha: uma a(na[[]]rqueologia da diversidade sexual**. 2016. 115

f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-graduação em Educação, Centro de Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2016.

CONTANDO INTIMIDADES, TRANSVIANDO CIDADES: O RELATAR A SI MESMO E A CONSTRUÇÃO DE UMA MEMÓRIA QUEER EM “VIRGINDADE”

Henrique Rodrigues Marques¹

Resumo: Graças aos avanços e a popularização dos meios de captação audiovisual que aconteceram nas últimas décadas, a produção de documentários em primeira pessoa apresentou lato crescimento nos últimos anos. Por seu caráter egocêntrico centrado na vida pessoal de seus realizadores, esse tipo de filme é constantemente alvo de acusações e deslegitimação. Mas não pode o relato em primeira pessoa transcender a experiência individual? Seriam esses filmes necessariamente narcisistas e supérfluos? Falar de si mesmo é político? Partindo de algumas reflexões sobre o filme-ensaio e o documentário em primeira pessoa, esse artigo se propõe a fazer uma análise do curta-metragem brasileiro *Virgindade* (Chico Lacerda, 2015). Pretende-se assim apontar como o uso estrutural da obra fílmica produz um discurso que constrói uma certa memória utópica queer, como proposta por José Esteban Muñoz.

Palavras-chave: cinema queer, memória, política, filme-ensaio.

Abstract: Thanks to the advances and the popularization of the means of audiovisual capture that have happened in the last decades, the production of documentaries in first person presented great growth in the last few years. Because of its egocentric character focused on the personal life of its directors, this type of film is constantly criticised and target of accusations and delegitimation. But can not the first-person account transcend individual experience? Were these films necessarily narcissistic and superfluous? Is talking about oneself political? Based on some reflections about the essay film and the first person documentary, the proposal of this article is to make an analysis of the Brazilian short film *Virginity* (Chico Lacerda, 2015). It is intended to point out how the structural uses of the film work produces a discourse that builds a certain queer Utopian memory, as proposed by José Esteban Muñoz.

Keywords: queer cinema, memory, politics, essay film.

¹ Mestrando – Universidade Estadual de Campinas.
E-mail: henrique.rodriguesm@hotmail.com

PARA NÃO ESQUECER

Rodrigo Lopes Costa¹

Resumo: Esse relato de experiência é parte da minha atual pesquisa de TCC na qual desenvolvo um processo criativo autobiográfico em que eu e minha irmã bordamos frases lgbtfóbicas do nosso pai em fotos da nossa infância que ele tinha guardado. Esse trabalho se materializa como uma cartografia na qual buscamos, não investigar nosso pai, mas mapear os agenciamentos da fala dele sobre a nossa sexualidade e como elas nos afetam estando dentro de uma família heteronormativa, machista e cristã. Durante esse processo, experimentamos e também investigamos relações entre memória e bordado. Nesse caminho, adotamos como procedimentos metodológicos coletar os álbuns de família que nossos pais tem, rememorar os discursos que nos marcaram e bordá-los.

Palavras-chave: Bordado, Álbum de Família, Memória, Lesbofobia, Homofobia.

¹ Graduando em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: rodrigolopesco@gmail.com

A INVENÇÃO DA HOMOSSEXUALIDADE À MARGEM DO RIO GRANJEIRO: INCIDÊNCIAS ENTRE A MEMÓRIA SUBTERRÂNEA E AS PRÁTICAS NÃO DITAS NA LITERATURA ORAL DO CRATO-CE

Ribamar José de Oliveira Junior¹
Lore Fortes²

Resumo: Este trabalho é um comentário teórico desenvolvido com objetivo de investigar no campo da literatura oral, a memória homossexual e as práticas homoeróticas na cidade de Crato, interior do Ceará. Com a temporalidade focada no relato de homens homossexuais que viveram entre os anos de 1960 a 1970, a pesquisa foi desenvolvida através da etnografia, com dados obtidos a partir de entrevistas que captam tradições orais e histórias de vida de homens homossexuais. Após a análise do material coletado, foi possível perceber por meio da abordagem que baliza a memória e o esquecimento que as práticas subversivas fora da heteronorma prevalecem como textos orais emergentes.

Palavras-chave: Literatura; Homossexualidade; Memória.

1 Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

2 Professora do Programa Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN)

Introdução

No final dos anos 60, o Crato possuía dois viados. Assim eram chamados pela sociedade cratense os homens que se relacionavam com outros homens ou possuíam trejeitos considerados femininos. Mas na alta sociedade não havia viados. Viados eram aqueles que saíam na rua e faziam o percurso da periferia para o centro da cidade. A ideia que se tinha no município era de que o viado era uma criatura que só tinha cu, mas como alguém que só tem cu pode ter filhos? Como alguém que não tem bigode é tão valente e ainda põe a mão na cintura?

Este trabalho é um breve comentário teórico oriundo de uma pesquisa cujo objetivo foi investigar através da literatura oral, a memória homossexual e as práticas homoeróticas na cidade de Crato, interior do Ceará em meados de 1960. A pesquisa desenvolvida por meio da etnografia, com dados obtidos a partir de entrevistas semiestruturadas que captam histórias de homens homossexuais na construção de gênero e das dissidências sexuais na região do Cariri cearense, procura narrar a memória individual no sentido de realocar sujeitos socialmente excluídos na narrativa coletiva. Logo, o presente artigo traz o conceito de invenção do campo da história discutido por Albuquerque Junior (2007), a dinâmica entre silêncio, memória e esquecimento apontadas por Michael Pollack (1989) e os processos de formação do sujeito na despossessão dos relatos de si propostos por Judith Butler (2015). Ao esboçar os pensamentos dos autores, o trabalho destaca as possíveis clivagens entre a memória subterrânea e as práticas não ditas consideradas subversivas para a memória coletiva em Crato.

Para traçar em um primeiro momento o esboço etnográfico (OLIVEIRA, 1988), foram selecionadas fontes que viveram os fatos no período histórico e que possuem em comum o fato de “testemunharem a vivacidade das lembranças individuais” (POLLACK, 1989, p. 8). Através do trabalho de reconstrução de si mesmo, o artigo tende a não definir, mas perceber o trânsito do lugar social e a relação com os sujeitos agentes no passado. Assim, ao se trazer a oralidade como emergente na fixação de uma narrativa que se faz por meio dos não ditos, a abordagem da pesquisa mostra, ao transcrever os relatos das fontes sobre as representações subversivas, uma oposição à mais legítima das memórias coletiva, tida como hegemônica. Segundo Pollack (1989) essas lembranças proibidas, indizíveis ou vergonhosas são zelosamente guardadas em estruturas de comunicação informais e passam despercebidas pela sociedade englobante.

É nesse sentido que Butler (2015) ao abordar o surgimento do “eu” por meio dos relatos de si, aponta que a história do eu será sempre aquela que permeia a relação com um conjunto de normas. Logo, na necessidade de reinventar o passado por meio das “zonas de sombra, silêncios, “não-ditos” (POLLACK, 1989), a literatura oral se reestrutura no movimento poética de ser pensada com e não contra a História. Dessa forma, como sugere Albuquerque Junior (2007), faz-se necessário tratar os acontecimentos como indícios pelos quais se tenta identificar o momento da invenção. Para assim, perceber-se os agentes e os conflitos de tensão na produção de subjetividade na oralidade. Pois segundo Albuquerque Junior (2007), o fato histórico é um misto de matéria e memória, de ação e representação.

Foram realizadas entrevistas com as pessoas LGBTQ+ de José Olinda Braga³, Zé Viado⁴ e Sabrina⁵ afim de se obter, por meio dos relatos orais, a reconfiguração da imagética discursiva da memória homossexual na cidade de Crato. Por meio dos testemunhos, ao que diz Pollack (1989) sobre distinguir entre conjunturas favoráveis ou desfavoráveis às memórias marginalizadas na saída de reconhecer a que ponto o presente colore o passado, percebeu-se, em encontros emergentes, a constante lembrança das pessoas de Capela, considerada a primeira pessoa a dar início a travestilidade no Crato e Vitalino, que de acordo com as entrevistas que remontam a história de vida do sujeito, inclina-se para o não binarismo de gênero ainda que visto dentro da categoria socialmente convencionada de homossexual. Como afirma Olinda Braga (2017), “a representação dessas bichas, carrega no ombro o peso de uma queixa que livrou todos os viados do Crato, porque os viados eram eles, apesar de existirem muitos gays antes e depois”.

Capela, Vitalino e o armário do Crato

“Sabrina não deixe ninguém te humilhar, se nós existimos aqui na terra, é porque ele quer que a gente existe, mas se ele quisesse que a gente não existisse, jogava raio fulminante e nós morria”, explica a transexual cratense Sabrina sobre as invenções que remontam a memória de Capela em Crato. Pela lembrança, Capela era valente, branco, tinha cabelos parafinados e pernas tortas para dentro. Todos os homens só usavam branco, cinza ou preto e ele já usava, naquela época, roupas multicoloridas. Capela dizia que Deus fez o homem para o outro homem, porque o pênis é redondo como o ânus e logo, precisaria criar um homem com pênis triangular, igual o formato da vagina para se relacionarem. Há consonância entre o fenótipo narrado por Sabrina e por Olinda Braga. Para ele, Capela era alto, pele clara, cabelo castanho oxigenado de loiro, usava bastante o penteado de “rabo de cavalo”, o que era um absurdo para a sociedade na época.

Ele não se vestia de mulher, o que era confuso. Na época, o parâmetro de gay não era um gay apenas afeminado, porque existia uma “penca” de afeminado, porém eles não eram considerados gays. O gay tinha que ser alguém próximo da imagem de mulher. Ele era uma espécie de semitravesti, o que eu acho por semitravesti. (BRAGA, 2017).

Capela chamava atenção pela valentia e por se meter em brigas. De acordo com Olinda Braga, Capela era a figura mais pública que se tinha em Crato na categoria de homossexual. Ele andava por vários lugares da cidade, mas após a ida do irmão para São Paulo, morava de favores no bairro periférico do Gesso, mais conhecido na época, como zona de prostituição.

3 BRAGA, José Olinda. (2017). Entrevista concedida a Ribamar José de Oliveira Junior em 4 de maio em Crato.

4 VIADO, Zé. (2017). Entrevista concedida a Ribamar José de Oliveira Junior em Crato.

5 SABRINA. (2017). Entrevista concedida a Ribamar José de Oliveira Junior em Crato.

Nesse eixo da cidade havia vários cabarés. Dizia-se que Capela era o “homem de recado”, amigo da Maria Alice, que era dona de um dos cabarés do bairro, ele que fazia compras de alimentos e de produtos de higiene pessoal para as profissionais do sexo. As “putas” eram proibidas de andarem nas ruas do Crato, quando saíam do que a sociedade chamava de Grotta ou Rabo da Gata, estavam passíveis a violência consentida e pública pela população. Elas eram proibidas de irem aos lugares de família como por exemplo igrejas e mercados. “Ele fazia o trânsito entre o mundo proibido e o mundo da sociedade. Mas ele era a própria proibição ao mesmo tempo”, diz Olinda Braga. O relato de Zé Viado vai de encontro com o período citado por Olinda Braga, principalmente, quando o primeiro destaca que também trabalhava em um cabaré no Gesso e sempre via Capela passar pelas redondezas.

Olinda Braga conta que Capela era um viado que se afeminava, talvez para agredir de volta as ofensas que recebia pela sociedade preconceituosa ou para se identificar com um grupo marginalizado no sentido de adquirir potência e sociabilidade. “Os homens não botavam mão na cintura e ele colocava mão na cintura. Até hoje quando boto mão na cintura, me assusto porque era muito reprimido. Então ele fechava, se identificava com o diferente e ajudava a fazer fecheção”, conta. Olinda Braga diz isso ao citar o comportamento de um dos seus amigos da época, também homossexual, chamado Filemon, que de acordo com ele, era naturalmente feminino, visto como uma mocinha delicada da society.

Na mesma cena dos anos 70, Olinda Braga descreve a pessoa de Vitalino, homem homossexual próximo de sua família, também caracterizado como uma das representações subversivas do Crato. Vitalino tinha unhas grandes, cabelos longos e alto, pele negra voz grossa. Foi casado e teve 13 filhos. Quando entrava na casa de Olinda Braga, Vitalino despertava fascínio. A diferença que ele destaca entre as figuras de Capela e Vitalino é o contato com que manteve com ambos. “Vitalino era a própria imagem da Madame Satã”, diz. Vitalino provocava em Olinda Braga uma efusão dentro da casa, no eixo privado, e Capela, uma fascinação no eixo público. Mas apesar disso, não poderia se identificar com nenhum dos dois, a não ser dentro do seu armário.

Vitalino era lido pela sociedade heteronormativa como um paradoxo. Uma vez que, a ideia que se tinha de viado era uma criatura, de acordo com o que lembra Olinda Braga, que só tinha cu, como alguém que só tem cu pode ter filhos? A esposa dele, jamais foi vista. Olinda Braga conta que Vitalino entrava em sua casa e era visto como alguém que cozinhava e que organizava festas da família, mas nunca aceito pelos seus pais. Vitalino encontrava dentro do eixo de opressão obstáculos como ser negro e ser gay. “Viado a gente ri, negro a gente despreza”, conta ele sobre o pensamento social da época. As pessoas fechavam as portas quando Vitalino saía da casa de Olinda Braga e descia a Avenida Duque de Caxias.

“Elas eram fascinantes, e se não fosse assim, não eram lembradas, em uma época em que se não discutia direitos LGBT, mostravam a cara, entravam nos lugares”, ressalta. Para ele, a representação dessas bichas carrega no ombro o peso de uma queixa para livrar todos os viados do Crato na época, ambos aliviaram todas as outras tensões. “Porque gay era ser aquilo”, explica Olinda Braga, ou seja, havia a necessidade de manter aquele estereótipo fixado pelos dois na narrativa da homossexualidade

cratense. Logo, os outros gays que possuíam outros modos de ser e de estar, ficaram isentos da discriminação e de preconceito. Tanto Vitalino, como Capela, possuíam uma performatividade (BUTLER, 2003) criticamente subversiva que, ao ser contada pela memória subterrânea do testemunho, faz parte da invenção do passado e remonta espaços, sociabilidades e representações de sujeitos que passam da posição de exclusão para a posição legítima pelo uso da oralidade.

Considerações finais

De acordo com Roberto Marques (2012) as práticas homoafetivas encontravam-se aquém da escrita no Cariri cearense. “Do roçar, não de corpos, mas de papel e pena que tal prática será partejada. Ironicamente, referendando lugares sociais bastante sólidos de produção de saber” (MARQUES, 2012 p. 198). O autor destaca que a gênese do homoerotismo no Cariri se deu pelo discurso do Padre Antônio de Alcântara em 1971 através de um artigo publicado na revista *Itaytera*, em que o sacerdote pontua: “tanto o homem como a mulher vivem insatisfeitos, querendo ser o que não são ou querendo o sexo que não têm”. (ALCÂNTARA, 1971, p. 33).

Nesse sentido, levando em consideração os eixos de opressão que estruturam a literatura oral marginalizada sobre a memória homossexual e a vivência das representações dos sujeitos, tidos como abjetos no período histórico determinado, foi possível perceber por meio da abordagem que baliza não só a memória e o silêncio que as práticas subversivas fora da heteronorma prevalecem como textos orais emergentes na fixação de uma narrativa que se faz por meio de não ditos.

Além de representações sociais como Capela e Vitalino, Olinda Braga relembra das figuras e Antônio Corninho e Sorriso que fizeram parte da abjeção social, por de alguma forma fugirem da noção de padrão estabelecido, na memória coletiva do Crato nos anos 70. Logo, os testemunhos de pessoas LGBTQ+ sobre a época vivenciada atuam como agenciadores em visibilizar indícios dos acontecimentos como ferramentas legítimas na oralidade para compreender as nuances entre o contexto histórico, o recorte regional e a homossexualidade masculina em Crato. Nesse aspecto, como destaca Pollack (1989), sobre a problematização das memórias clandestinas e inaudíveis, se espera que a transmissão e por assim dizer também, a fixação de narrativa, insurjam “até o dia em que elas possam aproveitar para invadir o espaço público e passar do “não-dito” à contestação e à reivindicação” (POLLACK, 1989 p. 9).

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **História: a arte de inventar o passado**. Ensaios de teoria da História. Bauru, Edusc, 2007.

ALCÂNTARA, Padre Antônio. **Psiquismo hermafrodita**. En Itaytera – Revista do Instituto Cultural do Cariri. Núm. 15, (pp. 33- 36). Crato, 1971.

BUTLER, Judith. **Relatar a si mesmo**. Autêntica, 2015.

_____, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003 [1990].

MARQUES, Roberto. **Homoerotismo no Cariri Cearense: inscrições de um objeto em suas relações com o silêncio**. Métis: história & cultura, v. 10, n. 20, 2012.

OLIVEIRA, Ricardo Cardoso de. (1988). **“O trabalho do antropólogo: olhar, ouvir, escrever”**. Em: OLIVEIRA Ricardo Cardoso de. O trabalho do antropólogo. São Paulo: Paralelo 15/Unesp.

POLLACK, Michael. **Memória, silêncio, esquecimento**. Estudos históricos, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989.

O SINTOMA DO INQUIETANTE DUPLO NA FRONTEIRA DOS DESEJOS EM A ALMA TROCADA, DE ROSA LOBATO DE FARIA

Eider Madeiros¹
Hermano de França Rodrigues²

Resumo: No enfrentamento à afirmação erótica de seu desejo homossexual, tanto íntima quanto social, Teófilo, personagem central do romance em análise, expressa reflexões que vão desde dualidades metafísicas que justificassem a gênese de seu ser interior, passando por monólogos que tentam solucionar um suposto *self* dual que lhe é inescapável, nas tensões entre alteridade e identidade, até lidar com a persistência dos padrões duplos na tradição familiar que lhe força a laços conjugais heteronormativos. Das contribuições psicanalíticas de Rank ([1914] 2013) e Freud ([1919] 2010) que articulam os conceitos de inquietante e de duplo, nossa leitura se volta a pensar outros sentidos ao desejo, a partir da presença de um sintomático intruso na trama e diante dos vestígios que o protagonista lança em sua trajetória de re-descoberta de si.

Palavras-chave: Literatura portuguesa. Homoerotismo. Psicanálise. *Der Doppelgänger*. *Das Unheimliche*.

1 Mestrando em Letras – PPGL/UFPB.
E-mail: eidermadeiros@gmail.com

2 Professor Adjunto IV – PPGL/DLCV/UFPB.
E-mail: hermanorg@gmail.com

TRANS(FORMAR) A CIDADANIA: GRUPO QUE ESTIMULA O EMPODERAMENTO E O PROTAGONISMO LGBTI NO CARIRI CEARENSE

Ana Paula Macêdo de Albuquerque¹
Iara Maria de Araújo²

Introdução

O trabalho aqui apresentado é resultado de um Relato de Experiência acerca de ações socioeducativas realizadas sistematicamente junto a um grupo de usuárias/os LGBTI do Centro Municipal de Infectologia de Juazeiro do Norte, Ceará.

Assim, tem-se Juazeiro do Norte como a terra dos contrastes: enquanto vive-se a efervescência das romarias religiosas ao Padre Cícero, grande mito do catolicismo nordestino brasileiro, o ambiente social se divide na dualidade entre o sagrado e o profano, pela considerável parcela da população que tem sua identidade travesti nesta região do Cariri cearense: “Duas coisas que são adoradas no Juazeiro na romaria: O Padre Cícero e as travestis” (TAMBÉM... 2006).

Desta forma, a inquietude subjetiva se apresenta no contexto de aproximadamente quinze anos de exercício profissional enquanto assistente social do referido Ambulatório de Infectologia, no atendimento a pessoas vivendo e convivendo com HIV, Aids, DST e Hepatites Virais na região metropolitana do Cariri. Descortina-se para além da dimensão ‘saúde-doença’ outros aspectos psicossociais, econômicos, marcadores sociais relevantes para assistência, adesão e tratamento eficaz dessas/es usuárias/os.

Portanto, o texto apresentado revela o trabalho realizado, a equipe e a instituição, além do público participante, o qual é proveniente de todas as raças e etnias, classes sociais, gêneros, identidades e orientações sexuais diversas. Observou-se, ao longo dos anos, que existe uma invisibilidade social e ‘silenciamento’ dessa população por possuírem uma enfermidade permeada de grande carga de preconceito e discriminação social. Entretanto, dentro desse contexto atrelado ao HIV/Aids, é possível

1 Mestranda do Mestrado Profissional em Educação (MPEDU) pela Universidade Regional do Cariri – URCA, Assistente Social do Centro Municipal de Infectologia de Juazeiro do Norte, Militante da Frente de Mulheres dos Movimentos do Cariri e membro do Conselho Municipal de Direitos LGBT (CMDLGBT) de Juazeiro do Norte;

2 Doutora em Sociologia pela Universidade Federal do Ceará, Professora associada da Universidade Regional do Cariri e Docente no Mestrado Profissional em Educação/ URCA.

perceber que sobre determinadas identidades de gênero (travesti e transexual) é impresso um peso imensurável, peso este de quem corajosamente assume o gênero com o qual se identifica; sendo essas pessoas à quem esse trabalho se destina.

Assim, muitas são as histórias e memórias que precisam ser reveladas e sistematizadas para não se perderem na lembrança da população que frequenta aquele espaço de política pública de saúde; reminiscências contornadas não apenas pela enfermidade, mas por um conjunto de aspectos e vivências que atravessa cada usuária/o. Pensando nisto, a equipe planejou a organização, realização e a implementação de um grupo socioeducativo que atendesse tal demanda, através da técnica de terapia comunitária como meio horizontal de construção de diálogos entre a equipe multidisciplinar, as/os usuárias/os, os movimentos sociais e as políticas públicas disponíveis ao atendimento e assistência deste segmento: “Aos esfarrapados do mundo e aos que neles se descobrem e, assim descobrindo-se, com eles sofrem, mas sobretudo, com eles lutam” (FREIRE, 2007).

Metodologia:

Desta forma, de acordo com a técnica de terapia comunitária que valoriza a sabedoria popular em conjunto com o conhecimento científico, organizou-se um ambiente para relatos sobre os problemas de cada participante, havendo a escolha de uma temática a ser aprofundada, com o objetivo de busca coletiva de alternativas para minimização ou superação de dificuldades, além da construção de conhecimentos, troca de experiências, garantia de espaço de diálogos e denúncias para o exercício da cidadania.

Essas atividades acontecem através de reuniões mensais desenvolvidas para o acolhimento, escolha do tema, contextualização, problematização, espaço para escuta ativa, falas, resgate e fortalecimento da autoestima das/os usuárias/os em situação de vulnerabilidade, além de contar com avaliações e encaminhamentos. Geralmente, o grupo apresenta uma média de frequência de quinze participantes, aonde dez se identificam enquanto travestis e o restante se reconhece nas diversas identidades de gênero. Essas atividades são facilitadas pela equipe multiprofissional do ambulatório, com o apoio eventual do Conselho Municipal de Direitos LGBT – CMDLGBT de Juazeiro do Norte.

A metodologia utilizada está fundamentada na Terapia Comunitária: “[...] um instrumento que possibilita uma escuta qualificada, um estar junto, trocar experiências, trabalhar prevenção e promoção da saúde de forma significativa e, principalmente, valorizando o saber popular” (JATAI; SILVA, 2012); no código de Ética Profissional do Assistente Social, Lei 8.662/93: “Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (BRASIL, 1997, p.23); e baseada nos ‘círculos de cultura’ da pedagogia de Paulo Freire: “Pedagogia que faça da opressão e de suas causas objeto da reflexão dos oprimidos, de que resultará o seu engajamento necessário na luta por sua libertação, em que esta pedagogia se fará e refará” (FREIRE, 2017, p.43).

Resultados e discussão:

Nessa trajetória, o grupo aqui referido possui quase dois anos de funcionamento, apresentando alguns resultados importantes e significativos como:

- Denúncias ao CMDLGBT das situações de violência sofridas pela comunidade travesti que utiliza a prostituição enquanto profissão, tendo como resultado Boletins de Ocorrência para salvaguarda das mesmas;
- Denúncias ao Conselho Municipal de Saúde por violação de sigilo profissional, não reconhecimento de nome social das travestis e transexuais nas unidades de saúde, além da falta de assistência em outros campos da saúde;
- Mobilização social na Delegacia Regional para exigir providências quanto a apuração e investigação de dois assassinatos por transfobia, nessa região;
- Inserção de dois membros do grupo enquanto conselheiras eleitas para o segundo mandato do CMDLGBT de Juazeiro, gestão 2018-2020, entre outras.

Diante dos resultados apresentados, é válido citar que:

As travestis podem se desenvolver no centro da sociedade, não precisam esperar a formatura ou a inclusão no mundo do trabalho. Elas podem acontecer na educação básica ou no seio familiar. É inegável que o território da travesti já não é mais o mesmo, foi ampliado, foram criadas novas formas que não devem conduzir a novas “fôrmas”. Quanto mais diversificado for o campo de estudo sobre as travestis, maior será a possibilidade de compreendê-las (ANDRADE, 2012, p. 18).

Assim, nota-se através dos resultados expostos que estes partem não apenas do trabalho desenvolvido pela instituição em parceria com os outros organismos sociais, mas muito pela motivação, engajamento, compromisso e autonomia do grupo, o qual apresentou expressivo crescimento e protagonismo na atuação e reconhecimento de suas causas, enquanto direitos sociais adquiridos a serem efetivados.

Também, observa-se que a atuação da facilitadora/mobilizadora enquanto assistente social comprometida com o projeto Ético-Político do serviço social tem preponderante responsabilidade com os efeitos de todo esse processo, incluindo o engajamento na busca coletiva por defesa intransigente de direitos, justiça e cidadania plena: “Posicionamento em favor da equidade e da justiça social, que assegure a universalidade de acesso aos bens e serviços relativos a programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática” (BRASIL, 1997, p.23)

Entretanto, a partir dessa exposição relatada, observa-se que ainda existem ampliações possíveis e necessárias, tanto institucionais quanto ao fortalecimento de aspectos como: melhoria da qualidade de vida, minimização das vulnerabilidades e violências, reconhecimento das identidades de gênero e das individualidades enquanto sujeitos de direitos, entre outros.

Conclusões

Contudo, pode-se destacar que esse grupo é de grande relevância para o fortalecimento individual e coletivo como facilitador e mobilizador de um “movimento social organizado”, além de favorecer o empoderamento e o protagonismo das/os participantes enquanto avaliações de impacto social.

O grupo também se apresenta como propulsor/mobilizador para o trabalho desenvolvido pelos profissionais da instituição em questão. Assim, tendo apresentado anteriormente a importância de uma atuação ético-política junto a essas/es usuárias/os, é oportuno retomar a Foucault (2000) que afirma que o sujeito ético-político consiste naquele que tem sua forma fluída e passível a remodelações, sendo resultado das forças de diversas ordens que o contatam. Desta maneira, é possível considerar que as experiências aqui relatadas são o resultado da mediação na convergência entre: a ação mobilizadora advinda do grupo objeto deste trabalho e a liderança de atuação de um espaço institucional que opõe-se a ordem sistêmica, ao realizar um trabalho baseado no compromisso com os direitos da pessoa humana.

Portanto, como assistente social que compõe a equipe multiprofissional formada por médico infectologista, enfermeira, psicóloga, farmacêutica, percebe-se que este contato mais aproximado as/aos usuárias/os e o vínculo construído através dessa relação horizontal de grupo tem demonstrado que a mediação entre o serviço social, as/os usuárias/os, a instituição e a gestão pública tem funcionado de forma coerente na correlação de forças e poder em que estão imbricadas estas relações, tendo um resultado positivo nas respostas às demandas e inquietações daquela população e satisfação da própria técnica no seu fazer profissional.

Referências

ANDRADE, Luma Nogueira de. **Travestis na Escola: assujeitamento e resistência a ordem normativa**. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2012.

BIBLIOTECA DIGITAL BRASILEIRA DE TESES E DISSERTAÇÕES – BDTD. Disponível em: <<http://bdtb.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=+travestis+e+mercado+de+trabalho&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>>. Acesso em: 18 Fev. 2018.

BRASIL. **Código de Ética do Assistente Social**. Lei 8.662/93 de regulamentação da profissão. 9ª ed. revista e atualizada. Brasília: Conselho Federal de Serviço Social, 1997.

CORREIO Brasiliense. Disponível em: <<http://especiais.correiobraziliense.com.br/transexuais-sao-excluidos-do-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 27 Fev. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 64ª ed. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.

FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas**. Tradução de Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

GOMES FILHO, Antoniel dos Santos. **Experiências Educacionais e Sociais de Travestis no Ceará: um estudo comparado em Juazeiro do Norte e Canindé**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017.

JATAI, José Martins, SILVA, Lucilane Maria Sales da. Enfermagem e a Implantação da Terapia Comunitária Integrativa na Estratégia Saúde da Família: relato de experiência. **Revista Brasileira de Enfermagem**, 2012: Disponível em: <<http://www.redalvc.org/articulo.oa?id=267024790021ISSN>>. Acesso em: 25 Dez. 2018

LEITE JÚNIOR, Jorge. **“Nossos Corpos Também Mudam”**: sexo, gênero e a invenção das categorias “travesti” e “transexual” no discurso científico. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.

TAMBÉM sou teu povo. Direção: Franklin Lacerda e Orlando Pereira. Juazeiro do Norte, CE, 2006. 14 mim. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=5WxWU-7dFXQ>>. Acesso em: 18 Fev. 2018.

VERAS, Elias Ferreira. **Carne, Tinta e Papel: a emergência do sujeito travesti público- midiaticado em Fortaleza (CE), no tempo dos hormônios/ farmacopornográfico**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015.

CINECLUBE *DIVERSIDADE*: DEBATENDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA ESCOLA

Ana Beatriz de Almeida Gomes¹
Victoria Sodré Santos²
Ricardo Cesar Rocha da Costa³

Resumo: Debater diversidade sexual e identidade de gênero com a comunidade em geral é tarefa urgente da escola pública em busca de uma sociedade mais justa e igualitária, qualificando questões que provoquem a reflexão e mudanças de comportamento em relação às discriminações. Esta tem sido a experiência do projeto Cineclube *Diversidade* em três anos de trabalho. Nesse período, realizamos mais de vinte eventos, com a exibição de filmes/vídeos e debates com especialistas. Previamente às sessões, o projeto organiza Cadernos de Debate com sinopses dos filmes e artigos selecionados. Há também a iniciativa de se realizar ações de “intervenção pedagógica” no espaço escolar, com a elaboração de cartazes de caráter crítico, estimulando um debate introdutório sobre o tema e o interesse dos estudantes.

Palavras-chave: diversidade sexual, identidade de gênero, cinedebate, extensão, escola pública.

1 Estudante – Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: beatrizagomes@outlook.com.br.

2 Estudante – Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: victoriasodre14@gmail.com;

3 Doutor em Serviço Social, Professor de Sociologia - Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: ricardo.costa@ifrj.edu.br

NÚCLEO DE GÊNERO STEFHANI BRITO NA ESCOLA

Maria Marilene Banhos Nogueira¹

Resumo: A experiência refere-se ao projeto Núcleo de Estudos de Gênero Stephani Brito. A intervenção pedagógica foi realizada na EEM Aduino Bezerra, rede estadual, Fortaleza. O projeto debate a questão de gênero orientado por princípios como respeito à liberdade, tolerância, incentivo à dignidade humana e combate a violação de direitos. Aporte teórico-metodológico: pesquisa-ação. Resultados: logomarca; oficinas; rodas de leitura; confecção de camisa; elaboração de textos; debates. O núcleo leva o nome de Stephani Brito, ex-aluna, vítima de feminicídio em 2018, Fortaleza. O projeto buscou ampliar a investigação, o senso crítico e a visibilidade da temática na escola.

Palavras-chave: Gênero, Escola, Ensino médio, Educação, Direitos humanos.

¹ Especialista – UFC, Professora – Secretaria da Educação do Estado do Ceará (Seduc).
E-mail: mmbanhos@yahoo.com.br

Introdução

O objetivo deste documento é registrar e refletir a experiência de implementar o projeto Núcleo de Estudos de Gênero, na escola de ensino médio, rede pública estadual, localizada no nordeste brasileiro, estado do Ceará, na cidade de Fortaleza.

Os trabalhos iniciais de debate na escola surgiram a partir da iniciativa de professoras das matérias de sociologia e história. A discussão inicial, passo a passo, partiu da necessidade de construir um organismo social na escola com condições de apresentar reflexões acerca da vivência escolar no campo das relações sociais entre os estudantes; estudantes, professores e professoras; e professores e professoras.

A tentativa consiste em desenvolver atividades voltadas à educação de gênero e diversidade sexual na escola no intuito de fortalecer o debate, a pesquisa e o conhecimento na grande linha temática: Educação para a Igualdade de Gênero.

O referido projeto se constitui em proposta de ação e intervenção pedagógica de dimensão interdisciplinar/transdisciplinar, e sua identidade coletiva caminhará na perspectiva de fortalecer as diversas áreas de conhecimentos que compõem a educação básica na escola de ensino médio.

Desenvolvimento

No decorrer do processo de um ano de conversas informais e ações pontuais os objetivos foram sendo delineados no percurso. Assim, alguns objetivos foram pontuados e formatados, tais como: fundamentar a prática de pesquisa na busca do conhecimento; promover ações capazes de preparar os sujeitos para vivenciar a igualdade de gênero; construir interações entre professores, professoras e estudantes e as formas de organização do trabalho pedagógico frente às questões de gênero; estudar gênero a partir das teorias e práticas feministas; buscar formas de entendimento da linguagem e os sentidos do corpo, do sexo, da identidade; problematizar a respeito das questões de gênero presentes no espaço escolar; contribuir na formação de identidades dos sujeitos, acerca das relações de gênero; discutir como as práticas escolares atuam na produção e na reprodução das relações de gênero socialmente construídas.

É importante destacar, no entanto, que alguns objetivos já estão sendo perseguidos e que outros serão adaptados e reformulados a partir da dinâmica escolar e prioridades sinalizadas pelos estudantes. O exercício permanente de um trabalho árduo e a médio e longo prazo pode ser visibilizado diante dos cenários da instituição escola. Aqui se fala em trabalho de formiguinha, um passo de cada vez, uma conversa individual com estudantes na tentativa de sensibilizar para o processo da ação educativa.

Enfim, falar para estudantes do ensino médio de uma categoria da sociologia como gênero é tarefa árdua e desafiadora, as palavras não são mágicas, elas precisam ter e fazer sentido no momento da intervenção. Portanto, é preciso recordar Carlos Rodrigues Brandão na apresentação do método de Paulo Freire (1988, p.32) ao afirmar que "(...) as palavras devem conter sentidos explícitos, diretos e é

bom que eles estejam carregados de carga afetiva e de memória crítica”. Assim, a cada ação do Núcleo de Gênero o inusitado se apresenta, e faz surgir uma reflexão na tentativa de gerar uma nova proposição.

O projeto buscou contribuir para analisar as expressões, atitudes, falas, crenças e concepções presentes na prática diária da sala de aula. Trata-se de um processo a ser construído a várias mãos e mentes, no sentido de colaborar para o fortalecimento, a inserção e a visibilidade dos estudos de gênero na escola.

No cenário escolar, o referido projeto consiste em proposta de ação e intervenção pedagógica de dimensão interdisciplinar/transdisciplinar. Nesse processo, a construção de uma identidade coletiva, caminhará na perspectiva de fortalecer as diversas áreas de conhecimentos que compõem a educação básica na escola de ensino médio.

A reflexão sobre gênero na escola segue a linha de investigação e pesquisa rumo ao conhecimento para fortalecer ações pedagógicas curriculares e extracurriculares.

Introduzir uma reflexão sobre gênero na escola é relacioná-la diretamente com a ideia de que as relações de gênero estão presentes no cotidiano escolar. Seguindo o raciocínio, eis as ideias de Silvia Camurça e Taciana Gouveia: “(...) as relações de gênero são relações de poder que se constroem, constantemente, ao longo da história e no nosso dia a dia, entre mulheres e homens, mulheres e mulheres, homens e homens”. (2004, pg.35).

A metodologia precisa ser desmistificada enquanto patamar inacessível ao investigador principiante e percebida como possibilidade de exercício fecundo de construção científica e real. A percepção irrefutável da pesquisadora é a de não ser possível realizar um trabalho científico sem conhecer os instrumentos. Porém, muitas vezes depare-se com um aglomerado de modelagens inatingíveis, complexas de assimilação. Minayo retrata bem o processo metodológico e sinaliza uma reflexão e apropriação: prática, realidade, criatividade.

“Entendemos por metodologia o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade. Ou seja, a metodologia inclui simultaneamente a teoria da abordagem (o método), os instrumentos de operacionalização do conhecimento (as técnicas) e a criatividade do pesquisador (sua experiência, sua capacidade pessoal e sua sensibilidade)”. (MINAYO, 2007, p.14).

A metodologia enquanto percurso a ser percorrido segue trilhas na busca de uma intervenção pedagógica que oriente um conhecimento que permita a construção de ações, sentidos e olhares emancipatórios.

O encontro de saberes no percurso metodológico é guiado por um arcabouço de teorias e práticas que alimenta desejos e posturas em prol de uma igualdade de gênero que venha a combater estereótipos, preconceitos, discriminações, estigmas sociais, etc.

O projeto assegura em seu desenvolvimento formatos de pesquisa, oficinas, dramatização, palestras, cine debate, aulas expositivas, aulas de campo. Parte-se do princípio de incrementar o diálogo, a troca de ideias, a formação do senso crítico e a visibilidade da temática.

Conclusões

Discutir gênero e sexualidade na escola se insere no debate do campo político, cultural e ideológico. Mas como garantir debate qualificado e ações permanentes diante de tantos apelos de desempenho nos quais os estudantes são convocados a responder? Como planejar ações de formação na linha temática gênero além do horário de planejamento? As interrogações surgem na velocidade que a esperança de construção do novo se fortalece.

Mais um desafio está posto ao trabalho de formação do grupo que vai debater gênero na escola, a compreensão que se tem de educação está situada em que campo de definições: crítica ou ingênua? É preciso recorrer ao mestre dos mestres para encher a luz de esperança.

“A neutralidade da educação, de que resulta ser ela entendida como um quefazer puro, a serviço da formação de um tipo ideal de ser humano, desencarnado do real, virtuoso e bom, é uma das conotações fundamentais da visão ingênua da educação.” (FREIRE, 1995, p. 28).

Algumas atividades pedagógicas já podem ser nomeadas como ações do Núcleo de Gênero. A identidade coletiva inicia sua jornada de militância ao adquirir sua logomarca desenhada à mão por um jovem estudante em seu trabalho criador e voluntário. Formações chegam a escola via convites a parceria de instituições governamentais e não governamentais. As perguntas surgem de todos os lados: o que é o Núcleo de Gênero mesmo? A semente está sendo germinada devagar e de forma delicada, o desejo é não assustar aos desavisados que naquela escola vive um pensamento reflexivo e foi nomeado de Núcleo de Estudos de Gênero.

O Núcleo de Gênero busca uma aproximação com a base que vai garantir sua sustentabilidade: os estudantes. A tarefa é árdua e permeada de obstáculos que surgem todos os dias. A fórmula de garantir a existência e vida longa a um projeto de tal proposição na escola não existe, o que se busca é a afirmação de possibilidades de ações que venham somar junto a tudo que já existe na escola de experiências.

O relato até o presente momento é acompanhado por dúvidas e incertezas: até quando vamos conseguir garantir a vida ao núcleo de gênero se constitui em pergunta sem resposta. Os desafios se avolumam diante da proposta de debater gênero e de todos os outros compromissos assumidos no cotidiano escolar

Vale destacar que a escola pública vive, vibra e pulsa envolvida em suas contradições e diferenças. Muitos desafios estão por vir. Diante do contexto social de transmissão de conhecimentos versus elaboração, a escola se apresenta enquanto promotora de diálogos diversos.

Ressalta-se, mais uma vez, a necessidade de inserir a escola no eixo temático Educação para a Igualdade de Gênero, uma vez que o cotidiano escolar se configura em espaço fecundo de debate, construção, desconstrução, significação e ressignificação de conhecimento, dentro de uma perspectiva dialética, em prol de uma Educação voltada para a formação do exercício da cidadania, respeito aos direitos humanos e do protagonismo juvenil.

Referências

BENTO, Berenice. **A Reinvenção do corpo**: sexualidade e gênero na experiência transexual. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

_____. Brincar de gênero, uma conversa com Berenice Bento. **Cadernos pagu**. (43), p. 475- 497, jul./dez. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n43/0104-8333-cpa-43-0475.pdf>>. Acesso em: 19 jan. 2015.

BLAY, Eva Alterman. Violência contra a mulher e políticas públicas. **Estudos avançados**, 17 (49), p. 87-98, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 06 maio 2014.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é método Paulo Freire**. 14. ed. São Paulo: Brasiliense, 1988. (Coleção Primeiros Passos 38).

CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero**. 4. ed. Recife: SOS Corpo, 2004.

EEM GOVERNADOR ADAUTO BEZERRA. **Regimento escolar**. Fortaleza: 2008. Não paginado.

FELIPE, Jane. Educação para a igualdade de gênero. **Salto para o futuro**. In: Ministério da educação (Org.), ano XVIII, boletim 26, p. 03-14, nov. 2008.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler**: em três artigos que se completam. 31. Ed. São Paulo: Cortez, 1995, v. 13 (Coleção questões de nossa época).

GROSSI, Miriam Pillar. **Identidade de gênero e sexualidade**. Não paginado. Disponível em: <<http://www1.londrina.pr.gov.br>>. Acesso em: 06 fev. 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social teoria método e criatividade**. 25. Ed. Petrópolis: Vozes, 1993.

SOBRE A FORMAÇÃO DE UM COLETIVO EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO: COMPARTILHAR EXPERIÊNCIAS E AÇÕES

Renata Miranda de Oliveira¹
João Filipe Cruz²

Resumo: Este trabalho aborda a formação de um coletivo de estudantes de ensino médio numa escola da rede pública do estado de São Paulo que, a partir da percepção de suas experiências como alvos de diversas formas de preconceito e opressão, dentro e fora da escola, procuram criar um espaço de diálogo, reflexão e resistência. Recorrendo ao método autoetnográfico esboçamos o contexto no qual este grupo surgiu, bem como suas principais ações para, em seguida, pontuar algumas questões que nos parecem fundamentais, como a importância das questões de gênero no cotidiano escolar e sua relação com a disciplina de Sociologia.

Palavras-chave: raça, gênero, sexualidade, coletivo, ensino médio.

1 Mestra em comunicação e semiótica – PUC-SP, professora de Sociologia de ensino médio da rede pública de São Paulo.
E-mail: renatamir38@gmail.com

2 Mestrando em sociologia – Universidade de São Paulo.
E-mail: joao.filipe.cruz@usp.br

Introdução

Neste texto, refletimos brevemente sobre a formação de um coletivo de estudantes, (grupo formado para lidar com questões de gênero, raça e diversidade sexual), pertencentes ao ensino médio de uma escola da rede pública do estado de São Paulo. Para tanto, esboçamos o contexto no qual este grupo surgiu, bem como suas principais ações para, em seguida, pontuar algumas questões que nos parecem fundamentais, como a importância das questões de gênero no cotidiano escolar e sua relação com a disciplina de Sociologia.

O surgimento do coletivo deu-se em uma escola pública estadual localizada na Zona Leste de São Paulo (SP), que abarca turmas de todos os anos do ensino médio regular. Nessa escola há algumas atividades complementares— como o *slam*³ e o grupo de teatro — que já abordam temas referentes ao machismo, racismo e LGBTfobia. Tais atividades, embora não encontrem resistências explícitas da administração escolar, acabam constituindo-se projetos de docentes específicos, visto que demandam considerável empenho “extra classe” (que não será remunerado) para a sua realização.

Metodologia

Considerando que auxiliamos (enquanto professora de Sociologia e estagiário) a organização e também participamos das atividades que analisamos neste texto, a autoetnografia⁴, técnica que, ao tomar o próprio sujeito objetivante como objeto de conhecimento exacerba a fragilidade da dicotomia entre sujeito/objeto, parece ser o método mais adequado para levar a cabo nosso intento. Assim, neste texto, fazendo uso do método autoetnográfico, valemo-nos do recurso de cadernos de campo referentes às reuniões do coletivo, às dinâmicas realizadas e também à reunião de balanço feita pelos seus membros.

Resultados e Discussão

Ao longo do ano de 2018, acompanhamos um interessante processo de reflexão sobre diversas formas de preconceitos e opressões que os sujeitos do contexto educativo sofrem dentro e fora da escola. Esse processo resultou na formação de um coletivo, a partir da iniciativa de alguns alunos do terceiro

3 Slam é uma manifestação artística relacionada à cultura hip hop e à literatura marginal, e consiste num campeonato de poesia no qual os participantes declamam textos de própria autoria.

4 Autoetnografia, de acordo com Ellis et al (2015), é uma técnica de pesquisa que busca descrever e analisar de forma sistemática a experiência pessoal em busca de compreender a experiência cultural. O autoetnógrafo irá escrever sobre suas experiências passadas de forma seletiva, valendo-se para tal não só de suas memórias, analisando-as e utilizando ferramentas teóricas e metodológicas. Para tanto, é necessário comparar e contrastar a experiência pessoal com pesquisas já existentes, realizar entrevistas, recorrer a fotografias, gravações, etc.

ano do ensino médio - em especial do aluno Gustavo⁵ - que nos procuraram a fim de organizarem-se politicamente em torno dessas questões no espaço escolar. Tal demanda deveu-se à percepção de casos de discriminação em relação à raça, gênero e orientação sexual por parte de outros alunos e também de professores.

Podemos identificar como estopim desta iniciativa um episódio acontecido em outra aula, na qual a professora havia desqualificado as políticas de cotas raciais e feito um discurso sobre meritocracia. Isso incomodou bastante o Gustavo, já que, naquele momento, a docente não permitiu o debate sobre o tema e apenas manifestou sua opinião. Provavelmente, pelo caráter das aulas de Sociologia, nas quais há espaço para questionamentos e análises de assuntos socialmente polêmicos, ele nos procurou para partilhar seu desconforto com o ocorrido, e manifestou sua vontade de fazer algo a respeito, pois sabia que outras pessoas também eram afetadas por esta e outras formas de discriminação. Assim, apresentou seu desejo de formar um coletivo para discutir essas questões, inclusive, nos convidando a participar.

Combinamos então de marcar uma reunião com outras pessoas que se identificassem com a proposta. Neste primeiro encontro, ocorrido no primeiro semestre de 2018, pontuamos algumas questões que acreditávamos serem relevantes: a tensão entre diferentes identidades e suas demandas específicas; quais seriam as formas de atuação (isto é: terapêutica, focada no apoio mútuo; formativa, focada na discussão de material sobre determinados temas; educativa, focada na conscientização da comunidade escolar; ou combativa, focada na resposta a casos específicos de discriminação); e a questão da auto-organização. Outros dois encontros foram realizadas durante o primeiro semestre do ano, e percebemos que essas funções se misturavam no fluxo das conversas. O modo de organização das reuniões combinou espaço de ajuda mútua e de formação política com discussão de textos.

Vale aqui ressaltar que, ainda que atividades com foco na problematização de preconceitos ocorram na escola, há a persistência de comportamentos discriminatórios, dos quais decorre a sensação de necessidade de novas formas de atuação.

Apesar de perceber um processo de construção e reflexão, principalmente por parte de Gustavo, as reuniões talvez não tenham cumprido uma função agregadora, pois o grupo entrou em um período de hiato que coincidiu com o início das férias escolares, e que não se findou com a volta às aulas. Tanto é que não as realizamos mais durante o segundo semestre, apenas tivemos conversas individuais.

No retorno às aulas, com o grupo já enfraquecido, Gustavo trouxe uma reflexão sobre o corpo como elemento político, pelo qual construímos nossa existência e sofremos preconceitos. A partir disso, começamos a pensar na realização de ações focadas na relação dos indivíduos com as pressões para seguir parâmetros sociais e o quanto isso era entendido como formas de opressões estruturais. Ele, então, começou a coletar alguns depoimentos sobre situações de discriminação vivenciadas pelas pessoas, que foram transformados em cartazes e espalhados pela escola, com o intuito de despertar a

5 Nome fictício.

curiosidade dos estudantes para futuras ações, como também provocar desconforto e fazê-los refletir sobre os relatos.



Imagem 1 - Cartazes pela escola.



Imagem 2 – Cartazes pela escola.

O passo seguinte foi convidar os alunos para uma roda de conversa sobre essas questões. Como houve um interesse relativamente grande (cerca de 150 estudantes), dividimos o grupo realizamos dois encontros, com a proposição de algumas dinâmicas e debates para estimular a compreensão dessas

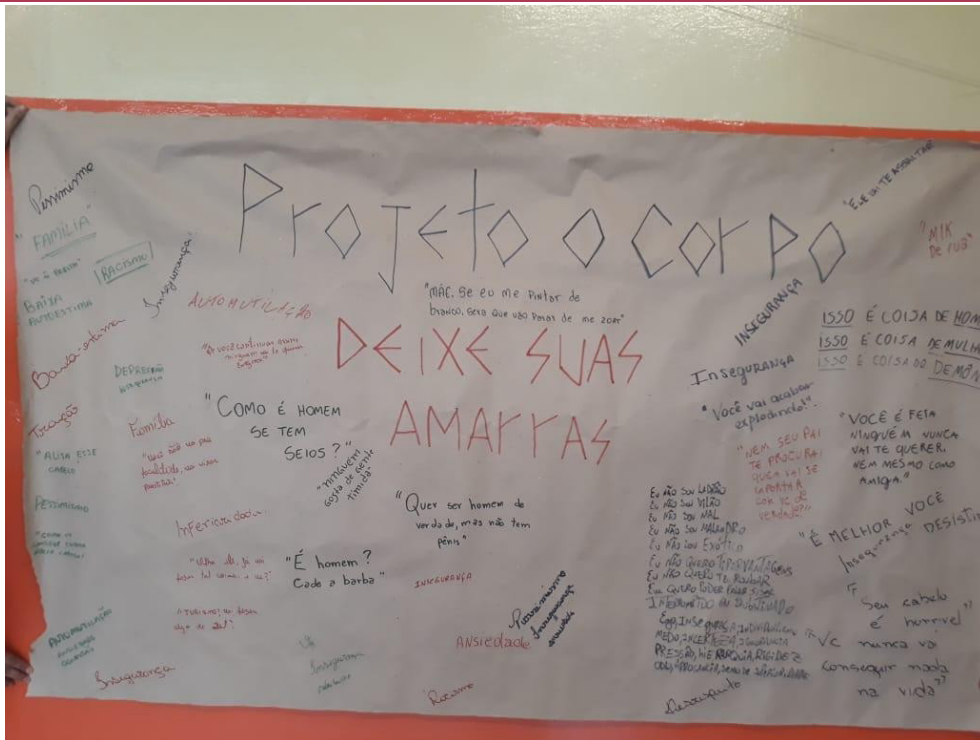


Imagem 4 - Material produzido após a segunda dinâmica, no dia 13/11/2018.

Todo esse processo resultou em algumas ponderações acerca das possibilidades do processo educativo. Procuramos estabelecer uma relação horizontal nesse espaço, deixando mais para o Gustavo a condução dos debates e questionamentos, até mesmo na intenção de estimular sua autoconfiança, e também pelo fato de acreditarmos que a presença de um aluno na condução do grupo poderia facilitar a identificação e aceitação de outros estudantes. Nesse caminho, apesar de todas as críticas à estrutura ainda extremamente hierárquica do sistema de educação, pudemos perceber as dificuldades de se empreender um processo horizontal e dialógico no cotidiano escolar e que desloque posições de protagonismo. Seja como for, mesmo com a desmobilização enfrentada pelo grupo, a atuação de Gustavo foi fundamental, visto que ele manteve-se engajado e tomou a iniciativa de levar em frente algumas ideias discutidas nas reuniões do coletivo durante o primeiro semestre.

Após a realização das dinâmicas, pareceu-nos que, ainda que a discussão não apresentasse “ares de novidade” para os alunos, eles demonstraram interesse pela atividade. Acreditamos que a novidade, nesse caso, é o fato de que, pela primeira vez, o debate foi pensado, organizado e realizado primordialmente por estudantes (ainda que com o apoio de uma professora e um estagiário). E, numa organização bastante verticalizada como é a escola, isso talvez possa representar um indício do processo de emancipação dos sujeitos, tão almejado como objetivo primordial da educação.

Conclusões

Parece-nos fundamental ressaltar a importância, ora difusa, ora explícita, das questões de gênero, classe e raça no cotidiano escolar, relacionando este ponto com a discussão sobre a relevância atribuída à Sociologia enquanto disciplina escolar. Assim, percebemos que, a despeito da vontade dos atores sociais - que podem até considerar a abordagem feita pela disciplina como “doutrinação” - esses temas se farão presentes.

Em meio a toda a discussão sobre “ideologia de gênero” e “escola sem partido”, é importante salientar que suprimir termos como gênero e diversidade dos planos de educação, não exclui tais assuntos do universo escolar. Para Facchini (2015), casos que chegam à escola e demandam atenção, como violência física, psicológica ou sexual no âmbito doméstico, gravidez não planejada e indesejada, discriminação e violência no âmbito da própria escola, não irão desaparecer. O que pode desaparecer são os recursos e as ações governamentais voltados a preparar e oferecer orientações a profissionais que trabalham na educação para enfrentar tais questões.

E mais: como nossa experiência demonstrou, estudantes demandam pautar questões que lhes são caras. Nesse sentido, é importante refletir que vivenciamos um momento de “mudanças de sensibilidades”, isto é, de mudanças de convenções sobre gênero, sexualidade e violência, sobre as quais a escola não pode se omitir; momento no qual também vemos se consolidar o espraiamento do acesso à internet, o que impacta a distribuição, recepção e produção de reflexões feministas. Ou seja, as pessoas têm mais acesso a determinados debates e mais sujeitos passam a produzir conteúdos sobre determinados assuntos (FACCHINI e FERREIRA, 2016).

E não nos parece que tenha sido por acaso que os estudantes procuraram a professora de Sociologia para atuar como sua parceira, o que torna fundamental discutir o papel desta disciplina no Ensino Médio e no espaço público. Neste sentido, os antropólogos Sérgio Carrara, Júlio Simões e Isadora França analisam que, no contexto atual, o conhecimento produzido pelas Ciências Sociais vem sendo duramente atacado por meio de estratégias de inversão pelas quais “se acusa o conhecimento [das ciências sociais] de ser ‘ideológico’ apenas para impor a todos uma única e bem conhecida ideologia”, como os autores exemplificam com o que chamam de “falácia da ‘ideologia de gênero’”, que responderia a “uma estratégia política de conferir o estatuto de crença religiosa ou de posicionamento moral particular ao conhecimento científico”. (CARRARA et al, 2018, p. 77-78).

Diante de tais fatos, parece de suma importância atuar em prol da legitimidade de nossa produção intelectual no espaço público, bem como tecer produções referentes a temas como gênero, sexualidade e raça.

Na esteira desta discussão insere-se a questão sobre a obrigatoriedade do ensino de Sociologia e Filosofia no Ensino Médio. Ainda que para alguns setores da sociedade, inclusive para especialistas em educação, elas representem um avanço no sentido da consolidação de um modelo de educação mais democrático; para outros, a introdução destas disciplinas nos currículos obrigatórios tem um caráter

ideológico, por supostamente servir apenas como meio de transmissão de um pensamento político, econômico e social ligado a concepções consideradas de esquerda (MORAES, 2014).

Sabemos que nenhum pensamento científico é totalmente neutro e, no caso das Ciências Sociais, sua produção não foge de circunstâncias e disputas político-ideológicas. Para compreender isso melhor, podemos usar como exemplo o avanço dos estudos sobre gênero e sexualidade, que segundo Carrara *et al* (2018:71) “circunscreveram um inovador campo de crescente produção intelectual, tornando-se ao mesmo tempo foco significativo de incidência política para antropólogas e antropólogos no Brasil”.

É possível associar que a delimitação desse campo de estudos aconteceu concomitantemente ao avanço do discurso acerca da existência da “ideologia de gênero”, que combate os avanços dos direitos sexuais e reprodutivos e que, inclusive, conquistou o apoio de outros setores sociais compostos por seções de religiões neopentecostais e grupos que se engajam por motivações éticas e morais. Além deles, apoiadores do projeto Escola sem Partido também demonstram identificação com esse discurso, fazendo oposição a práticas educativas consideradas por eles como “doutrinação política e ideológica”. Dessa forma, consideram inadequadas abordagens que promovam a compreensão e respeito à diversidade sexual ou que problematizem as desigualdades sociais, pois julgam que a intenção dessa formação é subverter uma ordem social e moral da qual defendem a permanência (MISKOLCI e CAMPANA, 2017).

Assim como na produção acadêmica das Ciências Sociais, a abordagem dessas questões dentro da escola não pode ser ignorada. Primeiramente, por fazerem parte da produção intelectual contemporânea das Ciências Sociais mas, principalmente, porque elas se colocam como demandas nos conflitos vivenciados cotidianamente pelos estudantes, sobretudo no contexto da educação pública.

É dentro desse panorama que podemos entender a formação do coletivo, que exemplifica, de certa forma, uma demanda por uma atuação combativa frente aos problemas de opressão e discriminação (de gênero, raça e sexualidade), assim como demonstra que a produção das Ciências Sociais pode oferecer elementos para esse projeto.

Referências

CARRARA, Sérgio; FRANÇA, Isadora Lins; SIMÕES, Júlio Assis. Conhecimento e práticas científicas na esfera pública: antropologia, gênero e sexualidade. *Revista de Antropologia*, v. 61, p. 71, 2018.

ELLIS, Carolyn; ADAMS, Tony; BOCHNER, Arthur. Autoetnografia: um panorama. *Astrolábio*, n.14, 2015.

FACCHINI, Regina. Falsa ameaça. *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 18 jul. 2015. FACCHINI, Regina; FERREIRA, Carolina. Feminismos e violência de gênero no Brasil: apontamentos para o debate. *Ciência e Cultura*, v. 68, p. 04-05, 2016.

MISKOLCI, Richard; Campana, Maximiliano . 'Ideologia de Gênero': notas para a genealogia de um pânico sexual contemporâneo. *Sociedade e Estado*, v. 32, p. 725-747, 2017.

MORAES, Amaury César. Ciência e Ideologia na Prática dos Professores de Sociologia no Ensino Médio: da neutralidade impossível ao engajamento indesejável, ou seria o inverso? *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 39, n. 1, p. 17-38, 2014.

A ESTÉTICA E A EPISTEMOLOGIA TRANSGÊNERA E NEGRA NA UNIVERSIDADE BRASILEIRA: EXPERIÊNCIA DE UMA MULHER TRANS, NEGRA, PROFESSORA E PESQUISADORA NO CENTRO DE CIÊNCIAS DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RECÔNCAVO DA BAHIA

Sem autor

Resumo: A Universidade brasileira vem passando por uma crise de legitimação sociopolítica. Falo aqui do *modus operandi* de ensino superior em Saúde que orienta uma formação para atender as demandas de mercado e (de)forma sujeitos para entender e “cuidar” dos corpos e das pessoas somente por um viés sexualmente dimórfico e por uma ótica binária de Gênero, sem considerá-los nas suas multiplicidades normativas e existenciais, tampouco socioculturalmente e performaticamente contextualizados. Neste trabalho, questiono sobre quais corpos são permitidos a ocupar espaços sociais de poder, a exemplo do lócus acadêmico-científico, e legitimados de uma estética existencial e com autoridade racional para produzir ensino e conhecimento científico. Apresento algumas notas e incursões da experiência de uma mulher trans e negra que passou a ocupar o cargo de Professora Adjunta e Pesquisadora de um Centro de Formação Interdisciplinar em Saúde no ano de 2011, qual seja o Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). Nos componentes curriculares que leciono tenho buscado uma imersão pedagógica utilizando os marcadores de Gênero, Sexualidade e Raça pelo viés interseccional na compreensão ampliada acerca da Saúde e do cuidado integral. Além disso, criei e lidero um (co) Laboratório Humano de Estudos, Pesquisa e Extensão Transdisciplinares em Integralidade do Cuidado em Saúde e Nutrição, Gêneros e Sexualidades – LABTRANS/UFRB/CNPq, o qual tem possibilitado a produção de conhecimento no campo da Saúde por meio da produção de pesquisas e formação profissional paralela por um prisma interseccional e decolonial. No tocante à presença da estética e da epistemologia trans no contexto da produção de conhecimento e formação em saúde, pude vivenciar desde processos de transfobia até a deslegitimação da minha competência profissional e agência epistêmica por pares, ao mostrar uma vocalização e estética dissidente da cis heteronorma, a qual se configura como ideologia supremacista no ambiente acadêmico-científico que viola direitos humanos e restringe a ecologia epistêmica à lógica binária, branca, eurocêntrica, elitista e cis masculina. À guisa de reflexões finais, essa experiência tem sido marcada também por reconhecimento por parte dos discentes quanto à importância da presença da estética e epistemologia trans na produção de conhecimento em saúde e à luz da

ermenêutica existencial trans como horizonte epistemológico pós-cis para pensar novas abordagens de gênero e sexualidade e suas intersecções no cuidado implicado em saúde. Ademais, tal experiência, a partir do meu ponto de vista, não só tem provocado a discussão e o pensamento sobre representatividade LGBTQI+ em espaços de educação, como também, reorientado, de certa maneira, a construção de outras representações sociais e políticas acerca da estética transgênera/negra dos lugares que podem ocupar na sociedade brasileira, para além daqueles estruturalmente determinados.

Palavras-chaves: estética transgênera, epistemologia transfeminista, ensino superior em saúde, transdisciplinaridade, educação pós-cis.

TRAJETÓRIAS FEMININAS: A IMPORTÂNCIA DA REPRESENTAÇÃO

Maria Aparecida Elias Pereira¹

Resumo: Este trabalho é resultado de reflexões sobre uma experiência vivenciada com o Projeto de Extensão Serviço Social em Movimento, vinculado ao curso de Serviço Social da Universidade Federal de Campina Grande Sousa que, pelo segundo ano, atua aproximando saberes entre o curso, a universidade e os movimentos sociais e organizações populares localizados na cidade de Sousa e circunvizinhas. O projeto vem desenvolvendo uma série de atividades em forma de apoio e assessoria a estes movimentos e organizações populares, que tanto cumpre com os objetivos da extensão universitária, de vínculo com a comunidade, quanto fortalece a formação, por tratar-se de uma das competências da/o Assistente Social, constante na Lei 8662/93, que regulamenta a profissão. Destacamos ainda, que embora tenha realizado atividades em espaços e públicos diversos, o projeto tem se direcionado em seu desenvolvimento por uma perspectiva teórico-metodológica de atenção aos recortes de gênero, raça/etnia e classe social. Utilizaremos este espaço para relatar e refletir sobre a experiência com uma dessas atividades, denominada de Trajetórias Femininas. O projeto Trajetórias Femininas está sendo desenvolvido pelo Projeto de Extensão Serviço Social em Movimento, na vigência 2018, e constitui-se de maneira geral, na apresentação da trajetória de uma mulher considerada referência na arte, na literatura, na política, nas ciências naturais e sociais, na tecnologia, para que sua vida e obra possam ser conhecidas e reconhecidas por todas as pessoas, principalmente por outras mulheres, estudantes, professoras, donas-de-casa, comerciantes, advogadas, agricultoras, cientistas, etc., cujo encontro poderia estimular nessas mulheres a pensarem sobre suas próprias capacidades, sobre o que a ausência ou presença de referências (ou de representatividade, quando se trata de política) pode provocar na vida de cada uma, a partir da conexão com mulheres de outras épocas e espaços. Afunilamos mais o relato para a primeira experiência do projeto “Trajetórias Femininas - Virgínia Woolf”. A atividade tinha dois objetivos iniciais, que podemos observar. O primeiro foi a ideia de tornar visível a trajetória de uma mulher, cuja importância é invisibilizada pela cultura patriarcal, que destaca as figuras masculinas, em detrimento ao apagamento dos feitos das mulheres pela História. Pensando e discutindo sobre essas questões de gênero, o projeto apresenta como segundo objetivo, a proposta de revestir esse conhecimento de realidade, torná-lo parte da vida das pessoas, numa perspectiva essencialmente criativa de educação popular, o espaço

¹ Especialista em História do Brasil – Universidade Cândido Mendes.
E-mail: aparecidaelias2@gmail.com

escolhido foi um pequeno bar da cidade, onde historicamente frequentam um público pequeno, mas constante de antigos clientes e estudantes universitários que vão provocando, pelo fluxo constante, a diversidade do espaço, sendo em sua maioria vindos de outras cidades e Estados. A escolha do espaço também se justifica pela perspectiva do debate, que era - além de apresentar a mulher personagem da noite - afirmar no cotidiano, as desigualdades de gênero presentes tanto na vida das mulheres antepassadas, quanto na vida da mulher que hoje vive no sertão da Paraíba. O bar como lugar de mulher. O bar como lugar de fala da mulher. O bar para que as mulheres possam falar sobre outras mulheres, e demonstrar admiração e respeito por suas obras, suas vidas, dos medos e prisões ressignificadas pelo tempo, mas ainda tão atuais. A escolha da autora literária, ensaísta, editora britânica Virgínia Woolf, nascida em 1882 e falecida em 1941, não foi totalmente aleatória, partiu da importância de sua literatura e do posicionamento político na sua arte, de crítica ao patriarcado, da sua demonstração detalhada das desigualdades entre os sexos, prevalecendo os homens. Sua obra e vida é referência para a perspectiva de sociedade feminista assumida pelo projeto Serviço Social em Movimento, pelo Serviço Social, é também a posição pessoal das/os extensionistas e professora coordenadora. Neste trabalho compartilharemos desta experiência, explicitando os conteúdos tratados, a metodologia utilizada e as reflexões provocadas, durante o evento, em que traremos alguns retratos sobre o público presente, o *feedback* no mesmo instante que se realizava, as percepções vistas e ouvidas no calor das emoções, destacaremos também aspectos da avaliação realizadas pelas/os extensionistas, posteriormente ao evento.

Palavras-chave: trajetórias femininas, Virgínia Woolf, feminismo, educação.

Introdução

O projeto de extensão Serviço Social em Movimento, vinculado ao curso de Serviço Social da UFCG Sousa atua, pelo segundo ano, aproximando saberes entre o curso, a universidade e os movimentos sociais e organizações populares localizados na cidade de Sousa e circunvizinhas. O projeto vem desenvolvendo uma série de atividades em forma de apoio e assessoria a estes movimentos e organizações populares, que tanto cumpre com os objetivos da extensão universitária, de vínculo com a comunidade, quanto fortalece a formação, por tratar-se de uma das competências da/o Assistente Social, constante na Lei 8662/93, que regulamenta a profissão.

Destacamos ainda, que o projeto se direciona por uma perspectiva teórico- metodológica crítica dialética, de apreensão da realidade em sua totalidade com atenção aos recortes de gênero, raça/ etnia e classe social que permeiam as relações sociais e estruturaram as desigualdades na sociabilidade burguesa contemporânea. Por se tratar de um projeto composto majoritariamente por mulheres e pela própria demanda social de enfrentamento à opressão e violência que historicamente têm sido submetidas às mulheres, é importante frisar que na construção de cada atividade está imbuída a perspectiva feminista, anticlassista e antirracista de transformação dessa realidade.

Este trabalho tem por objetivo relatar e refletir acerca da experiência com uma dessas atividades, denominada de “trajetórias femininas”. O ciclo de atividades “trajetórias femininas” está sendo desenvolvido pelo Projeto de Extensão Serviço Social em Movimento, na vigência 2018 e constitui-se de modo geral, na apresentação da trajetória de mulheres consideradas (apesar do patriarcado) referências nos mais amplos espaços da vida social, da produção do conhecimento à arte, literatura, política, tecnologias, etc., para que suas vidas e obras possam ser (re)conhecidas, principalmente por outras mulheres, objetivando que esse “encontro” possa estimulá-las a pensar sobre suas próprias capacidades, sobre a importância que a ausência e/ou presença de referências e representatividade (quando se trata de política) pode provocar na vida de cada uma, a partir do (re)conhecimento das vivências de mulheres de outras épocas e espaços.

Nos deteremos nesta ocasião ao relato da primeira experiência do projeto com a “trajetórias femininas: Virgínia Woolf”. A atividade tinha como objetivo inicial, como já foi mencionado, tornar visível a trajetória de uma mulher, cuja importância é invisibilizada pela cultura patriarcal, que destaca as figuras masculinas, em detrimento ao apagamento da participação das mulheres na construção das sociedades de todos os tempos.

Dessa forma, a escolha da autora literária, ensaísta, editora britânica Virgínia Woolf, nascida em 1882 e falecida em 1941 não foi aleatória, partiu da importância de sua obra, do posicionamento político de crítica ao patriarcado contido nas suas narrativas e reflexões, que demonstram as desigualdades entre os sexos, em que prevalecem os homens, e a torna influência para a construção de teorias feministas e de outras narrativas em que a mulher ocupe o lugar central.

Pensando e discutindo sobre as questões de sexo e gênero, o projeto se propõe como segundo objetivo, a proposta de revestir esse conhecimento de realidade, torná-lo parte da vida das pessoas e numa perspectiva essencialmente criativa de educação popular, o espaço escolhido foi um pequeno bar da cidade, onde historicamente frequentam um público pequeno de antigos clientes e estudantes universitários que vão provocando, pelo fluxo constante, a diversidade do espaço.

Compartilhamos desta experiência, portanto, explicitando os conteúdos abordados através da exposição sobre Virgínia Woolf, bem como a metodologia utilizada e as reflexões provocadas durante o evento e após, em avaliação realizada pelas/os extensionistas, em que buscaremos apresentar alguns retratos do público presente, as discussões fomentadas e as percepções que indicavam diferentes emoções como respostas às provocações feitas durante a exposição e o debate.

Metodologia

O campo de trabalho em que se insere o projeto de extensão Serviço Social em Movimento são os movimentos sociais e as organizações populares, portanto, faz-se necessário vincular a articulação dos conteúdos e problemáticas inseridas nas atividades realizadas com uma metodologia de educação. Sob a perspectiva teórico-metodológica de apreensão da totalidade que orienta a formação profissional em Serviço Social apresenta-se a relação que a educação tem com a reprodução do modo de produção capitalista. Nesse sentido, Mészáros (2008, p. 45) vai destacar como se fazem necessárias transformações “essenciais”, não apenas “formais” no campo da educação, para se construir uma nova forma de sociabilidade em emancipação humana.

Dessa forma, compreendemos a necessidade de pensar as atividades com base nos princípios da educação popular, da dialogicidade, participação popular e atuação sobre a realidade concreta (PEREIRA, 2010) ao se buscar obter os resultados almejados, que seria o fortalecimento dos processos de consciência de classe para si (IASI, 2007), mas que esta traga em si a perspectiva emancipatória feminista antirracista.

Estes também foram os aspectos que nortearam a construção da atividade “trajetórias femininas”, quando se planejou como metodologia a roda de conversa, na calçada de um pequeno bar localizado numa área residencial tradicional de classe média e trabalhadora. A escolha do local levou em consideração transpor os lugares comuns de discussão de temas relevantes para a sociedade, na tentativa de fazê-la chegar às pessoas de uma maneira mais ampla e dinâmica.

Objetivava ainda desnaturalizar os costumes patriarcais persistentes na sociedade, especificamente a local, que limitam e definem os espaços que as mulheres podem ocupar. A escolha do espaço também se justifica pela perspectiva do debate, que era - além de apresentar a mulher personagem da noite - afirmar no cotidiano as desigualdades de gênero presentes tanto na vida das mulheres antepassadas, quanto na vida da mulher que hoje vive no sertão da Paraíba.

O bar como lugar de mulher. O bar como lugar de fala da mulher. O bar onde as mulheres possam falar sobre outras mulheres, demonstrar admiração e respeito por suas obras, suas vidas, discutir abertamente sobre os medos e prisões enfrentadas pelas mulheres, ressignificadas ao longo do tempo, mas ainda tão atuais.

Trajetórias femininas: a importância da representação

O encontro para falar das “trajetórias femininas: Virgínia Woolf” aconteceu no início da noite do dia 13 de setembro de 2018. O “bar do João Pequeno” foi se enchendo de pessoas para sua pouca capacidade de atender um grande número de clientes. Algumas mesas na calçada, em uma rua pouco movimentada, ainda habitada por moradores que ocupam as calçadas à noite para conversar e deixar livre as crianças. Pela tradição local, o bar não possui nem permite o uso de aparelhos de som pelos clientes, o que favorece o diálogo entre as pessoas e contribuiu para que o som do microfone, permitido o seu uso, estendesse a capacidade de diálogo até os vizinhos mais próximos que ouviam de suas calçadas.

O público vai sendo composto por estudantes do curso de Serviço Social, como também de outras áreas, informados pelas divulgações nas redes sociais. Eram majoritariamente mulheres e, entre elas, foi possível visualizar uma criança sob os cuidados de uma delas. Presentes estavam também alguns homens, alguns interessados na temática e outros que são frequentadores do bar e apenas observavam curiosos toda aquela movimentação atípica.

A conversa se inicia com a apresentação do projeto de maneira breve e logo chegamos na abordagem da trajetória de Virgínia Woolf, uma mulher nascida na Inglaterra ainda no Século XIX e em sua relação com a luta feminista. As menções aos aspectos da sua biografia foram apresentados, relacionando-os ao conteúdo de suas obras, na intenção de retirar o caráter quase “místico” que temos de autores consagrados e de outras épocas e assim poder reafirmar a mulher real que existiu, viveu as contradições do capitalismo e do patriarcado em sua própria época e deixou, como legado, importantes obras que denunciam esse sistema de opressão da mulher, sem mencionar o destaque que obteve sua literatura.

Vale salientar que a análise literária não era o objetivo central da apresentação da escritora, mas revelar aspectos de sua vida e obra que dialogassem com a materialidade da vida em nossa época e contribuíssem para a identificação das expressões do sistema patriarcal na vida de mulheres comuns.

Expressões que Woolf (2014) aponta no ensaio “Um teto todo seu”, resultado de conferências oferecidas para universidades inglesas em 1928. Participações solicitadas para discorrer sobre a mulher e a ficção, mas que a autora aproveita para demonstrar os inúmeros impedimentos que as mulheres vivenciaram historicamente para serem reconhecidas como sujeitos autônomos, capazes de transcender dos papéis socialmente construído para a mulher, de subserviência, castidade, maternidade compulsória, entre outros, destruindo nas mulheres a capacidade criativa inerente aos seres humanos, que se revela no que a autora chama de anonímia “o desejo de ficar escondida ainda a toma por inteiro” (WOOLF,

2014, p. 75), resultado de séculos de reprovação social e hostilidade que enfrentavam as mulheres que se atreviam a não cumprir os papéis obrigatórios, trabalhar para si e desenvolver suas habilidades.

As discussões provocadas pela leitura de trechos e sobre o relato de fatos da existência de Virgínia Woolf foi aos poucos envolvendo o público presente numa atmosfera de reconhecimento de experiências comuns, angustiantes no sentido de que muitas das violências que as mulheres sofriam, das quais a própria Virgínia não esteve imune, permanecem atuantes, muitas delas reforçadas, expressas nos altos números de feminicídios no Brasil, por exemplo.

Por outro lado, o reconhecimento se deu também no sentido que a própria Woolf (2014) notadamente desejava, quando demonstra com o relato das experiências, até certo ponto vitoriosas, de mulheres que lutaram por sua emancipação e enfrentaram com rebeldia o patriarcado a partir da compreensão das próprias capacidades criativas. Em “Um teto todo seu” conclama as mulheres a buscarem emancipação através do trabalho e da aquisição de um espaço próprio onde possa desenvolver sua autonomia.

Essas duas formas de reconhecimento da representação foi distinguida nesta ocasião, por um lado, pelas discussões posteriores a explanação sobre as desigualdades entre homens e mulheres, acaloradas pela interpelação de alguns dos homens frequentadores do bar, que questionavam o motivo daquela conversa e daquela reunião, visivelmente incomodados com a temática abordada e com o posicionamento das mulheres que participavam da conversa e relatavam a identificação com o que estava sendo colocado através de Virgínia Woolf.

De outro modo, toda a construção daquele momento e o aprofundamento sobre a obra da escritora, sua incitação à escrita como forma de resistência foram determinantes para impulsionar a escrita e leitura para o público presente de uma “carta para Virgínia Woolf”, de minha autoria.

A carta como forma de conexão com as mulheres antepassadas que somente podiam escrever cartas, pois “as cartas não contavam, uma mulher poderia escrever cartas enquanto passava o tempo à cabeceira do pai doente, poderia escrevê-las perto da lareira enquanto os homens conversavam, sem incomodá-los” (WOOLF, 2014, p. 92). Conexão e reconhecimento da importância de sua obra e da força da representatividade para nos impulsionar rumo ao mundo que queremos.

Considerações

Diante do exposto, consideramos exitosa a realização desta atividade no sentido em que correspondeu com os objetivos iniciais de apropriação e expansão do conhecimento acerca das mulheres cuja vida e trabalho denota uma expressiva participação histórica, mas que tem seu reconhecimento invisibilizado, sua importância relativizada, quando não são tratadas apenas como mulheres loucas ou desajustadas, promíscuas em seus relacionamentos.

A recepção à temática refletida na presença e participação ativa do público revela que há um interesse, uma demanda implícita que solicita discussões nesse sentido. Ou ainda, que novos formatos de

troca de saberes, com perspectivas mais horizontais de debate e menos enrijecimento, expresso no modelo formal de ensino restrito às salas de aulas podem ser fortes aliados na consolidação de uma educação popular e emancipatória.

Apresentar essas trajetórias do ponto de vista feminista contribui para fortalecer desejáveis fissuras na cultura patriarcal ainda dominante, por menores que possam parecer não são insignificantes. Nesse sentido, se demarca a importância da representação para as mulheres e, mais ainda, para mulheres negras que não se veem representadas nos papéis sociais de importância, nesta sociabilidade estruturada política, econômica e socialmente por homens brancos e ricos.

Referências

IASI, M. L. Ensaios sobre consciência e emancipação. São Paulo: Expressão Popular, 2007. MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. Tradução Isa Tavares. 2. ed. - São Paulo: Boitempo, 2008.

PEREIRA, D. F. F.; PEREIRA, E. T. Revisitando a história da educação popular no Brasil: em busca de um outro mundo possível. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n.40, p. 72- 89, dez.2010 - ISSN: 1676-2584. Disponível em: http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/40/art05_40.pdf. Acesso em: 15 de out. 2018.

WOOLF, Virgínia. Um teto todo seu. Tradução: Bia Nunes e Glauco Mattoso. São Paulo: Tordesilhas, 2014.

SERVIÇO SOCIAL EM MOVIMENTO: REPENSANDO O FEMINISMO NO ALTO SERTÃO PARAIBANO

Sem autor

Resumo: O presente trabalho tem como propósito refletir sobre a experiência do projeto de extensão “Serviço Social em Movimento: mobilização popular e práticas educativas junto à movimentos sociais e organizações populares”, realizado na Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) *campus-Sousa*- PB. Tal projeto situa-se entre as propostas de extensão universitária que se propõem a construir experiências de articulação e trabalho conjunto com os movimentos sociais e organizações populares, em um contexto no qual temos assistido novos sujeitos coletivos colocarem-se em movimento nas últimas décadas, com caráter profundamente heterogêneo e muitas vezes sem experiências organizativas anteriores e com o desafio de se reinventarem em suas bandeiras de luta e estratégias de ação política a partir das novas condições sócio-históricas encontradas. Na nossa percepção o projeto contém em si a possibilidade de problematizar o patrimonialismo, o clientelismo e a subserviência historicamente presentes na cultura política local do sertão paraibano e identificar e trabalhar com as dificuldades de organização e mobilização popular enfrentadas por aqueles e aquelas que se desafiam cotidianamente a vivenciar o território-sertão como sendo também espaço privilegiado de lutas e resistências. Na medida em que acreditamos que nisto reside o fundamento para a necessidade e pertinência do projeto face às características da região em foco, também entendemos que o mesmo apresenta significativa relevância para a função pública da universidade, para a formação profissional em Serviço Social e para a própria organização dos movimentos articulados no território sousense. No ano de 2018 projetou e organizou em torno de três questões principais: as relações sociais de gênero, os feminismos e as mulheres trabalhadoras rurais. Para isso desenvolveu ações em 4 eixos orientadores de intervenção, junto ao público alvo de estudantes extensionistas, lideranças e integrantes de movimentos sociais e sociedade civil: 1) formação que compreendeu a realização de palestras, grupo de estudo, oficinas, dinâmicas de educação popular, assembleias comunitárias, fóruns e produção de materiais didáticos; 2) organização no sentido de fomento de estudos e pesquisas que pudessem potencializar os processos de auto organização dos movimentos em torno das suas condições de vida e trabalho; 3) lutas que aglutinou ações e atividades que contribuíram para a visibilidade das reivindicações dos movimentos locais; e 4) intervenções artístico-culturais, eixo que realizou a articulação entre os saberes científico, popular e artístico cultural, a partir de cine debates, saraus de poesia e performances artísticas. Nesse eixo desenvolvemos em parceria com o Centro Cultural Banco do Nordeste a atividade mensal: **“Trajetórias femininas: Como eu não conhecia essa mulher?”**, que tem como objetivo principal dar visibilidade a história de mulheres

ou ações realizadas por mulheres em diversos campos do conhecimento, dos movimentos sociais, da política e das artes. Historicamente as mulheres foram invisibilizadas da história oficial e relegadas a atividades complementares nessas áreas; entretanto, há muitas mulheres que resistem e que são desconhecidas do grande público. Ecoar a história das mulheres ou ações realizadas por mulheres contribui para que enquanto categoria social outras mulheres se empoderem, fortaleçam e tensionem as relações desiguais de gênero. Todas as ações do projeto de extensão tiveram como foco a ampliação dos debates feministas na região do Alto sertão paraibano e se realizaram nas cidades de Pombal, Sousa, Cajazeiras e Aparecida. Convém mencionar que a região tem traços marcantes da religião e tradição, principalmente articuladas em torno dos arquétipos morais, sociais, culturais e estéticos do sertão e do patriarcado. Neste sentido, há uma apropriação material e simbólica do corpo das mulheres, a partir da reprodução dos valores tradicionais do patriarcado, dentre eles, a separação entre público e privado, a valorização da família e da maternidade, bem como a centralidade na religiosidade. A experiência de militância anti-patriarcal na região se constituíram fundamentalmente atrelada as lutas pela terra e reforma agrária e, nos últimos anos a partir da expansão das universidades na região – mesmo que de forma embrionária.

Palavras- chave: Feminismo; extensão; universidade

O MOVIMENTO ESTUDANTIL COMO ESPAÇO PARA A CONSTRUÇÃO DE DISCUSSÕES VOLTADAS A DIVERSIDADE SEXUAL, GÊNERO E IDENTIDADE DE GÊNERO.

Antonio Marlon Coutinho Barros¹

Resumo: Os grêmios estudantis vem ganhando espaço significativo no processo de construção educacional e identitária nas escolas públicas estaduais do Ceará. Desde as mobilizações dos estudantes e paralizações das escolas em 2016. A Secretaria da Educação vem pregando a importância da construção de espaços de diálogo e efetivação do protagonismo estudantil. Dito isso, o presente relato de experiências, tem por finalidade trazer dados voltados a efetivação de direitos e garantias previstas pelo estatuto da juventude. Falar-se-á sobre a participação, efetivação e observação de políticas voltadas a promoção, autonomia e emancipação dos jovens através da valorização dos diálogos com a juventude que ocorreram nos Fóruns Regionais e no Fórum Estadual dos Grêmios Estudantis realizado pela Secretaria da Educação do Estado. Nos Fóruns Regionais diversos temas foram discutidos por livre demanda dos estudantes, neles angustias e problemas sofridos em seus espaços escolares surgiram como demanda. A partir disso vários temas voltados aos direitos a diversidade e igualdade foram discutidos, a partir deles, jovens falaram sobre suas experiências dentro e fora dos contextos escolares relacionadas a vivências sobre sexualidade, contextos intergeracionais que dificultam a relação com o mundo e com eles mesmos, violências que atingem a população LGBTQ+ dentro da escola como bullying homofóbico, dentre outros temas importantes. A partir destes fóruns foram observados temáticas importantes trazidas pelos jovens em seus discursos e pensadas em oficinas que foram criadas para o Fórum Estadual dos Grêmios Estudantis. Foi a partir destas demandas que foram pensadas nos temas debatidos no fórum em diversas oficinas. Tivemos quatorze oficinas com temas transversais, sendo quatro oficinas voltadas a garantia de direitos a diversidade e igualdade sendo elas: LGBTQ+, Mulheres, Relações Etnico Raciais e Direitos Humanos. O tema foi abordado de modo mais direto na oficina voltada a garantia de direitos a comunidade LGBTQ+, porém outras oficinas tiveram a oportunidade de debater sobre o tema, como nas oficinas de participação, saúde, educação, cultura, segurança e paz, dentre outras. Sabe-se que o grêmio é espaço de construção democrática e organização dos alunos, através deles pedemos garantir

1 Graduado em Psicologia pela Universidade Federal do Ceará – UFC; Especialista em Saúde da Família pela Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB. Profissão – Técnico em Educação da Coordenadoria de Protagonismo Estudantil da Secretaria da Educação do Estado do Ceará.
E-mail: marlon.barros@educ.ce.gov.br

equidade e participação da comunidade LGBTQ+ nos processos decisórios dentro da escola. O presente relato tem como intuito falar sobre as experiências de participação dos fóruns regionais dos gremios estudantis de Fortaleza e Região Metropolitana e do fórum estadual dos grêmios estudantis, contando como os temas voltados a diversidade sexual e a homocultura. Falando sobre a promoção de bem estar e integração das juventudes, valorizando suas participações, garantindo não discriminação, respeitando individualidades, experimentando a integração entre todas os sujeitos. Os fóruns geraram espaços de reflexão e processos de construção imagética significativos para que diversos adolescestes repensem processos e inclusive entendam sobre seus direitos e deveres junto a sociedade. Reitera-se a importância do grêmio como espaço motivador de construção identitária e de respeito as diversidades e de como ele pode ser espaço de mudança para se repensar sobre as diversidades. Utilizou-se como metodologia para realização de análise dos dados colhidos a Análise de Conteúdo, tendo em vista que esta se utiliza do discurso como foco de trabalho. Ela surge como opção viável pois traz a vivência do grupo como meio de expressão dos sujeitos e do que eles experimentam dentro e fora dos processos grupais na escola. A partir daí dividiu-se o relato de experiência em dois eixos temáticos que abordam os temas trazidos em questão, sendo eles: 1) as competências socioemocionais e características pessoais dos sujeitos e 2) problemas que dificultam o desenvolvimento de uma escola democrática. Após isso será pontuado sobre as influências dos direitos a diversidade e igualdade, como eles podem ser preservados e implementados nos espaços escolares e como a própria juventude mostra que este é um assunto importante e que aparece como demanda urgente a ser discutida por toda a comunidade escolar.

Abstract: Student groups have been gaining significant space in the process of educational and identity construction in state public schools in Ceará. Since the mobilizations of students and paralyzes of schools in 2016. The Secretary of Education has been preaching the importance of building spaces for dialogue and effective student leadership. That said, the present report of experiences, aims to bring data aimed at the realization of rights and guarantees provided by the youth statute. We will talk about the participation, implementation and observation of policies aimed at the promotion, autonomy and emancipation of young people through the appreciation of the dialogues with youth that took place in the Regional Forums and in the State Forum of Student Scholarship held by the State Education Secretariat . In the Regional Forums various topics were discussed by free demand of students, in them anxieties and problems suffered in their school spaces arose as demand. From this, several themes focused on the rights to diversity and equality were discussed, from them, young people spoke about their experiences inside and outside the school contexts related to experiences about sexuality, intergenerational contexts that hinder the relationship with the world and with themselves, violence that affects the LGBTQ + population within the school as homophobic bullying, among other important topics. From these forums were observed important themes brought by young people in their discus and thought of workshops that were created for the State Forum of Student Scholars. It was from these demands that the topics discussed in the forum were considered in various workshops. We had fourteen workshops with cross-cutting

themes, with four workshops aimed at guaranteeing diversity and equality rights: LGBTQ +, Women, Race Relations and Human Rights. The theme was addressed in a more directive manner in the LGBTQ + community, but other workshops had the opportunity to discuss the theme, such as participation workshops, health, education, culture, security and peace, among others. It is known that the school is a place of democratic construction and student organization, through them we ask to guarantee equity and participation of the LGBTQ + community in the decision-making processes within the school. The present report aims to talk about the experiences of participation of the regional forums of the student unions of Fortaleza and Metropolitan Region and the state forum of student groups, counting as the themes focused on sexual diversity and homoculture. Talking about the promotion of well-being and integration of youth, valuing their participation, ensuring non-discrimination, respecting individualities, experiencing integration among all subjects. The forums have generated spaces for reflection and significant imagery processes for various adolescents to rethink processes and even understand their rights and duties with society. It reiterates the importance of the guild as a motivating space for building identity and respect for diversity and how it can be a space for change to rethink diversity. It was used as methodology to carry out the analysis of the data collected the Content Analysis, considering that this is used of the discourse as work focus. It emerges as a viable option because it brings the group experience as a means of expression of the subjects and what they experience inside and outside the group processes in the school. From this point of view, the experience report was divided into two thematic axes that address the issues raised: (1) the socio-emotional skills and personal characteristics of the subjects; and (2) problems that hamper the development of a democratic school. After this will be punctuated on the influences of the rights to diversity and equality, how they can be preserved and implemented in the school spaces and how the youth itself shows that this is an important subject and that appears as urgent demand to be discussed by the entire school community.

Key words: student society, social participation, diversity, democracy, human rights.

Introdução

Entre os meses de julho e agosto estive responsável por compartilhar e mediar momentos de construção coletiva e estímulo ao protagonismo estudantil junto aos grêmios estudantis de todas as escolas públicas estaduais participantes dos fóruns regionais em Fortaleza e Região Metropolitana.

Tendo em vista os contextos das greves escolares vivenciadas nas escolas públicas estaduais do Ceará, iniciadas em abril de 2016 e que perduraram até o mês de agosto do mesmo ano. Em meio a luta por direitos por uma educação de qualidade, melhores condições de estrutura das escolas, reajustes nos salários dos professores da rede, merenda escolar de qualidade, direito a uma escola democrática e justa, parte considerável dos alunos das escolas públicas do estado resolveram apoiar a greve iniciada pelos professores e foram a luta por uma escola democrática e com direito a voz e vez.

Até então as escolas constavam com uma greve pouco fortalecida, com uma rede que contava com significativo número de professores substitutos que não aderiram a greve por medo de perder seus contratos. Contando com a ajuda de órgãos colegiados e comunidade onde as escolas estavam inseridas, alunos se organizaram e ocuparam as escolas garantindo a efetividade do processo de luta por melhores condições escolares.

Diante de tal contexto a Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC), tendo como secretário de educação Idilvan Alencar, resolveu com a ajuda a Célula de Protagonismo Estudantil, na época coordenada por Marcelino Ferreira, realizar processos de construção de diálogos e intervenção nas escolas ocupadas através da Célula de Mediação de Conflitos e Cultura de Paz.

Inicialmente o processo era de construir diálogos e ouvir o que os alunos traziam como angústia e o que consideravam necessário para o fim da greve.

Paralelo a tudo isso, articulações para a construção de grêmios estudantis e facilitação de diálogo entre gestão e corpo discente eram pensadas junto a equipe de Protagonismo Estudantil. Entendendo que o grêmio estudantil é uma célula autônoma, construída a partir de processos dos próprios estudantes e para os estudantes, compreende-se a importância dele para o desenvolvimento de uma escola democrática (Instituto Sou da Paz, 2005), em que o estímulo ao diálogo e a cultura de paz deve ser principal foco, sendo o grêmio uma forma importante e significativa do aluno lutar por seus direitos de modo organizado.

Sendo assim, logo após o fim da greve, com o intuito de construir diálogos mais fortes entre discentes e gestão. Os estudantes foram estimulados a construir grêmios estudantis a fim de garantir a participação de todos nos processos decisórios dentro do ambiente escolar, tendo como principal meta a participação democrática a todos nas decisões que envolvem a escola.

Foi observado um esforço significativo dos próprios estudantes, da gestão escolar e também da Secretaria da Educação - através da Célula de Protagonismo Estudantil, durante o fim de 2016 e início de 2017, em que todos destinaram energia e trabalho com o intuito de transformar os espaços escolares através da implantação dos grêmios. Diversas foram as iniciativas criadas por parte dos alunos que

buscaram formas de se inserir nos espaços e construir projetos para assegurar uma escola com espaços de reflexão e mudanças.

No mês de junho, em parceria firmada com o projeto Eleitor de Futuro, do Tribunal Regional Eleitoral e a Secretaria da Educação - através da Célula de Protagonismo Estudantil, realizou em todo o estado do Ceará, junto as Coordenadorias Regionais de Desenvolvimento da Educação (CREDES) e Superintendências das Escolas de Fortaleza (SEFORs) os Fóruns Regionais dos Grêmios Estudantis. Neste evento palestras foram ministradas e grupos de trabalho foram construídos onde os facilitadores tinham como principal intuito elaborar documentos trazendo os principais pontos abordados, as realidades vividas por cada grêmio estudantil em suas diversas cidades e regiões, o que estes traziam como demanda, bem como os projetos que vinham sendo colocados em prática em suas escolas.

Participou-se ao todo de 4 encontros, sendo um para cada CREDE/SEFOR, tendo a SEFOR 3 dividido o seu Fórum em dois encontros para facilitar o processo de mediação dos grupos devido ao grande número de escolas desta região e conseguir fazer com que o maior número de alunos participasse ativamente do processo.

Metodologia

No início das atividades foi realizado uma dinâmica baseada em um poema de Érico Rodrigues, chamado “Entre muros e pontes”, nele pedimos que os alunos escrevessem em um papel os muros, impedimentos e características que os empatavam de alcançar seus objetivos, fossem estes “muros” características internas (próprias de sua personalidade) ou externas (política, pobreza, violência, por exemplo).

Pedia-se que, após escrever no papel os seus “muros”, era pedido que todos destruíssem esses muros e em seu lugar construíssem pontes com características suas que fossem positivas e que os levassem a vencer obstáculos. O papel com os “muros”, impedimentos de cada um foram rasgados, adquirindo simbolicamente um espaço de superação, já as “pontes”, características positivas foram recolhidas ao final de cada encontro a fim de que pudéssemos observar que características são mais comuns e que apareceram com mais constância em seus discursos e assim pudesse ser pensado de que modo essas características poderiam ajudar a mudar suas escolas, tornando-as espaços mais democráticos.

A estrutura dos encontros ocorreu de modo uniforme, contando com uma palestra intitulada “Participar dos processos decisórios na esfera social e política”, proposta de tema dada pelo próprio Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará - TRE-CE.

No decorrer da palestra foi conversado diversos temas junto aos alunos de forma compartilhada, em que seus conceitos e preceitos sobre o assunto eram debatidos e levados a explorar contextos histórico e político atuais.

De início levou-se os jovens a pensar em conceitos de cidadania, cidadania participativa, democracia e como esses termos foram criados, refazendo uma trajetória histórica até chegar nos dias atuais e como eles se encaixam na atuação dos grêmios de maneira efetiva.

Em seguida foram abordados temas como a atuação do grêmio estudantil para garantir uma escola democrática, as formas de organização do grêmio e suas atribuições, assim como as leis que respaldam e dão legalidade ao trabalho e a importância das agremiações estudantis nos espaços escolares, como a Lei Federal Nº 7.398, DE 04 de novembro de 1985, que “garante a organização de entidades representativas dos alunos de 1º e 2º grau”; a Lei 8,069 de 13 de julho de 1990 - “que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e dá suas providências (CAP. IV. Art. 53 - IV - assegura o direito e participação em entidades estudantis)”; a lei 13.005 de 25 de junho de 2014 que:

Aprova o plano nacional da educação (PNE) e dá outras providências (META 19.4: estimular, em todas as redes de educação básica, a constituição e o fortalecimento de grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se-lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações. (Brasil, 2014)

Por último foi conversado com os alunos sobre a importância da mediação e realização de uma comunicação dialógica para construção das atividades de maneira a garantir o desempenho máximo das ações do grêmio. Ensinando os alunos a estar sempre disponível a ouvir o próximo sem realizar julgamentos de valor, aceitando críticas de maneira positiva e estimulando o processo de construção de sugestões a fim de melhorar o desempenho de ações dos gremistas..

Como o evento ocorreu durante todo o dia, sendo dois turnos, no primeiro realizou-se discussões sobre o conteúdo abordado abrindo espaço para diálogos saudáveis entre os próprios estudantes.

No turno seguinte criaram-se grupos de discussões com uma pergunta geradora; viu-se que realizar grupos de discussão com temas pré-estabelecidos (como possíveis ações que o grêmio pode desenvolver? O que o gremio representa na minha escola? Quais ações cada representante do grêmio atual desenvolve?) restringiam o encontro e poderia tornar negativa a possibilidade de diálogo, além de não estimular os alunos a desenvolver propostas criativas de ações para o grêmio.

Entende-se que a construção torna-se mais viva, participativa e autêntica quando os próprios alunos escolhem o que desejam falar, sendo assim foi escolhido utilizar uma pergunta geradora. Uma pergunta simples que pôde levar o aluno a falar sobre tudo que lhe inquieta, sem restringi-lo a discutir um único tema.

Sendo assim, dividiu-se os alunos em grupos de dez e pediu-se que eles respondessem a seguinte pergunta “O que te sufoca?”. Tal pergunta leva o aluno a pensar sobre muitos processos que acontecem em seus ambientes escolares e como eles observam problemas e temáticas que cabem em seus contextos escolares.

Foi pedido que conversassem sobre o que os sufoca dentro do grêmio estudantil, o que os impedia de realizar o que pretendiam. A proposta da pergunta geradora foi bem positiva, os alunos realmente se sentiram empoderados para falar sobre o que lhes afligia e consideravam importante compartilhar naquele momento e espaço, observando em suas falas não apenas discursos negativos, mas também diversos pontos positivos do que estão conseguindo realizar e como estão obtendo ajuda.

Em grupos de dez alunos, eles conversaram e falaram sobre o que lhes sufocava, um de cada vez tinha seu tempo e compartilhava com o colega o que lhe afligia nos processos do grêmio estudantil.

Em seguida foi pedido que todos os grupo pudessem compartilhar seus processos com os demais colegas e que assim todos tivessem a oportunidade de juntos pensar sobre construções políticas e como eles podem se empenhar no desenvolvimento de ações que vão de encontro às necessidades de cada escola.

Resultados

Teremos dois tipos diferentes de resultados relacionados a este processo. O primeiro deles referente às competências socioemocionais e características pessoais que os alunos consideram importantes para conseguir realizar seus sonhos e que são próprias de sua personalidade. Obtidas através dos papéis com as “pontes”, onde os alunos teriam que preencher com aspectos de sua personalidade que poderiam modificar suas vidas.

Entende-se por competências socioemocionais: as competências socioemocionais constituem uma integração de saberes e fazeres sobre si mesmo e sobre os demais, apoiando-se na consciência, na expressão, na regulação e na utilização (manejo) das emoções, cujo objetivo é aumentar o bem-estar pessoal (subjetivo e psicológico) e a qualidade das relações sociais. Em resumo, a inteligência emocional, a regulação emocional, a criatividade emocional e as habilidades sociais integram um conjunto mais amplo denominado de competências socioemocionais. (Gondim et al, 2014).

O segundo resultado, refere-se a pergunta geradora utilizada “O que te sufoca?”. Neste segundo momento observamos diversos problemas que assolam a relação dos alunos com o grêmio e como eles se veem muitas vezes de mãos atadas por não conseguir dar conta de pensar em soluções ou como trabalhar certas temáticas na escola.

Todos os quatro Fóruns realizados tiveram debates acalorados, os alunos estavam bem insatisfeitos com os problemas encontrados em suas escolas, na maioria das vezes acabavam entendendo o grêmio como espaço de cobrança por mudanças estruturais dentro da escola, como se eles fossem responsáveis pelo pedido de trocar lâmpadas, reformar quadras e salas; a insatisfação com a merenda escolar servida durante o intervalo, entre outros problemas foi recorrente. Percebe-se no discurso de parte do grupo que o grêmio assume um lugar de organização fiscalizadora de atividades dentro da escola.

Claro que tal atitude também cabe ao grêmio, mas esta não é sua principal função, a palestra e o momento dos grupos de discussão foram importantes pois os alunos puderam exteriorizar suas insatisfações frente a SEDUC/CREDE/SEFOR/Gestão e também, partilhar e conhecer outras realidades escolares.

Discursos inflamados e alunos insatisfeitos com diversos aspectos do modo de se fazer educação, tornaram o espaço de diálogo e construção de vínculos bem difícil, porém, aos poucos foi se tornando possível estabelecer espaços comuns de desejo por melhorias e conversar com alunos sobre o grêmio

como espaço político e de luta por melhorias em toda a comunidade escolar foi se tornando algo mais palpável.

Alguns fóruns contaram com menor participação dos grêmios. Mesmo com a forte divulgação através de e-mail, whatsapp dos gestores e ligações, o apoio das escolas e envio dos alunos teve uma baixa adesão. Tivemos uma média de 60% dos grêmios participantes na SEFOR 1, que compreende as regionais 1 e 3 de Fortaleza). Já a SEFOR 2 (Regionais 2 e 6), SEFOR 3 (Regionais 4 e 5) e CREDE 1 (Região metropolitana), contou com representantes de mais de 95% de suas escolas.

Como já dito anteriormente, ao final do encontro foram recolhidos os papéis com as pontes (competências socioemocionais e características pessoais) e os papeis com a pergunta geradora (O que te sufoca?). A partir daí encontramos pontos comuns em todos os discursos, criando-se então categorias com os principais dados colhidos.

Neste relato de experiência utilizou-se o método de pesquisa qualitativa já que temos o intuito de interpretar o fenômeno através do discurso dos jovens que participaram dos Fóruns Regionais dos Grêmios Estudantis. A pesquisa qualitativa faz-se relevante aqui, pois nos permite manipular determinadas características que podem aparecer ou não no discurso dos sujeitos participantes do evento.

A técnica escolhida para a análise mais consistente dos dados dentre as existentes na pesquisa qualitativa é a Análise de Conteúdo, já que esta usa o discurso como foco, permitindo que lancemos inferências diante do conteúdo colhido na pesquisa. A Análise de Conteúdo surgiu como opção por trazer a vivência no grupo como um meio de expressão do sujeito e do que ele experimenta dentro e fora do processo grupal. Com isso, buscou-se examinar de maneira criteriosa a narrativa dos jovens à procura de palavras e frases que fossem mais frequentes. Observando as devidas relações com as vivências em grupo que visavam trazer perspectivas, anseios e modos de se perceber o processo de participação social no processo de construção de uma escola mais democrática.

Portanto, foi trabalhado com categorias a priori que guiaram o presente relato de experiência para que assim fosse seja possível trabalhar o discurso reproduzido pela Análise de Conteúdo, tentando encontrar significações e equivalentes dessas significações dentro dos documentos colhidos. Dentro dessa análise temática, as categorias foram surgindo e se construindo através dos temas que vieram a ser trabalhados, atentando para pontos comuns na fala dos jovens, visando, assim a criação de agrupamentos de análise.

Existiram dois momentos distintos os quais ajudaram no desenvolvimento da pesquisa. Um momento de pré-análise, em que foi organizado, catalogado e transcrito o material estudado e colhido. No caso, os registros dos próprios participantes, os registros informais colhidos pelo autor do presente trabalho, durante a realização dos grupos. Em seguida buscou-se por unidades de sentido que ajudaram a fundamentar o que está analisado abaixo de maneira mais específica. Depois, buscou-se explorar este material, organizando-o através de quadros temáticos de unidades de sentido para permitir as descrições. Por último, temos o tratamento dos resultados em que se irá relacionar o discurso e os

documentos analisados das ações dos indivíduos e em grupo, a fim de encontrar pontos que sejam convergentes nos discursos dos jovens.

Este relato de experiência se firmará principalmente através dos conceitos da Análise de Conteúdo, das narrativas trazidas pelo jovens durante os Fóruns Regionais dos Grêmios Estudantis, do contato através dos grupos de discussão, das representações sociais e imagens que cada um deles percebe no espaço significativo que o grêmio e a escola democrática assumem em suas vidas.

Dividimos o trabalho em duas categorias maiores como já observados, neles encontramos:

1. Competências socioemocionais e características pessoais
2. Problemas que dificultam o desenvolvimento de uma escola democrática.

Discussão

A partir daí foram analisados os documentos entregues pelos estudantes com a finalidade de encontrar quadros temáticos que dessem significado ao que foi dito, relatado e escrito por eles durante os fóruns.

Será trazido neste ponto do processo as análises realizadas a partir daí. Será abordado no presente relato de experiência apenas parte os temas, foram escolhidos apenas os temas mais relevantes e que mais se repetiram nos discursos para realização dos quadros temáticos.

Competências socioemocionais e características pessoais

As pontes referem-se a características e competências socioemocionais que irão fazer com que os alunos alcancem seus sonhos. Elas são representadas pelo que eles consideram características pessoais e intrínsecas suas que farão com que realizem seus sonhos e desempenhem cada vez melhor suas ações no grêmio.

Resiliência, Persistência e Força de Vontade

Aqui características como persistência e ter força de vontade foram competências que apareceram com maior frequência nesta parte da dinâmica. Vemos nesses jovens uma força motivadora que lhes dá garra, os leva enfrentar as dificuldades, aprendendo sempre a lidar com o erro. As respostas negativas e situações que dão errado não lhes desmotivam, lhe colocam num espaço de lutar e buscar ainda mais seus direitos e exigir participação.

Sendo assim percebemos como a resiliência, processo de entendimento de como crianças e jovens são capazes de superar adversidades como pobreza, violência, doença, fome, entre outras iniquidades sociais, de modo que o indivíduo se adapte a adversidade, supere o que ela possa trazer de prejuízo garantindo melhor qualidade de vida (Infante, 2005)

Como uma resposta global em que estão em jogo os mecanismos de proteção, entendendo por estes não a valência contrária aos fatores de risco, mas aquela dinâmica que permite ao indivíduo sair fortalecido da adversidade, em cada situação específica, respeitando as características pessoais. (Rutter, 1991)

Perder o medo de enfrentar adversidades e acreditar no potencial que o próprio sujeito carrega é algo importante que muitos citam como algo que possuem.

Liderança

Muitos se colocaram como bons líderes, disseram ser articulados, provaram que são capazes de se comunicar com os outros com facilidade, sendo responsáveis pelo grupo de modo geral.

Um aspecto importante relacionado a liderança e muito discutido entre os jovens é a capacidade de inspirar motivação nos demais colegas. A “liderança diz respeito ao enfrentamento da mudança, é a capacidade de influenciar um grupo em direção ao alcance de objetivos” (Robbins, 2002).

A partir do que foi observado, vê-se que de fato, estes jovens têm uma capacidade de estabelecer metas, ter visão de futuro, engajar e inspirar colegas a lutar pelos seus ideais e tudo isso de modo igualitário e democrático.

São eloquentes e demonstram facilidade em expor o que pensão, possuem um bom relacionamento interpessoal e são capazes de influenciar os processos de comunicação entre os colegas.

Responsabilidade Política

A importância do papel do grêmio é muito pontuada, ela vem embutida de um valor significativo do que ele trouxe e é capaz de trazer para cada estudante, características ligadas a desenvolvimento de consciência política surgem em grande número, como responsabilidade política, conhecer direitos e correr atrás destes, interesse social-político-filosófico, desejo de mudança e de um país sem corrupção, sem preconceito e sem violência.

Características relacionadas a questões interpessoais

Características sociais que envolvem outros sujeitos e a comunidade ao seu redor também foram bem recorrentes, tais como amizade, companheirismo, capacidade de construir diálogos, bom humor, saber ouvir, ajudar outras pessoas, contar com a família, trabalhar em equipe foram pontos importantes que garantem habilidades sociais importantes para o desenvolvimento de ações dentro do grêmio estudantil e em suas vidas.

Vemos aí que os alunos entendem bem o que é cidadania participativa e desenvolvem habilidades de construção de diálogos e desenvolvem habilidades significativas para alcançar seus objetivos.

Proatividade

Talvez a habilidade mais recorrente em todos os fóruns, a maioria dos alunos gremistas que participaram disseram ser proativos e estarem sempre um passo a frente, dizem não gostar de esperar pelas demandas e buscam problemas para então solucioná-los como podem.

O interesse em participar de ações que tragam efetiva mudança no ambiente escolar, fazem com que os alunos estejam sempre motivados a participar e criar projetos e soluções para melhorar os espaços escolares.

Criatividade

Outro importante ponto falado e expresso pelos alunos foi a criatividade, grande parte deles diz ser capaz de pensar em algo novo, próprio e diferente do usualmente pensado na hora de construir projetos e criar soluções para os problemas enfrentados rotineiramente pelo grêmio.

Entendemos que a “criatividade implica a emergência de um produto novo, seja uma idéia, ou invenção original, seja a reelaboração e aperfeiçoamento de produtos ou idéias já existentes” (Alencar, 1993). Para Barroco (2007), a criatividade é característica que constitui o homem é através dela que somos capazes de pensar e repensar nossa própria realidade, é através dela que torna-se possível adquirir maior consciência de si, e do outro, de pensar em modos de interação com o mundo.

Tendo em vista esses conceitos, vemos claramente a inserção e participação dos estudantes neste processo criativo, em todos os momentos dos fóruns eles buscaram expressar ideias, contrapontos, mostrando-se fora do processo alienador e pouco criativo que costumeiramente o humano se insere.

Problemas que dificultam o desenvolvimento de uma escola democrática.

Através da pergunta geradora, “O que te sufoca?”, vimos de forma recorrente no discurso dos alunos as diversas dificuldades que devem ser pensadas coletivamente entre o grêmio, a Secretaria da Educação e a própria CREDE/SEFOR e como juntos, todos podem agir para melhorar o desempenho de tais questões.

Este momento do processo demandou tempo, as insatisfações, os medos e angústias de não conseguir ou de não darem conta de motivar os colegas a não desistir do grêmio apareceram constantemente. Ouviu-se discursos inflamados de ódio ao sistema burocrático do estado e como ele dificulta os processos criativos, ouviu-se discursos também mais ponderados, alunos que entendem a dificuldade a qual todos passam, inclusive a gestão. Na verdade as falas eram múltiplas e mostravam diferentes faces do processo educacional e como este se constrói de modo muito singular em cada escola pública do estado.

Pontuamos os assuntos que mais apareceram neste processo, listando as principais demandas que surgiram por parte dos estudantes.

Falta de apoio institucional para mudanças no espaço escolar

Parte considerável dos estudantes falaram sobre a falta de apoio institucional (gestão e CREDE que não ouvem alunos) e governamental, consideram poucos os investimentos em educação. Reclamam das estruturas das escolas de tempo integral que não possuem adaptações necessárias e poucos recursos para as escolas.

Percebeu-se que parte dos alunos não entendem o processo burocrático de licitações, pregões, início de obras e como é o pedido de uma reforma. Como os tempos entre esses processos podem ser grandes, que por vezes alguns processos demoram meses ou anos e os mesmos acabam não vendo a verdadeira mudança já que a maioria está na escola apenas durante os três anos do ensino médio e as obras por vezes podem acabar demorando mais do início do pedido até a finalização desta.

As falas se elevam a um nível que vai além dos problemas puramente estruturais. Percebe-se que, diante do contexto de criação dos grêmios, parte considerável dos alunos não possui apoio da equipe gestora para construção de espaços reflexivos construído pelos alunos e para os alunos. Criou-se por parte de algumas gestões escolares um medo, ou talvez uma desconfiança pós-greve do espaço que o aluno gremista pode assumir na escola. Sendo assim muitas das ideias construídas pelos gremistas são barradas.

Espaços de discussão sobre temas transversais, desenvolvimento de ações educativas propostas pelos próprios estudantes muitas vezes são barradas o que leva ao desestímulo e desistência dos participantes do grêmio por não verem possibilidades reais de mudança.

Os processos criativos são constantemente podados, gestão ao invés de ajudar a pensar em como garantir eficiência nas ações, apenas diz que elas são impossíveis de serem realizadas encontrando problemas logísticos. O estímulo dos alunos a entender processos de organização de pequenos eventos e palestras, reserva de locais, busca de profissionais, horários e demais processos deve ser melhor ensinado e articulado, falta interesse também das gestões em explicar o funcionamento de como se dá esta organização, para que os alunos aprendam, as vezes a dinâmica da escola não dá esse tempo para o desenvolvimento de ações de ensino para o desenvolvimento destas ações.

Talvez fosse necessário que as gestões destinasse um tempo específico para ajudar os alunos no desempenho de suas atividades enquanto gremistas, assim elas podem ter maior efetividade, o não ajudar, sem explicação, gera raiva e frustração contra a própria gestão escolar por parte dos alunos.

A falta de apoio intersetorial e de interesse de órgãos como igrejas, Unidades Básicas de Saúde, Centros de Referência de Assistência Social, ONG's e coletivos da comunidade em ajudar no desenvolvimento de ações para o público jovem e da escola em receber ajuda também dificulta o trabalho dos gremistas e é trazido por estes.

Porém nem todos trazem essa perspectivas, vemos diversos gremistas contando a boa relação que conquistaram junto a gestão e como a construção de uma relação de diálogo foi positiva no processo educacional.

Por fim vale salientar conflito de gerações tão bem referido nas relações entre gestão e alunos, é uma disputa entre gerações diferentes, esta discussão foi ponto chave em todos os grupos e deve ser melhor articulada e pensada por todos que fazem parte dessa relação.

Necessidade de autonomia e voz ativa

Alunos pedem mais voz e autonomia para realizar as atividades que pretendem dentro do espaço escolar, pouco apoio tido por parte dos alunos e da gestão desestimulam consideravelmente os participantes do grêmio.

O desinteresse por parte da gestão em ajudar os alunos foi tema recorrente em todos os fóruns. Reclamam ainda da participação dos alunos nos eventos pedagógicos que ainda é bem pequena, eles querem mais representatividade, mais espaço para participar dos encontros pedagógicos, que muitas vezes tem apenas um aluno ou dois representando toda a escola.

A pouca autonomia gera nos gremistas medo sobre o futuro dos projetos que estão tentando desenvolver, já que os grêmios encontram muitas dificuldades de conseguir ajuda, apoio e cooperação das gestões, além de não possuírem autonomia alguma de realizar atividades para os estudantes.

As dificuldades geradas pela pouca autonomia, refletem na não realização das atividades propostas pelo grêmio, isto acaba levando a uma cobrança dos alunos que não estão participando diretamente dos grêmios da eficácia das ações que este vem desenvolvidas. Isso gera pressão, estresse e angústia em participantes do grêmio e acaba diminuindo a vontade de permanecer no processo, aumentando o índice de desistência de participação na gestão do grêmio.

Pouco acesso a debates sobre temas transversais importantes ao processo educacional. Muitos alunos falaram sobre a importância e do quanto precisam de ajuda para pensar em projetos que estejam além do que é exigido pela Base Nacional Curricular Comum. Os gremistas e demais alunos querem discutir diversos temas transversais como racismo, prevenção ao suicídio, automutilação, gravidez na adolescência, porte de armas, questão de gênero, política, entre outros temas e a gestão escolar, em alguns casos, se nega a ajudar a construir espaços onde tais temas possam ser refletidos.

Os gremistas alegam diversos problemas dados pela gestão para o não acontecimento de tais espaços de reflexão, desde a importância de pessoas qualificadas e não apenas estudantes nestas rodas de conversa, a falta de infraestrutura, não ter caixa de som para mediar as conversas, as dificuldades de realização de ações no contra-turno escolar, entre outros.

Dos temas levantados três se destacaram e apareceram nas narrativas dos quatro fóruns regionais dos grêmios estudantis, que foram:

Questões relacionadas a gênero. Os gremistas trouxeram a necessidade de discussão de temas que coloquem em evidência a cultura LGBTQ+ dentro dos espaços escolares a fim de tentar diminuir os casos de bullying homofóbico que acontecem constantemente.

Embora todos os alunos possam ser afetados pelo bullying, os alvos mais prováveis são aqueles percebidos como diferentes da maioria. Aqueles cuja sexualidade é vista como diferente, ou cuja identidade de gênero ou comportamento difere do seu sexo biológico, são particularmente vulneráveis. O bullying com base em orientação sexual e identidade de gênero percebidas é um tipo específico de bullying definido como bullying homofóbico. Escolas possivelmente estão entre os espaços sociais mais homofóbicos que existem. Estudos feitos em uma série de países mostram que os jovens têm maior probabilidade de sofrer bullying homofóbico na escola que em casa ou na comunidade. O bullying homofóbico não afeta apenas alunos gays, lésbicas, bissexuais, transgêneros ou intersexuais. Um estudo do Canadá encontrou um número muito maior de alunos que relatou ser alvo de bullying homofóbico que o número que efetivamente se identificou como LGBT. Conforme disse um estudante da Nova Zelândia, “Me chamavam de gay por que era menino e escrevia poesia.” (UNESCO, 2013)

Muitos alunos falaram sobre suas experiências com a sexualidade dentro do espaço escolar e do sofrimento que colegas enfrentam em ter que lidar com tais problemas.

Alguns jovens falaram inclusive como vem tentando superar preconceitos dentro do espaço escolas desenvolvendo processos de conscientização como parada LGBTQ dentro da comunidade com a finalidade de diminuir a violência contra moradores LGBTQ no entorno da comunidade, criação de coletivos LGBTQ dentro da escola, palestras e desenvolvimento de ações que estimulem o orgulho e a acabem com o preconceito estava presente em muitos discursos.

Falaram ainda sobre a importância de debater temas que envolvam empoderamento feminino, discussões sobre violência doméstica e como tentar evitá-la, entre muitos outros temas que possam garantir equidade no espaço de ensino-aprendizagem.

Questões relacionadas ao racismo. Muitos gremistas reclamam sobre a pouca possibilidade de construir debates sobre tal temática. Frisam que o número de alunos negros na escola pública é muito alto e que um trabalho de reconhecimento dos sujeitos enquanto negros e de combate a essa ideologia discriminatória que deve começar no espaço escolar.

Comentam sobre a importância do debate para o fim de um controle social imposto, na necessidade de trabalhar a percepção que os alunos possuem sobre ser negro em suas comunidades.

Os discursos dos alunos vêm permeados de problemas sofridos por ser negro. O olhar de rechaço, o medo de serem confundidos com ladrões, a forma como são marginalizados pela sua cor de pele é muito debatida. Fala-se sobre a importância de desconstruir essa escola que sofre um branqueamento nos seus modos de ser e entender o espaço do negro dentro e fora do espaço escolar, a narrativa aqui é permeada da importância de debates sobre o assunto.

Questões relacionadas a Saúde Mental. Foi recorrente os comentários sobre o número de colegas que sofrem de algum Transtorno Depressivo ou Ansioso, que já tentaram suicídio ou que diariamente praticam automutilação dentro do espaço escolar.

Muitos alunos comentaram sobre experiências pessoais e de colegas sobre a vivência com os transtornos, sobre o quanto a escola, os próprios colegas e mesmo a família encontram-se despreparados para lidar com tais situações.

Interessante perceber que muitos desses alunos entendem sobre os diversos sintomas que tais transtornos acarretam e conseguem identificar pontos de atenção nos colegas que necessitam ajuda, mas comentam se sentir pouco preparados em saber como lidar com a situação, a quem pedir ajudar ou como intervir, mesmo que seja conversando com os colegas.

Comentaram sobre o crescente número de jovens que vem se automutilando, cortando os braços e pernas, observam que muitas vezes este evento acontece como uma forma do jovem chamar atenção pra si. Para que os outros percebam que há algo errado, que eles não querem de fato tentar suicídio e sim chamar atenção. Que a automutilação adquire um caráter de expurgar sentimentos dolorosos, é como se conseguissem exteriorizar uma ferida psíquica causada por diversos problemas sofridos, sejam bullying, violência doméstica, problemas relacionados a família.

O número de alunos com tentativas de suicídio também foi falado, em todos os encontros foi relatado alguma experiência com colegas próximos, o que gerou uma necessidade de busca por informação dos próprios jovens de como ajudar os colegas.

Foi impressionante observar o número de alunos que possuem tato para falar sobre o assunto, debateram como se ele não fosse tabu, falaram da importância de trazer a rotina escolar tais demandas e dizem que os gestores se mostram receosos em debater o tema, como se conversar sobre este assunto pudesse gerar um maior número de casos dentro do ambiente escolar. Os alunos questionam, consideram a informação chave essencial para diminuição de casos e espera que as escolas comecem a discutir cada vez mais esses temas.

A relação dos alunos com o uso de álcool, tabaco e outras substâncias também foi uma importante questão discutida nos fóruns. O tema drogas também foi recorrente, com alunos falando sobre o tráfico realizado por alunos dentro e fora da escola, bem como a utilização de substâncias psicoativas por parte de alguns estudantes.

Sentiu-se que a forma de conversar com os alunos sobre o tema ainda é muito arcaica, por meio de estudos junto a Atenção Básica e a Estratégia de Saúde da Família vemos que o estímulo de políticas antidrogas e a proibição do uso não são as melhores formas de trabalhar discussões e diminuir riscos possivelmente causados pelo uso de substâncias psicoativas, mesmo assim, a políticas de proibição são as mais utilizadas dentro e fora do espaço escolar.

O desenvolvimento de ações de promoção de saúde, mostrando danos e explicando sobre os sintomas, utilização e como a droga possui poder de causar dependência, bem como construir projetos de estímulo a redução de danos (a atualmente utilizada política sobre drogas estimulada pelo Ministério

da Saúde/Secretaria Nacional de Políticas Sobre Drogas - SENAD) e estímulo a inserção da temática sobre outro viés que não o da proibição, parece ser a melhor opção para diminuir tais problemas.

No entanto este ainda é um tema pouco discutido no espaço escolar. É preciso conhecer a Política Integral ao Usuário de Álcool e outras Drogas e sempre que possível realizar trabalhos intersetoriais com a Unidade de Saúde Básica que atende a região da escola com o intuito de realizar trabalhos psicoeducativos e informativos sobre diversos temas importantes para a saúde dos jovens.

O Fórum Estadual dos Grêmios Estudantis

Após a conclusão das ações em 2017 dos fóruns estaduais iniciou-se um processo de análise documental dos principais temas abordados junto aos grêmios estudantis e o que aparecia como demanda importante a ser discutida de modo transversal dentro da escola.

A partir do processo analítico dos dados, vimos que muitos pontos trazidos como demanda dos alunos eram parecidos com o Estatuto da Juventude.

O Estatuto da Juventude é uma lei 12.852 de 5 de agosto de 2013. Esta lei garante a promoção de direitos e deveres, bem como orienta princípios e diretrizes que regem as diversas políticas voltadas para as juventudes.

Este documento respalda as juventudes para a construção de uma cidadania que garante participação e voz ativa nas mais diferentes esferas sociais, promovendo bem-estar e valorizando os jovens através da construção de diálogos.

O evento contou com diversas oficinas que ajudaram a repensar os espaços escolares e como os jovens podem ser capazes de transformá-los através de ações promovidas pelo grêmio estudantil. Utilizamos como eixos temáticos os 11 principais direitos que estão propostos no Estatuto da Juventude.

A ideia é que no encontro pudéssemos nos debruçar sobre os diversos temas que abordam a lei 12.852/2013, pois compreendemos que eles traduzem bem os direitos básicos e algumas das mais relevantes preocupações que a sociedade deve ter para que todos os jovens tenham mais qualidade de vida. Os pontos abordados no estatuto são: 1) Do direito à Cidadania, à Participação Social e Política e à Representação Juvenil. 2) Do Direito à Educação. 3) Do Direito à Profissionalização, ao trabalho e à Renda. 4) Do Direito a Diversidade e à Igualdade. 5) Do Direito a Saúde. 6) Do Direito à Cultura. 7) Do Direito à Comunicação e à Liberdade de Expressão. 8) Do Direito ao Desporto e Lazer. 9) Do Direito ao Território e a Mobilidade. 10) Do Direito à Sustentabilidade e ao Meio Ambiente. 11) Do Direito à Segurança Pública e ao Acesso à Justiça.

O direito Diversidade e Igualdade foi dividido em quatro eixos pois observamos que demandas referentes a diversidade foram muito abordadas nos Fóruns Regionais em eixos diferentes sendo divididas em quatro oficinas uma que falavam sobre LGBTQ+, mulheres, relações étnico-raciais e direitos humanos.

A oficina voltada aos contextos LGBTQ+ tinha como principal intuito falar sobre como podemos garantir a comunidade LGBTQ+ as mesmas oportunidades que heterossexuais cisgeneros. Como podemos combater a discriminação e acabar com as altas taxas de mortalidade e violência contra estes grupos.

Vemos que as discussões sobre o tema e a importância das temáticas são emergentes e se fazem importantes no contexto escolar. Pensar sobre as garantias de direitos e as leis que protegem a possibilidade de participação foram muito importantes, nela foram faladas sobre importantes datas que podem ser trabalhadas dentro dos espaços escolares como:

1. Dia Nacional da Visibilidade Trans (29/01)
2. Lei Estadual de Combate a Transfobia Lei nº 16334/2017.
3. Semana Janaína Dutra (Lei nº 16.481/2017), primeira travesti a conseguir carteira da
4. OAB.
5. Semana Luís Palhano (Lei nº 14.820/2010)
6. Dia mundial do orgulho LGBT
7. Dia Nacional do Orgulho Lésbico (19/08)
8. Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (28/08)
9. Dia Internacional dos Direitos Humanos (10/12)

Ademais, foi discutido com os alunos sobre as diversas legislações que reconhecem nome social nas escolas a travestis e transexuais, bem como outras leis que garantem direitos a esta população.

Além disso, de diversos modos o tema foi pensado junto aos jovens nas outras oficinas como forma de direito a ocupar os espaços e garantir equidade no acesso a equipamentos pela população LGBTQ+.

Considerações Finais

Entendemos que os Fóruns Regionais dos Grêmios Estudantis foram espaços ideais para a construção de uma participação cidadã do jovem no processo de construção democrática. É através de espaços assim que os alunos identificam seus direitos, conhecem seus deveres enquanto grêmio, observam até onde são capazes de intervir para garantir a mudança no locus escolar, afinal estes são espaços construídos para toda a comunidade, em especial para eles.

Vimos que alunos conversaram sobre a formação dos grêmios em suas escolas, compartilharam experiências e discutiram muito sobre a falta de apoio da gestão para realização de ações e das poucas oportunidades de discussão de temáticas pertinentes a adolescência que fossem para além dos temas comuns a Base Nacional Curricular Comum. Sem o apoio da gestão, não poderiam realizar tais ações.

Ouviu-se também ótimas experiências de alunos que utilizavam parcerias de coletivos de dentro da comunidade para realização de saraus, competições de poesia (slam), oficinas de grafite e desenho e desenvolvimento de outras ações culturais que aconteciam junto ao grêmios e a gestão..

Foi observado ainda que, ao contrário do que costumeiramente se pensa, os alunos da escola pública possuem uma vasta construção de espaços de discussão e problematização sobre como se adquire e se pensa a consciência política. São capazes de construir de relações com a comunidade e com o corpo discente de modo bem articulado, fazendo com que as gestões escolares, muitas vezes, tenham medo do que possam vir a desenvolver, já que são gremistas com uma rede interescolar de grêmios bem construída.

Vê-se isso de maneira positivo, os grêmios na maioria das vezes são bem construídos, sabem o quê, como cobrar e conversar para articular medidas em suas escolas. São poucos os discurso extremista e de baixo entendimento do real motivo de existência do grêmios, em menor número ainda são aqueles que utilizam o grêmios apenas de grupo de militância anti-gestão, na verdade o que pode-se observar é que os alunos estão bem articulados e buscando mudanças efetivas no processo de mudança nos espaços, tomando tudo mais democrático.

Discursos de inclusão ao desenvolvimento de ações que possam abordar temáticas LGBT, racismo, gravidez na adolescência, uso de álcool e outras drogas. Foi tema recorrente e muitos alunos falaram do quanto querem discutir tudo que concerne a esses espaço tão vasto em que se encaixa a Adolescência.

Referências

Alencar, E. M. L. S. Criatividade. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1993.

Barroco, S. M. S; Tuleski, S. C. Vigostki: o homem e seus processos criativos. Rev. Psicologia da Educação, São Paulo, n. 24, p. 15-33, jun. 2007. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-69752007000100003&lng=pt&nrm=iso>, último acesso em 15 de dezembro de 2017.

Brasil. Lei nº 7.398, de 4 de novembro de 1985. Dispões sobre a organização de entidades representativas dos estudantes de 1º e 2º graus e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L7398.htm>, último acesso em 15 de dezembro de 2017.

_____. Lei federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Dispões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm>, último acesso em 15 de dezembro de 2017.

_____. Ministério da Saúde. A política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas. Brasília, 2003.

_____. Ministério da Justiça. Caderno Grêmio em Forma. 2ª edição. São Paulo, 2005. Disponível em <http://www.soudapaz.org/upload/pdf/caderno_gremioemforma.pdf> , último acesso em 15 de dezembro de 2017.

_____. Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm> , último acesso em 15 de dezembro de 2017.

_____. Lei 12.852 de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude – SINAJUVE. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>, último acesso em 30 de outubro de 2018.

Farago, C. C.; Fonfoca, E. A análise de conteúdo na perspectiva de Bardin: do rigor metodológico à descoberta de um caminho de significações. Revista Liguassagem. Vol 18, 2012.

Gondim, S. M. G; Morais, F. A.; Brantes, C. A. A. Competências socioemocionais: fator-chave no desenvolvimento de competências para o trabalho. Rev. Psicologia, Organizações e Trabalho, Florianópolis, v.14,

n.4, p.394-406, dez 2014. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-66572014000400006&lng=pt&nrm=iso>. Último acesso em 15 de dezembro de 2017.

Infante, F. A resiliência como processo: uma revisão da literatura recente. In Melillo, A; Ojeda E. N. S. e cols. Resiliência: descobrindo as próprias fortalezas. Porto Alegre, Artmed. 2005

Robbins, S. P. Comportamento Organizacional. 9ª ed. São Paulo: Prentice-Hall. 2002. Rodrigues, E. Entre muros e Pontes. Disponível em: <<https://www.pensador.com/frase/MTk3MTA2Ng/>>, último acesso em 15 de dezembro de 2017.

Rutter, M. Resilience: Some Conceptual Considerations. In: Initiatives Conference on Fostering Resilience, Washington D.C. - Estados Unidos, dezembro de 1991.

Unesco. Resposta do setor de educação ao bullying homofóbico. Brasília: Unesco. 2013.

EU SOU MEU PRÓPRIO LAR: DIVERSIDADE DAS MULHERES DA UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA.

Silmara Peixoto Moreira¹

Resumo: Trata-se de um relato de experiência de um trabalho artístico que pretende apresentar a diversidade das mulheres que constitui a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira. Inicialmente, as minhas experiências com pinturas e desenhos em paredes, conhecidos como muralismo, se deram na ocupação da universidade em 2016, ocasião em que fizemos uma intervenção artística na sala das/es professoras/es. Por incentivos e ajuda de outros estudantes fiz meu primeiro painel que significa na minha leitura o rosto da universidade com sua proposta de integração de culturas. Por conseguinte, este ano, fiz mais um painel que foi apresentado como trabalho de conclusão de curso (TCC) de Sociologia que é requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Sociologia. Compreendemos assim, que a arte não é danificação do patrimônio público, pois ela expressa vida, conhecimento, cultura e resistência. As diversas formas de arte contribuem para contestação e reivindicação de lutas sociais.

Palavras-chave: Arte; muralismo; Mulheres.

¹ Graduada – UNILAB.
E-mail: lanaisilmar@gmail.com;

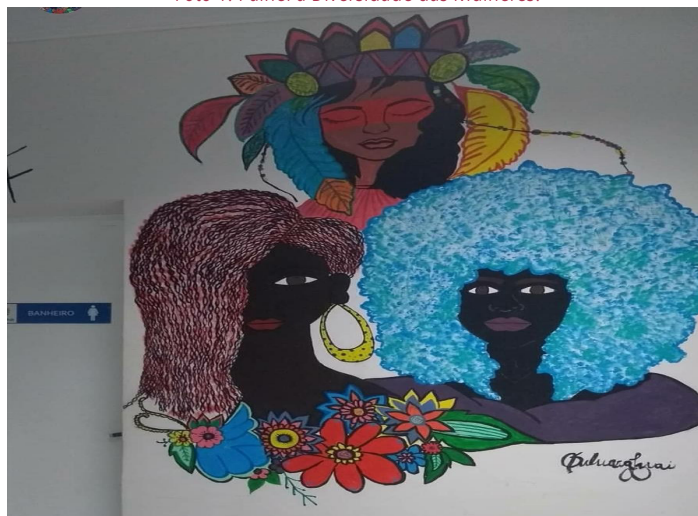
Introdução

Trata-se de um trabalho artístico que pretende apresentar a diversidade de mulheres que constitui a UNILAB. Inicialmente, as experiências com pinturas e desenhos em paredes se deram na ocupação da universidade em 2016. Ocupamos a universidade por fatores externos e internos após impeachment da presidenta Dilma que aprofundou ainda mais a precarização da educação pública e dos programas de assistência estudantil para estudantes em situação de vulnerabilidade social. Estávamos empenhados para construir uma luta coletiva de resistência contra a aprovação das medidas reacionárias e retrógradas do governo que afetava diretamente os/as estudantes de classe pobre e trabalhadora desse país. Na ocasião, criamos uma agenda de atividades que se concretizaram no congresso estudantil em 16 de novembro de 2016, foram 3 dias de longos trabalhos e discussões e o resultado foi a deliberação da greve e ocupação de todos os campus da UNILAB.

Foram nesses dias de ocupação dos campus que fiz uma intervenção artística na sala das/es professoras/es. Por incentivos e ajuda de outros estudantes fiz meu primeiro painel que significa na minha leitura o rosto da universidade com sua proposta de integração de culturas. Este primeiro painel está localizado no campus da liberdade na sala dos/as docentes. O painel foi construído durante todo o período da ocupação nos seus quase 60 dias de resistência e luta. O grupo de discentes que estavam à frente dessa ocupação era em sua maioria mulheres negras, lésbicas e bissexuais, gays e simpatizantes.

Como forma representativa para esse movimento pintei um painel sobre a diversidade das mulheres negras da nossa instituição e do nosso país. Depois de finalizada a ocupação as/os estudantes que participaram fizeram questão de registrar uma foto enfrente o painel, pois para elas/eles foi motivo de orgulho a ocupação ter sido gerado a pintura do painel.

Foto 1: Painel a Diversidade das Mulheres.



Fonte: Foto e Arte da autora, 2016.

Esse painel (Foto 1) foi pintado durante momentos de interação com os/as estudantes que estavam ocupando a universidade. Foram muitas madrugadas conversando e conhecendo as histórias de vida desses estudantes, ao mesmo tempo, em que, me identificava com suas trajetórias. Em especial, as estudantes de classe trabalhadora, negras e lésbicas desta instituição que não enfrentam apenas o capitalismo e o machismo, mas também o racismo e a lesbifobia diariamente dentro e fora da universidade. E, mesmo assim, não deixavam de acreditar que é possível a transformação da realidade social através da ação coletiva consciente, reflexiva e crítica. A ocupação para elas, como também passou a ser para mim, não era uma “opção” porque nessa sociedade com diversas desigualdades sociais, ser mulher, negra e/ou lésbica não te dar outra opção que não seja lutar.

Esses painéis artísticos tiveram como objetivo promover arte nos espaços interiores da Universidade como forma de protesto dada a circunstância de golpe político machista e fascista no país². Partimos do princípio que a arte em paredes está ligada diretamente a vários movimentos urbanos oriundos da periferia. Seguimos a ideia da Bastianello (2015) que as formas de artes contribuem para as relações de diálogo, denúncia e contestação e reivindicação das pautas levantadas por manifestações sociais, essa apropriação do espaço pode ser compreendida enquanto microrresistências diárias de uma cultura política urbana e transgressora. Sendo assim, a arte é uma forma de expressar toda a opressão que esses grupos sociais colados à margem da sociedade vivem, ou seja, a arte é o reflexo da própria realidade social. Sabemos do abismo “academicista” que existe entre a academia e a comunidade, essa reprodução que separa dois mundos que não deveriam estar distantes e sim em diálogo.

Acreditamos que “nós” somos a universidade e somos “nós” que devemos construir ou ao menos acreditar que é possível construirmos uma universidade plural a partir da reflexão de “Pluri Universidade” como vem nos apresentar Boaventura dos Santos³, o qual combate à ideia ocidental e hegemônica de universidade. Devemos valorizar o que sabemos fazer de melhor e dar oportunidade para essa demonstração artística dentro dos espaços físicos da instituição.

Parte também da minha experiência com a temática de Gênero e Sexualidade é oriunda da atuação como bolsista de pesquisa e extensão do Núcleo de Políticas de Gênero e Sexualidade da UNILAB (NPGS). O NPGS está pautado pelo compromisso ético de atuação no ensino, pesquisa e extensão na área dos estudos de Gênero e Sexualidades, em interface com as relações étnico-raciais, em consonância com as políticas de ações afirmativas; e faz parte da Coordenação de Políticas Afirmativas que se alinha aos objetivos da Pró-Reitoria de Políticas Afirmativas e Estudantis (PROPAAE), tendo como objetivo promover ações estratégicas centradas na reestruturação equânime de relações sociais em que se evidenciem exclusões, discriminações e/ou preconceitos de raça, gênero, etnia, sexualidade, origem geográfica, socioeconômica, linguagem ou em quaisquer de suas manifestações.

2 Graduada em Bacharelado em Humanidades e Licenciatura Plena em Sociologia da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB)

3 SANTOS, Boa Aventura. A Universidade do Século XXI: Para uma reforma democrática e emancipatória da Universidade. Disponível em <https://www.ces.uc.pt/bss/documentos/auniversidadedosecXXI.pdf>

A Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab) nasce baseada nos princípios de cooperação solidária: a criação de uma universidade no Brasil alinhada à integração com o continente africano, principalmente com os países membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). Além disso, essa proposta também tem por objetivo a aproximar o interior do nordeste brasileiro a uma educação pública e de qualidade. Além da sua proposta de cooperação internacional a UNILAB está compromissada com a interculturalidade, a cidadania e a democracia nas sociedades. Em maio de 2018 a Pró-Reitoria de Graduação (Prograd) abriu um processo seletivo para ingresso de estudantes quilombolas e indígenas nos cursos de graduação presencial ofertados nos campus do Ceará e na Bahia, para o semestre 2018.1, validando seu projeto para que o conhecimento produzido no contexto da integração acadêmica seja capaz também de se transformar em políticas públicas de superação/reparação das diversas desigualdades estruturais em nossa sociedade.

Metodologia

Esse painel artístico foi pensado como intervenção a partir da reunião do Núcleo Unificado de Mulheres da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (NUMU/UNILAB), que é constituído por vários coletivos de movimentos sociais e, inclusive, as mulheres que participam do Núcleo de Política de Gênero e Sexualidade nas suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, como eu. O núcleo unificado foi pensado para ação direta de intervenção na universidade para o enfrentamento e combate do machismo e as diversas opressões de gênero que as mulheres sofrem na sociedade. Decidi dar continuidade a ideia de usar a pintura como forma de protesto e também como forma de valorização da diversidade das mulheres já que o painel retrata mulheres de diferentes etnias. Escolhi o pátio do campus do liberdade localizado em Redenção-Ce, para realizar a intervenção, pois havia um painel de madeira colocado pela instituição no local para serem expostos panfletos, então, pensei que essa seria uma grande oportunidade para ocupá-lo e realizar uma intervenção artística, e na ocasião, unir as diversas experiências das mulheres que trabalham e estudam na instituição para que elas pudessem se identificar e se fortalecerem dentro desse espaço.

Tive como inspiração a metodologia pedagógica da educação popular de Paulo Freire as quais os processos educacionais são construídos, percebidos, vivenciados tendo uma necessidade de tornar real na prática àquilo que já sabemos na consciência. A ideia central dessa educação está associada à prática, ou seja, a vivência dos/as agentes. Nesta perspectiva, educar seria ao mesmo tempo participar de forma consciente e crítica dos processos de aprendizagem, e foi isso que me propus a fazer com a pintura do painel.

Tive como inspiração também a educadora feminista Bell Hooks que intersecciona sua escrita com a sua experiência pessoal ainda na infância como mulher negra e depois como professora unindo a teoria a sua prática, encontrando na pedagogia vivida a missão de agir sobre a realidade social. A intervenção artística teve assim, o objetivo de transformar as mentes e reocupar os espaços da instituição através da arte em mural que valorizasse a diversidade e as vivências das mulheres que compõem aquele espaço em suas diversas áreas de atuação, como estudantes, servidoras, técnicas e docentes.

Discussão e resultados

Como estou concluindo o curso de licenciatura em Sociologia, fez-se necessário o diálogo da minha produção artística com as consonâncias do Plano Político Curricular (PPC) de sociologia para a defesa dessa obra como Trabalho de Conclusão de Curso. Esta obra artística como intervenção está pautada na teoria da Sociologia da Arte. Segundo o autor Salturi (2005) a Sociologia da Arte tem como principal objetivo estudar processos artísticos totais e suas interações e interdependência do artista do público a partir do ponto de vista de sua significação. Segundo ele, uma das problemáticas enfrentadas pela Sociologia da arte está na dicotomia em perceber a arte como um produto cultural da sociedade ou perceber esta enquanto produto da subjetividade do artista, no entanto as diversas concepções tratam a arte como objeto sociológico. Pretendemos assim, neste trabalho, romper com o pensamento antagônico e dicotômico para perceber a arte como produto cultural, mas também de interações, dependências e subjetividades do artista com suas diversas relações sociais e consigo próprio.

A arte em muros, ou muralismo como movimento político surge no México no início do século XX influenciados por intelectuais pintores que tinham desejo de transformar a realidade do país após Revolução Mexicana. Entendemos, nesse sentido, a manifestação artística em muros como forma de intervenção, mas também de apropriação e de ocupação dos espaços como vem nos falar Silva (2010). Além, da experiência corporal vivida pelo artista no cotidiano. Segundo a Jacques (2008) as relações entre corpo e a cidade (neste trabalho é entendido como espaço, seja ele institucional ou não) podem mostrar alguns caminhos alternativos, desvios e resistência.

Foto 2: Painei “Eu sou meu próprio lar”.



Fonte: Arte da autora, 2018 (Registro fotográfico de discente que estava acompanhando o momento da pintura)

Este painel (Foto 2) é uma representação da diversidade das mulheres que compõem a universidade que estudo. Foram pintadas uma mulher afro-brasileira, uma mulher negra e africana e uma mulher indígena, seguida da frase “Eu sou meu próprio lar”. Escolhi essa letra pela sua intrínseca relação da mulher numa sociedade machista, racista e capitalista que tenta defini-la a todo instante, por causa do seu gênero ou/e a cor e etnia.

Essa música é cantada pelo Grupo Francisco El Hombre, e seria a tradução da expressão “sad, mad or bad” dos Estados Unidos, usada para falar de forma depreciativa das mulheres que escolhem ficar solteiras. Essa é a explicação dada por Juliana Strassacapa, única integrante mulher do grupo, que decidiu fazer a música depois de ler sobre o assunto. A letra “Triste, Louca ou Má” seria assim chamada a mulher que se recusa a ser “bela, recatada e do lar”. A mulher que decide fazer sua própria história e ser sua própria porta voz. Essa letra se encaixou bem com a proposta dessa intervenção artística, por isso escolhi como tema para a pintura, como forma de transgredir as ordens machistas que são impostas a nós, que desrespeita nossa diversidade e fere nossa própria existência.

A escolha de retratar a diversidade das mulheres da Unilab se dar pelo nosso quadro de estudantes e servidoras ser plural e singular em suas cores, gêneros, etnias, identidades e sexualidades. Somos mulheres timorenses, cabo-verdianas, santomenses, angolanas, brasileiras, guineenses, com todas nossas diversidades de identidade e de etnia; e nos fazemos presentes no mesmo espaço. Somos mulheres interioranas, nacionais e internacionais. Somos docentes, estudantes, técnicas e servidoras. Somos mulheres cisgênero, transgênero, transexuais, travestis, queers e não bi-nárias. Somos mulheres héteras, bissexuais, lésbicas, assexuais, pansexuais e mais. Mas, somos todas mulheres unilabianas!

Como resultado desse processo, percebi durante a intervenção artística que as meninas que passavam no local, pararam para ver e registrar com foto aquele momento. As mulheres que trabalham na limpeza do local pararam para ver e me dar os parabéns. Muitas falaram para mim que se identificaram com aquela pintura e se sentiam orgulhosas mais ainda pelo fato de ter sido feita por uma estudante da instituição. Algumas meninas sentaram em volta do mural enquanto eu estava pintado e permaneceram no local para ajudar em que eu precisasse. Alguns rapazes também se aproximaram e registraram com foto o momento da pintura, o que me deixou bastante surpresa e contente pela intervenção ter alcançado também os homens que circulam naquele espaço.

Assim, foi possível transformar o espaço a partir da pintura do mural, pois foi gerado um novo espaço para sociabilidade e interação de diversos agentes que frequentam o local. Esse novo espaço é ressignificado pelo o olhar de cada pessoa acerca da obra, fazendo com que esta, se torne um instrumento de conscientização, reflexão e conhecimento. Esse trabalho mostra que é possível utilizar a arte como metodologia pedagógica e como expressão cultural a partir da subjetividade e das múltiplas relações do artista com sua obra e com os diferentes agentes sociais.

Conclusão:

É de fundamental a intervenção artística como ferramenta metodológica para o diálogo propositivo e reflexivo ao combate e enfrentamento das desigualdades sociais. É preciso considerar as diversas expressões artísticas e culturais como forma de conhecimento, mas também de promoção e efetivação do direito a diversidade e a dignidade humana das mulheres. Nessa perspectiva, frisamos a importância de valorizar e fortalecer as expressões artísticas de conhecimentos contextualizados das expressões, das práticas e vivências das pessoas como também do engajamento social entre a artista e sua obra, a obra e os diversos interlocutores/as, e os/as interlocutores/as com a artista como forma metodológica de aprendizado e construção de conhecimento.

Referências

AMARAL, Aracy. *O muralismo como marco de múltipla articulação*. Caracas: 1978

BASTIANELLO, T. A. B. (2015). *Grafismos urbanos: mensagens políticas em grafites e pichações na região central de Porto Alegre*. 2013. (Dissertação de Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2014.

HOOKS, Bell. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política*, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

_____. *Ensinando a Transgredir: a educação como prática libertadora*. Martins Fontes, 2013.

JACQUES, P. B. Corpografias Urbanas. *arquitextos*, 93. Disponível em: <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.093/165>>. Acesso em: 12 set. 2018.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1967.

FREITAS, P. M. S. Muralismo em São Paulo: convergência das artes entre 1950 e 1960. Campinas: Unicamp, 2017.

PAIXÃO, S. J. C. *O meio é a paisagem: pichação e grafite como intervenções em São Paulo*. (Dissertação de Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Estética e História da Arte, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

RIBEIRO, R. P.; BAPTAGLIN, L. A. Muralismo e intervenções contemporâneas: um projeto de incentivo à arte. *Revista compartilhar*, n. 2, 2017.

SALTURI, L. A. A Sociologia da Arte, principais abordagens teóricas e metodológicas. *Revista eletrônica de investigação filosófica, científica e tecnológica*, v.1, n. 3, 2015.

SILVA, E. L. *A gente chega e se apropria do espaço! Grafite e pichações demarcando espaços urbanos em Porto Alegre*. (Dissertação de Mestrado)- Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, 2010.

VIOLÊNCIA, DESCASO E/OU DESCONHECIMENTO: A MULTIPLICIDADE DE RELAÇÕES ENTRE O ESTADO E OS/AS OSTOMIZADOS/AS

Adriana Aparecida de Paula¹
Simone Becker²

Resumo: Neste ensaio, resultado parcial de pesquisas complementares entre si desenvolvidas pelas autoras acima identificadas, busca-se trazer à tona as noções foucaultianas de Racismo de Estado, bem como, dados gerais sobre os principais desafios enfrentados pelas pessoas ostomizadas no Estado de Mato Grosso do Sul. Desta forma, para além de contextualizar a associação voltada à representação dos ostomizados em MS, trazemos de maneira esboçada os principais diálogos por ela tecidos com as diferentes instâncias estatais. Em síntese, o objetivo de nossa comunicação é antes contextualizar e minimamente descrever a situação pelos ostomizados vivida, ao invés de mergulhar nas análises mais detalhadas e aprofundadas sobre o material já coletado.

Palavras-chave: Pessoas ostomizadas; Estado de Mato Grosso do Sul; Racismo de Estado.

1 Mestranda – PPGS/UFGD.
E-mail: adrianapaulams@hotmail.com;

2 Docente – PPGAnt/PPGS-UFGD e CNPq.
E-mail: simonebk@yahoo.com.br

Introdução

Este trabalho apresenta uma reflexão sobre as políticas públicas para pessoas Ostomizadas³ do Estado do Mato Grosso do Sul, usuárias do Sistema Único de Saúde. Grosso modo, procuro entender a multiplicidade de sentidos nas relações entre ostomizados e Estado. Pessoas Ostomizadas são aquelas que tiveram um problema em um órgão interno e realizaram uma cirurgia para criar uma comunicação entre o órgão interno afetado e o exterior. Existem variados tipos de ostomias, no entanto, a reflexão aqui apresentada refere-se aos casos de ostomia em função de problemas no sistema digestório (Colostomia e Ileostomia), que podem ocorrer em função de câncer colorretal, Doenças Inflamatórias Intestinais - DII, Incontinência Urinária, anomalias congênitas, Colite isquêmica, Polipose adenomatosa familiar, Magacólon, Infecções perineais graves incontinência anal, doença de chagas, e traumas por acidentes com veículos, armas brancas e armas de fogo.

Após a intervenção cirúrgica para a saída das fezes, os pacientes devem usar uma bolsa coletora e alguns adjuvantes que devem ser fornecidos pelo Sistema Único de Saúde (SUS) ou fornecidos pelos planos de saúde. Com o uso da bolsa coletora estes pacientes tornam-se Ostomizados e, de acordo com o Decreto n.º 5.296 de 02 de dezembro de 2004, passam a ter os mesmos direitos garantidos às pessoas com deficiência física, tais como isenção de alguns impostos, prioridade de atendimento em repartições públicas e privadas, gratuidade no transporte público, acessibilidade em banheiros públicos, acesso a vagas reservadas para deficientes, entre outros.

Mesmo garantidos em normativas legais muitas vezes os direitos não são efetivados e, para representar os ostomizados nesses casos, existe o movimento social do segmento: a Associação Brasileira de Ostomizados, em âmbito nacional; e as Associações nos Estados, Municípios e no Distrito Federal.

Neste sentido, a proposta é refletir sobre como o Estado⁴ trata este público a partir de conceitos como Racismo de Estado, sujeitos abjetos e entender como os agenciamentos desses sujeitos lhes permitem viver para além da violência cometida pelo aparato estatal.

Tateando discussões metodológicas e de dados

O trabalho sobre as políticas públicas para ostomizados inicia-se a partir da relação profissional com a Associação do Ostomizados do Estado do Mato Grosso do Sul, que conheci em março de 2013. Na ocasião a organização deparava-se com dificuldades para efetivar sua inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social de Campo Grande - CMAS.

3 A terminologia presente na literatura médica sobre o assunto é estomia/Estomizados, no entanto, adota-se neste texto o termo ostomia/Ostomizados, correspondente às referências utilizadas pelo movimento social, em consonância com as definições da Associação Brasileira dos Ostomizados (ABRASO).

4 Aqui tomamos o Estado como múltiplo e agenciado por seus mais diversos representantes, apesar de o grafarmos no singular.

As organizações não-governamentais sem fins lucrativos que prestam serviços à comunidade necessitam que os conselhos atestem a legitimidade e legalidade de sua atuação, devendo proceder à inscrição e periódica atualização dos seus cadastros.

Desta forma, fui contratada inicialmente para realizar a inscrição no CMAS, na condição de cientista social. Na primeira tentativa os conselheiros de Campo Grande votaram desfavoravelmente ao reconhecimento da Associação na Política Pública de Assistência Social, sob a justificativa de que os ostomizados seriam público da Saúde, devido à cirurgia e à bolsa coletor. Somente após um ano a organização teve o pedido de reconhecimento deferido. O grande desafio foi mostrar o porquê a Associação, tendo como atividade principal a defesa e a garantia de direitos, é uma organização da Assistência Social.

Os acontecimentos referentes ao Conselho aguçaram a minha percepção e me permitiram entender que, não somente a Associação encontrava dificuldades nos espaços de poder, mas também os indivíduos ostomizados encontravam barreiras quando procuravam atendimento. A justificativa para os entraves encontrados pela Associação resumia-se à “não atuação da organização de acordo com os parâmetros legais”. Para as pessoas ostomizadas, a informação recorrente era de que aquele lugar (qualquer que fosse) não era o local adequado para atender as suas especificidades, o que provocou inquietações a partir das discussões apresentadas na obra *Em defesa da sociedade*. (Foucault, 2005). Nesta, Foucault dentre outras discussões trará o quanto o Estado Moderno dispõe de dispositivos capazes de fazer viver quem lhe interessa/importa e de deixar morrer quem lhe desimporta/desinteressa.

A minha atuação na AOMS impulsionou resultados importantes para a Associação, como a construção da sede própria e a preparação de um auditório para a realização das oficinas de Educação em Saúde; a aquisição de um veículo, a inscrição no Conselho Municipal de Assistência Social e no Fórum de Entidades de Assistência Social financiada com recursos do Fundo Municipal de Assistência Social. Ainda assim, no âmbito das relações dos ostomizados com o Estado, algumas questões suscitaram dúvidas.

Desta forma, iniciei uma pesquisa nos bancos de dados oficiais para entender quem são, quantos são os ostomizados no Mato Grosso do Sul, quais são as causas das ostomias, os tipos de materiais entregues, quais são as políticas públicas ofertadas pelo Estado e como é o acesso dos indivíduos a elas. Considerando que os bancos de dados oficiais não apresentam dados específicos sobre os ostomizados e sim sobre pessoas com deficiência, acessei as memórias de vivências de 2013 a 2017 para traçar a conjuntura das pessoas ostomizadas nesta unidade da Federação e acessei notícias das mídias locais que tratam do assunto.

De acordo com a Associação dos Ostomizados do Estado do Mato Grosso do Sul- AOMS, no ano de 2016 o Estado apresentava um número de aproximadamente 1.053 (hum mil e cinquenta e três) pessoas ostomizadas, sendo 570 (quinhentas e setenta) pessoas apenas na capital, Campo Grande⁵ e, 480 (quatrocentos e oitenta) pacientes residentes no interior. Este quantitativo foi feito com base nas informações do Centro Especializado de Assistência Social – CEM que até o final do ano de 2016

5 Capital do estado de Mato Grosso do Sul que apresenta no IBGE último, contingente populacional de 774.202 (setecentos e setenta e quatro mil duzentos e dois) sujeitos.

realizava o atendimento aos pacientes ostomizados, desenvolvendo o Programa dos Ostomizados no âmbito do município de Campo Grande e região.

A partir do ano de 2017 o atendimento passou a ser realizado no âmbito do CER- APAE, em atendimento à Portaria 793 do Ministério da Saúde. No Estado do Mato Grosso do Sul, o executivo estadual realiza a compra do material (bolsas coletoras e adjuvantes) por meio de processo licitatório, coordenando o processo de compras e entrega nos polos correspondentes o recebimento da documentação correta solicitada pelo Ministério da Saúde e o armazenamento dos dispositivos coletores, sendo que a distribuição aos polos (Campo Grande, Jardim, Aquidauana, Coxim, Naviraí, Nova Andradina e Paranaíba) para que estes realizem a entrega aos pacientes, é feita pela Casa da Saúde, setor ligado à Secretaria de Estado de Saúde do Estado de Mato Grosso do Sul.

A Portaria 793 determina, entre outros aspectos, que a entrega das bolsas coletoras seja realizada no âmbito dos Centros Especializados de Reabilitação – CER's para que o paciente seja atendido integralmente em suas necessidades e tenha a possibilidade de se adaptar à nova realidade, que será conviver definitiva ou temporariamente (dependendo do caso) com uma bolsa em seu abdômen. (Portaria 793, MS, 2012).

De acordo com o CER-APAE, as informações oficiais sobre os ostomizados deveriam ser buscadas nos bancos de dados oficiais, como o DATASUS, por exemplo. No entanto, neste banco de dados não constam dados sobre ostomias/estomias, tendo em vista que são abordadas dentro do grupo de pessoas com deficiência. Com o intuito de suscitarmos a discussão, cabe (des)pensarmos o quanto a identidade dos/as ostomizados/as está sob o guarda-chuvas da “deficiência” não inviabiliza sua visibilidade e reconhecimento na rede SUS. Isto porque, dentre outros motivos, a maioria dos casos das pessoas que portam as bolsas coletoras (de fezes) é uma condição provisória, porém, se a cirurgia de reversão não for feita num prazo, em regra, de no mínimo três meses, a referida torna-se irreversível.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 é o referencial brasileiro para o entendimento da relação do Estado com a sociedade, demarcando o arcabouço obrigações do Estado e de direitos e obrigações dos cidadãos, em políticas como a Educação, a Saúde, a Assistência Social, a Cultura e outras políticas. Constituição que tem sido sistematicamente desrespeitada pelas próprias instâncias estatais que são suas guardiãs, no pós (Golpe de) 2016⁶. Ostomizados são atendidos primeiramente na Política de Saúde, mas suas especificidades devem ser consideradas em todas as políticas, mas os bancos de dados oficiais pouco tratam deste público.

O Plano de Ação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado do Mato Grosso do Sul, constante na Resolução n.º 019/SES/MS faz referência à ostomia, mas não detalha como deve ser o atendimento às pessoas ostomizadas e também não aponta objetivos e estratégias específicas para a realização de ações de cuidado, monitoramento e avaliação a serem realizadas no âmbito dos Centros Especializados de Reabilitação.

6 Sugerimos a leitura do dossiê relativo ao 1º semestre de 2018 da revista de Antropologia da UFGD, Nanduty. Para tanto ver: <http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/nanduty/issue/view/341/showToc>.

Os órgãos públicos do Estado não possuem em seus bancos de dados de domínio público informações sobre o perfil das pessoas ostomizadas, se há uma demanda reprimida na entrega do material, se as bolsas coletoras atendem adequadamente os pacientes, já que esta é uma recomendação da Portaria 400/2009. Estas informações existem de maneira um pouco mais abrangente, mas não suficiente, nos bancos de dados do movimento social ligado à temática, ou seja, na Associação dos Ostomizados do Estado do Mato Grosso do Sul.

Um problema identificado junto à Associação dos Ostomizados refere-se à falta de dispositivos coletores devido aos entraves no processo licitatório que ocorrem todos os anos e ocasionam: recebimento parcial bolsas coletoras em relação à quantidade recomendada pelo Ministério da Saúde, ou seja, quantidade insuficiente para o seu uso mensal; recebimento de bolsa inadequada à ostomia do paciente; falta de materiais a serem entregues aos pacientes; não atendimento dos pacientes em todas as políticas públicas, restringindo-se o atendimento à área da saúde.

Qualidade do atendimento não significa apenas a humanização por parte dos agentes públicos: cada paciente possui um tipo de ostomia, diferente em vários aspectos como tamanho, tempo de ostomia, entre outros. Quando a bolsa coletora é inadequada para o tipo de ostomia o paciente pode ter feridas, problemas na pele e até mesmo a possibilidade das fezes vazarem em qualquer local torna-se real e cotidiana.

Podemos refletir, portanto, sobre a operacionalização do Poder Público sobre os corpos Ostomizados. O poder sobre a escolha das bolsas coletoras, por exemplo, é justificado a partir da necessidade de otimizar os gastos públicos. Eis a questão que não quer se calar: o que é otimizar os gastos públicos? Assim, no processo licitatório considera-se apenas a questão preço dos produtos (menor preço), desconsiderando-se as necessidades dos pacientes que possuem tamanhos, espessuras e outras variáveis de ostomia. Usar uma bolsa que não seja adequada às suas especificidades faz com que ocorra problemas na pele, desconforto e até mesmo que o material se desprenda do corpo e o paciente tenha todas as suas fezes derramadas no corpo.

Não existem campanhas conjuntas (União, Estados e municípios) indicando a prevenção do câncer do intestino, quais são os incômodos do aparelho digestório que devem ser investigados. Alguns municípios realizam ações pontuais sobre alimentação saudável, mas em se tratando da ostomização não há campanhas específicas. Seriam corpos abjetos, ou seja, corpos excluídos do discurso hegemônico e excluídos do princípio da inteligibilidade? (Butler, 2001).

O fato de o poder público definir o arcabouço de ações dentro de uma única política – a Saúde – impõe aos ostomizados uma constante necessidade de demonstrar sua abrangência em outras políticas públicas preconizadas na Constituição Federal de 1988.

Reticências finais (...).

A relação dos ostomizados do Estado do Mato Grosso do Sul com o poder público pode ser analisada sob a perspectiva de Michael Foucault, que aponta que o Estado (enquanto soberania) detém o

poder sobre a vida e sobre a morte dos corpos e que exerce o poder de matar não somente de forma direta como nas guerras, mas também de forma indireta quando expõe à morte ou ao risco de morte, ou pela rejeição, quando não dá atenção a determinados corpos ou pessoas da sociedade (Foucault, 2005).

Os entraves e desafios encontrados para efetivar a inscrição da Associação dos Ostimizados de Mato Grosso do Sul no Conselho Municipal de Assistência Social e as dificuldades para encontrar informações sobre o público ostomizado nos bancos de dados oficiais revelam a invisibilidade destes sujeitos na relação estabelecida com o Estado. De qualquer forma, onde há dominação, há resistência e compreender os trânsitos das pessoas ostomizadas por entre suas demandas é também perceber suas re-existências.

Essa invisibilidade é também observada na limitação ou na inexistência de profissionais especializados; nas dificuldades de gerenciamento das organizações e, principalmente falta de apoio institucional e financeiro por parte do poder público das diversas esferas.

As organizações não governamentais da sociedade civil exercem importante papel na complementaridade das ações do poder público. E são importantes parceiras das empresas com fins lucrativos para que estas exerçam seu papel de responsável socialmente. Nenhuma organização realiza seus objetivos sem recursos materiais, financeiros e humanos e, tanto o segmento governamental podem ser agentes de fomento desses recursos.

No caso das Associações de Ostimizados, os seus objetivos institucionais são, prioritariamente, a defesa e a garantia de direitos das pessoas ostomizadas. Mas, para defender os direitos deve realizar articulação com instâncias governamentais e com a iniciativa privada de forma organizada, transparente e eficiente.

Um corpo ostomizado carrega alguns tabus da sociedade e isto reflete naquilo que não se quer falar, aquilo que deve ser deixado de lado. Por isso podemos considerar o descaso dos agentes públicos diante destes nessa relação. É um público que também está no campo do desconhecido: faltam dados e as políticas não reconhecem o ostomizado como parte de seu escopo de atuação. Descaso e desconhecimento deixam o ostomizado em um processo de violência por parte do Estado.

Referências

ABRASO. Disponível em: <http://www.abraso.com.br>. Acesso em: maio/2018

BONIFÁCIO, Valdelice. Ostromizados denunciam falta de bolsas coletoras. **Diário Digital**. Disponível em: <http://www.diariodigital.com.br/geral/ostomizados-denunciam-falta-de-bolsas-coletoras/161416>. Acesso em: junho/2018.

BUTLER, Judith. **Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”**. In LOURO, Guacira Lopes. *O corpo educado: pedagogias da sexualidade*. Belo Horizonte, Autêntica, 2001, pp. 151-172.

COELHO, Ricardo Corrêa. **Estado, Governo e Mercado**. Departamento de Ciências da Administração/UFSC-Brasília, 2009.

_____. O Público e o Privado na Gestão Pública. Departamento de Ciências da Administração/UFSC-Brasília, 2009.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. Curso no Collège de France, 1975-1976). Ed. Martins Fontes - SP, 2005.

PLANALTO. Decreto n.º 5.296 de 02 de Dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nos 10.048 de 8 de novembro de 2000 e 10.098 de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5296.htm. Acesso em 15 de outubro de 2018.

PLANALTO. *Lei n.º 13.019, de 31 de julho de 2016*. Estabelece o regime jurídico das parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação (...). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/13019.htm. Acesso em 15 de outubro de 2018.

Resolução n.º 019/SES/MS de 05 de maio de 2014. (2014). Aprova o Plano de Ação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do Estado do Mato Grosso do Sul. Diário Oficial do Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul.

A POLÍTICA NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E A GARANTIA DOS DIREITOS SOCIO ASSISTENCIAIS PARA POPULAÇÃO LGBT

Adrianna Figueiredo¹

Resumo: Com a publicação do II Plano Decenal da Assistência Social, desponta uma nova era para o Sistema Único de Assistência Social, em que as diversidades, identidades e especificidades de públicos e territórios, são apresentadas como o horizonte que se projeta para orientar a próxima década desta atuação antes fundamentada numa égide universalista. O presente trabalho tem como intuito apresentar as principais ações desenvolvidas para a população LGBT no âmbito da Secretaria Nacional de Assistência Social, do Ministério do Desenvolvimento Social, entre os anos de 2015 a 2018, com foco nas estratégias adotadas para a aproximação, aprofundamento do debate e qualificação da rede socioassistencial no que se refere a garantia dos direitos socioassistenciais da população LGBT.

Palavras-chave: Política Pública, Sistema Único de Assistência Social; Direitos Socioassistenciais, População LGBT.

¹ Conselheira Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT- CNCD/LGBT. Mestre em Antropologia pelo Programa de Pós- Graduação em Antropologia da Universidade Federal de Pernambuco -PPGA/UFPE; Servidora do Ministério do Desenvolvimento Social.
E-mail: adriannafigueiredo1@hotmail.com.br

Introdução

A primeira década do estabelecimento e da consolidação do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, entre os anos de 2005 a 2015, foi pautada pela afirmação desta política como um direito através da garantia da universalidade do atendimento socioassistencial, a quem dele necessitar, voltada para a caracterização e implantação dos equipamentos, das metodologias, dos serviços continuados, dos programas, benefícios e projetos que hoje possibilitam bases sólidas para o desenvolvimento do trabalho socioassistencial e que particularizam e marcam o lugar da assistência social enquanto política pública, pensada como direito fundamental e não mais sobre contornos filantrópicos.

Com a publicação do II Plano Decenal da Assistência Social (2016/2026) “Proteção Social para todos/as/os/as brasileiros/as”, desponta uma nova era, em que as diversidades, identidades e especificidades de públicos e territórios são apresentadas como o horizonte que se projeta para orientar a próxima década de atuação da Política Nacional de Assistência Social-PNAS. Nesse sentido, fala-se, então, de um movimento voltado a qualificação e ao aprofundamento das metodologias atualmente utilizadas no trabalho social que caracteriza o SUAS, com foco na qualificação dos profissionais e dos serviços, cujo tema da diversidade social e cultural, como aquelas relacionadas a raça/cor, a etnicidade, a identidade de gênero e sexualidades, adquirem aspectos centrais neste debate.

Este cenário impõe ao SUAS se voltar para as especificidades e particularidades de suas/seus usuáries/os, com serviços que respeitem, valorizem e se adequem as questões particulares de cada segmento atendido, garantindo, assim, aspectos que são ainda bastante caros à ampliação do alcance desta política como a escuta especializada, a participação social e o direito inalienável às diferenças.

Neste contexto, a questão da garantia e da promoção de direitos da população LGBT no Brasil, surge como um dos desafios impostos à rede de atendimento socioassistencial em face a este novo cenário. Vive-se hoje no Brasil, um contexto contraditório, ao mesmo tempo característico de jovens democracias que iniciam cenários de redução de desigualdade e de mobilidade social, onde a promoção de políticas de equidade se tornam um elemento central nas estratégias de promoção de igualdade social. Isto, pois, ao mesmo tempo em que se amplia e conquistam-se direitos que foram historicamente negados para a população LGBT, como casamento civil, utilização do nome social e readequação do gênero nos documentos de identificação, acompanha-se diariamente um crescente de crimes de ódio, que revelam um escalonamento do quadro de violência e discriminação, revestido de moralidades, aversão e práticas simbólicas que o caracterizam e otimizam.

Esta dialética perversa vivenciada pela população LGBT no Brasil, em que ora promove direito e ora nega-se o seu usufruto, constrói uma existência pautada naquilo que Berenice Bento chamou de cidadania precária, “[...] que nos permitem pensar como as elites econômicas, políticas, raciais, de gênero e sexual se apropriam da estrutura do Estado para frear e impedir a ampliação e a garantia de direitos plenos às populações excluídas[...]” (Bento 2014:3).

O fato é que este mecanismo submete uma parcela da nossa população a situações diárias de risco e violação de direitos, explicitando a urgência de maior envolvimento da política de assistência social, não só no atendimento a estas situações como também na prevenção e no combate as questões sociais que estruturam a LGBTfobia. A PNAS possui papel e função social neste cenário de combate a esta cidadania precária, uma vez que se constitui no arcabouço constitucional brasileiro como um direito social e uma política de proteção social, que visa a garantia desse direito para quem dela necessitar devendo garantir a perspectiva da equidade e da diversidade no desenvolvimento das ações, programas, benefícios, serviços e projetos do SUAS.

Introduzir a discussão e a importância das especificidades e das particularidades no campo de atuação de políticas públicas, principalmente aquelas que se estruturam por meio de sistemas únicos, como SUS e o SUAS, não é tarefa fácil. Primeiro, acredito que por se tratarem de sistemas que visam a garantia de direitos fundamentais, como os direitos sociais relacionados a saúde, aos mínimos sociais, a segurança alimentar e de renda, cujo o pano de fundo se refere a garantia mínima da dignidade da pessoa humana - necessidades consideradas de primeira ordem - parecem delegar aos aspectos indenitários contornos secundários, diante da emergência de existência e diria mais profundamente desubsistência.

No entanto, a defesa que será aqui travada é que, a incorporação da perspectiva identitária e o respeito às diferenças e a diversidade no desenvolvimento e desenho das estratégias de atuação destes sistemas, que impõem a revisão de estratégias homogeneizantes, tem se mostrado imprescindíveis e fator impulsionador de maior alcance das estratégias de efetivação das políticas sociais.

Apesar destes sistemas representarem direitos sociais constitucionais e inalienáveis, e de que sua oferta deva ser garantida para a totalidade das cidadãs e cidadãos presentes no território nacional, com forte apelo para o discurso da universalidade do atendimento e do acesso, a qualidade da oferta destes serviços depende para além dos fatores mais relacionados a questões de ordem estruturais e logísticas da garantia de uma oferta cultural e socialmente adequada que promova o vínculo necessário para adesão aos serviços de característica continuada.

Desenhar e planejar política pública numa sociedade tão diversa, desigual e com extensão territorial tão abrangente como a brasileira, requer a inclusão das questões identitárias como elemento inalienável a ser considerado e incorporado em sua execução, sob o risco de na tentativa de garantir direitos ao homogeneizar a população retiramos dela alicerces indenitários que conformam o sentido de sua existência. Ao apagarmos os aspectos culturais, sociais, simbólicos e o direito a diferença dos arranjos da garantia de acesso a esses direitos, criamos na verdade barreiras e limitamos o alcance das ações públicas.

Neste sentido, o que se pretende com este relato é apresentar os caminhos e estratégias adotadas até então pela Política Nacional de Assistência Social, no que se refere a garantia dos direitos socioassistenciais socialmente adequados da população LGBT, entre os anos de 2015 a 2018, com destaque para a atuação das instâncias de controle social em diálogo com a gestão federal da Política Nacional de Assistência Social.

1. Diálogos entre a Política de Assistência Social e as demandas da População LGBT: Iniciando a Paquera

A partir de 2015 assiste-se o aprofundamento do diálogo entre a política de assistência social e as demandas da população LGBT, com destaque neste período, para a atuação do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos da população LGBT- CNCD/LGBT na discussão sobre a inclusão de campos voltados a identificação de “orientação sexual”, “identidade de gênero” e “nome social” no Cadastro Único de Programas Sociais do Governo Federal-CadÚnico.

O CNCD/LGBT apresentou a demanda para o MDS, por meio de sua representação no referido conselho, de inclusão de campos voltados a identificação da população LGBT no Cadastro, sob a defesa de invisibilização desta população numa ferramenta tão importante de gestão dos direitos sociais das populações em maior situação de vulnerabilidade e riscos sociais. Devido a questões operacionais voltadas para a impossibilidade de alteração do sistema do CadÚnico no período, o MDS faz a opção por incluir o “Nome Social” ao campo já existente de “Apelido”. Os dados atuais referentes ao preenchimento deste campo no CadÚnico, revelam que de 75.548.532 pessoas cadastradas, 2.392.301 preencheram o campo “4.04 – Apelido/Nome Social”. É importante ressaltar que o campo serve para coleta de apelido e de nome social, o que nos impossibilita afirmar sobre a identidade de gênero destas e destas/es usuárias/os, já que o campo apelido é muito utilizado pela população em situação de rua, por exemplo.

Mesmo entendendo não ser esta a forma mais qualificada de inserir a temática nesta ferramenta, compreendendo, assim, as enormes distâncias discursivas e identitárias entre nome social e apelido, a impossibilidade de alteração mais substantiva no CadÚnico naquele momento apresentou uma encruzilhada para tomada de decisão da gestão, cuja escolha descansava entre manter silenciadas e invisibilizadas as demandas deste segmento ou atendê-la de forma parcial, mas que, contudo, possibilita-se a criação de um campo de diálogo apresentando um novo horizonte de discussões futuras. Essa estratégia objetivou não só inserir a discussão de forma definitiva na agenda das incontáveis demandas que se dirigem a esse importante instrumento de inclusão social, como demarcar simbolicamente um movimento de aproximação desta política com a pauta de reivindicações da população LGBT.

Neste mesmo período, o MDS, demandado pelo CNCD/LGBT, constrói uma nota técnica, que trata desta modificação, para ser utilizada nos debates das Conferências Municipais, Estaduais e Nacional dos Direitos da População LGBT, o que instigou o debate sobre o tema dentro destes espaços, promovendo o já urgente aprofundamento das inúmeras questões aqui implicadas, que envolvem não só o maior conhecimento da política sobre este universo, como também do próprio movimento LGBT sobre o SUAS. Este movimento, que criou um cenário de maior interação e atenção entre a política de assistência social e a população LGBT, revela-se tanto nas deliberações da 3ª Conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos Humanos de LGBT, quanto na 10ª Conferência Nacional de Assistência Social, ocorridas no ano de 2015.

A 10ª Conferência Nacional de Assistência Social contou com a aprovação de 111 deliberações que traduziram expressivamente a ampliação da visibilidade e acolhimento das demandas de segmentos

identitários no SUAS, com especial atenção às diversidades e especificidades de públicos e territórios. Destas deliberações, 71 foram apontadas como prioridades em Plenária Final, e entre elas é possível visualizar 8 deliberações que contemplam de forma explícita a população LGBT, bem como outros segmentos identitários específicos.

Tomando como referência o norte apontado para a Política de Assistência Social na última conferência, ocorre em 2016 a publicação do II Plano Decenal de Assistência Social intitulado: **Assistência Social acessível a todos (as) os (as) brasileiros (os)**, que carrega em seu título o horizonte que se projeta para orientar a próxima década: ampliação da cobertura das ofertas da política de assistência social e a revisão das normativas do SUAS na perspectiva da ampliação de direitos socioassistenciais, de modo a assegurar atenções às diversidades e heterogeneidade de públicos e dos territórios.

Nesta proposta de revisão da regulamentação do SUAS o plano se ocupa em deixar explícito que neste processo deverá ser considerado as diversidades e especificidades de públicos, citando de forma nomeada à população LGBT entre outros, com intuito de adequar as ofertas e o atendimento as demandas. Outro ponto importante apresentado no plano, para presente reflexão, se refere a clara orientação do texto para o fortalecimento da intersetorialidade no âmbito de atuação da política de assistência social *“como estratégia de gestão, em especial, com os Direitos Humanos, visando a garantia de direitos e proteção social às mulheres, pessoas com deficiência, população LGBT[...].”*

Sob esta égide, ao que se refere a incorporação das particularidades do atendimento à população LGBT no SUAS, o caminho adotado pelo MDS foi o de apartir de um conjunto articulado de ações institucionais, que vão desde a publicação de informativos, realização de campanhas e oficinas nos espaços de discussão da política, jogar luz sobre este tema, criando, desta forma, um ambiente propício dentro do próprio sistema que exigisse de forma definitiva a assunção do papel do SUAS no universo infinito e particular do segmento LGBT, o que desencadeou no maior interesse das gestoras/es e trabalhadoras/es do SUAS em relação a subsídios que garantisse uma maior qualificação para este atendimento.

Me parece fundamental para o presente relato, nos debruçarmos um pouco sobre o que estamos chamando de *conjunto articulado de ações institucionais*, uma vez que isto se caracterizou como a estratégia de gestão adotada por esta política pública para a efetivação das disposições do Plano Decenal, que foram os componentes fomentadores da maior aproximação deste sistema na garantia de um atendimento socialmente adequado para a população LGBT.

O primeiro destaque deste conjunto articulado de ações é a publicação do informativo intitulado *“Garantia da Utilização do Nome Social para Pessoas Travestis e Transexuais”*, no ano de 2016. Este instrumento surge como mecanismo de divulgação, informação e orientação para a rede socioassistencial do Decreto Presidencial Nº 8.727/2016, que dispõe sobre o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero das pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal.

Este informativo é, portanto, o primeiro documento institucional do SUAS que trata especificamente sobre a realidade de população LGBT, que objetivou não só informar e orientar a rede socioassistencial sobre a utilização do nome social, como também despertar a atenção da rede sobre o papel do SUAS

na garantia dos direitos socioassistenciais da população LGBT de forma mais ampla. Para além de apresentar as questões centrais do decreto e como elas poderiam impactar no trabalho social das unidades do SUAS, o documento dispõe, ainda, sobre as primeiras orientações do SUAS para o atendimento socialmente adequado à população LGBT, que em linguagem simples e didática apresentou conceitos centrais para a identidade da população LGBT além de orientações gerais sobre este atendimento.

Ainda no ano de 2016, o MDS realiza uma Parceria com o Ministério da Saúde para divulgação e convite de participação para toda Rede SUAS, na 3ª turma do Curso sobre a Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais (LGBT), que atualmente se configura como um marco entre os cursos da Universidade Aberta do SUS (UNA-SUS), visando, através do diálogo com a política de saúde, que tem uma trajetória mais longa no desenvolvimento de ações de equidade, a qualificação e a orientação para o atendimento da população LGBT nos equipamentos socioassistenciais.

Já no ano de 2017, o MDS publica o informativo para a rede socioassistencial sobre o dia 17 de maio, dia internacional de combate a homofobia, intitulado *“O Dia 17 de maio e o papel do SUAS no combate à LGBTfobia no Brasil”*, convidando a rede socioassistencial a reconhecer o seu papel institucional na luta ao combate a LGBTfobia, através do trabalho social realizado nos territórios com famílias, indivíduos e comunidade. O documento apresenta o conceito relativamente recente de LGBTfobia, que foi promulgado na 3ª conferência Nacional de Políticas Públicas de Direitos de LGBT, instiga a reflexão sobre o papel do SUAS no contexto de LGBTfobia estrutural existente na realidade brasileira e também apresenta os dados do Censo SUAS sobre o atendimento à população LGBT. Se ocupa, ainda, com uma série de sugestões para ações práticas de mobilização da rede socioassistencial neste dia, direcionando e orientando a rede socioassistencial a adotar um papel mais proativo, preventivo e reflexivo em seus territórios sobre a importância do combate a LGBTfobia no Brasil.

Ainda no ano de 2017 o MDS promove, em parceria com o Conselho Nacional de Assistência Social - CNAS, a realização da primeira oficina sobre a temática numa Conferência Nacional de Assistência Social, que já está na sua 11ª edição, intitulada *“Identidade de gênero, orientação sexual e o acesso aos direitos socioassistenciais no Brasil”*. Nesta oficina foram apresentadas as experiências de atendimento a população LGBT no SUAS; as principais demandas sobre este atendimento e relatos de experiência.

Em 2018, ocorre a realização em parceria com a Rede Trans Brasil da primeira **“Oficina sobre a qualificação do atendimento socioassistencial às situações de violência e violação de direitos contra a população trans”**, em Brasília, na Secretaria Nacional de Assistência Social - SNAS, do MDS, atividade inserida na programação da **IV Semana da Visibilidade Trans Hanna Suzart** em parceria com a Rede Nacional de Pessoas Trans do Brasil – Rede Trans.

Neste mesmo evento é lançada a campanha **SUAS SEM TRANSFOBIA**, desenvolvida pelo MDS, em parceria com a entidade não - governamental Rede Trans, que possui representação na cadeira de usuárias do CNAS e no CNCD/LGBT, contando ainda com o apoio do Ministério dos Direitos Humanos e do Conselho Nacional de Assistência Social. A campanha busca o combate a LGBTfobia institucional, bem como informar e mobilizar gestores e a sociedade civil sobre a transfobia.

Ainda em 2018, ocorre a primeira oficina no Encontro Nacional de Vigilância Socioassistencial, que se debruçou sobre a questão de gênero e de orientação sexual. Essa atividade é uma grande ação promovida todos os anos pelo MDS, através da SNAS, no qual são debatidos com gestores e técnicos de todo o país o sistema de informação da RedeSUAS, os dados de atendimento, as inclusões de informações, os indicadores dos equipamentos socioassistenciais, entre outras questões características da área de vigilância socioassistencial doSUAS.

Todo esse conjunto articulado de ações foi estimulado por diversas instâncias, envolvendo os espaços de controle social, os profissionais do SUAS e a gestão do sistema, foi o instaurador e impulsionador da publicação daquela que considero ser uma das maiores conquistas na consolidação de um trabalho socialmente adequado a garantia dos direitos socioassistenciais de LGBT, a **RESOLUÇÃO CONJUNTA CNAS E CNCND/LGBT N° 01/2018, que estabelece parâmetros para a qualificação do atendimento socioassistencial da população LGBT no Sistema Único da Assistência Social – SUAS**. O reconhecimento da temática e de suas particularidades por parte do Conselho Nacional de Assistência Social - espaço de discussão, negociação, e pactuação dos instrumentos de gestão e formas de operacionalização da política de assistência social – representa um marco na efetivação desta nova trajetória do SUAS, que preza pela construção de uma política de equidade dentro do sistema.

Referências

BENTO, Berenice. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal.** Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, São Carlos, v. 4, n. 1, jan.-jun. 2014, pp. 165-182

BRASIL. Conselho Nacional de Assistência Social. **II PLANODACENAL DA ASSISTÊNCIA SOCIAL 2016-2026: “Proteção Social para todos/as os/as brasileiros/as”.** Resolução nº 7, de 18 de Maio de 2016.

BRASIL. **Lei Orgânica de Assistência Social.** Lei nº 8.742, de dezembro de 1993. Brasília, 1993.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Garantia da Utilização do Nome Social para pessoas travestis e transexuais.** Brasília, 2016. Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/cartilha_nome_social.pdf.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Dia 17 de Maio e o Papel do SUAS no Combate a LGBTfobia no Brasil.** Disponível em: www.mds.gov.br

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **Campanha SUAS sem Transfobia.** Disponível em: http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Folders/Suas_Sem_Transfobia.pdf

POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DA MILITÂNCIA TRANS JUNTO À PREVENÇÃO COMBINADA DAS IST/HIV/AIDS E DESIGUALDADES NO ACESSO ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS-PI

Glauber Bezerra Macedo¹
Martha Virna de Sousa²
José Thiago Bezerra Sobreira³
Rayane de Jesus Carvalho⁴
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior⁵

Resumo: Esta comunicação nasce da demanda de experiências acadêmicas em diálogo com os saberes locais exigidas pela disciplina Antropologia Jurídica e formação profissional no curso de Direito em uma faculdade privada no interior do Piauí. Justificando-se na relevância social e científica da produção de conhecimento acerca das culturas democráticas e diversas práticas de resistência étnico-racial junto ao direito à saúde e acesso às políticas públicas, adotou-se como objeto de estudo as estratégias da militância trans empreendidas na 12ª Jornada LGBT na cidade de Picos. Tendo como objetivo a análise crítica dos discursos afirmativos acerca do direito da população LGBT enquanto expressão do pensamento decolonial, através das abordagens das políticas da diversidade de gênero e sexualidade, realizou-se observações em diários de campo e entrevista com participantes das palestras, momentos culturais, concurso Drag Glamour, análise de imagens e documentos articulados pelo evento e levantamento bibliográfico. Os resultados apontam a transgressão das linguagens corporais, orais e

- 1 Graduando em direito – RSA.
E-mail: glaubermacedo@hotmail.com;
- 2 Graduanda em direito – RSA.
E-mail: marthavirna_@hotmail.com;
- 3 Graduando em direito – RSA.
E-mail: thiagobezerra01@hotmail.com;
- 4 Graduanda em direito – RSA.
E-mail: rayane-carvalho-s2@hotmail.com;
- 5 Historiador, prof. Dr. em Serviço Social UFPE/UEM-Moçambique.
E-mail: omafraom@gmail.com.

escritas como estratégias étnico-raciais frente às opressões cotidianas que negam os direitos fundamentais e reproduzem atendimentos discriminatórios por parte dos profissionais e agentes de saúde nas unidades do serviço público. Tendo em vista as singularidades do interior do Piauí, que reproduz os ranços do povoamento colonizador em suas instituições, o pensamento decolonial visto nas estratégias trans mostrou-se, sobretudo, na articulação e reunião das várias pessoas representantes do Movimento Trans de todo o Nordeste e de outras regiões brasileiras, tal como estratégia de formação da cidadania plena da população LGBT e promoção da cultura democrática. O empoderamento de si nos espaços públicos ressignificou a historicidade e territorialidade das pessoas trans junto às lutas por sobrevivência e afirmação das garantias dos direitos fundamentais dos serviços públicos, sobretudo pela representatividade da população LGBT nas gestões governamentais, assim como a utilização da arte engajada, performances enquanto políticas do corpo na Parada da Igualdade/Diversidade. A ONG Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual – GGLOS, presidida pela travesti e militante dos Direitos Humanos, popularmente conhecida como Jovanna Baby, destacou-se pelo empreendimento das intervenções coletivas de resistência no enfrentamento às diversas formas de violência e discriminações que reproduzem a desigualdade social na cidade de Picos. Os discursos afirmativos dos direitos étnico-raciais da militância trans mostrou-se decolonizar o estigma social que relaciona à epidemia à promiscuidade, imoralidade e castigo divino e social, aqui entendidos como estratégias dos discursos conservadores que negam o direito à vida da população LGBT, tal como pré-requisito para o sucesso do sistema capitalista. Estrategicamente, a agência e militância trans dialogou com diversos setores sociais e político-econômico, mediando direitos étnico-raciais no acesso aos direitos fundamentais, problematizando as visibilidades trans e os direitos difusos e coletivos tal como pensamento decolonial e resistência da cosmovisão afroindígena, em especial das travestis que ocupam e articulam órgãos e políticas públicas entre gestões (não)governamentais. Se desde a constituição de 88 o direito à saúde é dever do Estado para com todas as populações, visto como Direito Universal e Igualitário independente do sexo, raça ou etnia, verificou-se que os discursos conservadores negam a constitucionalidade das políticas para a diversidade de gênero e sexualidade, tal como mecanismo reprodutivo das desigualdades sociais constituído pelas práticas discursivas do sistema moderno da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014). Conclui-se que a Jornada LGBT na cidade de Picos tem proporcionado um intercâmbio estratégico entre saberes locais da militância trans no Nordeste brasileiro, tal como reação aos retrocessos e negações dos direitos fundamentais da população LGBT junto ao Sistema Único de Saúde (SUS) e demais políticas públicas (MAFRA, 2015). Valendo-se da articulação dos saberes locais das travestis e pessoas trans (gêneros/sexuais) junto às políticas públicas, legislações, acordos diplomáticos e declarações internacionais dos Direitos Humanos, considerando que as questões étnico-raciais de gênero e sexualidade são fundamentais para a emergência do pluralismo jurídico e nacional (COLAÇO&DAMÁZIO, 2012).

Palavras-chave: População LGBT, Direito à Saúde, Estratégias Decoloniais, Militância Trans, 12ª Jornada LGBT de Picos-PI.

Introdução

Pretende-se com este relato de experiência trazer uma apresentação sobre o a população LGBT e o direito à saúde, debatendo as estratégias decoloniais da militância trans junto à prevenção combinada das IST/HIV/AIDS e desigualdades no acesso às políticas públicas, discutidas durante a 12ª jornada LGBT de Picos-PI. O presente trabalho é resultante da aproximação acadêmica estabelecida pela disciplina Antropologia Jurídica no curso de Direito da Faculdade Rsá na cidade de Picos.

No intuito de aprofundar a discussão sobre a questão da saúde da população de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais e de discutir sobre o acesso às políticas públicas por esse segmento, buscou-se através de uma revisão da literatura e da observação de campo, auxiliadas com entrevistas semiestruturada e técnicas de coleta “bola de neve” e “saturação” junto às militâncias trans, compreender a relevância social e acadêmico-científica frente à emergência da prevenção e enfrentamento da epidemia HIV/AIDS, tendo em vista também o enfrentamento das desigualdades sofridas pelos LGBT, discutidas na 12ª Jornada LGBT de Picos.

Quando se fala em homossexualidade, aqui definida como a orientação sexual que envolve a atração afetivo-sexual entre pessoas do mesmo sexo, revela-se que ela sempre existiu ao longo da história, nas mais diferentes sociedades e culturas, tendo permitido posicionamentos sociais, ora de aceitação ora de repulsa (TONIETTE, 2006), sendo, criticada por ir contra a naturalização dos papéis sociais de homens e mulheres.

O debate em torno de gênero e sexualidade tem cada vez mais estado presente em todos os âmbitos da sociedade gerando polêmicas, dissensões e violências em vários níveis como podemos observar na sociedade brasileira nos últimos anos. Partimos da compreensão de que ambos são fruto de um processo de construção social que, como tal, se transforma e atualiza cotidianamente o que se contrapõe à lógica essencialista, portanto, naturalizada, que tem caracterizado algumas análises.

Ao acessar o Sistema Único de Saúde (SUS) muitas vezes o segmento LGBT se sente coagido de expressar a sua sexualidade de forma livre por causa do medo social e estigma que ainda é muito forte nos profissionais de saúde, o que dificulta a prevenção e o tratamento adequado a epidemia HIV/AIDS nos indivíduos LGBT.

Dessa forma, o debate concentrará nas estratégias decoloniais, essas preocupadas em mostrar forças e resistências daqueles corpos tidos como “diferentes” lutando assim por acesso a uma vida digna. Para tanto, se buscará problematizar, por um lado, as atuais expressões das precariedades socialmente induzidas e o agravamento das vulnerabilidades produzidas pela discriminação das minorias. E, por outro lado, discutir o ingresso à cidadania e políticas públicas, em destaque a Política de Saúde, que constitui um dos direitos fundamentais ao ser humano, que, por vezes se coloca dificultoso.

Em meio aos obstáculos encontrados no que diz respeito ao exercício da cidadania TRANS, o trabalho evidenciará o papel do movimento LGBT na luta pela garantia dos seus direitos no Vale do Rio Guaribas no município de Picos no Piauí. Nesse campo de luta, destaca-se a ONG Grupo Guaribas de

Livre Orientação Sexual – GGLOS que desde 2006, desenvolve estratégias coletivas de resistência política e cultural às diversas formas de violência e discriminações, as Paradas Culturais e Jornadas LGBT, que juntamente com as políticas públicas voltadas à ao acesso à saúde e promoção da cidadania integral da população LGBT, em contínua articulação com a coordenadoria municipal dos Direitos Humanos e Livre Orientação Sexual e secretarias municipais de Cultura e Educação da cidade de Picos, contribuem para assinalar uma redução de desigualdades no acesso à saúde.

POPULAÇÃO LGBT E O DIREITO À SAÚDE: a busca pela universalidade, integralidade e equidade

O movimento LGBT (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais) tem exercido um papel essencial para garantir a evidência do segmento que representa. Nesse sentido, realizou-se nas últimas décadas uma crescente reivindicação para que o Estado assegure direitos iguais, através de mudanças de leis que os discriminam e que também institua políticas públicas que criem condições para o exercício integral de sua cidadania.

Além de todo o conjunto de legislações específicas relacionadas às questões de orientação sexual e identidade de gênero, o movimento LGBT tem lutado pela garantia da implementação de políticas públicas dirigidas à defesa dos direitos, ao exercício da cidadania e à proibição e punição das diferentes formas de discriminação, opressão por meio da homofobia contra homossexuais, lesbofobia e transfobia. (CASSEMIRO, 2013, p.2).

O direito à saúde no Brasil está garantido na Constituição Federal de 1988, no cenário pós-ditadura militar no processo de redemocratização no país e é produto da participação política da sociedade. Essa política se institui como direito de todos e dever do Estado, devendo ser assegurado através de políticas sociais e econômicas que se dirijam à redução do risco de doenças de outros agravos, assim como ao ingresso universal e igualitário aos serviços para a promoção, proteção e recuperação da saúde. A Política Nacional de Saúde Integral LGBT tem como encargo a universalidade e a integralidade do SUS, contando assim com a mobilização da comunidade nas suas distintas formas de segmentos sociais. Porém, mesmo sendo lei a realidade ainda expõe uma falha de acesso da população LGBT dentro do Sistema Único de Saúde (SUS) e a dificuldade das suas demandas de saúde e sociais serem acolhidas.

Destarte que ações de saúde mediante Estado vêm sendo concretizada para a população supracitada ainda que de forma mínima e dificultosa, mas, pode-se elucidar no ano de 2004, em que o Ministério da Saúde constituiu o Comitê Técnico de Saúde da população LGBT com vistas á constituição de uma política específica para o SUS, e em 2006 a aquisição de representação no Conselho Nacional de Saúde (CNS), pelo segmento LGBT entre outros.

Percebem-se progressos importantes no contexto brasileiro, como o Programa Brasil Sem Homofobia e a Política de Assistência Integral à saúde da população LGBT. Entretanto, ainda nota-se, no Brasil, a dificuldade encarada pela população LGBT diante das diversas formas de violência e das discriminações

vivenciadas em decorrência da livre orientação sexual. Além disso, o acesso do grupo LGBT à saúde é marcado por obstáculos, como atendimento discriminatório por parte dos profissionais nas unidades, condutas inadequadas, constrangimentos, conotações preconceituosas ou mesmo ofensas verbais proferidas pelos profissionais (GUTIERREZ, 2007; HECK *et al.*, 2006).

A luta por direitos é uma construção histórica, direitos esses conquistados por meio do movimento LGBT, que são sujeitos que vivem no seu cotidiano situações de invisibilidade, opressão e violação. O cenário de violência na qual, muitas vezes a população LGBT está submetido possuem múltiplas formas, e compreende mais do que as violências caracterizada pelo código penal, não se restringe somente à rejeição irracional ou ódio em relação aos homossexuais, “pois também é uma manifestação que qualifica o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido à sua diferença, esse outro é excluído de sua humanidade, dignidade e personalidade”. (Brasil, 2011, p.5).

Diante dessa realidade de violências, na qual, o segmento social LGBT sofre, desde o preconceito, discriminação, homofobia reflete diretamente nos impasses de acesso à Política de Saúde. Ao acessar o Sistema Único de Saúde (SUS) essa população se sente constrangida de expressar a sua sexualidade de forma livre e sem emoldurar-se em um padrão na hora dos atendimentos por causa do medo social e estigma que ainda é muito forte, da falta de preparo dos profissionais de saúde e do preconceito enraizado nos processos de socialização que é refletido diariamente por esses trabalhadores, isso afeta o cuidado com a saúde desse grupo, destacando a prevenção e o tratamento adequado à epidemia HIV/AIDS, doença que afeta muitos homossexuais devido às vulnerabilidades geradas pela violação de direitos desse grupo e a falta de ações de combate as doenças a este grupo sociais que são mais vulneráveis.

O dossiê exibido pela Rede Feminista de Saúde mostra as principais causas que induzem à mínima procura dos serviços de saúde:

A existência de discriminação, o despreparo dos profissionais para lidar com as especificidades dessa população, as dificuldades de se assumirem como homo ou bissexuais e, por fim, a negação do risco quanto às doenças sexualmente transmissíveis (2006, p. 19).

Nessa linha, o aumento do número de casos de AIDS entre LGBT tem se apontado preocupante nos últimos anos, e uma das determinantes da epidemia é a desigualdade. Onde a desigualdade é mais forte, a pobreza, cruza com a desigualdade de gênero, e assim tem um maior impulso da epidemia. A colaboração entre essas forças de desigualdade institui uma maior vulnerabilidade, e o preconceito acaba se expondo como um empecilho para que os novos métodos de prevenção e tratamento estejam compreensíveis a todos.

É importante pontuar o estigma social referente à epidemia, que pauta-se em um discurso sobre imoralidade, promiscuidade e castigo, comumente estabelecido com o propósito de atacar à comunidade LGBT. O HIV/AIDS concebe uma profunda rede de relações e estigmas que passam a dominar a vida do doente. Essa rede é indissociável de um passado de ignorância e medo que cominou a origem da doença a um castigo divino, em razão de comportamentos avaliados imorais, a questão da

discriminação dos doentes de HIV/AIDS provém de um conjunto de fatores relacionado ao forte conservadorismo moral, o déficit de educação sexual e a tentação de associar HIV/AIDS a condutas sexuais vistos como socialmente desviantes. Esses fatores resultantes de uma sociedade que ainda cultiva um preconceito enraizado, afeta fortemente o cuidado com a questão do enfrentamento do HIV/AIDS, nesse sentido, é necessário reconhecer que todas as formas de preconceito por orientação sexual e por ideologia de gênero, como nas questões LGBT, influem na determinação social da saúde. Diante disso, é necessário que o Estado cumpra o seu dever de não se abstrair do trabalho de promoção e solidificação de campanhas de informação, para assim efetivar o direito da população LGBT à saúde.

Diante disso, é fundamental o acesso da população LGBT aos serviços de saúde, esses pautados na universalidade, integralidade e equidade. Nessa perspectiva, a criação do SUS significou um passo fundamental com vistas à universalização do ingresso a ações de saúde concebidas em uma perspectiva fundada na integralidade, que procuram romper com um histórico de serviços públicos ineficazes e ineficientes, decorrentes de políticas de saúde curatistas, privatistas e excludentes (Silva & Lima, 2005).

O ponto de vista da integralidade, de tal modo, é formulado no momento em que a noção de saúde pública passa a ser progressivamente substituída pela de saúde coletiva, a qual questiona “que os discursos biológicos detenham o monopólio do campo da saúde” (Medeiros & Guareschi, 2009:44). Como mostra Mattos (2001), neste contexto, a integralidade pode ser refletida como um alvo, um objetivo e um ideal a serem alcançados, a partir de pelo menos três vetores principais: a prática dos profissionais de saúde, a organização dos serviços e as respostas políticas aos problemas de saúde.

Quanto ao princípio da equidade, também estruturador do SUS, o que se coloca em destaque é o fato de que diferentes grupos sociais, como índias, mulheres, negras, crianças, idosas e LGBT, podem ter necessidades de saúde individualizadas, insinuando demandas por ações governamentais também diferenciadas, como destacam Silva e Lima,

O princípio da equidade remete ao entendimento de que existem indivíduos ou grupos populacionais mais vulneráveis devido à sua condição socioeconômica, e que, por isso, estes devem ser priorizados nos processos de intervenção estatal. (2005 p. 48)

No contexto das reflexões acerca o acesso da população LGBT a serviços de saúde constituídos nos princípios de universalidade, integralidade e equidade, observa-se que orientação sexual e identidade de gênero não devem ser pensadas como características identitárias, já que fundamentalmente se pronunciam de formas diferentes com outros, a exemplo de idade, raça, cor e classe social, para realçar com apenas três exemplos. Isto significa dizer que o sujeito não pode ser pensado apenas como “gay”, “lésbica”, “bissexual”, “travesti” ou “transexual”, pois o seu corpo possui muitas outras predicados, como ser negro-rico-jovem, entre tantas outras combinações possíveis.

Neste âmbito, a categoria “interseccionalidade” (Costa & Ávila, 2005; Piscitelli, 2008) parece fundamental para considerar como distintos eixos de subordinação se articulam em um mesmo sujeito social, fazendo com que as lógicas de exclusão e aceitação que os apreendem sejam potencialmente distintas,

a depender do contexto social em que se encontrem. Nesta mesma direção, Parker e Camargo Jr (2000, p. 95) destacam a importância de um olhar que contemple a interação de diversos marcadores de diferença para a compreensão dos padrões de contaminação pelo HIV:

[...] estudos sugerem que homens que fazem sexo com homens estão presentes em todas as sociedades e que opressões múltiplas - incluindo-se a pobreza, o racismo, a desigualdade de gênero e a homofobia - interagem de forma sistemática, fazendo com que tais homens fiquem em situação de acentuada vulnerabilidade à infecção pelo HIV.

Diante disso, faz-se necessários maiores investigações sobre as estratégias decoloniais da agência trans, assim como reflexões sobre o acesso à saúde, tais como demanda dos direitos difusos e coletivos engendrados pela visibilidade das diferenças de gênero e sexualidade das pessoas travestis.

Estratégias decoloniais da militância trans junto à prevenção combinada das IST/HIV/AIDS e desigualdades no acesso às políticas públicas na 12ª jornada LGBT de Picos-PI

É sabido, que desde a constituição de 88, está presente o direito à saúde tal como um dever do Estado para com todas as populações, fundamentada no Direito Universal e Igualitário no acesso e promoção da saúde, percebe-se, porém que discursos retrógrafos e conservadores negam a aplicabilidade da lei tal como mecanismos de reprodução das desigualdades e sistema moderno da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014).

É no contexto de retrocessos e negações dos direitos fundamentais e trabalhistas que as vozes militantes dos direitos da população LGBT surgem junto ao Sistema Único de Saúde (SUS), principalmente com especiais singularidades no território do interior do Piauí, que ainda hoje reproduz as heranças mais recentes do povoamento colonial do Nordeste brasileiro. No Vale do Rio Guaribas, destacando-se o município de Picos, no Estado do Piauí, município de médio porte, que se expressa como cidade modelo por ocupar o 2º lugar de arrecadação de ICMS do Estado, destaca-se também o movimento LGBT por desempenhar um papel fundamental na resistência e luta pelas garantias do direito à visibilidade pública e cidadania LGBT integral.

As expressões da violência contra LGBT no interior do Piauí são exacerbadas, o Piauí está dentre os estados que mais matam homossexuais em todo o Brasil, provenientes de um déficit de educação sexual, de uma cultura enraizada na ignorância e no preconceito, assim como, de um forte conservadorismo moral que encara a livre orientação sexual como comportamentos imorais.

Diante dessa realidade, a incidência de doenças torna-se ainda mais recorrentes, como é o caso das IST/HIV/AIDS, tendo em vista a dificuldade em acessar a política de saúde, muitas vezes devido ao receio do preconceito que associa a doença a um castigo divino em razão da não aceitação a livre escolha da sexualidade.

Assim, em um contexto de enfrentamento do preconceito e da discriminação, na cidade de Picos surgem os movimentos sociais organizados pela militância trans, que luta pelo reconhecimento dos direitos dos LGBT (lésbicas, gays, bissexuais e transgêneros). Na realização desse movimento tramita um conjunto de reivindicações, entre as quais: a livre expressão de sua orientação sexual, o acesso a políticas de saúde e demais políticas públicas, assim como a proteção do Estado frente à violência motivada pelo preconceito.

Tendo em vista, a problematização das desigualdades enfrentadas pela população LGBT nas políticas públicas e a importância do papel da Militância Trans do município de Picos, os acadêmicos do curso de Direito da Faculdade R\$ de Picos no Piauí, através de atividade resultante da disciplina de Antropologia Jurídica, participou do evento da 12ª Jornada LGBT de Picos, realizado a doze edições pelo movimento LGBT, proporcionando informação, luta e resistência pelos seus direitos.

Aberta oficialmente na tarde de sexta-feira, 28 de Setembro de 2018, com uma cerimônia de abertura realizada no Auditório do Centro Estadual de Educação Petrônio Portela (Premem), a 12ª Jornada LGBT de Picos debateu com a sociedade a diversidade sexual, de gênero e as discriminações dispensadas ao segmento, e enfatizaram as estratégias da militância trans junto à prevenção combinada das IST/HIV/AIDS e desigualdades no acesso às políticas públicas.

O evento trouxe as estratégias da militância trans com foco na saúde do grupo LGBT, através de um momento cultural demonstraram os talentos por meio de danças, onde foi abordado o atual cenário político brasileiro. A palestra sobre Pep, Prep e Novas Tecnologias de Prevenção IST/HIV/AIDS, ressaltou a importância do uso do preservativo nas relações sexuais, sendo essa prevenção combinada uma estratégia que faz a utilização conjunta de distintas abordagens de prevenção aplicadas em diversos níveis, individual ou em relacionamentos para atender a necessidades peculiares de determinados segmentos populacionais, como o LGBT e de várias formas de transmissão do HIV. O tema Métodos de Prevenção, Testagem, Diagnóstico e Tratamento das IST/HIV/AIDS reafirmou a importância da prevenção ao HIV/AIDS debatendo sobre os métodos preventivos, além de repassar informações necessárias para que haja o tratamento adequado aos indivíduos que possuem a doença.

A coordenadora Municipal de Direitos Humanos e Livre Orientação Sexual, de Picos, Jovanna Cardoso, destacou que a 12ª Jornada LGBT é um momento único para a cidade de Picos e ressaltou que o evento é importante, pois apresenta orientações necessárias para à população. “Orientar, formar pessoas a ter um futuro mais igual, sem preconceito, sem discriminação e, principalmente, prevenir sobre a AIDS, ensinando a se prevenir contra doenças sexualmente transmissíveis é o objetivo”, disse, acrescentando que esse é o maior evento LGBT do Nordeste.

No proceder da programação, foi realizado também uma roda de conversa, que trouxe o debate acerca da vivência de pessoas travestis e transexuais, equipamento e estratégias de enfrentamento à LGBTfobia e de promoção dos Direitos Humanos, e a avaliação da políticas públicas de atenção, entre outros assuntos importantes que são necessários à compreensão dos direitos voltados à essa população.

A palestrante Joseane Borges destacou “enquanto pessoas, estamos atuando diretamente na promoção dos Direitos Humanos da população LGBT conjuntamente com o Movimento LGBT organizado e conseguimos efetuar diversas políticas, sendo elas a criação e efetivação do Conselho Estadual dos Direitos Humanos da população LGBT, esse que é o principal mecanismo de atuação da cidadania da população LGBT, porque é nele que a gente tem o feedback entre a sociedade civil organizada e poder público”. A mesma chamou a atenção para as várias políticas públicas efetivas no Piauí como, por exemplo, as parcerias públicas privadas que operam na promoção da cidadania para a população LGTB, como o GDT de segurança pública, portarias de nome social, dentre outros frutos importantes para o Piauí.

Neste singular campo de observações evidencia-se a ONG Grupo Guaribas de Livre Orientação Sexual – GGLOS que desde 2006, presidida pela travesti e militante dos Direitos Humanos, conhecida como Jovanna Baby, desenvolve estratégias coletivas de resistência política e cultural na afirmação dos direitos à saúde e enfrentamento às diversas formas de violência e discriminações que reproduzem a desigualdade.

Destacando a questão da desigualdade no acesso as políticas públicas, mostrou-se que ainda hoje, mesmo diante de leis que afirmam os direitos igualitários o atendimento ao grupo LGBT recorre muitas vezes a atitudes discriminatórias que causam desconforto e provoca o desânimo dos indivíduos a buscar o acesso. A fragilidade na efetivação das propostas preconizadas vão ao encontro ao atendimento discriminatório prestado pelos profissionais de saúde, o que resulta o receio do grupo em revelar a sua orientação sexual, imaginando o impacto negativo que isso causará à qualidade da assistência.

No contexto das estratégias levantadas pelo movimento LGBT, além da Jornada LGBT de Picos existe a Parada Cultural e da Igualdade de Picos, que mostra o engajamento e luta desse movimento tão importante. No dia 30 de Setembro, no encerramento da 12ª Jornada LGBT de Picos, foi realizada a 12ª Parada Cultural e da Igualdade de Picos, assinalada pela realização de concursos de calouros e drag glamour, trio elétrico animado por DJ's, gogo boys e gogo girls, marca registrada no evento desde sua primeira realização.

A literatura acerca das estratégias de realizações das Paradas Culturais e Jornadas LGBT junto às políticas públicas voltadas à garantia do acesso à saúde e promoção da formação continuada da cidadania plena da população LGBT, em contínua articulação com a coordenadoria municipal dos Direitos Humanos e Livre Orientação Sexual e secretarias municipais de Cultura e Educação da cidade de Picos, apontam para numa expressiva redução, nos espaços públicos, das desigualdades no acesso à saúde, assim como às políticas de educação, cultura, lazer e segurança pública (MAFRA, 2015).

A observação acerca de todo o evento proporcionou experiências de relevância acadêmica e social, tendo em vista a apreensão de informações e vivências repassadas que possibilitaram um novo olhar sobre a luta cotidiana vivenciada pela população LGBT, desde ser aceito no convívio familiar, social a exercer o seu direito de cidadão ao necessitar da inserção em alguma das políticas públicas. A participação no evento promoveu uma valorização dos saberes locais, a promoção da diversidade e a

possibilidade de obter o conhecimento sobre o meio social, que confere significado e dá essência à ciência do Direito, bem como também o entendimento a respeito das relações sociais de conflito, que é onde adentra a ação da ciência jurídica que tem como finalidade a obtenção da justiça.

Dessa forma, percebeu-se que o conhecimento científico acerca das diversas realidades sociais é de suma importância, pois abre caminhos para uma melhor atuação profissional, articular teoria e prática é essencial no trabalho de prevenção, pois combate a ignorância e possibilita um olhar crítico e cauteloso sobre a realidade vivenciada.

Considerações finais

A Política Nacional de Saúde Integral a população LGBT tem se organizado progressivamente nos últimos anos, mas é importante destacar ainda a necessidade de maior efetivação e responsabilidade universal por parte do estado sobretudo no que se refere ao processo de inclusão e equidade.

Observa-se que na região nordeste, com destaque para o Estado do Piauí, é onde ocorre o maior índice de violação de direitos entra a população LGBT em decorrência da não aceitação pela família e sociedade, assim também como a fragilização dos serviços de saúde para atender a esta população, o que dificulta o acesso à prevenção e tratamento de doenças como HIV/AIDS por partes do segmento LGBT.

Diante da realidade das desigualdades enfrentadas pela população LGBT, especialmente em Picos no Piauí, percebeu-se na 12ª Jornada LGBT de Picos que as mobilizações e reivindicações da militância trans na sociedade têm ocasionado desenvolvimento e atenção às necessidades dos mesmos pelo poder público, mas que necessita de maior responsabilização dos órgãos públicos e da sociedade com os mesmo a fim de minimizar ou erradicar o preconceito a discriminação e a violação de direitos humanos que possui percentual bastante elevado a esta população.

No decorrer do evento pudemos refletir sobre as barreiras que a população LGBT encontra na tentativa de garantia do acesso e permanência na saúde em todos os seus níveis e modalidades, e que a LGBTfobia é um preconceito historicamente instaurado no nosso sistema, social, cultural e econômico construído em todos os âmbitos da sociedade, nesse sentido entender o papel do sistema único de saúde como principal agente da política pública de saúde foi essencial para entendermos a garantia do direito a saúde como um todo para a população LGBT.

Para ocorrer transformações na rede de atendimento em saúde é preciso uma modificação cultural no modo de pensar e de agir dos trabalhadores de saúde. Dessa forma, Lionço (2009, p. 43-63) ressalta que é necessário que os profissionais da área da saúde tenham maior proximidade com as políticas públicas e com as problemáticas específicas da população LGBT para a qualificação dos serviços prestados pelas diversas áreas. Portanto, os profissionais que atuam na área de saúde, incluindo psicólogos, terapeutas ocupacionais, assistentes sociais e os diversos agentes da saúde, devem estar

atentos à reação em cadeia que implica o processo de vulnerabilidade que leva ao adoecimento dessa população, bem como as políticas públicas que facilitam o acesso ao sistema de saúde.

Portanto, mediante a participação nas atividades realizadas pelo movimento LGBT durante a 12ª Jornada LGBT foi possível absorver sobre as resistências étnico-raciais de transgressão do sistema moderno de colonialidade de gênero e sexualidade, tais como estratégias decoloniais frente às opressões cotidianas que negam os direitos fundamentais e reproduzem atendimentos discriminatórios por parte dos profissionais e agentes de saúde nas unidades do serviço público. É importante considerar que a estratégia afirmativa dos direitos étnico-raciais da militância trans tem ressignificado o estigma social que relaciona à epidemia à promiscuidade, imoralidade e castigo divino e social. Estes por sua vez aparecem como discursos conservadores que atentam em negar o direito à vida da população LGBT.

Referências

BRASIL, **Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil**: ano de 2011. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2012. Disponível em: <http://www.sdh.gov.br/assuntos/lgbt/pdf/relatorio-violencia-homofobica-ano-2012> acesso em 23/10/2018

CARDOSO, M. R.; FERRO, L. F. **Saúde e População LGBT**: Demandas e Especificidades em Questão. *Psicologia: ciência e profissão*, v. 32, n.3, p.552-563, 2012.

CASSEMIRO, L. C. **A luta por direitos e avanços na Política de Saúde**: o cotidiano de travestis e transexuais. Cidade Universitária da Universidade Federal do Maranhão, São Luís- Maranhão, Brasil, 2013. p.2.

COLAÇO, Thais Luzia; DAMÁZIO, Eloise da Silveira Petter. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina**: O direito e o pensamento decolonial. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012

COSTA & ÁVILA, 2005. **As Necessidades de saúde como centro estruturante na luta pela integralidade e equidade na atenção em saúde**. In: PINHEIRO, R.; MATTOS, R. A. de (Org.). *Os sentidos da integralidade na atenção e no cuidado à saúde*. Rio de Janeiro: UERJ/IMS/ABRASCO, 2001. p.113-126.

GUTIÉRREZ, N. I. M. **Situación de salud sexual y reproductiva, hombres y mujeres homosexuales hospital Maria Auxiliadora**. Revista

LIONÇO, T. (2009). **Atenção integral à saúde e a diversidade sexual no processo transexualizador do SUS**: avanços, impasses, desafios. *PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva*, 19(1), 43-63.

LUGONES, Maria. **“Street Walker Theorizing”**. In: . (Ed.). *Pilgrimages/Peregrinajes: Theorizing Coalition Against Multiple Oppression*. Lanham, Md.: Rowman & Littlefield Publishers, 2003.

MATTOS, R. A. de. **Os Sentidos da integralidade**: algumas reflexões acerca dos valores que merecem ser defendidos. In: PINHEIRO, R; MATTOS, R. A. de (Org.). *Os sentidos da integralidade*. Rio de Janeiro: IMS/UERJ/ABRASCO, 2001. p. 39-64.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuida**. Violência contra gays, homofobia e militância LGBT no vale Rio Guaribas. 2015. Editora Appris.

MELLO, L. *et al.* **Políticas de saúde para lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais no Brasil**: em busca de universalidade, integralidade e equidade. *Sexualidade, Salud e Sociedad*, n.9, p. 7-28, 2011.

MEDEIROS, Patrícia & GUARESCHI, Neuza. 2009. **“Políticas públicas de saúde da mulher: a integralidade em questão”**. Revista Estudos Feministas, Florianópolis. Jan.-abr. 2009. Nº 17 (1), p. 31-48.

PARKER, Richard & CAMARGO JR., Kenneth Rochel de. 2000. **“Pobreza e HIV/ AIDS: aspectos antropológicos e sociológicos”**. Cad. Saúde Pública, Rio de Janeiro, 16 (Sup. 1), p. 95.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. (2006). **Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: promoção da equidade e da integralidade**. Belo Horizonte: Autor.

SILVA, José Paulo Vicente da & LIMA, Juliano de Carvalho. 2005. **“Sistema Único de Saúde: reafirmando seus princípios e diretrizes para fazer avançar a Reforma Sanitária Brasileira”**. In: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio (org.). Textos de apoio em políticas de saúde. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz. P. 43-73.

TONIETTE, M. A. **Um breve olhar histórico sobre a homossexualidade**. *Revista Brasileira de Sexualidade Humana*, São Paulo, v. 17, n. 1, 2006.

EMBAIXADORXS TODXS – UM RELATO DE EXPERIÊNCIA A PARTIR DA CONEXÃO NACIONAL DE LIDERANÇAS LGBT+ NO DESENVOLVIMENTO DE PROJETOS SOCIAIS

Matheus dos Santos Melo¹
Levi Mota Muniz²

Resumo: Como pensar no engajamento de 26 militantes LGBT+ das cinco regiões do país, de diversas classes sociais e diferentes grupos étnico-raciais em um programa de desenvolvimento de conexões e lideranças? Aqui relata-se o processo de participação no projeto Embaixadorxs da ONG TODXS, que, em 2017, desenvolveu a primeira turma por meio de um processo com duas etapas: a primeira de maneira virtual, com a preparação dos participantes em diversas plataformas durante seis meses, com a criação de projetos relacionados à população LGBT+; a segunda de forma presencial, na cidade de São Paulo - com ajuda financeira da organização - em outubro de 2017, espaço no qual aconteceram mais preparações e dinâmicas, bem como a apresentação final dos projetos para a população LGBT+ no bairro Vila Madalena.

Palavras-chave: Gênero; ONG; LGBT+; programa; liderança.

1 Graduando em Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Ateneu.
E-mail: mello.mattheus@gmail.com.

2 Pós Graduando em Metodologia do Ensino da Arte – Universidade Braz Cubas. Licenciado em Teatro pela Universidade Federal do Ceará.
E-mail: levifec@gmail.com

POLÍTICAS PÚBLICAS LGBT: UM EXERCÍCIO CONSTANTE DE RESISTÊNCIAS E RESILIÊNCIAS

Marina Reidel¹

Resumo: O Ministério dos Direitos Humanos é responsável pela articulação interministerial e inter-setorial das políticas de promoção e proteção aos Direitos Humanos no Brasil. Sua atual estrutura tem origem nas antigas Secretarias Especiais da Presidência da República: a Secretaria de Direitos Humanos (SDH), Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) e a Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR). Este trabalho é um relato das experiências vividas no campo da gestão pública federal no que diz respeito às políticas LGBT e como esse processo pós-impeachment foi demarcado na estrutura federal. Como as resistências e as resiliências mantiveram-se nesses espaços, a manutenção de processos afirmativos e avanços aconteceram mesmo com as dificuldades.

Palavras-chave: Direitos Humanos, Políticas Públicas, Cidadania LGBT.

¹ Mestra em Educação – UFRGS. Diretora de Promoção de Direitos LGBT – Ministério dos Direitos Humanos
E-mail: marina.reidel@mdh.gov.br.

A IMPLEMENTAÇÃO DAS CÉLULAS DE ARTICULAÇÃO DE IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE SEXUAL NA POLÍTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE.

José Rogers Winchester de Saboia¹
Renata Marques de Sousa
José Maria Nogueira Neto

Resumo: Diante dos agravos pertinentes às dificuldades de superação da discriminação da população negra e LGBT, foram criadas células de articulação, no município de Sobral, com o intuito de promover conexões em rede, tendo em vista a garantia de direitos, defesa e empoderamento. A implementação de políticas públicas para a igualdade racial e a diversidade sexual pensa e organiza políticas afirmativas transversais e intersetoriais para a diminuição dos indicadores sociais de riscos e vulnerabilidades referentes aos públicos mencionados e foi instituída através da Coordenadoria dos Direitos Humanos, parte integrante da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social. É uma inovação da atual conjuntura política municipal, voltada de maneira inclusiva, à população negra e LGBT.

¹ Especialista em Gestão de Pessoas – FACEOPAR.
E-mail: rogerssaboia@gmail.com.
Supervisor Técnico do Núcleo da Diversidade Sexual – Coordenadoria dos Direitos Humanos de Sobral.
E-mail: direitoshumanos@sobral.ce.gov.br

A IMPLEMENTAÇÃO DAS CÉLULAS DE ARTICULAÇÃO DE IGUALDADE RACIAL E DIVERSIDADE SEXUAL NA POLÍTICA PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE SOBRAL/CE.

José Rogers Winchester de Sabóia, JRWS¹

José Maria Nogueira Neto, JMNN²

Renata Marques de Sousa, RMS³

Resumo: Diante dos agravos pertinentes às dificuldades de superação da discriminação da população negra e LGBT, foram criadas células de articulação, no município de Sobral, com o intuito de promover conexões em rede, tendo em vista a garantia de direitos, defesa e empoderamento. A implementação de políticas públicas para a igualdade racial e a diversidade sexual pensa e organiza políticas afirmativas transversais e intersetoriais para a diminuição dos indicadores sociais de riscos e vulnerabilidades referentes aos públicos mencionados e foi instituída através da Coordenadoria dos Direitos Humanos, parte integrante da Secretaria dos Direitos Humanos, Habitação e Assistência Social. É uma inovação da atual conjuntura política municipal, voltada de maneira inclusiva, à população negra e LGBT.

Palavras-chave: População LGBT, Diversidade, População Negra;

1 Especialista em Gestão de Pessoas – FACEOPAR. Supervisor Técnico do Núcleo da Diversidade Sexual – Coordenadoria dos Direitos Humanos de Sobral.

E-mail: rogerssaboia@gmail.com.

2 Psicólogo, Supervisor de Núcleo da Coordenadoria dos Direitos Humanos de Sobral-CE. Professor do curso de Psicologia da Faculdade Luciano Feijão, Sobral – CE.

3 Assistente Social, Supervisora de Núcleo da Coordenadoria dos Direitos Humanos de Sobral-CE.

RESGATE HISTÓRICO DO NASCIMENTO DO MOVIMENTO DE TRAVESTIS NO BRASIL

Jovanna Cardoso da Silva¹
Beatriz Senegal²

Resumo: O presente Relato de Experiência se propõe a fazer um resgate histórico das vivências e problemas enfrentados pela população de Travestis no Brasil que culminou com a criação daquela que é considerada a primeira associação de travestis do mundo, a Associação de Travestis e Liberados - ASTRAL. Fundada em 1992 por Jovanna Baby, teve como incentivo para esse ato histórico, a perseguição e violência policial em todas as suas pluralidades, a segregação e o patriarcado gay sobre a população "T". Ao longo do tempo, as travestis se tornaram protagonistas de sua própria história, embora ainda muito perseguidas, e hoje o movimento iniciado em 1992 tornou-se grandioso e independente.

Palavras-chave: Travestis, Astral, Liberados , Transexuais, Homens Trans

1 Presidente do Fórum Nacional de Travestis e Transexuais Negras e Negros – FONATRANS.
E-mail: jovannababy1@hotmail.com

2 Orientadora.

Introdução



Jovanna Baby, Idealizadora e Fundadora do Movimento Nacional de Travestis e do ENTLAIDS

Com o objetivo de Documentar o marco histórico que é o surgimento jurídico do movimento de Travestis no Brasil e garantir a informação verídica e contextualizada de quem o idealizou e fundou a **Associação de Travestis e Liberados – ASTRAL/RJ**, entidade idealizadora que idealizou a RENTLAR e RENATA redes Nacionais que Congregava Travestis de Todos os Estados Brasileiro desde 1993, também no sentido de facilitar a pesquisadores parceiros de outrora e atuais o **Grupo Astral** vem a público por meio deste publicar o presente relato.

Relato de experiência

Em meados dos anos de 1990, Jovanna Baby - hoje Jovanna Cardoso da Silva - atuava na Prostituição nos Bairros Praça Tiradentes, Praça Mauá e Central do Brasil, no Rio de Janeiro. A atuação da Polícia era veemente na perseguição, espancamento e prisão de Travestis em toda a Capital, na época apareceu nos pontos de concentração de Travestis uma certa senhora de nome Célia Sterenfeld a qual realizava atividades de prevenção as então chamada na época DST e AIDS, a mesma era coordenadora de um Projeto financiado pelo então Departamento Nacional de DST e Aids do Ministério da Saúde e dentre as atividades, ao poucos, a Dra. conseguiu ganhar nossa confiança e já em 1991 convidou Jovanna Baby para compor a equipe do projeto percebendo uma ajuda de custo de um salário mínimo, desafio aceito e lá foi Jovanna atuar como multiplicadora de informações em todos os pontos de prostituição de Travestis Lapa, Glória, Centro, Copacabana, Ipanema, Jardim América dentre outros. A perseguição

da polícia não cessava e na medida que o tempo passava, na equipe do projeto, mais conhecimentos Jovanna adquiria, e assim ela conseguiu iniciar o processo de fazer reuniões com as Travestis na sede do Instituto Superior de Estudos das Religiões-ISER, Entidade muito respeitada no Rio de Janeiro que abrigava no seu bojo de projetos o projeto “Saúde na Prostituição”. Estas reuniões se iniciaram em novembro de 1991, com a presença de no máximo 06 Travestis, a maioria absoluta não iam porque trabalhavam à noite até o amanhecer e dormiam durante todo o dia.



Da esquerda para a direita: Elza Lobão, Claudio, Jovanna Baby (primeiro plano), Beatriz Senegal (segundo plano) e Monique Du Bavieur. Fundadoras do Movimento Nacional de Travestis e do ENTLAIDS.

Fizemos cerca de duas reuniões no final de 1991, a temática era sempre prevenção da Aids e a violência policial e assim o tempo passava e cada vez mais aumentava os ataques da polícia. Entra o ano de 1992 e logo no mês de Janeiro o então Prefeito do Rio de Janeiro em parceria com uma Vereadora do PV do Aterro do Flamengo (local onde havia uma grande concentração de pontos), determinou à guarda do Município que fizesse recolhimento das Travestis dos pontos compreendendo o Aeroporto Santos Dumont a Ipanema diariamente e as levasse para as delegacias. Na época, seis (06) Travestis capitaneadas por Jovanna já participavam maciçamente das atividades do Projeto, compareciam a todas as reuniões, são elas: **Jovanna Baby, Elza Lobão, Josy Silva, Beatriz Senegal, Monique do Bavieur e Claudia Pierry France**, com a determinação do **comando da PM** a notícia se espalhou pela mídia sobre a tal operação diária nas área de prostituição, assim criou se um alvoroço em todos os pontos compreendidos na determinação do prefeito, ai preocupadas com os desdobramentos da iniciativa da prefeitura, caímos em campo convocando todas as Travestis para um reunião urgente na sede do ISER no dia 21 de Janeiro de 1992 as 14 horas, por incrível que pareça nesse dia 79 travestis compareceram a reunião, estávamos preocupadas porque chamamos a imprensa e estávamos com medo delas não vir, porem elas vieram e foi notícia em todos os jornais, e com a repercussão da nossa reunião,

então no dia seguinte 22 de Janeiro as 8:40 da manhã Jovanna Baby recebe um telefonema de uma alta patente da polícia que discordava da ação, que a orientou a fazer uma denuncia de abuso de poder, e prática ilegal visto que a guarda da prefeitura a época não tinha poder de policiamento e a orientou a quem ligar e como se dirigir a pessoa que também era uma mulher Negra Policial Militar que seria a oficial no dia. No dia do inicio da tal operação, assim foi feito, Jovanna ligou fez a denuncia e combinou com a autoridade em questão como se daria a atuação na hora, ok chegou a hora, e lá na Praça paris estava Jovanna e as outras 5 do grupo aguardando o inicio da operação às 19:00 hora, quando iniciou a chegada das caminhonetes e viaturas da guarda da prefeitura, Jovanna contactou a oficial dia que enviou viatura e ônibus da PM que chegaram. Só que quando os guardas iniciaram a recolhimento das Travestis, algumas já estavam em cima dos carros, quando os policiais deram voz de prisão aos guardas, e lotou um ônibus com elas e os levaram a delegacia por abuso de autoridade, o sargento responsável pela operação determinou que as travestis que estavam em cima das caminhonetes descesse e nos alertou que o que a guarda Municipal estavam fazendo só a Policia Militar podiam fazer, desde que algum morador se sentir lizado e ou incomodado e fizesse a denuncia, ou se quando uma de vocês cometer contravenção. Passado o ocorrido reunimos o grupo das seis listadas acima e decidimos que tínhamos que nos organizar socialmente, tendo em vista que a própria oficial dia da PM nos aconselhou a se organizar, pois segundo ela as coisa tendia a melhorar com auto organização, assim sendo, marcamos uma reunião no dia 15 de março para discutir a criação da Associação e como já existia a associação das Prostitutas da Vila Mimosa, convidamos **Dorath Prado** uma das diretoras para nos explicar o passo a passo, nesse dia Também Escutamos o Dr. Rubens Martins presidente do ISER que nos explicou sobre Estatuto, Ata e os passos para juridicializar, ao fim da Reunião Jovanna Baby ficou na incumbência de Providenciar Estatuto, e agendamos uma próxima reunião para dia 02 de maio, para leitura, aprovação e efetivação de diretoria bem como lavramento da ata e assim foi feito, Discutimos o nome o qual Astral –Associação de Travestis e Liberados, o Liberados seria para Contemplar Transformistas que se montavam para se prostituir, gays e lésbicas aliadas, aprovado o nome, Jovanna eleita Presidente com as outras cinco compondo Tesouraria e Conselho Fiscal e o grupo deu entrada no cartório de pessoa jurídica no dia 15 de maio as 14:30hs da tarde com toda mídia televisiva, escrita e falada, foi um marco histórico para o Brasil, assim nasceu, no ano 1992, a **ASTRAL**, na cidade do Rio de Janeiro/RJ, foi a percussora do Movimento Social Organizado de Travestis, graças à insatisfação das mesmas que não se viam contempladas nas discussões de gênero do MHB (Movimento Homossexual Brasileiro) e sentiam necessidade de atuar mais ativamente no panorama nacional e como não tinham recursos suficientes e nem meios mais diretos e efetivos para acessar as Travestis de todo o Brasil, pensaram então em fazer essa interlocução e estabelecer um encontro, em primeiro momento se pensou em um Estadual, depois regional, porem decidiram para um Nacional e já em 1993 realizou o **I Encontro Nacional de Travestis e Liberados** na própria sede do ISER na Ladeira da Gloria, no Bairro Gloria Rio de Janeiro, teve a participação de 40 Travestis do Rio e uma pessoa dos Estados do Paraná, São Paulo, Minas Gerais, Espirito Santo, o curioso foi que de SP, PR e MG a participação foi de pessoas gays, e do ES uma

mulher chamada Arnúbia Pezende que então era Coordenadora de apoio as Minorias da Secretaria de Justiça daquele Estado. Com sua participação no primeiro, ela propôs levar para Vitória o Encontro de 1994 que foi realizado inclusive com o apoio da Polícia Militar do ES e da Chocolates Garotos, 1995 o Encontro volta ao Rio desta vez com o apoio integral do Programa Nacional de DST e Aids o qual licitou hotel, alimentação e passagens de todos os Estados Brasileiros. Contamos também com apoio de várias empresas de renome, **TAM, Varig, Vasp, Rio Sul Itapemirim, Taba, Penha, São Geraldo** as quais disponibilizaram passagens, o mesmo aconteceu no Hotel Guanabara Palace tradicional e Luxuoso na época e passou a ser **III Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids** por sugestão da **Dra. Lair Guerra**, piauiense então Coordenadora Nacional de DST e Aids, e assim sucessivamente, em 1996 Curitiba (Grupo Esperança) sediaria o IV Encontro, porém faltando 3 meses devolveu a responsabilidade ao Grupo Astral que novamente o realizou através de projeto com o Departamento Nacional de Aids e o mesmo aconteceu nas dependências do Hotel São Francisco no Centro do Rio, o V Encontro aconteceu no Hotel Rio `s Presidente no ano de 1997, 1998 o VI em São Paulo, e 1999 VII em Fortaleza e em 2000 o VIII voltou ao Rio na Cidade de Cabo Frio no ano que foi realizado na Cidade de Vitória, inclusive com o apoio da Polícia Militar do ES e da Chocolates Garotos, nacional que viesse a acolher as demandas dessa população, afim de aperfeiçoar e aparelhar os grupos que, até então, as representavam. Assim, no início do ano de 1993 aconteceu o **I ENTLAIDS** – Encontro Nacional de Travestis e Liberados que Atuam na Prevenção da Aids, organizado pela **ASTRAL** – Associação de Travestis e Liberados.

Inicialmente, o termo mais comum era **GLS**, sendo a representação apenas para: Gays, Lésbicas e Simpatizantes. Com o crescimento do movimento contra a homofobia e pela livre expressão sexual, tal sigla foi alterada para GLBS (Gays, Lésbicas, Bissexuais e Simpatizantes) que logo foi mudado para GLBT com a inclusão da categoria das Travestis e Transexuais.

Em 29 de janeiro de 2004, militantes ativistas do movimento nacional organizado das Travestis participaram, no Congresso Nacional, do lançamento da primeira campanha contra a transfobia no país. A partir de então, o dia 29 de Janeiro passou a ser o Dia da Visibilidade das Travestis, cujo objetivo é ressaltar a importância da diversidade e respeito para o movimento organizado desse segmento social e politicamente organizado no Brasil.

O Movimento Social Organizado das Transexuais começou a aparecer em meados dos anos 1997, quando o CFM – Conselho Federal de Medicina, regulamentou a realização de cirurgias experimentais de Transgenitalização (Readequação de Sexo) em hospitais universitários no Brasil. Porém, foi 2005, em Brasília/DF, que nasceu o CNT – Coletivo Nacional de Transexuais, durante o EBGLT – Encontro Brasileiro de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, que as Transexuais se reuniram e decidiram chamarem-se como Mulheres e Homens Transexuais, em oposição aos critérios médicos patologizantes que se referiam a uma Mulher Transexual com transexual masculino, fazendo apenas referência ao sexo de nascimento.

A sigla GLBT perdurou por pouco tempo, e essa alteração do termo em favor de LGBT, aprovada na 1ª Conferência Nacional realizada em Brasília/DF no período de 05 a 08 de junho de 2008. *Instituto Grupo Organizado de Articulação para Inclusão Social e Cidadania de Transexuais e Travestis.*

Alguns outros fatos importantes relacionados:

Os ataques sofridos pelas Travestis que Trabalhavam na Lapa dispensados por uma Tenente de nome Izabel do 13º Batalhão de Polícia Militar, ah qual conseguimos que a mesmo fossem transferida para uma Cidade do Interior também motivaram ainda mais a vontade de lutar do grupo.

No ano de 1995 o Grupo Astral foi Recebido pelo Então Secretário de Segurança do Rio de Janeiro Dr. Mario Covas, fomos a SSP/RJ denunciar o grande numero de assassinatos de travestis dos últimos dias a época, ele só nos recebeu por que a mídia dominante estava presente, durante a conversa ele levantou a voz e a mão para bater na cara da Jovanna Baby porem retrocedeu por conta da mídia que registrava tudo.

Trabalho em andamento.

QUANDO AS ESCOLAS (NÃO) PARAM – DISPOSITIVOS CÊNICOS PARA REPENSAR O GÊNERO A PARTIR DA CRIAÇÃO ARTÍSTICA EM UMA ESCOLA DE ENSINO MÉDIO EM TEMPO INTEGRAL

Levi Mota Muniz¹
Matheus dos Santos Melo²

Resumo: Suscitar experiências artísticas-literárias-pedagógicas dentro de escolas públicas que contestem a trajetória hierárquica e opressiva das relações de gênero é importante para proporcionarmos, no imaginário da comunidade escolar, outras possibilidades para pensar e agir em relação a esse tema. Esse trabalho tem como intuito relatar e ponderar a partir do processo de encenação protagonizado por estudantes e professores da EEMTI Telina Barbosa da Costa, no bairro de Messejana (Fortaleza/CE), tendo como pilar o texto “Quando as Máquinas Param” de Plínio Marcos (1963), bem como as experiências pessoais de relação violenta entre gêneros dos integrantes da montagem. A obra foi apresentada no primeiro semestre de 2018 e partilhada com mais de 600 pessoas no total.

Palavras-chave: Gênero; teatro; violência; escola; encenação.

1 Pós Graduando em Metodologia do Ensino da Arte – Universidade Braz Cubas. Licenciado em Teatro pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: levifec@gmail.com.

2 Graduando em Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Ateneu.

E-mail: mello.mattheus@gmail.com

HÁ VAGA: A CONTRIBUIÇÃO DOS POLICIALESCOS PARA EXCLUSÃO DE TRAVESTIS DO MERCADO DE TRABALHO

João Lucas Santos Memória¹

Resumo: Este trabalho tem por finalidade compreender as relações entre a exclusão profissional das travestis, mulheres trans com os policialescos, líderes de audiência em horários privilegiados. Nestes programas, estas pessoas quase sempre aparecem envolvidas em confusões e delitos. E as matérias, que apresentam uma estética jornalística, em algumas situações, enveredam para o humor, contribuindo para a marginalização do grupo em questão. As reflexões são construídas a partir do relato de quatro interlocutoras da pesquisa, consulta a matérias jornalísticas e produções teóricas. O estudo em forma de documentário é resultado da pesquisa de graduação em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (Unifor).

Palavras-chave: Travestis, trans, policialescos, jornalismo, sensacionalismo

¹ Graduado em Jornalismo pela Universidade de Fortaleza (UNIFOR) e licenciando em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Ceará (UFC).
E-mail: lucas.memoriia@gmail.com

INTRODUÇÃO

As travestis e mulheres trans são frequentemente associadas com prostituição, tráfico, uso de drogas e confusões em delegacias. A associação é pauta constante de programas policiais, que possuem grande audiência. Um estudo divulgado pelo Centro de Defesa da Criança e do Adolescente mostra que este tipo de jornalístico, considerado popular, pode se tornar um desserviço, na medida em que, ao invés de aprofundar o debate com informações sobre os serviços governamentais que o estado deve fornecer, secundariza ou ignora a discussão sobre os direitos que a cidadã ou o cidadão devem buscar. (CEDECA, 2011).

Entre as violações de direitos que os programas policiais cometem está a exposição indevida de pessoas e o discurso de ódio e preconceito. Além de apresentarem uma conduta que contraria o direito à dignidade humana, contraria o Código de Ética dos Jornalistas, que estabelece que o profissional deve combater a discriminação por motivos sociais, políticos, religiosos, raciais, gênero, orientação sexual ou qualquer outro. (FENAJ, 2007).

Os meios de comunicação espetacularizaram as crises que as travestis e mulheres trans passam, mas não informam sobre o que é gênero, importância do nome social e uso do artigo feminino, muitas vezes se referindo às entrevistadas como “ele” e citando o nome utilizado anteriormente por elas. Por não contextualizar e informar como as discriminações sofridas durante toda a vida podem ser determinantes para a situação em que estas se encontram, os programas fortalecem o preconceito. Mesmo quando possuem material suficiente para render comentários que expliquem a situação com profundidade, os apresentadores se limitam a explorar a violência e o crime. (CEDECA, 2011).

Conforme Damásio (2015), a violência não se restringe às ruas, sendo possível acontecer em todos os espaços sociais que estas mulheres circulam. Como reflexão aos efeitos negativos dos policiais no cotidiano destas pessoas, surgiu o projeto “Há Vaga”, documentário onde as protagonistas do processo de exclusão pudessem relatar experiências de vida e a opinião delas sobre como estas matérias classificadas como jornalísticas podem afetar suas vidas.

Montação

A produção do filme teve duração de um ano, entre leituras teóricas sobre gênero, documentário e exibição de trabalhos semelhantes como “E Tu, Tens Medo de Mim?” (2016), “Dzi Croquetes” (2009), “Bichas” (2016), “O Voo da Beleza” (2012), entre outros. Após esta etapa de pesquisa, iniciou-se a construção de um esboço sobre como o trabalho seria feito e quem seriam as interlocutoras, convidadas a partir de pessoas próximas à produção do filme e das entrevistadas. Cinco aceitaram o convite, mas apenas quatro participaram das gravações por conta de conflitos de agenda.

O primeiro contato com as entrevistadas foi a partir de mensagens trocadas por WhatsApp e ligações telefônicas. Conversamos sobre o tema do documentário e sobre as experiências de vida de cada

uma. Enquanto elas compartilhavam sobre as vivências, foi possível compreender como o jornalismo, que deveria ter entre seus pilares defender os princípios da Declaração Universal dos Direitos Humanos (FENAJ, 2007), tem responsabilidade sobre a marginalização das travestis e mulheres trans, uma vez que os ataques transfóbicos disfarçados em piadas, não contratação no mercado de trabalho formal e discriminação no ambiente familiar, são resultados da ausência de políticas públicas e fortalecidas pelo discurso dos policiais.

Saraiva e Caproni Neto (2014) ressaltam que o mercado de trabalho possui espaços específicos para o gênero masculino e feminino. Devido a isto surgem estereótipos, relações de poder e a possibilidade da exclusão destas pessoas. Quando a orientação sexual ou identidade de gênero diverge do padrão, as dificuldades são intensificadas. Entretanto, pessoas trans encontram maior complicação para se inserir neste espaço, uma vez que homossexuais e bissexuais que não mantêm um comportamento diferente do estabelecido pelo modelo heteronormativo conseguem maior aceitação.

Não houve um roteiro pré-definido para a condução das gravações. As entrevistas aconteciam na medida que a agenda das interlocutoras se encaixava nos horários cedidos pela Universidade de Fortaleza (Unifor), responsável pelos equipamentos e cinegrafistas que acompanharam o trabalho. Optou-se por não seguir um modelo pré-definido de roteiro para garantir a espontaneidade nas conversas, uma vez que algumas colaboradoras da pesquisa não estavam acostumadas com este tipo de entrevista. Enquanto elas se abriam para relatar suas experiências, os demais envolvidos no projeto deveriam compreender a fala como a maneira da interlocutora de vivenciar aquele processo, utilizando o que foi evidenciado pela entrevistada para percorrer pela sua história de vida com outros questionamentos acerca do tema.

Os cenários escolhidos foram escolhidos pelas mulheres trans. Um salão de beleza improvisado na entrada de casa, a sala de uma Organização Não Governamental, jardim e até um comitê eleitoral, uma vez que uma das entrevistadas estava como candidata a vereadora de Fortaleza.

A edição, feita nos laboratórios da Unifor, demorou cerca de três meses para ser finalizado. Além de escutar as entrevistas e montar um esquema sobre como os depoimentos seriam encaixados, vídeos extraídos da internet foram inseridos no documentário. Eram diversas matérias de policiais, facilmente encontradas no Youtube, sempre transformando a pauta em algo pitoresco e jocoso.

Desta forma, o documentário propõe-se a tornar pública uma discussão sobre a representação de gênero em programas policiais. Assim, o jornalista que ingressar nesta área do mercado e à sociedade em geral, poderá entender como a travesti e a mulher trans se sentem e são afetadas pela exposição indevida delas nestes programas considerados informativos por uma parcela da sociedade.

Percepções

Durante a pesquisa, ficou notório a responsabilidade social do comunicador em relação a estas pessoas. Os discursos dos apresentadores de programas policiais, tão populares quanto o gênero,

fomenta diversas discussões públicas importantes e por isto, o formato foi escolhido para ser relacionado ao assunto. É fato que a discriminação não acontece somente por causa deste tipo de conteúdo exibido na televisão, mas por alcançar um grande número de pessoas, os policiais contribuem com a formação de opinião de uma massa.

As entrevistas transpassaram o limite da atividade jornalística a que se pretendia, tornando-se algo pessoal. É impossível, enquanto profissional de comunicação, não se sentir responsável pela intolerância que elas passam diariamente nas ruas, na internet e no mercado de trabalho, foco do documentário. Espera-se que o filme, embora não tenha como desfazer o problema, possa contribuir com a discussão e a mudança de pensamento, principalmente de novos profissionais da mídia, sensibilizando-os para o assunto.

Assim, o trabalho finalizado aponta que o preconceito contra a identidade de gênero que diverge do padrão é fortalecido pelo discurso opressor dos apresentadores e repórteres de programas policiais. E por ser acompanhado por boa parcela dos telespectadores, torna-se fator para não contratação delas no mercado de trabalho formal.

Referências

DAMÁSIO, Beatriz. **Breve reflexão sobre a questão 'TRANS': Corpo e violência.** In. XVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 2015. Anais Eletrônicos. Disponível em: <<http://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2015/resumos/R47-0813-1.pdf>>. Acesso em: 15 de março de 2018.

CEDECA (Ceará). **Tele visões: Violência, Criminalidade e Insegurança nos Programas Policiais do Ceará.** Fortaleza. Expressão Gráfica Editora, 2011.

LOURO, Guacira Lopes. **Um Corpo Estranho: Ensaio sobre Sexualidade e Teoria Queer.** 1ª ed. Belo Horizonte. Autêntica. 2008.

VIEIRA, Helena. **Teoria Queer, o Que é Isso?** In: Revista Fórum. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/osentendidos/2015/06/07/teoria-queer-o-que-e-isso-tensoesentre-vivencias-e-universidade/>>. Acesso em: 01 de abril de 2018.

FENAJ. **Código de Ética dos Jornalistas Brasileiros.** Disponível em: <https://fenaj.org.br/wp-content/uploads/2014/06/04-codigo_de_etica_dos_jornalistas_brasileiros.pdf>. Acesso em: 13 de setembro de 2018.

CAPRONI NETO, Henrique Luiz; SARAIVA, Luiz Alex Silva. **Estigma na Trajetória Profissional de uma Travesti. Teoria e Prática em Administração (TPA).** Minas Gerais, p.234-246, 2014. Disponível em: <<http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/tpa/article/view/16561/12588>>. Acesso em: 04 de março de 2018.

PRÁTICAS DE ENSINO E PESQUISA JUNTO ÀS VIOLAÇÕES E ESTRATÉGIAS DECOLONIAIS DOS DIREITOS ÉTNICO-RACIAIS DE GÊNERO E SEXUALIDADE: ANÁLISES CRÍTICAS ÀS POLÍTICAS DO CORPO DIS(DO)CENTE DO CURSO DE DIREITO NO VALE DO RIO GUARIBAS - PI

Sibelle de Moura Ferreira¹
Jéssica Borges Gonçalves Silva²
Paulo Fernando Mafra de Souza Junior³
Maria José Rodrigues de Sousa⁴

Resumo: O presente relato problematiza as práticas, de ensino e pesquisa, do curso de Direito de uma instituição educacional particular no Vale do Rio Guaribas, interior do Piauí, frente às violações e estratégias decoloniais dos direitos étnico-raciais de gênero e sexualidade no ambiente da sociabilidade educacional, objetivando analisar criticamente os discursos políticos do corpo disc(do)cente junto à temática da diversidade humana e relações histórico-culturais do Brasil-África. Considerando que o sistema moderno da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014) reproduz descontinuamente corporalidades hierarquizadas, racializadas e generificadas sob a rigorosa dinâmica (cis)heteronormativa da sociabilidade capitalista, enfatizamos que a constituição simbólica da educação latino-americanas e brasileiras se inscrevem junto ao discurso histórico do eurocentrismo, androcentrismo e patriarcalismo. É diante deste cenário que forjamos a seguinte questão-geradora deste relato: Como se dão as práticas de ensino e pesquisa junto às violações e estratégias decoloniais dos direitos étnico-raciais de gênero e sexualidade nos discursos políticos do corpo disc(do)cente do curso de Direito de uma instituição de educação superior privada. Valendo-se das abordagens teórico-metodológicas do pensamento decolonial (QUIJANO, 2005; MIGNOLO, 2003; WALSH, 2013) e perspectivas da antropologia

1 Graduandx em direito – IESRSA.
E-mail: sibele.moura2000@hotmail.com.

2 Graduandx em direito – IESRSA.
E-mail: jessicaborges301199@gmail.com.

3 Historiadorx, Profx. Drx. em Serviço Social UFPE/UEM-Moçambique.
E-mail: omafraom@gmail.com

4 Socióloga; Dra. em Serviço Social(UFPE).

jurídica (COLAÇO&DAMÁZIO, 2012), esta comunicação caracteriza-se como uma experiência de pesquisa qualitativa que utiliza o método da análise crítica do discurso. As coletas de dados dar-se-á no período de 2018.2 através das técnicas “bola de neve” e “saturação” (MAFRA, 2015), por meio do qual a coordenação do curso de Direito da instituição de educacional privada, aleatoriamente, um sujeito de pesquisa que represente o discurso político do corpo disc(do)cente, por meio dos seguintes critérios a) ser docente/discente do curso no semestre 2018.2; b) já ter presenciado alguma forma de violação/afirmação dos direitos étnico/raciais de gênero e sexualidade; c) Que se autodenomine pertencente à alguma identidade étnico-raciais de gênero e/ou sexualidade. A partir do levantamento da pesquisa bibliográfica, consideramos que o silenciamento observado nas práticas de ensino e pesquisa no curso de Direito junto as violações e invisibilidades das estratégias afirmativas de direitos étnico-raciais de gênero e sexualidades, sinalizam para a continuidade da conduta política conservadora das oligarquias locais que se reproduzem no sistema educacional de forte heranças jesuíticas, sendo o interior do Piauí considerado um dos estados mais católicos e de colonização mais recente do território brasileiro, expressando-se no silenciamento e naturalização de todo tipo de violências (SOUZA JUNIOR, 2011). Sobretudo, resistências dos saberes locais afroindígenas surgem em discursos e corporalidades dissidentes, expressando-se em corpo- protestos de dis(do)centes, que apesar de minoritários nas estratégias afirmativas dos direitos étnico- raciais, passam a demarcar espaços de visibilidade através de suas pesquisas e discursos políticos que transgridem o CISTema heteronormativo nos ambientes educacionais.

Palavras-chave: Ensino-pesquisa; Estratégias Decolonias; Direitos Étnico-raciais; Curso de Direito; Vale do Rio Guaribas-PI.

Introdução

Tomando em consideração o conceito de gênero que se pode dizer que é aquilo em que a pessoa melhor se identifica, temos a sexualidade que faz parte de cada um e que representa o conjunto de comportamentos que concernem à satisfação da necessidade e do desejo sexual. O indígena sendo considerado como uma pessoa que tem laços de parentesco e de vizinhança entre si apresenta modo de vida das antigas formas de viver das populações originárias das Américas e são descendente de povos que habitavam a séculos atrás, antes mesmo da chegada dos europeus; povos bastante extintos, mas que ainda existe, inclusive na cidade de Picos; o negro sendo associado aqueles de mais baixa classe, marginal e um ser diferente e que ainda sofre preconceitos. Daí a importância de se pesquisar sobre estes, para que se tenha um conhecimento mais amplo e adequado do que seja.

O tratamento diferenciado que ocorria na antiguidade sobre as questões de gênero e sexualidade continuam até hoje, se é visto com frequência essas violações de direitos até mesmo em uma instituição privada. Por isso há a importância de saber como as práticas de ensino e pesquisa junto as violações de direitos étnicos raciais de gênero e sexualidade nos discursos políticos do corpo dis(do)cente do Curso de Direito. Importante frisar o porquê dessa situação ser tão pouco falada e questionada demonstrando que existe uma aceitação dessas condutas.

Existe, talvez, uma outra razão que torna para nós tão gratificante formular em termos de repressão as relações do sexo e do poder: é o que se poderia chamar o benefício do locutor. Se o sexo é reprimido, isto é, fadado à proibição, à inexistência e ao mutismo, o simples fato de falar dele e de sua repressão possui como que um ar de transgressão deliberada. (FOUCAULT, 1988 P. 11). O Brasil é um país de cultura escravocrata e discriminações correm com frequência principalmente contra pessoas negras e de baixa condição, porém não são apenas estes incluídos nessas discriminações, sujeitos que estão em faculdade privada também são alvos, é com frequência que se pode observar a existência de demonstrações de diferenças existentes no convívio entre pessoas negras de classe baixa, média e alta, podendo ser percebido em qualquer meio.

A Constituição da República do Brasil consagra referidos princípios, igualdade, liberdade, fraternidade no artigo 5º “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito a vida, a liberdade, a igualdade, a segurança e a propriedade [...]” (artigo 5º, CF). Nesse artigo se encontra o princípio da isonomia que significa que todos são iguais perante a lei, porém na prática podemos perceber que a constituição não está sendo obedecida da forma correta.

Em todo momento, atitudes de preconceito, de discriminação e de não aceitação estão acontecendo, podendo ser em locais públicos como universidades públicas como em privadas e infelizmente as pessoas passarem não discutir sobre o assunto, para isso se dá a importância das práticas de ensino e pesquisa que são desenvolvidas em universidades, pois abre caminho para que as pessoas tomem

um maior conhecimento sobre essas causas, o agravamento que pode acarretar para as pessoas que são vítimas desses atos.

A formação de professores que trabalham e lidam com questões étnico-raciais em sala de aula são tidos em minoria como foi possível confirmar através de pesquisas, sendo que dentro do ambiente acadêmico se encontra diversos grupos étnicos, mas que não é dada a devida importância. “ Em um país culturalmente plural como o Brasil, é pernicioso trabalhar em sala de aula com uma visão que exclui grande parte da população brasileira das representações que a criança costuma ter no discurso pedagógico (o que inclui também representações em material didático): branco, católico, morador do ‘ sul maravilha ‘, classe média, falante de uma variedade homogênea”. (BRASIL, 1998 P. 48).

Metodologia

O presente relato caracteriza-se como uma experiência de pesquisa qualitativa que utiliza o método da análise crítica do discurso juntamente com a pesquisa bibliográfica considerando abordagem de vários autores de livros, artigos jurídicos, leis e dissertações onde buscamos um aprofundamento e enriquecimento no tema. A coleta de dados dar-se-á no período de 2018.2 através das técnicas “bola de neve’ e “saturação” (MAFRA, 2015), na qual foi feita por meio de 10 entrevistas por meio do qual a coordenação do Curso de Direito da instituição educacional privada, aleatoriamente, um sujeito de pesquisa que represente o discurso político do corpo disc(do)cente, por meio dos seguintes critérios a) ser docente/discente do curso no semestre 2018.2; b) já ter presenciado alguma forma de violação/ afirmação dos direitos étnico/raciais de gênero e sexualidade; c) Que se autodenomine pertencente à alguma identidade étnico-raciais de gênero e/ou sexualidade.

Resultados e discussões

Em relação aos alunos

É muito difícil quando você é única dentro de um lugar em que a realidade é sufocada por outras realidades que são maioria dentro daquele ambiente e as publicidades não serem feita com alunos negros, mas apenas com alunos brancos, e daí esses alunos se sentirem excluídos. Sempre há um número maior de pessoas brancas do que negras na sala de aula. Muitas pessoas entram na faculdade, mas não tem a maturidade de deixar seus preconceitos, suas concepções prévias; traz tudo para dentro da sala de aula e acaba estigmatizando um espaço que devia ser plural; falta de respeito é muito grande.

Ao sofrer essas violações de direito é como receber um tapa na cara e as vitimas não têm consciência daquilo que você é e, esses atos vão gerando violência ao fazer você acreditar que todo negro é viciado; isso gera um clima de insegurança, onde o discurso do professor faz com que se sinta ameaçado. O ato

de convencer é pedagógico. Levando em consideração a postura do professor, não há algo que possa ser feito, principalmente por conta da visão que aquela pessoa tem sem deixar explícito. Ao presenciar formas de violências de direitos étnicos-raciais na instituição, não se sentiu bem por ter presenciado essa violência, pois todos devem ser tratados iguais e é isso que as pessoas devem levar para a vida, igualdade e respeito. Essa violação foi dada através de piadas verbais. Não fez nada ao presenciar, mas poderia ter resolvido em um diálogo.

Os fatores apontam que a desigualdade de gênero na sociedade é grande e a desigualdade começa quando o diálogo acaba. As pessoas param de sentir o outro quando o gênero é tratado como animal e ali morre o discurso e aí nasce a desigualdade; ela surge quando você perde a capacidade de se comunicar e sua opinião não é respeitada; não há comunicação, não há troca, porque ali nunca vai ser igual. A falta de empatia entre as pessoas, a falta de amor. A questão pode ser melhor resolvida através de diálogo, conversas, políticas públicas, inclusão, debates na ciência, dias de enfrentamento para essas causas. Esses diálogos tem que nascer na faculdade mostrando que as diferenças não tornam as pessoas uma aberração, diferentes das outras pessoas que sempre vão existir; a desigualdade persiste em existir no meio virtual e não de forma física.

O meio social que a desigualdade de gênero mais persiste em existir é onde há opressões diferentes e elas se relacionam e montam um indivíduo único. Nas massas mais pobres é mais evidente. Já ouvi olhares de reprovção, tanto de professores como de alunos, pelo gênero que se identifica, com piadas, olhares, deboches, provocações, entre outros. A cultura do corpo é responsável. Uma pessoa que é negra ou indígena e ela se assume de uma sexualidade que não seja o padrão, sofre um preconceito por ser negra e sofre preconceito maior por se assumir de outra sexualidade; as brincadeiras de mau gosto aumentam, são preconceituosas e vão influenciando e agregando.

No curso de direito, os professores de filosofia, sociologia e antropologia temem tocar mais no assunto de igualdade que levam os alunos a conhecerem o ambiente de fora do ambiente institucional. Essas práticas de ensino e pesquisa são importantes no Curso de Direito, pois o direito em si deve garantir essa proteção, essa igualdade de direitos; garantir que todos tenham condições de viver em sociedade de uma maneira saudável. O problema é que essas práticas de ensino e pesquisa do curso são desenvolvidas no início do curso, através de trabalhos voltados para esse tema, às vezes um ou outro professor ainda toca no tema, mas em relação à iniciação científica e pesquisa são importantes são extremamente importantes no processo. Precisamos ativar mecanismos para que as pessoas possam se sentir bem na própria pele dela.

Em relação aos professores

Já presenciei e já sofri formas de violação dos direitos étnico-racial de sexualidade na faculdade e como professora já fizemos brincadeiras com o corpo e até mesmo com colegas professores; não foi questionado, pessoas batendo palmas pela situação, e muitos desses comentários foram presenciados

através de brincadeiras raciais em uma turma pela cor da pessoa e sobre sexualidade sempre é visto. Houve intervenção, resolvendo na conversa, com dialogo, porém outros professores já demonstraram não intervir, pois as pessoas sempre ficam silenciosas, ficam a observar sem querer censurar, pois não se sabe o grau de intimidade que se tem. Fica sem querer se envolver quando presencia essas formas de violação.

Já foi presenciado um aluno que confessou ser vitima de bullying pela opção sexual e com o tempo foi lidando melhor com a situação; aquelas brincadeiras que as pessoas pensam que é brincadeira, mas para a pessoa que esta sendo alvo de preconceito. O professor se sentiu na obrigação de conversar com a vitima e, nesse caso, a reação foi de solidariedade e preocupação para com esta vitima. Essa questão não se mostra tão perceptiva; do ponto de vista de brincadeiras, já foi observado uma fala mal colocada, uma piada mal feita e que acaba deixando um clima de constrangimento, de mal estar. Em qualquer situação em que ocorre esse mal estar todos se sentem muito constrangidos, já que ninguém diz nada e nem enfrenta a situação. Essas piadas são mais voltadas a questão de sexualidade das pessoas, são piadas mais machistas.

Procura-se evitar essas conversas no ambiente da faculdade, em sala dos professores, corredor, pois o respeito à diversidade deve existir. Então, quando acontece uma situação dessas, no primeiro momento a pessoa fica constrangida e no segundo momento é tentar conversar, alertar e abrir o olho, pois ate crimes já foi presenciada. Ainda há desigualdade de gênero na sociedade, a questão de intolerância, a questão dos ataques violentos, as pessoas que tem a opção de gênero diferente ou que são negras, a diferença do salário por ser mulher e por ser homem. A questão que esta enraizada e precisa ser resolvida com muito dialogo, muita ênfase e esclarecimento as pessoas.

Pode melhor ser resolvida essa situação na educação , o dialogo amplo e franco a essa questão precisa ser discutida, ampliando o espaço de debate na família , na infância, na escola, no processo de series iniciais, durante a vida acadêmica e instituições universitárias. O enfrentamento da questão passa pela modificação cultural e as pessoas tem um certo freio moral no sentido de ofender ou desmerecer alguém em razão do gênero , da condição ou da escolha, da opção.

A desigualdade de gênero esta em todos os meios e quanto mais precária for a situação econômica e social, ela é mais propensa em ser agredido. A instituição escola podem mudar essa situação através de debates, de esclarecimentos, passagem de conhecimento, através do aspecto acadêmico de ensino de educar o individuo dentro do respeito às diferenças, a respeitar a Constituição Federal de 1988. A instituição tem condições de identificar situações de preconceito étnico-racial entre os indivíduos através dos professores que estão mais em contato com os alunos e também tem suas instancias administrativas e diretivas.

As praticas de ensino e pesquisa sobre o assunto no Curso de Direito se da através de uma serie de atitudes desenvolvidas na disciplina de antropologia que fala da cultura indígena, quilombola da região e é muito importante pois as pessoas podem ter uma empatia maior pelo próximo, conhecendo a cultura e deixando de lado o preconceito. O curso aborda disciplinas como antropologia, sociologia

geral e jurídica, filosofia geral e jurídica, cidadania e direitos humanos que fomentam a discussão em questões relacionadas a minorias, raça, gênero, preconceito e direitos, para que se conheça, identifique e internalize.

Foi possível constatar que nem todos os professores participaram da entrevista, pois muitos acharam desnecessário ou então diziam que não era da área dele, sendo que o tema tem relevância a todos os professores do curso. Assim, a questão fica muito complicada, pois se nem se quer os professores acham importante falar dessa questão então fica muito difícil de ser minimizado esses preconceitos que vem sendo enfrentados tanto por professores como com alunos.

Conclusão

Conclui-se que os métodos utilizados na Faculdade Privada no Curso de Direito para ajudar a combater as práticas de violência de gênero e sexualidade com pessoas negras e indígenas nas disciplinas de antropologia, sociologia, filosofia e Direitos Humanos com trabalhos, pesquisas e atividades fora da faculdade é válido. Isto leva os alunos a conhecer situações e casos que já aconteceram, fazendo com que dê forças para enfrentar situações, porém essas práticas só se vê no início do curso e depois não é mais vista. Os alunos sentem que é necessário que haja pelo menos diálogos em sala com o referido assunto, pois alunos da instituição não consideram o meio totalmente eficaz justamente por ser tão pouco trabalhado.

Alunos e professores muitas vezes chegam a apenas observar aquelas situações de violência sofridas ou presenciadas como chacotas, piadas de mau gosto, brincadeira pela orientação sexual diferente, ocorrendo até mesmo exclusão de pessoas negras nas publicidades da Instituição, tanto acontecendo com professores como com alunos e são essas situações que fazem com que seja muito difícil para a vítima.

Precisa ser resolvida essa questão com muito diálogo, pois o preconceito existente sobre a questão de gênero, sexualidade, negros e indígenas vem desde tempos atrás e está dando continuidade nos tempos atuais vista com normalidade. Até mesmo nas próprias famílias essas questões voltadas a não aceitação influencia para que haja esses comportamentos de preconceito na instituição. A cultura do corpo quando não segue os padrões impostos na atualidade é muito questionada, vista com outros olhos e até mesmo reprovada em sua maioria das vezes ainda mais quando são negros ou indígenas que escolhem por seguir a sua cultura e seus costumes na instituição.

É necessário que haja políticas públicas, um maior desenvolvimento de trabalhos voltados a pesquisa e ensino nas questões de gênero, sexualidade, negros e indígenas no curso de Direito, debates para que se tenha uma maior conscientização sobre os direitos que estes tem, uma melhor aceitação e respeito para aqueles que são considerados a minoria para que assim haja uma melhor convivência no meio e assim possa levar para fora do ambiente acadêmico mudanças favoráveis.

Referências

BRASIL. **Parâmetros curriculares nacionais**. Terceiro e quarto: apresentação dos temas transversais. Brasília: MEC/ SEF, 1988.

BRASIL **Constituição da República Federativa do Brasil**. 8º ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988

MAFRA, Paulo. **O silêncio e Segredo do Cabeça de Cuia: violência contra gays, homofobia e militância LGBT no Vale do Rio Guaribas**. Curitiba: Appris, 2015.

MIGNOLO, Walter D. **Lá Ideia de América Latina. Lá herida colonial y la opción Decoloniais**, de Walter D. MIGNOLO, Barcelona: Gedisa (2007 2008).

QUIJANO, Aníbal. **Dom Quixote e os moinhos de vento na América Latina**” Tradução de gênese Andrade. Estudos avançados,2005.

CRISE DEMOCRÁTICA NO BRASIL E OS DESAFIOS DO ENSINO DE GÊNERO NA UNIVERSIDADE

Rodrigo Jacob Moreira de Freitas¹

Resumo: Objetiva-se relatar uma experiência ocorrida na disciplina de gênero, enfermagem e saúde, ofertada no curso de enfermagem de uma universidade estadual do interior do nordeste brasileiro, que propôs aos alunos apresentação de produções artísticas que envolvessem a temática de gênero. Um dos trabalhos, que apresentava um cartaz com duas portas de banheiros fechadas onde ao abrir via-se uma imagem de um homem transexual nu e uma mulher transexual nua, gerou polêmica na universidade, após a viralização de um vídeo feito por alunos deturpando o conteúdo do trabalho. Apesar dos tempos difíceis de perseguição constantes à universidade como espaço de produção de saber, o fato aponta para a necessidade da discussão de gênero para além dos muros da academia, estendendo-se para a população em geral.

Palavras-chave: Gênero, Enfermagem, Democracia, Ensino, Universidade.

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde – PPCCLIS/UECE. Docente Assistente I da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.
E-mail: rodrigojmf@gmail.com

Introdução

Desde 2014, vários projetos de lei têm sido apresentados, no Congresso Nacional e também nos poderes legislativos estaduais, com o objetivo de evitar “doutrinação ideológica” nas instituições de ensino. Eles ecoam as propostas da organização “Escola Sem Partido”, que apresenta como principal alvo, críticas sobre questões de gênero, estigmatizada como “ideologia de gênero”. Os discursos reacionários provêm, no caso brasileiro, de uma junção de três principais correntes: o “libertarianismo”, o fundamentalismo religioso e o antigo anticomunismo (MIGUEL, 2016).

A ideologia ultraliberal libertariana prega o menor Estado possível e afirma que qualquer situação que nasça de mecanismos de mercado é justa por definição, por mais desigual que pareça. Já o fundamentalismo religioso tornou-se uma força política no Brasil a partir dos anos 1990, sobretudo com o investimento das igrejas neopentecostais em prol da eleição de seus pastores (ORO, 2003; MACHADO, 2006). O fundamentalismo se define pela percepção de que há uma verdade revelada que anula qualquer possibilidade de debate. Ativos na oposição ao direito ao aborto, a compreensões inclusivas da entidade familiar e a políticas de combate à homofobia, entre outros temas, os parlamentares fundamentalistas se aliam a diferentes forças conservadoras no Congresso, como os latifundiários e os defensores dos armamentos, numa ação conjunta que os fortalece (MIGUEL, 2016).

O anticomunismo, por fim, parecia ultrapassado com o fim da Guerra Fria, mas ganhou nova roupagem na América Latina e no Brasil. A ameaça passou a ser o “bolivarianismo” (a doutrina do falecido presidente venezuelano Hugo Chávez) e o Foro de São Paulo, conferência de partidos latino-americanos e caribenhos de centro-esquerda e de esquerda, que na narrativa anticomunista assumiu a feição de uma conspiração para dominar o subcontinente (MIGUEL, 2016).

O fortalecimento público deste discurso abertamente conservador permitiu que ganhasse visibilidade – e expressão parlamentar – um movimento que acusa as escolas de “doutrinação ideológica” e propõe medidas para impedir que professoras e professores expressem, em sala de aula, opiniões consideradas impróprias, entre elas, e principalmente, a discussão de gênero, que coloca a discussão de ser homem e mulher como uma categoria histórica de construção social.

O resultado do fortalecimento desses movimentos pode ser exemplificado em inúmeros acontecimentos recentes no Brasil. Foi o caso do cancelamento da exposição “Queermuseu”, mostra fechada um mês antes do previsto, após protestos de grupos religiosos e do MBL (Movimento Brasil Livre, que tende às pautas da ultradireita, embora se coloquem como um movimento apolítico). A mesma tinha como mote, apresentar questões da diversidade do universo LGBTQ (SPERB, 2017).

Outro caso bastante veiculado na mídia foi a visita da filósofa Judith Butler ao Brasil. A filósofa é responsável por uma ampla produção sobre gênero e teoria Queer. A sua passagem pelo Brasil foi marcada por vários protestos de grupos reacionários, onde manifestantes queimavam a sua imagem e pediam a sua morte em protesto público. A mesma chegou a ser agredida no aeroporto de São Paulo (FINCO, 2017).

Esse cenário ultraconservador instalado, aliado à violência ao que se mostra diferente, à censura da arte, mídia, e qualquer outras expressões políticas, à anticiência e o descrédito das instituições de ensino e do professor perante o grande público, enfraquecem o debate dos direitos humanos e encerram o diálogo necessário sobre a diversidade de gênero e sexual existente na sociedade, contribuindo assim, para a crise democrática no país, tendo como resultado o aumento de uma onda conservadora que coloca o Brasil flertando com o fascismo.

Nesse sentido, o papel das universidades se mostra fundamental, para a produção de conhecimento e manutenção da democracia no País, porém, diante do cenário que se instaura, torna-se cada vez mais difícil abordar a temática de gênero na formação dos alunos. Assim, esse trabalho tem o objetivo de relatar uma experiência ocorrida na disciplina de “gênero, enfermagem e saúde”, ofertada no curso de enfermagem de uma universidade estadual do interior do nordeste brasileiro, que propôs aos alunos apresentação de produções artísticas que envolvessem a temática de gênero.

Metodologia

Trata-se de um artigo qualitativo do tipo Relato de Experiência. O relato de experiência é um texto que descreve precisamente uma dada experiência e sua relevância está na pertinência e importância dos problemas que nele se expõem, assim como o nível de generalização na aplicação de procedimentos ou de resultados da intervenção em outras situações similares, ou seja, serve como uma colaboração à práxis metodológica da área à qual pertence.

Os relatos partem de minhas vivências como professor da disciplina intitulada: Gênero, Saúde e Enfermagem, ministrada no terceiro período do curso de enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Pau dos Ferros – RN, e análise do Projeto Pedagógico do Curso (2015).

A disciplina tem como Ementa: Estudo das inter-relações que conformam a complexidade da natureza humana dos sujeitos sociais. Discussão da condição do ser homem e do ser mulher enquanto categoria construída histórica e socialmente a partir das relações de poder estabelecidas na sociedade. Desconstrução da naturalização biológica das diferenças de gênero. A produção dos serviços de saúde/enfermagem e sua articulação com as questões de gênero. A produção do conhecimento na área (PPC UERN, 2015).

A mesma objetiva definir Gênero, Feminismo, Patriarcado, Divisão Sexual do trabalho, Identidade e Orientação sexual; Compreender a importância dos estudos de Gênero na área da saúde e, especificamente, para a construção histórica da enfermagem; Elaborar práticas educativas que efetivem as Políticas de Equidade no Sistema Único de Saúde – SUS para as populações em vulnerabilidade social; Produzir práticas de saúde que levem em consideração as questões de gênero (PPC UERN, 2015).

Resultados e discussão

Como atividade de encerramento da disciplina, foi proposto uma atividade de produção artística. Trata-se de uma Exposição intitulada: “Olhares sobre Gênero, enfermagem e saúde”, que teve por objetivo reunir produções artísticas (fotografias, pinturas, ilustrações, esculturas, etc) que se inserissem nos campos das relações de gênero e feminismos e que tivessem como foco a (des)construção de narrativas; guardassem relação com as questões de gênero, sexualidades e suas interseccionalidades com a raça, classe, geração, dentre outros.

Os trabalhos deveriam instigar reflexões e crítica sobre a nossa sociedade que simultaneamente é capitalista, eurocêntrica, machista, heterossexista, racista. Nesse sentido, cada aluno estava livre para construir a sua obra com criatividade baseado nas discussões em sala de aula. Houve a produção de 15 trabalhos artísticos, entre eles pôde-se destacar:

Na obra intitulada “Chá de Revelação”, a proposta é refletir sobre os chás de revelação que sempre colocam a cor rosa, para designar o sexo feminino e o azul, quando do sexo masculino. O autor apresenta um bolo, do tipo “Rainbow Cake” para se pensar a diversidade possível em nossa sociedade. A calda de vermelho vivo “escorrendo” pelo bolo, representa a violência vivida pela população LGBTQ+ em nossa sociedade, a mais violenta do mundo.



Figura 1: “Chá de Revelação”. Material produzido na disciplina. Pau dos Ferros, RN. Brasil. 2019.

Na obra intitulada “As pessoas não são um livro aberto”, a autora produziu uma obra interativa onde uma imagem de uma adolescente continha partes fechadas, que ao se abrir, como um livro, podia-se ler passagens da vida dessa menina que ela não gostaria que fosse exposto para todos. Aqui, ela discute sobre questões do público e privado, ao mostrar publicamente uma figura feminina feliz para a sociedade, mas ao explorar as partes privadas da sua vida, você encontraria questões de violência física, abuso, vivência de violência no seio familiar, violência psicológica, provenientes da sociedade machista. A obra faz refletir como essa relação violenta as mulheres e produz problemas mentais em quem vive e vivencia tais questões.

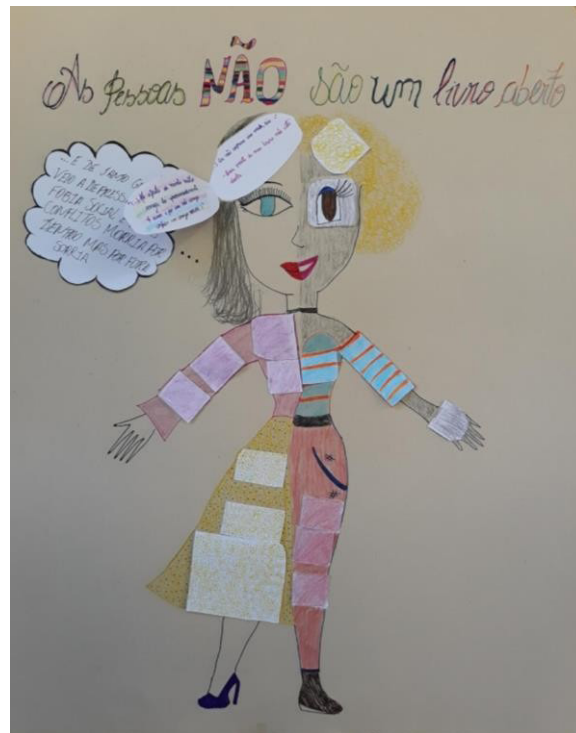


Figura 2: “As pessoas não são um livro aberto”. Material produzido na disciplina. Pau dos Ferros, RN. Brasil. 2019.

Na obra “Também sou arte”, o autor trouxe uma caixa de papelão, com os dizeres: “Não me olhe com estranheza, também sou arte. Levante-me”. Ao levantar a caixa, os visitantes da exposição iam descobrindo outras caixas, mais enfeitadas, até que se chega à uma caixa final, pequena, com uma frase: “para se descobrir a beleza das pessoas é preciso aprofundar. Cada pessoa é um universo”. A obra traz uma reflexão sobre a aparência e o julgamento que as pessoas fazem ao se deparar com “o diferente”, e a necessidade de conhecer, ouvir, se deixar surpreender com as pessoas, pois cada um carrega uma beleza, um ensinamento, algo a se compartilhar.



Figura 3: “Também sou arte”. Material produzido na disciplina. Pau dos Ferros, RN. Brasil. 2019.

Dentre os trabalhos apresentados, um em especial, causou discussão entre os demais alunos da universidade e sociedade em geral devido a “viralização” de um vídeo compartilhado pelo WhatsApp, feito por alunos de outro curso, que no vídeo questionavam o trabalho em destaque e o papel dos professores e instituição em promover “esse tipo de trabalho”, chamando de “pouca vergonha” e coisa de “esquerdista”.

A obra “polêmica” em questão chama-se “Cartografia dos afetos”, desenvolvida por um dos alunos da disciplina. A mesma representa duas portas de banheiros fechadas onde ao abrir via-se em uma a imagem de um homem transexual nu, e em outra uma mulher transexual nua. Quem estava visitando a exposição recebia “etiquetas”, e podia escrever e colar no cartaz sensações e emoções que a obra causava.

O que nos gerou mais espanto foi que entre alunos universitários, privilegiados por estar em um espaço de produção de saber, com liberdade de ideias, e futuros profissionais que irão lidar com a saúde de pessoas diversas, entre elas pessoas trans, as palavras e termos mais utilizados foram “viado”, “aberração”, “merecem morrer”, “odeio”. Palavras que reforçam o preconceito e evidenciam como a população trans é vista e encarada em nossa sociedade.

Vale ressaltar que o Brasil encontra-se no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas transgêneras (travestis e transexuais), sendo a expectativa de vida desses sujeitos em torno de 35 anos, metade da média da população brasileira. Portanto, é um grupo que merece destaque por parte dos profissionais de saúde, sujeitos comprometidos com o processo saúde/doença e

a transformação dos perfis epidemiológicos dessa parcela da população, que, diga-se de passagem, é constantemente alvo de perseguição, marginalização e invisibilidade social.

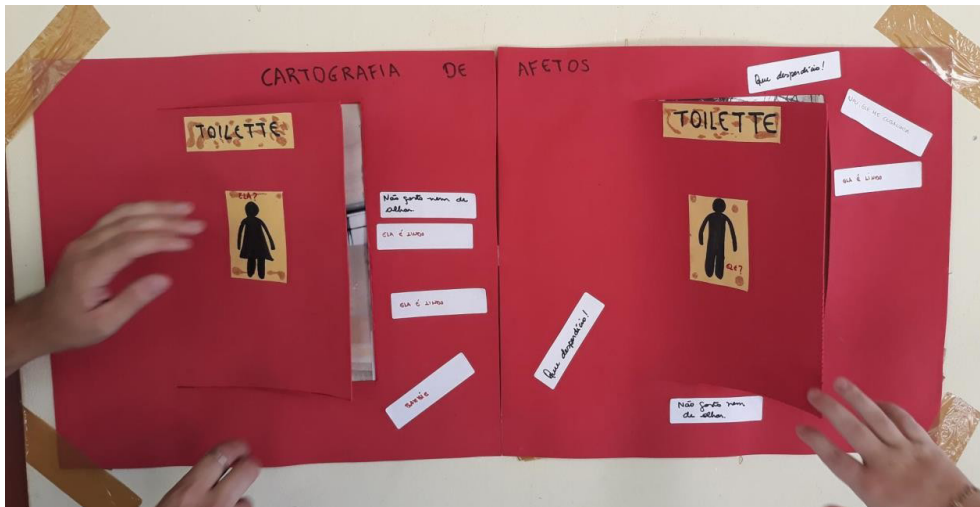


Figura 4: “Cartografia de Afetos”. Material produzido na disciplina. Pau dos Ferros, RN. Brasil. 2019.

08/2018 às 11:08

Esses esquerdotas tem que ser extraditados pra Venezuela. Isso é um conteúdo esculhambado da gota serena. Esse professor deveria espor esse material nas casas da luz vermelha e não em uma faculdade. Qua le? Da qui pra frente agora é pra achar essas cachorradas tudo normal é?

Responder

31/08/2018 às 10:46

Caberia a esse mesmo professor respeitar a diversidade de pensamento. Pelo que entendi, de acordo com esse professor, o fato de alguém pertencer ao universo acadêmico não lhe é permitido pensar diferente das ideologias doutrinárias que reinam em nossas universidades. Lamentável que o direito de pensar diferente só seja válido para um dos lados, ou seja, o da esquerda, pois quando alguém de orientação moral cristã se posiciona, prontamente é taxado de fascista e todos os "istas" pejorativos.

Responder

31/08/2018 às 11:15

É muita generosidade sua minha cara esperar coerência e tolerância da esquerda. Não existe diálogo construtivo com essas pessoas. A luta deve ser para extirpar o comunismos e suas vertentes de nossa cultura paulatinamente nas proximas gerações.

Giovani

FEIRA O DIA DO FRIDAY

NO CARREFOUR DA BR101 - DE 22 À 25/11/2018

31/08/2018 às 10:22 em CIDADES

Conteúdo trans em mostra de saúde em campus da Uern de Pau dos Ferros gera polêmica e viraliza; universidade repudia preconceito

Um vídeo que caiu nas redes sociais tem gerado polêmica por trazer um assunto sensível às pessoas: a ideologia de gênero. Ocorrido em Pau dos Ferros, o material traz o registro recortado de um trabalho acadêmico em que é exposto o material.

"Isso é o pensamento ideológico da esquerda", diz o autor do vídeo, criticando o material que traz, em nudez, dois transtornos, conforme o vídeo abaixo.

ATENÇÃO: O VÍDEO TEM CONTEÚDO SENSÍVEL

Figura 5: Postagem em um blog e comentários sobre a exposição realizada. Pau dos Ferros, RN. Brasil, 2019.

Assim, acredita-se que a obra atingiu seu objetivo, por proporcionar essa reflexão nos alunos e nos visitantes sobre a violência vivida pela população trans, seja de forma simbólica ou por meio da violência física e assassinatos.

A universidade precisou emitir uma nota de esclarecimento para explicar o caso. Porém, não há como negar o constrangimento e o questionamento à liberdade de cátedra garantida ao professor. É importante reforçar também que os artigos 205, 206 e 207 da Constituição Federal de 1988,

garantem uma educação pública de qualidade, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; e a autonomia didático-científica das universidades.

Reforço que o vídeo em circulação, ao retirar a obra do contexto em que ela foi produzida, descaracteriza a proposta da disciplina e expõe o aluno e corpo docente à constrangimentos desnecessários e infundados, sendo um desserviço à população em geral ao propagar inverdades sobre a obra, o departamento e a universidade.

Conclusões

Casos como esses, cada vez mais comuns com a crescente ultraliberal, fundamentalista e conservadora no País, dificultam o processo de ensino-aprendizagem de gênero nos ambientes escolares e universitários e põem em risco a democracia e a liberdade de pensamento e produção plural de conhecimento no Brasil. É um desafio para o professor desenvolver a temática, sem que seja retalhado, violentado no exercício de sua profissão. Ao mesmo tempo, se coloca como um conhecimento marginal, o que reforça ainda mais a necessidade de se trabalhar e debater gênero nos espaços de saber.

Entende-se que o docente tem liberdade para o desenvolvimento da disciplina e a universidade é sim, um espaço para (des)construção de paradigmas e produção de conhecimento, no sentido de desmitificar tabus e na diminuição dos preconceitos e violência vivida pela população LBGTQ+, em especial a população trans. Assim, é um tema necessário na área da saúde, principalmente na enfermagem, visto que o enfermeiro é o profissional de frente nas equipes de saúde comunitária, no cotidiano das vidas desses sujeitos.

Desse modo, se a universidade, como um recorte da nossa vida em sociedade, não pode desempenhar esse papel de reflexão, quem irá? Acredita-se que a disciplina atingiu seu objetivo ao proporcionar uma reflexão e debate para além dos muros da universidade, apontando para a necessidade da discussão de gênero para além dos muros da academia, estendendo-se para a população em geral.

Referências

FINCO, Nina. “Filósofa Judith Butler é agredida em Congonhas antes de deixar São Paulo”. Revista Época, 2017. Disponível em: <https://epoca.globo.com/cultura/noticia/2017/11/filosofa-judith-butler-e-agredida-em-congonhas-antes-de-deixar-sao-paulo.html>

MACHADO, Maria das Dores Campos. **Política e religião**: a participação dos evangélicos nas eleições. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MIGUEL, Luis Felipe, Da “doutrinação marxista” à “ideologia de gênero” - Escola Sem Partido e as leis da mordaza no parlamento brasileiro. **Revista Direito e Práxis** [en linea] 2016, 7 [Fecha de consulta: 28 de enero de 2019] Disponible en:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=350947688019>>

ORO, Ari Pedro. “A política da Igreja Universal e seus reflexos nos campos religioso e político brasileiros”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, nº 53, pp. 53-69, 2003.

SPERB, Paula. “**Veja imagens da exposição cancelada pelo Santander, no RS**”. Revista VEJA, 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/blog/rio-grande-do-sul/veja-imagens-da-exposicao-cancelada-pelo-santander-no-rs/>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM ENFERMAGEM. Pau dos Ferros – RN, 2015.

OLHARES SOBRE GÊNERO, SAÚDE E ENFERMAGEM: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Rodrigo Jacob Moreira de Freitas¹

Resumo: Trata-se de um relato de experiência, com o objetivo de discutir sobre a disciplina Gênero, Saúde e Enfermagem, ministrada no curso de graduação em enfermagem de uma universidade estadual do interior do nordeste brasileiro. A mesma ocorre no 3º período do curso e tem como objetivo o estudo das inter-relações que conformam a complexidade da natureza humana dos sujeitos sociais, discutindo o ser homem e ser mulher enquanto categoria construída histórica e socialmente a partir das relações de poder estabelecidas na sociedade e como isso reflete na produção dos serviços de saúde/enfermagem. Trabalha-se com produções artísticas elaboradas pelos alunos e exposição ao final da disciplina. Aponta-se a necessidade da produção de práticas de saúde que levem em consideração as questões de gênero.

Palavras-chave: Gênero, Enfermagem, Saúde, Ensino

¹ Doutorando do Programa de Pós-Graduação Cuidados Clínicos em Enfermagem e Saúde – PPCCLIS/UECE. Docente Assistente I da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.
E-mail: rodrigojmf@gmail.com

Introdução

Desde a primeira infância, meninos e meninas desenvolvem uma forte noção das diferentes expectativas sobre como devem se comportar e se relacionar com os outros. Estas noções são ensinadas e reforçadas por seus pares, família, mídia, escola e comunidade às quais pertencem, por meio de um processo complexo e dinâmico de socialização. Sofremos também, interferências de valores de acordo com a religião, classe social e etnia.

Desta maneira, nossa identidade vai sendo construída. Este processo implica em questionar e dar um novo significado ao que a sociedade, a família e os pares dizem sobre o que devemos ser, pensar e desejar para nós e para os outros.

Assim, para que se compreenda o lugar e as relações de homens e mulheres numa sociedade importa observar não exatamente seus sexos, mas sim tudo o que socialmente se construiu sobre os sexos. O debate vai se constituir, então, através de uma nova linguagem, na qual gênero será um conceito fundamental (LOURO, 2008).

O campo de estudo em gênero ou relações de gênero surge nos anos 1970/1980 como uma das consequências das lutas libertárias dos anos 60, mais particularmente dos movimentos sociais de 1968: as revoltas estudantis em Paris, os *black panthers*, o movimento *hippie* e as lutas contra a guerra do Vietnã nos EUA, a luta contra a ditadura militar no Brasil. Todos esses movimentos lutavam por uma vida melhor, mais justa e igualitária. (GROSSI, 2018).

O primeiro momento de discussões girou em torno da problemática da *condição feminina*. Pensava-se que era necessário que as mulheres se reunissem sem os homens pois, haviam sido silenciadas ao longo da história, assim sendo, a ausência de homens era uma forma de se garantir a palavra das mulheres (ALVES; PITANGUY, 2017).

Num segundo momento destes estudos, a partir dos anos 1980, deixa-se de falar de “condição feminina” e se passa aos estudos sobre as mulheres. Percebe-se que não é possível falar de uma única condição feminina no Brasil, visto que existem inúmeras diferenças, não apenas de classe, mas também regionais, de classes etárias, de *ethos*. (ALVES; PITANGUY, 2017)

É nos anos 1980 que se observou um grande avanço nas pesquisas sobre gênero. No entanto, apesar do avanço em relação aos estudos sobre a condição feminina, neste período permanece a referência quase que unânime a uma unidade biológica das mulheres, ou seja, a de que todas as mulheres, independentemente de sua condição social, se reconhecem pela morfologia do sexo feminino (vagina, útero, seios). O que os estudos de gênero vão problematizar é justamente esta determinação biológica da “condição feminina” (GROSSI, 2018).

Assim, as feministas americanas passaram a utilizar a expressão “*gênero*” para designar a organização social da relação entre os sexos com a intenção de dar ênfase à recusa ao determinismo biológico, presente na utilização do termo “sexo” ou “diferença sexual” e de realçar a construção das diferenças, bem como, o caráter relacional do conceito (SCOTT, 1995). Gênero serve, portanto, para determinar

tudo que é social, cultural e historicamente determinado. É importante destacar, conforme nos alerta Butler (2010), sobre os perigos de conceituações fechadas que se mostram como regimes de verdades absolutos, posto que o(s) gênero(s) é um conceito em constante transformação e conflito.

Nesse contexto, gênero aparece como uma importante categoria para análise histórica da sociedade, e é nesse sentido, que em específico traz contribuições para a formação, compreensão e análise da enfermagem, dos papéis desenvolvidos pelxs enfermeirxs, portanto, do *ethos* do ser enfermeirx.

A Enfermagem, profissão marcada pela presença feminina desde sua origem, é um campo simultâneo de linhas de convergências e divergências, logo, de contradições. Convergências quando se aproxima de práticas e significados hegemônicos acerca do feminino, principalmente aqueles fundados no machismo e no antropocentrismo que inferiorizam as produções e conhecimentos femininos. Divergências, pois se alia aos feminismos, potencializando as mulheres como produtoras de conhecimentos e de práticas e as coloca a frente de uma profissão fundamental à saúde humana (SOUZA; PERES; ARAÚJO, 2015).

No entanto, estes territórios da Enfermagem em suas relações com o feminino têm suas armadilhas. Pode fortalecer os binarismos acerca dos gêneros, afirmando uma feminilidade hegemônica baseada no cuidado como atributo essencialmente da mulher. Outra armadilha é que tecniciza o cuidar que resulta na legitimação dessa técnica como uma excelência feminina, ou melhor, desempenhado pelas mulheres na profissão Enfermagem, podendo muitas vezes ao priorizar a técnica se distanciar dos afetos, dos sentimentos que compõe a diversidade humana (SOUZA; PERES; ARAÚJO, 2015).

É pensando nessa complexidade que permeia a construção da enfermagem como importante prática social que alguns cursos de graduação têm trazido em seus currículos a categoria gênero como um marco teórico estruturante para a formação de enfermeirxs. Desse modo, o presente artigo objetiva discutir sobre a disciplina Gênero, Saúde e Enfermagem, ministrada no curso de graduação em enfermagem de uma universidade estadual do interior do nordeste brasileiro.

Metodologia

Trata-se de um artigo qualitativo do tipo Relato de Experiência. O relato de experiência é um texto que descreve precisamente uma dada experiência e sua relevância está na pertinência e importância dos problemas que nele se expõem, assim como o nível de generalização na aplicação de procedimentos ou de resultados da intervenção em outras situações similares, ou seja, serve como uma colaboração à práxis metodológica da área à qual pertence.

Os relatos partem de minhas vivências como professor da disciplina intitulada: Gênero, Saúde e Enfermagem, ministrada no curso de enfermagem da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN, Campus Pau dos Ferros – RN, e análise do Projeto Pedagógico do Curso (2015).

Resultados e discussão

Gênero aparece na formação dx enfermeirx da UERN desde o Projeto Pedagógico do Curso do ano de 2006, e desde então vem sendo atualizado para atender às demandas atuais. O mesmo está presente nos marcos teóricos e metodológicos do curso com a seguinte definição:

“Gênero compreende as inter-relações que conformam a complexidade da natureza humana dos sujeitos sociais, tomando como eixo a condição do ser homem e do ser mulher construída histórica e socialmente a partir das relações de poder estabelecidas na sociedade, extrapolando a naturalização biológica das diferenças de gênero” (PPC UERN, 2015, p.52).

Pensando na importância dessa categoria para a compreensão da enfermagem e formação do ser enfermeirx, o curso conta com um componente curricular destinado aos estudos de gênero e suas relações com a enfermagem e saúde. O componente é obrigatório e ministrado no 3º período da faculdade, com 30h/a e dois créditos. Assim, é uma disciplina pequena, sem pré-requisitos, que muitas vezes não dá tempo de abordar toda a complexidade que o gênero comporta.

Tem como Ementa: Estudo das inter-relações que conformam a complexidade da natureza humana dos sujeitos sociais. Discussão da condição do ser homem e do ser mulher enquanto categoria construída histórica e socialmente a partir das relações de poder estabelecidas na sociedade. Desconstrução da naturalização biológica das diferenças de gênero. A produção dos serviços de saúde/enfermagem e sua articulação com as questões de gênero. A produção do conhecimento na área (PPC UERN, 2015).

Como objetivo da disciplina têm-se de Definir Gênero, Feminismo, Patriarcado, Divisão Sexual do trabalho, Identidade e Orientação sexual; Compreender a importância dos estudos de Gênero na área da saúde e, especificamente, para a construção histórica da enfermagem; Elaborar práticas educativas que efetivem as Políticas de Equidade no Sistema Único de Saúde – SUS para as populações em vulnerabilidade social; Produzir práticas de saúde que levem em consideração as questões de gênero (PPC UERN, 2015).

Os conteúdos programáticos são divididos em dois momentos, o primeiro: “Gênero como categoria de análise histórica das identidades profissionais e dos trabalhadores de Saúde/Enfermagem”, é tido como um momento de contextualização e estudo das definições.

Assim, discutimos na primeira unidade, “O que é Gênero? Compreendendo a construção histórica da categoria”. Nesse primeiro encontro situamos historicamente a categoria gênero, trazendo o protagonismo do feminismo no avanço desses estudos, bem como conceitos importantes para se compreender o que é patriarcado, machismo, feminismo, condição feminina e gênero.

No segundo encontro, “Gênero e Corpo: O corpo biológico também é social!”, discutimos sobre o corpo, que aparece sempre nas relações de trabalho da enfermagem. Assim, a discussão do corpo como um elemento do social visa proporcionar ao aluno uma reflexão sobre como cuidar dos corpos que se

encontram dentro de diferentes contextos e em constante transformação. É um corpo que envelhece, adocece, padece, se modifica através de diferentes práticas, influenciados pelo contexto social.

No terceiro momento, “Papéis Masculinos e Femininos: Divisão Sexual do Trabalho”, discutimos sobre as profissões, o porquê das ditas profissões masculinas e femininas, e da influência do capitalismo na definição desses papéis. Além disso, das diferenças de poder que estas exercem sobre as mulheres. Visamos aqui situar a enfermagem como profissão historicamente feminina e feminilizante e como isso influenciou e influencia a nossa prática.

Por último, “História da Enfermagem: Um olhar da categoria Gênero”, revisitamos a história da enfermagem, agora através do olhar de gênero, pensando nas diferenças socialmente construídas em torno da profissão e das disputas de poder presentes no setor saúde.

Na segunda unidade: “Gênero e processo saúde-doença”, pensamos ser um momento para a articulação dos saberes construídos na primeira unidade com a área da saúde, e em específico da enfermagem, bem como discutir sobre as formas de adoecimento das diversas identidades sexuais e de gênero.

No primeiro encontro, “O processo saúde-doença de homens e mulheres: a questão da determinação social”, discutimos como têm adoecido homens e mulheres, tentando desmistificar as questões biológicas envolvidas nesse processo. As diferenças não devem abrir espaço para as desigualdades socialmente construídas.

No segundo encontro, “Violência, Gênero e Saúde”, discutimos sobre a questão da violência e como ela está relacionada com as questões de gênero. Além disso, discutimos sobre as interseccionalidades, visto que além do recorte de gênero, o recorte de raça/etnia, social, geracional, influenciam nas diversas vivências da violência. É um tema muito recorrente na área da saúde, visto as consequências que a violência traz para a vida dos sujeitos, sejam físicas, psicológicas ou estruturais. É enfatizado aqui, principalmente a violência contra a mulher, com foco na desconstrução de mitos do machismo.

No terceiro encontro, “Políticas de equidade em saúde: saúde da população LGBTQ+”, discutimos a política de saúde criada em 2011 para dar conta das especificidades de saúde da população LGBTQ+. Apesar disso, muitos alunos e profissionais não conhecem tal política. Nesse momento, discutimos sobre homoafetividade, heteronormatividade, teoria *queer* e as reverberações na área da saúde. É importante pensar nos determinantes de saúde e como estes influenciam no adoecimento dessa população. A enfermagem como profissão comprometida com o cuidar, não deve discriminar e/ou violentar outros sujeitos, independente de gênero, raça, credo, classe social.

Por fim, temos “Masculinidades: Um olhar sobre a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem (PNAISH)”, um momento para desconstruirmos o mito da masculinidade, trazendo a reflexão sobre vivências mais saudáveis, tanto para homens como para mulheres, da masculinidade. Com isso, discute-se pré-natal masculino, presença masculina em ambientes de cuidado, sexualidade, violência contra parceiros íntimos, envelhecimento. São temas importantes para que se desconstrua o modelo heteronormativo de masculinidade, modificando os perfis epidemiológicos de adoecimento.

Como métodos de aula, adotamos o uso de oficinas, com construção de cartazes, painéis ilustrativos, leitura e discussão de textos científicos e matérias de jornais, bem como construção de cartas e exposições artísticas. Acreditamos que o uso dessas metodologias ativas promove uma aprendizagem sensível e significativa para o aluno.

Assim, ao fim da disciplina obtive feedback positivo dos alunos, desde a participação e interação dos mesmos, bem como no que diz respeito à importância da disciplina para o curso de enfermagem e como ela possibilitou expandir os olhares dos alunos sobre temas bastante corriqueiros na sociedade, como a questão do preconceito, violência, LGBTQfobias e de como a enfermagem pode e deve atuar nesse contexto.



Fonte: Produções dos alunos. Pau dos Ferros, 2018.

Conclusões

É necessário problematizar as relações entre os gêneros e no interior dos gêneros nas diferentes práticas de Enfermagem, visto que a profissão carrega estereótipos do que é ser homem e o que é ser mulher, inferiorizando a mulher, como consequência, a enfermagem, importante profissão no acesso aos serviços de saúde e cuidado às populações.

Com isso, entendemos que o PPC de enfermagem UERN avança ao trazer essas discussões para a formação dx enfermeirx. Porém, é preciso que gênero seja vista como um tema que atravessa a formação do aluno e não apenas como uma disciplina estanque no início do curso.

Nesse sentido, reafirmamos que têm-se a compreensão de que os estudos em gênero são necessários para a formação de um enfermeirx que produza práticas mais humanas, igualitárias, numa perspectiva integral, levando em consideração os inúmeros determinantes e condicionantes sociais de saúde.

Referências

ALVES, B. M.; PITANGUY, J. **O que é feminismo**. – São Paulo: Brasiliense, 2017. BUTLER, J. **Problemas de Gênero**. 3 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. GROSSI, M. P. **Identidade de Gênero e Sexualidade**. Disponível em: <http://bibliobase.sermais.pt:8008/BiblioNET/upload/PDF3/01935_identidade_genero_revisado.pdf>. Acesso em: 17 Nov 2018.

LOURO, G. L. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. 10 ed. Petrópolis: Vozes, 2008.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil para a análise histórica**. (Trad. Christine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila) 2 ed. Recife: SOS Corpo, 1995. 19p.

SOUZA, L. L.; PERES, W. S.; ARAÚJO, D. B. PROBLEMATIZAÇÕES DE GÊNEROS NO CAMPO DA ENFERMAGEM: diálogos com feminismos e a teoria queer. **Revista NUPEM**, Campo Mourão, v. 7, n. 13, jul./dez. 2015

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE. **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DE CURSO DE BACHARELADO E LICENCIATURA EM ENFERMAGEM**. Pau dos Ferros – RN, 2015.

DIVERSIDADE SEXUAL E IDENTIDADE DE GÊNERO: UMA EXPERIÊNCIA EM PESQUISA-AÇÃO

Mariana Ferreira dos Santos Soares¹
Taynara Torres Pareto²
Ricardo Cesar Rocha da Costa³

Resumo: Partindo da compreensão da dialética que corresponde ao processo de ensino- aprendizagem, este trabalho pretende analisar, com a aplicação de questionários em quatro escolas públicas de ensino médio federais e estaduais de São Gonçalo, RJ, como jovens de 15 a 18 anos se relacionam com temas diversos relacionados à diversidade sexual e à identidade de gênero. Como etapa essencial do trabalho, adotou-se a metodologia da pesquisa-ação, com o debate dos resultados com estudantes, professores, membros da direção e da equipe pedagógica. O trabalho se propõe a apresentar resumidamente as conclusões da pesquisa, mas principalmente relatar a experiência e os desdobramentos políticos e pedagógicos identificados a partir dos debates desses resultados com a comunidade das escolas participantes.

Palavras-chave: diversidade sexual, identidade de gênero, pesquisa-ação, juventude, ensino médio.

1 Estudante – Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: marianafdss14@gmail.com

2 Estudante – Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: tai.pareto@gmail.com.

3 Doutor em Serviço Social, Professor de Sociologia - Instituto Federal do Rio de Janeiro.
E-mail: ricardo.costa@ifrrj.edu.br

ARTICULANDO GÊNERO E SEXUALIDADE NA EDUCAÇÃO INFANTIL: UM OLHAR REFLEXIVO AS RELAÇÕES DE GÊNERO NA INFÂNCIA.

Jaqueline Rodrigues de Oliveira de Araujo¹
Ednalva Rodrigues de Oliviera²

Resumo: O interesse que assumo com o tema em questão vem de minha vivência no cotidiano escolar, um olhar sobre as interações de meninos e meninas na Educação infantil, e a relação de gênero que desde a infância, vem atravessada de tensões e definições do que é feminino e masculino. Objetiva-se com a pesquisa, investigar como se dá as relações de gênero na infância, analisar o posicionamento docente diante das manifestações de sexualidade nas crianças. Para desenvolvimento da pesquisa proponho observar as brincadeiras de meninas e meninos nos momentos da brinquedoteca, pátio e sala de aula, o uso de linguagens e padrões sociais no comportamento das crianças, analisando o conhecimento docente a respeito de gênero e sexualidade na educação infantil.

Palavras- chaves: Gênero, sexualidade, educação infantil, docência.

1 Pedagoga - Prefeitura municipal de Vila Velha.
E-mail: jackeara@hotmail.com.

2 Pedagoga – Prefeituras municipais da Serra e Vila Velha.
E-mail: ednalvaroliveira@hotmail.com

Introdução

A pesquisa que pretendo desenvolver vem de minha trajetória docente na educação infantil e a abordagem do título: articulando gênero e sexualidade na educação infantil: um olhar reflexivo as relações de gênero na infância. Propõe investigar como se dá as relações de gênero na infância, analisando a postura dos professores diante das manifestações de sexualidade das crianças. Suponho que o espaço em que se dão os cuidados e aprendizados direcionando o comportamento a um determinado gênero acontece no seio familiar, partindo então, para o espaço escolar e julga-se necessário, que se tenha no espaço da educação infantil, uma visão de compreensão aos interesses e ações da criança quando a questão é gênero e sexualidade.

Logo que a criança nasce, se pergunta: é menino ou menina? E a partir de então, diversas condutas sociais e diversos papéis apropriados vão sendo definidos pela família na expectativa do que se espera futuramente para essa menina e esse menino. A psicologia entende gênero como um identificador e vai diferenciando socialmente as pessoas, neste caso, a criança vai crescendo com comportamentos diferenciados e moldados no seu jeito de ser, querer e agir.

Joan Scott (1995) em seu livro “Gênero uma categoria útil de análise histórica” conceitua gênero a partir das diferenças e nas relações de poder, gênero então vem determinar nas práticas sociais os papéis que são atribuídos as mulheres e aos homens dentro de uma ordem social, nesse sentido, Lins, Machado, Escoura (2016) traz sua compreensão sobre gênero sendo:

(...) um dispositivo cultural, constituído historicamente, que classifica e posiciona o mundo a partir da relação entre o que se entende como feminino e masculino. É um operador que cria sentido para as diferenças percebidas em nossos corpos e articula pessoas, emoções, práticas e coisas dentro de uma estrutura de poder (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p.10).

É brincando que as crianças representam comportamentos adultos e se fantasiam experimentando o sexo oposto. Essa divisão do que seja apropriado ao menino e a menina, vem reproduzindo estereótipos e contribuindo na manutenção da desigualdade entre os gêneros, que já inicia na infância, a esse respeito Beatriz vai dizer que,

São populares as expressões e os pensamentos que partem do que concebe como feminino e como masculino para explicar comportamentos ou torná-los piadas. É comum também, nas escolas, ouvimos frases como “menina é vaidosa”, “menino é mais agitado” ou “menina amadurece mais cedo” para explicar diferenças entre meninos e meninas (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p.15).

Para a autora nesses discursos estão os tipos de comportamentos que a família, a escola e sociedade requer das crianças reafirmando as normas de gênero.



Figura 1- Meninos brincam com ferramentas



Figura 2- Meninas brincam com bonecas

Além de serem regras restritivas, que tentam encaixar crianças e adultos em estereótipos sociais, as normas de gênero é também a base para muitas situações de desigualdade, pois, estão interligadas as diferenças entre meninos e meninas, determinando padrões fixos do que lhe sejam próprios.

Geralmente o adulto não considera ser natural que a criança sinta prazer sexual, porém, é na infância que se assenta os componentes da sexualidade: no vínculo afetivo, na imagem do corpo, na identidade, nas sensações que sentimos, na preferência e escolhas. A sexualidade se manifesta em cada

indivíduo conforme sua realidade e experiências de vida é qualquer expressão que venha transmitir prazer entre os indivíduos, à infância é o período em que a criança desenvolve diversas formas de se relacionar com todos a sua volta, é nesse período também que pode acontecer situações traumáticas á criança, costuma-se julgar o menino e a menina por um comportamento diferenciado.

É socializando e ampliando suas experiências de vida que a criança vai construindo sua identidade, e segundo Barbosa (2009), o currículo que se pretende na educação infantil é aquele que oportuniza construir, articular e produzir conhecimentos contextualizados entre os sujeitos, sendo o foco da aprendizagem a criança em suas relações cotidianas, seja então, um currículo que aflore das vivências e encontros das crianças.



Figuras 3- Vivências no cotidiano da Educação Infantil

Para Jussara Hoffmann (2012), “há necessidade de todas as pessoas que convivem com crianças conversem sobre aspectos do seu desenvolvimento” e se tratando da educação infantil, todos no contexto escolar “devem estar disponíveis para refletir sobre os interesses, necessidades e conquistas das crianças no sentido de respeitá-lás e compreendê - lás em sua singularidade”.

Aproximadamente na idade de quatro anos a criança vai percebendo as diferenças entre os sexos, e desperta a curiosidade em sondar o próprio corpo, conhecer sua genital, nesta idade acontecem os questionamentos, as observações entre os sexos: o papai é homem tem barba, a mamãe é mulher tem seios e menstrua. É nas brincadeiras do seu cotidiano que as crianças vão tendo intimidade com seu corpo, percebendo as sensações prazerosas que o corpo pode transmitir, revelando assim, seu interesse em conhecer suas genitais, realizando as descobertas sexuais, é uma experimentação natural da criança que o adulto não deve proibir ou reprovar. Madalena Freire (1992) vai dizer que, “é procurando compreender as atividades espontâneas das crianças que vou, pouco a pouco captando os seus interesses, os mais diversos.”

Para Ferrari e Castro (2017), o cotidiano escolar é palco freqüente de situações nas quais os adultos se vêem surpreendidos por falas e ações das crianças que os colocam em situações inesperadas ou constrangedoras, sendo assim, refletindo sobre a rotina da educação infantil, precisa haver flexibilidade abrindo possibilidades de diálogo interseccional permitindo diferentes vozes e abordagens no contexto escolar, contribuindo para uma escuta mais sensível as crianças, docentes e comunidades, que tantas vezes se silenciam nos modos de ser e existir nos espaços, sendo assim, cultivar na educação infantil disposições para os sujeitos ser, saber, sentir e agir é atuar contra a lógica tradicionalista e opressora da sociedade e do sistema escolar.

Objeto de estudo

A pesquisa ocorreu em uma instituição pública de educação infantil no Município de Vila Velha-ES a qual sou professora da rede municipal, pretendo coletar dados sobre a temática, por meio de um questionário a um grupo de professores que lecionam com crianças na faixa etária de cinco anos na pré- escola.

Metodologia

Preconiza-se a realização de pesquisa etnográfica, em que o campo de estudo, predomina a educação infantil que faz parte da vivência da autora há oito anos, interagindo com os sujeitos da pesquisa que são as crianças, professores e estagiários. André (1995) destaca a importância da pesquisa etnográfica por sondar as ações do pesquisador e dos sujeitos participantes, nessa perspectiva metodológica a existência do pesquisador é constante analisando e participando ativamente em consonância com os investigados possíveis resultados da pesquisa.

Que para Candau (2012), na pesquisa de inspiração etnográfica, procura-se conhecer e compreender os diferentes sujeitos da pesquisa que inclui a meu ver, um olhar sensível ao que acontece com as crianças, dar visibilidade ao diferente, construindo uma consciência que as diferenças está em todos nós.

No desenvolvimento da pesquisa proponho observar brincadeiras de meninas e meninos, investigando se há existência de padrões sociais nos comportamentos das crianças, coletar dados por meio de um questionário a um grupo de professores para sondagem sobre gênero e sexualidade na infância, extraindo informações precisas e trazer o reconhecimento da necessária abordagem do tema para os docentes que atuam juntamente comigo na educação infantil.

Fundamentação Teórica

A presente pesquisa utiliza como referencial teórico alguns autores que defende a temática gênero tais como: Scott (1995), Lins, Machado e Escoura (2016), na escuta a voz da criança na Educação Infantil, Marques e Wachs (2015), Gênero e desigualdades, Biroli (2018), Didática crítica intercultural, Candau (2012), Avaliação e educação infantil, Hoffmann (2012), outros sujeitos, outras pedagogias, Arroyo (2014) entre outros.

É na educação infantil que inicia dialogar sobre educação sexual pelo fato de ser um espaço aberto a diferentes sujeitos que com suas diferenças merecem respeito. Para Cossi (2010) o ambiente escolar é uma reprodução da sociedade, lugar que discrimina não somente transexuais e homossexuais, mas qualquer indivíduo portador de deficiência. Candau vem dizendo que,

(...) na medida em que reconhece e valoriza cada um dos sujeitos neles implicados, combate todas as formas de silenciamento, invisibilização e/ ou inferiorização de determinados sujeitos socioculturais, favorecendo a construção de identidades culturais abertas e de sujeitos de direito, assim como a valorização do outro. (CANDAU, 2012, p. 103).

Segundo Lins, nesse caso é necessário que docentes e equipe escolar esteja atenta para essas acusações que discrimina e marginaliza a criança no interior da escola e faça intervenções pedagogicamente. Esse cenário de intolerância às diferenças vem reforçando valores e normas que impedem o direito de meninas e meninos exercitarem com segurança e de forma saudável sua sexualidade. Lins, Machado e Escoura (2016) vão dizer que esse quadro pode:

(...) trazer dilemas e tensões para a prática das/os profissionais da educação. No entanto, também pode propiciar espaços de troca, reflexão e transformação que minimizem o sofrimento daquelas e daqueles que são estigmatizados e atacados. (...) Não podemos nos isentar da responsabilidade e do compromisso de gerar espaços mais democráticos e seguros. (LINS; MACHADO; ESCOURA, 2016, p.67).

Seria menos violento e mais democrático aceitarmos que crianças, homens e mulheres podem ter diferentes desejos, aptidões, vontades e comportamentos em um mundo pluralista Lins, Machado e Escoura (2016). Quando a temática é gênero e sexualidade, conseqüentemente, são comuns os relatos de violência ao feminismo, logo é indispensável que desde pequena a criança seja orientada sobre sexualidade, não é de se “estranhar que a maioria dos abusos, são cometidos por pessoas que convivem próximas à criança, e têm como local a residência da vitima ou do suspeito” Biroli (2018).

A criança na idade de cinco anos já identifica a imagem do corpo, sendo assim, é primordial que a educação sexual seja abordada, ensinando conhecer o seu corpo e sua privacidade e orientando-a quanto ao risco de violência sexual.



Figura 4- Desenho do corpo

É possível na educação infantil detectar situações de violências, identificar emoções, revoltas ou medo através do desenho da criança. É interessante considerar o que diz Biroli (2018), para muitas crianças, a residência familiar está longe de ser um espaço de privacidade e proteção, sendo com frequência um ambiente de humilhações, abusos e dor, que comprometem a vida física e psíquica de meninas e meninos e muitas crianças trazem essas vivências no próprio corpo.

O artigo tem cunho etnográfico permitindo a interação da autora com os sujeitos da pesquisa no contexto da educação infantil, sendo assim, foi coletado dados por meio de um questionário a um grupo composto por 04 professoras A, B, C, D que lecionam com crianças na faixa etária de 05 anos na pré escola em uma Unidade Municipal de Educação Infantil em

Vila Velha/ES a qual leciono. Iniciei com as professoras em uma roda de conversa questões relacionadas ao termo gênero e sexualidade na infância. O que é gênero?

Professora A: "É o que identifica e diferencia homens e mulheres".

_ A professora conceitua gênero a partir das características biológicas, na existência do sexo masculino e feminino.

Professora B: "Acredito que seja uma forma que cada pessoa deve expressar seus desejos".

_Conceituando gênero como uma construção social, em que mulheres e homens expressam comportamentos, estéticas, afetos e desejos.

Sendo professora da educação infantil você se acha capacitada para trabalhar gênero com as crianças? Somente a professora B respondeu: “No ponto de vista que a mídia está tentando fazer alterações pelas quais não estou de acordo, acredito não estar preparada”.

Que tipos de brinquedos costumam comprar para seu filho e filha? Todas foram unânimes em responder:

Meninos: bola, bicicleta, patinete, carros, vídeo game, piões, pipas e livros infantis.
Meninas: bonecas, pelúcias, carro rosa, bola rosa, panelinhas e livros infantis.

_As normas de gênero estão interligadas as diferenças entre meninos e meninas, determinando padrões fixos do que lhes sejam próprio.

Ao questionar os brinquedos na educação infantil devem ser feito a separação, o que é de menino e de menina? Todas foram unânimes em dizer que: “as crianças são livres nas escolhas dos brinquedos.”

Ao observar as brincadeiras entre as crianças na educação infantil, existem diferenças em relação ao gênero, as respostas foram diferenciadas:

Professora A: “não existem brincadeiras de meninos ou meninas, esta diferenciação é apenas cultural sendo relacionada às normas sociais.”

Professora B: “Existem sim, meninas geralmente preferem brincadeiras mais tranquilas, enquanto que os meninos sempre as mais agitadas, eles são mais agitados”.

Professora C: “Sim, é muito claro, os grupos se dividem sem intervenção do adulto”.

Professora D: “Sim, as meninas muitas vezes, preferem brincadeiras de casinha”.

A outra questão aplicada foi à seguinte: O que você entende professora por educação sexual? Somente duas quiseram responder:

_Professora B respondeu: “Não tenho formação.”

_Professora C: “É a educação que ensina sobre o corpo e o comportamento, está relacionado à reprodução humana.”

A sexualidade influencia não somente o comportamento da criança, mas também pensamentos e sentimentos, no convívio exploram as diferenças existentes entre ser menino e menina.

_ Quanto à importância de se abordar sexualidade em sala de aula com as crianças, somente as professoras A e C responderam.

Professora A: “Sim, concordo”.

Professora C: “Sim, sendo dentro de um contexto bem superficial, pois, depende da faixa etária da criança.”

O professor precisa estar atento à manifestação de sexualidade nas crianças, pois é um aspecto da vida humana que inclui as sensações corpóreas, e se manifesta quando nascemos perdurando por toda a nossa vida.

_ Em relação à educação sexual você está de acordo, ser responsabilidade da família e da escola?

Somente a Professora B opta por responder, ser uma responsabilidade “exclusivamente da família, e não da educação infantil.”

Quanto às demais professoras A, C e D concordam plenamente que seja “responsabilidade da família articulando com a educação infantil.”

Concordo ser responsabilidade da escola a educação sexual, complementando a educação familiar, contribuindo na prevenção da violência sexual.

_ Quanto aos estereótipos atribuídos às crianças, reforça a desigualdade entre meninos e meninas?

De acordo com as respostas: Professoras A e C responderam: “Sim”. Professora B: “Não”

Professora D: optou em não responder a pergunta.

Ao diferenciar valores e comportamentos entre meninos e meninas, podemos reforçar estereótipos que podem limitar e impedir as crianças em seu desenvolvimento potencial, e tais atitudes inferioriza e discrimina a criança, consolidando o ensino desigual nessa relação. Julgo serem importantes as observações que faço das crianças no cotidiano escolar para melhor compreendê-las e orientá-las, pois estão inseridas no ambiente escolar, com possibilidades de serem confrontadas com diferentes vivências.

Cada um de nós tem uma história individual, que contém registros que revelam nossas peculiaridades, e Arroyo (2013) a esse respeito vai relatar “os coletivos vistos e tratados como inferiores em nossa história intelectual e cultural vêm afirmando suas memórias e culturas, seus saberes e valores”. É importante uma leitura positiva desses registros, respeitando e valorizando o jeito de ser da criança, conforme Hoffmann (2012) “diferenças entendidas como normais, e não como desvantajosas”. As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Infantil traz a afirmação do tratamento que deve ser concedido à criança: A dignidade da criança como pessoa humana e a proteção contra qualquer forma de violência física ou simbólica e negligência no interior da instituição escolar (BRASIL, 2010).

Para Araújo et al. (2008) sexualidade é uma questão que não pode ser omitida, e é preciso tratar essa questão com a criança com cautela e seriedade, pois, a vida sexual para muitos tem iniciado muito cedo, a família e a escola precisam estar mais interligadas para o enfrentamento dessa realidade. É necessário está aberto para essa realidade à autora ainda vai dizer que “as manifestações da sexualidade acontecem em todas as faixas etárias, esconder, reprimir e ignorar são algumas atitudes equivocadas”, ou seja, é preciso um olhar reflexivo sobre a sexualidade em que as descobertas acontecem na infância, e muitos adultos não estão preparados para lidar com as manifestações sexuais das crianças. Sexualidade é uma particularidade do ser humano, que precisa ser enxergada com visão integrada à vida, a saúde e ao bem estar do indivíduo.

A infância é o período em que a criança desenvolve diversas formas de se relacionar com todos a sua volta, é nesse período também que pode acontecer situações traumáticas à criança

que pode gerar problemas tais como: raiva, medo, culpa ansiedade, insegurança, inibição, frustração entre outros. A criança tem interesse em conhecer o seu corpo e muitas crianças são ignoradas ao questionar sobre a sexualidade e sem saber como explicar e orientar, os adultos bloqueiam o interesse das crianças ao usar frases como esta: “você está muito nova para saber dessas coisas” ou “isto não é assunto que criança deve saber” a criança quer somente que suas curiosidades sobre seu próprio corpo e desejos sejam esclarecidas através de informações seguras e confiáveis.

Ao perceber e identificar as diferenças existentes entre o corpo do menino e da menina, essa compreensão pela criança é vivenciada em seu cotidiano através do brincar, quando ela usa o faz de conta, em seu imaginário formula hipóteses, experimentando e desempenhando diversos papéis sociais. Visto que para Vygotsky (1984) é nas brincadeiras do faz de conta que a criança vivencia a realidade ao reproduzir os comportamentos dos adultos.

Marques e Wachs (2015) sobre isso vão dizer que as crianças estão atentas a tudo que acontece à sua volta, e aquilo que é vivido por elas sejam na família, na escola, na igreja e em outros espaços, tende a deixar marcas em suas idéias e sentimentos, em suas ações e interações. Ao analisar o autorretrato das meninas, a maioria ilustrou corações junto a sua imagem e confirmando na fala da criança “As meninas são mais carinhosas e mais sentimentais do que os meninos” (Isis - 5anos).



Figuras 5- Auto- retrato das meninas

Ao questionar a uma criança: como você se sente sendo menino? A resposta foi à seguinte: “Os meninos são livres para brincar do que quiser as meninas não” (Pedro - 5anos).



Figura 6- Criança expressando a liberdade que tem por ser menino

No relato de Pedro, vemos a imposição de papéis de gênero acontecendo na infância, incluso numa construção social de que o menino tem liberdade para brincar, enquanto que a menina tem seus momentos de brincadeiras limitados por uma educação imposta por regras e limites.

Considero com a pesquisa ser importante discutir gênero e sexualidade na educação infantil, com um olhar humanizado as relações de gênero na infância, pois gênero e sexualidade são temáticas que exige questionamentos, debates, estudos e necessitam ser incorporada na formação inicial e continuada de professores da educação infantil, em nossas práticas pedagógicas, no planejamento e em todo contexto escolar.

É um desafio que diante das explosões de diferentes crianças e sujeitos, precisamos desenvolver diferentes estratégias pedagógicas. Acrescenta Candau (2012), “basta entrarmos em uma sala de aula que evidenciamos diferenças de gênero, étnicas, de contextos sociais, de orientação sexual, entre outras, se visibilizam e se expressam nos cenários escolares”.

É nesse espaço da educação infantil, que oferecer uma educação de qualidade implica em desenvolver no convívio escolar ações pedagógicas com projetos de inclusão para a superação das indiferenças, para Hoffmann (2012), a educação infantil é um ambiente de oportunidades, espontâneo e diversificado, no qual, observar a criança e acompanhá-la em suas descobertas exige, sobretudo, um olhar humano, atento e abrangente do professor.



Figura7- Interação no coletivo em sala de aula

Projetos pedagógicos que sejam desenvolvidos com a participação ativa das crianças, um processo educativo na existência do diálogo, da experiência, das trocas, do refletir, da construção e reconstrução valorizando as referências dos sujeitos.

Resultados da pesquisa

Abordar gênero e sexualidade em sala de aula requer o conhecimento do professor, verifica-se que sexualidade é uma temática permeada por tabu, soa como censura e muitos professores evitam levar essa abordagem para sala de aula. A pesquisa trouxe a constatação que gênero é um marcador social que diferencia os sujeitos, valores e comportamentos entre meninos e meninas, produzindo desigualdades. Foi observado gênero e sexualidade nas atuações das crianças nos momentos de brincadeiras na brinquedoteca, sala de aula e pátio sendo brincadeiras das meninas: salão, casinhas, bebê, mamãe, professora, identificando o sexo feminino.



Figura 8- Padrões fixos nas brincadeiras de meninas



Figura 9- Meninos brincando na brinquedoteca

Quanto aos meninos predominavam brincadeiras de: futebol, polícia e bandido, lutas com espadas, carro, peças de ferramentas, armas entre outras.

Observa-se os espaços no momento do brincar, as meninas ocupam os espaços menores, geralmente brincam em pequenos grupos ocupando os cantinhos da sala de aula e da brinquedoteca.



Figura 10- Meninas brincam de mamãe e filha

Cenas essas observadas são modelos de nossa sociedade em que as mulheres ainda ocupam espaços limitados em relação ao homem, sendo assim, a predominância do maior espaço geralmente é dos meninos. Quanto às atividades de sala: os meninos predominam pinturas com a cor azul e as meninas sobressaem às cores rosa e vermelha.

Verifica-se a precisão de formações voltadas para essa temática, pois o conhecimento dos professores entrevistados ainda mostra-se fragmentado em relação à pesquisa, outros professores reconhecem que não estão preparados para lidar com as manifestações sexuais das crianças no contexto infantil, constatei que há existência de linguagens estereotipadas em relação às crianças e também aos adultos, atividades padronizadas identificando sexo masculino e feminino.

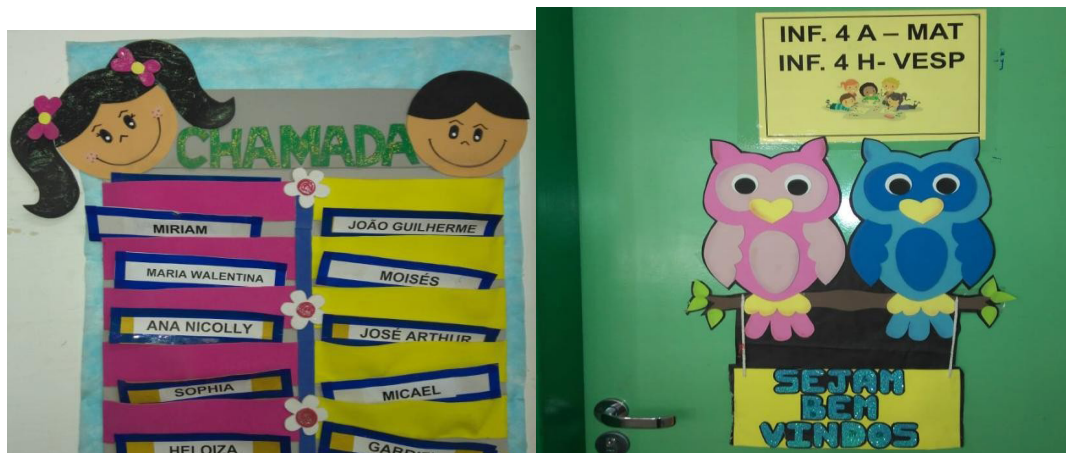


Figura 11- Atividades identificando meninos e meninas

Considerações finais

A educação infantil é uma etapa importantíssima da Educação Básica, é o espaço de construção coletiva em que crianças de classes sociais e comportamentos diversos desenvolvem suas capacidades cognitivas, afetivas e físicas experienciando o mundo ao conviver com as diferenças.



Figura 12- Culminância do projeto
“Diversificando o olhar: cada um é feliz do jeito que escolhe ser”.

Integrar família e escola visando o bem estar da criança e seu pleno desenvolvimento, é estarmos atentos a meninas e meninos em nosso cotidiano, valorizando suas especificidades e interesses, com um olhar reflexivo as relações de gênero na infância.



Figura 13- Apresentação cultural com a presença da família na escola.

A pesquisa tem-se por inacabada pretendendo a qualquer momento retomá-la, com um conhecimento mais amplo sobre gênero e sexualidade na infância, que tem como ponto de partida a valorização da criança na educação infantil.

Referências

ANDRÉ, Marli Elisa Dalmazo Afonso de. **A abordagem qualitativa da pesquisa.** In: Etnografia de prática escolar.

ARAÚJO, Vânia Carvalho de. et al. **Educação infantil em jornada de tempo integral:** dilemas e perspectivas. Vitória: EDUFES, 2015.

ARROYO, Miguel G. **Outros sujeitos, outras pedagogias.** 2º ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2014.

BARBOSA, Maria Carmen Silveira. **Práticas cotidianas na Educação Infantil:** bases para a reflexão sobre as orientações. Brasília, MEC, 2009. Brasil..

BIROLI, Flávia. **Gênero e desigualdades:** os limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.** Brasília: MEC, SEB, 2010.

CANDAUI, Vera Maria. (org.). **Didática crítica intercultural:** aproximações. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

COSSI, Rafael K. **Transexualismo, psicanálise e gênero: do patológico ao singular.** 151 f. Dissertação (Doutorado) - Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo, 2010.

FERREIRA, Anderson; Castro, Ronei Polato de. **Diversidades sexuais e de gêneros:** desafios e potencialidades de um campo de pesquisas e conhecimentos.

FREIRE, Madalena. **A paixão de conhecer o mundo:** relato de uma professora. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação e educação infantil:** um olhar sensível e reflexivo sobre a criança. Porto Alegre: Mediação, 2012.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. **Diferentes, não desiguais:** a questão de gênero na escola. São Paulo: Editora Reviravolta, 2016.

MARQUES, Circe Mara; WACHS, Manfredo Carlos. **Paz e educação infantil.** São Paulo: Paulinas, 2015.

SCOTT, Joan. **Gênero:** uma categoria útil de análise histórica. Educação e Realidade, Porto Alegre, v.20, n.2, p. 71-99, jul./dez. 1995.

WYGOTSKY, Lev S. **A formação social da mente.** São Paulo: Martins Fontes, 1984.

GÊNERO COMO CONTEÚDO INTERDISCIPLINAR: UM RELATO DE PRÁTICA ATRAVÉS DO DOCUMENTÁRIO THE MASK YOU LIVE IN

Leandro Teofilo de Brito¹
Maria Elizabeth Batista Moura Diniz²

Resumo: Buscamos problematizar uma prática interdisciplinar realizada no Colégio Pedro II, trazendo como conteúdo a temática gênero, através do documentário *The Mask You Live In*. O filme aborda como a masculinidade é construída na sociedade estadunidense, afetando negativamente, não só os homens, mas também mulheres, crianças e jovens, com seus reflexos, sobretudo, na escola e no esporte. Utilizamos, como metodologia, grupos de discussão, com base em Wivian Weller e as falas dos/das estudantes, foram interpretadas pelos estudos de gênero, conforme os trabalhos de Joan Scott, Raewyn Connell, Michael Kimmel, entre outros/as. Os resultados apontam que reflexões importantes foram propiciadas com o filme, permitindo que os/as estudantes reconhecessem processos de hierarquização entre masculino e feminino, tanto na escola, como na sociedade em geral.

Palavras-chave: Gênero; Masculinidades; Interdisciplinaridade; Escola.

1 Doutor em Educação – UERJ e Docente do Colégio Pedro II.
E-mail: teofilo.leandro@gmail.com

2 Mestranda em Práticas da Educação Básica – CPEI e Docente do Colégio Pedro II.
E-mail: elizabethdiniz@yahoo.com.br

Introdução

Este relato de experiência busca problematizar uma prática interdisciplinar sobre a temática gênero por meio do documentário *The Mask You Live In*. O trabalho pedagógico foi realizado neste ano de 2018 num dos *campi* do Colégio Pedro II, tradicional instituição federal de ensino localizada no estado do Rio de Janeiro, e situou-se em momento político de muitas tensões, quando as discussões sobre gênero nas escolas encontram-se cada vez mais sob questionamentos de grupos conservadores.

Em 2014, foi no Colégio Pedro II que a mobilização de estudantes nomeada como “saiato” trouxe mudanças significativas na instituição no que concerne a lutas feministas e LGBTs estudantis. Esta mobilização se deu quando dentro da escola um estudante que iniciava seu processo de transição de gênero, trocou uma calça por uma saia (vestimentas do uniforme específicas conforme o sexo do/da estudante) e foi interpelado pela direção a colocar novamente a calça, única opção, até então, de uniforme para estudantes do sexo masculino. Saindo em defesa do colega, outros/as estudantes, dias depois, mobilizaram a escola e realizaram o saiato (saia + ato), no qual vários meninos foram à escola vestindo saia (BRITO; PONTES, 2014).

O saiato foi um acontecimento na instituição que influenciou a criação de coletivos secundaristas feministas e LGBTs em seus diferentes *campi*, assim como a publicação recente de portaria³ que passou a permitir o uso da saia para estudantes conforme a identidade de gênero que se reconhecessem. Deste modo, questões relacionadas ao tema gênero emergiram com muita força no cotidiano escolar da instituição, possibilitando que tal discussão atravessasse as diferentes disciplinas das grades curriculares do ensino básico (BRITO et al., 2017).

O trabalho foi realizado no *campus* Engenho Novo II com uma turma do projeto Classes de Adequação Idade-Série (CAIS). O projeto CAIS foi implantado no ano de 2018, com a previsão de duração de três anos (2018-2021), organizado em dois ciclos (Ciclo I: 6º e 7º anos; Ciclo II: 8º e 9º anos) com duração de um ano letivo, cujo público-alvo são estudantes com distorção idade/série nos Anos Finais do Ensino Fundamental. O projeto busca enfrentar o fracasso ou exclusão escolar e recuperar a trajetória dos estudantes em situação de distorção idade/série, através de alternativas pedagógicas interdisciplinares e fundamentadas em aprendizagens significativas, garantindo a construção de competências e o estímulo de habilidades que fortaleçam a autoestima.

No desenvolvimento do projeto CAIS, foi criada uma equipe multidisciplinar que é responsável pela definição do desenvolvimento do projeto no *campus*, com representantes da Direção Pedagógica, do Setor de Supervisão e Orientação Pedagógica (SESOP), do Núcleo de Atendimento a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) e dos/das docentes, além da participação de representantes da Assistência Estudantil, Biblioteca e Laboratórios. O objetivo de englobar um número tão grande de educadores/as é o de fornecer suporte técnico-pedagógico e o desenvolvimento de um clima positivo de

3 Disponível em: <<http://www.cp2.g12.br/images/comunicacao/2016/Setembro/portaria2449.pdf>>. Acesso em: 18 de novembro de 2018.

reconhecimento das possibilidades dos estudantes, contribuindo para o fortalecimento da sua autoestima (NOVAIS et al., 2018). Além disso, o trabalho interdisciplinar é um dos pontos centrais do projeto.

Deste modo, considerando o Colégio Pedro II como uma instituição que, recorrentemente na vanguarda de temas emergentes da sociedade, defende a temática gênero como um conteúdo que pode ser abordado em suas disciplinas, professores/as de Língua Portuguesa, Inglês e Educação Física utilizaram como estratégia o documentário *The Mask You Live In*⁴ para discutir dicotomias e hierarquizações do masculino e feminino na sociedade, problematizando tais processos em diferentes instâncias sociais como a escola, o esporte, a família, entre outras. Neste relato de experiência, buscamos apresentar os principais resultados do desenvolvimento desta prática pedagógica, que teve como construção de dados um grupo de discussão após os/as estudantes assistirem o documentário.

O documentário *The Mask You Live In*: leituras pelos estudos de gênero e masculinidade

A sugestão do filme surgiu em um dos encontros do Laboratório de Criatividade, Inclusão e Inovação Pedagógica – LACIIPED, grupo de pesquisa formado por professores e professoras da Educação Básica do Colégio Pedro II no *campus* Engenho Novo II, na zona norte do Rio de Janeiro. Os encontros acontecem quinzenalmente e trocamos experiências entre os pares, compartilhamos as demandas da sala de aula, buscamos teorias para estudar a nossa prática e produzimos conhecimento docente. Num desses encontros surgiu a ideia de assistirmos o documentário com algumas turmas dos Anos Finais do Ensino Fundamental.

O filme traz a discussão sobre a masculinidade vivenciada nos Estados Unidos da América a partir de três categorias principais: a masculinidade associada ao desempenho no esporte, pela habilidade atlética e pela força; a relacionada ao sucesso econômico; e à conquista das mulheres. Além dessas categorias, o documentário ressalta constantemente a inibição das emoções desde a infância e a dificuldade de os homens manifestarem suas emoções e compartilhar suas angústias. Esse comportamento traz muitos prejuízos para os relacionamentos que os homens estabelecem ao longo da vida e os relatos apresentados no filme demonstram graves consequências para os homens e para a sociedade de uma maneira geral, contribuindo para a cultura machista e formando a ideia de masculinidade hegemônica, desenvolvida por Michael Kimmel e Raewynn Connell.

O sociólogo e educador estadunidense Michael Kimmel faz uma participação no filme e relata que a masculinidade hegemônica apresenta uma rejeição a tudo que é feminino e uma desvalorização das emoções. Segundo ele, essa masculinidade vem sendo construída há séculos. Kimmel (1998) escreve sobre o *self-made men* (“os homens que se fizeram”), uma versão da masculinidade que surgiu nos Estados Unidos na primeira parte do século XIX, que apresenta características conhecidas por nós:

4 O documentário *The Mask you live in* foi produzido no ano de 2015 por Jennifer Siebel Newsom e disponibilizado primeiramente pela provedora de filmes Netflix. Ele está disponível gratuitamente no YouTube: <https://youtu.be/110I9B0V5IA>. Acesso em: 27 de jan. 2019.

homens que eram dedicados ao trabalho, que ficavam poucas horas com a família e precisava provar sua masculinidade. O sociólogo encontrou três padrões de masculinidade a partir da sua pesquisa desenvolvida nos Estados Unidos (KIMMEL, 1998, p. 112, 113)

(...) Primeiro, a masculinidade poderia ser demonstrada através do autocontrole, fazendo com que o corpo se tornasse um instrumento e uma expressão da dominação. (...) Em segundo lugar, a masculinidade podia ser demonstrada através de uma fuga para as florestas, para o exército, para o mar, onde os homens poderiam provar a sua masculinidade contra a natureza e para outros homens, longe das influências feminilizantes da civilização. A terceira era através da desvalorização de outras formas de masculinidade, posicionando o hegemônico por oposição ao subalterno, na criação do outro.

Esses padrões abordados por Michael Kimmel estão presentes nas falas dos homens entrevistados no documentário, quando se referem ao modelo de pai que tiveram ou da maneira como as relações com o sexo masculino e feminino foram construídas na escola. No documentário fica evidente que as diferenças entre os gêneros causam desigualdades entre homens e mulheres e que a escola pode ser o local onde essas diferenças podem ser discutidas e problematizadas, mas também pode acontecer de serem silenciadas e reproduzir práticas humilhantes ao lidar com o comportamento dos alunos e alunas. O filme defende que gênero é uma construção social e a escola é o espaço em que acontecem as primeiras experiências desta construção.

Em uma entrevista com a Joan Scott concedida a antropólogas brasileiras em Paris no ano de 1998, a historiadora feminista estadunidense aborda a questão de gênero como uma organização social da diferença sexual (SCOTT et. al., 1998) e que se refere à diferença dos sexos, às instituições, às estruturas, às práticas cotidianas, aos rituais e a tudo que constitui as relações humanas. Sendo assim, nossa sociedade foi construída a partir das regras que foram estabelecidas e criadas pelos homens e que os direitos das mulheres foram negligenciados. Há a necessidade de se modificar as relações de poder entre homens e mulheres e reparar a desigualdade histórica entre os gêneros. Em uma das falas dos entrevistados no documentário fica evidente a necessidade de se buscar essa igualdade quando um jovem relata que sempre foi orientado de que precisa ter o poder sobre a mulher e seus desejos são soberanos ao de uma garota.

Connell (2014) fala que o pensamento feminista é uma reivindicação por justiça social, pois há uma organização em larga escala das relações de gênero quando se refere à educação dos filhos, ao discurso, à violência, às instituições, às emoções e à economia. Scott (2012) corrobora com essa ideia quando afirma que o patriarcado⁵ é fonte de maus tratos das mulheres. Há que se desenvolver políticas de intervenção que promovam a igualdade de gênero e o empoderamento⁶ das mulheres. A escola

5 Patriarcado é o sistema social em que o homem adulto tem o poder sobre os integrantes da família e tem privilégios sobre os demais membros da sociedade por ocupar este lugar.

6 Empoderamento é um neologismo criado por Paulo Freire que tem origem na palavra em inglês “empowerment” que significa reforço

tem papel fundamental nessa discussão e essas políticas devem ser pensadas no âmbito educacional como propostas pedagógicas que suscitem esse debate entre crianças e jovens. Acolher as angústias que ambos os sexos sofrem por conta do patriarcado e buscar gerar a discussão frequentemente no espaço escolar. O documentário ilustra bem a relevância de se tratar sobre isso na escola e como é importante o papel do educador na interlocução com o corpo discente.

Metodologia

A prática pedagógica foi realizada com a turma do Ciclo 1 (referente aos 6º e 7º anos) pelos/as professores de Língua Portuguesa, Inglês e Educação Física – sendo esta disciplina de um dos docentes autores/as deste relato de experiência. Após os/as estudantes assistirem o documentário, fizemos uso da técnica de grupos de discussão para promover o debate e as reflexões sobre as questões de gênero. Weller (2006) afirma que os grupos de discussão, a partir da década de 1970, passaram a ser um procedimento metodológico na pesquisa social com base no interacionismo simbólico, na fenomenologia social e na etnometodologia, e não mais uma técnica de pesquisa de opiniões, pois reconheceu-se o seu uso como um método. A autora também levanta que os grupos de discussão, já na década de 1980, foram muito utilizados nas pesquisas com jovens, seja nos estudos clássicos da sociologia da juventude, seja nos estudos com base na psicologia do desenvolvimento.

Nas palavras da autora:

Portanto, os grupos de discussão representam um instrumento por meio do qual o pesquisador estabelece uma via de acesso que permite a reconstrução dos diferentes meios sociais e do habitus coletivo do grupo. Seu objetivo principal é a análise dos epifenômenos (subproduto ocasional de outro) relacionados ao meio social, ao contexto geracional, às experiências de exclusão social, entre outros (WELLER, 2006, p. 247).

Estimulamos os/as estudantes a falar sobre as questões mais gerais do documentário, como uma pergunta inicial. Um tópico guia foi construído para abordar especificamente a temática de gênero na sociedade, na escola e nas aulas de Educação Física (buscando o diálogo com o esporte, uma vertente bastante destacada do documentário), porém com o objetivo de ser usado de forma flexível no debate. Buscamos fazer com que as discussões fossem dirigidas ao grupo, propondo reflexões interativas entre meninos e meninas, fazendo intervenções apenas quando fosse necessário para manter a ordem nas falas ou quando se lançasse outra pergunta.

Outra questão importante colocada por Weller (2006), diz que:

O grupo pode corrigir fatos distorcidos, posições radicais ou visões que não refletem a realidade socialmente compartilhada. Estando entre os membros do próprio grupo, os

jovens dificilmente conseguirão manter um diálogo com base em histórias inventadas. Nesse sentido, é possível atribuir um grau maior de confiabilidade aos fatos narrados coletivamente (p.250).

Na próxima sessão apresentaremos os resultados do grupo de discussão e nossas interpretações sobre as reflexões dos/das estudantes.

Resultados e discussão

Categorizamos as falas dos/das estudantes em três temáticas: Diferença; Masculinidade; e Educação Física. Nesta sessão discutiremos os principais pontos de cada uma.

A categoria diferença, noção central dos estudos feministas contemporâneos, diz respeito à problematização de que a diferença não pode ser vista como uma instância negativa e de oposição ao termo igualdade, pois diferença não é oposto de igualdade, mas sim de desigualdade. Scott (1988) afirma que a categoria diferença é uma ferramenta potente para a teoria e prática feminista ao se pensar a igualdade baseada nas diferenças.

No grupo de discussão emergiu as seguintes falas:

“Pensei em você saber se colocar no lugar do outro, de entender a diferença como uma coisa normal” (Aluno A)

“Acho que essa confusão do gênero e sexualidade... as pessoas precisam saber e entender. Se você não é um menino agressivo ou uma menina delicada não quer dizer que você é homossexual... e se for, qual o problema disso?” (Aluna A)

A fala do aluno ao enunciar “a diferença como algo normal” e o “se colocar no lugar do outro” remete ao reconhecimento da diferença pela questão da alteridade, outra categoria central nas discussões sobre a diferença nos estudos feministas. Conforme Rodrigues (2017, p.33), a alteridade é a abertura em relação às diferenças, um processo contínuo e permanente de “ligação indissolúvel entre o mesmo e a alteridade, de modo a acentuar que eu/outro, consciência natural/consciência de si são inseparáveis e insuperáveis”.

Nesta direção, a fala da aluna se volta para a questão da diferença ao levantar aspectos essencialistas de gênero, comumente repetidos nos espaços escolares, tais como “menino agressivo” e “menina delicada”, para também problematizar a confusão dos conceitos de gênero e orientação sexual. Reconhecemos que cabe ao espaço escolar orientar e esclarecer tais pontos colocados pela aluna, com o intuito de combater aspectos segregacionistas e que classificam meninos e meninas que não se enquadram nas expectativas fixas e únicas de gênero como sujeitos homossexuais. No contexto do Colégio Pedro II percebe-se que o entendimento das duas categorias como distintas é reconhecido entre os/as discentes.

A segunda categoria em discussão foi a masculinidade, que era a temática central do documentário. Seguem as falas dos/das estudantes abaixo:

“A ideia central do documentário é sobre masculinidade. Sobre a pessoa ser homem na sociedade e as pressões em cima disso. O filme mostra que todo mundo é diferente, até os homens, e ser diferente não é errado” (Aluna B)

“A sociedade impondo um padrão de gênero, tipo, ‘homem não chora’... eu ouvi muito isso igual o filme mostrou... meu pai, minha mãe... sempre falavam isso pra mim (Aluno B)

“Os homens são sempre ensinados a vestir uma máscara que escondem suas emoções, seus sentimentos... e alguns só depois que tem filhos que percebem isso, na hora de começar a educar o menino quando é pequeno.. isso que o filme mostrou pra mim e que eu achei importante de pensar” (Aluna C)

“Eu compreendi o quanto a masculinidade é forçada e quanto isso afeta os homens e a sociedade” (Aluno C)

“Refleti muito sobre o machismo e essa cultura que faz o homem ser formado por padrões pré-estabelecidos” (Aluna A)

Os estudos da masculinidade no campo do gênero se baseiam, em grande parte, na noção de masculinidade hegemônica, que diz respeito a dinâmica cultural por meio da qual parte dos homens exige e mantém uma posição de liderança nas sociedades ocidentais, através da legitimação do patriarcado, submissão das mulheres e, em especial, da exclusão de masculinidades consideradas subalternas (CONNELL, 2000).

As falas dos/das estudantes denunciaram bastante esse modelo arbitrário de “ser homem” imposto pelos contextos sociais, que molda os homens, desde a infância, a se enquadrarem na masculinidade hegemônica para vivenciarem sua identificação de gênero.

Neste contexto, reconhecemos que as escolas se constituem como espaços ricos para estudar a reprodução dos sentidos do masculino e postulamos que uma das vias para a problematização das desigualdades de gênero está na desconstrução do modelo hegemônico de masculinidade. O papel das instituições educacionais é profícuo para a transformação das masculinidades e precisa ser mais valorizado nas práticas pedagógicas que se pautam nas questões de gênero. Além disso, em acordo com os estudos do campo da masculinidade, os homens, além de protagonistas, também são vítimas das opressões patriarcais e, conforme Connell (2000⁷, p.129, tradução nossa). “São os meninos que são mais lentos para aprender a ler, mais propensos a abandonar a escola, mais propensos a serem punidos, mais propensos a estar em programas para crianças com necessidades especiais.

A última categoria de discussão é a Educação Física, pois no documentário o esporte se fazia muito presente na construção da masculinidade na sociedade estadunidense. Segue abaixo as falas:

⁷ *“It is boys who are slower to learn to read, more likely to drop out of school, more likely to be punished, more likely to be in programs for children with special needs”.*

“A mulher praticando esportes e que no passado isso era negado, elas não podiam ter acesso ao futebol, as lutas... e tudo por causa do machismo, dessa superioridade do homem e que a sociedade defende” (Aluna)

“O problema é o futebol. Qualquer outro esporte a gente joga junto nas aulas, mas colocou futebol... não pode menina, não pode gay, não pode deficiente.. só pode eles que são homens” (Aluna)

“Me fez pensar em tantas coisas ruins que estão por trás do esporte... eu nunca tinha pensado nisso... atos de agressão, humilhação... tudo isso acontece por trás do esporte e mais até no futebol” (Aluna)

“As mulheres precisam ser incluídas nos esportes, participar... dar essa possibilidade não é colocar a mulher acima do homem, mas dar possibilidades iguais” (Aluna)

A presença de tensões relacionadas ao gênero na Educação Física é cotidiana, particularmente pelas aulas ministradas de forma mista (meninos e meninas juntos/as), como é a proposta pedagógica do Colégio Pedro II, assim como da maior parte das instituições de educação básica. Entretanto, o desenvolvimento de aulas mistas não impede que os conflitos entre meninos e meninas não se façam presentes nas aulas, seja pelas diferenças de habilidades físicas e motoras (quando ocorre) ou pelos conteúdos ministrados, que, socialmente, são generificados (futebol como uma prática esportiva mais próxima aos meninos e atividades rítmicas como uma prática mais próxima às meninas).

O documentário permitiu muitas reflexões sobre as relações de gênero na Educação Física, conforme as falas dos/as estudantes destacadas mostraram, indo desde à histórica exclusão das mulheres das práticas físicas e esportivas, passando pela dominação masculina nos jogos de futebol, que exclui e segregava não só as meninas, mas estudantes com deficiência e meninos que não se enquadram na masculinidade hegemônica. A discussão sobre a Educação Física e suas práticas, promovida pelo documentário, foi potente para problematizar inúmeros aspectos cotidianos nesta disciplina.

Considerações

Buscamos neste relato de experiência apresentar uma prática pedagógica interdisciplinar sobre a temática gênero, por meio do documentário *The Mask You Live In*, em um dos campi do Colégio Pedro II. Neste contexto, defendemos a importância de se problematizar questões relacionadas ao gênero e a sexualidade nas escolas, possibilitando reflexões sobre uma das principais desigualdades sociais vividas na contemporaneidade, assim como na promoção da igualdade de direitos entre os gêneros nas relações cotidianas do espaço escolar.

Postulamos como potencial nesta prática pedagógica a parceria entre professores/as de diferentes disciplinas no debate sobre gênero, fazendo com que o tema atravessasse aspectos específicos de cada disciplina. Outro ponto importante de ser colocado, diz respeito a potencialidade de grupos de discussão e rodas de conversa para promover o diálogo e a democracia em sala de aula.

Por fim, apontamos que, mesmo em tempos que o debate sobre gênero e sexualidade siga em disputa para o silenciamento nas escolas, a resistência de professores/as que acreditam na importância da temática como desmistificação das desigualdades sociais será forte até o seu limite.

Referências

BAQUERO, R. Empoderamento: instrumento de emancipação social? – uma discussão conceitual. *Revista debates*, Porto Alegre, v. 6, n. 1, p.173-187, jan.-abr. 2012.

BRITO, L. T. et. al. Gênero e sexualidade como conteúdos na Educação Física escolar: intervenções e possibilidades. In: XX Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte e VII Congresso Internacional de Ciências do Esporte: Democracia e Emancipação: desafios para a Educação Física e Ciências do Esporte na América Latina, 2017. Anais... Goiânia – GO.

BRITO, L. T.; PONTES, V. S. 'Saiato' no Colégio Pedro II: o gênero performativo e os processos de inclusão/exclusão em debate. In: I Congresso Internacional de Educação e Inclusão: Práticas pedagógicas, Interculturalidade e Direitos Humanos, 2014. Anais... Campina Grande - PB.

CONNELL, R. Questões de gênero e justiça social. *Século XXI, Revista de Ciências Sociais*, v.4, no 2, p.11-48, 2014.

CONNELL, R. *The men and the boys*. Berkeley: The University of California Press, 2000.

KIMMEL, M. S. A produção simultânea de masculinidades hegemônicas e subalternas. *Horizontes Antropológicos*, Porto Alegre, ano 4, n. 9, p. 103-117, out. 1998

NOVAIS, E. L. et. al. A autoeficácia docente no projeto de classes de adequação idade/série do campus Engenho Novo II do Colégio Pedro II. In: V Colóquio Internacional de Educação, Cidadania e Exclusão, 2018. Anais... Niterói – RJ.

SCOTT, J. et al. Entrevista Com Joan Scott. *Revista Estudos Feministas (UFSC. Impresso)*, Rio de Janeiro, v. 6, n.21, p. 114-124, 1998.

_____. Deconstructing equality-versus-difference: or, the uses of post-structuralist theory for feminism. *Feminist studies*, v. 14, n. 1, p. 33, 1988.

_____. Os usos e abusos do gênero. *Projeto História*, São Paulo, n. 45, p. 327-351, 2012.

RODRIGUES, C. Problemas de gênero para e na democracia. *Ciência & Cultura*, v. 69, p. 20, 2017.

WELLER, W. Grupos discussão na pesquisa com adolescentes e jovens: aportes teórico- metodológicos e análise de uma experiência de com o método. *Educação e Pesquisa*, v. 32, n. 2, ago./2006, p. 241-260.

COMO ESTAR EU E COMO SER NÓS EM NOSSA RESIDÊNCIA – A FRICÇÃO DE GÊNERO ENTRE ESCOLA, ALUNOS E RESIDENTES A PARTIR DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA PEDAGÓGICA (CAPES/UFC)

Matheus dos Santos Melo¹
Levi Mota Muniz²

Resumo: Esse trabalho versa sobre o processo da Residência Pedagógica - programa da CAPES para inserção de licenciandos dentro da Escola nos últimos semestres de graduação - instaura-se, na EEMTI Telina Barbosa da Costa, enquanto uma sucessiva intervenção de gênero dentro da rotina escolar. Sobretudo em nosso núcleo, composto por estudantes, professoras e egressos do curso de Licenciatura em Teatro da UFC, a maneira como as pessoas expressam o seu gênero - espaço experimental e performativo de si que se engendra no cotidiano - evoca uma outra corporeidade para aqueles que a observam. Abrem-se espaços para pensar outras possibilidades de afetos na sociedade, instituindo o gênero enquanto uma zona de experimentação e ação, questionando o engessamento do corpo no cotidiano escolar.

Palavras-chave: Gênero; teatro; escola; formação; professor.

1 Graduando em Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Ateneu.
E-mail: mello.mattheus@gmail.com .

2 Pós Graduando em Metodologia do Ensino da Arte – Universidade Braz Cubas. Licenciado em Teatro pela Universidade Federal do Ceará.
E-mail: levifec@gmail.com

EXPERIMENTOS DE COMO FLUIR O GÊNERO – O PERCURSO ARTÍSTICO E IDENTITÁRIO DA NÃO-BINARIEDADE A PARTIR DO COLETIVO DEBANDADA

Levi Mota Muniz¹
Matheus dos Santos Melo²

Resumo: Em nossa proposição, o gênero apresenta-se enquanto zona de experimentação, criação de possibilidades, produção de conhecimento e de saber a partir de uma perspectiva decolonial e contemporânea, massa volátil que agrega a fluidez e a urgência de mutabilidade, construindo-se a partir dos (des)encontros do cotidiano e em profunda relação com a cidade. O presente trabalho visa apresentar as trajetórias de transição de gênero de três pessoas gênero fluido a partir da participação do coletivo de Artes Visuais Debandada em Fortaleza, Ceará, tendo como foco os trabalhos de fotografia e performance desenvolvidos em 2017. A perspectiva sempre dialógica e de fricção com a cidade, por muitas vezes violenta, nos instiga a pensar outras movimentações para o pensamento e a prática do gênero.

Palavras-chave: Gênero; artes visuais; não binariedade; transgeneridade.

1 Pós Graduando em Metodologia do Ensino da Arte – Universidade Braz Cubas. Licenciado em Teatro pela Universidade Federal do Ceará.

E-mail: levifec@gmail.com ;

2 Graduando em Gestão de Recursos Humanos na Faculdade Ateneu.

E-mail: mello.mattheus@gmail.com .

CELEBRAÇÃO, RESISTÊNCIA E PERFORMANCE: RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE O VOGUING EM BRASÍLIA

Patricia da Silva Moreira Diniz¹

Resumo: O presente artigo é um relato de experiência sobre vivências em aulas e *Kiki Balls* de *Voguing* e a formação da cena de *Kiki Houses* na cidade de Brasília – DF, nos anos 2017 e 2018. A pesquisa, aconteceu através de levantamento bibliográfico sobre o tema e participação ativa da pesquisadora nos eventos a serem descritos. Teve por finalidade caracterizar e refletir sobre a cena *Voguing* e *Ballroom* da cidade de Brasília e justifica-se na necessidade de contribuir para o aumento de registros acadêmicos sobre o tema, além de colaborar para a valorização de práticas corporais e performáticas relacionadas a comunidade LGBTQ+. O *Voguing* nasceu por volta da década de 60, como batalhas de performances praticadas em bailes da comunidade LGBTQ+ afro-americana, no bairro do Harlem, em Nova York. Apresenta inspirações nas poses de modelos de revistas e na movimentação característica dos desfiles de moda. Algumas décadas depois, ganha maior ascensão com o lançamento do videoclipe *Vogue* (1990), de Madonna, e o documentário *Paris Is Burning* (Jennie Livingston, 1990). A cultura dos *Ballrooms*, apresenta elementos essenciais: a estrutura de famílias (as *Houses*) e os episódios de competição (*Balls*) onde várias performances são realizadas em formato de batalhas. As *Houses* são parte essencial dos *Ballrooms*, já que a *House* (casa, em português), não é um edifício real; mas sim uma representação dos modos pelos quais seus integrantes, que em maioria vivem em localidades diferentes, se veem e interagem como uma unidade familiar, dessa forma, *Houses* são estruturas semelhantes com a de uma família. Além disso, as *Houses* têm seus ‘pais’ e ‘mães’ que agem no cuidado e aconselhamento para seus ‘filhos’, ou seja, os outros membros, que costumam ser de várias idades, etnias, gêneros e sexualidades. Em Brasília, já aconteceram diversas *Kiki Balls*, fato que vêm tornando Brasília um local onde a cena tem crescido e se fortalecido, alcançando cada vez mais participantes e acolhendo novos filhos em suas casas. Por fim, as *Kiki Balls* são lugares de celebração, onde corpos por vezes marginalizados se apresentam, desfilam e ressaltam a comunidade LGBTQ+ e suas *houses* como lugar de resistência, onde podem existir como são, com suas características e comportamentos que ainda não são aceitos na sociedade.

Palavras-chave: Voguing, Performance, Cultura Ballroom, Brasília.

¹ 1 Graduada em Licenciatura em Dança – Instituto Federal de Brasília – IFB. patricia_diniz12@yahoo.com.br

Introdução – Voguing e suas raízes

O *Voguing* nasceu por volta da década de 60, como batalhas em formatos de performances praticadas em bailes de fantasia e *drag queen* da comunidade LGBTQ+ afro-americana, no bairro do Harlem, em Nova York. Esses bailes eram conhecidos como pertencentes ao que se chama de cultura *ballroom* ou *ball culture* e sobre esse princípio e suas características Jamil Sierra, Juslaine Nogueira e Camila Mikos apontam:

A cena contemporânea dos *balls* afro-estadunidenses iniciou suas raízes no final do século 19, quando uma migração maciça do Sul deu origem à florescente comunidade negra gay em cidades do norte, como Nova York e Chicago. Durante o Renascimento do Harlem dos anos 1920, bailes de máscaras assistido por milhares de pessoas aconteciam regularmente em locais como o Palácio Rockland e o Savoy Ballroom, com prêmios concedidos para os melhores trajes. Além dos participantes gays negros, os *balls* também atraíram os gays brancos, em função da atmosfera tolerante e acolhedora promovida pelas *Houses* e suas mães. (SIERRA, NOGUEIRA E MIKOS, 2016, p.7).

Henrique Cintra Santos, outro pesquisador da cultura *ballroom*, também faz alguns apontamentos sobre essas raízes e completa especificando que elas tiveram as sementes plantadas em um local com recorte histórico e social específico, geralmente espaços de marginalização, sendo que as pessoas pertencentes e frequentadoras dos bailes majoritariamente se encontravam em localidades periféricas:

Essa comunidade e suas práticas apresentam uma origem dentro de um espaço marginalizado e periférico da cidade de Nova York durante um período de inserção da comunidade norte-americana em uma dinâmica bastante conturbada economicamente e socialmente, principalmente devido aos processos de imigração dirigidos à esses grandes centros urbanos, promovendo um contexto caótico nas grandes cidades dos EUA, em especial Nova York, e propiciando, assim, um ambiente de convívio social bastante conturbado e particularmente difícil para as comunidades periféricas negras e latinas e de forma ainda mais acentuada para os indivíduos LGBTQs. (SANTOS, 2018, p.10).

Diante desse cenário conturbado e marcado por exclusões dos sujeitos LGBTQ+, Santos (2018) ressalta que para além de um momento de diversão e descontração, os bailes eram a solidificação de um espaço de apoio e proteção, o lugar onde era proporcionado a esses sujeitos receber afetos, receber aplausos, serem reconhecidos como figuras importantes. “Os *Ballrooms* surgem, como espaço não apenas de entretenimento para esses grupos, mas principalmente como um local seguro e de criação de estruturas de proteção social para esses indivíduos subjugados a processos extremos de marginalização.” (SANTOS, 2018). Para além disso, Odaliso Berte (2014) ressalta que as *balls* eram os momentos onde essas pessoas podiam se expressar veridicamente, com mais liberdade; a oportunidade de ser o que muitas vezes não podiam ser nas ruas sem correrem o risco sofrer algum tipo de perseguição:

Em um ambiente sociocultural (New York, 1980) em que os heterossexuais e brancos podiam fazer tudo enquanto os gays deviam controlar como se vestiam, falavam e se portavam, a *ball culture* forjava espaços em que os participantes podiam ser o que quisessem, mostrar sua elegância, sedução, beleza, habilidades e conhecimentos. Temporariamente, podiam se mostrar e se expressar sem correr o risco de serem criticados, questionados e humilhados. (...) São comoventes e inquietantes os relatos sobre jovens que, mesmo sem lar ou comida, forjavam modos de se vestir e participar dos shows porque ali podiam ser eles mesmos ou, o que sonhavam ser, podiam ser aceitos, reconhecidos, aplaudidos. Naquele ambiente dos subúrbios nova-iorquinos, especialmente no Harlem (bairro conhecido por ser um grande centro cultural e comercial afro-americano), ganha vida essas formas de expressão por meio das quais os corpos podiam ser/parecer aquilo que a normatividade branca e heterossexista impedia que fossem. (BERTE, 2014, p.70).

A cultura dos *Ballrooms*, apresenta alguns elementos essenciais: a estrutura de famílias (as *Houses*) e os episódios de competição (*Balls*), onde várias performances são realizadas em formato de batalhas. As *Houses* são parte essencial dos *Ballrooms*, já que a *House* (casa, em português), não é um edifício real, mas sim uma representação dos modos pelos quais seus integrantes, se veem e interagem como uma unidade familiar. Sierra, Nogueira e Mikos (2016) ressaltam que “as *Houses* frequentemente serviam como um substituto para as famílias dos jovens gays e pessoas trans que haviam sido rejeitadas por suas famílias de origem, devido à sua sexualidade ou identidade de gênero.”

Dessa forma, *Houses* são estruturas semelhantes às de uma família, mas mais do que comumente se espera a partir de uma lógica heteronormativa, essas *Houses* são resultado de ligações sociais que ultrapassam a ideia de uma família formada a partir de uma ligação conjugal entre dois indivíduos, ou melhor, um homem e uma mulher.

As *Houses* têm seus ‘pais’ e ‘mães’, (*mother/father*) que são definidos independentes do gênero e que geralmente são pessoas mais velhas com maior tempo de atuação na cultura *ballroom* e consequentemente com mais amadurecimento. Essas pessoas agem no cuidado e aconselhamento para seus ‘filhos’, ou seja, os outros membros mais novos, que costumam ser de várias idades, etnias, gêneros e sexualidades.

O *Voguing* é um tipo de dança que surgiu dentro da cultura *ballroom* por volta dos anos 60 e ficou popularmente conhecida na década de 90 com o lançamento da música *Vogue* da cantora Madonna. No videoclipe da música, aparecem dançarinos realizando movimentos característicos da dança. O documentário *Paris Is Burning*, onde são apresentadas várias entrevistas com pessoas importantes e pioneiras na cultura *ballroom* além de filmagens dos momentos de batalhas das *balls*, também é um marco importante para a popularização do movimento.

A dança *Voguing* apresenta algumas características de movimentações inspiradas nas poses de modelos de revistas e na corporalidade característica dos desfiles de moda. Willi Ninja (1961-2006), considerado um dos precursores do *Voguing*, em *Paris is Burning*, afirma que a dança mistura pantomima, trejeitos de manuseio de estojos de maquiagem, passos de *break*, movimentos de ginástica, hieróglifos

do Egito antigo, desfile de moda e imagens de poses de revistas, articulando linhas corporais sinuosas ou retilíneas e posições rebuscadas (NINJA apud BERTE, 2014, p.70).

Vários anos depois do surgimento da cultura *ballroom* em Nova York, do lançamento de *Paris Is Burning* e da morte de vários dos seus precursores por conta do HIV/AIDS, apesar de alguns acharem que a chama não está mais queimando, a cultura *Vogue* permanece viva e se fortalece, alcançando diversos continentes. Sobre isso, Santos (2018) afirma que “hoje, a cultura dos *Ballrooms* deixou de ser algo exclusivo à periferia de Nova York (...) e é possível

encontrar *Houses*, *balls* e suas práticas em várias localidades, como na Europa, Ásia e, em especial aqui, no Brasil”. O autor ainda completa citando nomes de destaque na cena atual:

Após a morte das lendas e precursoras dessa cultura, hoje uma nova leva de membros com grande notoriedade dentro dessa comunidade já vem se firmando dentro desse cenário, como é o caso de Lasseindra Ninja, Dashaun Wesley, Leiomy Maldonado, entre outros, o que evidencia a continuidade dessa cultura, mesmo após mais de 27 anos de *Paris is Burning* e a música *Vogue*.” (SANTOS, 2018, p.28).

Brasília Is Burning – A cena em construção no DF

Após contextualizar historicamente e apresentar algumas características do cenário em que o *Voguing* surgiu e está inserido, me volto para experiências pessoais na cidade de Brasília, onde pretendo desenvolver um relato de experiência sobre as vivências em aulas, *Kiki Balls* de *Voguing* e a solidificação da cena de *Kiki Houses* na cidade de Brasília – DF, nos anos 2017 e 2018. Objetiva-se caracterizar e refletir sobre a cena *Voguing* e *Ballroom* da cidade visto que existe a necessidade de contribuir para o aumento de registros acadêmicos sobre o tema, além de colaborar para a valorização de práticas corporais e performáticas relacionadas a comunidade LGBTQ+.

É necessário pontuar que existem algumas diferenças conceituais entre as *houses* originadas em Nova York e qualquer outra criada em local diferente. Para o padrão americano e no ponto de vista das *houses* mais antigas, as *houses* que nascem em outros países são denominadas *Kiki Houses*, sendo assim menores e com menos tempo de trajetória e para serem consideradas *houses* maiores devem chamar atenção de membros da comunidade originária e receberem esse título. Sobre a denominação do termo *Kiki House*, Santos comenta:

As *Houses* formadas no Brasil ou em qualquer outro lugar que não dentro da cultura dos *Ballrooms* americana, seriam reconhecidas dentro dessa designação a fim de ressaltar a existência de dois grupos: o grupo das *Houses* americanas, em especial as da cidade de Nova York, que são consideradas as *Houses* fundadoras e lendárias dos *Ballrooms* e, portanto, detém o poder de conceder reconhecimento ou não às *Houses* e membros provenientes de outras localidades; e o grupo formado pelos membros e *Houses* exteriores à cena americana e cujo objetivo deve ser almejar pelo reconhecimento de sua *House* ou

de seus talentos perante o primeiro grupo, ou seja, o *Ballroom* estadunidense. (SANTOS, 2018, p. 85).

Diante disso, comentarei aqui sobre as *Kiki Houses* existentes na cidade de Brasília – DF. A *Kiki House Of Hands Up DF* (a qual faço parte desde junho de 2017) surgiu em meados de 2013 e foi a primeira da cidade, trabalhando na ocupação dos espaços públicos e em busca da formação artística e de palco de seus integrantes. Atualmente, ocupa e ensaia no Centro de Dança do DF, como consequência da sua aprovação em proposta de demanda espontânea para a utilização do local, resistindo e tornando o local mais acessível a públicos que estiveram por vezes a margem desse espaço.

A *Kiki House Caliandra* surgiu em oficinas de *voguing* realizadas no ano de 2016 na Universidade de Brasília – UnB. Atua na inserção da cultura *ballroom* no ambiente universitário, realizando *kiki balls* e debates no local. Recentemente, nasceram na cidade de Brasília *Kiki House Emunah*, a *Kiki House of Padam*, a *Kiki House Olfenza* e *Kiki House Kaskaria*. Cada casa tem sua identidade, divisão e propostas distintas dentro do universo *voguing*, mas todas carregam traços singulares da identidade cultural do Distrito Federal.

Na cidade já aconteceram diversas *Kiki Balls*, fato que vêm tornando Brasília um local onde a cena tem crescido e se fortalecido, alcançando cada vez mais participantes e acolhendo novos filhos em suas casas. Recentemente, no dia 29 de setembro de 2018, o Centro de Dança do DF recebeu a *Kiki Ball* de Todas de Casas - DF, por consequência da aprovação em proposta de processo criativos na área de Dança e Diversidade.

A *Ball* foi organizada e realizada, como o próprio nome diz, por todas as *houses* existente na cidade e na ocasião foi possível apresentar para quem ainda não tinha contato com a cultura *ballroom* como acontece uma *Kiki Ball*. O momento também foi importante para reforçar que corpos negros, de periferia e da comunidade LGBTQ+ vão continuar ocupando o local. Por fim, as *Kiki Balls* são lugares de celebração, onde corpos por vezes marginalizados se apresentam, desfilam e ressaltam a comunidade LGBTQ+ e suas *houses* como lugar de resistência, onde podem existir como são, com suas características e comportamentos que ainda não são totalmente aceitos na sociedade.

Conclusão

A cena *ballroom* de Brasília tem se expandido cada vez mais, novas *Kiki Houses* estão surgindo e as que já existiam ganham sempre novos filhos, o que fortalece o cenário da comunidade LGBTQ+ contribuindo para que ocorra mais união entre quem faz parte dele. Além disso, as *Kiki Balls* vêm acontecendo com mais frequência, movimentando vários lugares na cidade e alcançando novos participantes.

É importante citar que recentemente a partir da iniciativa independente de integrantes de algumas *Kiki Houses*, foram criados dois perfis nas redes sociais (Instagram² e Youtube³) onde estão sendo postados diversos vídeos de batalhas de *balls* que já foram realizadas na cidade com o intuito de deixar registrada a memória das pessoas que constroem a cena, para que seja possível contribuir para

que esses momentos não caiam no esquecimento. Além disso, também como iniciativa independente de uma integrante de uma das *houses*, está sendo filmado um documentário em formato de curta metragem, chamado “Brasília em Chamas”, onde são apresentados alguns membros de *houses* e são mostradas cenas de algumas *Kiki Balls*, ainda não existe previsão de lançamento.

Participar de uma *house* e batalhas nas *kiki balls* tem sido extremamente importante para minha construção enquanto artista. São os locais onde mais me sinto representada enquanto mulher negra, onde percebo a diversidade de corpos ser realmente valorizada, onde posso me expressar, me vestir e performar movimentos de feminilidade e sensualidade sem o peso do julgamento negativo de ser vulgarizada.

As pessoas aos participarem da cultura *ballroom* estão performando e exaltando formas, poses e figurinos, construindo espetacularidades que só acontecem ali, no espaço e no momento em que as famílias estão reunidas para batalhar entre si, mas para além da competição, são momentos de compartilhamento de uma pluralidade de corpos e identidades de gênero, um grito contra preconceitos e a afirmação de que esses corpos existem, (re)existem e vão continuar (re)existindo com todas as suas características e particularidades.

2 Disponível em: <https://www.instagram.com/cob.tv/>

3 Disponível em: https://www.youtube.com/channel/UCoUu-IBQFLDSIP85J6Y_ogg

Referências

BERTE, Odaliso. VOGUE: dança a partir das relações corpo-imagem. **Dança**, Salvador, v. 3, n. 2, p.69-80, dez. 2014. Disponível em: <<https://portalseer.ufba.br/index.php/revistadanca/article/view/13338>>. Acesso em: 10 nov. 2018.

SANTOS, Henrique Cintra. **A transnacionalização da cultura dos Ballrooms**. 2018. 180 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Linguística Aplicada na área de Linguagem e Sociedade, Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2018. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/331699/1/Santos_HenriqueCintra_M.pdf>. Acesso em: 15 out. 2018.

SIERRA, Jamil Cabral; NOGUEIRA, Juslaine Abreu; MIKOS, Camila Macedo Ferreira. Paris still burning?: sobre o que a noção de performatividade de gênero ainda pode dizer a um cinema queer. **Textura**, Canoas, p.4-27, dez. 2016. Disponível em: <<http://www.periodicos.ulbra.br/index.php/txra/article/view/2231>>. Acesso em: 01 ago. 2018.

PERCEPÇÃO DO ATENDIMENTO HOSPITALAR ENTRE MULHERES INDÍGENAS DA COMUNIDADE GAVIÃO

Mariana da Costa Amorim¹
Luciana de Oliveira Dias²

Resumo: Este estudo é resultado de uma vivência junto à comunidade indígena Gavião, no Maranhão. Foram realizadas entrevistas com mulheres indígenas, que relataram as percepções quanto ao atendimento médico recebido nos hospitais. As especificidades culturais nem sempre são conhecidas ou respeitadas durante os atendimentos de saúde. Nas entrevistas, as mulheres relataram sentimentos de desrespeito cultural, violência de gênero e outras atitudes que ferem os direitos humanos. Também foi possível perceber uma linguagem de imposição médica sobre a autonomia da mulher. Restando a estas, apenas a postura submissa e passiva, coagidas a “colaborar” com o modelo imposto e esperado pela medicina tradicional, que desconsidera sentimentos e subjetividades.

Palavras-chave: violência de gênero, direitos indígenas, saúde indígena.

1 Psicóloga, Mestra em Direitos Humanos – UFG.
E-mail: mari_amorim_gyn@hotmail.com

2 Pós-doutora em Direitos Humanos e Interculturalidades - UnB.
E-mail: professoralucianadias@gmail.com

Introdução

O Distrito Sanitário Especial Indígena do Maranhão concentra a 7ª maior população indígena do país, com 33.334 indígenas, distribuídos em 328 aldeias localizadas em 20 municípios, com 08 etnias. Destes, 310 pessoas formam o povo Gavião que reside nas aldeias Riachinho e Governador. O polo Base Amarante, situado no município de Amarante do Maranhão, possui quatro Equipes Multidisciplinares de Saúde Indígena - EMSI, distribuídas e atuando em quatro territórios contíguos (BRASIL, 2013). As especificidades culturais do povo Gavião, nem sempre são conhecidas ou respeitadas durante os atendimentos médicos, afinal são 328 aldeias atendidas, de 08 etnias e há pouca literatura específica sobre cada etnia.

A partir da Constituição Federal, das Leis Orgânicas da Saúde e da Política Nacional de Saúde, foi criada a Política Nacional de Atenção à Saúde dos Povos Indígenas, que reconhece os povos indígenas em suas especificidades étnicas e culturais e seus direitos territoriais. Esta política orienta a atenção a atuação voltada para a proteção, promoção e recuperação da saúde, garantindo aos indígenas o exercício de sua cidadania nesse campo.

Os Distritos Sanitários Especiais Indígenas (DSEIs) norteiam a atuação das equipes multidisciplinares que atuam nas aldeias e devem levar em consideração as especificidades culturais, epidemiológicas e operacionais desses povos. A grande questão quanto a esse subsistema de atenção à saúde é compreender de que forma é possível unir o acesso universal aos serviços de saúde e a interculturalidade: o acesso à saúde pública deve respeitar a cultura indígena, seus valores e suas tradições e como qualquer processo que envolva o contato intercultural, as práticas de saúde apresentam conflitos (NOVO, 2011). Apesar das Conferências Nacionais de Saúde Indígena, em suas cinco edições (BRASIL, 2015), terem garantido acesso, diversidade e atenção diferenciada por meio da participação de representantes indígenas de diversas etnias, essas conferências tem norteado questões macro. As especificidades da saúde indígena, relacionadas à questões micro, porém de grande importância, ainda necessitam de levantamento, estudo, organização e aplicação prática. É importante dar voz aos discursos quanto às características culturais de cada etnia, quanto à expectativa da população feminina indígena nos serviços de saúde, entre outros, como uma forma de entender e respeitar seus pontos de vista, possibilitando assim modificações nos locais de estrangulamento dos serviços.

Metodologia

Este estudo é resultado de uma vivência junto à comunidade gavião, na ocasião do acompanhamento realizado aos alunos da Educação Intercultural indígena da Universidade Federal de Goiás. A partir de entrevistas e relatos das experiências hospitalares vivenciadas pelas mulheres indígenas da comunidade Gavião, busquei verificar como se apresenta o discurso dessas mulheres em relação ao parto hospitalar e parto na aldeia, as expectativas e atendimento médico recebido. O objetivo principal

foi descrever e analisar as experiências no parto de mulheres, verificar a incidência de violação de direitos e discuti-las com base na perspectiva dos direitos humanos e interdisciplinaridade. As participantes foram convidadas para falar livremente sobre suas experiências de parto e sobre a assistência médica recebida – expectativas anteriores e realidade vivenciada. Os nomes das participantes foram modificados para garantir o sigilo.

Resultados e Discussão

As mulheres da comunidade indígena gavião, durante a gravidez e no momento do parto, demonstram necessitar deste acompanhamento e aconselhamento de uma anciã familiar, geralmente a mãe, sogra ou avó, que lhes inspira conhecimento, confiança e atua como parteira e pajé. Nas entrevistas, ficou claro que a ausência dessa figura, seja por falecimento ou doença, contribui para o sentimento de insegurança/desamparo e favorece a decisão pelo parto hospitalar. Assim também, as situações em que alguns partos realizados na aldeia culminam em complicações, favorecem um sentimento de insegurança entre futuras gestantes, que percebem o ambiente hospitalar como capaz de salva-las em caso de emergências e imprevistos: *“Se eu fosse ter outro filho hoje, eu queria ter um parto normal, normal, normal na aldeia. Eu acho melhor a gente ganhar na aldeia. Eu acho que hoje em dia as mulheres da aldeia querem ter parto no hospital pra ter mais garantia de ganhar a criança. Porque já teve uma mulher que ganhou filho na aldeia e “o placento” matou ela. Foram duas mulheres, uma na aldeia do Governador e uma na aldeia Rubiaça. Na aldeia Rubiaça eu conheço essa mulher que faleceu. Por isso que as mulheres querem ganhar parto no hospital.”*

Período	Polo Base	Nº de partos na Aldeia	Nº de partos no Hospital
Ano de 2012 (de Janeiro a Dezembro)	Amarante	82	111
Ano de 2013 (de Janeiro a Abril)	Amarante	07	28

A partir da escuta a essas mulheres, sobre a percepção dos atendimentos em saúde, percebi a necessidade de respeito das equipes de saúde com as tradições e cultura indígena. As mulheres indígenas das aldeias Gavião Riachinho e Governador, relataram atitudes médicas que desconsideram a cultura indígena e ferem os direitos humanos, conforme mostram alguns relatos:

“Me levaram pra sala de parto e lá eu tinha que deitar e ficar deitada. Porque no hospital tem que ficar assim, né? Deitada com as pernas abertas. Ai eu tinha que deitar!” (A. Gavião)

“O médico me acompanhou, mas só me botou lá (no quarto do hospital), né? Ele me examinou e me deixou. Minha tia e meu esposo ficaram (do lado de) fora (do quarto), no corredor. Porque o médico não quis que alguém entrasse comigo. Ele disse que eu tinha que ficar sozinha com

uma enfermeira. Assim...no nosso costume (indígena), eu me senti sozinha, né? Porque no meu primeiro parto eu tive acompanhamento de todo mundo... Minha família encheu a casa. Porque nós, indígenas, nós fazemos uma só casa e toda a família fica nessa casa.” (B. Gavião)

Nos relatos, é também possível perceber uma linguagem de imposição médica sobre a autonomia da mulher, conforme mostram as palavras grifadas acima. Resta a estas, apenas a postura submissa e passiva, vencidas pelo discurso médico e coagidas a “colaborar” com o modelo imposto e esperado pela medicina tradicional, que desconsidera sentimentos e subjetividades. (AMORIM, 2015). Nas falas das mulheres indígenas verifica-se que não faz parte da prática de alguns profissionais de saúde orientar e informar as parturientes sobre os procedimentos realizados: *“A enfermeira me acompanhou, aplicou injeção em mim, aí a dor tava direto. Ela não falou pra quê era a injeção e eu nem perguntei também.”*

Outro ponto importante está citado na Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas (2007), que afirma que os povos indígenas têm direito a suas próprias medicinas tradicionais e a manter suas práticas de saúde, bem como desfrutar do nível mais alto possível de saúde: *“Aí a enfermeira entrou lá pra dentro (do hospital e fora do quarto) e eu pensei: “Eu vou descer da cama e ficar no chão e ganhar (o bebê) igualzinho que os índios nascem.” Eu fiquei... no chão e empurrava, aí eu mesmo peguei a criança. Eu estava sozinha no quarto. Eu mesmo empurrava e aí nasceu a criança e eu mesmo peguei. Foi a primeira vez que eu peguei a criança. Nasceu a criança e eu pensei: “Vou proteger só a cabecinha dela”. Eu protegi a cabecinha e (o corpinho) caiu no chão. Aí a enfermeira saiu e viu e disse: “Meu Deus do céu, não mexe em nada, não pega (na criança) não, deixa aí mesmo, não mexe em nada não”. Ela correu, pegou a tesoura, cortou o cordão, me levantou, me botou na cama e levou a criança. Aí eu acho que dessa vez eu não fui atendida bem.”*

No relato abaixo também é possível perceber que não apenas esse direito à preservação das práticas de saúde tem sido desconsiderado, como também, as recomendações da Organização Mundial de Saúde quanto à procedimentos que devem ser considerados extintos no atendimento à parturiente, têm sido ainda utilizados ou são recomendações desconhecidas por parte dos profissionais de saúde: *“Teve uma pessoa que queria puxar a minha barriga pra baixo (manobra de kristeller), mas eu não deixei. Minha mãe tinha falado pra eu não deixar. Nós, indígenas, a gente não mexe assim na barriga, se não pode quebrar braço ou perna da criança. Ela (a mãe) me orientou assim, então eu não deixei. Mas a enfermeira disse que aquilo ia ajudar o meu filho a nascer mais rápido.” (C. Gavião)*

A manobra de Kristeller (subir em cima da barriga, para forçar a saída do bebê) é desaconselhada e reconhecida pela Organização Mundial de Saúde como danosa e perigosa para a saúde da mulher e do bebê e mesmo diante da negativa da parturiente indígena, a insistência dos profissionais de saúde para a realização de tal procedimento continuou.

Em várias situações, o (a) acompanhante da mulher indígena foi impedido de entrar na sala de atendimento ou sala de parto. Por regra, a maioria dos hospitais permite a presença de apenas um acompanhante por paciente. Nestes casos, a instituição considerou como “acompanhante” a enfermeira de saúde indígena, que frequentemente está presente durante o atendimento médico de qualquer pessoa aldeada. Neste contexto, sob a ótica da pessoa atendida, o familiar deixa de fazer parte da rede de

apoio ao paciente e em seu lugar é substituído por uma pessoa estranha: *“Eu fui pro hospital de Amarante e ganhei (o bebê) lá. Só que dessa vez eu não fui atendida bem, porque eu ganhei o meu menino sozinho. A minha mãe estava comigo (quando fui para o hospital), mas eles me botaram em um quarto e fecharam a porta, pra ninguém entrar, pra eu ficar sozinho.”*

Já no relato seguinte, apesar do discurso do médico não estar em primeira pessoa, pelo discurso indireto presente no relato da participante, percebemos que o obstetra determina a cirurgia de esterilização, exercendo controle sobre as decisões e corpo da paciente. A parturiente não queria a cirurgia, mas a postura médica não deixa opção à paciente, que consegue posteriormente impor sua vontade para a família: *“Aí tinha um médico aqui que me disse na terceira gravidez que eu tive e perdi “Tu quer ligar (as trompas)? Eu vou ligar (as trompas) pra você, porque você é muito frágil na sua gravidez...” O médico queria ligar (as trompas) pra mim, pra eu não ter mais filhos. Então ele conversou com minha mãe e com meu esposo... mas eu não queria. Aí eles (o médico, a mãe e o esposo) acertaram e mandaram uma enfermeira pra me levar pra fazer a cirurgia. Eu não queria. Meu esposo falou assim : “ é porque o médico conversou com a gente e disse que vai ligar pra você. Tu quer fazer isso? É você que vai decidir se você quer ou não.” Aí a minha mãe falou: “ você vai ligar! Porque tu é frágil demais! Toda vez que você fica grávida, você sofre demais pra ter suas filhas! Não vai ter mais não!” E eu falei: “Mãe, eu não quero ligar não! E eu não vou não!” A enfermeira já estava com aquele carrinho pra me levar pra cirurgia, aí eu não aceitei, eu não quis. Aí eu tive minha filha e depois eu perdi mais uma. Aí foi outro médico que me atendeu.”*

Na visão de Foucault (1988), e dentro do princípio do poder disciplinar, o corpo é entendido como objeto e alvo de poder, para ser manipulado e educado de acordo com o que se espera que ele se torne. Nesse sentido, e de acordo com a Análise Crítica do Discurso, é perceptível o contexto social em que o discurso é elaborado. A prática discursiva é exercida por um grupo sobre outro e, nesse exemplo, a mulher é objeto de poder, enquanto o médico é o sujeito do poder.

Conclusões

A Política Nacional de Atenção à saúde Indígena (2007) prevê a busca da compreensão do universo simbólico indígena como condição fundamental à saúde, através da aproximação entre medicina e cultura. Já as Conferências de Saúde Indígena mostram os percursos para a compreensão das necessidades da população indígena e o que pode ser feito para que todos tenham acesso aos serviços de saúde com qualidade e respeito (BRASIL, 2015). Entretanto, é necessário oferecer escuta sobre a saúde da mulher indígena e suas necessidades. Registrar essa escuta em formato de documentos, manuais e protocolos que personalizem o atendimento à essa população e direcionem para o respeito à diversidade

étnica e cultural indígena. A Organização Mundial de Saúde e da Política Nacional de Atenção à Saúde Indígena recomendam “atenção diferenciada” à saúde indígena, porém, o corpus deste estudo apresenta uma prática médica que tem se mostrado: i) mais biomédica do que humanizada; ii) mais medicalizada do que diferenciada e iii) a existência da informação por parte de algumas mulheres

aldeadas que o atendimento à saúde recebido é distante do modo de vida e cultura Gavião. A literatura reconhece a necessidade de interculturalidade na atenção aos serviços de saúde indígena, porém, as características culturais do povo Gavião, quanto à expectativa da população feminina indígena na saúde pública, ainda não foram exaustivamente descritas e analisadas. Assim também, os procedimentos médicos e tratamentos direcionados à mulher indígena não estão alinhados com a cultura do povo Gavião. Não se sabe se os profissionais tem conhecimento dos pontos de choque cultural entre a medicina convencional e indígena, bem como se atualmente as ações são norteadas por uma proposta generalista de atendimento às mulheres indígenas. As entrevistas revelaram situações hospitalares cotidianas, em que as pacientes e familiares encontram dificuldades para lidar com o atendimento recebido ou práticas médicas.

Referências:

AMORIM, Melania. **Parto Humanizado**. 2013. Disponível em: <https://bibliografiada-doula.wordpress.com/2013/04/09/a-dra-melania-amorim-fala-sobre-a-humanizacao-do-parto/>

BRASIL. Ministério da Saúde. **5ª Conferência Nacional de Saúde Indígena : relatório final / Ministério da Saúde**, Conselho Nacional de Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2015.

BRASIL. **Cartografia dos Fatores Intervenientes na Mortalidade Materna, Fetal e Infantil no Distrito Sanitário Especial Indígena e dos Itinerários de Produção de Saúde nas Áreas Indígenas**. HumanizaSUS, 2015.

GAVIÃO, Leonice Cardoso. **Pÿrpex jǒ'amjõhquên festa da tora de barriguda**. Trabalho de conclusão de curso. Universidade Federal de Goiás, Educação Intercultural Indígena, 2016.

FERRAZ, Iara. **Povos Indígenas no Brasil. Adaptado pela equipe da ISA a partir de artigo da autora: "Gavião"**, in BETO RICARDO, Carlos Alberto (coord.). Sudeste do Pará, nº 8, São Paulo, CEDI, 1985/FUNAI, 2006.

FONSECA, Karilene Costa. MESSIAS, Renan Henrique Chaves. MAHMUD, Nijma de Oliveira. **O discurso continua: muita terra pra pouco Gavião Pukobyê**. XXVII Simpósio Nacional de História – Natal – 22 a 26 de julho de 2013.

MELATTI, Julio Cezar. **Sistema de Classificação de Animais e Plantas pelos Índios**. Informativo FUNAI, N1 14, Brasília, pp. 13-20. 1975.

MELATTI, Julio Cezar. **Corrida de Toras**. Revista de Atualidade Indígena, Ano I, nº 1, pp. 38-45, Brasília: FUNAI, 1976.

ONU, Organização das Nações Unidas. **Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas**. Rio de Janeiro, 2008 UNIC/ Rio/ 023 - Mar. 2008

REIS, Rodrigo Nascimento. SOUZA, Emilene Leite de. **A comunicação como fator de identificação das crianças Gavião-Pykopjê**. Intercom – XI Congresso de Ciências da Comunicação na Região Nordeste – Teresina – 14 a 16 de maio de 2009.

SIASI, **Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena**. SESAI, Secretaria especial da saúde indígena. Brasil, 2014.

SILVA, Maria das Graças Nascimento. **Dieta Alimentar de mulheres grávidas e paridas em áreas ribeirinhas da Amazônia**. Fazendo o gênero 8 – Corpo Violência e Poder. Florianópolis, 25 a 28 de Agosto de 2008.

AS VOZES MASCULINAS NA INFÂNCIA: RE(CONSTRUÇÕES) DO CMEI CARLOS MARINHO FALCÃO EM FEIRA DE SANTANA- BA

Ismael Santos Souza¹
Marcelo Henrique da Silva e Silva²
Isaque dos Santos Souza³
Débora Araújo Leal⁴.

Resumo: O presente estudo relata as experiências de estagiários do sexo masculino juntamente com o apoio da Coordenadora Pedagógica em um Centro Municipal de Educação Infantil denominado Carlos Marinho Falcão em Feira de Santana - BA tem o intuito de valorização da figura masculina na Educação Infantil, destacando as dificuldades do docente masculino e convívio entre professor e alunos com ganho de experiência para ambos, pois sabemos o grande preconceito que permeia na contemporaneidade em nossa sociedade uma sociedade machista ignorante no tocante ao saber pois ambos os sexo são capazes de desenvolver qualquer atividade profissional abordamos no artigo um pouco do contexto histórico em ralação que a pedagogia era vista como função exclusiva da mulher, biografias de autores Carvalho 1999, González Rey 2005 entre outros, citações quem vem fundamentando o pensamentos, acréscimos de ideia comentários e teoria de autores da área do conhecimento abordado no textos, os autores dos artigos trazem uma aprendizagem rica para cada leitor pra todos os públicos e principalmente para os da educação infantil do sexo masculino. Na metodologia trabalhamos num viés qualitativo, lançando mãos do método autobiográfico e sobretudo da pesquisa participante, A biografia constitui (...) o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem a

- 1 Graduando de Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana e Estagiário do Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão em Feira de Santana BA.
E-mail: ismaelsantos777@gmail.com
- 2 Graduando de Geografia da Universidade Estadual de Feira de Santana e Estagiário do Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão em Feira de Santana BA.
E-mail: marcelohenriva394@gmail.com
- 3 Graduando de Biologia do Centro Universitário Leonardo Da Vinci e Estagiário do Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão em Feira de Santana BA.
E-mail: zaksouza18@gmail.com
- 4 Coordenadora Pedagógica do Centro Municipal de Educação Infantil Carlos Marinho Falcão em Feira de Santana BA e Professora e do Instituto de Educação Social e Tecnológico da BA.
E-mail: delleal8@hotmail.com

historiografia. Muito já se debateu sobre esse tema, que concerne sobretudo às técnicas argumentativas utilizadas pelos historiadores. Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos, que influenciaram amplamente os historiadores. Essa influência, em geral mais indireta do que direta, suscitou problemas, questões e esquemas psicológicos e comportamentais que puseram o historiador diante de obstáculos documentais muitas vezes intransponíveis: a propósito, por exemplo, dos atos e dos pensamentos da vida cotidiana, das dúvidas e das incertezas, do caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua constituição. Portanto, é possível claramente perceber que a subjetividade está presente na autobiografia, pois pensamento da vida cotidiana duvida incertezas que fazem parte de momentos reflexivos desse gênero, se constituem em documentos intransponíveis, contudo podem oferecer refinadas possibilidades cognitivas, o que confirma mais uma vez a relevância desse trabalho para um grande aprendizado. Vale frisar que não se trata de transpor uma vida inteira na escrita de um trabalho autobiográfico, mas de trazer momentos específicos, é importante destacar que é um método que se pode ser utilizado em diversas formas para estudo, que segundo Queiroz (1988) é agrupado em duas categorias: a variedade de documentos pessoais; como cartas, fotografias, diários e objetos pessoais, e as entrevistas pessoais que podem ser narradas ou escritas. Então, aprendizagem e subjetividade estão entrelaçados, em um processo em que se relacionam no campo do social e pessoal, e a autobiografia traz a subjetividade que incidem nas histórias de vida, trazendo um resultado qualitativo, em um processo desenvolvido com liberdade, que desperta um prazer extraordinário, o que permite construirmos um aprendizado muito significativo. Além da subjetividade, a reflexão também se faz presente num trabalho biográfico, pois ao mexer com nossas memórias, trazemos à tona o vivido, e à medida que relacionamos o passado com o presente, passamos naturalmente por um processo de reflexão, e nessa perspectiva o sujeito não fica na passividade, pelo contrário, ele atua como sujeito ativo, construindo assim o seu conhecimento. Nos resultados destacamos a importância da quebra de paradigma que se fez presente nesta experiência singular, valendo salientar que o público que a instituição atende é de uma comunidade carente onde as famílias não tem boas condições financeiras, mesmo assim é de grande surpresa para nós ao ver que muitas crianças são tão capazes e fortes, não se deixam abater independente da sua realidade podendo ser comparadas como flores que florescem no deserto. Destacamos aqui o prazer, de construirmos e desconstruirmos falas de pré-conceito a homens que são futuro professores, ter tido a oportunidade de imersão neste mundo ao qual, é de certa forma ultrajado pelas demais instancias educacionais, mas insisto, é uma experiência que proporcionou um novo olhar para a educação, assim como novas responsabilidades. Pensamos que deveria ser um caminho a ser pensado por todas as licenciaturas, pois, devemos dar toda a importância que a educação infantil tem, pois, como supracitado, é o início da construção e reconstrução da cidadania, é a sociedade no início de sua caminhada.

Palavras-chave: Educação Infantil, Gênero Masculino, Docência.

Introdução

A problemática que se apresenta neste estudo, considera importante discutir a experiência de professores por um viés qualitativo, as percepções e pontos de vista desses profissionais da área de educação do Centro Municipal de educação infantil Carlos Marinho Falcão em Faria de Santana- Ba, através de uma análise dos discursos das falas desses professores, buscando compreender e refletir nas suas experiências e posições enquanto homens atuando como docentes nas séries iniciais.

Historicamente a educação infantil no Brasil é um assunto que a muito tempo foi deixado de lado se olharmos por vieses políticos e sociais. Sua discussão é de suma importância na contemporaneidade, essa modalidade da educação vem ganhando cada vez mais espaço com o passar do tempo, a materialização das creches ou centro de educações infantis se deu a partir das necessidades de trabalhadoras sendo estas também mães, e estabeleceu o direito de mães, pais e familiares responsáveis pelas suas crianças, terem acesso a um local onde suas crianças pudessem ter todo o amparo necessário enquanto os responsáveis estavam no trabalho.

É realidade, que o docente é minoria na educação infantil, e isto não é algo tão simples como dizer que é somente pela desvalorização salarial. O ambiente escolar, as dependências da escola, assim como as suas articulações estão imersas na cultura, e por este mesmo sentido, é importante observar este conceito. Para tanto, do conceito cultura não quero destacar a práxis, e sim a ação não reflexiva, que segundo Cosgrove (1939), a funcionalidade da ação e não reflexão se baseia na reprodução, no que é cotidiano.

E para as mulheres, o que muito foi reproduzido, foi a imposição de sua função social, ou seja, o ser dona de casa, o ser mãe. E a criação e educação de crianças está em interação com este recorte, pois, neste quesito o papel masculino está exatamente no que é contrario a função feminina, ou seja, o trabalho com a finalidade de promover a alimentação da família.

O trabalho da docência na educação infantil ainda é marcado com predominância pela figura feminina, existe um estereótipo que nos media ao pensamento de que somente a mulher é que deve atuar na educação infantil, esta concepção ainda é muito forte em nossa sociedade atual. É válido ressaltar que partindo do pressuposto histórico em que a mulher sempre foi vista como a cuidadora da família, em casa sem precisar ir trabalhar. Entendesse que somente a mesma tinha a habilidade e a competência para cuidar das crianças mas sabemos que não é bem assim.

Carvalho 1999, nos leva a reflexão de que o trabalho do professor está contido e enraizado por uma concepção de gênero, e essas ações podem ser reproduzidas socialmente trazendo uma espécie de tradição, logo observamos a instalação de um estereótipo para esta profissão que é do gênero feminino, e conseqüentemente traz padrão pré-estabelecido que reproduzido socialmente fazendo com que haja um preconceito á figura masculina na educação nas séries iniciais.

Metodologia

Na abordagem (auto) biográfica, o objeto de estudo é o indivíduo, na sua singularidade. Desenvolver um trabalho de autobiografia, é para nós algo novo, e compreendê-lo foi a parte essencial para desenvolver nossa pesquisa. Não queremos aqui nos deter ao explicar do que se trata a autobiografia, mas consideramos pertinente abordar um pouco sobre esse gênero. Segundo Barros (2009),

Na autobiografia, a vida de um sujeito é narrada por ele mesmo. Ele recupera, por meio da escritura, o passado, o que está ausente. Isso só é possível na temporalidade da língua e não na temporalidade física, pois é a língua que permite falar sobre aquilo que não é. A manipulação dos tempos linguísticos ajuda, então, a compor a narrativa do passado como memória presente. (Barros, 2009, p. 537),

No entanto é um gênero que se trabalha com a memória estabelecendo uma relação entre o passado e o presente, e por se tratar de história de vida, trabalha-se no campo da subjetividade, que possui uma relação estreita com a aprendizagem. Sobre a teoria da subjetividade González Rey (2005) afirma que a aprendizagem é vista como um processo da subjetividade, em que a subjetividade pessoal e a social caminham em conjunto.

A subjetividade pessoal obedece aos métodos e formas de organização da subjetividade que incidem nas histórias diferenciadas dos sujeitos individuais. Não procede de um processo de interiorização do social, mas se refere a um resultado qualitativo, decorrente de distintas experiências do sujeito nas suas interações sociais, que se configuram sem depender de sua consciência e da sua intencionalidade (González Rey, 2005).

Então, aprendizagem e subjetividade estão entrelaçados, em um processo em que se relacionam no campo do social e pessoal, e a autobiografia traz a subjetividade que incidem nas histórias de vida, trazendo um resultado qualitativo, em um processo desenvolvido com liberdade, que desperta um prazer extraordinário, o que permite construirmos um aprendizado muito significativo. Além da subjetividade, a reflexão também se faz presente num trabalho biográfico, pois ao mexer com nossas memórias, trazemos à tona o vivido, e à medida que relacionamos o passado com o presente, passamos naturalmente por um processo de reflexão, e nessa perspectiva o sujeito não fica na passividade, pelo contrário, ele atua como sujeito ativo, construindo assim o seu conhecimento. Sobre o gênero biográfico, Giovanni Levi (1996, p.168-169), ressalta que:

A biografia constitui (...) o canal privilegiado através do qual os questionamentos e as técnicas peculiares da literatura se transmitem a historiografia. Muito já se debateu sobre esse tema, que concerne sobretudo às técnicas argumentativas utilizadas pelos historiadores.

Livre dos entraves documentais, a literatura comporta uma infinidade de modelos e esquemas biográficos, que influenciaram amplamente os historiadores. Essa influência, em geral mais indireta do

que direta, suscitou problemas, questões e esquemas psicológicos e comportamentais que puseram o historiador diante de obstáculos documentais muitas vezes intransponíveis: a propósito, por exemplo, dos atos e dos pensamentos da vida cotidiana, das dúvidas e das incertezas, do caráter fragmentário e dinâmico da identidade e dos momentos contraditórios de sua constituição.

Portanto, é possível claramente perceber que a subjetividade está presente na autobiografia, pois pensamento da vida cotidiana duvida incertezas que fazem parte de momentos reflexivos desse gênero, se constituem em documentos intransponíveis, contudo podem oferecer refinadas possibilidades cognitivas, o que confirma mais uma vez a relevância desse trabalho para um grande aprendizado.

Vale frisar que não se trata de transpor uma vida inteira na escrita de um trabalho autobiográfico, mas de trazer momentos específicos, aqueles fragmentos que nos interessam pesquisar, pois como declarou, Mark Twain: “As biografias são apenas as roupas e os botões da pessoa. A vida da própria pessoa não pode ser escrita”. Para Boliviar (2002, p.111) “[...] narrar a história de nossa vida é uma auto interpretação do que somos, uma encenação através da narração [...], nessa mesma perspectiva Josso (1998), reconhece a autobiografia como um processo de formação pois entende que o homem não pode apreender o significado da autoformação se não entender as lógicas em que se apropriou e transmitiu os saberes que vivencio no percurso da vida, por meio de suas aprendizagens pelas experiências.

É possível destacar então, que é de extrema relevância o trabalho autobiográfico para a formação do ser, não apenas para adquirir conhecimentos na vida, mas para a vida, pois à medida que tecemos reflexões sobre nossas experiências, temos a oportunidade de encontrar sentido real para o nosso aprendizado, e isso também nos permite traçar novas estratégias sempre em busca de novos conhecimentos e sobre tudo na busca de uma formação mais sólida e consciente. O trabalho com gênero masculino na Educação Infantil se pauta em uma perspectiva intimamente relacionada com o trabalho autobiográfico, pois ambos trazem dimensões educativas entrelaçadas com a experiência vivida, no método autobiográfico valoriza-se a compreensão das experiências vividas.

É possível destacar então, que é de extrema relevância o trabalho autobiográfico para a formação do ser, não apenas para adquirir conhecimentos na vida, mas para a vida, pois à medida que tecemos reflexões sobre nossas experiências, temos a oportunidade de encontrar sentido real para o nosso aprendizado, e isso também nos permite traçar novas estratégias sempre em busca de novos conhecimentos e sobre tudo na busca de uma formação mais sólida e consciente.

Resultados e discussões

Produzimos e discutimos nossas experiências baseadas em nossas próprias biografias de acordo com a temática proposta, nosso trabalho representa um olhar crítico que busca desconstruir o estereótipo de visão para com o homem na educação infantil, onde fomos pioneiros no Centro Municipal de educação infantil Carlos Marinho Falcão em Faria de Santana- Ba ou seja os primeiros homens atuando na educação infantil nesta instituição nos grupo quatro e cinco.

Para nos três a experiência foi bem proveitosa, uma experiência de muitos ganhos, entretanto nos sentimos apreensivos em um primeiro contato, por ser um mundo ao qual não estávamos habituados. Por esta razão foi antes de tudo um desafio, primeiro porque, somente pela presença nós por sermos homens de certa forma foge do ordinário; e essa foi a primeira barreira a desenvolver e despenhar nosso trabalho a partir de então um ambiente que a presença masculina era escassa no corpo docente da instituição onde a maioria são mulheres. Não tivemos problemas na adaptação no ambiente escolar, pois bem antes de começarmos o estágio no momento em que fomos entrevistado pela diretora da instituição ela nos informou e nos levou para conhecer toda a estrutura da instituição e explicou como eram as perspectivas e objetivos da escola para com os alunos e a comunidade de maneira geral que a escola atendia. Com relação às crianças, para nossa surpresa não foi algo tão complicado; no início gerou aquela sensação de estranheza, pois, não estavam acostumadas. Pude notar isto com os relatos dos pais, que diziam que seus filhos chegavam em casa contando a grande novidade de ter um professor em sala de aula, mas não com medo ou receio, e sim como um acontecimento inesperado, diferente, mas, animador e salutar.

Se para as crianças foi uma grande novidade, para nós, foi um grande amanhecer, convidativo ao trabalho. Aos poucos pudemos entender a forma de me reportar e de como agir mediante a diversidade de fatores que surgiram. Pudemos notar também, o quanto é importante analisar e compreender as múltiplas esferas em que as crianças estão inseridas, pois, as mazelas da educação básica, são muito mais profundas do imaginava-se, e esta experiência na educação infantil, permitiu um aprofundamento mais adequado para estas questões. Visto que, cada lugar interaja e influencia no que a criança é, e se expressa através de seu meio ou no que ela pretende ser, mesmo com quatro e cinco anos de idade, ela já é pertencente a uma interação social, e já é parte do seu contexto.

Aprendemos muito com eles, o infantil cinco quanto o quatro é formado por crianças com habilidades diversas adquiridas em toda sua trajetória deste os infantis anteriores, em sua maioria são silábicos, boa parte deles conhecem as letras do alfabeto, alguns tem muita dificuldade de se concentrarem nas aulas por falta de interesse, acredito que pelo fato de gastarem muito tempo em joguinhos e desenhos animados um tempo no qual seus pais não mediam bem, isso faz com que o aluno na hora das explicações e rodas de conversas em sala perca totalmente o interesse, baseado em alguns relatos de pais que mencionavam o comportamento de seus filhos em casa.

Esta experiência foi de grande importância para compor em nossos processos como professores, analisando e acompanhando o processo de construção de conhecimentos dos alunos na escola, analisando a estrutura complexa do meio em que vivem e como as mesmos expressam isso no ambiente escolar com a presença da figura masculina. Além disto, pudemos notar que há espaço para o gênero masculino na educação infantil e é nosso papel desconstruir os estereótipos de gêneros para qualquer tipo de profissão seja ela qual for.

Conclusões

Mediante as dificuldades da formação docente, concomitantemente, à educação infantil; numa luta contra os preconceitos construídos e reproduzidos, trabalhados e incentivados diariamente, a experiência ao qual relatamos, discutimos e analisamos, se apresenta como um incentivo ao destronamento das práticas, concepções e perspectivas que dominam o âmbito da educação infantil, assim como na academia, e nas comunidades adjacentes.

Pois, concluímos que, há espaço para o gênero masculino na educação infantil, logicamente, cada dificuldade será inerente ao contexto ao qual pertence, entretanto, consideramos, e nos permitimos relatar, que vivenciar a base educativa da sociedade, poder contribuir, analisar, e ser educado por tais bases, deveria ser um caminho a ser trilhado por aqueles que de fato sonham e vislumbram o fazer docência, o educar, a práxis e interação, com mundos engatinhando em pura construção social.

Presenciar os efeitos das mazelas sociais, visualizar o nascer e o continuar de muitos dos problemas que nos parece distantes e irreais, e o quanto são fortes esses agentes influenciadores na formação de uma criança.

Referências

BARROS, M.L.P. **Tempo e Memória**. Alfa, São Paulo, v.53, n.2, p.537-555, 2009. BARRENECHE-CORRALES, J. O método autobiográfico e a pesquisa social, testemunhos e histórias de vida. 2008.

BOLIVAR, A. (Dir.). Profissão professor: o itinerário profissional e a construção da escola. Bauru, SP: EDUSC, 2002.

CARVALHO, M. P. de. **No coração da sala de aula**: Gênero e trabalho docente nas séries iniciais. São Paulo: Xamã. 1999.

COSGROVE, E. Denis. **A geografia está em toda parte**: cultura e simbolismo nas paisagens humanas. In: CORREA, Roberto Lobato; ROSENDAHL, Zeny. Paisagem, tempo, cultura. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1998.

GONZÁLEZ REY, F. **La subjetividad**: susignificación para lá ciência psicológica. In: FURTADO, O.; GONZÁLEZ REY, F. L. (orgs.) Por uma epistemologia da subjetividade: um debate entre a teoria sócio-histórica e a teoria das representações sociais. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2002. JOSSO, Marie-Christine. **Experiências de vida e formação**. São Paulo: Cortez, 2004.

LEVI, Giovanni. "Usos da biografia". In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (Orgs.). Usos & abusos da História oral. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1996.

QUEIROZ, M.I. **Relatos orais**: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON (Org.). Experimento com histórias de vida: Itália-Brasil. São Paulo: Vértice, 1988. p. 14-43. SCHÖN, D. A. Formar professores como profissionais reflexivos. In: NÓVOA, A. (Coord.). Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1997.

MILITÂNCIA LGBT E AS RELAÇÕES DE RAÇA, GÊNERO E SEXUALIDADE: UM OLHAR JUNTO A FORMAÇÃO DA CIDADANIA PLENA NA 12ª JORNADA LGBT DE PICOS

Jéssica Karoliny de Sousa Santos¹

Luana Silva Araújo²

Maíla Carmem Ferreira Veloso³

Marilda da Silva Alves⁴

Mariuva da Silva Oliveira⁵

Resumo: Conforme (FIGUEIREDO e SCHRAIBER, 2011) gênero é compreendido como uma construção social da diferença sexual e tem um sentido relacional, envolvendo homens e mulheres e constrói-se em cima de valores que remontam às vivências na vida cotidiana. Por meio desses valores, homens e mulheres adotam determinados comportamentos e atitudes que entendem ser mais condizentes com o esperado socialmente acerca do que venha a ser um homem ou uma mulher. Por sua vez, a masculinidade é uma configuração prática em torno da posição dos homens nas relações de gênero, existindo uma masculinidade culturalmente hegemônica que serve de modelo e é construída nas relações de homens e de mulheres. Mas nem todos os homens assumem o modelo como sendo o seu, o que indica a coexistência de inúmeras manifestações de masculinidades, envolvendo aspectos tais como virilidade, agressividade, ambição, competitividade, coragem, autoridade, etc. Ademais, segundo (BALTAZAR, 2004) compreende a militância como uma forma de participação política engajada e crítica, na qual são desenvolvidas ações voltadas para a conscientização política da população, buscando desenvolver novos valores que possibilitem às pessoas a se organizarem e lutarem para a construção de uma sociedade justa e digna. Quando os militantes das organizações populares empenham-se na luta pelos direitos

1 Graduando – IERSA.
E-mail: jkramos71@gmail.com

2 2 Graduando – IERSA.
E-mail: luanasilva14@outlook.com.

3 3 Graduando – IERSA.
E-mail: mailarenan14062014@gmail.com.

4 4 Graduando – IERSA.
E-mail: marildadasilvaalves17@gmail.com.

5 5 Graduando – IERSA.
E-mail: marydasilvaoliveira16@gmail.com.

dos cidadãos, objetivam desde a concretização de condições mínimas de infraestrutura nos bairros (saneamento, transportes) até a garantia de um sistema educacional e de saúde, por exemplo, que permitam ao homem, à coletividade, viver dignamente. Mas, ao buscar a satisfação das necessidades do gênero humano, estão em jogo também a satisfação e a realização das necessidades particulares e individuais. Outrossim, para (OLIVEIRA e SANTOS) o racismo foi construído socialmente com o apoio pioneiro de intelectuais, pesquisadores e cientistas nacionais e internacionais através de suas teorias racistas e dicotômicas. Tem como objetivo revelar as nuances do conceito de raça e racismo e quais as suas consequências à sociedade de modo em geral e, em particular, a população afrodescendente, que não obstante a sua condição pré-determinada na sociedade de inferiorização, é gradativamente reforçada por teorias científicas equivocadas que afetam drasticamente essa população à deixando vulnerável as inúmeras formas de racismo. Com base nisto, o intuito desta pesquisa foi compreender quais as relações de etnia-racial, gênero e sexualidade frente as militâncias LGBT que a jornada concedeu. Através da disciplina de Antropologia Cultural e Formação Social e Política do Brasil, do curso de Serviço Social, em que, através de uma atividade de observação de campo, experimentamos a 12ª Jornada LGBT em Picos-PI. Na qual, tratava temas de conjuntura do Nordeste, histórico de ativismo LGBT e avaliação das políticas públicas de atenção a essa população, equipamentos e estratégias de enfrentamento à LGBTfobia e de promoção dos Direitos Humanos, vivências de pessoas travestis e transexuais, educação e os direitos difusos coletivos, e experiência exitosa do projeto “Viva Melhor Sabendo”, palestras sobre a prevenção da Aids, hepatites, novas tecnologias de prevenção e LGBTfobia. Da relação das disciplinas, com a formação da cidadania da população LGBT, observou-se a problemática das discursões teóricas e práticas das relações de gênero, raça e sexualidade no Vale do Rio Guaribas - PI. A metodologia utilizada valeu-se de três entrevistas semiestruturadas, tendo como instrumento de coleta um aparelho celular, a amostragem delimitou-se através do uso da técnica “bola de neve” e da saturação de dados, obedecendo os seguintes critérios de seleção de sujeitos: a) ser indicado pelo docente de Serviço Social b) ter participado da Jornada LGBT de Picos c) ter idade superior a dezoito anos. A análise de dados se deu a partir do referencial teórico das disciplinas supracitadas. Os resultados encontrados apontam para problemáticas e soluções que apenas ficam no papel das políticas públicas apresentando dificuldades de posicionamento na prática. Doravante, as mudanças de compreensão e conhecimento após a experiência com esta disciplina, tornou-se notório o sofrimento destas pessoas pela não aceitação do nome social, pelo desrespeito, pela desumanidade. Por fim, o evento abriu portas para a produção de novos conhecimentos e entendimentos acerca da militância e estratégia LGBT na afirmação da cidadania.

Palavras-chave: Racismo, Gênero, Sexualidade, Militância LGBT, 12ª Jornada LGBT em Picos.

Introdução

O presente relatório tem como objetivo analisar as relações de etnia-racial, gênero e sexualidade frente as militâncias LGBT no Vale do Rio Guaribas, apresentando aspectos relevantes sobre a 12ª jornada LGBT em picos, tendo como enfoque “todos iguais perante a lei, art.5 da Constituição Federal”. Em que, observou-se problemáticas e discursões teóricas e práticas das relações de gênero, raça e sexualidade. Na qual, os alunos do curso Serviço Social foram levados a realizar um trabalho em campo, indicado pelo docente de uma instituição, que ministra as seguintes disciplinas: Antropologia Cultural e Formação Social e Política do Brasil. Na qual, pois em pauta uma reflexão sobre vivências do cotidiano da vida dos LGBT. Ademais, discute sobre os meios de prevenção contra doenças sexualmente transmissíveis. E por fim, conclui com a Parada da Igualdade, reunindo este grupo com indivíduos da cidade de Picos e de outros estados.

Para (SCHENATO, 2012, It.al), estudos antropológicos mostram que cada cultura apresenta um significado do que é ser homem e mulher. Desta forma, o gênero vai depender de como a sociedade, constroem imagens de como homens e mulheres devem agir. Nesse contexto, discutir acerca de sexualidade é abrir um novo capítulo para a história da humanidade, na qual é inserida uma maneira de conceber o ser humano através de uma cultura que estabelece a construção de uma sociedade que preceitua o sexo como uma dimensão biológica dos seres humanos, do gênero, de um produto social e histórico, priorizando as características peculiares à mulher e ao homem, como sendo socialmente construídas, ou como um produto de nossa aprendizagem social.

Em consonância com (ROSA, 2005), “ser negro significa exibir os traços que lembram e remetem à derrota histórica dos povos africanos perante os exércitos coloniais e sua posterior escravização”. Assim, ser negro já é uma tarefa difícil, e ser negro LGBT é algo extremamente complexo e doloroso.

De acordo com (LOURO, 2000), “gênero e sexualidade se constituam em dimensões extremamente articuladas, parece necessário distingui-las aqui. Estudiosas e estudiosos feministas têm empregado o conceito de gênero para se referir ao caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo”.

Em conformidade com (VINADÉ e GUARESCHI, 2007), “o termo “militância” parece desgastado, tendo sido ligado a uma infinidade de movimentos e lutas. A contemporaneidade apresenta múltiplas possibilidades de engajamento, das mais cotidianas às mais esporádicas”.

Primeiramente, iremos discorrer sobre as relações de racismo, gênero e sexualidade na comunidade LGBT, seguidamente dissertaremos a militância desta população e a construção da cidadania íntegra. Por fim, concluiremos com a opinião do grupo acerca do tema abordado.

Desenvolvimento

Compreendendo as relações de racismo, gênero e sexualidade na comunidade LGBT

Em conformidade com (PENA,2012, It.al), “a homofobia é definida como o preconceito e a discriminação em relação às pessoas homossexuais. Tem como objetivo retratar as consequências psíquicas e comportamentais que o homofobismo causa”. Desta forma, compreende-se que o homofobia é pertinente na sociedade contemporânea. Uma vez que, os heterossexuais tem uma enorme dificuldade de aceitação da escolha do sexo das pessoas LGBT.

Na visão do seguinte autor:

Embora seu primeiro elemento seja a rejeição irracional ou mesmo o ódio em relação a gays e lésbicas, a homofobia não pode ser reduzida a isso. Assim como a xenofobia, o racismo ou o antisemitismo, ela é uma manifestação arbitrária que consiste em qualificar o outro como contrário, inferior ou anormal. Devido a sua diferença, esse outro é posto fora do universo comum dos humanos. (BURRILLO).

Todavia, a sociedade mantém esta visão colonizada pelos indivíduos que os mantém inferiorizados. Perante isso, os heterossexuais invisibilizam esta população LGBT, tornando- os cada vez mais cidadãos discriminados.

Para tanto, ser LGBT negro é diferente de ser LGBT branco. Uma vez que, a construção social do racismo pressupõe que quanto mais clara o seu tom de pele, mais aparente e influente configura-se no corpo social. Há diversos relatos de gays negros que foram perseguidos por seguranças em casas noturnas, onde os principais alvos eram os Lésbicas, gays, negros. Além da homofobia, o homem negro tem que viver com o racismo cotidianamente, quando passam por situações constrangedoras que degrine sua imagem. Outrossim, ainda são tidos como uma espécie de “raça”. Por conseguinte, para (SEGATO, 2005), cor é signo. Nesse âmbito, não cabe haver distinção entre ser LGBT negro ou branco. Entretanto, para a mesma autora, “por que raça e não classe? Esta por sua vez, faz um questionamento do pensar este grupo distinguindo como uma raça, se o mesmo é um cidadão igual a uma pessoa heterossexual que é tida como uma classe. E por que não pensar este grupo como uma classe?”.

Para tanto, em entrevista semiestruturada utilizando a técnica Bola de Neve e de Saturação de dados, onde a mesma não foi saturada. Valdin Junior, aluno do curso de Serviço Social, o entrevistado afirma que “quando você é negro, quando você é periférico, quando você é pobre, ser LGBT negro é mais difícil, porque você vai estar em um ambiente mais opressor. Então, a sua relação de raça, se você não é de etnia que não é a hegemônica, você vai certamente sofrer mais, do que aquele que não faz parte dos grupos minoritários, e que por isso tem privilégios, então é importante que você reconheça seus privilégios”.

Já para Romário, aluno do curso de Direito, contribuinte da jornada, e sendo um dos indicados através da técnica “bola de neve” à contribuir com este trabalho, compreende que: “a discussão sobre gênero nas políticas educacionais é parte de uma falácia cruel; falam que gênero, sexualidade e identidade de gênero são invenções ideológicas. Hoje em dia, é muito comum ver a desqualificação de determinadas visões de mundo como sendo “ideológicas”, ou seja, um ideário sem ancoragem na realidade.

Entretanto, na presente Jornada LGBT, visualizamos que não havia distinção de raça, gênero e sexualidade entre o grupo. Pois, durante o evento, foram apresentados performances e dinâmicas interativas, na qual não havia dessemelhança de raça, gênero ou sexualidade. De acordo com a líder do movimento de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) em Picos e região, Jovanna Baby, a instituição é uma vitória para a livre orientação sexual e o fim da violência contra homossexuais, provendo assim uma construção da cidadania plena para a população LGBT.

Diante dos fatos supracitados compreender gênero é fator necessário. Nesse sentido, de acordo com os textos apresentados em sala de aula, na disciplina de Formação Social e Política do Brasil (ROSA, 2009), gênero indica a indispensabilidade de dissolução do gênero, como construto sócio-histórico-cultural, do sexo, categoria de classificação anatômica entre “machos” e “fêmeas”. Essa dissociação é justa e necessária para que não se incorra no erro de ter o gênero como eufemismo de determinações biológicas. Em fulcro disso, o gênero não se baseia em ser ou não heterossexual, mas sim na abrangência e na construção de indivíduos com a sexualidade desde a sua existência, entretanto, a sociedade rotula o sujeito desde a existência, à sua evolução. Onde este parâmetro hodiernamente está sendo constantemente modificado.

Outrossim, em relatos de vivência, os palestrantes referentes a 12º Jornada LGBT em Picos, disseram que são muitas as dificuldades enfrentadas com relação a alteração do nome registrado, para seu nome social. No entanto, de acordo com o Supremo Tribunal Federal, todo cidadão tem direito de escolher a forma como deseja ser chamado. Entretanto, o reconhecimento que pessoas transexuais adquiriram de alterar o nome e o sexo no registro civil, sem se submeterem a cirurgia, foi um grande avanço conquistado por este grupo. Nesse âmbito, a modificação do registro civil fere gravemente o princípio da dignidade da pessoa. Isso porque, no meio social ela acaba sendo vista e chamada por um nome, enquanto no seu registro constará nome que diverge da sua aparência.

Além disso, durante a Jornada, foi relatado um caso de não aceitação do sexo e nome social. No qual, um dos transexuais descreveu uma experiência vivida: em que, estando em uma fila da casa lotérica para pagar determinado boleto, cujo processo era por meio do seu nome de registro, à atendente não acreditou que a presente pessoa era a mesma do seu documento, pois as características fenotípicas não coincidiam com o nome apresentado.

Nesse mesmo aspecto, é notória a luta pelos direitos à aceitação da alteração necessárias na certidão. Um embate que vem sendo travado a passos lentos, e a custo de muita violência contra a população LGBT, no entanto, a maior luta é para que essa parcela da sociedade tenha respeito e sejam tratadas de forma digna e humana.

Para Romário, aluno do curso de Direito, o mesmo compreendeu-se que sexualidade “é um termo que imediatamente associamos ao sexo, mas na verdade, a sexualidade é distribuída em três aspectos principais que se inter-relacionam entre si: biológico, psicológico e social”.

Em conformidade com Edmar Ferreira, Conselheiro Estadual dos Direitos LGBT, Militante do Movimento LGBT de Picos e Diretor do Coletivo Multiplicidade apreende por sexualidade: “Entendo como uma condição biológica muito abrangente e que está presente na humanidade desde a sua formação. Além do mais, engloba diversos elementos que nos impossibilita de enquadrá-la em uma única definição. No entanto, a sociedade heteronormativa não vê dessa forma e procura associá-la apenas a algo relacionado à necessidade de reprodução da espécie esquecendo-se de fatores relacionados aos sentimentos, às sensações e prazeres, embora façam uso disso não somente para reprodução”.

Militância LGBT e a construção da cidadania íntegra

Em concordância com Edmar Ferreira “A militância em si é o ato de militar em defesa de uma causa, nesse caso específico a causa LGBT que busca a garantia de direitos iguais e o combate à LGBTfobia. Creio que muitos aspectos devem mudar, ou melhor, evoluir. Sobretudo aspectos internos relacionados a convivência entre a própria comunidade LGBT. É inegável que existe um significativo preconceito entre o próprio segmento. Provavelmente isso acontece devido ao preconceito da sociedade de modo geral que acaba refletindo nesse público”.



12ª jornada LGBT em picos-PI

Esta é uma foto da 12ª jornada LGBT, trabalho de campo experimentado e proposto pela disciplina Antropologia Cultural e Formação Social e Política do Brasil. Todavia, o evento foi uma expressão de militância, na qual, podemos notar os resultados surpreendentes na cidade de Picos da luta deste grupo

LGBT. Dentre eles, e não só na cidade de Picos como em todo lugar, a lei que determina que “Todos são iguais perante a lei”, art. 5º da Constituição Federal, que tem como lema: da Parada da Igualdade de Picos. Com base no que foi apresentado na 12ª Jornada Nordestina da Cidadania plena LGBT, vimos que há uma militância extraordinária entre os membros, uma vez que, a muitos embates a serem combatidos, tendo como principal enfoque a total igualdade.

Entretanto, na sociedade contemporânea existe um padrão imposto pelos indivíduos, na qual, estabelece uma norma fixa que deve ser desconstruída pelos militantes e demais indivíduos heterossexuais. A fim de adquirir equidade no corpo social. Pois para Romário, “Ser militante é não esperar que a maré mude a nosso favor, mas nadá-la. Não há uma forma ou fórmula. Basta que cada um faça sua parte, do seu jeito. O que não se pode fazer é abrir mão de conquistar aquilo a que temos direito. Seja nas paradas gays, nos blogs, na divulgação de notícias relacionadas à luta pelo pleno exercício dos nossos direitos de cidadãos, seja apenas dando baque pelas ruas, o mais importante é ter orgulho de ser gay e não ter medo de mostrar isso e de apoiarmos uns aos outros sempre.

Decerto, não faltam matérias na mídia em geral reforçando a ideia da militância como coisa ultrapassada. Como se militar fosse algo pejorativo. No exato momento em que um adolescente sai do armário e “choca” a sociedade com seu jeito afeminado, não se importando com as piadinhas que fazem dele na rua, ele está defendendo seu direito de se expressar como é de verdade.

Com base no que foi apresentado na 12ª Jornada Nordestina de Cidadania plena LGBT, vimos que há uma militância entre os membros, em que a cada dia luta pela conquista de seus direitos como cidadão, tendo como principal enfoque a total igualdade entre os indivíduos. Contudo, de acordo com Edmar Ferreira, para a formação de uma cidadania plena é necessário que as pessoas passem a “cultivar mais a tolerância e a aceitação ao diferente procurando reconhecer as suas qualidades e tentando entender a origem e o porquê do seus defeitos. Permitir e proporcionar ao próximo todos os direitos que cada um usufrui ou reivindica para si mesmo”. Outrossim, para o estudante de Direito, “A educação representa o principal instrumento para garantir o Brasil diverso, que luta pelo combate às desigualdades”.

Considerações Finais

Diante do que presenciamos, entende-se que a militância entre os LGBT é de bastante resistência, apesar das violências e a discriminação, podemos perceber até então a persistência de querer um mundo sem distinção. Ademais, vimos que o LGBT negro é mais difícil de conviver dentro da sociedade contemporânea, pois, percebemos o quanto é muitas vezes complicado para um negro heterossexual viver no mundo hodierno, e para um LGBT negro ainda é mais complexo. Desta forma, por meio das disciplinas: Antropologia Cultural e Formação Social e Política do Brasil, e da experiência vivenciada em campo, compreendemos como são a vida dessas pessoas e políticas vinculadas a elas.

Hodiernamente se constitui uma variedade de sexualidades e de gênero. E cabe a cada indivíduo optar pela sexualidade que ele desejar, ou que ele se identificar. Pois a sexualidade está dentro de cada cidadão, basta apenas ser descoberta. Desta forma, não cabe aos indivíduos heterossexuais e

até mesmo os LGBT, estabelecer práticas racistas sob esta população. Uma vez que, todos os cidadãos perante a Constituição Federal são livres para tomar suas decisões e para a prática de seus atos.

Destarte, existem diversos grupos que discutem sobre este tema, e por esta razão, militar sempre é necessário para obter-se uma formação de uma cidadania plena para este grupo que se encontra a margem da sociedade.

As disciplinas tiveram como destaque mostra que ainda a tempo de modificar a desigualdade e como a educação é fundamental para que essas mudanças aconteça, uma educação que venha deste o ensino fundamental até o completo , fazendo isso podemos crescer expandido nossa mente que o mundo é cheio de diversidade e que é importante ter o respeito e a igualdade entre todos

Referências

JUNIOR, Paulo Fernando de Souza. **O Silêncio e o segredo do cabeça de cuia: um estudo sobre a situação de violência vivida pelos gays no Vale do Rio Guaribas.** Recife - PE, 2011. Disponível em: Acessado em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/9764> Acessado em: 06/12/2018.

SEGATO, Rita Laura. **Raça é signo.** Série Antropologia 372, Brasília 2005. Disponível em: <http://www.direito.mppr.mp.br/arquivos/File/segatoracaesigno.pdf>. Acessado em: 06/12/2018.

ROSA, Waldemir. **Sexo e cor: categorias de controle social e reprodução das desigualdades socioeconômicas no Brasil.** Estudos Feministas, Florianópolis, 17(3): 312, setembro- dezembro/2009. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2009000300017&script=sci_abstract&lng=pt. Acessado em: 06/12/2018.

PENA, Larissa de Oliveira; It.al. **Homofobia.** 2012. Disponível em: <http://www.psicologia.pt/artigos/textos/TL0321.pdf>. Acessado em: 05/12/2018.

BALTAZAR, Bernadete. **Os Encontros e Desencontros da Militância e da Vida Cotidiana.** Psicologia: Teoria e Pesquisa Mai-Ago. 2004, Vol. 20 n. 2, pp. 183-190. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/%0D/ptp/v20n2/a11v20n2.pdf>. Acessado em: 06/12/2018.

BORRILLO, Daniel. **A homofobia.** Disponível em: https://www.passeidireto.com/arquivo/17096501/homofobia_e_educacao-um-desafio-ao-silencio-tatiana-lionco-e-debora-diniz/3. Acessado em: 26/11/2018.

(SCHENATO, 2012, It.al). **Gênero e sexualidade: a influência dos meios de comunicação na adolescência.** Disponível em: <https://upplay.com.br/restrito/nepso2012/seminario/uploads/Grupos%20de%20Pesquisa/Artigo%20Genero%20e%20Sexualidade.pdf>. Acessado em: 26/11/2018.

OLIVEIRA, Niltania Brito; SANTOS, Arlete Ramos dos. **O conceito de raça e racismo com base na construção histórico social.** Disponível em: http://nead.uesc.br/jornaped/anais_2015/educacao_diversidade_inclusao/O_CONCEITO_DE_RACA_E_RACISMO_COM_BASE_NA_CONSTRUCAO_HISTORICO_SOCIAL.pdf. Acessado em: 26/11/2018.

FIQUEIREDO, Wagner dos Santos; SCHRAIBER, Lilia Blima. **Concepções de gênero de homens usuários e profissionais de saúde de serviços de atenção primária e os possíveis impactos na saúde da população masculina, São Paulo, Brasil.** 2011. Disponível em: http://www.producao.usp.br/bitstream/handle/BDPI/9499/art_SCHRAIBER_Concepcoes_de_genero_de_homens_usuarios_e_2011.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em: 26/11/2018.

LOURO, Guacira Lopes. **Corpo escola e identidade**. Porto Alegre. 2000. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/46833-189816-1-PB.pdf. Acessado em: 07/12/2018.

VINADÉ, Thaiany Farias; GUARESCHI, Pedrinho Arcides. **Inventando a contra-mola que resiste: um estudo sobre a militância na contemporaneidade**. Psicologia & Sociedade; 19 (3): 68-75, 2007. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/a11v19n3%20(1).pdf. Acessado em: 07/12/2018.

HOMOSSEXUALIDADES, JUVENTUDE, RELIGIOSIDADE E (NÃO) ACEITAÇÃO: LIMITES E POSSIBILIDADES NA CLÍNICA PSICOLÓGICA.

Marcelle Karoline Guastavino Paixão¹

Renata Rodrigues Maciel²

Leandra Sobral Oliveira³

Resumo: Este trabalho tem como objetivo ser um relato de experiência. Apresenta dois estudos de caso vivenciados por uma equipe de estágio supervisionado em um Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estácio de Sá. A partir das histórias e vivências de dois pacientes atendidos queremos trazer para o debate a realidade de muitos jovens que fazem parte da população LGBTI no Brasil, que ao assumirem sua orientação sexual em contexto familiar religioso (evangélico) passam a experimentar a não aceitação de suas famílias e a lidar com os efeitos desta dinâmica na construção de seu autoconceito. Estes estudos de casos abordam aspectos relevantes dos atendimentos efetuados, trechos de falas dos clientes atendidos e a dinâmica da experiência de formação clínica/profissional.

Palavras-chave: homossexualidades; contextos religiosos; não aceitação.

1 Graduada em Psicologia - Universidade Estácio de Sá.
E-mail: marcelleguastavino@gmail.com

2 Graduada em Psicologia – Universidade Estácio de Sá.
E-mail: renatarodrigues9009@gmail.com

3 Doutoranda em Psicologia Social e Pesquisadora do DEGENERA (Núcleo de Pesquisa e Desconstrução de Gêneros) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: leandrasoliveira@gmail.com

Introdução

São recorrentes os casos de conflitos familiares gerados a partir da descoberta da homossexualidade de um dos membros da família. Histórias envolvendo rejeições, discussões, agressões – físicas e/ou psicológicas – e, até mesmo, o rompimento do elo familiar são muito comuns. Em se tratando da relação entre pais e filhos, o conflito parece ser ainda mais intenso e as marcas ainda mais dolorosas. No caso de famílias extremamente religiosas, que possuem forte vínculo com religiões evangélicas, por exemplo, o processo torna-se ainda mais complexo (PESSÔA, 2017).

Segundo Carl Rogers (2009), existem três condições facilitadoras para o crescimento humano – empatia, congruência e aceitação incondicional positiva. Estas condições formam a tríade Rogeriana, método fundamental na prática da abordagem centrada na pessoa idealizada por Rogers na segunda metade do século XX. Consoante ao autor, são essas condições que auxiliam o indivíduo a ser quem ele realmente é. Ser o que se é representa a possibilidade de um self saudável e seguro. Entretanto, existem casos em que, muitos jovens que fazem parte da população LGBTI no Brasil, ao assumirem sua orientação sexual em contexto familiar religioso (evangélico) passam a experimentar a não aceitação de suas famílias e a lidar com os efeitos desta dinâmica na construção de seu autoconceito.

Numa sociedade heteronormativa, mesmo que inegavelmente possamos reconhecer grandes avanços no que tange ao aumento da visibilidade da população LGBT, a própria vivência da homossexualidade parece ainda fortemente perpassada pela apreensão de espaços de sociabilidade marginais, e de um autorretrato que vem deflagrando grandes hiatos sociais.

A teoria de Carl Rogers entende que a consideração positiva por parte das pessoas- critério – pessoas que o indivíduo considera positivamente, os pais, por exemplo – “pode se tornar uma força diretriz e reguladora mais forte que o processo de avaliação “organísmico”. Isto é, o indivíduo pode chegar a preferir direções que emanam destas pessoas, às direções que emanam de experiências suscetíveis de satisfazer sua tendência à atualização” Rogers e Kinget (*apud* DE MATTOS BRITO e MOREIRA, 2011, p. 203). Os indivíduos, em busca de aceitação das pessoas-critério, passam a se distanciar de quem realmente são e, por isso, sofrem.

Dessa forma, o objetivo do presente trabalho é apresentar um estudo sobre dois estudos de casos vivenciados por uma equipe de estágio supervisionado Humanista (Abordagem Centrada na Pessoa) em um Serviço de Psicologia Aplicada da Universidade Estácio de Sá. A partir das histórias e vivências de dois pacientes atendidos queremos trazer para o debate a realidade de muitos jovens que ao revelarem à família sua sexualidade passam a não serem aceitos.

Metodologia

Serão apresentados neste relato de experiência dois estudos de caso vivenciados por duas estagiárias da equipe de estágio supervisionado na Abordagem Humanista, do Serviço de Psicologia Aplicada

(SPA) da Universidade Estácio de Sá, RJ. O primeiro relato está pautado em atendimentos psicoterápicos semanais, realizados entre os meses de Maio a Outubro de 2018, o segundo caso também foi elaborado em atendimentos realizados semanalmente, porém no período de Março a Outubro de 2018.

Primeiro: Caso “J”

“J” é um menino, bissexual, de 18 anos de idade, estudante do ensino médio. Os atendimentos a “J” tiveram início em maio deste ano – 2018 – e, já durante a primeira sessão, o menino relatou se sentir muito só. Contou que passou por um período de depressão e que tentou se suicidar. Por isso, segundo ele, sua mãe, preocupada, agendou atendimento no SPA em busca de ajuda.

“J”, durante as sessões de terapia, relatou que foi “criado” na igreja evangélica, pois seus pais são extremamente religiosos – obreiros em uma igreja protestante. Entretanto, já há algum tempo ele não frequenta mais os cultos. Quando questionado a respeito do motivo pelo qual não frequenta mais a igreja, “J” respondeu dizendo que se sente rejeitado. Em busca de compreensão, perguntei a “J” se ele sabia o porquê o rejeitavam. “J”, com os olhos marejados, disse que é bissexual, mas que as pessoas não o aceitam, que seus pais não o aceitam e dizem que ele está possuído, mas que acreditam no Deus que pode libertá-lo.

Confesso ter sido muito difícil ouvir o relato de meu cliente. Ouvir “J”, emocionado, relatando a não aceitação de seus pais pelo fato de ele ser bissexual, mexeu comigo. Perceber o quanto “J” sofria e imaginar a dor sentida por ele me motivaram a estar ainda mais engajada naquele processo do qual nós dois fazíamos parte. Estávamos juntos. Meu objetivo era estabelecer a confiança e demonstrar para “J” que ali, na sala de terapia, ele era totalmente aceito por mim. Sem preconceito. Sem julgamentos. Sem rejeição.

Já em outra sessão, “J” relata que durante um tempo não aceitava o fato de ser bissexual, achava que aquilo era uma doença ou que eu estava mesmo possuído, como dizia sua mãe. Não suportava tanta dor e incerteza e, por isso, tentou se suicidar. Infelizmente, segundo ele, não teve coragem de “chegar até o fim”, mas gostou da sensação de se cortar, e então passou a se automutilar. Disse que era uma sensação de alívio da dor. O menino dizia que ver as gotas de sangue pingando no chão tirava um pouco do peso que ele carregava nas costas. De acordo com Rogers & Wood (1978, p. 197, *apud* FONSECA e LOBO, 2015, p. 157):

Supõe-se que a tentativa de suicídio revela o que Rogers ponderou como desacordo vivido pela pessoa entre a estruturação do seu self com sua experiência global, ou seja, para manter a necessidade básica de apreço e consideração - afeto, amor - das pessoas critérios - significativas, a criança introjeta concepções e valores dos outros, tornando assim estas concepções parte do seu autoconceito, ainda que estes não procedam de suas experiências orgânicas, podendo assim manifestar certo falseamento ou distorção daquilo que é experimentado. Em outras palavras Rogers diria que “a pessoa tenta ser o que as pessoas querem que ela seja, em lugar do eu que ela realmente é”.

Em uma das sessões terapêuticas, “J” relatou que teve uma conversa com a mãe – que não aceita a orientação sexual do filho de jeito nenhum. Disse que contou a ela que gosta de meninos (apesar de “J” nunca ter dito durante as sessões que é homossexual, sempre desconfiei que ele prefere dizer que é bissexual para “aliviar a barra” com os pais. É como uma tentativa de fuga, de não aceitação de quem ele realmente é, e isso pela falta de aceitação de seus pais, principalmente da mãe). “J” convidou a mãe para assistir o filme “Orações para Bobby”. Contou que, assim como a mãe do Bobby, sua mãe também já disse que não terá um filho gay. Que ela acredita que Deus o libertará e que essa fase vai passar.

A fala de “J” mais uma vez foi muito dura. Recordo-me que aquela foi uma das sessões mais árduas para mim, pois ao estar naquela relação de ajuda, buscando sentir com o meu cliente a dor que ele sentia, imaginei que não deve ser nada fácil ouvir a própria mãe dizer que não terá um filho gay e que Deus o libertará. Lembro que a reunião de supervisão do estágio após aquele atendimento foi emocionante. Pensávamos juntos, afinal, do que será que essa mãe quer que o filho seja liberto? Será que ela espera que ele se liberte de quem ele realmente é e passe a ser somente o que ela deseja que ele seja?

Em um de nossos últimos encontros, “J” me disse que apesar de tudo, preferia não contrariar sua mãe. Que a respeita e que não quer magoá-la. Até aquele instante, “J” parecia mais preocupado em não desapontar sua mãe. Ele seguia em busca da consideração positiva dela, sua pessoa-critério e, escolhia naquele momento a direção dada por sua mãe, e não a direção dado por ele mesmo em busca de quem ele realmente é.

SEGUNDO: CASO “R”

“R” é uma adolescente, homossexual, de 17 anos. Reside com seus pais e sua irmã que também é homossexual. “R” foi levada, juntamente com sua irmã ao Serviço de Psicologia Aplicada por sua mãe, pois ao saber da orientação sexual de suas filhas acreditou que estavam passando por alguma dificuldade de ordem psicológica e por isso procurou auxílio da clínica. Quando dei início aos atendimentos com “R”, ela já tinha sido acompanhada por outros estagiários, que deixaram a clínica em virtude de sua formação, por esta razão o caso de “R” foi um repasse de atendimento.

“R” vive em ambiente familiar muito conturbado, pois desde o dia que assumiu sua orientação sexual para seus pais, até o momento, sua mãe tenta entender e respeitar seu espaço e sua forma de ser, porém seu pai se comporta de forma muito hostil e agressiva frente a este assunto, usando palavras ofensivas e pejorativas para se referir ao tema homossexualidade. A família paterna de “R” é muito religiosa e mesmo seu pai não tendo uma rotina ou práticas religiosas, ele sempre esteve muito ligado aos preceitos éticos e morais de sua família de origem que são provenientes da religião.

Em muitos atendimentos “R” se referia ao seu pai com muita mágoa e ressentimento, dizendo que um pai que ama o seu filho tentaria entender ou no mínimo respeitá-lo, ou seja, ela não se sente amada pelo próprio pai. Por mais que “R” diga que a opinião do pai não importa e que nem o considera mais como seu pai, é evidente a incongruência. Em muitas sessões a cliente trouxe questões que envolvem

a não aceitação do pai, mesmo ela sempre dizendo que não se importa com isso. Mesmo que ainda dependa dele, “R” diz que não o considera mais como parte de sua família.

Seus pais vivem em intensos conflitos, muitas vezes por discordarem da forma que irão conduzir sua educação. Depois de alguns meses de terapia “R” se mais confortável para me contar que se sente um peso na vida de seus pais, pois as discussões deles frequentemente giram em torno dela e de sua irmã. Por se sentir desta forma, “R” conta que já tentou se suicidar algumas vezes, pois assim seria menos um problema entre seus pais. Como todas as tentativas foram impedidas pela chegada de alguém ela desistiu desta ideia, mas encontrou uma forma de aliviar sua dor realizando cortes em seu próprio corpo. “R” diz que fazendo isso sente seu corpo se esvaziar de tanta angústia, gerando mais espaço dentro si mesma para suportar as próximas dores que possam vir. Confesso que fui muito atravessada com este relato da minha cliente, pois foi impactante ouvir de alguém tão jovem o desejo de deixar de viver. Precisei elaborar essa nova experiência. Diante da teoria que norteia nosso estágio (Abordagem Centrada na Pessoa), eu me coloquei disposta a aceitá-la. Ouvi suas tristezas e procurei facilitar ao máximo as condições que pudessem ajuda-la neste processo. Estabelecemos um vínculo terapêutico muito positivo neste tempo de convivência. Pude perceber o quanto “R” amadureceu e continua buscando seu crescimento pessoal. A cliente entende que por ser menor de idade e por não ter sua autonomia financeira precisará morar na casa de seus pais por mais alguns anos e com isso terá que aceitar as condições limitadas que seu pai a proporciona em sua convivência familiar

Conclusão

Diante dos casos apresentados o trabalho buscou demonstrar a realidade de muitos jovens que fazem parte da população LGBTI no Brasil. Como visto nos casos relatados a não aceitação e rejeição da família pode gerar grande sofrimento psíquico ao jovem. Quando a reação negativa da família está associada à preceitos e dogmas religiosos esse sofrimento pode obter uma dimensão ainda maior, pois muitos deles compartilham da mesma fé que sua família e vivem em conflitos internos entre “o que eu tenho que ser X o que eu realmente sou”.

A rejeição torna-se muito mais relevante quando parte das pessoas tidas como pessoas- critério. A provação ou reprovação vindas de pai, mãe ou qualquer outra pessoa que ocupe este lugar na vida do jovem pode facilitar ou dificultar muito o processo de amadurecimento do indivíduo. Rogers (2009), diz que estabelecer relações empáticas, dar abertura ao outro para ser o que realmente se é e aceita-lo de forma incondicional não são tarefas fáceis, mas quando são vistas como possibilidades ou tentativas de um amadurecimento se tornam atributos fundamentais para uma convivência maissaudável.

Referências

DE GOUVÊA PESSÔA, Karine. **A HOMOSSEXUALIDADE NA BUSCA POR RECONHECIMENTO AFETIVO DENTRO DA FAMÍLIA**. Disponível em: http://alas2017.easyplanners.info/opc/tl/8151_karine_gouvea_pessoa.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

DE MATTOS BRITO, Rafaella Medeiros; MOREIRA, Virginia. “Ser o que se é” na psicoterapia de Carl Rogers: um estado ou um processo?. **Memorandum: Memória e História em Psicologia**, v. 20, p. 201-210, 2011.

FONSECA, Eminy Francineia Martins; LÔBO, Warllington Luz. Tentativa de suicídio: reflexões em base a clínica centrada na pessoa. **Revista do NUFEN**, v. 7, n. 2, p. 152-165, 2015.

Tornar-se pessoa / Carl R. Rogers ; tradução Manuel José do Carmo Ferreira e Alvamar Lamparelli ; revisão técnica Claudia Berliner. – 6ª. Ed. – São Paulo : Editora WMF Martins Fontes, 2009.

DIÁLOGOS PARA ZERO DISCRIMINAÇÃO NOS SERVIÇOS DE SAÚDE

Ayune Bezerra Soares¹
Georgiana Braga-Orillard²
Cleiton Euzébio de Lima³

Resumo: O estigma e a discriminação estão entre os principais obstáculos para a prevenção, tratamento e cuidado em relação ao HIV. O relatório do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS) *Enfrentando a Discriminação: superando o estigma e a discriminação relacionados ao HIV em serviços de saúde e correlatos* lançado em outubro de 2017 aponta como o estigma e a discriminação prejudicam os esforços no enfrentamento a epidemia do HIV, ao fazer com que as pessoas tenham medo de procurar por informações, serviços e métodos que reduzam o risco de infecção e de adotar comportamentos mais seguros com receio de que sejam levantadas suspeitas em relação ao seu estado sorológico. Em 2017, o UNAIDS lançou a versão em português da *Agenda para Zero Discriminação nos Serviços de Saúde*, que apresenta um plano de ação com sete prioridades para o alcance da zero discriminação nos serviços de saúde. Entre as prioridades do plano, destaca-se a necessidade de “definir os padrões para um serviço de saúde zero discriminação”. Em 2018, o Departamento de Vigilância, Prevenção e Controle das IST, Aids e das Hepatites Virais (DIAHV) iniciou a implementação da Agenda Estratégica para Ampliação do Acesso e Cuidado Integral das Populações-chave em HIV, Hepatites Virais e outras ISTs. Como parte deste esforço conjunto para dar início à construção dos padrões de um serviço de saúde zero discriminação no Brasil, o UNAIDS em parceria com o DIAHV realizou 8 momentos de escuta ampliada as populações-chave, o que foi chamado de “Diálogos para Zero Discriminação nos Serviços de Saúde”. Os diálogos aconteceram em formato de grupo focal com duração de um dia cada. Conduzidos por um questionário de perguntas disparadoras, os participantes eram estimulados a responder perguntas de forma propositiva, que os fizessem indicar, medireproporsugestões que diminua estigma e discriminação no acesso aos serviços de saúde. Separado em blocos, as perguntas disparadoras apresentadas aos

- 1 Consultoria Projetos e Programa – UNAIDS-BRASIL.
E-mail: ayune.soares.unaids@gmail.com
- 2 Diretora do UNAIDS no Brasil – UNAIDS-BRASIL.
E-mail: bragaorillardg@unaids.org
- 3 Assessor de Mobilização Social e Trabalho em Rede – UNAIDS-BRASIL.
E-mail: euzebiolimac@unaids.org

participantes seguiram uma linha construtiva de pensamento crítico a fim de entender a partir das experiências dos participantes o impacto da discriminação, dentro de suas interseccionalidades, bem como coletar propostas e sugestões para a construção de serviços de saúde com zero discriminação.. Esse processo de escuta percorreu as cinco regiões do Brasil, passando por Brasília – DF; Salvador – BA; Porto Alegre – RS; São Paulo – SP; Manaus – MA e Recife - PE. Ouviu mais de 70 pessoas proveniente de populações-chave para resposta ao HIV – gays e outros homens que fazem sexo com homens, travestis e transexuais, pessoas vivendo com HIV/AIDS, pessoas que usam álcool e outras drogas, profissionais do sexo e pessoas privadas de liberdade. Além desses foram realizados mais duas sessões especiais com jovens de transmissão vertical e estudantes/profissionais de saúde, o que resultou em mais de 50 horas de conversas. Os resultados qualitativos dos diálogos foram agrupados em um relatório que apresenta semelhanças e divergências entre os discursos dos participantes e a atual realidade nos serviços de saúde. Entre os pontos-chave pontuados pelos participantes para um serviço de saúde zero discriminação tivemos, os aspectos relacionados à comunicação, o acolhimento, a representatividade, educação permanente, representatividade e gestão. Além disso, foram gravados depoimentos dos participantes sobre suas experiências positivas nos serviços de saúde e anseios do que seria um serviço de saúde zero discriminação. Os produtos, serviram de base para construção de um seminário intitulado de – *“Seminário Zero Discriminação nos Serviços de Saúde”* - com a participação de diferentes vozes de diferentes setores da sociedade como pesquisadores, profissionais de saúde, gestores e representantes da saúde e sociedade civil para discutir desafios e caminhos para construção de serviços de saúde zero discriminação no Brasil..

Palavras-chave: Estigma, Saúde, Zero Discriminação, HIV/AIDS

A COR DO ARCO-ÍRIS: A HOMOFOBIA NO CAMINHO DE VIDAS

José Borges de Morais¹
Geane Maria de Alencar Arrais Borges²
Samuel do Nascimento Hora³
Professor Dr. Paulo Fernando Mafra de Souza Júnior⁴

Resumo: quando eu participei da 12ª Jornada Nordestina LGBT, eu observei o quanto é importante os estudos antropológicos para a compreensão e divulgação das militâncias dessa classe ainda carente de atenção e respeito, e necessitada da devolução dos seus direitos civis, os quais devem ser postulados a esse elo desgarrado da sociedade, sem a minimização da satisfação da orientação sexual de cada indivíduo militante ou não, preto ou amarelo, rico ou pobre. Vi a mobilização do movimento LGBT discutindo os seus direitos, suas vontades e sentimentos. A sapiência dos saberes populares ou locais, atrelados aos saberes mundiais, é o caminho para um entendimento plausível e que culmine com uma mais sociedade igualitária. Vi que o movimento LGBT está se alargando no sentido de que as suas deliberações focam em solidariedade, resistência e persistência, na busca pelo respeito e também por políticas públicas que engajem esforços no sentido de propiciar além dos seus direitos como cidadãos, também a inclusão dos indivíduos na sociedade como um todo: na universalização dos seus direitos à saúde, à educação e à liberdade de viverem com base nas suas escolhas individuais baseadas nas próprias decisões do uso do seu corpo e dos seus sentimentos como melhor lhes aprouver. A barreira criada pela sociedade e até por suas próprias famílias, indicando esses indivíduos como tendo um desvio particular – antes considerado uma doença pela ciência médica, mais precisamente, um pensamento situado nas áreas da psiquiatria e psicologia –, é uma conduta ainda hoje reprovável pela sociedade, traz a estes seres, a ansiedade, a angústia e a depressão e, estas sim, são doenças que tomam ou se tornam as mãos da condenação dada por uma normativa do pensamento arcaicamente socializado pelos

1 Empresário, Licenciado em Letras pela FAFOPA, graduando em Direito pela FACULDADE R. SÁ.
E-mail: borgesmultimarcasveiculos@gmail.com;

2 Professora, Bacharela em Ciências Contábeis pela UESPI, graduanda em Direito pela FACULDADE R.SÁ.
E-mail: geanealencar.2012@gmail.com;

3 Técnico Eletrotécnico, Graduando em Direito pela FACULDADE R. SÁ.
E-mail: martinelli714@gmail.com;

4 Doutor em Serviço Social pela UFPE/UEM-Moçambique.
E-mail: pmafrajr@hotmail.com

indivíduos crentes de terem saberes puros, o que os excluem – os outros: os impuros – do convívio familiar e social, culminando muitas vezes com a decisão de darem um fim a própria existência ao se encontram num vazio existencial interior e, onde não acham uma palavra para lhes tirar das mãos da fria morte. Para erradicar esses pensamentos – essa *práxis* –, deve haver políticas para um entendimento da realidade que permeia ainda o absolutismo de quem tem o poder nas mãos, daqueles que fazem as normas e ditam os costumes que desejam impor para que sejam seguidos e obedecidos e, com isso solucionar os problemas existentes. No meu ponto de vista não podemos deixar que doutrinas e/ou práticas há muito condenadas pelo bom senso e pelos direitos humanos possam corroborar com a covardia que atua contra os LGBTs. Essa infâmia – a homofobia – é uma desgraça para a evolução de uma sociedade sadia e permeada de igualdades comuns para todas as classes, majoritárias e minoritárias. Os tempos evoluíram e o que era permitido no passado por achaques de doutrinas hipócritas não pode continuar a excluir e a marginalizar as minorias, sejam pela cor da sua pele, da sua cultura, da sua opção sexual, etc. As religiões tem que voltar suas atenções para o bem estar da sociedade como um todo e, nunca deve eleger o capital para mediar a absolvição de pecados.

Palavras-chave: 12ª Jornada Nordestina LGBT. Direitos Humanos. Vale do Rio Guaribas.

Introdução

A corrida pela busca de novos horizontes, de um norte, traz para o movimento LGBT um crescimento nos últimos anos dentro das regiões conhecidas mais, até bem pouco tempo, só pelas características da dureza na labuta diária e, no tocante a macheza do homem que aprendeu desde cedo, que “homem que é homem não chora” e nem usa saia. O povo dessas regiões que exportavam a figura de um tipo de homem másculo e com características de um ser valente e dado somente ao comportamento heterossexual, como sendo pensamento uno de todos os indivíduos e, via agora as mudanças que estavam acontecendo no comportamento do homem do interior nos seus terreiros e em suas casas e com isso, mesmo alheios aos costumes recentes e, ainda com o olhar atravessado pelos muitos preconceituosos da sociedade moderna, mas já se vê uma abertura para a exposição das sexualidades do indivíduo nessas áreas.

O nosso Nordeste e a nossa querida cidade de Picos, rodeada de morros e deitada às Margens do Vale do Rio Guaribas e transpirando fé – nas verdades e inverdades – aos quatro ventos, vem acompanhando as mudanças ocorridas nos últimos tempos no cenário nacional e internacional e, embora ainda discreta, está revendo os valores seculares das raízes familiares, religiosas, culturais e políticas da sociedade, enveredando pelo caminho do crescimento de uma mudança cultural e de uma racionalização frente ao pensamento antiquado que fora forjado num passado que levava a hipocrisia ao cume da existência que rodava fora do eixo da moral e dentro de uma filosofia tocada à mesquinhez dos interesses em excluir o discurso da sexualidade que ora se encaixa nos costumes da sociedade picoense, mesmo que ainda tímido, mas com uma legião de adeptos crescente, sejam eles militantes ou simplesmente pessoas que não compactuam com a discriminação social dada às *minorias em direitos*, independentemente de qual seja a sua opção sexual e a sua condição social.

Ressaltamos aqui, a errônea classificação dada às pessoas excluídas dos seus direitos, como sendo *minorias*, isso subjuga ainda mais os seus saberes de vida, as suas crenças primárias, as suas matizes religiosas, políticas e sociais, envolvidas nos costumes de um grupo social ou de um povo e traz uma nuance equivocada para o equilíbrio social entre seres racionais em sociedade e que, não fosse a incompreensão e a intolerância de *uns*, poderíamos catalogá-los todos numa mesma categoria, como sendo irmãos de uma humanidade explícita e, para o fim de um bem-querer social e, também, para entender o legítimo legado da evolução carismática humana positiva e coerente, promovendo o desejo e a chegada da liberdade, da felicidade e da prosperidade de todos os povos e para trazer uma configuração mais humanitária para os *saberes locais* e *universais* dos indivíduos em sociedade.

Entender que o universo está para todos e, um *saber* só pode ser *universal* se tiver um conhecimento agudo de toda a estrutura social humana, senão transforma-se num saber localizado e que, no máximo, poderão ser exportados para outras áreas, outras regiões, outros países ou até outros continentes, mas nunca deverá ser considerado como um *saber universal* nem *universalizado* sem o apoio e o consentimento de todos os povos, de toda a humanidade.

Devemos repensar a subjugação dos saberes e a discriminação das populações: LGBT, indígenas e afro-americanas, para buscarmos a harmonia e a igualdade e, assim apreciar a sobrevivência das dignas ações humanas para o aperfeiçoamento do sonho natural do ser, o sonho de viver e, viver em paz e com os seus pares.

Objetivar um aprofundamento das discussões sobre os direitos de tal sorte que, seja igualitário para a concepção do caminhar humano como plenitude de vidas e, não, alocado em históricos enraizados na crueldade, na violência e na aceitação da mediocridade e intolerância como um saber uno, um saber que corrói o saber local, de cunho ditatorial ou religioso, ou saído de mesclas extraídas de um pensamento antigo ou mesmo contemporâneo.

Metodologia

Trabalhamos esse relato com a pesquisa qualitativa, documental e de campo, começando-o em 01 de agosto de 2018 e pausando-o momentaneamente em 25 de janeiro de 2019.

Focamos em nossa observação participativa na 12ª Jornada Nordestina LGBT, realizada no Vale do Rio Guaribas, na cidade de Picos, Estado do Piauí, no período de 28 a 30 de setembro de 2018.

Durante a pesquisa, indagou-se sobre os direitos das minorias, em especial sobre os direitos da população LGBT. Realizamos entrevistas semiestruturadas com um casal LGTB, tratados como X e Y, e ativistas do movimento LGBT tratadas aqui como M e K. Utilizou-se o diário de campo para anotações e compilações dos dados coletados.

Discutiremos os saberes populares ou *locais* os atrelando aos ditos *saberes universais*.

A COR DO ARCO-ÍRIS: A homofobia no caminho de vidas

A sociedade, envenenada por seres que se intitulam *superiores*, rotula a seu bel prazer ou ao deleite desses *uns* poderosos, que tolhem as liberdades individuais como sendo diretrizes a ser seguidas por normativos ou regras saltadas do in - consciente de seres que ditos humanos, impedem a socialização e o inter-relacionamento natural dos *saberes* dos indivíduos postos à sombra calada dos sons do livre arbítrio para *os uns* – os ditos donos dos *saberes universais* – e sob a obscuridade clara das ações criminosas intentadas contra *os outros* – as *minorias em direitos*.

Segundo o Guia Mundo em Foco Especial: Racismo (2016), foi o biólogo sueco Carolus Linnaeus, em 1758, quem criou o termo “Homo sapiens” e o “idealizador da Taxonomia Moderna (ramo da biologia que descreve, identifica e classifica os seres humanos)”, atribuindo as quatro “variedades” do homem abaixo:

- **Americano**, o Homo sapiens americanos, vermelho e com mau temperamento;
- **Europeu**, denominado Homo sapiens europaeus, branco e sério; - **Asiático**, classificado como Homo sapiens asiaticus, amarelo e melancólico; - **Africano**, o Homo sapiens afer, preto e preguiçoso.

Carolus Linnaeus reconhecia, ainda, a existência de mais uma “raça”, sem definição geográfica, chamada de “Monstruosa” (*Homo sapiens monstrus*).

Em 1775, o antropólogo e zoólogo alemão Johann Friedrich Blumenbach, sucessor do pensamento de Carolus Linnaeus, publicou um texto em que classificava quatro “variedades” de seres humanos: - Europeu, Asiático do Leste, e parte da América do Norte; - Australiano; - Africano; - Restantes do Novo Mundo.

A visão do antropólogo alemão continuou a evoluir e, em 1795, deu origem a cinco “variedades”, identificadas como ‘Caucasiano’, “Mongol”, “Etiope”, “Americano” e “Malaio”. (GUIA MUNDO EM FOCO ESPECIAL, 2016, p. 6-7).

Para Muniz Sodré (2005), os grupos minoritários estão dentro de uma vulnerabilidade social e lutam pela redução do poder hegemônico e mesmo já existindo há algum tempo, apresentam-se *in statu nascendi*, ou seja, é uma força sempre em busca do seu real nascimento, do seu afloramento para o mundo social e as suas estratégias discursivas não vislumbram a tomada do poder, mas são os recursos para o enfrentamento do poder e para que se efetive o reconhecimento das suas existências como seres que devem integrar-se à sociedade em igualdade de direitos e também para promover a solidez da condição do homem como ser humano que o é.

Pois bem, minoria é uma recusa de consentimento, é uma voz de dissenso em busca de uma abertura contra-hegemônica no círculo fechado das determinações societárias. É o capítulo da reinvenção das formas democráticas que se deve inscrever o conceito de minoria. (SODRÉ. In: PAIVA 2005, p. 14).

O caráter do homem provido de suas faculdades mentais deveria ter a sua inteligência voltada para a abertura de caminhos que enverede pela civilização do indivíduo menor ou minoritário, pertencente às *minorias em direitos* e, ora carente de luz e sentimentos, para torná-lo livre das atitudes incivilizadas que possam ser impetradas pelos donos das teorias e dos ora discutidos *saberes universais* e, para que não se ponha em risco a liberdade do indivíduo no tocante ao seu ir e vir dentro de uma sociedade nem no tocante a sua opção de sexualidade seja no calado no tempo dos pesadelos do passado ou nas agruras dos gritos da atualidade que ainda sufocam e enforcam a garganta das *minorias em direitos* que circundam a convivência dentro do pulso da vocalidade arдил que ainda controla ou querem controlar os rumos e os destinos do ser humano, o que é nocivo à conduta social, mas que ainda recebe os aplausos do discurso da cegueira do presente estado de espírito do homem dito moderno que, acha-se o sabedor das verdades de um mundo criado no subconsciente de suas próprias doutrinas ideológicas e, que crente em ser o herói de um sentimento cru compartilhado aos palmos próprios da ignorância e brutalidade – o preconceito.

Essa concepção de poder e de opressão de um povo que fora sucateado física e moralmente pelo poder do ocidente, vem da ganância de extorquir além da força de trabalho, as riquezas naturais, intelectuais e costumeiras de um povo há muito classificado como menor, ingênuo, bárbaro, indigno e

jogado no lixão moral da sociedade que aceita a hipocrisia como meta de desenvolvimento interior e que ainda presta serviços em prol da desumanização do homem na era moderna.

Esperamos um clarear de luz que traga a vida com um pensamento ativo num patamar capaz de fazer sucumbir à obscuridade do conhecimento torto produzido pelos *saberes* nascidos de um chamado *ponto zero* criado à revelia dos valores morais e aquém da sobriedade e da responsabilidade moral e, porque não dizer, longe do verdadeiro sentimento humano e, com o fim de expropriar valores de indivíduos, de sociedades e de povos, para aumentar o capital em detrimento da condição dos seres dos *saberes inferiores*, as *minorias em direitos*.

Os donos do poder agrediram e agredem mortalmente aos indivíduos e à suas almas, esquecendo a condição de pessoas humanas que eram e são como qualquer outra. Nesse interim da história, foram cometidas muitas atrocidades, tantas e diversas, contra essas pessoas que aqui denominamos de *minorias em direitos* que não se usa cometer nem com bicho bruto, tratando-os como animais irracionais e, assim, entrava a sociedade na senilidade de uma época temporal sombria, em um lapso intempestivo de memória histórica que impossibilita o crescimento das culturas e das suas gentes, extraviando o sentimento e a sua arte em prover o melhor caminho a seguir para uma humanidade sadia e ciente do valor humano que tem uma pessoa e, do peso moral que as atitudes erradas de um só ou de um grupo de indivíduos inescrupulosos, põem sobre o ombro da capenga sociedade atual e, impondo ações incivilizadas para um convívio social pulsado em intolerâncias, embasado em mentes ditadoras de *sabedorias* unilaterais e afônicas dos direitos civis dos indivíduos subalternizados em algum tempo da história e com o objetivo promíscuo de cercear as liberdades de posturas e pensamentos dos seres taxados simplesmente como *inferiores* ou *desviados*, seja pela sua postura frente a sua expressão ou a sua orientação sexual.

O mundo não mudou muito na atualidade, as democracias que poderiam devolver o poder ao povo, o que seria uma *práxis* da própria realidade democrática, está doente, ou melhor, os seus executores muitas vezes, através de seus discursos situacionais, enveredam para o caminho da ingerência dos direitos dos indivíduos em sociedade, inviabilizando a vida do detentor de menor condição social e financeira, pelo que a cor da pele pode pesar, pela vara pesca que não pega o peixe morto pela poluição, pelo amor que não pode ser dado àqueles que têm uma sexualidade aflorada diferente dos padrões normatizados e, por isso, são considerados *anormais*: os assexuados, os *desviados*, os pretos, os índios, ou seja, o livre arbítrio é vetado até nas democracias.

As populações LGBT, indígenas, negras e a classe pobre em geral (independente a que *classe* pertença), estão configuradas há muito tempo, em nosso ponto de vista, como *raças indigentes*, forças que a sociedade excomunga e joga-as nas *minorias em direitos*, chamadas assim pelo nosso pensamento de que, essas ditas *minorias* só o são *minorias* enquanto pela falta de ter direito a ter seus direitos garantidos, pois quando olhamos para o seu quantitativo, o seu contingente, vemos que elas na verdade são *maiorias* e, se unificadas em organização, teriam uma força descomunal e poderia mais facilmente

pautar as suas diretrizes para a satisfação do seu conglomerado de interesses de vida, de visibilidade, de postura em gerir o querer dos seus sentimentos maiores: a busca pela paz e pela felicidade.

Um grupo com poder e/ou no poder, só cria e dita suas próprias regras e os *saberes* que lhes interessam e lhes são convenientes, impondo costumeiramente as suas vontades e atropelando os *saberes* ditos minoritários em face, mais da falta de expressividade organizacional que pela falta da expressão financeira dos movimentos sociais, vez que a união de uns geralmente não contempla a união de todos, de todas as *minorias em direitos* e, subdividem-se e, com isso, os seus discursos não logram de uma visibilidade exitosa nem consegue chegar altivo aos ouvidos dos poderes constituídos de uma sociedade e/ou de uma nação, permanecendo assim, no viés da invisibilidade social.

Se não se brada alto, a sociedade mornamente não enxerga nem ausculta o chamamento de socorro que brota do sofrimento, das agruras, das lutas que as *minorias em direitos* empreendem no sentido de se tornarem visíveis e no resgate dos seus valores os quais lhes são de direito, sem falar, naquela parte da sociedade que externa seus dissabores de vida, abraçando preconceitos e radicalidades.

A passagem pela vila da vida deve ser radiante e brilhar nas cores do arco-íris, enriquecendo assim, os seus costumes, os seus desejos e satisfações e não permitindo a claustrofobia e clausura das liberdades sexuais, dos seus costumes nem dos seus credos.

O sufocamento e a castração das liberdades individuais, em prol da mera inclinação a um saber equivocadamente *puro*, deslocado do eixo central da vivência real de um povo, são inconseqüências nutridas pelo sentimento passado de volver o mundo ao toque de um nazismo mascarado e cheio de um querer em podar as vontades e liberdades do homem.

Buscar o entendimento da realidade pode assentar ideias para diminuir o absolutismo de quem tem o poder nas mãos, fazem as normas e ditam os costumes que desejam impor para que sejam seguidos e obedecidos e, com isso tentar solucionar os problemas existentes no seio das sociedades ou dos grupos sociais, na esfera do pensamento antissocial que degrada o a vivência em sociedade.

O pensamento *colonial* deve ser extirpado das veias da sociedade moderna para que a liberdade de expressão dos indivíduos se manifeste para glória dos direitos de todos os povos e, para que as *minorias em direitos* façam parte do processo de crescimento e evolução humana e, sem a necessidade de incorrer em riscos de violação do seu corpo, de suas ideologias ou de suas opções sexuais.

Para Colaço e Damázio (2012, p. 99), “Os direitos humanos podem ser considerados como um conceito chave na atualidade, tanto no contexto do multiculturalismo oficial, quanto das resistências locais que surgem das imposições de caráter universalista”.

O fato de ser um ser humano dá ao indivíduo todos os direitos e, que são garantidos pelas normas criadas pelos próprios homens contemplando a dignidade de suas liberdades mais básicas, individuais e coletivas e, para traduzir-se num convívio social que entrelace a todo tempo ao ego do indivíduo normal em qualquer parte da Terra, em qualquer momento da vida, e sem atrelar essas vivências a quaisquer tipos discriminatórios de preconceitos e violências, seja pela cor da pele, da religião, da nacionalidade, do gênero, da orientação sexual ou da política, pois o patrimônio maior da humanidade

é o homem, a sua satisfação pessoal e coletiva deve ser tratada com transparência e responsabilidade, pondo as suas intelectualidades e sentimento em prol do seu próprio bem e do bem da sua coletividade, em prol da nossa explícita humanidade, engrandecendo a alma e o espírito de todos.

Refletir sobre preconceito e a violência velada contra os negros, índios, LGBT e outras *minorias em direitos*, nos leva a um pensamento dos tempos os donos do poder e a humanidade não sabiam que a terra era redonda. O pensamento atual, além de se saber que a Terra é redonda, traz consigo os movimentos pela outorga dos direitos às *minorias em direitos* e que são bandeiras que transcendem as fronteiras locais e com isso internacionaliza as ações em prol da *causa minorias* e, encontram eco no meio dessa nossa sociedade ainda predominante egoísta e composta pelo individualismo, mas já aflorando a sensibilidade de uns poucos, para uma evolução e crescimento da busca por um redimensionamento dos direitos que cabe a cada indivíduo, a cada grupo, a cada sociedade, como também para reescrever preceitos éticos e morais dos saberes e dos direitos universais para a humanidade, na contemplação da igualdade entre os homens.

Essa reflexão nos indica o caminho que levou as *minorias em direitos* a se tornarem subjugadas e relegadas a subsistência, foi para gerar a satisfação plena dos donos dos ditos *saberes universais*, no aquecimento das suas economias para o enriquecimento dos reinos, impérios, igrejas, etc., para isso acontecer a contento, cobriam com o manto da salvação os cometedores das atrocidades contra esses povos considerados *inferiores*, explorando-os e escravizando-os num desrespeito total aos direitos humanos dessas pessoas e, em nome de deuses, reis e santidades. A religião era uma força contínua. O pecado aqui parecia ser somente para aquele que trouxesse o menor lance, o menor pagamento, a menor riqueza. A proeza da absolvição dos pecados era uma medida regada através das conquistas de terras, ouro e prata pertencentes aos povos que, posteriormente, foram considerados e intitulados minoritários, ingênuos, bárbaros, inferiores, etc., justificativas dadas para encobrir os reais interesses por traz dessas atrocidades.

Nesse universo, o povo europeu considerado perfeito, tomava à força, os costumes, as crenças, as riquezas intelectuais e naturais, pela pura cobiça daqueles que se julgavam donos dos inequívocos ditos "*saberes universais*" e, abençoados pela enigmática figura de um Deus castigador dos *outros inferiores* e ricamente benevolente, ajudante e impulsionador da economia dos '*sábios*' povos do ocidente – *os seres superiores* –, uma raça que se autoproclamava pura, uma supremacia celeste comandando a vivência na terra, um acórdão entre poderosos para a efetivação e coroamento da elite como dona do poder e perfeita para dominar o pensamento individual e coletivo desses indivíduos já *subalternizados* e explorados.

Assim se chegava ao governo totalitário que conquistava, ou melhor, surrupiava o pensamento coletivo, o que conspirava para um cataclismo do direito das classes *minoritárias* e menos esclarecidas dentro de uma sociedade, como também, para o descarte dos *saberes locais* dadas as circunstâncias impositivas de um pensamento ocidental motivado pela expropriação das riquezas, dos sentimentos e das culturas dos povos classificados como ingênuos, fracos, preguiçosos, bárbaros e, frente aos *saberes universais*, tirado de um *ponto zero* imaginário no qual um indivíduo ou um pequeno grupo de indivíduos, dizia-se

isolado de tudo e de todos e assim, conseguia entender e discursar sobre a vida e os costumes de povos de outras sociedades, de outras culturas e até de outros continentes. Era uma ludibriação requintada só *pra europeu ver*, numa substituição intencional do ditado popular: “pra inglês ver”, era uma *práxis* revolucionária apoiada pela Igreja, reis, imperadores, a burguesia, etc., e ao tempo que aumentavam o capital barateavam os custos de produção.

Segundo Marilena Chauí (2002), a reprimenda das culturas da Polinésia e da Melanésia, das tribos norte-americanas, dos índios sul-americanos e das africanas, era com os desígnios de palavras sagradas, com significações e simbolismos mágicos, divinos e, essencialmente práticos e necessários para se plantar uma monocultura do saber no meio desses povos, tornando-os obedientes e submissos ao poder da Santa Igreja.

[...] Nas culturas das tribos norte-americanas, fala-se de *orienda* (...), referindo-se ao poder mágico possuído por todas as coisas, dando-lhes vida, vontade e ação, força que se pode roubar de outras coisas para si, que se pode perder quando roubada por outros seres, que se pode impor a outros mais fracos.

Entre as culturas dos índios sul-americanos, o sagrado é designado por palavras como *tunpa* e *aigres*. Nas africanas, há centenas de termos (...), mas o termo fundamental (...) é *ntu*, “força universal em que coincidem aquilo que é e aquilo que existe”. (CHAUÍ, 2002, p. 297).

O domínio da amplitude do universo interior do indivíduo, pela Igreja postulando a salvação dos pecados e o posterior recebimento do indivíduo no reino celeste, mesmo que para isso acontecer, o homem tivesse que se sacrificar física e mentalmente, abrindo mãos de suas ideologias e sentimentos em benefício do proveito das finanças das congregações e dos seus pregadores, fomentando e disseminando assim entre os fiéis, uma cultura pela procura por promessas e garantias para se alcançar a salvação de suas almas impuras e necessitadas de absolvição dos pecados, o que exigia além da obediência cega do indivíduo, a sua entrega física e mental a serviço da palavra da salvação.

Perguntamos a ativista M: como o movimento LGBT vê essas hipocrisias dentro de doutrinas que poderiam ser proferidas para engrandecer ao ser humano?

É, na verdade, é muito disso mesmo: hipocrisia. Porque na verdade, aquela coisa: ‘faça o que eu digo e não faça o que eu faço’. Então, há um certo temor, eu acho, das igrejas de trazer esses discursos à tona e por isso, eles tentam a todo tempo, meio que camuflar as temáticas [...] de direitos humanos, principalmente a temática LGBT, porque há um temor que dentro dessas igrejas poderão vir outras histórias, outros momentos, outras pessoas que, como você mesmo diz, nas reportagens se você olhar, a pedofilia ela ‘tá’ dentro desse lugar, não que a pessoa LGBT seja pedófila, mas ela é associada diretamente a essa pauta. Então quer dizer, são questões que podem vir [...] entrelaçadas com a temática da sexualidade e poderão vir à tona, até a própria questão de muita homossexualidade dentro da própria religião, né? [...] Algumas religiões [...] são várias [...] mas

principalmente aquelas que falam que não [...] têm, que contestam, mas a gente vê os exemplos aí de muitos sacerdotes que são. Em contrapartida, na nossa religião, os sacerdotes são assumidamente muitas vezes homossexuais ou transexuais ou lésbicas, enfim e, o respeito dessa ancestralidade africana ou enfim, da matriz africana, ela é muito comum, porque você respeita a pessoa, o corpo e o espírito, né? Enfim o Oxá no qual ele vive. Então, são várias leituras para você pensar, de que forma o movimento vai ver isso, mas muito é esse [...] temor, esse pânico moral de dizer que não, na minha igreja não tem isso, por que talvez eu queira ser isso e não posso ser. Eu sempre digo que [...] o maior agressor, maior violador dessa pauta é aquela pessoa que não [...] encontrou ainda a sua própria [...] sexualidade, a sua orientação [...] não se compreende e aí ele prefere agredir muitas vezes ou fazer o silêncio pra não desestabilizar. (M, Ativista LGBT).

Marilena Chauí (2002) considera como finalidades próprias religião, a passagem para o sagrado pela experiência religiosa, a proteção dos seres contra o medo da natureza, o oferecimento de consolo aos aflitos, amenização das dores físicas e psíquicas do indivíduo e, primando pelo respeito às normas e às regras da moralidade pela religião.

A invenção cultural do sagrado se realiza como processo de simbolização e encantamento do mundo, seja na forma da imanência do sobrenatural no natural, seja na transcendência do sobrenatural. O sagrado dá significação ao espaço, ao tempo e aos seres que neles nascem, vivem e morrem. (CHAUÍ, 2002, p. 308).

As características do indivíduo, como a cor da pele, o tamanho do crânio, as vestimentas dos indivíduos, o modo de se portar e falar, as suas culturas próprias e locais, a falta de entendimento das línguas dos invasores, serviam de pretextos para a discriminação e para a criminalização do ser humano e conseqüentemente, para conseguir a aprovação que se pudesse justificar perante a sociedade, pela tomada e a apropriação destes e de seus bens e, para a conseqüente introdução da monocultura do saber, impondo o saber ocidental com o intuito da subalternização do saberes milenares desses povos e a erradicação dos seus costumes tidos como primitivos e, inculcando neles um pensamento de subordinação, subserviência e de incapacidade de gerir seus próprios passos.

As *minorias em direitos*: as etnias, os LGBT e as várias opções de vida de muitos dos seres humanos são criminalizadas pelos ditos *saberes universais* de um pensamento pedante de pessoas intelectualmente nefastas que tem a vontade de querer comandar o planeta Terra, desejando aniquilar culturas inteiras, vezes até raças inteiras, do meio da sociedade global e, em detrimento de interesses de classes obscuras e que outorgam a si poderes absolutos com o intuito de invalidar assim, os *saberes locais* e culturas inteiras, como também, para eliminar as perspectivas de um crescimento sólido e democrático entre indivíduos, o que culminaria em um elo para barrar e acabar com o preconceito e a ignorância dos seres ditos *normais* da contemporaneidade, e para estudar e criar normas igualitárias para regular de maneira justa, as relações sociais em comunidade e elevando o respeito à contemplação das suas condutas de vida e dentro do roteiro das liberdades individuais.

O clareamento das discussões para uma busca eficaz dos direitos das *minorias em direitos* encontra eco legítimo na interação justa dos direitos do indivíduo, dentro ou não de uma coletividade e que, no Brasil, deveria ser garantidos pela Constituição Federal, conforme prega o Art. 5º, mas falta a criação de especificidades normativas para proteger os grupos sociais considerados minoritários e marginalizados, gerando um descalabro de impropriedades, tamanha a miopia dos grupos homofóbicos, dos anticristos, dos nazistas, etc., que caminham na contra mão dos novos tempos.

O pertencimento do corpo é de responsabilidade ou propriedade do próprio indivíduo, que deve ter garantido o direito ao seu bem, pois, a matéria corpo diz respeito ao seu próprio ser, à sua própria vida; o *outro* – o que se autodenomina um *ser superior* e *universal*, não pode contemplar nem reivindicar direitos sobre o seu eu particular, ninguém senão o seu proprietário, o próprio ser, tem o direito de usá-lo, seja física ou intelectualmente, salvo por desejo e opção daquele que é o seu dono, o próprio indivíduo no seu particular entendimento do que seja melhor para ele.

Entrevistamos um casal gay e, nos foi informado por X que, já trancara o seu curso na UFPI em Teresina – PI com medo de atentarem contra a sua integridade física, visto que verbalmente já o tinham feito, pois colegas de turma, criaram um grupo no WhatsApp para persegui-lo e, um professor que ministrava aulas em sua turma, o marcou como uma *persona non grata*. A mãe de X apoiou a sua decisão por ser gay. Enquanto que Y, seu companheiro, não teve a mesma sorte. Informou-nos ser bulinado diariamente pela mãe e pelo seu irmão e que, estes nunca aceitaram a sua postura *desviada*, embora nunca tenha assumido para a família a sua opção sexual, a mãe o atormenta sempre e, ele para diminuir os problemas caseiros, usa as roupas que gosta na rua e ao voltar para sua casa, troca-as por roupas mais *comportadas*. Confiram parte da entrevista:

[...] Estávamos eu e ele, a gente estava jogando cartas de tarô e dando alguns beijinhos
 [...] Tem um segurança do shopping que ele persegue a gente [...] Ele pediu para a gente parar de demonstrar afeto, pois poderia incomodar as mães porque elas estavam com crianças aqui na praça de alimentação aqui no shopping [...] Fiquei indignado, a gente ia assistir um filme. Não consegui assistir o filme direito [...] Fiquei muito triste [...] Eu cheguei em casa, liguei para o disque 100 para fazer a denúncia [...] Entrei em contato com o shopping e não deu em nada. E sempre que a gente vem [...] o mesmo segurança [...] O pessoal do disque 100 chegou a uma pessoa [...] Ela deixou um número mais não consegui falar com ela [...] Procurei a direção do shopping, eles me responderam, pegaram alguns dados e ficou por isso, não me respondem mais [...] E sempre que nós estamos aqui no shopping ele fica rondando a gente [...] Da última vez, a gente estava comendo, ele parou do nosso lado [...] e ficou encarando [...] Quando a gente é ouvido, a gente tem vontade de contar bastante o que acontece com a gente, já que ninguém escuta a gente e a direção do estabelecimento que a gente frequenta não se interessou em fazer algo. (X, 23 anos).

Y desabafou e falou da decepção que tem para com a família:

Até por que a gente não se sente bem lá [...] Em casa eu não me sinto bem, minha mãe fala, tipo, ah veado tem que apanhar [...] Como eu não me sinto bem, eu até saio de casa e fico o dia todo fora [...] O dia que eu fico em casa é o pior dia da semana, por que tem o meu irmão falando, tem minha mãe que concordando. E como a gente não se sente bem dentro de casa, a gente prefere ficar fora, certo? (Y, 20 anos).

A *práxis* costumeira de se ferrar o gado para indicar a quem pertence a sua propriedade, não pode ser exercício ou prática do poder para inibir o ir e vir do indivíduo, como por exemplo, a atribuição de rótulos que só depreciam o indivíduo humano e, o leva muitas vezes, a um enclausuramento íntimo e psicológico, trazendo a ele, a ansiedade, a depressão, a perda da sua identidade e, por fim, em atos de isolamento total, o ser pode chegar a eliminar as breves e alegres cores do seu viver.

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...). (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, Art. 5º).

Homofobia deriva-se de *homo*, pseudoprefixo de homossexual e *fobia* do grego, que significa: medo, aversão irreprimível e significa a atitude e o sentimento negativo – a raiva, o desprezo e a antipatia – que o indivíduo nutre ou sente em relação a pessoas homossexuais, bissexuais, transgêneros e pessoas intersexuais, tentando invalidar a premissa de que todos nós somos iguais e contemplamos os mesmos direitos e deveres perante as leis do universo e prerrogativas das normativas das leis escritas pelo homem. Junqueira indica o surgimento do termo homofobia:

Surgiu nos anos 70 nos Estados Unidos, e basicamente consiste na aversão, ódio a pessoas que optam por ter relações homossexuais ou de qualquer forma tenha uma orientação diferente da que é aceita pelo seio da sociedade. (JUNQUEIRA, 2007).

Segundo um levantamento divulgado pelo Grupo Gay Bahia (GGB), foram registradas 126 mortes de LGBT no Brasil no primeiro trimestre de 2018. O Estado de São Paulo ficou no topo da lista com o registro de 19 episódios de violência contra a população LGBT. O estado do Ceará, considerado o mais violento do Nordeste, registrou 9 mortes e Alagoas, registrou 6 homicídios e 3 suicídios. Minas Gerais: 8 mortes; Rio de Janeiro e Pará: 7 casos cada um; Sergipe, Mato Grosso do Sul e Santa Catarina: 1 caso para cada um.

Esses números acima mostram os casos registrados pelo Poder Público, mas a realidade pode ser outra, pois muitos dos casos de homicídios e suicídios da população LGBT não são tratados como tais.

Segundo Borna (2009) o homossexualismo tão combatido hoje com repulsa, era civilmente tolerado em algumas sociedades no passado, a exemplo da grega.

As relações homossexuais eram vistas em uma posição social hierarquicamente superior às relações heterossexuais, tendo inclusive uma função civil, pois eram a partir delas que o jovem grego passava a ser visto como cidadão. (SILVA; BORNIA, 2009, p. 37).

A homossexualidade no início do Império Romano era normalmente aceita, depois com o decorrer do tempo, sofreu modificações e restrições.

A segunda Guerra Mundial foi um exemplo da personificação do mal na personalidade do homem, contrastando com o pensamento de um Deus Protetor, vem à sena o nefasto Hitler, corroborado pelos estudos de altos e renomados catedráticos – os donos dos ditos *saberes universais* –, que classificaram, dividiram e atestaram a humanidade como *raças superior* – a europeia – e *inferiores* – os demais povos. Hitler ativado pela ganância econômica e, com um particular senso de um *nojo racista* exponencial que ainda não se tinha visto ser declarado na face da Terra pelos contra os seres ditos *inferiores* e, em nome de uma *superioridade da raça ariana* fajuta, já que os alemães não tinha a autonomia financeira na época, e com um discurso de eliminação dos indivíduos impuros da raça humana, extirpou e extinguiu uma parcela significativa da humanidade e, isso, aconteceu não só contra os homossexuais, como também contra os judeus, os ciganos, os negros, etc. destinando a estes a pior sorte com graves violências além dizimar milhões de pessoas em prol de um pensamento de limpeza étnica, apoiado pela sociedade alemã e outras nações, quando primeiramente, encurralaram os judeus e outras *minorias em direitos* em guetos e tomaram as suas posses – as suas riquezas – e posteriormente autorizados pelo clamor dos alemães, os jogaram em trens da morte que os levavam aos campos de concentrações e, donde pouquíssimos saíram com vida.

É entristecedor saber que a humanidade ainda não aprendeu que a tirania em sua vilania, não poupa os velhos nem as crianças, não poupa as etnias nem as classes ou grupos sociais e não se atrela em verificar os direitos que cabe ao ser humano. E não entendem que, se essas contendas de extermínio em massa pudessem ser dadas por terminadas em algum tempo da existência viva do homem, ainda assim, os ditadores sangrentos haveriam de buscar novas fórmulas e novas rotinas para perseguir as novas e ditas *raças inferiores* e se, não houvesse mais povos diferentes nem *inferiores* a serem massacrados, certamente, haveriam de guerrear entre si até a implosão total da humanidade, até o cumprimento da promessa apocalítica da chegada ao fim dos dias, ao fim dos tempos. Assim, profetizado e cumprido, a humanidade deixaria de sonhar e seus pesadelos abraçariam a vida com a morte e findavam com a existência do homem na face da Terra.

Em seguida ao término da Segunda Guerra Mundial, o Movimento dos Direitos dos Homossexuais começou a sair do armário e a se estruturar nos Estados Unidos da América e na Europa, procurando a descriminalização da homossexualidade e a busca pelo reconhecimento dos direitos civis. O homossexualismo, oprimido por séculos, abriu o leque de cores no início da década de 1970 modificando o pensamento sobre o assunto e, principalmente, pela exclusão da homossexualidade do Código Mundial de Doenças pela Organização Mundial de Saúde, em 1990.

O Brasil carece de políticas públicas para o atendimento das *minorias em direitos*, isso é alarmante em todos os sentidos e, do ponto de vista da saúde, esses grupos são relegados ao desprezo assistencial e são excluídos com base em suas opções de sexualidade ou pela cor da pele ou ainda pela sua condição financeira frente à sociedade.

As aparências dos indivíduos e o dito tipo de comportamento sociável *desviado* da população LGBT são motivos que refletem a maneira com que os profissionais de saúde discriminam o atendimento àqueles que necessitam das instituições públicas para fazer quaisquer procedimentos relacionados à saúde, seja pela homofobia presente ou simplesmente pela irresponsabilidade dos operadores da saúde.

A administração do bem público, quase sempre nega assistência adequada aos indivíduos das *minorias em direitos*, legitimando preconceitos no ambiente de atendimento, ou seja, dentro de repartição do Estado criada para atender a todo e toda cidadã, independente da sua identidade de gênero, da cor da sua pele ou da raça de pertencimento desses indivíduos. Esse fervor de hipocrisia moral revela o quão ainda devemos crescer em direitos humanos e no reconhecimento de que todos tem um lugar no espaço mesmo que exista uma *normalidade* ou *anormalidade* da individualidade de cada ser, achada por outro ser desprovido de fraternidade, não deve haver prejuízo no atendimento nem prejuízo para a saúde do ser que buscou atendimento.

As cores do arco-íris vem, certamente, assegurando suas tonalidades nos céus no Brasil, especialmente na região dos “cabras da peste” e dos “cabras macho”, sim senhor, o Nordeste e, finca as sua cores na grande região de Picos, onde vimos recentemente a mobilização da militância LGBT buscando a ascensão dos direitos dos homossexuais em território picoense e, mostrando a realidade dessa população que ainda é desconhecida por boa parte dos indivíduos que habitam a nossa região e abrindo com isso, caminhos para a castração e erradicação da homofobia no grande Vale do Rio Guaribas.

Esses diálogos centrados positivamente na busca pelos direitos humanos devem continuar existindo no âmbito das jornadas e no intercâmbio entre os militantes da causa LGBT, das minorias éticas, culturais, da feminidade, da pobreza extrema e a sociedade de um modo geral, mostrando a essencialidade da altivez dos seus movimentos e devendo ser atrelada aos saberes mundiais que hoje são adubados pela descentralização dos ditos *saberes universais*, para que a *descolonialidade* encontrada em curso e discurso, com seus estudos antropológicos, filosóficos e políticos, encontre um eco positivo na instauração, ou melhor, na restauração dos direitos civis devidos a esses povos ou classes minorias e que, há muito tempo sucumbira na poeira de ditames autoritariamente plantados na vida desses indivíduos.

A nossa opinião, é que a história escrita tem o pensamento colonial dos ditos “*saberes universais*” e, a Antropologia hoje, é um elo canalizador que pode canalizar *saberes* isentos de hipocrisias para promover na atualidade, estudos para a evolução dos povos classificados como minoritários em sociedade e buscar o entendimento da história para desmistificar orientações dominadoras de outrora; embora essa mesma ciência no passado, tenha servido de ponte para que os seres da suposta *sabedoria ocidental*

e, para enclausuramento das almas, dos corpos e das mentes dos indivíduos classificados e atestados como *seres inferiores* e, por isso, doutrinados indignos de direitos pela sociedade.

Os suicídios, os assassinatos e os crimes em geral cometidos contra indivíduos da população LGBT, vem crescendo assustadoramente a cada ano pela permissividade de pessoas *sociáveis*, e com o aval da negligência dos poderes públicos e de uma dogmática que perdura há séculos e enaltece a homofobia, sendo agravado ainda pelo eco que encontra na ausência ou vergonha da família em relatar os crimes cometidos contra os LGBT, numa rotulação vergonhosa e classificados como *indivíduos desviados* e pertencentes à classe colorida do arco-íris e, excluindo-os do convívio social amigável e de direito.

Ainda pode haver dentro de uma classe, indivíduos mal resolvidos mental e sexualmente, alheios aos seus verdadeiros e próprios quereres que, possivelmente ancoram força ao seu opressor em detrimento dos seus próprios direitos, relegando a si e a outros, a oportunidade de conter a efervescência dos ditames da sociedade majoritária e preconceituosa habituada a comandar ao toque da repressão, as ideias, os sentimentos individuais e coletivos que não estejam nos padrões etiquetados pela sociedade *normal*.

No primeiro trimestre de 2018 foram registradas 126 mortes de LGBTs no Brasil, conforme levantamento divulgado pelo Grupo Gay Bahia (GGB).

A violência é crescente e assustadora em todas as classes consideradas *minorias sem direitos*, nestas os indivíduos continuam em ascendência do ponto de vista da criminalização e relegados à pomposa ignorância obscena e preconceituosa de uma sociedade putrificada e de uma cegueira tamanha que viola os direitos universais dos indivíduos ora julgados ao bel prazer da hipocrisia dos maus costumes dos homens autodeclarados senhores do *saberes puros*, o que o podemos aqui classifica-los como os *senhores de engenho* dos tempos da escravidão, dos tempos em que para um *ser menor* não lhe era dado o direito de fala, o direito de voz.

O Relatório Violência Contra os Povos Indígenas no Brasil – Dados 2017, do Conselho Indígena Missionário (Cimi), mostra uma elevação do número de casos de violência contra os índios em 14 índices. No primeiro capítulo do intitulado “Violência contra o patrimônio” houve o aumento em três indicadores analisados: omissão e morosidade na regularização de terras (847 casos); conflitos relativos a direitos territoriais (20 casos); e invasões possessórias, exploração ilegal de recursos naturais e danos diversos ao patrimônio (96 casos registrados).

Olhando a população negra (pretos e pardos) e comparando com a população não negra (brancos, amarelos e indígenas), as taxas relacionadas à violência letal, vemos claramente maior a desumanidade na desigualdade posta contra esse povo. Vejamos o comparativo das taxas de criminalidade, segundo relatório institucional: altas da violência:

[...] Em 2016, por exemplo, a taxa de homicídios de negros foi duas vezes e meia superior à dos não negros (16,0% contra 40,2). Em um período de uma década, entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios de negros cresceu 23,1%. No mesmo período, a taxa ente os não negros teve uma redução de 6,8%. Cabe também comentar que a taxa de homicídios

de mulheres negras foi 71% superior à de mulheres não negras. (VIOLENCIA CONTRA NEGROS, 2018, p. 40).

O autoritarismo é um *desvio de retidão* para com o próximo, é um desregramento psicossocial de *uns poucos* – aclamados como *maioria* nesse contexto somente pelos poderes que têm em suas mãos usurpados de outrem – que aniquila os direitos que os seres humanos têm em gerir rotinas de vida diferentes ao gosto de suas satisfações pessoais ou de seus grupos, intentando em burlar ou impedir a busca pela felicidade à qual faz jus todos os indivíduos, toda a humanidade.

A liberdade do indivíduo é condição essencial para o entendimento do ser nas suas particularidades, intimidades e na interpretação das suas vontades frente aos desejos da *carne*, do corpo e, principalmente do sentimento individual de cada um na manifestação aguda do querer fecundo e na altivez do sonho que busca a concretização da felicidade.

Para Simone de Beauvoir (S/D), a fortaleza de quem oprime é a satisfação de cumplicidade dos seus próprios servos: “O opressor não seria tão forte se não tivesse cúmplices entre os próprios oprimidos”.

A 12ª Jornada Nordestina LGBT nos mostrou a complexidade da sexualidade humana e, principalmente se relacionada com a opção de gênero que indivíduo é passível e, ainda mais quando essa decisão é voltada para uma vontade considerada não convencional.

A dura realidade postada nas declamações dos sofrimentos dos LGBTs no auditório do Colégio PREMEN para uma plateia significativa de pensamentos anti-homofóbicos, mostrou a dureza da vida vivida por eles como também a perspicácia daqueles que de cabeça erguida e sem medo da arbitrariedade costumeira e hipócrita de nossa sociedade, costuram suas cores num universo predominantemente egoísta e carente de absolvição.

O termo mais apropriado para designar essas desigualdades da sociedade moderna, seria *minorias em direitos* e não simplesmente *minorias*, pois apontando somente para esta última, trata como se o quantitativo não influenciasse os resultados e, sabemos que uma *minoria em direitos* quando é maioria no quantitativo de pessoas e se organizada, pode gerenciar resultados diferentes e positivos para uma classe, uma sociedade ou um povo, o que refletiria na satisfação individual de cada um e no prosseguimento de um ritmo de vivência em sociedade mais equilibrado e mais justo, respeitando as ideologias do homem e deixando-o evoluir em pensamentos e sentimentos, sem importar para os demais membros de uma sociedade a maneira que o indivíduo vai se comportar com o uso do seu corpo.

A escolha da maneira de viver individual ou de um grupo que comungue as mesmas características não pode ser interrompida ou negada só porque os outros não partilham da mesma característica de comportamento daquele indivíduo ou daquele grupo. Essas *minorias em direitos* não devem sofrer conseqüências viabilizadas pelo preconceito de mentes turvas e centradas ainda no errado pensamento dos *saberes universais* pensados de um ponto fixo imaginário tirado da cabeça de um só ou de um pequeno grupo *majoritário com direitos* e em um quantitativo de elementos inferior, pequeno em relação ao grupo

considerado inferior, portanto sem representatividade legal para legislar sobre as *minorias em direitos* cujo quantitativo de elementos supera o outro que se considera superior.

A covardia e a hipocrisia estão presentes em nosso mundo desde o início dos tempos e, diz-se que até os santos tiveram sua contribuição maciça na evolução das aberrações do sentimento do homem. Comparamos ou igualamos esses sentimentos à ira que no descompasso do correr da vida e da história, irradia vibrações negativas sobre o querer de sonhos das pessoas, independente dos querereres, individuais ou coletivos, e em detrimento da postura equivocada de uns, postulantes de um querer só, egoísta e mesquinho, do querer próprio seu e, tomando o que é de direito dos demais, invocando para si a divindade do ser Deus, do poder do fazer tudo e, na certeza que seus ditames sejam abraçados sem questionamentos nem objeções pelas *minorias em direitos*.

A maioria dos autores indica a classificação *minorias* para os indivíduos, as classes, as sociedades ou povos que têm seus direitos individuais e coletivos expropriados, mas em nosso ponto de vista é salutar destacar que algumas classes, algumas sociedades ou alguns povos, na verdade não são *minorias* em quantitativo de indivíduos ou pessoas, elas são *maiorias* que na conceptualização dos dominantes, dos mandantes do poder, trouxeram o advento da subjugação classificatória e discriminatória dos seus saberes intelectuais e culturais dessa parte ora desafortunada da humanidade, em um paradigma de inferioridade pré-estabelecida e imposta à força goela abaixo daqueles que não têm a organização econômica nem uma composição de recursos materiais para um enfrentamento dessa alocação de classe inferiorizada que continua a parametrizar o comportamento do indivíduo de acordo com os conceitos e desejos de *uns seres superiores* no seio da contemporaneidade.

As religiões convergiam para uma adaptação do indivíduo no sentido dele não conseguir levantar a sua cabeça ou elevar os seus pensamentos nem tampouco desenvolver as suas intelectualidades e as suas percepções de mundo e de gentes. Era como se as palavras proferidas fossem sagradas, gerando um efeito hipnótico no indivíduo que bloqueava o seu campo mental e assim, liberava só as satisfações induzidas pelo poder dos sermões dos profetas da salvação – os emissários de Deus –, os conquistadores e salvadores das almas pagãs.

As ideias do ser que se deixa levar pela promessa de uma salvação em um reino celeste imaginário, é visivelmente notáveis pela falta de proposição de muitos indivíduos em analisar o meio em que vivem e os dogmas ultrapassados levados a eles como profecias messiânicas e, que os alienam, servindo como condição essencial e necessária para emergir a força material para muitos dos seus gestores – os sacerdotes –, os profetas da palavra salvadora do Santo Cristo.

Como diminuir as feridas que a religião, através dos seus pregadores, cravou uma verdadeira cruz na história da humanidade, quando em nome de divindades celestes – os Deuses –, queimavam vivas as vozes que contradissem os seus postulados?

As religiões fomentaram para o bem de uns poucos – os poderosos dos *saberes universais* – e malefícios de outros tantos – as *minorias sem direitos* e dos ditos *saberes locais* –, uma cadência de atrocidades atentadas contra a moral e a integridade física dos povos menos favorecidos, das minorias étnica-raciais

e, contra aqueles que colocavam seus pensamentos em confronto com as doutrinas postuladas pela Igreja e seus sacerdotes.

Associando-se aos mecanismos de poder dos imperadores, dos reis, dos exércitos e dos Estados, a Igreja Católica mostrou-se como sentinela da verdade universal que supostamente libertaria todo o mundo do pecado, do sofrimento infernal e levaria toda à humanidade à salvação e à vida celestial. A Santa Inquisição nasceu como instrumento divino, útil a profilaxia social, homogeneização cultural, hierarquização ético-racial, e padronização do pensamento político e espiritual. Nesta perspectiva, o cristianismo e a Igreja se proliferaram como um câncer no corpo social e decadência da moral da sociedade ocidental, por todos os lados do mundo moderno, sobretudo para o acúmulo de capital, concentração de riquezas e limitações do poder material. (...) (MAFRA, 2015, p. 56).

A classe social a qual o indivíduo pertencesse, não importava, quando da oposição velada às regras da Santa Igreja, era ofensa que ia desde a prisão em calabouços ou torres a assassinatos com enforcamentos, a queima do indivíduo em fogueiras, etc., tudo em nome de um Deus que mesmo tendo uma bondade divina posta no sonho da salvação dos pecadores, punia seus adversários com uma crueldade que deixaria muitos psicopatas no chinelo e, ainda assim, atualmente na modernidade contemporânea dos tempos, indivíduos pagam dízimos, doam propriedades e às vezes tiram a comida da boca do filho para pagar uma promessa feita e supostamente atendida pelo seu Santo Protetor ou pelo Deus Salvador que teria concedido uma graça para si ou para um ente querido e, mesmo com todo esse frenesi religioso, o homem não consegue sentir piedade pelo próximo nem tira um punhado de farinha para dar ao pedinte faminto que bate à sua porta, que implora de joelhos por um pedaço de pão.

Esses catequéticos, na maioria das vezes, não sentem apreço pelo próximo, ajoelham-se nos sermões da vida e derramam-se em hipocrisia os seus prantos de lágrimas e, para buscar e garantir a salvação celeste prometida por um Deus bondoso – o Todo Poderoso – e por isso, o pecado aqui na Terra pode ser cometido e depois ludibriado e ofuscado pela leitura e má interpretação dos mandamentos ditados pela Bíblia, já que o Reino Celeste lhes esperam com o manjar da salvação.

Piedade é uma palavra encontrada inúmeras vezes do Novo Testamento, mas não tem significado ou sentido de dar ajuda nem de se ter compaixão ou empatia pelo próximo e sim para justificar a adoração a Deus, como podemos observar em II Timóteo 3,12: “E também todos os que piamente querem viver em Cristo Jesus padecerão perseguições” e em I Timóteo 3,16: “E sem dúvida grande é o mistério da piedade (...)”. Estes versículos por si sós já justificariam o sofrimento ao qual o homem deveria estar preparado para suportar a obrigatoriedade de seguir aos mandamentos divinos, sem clemências e sem o poder ou direito de o indivíduo reclamar por possíveis insatisfações, pois *piedade* é um mistério e como todos os mistérios do universo – na interpretação lúcida que se faz desta palavra junto aos versículos citados do Novo Testamento –, só um Ser Supremo teria o poder onisciente para a sábia aplicação desta palavra e, certamente, Ele não a aplicaria para atenuar o sofrimento de reles mortais,

impuros, inferiores e fáceis de serem domesticados para contentamento dos doutrinadores religiosos e seus iguais.

Para Nietzsche (1844 – 1900), a superioridade de uma espécie dominadora opositora da espécie inferior e baixa, foi determinante para originar a oposição entre bondade e maldade como indicativo de valor hierárquico, o que nos faz crer que, fora usado pelos *seres superiores* para impor o seguimento e obediência das doutrinas pelos seus subordinados ou *subalternos*.

O ponto de vista da utilidade é totalmente estranho e inaplicável quando se trata da fonte viva dos juízos de valor supremos que fixam e determinam a hierarquia: foi o sentimento, não a utilidade – e não uma hora de exceção, senão em todo o tempo – repito, a consciência da superioridade e da distância, o sentimento geral, fundamental e constante de uma espécie inferior e baixa, que determinou a origem da oposição entre “bom” e “mau”. (O direito de dar nomes vai tão longe que se pode considerar a própria origem da linguagem como um ato de autoridade que emana daqueles que dominam; eles dizem: “Aí está o que é isto e o que é aquilo”, apõem seu selo sobre todas as coisas e todos os acontecimentos por meio de um som e, de alguma forma, se apoderam desse fato). (NIETZSCHE, 2017, p. 23).

Os ensinamentos do dominador ou do dito *ser superior* leva uma incandescência que entranha nos seus juízos e nas mentes dos seres dominados – as *minorias sem direitos* – e a dissipação desses saberes que lhe foram embutidos nem sempre se abrem à luz de um querer ou à coragem de se rebelarem contra os seus algozes para gozarem da prazerosa liberdade em trilhar os seus próprios caminhos e executar os seus próprios destinos.

Vejamos alguns pontos da entrevista da iluminada K, ativista do movimento LGBT:

Eu fui vereadora três vezes, fui vice-prefeita, hoje eu sou [...] coordenadora dos idosos. [...] Lá eles têm tanto respeito a mim [...] Eles tem eu como uma mulher, a dona K. [...] É uma região de cabra-macho que tem respeito pelo travesti [...] Eu abri as portas pra todo movimento social LGBT [...]. (K, Ativista LGBT).

Considerações Finais

A aceitação do indivíduo como ele o é e, o que ou quem ele deseja ser nos seus pensamentos e comportamentos de vida, e as suas orientações culturais, sexuais e políticas inerentes a toda pessoa humana é uma diretriz que acompanha o andar evolutivo da história humana junto ao direito de ir e vir, ser ou não ser de cada um, de deixar o outro querer ser o que achar de melhor para si, usando o seu corpo na prazerosa e breve licença da vida. O adição de sabores desejados às suas vidas é um direito fundamental que o homem tem para si e não diz respeito a outrem nem pode o ser tirado à revelia do seu desejo, do seu direito, como também terceiros não podem nem devem exigir a incubação da sexualidade no armário do silêncio nem o arquivamento das alegrias e pretensões do viver e sentir a vida no preconceito da sociedade.

A vida é uma curtição responsável, uma dádiva além-sóis e luas, um grão de areia no deserto, uma gota d'água no mar de tão alto valor quanto o brilho do sol para a existência e florescimento da natureza. A vida é um peito incontido de emoções.

Devemos viver a vida com a intensidade máxima que alcançarmos e para o êxito de uma felicidade plena, resolvida, consciente e de acordo como objetivos postos e traçados para nossos sentimentos.

A celebração da vida deve ser constante em nossos dias e deve rentável do ponto de vista da satisfação pessoal de cada indivíduo que se preste a enveredar nos caminhos que levam à felicidade!

Referências

BÍBLIA. Português. **A Bíblia sagrada**: o velho e o novo testamento. Tradução de João Ferreira de Almeida. – Barueri, SP: Sociedade Bíblica do Brasil, 1969.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto consolidado até a Emenda Constitucional nº 72 de 02 de abril de 2013. – Brasília: Senado Federal, 2013. Disponível em: <<http://www6g.senado.leg.br/busca/?portal=Transpar%C3%Aancia&q=constitui%E7%E3o+federal+de+1988>>. Acesso em: 09 dez. 2018, 17h40.

BRASIL. **Violência contra negros**. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br/portal/imagens/stories/PDFs/relatorioinstitucional/18064atlasdaviolenca,2018.pdf>>. Acesso em: 15 nov. 2018, 16h40.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral: a busca dos fundamentos** / Leonardo Boff. 9. ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

CEPAL. **Os povos indígenas na América Latina**. Santiago, Chile: Nações Unidas, 2015 Disponível em: <https://www.cepal.org/pt-br/publications/list?search_fullt>. Acesso em: 25 dez. 2018, 18h45.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia**. Marilena Chauí. 12. Ed. – São Paulo: Editora Ática, 2002.

COLAÇO, Thais Luzia. **Novas perspectivas para a antropologia jurídica na América Latina**: o direito e o pensamento decolonial / Thais Luzia Colaço, Eloise da Silveira Petter Damázio (orgs.) – Florianópolis: Fundação Boiteux, 2012.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade 1**: a vontade de saber. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. 13. Ed. – Rio de Janeiro: Grall, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Sociologia** / Anthony Giddens; tradução: Ronaldo Cataldo Costa; revisão técnica: Fernando Coutinho Cotanda. – 6. Ed. – Porto Alegre: Penso, 2012.

GUIA MUNDO EM FOCO ESPECIAL: **Racismo** –. 5. ed. – São Paulo: On Line, 2016. LE BRETON, D. **Antropologia do corpo e modernidade**. Petrópolis: Vozes, 2011.

_____. **A sociologia do corpo** / David Le Breton; tradução de Sonia Furhmann. 6. Ed. – Petrópolis: Vozes, 2012.

MAFRA, Paulo. **O silêncio e o segredo do cabeça de cuia:** violência contra gays, homofobia e militância LGBT no Vale do Rio Guaribas / Paulo Mafra. 1. Ed. – Curitiba: Appris, 2015.

MARTINS, Ana Paula Antunes. **A lei sobre o corpo e o corpo sobre a lei:** o ideário dos juristas sobre o crime de ato obsceno no Brasil na perspectiva da Sociologia do Corpo. In: Revista de Estudos Empíricos em Direito. Brazilian Journal of Empirical Legal Studies, vol. 2, n. 1, jan 2015, p. 112-125. Disponível em <https://www.researchgate.net/publication/292670139_A_lei_sobre_o_corpo_e_o_corpo_sob_re_a_lei_o_ideario_dos_juristas_sobre_o_crime_de_ato_obsceno_no_Brasil_na_perspectiva_da_Sociologia_do_Corpo>. Acesso em: 25 out. 2018, 09h30.

MOTOMURA, Marina. **Quais são os santos mais pecadores da história?** Revista Superinteressante. Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-sao-os-santos-mais-pecadores-da-historia/>>. Acesso em: 04 Nov. 2018, 11h45.

NIETZSCHE, Friedrich Wilhelm, 1844 – 1900. **A genealogia da moral** / Friedrich Wilhelm; tradução de Antonio Carlos Braga. – São Paulo: Lafonte, 2017.

PAIVA, Raquel. (Org.). **Comunicação e cultura das minorias** / Alexandre Barbalho, Raquel Paiva (orgs.) – São Paulo: Paulus, 2005. p. 14.

QUINTÃO, Fillipe Fernandes. **Homofobia:** análise histórica do fenômeno homossexual e sua possível criminalização / Fillipe Fernandes Quintão, Marcelo Silva de Carvalho. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/32379/homofobia-analise-historica-do-phenomeno-homossexual-e-sua-possivel-criminalizacao>>. Acesso em: 12 out. 2018, 16h53.

RBA, Rede Brasil Atual. **Relatório mostra aumento da violência contra povos indígenas do Brasil.** Disponível em <<https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2018/09/relatorio-mostra-que-aumentou-a-violencia-contrapovos-indigenas-no-brasil>>. Acesso em: 15 nov. 2018, 16h33.

REVISTA SUPERINTERESSANTE. Mundo estranho. **Quais são os santos mais pecadores da história?** Disponível em: <<https://super.abril.com.br/mundo-estranho/quais-sao-os-santos-mais-pecadores-da-historia/>>. Acesso em: 26 dez. 2018, 08h51.

SODRÉ, Muniz. Por um conceito de minoria. In: PAIVA, Raquel. **Comunicação e cultura das minorias** / Alexandre Barbalho, Raquel Paiva (Org.). – São Paulo: Paulus, 2005. p. 14.

UM RELATO SOBRE O SILÊNCIO DA CLANDESTINIDADE: ABORTO E CRIMINALIZAÇÃO NO BRASIL.

Fernanda Naiara da Frota Lobato.

Resumo: O presente trabalho parte de uma necessidade de ouvir as mulheres. O exercício da oralidade como prática ancestral, assim como outras que estão presentes em nossas vidas, é historicamente importante para grupos marginalizados que não estão inseridos na história oficial. Pois essa história oficial não conta muito sobre as bruxas, muito menos sobre as parteiras e curandeiras de si, tanto em uma época em que a medicalização dos corpos femininos e, sobretudo, negros não estava institucionalizada, como contemporaneamente em que vemos uma mudança de comportamento expressiva sobre as técnicas e tecnologias de percepção da fertilidade. A construção dos Direitos Reprodutivos é fruto do movimento de mulheres em todo o mundo, uma vez que este incluiu em sua agenda a discussão sobre a escolha da concepção e as formas de se prevenir da mesma, mas não só isso, também estava em pauta a saúde reprodutiva e, posteriormente, a saúde sexual, não limitando a sexualidade feminina ao controle da natalidade, mas dando ênfase a autonomia sobre o seu corpo. A sexualidade e a reprodução mostram-se como fenômenos que historicamente têm se prestado como meios de controle do corpo e de disseminação de categorias cognitivas. Neste contexto, a elaboração do papel social das mulheres têm sido alvo da forte influência de posicionamentos fundamentalistas e conservadores, advindos, na sua maior parte, de preceitos religiosos e de outros aspectos culturais, presentes no âmbito do senso comum. Por esses motivos é importante pensarmos sobre o silêncio que marca a história e a vida de mulheres que de forma clandestina optam por tomarem as rédeas do próprio corpo e fazem isso dentro de uma *rede de apoio*. Partindo, assim, do feminismo preocupado com a recriação e distribuição de práticas tecnossociais pelas quais o cuidado e o estudo dos seres sexuados podem ser conduzidos. É, portanto, sobre as vias alternativas de cuidado e, principalmente, de práticas abortivas com ênfase na clandestinidade e redes de apoio que pretendo apresentar, partindo de relatos de mulheres que passaram pelo procedimento do aborto como protagonistas ou pessoas fundamentais para que acontecesse. Estima-se, em 2017, que no Brasil de 600 mil a um milhão de mulheres passam por abortos provocados em condições ilegais anualmente. Dentre elas, uma morre a cada 36h vítima de complicações causadas pelo procedimento. O panorama brasileiro de criminalização do aborto dificulta a exatidão dos dados, assim como o receio das pessoas, principalmente das mulheres, em falar sobre a prática. No entanto, o que já existe de pesquisas nos dá uma ideia do caso de saúde pública e de violação dos direitos humanos. Em agosto de 2018 o Brasil assistiu à audiência pública sobre a ADPF (Arguição de Descumprimento

de Preceito Fundamental) 442, ação inédita protocolada no Supremo Tribunal Federal (STF), que afirma que os artigos 124 e 126 do Código Penal desrespeitam os preceitos fundamentais da Constituição Federal Brasileira. Trazendo à tona, assim, um novo capítulo na luta pela descriminalização do aborto no Brasil. Diante do exposto, como as trajetórias de vidas das mulheres brasileiras que abortam no século XXI se relacionam com o cenário político e social do país representando, ao mesmo tempo, experiências coletivas? O que as redes de apoio nos dizem sobre o Estado brasileiro diante a luta pelos Direitos Sexuais e Reprodutivos? Em que medidas e condições a criminalização do aborto no Brasil expressa a construção patriarcal da sociedade? Quem são as mulheres que fazem aborto clandestino no Brasil?

Palavras-chave: Aborto; Direitos Sexuais e Reprodutivos; Feminismo; Patriarcado.

TRADUZINDO A ÁFRICA QUEER: AMPLIAÇÃO DO MAPEAMENTO

João Bosco S. da Fonseca¹
Izzie Madalena S. Amancio²
Caterina A. Rea³

Introdução

Este trabalho é uma apresentação do projeto de pesquisa de Iniciação Científica do Grupo FEMPOS: Pós-Colonialidade, Feminismos e Epistemologias Anti-Hegemônicas e visa a realizar as traduções de textos feministas e QUEER da África, de forma a fortalecer o debate sobre a dissidência sexual e de gênero, no contexto da UNILAB. Na sua primeira edição, este projeto realizou traduções da primeira coletânea queer da África, o *Queer African Reader*, editado pela nigeriana, Sokari Ekine, e pela ativista egípcia, Hakima Abbas, em 2013. Com esta nova proposta, entendemos ampliar as traduções do *Queer African Reader* e mapear novas produções na área, como a coletânea de 2014, “Reclaiming Afrikan”, editada pela acadêmica sul-africana, Zethu Matebeni, assim como a coletânea “Queer in African. LGBTQI identities, citizenship and activism”, editado neste ano de 2018.

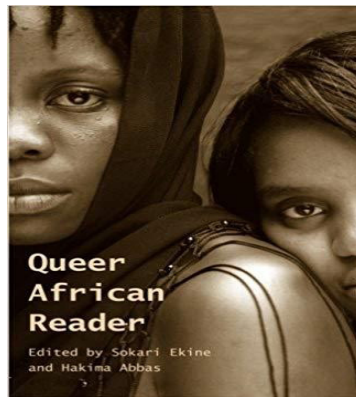


Imagem da capa do livro *Queer African Reader*

- 1 Bacharel em Humanidades e graduando em Licenciatura em História na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Campus dos Malês, em São Francisco do Conde/BA, bolsista de iniciação científica do projeto, PIBIC/UNILAB 2018-2019. E-mail: joao99bosco@hotmail.com.
- 2 Bacharela em Humanidades e graduanda em Licenciatura em Pedagogia na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira - UNILAB, Campus dos Malês, em São Francisco do Conde/BA, bolsista de iniciação científica do projeto, PIBIC/FAPESB 2018-2019. E-mail: izzie.mada@outlook.com.br.
- 3 Coordenadora do projeto de pesquisa, professora Adjunta da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira.

Objetivos

Em diálogo com a primeira etapa deste projeto (2017-2018), o atual trabalho visa a, entre seus objetivos gerais, aprofundar o estudo das produções teóricas de autores africanos que, a partir de uma perspectiva de descolonização do pensamento, defendem as lutas em prol do reconhecimento das minorias sexuais, no continente africano. Entre os objetivos específicos, buscamos fornecer um amplo quadro de discussão teórica sobre a teoria queer africana, enquanto expressão de uma epistemologia da dominação, assim, abrindo novas perspectivas de reflexão teórica e política. Também, visamos introduzir os alunos do projeto no debate feminista e queer internacional e trabalhar com textos em línguas estrangeiras (inglês e francês), possibilitando a aproximação dos alunos, envolvidos no projeto, com o processo de tradução e compreensão de textos estrangeiros.

Justificativa

Ressaltamos a necessidade de fortalecer estas discussões na UNILAB, no intuito de fazer com que as questões de gênero e sexualidades sejam percebidas como um dos fatores de aproximação e não de divisão entre Brasil e África. Tratar-se-ia de desconstruir, com a ajuda de uma sólida preparação teórica, a imagem de uma África, homogeneamente e unicamente heterossexual, dominada por uma homofobia obsessiva e fundamentalmente machista. De fato, as sexualidades africanas são plurais e multifacetadas (TAMALE 2011; EKINE, ABBAS, 2013) e se existem, como em toda e qualquer cultura ou nação, violências LGBTfóbicas e machistas, nas nações africanas, também existem numerosos sítios de resistência e de luta, assim como, movimentos que defendem os direitos de mulheres e minorias sexuais.

METODOLOGIA

De cunho filosófico, este trabalho visa a estabelecer um diálogo interdisciplinar na área das Humanidades e, particularmente, dos Estudos de Gênero e Sexualidades dissidentes e dos Estudos Africanos e Pós-coloniais. O apelo à filosofia tenta constituir muito mais uma ferramenta crítica e uma abordagem metodológica aberta para questionar a contemporaneidade e nela, particularmente, a trama dos laços de dominação, do que uma referência aos conteúdos clássicos da tradição filosófica. Como no caso do projeto PIBIC 2017-2018, esta pesquisa é de caráter bibliográfico e, com base em material já publicado (GIL, 2010: 29), visa a uma ampla revisão de literatura referente ao desenvolvimento da teoria queer na África.

Referências

EKINE, Sokari; ABBAS; Hakima (orgs.). **Queer African Reader**. Dakar/Nairobi/Oxford: Pambuzuka Press, 2013. 454p.

MATEBENI, Zethu. Reclaiming Afrikan. Queer Perspectives on sexual and genderIdentities. Athlone: Modjaji Books, 2014.

MATEBENI, Zethu; MONRO, Surya; VESU, Reddy. Queer in Africa. LGBTQI Identities, Citizenship, and Activism. Routledge, 2018.

SEXUALIDADE NO CONTEXTO ESCOLAR: DIALOGANDO COM A ADOLESCÊNCIA

Carmem Maria Vieira de Amorim¹

Jaqueline Silva Marques²

Luan Lopes³

Tatiane Souza da Silva⁴

Myrla Alves de Oliveira⁵

Introdução

A adolescência apresenta-se como uma etapa da vida cuja discussão de algumas temáticas torna-se fundamental. Gomes e Horta (2010) destacam a importância de se observar as necessidades e demandas deste público para que as ações de atenção, prevenção e promoção à saúde possam conduzir a uma vivência mais saudável neste período da vida.

A escola, depois da família, é um espaço de socialização e troca de experiências. Além da educação formal, a escola deve promover a formação integral do estudante, contribuindo para a vida (RAMIRES; FALCKE, 2013). É nessa perspectiva de educação integral, que a discussão de temáticas de interesse dos adolescentes se insere.

Este trabalho trata-se da descrição de atividades realizadas a partir de uma das temáticas de maior interesse dos adolescentes: a sexualidade. Em paralelo a esta dificuldade, há um elevado número de jovens com medos, anseios e dúvidas em relação ao tema da sexualidade e seus diversos desdobramentos (MAISTRO, 2009).

1 Graduada em Serviço Social no IFCE – Campus Iguatu-CE.
E-mail: camem.ip@hotmail.com

2 Graduada em Serviço Social no IFCE – Campus Iguatu-CE.
E-mail: Jaqueline-marques10@hotmail.com

3 Graduada em Serviço Social no IFCE – Campus Iguatu-CE.
E-mail: luanlopesds@gmail.com

4 Graduada em Serviço Social no IFCE – Campus Iguatu-CE.
E-mail: tatianesouza123456@gmail.com

5 Graduada em Psicologia na UFC – Campus Sobral. Psicóloga do IFCE-Campus IFCE- Iguatu-CE
E-mail: myrlaalves@yahoo.com.br.

Metodologia

A temática sexualidade foi trabalhada por meio da realização de três oficinas planejadas e executadas por estudantes do curso de Bacharelado em Serviço Social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará – IFCE, campus Iguatu. O público alvo foram estudantes do ensino médio desta referida instituição.

As oficinas tiveram duas horas de duração e foram divididas nos seguintes tópicos de discussão: ISTs, AIDS e métodos contraceptivos; papéis sociais e masculino x feminino; sexo, sexualidade e identidade de gênero. Cada oficina foi planejada de modo a tornar a discussão mais lúdica e atrativa

Para o tema ISTs, AIDS e métodos contraceptivos foi utilizada uma dinâmica que conduziu à percepção sobre a importância do método contraceptivo “a camisinha”, a qual previne não só a gravidez, mas também as ISTs. Outra atividade foi a exposição de um vídeo sobre AIDS/HIV com o objetivo de desmistificar alguns equívocos criados a cerca da temática e de informar sobre os sintomas, formas de tratamento e de prevenção. O vídeo foi seguido por uma exposição de outras informações sobre ISTs.

A segunda oficina teve como temática a discussão sobre masculino e feminino. Para tanto, foi utilizada uma dinâmica em que homens e mulheres puderam descrever sobre o que é permitido a cada um na sociedade, refletindo sobre os papéis sociais, os preconceitos e estereótipos. Em seguida, foram apresentadas músicas que enfatizavam violência contra a mulher, a objetificação do corpo feminino, o patriarcado e a virilidade masculina.

A terceira oficina iniciou com uma reflexão sobre a diferença sobre sexo e sexualidade, utilizando a expressão de ideias e conhecimentos prévios por meio de targetas, seguindo do recorte e colagem de imagens em revistas que representassem o conhecimento construído. Ainda nesta oficina, foi discutido sobre identidade de gênero e algumas nomenclaturas referentes à diversidade sexual/sexualidade.

Resultados e discussão

A maternidade e paternidade, a luta feminina por espaço, os estereótipos impostos pela sociedade, preconceito, diversidade sexual foram assuntos que perpassaram direta ou indiretamente todas as oficinas. Destaca-se que houveram divergências de opiniões, mas estes momentos foram utilizados como forma de enfatizar o respeito às diferenças. Além da quebra de tabus, as oficinas caminharam no sentido de favorecer o autocuidado, na medida em que os adolescentes tiveram informações necessárias à prevenção de ISTs/AIDS e gravidez indesejada.

Foi avaliado como positiva a forma como os temas foram trabalhados, com atividades diversas que fugiam do modo tradicional de repasse de informações. As dinâmicas utilizadas favoreceram a expressão de opiniões e a criação de um espaço mais acolhedor de escuta e reflexão. A relação entre estudantes foi fundamental para que os adolescentes pudessem expressar suas ideias e questionamentos. Percebeu-se o interesse dos estudantes pelas oficinas, refletido na participação, na discussão

de problemáticas vividas cotidianamente dentro e fora da escola e no compartilhamento de saberes e vivências.

Conclusões

A desconstrução de termos e padrões amarrados na sociedade patriarcal permite a busca por uma sociabilidade igualitária. A escola, como espaço formal de educação, deve ser responsável pela implementação de ações e projetos que caminhem neste sentido.

Enfatiza-se o desenvolvimento deste trabalho como um espaço de informação e quebra de tabus e preconceitos, respeitando-se as individualidades. Sexualidade é uma temática ampla e apenas três oficinas não esgotaram todos os anseios apresentados pelos adolescentes, fazendo-se necessário mais momentos de formação consoantes às necessidades dos estudantes.

Referências

GOMES, C. M; HORTA, N. C. Promoção de saúde do adolescente em âmbito escolar. **Rev. APS**, Juiz de Fora, v. 13, n. 4, p. 486-499, out./dez. 2010.

MAISTRO, V. I. A. Desafios para a elaboração de projetos de educação sexual na escola. In: FIGUEIRÓ, M. N. D (org). **Educação Sexual: em busca de mudanças**. Londrina: UEL, 2009. 208p.

RAMIRES, V. R. R; FALCKE, D. **Vínculos familiares e comunitários**: apontamentos para a proteção dos direitos de crianças e adolescentes. São Leopoldo, 2013.

“VOCÊ ESTÁ LOUCA”: O GASLIGHTING E AS DUAS FACES DO PODER NA CONJUGALIDADE

Diana Maria da Silva Sousa¹

Resumo: O gaslighting é um fenômeno inserido em relações abusivas e hierárquicas, compreendido como uma forma de abuso psicológico, em que informações são distorcidas ou omitidas para fazer com que a vítima comece a duvidar de si, de sua sanidade. O objetivo deste trabalho é compreender o gaslighting como um viés da violência psicológica presente nas relações abusivas que evidenciam as duas faces do poder na conjugalidade. Para isso, utilizou-se uma pesquisa bibliográfica, a partir de uma análise do que já foi produzido sobre este tema em livros e artigos científicos. Entendemos que o gaslighting é adotado como uma maneira de agir na relação, que nega o outro, considerando-o como objeto, com o intuito de obter a submissão do outro.

Palavras-chave: Gaslighting; Conjugalidade; Poder; Violência Psicológica.

1 Pós-graduanda em Psicologia Sexual – UNYLEY. Psicóloga e Professora da Rede Municipal de Ensino no Município de Bom Jardim, PE. Pós – graduada em Clínica Psicossocial (Faculdades Integradas da Vitória de Santo Antão - FAINTVISA) e Psicologia Organizacional e do Trabalho (Instituto Brasileiro de Gestão e Marketing - IBGM).
E-mail dianasousapsi25@gmail.com.

MOBILIDADE, SILÊNCIO E MULHER: UMA ANÁLISE DAS SUBNOTIFICAÇÕES DOS CASOS DE ASSÉDIO PRATICADOS DENTRO DO TRANSPORTE COLETIVO DE FORTALEZA/CE.

Nathalia Martins de Souza¹

Introdução

Este trabalho busca apresentar o debate acerca dos casos de assédio sexual praticado dentro dos transportes coletivos da cidade de Fortaleza/CE com foco nas subnotificações das denúncias. O trabalho é fruto dos estudos desenvolvidos pela pesquisa, que está em andamento, “Mobilidade, silêncio e mulher: uma análise dos casos de assédio não denunciados pelas usuárias da linha 024 Antônio Bezerra Lagoa / Unifor”, a qual faz parte do Trabalho de Conclusão de Curso de uma das autoras.

Como metodologia para a construção deste trabalho foram realizadas Pesquisas Bibliográficas pautadas no diálogo com as autoras Cisne e Santos (2018), Maricato (2015), Yamamoto (2015) e Santos (2016). Também foram realizadas pesquisas documentais no jornal O Povo e nas legislações brasileiras pertinentes ao tema com a Lei 13.718/18 e Código Penal Brasileiro (1940).

Garantir o direito da mulher à cidade é também validar o direito à mobilidade urbana, mas um dos meios de locomoção da mulher na cidade, o transporte coletivo, tem sido sinônimo de violência. De acordo com Maricato (2015), a cidade é mercadoria. Desta forma, o que importa para o Estado é o lucro gerado com a mobilidade urbana e não a segurança e o conforto das pessoas que necessitam se locomover na cidade, principalmente com a segurança das mulheres, que não possuem alternativa além dos transportes coletivos precarizado.

Patriarcado e violência contra a mulher

A discussão sobre violência contra a mulher vem tomando espaço nos debates e aos poucos vem deixando de ser considerado um problema de âmbito privado, sendo tratada como uma expressão da questão social². Cisne e Santos (2018) compreendem o fenômeno da violência contra a mulher como

¹ Graduanda – Universidade Estadual do Ceará (UECE).
E-mail: nathaliarmartins@gmail.com

² A *questão social* expressa as desigualdades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por disparidades nas relações de gênero, características étnico – raciais e formações regionais, colocando em causa amplos segmentos da sociedade civil no

resultante de uma estruturação de relações patriarcais da sociedade. Ao mesmo tempo, dialeticamente, essa violência estrutura o patriarcado, pois diz respeito à apropriação dos corpos e da vida das mulheres em múltiplos sentidos. Não se restringem, portanto, as relações individuais, conjugais, familiares, ainda que as atravesse fortemente.

Conforme destacado acima podemos afirmar que o patriarcado tem como uma das suas expressões a violência contra a mulher, pois conserva um modelo de dominação que privilegia um sexo em detrimento do outro, no caso o sexo masculino. De acordo com Cisne e Santos (2018, p. 45), o patriarcado não surgiu espontaneamente do mundo das ideias ou da cultura, mas possui uma base material e sócio - histórica.

Mobilidade Urbana, Silêncio E Mulher.

Dois dias após o sancionamento da lei 13.718/2018, lei que tipifica os casos de assédio sexual praticado dentro dos transportes coletivos como importunação sexual e que altera o Código Penal Brasileiro de 1940, o jornal O Povo do dia 26 de setembro de 2018 divulgou que no ano de 2018 foram registrados 8 casos de assédio praticados dentro dos transportes coletivos de Fortaleza/CE. Esses dados são de denúncias realizadas através do canal “alô Sindiônibus”.

A reportagem também traz o enorme descaso do estado em relação ao crime, pois engloba os casos de assédio praticados nos transportes coletivos junto com os casos de crimes sexuais ocorridos no Ceará sem distinguir os mesmos causando assim uma maior invisibilidade. Conforme Santos (2016), cotidianamente as mulheres são assediadas ao acessarem o espaço público. No entanto essa conduta é naturalizada. Nossa sociedade foi forjada em um sistema de dominação e exploração. Somos fruto de anos de colonização e escravidão e um dos resultados é essa formação social que culpabiliza a mulher pela violência sofrida.

Conclusões

Como foi explanado, o assédio sexual praticado dentro dos transportes coletivos da cidade de Fortaleza é uma tipificação da violência contra a mulher e uma expressão da questão social. Subnotificada pelas vítimas e negligenciada pelo Estado as denúncias compõem uma etapa importante no rompimento desse ciclo de violência. As empresas privadas, detentoras dos transportes coletivos, também são negligentes nos casos de assédios, pois a superlotação e a precarização são fatores que contribuem para a prática do assédio sexual. Apontamos como importante o sancionamento da lei 13.718/2018, mas compreendemos que somente a punição não eliminará os casos de assédio praticados contra as mulheres dentro dos transportes coletivos, pois o problema é estrutural.

acesso aos bens da civilização. [...] (IAMAMOTO, 2015, p.160)

Referências

BRASIL. Lei n. 13.718, de 24 de setembro de 2018. Institui a lei de importunação sexual; e altera o Decreto – Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. **Diário Oficial da União**, Brasília.

BRASIL. Decreto-Lei 2.848, de 07 de dezembro de 1940. Código Penal. Diário Oficial da União, Rio de Janeiro, 31 dez. 1940

CISNE, Mirla; SANTOS, Silvana Mara Morais dos. **Feminismo, diversidade sexual e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2018.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2015.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

OLIVEIRA, Isaac de. **Assédio em ônibus é realidade que persiste na rotina das mulheres**. O Povo, Fortaleza, 26 set. 2018. Disponível em: <https://www.opovo.com.br/jornal/reportagem/2018/09/assedioem-onibus-realidade-que-persiste-na-rotina-das-mulheres.html> Acesso em: 14 dez. 2018

SANTOS, Maria da Conceição. **Corpos em trânsito**: um estudo sobre o assédio sexual nos transportes coletivos de Aracaju. 2016. 147 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Ciências Humanas: Sociologia, Programa de Pós Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Sergipe, Sergipe, 2016. Disponível em: < <https://ri.ufs.br/jspui/handle/riufs/8649>>. Acesso em: 10 de setembro de 2018.

VIVÊNCIAS DAS DRAG QUEENS.

Samuel Mariano de Vasconcelos¹

Resumo: Essa pesquisa visa apresentar o cotidiano e as vivências de duas drag queens da cidade de Sobral- Ceará, chamadas Junny Salen e Vayola. Está sendo realizado um acompanhamento às montagens e aos shows das drags, também se utilizando de entrevistas e conversas informais. As drags estudadas são Djs e performistas, iniciaram as apresentações há dois anos, ambas se apresentam nas noites em bares lgbt's nos dias de quinta, sexta e sábado. Antes da performance Junny e Vayola ajudam uma a outra a se montarem e é comum que dividam alguns acessórios, como perucas e maquiagens. Assim, a pesquisa vem se desenvolvendo através da tentativa de conhecer os relatos sobre suas vidas pessoais e suas vidas artísticas, destacando as dificuldades que enfrentam no meio social.

Palavras-chave: Cotidiano; Dificuldade; Sociedade.

¹ Graduando em Ciências Sociais – Universidade Estadual Vale do Acaraú - UEVA.
E-mail: smariano694@gmail.com

NÃO É SÓ UMA FASE: ANÁLISE SOBRE O APAGAMENTO DAS MULHERES BISSEXUAIS.

Sem Autoria

Introdução

A pesquisa acadêmica voltada para os direitos da população LGBT+ se faz necessária na busca do conhecimento que proporcione cada vez mais visibilidade a este grupo social que historicamente enfrenta muitas dificuldades na busca pela redução das desigualdades. Nesse sentido, o presente trabalho trata especificamente sobre as mulheres bissexuais, pois estas representam uma parcela da população LGBT+ que além de sofrerem violência por não se enquadrarem no padrão heteronormativo, tal como todos os integrantes da população LGBT+, são ainda invisibilizadas, inclusive pelas próprias pessoas que compõem este movimento político-social.

Cavalcanti (2010) afirma que essa invisibilidade ocorre porque em nossa sociedade há dois polos muito bem definidos e predominantes do exercício da sexualidade, quais sejam: heterossexualidade e homossexualidade. Assim, dentro dessa lógica binária polarizada, outras práticas acabam se tornando invisíveis, ou mesmo inconsistentes na lógica da representação identitária. Por isso, o debate sobre tal tema é de importantíssima relevância, posto que tal invisibilidade é pouco discutida nas diversas esferas da sociedade, inclusive no meio acadêmico.

A academia ainda é carente na produção de conhecimento sobre a população LGBT+, o que se agrava ao tratar da sexualidade da mulher bissexual. Portanto, é mister que as pessoas passem a enxergar essas mulheres como sujeitos de direitos, com demandas próprias e em situação de vulnerabilidade social, reconhecendo sua voz e dignidade.

Problema

A pesquisa problematiza a invisibilização da bissexualidade diante da heteronormatividade, e questiona os motivos que levam ao apagamento da mulher bissexual nesse contexto, dada sua opressão sexual histórica.

Objetivos

Analisar de que forma ocorre a invisibilidade das mulheres bissexuais em sociedade, inclusive dentro da própria população LGBTQ+, mediante a negação simbólica ao exercício dessa forma de sexualidade, ou ainda a “supersexualização” dessas pessoas, e os motivos que levam a tal violência.

Método

A pesquisa é de natureza exploratória, predominantemente revisão bibliográfica, com ênfase nas teorias de Camila Cavalcanti e Elizabeth Lewis. O objetivo proposto não é quantificar as mulheres bissexuais vítimas dessa invisibilidade, mas compreender as relações sociais que levam ao apagamento de sua sexualidade.

Resultados Alcançados

Para melhor compreender o que é bissexualidade, é necessário entender o conceito de sexualidade. Louro (2000) afirma que a sexualidade envolve rituais, linguagens, representações, convenções e processos profundamente culturais e plurais. Assim, a autora leciona que a sexualidade não é no todo natural, pois há diversos institutos que interferem na construção da sexualidade do indivíduo, naturalizando somente determinadas condutas, e impondo normas ao exercício da sexualidade.

Nesse contexto, Cavalcanti (2007) define que pessoas que se identificam como bissexuais são aquelas que, potencialmente, desejam e se relacionam emocional e/ou sexualmente com outras pessoas de ambos os sexos, em um mesmo momento da vida ou em fases distintas. E completa dizendo que por sua forma ambígua, a bissexualidade é tida como uma polêmica e controversa orientação sexual, pois lidar com a possibilidade de pluralizar o desejo sexual vem sendo alvo de debate, e uma constante carga de preconceitos e falta de informação.

Desta forma, Lewis (2012), entrevistando três mulheres que se identificam como bissexuais, definiu as duas categorias em que os estereótipos e preconceitos contra mulheres bissexuais se encaixam: o seu apagamento e a “supersexualização”. Tal apagamento tende a invisibilizar, suprimir e sobretudo deslegitimar as performances identitárias de mulheres bissexuais, reforçando o binário heterossexual/homossexual. Já os preconceitos da segunda categoria não negam a “existência” da bissexualidade feminina, mas a estigmatizam e “supererotizam”, em virtude da objetificação do corpo da mulher, sendo alvo de uma histórica opressão sexual, como fonte de prazer e submissão em relação aos homens.

Já no que tange à relação entre o Movimento LGBTQ+ e mulheres bissexuais, o que vemos é que por baixo da bandeira colorida da aceitação de tudo e todos, ainda existe muito preconceito e estereotipação. Isso se coaduna com parte das entrevistas realizadas por Lewis, nas quais mulheres lésbicas, companheiras de mulheres bissexuais, não aceitam a ideia de estas se relacionarem com homens, pois

acreditam que seria um retorno à heterossexualidade, negando totalmente a fluidez da bissexualidade. Além disso, as mulheres entrevistadas eram classificadas por suas companheiras como homossexuais ou heterossexuais, dependendo do relacionamento amoroso que tinham, o que reforça a heteronorma, o binarismo e demonstra a invisibilidade identitária bissexual.

O que ocorre com as mulheres bissexuais é uma forma de violência simbólica, definida por Bourdieu (2002) como a subordinação que classes consideradas inferiores sofrem, sendo esta uma violência “espiritual”. Não há violência física ou moral, é simbólica, é algo naturalizado, há a cumplicidade entre quem sofre e quem pratica, sem que os envolvidos tenham consciência de que estão sofrendo ou exercendo. Assim, o apagamento da bissexualidade a partir do binarismo polarizado heterossexual/homossexual, e a “hipersexualização” das mulheres bissexuais são uma forma de violência simbólica.

Podemos perceber então, a partir do exemplo empírico e dos referenciais bibliográficos, que as mulheres que se intitulam bissexuais são taxadas de “não- resolvidas”, de estarem “em cima do muro”, rótulos que expressam indecisão e, conseqüentemente, uma suposta falha de caráter. Nessa perspectiva, debater sobre a invisibilidade das mulheres bissexuais é demasiadamente relevante, pois esse apagamento colide com a dignidade humana de pessoas que se encontram em situação de lastimável vulnerabilidade, quando não têm sua identidade sexual respeitada e reconhecida.

Referências

BOURDIEU, Pierre. A dominação masculina. 2ª edição. Editora Bertrand Brasil. 2002.

CAVALCANTI, Camila Dias. Práticas Bissexuais: Uma Nova Identidade Ou Uma Nova Diferença? Revista POLÊMICA, 2012. Disponível em: <<http://www.epublicacoes.uerj.br/index.php/polemica/article/view/2710>>. Acesso em: 25 Mar. 2018.

CAVALCANTI, Camila Dias. **Visíveis e Invisíveis: práticas e identidade bissexual**. Recife, PB. Originalmente apresentada como dissertação de mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, 2007. Disponível em: <http://repositorio.ufpe.br/xmlui/bitstream/handle/123456789/9574/arquivo9196_1.pdf?sequence=1> Acesso em 25 Mar. 2018.

LEWIS, Elizabeth Sara. **“Eu quero meu direito como bissexual”:** A marginalização discursiva da diversidade sexual dentro do movimento LGBT e propostas para fomentar a sua aceitação. In: III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade: dilemas e desafios da contemporaneidade. 2012, UNICAMP – São Paulo. Anais Eletrônicos (ISBN 978-85-62641-06-0), 2012. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/LEWIS_ELIZABETH_SARA.pdf>. Acesso em 25 de Mar. 2018

LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. 2ª edição. Belo Horizonte. Revista Digital Sources. 2000.

POR UMA ESFERA PÚBLICA LGBT: DE J.HABERMAS A NANCY FRASER

Vinícius Barriga dos Santos¹

Introdução

A noção de “Esfera Pública” é uma categoria conceitual essencial para pensarmos a teoria democrática contemporânea, posto que, em termos gerais, constitui uma “estrutura intermediária” entre o Aparato Estatal e a Sociedade, com caráter de mediação, na qual os assuntos públicos são discutidos racionalmente pelos atores sociais em um processo deliberativo culminando na formação comunicativa de uma “Opinião Pública” no intento de se fazer ouvir, de objetivar as demandas e anseios ao Estado. Entretanto, existem grupos que são excluídos do acesso a deliberação na Esfera Pública e da participação nas políticas institucionais, como a população LGBT, na medida em que é impedida de ocupar os locais de “fala e escuta”, tanto pela dinâmica social da estigmatização e pelos “filtros” institucionais que agregam desigualdades na participação política, um agravante de tal situação é a super-ocupação desses lugares de poder por homens ricos, brancos e heterossexuais que não abrangem a diversidade de sujeitos e pensamentos dos grupos minoritários brasileiros.

Metodologia

O objetivo geral do presente estudo, em conexão com os procedimentos metodológicos, consiste em revisitar a construção do conceito de Esfera Pública proposto por J.Habermas almejando discutir e mapear suas recentes reformulações e críticas. O objetivo específico é, a partir de pesquisa bibliográfica, fazer ver as condições de possibilidade da constituição de uma Esfera Pública LGBT a partir da noção de “Contra-públicos Subalternos” de Nancy Fraser. No presente estudo teórico, almejamos elucidar os pressupostos teóricos necessários para a integração da população LGBT no cerne do processo deliberativo.

¹ Graduando em Ciências Sociais – Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.
E-mail: vsbarriga@gmail.com

Resultados e discussão

A primeira formulação rigorosa do conceito de “esfera pública” foi realizada por Habermas em sua obra *Mudança estrutural da esfera pública*, onde se analisa o processo histórico de configuração de um novo espaço no século XVIII, situado entre a sociedade e o Estado, tendo como principal característica o debate livre e racional entre os cidadãos sobre questões públicas (PERLATTO, 2014).

A Esfera Pública configurou-se como uma nova fonte de legitimidade do poder, onde as opiniões formadas passaram a ser legitimadas pela força dos melhores argumentos racionais empregados no debate público sendo considerados, de modo, independente da condição social do sujeito discursivo (PERLATTO, 2014). Conforme Calhoun (1992 apud PERLATTO 2014), nos trabalhos posteriores de Habermas, *A teoria do agir comunicativo e Direito e democracia*, a esfera pública livra-se da categoria “instituição histórica”, passando a concernir ao núcleo da teoria procedimental de democracia, como um “fórum” discursivo do agir comunicativo, onde se daria o processo deliberativo de formação dos valores democráticos (HABERMAS, 2003). Entretanto, a problemática fulcral é: modelo deliberativo de Habermas tem potencialidade para se contrapor às assimetrias sociais, culturais/simbólicas e promover a inclusão dos grupos estigmatizados?

Nancy Fraser, em sua crítica a Habermas, problematiza a sua “idealização” da Esfera Pública, demonstrando que as diferenças sociais entre os sujeitos discursivos não podem ser neutralizadas por práticas dialógicas pois tal perspectiva apenas reforça a dominação sobre grupos estigmatizados. (FRASER, 1992 apud BUNCHAFT, 2014). É necessário explicitar as desigualdades e não postular que estas seriam suspensas na Esfera Pública, portanto, o pressuposto fundamental para a participação paritária seria própria a eliminação sistemática das desigualdades sociais. Em síntese, a Esfera Pública de Habermas segundo Fraser (1992 apud AVRITZER, 2004) pressuporia mecanismos de seleção que implicaria a definição prévia de quem seriam os atores ouvidos e quais seriam os problemas e quais temas seriam públicos (AVRITZER, 2004), é nesta dimensão que se dá a exclusão e subordinação a priori dos da população LGBT.

Conclusão

Diante de um contexto de exclusão, é imprescindível a ampliação dos espaços discursivos, sob pena de reprodução das relações de dominação. Destarte, o conceito de “Contra-públicos Subalternos” proposto por Fraser enquanto espaços discursivos paralelos, por meio das quais se criariam os discursos contestadores, formação de identidades e as demandas específicas dos grupos subordinados (PERLATTO, 2014) demonstra a necessidade da constituição de uma Esfera Pública LGBT, enquanto uma estrutura específica, pulsante e porosa de captação das demandas, temáticas e problemas específicos deste segmento societário.

Referência

AVRITZER, L.; COSTA, S. **Teoria crítica, democracia e esfera pública: concepções e usos na América Latina**. Dados, 47(4), pp. 703-728, 2004.

BUNCHAFT, Maria Eugenia. **Esfera pública, reconhecimento e minorias: o diálogo Habermas-Fraser**. Scientia Iuris, Londrina, v.18,n.1, p.153-180, jul.2014.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

PERLATTO, Fernando. **Seletividade da esfera pública e esferas públicas subalternas na modernização brasileira**. Rev. Sociol. Polit., v. 23, n. 53, p. 121-145, mar. 2015

MOVIMENTOS FEMINISTAS E AS NORMAS DE GÊNERO VISITADOS POR ANGELA DAVIS E PATRÍCIA GALVÃO

Bianca Araci de Figueiredo¹
Hylio Laganá Fernandes²

Resumo: Esse trabalho faz uma discussão a respeito dos movimentos feministas, reconhecendo seus avanços e negligências em prol da transformação das normas sociais de gênero. O alicerce da discussão transita pelos estudos de Angela Davis no livro *Mulheres, Raça e Classe* e pela obra literária *Parque Industrial* de Patrícia Galvão. É inegável que muitos direitos foram conquistados pelas mulheres por meio dos movimentos feministas, especialmente no tocante as normas de gênero. No entanto, história e literatura denunciam a marginalização dos interesses das mulheres pobres e negras que, transpassadas por identificações e diferenças, estiveram e estão à vivenciar opressões e silenciamento. E, portanto, exigem a constante oxigenação dos movimentos feministas.

Palavras-chave: movimentos feministas, normas, mulheres, marginalização.

1 Mestranda em Educação – Universidade Federal de São Carlos.
E-mail: bi1277@hotmail.com

2 Doutor em Educação – Universidade Federal de São Carlos.
E-mail: hylolafer@gmail.com

Introdução

O movimento feminista surge no paradigma da mulher universal, e portanto, é revestido pelos interesses de mulheres brancas, ocidentais, de classe média. A multiplicidade das identidades femininas e das especificidades, de raça e classe, que atravessam as mulheres foram ignoradas pela perspectiva feminista clássica (DAVIS, 2016).

Durante os anos de 1970, os Estados Unidos vivencia uma onda de publicações a respeito da escravidão e o debate se torna acalorado. Angela Davis explicita em sua obra *Mulheres, Raça e Classe* (2016) o constante embate do movimento feminista branco com as questões escravagistas e denuncia a ausência de estudos sobre a mulher negra escrava.

No Brasil, em 1933, Patrícia Galvão, publica um romance proletário impregnado de críticas sociais e política. *Parque Industrial* é um livro que denuncia a exploração do trabalho dos operários em um período industrial. Nas falas dos personagens, a autora faz duras críticas ao movimento feminista burguês, que ignora a condição da mulher trabalhadora e seus interesses sociais.

Portanto, tendo como alicerce a obra de Angela Davis e a obra literária de Patrícia Galvão, esse trabalho faz uma discussão teórica a respeito dos movimentos feministas, reconhecendo seus avanços e negligências em prol da transformação das normas sociais de gênero.

Normas de gênero: uma questão de raça

Enquanto as mulheres brancas enfrentavam as opressões de serem consideradas o “sexo frágil” e terem as suas vidas relegadas ao espaço privado, as mulheres negras enfrentavam as violências de terem a sua força de trabalho equiparada a dos homens negros, nas mesmas condições de açoitamentos e castigos. A relação simbólica das mulheres negras com o trabalho doméstico difere muito daquele estabelecido para as mulheres brancas. Se para as mulheres brancas o trabalho doméstico representou o aprisionamento, para as mulheres negras representava a resistência (DAVIS, 2016).

Nem mesmo a função social de mãe era atribuído as mulheres negras. Davis (2016) traz o histórico de que o papel dessas mulheres como reprodutoras só passou a ser valorizado durante a abolição do tráfico internacional de mão de obra escrava, no qual as mulheres negras eram cobiçadas pelo seu potencial de ampliação da mão de obra.

Angela Davis apresenta o cenário da escravidão nos Estados Unidos da América, porém, com ressonância na construção das identidades das mulheres negras brasileira, em decorrência da similaridade das opressões vivenciadas. A condição atual da população negra no Brasil reflete a história do período escravocrata, sendo marginalizada e tendo o racismo como estruturante das desigualdades sociais.

Normas de gênero: uma questão de classe

Ao interseccionar gênero e classe observamos que a condição financeira das mulheres de classe popular, geralmente, está em desacordo com a feminilidade universal imposta histórica e culturalmente às mulheres. A necessidade de compor a renda familiar para a sobrevivência diária faz com que essas mulheres ingressem no mercado, muitas vezes sujeitas a trabalhos precários, insalubres e de baixa qualificação profissional.

Revestida da ideologia socialista, a obra de Patrícia Galvão demonstra a preocupação da autora com as mulheres da classe operária, esquecidas pelo movimento feminista sufragista. A autora faz fortes críticas ao movimento feminista elitista: “acorda com o alvoroço de mulheres entrando. São as emancipadas, as intelectuais e as feministas que a burguesia de São Paulo produz” (GALVÃO, 1994, pág. 68).

Patrícia Galvão denuncia em sua obra duas formas de exploração sofrida pelas mulheres operárias, por meio do trabalho e do sexo. As mulheres do contexto narrado são objetos de constante desejo e de humilhação. Se para as mulheres de classe média e alta a maternidade era um papel social fundamental, para as mulheres operárias a maternidade foi uma reivindicação de melhores condições de trabalho para a classe.

Considerações Finais

Raça e classe, como demonstra as obras de Angela Davis e de Patrícia Galvão, são categorias que perpassam a condição das mulheres, dando novos significados para suas experiências práticas do que é ser mulher e de como viver as normas de gênero. A grande diversidade que permeia as relações humanas produz e reproduz múltiplas e variadas formas de opressões; que por vezes foram ignoradas pelos movimentos feministas.

Se por um lado o movimento feminista organizado foi importante para a conquista das mulheres brancas de classe média e alta, por outro lado ele foi negligente com as mulheres operárias, de classe popular e frequentemente racista com as mulheres negras. Não compreendendo as particularidades que abarcam a condição dessas mulheres, o movimento feminista ignorou, por muito tempo, a existência de múltiplas identidades femininas.

É inegável que muitos direitos foram conquistados por meio dos movimentos feministas, especialmente no tocante as normas de gênero. No entanto, história e literatura denunciam a marginalização dos interesses das mulheres pobres e negras que, transpassadas por identificações e diferenças, estiveram e estão a vivenciar opressões e silenciamento. E, portanto, exigem a constante oxigenação dos movimentos feministas.

Referências

DAVIS, A. Y. Mulheres, Raça e Classe. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 244.

GALVÃO, P. Parque Industrial. 3 ed. Porto Alegre: Mercado Aberto; São Paulo: EDUFSCar, 1994. p. 104.

ABORTO CRIMINALIZADO E SUAS CONSEQUÊNCIAS: MULHERES NEGRAS SÃO AS MAIS AFETADAS.

Sem Autoria

Resumo: O presente trabalho tem por objetivo dispor, principalmente, sobre o racismo institucional que eleva a chance de mulheres pobres, negras e pardas morrerem durante o procedimento de aborto realizado na ilicitude dentro do país. O referido trabalho possui a finalidade de desenvolver uma linha de pensamento sobre ideias construtivas, que sirvam para esclarecer dúvidas e reforçar que a legalização do aborto deve ser uma pauta relevante a ser regulamentada no texto Constitucional, em prol de reduzir a ainda excessiva taxa de mortalidade dentro dessa classe avaliada como minoria aos olhos da Lei. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica para ajudar na desconstrução da ideia de que o aborto, apesar de já bastante discutido, não deve ser tratado como um assunto de cunho penal, e sim, no âmbito constitucional.

A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO SOB A ÓTICA CONSTITUCIONAL: É PELA VIDA DAS MULHERES

Érica Furtado Viana¹
Raysa Raquel Cordeiro Barros²

Resumo: O presente trabalho discute sobre o aborto realizado na ilicitude dentro do Brasil. Verifica-se a relevância do tema pela recente aprovação do aborto na Irlanda, país de maioria católica, e a rejeição do projeto que visava a legalização, na Argentina. No Brasil, o Supremo Tribunal Federal realizou audiência pública para discutir a legalização do aborto. Foi realizada pesquisa bibliográfica que corrobora com a desconstrução da ideia de que o aborto não deve ser tratado como um assunto de cunho penal, e sim, no âmbito constitucional. Discute-se que a proibição do aborto pelo Código Penal fere princípios que a Constituição assegura, como a dignidade, liberdade, direito à vida e ao planejamento familiar. A regulamentação do aborto é necessária, em prol de reduzir a excessiva taxa de mortalidade da população pobre e negra, que é a mais atingida.

Palavras-chave: Aborto; Direito Constitucional; Princípios Constitucionais.

1 Graduada – URCA.
E-mail: erikaftrtd@gmail.com

2 Graduada – URCA.
E-mail: raysaraquelco@gmail.com

ESTIGMAS E PRECONCEITOS: TECENDO REFLEXÕES SOBRE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS

Kátia Valéria Nunes de Morais¹
Neide da Silva Áfio²

Introdução

Ao longo da história temos travestis e transexuais duramente estigmatizada, marginalizada e perseguida devido às crenças atribuídas de que se trata de algo “anormal”. O preconceito e a discriminação contra estes se manifestam não somente no ambiente profissional e social, mas principalmente no ambiente familiar.

Com isso, o presente trabalho tem como objetivo discutir a temática dessa população, compreendendo que o reconhecimento de seus direitos e os avanços ainda são insipientes: transexuais e travestis enfrentam diariamente o silenciamento e a exclusão.

Segundo Duarte (2017), as transexuais e as travestis configuram-se em uma desnaturalização dos binarismos sexo/gênero, homo/hetero, macho/fêmea, uma transgressão a tais convenções. As normas e os discursos regulam e controlam uma preposta coerência entre sexo/biológico e gênero/cultural que transformam aqueles/as que transgridem em seres anormais, social e culturalmente ininteligíveis. Para ela o surgimento de transgressões representa um estremecimento de tais normas sociais.

Metodologia

Neste trabalho, realizamos pesquisa exploratória a partir de Gil (1994), por meio da qual utilizamos estudo de fontes bibliográficas (*sites da Internet*, notícias, dados estatísticos, livros, teses, dissertações, monografias, artigos e revistas sobre a temática); pesquisa bibliográfica a partir da autora Minayo (2009), em autores como Benjamin (1966), Laraia (1932), Souza (1983), Jesus (2012), Cunha (2017), Duarte (2017), dentre outros.

1 Graduanda em Serviço Social – Universidade Estadual do Ceará - UECE.
E-mail: katvaleria51@gmail.com;

2 Graduanda em Serviço Social – Universidade Estadual do Ceará - UECE.
E-mail: neideafio.s@gmail.com;

Resultados e Discussões

O processo de marginalização destas pessoas é reflexo das estigmatizações reproduzidas socialmente. A população das mulheres transexuais e travestis é, normalmente, associada à criminalidade, ao consumo de drogas, à prostituição e à AIDS; assim, essas mulheres são consideradas como seres abjetos, problemas sociais. (DUARTE, 2017, p, 81).

Dentre esta, existem outros desafios enfrentados pelos transgêneros, principalmente a luta pela vida. Em matéria especial sobre a temática realizada pelo Correio Braziliense traz que os Dados da União Nacional LGBT, apontam que o tempo médio de vida de uma pessoa trans no Brasil é de apenas 35 anos. O Brasil matou ao menos 868 travestis e transexuais nos últimos oito anos, o que o deixa, disparado, no topo do ranking de países com mais registros de homicídios de pessoas transgêneras (CORREIO BRAZILIENSE).

Outro ponto necessário para o debate sobre a população transgênero é a influência da mídia bem como da cultura sobre a visão construída destes. A cultura define determinações masculinas e femininas, bem como os papéis sexuais e sociais. De acordo com LARAIA (1932) o homem é o resultado do meio cultural em que foi socializado. A manipulação adequada e criativa desse patrimônio cultural permite as inovações e as invenções. Estas não são, pois, o produto da ação isolada de um gênio, mas o resultado do esforço de toda uma comunidade (LARAIA, 1932, p.24).

A mídia por meio das suas notícias, por exemplo, desrespeita a identidade de gênero e muitas vezes negam a dignidade da pessoa trans. Erros de tratamento que promovem a desumanização, a objetificação e a ridicularização dos transgêneros. São estereótipos de gênero que contribuem em perpetuar a transfobia. Por isso faz se necessário ter um cuidado quanto a veiculação de informações sobre transgêneros pela mídia, para que não causem mais desinformação e discriminação.

Conclusões

A transfobia como o ódio e a aversão à transexuais e travestis gera estatísticas estarrecedoras e, como vimos, coloca o Brasil como um país onde se faz necessária a luta diária por mais espaços, pelo enfrentamento aos retrocessos e intolerância, e principalmente pela vida. Vale destacar que a pesar dos projetos de lei existentes no país sobre a temática, ainda não há um código penal específico para os crimes de transfobia.

Faz-se de extrema necessidade a defesa pela inclusão dos transgêneros, a defesa pelos direitos humanos e conseqüentemente pela visibilidade desse público, nota-se a falta de políticas públicas específicas para estes, bem como atendimentos especializados e por profissionais capacitados de mulheres transexuais e travestis em delegacias e unidades de saúde, reforçando o direito de serem atendidas de acordo com a sua identidade de gênero e com o seu nome social, por exemplo.

Referências

CORREIO BRAZILIENSE. **Transexuais no Brasil: uma luta por identidade**. Disponível em: (<http://especiais.correiobraziliense.com.br/luta-por-identidade>). Acesso em: 29/06/18.

CUNHA, Adriana Maria; COELHO, Tamires Ferreira. **TRANS-SUBJETIVIDADE NA BLOGOSFERA: uma abordagem sobre gênero e escrita de si**. Disponível em: (<http://www.periodicos.ufc.br/passagens/article/download/2478/1922>). Acesso em: 29/06/18.

DUARTE, Jessyca Barbosa. **Entre os estigmas e a desconstrução: reflexões sobre o tráfico de pessoas para fins de exploração sexual e a identidade de gênero de travestis e de transexuais** [recurso eletrônico] / Jessyca Barbosa Duarte. - 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 4 ed. São Paulo:Atlas, 1994.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre a população transgênero: conceitos e termos** / Jaqueline Gomes de Jesus. Brasília: Autor, 2012. Disponível em: (https://www.sertao.ufg.br/up/16/o/ORIENTA%C3%87%C3%95ES_POPULA%C3%87%C3%83O_TRANS.pdf?1334065989). Acesso em: 29/06/18.

LARAIA, Roque de Barros, 1932-1.331c **Cultura: um conceito antropológico** / Roque 14.ed. de Barros Laraia. — 14.ed. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade**. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

ORELHÕES EMOLDURADOS: A EVASÃO ESCOLAR DE TRAVESTIS E TRANSGÊNEROS NA CIDADE DO RIO DE JANEIRO

Fábio Pinheiro Ramos de Souza¹

Resumo: O presente estudo será realizado na cidade do Rio de Janeiro levando como base, para o trabalho, as cinco regiões administrativas sendo elas; Centro, Zona Sul, Zona Norte e Zona Oeste. Com uma população de 6,32 milhões de habitantes (IBGE 2010), a cidade do Rio de Janeiro obteve no ano de 2010 uma evasão escolar de 40.177 mil alunos, uma das mais altas do país, somente no segundo seguimento do Ensino Fundamental. Segundo o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), as comunidades do Rio de Janeiro são os locais de maior concentração de crianças e adolescentes que deixaram a escola. Tais dados parecem mostrar o quanto as vulnerabilidades sociais estão atreladas a evasão, não sendo diferente, com grupos de gêneros e sexualidades marginalizados. A inexistência, e em algumas vezes, mínima presença de travestis e transgêneros no ensino superior apontam indícios de um problemático sistema de educação. A invisibilidade social, na televisão e nos espaços cotidianos de trabalho se contrapõem aos numerosos murais de propaganda à prostituição nos Orelhões cariocas. Em especial, visando entender as relações estruturais da escola com o abandono escolar dos grupos anteriormente citados, esse trabalho pretende compreender e mapear a evasão escolar de travestis e transgêneros no ensino básico da cidade do Rio de Janeiro.

¹ Graduado – UERJ. Professor - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
E-mail: pinheirof54@gmail.com

“O MEU NOME, TU CONHECE. SOBRENOME: SACANAGEM”: MASCULINIDADES PERFORMÁTICAS NO FUNK DE JERRY SMITH

David Francisco de Amorim¹

Resumo: O canal de vídeos KondZilla, na plataforma YouTube tem reconfigurado a cena funk no Brasil, em primeiro momento porque está mudando a forma de consumo desse ritmo, em segundo porque tem inserido também mulheres em suas produções, o que era bastante raro no meio com exceção de nomes já consagrados no meio, como Valesca Popozuda, por exemplo. O presente trabalho tem como objetivo principal estudar as múltiplas masculinidades presentes no clipe Pode Se Soltar do cantor Jerry Smith. Partindo de uma análise bibliográfica procurou-se ver e discutir como o cantor junto da produtora reproduz a partir da música formatos de masculinidade normativos que estão presentes no cotidiano. Por chegamos a conclusão de que a música, em especial o funk é um campo em que os modelos hetenormativos estão cada vez mais presentes e precisam ser questionados e colocados em discussão.

Palavras-chave: Maculinidade, Kondzilla, Funk.

¹ Graduando – Centro Universitário do Vale do Ipojuca / UNIFAVIP WYDEN.
E-mail: amorim.david21@outlook.com

COMUNIDADE LGTB E AS POLÍTICAS PÚBLICAS EM SAÚDE MENTAL

Hávila Raquel do Nascimento Gomes Brito¹

Erinaldo Domingos Alves²

Elane Matia de Castro Coutinho³

Stânia Nágila Vasconcelos Carneiro⁴

Resumo: Diariamente, a população LGBT enfrenta discriminações que se reverberam em diversos âmbitos, inclusive nos serviços de Saúde. Torna-se preocupante, pois, quando pensamos em Saúde Mental LGBT, há dados alarmantes relativo a sofrimento psíquico e tentativas de suicídio. Diante disto, este artigo busca discutir sobre as políticas públicas de saúde mental para minorias. Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica de trabalhos que relatassem sobre os avanços das políticas públicas nesse segmento. Os resultados indicaram que o Sistema Único de Saúde (SUS), aliado aos princípios doutrinários, deve garantir que os serviços de saúde promovam a integralidade do sujeito, olhando-o como um todo, promovendo intervenções que respeitem as diferenças, sem reproduzir ações discriminatórias.

Palavras-chave: Comunidade LGBT, políticas públicas, integralidade, saúde mental.

1 Graduada em Psicologia – Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica).
E-mail: havila.r@hotmail.com.

2 Graduando em Psicologia – Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica).
E-mail: erinaldoalves987@hotmail.com

3 Docente Especialista - Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica).
E-mail: elanemaria@unicatolica.edu.br;

4 Docente Pós-doutoranda em Educação – Centro Universitário Católica de Quixadá (Unicatólica).
E-mail: stanianagila@unicatolicaquixada.edu

DIFERENÇA DA DIFERENÇA: IDENTIDADES INTERSECCIONAIS E SAÚDE DE MULHERES LÉSBICAS E BISSEXUAIS NEGRAS

Layla Vitorio Peçanha¹

Resumo: O presente trabalho tem como objetivo geral analisar os padrões que podem esclarecer a invisibilidade destinada a mulheres lésbicas e bissexuais, em especial a lésbicas e bissexuais negras, na área da assistência integral da saúde da mulher, bem como, refletir sobre as identidades interseccionais desses corpos elaboradas sobre discursos de representações machistas, racistas e lesbofóbicas. Os alicerces de subalternidades atravessados pelas discriminações tornam-se aspectos dinâmicos e/ou ativos de desempoderamento, por isso se faz necessário ações e políticas específicas afim de que se combatam tais opressões.

Palavras-chave: homossexualidade feminina, saúde da mulher negra, invisibilidade, racismo, políticas públicas.

¹ Graduada em Ciências Sociais-Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Professora de Sociologia da Secretaria de Estado de Educação do Rio de Janeiro/RJ; Tutora a distância de Cultura Brasileira do Centro de Ciências e Educação Superior a Distância do Estado do Rio de Janeiro-Fundação Cecierj/Consórcio Cederj.
E-mail: vitoriolayla@gmail.com;

Introdução

De acordo com os parâmetros e diretrizes da Constituição Federal e do Sistema Único de Saúde (SUS), é atribuição do Estado afiançar nas suas atuações e obrigações, a saúde plena de seus cidadãos e cidadãs de modo integral, universal, igualitário e equânime.

No entanto, quando se aborda a integralidade e equidade na saúde de lésbicas, bissexuais e mulheres que tem suas práticas sexuais perpassadas pelo homoerotismo, podemos aferir que tais normas não vem sendo cumpridas, trazendo o descumprimento de alguns dos direitos humanos básicos: o acesso, a promoção, o restabelecimento e proteção a saúde, sobretudo, quando analisamos os possíveis padrões que podem esclarecer a invisibilidade na área da assistência integral da saúde da mulher quando partimos de raça enquanto categoria que dialoga com a perspectiva interseccional, onde as lésbicas, bissexuais negras tem seu corpo e subjetividades, atravessados por três grandes eixos de opressão que operam com grande potência sobre o corpo e suas subjetividades: raça, sexualidade e gênero, que ao ser coadunada com outros marcadores como classe econômica, o status familiar, o lugar/país de residência, a etnia, religião, etc, agrava os processos de exclusão e invisibilidade.

Com o objetivo de dar conta de tal problemática, busco compreender como a lesbianidade e as homossexualidades tem sido invisibilizadas e organizam-se num conteúdo atravessado por incontáveis preconceitos e discriminações. Adiante, ocupo-me desta invisibilidade na área de saúde. Além disso, associo esta invisibilização e suas consequências a categoria raça “enquanto ficção materializada em corpos e processos de subjetivação, e principalmente, de sua intersecção com as categorias de gênero e sexualidade” (LIMA, 2018).

A partir dessas concepções, compõem-se como objetivo analisar padrões/modelos que tenham a capacidade de nos explicar não somente a lesbianidade e a bissexualidade de mulheres nas discussões com relação a saúde integral da mulher, mas promover a reflexão de modo crítico sobre os enfrentamentos que pairam sobre, especialmente os corpos-subjetividades de lésbicas e bissexuais negras, o que intensifica os processos de invisibilidade e violência nessa área.

Marco Teórico-conceitual

A partir de Pierre Bourdieu (1989, 2012) utiliza-se os conceitos de *habitus* e *campo*.

Contempla-se a noção de *habitus* como um pensamento, conhecimento adquirido, sinalizando uma disposição incorporada. Esse saber, erigido social e historicamente oportuniza aos agentes pensar, agir e ver face aos mais variados acontecimentos. O que difere da palavra *hábito*, que se relaciona a algo estático, o *habitus*, refere-se a uma habilidade criadora, de ação.

Entende-se esse conhecimento como uma gramática criadora de práticas, que de um lado estabelecem os agentes sociais como reprodutores de comportamentos, mas de outro lado se tornem preparados para improvisar. Isto é, esses agentes por meio do *habitus*, não só reproduzem, como

produzem ações. Assim, não se é somente um ser que se submete de maneira irrefletida as regras, mas que está capacitado para lidar com acontecimentos inesperados, produzindo novas modalidades práticas. Oportunizando os aspectos objetivos (estrutura) e subjetiva (compreensão, categorização, avaliação), o *habitus* não só interioriza o que vem de fora, o exterior, como exterioriza o interior. Deste modo, ele é simultaneamente estruturado a partir de situações estabelecidas, precedentes a ele, e estrutura novas situações a fim de que se possa lidar com condições compreendidas como desajustadoras.

No que diz respeito a *campo*, a partir de Bourdieu (1999, 2014), compreende-se este como algo construído socialmente, mediante as relações dos agentes entre/e/em grupos societários que se encontram em campos sociais, inscritos em uma topologia social. Podemos ter uma visão ampla tanto dos agentes, bem como, dos grupos sociais dos quais eles fazem parte. Desta forma, é possível fazer um levantamento de que forma se organizam nos espaços sociais, que podem ser autônomos ou não, conduzindo-nos a descortinar não só onde se localizam, mas as disputas que acontecem entre eles. Para o autor, todo o campo, é sincronicamente, um campo de forças e disputas, para sua continuidade ou transformação. (BOURDIEU, 2004).

Ao passo que no conceito de *habitus* procurou-se expor os modelos que compõem o olhar acerca da homossexualidade feminina na atenção da saúde da mulher, em *campo*, busca-se entender a contextualização desses paradigmas. Assim, compreendendo os modelos como reflexo do *habitus*, eles podem ser transformados a partir das sanções advindas do *campo*.

Metodologia

Como metodologia, utilizou-se o modelo de ensaio, por entender que esta modalidade atua como um exercício de crítica, procura, pesquisa, caráter exploratório, procurando uma nova forma de observar o assunto. Partindo desse escopo metodológico, empregou-se dois grupos de fontes.

O primeiro grupo versa sobre as poucas produções científicas do conhecimento em relação ao assunto, representado na publicação de artigos e periódicos na área da saúde. Utilizou-se a biblioteca virtual SciELO (Scientific Electronic Library Online), através do portal da Biblioteca Virtual de Saúde (BVS), as bases de dados da Lilacs (Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde), bem como, a biblioteca digital brasileira do Banco de Teses e Dissertações (BDTD).

No referido portal, foram encontrados 07 artigos nacionais relacionados ao tema, homossexualidade feminina na área de saúde, nenhum versando especificamente sobre a invisibilidade de lésbicas e bissexuais negras, na área da assistência integral da saúde da mulher. O que expõe a baixa presença que a saúde da mulher negra, em especial a mulher negra e lésbica tem nos periódicos nacionais dedicados a área de saúde.

No segundo grupo de fontes, tem relação com documentos, que de modo direto ou não, possibilitam a atendimento as necessidades que se assumem como lésbicas e bissexuais femininas ou que experienciam relações homoafetivas e/ou homoeróticas, mas a variável cor ou está ausente ou

subaproveitada, dificultando uma análise mais consistente sobre a invisibilidade na área de saúde das mulheres lésbicas e bissexuais negras. Com base nesses critérios, foram consultados os seguintes documentos: Programa de Atenção Integral à Saúde da Mulher- Princípios e Diretrizes (BRASIL, 2004); Brasil Sem Homofobia- Programa de Combate à Violência e Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual (BRASIL, 2004a); Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL, 2001); Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais- LGBTT (BRASIL, 2013); Carta dos Direitos do Usuário da Saúde (BRASIL, 2007); Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (BRASIL, 2013; 2017); Saúde da População Negra no Brasil: Contribuições para a Promoção da Equidade (BRASIL, 2005); Livreto “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais” (BRASIL, 2014); Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas (Rede Feminista de Saúde, 2006); Perspectiva da Equidade no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Materna e Neonatal- Atenção à Saúde das Mulheres Negras (BRASIL, 2005).

No que concerne aos artigos publicados nos periódicos científicos receberam a abordagem de análise de conteúdo. A partir desse padrão de análise foram explorados os seguintes pontos: (i) leitura dos artigos; (ii) reconhecimento dos eixos de significado do conteúdo dos artigos; (iii) composição de temáticas que foram utilizadas como ponto de debate sobre o assunto. Fundamentado nos tópicos que condensavam os artigos, estabeleceu-se um diálogo entre os documentos do segundo grupo de fontes, considerando o marco conceitual.

Descrição das fontes

No que diz respeito aos artigos apresentados em periódicos científicos, identificados na Biblioteca Virtual de Saúde (BVS) acerca da homossexualidade feminina na área de saúde, presenciase um escasso investimento aplicado à investigação do assunto, quando se refere a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais negras observou-se ausência ou insuficiência de materiais sobre o assunto (Quadro I).

Quadro I- Descrição dos artigos pesquisados

Autoria	Ano	Eixo da publicação	Método
Facchini & Barbosa	2006	Análise dos caminhos percorridos por mulheres lésbicas a procura de atenção a saúde, o recorte da pesquisa abrange diversos países. A pouca reflexão crítica partindo da raça, enquanto um importante eixo de opressão no corpo lésbico e bissexual.	Relatório partindo de observações e análise quantitativa.
Barbosa e Koyama	2006	Explanação da proporção de mulheres que fazem sexo com mulheres, utilizando como análise três recortes temporais. Observou-se ausência do eixo de opressão raça na análise.	Investigação Populacional

Almeida	2009	Percepção acerca da transformação do “corpo lésbico”, do início da epidemia da Aids até a atualidade. A uma reflexão crítica sobre a relação de ausência de informação, saúde e vulnerabilidade, onde...”. Nestes casos, a desinformação é claramente associada à origem de classe e algumas vezes à identidade racial das lésbicas: lésbicas negras e pardas moradoras das regiões periféricas da cidade deteriam menos informações sobre seus corpos, em especial sobre os cuidados necessários à preservação da saúde sexual. Tais mulheres estariam sendo vitimadas de múltiplas formas, por serem mulheres que tiveram pouca possibilidade de escolher ter ou não ter filhos, por viverem em regiões segregadas das cidades, por não terem autonomia financeira e também por não deterem informações às vezes essenciais sobre higiene e autocuidado. Por conta da existência destas múltiplas formas de opressão, as ativistas são afirmativas da necessidade da educação como veículo para a conquista da autonomia necessária à ruptura com essas condições de vida.” (pg. 324-325)	Pesquisa Qualitativa junto com observação participante, análise documental e entrevistas
Barbosa & Facchini	2009	Utilização de cuidados à saúde de mulheres que fazem sexo com mulheres e as representações referentes a gênero, sexualidade e ao corpo. A pouca reflexão crítica partindo da raça, enquanto um importante eixo de opressão no corpo lésbico e bissexual.	Pesquisa Qualitativa junto com análise etnográfica e entrevistas
Valadão e Gomes		Análise de modelos que podem explicar a invisibilidade destinada a mulheres lésbicas e bissexuais na área de assistência integral a saúde da mulher. Ausência de reflexão acerca do eixo de opressão raça.	Ensaio partindo de periódicos científicos e documentos governamentais que ...” asseguram o atendimento às demandas de saúde de mulheres que se assumam lésbicas ou bissexuais femininas ou que vivenciam relações homoafetivas e/ou homoeróticas.” (pg.1454)
Lionço	2008	Pertinência de uma política de saúde para a população de gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transexuais. A pouca reflexão crítica partindo da raça, enquanto um importante eixo de opressão no corpo lésbico e bissexual.	Ensaio
Werneck	2016	“trabalho pretende apresentar algumas informações acerca dos processos de formulação desse campo conceitual a partir das demandas dos movimentos sociais organizados e das formulações de especialistas. Tais informações serão apresentadas com o objetivo de subsidiar pesquisas e contribuir para a formulação e gestão de políticas públicas adequadas às necessidades expressas nos indicadores sociais e de saúde das mulheres negras brasileiras.”	Ensaio

Em referência aos documentos utilizados no diálogo com relação ao debate resultante dos eixos provenientes das análises dos artigos, seis foram levados em conta (Quadro II).

Quadro II: Descrição dos documentos

Título referente ao trabalho	Destaque
Programa de Atenção Integral a Saúde da Mulher Princípios e Diretrizes- Ministério da Saúde. (BRASIL, 2004)	“A Política de Atenção a Saúde da Mulher deverá atingir as mulheres em todos os ciclos de vida... (mulheres negras, indígenas, residentes em áreas urbanas e rurais, residentes em locais de difícil acesso, em situação de risco, presidiárias, de orientação homossexual, com deficiência, dentre outras)” (p. 63).
Brasil Sem Homofobia- Programa de Combate à Violência e a Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania Homossexual. (BRASIL, 2004a)	Tem como objetivo, a articulação e implementação de políticas públicas unificadas em favor da população GLTB
Programa Nacional de Direitos Humanos (BRASIL,2001).	Propor e apoiar ações e legislações de combate a homofobia
Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais- LGBTT (BRASIL, 2013)	<p>“tem como marca o reconhecimento e dos efeitos da discriminação e da exclusão no processo de saúde-doença da população LGBT. Suas diretrizes e seus objetivos estão, portanto, voltados para mudanças na determinação social da saúde, com vistas a redução das desigualdades relacionadas à saúde deste grupo social.” (pg. 08)</p> <p>“Requer também o reconhecimento de que todas as formas de discriminação, como no caso das homofobias que compreendem lesbofobia, gayfobia, bifobia, travestifobia e transfobia, devem ser consideradas na determinação social de sofrimento e de doença. É preciso compreender, por outro lado, que essas formas de preconceito não ocorrem de maneira isolada das outras formas de discriminação social. Ao contrário, elas caminham ao lado e se reforçam pelos preconceitos do machismo, o racismo e a misoginia.” (pg.13)</p>
Carta dos Direitos do Usuário da Saúde (BRASIL, 2007)	“O TERCEIRO PRINCÍPIO assegura ao cidadão o atendimento acolhedor e livre de discriminação, visando à igualdade de tratamento e a uma relação mais pessoal e saudável. É direito dos cidadãos atendimento acolhedor na rede de serviços de saúde de forma humanizada, livre de qualquer discriminação, restrição ou negação em função de idade, raça, cor, etnia, orientação sexual, identidade de gênero, características genéticas, condições econômicas ou sociais, estado de saúde, ser portador de patologia ou pessoa vivendo com deficiência” (pg. 04)

Política Nacional de Saúde Integral da População Negra Uma Política do SUS (BRASIL, 2013; 2017)	“A Política nacional de Saúde integral da População negra define os princípios, a marca, os objetivos, as diretrizes, as estratégias e as responsabilidades de gestão voltados para a melhoria das condições de saúde desse segmento da população. inclui ações de cuidado, atenção, promoção à saúde e prevenção de doenças, bem como de gestão participativa, participação popular e controle social, produção de conhecimento, formação e educação permanente para trabalhadores de saúde, visando à promoção da equidade em saúde da população negra.” (pg. 07)
Saúde da População Negra no Brasil: Contribuições para a Promoção da Equidade (BRASIL, 2005)	... “a implementação de uma política de promoção à saúde voltada para as diferenças e diversidades étnico-raciais.” (pg. 03)
Relatório “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais” (BRASIL, 2014)	... “formulação de orientações para profissionais de saúde a respeito da atenção à saúde de mulheres lésbicas e bissexuais” (pg. 06)
Dossiê Saúde das Mulheres Lésbicas: Promoção da Equidade e da Integralidade (BRASIL, 2008)	“representa uma definição política da Rede Feminista de Saúde de contribuir para retirar da invisibilidade as necessidades e dificuldades das lésbicas diante dos serviços e profissionais de saúde, evidenciando a vulnerabilidade”. (pg. 4-5)
Perspectiva da Equidade no Pacto Nacional pela Redução da Mortalidade Maternal e Neonatal Atenção à Saúde das Mulheres Negra (BRASIL, 2005)	“contém em suas ações estratégicas a necessidade de oferecer atenção as mulheres e recém nascidos (as) negros (as), respeitando suas singularidades culturais”. (pg. 05)

Dupla invisibilidade: a homossexualidade feminina e a variável cor na área de saúde

Com base nos dois conjuntos de eixos analisados, podemos visualizar a invisibilidade no que diz respeito a homossexualidade feminina na área de saúde, sobretudo, quando refletimos acerca dos enfrentamentos vivenciados por lésbicas e bissexuais negras no contexto brasileiro na área de assistência integral a saúde da mulher. Dois campos são importantes para analisarmos a questão: o das políticas públicas (tendo os documentos legais como ponto importante) e o científico (produção de artigos).

No campo das políticas públicas, observa-se uma maior abordagem da temática em questão. Ao focalizar os direitos das diversas orientações sexuais. Entre esses documentos podemos enfatizar o “Programa Nacional de Direitos Humanos” (BRASIL, 2001), que de maneira direta ou não, serve de arcabouço para que outros documentos legais estabeleçam territórios afim de que se engendre discussão das orientações sexuais não hegemônicas. Especialmente na área de saúde, esse programa se traduz na “Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais-LGBT” (BRASIL, 2013). Este documento apresenta diversos pontos que versam sobre uma perspectiva

interseccional (GREENSHAW, 2002) onde as sexualidades e identidades, serão atravessadas por questões de gênero e raça, bem como, outros marcadores sociais, reconhecendo assim, os efeitos que potencializam a discriminação, a invisibilidade e a exclusão no processo tanto de saúde, como de doença da população LGBTQT.

Se por um lado, os argumentos e discursos engendrados pelo campo político intencionam trazer a homossexualidade feminina em particular, bem como, suas intersecções, com importantes eixos de opressão como a raça entre outros marcadores sociais que potencializam a invisibilidade dessas mulheres e a homossexualidade de modo geral, por outro, a produção científica destaca certo apagamento desse tema das práticas de saúde. Sobretudo quando pensamos raça como um fator relevante para essa discussão, devido a se constituir como “agravante” em uma orientação sexual já vista como desviante².

Devido a invisibilidade a que as mulheres são levadas, podendo ela ocorrer nas mais diversas instâncias sociais e fases da vida, como a escola e a adolescência. Entre os autores analisados podemos notar um apontamento para as seguintes implicações: incomodo por conta do não acolhimento das especificidades de suas demandas, elevado estresse e baixa eficácia nos tratamentos. Almeida (2009), entre suas conclusões, enfatiza que a falta de um ambiente favorável à especificidade lésbica na assistência pode fazer com que o atendimento seja negligenciado, de ambas as partes (paciente e profissional de saúde), uma vez que as usuárias não se sentiam à vontade para revelar sua sexualidade e falar sobre suas vivências. Estes fatos podem propiciar vulnerabilidade no âmbito da saúde mental, como fazer com que profissionais de saúde não prestem a essas usuárias o cuidado adequado.

Lionço (2008) alude que a orientação sexual e a identidade de gênero, configuram-se mais do que importantes demandas para políticas públicas específicas, carecem de ser consideradas determinantes associadas a saúde. Destaca, ainda, que os profissionais devem ter em seus currículos conteúdos que informam a respeito do enfrentamento do preconceito referente à orientação sexual e a identidade de gênero, com o intuito de que não caiam em naturalizações ou preconceitos. Mas e quando levamos em consideração a cor da homossexual ou bissexual feminina no acesso a área de assistência a saúde integral da mulher? Os textos analisados, tanto no âmbito das políticas públicas, como no campo científico, fazem alusão, mas não aprofundam, a importância de discutirmos a relevância da variável raça, interseccionalizada com outros marcadores como gênero, orientação sexual, origem, idade, escolaridade, entre outros. Como nos lembra a ativista e pesquisadora Grada Kilomba, “no racismo a recusa é usada para manter e legitimar estruturas violentas de exclusão social” (KILOMBA, 2013, p. 16). Portanto, enfatizo a importância de tomarmos o marcador raça como espinha dorsal por qual à *práxis* discursiva racista atravessa esses corpos-subjetividades, salientando o gendramento e sexualização da raça (LIMA, 2018).

2 Embora o desvio da norma heterossexual compulsória seja considerado uma conduta acintosa para mulheres de diferentes grupos raciais, as expectativas de um desejo sexual dirigido (e mais disponível) para os homens recai de modo mais acentuados para sobre as mulheres negras. Erigidas na imaginação nacional como um produto típico de consumo interno e de exportação das delícias (hetero)sexuais brasileiras, a lésbica negra parece ainda mais “estranha” e anormal do que a branca. (SANTOS, 2007)

Sobretudo quando abordamos a vulnerabilidade experienciada por mulheres negras no acesso a área de assistência integral a saúde da mulher.

Manuel Castels (1999) evidencia que as identidades múltiplas são fonte de tensionamento e contradição e os pontos simbólicos fundamentais dessas identidades estabelecidas por normas estruturadas por instituições e entidades dominantes na sociedade. Portanto, a interrogação de por quem, como, a partir de quem, para que, acontece esse processo de identificação é de suma importância afim de que possamos entender o contexto em que se dá. A estruturação da identidade é um processo social que acontece num contexto de relação de poder, conforme mencionado anteriormente, e pode acontecer de três formas/origens distintas, de acordo com Castells (1999, p. 24): 1) identidade legitimadora criada por organizações e instituições dominantes para manter a dominação sobre atores sociais, padronizada; 2) identidade de resistência, composta por atores sociais desvalorizados ou estigmatizados pela lógica dominante que constroem alternativas de resistência e sobrevivência de forma coletiva frente a opressão e; 3) identidade projeto, com base no material cultural disponível os atores sociais constroem uma nova identidade que redefine seus lugares na sociedade e transforma o conjunto da estrutura social. Tais definições desvelam possibilidades no âmbito de dominações e opressões pelo qual os territórios das identidades podem fornecer também a resistência, isto é, as posições tanto de um lado quanto do outro não são só excludentes ou únicas, são móveis do mesmo modo que as identidades. Continuando nessa linha de raciocínio, acerca das identidades e posições mutáveis exibida por Castells, convém pensarmos como as identidades atravessam as relações de gênero e sexualidade numa sociedade onde segundo Regina Coeli Benedito dos Santos e João Bosco Hora Góis (2007) que “devemos ter em conta que as relações sociais estão marcadas por desigualdades e por hierarquizações legitimadas pela pretensa superioridade do homem sobre a mulher, do masculino sobre o feminino, do heterossexual sobre o homossexual e do branco sobre o negro. Essa hierarquização contribui para a instituição e manutenção de diferentes formas de preconceitos” (SANTOS; GÓIS, 2007, p. 92). Nesse sentido, escrever sobre a vulnerabilidade e violência experienciada por lésbicas e bissexuais negras nos reitera que é impossível enfrentar o debate acerca de um sistema universal de saúde balizado na equidade, integralidade e participação social sem pensarmos na superação de uma série de barreiras que a população negra tem de enfrentar no acesso a saúde, particularmente as evidenciadas pelo racismo (WERNECK, 2016, p. 536).

Para as mulheres negras, o corpo sempre foi lugar de poder. Um corpo que gera e permanentemente foi apropriado por outros ou outras de forma desrespeitosa com a corporalidade negra. É a resistência diária a um “lugar no não lugar”, a um “não ser”. Lugar dos sofrimentos que muitas vezes não compreendem esse corpo como constituidor de subjetividades. É necessário trazer o racismo para o centro do debate, já que falar sobre humanização e não abordar o racismo configura-se em um problema. Uma lésbica ou bissexual negra, não é igual a uma lésbica ou bissexual branca. O racismo produz processos singulares a essas mulheres, Werneck aborda em seu artigo, que a saúde da mulher negra é um “assunto vago, que na maior parte dos casos, é ignorado pela maioria de pesquisadoras e pesquisadores, estudantes e profissionais de saúde no Brasil” (2016, p. 535). Denunciando um descaso frente

a compreensão dos vários aspectos envolvidos na saúde da população negra, no documento “Subsídios para o debate sobre a Política Nacional de Saúde da População Negra: uma questão de equidade”, resultado do trabalho conjunto de especialistas reunidos pelas Nações Unidas no Brasil em dezembro de 2001. Esse documento propôs uma definição do campo abarcado pela saúde da população negra, que incluiria “as doenças, agravos e condições mais frequentes na população negra”, classificando-os como: (i) Geneticamente determinadas – anemia falciforme e deficiência de glicose 6-fosfato desidrogenase; ou dependentes de elevada frequência de genes responsáveis pela doença ou a ela associadas – hipertensão arterial e diabetes melito. [...] (ii) Adquiridas, derivadas de condições socioeconômicas desfavoráveis – desnutrição, mortes violentas, mortalidade infantil elevada, abortos sépticos, anemia ferropriva, DST/AIDS, doenças do trabalho, transtornos mentais resultantes da exposição ao racismo e ainda transtornos derivados do abuso de substâncias psicoativas, como o alcoolismo e a toxicomania. [...] (iii) De evolução agravada ou de tratamento dificultado – hipertensão arterial, diabetes melito, coronariopatias, insuficiência renal crônica, câncer e mioma. [...] (Sistema das Nações Unidas, 2001, p. 5-6, grifos no original). Portanto, a raça se torna um fator relevante, nessa discussão uma vez que constitui um “agravante” em uma orientação sexual já vista como desviante (SANTOS; GÓIS, 2007). Onde outros eixos de subordinação atuam para a produção de quadros de destituição e vulnerabilidades. Num sistema de saúde onde,

modelo de mulher para o qual as ações desse serviço são direcionadas é aquela mulher adulta, mãe e heterossexual. Quando a mulher não se enquadra nesse perfil é invisibilizada no serviço ou passa por ações e serviços inapropriados para as suas demandas específicas. Mulheres lésbicas, muitas vezes, passam despercebidas nos serviços de saúde. A identificação da orientação sexual lésbica e bissexual nos serviços não ocorre através de abordagem direta às mulheres nas consultas e sim pela identificação de características atribuídas ao gênero masculino, por exemplo, “cabelo curto, jeito masculino de andar, tipo de roupa”. As mulheres que não correspondem a essa identidade de gênero atribuída ao masculino não são percebidas como lésbicas e, sendo invisibilizadas, suas demandas específicas não são identificadas. Isso corrobora ideias de que mulheres lésbicas não estão sujeitas a transmissão de DST/AIDS e não é preciso realizar orientações específicas como o uso de métodos de barreira ou outras. Essa crença na proteção às DST/AIDS parece estar ancorada na ideia que o sexo entre mulheres não é sexo por supostamente não ter penetração e em decorrência disso não teria o risco de contaminação. (Relatório da Oficina “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais, BRASIL, 2014, p. 21-22).

É preciso construir uma política de integralidade em saúde desde que o racismo seja colocado no lugar de violência silenciosa que machuca e que mata. Mbembe, em seu potente (2014, p. 6) “Crítica da Razão Negra” nos chama a atenção “a crítica da modernidade estará inacabada enquanto não compreendermos que o seu advento coincide com o princípio da definição de raça e da lenta transformação deste princípio em matriz privilegiada de dominação ontem como hoje.”

Considerações

Através deste artigo, objetivou-se realizar uma análise de artigos apresentados em periódicos científicos, documentos governamentais relativos a saúde de mulheres lésbicas e bissexuais, bem como, referentes a saúde das mulheres negras. Nos documentos examinados, observou-se no tocante a saúde das mulheres lésbicas e bissexuais, pontos importantes a serem considerados, como expectativas relativas ao gênero, intensificando vulnerabilidades, outro ponto analisado, diz respeito a inquietação com a possibilidade de mulheres lésbicas e bissexuais se contaminarem por infecções sexualmente transmissíveis. A análise desses documentos sinaliza que, se por um lado há grande foco nos tópicos relacionados às IST's, por outro, há carência de diferentes questões que sejam capazes de assegurar a saúde de mulheres lésbicas em sua integralidade. Já no âmbito da saúde das mulheres negras, aspecto fundamental identificado é a perspectiva de analisar o racismo e suas consequências na saúde, além de evidenciar modos, momentos e oportunidades de ação. Conforme dito aqui, com o racismo, outras estruturas de subalternidades operam para a produção de contextos de destituição e vulnerabilidades. Essa codeterminação provavelmente está relacionada aos graves indicadores sociais e de saúde das mulheres negras que muito possivelmente cooperam nas altas taxas de morbidade e de mortalidade prematura ou por causas evitáveis.

Em face dessas discussões provocar uma reflexão de modo crítico acerca das vicissitudes, bem como, dos desafios e enfrentamentos vivenciados por mulheres lésbicas e bissexuais negras se faz necessário. Uma vez que lésbicas e bissexuais negras³ tem seu corpo e subjetividades, perpassados por uma série complexa de fatores que atuam com grande intensidade, configurando-se em tripla opressão, que somadas a outros marcadores sociais como classe, a capacidade física e mental, idade, entre outros, agrava a exclusão. A importância da constituição de processos de monitoramento e avaliação que priorize de indicadores sensíveis, preparados para serem utilizados pelos diferentes atores envolvidos e pertinentes à aferição das disparidades raciais na saúde e seus processos de eliminação não deve ser negligenciado. Pois os estudos analisados apontaram para uma dupla invisibilidade dessas mulheres, não são apoiadas por parcela dos profissionais de saúde, no campo referente a atenção integral á saúde da mulher, a exprimir suas orientações sexuais no momento em que buscam assistência. No âmbito da saúde da mulher negra, entraves referentes ao diagnóstico das características da população segundo raça/cor e sexo/identidade de gênero; treinamento de equipes para abordagem singularizada e para enfrentamento do racismo; ampliação do investimento público dirigido à eliminação do racismo e à iniquidade de gênero. Tais fatos escamoteiam um atendimento seguro, resultando em exclusão e violência simbólica, a despeito dos programas governamentais transmitirem o contrário. Em contrapartida, utilizando a base teórica de Bourdieu verifica-se a possibilidade de modificação desse *habitus* através da união entre os agentes dos campos da políticas, da ciência e dos movimentos sociais, empenhados

3 Sob a designação de "mulher negra" estão incluídas as mulheres autodeclaradas e/ou classificadas como negras e pardas e que se encontram em lugares atravessados por diferentes eixos de opressão, entre estes o racismo e o sexismo. (LIMA, 2017)

em trazer as questões relacionadas a um melhor acesso ao sistema de saúde a mulher negra afim de superar barreiras enfrentadas no acesso à saúde, particularmente aquelas interpostas pelo racismo, assim como da homossexualidade feminina, não só para o campo dos discursos mas, principalmente, para as práticas da atenção à saúde da mulher.

Essa iniciativa depende de investimentos na formação de profissionais de saúde a fim de que esses consigam, além da competência na área técnica para lidar com as diversidades, sejam capazes de ser agentes sociais que envolvem na transformação de *habitus* sexistas e de segregação em boas práticas de saúde direcionadas a diversidade racial e da sexualidade.

As reflexões, longe de serem finais, são apenas caminhos iniciais de um percurso, posto que, não só atentam para uma deficiente produção acerca do assunto, como também, de maneira ensaística se dispõem a formular hipóteses a serem pesquisadas em trabalhos futuros, que levem em conta não só o que já foi produzido, afim de que, possam caminhar na direção de entender o que se passa no cotidiano de lésbicas e mulheres bissexuais negras e assim como, no de profissionais de saúde que a prestam a elas ou deveriam prestar assistência.

Bibliografia

ALMEIDA, G. Da invisibilidade à vulnerabilidade: percurso do corpo lésbico na cena brasileira face à possibilidade da infecção por DST e Aids. Rio de Janeiro, 2005. 342 f. tese (doutorado em saúde Coletiva) - Instituto de Medicina social, universidade do estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

BARBOSA, R.M.; FACCHINI, R. Acesso a cuidados relativos à saúde sexual entre mulheres que fazem sexo com mulheres em São Paulo, Brasil. Cadernos de Saúde Pública, sup 2, p. s291-s300, 2009.

BARBOSA, R.M.; KOYAMA, M. A. H. Mulheres que fazem sexo com mulheres: algumas estimativas para o Brasil. Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 22, n. 7, p. 1511-1514, 2006.

ALMEIDA, G. Argumentos em torno da possibilidade de infecção por DST e AIDS entre mulheres que se autodefinem como lésbicas. Physis-Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, p. 301-311, 2009.

LOPES, R. C. V; GOMES, Romeu. A homossexualidade feminina no campo da saúde: da invisibilidade à violência. Physis-Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 21, n. 4, p. 1451- 1457, 2011.

LIONÇO, T. Que direitos à saúde para a população GLBT? Considerando direitos humanos, sexuais e reprodutivos em busca da integralidade e da equidade. Saúde e Sociedade, São Paulo v. 17, n. 2, p. 11-21, 2008.

WERNECK, J. P. Racismo institucional e saúde da população negra. Saúde e Sociedade, São Paulo, v. 25, n. 3, p. 535-549, 2016.

BRASIL. Ministério da Saúde. Política nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: Ministério da saúde, 2004b. disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/politica_nac_atencao_mulher.pdf. Acesso em: 04 set 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Brasil Sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLTB e promoção da cidadania homossexual. Brasília: Ministério da Saúde, 2004a. Disponível em: bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/brasil_sem_homofobia.pdf. Acesso em: 02 set 2018.

BRASIL. Ministério da Justiça. Programa Nacional de Direitos Humanos. Brasília: Ministério da Justiça/secretaria de estado dos direitos Humanos, 2001. disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/portal/images/stories//pndh.pdf>. Acesso em: 01 setembro 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Brasília : 1. ed., 1. reimp. Ministério da Saúde, 2013. Acesso em: 01 setembro 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Carta dos direitos dos usuários da saúde / Ministério da Saúde. – 2. ed. – Brasília: Ministério da Saúde, 2007. 9 p. (Série E. Legislação de Saúde). Acesso em: 01 setembro 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa. Departamento de Apoio à Gestão Participativa. Política Nacional de Saúde integral da População Negra : uma política para o SUS / Ministério da Saúde, Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, departamento de Apoio à Gestão Participativa. – 2. ed. – Brasília : Editora do Ministério da Saúde, 2013. Acesso em: 02 set 2018.

BRASIL. Fundação Nacional de Saúde. Saúde da população negra no Brasil: contribuições para a promoção da equidade / Fundação Nacional de Saúde. - Brasília: Funasa, 2005. Acesso em: 02 set 2018.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Políticas para as Mulheres. Departamento de DST/ AIDS e Hepatites Virais da Secretaria de Vigilância a Saúde. Relatório da Oficina “Atenção Integral à Saúde de Mulheres Lésbicas e Bissexuais”. Brasília, 2014.

REDE FEMINISTA DE SAÚDE. Saúde da Mulher Lésbica. Dossiê: promoção da equidade e da integralidade, 2006. Disponível em: http://www.cfess.org.br/arquivos/dossie_da_saude_da_mulher_lesbica.pdf. Acesso em: 02 set 2018.

BRASIL. Perspectiva da equidade no pacto nacional pela redução da mortalidade materna e neonatal: atenção à saúde das mulheres negras / [Maria Auxiliadora da Silva Benevides et al.]. 20 p.: il. color. – (Série F. Comunicação e Educação em Saúde), 2005. Disponível em: http://bvsm.s.saude.gov.br/bvs/publicacoes/perspectiva_equidade_pacto_nacional.pdf. Acesso em: 01 setembro 2018.

BOURDIEU, P. Sociologia. São Paulo: Ática, 1989 (Grandes Cientistas sociais, 39).

_____. A economia das trocas simbólicas. São Paulo: Perspectiva, 1992.

_____. Esboço de uma teoria da prática. Oiras [Portugal]: Celta, 2002.

_____. Os usos sociais da ciência: por uma sociologia científica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

SANTOS, R. C. B; GÓIS, J. B. H. Gênero, raça e solidariedade: um estudo da organização política de lésbicas negras. Revista Gênero, Niterói, v. 8, n. 1, p. 71-98, 2. sem. 2007.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. Estudos Feministas, Florianópolis, v. 10, n. 1, p.171-188, 2002.

LIMA, F. Raça, interseccionalidade e violência: corpos e processos de subjetivação em mulheres negras e lésbicas. Cadernos de Gênero e Diversidades, Salvador, v. 4, n. 2- Abr. – Jun., p. 66-82, 2018.

KILOMBA, Grada. Plantation Memories– episodes of everyday racism. Budapeste: Interpress, 2013.

CASTELLS, Manuel. O poder da identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999. MBEMBE, Achille. Crítica da Razão Negra. Lisboa, Antígona, 2014.